



Anais do 3º FISS

Fórum Internacional
de **Serviço Social**

**Proteção Social na América Latina:
Capitalismo, Eventos Climáticos
Extremos e Desigualdades**

10 A 12 DE DEZ. 2025

Universidade Federal do Pampa
São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil

Organizadores:

Rosilaine Coradini Guilherme
Jaina Raqueli Pedersen
Roberto Barboza Castanho
Jocenir de Oliveira Silva
Bárbara Dutra Fonseca
Dennis Gabriel da Silva Rodrigues

ISSN: 2966-2052



Anais do 3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina:
Capitalismo, Eventos Climáticos
Extremos e Desigualdades

10 A 12 DE DEZ. 2025

Universidade Federal do Pampa
São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil

Organizadores:

Rosilaine Coradini Guilherme
Jaina Raqueli Pedersen
Roberto Barboza Castanho
Jocenir de Oliveira Silva
Bárbara Dutra Fonseca
Dennis Gabriel da Silva Rodrigues

ISSN: 2966-2052

Realização



PROEC
Pro-Reitoria de Extensão e Cultura



Apoio



FICHA TÉCNICA DO LIVRO

Edição e revisão: Rosilaine Coradini Guilherme, Jaina Raqueli Pedersen, Roberto Barboza Castanho, Jocenir de Oliveira Silva, Bárbara Dutra Fonseca e Dennis Gabriel da Silva Rodrigues

Diagramação: Rayssa Velasque Mambach

Capa: Rayssa Velasque Mambach e Victor Matheus de Mello Salcedo

Identidade visual do evento: Luan Kochann Zubaran

Nota dos editores: Os/as autores/as respondem individualmente e são totalmente responsáveis pelo respectivo conteúdo publicado.

F745a Fórum Internacional de Serviço Social (3.; 2025 : São Borja, RS).

Anais do III Fórum Internacional de Serviço Social: Proteção social na América Latina: capitalismo, eventos climáticos extremos e desigualdades [recurso eletrônico] / III Fórum Internacional de Serviço Social ; organizadores: Rosilaine Coradini Guilherme, Jaina Raqueli Pedersen, Roberto Barboza Castanho, Jocenir de Oliveira Silva, Bárbara Dutra Fonseca, Dennis Gabriel da Silva Rodrigues. - Universidade Federal do Pampa – São Borja, RS:

Unipampa, 10 a 12 de dezembro de 2025.

1897 p.; il. Color.

ISSN:2966-2052

Nota: Vários autores.

1. Serviço social- Congressos e convenções- Rio Grande do Sul. 2. Políticas sociais. 3. Proteção Social. 4. Capitalismo. 5. Eventos climáticos extremos. 6. Desigualdades. 7. Anais. I. Título.

CDU: 364(816.5)(063)

Ficha catalográfica elaborada por Elisângela Mota Pires – CRB10/2314

Obra financiada por recurso prospectado via Edital n. 22/2024 do Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), conforme processo número: 88881.011933/2024-01.

FICHA TÉCNICA DO EVENTO

Comissão científica: Aline dos Santos Fagundes, Elisângela Maia Pessôa, Ivon Frank, Jaina Raqueli Pedersen, Jocenir de Oliveira Silva, José Wesley Ferreira, Jorge

Alexandre da Silva, Leonel Del Prado, Monique Bronzoni Damascena, Miguel Bautista, Nidia Battilana, Nola Patrícia Gamalho, Roberto Barboza Castanho, Rosilaine Coradini Guilherme e Solange Emilene Berwig.

Palestrantes: Zulma Fabiana Cabrera, Gisela Elizabeth Spasiuk, Fábio Jardel Gaviraghi, Cristine Jaques Ribeiro e Viviane Isabela Rodrigues.

Responsáveis por minicurso: Alessandra Marconatto, Tauane Antunes, Roberto Barboza Castanho, Larissa Soares de Jesus Roso, Cíntia Nunes Saldanha Lersch, Jocenir de Oliveira Silva e Elisângela Maia Pessôa.

Mediadores: Jaina Raqueli Pedersen, Jocenir de Oliveira Silva, Roberto Barboza Castanho e Rosilaine Coradini Guilherme.

Trabalho técnico: Andréa Cristina Silvano da Silva, Bárbara Dutra Fonseca, Dennis Gabriel da Silva Rodrigues, Isadora Tavares dos Santos, Jaina Raqueli Pedersen, Jocenir de Oliveira Silva, Lauren Adrielly de Almeida Melo, Maria Fernanda Avila Coffi, Rejane Fatima Gorreis, Roberto Barboza Castanho, Rosilaine Coradini Guilherme, Tauane Eduarda Antunes Mendonça e Victor Matheus de Mello Salcedo.

Comissão organizadora: Rosilaine Coradini Guilherme, Jaina Raqueli Pedersen, Roberto Barboza Castanho, Jocenir de Oliveira Silva, Barbara Dutra Fonseca e Dennis Gabriel da Silva Rodrigues.

SUMÁRIO

Apresentação.....	19
Eixo 01 – Desigualdades sociais na América Latina, Relações de exploração/opressão e políticas de proteção social.....	23
A ADOÇÃO COMO “SOLUÇÃO” PARA A MANUTENÇÃO DA GESTAÇÃO EM CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL NO BRASIL.....	24
Taina Julia da Silva Karsburg; Jaina Raqueli Pedersen	
A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DO CENSO DE 2010 E 2022.....	36
Lauren Adrielly de Almeida Melo; Jonatan Willian Pinto dos Santos; Jocenir de Oliveira Silva	
A GARANTIA DE DIREITOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM DESAFIO PARA ALÉM DO CAPITAL.....	49
Jocenir de Oliveira Silva	
A IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE UM GUIA ANTIXENORRACISTA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO EDUCATIVA NA ESCOLA.....	62
Elson Jonas Ferreira da Silva; Yáscara Michele Neves Koga; Evandro Ricardo Guindani	
A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A ESTRANHA NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA PARA “INCLUIR PESSOAS”.....	75
Jocenir de Oliveira Silva	
A VIOLÊNCIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL.....	90
Lidiane Ferreira dos Santos; Maria Elisa Martins Pereira; Yasmin de Moraes Pinto; Cristina Kologeski Fraga	
A VIOLÊNCIA SEXUAL NA PERSPECTIVA DO FEMINISMO MATERIALISTA E DO SERVIÇO SOCIAL.....	100
Tamires Durigon Almeida; Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca	
ACOLHIMENTO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES IMIGRANTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA.....	112
Elson Jonas Ferreira da Silva; Yáscara Michele Neves Koga; Evandro Ricardo Guindani	
APONTAMENTOS ACERCA DA POLÍTICA PENAL LATINO-AMERICANA DIANTE DO ENCARCERAMENTO EM MASSA NA AMÉRICA-LATINA.....	125
Lázaro Michael Santos Duarte; Viviane Isabela Rodrigues	
AS MULHERES E SUAS DEMANDAS FAMILIARES: CUIDADO, SOBRECARGA E AS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL.....	137
Fabiane Marcia Drews; Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca	
AS PARLAMENTARES DO RIO GRANDE DO SUL NA CÂMARA FEDERAL.....	148
Leticia Brito da Silva; Daniela Rocha Drummond	
AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM LIVROS DO PNLD DE GEOGRAFIA DE 2024... ..	156
Nola Patrícia Gamalho; Marcos Vinícius da Silva Goulart	

COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DOS PÚBLICOS.....	169
Rômulo Oliveira Tondo	
DESIGUALDADES INVISÍVEIS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA APOSENTADORIA DAS MULHERES NO BRASIL.....	181
Maria Fernanda Avila Coffi; Solange Emilene Berwig	
DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: O ESTADO E O CONTROLE DOS CORPOS FEMININOS NO CAPITALISMO.....	192
Eliane Rodrigues; Sheila Kocourek	
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO ÀS PESSOAS IDOSAS.....	204
Maíara Regina Porto da Rosa da Silva; Jairo da Luz Oliveira	
EC 103/2019: RETROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS E A INTENSIFICAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO.....	214
Bárbara Dutra Fonseca; Jaina Raqueli Pedersen	
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	227
Vanelise de Paula Alorald; Alene Silva da Rosa	
ENTRE A DEPENDÊNCIA E A RESISTÊNCIA: INTERSECCIONALIDADES E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E NAS PERIFERIAS DO RIO DE JANEIRO.....	240
Andreia Cristina Soares de Mello	
ENTRE AFETOS E DIREITOS: INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA LGBTQIAPN+ E SERVIÇO SOCIAL.....	251
Guilherme de Oliveira Armanini	
ENTRE AVANÇOS E RESISTÊNCIAS NA ASSEMBLEIA GAÚCHA.....	260
Camile Correa da Silva; Daniela Rocha Drummond	
ENTRE O VOTO E O VETO: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO BRASIL	270
Maria Teresa Petrucci Corrêa Machado Gomes	
ENTRE PAQUITOS E A SUJEITA UNIVERSAL: BRANQUITUDE, RACISMO E TRANSFOBIA NAS CONFERÊNCIAS DOS DIREITOS DAS MULHERES NO RS E NACIONAL EM 2025.....	282
Lins Robalo; Izabel Belloc	
ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: LIÇÕES DA SUÉCIA PARA O BRASIL	295
Lorenzo Batista de Souza Ribeiro; Jairo da Luz Oliveira	
ESCREVIVÊNCIA E A (RE)ESCRITA DA ANCESTRALIDADE AMAZÔNICA: METODOLOGIA E FORMAÇÃO CRÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL.....	307
Marklize dos Santos Siqueira; Patrick de Souza e Souza; Ligia da Silva Castro;Thaiane Amazonas de Souza	

LAS POLÍTICAS DE CUIDADO EN LA UNIVERSIDAD Y LA ORGANIZACIÓN FAMILIAR DE ESTUDIANTES/ MUJERES/ MADRES: UNA MIRADA DESDE EL TRABAJO SOCIAL.....	320
María Noelia Aponte; Ramona Beatriz González; Andrea Titschkowski	
ESTRATEGIAS DE ORGANIZACIÓN FAMILIAR: LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR Y LOS CUIDADOS.....	328
Zulma Cabrera; Alicia Vera; Gladys Alvez; Emilia Gil Navarro	
FEMINISMO NEGRO, COMO SÓ ACESSEI ESTAS MULHERES EM 2023?.....	340
Cristiane dos Reis Pires	
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NA REGIÃO NORTE: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	349
Sara Jane Gomes do Nascimento; Janine de Matos Paulus	
HIV/AIDS NA AGENDA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO SOBRE A (RE) ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS, NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE, A PARTIR DAS ESTRATÉGIAS DA ATUAL POLÍTICA GOVERNAMENTAL “PROGRAMA BRASIL SAUDÁVEL – UNIR PARA CUIDAR”	359
Maria Clélia Pinto Coelho	
INTERDISCIPLINARIDADE E PROTEÇÃO INTEGRAL: A ATUAÇÃO CONJUNTA DO PSICÓLOGO E DO ASSISTENTE SOCIAL NO ACOLHIMENTO FAMILIAR	372
Érica Donizete Trevisan; Daniela Vares Iramendi; Lirene Finkler	
JUSTIÇA RESTAURATIVA E VÍNCULOS FAMILIARES: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS DE MANAUS.....	384
Sabrina Barbosa Feitosa; Ellen de Moraes e Silva	
MOVIMENTOS SOCIAIS EM PARINTINS: TERRITÓRIOS DE LUTA POR DIREITOS SOCIAIS E SOCIOAMBIENTAIS.....	395
Marklize dos Santos Siqueira; Thaiane Amazonas de Souza; Karine de Andrade Soares	
MULHERES AMAZÔNIDAS: OS DESAFIOS PARA O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	407
Diana Kássia Oliveira de Almeida Silva; Manuela Lopes Muniz; Rejane Nunes Moraes dos Passos; Iraildes Caldas Torres; Lidiany de Lima Cavalcante	
MULHERES INDÍGENAS MAXAKALI E A LUTA POR RECONHECIMENTO.....	417
Taise Amador Gonçalves	
MULHERES PRESAS E VÍNCULOS FRAGILIZADOS: DESAFIOS E IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PRISIONAIS E DE GÊNERO.....	426
Rudiane Ferrari Wurfel; Monique Soares Vieira	
O BRINCAR NA INFÂNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA TEORIA DE WINNICOTT.....	435
Caroline Oliveira Matozo; Daiéle Cristina Colodzey Erd; Gabriel Silva	
O CINEMA NORDESTINO ENQUANTO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ÂMBITO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	446
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho; Jhenyfer Karolayne Feitosa Santos; João Vitor dos Santos Paiva;	

O IMPACTO DA ADOÇÃO TARDIA E A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INSERÇÃO TARDIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS FAMÍLIAS.....	460

Laura Moraes Streck; Kesia Amaral Piaia; Monique Soares Vieira

O PAPEL DO ESTADO NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO PARA A PESSOA IDOSA.....	473

Rejane Fátima Gorreis

O PRECARIADO FEMININO: ENTRE A RACIONALIDADE NEOLIBERAL, A REPRODUÇÃO SOCIAL E A CONSUBSTANCIALIDADE DAS OPRESSÕES.....	485

Aécio da Silva Martins; Sheila Kocourek; Jairo da Luz Oliveira; Aritana Sousa Dutra de Melo; Sabrina Sousa Santos

OS DESAFIOS DA REINSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO PÓS PERÍODO GESTACIONAL.....	494

Bruna Munhoz Sartori

OS DESAFIOS DA RESSOCIALIZAÇÃO: UM ENFOQUE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO VERSUS AS INTERVENÇÕES DOS/AS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL.....	504

Janine de Matos Paulus

PAPEL, CANETA E MEMÓRIA ANCESTRAL: A PRESENÇA MIRANHA NA UNIVERSIDADE COMO RESISTÊNCIA.....	515

Jessica Amanda Batista Da Costa; Ellen De Moraes e Silva

‘PENA GUARANI’: UMA ANÁLISE SOBRE O APAGAMENTO DAS COMUNIDADES GUARANI NO RIO GRANDE DO SUL.....	523

Ana Isabel da Silva Andrade; Aline Amaral Paz; Denise Aristimunha de Lima

POLÍTICA NACIONAL DE ENVELHECIMENTO E VELHICE 2023-2033, COSTA RICA: AVANÇOS E DESAFIOS DE UMA DÉCADA.....	535

Roberth Steven Gutiérrez-Murillo

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO.....	546

Sara Jane Gomes do Nascimento; Elisângela Maia Pessoa

QUANDO OS FEMINISMOS FALAM: ELAPOD E SUAS VOZES.....	555

Rayssa Velasque Mambach; Alciane Nolibos Baccin; Aline Amaral Paz; Denise Aristimunha de Lima

QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS.....	568

Maria Luiza Lopes da Conceição; Juliana Desiderio Lobo Prudencio

REDES DE [RE]EXISTÊNCIA: CULTURA AFRO-BRASILEIRA, IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE NA ESFERA DIGITAL.....	581

Paulo Silveira; Nola Patrícia Gamalho; Jorge Alexandre da Silva; Mirian Susane Dias; Lins Robalo

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: O ESTADO DO CONHECIMENTO EM PERIÓDICOS BRASILEIROS E A URGÊNCIA DE UMA PERSPECTIVA AMAZÔNICA 593

Marklize dos Santos Siqueira; Lúgia da Silva Castro

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA MASCULINIDADE VIOLENTA: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL.....606

Lisiane Pinto Correia; Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL: HISTORICIDADE, CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS, DIREITOS CONQUISTADOS E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL 619

Emile Victoria Pereira Cabral; Gabriela dos Santos Klahr; Ingrid Souza de Araujo; Jaqueline Carvalho Quadrado

VIOLÊNCIA ARMADA EM ESCOLAS GAÚCHAS E O PROJETO SINAIS 632

Gabrielle Vieira Sosa; Eduardo Cechin da Silva; Jaina Raqueli Pedersen

VIOLÊNCIA SEXUAL DIGITAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO SOBRE O ALICIAMENTO ONLINE E OS MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL.....645

Ana Carolina Alves Minuzzo; Jaina Raqueli Pedersen

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO - JUVENIL NO BRASIL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E ENFRENTAMENTO DENTRO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 656

Giullia Dutra Miranda; Laura Moraes Streck; Monique Soares Vieira

VULNERABILIDADE DE GÊNERO EM DESASTRES CLIMÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A PROTEÇÃO DE MULHERES E MENINAS NO RIO GRANDE DO SUL.....669

Alexsandra Galvão; Isadora de Brum; Jaqueline Carvalho Quadrado; João Vitor Marques Fagundes; Marielle Miranda

Eixo 02 – Modo de produção capitalista, eventos climáticos extremos e banalização da vida.....679

A FORMAS SOCIAL DO CAPITAL: TRABALHO E EXPLORAÇÃO.....680

Vitória Regina da Silva

A OCUPAÇÃO DO BAIRRO SUBURBANO DE MARECHAL HERMES NO RIO DE JANEIRO.....691

Mateus Coelho de Souza

A PERSISTÊNCIA DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: RAÍZES NA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....701

Elisa Ferrari Gomes

A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: AGRO-NEGÓCIO, ALIMENTAÇÃO E VULNERABILIDADE CLIMÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA-RS.....713

Edwiges Pereira Campos; Vítor Hugo Rosa Biffi

CAMPONESES NA LUTA PELA MANUTENÇÃO DE SUAS EXISTÊNCIAS.....725

Cristiany Barbosa Ferreira Resende; Alex Lourenço dos Santos; Leonoura Katarina Santos; José Henrique Rodrigues Stacciarini

CAPITALISMO PREDATÓRIO COMO SEU PRÓPRIO INIMIGO: AGENTE CENTRAL DAS CRISES CLIMÁTICAS E FATOR DE DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO E SOCIAL	737
Luana da Silva Gonçalves; Braian da Silva Gonçalves	
COLONIALISMO CLIMÁTICO E PATRIARCADO: CONTRIBUIÇÕES DO ECOFEMINISMO PARA A PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA.....	747
Yasmin Shaolim Duarte Alves; Andreza Gomes Weil	
DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO CAPITALISMO PERIFÉRICO: A CATÁSTROFE NO RIO GRANDE DO SUL COMO EXPRESSÃO DA FRATURA METABÓLICA	760
Nauí Dos Santos Prestes	
DOAÇÃO DE SANGUE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: A RESPOSTA DA COMUNIDADE FRENTE AO DESASTRE DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL.....	770
Andressa Baccin dos Santos; Alessandra Garrot Vilanova; Guilherme Emanuel Weiss Pinheiro; Nadianna da Rosa Marques	
EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS E COMPORTAMENTO HIDROLÓGICO: REFLEXÕES SOCIOAMBIENTAIS SOBRE DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL.....	782
Adenilson Borges Batista Júnior; Gabriel Stéfano de Oliveira Marques	
MEIO AMBIENTE E SERVIÇO SOCIAL: AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AMBIENTES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS – BRASIL.....	797
Lidiane dos Santos Rodrigues; Roberto Barboza Castanho; Juliane Messina Chagas; Jonatan Willian Pinto dos Santos	
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIAL: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE OS IMPACTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	808
Ana Carolina Monteiro de Menezes Camboim; Elisângela Maia Pessôa	
NECROPOLÍTICA E RACISMO AMBIENTAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DURANTE AS ENCHENTES DE 2024.....	818
Roberth Steven Gutiérrez-Murillo; Patricia Krieger Grossi; Simone Barros de Oliveira; Eliana Mourgues Cogoy	
O CAPITALISMO E SEUS EFEITOS DE ALIENAÇÃO: UMA ANÁLISE EM KARL MARX E JACQUES LACAN.....	831
Najla Gergi Krouchane	
O CASO PARADIGMA DAS ENCHENTES DE 2024 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA (RE)DESENHAR POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS.....	842
Aline Michele Pedron Leves; Larissa Nunes Cavalheiro; Sabrina Lehnem Stoll; Waleska Mendes Cardoso	
O DISCURSO CAPITALISTA NA CONTRAMÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL: UMA LEITURA LACANIANA.....	855
Najla Gergi Krouchane	

O POVO TEM A FORÇA SÓ PRECISA DESCOBRIR: COZINHAS SOLIDÁRIAS E PROCES-
SOS DE ORGANIZAÇÃO POPULAR.....867

Aléxia Prestes Aires

O SILENCIAMENTO DOS SUICÍDIOS NO CENÁRIO DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL
PROVOCADO PELA BRASKEM EM MACEIÓ.....880

Diogo Márcio Gonçalves dos Santos

O USO DE AGROTÓXICOS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL
NO SUDESTE GOIANO.....893

Alex Lourenço dos Santos; Cristiany Barbosa Ferreira Resende; Leonoura Katarina Santos; Pedro
Augusto Prata Barbosa; Magda Valéria da Silva

QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL: NOTAS INTRODUTÓRIAS 905

Amanda Guimarães; Diego Tabosa da Silva; Renan Vieira de Santana Rocha

REGIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM SÃO BORJA/RS – BRA-
SIL: ANÁLISE DA ATUALIDADE E PROPOSIÇÃO DE UMA NOVA REORGANIZAÇÃO ESPA-
CIAL COM APOIO DAS GEOTECNOLOGIAS.....917

Juliane Messina Chagas; Rafael Zanetoni Penariol; Roberto Barboza Castanho

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BÁSICA DIANTE DOS DESASTRES SOCIOAMBIEN-
TAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO.....929

Mateus Brandenburg; Fábio Jardel Gaviraghi; Estêvão Yamin; Vivian Robert Carvalho da Silva

SERVIÇO SOCIAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICAS INTERSETORIAIS.....941

Claudia Regina Tenório Monteiro; Bruno Bernardo de Jesus; Cristiane Alacoque da Silva; João Ga-
briel Gama da Costa e Silva; Regiane Paz Landim de Sousa

**Eixo 03 – Estado neoliberal, Proteção Social, Territórios de fronteiras e Seguridade Social no
Brasil.....952**

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E CONFI-
GURAÇÃO ATUAL.....953

Luis Fernando Pereira Dalenogare; Solange Emilene Berwig

A PRIVATIZAÇÃO NÃO CLÁSSICA NA POLÍTICA DE SAÚDE NO ESTADO DA PARAÍ-
BA.....965

Jony Cristal Pinheiro; Alessandra Ximenes da Silva; Daiany Silva Lustosa; Jacikely Valeska Lira
Alves; Lucas Daniel Justino dos Santos

A QUESTÃO AGRÁRIA COMO ÁREA DE INTERESSE DO SERVIÇO SOCIAL.....976

Glenda Ostine Santos Alcântara; Jetson Lourenço Lopes da Silva; Kauã Gabriel Alves Ramos Santos

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA....985

Bruno Nabolotnyj Nunes; Muriel Pinto; Rodrigo Costa e Silva Saldanha

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: ENTRE A PROTEÇÃO SOCIAL E O CONTROLE PUNI-
TIVO DA POBREZA.....997

Vinicius Vargas Mendonça; Jorge Alexandre da Silva

ALUGUEL SOCIAL COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO CAPITALISTA: O CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.....	1009
Rogério Lucas Fernandes Rocha	
CONTROLE SOCIAL E ESTADO: ABORDAGENS TEÓRICAS E IMPLICAÇÕES NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	1022
Isadora Tavares dos Santos; Rosilaine Coradini Guilherme	
DA PROTEÇÃO AO CONTROLE: O DESMONTE DA CIDADANIA E A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO.....	1032
Renan Silva Gomes	
DETERMINANTES DA (RE)PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL.....	1043
Yasmin Shaolim Duarte Alves; Ricardo Peres da Costa	
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM EXTENSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DO NUEP/SUAS-RS.....	1053
Solange Emilene Berwig; Monique Bronzoni Damascena; Lauren Amaro dos Santos; Milena Vieira	
ELABORAÇÃO DE APLICATIVO GRATUITO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS DOS CÓDIGOS CULTURAIS MATERIAIS DE SÃO BORJA, RS, BRASIL.....	1065
Jonatan Willian Pinto dos Santos; Roberto Barboza Castanho; Lidiane dos Santos Rodrigues; Juliane Messina Chagas	
EM PAUTA A REALIDADE DO ENCARCERAMENTO EM MASSA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	1078
Emanuele Dalbosco; Elisângela Maia Pessoa	
ENTRE A PROTEÇÃO SOCIAL E A REGRESSÃO DE DIREITOS: PERSPECTIVAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	1088
Vanelise de Paula Aloraldo	
ENTRE O DIREITO E A LÓGICA NEOLIBERAL: A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ).....	1102
Cintia Dutra da Silva Bensi	
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A FUNÇÃO DO ESTADO NA POLÍTICA DE SAÚDE NO CAPITALISMO DEPENDENTE.....	1113
Daiany Silva Lustosa; Alessandra Ximenes da Silva; Lucas Daniel Justino dos Santos; Júlia Vitória Nascimento Lopes	
ENTRE O SILENCIAMENTO E O DIREITO: O CAPS SENTIMENTOS COMO ESPAÇO DE EMANCIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS.....	1124
Míriam Susane Dias; Gabriel Silva	
EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL E AS ESTRATÉGIAS PROATIVAS E MULTIDISCIPLINARES DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO AMAZONAS.....	1134
Cristiano Rocha dos Santos; Ellen de Moraes e Silva	

FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: impactos das desvinculações de receitas da União e das isenções fiscais.....	1144
Tauane Eduarda Antunes Mendonça; Roberto Barboza Castanho	
NAS MARGENS DO ARROIO ITACHERE: A ATUAÇÃO COORDENADA DE AGENTES DE ENDEMIAS EM ÁREAS DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	1156
Elaine Cristina Santos da Rosa; Waleska Mendes Cardoso	
NOTAS SOBRE O DOMÍNIO DO SISTEMA FINANCEIRO NA CADEIA GLOBAL DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AMEAÇAS À SEGURANÇA ALIMENTAR.....	1166
Elizete Menegat; Keyla M. Gomes Ferreira	
O CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS: DA CRIAÇÃO AO FUNCIONAMENTO.....	1179
Isabel Graciele Padoin; Rômulo Oliveira Tondo	
O MAL-ESTAR EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: IMPACTOS NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	1190
Najla Gergi Krouchane	
O POPULISMO DE EXTREMA DIREITA COMO SINTOMA DO RESENTIMENTO GERADO PELA RACIONALIDADE NEOLIBERAL.....	1201
Claudimiro Ramos Moreira; Pedro Alberto Samuel	
O PTS COMO ESTRATÉGIA NO ENFRENTAMENTO DA LÓGICA DO CAPITAL E DO MANICÔMIO.....	1212
Maria Luiza Lopes da Conceição	
PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO BRASIL E CANADÁ: CONVERGÊNCIAS E ESPECIFICIDADES INSTITUCIONAIS.....	1223
Denise Gonçalves	
PARTICIPAÇÃO SOCIAL, AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DE GRAMSCI.....	1238
Bárbara Dutra Fonseca; Tauane Eduarda Antunes Mendonça; Mirtes Gazzana Roso; Luiz Felipe Barbosa Santos	
PARTICULARIDADES DE PORTO ALEGRE DE PORTO ALEGRE NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM OLHAR DESDE O SERVIÇO DE ATENDIMENTO FAMILIAR E A INTENSIFICAÇÃO DAS PARCEIRIZAÇÕES NO MUNICÍPIO.....	1250
Tiago Martinelli; Maiara Cemin Cagliari	
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT (PNSI-LGBT): UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL.....	1260
Bruna Carolina Milani; Cátia Tatiane Sampaio Porto; Daniela do Nascimento Machado; Nicolas Machado de Almeida; Carin Otília Kaefer Lisboa	
POLÍTICAS PREVISIONALES: EL RECONOCIMIENTO DE APORTES POR TAREAS DE CUIDADO COMO ACTO DE JUSTICIA SOCIAL.....	1273
Sandra Montiel; Camila Machado	

POLÍTICAS PÚBLICAS E JUDICIALIZAÇÃO: A REPRODUÇÃO DAS CONTRADIÇÕES DO ESTADO CAPITALISTA.....	1284
Gabriel de Oliveira Tomilhero; Michelly Laurita Wiese	
PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA: CONTRADIÇÕES E LIMITES DA PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA NO BRASIL.....	1295
Rosilaine Coradini Guilherme; Lais Fernandes Batista de Souza; Ana Vitoria Paiva Emidio; Eduardo Cechin da Silva	
PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE.....	1308
Mariele Aparecida Diotti; Luisa Fernandes Cordeiro	
RELAÇÃO ENTRE O ESTADO BRASILEIRO E O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	1320
Maria Eduarda Reis dos Santos; Aline Fagundes dos Santos	
RISCO À FOME OCULTA: A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA ZONA URBANA DE SÃO BORJA-RS.....	1332
Edwiges Pereira Campos; Cleder Fontana	
RUMOS DA PROTEÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O “NOVO” PLANO VIVER SEM LIMITES.....	1345
Eloyse Valéria da Silva	
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SUAS: ENTRE O ACESSO E A RACIONALIDADE NEOLIBERAL.....	1357
Eliana Monteiro Feres	
TRIBUTOS, IMPOSTOS VERDES E PROTEÇÃO SOCIAL: PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS NA AMÉRICA LATINA.....	1369
Adrieli Drewlo Dias	
Eixo 04 – Trabalho, Proteção Social na América Latina e Neoconservadorismo.....	1381
A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA EM UM CRAS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM.....	1382
Késsia Batista Ramos; Naidiane Pereira Azevedo; Joelen Pereira Fonseca; Juciana Coelho Gomes; Andreza Gomes Weil	
A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O NOVO ENSINO MÉDIO: INADEQUADAS RESPOSTAS PARA VELHOS PROBLEMAS.....	1391
Simone Eliza do Carmo Lessa	
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA: OS DESAFIOS EMERGENTES NA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....	1402
Matheus Fabrício da Silva; Eliana Mourgues Cogoy	
A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	1413
Eduardo Cechin da Silva; Rosilaine Coradini Guilherme	

A MEDIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA.....	1423
Eliane Rodrigues; Natália Laurindo Godoy; Ana Carolina Fonseca; Yasmim de Moraes Pinto	
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO E SUA RELAÇÃO COM A INTERSECCIONALIDADE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....	1436
Maria Francisca Mendonça da Silva; Ellen de Moraes e Silva	
A SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES LABORAIS E SEUS IMPACTOS NO ADOECIMENTO.....	1449
Thiago Leonel Franco; Joelma Cristina Dos Santos	
ABORDAJES METODOLÓGICAS EN LA INVESTIGACIÓN DE LAS TRAYECTORIAS EDUCATIVAS DE ESTUDIANTES DE TRABAJO SOCIAL.....	1460
Susana Moniec; Rosario Itati Gonzalez; Andrea Gertrudis Bogado	
AGRAVOS À SAÚDE RELACIONADOS AO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL (2022 a 2024).....	1476
Diogo Márcio Gonçalves dos Santos; Thais Pereira de Carvalho	
ALUGA-SE: NEOLIBERALISMO, ALTA PERFORMANCE DIGITAL E AUTOMAÇÃO COMO VETORES DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DESAFIOS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS	1489
Nola Patrícia Gamalho; Lins Robalo	
AS DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DE ESPAÇOS SÓCIO- OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL.....	1501
Daniella Aparecida Chem de Souza	
ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR: DEMOCRATIZAÇÃO OU FOCALIZAÇÃO?.....	1512
Cassiana Ferreira Simões	
CARACTERÍSTICAS SOCIO DEMOGRÁFICAS Y CONDICIONES LABORALES DE LAS Y LOS TRABAJADORES SOCIALES EN MISIONES, ARGENTINA 2023.....	1523
Claudia Rosana Bogado; Susana Beatriz Moniec; Angela Ferreira	
CONDICIONES SOCIOLABORALES Y DESAFÍOS DE LOS TRABAJADORES SOCIALES EN PARAGUAY.....	1539
Susana Moniec	
CONTRADIÇÕES ENTRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E A LEI DE RESTRIÇÃO DE CELULARES: IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO.....	1554
Estêvão Yamin; Fabio Jardel Gaviraghi; João Pedro Seefeldt Pessoa	
ENTRE VIVÊNCIAS E APRENDIZAGENS: O ENSINAR COMO PRÁTICA DE LIBERDADE.....	1567
Maria Luiza Lopes da Conceição	
ENVELHECIMENTO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	1575
Fernanda Tavares Goulart; Gabriel Silva	

ESTADO, HEGEMONIA E A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO CRÍTICA.....	1584
Júlia Cardoso	
FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA E NEOLIBERALISMO: ENTRE DESIGUALDADE DE GÊNERO, ADOECIMENTO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	1597
Mirtes Gazzana Roso	
IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DA UBERIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO.....	1610
Tauane Eduarda Antunes Mendonça; Roberto Barboza Castanho	
INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL.....	1622
Loiva Mara de Oliveira Machado; Nauí dos Santos Prestes; Gabriel da Silva dos Anjos	
INTENSIFICAÇÃO DO USO DAS TICS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA AUTONOMIA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	1635
Rebeca Barreto Duarte Paterson	
INTERVENÇÃO DO/A PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA.....	1647
Emilli Lago Martins; Elisângela Maia Pessoa	
INTERVENÇÕES DOS/AS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS SERVIÇOS DE ONCOLOGIA.....	1658
Amanda Tavares Goulart; Elisângela Maia Pessoa	
MATERNIDADE E TRABALHO: FISSURAS, PARADOXOS E RESISTÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS.....	1670
Aécio da Silva Martins; Sheila Kocourek; Jairo da Luz Oliveira; Aritana Sousa Dutra de Melo; Sabrina Sousa Santos	
MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: REFLEXÕES A PARTIR DOS CURSOS DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL.....	1680
Lucas Pinheiro Carnet Viana; Rosilaine Coradini Guilherme	
NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL: VIOLÊNCIA URBANA, RACISMO E OS DESAFIOS DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL.....	1692
Daniela Camargo; Rejane Fátima Gorreis	
O ABORTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE O GOVERNO BOLSONARO	1702
Gustavo Teixeira; Daniela Drummond; Bruna Souza; Ana Laino	
O ADOECIMENTO MENTAL DENTRE OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR	1714
Andréa Fão Carloto	

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): MEDIAÇÕES E INSTRUMENTALIDADE NA PRÁTICA PROFISSIONAL.....	1727
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho; Gabriel da Veiga	
O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL (FHTMSS): PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS NA REDE FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR DO PERNAMBUCO, DA PARAÍBA E DO RIO GRANDE DO NORTE.....	1740
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho; Bruna Beatriz Pereira Santos; Kaiane de Jesus Santana; Evelllyn Myllena Correia Lima	
O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE ALAGOAS, BAHIA E SERGIPE.....	1754
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho; Valter Vinicius Moura Viana; Lorrane Nascimento Santana	
O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA REDE FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR DO MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ.....	1767
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho; Suyane da Luz Santos; Geovana Mayne Gomes de Andrade Oliveira	
O PROGRAMA PEC E OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS DE ESTUDANTES INTERNACIONAIS ATENDIDOS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	1781
Silmai Lazaro Neves Dutra	
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CREAS: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÕES DE FORÇAS À LUZ DAS CATEGORIAS DE MARX EM O CAPITAL	1794
Andreia Cristina Soares de Mello; Jessica Braga de Oliveira	
PRECARIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	1805
Julia da Silva Ramos	
REFLEXÕES INICIAIS ACERCA DO NEOCONSERVADORISMO E A DESCONSTRUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL.....	1816
Daniela Camargo; Jaina Raqueli Pedersen	
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO “PROJETO QUEIMADAS”: FORMAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E SABERES TERRITORIAIS NA ESCOLA ESTADUAL PROFª MARIA DE BARROS – ITUIUTABA/MG (2025).....	1829
Cássio Duarte Ferreira; Ismaelly Victória Marcelino da Silva; Jussara dos Santos Rosendo	
SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: UMA PARCERIA PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA ASSESSORIA E CONSULTORIA.....	1842
Edenilson Santos Novais; Rosane Janczura	
TRABALHO E ADOECIMENTO NA SOCIEDADE DE DESEMPENHO: REFLEXÕES A PARTIR DE RICARDO ANTUNES, SADIL DAL ROSSO E BYUNG-CHUL HAN.....	1854
Mirtes Gazzana Roso	

TRABALHO E RACIONALIDADE MERITOCRÁTICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA CUL-
PABILIZAÇÃO DAS MINORIAS NAS FIGURAS DO “HOMEM MÉDIO” E DO “HOMEM EM-
PRESARIAL”.....1866
Julia da Silva Ramos

TRABALHO EM MUTAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS SOB O SIGNO DA PRECARIZA-
ÇÃO.....1876
Aécio da Silva Martins; Sheila Kocourek; Jairo da Luz Oliveira; Michelle de Sousa Oliveira; Sabrin-
na Sousa Santos

UNIVERSIDADE E A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: ANÁLISES A PARTIR DA LÓGICA
DO EMPRESARIADO.....1887
Ingridy Lammonikelly da Silva Lima

Apresentação

Estimadas/os discentes, docentes, pesquisadoras/es, profissionais da área das ciências sociais aplicadas e áreas afins, comunidade acadêmica nacional e internacional em nível de graduação e pós-graduação, assim como entidades político-organizativas da categoria profissional. É com alegria que publicamos o presente produto científico, decorrente do "3º Fórum Internacional de Serviço Social: Proteção Social na América Latina - Capitalismo, Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades", realizado entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2025, na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS.

Nesta terceira edição do evento catálogo do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social, se elegeu como tema central "Proteção Social na América Latina - Capitalismo, Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades". Logo, trata-se de uma temática de extrema relevância em nível mundial, no cenário nacional e, de modo particular, no estado do Rio Grande do Sul, que no ano de 2024 registrou um desastre climático extremo sem precedentes na história gaúcha.

Nesse sentido, a realização do 3º FISS, possibilitou a problematização e indicação de alternativas para o enfrentamento dos diversos índices que revelam o agravamento das desigualdades sociais, além dos limites e perspectivas das políticas de proteção social implementadas pelo Estado no continente latino americano. O debate sobre os eventos climáticos extremos contemporâneos se relacionam ao modo de produção capitalista, que no seu atual estágio de acirramento, acentua as crônicas desigualdades sociais, o que demanda a construção de estratégias de resistência em favor da vida. Estas tensões têm rebatimentos no enfrentamento das diversas expressões da questão social, bem como no fortalecimento dos movimentos de resistência, já que abarcam contradições inerentes à sociabilidade capitalista.

Nesse sentido, o objetivo geral do 3º FISS consistiu em "Promover espaços de diálogos e de socialização de conhecimentos técnico-científicos a respeito da Proteção Social na América Latina, a partir da graduação e da pós-graduação, na região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, que possibilitem uma análise crítica sobre o modo de produção capitalista, eventos climáticos extremos e desigualdades".

No que se refere aos objetivos específicos do evento, estes visaram: a) consolidar espaços de reflexão que permitam o debate e socialização do conhecimento

crítico; b) potencializar a Universidade Federal do Pampa como indutora/promotora de reflexões junto à sociedade que contribuam para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural em nível nacional e internacional; c) possibilitar um espaço de construção coletiva do conhecimento a partir do envolvimento efetivo da comunidade acadêmica de cursos de graduação e pós-graduação, em uma perspectiva interdisciplinar. d) consolidar o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social (PPG/SSPS), em nível de mestrado acadêmico, no âmbito nacional e internacional, tendo em vista sua estratégica localização geográfica, na divisa com a Argentina. O evento abrangeu uma carga horária de trinta e seis (36) horas.

Foram criadas linhas temáticas, agrupadas nos seguintes eixos temáticos: Eixo temático 01 - “Desigualdades sociais na América Latina, Relações de exploração/opressão e políticas de proteção social”; Eixo temático 02 - “Modo de produção capitalista, eventos climáticos extremos e banalização da vida”; Eixo temático 03 - “Estado neoliberal, Proteção Social, Territórios de fronteiras e Seguridade Social no Brasil”; Eixo temático 04: “Trabalho, Proteção Social na América Latina e Neoconservadorismo”. Tais eixos nortearam as mesas expositivas (palestras), os minicursos, e as submissões e apresentações de trabalhos completos, assim como a organização dos anais do evento.

A abertura do evento contou com a presença de docentes pesquisadoras vinculadas a Universidad Nacional de Misiones (UNAM), as quais explanaram sobre o tema “Desigualdades sociais na América Latina: desafios às políticas de proteção social”. No segundo dia do evento, houve a participação de docente pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas da Universidade Federal de Santa Maria, que abordou o tema “Modo de produção capitalista, eventos climáticos extremos e banalização da vida”. Por fim, no terceiro dia, houveram duas mesas: a primeira foi conduzida por docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos (UCPel), que tratou do tema “(Des)igualdades em Territórios Rurais e Urbanos: desafios para as políticas sociais no Brasil”; e como encerramento, a mesa conduzida por professora pesquisadora da Universidade Federal de Alagoas, que abordou a temática “Proteção Social na América Latina e neoconservadorismo”.

Nesse sentido, o 3º FISS contou com um público significativamente diverso, com participantes de diferentes estados, instituições, bem como palestrantes internacionais e nacionais. Assim, o evento resultou em 322 inscritos e 161 trabalhos

aceitos e publicados nestes anais. Especificamente, na parte que abrange o Eixo temático 01 - “Desigualdades sociais na América Latina, Relações de exploração/opressão e políticas de proteção social”, totalizou 58 (cinquenta e oito) trabalhos. Na seção que abarca o Eixo temático 02 - “Modo de produção capitalista, eventos climáticos extremos e banalização da vida”, totalizou 23 (vinte e três) trabalhos. Na seção que reuniu estudos do Eixo temático 03 - “Estado neoliberal, Proteção Social, Territórios de fronteiras e Seguridade Social no Brasil”, houve o total de 37 (trinta e sete) trabalhos. Ao final, na seção do Eixo temático 04 - “Trabalho, Proteção Social na América Latina e Neoconservadorismo”, totalizou 43 (quarenta e três) trabalhos.

Com isso, entende-se que os objetivos do 3º FISS foram atingidos, pois:

- 1) promoveu espaços de diálogos e de socialização de conhecimentos técnico-científicos a respeito da Proteção Social na América Latina, a partir da graduação e da pós-graduação, na região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, possibilitando uma análise crítica sobre o modo de produção capitalista, eventos climáticos extremos e desigualdades;
- 2) consolidou espaços de reflexão permitindo o debate e socialização do conhecimento crítico;
- 3) contribuiu para potencializar a Universidade Federal do Pampa como indutora/promotora de reflexões junto à sociedade, fomentando o desenvolvimento social, político, econômico e cultural em nível nacional e internacional;
- 4) possibilitou espaço de construção coletiva do conhecimento a partir do envolvimento efetivo da comunidade acadêmica de cursos de graduação e pós-graduação, em uma perspectiva multidisciplinar;
- 5) contribuiu para dar visibilidade a Universidade Federal do Pampa, ao Curso de Graduação em Serviço Social, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social (PPG/SSPS), em nível de mestrado acadêmico, no âmbito nacional e internacional, tendo em vista sua estratégica localização geográfica, na divisa com a Argentina.

Cabe referir que o evento foi contemplado com financiamento público, via Edital n. 22/2024 do Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o que possibilitou aos participantes, a gratuidade integral nas atividades do evento. Com isso, os trabalhos apresentados nos

Anais da 3ª edição do FISS, materializam uma importante contribuição para o campo da produção de conhecimento crítico. Tal prerrogativa se coloca como central no que se refere ao compromisso social da Universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Por fim, desejamos uma ótima leitura, e que essa publicação contribua para impulsionar novos estudos e pesquisas, além de intervenções profissionais!

Universidade Federal do Pampa, São Borja (RS), março de 2026.

Rosilaine Coradini Guilherme, Jaina Raqueli Pedersen, Roberto Barboza Castanho e Jocenir de Oliveira Silva

Eixo 01 – Desigualdades sociais na América Latina, Relações de exploração/opressão e políticas de proteção social:

Questão social; Patriarcado; Relações étnico-raciais; Relações sociais de sexo; Identidades de gênero; Sexualidades; Gerações; Violências; Capacitismo; e Movimentos Sociais.



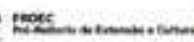
3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A ADOÇÃO COMO “SOLUÇÃO” PARA A MANUTENÇÃO DA GESTAÇÃO EM CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL NO BRASIL

LA ADOPCIÓN COMO “SOLUCIÓN” PARA MANTENER EL EMBARAZO EN CASOS DE VIOLACIÓN DE PERSONAS VULNERABLES EN BRASIL

Taina Julia da Silva Karsburg
Jaina Raqueli Pedersen

Resumo: O presente artigo versa sobre os fenômenos da violência sexual, gravidez na adolescência e a adoção, utilizada como “solução” para a não realização do aborto legal. Tem como objetivo analisar criticamente os posicionamentos entorno do PL 1904/2024 e o PDL da pedofilia. A produção deste artigo é resultado de um levantamento bibliográfico e documental, amparado pelo método dialético crítico. Observa-se que a proposição dos referidos projetos ocorre num contexto de avanço do conservadorismo no país e desresponsabilização do Estado com os direitos sociais, violando direitos historicamente conquistados, neste caso aqueles que dizem respeito aos direitos sexuais e reprodutivos de crianças, adolescentes e mulheres. Faz-se necessário defender o debate público e crítico dos problemas que devem ser a pauta principal das discussões e proposições, ou seja a violência sexual, a gravidez na adolescência e o casamento infantil. Criança não casa e criança não é mãe!

Palavras-chave: Violência sexual, Gravidez na adolescência, Aborto legal, Adoção.

Resumen: Este artículo aborda los fenómenos de la violencia sexual, el embarazo adolescente y la adopción, utilizados como una “solución” para evitar el aborto legal. Su objetivo es analizar críticamente las posturas en torno al Proyecto de Ley 1904/2024 y la ley contra la pedofilia. Este artículo es el resultado de una revisión bibliográfica y documental, apoyada en el método dialéctico crítico. Se observa que la propuesta de estos proyectos de ley se da en un contexto de creciente conservadurismo en el país y de falta de responsabilidad estatal en materia de derechos sociales, vulnerando derechos históricamente adquiridos, en este caso, los relativos a los derechos sexuales y reproductivos de niños, niñas, adolescentes y mujeres. Es necesario defender el debate público y crítico sobre los problemas que deberían ser el eje central de las discusiones y propuestas: la violencia sexual, el embarazo adolescente y el matrimonio infantil. ¡Los niños y niñas no se casan ni son madres!

Palabras Clave: Violencia sexual, Embarazo Adolescente, Aborto Legal, Adopción.

1 INTRODUÇÃO

O artigo em tela versa sobre sobre violência sexual, gravidez na adolescência e adoção como “solução” para evitar a realização do aborto legal. Trata-se de um recorte da pesquisa em desenvolvimento “Gravidez, maternidade e maternagem na adolescência: desvendando suas determinações”, que tem como um de seus objetivos específicos analisar a relação da gravidez na adolescência com a violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse sentido, a delimitação proposta neste artigo, deve-se às discussões e debates presentes entorno do PL 1904/2024, conhecido como “PL do aborto”, o que justificou o desenvolvimento deste artigo que objetiva analisar criticamente os posicionamentos entorno do PL 1904/2024, que indicam a adoção como “solução” para evitar o aborto legal, a fim de evidenciar a violação dos direitos sexuais e reprodutivos das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

A discussão sobre o referido PL 1904/2024 reacendeu o debate sobre os direitos das mulheres, principalmente quando a gravidez acontece por causa de violência sexual (estupro ou estupro de vulnerável), violando os direitos sexuais e reprodutivos das mesmas. O projeto quer transformar o aborto legal - direito aplicado em casos de estupro e estupro de vulnerável - em crime de homicídio, com pena de até 20 anos de prisão – ou seja, maior do que a pena prevista para o próprio estuprador. Essa proposta é vista como um grande retrocesso, pois fere o direito ao aborto legal, que já está garantido no Código Penal Brasileiro desde 1940.

Durante as discussões e problematizações sobre o PL 1904/2024, o tema da adoção foi usado como argumento e/ou justificativa para que mulheres e meninas mantivessem a gravidez, mesmo quando ela foi resultado de um estupro. Esse tipo de justificativa já apareceu em outros casos no Brasil, como o da juíza Joana Ribeiro Zimmer, em 2022, onde a mesma tentou convencer uma menina de 10 (dez) anos, grávida em decorrência de violência sexual a permanecer com a gravidez, para entregar à adoção, perguntando se a menina “suportaria ficar mais um pouquinho” (CNN, 2022, online), além de questionar para a mesma se o “pai da criança concordaria com a entrega para a adoção”(CNN, 2022, online).

Ainda sobre o tema da adoção, cabe referir que o mesmo está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na sessão três que aborda sobre família substituta. Portanto, conforme Art.39 §1º “a adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do Art.25 desta Lei” (Brasil, 2009, online).

Além disso, vale lembrar que a adoção existe para garantir o direito de crianças e adolescentes a terem uma família, e não para obrigar mulheres a manter gestações indesejadas.

Uma gravidez que acontece após um estupro ou estupro de vulnerável pode causar traumas profundos na vida das mulheres, sejam elas crianças, adolescentes ou adultas, tanto físicos quanto emocionais, sobretudo por se configurar uma gravidez indesejada, resultado de um ato de violento. Por isso, obrigar uma vítima de violência sexual a manter uma gravidez é uma forma de reviver o trauma e de prolongar a violência, além de se configurar uma violência institucional, na medida em que os profissionais, que deveriam fazer valer o direito estabelecido em Lei, agem de forma de contrária violando o direito das mesmas. Portanto, o debate sobre o PL 1904/2024 vai muito além de um debate normativo, ele envolve questões humanas, psicológicas e sociais, que precisam ser tratadas com empatia e respeito aos direitos das mulheres e meninas brasileiras.

Neste sentido, o texto que segue, resultado de um levantamento bibliográfico e documental, amparado pelo método dialético crítico, irá discorrer sobre os seguintes conteúdos: no primeiro item será contextualizado o fenômeno da violência sexual no Brasil, com destaque para crianças e adolescentes, que são as principais vítimas deste tipo de violência. Para tanto são apresentados conceitos e dados estatísticos que servem, não só para evidenciar o tamanho do problema, mas para sensibilizar a sociedade com um todo para a necessidade do enfrentamento desta forma de violação dos direitos de crianças e adolescentes. Ainda neste item discorre-se sobre a gravidez na adolescência, na maioria das vezes indesejada, pois é consequência da violência sexual, o que dá a estas vítimas o direito de procederem com o aborto legal, que também será discutido no decorrer do texto. evidenciam a gravidade.

No segundo item será contextualizado o conteúdo do PL 1904/2024, evidenciado o quanto o mesmo representa um retrocesso no que diz respeito aos direitos historicamente conquistados. Relacionado a este PL é problematizado os comentários e posicionamentos contrários a prática do aborto legal e que apresentam como “solução” ou alternativa ao aborto legal, a entrega voluntária de crianças geradas a partir de estupro de vulnerável à adoção. No terceiro item será abordado sobre o atual debate da aprovação da “PDL da Pedofilia”, abrindo uma discussão crítica sobre a sua aprovação, e pautando os motivos da importância da sua rejeição no Senado. E por fim as considerações finais que tornam evidente a necessidade e a importância da discussão destes temas, seguida das referências utilizadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

2 VIOLÊNCIA SEXUAL, GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E ABORTO LEGAL

A violência sexual vem crescendo cada vez mais no Brasil, afetando diretamente crianças e adolescentes, em maior parte meninas. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revelam que “somente em 2022 foram registrados mais de 74 mil estupros, sendo que a maioria das vítimas são crianças e adolescentes, muitas delas com menos de 13 anos” (FBSP, 2022, p.4). Além do abuso sexual, outra forma de violência sexual que atinge esse sujeitos é a exploração sexual comercial, que diferente do abuso sexual, envolve troca de valores, favores e chantagens. Dentre as formas de exploração sexual, destaca-se aqui o casamento infantil, que não é visto pela sociedade como um tipo de exploração sexual e por isso da necessidade de sua problematização, mesmo que de forma breve.

A gravidez na adolescência é um fenômeno que ocorre entre meninas na faixa etária entre 10 (dez) e 19 (dezenove) anos, envolvendo questões sociais, econômicas e por vezes culturais. Importante ressaltar que a gravidez na adolescência entre meninas entre 10 e 14 anos, é considerada estupro de vulnerável, mesmo que a pessoa envolvida alegue ter sido uma relação consentida, visto que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera estes sujeitos em condição peculiar de crescimento e desenvolvimento.

O Código Penal Brasileiro, em seu Art. 217 diz que configura o crime de estupro de vulnerável “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)” (BRASIL, 2009). Atualmente no Brasil, de acordo com a Presidente da Associação de Ginecologia e Obstetrícia do Maranhão (SOGIMA) Erika Krogh, através de dados retirados do SINASC, “Por dia, 1.043 adolescentes se tornam mãe no Brasil. E, por hora, são 44 bebês que nascem de mães adolescentes, sendo que dessas 44, duas tem idade entre 10 e 14 anos” (GOV, 2023, online).

Neste contexto, para a proteção dessas meninas, sendo elas crianças e adolescentes, que se encontram grávidas em decorrência do abuso sexual, está previsto no Código Penal Brasileiro, a possibilidade de realização do aborto. Esse direito está previsto no Art. 128, como “Aborto no caso de gravidez resultante de estupro” (BRASIL, 1940). A realização do aborto legal deverá ser ofertada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sem a necessidade de autorização judicial. No que diz respeito o aborto legal, a resolução nº 258 do Conselho

Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA), em seu Art. 32 e 33 diz que:

Art. 32. O limite de tempo gestacional para a realização do aborto não possui previsão legal, não devendo ser utilizado pelos serviços como instrumento de óbice para realização do procedimento. Tal parâmetro deve ser considerado exclusivamente para a escolha do método a ser empregado, em conformidade com evidências científicas e conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Art. 33. É vedada a imposição de qualquer exigência que possa atrasar, afastar ou impedir o pleno exercício, pela criança ou adolescente, de seu direito fundamental à saúde e à liberdade.” (CONANDA, 2024, s,p)

Assim se pode compreender que a violência sexual, a gravidez na adolescência e o aborto legal se interligam, formando um conjunto de demandas que requerem políticas públicas, proteção social e a luta diária pela garantia dos direitos previstos em lei, os quais diariamente vem sofrendo retalhações, retrocessos legais e ataques pela extrema direita e grupos conservadores.

3 CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E A JUSTIFICATIVA DA MANUTENÇÃO DA GESTAÇÃO EM PROL DA ADOÇÃO.

O Projeto de Lei 1904/2024, também conhecido como “PL do Estupro”, tem como objetivo proibir que o aborto legal em casos de violência sexual seja estendido até o 9º (nono) mês de gestação. O projeto também edita os Arts. 124, 125, 126, 127 e 128 do Código Penal Brasileiro, dando-se destaque para Art. 128, que no seu parágrafo único, compara a realização do aborto legal, realizado até as 22 (vinte e duas) semanas de gestação, com o crime de homicídio simples, penalizando em até 20 (vinte) anos de reclusão no regime fechado, mulheres que realizarem o procedimento. O deputado Eli Borges, autor da urgência da aprovação do PL, defende a criminalização do aborto legal, ainda que nos casos previstos no Código Penal. Em uma de suas falas sobre a criminalização do aborto legal, o deputado do então partido PL-TO, alega que “basta buscar a Organização Mundial da Saúde (OMS), é assassinato de criança literalmente, porque esse feto está em plenas condições de viver fora do útero da mãe” (CDP, 2024, online).

Ao longo da discussão do PL 1904/2024, ou atualmente conhecido como “PL do aborto”, foram levantados argumentos que utilizavam da adoção como justificativa para se levar adiante uma gestação que decorreu de estupro. Tal justificativa ou “solução” afasta a

possibilidade de realização do aborto legal e principalmente a necessidade do debate crítico entorno do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e gravidez na adolescência - problemas estes que, de acordo com os dados já apresentados, são alarmantes e requerem o debate e enfrentamento urgentes.

Um dos casos mais recentes do uso dessa justificativa, se deu pela Juíza Joana Ribeiro Zimmer que no ano de 2022, em um episódio de violência sexual que gerou uma gravidez considerada estupro de vulnerável, contra uma menina de 11 (onze) anos a qual mantinha uma gravidez em decorrência a violência sexual intrafamiliar, levasse a gestação até o fim, pois segundo a Juíza em audiência gravada e exposta ao público “a tristeza da menina seria a alegria de outra família” (CNN, 2022, online). Dois anos se passaram após o ocorrido, e o aborto e a adoção estão inseridos em novas discussões que utilizam de um como justificativa para o outro.

A omissão do direito do aborto legal até as 22 (vinte e duas) semanas e a sua criminalização, se torna uma violação dos direitos das mulheres vítimas de violência sexual, justamente pela legalização do aborto nestes casos estar estabelecido no Código Penal, no seu Art. 128, inciso II, onde “estabelece que o aborto não é criminoso quando a gravidez é resultado de estupro” (BRASIL 1940), sendo um direito protegido pela Lei nº 12.015/2009.

Com a publicação das propostas do PL, e o debate sobre o mesmo, se gerou uma discussão nas mídias, questionando o cumprimento de pena da vítima ser maior que a do abusador. Em um dos debates publicados na mídia, o Instituto Patrícia Galvão, que a 20 anos participa ativamente da luta feminista e dos direitos sexuais e reprodutivos, nos faz refletir sobre o impacto deste projeto de lei:

Além de violar princípios fundamentais de direitos humanos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, o PL 1904, de autoria de deputados da extrema-direita brasileira, visa impor mais barreiras para o acesso das vítimas da violência sexual aos serviços de aborto legal, aumentando os riscos de procedimentos clandestinos e inseguros, resultando em mais mortes e complicações para as mulheres e meninas (Agência Patrícia Galvão, online, s.p.).

Com isso, além da violação do direito que se impõe às mulheres e meninas gestantes vítimas do estupro, utilizar da adoção como justificativa para a manutenção dessas gestações, se torna além de uma violação de direitos, mas também faz com que o sentido da adoção se inverta do sentido real.

A adoção no seu sentido legal é “[...] o processo afetivo e legal por meio do qual uma

criança passa a ser filho de um adulto ou de um casal” (MPRJ, online). Segundo o Ministério Público do Rio de Janeiro é, indiscutivelmente, uma solução que, em nossa sociedade, oferece à criança as melhores condições de segurança e apoio necessário para o seu desenvolvimento” (MPRJ, on-line). Com isso se compreende que a adoção fala sobre o direito de uma criança ou de um adolescente de ter sua segurança garantida em um ambiente familiar, na adoção se busca famílias para crianças e adolescentes desprovidas de um lar, e não a produção de filhos para candidatos à adoção.

Nesse sentido também se deve levar em consideração, que atualmente no Brasil, o número de crianças aptas à adoção é menor que o número de adotantes, segundo dados do Sistema Nacional de Adoção. “Hoje, existem 4.935 crianças e adolescentes prontos para adoção no Brasil e 35.622 pretendentes habilitados a adotar” (CNJ, 2024, online). Ocorre a divergência nesses dados pois os adotantes mantêm a procura por um perfil específico na hora da busca dos aptos à adoção, nesse sentido não existem motivos para os quais aumentar a demanda de crianças em acolhimento, por não cumprirem caracteristicamente o desejo dos adotantes.

Uma gravidez ocasionada em decorrência de violência sexual nunca é desejada, trazendo para a mulher o desenvolvimento de traumas, o que ocasionalmente causa impactos no feto, podendo afetar tanto no seu desenvolvimento durante a gestação como acarretar traumas psicológicos, absorvidos da mãe ao longo do período gestacional.

Portanto, é preciso sublinhar que a adoção diz respeito à procura de famílias para crianças e adolescentes, para que estas tenham garantido o direito à convivência familiar e também comunitária e não filhos para candidatos à adoção. Não se pode aceitar que ocorra a justificativa da adoção para a negligência do Estado, tendo em vista um direito já garantido por Lei. Isso seria retroceder nos direitos das mulheres.

Com isso se deve compreender que violências não devem ter outras violências como “cura”, mas sim, neste caso, a garantia dos direitos previsto em Lei, sem a violação das mesmas, ou até mesmo alterações que causem os seus retrocessos perante a Constituição Federal.

4 ATUAL APROVAÇÃO DO PDL DA PEDOFILIA

Como resposta ao PL 1904/2024, o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA), realizou a criação e publicação da Resolução Nº 258, a qual tem

como objetivo estabelecer a garantia dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, junto de seus direitos reprodutivos.

Em seu Art. 31, a resolução aborda sobre a interrupção legal da gestação em casos de violência sexual, deixando claro em seu segundo parágrafo que o acesso a interrupção legal não dependerá “De decisão judicial autorizativa do procedimento”. Dando ênfase ao direito da interrupção legal, o Art. 33, diz que “É vedada a imposição de qualquer exigência que possa atrasar, afastar ou impedir o pleno exercício, pela criança ou adolescente, de seu direito fundamental à saúde e à liberdade” (Brasil, 2024).

Na primeira semana do mês de Novembro deste ano (2025), a resolução nº 258 do CONANDA, a qual garante por lei o direito ao aborto legal em casos de estupro de vulnerável, foi vítima de uma retaliação histórica, acompanhada de um retrocesso legal, ao qual foi aprovado pela Câmara dos Deputados, a conhecida como “PDL da Pedofilia”. Este Projeto impede que crianças e adolescentes grávidas, em decorrência de violência sexual, sejam orientadas sobre o direito do aborto legal, além de proibirem que o governo realize campanhas contra o casamento infantil.

O censo demográfico do IBGE apontou que no ano de 2022 “registrou 34.202 pessoas com idades entre 10 e 14 anos vivendo em união conjugal” (CNN, 2025, online), o que se torna um cenário preocupante quando “A análise por sexo revela que, do total, 7.804 eram homens e 26.399 eram mulheres, destacando a significativa vulnerabilidade feminina dentro dessa faixa etária” (CNN, 2025, online). Sendo assim, se pode analisar que a maior parte dos casos de casamento infantil ocorre com meninas menores de idades, o que destaca mais uma forma de manifestação da violência sexual, ou seja, uma forma de manifestação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A aprovação do PDL 3/2025, fez com que indivíduos da sociedade brasileira - em sua maior parte mulheres - fossem para as ruas no dia 11 (onze) de Novembro manifestar seu repúdio contra tal aprovação, o movimento que ocorreu de forma generalizada em diversas cidades do País teve como tema a frase “nem presa, nem morta”, para conscientizar a população do que significa o PDL 3/2025, e a sua importância de reprovação no Senado.

É importante enfatizar que um Projeto de Decreto Legislativo (PDL), significa uma proposta legislativa que serve para regulamentar assuntos de competência que se considere exclusiva do Poder Legislativo, ou seja, a mesma não precisa de sanção do Presidente da República. O que se torna algo preocupante no atual cenário político que compõe o Congresso e Senado brasileiro, onde temos a maioria política representante da direita e

machista, ou seja, se aprovada no Senado, a PDL 3/2025 não poderá ser revogada pelo Presidente Lula.

Diante dos atuais acontecimentos, que são o resultado do retrocesso, da desproteção e da negligência contra crianças e adolescentes vítimas da violência sexual, pode-se observar a presença e avanço do conservadorismo no Brasil. Os discursos apresentados pelos deputados que defendem o PDL, são sempre acompanhados de crenças religiosas, utilizando da ideologia “Deus, pátria, família”.

Neste sentido, podemos observar o avanço do conservadorismo no Brasil, onde cada vez mais podemos analisar questões “tradicionais” sendo cada vez mais impostas e defendidas pelo governo de direita. Segundo Barroco:

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (Barroco, 2025, p. 626).

Com isso se compreende o avanço crescente do conservadorismo no nosso país, onde a preocupação dos políticos dentro da câmara não é apoiar os direitos sociais, mas sim suprir seus próprios interesses particulares, seguindo a sua ideologia e a sua crença do politicamente correto. Se analisarmos a fundo a aprovação do PDL, o seu debate não foi realizado com base nas estatísticas atuais do índice de gravidez na adolescência, de mortes de adolescentes em decorrência da gravidez precoce, no número crescente de violência sexual ou na realização do casamento infantil, mas sim se tornou um debate feito a partir de crenças religiosas, de crenças conservadoras, mas principalmente com base em uma ideologia particular e não social.

O Estado está procurando responsabilizar as vítimas da violência sexual pelo aborto, para não assumir a culpa de uma questão que é social, segundo Iamamoto “O desmonte das políticas públicas, sob a lógica neoliberal, destitui a responsabilidade do Estado frente às expressões da questão social, transferindo-a à eventual solidariedade dos cidadãos e às respostas individuais” (Iamamoto, 2008, p. 139), assim podemos compreender que o Estado se desresponsabiliza, responsabilizando os indivíduos, por um problema que é social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se pode observar que a discussão sobre o PL 1904/2024 e o PDL 3/2025 mostra que

usar a adoção como justificativa para obrigar mulheres e meninas a levarem adiante uma gestação causada por violência sexual é injusto e distorce o verdadeiro sentido da adoção. A adoção existe para garantir que crianças e adolescentes sem família tenham segurança e amor, e não para “produzir filhos” para quem deseja adotar. A proposta de lei, ao criminalizar o aborto - e a mulher - em casos de estupro, viola direitos já garantidos por lei, onde mulheres levaram anos para conquistar, causando uma negligência moral, física e mental.

Ao longo do texto, fica claro que a adoção não pode ser usada para justificar a violação de direitos. O Estado precisa garantir que mulheres e meninas vítimas de violência sexual tenham suas leis respeitadas, protegendo sua saúde, autonomia e dignidade, sem criar retrocessos legais. Violência não se combate com mais violência - o que se deve oferecer é proteção, cuidado e respeito aos direitos previsto em Lei.

Neste sentido a aprovação do PDL da Pedofilia, nos faz refletir sobre a necessidade da discussão sobre a gravidez na adolescência, violência sexual e o direito ao aborto legal, pois diante de todo o conteúdo analisado neste trabalho fica evidente o retrocesso na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, sendo o PDL um ataque direto ao que já estava estabelecido na Resolução 258 do CONANDA, que foi a criação de uma resposta para o PL 1904/2024.

Como apontam Barroco e Iamamoto, se pode observar cada vez mais a expansão e consolidação do conservadorismo, onde se desresponsabiliza o Estado e responsabiliza a vítima, assim se pode concluir que todos os atos de desproteção, violação de direitos e criação de projetos de lei, que ao longo deste trabalho foram apresentados, não ameaçam apenas os direitos historicamente conquistados, como também reflete a instrumentalização política de pautas morais, onde se reforça a urgência da resistência social e da defesa intransigente das políticas públicas voltadas à proteção, dignidade e autonomia das crianças e adolescentes do nosso país.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, **Aborto legal: 5 pontos para entender como decisão da Câmara ameaça a vida de meninas no Brasil**. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/dsr/aborto-legal-5-pontos-para-entender-como-decisao-da-camara-ameaca-a-vida-de-meninas-no-brasil/>
Acesso em: 16 Nov. de 2025.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2025**. Disponível em:
https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/relatorio-de-atividades-2022-fbsp.pdf?utm_source=chatgpt.com

Acesso em: 15 de Nov. de 2025.

BARROCO, MARIA LÚCIA S. **NÃO PASSARÃO, OFENSIVA NEOCONSERADORA E SERVIÇO SOCIAL**. São Paulo, 2015, p. 623-636. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/285037113_Nao_passarao_Ofensiva_neoconservadora_e_Servico_Social

Acesso em: 14 Nov. de 2025.

BRASIL, **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
Acesso em: 18 Out. de 2025.

BRASIL, **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**. Dispõe sobre o Código Penal Brasileiro. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
Acesso em: 12 Nov. de 2025.

BRASIL, GOV. **Por hora, nascem 44 bebês de mães adolescentes no Brasil, segundo dados do SUS**. Disponível em:
<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/por-hora-nascem-44-bebes-de-maes-adolescentes-no-brasil-segundo-dados-do-sus>
Acesso em: 12 de Nov. de 2025.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova urgência para projeto que equipara aborto de gestação acima de 22 semanas a homicídio**. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/noticias/1072249-camara-aprova-urgencia-para-projeto-que-equipara-aborto-de-gestacao-acima-de-22-semanas-a-homicidio>
Acesso em: 14 Nov. de 2025.
Fonte: Agência Câmara de Notícias

CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes. **Resolução nº 258, de 23 de dezembro de 2024**. Dispõe sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e a garantia dos seus direitos. Disponível em:
https://www.migalhas.com.br/arquivos/2025/1/ADA218FB7E368B_RESOLUCAON%C2%BAA258.DE23DEDEZEMBROD.pdf. Acesso em: 12 Nov. de 2025.

CNN, IBGE: **mais de 34 mil pessoas até 14 anos viviam união conjugal até 2022**. Disponível em:
https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/ibge-mais-de-34-mil-pessoas-ate-14-anos-viviam-união-conjugal-ate-2022/#goog_rewarded
Acesso em: 12 de Nov. de 2025.

CNN. **Juíza que tentou evitar aborto de criança estuprada recebe pena de censura**.

Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/sc/juiza-que-tentou-evitar-aborto-de-crianca-estuprada-recebe-pena-de-censura/>

Acesso em: 14 Nov. de 2025.

CNJ, **Atualização do SNA amplia informações sobre pretendentes à adoção.** Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/atualizacao-do-sna-amplia-informacoes-sobre-pretendentes-a-adocao/>

Acesso em: 14 de Nov. de 2025.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade.** São Paulo: Cortez.

Trecho presente nas discussões do Capítulo 2 (edição 2008), p. 139–141.

MINISTÉRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO, **O que se entende por adoção?**. Disponível em:

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/135969/Sobre_Adocao.pdf Acesso em: 15 Nov. de 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DO CENSO DE 2010 E 2022

LA EFECTIVIDAD DE LAS POLÍTICAS DE PROTECCIÓN SOCIAL PARA LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN BRASIL: UNA MIRADA A PARTIR DE LOS CENSOS DE 2010 Y 2022

Lauren Adrielly de Almeida Melo¹
Jonatan Willian Pinto dos Santos²
Jocenir de Oliveira Silva³

Resumo: O presente artigo analisa a efetividade das políticas de proteção social para pessoas com deficiência (PCD) no Brasil, com base nos Censos Demográficos (IBGE) de 2010 e 2022. O objetivo é compreender como essas políticas têm influenciado as condições de vida dessa população nas áreas de saúde, educação e trabalho, considerando desigualdades de classe, gênero e raça, bem como avaliar se tais políticas têm sido suficientes para promover a inclusão social e a garantia plena de direitos. A pesquisa é qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, orientada por uma perspectiva crítica e interseccional. Os resultados indicam avanços legais e institucionais, como a Lei Brasileira de Inclusão e o Benefício de Prestação Continuada, porém persistem barreiras estruturais e regionais que dificultam o acesso a direitos básicos. As mudanças metodológicas no Censo de 2022, incluindo o TEA, ampliaram a compreensão sobre a deficiência, mas as desigualdades sociais e raciais seguem como grandes desafios. Conclui-se que a efetividade das políticas de proteção social depende da articulação entre saúde, educação, assistência e trabalho, com foco na redução das desigualdades estruturais e na consolidação de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e democrática.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência, IBGE/Censo 2010 e 2022, Políticas de Proteção Social.

Resumen: El presente artículo analiza la efectividad de las políticas de protección social para

¹ Discente no Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Proteção Social da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) - Campus São Borja. Email: laurenmelo.aluno@unipampa.edu.br

² Discente no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) - Campus São Borja. Email: jonatansantos.aluno@unipampa.edu.br

³ Docente no curso de Serviço Social e PPGSSPS da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) - Campus São Borja. Email: jocenirsilva@unipampa.edu.br

las personas con discapacidad (PcD) en Brasil, basándose en los Censos Demográficos (IBGE) de 2010 y 2022. El objetivo es comprender cómo estas políticas han influido en las condiciones de vida de esta población en las áreas de salud, educación y trabajo, considerando las desigualdades de clase, género y raza, así como evaluar si dichas políticas han sido suficientes para promover la inclusión social y la plena garantía de derechos. La investigación es de carácter cualitativo, fundamentada en revisión bibliográfica y análisis documental, orientada por una perspectiva crítica e interseccional. Los resultados indican avances legales e institucionales, como la Ley Brasileña de Inclusión y el Beneficio de Prestación Continuada; sin embargo, persisten barreras estructurales y regionales que dificultan el acceso a los derechos básicos. Los cambios metodológicos en el Censo de 2022, incluyendo el TEA, ampliaron la comprensión sobre la discapacidad, pero las desigualdades sociales y raciales siguen siendo grandes desafíos. Se concluye que la efectividad de las políticas de protección social depende de la articulación entre salud, educación, asistencia y trabajo, con un enfoque en la reducción de las desigualdades estructurales y en la consolidación de una sociedad verdaderamente inclusiva y democrática.

Palabras clave: Personas con Discapacidad, IBGE/Censo 2010 y 2022, Políticas de Protección Social.

1 INTRODUÇÃO

A deficiência constitui uma dimensão histórica e social das desigualdades brasileiras, atravessada por múltiplas formas de exclusão e pelo não acesso de direitos. Embora o reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos tenha avançado nas últimas décadas, sobretudo com a consolidação de políticas públicas específicas, ainda persiste uma distância significativa entre o marco legal e a realidade vivida por essa população. As desigualdades regionais, de classe, gênero e raça continuam a limitar o acesso a serviços básicos, evidenciando que o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência permanece sendo um desafio para o Estado e para a sociedade.

O presente artigo, vinculado ao Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão da Unipampa tem como objetivo analisar, a partir dos dados dos Censos Demográficos (2010 e 2022), como as políticas públicas têm impactado as condições de vida das pessoas com deficiência nas áreas de saúde, educação e trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, orientada pela perspectiva crítica e interseccional que considera os marcadores de classe,

gênero e raça. Portanto, busca contribuir para o debate sobre os limites e possibilidades das políticas de proteção social na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

2 COMO A SOCIEDADE VEM NÃO ATENDENDO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A sociedade por um período bastante longo determinou as pessoas com deficiência como possuidores de espíritos ruins, de forma que eram vinculadas a imagem do diabo que resultava em perseguição, corpos sendo queimados e jogados nos rios. Existiu uma influência da religião, denominada cristianismo, que era carregada de discursos de perfeição e o sujeito que não estivesse apresentando tal condição que pudesse estar próximo de Deus, era considerado como um castigo divino. Após esse contexto de narrativas divinas e/ou místicas sobre a deficiência, a medicina desenvolve uma leitura problemática de que a PCD deve ser curada, tratada e reabilitada, afastando do convívio social e ressaltando a concepção de “anormal”.

Na sociedade capitalista a exclusão diz respeito a todos àqueles que constantemente estão à margem da sociedade, que vivem de um trabalho precário, que ocupam uma moradia sem circunstâncias de sobrevivência digna, sem saneamento, sem condições de acesso sequer às Políticas Sociais (Silva, 2015, p.86).

Com o avanço da concepção médica da deficiência, consolidou-se um modelo de atenção centrado na segregação institucional, no qual os serviços eram oferecidos em instituições específicas e separadas dos sistemas gerais. Conforme descreve Sassaki (1997), historicamente as pessoas com deficiência passaram da exclusão que é marcada pelo desprezo social para uma fase de segregação institucional em que o acolhimento era dentro de hospitais psiquiátricos, asilos, abrigos e centros especializados, afastadas do convívio familiar e comunitário e sendo tratadas como dependentes de cuidados alheios.

A partir do século XX, especialmente nas décadas finais, movimentos sociais de pessoas com deficiência passaram a criticar o modelo médico e reivindicar um novo paradigma: o da inclusão e dos direitos humanos. No Brasil, a promulgação da Constituição

Federal de 1988 representou um marco ao afirmar a dignidade da pessoa humana e a igualdade como fundamentos da República. Nesse sentido, o texto constitucional dispõe:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político (BRASIL, 1988).

Considerando esse contexto, a dignidade da pessoa humana, enquanto fundamento constitucional, tornou-se eixo estruturante para a formulação de políticas públicas baseadas na inclusão e nos direitos das pessoas com deficiência. Um dos principais avanços institucionais foi a criação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, garantindo um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência de baixa renda que comprove não possuir meios de prover a própria subsistência. Apesar de possuir critérios restritivos, o BPC representou um importante passo para a afirmação da cidadania e da proteção social das PCDs, reforçando que tais direitos devem ser garantidos como dever do Estado e não como favor ou caridade.

No campo legislativo, outro marco importante é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, Lei nº 13.146/2015) também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que adota o modelo social da deficiência e direciona o foco da limitação individual para as barreiras sociais, físicas, comunicacionais e atitudinais que impedem a plena participação das PCDs na sociedade.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, art.2º).

Essa legislação assegura o direito à acessibilidade, à educação inclusiva, à convivência familiar e comunitária, à proteção contra a violência, à autonomia e ao exercício da capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. Com isso, a LBI consolida a perspectiva dos direitos humanos ao reconhecer que a deficiência resulta da

interação entre impedimentos individuais e barreiras sociais, superando definitivamente a concepção médico-assistencialista.

Dessa forma, a trajetória histórica das PCDs no Brasil mostra uma mudança simbólica de sujeitos considerados inferiores e incapazes para cidadãos de direitos. A exclusão deste grupo de sujeitos da vida pública, da escola, do trabalho e das políticas sociais universais sofreu legitimidade e reforçou a invisibilidade das PCDs, impossibilitando a participação ativa na sociedade e naturalizando a ausência nos espaços coletivos.

2.1 O PERFIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS (IBGE) DE 2010 E 2022

O levantamento sobre pessoas com deficiência (PCD) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos Censos Demográficos de 2010 e 2022 possibilita compreender não apenas a dimensão desse grupo populacional, mas também as mudanças metodológicas e sociais que impactam sua caracterização ao longo do tempo. A análise comparativa entre os dois períodos exige cautela, devido às alterações nos conceitos adotados, mas permite identificar tendências relevantes.

No Censo de 2010, cerca de 45,6 milhões de brasileiros declararam possuir pelo menos um tipo de deficiência, o que correspondia a 23,9% da população. Essa investigação foi baseada na percepção do próprio indivíduo sobre dificuldades visuais, auditivas, motoras ou intelectuais/mentais, considerando diferentes graus de severidade. Entre os tipos, a deficiência visual foi a mais frequente, seguida pela motora, auditiva e intelectual. Observou-se, ainda, que a prevalência aumentava significativamente com a idade: 7,5% das crianças até 14 anos apresentavam algum tipo de deficiência, enquanto o índice chegava a 67,7% entre os idosos.

A prevalência de pelo menos uma das deficiências investigadas foi maior (24,9%) na população de 15 a 64 anos de idade e atingiu mais da metade da população de 65 anos ou mais de idade (67,7%) (IBGE, 2012, p. 97).

Além disso, a análise por sexo evidenciou diferenças importantes: 26,5% das mulheres relataram algum tipo de deficiência, contra 21,2% dos homens. Essa diferença se explica, em parte, pela maior expectativa de vida feminina, o que amplia as chances de limitações relacionadas ao envelhecimento. Do ponto de vista regional, os municípios do Nordeste concentraram maiores percentuais de pessoas com deficiência, mas todas as Unidades da Federação apresentaram localidades acima da média nacional. Outro dado relevante refere-se à educação: a taxa de alfabetização entre PCD de 15 anos ou mais era de 81,7%, inferior à média nacional de 90,6%, evidenciando desigualdades significativas, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

No Censo de 2022, o IBGE (2025) adotou uma metodologia distinta, alinhada às recomendações do Washington Group on Disability Statistics.⁴ Foram considerados cinco domínios funcionais: enxergar, ouvir, mobilidade dos membros inferiores, coordenação motora fina e cognição/comunicação. Essa mudança reduziu o número absoluto de pessoas classificadas como PCD em comparação a 2010, mas gerou dados mais consistentes e comparáveis internacionalmente. Os resultados preliminares confirmam que a prevalência de deficiência aumenta com a idade, que mulheres apresentam índices ligeiramente superiores aos dos homens e que persistem desigualdades raciais e regionais, sobretudo entre pretos e pardos.

Outra inovação relevante de 2022 foi a inclusão da investigação sobre pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O Censo Demográfico 2022 incorporou a investigação sobre pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em atendimento à Lei nº 13.861/2019, que incluiu a obrigatoriedade de sua coleta nos censos demográficos. (IBGE, 2025, p. 3)

⁴ O Washington Group on Disability Statistics é um grupo técnico criado em 2001 sob a égide da Comissão de Estatísticas da ONU, com o objetivo de padronizar a coleta de dados sobre a deficiência em censos e pesquisas nacionais. Suas recomendações, baseadas na Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF/OMS), propõem medir a deficiência a partir de domínios funcionais, para produzir estatísticas comparáveis internacionalmente e alinhadas à Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

Esse avanço amplia a visibilidade de um grupo até então pouco contemplado em levantamentos nacionais, permitindo maior precisão na formulação de políticas públicas voltadas para o atendimento geral, educacional e de saúde. A presença do TEA no Censo 2022 não apenas gera números inéditos, mas também marca uma mudança de paradigma: trata-se de reconhecer que a deficiência não se restringe a aspectos físicos e sensoriais, mas abrange condições neurológicas que demandam políticas específicas de apoio, acompanhamento educacional e inclusão social.

Os dois censos demonstram que a deficiência no Brasil está fortemente vinculada ao envelhecimento populacional, às desigualdades sociais e regionais. A mudança metodológica entre 2010 e 2022 representa uma adequação importante aos padrões internacionais, mas não diminui a urgência de políticas que assegurem a plena participação das PCD na sociedade. O impacto positivo esperado nas condições de vida das PCD não se concretizou plenamente, principalmente no que se refere ao acesso à educação e à igualdade de oportunidades.

2.2 SAÚDE/EDUCAÇÃO/TRABALHO/ETNIA

A análise dos dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022 permite avaliar não apenas o tamanho e a composição da população com deficiência, mas também como as políticas públicas de proteção social têm se traduzido (ou não) em avanços concretos nas condições de vida desse grupo, especialmente nas áreas de saúde, educação, trabalho e enfrentamento das desigualdades raciais. Essas dimensões são fundamentais para compreender o alcance real de programas e leis como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), as redes de atenção em saúde do SUS e a Lei de Cotas no mercado de trabalho.

No campo da saúde, os dados dos censos revelam que as desigualdades territoriais e etárias ainda marcam fortemente o acesso aos serviços. Em 2010, mais de 67% da população idosa declarava pelo menos uma deficiência, o que indicava a necessidade de políticas de saúde preventiva e de reabilitação. A década seguinte foi marcada por alguns avanços institucionais, como a criação das Redes de Cuidados à Pessoa com Deficiência no SUS, que buscavam ampliar o acesso a serviços especializados em reabilitação. Contudo, em 2022, as

disparidades regionais permaneceram: nas regiões Norte e Nordeste, onde a infraestrutura de saúde é mais precária, os índices de acesso a serviços especializados continuaram inferiores, revelando que as políticas ainda não alcançam de forma igualitária todo o território nacional.

Na educação, os dados censitários mostram avanços limitados e persistência de barreiras estruturais. Em 2010, a taxa de alfabetização entre pessoas com deficiência era de 81,7%, abaixo dos 90,6% da população geral, e apenas uma parcela reduzida conseguia alcançar níveis mais elevados de escolaridade. Doze anos depois, os dados mostram que 63,1% das pessoas com deficiência de 25 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental, e somente 7,4% têm ensino superior completo.

A inclusão escolar não se resume à inserção física de alunos nas escolas regulares, mas requer mudanças profundas na estrutura, no currículo e nas práticas pedagógicas para que a escola seja, de fato, para todos (Montoan, 2003, p. 25).

Essa perspectiva evidencia que os avanços numéricos em termos de matrícula não são suficientes se não forem acompanhados por transformações qualitativas na organização das escolas e nas concepções pedagógicas. Ou seja, a efetiva inclusão depende da superação de barreiras institucionais, atitudinais e metodológicas, exigindo políticas educacionais mais consistentes, formação adequada de profissionais e investimentos contínuos em acessibilidade e permanência.

O cenário do trabalho reflete diretamente essas desigualdades educacionais e estruturais. Apesar da Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) e de outras medidas de incentivo, os censos mostram um acesso ainda restrito das pessoas com deficiência no mercado formal. Em 2010, a taxa de participação laboral entre pessoas com deficiência era significativamente inferior à da população geral, sobretudo entre pessoas com deficiências severas⁵, mulheres e populações negras. Em 2022, esse quadro não se alterou de forma substancial, especialmente porque as políticas de empregabilidade continuam desarticuladas das medidas de

⁵ Considera que a categoria de deficiência severa abrange impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual, mental ou sensorial que resultam em limitações significativas nas atividades cotidianas e na participação social, mesmo quando a pessoa dispõe de recursos de acessibilidade. Esse conceito é bastante utilizado em instrumentos de avaliação para a concessão de benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

acessibilidade e de manutenção de benefícios sociais.

Inclusive, muitos beneficiários do BPC enfrentam o risco de perder a renda assistencial caso se insiram em empregos formais, o que gera insegurança e acaba desincentivando a busca por trabalho. Esses fatores mostram como o acesso das pessoas com deficiência no mundo do trabalho ainda é marcado por barreiras práticas, institucionais e sociais, exigindo políticas públicas mais integradas, fiscalização efetiva e incentivo à adaptação dos ambientes laborais. Além disso, dados recentes revelam que mais da metade das pessoas com deficiência ocupadas estão em empregos informais (55%) contra 38,7% entre as pessoas sem deficiência.

A informalidade também se traduz em rendimentos mais baixos: em média, pessoas com deficiência recebem cerca de 70% do salário das pessoas sem deficiência (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2023). No mercado formal, levantamento do eSocial apontou que, em janeiro de 2024, havia 545.940 trabalhadores com deficiência em situação de empregados, sendo que 93% atuavam em empresas com mais de 100 funcionários, indicando que a aplicação da Lei de Cotas ainda depende das grandes empresas (BRASIL, 2024). Além disso, mesmo entre pessoas com níveis mais altos de escolaridade, a taxa de ocupação continua inferior e reforçando que a exclusão não é apenas educacional, mas também estrutural e cultural (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

GRÁFICO 1: Distribuição de pessoas com deficiência por cor/raça no Brasil



Os dados do censo demográfico de 2022 indicam que a maioria das pessoas com deficiência se identificam como de cor ou raça parda ou branca, cerca de 6,4 milhões de pessoas pardas e 6,1 milhões de pessoas brancas. Em seguida, as pessoas pretas com aproximadamente 1,8 milhão, indígenas com 78 mil (0,5%) e amarelas com 55 mil que representam 0,4% da população brasileira.

Ainda segundo o Censo (2022), o país possui 1,6 milhão de pessoas indígenas com dois anos ou mais de idade, das quais cerca de 131 mil declararam ter alguma deficiência e correspondendo a 7,9% da população indígena total. A Região Nordeste concentrou a maior proporção de pessoas (42,4%), seguida pela Região Norte (33,5%). Em relação à população preta com deficiência, tanto a Região Nordeste quanto a Região Sudeste contavam com aproximadamente 700 mil pessoas. Esses dados revelam que a desigualdade racial permanece um marcador decisivo para compreender as condições de vida das pessoas com deficiência, especialmente quando se observa a concentração de pessoas pretas e indígenas nas regiões de menor infraestrutura e maior vulnerabilidade social.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como destaca Ribeiro (2019):

O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser

paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro tão grande? No entanto, não devemos nos intimidar. (Ribeiro, 2019, p. 7)

O racismo apresenta um funcionamento estrutural que atravessa todas as dimensões da vida social, inclusive as políticas de proteção às pessoas com deficiência. Assim, compreender a realidade das pessoas com deficiência no Brasil requer uma abordagem interseccional que considere raça, classe, gênero e deficiência como aspectos inseparáveis da desigualdade social. O racismo limita a participação plena do ser social em qualquer contexto, quando somado ao estigma e preconceito que historicamente as pessoas com deficiência são submetidas, torna-se severamente agravado e multifacetado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa breve análise dos dados dos Censos Demográficos de 2010 e 2022 observa-se que, apesar dos avanços no campo legal e institucional sobre direitos da pessoa com deficiência, esse fortalecimento ainda não se reflete plenamente com equidade nas condições de vida. A consolidação de políticas voltadas para essa parte da população ainda é desafiadora, pois as barreiras institucionais, regionais e culturais persistem e dificultam o acesso às diferentes áreas como a saúde, educação e ao trabalho. As desigualdades se expressam de forma mais intensa entre as mulheres, as pessoas pretas e indígenas com deficiência, o que reforça a necessidade de políticas mais integradas e territorializadas.

Os dados revelam que a falta de articulação entre as esferas governamentais e a insuficiência de recursos públicos comprometem a implementação de medidas que assegurem o atendimento pleno das necessidades das pessoas com deficiência. Esses limites mostram que a deficiência não pode ser vista de modo isolado, mas como parte de um conjunto amplo de desigualdades estruturais. O fortalecimento integrado dos sistemas de Proteção Social, que abrangem o recorte da Seguridade Social, Saúde, Previdência Social e Assistência Social, somados a investimentos em Educação, Infraestrutura e Acessibilidade são elementos cruciais para garantir o pleno exercício da cidadania e promover melhores condições de vida para a população com deficiência.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda.** 21 set. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 3 out. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Mesmo com escolaridade, pessoas com deficiência têm menos empregos.** 25 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-07/mesmo-com-escolaridade-pessoas-com-deficiencia-tem-menos-empregos>. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 ago. 2025

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 22 ago. 2025

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 22 ago. 2025

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Levantamento do eSocial aponta 545,9 mil trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho no Brasil.** 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/levantamento-do-esocial-aponta-545-9-mil-trabalhadores-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-no-brasil>. Acesso em: 3 out. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do**

espectro autista - Resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003. p. 25.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997. 180p.

SILVA, Jocenir de Oliveira. **Educação inclusiva: a estranha necessidade de políticas para incluir pessoas.** Porto Alegre, RS: PUC, 2015. 191p.

WASHINGTON GROUP ON DISABILITY STATISTICS. **Sobre o Grupo de Washington sobre Estatísticas de Deficiência. Washington, D.C.: Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, 2023.** Disponível em: <https://www.washingtongroup-disability.com/about/about-the-wg/>. Acesso em: 20 out. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A GARANTIA DE DIREITOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM DESAFIO PARA ALÉM DO CAPITAL

GUARANTEEING RIGHTS FOR PEOPLE WITH DISABILITIES: A CHALLENGE BEYOND CAPITAL

Jocenir de Oliveira Silva¹

Resumo: Considera-se o binômio inclusão/exclusão das pessoas com deficiência como um fenômeno multifacetado que é reflexo das manifestações de um conjunto de regras, normas, valores das relações constituídas historicamente pela sociedade e que se reconfiguram conforme o potencial de transformação que esta sociedade vai se modificando, sejam em aspectos políticos, sociais, culturais ou econômicos. O presente artigo faz uma reflexão sobre as estratégias utilizadas para “incluir” as pessoas com deficiência na sociedade, e a exclusão que a diversidade humana é submetida a partir da perspectiva concorrencial do modelo de produção vigente. Esta discussão remete para a necessidade de se pensar em projetos societários alternativos, daí passa-se a problematizar o socialismo, que durante grande parte do século XX despontou especialmente na Ásia e parte da Europa como estratégia ao capitalismo.

Palavras-Chave: Pessoas com Deficiência; Socialismo; Projetos societários.

Abstract: The inclusion/exclusion of people with disabilities is considered a multifaceted phenomenon that reflects the manifestations of a set of rules, norms, and values of relationships historically constituted by society and that are reconfigured according to the potential for transformation that this society changes, whether in political, social, cultural, or economic aspects. This article reflects on the strategies used to "include" people with disabilities in society and the exclusion to which human diversity is subjected from the competitive perspective of the current production model. This discussion points to the need to consider alternative societal projects, thus problematizing socialism, which for much of the 20th century emerged, especially in Asia and parts of Europe, as a strategy for capitalism.

Keywords: People with Disabilities; Socialism; Societal Projects.

I INTRODUÇÃO

¹ Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS-PUCRS). Professor do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Proteção Social e do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Campus São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil; E-mail: jocenirsilva@unipampa.edu.br

Vive-se um momento de grande relevância no que se refere ao atendimento das necessidades das pessoas com deficiência. A mídia, os movimentos sociais que buscam a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e o próprio Estado vêm demonstrando que é imprescindível pensar na Inclusão Social de todas as pessoas. Para isto apresentam-se as Políticas Sociais como estratégia que acena para a possibilidade de dar conta das necessidades de garantia de direitos para todas as pessoas. Os primeiros sinais de proteção ao operariado aconteceram na Alemanha, ainda no final do século XIX, com o consentimento da lei do seguro-acidente, de 1884, e da lei do seguro-invalidez e velhice, de 1889, como estratégia para alcançar o apoio e simpatia dos trabalhadores alemães, apontando afastá-los dos ideais socialistas. As péssimas situações de trabalho e de vida dos trabalhadores, ocasionadas pelo acirramento da questão social refletidas no aprofundamento das diferenças sociais consequente das guerras mundiais e da crise do capitalismo de 1929, estimularam o reconhecimento da necessidade de conceder alguma proteção social a algumas categorias, dentre elas as pessoas com deficiência.

O avanço das Políticas Sociais, que cada vez mais facilitam o acesso a serviços para as pessoas com deficiência bem como o progresso da ciência, facilitaram a sobrevivência das pessoas com deficiência que, antes, morriam em consequência de doenças, abandono ou execução. Após a grande disputa mundial², um número significativo de cidadãos com diferentes feições de deficiências, em sua maioria heróis de guerra, que perderam a saúde e a incolumidade física protegendo a pátria, passaram a exigir dos países, respostas eficazes às suas demandas. Especialmente os cidadãos da Europa e dos Estados Unidos. Este foi um importante avanço na luta coletiva por direitos para as pessoas com deficiência.

Porém, sabe-se que as Políticas Sociais para além de servir como instrumento de garantia de direitos, também tem características que afirmam o modelo de produção vigente, corroborando com o binômio inclusão/exclusão que a diversidade humana está exposta. A necessidade do debate sobre a inclusão social da pessoa com deficiência é resultado da exclusão que estas pessoas vêm sofrendo ao longo da história da humanidade. Nestes termos inclusão/exclusão, há uma contraditoriedade que os constituem. “A sociedade exclui para

² Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). O líder alemão de origem austríaca Adolf Hitler, Führer do Terceiro Reich, pretendia criar uma "nova ordem" na Europa, baseada nos princípios nazistas da suposta superioridade alemã, na exclusão - e supostamente eliminação física incluída - de algumas minorias étnicas e religiosas, como os judeus e os ciganos, bem como deficientes físicos e homossexuais; na supressão das liberdades e dos direitos individuais e na perseguição de ideologias liberais, socialistas e comunistas.

incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”, Sawaia (1999, p.8). Nesta linha, a autora afirma ainda que estamos inseridos num circuito reprodutivo das atividades do modelo econômico, e que grande parte da população está inserida através da insuficiência e das privações que se desdobram a partir do econômico. Neste contexto é que se reproduz a dialética “exclusão/inclusão”. Logo, para pensar em uma sociedade que dê conta de atender às múltiplas necessidades a partir das diferentes características dos sujeitos faz-se necessário a reflexão sobre o modelo societário vigente.

2 GARANTIA DE DIREITO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM DESAFIO PARA ALÉM DO CAPITAL

A partir da segunda metade do século passado, características no modo de vida das pessoas com deficiência passaram a ser reconhecidas. E isto passou a ser percebido na implementação de políticas públicas, adaptação de prédios de uso público, contratação da mão de obra das pessoas com deficiência, entre outros. Estas medidas foram conquistadas, determinadas pelo estado para garantir a cidadania dessas pessoas e facilitar a sua inserção social. Pode-se perceber que o Estado apenas respondeu às pressões da categoria, que está cada vez mais organizada, no entanto ainda não houve a formação de um sistema determinado e estruturado nacionalmente, que atenda integralmente às necessidades das pessoas com deficiência.

A Inclusão Social deve deixar de ser uma preocupação a ser dividida entre governantes, especialistas e grupos delimitados de cidadãos e passar a ser uma questão fundamental para a sociedade. A questão se torna complexa quando se depara com a realidade de uma sociedade, que demanda soluções de sustentação e viabilidade para sua própria pluralidade, e está na sua essência não é uma sociedade inclusiva. Longe disto, sabe-se o quanto instituições criadas para reger o convívio entre os homens tendem a reforçar a discriminação e a criar territórios que classificam e hierarquizam os cidadãos justamente a partir de suas diferenças. As pessoas com deficiência, com síndromes, são historicamente identificadas como “diferentes” em função de um conjunto de igualdades mais ou menos constantes que acabam por definir seu lugar na sociedade, ou seja, lugar de exclusão.

A inclusão social constitui a prática mais recente de que se tem notícia no campo das

necessidades especiais, tanto no Brasil como em muitos outros países. A inclusão social vem aos poucos substituindo a prática da integração social, que há quatro décadas ocupa o lugar da segregação e da exclusão de pessoas consideradas diferentes da maioria da população de qualquer sociedade. (CARDOSO, 2008, p. 57).

No Brasil, as ações do Estado visando a implementação das políticas de inclusão iniciam sua organização no fim da década de 80, início da década de 90. A Educação Especial, por meio de diferentes abordagens de atendimento às deficiências possibilitou constatar diferentes modelos. Neste contexto Sasaki (2010) refere-se aos mesmos caracterizando-os como ‘médico’ e ‘social’.

No modelo médico de deficiência, a mesma é encarada como doença, onde poderia haver possibilidade de cura, a deficiência é caracterizada como um problema da pessoa e assim esta pessoa deve adaptar-se à sociedade ou ser reabilitada ou curada. O diagnóstico da referida deficiência passa a ter uma importância singular, comparando-se a atividade médica. Sasaki (2010, p.29), ao fazer a crítica ao modelo médico afirma que este “tem sido responsável, em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes”. Para o autor este modelo constitui a fase de segregação e de integração, que implica em incorporar pessoas com deficiência no sistema de ensino, considerando o processo de adaptação centrado em suas próprias características.

O modelo social de deficiência remete a ideia de que a deficiência deve ser concebida na sociedade e não na pessoa, neste sentido, a sociedade deve sofrer adaptações para dar conta das necessidades de todas as pessoas, pois não há possibilidade de transformação no processo de desenvolvimento individual, mas sim na sociedade em que a mesma está inserida. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções para efetivar a equiparação de oportunidades para todos (Cardoso, 2008, p. 57).

A integração é um movimento que se sustenta no princípio da normalização, que consiste em normalizar estilos e padrões de vida das “Pessoas Deficientes”. Indicativos de limitação e capacidade foram atribuídos aos deficientes. Sasaki (2010) refere que ao “normalizar”, as pessoas com deficiência, estas passaram a conviver em ambientes semelhantes aos da sociedade em geral. Exemplo disso foram as classes especiais dentro de escolas comuns. Na década de 80, houve a chamada “desinstitucionalização” que implicava em colocar o aluno com deficiência em serviços educacionais oferecidos pela comunidade.

A “integração” neste período foi considerada física e a instituição educacional não se

comprometia com estes alunos. Nos anos 1990, a integração praticada não dava conta dos direitos das pessoas com deficiência e então se iniciam estudos, reflexões e ações no sentido de pôr em prática uma verdadeira educação inclusiva. Sassaki (2010) revela que os modelos, não deixam de existir pelo surgimento de outros, e que vivemos a fase de transição entre integração e inclusão.

Portanto, atualmente vivem-se práticas que estão alicerçadas nos modelos referidos de educação. A fase da inclusão pode ser compreendida partindo do documento produzido na Espanha – Declaração de Salamanca (1994) que tratou do princípio fundamental das escolas inclusivas “de que todas as crianças sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças do direito de todos à educação, independente das dificuldades individuais das pessoas” (Brasil, 1997, p.23).

A década de 1990 assume relevância no contexto da educação especial na medida em que foi marcada por transformações. Estas transformações podem ser traduzidas por princípios da educação inclusiva e denominam-se conforme Sassaki (2010): autonomia, independência, empowerment e equiparação de oportunidades. Assim, os espaços educacionais devem buscar uma organização de forma a observar as particularidades de cada aluno, respeitando as diferenças por meio de adaptação de estruturas físicas, organizacionais, atitudinais, pois somente ações dessa natureza favorecerão estas comunidades.

Sendo assim, a evolução histórica da deficiência na literatura revela, resumidamente, etapas em que as pessoas que nasciam ou tinham qualquer deficiência eram banidas da sociedade, não lhes permitiam direito à vida. Em seguida, surge uma sociedade marcada pelo modelo assistencialista/filantrópico, no qual o atendimento à pessoa com deficiência ocorria de forma segregada e a considerava incapaz/inválida. O sentimento paternal e assistencial prevalece. A fase científica foi a próxima, onde a busca pela causa e efeitos da deficiência foi a tônica, neste momento a pessoa com deficiência é considerada uma pessoa com limitações, mas com alguma capacidade, mudando o entendimento do enfoque social que passou a ser de “integração social”. Mais tarde este conceito avançou e atualmente sugere a inclusão social, que pauta a transformação do sistema social.

A transformação das diferentes concepções sobre a deficiência é importante, no entanto, não é suficiente para que possamos alcançar uma sociedade inclusiva.

Essa contradição sempre se baseia na estrutura social e, em particular, nas classes, já determinadas pela divisão do trabalho [...] e pela qual uma classe domina todas as outras. A partir disso, segue que todos os conflitos reais das diferentes classes lutam

entre si (Harvey, 2006 p. 77).

Trata-se da exclusão que é gerada pelo modo de produção. Logo não basta discutir a exclusão de uma “minoría” ou outra, no caso aqui, partimos das pessoas com deficiência para compreendermos que mesmo que as Políticas desenvolvidas pelo estado sejam eficientes, teremos sempre um exército de excluídos, do trabalho, do lazer, da escola, entre outros. Pessoas que nem mesmo têm acesso garantido aos mínimos sociais, alimentação, saúde, educação, assistência social, habitação. O Estado capitalista não dá conta de inserir todos os sujeitos numa condição de igualdade e equidade.

Para Harvey (2006 p. 81) “No modo capitalista de produção, as relações de troca originam, portanto, noções específicas a respeito do “indivíduo”, da “liberdade”, da “igualdade”, dos “direitos”, da “justiça” etc”. Nesta perspectiva o autor afirma que estes princípios são apresentados na sociedade capitalista a partir das relações sociais burguesas de troca. Percebe-se que estes direitos, necessários para todos os sujeitos gozarem de uma vida plena, não são observados como de justiça e igualdade numa perspectiva equânime, mas de justiça e igualdade para aqueles que a conquistam nas relações capitalistas de troca.

O estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo (Harvey, 2006 p. 81).

Apesar da garantia estatal de diversos direitos, muitos ainda são ineficientemente aplicados ou meramente formais. A educação, a saúde e a acessibilidade não são universalmente alcançadas na maioria dos municípios: a carência de ônibus adaptados, a ausência de rampas em escolas e edifícios públicos, e a pouca sinalização em Braille em equipamentos públicos e privados são exemplos dessa falha. O significado real da participação social é muito mais profundo do que a visão restrita de inclusão praticada por certas escolas, exigindo mais do que uma simples atualização de mentalidades, apesar do volume de bons conteúdos disponíveis no ambiente escolar, midiático e de entretenimento.

Não se trata de afirmar que apenas as pessoas com deficiência são excluídas. Na sociedade capitalista a exclusão diz respeito a todos àqueles que constantemente estão à margem da sociedade, que tem sua renda de um trabalho precário, que ocupam uma moradia sem circunstâncias de sobrevivência digna, sem saneamento, sem condições de acesso às políticas sociais.

3 O SOCIALISMO REAL

Pretende-se aqui evidenciar a relevância de projetos societários, como alternativa para a inclusão de todos os sujeitos nas diferentes instâncias da sociedade, mercado de trabalho, educação, saúde, lazer, assistência social, esporte, entre outros. Considerando que até então as possibilidades de inclusão da diversidade humana oferecidas, são parciais e excludentes, busca-se reconhecer algumas das experiências socialistas já vivenciadas pela história humana, a fim de identificar novas possibilidades de sociabilidade. Cabe referenciar que não se pretende esgotar o assunto “fim do socialismo real” que é de grande repercussão e vem sendo debatido por grandes pensadores, entre os quais se podem citar, Hobsbawm (2012), Konder (2009), Meszaros (2005), entre outros.

Durante parte do Século XX, o mundo viveu sob a égide de duas ideologias que disputaram forças, o modelo de produção capitalista e o socialista. Foi o período denominado pela literatura como o de guerra fria. No começo do século XX, a Rússia passou por uma crise social e econômica. A desigualdade era enorme entre os camponeses e a nobreza (os grandes proprietários de terras). Em 1915 as lideranças socialistas organizaram os operários em conselhos, os sovietes, nos quais se debatiam decisões políticas, colocando em cheque o Czar Nicolau II (Hobsbawm, 2012).

O Czar prometeu reformas, afirmando que estabeleceria um governo constitucional e convocaria eleições, a fim de elaborar uma constituição. Os mencheviques e outros partidos deram-se por satisfeitos. Já os bolcheviques, socialistas revolucionários liderados por Lênin, exigiram o fim da monarquia. O governo utilizou-se de repressão aos focos de revolta interna. Exilou e/ou prendeu líderes revolucionários e não cumpriu com as promessas que havia feito. Em 1917, inicia-se em Petrogrado, atual São Petersburgo, a revolução que resultaria na renúncia do Czar Nicolau II.

Lênin retornou do exílio e reorganizou os bolcheviques que em 25 de outubro, cercaram Petrogrado onde ficava o governo provisório para tomar o poder. O czar Nicolau II foi condenado à morte e juntamente com a família imperial foi fuzilado, em 1918. Daí o então Partido Bolchevique passou a se chamar Partido Comunista. Assim em 1922 surgiu a URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com a união das seguintes repúblicas; Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Transcaucásia e as repúblicas da Ásia Central. Com a morte de Lênin em janeiro de 1924, as lideranças comunistas se viram obrigadas a tomar algumas decisões

importantes. “Trotsky defendia uma linha enfaticamente internacionalista” (KONDER, 2009, p.19), para a consolidação do socialismo. Já Stalin defendia uma orientação de que deveriam priorizar a edificação do socialismo no local onde estavam, ou seja, o país em que o socialismo já estava a triunfar.

Stalin foi nomeado secretário-geral do Partido Comunista em 1922. Logo, conseguiu apoio para suceder a Lênin. Buscando consolidar a Rússia essencialmente agrícola, numa potência industrial, Stalin instituiu o primeiro plano quinquenal, (Hobsbawm, 2012).

O método adotado por Stalin e seu grupo implicava a destruição sumária de todos os elementos incômodos, perigosos. Stalin liderou um processo que entronizava o método definido por Lukács como “oportunistamente tático”: a subordinação pragmática, cínica, da elaboração teórica ao que interessava taticamente em cada momento, (Konder, 2009, p. 20).

No ano de 1930, Stalin instalou uma política de terror, executando, deportando e expurgando qualquer opositor. Em 1939, com o avanço das tropas nazistas, Stálin firmou acordo de não agressão, pois tinha medo de que Hitler pudesse invadir seu país. Em 1942, o exército alemão entrou na URSS e Stálin se uniu aos 25 países aliados para combater as potências do Eixo. Em 1943 as tropas de Hitler foram derrotadas na Batalha de “Stalingrado” pelos russos. O ditador assegurou a posse de boa parte da Europa em 1945, no final da Segunda Guerra Mundial.

É importante evidenciar que após a conquista do poder, a cúpula da URSS passou por um processo de esvaziamento de reflexão autocrítica. “Os marxistas mais criativos, mais inquietos e mais argutos foram ‘neutralizados’”, marginalizados ou ameaçados: perderam os meios de influir significativamente na orientação do movimento comunista” (KONDER, 2009 p.22). O autor evidencia que Lukács foi “orientado” a repensar a sua escrita, revendo alguns posicionamentos que não estavam de acordo com o pensamento do ditador. Korsch foi expulso do partido, Benjamin foi obrigado a permanecer à margem do partido comunista e Gramsci, secretário geral do partido comunista italiano, passou a ter tratamento hostil. Sem a luz destes importantes autores da esquerda mundial, o marxismo passou por um período de empobrecimento enquanto teoria. Com isso:

A União Soviética assumiu traços que se distanciavam daquela imagem que ela apresentara ao mundo nos anos de Lênin. No lugar da vida artística e cultural agitada e rica, se estabeleceu, no final dos anos de 1940, um clima sufocante e policaresco, (Konder, 2009, p. 22).

As opções seguidas por Stalin significaram um relativo afastamento daquilo que Lênin e Trotsky vinham pensando para a sociedade a partir da leitura de Marx.

Marx elaborou uma concepção do ser humano, uma concepção da história, uma crítica filosófica da Economia Política: seu pensamento se movia num plano que lhe permitia se ocupar muito concretamente de questões políticas, do dia a dia, mas também questões especificamente filosóficas, gerais, abstratas, (KONDER, 2009, p. 23).

Um dos grandes equívocos de Stalin, que não permitiu a afirmação do Socialismo em escala mundial e nem mesmo na União Soviética foi o fato de não ter fortalecido e expandido este ideal em nível mundial conforme defendia Trotsky. Engels ao ser questionado se há possibilidade da revolução comunista acontecer em um único país respondeu:

Não. A grande indústria ao criar o mercado mundial, uniu todos os povos da terra, e principalmente os povos civilizados, a tal ponto que cada povo depende daquilo que ocorre com os demais. Além disso, a grande indústria nivelou em todos os países civilizados o desenvolvimento social, a tal ponto que em todos eles a burguesia e o proletariado tornaram-se as duas classes decisivas da sociedade e a luta entre essas duas classes tornou-se a principal luta de nossos dias. Por isso, a revolução comunista não será uma revolução apenas nacional, mas ocorrerá simultaneamente em todos os países civilizados [...], (ENGELS, 2010, p. 115-116).

Desse modo, qualquer tentativa de revolução socialista focalizada estará fadada ao insucesso. Ainda que possa trazer elementos de resistência e problematização de modelos societários que possam atender as necessidades da diversidade humana, como é o caso das mulheres, pessoas com deficiência, entre outros.

Em 1961, no auge da Guerra Fria, foi criado o muro de Berlim. Este foi símbolo não só da divisão da capital alemã em oriental (comunista) e ocidental (capitalista), mas especialmente da separação do mundo em dois blocos de poder. O muro tinha 155km em sua extensão, interrompia 8 linhas de trens urbanos, quatro metrô, 193 ruas e avenidas, atravessava 24 km de rios e 30 km de mata.

Em 1985, Mikhail Gorbachev assumiu a secretaria do Partido Comunista, aos 54 anos chegou ao poder com projetos de reformas democráticas. O líder atraiu todas as atenções do mundo ao prometer a redução da censura, moratória nuclear unilateral, retirar tropas do Afeganistão após nove anos de intervenção soviética e liberar presos políticos.

A tensão militar sobre a economia na verdade aumentara perigosamente desde 1980, quando, pela primeira vez em muitos anos, as Forças Armadas soviéticas se viram

diretamente envolvidas numa guerra. Enviaram uma força para o Afeganistão para estabelecer algum tipo de estabilidade naquele país, que desde 1978 era governado por um Partido Democrático Popular comunista dividido em facções conflitantes, ambas antagonizadas por latifundiários locais, o clero muçulmano e outros crentes no status quo, devido a atividades atérias como reforma agrária e direitos para as mulheres. [...]. Contudo, os EUA preferiram ou escolheram ver a jogada soviética como uma grande ofensiva militar dirigida contra o "mundo livre". Portanto (via Paquistão), despejou dinheiro e armamentos avançados sem limites nas mãos de guerreiros fundamentalistas muçulmanos das montanhas (Hobsbawm, 2012 , p.464).

Percebe-se que a guerra entre a URSS e o Afeganistão também teve repercussões na sua manutenção e desfecho da guerra fria, tendo os EUA importante influência no financiamento e no fornecimento bélico.

Para definir sua relação com a sociedade Gorbatchov usou o termo *glasnost* (transparência) e para definir a necessidade econômica utilizou a *Perestroika* (reconstrução). No período que compreende os anos de 1917 a 1990, os soviéticos haviam tido o regime de partido único, o qual controlava a vida de todos os cidadãos. Com a liderança de Gorbatchov, a União Soviética teve uma nova ordem política, com sindicatos livres e pluripartidarismo.

O que levou a União Soviética com rapidez crescente para o precipício foi a combinação de *glasnost*, que equivalia à desintegração de autoridade, com uma *perestroika* que equivalia à destruição dos velhos mecanismos que faziam a economia mundial funcionar, sem oferecer qualquer alternativa; e conseqüentemente o colapso cada vez mais dramático do padrão de vida dos cidadãos (Hobsbawm, 2012 p.468).

Após iniciado este período de transição, em 1991, uma forte tensão foi gerada entre conservadores e reformistas. Com isso Gorbachev deu autonomia às repúblicas, na tentativa de evitar uma guerra civil. Em setembro de 1991, o parlamento votou na dissolução da URSS, e em dezembro, já com Boris Iéltsin na presidência, é declarada a independência da Rússia e a formação da Comunidade de Estados Independentes.

Ainda, na década de 1980 houveram significativas mudanças na URSS às quais levaram ao aumento das pressões contra o Muro de Berlim.

O problema do "socialismo realmente existente" na Europa era que, ao contrário da URSS do entre guerras, praticamente fora da economia mundial e portanto, imune, à Grande Depressão, agora o socialismo estava cada vez mais envolvido nela, e portanto não imune aos choques da década de 1970 (Hobsbawm, 2012 p. 458).

Em 1989 era muito grande a pressão para o governo socialista facilitar viagens dos alemães orientais. Em consequência das pressões internas e externas veio a queda do muro em

novembro do mesmo ano. Após o anúncio sobre a queda do muro de Berlim uma multidão se juntou nos postos de fronteira, todos queriam participar da derrubada do símbolo que marcou durante anos a trajetória política alemã. Junto com o muro também caíram o sistema socialista europeu e a Guerra Fria.

O colapso do comunismo após 1989 se limitou à URSS e aos Estados em sua órbita (incluindo a Mongólia Exterior, que escolheu a proteção soviética ao domínio chinês entre as guerras mundiais). Os três regimes comunistas asiáticos sobreviventes (China, Coreia do Norte e Vietnã), assim como a distante e isolada Cuba, não foram imediatamente afetados (Hobsbawm, 2012, p.471).

É importante evidenciar que o fim do período socialista soviético e europeu trouxeram consequências a outras nações socialistas, no entanto, não significou o fim das repúblicas socialistas pelo mundo.

Com o colapso da URSS, a experiência do "socialismo realmente existente" chegou ao fim. Pois, mesmo onde os regimes comunistas sobreviveram e tiveram êxito, como na China, abandonaram a ideia original de uma economia única, centralmente controlada e estatalmente planejada, baseada num Estado completamente coletivizado - ou uma economia de propriedade coletiva praticamente operando sem mercado. Será essa experiência, algum dia, renovada? Claramente não o será na forma desenvolvida na URSS, nem provavelmente em qualquer outra, a não ser em condições de uma guerra econômica total ou algo semelhante, ou em alguma outra emergência análoga (Hobsbawm, 2012, p.481).

Pode-se concluir que a experiência frustrada e frustrante de Stalin, que confundiu o socialismo de Marx com governo ditatorial deixou marcas que delinearão uma experiência socialista (se é que se pode dizer socialista) equivocada desde a sua implantação. Neste sentido Hobsbawm aponta que certamente novas experiências socialistas terão formas diferentes daquelas desenvolvidas pela URSS.

Até onde o fracasso da experiência soviética lança dúvida sobre todo o projeto de socialismo tradicional, uma economia baseada essencialmente na propriedade social e administração planejada dos meios de produção, distribuição e troca, já é outra questão. O fracasso do socialismo soviético não se reflete sobre a possibilidade de outros tipos de socialismo. Na verdade, a própria incapacidade de a economia sem saída de planejamento central do tipo soviético reformar-se em "socialismo de mercado", como se queria, demonstra o fosso entre os dois tipos de desenvolvimento (Hobsbawm, 2012 p.482).

Ainda, uma economia que detém sua base com meios de produção e distribuição sem planejamento de avanços para a fronteira tecnológica e científica para dar conta de retroalimentar as suas bases de produção, tende rapidamente chegar ao colapso tanto no

modelo de produção socialista quanto capitalista.

Importante referir que se trata de modificar a relação estabelecida entre os sujeitos e os avanços tecnológicos, que por ora, são utilizados para a máxima acumulação capitalista. Estes avanços tecnológicos e científicos podem também ser utilizados para aumentar a capacidade de produção e distribuição dos bens socialmente produzidos. Logo pode significar a possibilidade de um modelo societário que dê conta de atender as necessidades da diversidade humana, tais como educação, trabalho, lazer, esporte e demais espaços que a sociabilidade pressupõe. No tempo histórico vivenciado até aqui o modelo de produção capitalista vem falhando na perspectiva de atender as necessidades da diversidade humana, daí a necessidade de pensarmos estratégias que vão para além do capital (Mészáros, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se neste artigo, abordar o fim do socialismo real, que teve como um dos marcos fundamentais a dissolução da União Soviética (1991). Este processo causou uma série de impactos nas diretrizes socialistas que resistiram em escala mundial. Especialmente no que se refere à falta de alternativas de mercados socialistas, como estratégia de enfrentamento aos embargos capitalistas. Também significou o fim de uma era em que capitalismo e socialismo disputavam a hegemonia mundial enquanto modelo de produção e socialização dos bens produzidos. No entanto há que se referenciar que a dissolução da União Soviética significou um triunfo capitalista, mas não significa que o marxismo esteja desacreditado, até porque o bloco soviético configurou-se num socialismo travestido pela figura de Stalin e não o socialismo defendido por Marx, e ideologicamente seguido por Lenin e Trotsky.

Considerando que o modelo de produção capitalista é na sua gênese excludente, buscou-se situar o atendimento das pessoas com deficiência e a necessidade de um novo modelo societário, que consiga dar conta de atender as necessidades de todos os sujeitos. O socialismo defendido até a composição da União Soviética despontou como alternativa possível de atender as necessidades da diversidade humana, porém perdeu-se na sua implementação, tão logo Stalin tomou as rédeas no comando da Internacional Comunista. Isto permite afirmar que o tema da garantia de direitos das pessoas com deficiência está ainda em construção e a sua efetivação depende de avançarmos para um modelo de produção com características diferentes do atual padrão. Diferentes também de todas as experiências de sociabilidade já vivenciadas pela humanidade. Aliás, ao discutir o atendimento aos direitos

das pessoas com deficiência, não deve-se fazer de modo isolado e sim considerando a inclusão/exclusão de toda a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. 2 ed. Brasília: CORDE, 1997.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Educação Inclusiva e diversidade: uma prática educativa junto a alunos com necessidades especiais**. Porto Alegre: Redes Editora, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Princípios do Comunismo**. IN. MARX. Karl. O manifesto do partido comunista. 15 ed. Petrópolis RJ: Editora Vozes: Bragança Paulista SP; Editora Universitária São Francisco, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: ANNABLUME, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. 2ª Ed 46ª reimpressão. Tradução Marcos Santarrita. Revisão técnica Márcia Célia Paoli. São Paulo SP: Companhia das Letras, 2012.

KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. 2ª ed. São Paulo SP: Expressão popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003.

SAWAIA, Bender. **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial da desigualdade social**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1999.

SASSAKI. Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 2010.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

A IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE UM GUIA ANTIXENORRACISTA COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO EDUCATIVA NA ESCOLA

LA IMPORTANCIA DE LA ELABORACIÓN DE UNA GUÍA ANTIXENORRACISTA COMO INSTRUMENTO DE ACCIÓN EDUCATIVA EN LA ESCUELA

Elson Jonas Ferreira da Silva¹
Yáscara Michele Neves Koga²
Evandro Ricardo Guindani³

Resumo: O presente estudo discute a importância da elaboração de guias antixenorracistas pelas escolas como instrumentos de ação educativa e institucional no enfrentamento ao racismo e à xenofobia. Partindo das reflexões desenvolvidas na trilha formativa Repensando a Escola: Teorias e Práticas para uma Educação Antirracista e das experiências em pesquisas sobre xenofobia no contexto escolar, o trabalho problematiza a ausência de protocolos sistematizados e a naturalização de práticas discriminatórias. O objetivo principal é refletir sobre a importância da elaboração de guias antixenorracistas nas escolas, analisando como esses documentos podem orientar práticas pedagógicas e institucionais de enfrentamento ao racismo e à xenofobia. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de abordagem descritiva e caráter participante, fundamentada na análise da trilha formativa e nas vivências profissionais e acadêmicas. A investigação dialoga com legislações nacionais e estaduais, referenciais teóricos sobre educação antirracista e decolonial, além de documentos orientadores. Os resultados evidenciam que práticas discriminatórias persistem mesmo diante de bases legais consolidadas, revelando a necessidade de protocolos claros e institucionalizados. Conclui-se que a criação de guias antixenorracistas constitui uma ação urgente para fortalecer o compromisso ético e pedagógico das escolas, promovendo ambientes mais inclusivos e garantindo respostas educativas diante de situações de racismo e xenofobia. O estudo reforça que tais materiais não apenas organizam procedimentos, mas fomentam uma cultura escolar comprometida com os direitos humanos e com a valorização da diversidade.

Palavras-chave: educação antixenorracista, responsabilização pedagógica, prevenção de violências.

Resumen: El presente estudio analiza la importancia de que las escuelas elaboren guías antixenorracistas como instrumentos de acción educativa e institucional en el enfrentamiento al racismo y a la xenofobia. A partir de las reflexiones desarrolladas en la trayectoria formativa Repensando a Escola: Teorias e Práticas para uma Educação Antirracista y de las

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé - RS. Professor de Geografia na rede pública e privada de Blumenau - SC. E-mail: elsonsilva.aluno@unipampa.edu.br.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé - RS. E-mail: yascarakoga@unipampa.edu.br.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé - RS. E-mail: evandroguindani@unipampa.edu.br.

experiencias en investigaciones sobre xenofobia en el contexto escolar, el trabajo problematiza la ausencia de protocolos sistematizados y la naturalización de prácticas discriminatorias. El objetivo principal es reflexionar sobre la relevancia de elaborar guías antixenorracistas en las escuelas, analizando cómo estos documentos pueden orientar prácticas pedagógicas e institucionales para enfrentar el racismo y la xenofobia. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, con un enfoque descriptivo y de carácter participante, fundamentada en el análisis de la trayectoria formativa y en las vivencias profesionales y académicas. La investigación dialoga con legislaciones nacionales y estatales, referencias teóricas sobre educación antirracista y decolonial, además de documentos orientadores. Los resultados evidencian que las prácticas discriminatorias persisten incluso ante bases legales consolidadas, lo que revela la necesidad de protocolos claros e institucionalizados. Se concluye que la creación de guías antixenorracistas constituye una acción urgente para fortalecer el compromiso ético y pedagógico de las escuelas, promover entornos más inclusivos y garantizar respuestas educativas ante situaciones de racismo y xenofobia. El estudio refuerza que estos materiales no solo organizan procedimientos, sino que también fomentan una cultura escolar comprometida con los derechos humanos y con la valorización de la diversidad.

Palabras clave: educación antixenorracista, responsabilización pedagógica, prevención de violências.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe discutir a importância de que as escolas elaborem seus próprios guias antixenorracistas como instrumentos pedagógicos e institucionais de enfrentamento à xenofobia e ao racismo. O estudo não busca criar um modelo padrão de guia, mas refletir sobre a necessidade de sua existência e oferecer ideias que possam inspirar e orientar as equipes escolares na construção de protocolos de intervenção adequados às suas realidades e contextos específicos.

A proposta nasce da experiência vivenciada na trilha formativa “Repensando a escola: teorias e práticas para uma educação antirracista”, promovida pelo Centro de Formação da Vila, que despertou reflexões sobre o papel da escola no enfrentamento ao racismo. A partir da minha área de pesquisa acerca da xenofobia nas escolas, percebo que, embora diferentes, essas práticas discriminatórias muitas vezes se entrelaçam e permanecem naturalizadas no cotidiano escolar.

A relevância social deste estudo consiste em incentivar as escolas a reconhecerem a urgência de elaborar seus próprios protocolos de ação, de modo a não tratarem casos de racismo e xenofobia de forma simplificada ou improvisada. Já a relevância científica está na

contribuição ao campo da educação antirracista e decolonial, ao propor reflexões e sugestões práticas que possam orientar a criação de guias e ações institucionais. O trabalho pretende, portanto, reforçar a importância da construção coletiva de instrumentos que fortaleçam o compromisso ético, pedagógico e social das escolas com uma educação antixenorracista.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, pretende-se refletir sobre a importância da elaboração de guias antixenorracistas nas escolas, analisando como esses documentos podem orientar práticas pedagógicas e institucionais de enfrentamento ao racismo e à xenofobia. Complementarmente, os objetivos específicos são: compreender o papel da escola na prevenção e no enfrentamento do racismo e da xenofobia; destacar etapas e ações que possam orientar a elaboração de um guia antixenorracista; e analisar as contribuições da trilha formativa para a construção de protocolos escolares, destacando as aprendizagens desenvolvidas.

Considerando o exposto anteriormente, foi definida a seguinte questão de pesquisa: De que maneira a reflexão sobre a criação de guias antixenorracistas pode contribuir para fortalecer práticas pedagógicas e institucionais de combate ao racismo e à xenofobia nas escolas?

O estudo tem como base o módulo 4 da trilha formativa “Lidando com casos de racismo na escola: por onde começar?” e as experiências vivenciadas durante o curso, bem como a realidade das escolas nas quais sou professor e nas instituições de ensino que fazem parte da minha pesquisa na pós-graduação. Foram analisadas as etapas e princípios que podem inspirar a criação de protocolos escolares, com destaque para as ações imediatas, de curto, médio e longo prazo. O trabalho apresenta sugestões e princípios norteadores, sem propor um modelo fechado, valorizando a autonomia e a diversidade das práticas pedagógicas de cada escola.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, por buscar compreender e interpretar fenômenos sociais, como as práticas pedagógicas e institucionais de enfrentamento ao racismo e à xenofobia no contexto escolar. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, visando proporcionar maior familiaridade com a criação de um guia antixenorracista e refletir sobre as experiências e aprendizados da formação docente. Em relação aos procedimentos, a pesquisa é participante, baseada na análise da vivência durante a

trilha formativa (Silveira; Córdova, 2009).

Os dados apresentados resultam da participação na trilha formativa Repensando a Escola: Teorias e Práticas para uma Educação Antirracista, realizada entre 18 de março e 9 de setembro de 2025 pelo Centro de Formação da Vila, dividida em quatro módulos de 10 horas cada, totalizando 40 horas. Assim como, do estudo que está sendo realizado no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa – Campus Bagé, no nível de Mestrado Acadêmico, acerca dos fluxos migratórios e da xenofobia no ambiente escolar, com projeto devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unipampa, CAAE número 89156325.6.0000.5323 e parecer número 7.809.086.

3 A TRILHA COMO PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE

A trilha formativa propôs uma formação teórico-prática voltada à construção de estratégias pedagógicas antirracistas e decoloniais, articulando diferentes áreas do conhecimento com o objetivo de fortalecer a atuação de educadores na efetiva implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. A iniciativa reconheceu que, embora as relações étnico-raciais estejam no cerne dos desafios da educação contemporânea, ainda há limitações estruturais e pedagógicas para abordar o tema de forma transversal no currículo escolar. Ao longo de quatro módulos, a trilha buscou promover o diálogo, a reflexão e a troca de experiências, oferecendo fundamentos conceituais, exemplos práticos e possibilidades de adaptação de recursos didáticos (Centro de Formação da Vila, 2025).

O recorte de análise se delimita ao módulo quatro “Lidando com casos de racismo na escola: por onde começar?”, dividido em quatro aulas síncronas e assíncronas via *GoogleMeet*. O objetivo do módulo foi contribuir com a capacitação de educadoras(es) para lidar pedagogicamente com casos de racismo envolvendo estudantes de diferentes segmentos e oferecer repertório prático de ações que podem ser tomadas no encaminhamento de episódios racistas, entendendo que o papel da escola é fundamentalmente de formação dos sujeitos.

Como resultado da primeira aula, a atividade proposta possibilitou uma reflexão sobre as experiências pessoais e profissionais dos participantes diante de situações de racismo no contexto escolar. O registro da atividade revelou a importância de analisar as próprias ações e reações frente a episódios discriminatórios, destacando a necessidade de acolhimento imediato às vítimas, escuta ativa e encaminhamentos institucionais adequados. A vivência

compartilhada evidenciou também a carência de protocolos claros e de uma atuação mais articulada entre os diferentes setores da escola. Nesse sentido, a atividade contribuiu para fortalecer a compreensão de que o enfrentamento ao racismo deve ser uma responsabilidade coletiva, sustentada por práticas pedagógicas contínuas e pela formação antirracista de todos os profissionais.

Durante a segunda e a terceira aula, as discussões em grupo aprofundaram a compreensão sobre o acolhimento, a responsabilização e as medidas restaurativas diante de situações de racismo no ambiente escolar através de uma atividade que favoreceu a percepção de que a atuação da escola diante do racismo deve ser planejada coletivamente e de maneira contínua, articulando medidas de acolhimento com ações pedagógicas de conscientização e prevenção.

Na segunda aula, destacou-se a importância de acolher a vítima com sensibilidade, garantindo escuta qualificada e nomeando o ocorrido como racismo, de modo a evitar sua naturalização ou disfarce sob a forma de brincadeira. A responsabilização foi compreendida não apenas como punição, mas como um processo educativo e formativo, que envolve compreender o contexto do ato, dialogar com os envolvidos e promover ações pedagógicas que fortaleçam valores éticos e de respeito à diversidade. Também foi destacada a relevância do envolvimento das famílias tanto da vítima quanto do agressor, promovendo uma abordagem restaurativa que busca reparar os danos e reafirmar o compromisso da escola.

Na terceira aula, o grupo avançou na organização das ações em diferentes períodos por meio de uma estrutura de protocolo de intervenção, identificando os atores responsáveis em cada etapa, como orientadoras(es), psicólogas(os), professoras(es) e coordenadoras(es). Esse exercício permitiu sistematizar as respostas anteriores e construir uma proposta de protocolo mais estruturada com a realidade escolar.

Na quarta aula, a atividade final teve foco na reflexão individual sobre o percurso formativo, retomando as respostas registradas nas atividades anteriores e analisando as transformações ocorridas ao longo do curso. Nesse momento, foi possível reconhecer que a preocupação com o acolhimento das vítimas e o registro formal dos episódios de racismo permaneceu como um princípio essencial, reforçando a importância da escuta e da nomeação da violência. A reflexão foi aprofundada ao evidenciar que o enfrentamento dessas situações não deve se restringir a ações pontuais, mas envolver um planejamento contínuo de medidas educativas e reparadoras de imediato, curto, médio e longo prazo.

O quadro 1 destaca algumas ações apresentadas pelos formadores do módulo quatro

como exemplos para a organização de um protocolo em quatro períodos: as ações imediatas (assim que o episódio foi presenciado ou relatado por um estudante), as ações de curto prazo (responsáveis pela orientação, coordenação ou cargos semelhantes), as ações de médio prazo (situações mais graves devem continuar recebendo o devido acompanhamento necessário) e as ações de longo prazo (a escola deve dar continuidade às iniciativas que demandam sequência e planejamento).

Quadro 1: Exemplos de ações para criação do protocolo apontados durante o módulo quatro

Período:	Ação:
Ações imediatas	Acolher emocionalmente as vítimas, ouvir os diferentes atores envolvidos, nomear o racismo presente no episódio, registrar o ocorrido para que não se passe despercebido na escola.
Ações de curto prazo	Mediar ações de retratação e reparação, dialogar com as famílias envolvidas no caso, realizar conversas ou atividades com o restante da turma, definir as atividades pedagógicas a serem propostas aos agressores e, quando necessário, determinar as sanções que serão aplicadas.
Ações de médio prazo	Conversar novamente com as vítimas, os agressores e suas famílias, buscando entender como cada parte se sente diante do ocorrido depois das ações já empenhadas. Pautar os episódios em reuniões pedagógicas e outros fóruns de debate da escola.
Ações de longo prazo	Acompanhar as vítimas emocionalmente, acompanhar o processo de desenvolvimento moral dos agressores, realizar novas conversas e atividades com a turma dos estudantes envolvidos tematizando o racismo e, principalmente, o antirracismo.

Fonte: Centro de Formação da Vila, 2025.

Embora o quadro apresente exemplos de ações organizadas em diferentes períodos, é fundamental destacar que a implementação dessas medidas deve considerar as realidades particulares de cada escola. A composição das equipes e os profissionais responsáveis por cada ação variam conforme o contexto institucional, já que nem todas as escolas contam com os mesmos cargos, como é o caso de psicólogos em unidades da rede pública. Além disso, há diferenças nas nomenclaturas e nas atribuições de funções que, mesmo distintas, podem desempenhar papéis semelhantes no processo de acolhimento, acompanhamento e mediação dos casos.

4 EDUCAÇÃO ANTIXENORRACISTA: POR QUE CONSTRUIR UM GUIA ESCOLAR?

De acordo com Giroto e Paula (2024), a educação antixenorracista deve ser compreendida como uma prática educativa que reconhece as especificidades, desafios e potencialidades das populações migrantes negras no Brasil. Essa perspectiva propõe uma educação libertadora, que valoriza os saberes desses sujeitos, denuncia práticas opressoras e busca garantir o protagonismo e a autonomia de todos os envolvidos no processo educativo.

A elaboração de um guia antixenorracista como protocolo de intervenção é necessário para que a escola se torne um espaço comprometido com o respeito à diversidade e a garantia dos direitos humanos. Esse tipo de documento pode orientar a comunidade escolar sobre como agir diante de situações de racismo e xenofobia, assegurando respostas rápidas, acolhedoras e pedagógicas. Além de oferecer diretrizes claras para o acolhimento das vítimas e a responsabilização dos agressores, o guia também pode cumprir um papel formativo, ao propor reflexões coletivas e práticas educativas que previnam novas ocorrências. Ao institucionalizar essas ações, a escola deixa de depender apenas de iniciativas individuais e passa a agir de modo coletivo e comprometido.

Inicialmente, é fundamental destacar o que estabelece a legislação brasileira no que se refere à garantia dos direitos humanos, à promoção da igualdade e à valorização da educação como instrumento de transformação social. Dessa forma, apresentam-se a seguir algumas das principais leis que sustentam esses princípios e servem para orientar ações educativas na escola:

A Constituição Federal de 1988 estabelece, nos artigos 5º e 6º, os fundamentos da igualdade e dos direitos sociais no Brasil. O Art. 5º assegura que todos são iguais perante a lei, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sem distinção de qualquer natureza. Já o Art. 6º elenca os direitos sociais essenciais, como educação, saúde, trabalho, moradia, alimentação e assistência (Brasil, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reforça o papel da educação como direito fundamental e dever do Estado, da família e da sociedade. Nos artigos 53º ao 55º, a lei assegura às crianças e adolescentes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, respeito por parte dos educadores e o direito à formação integral (Brasil, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) define os princípios e finalidades da educação brasileira, orientando o sistema educacional do país. Em

seus artigos 2º e 3º, a LDB destaca que a educação deve promover o pleno desenvolvimento do educando, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O ensino deve fundamentar-se em valores como igualdade de acesso, liberdade de pensamento, respeito à diversidade, pluralismo de ideias e solidariedade humana (Brasil, 1996).

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 estabelecem uma relação direta de continuidade e ampliação no campo das políticas educacionais voltadas à valorização da diversidade étnico-racial no Brasil. A primeira introduziu, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, com o objetivo de reconhecer a contribuição do povo negro na formação social, econômica e política do país. Já a segunda lei ampliou esse escopo, incluindo também a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura dos povos indígenas (Brasil, 2003; Brasil, 2008).

A Lei nº 7.716/1989 estabelece as bases legais para o combate aos crimes de preconceito e discriminação no Brasil. De acordo com o Art. 1º, são passíveis de punição todos os atos que resultem em discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Já o Art. 20 prevê penalidades específicas como reclusão de um a três anos e multa para quem praticar, induzir ou incitar tais formas de discriminação (Brasil, 1989).

A Lei de Migração nº 13.445/2017 amplia a proteção aos direitos humanos ao incorporar o repúdio e a prevenção à xenofobia, ao racismo e a qualquer forma de discriminação como princípios da política migratória brasileira (Art. 3º, II). Além disso, assegura o acesso igualitário dos migrantes a serviços públicos, educação, trabalho e moradia (Art. 3º, XI), promovendo a inclusão social. O Art. 4º reforça a igualdade de direitos entre migrantes e nacionais, garantindo a inviolabilidade de direitos fundamentais como vida, liberdade, segurança e propriedade, além de proibir qualquer forma de discriminação em razão da nacionalidade ou condição migratória (Brasil, 2017).

Complementando as legislações nacionais, a Lei Estadual nº 18.018/2020, de Santa Catarina, institui a Política Estadual para a População Migrante. Essa lei tem como objetivo garantir aos imigrantes o acesso a direitos fundamentais e serviços públicos, promover a interculturalidade, prevenir violações de direitos e incentivar a participação social. Em seus princípios, destaca-se a acolhida humanitária, a igualdade de oportunidades e o combate à xenofobia, ao racismo e a qualquer forma de discriminação, assegurando também o acesso à educação e a proteção integral de crianças e adolescentes migrantes. A lei ainda prevê a capacitação de profissionais da educação e de outras áreas para o atendimento qualificado e

humanizado dessa população, bem como a garantia do direito à educação a todos, independentemente da situação documental, e a valorização da diversidade cultural por meio da ocupação de espaços públicos por imigrantes (Santa Catarina, 2020).

Maschio e Silveira (2025) evidenciam que a reprodução de práticas discriminatórias, como racismo e xenofobia, permanece como realidade cotidiana nas escolas brasileiras, mesmo diante da existência de legislações que deveriam coibi-las. As autoras argumentam que essa permanência está vinculada à lógica colonial que estrutura a sociedade e o sistema educacional, sustentando hierarquias que favorecem grupos brancos e invisibilizam epistemologias e contribuições negras e imigrantes, destacando que a percepção negativa sobre estudantes imigrantes é alimentada pelo desconhecimento sobre os fluxos migratórios e seus benefícios sociais.

Dessa forma, as reflexões das autoras contribuem para fundamentar a criação do guia antixenorracista ao evidenciar que somente por meio de intervenções planejadas e efetivas é possível construir ambientes escolares inclusivos já que a presença crescente de estudantes imigrantes no Brasil tem revelado desafios estruturais que a escola ainda não está preparada para enfrentar, seja pela ausência de formação adequada dos profissionais, seja pela falta de políticas escolares que garantam práticas interculturais.

Uma educação comprometida com a perspectiva decolonial deve romper com a hegemonia eurocêntrica e reconhecer os saberes historicamente desvalorizados pela colonialidade do poder e do saber. Tal perspectiva propõe uma interculturalidade crítica, construída a partir das experiências de grupos historicamente subalternizados, como povos afrodescendentes, e defende a criação de novas condições de pensamento e de produção de conhecimento no campo educacional. Trata-se de uma pedagogia decolonial que ultrapassa a simples denúncia das opressões, fundamentando-se em práticas educativas transformadoras, capazes de reconstruir relações sociais, culturais e políticas de forma mais justa e plural (Oliveira; Candau, 2010).

O guia “Ensinar Respeito por Todos”, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), demonstra que materiais estruturados são fundamentais para orientar práticas pedagógicas de enfrentamento ao racismo e à xenofobia, ao reconhecer a escola como espaço estratégico para combater discriminações tanto na educação, por meio da eliminação de barreiras de acesso e permanência, quanto por meio da educação, ao promover pensamento crítico, tolerância e respeito aos direitos humanos (UNESCO, 2018).

O documento ressalta ainda que educadores necessitam de apoio e recursos organizados, oferecendo métodos, planos de aula e atividades que auxiliam no tratamento seguro e contextualizado de temas sensíveis, além de enfatizar que currículos orientados por valores de paz e dignidade humana fortalecem ambientes democráticos e colaboram para a desconstrução de preconceitos. Assim, esse documento evidencia que um material físico e sistematizado potencializa a organização das ações educativas, servindo como referência importante para a elaboração de um guia antixenorracista.

De acordo com Moreira (2019), o racismo recreativo corresponde a uma forma específica de dominação racial na qual o humor é utilizado como estratégia para difundir hostilidade contra minorias, promovendo imagens e estereótipos depreciativos que degradam o status cultural e material de grupos racializados. Embora se apresente como simples brincadeira, esse mecanismo legitima hierarquias raciais, protege a imagem social de pessoas brancas e opera como uma manifestação contemporânea do chamado “racismo sem racistas”, na qual quem o reproduz nega sua participação na manutenção das desigualdades raciais.

Com base no estudo de Melo (2024), é possível ampliar a compreensão proposta por Moreira (2019) ao observar que a lógica do humor como ferramenta de subordinação também opera fora do campo estritamente racial, manifestando-se como um mecanismo de inferiorização direcionado a grupos regionalmente marcados. A autora demonstra que produções midiáticas mobilizam caricaturas e trejeitos cômicos para consolidar uma xenofobia recreativa contribuindo para a manutenção de estereótipos que estruturam o imaginário nacional e reforçam desigualdades no plano cultural e social.

Diante do exposto, torna-se evidente que a construção de um guia antixenorracista não é apenas uma ação desejável, mas uma necessidade urgente para que a escola avance em direção a práticas verdadeiramente democráticas, inclusivas e comprometidas com os direitos humanos. A análise das legislações, das pesquisas acadêmicas e das orientações internacionais demonstra que enfrentar o racismo, a xenofobia e suas expressões contemporâneas requerem ações planejadas, formação continuada e instrumentos institucionais que orientem o fazer pedagógico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que, embora haja uma base legal robusta e iniciativas de formação docente, ainda persistem lacunas na atuação prática das escolas diante de episódios

discriminatórios. Assim, reafirma-se a necessidade de pensar instrumentos que sistematizem ações de acolhimento, responsabilização e acompanhamento, fortalecendo uma cultura escolar que reconheça a complexidade do racismo e da xenofobia e se posicione de forma ética e pedagógica.

Os resultados derivados da trilha formativa demonstraram que o enfrentamento ao racismo e à xenofobia exige muito mais do que intervenções pontuais: requer planejamento, continuidade e responsabilidade entre todos os membros da escola. A vivência nas atividades revelou que profissionais da educação reconhecem a necessidade de protocolos claros e coerentes, capazes de orientar ações nos diferentes momentos (imediatos, de curto, médio e longo prazo) e de articular dimensões emocionais, pedagógicas e institucionais. Além disso, a análise da trilha evidenciou transformações na compreensão dos participantes, especialmente no que diz respeito à centralidade do acolhimento e ao entendimento da responsabilização como um processo formativo e reparador, e não apenas punitivo.

Como implicação prática, recomenda-se que as equipes de profissionais da educação invistam na construção coletiva de guias institucionais, garantindo que esses documentos estabeleçam fluxos de encaminhamento e incorporem espaços permanentes de escuta e formação. Portanto, conclui-se que a criação de um guia antixenorracista é não apenas necessária, mas urgente, constituindo-se como um caminho para fortalecer práticas educativas e promover ambientes escolares que reconheçam, valorizem e protejam a diversidade em todas as suas formas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil:** Brasília, DF, 5 de

janeiro de 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil:** seção 1, Brasília: 2017. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**. Brasília: 2003. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Brasília: 2008. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 10 mai. 2024.

OLIVEIRA, Luiz; CANDAU, Vera. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2024.

GIROTO, Giovani; PAULA, Ercília. A educação no combate ao racismo e à xenofobia no Brasil. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 7, n. 1, p. 85-97, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6857/4531>. Acesso em: 08 dez. 2024.

SILVEIRA, Denise; CÓRDOVA, Fernanda. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MASCHIO, Silvana; SILVEIRA, Denise. Racismo e xenofobia no ambiente escolar: análise dos desafios para a inclusão de estudantes migrantes. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 18, n. 9, p. e20817, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.9-170. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/20817>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MELO, Luiza. Xenofobia recreativa na televisão brasileira do século XXI: estereótipos nordestinos em personagens cômicas de Mar do Sertão. **Anais: 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Univali**. Balneário Camboriú, 2024. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/17/07102024141003668ec06bedf45.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 18.018, de 13 de outubro de 2020. Institui a Política

Estadual para a População Migrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias no Estado de Santa Catarina. [S. l.], 13 out. 2020. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2020/18018_2020_lei.html. Acesso em: 13 mai. 2024.

UNESCO. **Ensinar respeito por todos**: guia de implementação. Brasília: UNESCO, 2018.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPGSSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A ESTRANHA NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA PARA “INCLUIR PESSOAS”

THE SOCIAL INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES AND THE STRANGE NEED FOR A POLICY TO "INCLUDE PEOPLE."

Jocenir de Oliveira Silva¹

RESUMO: Ao considerar a inclusão da pessoa com deficiência, remete-se também a exclusão que estes sujeitos vêm sofrendo ao longo da história. Embora apenas recentemente se tenha problematizado o tema, o mesmo é fruto de um processo histórico que reservou às pessoas com deficiência um espaço de pouca atenção e pouca visibilidade, tanto no âmbito privado quanto nos espaços coletivos. O presente artigo faz uma discussão sobre os processos de atenção à pessoa com deficiência, perpassando pelas discussões de inclusão, exclusão. Realiza-se também o reconhecimento dos processos de segregação, integração e inclusão, que são estratégias que foram, ou são utilizadas ainda a fim de “incluir” pessoas nos diversos espaços da sociedade. Aliás, este tema é inquietante e gera muitas possibilidades de discussão. Afinal, quais os caminhos e descaminhos que a sociedade vem seguindo nas relações sociais, na execução das políticas públicas que colocam como requisito a existência de uma política para “incluir” pessoas? Inicia-se aqui uma reflexão que tem como finalidade contribuir para o debate maior que é o de construir um projeto societário onde caibam todas as pessoas.

Palavras Chaves: Inclusão X exclusão da pessoa com deficiência; Política Pública; Proteção Social;

ABSTRACT: When considering the inclusion of people with disabilities, one must also refer to the exclusion that these individuals have suffered throughout history. Although the topic has only recently been problematized, it is the result of a historical process that has reserved for people with disabilities a space of little attention and little visibility, both in the private sphere and in collective spaces. This article discusses the processes of care for people with disabilities, touching upon discussions of inclusion and exclusion. It also recognizes the processes of segregation, integration, and inclusion, which are strategies that have been, or still are, used in order to "include" people in various spaces of society. Indeed, this topic is unsettling and generates many possibilities for discussion. After all, what paths and missteps has society been following in social relations, in the execution of public policies that require the existence of a policy to "include" people? This begins a reflection that aims to contribute to the larger debate of building a societal project where all people fit.

Keywords: Inclusion vs. exclusion of people with disabilities; Public Policy; Social Protection;

¹ Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS-PUCRS). Professor do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Proteção Social e do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Campus São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil; E-mail: jocenirsilva@unipampa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A sociedade nas mais diversas culturas, passou por diferentes períodos no que se refere às práticas relacionadas as Pessoas com Deficiência. No princípio, a exclusão social dos indivíduos com Deficiência prevalecia. No século XVIII desenvolveu-se um atendimento segregado dentro de centros e instituições. Em seguida, (século XIX e XX) surgiu a prática da integração social, onde a Pessoa com Deficiência passa a se integrar no convívio social, mas sem que a sociedade sofresse alterações significativas. Por fim, (século XX e XXI) adotou-se a teoria da inclusão social para modificar os padrões estabelecidos, buscando romper com a cultura determinante, essa teoria pretende que a sociedade seja realmente para todas as pessoas, sejam deficientes ou não deficientes.

Também neste texto, realiza-se uma problematização das políticas públicas para o atendimento da diversidade humana, tratando aqui especificamente das pessoas com alguma deficiência. Neste recorte, busca-se evidenciar os processos de atendimento à pessoa com deficiência, partindo da perspectiva da educação inclusiva, pois se entende que a educação tem papel fundamental no processo de transformação da sociedade. A mudança de concepção sobre a diversidade humana acontecendo desde a educação infantil poderá num espaço curto de tempo repercutir positivamente, criando um novo cenário para a garantia de direitos das pessoas com deficiência.

2 AS FACETAS DA EXCLUSÃO: DA SEGREGAÇÃO AO MOVIMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Registros da presença de Pessoas com Deficiência (PCD) existem desde as organizações sociais mais primitivas. Scheerenberger (1984, apud Cobacho e Sánchez, 1999) cita o caso de Shanidar I, que viveu há mais de 4.500 anos com múltiplas deficiências e sobreviveu em sua tribo. Contudo, em algumas sociedades primitivas, as condições de sobrevivência levavam à eliminação familiar de crianças com deficiência. Os sobreviventes eram, por vezes, vistos como possuidores de maus espíritos ou, dependendo da "sorte", manifestações divinas.

[...] Platão considerava que as crianças que nasciam deformes deviam ser rechaçadas e Aristóteles opinava que nenhuma criança deforme merecia viver. Posteriormente, nas sociedades Ateniense e Espartana, aumentou a prática do infanticídio com crianças que mostravam deficiências físicas ou morais, como consequência do culto à destreza e a preparação para a guerra. Neste mesmo sentido podemos dizer que em

Roma se praticou tanto o infanticídio como o abandono, a venda e a mutilação, embora o nível econômico familiar fosse uma variável importante na vida do deficiente, (CARDOSO, 2008, p.19-20).

Mesmo na Idade Antiga, existiam políticas que excluía de maneira extrema a Pessoa com Deficiência, em Esparta as crianças eram abandonadas em montanhas, em Roma eram jogadas em rios, pois eram consideradas inúteis. Nota-se através dessas afirmativas que vem de longo tempo a resistência as Pessoas com Deficiência e podemos verificar como suas vidas estavam constantemente ameaçadas. Nesse período, as atitudes das pessoas não deficientes em relação as Pessoas com Deficiência iam do abandono em florestas, ao extermínio nos desfiladeiros. Outros relatos evidenciam que entre os romanos também eram frequentes atitudes de extrema exclusão em relação as diferentes deficiências.

[...] Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las, (MISÉS, 1977, p. 14).

Na Idade Média, as Pessoas com Deficiência (PCD) eram associadas ao diabo e à feitiçaria, sendo frequentemente perseguidas, executadas, apedrejadas ou queimadas nas fogueiras da Inquisição (CARDOSO, 2008). Kalakun (2010, p.75) afirma que a deficiência era “historicamente e simbolicamente considerada fator de exclusão social”, resultando em rejeição e punição. Dessa forma, a PCD era afastada do convívio social, carregando um estigma imposto pela sociedade. Mudanças de atitude começaram no século XVIII com Rousseau e Diderot, que defendiam o ensino para todos e baseado na diversidade. No século XIX e XX, pensadores como Montessori, Decroly e outros reforçaram a necessidade de uma escola obrigatória e aberta à vida para todos (CARDOSO, 2008, p.21).

No século XIX, o fortalecimento do espírito religioso gerou ações de assistência às Pessoas com Deficiência (PCD), difundidas por "doações, de atendimento ou de enclausuramento em centros especializados" (BRASIL, 2007, p.15). A PCD passou a ser vista com pena e como totalmente dependente. Contudo, essa época marcou o início das mudanças nos padrões de diversidade humana. Progressivamente, as PCDs começaram a ser pensadas como parte da sociedade, e não apenas "anormalidades" excluídas. Conforme Lobo (1997, p.472), o conceito de criança “anormal” no início do século XX era visto como:

[...] Marcada por causas orgânicas, por estigmas físicos, considerada incurável, questionada enquanto doença, a idiotia custou mais a adquirir essa visibilidade nosográfica da psiquiatria. Nem por isso deixou de ser, desde o início, assimilado à alienação ou doença mental, quer nos discursos, quer nas práticas de enclausuramento. É este ponto que nos interessa: a institucionalização de idiotia pelo psiquiatra e que, por extensão, fez nascer no início do século XX a criança anormal.

No século XVIII, o Abade L'epée (1712-1789) criou na França a primeira escola para surdos-mudos, e Haüy (1745-1822) fundou em Paris a primeira escola para cegos, defendendo a educabilidade destes. No século XX, surgiram centros e espaços de isolamento, mantendo as Pessoas com Deficiência (PCD) invisíveis e segregadas. Tal segregação fez a sociedade crer que a culpa estava na PCD, incapaz de se integrar, quando, na verdade, era a sociedade que impedia o acesso. Na "Época das Instituições", predominou o **Modelo Médico**, transferindo a diferença do padrão "normal" da influência da Igreja para ser objeto da Medicina:

[...] A criança deficiente é considerada como um doente: a atenção que recebe é fundamentalmente do tipo médico, os profissionais que as atenderam são pessoas da área sanitária (médicos, enfermeiros, etc.) e a organização das instituições é a mesma que a dos centros hospitalares, (RUBIO, 1998, p.19).

Prevalecia a interpretação médica, excluindo outras formas de compreensão, intervenção e tratamento. Seguin (1846) chegou a classificar Pessoas com "atraso mental" nos seguintes pontos:

- a) Idiotice: termo tomado do grego *idiotes*, ignorante, grosseiro, atualmente equivaleria a atraso grave ou profundo;
- b) Imbecilidade: termo do latim *imbecilis*, débil, debilitado, enfermo, de fraca inteligência, se aplica a pessoas com leve atraso e sérios defeitos de relação social;
- c) Debilidade Mental: considerado como simples atraso mental;
- d) Atraso Mental: desenvolvimento intelectual lento, (CARDOSO, 2008, p.24).

A classificação de 1846 focou em fatores morais e de adaptação social. Assim, até o século XIX, os estudos sobre Pessoas com Deficiência (PCD) tinham orientação médica. No final do século XVIII e início do XIX, países escandinavos e a América do Norte iniciaram a institucionalização especializada e a Educação Especial (Cardoso, 2008). Contudo, o atendimento era assistencial e recreativo, visando ajuda, não a educação para autonomia e independência.

[...] A assistência era proporcionada em centros, onde pessoas com deficiência eram atendidas e, assim, a sociedade era protegida do contato com os anormais. Por outro lado, não se considerava somente como um doente e sim como uma criança permanente, sem possibilidade de decidir por si; essas instituições se organizavam em regime de internato, onde tudo estava organizado e o indivíduo praticamente não tinha de decidir nada, não poderia desenvolver uma verdadeira educação, nem trabalho, nem dispor de seu tempo livre. Todas essas atividades se converteram, pois, em terapias educativas, ocupacionais ou recreativas, (CARDOSO, 2008, p.25).

O período da **segregação** foi marcado pela criação de escolas especiais, visando isolar crianças com deficiência. Tais instituições enclausuravam todos os que representassem perigo social, de pessoas com deficiência a criminosos e delinquentes.

Hoje, persistem fortes resquícios do **Modelo Médico**, que vê a Pessoa com Deficiência (PCD) como doente, desamparada e permanentemente dependente. Segundo esse modelo, a deficiência é um "problema do indivíduo" (FLETCHER, 1996, p.7), que deve ser reabilitado ou curado para se adaptar à sociedade, sem que esta precise de grandes modificações (Sassaki, 2010). Essa perspectiva é, frequentemente, responsável pela resistência social à inclusão real da PCD, pois visa apenas adequá-la aos padrões vigentes. Embora a adequação seja importante, é crucial ir além, garantindo o desenvolvimento integral da PCD, que possui direito constitucional a serviços de educação, saúde e assistência social. É necessário também rever o modelo de sociabilidade, construindo uma sociedade que acolha todos os sujeitos.

Após o longo domínio do Modelo Médico, o movimento de **Integração Social** surgiu no final da década de 1960. Este movimento buscou inserir a PCD em áreas como trabalho, educação e lazer, com o objetivo de "derrubar a prática da exclusão social" de séculos (SASSAKI, 2010, p.30).

[...] Se algumas culturas simplesmente eliminam as pessoas com deficiência, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos. Essas instituições eram em geral muito grandes e serviam basicamente para dar abrigo, alimento, medicamento e alguma atividade para ocupar o tempo ocioso, (SASSAKI, 2010, p.01).

Com a execução dessas práticas a segregação institucional continuou sendo praticada, o que se pretendia era que dentro dessas instituições todos os serviços possíveis fossem ali disponibilizados as Pessoas com Deficiência. No começo da década de 1960, “testemunhou-se o *boom* de instituições especializadas, tais como: escolas especiais, centros de habilitação, centros de reabilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, associações desportivas especiais” (SASSAKI, 2010, p.30). A perspectiva da Integração Social da Pessoa com Deficiência trouxe alguns princípios que ajudaram a impulsionar uma nova concepção sobre a necessidade de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Na década de 1970 o princípio da “normalização” foi um movimento que teve como objetivo criar para as pessoas atendidas em instituições, um ambiente que fosse o mais parecido possível com o da população em geral. A “normatização”:

“Tinha como pressuposto básico a ideia de que qualquer pessoa portadora de deficiência, especialmente aquela portadora de deficiência mental, tem o direito de experienciar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal à sua própria

cultura”, (MENDES, 1994, p.5-6).

A década de 1980 trouxe avanços na integração social, como a introdução do princípio de *mainstreaming* na educação especial. *Mainstreaming* significa "levar os alunos para os serviços educacionais disponíveis na corrente principal da comunidade" (SASSAKI, 2010, p. 32), ocorrendo em diversos ambientes (classes regulares, almoço, aulas específicas, etc.) (WERNECK, 1995, p.176). Este processo permitiu que crianças com deficiência frequentassem a escola, um avanço na integração. A prática ganhou relevância com a luta pelos direitos da PCD, associada à desinstitucionalização. Os princípios de "normalização" e *mainstreaming* pavimentaram o caminho para o paradigma da **Inclusão**, que ganhou relevância mundial na década de 1990.

Na época, a Integração Social visava a inclusão da Pessoa com Deficiência (PCD), contanto que ela se adequasse aos padrões vigentes. Essa postura era insuficiente para muitos ativistas da diversidade humana. O principal objetivo da Integração foi alcançado—inserir a PCD—"mas desde que ela esteja de alguma forma capacitada a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes" (SASSAKI, 2010, p.33). Essa perspectiva exigia um esforço quase exclusivo da PCD e seus familiares para se tornarem apenas "aceitáveis" socialmente. De acordo com Sasaki (2010, p.33), a Integração Social ocorria e ainda ocorre de três formas:

1. Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum, etc.
2. Pela inserção daquelas pessoas com deficiência que necessitavam ou necessitam alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com as pessoas sem deficiência.
3. Pela inserção das pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo, escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum; horário exclusivo para pessoas com deficiência num clube comum, etc. Esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa.

Nenhum desses três tipos de Integração Social é garantidor dos direitos das pessoas com deficiência em sua plenitude, na verdade nenhum tipo de Integração Social propõe a mudança “de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais” (SASSAKI, 2010, p.34). No modelo de Integração Social, a sociedade não tem nenhuma participação na transformação que venha a ocorrer, ela aceita receber as pessoas com deficiência, desde que elas estejam preparadas para todos os desafios que irão enfrentar.

No início da década de 1990, segmentos sociais perceberam que a Integração Social era insuficiente para eliminar a discriminação e garantir a plena participação com igualdade de direitos (SASSAKI, 2010, p.33). O termo Integração (inserção parcial) começou a ser substituído por **Inclusão Social**, um esforço coletivo de transformação. Nesta nova perspectiva, cabe à sociedade adaptar-se às necessidades da diversidade humana. O conceito de Inclusão exige que a sociedade seja capaz de atender e proporcionar o desenvolvimento integral a todos os seus membros. Para Sassaki (2010, p.39), Inclusão Social conceitua-se como:

[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência (além de outras) e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

O movimento da **Inclusão Social** visa construir uma nova sociedade por meio de transformações em todos os campos coletivos, focando, principalmente, na mudança de mentalidade e atitude das pessoas (com e sem deficiência), para que aprendam a conviver com a diversidade. A Inclusão baseia-se na aceitação das diferenças, na valorização individual, na convivência diversa e na aprendizagem cooperativa. Quando essas ideias se materializam, pode-se falar em "educação inclusiva, no lazer inclusivo, no transporte acessível, etc., ou então, falar em uma educação para todos, lazer para todos ou transporte para todos" (SASSAKI, 2010, p.40). A Inclusão Social da Pessoa com Deficiência exige a união de toda a comunidade e a implementação de políticas que perpassem os campos culturais, políticos, sociais, econômicos e históricos. O objetivo é construir uma sociedade para todos onde o que predomine não seja a condição de deficiência, mas sim a condição humana e o direito de ser. A sociedade inclusiva pode ser assim caracterizada:

[...] Uma sociedade inclusiva garante seus espaços a todas as pessoas, sem prejudicar aquelas que conseguem ocupá-los só por méritos próprios. Neste ponto, é oportuno acrescentar que o conceito de sociedade inclusiva, introduzido nos meios especializados em deficiência, tornou-se hoje válido também em outros meios, ou seja, naqueles em que estão presentes as pessoas com outras condições atípicas. Além disso, uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do permanecer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para contribuírem em vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (SASSAKI, 2010, p.172).

Pode-se observar que as ideias da Inclusão Social formam uma sociedade movida pelos direitos humanos, que tem a igualdade e a diferença como valores indissociáveis, e que

avança cada vez mais na questão da equidade. Especialistas na área da inclusão acreditam que “as comunidades com diversidades sejam mais ricas, lugares mais produtivos para viver e aprender, e que comunidades inclusivas tenham a capacidade de criar o futuro” (MANTOAN, 1997, p.141). A Inclusão Social é um movimento que envolve todos os campos da sociedade, e que desencadeia a defesa intransigente dos direitos de todas as pessoas, sem nenhuma forma de preconceito ou discriminação, daí a perspectiva de uma maior e melhor qualidade de vida através da Inclusão Social.

Mesmo com todo o movimento que existe no mundo inteiro, inclusive no Brasil, enfatizando a Inclusão Social como a resposta mais adequada e eficiente contra qualquer tipo de discriminação e preconceito, ainda é comum que muitos têm seus direitos ignorados e/ou violados. É necessário que a sociedade como um todo, tenha como eixo norteador o reconhecimento da pessoa com deficiência enquanto sujeito de direito. Isso poderá criar condições para o pleno desenvolvimento de habilidades, capacidades e potencialidades.

Gramsci, autor expoente de tradição Marxista, tem posição marcante quanto à necessidade de transformação da sociedade capitalista pela via cultural e política, pela via do protagonismo consciente, ativo e organizado dos homens, desencadeando o processo de rupturas que levará a edificação de um **contra hegemonia**, (LUIZ 2012, p.92).

Neste sentido, é importante referir que a Política Pública tem papel fundamental no que refere-se a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

3 A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência historicamente vêm sendo segregadas, não tendo possibilidade de exercer o direito a educação nas escolas regulares, como os demais cidadãos. Este direito encontra-se pressentido e amparado legalmente, através de sua explicitação na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), quando estabelece o direito a educação aos cidadãos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:
I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação.

A educação, bem como a garantia da colaboração da sociedade para criar condições de desenvolvimento da pessoa com deficiência, está legalmente constituída. No entanto o direito legal ainda não está sendo efetivado em todos os espaços sociais:

A grande maioria dos brasileiros portadores de deficiência permanece, ainda, expelida em Instituições e Escolas Especiais, sem participação ativa na vida da sociedade e impossibilitada para o efetivo exercício de sua cidadania. Quais as causas reais dessa inconsistência? (YASBEK, 2004 p.78).

Apesar da demanda legal, os movimentos para atender as Pessoas com Deficiência (PCD) carecem de efetividade, devido ao descompromisso do Poder Público, à falta de formação de técnicos e educadores, e à insuficiente instrumentalização social. O enfoque etológico e o materialismo histórico dialético são propostas para analisar a atenção à diversidade humana, superando visões reducionistas.

O atendimento à PCD no Brasil tem raízes no Império, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854, atual IBC) e do Instituto dos Surdos Mudos (1857, atual INES), ambos no Rio de Janeiro. Seguiu-se a fundação do Instituto Pestalozzi (1926) e da primeira APAE (1954). Embora a inclusão efetiva seja recente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961) já previa o atendimento educacional aos "excepcionais", preferencialmente no ensino regular.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu como objetivo fundamental "promover o bem de todos, sem preconceitos... e quaisquer outras formas de discriminação" (art.3º, IV), reforçando a garantia legal da LDBN de 1961. Outras leis surgiram, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), que obriga pais a matricular filhos "na rede regular de ensino" (Art. 55). Globalmente, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram políticas públicas, preconizando a Inclusão Social.

Em 1994, a Política Nacional de Educação Especial possibilitou a integração escolar, permitindo que alunos de escolas especiais acessassem classes comuns. Contudo, essa integração era condicionada à capacidade do aluno com deficiência de acompanhar o currículo e o ritmo dos demais. Sem considerar as necessidades subjetivas, essa política não reestruturou as práticas educativas, mantendo a responsabilidade principal pela educação das PCDs nas escolas especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, em seu Art. 59, garante que as escolas devem assegurar aos alunos um currículo com métodos e recursos organizados com atividades específicas para atender as necessidades subjetivas de cada pessoa. Esta mudança legal abre possibilidade para que o sistema de ensino brasileiro reformule suas ações assegurando o acesso à educação para todos os cidadãos. Este movimento é importante porque possibilita o reconhecimento das pessoas, não apenas pelas potencialidades cognitivas. Também reconhece a escola, não apenas como espaço de formação cognitiva, mas de formação humana, social, ética e política.

Em 1999, o Decreto nº 3.298 (que regulamenta a Lei nº 7.853/89) definiu a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis, complementar ao ensino regular. Outros avanços legais foram a Lei nº 10.436/02, que oficializou a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a Portaria nº 2.678/02, que aprovou diretrizes para o uso do Sistema Braille nas escolas. O Decreto nº 5.296/04 (regulamentando as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00) estabeleceu normas para a promoção da acessibilidade. Isso impulsionou o acesso da PCD a diferentes locais, abrangendo não só as condições físicas, mas também a reestruturação dos sistemas de serviços para garantir a viabilização desse acesso.

A população vive sob normas e regras reguladas pelo sistema de qualidade das relações de produção. O movimento pela integração e inclusão da pessoa com deficiência é um produto histórico, cujo real significado precisa ser compreendido para efetivar a modificação social.

Na busca dessa apreensão, não podemos prescindir de abordar um outro assunto complicado, que dá sentido ao termo integração social do deficiente, e que trata da concepção de deficiência. Apresentaremos, logo, resumidamente, a reflexão sócio histórica sobre a integração social do deficiente, atrelada à pesquisa sobre a concepção de deficiência vigente em cada momento histórico. (NOGUEIRA, 2004 p. 90).

Inclusão Social da Pessoa com Deficiência (PCD) é um direito que visa a socialização plena e a convivência da diversidade humana, livre de barreiras. O movimento anterior, a Integração Social, foi essencial no período pós-segregação. Ele ajudou — e ainda ajuda — a construir as bases para a inclusão, promovendo a construção do conhecimento e o desenvolvimento de uma perspectiva social mais humanizada.

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a **exclusão social** de pessoas que — por causa das condições atípicas — não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o **atendimento segregado** dentro de instituições, passou para prática da **integração social** e recentemente adotou a filosofia da **inclusão social** para modificar os sistemas sociais gerais, (SASSAKI 1997 p.16).

A segregação perdeu força por não atender mais às necessidades da Pessoa com Deficiência (PCD), separando-a dos espaços sociais. Ao isolar a diversidade humana, a sociedade perde a oportunidade de apreender uma parte significativa de seus elementos constitutivos e das "diferenças" inerentes à condição humana. Consequentemente, todos perdem em experiências, potencialidades e capacidade de transformação social. Iniciativas inclusivas, que defendam o cumprimento da lei e ampliem a fusão da PCD na corrente principal da sociedade, são essenciais para alinhar a prática ao discurso de uma sociedade inclusiva. Considerando a busca histórica por estratégias de convivência equânime, cabe refletir sobre os modelos de organização social, econômica e política que exigem políticas inclusivas para "incluir" seres humanos.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), em seu artigo 28, I e II, impõe ao poder público a obrigação de implementar e avaliar um sistema educacional inclusivo em todos os seus aspectos, abrangendo o aprendizado contínuo. Tal incumbência visa ao aprimoramento dos sistemas educacionais para garantir as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, mediante a provisão de recursos de acessibilidade aptos a eliminar as barreiras existentes e fomentar a inclusão integral.

O processo de consolidação da educação inclusiva no Brasil não apresenta uniformidade ao longo do tempo, sendo marcado por oscilações normativas significativas, especialmente em períodos recentes. Durante o governo Bolsonaro de 2018 a 2022, observou-se uma ruptura regressiva nesse processo, materializada por meio de políticas que privilegiaram setores conservadores e resultaram em diretrizes segregacionistas. O Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), exemplifica tal retrocesso ao propor a segregação como alternativa para o atendimento educacional das Pessoas com Deficiência (PCDs). O Decreto nº 10.502/2020 (Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida) representou uma ruptura regressiva em relação à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). A promulgação foi amplamente criticada por descaracterizar a essência da inclusão educacional, incentivando práticas segregacionistas mediante a priorização de escolas especiais e classes especializadas.

Essa normativa demonstrou-se em conflito direto com o arcabouço legal vigente, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência – LBI) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ambas com status constitucional. Esse

movimento político-normativo configurou um retrocesso substancial na garantia do direito fundamental à educação inclusiva, confrontando os esforços consolidados da sociedade civil e das organizações de PCDs para erradicar a discriminação e assegurar a plena participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial no sistema de ensino regular.

A retomada da perspectiva Inclusiva ocorreu com a mudança de gestão federal, quando o Presidente Lula revogou o Decreto nº 10.502/2020 em 2023. No entanto, os efeitos dos retrocessos estabeleceram novas barreiras, configurando desafios persistentes na garantia de direitos das PCDs.

Em 2025, foi publicado o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (RNEEI). Este ato normativo retoma o direcionamento para a garantia do direito à educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Uma inovação relevante é a regulamentação do profissional de apoio, conforme previsto no Art. 28 da LBI. Essa regulamentação visa aprimorar o padrão de qualidade educacional na educação especial e conferir maior segurança às redes de ensino na seleção e organização desses profissionais. O decreto também assegura o direito ao apoio pedagógico mediante avaliação especializada, eliminando a obrigatoriedade de laudo médico, o que reforça o acesso à educação.

A RNEEI consiste em um conjunto articulado de ações e mecanismos institucionais estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de aprimorar e consolidar a PNEEI. Sua estrutura organiza-se em cinco eixos operacionais integrados, que visam garantir a acessibilidade e a qualidade do ensino para o público-alvo da educação especial no sistema regular:

1. Estratégia de Articulação Intersetorial: Configura-se como uma rede de governança descentralizada, composta por articuladores intersetoriais (2.003 profissionais) que atuam como pontos focais do MEC. Este eixo é responsável pelo apoio técnico às redes de ensino, pela elaboração de normativos e pela coordenação da formação continuada em nível estadual, em articulação com Secretarias de Educação e entidades como a Undime.

2. Centros de Referência em Formação Continuada e em Serviço: Serão estabelecidos 27 centros, um por Unidade da Federação (UF), com a missão de ofertar formação em serviço de modo contínuo, adaptada às especificidades pedagógicas e contextuais de cada rede.

3. Observatório da Educação Especial Inclusiva: Desenvolvido em parceria com uma

universidade federal, visa o monitoramento, a produção de conhecimento e a avaliação da política, mantendo articulação direta com os Centros de Formação e a rede de governança intersetorial.

4. Núcleos de Apoio Técnico e Acessibilização de Materiais: Responsáveis pela produção técnica de materiais didáticos acessíveis e tecnologias assistivas. Esses núcleos fornecem suporte especializado e orientações aos profissionais da educação, em conformidade com o marco legal.

5. Rede Nacional de Autodefensoria contra o Capacitismo no Contexto Escolar: Promove o protagonismo das pessoas com deficiência intelectual, síndrome de Down e autismo. Seu objetivo é realizar ações de sensibilização e combate ao capacitismo no ambiente escolar, reforçando a dimensão dos direitos humanos e o empoderamento na política educacional.

Em suma, a RNEEI estabelece um modelo de implementação coordenada que integra capacitação especializada, governança territorial, produção de recursos de acessibilidade, monitoramento acadêmico e promoção dos direitos humanos, visando a efetivação do direito ao atendimento das pessoas com deficiência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que ocorra a inclusão das pessoas com deficiência em todos os segmentos da sociedade, é imprescindível adequar as estruturas humanas e sociais, físicas e técnicas. Eliminar as barreiras interpostas historicamente, noções preconceituosas e discriminatórias, trabalhar para garantir a informação a respeito da deficiência, como também melhorar, ou adequar às estruturas arquitetônicas, construindo rampas, meios de comunicação, móveis, utensílios e equipamentos adaptados. Mas somente isto, não basta, também é necessário que o modelo de produção vigente supere a perspectiva concorrencial imposta aos seres humanos e avance para um modelo que coloque a condição humana a frente da perspectiva de acumulação de capital.

O princípio da equidade deve ser alcançado, em todos os espaços, seja na família, na escola, no trabalho, na comunidade em geral, e isto significa respeito às diferenças. A família, como grupo social, deve se constituir como elemento essencial na promoção e garantia desse direito, seja por meio de ações diretas com a pessoa com deficiência, seja exigindo junto à sociedade organizada políticas eficazes na promoção do bem-estar de todos.

A análise da repercussão entre a legislação educacional e o cotidiano escolar revela um sentimento generalizado de incompletude e impotência por parte das redes de ensino, escolas, professores e comunidade, dificultando o cumprimento das propostas. Essa dificuldade decorre, em parte, da falta de uma compreensão consolidada sobre a educação inclusiva e da correspondente formação conceitual. Observa-se que a inclusão é frequentemente vista apenas sob a ótica pedagógica, em detrimento dos ganhos promovidos pela socialização. Essa posição, porém, não é exclusiva, e aparece junto com concepções morais tradicionais, em especial as que comprometem os indivíduos e suas famílias pela instabilidade em que se encontram. Mais do que uma dubiedade, a presença de posições supostamente contraditórias indica o agravamento da questão social e o quanto a condução do Estado poderia harmonizar essas concepções.

As políticas sociais no Brasil demandam iniciativas arrojadas para o atendimento às necessidades das pessoas com deficiência. Embora a assistência social ainda apresente a estrutura institucional mais frágil, ela detém, juntamente com a previdência social e a educação, os maiores potenciais de transformação. Isso se deve à compreensão abrangente e às ações cruciais que desenvolvem sobre a chamada "questão social".

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. **Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. Avanços que ainda fazem necessários em relação ao benefício assistencial de prestação continuada. In: SPOSATI, Aldaíza. (Org.) **Proteção Social de Cidadania Inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal.** São Paulo: Cortez, 2004.

FERNANDES, Idília. **O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº 6, dez. 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, Maura Corcini. **Políticas de Inclusão e governamentalidade.** In: Thoma. Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina. Políticas de Inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

LUIZ. Danuta Estrufika Cantoia. **Rupturas moleculares emancipatórias: A potencialidade da prática do Serviço Social.** Tese de Doutorado. PUCSP. 2012.

MANTOAM, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon/Senac, 1997.

MENDES, Enicéia G. **Integração escolar: reflexões sobre a experiência de Santa Catarina.** InterAção, Brasília, v.5, n.12, 1994.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

RUBIO, Claudia Grau. **Educación especial: De la integración a la escuela inclusiva.** Valencia: Promolibro, 1998.

SASSAKI. Romeu Kazumi. **Inclusão.** Construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 2010.

WERNECK, Claudia. **Muito prazer, eu existo.** 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1995.

YASBEK, M.C. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS.** Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A VIOLÊNCIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

LA VIOLENCIA EN EL SISTEMA PRISIONAL BRASILEÑO: UN ANÁLISIS CRÍTICO DESDE LA PERSPECTIVA DEL SERVICIO SOCIAL

Lidiane Ferreira dos Santos¹

Maria Elisa Martins Pereira²

Yasmin de Moraes Pinto³

Cristina Kologeski Fraga⁴

Resumo: A violência no sistema prisional brasileiro constitui uma das expressões mais contundentes da questão social contemporânea, refletindo desigualdades históricas, racismo estrutural e políticas punitivas excludentes. Este estudo tem como objetivo central analisar as múltiplas formas de violência no sistema prisional e suas repercussões sobre as famílias, com foco na realidade da Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM). Este trabalho adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise de dados públicos e relatórios institucionais. O desenvolvimento aborda o contexto histórico das prisões, a violência institucional como violação de direitos, a situação das mulheres encarceradas, as desigualdades raciais e os impactos sobre os vínculos familiares. Identifica-se que o sistema prisional brasileiro é marcado pela superlotação, precariedade, seletividade penal e insuficiência de políticas de reinserção social, reproduzindo a exclusão e o ciclo de violência. O Serviço Social, inserido nesse cenário, enfrenta desafios éticos e estruturais, contudo atua de forma estratégica na defesa de direitos e na promoção da dignidade humana. Conclui-se que sua intervenção crítica e comprometida é fundamental para fortalecer a efetivação de direitos, promover a transformação social e reafirmar o compromisso ético-político da profissão.

Palavras-chaves: sistema prisional; violência institucional; Serviço Social; racismo estrutural; direitos humanos

Resumen: La violencia dentro del sistema penitenciario brasileño constituye una de las expresiones más impactantes de los problemas sociales contemporáneos, reflejando desigualdades históricas, racismo estructural y políticas punitivas excluyentes. Este estudio analiza las múltiples formas de violencia en el sistema penitenciario y sus repercusiones en las

¹ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. Graduanda em Psicologia da faculdade SOBRESP. E-mail: lidi.santos85@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: elisa.martins@acad.ufsm.br

³ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: ymoraismmin@gmail.com

⁴ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005), Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002), Bacharela em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998). É professora titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde atua como docente e pesquisadora. Atualmente é chefe do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais e Humanas/UFSM. E-mail: cristina.fraga@ufsm.br

famílias, centrándose en la realidad del Centro Penitenciario Estatal Santa Maria (PESM). Este trabajo adopta un enfoque cualitativo, basado en una revisión bibliográfica, el análisis de datos públicos e informes institucionales. El desarrollo aborda el contexto histórico de las cárceles, la violencia institucional como violación de derechos, la situación de las mujeres privadas de libertad, las desigualdades raciales y los impactos en los lazos familiares. Se identifica que el sistema penitenciario brasileño se caracteriza por el hacinamiento, la precariedad, la selectividad penal y políticas de reinserción social insuficientes, reproduciendo la exclusión y el ciclo de violencia. El Trabajo Social, inserto en este escenario, enfrenta desafíos éticos y estructurales, pero actúa estratégicamente en la defensa de los derechos y la promoción de la dignidad humana. Se concluye que su intervención crítica y comprometida es fundamental para fortalecer la realización de los derechos, promover la transformación social y reafirmar el compromiso ético y político de la profesión.

Palabras clave: sistema penitenciario; violencia institucional; Servicio Social; racismo estructural; derechos humanos

1 INTRODUÇÃO

A violência no sistema prisional brasileiro é uma das expressões mais agudas da questão social contemporânea, refletindo desigualdades históricas, políticas de segurança pública excludentes e fragilidade das políticas de reinserção social. As prisões, concebidas para controle e punição, tornaram-se espaços de violação sistemática de direitos humanos, marcados por superlotação, insalubridade e precariedade estrutural. Como observa Foucault (1987, p. 199), “a prisão fabrica delinquentes ao mesmo tempo em que afirma querer corrigi-los”, evidenciando a contradição entre o discurso ressocializador e a prática punitiva.

Segundo o Relatório da Secretaria Nacional de Políticas de Penas (RELIPEN, 2024), de julho a dezembro de 2024, a população carcerária em celas físicas no país era de 670.265 pessoas, com déficit de 175.886 vagas em relação à capacidade total de 494.379. No Rio Grande do Sul, essas contradições se intensificam diante da insuficiência de políticas públicas, altos índices de reincidência, déficit de pessoal técnico e unidades que reproduzem uma lógica repressiva histórica. O estado gaúcho possui 36.157 presos em celas físicas, o quinto maior índice do país (RELIPEN, 2024). Nesse contexto, o Serviço Social atua tensionado entre a garantia de direitos e os limites institucionais, enfrentando desafios éticos e operacionais.

Diante disso, o Serviço Social se apresenta como profissão estratégica, mediando entre o Estado e os sujeitos afetados, rompendo com a lógica assistencialista e reafirmando seu compromisso ético-político. A atuação profissional exige leitura crítica da realidade e

articulação com políticas públicas intersetoriais, visando enfrentar não apenas os efeitos imediatos da violência, como também suas raízes estruturais.

Este trabalho tem como objetivo central analisar as múltiplas formas de violência no sistema prisional e suas repercussões sobre as famílias, com foco na realidade da Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM). Os objetivos específicos incluem compreender o papel do Serviço Social, identificar desafios profissionais e refletir sobre estratégias que promovam dignidade e cidadania. A metodologia é qualitativa, baseada em análise de artigos, relatórios institucionais e dados públicos, com vistas a articular a análise teórica sob uma perspectiva crítica e emancipatória do Serviço Social.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Contexto Histórico

A história das punições revela o percurso de uma sociedade que, ao longo do tempo, transformou suas formas de controle e coerção. Nos períodos mais antigos, as penalidades baseavam-se em castigos físicos extremamente cruéis, utilizados como demonstração pública de poder e vingança estatal. A prisão, nesse contexto, era apenas meio temporário de custódia até a execução da sentença definitiva e instrumento de obtenção de provas, muitas vezes por meio da tortura (SANTIS; ENGBRUCH, 2012).

Foucault (1999), na clássica obra intitulada “Vigiar e Punir: nascimento da prisão”, analisa essas punições desumanas do Antigo Regime, destacando o suplício de Damiens, que sofreu torturas extremas até a morte. Tais práticas foram gradualmente substituídas a partir do século XVIII por penas mais “humanizadas”, em virtude das transformações políticas e da ascensão da burguesia. A obra em questão, ainda que elaborada com base em documentos históricos franceses, portanto retratando a realidade francesa, aponta questões pertinentes para as sociedades contemporâneas, inclusive à brasileira.

No Brasil colonial, o sistema prisional era fortemente repressivo, voltado à coerção de escravizados e infratores comuns, com prisões precárias e ausência de higiene (OLIVEIRA JÚNIOR, 2018). Com a transição para o Império e a República Velha, surgiram instituições mais organizadas, como o Carandiru, em São Paulo, mas ainda superlotadas e regidas por lógica de retribuição, e não reintegração social (BARBOSA, 2019).

Durante o governo Vargas, foram implementadas reformas, incluindo a criação do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) em 1941. Na Ditadura Militar, as prisões se tornaram instrumentos de repressão política, marcadas por torturas e graves violações de direitos humanos, cujas consequências ainda repercutem na mentalidade punitiva brasileira. Com a redemocratização e a Constituição de 1988, consolidaram-se direitos fundamentais aos detentos, embora superlotação, corrupção e violência comprometam sua efetividade (GONÇALVES, 2018).

Atualmente, o sistema prisional enfrenta superlotação crônica, escassez de recursos e falta de segurança, reforçando a necessidade de políticas voltadas à prevenção da criminalidade e à ressocialização dos apenados (ALEXANDRINO, 2019). Essa realidade afronta princípios da dignidade humana e da proibição da tortura, inviabiliza penas individualizadas e dificulta programas de reintegração (DA SILVA, 2022). As condições precárias — falta de infraestrutura, saneamento e recursos — configuram violação à Convenção contra a Tortura (ASSIS, 2023).

A violência endêmica e a atuação de facções nas unidades evidenciam a fragilidade do Estado em garantir controle e segurança, exigindo políticas integradas que conciliam legalidade e respeito à dignidade humana (Araújo, 2023). A privação de acesso à educação e aos serviços de saúde, de acordo com Oppitz (2019), constitui grave violação de direitos fundamentais; a educação é essencial à reintegração e redução da reincidência, enquanto a ausência de assistência médica adequada coloca em risco a vida dos detentos e das detentas.

2.2 Violência institucional no sistema penitenciário brasileiro: uma análise conceitual

Para compreender o termo “violência institucional”, é necessário, primeiramente, entender o conceito de violência. Segundo Galtung (1969, p. 168), ela ocorre quando um ser humano sofre algum tipo de influência que reduz suas capacidades mentais e físicas em relação ao seu potencial. Ou seja, a violência se manifesta sempre que há uma limitação imposta ao desenvolvimento pleno de uma pessoa.

Galtung também aponta que, em uma sociedade que estabelece padrões de comportamento, toda ação que provoque perda dessas capacidades pode ser considerada uma forma de violência. Quando essa violência parte de uma estrutura organizada, como uma instituição, ela é chamada de violência institucional. No caso deste estudo, essa instituição é o estabelecimento prisional.

Nas prisões, essa forma de violência se expressa de maneira acentuada. As pessoas privadas de liberdade não apenas cumprem penas que restringem seus direitos, como também estão expostas à precariedade do sistema prisional e à atuação muitas vezes abusiva de seus agentes. Isso configura uma dupla punição, que atinge diretamente sua dignidade.

Esse cenário compromete profundamente os processos de ressocialização e perpetua um ciclo de violência: o que antes era vivido em liberdade, agora se reproduz dentro do cárcere. Assim, essas pessoas, marcadas por múltiplas violências, acabam sendo vistas como transgressoras, mesmo quando são, na verdade, vítimas de um sistema que falha em garantir seus direitos básicos.

2.3 As mulheres Encarceradas no Sistema Prisional Brasileiro

As mulheres encarceradas enfrentam condições específicas que exigem cuidados diferenciados, pois, mesmo privadas de liberdade, continuam sendo sujeitas de direitos. A superlotação e a falta de estrutura adequada nas prisões tornam inviável um tratamento digno, ampliando sua vulnerabilidade.

Segundo a coordenadora do Depen, Susana Almeida, a política de encarceramento em massa, impulsionada pelo punitivismo social, contribui para o colapso do sistema prisional. O aumento da criminalidade feminina também se relaciona a questões socioeconômicas, como a necessidade de sustento familiar e a inserção no mercado de trabalho.

Pesquisas indicam que, mesmo envolvidas com o crime, mulheres ocupam papéis subordinados, geralmente ligados a figuras masculinas dominantes (DINIZ, 2019). Essa submissão se repete nos presídios, onde enfrentam insalubridade, falta de itens básicos e condições degradantes (ANDRADE, 2017; QUEIROZ, 2016; ZANINELLI, 2015).

No Brasil, há 29.137 mulheres encarceradas em celas físicas, frente a 641.128 homens (RELIPEN, 2024). Apesar de minoria, muitas estão em locais improvisados, sem adaptações mínimas, sofrendo dupla penalização: além da perda da liberdade, vivem em condições que violam sua dignidade, sem acesso adequado à higiene, saúde — especialmente ginecológica — e itens básicos, responsabilidades do Estado. Assim, o sistema prisional não apenas falha na ressocialização, como ainda perpetua desigualdades, violências e discriminações contra as mulheres privadas de liberdade.

2.4 Questões Raciais no Sistema Prisional

O Brasil, assim como outros territórios do continente americano, foi construído à custa do sofrimento e da exploração de povos submetidos a diversas formas de violência desde o início da invasão europeia, eufemisticamente chamada de “descobrimento”. O projeto colonial, apresentado como missão civilizatória, consistiu em ocupação violenta e destrutiva, envolvendo repressão, força brutal e escravização de povos indígenas e africanos, resultando em verdadeiro genocídio humano e cultural (CÉSAIRE, 1978, p. 25).

Desde suas origens, o país foi marcado por processos de violência, exploração e expropriação, integrando-se de forma tardia e subordinada ao sistema capitalista. Apesar das transformações, ainda reproduz práticas herdadas desse passado opressor. Como destaca Fernandes (2017, p. 9), o Brasil continua a fomentar a divisão racial e o racismo como mecanismos de dominação política das classes populares e trabalhadoras, sendo o racismo uma estrutura ativa que sustenta as relações sociais capitalistas.

Segundo o RELIPEN (2024), dos 670.265 presos em celas físicas, 105.178 são negros, 324.742 pardos e 1.581 indígenas, o que significa que mais de 64% da população carcerária é composta por pessoas negras. Esse dado evidencia o encarceramento seletivo, no qual cor da pele, território de origem e condição social influenciam fortemente a atuação do sistema penal. A sobrerrepresentação de pessoas negras está ligada ao racismo estrutural, que limita o acesso a direitos como educação, saúde, moradia e trabalho, enquanto a população indígena, embora menor, também sofre vulnerabilidade e invisibilidade, com frequente desrespeito a seus direitos culturais, territoriais e linguísticos.

2.5 As Relações Familiares no Sistema Prisional

A Lei de Execução Penal assegura à pessoa privada de liberdade o direito de receber visitas de cônjuges e familiares. No entanto, pouca atenção tem sido dedicada aos desdobramentos da lógica carcerária para além dos muros da prisão, especialmente no que se refere às práticas de controle impostas aos visitantes. O processo de credenciamento dos familiares, as revistas vexatórias, as normas rígidas sobre vestuário e os alimentos permitidos nos dias de visita refletem uma extensão da disciplina punitiva sobre aqueles que mantêm vínculos afetivos com os presos (Lago, 2019).

É importante destacar que o papel do cuidado tem sido historicamente atribuído às mulheres, o que se intensifica no contexto prisional. Ao assumirem a responsabilidade de

cuidar e acompanhar seus familiares encarcerados, essas mulheres são socialmente julgadas e frequentemente associadas, de forma indireta, aos crimes cometidos por eles, o que configura uma violação ao princípio da intranscendência da pena — segundo o qual a sanção penal não pode ultrapassar o indivíduo condenado (Spagna, 2008).

Nesse cenário, mulheres com parentes presos passam a ser estigmatizadas com o rótulo de "mulheres de presos", um marcador social que afeta profundamente suas relações familiares, profissionais e sociais, limitando sua liberdade e reforçando a marginalização (Goffman, 1980).

2.6 A atuação do Serviço Social frente às violências no sistema prisional

O sistema prisional brasileiro evidencia as contradições do modo de produção capitalista. Longe de ser espaço de “ressocialização”, a prisão cumpre papel funcional à manutenção da ordem burguesa, reproduzindo desigualdades e disciplinando as classes populares. Estruturado em Centros de Detenção Provisórios (CDP), para presos provisórios, e penitenciárias, para condenados, o sistema revela distorções jurídicas e sociais, com milhares de pessoas encarceradas por anos sem julgamento, reforçando seu caráter seletivo e punitivo.

O Serviço Social atua nesse contexto de violações sistemáticas de direitos e desassistência. O cotidiano prisional expõe a contradição entre a função declarada de ressocializar e a realidade de exclusão, violência e negação de direitos. A/o assistente social, comprometida/o com o projeto ético-político da profissão, busca garantir direitos como alimentação, saúde, contato familiar, assessoria jurídica e liberdade religiosa. Contudo, enfrenta condições de trabalho precarizadas, equipes reduzidas — muitas vezes uma/um profissional para cada mil detentos —, contratos temporários e ausência de concursos, limitando autonomia, sigilo e poder de enfrentamento institucional, comprometendo a atuação ética e crítica diante de estruturas autoritárias.

Uma crítica necessária é que, muitas vezes, profissionais com visões conservadoras reproduzem a lógica punitiva, limitando o trabalho à execução penal e desconsiderando a garantia de direitos. Embora influenciada por condições adversas, essa postura reforça a ideologia do encarceramento e distância a/o profissional assistente social de seu projeto ético-político que é direcionado para o compromisso com a defesa da liberdade, da justiça social e da emancipação humana, negando a neutralidade e orientando o seu trabalho profissional para o atendimento das demandas da população usuária dos seus serviços. Sendo

assim, torna-se essencial uma compreensão crítica do sistema prisional, mesmo diante da escassez de recursos e da autoridade rígida do cotidiano institucional.

No sistema carcerário, a figura do diretor, detentora do poder máximo, reforça a hierarquia autoritária, marginalizando o trabalho social e deixando o/a assistente social frequentemente sem respaldo técnico e político, fragilizando sua intervenção crítica. Contudo, ainda que seja um desafio diário, a/o assistente social não pode prescindir de sua dimensão ético-política que reforça a sua autonomia profissional e seu compromisso com a transformação social, a partir do Código de Ética de 1993 e que nega a neutralidade da profissão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste artigo consistiu em analisar as múltiplas formas de violência no sistema prisional e suas repercussões sobre as famílias, com foco na realidade da Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM). A isso, é fundamental realçar que a violência no sistema prisional brasileiro se manifesta de forma estrutural e multidimensional, refletindo não apenas a lógica punitiva do Estado, como ainda desigualdades históricas, raciais e socioeconômicas. Santa Maria evidencia essas contradições: a Penitenciária Estadual apresenta superlotação, precariedade estrutural, falta de recursos e violência física, simbólica e institucional, cujos impactos atingem diretamente familiares e a comunidade.

Nesse contexto, o Serviço Social assume papel estratégico e ético-político. Ao mediar a relação entre o Estado e os sujeitos privados de liberdade, a/o assistente social atua na defesa de direitos civis fundamentais, mesmo diante de condições adversas, equipes reduzidas e hierarquias rígidas. Seu trabalho ultrapassa a assistência imediata, tensionando a lógica punitiva e promovendo dignidade, cidadania e inclusão social. Isso posto, atingiu-se os objetivos específicos deste texto que foram compreender o papel do Serviço Social, identificar desafios profissionais e refletir sobre estratégias que promovam dignidade e cidadania no sistema prisional.

Compreender a realidade prisional de Santa Maria e do Brasil exige leitura crítica das relações de poder, dimensões socioeconômicas e contradições do sistema penal. Conclui-se que a intervenção da/o assistente social é essencial não apenas para garantir direitos, como ainda para construir alternativas emancipatórias que promovam uma sociedade mais justa,

igualitária e humana, rompendo o ciclo de exclusão, estigmatização e violência que caracteriza o encarceramento contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Renan. Recursos humanos no sistema penitenciário brasileiro. **Revista Direito-Araruama**, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/7575/1/TCC%20Renan.pdf>.

Acesso em: 9 out. 2025.

ARAÚJO, Patrícia Tavares de. **Educação e qualificação profissional**: ações desenvolvidas pelo Patronato Penitenciário junto às pessoas egressas do Sistema Prisional de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/52885/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Patr%C3%ADcia%20Tavares%20de%20Araujo.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

ASSIS, Caio Vinícius Rocha Marcolino de; et al. **O direito à segunda chance**: os desafios no processo de ressocialização dos apenados no Brasil. Repositório Universitário da Ânima (RUNA), 2023. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/35790> . Acesso em: 9 Nov. 2025.

BARBOSA, Mário Davi. Além da lei: criminologia positiva e controle penal entre a legalidade e a desigualdade na República Velha. **Printing & Iconology as Legal-Historical Sources**, p. 117, 2019. Disponível em:

<https://iuscommune.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Anais-IusCommune-2019.pdf#page=118>.

Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Lei de Execução Penal** (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984). Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 5 out. 2025.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Augusto Sá da Costa, 1978.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

ENGBRUCH, Werner; SANTIS, Bruno Moraes Di. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. **Revista Liberdades**, n. 11, set./dez. 2012. São Paulo: IBCCRIM. Disponível em:

http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/145-HISTRIA. Acesso em: 9 out. 2025.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. Disponível em:

https://portalentretextos.com.br/files/online_books/foucault_vigiar_e_punir_michel_foucault.pdf. Acesso em: 5 out. 2025.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1980.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NEGRI, F. L.; SILVA, E. F. **Sistema prisional e o trabalho do/a assistente social**: desafios éticos e práticos. Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social. Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02190.pdf>. Acesso em: 4 out. 2025.

OLIVEIRA JÚNIOR, L. R. de. Penalidade e colônia: a responsabilização criminal dos escravos na Capitania de Pernambuco durante o período colonial. **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/210567657.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

OPPITZ, Daniela Gomes. **A crise do sistema prisional brasileiro**: direitos fundamentais e o controle judicial de políticas públicas. 2019. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/38373/1/ulfd138263_tese.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: <https://bibliotecasocialvirtual.file>. Acesso em: 5 out. 2025.

SILVA, Yanna Raissa Brito Couto da. A efetivação da audiência de custódia e o problema crônico de superlotação carcerária. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, v. 27, n. 1, p. 22-22, 2021. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/download/1017/909>. Acesso em: 9 out. 2025.

SPAGNA, Laiza Mara Neves. “Mulher de bandido”: a construção de uma identidade virtual. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, n. 7, p. 203-228, 2008. Brasília, DF.

ZANINELLI, Giovana. **Mulheres encarceradas**: dignidade da pessoa humana, gênero, legislação e políticas públicas. [S.l.: s.n.], [s.d.].



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

A VIOLÊNCIA SEXUAL NA PERSPECTIVA DO FEMINISMO MATERIALISTA E DO SERVIÇO SOCIAL

LA VIOLENCIA SEXUAL DESDE LA PERSPECTIVA DEL FEMINISMO MATERIALISTA Y DEL TRABAJO SOCIAL

Tamires Durigon Almeida¹,

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca².

Resumo: A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui expressão materializada da Questão Social, e fruto do regime político do patriarcado e, consequentemente do capitalismo. Este artigo sistematiza a fundamentação teórica originária do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, analisando como as relações sociais de sexo, classe e raça convergem na reprodução de violências estruturais. Adotando perspectiva do feminismo materialista e método materialista histórico-dialético, o estudo evidencia que a violência sexual não constitui fenômeno isolado, mas expressão concreta da dominação patriarcal operacionalizada pelo capitalismo. A gestação precoce, especialmente decorrente de violência sexual, emerge como consequência dessa sociabilidade patriarcal-capitalista. O artigo destaca o papel do Serviço Social na apropriação de discussões sobre violência sexual, direitos sexuais e reprodutivos e justiça reprodutiva. Em seu escopo, traz também marcos legais brasileiros, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei nº 13.798/2019, que reconhecem direitos sexuais e reprodutivos como dimensões da cidadania. Conclui-se que o enfrentamento adequado dessa expressão da Questão Social exige políticas públicas integradas, acesso equitativo a bens e serviços, e práticas profissionais comprometidas com justiça reprodutiva e dignidade humana.

Palavras-chave: Serviço Social; Violência Sexual; Gestação Precoce; Relações Sociais de Sexo.

Resumen: La violencia sexual contra niños, niñas y adolescentes constituye una expresión materializada de la Cuestión Social, resultado del régimen político del patriarcado y, en consecuencia, del capitalismo. Este artículo sistematiza la fundamentación teórica originada

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Aluna Especial no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas, modalidade mestrado, PPGSSPP da UFSM.

² Assistente Social, Doutora em Serviço Social. Professora Associada III da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, no Departamento de Serviço Social. Líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq e Coordenadora do Núcleo - Hegemônicas - UFSM. Coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social - CESH/UFSM.

en el Trabajo de Conclusión de Curso en Trabajo Social, analizando cómo las relaciones sociales de sexo, clase y raza convergen en la reproducción de violencias estructurales. Adoptando la perspectiva del feminismo materialista y el método materialista histórico-dialéctico, el estudio evidencia que la violencia sexual no constituye un fenómeno aislado, sino una expresión concreta de la dominación patriarcal operacionalizada por el capitalismo. El embarazo precoz, especialmente como consecuencia de la violencia sexual, emerge como resultado de esa sociabilidad patriarcal-capitalista. El artículo destaca el papel del Trabajo Social en la apropiación de debates sobre violencia sexual, derechos sexuales y reproductivos y justicia reproductiva. En su contenido, también se incluyen marcos legales brasileños, como el Estatuto de la Niñez y la Adolescencia y la Ley N° 13.798/2019, que reconocen los derechos sexuales y reproductivos como dimensiones de la ciudadanía. Se concluye que el enfrentamiento adecuado de esta expresión de la Cuestión Social exige políticas públicas integradas, acceso equitativo a bienes y servicios, y prácticas profesionales comprometidas con la justicia reproductiva y la dignidad humana.

Palabras clave: Trabajo Social; Violencia Sexual; Gestación Precoz; Relaciones Sociales de Sexo.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes permanece como uma das formas mais graves e persistentes de violação dos direitos humanos no Brasil, afetando desproporcionalmente grupos historicamente vulnerabilizados. Reconhecida simultaneamente como problema de saúde pública e expressão da Questão Social, seu enfrentamento exige compreensão que transcenda explicações meramente individualizantes, demandando análise rigorosa de suas determinações estruturais.

Compreender a violência sexual no Brasil contemporâneo constitui desafio teórico e político urgente, especialmente quando vinculada a experiências de gestações precoces. Tal fenômeno não emerge aleatoriamente, mas resulta de articulações entre processos sociais, históricos, políticos e ideológicos que perpassam a existência de meninas e adolescentes em contextos de pobreza e vulnerabilidade.

O presente artigo sistematiza o referencial teórico construído ao longo do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fundamentando-se particularmente no feminismo materialista e no materialismo histórico-dialéctico. Adota como categorias centrais e indissociáveis, classe, sexo e raça, reconhecendo que essas dimensões não coexistem paralelamente, mas compõem uma totalidade social composta por mecanismos de exploração e superexploração. O objetivo consiste em evidenciar como patriarcado e capitalismo se articulam na produção e reprodução

da violência sexual contra crianças e adolescentes, transformando seus corpos em territórios de exploração.

Especificamente, este artigo articula análise crítica do patriarcado enquanto regime de dominação masculina que se adapta historicamente. Para isso, ressalta-se ao longo do desenvolvimento quatro aspectos centrais: compreensão do capitalismo como sistema que mercantiliza corpos femininos e explora trabalho reprodutivo; reconhecimento da violência sexual como expressão estrutural; discussão sobre gestação precoce como fenômeno multideterminado; e reflexão sobre a atuação do Serviço Social frente as temáticas de violência sexual, direitos reprodutivos e justiça reprodutiva.

O artigo evidencia, ainda, que o enfrentamento adequado desses fenômenos (violência sexual e gestação precoce) exige não apenas reconhecimento de suas raízes estruturais, mas transformação substantiva das políticas públicas, garantindo acesso democrático, universal e equitativo a direitos sexuais e reprodutivos. Compreender sexualidade e reprodução como dimensões invioláveis da cidadania constitui pilar para a consolidação de práticas profissionais genuinamente comprometidas com equidade entre sexos, justiça reprodutiva e dignidade humana.

2 A ESTRUTURA QUE OPRIME E VIOLENTA

A violência sexual constitui uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos no Brasil, afetando desproporcionalmente crianças, adolescentes, mulheres adultas e idosas. Reconhecida como problema de saúde pública e expressão da Questão Social, a violência sexual exige análise aprofundada que articule dados estatísticos e contribuições teóricas do Serviço Social e do feminismo materialista, para compreender sua magnitude e seus determinantes estruturais em relação a crianças e adolescentes.

Esse artigo sistematiza o referencial teórico que fundamentou a realização de um relato de experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social na Unidade Materno-Infantil do Hospital Universitário de Santa Maria, espaço onde prática e teoria dialogam de forma indissociável. Esse relato fundamentou a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, parte primordial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social pela UFSM. Para isso, no decorrer do processo, é exigido aprofundamento crítico sobre como os conceitos de violência sexual, patriarcado e capitalismo se articulam, formando

estrutura de dominação e exploração que afeta de forma particular crianças e adolescentes em situação de gestação ou puerpério decorrente de violência sexual.

Entretanto, é fundamental, num primeiro momento, situar com precisão o contexto concreto do fenômeno analisado. Em 2024, as Secretarias Estaduais de Segurança Pública dos diferentes estados brasileiros registraram 87.545 casos de violência sexual (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025), contabilizando apenas as ocorrências que chegaram às delegacias de polícia e foram oficialmente comunicadas às autoridades. Desses casos, cerca de 78,7% tiveram como sobreviventes pessoas do sexo feminino, sobretudo mulheres. Quando se observa os dados referentes estupro de vulnerável praticado contra crianças e adolescentes, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 indica que 76,8% do total de sobreviventes pertencem a esse grupo etário, evidenciando um cenário alarmante e profundamente preocupante. A etnicidade-racial das mulheres e meninas³ sobreviventes de estupro, também constitui fator importante de análise. As relações sociais de sexo, enozadas por classe e raça, e aqui leia-se racismo, reverberam em 55,6% das violentadas no ano de 2024 no Brasil.

Os dados apresentados evidenciam que fatores como sexo/gênero, idade, etnicidade-racial e classe social estão diretamente implicados na dinâmica e na reprodução da violência sexual, exigindo uma análise que vá além dos números brutos e abarque as determinações sociais e históricas que sustentam esse fenômeno.

Nessa direção, compreender a violência sexual demanda reconhecimento de que ela não emerge isoladamente, mas constitui fruto de uma sociabilidade estruturada pelo patriarcado e pelo capitalismo. Consequentemente, desvelar a materialidade que envolve a violência sexual requer apropriação crítica dessas categorias, bem como acerca das relações sociais de sexo. Esses conceitos, articulados, revelam os mecanismos através dos quais se perpetuam violências estruturais.

Essas três categorias⁴ de estudo se interligam à medida que as mulheres têm seus corpos reiteradamente explorados dentro de um sistema que super explora a força de trabalho e que, no contexto específico das mulheres, para além dessa força de trabalho, explora também seus corpos por meio da reprodução de novas/os trabalhadoras/es e do trabalho de cuidado desenvolvido majoritariamente por elas, seja no âmbito doméstico ou remunerado. Esse trabalho do cuidado ou *care*, se caracteriza por envolver “afeto e intimidade,

³ Refere-se a crianças e adolescentes.

⁴ Refere-se a patriarcado, capitalismo e relações sociais de sexo.

proximidade física e emocional, mediados pelo dinheiro; um trabalho que relaciona pessoas dependentes, receptoras do cuidado, e pessoas que ofertam esse serviço e que estão em posições heterogêneas no mercado de trabalho” (Alves, 2018, p.277).

O patriarcado, por sua vez, constitui-se como um regime que expressa uma das formas do poder político, responsável por sustentar a dominação e exploração das mulheres pelos homens (Saffioti, 2004), por meio da dominação masculina. Evidenciando seu caráter dialético de transformação e adaptação conforme o tempo histórico e os contextos políticos e sociais, o patriarcado absorve também algumas reivindicações oriundas dos movimentos de mulheres e feministas. Ainda, integra o rol de fatores que moldam o escopo dos papéis sociais que restringem a autonomia feminina e subordinam as mulheres às necessidades dos homens e do sistema social vigente. Para isso, o patriarcado acaba por transformar as mulheres “em objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Saffioti, 2004, p. 105), revelando a funcionalidade dessa estrutura para a manutenção das relações de poder e da ordem social capitalista.

Assim, ancorando-se nas contribuições de Saffioti, é possível afirmar que o patriarcado preserva sua essência de dominação e exploração das mulheres, adaptando-se para manter o status quo e reafirmando a estrutura de poder que beneficia os homens no contexto do sistema capitalista.

Nesse sentido, adota-se como fundamentação teórica os escritos oriundos especialmente do feminismo materialista, de origem francesa e disseminado mundialmente por militantes e intelectuais de diversas áreas de conhecimento. O feminismo materialista, portanto, pressupõe o emprego crítico do método histórico-dialético de Marx, articulado à perspectiva da consubstancialidade/coextensividade das relações sociais, por meio de três categorias centrais e indissociáveis: classe, sexo e raça. A utilização dessa corrente do feminismo para pensar as relações sociais de sexo e, consequentemente a violência sexual, permite compreender que essas três categorias mencionadas não coexistem de formas paralelas e alheias uma as outras, mas sim compondo uma totalidade social que atinge todos os grupos sociais, por meio de mecanismos de exploração e superexploração.

Assim, para compreender o fenômeno da violência sexual perpetuado contra crianças e adolescentes, com ênfase nos casos que resultam em gestações precoces, é de suma importância compreender como as relações sociais de sexo, os chamados *rapports sociaux*, influenciam na estruturação das desigualdades, por meio das relações sociais de classe, sexo e raça (Cisne; Santos, 2018).

O fenômeno da violência decorre da estruturação patriarcal das relações sociais de sexo, as quais são guiadas pela exploração do trabalho e manutenção da propriedade privada, e, de forma dialética, contribui também para reforçar o próprio patriarcado (Cisne; Santos, 2018). Para além disso, considera-se a violência sexual conforme definido pela Lei Maria da Penha, que a compreende como condutas que constringam a pessoa a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força física (Brasil, 2006). Além desta lei, há de se observar também a tipificação legal do Código Penal Brasileiro que caracteriza o crime de estupro de vulnerável como manter relações sexuais e/ou atos libidinosos com pessoas menores de 14 (catorze) anos, devido a vulnerabilidade em consentir em razão da idade. Ou seja,

[...] mesmo em situações em que há consentimento, ainda assim, adolescentes nesta faixa etária, não teriam compreensão dos impactos e desdobramentos de uma relação sexual, seja em relação a uma gravidez indesejada até na exposição a doenças sexualmente transmissíveis (Almeida; Fonseca; Rodrigues, 2024, p.7).

Sob esse viés e articulado ao conteúdo aqui discutido, o patriarcado tem como uma das suas expressões a violência sexual. Logo, esta é oriunda da dominação masculina do homem em detrimento da mulher. Engloba-se também o próprio controle do corpo, da sexualidade e dos direitos sexuais e reprodutivos femininos.

Como bem revela Federici (2023), as mulheres sempre lutaram contra a apropriação de seus corpos e a violência associada a elas. Dessa forma, o movimento feminista, ao denunciar e resistir a formas de violências, têm sido fundamental para desnaturalizar a dominação masculina por meio do patriarcado, consolidar direitos e lutar para a instituição de serviços de proteção e enfrentamento da violência contra mulheres, crianças e adolescentes em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados.

No contexto capitalista, "os corpos femininos são concebidos como mercadorias e instrumentos de exploração" (Almeida, 2025, p. 20), sofrendo superexploração simultânea: como força de trabalho, como máquina de reprodução e como prestadoras de economia do cuidado. Essa tríplice exploração, que estrutura as relações sociais de sexo, materializa-se através da divisão sexual do trabalho, que limita radicalmente a vida das mulheres ao confiná-las a seus próprios corpos. Submetidas à função de reproduzir força de trabalho para o sistema capitalista (Sears, 2023), as mulheres veem seu trabalho reprodutivo e de cuidado simultaneamente explorado, ainda que frequentemente invisibilizado socialmente.

Essa lógica perversa imposta e fomentada pelo capitalismo e muito bem servida pelo patriarcado, institui controle sistemático e contínuo sobre corpos femininos, objetificando-os ao longo de toda existência. Tal dinâmica revela a dialética que estrutura a realidade social, onde o patriarcado, longe de ser estrutura fixa, adapta-se continuamente aos contextos políticos, sociais e ideológicos, materializando-se em práticas cotidianas que discriminam, oprimem e violentam mulheres, crianças e adolescentes, mercantilizando suas vidas e sexualidades enquanto instrumentaliza suas existências de forma estrutural.

Sob esse viés,

[...] a violência sexual contra crianças e adolescentes não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas sim como uma expressão concreta da violência patriarcal estruturante, articulada pelas engrenagens do Estado, do patriarcado e do capitalismo. Trata-se de uma dinâmica sistêmica que impõe controle e exploração sobre os corpos femininos desde a infância, naturalizando a objetificação, sexualização e a submissão. Nesse contexto, as famílias e os territórios ocupam um papel central, tanto na reprodução dessas violências quanto em sua legitimação silenciosa, refletindo as múltiplas determinações sociais que atravessam a vida de meninas e adolescentes (Almeida, 2025, p.21).

Particularmente no espaço doméstico e familiar, essa materialização adquire contornos específicos, revelando mecanismos sutis através dos quais violências estruturais se reproduzem e se legitimam. Nesse ponto, a análise de Saffioti (2004) oferece contribuições fundamentais ao evidenciar como a família e o âmbito doméstico, permeados por relações de sexo/gênero e lógicas patriarcais, consolidam a masculinidade como princípio ordenador de poder. Nessa configuração, as crianças situam-se no grau máximo de vulnerabilidade, fechando uma corrente de dominação-exploração que não se limita ao homem; as mulheres também se tornam agentes de violência, reproduzindo em novo nível as opressões que sofrem. Saffioti (2004) denomina essa dinâmica como síndrome do pequeno poder.

A perpetuação dessa dinâmica estrutura-se como um ciclo, ao mesmo tempo que evidencia a insuficiência de intervenções meramente individualizantes. Compreender e enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes, demanda transformação radical das estruturas que a fundamenta e legitima.

Nesse contexto, a gestação precoce, particularmente quando resultante de violência sexual, emerge como manifestação concreta da Questão Social. Longe de constituir fenômeno isolado, resulta de articulações complexas entre determinações sócio-históricas e político-ideológicas que perpassam as infâncias e adolescências, configurando-se como expressão visível de estruturas de exploração e dominação.

À vista disto, a vulnerabilidade social constitui-se enquanto resultado de desigualdades estruturais fomentadas pelo capitalismo, expondo crianças e adolescentes a múltiplas violações de direitos. No tocante à violência sexual, essa vulnerabilidade intensifica-se através da convergência entre opressão patriarcal e aprofundamento das desigualdades, materializando-se em consequências concretas. Entre essas manifestações visíveis da sobreposição de violações, inserem-se gestações e maternidades precoces. Portanto, compreender esse fenômeno exige abordagem multidimensional que alcance as raízes estruturais que o fundamentam.

Em consonância, Silva e Tonete (2006) indicam que adolescentes que vivenciam gestação e maternidade precoces enfrentam complicações de saúde física, como também o aprofundamento de vulnerabilidades emocionais e sociais, comprometendo seu desenvolvimento saudável e projetos de vida. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que o fazer profissional de assistentes sociais engloba uma abordagem e conduta especializada. Logo, visa também

[...] fornecer apoio e garantir o bem-estar das adolescentes grávidas, assim como para a saúde dos bebês e o desenvolvimento das famílias e comunidades envolvidas. Por tratar-se de uma situação complexa e que pode resultar em impactos psicossociais, a gestação na adolescência é desafiadora tanto para a adolescente quanto para sua família e comunidade (Almeida; Fonseca; Rodrigues, 2024, p.9).

Reduzir a incidência da gestação precoce constitui desafio que demanda políticas públicas coordenadas e trabalho interdisciplinar capazes de assegurar proteção e direitos integrais. Para tanto, o Estado deve viabilizar acesso integral à saúde, educação, proteção social e justiça reprodutiva, subvertendo dinâmicas estruturais de exclusão e violação. Nesse contexto, reconhecer que a violência sexual emerge como manifestação concreta das desigualdades produzidas pelo capitalismo torna imperativo o enfrentamento que priorize equidade no acesso a direitos e bens.

A justiça reprodutiva apresenta-se, assim, como ferramenta fundamental para reflexão crítica sobre essas problemáticas, permitindo abordar os direitos sexuais e reprodutivos como dimensão essencial de um projeto mais amplo de garantia de vida digna para todas as mulheres. Para isso, as discussões sobre violência sexual, direitos sexuais e reprodutivos e justiça reprodutiva constituem-se como campos imprescindíveis de reflexão e intervenção para o Serviço Social contemporâneo, particularmente por sua potencialidade de crítica às heranças tradicionais da profissão.

A história do Serviço Social evidencia uma trajetória de colaboração com instituições médicas orientadas ao ajustamento de grupos marginalizados e à imposição de políticas de esterilização em massa dirigidas a mulheres em situação de pobreza e àquelas tidas como "débeis" (Federici, 2023). Assim, a apropriação teórica-prática dessas temáticas representa imperativo ético de permanente ruptura com essa história conservadora.

No campo da saúde pública, a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos constitui processo que transcende a mera disponibilidade de serviços, exigindo acesso democrático, universal e equitativo aos diferentes níveis de atenção, da Primária até a Terciária. Esses direitos, longe de circunscreverem-se à dimensão biológica reprodutiva, abrangem múltiplas expressões do bem-estar integral, físico, psicológico e social, contemplando fenômenos tão diversos quanto gravidez, parto, puerpério, aleitamento materno, contracepção, aborto, infecções sexualmente transmissíveis e enfrentamento a violência sexual (Ávila, 2003).

Já o ordenamento jurídico brasileiro reconhece essa multidimensionalidade através de marcos legais fundamentais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) consolida esse reconhecimento ao instituir a proteção integral como princípio estruturante, distribuindo responsabilidades compartilhadas entre família, sociedade civil e Estado. Particularmente, seu artigo 8º assegura às mulheres, no escopo do Sistema Único de Saúde, direito de acesso às políticas de saúde da mulher, ao planejamento reprodutivo e ao atendimento integral, humanizado e qualificado nas dimensões gravídica, parturitiva e puerperal. Complementando esse marco, a Lei nº 13.798/2019, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, reafirma o compromisso estatal com ações educativas e preventivas, promovendo a efetivação do direito à saúde sexual e reprodutiva das e dos adolescentes.

Compreender sexualidade e reprodução como dimensões constitutivas da cidadania representa condição para a consolidação de práticas profissionais orientadas pela equidade entre sexos e pela justiça reprodutiva. Para o Serviço Social, essa apropriação conceitual expande a capacidade de intervenção crítica e ética, possibilitando contribuições substantivas para a viabilização de direitos e a materialização de políticas públicas que reconheçam a autonomia e a dignidade inviolável das pessoas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico desenvolvido ao longo deste artigo evidencia que a violência

sexual contra crianças e adolescentes não representa fenômeno isolado e individual, mas constitui expressão concreta e estruturante do capitalismo e do patriarcado, esse último enquanto regime político. As relações sociais de sexo, emaranhadas pela classe social e etnicidade-racial, produzem e reproduzem violências que mercantilizam corpos, super-exploram a força de trabalho e limitam radicalmente a autonomia feminina.

A gestação precoce, particularmente quando decorrente de violência sexual, emerge como manifestação visível dessas estruturas opressivas, deixando marcas profundas não apenas nos corpos das sobreviventes dessa violência, mas na sociedade como um todo. Seus impactos nas condições de saúde física e psicossocial, assim como na interrupção de projetos de vida, perpetua ciclos de pobreza, vulnerabilidades e violências. Isso revela a urgência de respostas que transcendam abordagens individualizantes.

A adoção da perspectiva do feminismo materialista permitiu apreender como classe, sexo e raça não operam isoladamente, mas constituem um emaranhado que estrutura a sociabilidade patriarcal-capitalista. Essa compreensão evidencia que combater a violência sexual exige enfrentamento simultâneo das determinações capitalistas e patriarcais que a engendram, não sendo possível eliminar uma sem transformar a outra.

O Estado brasileiro, através de marcos legais como o ECA e legislação sobre direitos reprodutivos, reconhece formalmente a multidimensionalidade dos direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, permanece um abismo entre reconhecimento normativo e efetivação material desses direitos. Políticas públicas integradas, acesso universal e equitativo a serviços de saúde, educação, proteção social e justiça reprodutiva continuam sendo reivindicações.

Particularmente para o Serviço Social, a apropriação crítica dessas temáticas representa imperativo ético inegociável. A história da profissão nas suas primeiras décadas de existência, constitui um presente rompe com práticas tradicionais e conservadoras. A apropriação teórica-prática de discussões sobre violência sexual, direitos reprodutivos e justiça reprodutiva oferece oportunidade de denúncia e enfrentamento de violências estruturais. Reconhecer sexualidade e reprodução como dimensões constitutivas da cidadania representa passo fundamental para consolidação de práticas profissionais genuinamente comprometidas com equidade entre sexos.

A experiência vivenciada durante estágio curricular obrigatório na Unidade Materno-Infantil do HUSM permitiu evidenciar a complexidade de atendimento a adolescentes em situação de gestação ou puerpério decorrente de violência sexual. Tal complexidade não reside meramente em questões técnicas de atendimento, mas nas tensões

profundas entre reconhecimento formal de direitos e limitações estruturais de sua efetivação.

Finalmente, compreender violência sexual como estrutural não produz paralisação, mas entendimento de que seu enfrentamento exige envolvimento político coletivo. Mulheres, crianças e adolescentes merecem mais que reconhecimento formal de direitos: merecem efetivação real de autonomia corporal, justiça reprodutiva, e garantia de vidas dignas, livres de exploração e violências. Esse compromisso deve orientar tanto a academia e a profissão, quanto a sociedade, movimentando-se em direção à emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tamires Durigon. O Serviço Social no SUS: experiência de estágio com crianças e adolescentes gestantes e puérperas em contexto de violência sexual. 2025. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/35817/Almeida_Tamires_Durigon_2025_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 out. 2025.

ALMEIDA, Tamires Durigon; FONSECA, Laura Regina da Silva Câmara Maurício da; RODRIGUES, Eliane. Violência sexual, gestação precoce e serviço social: desafios para o trabalho em saúde pública. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. *Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Fortaleza: ABEPSS, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/edicoes/2024/apresentacao-oral?termo=viol%C3%Aancia+sexual>. Acesso em: 27 maio 2025.

ALVES, Andrea Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 132, p. 268–286, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.141>. Acesso em: 17 out. 2025.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. S465-S469, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800027>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 115 p.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, DF, 3 jan. 2019. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113798.htm. Acesso em: 19 jun. 2025.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social; v. 8).

FEDERICI, Silvia. *Além da Pele – Repensar, Refazer e Reivindicar o Corpo no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Elefante, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/09/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SEARS, Alan. Política do corpo: a reprodução social das sexualidades. In: BHATTACHARYA, T. (Org.). *Teoria da reprodução social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo: Elefante, 2023. p. 273-301.

SILVA, Lúcia; TONETE, Vera Lúcia Pamplona. A gravidez na adolescência sob a perspectiva dos familiares: compartilhando projetos de vida e cuidado. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 14, p. 199-206, 2006.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ACOLHIMENTO E INCLUSÃO DE ESTUDANTES IMIGRANTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA

ACOGIDA E INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES INMIGRANTES: UN RELATO DE EXPERIENCIA DOCENTE EN LA RED ESTATAL DE SANTA CATARINA

Elson Jonas Ferreira da Silva¹

Yáscara Michele Neves Koga²

Evandro Ricardo Guindani³

Resumo: Este relato de experiência tem como ponto de partida a vivência docente em uma escola pública estadual de Blumenau, Santa Catarina, marcada pela presença crescente de estudantes oriundos de diferentes cidades e países. O objetivo foi refletir sobre as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados no acolhimento e na inclusão de estudantes imigrantes em uma escola pública marcada por elevados fluxos migratórios. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, combinando pesquisa participante e relato de experiência, com dados coletados entre o segundo semestre de 2024 e o primeiro semestre de 2025. Os resultados indicam que, embora existam práticas significativas, elas são majoritariamente isoladas e realizadas por iniciativa individual de docentes, sem integração institucional. Políticas públicas pertinentes existem em nível estadual, mas sua implementação não alcança todas as escolas que convivem com fluxos migratórios. Conclui-se que é urgente ampliar a cobertura do programa, investir em formação continuada e institucionalizar práticas interculturais para converter direitos legais em inclusão efetiva no cotidiano escolar.

Palavras-chave: estudantes imigrantes, inclusão escolar, práticas pedagógicas, políticas públicas, diversidade cultural.

Resumen: Este relato de experiencia tiene como punto de partida la vivencia docente en una escuela pública estatal de Blumenau, Santa Catarina, marcada por la creciente presencia de estudiantes provenientes de diferentes ciudades y países. El objetivo fue reflexionar sobre las prácticas pedagógicas y los desafíos enfrentados en la acogida y la inclusión de estudiantes inmigrantes en una escuela pública caracterizada por elevados flujos migratorios. Metodológicamente, se adoptó un enfoque cualitativo, combinando investigación participante y relato de experiencia, con datos recogidos entre el segundo semestre de 2024 y el primer semestre de 2025. Los resultados indican que, aunque existen prácticas significativas, estas son mayoritariamente aisladas y realizadas por iniciativa individual de los docentes, sin integración institucional. Existen políticas públicas pertinentes a nivel estatal, pero su

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé - RS. Professor de Geografia na rede pública e privada de Blumenau - SC. E-mail: elsonsilva.aluno@unipampa.edu.br.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé - RS. E-mail: yascarakoga@unipampa.edu.br.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé - RS. E-mail: evandroguindani@unipampa.edu.br.

implementación no alcanza a todas las escuelas que conviven con flujos migratorios. Se concluye que es urgente ampliar la cobertura del programa, invertir en formación continua e institucionalizar prácticas interculturales para convertir los derechos legales en inclusión efectiva en la vida cotidiana escolar.

Palabras clave: estudiantes inmigrantes, inclusión escolar, prácticas pedagógicas, políticas públicas, diversidad cultural.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo geral refletir sobre práticas pedagógicas e os desafios enfrentados no acolhimento e inclusão de estudantes imigrantes em uma escola pública de Santa Catarina marcada por elevados fluxos migratórios. Complementarmente, os objetivos específicos são: descrever o contexto escolar e o perfil multicultural dos estudantes, destacando as situações de preconceito e as dificuldades relacionadas à barreira linguística; apontar as estratégias pedagógicas e iniciativas individuais de professores voltadas ao acolhimento e à valorização da diversidade cultural no ambiente escolar; e discutir a relação entre as práticas observadas na escola e as políticas públicas de acolhimento a imigrantes vigentes no estado de Santa Catarina, identificando lacunas e possibilidades de aprimoramento.

Considerando o exposto, foi definida a seguinte questão de pesquisa: Como as práticas pedagógicas e as ações desenvolvidas em uma escola pública de Santa Catarina têm contribuído para o acolhimento e a inclusão de estudantes imigrantes em um contexto marcado por intensos fluxos migratórios?

O crescente fluxo migratório em Santa Catarina tem transformado significativamente a realidade das escolas públicas, especialmente nas regiões onde há maior concentração de famílias estrangeiras. Esse fenômeno traz consigo o desafio de construir ambientes escolares inclusivos, capazes de acolher a diversidade linguística e cultural dos estudantes. No entanto, observa-se que, em muitas escolas, ainda prevalecem práticas isoladas de acolhimento, conduzidas por iniciativa de alguns professores, sem uma articulação efetiva com as políticas públicas voltadas à educação intercultural.

A presença de atitudes xenofóbicas e racistas no cotidiano escolar evidencia a necessidade urgente de repensar as práticas pedagógicas e as relações interpessoais dentro da instituição. Além disso, a barreira linguística compromete o processo de ensino-aprendizagem

e dificulta a integração social dos estudantes imigrantes.

Nesse contexto, o presente relato de experiência justifica-se pela relevância de compartilhar vivências docentes que evidenciam os desafios e as possibilidades da prática educativa para a diversidade cultural. Ao relatar e refletir sobre essas experiências, busca-se contribuir para a ampliação do debate sobre inclusão, respeito às diferenças e efetivação das políticas públicas de acolhimento nas escolas catarinenses.

Além de se constituir como um relato de experiência, este estudo mantém relação direta com a minha pesquisa de mestrado em andamento, que tem como objetivo investigar de que maneira as escolas públicas de Blumenau, por meio da prática docente, abordam a questão dos fluxos migratórios e da xenofobia. Dessa forma, alguns dados apresentados neste trabalho correspondem a resultados parciais da referida pesquisa, devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unipampa, CAAE número 89156325.6.0000.5323 e parecer número 7.809.086, respeitando os princípios éticos de confidencialidade, consentimento livre e esclarecido e anonimato dos participantes.

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho adota a abordagem qualitativa, com base no método da pesquisa participante (Silveira; Córdova, 2009) e no relato de experiência (Mussi; Flores; Almeida, 2021), caracterizado pela descrição e análise reflexiva de situações vivenciadas no exercício do ser professor. A experiência relatada refere-se à minha atuação como professor em uma escola pública da rede estadual do município de Blumenau, em Santa Catarina, localizada em bairro com significativa presença de famílias migrantes e imigrantes. O recorte temporal abrange o período do segundo semestre de 2024 e primeiro semestre de 2025, durante o qual foram observadas situações de discriminação, dificuldades linguísticas e práticas pedagógicas voltadas ao acolhimento dos estudantes estrangeiros, bem como um maior fluxo migratórios em postos de trabalho e áreas públicas do bairro como shopping, terminal de ônibus, posto de saúde e na percurso diário até a escola.

Os dados apresentados resultam da observação participante, registros em diários de classe, relatos formais e informais de professores e alunos. A análise é de natureza descritivo-reflexiva, buscando evidenciar tanto os desafios quanto as estratégias utilizadas no enfrentamento das situações de xenofobia e racismo, bem como a relação das práticas desenvolvidas com políticas públicas de acolhimento em vigor no estado de Santa Catarina.

A intensificação dos fluxos migratórios nas últimas décadas tem transformado o cenário social e educacional de diversos países, incluindo o Brasil. O fenômeno da mobilidade humana, impulsionado por diversos fatores, evidencia que a migração é mais do que um deslocamento territorial, é também um processo sociocultural que desafia políticas públicas e práticas de inclusão.

De acordo com Bartlett, Rodríguez e Oliveira (2015), a escolarização dos imigrantes representa um dos principais espaços de disputa por cidadania e pertencimento, pois é nas instituições educacionais que se evidenciam as fronteiras simbólicas e os mecanismos de exclusão ou integração. Assim, compreender a relação entre educação e imigração permite analisar como o Estado e as escolas atuam na formação de sujeitos em contextos de diversidade, bem como as estratégias utilizadas para garantir o acesso e a permanência escolar.

No contexto brasileiro, os desafios da imigração contemporânea são marcados pela chegada de vários grupos, entre eles haitianos e venezuelanos, cuja presença intensificou-se a partir da década de 2010, bem como os fluxos migratórios internos entre as regiões do Brasil, com um número considerável de nortistas e nordestinos em direção a Região Sul do país.

Conforme destaca o estudo de Lima, Garcia e Fachine (2020), os fluxos internacionais foram motivados por situações de guerra, desastres naturais e crises humanitárias, resultando em um movimento de refúgio e busca por melhores condições de vida. A mídia, ao narrar essas trajetórias, tem desempenhado papel relevante na construção da imagem social desses imigrantes, ora enfatizando a solidariedade e a integração, ora reforçando estigmas e tensões locais. Essa dualidade reflete a complexidade dos processos de acolhimento no Brasil, que, apesar de dispor de políticas de refúgio e interiorização, ainda enfrenta obstáculos na efetiva inserção social, laboral e educacional dos imigrantes.

A pluralidade cultural e os contrastes sociais tornaram-se evidentes desde o início da minha experiência ao chegar em Blumenau, mas foi no ambiente da sala de aula que a inquietação diante do elevado fluxo migratório presente na comunidade escolar se intensificou. Ao observar cuidadosamente as interações cotidianas, os comentários e os comportamentos de estudantes, colegas professores e membros da comunidade, percebi gradualmente a ocorrência de atitudes discriminatórias, por vezes de forma sutil, em outras situações de maneira explícita.

Esse contexto revelou a complexidade das relações sociais e a urgência de repensar minha prática docente, direcionando-a para a promoção do acolhimento e do respeito à

diversidade cultural. Ao presenciar práticas xenofóbicas e racistas, manifestadas tanto por estudantes quanto por professores e direcionadas principalmente a nordestinos e venezuelanos, compreendi a necessidade de tratar essa temática de modo mais aprofundado no contexto escolar, por meio de estudos acadêmicos.

2.1 O perfil dos estudantes, os desafios da comunicação e situações de preconceito

A escola está localizada no município de Blumenau, integra a rede estadual de ensino e atende estudantes nos três turnos, desde a 1ª série do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. Em 2024, possuía 1.236 estudantes matriculados, distribuídos em 40 turmas. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de estudantes de acordo com a naturalidade:

Gráfico 1: Distribuição dos estudantes por naturalidade



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Do total, a maior parte dos estudantes migrantes e imigrantes está matriculada no Ensino Médio. Considerando as cinco regiões do Brasil, os maiores números de migrantes internos são provenientes da própria Região Sul, seguidos pela Região Nordeste e, em seguida, pela Região Norte. As regiões Centro-Oeste e Sudeste apresentam os menores índices, respectivamente. Além disso, há estudantes imigrantes provenientes de outros países da América Latina como venezuelanos, dominicanos, peruanos e haitianos.

Em relação aos desafios linguísticos, de acordo com professoras entrevistadas, a maior dificuldade relacionada ao idioma ocorre nos anos iniciais, tanto para crianças quanto para suas famílias, independentemente de sua língua materna ser o espanhol ou o crioulo haitiano. Uma das professoras alfabetizadoras ressalta que a diferença na pronúncia das letras

do alfabeto é uma das principais dificuldades. Outra professora aponta a falta de suporte institucional como um obstáculo, relatando que o atendimento a uma aluna haitiana que não falava nem entendia o português dificultou o processo de acolhimento e aprendizagem.

Assim como as dificuldades observadas pelas professoras, Santana (2020) destaca que a comunicação entre professores e alunos imigrantes constitui um dos maiores desafios na escola, especialmente diante da diversidade de línguas e dialetos presentes. Mesmo com o uso de tradutores ou aplicativos de tradução, a compreensão permanece limitada, afetando não apenas o aprendizado, mas também o processo de acolhimento. O autor aponta que a barreira linguística se torna um obstáculo permanente, dificultando a interação com as famílias e a adaptação às novas culturas, evidenciando a necessidade de estratégias institucionais e políticas de apoio que possam minimizar essas limitações.

A escola também vem enfrentando situações delicadas relacionadas a episódios de xenofobia e racismo, envolvendo tanto alunos quanto professores, o que torna o ambiente ainda mais complexo. Enquanto os estudantes ainda estão em processo de aprendizagem e formação de valores, os professores geralmente já possuem seus posicionamentos consolidados. Nesse contexto, destaco quatro episódios que considero particularmente preocupantes:

1º) Em um trabalho avaliativo de Geografia do 9º ano, sobre migrações na Europa, um estudante questionou se poderia escrever sobre uma experiência pessoal, mesmo que não estivesse relacionada à Europa. Permiti prontamente que ele o fizesse. Ao ler o trabalho, deparei-me com a descrição de um fato em que uma professora da escola afirmou ao estudante, migrante da Região Nordeste do país, que sua família havia se mudado para Blumenau para roubar empregos dos locais.

2º) Uma estudante do 7º ano, durante uma explicação sobre uma tarefa sobre trabalho infantil no Brasil, em que os alunos deveriam criar um folder educativo e o personagem do material deveria ser representado pelo próprio estudante, disse a um colega negro que para ele seria muito fácil se desenhar, pois bastaria se olhar no espelho para ver um macaco.

3º) Uma professora da escola (a mesma do primeiro caso) disse a dois estudantes venezuelanos, em sala de aula, que eles não poderiam falar em espanhol durante suas aulas, pois agora estavam no Brasil e deveriam se comunicar apenas em português. A situação ocorreu na frente de toda a turma, gerando constrangimento aos estudantes.

4º) Um estudante do 1º ano do Ensino Médio, durante a análise do documentário *A Invenção da Infância*, que retrata as disparidades entre o Sudeste e o Nordeste do Brasil por

meio da realidade de crianças, fez comentários racistas sobre um colega negro, associando a cor da pele ao trabalho ao sol e, em outras aulas anteriores, proferiu expressões como "coisa de preto" e "olha a cor".

Esses episódios mostram que o problema não é apenas individual, mas sistêmico. Quando uma professora afirma que famílias roubam empregos ou proíbe o uso do espanhol em sala, legitima-se a exclusão, quando colegas naturalizam insultos raciais, falha o trabalho de formação de valores. É urgente que a escola passe do gerenciamento recreativo para uma política institucionalizada através da implementação de ações de curto, médio e longo prazo.

Kohatsu e Saito (2022) destacam que a xenofobia escolar não se limita a episódios isolados, mas constitui um padrão sistêmico de exclusão, manifestando-se por insultos, agressões físicas e atitudes discriminatórias recorrentes. Essas experiências têm impactos significativos na vida acadêmica e emocional dos estudantes de origem imigrante, podendo comprometer seu rendimento escolar, provocar transferências de escola e gerar a necessidade de apoio psicológico, reforçando a urgência de políticas escolares institucionais que previnam e enfrentem a xenofobia de forma contínua e estruturada.

Nesse contexto, torna-se fundamental a criação de um guia institucional para o enfrentamento de casos de racismo e xenofobia, que sistematize as orientações, os fluxos de comunicação e os responsáveis em cada etapa do processo. Esse guia deve servir como um instrumento pedagógico e administrativo que assegure continuidade e responsabilização nas ações da escola, evitando improvisos e garantindo que o acolhimento, a reparação e a prevenção caminhem juntas. Além disso, a formalização de um protocolo fortalece o compromisso coletivo da comunidade escolar, transformando o enfrentamento do racismo e da xenofobia em uma prática institucional permanente e não apenas em respostas pontuais a episódios de discriminação.

2.2 Ações pedagógicas para o acolhimento e valorização da diversidade cultural

As práticas pedagógicas e as ações de acolhimento variam entre os professores. No Ensino Médio, minhas práticas incluem: tentativa de primeiro contato, ainda que breve, na língua materna do estudante, usar as próprias vivências deles durante as aulas para despertar o protagonismo e o reconhecimento cultural, a adaptação de provas, entregando sempre duas versões (uma em português e outra em espanhol) quando necessário e o uso de aplicativos de tradução. No caso dos estudantes haitianos com quem trabalhei, não foram necessárias

adaptações, pois todos já dominavam muito bem o português.

Essas ações dialogam com o que defendem Giroto e Paula (2024) ao enfatizarem a importância de que o espaço escolar seja também um espaço de escuta e acolhimento das questões que envolvem as pautas migratórias, reconhecendo a pluralidade cultural e as identidades dos estudantes como parte do processo educativo. Os autores reforçam a urgência na implementação de uma educação antixenorracista, capaz de valorizar os saberes migrantes e as narrativas de vida dos estudantes como instrumentos de protagonismo e transformação.

Outras ações isoladas são desenvolvidas por alguns professores, como a adaptação de provas e, no caso da professora de Espanhol, o oferecimento de aulas de reforço para estudantes imigrantes durante suas horas de atividade, uma iniciativa pessoal e não institucional. O professor de História também realiza trabalhos sobre história oral e migrações históricas, cujas propostas finais surgiram a partir do interesse dos próprios estudantes, que entrevistaram pessoas migrantes e imigrantes da comunidade e produziram um documentário sobre a imigração na escola. Já a professora de Sociologia, em parceria com estudantes estagiárias de Psicologia, promoveu uma ação após um caso de falas xenofóbicas em uma turma, desenvolvendo um trabalho coletivo de mapeamento e reconhecimento da realidade dos fluxos migratórios presentes na escola.

Apesar dessas iniciativas, observa-se que as ações de acolhimento e valorização da diversidade cultural acabam se concentrando, em grande medida, entre os professores das áreas de Ciências Humanas e Linguagens. Tal concentração revela uma limitação institucional, pois o acolhimento e a inclusão de estudantes imigrantes não deveriam ser compreendidos como responsabilidade exclusiva desses professores, mas como compromisso coletivo de toda a escola. A ausência de uma política pedagógica integrada faz com que o trabalho de inclusão dependa da sensibilidade e do engajamento individual dos professores, o que evidencia a necessidade de uma abordagem mais ampla e articulada, envolvendo todas as áreas do conhecimento e instâncias da escola, já que carece de psicólogos e assistentes sociais.

Essas práticas docentes individuais, embora relevantes, refletem a necessidade de uma formação e atuação pedagógica que ultrapasse ações isoladas e se constitua de modo crítico e engajado. Mulico e Lobo (2020) destacam que o ensino deve se orientar por práticas de reexistência e transgressão, promovendo uma educação comprometida com os direitos humanos e com o enfrentamento de discursos racistas e xenófobos no espaço escolar. Para os autores, é papel do professor ressignificar suas práticas pedagógicas e construir materiais e

atividades que problematizem as desigualdades e valorizem as identidades culturais, especialmente em contextos marcados pela diversidade e pela presença de imigrantes. Nesse sentido, o acolhimento e a valorização das múltiplas vozes e histórias dos sujeitos migrantes não podem ser ações pontuais, mas parte de um projeto educativo coletivo que reconheça a escola como espaço de transformação social.

2.3 Entre a política e a prática: a (não) implementação de política pública nas escolas

De acordo com notícia publicada em 5 de setembro de 2025, no site oficial da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), é possível entender a proposta e as ações da política pública desenvolvida para imigrantes. O Programa Estadual de Acolhimento ao Migrante (PAM), desenvolvido pela SED/SC é uma iniciativa que oferece atendimento pedagógico especializado a estudantes migrantes da rede estadual de ensino. O programa visa garantir o direito à educação, promover a aprendizagem de qualidade, principalmente no ensino da língua portuguesa, e favorecer a integração sociocultural dos alunos. Notícias anteriores dão a entender que o programa passou por uma alteração de nome, visto que o Programa de Acolhimento a Migrantes e Refugiados (PARE) da SED/SC foi criado em agosto de 2021 com os mesmos objetivos.

O PAM atua no contraturno escolar, está presente em cerca de 50 escolas de Santa Catarina, atendendo mais de 1.324 alunos de países como Venezuela, Haiti, Argentina, Paraguai, Bolívia, Senegal e Colômbia, com o apoio de aproximadamente 70 professores (SED/SC, 2025). Segundo a notícia, o programa contribui para reduzir a xenofobia e a discriminação, promovendo a interculturalidade e a valorização das culturas dos imigrantes, além de conscientizar toda a comunidade escolar. A adesão das escolas ao PAM ocorre anualmente, com base em um diagnóstico das necessidades pedagógicas dos estudantes migrantes. Destaca-se também que o programa funciona em conformidade a Lei de Migração (Lei Federal nº 13.445/2017) e Política Estadual para a População Migrante (Lei Estadual nº 18.018/2020), que assegura o acesso e permanência de imigrantes na escola, reafirmando o compromisso do Estado com a inclusão educacional e a promoção dos direitos humanos.

A SED/SC (2025) utiliza o slogan “Santa Catarina é o único estado do Brasil a oferecer atendimento pedagógico especializado a estudantes migrantes na rede estadual de ensino”. Entretanto, muitas escolas que convivem com fluxos migratórios em seu cotidiano

ainda não são beneficiadas pelo PAM, como é o caso da escola onde atuo como professor. Segundo o perfil dos estudantes elaborado em 2024, a escola contava com 30 alunos imigrantes, incluindo venezuelanos, haitianos, dominicanos e peruanos. Em 2025, a escola passou a acolher também estudantes cubanos, o que evidencia a importância e a necessidade da implementação do programa nesse contexto escolar.

Diante disso, surgiram questionamentos sobre o motivo pelo qual a escola ainda não participa do programa e se alguma escola estadual de Blumenau já o possui. Para esclarecer, a diretora geral foi consultada. A direção informou que entrou em contato com os responsáveis e foram apresentados dois motivos: primeiro, a escola não teria espaço para atender esses alunos no contraturno; segundo, não havia um número considerado significativo de estudantes imigrantes.

Entretanto, ao analisar notícia divulgada pela SEC/SC em anos anteriores, é possível observar registros fotográficos mostrando salas com oito estudantes, outras com sete e até algumas com apenas quatro. Isso indica que os números apresentados não seriam um fator determinante. Quanto à infraestrutura, de fato, todas as salas de aula da escola estão ocupadas nos turnos matutino e vespertino, o que evidencia lacunas nos investimentos para a melhoria dos espaços escolares. Ainda assim, a escola dispõe da biblioteca e da sala de informática, que poderiam ser utilizadas para atender os estudantes do programa.

Vale ressaltar que, entre essas notícias, destacam-se formações de professores relacionadas ao funcionamento do programa. No entanto, tais formações não são divulgadas ou oferecidas de maneira efetiva, visto que só tomei conhecimento do programa a partir de minhas pesquisas. Além disso, entre os cinco professores entrevistados para a pesquisa de mestrado, apenas um havia ouvido falar brevemente sobre o programa, mas desconhecia seu funcionamento.

Com base em Marques, Ribeiro e Kikuichi (2024), é possível perceber que, embora se tenha uma legislação considerada moderna para o acolhimento de migrantes e refugiados, sua implementação prática ainda enfrenta desafios significativos. As políticas públicas vigentes muitas vezes não contemplam as especificidades e necessidades individuais das crianças imigrantes, tornando direitos básicos, como a educação, de difícil acesso. Os autores destacam que a efetiva participação do Estado, por meio da criação e execução de políticas públicas inclusivas, assertivas e sensíveis às condições dos migrantes, é essencial para transformar o direito em prática concreta. Além disso, a integração escolar desses estudantes depende não apenas de recursos e infraestrutura adequados, mas também da postura proativa

da equipe pedagógica, reforçando a importância de políticas públicas que promovam não apenas acesso, mas inclusão efetiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas neste relato de experiência evidenciam que o acolhimento e a inclusão de estudantes imigrantes ainda se configuram como desafios significativos para a escola pública estadual de Blumenau. Apesar das iniciativas individuais de professores comprometidos com uma prática pedagógica intercultural, o que se observa é a ausência de uma política institucional integrada que articule as ações de todos os segmentos escolares. As práticas de acolhimento, quando ocorrem, são majoritariamente isoladas e dependem da sensibilidade e do engajamento pessoal dos docentes, o que limita seu alcance e a efetividade da inclusão. Além disso, os episódios de xenofobia e racismo descritos revelam que o enfrentamento dessas questões precisa ir além de intervenções pontuais, demandando uma postura ética e política que envolva toda a comunidade escolar.

A análise também demonstrou que, embora existam políticas públicas estaduais como o Programa de Acolhimento ao Migrante, sua implementação ainda não contempla todas as escolas que convivem com fluxos migratórios em maior número. Isso evidencia a necessidade de ampliação da cobertura do programa, de investimentos em infraestrutura e, principalmente, de formação continuada dos profissionais da educação. A criação de um guia institucional para o enfrentamento de casos de racismo e xenofobia se apresenta como uma medida essencial de curto, médio e longo prazo, capaz de orientar práticas pedagógicas e administrativas mais sistematizadas.

Por fim, este estudo reforça que a escola é um espaço privilegiado para a construção de uma cultura de respeito, diálogo e valorização da diversidade. A consolidação de uma educação inclusiva e intercultural exige o fortalecimento das políticas públicas, o trabalho coletivo de todos os profissionais da educação e a continuidade de pesquisas que investiguem as práticas de acolhimento e os processos de integração de estudantes imigrantes. Somente por meio da articulação entre teoria, prática e compromisso social será possível transformar o acolhimento em uma realidade cotidiana e o direito à educação em inclusão efetiva.

REFERÊNCIAS

BARTLETT, Lesley; RODRÍGUEZ, Diana; OLIVEIRA, Gabrielle. Migração e educação:

perspectivas socioculturais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1153-1171, 2015. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/109877>. Acesso em: 29 set. 2025.

GIROTO, Giovani; PAULA, Ercília. A educação no combate ao racismo e à xenofobia no Brasil. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 7, n. 1, p. 85-97, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6857/4531>. Acesso em: 08 dez. 2024.

KOHATSU, Lineu; SAITO, Gabriel. Xenofobia na escola pública: a perspectiva dos estudantes do ensino médio. **Psicoperspectivas**, v. 21, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/psicop/v21n1/0718-6924-psicop-21-01-137.pdf> Acesso em: 27 ago. 2024.

LIMA, João; GARCIA, Ana; FECHINE, Valéria. Fluxos migratórios no Brasil: haitianos, sírios e venezuelanos. In: VIANA, André. **A midiaticização do refúgio no brasil (2010-2018)**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020, p. 37-69.

MARQUES, Welisson; RIBEIRO, Roberta; KIKUICHI, Vivian. Ações e desafios para o acolhimento e implantação de práticas educacionais inclusivas para alunos refugiados e migrantes. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, MG, v. 24, n. 49, p. 1–20, 2024. DOI: 10.31496/rpd.v24i49.1615. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1615>. Acesso em: 30 set. 2025.

MULICO, Lesliê; LOBO, Valdiney. Ressignificando o material didático para o ensino de línguas estrangeiras na escola pública a partir da Linguística Aplicada indisciplinar. **Raído**, v. 14, n. 36, p. 103-120, 2020. DOI: 10.30612/raido.v14i36.11692. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/Raido/article/view/11692>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MUSSI, Ricardo; FLORES, Fabio; ALMEIDA, Cláudio. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SANTANA, Alexsandro. **Portas abertas, janelas fechadas**: um estudo de caso sobre imigrantes e refugiados em uma escola pública. 2020. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Nove de Julho. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9834216. Acesso em: 1 jun. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Programa garante apoio pedagógico para alunos migrantes da rede estadual de educação**. Florianópolis, 11 maio 2022. Disponível em: <https://www2.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31592-programa-garante-apoio-pedagogico-para-alunos-migrantes-da-rede-estadual-de-educacao>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **SC desenvolve programa pioneiro no Brasil de atendimento pedagógico a estudantes migrantes na rede estadual de ensino**. Florianópolis, 5 set. 2025. Disponível

em: <https://www.sed.sc.gov.br/sc-desenvolve-programa-pioneiro-no-brasil-de-atendimento-pedagogico-a-estudantes-migrantes-na-rede-estadual-de-ensino/>. Acesso em: 16 set. 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Educação promove capacitação sobre o Programa de Acolhimento ao Migrante e Refugiado (PARE)**. Florianópolis, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria-de-estado-da-educacao-promove-capitacao-sobre-o-programa-de-acolhimento-ao-migrante-e-refugiado-pare/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SILVEIRA, Denise; CORDOVA, Fernanda. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

APONTAMENTOS ACERCA DA POLÍTICA PENAL LATINO-AMERICANA DIANTE DO ENCARCERAMENTO EM MASSA NA AMÉRICA-LATINA

APUNTES SOBRE LA POLÍTICA PENAL LATINOAMERICANA ANTE EL ENCARCELAMIENTO MASIVO EN AMÉRICA LATINA

Lázaro Michael Santos Duarte¹
Viviane Isabela Rodrigues²

Resumo: O presente trabalho faz a análise de parte da conjuntura sócio-histórica do sistema punitivo que atravessa, de forma macrossocial, mas com particularidades, os países latino-americanos em suas respectivas formações sociais, marcadas pela estigmatização e variados tipos de violências estruturais, sendo o racismo o que mais se mostra presente nesse processo. Essas violências se entrelaçam ao atual cerne punitivo que, gestado no seio dos países do eixo central, se alastra, desde as ondas colonizadoras, para os contextos latino-americanos. Assim sendo, esse estudo qualitativo, de cariz bibliográfico documental e exploratório busca fazer apontamentos, de forma mais elucidada, das sociedades brasileiras, considerando o conjunto de ideologias e práticas penalizantes e desumanizadoras, de cunho racista, que estruturalmente e historicamente marca o cotidiano das populações negras, racializadas e marginalizadas no cenário contemporâneo brasileiro, e como a racialização do processo de hipervigilância e criminalização, com apoio do Estado, expressamente neofascista, neoconservador e estruturalmente racista, se vale de mecanismos legislativos e judiciários para que haja a legitimação da produção e reprodução da barbárie e extermínio dos corpos racializados, traduzindo como resultado final, assim, o encarceramento em massa da população racializada.

Palavras-chave: Punição, encarceramento em massa, racismo, Brasil, América-Latina.

Resumen: El presente trabajo contiene, en su totalidad, el análisis de la coyuntura sócio-histórica del sistema punitivo que atraviesa, de manera macrossocial, pero con particularidades, los países latinoamericanos en sus respectivas formaciones sociales, marcadas por la estigmatización y diversos tipos de violencias estructurales, siendo el racismo el que más se muestra presente en este proceso. Estas violencias se entrelazan con el actual núcleo punitivo que, gestado en el seno de los países del eje central, se expande, desde las olas colonizadoras, hacia los contextos latinoamericanos. Así pues, este estudio cualitativo, de carácter bibliográfico, documental y exploratorio, busca realizar apuntes, de forma más esclarecida, sobre las sociedades brasileñas, considerando el conjunto de ideologías y

¹ Graduando em Serviço Social (Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas);

² Assistente Social(Universidade Luterana do Brasil) mestra e doutora em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) Professora (Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas) e Pesquisadora da Proteção Social na América Latina.

práticas punitivas y deshumanizadoras, de índole racista, que estructural y históricamente marcan la cotidianidad de las poblaciones negras, racializadas y marginadas en el escenario contemporáneo brasileño, y cómo la racialización del proceso de la hipervigilancia y criminalización, con el apoyo del Estado, expresamente neofascista, neoconservador y estructuralmente racista, hace uso de mecanismos legislativos y judiciales para legitimar la producción y reproducción de la barbarie y el exterminio de cuerpos racializados, traduciendo así como resultado final el encarcelamiento masivo de la población racializada

Palabras clave: Castigo, encarcelamiento masivo, racismo, Brasil, América Latina.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem punitiva, a priori, pode ser notada a partir de diferentes aspectos em escala global, levando em consideração as discrepâncias societárias que configurava os territórios. Assim sendo, sob a ótica do contexto latino-americano, a punição configura-se como fruto de uma série de violências físicas e simbólicas decorrentes do processo de colonização sofrido nos territórios latino-americanos, conforme as atividades imperialistas desenvolvidas ao decorrer da história da humanidade.

2 DESENVOLVIMENTO

Especificamente entre os séculos XVIII e XIX³, retomando a classificação ampla da punição, Foucault enfatiza os suplícios como forma de humilhação, através de penas corporais dolorosas, estas com a intencionalidade de mudanças de paradigma político-filosóficos dos sujeitos submetidos à este tipo de penalidade. No contexto brasileiro, essa violência é originária a partir do período de colonização do território, a partir de ações idealizadas em conceitos de extermínio estrutural e simbólica dos povos originários que detinham domínio das terras que hoje, se denominam brasileiras, e da população negra trazida de África, os quais foram objetificados, superexplorados e desumanizados sob a generalização de “escravos”. Desse modo, à luz da ótica de Sueli Carneiro, que parte da ótica foucaultiana de dispositivos que formam redes de ações, pode-se dizer que os parâmetros utilizados para legitimar tamanha barbárie, em contexto brasileiro, visto o projeto de extermínio dos povos originários de nossas terras e de África, são dispositivos raciais os responsáveis por, desde o primórdio colonial, estruturar a sociedade brasileira com a tríade do racismo, da violência e

³ Durante esse período, os países do eixo econômico central (sobretudo europeus) se desenvolviam industrialmente ao passo que exploravam os países latino-americanos, sobretudo o Brasil.

do extermínio, que mesmo com o início em uma sociabilidade sem a discussão de direitos e cidadania, ainda se alastra pelas “veias” do século XXI. De acordo com Davis:

Antes da aceitação sagrada dos direitos individuais, o encarceramento não poderia ser concebido como punição. Se o indivíduo não era reconhecido como detentor de direitos e liberdades inalienáveis, então a alienação desses direitos e liberdades por meio do isolamento da sociedade em um espaço governado de forma tirânica pelo Estado não faria sentido. (Davis; 2003,p.47).

Dessa forma, para além da privação de liberdade como se concebe no atual contexto societário capitalista neoliberal contemporâneo, percebe-se a fetichização da punição, desde o período colonial como uma das premissas que, de forma atravessada com os dispositivos raciais e até mesmo proformas dos dispositivos institucionais, fizeram ausência de notoriedade do conceito punitivo, em si, mesmo a sua prática se fazendo presente diante de tal contexto. Dessa forma, a punição caracterizou-se como necessária e corretiva. Para além disso, a ideologia racista, alimentada pelo eixo de sustentação econômica de origem imperialista e colonial, que se baseou no processo de escravização e redução dos corpos racializados à sua condição de superprodução, o colocava como primeira mercadoria de sua organização, sendo esta reduzida à “mercadoria viva” passível das vontades predatórias escravocratas.

Séculos depois, em meio ao cerne dos anos 1826, antes da “abolição” formal da escravidão, e fim do período colonial no Brasil, a repressão contra os corpos racializados se manifestava, dessa vez, através do movimento de criminalização, proveniente da ideia de marginalização que denominava (e ainda denomina, com novas roupagens) a ideologia e a prática criminalizante às práticas e manifestações de reivindicações da população racializada, o que se agravava ainda mais em regime escravocrata formal, entendendo esta premissa como um sistema de punição seletivo penal do contingente populacional que se encontrava reduzida à condição de escravizado.

O cerne originário institucionalizado das opressões presentes na relação entre senhor/proprietário/escravizado/propriedade, que, mais tarde, até as últimas décadas do século XXI, é das ordenações filipinas, as quais ditavam práticas de tortura e violências (de pessoas livres e escravizadas) com discrepâncias de tratamento (embora sempre violentas) entre os coletivos sociais marginalizados:

Com isso, a lógica do direito privado imperava já no nascedouro do nosso sistema e, dado o caráter violento do escravismo, já tinha em seu cerne as práticas de tortura, fossem psicológicas, fossem físicas, por mutilações e abusos sofridos pelos escravizados. Havia, com isso, diferenciação das penas entre escravizados e livres. Um exemplo é a execução da pena capital em que os “bem-nascidos” eram executados pelo machado, considerada uma morte digna, e aos demais era utilizada a corda, considerada uma morte desonrosa. Posteriormente, essa diferenciação não aparecerá na letra da lei, mas será exercida e sentida na aplicação da punição aos réus (Borges,2019,p.47)

A partir deste trecho, observa-se o exposto no parágrafo anterior ao enfatizar a lógica punitivista baseada em padrões moralizantes e neutralizantes sobre os povos negros africanos, e originários do Brasil e, mais tarde também, os “livres”, diferenciando as formas punitivas de acordo com os respectivos coletivos considerando-se aspectos sociais e erroneamente biologicistas de merecimento e resistência às determinadas práticas, desenvolvendo-se, assim, o germe da penalidade que se enquadra na atualidade regulamentada por legislações conforme os interesses privados do eixo gravitacional do modo de produção capitalista. Para além disso, nas ordenações filipinas também há a especificação punitiva na questão de gênero, hostilizando as mulheres e agravando a violência de gênero para o coletivo feminino racializado, pois “A questão de gênero já aparece interseccionada e com diferenciações de pena e do que se configura crime também nas Ordenações Filipinas...”(Borges;2020, p. 47).

A partir do fato apresentado, nota-se a interferência do patriarcado nas premissas objetivadas nas ações das ordenações filipinas no quesito das penalidades percorridas para as mulheres, que diferenciavam-se das penalidades percorridas para os homens, as quais se distinguem a partir do pressuposto moralizante. Nesse sentido, o punitivismo contra as mulheres se alastra de variadas formas durante o período colonial, pós colonial e contemporâneo, o que o torna uma característica estrutural das sociabilidades de classe, agravando-se no modo de produção capitalista em suas diferentes fases de consolidação.

Na esfera privada, sob ordenamento patriarcal, durante o período da escravidão, havia os abusos como forma de coerção, o que mais tarde transforma-se na hipersexualização do corpo negro feminino, determinando uma cadeia complexa de violências fundadas em características moralizantes de raízes patriarcais e machistas, em âmbito domiciliar ou público que, mais tarde, também passam a imperar em práticas no seio do sistema prisional feminino

através da privação de liberdade e como “uma pena para quebra de convenções e contratos sociais”(Borges,2020,p.28).

A partir dos fatos discutidos anteriormente, pode-se enfatizar que sob a ordem do modo de produção capitalista vigente no atual cenário sociopolítico mundial, denominado de estágio neoliberal, os aparelhos repressivos e punitivos se fazem presentes de maneira a seguir a lógica do que estruturou os primórdios do sistema punitivo em escala global, mas diferencia-se a partir das novas configurações na qual se encontra a população racializada que, embora sob a condição de classe trabalhadora, se encontra sujeita às mais variadas formas de violação de direitos e precarização. É nesse cenário que operam as seletividades quantitativas e qualitativas na atuação do sistema penal, que opera em prejuízo das classes subalternizadas racializadas e visa a manutenção do status quo (Flauzina,2006)

O aspecto qualitativo ao qual a autora se refere, está intrinsecamente ligado à estigmatização dos corpos racializados aos quais a seletividade penal opera, de forma violenta, desde a desproteção social pela ausência de alargamento de acesso das políticas públicas que assegurem ampla proteção social para os coletivos sociais vulnerabilizados. quantitativamente, no contexto brasileiro, a maioria desses corpos são racializados, devido à organização estrutural racista na qual se inscreve a sociabilidade brasileira, assim como também no contexto de outras nações, com enfoque nas que o capitalismo se desenvolveu de forma dependente, situação que se alastra na organização societária dessas nações.

Dessa forma, ao analisar a estrutura social na qual se desenvolveu a prática de violência, marcada pelo racismo e embutida de instituições e práticas de punição, que possuem caráter de neutralização dos corpos e subserviência, a prisão é a alternativa essencial, aos olhos do capitalismo predatório seletivo, para realização do controle dos corpos historicamente selecionados como “inferiores” que não se enquadrarem ao modelo de desenvolvimento, produtividade e até mesmo cultural que o atual estágio de desenvolvimento capitalista se utiliza para continuidade de seu ciclo sociometabólico, pois “...na América Latina, o racismo é a variável que dá conta dessas formulações. Em outras palavras, defendemos que o racismo é o fundamento que justifica a existência de sistemas penais de caráter genocida...” (Flauzina, 2006,p.30).

A partir da análise de Ana Flauzina, nota-se a constituição do sistema penal na América Latina consoante à característica da “gestão da pobreza” sobre os países em situação de dependência e, é importante ressaltar que as interseccionalidades que estruturam essas organizações societárias latino-americanas são generalizadas, de modo a legitimar e

configurar a lógica punitiva e penal, partindo do pressuposto da inferiorização cultural e dos variados povos. A formatação penal, como uma forma de controle e inferiorização sobre os corpos que abrigam a generalizada América Latina, atua como um dos principais membros de regulação do biopoder. No contexto brasileiro,

[...]o Estado brasileiro passa a atuar nos moldes do biopoder, atentando para as devassas necessárias na manutenção da saúde pública e ao uso da prerrogativa de se silenciar quanto à matéria racial, como em nenhum outro lugar, onde estaria o domínio da morte? Enfim nesse tipo de estrutura que está no encaixe da vida, como o Estado pode exercer sua função assassina? Se o objetivo está em preservar o contingente populacional dos ricos e das eventualidades que conduzem a morte, como a esfera pública pode enfim reclamá-la, produzi-la? Para Foucault, o racismo é a variável que vai dar conta dessas indagações.(Flauzina,2006, p.99)

É a partir da lógica seletiva do biopoder que, aos moldes de operação da penalidade neoliberal, que a alienação, através de silenciamento da responsabilidade do Estado para com as vulnerabilidades produzidas e/ou agravadas devido ao seu desenvolvimento aos moldes capitalistas necessário ao seu ciclo de reprodução, que a insegurança nacional, como forma contrária ao modelo de segurança gestado na lógica das sociabilidades centrais econômica e socialmente que a estrutura racista e de produção da criminalização dessa população não é instigada, pois, a partir do instigamento de conhecimento da estrutura criminalizante, o Estado não consegue se regular através do biopoder e não consegue se reproduzir, visto que o encarceramento e criminalização dos corpos, expressos através de um movimento amplo de marginalização, invisibilização e individualização é funcional para a continuidade da sociabilidade capitalista predatória, que decide quem vive, sobrevive ou morre. Assim,

A configuração da espacialidade urbana que lançou a população negra desde o pós-abolição para as periferias de todo o país dá uma boa dimensão da precariedade e dos instrumentos de aniquilação física e simbólica que diuturnamente trabalham para extinguir o contingente negro brasileiro.(Flauzina,2006,p.101)

Então, a partir da análise da autora, é possível perceber que há um emaranhado de questões produzidas e reproduzidas que atravessam a vida dessa população que a impele ao extermínio, seja este de forma simbólica ou física. Assim, é importante os compreender como integrados, pois ao afastar a população de suas necessidades básicas para que ela não possua

acesso efetivo de seus direitos é um forte elemento que a torna marginalizada, e é proposital esse movimento a partir de condicionantes estruturais sócio-históricos racistas. Assim o processo diaspórico, vivenciado na pele, pela pele e que se alastra para a reprodução social de forma estigmatizante e segregacionista, é negado e vira caso de polícia, sendo esta um dos principais meios encontrados pelo estado penal de controle social em relação ao que se tornou criminalidade, sendo estes dois elementos cruciais que desencadeiam o encarceramento em massa, em escala mundial, o que inclui América Latina e Brasil. Assim, nota-se o alastramento do estado penal em detrimento do estado social (Wacquant, 2011) visto que o aparelho Estado revela a sua face de tolerância zero em detrimento do alargamento das políticas sociais de inclusão à medida que realmente necessita o povo, e especificamente a população racializada, visto as negações violentas que desde os processos colonizantes invadem suas vidas. Um dos fatos mais recorrentes e que denuncia a realidade exposta acima, é o juvenicídio, pois

De acordo com os dados, entre a população não jovem, somente 9,8% dos óbitos foram resultantes de causas externas, contra 72% entre os jovens. Observando especificamente os homicídios, os números são de 3,3% e 39,9% como causa de morte para não jovens e jovens, respectivamente. Nesses termos, a eleição desse segmento como foco da avaliação está relacionada aos altos índices de vitimização que se verificam no grupo. (Flauzina, 2006, Página 111)

O aumento das formas de opressão contra essa população, que estaria ingressando formalmente à vida adulta, ocorre pela estigmatização da figura jovem e racializada, comumente associada ao perigo e à criminalidade, quando se faz um julgamento valorativo e problemático, superficial das interseccionalidades e formação social desses indivíduos. Assim, a violência institucionalizada e regulamentada, “enxerga” um alvo nas costas desses indivíduos. Além disso, dados trazidos pela autora, em contexto microsocial brasileiro, revela que há uma disparidade entre o índice de juvenicídio entre a década de 1980 e os anos 2000 e, além disso, revela a discrepância entre as pessoas brancas e racializadas no que tange aos índices de violência letal:

Analisando os dados sob o ponto de vista racial, a pesquisa revelou os efeitos decisivos dessa investida sobre a população negra. No que se refere à taxa de homicídio, chegamos aos números de 20,6 em 100.000 para a população branca, e de 34,0, para a população negra. Isso representa uma proporção 65,3% maior de vítimas no segmento negro. Atentando especificamente para a juventude, os

números apresentam uma diferença ainda mais drástica. A taxa de homicídios entre os jovens negros é 74% superior à dos brancos.(Flauzina,2006,p.111 e 112)

Dessa forma, então, têm-se a polícia em consonância com o aparato penal que possibilita, também, além de inúmeros outros dispositivos, tamanha barbárie física e estrutural contra esse coletivo, tornando o sistema penal uma alternativa indispensável de organização de tal modelo, baseando-se na forma de penitenciária, com fachada de ressocialização, o sistema penal tem função na verdade, de consolidar um quadro em que o Brasil é um dos países que mais mata no mundo (Flauzina,2006).

A atuação do sistema penal como funcional à lógica predatória de aniquilação dos coletivos marginalizados no Brasil, em especial, a população negra. Com isso, o aparato policial torna-se uma máquina de predação física e, juntamente às brechas legislativas e judiciárias, se molda um instrumento crucial para o encarceramento, o qual é funcional à lógica da reprodução capitalista neoliberal e financeira. Diante disso “...negar a existência de um projeto de Estado voltado para a eliminação da população negra pela falta de explicitação, é desconhecer a lógica de funcionamento assumida pelo Estado brasileiro desde a abolição da escravidão. (Flauzina,2006,p.120)

Essa afirmação revela o mito da democracia racial que efetiva-se a partir da ideia meritocrática de plena ocupação e inclusão integral da população racializada em quaisquer espaços sociais, sem considerar os limites racistas e classistas que colocam-se como cruciais instrumentos de exclusão dessa população. Assim, esse mito pode ser utilizado como forma de dominação a partir do momento que torna invisível as dificuldades enfrentadas por essa classe para que não haja um retrocesso na execução institucional regulamentada que continuam a reproduzir o racismo e todas as suas expressões. Assim, cria-se um apagamento do reconhecimento da questão racial

Ademais, é indispensável reforçar que essa população, constituiu-se historicamente como classe trabalhadora, desde os primórdios da sociedade de classes escravista colonial brasileira ou em níveis mundiais a partir da superexploração da sua força de trabalho, sob a forma reduzida de “escravo”⁴ até a atualidade, em maioria, sob a condição de subproletariados, em detrimento das divisões raciais de espaço e trabalho, pois

⁴ Uma das faces atribuídas no desenvolvimento sócio-histórico da população negra, em diferentes territórios, sob processo diaspórico que buscava apagamento coletivo de suas lutas, para além das identidades culturais, formando um emaranhado de ações exterminadoras, segregacionistas e colonizadoras, influenciando até a contemporaneidade nas relações entre as pessoas racializadas, suas condições de vida e os territórios ocupados por estas.

[...]a parcela negra da classe trabalhadora vê rebaixado a níveis extremos o valor de troca da sua força de trabalho, onde a superexploração é a regra. Relacionado a isso está a divisão racial do espaço, que delimita, entre outras relações, a do espaço físico entre dominadores e dominados[...] (Campos & Moraes, 2021, p.186)

Observa-se, então, que a conjuntura social posta à população racializada, vulnerabilizada é em termos de desapropriação de condições básicas de vivência devido a uma divisão sócio-histórica ocupacional de espaço, condicionada pela relação exploratória da sociedade brasileira, imposta pela condição de economia dependente de transferência de valor da periferia para o centro, e apropriação de partes entre a burguesia nacional, que se progrediu, devido aos favorecimentos do modo de produção capitalista dependente que expõe essa população à desproteção social.

Assim, a contradição capital-trabalho é uma das formas pela qual a via de exploração e subalternidade da população racializada é produzida e reproduzida socialmente. Nesse contexto, é importante enfatizar que o racismo estrutural não configura-se apenas como uma “herança sócio-histórica” de cunho colonial, mas sim “...com base em processos ideológicos de desumanização, aculturação e repressão penal desde o genocídio de povos indígenas até a lógica privatista de controle organizada pelos senhores de engenho escravocratas (Flauzina, 2006; Martins, 2017, p.183-184).

Esse processo segue em curso até a atualidade, através do movimento neofascista que engendra a configuração sócio-política que configura um formato moderno em sua aparência, mas conservador em sua forma estrutural, pois nota-se, a partir do olhar crítico à estrutura, a criminalização de determinados crimes e impunidade de outros, então:

Nesse sentido, de acordo com a perspectiva crítica que Baratta (2004) apresenta, a imunidade de certos crimes e a excessiva criminalização de outros está relacionada com uma proteção às práticas ilegais dos grupos dominantes ao mesmo tempo que a punição, a repressão e a perseguição política estão postas para as classes subalternas. Consonante a isso, Batista (2003) explica que essa luta pela manutenção da ordem através da criminalização da pobreza tem sua gênese na herança escravocrata de um sistema carcerário genocida, o qual tem distinções temporais, sendo ontem voltado para escravizados e atualmente para os pobres e traficantes (Campos & Moraes, 2021, p.180)

Embora haja a inclusão dos “res”, sigla utilizada para designar os ideais de “ressocialização, reinclusão e reeducação” das pessoas privadas de liberdade, sendo que historicamente estas, de fato, não obtiveram a efetivação destas condições das quais o sistema prisional, modernamente posto como “sistema de ressocialização”. Então, o que se busca com esta prerrogativa? visto que a inclusão, de forma efetiva e eficaz, nunca existiu de forma homogênea.

Entretanto, o que há, de fato, em linhas gerais da funcionalidade do sistema penal, é a função neutralizadora, que faz parte, também, nos moldes contemporâneos, da agenda neoliberal, visto que “...não disciplina as presenças, mas as torna invisíveis” (Martins, 2021, p. 123-124).

Esse diálogo permite notar a função que a penalidade leva consigo, almejando como objetivo o status quo através do meio da neutralização dos corpos punidos/encarcerados sob algum regime institucional. Assim, sob essa perspectiva, observa-se que a neutralização acaba por gerar a invisibilização e, com isso, consequentemente há a despreocupação generalizada em observar o processo alienante e criminalizante por trás do discurso das “res”. Segundo dados do INFOPEN, no ano de 2017 “...a população carcerária do Brasil é de 726.354 pessoas, embora a capacidade carcerária seja de apenas 423.242 mil vagas, indicando assim um déficit total de 303.112 vagas (Campos & Moraes, 2021, p. 175).

Abarcando o debate trazido sobre a inflação do crescimento carcerário para além de sua limitação, é importante ressaltar a transversalidade de problemáticas que são desencadeadas a partir desse cenário, pois a partir disso, as condições de vida das pessoas privadas de liberdade é reduzida, cada vez mais, às condições de sub-humanidade, agregado ao traço neutralizante. Sobre essa intencionalidade posta em suas práticas, é importante ressaltar também que esse processo de extermínio e neutralização é experienciado por essa população, mesmo antes de ser encarcerada. Assim, o movimento neofascista revela-se de forma escancarada em momentos mais próximos durante o governo de Jair Bolsonaro, no qual, a violência institucional e regulamentada por forças militarizadas, se mostrou crescente em relação ao percentual que se observou no período anterior ao que tomou posse da presidência do Brasil, visto que

Segundo informações divulgadas por importante iniciativa intitulada Monitor da Violência (2020), envolvendo o site de jornalismo G1 e o suporte científico de renomados institutos de pesquisa, como o Núcleo de Estudos de Violência da

Universidade de São Paulo (NEV/USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), enquanto no ano de 2019 houve 41.365 mortes violentas no Brasil[...] Para o primeiro semestre de 2020 observa-se uma reversão dessa tendência de redução de mortes em geral depois de dois anos, tendo crescido 6% relativamente ao mesmo período de 2019. Sobre as mortes provocadas por policiais, o ano de 2020 contou também um aumento de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior[...] (Serra,2021,p.584)

Assim, a exacerbação de medidas neofascistas, neoliberais e neoconservadoras mostraram-se fulminantes e desastrosas durante a gestão do ex-presidente. Para além disso, as condições subumanas nas quais se encontrava a população privada de liberdade, durante a pandemia, também é mais um dos fatos alarmantes desenvolvidos durante esse período, o que faz parte de um projeto moralizante, com caráter de genocídio que se propõe, legalmente, no “pacote anticrime”, que é inaugurado a partir da Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019, visto que esta corrobora para que haja o recrudescimento das condições de vida da população privada de liberdade. Entretanto, não limita-se apenas à esse coletivo, visto que houve, por exemplo, a facilitação processual em favor dos órgãos e mecanismos de acusação, o que, sob o véu conservador da face neofascista⁵, sob a lógica do capital neoliberal de individualização, acaba desencadeando o ciclo vicioso do “crime e castigo”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, demonstrou-se que a constituição do aparato penal, de forma macrossocial na América Latina, se desenvolveu sob o viés de dependência que os seus territórios foram submetidos ao decorrer da progressão sócio-histórica que engendra as suas nações, na condição de importação do modelo de gestão da segurança, periculosidade e o conjunto de ideologias patologizantes e discriminantes que desencadearam o movimento do encarceramento em massa. Assim sendo, sob a particularidade brasileira, foi elucidado o fato de a mesma ter se constituído, desde o processo violento de colonização, por meio de violências e resistências, sendo a primeira alternativa a que se sobressai no sentido de construção da ordem societária criminalizante do território, visto que o conjunto de ideologias

⁵ A tendência neofascista se alastra durante ondas progressistas e conservadoras durante a governabilidade dos países dependentes. Durante uma onda de governo progressista no Brasil, em 2016, a Lei nº13.260/2016, intitulada de Lei Antiterrorismo, movimentou debates devido às brechas de suas disposições que podem acabar criminalizando movimentos sociais e suas expressões.

legitimadoras da barbárie ainda se mantêm ativas diante da contemporaneidade, seguindo a estrutura de desumanização das populações racializadas que se estrutura nas amarras das sociedades de classes e é reforçado no capitalismo, alargando a punição para além do encarceramento. Assim, a precarização do acesso aos direitos básicos sociais é facilitador do cenário de barbárie. correlatamente, a “pedagogia do medo” é a potencial forma de alienação disciplinante das populações vistas como “alvo do encarceramento” que, devido às ideologias racistas e classistas difundidas em escala mundial designa o encarceramento em massa.

REFERÊNCIAS

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen, 2019. Capítulo “Brasil:ideologia racista e sistema de justiça criminal” e Capítulo “Gênero, raça e classe e guerra às drogas: estruturas de manutenção das desigualdades”

CAMPOS, Gustavo; MORAIS, Lisandra. **Racializar e latinizar a Economia Política da Pena? Debates sobre racismo e capitalismo desde a periferia do capital**. ECONOMIA POLÍTICA DA PENA E CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO. p.173-195, 2021.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?**. 1a ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. [Dissertação de Mestrado]. 2006. Capítulo 1, item 1.3 – Sistemas Penais latino-americanos: materializando o imaginário racista (p.28-34) e Capítulo 3– A carne mais barata do mercado. (p.124-137)

SERRA, Marco. **Neofascismo dependente e sistema penal brasileiro: possível caracterização**. ECONOMIA POLÍTICA DA PENA E CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO. p.570-587,2021.

WACQUANT, Löic. **As Prisões da Miséria**. 2o Edição. Rio de Janeiro: Zaluar, 2011.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

AS MULHERES E SUAS DEMANDAS FAMILIARES: CUIDADO, SOBRECARGA E AS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

LAS MUJERES Y SUS DEMANDAS FAMILIARES: CUIDADO, SOBRECARGA Y LAS IMPLICACIONES PARA EL TRABAJO SOCIAL

Fabiane Marcia Drews¹

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca²

Resumo: O presente artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica e tem como objetivo evidenciar que o trabalho reprodutivo, entendido como "cuidado" e desenvolvido principalmente por mulheres, é igualmente importante para a manutenção da sociabilidade capitalista. Para tanto, será utilizada a abordagem metodológica da Teoria da Reprodução Social, buscando compreender como o cuidado, por meio do trabalho doméstico, é útil para a manutenção da vida, contudo se mantém invisível, sob a máscara do "amor", no contexto da divisão sexual do trabalho. Por fim, conclui-se que o reconhecimento do cuidado como trabalho reprodutivo, importante para a manutenção da vida, pode contribuir para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas que sejam efetivas para a redução das desigualdades de gênero, legitimando o lugar historicamente ocupado por mulheres.

Palavras-chave: Cuidado. Sobrecarga. Família. Mulheres. Serviço Social

Resumen: El presente artículo se trata de una investigación cualitativa de revisión bibliográfica y tiene como objetivo evidenciar que el trabajo reproductivo, entendido como "cuidado" y desarrollado principalmente por mujeres, es igualmente importante para el mantenimiento de la sociabilidad capitalista. Para ello, se utilizará el enfoque metodológico de la Teoría de la Reproducción Social, buscando comprender cómo el cuidado, a través del trabajo doméstico, es útil para la sostenibilidad de la vida, aunque se mantiene invisible, bajo la máscara del "amor", en el contexto de la división sexual del trabajo. Finalmente, se concluye que el reconocimiento del cuidado como trabajo reproductivo, fundamental para la preservación de la vida, puede contribuir a la planificación y desarrollo de políticas públicas efectivas para la reducción de las desigualdades de género, legitimando el lugar

¹ Assistente Social do Serviço de Perícia Oficial em Saúde da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Administração e Gestão Pública pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas pela UFSM.

² Doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília - UnB. Bacharel em Serviço Social, pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta - SUAM/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ. Professora Associada III - Classe D, na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM no Departamento de Serviço Social. Líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq. Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais (Hegemônicas). Atua na Pós-graduação, integrando o corpo docente dos Cursos de Mestrado em Serviço Social e Políticas Públicas, da Especialização em Estudos de Gênero e da Residência Multiprofissional em Saúde da UFSM.

históricamente ocupado por las mujeres.

Palabras clave: Cuidado. Sobrecarga. Familia. Mujeres. Trabajo Social

1 INTRODUÇÃO

A Teoria da Reprodução Social (TRS) é uma abordagem metodológica que utiliza a tradição marxista e o feminismo para analisar como o sistema capitalista se perpetua através das relações de opressão e exploração, tanto no âmbito do trabalho produtivo (produção de mercadorias) quanto na reprodução da vida- por meio do trabalho doméstico, cuidados com a família ou na geração de novos trabalhadores. Autoras como Bhattacharya (2023) e Vogel (2013) argumentam que o capitalismo depende da exploração de grupos historicamente excluídos- pessoas negras, mulheres, etc., bem como o trabalho doméstico (socializado como cuidado) é fundamental para a acumulação de capital.

O cuidado, seja ele manifestado em trabalho doméstico – através do cuidado dos filhos, da casa, do lar, ou em trabalho reprodutivo³ e mal pago– nas profissões relacionadas à educação, saúde entre outras, é tradicionalmente atribuído às mulheres, sendo fundamental para a manutenção do capital. Esse trabalho invisível e muitas vezes inexistente é naturalizado como cuidado e por esse motivo não é reconhecido como trabalho, o que demonstra a necessidade de contextualizar essas relações, seus impactos, valores e as formas de opressão e exploração que elas causam. Por esse motivo, as teorias relacionadas ao gênero compreendem que as estruturas determinantes do cuidado se modulam fortemente no feminino. Dessa forma, a Teoria da Reprodução Social (Bhattacharya, 2023) elucida essas relações e categoriza como realmente é: Trabalho.

Neste cenário, reconhecer a centralidade do cuidado e seus impactos sobre as mulheres é fundamental para que as/os assistentes sociais desenvolvam análises críticas, construções intersetoriais e ações que viabilizem direitos, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero e para a ampliação da proteção social. Além disso, compreender essas desigualdades permite ao/à assistente social atuar na formulação e na implementação de políticas públicas que sejam sensíveis e atendam as demandas das mulheres.

³ O capitalismo reconhece o trabalho produtivo (que oferece lucro direto para o mercado) como única forma legítima de trabalho e ignora o trabalho doméstico, ou trabalho reprodutivo (essencial para a manutenção da vida) naturalizando como “cuidado”. (BHATTACHARYA, 2023, p. 18)

No Brasil, as mulheres são parte de um grupo majoritário na sociedade quando se trata do quantitativo populacional, representando 51,5% da população brasileira (dados relativos ao terceiro trimestre de 2024, obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)). Em contrapartida a esses dados, persistem inúmeras desigualdades estabelecidas com base no gênero, atravessadas por dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais, que dificultam, limitam ou até mesmo excluem as mulheres do acesso a seus direitos, negando-lhes oportunidades e, conseqüentemente, condições dignas de sobrevivência.

Assim, o cuidado, traduzido e naturalizado na sociedade capitalista como um instinto de mulheres, manifesta toda a atividade invisível, desvalorizada, explorada e desigualmente distribuída entre os gêneros. Essa invisibilidade expressa uma das formas mais persistentes de desigualdade social, que se reproduz não somente na organização familiar, mas também no mercado de trabalho e na efetivação de políticas públicas de proteção, inclusão, afirmação e regulamentação.

Compreender que o cuidado se constitui como um dos principais eixos de sustentação das desigualdades de gênero é fundamental para este estudo. A partir dessa perspectiva, o artigo propõe analisar como o trabalho doméstico atribuído às mulheres se traduz em sobrecarga, desvalorização e invisibilidade social, à partir da Teoria da Reprodução Social (TRS) e de conceitos trazidos por autoras como Federici (2004) e Vogel (1983). Esses fundamentos contribuem para o debate sobre a valorização e o reconhecimento do cuidado como trabalho essencial à vida e para a manutenção do capitalismo, bem como para o fortalecimento e emancipação de Políticas Públicas relacionadas com a proteção, reconhecimento e inclusão das mulheres na sociedade.

Para o Serviço Social, essa compreensão é fundamental, pois evidencia que a desvalorização e a exploração do cuidado não são questões particulares ou familiares, mas expressões estruturais da questão social que chegam diretamente ao cotidiano profissional. Reconhecer o cuidado como trabalho reprodutivo permite ao Serviço Social problematizar a naturalização da responsabilidade feminina, identificar situações de vulnerabilidade e desigualdade, em busca do fortalecimento e defesa de políticas públicas que redistribuam socialmente o cuidado, ampliem a proteção social e enfrentem as desigualdades de gênero.

Para contemplar a presente análise, o estudo tem como objetivo evidenciar que o trabalho reprodutivo, entendido como "cuidado" e desenvolvido principalmente por mulheres,

é igualmente importante para a manutenção da sociabilidade capitalista. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa com base na Teoria da Reprodução Social e do método dialético-crítico. O percurso analítico organiza-se em três eixos: (i) Reflexões sobre a TRS; (ii) Trabalho do cuidado sob a perspectiva de gênero e (iii) Desafios para o serviço social diante da sobrecarga das mulheres e da centralidade do cuidado. Pretende-se assim contribuir para a reflexão crítica e teórica sobre o papel das mulheres na divisão sexual do trabalho e a superação de desigualdades estruturais.

2 REFLEXÕES SOBRE A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

A Teoria da Reprodução Social (BHATTACHARYA, 2023) analisa as relações sociais na sociabilidade capitalista por meio da produção e reprodução da força de trabalho, evidenciando que a força de trabalho é a única mercadoria (p. 25) que coloca em movimento o sistema capitalista. Nesse sentido, trabalho produtivo e reprodutivo são colocados como esferas separadas, sendo o primeiro o único considerado e “valorizado” pelo capital. Contudo, Bhattacharya (2023) evidencia que trabalho produtivo e reprodutivo, não são independentes, sendo o trabalho reprodutivo essencial para a manutenção da vida, dos trabalhadores e, conseqüentemente, para o capital. Por esse motivo, a TRS auxilia na “compreensão da totalidade como algo orgânico, e não um agregado de partes [...] porque tem implicações reais sobre nossas escolhas de ação neste mundo” (BHATTACHARYA, 2023, p. 39).

A partir da análise da totalidade, a TRS mostra como gênero, raça e classe se entrelaçam no trabalho produtivo e reprodutivo, destacando que o cuidado diário é essencial não apenas para a manutenção da vida, mas também para a sustentação do sistema capitalista. Nessa conjuntura, é imprescindível compreender que o capitalismo não pode ser sustentado apenas pelo trabalho produtivo, que visa lucro, que é mercantil, entendendo que o trabalho reprodutivo é responsável pela manutenção do trabalhador, através do trabalho doméstico, de cuidado e de socialização dos filhos, o que mantém e estrutura a força de trabalho e a continuidade da vida humana. Esse cuidado atribuído às mulheres, é manifestado através da reprodução social, materializada na sobrecarga, na invisibilidade e na desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado, implicando socialmente nas desigualdades estruturais de gênero, raça e classe.

Assim, a divisão sexual do trabalho é utilizada como ponto referencial para explicar como a força de trabalho é reproduzida economicamente, por meio do trabalho reprodutivo, remunerado ou não, pois “A divisão sexual do trabalho estrutura-se sobre a separação entre produção e reprodução, atribuindo às mulheres as tarefas de cuidado e manutenção da vida” (HIRATA, 2020, p. 58). Desse modo, historicamente, homens e mulheres são socializados para ocupar posições pré-determinadas, sendo os homens responsáveis por se deslocar para o mercado de trabalho com o intuito de prover o lar e as mulheres são limitadas ao âmbito familiar e ao trabalho doméstico (SAFFIOTI, 2015, p. 61).

Hirata (2014) destaca que a divisão sexual do trabalho não é natural, mas fruto de processos sociais e culturais que reforçam a subordinação das mulheres. A divisão sexual do trabalho, portanto, não apenas organiza a produção e reprodução da vida, mas também fortalece as desigualdades de gênero, sendo central para a compreensão da sobrecarga e da invisibilidade do trabalho feminino.

É através da divisão sexual do trabalho que se estruturam as desigualdades sociais de gênero, uma vez que ela atribui às mulheres responsabilidades domésticas e de cuidado, enquanto que os homens ocupam a esfera produtiva. Saffioti (2015) aponta que essa divisão é atravessada por gênero, classe e raça, afetando mais intensamente mulheres pobres e negras, que enfrentam maior sobrecarga, menores salários e menores oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal.

O cuidado, naturalizado sob o formato de amor, por meio de frases como “quem ama cuida” é imposto às mulheres e exigido socialmente, caso não seja cumprido. Não é raro mulheres que decidem seguir suas carreiras, optem por não ter filhos ou não casar, serem cobradas ou estigmatizadas como insensíveis, também colocadas sob a égide de solitárias, frias e indiferentes. Considerando sua inserção nas relações sociais e contradições entre trabalho produtivo e reprodutivo, essa naturalização empurra mulheres para trabalhos que representem uma “extensão” do trabalho doméstico, ou seja, o trabalho reprodutivo e afasta as mesmas das posições de gerência e gestão.

A perspectiva teórica de análise dentro do contexto apresentado, articula pontos sobre jornadas de trabalho, divisão de responsabilidades e desigualdades de gênero. Segundo Vogel (2013) e Federici (2019), a economia capitalista depende do trabalho reprodutivo, realizado em grande parte por mulheres, que permanece invisível e desvalorizado, mas é estruturalmente essencial para a continuidade do sistema produtivo.

Adiante, a TRS evidencia a invisibilidade social e econômica desse trabalho. Apesar de sua importância, atividades de cuidado não remuneradas ou mal pagas, não são contabilizadas como trabalho produtivo pelo sistema econômico, permanecendo fora das estatísticas oficiais de emprego e renda, segundo o que afirma o Relatório “Trabalho Doméstico não Remunerado (IPEA, 2023). De acordo com ONU Mulheres (2024), se o trabalho doméstico e de cuidado realizado por mulheres fosse remunerado, seu valor representaria cerca de 13% do PIB brasileiro, revelando o peso econômico oculto dessa atividade.

Portanto, a TRS, permite compreender que a sobrecarga feminina, a desigualdade na divisão sexual do trabalho e a invisibilidade social do cuidado não são fenômenos isolados, mas resultado de uma organização social e econômica que reproduz relações de poder, gênero e classe. Ao integrar dados estatísticos e conceitos teóricos, é possível evidenciar a centralidade do cuidado como categoria social, política e econômica, fundamental para a formulação de políticas públicas que valorizem e redistribuam essas responsabilidades.

3 TRABALHO DO CUIDADO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Os estudos sobre as perspectivas de gênero buscam consolidar o trabalho reprodutivo e cuidado como categoria central de análise para compreender as desigualdades relacionadas às mulheres, principalmente nas relações que envolvem o trabalho. Autoras como Kergoat (2009) e Hirata (2018) demonstram que a divisão sexual do trabalho não se traduz apenas na forma desigual da divisão de tarefas entre homens e mulheres, mas evidencia a posição de subordinação feminina, uma vez que naturaliza atividades domésticas e de cuidado como sendo atribuições exclusivas das mulheres. Nessa perspectiva evidencia-se que a sobrecarga feminina não é gerada através de escolhas da mulher, mas que está relacionada com uma construção social e histórica, manifestada principalmente em meio ao contexto familiar em que as mulheres estão inseridas.

Federici (2019) argumenta que o capitalismo depende do trabalho reprodutivo realizado majoritariamente por mulheres, trabalho este que é invisível e não remunerado, mas estruturalmente essencial para a reprodução da força de trabalho. A partir dessa perspectiva, o cuidado não deve ser entendido apenas como atividade doméstica ou vocação natural, mas

como trabalho social, que possui implicações diretas sobre a autonomia e a liberdade das mulheres. Para Federici (2017), o capitalismo se constituiu sobre a expropriação do corpo e do trabalho feminino, ao transformar o cuidado e o trabalho doméstico em atividades “naturais”, não remuneradas e invisíveis. A autora defende que sem o trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, a produção e a acumulação capitalista seriam inviáveis.

Hirata (2020) e Kergoat (2009) analisam o cuidado como trabalho relacional e atravessado pela interseccionalidade, ressaltando que raça, classe e gênero se articulam na divisão sexual do trabalho de cuidado. Scott (1995) enfatiza que a construção social do gênero define papéis e expectativas, naturalizando o cuidado feminino como uma extensão da maternidade e do amor, e não como trabalho socialmente relevante. Essa naturalização desconsidera o esforço feminino, reforçando ainda mais as desigualdades.

O trabalho reprodutivo quando analisado sob a ótica dos estudos feministas de gênero, revela-se como dimensão estratégica para compreender as desigualdades existentes na sociedade, a partir da crítica feminista. Sua essencialidade e relevância para a manutenção social e política possui prerrogativas fortes para repensar, reformular e fortalecer as bases e os fundamentos do desenvolvimento social. A discussão sobre o trabalho reprodutivo vem sendo inserida em debates junto aos campos das políticas públicas e sociais, mostrando que o cuidado, que antes era restrito ao ambiente doméstico, vem sendo abordado nas agendas públicas como questão de Estado, mesmo que de forma fragmentada e rodeada de implicações de poder e falta de prioridade.

No Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (IBGE, 2022) mostram que as mulheres dedicam em média 21,3 horas semanais às tarefas domésticas e de cuidado, enquanto os homens dedicam 11,7 horas, configurando uma diferença de quase 10 horas semanais, equivalente a mais de 500 horas por ano. Essa disparidade evidencia a sobrecarga feminina, corroborando a perspectiva da TRS sobre a centralidade do trabalho reprodutivo na sustentação do capitalismo.

Dentro desse contexto, cita-se uma publicação importante do Tribunal de Contas da União (TCU, 2025), envolvendo as mulheres. O TCU realizou uma revisão de políticas públicas para equidade de gênero e direitos das mulheres com o objetivo de: “analisar e sistematizar conhecimento sobre políticas públicas voltadas para a equidade de gênero e os direitos humanos das mulheres, considerando seu impacto na promoção da inclusão e na redução das desigualdades” (TCU, 2025). A revisão realizada pelo TCU mapeou legislações,

políticas, planos e programas para mulheres.

Reconhecer o cuidado como trabalho social é fundamental para orientar políticas públicas capazes de redistribuir responsabilidades, valorizar esse trabalho e enfrentar as desigualdades estruturais. Assim, integrar o cuidado às agendas públicas de forma efetiva é um passo necessário para promover justiça, equidade e o fortalecimento dos direitos das mulheres.

4 DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA SOBRECARGA DAS MULHERES E DA CENTRALIDADE DO CUIDADO

A sobrecarga das mulheres nas responsabilidades familiares e na organização do cuidado expressa um conjunto de desigualdades estruturais que o Serviço Social é chamado a enfrentar. Como destaca Hirata (2014), o cuidado e o trabalho doméstico constituem uma “divisão sexual do trabalho” que organiza socialmente quem cuida e quem é cuidado, mantendo as mulheres como as principais responsáveis pelas tarefas reprodutivas, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho formal. Essa naturalização do cuidado como responsabilidade meramente feminina é um dos desafios centrais para a atuação profissional.

Federici (2017) reforça que o trabalho reprodutivo — historicamente invisibilizado e não remunerado — é fundamental para a sustentação da economia capitalista, pois garante a reprodução diária da força de trabalho. No entanto, permanece excluído das políticas públicas e do reconhecimento social, transferindo às mulheres uma carga desproporcional de responsabilidades. O Serviço Social é uma profissão de mulheres para mulheres, pois mulheres correspondem a 95% das profissionais, sofrendo os efeitos da dupla e tripla jornada e tem também nas mulheres a maioria das usuárias (Cisne e Santos, 2018, p. 63).

Nesse cenário, o Serviço Social enfrenta o desafio de desnaturalizar as desigualdades de gênero presentes no cuidado, incorporando leituras críticas sobre o trabalho reprodutivo em seus diagnósticos e análises socioeconômicas. Hirata (2016), refere que o cuidado expressa uma ordem social que distribui de forma desigual o tempo, as responsabilidades e as possibilidades entre mulheres e homens. Nesse sentido, é papel da profissão atuar na defesa e ampliação de políticas públicas que reconheçam o cuidado como trabalho socialmente necessário — reivindicação que dialoga diretamente com Federici (2019), ao afirmar que a

emancipação das mulheres exige transformar o cuidado em responsabilidade coletiva, por meio de serviços públicos, redistribuição social e reconhecimento político do trabalho reprodutivo.

Do ponto de vista ético- político, o Serviço Social deve promover práticas que acolham as mulheres sem julgamentos, considerando fatores como raça e classe, bem como fatores ambientais para a uma análise crítica que fortaleça a autonomia das usuárias e suas redes de apoio, reconhecendo as estruturas sociais em que estão inseridas. Assim, reconhecer a centralidade do cuidado e sua articulação com a sobrecarga feminina significa compreender que tais expressões da questão social exigem respostas coletivas de diferentes setores. Para o Serviço Social, isso se traduz na necessidade de uma prática crítica, comprometida com a equidade de gênero e com a construção de políticas que coletivizem o cuidado relacionado majoritariamente as mulheres, na busca pelo enfrentamento das desigualdades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre a Teoria da Reprodução Social e as perspectivas de estudos sobre gênero permite compreender o trabalho reprodutivo e as demandas familiares das mulheres como um fenômeno estrutural, que não advém de escolhas individuais. A sobrecarga feminina e todos os seus desdobramentos são resultados de construções históricas que culturalmente socializam as mulheres para o cuidado de forma natural, por meio da ideologia do “amor”.

Entender essa estruturação é fundamental, principalmente para ao Serviço Social, para que sejam alicerçadas políticas públicas que valorizem e tornem visíveis o trabalho de cuidado em busca da redução das desigualdades e do fortalecimento e efetivação dos direitos das mulheres de fato. Além disso, permite que os/as assistentes sociais desenvolvam ações estratégicas de intervenção, promovendo a autonomia das mulheres e fortalecendo redes de apoio social.

A TRS nos mostra que a sobrecarga feminina é resultante das exigências do modo de produção capitalista, que depende do trabalho gratuito, invisível e desvalorizado das mulheres para o seu desenvolvimento. Com os estudos feministas de gênero compreendemos como o cuidado é sustentado por relações de poder e de desigualdades entre os gêneros, atravessadas por questões éticas e políticas historicamente construídas junto a esse processo.

Assim, através das perspectivas apresentadas nesse artigo, entende-se que o contexto de invisibilidade e de sobrecarga em que as mulheres estão inseridas, é resultante de explorações e dominações sociais, econômicas e culturais, mediadas pelo autoritarismo do patriarcado e moldados por todas as formas de opressão e desvalorização dessa classe trabalhadora. Essa leitura é fundamental para o Serviço Social, pois orienta a prática profissional do(a) assistente social no sentido de identificar as diversas situações que atravessam a vida das usuárias. Fortalecer ações de defesa de direitos, problematizar desigualdades de gênero e atuar na formulação e no aprimoramento de políticas públicas que reconheçam o cuidado como trabalho socialmente necessário para a manutenção da vida, são intervenções inerentes ao fazer profissional do Serviço Social, uma vez que essa análise crítica da realidade reafirma o compromisso ético-político da profissão em busca da emancipação das mulheres através do enfrentamento das desigualdades estruturais que sustentam a invisibilidade do cuidado.

Portanto, reconhecer que o cuidado, reconhecido pela TRS como trabalho reprodutivo, é central para o desenvolvimento da vida e do capital, torna-o fortemente qualificado para ser reconhecido como peça fundamental para uma reorganização social atrelada ao cuidado, com princípios de igualdade e justiça, trazendo em seu cerne formas efetivas de emancipação para todas as mulheres. Para o Serviço Social, essa compreensão é estratégica, pois permite orientar intervenções que promovam políticas públicas e sociais efetivas. Conclui-se, assim que reconhecer o cuidado como trabalho socialmente necessário fortalece a atuação profissional na defesa da equidade de gênero, na valorização do trabalho doméstico e reprodutivo e na construção de estratégias que busquem a emancipação das mulheres, garantindo que seu papel na manutenção da vida e da sociedade seja legitimamente reconhecido e protegido.

REFERÊNCIAS

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: remapeando a classe, recentralização da opressão**/ Tithi Bhattacharya; tradução Juliana Penna.- São Paulo: Elefante, 2023.

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvia Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, São Paulo, v. 32, n. 2, 2020.

HIRATA, Helena. **Trabalho, cuidado e interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HIRATA, Helena. **Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres**. Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, v. 1, n. 53, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2024**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Trabalho doméstico não remunerado e desigualdades de gênero no Brasil. Brasília: IPEA, 2023. 42 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3445/1/Comunicados_n149_Trabalho.pdf. Acesso em: 16 nov. 2025.

KERGOAT, Danièle. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo**. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero nas democracias**. Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, v. 1, n. 53, 2020.

ONU MULHERES. **O valor do trabalho doméstico e de cuidado no Brasil**. Brasília, 2024.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, 1995.

TCU – Tribunal de Contas da União. **Políticas Públicas para Equidade de Gênero e Direitos das Mulheres: Relatório de Avaliação**. Brasília: TCU, 2025.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. New York: Haymarket Books, 2013.



3° FISS

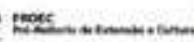
Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/temas/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

AS PARLAMENTARES DO RIO GRANDE DO SUL NA CÂMARA FEDERAL THE FEMALE MEMBERS OF PARLIAMENT FROM RIO GRANDE DO SUL IN THE FEDERAL CHAMBER

Leticia Brito da Silva
Daniela Rocha Drummond

Resumo: A baixa participação de mulheres na Câmara dos Deputados em pleno 2025 evidencia profundas assimetrias sociais, políticas e institucionais entre homens e mulheres no Brasil. Embora a presença feminina represente um importante ato de resistência em uma sociedade marcada pelo machismo estrutural, sua sub-representação permanece significativa: o país ocupa a 133ª posição no ranking global de representação parlamentar feminina, segundo o Mapa das Mulheres na Política 2025 da ONU Mulheres. Na 57ª Legislatura, apenas 17% dos assentos são ocupados por mulheres, 90 deputadas frente a 423 homens, indicando um hiato persistente entre candidaturas femininas e efetiva eleição, apesar da Lei de Cotas de Gênero. Ademais, desafios estruturais, institucionais e culturais seguem limitando a competitividade feminina, agravados pela ausência de cotas raciais na participação política. Diante desse cenário, esta pesquisa analisa o perfil das deputadas federais eleitas pelo Rio Grande do Sul no mandato 2023–2026, considerando variáveis como idade, partido, raça, trajetória profissional, experiência política e alinhamento ideológico. Os dados revelam seis deputadas em exercício, majoritariamente acima dos 40 anos, distribuídas entre cinco partidos, com destaque para o PT, que elegeu duas parlamentares. Observa-se também um avanço na diversidade étnico-racial, com a eleição inédita de duas deputadas negras. O estudo revela um quadro inicial de pluralidade, indicando mudanças graduais na representação feminina e racial na bancada gaúcha.

Palavras-chave: Participação Política Feminina, Mulheres na Política, deputadas federais do Rio Grande do Sul

Abstract: The limited participation of women in Brazil's Chamber of Deputies in 2025 highlights persistent social, political and institutional inequalities between men and women. Although female political presence represents a significant form of resistance within a patriarchal society, women remain markedly underrepresented: Brazil ranks 133rd in the global index of women's parliamentary representation, according to UN Women's Women in Politics 2025. In the current 57th Legislature, women occupy only 17% of the seats, 90 deputies compared to 423 men, revealing a continued gap between the number of female candidates and those effectively elected, despite the 30% gender quota mandated by law. Structural, institutional and cultural barriers continue to hinder women's electoral competitiveness, a situation further aggravated by the absence of racial quotas for political participation. In this context, the present study examines the profile of federal deputies elected in Rio Grande do Sul for the 2023–2026 term, analyzing variables such as age, political party,

race, professional background, political experience and ideological alignment. Findings reveal six deputies in office, predominantly over 40 years old, distributed across five different parties, with the Workers' Party (PT) electing two of them. The state also achieved an unprecedented level of racial diversity with the election of two Black women, marking a gradual yet meaningful step toward broader representation. The study indicates an emerging pluralistic landscape, suggesting slow but relevant shifts in gender and racial representation within the federal delegation from Rio Grande do Sul.

Keywords: Women's Political Participation, Women in Politics, Federal Congresswomen from Rio Grande do Sul

1 INTRODUÇÃO

O estudo a respeito da participação política feminina no Rio Grande do Sul tem se mostrado de relevância crescente no contexto sociopolítico e acadêmico. Atualmente, o cenário aponta para um aumento geral nos estudos sobre a presença de mulheres na política, com muitos trabalhos focados no legislativo em nível nacional, a Câmara dos Deputados como um todo, ou em assembleias legislativas estaduais. Apesar da importância do tema, observa-se que existe uma notável escassez de estudos acadêmicos focados especificamente na trajetória, atuação e perfil das deputadas federais. A necessidade de investigar esta questão se justifica pois, sem análises focadas, a atuação dessas representantes permanece parcialmente invisibilizada. Perde-se, assim, a oportunidade de compreender os desafios e estratégias específicas que elas empregam no âmbito federal.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo principal suprir parte desta lacuna, mapeando, a trajetória e o perfil, das deputadas federais gaúchas eleitas na 56ª legislatura (2019-2022) e na legislatura 57ª legislatura (2023-2026)- atual.

2 DESENVOLVIMENTO

Os estudos sobre a participação política feminina no Brasil têm crescido, mas ainda existem lacunas importantes sobre quem são as mulheres que chegam ao Parlamento e como se distribuem nas estruturas de poder. A compreensão da presença feminina no Legislativo exige reconhecer que os obstáculos à sua inserção não são apenas institucionais, mas históricos. Como argumenta Davis (1981), a exclusão política das mulheres, especialmente

das mulheres negras, não resulta de ausência natural na esfera pública, e sim de estruturas de opressão que articulam gênero, raça e classe na organização das desigualdades contemporâneas. Essa perspectiva revela que a sub-representação feminina no Congresso brasileiro não pode ser entendida como mero déficit individual de participação, mas como produto de processos sociais e políticos que definem quem é legitimado a ocupar posições de autoridade.

É nesse contexto que as ações afirmativas ganham centralidade. A criação das cotas de gênero no Brasil buscou tensionar um padrão histórico de exclusão, ao estabelecer que cada partido deve reservar ao menos 30% de suas candidaturas para mulheres. No entanto, o fato de a regra existir não garante que essas candidaturas se tornem competitivas. Em muitos casos, a distribuição desigual de recursos, a priorização de nomes já consolidados e a manutenção de práticas internas pouco transparentes limitam o alcance real da política de cotas. Isso explica por que persistem fenômenos como as candidaturas simbólicas, destinadas apenas a preencher o percentual legal, sem oferecer condições efetivas de disputa. Mesmo com avanços normativos e maior visibilidade para o tema, o acesso das mulheres ao Legislativo continua condicionado por barreiras estruturais que antecedem o processo eleitoral e moldam suas oportunidades de entrada e permanência na política institucional. Apesar dessas iniciativas, o cenário de representação feminina no Brasil permanece marcado por forte assimetria. Os números mais recentes evidenciam que a presença de mulheres na política institucional ainda é profundamente limitada. O país ocupa a 133ª posição no ranking global de representação feminina no parlamento, segundo o Mapa das Mulheres na Política 2025, produzido pela ONU Mulheres, o que demonstra a persistência das desigualdades de gênero mesmo após décadas de mobilização e avanço normativo. Esses dados revelam que a ampliação da participação feminina continua sendo um desafio estrutural para a democracia brasileira, pois afeta a pluralidade de perspectivas presentes nas arenas decisórias e restringe a capacidade de elaboração de políticas que contemplem as múltiplas experiências sociais das mulheres.

A composição da atual 57ª Legislatura reforça essa disparidade. Dos 513 assentos da Câmara dos Deputados, apenas 17% são ocupados por mulheres, o que corresponde a 90 parlamentares frente a 423 homens. Essa diferença expressiva revela como, mesmo após a adoção de cotas de gênero e de medidas recentes voltadas ao combate da violência política, as mulheres continuam sub-representadas no espaço de maior centralidade decisória do país. A

baixa presença feminina limita a pluralidade de experiências e visões no processo legislativo, comprometendo a capacidade da instituição de refletir a diversidade da sociedade brasileira. Além disso, a representação racial segue igualmente desigual, uma vez que a presença de mulheres negras permanece bastante reduzida, refletindo a dupla marginalização que atravessa gênero e raça. Nesse cenário, torna-se essencial examinar não apenas os números nacionais, mas também como essa desigualdade se manifesta nos estados, cuja composição das bancadas federais revela dinâmicas próprias de inclusão e exclusão política.

A partir desse panorama nacional, torna-se necessário examinar como a representação feminina se configura especificamente no Rio Grande do Sul. Para isso, foram coletados dados públicos da Câmara dos Deputados referentes às parlamentares eleitas pelo estado nas duas últimas legislaturas, além de dados nos sites das parlamentares e sites de notícias, depois organizados em um banco de dados contendo informações como nome, idade, partido político, nível educacional, raça e trajetória profissional. Essa sistematização permitiu comparar a composição das deputadas ao longo do tempo, por meio de duas tabelas apresentadas a seguir. A Tabela I mostra as mulheres eleitas na 56ª Legislatura (2019–2022), enquanto a Tabela II apresenta as deputadas em exercício na 57ª Legislatura (2023–2026). A comparação visual entre as duas legislaturas evidencia tanto continuidades quanto mudanças na presença feminina do estado, permitindo observar aspectos como diversidade étnico-racial, distribuição partidária e amplitude da participação das mulheres na bancada gaúcha.

TABELA I
DEPUTADAS FEDERAIS GAÚCHAS DA 56ª (2019–2022) LEGISLATURA.

NOME COMPLETO	PARTIDO	IDADE	ESCOLARIDADE
Fernanda Melchionna e Silva	PSOL	41 anos	SUPERIOR COMPLETO
Liziane Bayer da Costa	REPUBLICANOS	44 anos	SUPERIOR INCOMPLETO
Marcia Scherer	MDB	56 anos	SUPERIOR COMPLETO
Maria do Rosário Nunes	PT	59 anos	SUPERIOR COMPLETO

FONTE: As autoras, com dados do site da Câmara dos Deputados.

TABELA II
DEPUTADAS FEDERAIS GAÚCHAS DA 57ª (2023–2026) LEGISLATURA

NOME COMPLETO	PARTIDO	IDADE	GRAU DE ESCOLARIDADE
Any Machado Ortiz	CIDADANIA	42 anos	SUPERIOR COMPLETO
Daiana Silva dos Santos (Daiana Santos Ajaka)	PCdoB	43 anos	SUPERIOR COMPLETO
Denise da Silva Pessoa	PT	43 anos	SUPERIOR COMPLETO
Franciane Abade Bayer Muller	Republicanos	38 anos	SUPERIOR COMPLETO
Maria do Rosário Nunes	PT	59 anos	SUPERIOR COMPLETO
Fernanda Melchionna e Silva	PSOL	41 anos	SUPERIOR COMPLETO

Fonte: As autoras, com dados do site da Câmara dos Deputados.

A comparação entre as duas legislaturas revela mudanças importantes na composição das deputadas federais gaúchas. A Tabela I, referente à 56ª Legislatura (2019–2022), mostra um quadro composto por quatro deputadas: Fernanda Melchionna (PSOL), Liziane Bayer (Republicanos), Marcia Scherer (MDB) e Maria do Rosário (PT). Trata-se de um conjunto relativamente homogêneo em termos de escolaridade, já que todas possuem ensino superior, embora com diferenças entre formação completa e incompleta, e apresenta uma predominância de mulheres brancas, refletindo a histórica baixa diversidade racial da representação gaúcha.

Já a Tabela II, que reúne os dados da 57ª Legislatura (2023–2026), evidencia uma ampliação no número de mulheres, de quatro para seis parlamentares, bem como mudanças na

distribuição partidária, com presença de Cidadania, PCdoB, Republicanos e duas cadeiras do PT, além da permanência de Maria do Rosário. Observa-se também um rejuvenescimento parcial, já que quatro das seis deputadas estão na faixa dos 38 a 43 anos. O elemento mais significativo, contudo, é a eleição inédita de duas mulheres negras, Daiana Santos (PCdoB) e Denise Pessôa (PT), o que representa um avanço histórico em um estado marcado por forte hegemonia branca nas instituições políticas. Esses dados indicam uma lenta, porém relevante, diversificação da representação feminina gaúcha, tanto em termos partidários quanto étnico-raciais.

Outro aspecto relevante observado na comparação entre as duas legislaturas é o padrão de continuidade eleitoral. Entre as deputadas gaúchas, apenas duas mulheres foram reeleitas: Fernanda Melchionna e Maria do Rosário, ambas filiadas a partidos de esquerda (PSOL e PT). Essa permanência é coerente com a literatura que aponta que partidos progressistas tendem a oferecer maior suporte à participação feminina, tanto no recrutamento quanto na viabilização de campanhas (Hinojosa, 2012; Biroli, 2018; Piscopo, 2019). Em contrapartida, as deputadas eleitas por partidos de centro-direita e direita, como Republicanos e MDB, apresentam maior rotatividade, o que sugere menor continuidade eleitoral e menor consolidação de trajetórias femininas nessas legendas. Essa diferença reflete tendências amplamente documentadas, segundo as quais partidos conservadores mantêm estruturas de recrutamento mais masculinizadas e apresentam maior resistência à inclusão de mulheres em posições competitivas (Krook, 2010). A distribuição partidária das deputadas gaúchas ao longo das duas legislaturas reforça esse padrão, mostrando maior estabilidade da presença feminina em partidos de esquerda e avanços mais lentos entre legendas à direita do espectro político.

O conjunto de deputadas gaúchas da 57ª Legislatura revela um quadro mais diverso do que o observado na legislatura anterior, especialmente no que diz respeito à composição racial e à distribuição partidária. A presença inédita de duas mulheres negras, Daiana Santos e Denise Pessôa, introduz uma pluralidade que historicamente não esteve presente na bancada federal do estado, predominantemente branca ao longo de sua trajetória política. Além disso, a combinação entre partidos de esquerda, como PT e PCdoB, e legendas de perfil mais conservador, como Republicanos e Cidadania, indica que a presença feminina se expandiu para diferentes segmentos do espectro ideológico. A faixa etária concentrada entre o fim dos 30 e início dos 40 anos, com exceção de Maria do Rosário, sugere a entrada de novas lideranças em estágio mais inicial de carreira política. Esse conjunto de elementos evidencia

um processo de renovação parcial, marcado tanto pela continuidade de trajetórias consolidadas quanto pelo surgimento de perfis mais recentes, ainda em formação dentro das dinâmicas partidárias e institucionais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da representação feminina na bancada federal do Rio Grande do Sul revela tanto avanços quanto persistências que caracterizam a desigual participação das mulheres na política brasileira. Os dados das 56^a e 57^a Legislaturas mostram que houve uma ampliação do número de deputadas e uma mudança significativa na composição do grupo, com a eleição inédita de duas mulheres negras, o que rompe parcialmente com a hegemonia branca que historicamente marcou a política gaúcha. A presença de mulheres em partidos de diferentes orientações ideológicas indica que sua inserção se expandiu para além do campo progressista, embora a estabilidade eleitoral permaneça mais evidente em legendas de esquerda, onde se observam trajetórias mais consolidadas.

O mapeamento realizado permitiu identificar padrões de renovação e continuidade, mostrando que, apesar da entrada de novas parlamentares, a representação feminina ainda é limitada em termos numéricos e enfrenta barreiras que antecedem o próprio processo eleitoral. A baixa presença de mulheres, associada às desigualdades raciais e às diferenças na distribuição de apoio partidário, revela que a construção de um campo político mais inclusivo continua sendo um desafio no estado.

Por se tratar de um estudo voltado ao perfil das deputadas, os resultados apresentados oferecem um panorama inicial, que pode subsidiar investigações posteriores sobre atuação legislativa, produção de políticas e engajamento com agendas de gênero. Compreender quem são as mulheres que ocupam esses espaços é etapa fundamental para fortalecer análises sobre desigualdades políticas e para avançar na construção de uma democracia mais representativa no Rio Grande do Sul e no Brasil.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições.** Brasília, DF, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm . Acesso em: 20/08/2025

BRASIL. Lei nº 14.192, de 04 de agosto de 2021. **Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.** Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14192.htm . Acesso em: 19/08/2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Dados das deputadas federais – Legislaturas 56 e 57.** Brasília, DF, 2023–2025. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao> . Acesso em: 20/08/2025

DAVIS, Angela. **Women, Race & Class.** New York: Random House, 1981.

HINOJOSA, Magda. **Selecting Women, Electing Women:** Political Representation and Candidate Selection in Latin America. Philadelphia: Temple University Press, 2012.

KROOK, Mona Lena. **Quotas for Women in Politics:** Gender and Candidate Selection Reform Worldwide. New York: Oxford University Press, 2010.

ONU MULHERES. **Mapa das Mulheres na Política 2025.** Nova York: ONU Mulheres; União Interparlamentar, 2025. Disponível em: https://www-unwomen-org.translate.goog/en/digital-library/publications/2025/03/women-in-politics-map-2025?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc . Acesso em: 19/08/2025

PISCOPO, Jennifer. **The Limits of Inclusion:** Women's Legislative Representation and Democratization in Latin America. New York: Oxford University Press, 2019.

TEIXEIRA, Carla; MOTA-SANTOS, Renata. **Mulheres na política brasileira:** inserção e capital político de deputadas federais. 2024.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/tema/internacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM LIVROS DO PNLD DE GEOGRAFIA DE 2024

AFRO-BRAZILIAN RELIGIONS IN GEOGRAPHY TEXTBOOKS FROM THE 2024 NATIONAL TEXTBOOK PROGRAM

Nola Patrícia Gamalho (UNIPAMPA)
Marcos Vinícius da Silva Goulart (UFAM)

Resumo: O artigo analisa a forma como as religiões de matriz africana são representadas em livros didáticos de Geografia do 7º ano aprovados pelo PNLD 2024, buscando compreender se há valorização, invisibilização ou tratamento superficial dessas temáticas. A pesquisa parte da noção de colonialidade do poder (Quijano, 2005) e da necessidade de uma educação antirracista e decolonial, fundamentada na Lei nº 10.639/03 e nas Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais. O estudo adota a análise de conteúdo de seis coleções de Geografia, considerando textos, imagens, atividades e orientações aos docentes. Os resultados apontam que, embora haja avanços na abordagem étnico-racial, a temática religiosa afro-brasileira ainda é tratada de modo pontual e superficial, geralmente associada à diversidade cultural ou à intolerância religiosa, sem aprofundamento de seus significados simbólicos e territoriais.

Palavras-chave: PNLD 2024; Educação antirracista; Religiões afro-brasileiras; Geografia escolar; Colonialidade.

Abstract: The article analyzes how African-based religions are represented in 7th-grade Geography textbooks approved by PNLD 2024, seeking to understand whether these themes are valued, made invisible, or treated superficially. The research is grounded in the notion of *coloniality of power* (Quijano, 2005) and in the need for an anti-racist and decolonial education, based on Law No. 10.639/03 and the National Curriculum Guidelines for Ethnic-Racial Relations. The study employs content analysis of six Geography textbook collections, considering texts, images, activities, and teachers' guidelines. The results indicate that, although there are advances in addressing ethnic-racial issues, the topic of Afro-Brazilian religions is still approached in a limited and superficial way, often associated with cultural diversity or religious intolerance, without deepening its symbolic and territorial meaning.

Keywords: PNLD 2024; Anti-racist education; Afro-Brazilian religions; School Geography; Coloniality.

1 INTRODUÇÃO

A escravidão de povos africanos perdurou no Brasil de aproximadamente 1530 a 1888,

quando da lei Áurea, o que corresponde a 358 anos de escravidão africana, de desconstrução da humanidade dessas pessoas, de produção de subjetividades etnocêntricas focada na superioridade branca, europeia cristã. Em contrapartida, são apenas 137 anos sem escravidão oficialmente. De ferocidade comparável ao projeto colonial escravocrata é a sua continuidade, o que Quijano (2005) define como colonialidade do poder, em que uma de suas facetas é a construção de subjetividades que subalternam corpos, seres e saberes. Isso implica que a perversidade colonialista escravocrata reverbera até os dias atuais, visível nas taxas sociais e econômicas de negros (pretos e pardos), cujos indicadores são inferiores às taxas da população autoidentificada como branca: no campo da educação, as taxas de comparecimento ao EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) em 2021 foram de 72,1% para a população branca, 60,2% para a preta e 62,9% para a parda; nas taxas de violência, o homicídio por cem mil pessoas em 2020 foi de 11,5 para a população branca, 21,9% preta e 34,1% para a parda (IBGE, 2022). Essa conjuntura nos encaminha à compreensão que a luta contra as sequelas do colonialismo escravocrata repercute na contemporaneidade e que ainda há muito a ser superado.

Nessa perspectiva, objetiva-se analisar como são abordados ou invisibilizados os temas das religiões de matriz africana em livros de Geografia do 7º ano do PNLD/2024 (Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático). Parte-se da compreensão de que há múltiplas manifestações racistas, sendo a religiosa uma das mais explícitas e perceptível em argumentos tais como a defesa dos animais, bem como a associação à demonização das divindades, o que em verdade evidencia o racismo estrutural, a intolerância religiosa e a visão de superioridade religiosa.

A pesquisa encontra-se em andamento, sendo aqui discutidos resultados parciais. O PNLD/2024 aprovou 15 coleções de Geografia, sendo elas: A conquista Geografia, da Editora FTD SA; Amplitude Geografia, da Editora Brasil SA; Caleidoscópio, da Carochinha Editora LTDA; Expedições Geográficas, da Editora Moderna LTDA; Geografia: Compreensão do espaço e lugar, Da Editora IBEP Inst. Brasileiro de Edições pedagógicas; Geração Alpha Geografia, da Edições SM LTDA; Geografia uma nova visão, da Pantograf Gráfica e Editora LTDA; Segue a trilha Geografia, da Palavras projetos editoriais LTDA; SuperAÇÃO! Geografia, da Editora Moderna; Araribá Conecta Geografia, da Editora Moderna LTDA; Conexões & Vivências Geografia, da Editora do Brasil SA; Jornadas: novos caminhos Geografia, da Editora Saraiva Educação SA; Jovens Sapiens Geografia, da Editora Scipione SA; Geografia espaço & Interação, da Editora FTD SA; Telaris, da Editora Ática (Brasil,

2024). Sendo que nesse momento serão abordadas as últimas seis coleções citadas. O acesso ao material ocorreu na maioria por disponibilidade nos sites das editoras e em aquisição própria. Foram analisados os livros destinados aos docentes, os quais têm nas laterais e parte inferior orientações ao docente e na parte central o livro do aluno. Nessa etapa parcial, buscou-se contemplar diferentes editoras, sendo realizada análise de conteúdo a partir das temáticas afro-brasileiras, quilombolas e indígenas, com registro de todas as vezes que essas constaram nos materiais, seja nos espaços destinados ao discente, ao docente, em recursos textuais, imagéticos e atividades. Para essa análise, foram desenvolvidas as categorias afro-brasileiro e religiosidade.

2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA A PARTIR DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

O Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático (PNLD) é uma política de distribuição gratuita de material às escolas públicas do Brasil. É uma política extremamente exitosa, dado que possibilita o acesso a recursos didáticos, sendo que em algumas realidades territoriais, são os únicos ou principais materiais de leitura de nossas crianças e jovens. A política se originou no início do século XX, com a criação em 1937 do Instituto Nacional do Livro (INL) (Bragança, 2009). Em 1985 foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático, através do Decreto nº 91.542. Em 1987 foi transferida a responsabilidade ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a ampliação do programa que passou a adquirir livros para todos os anos do ensino fundamental. Maciel (2014, p. 225) destaca que “[...] em 2001 o PNLD foi considerado o maior programa de avaliação e distribuição de livros didáticos do mundo, obtendo registro no *Guinness Book*”. Em 2003, o programa foi ampliado para o ensino médio, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) (Cassiano, 2007). Em 2010, o decreto nº 7084 dispôs sobre os agentes e etapas da avaliação, assim como dos recursos. Em 2017 tem-se o decreto nº 9099, que dispõe sobre o PNLD (MEC, 2025).

Para serem disponibilizados no PNLD e adquiridos pelo governo federal, os materiais didáticos passam por uma intensa avaliação a qual deve atender critérios éticos, legais, gráficos, de correção de conteúdo e ortografia, estar isentos de preconceitos e estereótipos. Os materiais são avaliados sem a identificação de autoria ou editora através de editais e profissionais capacitados. Apenas os materiais aprovados podem ser adquiridos e

disponibilizados para a escolha nas escolas públicas. Para o setor editorial, o Estado brasileiro é o principal comprador desses materiais, fazendo com que as editoras busquem adequar seus materiais aos editais do PNLD.

De acordo com o Ministério da Educação, o PNLD segue seis etapas:

- 1 Edital- Duração média de 6 meses. Após consulta em audiência pública, o edital é publicado com a definição dos objetos, características das obras, prazos e especificações técnicas e pedagógicas.
 - 2- Inscrição. Duração média de 6 meses. Processo de submissão das editoras das obras confeccionadas a partir das diretrizes de cada edital.
 - 3- Avaliação Pedagógica. Duração média 6 meses. Todas as obras inscritas são submetidas ao processo de avaliação pedagógica coordenada pelo MEC e realizada por profissionais qualificados da educação.
 - 4- Escolha. Duração média: 2 meses. A escolha das obras aprovadas é feita pelos professores. Todas as resenhas das obras são divulgadas no Guia Digital do PNLD.
 - 5- Negociação. Duração média: 3 meses. Definida a quantidade de obras a serem adquiridas, tem-se o início do processo de negociação. O valor pago por obra pode ser até 10 vezes menor que o valor de mercado.
 - 6- Produção e Distribuição. Duração média: 7 meses. A etapa de produção compreende impressão, acabamento e paletização das obras. Já a distribuição é feita pelo FNDE e os correios e entrega livros para todas as escolas aderidas ao PNLD.
- (Ministério da Educação, 2025)

Esses materiais devem seguir a legislação e orientações, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, as Leis 10.639/03 e 11.645/08. O que implica em desenvolver recursos que promovam de forma equitativa a diversidade étnica nacional, como a população afro-brasileira e os povos originários. Além disso, o material deve estar isento de preconceitos e estereótipos e representar de forma positiva a diversidade étnica nacional. Temos assim um arcabouço legal voltado para a prática da educação antirracista (Ribeiro, 2019).

Conforme o Guia do PNLD (Brasil, 2023), as obras aprovadas valorizam os conhecimentos cotidianos e a atuação crítica cidadã; o documento notifica que são desenvolvidas valorizações da diversidade étnica de matrizes culturais como a indígena, africana e europeia; que o material apresenta as lutas e resistências dos povos indígenas, afrodescendentes e quilombolas, promovendo-os de forma positiva, valorizando suas tradições, organizações, saberes e formas de participação social. Todavia, a valorização positiva e a ausência de estereótipos são suficientes para suplantam as subjetividades racistas constituídas desde o período escravocrata até os dias atuais? A intersecção entre as desigualdades sociais e étnico-raciais demonstram que, embora a legislação e os sistemas normativos supracitados sejam imprescindíveis para uma educação cidadã e antirracista, não

são suficientes. Assim, segue-se o raciocínio de Rufino (2019), quando argumenta que para combater o “carrego colonial”, são necessárias táticas de guerrilha do conhecimento. Para o autor: “[...] não há enfrentamento e transgressão ao colonialismo que não assuma posições contundentes e comprometidas com o combate ao cárcere racial (enclausuramento e desvio do ser) e às suas produções de injustiças cognitivas” (Rufino, 2019, p.11).

Logo, defende-se que, embora os materiais aprovados contemplem a superação da reprodução de estereótipos e preconceitos, não necessariamente corroboram com um rompimento radical com o carrego colonial (Rufino, 2019). Tem-se uma arena de embates e disputas, de um lado os avanços da luta antirracista, que decorrem de lutas dos movimentos sociais, de outro o sistema editorial, que tem no Estado brasileiro o principal “cliente”. É imprescindível ter em mente que as editoras têm o poder de reprodução de imaginários, o que foi feito historicamente. Sendo assim, é salutar sobrepôr às avaliações realizadas no PNLD a análise com enfoque de contra colonização (Santos, 2023).

3 A GEOGRAFIA NA ENCRUZILHADA: A RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS

O colonialismo estabeleceu as “normalidades”, assentadas no etnocentrismo do homem, branco, cristão, heterossexual. O cristianismo emergiu como “campo da verdade”, o que repercute até hoje no sistema escolar. As escolas públicas, não raro e, embora laicas, têm o predomínio da religiosidade cristã, com a normalização de suas orações e seus símbolos nos seus edifícios. Não há estranhamento nisso, mas há resistência quando se discute sobre a laicidade e a oportunidade de diferentes matrizes religiosas estarem no cotidiano escolar, de forma a promover a diversidade e o respeito.

Mesmo que práticas religiosas nas escolas nem sempre respeitem a laicidade, a exemplo do que apontou Castanheira (2025), é importante tratar o tema religioso sem comprometer o caráter laico das instituições públicas. Ao contrário, busca-se concretizar o que as Diretrizes Curriculares para as relações étnico-raciais (Brasil, 2004) preconizam acerca da representatividade afirmativa de diferentes culturas no contexto escolar. Silva (2005) problematiza o silenciamento no contexto escolar ao qual as religiosidades de matriz africana foram submetidas

Como educar para a diversidade e para o acolhimento de diversas manifestações culturais no contexto escolar se há pudor ou preconceito quanto às religiosidades de matriz

africana? O silenciamento e inferiorização promovidos pelo processo colonial construíram esses imaginários e subjetividades que criminalizam manifestações dissonantes das etnocentradas. Silva (2005, p. 122) argumenta acerca de negrofobia, a qual “[...] tem um reflexo enorme no plano do sagrado e afeta de modo contundente as religiões de matriz africana e todo o universo mítico que elas evocam”.

Passados séculos, tanto no período escravocrata, quanto posterior e contemporâneo, de inferiorização e demonização das religiões de matriz africana, torna-se urgente desenvolver essas temáticas no contexto escolar, dentro de uma perspectiva laica, mas que promova o rompimento com a opressão física, histórica e psicológica do colonialismo e do racismo. Assim, busca-se uma radicalidade, citada por Rufino (2019, p.13) como carrego colonial, “[...] que obsedia e desencanta, a decolonização ou descolonialidade emerge como as ações de desobsessão dessa má sorte”. É uma luta contracolonial (Santos, 2023) e antirracista (Ribeiro, 2019).

E qual o papel do componente curricular de Geografia ou do PNLD nessa guerrilha epistêmica? Salienta-se a importância desse pensamento inspirado nas concepções de guerrilha e radicalidade dado a intensidade feroz da violência colonialista e do racismo. Esses devem ser denominados tal qual são: violência, injustiça e precariedade, uma vez que silencia, desconstitui a diversidade epistêmica na hegemonia etnocentrada da matriz ocidental cristã. E essa guerrilha não é contra as manifestações cristãs. Pelo contrário, o argumento reforça a necessidade e urgência do encontro de diferentes perspectivas religiosas e culturais em condição de igualdade e respeito. O que se espera é equidade e diversidade.

A geografia trata do espaço, produto da ação humana, carregado de materialidades, sentidos e disputas. Estuda a população mundial e brasileira, logo, tem importância ímpar na construção desse imaginário nacional que deve ser assentado nas suas diversas matrizes culturais e étnicas. E o PNLD, com o alcance territorial e social, tem a potencialidade de fomentar reflexões críticas acerca do preconceito religioso e de desenvolver afirmativamente as diversas matrizes religiosas, em especial as de origem afro-brasileira.

A representação afirmativa da população negra e de sua história e cultura são normativas há mais de 20 anos com a Lei 10.639/06. Entre os documentos legais, tem-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tanto orienta o desenvolvimento cognitivo, quanto o social e o socioemocional, assim como os objetivos de aprendizagem que deverão ser desenvolvidos. Em um contexto no qual 55,4% da população brasileira se autoidentifica como negra (parda e preta), como desenvolver o pertencimento social de forma equânime

desse segmento social, além das representações de escravidão? E, sem deixar de problematizar os indicadores sociais, desenvolver, o que antes fora silenciado e ocultado, suas importâncias, conquistas e resistências? Isso é tarefa de toda a educação básica, de forma disciplinar e transversal, inclusive no componente de Geografia. O que alinha essa reflexão à compreensão de Silva (2018, p.110) acerca da importância da Geografia no contexto étnico-racial em sua contribuição para o posicionamento dos alunos: “[...] pois entender sua função e importância nesse processo é a base fundamental para desconstruir uma sociedade disciplinada em preconceitos raciais”.

As coleções analisadas (Quadro 1), como era de se esperar, apresentam avanços nas representações e abordagens das temáticas étnico-raciais. No entanto, são produtos dessas grandes editoras e não têm efetivos rompimentos ou superações quanto ao colonialismo. E no que tange à temática religiosa, ainda existe um grande tabu nacional, predominando o silêncio ou passagens superficiais.

Quadro 1: Coleções analisadas e a síntese da resenha do PNLD quanto à temática étnico racial.

Coleção	Síntese da resenha
Araribá Conecta-Geografia- Editora Moderna	Texto argumenta que o livro traz exemplos de enfrentamentos de violências e desigualdades raciais. Sugere que se oportunize aos estudantes discussões de temas como povos tradicionais e originários, que podem ser ampliados a partir de seções especiais ao longo da coleção.
Conexões & Vivências Geografia - Editora do Brasil SA	Síntese argumenta que são apresentadas formas não-ocidentais de organização social e interação com a natureza. Traz a discussão sobre o papel das populações negras e indígenas na formação do país. Explora modos de vida e questões políticas de comunidades indígenas e quilombolas. Não apresenta estereótipos ou preconceitos.
Jornadas: novos caminhos-Geografia - Saraiva Educação S. A	Texto argumenta que a coleção promove o respeito à diversidade étnica e regional. Os direitos humanos, a cultura e história dos povos indígenas e afro-brasileiros. Desenvolve os temas contemporâneos transversais de diversidade cultural, valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.
Jovens Sapiens Geografia - Editora Scipione S.A	Resenha informa que a coleção combate preconceitos e representações regionais, de povos e culturas, destacando os modos de vida dos povos indígenas e seu papel na constituição da cultura e do território brasileiro, indagando a expropriação colonial. De modo semelhante o tratamento aos afrodescendentes.
Telaris -Editora	Texto explica que a coleção traz imagem positiva das matrizes

Ática SA.	índigena e africana. são abordadas as lutas e resistências dos povos indígenas e afrodescendentes
Geografia Espaço & Interação - Editora FTD S A	Argumenta que o livro promove o convívio democrático e o respeito à diversidade e multiculturalismo. Traz discussões sobre comunidades tradicionais indígenas, quilombolas.

O livro com mais densidade de ocorrências e desenvolvimento de conteúdo com a interseccionalidade étnico-racial e as religiosidades foi o Araribá, da editora Moderna. Nele é possível observar, na Unidade II – População brasileira, uma imagem da celebração de Nosso Senhor do Bonfim na Bahia (Dellore, 2022, p. 65). Embora o material não explore ou aprofunde o caráter sincrético da celebração na identidade negra baiana, sendo uma imagem mais ilustrativa da diversidade cultural do Brasil, o que não necessariamente conduz à reflexão e valorização da religiosidade. Ainda na Unidade II, Capítulo 6 – Heterogeneidade da população brasileira, o material no campo destinado ao docente sugere o documentário “Atlântico Negro: na rota dos orixás” (Dellore, 2022, p. 82), mas também não enfatiza a religiosidade e sim a vinda de africanos e suas contribuições culturais. Somente na Unidade VI (Região Sul), capítulo 15, que trata de aspectos econômicos, que o material apresenta no quadro “Para Refletir”, um texto com o título “Por que as religiões afro-brasileiras sofrem discriminação” (Dellore, 2022, p. 180). No mesmo texto, traz o dado de que o Rio Grande do Sul é um dos estados com maior número de praticantes de religiões de matriz africana, o que é imprescindível para superar o imaginário nacional de população descendente de europeia. Ou seja, romper com o apagamento da presença e importância da população negra. E para encerrar esse subtítulo apresenta uma imagem de mulheres com vestimentas das religiosidades de matriz africana em Cidreira (RS), assim como a sugestão ao professor do documentário da TV Brasil: “Batuque gaúcho e suas raízes africanas” (Dellore, 2022, p. 181). Ou seja, de todo o material, tem-se três passagens que, embora evidenciem a presença negra no Sul do Brasil, não é suficiente para compreender as religiosidades negras no território nacional.

O livro Jovem Sapiens, da editora Scipione traz uma passagem no capítulo 3- População Brasileira, no quadro: “Hora do Tema”, subtítulo Comunidades quilombolas, a imagem de uma apresentação de crianças de um reisado da comunidade quilombola Inhanhum, (PE) (Estruzani, 2022, p.129). Essas manifestações culturais são recorrentes em comunidades quilombolas e correspondem ao sincretismo das referências africanas com o

catolicismo, constituindo-se em festejos afrocatólicos. Ainda que traga passagens textuais acerca da importância da diversidade, essa não se concretiza na valorização das demais manifestações de religiosidades africanas.

O livro da coleção Conexões e Vivências, da Editora Brasil, apresenta no capítulo 15- Centro-Oeste: biomas ameaçados, os festejos de Nossa Senhora do Rosário, também dentro do universo afrocatólico brasileiro, no mesmo campo textual, cita Iemanjá e o candomblé. Explica ainda que a Umbanda é uma religião brasileira da união de cultos de povos africanos e o catolicismo. Por fim, no mesmo quadro, sugere atividade dos alunos de pesquisa sobre as religiões de matriz africana (Bolígian; Alves, 2022, p. 204-206). Observa-se novamente a superficialidade da abordagem, que normalmente se encontra em algum quadro interdisciplinar, nesse caso em um capítulo aleatório.

O livro da Coleção Espaço e interação, da editora FTD, traz na Unidade 3, capítulo 3- Populações tradicionais e território, no campo do docente, orientações sobre as comunidades de terreiro, momento em que explica a necessidade de orientar a discussão de forma respeitosa e ética acerca das diferenças. No campo do aluno, traz um terreiro de Belém (PA), com praticantes e signos da religiosidade e entidades. Explica ao discente que os terreiros são comunidades de culto de religiões de matriz africana, com elementos da natureza. (Paula; Pinesso; Rama; 2022, p.84-85). Na Unidade IV, capítulo 3 - População negra, subtítulo Racismo, explica-se que entre as reivindicações do movimento negro está a promoção da cultura e a garantia do direito à manifestação das religiões afro-brasileiras (Paula; Pinesso; Rama, 2022, p.115).

No livro da coleção Jornadas: novos caminhos, da Saraiva, na Trilha 1- População brasileira: diversidade étnica, o subtítulo sincretismo religioso, explica-se que a cultura brasileira decorre de diversas origens e que o sincretismo é comum nas religiões, sendo que a matriz africana foi criminalizada e perseguida por longo tempo, o que levou a associação das divindades da religião católica às da umbanda e candomblé. Ressalta ainda que há preconceito e destruição de terreiros (Muniza; Guerrero; Fernandes, 2022, p.48)

O livro da coleção Telaris, da editora Ática, trata de forma superficial acerca da intolerância e religiosidades sem enfoque específico nas de matriz africana.

Observa-se que as temáticas de religiões de matriz africana são utilizadas majoritariamente de forma superficial para exemplificar a diversidade brasileira ou sobre a intolerância. Não há desenvolvimento substancial de suas cosmogonias na relação com o território nacional. As temáticas são tratadas em subsetores dentro dos capítulos, sem um

enfoque consistente. Há desconhecimento acerca das manifestações de religiosidade africana, sendo necessário mais adensamento conceitual e exemplos de forma a reverter o imaginário negativo e favorecer que crianças e jovens de todos os pertencimentos étnico-raciais conheçam as religiosidades nacionais, respeitando-as e valorizando-as.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das seis coleções de Geografia do 7º ano do PNLD 2024 evidencia que, embora haja avanços quanto à representação étnico-racial e à presença de conteúdos relacionados às populações negras, indígenas e quilombolas, a abordagem das religiões de matriz africana permanece superficial e marginalizada. Em geral, as menções ocorrem de modo pontual, frequentemente associadas à ideia de diversidade cultural ou à intolerância religiosa, sem aprofundar suas dimensões simbólicas, territoriais e epistemológicas.

Percebe-se que o silenciamento histórico dessas religiosidades, produzido pelo colonialismo e pela hegemonia cristã-ocidental, ainda reverbera no material didático, que tende a reproduzir uma narrativa culturalmente etnocentrada. As passagens encontradas — como a festa do Senhor do Bonfim, o batuque gaúcho, o reisado quilombola e referências ao candomblé e à umbanda — revelam a permanência de uma visão superficial que pouco contribui para a formação de uma consciência crítica antirracista.

Diante disso, é necessário que as políticas públicas de educação, em especial o PNLD, avancem para além da mera representatividade simbólica, garantindo a inclusão efetiva das cosmovisões africanas e afro-brasileiras como parte constitutiva do território e da cultura nacional. O ensino de Geografia, ao tratar das relações entre espaço, sociedade e cultura, tem papel estratégico nessa tarefa. Assim, o enfrentamento do carrego colonial requer uma postura pedagógica comprometida com a decolonização dos saberes e o reconhecimento das múltiplas espiritualidades brasileiras, afirmando o direito à diferença e à valorização das religiosidades negras em condição de igualdade e respeito.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**. Ano 2, N. 2, primeiro semestre de 2009. p. 221-246. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38232/41008>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa. **Conexões & Vivências**: geografia, 7: ensino fundamental: anos finais. 1 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.

BRANCO, Anselmo Lázaro; PRADO, Bruno Silva; CAMPOS, Eduardo. **Teláris Essencial**: Geografia: 7º ano. 1 ed. São Paulo: Ática, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Linha do Tempo do PNLD**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnld/linha-do-tempo>. Acesso em: 10 jul. 2024

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Como funciona**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnld/como-funciona>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. Outubro de 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2024: Geografia: anos finais do ensino fundamental**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023.

CASTANHEIRA, Viviane. Interferência de religiosos na educação: professor perseguido por aula com mitologias africana e grega pede demissão de escola municipal -. *In: Coletivo Bereia*. 3 jun. 2025. Disponível em: <https://coletivobereia.com.br/interferencia-de-religiosos-na-educacao-professor-perseguido-por-aula-com-mitologias-africana-e-grega-pede-demissao-de-escola-municipal/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol. Tese de doutorado. Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2007. Disponível

em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10614>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DELLORE, Cesar Brumini. **Araribá conecta geografia**: 7º ano: manual do professor. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2022.

ESTRUZANI, Bruna Migoto Barbieri. **Jovem Sapiens Geografia**: 7º ano. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estudos e Pesquisas**. Informação demográfica e socioeconômica, nº48. IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 01 nov. 2025.

MACIEL, Gisèle Neves. O Programa Nacional do Livro Didático e as mudanças nos processos de avaliação dos livros de Geografia. **Pesquisar- Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**. Florianópolis, V. 1, n.1, out. 2024, p.225-245. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/66571>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MUNIZA, Ana Carolina Ferreira; GUERRERO, Ana Lúcia de Araújo; FERNANDES, Maíra **Jornadas**: Novos caminhos: Geografia: 7º ano. 1 ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismos e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciência sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

PAULA, Marcelo Moraes; PINESSO, Cristina Christov; RAMA, Maria Angela Gomez. **Geografia espaço & interação**: 7º ano: ensino fundamental: anos finais. 1ed. São Paulo: FTD, 2022.

PRINTES, Rafaela Biehl. Presença indígena nos livros didáticos de Geografia. Revista brasileira de Educação em Geografia, Campinas, V. 4, N.8,p,195-220. Jul./dez, 2014. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/247>. Acesso em: 20 ago. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **A terra da, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. Africanidade e religiosidade: uma possibilidade de abordagem das sagradas matrizes africanas na escola. In.: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005, P.121 – 132

SILVA, Hellen Cristine da. Análise dos livros didáticos de Geografia e a representatividade étnico-racial após 130 anos de abolição. **Mosaico**. V. 9, N. 15, 2018, p.105-120. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/76906>. Acesso em: 01 nov. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/tenoveminternacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA E PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DOS PÚBLICOS

COMUNICACIÓN PUBLICITARIA Y PREVENCIÓN DEL SUICIDIO: LA IMPORTANCIA DEL ESTUDIO DE LOS PÚBLICOS

Rômulo Oliveira Tondo¹

Resumo: O suicídio é um grave problema de saúde pública, intimamente relacionado a desigualdades sociais e culturais. Este artigo propõe uma reflexão teórico-bibliográfica e ensaística sobre o papel da comunicação na prevenção, defendendo a necessidade de superação das abordagens generalistas. O estudo está ancorado em uma revisão crítica de literatura dos campos da Comunicação e Saúde e em dados epidemiológicos. Utilizando como princípios teóricos a interseccionalidade e os estudos de recepção, o trabalho analisa como os marcadores sociais da diferença (gênero, raça, classe, etc.) influenciam a eficácia das mensagens de prevenção. Os resultados indicam que campanhas generalistas apresentam impacto reduzido. Conclui-se que a comunicação eficaz deve ser dialógica, ética, culturalmente situada e segmentada, focada na cocriação e no fortalecimento das redes de cuidado e pertencimento social.

Palavras-chave: Comunicação e Saúde; Prevenção ao suicídio; Recepção; Interseccionalidade; Campanhas.

Resumen: El suicidio es un grave problema de salud pública, estrechamente vinculado a las desigualdades sociales y culturales. Este artículo propone una reflexión teórico-bibliográfica y ensayística sobre el papel de la comunicación en la prevención, argumentando la necesidad de superar los enfoques generalistas. El estudio se basa en una revisión crítica de la literatura en los campos de la Comunicación y la Salud, así como en datos epidemiológicos. Utilizando la interseccionalidad y los estudios de recepción como principios teóricos, el trabajo analiza cómo los marcadores sociales de diferencia (género, raza, clase, etc.) influyen en la efectividad de los mensajes de prevención. Los resultados indican que las campañas generalistas tienen un impacto reducido. Se concluye que una comunicación efectiva debe ser dialógica, ética, culturalmente situada y segmentada, centrada en la cocreación y el fortalecimiento de las redes de apoyo y la pertenencia social.

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa, *Campus* São Borja). Atua como jornalista na Reitoria do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), em Santa Maria, e é editor do Núcleo Criativo do projeto VerdadeiraMente, voltado ao jornalismo científico e à saúde mental. E-mail: romulotondo@gmail.com

Palabras clave: Comunicación y Salud; Prevención del suicidio; Recepción; Interseccionalidad; Campañas.

1 INTRODUÇÃO

O suicídio é reconhecido como um grave problema de saúde pública em escala global, cuja prevenção exige respostas interdisciplinares e sensíveis aos contextos socioculturais. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 73% das mortes por suicídio ocorreram em países de baixa e média renda em 2021, o que evidencia a estreita relação entre vulnerabilidades sociais e condições econômicas desiguais (World Health Organization, 2023). Esse dado reforça a necessidade de compreender o suicídio não apenas como um fenômeno individual, mas como expressão de determinantes estruturais e simbólicos que atravessam o cotidiano das populações.

No Brasil, essa realidade assume contornos complexos. O Boletim Epidemiológico mais recente do Ministério da Saúde (Brasil, 2024) indica que, em 2021, foram registrados 15.507 óbitos por suicídio no país, o que corresponde a uma taxa de 7,5 mortes por 100 mil habitantes. Em comparação com o ano de 2010, observou-se um aumento de 42% nas taxas de mortalidade. Os homens representaram 77,8% das mortes e apresentaram risco crescente com o avanço da idade, atingindo 18,1 óbitos por 100 mil habitantes entre idosos com mais de 70 anos. Entre as mulheres, o maior risco concentrou-se na faixa etária de 15 a 19 anos, com taxa de 4,5 óbitos por 100 mil habitantes. O suicídio foi identificado como a terceira principal causa de morte entre adolescentes de 15 a 19 anos e a quarta entre jovens de 20 a 29 anos.

As desigualdades regionais acentuam esse panorama. A região Sul apresenta as maiores taxas de mortalidade por suicídio do país, com 11,2 óbitos por 100 mil habitantes. O Rio Grande do Sul destaca-se com uma taxa de 12,4, seguido por Piauí, com 11,8, Mato Grosso do Sul, com 11,7, e Roraima, com 11,5 (Brasil, 2024). Entre 2010 e 2021, o aumento percentual das taxas foi mais expressivo nas regiões Norte e Nordeste, com variações superiores a 50%, especialmente em estados como Pará, Bahia, Goiás e Pernambuco. Esses dados evidenciam a importância de considerar o suicídio como parte daquilo que Iamamoto (2013) define como “questão social”, isto é, uma expressão das contradições da vida social produzidas pelas formas desiguais de apropriação dos recursos materiais e simbólicos. Nesse sentido, a análise do suicídio deve incluir as dimensões estruturais da vida cotidiana, as desigualdades de acesso a políticas públicas e os efeitos das condições econômicas sobre o sofrimento psíquico.

O suicídio é resultado de uma complexa interação de fatores biológicos, psíquicos, sociais e culturais. O boletim do Ministério da Saúde (Brasil, 2024) aponta que estressores da vida cotidiana, como desemprego, violências domésticas, pobreza e discriminação, atuam como gatilhos importantes para o comportamento suicida. Da mesma forma, esse boletim destaca que as taxas de mortalidade são mais elevadas entre indígenas, pessoas negras, jovens, idosos e populações LGBTQIA+, o que evidencia o papel dos marcadores sociais da diferença na compreensão do fenômeno. A análise desses grupos revela que o suicídio deve ser compreendido como indicador do bem-estar psicossocial de uma população e como reflexo das desigualdades históricas que atravessam o tecido social.

Nesse contexto, a comunicação torna-se uma dimensão fundamental na construção de estratégias de prevenção ao suicídio. Araújo e Soares (2007) destacam que a comunicação em saúde é um processo social, relacional e participativo, que deve promover vínculos e gerar reconhecimento simbólico. As campanhas de prevenção, portanto, não podem restringir-se apenas à disseminação de informações. É necessário compreender os sentidos que circulam socialmente sobre a vida, a morte, o sofrimento psíquico e o cuidado, e produzir mensagens que dialoguem com as experiências concretas dos sujeitos em seus contextos socioculturais. Essa perspectiva implica reconhecer que a comunicação é parte integrante da promoção da vida e do fortalecimento das redes de cuidado.

Dessa forma, este artigo propõe uma reflexão sobre a importância dos estudos de público e da comunicação na prevenção ao suicídio, com foco na construção de campanhas e ações segmentadas que considerem os marcadores sociais da diferença e a interseccionalidade como princípios teóricos e éticos. Ao articular contribuições dos campos da comunicação, da saúde e das ciências sociais, busca-se discutir como as práticas comunicacionais podem favorecer estratégias mais assertivas, éticas e culturalmente sensíveis de promoção da vida.

2 METODOLOGIA

Este artigo configura-se como um ensaio teórico-reflexivo, ancorado em uma pesquisa mais ampla sobre a recepção de campanhas de prevenção ao suicídio por jovens universitários. Não se trata, portanto, de um estudo empírico com procedimentos de campo, mas de uma produção fundamentada em revisão crítica de literatura, análise interpretativa e articulação de referenciais dos campos da Comunicação e da Saúde.

Partimos de uma perspectiva que compreende a comunicação como prática social,

dialógica e relacional, apoiada em autores como Araújo e Cardoso (2007), Schiavo (2007), Jacks e Escosteguy (2005) e Tondo (2023). O ensaio adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, na qual os argumentos são construídos a partir da articulação entre dados epidemiológicos (Brasil, 2024), diretrizes internacionais (OPAS, 2023), políticas públicas brasileiras (Brasil, 2019) e estudos sobre campanhas de prevenção ao suicídio (Ftanou et al., 2016; Tondo, Piedras e Magalhães, 2024).

Além disso, o texto se ancora em resultados parciais de uma pesquisa doutoral já concluída, que investigou a recepção de campanhas de saúde mental por jovens universitários. A partir dessa pesquisa, alguns elementos foram retomados de forma reflexiva, como a percepção dos públicos, a eficácia simbólica das campanhas e a necessidade de estratégias comunicacionais sensíveis aos contextos socioculturais. Esses achados, todavia, são aqui mobilizados de maneira ensaística, e não como dados empíricos descritos sistematicamente.

Assim, mais do que apresentar procedimentos metodológicos fechados, este artigo propõe uma reflexão fundamentada em três eixos: (1) campanhas de prevenção ao suicídio como dispositivos comunicacionais e políticos; (2) marcadores sociais da diferença e interseccionalidade como dimensões estruturantes da recepção; (3) comunicação sensível e Serviço Social como práticas de cuidado, escuta e mediação entre sujeitos, instituições e políticas públicas.

3 ELEMENTOS DO CAMPO DA COMUNICAÇÃO E SAÚDE

O campo da Comunicação e Saúde constitui uma área de intersecção entre práticas comunicacionais, políticas públicas e saberes da saúde coletiva, tendo se consolidado no Brasil a partir das transformações sociais promovidas pela Reforma Sanitária e pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Para Araújo e Cardoso (2007), a comunicação, nesse contexto, não se restringe à mera transmissão de informações, mas configura-se como prática social que envolve processos de escuta, diálogo e construção compartilhada de sentidos sobre o viver e o adoecer. Essa compreensão amplia o entendimento da comunicação enquanto dimensão constitutiva do cuidado e da cidadania. Para essas autoras, o campo da Comunicação e Saúde no contexto brasileiro deve ser refletido, construído e mantido com base nas práticas desenvolvidas a partir do Sistema Único de Saúde. Schiavo (2007) reforça que a comunicação em saúde deve ser concebida como processo estratégico e contínuo, voltado para o fortalecimento da participação social e a promoção de mudanças sustentáveis

em comportamentos e atitudes. De acordo com a autora, comunicar em saúde implica integrar abordagens culturais e psicossociais, considerando as percepções, os valores e as crenças dos diferentes públicos, o que demanda metodologias participativas e uma linguagem acessível, empática e ética.

Essas concepções dialogam diretamente com as análises de Tondo, Piedras e Magalhães (2024), que defendem que a prevenção ao suicídio demanda políticas públicas articuladas entre múltiplos campos do saber. Para os autores, a comunicação “deve ser realizada a partir de políticas públicas, de forma multidisciplinar e em diferentes segmentos da sociedade” (Tondo; Piedras; Magalhães, 2024, p. 233), o que reforça a necessidade de integrar saúde, educação, mídia e serviço social em estratégias comunicacionais mais amplas. No entanto, conforme apontam Tondo, Piedras e Magalhães (2024), as campanhas brasileiras de prevenção ao suicídio ainda enfrentam desafios significativos para comunicar o tema de forma direta e efetiva. Segundo os autores, “a comunicação adotada nas campanhas aborda a promoção da saúde mental no lugar da prevenção ao suicídio. Com isso, a comunicação acaba reforçando tabus sobre o tema e deixa de cumprir a função esperada pelos jovens universitários” (Tondo; Piedras; Magalhães, 2024, p. 247). Essa constatação evidencia que o estigma ainda interfere na efetividade das campanhas e na sua capacidade de gerar identificação e engajamento entre os públicos jovens.

Já em sua tese, Tondo (2023) aprofunda essa discussão ao indicar que a recepção das campanhas de prevenção é atravessada por dimensões culturais, emocionais e simbólicas que influenciam o modo como os sujeitos interpretam e ressignificam as mensagens. O autor propõe que as campanhas adotem uma comunicação sensível aos contextos, caracterizada pela escuta ativa e pela atenção às experiências dos sujeitos, sugerindo que a comunicação das campanhas - ou seja, os anúncios - depende de sua capacidade de reconhecer o público como interlocutor legítimo e coautor dos sentidos produzidos.

Essas reflexões convergem com as diretrizes do Boletim Epidemiológico sobre Mortalidade por Suicídio e Lesões Autoprovocadas no Brasil (Brasil, 2024), que reforça a necessidade de campanhas de comunicação pública mais assertivas, fundamentadas em evidências e voltadas à disseminação de informações sobre os serviços de apoio psicossocial e de urgência. De acordo com o boletim, o país registrou aumento de casos de automutilação e comportamento suicida em diversos grupos etários, especialmente entre jovens, o que demanda políticas comunicacionais contínuas, sensíveis às vulnerabilidades sociais e culturais.

Assim, o campo da Comunicação e Saúde deve ser compreendido como espaço de articulação entre ciência, política e cultura, em que as práticas comunicacionais operam não apenas na difusão de informações, mas na produção de vínculos e sentidos coletivos. Como enfatizam Araújo e Cardoso (2007), comunicar em saúde é também construir cidadania. Nessa perspectiva, as campanhas de prevenção ao suicídio devem assumir um caráter educativo, ético e dialógico, promovendo o enfrentamento do estigma e o fortalecimento das redes de cuidado e apoio.

4 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA E INTERSECCIONALIDADE

A discussão sobre os marcadores sociais da diferença e a interseccionalidade é fundamental para compreender como as desigualdades estruturais se refletem nos processos de saúde e doença, especialmente no contexto da prevenção ao suicídio. O conceito de marcadores sociais da diferença permite reconhecer que as identidades sociais — como gênero, raça, classe, geração e sexualidade — não são categorias isoladas, mas dimensões que se inter cruzam e produzem experiências singulares de vulnerabilidade. Essa compreensão é essencial para o campo da Comunicação e Saúde, uma vez que as mensagens, os discursos e as campanhas de prevenção circulam em contextos atravessados por essas desigualdades.

No âmbito das ciências sociais, Iamamoto (2003) explica que a “questão social” expressa as contradições do modo de produção capitalista e suas consequências sobre as condições de vida e de trabalho dos sujeitos. A autora destaca que as formas de exclusão e vulnerabilidade estão intrinsecamente ligadas à desigualdade na apropriação dos recursos materiais e simbólicos da sociedade. Aplicada ao debate sobre o suicídio, essa perspectiva permite compreender que o comportamento suicida é, muitas vezes, resultado de processos de sofrimento social, determinados por condições precárias de existência e pela ausência de políticas públicas efetivas de cuidado.

A análise dos dados epidemiológicos recentes confirma que o suicídio não afeta todas as populações da mesma maneira. O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (Brasil, 2024) indica que homens, pessoas idosas, jovens, populações indígenas e LGBTQIA+ estão entre os grupos com maior risco de morte por suicídio no Brasil. Esses recortes demonstram que o fenômeno está intimamente associado a condições históricas de desigualdade e discriminação, as quais se manifestam também nos modos como a sociedade representa e comunica o sofrimento psíquico.

A teoria da interseccionalidade, formulada pela feminista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980, contribui para compreender essas sobreposições de opressão ao revelar que os sistemas de poder — como racismo, sexismo, classismo e heteronormatividade — se articulam e produzem efeitos múltiplos sobre determinados grupos sociais (Crenshaw, 2002). Embora o conceito tenha origem nos estudos jurídicos e feministas, ele se mostra altamente pertinente para o campo da comunicação, pois permite reconhecer que as práticas comunicacionais também participam da reprodução ou do enfrentamento dessas desigualdades. Quando aplicadas à prevenção ao suicídio, as abordagens interseccionais indicam que as campanhas devem ser elaboradas levando em conta as diferenças sociais e culturais dos públicos, evitando tanto a homogeneização quanto o estigma.

Estudos internacionais sobre campanhas de prevenção ao suicídio reforçam a importância dessa abordagem. Ftanou e outros pesquisadores (2016) analisaram campanhas públicas realizadas em diferentes países e concluíram que aquelas que incorporaram elementos culturais e segmentação de público obtiveram maior engajamento e impacto social. Os autores observaram que mensagens genéricas, voltadas para a população em geral, tendem a ser menos eficazes do que aquelas direcionadas a grupos específicos e culturalmente contextualizadas. Em pesquisa posterior, Ftanou et al. (2018) ressaltaram que a produção de mensagens seguras e eficazes depende da colaboração entre profissionais da saúde, comunicadores, pesquisadores e representantes das comunidades envolvidas. Essa prática, definida como co-design ou cocriação, permite o desenvolvimento de campanhas que refletem as necessidades e os valores dos grupos aos quais se destinam.

No contexto brasileiro, a adoção de uma perspectiva interseccional nas estratégias de comunicação em saúde implica reconhecer as múltiplas dimensões do sofrimento psíquico e os modos desiguais de acesso à informação e ao cuidado. A interseccionalidade contribui para superar a visão universalista das comunicações das campanhas que tratam o suicídio como um problema homogêneo, permitindo que a comunicação seja concebida de maneira situada, ética e culturalmente sensível. Ao reconhecer a diversidade dos públicos, cria-se a possibilidade de estabelecer vínculos mais efetivos e de promover um sentimento de pertencimento e acolhimento que fortalece as redes de prevenção.

Desse modo, compreender os marcadores sociais da diferença e a interseccionalidade é condição indispensável para o desenvolvimento de políticas comunicacionais comprometidas com a equidade em saúde. Essa perspectiva propõe que as campanhas de

prevenção ao suicídio não sejam apenas informativas, mas também transformadoras, ao reconhecer as vozes, os corpos e as histórias daqueles que vivenciam o sofrimento psíquico em contextos de desigualdade. A comunicação, nesse sentido, assume papel político e ético na construção de práticas sociais que afirmam o direito à vida e ao cuidado.

5 ESTUDOS COMUNICACIONAIS NA PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

Os estudos comunicacionais sobre campanhas de prevenção ao suicídio têm evidenciado que a eficácia das ações em saúde depende diretamente da forma como as mensagens são desenvolvidas, apropriadas pelos diferentes públicos e avaliadas quanto à sua efetividade. Esse último ponto tem sido uma das principais dificuldades encontradas, haja vista que, na maioria das vezes, não há uma avaliação efetiva das campanhas. Nesse sentido, a comunicação não atua apenas como veículo de transmissão de informações, mas como processo de produção de sentidos que atravessa o campo da saúde e o cotidiano dos sujeitos. A partir dessa compreensão, torna-se necessário investigar as estratégias discursivas adotadas nas comunicações das campanhas e, especialmente, os modos de recepção e interpretação das mensagens por grupos sociais específicos.

As pesquisas internacionais apontam que a comunicação pública sobre o suicídio deve equilibrar a disseminação de informação com o cuidado na forma como o tema é representado. Pirkis e outros autores (2017), em uma revisão sistemática sobre campanhas de prevenção, identificaram que as ações voltadas à conscientização e ao combate ao estigma podem reduzir atitudes negativas em relação ao tema e aumentar o conhecimento sobre os sinais de alerta. No entanto, os autores destacam que os efeitos comportamentais dessas campanhas ainda são limitados quando as mensagens não se articulam a redes locais de apoio, acompanhamento psicológico e políticas públicas de saúde mental.

Da mesma forma, Torok et al. (2017) observaram que as campanhas de massa em saúde mental e prevenção ao suicídio alcançam resultados mais expressivos quando utilizam mensagens culturalmente adequadas e segmentadas, reforçam a autoeficácia e promovem mudanças de comportamento. Os autores argumentam que o impacto positivo depende de mecanismos como repetição, empatia, identificação e clareza emocional. Esses estudos reforçam que a comunicação deve ser planejada como processo pedagógico, que ultrapassa o caráter informativo e atua na construção de valores e atitudes relacionadas à promoção da vida.

No contexto da comunicação em saúde, Ftanou e outros autores (2018) propõem a metodologia do *co-design* para o desenvolvimento de campanhas seguras e eficazes. A proposta baseia-se na colaboração entre profissionais da saúde, comunicadores, pesquisadores e representantes da comunidade, com o objetivo de construir mensagens validadas pelos públicos aos quais se destinam. Essa abordagem dialógica é particularmente relevante em temas sensíveis como o suicídio, pois permite a criação de mensagens empáticas, não estigmatizantes e socialmente responsáveis. Segundo Ftanou et al. (2018), o envolvimento dos públicos no processo de criação fortalece o sentimento de pertencimento e a confiança na comunicação pública, aspectos essenciais para a eficácia das estratégias preventivas.

Os estudos brasileiros sobre comunicação e prevenção ao suicídio têm avançado na análise das práticas discursivas e de recepção das campanhas. Tondo, Piedras e Magalhães (2024), ao investigarem a recepção de campanhas por jovens universitários, identificaram que a compreensão das mensagens está profundamente relacionada às vivências pessoais e às experiências afetivas com a saúde mental. Os autores constataram que as campanhas mais significativas para os jovens são aquelas que geram identificação e promovem o diálogo sobre o sofrimento psíquico de forma acolhedora. Em suas palavras, as ações comunicacionais precisam ultrapassar o campo informativo e reconhecer os sujeitos como cocriadores de sentidos sobre o tema.

Essas observações convergem com a tradição dos estudos de recepção latino-americanos, que compreendem os públicos como agentes ativos na produção de sentidos midiáticos. Jacks e Escosteguy (2005) destacam que a recepção não é um momento passivo, mas um espaço de negociação simbólica, no qual as audiências reinterpretem as mensagens à luz de suas experiências e referências culturais. Esse entendimento é fundamental para o campo da comunicação em saúde, pois reconhece que as práticas de recepção podem ressignificar as campanhas, fortalecendo ou limitando seus efeitos de prevenção.

A tese de Tondo (2023) amplia esse debate ao propor a comunicação de campanha sensível como uma aproximação entre instituições e públicos, fundamentada na escuta e na compreensão empática das experiências de vida. O autor argumenta que a produção de campanhas deve considerar o percurso emocional dos sujeitos, sua relação com o tema e as condições sociais que moldam sua percepção sobre a saúde mental. Essa perspectiva coloca a recepção como parte do processo de cuidado, em consonância com a ideia de que a

comunicação em saúde não é apenas informar, mas construir vínculos e afetos capazes de promover o reconhecimento e o pertencimento (Tondo, 2023).

Esses estudos indicam que as campanhas de prevenção ao suicídio, quando concebidas apenas como ações informativas, tendem a apresentar baixo engajamento e eficácia reduzida. Para que a comunicação se torne instrumento de promoção da vida, é necessário adotar abordagens segmentadas (Ftanou et al., 2016), participativas (Ftanou et al., 2018) e multinível (Torok et al., 2017), que integrem comunicação, saúde e educação. A escuta dos públicos, a compreensão de seus contextos culturais e a participação no processo de criação são condições indispensáveis para que as campanhas possam realmente produzir impacto social e contribuir para a redução das desigualdades em saúde mental.

Assim, o estudo das campanhas de prevenção ao suicídio no campo da comunicação permite compreender que a eficácia de uma ação não depende unicamente da clareza da mensagem, mas da sua capacidade de gerar identificação, sentido e pertencimento. A comunicação, enquanto prática social e simbólica, torna-se parte essencial do cuidado em saúde, assumindo um papel pedagógico, ético e político na defesa da vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prevenção ao suicídio constitui um dos maiores desafios contemporâneos da saúde pública, e o campo da Comunicação tem papel importante na construção de estratégias éticas, sensíveis e eficazes voltadas à promoção da vida. A análise dos estudos aqui reunidos salienta que a comunicação, quando compreendida como prática social e processo relacional, é capaz de gerar pertencimento, acolhimento e fortalecimento das redes de cuidado. Campanhas que reconhecem a diversidade dos sujeitos e as desigualdades que atravessam suas existências aproximam-se mais da função pública e cidadã da comunicação em saúde.

Os autores que fundamentam este texto, como Araújo e Cardoso (2007), Schiavo (2007), Iamamoto (2013), Ftanou et al. (2016, 2018), Pirkis et al. (2017), Tondo (2023) e Tondo, Piedras e Magalhães (2024), convergem em um ponto essencial: comunicar a saúde implica reconhecer o outro em sua singularidade. Essa comunicação deve ser situada, dialógica e intersetorial, articulando diferentes campos do saber e considerando os marcadores sociais da diferença e a interseccionalidade como dimensões indissociáveis da vida social. Ao fazer isso, ela não apenas informa, mas também transforma as relações entre sujeitos, instituições e coletividades, tornando-se um instrumento de cuidado e de emancipação.

O avanço da pesquisa em Comunicação e Saúde no Brasil tem demonstrado que o estudo da recepção é indispensável para compreender os efeitos simbólicos e sociais das campanhas de prevenção. As práticas de recepção e cocriação com os públicos evidenciam que o impacto comunicacional reside nos discursos, mas, sobretudo, na capacidade da mensagem de estabelecer vínculos significativos com os sujeitos a quem se destina.

Refletir sobre os estudos comunicacionais na prevenção ao suicídio é, portanto, repensar o papel da comunicação no enfrentamento das desigualdades sociais e simbólicas. Campanhas segmentadas e participativas, planejadas a partir dos contextos culturais dos sujeitos, ampliam o potencial transformador das políticas públicas de saúde mental e contribuem para reduzir o estigma em torno do suicídio. O compromisso com a vida, nesse sentido, é também um compromisso com a escuta, com o diálogo e com o direito à palavra.

Conclui-se, assim, que os estudos comunicacionais e suas práticas no campo da saúde precisam manter-se em constante atualização teórica e metodológica, acompanhando as dinâmicas sociais, culturais e midiáticas que atravessam o mundo contemporâneo. Investigações que envolvem a sociedade e suas práticas comunicacionais jamais se encerram, mas se renovam continuamente, à medida que novas formas de viver, comunicar e cuidar emergem no tecido social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 13.819, de 26 de abril de 2019.** Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29. abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim epidemiológico:** Panorama dos suicídios e lesões autoprovocadas no Brasil de 2010 a 2021, v. 55, n. 4, 6 fev. 2024. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-04.pdf> . Acesso em: 28 out. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em: 10 out. 2025.

FTANOU, Maria et al. Crafting safe and effective suicide prevention media messages: outcomes from a workshop in Australia. **International Journal of Mental Health Systems**, v. 12, n. 123, 2018.

FTANOU, Maria et al. Suicide prevention public service announcements (PSAs): examples from around the world. **Health Communication**, v. 32, n. 4, p. 493–501, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker, 2005.

World Health Organization (Who). **Suicide**. Geneva: World Health Organization, 2025. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acesso em: 25 jun. 2025.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Prevenção do suicídio**: um manual para profissionais da mídia. Atualização de 2023. Brasília, D.F.; 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275729984>.

PIRKIS, Jane et al. Suicide prevention media campaigns: a systematic literature review. **Health Communication**, v. 34, n. 4, p. 402–414, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/10410236.2017.1405484>.

SCHIAVO, Renata. **Health Communication**: from Theory to Practice. San Francisco (USA): Jossey-Bass, 2007.

TONDO, Rômulo Oliveira; PIEDRAS, Elisa Reinhardt; MAGALHÃES, Pedro Vieira da Silva. Campanhas de prevenção ao suicídio e recepção por jovens universitários. **MATRIZES**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 229–252, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i2p229-252>.

TONDO, Rômulo Oliveira. **Recepção de campanhas de prevenção ao suicídio entre jovens universitários**. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

TOROK, Michelle et al. A systematic review of mass media campaigns for suicide prevention: understanding their efficacy and the mechanisms needed for successful behavioral and literacy change. **Suicide and Life-Threatening Behavior**, v. 47, n. 6, p. 672–687, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/sltb.12355>.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

DESIGUALDADES INVISÍVEIS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA APOSENTADORIA DAS MULHERES NO BRASIL

DESIGUALDADES INVISIBLES: UN ANÁLISIS INTERSECCIONAL DE LA JUBILACIÓN DE LAS MUJERES EN BRASIL

Maria Fernanda Avila Coffi¹
Solange Emilene Berwig²

RESUMO: Esse artigo propõe uma análise crítica da diferença de idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres, à luz da interseccionalidade, evidenciando como mulheres negras, pobres e periféricas enfrentam barreiras que tornam o acesso à aposentadoria ainda mais restrito. A partir de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, demonstra-se que essa diferenciação beneficia, sobretudo, mulheres brancas inseridas no mundo do trabalho formal, e exclui aquelas que enfrentam a precariedade, a informalidade e a negação estrutural de direitos. Com isso, o artigo questiona a efetividade da regra como instrumento de equidade, e defende a necessidade de políticas públicas emancipatórias e que compreendam a totalidade das relações sociais, promovendo, de fato, a justiça social no campo da previdência.

Palavras-chave: Previdência Social; Mulheres; Interseccionalidade; Desigualdades sociais.

RESUMEN: Este artículo propone un análisis crítico de la diferencia en la edad mínima de jubilación entre hombres y mujeres, a la luz de la interseccionalidad, destacando cómo las mujeres negras, pobres y periféricas enfrentan barreras que restringen aún más el acceso a la jubilación. A partir de una investigación bibliográfica cualitativa, muestra que esta diferenciación beneficia principalmente a las mujeres blancas del mercado de trabajo formal y excluye a las que se enfrentan a la precariedad, la informalidad y la negación estructural de derechos. Como resultado, el artículo cuestiona la eficacia de la norma como instrumento de equidad, y defiende la necesidad de políticas públicas emancipadoras que comprendan la totalidad de las relaciones sociales, promoviendo la justicia social en el campo de la seguridad social.

Palabras clave: Seguridad social; Mujeres; Interseccionalidad; Desigualdades sociales.

¹ Assistente social e Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Proteção Social da Universidade Federal do Pampa. E-mail: mariacoffi.aluno@unipampa.edu.br.

² Doutora em Serviço Social e Política Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS. Professora adjunta na Universidade Federal do Pampa. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A diferença de idade mínima entre homens e mulheres para acesso à aposentadoria, presente na legislação da Previdência Social brasileira, é encarada como um mecanismo de justiça social e contrapartida das desigualdades de gênero no mundo do trabalho. Uma vez que é fruto de uma luta pelo reconhecimento da sobrecarga de trabalho reprodutivo e da dupla jornada desempenhada, em maioria, pelo gênero feminino. No entanto, é preciso realizar uma análise mais profunda para refletir que essa medida, de certa forma protetiva, não considera a diversidade das experiências vividas pelas mulheres no Brasil, e as intersecções dos marcadores sociais. Isto é, há uma diferenciação por gênero descontextualizada dos aspectos que abrangem a totalidade das relações sociais.

Nesse cenário, as atuais regras de aposentadoria, principalmente após a Reforma da Previdência, instituída pela Emenda Constitucional 103 de 2019, aprofundaram barreiras para as mulheres negras, pobres e periféricas, cujas trajetórias são marcadas pela exclusão estrutural e pela negação de direitos básicos. A imposição de um maior tempo de contribuição, associada a manutenção de uma idade mínima para alcançar a aposentadoria, impõe obstáculos para aqueles que enfrentam o desemprego, a informalidade e as mais variadas formas de precarização do trabalho.

Diante disso, nesse artigo pretende-se que a partir da perspectiva interseccional, seja realizada uma análise crítica da idade mínima diferenciada para aposentadoria considerando somente aspectos de gênero. Através de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, sobre desigualdades, mercado de trabalho e o sistema previdenciário, busca-se demonstrar que a aplicação de uma regra universal, ainda que com a diferenciação por gênero, não é suficiente para promover a equidade. Ao contrário, pode reforçar desigualdades estruturais existentes, quando não considera as múltiplas camadas de vulnerabilidade que incidem sobre determinados grupos sociais.

Ao longo do texto, serão apresentados o contexto brasileiro da implementação e discussões a respeito da diferença de idade na aposentadoria no Brasil, os principais impactos da Reforma da Previdência de 2019 a respeito e, uma discussão sobre os limites dessa política a partir do enfoque interseccional. Com isso, contribuir para o debate sobre justiça previdenciária, e a necessidade de políticas públicas que reconheçam e enfrentem as desigualdades estruturais que perpassam a sociedade.

2 ANÁLISE SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

A origem da diferenciação da idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres no sistema previdenciário brasileiro parte da luta pelo reconhecimento de que o gênero feminino de maneira expressiva, possui a sobrecarga do trabalho doméstico para além das atividades no mercado de trabalho. Além disso, é visto como uma forma de compensação pelas desigualdades de gênero, na vida produtiva e reprodutiva.

Entretanto, esses fatores são baseados no aparente sobre a desigualdade, sem considerar a complexidade dos diferentes contextos sociais, econômicos e raciais em que os indivíduos estão inseridos.

Visto que, na prática, esta diferenciação de idade beneficia majoritariamente mulheres brancas, de classe média e alta, e que tiveram oportunidade de acessar vínculos de trabalho formais com contribuição regular ao longo da vida laboral.

As raízes estruturais do Brasil são marcadas pelo regime escravocrata, pelo patriarcado e pela concentração fundiária, elementos que moldam até hoje as dinâmicas sociais em sua totalidade. A colonização portuguesa e a lógica de exploração se sustentavam a partir da escravidão e marginalização de povos negros e originários, e da subordinação de mulheres. Portanto, essas heranças estruturais persistem nas desigualdades, e também, refletem na formulação de políticas públicas e sociais.

É importante considerar, por exemplo, as primeiras décadas do século XX e a criação do Instituto Nacional de Seguro Social, que demonstra o quanto este sistema é desenhado a partir de um trabalhador masculino, urbano e assalariado.

De acordo com a Constituição de 1988, no seu art. 194: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988).

Com a Constituição de 1988, ficaram estabelecidos o piso de um salário mínimo para todos os benefícios e a redução do limite para a aposentadoria por idade, que passou a ser de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. Além disso, para as trabalhadoras rurais em regime de economia particular, a Constituição garantiu o direito à percepção dos benefícios a todas as mulheres trabalhadoras rurais, independentemente de serem ou não chefes ou arrimos de família. As idosas rurais acumularam ao longo de suas vidas uma série de desvantagens: dupla jornada de trabalho, discriminação salarial e/ou trabalho sem remuneração, além de entrarem mais cedo na vida ativa e permanecerem mais tempo ocupadas nas atividades rurais.

Essas desigualdades sempre contribuíram para a maior precariedade das condições socioeconômicas das trabalhadoras rurais no Brasil (Rocha; Schwarzer, 2002, p. 11).

Nesse sentido, a Constituição Federal representou um avanço significativo ao reconhecer os direitos sociais e previdenciários de forma mais ampla, especialmente ao incluir trabalhadores rurais e segmentos historicamente excluídos. Além disso,

Mais uma vez, também foi a Constituição de 1988 que mais avançou no tema dos direitos sociais. Entre esses avanços, destacam-se, por exemplo, a ampliação da licença à gestante de 90 para 120 dias, estendendo este direito às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais sem prejuízo do emprego e do salário; a criação da licença paternidade de cinco dias; a proibição de discriminação de exercício de funções nas relações de trabalho por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; a extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários aos empregados domésticos, que, na sua maior parte, se constituem de mulheres; a extensão da pensão por morte ao cônjuge ou companheiro do sexo masculino (até então o homem/marido ou companheiro não recebia os benefícios das contribuições previdenciárias da mulher); e a extensão da aposentadoria a todas as trabalhadoras rurais, bem como a equalização do valor entre os pisos de benefícios rurais e urbanos (Rocha; Schwarzer, 2002, p. 23).

Contudo, mesmo com esses avanços, o critério da idade diferenciada manteve-se como um instrumento de equidade fictício, e insuficiente diante das transformações sociais no Brasil. Além de que com a Emenda Constitucional nº 103, promulgada em novembro de 2019, representou uma mudança significativa no sistema previdenciário brasileiro. Justificada pelo discurso da contenção de gastos e do equilíbrio fiscal, a reforma promoveu alterações no acesso à aposentadoria, atingindo diretamente a classe trabalhadora.

Entre as mudanças mais relevantes está a instituição da idade mínima obrigatória, que eliminou a aposentadoria por tempo de contribuição como regra permanente. Exigindo uma severa combinação entre idade e tempo de contribuição.

Para quem ingressar precocemente no mercado de trabalho informal e tem vínculos empregatícios marcados pela intermitência. A exigência de tempo de contribuição contínuo penaliza especialmente quem dedicou anos ao trabalho doméstico não remunerado ou à informalidade.

O aumento da informalidade, intermitência nas contribuições e a precarização das relações de trabalho, são permeados pelo ideário neoliberal. Essa deterioração das condições de trabalho pode ser percebida por exemplo de acordo com os dados do IBGE (2025)³ em que refere que no primeiro trimestre de 2025 há 7,7 milhões de pessoas desempregadas no Brasil.

³ Acesso em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> .

Além disso, a taxa de informalidade no país é outro dado que preocupa, conforme informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024), dado este que tem relação direta com a previdência social aqui discutida, visto que impacta as possíveis contribuições.

Gráfico 1. Taxa de informalidade



Fonte: IPEA (2024, *online*)

Por esse viés, faz-se necessário abordar também que

[...] se tivéssemos que escolher um retrato para representar a informalidade no Brasil, ele seria composto por pessoas negras. Em 2022, 62% da população brasileira em situação informal era composta por pessoas negras. Homens negros representavam quase 36,7% desta população, seguidos por mulheres negras (25,3%), homens brancos (20,8%) e mulheres brancas (17,2%) (IPEA, 2024, *online*).

A precarização das condições de trabalho resultantes da adoção do neoliberalismo resulta diretamente na flexibilização, desregulamentação das normas de proteção ao trabalho e ataque a direitos sociais. Nesse sentido, retoma-se que muitas mulheres que teoricamente poderiam acessar o direito à aposentadoria mais cedo, não conseguem atingir o tempo mínimo de contribuição exigido, o que evidencia o caráter limitado e excludente da medida.

Embora a regra de idade diferenciada tenha sido criada com intenção compensatória para as mulheres, não foi pensada a partir de um viés inclusivo e interseccional. Ao não considerar as desigualdades mais profundas que estruturam o acesso ao trabalho e à previdência, o modelo contribui para reproduzir privilégios.

3 DIFERENÇA DE IDADE POR GÊNERO

A diferenciação de idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres tem sido tradicionalmente defendida como uma forma de compensar a dupla jornada de trabalho feminina. Contudo, essa regra, aparentemente protetiva, desconsidera desigualdades estruturais, sobretudo aquelas relacionadas à raça, classe social e local de moradia.

Nesse item, pretende-se explicitar algumas justificativas para essa diferenciação e de outro lado uma perspectiva crítica desta regra. Conforme sinalizam os autores,

A principal justificativa para a manutenção da diferença na idade mínima para aposentadoria, em favor das mulheres, permeia o debate previdenciário há décadas: essa diferença refletiria a valorização do trabalho reprodutivo (trabalho não remunerado ligado à reprodução social), que acabaria por acarretar um excedente de trabalho feminino em relação ao masculino. Outro argumento, igualmente recorrente, apoia-se nas condições do mercado de trabalho, em geral desfavoráveis às mulheres (Amaral et al., 2019, p. 10).

Por essa ótica, essa regra reconhece lutas e conquistas de mulheres, para que houvesse certo reconhecimento por parte da legislação brasileira sobre o trabalho reprodutivo, e a dupla jornada que majoritariamente o gênero feminino exerce.

Sobretudo, refere-se também, que com as condições de trabalho impostas para mulheres, e as condições apresentadas a elas dentro do contexto do mercado. No sentido de que

Há um claro padrão de acumulação de atividades produtivas e reprodutivas e este é mais marcante entre as mulheres, mas há um trade-off entre estes dois tipos de trabalho (dado pelo próprio limite de horas/dia), de maneira que, em média, mais horas de um tende a implicar menos horas de outro (normalmente não na mesma proporção, é preciso dizer). Nos décimos intermediários da distribuição, os diferenciais caem mais lentamente, pois, entre as mulheres, a intensidade na expansão das horas de trabalho produtivo é superior ao ritmo de redução nas horas em atividades reprodutivas (Amaral et al., 2019, p. 17).

Nesse cenário, historicamente as mulheres estão mais expostas ao trabalho em tempo parcial, a cargos de subalternidade e a informalidade, e consequentemente, afetando a contribuição previdenciária de mulheres. As mulheres enfrentam obstáculos diversos para a inserção e manutenção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, as diferenças de idade mínima para aposentadoria não contemplam a maioria das mulheres, sobretudo, mulheres pobres. Os marcadores sociais que atravessam

essas realidades, afetam diretamente a inclusão no sistema previdenciário, e o tempo mínimo de contribuição.

Contudo, essa medida de diminuição da idade mínima para mulheres, não é suficiente para, de forma isolada, é uma medida insuficiente para reparar desigualdades estruturais, pois desconsidera fatores complexos presentes na totalidade social. Tal quadro exige políticas públicas intersetoriais e de maior alcance, que foquem em eliminar o problema de jornadas agregadas, dentre outros fatores que reforçam a desigualdade de gênero, rompendo o paradigma das ações que reforçam os papéis tradicionais de homens e mulheres dentro da sociedade (Amaral et al., 2019, p. 55).

4 INTERSECCIONALIDADE E POSSIBILIDADES

A compreensão teórica das desigualdades sociais requer uma análise capaz de capturar a complexidade das relações de poder que estruturam a vida em sociedade. O conceito de interseccionalidade surge como resposta à limitação das análises que tratam as opressões de forma isolada. Como refere Collins (2015, p. 142), “a interseccionalidade como metodologia analítica envolve o reconhecimento da multiplicidade de identidades sociais que moldam as experiências de opressão e privilégio”.

Por esse lado, busca-se compreender a forma em que operam os sistemas de dominação como o racismo, sexismo e desigualdade econômica. Uma vez que não agem de maneira individual, mas se entrecruzam concomitantemente. Ou seja, a condição feminina, por si só, não é homogênea. A mulher branca, de classe média, inserida no mercado de trabalho formal, vivencia realidades completamente distintas daquelas enfrentadas por mulheres negras, periféricas ou em vulnerabilidade social e alimentar.

As políticas públicas que deveriam ser para todos, ao não considerarem essas intersecções, tendem a beneficiar apenas segmentos específicos da população, e reproduzir padrões de dominação e exploração.

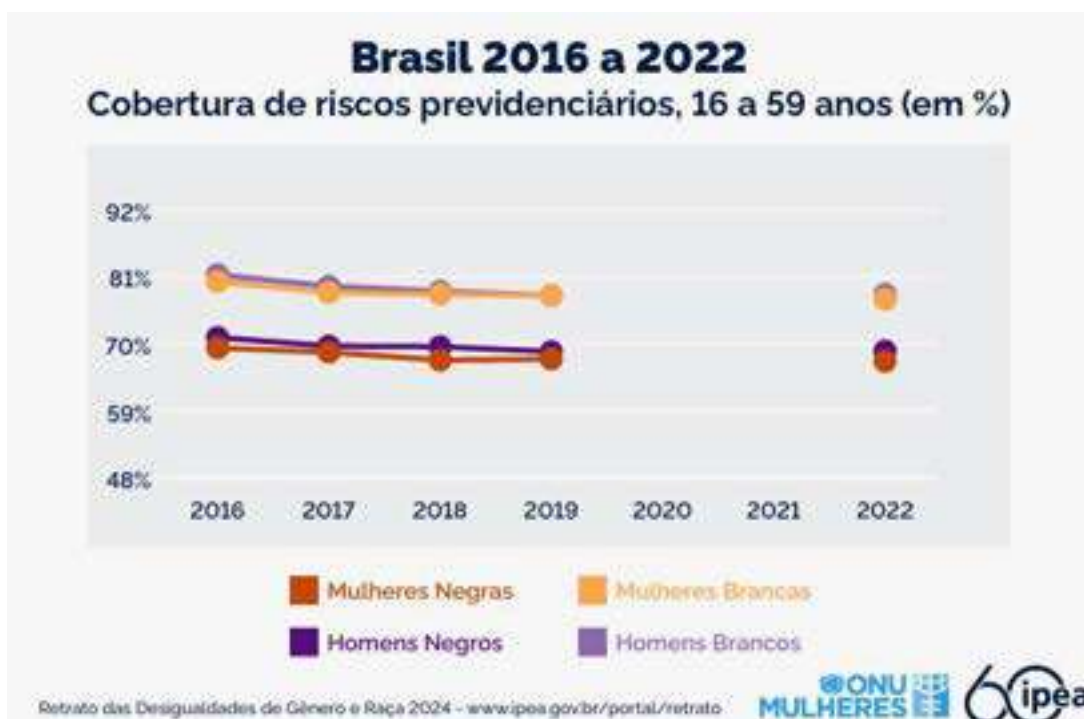
No campo da seguridade social, aplicar o olhar interseccional como ferramenta analítica prevê o reconhecimento que as regras previdenciárias não incidem de maneira neutra sobre diferentes grupos sociais. Pois esta,

Permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista,

oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro (Akotirene, 2019, p. 14).

Por essa perspectiva, analisa-se os dados dispostos pelo IPEA no “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, os quais apresentam que, em todos os anos, mulheres brancas apresentam maior cobertura previdenciária que mulheres negras. Também, no ano de 2022, 21,2% das mulheres negras de 16 a 59 anos de idade ocupadas no mercado de trabalho, estavam desprotegidas e não tinham renda para contribuir para a previdência, apenas 6,8% dos homens brancos estavam nessa condição (IPEA, 2024, *online*). Conforme gráfico 2, apresentado abaixo:

Gráfico 2. Cobertura Previdenciária



Fonte: IPEA (2024, *online*)

Outro aspecto a se considerar, diz respeito à pobreza e desigualdade analisada sobre a ótica interseccional, na perspectiva de que quanto menor a renda per capita do núcleo familiar, menor a possibilidade de contribuição previdenciária. Como refere Leal (2020, p. 18) “as opressões sofridas pelas mulheres negras são resultantes da intersecção de opressões de gênero e de raça e colocam a maioria das mulheres negras à margem do poder e da representação, invisibilizando-as em diferentes contextos”.

Os dados de renda também refletem as desigualdades estruturais presentes na sociedade. Como exemplo, em 2022, a renda das pessoas brancas era em média 87% maior que a renda das pessoas negras (IPEA, 2024). Nesse sentido, os autores alegam que

No universo das discriminações do mundo do trabalho, as mulheres negras são objeto da maior desigualdade. Soares (2000), ao estimar a magnitude da discriminação no mercado de trabalho, encontra que os rendimentos médios das mulheres negras representam apenas 40% do grupo de referência (homens brancos), padronizado pela mesma quantidade de horas trabalhadas (Rocha; Schwarzer, 2002, p. 29).

Diante disso, as críticas a diferenciação por idade, vão ao encontro com a necessidade do fortalecimento das políticas públicas, que possam combater a redução das dificuldades de inserção e discriminação às mulheres no mercado de trabalho, igualdade salarial e uma melhor distribuição dos afazeres domésticos.

Para isso, se faz necessário aumento da oferta de serviços públicos no que diz respeito aos cuidados de crianças e idosos, licença parental e não só focalizada na figura feminina (Rocha; Schwarzer, 2002, p.33). Para que seja possível uma real proteção às mulheres no âmbito do mundo do trabalho.

Dessa forma, políticas públicas voltadas para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a igualdade salarial e para uma melhor distribuição dos afazeres domésticos (como o aumento da oferta de serviços públicos de cuidados de crianças e idosos, bem como a transformação da licença maternidade em licença parental, com tempo mínimo de usufruto da licença pelos pais) seguem sendo absolutamente necessárias (Amaral et al., 2019, p. 33).

Outrossim, é necessário repensar as bases do sistema, superando a prevalência ao trabalho formal. Como hipótese a ser estudada, cabe sinalizar o reconhecimento do trabalho reprodutivo e de cuidado como tempo de contribuição, a criação de regras específicas de aposentadoria para mulheres em situação de vulnerabilidade social e pertencentes a grupos raciais marginalizados.

Ou seja, a instituição de mecanismos de reconhecimento de atividades informais e a ampliação de programas de inclusão previdenciária são medidas necessárias para tornar o sistema minimamente acessível a estas trabalhadoras.

As políticas públicas devem ser pensadas para reconhecer as opressões e intersecções destas, que moldam o acesso aos direitos no Brasil. Para compreender como essas múltiplas opressões se entrelaçam e produzem desigualdades no acesso à proteção social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar justiça previdenciária a partir da interseccionalidade implica sobrepor o ideário de igualdade, para o de equidade. Visto que as diferenças de idade mínima para a aposentadoria, pouco atingem mulheres negras, pobres e periféricas.

A lógica meritocrática e universalista das regras previdenciárias reforça privilégios e naturaliza as desigualdades. A justiça social no âmbito da previdência social, não pode ser pensada somente a partir dos aspectos de gênero, mas sim, reconhecer a complexidade das opressões que compõem a sociedade brasileira.

Nesse sentido, o direito à aposentadoria se torna privilégio de uma minoria, porque a lógica contributiva da previdência social brasileira desconsidera as desigualdades estruturais que permeiam todas as relações sociais.

Promover a equidade demanda políticas sociais que dialoguem com a realidade concreta em sua pluralidade. E considerem formas de reconhecimento e valorização do trabalho, em todas as suas dimensões, e respeitem trajetórias interrompidas, a informalidade e o peso do trabalho não remunerado, a partir de marcadores interseccionais de desigualdade.

Por esse viés, defender a interseccionalidade dentro do sistema previdenciário é defender a justiça social, que sobrepassa a igualdade formal e avance no sentido da equidade em acesso aos direitos. Uma proteção social que verdadeiramente repare as desigualdades estruturais e assegure dignidade a todas as mulheres, especialmente, aquelas que, historicamente, estiveram à margem das proteções pelo Estado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aline Diniz; ANSILIERO, Graziela; PAIVA, Luis Henrique; SIDONE, Otávio José Guerci; COSTANZI, Rogério Nagamine. **A questão de gênero na idade para a aposentadoria no Brasil: elementos para o debate**. Texto para discussão. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade--* São Paulo: Sueli Carneiro; editora Pólen, 2019

COLLINS, P. H. (2015). **Intersectionality's definitional dilemmas**. *Annual Review of Sociology*, 41, 1–20. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112142>

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; NOVELLINO, Maria Salet; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; MEDICI, André Cezar. **Mulher e previdência social: o Brasil e o mundo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. *IBGE Explica*, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10 jul. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desemprego, informalidade, subutilização e inatividade**. *Retratos & Indicadores: Mercado de Trabalho*, Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/268-retratos-indicadores/retratos-indicadores-mercado-de-trabalho/15193-desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade>. Acesso em: 01 jul. 2025.

LEAL, Halina. **Feminismo negro**. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v. 6, n. 3, p. 16-23, 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2020/03/PDF-Feminismo-Negro.pdf>

ROCHA, Enid da Silva; SCHWARZER, Helmut. **Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil**. Brasília: IPEA, 2002.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: O ESTADO E O CONTROLE DOS CORPOS FEMININOS NO CAPITALISMO.

SEXUAL AND REPRODUCTIVE RIGHTS: THE STATE AND THE CONTROL OF FEMINIZED BODIES IN CAPITALISM.

Eliane Rodrigues
Sheila Kocourek

Resumo: O trabalho propõe discutir os Direitos Sexuais e Reprodutivos e o controle dos corpos na sociabilidade capitalista, partindo da liberdade formal constituída pelos estados democráticos de direitos, sob uma análise feminista. O estudo propõe refletir sobre a divisão sexual do trabalho e invisibilidade do trabalho reprodutivo e do trabalho não pago, historicamente destinados às mulheres, sendo este a base para a manutenção do sistema capitalista. Trata-se de uma revisão sistemática de bibliografia, a qual busca depreender os fatores relativos à apropriação dos corpos femininos no capitalismo, e sobre sua incidência nos direitos sexuais e reprodutivos, inclusive sobre a autonomia e autodeterminação, as quais constituem-se como indispensáveis para a efetivação da democracia e a dignidade humana na concretude. Conclui-se que as questões relativas ao debate de gênero, importa ao Serviço Social, especialmente pelo seu compromisso ético político, uma vez que as desigualdades de gênero impactam na vida de meninas e mulheres, desde a esfera produtiva a esfera reprodutiva e da vivência da sexualidade e afetos, os quais são moldados pelas relações capitalistas na sociabilidade.

Palavras-chave: Direitos reprodutivos, trabalho, corpo, capitalismo, feminismo

Abstract: This paper discusses sexual and reproductive rights in light of the control of bodies in capitalist society, based on the formal freedom established by democratic states with rights. The study reflects on the sexual division of labor and the invisibility of reproductive and unpaid labor, historically assigned to women, which is the basis for the maintenance of the capitalist system. This is a systematic literature review that seeks to understand the factors related to the appropriation of feminized bodies in capitalism and their impact on sexual and reproductive rights, including autonomy and self-determination, which are indispensable for the realization of sexual and reproductive rights in practice. It is concluded that issues related to the gender debate are important to Social Work, especially due to its ethical and political commitment, and that gender inequalities impact the lives of girls and women, from the productive sphere to the reproductive sphere and the experience of sexuality and affections, which are shaped by capitalist relations in sociability.

Keywords: Reproductive rights, labor, body, capitalism, feminism.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o corpo enquanto território de disputa é uma temática de abordagem das diferentes ciências e diferentes conhecimentos humanos produzidos na sociedade, sendo abordados no processo de exploração e expropriação como mão-de-obra, especialmente na produção de valores na sociedade capitalista, sob a forma de mercadorias. Nesta lógica, infere-se sobre a relação entre o trabalho e a divisão das tarefas baseadas no conceito biologicista do corpo, com distinções importantes entre corpos feminizados e masculinizados, impactam na organização social do trabalho e na divisão do trabalho produtivo e reprodutivo, com importante desigualdades na divisão de tarefas, as quais refletem na organização da vida em sociedade. Ainda, repercute na remuneração da mão-de-obra, especialmente com precarização dos postos de trabalhos ocupados por mulheres e, geralmente, com salários inferiores aos pagos aos homens que desempenham as mesmas tarefas, denotando-se a violência de gênero.

Ao que pese a liberdade formal constituída pelos estados democráticos de direitos a todos os/as cidadãos/ãs, os quais devem ser livres de quaisquer tipos de preconceito atrelado à classe, raça ou sexo, constata-se um desnivelamento das políticas públicas, especialmente aquelas destinadas as mulheres e corpos feminizados. A desigualdade de gênero, reforça, disparidades relativas à organização do mundo do trabalho, as quais são fundadas no machismo, racismo, classismo e no patriarcado, imprimindo exclusões e desigualdades substanciais para homens e mulheres, na sociedade capitalista. Estas desigualdades elucidam-se a partir do papel de cuidado, haja vista as distinções de vivências de parentalidade e a invisibilidade do trabalho reprodutivo e do trabalho não pago, os quais são historicamente destinados aos corpos femininos, sendo a base para a manutenção do sistema capitalista.

O objetivo deste estudo é tecer as relações baseadas no método dialético crítico a partir de uma revisão de literatura dos principais autores que compunham a teoria social crítica, em sua gênese estrutural e nos movimentos contraditórios da realidade e das relações humanas. Assim, o trabalho organiza-se a partir da introdução, seguidos pelas sessões *“Biopoder e controle estatal: os corpos como território de disputa política”*; e *“Direitos sexuais e reprodutivos: o corpo feminino frente a lógica da exclusão”*, para ao final trazer as considerações finais relativas à temática as quais contribuem para pensar as políticas de

opressão aos corpos feminizados, especialmente relativos aos direitos sexuais e reprodutivos, e em especial ao aborto o qual tolhe a autonomia das mulheres na sociabilidade capitalista.

2 BIOPODER E CONTROLE ESTATAL: OS CORPOS COMO TERRITÓRIO DE DISPUTA POLÍTICA

Segundo os termos de Michel Foucault (2017) o conceito de biopoder advém de uma lógica de regulação do corpo a partir de uma análise biologistica, numa relação de opressão e disciplina, na qual as relações de poder se constituem. Através da medicalização, ordenação, normatização e coisificação dos corpos, imbricados na medicina, na política e na economia, enquanto ciências, as relações de poder centradas numa ciência/doutrina, mormente são reguladas pelo Estado.

Para Marx (2013) às relações de desigualdade e opressão são estabelecidas na sociabilidade capitalista, baseada na constituição de classes sociais e na posse dos meios de produção em detrimento da venda da força de trabalho, com foco na exploração do trabalho fabril e na luta de classes (Marx, 2013). O trabalho, nesta lógica, é tido como categoria ontológica central, onde o homem supera a natureza ao transformá-la, através de sua intencionalidade. De tal modo, o corpo, ainda se percebe nesta relação intrínseca com a esfera do trabalho, assumindo definições advindas do processo estabelecido na linha de produção, assim,

[...] todo trabalho na máquina exige instrução prévia do trabalhador para que ele aprenda a adequar seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo de um autômato. Como a própria maquinaria coletiva constitui um sistema de máquinas diversas, que atuam simultânea e combinadamente, a cooperação que nela se baseia exige também uma distribuição de diferentes grupos de trabalhadores entre as diversas máquinas (Marx 2013, p. 492).

Para Marx (2013) o homem usa de sua intencionalidade para operar o maquinário assumindo movimentos ritmados, uniformizados, repetitivos, numa engrenagem coletiva, com outros/as trabalhadores/as nas linhas de produção. Sob esta perspectiva, enfatiza-se o processo de exploração e de uniformização dos/as trabalhadores/as, o qual constitui-se o aspecto mais relevante do capitalismo, em que a *forma mercadoria* é a própria força de trabalho, na qual o homem vende para extrair sua subsistência, sendo esta relação dada de forma expropriada e exploratória.

Neste sistema de exploração da força de trabalho, Federici (2023) aponta que o capitalismo não foi o primeiro sistema fundado na exploração dos corpos, mas que tem na captação do trabalho humano, a essência da acumulação. A autora, ainda se refere ao regime de servidão e a escravização como primeiros modelos de uso da mão-de-obra de forma exploratória, em que mesmo o corpo também era inserido na relação de mercadoria. Porém, o capitalismo de forma mais sofisticada, dos sistemas de exploração

[...] foi o primeiro a fazer da regulamentação e da mecanização do corpo uma premissa para o acúmulo de riqueza. De fato, uma das principais tarefas sociais do capitalismo, desde seu início até os dias de hoje, tem sido a transformação de nossa energia e nossa força corporal em força de trabalho (Federici, 2023 pg. 162).

Federici (2023) enfatiza de que forma o sistema capitalista apropria-se do corpo de forma mecanizada, utilizando a energia vital do trabalhador como força motriz deste sistema predatório. Importa salientar que tais relações são forjadas pelo modelo de produção capitalista em que se insere as contradições decorrentes das categorias trabalho e capital, produzindo formas desiguais e exploratórias de relações, inclusive dentro da própria classe trabalhadora. Sob este aspecto, Souza-Lobo (2021) destaca que “a classe operária tem dois sexos”, o que equivale dizer que não é formada por um “corpo” homogêneo e coeso, em que não haja desigualdades e opressão, ou então subdivisões e inter-relações de poder, mormente do masculino sobre o feminino

[...] as diferenças hierárquicas que a constitui são apropriadas pelo capital na sua dinâmica de produção e reprodução de desigualdades associadas ao seu processo de acumulação. Dentre essas diferenças (transformadas em desigualdades na sociedade de classes) que compõem a classe trabalhadora, destacamos a de sexo (Cisne, 2014 pg. 23).

De fato, as relações produzidas a partir da divisão sexual do trabalho assumem contornos e recortes advindos de um modelo que defende separar a sexualidade da reprodução, inferindo que a heterossexualidade deve ser normativa e compulsória; e a sexualidade feminina, neste sentido, estaria necessariamente ligada a função reprodutiva, especialmente voltada às respostas do desejo sexual do homem e da procriação, subalternizado o corpo feminino, nesta relação.

Ainda, relativo à divisão sexual do trabalho, cabe salientar que neste formato de inter-relações e reprodução social há uma distinção expressa relativa ao gênero. Aos homens

(masculino) destina-se o trabalho produtivo e remunerado - no espaço público e às mulheres (feminino) o trabalho reprodutivo e não pago, no ambiente doméstico/privado. No entanto, as mulheres, enquanto classe trabalhadora, sempre desempenhavam as funções de trabalho nas fábricas concomitantemente com o trabalho doméstico, especialmente nas classes populares, incluindo o trabalho reprodutivo, o qual sustenta a produção capitalista. Assim,

[...] essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (Hirata; Kergoat, 2007, pg. 599).

A dicotomia relativa às separações defendidas com base apenas no sexo biológico, compreende formas distintas de conceber as relações, especialmente, ao modo pelo qual os indivíduos performam na sociabilidade e ao que lhes atribuído e esperado enquanto ser social a partir das concepções de masculino e feminino. Compreende-se que, ao homem/masculino, espera-se o papel de provedor, que chefia a família e que representa o poder máximo na relação entre seus membros; ao passo que à mulher/feminino destina-se o papel de cuidadora, que materne os filhos, cuide da casa, dos afazeres, da preparação da comida e que, por fim satisfaça-o sexualmente o homem. Neste sentido, a sexualidade da mulher/feminina está destinada à reprodução de novos/as trabalhadores/as no sistema capitalista. Esta opressão deu início as lutas dos movimentos de mulheres, que reivindicam o corpo de forma política, assim

[...] torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (Hirata; Kergoat, 2007, pg. 597).

Neste processo de destinação natural da espécie, portanto, baseado numa cultura de papéis sexuados, a fragilidade da figura da mulher constrói as relações de forma desigual e desproporcional, inclusive pelo Estado, o qual incide sobre formas de regulação sobre o corpo, e especialmente dos corpos feminizados. A lógica da exploração, porém, não se dá de forma linear, sabendo-se que para além do gênero, há uma relação racial, que se constitui um importante ponto de reflexão, uma vez que as perspectivas étnico-raciais e de classe

contribuem para a análise dos processos de exclusão, desigualdades e violências relativas às mulheres. Em outras palavras, as relações de gênero, de classe e raça são marcadores sociais necessários para compreender o processo de exclusão que permeia a relação sociais, a partir de uma análise crítica, de forma inter-relacionadas e inter-setorizadas, o que para estudiosas do tema, como Carla Akotirene refletem sobre estas categorias de forma interseccional, sendo estas interrelações a “a matriz política da opressão” (Akotirene, 2019, p. 28). Ou seja, além da classe trabalhadora ter um sexo, ela também tem uma raça (Cisne, 2014) e este posicionamento confere substância a luta pela igualdade dos corpos, e especialmente da resistência do corpo no campo político.

O corpo, portanto, configura-se como um espaço de constante disputa política e social, sendo frequentemente alvo de diversas formas de exploração. No contexto laboral, essa exploração se manifesta por meio de jornadas exaustivas, condições precárias de trabalho e desvalorização da força produtiva. Já no campo sexual e reprodutivo, o controle sobre os corpos ocorre por meio de políticas de regulação da natalidade, da criminalização do aborto e da normatização da sexualidade, especialmente no que tange aos corpos femininos.

Nesta perspectiva, as ações estatais não ocorrem de forma neutra, pois as decisões políticas frequentemente se fundamentam em valores morais, pautas de costumes e influências religiosas, que orientam a elaboração de leis e políticas públicas, além de uma expressiva valoração econômica atrelado às políticas públicas, na lógica capitalista. Essa moralização do corpo limita o acesso pleno aos direitos e à plena cidadania, especialmente daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social (Biroli, 2014). Como resultado, a capacidade dos sujeitos de exercerem sua autonomia corporal e sua autodeterminação é restringida ou condicionada por marcos normativos, o que compromete a efetivação de uma sociedade democrática e plural.

3 DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: O CORPO FEMININO FRENTE A LÓGICA DA EXCLUSÃO

Os direitos sexuais e reprodutivos (DSRs) estão inseridos na lógica da autonomia, autodeterminação e dignidade humana, os quais devem ser viabilizados pelo Estado na perspectiva de direitos. Historicamente, as políticas públicas viabilizam, em certa medida, estes direitos os quais dizem respeito a igualdade na esfera da vida reprodutiva e na esfera da

vida sexual, de forma que os indivíduos vivenciem estes direitos de forma autônoma, livres de discriminação, inseridos na dimensão da cidadania e da democracia (Ávila, 2003).

Consubstancialmente, a liberdade relativa às vivências dos DSRs, na lógica do Estado Democrático de Direito Brasileiro, deve ser vividas de forma igualitária entre homens e mulheres, onde encontram-se expressamente elencados na Constituição Federal de 1988, em que ressalta que homens e mulheres devem decidir autonomamente e em igualdade de gênero, em direitos e obrigações - artigo 5º, inciso I (Brasil, 1988).

Ao que pese os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade, compreende-se que ambos assumem uma igualdade formal, mas não real, pois não se traduzem na concretude do cotidiano das relações. As desigualdades de gênero, no contexto social, dizem respeito às “representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas” (Saffioti, 2004, p. 116). Sob este aspecto, entende-se que os papéis sociais são definidos social e historicamente, na trama das relações e estruturas, inclusive, nas relações afetivas e nas relações de troca, repercutindo na divisão social e sexual do trabalho.

Para Saffioti (2004) esta trama de relações dá-se a partir da construção de uma estrutura no modelo de relações centrado na figura do homem, onde as relações são desiguais e hierárquicas, chamada patriarcado. A estrutura patriarcal, nesta lógica, pressupõe a dominação e exploração das mulheres pelos homens, resultando na violência de gênero. Para Cisne (2014) a família patriarcal, seria o modelo relacional em que estas relações, *a priori*, se produzem e reproduzem, repercutindo nas relações afetivas e sociais de homens com homens, mulheres com mulheres, homens com mulheres e estes com a sua prole. Ha, neste sentido, possibilidades e determinações desiguais dos homens e mulheres exercerem a reprodução e a sexualidade, haja visto a forma como os homens e mulheres vivenciam a parentalidade.

Federici (2023) aponta para a relação corpo, gênero e raça, exemplificando sobre as mulheres negras nas plantações dos EUA que colhiam algodão, cana-de açúcar e trabalhavam na formação das rodovias, as quais eram acorrentadas aos pares e excetuando trabalhos pesados, numa relação de exploração e desumanização dos corpos femininos negros. Ainda, sobre o trabalho da mulher, a autora reforça que mulheres e crianças formaram a “espinha dorsal da Revolução Industrial” (Federici, 2023, pg. 37), trabalhando nas fábricas em condições desumanas e insalubres, perpetuando um apagamento histórico dessa mão-de obra na classe trabalhadora, no que se refere ao seu viés histórico, indicando que a mulher estivesse

apenas atrelada ao espaço doméstico, constituindo uma demarcação da história a partir do modelo desejado da família burguesa.

Este retrato histórico traz as relações de gênero, classe e raça demarcadas na exclusão escravista na era colonial, e das fábricas, na revolução industrial, quando as mulheres desempenhavam funções equiparadas aos homens e, ainda, com componente que persiste na modernidade, com remuneração “que nunca se equiparou-se ao salário regular dos homens” (Federici, 2023, pg. 37).

Ainda, relativo ao corpo feminino inserido no contexto da exploração escravista, Federici (2023) pontua que as mulheres negras/pretas ainda sofriam com um lugar de não pessoa, de corpo-máquina, que deveriam procriar, cuidar, amamentar e satisfazer sexualmente os seus “donos”, demarcados pela violência sexual repetida, o afastamento compulsório de seus filhos/as os quais nasciam e eram vendidos. Além destas mulheres servirem como cuidadoras dos filhos dos senhores e amas de leites, as desapropriaram do seu papel materno, demarcando a exploração do corpo feminino na história e a desumanização das mulheres negras. A sucessão de violências e opressões vivenciadas neste período, reforçam a necessidade de um olhar para as interseccionalidades nas desigualdades sociais, uma vez que ainda possuem importantes refrações na atualidade

as manifestações de violência, por conseguinte, as quais constituem-se também como expressões da questão social, possuem diversas formas de exteriorização, indo desde violências que causam marcas físicas e são visíveis e palpáveis, até as que comprometem a integridade psicossocial dos sujeitos. Assim como, possuem como base fatores estigmatizantes relacionados a categorias como machismo, racismo, classicismo. Fonseca *et al.* , , 2024).

Os contrapontos relativos aos problemas advindos das relações corpo-exploração-trabalho, demarcam e reforçam historicamente as disparidades advindas desta relação para as mulheres, inseridas na classe trabalhadora, e em especial ao trabalho reprodutivo e não pago, além do trabalho sexual. Há que se ressaltar que essas explorações sobre o corpo feminino nunca se deram de forma passiva, pois

[...] as mulheres sempre lutaram contra essa apropriação de seus corpos e a violência associada a elas. As mulheres escravizadas usavam seus conhecimentos sobre ervas contraceptivas para impedir a gravidez e até matavam seus filhos (as) ao nascer para evitar que fossem escravizados (Federici, 2023, pg. 38)

Federici (2023) ressalta, que nada compara-se a escravidão quando se fala em exploração e desumanização do corpo. As mazelas decorrentes deste processo histórico da sociedade, afetou profundamente pessoas racializadas, e continua, de forma complexa afetando a vida de mulheres e crianças negras. Neste contexto de exploração e desigualdades, a gravidez compulsória, a violência sexual e os postos de trabalho mais precarizados, ainda são destinadas às mulheres numa perspectiva étnico-racial, impactando, no acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, e nos ciclos de desigualdades sociais e violências geracionais, especialmente a violência sexual.

Um estudo recente de Silva et al. (2025) que versa sobre início do pré-natal e de assistência à saúde quando relativo às gestações em decorrência de violência sexual reforça esta afirmação. A pesquisa infere que o grande número de meninas em situação que levam a gestação a cabo, são em sua maioria, pretas e pardas, com pouca escolaridade e advindas de famílias vulneráveis, especialmente na faixa etária de 10 e 14 anos de idade. Os achados ainda apontam que jovens indígenas, negras e pardas enfrentam maiores dificuldades para iniciar o acompanhamento pré-natal, evidenciando a intersecção entre raça, classe e desigualdade social, inclusive no acesso à saúde materna-fetal.

Ademais, destaca-se que os dados da referida pesquisa demonstram o impacto social da violência sexual na vida de crianças e adolescentes no Brasil, uma vez que 28,3% das meninas que tiveram filhos com 12 anos ou menos somente buscaram acompanhamento pré-natal com 22 ou mais semanas de gestação (Silva *et al.*, 2025).

Outro dado alarmante segundo Pesquisa Nacional de Aborto, Parto e Nascimento de 2024, no país, foram registrados 11 mil partos decorrentes de violência sexual, somente em meninas com idade igual ou inferior a 14 anos de idade, (Brasil, 2024). De forma correta, o estudo ainda traz o impacto sobre a saúde destas crianças e adolescentes, no qual registrou-se nos anos 2015 e 2019, 68 óbitos de crianças e adolescentes, de 10 a 14 anos em decorrência da gravidez (Brasil, 2021).

Este panorama reflete a “apropriação dos corpos” (Federici, 2023) no capitalismo sob uma perspectiva de exclusão e desigualdade social; repercutindo na maternidade compulsória, que denota um componente importante para reflexão sobre o acesso aos DSRs no Brasil. Ademais a “a sacralidade da maternidade” (Fornari *et al.*, 2022) em contraponto à violação de direitos relativos à proteção social, e os discursos existentes sobre o corpo feminino e o silenciamento do seus direitos, desejos e autonomia, constitui-se como aspecto relevante para

pensar sobre a lógica do corpo no centro da exploração. Ao que pese esta exclusão ser vertiginosamente mais perversa sobre mulheres e crianças.

Reforça-se assim, a invisibilidade da autonomia das crianças e adolescentes, ao que pese ser considerada "propriedade da família" (Llobet, 2020), repercutindo no direito à autodeterminação, e na manutenção dos ciclos geracionais da violência, em que o desejo e a voz feminina são silenciada. Na lógica capitalista, faz-se necessário a compreensão da violência como produto das relações de poder estabelecidas na sociedade, as quais contribuem para a cultura do estupro que retifica e erotiza os corpos femininos para a satisfação sexual de homens (Souza, 2017). O reconhecimento da violência como resultado de uma construção estrutural, histórica e social é essencial para prevenir, identificar e enfrentar o problema (Fornari *et al.*, 2022), especialmente no que se refere ao corpo político num território em disputa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apropriação do corpo no capitalismo dá-se de forma exploratória, seja pela via do trabalho, da procriação, pela regulação dos afetos e sexualidade, constituindo-se numa estrutura hierárquica, a qual fundamenta-se no patriarcado. Neste sistema, as relações se dão de forma desigual, com especial exploração do corpo feminino, no que tange a imposição de políticas reprodutivas e sexuais as quais se destinam à procriação, como papel fundamental da mulher. Sendo a base da exploração do capitalismo, o trabalho não produtivo e não pago, consubstancia-se nos lucros e na mais valia que é destinada ao capitalista, conferindo a mulher o papel de cuidado, de organizar a vida doméstica, dos filhos e dos idosos, e demais demandas exigidas para que o mundo do trabalho remunerado e assalariado se mantenha.

Ainda, relativo às desigualdades no mundo do trabalho, mesmo que as mulheres desempenhem trabalhos equiparados aos homens, a remuneração será inferior, apenas baseada nas distinções e critérios biológicos, especialmente em cargos de gestão. Nesta relação a exploração do corpo feminino perpassa as relações homem-mulher e tem na violência de gênero componentes importantes para pensar esta exploração, ao longo da história humana.

A violência sexual, pode ser compreendida como uma importante violação de direito e uma materialização da hierarquia da figura masculina sobre a feminina. Ainda, os desdobramentos da desapropriação do corpo da mulher frente à gestação indesejada e a maternidade compulsória fere os direitos reprodutivos os quais inscrevem-se na possibilidade

da autodeterminação, a vida democrática e a dignidade humana, ao passo que aos homens é facultado reconhecer e exercer a paternidade, sendo esta autodeclaratória. As distinções geradas pelo patriarcado, impactam na manutenção da exploração e desigualdades importantes na esfera do trabalho produtivo, nas relações de cuidado, sendo este destinado como papel dito naturalmente como feminino.

Nesta perspectiva, compreende-se que as distinções dos papéis sociais, fundadas pelas diferenças biológicas, comprometem, sobremaneira para o agravamento das questões relacionadas a violência contra a mulher e os corpos femininos e indicam a urgência da ampliação do debate sobre gênero, especialmente no que diz respeito a exploração dos corpos femininos e o não acesso a políticas públicas vigentes. Ainda, faz-se necessário ao Serviço Social, compreender as dinâmicas das relações tais questões relacionadas aos estudos de gênero, especialmente pelo compromisso ético-político da profissão, e pela luta da autonomia e emancipação humana e a justiça social.

REFERÊNCIAS:

ÁVILA, M. B. **Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para a política de saúde.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, sup. 2. 2003.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019. 150 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18/05/ 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: plano de ação 2004-2007.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos maternos.** Ministério da Saúde; 2021 Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/mat10uf.def>, acesso em 13/06/2025.

BIROLI, F. **O debate sobre o aborto.** In: Feminismo e Política. MIGUEL, LF. BIROLI. Feminismo e Política. 1 ed. São Paulo. Ed Boitempo, 2014. pg 121 a 130.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2014.

DIEGUEZ, R. S. M; DA SILVA, D. C; CABRAL, C, S;. **Uso da entrega voluntária como barreira de acesso ao aborto legal em projetos de lei recentes no Brasil.** Interface (Botucatu), 2024. <https://www.scielo.br/j/icse/a/ZNLH3qddsnPNPVKtdYtfBnj/> acesso em 18/05/2024

FONSECA, L R DA S C M D; RODRIGUES, E; ALMEIDA, T M. **Violência Sexual, Gestação precoce e Serviço Social: Desafios para a saúde publica**. In: 18  ENPESS, Florianópolis, 2024 ANAIS. Disponível em <https://www.abepss.org.br/enpess-anaais/public/arquivos/2024/oral/03479.pdf>, acesso em 21/07/2025

FORNARI, L. F. EGRY, E. Y; MENEGHETTI, M. S.; SO, K. N. S; FONSECA, R. M. G. S.; OLIVEIRA, M. A. C. **Aborto legal na infância: o discurso oficial e a realidade de um caso brasileiro**. acesso, <https://www.scielo.br/j/reben/a/sgSWtKXDLBQng9wVm6Wx5WH/?format=pdf&lang=pt>, acesso em 13/06/2025;

FEDERICI, S. **Além da Pele: Repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias - São Paulo: Elefantes, 2023. 192 pg

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2017.

HIRATA, H. KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007 595, disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>, acesso em 17/06/2025

LLOBET, V. **Tensiones entre derechos de las mujeres y protección de la ni ez**. *Rev Estud Fem*. 2020;28(3):1-14. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n365412>, acesso em 23/06/2025

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **G nero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, L. E. S. da, COSTA, J. C., BLUMENBERG, C.; LIMA, N. P.; RUAS, L. P. V., COSTA, F S; BARROS, A. J. D; WEHRMEISTER, F. C VICTORA, C. G. **In cio oportuno do pré-natal em adolescentes vítimas de violência sexual: implicações para o aborto legal no Brasil**, disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/6n8r3HxCGFBFZZWLPzY9Qqc/>, acesso em 12/06/2025.

SOUZA-LOBO, Elizabeteh. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2021

SOUZA, RF. **Rape Culture: the implicit practice of the incitement of sexual violence against women**. *Rev Estud Fem*. 2017;25(1):9-29, <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>, acesso em 12/07/2025



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO ÀS PESSOAS IDOSAS

DIVISIÓN SEXUAL DEL TRABAJO Y LA FEMINIZACIÓN DEL CUIDADO DE PERSONAS MAYORES

Maiara Regina Porto da Rosa da Silva¹
Jairo da Luz Oliveira²

Resumo: O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a divisão sexual do trabalho e a feminização do cuidado às pessoas idosas. Como procedimento metodológico, utilizou-se a revisão de literatura e a pesquisa documental, com base nas principais produções sobre a temática. Embora o envelhecimento populacional seja um fenômeno global, no Brasil a transição demográfica ocorre de forma acelerada, evidenciando a crescente demanda por cuidado. Observa-se, contudo, que o Estado não assume plenamente seu papel de provedor de proteção social, delegando à família a centralidade do cuidado — responsabilidade que recai majoritariamente sobre as mulheres. A feminização do cuidado refere-se à atribuição social e histórica das atividades de cuidado, tanto no âmbito doméstico quanto profissional, às mulheres. O estudo destaca ainda que os marcadores sociais de gênero, classe e raça se entrelaçam, produzindo múltiplas formas de opressão, especialmente no caso das mulheres negras, que enfrentam a sobrecarga das jornadas produtiva e reprodutiva e as maiores desigualdades no exercício do cuidado.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho, feminização do cuidado, pessoas idosas, sobrecarga.

Resumen: Este estudio busca reflexionar sobre la división sexual del trabajo y la feminización del cuidado de las personas mayores. La metodología empleada consistió en una revisión bibliográfica e investigación documental, basada en las principales publicaciones sobre el tema. Si bien el envejecimiento poblacional es un fenómeno global, en Brasil la transición demográfica se está produciendo rápidamente, lo que evidencia la creciente demanda de cuidados. Sin embargo, se observa que el Estado no asume plenamente su rol como proveedor de protección social, delegando la centralidad del cuidado a la familia, una responsabilidad que recae predominantemente en las mujeres. La feminización del cuidado se refiere a la atribución social e histórica de las actividades de cuidado, tanto en el ámbito doméstico como profesional, a las mujeres. El estudio también destaca que los marcadores sociales de género, clase y raza se entrelazan, generando múltiples formas de opresión, especialmente en el caso de las mujeres negras, quienes enfrentan la sobrecarga del trabajo productivo y reproductivo y las mayores desigualdades en el ejercicio del cuidado.

¹ Assistente Social e Coordenadora no Centro de Referência Especializado de Assistência Social na Prefeitura de Santa Maria e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas na UFSM

² Professor Doutor no Departamento de Serviço Social na UFSM e orientador.

Palabras clave: División sexual del trabajo, feminización del cuidado, personas mayores, sobrecarga

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional embora seja um fenômeno global, no Brasil a transição demográfica está ocorrendo de maneira intensa. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o país contava com 14,1 milhões de pessoas com 65 anos ou mais; em 2022 esse número atingiu 22,2 milhões (IBGE, 2022). O Rio Grande do Sul, por sua vez, é o estado com maior proporção de pessoas idosas, reunindo aproximadamente 53 mil pessoas com idade superior a 60 anos, o que corresponde a 20,15% de sua população (RIO GRANDE DO SUL, 2024). Esse cenário reflete tanto o aumento da expectativa de vida quanto a consolidação do processo de envelhecimento populacional.

Entretanto, o cenário do cuidado da pessoa idosa no país historicamente é centrado na família, mais especificamente na mulher. Conforme pode-se observar os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apresenta que no ano de 2022 as mulheres exerceram 21,3 horas semanais na realização das tarefas domésticas e cuidado de pessoas como atividade não remunerada, já os homens dedicaram 11,7 horas como atividade de trabalho. Identifica-se por meio dos dados que em 2022, 92,1% das mulheres com 14 anos ou mais realizaram tarefas domésticas e cuidado de pessoas, enquanto os homens apenas 80,8% realizam as mesmas tarefas. (IBGE, 2022)

Esses dados ilustram que o Brasil tem se tornado um país cada vez mais envelhecido e a demanda por cuidados tem aumentado, principalmente no que se refere a cuidar da população idosa onde a realidade do cuidado é historicamente centralizada nas mulheres. O cuidado tem se tornado majoritariamente um trabalho não remunerado. Na sociedade capitalista e de formato patriarcal o ato de cuidar sempre foi atribuída à mulher a responsabilização do cuidado no âmbito doméstico e familiar, sob o discurso de naturalidade feminina para o cuidado. Para se discutir acerca da temática da feminização do cuidado é fundamental compreendermos os pressupostos do modo de produção capitalista e os papéis sociais que se estabelecem a partir da divisão sexual do trabalho (SAFFIOTI, 2013).

Contudo, essa necessidade, essencial para a reprodução social, revela uma profunda desigualdade de gênero: a divisão sexual do trabalho e a consequente feminização do cuidado à pessoa idosa tem gerado processo de sobrecarga de trabalho e consequentemente de

adoecimento. Este fenômeno, enraizado em estruturas patriarcais e reforçado pelo sistema capitalista, impõe uma sobrecarga desproporcional às mulheres, com sérias implicações para suas vidas e para a sociedade como um todo.

Por tanto, este estudo propõe-se a discutir acerca da divisão sexual do trabalho e a feminização do cuidado às pessoas idosas. Optou-se como recurso metodológico a revisão de literatura e pesquisa documental acerca das principais produções sobre a temática.

2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: ELEMENTOS PARA A REFLEXÃO

Ao compreender que um país com alta prevalência de pessoas idosas traz consigo a crescente necessidade de cuidado — responsabilidade que, de modo predominante, recai sobre as mulheres — torna-se essencial analisar as desigualdades e a construção sócio-histórica que permeiam essas relações sociais. Nesse sentido, é fundamental situar a discussão no campo da sociologia feminista materialista francesa, que, impulsionada pelo movimento feminista na França a partir da década de 1970, consolidou as bases teóricas para o conceito de divisão sexual do trabalho. Esse referencial possibilitou refletir criticamente sobre o papel social da mulher na organização do trabalho, evidenciando as relações de poder e dominação que estruturam a distribuição das atividades produtivas e reprodutivas na sociedade.

Conforme aponta as autoras Helena Hirata e Daniele Kergoat, foi a partir da tomada de consciência desta realidade que tornou-se evidente a existência de uma grande massa de trabalho na presença de mulheres, de forma muitas vezes invisibilizada e subalternizada. Mulheres que não se evidenciaram pela sua natureza e potencialidade mas por uma identidade atribuída de amor e dever e não realizada para si, mas para outros em nome da natureza, amor e dever materno (HIRATA, KERGOAT, 2017).

Questionar a definição clássica de trabalho, o conceito de divisão sexual do trabalho torna-se fundamental, pois permite compreender a divisão do trabalho proveniente das relações de sexo que ocorre de forma desigual e hierarquizada e não apenas tarefas distintas. Kergoat (2016) ainda destaca que para falar em relação social é necessário que esta domine, oprima e explore e com isso o trabalho da mulher é explorado e expropriado pelo capitalismo.

Às mulheres é socialmente atribuída a esfera reprodutiva, que envolve o trabalho doméstico, o cuidado e a manutenção do lar, bem como a assistência a crianças, pessoas idosas, com deficiência e adultos — atividades muitas vezes não remuneradas e

invisibilizadas, legitimadas pela ideia de uma suposta “vocação” natural feminina. Aos homens, por sua vez, é conferida a esfera produtiva, relacionada ao trabalho reconhecido socialmente, voltado à produção de bens e serviços no espaço público e à geração de valor econômico. Essas atribuições, entretanto, não decorrem de processos naturais, mas resultam de construções sociais e históricas que sustentam desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho.

As autoras Hirata e Kergoat (2017) apontam dois princípios, o princípio da separação onde existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o princípio hierárquico, onde o trabalho do homem possui mais valor que o da mulher. Por muitas décadas o trabalho doméstico vem sendo discutido por feministas materialistas e marxistas, com vistas a reivindicar como um trabalho produtivo. Conforme destaca Cisne (2018) a divisão sexual do trabalho é a base estruturante para a exploração e opressão das mulheres, mas não pode ser compreendida apenas como diferença entre trabalho realizado por homens e mulheres e sim como a base das assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão, como outros aspectos, nas carreiras, qualificações, salários.

Na sociedade capitalista o trabalho doméstico não é reconhecido, uma vez que ele não produz mais-valia, mercadoria e valor ao capital. O trabalho doméstico, também como um trabalho de cuidado, é realizado pela mulher no âmbito da família e do mercado. Entretanto “rebaixar o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas a ‘papéis sociais’ sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Compreendemos ser “necessário realocar o trabalho doméstico no centro da reflexão para pensar a emancipação” (KERGOAT, 2012, p. 238). Pois a exploração da mulher cria condições de alienação, subalternizadas e exclui a mulher da esfera da tomada de decisões na sociedade.

Com vistas a aprofundarmos a reflexão sobre as desigualdades sociais, econômicas e compreendermos sobre as opressões vivenciadas no contexto da sociedade capitalista, torna-se necessário a articulação interseccional. O conceito de interseccionalidade, elaborado por Kimberlé Crenshaw (2019), propõe compreender como diferentes eixos de opressão, como gênero, raça, classe e sexualidade, se cruzam e produzem experiências específicas de marginalização. Compreende-se que o trabalho não remunerado é predominantemente feminino e a responsabilidade recai muitas vezes desproporcionalmente entre as mulheres pobres, em sua grande maioria negras que absorvem a maior parte do custo da reprodução social não remuner.

É por meio da articulação entre diferentes marcadores sociais que se compreende que a valorização do trabalho de cuidado deve estar intrinsecamente ligada às lutas antirracistas e anticlassistas. Como enfatiza Lélia Gonzalez (2020), as dimensões de raça, classe e gênero estão profundamente imbricadas, conformando um sistema de opressões interdependentes. Desse modo, torna-se imprescindível que os marcadores da interseccionalidade estejam presentes nas análises e debates sobre o tema, permitindo uma compreensão mais ampla e crítica das desigualdades estruturais. Assim, reafirma-se a importância de considerar as inter-relações entre gênero, classe e raça no contexto do trabalho de cuidado, conforme aponta Hirata (2016), a fim de promover uma leitura mais justa e transformadora das dinâmicas sociais que o atravessam. Diante dessas reflexões, torna-se evidente que o debate sobre a divisão sexual do trabalho e a feminização do cuidado ultrapassa a dimensão individual, revelando-se como expressão de estruturas sociais marcadas por desigualdades históricas.

Compreender essas dinâmicas exige reconhecer que o cuidado, embora essencial à reprodução da vida, é desvalorizado e desigualmente distribuído. Assim, ao articular gênero, raça e classe como eixos analíticos centrais, é possível avançar na construção de políticas públicas e práticas sociais que promovam o reconhecimento, a redistribuição e a valorização do trabalho de cuidado em suas múltiplas formas.

2.1 A feminização do cuidado às pessoas idosas

Com o aumento da expectativa de vida e o crescimento contínuo da população idosa no país, torna-se fundamental discutir as questões que permeiam o cuidado na sociedade contemporânea. Destaca-se, nesse contexto, a invisibilidade, a precarização e a desvalorização do trabalho de reprodução social, historicamente marcado pela feminização do cuidado. Em uma sociedade capitalista, o trabalho de cuidado, essencial à manutenção da vida, é frequentemente visto como uma extensão das responsabilidades femininas, sendo pouco reconhecido e insuficientemente remunerado, o que reforça desigualdades de gênero e classe.

O cuidado da pessoa idosa no Brasil tem sido historicamente centrado na família, especialmente nas mulheres, diante da omissão do Estado em garantir políticas públicas adequadas de amparo e proteção social. As transformações nas dinâmicas familiares, os novos arranjos domésticos e a reconfiguração dos papéis de gênero têm provocado a necessidade de repensar a organização social do cuidado. Conforme aponta Delphy (2015), a família, quando estruturada em relações de dominação masculina, pode se constituir como um espaço de

opressão para as mulheres, revelando a urgência de repensar tanto o papel do Estado quanto as responsabilidades coletivas diante do envelhecimento populacional.

Embora o cuidado a pessoas idosas muitas vezes seja marcado pela desigualdade social e uma alta prevalência de doenças crônicas e incapacitantes, a família ainda segue sendo a principal fonte de suporte para os idosos, uma vez que o Estado não protagoniza seu papel de proteção social. (GONTIJO et al., 2019). O Estado se ausenta de suas responsabilidades e atrela a família a função protetiva e considerando a principal responsável pelo atendimento às demandas sociais e ao mesmo tempo ele reduz o seu papel nas políticas sociais. As obrigações atribuídas às famílias são criadas socialmente, e quem sofre mais são as mulheres nas relações hierarquizadas dentro das famílias, conforme destaca a autora Teixeira (2009).

O cuidado por vezes tem sido considerado uma questão intrínseca do ser humano e historicamente pré-determinado as mulheres. Conforme destaca Siqueira (2024), a feminização do cuidado consiste na atribuição social de responsabilidades de questões relacionadas ao cuidado de pessoas, seja em âmbito familiar ou profissional destinada às mulheres. O cuidado é atrelado ao trabalho reprodutivo que é exercido em função de outro, pois há esforços empregados no cuidado a outra pessoa mediante a execução de tarefas domésticas. A autora Araújo (2021) destaca que o trabalho de cuidado se caracteriza tanto como trabalho físico e material quanto emocional e subjetivo, ambas as dimensões produzem desgaste para a trabalhadora. Para Silva e Gomes (2022), as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho.

O surgimento de profissões vinculadas ao cuidado, aliado ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho remunerado e aos fluxos migratórios em um contexto de globalização crescente, tem reconfigurado a natureza do trabalho de cuidado (Hirata, 2022). Com a inserção cada vez maior das mulheres no espaço público e no trabalho formal, observa-se a acumulação de funções: além das atividades profissionais, elas continuam responsáveis pelo trabalho doméstico e pelas tarefas de cuidado, conciliando o trabalho produtivo e reprodutivo. No entanto, como destacam Souza e Guedes (2016), o adensamento da presença feminina nas fronteiras públicas não tem sido acompanhado por uma revisão das responsabilidades privadas atribuídas às mulheres, tampouco pela ampliação da participação masculina nas esferas domésticas e de cuidado.

A acumulação do trabalho produtivo e reprodutivo, como uma dupla jornada perpetuada pelas normas sociais, acentua as desigualdades de gênero e gera sobrecarga nas

mulheres. A invisibilidade e a sobrecarga do trabalho não remunerado limita por vezes a participação das mulheres no trabalho produtivo resultando em menor presença na força de trabalho, ocupação de mais cargos informais e salários mais baixos. Observa-se que a feminização tornou-se uma prática consolidada e está relacionada à sobrecarga de trabalho, a precariedade das condições, a intensa demanda física e emocional que estimulam a desvalorização e as desigualdades sociais

É importante destacar as intersecções de desigualdades de gênero, classe e raça, uma vez que trabalhadoras domésticas são predominantemente mulheres pobres, negras e migrantes (HIRATA, 2014). Pois os corpos são marcados por gênero, classe e raça como aspectos fundamentais para constituição de situações de opressão.

Conforme aponta os dados da Pesquisa Nacional por Amostra (PNAD) que em 2022 em média 92,7% mulheres pretas e 91,9% mulheres pardas realizam atividades domésticas ou de cuidado, enquanto as mulheres brancas representam 90,5% das mulheres brancas. Estes dados mostram que 80% dos homens brancos realizam atividades domésticas, 80,6% homens pretos e 78% homens pardos (IBGE, 2022).

A partir desses dados é possível observar que o modo de produção capitalista não estabelece relações hierárquicas apenas entre homens e mulheres, mas entre as próprias mulheres também. Os dados ilustram a desigualdade no que tange às atribuições atreladas à reprodução social às mulheres negras e a invisibilidade do trabalho. Isso possibilita com que o capitalismo não precise arcar com os custos do trabalho reprodutivo. Para tanto Abreu (2021) afirma que raça, gênero e classe são atributos que marcam desvantagens históricas e socioeconômicas para certos grupos e são definidoras do espaço social por eles ocupado

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre a divisão sexual do trabalho e a feminização do cuidado às pessoas idosas, destacando as implicações sociais, econômicas e políticas que envolvem esse fenômeno. A análise evidenciou que o envelhecimento populacional, ao mesmo tempo em que intensifica a demanda por cuidado, revela a persistência de uma estrutura desigual na distribuição dessas responsabilidades, sustentada por valores patriarcais e capitalistas.

O cuidado, embora essencial à reprodução social, permanece desvalorizado, invisibilizado e majoritariamente atribuído às mulheres, especialmente às mulheres negras e

de classes populares. A feminização do cuidado manifesta-se, portanto, como expressão de múltiplas opressões estruturais, nas quais gênero, classe e raça se entrelaçam e produzem desigualdades específicas. São as mulheres em situação de maior vulnerabilidade que assumem as tarefas mais precarizadas e desprovidas de reconhecimento social e econômico.

Essa realidade reforça a importância de compreender o cuidado como uma questão social e política, e não apenas como uma prática privada ou familiar. Exige-se, assim, o envolvimento efetivo do Estado, da sociedade civil e das instituições públicas na formulação de políticas que promovam o reconhecimento, a redistribuição e a valorização do trabalho de cuidado. Constata-se, dessa forma, que a divisão sexual do trabalho continua sendo um dos pilares das desigualdades estruturais da sociedade, reproduzindo a subalternização feminina e a naturalização do cuidado como uma vocação. Superar essa lógica implica ampliar o debate sobre a interseccionalidade, reconhecendo gênero, raça e classe como categorias analíticas indissociáveis, fundamentais à compreensão da realidade social.

Portanto, a transformação dessa conjuntura demanda a revalorização do trabalho reprodutivo, a ampliação da participação masculina no cuidado e a atuação do Estado na construção de políticas públicas comprometidas com a equidade de gênero e a justiça social. Apenas por meio de tais ações será possível avançar em direção a uma sociedade mais igualitária, que reconheça o cuidado como um direito humano fundamental e uma responsabilidade coletiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, Angélica Kely de. O trabalho doméstico remunerado: um espaço racializado. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: IPEA; OIT, 2021.

ARAÚJO, Maria Clara Pereira de. Capitalismo moderno e divisão sexual do trabalho: Reflexões sobre o trabalho doméstico não remunerado. **Revista Textos Graduais**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 88–97, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/38955>. Acesso em: 25 out. 2025.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas. In: **Gênero e Performance - Textos essenciais Vol. II**. Coimbra: Grácio Editor, dez. 2019. (Versão traduzida).

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], v. 17, 2015. DOI: 10.1590/0103-335220151704.

GONTIJO, Cristina Franco et al. Um estudo longitudinal da associação do capital social e mortalidade entre idosos brasileiros residentes em comunidades. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 35, e00056418, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino-americano**. Rio de Janeiro: Schwarcz S.A., 2020.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, n. 7, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE. **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. **Agência IBGE de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 20 out. 2025.

IBGE. Agência de Notícias. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE de Notícias**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 20 out. 2025.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle. Um apelo por uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes ao estabelecimento de uma nova conceituação. In: **O Sexo do Trabalho**. Grenoble: PUG, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. 2024: Foram contabilizadas em 2022, no Rio Grande do Sul, mais de 2 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, [2024]. Disponível em: <https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/337361>. Acesso em: 20 out. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Fernanda Angélica Albuquerque da; GOMES, Luciana. Cuidar é trabalho: a perspectiva de gênero no trabalho reprodutivo. **Revista Remecs - Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde**, [S. l.], p. 81–85, 2022. Disponível em: <https://revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/938>. Acesso em: 25 out. 2025.

SIQUEIRA, Flávia Simone Batista de. A feminização do cuidado e a desvalorização das trabalhadoras no cenário capitalista vigente. **Crítica Revolucionária**, [S. l.], v. 4, art. e003, 2024. DOI: 10.14295/2764-4979-RC_CR.2024.v4.28. Disponível em: https://doi.org/10.14295/2764-4979-RC_CR.2024.v4.28. Acesso em: 25 out. 2025.

SOUSA, Lúcia Pereira de; GUEDES, Denise R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGOQCgYYfWgp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul./dez. 2009



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPGSSPS



PROEC

Pro-Autoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

EC 103/2019: RETROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS E A INTENSIFICAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

EC 103/2019: RETROCESOS EN LA SEGURIDAD SOCIAL E INTENSIFICACIÓN DE LAS DESIGUALDADES DE GÉNERO

Bárbara Dutra Fonseca¹
Jaina Raqueli Pedersen²

Resumo: Resultado de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, o artigo analisa os retrocessos previdenciários e o aprofundamento das desigualdades de gênero decorrentes da contrarreforma da Previdência Social, demonstrando que as mulheres foram o grupo mais afetado pela EC 103/2019. Como consequência, intensifica-se a inserção feminina em trabalhos precários e informais, além da ampliação da sobrecarga de trabalho doméstico, resultando em jornadas duplas ou triplas. Ademais, as novas regras impostas pela contrarreforma dificultam ainda mais o acesso das mulheres à aposentadoria, agravando sua vulnerabilidade social e econômica.

Palavras Chave: Contrarreforma; Desigualdade de Gênero; Previdência Social.

Resumen: Basado en una revisión bibliográfica cualitativa, este artículo analiza los retrocesos en la seguridad social y la profundización de las desigualdades de género derivados de la contrarreforma de la Seguridad Social, demostrando que las mujeres fueron el grupo más afectado por la Enmienda Constitucional 103/2019. Como consecuencia, se intensifica la inserción de las mujeres en el trabajo precario e informal, sumado al aumento de la carga del trabajo doméstico, lo que resulta en jornadas laborales dobles o triples. Además, las nuevas normas impuestas por la contrarreforma dificultan aún más el acceso de las mujeres a la jubilación, exacerbando su vulnerabilidad social y económica.

Palabras clave: Contrarreforma; Desigualdad de género; Seguridad Social.

1 INTRODUÇÃO

A contrarreforma da previdência aprovada em 2019 a partir da EC nº 103/2019 trouxe uma série de perda de direitos para os/as trabalhadores/as, ou seja, para aqueles/as que vendem sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Neste contingente está a mulher

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Proteção Social – PPGSSPS, Unipampa, Campus São Borja/RS, e-mail: barbarafonseca.aluno@unipampa.edu.br

² Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social – PPGSSPS e no Curso de Serviço Social, Unipampa, Campus São Borja/RS, e-mail: jainapedersen@unipampa.edu.br

trabalhadora, que além de estar inserida no mercado formal/informal de trabalho, acumula responsabilidade com os afazeres domésticos e cuidado com os filhos/as, uma dupla jornada que não é reconhecida historicamente pelo Estado nas políticas de seguridade social.

A Constituição Federal de 1988 firmou o princípio da igualdade em seu art 5º, dizendo que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e ainda nos garante a liberdade e a igualdade. Em seu artigo 7º está estabelecido a proibição de qualquer diferença de salário e de exercício de funções em razão de gênero, estado civil ou cor³ (Brasil, 1988). Porém, esse preceito constitucional ainda está longe de ser concretizado plenamente na realidade brasileira, uma vez que, as mulheres continuam enfrentando desigualdades expressivas, sendo frequentemente desvalorizadas no mercado de trabalho e, conseqüentemente, prejudicadas no momento da aposentadoria.

A EC 103/2019 contribui para o aprofundamento das desigualdades de gênero no sistema previdenciário. Com a nova legislação, os critérios de acesso foram modificados. Para além disso, a contrarreforma alterou significativamente as regras para a concessão de pensão por morte, gerando impactos diretos sobre a renda e as condições de vida das beneficiárias.

De acordo com Gonçalves et al. (2018) a nova legislação exige um tempo de contribuição maior, o que penaliza as mulheres, que frequentemente afastam-se do mercado de trabalho em decorrência das responsabilidades ligadas ao trabalho reprodutivo, como por exemplo a maternidade. A situação se agrava ainda mais em países como o Brasil, onde as mulheres representam a maioria das trabalhadoras em ocupações informais, o que dificulta a continuidade das contribuições previdenciárias, e, conseqüentemente, o acesso a direitos sociais,

Fora o grande número de desemprego entre mulheres, há ainda vivências de duplas ou triplas jornadas de trabalho, muitas delas não remuneradas ou não consideradas atividades aptas à aposentadoria, que historicamente tem insistido na lógica do seguro contributivo (Gonçalves et al., 2018, p.3).

De acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMEA) (2019) as mulheres dedicam em média 28,01 horas semanais às tarefas domésticas, o que representa quase o triplo de tempo destinado pelos homens, mesmo quando exercem atividades econômicas semelhantes. Apesar de diversos países europeus já terem adotado uma idade

³ Embora estabelecido na Constituição Federal, em julho de 2023, o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 14.611. A referida legislação prevê em seu art. 2º A igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para a realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função é obrigatória e será garantida nos termos desta Lei, deste modo, garantindo a obrigatoriedade de cumpri-lá (Brasil, 2023, grifos nossos).

igualitária para a aposentadoria de homens e mulheres, na realidade brasileira essa equiparação tende a aprofundar ainda mais as desigualdades de gênero já existentes, pois desconsideram as jornadas múltiplas as quais as mulheres são submetidas dentro do sistema capitalista.

Diante desse cenário, o referido estudo tem como objetivo promover uma análise crítica que considere os impactos da contrarreforma da previdência sob a ótica das desigualdades de gênero. Embora a previdência social brasileira tenha registrado avanços nas últimas décadas, ela ainda reproduz as desigualdades estruturais de gênero, historicamente presentes na sociedade. O sistema previdenciário, fundamentado em um modelo contributivo, que valoriza apenas a continuidade das contribuições, desconsidera as particularidades das trajetórias de vida das mulheres. Isso ocorre, sobretudo, porque a divisão sexual do trabalho interfere diretamente em como as mulheres organizam sua vida laboral.

O desenho do sistema previdenciário, de acordo com Pires;Souza (2022) foi concebido com base em um modelo masculino de trabalho, caracterizado por algo contínuo e linear, tal modelo, não contempla a realidade feminina, marcada por jornadas duplas ou triplas e pelo acúmulo de responsabilidades.

Diante destes aspectos introdutórios e do objetivo pretendido, o texto que se desenvolve é resultado de uma revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa. Apresenta-se no primeiro item a desigualdade de gênero enquanto uma questão estrutural e estruturante da sociedade, a desigualdade de gênero está inserida nas bases históricas e sociais que organizam a vida coletiva, manifestando-se na divisão sexual do trabalho, nas normas culturais que ditam os papéis socialmente atribuídos e comportamentos “adequados” para cada gênero, na desvalorização das atividades associadas às mulheres e na limitação do acesso feminino a espaços de prestígio e poder, compreender como a sociedade capitalista/patriarcal se organiza e quais as consequências dessa forma de organização é extremamente essencial para realizar uma análise crítica deste fenômeno. Na sequência, foram apresentado os impactos da contrarreforma da Previdência Social na vida das mulheres, historicamente este contingente sofre com salários menores, empregos informais e carreiras interrompidas devido às responsabilidades de cuidados domésticos, nesta realidade, a contrarreforma afetou às mulheres devido ao aumento da idade mínima para acessar benefícios como aposentadoria e pelo endurecimento das regras de contribuição.

2 DESIGUALDADE DE GÊNERO ENQUANTO UMA QUESTÃO ESTRUTURAL E ESTRUTURANTE DA SOCIEDADE

Embora as mulheres tenham obtido significativas e importantes conquistas no campo da proteção social, como acesso à educação, direitos políticos e a inserção no mercado de trabalho, a agenda da igualdade de gênero está longe de ser plenamente atendida. Costa; Miranda (2008, p. 249) indicam que “tradicionalmente, a divisão do trabalho entre homens e mulheres foi orientada para homens ‘provedores’ e mulheres ‘com trabalho doméstico’”, essa relação de dominação não surgiu espontaneamente, está atrelada ao sistema patriarcal, que historicamente colocou as mulheres em situações de subordinação aos homens. Lessa esclarece acerca disso:

Caberá aos homens “prover” suas mulheres; estas devem “servir” aos seus senhores. A antiga relação consensual e igualitária é substituída por uma relação de poder. Aos indivíduos masculinos cabe o poder da propriedade privada, serão eles os maridos. Às mulheres cabem as atividades que não geram a riqueza privada: serão esposas ou prostitutas: “(...) o trabalho doméstico das mulheres perdia agora sua importância, comparado ao trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição” (Lessa, 2012, p.19).

Bordieu (1997) afirma que desde o nascimento todos são condicionados, mesmo que de maneira inconsciente, a pensar que a mulher é um ser frágil e sensível, enquanto o homem é associado à força e à virilidade. Resultante desta construção social, são atribuídos às mulheres papéis e comportamentos socialmente aceitos, geralmente restritos à maternidade, ao casamento e ao cuidado. Enquanto os homens, por sua vez, desfrutam de maior liberdade para assumir funções fora do ambiente doméstico e se dedicar ao pleno desenvolvimento de suas carreiras profissionais.

Federici (2018, p. 42) expõe em relação às mulheres que “o capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração”. Isto revela que o mesmo foi transformado pela sociedade capitalista/patriarcal em um atributo natural, ocultando o quanto essas funções causam um processo de exaustão na vida das mulheres. A autora defende a remuneração do trabalho doméstico, argumentando que reivindicar salários para estas atividades laborais é tornar evidente que a mente, corpo e emoções das mulheres foram

manipulados para atender a uma função específica, e que, posteriormente, estes corpos foram devolvidos com a obrigação de se adaptar para serem aceitos nesta sociedade.

Com base nessa perspectiva, Simone de Beauvoir (1970, p. 14) argumenta que a desvalorização dos papéis femininos advém porque as mulheres ainda encontram limitações de oportunidades e de espaço em uma sociedade historicamente estruturada e majoritariamente controlada por homens,

Economicamente, homens e mulheres constituem como duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política, etc, maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens.

Nesta contrapartida, Hirata (2021) define o cuidado como um trabalho que envolve dimensões materiais, técnicas e emocionais, sendo atravessadas por relações sociais entre quem oferece e quem recebe esse cuidado. Trata-se de atividades ou serviço, apoio ou assistência, sejam estes remunerados ou não, voltadas à garantia da vida e do bem-estar do outro. Em geral, esse trabalho ocorre no âmbito privado, ou seja, dentro da divisão sexual do trabalho, tanto no campo profissional como no doméstico. A autora verificou ainda que este tipo trabalho é exercido majoritariamente por mulheres pobres, enquanto os beneficiários são, em geral, pessoas que possuem recursos e poder para serem cuidadas sem assumir a responsabilidade de cuidado em relação a outros. Essa realidade, se repete em diversos contextos e países, o que nos leva à conclusão de que o trabalho de cuidado é socialmente desvalorizado justamente por ter sido, historicamente exercido por mulheres de forma gratuita.

De acordo com dados do IPEA (2018), a taxa de desemprego entre as mulheres em 2019 foi de 13,5% enquanto entre os homens foi menor, atingindo apenas 10%. Essa diferença não é apenas numérica, fazendo uma análise deste dado de forma crítica e reflexiva, entende-se que as dificuldades das mulheres vão desde a maior concentração em setores informais de trabalho, barreiras de acesso ao mercado de trabalho e principalmente dificuldade de permanência em trabalhos formais, dado que, muitas dessas mulheres vivenciam uma jornada dupla de trabalho.

Durante a audiência realizada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, realizada em agosto daquele ano, uma representante do IPEA alertou que, com as

mudanças trazidas pela nova legislação previdenciária, grande parte da população mais pobre, especialmente as mulheres, não conseguirá se aposentar por idade. Estima-se que 62% das mulheres não alcançarão o tempo mínimo exigido. Ainda conforme o IPEA (2018) cerca de 73% das trabalhadoras rurais, por exemplo, serão excluídas do sistema previdenciário, já que a maioria atua em atividades voltadas para o consumo próprio, e, portanto, não consegue comprovar renda, requisito imposto pelas novas regras da contrarreforma previdenciária.

Apesar de avanços graduais na busca pela igualdade de gênero, segundo a Forbes (*online*, 2024) estima-se que serão necessários aproximadamente 134 anos – o equivalente a 5 gerações – para alcançar a paridade total. De acordo com o Índice Global de Disparidade de Gênero de 2024, o Brasil ocupa a 70ª posição no ranking entre todos os países avaliados, tendo fechado 71,6% da lacuna de gênero, o que representa uma queda de 1 ponto percentual em relação a 2023 (72,6%) e uma perda de 13 posições no ranking global. O índice que monitora anualmente, desde 2006, a evolução da igualdade entre homens e mulheres nas áreas de participação econômica e política, educação e saúde, apontou uma leve piora na igualdade econômica do país, que passou de 67,0% em 2023 para 66,7% em 2024.

É importante destacar que as mulheres negras enfrentam vulnerabilidades ainda mais acentuadas. De acordo com a pesquisa intitulada *Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004-2014* realizada pelo IPEA, persistem as dificuldades acentuadas entre os diferentes grupos de mulheres. Na última análise, 39,1% das mulheres negras ainda ocupam trabalhos muito precários, com menores rendimentos e na informalidade, Dieese (2019, p.4) afirma que “o rendimento médio das mulheres brancas era 70,5% maior do que o das mulheres negras, e 67,3% maior do que o recebido pelas mulheres pardas”.

Essa estrutura excludente foi sendo reproduzida ao longo dos anos, mantendo as mulheres em uma posição desigual dentro dos sistemas de proteção. A ampliação dos direitos previdenciários para as mulheres é fruto das lutas e mobilizações do movimento feministas e sindicais, que passaram a denunciar as desigualdades no acesso aos benefícios e os critérios que ignoravam as descontinuidades nas trajetórias laborais. Como destaca Hirata (2021) a divisão sexual do trabalho ainda é base das desigualdades que estruturam a inserção de mulheres no mercado de trabalho e no sistema previdenciário.

Gonçalves et al. (2018, p.15) expõe que esse processo de contrarreforma “representa um retrocesso quanto aos direitos dos trabalhadores de um modo geral, mas atingirá de maneira ainda mais intensa o segmento mais empobrecido do mundo: as mulheres, notadamente as negras e da periferia”. Diante deste fato, cabe refletir, em que condições estará

a saúde desta mulher aos 65 anos após vivenciar posições precárias de trabalho, jornadas exaustivas e acúmulo de trabalho no ambiente doméstico e fora dele? Essa indagação nos propicia uma análise crítica sobre os profundos retrocessos provocados pela contrarreforma da previdência. A medida não apenas ignora desigualdades históricas de raça, classe e gênero, como também impõe a essas mulheres o desafio de se adaptarem a um sistema que as coloca em uma situação de desproteção.

3 CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E O IMPACTO NA VIDA DAS MULHERES BRASILEIRAS

No dia 20 de fevereiro de 2019, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 06/2019, que tinha como objetivo central reformular o sistema da previdência social, instituindo novas regras de transição e disposições transitórias (Brasil, *online*, 2019). A referida proposta gerou ampla controvérsia, sendo rejeitada por 51% da população brasileira, principalmente em relação aos critérios de idade mínima e tempo de contribuição exigidos para a obtenção dos benefícios previdenciários. (Datafolha, *online*, 2019).

O IPEA, em 2018, já alertava em relação às alterações propostas na Previdência Social brasileira, pois estas poderiam acentuar a desigualdade de gênero. Essa preocupação baseia-se no fato de que, embora as mulheres representem a maioria da população brasileira, sua participação no mercado de trabalho ainda é inferior à dos homens (Ipea, *online*, 2018). Neste mesmo sentido, Fagnani (2019) destaca que as contrarreformas da Previdência, como a implementada em 2019, têm sido guiadas por uma lógica focalista, justificada pela necessidade de equilibrar as contas públicas, mas que negligencia as funções redistributivas e protetivas deste sistema. Neste contexto, a “igualdade formal” promovida por essas contrarreformas tende a intensificar as desigualdades de gênero, ao ignorar as desvantagens históricas enfrentadas por grande parte das mulheres brasileiras, especialmente no que tange o mercado de trabalho e a proteção social.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019) revelou que a taxa de participação feminina na força de trabalho era 54,5% enquanto a dos homens atingia 73,7%. O levantamento também indicou que as mulheres dedicam o dobro do tempo em cuidados domésticos, estes dados evidenciam que o problema não está apenas na quantidade de anos que foram acrescentados ou no tempo de contribuição, mas também nos obstáculos que as

mulheres enfrentam para se inserir e se manter no mercado formal de trabalho. Sendo assim, a contrarreforma da previdência de 2019 contribui para o agravamento da desigualdade de gênero no sistema previdenciário, dado a imposição de novos critérios para a aposentadoria, as mulheres passaram a enfrentar entraves ainda maiores para acessar esse direito.

A mudança mais significativa foi o aumento da idade mínima para aposentadoria urbana das mulheres, que passou de 60 para 62 anos. Por outro lado, os homens permaneceram com as mesmas exigências etárias vigentes anteriores a essa contrarreforma. Gonçalves et al. (2018, p.12) sinaliza sobre esta problemática, enfatizando que “a dimensão da proteção social universal da previdência é substituída pela lógica do seguro contributivo social. Esse processo desconsidera trajetórias de vidas, particularidades regionais, diferenças entre sexos, devolvendo aos/às contribuintes o direito previdenciário forjado na mera ótica da média contributiva”.

Segundo a Nota Técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2017) apud (Gonçalves et al., 2018, p.12) é frequente que as mulheres se aposentem por idade, uma vez que enfrentam dificuldades para atingir o tempo mínimo de contribuição exigido. “[...] em 2017, as mulheres correspondiam a 62,8% do total de aposentadorias por idade concedidas no RGPS, contra apenas 37,2% de homens. Em contrapartida, nas aposentadorias por tempo de contribuição, os homens correspondiam a 68,1%, e as mulheres, a 31,9%”. A contrarreforma uniu idade + tempo de contribuição, o que dificulta ainda mais o acesso a este benefício. Essa realidade está relacionada com dois obstáculos centrais, sendo eles à sua inserção precária no mercado de trabalho, bem como, a responsabilidade pelo cuidado dos filhos, pessoas idosas ou com deficiência.

Beltrão et. al (2002, p.3) referem que “o caráter temporário e/ou parcial do emprego também tem sido atributo da condição de trabalho da mulher, uma vez que o trabalho doméstico⁴, ao absorver parte do tempo disponível pelas mulheres, exige que muitas se dediquem a outras ocupações com jornada reduzida”. Essas responsabilidades acabam dificultando a permanência em empregos formais por períodos prolongados, o que compromete a sua regularidade de contribuição no sistema previdenciário.

Além das alterações já mencionadas, a contrarreforma da previdência também impôs restrições nos valores e nas regras de concessão das aposentadorias por morte⁵ – um benefício

⁴ A proporção de mulheres dedicadas aos trabalhos domésticos (19,2%) e que não recebem remuneração (10,5%) é bem maior do que a dos homens (0,8% e 5,9%, respectivamente) (Costa; Miranda, 2008, p.248).

⁵ A nova proposta prevê desvincular o valor da pensão do salário mínimo e mudar a fórmula do cálculo tal como era feito na década de 1990: 50% de cota familiar, acrescentando 10% para cada companheiro/e dependentes. Ela

majoritariamente acessado por mulheres. Conforme Gonçalves et al. (2018, p.13) elas representavam, em 2015, 84,4% dos beneficiados, em consequência disso, mais uma vez elas foram impactadas de forma mais significativa do que os homens.

Dieese (2019) evidencia que o novo modelo previdenciário, incorporado à Constituição Federal através da contrarreforma, entra em contradição com os avanços já conquistados pelas mulheres brasileiras na luta por igualdade de direitos e por uma maior equidade de gênero. Cabe destacar, que essas mudanças não representam apenas um retrocesso no que se refere a justiça social, mas afetam diretamente a dinâmica das relações familiares e aprofundam ainda mais as desigualdades existentes.

Torna-se imperioso elencar que tanto antes, como após efetivação da mesma, a população feminina continua trabalhando em condições mais desfavoráveis que a dos homens. Gonçalves et al. (2018, p.9) sublinha que,

É nítido que a inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido rodeada de segregações sexistas. A maneira diferenciada em que homens e mulheres são tratados tem contribuído de modo significativo para discriminação sexual contra elas, conduzindo a situações desfavoráveis no âmbito socioprofissional.

Acerca disso, de acordo com dados da PNAD Contínua no 4º semestre de 2018, a taxa de participação masculina no mercado de trabalho era de 71,5% e a feminina correspondia a 52,7%. Outrossim, as mulheres tendem a se concentrar em profissões socialmente menos valorizadas em comparação aos homens, estando predominante nas áreas de educação, saúde, serviços sociais (21%), comércio e reparação (19%) e serviços domésticos (14%). Silva e Schwarzer (2002) apud (Gonçalves et al., 2018, p.8) alertam que “nem o nível de escolaridade garante que as trabalhadoras ocupem cargos de alto prestígio social”, de acordo com Gonçalves et al. (2018, p.8) isto está diretamente ligado à “afirmações sexistas, como exemplo as de figuras públicas que defendem que mulheres deveriam receber menos que homens pelo simples fato de engravidar, reforçam ainda mais a discriminação sexual contra as mulheres e o abismo de desigualdades entre os sexos em termos de direitos”.

A PNAD (2018) pontua que no Brasil entre as mulheres ocupadas, 23,3% atuavam sem carteira assinada e 23,9% estavam envolvidas em atividades por conta própria ou em

também proíbe o acúmulo de pensão por morte e aposentadoria que ultrapasse o teto de R\$1.908,00 e o recebimento de duas ou mais pensões pelo companheiro/a. Sendo permitida à pessoa beneficiada a escolha do benefício de maior valor, o que implica na perda total de uma pensão ou aposentadoria (Gonçalves et al., 2018, p.13).

atividades do ambiente doméstico. Isso significa que aproximadamente 47% das mulheres inseridas no mercado de trabalho não possuíam vínculo formal de trabalho. Dentre as 40,8 milhões de mulheres ocupadas, cerca de 14,5 milhões (mais de um terço) declararam não estar contribuindo para a previdência. Esta dura realidade irá impactar no contingente de aposentadorias, Costa; Miranda (2008, p.247) evidenciam que “a proporção de mulheres aposentadas (45,9%) é menor que a de homens (77,7%), consequência do tardio ingresso delas no mercado de trabalho.”

Dieese (2019) aponta que o Benefício de Prestação Continuada – BPC – também apresenta maior incidência entre as mulheres, sendo 59,9% concedidos às mulheres e 40,9% aos homens. O aumento da idade mínima + tempo de contribuição para acesso à aposentadoria provocará o aumento da demanda pelo BPC, especialmente entre as mulheres que enfrentaram trajetórias profissionais marcadas pela informalidade, baixos salários e interrupções para cuidados familiares. Esse cenário aponta para uma precarização da vida na velhice, pois, ao invés de receberem uma aposentadoria proporcional às suas contribuições ao longo da vida, muitas mulheres terão acesso apenas ao BPC, cujo valor é de um salário mínimo e não garante os mesmos direitos que uma aposentadoria.

Dedecca (2022) analisa a relação entre trabalho informal, proteção social e desigualdade de gênero, destacando a urgência de uma revisão nos critérios de acesso aos benefícios previdenciários. De acordo com o autor, é fundamental que o sistema passe a reconhecer integralmente o trabalho realizado pelas mulheres – remunerado ou não remunerado – como uma contribuição legítima para a aposentadoria, valorizando de forma justa as diversas formas de trabalho que perpassam a vida desses sujeitos.

Portanto, o acesso a benefícios previdenciários não deve ser visto apenas como uma conquista social consolidada, mas também como um instrumento dinâmico, sujeito a constantes transformações em função das mudanças na estrutura produtiva, no perfil demográfico e nas relações de trabalho. Assegurar a sustentabilidade deste sistema exige a preservação do princípio da solidariedade, sem negligenciar a proteção dos segmentos mais vulneráveis da população, principalmente, em um país marcado por profundas desigualdades sociais.

Beltrão et al. (2022) ressaltam que as desigualdades previdenciárias entre homens e mulheres são reflexos diretos das disparidades existentes no mercado de trabalho. Isso evidencia a urgência de políticas que promovam a equidade de forma estrutural, a partir das

condições de inserção laboral, e não apenas por intermédio de ajustes pontuais nos critérios legais de acesso a benefícios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, fica evidente que a EC 103/2019 corrobora para o aprofundamento das desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho e no sistema previdenciário brasileiro. A análise demonstrou que, embora haja um discurso em torno do sistema previdenciário na defesa da igualdade formal, este falha em identificar as desigualdades materiais e estruturais que permeiam a vida das mulheres, como a sua inserção em trabalhos precários e informais e a dupla ou tripla jornada de trabalho que muitas enfrentam.

O segmento das mulheres continua sendo o que mais sofre com a sobrecarga de atividades, e em diversos momentos são obrigadas a afastar-se do mercado de trabalho formal (remunerado) para assumir atividades maternas e familiares (não remunerado). A análise evidenciou também, a intersecção entre raça, classe e gênero, revelando que as mulheres negras e pobres são as que mais são afetadas com essa dura realidade. Além disso, o abandono de uma ocupação regulamentada reduz o bem-estar e a qualidade de vida das mulheres na velhice, uma fase que deveria ser de tranquilidade, descanso e proteção, torna-se para muitas o momento em que são obrigadas a retornar ao mercado de trabalho, consequentemente, o acesso a aposentadoria se dá de forma tardia e com um valor menor, e em alguns casos esse acesso acaba não sendo concretizado.

Uma medida relevante seria ampliar o acesso à aposentadoria por idade para mulheres trabalhadoras da economia informal, por meio da flexibilização dos critérios de elegibilidade e do fortalecimento de políticas de assistência social. A implementação de programas de contribuição simplificada e o incentivo de recolhimento por conta própria podem ser caminhos viáveis para ampliar essa cobertura. Por fim, é essencial investir em ações de educação previdenciária voltadas, especialmente, para mulheres das classes populares. A desinformação sobre os direitos previdenciários e as formas de contribuição ainda se constitui enquanto um obstáculo significativo ao acesso à aposentadoria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Acesso em 03 de out. de 2025.

BRASIL, IBGE - Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**: Rio de Janeiro: IBGE, 2018. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD Contínua: 4º trimestre de 2018. Acesso em 05 de out. de 2025.

BRASIL, IBGE: **Indicadores sociais das mulheres no brasil**. 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21241-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em 05 de out. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14611.htm.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; NOVELLINO, Maria Salet; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; MEDICI, André Cezar. **Mulher e previdência social: o Brasil e o mundo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 867). Acesso em 07 de out. de 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Acesso em 05 de out. de 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Acesso em 05 de out. de 2025.

COSTA, Eliane Romeiro; MIRANDA, Giovana Guimarães de. **Proteção previdenciária, gênero e renda na idade avançada**. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, p. 245–250, jul./dez. 2008.

CFEMEA. **Reforma da Previdência aprofunda desigualdades entre homens e mulheres**. 2019. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/alerta-feminista/4618-reforma-da-previdencia-aprofundadesgualdades-entre-homes-emulhres>. Acesso em 12 de out. de 2025.

DATAFOLHA. **Reforma da Previdência**. Instituto de Pesquisa Datafolha, Opinião Pública, dossiês. São Paulo, abril de 2019. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987701-51-rejeitam-reformarprevidencia.shtml>. Acesso em 15 de out. de 2025.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Trabalho, previdência e desigualdades: o desafio da proteção social no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2022. Acesso em: 13 de out. de 2025.

DIEESE. **Síntese e comentários à Proposta de emenda constitucional da reforma da previdência e da seguridade social (PEC 06/2019)**. São Paulo, fev. 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2019/PEC062019Previdencia.html>.

FAGNANI, Eduardo. A reforma da previdência e seus impactos sobre as mulheres. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 62, n. 2, p. 1 –15, 2019. Acesso em: 10 de out. 2025.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: https://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf. Acesso em: 05 de out de 2025,

GONÇALVES, André de Menezes; et. al; **Reforma da previdência e os impactos na vida das mulheres**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS, 16., 2018, Vitória: UFES, 2018. Eixo: Política social e Serviço Social.

HIRATA, H. A Divisão Sexual do Trabalho e o Impacto nas Carreiras das Mulheres: Desafios e Perspectivas. **Revista de Estudos de Gênero**, v. 20, n. 2, p. 15-28, 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desafios da nação: artigos de apoio, volume 2, Capítulo 20-Reforma da Previdência Social/ organizadores: João Alberto De Negri, Bruno César Araújo, Ricardo Bacelette. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8325>

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PINHEIRO, Luana Simões; LIMA JUNIOR, Antônio Teixeira; FONTOURA, Natália de Oliveira; SILVA, Rosane da. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: IPEA, 2016. (Nota Técnica, n. 24 - Disoc, mar. 2016). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28474

REDAÇÃO. **Brasil despenca em ranking de igualdade de gênero e ocupa 70º lugar**. Forbes Mulher, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2024/06/estamos-a-134-anos-da-igualdade-de-genero-segundo-forum-economico-mundial>



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL ANTIRRACISTAS: REFLEXIONES Y CONTRIBUCIONES A LA FORMACIÓN PROFESIONAL

Vanelise de Paula Aloraldo¹
Alene Silva da Rosa²

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar possibilidades quanto ao debate étnico-racial no meio acadêmico, articulando ensino, pesquisa e extensão, a partir de uma experiência teórico-prática na Universidade Federal do Paraná (UFPR setor litoral), onde foi ofertada no curso de Serviço Social uma disciplina optativa voltada a contribuir para o reconhecimento e valorização da cultura e identidade negra e indígena brasileira, trazendo a literatura e outras formas de expressão artística como ferramentas de reflexão-ação antirracista e para enfrentamento de concepções e formas de aprendizados eurocêntricas apreendidos no decorrer da formação histórica. Como metodologia deste Relato de Experiência, optou-se pelo Estudo de Caso e observação participante, à luz do Método Histórico Crítico-Dialético. Os resultados apontam para a necessidade e importância de incorporar o debate étnico-racial na apreensão da totalidade sócio-histórica da realidade brasileira, contribuindo assim, para uma formação profissional crítica, propositiva, antirracista e anticapitalista. Além disso, conclui-se que a formação não ocorre apenas em sala de aula, o aprendizado junto à comunidade propicia vivências coletivas e diversas. Nessa direção, a parceria com lideranças, intelectuais e notórios saberes da comunidade ampliam oportunidades de conhecimento dos saberes no território.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Serviço Social; Formação Profissional.

Resumen: Este artículo presenta posibilidades para el debate étnico-racial en el ámbito académico, articulando la docencia, la investigación y la extensión, a partir de una experiencia teórico-práctica en la Universidad Federal de Paraná (campus costero de la UFPR). En dicha universidad, se impartió un curso electivo del programa de Trabajo Social enfocado en el reconocimiento y la valoración de la cultura e identidad afrodescendiente e indígena brasileña. Este curso empleó la literatura y otras formas de expresión artística como herramientas para la reflexión y la acción antirracista, y para confrontar las concepciones y formas de aprendizaje eurocéntricas adquiridas a lo largo de la formación histórica. La metodología de este informe de experiencia se basó en un estudio de caso y la observación participante, utilizando el Método Histórico Crítico-Dialético. Los resultados señalan la necesidad e importancia de

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal do Pampa. Mestra e Doutora em Serviço Social pela PUCRS.

² Assistente Social formada pela Universidade Federal do Pampa. Mestra em Serviço Social pela PUCRS e Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos pela UCPEL.

incorporar el debate étnico-racial a la comprensión de la totalidad sociohistórica de la realidad brasileña, contribuyendo así a una formación profesional crítica, proactiva, antirracista y anticapitalista. Además, se concluye que la educación no se limita al aula; el aprendizaje dentro de la comunidad proporciona diversas experiencias colectivas. En este sentido, las alianzas con líderes comunitarios, intelectuales y expertos de renombre amplían las oportunidades para comprender los conocimientos y las tradiciones del territorio.

Palabras clave: Educación antirracista; Trabajo social; Formación profesional.

1 INTRODUÇÃO

O debate étnico-racial no curso de Serviço Social é parte constitutiva da formação crítica da(o) assistente social, uma vez que o racismo é uma das determinações estruturantes da questão social no Brasil. Para se compreender a questão racial no país, uma particularidade da questão social brasileira, tem-se que desvendar os processos de racismo estrutural que estão na fundação das desigualdades sociorraciais e dos antagonismos de classe e raça (Albuquerque, Carvalho, 2019; Almeida, 2019). A Constituição Federal de 1988 em seu art. 3º, dentre os objetivos fundamentais da República, estabelece a importância de “IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988, p.1), o que indica a necessidade de construção de ações para enfrentamento ao racismo seja no planejamento, elaboração ou execução de políticas públicas. Para isso, erige-se nas políticas educacionais campo normativo.

A Lei nº 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena na formação da sociedade nacional. Embora não trate exclusivamente do Ensino Superior, essa legislação orienta a necessidade de incorporação deste debate étnico-racial, na formação de estudantes de forma transversal, crítica e fundamentada em referenciais teórico-políticos que enfrentem o “epistemicídio”, “genocídio”, “memoricídio” e “etnocídio” (Baez, 2010; Souza, 2023) e valorizem produções de intelectuais negros(as) e indígenas.

No âmbito das políticas públicas e da defesa de direitos, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 12.288/2010, e a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) reforçam a responsabilidade do Estado e das instituições de formação profissional (no âmbito de todo o currículo de ensino, seja na formação inicial e continuada) na promoção de ações antirracistas, reconhecendo a população negra como sujeito de direitos historicamente violados.

No que se refere à formação profissional no curso de Serviço Social, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) reforçam que o projeto formativo deve fundamentar-se na perspectiva crítica, histórica e totalizante da realidade social, o que implica reconhecer como um dos seus Núcleos de Fundamentos, a Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, para a apreensão dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas no país, “bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc” (ABEPSS, 1996, p.11). Ainda, buscando superar a lacuna em torno da discussão étnico-racial no processo de formação e suas implicações ao exercício profissional (Rocha, 2009), foi elaborado um documento para “Subsídio ao Debate da Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social” (ABEPSS, 2018) colocando como uma das centralidades da agenda política profissional, o compromisso na construção de um projeto de formação em Serviço Social antirracista.

Do mesmo modo, o Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273/1993) explicita em seus princípios o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a liberdade e com a eliminação de toda forma de preconceito, discriminação e opressão. Assim, o debate étnico-racial não é um complemento ou um tema opcional no currículo do Serviço Social, antes de tudo, trata-se de dimensão constitutiva da análise crítica da realidade e da intervenção profissional competente teórica, técnica e politicamente, bem como radicalmente comprometida com a liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social (Brasil, 2002). Integrar esse debate de forma consistente significa romper com silenciamentos históricos, fortalecer epistemologias negras e indígenas e contribuir para práticas profissionais que enfrentem o racismo em suas múltiplas expressões estruturais, institucionais, simbólicas e cotidianas.

A inserção de uma disciplina seja obrigatória ou optativa, voltada à literatura antirracista no curso de Serviço Social representa uma contribuição essencial para a formação crítica, ética e comprometida das/os futuras/os profissionais. Considerando que o racismo estrutura historicamente as relações sociais no Brasil e se expressa nas desigualdades de classe, gênero, território e acesso a direitos, torna-se indispensável que o processo formativo inclua abordagens dialéticas que desvelem essas dinâmicas/contradições e promovam reflexões e ações profissionais antirracistas.

Segundo Bosi (1994, p.11) a literatura no Brasil precisa ser compreendida “a partir da

afirmação de um complexo colonial de vida e de pensamento”. A literatura na batalha das ideias, enquanto produção intelectual e política, possibilita: o acesso a narrativas, memórias, epistemologias e experiências de grupos historicamente silenciados, o desvelamento das violências individuais/institucionais como questão estrutural, o fortalecimento da análise crítica da questão social, a valorização de produções intelectuais negras e indígenas e, por fim, o conhecimento de lutas e resistências de populações racializadas, histórias de vida que corroboram para reflexões sobre estratégias antirracistas de intervenção.

Ao aproximar estudantes da obra de autoras e autores negros, a disciplina “LiterArte: Literatura para um debate antirracista” contribuiu para um deslocamento do olhar, desnaturalizando discursos hegemônicos e ampliando repertórios analíticos e sensíveis. Nesse sentido, o estudo da literatura antirracista não se limita ao campo cultural, mas integra um projeto de formação comprometido com a defesa de direitos, com uma direção ético-política voltada à transformação social e com a construção de práticas profissionais que reconheçam e enfrentem o racismo em suas múltiplas expressões.

2 BREVE ANÁLISE DA PROPOSTA DE DISCIPLINA “LITERARTE: LITERATURA PARA UM DEBATE ANTIRRACISTA” NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPR

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) fundada em 19 de dezembro de 1912, passou por longos processos até se consolidar enquanto instituição pública e gratuita depois da década de 1950. Segundo o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (UFPR, 2023) com sede no Município de Curitiba, a criação do Campus Litoral teve início em 2004, e somente em 2007 o Campus tornou-se Setor. Desde o início, surgiu a partir de um projeto para fazer a diferença na educação pública, rompendo com o modelo vigente de transmissão do conhecimento, pelo qual os estudantes têm as aulas expositivas como principal fonte de formação.

O curso de Serviço Social sediado no Litoral paranaense, no município de Matinhos, é ofertado na modalidade presencial no período noturno. Sua estrutura curricular se organiza em três eixos: Fundamentos Teóricos Práticos (FTP), Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e Projetos de Aprendizagem (PA) consoantes às etapas: conhecer e compreender; compreender e propor; propor e agir. Para isso, propõe-se aos estudantes à aproximação à realidade local, fortalecendo a indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão através de metodologias ativas

de investigação/produção do saber (UFPR, 2023). De inspiração freireana, a UFPR setor litoral defende a construção coletiva de um projeto político pedagógico emancipatório, definindo “o papel social da universidade como agente fomentador de leitura crítica da realidade e, fundado nela construir conhecimentos que viabilizem a intervenção nessa realidade” (UFPR, 2008, p.10)

Por isso, o módulo de Interações Culturais e Humanísticas (ICH), corresponde às conhecidas “disciplinas optativas”, que devem proporcionar “Vivência de relações humanas simétricas e dialógicas. Estudo de cultura e sociedade. Experimentação da construção coletiva (...) Educação das Relações Étnico-raciais” (UFPR, 2023). No ano de 2024, foi ofertado o módulo denominado “LiterArte: Literatura para um debate antirracista”, onde além dos estudantes de Serviço Social, outras(os) estudantes de diversas áreas do conhecimento puderam também, por escolha própria, se matricular e participar ativamente.

Os encontros foram balizados por variados processos didáticos e pedagógicos, tais como: rodas de conversa com leituras conjuntas; debates conduzidos a partir de temáticas e leituras sugeridas previamente; formação de grupos de estudantes para organização de atividades extensionistas sob suporte e mediação das professoras; utilização de materiais artísticos como contos, diários, romances, poemas, músicas, filmes, curtas, documentários e outras formas que expressam a diversidade cultural (dança, culinária, esporte...); apresentações de varal didático e literário e jogos pedagógicos no “Festival das Interações Culturais e Humanísticas (FICH)” que reúne estudantes de todos os cursos e membros da comunidade no espaço universitário para compartilhamento de aprendizagens, vivências e reflexões trilhadas ao longo do semestre.

Como formas de avaliação do processo de aprendizagem neste módulo/disciplina foram observadas as participações das(os) estudantes em debates durante as aulas, bem como sua frequência e envolvimento nas atividades extensionistas. Dentre os referenciais discutidos, encontram-se: “A terra dá o que a terra quer” do autor quilombola Antônio Bispo; que discorre sobre concepções de mundo e sociedade diversas, apontando as narrativas ancestrais, formas de aprender/ensinar, filosofias de vida e outros conceitos e narrativas possíveis a partir da tradição negra e quilombola. “Contos indígenas brasileiros” do autor indígena Daniel Munduruku, onde discutiu-se sobre a importância tanto do papel da criança quanto do papel dos mais velhos em suas aldeias, sobre as memórias passadas através da oralidade pelos avós para as crianças e sobre o respeito ao momento presente. “Quarto de Despejo” e “Diário de Bitita” da autora Carolina Maria de Jesus, conhecendo a vida e obra

desta importante escritora, introduzindo o tema do preconceito, discriminação, racismo institucional e racismo estrutural. “Na minha pele” do autor Lázaro Ramos, que trata de identidade, afetividade, discriminação e respeito à pluralidade étnica-racial e cultural.

Também foram problematizadas as obras: “Ponciá Vivência” e “Olhos d’água” da autora condecorada com o título de doutora *Honoris Causa* da UFPR, Conceição Evaristo que possibilitou a discussão sobre desigualdades, sofrimento da mulher negra no cotidiano, “escrevivência” na literatura feminina, linchamento/justiça com as próprias mãos, violência urbana a partir do conto “Maria”. “Carta à minha filha” da autora Maya Angelou sobre a violência doméstica. “Um defeito de cor” da autora Ana Maria Gonçalves sobre nossa formação sócio-histórica e a tentativa de apagamento de lideranças e lutas/resistências importantes. “Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis” da autora Jarid Arraes, que viabilizou leitura de cordel sobre lideranças importantes da história, tais como: Luísa Mahin e Maria Firmina dos Reis, e reflexões sobre as lutas pela liberdade, trazendo um convite a transgressão através da narrativa literária, samba e de outras estratégias. “Poetas Negras Brasileiras: uma antologia” da autora Jarid Arraes, poema que nos convida a pensar o racismo no espaço da universidade. “O avesso da Pele” do autor Jeferson Tenório que discute sobre violência policial contra juventudes negras e periféricas, estigmas, discriminação racial, justiça seletiva, branquitude e racismo institucional, além disso, problematizou-se o cenário conservador que tem levado a vários episódios de censuras de livros na região Sul do Brasil. “Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis” da autora Jarid Arraes, a partir da leitura coletiva do cordel “Tia Ciata” que enaltece a história de uma mãe de santo iniciada no Candomblé. “Torto Arado” do autor Itamar Vieira Júnior, sobre escravidão contemporânea, desigualdades raciais, sociais e de gênero, religiosidade, disputa de terras e resistência quilombola. “Ideias para adiar o fim do mundo” do autor indígena Ailton Krenak, sobre os povos originários na relação com a natureza e as contradições dos povos ditos “civilizados” consumirem a natureza e as subjetividades.

Além das histórias literárias foram também usadas outras estratégias artísticas por meio da música, dança, culinária, produção audiovisual e jogos interativos. Assim, foi proposto que as(os) 24 estudantes matriculadas(os) na disciplina, ou como é chamada, nesta ICH - módulo de Interações Culturais e Humanísticas, desenvolvessem ações extensionistas, com o objetivo de ampliar o processo formativo para além dos limites físicos da universidade, seja por meio da realização de atividades junto à comunidade externa, seja promovendo a

inserção desta no espaço acadêmico. Assim, várias sugestões foram incorporadas no planejamento, algumas com mais dificuldades que outras na execução.

Dentre as atividades propostas estão: “CineDebate” sobre o uso do cinema como ferramenta pedagógica para discussão de temas críticos e análise social a partir do filme brasileiro “Ó paí, ó”. Discussão sobre Samba e sua relação com a Questão Social, que permitiu apresentação de Roda de Samba e discussão sobre a história de Ivone Lara, grande sambista brasileira. Almoço com Acarajé e Roda de Maracatu e Roda de coco, aprendendo a história da culinária africana e afro-brasileira em sua origem e significado e como é elaborada, explicação sobre a história do Maracatu de Baque virado com apresentação do grupo municipal. Roda de conversa com Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UFPR) e elaboração de oficina de abayomi. Roda de conversa sobre Artes e etnias tribais e as religiões de origem africana. Visita a um terreiro na comunidade junto a discussões com as lideranças sobre as crenças e tradições dos povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro, seus saberes e resistências, valores étnicos, estéticos, éticos/morais e religiosos/espirituais presentes nas artes e africanidades.

Visita à Aldeia Guavira Poty em Pontal do Paraná, conhecendo a Casa de Reza, a Escola Tekoa Guaviraty, o funcionamento da aldeia, artesanato, costumes da comunidade em dias de festas; Visita à uma Comunidade Quilombola no município de Guaraqueçaba, Palestra de escritoras(es)/professoras(es)/ pesquisadoras(es) e lideranças indígenas/quilombolas sobre Racismo e antirracismo e o poder da literatura no debate étnico-racial. Criou-se espaço para sugestões de Documentários, filmes e vídeos para ilustrar a formação social do país, tais como: “Guerras do Brasil” sobre a Guerra de Palmares e “Besouro” filme brasileiro que conecta passado e presente e valorização da capoeira como expressão cultural de resistência e identidade. Elaborou-se, ainda, uma página na plataforma *Instagram* destinada à divulgação de algumas das atividades desenvolvidas no âmbito da disciplina, com o propósito de socializar experiências formativas e apresentar sugestões de práticas pedagógicas que articulem educação e debate étnico-racial no espaço escolar e acadêmico. Tal iniciativa buscou ampliar o alcance das discussões realizadas em sala de aula, favorecendo o diálogo com a comunidade externa, bem como incentivar a adoção de abordagens antirracistas em contextos educativos diversos.

O uso de músicas como recurso pedagógico nos encontros permitiu acessar narrativas que revelam experiências de resistência, denúncia e afirmação identitária de populações racializadas em especial da população negra. As músicas escolhidas para reflexão crítica

foram: “O canto das três raças” de Clara Nunes, “Maria Maria” de Milton Nascimento, “Mulher do fim do mundo” de Elza Soares. Além disso, foi construída durante o semestre uma playlist musical no aplicativo *Spotify* chamado “Liter’Arte ICH” contendo músicas que expressam cultura, história, denúncias e afirmação na luta antirracista.

Para finalizar a disciplina/módulo foi realizado um “Cantinho literário” com distribuição de trechos das(os) pensadoras(es), apresentações de varal didático e literário e jogos pedagógicos interativos sobre as obras e autores discutidos durante o semestre no “Festival das Interações Culturais e Humanísticas (FICH)” que reúne estudantes de todos os cursos de graduação e pós-graduação e membros da comunidade no espaço universitário para compartilhamento de aprendizagens e reflexões potencializadas ao longo do semestre.

3 O PODER DA LITERATURA E DO DEBATE ÉTNICO-RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL

A literatura e outras expressões artísticas possuem a capacidade de tensionar, ampliar e aprofundar a compreensão crítica acerca das múltiplas determinações que constituem a questão social no Brasil, promovendo a reflexão e o ecoar de outras vozes, que por meio da arte denunciam e buscam dar visibilidade a suas existências, resistências, bem como, as violações e opressões que sofreram e sofrem. Ao reconhecer o racismo como elemento estruturante das desigualdades sociais, torna-se imprescindível que a formação em Serviço Social e o trabalho profissional incorporem perspectivas que não apenas analisem tal fenômeno, mas que também promovam sua problematização crítica e enfrentamento ético-político.

Estudos e pesquisas realizadas nas últimas décadas mostram que a população negra é discriminada nos livros didáticos e que não-brancos têm oportunidades educacionais limitadas em relação aos brancos na mesma origem social (Silva, 1995, Santos, 2009). A ideia de pertencimento a um coletivo homogêneo, identificado como “povo brasileiro”, constituído por uma cultura e uma língua únicas, permanece fortemente presente no imaginário social, como uma das mais consistentes armas ideológicas de dominação (Moura, 1994) difundido através do mito da “democracia racial” que nega a existência do racismo, tal como afirmou Fernandes (2021), pois ainda imperam limites estruturais para essa realização democrática. Tal representação é em grande medida sustentada por um discurso universalista que valoriza o mérito individual e a suposta igualdade de oportunidades. No entanto, essa concepção se

mostra contraditória quando confrontada com a realidade concreta, marcada por hierarquias sociais/raciais/sexuais e, sobretudo, pela persistência da segregação e da discriminação racial no cotidiano.

Souza (2023, p.17) ao analisar a indissociabilidade do racismo e superexploração da força de trabalho como discussões centrais no Serviço Social, analisa que “À medida que se acentua a desigualdade fundante do capital, mais são necessários os mecanismos ideológicos de ocultamento das raízes dessa desigualdade”, por isso, torna-se importante “desocultar” a lógica da hierarquia racial, que impõe lugares sociais nos quais indivíduos não-brancos podem ocupar na estrutura de poder político, econômico e cultural dominante. Populações racializadas, negras, indígenas, quilombolas historicamente tiveram sua humanidade rebaixada e sujeitos brancos e europeus tiveram a humanidade elevada, com aspectos de superioridade e idealização.

A história do Brasil contada na versão oficial sempre enalteceu os feitos dos vencedores, dos generais e do heroísmo da elite nacional. É recente a preocupação com a voz e as narrativas históricas da óptica dos povos vencidos (...) É tempo de a história revisitar a realidade brasileira com novos olhares. Esta é muito maior que a ideia que fazemos dela, é dinâmica, e compreendê-la requer múltiplos olhares (...) Há duas décadas, os jovens aprendiam na escola que a *miscigenação ou mestiçagem* era boa para os brasileiros, e, graças a ela, não existiam entre nós o *preconceito*, a *discriminação racial* e, essencialmente, o *racismo* (Santos, 2009, p. 9-10, grifos da autora).

A literatura, especialmente a produzida por autoras(es) negros, quilombolas e indígenas, constitui um instrumento privilegiado nesse processo, pois expressa vivências, memórias, resistências e modos de existência historicamente apagados ou excluídos pelas narrativas hegemônicas. Ela opera como produção de conhecimento e sensibilização na tentativa contra hegemônica de romper com o epistemicídio e memoricídio que marca a história da produção acadêmica e cultural no país. Dessa forma, o contato com essa literatura amplia repertórios teóricos, críticos, analíticos e interventivos, favorece a desnaturalização das relações raciais e revela dimensões sócio-históricas, econômico-culturais, subjetivas e ideopolíticas do racismo que nem sempre emergem em abordagens teórico-práticas.

Através da oferta da disciplina/módulo “LiterArte: Literatura para um debate antirracista”, estudantes do curso de Serviço Social e de outras áreas como Gestão do Turismo, Geografia, Administração Pública e Letras/Português (antes chamado Linguagem e Comunicação) da Universidade Federal do Paraná puderam compreender, por meio de discussões e vivências interdisciplinares, as expressões históricas e contemporâneas do

racismo como fator que estrutura desigualdades, contribuindo para a análise crítica da realidade social, articulando dimensões políticas, históricas, culturais e subjetivas.

Segundo as autoras Marconi e Lakatos (2008) a observação participante consiste na participação real das pesquisadoras com a comunidade ou grupo, estão próximas ao grupo estudado e participam das atividades normais deste. Nesse sentido, o presente Relato de experiência contou com essa possibilidade de exercer influência e ao mesmo tempo permitiu se influenciar pelos demais membros. Assim como a metodologia Estudo de Caso “permite uma investigação em contexto real e um conhecimento particularizado, numa perspectiva de descoberta, do processo” (Coimbra, Martins, 2013, p.44) descrevendo e entendendo um caso em contexto específico numa dada realidade sem objetivo de generalizar, mas gerar conhecimentos qualitativos, uma vez que é frequentemente utilizado em pesquisas educacionais.

O debate étnico-racial no Serviço Social está intrinsecamente vinculada aos princípios do projeto ético-político da profissão, que defende a liberdade como valor ético central, a dignidade humana, a defesa intransigente dos direitos humanos, posicionamento em favor da equidade e justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceito e opressão e exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Ao longo do semestre letivo foi sendo construído o varal didático/literário junto aos alunos que individualmente, após a finalização de cada debate e reflexão sobre os temas que as obras abordavam (escravização, desigualdades sociais, violências doméstica e de gênero, violência policial, etc.), escreviam suas sínteses críticas que eram compartilhadas coletivamente, sendo apresentado no Festival das Interações Culturais e Humanísticas – FICH.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão étnico-racial se apresentou como elemento fundamental à compreensão da vida social na particularidade brasileira e, por conseguinte, tal temática perpassa centralmente a formação e o trabalho profissional em Serviço Social. A partir do desenvolvimento da disciplina/módulo/ICH “LiterArte: Literatura para um debate antirracista”, observou-se reflexões teóricas e análises na perspectiva crítico dialética na direção de uma educação

Antirracista proposta pelo curso de Serviço social, mas em diálogo com a comunidade e com os demais cursos de graduação, promovendo reflexões e contribuições para a formação e atuação profissional.

Durante os encontros semanais, foi possível conhecer “a história não contada” e inúmeras(os) escritoras(es) corroborando para ampliação da valorização e reconhecimento da cultura e identidade negra e indígena brasileira, atingindo, assim, o objetivo principal desta proposta. Além do mais, trazendo a literatura e outras formas de expressão artística como ferramentas de reflexão-ação antirracista para enfrentamento de concepções eurocêtricas hegemônicas nos ambientes tradicionais de ensino.

O entendimento da relação entre raça/etnia, gênero e classe como elementos estruturais e estruturantes das relações sociais, é fundamental para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira e perpassou todos os encontros. Os debates também evidenciaram que o pensamento europeu determinista e o racismo científico exerceu forte influência tanto nas produções dos intelectuais brasileiros, na perspectiva de embranquecimento, quanto na tentativa de apagamento/silenciamento/exterminio de concepções e contribuições de sujeitos e povos não-brancos.

Um dos desafios centrais em disciplinas com caráter extensionista reside no fato de que grande parte das/os estudantes dos cursos noturnos são trabalhadoras/es, o que limita sua disponibilidade para atividades externas, como saídas de campo e ações junto a lideranças e grupos comunitários. Ademais, as restrições de recursos institucionais, frequentemente presentes no âmbito das universidades públicas, também dificultam o estabelecimento de articulações mais amplas com a comunidade, restringindo o desenvolvimento de práticas extensionistas contínuas e sistematizadas. Entretanto, torna-se imprescindível a formulação de estratégias que promovam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no enfrentamento das questões étnico-raciais, de gênero e sociais. Tal articulação é fundamental para a compreensão crítica da realidade brasileira, marcada pela condição de capitalismo dependente e periférico, que se apresenta como eixo analítico central para o entendimento das desigualdades e contradições que atravessam o país.

Assim, se o racismo é uma manifestação das estruturas do capitalismo forjadas pela escravidão, então a luta anticapitalista deve ser também uma luta antirracista. Com vistas à superação da fragmentação ainda presente nos currículos de Serviço Social, descolado de uma perspectiva de totalidade histórica, torna-se imprescindível que disciplinas obrigatórias e/ou optativas/eletivas apreendam a questão étnico-racial na formação com os rigores

teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que desafiam a profissão no trabalho cotidiano, sem deixar essa discussão à margem dos debates macrosociedadeiros que atingem o campo dos direitos humanos e o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Diretrizes Curriculares - Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, nov. 1996.

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em serviço social**. Vitória: ABEPSS, dez. 2018. Disponível em: <https://abepss.org.br/subsidios-para-o-debate/> Acesso em: 20 fev. 2023.

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; CARVALHO, Thays. Conexões entre Questão Racial e Questão Social na formação social brasileira. In: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas (Orgs.) **Formação Social e Serviço Social: A realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. [Coleção Feminismos Plurais].

BAEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 39.ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10.ed. rev. e atualizada. Brasília: CFESS, 2012.

COIMBRA, Maria de Nazaré Castro Trigo; MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira. O estudo de caso como abordagem metodológica no ensino superior, **Nuances: estudos sobre Educação**, UNESP, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 31-46, set./dez. 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Contracorrente, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Princípios**, n.34, p. 28-38, 1994.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A Questão étnico-racial no processo de formação em serviço

social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 99, p. 54-56, jul./set. 2009.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2009. [Coleção Consciência em debate].

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: Ceao/CED, 1995.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre Racismo e Superexploração da Força de Trabalho no capitalismo dependente, **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146(1), p. 16-35, 2023.

UFPR. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Universidade Federal do Paraná: Matinhos, 2023. Disponível em:

<https://litoral.ufpr.br/servicosocial/projeto-pedagogico-do-curso/> Acesso em: nov. 2025.

UFPR. **Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral**. Universidade Federal do Paraná, set. 2008. Disponível em:

http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf Acesso em: nov. 2025.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/magazine/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ENTRE A DEPENDÊNCIA E A RESISTÊNCIA: INTERSECCIONALIDADES E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E NAS PERIFÉRIAS DO RIO DE JANEIRO

BETWEEN DEPENDENCE AND RESISTANCE: INTERSECTIONALITIES AND SOCIAL PROTECTION POLICIES IN LATIN AMERICA AND THE PERIPHERIES OF RIO DE JANEIRO

Andreia Cristina Soares de Mello

Resumo: Este artigo analisa a interseção entre vulnerabilidades sociais, políticas de proteção e formas de resistência em contextos periféricos na América Latina, com foco nas periferias do Rio de Janeiro. A partir de uma perspectiva interseccional, considera-se como gênero, raça e classe moldam a experiência da pobreza e a relação dos sujeitos com programas de Assistência Social. A análise evidencia que as políticas públicas muitas vezes reproduzem desigualdades estruturais, enquanto os grupos periféricos desenvolvem estratégias de resistência e autonomia frente às limitações do Estado. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica de autores que abordam desigualdade, direitos sociais e práticas de resistência na América Latina.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Proteção Social, Periferias, Resistência, América Latina.

Abstract: This article examines the intersection of social vulnerabilities, protection policies, and forms of resistance in peripheral contexts in Latin America, focusing on the favelas of Rio de Janeiro. From an intersectional perspective, it considers how gender, race, and class shape the experience of poverty and the engagement of individuals with social assistance programs. The analysis highlights that public policies often reproduce structural inequalities, while peripheral communities develop strategies of resistance and autonomy in response to state limitations. The study is based on a literature review of authors addressing inequality, social rights, and resistance practices in Latin America.

Keywords: Intersectionality, Social Protection, Peripheries, Resistance, Latin America.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar a relação entre dependência e resistência, considerando as interseccionalidades que marcam a experiência periférica, a fim de compreender como sujeitos historicamente marginalizados lidam com a vulnerabilidade estrutural e constroem estratégias de resistência frente às políticas de proteção social.

A questão social constitui-se como categoria central para a compreensão das contradições do capitalismo e das desigualdades dele decorrentes. Segundo Iamamoto (2008, p.27), ela “expressa o conjunto das desigualdades econômicas, políticas e culturais produzidas pela dinâmica das relações sociais capitalistas”. Assim, o fenômeno da pobreza não pode ser entendido como falha individual, mas como resultado histórico-estrutural da forma como o capital organiza o trabalho e distribui os bens sociais.

Na América Latina, a questão social assume contornos particulares devido à formação dependente e periférica da região. Marini (1973) destaca que o subdesenvolvimento latino-americano não é uma etapa do progresso, mas um produto da própria lógica da dependência. Essa dependência econômica e política sustentam uma forma de desigualdade estrutural que se reflete nas condições de vida da classe trabalhadora e na limitação das políticas sociais.

No Brasil, as desigualdades são amplificadas por um passado colonial e escravocrata que moldou as estruturas do Estado e das relações sociais. Netto (2001) enfatiza que “a questão social no capitalismo dependente é perpassada pela negação de direitos e pela naturalização da desigualdade”, o que faz das políticas públicas um campo de disputa entre interesses de classe.

A interseccionalidade, neste contexto, permite compreender que as expressões da questão social não atingem todos de maneira igual. As populações negras, indígenas, periféricas e as mulheres sofrem múltiplas opressões que se somam e potencializam a vulnerabilidade. Como define Crenshaw (2002, p.177), “a interseccionalidade é uma forma de compreender como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas de poder criam desigualdades estruturais que moldam as experiências das mulheres negras e de outros grupos marginalizados”.

Nas periferias do Rio de Janeiro, essa sobreposição de desigualdades torna-se visível na precariedade habitacional, na ausência de equipamentos públicos e na violência institucional. Tais territórios evidenciam como a questão social se territorializa, criando zonas de vulnerabilidade interseccionada, onde raça, gênero, classe e território se entrelaçam como eixos de exclusão e resistência.

2 PATRIARCADO E DESIGUALDADE DE GÊNERO NA REPRODUÇÃO SOCIAL

O patriarcado é uma estrutura de poder que, articulada ao capitalismo e ao racismo, define as formas de exploração e opressão que recaem sobre as mulheres. Saffioti (2015, p.40) afirma que “o patriarcado é uma construção histórica que organiza as relações sociais de gênero e legitima a subordinação das mulheres”. Essa dominação, no contexto latino-americano, manifesta-se tanto nas esferas produtivas quanto nas reprodutivas, determinando a desigual divisão do trabalho e o papel social da mulher como cuidadora e provedora da vida doméstica.

Na política social brasileira, especialmente nos programas de transferência de renda, observa-se a feminização da responsabilidade pelo cuidado. Carloto (2010) analisa que o Estado transfere às mulheres pobres o peso da gestão familiar e comunitária, reforçando uma lógica maternalista que individualiza a responsabilidade social. Assim, as mulheres periféricas, em especial as negras, são duplamente exploradas: pelo trabalho precário e pelo dever moral de sustentar a vida em contextos de ausência estatal.

O recorte interseccional revela que não há como compreender a reprodução social sem considerar o entrecruzamento entre gênero, raça e classe. Akotirene (2019, p.35) reforça: “A interseccionalidade não é soma de opressões, mas a compreensão de como elas se articulam para produzir desigualdades específicas”. Portanto, analisar o patriarcado sob essa lente é fundamental para reconhecer que a política social, ao ser neutra em aparência, pode perpetuar desigualdades de gênero e raça

3 RELACÕES ÉTNICO-RACIAIS, COLONIALIDADE DO PODER, VULNERABILIDADE E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL

As relações étnico-raciais na América Latina são marcadas pela continuidade da colonialidade do poder, conceito formulado por Quijano (2000), que descreve como o racismo foi incorporado à estrutura do capitalismo global desde a colonização. Segundo o autor, “a classificação racial da população mundial foi o primeiro e mais duradouro instrumento de dominação colonial” (Quijano, 2000, p.342).

No Brasil, a ideologia da democracia racial (Fernandes, 1978) mascarou a realidade de exclusão e violência que atinge a população negra. As favelas do Rio de Janeiro, compostas

majoritariamente por negros e pardos, são expressão concreta da racialização da pobreza. Souza (2019) observa que o “racismo estrutural atua como mecanismo de hierarquização social, naturalizando a desigualdade como mérito individual”.

A divisão sexual do trabalho é um dos pilares de sustentação do capitalismo e do patriarcado. Para Hirata e Kergoat (2007, p.596), “essa divisão não é apenas técnica, mas política, pois define quem faz o quê, quanto vale o trabalho e quem tem poder sobre ele”. Essa estrutura mantém o trabalho produtivo sob controle masculino e o reprodutivo sob domínio feminino, relegando às mulheres as atividades de cuidado e manutenção da vida.

Federici (2019) reforça que o trabalho doméstico, embora invisibilizado, é indispensável à acumulação capitalista: “A reprodução social é o alicerce do sistema, pois garante diariamente a produção da força de trabalho”. No entanto, esse trabalho é desvalorizado e não reconhecido como parte da economia.

As políticas sociais, ao focarem em mulheres como beneficiárias prioritárias, acabam reforçando a naturalização do cuidado como responsabilidade feminina. Behring e Boschetti (2007) alertam que as políticas de proteção, quando desarticuladas de um projeto emancipatório, podem funcionar como instrumentos de controle e regulação da pobreza. Nos territórios periféricos, a divisão sexual do trabalho se intensifica. Mulheres acumulam funções produtivas e reprodutivas, em jornadas extenuantes, muitas vezes sem suporte estatal. Ainda assim, a resistência emerge nas formas coletivas de cuidado e na economia solidária, que transformam a experiência da precariedade em estratégia de sobrevivência e autonomia.

4 INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIAS PERIFÉRICAS AUTONOMIA E CRIAÇÃO SOCIAL

A interseccionalidade, enquanto categoria analítica e política revelam que as desigualdades sociais são estruturadas por sistemas de poder interdependentes. Como sintetiza Akotirene (2019, p.41), “não há hierarquia de opressões, mas uma trama de relações que produzem lugares de privilégio e de subalternidade”.

Nas periferias do Rio de Janeiro, esse entrelaçamento é visível: a mulher negra e pobre é simultaneamente alvo da desigualdade econômica, do racismo e do sexismo, mas também sujeito central das resistências cotidianas. Tais resistências se expressam nas práticas comunitárias, nos coletivos culturais e nas redes de solidariedade que constroem o que Dagnino (2004) denomina de “cidadania insurgente” uma cidadania construída “de baixo para

cima”, nas brechas deixadas pelo Estado neoliberal.

Angela Davis (2016, p.87) afirma que “as mulheres negras sempre estiveram na linha de frente das lutas pela liberdade, não porque desejassem, mas porque sua sobrevivência dependia disso”. Essa afirmação sintetiza a realidade das periferias brasileiras, onde a luta pela sobrevivência se transforma em ação política e coletiva.

A interseccionalidade, portanto, é também um projeto ético de emancipação. No campo do Serviço Social, ela desafia profissionais e pesquisadores a compreenderem as desigualdades em sua totalidade concreta, articulando as dimensões de classe, gênero, raça e território na formulação e execução das políticas públicas.

Ao reconhecer a potência criadora dos sujeitos periféricos, abre-se o caminho para uma proteção social emancipatória, fundada na justiça social, na solidariedade e na dignidade humana.

A compreensão da questão social no contexto latino-americano e brasileiro exige a leitura de suas múltiplas dimensões: de classe, de gênero, étnico-raciais e territoriais. Como enfatiza Iamamoto (2008, p.37), “a questão social é a expressão das desigualdades produzidas pela contradição capital-trabalho”, mas ela não se manifesta de forma homogênea: assume contornos específicos conforme os eixos de opressão que se cruzam na vida dos sujeitos sociais.

No caso das mulheres negras das periferias urbanas, por exemplo, a questão social materializa-se na forma de pobreza estrutural, violência doméstica, racismo institucional e sobrecarga de trabalho reprodutivo. Esse entrecruzamento não é acidental ele é o resultado histórico de uma formação social marcada pela colonialidade do poder, conceito formulado por Quijano (2000), que explica como o racismo, o patriarcado e a exploração de classe se consolidaram como pilares fundantes do capitalismo latino-americano.

De acordo com Quijano (2000, p.343), “a colonialidade do poder consiste na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como instrumento de dominação social, articulada ao desenvolvimento do capitalismo”. Essa estrutura, ao ser transplantada para as sociedades pós-coloniais, perpetua a marginalização da população negra, indígena e feminina, mesmo após o fim formal da colonização. Assim, as desigualdades contemporâneas não são apenas econômicas, elas são também raciais, patriarcais e sexuais.

Saffioti (2015) complementa essa leitura ao afirmar que o patriarcado é um sistema de poder que atravessa e estrutura as relações sociais, definindo posições de dominação e subordinação entre homens e mulheres. Segundo a autora, “as relações patriarcais não se

situam apenas na esfera privada, mas permeiam a organização social do trabalho, a política e a produção da vida social” (Saffioti, 2015, p.56). Portanto, a desigualdade de gênero não pode ser vista como uma questão “setorial” ou “identitária”, mas como parte constitutiva da própria lógica de reprodução social.

Essa concepção dialoga com Federici (2019), para quem o trabalho reprodutivo e o corpo das mulheres foram historicamente subordinados ao capital. Ela destaca que, desde a acumulação primitiva, a dominação patriarcal e o controle sobre o corpo feminino foram mecanismos de produção da força de trabalho barata e manutenção da hierarquia de gênero. Federici (2019, p.44) observa: “O corpo das mulheres foi transformado em máquina de trabalho e reprodução da força de trabalho, privatizado e disciplinado para servir às necessidades da acumulação capitalista”.

Ao relacionar essa análise com o contexto latino-americano, percebemos que o patriarcado se combina com a herança colonial para produzir padrões racializados de dominação. Como explica Lélia Gonzalez (1988), as mulheres negras ocupam uma posição singular na estrutura social: é, portanto nesse sentido, o elo entre a exploração de classe e o racismo, e sua marginalização é intensificada pela “ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial”. González (1988, p.75) denomina essa experiência de “amefricanidade”, para designar a resistência cultural e política das mulheres negras latino-americanas, que transformam a dor em força coletiva.

Nesse sentido, o Serviço Social crítico deve compreender que as expressões da questão social não são apenas econômicas, mas também simbólicas e relacionais, e que a luta por equidade de gênero e raça está intrinsecamente ligada à luta de classes. Como pontua Behring e Boschetti (2007, p.98), “a política social é, ao mesmo tempo, instrumento de controle e campo de resistência”. Ela reflete as contradições do Estado capitalista: ao mesmo tempo em que mitiga as desigualdades, as reproduz.

Nas periferias urbanas, essas contradições se tornam palpáveis. As mulheres negras e pobres são as principais usuárias e gestoras das políticas sociais, mas também as mais afetadas pela precarização e seletividade dos serviços públicos. Carlotto (2010) destaca que programas como o Bolsa Família, ao priorizarem as mulheres como responsáveis pelo núcleo familiar, acabam reforçando papéis de gênero tradicionais e ampliando a responsabilização feminina pela sobrevivência doméstica, sem transformar as estruturas que produzem a pobreza.

Essa realidade se soma à racialização da pobreza, que organiza os territórios de vulnerabilidade como espaços de exclusão. Souza (2019, p.62) aponta que “o racismo

estrutural atua como engrenagem silenciosa da desigualdade brasileira, naturalizando o lugar do negro na base da pirâmide social”. As favelas e periferias, compostas majoritariamente por populações negras, revelam como o racismo, o patriarcado e a desigualdade de classe se territorializam, reproduzindo uma forma de apartheid social.

A categoria de relações sociais de sexo, formulada por Hirata e Kergoat (2007), amplia essa análise ao demonstrar que a divisão sexual do trabalho não é neutra: ela reflete e reproduz o poder masculino sobre o trabalho feminino. Como explicam as autoras, “as relações sociais de sexo são relações de poder que estruturam a sociedade e atravessam as esferas da produção, da reprodução e da subjetividade” (Hirata; Kergoat, 2007, p.597). No Brasil, essas relações são ainda mais complexas, pois articulam-se com o racismo e com o histórico de escravização que moldou o trabalho doméstico como atividade “natural” das mulheres negras.

Ao analisarmos esses eixos de forma interdependente, observamos que a questão social é também uma questão racial, sexual e patriarcal, que se manifesta de modo intensificado nos territórios periféricos. Como ressalta Akotirene (2019, p.40), “a interseccionalidade é a ferramenta que permite compreender o funcionamento simultâneo e imbricado das opressões, desvelando o caráter estrutural das desigualdades”.

A interseccionalidade, portanto, não é apenas um recurso analítico, mas um instrumento ético-político para a prática profissional do Serviço Social. Ela desafia a categoria a reconhecer os sujeitos das políticas públicas em sua totalidade concreta, e não como meros destinatários de programas compensatórios. Ao considerar a vivência de mulheres negras periféricas, compreende-se que a luta pela universalização dos direitos sociais deve ser acompanhada pela desconstrução das hierarquias raciais e patriarcais que sustentam o modelo capitalista de exclusão.

Como lembra Angela Davis (2016, p.92), “a luta das mulheres negras não é apenas por igualdade de gênero, mas pela libertação de todas as pessoas oprimidas, porque elas vivem na intersecção de todas as opressões”. Essa é também a tarefa ética e política do Serviço Social latino-americano: atuar na mediação entre as determinações estruturais e as resistências cotidianas, reconhecendo nos territórios de vulnerabilidade não apenas a carência, mas a potência criadora da classe trabalhadora, feminina e negra.

6 INTERSECCIONALIDADE E TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE: DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

A realidade social das periferias latino-americanas e brasileiras evidencia que as desigualdades não se distribuem de maneira homogênea: elas se acumulam e se reforçam mutuamente. A perspectiva interseccional, proposta por Kimberlé Crenshaw (2002), revela que a opressão de uma mulher negra periférica não pode ser explicada isoladamente pelo racismo, pelo patriarcado ou pela classe social, mas pela articulação simultânea e interdependente dessas dimensões.

Crenshaw (2002, p.177) afirma que “as experiências das mulheres negras são moldadas por estruturas interligadas de dominação que produzem efeitos específicos de exclusão”. Essa noção desloca o olhar sobre as políticas sociais, mostrando que programas universais que ignoram as diferenças históricas e estruturais acabam reforçando as desigualdades que pretendem combater.

No Brasil, as políticas públicas de proteção social, especialmente a partir dos anos 2000, buscaram expandir o acesso à assistência e à renda. No entanto, como observa Yazbek (2009), “a focalização das políticas sociais em grupos específicos da pobreza tende a reforçar a seletividade e a fragmentação, reduzindo o alcance da cidadania”. Assim, políticas como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e os programas habitacionais não romperam com a lógica da dependência estrutural nem com a racialização da pobreza.

O conceito de território é central para compreender essa dinâmica. Para Milton Santos (2002, p.105), o território não é apenas um espaço físico, mas “um conjunto de usos e significados socialmente produzidos”. Nas periferias, o território expressa as contradições entre exclusão e pertencimento: é simultaneamente espaço de vulnerabilidade e de resistência.

As favelas do Rio de Janeiro exemplificam essa ambiguidade. São territórios estigmatizados e controlados pelo Estado por meio da militarização e da ausência de serviços públicos universais, mas também são espaços de produção de solidariedade, cultura e identidade. Como aponta Raquel Rolnik (2015, p.82), “as políticas urbanas e habitacionais brasileiras historicamente reproduzem desigualdades ao tratar as favelas como problemas a serem eliminados, e não como territórios de direitos”.

Ao observar essas dinâmicas pela lente da interseccionalidade, compreende-se que as vulnerabilidades territoriais são o resultado histórico da intersecção entre racismo, patriarcado e desigualdade de classe. Mulheres negras, chefes de família, compõem a maioria das moradoras desses territórios e enfrentam duplas ou triplas jornadas: trabalho doméstico remunerado, cuidado familiar e militância comunitária.

Como destaca Akotirene (2019, p.56), “a interseccionalidade, quando aplicada à política social, desvela o caráter estrutural do racismo e do sexismo institucional que orienta as ações estatais”. Isso significa que o Estado, ao não reconhecer essas interdependências, produz políticas neutras apenas na aparência, que acabam perpetuando a desigualdade sob a forma de cidadania parcial.

A prática profissional do Serviço Social, portanto, precisa incorporar a interseccionalidade como eixo analítico e ético. Como argumenta Iamamoto (2008, p.42), “o trabalho profissional é mediação entre a totalidade social e as particularidades da vida cotidiana”. Nesse sentido, atuar nas periferias exige compreender o território como totalidade viva, onde as expressões da questão social se materializam nas relações concretas de raça, gênero e classe.

Nas políticas de proteção social, reconhecer a interseccionalidade implica redefinir prioridades, práticas e formas de escuta. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados (CREAS), ao atuarem nesses territórios, precisam superar a visão tecnicista e fragmentada, adotando uma postura crítica que reconheça as histórias de resistência das comunidades.

Essa mudança também requer que o Estado reconheça as periferias como sujeitos políticos e não apenas como “populações vulneráveis”. Como lembra Dagnino (2004, p.96), “a cidadania insurgente nasce das margens e desafia a lógica da subalternidade”. A potência política das mulheres negras, das mães de vítimas da violência e dos coletivos periféricos demonstra que os territórios de vulnerabilidade são também territórios de produção de alternativas sociais.

Nessa perspectiva, a interseccionalidade oferece ao Serviço Social latino-americano um referencial crítico e decolonial. Ao articular as lutas de classe, gênero e raça, ela amplia a noção de emancipação humana, aproximando-a da realidade concreta dos sujeitos subalternizados. Como sintetiza Angela Davis (2016, p.134), “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se move com ela”. Essa afirmação simboliza a centralidade da interseccionalidade como horizonte ético-político na luta por justiça social e dignidade nos territórios periféricos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades na América Latina e no Brasil não podem ser compreendidas apenas

pela ótica econômica. Elas são expressões de uma totalidade complexa, que articula capitalismo dependente, racismo estrutural e patriarcado histórico.

As políticas de proteção social, ainda que fundamentais, permanecem limitadas por uma lógica de focalização e controle, que reforça o caráter seletivo do Estado. As mulheres negras e periféricas, ao mesmo tempo em que são as mais atingidas pelas vulnerabilidades, também se constituem como sujeitos políticos fundamentais, protagonizando resistências cotidianas e coletivas.

A interseccionalidade, ao evidenciar o entrelaçamento entre as opressões, oferece ao Serviço Social um instrumento teórico-metodológico potente para a análise e a intervenção nos territórios de vulnerabilidade. Ela possibilita compreender a totalidade social sem apagar as particularidades dos sujeitos, articulando a crítica estrutural com o compromisso ético com a emancipação humana.

Assim, entre a dependência e a resistência, a luta por políticas universais, anti racistas e anti patriarcais tornam-se um projeto de transformação social e de justiça histórica, capaz de reconhecer a dignidade dos sujeitos periféricos como protagonistas de um novo horizonte de direitos e solidariedade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CARLOTO, Cássia M. *Gênero, família e política social*. São Paulo: Cortez, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*. Rev. Estudos Feministas, v. 10, n. 1, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAGNINO, Evelina. *Cidadania insurgente: discursos e práticas políticas no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O Serviço Social e a Política Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

QUJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO, Buenos Aires, 2000.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SAWAIA, Bader Burihan. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2009



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ENTRE AFETOS E DIREITOS: INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA LGBTQIAPN+ E SERVIÇO SOCIAL

BETWEEN AFFECTION AND RIGHTS: LGBTQIAPN+ SOCIAL SECURITY INCLUSION AND SOCIAL WORK

Guilherme de Oliveira Armanini¹

Resumo: Este estudo analisa a intersecção entre afetividade, exclusão previdenciária e direitos sociais da população LGBTQIAPN+, destacando o papel do Serviço Social na promoção de políticas públicas inclusivas. A série tailandesa KinnPorsche: The Series (2022) é utilizada como metáfora crítica das experiências de marginalização, informalidade e estigmatização enfrentadas por pessoas LGBTQIAPN+. A pesquisa, de caráter qualitativo e interdisciplinar, integra análise de conteúdo audiovisual, revisão bibliográfica e levantamento documental de políticas públicas, legislações e dados estatísticos do Brasil e da Tailândia. A discussão evidencia que estigma, precarização laboral e informalidade impactam diretamente o acesso à seguridade social. Conclui-se que o Serviço Social deve atuar de forma ética, crítica e estratégica, promovendo equidade e universalidade dos direitos, integrando afetividade e justiça social como fundamentos da proteção social.

Palavras-chave: Serviço Social, LGBTQIAPN+, Previdência Social, Direitos Sociais, Informalidade.

Abstract: This study analyzes the intersection between affectivity, social security exclusion, and social rights of the LGBTQIAPN+ population, highlighting the role of Social Work in promoting inclusive public policies. The Thai series KinnPorsche: The Series (2022) is used as a critical metaphor for the experiences of marginalization, informality, and stigmatization faced by LGBTQIAPN+ people. The qualitative and interdisciplinary research integrates audiovisual content analysis, a literature review, and a documentary survey of public policies, legislation, and statistical data from Brazil and Thailand. The discussion highlights that stigma, job insecurity, and informality directly impact access to social security. The conclusion is that Social Work must act ethically, critically, and strategically, promoting equity and universality of rights, integrating affectivity and social justice as foundations of social protection.

Keywords: Social Work, LGBTQIAPN+, Social Security, Social Rights, Informality.

1 INTRODUÇÃO

A população LGBTQIAPN+ historicamente enfrenta marginalização, estigmatização e exclusão social, fenômenos que comprometem o acesso a direitos essenciais, incluindo a previdência social. Essa exclusão é intensificada por fatores interseccionais como gênero, raça, classe e deficiência, afetando especialmente indivíduos LGBTQIAPN+ negros, periféricos e com deficiência (Collins, 2024; Scott, 2001). A informalidade no trabalho constitui um fator central dessa vulnerabilidade, com taxas significativamente mais altas do que na população geral, tanto no Brasil quanto em contextos internacionais (IBGE, 2022; PNUD, 2023; World Bank, 2018). A invisibilidade social e a negação institucional de direitos não são recentes: resultam de uma herança histórica de normalização da heterossexualidade como parâmetro de cidadania. No Brasil, a ausência de políticas públicas que reconheçam a pluralidade das identidades e vínculos afetivos ainda reflete uma estrutura patriarcal e cisheteronormativa que, como observa Iamamoto (2013), fragmenta a universalidade da proteção social e reforça desigualdades.

A série tailandesa *KinnPorsche: The Series* (2022) é adotada neste estudo como metáfora crítica e cultural. Seu enredo, centrado em Porsche — jovem que transita entre trabalhos informais e clandestinos — ilustra a precarização econômica e o conflito entre sobrevivência, desejo e identidade. Ao retratar corpos dissidentes em um contexto de violência e ambiguidade afetiva, a narrativa revela as fissuras entre reconhecimento, afeto e direitos.

Em diversos contextos, a marginalização LGBTQIAPN+ assume feições distintas, mas convergentes: negação do direito à família, à saúde e à seguridade social. Esses fatores evidenciam que a exclusão previdenciária é menos uma questão administrativa e mais uma expressão da desigualdade estrutural (Fraser, 2024). Assim, o presente estudo busca compreender de que modo o Serviço Social pode atuar de forma estratégica e humanizada para promover inclusão previdenciária, considerando dimensões afetivas, culturais, legais e socioeconômicas.

2 DESENVOLVIMENTO

A informalidade laboral é um dos eixos centrais da vulnerabilidade LGBTQIAPN+. Segundo o IBGE (2023), cerca de 39 milhões de brasileiros trabalham informalmente, sem acesso à previdência ou garantias básicas. Entre pessoas LGBTQIAPN+, esse número é ainda mais expressivo, não apenas por questões econômicas, mas pela exclusão simbólica que

antecede o desemprego. Goffman (1982) define o estigma como a “marca social” que deteriora a identidade e impede o reconhecimento pleno do sujeito. Essa marca, quando associada à sexualidade ou à identidade de gênero, gera obstáculos que extrapolam o mercado de trabalho: dificultam a inserção em programas sociais, o acesso a benefícios e o reconhecimento de laços familiares. Assim, a ausência de proteção previdenciária é tanto um reflexo da informalidade quanto uma consequência do preconceito institucionalizado.

No caso brasileiro, a reforma trabalhista de 2017 ampliou a terceirização e flexibilizou contratos, enfraquecendo vínculos formais. Para muitos LGBTQIAPN+, a alternativa tem sido o trabalho autônomo, especialmente em plataformas digitais. No entanto, a lógica do “empreendedor de si mesmo” mascara a precarização — um processo que, segundo Bhattacharya (2023), integra o ciclo de reprodução social do capitalismo, transferindo ao indivíduo a responsabilidade por sua própria sobrevivência.

Em *KinnPorsche*, a informalidade não é apenas um pano de fundo: é o eixo que estrutura a vida do protagonista. O personagem trabalha em bicos, em espaços instáveis e perigosos, onde afeto e violência se confundem. Essa representação não é aleatória. Ao retratar um corpo queer que sobrevive à margem das leis, a série metaforiza o cotidiano de milhões de pessoas LGBTQIAPN+ que, ao buscarem sustento, enfrentam a constante negação de legitimidade social. A obra revela, de forma sensível, como o afeto pode ser simultaneamente espaço de acolhimento e de vulnerabilidade. Em sociedades onde a heteronormatividade ainda dita o ritmo da vida pública, as relações afetivas LGBTQIAPN+ se tornam atos de resistência e, paradoxalmente, um dos poucos refúgios diante da precarização social.

Ao relacionar cultura pop e política social, este estudo adota a série como ferramenta hermenêutica: um recurso para compreender a dimensão emocional do trabalho precarizado, algo muitas vezes ausente nas análises técnicas sobre previdência. Como observa Fraser (2024), “justiça social requer não apenas redistribuição, mas reconhecimento” — e o reconhecimento passa também pelo direito de existir afetivamente.

A Tailândia e o Brasil, embora distantes geograficamente, compartilham paradoxos semelhantes: legislações consideradas progressistas coexistem com práticas sociais discriminatórias. No caso tailandês, apenas 11% dos trabalhadores informais estão cobertos por fundos previdenciários, como o M.40 (World Bank, 2018). No Brasil, a cobertura do MEI e de contribuintes facultativos é insuficiente para alcançar a população LGBTQIAPN+ marginalizada.

Enquanto Taiwan e Canadá vêm implementando modelos previdenciários inclusivos, reconhecendo uniões homoafetivas e ampliando direitos de dependência, o Brasil ainda enfrenta barreiras jurídicas e culturais. No caso canadense, casais LGBTQIAPN+ têm direito integral à pensão por morte desde 2000 — uma conquista que demonstra que inclusão previdenciária é também reconhecimento civil. No Brasil, embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido a união estável homoafetiva em 2011, a efetivação previdenciária ainda depende de comprovações excessivas, o que perpetua a suspeita institucional. A comparação internacional reforça a importância de políticas que transcendam o discurso da diversidade e garantam mecanismos reais de proteção.

O Serviço Social, ao lidar diretamente com sujeitos em situação de vulnerabilidade, torna-se um agente estratégico para a efetivação dos direitos previdenciários. Contudo, como aponta Iamamoto (2013), o exercício profissional não pode restringir-se à burocracia institucional; ele deve ser mediado por uma leitura crítica da realidade social e pela defesa intransigente dos direitos humanos.

Nesse sentido, a prática profissional precisa incorporar uma abordagem interseccional, reconhecendo que gênero, sexualidade, raça e classe não são categorias isoladas, mas dimensões que se entrecruzam e moldam desigualdades. A atuação do assistente social junto à população LGBTQIAPN+ exige sensibilidade ética e capacidade de articulação política, sobretudo diante de resistências institucionais e normativas excludentes.

Entre as ações possíveis, destacam-se:

- A criação de campanhas educativas sobre previdência e direitos trabalhistas voltadas à população LGBTQIAPN+;
- A capacitação de profissionais de saúde e assistência social em diversidade sexual e de gênero;
- A proposição de políticas públicas de inclusão produtiva com perspectiva de gênero e sexualidade;
- A atuação conjunta com movimentos sociais na defesa de políticas de seguridade baseadas na equidade.

Mais do que garantir acesso formal à previdência, cabe ao Serviço Social promover a humanização dos processos, reconhecendo o sofrimento ético-político decorrente da exclusão e da violência simbólica. Afeto, nesse contexto, torna-se categoria política e instrumento de reparação social. A afetividade, muitas vezes tratada como aspecto subjetivo, é aqui

compreendida como dimensão concreta da cidadania. O acesso ao afeto — entendido como reconhecimento, vínculo e cuidado — é parte integrante da proteção social. Negar esse direito é perpetuar a exclusão.

A série KinnPorsche ajuda a visualizar essa tensão entre afeto e sobrevivência. Os personagens vivem relações intensas, mas sempre ameaçadas pela clandestinidade. Essa metáfora reflete a realidade de muitos LGBTQIAPN+ brasileiros, que encontram no afeto uma forma de resistência, mesmo diante da ausência de políticas públicas que os reconheçam como sujeitos de direito. Fraser (2024) e Collins (2024) convergem ao afirmar que a emancipação social requer tanto redistribuição material quanto valorização simbólica. Portanto, políticas previdenciárias inclusivas devem considerar também o direito ao reconhecimento afetivo e à convivência sem medo — pilares de uma sociedade verdadeiramente democrática.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidencia que a população LGBTQIAPN+ enfrenta vulnerabilidades estruturais profundas, especialmente no contexto do trabalho informal e da exclusão previdenciária. No Brasil, cerca de 39 milhões de trabalhadores atuam informalmente, muitos deles LGBTQIAPN+, privados de direitos básicos como aposentadoria, licença médica e proteção social (IBGE, 2023). A reforma trabalhista de 2017, ao flexibilizar relações laborais e ampliar a terceirização, intensificou a precarização, especialmente para grupos historicamente marginalizados. No mercado formal, a discriminação aumenta a dependência de atividades autônomas e informais, dificultando o acesso a benefícios previdenciários e programas sociais, enquanto a ausência de reconhecimento legal das famílias LGBTQIAPN+ limita a efetividade de políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Essas desigualdades não decorrem apenas da ausência de contribuição previdenciária, mas sobretudo da ausência de reconhecimento social e institucional. A informalidade laboral e a desproteção social que dela advêm expressam uma lógica mais ampla de exclusão, que atravessa gênero, sexualidade, classe e raça. Assim, milhões de pessoas LGBTQIAPN+ permanecem à margem do sistema de seguridade social não por escolha individual, mas por barreiras estruturais que negam legitimidade às suas formas de existência, de afeto e de trabalho. Essa marginalização reafirma que a questão

previdenciária não pode ser tratada apenas sob a ótica econômica, mas como parte da totalidade da questão social, que envolve desigualdade, opressão e negação de direitos fundamentais.

Comparativamente, a Tailândia, apesar de ser considerada um país progressista na Ásia em termos de direitos LGBTQIAPN+, apresenta desafios similares. Trabalhadores em plataformas digitais enfrentam discriminação e acesso limitado a fundos de seguridade social, como o M.40, que cobre apenas 11% desses profissionais (World Bank, 2018). Em ambos os países, a informalidade e a ausência de políticas públicas inclusivas reforçam desigualdades socioeconômicas, comprometem a saúde mental e aprofundam a exclusão previdenciária. Ainda que as narrativas culturais e religiosas apresentem particularidades distintas, a estrutura econômica neoliberal que rege ambas as sociedades converte a vida em mercadoria e o trabalho em um instrumento de sobrevivência precária — cenário que, para Fraser (2024), evidencia o deslocamento da proteção social para a autorresponsabilização individual, minando a solidariedade coletiva.

A série *KinnPorsche: The Series* (2022), ao retratar a precarização, a instabilidade econômica e as barreiras à inclusão afetiva e social, funciona como metáfora crítica das tensões enfrentadas por essa população. O universo simbólico da obra reflete os limites e contradições de uma sociedade que reconhece parcialmente as identidades dissidentes, mas ainda as submete a estigmas e silenciamentos. A afetividade apresentada na narrativa se torna campo de disputa política — o amor como forma de resistência e de reconstrução da dignidade negada. O enredo permite pensar o afeto como componente essencial da cidadania e da proteção social: o direito de ser amado, de amar e de existir sem medo é, também, um direito social. Diante desse cenário, o Serviço Social assume papel estratégico na promoção da inclusão previdenciária e da justiça social. Cabe-lhe articular práticas éticas, críticas e intersetoriais, que aliem a luta pela universalização dos direitos à valorização da diversidade humana. Propostas concretas incluem a implementação de programas de formalização do trabalho para trabalhadores informais LGBTQIAPN+; a criação de redes comunitárias e solidárias de suporte emocional, cultural e social; a integração de políticas públicas que articulem previdência, saúde mental, educação e proteção legal; e a capacitação contínua da população e dos profissionais sobre direitos e instrumentos legais.

A perspectiva interseccional, que considera gênero, sexualidade, raça, deficiência e classe, é essencial para que tais ações promovam equidade, dignidade e respeito à diversidade. O enfrentamento da exclusão previdenciária exige também o fortalecimento das políticas de

seguridade social como campo de resistência ao avanço do conservadorismo e da mercantilização da vida. O papel do Serviço Social, nesse contexto, é reafirmar o compromisso ético-político com a defesa dos direitos humanos e com a centralidade da vida em todas as suas expressões.

Ao situar o debate na América Latina, é possível perceber que a precarização do trabalho e a exclusão previdenciária da população LGBTQIAPN+ não são fenômenos isolados, mas sintomas de um modelo de desenvolvimento desigual e dependente. O capitalismo periférico latino-americano, sustentado pela exploração do trabalho informal e pela negligência estatal, cria uma massa de sujeitos descartáveis, cuja cidadania é condicional e seletiva. Nesse contexto, a população LGBTQIAPN+ se torna duplamente vulnerável: economicamente, pela informalidade; e simbolicamente, pela rejeição social e institucional.

O Serviço Social latino-americano, ancorado em um projeto ético-político comprometido com a emancipação humana, tem o desafio de enfrentar essas múltiplas opressões. Isso implica, mais do que atuar na gestão de políticas públicas, intervir criticamente na reprodução das desigualdades, questionando práticas discriminatórias e tensionando as estruturas que naturalizam a exclusão. A prática profissional deve se mover entre a micropolítica da escuta e o macrojeto da transformação social — articulando empatia e enfrentamento político.

Nesse sentido, torna-se fundamental recuperar o valor da afetividade como princípio ético-profissional. Afeto não é romantização da prática, mas reconhecimento da alteridade e compromisso com a dignidade do outro. Quando o Serviço Social acolhe o sofrimento social produzido pela exclusão, ele não apenas repara, mas reconfigura as formas de convivência coletiva. A atuação junto à população LGBTQIAPN+, portanto, deve considerar não apenas a garantia de direitos previdenciários, mas a construção de espaços de pertencimento e visibilidade. O avanço do neoconservadorismo e do discurso moralizante nas políticas sociais impõe novos desafios à profissão. Em um contexto de retração do Estado e ampliação de pautas excludentes, o reconhecimento das identidades LGBTQIAPN+ passa a ser alvo de disputas ideológicas. O Serviço Social, enquanto profissão regulamentada e de base humanista, precisa reafirmar que a defesa dos direitos dessa população não é militância identitária, mas expressão do compromisso com a universalidade da proteção social e com a defesa incondicional da vida.

A ética profissional exige que se supere a neutralidade e se assuma posição diante da injustiça. O Código de Ética do Assistente Social orienta para a promoção da liberdade, da

autonomia e da igualdade — valores incompatíveis com qualquer forma de preconceito. Ao aplicar esses princípios à realidade LGBTQIAPN+, o assistente social atua como agente de resistência e transformação, reconstruindo o sentido de cidadania no cotidiano das políticas públicas.

Em síntese, o enfrentamento da informalidade e da exclusão previdenciária demanda uma articulação macroestrutural de políticas públicas inclusivas, ancoradas na ética profissional e na participação social. O diálogo entre experiências nacionais e internacionais, bem como a reflexão crítica proporcionada por representações culturais como *KinnPorsche*, oferece subsídios valiosos para a construção de sociedades mais justas, solidárias e igualitárias. A superação das vulnerabilidades que atingem a população LGBTQIAPN+ não depende apenas de medidas administrativas ou ajustes legais, mas de uma mudança cultural profunda, capaz de reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da cidadania. Assim, a efetiva inclusão previdenciária e social dessa população passa pela união entre política pública, compromisso ético e sensibilidade humana — pilares fundamentais para a consolidação da dignidade, da equidade e da justiça social.

Em última instância, o afeto, entendido aqui como forma de reconhecimento, se transforma em resistência política. Garantir proteção social à população LGBTQIAPN+ é garantir o direito de existir plenamente, de amar sem medo e de envelhecer com dignidade. Este é o horizonte ético que deve orientar o Serviço Social contemporâneo — um horizonte que se constrói no encontro entre teoria e prática, entre solidariedade e coragem, entre humanidade e justiça.

REFERÊNCIAS

BHATTACHARYA, T. (Org.). *Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023.

COLLINS, P. H. *Intersecções letais: raça, gênero e violência*. São Paulo: Boitempo, 2024.

FRASER, N. *Destinos do feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2024.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de flexibilização do trabalho e proteção social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua 2023: Trabalho e Rendimento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

WORLD BANK. *Pension Provision in Thailand*. Washington, D.C.: The World Bank, 2018.

KinnPorsche: The Series. Direção: Krisda Witthayakhajornet, Tailândia, 2022.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Pró-Acadêmico de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

ENTRE AVANÇOS E RESISTÊNCIAS NA ASSEMBLEIA GAÚCHA¹ BETWEEN ADVANCES AND RESISTANCE IN ASSEMBLEIA GAÚCHA

Camile Correa da Silva
Daniela Rocha Drummond

Resumo: A democracia do Brasil enfrenta diversos desafios, e um deles é o da pouca pluralidade dos representantes nas instâncias de poder. Ainda hoje, a maioria dos eleitos continuam sendo homens, por isso, é de fundamental importância para estudos que abordem a participação política feminina. Por mais que tenhamos avançado politicamente com a Lei 14.192/2021, que estabeleceu regras para garantir igualdade nas campanhas eleitorais, proibiu propaganda depreciativa e tipifica a violência política de gênero como crime, a presença feminina na política ainda enfrenta barreiras estruturais, institucionais e até mesmo culturais. Durante os séculos, as mulheres foram excluídas da história, dos espaços políticos, dos espaços de poder e de decisão. O afastamento da política institucional reflete na ausência de voz, autonomia e direitos. Nossa pesquisa pretende refletir sobre a baixa participação feminina no estado do Rio Grande do Sul, analisando o perfil das deputadas eleitas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERS). Nossa pergunta de pesquisa é: Qual o perfil das deputadas estaduais do estado? Para responder essa questão, analisamos o perfil das 11 mulheres que ocupam atualmente as cadeiras de deputadas estaduais (56^a Legislatura). Ao todo a Casa tem 55 cadeiras, por isso é um número pequeno, se comparado aos 44 homens que ocupam as demais. Ao analisar o perfil das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul, alguns aspectos se destacam: a faixa etária e a alta escolaridade. Sete das onze eleitas têm mais de 50 anos, o que demonstra um perfil de mulheres mais experientes.

Palavras-chave: Participação Política Feminina, Mulheres na Política, deputadas estaduais do Rio Grande do Sul

Abstract: Brazilian democracy continues to face significant challenges, including the limited plurality of representatives in positions of power. Despite recent advances—such as Law 14.192/2021, which promotes gender equality in electoral campaigns and criminalizes gender-based political violence—women’s political participation remains constrained by structural, institutional, and cultural barriers. Historically excluded from political spaces and decision-making arenas, women continue to experience restricted autonomy and limited access to power. This study examines women’s underrepresentation in the state of Rio Grande do Sul by analyzing the profile of the female deputies elected to the Legislative Assembly (ALERS). The research asks: *What is the profile of the state’s female legislators?* Based on an analysis of the eleven women serving in the 56th Legislature—out of a total of fifty-five

¹ Esse trabalho faz parte do projeto Participação Política Feminina no Rio Grande do Sul, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PRO-IC) – Modalidade Incentivo à Pesquisa, de acordo com a Chamada Interna nº 03/2025.

seats—the findings indicate that women remain a numerical minority compared to their forty-four male counterparts. The results highlight two prominent characteristics among the female deputies: higher age distribution and elevated levels of formal education, with seven of the eleven representatives being over fifty years old. These patterns reflect both progress and persistent barriers in women's access to institutional politics in the region.

Keywords: Women's Political Participation, Women in Politics, Female State Legislators of Rio Grande do Sul

1 INTRODUÇÃO

A democracia brasileira enfrenta diversos desafios históricos, e um deles é o da baixa pluralidade dos representantes, com pessoas de diferentes raças, gêneros e classes sociais nas instâncias de poder, ou seja, a representação política diverge de como o Brasil é representado na sociedade, já que mulheres e negros possuem poucos representantes nos espaços de poder, mesmo sendo a maioria da população. Ainda hoje, a maioria dos eleitos, continuam sendo homens brancos, por isso é de fundamental importância o debate para a Ciência Política nacional e para a teoria política feminista, estudar e compreender a questão da participação política feminina, buscando analisar o perfil das eleitas.

Quando analisamos a questão da desigualdade política no país, percebemos o quanto esse aspecto é emergencial e preocupante, pois atualmente o Brasil ocupa a 133ª posição no ranking global de representação feminina no parlamento segundo os dados do Mapa das Mulheres na Política 2025, da ONU Mulheres. Se continuar no ritmo atual, a igualdade de gênero nos altos cargos de poder só acontecerá em 130 anos, em um cenário que conste crescimento e não retrocessos. É importante destacar que segundo o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população feminina no Brasil é de 104.548.325 mulheres, o que corresponde a 51,5% da população total.

Dado o contexto apresentado, nossa pesquisa pretende refletir sobre a baixa participação política das mulheres no estado do Rio Grande do Sul e analisar o perfil das deputadas eleitas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERS), utilizando a metodologia de análise de conteúdo. Nossa pergunta central dentro da pesquisa é: Qual o perfil das deputadas estaduais do estado do Rio Grande do Sul?

Para responder essa questão, nos propomos a analisar quem são as 11 mulheres que ocupam, atualmente, as cadeiras de deputadas estaduais do RS. Ao todo, a Casa tem 55 cadeiras, por isso é um número pequeno, se comparado aos 44 homens que ocupam as

demais. Traçamos e comparamos o perfil das eleitas na 56ª legislatura (2023- atual)

2 DESENVOLVIMENTO

De acordo com o artigo 10, parágrafo terceiro da lei nº 9.504/1997, conhecida como Lei de Cotas de Gênero “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo” (Brasil, 1997), entretanto, embora elas atinjam os 30% nas listas partidárias que é requisitado pela lei, não são eleitas nessa mesma proporção, mostrando que apenas a lei não oferece uma equidade na eleição, necessitando de mais medidas para que haja uma pluralidade representativa. Por mais que tenhamos avançado politicamente e socialmente, com a Lei 14.192/2021, que estabeleceu as regras para prevenir, reprimir e combater a violência política de gênero contra a mulher e garantir a igualdade nas campanhas eleitorais, proibindo propaganda depreciativa e tipifica a violência política de gênero como crime. Mesmo com avanços significativos para que a presença feminina na política, elas ainda enfrentam diversas barreiras, sendo essas estruturais, já que o Brasil possui desigualdades históricas como o modelo machista e patriarcal da sociedade, na qual as mulheres têm dificuldades em adentrar o espaço político, e de ganhar visibilidade e recursos até mesmo dentro de seus partidos.

Durante os séculos da construção da sociedade humana, as mulheres foram, e até hoje continuam sendo apagadas e caladas da história e excluídas dos espaços políticos, de espaços poder e de tomadas de decisão, e ficam restritas apenas ao espaço privado, cabendo a elas os papéis aos papéis tradicionais e culturais que a sociedade as vinculou, rótulos como, filhas, esposas e mães, sempre pertencendo a alguém e não a si mesmas. Como afirmou a única mulher que é ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, “nós mulheres ficamos dois mil anos caladas. Queremos o direito de falar” (Congresso em Foco, 2024). Reconhecemos que o afastamento das da política institucional reflete na ausência de voz, autonomia e direitos das mulheres (Biroli, 2014; Beauvoir, 2009; Pateman, 1993).

A participação feminina crescente na política, é uma das mais significativas conquistas das lutas sociais históricas, que foram travadas pelas revoluções e pelas feministas e suas diversas ondas (Drummond, 2020). A conquista do direito ao voto, da elegibilidade e da ocupação de cargos políticos é um dos resultados de uma luta coletiva, marcada por reivindicações e contestações do movimento feminista.

Atualmente, quase um século após a conquista do voto feminino no Brasil, mulheres de diferentes classes, raças e orientações sexuais podem ocupar os espaços nas instituições,

como no âmbito legislativo, nas câmaras federais e municipais e nas assembleias estaduais, trazendo novos pensamentos e articulando novas perspectivas, questionando as estruturas de poder, o patriarcado, o capitalismo e instituições e ampliando a pluralidade e a qualidade da democracia. Para compreender a baixa participação política das mulheres é preciso entender os obstáculos informais à participação e perceber que questões de opressões interseccionais como gênero, raça, classe, sexualidade e geração influenciam nessas questões. A dificuldade de participação das mulheres mais pobres, negras, indígenas e trabalhadoras do campo é maior. As instituições políticas modernas são ao mesmo tempo patriarcais, racistas e colonialistas (Elshtain, 1981; Collins, 2009; Pateman, 1993, 1996; Mohanty, 2003).

As análises da participação das mulheres têm se voltado para a ausência e a restrição da participação política delas, entretanto, é fundamental documentar que a ação política das mulheres tem seguido recursos alternativos, mas que também produzem efeitos no âmbito estatal. O movimento organizado de mulheres encontra maneiras de dar visibilidade às suas pautas por meio de campanhas, protestos, marchas e formas de participação nos espaços institucionais não restritos às pautas eleitorais (Biroli, 2018). É válido destacar que há movimentos feministas e de mulheres, com pautas que podem ser iguais ou distintas, como exemplo, iguais ao reivindicar a não violência de gênero e a maior participação política das mulheres em espaços institucionais, mas distintas em casos como o aborto, algumas contra e outras a favor.

Dado o problema da baixa representatividade institucional das mulheres no país, bem como as estratégias de participação política das mesmas por meio dos movimentos sociais, principalmente o feminista, mas também outros movimentos de mulheres mais conservadores, pretendemos nos debruçar sobre a participação política das mulheres no Rio Grande do Sul, bem como estudar a participação política institucional das eleitas à Assembleia Legislativa Estadual no período de 2023-2026, conhecendo o perfil das mulheres que participam institucionalmente, e avançar nossa pesquisa verificando quais pautas elas defendem.

Para isso, criamos um banco de dados com o perfil das deputadas estaduais 56^a legislatura do Rio Grande do Sul, com dados do site da ALERGS e de textos noticiosos, apresentando o nome completo, o partido, a raça, a idade e o grau de escolaridade das parlamentares, conforme exposto na tabela a seguir:

Tabela: Perfil das deputadas estaduais da 56ª legislatura do Rio Grande do Sul

Nome Completo	Partido	Raça/Cor	Idade	Grau de Escolaridade
Nadine Tagliari Farias Anflor (Delegada Nadine)	PSDB	branca	49 anos	Superior Completo
Adriana Vieira Lara	PL	branca	56 anos	Superior Completo
Bruna Liege da Silva Rodrigues	PCdoB	negra	38 anos	Superior Incompleto
Eliana do Nascimento Narvais Bayer	Republicanos	branca	42 anos	Superior Completo
Stela Beatriz Farias Lopes	PT	branca	61 anos	Superior Completo
Neiva Teresinha Marques (Kelly Moraes)	PL	branca	62 anos	Fundamental Completo
Laura Soares Sito Silveira	PT	negra	34 anos	Superior Completo
Luciana Krebs Genro	PSOL	branca	54 anos	Superior Completo
Patricia Bazotti (Patricia Alba)	MDB	branca	50 anos	Superior Completo
Sofia Cavedon Nunes	PT	branca	62 anos	Superior Completo
Silvana Maria Franciscatto Covatti	PP	branca	62 anos	Superior Incompleto

Fonte: As autoras

Ao analisar o perfil das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul, alguns aspectos se destacam: a faixa etária e a alta escolaridade, 7 das 11 eleitas têm mais de 50 anos, o que demonstra um perfil de mulheres mais experientes. As exceções são a mais jovem, Laura Sito, do Partido dos Trabalhadores (PT), que tem 34 anos e foi a primeira mulher negra a ocupar o cargo na história da instituição, o que demonstra que mesmo em passos lentíssimos, tem havido um aumento da pluralidade de mulheres.

Imagem 1: Laura Sito



Fonte: Laura Sito – PT Assembleia RS

Outra deputada jovem e negra que faz parte da atual bancada é Bruna Rodrigues, eleita pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ela também é procuradora especial da Mulher, para o período de 2025/2026 - em 10 anos de órgão institucional, é a primeira vez que uma parlamentar negra assume a procuradoria.

Imagem 2: Bruna Rodrigues (PCdoB)



Fonte: Hora do Povo

Todas as nove demais parlamentares têm idade acima de 40 anos. Entre elas, Eliane Bayer, do Republicanos, de 42 anos, que foi eleita em sua primeira candidatura a um cargo eletivo. Faz parte da Comissão da Mulher da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, um colegiado que visa promover o fortalecimento da presença e da participação feminina na política nacional. A deputada atuou na instalação de Frentes Parlamentares como Defesa da Saúde Da Mulher, Defesa da Saúde Do Homem, Defesa dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, Enfrentamento ao Suicídio e na Defesa de Liberdade Religiosa. Bayer foi empossada presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no dia 14 a 28 de novembro de 2024, em virtude de viagem internacional do então presidente, deputado Adolfo Brito (PP). Ela se tornou a primeira representante do partido Republicanos a ocupar o cargo.

Imagem 3: Bayer foi empossada presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no dia 14 a 28 de novembro de 2024



Fonte: Site Eliana Bayer

Outro aspecto relevante a ser mencionado é a alta escolaridade da maioria das parlamentares eleitas, dentre as 11 mulheres, 8 tem curso superior completo, 2 superior incompleto e somente uma cursou somente até o fundamental. A única mulher que não ingressou na faculdade antes de se tornar a parlamentar na ALERS é Kelly Moraes, do Partido Liberal (PL). Ingressou na política quando seu marido foi prefeito de Santa Cruz do Sul e ela foi Secretária da Saúde (interina) e de Desenvolvimento Social no município, depois foi deputada federal e prefeita, antes de se tornar deputada estadual.

A constatação de tais aspectos etários e de nível de escolaridade, nos faz refletir se há um perfil de mulheres consideradas “adequadas” pelo eleitorado. Percebendo que poucas se distinguem nessas questões e na questão racial.

Analisando a presença feminina na política, nota-se que é o resultado das constantes lutas femininas e sociais, de um processo longo e cansativo, marcado pela resistência, resiliência, pelas conquistas e pela luta contra o retrocesso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste trabalho evidenciam que, apesar dos avanços

institucionais e legais no campo da participação política feminina, a presença das mulheres na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul permanece marcada por profundas assimetrias numéricas, sociais e estruturais. O fato de apenas 11 mulheres ocuparem cadeiras entre os 55 assentos da Casa demonstra que os obstáculos históricos que afastaram as mulheres da política ainda não foram superados, reforçando um padrão de sub-representação que acompanha todo o sistema político brasileiro.

A partir do perfil das deputadas da 56ª legislatura, observou-se que a alta escolaridade e a maior faixa etária predominam entre as eleitas, revelando que as mulheres só têm alcançado o espaço institucional quando atendem a requisitos que ultrapassam aqueles exigidos socialmente para os homens. A análise também ressalta a ainda tímida presença de mulheres negras, embora suas trajetórias representem conquistas importantes, como no caso de Laura Sito e Bruna Rodrigues, que rompem barreiras raciais e inauguram espaços historicamente negados.

Os dados discutidos reforçam que as desigualdades de gênero e raça moldam não apenas o acesso das mulheres à política, mas também a forma como são incorporadas pelas instituições. Mesmo com marcos legais como a Lei nº 14.192/2021 e as cotas de gênero estabelecidas na Lei nº 9.504/1997, persistem mecanismos informais de exclusão, práticas de violência política e estruturas partidárias que dificultam o pleno exercício da cidadania feminina, sobretudo para mulheres negras, indígenas, jovens e de classes populares.

Portanto, este estudo demonstra que o avanço da participação feminina na Assembleia Gaúcha é real, porém insuficiente diante da magnitude do déficit democrático observado. Para que a política represente de fato a pluralidade social brasileira, é necessário aprofundar mecanismos de incentivo à participação, fortalecer políticas de enfrentamento à violência política de gênero e ampliar a presença de diferentes perfis de mulheres nos espaços de poder. Somente assim será possível transformar a representação feminina em um componente estruturante da democracia, e não apenas em resultado de trajetórias individuais de resistência.

Por fim, o trabalho reafirma a relevância de pesquisas sobre gênero e política no contexto brasileiro, contribuindo para a compreensão das barreiras persistentes e das possibilidades de transformação. A presença das mulheres na ALERS – ainda que limitada – revela tanto os avanços conquistados quanto às resistências que permanecem, evidenciando que a pluralidade na política é um processo em construção, sustentado pela mobilização social, pela ação institucional e pela continuidade do debate na academia.

REFERÊNCIAS

- BAYER, Eliana. **Deputada Eliana Bayer assume a presidência da Assembleia Legislativa do RS a partir de 14 de novembro**. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.elianabayer.com.br/post/deputada-eliana-bayer-assume-a-presid%C3%Aancia-da-assembleia-legislativa-do-rs-a-partir-de-14-de-novembr>. Acesso em: 16 nov. 2025.
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. 2009.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 2014.
- BRASIL. **Lei nº 9.504/1997; Lei nº 14.192/2021**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2025.
- CONGRESSO EM FOCO. **Cármen Lúcia sobre mulheres: “Ficamos dois mil anos caladas”**. 2024. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/111855/carmen-lucia-sobre-mulheres--ficamos-dois-mil-anos-caladas>. Acesso em: 16 nov. 2025.
- DRUMMOND, Daniela Rocha. **A quarta onda do movimento feminista no jornalismo brasileiro e português: um estudo sobre as coberturas jornalísticas da Folha de S. Paulo e do Público (2013–2018)**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- HORA DO POVO. **Polícia prende suspeito de cometer ataques racistas contra a deputada gaúcha Bruna Rodrigues**. 15 nov. 2024. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/policia-prende-suspeito-de-cometer-ataques-racistas-contr-a-deputada-gaucha-bruna-rodrigues/>. Acesso em: 16 nov. 2025.
- MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 2014.
- MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Durham: Duke University Press, 2003.
- ONU MULHERES. **Mapa das Mulheres na Política 2025**. Disponível em: <https://www.unwomen.org>. Acesso em: 16 nov. 2025.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. In: DI STEFANO, Christine et al. **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós, 1996. p. 31–52.
- PT ASSEMBLEIAS. **Perfil da deputada Laura Sito**. Disponível em: <https://ptassembleiars.org.br/laura-sito/>. Acesso em: 16 nov. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpa.edu.br/tema/tema-nao-servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ENTRE O VOTO E O VETO: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NO BRASIL

BETWEEN THE VOTE AND THE VETO: WOMEN'S POLITICAL PARTICIPATION IN BRAZIL

Maria Teresa Petrucci Corrêa Machado Gomes¹

Resumo: Este artigo analisa a participação política das mulheres no Brasil, a partir da noção de “pêndulo democrático”, proposta por Avritzer (2018), que evidencia a alternância entre períodos democráticos e de regressão democrática. Assim, objetiva-se compreender, sobretudo, dois elementos: a) que as conquistas das mulheres no âmbito político não seguem um percurso linear, apresentando avanços e recuos; b) que períodos de regressão democrática podem ser intensificados pelo machismo, racismo, classismo e demais preconceitos. Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se em revisão bibliográfica, articulando os conceitos de “pêndulo democrático” e de “interseccionalidade”. Conclui-se que, embora tenham ocorrido importantes conquistas, como a criação de leis de proteção à participação política feminina, persistem barreiras e violências que restringem a presença das mulheres, sobretudo das mulheres negras, nos espaços de poder.

Palavras-chave: participação política feminina; democracia; interseccionalidade.

Abstract: This article analyzes the political participation of women in Brazil, based on the notion of the "democratic pendulum" proposed by Avritzer (2018), which highlights the alternation between democratic periods and democratic regression. The objectives are to understand, above all, two elements: a) that the achievements of women in the political sphere do not follow a linear path, showing advances and setbacks; b) that periods of democratic regression can be intensified by sexism, racism, classism, and other prejudices. Methodologically, the study is based on a literature review, linking the concepts of "democratic pendulum" and "intersectionality." It concludes that, although significant achievements have been made, such as the creation of laws protecting women's political participation, barriers and violence persist that restrict the presence of women, especially Black women, in positions of power.

Keywords: female political participation; democracy; intersectionality.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense; e-mail: mteresapcmg@gmail.com

Leonardo Avritzer (2018), em seu artigo intitulado “O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018”, defende que a trajetória democrática brasileira é marcada por um movimento pendular, no qual se alternam períodos democráticos e de regressão democrática. Segundo o autor, os momentos democráticos são aqueles em que os resultados eleitorais não são contestados e as instituições da contrademocracia reconhecem sua posição subordinada à soberania popular. Os períodos de regressão, por sua vez, se caracterizam pelo questionamento dos resultados eleitorais, associados ao fortalecimento das instituições da contrademocracia.

A ideia de oscilação entre períodos democráticos e de regressão democrática também é evidenciada em outras produções acerca da história política brasileira. Duriguetto e Demier (2017) apontam, por exemplo, que o golpe de 1964 representou uma reação à intensificação das mobilizações populares por reformas estruturais no início da década de 1960. O golpe, portanto, interrompeu o processo democrático que estava em curso, consolidando um modelo de desenvolvimento que aprofundava a dependência econômica do Brasil em relação aos países centrais. Logo, essa ideia reforça a noção de que a história política do Brasil é atravessada por alternâncias entre momentos de ampliação e retração democrática.

Com este trabalho, busca-se compreender as alternâncias entre avanços e retrocessos a partir da participação política feminina. Para tanto, o trabalho está estruturado em uma seção principal e uma subseção complementar. A seção principal discute momentos de expansão e recuos na história da participação política das mulheres no Brasil. Já a seção complementar dedica-se a uma análise interseccional, cujo propósito é compreender de que modo os períodos de regressão democrática podem ser intensificados pelo machismo, racismo, classismo e demais formas de preconceito.

2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA: AVANÇOS E RECUOS

Neste trabalho, a análise dos avanços e retrocessos relacionados à participação política das mulheres no Brasil terá como ponto de partida o ano de 1932, quando o voto secreto e a elegibilidade feminina foram instituídos no país por meio do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro, em resposta às mobilizações feministas em prol da reforma do sistema eleitoral. Esse marco foi consolidado com a sua inclusão no artigo 108 da Constituição de 1934 (Soihet, 2012). Embora se apresente como uma conquista importante, o sufrágio universal ainda não havia sido plenamente alcançado neste momento.

No Brasil, como observa Coutinho (1999), esse processo apenas se efetivou com a Constituição de 1988, que eliminou a restrição ao voto para pessoas não alfabetizadas. Sob essa perspectiva, apesar da conquista formal do direito ao voto feminino em 1932, muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, permaneceram à margem do processo eleitoral, uma vez que a herança do período de escravização continuava a lhes negar o acesso pleno à educação.

Avançando na história, o ano de 1997 é marcado por um novo avanço democrático: a promulgação da Lei 9.504/1997, que determina a reserva mínima de 30% e máxima de 70% das candidaturas por gênero. No entanto, assim como ocorreu com a conquista do direito ao voto e da elegibilidade feminina, não se pode falar em um avanço pleno. Dados do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) revelam que a cota mínima de 30% de candidaturas por gênero foi descumprida em mais de 700 municípios brasileiros no ano de 2024. Identificaram-se também casos em que mais de um partido, em um mesmo município, deixou de cumpri-la.

Essa dinâmica evidencia o caráter das “democracias blindadas” e, consequentemente, a limitação do uso democrático do sistema político, conforme argumentam Duriguetto e Demier (2017). A impermeabilidade dos núcleos decisórios às demandas populares compromete o pleno cumprimento dos direitos formalmente assegurados, ainda que protegidos pelo aparato legal.

Assim, enquanto nas democracias *welfareanas* as organizações dos trabalhadores tinham nas representações políticas socialdemocratas (algumas até formalmente comunistas) uma mediação para que suas demandas reformistas fossem tematizadas nas instâncias institucionais, “[...] as *democracias blindadas* têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares [...]” (Demier, 2012, p. 8, grifos do autor apud Demier; Duriguetto, 2017, p. 10-11).

Neste cenário de avanços e recuos, que expõe a fragilidade dos direitos já conquistados, a história da participação política feminina atinge um grande feito no ano de 2010: Dilma Rousseff, candidata do PT (Partido dos Trabalhadores), é eleita a primeira mulher presidenta do Brasil, ao vencer o segundo turno das eleições contra José Serra, candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). A presidenta foi reeleita, em

2014, no segundo turno, contra Aécio Neves, também do PSDB. No entanto, em 2016, Dilma foi impedida de finalizar o seu mandato, ao sofrer um golpe².

De acordo com Avritzer (2018), o golpe se deu através de alegações muito frágeis, considerando que a prática das chamadas pedaladas fiscais não representava um comportamento exclusivo da presidenta, sendo também adotada por outros presidentes e governadores. Além disso, de acordo com o autor, houveram fortes indícios de acordos políticos articulados com o objetivo de retirar Dilma Rousseff da presidência. Portanto,

[...] o atual regime democrático blindado se mostra capaz de, por meio dos seus próprios procedimentos constitutivos, substituir peças políticas incômodas quando for necessário para o capital sem ter de alterar o próprio regime como antes era o padrão clássico dos golpes políticos. [...]. É uma democracia tão blindada que se mostra capaz de caçar o sufrágio universal de 54,5 milhões de brasileiros sem ter que recorrer a um golpe de força” (Demier, 2016, não paginado apud Duriguetto; Demier, 2017, p. 14).

Antes mesmo da conclusão formal do *impeachment*, Michel Temer, já no exercício da presidência, editou a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, extinguindo ministérios e secretarias, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres. A medida buscava romper com qualquer associação entre o novo governo e uma agenda de direitos sociais e da diversidade, interrompendo a trajetória de expansão de conquistas iniciada com a Constituição de 1988 (Avritzer, 2018). Ainda em 2016, Duriguetto e Demier (2017) explicam que tramitaram no Congresso Nacional projetos que atacavam especificamente as mulheres, os segmentos LGBTQIAPNB+ e os grupos étnico-raciais. Assim, essas medidas representam uma regressão no pêndulo democrático, como defende Avritzer (2018).

Diante da ruptura entre eleições, representação e políticas públicas³, Avritzer (2018) levanta uma questão para o ano de 2018: até onde irá se dar a reversão pendular da experiência democrática inaugurada com a Nova República? À época da publicação de seu artigo, em 2018, a democracia brasileira sofreu mais um golpe. Desta vez, o golpe não foi institucional,

² Foi um golpe no governo articulado por parte dos aparelhos do Estado como o Parlamento, o Judiciário (com aval da Suprema Corte) e a Polícia Federal; pelos oligopólios da mídia, que atuaram abertamente como os grandes fomentadores e indutores do *impeachment*; e pela atuação ativa das diferentes frações das classes dominantes e dos setores médios. Não foi um golpe no regime político, e sim – reiteramos – no governo, o que foi possível pelo próprio funcionamento da institucionalidade democrática restrita, blindada (Duriguetto; Demier, 2017, p. 14).

³ A adaptação do Estado a um novo patamar de gastos se dá colocando na agenda, de forma não eleitoral, a redução de gastos fundamentais nas áreas de educação, ciência e tecnologia, saúde e previdência social, ao mesmo tempo que são preservados os gastos e salários das corporações judiciais. No entanto, o problema que o corte nas políticas públicas coloca é claro: não parece que o programa de cortes nas despesas do Estado tenha apoio público ou viabilidade eleitoral (Avritzer, 2018, p. 297).

como no caso do impeachment de Dilma Rousseff, mas orquestrado diretamente contra a vida de uma representante eleita: Marielle Franco foi assassinada no exercício de seu mandato enquanto vereadora do Rio de Janeiro.

Após um cenário marcado por intensa violência, a participação política das mulheres registrou um avanço importante em 2021, com a sanção da Lei nº 14.192, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher (VPCM). Assim como outras formas de violências de gênero já reconhecidas, a VPCM engloba agressões de caráter físico, psicológico, moral, sexual e patrimonial que tenham como objetivo limitar ou impedir a participação feminina na vida pública, política e partidária (Matos, 2022).

Aproximando-se do contexto mais recente, em 2022, após a derrota nas eleições para o presidente Lula, Jair Bolsonaro questionou a legitimidade dos resultados eleitorais, contribuindo para um cenário de instabilidade política. Tendo a sua eleição consolidada, a atual gestão do governo Lula promoveu, em 2023, a recriação do Ministério das Mulheres com *status* autônomo, revertendo a extinção ocorrida durante o governo de Michel Temer.

Diante desses fatos, o Quadro 1, apresentado a seguir, sintetiza os principais marcos históricos da participação política feminina no Brasil, discutidos até aqui, destacando os momentos de avanços e recuos ao longo dos anos. As setas para cima indicam os períodos de conquistas e fortalecimento da presença das mulheres nos espaços políticos, enquanto as setas para baixo evidenciam os retrocessos e desafios enfrentados nesse percurso. Essa visualização permite compreender a dinâmica pendular que caracteriza a trajetória da participação política feminina no país.

Quadro 1 – Marcos da participação política feminina no Brasil

Ano	Marco	Tipo
1932	Direito ao voto e à elegibilidade para mulheres	↑
1988	Constituição garante igualdade de gênero e estende o voto a pessoas não alfabetizadas	↑
1997	Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições): reserva mínima de 30% e máxima de 70% das candidaturas por gênero	↑

2010	Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher presidenta do Brasil	↑
2016	MP 726 rebaixa a Secretaria de Políticas para as Mulheres e funde-a ao Ministério da Justiça e Cidadania	↓
2016	Dilma Rousseff sofre o golpe	↓
2018	Marielle Franco é assassinada	↓
2021	Lei nº 14.192/2021: combate à violência política de gênero	↑
2023	Recriação do Ministério das Mulheres com status autônomo	↑

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, torna-se fundamental reconhecer que mesmo os períodos marcados por retrocessos democráticos não são desprovidos de seu caráter político. Ao contrário do que pode parecer, esses momentos também são atravessados por intensas disputas e pela correlação de forças. A repressão à presença de mulheres nos espaços de poder, como no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, por exemplo, revela que os recuos democráticos também se apresentam como momentos de ação política organizada. Como destaca Avritzer (2018), no contexto da Nova República, o *impeachment* manteve-se como um instrumento fortemente político, em contraste com tradições como a norte-americana e a francesa, nas quais é virtualmente impossível impedir um presidente.

Após essa breve retrospectiva acerca de momentos importantes da participação política feminina no Brasil, destacando seus avanços e recuos, é pertinente discutir um elemento que, ainda na contemporaneidade, aprofunda a “regressão democrática” (Avritzer, 2018): o preconceito. Como evidenciado no início deste artigo, muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, permaneceram à margem do processo eleitoral mesmo após a conquista do direito ao voto, em 1932, em razão de não possuírem acesso à educação. Sendo assim, será discutido, a seguir, o conceito de interseccionalidade articulado à participação política.

2.1 Aprofundamento da “regressão democrática”: notas sobre a interseccionalidade

No contexto da participação política feminina, o conceito de pêndulo, proposto por Avritzer (2018), permite compreender os avanços e retrocessos na presença das mulheres nos

espaços institucionais. Defende-se que, ainda hoje, fatores como o machismo, o racismo, o classismo e outros marcadores sociais aprofundam o movimento de regressão democrática, restringindo o pleno exercício da cidadania feminina. Nesse sentido, propõe-se a utilização de uma análise interseccional para compreender como diferentes formas de opressão podem se articular e reforçar barreiras à participação política das mulheres.

O conceito de interseccionalidade surge a partir das experiências e lutas das mulheres negras que, desde as décadas de 1960 e 1970, denunciaram as limitações dos movimentos feministas, antirracistas e sindicais em reconhecer as múltiplas dimensões da opressão que enfrentavam. Suas raízes remontam ao Feminismo Negro estadunidense, que articulava críticas às desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade (Collins e Bilge, 2021; Guimarães, 2024). Diante desse contexto, na década de 1980, a jurista Kimberlé Crenshaw cunhou o termo “interseccionalidade” para evidenciar como diferentes “eixos de poder” atuam de forma simultânea na produção das desigualdades sociais. Assim,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Almeida *et al* (2024) destacam a importância da utilização da categoria interseccionalidade para compreender os fundamentos dos processos de exploração, dominação e opressão que estruturam as relações sociais no capitalismo. Nesse sentido, afirmam que, como ferramenta analítica, a interseccionalidade não trata as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia, faixa etária, entre outras, de forma isolada, mas como elementos inter-relacionais. Não se trata, nesse sentido, da mera soma de identidades, mas da forma como os corpos são atravessados por essas estruturas, influenciando suas vivências e posições sociais.

Nesse momento, torna-se pertinente ressaltar que o conceito “interseccionalidade” não está isento de críticas e que sua utilização não é consensual no âmbito acadêmico. Danièle Kergoat traz à tona a problemática da consubstancialidade, elaborada a partir do final dos anos de 1970. Segundo a autora,

A idéia de consubstancialidade [...] não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento

dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca (Kergoat, 2010, p. 100)

Kergoat (2010) problematiza a metáfora espacial associada ao conceito de interseccionalidade, segundo a qual raça, classe, gênero e outros marcadores se cruzariam como linhas em um mapa. Para a autora, essa representação tende a naturalizar as categorias analíticas, tratando-as como fixas e independentes. Em contraposição, defende que essas dimensões devem ser compreendidas como relações sociais dinâmicas, historicamente construídas e mutuamente constitutivas, que se produzem de modo consubstancial.

Na perspectiva de Hirata (2014), o ponto central da crítica de Kergoat ao conceito de interseccionalidade é que a categoria não se volta para as relações sociais fundamentais (classe, sexo e raça) em sua plena complexidade. Segundo a autora, de acordo com Kergoat, a análise interseccional tende a privilegiar o par gênero-raça, negligenciando a dimensão da classe social. Hirata ressalta, por fim, que um ponto maior de convergência entre ambos os conceitos é a proposta de não hierarquização das formas de opressão.

A partir dessa discussão, conclui-se que, neste trabalho, opta-se pelo uso do termo "interseccionalidade", cuja origem relaciona-se com as demandas das mulheres negras. Embora a noção de consubstancialidade forneça importantes contribuições para compreender a articulação entre gênero, raça e classe, sendo, inclusive, preferida por alguns estudiosos, a interseccionalidade, por sua vez, permite maior flexibilidade em relação à inclusão de outros marcadores sociais que, conforme sustentado por essa análise, ampliam a compreensão das dinâmicas de poder.

Isso posto, entende-se que a articulação de opressões, proposta pela noção de interseccionalidade, pode ser bem observada nas trajetórias traçadas por mulheres negras na política institucional brasileira. Um dos casos que melhor ilustram essa ideia é a jornada de Benedita da Silva, primeira mulher negra vereadora no Rio de Janeiro. Tendo vivido por muitos anos na favela do Chapéu-Mangueira, sua experiência evidencia a dimensão de classe, que se articula ao machismo e ao racismo. A atual deputada relata que o ódio, o machismo e o racismo sempre cruzaram o seu caminho:

Imagine, em 1982, em plena ditadura, eu, mulher negra e favelada, tornei-me a primeira vereadora do Rio de Janeiro. Claro que não foi nada fácil. Aqueles homens bem-nascidos, ricos, não gostavam muito de uma mulher por lá, ainda mais negra e que morava na favela. Houve campanha de difamação, agressão por palavras e gestos. Episódios de racismo velado e também do tipo descarado. Mas eu segui em

frente, com a espinha ereta e um propósito: melhorar a vida da minha comunidade, das mulheres, da população negra, dos mais pobres, alcançar a democracia (Silva, 2022, p. 36).

Ao assumir o cargo de deputada, o preconceito persistiu. Benedita relatou que não era tratada da mesma forma que os colegas brancos, destacando que o racismo não respeita nem mesmo a autoridade conferida pelos votos. Os relatos de Benedita da Silva dialogam com as reflexões de Talíria Petrone (2022) acerca da histórica exclusão de determinados grupos da política brasileira. Segundo a deputada federal, desde os tempos coloniais, o poder no país tem sido concentrado nas mãos de uma elite que se beneficia da exploração das classes populares. A presença de mulheres negras nesses espaços representa uma ameaça a essa estrutura de privilégios. Entre as diversas formas de violência enfrentadas, Talíria descreve:

Desde os primeiros meses do mandato, nossa página pública no Facebook já registrava de modo cotidiano diversas ameaças, difamações, ofensas, mensagens carregadas de racismo e misoginia. Não é razoável conviver com mensagens como “negra nojenta”, “volta pra senzala”, “puta”, “vagabunda”, “se encontro na rua dou paulada”, “merece uma 9mm na nuca, essa safada”, “tem que morrer, desgraçada”, “precisa de um pau grosso e que doa muito”. Depois da execução de Marielle, as mensagens que passaram a chegar extrapolavam ainda mais o tom: “essa é a próxima a ter a cara furada”; “você merece morrer com um tiro na cara para estragar o velório, macaca fedorenta”, diziam (Petrone, 2022, p. 191).

Embora ofensas como “puta” e “vagabunda” possam atingir todas as mulheres, algumas outras como “volta pra senzala” ou “macaca fedorenta” são exclusivamente direcionadas às mulheres negras. Quando mulheres democraticamente eleitas são alvo de violências tão vis, a democracia perde e sofre uma profunda regressão. Daí a importância de analisar a participação política feminina sob uma perspectiva interseccional e, mais do que isso, compreender como o machismo, o racismo, o classismo e outras formas de opressão aprofundam as regressões democráticas. Cumpre destacar que esse tipo de violência é inaceitável em qualquer circunstância e atinge todas as mulheres, bem como a sociedade como um todo. A ênfase dada às mulheres eleitas decorre do recorte temático deste trabalho, e não da ideia de que tais agressões sejam menos graves quando dirigidas a outras mulheres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como aponta Avritzer (2018), a democracia brasileira é atravessada por um movimento pendular. Em determinados momentos históricos, elites e massas partilharam um

entusiasmo democrático que favoreceu a ampliação da soberania popular e dos direitos, como se viu nas conjunturas de 1946 e de 1985 a 1988, com a redemocratização, a realização de eleições diretas e a promulgação da Constituição de 1946 e 1988. No entanto, os eventos ocorridos a partir de 2013 indicam uma regressão pendular, revelando que a trajetória democrática no Brasil está longe de ser linear. Ao contrário, ela é marcada por avanços e rupturas. Nesse sentido, os resultados eleitorais, por exemplo, passam a ser contestados, evidenciando as fragilidades da democracia no país.

De forma similar, constata-se que a participação política das mulheres também é marcada por esse movimento de avanços e recuos. Como lembra Avritzer (2018), desde 1946, somam-se quase 80 anos de processos pendulares no Brasil. O país também conta com 93 anos desde a conquista do voto e da elegibilidade feminina e com 37 anos desde a conquista do sufrágio universal, que passou a incluir pessoas não alfabetizadas. Nesse contexto, evocam-se os 38 anos de vida e luta de Marielle Franco, os então 77 anos de trajetória de Dilma Rousseff e os muitos anos de enfrentamento de tantas outras mulheres que vêm, há décadas, desafiando os limites impostos à sua presença nos espaços políticos e partidários.

Apesar de todos esses anos de luta e das conquistas alcançadas, persistem barreiras significativas à efetiva participação das mulheres na política institucional. A sub-representação nos espaços de poder e as diferentes formas de violência política contra a mulher demonstram que a democracia ainda está distante de sua plena realização. Há, portanto, muito a conquistar, e o reconhecimento das trajetórias das mulheres que abriram caminhos deve servir como impulso para a continuidade da luta por espaços livres do desrespeito, do preconceito e de todas as formas de silenciamento que ainda limitam a voz das mulheres na vida pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de [et al.]. Famílias negras e serviço social. In: GAMA, Andréa de Sousa; SILVA, Ana Paula Procópio da (org.). **Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social**. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-genero-familia-e-trabalho-brquestoes-atuais-para-o-servico-social>>. Acesso em 26 de novembro de 2024.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise de 2013-2018. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 06 de jun. de 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>. Acesso em 10 de jun. de 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 726**, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv726.htm>. Brasília: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Lei nº 14.192**, de 04 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14192.htm>. Acesso em 10 de jun. de 2025.

BRASIL. **Nota Técnica n.º 6/2024** – Cota de gênero nas eleições municipais: participação feminina por partidos e federações. Brasília: Observatório Nacional da Mulher na Política, 2024. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2025/02/Estudo-cota-participacao-feminina-eleicoes-municipais-por-partidos-e-federacao.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. São Paulo: **Perspectivas**, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTp4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 4 dez. 2024.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. DEMIER, Felipe. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argum.**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, maio./ago. 2017.

GUIMARÃES. Cláudia Domingues. Masculinidades negras e saúde no Brasil em perspectiva interseccional. In: GAMA, Andréa de Sousa; SILVA, Ana Paula Procópio da (org.). **Gênero, família e trabalho**: questões atuais para o serviço social. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-genero-familia-e-trabalho-brquestoes-atuais-para-o-servico-social>>. Acesso em 06 de novembro de 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, p. 93-103, 2010.

PETRONE, Talíria. Até que todo corpo de mulher seja livre. In: ÁVILA, Manuela D' (org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

SILVA, Benedita da. Violências estruturais na trajetória de uma mulher negra. In: ÁVILA, Manuela D' (org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanesi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MATOS, Marlise. Para saber mais – A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. In: ÁVILA, Manuela D' (org.). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.



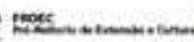
3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ENTRE PAQUITOS E A SUJEITA UNIVERSAL: BRANQUITUDE, RACISMO E TRANSFOBIA NAS CONFERÊNCIAS DOS DIREITOS DAS MULHERES NO RS E NACIONAL EM 2025

ENTRE PAQUITOS Y LA SUJETA UNIVERSAL: BLANQUITUD, RACISMO Y TRANSFOBIA EN LAS CONFERENCIAS DE LOS DERECHOS DE LAS MUJERES EN RIO GRANDE DO SUL Y A NIVEL NACIONAL EN 2025

Lins Robalo¹
Izabel Belloc²

Resumo: O artigo “Entre Paquitos e a Sujeta Universal: branquitude, racismo e transfobia nas conferências dos direitos das mulheres” analisa criticamente como a lógica da branquitude e da heterocisnormatividade se reproduz nas dinâmicas políticas e discursivas das conferências dos direitos das mulheres no Rio Grande do Sul e na Conferência Nacional. A partir de uma perspectiva interseccional e decolonial, discute-se a construção da chamada sujeita universal do feminismo — uma figura política marcada pela invisibilização das mulheres negras e trans — e suas implicações na formulação de políticas públicas. O termo “Paquitos da Branquitude” é mobilizado como metáfora crítica para descrever sujeitos e práticas que, mesmo em espaços progressistas, reiteram hierarquias raciais e de gênero sob a aparência da neutralidade universal. O estudo articula análise documental e observação de discursos institucionais, evidenciando como o feminismo hegemônico, ao reivindicar representatividade, tende a reproduzir exclusões estruturais. Conclui-se que repensar o sujeito político do feminismo é condição para a construção de agendas efetivamente plurais e antirracistas nas políticas para as mulheres.

Palavras-chave: Branquitude, transfobia, sujeita universal

Resumen: El artículo “Entre Paquitos y la Sujeta Universal: blanquitud, racismo y transfobia en las conferencias de los derechos de las mujeres” analiza críticamente cómo la lógica de la blanquitud y de la heterocisnormatividad se reproduce en las dinámicas políticas y discursivas de las conferencias de los derechos de las mujeres en Rio Grande do Sul y en la Conferencia Nacional. Desde una perspectiva interseccional y decolonial, se discute la construcción de la llamada *sujeta universal* del feminismo —una figura política marcada por la invisibilización de las mujeres negras y trans— y sus implicaciones en la formulación de políticas públicas. El término “Paquitos de la Blanquitud” se moviliza como metáfora crítica para describir sujetos y prácticas que, incluso en espacios progresistas, reafirman jerarquías raciales y de género

¹ Graduada em Serviço Social, Mestre em Ciências Sociais, Mestranda de Serviço Social e Proteção Social e Graduada de Direito na UNIPAMPA – São Borja, é pesquisadora sobre gênero e identidade de gênero vinculada. Contato: linsrobalo.aluno@unipampa.edu.br

² Advogada, servidora pública, mestra em *Género y Políticas de Igualdad* pela FLACSO Uruguay e doutoranda no *Doctorado en Ciencias Sociales* da FLACSO Argentina; pesquisa igualdade e participação em espaços de poder público, na América Latina, com enfoque interseccional de etnia, raça e gênero. Contato: belloc.iza@gmail.com

bajo la apariencia de una neutralidad universal. El estudio articula análisis documental y observación de discursos institucionales, evidenciando cómo el feminismo hegemónico, al reivindicar representatividad, tiende a reproducir exclusiones estructurales. Se concluye que repensar el sujeto político del feminismo es condición necesaria para la construcción de agendas efectivamente plurales y antirracistas en las políticas para las mujeres.

Palabras clave: blanquitud, transfobia, sujeta universal

1 METODOLOGIA

Nossa inserção no campo da pesquisa para este artigo se deu na forma de encontro de diferentes em um espaço de debates e proposição de políticas públicas que prometia “Mais Democracia, Mais Igualdade e Mais Conquistas para Todas” (Brasil, 2025): a 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres – 5ª CNPM e a VI Conferência Estadual de Políticas para Mulheres Miguelina Vecchio – VI CEPM-MV, etapa estadual da primeira, no Rio Grande do Sul. Não planejamos a esta escrita. Vivenciamos o processo a partir de lugares distintos determinados pelas vivências a partir de raça, identidade de gênero e papel participante. No final do processo, entre um aeroporto e outro, voltando para casa depois da etapa final conversamos sobre o que vivenciamos, vimos e ouvimos, e percebemos convergências em algumas de nossas análises iniciais sobre o processo. No centro disso, a sujeita universal, seu comportamento e suas dinâmicas. Ali, entre a esteira e a saída do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, no dia 2/10/2025, decidimos escrever juntas.

Nosso campo estava cumprido, o caderno de notas na memória, nosso objeto de pesquisa esquadrinhado. Mas, como escrever, qual metodologia adotar? Não sabíamos, mas ela já estava definida pela nossa movimentação e agência no processo da 5ª CNPM: a estratégia era a observação participante natural e nos enquadrávamos como pesquisadoras participantes totais (Kripka; Bonotto; Richter, 2015), na medida em que, como participantes do processo, pertencemos ao universo pesquisado –as mulheres participantes da VI CEPM-MV e da 5ª CNPM– e não informamos a esse grupo que escreveríamos este artigo, pois a decisão de fazê-lo ocorreu só após o término do processo.

Além disso, adotamos a escrevivência como ferramenta epistemológica e narrativa, em diálogo direto com a formulação conceitual de Conceição Evaristo. A escrita evaristiana emerge da experiência vivida como motor da produção de conhecimento: “narra [poetizar] o que vive” (EVARISTO, 2017, p. 131), estabelecendo que a escrita não é um exercício abstrato, mas um gesto encarnado que tece memória, corpo e história. Como afirma a autora,

sua escrita é movida por um impulso que combina sobrevivência, desafio e ato político: “Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor... Escrever pode ser uma espécie de vingança [...] um modo de ferir o silêncio imposto” (EVARISTO, 2005, p. 202). Assim, a escrevivência legitima a produção intelectual situada, afetiva e politicamente engajada — exatamente o que se faz necessário diante das violências simbólicas e materiais observadas nas conferências.

Evaristo também sublinha que sua escrita parte da inseparabilidade entre vida e produção intelectual: “meu texto literário não é inocente [...] não me desvencilho da minha condição de cidadã, negra, brasileira” (EVARISTO, 2017, p. 42). Essa perspectiva reforça que toda escrita é marcada por uma posição social, tornando incompatível qualquer pretensão de neutralidade científica — o que dialoga diretamente com as críticas feministas e decoloniais à lógica da sujeita universal. A escrevivência, ao assumir explicitamente essa parcialidade situada, constitui-se como método capaz de tensionar discursos hegemônicos nas conferências, sobretudo diante dos episódios de racismo e transfobia registrados no trabalho de campo.

Outro aspecto fundamental é o caráter coletivo da escrevivência, que extrapola o relato individual para alcançar experiências compartilhadas: “a escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio [...] mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e [...] abarca a história de uma coletividade” (EVARISTO, 2017, p. 36). Tal compreensão sustenta que a escrita de campo não se limita a percepções isoladas das pesquisadoras, mas evoca o corpo coletivo das mulheres negras, trans e travestis afetadas pelas dinâmicas políticas observadas nas conferências — uma perspectiva essencial para interpretar as disputas por “direito amplo” ou “direito original”.

Por fim, Evaristo afirma explicitamente o propósito político da escrita: “a escrita não é inocente, tem um propósito político em seu sentido mais amplo” (EVARISTO, 2017, p. 42). Portanto, a opção metodológica pela escrevivência não é apenas estilística, mas teoricamente fundamentada: ela possibilita tornar visíveis camadas de violência simbólica que permanecem ausentes das atas oficiais das conferências, ao mesmo tempo em que permite reinscrever no texto o que historicamente foi silenciado pelos dispositivos da branquitude e do patriarcado institucional.

O desafio e a expectativa centrais da nossa cozinha da pesquisa foi descrever episódios e analisar dinâmicas a partir de nossas vivências, olhares e corpos diferentes, posicionados em grupos sociais que estão nos extremos das relações de poder que produzem

as desigualdades entre mulheres. Cá estamos nós –uma mulher negra transgênero e uma mulher branca cisgênero, a primeira como convidada e a segunda como integrante da Comissão Organizadora Estadual e representante nacional eleita. E cá está um primeiro resultado da nossa análise sobre o processo da 5ª CCNPM, em suas etapas municipal, estadual e nacional, a partir do Rio Grande do Sul.

2 MARCO TEÓRICO

O presente marco teórico parte da crítica à branquitude como estrutura normativa de produção de conhecimento e de subjetividade no campo feminista. Segundo Ribeiro (2017), a branquitude opera como lugar epistêmico privilegiado, configurado como universal e neutro; não por acaso, retomando Gonzalez, a autora afirma que “quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é o branco” (Gonzalez apud Ribeiro, 2017, p. 24). A branquitude, assim, não se apresenta apenas como marcador racial, mas como posição de poder que regula quais experiências são legitimadas como universais e quais são relegadas à particularidade.

As análises de Cida Bento (2002) aprofundam esse debate ao demonstrar que a branquitude no Brasil articula dimensões ideológicas, subjetivas e históricas. Para a autora, trata-se de um sistema de privilégios sustentado por “pactos narcísicos”, nos quais pessoas brancas evitam nomear sua própria racialidade para manter a sensação de normalidade e superioridade simbólica. Bento enfatiza que a branquitude funciona como mecanismo de naturalização das hierarquias sociais, estruturando a experiência feminina através de um prisma eurocêntrico que exclui vozes racializadas e periféricas. O feminismo institucional, ao adotar a noção de “sujeita universal”, invisibiliza corpos negros, pobres e periféricos, reforçando padrões normativos de pertencimento e legitimando apenas experiências alinhadas à branquitude. Essa leitura evidencia que espaços formais de debate, como conferências de políticas públicas para mulheres, são arenas de disputa pelo reconhecimento identitário, mostrando que o que se apresenta como experiência universal é, na verdade, racializada e socialmente situada.

Essa crítica se amplia com a contribuição de Lélia Gonzalez (1984), para quem o racismo constitui “a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (p. 223). A autora demonstra que racismo e sexismo são inseparáveis na formação social brasileira e que sua articulação “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (p. 224). Além

disso, Gonzalez evidencia como o passado escravocrata estruturou “hierarquizações de classes, de raças, de gênero” que organizam desigualdades até hoje. Tal formulação desestabiliza qualquer concepção homogênea de “mulher”, explicitando as fronteiras raciais da categoria.

Em âmbito internacional, bell hooks (1984) também denuncia o feminismo hegemônico por ter sido construído majoritariamente a partir das experiências de mulheres brancas de classe média, produzindo exclusões profundas. Para a autora, as margens — mulheres negras, pobres, racializadas — possuem valor epistemológico singular, pois enxergam simultaneamente “de dentro para fora e de fora para dentro”, revelando aspectos que o centro não vê. Hooks afirma que a libertação feminista exige reconhecer a interseção entre gênero, raça e classe, deslocando o foco de um feminismo universalista para um movimento enraizado nas diferenças e comprometido com a redistribuição de poder.

Nesse sentido, a crítica ao sujeito feminino universal encontra aporte decisivo na obra de María Lugones (2008). A autora formula o conceito de sistema moderno/colonial de gênero, demonstrando que o gênero, tal como concebido na modernidade, é uma construção colonial que associa raça, trabalho, autoridade e sexualidade. A “colonialidade de gênero” opera como eixo estruturante do poder colonial, e não como efeito secundário, impondo um modelo de “mulher” derivado da experiência europeia branca. Por isso, para Lugones, a categoria “mulher” utilizada pelo feminismo hegemônico é racializada em sua origem e não pode ser tomada como representação de todas as subjetividades femininas.

A análise de Judith Butler (1990) contribui ao demonstrar que o gênero é performativo — uma repetição normativa que produz a aparência de uma identidade estável. Ao questionar a metafísica da substância, Butler revela que não existe um “eu” pré-discursivo sobre o qual o gênero se assenta; ao contrário, ele é constituído por normas que regulam corpos, expressões e inteligibilidades. Assim, a ideia de uma “sujeita universal” é insustentável: trata-se de uma ficção normativa que, ao se apresentar como neutra, legitima padrões de branquitude, cisgeneridade e heteronormatividade.

Por fim, Grada Kilomba (2019) oferece uma leitura descolonial da subjetividade ao demonstrar que o racismo cotidiano funciona como trauma reiterado, conectando passado e presente da violência colonial. Em *Memórias da Plantação*, Kilomba utiliza a metáfora da plantação para mostrar como o colonialismo permanece estruturando relações sociais contemporâneas, e como o silenciamento — simbolizado pela máscara de Anastácia — continua sendo uma tecnologia de dominação sobre corpos negros. A autora também

problematiza a linguagem como campo de poder, mostrando que palavras determinam lugares sociais e hierarquias identitárias.

Essas autoras evidenciam que o feminismo institucional, ao operar com a figura da sujeita universal, reproduz estruturas coloniais que privilegiam a experiência branca, cisgênera e de classe média em detrimento de corpos racializados, pobres e trans. Assim, analisar as dinâmicas das conferências de políticas para as mulheres implica reconhecer que esses espaços são arenas de disputa pela definição de quem pode ser reconhecida como “mulher” e quais narrativas podem ser legitimadas como centrais ao projeto feminista.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

As Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres – CNPM, instituídas em 2004 no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, constituem um dos principais mecanismos de participação social na formulação das políticas de gênero no Brasil (BRASIL, SPM, 2004). Realizadas em etapas municipais, estaduais e nacional, articulam governo e sociedade civil na definição de prioridades, diretrizes e estratégias de ação. Para além de sua dimensão procedimental, as conferências tornam-se arenas políticas onde se disputa quem é reconhecida como sujeito das políticas para mulheres (BANDEIRA; MATOS, 2011).

Até este ano, foram realizadas cinco CNPM, em 2004, 2007, 2011, 2016 e, após dez anos sem sua realização –entre o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e o terceiro mandato do Presidente Lula–, em 2005. A 1ª CNPM resultou no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; a 2ª aprofundou a participação de movimentos sociais; a 3ª consolidou a transversalização de raça, orientação sexual e identidade de gênero; e a 4ª tornou explícitas tensões envolvendo racismo e cisnormatividade (BANDEIRA et al., 2017). Após dez anos de interrupção, a 5ª CNPM retomou o processo com critérios mais rígidos de diversidade — como o cumprimento obrigatório de 50% de mulheres negras nas delegações — intensificando debates sobre branquitude, pluralidade de identidades femininas e legitimidade do sujeito político “mulher” (BRASIL, Ministério das Mulheres, 2025).

A 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres foi convocada pela Portaria nº 132/2024 (BRASIL, Ministério das Mulheres, 2024), sendo suas regras definidas no Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 66/2025 (BRASIL, Ministério das Mulheres, 2025). O processo foi realizado ao longo de cinco meses, com a realização de conferências

municipais, regionais, estaduais, livres e nacional. Este artigo aborda nossas vivências e observações durante a realização das etapas municipal e estadual do Rio Grande do Sul e da etapa nacional.

As regras sobre representatividade e diversidade do Regimento Interno da 5ª CNPM eram aplicáveis a todas as etapas e consistiam em “reserva mínima de, pelo menos, 50% de mulheres negras como representantes (do poder público e da sociedade civil)” (BRASIL, Ministério das Mulheres, 2025, art. 39, I), regra complementada pela resolução CNDM/MMULHERES nº 1/2025, sobre reserva de vagas para 5º Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, estabelecendo a obrigatoriedade de observância da política de reserva de vagas, nos seguintes percentuais: 50% de mulheres negras; 10% de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneras e travestis - LBT+; 5% de mulheres com deficiência - PCDs; 5% de mulheres indígenas; 5% de mulheres de comunidades quilombolas e de povos e comunidade tradicionais (BRASIL, CNDM, 2025, art. 1º). Esta última norma previa, ainda, a possibilidade de compensação em caso de não atingidos os percentuais (BRASIL, CNDM, 2025, art. 1º, § 1º).

O Regimento Interno da VI Conferência Estadual de Políticas para Mulheres – Miguelina Vecchio, por sua vez, conforme decisão de sua Plenária, em 13/9/2025, estabeleceu que poderiam ser eleitas em sua delegação para a 5ª CNPM representantes municipais cujo segmento (governamental ou sociedade civil) tivesse cumprido os requisitos dos incisos do art. 1.º da Resolução CNDM/MMULHERES nº 1/2025. Assim, a política de reserva de vagas, na Conferência do Rio Grande do Sul, tinha seu caráter obrigatório reforçado (VICEPMMV, 2025). Além disso, a mesma Plenária aprovou dobrar os percentuais estabelecidos nacionalmente para a reserva de vagas para mulheres LBTs, passando de 10% para 20%; e para mulheres com deficiência, passando de 5% para 10% (VICEPMMV, 2025).

4 NOSSA DOBRADIÇA ANALÍTICA - ARTICULAÇÕES ENTRE ESCRIVIVÊNCIAS DISTINTAS

A escrita que apresentamos nasce de duas experiências vividas em paralelo, sem planejamento conjunto e sem troca prévia entre as pesquisadoras. Izabel e Lins percorreram caminhos distintos nas conferências do Rio Grande do Sul e na etapa nacional, anotaram separadamente suas impressões e somente após o encerramento do processo descobriram que suas leituras, embora distintas, se entrelaçavam de modo inesperado. Esta seção reúne essas

percepções como elas emergem no encontro entre nossas narrativas, aproximando olhares, contrastando vivências e construindo uma interpretação que nenhuma das duas poderia produzir sozinha.

Nas conferências municipais, Izabel observava a engrenagem institucional desde o interior de seu funcionamento. Ao chegar aos municípios, perguntava às coordenações sobre o número de vagas pretendidas, desenhava mapas conforme os critérios da 5ª CNPM e media tensões entre segmentos e categorias de diversidade. Foi nesse processo que ouviu repetidamente a afirmação de que “não havia mulheres negras” nas cidades — ainda que soubesse, pelos próprios dados demográficos e pelos movimentos locais, que elas existiam e estavam fora da convocação. A ausência não era natural: era produzida.

Enquanto Izabel registrava essas lacunas como resultado da branquitude que organiza e filtra quem chega ao espaço político, Lins vivenciava outro tipo de ausência — aquela que se produz mesmo quando o corpo está presente. Na etapa estadual, experimentou ser tratada no masculino por delegadas e até por conselheiras responsáveis pela garantia de direitos. Presenciou travestis sendo deslegitimadas, ouvidas com pronomes errados, ou convidadas a disputar espaços apenas quando isso não implicava perda de centralidade para mulheres cis. A ausência, nesse caso, não é falta de convocação: é recusa de reconhecimento. Onde Izabel via o vazio deixado por quem não foi chamada, Lins sentia o apagamento de quem, mesmo estando ali, continuava sendo considerada fora da categoria “mulher”.

Essas duas percepções não se anulam; revelam diferentes camadas do mesmo fenômeno. A branquitude não opera apenas na porta de entrada do processo, mas também na forma como certas presenças são validadas ou deslegitimadas no interior do evento. A cisnormatividade produz a mesma lógica, definindo quem cabe simbolicamente na plenária, mesmo quando o nome está na lista de delegadas.

A etapa estadual tornou essas tensões ainda mais visíveis. Izabel descreve com precisão o momento em que as mulheres negras decidiram se reunir numa plenária autoconvocada logo após a solenidade de abertura. Da cadeira improvisada como tribuna, duas lideranças negras conduziram uma roda ampla de mulheres negras, enquanto mulheres brancas permaneciam nas margens, observando em silêncio. Izabel reconhece ali um deslocamento do centro político: não era comum ver a liderança negra assumir a condução fora da programação oficial e com tanta força.

Lins, que também estava presente, reconstrói esse episódio sob outra luz. Para ela, aquele encontro não simbolizava apenas organização política; era afirmação de autoridade

ancestral e coletiva. A cena não era observada de fora — era vivenciada a partir de dentro, com a percepção sensível dos olhares brancos que, desconfortáveis, testemunhavam uma centralidade negra que não dependia de autorização institucional. O que Izabel lê como reorganização democrática, Lins sente como exercício de poder negro que escapa ao formato hegemônico dos movimentos de mulheres.

Nas situações de transfobia, esse contraste entre olhar institucional e experiência encarnada se intensifica. Izabel relata o caso de uma mulher negra travesti que procurou a Comissão Estadual para denunciar violências: pronomes masculinos, comentários depreciativos e a frase emblemática — “eles não engravidam” — que sintetizava a tentativa de expulsão simbólica dessa identidade do campo feminista. Para Izabel, que acompanhava os procedimentos internos, a decisão de declarar inelegível a autora da violência foi uma afirmação importante das normas da conferência.

Lins, por outro lado, descreve esse mesmo tipo de violência como algo contínuo e estruturante, não restrito a episódios pontuais. Era tratada no masculino por delegadas e até por integrantes da organização. Viu travestis sendo ignoradas em reuniões partidárias, percebeu que algumas lideranças evitavam chamá-las para articulações estratégicas e reconheceu, na pergunta lancinante de uma parlamentar travesti — “E eu não sou mulher?” — o desvelamento das fronteiras implícitas que regulavam quem tem legitimidade para falar em nome das mulheres.

As duas percepções revelam dimensões complementares: Izabel enxerga a disputa normativa; Lins sente a disputa ontológica. Para uma, a violência exige registro e procedimento; para a outra, exige sobrevivência e afirmação contínua da identidade. A escrita evidencia que a transfobia não aparece como desvio, mas como elemento estrutural na definição do sujeito político “mulher”.

A etapa nacional, marcada pela presença massiva de delegadas, amplia esse quadro. Izabel percebe a mudança na mecânica desse tipo de arena de debates, na ocupação física e política daquele espaço: mulheres negras, indígenas, trans e travestis estavam no centro; não mais a sujeita universal. Lins, ao chegar como delegada eleita, percebe imediatamente a tensão instalada: a presença organizada de um coletivo que reivindicava a noção de “mulher original”, circulando com camisetas que diziam “mulher de verdade”. O que para Izabel se expressa como alteração do campo das, para Lins revela a reação ativa da sujeita universal à ampliação do conceito de mulher.

Os episódios de transfobia — vídeos ofensivos gravados em frente à exposição de

mulheres trans, ataques públicos nas redes sociais, tentativas de invalidação das delegadas trans — são vividos por Lins como violência direcionada e por Izabel como ameaça ao processo democrático. A fraude e o descredenciamento do grupo hostil a mulheres trans aparecem, portanto, tanto como necessidade institucional quanto como vitória simbólica de quem lutava para existir naquele espaço.

Ao final da conferência, quando a Carta de Apoio à Diversidade dos Corpos Femininos é lida no palco, Izabel a percebe como resultado formal da reorganização de forças políticas trazida pela ampliação da pluralidade; Lins a vivencia como legitimação de identidades que haviam sido violentadas ao longo de todo o evento. A mesma cena contém duas camadas: reconhecimento político e reconhecimento existencial.

A costura dessas escrevivências permite compreender que a conferência não é apenas um espaço de participação, mas de disputa sobre quem é o sujeito legítimo das políticas para as mulheres. As percepções de Izabel revelam as engrenagens institucionais, as regras, as lacunas e os enfrentamentos administrativos. As de Lins revelam o impacto dessas dinâmicas nos corpos marginalizados que lutam para existir politicamente. Juntas, mostram que a branquitude e a cisnormatividade não são apenas estruturas abstratas: são forças que regulam acessos, legitimidades e presenças — antes, durante e depois das conferências.

É nesse encontro entre diferenças, nessas costuras produzidas a partir de olhares que se tensionam e se completam, que esta análise se sustenta. A escrita conjunta não apaga as desigualdades entre as pesquisadoras; ao contrário, reconhece que são justamente essas desigualdades que tornam possível uma leitura mais ampla e complexa do processo. Se escrevemos separadamente no campo, é na reunião dessas escrevivências que encontramos a profundidade analítica que desejamos alcançar.

5 CONCLUSÕES EM ANDAMENTO

As análises realizadas até aqui — atravessadas por nossas escrevivências e pelas tensões observadas nas etapas municipal, estadual e nacional da 5ª CNPM — indicam que os processos conferenciais permanecem como espaços fundamentais para a formulação de políticas públicas para as mulheres, mas também como territórios onde se atualizam disputas históricas sobre pertencimento, legitimidade e reconhecimento.

A presença reforçada de critérios de diversidade na 5ª CNPM, especialmente o percentual obrigatório de mulheres negras e o reconhecimento explícito de mulheres trans e

travestis como parte do sujeito político “mulher”, tornou visível aquilo que, em ciclos anteriores, aparecia de forma dispersa: a resistência estrutural da branquitude e da cisnormatividade em ceder centralidade e poder. Ao mesmo tempo, a mobilização intensa de mulheres negras, indígenas, trans e travestis demonstra a potência política de corpos historicamente excluídos quando ocupam espaços institucionais e produzem leituras críticas desde suas próprias experiências.

Nossos relatos revelam duas perspectivas que não são opostas, mas complementares: enquanto uma de nós percebe as engrenagens institucionais da branquitude e da cisgeneridade operando na composição das delegações, nos discursos e nas resistências às regras de diversidade, a outra reconhece essas mesmas dinâmicas inscritas no corpo, nas interpelações cotidianas e na necessidade constante de afirmar a própria condição de mulher no espaço político. Essa dobradiça analítica reforça que a disputa não ocorre apenas no campo normativo, mas atravessa subjetividades, afetos e modos de existir no interior do próprio feminismo.

Assim, as conclusões primeiras que produzimos até o momento apontam que:

- a) a retomada da CNPM, embora politicamente robusta, evidencia contradições profundas dentro dos movimentos feministas e das instituições estatais;
- b) percebemos a mudança na mecânica de distribuição de espaços físicos e políticos em disputa durante o processo, provavelmente causada pela afirmação da diversidade;
- c) a branquitude e a cisnormatividade continuam organizando hierarquias de legitimidade, mesmo em espaços destinados à promoção da igualdade;
- e) a inserção ativa de mulheres negras, indígenas, trans e travestis não apenas tensiona o conceito de “sujeita universal”, mas amplia o campo democrático e redefine os horizontes das políticas para as mulheres;
- f) percebemos duas dimensões do processo: uma descritiva materializada na garantia de representatividade nos trabalhos e na presença de mulheres negras, trans e travestis; e outra qualitativa materializada na violência da sujeita universal dirigida a essas mulheres.

Ainda não finalizamos nossas análises. O campo permanece vivo em nossa memória e continua nos convocando a produzir interpretações mais densas. No entanto, já podemos afirmar que as conferências, ao mesmo tempo que revelam as fraturas da democracia participativa, também produzem caminhos de resistência, invenção e disputa — caminhos que só podem ser compreendidos quando olhados a partir de múltiplas experiências, corpos e trajetórias. É nesse entrelaçamento que nossas conclusões seguem se construindo.

REFERENCIAS

ANDRADE, Conceição Evaristo de. **Escrevivências: a escrita de nós**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

BANDEIRA, Lourdes et al. **Políticas para as mulheres: avanços e desafios**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2017.

BANDEIRA, Lourdes; MATOS, Marlise. **As políticas públicas para as mulheres no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1949].

BENTO, Cida. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude: racismo institucional e desigualdades no trabalho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL, CNDM. **RESOLUÇÃO CNDM/MMULHERES No 1, DE 17 DE JUNHO DE 2025**, sobre reserva de vagas para 5o Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. . 2025.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS MULHERES. 132. **Portaria GM MMULHERES no 132, de 19 de dezembro de 2024**. . 2024.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS MULHERES. **PORTARIA GM /MMULHERES No 66, DE 25 DE ABRIL DE 2025, que aprova o Regimento Interno da 5a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - 5a CNPM**. . 2025.

BRASIL. **Brasil Participativo - Plataforma de participação social do Governo Federal - 5a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Disponível em: <<https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/CNPM5>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Documentos preparatórios e Regimento da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2025.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2004.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

COVARRUBIAS, Patricia; MARTÍNEZ, Lucia. "Ethnography and participant observation." In: DUHES, A.; CRESWELL, J. (Org.). **Qualitative Inquiry**. Thousand Oaks: Sage, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas, 1984.

HOOKS, bell. **Feminist Theory**: From Margin to Center. Boston: South End Press, 1981.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; BONOTTO, Danusa de Lara; RICHTER, Luciana. Observação na Pesquisa Qualitativa Contribuições e dificuldades em estudo de caso. In: 3o CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO. **Ata CIAIQ 2015**. Aracaju: 2015. Disponível em: <<https://ludomedia.org/publicacoes/livro-de-atas-ciaiq2015-vol-2-educacao/>>. Acesso em: 15 nov. 2025

KRIPKA, Rosana; BONOTTO, Daniele; RICHTER, Gisele. **“Observação participante como método de pesquisa.”** Revista de Estudos Qualitativos, v. 1, n. 2, 2015.

LUGONES, María. “Colonialidade e gênero.” **Cadernos de Crítica Feminista**, n. 8, 2008.
MATOS, Marlise. **Movimentos feministas e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PIZA, Edith. “Branquitude e poder no Brasil.” In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RICHARDSON, Laurel. “Writing as inquiry.” In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (eds.). **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 2004.

VICEPMMV. **Regimento Interno da VI Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres Miguelina Vecchio**. 2025.

Quer ler nossos escritos? Acesse o link e leia a escrita individual de cada pesquisadora:

Relato Izabel Belloc -

https://drive.google.com/file/d/1lhvz_heNXiWCNxPwqDJO0UsBDc6IJ3iL/view?usp=sharing

Relato Lins Robalo -

<https://drive.google.com/file/d/11qE4hQk6cgTmT36JWf1FxzIMtA9IyN6q/view?usp=sharing>



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC

Pro-Autoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: LIÇÕES DA SUÉCIA PARA O BRASIL POPULATION AGING: LESSONS FROM SWEDEN FOR BRAZIL

Lorenzo Batista de Souza Ribeiro
Jairo da Luz Oliveira

Resumo: O artigo analisa o fenômeno do envelhecimento populacional no Brasil e na Suécia, destacando as diferenças estruturais entre os dois países no enfrentamento das demandas decorrentes dessa transição demográfica. O estudo tem como objetivo compreender como o modelo de bem-estar social sueco pode oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas brasileiras voltadas à população idosa. A metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica e comparativa, utilizando dados de organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de estudos de Esping-Andersen e Szebehely. Os resultados indicam que, enquanto a Suécia consolidou um sistema de proteção social universal, com forte investimento estatal em serviços públicos e políticas de cuidado, o Brasil apresenta avanços limitados, marcados por desigualdades regionais e pela insuficiência de políticas integradas. Conclui-se que o caso sueco demonstra a importância de uma estrutura de bem-estar robusta, centrada na universalidade e na corresponsabilidade do Estado, como caminho para garantir um envelhecimento digno e saudável no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Envelhecimento populacional; Políticas sociais; Estado de bem-estar; Suécia; Brasil.

Abstract: The article analyzes the phenomenon of population aging in Brazil and Sweden, highlighting the structural differences between the two countries in addressing the demands arising from this demographic transition. The study aims to understand how the Swedish welfare state model can provide insights for improving Brazilian public policies directed toward the elderly population. The methodology is based on bibliographic and comparative research, using data from international organizations such as the World Health Organization (WHO) and the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), in addition to studies by Esping-Andersen and Szebehely. The results indicate that while Sweden has consolidated a universal social protection system, with strong state investment in public services and care policies, Brazil presents limited progress, marked by regional inequalities and insufficient policy integration. It is concluded that the Swedish case demonstrates the importance of a robust welfare structure centered on universality and state co-responsibility as a path to ensuring a dignified and healthy aging process in the Brazilian context.

Keywords: Population aging; Social policies; Welfare state; Sweden; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional não pode ser compreendido como um fenômeno meramente biológico, restrito ao aumento da expectativa de vida, mas como expressão de processos históricos, sociais e econômicos que se articulam de maneira desigual entre diferentes formações sociais. A longevidade humana, ao mesmo tempo em que reflete avanços da ciência, da medicina e das condições de vida, também revela contradições profundas: em sociedades marcadas pela desigualdade, como o Brasil, viver mais não significa necessariamente viver melhor.

A comparação internacional torna evidente essa tensão. Enquanto países centrais, como a Suécia, vivenciaram um processo gradual e planejado de envelhecimento, sustentado por um Estado de bem-estar social consolidado, o Brasil enfrenta uma transição demográfica acelerada, marcada por políticas públicas fragmentadas e insuficientes. A Suécia envelheceu após estruturar uma ampla rede de proteção social, pautada na universalidade e na co-responsabilidade estatal; o Brasil, por sua vez, envelhece sob a influência de políticas neoliberais e de um sistema de proteção ainda limitado, que reforça desigualdades regionais e socioeconômicas.

Diante desse contraste, este estudo propõe analisar comparativamente as políticas de Estado de bem-estar voltadas à população idosa na Suécia e no Brasil, buscando compreender em que medida o modelo sueco pode servir — ou não — como referência para o fortalecimento das garantias de direitos da população idosa brasileira. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e comparativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de políticas públicas, legislações e dados demográficos oficiais (IBGE, Statistics Sweden, ONU, OMS). A análise busca identificar diferenças, desafios e possibilidades de aprendizado, considerando o contexto socioeconômico brasileiro, suas desigualdades estruturais e a necessidade de políticas integradas que assegurem um envelhecimento digno e socialmente protegido.

Por fim, as categorias de análise “Envelhecimento Brasil–Suécia” e “Gestão Social” orientam a discussão proposta, permitindo compreender como as distintas trajetórias históricas e institucionais influenciam a formulação e a efetividade das políticas voltadas à população idosa. Essa perspectiva possibilita refletir criticamente sobre os limites e as potencialidades de adaptação de experiências internacionais, contribuindo para o debate sobre a consolidação de um modelo brasileiro de proteção social ao idoso, pautado na equidade, na

solidariedade e na justiça social.

2 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NA SUÉCIA

A experiência sueca com o envelhecimento populacional deve ser compreendida em seu contexto histórico, social e econômico, não como um modelo pronto a ser aplicado no Brasil. A Suécia foi um dos primeiros países a vivenciar a transição demográfica, com queda progressiva das taxas de mortalidade e fecundidade desde o século XIX. Esse processo gradual permitiu ao Estado se preparar para os impactos do envelhecimento, diferentemente do Brasil, onde a transição ocorreu rapidamente e sob desigualdades sociais marcantes. A transição demográfica sueca se articulou com a industrialização, a consolidação do capitalismo e a emergência de movimentos trabalhistas fortes, criando condições para a construção de políticas públicas universais e a inserção do envelhecimento na agenda política do Estado de Bem-Estar Social.

O sistema sueco de proteção à população idosa se organiza em três dimensões centrais: previdência, saúde e cuidados de longa duração, e envelhecimento ativo. O sistema previdenciário é universal e combina repartição simples (pay-as-you-go), contas nocionais individuais e fundos de capitalização complementares, garantindo sustentabilidade financeira, ampla cobertura e solidariedade intergeracional. Essa estrutura permite que a aposentadoria seja um direito de todos os cidadãos, independentemente de posição socioeconômica, refletindo a prioridade do Estado em proteger a população idosa.

Na área de saúde e cuidados de longa duração, o modelo descentralizado oferece serviços domiciliares, residências assistidas, centros de dia e suporte comunitário, promovendo autonomia e dignidade dos idosos. A integração entre saúde, assistência social e bem-estar permite tratar o envelhecimento de forma multidimensional, embora reformas recentes baseadas em princípios de mercado e o aumento da demanda populacional imponham desafios de qualidade, equidade e financiamento.

O envelhecimento ativo é enfatizado por políticas que incentivam a participação social, cultural e econômica dos idosos, incluindo educação continuada, inclusão digital, voluntariado e projetos comunitários. Isso amplia a cidadania e o senso de pertencimento da população idosa, mostrando que envelhecer pode ser uma experiência socialmente produtiva. No entanto, persistem desafios como solidão, desigualdades regionais e necessidade de coordenação entre políticas de renda, saúde e urbanismo.

A experiência sueca demonstra que envelhecer com dignidade exige não apenas

infraestrutura e recursos financeiros, mas também políticas sociais integradas, planejamento de longo prazo e articulação entre diferentes esferas do Estado e da sociedade. Para países em desenvolvimento, como o Brasil, a lição central é que a universalidade e a qualidade dos serviços dependem de políticas consistentes, investimentos sustentáveis e compromisso social com a proteção da população idosa.

3 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL: DESAFIOS ESTRUTURAIS, DESIGUALDADES E TENSÕES

O Estatuto do Idoso, promulgado em 2003, aprofunda esse processo de institucionalização, definindo direitos específicos à população idosa, como prioridade no atendimento público, direito ao transporte gratuito, à saúde, à convivência familiar e comunitária, além de proteção contra violência, abandono e discriminação. No entanto, a distância entre o texto legal e a realidade concreta permanece expressiva. A fragilidade das políticas de cuidado de longa duração, a insuficiência de serviços domiciliares e a falta de infraestrutura adequada para acolhimento e convivência de pessoas idosas revelam a dificuldade do Estado brasileiro em transformar a previsão legal em prática cotidiana.

A rede de proteção social voltada à velhice, ainda que formalmente ampla, enfrenta problemas de financiamento, desigualdade regional e descontinuidade administrativa. O sistema previdenciário brasileiro, que deveria funcionar como principal instrumento de redistribuição e garantia de renda, tem sido progressivamente tensionado por reformas de caráter fiscalista e por políticas neoliberais que priorizam o equilíbrio das contas públicas em detrimento da ampliação de direitos. A Reforma da Previdência de 2019, por exemplo, alterou critérios de idade e tempo de contribuição, impactando diretamente as possibilidades de acesso de trabalhadores de baixa renda, especialmente mulheres, ao direito à aposentadoria.

Essas contradições evidenciam que o envelhecimento no Brasil não se configura como conquista social plenamente consolidada, mas como um campo em disputa. De um lado, o aumento da expectativa de vida e o reconhecimento jurídico dos direitos da pessoa idosa representam avanços democráticos e civilizatórios. De outro, a permanência de desigualdades estruturais — de classe, gênero, raça e território — limita a capacidade do Estado de garantir condições dignas de envelhecimento para todos. A vulnerabilidade é ainda maior entre idosos negros, mulheres e moradores das regiões Norte e Nordeste, onde o acesso à saúde e à renda é

mais restrito.

No campo dos cuidados, observa-se uma dependência significativa das famílias, especialmente das mulheres, que assumem o papel de cuidadoras em um contexto de ausência de políticas públicas consistentes. Essa sobrecarga de trabalho reprodutivo não remunerado reforça desigualdades de gênero e evidencia a insuficiência de serviços públicos voltados à atenção domiciliar e institucional. O cuidado, portanto, permanece como um dos principais desafios do envelhecimento no Brasil — uma questão ainda tratada mais como responsabilidade privada do que como dever do Estado.

A leitura crítica dos principais marcos legais — Constituição Federal, LOAS, Estatuto do Idoso, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e Política Nacional de Assistência Social — permite compreender o caráter contraditório do processo: ao mesmo tempo em que ampliam o reconhecimento formal dos direitos da pessoa idosa, essas normativas são implementadas em um contexto de austeridade fiscal, fragmentação institucional e desmonte progressivo da proteção social. Tal cenário impede que o envelhecimento seja vivido como conquista coletiva e o transforma, muitas vezes, em experiência de vulnerabilidade e exclusão.

Portanto, o envelhecimento populacional no Brasil deve ser analisado como fenômeno social atravessado por desigualdades históricas e estruturais, que colocam em questão o papel do Estado na garantia de uma velhice digna. Se, por um lado, o país possui uma base normativa avançada e uma rede institucional ampla, por outro, a efetividade dessas políticas depende de condições materiais, financiamento adequado e de uma cultura política comprometida com a justiça social. O desafio brasileiro é, assim, construir um modelo de proteção social capaz de transformar o envelhecimento em um direito pleno, e não em um risco social.

4 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NA SUÉCIA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARADOXOS CONTEMPORÂNEOS

O modelo sueco de proteção social à pessoa idosa articula diversos eixos — previdência universal, serviços públicos de saúde, cuidados de longa duração (long-term care) e políticas de envelhecimento ativo. Como observa Esping-Andersen (1990), “os regimes nórdicos de bem-estar social se caracterizam por um alto grau de desmercantilização e

universalismo, em que a cidadania — e não a posição de classe — define o acesso aos direitos sociais” (p. 27). Essa concepção orienta o sistema sueco, que busca garantir cobertura ampla e reduzir desigualdades estruturais. Segundo Szebehely e Trydegård (2021), “o uso dos cuidados de longa duração no fim da vida na Suécia é relativamente equitativo, embora existam diferenças educacionais; homens e mulheres com maior nível de escolaridade tendem a morrer com menor uso de cuidados formais, mas, ao ajustar por idade e coabitação, essas diferenças diminuem consideravelmente” (p. 5). Isso indica que, mesmo com desigualdades de origem socioeconômica, o sistema atua de forma compensatória, assegurando acesso universal aos cuidados essenciais.

Entretanto, desde a década de 1990, observa-se um movimento de retração gradual do cuidado público domiciliar e ampliação da responsabilidade familiar e comunitária. Szebehely (2000) aponta que “nas décadas anteriores o cuidado público dominava amplamente, mas hoje o cuidado informal responde pela maior parte do apoio cotidiano a pessoas idosas, e as mulheres são as principais cuidadoras não remuneradas” (p. 352).

Essa mudança expressa uma re-familiarização dos cuidados, resultado de reformas descentralizadoras e da introdução de mecanismos de mercado. Conforme Anttonen e Karsio (2016), “a expansão do setor privado nos cuidados de longa duração está redefinindo o equilíbrio entre Estado, mercado e família, deslocando o cuidado de um direito social para uma responsabilidade compartilhada” (p. 20). Estudos como o de Sundström (2002) confirmam essa tendência: em meados dos anos 1990, cerca de 60% do cuidado comunitário era informal, subindo para aproximadamente 70% em 2000.

Ainda que o Estado mantenha papel central no financiamento e na regulação, o envelhecimento populacional, a longevidade e as novas formas familiares impõem desafios à garantia de acesso igualitário e à manutenção da equidade de gênero. A Suécia estrutura seu sistema sobre forte centralidade estatal e descentralização administrativa. Municípios são responsáveis por serviços domiciliares, residências assistidas e centros de dia, sob normas nacionais que asseguram padrões homogêneos de qualidade.

No entanto, o avanço da mercantilização e as pressões fiscais decorrentes do envelhecimento populacional exigem regulação constante para evitar desigualdades regionais e deterioração da qualidade dos serviços. Apesar desses desafios, o sistema sueco permanece uma referência internacional ao conciliar cobertura ampla, equidade e sustentabilidade. Contudo, paradoxos persistem: reformas de orientação neoliberal podem enfraquecer a

dimensão pública do cuidado e reproduzir desigualdades de gênero e classe.

A experiência sueca demonstra que envelhecer com dignidade requer políticas universais robustas, forte capacidade institucional e atenção contínua às desigualdades internas — sociais, regionais e educacionais — que, mesmo em contextos de bem-estar avançado, tendem a se reproduzir sob novas formas.

5 LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA SUECA PARA O BRASIL E IMPACTOS POTENCIAIS

A experiência sueca de políticas públicas voltadas à população idosa oferece elementos valiosos para o Brasil, ainda que sua aplicação deva considerar diferenças históricas, econômicas e sociais. A seguir, detalhamos os principais aprendizados e impactos potenciais.

5.1 Universalidade e integração de políticas públicas

A universalidade é um dos pilares do modelo sueco de proteção à pessoa idosa. O acesso equitativo à previdência, saúde e cuidados de longa duração garante que todos os idosos usufruam de direitos fundamentais independentemente de classe social, gênero ou nível educacional. Segundo Szebehely e Trydegård (2021), “o uso dos cuidados de longa duração no fim da vida na Suécia é relativamente equitativo, embora existam diferenças educacionais; homens e mulheres com maior nível de escolaridade tendem a morrer com menor uso de cuidados formais, mas, ao ajustar por idade e coabitação, essas diferenças diminuem consideravelmente” (p. 5). Essa abordagem reduz desigualdades estruturais e assegura dignidade na velhice.

Para o Brasil, a adoção de políticas integradas e universais poderia transformar a velhice de uma experiência de vulnerabilidade em um direito social garantido. Além de ampliar a cobertura do SUS e do SUAS, essa integração permitiria que idosos recebessem cuidados multidimensionais — saúde, assistência social, renda previdenciária — de forma articulada, reduzindo lacunas que hoje expõem a população idosa a desigualdades de acesso e qualidade. O impacto seria significativo: menores taxas de hospitalização, redução do isolamento social e aumento da autonomia, especialmente entre idosos de baixa renda ou residentes em regiões periféricas.

5.2 Cuidado domiciliar e participação familiar

Na Suécia, observa-se uma tendência de re-familiarização dos cuidados: embora o Estado ainda mantenha serviços públicos de longo prazo, grande parte do cuidado cotidiano passou a ser responsabilidade das famílias (Sundström, 2002). Essa experiência evidencia a necessidade de políticas de suporte ao cuidador familiar — capacitação, incentivos econômicos e suporte técnico — para que o cuidado informal não gere sobrecarga, sobretudo para mulheres.

No Brasil, onde a dependência familiar é ainda mais intensa devido à insuficiência de serviços públicos, políticas de suporte poderiam gerar impactos diretos na saúde física e mental de cuidadores, reduzir desigualdades de gênero e melhorar a qualidade de vida dos idosos. A institucionalização de programas de assistência domiciliar, combinada com capacitação e benefícios financeiros para cuidadores, também ajudaria a profissionalizar o cuidado e reduzir a informalidade e vulnerabilidade, criando um sistema mais equitativo e sustentável.

5.3 Envelhecimento ativo e participação social

O envelhecimento ativo na Suécia transcende a saúde física, incluindo participação social, educação, cultura, voluntariado e inclusão digital. Essa abordagem reconhece os idosos como agentes ativos na sociedade, contribuindo para a coesão social e para o bem-estar psicológico.

No Brasil, programas similares poderiam ter múltiplos impactos positivos: estimular autonomia e independência, reduzir o isolamento social, valorizar a experiência e conhecimento acumulados pelos idosos e fortalecer redes comunitárias. Além disso, a promoção do envelhecimento ativo influencia indicadores de saúde mental, prevenindo depressão e deterioração cognitiva, enquanto fortalece a cidadania e participação política. Esse tipo de política evidencia que a velhice não deve ser tratada apenas como uma fase de vulnerabilidade, mas como uma etapa socialmente produtiva e enriquecedora.

5.4 Planejamento de longo prazo e sustentabilidade fiscal

O envelhecimento gradual da população sueca permitiu planejamento estratégico e

estabilidade fiscal, garantindo que as políticas públicas fossem sustentáveis ao longo do tempo. A previsão de mudanças demográficas, combinada com financiamento progressivo e regulação robusta, evitou crises no sistema previdenciário e de cuidados.

Para o Brasil, cuja transição demográfica é acelerada e desigual, o planejamento de longo prazo seria essencial para evitar colapsos futuros. Investir em políticas universais e escaláveis, com financiamento sustentável e indicadores de desempenho, permitiria maior previsibilidade no atendimento à população idosa e redução do risco de fragmentação de serviços. O impacto direto seria uma maior confiabilidade do Estado como garantidor de direitos, redução de desigualdades regionais e sociais, e fortalecimento do pacto social intergeracional.

5.5 Redução de desigualdades estruturais

O sistema sueco atua como mecanismo compensatório, mitigando desigualdades de gênero, renda e educação. Embora as diferenças individuais persistam, a universalidade e integração das políticas reduzem disparidades significativas.

No Brasil, onde desigualdades estruturais são mais profundas e atravessam classe, raça e território, a adoção de mecanismos compensatórios poderia transformar o envelhecimento em uma experiência menos desigual. Benefícios previdenciários adequados, cuidado domiciliar universal, programas de envelhecimento ativo inclusivos e políticas de redistribuição poderiam reduzir as vulnerabilidades históricas. O impacto seria multifacetado: ampliação do acesso a serviços, fortalecimento da justiça social, redução de sobrecarga familiar e promoção da dignidade na velhice.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional, enquanto fenômeno social, revela as contradições e desigualdades de cada formação histórica. A análise comparativa entre Suécia e Brasil demonstra que a forma como uma sociedade envelhece está diretamente ligada ao modo como organiza sua estrutura de proteção social, seu modelo de desenvolvimento e seu pacto de solidariedade intergeracional. O modo de envelhecer não é apenas um reflexo demográfico, mas uma expressão da forma como cada Estado lida com o valor da vida e com a responsabilidade coletiva frente à vulnerabilidade.

A experiência sueca mostra que o envelhecimento pode ser compreendido como uma conquista social, fruto de políticas públicas universais, integradas e planejadas ao longo de décadas. A consolidação do Estado de bem-estar social sueco, especialmente no pós-guerra, representou o reconhecimento do envelhecimento como uma dimensão legítima da cidadania. O sistema previdenciário universal, a ampla cobertura de serviços de saúde e os programas de cuidados de longa duração asseguraram que a velhice deixasse de ser um risco individual para tornar-se um direito social. Essa perspectiva foi possível porque o projeto de Estado sueco sempre se pautou por um forte pacto de solidariedade social e pela compreensão de que o bem-estar coletivo é uma responsabilidade pública — e não uma mercadoria.

Todavia, mesmo o modelo sueco não está imune às tensões contemporâneas. O avanço da financeirização e das reformas neoliberais nas últimas décadas trouxe desafios à sustentabilidade do sistema, provocando uma gradual re-familiarização dos cuidados e a expansão de serviços privados. Essa tendência reflete o embate entre a lógica de mercado e os princípios de universalidade e equidade que historicamente sustentaram o Estado de bem-estar. Ainda assim, o caso sueco demonstra que a presença de uma regulação pública firme, associada a um compromisso ético com a justiça social, é capaz de mitigar os efeitos da mercantilização e preservar o núcleo solidário da política social.

Para o Brasil, as lições suecas não se traduzem em um modelo a ser replicado, mas em uma referência de orientação estratégica. O contexto brasileiro é marcado por desigualdades históricas de classe, raça, gênero e território, que fragmentam o acesso à proteção social e tornam o envelhecimento uma experiência profundamente desigual. Enquanto uma parcela minoritária envelhece com segurança econômica e acesso a cuidados privados, a maioria dos idosos enfrenta insuficiência de renda, precarização dos serviços públicos e dependência familiar. Nesse cenário, pensar políticas para o envelhecimento é, sobretudo, repensar o próprio pacto social brasileiro.

Inspirar-se na experiência sueca implica reconhecer que o envelhecimento digno exige planejamento estatal de longo prazo, coordenação intersetorial e investimento público continuado. A articulação entre previdência, saúde e assistência social — pilares que no Brasil ainda operam de modo fragmentado — é essencial para construir respostas integradas às necessidades da população idosa. Um modelo de atenção centrado na comunidade, com serviços domiciliares, centros de convivência e redes de apoio ao cuidador, poderia promover autonomia, reduzir custos hospitalares e fortalecer vínculos sociais.

Além disso, a valorização do trabalho de cuidado — majoritariamente exercido por

mulheres — é uma dimensão crucial para enfrentar as desigualdades de gênero e promover um sistema mais justo e sustentável. Políticas de suporte financeiro, formação profissional e reconhecimento previdenciário aos cuidadores familiares são passos concretos para transformar o cuidado em um direito social e não em um fardo invisível.

Um componente teórico importante para reforçar essa perspectiva é o conceito de “regime de bem-estar social” de Esping-Andersen. Em sua obra clássica *Os Três Mundos do Estado de Bem-Estar Social* (1990), o autor afirma que “os regimes nórdicos de bem-estar social se caracterizam por um alto grau de desmercantilização e universalismo, em que a cidadania — e não a posição de classe — define o acesso aos direitos sociais” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 27). Essa definição ajuda a compreender como, em países como a Suécia, a universalidade não é apenas um ideal político, mas um princípio estrutural de organização institucional.

Outra contribuição relevante vem da Organização Mundial da Saúde (OMS), que define o envelhecimento ativo como “um processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2005, p. 13). Essa definição amplia o olhar para além da saúde física, incluindo participação social, segurança e bem-estar integral, e pode servir de norte para políticas brasileiras que não limitem o idoso ao cuidado clínico, mas o reconheçam como sujeito de direitos e cidadão ativo.

Por sua vez, o estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ressalta que “a ausência de políticas voltadas ao envelhecimento saudável eleva os custos de saúde e de cuidados de longo prazo, em um contexto de escassez financeira e de trabalhadores” (OCDE, 2025, p. 7, tradução nossa). Essa perspectiva demonstra que investir em envelhecimento saudável e cuidados comunitários não é apenas uma questão ética, mas também uma estratégia de sustentabilidade fiscal e social para o Estado.

Adotar lições da Suécia, portanto, não significa importar fórmulas, mas reconstruir os fundamentos do Estado brasileiro em torno da universalidade, da equidade e da solidariedade. O envelhecimento populacional, quando enfrentado com responsabilidade política e planejamento, pode converter-se em um avanço civilizatório, ampliando os horizontes da cidadania e reafirmando que envelhecer com dignidade é, antes de tudo, um direito de todos — e um dever coletivo de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANTTONEN, Anneli; KARSIO, Olli. **Elder care service redesign in Finland and Sweden: deinstitutionalization of long-term care in the Nordic welfare states.** *Journal of Social Policy*, Cambridge, v. 45, n. 1, p. 1–20, 2016. DOI: 10.1017/S0047279415000468.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de proteção social no Brasil.** Brasília, DF: Letras Livres, 2003.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso.** Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- BRASIL. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.** Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The three worlds of welfare capitalism.** Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores de envelhecimento populacional: projeções demográficas e sociais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família, gênero e política social no Brasil: contribuições para o debate sobre o cuidado.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 119, p. 407–426, 2014.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Tradução de Suzana Gontijo. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Ageing and employment policies: living longer, working better?** Paris: OECD Publishing, 2025.
- SUNDSTRÖM, Gerdt. **The changing balance of formal and informal care for older people in the Nordic countries.** *The Gerontologist*, Oxford, v. 42, n. 3, p. 350–355, 2002. DOI: 10.1093/geront/42.3.350.
- SZEBEHÉLY, Marta; TRYDEGÅRD, Gun-Britt. **Long-term care use at the end of life in Sweden: a nationwide register-based study.** *European Journal of Ageing*, v. 18, n. 4, p. 1–12, 2021. DOI: 10.1007/s10433-021-00611-4.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ESCREVIVÊNCIA E A (RE)ESCRITA DA ANCESTRALIDADE AMAZÔNICA: METODOLOGIA E FORMAÇÃO CRÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL

ESCRIVENCIA Y LA (RE)ESCRITURA DE LA ANCESTRÍA AMAZÓNICA: METODOLOGÍA Y FORMACIÓN CRÍTICA EN TRABAJO SOCIAL

Marklize dos Santos Siqueira¹

Patrick de Souza e Souza²

Ligia da Silva Castro³

Thaiane Amazonas de Souza⁴

Resumo: Este artigo é o resultado da sistematização da experiência do Projeto de Extensão Escrivências de Saberes Ancestrais Indígenas: vozes que lutam por libertação e direitos, desenvolvido no curso de Serviço Social da UFAM. O estudo visa analisar a potencialidade da metodologia da *Escrivência* como ferramenta para a afirmação das realidades de Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia. A região é marcada pela lógica da exploração capitalista e pela questão socioambiental, que perpetuam a expropriação e o apagamento histórico dos Povos Indígenas e da População Negra. O referencial teórico central é a Escrivência, conceito cunhado por Conceição Evaristo, que a define como um ato político e educativo de memória e resistência que se coloca contra a desumanização e nasce da vivência. O projeto aplicou a metodologia através de Oficinas de *Escrivência* e uma Roda de Conversa com lideranças do Povo Sateré-Mawé, materializando o diálogo intercultural e unindo o saber científico à ciência dos povos indígenas. O processo permitiu aos estudantes de Serviço Social o resgate e o reconhecimento de suas origens ancestrais indígenas e negras, incluindo a identificação de raízes quilombolas, o que fortaleceu a consciência histórica e o pertencimento identitário. Conclui-se que o projeto demonstrou um impacto significativo na formação crítica discente, fortalecendo as dimensões ético-políticas requeridas pelo Serviço Social brasileiro. A *Escrivência* provou ser um método profícuo para articular o saber popular e o conhecimento científico, sendo um passo efetivo na descolonização das práticas universitárias.

¹ Assistente Social e Mestra em Sociologia, docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – campus Parintins, vice-líder do Grupo de Pesquisa Interação. E-mail: Marklize.siqueira@ufam.edu.br

² Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – campus Parintins. E-mail: salles.site@gmail.com

³ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – campus Parintins, Pesquisadora e Extensionista do Grupo Interação. E-mail: ligiacastro@gmail.com

⁴ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – campus Parintins, Pesquisadora e Extensionista do Grupo Interação. E-mail: thayaneamazonas@gmail.com

Palavras-chave: Escrivivência, Amazônia, Povos Indígenas, População Negra, Ancestralidade.

Resumen: Este artículo es el resultado de la sistematización de la experiencia del Proyecto de Extensión "Escripvivências de Saberes Ancestrais Indígenas: voz que lutam por libertação e direitos" (Escrituras de Saberes Ancestrales Indígenas: Voces que Luchan por la Liberación y los Derechos), desarrollado en el programa de Trabajo Social de la UFAM. El estudio busca analizar el potencial de la metodología Escrivivência como herramienta para afirmar las realidades de los Pueblos y Comunidades Tradicionales de la Amazonía. La región está marcada por la lógica de la explotación capitalista y las problemáticas socioambientales, que perpetúan la expropiación y el borrado histórico de los Pueblos Indígenas y la población negra. El marco teórico central es la Escrivivência, concepto acuñado por Conceição Evaristo, quien la define como un acto político y educativo de memoria y resistencia que se opone a la deshumanización y surge de la experiencia. El proyecto aplicó la metodología mediante Talleres de Escrivivencia y un Círculo de Conversaciones con líderes del Pueblo Sateré-Mawé, materializando el diálogo intercultural y uniendo el conocimiento científico con la ciencia de los pueblos indígenas. El proceso permitió a los estudiantes de Trabajo Social recuperar y reconocer sus orígenes ancestrales indígenas y negros, incluyendo la identificación de raíces quilombolas, lo que fortaleció su conciencia histórica y sentido de pertenencia. La conclusión es que el proyecto tuvo un impacto significativo en la formación crítica de los estudiantes, fortaleciendo las dimensiones éticas y políticas que requiere el Trabajo Social brasileño. Escrivivencia demostró ser un método fructífero para articular el conocimiento popular y científico, representando un paso efectivo en la descolonización de las prácticas universitarias.

Palabras clave: Escrivivencia, Amazonía, Pueblos Indígenas, Población Negra, Ancestralidad

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a Amazônia tem sido palco de profundas tensões, caracterizadas pela lógica da exploração capitalista que avança sobre o território, priorizando o crescimento econômico e a apropriação dos recursos naturais. Essa dinâmica complexa gera conflitos entre o modelo capitalista e os modos de vida tradicionais dos povos que aqui habitam. O pano de fundo para a compreensão desse cenário é a questão socioambiental, entendida como uma expressão da Questão Social que mescla desigualdades de classe, raça, etnia, gênero e ambientais.

Neste contexto, as condições de existência dos Povos Indígenas e da População Negra na Amazônia são marcadas por contínuas formas de expropriação, violência e apagamento histórico. A região não é uma mera delimitação geográfica, mas um território de vida, memória e resistência (Castro, 1997), e a tese de seu "esquecimento" é refutada por Silva (2000), que argumenta que a Amazônia foi alvo constante do sistema capitalista. Diante da

necessidade imperativa de lançar um olhar crítico e situado, a academia precisa adotar metodologias que rompam com o paradigma eurocêntrico e a suposta neutralidade científica.

É neste panorama que o conceito de Escrevivência, cunhado pela escritora afro-brasileira Conceição Evaristo (2018), se consolida como uma ferramenta metodológica potente. A escrevivência é uma escrita que nasce da vivência, sendo definida como um ato político e educativo de memória e resistência que se coloca ativamente contra o apagamento e a desumanização. Ao invocar as experiências vividas, a escrevivência promove a descolonização dos saberes, sendo um modo de lutar pelo poder de autodefinição (Collins, 2019).

O presente artigo é resultado da sistematização da experiência do Projeto de Extensão Escrevivências de Saberes Ancestrais Indígenas: vozes que lutam por libertação e direitos, desenvolvido no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Articulado à disciplina Questão Social na Amazônia, o projeto utilizou a escrevivência como metodologia central para identificar as especificidades da Questão Social na Amazônia relacionadas ao debate étnico-racial. A aplicação dessa metodologia envolveu Oficinas de Escrevivência e uma Roda de Conversa com lideranças do Povo Sateré-Mawé, materializando o diálogo intercultural. O processo permitiu aos estudantes o resgate e o reconhecimento de suas origens ancestrais indígena e negra, incluindo a identificação de raízes quilombolas.

Diante do exposto, este artigo busca analisar a potencialidade da Escrevivência como ferramenta metodológica para o estudo e a afirmação das realidades de Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia, sistematizando as atividades desenvolvidas e seus resultados para a formação crítica discente do Serviço Social. Para tal, o artigo está estruturado em três seções: a configuração da Questão Social na Amazônia e a invisibilidade histórica dos povos tradicionais; a conceituação da escrevivência e suas contribuições para a descolonização acadêmica; e a descrição da práxis do projeto de extensão e o resgate ancestral dos estudantes. O objetivo final é contribuir para uma formação profissional no Serviço Social que fortaleça as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, essenciais para a atuação na Amazônia.

2 OS POVOS DA AMAZÔNIA E AS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA NO BAIXO AMAZONAS: TENSÕES ENTRE EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA

A Amazônia transcende a mera delimitação geográfica estabelecida pelas fronteiras

dos estados do Norte brasileiro, constituindo-se, fundamentalmente, como um território de vida, memória e resistência. Neste espaço complexo, coexistem diversos povos (indígenas, negros, ribeirinhos e comunidades tradicionais) que, há séculos, estão engajados em lutas incessantes pela salvaguarda de seus modos de vida e pela afirmação de sua existência. Pensar a trajetória dos povos amazônicos é, portanto, imergir na própria história do Brasil, marcada por profundas tensões entre a exploração e a resistência, entre o esquecimento imposto e a memória ativa.

O pano de fundo da Questão Social na Amazônia, em sua contemporaneidade, é o padrão de desenvolvimento do sistema capitalista. O cenário resultante é marcado por conflitos entre modelos de mundo distintos: de um lado, o modelo capitalista, baseado na exploração e no lucro; de outro, os modos de vida tradicionais, forjados a partir da cultura, da partilha e da cosmologia da floresta e das águas. Silva (2000) e Scherer (2009) sublinham que esses mesmos povos engendraram resistências e alternativas de luta, demonstrando que a Amazônia não é um território de passividade, mas sim um palco de enfrentamentos constantes.

A articulação das desigualdades regionais com as dimensões econômicas, culturais e raciais na Amazônia é entendida enquanto elementos da questão socioambiental, vista como uma expressão da Questão Social no contexto da lógica capitalista de produção (Iamamoto, 2009; Ianni, 1992). Essa dinâmica impõe desafios ambientais, sociais e políticos, expondo as contradições inerentes ao desenvolvimento global, resultando na expulsão de populações tradicionais de seus territórios e em conflitos fundiários.

Para as populações tradicionais amazônicas, o território possui uma dimensão que vai muito além do espaço físico. Edna Castro (1997) explica que o território é uma construção histórica e simbólica, sendo percebido como parte intrínseca do corpo e da alma coletiva. É no território que se encontram ancoradas as memórias, as práticas de trabalho e as formas de espiritualidade que sustentam a vida desses povos. A luta dos povos amazônicos, portanto, não se restringe à reivindicação pela posse da terra, mas abrange o direito fundamental de manter e transmitir seus saberes ancestrais. A lógica da exploração capitalista, entretanto, introduziu a escassez onde havia abundância. A defesa da biodiversidade, um tema de relevância global, está indissociavelmente ligada à defesa da sociodiversidade (Castro, 1997).

No que se refere especificamente aos povos indígenas na Amazônia, estes vivenciam as contradições do modelo de desenvolvimento vigente. Conforme a análise de Silva (2000), os povos indígenas são lembrados quando o território que habitam suscita interesse

econômico, mas são prontamente esquecidos quando buscam e lutam por seus direitos. O processo de colonização tem sido um fator de destruição, morte, espoliação e genocídio. Os detentores do poder econômico e político investem na desarticulação desses povos, visando despojá-los de seus direitos e terras, frequentemente em nome da modernidade e do progresso. Apesar da violência e expropriação, os povos indígenas se organizam e resistem. No Baixo Amazonas, a luta pelo reconhecimento dos povos indígenas é também uma luta pela permanência da vida (Siqueira e Ribeiro, 2025a).

De outro lado, mas no mesmo horizonte de ocupação territorial e cultural, as condições de existência da população negra na Amazônia, especialmente no Baixo Amazonas, foram, por séculos, marcadas pela invisibilidade histórica. A obra *O Fim do Silêncio: presença negra na Amazônia*, organizada por Patrícia Melo (2021), elucida que essa invisibilidade não é acidental, mas sim fruto de um processo histórico de apagamento. Essa invisibilidade é interpretada como uma forma de violência simbólica, que se assemelha ao discurso do "esquecimento" da região identificado por Silva (2000). Em ambos os casos, o apagamento serve para legitimar uma visão hegemônica que ignora as histórias e subjetividades dos habitantes. É fundamental reconhecer que a Amazônia também é negra e plural (Melo, 2021).

No Baixo Amazonas, há registros de mocambos de índios e negros desde 1805 (Reis, 1967). Além disso, a presença negra se perpetua nas comunidades quilombolas, como as do Rio dos Pretos ou do Quilombo do Tambor (Novo Airão). Farias Júnior (2008) destaca que o conceito de quilombo se refere à autonomia social e produtiva das unidades familiares. A Lei Áurea (1888) concedeu a liberdade formal, mas não garantiu a distribuição de terras, levando muitos ex-escravizados a formar comunidades negras rurais. Em Parintins, no Baixo Amazonas, a presença negra é notada em manifestações culturais e históricas, como a Festa de São Benedito na Baixa do São José, e em comunidades como o Mocambo do Arari, que é objeto de estudos sobre cultura, memória e resistência (Lima Júnior, 2019). Esses elementos demonstram que as experiências africanas foram atualizadas criativamente, resultando na formação de uma cultura afroamazônica, ou seja, na reinvenção de Áfricas em plena floresta.

2.1 A ESCRIVIVÊNCIA COMO EPISTEMOLOGIA DA DESCOLONIZAÇÃO E METODOLOGIA POTENCIAL PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS AMAZÔNICOS

A busca por metodologias que rompam com o paradigma eurocêntrico e a suposta neutralidade científica torna-se imperativa ao estudar as realidades de Povos e Comunidades Tradicionais amazônicos, cujas trajetórias são marcadas pela exploração e pelo apagamento histórico. Neste contexto, a Escrivivência emerge como uma ferramenta de análise e produção de conhecimento que valoriza a memória, a experiência corporal e a resistência coletiva. O projeto de extensão "Escrivivências de Saberes Ancestrais Indígenas" adotou essa perspectiva por reconhecer na metodologia o potencial para uma escuta sensível e um registro das histórias de vida que afirmam a dignidade humana e a diversidade.

A Escrivivência é um neologismo cunhado pela escritora afro-brasileira Conceição Evaristo (2018). Embora tenha surgido inicialmente no âmbito da literatura entre 1994 e 1995, o termo rapidamente se expandiu para nomear o ofício de escrita de mulheres negras e, posteriormente, um novo método de pesquisa nas ciências humanas e sociais. A escrevivência define-se como a relação íntima entre a escrita e as experiências cotidianas, sendo uma escrita que não se separa da vivência, mas que nasce dela como um ato político e educativo de memória e resistência. A expressão surgiu da necessidade de representar histórias sentidas e vividas, dando continuidade às vidas que se inscrevem na história. Evaristo (2020) descreve o prazer e a importância de ouvir, destacando o "quase gozo da escuta" da "voz outra", demonstrando o caráter coletivo da escrita que nasce do diálogo e da escuta das histórias compartilhadas.

A criação desse termo possui um objetivo claro e subversivo: rasurar o papel historicamente atribuído às mulheres negras no curso da escravidão no Brasil, bem como subverter o sistema que invisibiliza as produções literárias e intelectuais de mulheres das classes populares (Oliveira e Sampaio, 2022). A própria Evaristo (2020) afirma o caráter de denúncia e resistência de sua obra ao declarar que a "nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos". Essa escrita é vista como um ato consciente que carrega a marca de uma ancestralidade, sendo intencional e não neutra. O conceito, portanto, é um ato político e educativo que se coloca ativamente contra o apagamento e a desumanização.

A expansão do conceito solidificou-o como uma ferramenta metodológica potente de análise nas ciências humanas e sociais, promovendo discussões políticas, étnicas e de gênero (Oliveira e Sampaio, 2022). A principal contribuição metodológica da escrevivência reside na sua recusa à neutralidade da pesquisa e à distância entre pesquisador e campo. Essa subversão do modo de produção de conhecimento é vital para o Serviço Social e áreas afins, que

trabalham frequentemente com sujeitos que constroem sua própria história. A escrevivência se constitui como uma ferramenta potente para analisar vivências na esteira do paradigma interseccional criado por Crenshaw em 1989. A interseccionalidade é fundamental, pois permite enxergar a colisão das estruturas de opressão de raça, gênero e classe.

A Escrevivência atua como uma epistemologia da descolonização ao invocar as experiências vividas como critério de credibilidade (Collins, 2019), combatendo a tendência de higienização das vivências por teorias embranquecedoras. Ao utilizar a metodologia, o pesquisador introduz uma fissura artística na escrita científica e dá entonação às vozes de mulheres e povos subalternos. Trata-se de um modo de exercer o poder de autodefinição (Collins, 2019).

No contexto amazônico, essa abordagem é particularmente relevante, uma vez que o olhar colonial e exógeno sobre a região é uma realidade marcante que precisa de alternativas epistemológicas de superação. A escolha metodológica da escrevivência no projeto de extensão foi estratégica para abordar as realidades Indígena e Negra na Amazônia, um território habitado por povos que lutam pela permanência de seus saberes ancestrais. A aplicação no Serviço Social, articulada à disciplina de Questão Social na Amazônia, possibilitou reconhecer as experiências dos sujeitos como saberes válidos na construção do conhecimento social.

A metodologia facilitou o reconhecimento da ancestralidade indígena e negra nos corpos e nas narrativas, cumprindo o papel de promover a consciência histórica e o pertencimento étnico-racial, fatores cruciais para o enfrentamento das violências cotidianas e estruturais. A dimensão pedagógica da escrevivência reside na sua capacidade de transformar a experiência em literatura e a literatura em experiência, sendo um método que junta o saber popular e o conhecimento científico.

2.2 A ESCRIVIVÊNCIA EM PRÁXIS: DIÁLOGO INTERCULTURAL COM O POVO SATERÉ-MAWÉ E AFIRMAÇÃO DAS ANCESTRALIDADES AMAZÔNICAS INDÍGENAS E NEGRAS DOS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

O desenvolvimento do projeto *Escrevivências de Saberes Ancestrais Indígenas: vozes que lutam por libertação e direitos* junto à turma do curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) configurou um processo de formação crítica, interdisciplinar e vivencial. Esta

proposta se articulou intrinsecamente com o ensino - disciplina de Questão Social na Amazônia -, a pesquisa e a extensão, favorecendo a construção de saberes sensíveis e socialmente comprometidos com os povos e comunidades tradicionais amazônicos.

O projeto de extensão esteve vinculado ao Programa Inter-Ação: práticas de sustentabilidade visando o desenvolvimento regional, e buscou, em consonância com as diretrizes do Serviço Social brasileiro, contribuir para o entendimento das expressões contemporâneas da questão social na Amazônia. A metodologia central, a *escrevivência*, foi estratégica para atingir este fim, pois, como conceito formulado por Conceição Evaristo (2018), compreende a escrita como um ato político de resistência e de (re)existência. Essa perspectiva permitiu à turma reconhecer a escrita como um instrumento de valorização das identidades e das memórias ancestrais.

O projeto foi dividido em fases processuais interligadas, que progressivamente conduziram os discentes do referencial teórico para a prática reflexiva e o encontro intercultural, culminando na produção de um material didático-analítico.

- *Eixo formativo e a desconstrução da neutralidade*

A primeira etapa do projeto concentrou-se na formação interna dos estudantes, por meio da realização de duas Oficinas de Escrevivência, ocorridas nos dias 22 e 23 de abril de 2025, no auditório do ICSEZ/UFAM, e contando com a participação de 53 pessoas.

Nestas oficinas, o principal objetivo foi obter um domínio básico do referencial teórico da *escrevivência*. A atividade não se limitou à exposição conceitual, mas buscou romper com o paradigma eurocêntrico e a suposta neutralidade científica ao convidar os discentes a produzir narrativas próprias, inspiradas em memórias afetivas, objetos simbólicos e histórias familiares. Foi apresentada as ideias centrais da autora Conceição Evaristo, ressaltando que a *escrevivência* é um ato político e educativo que se coloca contra o apagamento e a desumanização.

O exercício prático solicitado, que envolvia a escrita a partir de um objeto que portasse uma memória afetiva importante, conectou-se diretamente com o cerne epistemológico da *escrevivência*: a valorização da memória, da experiência corporal e da resistência coletiva. Ao invocar as experiências vividas como critério de credibilidade (Collins, 2019), a metodologia combate a tendência de higienização das vivências por teorias embranquecedoras. Esse exercício de escrita, ao articular emoção, identidade e reflexão, gerou um processo de autoconhecimento e reconhecimento de raízes étnicas e culturais.

Em termos pedagógicos, essa vivência traduziu o que Paulo Freire (1996) denomina

de educação dialógica, baseada na escuta e na construção coletiva do conhecimento. A docente orientadora assumiu uma postura mediadora e problematizadora, promovendo o diálogo entre as experiências pessoais dos estudantes e o complexo contexto socioambiental amazônico. Essa prática se alinhou ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, que preconiza uma formação que articula teoria e prática, crítica e sensibilidade, promovendo uma perspectiva emancipadora. Os resultados dessa fase foram positivos, proporcionando a articulação entre a teoria da escrivência e as trajetórias individuais dos discentes, e contribuindo para a formação de competências profissionais para atuar junto aos povos indígenas e negros.

- *A Interculturalidade em práxis: escuta sensível e a questão indígena*

O segundo momento crucial do projeto foi a Roda de Conversa com as lideranças do Povo Sateré-Mawé, realizada em 29 de abril de 2025. Esta atividade representou a materialização da extensão universitária como via de troca de saberes e construção coletiva do conhecimento, conforme preconiza a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012).

A Roda de Conversa contou com a presença de lideranças importantes do movimento indígena Sateré-Mawé (como o Secretário Geral do CGTSM), representando uma oportunidade para o compartilhamento de saberes e para o diálogo intercultural. Os estudantes puderam ouvir diretamente sobre as expressões da questão social em seus territórios, abordando as lutas pela saúde, educação e valorização da cultura. A realização desta roda de diálogo, articulada ao projeto, demonstra o compromisso em unir o saber científico à ciência dos povos indígenas. A escuta sensível e o contato direto com as narrativas de resistência oportunizaram aos discentes uma compreensão concreta da realidade amazônica e das desigualdades étnico-raciais que perpassam a região.

Essa prática reflete a recusa à neutralidade da pesquisa e atende à necessidade de superar o olhar colonial e exógeno sobre a Amazônia, que é uma realidade marcante e que exige alternativas epistemológicas de superação. Ao se colocarem na posição de escuta sensível perante as lideranças, os discentes participaram de uma forma concreta de construir conhecimento a partir da vivência. Essa abordagem dialógica ressoou com o pensamento de Freitas (2009, p. 36), que afirma que a Amazônia deve ser compreendida a partir das “vozes que narram suas próprias histórias”. A luta dos povos indígenas é também uma luta pela permanência da vida (Siqueira e Ribeiro, 2025b), e a Roda de Conversa permitiu que os estudantes apreendessem esse panorama de luta, especialmente no que tange às políticas públicas necessárias e à situação de vulnerabilidade da juventude indígena.

- *Escrevivências Discentes: Ancestralidade e a Lógica do Pertencimento na Amazônia*

Devido a dificuldades logísticas e a demora na indicação das lideranças pelo Conselho Geral do Povo Sateré-Mawé (CGTSM) para a fase de elaboração individual de *escrevivências*, o projeto adotou uma dinâmica adaptativa. Nos dias 07 e 13 de maio, os estudantes da disciplina de Questão Social na Amazônia foram solicitados a elaborar suas próprias *escrevivências* no intuito de dialogar com pais e avós para reconhecer e conhecer suas origens ancestrais negras e indígenas.

Essa adaptação metodológica resultou em um dos resultados mais interessantes e potentes do projeto. O exercício, enraizado na *escrevivência*, que defende que a escrita carrega a marca da ancestralidade, permitiu que os discentes recuperassem aspectos de sua história ancestral: a) Vários estudantes resgataram suas ancestralidades indígena e afro-indígena; b) Outros conseguiram resgatar sua ancestralidade negra, incluindo uma estudante que identificou sua origem quilombola no Quilombo da Baixa da Xanda, o primeiro quilombo urbano de Parintins; c) Houve, inclusive, o resgate de ancestralidade imigrante japonesa relacionada à colônia japonesa pós-Segunda Guerra Mundial, reforçando a complexa diversidade da população amazônica.

A metodologia da *escrevivência* facilitou o reconhecimento da ancestralidade indígena e negra nos corpos e nas narrativas, cumprindo o papel de promover a consciência histórica e o pertencimento identitário. A memória, que é corporal, atuou como um exercício ancestral, confrontando o processo histórico de apagamento e violência simbólica imposto à população negra e indígena na Amazônia.

Ao se reconhecer como parte da história e da diversidade amazônica, os discentes fortaleceram sua identidade profissional enquanto sujeitos comprometidos com uma sociedade diversa e plural. Essa prática se alinha ao pressuposto de Iamamoto (2010), de que o trabalho do assistente social demanda o reconhecimento do sujeito histórico e de suas condições concretas de vida. A *escrevivência* promoveu, assim, o poder de autodefinição (Collins, 2019), um ato crucial para os sujeitos historicamente invisibilizados. A luta pela visibilidade é um ato político e ético, e a metodologia forneceu a ferramenta para escrever o mundo a partir do que foi excluído/invisibilizado.

O projeto culminou na elaboração do E-book intitulado: *Escrevivências de Saberes Ancestrais Indígenas e Afromazonicos*, durante os meses de junho e julho de 2025. A produção coletiva deste livro digital, utilizando a plataforma *Canva*, materializou os

princípios pedagógicos do projeto, especialmente a ideia freireana de que o conhecimento se constrói no fazer e no refletir sobre o fazer.

O E-book não foi apenas uma sistematização da experiência, mas um produto pedagógico e social, composto por: 1) Uma apresentação sobre os vários povos indígenas que compõem a Amazônia, destacando suas características, localização e traços culturais; 2) As *escrevivências* dos estudantes e suas conexões ancestrais (negras, quilombolas, indígenas e imigrante japonesa); 3) Uma reflexão sobre a questão étnico-racial na Amazônia e suas repercussões contemporâneas.

Essa produção reforçou a integração entre o saber científico e o saber popular, reconhecendo o valor de ambos na produção de conhecimento socialmente significativo. A *escrevivência*, ao se firmar como um método que junta o saber popular e o conhecimento científico, provou-se essencial para a formação crítica preconizada pelo Serviço Social no contexto amazônico. Em suma, a integração entre *escrevivência*, ancestralidade e extensão universitária configurou-se como uma experiência pedagógica transformadora e emancipadora, reafirmando que a formação em Serviço Social exige a formação de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas em diálogo com os territórios.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta experiência demonstram a potencialidade da *Escrevivência* como ferramenta para a descolonização do saber e a análise da realidade amazônica. A *escrevivência*, conforme conceituada por Conceição Evaristo (2018), transcende o âmbito literário e expandiu-se com sucesso para as ciências humanas e sociais, atuando como uma metodologia que se recusa à neutralidade científica. Ao convidar os estudantes a elaborarem narrativas a partir de suas vivências e memórias afetivas, o projeto cumpriu seu papel de promover o resgate e o reconhecimento da ancestralidade indígena e negra na turma. Essa prática transformou a escrita em um ato político que confere visibilidade às vozes silenciadas, trazendo as narrativas do plano individual para o coletivo, e afirmando a importância das identidades historicamente invisibilizadas no Amazonas. Esse processo de autoconhecimento e de resgate ancestral é crucial para fomentar a consciência histórica e o pertencimento étnico-racial dos futuros assistentes sociais.

A aplicação da metodologia no Serviço Social, articulada à disciplina de Questão Social na

Amazônia, demonstrou ser um caminho profícuo para a formação de competências científicas e profissionais essenciais para atuar junto aos povos tradicionais. A referida metodologia, ao valorizar a experiência vivida, possibilita a escuta sensível e o registro das histórias de vida, reconhecendo as experiências dos sujeitos como saberes válidos na construção do conhecimento social. O projeto materializou o diálogo intercultural, unindo o saber científico à ciência dos povos indígenas, através de uma Roda de Conversa com lideranças do Povo Sateré-Mawé. Essa práxis oferece uma compreensão concreta das desigualdades étnico-raciais e das expressões da Questão Social na Amazônia, uma região historicamente marcada pela exploração capitalista e pelo apagamento dos povos tradicionais. Conclui-se que a Escrivência se firmou como um método que junta o saber popular e o conhecimento científico, fortalecendo a identidade profissional dos discentes como sujeitos comprometidos com uma sociedade diversa e plural e oferecendo a ferramenta para que os sujeitos historicamente invisibilizados possam assumir o poder de autodefinição e escrever o mundo a partir de sua própria perspectiva.

Por fim, o projeto Escrivências de Saberes Ancestrais Indígenas se consolida como um passo efetivo na descolonização das práticas universitárias, articulando ensino, pesquisa e extensão para além dos muros da universidade. A produção de conhecimento que nasce das escrituras das classes subalternas sinaliza a construção de um futuro que, em sintonia com a voz dos movimentos sociais, promova uma ampliação de epistemologias para além da racionalidade europeia.

REFERÊNCIAS

ALVES-MELO, Patrícia (Org.). O fim do silêncio: presença negra na Amazônia. 2. ed. Curitiba: CRV, 2021.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna. Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. Becos da Memória. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2018.

_____. Escrivência: a escrita de nós. Belo Horizonte: Mina Comunicação e Arte / Itaú Social, 2020.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de A. Tambor urbano: deslocamento compulsório e a dinâmica social de construção da identidade quilombola, Amazonas. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. Os amazônidas contam sua história: territórios povos e populações. In: SCHERER, E. F.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente. Manaus: Edua, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, Octávio. A questão social. Revista em Perspectiva, São Paulo, v. 5, n. 1, p. [s.p.], 1991. (Citado no texto como Ianni, 1992).

LIMA JÚNIOR, Josivaldo Bentes. Cordões de Pássaros e os Práticos da Festa: Cultura, Memória e Resistência no Mocambo do Arari — Parintins (1952–2018). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

OLIVEIRA, Marcelo de Jesus de; SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo. Escrivência – um Conceito em Expansão. Revista Porto das Letras, Porto Nacional, v. 8, n. 4, p. 273-290, 2022.

REIS, Arthur César Ferreira. Tempo e Vida na Amazônia. Manaus: Edições do Governo do Estado, 1967.

SCHERER, Elenise (Org.). Questão social na Amazônia. Manaus: EDUA, 2009.

SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfoses da Amazônia. Manaus: Ed. Da Universidade do Amazonas, 1999-2000.

SIQUEIRA, Marklize dos Santos; RIBEIRO, Patrício Azevedo (Coord.).
ESCREVIVÊNCIAS DE SABERES ANCESTRAIS INDÍGENAS: vozes que lutam por libertação e direitos. Projeto de Extensão de Fluxo Contínuo – Custo Restrito. Parintins: ICSEZ-UFAM, 2025a.

SIQUEIRA, Marklize dos Santos; RIBEIRO, Patrício Azevedo (Coord.).
ESCREVIVÊNCIAS DE SABERES ANCESTRAIS INDÍGENAS: vozes que lutam por libertação e direitos. Relatório Final de Projeto de Extensão Custo Restrito. Parintins: ICSEZ-UFAM, 2025b.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

LAS POLÍTICAS DE CUIDADO EN LA UNIVERSIDAD Y LA ORGANIZACIÓN FAMILIAR DE ESTUDIANTES/ MUJERES/ MADRES: UNA MIRADA DESDE EL TRABAJO SOCIAL

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE E A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR DE ESTUDANTES/MULHERES/MÃES: UMA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

María Noelia Aponte¹
Ramona Beatriz González
Andrea Titschkowski

Resumen: Esta presentación se enmarca en el proyecto de investigación “Estrategias de organización familiar implementadas por las estudiantes de la FHyCS-UNaM con niñas, niños y adolescentes a cargo, titulares de políticas de bienestar estudiantil”, llevado a cabo en la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones. El objetivo general de este trabajo es analizar las prácticas y estrategias de cuidado desplegadas por mujeres estudiantes-madres universitarias que buscan compatibilizar su vida académica, laboral y familiar, en un contexto de desigualdades estructurales de género y el impacto de las políticas sociales de la institución educativa. La investigación se orienta desde un enfoque cualitativo y fenomenológico, priorizando la comprensión de las experiencias, sentidos y significados que las mujeres atribuyen al cuidado de sus niños y niñas menores de cuatro años de edad, y como vinculan estas prácticas con sus trayectorias formativas en la Universidad articulando con las políticas públicas universitarias que la misma dispone, entre éstas por ejemplo la beca de guardería. Desde los aportes de Elizabeth Jelin, Eleonor Faur, Catalina Wainerman, Di Marco, y las teóricas Fisher y Tronto, el artículo aborda el cuidado como categoría analítica central para el Trabajo Social, en tanto práctica social, política y relacional. Se concluye que, pese a los avances normativos y a la existencia de políticas universitarias, el cuidado continúa recayendo mayormente en las familias y al interior de éstas, sobre las mujeres. El trabajo destaca la necesidad de fortalecer las políticas de corresponsabilidad institucional en el ámbito universitario, promoviendo la equidad de género y el derecho a la educación superior de las mujeres/madres.

¹ Institución: Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – Universidad Nacional de Misiones (FHyCS-UNaM), -Código de Identificación del Proyecto: 16/H1771-PI. Nombre de la Investigadora Responsable: Zulma Fabiana Cabrera (directora) Alicia Luisa Vera (Co-directora), noeliaaponte182@gmail.com

Palabras claves: Cuidado, Corresponsabilidad, Género, Universidad, Trabajo Social.

Resumo: Esta apresentação insere-se no projeto de pesquisa “Estratégias de organização familiar implementadas pelas estudantes da FHyCS-UNaM com crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, beneficiárias de políticas de bem-estar estudantil”, desenvolvido na Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Misiones. O objetivo geral deste trabalho é analisar as práticas e estratégias de cuidado mobilizadas por mulheres estudantes-mães universitárias que buscam compatibilizar sua vida acadêmica, laboral e familiar, em um contexto de desigualdades estruturais de gênero e dos impactos das políticas sociais da instituição educacional. A pesquisa orienta-se por uma abordagem qualitativa e fenomenológica, priorizando a compreensão das experiências, sentidos e significados que as mulheres atribuem ao cuidado de seus filhos e filhas menores de quatro anos de idade, bem como a forma como vinculam essas práticas às suas trajetórias formativas na Universidade, articulando-as com as políticas públicas universitárias disponibilizadas pela instituição, entre elas, por exemplo, a bolsa de creche. A partir das contribuições de Elizabeth Jelin, Eleonor Faur, Catalina Wainerman, Di Marco e das teóricas Fisher e Tronto, o artigo aborda o cuidado como categoria analítica central para o Serviço Social, enquanto prática social, política e relacional. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos e da existência de políticas universitárias, o cuidado continua recaindo majoritariamente sobre as famílias e, no interior destas, sobre as mulheres. O trabalho destaca a necessidade de fortalecer políticas de corresponsabilidade institucional no âmbito universitário, promovendo a equidade de gênero e o direito à educação superior das mulheres/mães.

Palavras chave: Cuidado, Corresponsabilidade, Gênero, Universidade, Serviço Social.

1 INTRODUCCIÓN

La presente investigación se desarrolla en el marco del proyecto “Estrategias de organización familiar implementadas por las estudiantes de la FHyCS-UNaM con niñas, niños y adolescentes a cargo, titulares de políticas de bienestar estudiantil”, cuyo objetivo principal es indagar las formas de organización y las estrategias cotidianas que las mujeres estudiantes-madres construyen para sostener sus trayectorias formativas, en la universidad, específicamente en la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales.

El interés de este trabajo se enmarca en la necesidad de visibilizar las estrategias de cuidado, autocuidado y de género que atraviesan a las estudiantes universitarias, entendiendo que el cuidado constituye una práctica social que sostiene la vida y, al mismo tiempo, reproduce relaciones de poder históricamente desiguales y en este sentido nos proponemos identificar el acceso a la beca de guardería, como una política social implementada por la institución educativa; en este contexto hablamos de mujeres porque dicha investigación relevó que las personas que acceden a esta política universitaria son mujeres (desde los requisitos

para su solicitud, identificada como una debilidad en la formulación de dicha política institucional, atravesada por las cuestiones de género)

Desde esta perspectiva, analizar el cuidado implica comprender las tensiones entre lo público y lo privado, el Estado y la familia, lo productivo y lo reproductivo. Como sostiene Jelin (2012), las lógicas del cuidado se entrecruzan entre las familias, el Estado y el mercado, generando un sistema híbrido donde el peso del trabajo doméstico y afectivo sigue recayendo sobre las mujeres. La Universidad Pública, como institución social, no es ajena a estas dinámicas: reproduce en su interior las desigualdades estructurales de género que atraviesan la sociedad en su conjunto.

La investigación busca aportar una reflexión crítica en torno a la organización social del cuidado, articulando las contribuciones de Jelin (2012), Faur (2014), Wainerman (2003), Di Marco (2010) y Fisher y Tronto (1990) y otras/os autoras/es contemporáneas/os quienes permiten situar el cuidado como una categoría central para el análisis de las relaciones de género, el acceso a derechos y las políticas de bienestar. El análisis teórico se orienta a problematizar el papel del Estado y, específicamente, de la universidad pública en la construcción de condiciones equitativas para el estudio de las mujeres madres, reconociendo que la educación superior debe garantizar igualdad real de oportunidades.

2 DESARROLLO

La organización social del cuidado es un concepto clave para comprender la forma en que las sociedades distribuyen las tareas vinculadas a la sostenibilidad de la vida. En América Latina, como plantea Faur (2014), esta organización se caracteriza por una combinación desigual entre los aportes de las familias, el Estado y el mercado, en la que las mujeres ocupan un lugar central y muchas veces invisible. Esta feminización del cuidado ha sido históricamente naturalizada, al punto de concebirlo como una extensión de la identidad femenina. El feminismo, sin embargo, ha cuestionado esa naturalización, planteando que el cuidado es una práctica socialmente necesaria que debe ser reducida, reconocida y redistribuida, apuntando a una vida más justa y sostenible.

Jelin (2012) propone pensar el cuidado como un entramado de relaciones en el que convergen múltiples actores. Las familias son el espacio más inmediato del cuidado, pero no el único. El Estado, a través de sus políticas públicas, y el mercado, mediante la oferta de servicios, también participan en la provisión de cuidados. No obstante, la insuficiencia de políticas estatales y la mercantilización del cuidado refuerzan las desigualdades de género y

de clase, dejando a las mujeres-especialmente a las de sectores populares-con la mayor carga de trabajo no remunerado.

En este contexto, las estudiantes madres enfrentan una doble o triple jornada: la académica, la laboral y la doméstica. Wainerman (2003) explica que, aunque las mujeres han ingresado masivamente al sistema educativo, las estructuras familiares y sociales aún no se han adaptado a esta transformación, perpetuando una división sexual del trabajo que las sobrecarga. El resultado es que muchas de ellas deben postergar o interrumpir su formación universitaria ante la falta de apoyos institucionales o redes familiares sólidas.

Faur (2014) utiliza la metáfora de las 'mujeres malabaristas' para describir la forma en que las mujeres intentan compatibilizar las exigencias del trabajo, el estudio y la maternidad. Esta situación, además de generar tensiones personales y emocionales, pone en evidencia la ausencia de políticas universitarias de cuidado que reconozcan las necesidades específicas de las estudiantes madres. Las instituciones de educación superior, si bien promueven la igualdad formal, raramente incorporan la perspectiva del cuidado en su gestión cotidiana, reproduciendo así los sesgos de género.

Desde una mirada más filosófica y ética, Fisher y Tronto (1990) proponen una teoría feminista del cuidado que lo concibe como una práctica moral, política y relacional. El cuidado no se limita a una tarea, sino que implica una actitud de responsabilidad hacia los otros y hacia la vida en común. Para estas autoras, reconocer el cuidado como valor social supone romper con la jerarquía que coloca lo productivo por encima de lo reproductivo, y avanzar hacia una sociedad que ponga en el centro la sostenibilidad de la vida.

Di Marco (2010), en su planteo sobre la democratización de las familias, señala que el desafío radica en redistribuir las responsabilidades de cuidado entre todos los actores sociales. Esta democratización requiere un Estado activo que promueva políticas de corresponsabilidad, como licencias parentales equitativas, espacios de cuidado infantil, y programas que contemplen la situación de las estudiantes con hijas e hijos a cargo. En este sentido, la universidad pública debe asumir un papel protagónico, no solo como formadora de profesionales, sino también como institución garante de derechos.

La articulación entre las perspectivas de Jelin, Faur y Di Marco permite comprender que el cuidado no es un asunto privado, sino un tema político que interpela al Estado, al mercado y a la sociedad civil. En el caso de las estudiantes madres universitarias, la escases o ausencia de políticas de cuidado impacta directamente en su permanencia académica, su bienestar y su desarrollo profesional. Por ello, es fundamental que las universidades

implementen dispositivos de acompañamiento y políticas inclusivas que contemplen la diversidad de trayectorias estudiantiles.

El Trabajo Social, como disciplina y práctica profesional, tiene un papel estratégico en este proceso. Desde su enfoque en los derechos, la equidad y la justicia social, puede contribuir a visibilizar las condiciones estructurales que limitan la participación plena de las mujeres en la educación superior. Asimismo, puede promover la articulación entre las políticas universitarias y las políticas sociales, impulsando espacios de reflexión, investigación e intervención orientados a la corresponsabilidad del cuidado.

Al ser una investigación en proceso, y tomando como punto de partida las mujeres madres que hacen uso de una política de cuidado, a través de la posibilidad de la incorporación/asistencia de sus niños, niñas pequeños en un espacio de primera infancia, todavía reconocido como guardería, como política institucional, se puede identificar que la mayoría de las configuraciones familiares siguen siendo de estructura nuclear o monomarental. No es la única política institucional utilizada para garantizar la permanencia y egreso de las estudiantes, pero es la menos solicitada, debido quizá a la familiarización de los cuidados, aún presente en nuestra sociedad en general y en nuestras estudiantes en particular.

En este contexto se podría mencionar otras políticas universitarias como: becas de albergues, comedor, boleto subsidiado local y 4 boletos dentro de la provincia, de manera mensual. Además de la modalidad de cursado como estudiantes trabajadores, consejerías de derechos sexuales y reproductivos, sala de lactancia, un espacio de inclusión educativa y uno de Salud Mental, estrategias disponibles institucionalmente para el abordaje de las demandas de los y las estudiantes, para de esta manera garantizar que puedan permanecer y graduarse.

Asimismo, teniendo en cuenta que estadísticamente las universidades con orientaciones humanísticas tienen más del 50 % de sus estudiantes son mujeres (trabajando ya desde las elecciones de formación profesional esta división sexual), la beca de guardería es una de las menos solicitadas.

En el año 2024, solo 9 mujeres hicieron solicitud de la beca de guardería. De las 9, todas conformaron parejas heterosexuales, y actualmente viven en conformaciones familiares nucleares o monomarentales. Este año, una de ellas manifiesta que abandonó la carrera por cuestiones laborales y para dedicarse a la crianza de su hijo, ya que configura una familia monomarental conformada por ella y su hijo, y aunque la institución presenta esta variedad de políticas sociales de cuidado, tendientes a garantizar la permanencia, las mismas resultan insuficientes para atender las demandas actuales del contexto social, económico, político y

universitario que atraviesa el país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

El análisis teórico realizado permite afirmar que el cuidado constituye una categoría clave para comprender las desigualdades de género y los desafíos de la vida universitaria contemporánea. Las mujeres estudiantes madres enfrentan una realidad marcada por la sobrecarga, lo que afecta su permanencia y rendimiento académico. Si bien se observan avances en materia de políticas de bienestar universitario, aún persisten brechas estructurales que requieren ser abordadas desde una perspectiva de género y derechos, iniciando desde la condición de accesibilidad a la beca de guardería que contempla únicamente a mujeres madres, no varones, por lo que la corresponsabilidad del cuidado no es considerada en la redacción y/o diseño de dicha política institucional. Como otro hallazgo preliminar, se destaca que las estudiantes-madres que estudian y hacen uso de esta política universitaria, tienen entre 21 y 37 años, todas conforman parejas heterosexuales, y en algunos casos están separadas de los padres de sus hijos. Desarrollan diversas estrategias de organización familiar para poder sostener sus trayectorias académicas. Estas estrategias incluyen la redistribución del cuidado dentro de sus familias (cuando es posible), la utilización de redes de apoyo informales (amigas, vecinas, familiares), y el recurso de las políticas institucionales de la universidad, como becas de apuntes, de comedor y beca de “guardería”, esta última en menor medida.

En este contexto, las políticas de bienestar estudiantil, si bien resultan necesarias, no logran contemplar integralmente sus necesidades específicas como madres, especialmente en lo referido al cuidado de sus niños y/o niñas, que transitan la primera infancia, ya que sus horarios de cursado son discontinuos y cotidianos, y no solo deben asistir a clases sino dedicar el tiempo para la lectura de los materiales teóricos, la realización de trabajos prácticos, etc. debiendo encontrar el equilibrio necesario para cumplir con sus compromisos como estudiante y como madre, mujer y trabajadora a la vez. También se relevó que el bajo porcentaje de solicitudes a la guardería se relaciona a los requisitos y tiempos institucionales. Hasta definir los horarios de clases por comisiones, las clases inician y las madres deben organizarse para asistir a las mismas. Al definir los horarios de clases las estrategias de cuidado ya fueron organizadas de otra manera y rehabituar al niño, niña a un espacio y/o personas resulta otra organización de mujeres a cargo del cuidado, ya cursando materias en la facultad y teniendo que leer, estudiar, realizar trabajos prácticos, cumpliendo con las

exigencias de la vida universitaria y la función del rol de maternaje, al mismo tiempo.

Las reflexiones de Jelin, Faur, Wainerman, Di Marco, Fisher y Tronto aportan marcos teóricos sólidos para repensar el lugar del cuidado en la sociedad y en las instituciones educativas. El desafío para la universidad pública consiste en asumir la corresponsabilidad del cuidado como principio organizador de sus políticas y prácticas institucionales, promoviendo la equidad, la inclusión y la justicia social.

Asimismo, el Trabajo Social tiene la responsabilidad de impulsar procesos de sensibilización y transformación que reconozcan el cuidado como un derecho y una práctica colectiva. En contraposición a esto, la investigación recupera relatos de las mujeres que deben postergar actividades académicas, recreativas, socio-culturales, por falta de tiempo, resignando espacios de autocuidado. Esto se complejiza aún más en los casos de familias monomarentales, que se encuentran lejos de sus familias de origen, y enfrentan situaciones de precarización laboral, vulnerabilidad social, que además hacen esfuerzos por continuar estudiando. La investigación en curso permite afirmar que las prácticas de cuidado de las estudiantes-madres universitarias constituyen un campo privilegiado para pensar las relaciones entre derechos, género y justicia social en el ámbito de la universidad pública. Estas prácticas revelan tensiones entre las exigencias institucionales, las responsabilidades familiares y las limitaciones estructurales que enfrentan las mujeres para sostener sus trayectorias educativas.

En este sentido, las universidades públicas, la UNaM y la FHyCS, en particular, deben reconocerse como parte del entramado de la organización social del cuidado y asumir su corresponsabilidad, no solo mediante políticas de bienestar económico, sino también a través de estrategias integrales que contemplen las necesidades concretas de las estudiantes madres. Espacios de Cuidado Infantil, flexibilización de horarios, acompañamiento institucional y promoción de una cultura universitaria inclusiva son algunas de las medidas necesarias para garantizar el derecho a la educación superior en condiciones de equidad.

Reconocer estas tensiones implica avanzar hacia políticas universitarias más inclusivas y corresponsables, que no solo contemplen el acceso a becas económicas, sino que promuevan entornos institucionales que faciliten la conciliación entre estudio, cuidado y trabajo. Este desafío interpela directamente al campo del Trabajo Social, en tanto disciplina comprometida con la promoción de derechos y la transformación de las desigualdades sociales.

Finalmente, se reafirma la necesidad de seguir profundizando el estudio de estas problemáticas, articulando investigación, docencia y extensión, para aportar a la construcción

de políticas públicas que reconozcan y valoren el cuidado como un derecho, una responsabilidad social compartida y un componente esencial para la construcción de sociedades más justas y democráticas.

En conclusión, democratizar el cuidado implica avanzar hacia una universidad más humana, que reconozca las diversas trayectorias vitales de su comunidad estudiantil y garantice las condiciones materiales y simbólicas para la continuidad educativa de las mujeres madres. El compromiso ético y político del Trabajo Social con la equidad de género y la justicia social resulta fundamental para construir instituciones educativas corresponsables y sostenibles, donde el cuidado sea valorado como pilar de una sociedad más justa e igualitaria.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (2000). *La dominación masculina*. Anagrama.
- Creswell, J. (1998). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Traditions*. SAGE Publications.
- Di Marco, G. (2010). *Democratizar las familias*. Equis, Las Juanas Editoras.
- Esquivel, V., Faur, E., & Jelin, E. (2012). *Las lógicas del cuidado infantil entre las familias, el Estado y el mercado*. IDES.
- Faur, E. (2014). *El cuidado infantil en el siglo XXI. Mujeres malabaristas en una sociedad desigual*. Siglo Veintiuno Editores.
- Fisher, B., & Tronto, J. (1990). Toward a feminist theory of caring. In E. Abel & M. Nelson (Eds.), *Circles of Care: Work and Identity in Women's Lives* (pp. 35–62). SUNY Press.
- Hochschild, A. (1990). *The Second Shift: Working Parents and the Revolution at Home*. Viking.
- INADI. (2015). *Hacia una distribución igualitaria de las tareas de cuidado*. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos.
- Jelin, E. (2010). *Pan y afectos. La transformación de las familias*. Fondo de Cultura Económica.
- Jelin, E., Esquivel, V., & Faur, E. (2012). *Las lógicas del cuidado infantil entre las familias, el Estado y el mercado*. IDES.
- Wainerman, C. (2003). *Familia, trabajo y género*. Fondo de Cultura Económica.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tema/internacionalsserviçosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ESTRATEGIAS DE ORGANIZACIÓN FAMILIAR: LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR Y LOS CUIDADOS

ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO FAMILIAR: AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS CUIDADOS

Zulma Cabrera¹
Alicia Vera²
Gladys Alvez³
Emilia Gil Navarro⁴

Resumo: O trabalho inscreve-se no âmbito do projeto de pesquisa “Estratégias de organização familiar implementadas pelas estudantes da FHyCS UNaM com meninas, meninos e adolescentes sob sua responsabilidade, titulares de alguma(s) política(s) de bem-estar estudantil 2022/2023”, com ênfase em um dos eixos que centra o interesse nas experiências das estudantes mulheres no período em que assumem a maternidade simultaneamente à sua formação acadêmica e profissional. A partir de uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas, o trabalho recupera as vozes de mulheres-mães universitárias que relatam as formas como reorganizam suas vidas pessoais, familiares e acadêmicas diante das múltiplas demandas do cuidado, do estudo e, em alguns casos, do trabalho remunerado. A investigação permite reconstruir uma diversidade de estratégias implementadas para sustentar a permanência no âmbito da educação superior diante de situações complexas, como a falta de corresponsabilidade familiar ou a ausência de serviços públicos de cuidado. A análise revela como as estudantes com filhos(as) sob sua responsabilidade recorrem a redes familiares ampliadas ou de amizade e a dispositivos institucionais, configurando tramas de sustentação que ultrapassam o âmbito familiar/doméstico. No entanto, também se tornam visíveis as tensões: a sobrecarga cotidiana, a sensação de fragmentação entre os papéis assumidos e os sentimentos de culpa ou frustração diante da impossibilidade de responder a todas as demandas com igual intensidade. Considera-se necessário dimensionar essas experiências no marco das estratégias de conciliação entre a vida familiar e o cuidado, com o objetivo de contribuir para a geração de conhecimentos voltados ao desenho de políticas universitárias de democratização familiar, que possibilitem avançar rumo a uma maior equidade e corresponsabilidade, reconhecendo efetivamente as famílias como sujeitos ativos de direitos, sem discriminações nem desigualdades de gênero.

¹ Doutora, Directora del proyecto, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales- UNaM.

² Mger, Co- directora del proyecto, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales- UNaM.

³ Mger, investigadora integrante del proyecto, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales- UNaM.

⁴ Mger, investigadora integrante del proyecto, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales- UNaM.

Palavras-chave: Cuidados, Educação superior, Famílias.

Resumen: El trabajo se inscribe en el marco del proyecto de investigación “Estrategias de organización familiar implementadas por las estudiantes de la FHyCS UNaM con niñas, niños y adolescentes a cargo titulares de alguna/s políticas de bienestar estudiantil 2022/2023”, haciendo énfasis en uno de los ejes, que centra el interés en las experiencias de las estudiantes mujeres en la etapa que asumen la maternidad en simultaneidad con su formación académica profesional. A partir de una metodología cualitativa basada en entrevistas semiestructuradas, el trabajo recupera las voces de mujeres-madres universitarias que relatan los modos en que reorganizan sus vidas personales, familiares y académicas frente a las múltiples demandas del cuidado, el estudio y, en algunos casos, el trabajo remunerado.

La indagación permite reconstruir una diversidad de estrategias implementadas para sostener la permanencia en el ámbito de la educación superior, ante situaciones complejas como, falta de corresponsabilidad familiar o ausencia de servicios públicos de cuidado. El análisis revela cómo las estudiantes con niños/as a cargo recurren a redes familiares extensas o de amistad y a dispositivos institucionales, configurando tramas de sostenimiento que exceden el marco familiar/doméstico. Sin embargo, también se visibilizan tensiones: la sobrecarga cotidiana, la sensación de fragmentación entre los roles asumidos, y los sentimientos de culpa o frustración ante la imposibilidad de responder a todas las demandas con igual intensidad.

Se considera necesario dimensionar estas experiencias en el marco de las estrategias de conciliación entre la vida familiar y de cuidado, a los efectos de aportar a la generación de conocimientos para el diseño de políticas universitarias de democratización familiar que posibiliten avanzar hacia una mayor equidad y corresponsabilidad, considerando fehacientemente a las familias como sujetos activos de derechos, sin discriminaciones ni desigualdades de género.

Palabras clave: Cuidados, Educación superior, Familias.

1 INTRODUCCIÓN

El trabajo tiene como finalidad compartir reflexiones y hallazgos preliminares del proyecto de investigación “Estrategias de organización familiar implementadas por las estudiantes de la FHyCS-UNaM con niñas, niños y adolescentes a cargo, titulares de alguna(s) política(s) de bienestar estudiantil” (2022-2025), que se inscribe en la Secretaría de investigación y posgrado de la Facultad de Humanidades y Ciencias sociales de la Universidad Nacional de Misiones.

El estudio aborda una dimensión poco visibilizada de la vida universitaria: las prácticas de cuidado que desarrollan las mujeres madres y estudiantes para sostener su formación académica en simultaneidad con las responsabilidades familiares y, en muchos casos, laborales.

Desde este enfoque, se parte del reconocimiento de que la organización social del cuidado (Faur, 2014; Jelin, 2010) se encuentra atravesada por desigualdades históricas que afectan de manera diferenciada a las mujeres, quienes aún hoy continúan asumiendo la mayor parte de las tareas de cuidado, especialmente en los hogares con niñas, niños y adolescentes. Al mismo tiempo, se sostiene que dichas desigualdades se reproducen en las instituciones, incluidas las universidades, donde las políticas de bienestar estudiantil todavía no logran contemplar plenamente la diversidad de trayectorias y responsabilidades que asumen las mujeres estudiantes.

Desde esta perspectiva, se propone reflexionar sobre la necesidad de repensar las políticas públicas universitarias como una dimensión sustantiva de la justicia social y de los derechos humanos, reconociendo a las estudiantes-madres como sujetas activas de derechos.

2 DESENVOLVIMENTO

- **Claves conceptuales para pensar el problema de investigación.**

El proyecto de investigación “Estrategias de organización familiar implementadas por las estudiantes de la FHyCS UNaM con niñas, niños y adolescentes a cargo, titulares de alguna/s política/s de bienestar estudiantil” se sostiene en dos categorías analíticas fundamentales —género y cuidados— que permiten comprender las desigualdades estructurales que atraviesan las experiencias de las madres estudiantes universitarias y las estrategias que despliegan para sostener sus trayectorias académicas.

El concepto de género es una categoría relacional y estructurante para el desarrollo del trabajo. El mismo, siguiendo a Faur (2008) y Cobo Bedia (2005), se entiende como una construcción social e histórica que organiza las relaciones entre varones y mujeres, distribuyendo de forma desigual los recursos, los espacios y el poder. Lejos de ser una categoría fija o natural, se trata de un sistema simbólico y material que produce jerarquías y desigualdades en los distintos ámbitos de la vida —familiar, laboral, comunitaria y política—, configurando así una de las dimensiones centrales de la desigualdad social.

Desde la perspectiva feminista, el género permite visibilizar cómo la subordinación de las mujeres no deriva de diferencias biológicas, sino de la institucionalización de un orden patriarcal que legitima la dominación masculina y naturaliza la división sexual del trabajo (Pateman, 1995; Bourdieu, 2000). En este sentido, las familias se constituyen en espacios donde estas relaciones se reproducen, pero también pueden ser ámbitos de transformación y

resistencia, capaces de generar prácticas más igualitarias y democráticas.

- **Los cuidados desde una mirada de género.**

El cuidado, concebido como práctica social, relacional y política (Fisher y Tronto, 1990; Faur y Jelin, 2013), abarca todas las actividades necesarias para mantener y reparar la vida. Sin embargo, históricamente ha sido asignado a las mujeres, en el marco de la división sexual del trabajo, como una tarea “natural”, no remunerada y poco valorada socialmente. Esta asignación refuerza la desigualdad de género y restringe la participación plena de las mujeres en el ámbito público y educativo.

Desde una mirada de género, los cuidados no pueden ser entendidos únicamente como una responsabilidad familiar o individual, sino como una cuestión colectiva y política que involucra al Estado, las instituciones y la sociedad. La pandemia de COVID-19 visibilizó con mayor fuerza estas tensiones, evidenciando la necesidad de reconocer, redistribuir y reducir las cargas de cuidado (Batthyány, 2021), especialmente en los hogares encabezados por mujeres.

- **Políticas universitarias y corresponsabilidad social del cuidado.**

En el ámbito de la educación superior, el bienestar estudiantil constituye un factor clave para garantizar el derecho a la formación, la permanencia y el egreso. Sin embargo, las políticas universitarias suelen omitir las condiciones específicas de las estudiantes con responsabilidades familiares, perpetuando la desigualdad entre quienes deben conciliar estudio, trabajo y cuidado.

Desde este marco, se plantea la importancia de repensar las políticas públicas universitarias desde una perspectiva de género y cuidados, orientadas a promover la corresponsabilidad social, fortalecer las redes de apoyo institucional y garantizar el derecho de las estudiantes-madres a transitar su formación en condiciones de equidad y dignidad. Este trabajo aborda una dimensión poco explorada en las investigaciones de este campo que son los desafíos que llevan adelante mujeres madres y estudiantes universitarias para poder sostener su formación académica en simultaneidad con las responsabilidades familiares y, en muchos casos, laborales.

La metodología utilizada para llevar adelante el proceso de investigación es de tipo cualitativa, con enfoque fenomenológico (Creswell, 1998) se plantea un estudio básicamente Exploratorio-descriptivo, cuyos resultados pretenden ser utilizados como base para formular nuevas preguntas de investigación, conocimientos y propuestas de acciones futuras.

De modo entonces que, en la vinculación de los momentos metodológicos, se propone, a

partir del relevamiento de fuentes secundarias de datos, la realización de entrevistas en profundidad al grupo de estudiantes titulares de las políticas de bienestar estudiantil de la FHyCS, con niños niñas y adolescentes a cargo durante el cursado de una carrera universitaria, en el periodo 2022-2023.

Los objetivos de la investigación son

OBJETIVO GENERAL: Analizar las estrategias de organización familiar y de cuidado que realizan las estudiantes titulares de las políticas de bienestar estudiantil de la FHyCS, con niños niñas y adolescentes a cargo, durante el cursado de una carrera universitaria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Aproximar una caracterización socio-familiar de la población participante del proyecto.
- Reconocer las prácticas de cuidado a niños, niñas y adolescentes a cargo, dentro de sus ámbitos familiares.
- Conocer las políticas de bienestar estudiantil a las que acceden este grupo de estudiantes
- Identificar facilitadores y obstáculos reconocidos por las estudiantes para el cursado de la carrera universitaria y sus vinculaciones con las estrategias de organización familiar y de cuidados.

Al ser una investigación en curso, cuyo período de realización abarca hasta fin del año 2026, se presentarán a continuación los hallazgos correspondientes a los dos primeros objetivos específicos de la misma.

- **Algunos aportes resultados del trabajo de campo**

En relación con el primer objetivo propuesto, aproximar una caracterización socio-familiar de la población participante del proyecto, los resultados del trabajo de campo permiten delinear un perfil de las mujeres entrevistadas. Se trata de siete madres estudiantes universitarias de grado pertenecientes a la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones (FHyCS-UNaM), cuyas edades oscilan entre los 21 y 37 años. Todas residen actualmente en la ciudad de Posadas, aunque tres de ellas son oriundas de localidades del interior provincial, lo que introduce diferencias significativas en cuanto a trayectorias migratorias, redes de apoyo y acceso a recursos institucionales.

En lo que respecta a las configuraciones familiares, la mayoría (cinco) convive con su

pareja e hijo/a, constituyendo familias nucleares biparentales, mientras que dos de ellas conforman familias monomarentales, lo cual evidencia una pluralidad de estructuras familiares y de arreglos domésticos que desafían los modelos tradicionales.

En el plano socioeconómico, se observa una marcada precariedad laboral y una fuerte dependencia de ingresos informales. Cuatro de las familias dos monomarentales y dos nucleares sostienen sus economías a partir de actividades laborales no registradas, entre las que se mencionan: trabajo doméstico, venta de indumentaria, emprendimientos de estética corporal (body piercing), tareas de cuidado de niños y adultos mayores, además de la percepción de la Asignación Universal por Hijo (AUH) como ingreso complementario.

Un caso particular se destaca por la multiplicidad de empleos temporales: la entrevistada trabaja simultáneamente en tres espacios una pasantía en el Instituto de Previsión Social (IPS), en una fundación dedicada al acompañamiento de niños y adolescentes judicializados y en encuestas preelectorales, mientras su pareja se desempeña como personal de seguridad los fines de semana. Este tipo de estrategias de pluriempleo, como advierte Castel (2004), se enmarca en la lógica de la “vulnerabilidad laboral”, donde las mujeres jóvenes deben fragmentar su tiempo y energía entre el trabajo, el estudio y el cuidado.

En cuanto al nivel educativo de los grupos familiares, se identifica una tendencia intergeneracional de baja escolarización: la mayoría de los padres de las entrevistadas finalizaron únicamente la educación primaria, y solo algunos iniciaron estudios secundarios sin completarlos. Las parejas, por su parte, también presentan trayectorias educativas acotadas, con predominio de niveles primarios concluidos y, en un caso, formación técnica (chef) no ejercida laboralmente.

Respecto a las trayectorias educativas de las propias entrevistadas, la mayoría se encontraba cursando entre segundo y tercer año de la carrera al momento de la maternidad, lo cual permite inferir una etapa de consolidación del proyecto formativo y profesional. Sin embargo, el embarazo en la mayoría de los casos no planificado reconfiguró de manera profunda sus biografías y sus horizontes de sentido.

El inicio de la experiencia de maternaje se constituyó así en un punto de inflexión vital, desplazando las prioridades previas e introduciendo una tensión persistente entre la continuidad de los estudios y las nuevas responsabilidades de cuidado. Esta situación, que Faur (2014) conceptualiza como el dilema de la conciliación entre las esferas productiva y reproductiva, se articula con la persistencia de la división sexual del trabajo, donde las mujeres asumen de manera predominante el peso del cuidado, incluso cuando participan

activamente en el ámbito educativo o laboral.

En este sentido, los relatos de las entrevistadas dan cuenta de la sobrecarga subjetiva y emocional que implica sostener ambos roles, expresada en sentimientos de agotamiento, renuncia y, en algunos casos, culpa por no priorizar el cuidado materno por sobre las aspiraciones personales. Como advierte Faur (2014), esta vivencia responde a una construcción cultural que naturaliza la centralidad femenina en la organización doméstica y reproduce las asimetrías de género en la gestión del tiempo y de las responsabilidades familiares.

Finalmente, puede afirmarse que los resultados del trabajo de campo visibilizan procesos de desigualdad estructural que atraviesan la experiencia universitaria de las madres estudiantes, configurando un entramado donde las condiciones socioeconómicas, las responsabilidades familiares y las expectativas institucionales se entrecruzan en forma compleja.

En relación con el segundo objetivo de la investigación, orientado a reconocer las prácticas de cuidado de niños, niñas y adolescentes a cargo dentro de los ámbitos familiares, los resultados del trabajo de campo permiten observar una marcada diferenciación de roles y responsabilidades según la estructura familiar y el género de los integrantes.

En las familias monomarentales, la totalidad de las responsabilidades domésticas y de cuidado recaen sobre las madres estudiantes, quienes asumen en solitario la gestión de la vida cotidiana y la crianza. En las familias nucleares, en cambio, si bien conviven ambos progenitores, se evidencia una escasa participación de los varones en las tareas domésticas y en la organización del cuidado, cuestión estrechamente vinculada con la internalización de los roles de género tradicionales y con la persistencia de la división sexual del trabajo (Kergoat, 2000; Faur, 2014).

Los testimonios recabados permiten dar cuenta de cómo esta desigual distribución se naturaliza en las dinámicas cotidianas:

“...mi marido no hace nada, yo me encargo de todo, no sé si porque él no quiere o porque yo como que soy más autoritaria y quiero que sea todo a mi manera, cuando llego a casa cocino, él come, se va a trabajar y yo agarro y le cambio a ella, le llevo al jardín, ahí puedo aprovechar y dormir un ratito, hacer las cosas que ella no me deja hacer y salgo, la voy a buscar. Y con las cuestiones de la crianza las decisiones las tomo yo, esa es la realidad...”
(Entrevistada N°4).

Este tipo de testimonios refleja con claridad la naturalización del trabajo doméstico

como “tarea femenina”, socialmente desvalorizada, no remunerada y escasamente reconocida, lo cual genera una sobrecarga física y emocional en las mujeres, incluso en contextos donde existe una pareja conviviente. Esta situación reproduce —como señalan Bourdieu (2000) y Faur (2014)— los esquemas simbólicos de la dominación masculina, en los que la organización del cuidado continúa siendo una extensión de la identidad femenina y del ideal de “buena madre”.

No obstante, también se identificaron incipientes transformaciones en algunas familias, donde los varones comienzan a participar de manera más activa en tareas domésticas o en el acompañamiento cotidiano, aunque bajo una lógica aún mediada por la dirección femenina. La mujer continúa siendo quien organiza, coordina y distribuye las tareas, incluso cuando se evidencia una disposición del varón a colaborar. Este proceso de cambio, aún parcial y desigual, puede interpretarse como una manifestación de las transformaciones socioculturales más amplias que cuestionan los mandatos patriarcales y promueven una progresiva reconfiguración de las masculinidades (Connell, 2012).

En cuanto a la organización familiar para compatibilizar las responsabilidades del cuidado, el estudio y el trabajo, se observan diversas estrategias de conciliación que las madres estudiantes implementan cotidianamente. La mayoría planifica sus rutinas en función de los horarios de cursada, de las necesidades de sus hijos y de las exigencias laborales. Este equilibrio, siempre precario, requiere un uso intensivo del tiempo, así como una gestión emocional compleja, ya que implica renunciaciones y reajustes constantes.

“...ejercí la carrera de manera ‘en negro’ para tener la experiencia, para saber si era lo mío. Trabajo en una escuela todos los días de 13:00 a 17:00... nos encontramos con mi mamá en transferencia, yo le doy el bebé, ella se lo lleva y después cuando salgo del trabajo lo voy a buscar. Desde ayer a la mañana no veo a mi bebé, trabajé, cursé, y después me fui hasta el trabajo de mi marido y de ahí a casa...” (Entrevistada N°1).

El relato evidencia la intensidad de la doble jornada femenina, concepto ampliamente desarrollado por Jelin (1998), quien advierte que la incorporación de las mujeres al trabajo y la educación no ha sido acompañada por una redistribución equitativa de las tareas de cuidado. Las mujeres, en consecuencia, enfrentan una doble o triple carga, laboral, educativa y doméstica, que las coloca en una situación de vulnerabilidad estructural y de riesgo de feminización de la pobreza (Jelin, 1998; CEPAL, 2019).

Si bien todas las entrevistadas participan en el mercado laboral, sus actividades se desarrollan mayormente en el ámbito informal, sin protección social ni estabilidad. Esta

informalidad, aunque implica precariedad, también es percibida por algunas como una posibilidad de autonomía relativa, ya que les permite manejar sus tiempos de acuerdo con las exigencias de la maternidad y los estudios. Este hallazgo coincide con los análisis de Di Marco (2005), quien sostiene que las transformaciones en la vida familiar y en la inserción laboral de las mujeres son procesos interdependientes: “Las transformaciones en el ámbito de la familia, en la situación social de la mujer y en el trabajo femenino se ligan de manera tal que uno no es posible al margen del otro” (p. 40).

Para hacer posible la conciliación entre trabajo, estudio y maternidad, las mujeres recurren a estrategias de apoyo comunitario y familiar, entre las que se destacan las redes de cuidado femeninas. Las principales figuras de apoyo son las madres, hermanas, tías y amigas, quienes asumen funciones de cuidado de los hijos mientras las estudiantes trabajan o asisten a clases. Este hallazgo confirma lo planteado por Faur (2014), quien sostiene que el sistema patriarcal continúa asignando a las mujeres, de diferentes generaciones, la responsabilidad central del cuidado dentro y fuera del hogar.

“...desde el momento uno mi mamá me ayudó un montón y se queda con él. Lo acostumbé desde los tres meses a quedarse con ella a dormir allá porque eso iba a pasar cuando empiece a cursar, entonces cuando curso a la mañana él se queda en la casa de mi mamá, es más vive más allá que conmigo...” (Entrevistada N°1).

“...primero que nada mi mamá si está, después mis amigas, hay chicas de la carrera que viven cerca, y si no las vecinas que ya le conocen a ella y las maes ya saben que son las tías y que le retiran de la guardería...” (Entrevistada N°3).

Esta feminización del cuidado, como la denomina Orozco-Rocha (2021), constituye un fenómeno estructural que perpetúa la desigualdad de género. Las tareas de cuidado, invisibilizadas y no remuneradas, restringen la autonomía económica de las mujeres, limitan su participación plena en el ámbito educativo y laboral, y reproducen un ciclo de subordinación y dependencia.

En este marco, adquiere especial relevancia la política institucional de becas de guardería implementada por la FHyCS-UNaM, que emerge como un dispositivo clave de inclusión educativa. Las entrevistadas destacan que el acceso a esta beca ha sido determinante para sostener su continuidad en la universidad y reducir las tensiones cotidianas entre el estudio y el cuidado:

“...la beca de guardería fue lo que permitió que yo pueda seguir estudiando, porque si no la tenía era imposible, a veces no te queda otra que traer a tu hijo a la facu, por ejemplo, cuando

están enfermos...” (Entrevistada N°4).

“...antes de empezar me dijeron que había becas de guardería para las estudiantes madres, eso fue un incentivo, y en mayo recién empezó la guardería...” (Entrevistada N°5).

De este modo, las políticas universitarias orientadas al cuidado, como la provisión de espacios institucionales para la primera infancia, se constituyen en condiciones materiales para la igualdad de oportunidades educativas, en tanto reconocen la sobrecarga estructural que enfrentan las mujeres madres y contribuyen a la efectivización del derecho a la educación superior en condiciones de equidad.

En síntesis, los resultados del segundo objetivo permiten comprender que las prácticas de cuidado de las madres estudiantes se encuentran atravesadas por estructuras de género persistentes, pero también por procesos emergentes de transformación que reconfiguran las formas de organización familiar y las estrategias de conciliación. Estas tensiones entre permanencia y cambio constituyen un espacio fértil de análisis para pensar políticas públicas y universitarias con enfoque de género y corresponsabilidad social del cuidado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

El presente estudio permitió aproximar una comprensión situada sobre las trayectorias de mujeres madres universitarias de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales (FHyCS) de la Universidad Nacional de Misiones, quienes son titulares de derechos vinculados a políticas de bienestar estudiantil. Los hallazgos alcanzados dan cuenta de la complejidad que adquiere la articulación entre los proyectos de vida académicos y las responsabilidades derivadas del ejercicio de la maternidad, especialmente en contextos donde persisten desigualdades estructurales de género y precariedad socioeconómica.

En relación con los objetivos planteados, se identificó que las conformaciones familiares predominantes son de tipo nuclear o monomarental, siendo el rol de las mujeres el eje central en la organización doméstica, la crianza y el sostenimiento afectivo y material del grupo familiar. El trabajo de cuidado —en su sentido amplio, tal como lo conceptualiza Faur (2014)— recae de manera desproporcionada sobre ellas, reproduciendo la tradicional división sexual del trabajo. Esta condición genera tensiones entre la esfera académica y la familiar, lo que, en numerosos casos, ha implicado replantear la continuidad del cursado universitario o postergar metas educativas.

Asimismo, la investigación visibiliza la relevancia de las redes primarias y

comunitarias de apoyo (familia extensa, amistades, vecindad, instituciones) como dispositivos indispensables para sostener la posibilidad de permanecer en la universidad. Estas redes se configuran como estrategias colectivas que, aunque precarias e inestables, operan como soporte emocional, logístico y económico ante la insuficiencia de políticas públicas integrales de cuidado.

Otro de los hallazgos significativos refiere a las estrategias de supervivencia y conciliación que las participantes desarrollan cotidianamente para compatibilizar el estudio, el trabajo y la crianza. Estas estrategias incluyen la organización flexible de tiempos, la búsqueda de ingresos informales, la gestión del cuidado compartido entre pares o familiares y la priorización de determinadas asignaturas o turnos académicos. Dichas acciones evidencian una agencia activa frente a las limitaciones estructurales, pero también revelan las condiciones de vulnerabilidad y sobrecarga que atraviesan estas mujeres.

En términos de desafíos, el estudio interpela a las instituciones universitarias en su capacidad de reconocer, acompañar y generar políticas más inclusivas que contemplen la dimensión del cuidado como una condición de posibilidad para el derecho a la educación superior. Ello requiere repensar los dispositivos de permanencia, las modalidades de cursado, las políticas de becas y los espacios institucionales de contención, promoviendo una universidad más justa, equitativa y sensible a las desigualdades de género y clase.

Finalmente, como perspectiva de continuidad, se plantea la necesidad de profundizar las investigaciones que articulen las políticas de bienestar universitario con las políticas sociales de cuidado a nivel local y nacional. Explorar estas intersecciones permitirá ampliar el debate sobre el acceso, permanencia y egreso de mujeres madres en el sistema universitario público, contribuyendo a la construcción de un conocimiento situado, crítico y comprometido con la igualdad de derechos.

REFERÊNCIAS

Batthyány, K. (2021). *Los cuidados en América Latina y el Caribe en tiempos de COVID-19: hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación*. CEPAL.

Bourdieu, P. (2000). *La dominación masculina*. Anagrama.

Castel, R. (2004). *La inseguridad social: ¿Qué es estar protegido?* Manantial.

Cobo Bedia, R. (2005). *El género en las ciencias sociales*. Editorial Síntesis.

Connell, R. W. (2012). *Masculinidades* (4.ª ed.). Paidós.

Creswell, J. W. (1998). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Sage Publications.

Di Marco, G. (2005). *Familia y trabajo: las transformaciones del trabajo femenino*. En M. D'Alessandro (Comp.), *Mujeres en el mundo del trabajo: rupturas y continuidades* (pp. 35-52). Biblos.

Faur, E. (2008). *Género, masculinidades y políticas públicas*. UNICEF.

Faur, E. (2014). *El cuidado infantil en el siglo XXI: Mujeres malabaristas en una sociedad desigual*. Siglo XXI.

Faur, E., & Jelin, E. (2013). *Cuidado, género y bienestar social: Una mirada desde América Latina*. Siglo XXI.

Fisher, B., & Tronto, J. (1990). *Toward a feminist theory of caring*. En E. K. Abel & M. Nelson (Eds.), *Circles of care: Work and identity in women's lives* (pp. 35-62). SUNY Press.

Jelin, E. (1998). *Pan y afectos: La transformación de las familias*. Fondo de Cultura Económica.

Jelin, E. (2010). *Pan y afectos: La transformación de las familias* (2.^a ed.). Fondo de Cultura Económica.

Kergoat, D. (2000). *División sexual del trabajo y relaciones sociales de sexo*. En M. Hirata et al. (Comps.), *Dictionnaire critique du féminisme* (pp. 35-44). Presses Universitaires de France.

Orozco-Rocha, S. (2021). *La feminización del cuidado: Desafíos y perspectivas en América Latina*. Revista Latinoamericana de Estudios de Género, 13(2), 45-62.

Pateman, C. (1995). *El contrato sexual*. Anthropos.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

FEMINISMO NEGRO, COMO SÓ ACESSEI ESTAS MULHERES EM 2023? BLACK FEMINISM: HOW DID I ONLY COME INTO CONTACT WITH THESE WOMEN IN 2023?

Cristiane dos Reis Pires¹

Resumo: O artigo destaca a trajetória da autora com relação a sua formação, ressaltando a ausência de referências negras nas reflexões e escritas realizadas até o momento. A indignação inicial diante desse desconhecimento transforma-se num processo de (re)conhecimento das limitações impostas pelo racismo. Durante a pandemia, a autora elabora projeto de pesquisa, focado na compreensão das razões do afastamento de crianças/adolescentes das famílias, confrontando a legislação existente. A metodologia proposta de entrevistas semiestruturadas de atores sociais do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes ganha nova perspectiva a partir da experiência vivida na disciplina e a leva a revisitar referências bibliográficas, aprofundando-se no feminismo negro. Destacam-se as contribuições das autoras propostas que ampliam a compreensão do racismo estrutural e suas manifestações no acolhimento institucional. O artigo ressalta a importância de questionar o apagamento cultural imposto aos povos subjugados, evidenciando como o racismo e o sexismo brasileiros impactam mulheres negras, especialmente no contexto do acolhimento institucional. A reflexão culmina na necessidade de incorporar vozes e experiências negras na construção de fundamentações teóricas e buscar novos rumos na prática profissional, através de uma postura antirracista, sendo esta uma das formas de superação do apagamento histórico e do combate ao racismo estrutural.

Palavras-chave (Keyword, palabras clave): Acolhimento Institucional; Feminismo Negro; Formação Acadêmica; Racismo Estrutural.

Abstract: The article highlights the author's academic and professional trajectory, emphasizing the absence of Black references in her reflections and writings up to that point. The initial indignation at this lack of awareness evolves into a process of (re)cognition of the limitations imposed by racism. During the pandemic, the author develops a research project focused on understanding the reasons behind the separation of children and adolescents from their families, confronting existing legislation. The proposed methodology—semi-structured interviews with social actors from the Child and Adolescent Rights Guarantee System—takes

¹Mestranda do PPGSS UFRGS, Especialista em Gestão de Pessoas, Assistente Social, Coordenadora de Projetos da Aldeias Infantis SOS Brasil, Coordenadora institucional do Acolhimento Institucional, modalidade Casas Lares de Porto Alegre/RS. Email: crispires0505@gmail.com, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1282772767762529>, ORCID iD: 0009-0009-1858-305X.

on a new perspective through the author's experiences in the course, leading her to revisit bibliographic references and delve deeper into Black feminism. The article highlights the contributions of the referenced authors, which broaden the understanding of structural racism and its manifestations within institutional care. It underscores the importance of questioning the cultural erasure imposed on subjugated peoples and reveals how Brazilian racism and sexism impact Black women, especially in the context of institutional care. The reflection culminates in the recognition of the need to incorporate Black voices and experiences into the construction of theoretical foundations and to seek new directions in professional practice through an antiracist stance—one of the essential paths toward overcoming historical erasure and combating structural racism.

Keywords: Institutional Care; Black Feminism; Academic Training; Structural Racism.

1 INTRODUÇÃO

Início este artigo, ressaltando a importância da disciplina Tópicos Especiais das Políticas Sociais I – Contribuições do Feminismo Negro, ministrada no segundo semestre de 2023 para a turma de Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais, ministrada pela Profa. Dra. Valdete Souto Severo, para a minha formação enquanto pesquisadora e trabalhadora da Política de Assistência Social. Minha graduação foi concluída em 2018. Foram longos anos de academia, iniciei minha jornada em 2002 na psicologia, inicialmente. E durante todos estes anos até concluir minha graduação e nunca autoras e autores negros foram pontuados ou citados em qualquer disciplina.

Num primeiro momento, a indignação do desconhecimento vem, e se sente um misto de vergonha e tristeza, por passar anos estudando a partir de uma única perspectiva, a branquitude europeia. Porém, ao andar da disciplina pude superar rapidamente este sentimento e transformá-lo em processo de (re)conhecimento das minhas limitações, das limitações que o racismo estrutural nos impõe cotidianamente e o mais importante a oportunidade de construir uma nova caminhada no meu processo de pesquisadora.

Ser uma militante dos direitos humanos, me aproximou de inúmeras lutas que o mundo contemporâneo e o capitalismo impõem aos sujeitos. Esta caminhada de lutas pelos direitos humanos me aproximou do feminismo, logo, Ângela Davis, foi a primeira autora negra que tive contato. Mas ainda assim, a discussão não era profunda. No mundo do trabalho não foi diferente, atuando com famílias em situações de extrema vulnerabilidade no acolhimento institucional, me deparei inúmeras vezes com mulheres negras, mãe solo, arrimo de família e mesmo assim, as leituras mantinham-se brancas.

Minha inquietação se acalorou quando surge o Movimento Vidas Negras Importam,

movimento inicialmente americano, mas que se refletiu em nossas terras e ali iniciei uma reflexão de que não adiantava só lutar contra o racismo, eu precisava tomar atitudes antirracistas e para isso eu precisava retomar e repensar minha formação e minhas ações cotidianas, no trabalho e nas relações de vida.

Minha atuação profissional no acolhimento institucional, no município de Capão da Canoa/RS se deu no período de 2018 a 2022, onde na coordenação do espaço fui atravessada por inúmeras histórias familiares e que ao ler as autoras propostas pela disciplina foram trazendo memórias as diversas situações vividas por cada núcleo e de como a não chegada destas leituras nas equipes e no Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes fazem com que as decisões tomadas sejam por muitas vezes pelo senso comum e pelo olhar da branquitude.

Estas inquietações com o mundo durante a pandemia e o pós pandemia me fizeram construir meu projeto de pesquisa, no qual busco através de algumas reflexões compreender porque as crianças e adolescentes estão sendo afastadas de suas famílias, mesmo a legislação versando outras opções que garantam seus direitos à convivência familiar e comunitária. Através de entrevistas semiestruturadas com 10 atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes² do município de Capão da Canoa/RS estarei buscando analisar as diferentes ações que estes atores possuem nesta tomada de decisão e quanto o racismo estrutural pode estar implicado nestas decisões sobre as vidas destas famílias.

A partir da vivência nesta disciplina, foi possível retomar minhas referências bibliográficas e aprofundar a fundamentação teórica através da perspectiva do feminismo negro. Afinal, a maioria das crianças e adolescentes conforme o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional no Brasil (2013, p.165) o nome da mãe consta na certidão de nascimento de 94,4% das crianças e adolescentes e o do pai em apenas 61,1%, o que confirma a matrilinearidade na responsabilidade com os filhos,

² O Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes e seus atores sociais são definidos pela Resolução 113 de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Esta resolução define os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes. O Sistema atua em três eixos: defesa, promoção e controle da efetivação dos direitos. No eixo da defesa fazem parte o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Advocacia Geral da União e as Procuradorias Estaduais, Polícias Cíveis e Militares, Conselhos Tutelares e Ouvidorias. O eixo da promoção é operacionalizado por meio de serviços e programas que garantem, ou tentam garantir, os direitos humanos de crianças e adolescentes. E isso acontece desde programas de execução de medidas de proteção até programas de execução de medidas socioeducativas. Já no eixo do controle dos direitos estão também os conselhos, os órgãos e os poderes de controle interno e externo, além da própria sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas. Importante ressaltar que apesar da resolução do CONANDA apontar os atores sociais que compunham cada SGDCA, alguns municípios não possuem clareza destes atores que devem atuar, o que acaba por dificultar a definição da amostra.

notadamente nas classes populares.

Assim, aponto aqui as contribuições das autoras que acessei ao meu projeto e como elas estão contribuindo na construção de uma pesquisadora, para além da militância, com um olhar necessário e profundo ao racismo estrutural que se instala neste país desde sua invasão.

2 A INVISIBILIDADE DAS ESCRITAS NEGRAS E O REFLEXO NA PRÁTICA PROFISSIONAL NO SISTEMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Início minhas reflexões, compreendendo o porquê de ter me aproximado de tais autoras somente em 2023, Sueli Carneiro (2005) aponta claramente o motivo que nos levaram a este apagamento:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epitemicídio implica um processo persistente de produção de indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade, pela produção da inferiorização intelectual pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento da sua capacidade cognitiva, pela carência material e/ou pelo comprometimento de sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (Carneiro, 2005, p.87-88)

O insistente processo de apagamento e deslegitimação dos povos subjugados é muito presente no processo de acolhimento institucional. Inúmeras famílias com acesso precário à educação e pouca compreensão dos seus direitos e muitas vezes, não compreendendo nem que são sujeitos e sujeitas de direitos e acabam por compreender e viver o afastamento de seus filhos como necessário e não há o que ser feito ou lutado ou brigado por elas. Carneiro (2005) nos aponta com precisão como chegamos nesta situação:

A negação da humanidade do Outro, o seu enclausuramento em categorias que lhe são estranhas, a afirmação de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a destituição da sua capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não Ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não Ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização (Carneiro, 2005, p.91-92).

As mulheres negras que cruzaram meu caminho profissional foram forçadas nesta compreensão de vida, afinal, cotidianamente são subjugadas e enclausuradas nas definições desta racionalidade branca europeia, que faz com que sejam olhadas pelas equipes

profissionais e técnicas, muitas vezes como “as loucas”, “as negligentes”, sem avaliar de onde vem estes julgamentos. Do porquê nossa educação forjada na racionalidade branca europeia nos coloca as lentes racistas a todo e qualquer movimento de ruptura a estes processos.

Seguindo com as autoras que estão me auxiliando na construção de uma nova fundamentação teórica a partir do feminismo negro, Lélia Gonzales (1984), traz uma importante reflexão para quando falamos de acolhimento institucional e quem são as mães destas crianças e adolescentes.

O racismo e o sexismo brasileiro são conceitos fundamentais para refletir sobre o afastamento das crianças de seu núcleo familiar. Muitas vezes esse processo ocorre de forma abrupta, e as intimações para o início do processo judicial acaba sendo direcionado somente para as genitoras, ignorando, na maioria dos processos jurídicos, a presença do nome do pai na certidão, vide o dado apontado acima.

Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a *neurose cultural brasileira*. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (González, 1984, p.224).

Esta frase traduz o que vivi constantemente no acompanhamento dos processos judiciais ao longo dos cinco anos de atuação na coordenação do acolhimento institucional. González (1984) ainda traz uma importante reflexão sobre como o papel das mulheres negras foi construído nas nossas memórias e conhecimentos:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível à “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba, só pode ser doméstica... (GONZÁLES, 1984, p.230).

Inserida no movimento feminista, desde cedo na minha formação acadêmica, percebi através deste artigo, o quanto o feminismo, pelo o olhar da branquitude europeia, precisa se (re)aproximar dos relatos e vivências das mulheres negras, afinal, há uma necessária (des)construção do que compreendemos por conhecimento científico. Precisamos ir além do que está (d)escrito por tais autores e autoras brancas. Precisamos compreender que:

[...] é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país) (Gonzáles, 1984, p. 231).

Esta provocação de Lélia me fez olhar para cada história vivenciada no mundo do trabalho e ao ouvir os relatos das violências institucionais que vivenciam ao acessar os inúmeros serviços em busca dos seus direitos, e o quanto ainda são invizibilizadas estas violências em nossos relatórios, em nome do andamento do processo. Mais uma violência perpetrada, apenas por compreender que é melhor não retardar o processo jurídico. Negamos diariamente o racismo estrutural. Precisamos urgentemente aproximar estas autoras das equipes técnicas de todos os serviços da Política de Assistência Social.

Dando continuidade aos artigos que estão mais próximos do meu projeto de pesquisa e que estão contribuindo para que eu busque trazer o olhar destas mulheres negras as minhas fundamentações teóricas, e assim desconstruindo um discurso somente a partir da minha visão branca e com acesso restrito até então a este universo. Toni Morrison (2018), no artigo “Deus Ajude esta criança” não só abriu meu olhar para cada criança e adolescente, mas principalmente me tocou emocionalmente. Foi impossível conter as lágrimas durante a leitura e, reviver atendimentos com as mulheres negras periféricas que me alcançaram e o quanto o texto dela me fez traduzir muito mais elementos, que naquele atendimento não fui capaz. Não porque não quis, mas porque não (re)conhecia esta dor. Não era possível com o que li, vivi e acessei até então, compreender o sofrimento nos relatos. Foi somente neste texto que senti, pela primeira vez, o quanto é sobre ser antirracista, você precisa ouvir a história do outro com atenção e compreensão histórica, na perspectiva não europeia.

Ela era tão preta que me assustou. Preto meia-noite, preto Sudão. Eu tenho a pele clara, o cabelo bom, o que chama de pele oliva, e o pai de Lula Ann também. Não tem ninguém na minha família com uma cor daquela. Alcatrão é o que chega mais perto, só que o cabelo dela não combina com a pele. é diferente: liso mas ondulado, igual daquelas tribos nuas da Austrália. (Morrison, 2018, p.11).

A miscigenação brasileira, tão relatada de forma “encantadora” (contém ironia), por Gilberto Freyre em Casa Grande e Senzala (1933) ainda se reflete nas relações familiares até

os dias atuais. Lembro claramente de uma das famílias que atendemos em Capão da Canoa/RS em 2019, composta por uma mãe jovem negra e 07 filhos de 08 a 18 anos, de pais diferentes, todos negros, mas ouvíamos diariamente do adolescente de 12 anos: “eu sou nórdico, tenho certeza. Deu alguma coisa errada.” (sic) afinal:

Alguns de vocês podem achar que é uma coisa ruim a gente se agrupar de acordo com a cor da pele - quanto mais clara melhor, - em clubes, bairros, igrejas repúblicas, até escolas negras. Mas de que outro jeito a gente pode ter um mínimo de dignidade? (MORRISON, 2018, p.12).

Foram necessários muitos atendimentos, muitas conversas, a busca de referências negras para que ele pudesse construir sua autoestima de adolescente negro. Foi necessária intervenção na escola para que pudessem compreender o racismo cotidiano que ele estava sofrendo e pudessem agir em conjunto conosco. Não sei se conseguimos, até porque ele acabou sendo adotado por um casal branco, o que me fez ter inúmeras noites insones, e Toni me trouxe a pergunta que não me deixava dormir: De que outro jeito pode ter o mínimo de dignidade?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim e em nenhum momento encerrando a discussão que ainda seguem reverberando no meu cotidiano, no meu mundo do trabalho e na minha postura de pesquisadora. Todas as leituras que esta disciplina propôs me fez (re)pensar cada palavra usada no meu projeto de pesquisa e o que eu quero contribuir ao mundo com ela. Foi fundamental, não somente acessar suas escritas, mas a cada biografia apresentada pelas colegas e pelos colegas foi possível se aproximar mais de cada autora e fazer com que suas escritas tivessem não somente a cor, mas a humanidade necessária.

O impacto transformador das leituras e biografias, não somente me fez repensar minha escrita acadêmica, mas realizar uma reflexão profunda sobre minha trajetória profissional superando as indignações e limitações já que o pensamento eurocêntrico e racista está presente nos cotidianos das equipes de trabalhadoras e trabalhadores da política de assistência social e na maioria das vezes não são problematizadas.

É necessário e fundamental incorporar as vozes, escritas e experiências negras nas fundamentações teóricas e nas práxis das equipes de trabalho e do Sistema de Garantia dos

Direitos das Crianças e Adolescentes, pois o racismo estrutural impacta severamente a vida de muitas famílias negras, especialmente os núcleos familiares que chegam ao acolhimento institucional. Através das lentes da branquitude, a maioria das mulheres negras atendidas por este serviço já chegam rotuladas como “negligentes” ou “loucas” e a proximidade com as leituras do feminismo negro é uma das possibilidades de superação do apagamento histórico e da compreensão de como e porque estão nesta situação.

As reflexões de Lélia Gonzales sobre o racismo e sexismo brasileiro e os escritos emocionantes de Toni Morrison, assim como as demais leituras me forneceram uma compreensão mais profunda e empática às experiências das mulheres, crianças e adolescentes que cruzaram meu caminho profissional. Essas influências literárias me auxiliaram a reavaliar meu processo de trabalho e a necessidade de adotar uma postura antirracista frente a vida diária e em todas as suas dimensões.

Encerro com o final de “Maria”, de Conceição Evaristo (2014):

Estavam todos armados com facas-laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher já estava todo dilacerado, todo pisoteado (Evaristo, 2014, p.42).

Afinal, precisamos largar diariamente as facas laser da mão e nos colocarmos ativamente em frente a todas as Marias. É um lembrete poderoso da violência cotidiana enfrentada pelas famílias negras e da necessidade urgente de uma transformação da forma como são vistas e incorporar a perspectiva do feminismo negro e antirracista na formação acadêmica e na prática profissional.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires (org). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. 367p.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13.07.1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 113.04.2016. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 04 ABR. 2016.

BRASIL. **Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 001.06.2010. Estabelece parâmetros para orientar a constituição no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito**

Federal, de Comissões Intersectoriais de Convivência Familiar e Comunitária, destinados à promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 14 jun. 2010.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água.** Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2014, p.39-42.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª edição. Global Editora. 2005.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. p. 223-244

MORRISON, Toni. **Deus ajude essa criança.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NA REGIÃO NORTE: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

TEENAGE PREGNANCY IN THE NORTH REGION: EXPRESSION OF THE SOCIAL ISSUE

Sara Jane Gomes do Nascimento¹
Janine de Matos Paulus²

Resumo: A gravidez na adolescência constitui um fenômeno social e de saúde pública que impacta o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Este artigo tem como objetivo analisar a incidência da gravidez precoce na Região Norte do Brasil, marcada por desigualdades sociais, deficiências no acesso a serviços básicos e pela influência de tradições culturais que, frequentemente, perpetuam situações de violência sexual e desigualdade de gênero. A partir de uma reflexão crítica, busca-se evidenciar os principais fatores que contribuem para a gravidez na adolescência, como a ausência de políticas públicas eficazes, a precariedade da rede de saúde, a insuficiência de programas de educação sexual e a naturalização de práticas sociais que limitam a autonomia feminina. Compreende-se que a adolescência, enquanto fase de transição e descoberta, é muitas vezes interrompida pela maternidade imposta, revelando uma das expressões mais críticas da questão social na contemporaneidade. Essa realidade é agravada pela omissão do Estado e pela fragilidade das redes de apoio familiar e comunitário, sobretudo nas regiões periféricas e rurais. Assim, defende-se a necessidade de políticas intersetoriais voltadas à promoção de direitos, ao acesso à informação e ao fortalecimento da proteção social, reconhecendo a gravidez precoce não como problema individual, mas como resultado de desigualdades estruturais e históricas.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência. Violência sexual. Pobreza. Políticas públicas.

Abstract: Teenage pregnancy development of children and adolescents, especially in socioeconomically vulnerable contexts. This article aims to analyze the incidence of early pregnancy in the North Region of Brazil, marked by social inequalities, limited access to basic services, and the influence of cultural traditions that often perpetuate situations of sexual violence and gender inequality. Based on a critical reflection, it highlights the main contributing factors, such as the lack of effective public policies, the fragility of the health network, the insufficiency of sexual education programs, and the normalization of social

¹ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS.

practices that restrict female autonomy. Adolescence, as a stage of transition and self-discovery, is often interrupted by imposed motherhood, representing one of the most critical expressions of the social issue in contemporary society. This situation is worsened by state neglect and the fragility of family and community support networks, especially in peripheral and rural areas. Therefore, the discussion emphasizes the need for intersectoral policies aimed at promoting rights, expanding access to information, and strengthening social protection, recognizing early pregnancy not as an individual issue but as the result of structural and historical inequalities.

Keywords: Teenage pregnancy. Sexual violence. Poverty. Public policies

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a realidade de adolescentes do sexo feminino e seus contextos familiares na Região Norte do Brasil, composta por sete estados, com ênfase nos elevados índices de gravidez precoce. Nesse cenário, destaca-se a condição de vulnerabilidade social de meninas que vivenciam a maternidade ainda durante a infância ou adolescência, muitas vezes sem o suporte familiar, escolar ou institucional necessário para o exercício da maternidade responsável.

Compreender esse fenômeno exige reconhecer que a gravidez na adolescência não se limita a uma dimensão biomédica, mas reflete a intersecção de fatores sociais, culturais, econômicos e estruturais que se manifestam na vida das jovens. A negligência parental, a ausência de políticas públicas eficazes e a insuficiência de ações educativas voltadas à saúde sexual e reprodutiva constituem fatores agravantes, cujas consequências ultrapassam o campo individual e atingem o desenvolvimento social e humano (Nascimento et al., 2021, p. 2).

A **Região Norte**, que representa a maior extensão territorial do país, é formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Embora ocupe cerca de 45% do território nacional, abriga a segunda menor população do Brasil, antecedendo apenas a Região Centro-Oeste (IBGE, 2023). Essa configuração territorial e populacional cria um contexto singular para a análise das expressões da questão social, especialmente no que se refere ao acesso a serviços públicos essenciais, à proteção social e às dinâmicas familiares.

Sob esse prisma, observa-se que a baixa densidade populacional, a precariedade das políticas de infraestrutura e a dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação contribuem significativamente para o aumento da vulnerabilidade das adolescentes nortistas. Ademais, fatores culturais e religiosos, muitas vezes pautados em estruturas patriarcais,

perpetuam a ideia de que a mulher deve assumir precocemente papéis maternos, limitando suas possibilidades de estudo e inserção social (Unicef, 2022).

A história da gravidez na adolescência no Brasil remete a períodos em que casamentos precoces e maternidades forçadas eram práticas naturalizadas, sustentadas por padrões patriarcais e pela ausência de políticas de proteção infantil. Segundo Minayo e Sanchez (2006, p. 31), a violência estrutural “é resultado de decisões históricas, econômicas e sociais que se cristalizam nas formas de dominação e exclusão”, atingindo diretamente crianças e adolescentes. Assim, compreender a gravidez precoce como expressão da questão social significa reconhecer sua origem em processos históricos de desigualdade e subordinação feminina.

Contemporaneamente, ainda que se observe o avanço de políticas de igualdade de gênero e o fortalecimento do protagonismo feminino, as desigualdades regionais persistem. No Norte, práticas culturais tradicionais e a insuficiência de políticas de proteção reforçam a dependência econômica e emocional das adolescentes em relação às famílias e aos parceiros. Essa realidade evidencia que a gravidez precoce não é um problema isolado, mas um reflexo das fragilidades estruturais do Estado brasileiro.

Diante disso, torna-se indispensável a implementação de políticas intersetoriais voltadas à educação sexual, ao fortalecimento das redes de proteção social e à ampliação do acesso à saúde e à informação. Somente por meio de ações integradas entre Estado, escola, família e sociedade civil será possível promover a autonomia das adolescentes e prevenir a perpetuação das desigualdades que alimentam a gravidez precoce na Região Norte.

2. DESENVOLVIMENTO

A infância e a adolescência, compreendidas como fases formativas do desenvolvimento humano, sofrem profundas influências do contexto social em que se inserem. Na Região Norte, observa-se um processo de naturalização da gravidez precoce, o que demonstra como as construções socioculturais contribuem para a perpetuação da vulnerabilidade feminina (Brasil, 2022; UNICEF, 2021). Em comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas, a gestação de meninas entre 13 e 17 anos é, muitas vezes, interpretada como parte do ciclo “natural” de amadurecimento e constituição familiar (Costa; Lima, 2018; Silva Souza, 2021).

Essa naturalização revela a permanência de estruturas patriarcais que reforçam a desigualdade de gênero e a subordinação feminina. O fenômeno da gravidez na adolescência,

portanto, ultrapassa o campo da saúde pública, expressando dimensões políticas, culturais e econômicas da questão social, na medida em que reflete o modo como a sociedade estrutura e distribui oportunidades e direitos.

Conforme Minayo e Sanchez (2006, p. 31), a violência estrutural incide sobre as condições de vida das crianças e adolescentes, sendo produto de decisões históricas, econômicas e sociais que tornam vulneráveis suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento.

Dessa forma, ao considerar o panorama da região Norte, torna-se evidente que meninas em situação de pobreza extrema, residentes em localidades isoladas, são expostas precocemente à vida sexual e, em muitos casos, a relações desiguais e abusivas (Ipea, 2023; Ibge, 2023). Nesse contexto, o casamento ou união precoce emerge como alternativa de sobrevivência econômica familiar, funcionando como estratégia de segurança material diante da ausência de políticas públicas efetivas e da precariedade das condições de vida (Unicef, 2022; Brasil, 2021). Ademais, além dos fatores socioeconômicos, aspectos culturais e simbólicos contribuem para a naturalização dessas práticas — sobretudo em comunidades tradicionais, ribeirinhas e indígenas —, onde a maternidade precoce é socialmente associada à transição para a vida adulta e à consolidação do papel feminino na família (Costa; Lima, 2018).

Consequentemente, a violência de gênero na adolescência, nessas localidades, não se expressa apenas em sua dimensão física, mas estende-se à reprodução de padrões históricos de desigualdade e submissão feminina, sustentados por estruturas sociais excludentes e por uma lógica patriarcal ainda fortemente enraizada na região.

Considerando esse cenário, observa-se que, de acordo com Pinto et al. (2024), o número de meninas menores de 14 anos grávidas no Brasil segue uma tendência preocupante, com maior incidência nos estados da Região Norte. Além disso, a violência sexual aparece como fator decisivo na incidência da gravidez precoce. Em 2022, foram registradas 74.930 vítimas de estupro no Brasil, sendo 88,7 % do sexo feminino; destas, 75,8 % eram casos de estupro de vulnerável, com 64,4 % cometidos por familiares, geralmente no próprio ambiente doméstico (Pinto et al., 2024, p. 2).

A partir da análise dos índices regionais, vemos que estados como Acre, Amazonas e Roraima registram as maiores taxas de estupro de vulnerável do país: no Acre, em 2021, a taxa foi de 67,1 casos por 100 mil habitantes, enquanto em Roraima atingiu 87,1 (Longuini; Evangelista, 2023, p. 17). Esse quadro revela que a gravidez decorrente de estupro acarreta

sofrimento psicológico profundo, isolamento social e risco de abandono escolar. De fato, adolescentes vítimas de violência sexual apresentam maior propensão à depressão, estresse pós-traumático, consumo de substâncias psicoativas e, em casos graves, tentativas de suicídio (Brasil, 2013, p. 240).

Em seguida, importa destacar que outro aspecto relevante é o impacto da gravidez precoce sobre a trajetória educacional. Muitas adolescentes abandonam a escola em virtude da gestação, seja por preconceito institucional, seja pela falta de políticas de acolhimento. O abandono escolar compromete, assim, a formação profissional e perpetua o ciclo de pobreza intergeracional. Segundo o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), em 2019 a taxa de gravidez na adolescência na Região Norte atingiu 71,5 gestações para cada mil adolescentes entre 15 e 19 anos, sendo os maiores índices registrados nos estados do Amazonas (86,4), Acre (80,4) e Rondônia (78,6) (Brasil, 2020; Ibge, 2021).

Diante desse contexto crítico, torna-se imprescindível examinar como o Estado brasileiro — e em especial nas regiões de maior vulnerabilidade — vem estruturando marcos legislativos e políticas públicas para enfrentar a gravidez na adolescência e as distintas formas de violência que a acompanham, a partir de 2023. Por exemplo, a Lei nº 13.798/2019 instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, vinculando educação, saúde e mobilização social para abordar o fenômeno (Brasil, 2019). Mais recentemente, o Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência, coordenado pelo Ministério da Saúde (2025), fortaleceu a intersetorialidade entre saúde, educação e assistência social, com diretrizes voltadas especialmente a povos e comunidades tradicionais (Brasil, 2025).

Além disso, no que se refere à violência sexual, destaca-se a obrigatoriedade de notificação de gravidez ou relação sexual envolvendo menores de 14 anos, independentemente de consentimento, conforme previsto nas Diretrizes de Atenção à Saúde do Adolescente (Brasil, 2024). Nesse sentido, ainda que as bases legais estejam consolidadas, persiste o desafio da efetiva implementação dessas políticas nas regiões Norte, especialmente em locais de difícil acesso ou com forte presença cultural de práticas discriminatórias. Sob essa perspectiva, torna-se relevante investigar quais instrumentos de atendimento especializado estão ativos nessas localidades e de que modo o Estado tem garantido o direito à saúde, à educação e à proteção integral das adolescentes.

Dessa maneira, ao cruzar os fatores estruturais — pobreza extrema, isolamento territorial e cultura patriarcal — com os marcos legais e as políticas públicas emergentes,

evidencia-se que o enfrentamento da gravidez na adolescência e da violência de gênero exige mais do que intervenções pontuais. Requer-se, portanto, uma articulação contínua entre Estado, sociedade civil e comunidades locais, além de avaliações específicas que permitam compreender os impactos reais das medidas implementadas a partir de 2023.

Nesse contexto, a precariedade de acesso aos serviços públicos na Região Norte agrava significativamente a vulnerabilidade social das adolescentes, sobretudo no que se refere à garantia de seus direitos sexuais e reprodutivos. Com efeito, o deslocamento até as unidades de saúde é frequentemente dificultado pelas longas distâncias, pela ausência de transporte regular e pela escassez de profissionais capacitados para o atendimento integral. Assim, a Estratégia Saúde da Família (ESF) — principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) — revela limitações estruturais e operacionais que comprometem sua efetividade, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas. A cobertura insuficiente da ESF nessas localidades impede o acompanhamento contínuo de adolescentes, dificultando o acesso a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva, o que contribui para a persistência das situações de vulnerabilidade e para a incidência da gravidez precoce (Brasil, 2023; Ipea, 2022; Cunha; Costa, 2021).

Em decorrência dessa fragilidade institucional, emergem movimentos sociais que denunciam as violações de direitos vivenciadas por meninas em situação de vulnerabilidade. Entre essas mobilizações destaca-se o movimento “Criança Não é Mãe”, criado em resposta ao Projeto de Lei nº 1904/2024 (PL 1904/2024). Tal movimento reúne organizações da sociedade civil, coletivos feministas e entidades de defesa dos direitos humanos, buscando ampliar o debate público sobre o estupro de vulnerável e combater iniciativas legislativas que possam agravar o sofrimento das vítimas. De acordo com o Instituto Patrícia Galvão (2024) e o Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC (2024), o referido projeto, ao propor a equiparação do aborto realizado após vinte e duas semanas ao crime de homicídio, mesmo em casos de estupro, representa um retrocesso nas políticas públicas de proteção às meninas e mulheres. Assim, o movimento “Criança Não é Mãe” evidencia a importância da articulação entre sociedade civil e Estado na defesa dos direitos reprodutivos e na efetivação das políticas de atenção integral à saúde das adolescentes (Brasil de Fato, 2024; Conanda, 2024).

Além disso, a ausência de registro civil de nascimento em determinadas localidades constitui outro problema persistente, reforçando a exclusão social e institucionalizando a invisibilidade dessas jovens mães e de seus filhos. Tal lacuna compromete o acesso a benefícios sociais e educacionais, dificultando o rompimento do ciclo de vulnerabilidade

(Unicef, 2023).

Culturalmente, algumas comunidades ainda consideram a união precoce um “rito de passagem”, o que reforça o machismo e dificulta o reconhecimento da violência sexual como crime. Nessas circunstâncias, o Estado falha em garantir o direito à infância e à proteção integral, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Assim, a gravidez na adolescência não pode ser analisada apenas como uma consequência individual, mas como expressão das desigualdades estruturais e da omissão estatal frente à violação de direitos fundamentais, especialmente na Amazônia Legal.

Portanto, compreende-se que o enfrentamento da gravidez precoce e da violência sexual contra adolescentes demanda uma abordagem intersetorial, baseada na ampliação do acesso aos serviços públicos, na educação sexual integral e na consolidação de políticas sociais permanentes. É imprescindível que o Estado, em parceria com movimentos sociais e instituições de base comunitária, promova ações educativas que dialoguem com a diversidade cultural local e combatam a naturalização da violência de gênero.

Desse modo, somente mediante a efetiva implementação de políticas públicas integradas — que considerem a realidade territorial, a equidade de gênero e a justiça social — será possível romper o ciclo de vulnerabilidade que atinge meninas da Região Norte e assegurar-lhes o pleno exercício dos direitos humanos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e nos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) e a Convenção Interamericana de Belém do Pará (OEA, 1994).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre a gravidez na adolescência como uma das expressões da questão social na Região Norte do Brasil, evidenciando suas múltiplas determinações e impactos sobre a vida de meninas e adolescentes. Verificou-se que o fenômeno não se restringe ao campo da saúde pública, mas está intrinsecamente ligado a fatores estruturais de ordem econômica, cultural e política, que perpetuam a desigualdade e a exclusão social (IPEA, 2022; UNICEF, 2023).

Constatou-se que a vulnerabilidade das adolescentes está profundamente relacionada à precarização das políticas públicas e à ausência de estratégias efetivas de educação sexual nas escolas, o que reforça desigualdades de gênero e viola direitos fundamentais (Cunha; Costa,

2021, p. 128). Além disso, a falta de diálogo familiar e a omissão estatal tornam a maternidade precoce uma consequência previsível da violação de direitos humanos, sobretudo nas áreas de maior isolamento geográfico (Brasil, 2023, p. 45).

Diante dessa realidade, torna-se imperativo o fortalecimento das políticas públicas integradas, articulando ações entre os setores da educação, saúde e assistência social, de modo a respeitar as especificidades culturais e territoriais da Amazônia (IPEA, 2022, p. 66). A implementação de programas contínuos de educação sexual, baseados em evidências científicas e ancorados nos direitos humanos, é condição essencial para o enfrentamento da gravidez precoce e para a autonomia das adolescentes (UNICEF, 2023, p. 38; Brasil, 2024, p. 57).

Conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação e à dignidade, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988). Do mesmo modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma esse princípio, ao determinar que a proteção integral constitui obrigação legal e ética do Estado (Brasil, 1990, p. 12).

A educação sexual nas escolas, compreendida como processo pedagógico contínuo e emancipador, deve superar o discurso moralista e ser orientada pela ciência, pela equidade de gênero e pelo respeito à diversidade (Cunha; Costa, 2021, p. 130). Apenas a partir dessa abordagem é possível reduzir os índices de gravidez precoce e romper com o ciclo de desigualdade e exclusão que historicamente marca a juventude feminina da Região Norte.

Ainda que sejam perceptíveis avanços pontuais nas políticas públicas de saúde e educação voltadas à juventude após 2023 — como o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF) em comunidades ribeirinhas —, tais ações permanecem insuficientes diante da magnitude do problema (Brasil, 2023, p. 49). As limitações estruturais, a escassez de recursos humanos e as distâncias geográficas continuam a comprometer a efetividade das políticas, sobretudo nas localidades de difícil acesso.

Assim, conclui-se que a gravidez na adolescência na Região Norte deve ser compreendida como uma violação de direitos humanos e uma expressão das desigualdades estruturais brasileiras. O enfrentamento dessa realidade demanda ação conjunta entre Estado, sociedade civil e comunidades locais, apoiada em conhecimento científico, vontade política e compromisso ético (Conanda, 2024; Inesc, 2024; Instituto Patrícia Galvão, 2024).

Como caminhos futuros, recomenda-se o aprofundamento de pesquisas interdisciplinares sobre as interseções entre gênero, território e políticas públicas, bem como a avaliação longitudinal das políticas implementadas a partir de 2023. Além disso, sugere-se o fortalecimento de redes de proteção e o monitoramento permanente das condições de vida das adolescentes amazônicas, de modo a subsidiar intervenções sociais e institucionais mais eficazes e sustentáveis.

4 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 9 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.
- CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Nota pública sobre o Projeto de Lei nº 1904/2024. Brasília, DF, 2024.
- COSTA, Maria Fernanda da; LIMA, Juliana Alves. Gravidez precoce e vulnerabilidade social na Amazônia. Belém: UFPA, 2018.
- CUNHA, Rafael de Souza; COSTA, Eliane Barbosa da. Educação sexual e políticas públicas no contexto amazônico. Manaus: Edua, 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores sociais do Brasil: síntese dos indicadores sociais 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- INEST. Instituto de Estudos Socioeconômicos. Relatório sobre o impacto do PL nº 1904/2024 nas políticas de proteção à infância. Brasília, DF: Inesc, 2024.
- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê sobre direitos reprodutivos e violência sexual. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2024.
- IPEA. Atlas da violência 2022. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022.
- IPEA. Atlas da violência 2023. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023.
- LONGUINI, Regina Célia Ferrari; EVANGELISTA, Samoel Martins. A violência sexual contra crianças e adolescentes: aspectos da região Norte do Brasil. [S.l.]: s.n., 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHEZ, Raquel Niskier. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. In: LIMA, Cláudia Araújo de (coord.) et al. Violência faz mal à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 6–31. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_faz_mal.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

NASCIMENTO, Thays Lúcia Costa et al. Fatores associados à variação espacial da gravidez na adolescência no Brasil, 2014: estudo ecológico de agregados espaciais. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 30, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/s1679-49742021000100003>.

OEА. Organização dos Estados Americanos. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Belém, 1994.

ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os Direitos da Criança. Nova York, 1989.

PINTO, Ivone et al. Gravidez em meninas menores de 14 anos: análise espacial no Brasil, 2011 a 2021. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, n. 9, e10582024, 2024. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.10582024>.

TELES, Ney Moura. Direito penal: parte especial. São Paulo: Atlas, 2005.

UNAIDS. Orientações internacionais sobre educação sexual abrangente. Genebra: ONU, 2018.

UNICEF. Relatório sobre casamento infantil e gravidez precoce na Amazônia brasileira. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2022.

UNICEF. Panorama da infância e adolescência na Amazônia Legal. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2023.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

HIV/AIDS NA AGENDA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: UM ESTUDO SOBRE A (RE) ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS, NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE, A PARTIR DAS ESTRATÉGIAS DA ATUAL POLÍTICA GOVERNAMENTAL “PROGRAMA BRASIL SAUDÁVEL – UNIR PARA CUIDAR”

HIV/AIDS ON THE CONTEMPORARY PUBLIC AGENDA: A STUDY ON THE (RE) ORGANIZATION OF ACTIONS AND SERVICES IN THE NORTHERN REGION OF RIO DE JANEIRO STATE, BASED ON THE STRATEGIES OF THE CURRENT GOVERNMENTAL POLICY “HEALTHY BRAZIL PROGRAM – UNITING TO CARE”

Maria Clélia Pinto Coelho¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo problematizar o projeto de estudo/pesquisa de doutorado, a partir da aproximação teórica com os textos debatidos na disciplina de Estado, Sociedade e Cidadania, do PPGPS – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, refletindo assim, sobre os caminhos que o Estado brasileiro percorreu para implementar e fortalecer uma política social de enfrentamento ao HIV/Aids, desde 1980 até o tempo presente, em contextos adversos e contraditórios, revelando avanços e recuos marcados pelo modelo neoliberal, que sucateou o sistema público de saúde, acirrando as desigualdades sociais e agravando o quadro das “doenças determinadas socialmente”, conforme sinaliza a atual política governamental “Programa Brasil Saudável: unir para cuidar”. Esse processo aponta para a urgência de medidas de enfrentamento que possam expressar a retomada dos compromissos estabelecidos no surgimento da epidemia e, consequentemente, fortalecer uma luta por direitos sociais.

Palavras-chave: HIV/Aids; doenças determinadas socialmente; direitos sociais; políticas sociais; Estado.

Abstract: This article aims to problematize the doctoral study/research project, based on a theoretical approach to the texts discussed in the discipline of State, Society and Citizenship, of the PPGPS – Postgraduate Studies Program in Social Policy at the Federal Fluminense University – UFF, thus reflecting on the paths that the Brazilian State has taken to implement and strengthen a social policy to combat HIV/AIDS, from 1980 to the present day, in adverse and contradictory contexts, revealing advances and setbacks marked by the neoliberal model, which has undermined the public health system, exacerbating social inequalities and worsening the situation of "socially determined diseases," as indicated by the current government policy "Healthy Brazil Program: unite to care." This process points to the urgency of measures to address the issue that can express the resumption of commitments established at the emergence of the epidemic and, consequently, strengthen the fight for social rights.

¹ Assistente Social. Mestra em Política Social pela UENF/RJ. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da UFF-Campos; Doutoranda do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL - PPGPS, da Universidade Federal Fluminense – UFF, RJ; E-mail: mclelia@id.uff.br.

Keywords: HIV/AIDS; socially determined diseases; social rights; social policies; State.

1 INTRODUÇÃO

As problematizações apontadas no presente artigo, surge da inquietação sobre os caminhos que o Estado brasileiro tem percorrido para enfrentar a epidemia do HIV/Aids, ao longo dos últimos 45 anos, com destaque para as estratégias do tempo presente, considerando, especialmente, alguns retrocessos impostos pela conjuntura econômica e política, multifatorial, caracterizada por um modelo de sociedade marcado pela lógica capitalista de mercado financeiro, de cunho neoliberal, que impacta a forma como as políticas sociais são estruturadas e implementadas.

Outra questão preocupante e que atravessa o cenário do enfrentamento do HIV/Aids é a perpetuação da concentração de renda no país, que agrava as desigualdades sociais, comprometendo necessidades de toda ordem, de um contingente populacional expressivo, afastando os “sujeitos de direitos” da cena pública e transformando-os em “sujeitos invisíveis”, ou, como bem expressa Carvalho (2002), em um “cidadão incompleto”, privado de alguns direitos e, neste caso, do direito à saúde de forma abrangente.

Para além dessa questão, o cenário em que se desenha o enfrentamento da epidemia do HIV/Aids, no Brasil, ou seja, o campo dessa política pública, sempre sofreu a imposição de papéis e condutas moralistas, marcadamente conservadoras, que condenam a liberdade individual e coletiva, julgam vidas e corpos, a partir de uma visão pautada em um fundamentalismo religioso que suscita uma memória histórica sobre os tempos da descoberta da pandemia (no contexto mundial), quando a infecção e a doença estavam diretamente ligadas a um comportamento social e sexual considerado “desviante”.

Esse processo, em muitos momentos, se esbarrou na desresponsabilização do Estado, para o enfrentamento das expressões da questão social, via a simultânea transferência de responsabilidades para a esfera individual/privada, projetando um modelo de ação fortemente pautado na estratégia biomédica/medicamentosa, claramente afinada com os interesses do capital, em detrimento das estratégias preventivas de cunho informacional e educativo, pautadas nos processos construídos a partir das estratégias de pequeno, médio e grande alcance, como, campanhas específicas para públicos específicos, orientações, aconselhamentos, capacitações técnicas, multiplicação de conhecimentos, entre outros.

Portanto, quando construímos uma análise sobre a epidemia do HIV/Aids no Brasil, nos reportamos a um longo período de, aproximadamente, 45 anos de história, considerando o

recorte a partir da década de 1980². Traçar os aspectos mais representativos ou emblemáticos dessa história, significa enveredar em um campo da política social pública, de muitos embates, grandes desafios e conquistas significativas, em alguns momentos, e de retração dessas conquistas, em outros. Assim, um resgate sobre questões centrais desta epidemia, da década de 1980 até o presente momento, sempre se faz necessário, para situar no tempo e no espaço, uma trajetória perturbadora de incertezas, interesses distintos, conflitos, envolvendo sociedade civil e Estado, apontando a urgência na adoção de medidas que pudessem enfrentar o avanço de um problema de saúde pública que sempre assombrou o mundo.

2. SAÚDE PÚBLICA E HIV/AIDS NA AGENDA CONTEMPORÂNEA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA NA ARTICULAÇÃO COM AUTORES DA DISCIPLINA “ESTADO, SOCIEDADE E CIDADANIA”

A saúde no Brasil não se apresenta, no campo político e social, como um direito desde seus primórdios e um longo caminho foi traçado para que esta viesse a se configurar como direito do cidadão e dever do Estado, que se deu a partir da Constituição Federal de 1988. Enquanto uma política pública, de caráter universal, esta alcançou um patamar diferenciado na estrutura do desenvolvimento da sociedade brasileira e, especialmente, na atenção à população que necessita desta política, seja na esfera primária, na média ou na alta complexidade, em seus distintos campos de atuação, como, unidades básicas de saúde, unidades especializadas, hospitais de referência, ações de prevenção e, em outras frentes de atenção.

Sendo assim, com avanços e recuos, conquistas e perdas, no campo político, econômico e social - cenários de lutas recorrentes, para a manutenção de direitos conquistados – é fundamental problematizar as questões conjunturais que permeiam as políticas sociais na atualidade e que atravessam, inegavelmente, o campo da política pública de saúde, com destaque para a política de enfrentamento ao HIV/Aids. Especialmente, se considerarmos as reflexões de Neto (1996) *apud* Behring (2008, p. 64) ao afirmar que:

As políticas sociais entram nesse cenário caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social. Daí a tendência de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção

² No Brasil, o primeiro caso da doença foi registrado em 1983, no Estado de São Paulo. Tratava-se de um jovem homossexual com febre e perda de peso, diagnosticado com tuberculose disseminada. *Ver: Pedro Campana, 2019 - Aids no Brasil: do primeiro caso à estruturação das políticas de saúde.*

social pelo Estado, o que, aos poucos – já que há resistências e sujeitos em conflito nesse processo eminentemente político – vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital.

Neste sentido, o estudo de Marques (1997) “*Notas críticas à literatura Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos*”, ao pensar o papel do Estado na condução das políticas sociais, faz alusão ao pensamento de Nicos Poulantzas³, que define o Estado não mais a partir de suas funções, mas a partir de sua natureza.

O Estado seria um campo de poder, uma arena, onde se condensariam materialmente as lutas e conflitos entre os diversos atores: classes e frações de classe. Este campo organizaria as classes dominantes em torno dos interesses de curto prazo das frações hegemônicas no bloco de poder, e da classe burguesa no longo prazo. Isso seria possível pela autonomia relativa do Estado no que tange aos interesses particulares dos grupos e frações de classe. Da mesma forma, o Estado desorganizaria as classes dominadas por concentrar em si a relação de força entre dominados e dominadores. Como o Estado não seria o depositário de um poder externo ou uma fonte do poder em si, mas um campo de lutas, suas diversas agências apresentariam caráter contraditório, defendendo posições divergentes com relação às classes, às frações de classe, e mesmo aos diversos componentes do bloco no poder. De toda a forma, no entanto, o Estado capitalista apresentaria irreversível caráter de classe, sendo impossível às classes dominadas assumir o seu controle, ou de agências centrais, na condução das políticas estatais (Marques, 1997, p. 70).

Da filantropia, com a centralidade apenas na doença do corpo e da mente, às campanhas sanitárias, com imposições do alto, sem a participação da sociedade, até a incontestável identificação como expressão da questão social, que necessita da intervenção do Estado para se materializar, a saúde, a partir de 1990, ganha novos contornos e representa, inegavelmente, um direito social, uma conquista dos mais distintos segmentos da sociedade brasileira, compondo assim, o sistema de proteção social no Brasil - o tripé da Seguridade Social -, junto com a assistência social e a previdência social (Bravo, 2007). Sendo assim, revisitando Coutinho (1999, p. 51):

Embora possa parecer óbvio, não é desnecessário lembrar que os direitos sociais, talvez ainda mais do que os direitos políticos, são igualmente uma conquista da classe trabalhadora. E não é desnecessário porque as políticas sociais - ou seja, o instrumento pelo qual se materializam os direitos sociais - são muitas vezes definidas sem que esse fato seja levado em conta. Para muitos autores que se baseiam numa leitura mecanicista do marxismo, as políticas sociais seriam nada mais do que um instrumento da burguesia para legitimar sua dominação. É como se as políticas sociais fossem uma rua de mão única: somente a burguesia teria interesse num sistema educacional universal e gratuito, numa política previdenciária e de saúde etc, já que, por meio desses institutos, não só ampliaria sua taxa de acumulação, mas obteria ainda o consenso das classes trabalhadoras, integrando-as

³ Segundo Luiz Eduardo Motta (2009), a obra de Nicos Poulantzas, recupera seu prestígio no universo acadêmico, com a reedição de seus textos, a partir dos anos 2000. “Nos anos 1980 e 1990, Poulantzas e a escola althusseriana entraram no *index* acadêmico, praticamente sumindo do debate intelectual e sendo marginalizados diante das demais correntes teóricas, inclusive no próprio marxismo”. Ver: Nicos Poulantzas, 30 anos depois. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 221-228, jun. 2009.

subalternamente ao capitalismo.

Segundo Coutinho (1999), a posição de que as políticas sociais é a expressão do interesse exclusivo da burguesia, é um grande equívoco, considerando que a estrutura da vida social é determinada pela luta de classes. A classe trabalhadora, no tensionamento com a classe burguesa, imprime movimentos constantes de lutas e, conseqüentemente, de conquistas de direitos. A conversão desses direitos sociais em “direitos positivos”, não garante sua materialização e, portanto, a luta pelo seu reconhecimento legal, simboliza o permanente enfrentamento dessas duas classes antagônicas. De um lado encontra-se a classe que luta pela conquista, ampliação e permanência dos direitos sociais, transformando-os em dever do Estado e, de outro lado, a depender de determinadas conjunturas e correlação de forças específicas, encontram-se as investidas recorrentes dos neoliberais, que se empenham em eliminar esses direitos. Enfim, a classe burguesa “tolera” os direitos sociais e os ameaça, continuamente. Como afirma Bodstein (1997, p. 11):

O exercício e a afirmação de direitos devem ser analisados como um problema de ação coletiva, visando redefinir relações sociais e o próprio espaço público dentro da ordem democrática. [...] não há processo de desenvolvimento de direitos sem compromissos democráticos explícitos em torno da redução da iniquidade social, o que certamente implica o fortalecimento da sociedade civil e de suas formas plurais de organização. [...] por aí também se introduz, ao que parece, de forma definitiva, no selo da modernidade, a junção entre as condições de igualdade política e social, isto é, introduz-se a questão social na agenda pública.

No recorte sobre a estruturação da política de enfrentamento ao HIV/Aids no Brasil, destaca-se que, inicialmente, a Aids não era considerada uma questão de saúde pública pelo Ministério da Saúde. Ativistas da comunidade gay também não valorizaram a nova situação sanitária, pois, acreditavam que era só mais uma forma do campo médico reforçar, como algo promíscuo, a orientação sexual contrária a heteronormatividade. No entanto, com o avanço dos casos de Aids no Brasil e no mundo, o cenário se altera⁴ e, em dezembro de 1982, o Grupo Gay da Bahia (GGB), alerta sobre os sintomas da doença (Barros, 2016), sendo progressivamente acompanhado por outros grupos da comunidade gay e dos movimentos sociais, como, por exemplo, os representantes dos hemofílicos.

⁴ Vários grupos de apoio às pessoas infectadas pelo HIV ou com Aids, surgem nesse momento. O Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA) foi a primeira organização não governamental exclusivamente voltada às ações contra o HIV/Aids, fundada no país, em 1985. O movimento teve início em São Paulo e se propagou para outros estados brasileiros. No Rio de Janeiro foram criadas a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e o Grupo pela Vida (Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS). Surgiram também o Grupo de Incentivo à Vida (GIV), a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS e o Grupo Somos, entre outros.

Apesar dos “[...] componentes regressivos das posições neoliberais no campo social, que alguns se atrevem a propagar como traços da pós-modernidade” (Montes, 1996 *apud* Behring, 2008, p. 58), a resposta do Estado, em âmbito nacional, foi materializada em 1985, após estados como Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro estruturarem programas de saúde próprios para enfrentar a nova epidemia, com a sistematização de investigação de casos, criação de ficha de investigação epidemiológica, programas de ação de vigilância, grupos de apoio, locais para internação de doentes e para assistência ambulatorial. Neste sentido, o Presidente da República da época, José Sarney, pressionado por parte da sociedade civil e por representantes progressistas da área da saúde, apresenta as primeiras ações concretas em relação à epidemia de HIV/Aids, com a assinatura da Portaria nº 236/85, de 02 de maio de 1985, dando origem ao Programa de Controle da AIDS, que objetivava monitorar casos suspeitos ou casos já confirmados, para controlar o vírus do HIV no Brasil (Barros, 2016). Em 1988, cinco anos após a confirmação do primeiro caso de infecção com o vírus HIV no país, o Programa de Controle de AIDS foi reorganizado dentro da estrutura do Ministério da Saúde e passou a ser intitulado de Programa Nacional de DST/AIDS (PN-DST/AIDS)⁵.

Mesmo marcado pela hegemonia burguesa, tipificada pelo “uso do Estado [...] que atuou como um protagonista, ao mesmo tempo modernizador e reproduzidor do passado, sempre sob hegemonia dos interesses conservadores” (Nogueira, 1998 *apud* Behring, 2008, p. 117), o Ministério da Saúde dá início, em 1991, à distribuição gratuita de antirretrovirais no país, tornando o Brasil pioneiro na distribuição universal de medicação para o tratamento de HIV/Aids. A partir de 1996 a terapia antirretroviral avança, apontando para maior expectativa de vida dos pacientes e baixas nas internações.

O cenário da política de HIV/Aids no Brasil, sempre foi marcado por restrições financeiras e retrocessos, especialmente, por estruturas políticas conservadoras e burocráticas. No entanto, governos com pautas mais progressivas, mesmo com avanços tímidos, impulsionaram investimentos significativos na questão da saúde, como por exemplo, o governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011 a 2016), quando o investimento federal no enfrentamento à epidemia de HIV/Aids e outras IST's alcançou R\$ 1,2 bilhão em 2013. Deste quantitativo, cerca de R\$ 770 milhões foram destinados ao financiamento da oferta de

⁵ Pelo Decreto nº 6.860, de 2009, o programa foi vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde e recebeu a nomenclatura de Departamento de Vigilância Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais (DIAHV). Em 2019, no entanto, ocorre o rebaixamento para Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI), pelo Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019. “Essa mudança acarreta um relevante impacto, por gerar uma sobrecarga na estrutura e, por deixar de lado a singularidade e o destaque que essa pauta merece ter, para se aprimorar cada vez mais” (Gomes et al., 2023).

medicamentos para a epidemia (Gomes et al., 2023).

Porém, de acordo com as afirmações de Gomes et al. (2023), com a ruptura institucional e a entrada de um governo curvado às diretrizes conservadoras do então Presidente Michel Temer (MDB), em 2016, ocorreu o favoritismo às pautas defendidas pela classe burguesa, tais como, a aprovação de um congelamento de gastos públicos por 20 (vinte) anos, denominada PEC 241/2016 ou 55/2016, popularmente conhecida como PEC do Teto de Gastos⁶, que criou uma obstrução aos investimentos públicos no campo social, particularmente, nas políticas de saúde e educação, em razão da dívida pública, com o argumento de equilibrar as contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos, para conter a crise fiscal. Este congelamento, que sinalizava para o sucateamento da estrutura pública a fim de privatizá-la ou adequá-la aos interesses do capital empresarial, se configura como um ataque ao direito social, em um país com níveis alarmantes de desigualdades e culminou em impactos negativos na política de enfrentamento ao HIV/Aids.

Sobre esse tema, ou seja, a crise fiscal, é pertinente considerar as reflexões de Anderson (1995) e Chesnais (1966) *apud* Behring (2008, p. 63) ao afirmar que:

[...] a crise fiscal é induzida não apenas, nem principalmente, pelas pressões dos trabalhadores por maior proteção social. Este foi, na verdade, um argumento para a defesa neoliberal do corte dos gastos sociais, escamoteando as intenções reais de diminuição do custo do trabalho, ao lado da imposição de derrotas aos segmentos mais organizados dos trabalhadores. É evidente a reorientação do fundo público para as demandas do empresariado, combinada à queda da receita engendrada pelo ciclo depressivo e à diminuição da taxa sobre o capital, que alimentam a crise fiscal.

As ações e serviços destinados ao enfrentamento do HIV/Aids, vivenciaram a partir de 2016, segundo Scheffer (2018), retrocessos que exigiram novos rumos para a execução dessa política pública. Esses retrocessos estavam diretamente atrelados a “combinação de falta de diálogo com a sociedade civil, perda de capacidade técnica, baixo investimento, desconexão com a realidade da epidemia e decisões verticais de cunho conservador” (Scheffer, 2018, s/p.), imprimindo a ruptura de bases que davam sustentação à resposta brasileira à Aids.

Segundo Nogueira (2005), a gestão pública vem sendo, progressivamente, pressionada pela sociedade, não apenas pelas demandas pretéritas, relacionadas à pobreza e injustiças sociais, mas também pelas demandas das novas estruturas sociais, fruto do “aprofundamento do processo de democratização, das mudanças culturais [...] da diferenciação funcional e social” (Nogueira, 2005, p. 124).

⁶ Em 2024, o governo Lula (PT) apresentou uma proposta para uma nova âncora fiscal para a União, ou seja, uma nova legislação sobre os gastos do governo, substituindo a lei do Teto de Gastos, de 2016.

De 2019 a 2022, as políticas de enfrentamento ao HIV/Aids também encontraram no governo do então Presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), diversos obstáculos. Essas ações negativas já eram previsíveis, visto que, em distintas entrevistas, Bolsonaro já deixava claro sua percepção sobre o contexto do HIV/Aids no Brasil, com declarações desfavoráveis da responsabilidade do governo custear medicamentos para as pessoas infectadas ou em tratamento, bem como, sobre o Estado arcar com a compra de preservativos para prevenir doenças adquiridas em atos da vida privada. Esse posicionamento político/ideológico, na contramão das responsabilidades da gestão pública, revive a incorreta existência do chamado “grupo de risco”, transferindo para o campo privado o cuidado em saúde, limitando as responsabilidades do Estado com o coletivo e reascendendo um pensamento e uma postura conservadora no imaginário nacional.

A disputa política de 2022 foi marcada por dois vieses antagônicos em relação à pauta da epidemia do HIV/Aids no país. De um lado, o conservadorismo e o retrocesso, mascarado, em alguns momentos de prudência, pelo discurso da proteção dos custos financeiros do Estado, e de outro, a compreensão de que as ações de enfrentamento ao HIV/Aids é uma emergência mundial de saúde pública e que, nenhum governo pode se afastar desse compromisso, sob pena de agudizar o problema e penalizar indivíduos mais suscetíveis as determinações e determinantes sociais⁷. Ou seja, de um lado, o modelo privatista de saúde, consolidando a concepção de redução de custos aos cofres públicos, com a clara redefinição de ações e serviços de enfrentamento ao HIV/Aids, e de outro, o modelo universal socializante, com a concepção da garantia do direito social e humano, na perspectiva do fortalecimento e ampliação dessas ações e serviços⁸ (Gomes et al., 2023).

Desde o início dos anos 2000, o UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids, vem pressionando os países e organismos internacionais envolvidos com as distintas questões no campo global, a imprimir significativas mudanças no enfrentamento ao HIV/Aids, em resposta aos resultados esperados quanto as metas pactuadas em 2015⁹, que previam um controle efetivo sobre alguns indicadores da infecção e da doença. Essa pactuação estabelecia investimentos de ordem política, econômica, gerencial, técnica e

⁷ Sobre esse debate, vale a leitura de Gabrois et al. (2017), “Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde”, apresentando uma construção esclarecedora e provocativa sobre o tema. Ver: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ymxpLJD Tk d5vPh5QL9YGJzq/?format=pdf&lang=pt>

⁸ Vale salientar que no atual governo do Presidente Lula, efetuou-se uma das primeiras modificações a favor da política pública de enfrentamento ao HIV/Aids, que foi a restauração do Departamento de Vigilância de IST/AIDS e Hepatites Virais, por intermédio do Decreto nº 11.358/2023.

⁹ Essas metas foram previstas na Declaração de Paris, documento criado em 2014 e atualizado em 2021 pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS).

operacional, para o alcance da meta “90-90-90”, ou seja, ter até 2020, 90% de todas as pessoas vivendo com HIV, conhecendo seu status sorológico; 90% de todas as pessoas com infecção pelo HIV diagnosticada, recebendo terapia antirretroviral, ininterruptamente; e 90% de todas as pessoas recebendo terapia antirretroviral, em supressão viral sustentada (UNAIDS, 2024b). O Brasil chegou em 2020 com parcial alcance dessa pactuação, contrariando expectativas e planejamentos.

Em 2023, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS, 2024a), apresenta o relatório intitulado “*O Caminho que põe fim à AIDS*”, apontando um quantitativo de 900 mil pessoas vivendo com HIV/Aids no Brasil e destacando que o fim da pandemia é uma escolha política e financeira e que países envolvidos com essa estratégia de saúde pública, podem conseguir resultados positivos se o enfrentamento das desigualdades for priorizado e o financiamento suficiente e sustentável for garantido. Para tanto, longe de retroceder em decorrência do não alcance das metas estabelecidas de 2015 a 2020, um novo desafio foi posto, que é a ampliação da meta para “95-95-95”, no mundo, até 2030 (UNAIDS, 2024a), que significa ter 95% das pessoas com HIV conhecendo seu estado sorológico; 95% das pessoas que sabem que vivem com HIV, em tratamento antirretroviral; e 95% das pessoas em tratamento, com a carga viral indetectável.

Sendo assim, na direção das orientações do UNAIDS, registra-se no Brasil, em 2024, a iniciativa política governamental intitulada “*Programa Brasil Saudável – unir para cuidar*”¹⁰, pelo Decreto nº 11.908/2024, de 06 de fevereiro de 2024, com o objetivo de eliminar¹¹ até 2030, “doenças determinadas socialmente”, ou seja, doenças influenciadas ou causadas por fatores sociais, econômicos ou ambientais, que exigem uma atenção em saúde para além do tratamento médico convencional individualizado e que incluem ações ordenadas e efetivas no enfrentamento de causas decorrentes das desigualdades em saúde que podem aumentar a vulnerabilidade das pessoas a determinadas doenças, assim como, a promoção do acesso aos cuidados em saúde e a abordagem de distintas questões sociais que afetam a saúde das populações. “Essas doenças têm sua origem e perpetuação ligadas diretamente a

¹⁰ Esse programa de governo surgiu a partir da criação do Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e Outras Doenças Determinadas Socialmente (CIEDDS), incluindo o HIV e a Aids, instituído em 2023, com o objetivo de “reforçar o compromisso do governo brasileiro com o fim de doenças e infecções determinadas e perpetuadas pelos ciclos da pobreza, da fome e das desigualdades sociais no país” (BRASIL, 2025).

¹¹ Importante estabelecer a distinção entre “eliminar e erradicar”. *Eliminar* é quando uma doença não existe mais em uma região específica, sendo necessária a manutenção de medidas de prevenção e controle, para evitar a sua reintrodução. Já *erradicar* significa acabar com a circulação de uma doença em todo o território (que não é a meta da atual política)

desigualdades sociais, pobreza, falta de acesso a serviços de saúde adequados, condições de trabalho precárias, discriminação e outros aspectos do contexto social” (BRASIL, 2025)¹².

Segundo o Boletim Epidemiológico HIV/Aids – edição especial de dezembro de 2024, “a infecção pelo HIV e o adoecimento por Aids permanecem como desafios significativos para a saúde pública no Brasil, com impactos expressivos em diferentes segmentos populacionais ao longo das últimas décadas” (BRASIL, 2024). Entre 2007 e junho de 2024, foram notificados 541.759 casos de HIV no país, com uma predominância de 70,7% no sexo masculino. Sobre a Aids, o Brasil contabilizou 1.165.599 casos desde 1980, com uma média anual de 36 mil novos casos nos últimos cinco anos. “Após uma redução nos registros durante a pandemia de Covid-19, observou-se um aumento de 2,5% entre 2022 e 2023, sinalizando um retorno aos níveis pré-pandêmicos” (BRASIL, 2024). Tais dados reforçam a importância de políticas públicas integradas, que combinem promoção de direitos básicos e cidadania, ações de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e redução das iniquidades sociais, do estigma e da discriminação, para o alcance da eliminação da Aids e da transmissão do HIV como problemas de saúde pública no Brasil até 2030, conforme preconiza o Programa Brasil Saudável.

Apesar da adoção de diversificadas diretrizes e do estabelecimento de metas para a eliminação do HIV/Aids no país, Mário Scheffer, professor de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), destaca que:

[...] os últimos anos foram de retrocesso no enfrentamento do HIV e deixaram o Brasil mais distante dessa meta. Os retrocessos estão ligados ao ambiente de extremismo, discriminação e violência contra as populações mais vulneráveis ao HIV, como gays, mulheres, transexuais e negros, que não são acolhidas e se afastam da testagem, da prevenção e do tratamento. Materiais educativos foram proibidos nas escolas, censuraram questões de gênero e sexualidade, o combate ao racismo e à homofobia sofreu retrocessos. Para combater o HIV, não bastam as bases científicas. O respeito aos direitos humanos é essencial. Ainda estamos longe do tão sonhado início do fim da Aids (Agência Senado, 2023).

Podemos concluir essa contextualização, levantando a seguinte questão-problema: as ações e os serviços voltados para o enfrentamento do HIV/Aids, na região Norte Fluminense,

¹² Neste sentido, o Brasil assumiu o compromisso de eliminar, até 2030, como problema de saúde pública, 11 doenças e 5 infecções de transmissão vertical e, nessa listagem, o HIV/Aids está presente. A proposta é reunir 14 ministérios, no enfrentamento da fome e da pobreza, para cobertura das populações mais suscetíveis, como, idosos, população LGBTQIAPN+, população negra, população indígena, população em situação de rua, profissionais do sexo, pessoas que usam álcool e outras drogas, pessoas privadas de liberdade e pessoas em sofrimento psíquico - geralmente condicionadas a uma realidade de vulnerabilidades, sem acesso à informação e as estruturas de saúde e sem condições concretas de enfrentar suscetibilidades econômicas e sociais -, observando assim, as características de interseccionalidade e intersetorialidade, a partir da implementação de estratégias de integração da política de saúde no campo do HIV/Aids com outras políticas, como educação, assistência social, trabalho e justiça, abordando as múltiplas expressões da questão social (BRASIL, 2025).

estão organizados na perspectiva do alcance das metas estabelecidas no “Programa Brasil Saudável – unir para cuidar”, enquanto respostas às novas estratégias do UNAIDS para 2030?¹³

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e a partir das reflexões apresentadas neste artigo, é possível conceber a política de saúde no Brasil como uma política complexa, que traz em seu desenvolvimento marcas das conjunturas sociais, políticas e econômicas de cada período histórico, envolvendo diversos atores sociais, interesses ambíguos, mediada pelo Estado, nas inclinações do sistema capitalista. Podemos enfatizar, então, que no Brasil e no mundo, a epidemia do HIV evoluiu progressiva e gradativamente, na direção do estabelecimento de estratégias que pudessem enfrentar as contradições sociais, econômicas, territoriais, religiosas e culturais existentes e, constituiu-se em uma temática relevante na busca de respostas sobre o papel do Estado e da sociedade civil, na organização e no estabelecimento de políticas sociais, voltadas para essa questão.

No entanto, é fato que o SUS e as demais políticas sociais vem sofrendo constantes ataques, em distintos períodos, com o fortalecimento da política neoliberal e do modelo privatista de saúde, sob a disseminação do discurso da crise fiscal e do serviço público ineficiente, com o sucateamento dos hospitais e com a redução do quadro técnico, a partir da sua não renovação, projeto que alimenta o imaginário do senso comum de que a saúde pública não funciona. Neste sentido, como afirma Nogueira (2005, p. 61), é preciso assimilar o Estado como estrutura de dominação, mas também, como “parâmetro ético de convivência e *locus* para o encontro de soluções positivas para os problemas sociais”. Assim, continua Nogueira (2005, p. 75), “[...] sem um Estado vigoroso, democrático e socialmente vinculado, não há como ter uma articulação virtuosa entre governabilidade, desenvolvimento, igualdade e

¹³ Para o alcance desta resposta, apontamos um percurso metodológico de dimensão qualitativa e exploratória, no período de 2022 a 2026, na perspectiva de conhecer as ações implementadas no passado recente, bem como, no contexto presente e futuro, na direção de objetivos previamente definidos, como: a) conhecer e analisar as ações e os serviços de enfrentamento do HIV/Aids na Região Norte Fluminense (Campos e Macaé - pelas suas similaridades em termos de organização dos serviços e ações no enfrentamento do HIV/Aids e por serem os únicos municípios da referida região selecionados pelo CIEDDS, para monitoramento e avaliação das ações na direção das metas 95-95-95) e b) identificar a existência de articulação dos Planos de Gestão da Saúde dos municípios selecionados, com as estratégias de implementação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do HIV/Aids, em articulação com a base estruturante do Programa Brasil Saudável.

justiça social”.

Cabe então, acompanhar se a nova estratégia de ação governamental – objeto de pesquisa de doutorado, em questão – conseguirá envolver os municípios selecionados, na desafiadora tarefa de “eliminar”, nos próximos anos, doenças e infecções determinadas socialmente, como um problema de saúde pública, rompendo com a banalização da infecção e da doença e construindo uma “política de ação” que, segundo Pereira (2008), atue no mundo real visando mudanças e, segundo Bodstein (1997), introduza a questão social na agenda pública.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Aids chegou ao Brasil há 40 anos e trouxe terror, preconceito e desinformação**. Edição 101 – Saúde, publicado em 02/06/2023. (2023). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/aids-chegou-ao-brasil-ha-40-anos-e-trouxe-terror-preconceito-e-desinformacao>. Acesso em: 08 de jun. 2024.

BARROS, S. G.; VIEIRA-DA-SILVA, L. M. **A gênese da política de luta contra a Aids e o Espaço Aids no Brasil (1981-1989)**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 50, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/JdYQ99GcVgZw8V8CJ6rCm4q/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais do Programa Brasil Saudável**: unir para cuidar [recurso eletrônico] / Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente. – Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_brasil_saudavel.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico - HIV e Aids 2024** - Número Especial | dezembro 2024 – versão eletrônica. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim_hiv_aids_2024e.pdf. Acesso em: 08 de jun. 2024.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Política de Saúde no Brasil**. In: MOTA, Ana Elizabeth et al. (org.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 2. ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação e perda de direitos. Cap. 1 - Capitalismo contemporâneo e Estado, p. 31-76 e Cap. 2 (tópico 3) - O Brasil dos anos 1990: contrarreforma e destruição, p. 113-126. Cortez Editora, São Paulo, 2008.

BODSTEIN, R. C. **Cidadania e modernidade**: emergência da questão social na agenda pública. Cadernos de Saúde Pública 13(2), p.185 - 204, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COUTINHO, C. N. **Cidadania e Modernidade**. Perspectivas, São Paulo, n. 22, p. 41-59, 1999.

GOMES, Marcus Vinicius Alves Carneiro. **A invisibilidade do homem idoso cis como destinatário de políticas públicas de saúde/prevenção frente ao aumento de infecções por HIV/AIDS no Brasil**. (2023). Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/24a5bd67-86f0-4f45-a96a160901fc0175/content>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MARQUES, E. **Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos**. BIB – Boletim Informativo Bibliográfico 43, p. 67-102, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**. São Paulo: Cortez. Cap. 1, 2 e 3, 2005.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: Temas e Questões**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SCHEFFER, M. **Por uma nova resposta à epidemia**. (2018). Entrevista com Mário Scheffer, em 27/02/2018. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/artigo/por-uma-nova-resposta-a-epidemia-mario-scheffer-e-ativista-e-professor-da-usp/>. Acesso em: maio de 2024

UNAIDS. **O CAMINHO QUE PÕE FIM À AIDS**. Relatório Global do UNAIDS 2023 (13 de julho de 2023). Disponível em: <https://unaids.org.br/2023/07/relatorio-global-do-unaids-mostra-que-a-pandemia-de-aids-pode-acabar-ate-2030-e-descreve-o-caminho-para-alcancar-esse-objetivo/>. Acesso em: 08 de jun. 2024a.

UNAIDS. **90-90-90: Uma meta ambiciosa de tratamento para contribuir para o fim da epidemia de AIDS**. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2015/11/2015_11_20_UNAIDS_TRATAMENTO_META_PT_v4_GB.pdf. Acesso em: 08 de jun 2024b.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

INTERDISCIPLINARIDADE E PROTEÇÃO INTEGRAL: A ATUAÇÃO CONJUNTA DO PSICÓLOGO E DO ASSISTENTE SOCIAL NO ACOLHIMENTO FAMILIAR

INTERDISCIPLINARY AND INTEGRAL PROTECTION: THE JOINT ROLE OF THE PSYCHOLOGIST AND SOCIAL WORKER IN FOSTER CARE

Érica Donizete Trevisan¹

Daniela Vares Iramendi²

Lirene Finkler³

Resumo: O presente trabalho aborda a atuação interdisciplinar entre o Psicólogo e o Assistente Social no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA), integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em um município do Rio Grande do Sul. Tem como objetivo discutir as especificidades e as interseções entre as práticas desses profissionais, analisando como suas atuações se complementam na efetivação da proteção integral de crianças e adolescentes. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência, desenvolvido a partir do estágio curricular supervisionado do curso de Psicologia, realizado no SFA entre março e outubro de 2025. O estudo baseia-se nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas normativas do SUAS, que orientam a garantia do direito à convivência familiar e comunitária. A partir das observações realizadas, constatou-se que o Assistente Social atua com enfoque totalizante, analisando dimensões sociais, históricas e econômicas, enquanto o Psicólogo direciona seu trabalho à compreensão dos aspectos subjetivos e relacionais. Apesar das diferenças teórico-metodológicas, ambas as profissões compartilham o compromisso com a promoção da cidadania, a defesa dos direitos e o fortalecimento dos vínculos familiares. Conclui-se que o trabalho interdisciplinar é essencial para o desenvolvimento de intervenções integradas e efetivas, pautadas no diálogo, na ética e na complementaridade dos saberes, contribuindo para a proteção integral de crianças e adolescentes e para a consolidação de uma prática social transformadora.

Palavras-chave: Acolhimento Familiar. Interdisciplinaridade. Serviço Social. Psicologia.

Abstract: This study addresses the interdisciplinary work between Psychologists and Social Workers within the Foster Family Service (SFA), part of the Unified Social Assistance System (SUAS), in a municipality in Rio Grande do Sul, Brazil. It aims to discuss the specificities and intersections between the practices of these professionals, analyzing how their roles

¹ Discente do Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: trevisan.ERICA@acad.ufsm.br.

² Psicóloga. Secretaria de Município de Desenvolvimento Social de Santa Maria/RS. E-mail: danivares@gmail.com.

³ Docente do Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: lirene.finkler@ufsm.br.

complement each other in ensuring the comprehensive protection of children and adolescents. Methodologically, this is an experience report developed from a supervised internship in the Psychology program, carried out at the SFA between march and october 2025. The study is based on the guidelines of the Statute of the Child and Adolescent (ECA) and the SUAS regulations, which ensure the right to family and community living. Observations revealed that the Social Worker acts from a broad perspective, analyzing social, historical, and economic dimensions, while the Psychologist focuses on subjective and relational aspects. Despite theoretical and methodological differences, both professions share a commitment to promoting citizenship, defending rights, and strengthening family bonds. It is concluded that interdisciplinary work is essential for the development of integrated and effective interventions based on dialogue, ethics, and the complementarity of knowledge, contributing to the comprehensive protection of children and adolescents and to the consolidation of a transformative social practice.

Keywords: Foster Care. Interdisciplinarity. Psychology. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, sendo papel da sociedade assegurar a efetividade de acesso a diversos princípios e garantias fundamentais. Dentro desse contexto, o ECA apresenta o Direito à Convivência Familiar e Comunitária, que assegura à criança e ao adolescente a prerrogativa de ser e estar na sua família de origem, com exceção de colocação em família substituta, mas que garanta a convivência comunitária em um ambiente que propicie o desenvolvimento integral e saudável (BRASIL, 1990).

Perante isso, houve a necessidade de se estabelecer medidas protetivas para crianças e adolescentes que se encontrassem em situação de violação de direitos. Surgiu, então, o acolhimento institucional, o qual é uma medida provisória e excepcional que visa a proteção integral para garantir cuidados às crianças e aos adolescentes em vulnerabilidade e/ou risco que precisam ser afastados do seu contexto familiar. Como alternativa ao acolhimento institucional, implementou-se, em 2009, o Acolhimento Familiar, medida prioritária pela lei. Essa modalidade é realizada por famílias previamente habilitadas, que recebem em suas casas, de forma temporária, crianças e adolescentes que necessitam ser afastados do convívio familiar, possibilitando que recebam um cuidado individualizado (BRASIL, 2009). Além disso, tanto as famílias de origem, quanto as famílias acolhedoras são acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA), auxiliando no suporte das possíveis demandas que possam surgir.

Tendo isso em vista, assegurar que esses direitos sejam efetivados é papel do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS tem como objetivo proporcionar a proteção social dos indivíduos, ampliar o acesso a benefícios e serviços, promover a cidadania e fortalecer a proteção social (BRASIL, 1993). Ressalta-se a importância da equipe que compõe o SFA, o qual é considerado de alta complexidade pelo SUAS. A equipe de referência para os atendimentos psicossociais é composta por um coordenador para até 45 usuários acolhidos, um Assistente Social e um Psicólogo para acompanhar até 15 famílias acolhedoras e até 15 famílias de origem (BRASIL, 2011). Isto posto, é essencial refletir sobre a atuação interdisciplinar que se apresenta entre o papel do Assistente Social e do Psicólogo em um contexto de acolhimento familiar, bem como em todo o SUAS.

Dessa forma, este trabalho tem o objetivo de discorrer sobre a atuação entrelaçada do Psicólogo e do Assistente Social em um Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em um município do Rio Grande do Sul. Para isso, utiliza-se de um relato de experiência de estágio curricular, realizado na formação em Psicologia para embasar a discussão do papel do Psicólogo e do Assistente Social no serviço de alta complexidade do SUAS. Assim, apresenta-se por meio do relato, observações e percepções acerca das singularidades e semelhanças que permeiam o trabalho interdisciplinar do Psicólogo e do Assistente Social, cujas práticas, frequentemente são vistas como semelhantes. Sua realização justifica-se à medida que contribui para esclarecer as responsabilidades de cada um dos profissionais em análise referentes ao SFA. Os aprofundamentos acerca da experiência serão discutidos na próxima seção do trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

Cabe discorrer, primeiramente, acerca da dimensão histórica das profissões, entendendo de que forma avançaram e adentraram nas Políticas Públicas de Assistência Social. No Brasil, a regulamentação do curso de Serviço Social ocorreu em 1957, acontecendo seu desenvolvimento teórico e ético a partir da década de 80 (CFESS; CFP, 2007). Desde o princípio, o Serviço Social esteve inserido no âmbito da Assistência Social, mas foi a partir da Constituição Federal de 1988, que foi possível a ampliação e a abertura para novos avanços, sendo viável, então, a participação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na discussão sobre o reconhecimento da Assistência Social como direito social e político de Seguridade Social (CFESS; CFP, 2007). Já o curso de Psicologia teve sua

regulamentação implementada em 1962, mas foi somente a partir dos anos 80, que sua inserção ampliou-se para outros contextos além da psicoterapia, como o da Assistência Social. Entretanto, nos últimos 20 anos, pode-se perceber o crescimento significativo da atuação do Psicólogo nas políticas públicas de assistência social, ampliando-se a compreensão social e governamental sobre as contribuições da Psicologia para a Assistência Social (CFESS; CFP, 2007).

Nessa perspectiva, torna-se pertinente aprofundar a compreensão sobre as especificidades e as interseções entre as práticas do Psicólogo e do Assistente Social no contexto da Assistência Social, especialmente no acolhimento familiar. Embora ambos compartilhem o mesmo objetivo, promover a proteção integral e o fortalecimento dos vínculos familiares, suas atuações se diferenciam quanto aos referenciais teóricos, técnicas de intervenção e instrumentos utilizados no acompanhamento das famílias. Assim, a presente etapa deste trabalho será organizada em três eixos, permeados pelas observações realizadas durante o estágio curricular da formação em Psicologia: em um primeiro momento, serão abordadas as diferenças que caracterizam as funções de cada profissional; em seguida, as semelhanças que aproximam as práticas; e, por fim, será discutida a importância da atuação interdisciplinar como forma de atingir a totalidade, garantindo um acompanhamento integral, protetivo e ético às crianças, adolescentes e famílias envolvidas no acolhimento familiar.

2.1 As singularidades da atuação do Assistente Social e do Psicólogo no Serviço de Acolhimento Familiar

Comumente, no cotidiano, percebe-se dúvidas e equívocos no que diz respeito ao trabalho exercido pelo Assistente Social e pelo Psicólogo. No contexto do SUAS, isso também se faz presente (CRP-03, 2021), já que, de acordo com a NOB-RH/SUAS, espera-se que a equipe mínima dos serviços sempre contenha, pelo menos, um Assistente Social e um Psicólogo. Nesse sentido, apresentar as diferenças das funções de cada profissional torna-se essencial. O Serviço Social possui, em suas diretrizes, algumas competências gerais que são consideradas fundamentais na formação do Assistente Social, tais como: uma compreensão crítica sobre como processos sociais produzem e reproduzem relações sociais, levando em consideração sua totalidade; análise do processo histórico da sociedade brasileira, compreendendo as especificidades do desenvolvimento do capitalismo no país e suas singularidades regionais; entendimento do significado social da profissão e da sua trajetória

sócio-histórica, tanto nacionalmente, quanto internacionalmente, destacando as possibilidades de atuação diante das demandas reais da sociedade; identificação das demandas sociais atuais, elaborando respostas profissionais voltadas às questões sociais (CFESS; CFP, 2007). Em resumo, espera-se que o profissional do Serviço Social seja capaz de fazer uma análise total do contexto, identificando aspectos sociais, históricos e econômicos que perpassam a vida dos sujeitos.

Por sua vez, a Psicologia dispõe de competências e de habilidades que são consideradas gerais para seus profissionais, por exemplo: desenvolver ações voltadas à prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, em níveis individual e coletivo, assegurando a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento dos princípios éticos e bioéticos; avaliar, sistematizar e definir as condutas mais adequadas, com base em evidências científicas; ser acessível, preservando os princípios éticos, respeitando o sigilo das informações sejam elas de outros profissionais ou do público em geral; exercer o gerenciamento e a administração da equipe de trabalho, bem como dos recursos físicos, materiais e informacionais, demonstrando capacidade para atuar como gestor, empregador ou líder nas diferentes áreas de atuação; manter uma postura de aprendizado contínuo ao longo da formação e do exercício profissional, assumindo responsabilidade e compromisso com o seu próprio aperfeiçoamento e com a formação das futuras gerações de profissionais (CFESS; CFP, 2007). Em síntese, presume-se que o profissional de Psicologia seja capaz de fazer uma análise crítica e histórica da realidade, compreendendo a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, para atuar na valorização da experiência individual e no desenvolvimento das condições subjetivas de inserção social dos indivíduos.

Além disso, é relevante mencionar que tanto para os profissionais do Serviço Social, quanto da Psicologia existem competências específicas para atuação no contexto do SUAS. Para o Assistente Social algumas diretrizes estão voltadas para a orientação de indivíduos, famílias e grupos para acesso aos seus direitos e serviços públicos; a intervenção coletiva junto a movimentos sociais, promovendo mobilização e fortalecimento da classe trabalhadora; e a socialização de informações e saberes sobre direitos e políticas para diferentes atores envolvidos na área. Da mesma forma, o Psicólogo foca na valorização da subjetividade, buscando o fortalecimento pessoal e a inserção social dos sujeitos; desenvolve métodos e instrumentos de intervenção voltados à família e à comunidade; e contribui para a elaboração de políticas e ações voltadas às diferentes demandas sociais e coletividades específicas (CFESS; CFP, 2007).

Dessa forma, com o propósito de facilitar a compreensão acerca das atuações de cada profissional, elaborou-se o Quadro 1, Singularidades entre as atuações profissionais, que apresenta o enfoque central das suas competências, juntamente com uma síntese das práticas profissionais.

Quadro 1 - Singularidades entre as atuações profissionais

Dimensões de atuação	Assistente Social	Psicólogo
Enfoque central das competências	Análise totalizante das dimensões sociais.	Aspecto subjetivo dos fenômenos sociais.
Síntese da prática profissional	Compreensão crítica dos processos sociais e como impactam nas produções e reproduções das relações sociais, identificando determinantes sócio-históricos e culturais, sem individualizar os sujeitos.	Responsabilidade social de analisar de forma crítica e histórica a realidade, auxiliando na valorização do indivíduo para propiciar o desenvolvimento das condições subjetivas para a inserção social.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em CFESS; CRP, (2007).

Nesse sentido, foi possível perceber tais singularidades ao acompanhar o trabalho das profissionais de ambas as áreas durante o período de estágio, que ocorreu de março de 2025 até outubro de 2025, no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em um município do Rio Grande do Sul. O referido Serviço foi implementado em 2022 e conta com uma equipe composta por uma Psicóloga e uma Assistente Social, que também exerce o papel de coordenadora. Atualmente, o SFA possui 6 famílias cadastradas e já realizou o acolhimento familiar de 14 crianças. A partir dessa vivência prática e do acompanhamento das rotinas do Serviço, foi possível identificar situações que evidenciam as especificidades da atuação profissional. Um dos momentos no qual se pôde notar esses aspectos específicos foi quando aconteceram novos acolhimentos, já que as profissionais apresentam abordagens diferentes ao entender a razão do acolhimento. A Assistente Social busca fazer uma análise do contexto social, tentando entender toda a história familiar e as realidades que aquela família conhece, além de procurar compreender quais são os motivos que levaram ao acolhimento familiar. Isto, então, vai ao encontro das competências esperadas do profissional do Serviço Social, visto que se utiliza de uma perspectiva totalizante, identificando os determinantes socioeconômicos e culturais que atravessam as construções sociais dos indivíduos. Além disso, demonstra-se o empenho da profissional em produzir um entendimento coletivo da realidade, não individualizando os sujeitos.

Em relação à atuação da profissional Psicóloga, pode-se notar a reflexão acerca da história de vida da família, de forma a tentar fortalecer aspectos subjetivos de cada pessoa que compõem o relacionamento familiar. Ademais, percebe-se que essa profissional busca compreender o entendimento que a família possui acerca do motivo do acolhimento e suas percepções sobre o acolhimento familiar. Nessa perspectiva, é visível a atuação profissional de acordo com as competências esperadas uma vez que, ao olhar para a subjetividade de cada integrante da família, espera-se compreender a relação dos sujeitos com o mundo social, de forma a potencializar suas individualidades. Também é perceptível a análise crítica acerca das questões econômicas, sociais e históricas da família para melhor entender a realidade que possuem e auxiliar no processo de reflexão sobre o direito de acesso a serviços.

Por fim, constata-se que o Serviço Social e a Psicologia apresentam diferenças significativas na sua atuação, principalmente no que diz respeito a forma de como olham para os aspectos sociais que permeiam todas as relações sociais. É essencial ressaltar que, apesar de ambas as profissões olharem criticamente para as construções sociais, econômicas e históricas, são visões distintas que notam e analisam diferentes aspectos sobre uma mesma realidade. Contudo, há a necessidade de explicitar que existem semelhanças acerca da atuação profissional do Assistente Social e do Psicólogo que auxiliam na construção de um entendimento mais ampliado sobre os indivíduos e suas realidades, algo que será abordado na próxima seção.

2.2 As semelhanças na prática profissional do Assistente Social e do Psicólogo no contexto do Acolhimento Familiar

Conforme explicitado anteriormente, é comum que aconteçam equívocos acerca da atuação profissional do Assistente Social e do Psicólogo, justamente por, normalmente, trabalharem em dupla no contexto do SUAS (BRASIL, 2011). Além disso, o fato de atuarem nas mesmas realidades faz com que possuam competências parecidas para direcionar suas práticas. Ressalta-se, então, alguns pontos de interface desses profissionais: análise crítica da realidade, promovendo a reflexão sobre a função da Assistência Social e das políticas públicas na proteção dos direitos e nas melhorias de condições de vida; orientação do trabalho pela perspectiva da totalidade, com objetivo de situar o indivíduo dentro das relações sociais que influenciam diretamente suas condições de vida; o trabalho interdisciplinar como fator fundamental para responder às demandas individuais e coletivas, atuando como interface com

diversas políticas públicas para mediar o acesso dos cidadãos aos direitos sociais; auxiliar na organização coletiva dos usuários, além de atuar na socialização de informações tornando acessível à população (CFESS; CFP, 2007).

Diante disso, na perspectiva do relato de experiência do estágio curricular desenvolvido e como forma de exemplificação das semelhanças entre as atuações, pode-se citar algumas atividades realizadas por ambas as profissionais. Primeiramente, quando ocorre um processo de acolhimento procura-se entender os contextos nos quais a criança e a família de origem estão inseridos, após esse momento, entende-se por quais razões podem ter ocorrido o acolhimento. A partir disso, as profissionais buscam formas de trabalhar o fortalecimento dos sujeitos, para que o acolhimento familiar seja no menor período possível. É nesse sentido, que a Assistente Social e a Psicóloga procuram orientar os indivíduos acerca dos serviços socioassistenciais que precisam acessar, facilitando a troca de informações e a articulação do trabalho em rede. Do mesmo modo, como maneira de auxiliar a família de origem, as profissionais explicam os motivos pelos quais pode ter acontecido a decisão do acolhimento e a partir daquele momento, quais encaminhamentos podem ser feitos, além do acesso a serviços da rede, para reverter o acolhimento familiar.

Assim, é essencial notar como a atuação do Assistente Social e do Psicólogo por vezes entrelaçam-se e possuem objetivos em comum, mas formas distintas de visualizar as situações, as quais são sustentadas por diferentes referenciais teóricos. Por isso, o trabalho interdisciplinar se faz necessário, já que, desse modo, é possível uma compreensão mais ampla das diversas realidades, favorecendo a construção conjunta de estratégias de intervenção mais eficazes.

2.3 O trabalho interdisciplinar entre o Assistente Social e o Psicólogo no contexto do Acolhimento Familiar

O SUAS preconiza, nas suas diretrizes, a descentralização dos serviços e a implementação de um trabalho em rede, sendo todas as políticas públicas essenciais no fortalecimento do sujeito (BRASIL, 1993). Nesse contexto, atuar com profissionais de diversas áreas é comum e parte da rotina dos serviços de Assistência Social, sendo necessário entender as competências e papéis de cada profissional. Ao olhar para a atuação interdisciplinar dos Psicólogos e dos Assistentes Sociais, é importante que aconteça a construção de uma prática político-profissional que seja sustentada pelo diálogo entre os

diferentes referenciais, pela valorização da pluralidade de abordagens e pela tomada de decisões ancoradas em princípios éticos de ambas as profissões (CFESS; CFP, 2007, p. 38). Essa articulação deve ocorrer, então, sob a perspectiva da totalidade, situando o indivíduo no seu contexto de vida; na complementaridade das abordagens, sendo somadas a fim de assegurar uma intervenção capaz de responder às demandas, convergindo, portanto, aos objetivos em comum: a proteção integral da criança e do adolescente e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Em vista disso, é parte fundamental, para a construção de um trabalho interdisciplinar, a comunicação com a rede socioassistencial e entre ambas as profissionais que atuam no acolhimento familiar. Logo, o diálogo constante possibilita o alinhamento de intervenções, evita que aconteçam sobreposições, o que permite aos profissionais atuarem com autonomia técnica de maneira a garantir que cada decisão tomada seja cuidadosamente planejada. No entanto, ao considerar a complexidade de situações que se apresentam no acolhimento familiar, a comunicação interna deve ser complementada pela articulação com outros profissionais e instituições que compõem a rede de proteção, de modo a ampliar a efetividade das ações.

Nesse sentido, no acolhimento familiar há demandas que extrapolam o trabalho da Assistente Social e da Psicóloga, justamente por essa complexidade das realidades. Frente a essas demandas, saber dialogar com profissionais de outras áreas, como o Direito, torna-se essencial. No contexto do Serviço onde foi desenvolvido o estágio curricular que serviu de base para este relato de experiência, percebe-se que há comunicação constante com o juiz responsável pelo Juizado da Infância e Juventude da comarca, com a Defensoria Pública e com o Ministério Público. Essas interações tornam-se relevantes no sentido de que seja possível orientar e auxiliar as famílias de origem na garantia dos seus direitos e possibilitar que o acolhimento familiar aconteça de forma segura e organizada, principalmente no momento de desacolhimento.

Entretanto, deve-se apontar que, em algumas situações, esse diálogo ocorre com dificuldade ou nem mesmo se efetiva. Na realidade do Serviço, algumas vezes, as profissionais estão imersas no contexto e nas demandas das famílias e dos acolhidos que não há tempo, nem energia para a discussão adequada do caso. Contudo, é importante ressaltar que não deve ocorrer a culpabilização das profissionais em relação a isso, já que há o esforço, na medida do possível, para que o diálogo ocorra, além da constante recordação do papel essencial da interdisciplinaridade para a melhor atuação e intervenção nos casos. Diante disso,

criar espaços no ambiente de trabalho que possibilitem a discussão e a reflexão dos profissionais é fundamental, para que, desse modo, seja viável a construção de intervenções e atuações pautadas na análise totalizante e integral dos casos. Portanto, compreender a importância e as dificuldades do trabalho interdisciplinar no contexto do acolhimento familiar é fundamental para que se construa uma atuação pautada no diálogo, na ética e que esteja comprometida com a efetivação de direitos e com a proteção integral.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi discorrer sobre a atuação entrelaçada do Psicólogo e do Assistente Social em um Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em um município do Rio Grande do Sul. Logo, pode-se perceber a importância de um trabalho interdisciplinar no acolhimento familiar, para que se construa uma atuação complementar que é capaz de olhar para todas as relações que compõem a vida dos sujeitos. Diante do que foi exposto, é possível notar que embora as duas profissões apresentem referenciais teóricos e instrumentos de trabalho distintos, compartilham dos mesmos objetivos: garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, bem como fortalecer vínculos familiares e comunitários.

A partir das análises das diretrizes de cada profissão, observou-se singularidades significativas que permeiam a atuação do Assistente Social e do Psicólogo. Espera-se que o Assistente Social seja capaz de direcionar sua análise para a totalidade das dimensões sociais, identificando determinantes sociais, históricos e culturais que compõem a vida dos indivíduos. Em relação ao Psicólogo, presume-se que é apto em direcionar seu enfoque central para os aspectos subjetivos dos fenômenos sociais, auxiliando na valorização do sujeito para propiciar seu desenvolvimento social. Dessa forma, a complementaridade entre os profissionais é essencial em todo o contexto do SUAS, porque, por meio dela, será possível construir um entendimento mais amplo e integrado das diferentes realidades dos usuários, além de favorecer intervenções pautadas no diálogo, no compromisso ético e que consideram as diversas construções sociais dos indivíduos.

Constatou-se, também, que o trabalho interdisciplinar no acolhimento familiar ultrapassa a atuação dupla: Assistente Social-Psicólogo. Há a necessidade de diálogo com outras instituições que fazem parte da rede de proteção à criança e ao adolescente, como aquelas que compõem outras políticas públicas, e também o sistema de justiça. Essa articulação demonstra a importância de conhecer sobre o seu papel profissional, assim como o

papel que outros profissionais desempenham. Assim, amplia-se a efetividade das ações e contribui-se para que o acolhimento aconteça de forma segura e organizada, com o objetivo que a criança ou adolescente fique o menor tempo possível no acolhimento e que seja viabilizado o retorno para sua família de origem.

Além disso, observa-se que a prática cotidiana apresenta desafios como a sobrecarga de demandas, a falta de tempo para a discussão de casos e as próprias limitações institucionais que dificultam esse diálogo. Nesse sentido, é fundamental a criação de espaços dentro do ambiente de trabalho que favoreçam a troca, a escuta e a reflexão conjunta dos profissionais, possibilitando uma construção coletiva das estratégias de intervenções. Todavia, destaca-se o empenho que as profissionais possuem em manter o diálogo e reafirmar o papel essencial da interdisciplinaridade como princípio de trabalho e compromisso ético.

Por fim, este relato de experiência demonstra a relevância do trabalho interdisciplinar no acolhimento familiar, explicitando que a efetivação dos direitos e a garantia da proteção integral só é possível quando diferentes saberes se articulam em torno de um mesmo propósito. Desse modo, o diálogo constante entre o Serviço Social e a Psicologia não apenas qualifica as práticas profissionais, mas reafirma o compromisso ético e político com a transformação social e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em termos de sugestões para futuros estudos, recomenda-se o desenvolvimento de pesquisas com maior abrangência, contemplando mais municípios brasileiros que já tenham implementado o SFA. Além disso, tornam-se relevantes investigações capazes de analisar as percepções dos sujeitos envolvidos em processos de acolhimentos familiares, ou seja, integrantes da família de origem, da família acolhedora e crianças/adolescentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e revoga dispositivos da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 4 ago. 2009. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. *NOB-RH/SUAS: anotada e comentada*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Brasília: CFESS/CFP, 2007. 52 p. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cartilhafinalcfesscfpset2007.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO – BAHIA (CRP-03). *Guia de perguntas e respostas: atuação da Psicologia na Política de Assistência Social*. Salvador: CRP-03, 2021. Disponível em: <https://www.crp03.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG SSPS



PPG

PPG

PPG

ISSN: 2966-2052

JUSTIÇA RESTAURATIVA E VÍNCULOS FAMILIARES: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS DE MANAUS

RESTORATIVE JUSTICE AND FAMILY BONDS: EXPERIENCES AND CHALLENGES IN MANAUS' SOCIO-EDUCATIONAL CENTERS

Sabrina Barbosa Feitosa
Ellen de Moraes e Silva

Resumo: O presente artigo teve como propósito analisar a aplicação da Justiça Restaurativa nos centros socioeducativos de Manaus, considerando suas contribuições e desafios no fortalecimento dos vínculos familiares dos socioeducandos. O estudo buscou compreender de que maneira as práticas restaurativas foram implementadas e em que medida contribuíram para a reintegração social dos adolescentes. Justificou-se pela relevância de discutir práticas restaurativas no contexto socioeducativo, diante da necessidade de fortalecer vínculos e promover novas formas de resolução de conflitos. A pesquisa partiu da seguinte questão central: de que maneira a Justiça Restaurativa foi aplicada nos centros socioeducativos de Manaus e quais resultados apresentou na reconstrução dos vínculos familiares dos socioeducandos? O referencial teórico fundamentou-se em autores como Zehr (2008) e Galtung (2006), que discutiram a Justiça Restaurativa como paradigma ético relacional voltado à corresponsabilização, ao diálogo e à cultura de paz. A investigação adotou abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, utilizando legislações, relatórios e documentos institucionais como fontes de análise. Constatou-se que a fragilidade dos vínculos familiares, agravada por vulnerabilidades sociais e institucionais, comprometeu a ressocialização dos adolescentes. Concluiu-se que as práticas restaurativas, especialmente os círculos de diálogo, contribuíram para reconstruir laços afetivos, promover o pertencimento e fomentar a cultura de paz no contexto socioeducativo.

Palavras-chave: Serviço Social; Justiça Restaurativa; Vínculos Familiares; Socioeducação; Centros Socioeducativos.

Abstract: The present article aimed to analyze the application of Restorative Justice in socio-educational centers in Manaus, considering its contributions and challenges in strengthening the family bonds of adolescents in conflict with the law. The study sought to understand how restorative practices were implemented and to what extent they contributed to the social reintegration of these adolescents. It was justified by the relevance of discussing restorative practices within the socio-educational context, given the need to strengthen bonds and promote new forms of conflict resolution. The research was guided by the following central question: how was Restorative Justice applied in socio-educational centers in Manaus, and what results did it present in rebuilding the family bonds of the adolescents? The

theoretical framework was based on authors such as Zehr (2008) and Galtung (2006), who discussed Restorative Justice as an ethical and relational paradigm focused on co-responsibility, dialogue, and the culture of peace. The investigation adopted a qualitative approach, of bibliographic and documentary nature, using legislation, reports, and institutional documents as sources of analysis. It was found that the fragility of family bonds, worsened by social and institutional vulnerabilities, compromised the resocialization of adolescents. It was concluded that restorative practices, especially dialogue circles, contributed to rebuilding affective ties, promoting a sense of belonging, and fostering a culture of peace within the socio-educational context.

Keywords: Social Work; Restorative Justice; Family Bonds; Socio-education; Socio-educational Centers

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo teve como propósito analisar a aplicação da Justiça Restaurativa nos centros socioeducativos de Manaus, observando suas contribuições e desafios para o fortalecimento dos vínculos familiares dos adolescentes em cumprimento de medidas. O estudo buscou compreender de que forma as práticas restaurativas foram implementadas, seus efeitos sobre a reintegração social e as percepções de adolescentes, familiares e facilitadores acerca dos impactos relacionais decorrentes dessas experiências. A reflexão justificou-se pela necessidade de compreender como a Justiça Restaurativa pode ressignificar vínculos afetivos, promover pertencimento e favorecer processos de responsabilização compartilhada no contexto da socioeducação.

A discussão insere-se na perspectiva do Serviço Social, área que busca articular o conhecimento técnico-operativo à leitura crítica das expressões da questão social. Nos centros socioeducativos, o assistente social exerce papel essencial como elo entre adolescentes, famílias, instituições e comunidade, contribuindo para práticas integradas de acolhimento e reinserção. A partir dessa compreensão, a análise concentrou-se em verificar como as práticas restaurativas, ao proporem o diálogo e a corresponsabilidade, interferiram na reconstrução dos laços familiares e na ressignificação do convívio.

A pesquisa adotou referencial teórico ancorado em autores centrais da Justiça Restaurativa. Zehr (2008) e Pranis (2014) fundamentaram as práticas baseadas nos círculos restaurativos e de conflito, nos quais a escuta, a empatia e o reconhecimento do dano constituem pilares de transformação relacional. O aporte metodológico foi sustentado por Gil (2008), que definiu a pesquisa como um procedimento racional e sistemático voltado à resolução de problemas e à construção de conhecimento crítico. A escolha desses referenciais

justificou-se pela necessidade de compreender a Justiça Restaurativa não apenas como instrumento jurídico, mas como paradigma ético, social e comunitário.

A abordagem qualitativa foi empregada por possibilitar o exame de significados, percepções e experiências subjetivas de adolescentes e familiares em situação de vulnerabilidade. Essa escolha metodológica, característica das investigações em Serviço Social, permitiu compreender os processos sociais e os sentidos atribuídos às práticas restaurativas nos espaços institucionais. A pesquisa teve caráter documental e bibliográfico, com base em legislações, relatórios e documentos produzidos por órgãos responsáveis pela execução das medidas socioeducativas no estado do Amazonas. Entre as fontes consultadas, destacaram-se a Lei nº 12.594/2012 (SINASE), a Lei nº 12.435/2011 (SUAS), a Constituição Federal de 1988, portarias institucionais, relatórios técnicos e planos de atendimento elaborados pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) e pelos Centros Socioeducativos. Também foram analisados materiais internos do Núcleo de Justiça Restaurativa do TJAM, essenciais para compreender a estrutura institucional e o funcionamento das práticas aplicadas no contexto local.

A utilização de documentos e registros oficiais foi fundamental para aproximar teoria e prática, articulando o conhecimento acadêmico à realidade concreta das instituições. A análise documental, segundo Gil (2008), permite o exame de fontes primárias e secundárias, muitas vezes pouco exploradas, mas capazes de oferecer informações relevantes para a compreensão dos fenômenos sociais. Embora semelhante à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental diferencia-se por utilizar materiais que ainda não receberam tratamento analítico sistematizado, o que possibilita novas interpretações a partir do objeto de estudo. Essa estratégia metodológica revelou-se adequada à temática investigada, pois permitiu identificar como as diretrizes legais e institucionais da Justiça Restaurativa têm sido efetivamente incorporadas nas práticas cotidianas dos centros socioeducativos.

Durante o planejamento da pesquisa, foi realizada a delimitação do objeto, a definição da questão central, o estabelecimento dos objetivos e a seleção da abordagem metodológica. A pesquisa foi organizada de forma sistemática, garantindo coerência entre objetivos, métodos e instrumentos. Foram definidas as fontes de dados e elaborado um cronograma que contemplou o levantamento bibliográfico, a coleta documental, a análise e a redação dos resultados. A organização prévia das etapas assegurou a viabilidade do estudo e a consistência das análises, conforme preconizado por Lakatos e Marconi (2003), para quem o planejamento é o eixo de sustentação de qualquer investigação científica.

A coleta de dados concentrou-se na análise de relatórios institucionais e legislações relacionadas às práticas restaurativas. Para tanto, os pesquisadores obtiveram autorização formal do Tribunal de Justiça do Amazonas e dos centros socioeducativos, respeitando os princípios éticos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos e instituições. Essa etapa foi conduzida de forma sistemática, com categorização das informações, registro das evidências e organização dos dados em quadros analíticos.

A análise dos dados constituiu o núcleo central do estudo, permitindo interpretar as informações e relacioná-las aos objetivos traçados. A partir de Lakatos e Marconi (2003), compreendeu-se que a relevância dos dados não reside em si, mas em sua capacidade de oferecer respostas às questões formuladas. Dessa forma, a análise identificou relações entre as variáveis que influenciaram a efetividade da Justiça Restaurativa, tais como a distância geográfica entre adolescentes e famílias, a carência de políticas públicas de apoio, a vulnerabilidade social e a sobrecarga institucional.

2 DESENVOLVIMENTO

A atuação do assistente social nas unidades socioeducativas se insere em um contexto complexo e contraditório, em que o profissional precisa conciliar as exigências institucionais com os princípios éticos e políticos da profissão. Segundo Pinheiro (2021), cada unidade de internação possui seu próprio plano de ação, alinhado às normativas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o que possibilita diversas formas de intervenção do Serviço Social. O trabalho do assistente social deve, portanto, estar pautado na defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa de qualquer prática autoritária, assegurando que os adolescentes não sejam privados de seus direitos.

A autora ressalta ainda que o assistente social, embora possua certa autonomia para atender os interesses e direitos dos usuários, atua sob as determinações do Estado, o que gera uma relação de forças que evidencia as contradições entre o projeto ético-político da profissão e as demandas institucionais. Esse cenário, marcado por prazos judiciais e tarefas burocráticas, tende a sobrecarregar o profissional, distanciando-o do contato direto com os adolescentes e suas famílias. Como destaca Pinheiro (2021), esse processo reforça a precarização do trabalho e dificulta a efetivação de uma prática voltada à transformação social e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A Justiça Restaurativa, embora reconhecida como uma inovação no campo jurídico contemporâneo, tem origens que remontam às práticas ancestrais de resolução de conflitos. De acordo com Braithwaite (2002), ela se desenvolveu a partir de tradições de justiça das antigas civilizações árabes, gregas e romanas, bem como de filosofias espirituais orientais, como o budismo e o taoísmo, que compreendiam o delito como uma ruptura nas relações humanas e comunitárias. Zehr (2015) reforça essa compreensão ao afirmar que, em diversas culturas tradicionais, o crime é entendido como um comportamento socialmente nocivo que viola pessoas e vínculos, exigindo reparação e responsabilização. Assim, mais do que punir o infrator, o foco dessas práticas era restaurar o equilíbrio rompido nas relações sociais.

Com o surgimento dos Estados modernos e a centralização do poder político, especialmente após o domínio normando na Europa, o modelo restaurativo foi progressivamente substituído pela justiça retributiva, centrada na punição e na figura do Estado como detentor do monopólio da justiça (BRAITHWAITE, 2002). No entanto, esse paradigma começou a ser questionado no século XX, culminando no ressurgimento da Justiça Restaurativa a partir de um programa experimental de reconciliação vítima-ofensor realizado em Ontário, no Canadá, em 1974 — considerado o marco contemporâneo desse movimento. A partir dessa experiência, a prática se expandiu para países como Nova Zelândia, Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, consolidando-se como uma alternativa humanizadora aos sistemas punitivos tradicionais.

No Brasil, os primeiros registros da Justiça Restaurativa estão associados à sua implementação em Porto Alegre (RS). Segundo Aginsky e Brancher (2006), o projeto piloto “Justiça para o Século 21”, iniciado em 2005, teve como objetivo adaptar e institucionalizar práticas restaurativas na 3ª Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre. Esse projeto se inspirou nos escritos de Pedro Scuro Neto e foi fortalecido pela atuação de magistrados e instituições como a AJURIS e a Associação Palas Athena, que promoveram debates e formações em torno do tema. Entre 2004 e 2006, diversas iniciativas e eventos consolidaram a Justiça Restaurativa como um campo emergente no país, com destaque para o “1º Simpósio Brasileiro de Justiça Restaurativa” (Araçatuba, 2005), a Conferência Internacional de Brasília (2005) e o “2º Simpósio Brasileiro de Justiça Restaurativa” (Recife, 2006).

Essas experiências contribuíram para a difusão da Justiça Restaurativa em outras regiões do Brasil, especialmente a partir do projeto “Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro”, desenvolvido em parceria entre o Ministério da Justiça, o PNUD e instituições do Poder Judiciário. Tal projeto implementou experiências-piloto em

Brasília, São Caetano do Sul e Porto Alegre, voltadas tanto à justiça criminal quanto à socioeducação (FLORES & BRANCHER, 2016). O movimento se expandiu nas décadas seguintes, com o envolvimento de organizações como a Terre des Hommes Lausanne e a Palas Athena, e culminou, em 2016, na institucionalização da Política Nacional de Justiça Restaurativa no Poder Judiciário, por meio da Resolução nº 225 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A partir dessa resolução, os Tribunais de Justiça estaduais foram orientados a criar núcleos e centrais voltadas à implementação das práticas restaurativas. No Amazonas, a experiência teve início em 2011, no município de Manacapuru, e foi fortalecida com a publicação da Resolução nº 17/2021 do TJAM, que instituiu o Plano de Implantação, Difusão e Expansão da Justiça Restaurativa no âmbito do Tribunal. Como parte desse processo, foi criado o projeto-piloto na Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, onde a Central de Justiça Restaurativa passou a desenvolver ações voltadas ao acolhimento, responsabilização e reintegração dos adolescentes em conflito com a lei, em conformidade com os princípios do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Atualmente, o Tribunal de Justiça do Amazonas consolida-se como uma das referências na aplicação da Justiça Restaurativa na região Norte, articulando práticas que buscam a reparação dos danos, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a promoção de uma cultura de paz, conforme apontado no Relatório de Gestão da Central de Justiça Restaurativa (2023–2024). Assim, observa-se que a trajetória da Justiça Restaurativa no Amazonas reflete um movimento mais amplo de ressignificação da justiça no Brasil — um processo que parte de fundamentos históricos e éticos universais para se concretizar, hoje, como política pública efetiva de pacificação social.

Howard Zehr é reconhecido mundialmente como um dos fundadores do movimento de justiça restaurativa. Prolífico escritor, editor, palestrante, educador e fotojornalista, Zehr ministra palestras internacionalmente e, como fundador do primeiro programa de reconciliação vítima-ofensor dos Estados Unidos, foi um dos pioneiros na defesa da ideia de tornar as necessidades das vítimas o elemento central na prática da justiça restaurativa. Segundo ele, “a justiça restaurativa busca reparar o dano causado pelo crime, envolvendo todas as partes afetadas – vítima, ofensor e comunidade – no processo de resolução.” (Zehr, 2015, p. 23).

Estamos cercados de pessoas que reagem à violência com violência; a falta de diálogo prejudica relações e vínculos, sejam eles familiares ou sociais. O socioeducando não é

diferente: os impactos relacionados ao seu ato infracional geram distanciamento emocional e afetivo. Nos centros socioeducativos de Manaus, é possível identificar essa realidade, onde o ato infracional frequentemente reflete vivências marcadas por agressões físicas, verbais e situações de negligência no ambiente familiar. Além disso, em contextos de vulnerabilidade social, a necessidade acaba se sobrepondo aos valores éticos e morais.

Um caso observado durante o estágio que chamou atenção foi o de um socioeducando, cujo nome não pode ser revelado por força da lei, que cometeu um ato infracional análogo ao crime de roubo (conforme previsto no artigo 157 do Código Penal Brasileiro), motivado pelo desejo de obter um par de tênis. Contudo, foram realizados dois círculos familiares, nos quais foi possível compreender a natureza das ações cometidas. A mãe, uma mulher simples, e o pai, um trabalhador que não concordava com a atitude do filho, puderam, por meio da Justiça Restaurativa, se reconectar afetivamente. Como destaca Zehr: “A restauração das relações sociais rompidas pelo delito é o cerne da justiça restaurativa, que privilegia o diálogo e a construção conjunta de soluções.” (Zehr, 2015, p. 67).

Essa prática, portanto, não exclui a responsabilização pelo ato infracional; pelo contrário, as atividades realizadas pelo Núcleo de Justiça Restaurativa incluem esse aspecto de forma central. O adolescente é levado à reflexão crítica, compreende a gravidade de suas ações e as consequências delas. Como afirma Zehr (2015, p. 45), “responsabilizar não significa apenas punir, mas assumir a responsabilidade pelas consequências dos próprios atos e buscar reparar os danos causados.”

De acordo com a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários é princípio fundamental no processo socioeducativo (Título II, Capítulo I, inciso IX). O Plano Individual de Atendimento (PIA), previsto no artigo 53, deve ser elaborado pela equipe técnica com a participação efetiva do adolescente e de sua família, incluindo atividades de integração e apoio à família (inciso IV) e formas de participação familiar para o cumprimento do plano (inciso V).

Kay Pranis é uma organizadora de círculos de construção de paz e justiça restaurativa, cujo propósito é criar espaços para que as pessoas possam estabelecer ligações mais próximas e amorosas umas com as outras. Os círculos reflexivos são entendidos como espaços para a expressão da verdade pessoal (Trindade; Rocha, s.d.).

O círculo restaurativo é a principal forma de aplicar a prática da Justiça Restaurativa. Para sua realização, são necessários dois facilitadores e alguns materiais, que variam de

acordo com o tema abordado. O círculo é conduzido em sete etapas: cerimônia de abertura, quando os participantes são recebidos de forma acolhedora; check-in, normalmente composto por uma dinâmica para identificar as emoções predominantes naquele momento; diretrizes, momento em que são acordadas as “regras” que devem ser respeitadas, como respeito, sigilo e uso do objeto da palavra; valores, que correspondem aos princípios que devem ser resgatados ou promovidos em relação ao tema escolhido; contação de histórias, quando o facilitador propõe uma pergunta sobre o tema e cada integrante compartilhar seu relato pessoal; check-out, semelhante ao check-in, mas focado nas emoções e sentimentos após a experiência do círculo; e, por fim, a cerimônia de encerramento.

O formato circular também representa a conexão entre os presentes e o fluxo contínuo do pensar e repensar, deixando evidente a horizontalidade pela equivalência de posições dos praticantes e gerando uma sensação de segurança, pois todos ficam cientes de tudo o que está ocorrendo no espaço. Essa visão ampla favorece a atenção em relação às expressões e emoções de todos e, conseqüentemente, o cuidado mútuo.” (Andrade; Silva, 2020, p. 7).

Além disso, a peça de centro é um elemento simbólico essencial. O facilitador pode fazer referência às heranças comunitárias do círculo e explicar os motivos da escolha dos objetos dispostos no centro. Essa peça pode ser uma toalha, manta ou tecido, sobre a qual são colocados elementos construídos pelos participantes e objetos trazidos pelos facilitadores.

Os Círculos se valem de uma estrutura para criar possibilidades de liberdade: liberdade para expressar a verdade pessoal, para deixar de lado as máscaras e defesas. para estar presente como um ser humano inteiro, para revelar nossas aspirações mais profundas, para conseguir reconhecer erros e temores e para agir segundo nossos valores mais fundamentais. (Pranis; Kay, 2005, p. 25).

Através da análise de processos no sistema PROJUDI, é possível mapear as condições de rompimento familiar dos socioeducandos. A partir disso, realiza-se uma avaliação para aplicação de práticas restaurativas individualizadas, considerando as especificidades de cada caso. O Núcleo de Justiça Restaurativa é responsável pela elaboração dos materiais utilizados nos círculos, conforme o tema a ser trabalhado. Por exemplo, se um adolescente apresenta comportamento violento, o tema do círculo será relacionado à violência.

A experiência da Justiça Restaurativa no estado do Amazonas teve início em 2011, no município de Manacapuru, representando um marco pioneiro na aplicação de práticas restaurativas na região Norte. Entretanto, sua consolidação institucional ocorreu apenas em 2021, com a aprovação da Resolução TJAM nº 17/2021, que estruturou a Política de Justiça

Restaurativa no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. A partir dessa resolução, foi possível organizar um fluxo de atendimentos mais eficiente, com a criação da Central de Justiça Restaurativa, dotada de equipe técnica exclusiva e dedicada ao desenvolvimento das atividades restaurativas (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, 2024).

O projeto-piloto da Justiça Restaurativa foi implantado na Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, espaço considerado estratégico por concentrar adolescentes em cumprimento de medidas determinadas judicialmente. Nesse contexto, as práticas restaurativas têm como foco principal a responsabilização dos adolescentes, a reparação dos danos causados e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, alinhando-se aos princípios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A Central de Justiça Restaurativa acompanha os adolescentes desde as audiências até o término da medida, promovendo planos individuais de acompanhamento restaurativo e integrando diferentes setores da rede de proteção, como família, escola e comunidade (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, 2024).

Com essa estrutura, o TJAM vem fortalecendo a Justiça Restaurativa como uma alternativa resolutiva diante da sobrecarga do sistema judicial e do sentimento de insatisfação das partes envolvidas. Ao privilegiar o diálogo e a corresponsabilidade, a prática restaurativa tem contribuído para a reconstrução de laços sociais e a promoção de uma cultura de paz, especialmente no atendimento a adolescentes em conflito com a lei, que passam a ser vistos como sujeitos de direitos e não apenas como autores de atos infracionais (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, 2024).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelaram que a fragilidade dos vínculos familiares constitui um dos principais obstáculos à ressocialização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A distância física entre as famílias e as unidades de internação, a ausência de políticas públicas de suporte social e a discriminação enfrentada pelos adolescentes e seus parentes foram fatores que agravaram o isolamento e comprometeram a participação nos processos restaurativos. Constatou-se que, apesar de a Justiça Restaurativa propiciar espaços de diálogo e reconstrução de vínculos, sua efetividade ainda é limitada pela falta de recursos

humanos, pela ausência de políticas intersetoriais e pela dificuldade de engajamento contínuo das famílias.

Ao analisar o contexto amazônico, percebeu-se que as dimensões territoriais e socioeconômicas impõem desafios específicos. Muitas famílias residem em regiões de difícil acesso e possuem condições materiais precárias, o que restringe sua presença nos círculos restaurativos e nas audiências socioeducativas. Além disso, o estigma associado ao ato infracional contribui para o afastamento social e emocional, dificultando o processo de reintegração comunitária.

A questão central que orientou o estudo foi: de que forma a Justiça Restaurativa contribuiu para o fortalecimento dos vínculos familiares de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em Manaus, e quais desafios enfrentou em sua aplicação? A análise dessa questão buscou subsidiar o aprimoramento das políticas públicas e das práticas restaurativas, propondo alternativas que ampliem o alcance e a efetividade das ações socioeducativas no estado.

Concluiu-se que, embora a Justiça Restaurativa represente um avanço significativo no paradigma de responsabilização e reparação, sua consolidação depende de uma rede de proteção social articulada, de formação continuada dos profissionais e da sensibilização das famílias e comunidades envolvidas. As práticas restaurativas demonstraram potencial para transformar as relações, promover o diálogo e ressignificar o convívio, mas ainda carecem de maior institucionalização e de suporte intersetorial.

Ao integrar perspectivas jurídicas, sociais e humanas, o artigo buscou contribuir para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à ressocialização e ao fortalecimento familiar, reafirmando o compromisso do Serviço Social com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma justiça mais restaurativa, participativa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Antônio Marcelo Rogoski; SILVA, Mário Edson Passerino Fischer da. Apostila para facilitadores de processos circulares do NUIA-MPPR. Coord. Sâmia Saad Gallotti Bonavides; Revisão: Caroline Beatriz Machado Gaertner; Cecília Eliane Gagettti Duarte. Curitiba: NUIA – Ministério Público do Estado do Paraná, 2020.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Dispõe sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 jan. 2012.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Departamento de Atendimento Socioeducativo. Portaria nº 004/2019 – DEASE/SEJUF. Curitiba: SEJUF, 2019.

PINHEIRO, Jamilla Marques de Brito. A atuação do(a) Assistente Social junto a medida socioeducativa de internação à luz do projeto ético-político do Serviço Social. 2021.

SIMÃO, Bárbara Nobrega. Justiça Restaurativa no Brasil: análise histórico-crítica da sua.

SILVA, Priscilla Swaze Anchieta; RABELO, Melissa Silva Moreira; SENA, Patrícia Rakel de Castro. A socioeducação na perspectiva da comunicação pública e comunitária aplicada ao Instagram. Revista de Políticas Públicas, Belém, v. 26, n. 1, p. 83–97, 18 ago. 2022.

TRINDADE, Ana Felicia Guedes; ROCHA, Ana Paula. Processos Circulares: Rodas de Conversações, Círculos Reflexivos, Danças Circulares Sagradas e Cirandas como vivências necessárias e inesquecíveis em processos educativos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS (TJAM). Relatório de Gestão da Central de Justiça Restaurativa: 2023–2024. Manaus: TJAM, 2024.

ZEHR, Howard. Justiça restaurativa: insights e histórias da minha jornada. São Paulo: Palas Athena, 2015.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

MOVIMENTOS SOCIAIS EM PARINTINS: TERRITÓRIOS DE LUTA POR DIREITOS SOCIAIS E SOCIOAMBIENTAIS

SOCIAL MOVEMENTS IN PARINTINS: TERRITORIES OF FIGHT FOR SOCIAL AND SOCIO-ENVIRONMENTAL RIGHTS

Marklize dos Santos Siqueira¹

Thaiane Amazonas de Souza²

Karine de Andrade Soares³

Resumo: Esta pesquisa buscou compreender a diversidade de formas de organização e as demandas por direitos sociais e socioambientais dos movimentos sociais (MS) em Parintins/AM. Diante do avanço das políticas neoliberais e da intensificação dos conflitos na Amazônia, especialmente entre povos ribeirinhos, quilombolas e indígenas, os movimentos sociais ganham autonomia e relevância na defesa de direitos. Os objetivos específicos incluíram mapear esses movimentos e seus territórios de atuação, identificar a diversidade organizacional e as demandas por direitos sociais e socioambientais. A metodologia foi bibliográfica e documental, com abordagem quali-quantitativa, utilizando Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) do Serviço Social da UFAM e pesquisa em redes sociais (Instagram e Facebook). Parintins, a segunda maior cidade do Amazonas, com 115.363 habitantes (IBGE, 2022), apresenta forte presença de comunidades tradicionais. Foram identificados 26 movimentos sociais, sendo 18 com presença online e 8 em TCCs. Destacam-se os movimentos de gênero (37%), étnico-raciais (17%) e de moradia (17%), como o Afro Parintintin, o Rally Ambiental Parintins e a Organização de Mulheres Sateré-Mawé – Watyamã. Observou-se, contudo, que muitos movimentos socioambientais de comunidades tradicionais carecem de presença digital e que há escassez de pesquisas acadêmicas sobre o tema no Serviço Social. Conclui-se que os movimentos sociais em Parintins são sujeitos coletivos essenciais na defesa dos direitos e na resistência às desigualdades sociais, cabendo ao Serviço Social apoiar e fortalecer suas lutas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Questão Social e Socioambiental; Território.

Abstract: This research sought to understand the diversity of organizational forms and the demands for social and socio-environmental rights of social movements (SMs) in

¹ Assistente Social e Mestra em Sociologia, docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – Campus Parintins, vice líder do Grupo de Pesquisa Interação. E-mail: Marklize.siqueira@ufam.edu.br

² Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – Campus Parintins, Pesquisadora e Extensionista do Grupo Interação. E-mail: thayaneamazonas@gmail.com

³ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – Campus Parintins, Pesquisadora e Extensionista do Grupo Interação. E-mail: karinedeandrade@gmail.com

Parintins/AM. Given the advancement of neoliberal policies and the intensification of conflicts in the Amazon, especially among riverside, quilombola, and indigenous peoples, social movements gain autonomy and relevance in the defense of rights. Specific objectives included mapping these movements and their territories of operation, identifying the organizational diversity and the demands for social and socio-environmental rights. The methodology was bibliographic and documentary, with a qualitative-quantitative approach, using undergraduate theses from the Social Work program at UFAM and research on social networks (Instagram and Facebook). Parintins, the second largest city in Amazonas, with 115,363 inhabitants (IBGE, 2022), has a strong presence of traditional communities. Twenty-six social movements were identified, 18 with an online presence and 8 in undergraduate theses. Gender movements (37%), ethnic-racial movements (17%), and housing movements (17%) stand out, such as Afro Parintintin, the Parintins Environmental Rally, and the Sateré-Mawé Women's Organization – Watyamã. However, it was observed that many socio-environmental movements of traditional communities lack a digital presence and that there is a scarcity of academic research on the topic in Social Work. It is concluded that social movements in Parintins are essential collective subjects in the defense of rights and in resistance to social inequalities, and it is incumbent upon Social Work to support and strengthen their struggles.

Keywords: Social Movements; Social and Socio-environmental Issues; Territory.

1 INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo é profundamente marcado pela intensificação das relações capitalistas e pela hegemonia das políticas neoliberais, as quais operam na desqualificação das lutas sociais e na fragilização dos direitos da classe trabalhadora. O neoliberalismo busca instrumentalizar a linguagem, transformando, por exemplo, "ocupação" em "invasão" e "manifestação" em "bateria" ou "caos", minando a legitimidade das reivindicações sociais (Montaño; Duriguetto, 2011). Com o surgimento da acumulação flexível e das políticas neoliberais, os trabalhadores frequentemente se veem sujeitos a formas de emprego precárias, com seus direitos sociais fragilizados. No bojo deste processo, a reestruturação geral do capital – em face da crise do avanço técnico-científico e das lutas de classes pós-1970 – desdobra-se em ofensivas contra o trabalho, a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado. Neste mundo contemporâneo, a consequência do modo de desenvolvimento capitalista impacta os mais diversos territórios, intensificando a desigualdade e, em contrapartida, as formas de luta e resistência da classe trabalhadora, seja pelas tradicionais lutas sindicais ou pelos "novos" movimentos sociais.

Neste panorama, os movimentos sociais (MS) emergem como sujeitos coletivos fundamentais na resistência e na luta pela garantia de direitos frente às expressões da questão

social. De acordo com Souza (2011), historicamente, estes movimentos têm buscado a conquista e ampliação de direitos, bens e serviços sociais, e combatido injustiças e discriminações. Gohn (2011) destaca que os MS constroem propostas, atuam em redes para resistir à exclusão e são caracterizados por uma identidade, um opositor e um projeto de vida e sociedade. Andreia Galvão (2011) os descreve como modos de contestação contra as diferentes formas de exploração e dominação que emergem no capitalismo contemporâneo. A diversificação dessas lutas se expandiu para além das questões trabalhistas, incluindo opressões às mulheres, racismo, povos indígenas, orientação sexual e crises socioambientais. Os chamados "novos movimentos sociais" (NMS) surgem como complemento ou alternativa aos movimentos de classes tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (Montaño; Duriguetto, 2010).

O Serviço Social, embora historicamente inscrito nos processos de hegemonia do capital e requisitado para a estratégia de reprodução das relações sociais de produção (Iamamoto; Carvalho, 2008, apud Netto, 2009), pode fortalecer os interesses do trabalho por meio de sua intervenção, buscando uma legitimidade social voltada à classe trabalhadora. A "questão social", expressão da formação e desenvolvimento da classe operária, exige reconhecimento e intervenção que vá além da caridade e repressão (Iamamoto, 2014; Carvalho E Iamamoto, 1983). O Movimento de Reconceituação (décadas de 1960 e 1970) buscou romper com o assistencialismo, aproximando-se do marxismo e resultando em um compromisso explícito com a transformação social e a defesa dos direitos humanos. O Serviço Social desenvolveu um olhar diferenciado para a classe trabalhadora e os movimentos sociais, consolidando um perfil profissional orientado ao apoio aos sujeitos em situação de desigualdade (Souza, 2021). A produção de conhecimento no Serviço Social, impulsionada pela ABEPSS e seu GTP Movimentos Sociais, concentra-se na relação entre políticas públicas e lutas sociais, valorizando a pesquisa como meio de intervenção (Mendes; Almeida, 2014).

No contexto amazônico, Almeida (2011) nota que os movimentos sociais têm se consolidado fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico, com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais sendo grandes expressões de luta. O território amazônico é palco de conflitos envolvendo aparelhos de poder que implantam programas econômicos sem dialogar com as populações locais, intensificando tensões entre Estado, Sociedade e Mercado. Projetos como barragens e exploração de minérios têm gerado conflitos com ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas, ameaçados pela perda de direitos às florestas e recursos hídricos, vivendo

um prenúncio de crise ecológica imposta pelo avanço do modo de produção capitalista. Em resposta, intensifica-se a multiplicidade das formas de organização desses povos, marcada por uma autonomia crescente.

Parintins, com 115.363 habitantes, é um polo regional que articula tradição e modernidade, mas sua expansão urbana é permeada por contradições e desafios como infraestrutura e saneamento básico. Isto posto, esta pesquisa objetivou conhecer a diversidade de formas de organização e as demandas por direitos sociais e socioambientais dos movimentos sociais no município de Parintins/AM. Para tanto, buscou-se responder às seguintes questões: quais MS possuem atuação em Parintins e quais os territórios de intervenção social? Quais suas formas de organização e as demandas por direitos sociais e socioambientais que estão no foco de suas reivindicações?

Esta investigação está vinculada ao Projeto Universal do CNPq "Sujeitos e Territórios Tradicionais na Amazônia", desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Interação), cujo objetivo é analisar os sujeitos sociais na busca por acesso a bens e serviços sociais e na defesa de seus modos de vida frente à expansão do capital e às políticas neoliberais. A importância do estudo reside em fomentar reflexões sobre a cidadania dos povos pela permanência em seus territórios com direitos assegurados.

2.1 Mapeamento dos Movimentos Sociais e os Territórios de Atuação no município de Parintins

Parintins, a 369 km de Manaus, teve sua história marcada pela presença de diversos povos indígenas, como os Tupinambaranas e os Parintintins, que eventualmente nomearam a ilha. Após a fundação em 1796 e diversas nomeações, a cidade consolidou-se como centro urbano regional em 1880. Com 115.363 habitantes (IBGE, 2022), sua economia é impulsionada pelo comércio, agricultura familiar, pesca, pecuária e, notavelmente, pelo turismo cultural, destacando-se o Festival Folclórico.

Do ponto de vista urbano, Parintins articula tradição e modernidade, porém, enfrenta desafios típicos de cidades amazônicas em crescimento, como questões de infraestrutura, saneamento básico e mobilidade. A constituição e evolução da cidade é, conforme Nilciana Souza (2013), marcada por contradições, avanços e recuos, que refletem a dinâmica de desenvolvimento social e os processos de produção e reprodução do capitalismo. Embora

existam esforços municipais e estaduais para ampliar o acesso a políticas públicas de saúde e educação, buscando melhorar a qualidade de vida da população, a expansão urbana acelerada e muitas vezes desordenada tem gerado problemas como déficit habitacional, ocupação irregular de áreas de risco, saneamento básico insuficiente e dificuldades no transporte público. A pressão sobre os recursos naturais também se intensifica, impactando áreas verdes e cursos d'água.

A colonização efetiva teve início em 1749 com José Gonçalves da Fonseca, e a fundação em 1796 por José Pedro Cordovil, que se dedicava à pesca do pirarucu e à agricultura, resultando na denominação original de Tupinambarana. Ao longo dos anos, a localidade passou por diversas nomeações, como Vila Nova da Rainha em 1803, Freguesia Tupinambarana em 1833, e Vila Bela da Imperatriz em 1848, antes de ser confirmada como município em 1852 e, finalmente, receber o nome de Parintins em 1858, em homenagem aos povos Parintintins, consolidando-se como centro urbano regional em 1880.

Neste contexto, os movimentos sociais emergem como atores cruciais na arena pública, exercendo grande importância na reivindicação de direitos sociais, ambientais e culturais. O levantamento realizado durante a pesquisa identificou 26 movimentos sociais atuantes no município: 18 com presença em redes sociais e 8 referenciados em TCC's do Curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM. É notável que alguns movimentos extrapolam o território municipal, como o Rally Ambiental Parintins, que atua em Juruti e Santarém, e a Organização de Mulheres da Tribo Saterê-Mawé – Watyamã, que se estende por Barreirinha, Parintins, Maués e Manaus, além do Movimento Amazônia de Pé, de caráter nacional. Gohn (2011) reforça que esses movimentos são processos contínuos de participação política.

A presença digital, no entanto, é irregular. Embora 18 movimentos tenham perfis ativos (Facebook e Instagram), existem organizações atuantes que não possuem redes sociais ou presença digital. Essa ausência pode dificultar a visibilidade e o reconhecimento de suas lutas. Castells (2013) afirma que os movimentos sociais na era da informação dependem da comunicação em rede para sobreviver e se expandir, pois as redes sociais funcionam como espaço de mobilização. Após o mapeamento dos TCC's, observou-se uma quantidade reduzida de estudos sobre MS em Parintins, indicando uma lacuna na pesquisa acadêmica local. Essa escassez pode impactar a prática do Serviço Social na região, dificultando a atuação profissional e a efetividade das políticas públicas, sendo que o assistente social deve atuar como mediador e articulador das lutas sociais (Iamamoto, 2017).

A análise do mapeamento revela uma paisagem multifacetada de ativismo, incluindo movimentos de habitação, indígenas, de mulheres, afro-brasileiros, ambientais e LGBTQIAPN+. Esses movimentos buscam reafirmar identidades e garantir a permanência em seus territórios frente às pressões da expansão capitalista e políticas neoliberais. A sub-representação na pesquisa acadêmica e a lacuna de registro digital para algumas organizações tradicionais sublinham a necessidade de futuras investigações para subsidiar a prática do Serviço Social.

2.2 Diversidade de formas de organização dos movimentos sociais e as principais demandas por direitos sociais frente às expressões da Questão Social

Os Movimentos Sociais se estabelecem a partir de lutas reivindicatórias coletivas, emergindo da luta de classes para enfrentar os problemas sociais advindos da questão social e suas múltiplas expressões (Galvão, 2011). Gohn (2011) ressalta que eles atuam em redes para resistir à exclusão e lutar pela inclusão social. Tais lutas são respostas às contradições sociais e se direcionam a expressões da questão social como falta de moradia, racismo, desigualdade de gênero e exclusão de povos tradicionais. Historicamente, as lutas por direitos trabalhistas se expandiram para contemplar questões étnico-raciais, gênero, socioambientais, moradia e territórios. Os "Novos Movimentos Sociais" (NMS) trouxeram à tona questões relativas à opressão às mulheres, ao racismo e à orientação sexual (Montaño; Duriguetto, 2010). O movimento sindicalista, por sua vez, foca na defesa econômica dos trabalhadores.

Conforme o Gráfico a seguir, a distribuição dos Movimentos Sociais mapeados em Parintins apresenta: Movimentos de Gênero (37%), Movimentos Étnicos Raciais (17%), Movimentos de Luta por Moradia (17%), Movimentos Socioambientais e Movimentos de Trabalhadores (somados, 8% e 4%, respectivamente).

Figura 1- Mapeamento das Redes Sociais e TCC's



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A prevalência de organizações ligadas à questão de gênero (37%) reflete um processo histórico global onde os movimentos de mulheres e por direitos feministas ganharam força, demonstrando em Parintins uma urgência em discutir a realidade feminina, que pertence às minorias sociais e sofre variadas formas de violência. Nos TCCs, foi analisado que as mulheres são as mais excluídas do setor produtivo ou recebem salários inferiores devido ao sistema hétero-patriarcal. As lutas LGBTQIAPN+ se inserem neste contexto, buscando reconhecimento de direitos e combate à discriminação, ganhando visibilidade, inclusive por meio do Festival Folclórico de Parintins e da inauguração do Centro Social Josué Rojas, voltado ao público gay do município.

A partir do levantamento encontrou-se o Movimento Afro Parintintin que luta contra a intolerância religiosa; o Coletivo de Mulheres Artistas de Parintins promove ações de cultura, empreendedorismo e independência feminina; a AGLTPIN luta pelos direitos da população LGBTQIAPN+; o Movimento Amazônia de Pé atua pela proteção das florestas e dos povos; a Associação dos Moradores do Residencial Parintins (AMRP) luta pelo direito à moradia; e a ASCALPIN atua em favor dos catadores de materiais recicláveis.

No tocante aos movimentos relacionados às questões étnico-raciais (17%), Parintins é historicamente formada por populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas. O Movimento Negro, um movimento de resistência, desafia o mito da democracia racial e reivindica o povo negro como "sujeito histórico" (Gonzalez, 1988), lutando contra o racismo estrutural. O movimento indígena atua na articulação política, ressignificando a identidade étnica como

instrumento de luta por direitos coletivos. Os Saterê-Mawé são exemplo de protagonismo na defesa da floresta e da cultura.

O Movimento de Habitação (17%) surge como resposta ao déficit habitacional, ligado à questão social. A moradia é um direito fundamental, mas não garantido a todos. Conforme Rolnik (2009), esses movimentos reivindicam não apenas um teto, mas o direito à cidade, denunciando a exclusão urbana. O Movimento de Mulheres (37%) luta contra as desigualdades de gênero e as opressões do patriarcado. Saffioti (2004) coloca o movimento de mulheres como força motriz para a transformação social, questionando a naturalização das desigualdades. É um ator político fundamental na luta pela ampliação da cidadania.

O Movimento Ambiental busca a sustentabilidade e denuncia os impactos sociais da degradação. Alinha-se à crise socioambiental mencionada pelos NMS. Já o Movimento LGBTQIAPN+ é um dos mais expressivos contemporâneos, lutando por reconhecimento de direitos civis e contra a discriminação, obtendo avanços como o direito ao casamento civil. O Movimento de Trabalhadores, embora menos prevalente no mapeamento digital, é historicamente crucial, com raízes no processo de industrialização. Antunes (2009) define o movimento como expressão da contradição entre capital e trabalho. Atualmente, enfrenta novos desafios diante da precarização e flexibilização das leis trabalhistas.

2.3 Diversidade de formas de organização dos movimentos sociais vinculados a demandas de direitos socioambientais de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas

O mapeamento identificou uma dificuldade particular na apreensão das formas de organização de movimentos com demandas socioambientais de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. Apenas três TCCs foram encontrados sobre o tema, e somente a Organização de Mulheres da Tribo Saterê-Mawé – Watyamã foi identificada com atuação online referente a demandas indígenas. Apesar da dificuldade em mapear sua presença digital, pesquisadores da região concordam que os movimentos de organização por demandas socioambientais desses povos atuam ativamente em Parintins.

A limitada presença digital desses movimentos é um fator crucial a ser considerado. Em um cenário contemporâneo, onde as redes sociais servem como um espaço vital de mobilização e disseminação de informações, movimentos sociais dependem da comunicação em rede para sobreviver e se expandir, conforme apontado por Castells (2013). A ausência ou inatividade em plataformas digitais, como observado em Parintins, não apenas dificulta o

reconhecimento e a compreensão da extensão de suas lutas, mas também pode restringir sua capacidade de articulação com outras frentes de resistência, de acessar recursos e de sensibilizar a opinião pública para suas causas socioambientais. Essa invisibilidade digital contrasta com a relevância de suas ações em defesa de modos de vida e territórios tradicionais, conforme atestado pelos pesquisadores da região.

A Amazônia é um território de complexos conflitos socioambientais, resultado da imposição de programas econômicos que ignoram as populações locais. A presença de exploração de minérios e outros projetos ameaça os direitos de ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas, gerando uma crise ecológica. A multiplicidade de formas de organização desses povos, marcada por uma crescente autonomia frente ao Estado, é uma resposta direta a esta crise imposta pelo avanço do capitalismo. Suas demandas, embora invisibilizadas digitalmente, são essenciais para a defesa da vida e da biodiversidade amazônica.

Nesse contexto, a produção acadêmica, especialmente a do Serviço Social, assume um papel de extrema importância para dar visibilidade a essas lutas e fortalecer o debate crítico. A escassez de pesquisas sobre os movimentos sociais em Parintins cria uma lacuna no conhecimento que afeta diretamente a prática do Serviço Social na região, dificultando a atuação eficaz dos profissionais e a implementação de políticas públicas adequadas. O projeto atual justifica a necessidade de fomentar reflexões sobre os movimentos sociais na Amazônia e colaborar para futuras pesquisas que desvendem as formas de resistência construídas, considerando as peculiaridades dos sujeitos e territórios amazônicos. O Serviço Social, por meio da pesquisa, ensino e extensão, tem um papel decisivo em apoiar, registrar e potencializar essas lutas, reafirmando seu compromisso com a emancipação humana e a consolidação de uma democracia participativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os Movimentos Sociais em Parintins/AM evidenciou a diversidade de pautas e o protagonismo de grupos historicamente marginalizados – como mulheres, indígenas, negros e LGBTQIAPN+. Esses movimentos se organizam como resistência às expressões da questão social e ao aprofundamento do capitalismo contemporâneo, que, por meio de políticas neoliberais, fragiliza direitos e intensifica conflitos na Amazônia, afetando diretamente ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas.

A pesquisa do Serviço Social, embora reconhecida como limitada devido às restrições metodológicas impostas pelo tempo e acesso (não realização completa do mapeamento de teses e contato com conselhos de direitos), assume um papel vital ao reafirmar a necessidade de ampliar o debate crítico e fortalecer investigações que deem visibilidade a essas lutas. A escassez de pesquisas sobre movimentos sociais em Parintins representa um obstáculo ao conhecimento que impacta a prática profissional na região. A universidade, conforme Iamamoto (2008), tem a responsabilidade de articular-se com a sociedade para formar profissionais capazes de intervir de maneira crítica na realidade amazônica.

Contudo, a pesquisa evidenciou uma lacuna significativa na visibilidade digital e acadêmica de organizações de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas. Essa invisibilidade pode restringir sua capacidade de articulação, acesso a recursos e sensibilização da opinião pública. A limitada presença em redes sociais, somada às dificuldades metodológicas enfrentadas, sublinha um desafio persistente.

Nesse sentido, o Serviço Social se projeta como um ator estratégico. A profissão tem um papel decisivo em apoiar, registrar e potencializar as lutas dos movimentos sociais, consolidando um compromisso com a emancipação humana e uma democracia participativa. O compromisso do projeto em compor o Banco de Dados do Projeto Universal do CNPq "Sujeitos e Territórios Tradicionais na Amazônia" torna-se um esforço crucial para sistematizar e dar voz a essas lutas, transformando a invisibilidade digital em reconhecimento acadêmico e social, e enfrentando a crise ecológica sem precedentes imposta pelo avanço do capital.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz et al. Relatórios-síntese dos grupos de trabalho e pesquisa - Gestão ABEPSS 2013-2014. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 13, n. 26, p. 183-203, jul./dez. 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Serviço social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GALVÃO, Andréia. Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina. [S. l.: s. n.], [entre 2000 e 2015]. Disponível em: <http://www.aacademica.com/000-062/1628.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-345, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Belém: CEDENPA, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço social e movimentos sociais: da teoria à prática*. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 25. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Panorama de Parintins (AM)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/am/parintins/panorama>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 640-661, out./dez. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTAÑO, Carlos. *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Os movimentos sociais: sujeitos, projetos e espaços de luta. In: MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Org.). *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

PARINTINS. In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 14, p. 220-226. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf. Acesso em: 17 ago. 2025.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na cidade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 15. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Cíntia Simão de. Serviço social e movimentos sociais: apontamentos sobre esta relação no exercício profissional. Campina Grande: UFCG, 2021. p. 45-85



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

MULHERES AMAZÔNIDAS: OS DESAFIOS PARA O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

AMAZONIAN WOMEN: THE CHALLENGES OF ACCESSING PUBLIC POLICIES

Diana Kássia Oliveira de almeida Silva¹

Manuela Lopes Muniz²

Rejane Nunes Moraes dos Passos³

Iraildes Caldas Torres⁴

Lidiany de Lima Cavalcante⁵

Resumo: Este artigo analisa os desafios enfrentados pelas mulheres amazônidas no acesso às políticas públicas, com ênfase nos saberes tradicionais e nas contradições impostas pela lógica capitalista neoliberal. A pesquisa parte do “fator amazônico” como eixo analítico, reconhecendo as particularidades territoriais, culturais e sociais que atravessam a formulação e a efetivação de direitos. Adota-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, com base em livros, artigos científicos, dissertações e teses, para subsidiar a reflexão sobre sustentabilidade, tecnologias sociais, políticas públicas e suas interfaces com a invisibilização histórica dessas mulheres. Argumenta-se que a fragilidade das políticas públicas na região está relacionada à ausência de reconhecimento das especificidades locais, à marginalização dos saberes tradicionais e à atuação insuficiente do Estado. Assim, o estudo aponta que o fortalecimento dessas políticas exige a valorização dos modos de vida amazônicos e o reconhecimento das mulheres da floresta como sujeitos ativos na construção de alternativas emancipatórias.

Palavras-chave (Keyword, palabras clave): Mulheres amazônidas. Políticas públicas. Amazônia.

Abstract: This article analyzes the challenges faced by Amazonian women in accessing public policies, with an emphasis on traditional knowledge and the contradictions imposed by neoliberal capitalist logic. The research is based on the “Amazon factor” as an analytical axis, recognizing the territorial, cultural and social particularities that cross the formulation and implementation of rights. The methodological procedure adopted is bibliographical research, based on books, scientific articles, dissertations and theses, to support reflection on

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Bolsista CAPES. E-mail: dianakoas@gmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Bolsista FAPEAM. E-mail: lmuniz.manuela@gmail.com

³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Bolsista CAPES. E-mail: rejanenmdospassos@gmail.com

⁴ Professora titular da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: iraildescaldas@gmail.com

⁵ Professora titular da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: lidiany@ufam.edu.br

sustainability, social technologies, public policies and their interfaces with the historical invisibility of these women. It argues that the fragility of public policies in the region is related to the lack of recognition of local specificities, the marginalization of traditional knowledge and insufficient action by the state. Thus, the study points out that strengthening these policies requires valuing Amazonian ways of life and recognizing forest women as active subjects in the construction of emancipatory alternatives.

Keywords: Amazonian women. Public policies. Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir os desafios enfrentados pelas mulheres amazônidas no acesso às políticas públicas, evidenciando como a formulação e a implementação dessas ações ainda operam sob lógicas centralizadoras e dissociadas das realidades locais. A partir de uma abordagem crítica e interseccional, busca-se compreender de que forma os entraves estruturais, simbólicos e políticos contribuem para a manutenção da exclusão de mulheres que vivem em contextos marcados pela desigualdade e pela invisibilidade histórica. Refletir sobre as políticas públicas na Amazônia exige, portanto, reconhecer a potência dos saberes tradicionais e a necessidade de territorialização das ações estatais, como condição para a efetivação dos direitos e para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

O debate sobre a sustentabilidade, diversidade sociocultural e justiça social tem se intensificado diante dos impactos provocados pelo avanço do capitalismo neoliberal em regiões ambiental e culturalmente sensíveis, como na Amazônia. Nesse contexto, as mulheres amazônidas, principalmente as que moram nas comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas, vivenciam grandes desafios históricos e estruturais no acesso às políticas públicas. Estas dificuldades nos trazem uma reflexão sobre a ausência da atuação do Estado em face às políticas públicas, essa fragilidade também mostra as tensões entre os saberes tradicionais e os modelos desenvolvimentistas impostos externamente à realidade amazônica.

As mulheres amazônidas possuem vivências e saberes tradicionais que fundamentam a produção de artesanatos e outras atividades essenciais para sua subsistência, conhecimentos estes transmitidos de geração em geração. Destaca-se que a maioria dessas mulheres, sobretudo aquelas residentes em comunidades ribeirinhas, enfrenta dificuldades significativas no acesso às políticas públicas. Essa precariedade decorre, em grande parte, das condições

geográficas específicas, uma vez que habitam às margens dos rios, e tendo como meio de transporte fluvial para se deslocar, e por isso, se torna mais complicado seu acesso às políticas públicas. É importante destacar que, embora as políticas públicas existam formalmente, sua aplicação não ocorre de maneira equitativa, resultando em desigualdade no acesso aos direitos garantidos pela Constituição. A partir das análises bibliográficas realizadas, observa-se que as mulheres amazônidas enfrentam limitações no exercício desses direitos, especialmente devido às condições de vulnerabilidade em que grande parte delas vive.

Para a discussão proposta utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, nos proporcionando uma reflexão por meio de livros, artigos científicos, dissertações e teses, como balizadores e norteadores na análise das categorias capitalismo neoliberal e a sustentabilidade; diversidade sociocultural, mulheres da floresta e saberes tradicionais; Políticas Públicas e fator amazônico. Realizamos uma análise crítica sobre sustentabilidade, fator amazônico, tecnologia social, políticas públicas e seus impactos na invisibilidade das mulheres amazônidas.

2 CAPITALISMO NEOLIBERAL E A SUSTENTABILIDADE

De acordo com Casara (2021), o neoliberalismo procura apresentar uma garantia para o estado do planeta, os interesses individuais e a justiça entre os homens. Se no absolutismo a garantia era Deus, no neoliberalismo a garantia é o mercado protegido e auxiliado pelo Estado, neste sentido o autor destaca que:

[...] Diante do contexto gerado pela crise do liberalismo, a racionalidade neoliberal aparece como resposta possível à superação dos problemas sem solução no modelo anterior. Para tanto, há um novo modo de pensar e atuar que, por exemplo, se dispõe a ‘abandonar ou trair o ideal de uma cidade regida por leis que ela mesma se dá’, substituindo essas leis, pensadas e aprovadas segundo a tradição da democracia representativa, por decisões tomadas a partir de cálculos de interesse, por um governo impessoal que assume a forma de ‘uma governança pelos números’.
(Casara, 2021, p. 69-70)

Nesse contexto, o autor ressalta que o neoliberalismo deve ser compreendido como uma racionalidade que se tornou hegemônica, configurando-se como uma lógica de pensamento e ação que trata tudo e todos como objetos descartáveis, baseando-se em cálculos de interesse voltados exclusivamente para o lucro, a acumulação tendencial de capital ou a obtenção de vantagens pessoais. Embora essa lógica seja, em essência, irracional, ela se apresenta como a única forma possível de organização social.

O capitalismo neoliberal, ao priorizar os interesses do mercado e a acumulação

desenfreada de capital, gera impactos diretos na sustentabilidade socioambiental. De acordo com Casara (2021), essa lógica econômica transforma tudo em mercadoria, inclusive a natureza e as relações sociais, aprofundando desigualdades e naturalizando a exploração dos recursos, com isto, ocorre a aceleração das mudanças climáticas (efeito estufa, aumento das temperaturas); desmatamento ambiental; perda da biodiversidade e extinção de espécies; poluição dos oceanos, rios e solos, dentre outros aspectos.

Nessa perspectiva, é notório que as questões ambientais são tratadas como oportunidades de lucro, e muitas das vezes mascaradas por discursos de responsabilidade social e “marketing verde”, sem mudanças reais no modelo produtivo. Isso resulta não apenas na intensificação da crise climática, mas também na precarização das condições de vida de populações vulneráveis, ampliando a miséria social e ambiental. Assim, como alerta Casara (2021, p. 110), “a miséria neoliberal não é apenas material, mas simbólica, subjetiva e ambiental, afetando todas as dimensões da vida”.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi reconhecido internacionalmente em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, que ocorreu em Estocolmo na Suécia e reuniu 113 países. A comunidade internacional adotou a ideia de que o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente, até então tratados como questões separadas, podem ser geridos de uma forma mutuamente benéfica.

A partir dessa configuração, Sachs desenvolveu as cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento que servem como base para um crescimento econômico equilibrado e articulado para a conservação do meio ambiente, extinguindo o crescimento econômico dentro do padrão passado, são eles:

- 1- Sustentabilidade Social: O processo deve se dar de tal maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais. Considerar o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o aspecto de necessidades materiais e não materiais;
- 2- Sustentabilidade Econômica: A eficiência econômica baseia-se em uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado [...];
- 3- Sustentabilidade Ecológica: Compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração.
- 4- Sustentabilidade Espacial: Pressupõe evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder. Busca uma relação equilibrada cidade-campo; e
- 5- Sustentabilidade Cultural: Significa traduzir o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local. (Sachs, 1993, p. 37-38)

As cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento social, econômico, ecológico, espacial e cultural. O objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais.

3 DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL, MULHERES DA FLORESTA E SABERES TRADICIONAIS

As mulheres da floresta integram todo processo, pré-extração, própria extração, produção, reprodução daquele elemento, preservação do significado simbólico e místico dos elementos para aquela comunidade, compartilham conhecimentos e ressignificam aquele elemento natural em outro produto, amparadas pela simbiose que possuem com a natureza. Iraildes Torres elucida que as mulheres perpassam e transversalizam todo processo produzido pela comunidade:

É a mulher que prepara a cerâmica e conhece perfeitamente a técnica de manuseio da argila, cozimento e acabamento dos utensílios na temperatura adequada do fogo; tece a rede de dormir e rede de pesca; faz o jamaxi, faz abanos ou leques, paneiro para o depósito de farinha, cestos, peneiras, balaies, confecciona o jirau para tratar o peixe, faz suspensórios de paxiúba para plantar a cebolinha e hortaliças; fabrica o seu próprio fogão de barro e forno de fazer farinha; tece o tipiti que é utilizado na fabricação de farinha, enfim, confecciona vários outros implementos de cozinha além de ocupar-se dos serviços domésticos. (Torres, 2011, p. 106-107)

Nesse trecho é possível entender que as mulheres fazem parte direta e/ou diretamente de tudo que circula na comunidade, seja na criação e construção de itens que serão usados em alguma extração, seja na concepção de artigos de conservação, transporte ou manuseio do elemento, que envolve artesanato, também realiza a extração e faz seu manuseio, toda sua participação carrega consigo a criação dos filhos, de forma inseparável, possibilitando-os primeiro contatos com a tradição e a cultura do seu povo e a bagagem dos deveres domésticos que as mulheres vem carregando ao longo de séculos.

As ações, atividades e trabalho das mulheres da floresta estão permeadas de saberes tradicionais, cujo o “conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração” (Diegues, 2000, p. 30). Saberes esses que garantem formas de manejo da natureza para sobrevivência da comunidade, como plantas, frutas, animais e elementos naturais como

um todo, maneiras subjetivas de cuidado, uso e vínculo, como um caminho para manutenção e extensão de suas culturas, normas e regras.

A natureza faz parte do cotidiano das mulheres amazônidas, trata-se de onde nascem, vivem e sobrevivem, com uma conexão íntima com a natureza, parte pertencente e necessária. Portanto, desenvolvem técnicas sociais de produção e reprodução sustentável da natureza, mas também de proteção de sua territorialidade. Diegues (2000) nos evidenciam que o saber tradicional difere-se do saber científico, pois o saber tradicional ultrapassa o entendimento de ter maneiras de subsistência daquela comunidade, está também relacionada a manutenção da sociobiodiversidade dos seus territórios.

A potencialidade dos saberes tradicionais torna-se invisibilizada dentro da perspectiva capitalista neoliberal, no entanto um forte componente para subsidiar e fortalecer os saberes tradicionais são as Tecnologias Sociais. Chaves (2023, p. 222) sobreleva que os princípios da TS (tecnologia social) estão em torno de possibilitar a “[...] democracia, justiça social e desenvolvimento humano [...]”, o saber científico em prol do saber tradicional, possibilitando um desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades com o objetivo de melhoria socioeconômica, autonomia, organização social e adaptações em meio aos impactos climáticos e desigualdades socioeconômicas, no entendimento que as TSs não são uma solução totalitária de fomentar uma transformação social, são ações necessárias dentro de um processo comunitário e a uma possível porta de entrada para balizar políticas públicas reais de garantia de direitos as mulheres amazônidas.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E FATOR AMAZÔNICO

A formulação de políticas públicas em contextos marcados por desigualdades históricas exige uma abordagem que considere os territórios, suas populações e as múltiplas determinações sociais envolvidas. Na Amazônia, esse desafio se intensifica diante das especificidades culturais, ambientais e políticas que compõem a realidade da região. Políticas públicas, enquanto ações estatais voltadas à garantia de direitos, deveriam ser acessíveis a todos os sujeitos sociais, sobretudo àqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, como as mulheres amazônidas, que enfrentam desafios interseccionais de gênero, classe, raça e territorialidade. No entanto, observa-se que, na Amazônia, essas políticas são frequentemente moldadas por interesses que desconsideram as particularidades dos povos que nela vivem:

[...] as políticas públicas implementadas, na região, vêm sendo marcadas pelos interesses e estratégias de expansão das relações capitalistas, mediante as correlações de força existentes nas diferentes esferas do poder, que incidem, diretamente, no modo de vida das comunidades tradicionais [...] (Lira; Chaves; 2016, p. 67).

No que diz respeito ao acesso das mulheres amazônidas às políticas públicas, é necessário destacar os obstáculos estruturais que se colocam entre o direito e a sua efetivação. As distâncias geográficas, a precariedade da infraestrutura pública e a ausência de políticas pensadas a partir do território dificultam que essas mulheres, muitas delas responsáveis pelo sustento familiar, consigam acessar de forma contínua e qualificada serviços essenciais como saúde, educação, assistência social e políticas de enfrentamento à violência de gênero. Tais barreiras não são apenas materiais, mas também simbólicas, pois refletem um projeto de Estado que ainda marginaliza os saberes, as práticas e as demandas das populações tradicionais.

As políticas públicas mais visibilizadas na região são aquelas de caráter compensatório, como os programas de transferência de renda e ações pontuais na área da saúde básica. No entanto, essas políticas, embora fundamentais, operam sob uma lógica focalizada e compensatória, não enfrentando estruturalmente as causas da desigualdade de gênero e da pobreza. Na saúde, programas voltados à atenção básica tentam alcançar comunidades afastadas, mas a logística de deslocamento, a escassez de profissionais e a falta de equipamentos adequados comprometem sua eficácia. Como aponta Maria P. S. Chaves, essas políticas têm uma lógica:

[...] oposta aos interesses e demandas de vastos segmentos das populações amazônidas, tendo em vista que estas sempre foram justificadas sob a alegação da premente necessidade de ‘desenvolver’ e ‘integrar’ a região aos centros dinâmicos do país e à economia internacional [...] (Chaves, 2001, p. 67).

Dessa forma, a política pública na Amazônia historicamente serve mais ao projeto de exploração e incorporação da região à lógica do capital do que à garantia dos direitos de seus povos.

Os desafios das políticas públicas na Amazônia são múltiplos e estruturais. Entre eles, destaca-se o descompasso entre a elaboração das políticas — muitas vezes pensadas a partir do centro-sul do país — e a realidade concreta dos territórios amazônicos. A ausência de diálogo com os saberes locais, a desconsideração das práticas comunitárias e o etnocentrismo que permeia muitas ações governamentais produzem políticas que se revelam inefetivas. Além disso, o desmonte das políticas públicas provocado pelo avanço do neoliberalismo e a militarização da gestão pública agravam a exclusão histórica dos povos amazônicos (Casara,

2021). É nesse contexto que se insere o chamado "fator amazônico", conceito que remete às especificidades ambientais, culturais, históricas e sociais da Amazônia. O fator amazônico exige que as políticas públicas considerem as dinâmicas territoriais, a diversidade étnica e os saberes tradicionais que caracterizam a região.

As comunidades ribeirinhas, por exemplo, são marcadas por modos de vida profundamente vinculados ao território e aos ciclos naturais. Chaves (2001) destaca que as comunidades ribeirinhas desenvolvem um modo de vida singular, caracterizado por práticas específicas no uso e manejo coletivo do território e dos recursos naturais, guiadas por saberes tradicionais e pautadas em relações comunicativas e cooperativas. Essas especificidades também se manifestam na organização social do trabalho, assim como nos vínculos de compadrio e nas relações de parentesco que estruturam a vida comunitária. Essa forma de vida, atrelada ao saber tradicional e à experiência coletiva, é frequentemente invisibilizada ou desconsiderada nas políticas públicas que chegam até essas populações.

Ademais, a identidade sociocultural desses grupos está ligada à sua localização e à relação com o meio ambiente. “A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular [...] concorrem para a determinação da identidade sociocultural desses atores” (Chaves, 2001, p. 78). Essa identidade também é política: as formas de organização comunitária têm como finalidade “a conquista de seus direitos e a constituição de meios para atendimento das necessidades básicas” (Lira; Chaves, 2016, p. 75), demonstrando a existência de um protagonismo político muitas vezes ignorado pelas estruturas formais do Estado. Segundo Leff (2006), é imprescindível territorializar as políticas públicas, reconhecendo que a racionalidade dominante ocidental-industrial é incapaz de compreender a complexidade ecológica e cultural da Amazônia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, reafirma-se a necessidade urgente de repensar o modelo de formulação e implementação das políticas públicas na Amazônia, considerando suas múltiplas determinações sociais e territoriais. A realidade das mulheres amazônidas, atravessada por questões de gênero, raça, classe e territorialidade, evidencia que o acesso às políticas públicas ainda é profundamente desigual e limitado por entraves estruturais e simbólicos.

A lógica dominante, moldada por interesses econômicos e políticos alheios às

realidades locais, desconsidera as particularidades dos modos de vida amazônicos, invisibilizando os saberes tradicionais e as formas de organização comunitária dessas mulheres. Ao privilegiar uma visão desenvolvimentista e centralizadora, o Estado perpetua práticas colonizadoras e distanciadas das reais demandas das populações da região.

Reconhecer o fator amazônico como central para a construção de políticas públicas efetivas implica reconhecer, também, o protagonismo das mulheres amazônidas e a potência transformadora dos seus saberes, experiências e lutas. Somente a partir de um processo de territorialização das políticas, com base no diálogo intercultural e na valorização das dinâmicas locais, será possível avançar na construção de políticas públicas comprometidas com a justiça social e com a superação das desigualdades históricas que marcam a região.

Além de reconhecer as particularidades e dialogar com as reais protetoras dessa imensidão amazônica, mulheres amazônidas, e assim, viabilizar de fato políticas públicas preocupadas em atender aspectos regionais, saindo além de serviços paliativos, engajar em políticas transformadoras é de suma importância o interesse do poder público, no entanto, para entrar na agenda política é necessário uma organização e força política, como todos os nossos direitos que foram alcançados e garantidos por base de lutas políticas. E para isso, o primeiro passo é a compreensão e capacitação sobre sustentabilidade e toda sua sociobiodiversidade, que engloba as mulheres amazônidas, nesse caso, um entendimento e apropriação profissional, destacamos a responsabilidade da nossa categoria profissional com a sustentabilidade, como gestora de projetos, avaliadoras de políticas públicas e viabilizadoras de direitos.

Por fim, é um comprometimento societário, em vista disso, a politização ecológica de modo geral, principalmente no meio urbano faz-se essencial, bem como uma interação interdisciplinar, para fundamentar o início de uma emancipação ecológica capaz de impulsionar respostas estatais, através de políticas públicas de vieses particulares. Ressaltamos novamente as Tecnologias Sociais como componente a ser utilizado como base para políticas públicas, somente assim, os desafios de acesso a políticas públicas por mulheres amazônidas estarão sendo galgados para uma tratativa e transformação socioeconômica, cultural, política, territorial e emancipatória.

REFERÊNCIAS

CASARA, Rubens R. R. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2021.

CHAVES, Maria P. S. R. Sustentabilidade & objetivos do desenvolvimento sustentável na Amazônia: geração de Tecnologias sociais em comunidades tradicionais. In: Andrade et al. (org). **Serviço Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade**. Manaus: Edua; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

CHAVES, Maria P. S. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

CHAVES, Maria P. S.; LIRA, Talita. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/593>>. Acesso em: 02 de junho de 2025.

DIEGUES, A. C. (org.); ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F. da; FIGOLS, F. A. B.;

ANDRADE, Daniela. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. NUPAUB, USP, PROBIO, MMA, CNPq. São Paulo, fevereiro de 2000. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/saberes%20trad.pdf>>. Acesso em: 02 de junho de 2025.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política. *Interações*, Campo Grande, p. 66–76, 2016.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel; Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE; Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1993.

TORRES, Iraildes Caldas. Mulheres pescadoras e a resignificação do mito do panema na Amazônia. In: TORRES, Iraildes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente dos (Org). **Intersecção de gênero na Amazônia**. Manaus: Edua, 2011.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

MULHERES INDÍGENAS MAXAKALI E A LUTA POR RECONHECIMENTO MAXAKALI INDIGENOUS WOMEN AND THE STRUGGLE FOR RECOGNITION

Taise Amador Gonçalves

Resumo: O processo de colonização no Brasil provocou profundas transformações e impactos sobre os povos indígenas, resultando na perda de territórios, na disseminação de doenças, na fome e na extinção de diversas etnias. Em Minas Gerais, que possui a quinta maior população indígena do país segundo o Censo de 2022 do IBGE, destaca-se o povo Maxakali (Tikmũ'ũn), grupo pertencente ao tronco linguístico Macro-Gê, com aproximadamente 2.585 pessoas distribuídas em quatro Terras Indígenas: Água Boa, Pradinho, Cachoeira e Aldeia Verde. Tradicionalmente seminômades, caçadores e coletores, os Maxakali enfrentam desafios relacionados à desnutrição, alcoolismo, pobreza e exclusão social, agravados pela escassez de recursos naturais e pela perda de parte de seu território. Apesar dessas adversidades, a resistência cultural e política do povo Maxakali se expressa na preservação da língua e nas práticas simbólicas, além da crescente participação feminina nas esferas sociais e políticas. Destacam-se lideranças como Maria Diva Maxakali, primeira vereadora indígena de Minas Gerais; Margarida Maxakali, vice-prefeita de Santa Helena de Minas; Noêmia Maxakali, fundadora da Aldeia Verde; e suas filhas Sueli e Maiza Maxakali, referências na luta pela educação e pelos direitos das mulheres indígenas. A partir da experiência profissional na FUNASA e na SESAI, a autora observou o fortalecimento dos movimentos de mulheres Maxakali, ainda que a presença feminina permaneça limitada em algumas aldeias e rituais. O protagonismo das mulheres indígenas revela-se, assim, essencial para a construção de novos espaços de representação política e resistência cultural, desafiando a predominância histórica de estruturas sociais e simbólicas masculinas nas comunidades Maxakali.

Palavras-chave: Povos indígenas. Maxakali, Mulheres indígenas, Protagonismo feminino, Resistência cultural.

Abstract: The colonization process in Brazil caused profound transformations and impacts on Indigenous peoples, leading to the loss of territories, the spread of diseases, hunger, and the extinction of several ethnic groups. In Minas Gerais, which has the fifth-largest Indigenous population in the country according to the 2022 IBGE Census, the Maxakali (Tikmũ'ũn) people stand out. They belong to the Macro-Gê linguistic trunk and comprise approximately 2,585 individuals distributed among four Indigenous Lands: Água Boa, Pradinho, Cachoeira, and Aldeia Verde. Traditionally semi-nomadic hunters and gatherers, the Maxakali face challenges related to malnutrition, alcoholism, poverty, and social exclusion, intensified by the scarcity of natural resources and the reduction of their ancestral territory. Despite these adversities, the cultural and political resilience of the Maxakali people is expressed through the preservation of their language and symbolic practices, along with the growing participation of women in social and political spheres. Prominent leaders include Maria Diva

Maxakali, the first Indigenous councilwoman in Minas Gerais; Margarida Maxakali, vice-mayor of Santa Helena de Minas; Noêmia Maxakali, founder of Aldeia Verde; and her daughters Sueli and Maiza Maxakali, recognized for their activism in education and women's rights. Based on the author's professional experience at FUNASA and SESAI, the study highlights the strengthening of Maxakali women's movements, although female participation remains limited in some villages and rituals. The political and cultural protagonism of Indigenous women thus emerges as fundamental for building new spaces of representation and cultural resistance, challenging the historical dominance of male-oriented social and symbolic structures within Maxakali communities.

Keywords: Indigenous peoples, Maxakali, Indigenous women, Female leadership, Cultural resistance.

1 INTRODUÇÃO

O processo de colonização no Brasil provocou transformações profundas e, em muitos casos, irreversíveis na vida dos povos indígenas. A imposição violenta da cultura ocidental, o uso de armas, a escravidão, as doenças introduzidas e a fome foram fatores determinantes que levaram ao extermínio de diversas etnias e à desestruturação social e territorial de inúmeras comunidades (ASSIS et al., 2013). Esses processos, sustentados por políticas de assimilação e exclusão, resultaram na perda de identidades coletivas e na marginalização histórica dos povos originários.

No estado de Minas Gerais, que abriga a quinta maior população indígena do país, segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vive o povo Maxakali (Tikmũ'ũn), com aproximadamente 2.585 pessoas distribuídas em quatro Terras Indígenas: Água Boa, Pradinho, Cachoeira e Aldeia Verde. Pertencentes ao tronco linguístico Macro-Gê, os Maxakali são tradicionalmente um povo seminômade, caçador e coletor, cuja história de resistência está marcada pela preservação da língua e das práticas rituais, apesar das constantes perdas territoriais e da escassez de recursos naturais.

Contudo, os desafios contemporâneos enfrentados pelo povo Maxakali incluem altos índices de mortalidade infantil, desnutrição, alcoolismo e exclusão social. Estima-se que cerca de 85% das famílias sobrevivam com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo, sendo dependentes de programas governamentais (ASSIS, 2009). Essas condições refletem um quadro persistente de vulnerabilidade que ameaça não apenas a sobrevivência física, mas também a continuidade cultural e social do grupo.

Nesse contexto, destaca-se o papel crescente das mulheres Maxakali como agentes de

transformação e resistência. A partir das últimas décadas, observa-se um movimento de ampliação da participação feminina nas esferas políticas, sociais e educacionais. Lideranças como Maria Diva Maxakali, primeira vereadora indígena de Minas Gerais, Margarida Maxakali, vice-prefeita de Santa Helena de Minas, e Noêmia Maxakali, fundadora da Aldeia Verde, exemplificam o protagonismo das mulheres indígenas na luta pela igualdade de direitos, pela soberania alimentar e pela valorização da identidade cultural.

A experiência profissional da autora junto à Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) e à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) entre 2008 e 2018 possibilitou o acompanhamento direto das condições de vida, saúde e organização social dos Maxakali, bem como o surgimento de movimentos de mulheres indígenas ainda incipientes, mas fundamentais para a consolidação de uma nova forma de resistência e participação social.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel das mulheres Maxakali no fortalecimento político, social e cultural de suas comunidades, analisando as formas de resistência, as transformações socioculturais e os desafios enfrentados na busca por equidade e reconhecimento. A abordagem adotada propõe-se a compreender a experiência feminina como elemento central na construção da identidade e na manutenção da autonomia dos povos indígenas de Minas Gerais.

2 DESENVOLVIMENTO

“Porque quando uma mulher indígena é reconhecida, toda a floresta respira junto, e o futuro ganha novas raízes para florescer.” (MAXAKALI, Sueli, 2025)

É sabido que o processo de colonização teve impacto importante na sobrevivência dos povos indígenas, levando inclusive muitos deles a extinção. Fatores envolvidos nessa dinâmica estiveram relacionados ao uso de armas, escravização, contaminação por doenças e fome. (ASSIS, et al, 2013).

Minas Gerais é o estado brasileiro com a quinta maior população indígena do país. Dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram a população indígena em Minas Gerais com 31.885 pessoas. Esse número representa um aumento significativo em relação ao Censo de 2010, refletindo a melhoria na metodologia de coleta de dados e a busca crescente pelo resgate da identidade indígena.

O povo Maxakali um conjunto de povos com cerca de 2585 pessoas, falantes da língua Maxakali, vive em quatro áreas de Minas Gerais: nas aldeias de Água Boa, no município de

Santa Helena de Minas; em Pradinho e Cachoeira, no município de Bertópolis; em Aldeia Verde, no município de Ladainha, e no distrito de Topázio, em Teófilo Otoni, na fronteira com o Estado da Bahia. A soma da extensão destas terras é de aproximadamente 6.434 hectares. Segundo o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) para o ano de 2009.

Os primeiros contatos documentados dos Maxakali (Tikmũ'ũn) com os não indígenas datam do século XVIII, com a primeira menção em uma carta de 1734. No entanto, contatos mais diretos e frequentes ocorreram no século XX, particularmente na primeira metade, quando um grupo de 14 indígenas penetrou em São Sebastião do Norte (hoje Maxacalis) em 1914. (ASSIS, Eliseu Miranda, 2016)

Os Maxakali, uma das sociedades indígenas originárias das zonas de Mata Atlântica, constituem-se num povo tradicionalmente seminômade, caçador e coletor. Atualmente são um grupo relativamente isolado do ponto de vista cultural e linguístico, pertencente ao tronco Macro-Gê. Seu território histórico estendeu-se além dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais e sul da Bahia.

Embora mesmo enfrentando tempos difíceis, promovidos pelo contato com a sociedade envolvente como perda de parte do seu território, perda de recursos naturais, os Maxakali ainda preservam com grande resistência, sua língua e suas práticas simbólicas, mantendo ativa a sua cultura.

A população Maxakali apresenta um perfil de morbi-mortalidade com altas taxas de mortalidade, especialmente derivada dos altos índices de desnutrição e violência, resultantes principalmente pelo uso do álcool. Nas últimas décadas o povo Maxakali, tem sido transformado pelo contato com a sociedade nacional. Embora haja resistência principalmente dos mais antigos, as modificações ocorridas em sua cultura e notadamente nos hábitos alimentares até pela própria escassez de alimentos (peixes e caças) em seu território.

O nível de exclusão social nessa etnia é muito elevado, quase 85% das famílias vivem com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo, que na sua maioria advém dos recursos de programas governamentais, em que apenas 1/3 das famílias estão cadastradas no Programa Bolsa Família e Bolsa Escola (ASSIS, E.M., 2009).

Num parâmetro de desigualdades sociais e o uso de álcool cada vez mais presente entre os indígenas, principalmente do sexo masculino, as mulheres Maxakali foram vendo a necessidade de participação e voz, dentro e fora de suas comunidades.

No Brasil, a participação das mulheres indígenas nos espaços públicos de discussão política em interlocução com as instituições não indígenas aumentou muito nas

últimas décadas, bem como aumentou a institucionalização das organizações políticas de mulheres indígenas e o debate sobre os direitos dessas mulheres (Matos, 2012; Sacchi, 2003). Ao mesmo tempo em que são protagonistas nas discussões e reivindicações mais gerais dos povos indígenas – como a luta pela demarcação das terras – as mulheres inserem nos debates de decisões e políticas públicas temas como violência familiar e Inter étnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, o combate ao racismo, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos, entre outros (Voz das Mulheres Indígenas, 2018; Verdum, 2008). A partir dos diversos movimentos políticos de resistência, mulheres indígenas de diferentes etnias estão, pouco a pouco, construindo espaços de maior visibilidade política.

Nos povos Maxakali a participação feminina é atuante apenas nas Aldeia Água Boa (Município de Santa Helena de Minas) e Aldeia Verde (Município de Ladainha), essas aldeias possuem maior interação com a cultura Brasileira ao seu redor, aderiram alfabetização bilíngue para as mulheres, o que era permitido apenas aos homens das etnias Maxakali. Em 2008 foi eleita na cidade de Santa Helena de Minas, a primeira Vereadora da reserva indígena Água Boa, a indígena Maria Diva Maxakali conhecida por sua atuação na política, defendendo os direitos de seu povo, sendo mencionada como a primeira vereadora indígena de Minas Gerais e atuando como tradutora em atendimentos de saúde, além de denunciar violências e lutas por terras. Ela representa a força das mulheres indígenas na política e na resistência. Em 2020 também na cidade de Santa Helena de Minas, foi eleita a primeira Vice Prefeita indígena Margarida Maxakali, sendo reeleita em 2024, sua constante luta é pela saúde e o combate à exploração e à violência contra os indígenas.

Na Aldeia Verde em Ladainha, temos um protagonismo e ativismo da indígena Noêmia Maxakali, após um conflito Inter étnico que ocorreu entre grupos Maxakali em 2005, um conflito que envolveu várias aldeias e famílias, incluindo atores externos (fazendeiros) que possivelmente propiciaram a distribuição de armas (ESTRELA, 2015) , travou uma luta para ela e um grupo de 200 pessoas saírem daquele território criando uma nova aldeia, Aldeia Verde

Atualmente suas filhas Sueli Maxakali e Maiza Maxakali são referências da luta da mulher indígena na Aldeia Verde.

Sueli Maxakali é uma mulher guerreira, Fotógrafa, cineasta, pesquisadora, professora da aldeia, aluna de graduação no FIEI/FAE/UFMG e mulher-pajé, ela é uma mulher que, se por um lado leva adiante as lutas de sua comunidade e de todo o povo

tikmũ'ũn nas instâncias externas políticas e institucionais, por outro, tem um grande compromisso com a vida ritual e social dentro da comunidade.

Maiza Maxakali, professora indígena e aluna do FIEI/FAE/UFGM, sua luta é para manter as tradições e a educação entre mulheres e homens da aldeia.

No caso deste estudo, observações relacionadas à gênero, na atuação e organização política se iniciaram a partir de uma experiência profissional no período de 2008 a 2018 quando atuei na FUNASA (Fundação Nacional da Saúde Indígena) e posteriormente SESAI (Secretaria da Saúde Indígena) como nutricionista no combate à desnutrição infantil entre os povos Maxakali em Minas Gerais, posteriormente como Coordenadora da Vigilância Nutricional dos povos Yanomamis em Roraima e representante do comitê de mortalidade infantil do DSEI Yanomami (Distrito Especial Sanitário Indígena). Durante minha atuação, pude acompanhar organizações e movimentos então incipientes de mulheres indígenas principalmente entre os povos indígenas Maxakali, população ao qual tenho forte ligação até os dias atuais,

Apesar de apresentar um avanço das mulheres indígenas na abordagem política e social, as análises dos domínios sociais e simbólicos “masculinos”, negligenciando, direta ou indiretamente, a perspectiva feminina e o papel sócio-cosmológico da mulher é predominante em todos os territórios Maxakalai. Os estudos dedicados à política do contato entre brancos e índios, a experiência feminina é basicamente omitida,⁴⁶ nos trabalhos voltados a descrição da estrutura social e dos processos rituais e corporais, tais temas são identificados com um campo de ação dominante – norteador do mundo sócio-cosmológico nativo – que é representado in toto pelo domínio masculino. (MAGNANI, Cláudia/2009).

A inserção das mulheres indígenas Maxakali nos rituais ainda são antropologicamente “imutáveis”, assim como a falta de representação feminina na Reserva indígena Maxakali de Pradinho (Município de Bertópolis), no entanto achei de grande importância citar essas bravas pioneiras, para que sejam vistas entre seu povo como referência de luta, igualdade e acima de tudo resistência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povo Maxakali (Tikmũ'ũn) representa um exemplo marcante da resistência e da capacidade de preservação cultural dos povos indígenas no Brasil. Apesar dos impactos históricos da colonização — como a perda de território, a escassez de recursos naturais, a

desnutrição e as desigualdades sociais — os Maxakali mantêm viva sua língua, seus rituais e a organização comunitária que os identifica enquanto povo.

A análise das relações de gênero e da atuação política das mulheres Maxakali evidencia uma transformação gradual, ainda que marcada por desafios. As lideranças femininas emergentes, como Maria Diva, Margarida, Noêmia, Sueli e Maiza Maxakali, demonstram que as mulheres vêm ocupando espaços cada vez mais significativos na luta por direitos, no fortalecimento das políticas públicas e na construção de novas formas de representação social e cultural. Essas mulheres se tornaram referências de resistência, de empoderamento e de compromisso com a continuidade das tradições de seu povo.

A partir da observação profissional e da vivência direta com as comunidades Maxakali, percebe-se que a inserção das mulheres nos espaços de decisão política e cultural contribui para o fortalecimento da soberania alimentar, para o combate à violência e para a promoção da equidade social. O protagonismo feminino é, portanto, um elemento essencial para compreender as novas dinâmicas sociais entre os povos indígenas, sobretudo no contexto contemporâneo de enfrentamento das desigualdades e reafirmação identitária.

Conclui-se que reconhecer e valorizar o papel das mulheres Maxakali é também reafirmar a importância da diversidade cultural e do respeito à autonomia dos povos indígenas. A resistência dessas mulheres simboliza não apenas uma luta política, mas um ato de preservação da vida, da cultura e da memória coletiva do povo Tikmũ'ũn.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, R. S. V. Imagens do índio: signos da intolerância. In: RICARDO, C. A. (org.). **Povos indígenas e a tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. p. 43–63.
- ASSIS, E. M. et al. Prevalência de parasitos intestinais na comunidade indígena Maxakali, Minas Gerais, Brasil, 2009. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 681–690, 2013.
- ASSIS, E. M. **Análise das características químicas, físico-químicas, bacteriológicas e sanitárias da água usada para consumo humano nas comunidades indígenas Maxakali da região nordeste de Minas Gerais/Brasil**. 2016. 197 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- ASSIS, E. M. **Prevalência de enteroparasitoses e condições sanitárias na comunidade indígena Maxakali**. 2010. Dissertação (Mestrado em Saúde) – [Instituição não especificada], 2010.
- BENTO, M. A. S. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, I.;

BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 147–162.

CÂMARA CASCUDO, L. da. **História da alimentação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

CARDOSO, A.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. (coord.); SANTOS, R. V. (coord.). **I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas**: situação alimentar e nutricional e seus fatores determinantes em crianças indígenas menores de 60 meses de idade e em mulheres indígenas de 14 a 49 anos no Brasil. Brasília: FUNASA/ABRASCO, 2010. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/fiocruz/resource/pt/arc-56846>. Acesso em: 20 out. 2025.

CARVALHO, M. A. de; ALVES, T. C. G. A relação natureza e cultura entre os Maxakali: formulando conceitos. In: **Seminário Visões do Vale 4**, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.ufmg.br/polojequitinhonha/arquivos/pdfs/relacao_natureza_cultura.pdf. Acesso em: 21 ago. 2009.

DIAS, C. S. J. et al. Crescimento da população indígena em Minas Gerais: uma análise da influência da dinâmica geográfica e reclassificação racial a partir dos dados censitários de 1999/2000. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambu, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1000.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

GERSEM DOS SANTOS LUCIANO. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: MEC; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos. Série Vias dos Saberes, v. 1).

GUAJAJARA, S. **Povos indígenas, corpos e ideias para transformar a política**. Palestra apresentada na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, abr. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/GuajajaraSonia/videos/1789436047782709/>. Acesso em: 20 out. 2025.

GUEDES, M. A liderança das mulheres indígenas. **Seminário do Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, maio 2017.

JOSÉ, O. **Indígenas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Edições Movimento-Perspectiva, 1965.

MAGNANI, C. **Corpos, palavras e mundos**: um estudo sobre os Maxakali. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MENASCHE, R.; ALVAREZ, M.; COLLAÇO, J. (orgs.). **Dimensões socioculturais da alimentação**: diálogos latino-americanos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, [s.d.].

MIRANDA, J. S. **Macuxi, etno-história e história oral**: possibilidades metodológicas para a historiografia indígena. *Revista Temporis [Ação]*, v. 18, n. 1, p. 127–145, jan./jun. 2018.

NIMUENDAJÚ, C. Índios Maxakali. **Revista de Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 53–61, 1958.

OLIVEIRA, P. H. de A. **Comida forte e comida fraca: alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingáng da Terra Indígena Xapecó** (Santa Catarina, Brasil). 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92660>. Acesso em: 20 out. 2025.

SILVA, A. da C. e (org.). **Lendas do índio brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2017. ISBN 978-85-209-3826-3.

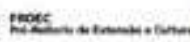
VIEIRA, M. G. **Guerra, ritual e parentesco entre os Maxakali**: um esboço etnográfico. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS/MN, 2006.

WEITZMAN, R. As práticas alimentares “tradicionais” no contexto dos povos indígenas de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 3, 2013.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

MULHERES PRESAS E VÍNCULOS FRAGILIZADOS: DESAFIOS E IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PRISIONAIS E DE GÊNERO

MUJERES EN PRISIÓN Y VÍNCULOS FRÁGILES: DESAFÍOS E IMPACTOS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PENITENCIARIAS Y DE GÉNERO Y DE GÉNERO

Rudiane Ferrari Wurfel¹
Monique Soares Vieira²

Resumo: O estudo aborda o encarceramento feminino no Brasil, com foco na fragilização dos vínculos familiares e nos impactos das políticas públicas prisionais e de gênero. O objetivo é analisar como as estruturas institucionais e a ausência de políticas efetivas contribuem para a ruptura das relações entre mulheres privadas de liberdade e seus filhos, perpetuando ciclos de exclusão e vulnerabilidade social. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de legislações nacionais e internacionais, como a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e as Regras de Bangkok, além de estudos de autores como Wacquant (2009), Bueno e Dias (2018). Os resultados apontam que o sistema prisional brasileiro foi historicamente estruturado sob uma lógica masculina e punitivista, que desconsidera as especificidades de gênero e o papel materno das mulheres encarceradas. As políticas existentes mostram-se fragmentadas e ineficazes para assegurar o direito à convivência familiar e à proteção integral de crianças e adolescentes afetados pelo encarceramento materno. Conclui-se que o enfrentamento desse cenário requer políticas públicas integradas, intersetoriais e territorializadas, que priorizem o cuidado, a proteção social e a manutenção dos vínculos afetivos, superando a perspectiva punitiva e promovendo a equidade de gênero no sistema prisional.

Palavras-chave: Encarceramento feminino; Vínculos familiares; Políticas públicas; Gênero; Direitos humanos.

Resumen: El estudio aborda el encarcelamiento femenino en Brasil, con énfasis en la fragilización de los vínculos familiares y en los impactos de las políticas públicas penitenciarias y de género. El objetivo es analizar cómo las estructuras institucionales y la ausencia de políticas efectivas contribuyen a la ruptura de las relaciones entre mujeres privadas de libertad y sus hijos, perpetuando ciclos de exclusión y vulnerabilidad social. La investigación se basa en una revisión bibliográfica y en el análisis documental de legislaciones nacionales e internacionales, como la Constitución Federal, la Ley de Ejecución

¹ Mestra em Educação (UFSM). Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga na Polícia Penal RS. Contato: rudianewurfel@gmail.com Orcid: 0009-0003-4836-6829

² Doutora em Serviço Social (PUCRS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. Contato: moniquevieira@unipampa.edu.br Orcid: 0009-0008-1184-6235

Penal y las Reglas de Bangkok, además de estudios de autores como Wacquant (2009), Bueno y Dias (2018).. Los resultados muestran que el sistema penitenciario brasileño fue históricamente estructurado bajo una lógica masculina y punitivista, que ignora las especificidades de género y el papel materno de las mujeres encarceladas. Las políticas existentes resultan fragmentadas e ineficaces para garantizar el derecho a la convivencia familiar y la protección integral de los niños y adolescentes afectados por el encarcelamiento materno. Se concluye que enfrentar esta realidad requiere políticas públicas integradas, intersectoriales y territorializadas, que prioricen el cuidado, la protección social y el mantenimiento de los vínculos afectivos, superando la perspectiva punitiva y promoviendo la equidad de género en el sistema penitenciario.

Palabras clave: encarcelamiento femenino; vínculos familiares; políticas públicas; género; derechos humanos.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa atualmente a terceira posição mundial em população carcerária feminina, cenário que expõe a carência de políticas públicas específicas e sensíveis às demandas de gênero no ambiente prisional. Entre os múltiplos desafios enfrentados por essas mulheres, destaca-se a fragilização ou ruptura dos vínculos familiares, especialmente no que se refere à convivência com filhos e filhas.

A privação de liberdade impõe obstáculos para a manutenção dessas relações, resultando em prejuízos emocionais e sociais para as mulheres presas e suas famílias. Crianças e adolescentes filhos de mulheres encarceradas enfrentam, além da separação, situações de vulnerabilidade, negligência e ausência de políticas específicas de proteção e acompanhamento.

A estrutura carcerária brasileira foi concebida historicamente a partir de uma lógica punitivista e masculinizada, que desconsidera as especificidades de gênero. A ausência de dispositivos adequados para garantir o direito à convivência familiar, previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Execução Penal e em tratados internacionais, torna esse problema um tema relevante e urgente no contexto das políticas públicas de segurança e de promoção dos direitos das mulheres.

2 DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas o número de mulheres em privação de liberdade tem crescido exponencialmente no Brasil, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, entre os anos de

2000 a 2014 este número aumentou 567%, passando de 5.601 para 37.680 detentas (CNJ, 2015). A maioria das mulheres encarceradas no Rio Grande do Sul é composta por jovens, de baixa escolaridade, provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis e mães. Esse perfil reflete uma realidade nacional, na qual o encarceramento feminino cresce de forma acelerada, sobretudo entre mulheres marcadas por trajetórias de exclusão social, desigualdade de gênero e violência estrutural (WACQUANT, 2009; BUENO; DIAS, 2018).

Grandes são os desafios enfrentados na manutenção e proteção das relações familiares de mulheres privadas de liberdade no Brasil, com ênfase nas dificuldades de contato regular com filhos e familiares durante o cumprimento da pena.

O problema manifesta-se, sobretudo, pela localização geográfica distante dos presídios femininos em relação aos locais de moradia das famílias; pelas restrições e precariedade das políticas de visitas; e pela insuficiência de políticas públicas voltadas à proteção dos filhos e filhas dessas mulheres.

Os principais afetados são as mulheres encarceradas, seus filhos e filhas — frequentemente entregues a terceiros, abrigos institucionais ou expostos a situações de vulnerabilidade social — e os demais membros da família, notadamente avós e familiares do sexo feminino, que costumam assumir os cuidados e frequentemente recebem uma sobrecarga de responsabilidades.

Segundo Bueno e Dias (2018), a feminização da pobreza e a precarização das condições de vida tornam essas mulheres mais suscetíveis a práticas ilícitas, muitas vezes vinculadas ao tráfico de drogas, principal causa de aprisionamento feminino no Brasil.

Além disso, grande parte dessas mulheres são responsáveis pelo cuidado de filhos menores e, em muitos casos, exercem o papel de chefes de família. Embora tenham ocorrido avanços normativos importantes nas últimas décadas, como a criação de mecanismos legais para proteger gestantes, mães e responsáveis pelos cuidados de crianças, a aplicação prática dessas medidas ainda encontra inúmeros obstáculos no cotidiano das instituições de justiça e do sistema prisional. Em muitos casos, persistem entraves burocráticos, falta de informação entre profissionais que atuam na rede de garantia de direitos e resistência institucional em adotar alternativas penais compatíveis com as necessidades específicas das mulheres. Além disso, as políticas de assistência social e saúde dentro das unidades prisionais permanecem fragmentadas e insuficientes, sem contemplar plenamente demandas relacionadas à maternidade, ao fortalecimento de vínculos afetivos e à saúde sexual e reprodutiva. Essa defasagem entre o que a legislação prevê e o que efetivamente é implementado reforça a

vulnerabilidade dessas mulheres e evidencia a necessidade de políticas mais robustas, integradas e sensíveis às particularidades do encarceramento feminino.

O afastamento materno impõe, assim, não apenas desafios afetivos e emocionais às crianças, mas também os coloca em situação de invisibilidade social e institucional. Conforme afirma Silva (2017), há uma histórica negligência das políticas públicas em relação aos filhos de mulheres presas, que permanecem à margem das ações estatais, aprofundando sua exposição a contextos de risco social e violação de direitos. Esse cenário contribui para o reforço das desigualdades estruturais e para a manutenção de ciclos contínuos de pobreza, exclusão e violência, que incidem sobre os mesmos territórios e populações, evidenciando o caráter seletivo e racializado do sistema penal brasileiro (ALVAREZ, 2020).

As políticas públicas prisionais brasileiras historicamente foram elaboradas a partir de uma lógica masculina, centradas nas demandas e no perfil da população carcerária masculina, o que resultou na invisibilização das especificidades femininas no sistema penitenciário (BUENO; DIAS, 2018). Essa estrutura, que reflete as desigualdades de gênero presentes na sociedade, desconsidera as particularidades das trajetórias femininas marcadas por violência, vulnerabilidade social e pela centralidade do papel materno e cuidador exercido por essas mulheres antes do encarceramento (SILVA, 2017).

Embora tenham ocorrido avanços normativos nas últimas décadas, a exemplo da promulgação da Lei nº 13.769/2018 — que alterou regras de prisão preventiva para gestantes, mães e responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência — sua aplicação ainda se revela limitada e desigual entre os estados brasileiros (BRASIL, 2018). Os entraves burocráticos, o desconhecimento da legislação por parte dos operadores do direito e a resistência institucional à implementação dessas medidas reforçam o quadro de exclusão e negligência vivido pelas mulheres encarceradas. Além disso, as políticas de assistência social e saúde no ambiente prisional frequentemente não contemplam de forma adequada as demandas relacionadas à maternidade, aos vínculos afetivos e à saúde sexual e reprodutiva das mulheres privadas de liberdade (WACQUANT, 2009; ALVAREZ, 2020).

Segundo Bueno e Dias (2018), os serviços de atendimento às mulheres encarceradas são, em sua maioria, fragmentados, precarizados e insuficientes para garantir o respeito aos direitos básicos dessas mulheres, incluindo o direito à convivência familiar e ao cuidado mãe-filho. Essa lacuna evidencia o caráter secundário atribuído às mulheres no sistema penal e o desafio de construção de políticas públicas prisionais que reconheçam e atendam suas especificidades de forma integral e humanizada .

O encarceramento feminino acarreta custos adicionais tanto para o Estado quanto para as famílias das mulheres presas, intensificando as desigualdades socioeconômicas e as situações de vulnerabilidade. No âmbito familiar, os gastos com transporte para visitas em unidades prisionais, muitas vezes localizadas em áreas distantes e de difícil acesso, bem como a provisão de assistência material, medicamentos e itens de higiene para as mulheres encarceradas, recaem sobre famílias já empobrecidas, especialmente sobre outras mulheres da rede de apoio, como mães, irmãs e avós (BUENO; DIAS, 2018). Conforme Silva (2017), os custos relacionados aos cuidados infantis e à manutenção dos vínculos afetivos, incluindo visitas e apoio jurídico, agravam a precariedade financeira dessas famílias, que já enfrentam obstáculos decorrentes da exclusão social e da instabilidade econômica.

Para o Estado, o encarceramento feminino implica o aumento das demandas por serviços de acolhimento institucional e assistência social destinados aos filhos e dependentes das mulheres presas, além dos custos específicos para a manutenção de gestantes e mães em unidades prisionais, que demandam estrutura diferenciada para atendimento médico, alojamento e cuidados com bebês. Segundo Wacquant (2009), o encarceramento em massa de populações marginalizadas, incluindo mulheres em situação de pobreza, funciona como um mecanismo de gestão da desigualdade social, transferindo os custos das políticas de proteção e cuidado das esferas civis para o sistema penal.

Além disso, Alvarez (2020) destaca que o aprisionamento feminino amplia os custos sociais de longo prazo, na medida em que perpetua ciclos intergeracionais de exclusão, vulnerabilidade e criminalização da pobreza, afetando não apenas as mulheres presas, mas também seus filhos e suas comunidades de origem. Essa dinâmica revela o caráter ineficiente e desumanizador do sistema prisional brasileiro, cuja estrutura foi historicamente concebida para homens e permanece despreparada para lidar com as especificidades e os impactos sociais associados ao encarceramento de mulheres.

Apesar de dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal (LEP) — Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 — garantirem direitos relacionados à convivência familiar, à proteção integral de crianças e adolescentes e à dignidade das pessoas privadas de liberdade, persistem contradições e lacunas significativas na regulamentação e, sobretudo, na aplicação efetiva dessas normas (BRASIL, 1988; BRASIL, 1984).

Como apontam Bueno e Dias (2018), a realidade carcerária brasileira revela uma distância entre os princípios legais e as práticas institucionais, especialmente no que se refere

à proteção dos vínculos afetivos e familiares de mulheres presas e à garantia dos direitos de seus filhos. O Brasil também é signatário de importantes tratados e diretrizes internacionais, como as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras — conhecidas como Regras de Bangkok (ONU, 2010) — que estabelecem parâmetros específicos para o respeito aos direitos das mulheres em privação de liberdade, com ênfase na manutenção dos vínculos familiares, no cuidado com os filhos e na oferta de alternativas penais às mulheres gestantes, lactantes ou responsáveis pelo cuidado de crianças. No entanto, a implementação prática desses princípios permanece limitada no contexto prisional brasileiro, tanto pela falta de estrutura adequada nas unidades femininas quanto pela ausência de políticas públicas efetivas voltadas à atenção integral das mulheres encarceradas e de seus filhos.

De acordo com Silva (2017), essa situação evidencia a contradição entre a normativa protetiva e a realidade de negligência e abandono enfrentada por essas mulheres e suas famílias. As falhas na efetivação das garantias constitucionais e das recomendações internacionais reforçam o caráter seletivo e excludente do sistema penal, que concentra seus efeitos mais perversos sobre populações vulneráveis, em especial mulheres pobres e negras, contribuindo para a perpetuação de ciclos de exclusão social, ruptura familiar e criminalização da pobreza (WACQUANT, 2009; ALVAREZ, 2020).

O sistema penitenciário brasileiro, especialmente nas regiões interioranas do Rio Grande do Sul, apresenta acentuadas desigualdades regionais na oferta de unidades destinadas especificamente ao encarceramento feminino, o que resulta na transferência de mulheres para estabelecimentos prisionais localizados em cidades distantes de suas famílias e comunidades de origem (BUENO; DIAS, 2018). Essa dinâmica territorial reforça a dificuldade de manutenção dos vínculos familiares e afetivos, além de ampliar os custos emocionais, sociais e econômicos para os familiares, que enfrentam obstáculos logísticos e financeiros para realizar visitas e acompanhar a situação jurídica e de saúde das mulheres presas.

Historicamente, a prisão de mulheres no Brasil esteve associada não apenas à criminalização de práticas ilícitas, mas também à punição de comportamentos considerados desviantes em relação aos padrões morais e de gênero estabelecidos pelo modelo patriarcal de sociedade (ALVAREZ, 2020). Como apontam Bueno e Dias (2018), o encarceramento feminino tem servido, ao longo do tempo, como ferramenta de controle social sobre mulheres pobres, negras e periféricas, cujas trajetórias são atravessadas por múltiplas formas de vulnerabilidade, exclusão e violência estrutural.

Wacquant (2009) destaca que o processo de criminalização da pobreza e da dissidência social funciona como uma estratégia de gestão dos setores marginalizados, sendo o sistema prisional utilizado como instrumento para ocultar e controlar as consequências da desigualdade social e da precarização das políticas públicas. No caso das mulheres, esse mecanismo adquire contornos ainda mais perversos, uma vez que se soma à histórica desvalorização social do feminino e à imposição de papéis tradicionais de gênero, restringindo os direitos das mulheres encarceradas e de suas famílias e perpetuando ciclos intergeracionais de exclusão e vulnerabilidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstra que a fragilização das relações familiares de mulheres privadas de liberdade configura um problema público de grande relevância. Esse cenário compromete direitos fundamentais e gera consequências que ultrapassam o período de cumprimento da pena, afetando de maneira profunda a vida de crianças e adolescentes e contribuindo para a continuidade de ciclos de vulnerabilidade social, pobreza e exclusão. Observa-se que o encarceramento feminino no Brasil, especialmente em regiões do interior, incide com maior intensidade sobre mulheres jovens, com baixa escolaridade e inseridas em contextos socioeconômicos precários, muitas das quais são responsáveis principais pelo cuidado dos filhos e pelo sustento da família.

A análise permite concluir que a ruptura dos vínculos familiares é resultado de uma combinação de fatores estruturais e institucionais. Entre eles, destacam-se a própria organização do sistema prisional, historicamente construída a partir de uma perspectiva masculina que pouco considera as especificidades de gênero, bem como a ausência de políticas públicas consistentes voltadas às necessidades das mulheres presas. Soma-se a isso a desigual distribuição de unidades femininas pelo território, o que distancia mães de seus familiares, e a dificuldade de transformar em prática os direitos previstos em normas nacionais e internacionais que garantem convivência familiar e proteção à infância.

Diante desse quadro, torna-se fundamental a criação de políticas públicas articuladas, capazes de integrar diferentes áreas — como saúde, assistência social, justiça, segurança e educação — e promover ações que priorizem o cuidado, o fortalecimento dos laços afetivos e a proteção integral de crianças e adolescentes. Políticas dessa natureza podem reduzir significativamente os danos produzidos pelo encarceramento feminino, contribuindo para uma

abordagem mais humana, equitativa e alinhada à garantia de direitos, além de enfrentar as desigualdades estruturais que sustentam esse fenômeno.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos César. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 9677, 13 jul. 1984.

BRASIL. Lei nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre a substituição da prisão preventiva pela domiciliar para gestantes e mulheres com filhos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 156, n. 244, p. 1, 20 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Levantamento de Informações Penitenciárias – SISDEPEN, 1º semestre de 2023**. Brasília: SENAPPEN, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2023.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Levantamento de Informações Penitenciárias – SISDEPEN, 2º semestre de 2023**. Brasília: SENAPPEN, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2o-semester-de-2023.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BUENO, Samira; DIAS, Juliana. **Elas existem**: encarceramento feminino no Brasil. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **População carcerária feminina aumentou 567% em 15 anos no Brasil**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil>. Acesso em: 5 nov. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok)**. 2010. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Bangkok_Rules_POR.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

SILVA, Fernanda Prates da. **Filhos de mães presas**: entre a invisibilidade e a proteção integral. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Martina Bueno da; LIMA, Maria Cristina Kurtz de; ZAMBAM, Neuro José. **Mulheres no cárcere:** uma breve discussão sobre a realidade de gênero no sistema prisional brasileiro. Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, v. 35, n. 159, p. 101–122, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://revista.trf3.jus.br/index.php/rtrf3/article/view/499>. Acesso em: 14 nov. 2025.

TV BRASIL. **Encarceramento feminino:** mais de 50 mil mulheres presas no Brasil. Repórter Brasil, Brasília, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2025/04/encarceramento-feminino-mais-de-50-mil-mulheres-presas-no-brasil>. Acesso em: 14 nov. 2025.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O BRINCAR NA INFÂNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA TEORIA DE WINNICOTT

EL JUEGO EN LA INFANCIA EN SITUACIÓN DE CALLE: CONSIDERACIONES A PARTIR DE LA TEORÍA DE WINNICOTT

Caroline Oliveira Matozo¹
Daiéle Cristina Colodzey Erd²
Gabriel Silva³

Resumo: Este artigo propõe uma revisão narrativa para refletir sobre o lugar do brincar na infância em situação de rua, interligando a vulnerabilidade social e a violação de direitos, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aos conceitos propostos pelo psicanalista Donald W. Winnicott. O estudo contextualiza o severo aumento da população em situação de rua no Brasil, que expõe crianças e adolescentes à vulnerabilidade extrema. Teoricamente, o trabalho utiliza Winnicott para enfatizar que o brincar é fundamental para o crescimento, a saúde e a descoberta do self do sujeito, sendo a manifestação da criatividade essencial para o viver autêntico. Para tanto, é crucial que o ambiente forneça minimamente a sustentação (holding) necessária ao desenvolvimento maturacional. Os achados da revisão indicam que, apesar das restrições e do trabalho infantil inerente à rua, as crianças pesquisadas demonstram uma capacidade criativa desenvolvida, criando seus próprios modos de distração com objetos do cotidiano. O trabalho conclui com a carência de estudos na intersecção das temáticas, levantando questionamentos sobre a adaptabilidade da teoria winnicottiana à complexa realidade social brasileira e reiterando a necessidade de uma prática psicológica voltada ao contexto brasileiro.

Palavras-chave: Brincar, Infância, Situação de Rua, Winnicott, Psicanálise.

Resumen: Este artículo propone una revisión narrativa para reflexionar sobre el lugar del juego en la infancia en situación de calle, interconectando la vulnerabilidad social y la violación de derechos, previstos en el Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA), con los conceptos propuestos por el psicoanalista Donald W. Winnicott. El estudio contextualiza el severo aumento de la población en situación de calle en Brasil, que expone a niños y adolescentes a una vulnerabilidad extrema. Teóricamente, el trabajo utiliza a Winnicott para enfatizar que el juego es fundamental para el crecimiento, la salud y el descubrimiento del self

¹ Psicóloga, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Especialista em Saúde Mental, Psicopatologia E Atenção Psicossocial, Técnica Superior Penitenciária da Polícia Penal - RS.

² Psicóloga URI Santiago, Especialista em Saúde do Adulto e Idoso- RMS, atualmente psicóloga assistencial na saúde mental da Fundação Hospitalar Getúlio Vargas.

³ Psicólogo, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI; Mestrando em Serviço Social e Proteção Social - PPGSSPS - Universidade Federal do Pampa. <https://orcid.org/0009-0009-9774-5626>

del sujeto, siendo la manifestación de la creatividad esencial para el vivir auténtico. Para ello, es crucial que el ambiente proporcione mínimamente el sostén (holding) necesario para el desarrollo madurativo. Los hallazgos de la revisión indican que, a pesar de las restricciones y el trabajo infantil inherente a la calle, los niños investigados demuestran una capacidad creativa desarrollada, creando sus propios modos de distracción con objetos cotidianos. El trabajo concluye señalando la escasez de estudios en la intersección de estas temáticas, planteando interrogantes sobre la adaptabilidad de la teoría winnicottiana a la compleja realidad social brasileña y reiterando la necesidad de una práctica psicológica enfocada en el contexto nacional.

Palabras clave: Juego, Infancia, Situación de Calle, Winnicott, Psicoanálisis.

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Ministério da Cidadania e Observatório Brasileiro De Políticas Públicas Com A População Em Situação De Rua (2022), o número de pessoas em situação de rua no Brasil em 2021 era de 158.057, sendo São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro as capitais com a maior concentração. No estado do Rio Grande do Sul, a capital Porto Alegre ocupava a oitava posição, com 2.048. Os dados mostram que o número da população em situação de rua no Brasil de 2021 é mais de 11 vezes maior que em 2012, ano em que a população em situação de rua era de 12.775 (Brasil; Observatório Brasileiro De Políticas Públicas Com A População Em Situação De Rua, 2022)

Sendo assim, existem um grande número de crianças e adolescentes que estão na rua. As autoras Rizzini e Couto (2019) apresentam que inicialmente essas crianças e adolescentes eram chamadas de “meninos de rua” e eram caracterizadas como um problema social. A partir do ano de 1980 a terminologia “em situação de rua” foi ganhando espaço, do mesmo modo, surgiram questionamentos acerca da origem e dos fatores responsáveis pela ida dessas crianças e adolescentes para as ruas. Assim, essa terminologia refere-se a sujeitos que têm a rua como uma referência, e passam a maior parte do seu tempo nesse lugar, embora possam manter algum vínculo familiar e/ou endereço fora das ruas (Rizzini; Couto, 2019).

São diversos fatores que podem influenciar a ida dessas crianças e adolescentes para a rua, como as situações familiares, sociais, econômicas e psicológicas. Perante isso, pensa-se na violação de direitos que crianças e adolescentes enfrentam, pois conforme Rizzini e Couto (2019) estes estão suscetíveis a uma proteção inadequada do estado, passando pela ausência do ambiente escolar, trabalho infantil, envolvimento com tráfico de drogas, exploração sexual

e outras formas de violências psicológicas e físicas. Diante disso, tem-se a construção histórica dos direitos da criança e do adolescente, passando por um longo processo em busca do reconhecimento, para que, a partir disso, essas crianças e adolescentes em desenvolvimento tivessem certa proteção por parte da família, da sociedade e dos Poderes Públicos (Waquim; Coelho; Godoy 2018).

Salienta-se a existência da Política Nacional para a população em situação de rua, Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, porém nesse artigo o foco recairá no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual constitui a proteção integral à infância e juventude, promovendo regras e princípios de ordem civil, administrativa, penal, trabalhista, entre outros, buscando a proteção e o desenvolvimento desses sujeitos perante a sociedade (Waquim; Coelho; Godoy 2018). Segundo Andrade (2014) mesmo com a vigência do ECA, muitas crianças ainda são privadas de seus direitos básicos, e na maior parte dos casos são obrigadas a abandonar atividades próprias de sua faixa etária e precisam enfrentar situações e responsabilidades de pessoas adultas, em busca de sua sobrevivência e também como forma de ajudar a família.

Desse modo, a relevância da reflexão aprofundada sobre o brincar⁴ na infância em situação de rua se impõe como uma necessidade social e um imperativo legal. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), enquanto principal marco protetivo, estabelece no Artigo 16 o direito fundamental à liberdade, detalhando-o em diversos aspectos, dentre eles, explicitamente, a ‘liberdade para brincar, praticar esportes e divertir-se’ (inciso XV). Winnicott (2019) argumenta que o brincar facilita o crescimento e por conseguinte a saúde da criança também, sendo assim, o brincar pode ser uma forma de comunicação e também auxiliar para a formação de relacionamentos grupais.

O autor ainda destaca que é no brincar que a criança ou adulto pode ser criativo e assim utilizar a sua personalidade integral, e é somente demonstrando sua criatividade que o sujeito consegue descobrir o seu eu (self⁵) e através do brincar que se torna possível a integração de aspectos que possam estar dissociados na personalidade do sujeito (Winnicott, 2019). Ainda podem ser pensadas questões referentes ao ambiente em que essas crianças e adolescentes estão inseridas, pois Winnicott (2000) descreve que esse ambiente precisa

⁴ Quando falamos sobre o brincar, estamos partindo do conceito teórico proposto por Winnicott (2019), onde o brincar seria o meio no qual a criança — e também o adulto — se relaciona com o mundo através do “viver criativo”. Esse conceito será melhor explorado no próximo item.

⁵ Self, na literatura de Winnicott (1983), seria a forma de se referir a instância do eu, podendo existir um eu verdadeiro (self verdadeiro) ou um eu falso (falso self).

fornecer minimamente uma sustentação para que esses possam ter seu desenvolvimento maturacional e assim tornar-se um adulto saudável.

Em vista disso, esta pesquisa tem como objetivo pensar e refletir sobre o lugar que o brincar ocupa na infância em situação de rua, interligando aos conceitos propostos pelo psicanalista Donald Winnicott. Para alcançar esta meta, optou-se pela revisão narrativa. Os dados utilizados para a análise foram coletados através de literatura publicada em livros, artigos de periódicos impressos e eletrônicos, utilizando os descritores: brincar, infância, em situação de rua. Tais dados foram analisados através da interpretação e análise crítica pessoal dos autores, conforme o caráter flexível e contextual das revisões narrativas (Rother, 2007; Cordeiro, 2007)). O ponto de partida para a construção deste artigo foi a disciplina de Psicanálise de Crianças e Adolescentes do curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, da qual origina parte da bibliografia utilizada na construção teórica.

2 PSICANÁLISE E O BRINCAR

Felice (2003) nos mostra que a psicanálise infantil sofreu diversas mudanças ao longo do tempo, indo desde o método clínico de Klein que pontuava a importância da interpretação das brincadeiras, a fim de decodificar o significado da brincadeira produzida no setting terapêutico, até o método bioniano onde a decodificação é pensada através da construção de sentidos. Na perspectiva de Winnicott (2019), a interpretação torna-se secundária, tendo como foco o próprio brincar, pois “Quando um paciente é incapaz de brincar, o terapeuta deve se concentrar nesse sintoma principal, antes de interpretar fragmentos de comportamento” (p. 83). Winnicott (2019, p.87) aponta que “o brincar é, por si só, uma terapia”, dessa forma, o brincar é onde adultos e crianças conseguem ser criativos diante do mundo, e só através dessa criatividade que podem descobrir o seu self.

Bomtempo (1999) nos mostra que a brincadeira é uma atividade social e cultural. O brincar está presente na vida da criança assim como também na vida adulta, porém expressa um contexto histórico e cultural mais amplo, as brincadeiras mudam em diferentes culturas e são contextualizadas conforme seu ambiente. O ambiente é a condição para o brincar, e o brinquedo é como um pedaço de cultura colocado perante a criança. O brincar não é simplesmente o brincar, mas uma forma de comunicação social da criança — e também dos adultos, apesar de este ter outros meios de comunicação (Bomtempo, 1999; Winnicott, 2019)

Felice (2003) argumenta, com base em Winnicott (1975⁶), que a brincadeira é primária e não é produzida pela sublimação dos instintos. O brincar inicia-se na relação mãe-bebê, onde o bebê entende que a mãe é um objeto subjetivo e criado por ele. Após essa ilusão de onipotência criada na relação mãe-bebê, cria-se um espaço potencial⁷ entre ambos, onde a brincadeira passa a acontecer. O bebê com o tempo passa a brincar sem a presença da mãe, na suposição de que ela está disponível, até o momento em que ele consegue brincar em conjunto permitindo que a mãe insira sua própria forma de brincar no relacionamento (Felice, 2003; Winnicott, 2019).

As autoras Missio e Arpini (2018) apontam, a partir de Freud (1920), que as crianças repetem na brincadeira experiências que lhe causaram uma grande impressão. Ao repetir essa experiência, através do brincar, a criança assume uma postura ativa perante esta situação, podendo controlá-la e dominá-la, saindo da experiência passiva de quem, anteriormente, apenas observou de fora (Missio; Arpini, 2018).

2.1 O Brincar Em Contexto De Vulnerabilidade Social

Oliveira e Francischini (2009) apontam que a maneira com que cada criança vivencia a infância e o brincar, está relacionada com o contexto em que está inserido, as pessoas com que convive, como se dão esses relacionamentos, o lugar onde moram, dentre outros aspectos. Dessa forma, o brincar em relação às crianças em vulnerabilidade social se difere das brincadeiras realizadas por crianças com melhores condições econômicas, pois mesmo que todas as crianças tenham o brincar como direito assegurado, as que estão em situação de trabalho — como é o caso de boa parte das crianças em situação de rua — são “obrigadas” desde cedo a trabalhar para seu próprio sustento e sustento da família, quando esta existe (Oliveira; Francischini, 2009).

Cerqueira-Santos (2004) discorre que a maioria das crianças em sua pesquisa traz um sentimento positivo com relação ao trabalho e que gosta de realizar essa atividade, associando o trabalho com o fato de conseguir ajudar em casa e como forma de ganhar dinheiro, sendo que a maioria dos entrevistados prefere o trabalho ao brincar, mas que conseguem fazer

⁶ Refere-se ao livro “O Brincar e a Realidade”. Neste artigo também utilizamos essa referência, através de uma versão de 2019 da Editora Ubu.

⁷ O conceito de espaço potencial em Winnicott (2019) é o espaço que existe entre o bebê e sua figura materna, ou melhor dizendo, entre o sujeito e seu mundo externo. Esse espaço não é o mundo interno, nem o mundo externo, mas um espaço entre que permite o brincar, à criatividade e o viver criativo, mediando sua relação entre o mundo interno e externo.

simultaneamente as duas atividades.

Segundo os dados encontrados na pesquisa de Alves et.al (2002) as crianças costumam brincar, criando seus próprios modos, a partir de objetos que não são considerados usualmente como brinquedos, apresentando um brincar com o corpo, com vestimentas, com objetos adultos, com faz de conta, e outras formas de explorar o brincar. As crianças ainda apresentam uma defasagem escolar, o que dificulta os contatos sociais, assim como o brincar, o aprendizado mais formal e seu desenvolvimento sócio-emocional. Oliveira e Francischini (2009) trazem que as crianças tentam reproduzir o brinquedo industrializado a partir dos objetos que possuem, como sucata e elementos da natureza e ainda apresentam que o futebol e amarelinha aparecem como uma das brincadeiras mais realizadas por elas.

No estudo de Cerqueira-Santos (2004) o faz de conta também apareceu como uma das brincadeiras dessas crianças, sendo que geralmente ao imaginar, traziam aspectos de sua realidade cotidiana, ou adaptaram personagens que viam na televisão para as suas narrativas reais. O autor ainda menciona que momentos de brincadeiras totalmente fantasiosas são mais ausentes, devido a falta de tempo dessas crianças e por estas precisarem manter a sua atenção ao contexto, tornando-se até mesmo perigoso afastar-se totalmente da realidade.

Os resultados da pesquisa ainda colaboram trazendo que as crianças consideram o brincar como algo prazeroso, ou seja, tem momentos de alegria e felicidade mesmo vivendo em uma situação de risco. E nas narrativas ainda aparecem questões onde as crianças costumam brincar sem objetos, mas que relataram a preferência em brincar com brinquedos industrializados ou eletrônicos (Cerqueira-Santos, 2004).

Diante desses estudos, onde as crianças apresentam um brincar, criando seus objetos e formas de distração, pode-se pensar que estão conseguindo demonstrar sua criatividade no seu brincar, personificando o seu self e imbuídos de um sentimento de que a vida realmente merece ser vivida (Winnicott, 2019) mesmo diante das circunstâncias da rua. Silva e Junior (2011) baseados na concepção de Winnicott (1971⁸), trazem que a capacidade criativa é uma forma que permite que a criança consiga reconhecer a existência de limites, assim como sustentar-se e suportar as decepções. Essa capacidade permite que o adulto consiga ser autêntico nas interações com o mundo e com os outros (Silva; Junior, 2011).

Silva e Junior (2011) descrevem que:

se o ambiente primitivo lhe foi falho, e se o indivíduo cresceu, viveu ou mesmo vive

⁸ Refere-se ao livro “O Brincar e a Realidade”. Neste artigo também utilizamos essa referência, através de uma versão de 2019 da Editora Ubu.

ainda, sob severas restrições no ambiente social, familiar, e de trabalho, e se em algum momento tornaram vítimas de perseguições de ordem pessoal, social ou política, essas pessoas poderão sofrer uma grande perda no seu potencial criativo (pág. 34).

Mesmo diante dessa perspectiva, nos estudos encontrados, as crianças pesquisadas apresentam a capacidade criativa desenvolvida, conseguindo ter momentos para brincar e criar.

2.2 Atuações da Psicologia com crianças em situação de rua

A vivência de crianças em situação de rua representa um desafio para os profissionais da rede de proteção social, pois ao mesmo tempo que devem atuar na proteção dos riscos da rua, também devem considerar a rua como um espaço de constituição do sujeito (Witt, 2016). Diversos profissionais trabalham em instituições que buscam o atendimento da população em situação de rua, sendo que o psicólogo está inserido nesses espaços e geralmente faz parte de uma equipe multiprofissional (Souza et al, 2015), cada profissional da equipe possui uma forma de colaborar diante desse contexto e o trabalho em conjunto traz soluções mais adequadas, assim como possibilita e contribui para o desenvolvimento de políticas públicas. Salienta-se que a voz ativa das crianças neste processo possibilita maior preparação dos profissionais para lidar com a realidade cotidiana delas (Nunes, 1994).

Mediante essas questões, entende-se que o papel da psicologia nesses espaços é diferente do encontrado no setting clínico, pois geralmente essas crianças chegam até os serviços de atendimento ao público com uma demanda, por vezes, “desconhecida” e distante desse espaço, e então torna-se necessário levar em conta as condições que essas crianças vivem, sua cultura, suas crenças e também a forma como se dá o brincar e o viver criativo para cada uma delas (Souza et.al, 2015).

Witt (2016) ressalta que dentre as atuações, ao psicólogo cabe a elaboração, planejamento, execução e avaliação das políticas públicas, fazendo o atendimento direto à população que necessitam de novas estratégias terapêuticas diferentes das utilizadas na clínica tradicional da psicologia. A atuação desse profissional deve ser direcionada a potencializar os recursos levando em conta a subjetividade, o meio social em que o sujeito se encontra. Segundo Souza et.al (2015) geralmente as políticas públicas são feitas “para” um certo

público e não “com” o público, apontando para o componente ético-político na atuação dos profissionais, o qual deveria enxergar a pessoa em situação de rua como um cidadão e direcioná-lo para o desenvolvimento de sua autonomia.

Reitera-se que a singularidade dessas crianças em situação de rua pode fugir do horizonte das práticas do psicólogo, e dessa forma é preciso realizar uma escuta diferenciada e sensível que seja capaz de compreender as questões relacionadas ao ambiente das ruas (Souza et.al, 2015), sendo possível utilizarmos uma postura de “holding”, a qual baseia-se em uma sustentação física e psicológica e que permite que uma constituição do sujeito como unidade (Winnicott, 2000).

Sustentar na clínica, como citado por Medeiros e Vaisberg (2014), é convidar o paciente a viver o tempo da experiência, um processo que Winnicott (2019) já descrevia quando falava sobre o brincar vir antes da interpretação. É através desse processo que o psicanalista, ou o psicólogo, pode se implicar com a vivência do paciente, antes mesmo de fazer qualquer interpretação (Medeiros; Vaisberg, 2014, Winnicott, 2019), pois ao pensar o processo terapêutico fora das 4 paredes do setting, em um contexto de vulnerabilidade, ao não entender esta experiência específico, apenas reproduziremos uma teoria vazia de materialidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no breve estudo que fizemos a respeito da temática do brincar em situação de rua, chegamos à conclusão que temos um déficit de estudos na intersecção destas duas temáticas. Enquanto selecionamos a bibliografia, houve dois momentos: o primeiro momento foi buscar trabalhos que unissem as temáticas, e num segundo momento, buscar trabalhos que exploravam cada temática separadamente. O primeiro momento trouxe um número muito baixo de publicações, enquanto no segundo momento foi possível encontrar mais trabalhos, demonstrando a precariedade de estudos sobre o brincar em situação de rua.

Acreditamos que, inicialmente, é fundamental pontuar a limitação inerente ao método da revisão narrativa, que foi a abordagem proposta para este estudo. Devido ao seu rigor mais flexível, o trabalho não resulta em um produto final definitivo, mas sim em um "estado da arte" sobre o tema abordado. Nesta seção final, adotamos uma postura de cuidado para evitar afirmações categóricas, em virtude das limitações metodológicas do estudo. Reconhecemos a importância de desenvolver, futuramente, uma pesquisa mais ampla, criteriosa e rigorosa para

que as hipóteses que emergem deste trabalho possam ser confirmadas. Ainda assim, mesmo com essas ressalvas, cremos ser possível apresentar reflexões relevantes a partir das informações coletadas ao longo da pesquisa.

A partir daqui, as considerações finais virão na forma de problemas que surgiram na construção do texto e nas leituras realizadas. Nos perguntamos qual característica explicaria, de alguma forma, essa carência de obras sobre o assunto? Seria apenas um desinteresse dos pesquisadores na temática ou uma limitação da teoria psicanalítica em abranger esse contexto? Ou até mesmo uma limitação da psicanálise winnicottiana, em específico? Seria pelo contexto distante na qual essa teoria foi desenvolvida, na Europa do pós guerra? É claro que existem diversas perguntas a serem feitas, diversas problematizações possíveis, porém intencionalmente queremos provocar esses questionamentos aos leitores deste trabalho.

Quando avaliamos o contexto na qual a teoria psicanalítica é construída, percebemos que existe um público muito específico que ia até as clínicas de medicina e psicanálise. Esse contexto, é claro, induz os resultados esperados, o que não invalida eles, mas é importante localizá-los. Uma das dificuldades percebidas na prática profissional é a dificuldade em transpor conceitos importados para a realidade brasileira, afinal esses conceitos não foram feitos para nosso território, e questões tão comuns na nossa realidade como o caso das crianças em situação de rua, proposto pelo trabalho, fogem tanto da clínica, quanto da Europa.

Nesse sentido surge mais um questionamento: é possível adaptar a teoria winnicottiana à realidade brasileira? Ou melhor, é possível nos apropriarmos desta teoria, ao ponto de invertamos os pólos e deixarmos o sul no norte? Uma inversão digna do artista Joaquín Torres Garcia, ao fazer a América Invertida e propor um paradigma sulameriano na arte. Deixamos estas questões em aberto, porém lembremos do apelo de Martín-Baró (1997) que nos alerta ao perigo em importar teorias psicológicas de forma acrítica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Paola Biasoli et al. Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 3, p. 305-313, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/W6Ln9TRVkmcNj9k6gHQhq3c/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 06 nov. 2025.
- ANDRADE, Fábio Santos de. **Crianças e adolescentes em situação de rua: ocupação e domínio do espaço público urbano**. 2014. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2014. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/3274> Acesso em: 06 nov. 2025.

BOMTEMPO, Edda. Brincar, fantasiar e aprender. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 51-56, out. 1999. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v7n1/v7n1a05.pdf> Acesso em: 06 nov. 2025

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 06 nov. 2025.

CALDEIRA, Michele de Castro. **O brincar e a realidade de rua**: um estudo sobre o brincar em adolescentes que vivem nas ruas. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f3b1c398ec4d711ecbe6e5141d3afd01c/TD19ACI194_2010.pdf Acesso em: 06 nov. 2025.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. **Revisão sistemática**: uma revisão narrativa. Comunicação Científica. Vol. 34 - Nº 6, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012> Acesso em: 06 nov. 2025.

FELICE, Eliana Marcello de. O lugar do brincar na psicanálise de crianças. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 71-79, jun. 2003. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v5n1/v5n1a06.pdf> Acesso em: 06 nov. 2025.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002> Acesso em: 06 nov. 2025.

MEDEIROS, Clarissa; VAISBERG, Tania Maria José. Reflexões sobre holding e sustentação como gestos psicoterapêuticos. **Psicologia Clínica**, v. 26, n. 2, p. 49-62, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/wLtHmFGfDBWy4vR5Mwdt9Nb/?format=html&lang=pt#> Acesso em: 06 nov. 2025.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Brasil). OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (Comp.). **População em Situação de Rua no Brasil**: Totais por Região, Estado e Município, Série Histórica 2012-2021. Belo Horizonte: Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, 2022. Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html. Acesso em: 3 nov. 2025.

MISSIO, Joana; ARPINI, Dorian Mônica. O brincar na vivência de rua de crianças: retratos e narrativas a partir de Desenhos-Estórias. **Sociedad e Infancias**, v. 2, p. 189-210, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/SOCL.59347> Acesso em: 06 nov. 2025.

OLIVEIRA, Indira Caldas Cunha de; FRANCISCHINI, Rosângela. Direito de brincar: as (im)possibilidades no contexto de trabalho infantil produtivo. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 14, n. 1, p. 59-70, jan./abr. 2009. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712009000100007#enderb Acesso em: 06 nov. 2025.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do. População infantil e adolescente nas ruas: principais temas de pesquisa no Brasil. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 105-122, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30867> Acesso em: 06 nov. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 5-6, abr./jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 3 de novembro de 2025.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder. **Um estudo sobre a brincadeira entre crianças em situação de rua**. 2004. 150 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5809> Acesso em: 06 nov. 2025.

SILVA, Maria Edna de Melo; SILVA JUNIOR, Elpidio Estanislau da. O viver criativo: segundo a teoria Winnicottiana. In: **JORNADA INTERNA DOS GRUPOS DE ESTUDO DO GPAL**, 2., 2009, Maceió, AL. Anais... Maceió, AL: GPAL, 2011. p. 30 - 37. Disponível em: https://silo.tips/download/o-viver-criativo-segundo-a-teoria-winnicottiana-1#google_vignette Acesso em: 06 nov. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. **A Psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios**. Belo Horizonte, MG: CRP-MG, 2015. 89 p. Disponível em: <https://geracaoamanha.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Psic-e-pop-rua.pdf> Acesso em: 06 nov. 2025.

WAQUIM, Bruna Barbieri; COELHO, Inocência Mártires; DE MORAES GODOY, Arnaldo Sampaio. A história constitucional da infância no Brasil à luz do caso do menino Bernardino. **Revista Brasileira de Direito**, v. 14, n. 1, p. 88-110, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6787001> Acesso em: 06 nov. 2025.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, Donald W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WITT, Cibele dos Santos. **A percepção dos profissionais que atuam na rede de assistência social em relação à vivência de rua de crianças e adolescentes**. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/10374> Acesso em: 06 nov. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O CINEMA NORDESTINO ENQUANTO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ÂMBITO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

NORTHEASTERN BRAZILIAN CINEMA AS A TOOL OF POPULAR EDUCATION: AN EXPERIENCE REPORT WITHIN THE SCOPE OF UNIVERSITY EXTENSION

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho¹

Jhenyfer Karolayne Feitosa Santos²

João Vitor dos Santos Paiva³

Lyandra Maria de Melo Santos⁴

Lucas Gabriel de Araújo Valença⁵

Resumo: Este estudo analisa a potencialidade do cinema nordestino na prática do Serviço Social, a partir de uma experiência de extensão universitária em Aracaju/SE, vinculada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O objetivo foi investigar como produções culturais podem fortalecer a identidade regional, promover reflexão crítica e incentivar a participação comunitária. A pesquisa utilizou o materialismo histórico-dialético como método, articulando levantamento bibliográfico e relato de experiência, permitindo integrar teoria e prática profissional e orientando-se pelos princípios da educação popular. Durante a intervenção, o filme “*Ai Que Vida!*” foi exibido à comunidade, seguido de rodas de conversa mediadas pela equipe de extensão, estimulando o debate sobre desigualdades sociais, culturais e políticas presentes no cotidiano local. Os resultados indicam que a mediação cinematográfica nordestina favoreceu a problematização da realidade, o fortalecimento do senso de pertencimento ao seu território e a conscientização crítica sobre direitos e desafios comunitários. Conclui-se que a integração entre extensão universitária, cultura e mediação pedagógica constitui uma estratégia eficaz para o Serviço Social, ampliando o trabalho profissional e consolidando vínculos sociais, ao mesmo tempo em que promove formação cidadã e engajamento social.

Palavras-chave: Serviço Social, Cinema Nordeste, Educação Popular, Cultura, Extensão Universitária.

¹ Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS.
E-mail: jhenyferkarolayne@gmail.com.

³ Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS.
E-mail: joaovsantos.1903@gmail.com.

⁴ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS.
E-mail: lyandramelo@outlook.com

⁵ Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS.
E-mail: lgbarmello@academico.ufs.br.

Abstract: This study analyzes the potential of Northeastern Brazilian cinema in Social Work practice, based on a university extension experience in Aracaju/SE, linked to the Social Work program at the Federal University of Sergipe (UFS). The aim was to investigate how cultural productions can strengthen regional identity, foster critical reflection, and encourage community participation. The research employed a historical-dialectical materialism approach, combining bibliographic review and experiential reporting, allowing the integration of theory and professional practice, guided by the principles of popular education. During the intervention, the film “*Ai Que Vida!*” was screened for the community, followed by discussion circles mediated by the extension team, stimulating debate on social, cultural, and political inequalities present in everyday local life. The results indicate that Northeastern cinematic mediation facilitated the problematization of reality, strengthened a sense of territorial belonging, and promoted critical awareness of rights and community challenges. It is concluded that the integration of university extension, culture, and pedagogical mediation constitutes an effective strategy for Social Work, expanding professional practice, consolidating social bonds, and simultaneously promoting civic formation and social engagement.

Keywords: Social Work; Northeastern Brazilian Cinema; Popular Education; Culture; University Extension.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar o potencial emancipador da dimensão cultural na prática do Serviço Social, a partir de uma experiência de extensão universitária realizada na cidade de Aracaju/SE, vinculada ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O estudo situa-se na interface entre teoria e prática profissional, enfatizando a importância de ações que dialoguem com a realidade social, territorial e cultural da população, potencializando a formação de sujeitos críticos/as e conscientes de seus direitos.

O método de análise adotado foi o materialismo histórico-dialético, possibilitando compreender as relações sociais, políticas e econômicas que estruturam a realidade local e influenciam as experiências comunitárias. A pesquisa combinou levantamento bibliográfico com o relato de experiência, permitindo registrar memórias, percepções e reflexões decorrentes da intervenção, a partir da exibição do Filme “*Ai Que Vida!*”. Essa articulação entre conhecimento teórico e prática profissional fortalece a compreensão do Serviço Social como instrumento de transformação social, alinhado aos princípios ético-políticos da profissão.

A intervenção centrou-se no cinema nordestino, escolhido por sua capacidade de representar a questão social, a identidade regional e os territórios de forma crítica e sensível. A exibição de obras cinematográficas, seguida de rodas de conversa mediadas por estudantes

e docentes, proporcionou à comunidade espaços de reflexão sobre suas próprias experiências e realidades. O cinema, nesse contexto, funcionou como ferramenta pedagógica e de problematização, permitindo que os/as participantes reconhecessem suas vivências, discutissem desigualdades, problemas sociais e articulassem suas memórias e histórias com os elementos simbólicos da narrativa audiovisual.

A pesquisa evidenciou que o diálogo com a comunidade, orientado pelos princípios da educação popular, possibilitou um olhar mais territorializado sobre a realidade local, identificando não apenas as dificuldades e vulnerabilidades, mas também a resistência, as conquistas e as especificidades culturais da região. Dessa forma, o artigo contribui para debates sobre a dimensão cultural no Serviço Social, mostrando como o cinema nordestino e a educação popular podem ser incorporados como instrumentos de intervenção, reflexão crítica e fortalecimento da identidade regional.

2 O CINEMA COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR E MEDIAÇÃO SOCIAL

Cinema, Educação Popular, Nordeste e Serviço Social são quatro categorias distintas que se entrelaçam no gestar da experiência extensionista concebida na realização do projeto “Nordeste em Questão: O Social em Tela”, no âmbito da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Portanto, aqui se torna fundamental nortearmos tais categorias e explicitarmos a maneira com que elas se entrelaçam no campo teórico, a partir do relato prático deste projeto.

Partimos do pressuposto, fundamentado em Paulo Freire, de que a Educação Popular se consolida como uma perspectiva pedagógica que ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos. Trata-se de uma proposta com caráter intrinsecamente político e emancipatório. Nessa abordagem, adota-se uma metodologia participativa e libertadora, que compreende a educação como um processo humanizador e histórico, orientado para uma *práxis* transformadora capaz de libertar os indivíduos das condições de alienação e submissão impostas pela sociedade capitalista (Santos, 2013).

O objetivo último dessa *práxis* educacional Freireana é a construção coletiva de uma consciência crítica, condição indispensável para uma ação capaz de transformar as estruturas sociais, políticas e culturais, orientando-se para a consolidação de uma sociedade mais igualitária. Essa fundamentação encontra ressonância direta no exercício e na formação profissional do/a assistente social comprometido/a com a mudança social, cujo trabalho

também se direciona pelo uso de instrumentos e metodologias voltados à apreensão das realidades opressivas e ao estímulo da mobilização coletiva na luta por direitos (Santos, 2013).

Já o cinema, como síntese entre técnicas de filmagem, montagem, atuação e produção, resulta em um complexo de significações que, para serem decodificadas, exigem o compartilhamento de repertórios com o público. Nessa interação, as imagens projetadas produzem sentidos que podem exercer papel determinante na vida dos/as espectadores/as. Assim, o cinema instrumentaliza a reprodução de comportamentos culturais a partir de um conjunto específico de valores socioculturais e linguísticos, atuando tanto como artefato simbólico na consolidação do imaginário contemporâneo quanto como artefato cultural, configurando-se como uma forma discursiva privilegiada na construção de significados sociais (Pires e Silva, 2014).

Nesse ínterim, as formas de representações veiculadas pela linguagem cinematográfica podem favorecer processos de alienação social, ao participarem ativamente da formação do imaginário coletivo e naturalizarem discursos e representações específicas. Isso ocorre porque o cinema opera como um instrumento de representação social imaginária que aproxima o distante, articulando valores diversos em um mesmo enunciado fílmico. Dito isso, compreende-se que a maneira como as representações sociais dos roteiros se materializa na figuração cinematográfica leva à transformação do cotidiano em um palco de ficção, aproximando ambos de forma quase indissociável (Pires e Silva, 2014).

Essa proximidade entre cinema e realidade facilita a circulação de representações e, conseqüentemente, intensifica a identificação e o diálogo do público com seu dispositivo cultural. Dessa forma, a arte cinematográfica apresenta uma característica fluida na maneira de se comunicar com os espectadores, podendo atuar tanto como instrumento de consolidação da ordem burguesa quanto como ferramenta de combate aos conservadorismos, quando abordada a partir de uma perspectiva crítica.

Desse modo, é imperioso ressaltar o potencial educativo do cinema enquanto ferramenta potencializadora de uma consciência crítica. Como produto do trabalho humano, o cinema transcende sua dimensão estética, constituindo-se como um meio privilegiado de reflexão crítica, orientada para a superação das barreiras presentes na sociedade de classes. Nessa perspectiva, ele se consolida como instrumento catalisador da transformação da realidade social e da formação humana integral, podendo exercer influência decisiva na constituição da consciência individual e coletiva, ao participar ativamente do

desenvolvimento humano e da construção das subjetividades na sociedade (Carneiro *et al.*, 2023; Pires e Silva, 2014).

É nesse caráter dialógico e crítico que a sétima arte estabelece uma aproximação com a Educação Popular, uma vez que, segundo Paulo Freire, o cinema pode operar como um veículo mediador para que os sujeitos se reconheçam como agentes capazes de nomear e ressignificar sua realidade, ao articular cultura, educação e política. Assim, uma produção cinematográfica pode reforçar a luta contra-hegemônica pela redefinição de identidades e pela superação das injustiças sociais, tal como preconiza a Educação Popular ao estimular a "presença organizada das classes populares" (Freire, 2001, p. 102) na transformação democrática da sociedade.

Dado que o objetivo neste artigo é tratar especificamente do cinema nordestino, cabe salientar que, enquanto instrumento de representação social, o cinema — de forma geral — confere voz e imagem a experiências historicamente silenciadas. Nesse sentido, expressões do cinema nordestino, não apenas pode questionar visões estereotipadas e externas sobre a região, mas também pode promover uma conscientização crítica, sob a base do pertencimento territorial, capaz de engendrar práticas transformadoras.

Sob essa ótica, o cinema nordestino desempenha um papel fundamental no processo de visibilização das contradições sociais, culturais e territoriais inerentes à região, atuando como um dispositivo simbólico que problematiza e desnaturaliza tais realidades. Ao representar narrativas que emergem do próprio contexto regional, esse cinema não apenas reflete, mas também constrói e disputa imaginários sobre a identidade nordestina, em um processo cuja as estratégias narrativas e estéticas filmicas tornam-se instrumentos capazes de desvelar as estruturas sociais vigentes, à medida que explicitam tensões, hierarquias e resistências que conformam a experiência social no Nordeste (Hayara, Pereira e Paiva, 2021).

Ademais, ao considerarmos o ponto de encontro entre Cinema, Nordeste e Serviço Social, é imprescindível destacar que a dimensão pedagógica inerente à profissão, quando articulada ao potencial humanizador da arte, configura-se como uma estratégia transformadora e emancipatória no trabalho com usuários/as. Essa articulação possibilita a formação de sujeitos mais críticos, capazes de questionar a realidade social e conscientes de seu papel histórico (Conceição, 2010).

Nesse sentido, a utilização de produções cinematográficas como instrumento de intervenção profissional não apenas facilita o alcance dos objetivos do Serviço Social, mas o faz por meio de uma abordagem prática e significativa, que valoriza a subjetividade dos/as

usuários/as. Assim, o cinema, enquanto linguagem artística e recurso pedagógico, ao ser incorporado à prática profissional com objetivos interventivos claros, contribui para a superação do imediatismo decorrente da alienação, favorecendo a percepção dos indivíduos como seres históricos e críticos. Além disso, essa abordagem articula-se de maneira profícua com os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social, constituindo-se como um recurso valioso para a efetivação de sua dimensão educativa e transformadora, ao possibilitar o desvelamento de estruturas opressivas e a problematização da realidade social — objetivos que se encontram alinhados ao compromisso com a emancipação humana que orienta a profissão (Conceição, 2010).

O uso intencional de produções cinematográficas no exercício profissional permite não apenas transcender a mera transmissão de informações, favorecendo processos de conscientização que levam os/as usuários/as a se reconhecerem como sujeitos históricos e detentores de direitos, mas também reafirma o papel político-pedagógico do Serviço Social na mediação entre a cultura instituída e as práticas culturais emergentes. Dessa forma, torna-se possível adentrar no campo das disputas, contradições e antagonismos de valores e sentidos nos quais a cultura está imersa, considerando seu papel na reprodução das relações sociais de produção (Korf, 2020).

Ao promover a valorização da cultura popular e democrática, o/a profissional contribui para a formação de sujeitos críticos e participativos, capazes de questionar a ideologia dominante e de construir alternativas de sociabilidade orientadas por princípios emancipatórios. Sob essa ótica, o Serviço Social tem a possibilidade e a responsabilidade de intervir nesse campo, fortalecendo expressões culturais que emergem das classes subalternas.

Nessa perspectiva, ao se apropriar do cinema crítico sob o viés da educação popular, sobretudo o nordestino, o Serviço Social não apenas ilustra contextos de desigualdades e resistências, mas também estimula a reconstrução de narrativas individuais e coletivas, fortalecendo a representação e a identidade regional.

Ancorados/as nessas reflexões, adentramos a seara fértil da experiência extensionista: o projeto *“Nordeste em Questão: O Social em Tela”*. Como uma equipe nordestina de Serviço Social engajada na luta do nosso povo para quebrar os paradigmas e as amarras da invisibilidade que a lógica capitalista impôs sobre o Nordeste, mergulhamos na cinematografia de nossa terra não como meros espectadores, mas como partícipes de um ato político. Ao nos apropriarmos das lentes do cinema regional, assumimos o compromisso de romper com as algemas da invisibilidade e, assim, devolver o protagonismo àqueles/as cujas

vozes foram silenciadas pelo tempo e cujas histórias permaneceram resguardadas nas prateleiras do esquecimento. Esta é a nossa trincheira acadêmica: um ato de resistência que, ao entrelaçar saberes populares e científicos, reafirma a universidade pública como farol de transformação social.

3 A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA “NORDESTE EM QUESTÃO: O SOCIAL EM TELA”: ARTE, CINEMA NORDESTINO, TERRITÓRIO E INTERVENÇÃO CRÍTICA

Ao analisar as ações concretas do projeto e os caminhos teóricos os quais foram trilhados durante o seu percurso de execução, podemos destacar um mergulho na metodologia Freireana que se fez bastante presente, desde a idealização das ações até a sua execução. Seu método de desenvolvimento, que se fundamenta não somente nas bases da pedagogia freireana, mas também nos princípios da educação popular, traz consigo uma compreensão ampla da educação popular como uma prática potencializadora da transformação social.

Ao se deparar com essa perspectiva, é válido destacar que esse método se perpetuou desde a sua idealização, os seus debates teóricos e oficinas feitas, até a prática que ocorreu em 22 de agosto na comunidade Prainha (ocupação urbana na cidade de Aracaju/SE). A metodologia se constituiu como participativa. Nela, ocorre o encontro entre o saber acadêmico e o saber popular, os debates desde a escolha do local até a escolha do filme, os quais foram pensados de uma maneira sucinta, para instigar a participação da comunidade e causar no/a telespectador/a uma sensação de pertencimento.

Por conta desse aspecto, o processo de construção da ação de extensão foi fundamentado em três pilares fundamentais: *a educação popular, a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento*. Destaca-se, nesse contexto, a importância da escuta ativa, que permitiu orientar a dinâmica do projeto a partir das vozes da comunidade. Esse elemento foi crucial tanto na organização das atividades quanto durante a sessão de cinema, favorecendo a interação entre a comunidade e os discentes envolvidos. Dessa forma, tornou-se possível articular as reflexões teóricas com as experiências vividas pelo público-alvo, transformando o aprendizado em um processo horizontal e compartilhado. Além disso, a curadoria dos filmes foi planejada de modo a promover a problematização das expressões da questão social presentes na realidade nordestina, utilizando o cinema como

instrumento de conscientização e crítica social — perspectiva que orienta o projeto desde seu início.

Nesse cenário, compreendemos que determinadas posturas assumidas no fazer extensionista podem se configurar como determinantes no delineamento de possibilidades e tendências para a própria prática social e formativa. Assim, a postura adotada pelo grupo extensionista revelou-se fundamental não apenas para o acolhimento dos membros da extensão, mas também dos/as moradores/as da ocupação urbana Prainha (Aracaju/SE), promovendo uma maior participação, autonomia e engajamento na prática extensionista. Essa vivência contribuiu ainda para ampliar a compreensão acerca do sentido ético e político da educação enquanto processo emancipador, orientado pela dialeticidade e pela valorização do saber popular.

Embasados nessa perspectiva, enquanto grupo de estudantes envolvidos/as no projeto, assumimos o papel de mediadores/as desse processo educativo, exercitando a proposta freireana de uma postura dialógica, pautada na mediação — e não na simples transmissão — de conhecimentos, sustentada por uma base teórica sólida. Optamos, assim, por facilitar o diálogo por meio de uma escuta sensível e da criação de um espaço voltado à reflexão coletiva e ao compartilhamento de saberes, compreendendo que é nesse encontro de vozes que se constroem novas leituras e possibilidades de transformação social.

O papel do docente-coordenador do projeto revelou-se igualmente essencial nesse movimento formativo, atuando como mediador e interlocutor nas articulações entre a equipe de extensão e o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) de Sergipe. Sua prática se pautou na facilitação do diálogo, na mediação de saberes e na criação de espaços de trocas reflexivas e de compartilhamento de experiências. Essa postura pedagógica configurou-se como um pilar fundamental para a organicidade e fluidez do projeto, estimulando nos/as participantes uma postura crítica e comprometida, ao mesmo tempo em que assegurava que as ações fossem construídas de forma coletiva, horizontal e respeitosa às múltiplas vozes envolvidas.

Para a realização da intervenção do *Nordeste em Questão: O Social em Tela*, foi necessário estabelecer parcerias com pessoas e movimentos sociais que pudessem contribuir nesse processo de construção coletiva. Nesse primeiro ano de sua existência, portanto, deliberamos que nossos trabalhos fossem junto às ocupações urbanas nos municípios de Aracaju e São Cristóvão no Estado de Sergipe, o que nos levou à aproximação com o Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU).

A partir desse contato inicial, iniciaram-se as conversas com os/as representantes do movimento, nas quais foram apresentados os objetivos, propósitos e metodologias do projeto. Após uma rica troca de ideias e o alinhamento de perspectivas, firmou-se uma parceria que se mostrou fundamental, pois o MOTU passou a colaborar na definição das localidades onde seriam realizadas as intervenções, atuando também como elo entre o projeto e a comunidade.

Tal articulação concretiza o que Paulo Freire propõe como uma prática educativa dialógica, na qual o conhecimento se constrói na relação entre sujeitos históricos, e não como uma via de mão única. A parceria com o MOTU expressa, portanto, a compreensão da extensão universitária como prática social transformadora, em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), que reconhece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e defende a integração da universidade com os diversos segmentos da sociedade.

Nesse sentido, o projeto não se limitou a intervir sobre a realidade, mas se propôs a intervir com a realidade, compreendendo o saber popular como componente essencial na produção de novos conhecimentos e na construção de um processo educativo emancipador.

O próximo passo consistiu na realização de uma formação online, conduzida pela militante do MOTU, Dalva, voltada para a equipe do projeto de extensão, com foco em educação popular. Em seguida, avançamos para o próximo encaminhamento: definir, em conjunto com o MOTU, a comunidade que receberia a primeira intervenção. Após as discussões, optou-se por iniciar com a Ocupação Urbana Prainha, localizada no Bairro Industrial, em Aracaju/SE, tendo em vista a questão das possibilidades de datas e proximidades à UFS, e por conta do horário que seria realizada a intervenção.

Assim, no dia 23/07, realizou-se a primeira visita à Ocupação Prainha, quando, juntamente com a comunidade e o MOTU, planejamos a primeira ação do projeto de extensão. Esse momento foi de suma importância para conhecer a comunidade, compreender a realidade dos/as moradores e, a partir disso, traçar estratégias para a execução mais adequada da intervenção.

Posteriormente, o projeto dedicou-se a um aprofundamento teórico sobre a Questão Social e a cultura nordestina, utilizando referenciais que dialogassem com a realidade local. Esse estudo serviu para consolidar as diretrizes e orientar os rumos da intervenção. Em seguida, procedeu-se a uma avaliação criteriosa do espaço destinado à primeira sessão de exibição do filme: *“Ai que vida!”*.

A escolha do filme *“Ai que vida!!”*, que é do Piauí, dirigido pelo piauiense Cícero

Filho e lançado em 2008, não se deu apenas pelo seu valor artístico e icônico, mas também pela capacidade crítica de retratar expressões da questão social de maneira leve e cômica. O filme aborda temas como desigualdade social, machismos, corrupção, lgbtqiapn+fobia, trabalho infantil, precariedades no âmbito das políticas públicas e sociais, além dos demais desafios enfrentados no cotidiano do interior nordestino, estabelecendo uma ponte entre a realidade apresentada na obra e nossa realidade. Dessa forma, a seleção do filme contribuiu para fortalecer as rodas de conversa, promovendo o diálogo e ampliando a sensação de pertencimento dos participantes.

Em momento posterior, a equipe assistiu coletivamente à obra cinematográfica selecionada, promovendo um debate que explorou suas camadas simbólicas e seu impacto sociocultural. Posteriormente, uma reunião de planejamento definiu os encaminhamentos práticos da ação extensionista, incluindo a divisão de tarefas e os detalhes logísticos necessários para sua execução.

Sendo assim, no dia 22/08, ocorreu a exibição do filme *“Ai Que Vida!”*, selecionado por sua capacidade de retratar diversas expressões da questão social de forma humorada e acessível, sendo produzido e interpretado por nordestinos do estado do Piauí e Maranhão. A atividade foi pensada não apenas como um momento de entretenimento, mas como uma oportunidade pedagógica para estimular o senso crítico da comunidade. Por meio da própria percepção dos/as participantes, buscou-se que eles/as refletissem sobre as semelhanças entre os acontecimentos do filme e a realidade que vivenciam, promovendo a construção coletiva de significados a partir de suas experiências.

Ao mesmo tempo, a sessão foi estruturada de maneira leve e descontraída, respeitando a rotina desgastante da comunidade enquanto classe trabalhadora. Nessa mediação, o cinema funcionou como ferramenta de educação popular, possibilitando o diálogo, a problematização da realidade e o fortalecimento do senso de pertencimento, evidenciando a extensão universitária como espaço de interação, reflexão crítica e transformação social. Durante a exibição do filme, tornou-se evidente o quanto os/as participantes estavam envolvidos/as com a trama, percebido pela atenção dedicada, pelos risos e pelos comentários feitos entre si ao longo da sessão, evidenciando identificação e sensação de pertencimento às cenas.

Logo após a exibição, foi realizada uma roda de conversa mediada pelos membros da equipe de extensão, com o objetivo de compreender quais aspectos do filme mais os tocaram e quais trechos eles reconheceram como semelhantes à sua realidade. Inicialmente, alguns participantes demonstraram certo receio em iniciar suas falas, mas, com a mediação e

estímulo dos/as integrantes do projeto, começaram a interagir e compartilhar suas percepções. Durante a conversa, destacaram elementos do filme que lhes chamaram atenção, como lembranças de sua infância, questões relacionadas aos meios de transporte da época, a configuração da hegemonia política e as disputas eleitorais, além das dificuldades enfrentadas na saúde, especialmente em relação à marcação de consultas e à demora na liberação de exames.

Os/As participantes também relataram a negligência dos/as governantes em relação às políticas públicas sociais locais, ressaltando que a expansão urbana e a construção da ponte Aracaju/Barra dos Coqueiros impactaram diretamente suas vidas. No entanto, o momento mais marcante ocorreu quando um adolescente se atentou a uma cena do filme em que Cleonice decide se candidatar à prefeitura de Poço Fundo para defender seu povo e lutar pelos direitos da população diante do descaso da gestão anterior. Em suas palavras, ele afirmou: *“A importância de lutar pelos seus e ter a garantia de seus direitos.”*

Esse episódio evidencia como o cinema, ao articular elementos simbólicos e narrativos com a realidade da comunidade, funciona como um instrumento de consciência crítica, estimulando a problematização do cotidiano e a reflexão sobre as relações de poder e desigualdade. A mediação realizada pelos/as integrantes do projeto permitiu que os participantes expressassem suas percepções, relacionando as situações do filme com experiências concretas, como o funcionamento do SUS e as limitações das políticas públicas. Assim, a atividade não apenas proporcionou uma troca de saberes e experiências, mas também fortaleceu a compreensão da comunidade sobre a importância da participação social e da luta por direitos, consolidando o cinema como ferramenta pedagógica de educação popular e emancipação cidadã.

O conhecimento da própria história e o sentimento de pertencimento à comunidade podem possibilitar aos/as participantes a organização da luta por seus direitos e reivindicações por melhorias coletivas e individuais, como evidenciado na fala do adolescente. Desse modo, o diálogo com a comunidade proporcionou à equipe um olhar territorial, construído a partir da perspectiva de quem vivencia diariamente a realidade local. Isso permitiu compreender não apenas as mazelas enfrentadas, mas também as belezas, a trajetória de construção territorial ao longo dos anos e de que forma os interesses políticos e econômicos permeiam a vida da comunidade, impactando diretamente seus hábitos e modos de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a dimensão teórico-prática do Serviço Social é interdisciplinar e, ao mesmo tempo, inserida na lógica do modo de produção capitalista, o que, na prática, representa um desafio para o/a assistente social: estar nos diversos espaços sócio-ocupacionais de forma a desenvolver projetos e ações que possibilitem aos/as usuários/as a compreensão da realidade e, simultaneamente, fomentem o pensamento crítico-reflexivo.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a atividade foi bem-sucedida em suas proposições, não apenas por aspectos organizativos e metodológicos, mas também por estar fundamentada na identidade regional — condição *sine qua non* para a execução do projeto e para a compreensão dos fatores sociais, econômicos, culturais e territoriais que atravessam os/as participantes. Como bem observa Lima Sobrinho (2025, p. 07): “*quem erra na análise, erra na ação.*”

Nessa perspectiva, observamos ao longo do projeto que obras como o filme “*Ai Que Vida!*”, oriundas do cinema nordestino, se configuram como ferramentas culturais emancipadoras, capazes de fortalecer, por meio de suas narrativas, a identidade regional, marcada historicamente pela luta e resistência. Esse potencial ficou evidente ao percebermos que o público-alvo reconheceu, em sua própria realidade, expressões da questão social presentes na obra cinematográfica e se debruçou criticamente sobre elas. Em outras palavras, o caráter emancipador das obras cinematográficas nordestinas se manifesta na medida em que tornam possível suspender, mesmo que temporariamente, o ciclo de alienação presente no cotidiano da classe trabalhadora, promovendo reflexão crítica e consciência social.

É imprescindível reconhecer que o catalisador desse processo foi a *educação popular*, visto que essa metodologia estimula o indivíduo a se reconhecer como agente ativo/a do processo pedagógico, por meio da troca de experiências e da problematização de suas vivências. A consequência prática desse método é a construção e o fortalecimento da identidade, promovendo, consequentemente, o fortalecimento individual-coletivo do/a participante.

Nesse contexto, a cultura assume papel fundamental na constituição do ser social. Mais do que um meio de suspensão do cotidiano ou de lazer, ela representa uma necessidade vital para o desenvolvimento humano, sendo responsável pela autocompreensão do indivíduo e pela reflexão sobre seu lugar e de suas subjetividades na sociedade.

Dessa forma, evidencia-se um desafio ao Serviço Social: aprofundar o debate e a pesquisa acerca da dimensão cultural no exercício profissional do/a assistente social, considerando-a como um instrumento de intervenção capaz de potencializar ações e análises pautadas na realidade regional e nos territórios nos quais atua.

Afinal, um pilar fundamental para o exercício profissional do/a assistente social é a apropriação qualificada dos instrumentos de intervenção (Lima Sobrinho, 2025). Essa apropriação possibilita uma atuação marcada pela competência técnica e pela criticidade na análise das conjunturas sociais, regionais e culturais. Por meio desse domínio aprofundado, o/a profissional é capaz de intervir de maneira precisa, contribuindo diretamente para a garantia de direitos de indivíduos e coletividades. Além disso, essa prática qualificada é essencial para o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários, elementos determinantes no processo de construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Por fim, esperamos que este artigo funcione como um incentivo à realização de pesquisas, análises, debates, projetos e reflexões cada vez mais aprofundadas sobre a dimensão cultural e seus instrumentos de intervenção.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Bruna Beatriz Lemes; PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César; MORAIS, Sérgio Paulo. A dimensão dialética do cinema e sua contribuição para a formação humana. **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP, v. 23, n. 00, p. e023018, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670877>> Acesso em: 13 nov. 2025.

CONCEIÇÃO, Débora Guimarães da. O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 51–67, jan./jun. 2010.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de; FORSTER, Mari Margarete dos Santos. Paulo Freire na formação de educadores: contribuições para o desenvolvimento de práticas crítico-reflexivas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 55–69, jul./set. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/hxLYPVz4MpNyWffdh8QjFwy/?lang=pt>>. Acesso em: 21 out. 2025.

HAYARA, Ingryd; PEREIRA, Isael; PAIVA, Carla. Reflexões sobre a representação do Nordeste no cinema brasileiro. **Com Sertões**, Juazeiro, BA, v. 9, n. 1, p. 37–55, ago. 2021. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/comsertoes/article/view/12119>>. Acesso em: 21 de out. 2025.

KORF, Benedikt. Política cultural. In: **Enciclopédia Internacional de Geografia Humana**. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2020. p. 111–116. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/topics/social-sciences/cultural-politics>>. Acesso em: 26 out. 2025.

PIRES, Maria da Conceição Francisca; SILVA, Sergio Luiz Pereira da. O cinema, a educação e a construção de um imaginário social contemporâneo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 607–616, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. Serviço Social e educação: a educação popular e o exercício profissional do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], 2013.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de Lima. **Instrumentalidade do serviço social na prática profissional**: Diretrizes para a elaboração de instrumentos técnicos no Serviço Social. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O IMPACTO DA ADOÇÃO TARDIA E A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INSERÇÃO TARDIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS FAMÍLIAS

THE IMPACT OF LATE ADOPTION AND THE ROLE OF THE SOCIAL WORKER: CHALLENGES AND PERSPECTIVES ON THE LATE INTEGRATION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS INTO FAMILIES

Laura Moraes Streck¹

Kesia Amaral Piaia²

Monique Soares Vieira³

Resumo: A adoção tardia no Brasil, que envolve crianças e adolescentes mais velhos com históricos de abandono, enfrenta desafios significativos devido à discrepância entre o perfil idealizado por muitos pretendentes (crianças pequenas, brancas e sem histórico complexo) e a realidade das crianças disponíveis para adoção, frequentemente mais velhas, negras ou com deficiência, que acabam estigmatizadas como "inadotáveis". Apesar da legislação que assegura o direito à convivência familiar, barreiras culturais e preconceitos sobre fatores genéticos ou comportamentais dificultam a aceitação dessas crianças, sendo a disparidade de perfis, e não a lentidão judicial, o principal entrave. Nesse contexto, o/a Assistente Social desempenha um papel crucial, atuando desde a preparação das famílias até o acompanhamento pós-adoção, orientando, combatendo preconceitos e garantindo a formação de vínculos duradouros para oferecer um futuro digno a essas crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Adoção Tardia; Assistente Social; Família Adotiva; Inserção Familiar.

Abstract: Late adoption in Brazil, which involves older children and adolescents with histories of abandonment, faces significant challenges due to the discrepancy between the idealized profile sought by many prospective parents (young, white children without complex histories) and the reality of the children available for adoption, who are often older, Black, or have disabilities, and are consequently stigmatized as "unadoptable." Despite legislation ensuring the right to family life, cultural barriers and prejudices regarding genetic factors or behavioral issues hinder the acceptance of these children. The main obstacle is the profile mismatch, not judicial slowness. In this context, the Social Worker plays a crucial role, acting from family preparation to post-adoption support, providing guidance, combating prejudices, and ensuring the formation of lasting bonds to offer a dignified future to these children and adolescents.

¹ Graduanda em Serviço Social, Bolsista do Programa PRO-IC, Universidade Federal do Pampa. Contato: laurastreck.aluno@unipampa.edu.br, Orcid: 0009-0003-2036-8216

² Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Pampa.

³ Doutora em Serviço Social (PUCRS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. Contato: moniquevieira@unipampa.edu.br Orcid: 0009-0008-1184-6235

Keywords: Late Adoption; Social Worker; Adoptive Family; Family Integration.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a analisar o impacto da adoção tardia sob a perspectiva da criança e do adolescente, bem como os desafios enfrentados pelas famílias adotivas adicionalmente, discute-se a atuação do/a Assistente Social como agente facilitador da inserção tardia, explorando as perspectivas para uma prática profissional que promova o bem-estar e a integração desses indivíduos em seus novos lares.

Historicamente a adoção é citada em diferentes meios, sendo eles, no meio cultural, religioso, social, o procedimento de adoção está atrelada a um grande ato humano de afetividade, pois reúne pessoas a um propósito. Os pais recebem uma criança ou adolescente como seus e um elo é criado para além dos laços sanguíneos, e a criança e adolescente adotado tem a chance de crescer com amor e pais que irão proteger e dar um lar seguro.

O/a Assistente Social assume um papel central no processo de adoção tardia, atuando em diferentes etapas e interfaces. Sua intervenção se inicia na avaliação psicossocial dos pretendentes à adoção, buscando compreender suas motivações, expectativas e preparo para acolher uma criança ou adolescente com histórico de vida complexo.

O objetivo geral deste artigo é desvendar os desafios e as perspectivas referente à adoção tardia de crianças e adolescentes, e como os/as assistentes sociais atuam frente a essas demandas, também compreender o fenômeno da adoção tardia de crianças e adolescentes no contexto da família brasileira, e explorar múltiplos desafios enfrentados, tanto pelos adotados quanto pelas famílias, e analisar a atuação do/a assistente social que é um/a mediador essencial nesse processo, identificando as perspectivas e estratégias para promover uma inserção familiar bem sucedida, e o desenvolvimento saudável dos envolvidos.

2 O CENÁRIO DA ADOÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ADOÇÃO TARDIA

Conforme Ghidorsi (2018), a adoção não tem um ponto de partida histórico, os primeiros registros de normas reguladoras do assunto foi em (1728-1686 A.C) no código

Hamurabi⁴, na seção XI intitulada de “Adoção, ofensas aos pais, substituição de criança”. Atualmente a adoção é guiada por sua própria lei vinculada ao ECA, que é o resultado dos vários anos de profunda evolução experimentada pela junção do conjunto de filiação adotiva, justiça e dignidade constitucional, mesclando a evolução do próprio Direito de Família Brasileira.

Com a entrada do Código Civil de 1916, o qual era bastante conservador dentre suas regras, a Adoção tinha finalidade de preservar e proporcionar a continuidade da família, tendo como forte influência os princípios romanos. Assim, os casais desafortunados pelo malgrado da infertilidade eram favorecidos pelo direito brasileiro, buscando alcançar o direito de ter os filhos que a natureza os negou. Esta, inclusive, era a razão pela qual se permitia apenas que os maiores de 50 anos, sem prole legítima ou legitimada, pudessem usufruir do instituto da Adoção, visto que a probabilidade de não virem a ter filhos com essa idade era grande Ghidorsi (2018).

Para Ghidorsi (2018), na década de 1980 surgiram movimentos sociais que passaram a questionar o quão significativo era o papel da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro. As mobilizações se deram por parte de organizações de proteção infanto-juvenil, como o Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, que destacaram a luta pelos direitos das crianças, proporcionando maior enfoque nas garantias pertinentes ao universo da criança e do adolescente, especialmente na promulgação da Constituição Federal de 1988, e posteriormente na concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

Segundo Paiva (2004), a adoção na legislação Brasileira apareceu pela primeira vez, no ano de 1828, e visava trazer uma solução para aqueles casais que não podiam, ou não tiveram filhos biológicos, esta cultura da adoção era constante no mundo todo.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que passou por algumas modificações, com a Lei 12.010/09, chamada de nova lei da adoção, tal lei garante a prioridade, às crianças e adolescentes, a conviverem no ambiente familiar, usufruindo também de todos os seus direitos. Teixeira (2018)

Em tempos atuais, falar sobre adoção torna-se de suma importância não só pelo número de crianças e adolescentes disponíveis para esse processo, mas também pela

⁴O Código de Hamurábi foi o primeiro código de leis escrito da história, elaborado por Hamurábi, rei da Babilônia, no século XVIII a.C., na Mesopotâmia. Este código estabelece regras para a vida social e punições para crimes, sendo baseado na Lei do Talião ("olho por olho, dente por dente").

Referência:

<https://brasilescola.uol.com.br/historiag/codigo-hamurabi.htm#:~:text=O%20C%C3%B3digo%20de%20Hamurabi%20foi,olho%2C%20dente%20por%20dente%E2%80%9D.> Acesso: 15 de Jun. 2025

necessidade de desmistificar algumas doutrinas e esclarecer questões, sobretudo quanto à adoção tardia.

A adoção tardia possui uma complexidade maior, especialmente na fase de adaptação, em virtude de dificuldades no início do convívio, por ser o momento de conhecimento, criação e fortalecimento de vínculos de afeto entre adotantes e adotados. A preparação dos pais, e o modo como agem nesse período, são fatores relevantes para que a adoção obtenha êxito no futuro. Barros, Ribeiro & Souza (2021).

Como diz o filósofo Zahorcak, "Adoção não é um ato de caridade; é a escolha de formar laços eternos de família.", essa citação leva a refletir sobre a adoção ser uma decisão consciente e intencional, as pessoas que adotam não estão simplesmente fazendo “um favor” elas estão optando por construir uma família, essa escolha implica em responsabilidade e compromisso, ela ressalta que o objetivo da adoção é criar vínculos familiares genuínos e permanentes.

De acordo com Gondim et al. (2008), as principais motivações que levam à adoção são o desejo de formar uma família, a vontade de ter um filho, ajudar uma criança e a dificuldade de engravidar.

O perfil das famílias adotantes pode ser bastante diversificado, uma vez que, as pessoas que buscam a adoção vêm de diferentes origens, idades, históricos familiares e culturas. No entanto, há alguns traços comuns que muitas famílias adotantes compartilham, as famílias adotantes podem variar amplamente em idade. Isso inclui casais jovens, que desejam adotar um filho para começar uma família, bem como casais mais maduros que já têm filhos e desejam expandir sua família por meio da adoção.

Em termos legais, a adoção constitui-se em uma das formas de colocação de crianças e/ou adolescentes em uma família substituta. A adoção pressupõe a perda do poder familiar pelos pais biológicos e a aquisição de um novo vínculo de filiação pela criança, Mariano e Ferreira (2007).

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, amplia-se o leque de características que passa a ser aceito em relação aos candidatos à adoção, no que diz respeito ao estado civil e à idade. Assim, a adoção é possível de ser requisitada por qualquer pessoa maior de 21 anos de idade, independentemente de seu estado civil, desde que haja diferença de 16 anos entre adotante e adotado, não sendo permitida a adoção por familiares (avós e irmãos do adotando).

Conforme Mariano e Ferreira (2007) o ECA estabelece, desta forma, diferentes possibilidades de adoção: a adoção unilateral ou monoparental (quando um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do companheiro, nascido de relacionamento anterior), adoção conjunta (por casais ou concubinos) e adoção singular (pessoas solteiras, viúvas, divorciadas ou separadas judicialmente).(Mariano;Ferreira,2007)

As motivações dos adotantes para receberem uma criança na condição de filho em sua família é um aspecto bastante pesquisado e usualmente recebe grande atenção dos profissionais do Judiciário, ao acompanharem as adoções. No estudo realizado por Weber (2003), através da análise de 240 questionários respondidos por pais adotivos, de diversos Estados brasileiros, a principal motivação apresentada para a adoção foi a infertilidade. Becker (2002), Santos e Pereira (1999) referem alguns aspectos observados nas motivações para a adoção, como o fator idade, histórico familiar ou alguma deficiência física ou mental, os quais podem influenciar o sucesso ou não dos processos adotivos.

A proteção legal de crianças e adolescentes, particularmente os em situação de adoção tardia, é um alicerce essencial na legislação brasileira. Várias leis e princípios asseguram a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária, com o objetivo de garantir um ambiente seguro e adequado ao crescimento completo desses indivíduos.

A elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, que sofreu algumas mudanças com a Lei 12.010/09, conhecida como nova legislação de adoção, assegura que crianças e adolescentes tenham prioridade em viver em um ambiente familiar, além de usufruir de todos os seus direitos. O ECA, em seu artigo 41, define também o conceito jurídico de adoção, afirmando que “A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.”

No Brasil, a adoção é regulamentada pelo Código Civil, em conjunto com o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 39 a 52-D). É importante enfatizar que na Legislação Brasileira, existem duas categorias legais de adoção; o Código Civil que trata da adoção civil, aplicável a indivíduos com mais de 18 anos e o ECA, que se aplica quando pertinente, conforme o artigo 1.618 e seguintes. Esta modalidade de adoção pode ser realizada por um indivíduo, seja solteiro, casado ou em união estável, que seja maior de idade, tanto brasileiro quanto estrangeiro, independentemente de residir no Brasil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), transformou a criança e o adolescente em sujeitos de direito e proteção, com isso, se cria o ato de institucionalização como forma de

manter os direitos dos mesmos assegurados. Assim, sempre que ocorrer erros na proteção e no zelo no interior das famílias, será necessário o uso de medidas a fim de proteger e assegurar condições adequadas de desenvolvimento para os menores. Havendo necessidade, a criança ou adolescente deixará o lar, nesses casos surge a figura das instituições de acolhimento.

O Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar e comunitária, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Este artigo é o alicerce para toda a legislação infraconstitucional sobre a infância e juventude, incluindo a adoção.

A legislação, portanto, não se limita a formalizar a adoção, mas atua como um instrumento vital para a construção de um futuro mais digno e seguro para essas crianças e adolescentes. Ao estabelecer diretrizes claras e mecanismos de proteção, o sistema jurídico brasileiro reafirma seu compromisso com a infância e a adolescência, promovendo a reinserção familiar e o pleno exercício da cidadania.

Dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) apontam que há mais de 46 mil pretendentes cadastrados em todo o país e quase 3.800 crianças e adolescentes esperam por um lar. No entanto, existe um desequilíbrio entre pessoas que querem adotar e as crianças e jovens que sonham em ser adotados.

Desde de 2019, o SNA promoveu mais de 24.000 adoções, 895 desse número ocorreram pela busca ativa, no ano de 2024 foram realizadas 3.409 adoções, sendo 307 por busca ativa⁵, o que representa cerca de 9% de todas as adoções que foram realizadas nesse período. Hoje, cerca de 4,935 crianças e adolescente estão aptos para a adoção no Brasil, e 35.622 pretendentes habilitados para adotar, desses pretendentes mais da metade sendo (26.431) são das regiões sul e sudestes, e 33.488 têm preferência por crianças de no máximo 8 anos, com a faixa etária de 2 a 4 anos sendo a mais procurada são 11.382 pretendentes. E ao mesmo tempo há 1.398 crianças e adolescentes disponíveis para a busca ativa.

A adoção tardia no Brasil enfrenta barreiras significativas que vão além dos desafios psicológicos e emocionais. Aspectos culturais e sociais desempenham um papel importante na forma como a sociedade enxerga a adoção de crianças mais velhas. De forma adversa, ainda

⁵A Busca Ativa Nacional é uma medida adotada recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para facilitar a adoção de crianças e adolescentes que não têm o perfil mais desejado pelos cadastrados no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Por meio dela, pessoas e famílias cadastradas para adoção conseguem localizar informações pessoais, fotos e vídeos de crianças e adolescentes que enfrentam dificuldades para serem adotados. De acordo com o CNJ, este ano, 307 das 3.409 adoções foram por busca ativa, o que representa cerca de 9% de todas as adoções realizadas nesse período.

existe uma idealização de que os filhos adotivos devem ser bebês ou crianças muito pequenas, pois há uma crença comum de que isso facilita a adaptação e a criação de vínculos entre pais e filhos. Esse preconceito em relação à idade dos adotados, limita as oportunidades para crianças e adolescentes mais velhos encontrarem lares definitivos, e afetar diretamente o número de adoções tardias realizadas no país.

Para Miranda (2021) a preferência pré-estabelecida pelos futuros pais, faz com que a fila de espera seja ainda maior, pois o desejo de filhos saudáveis, com características semelhantes às suas, assim como a escolha do sexo, cor e idade não refletem a realidade, onde a maioria das crianças e adolescentes não se encaixam nesses padrões, fazendo com que sejam considerados inadotáveis pela maioria dos candidatos e com isso passem a maior parte das suas vidas em instituições de acolhimento.

Ao ouvir a palavra “adoção” tem-se a visão distorcida da realidade vivida no país, cercada de muitos mitos, sendo um deles a afirmativa de que a morosidade da Justiça é o principal fator na demora em adotar, visto o grande número de crianças aptas à adoção em relação a muitos casais de aguardam um filho (Miranda, 2021).

No entanto Gurgei (2016), afirma que muitos não sabem, é que há uma diferença entre o perfil desejado pelos adotantes e a realidade do Cadastro Nacional de Adoção, pois a maioria dos casais que procuram adotar uma criança já irão à procura de características definidas por eles previamente, como: recém-nascidos ou com poucos meses de vida, sexo feminino e com características semelhantes às suas, como cor de pele, olhos e cabelos. O grande problema desse padrão estabelecido pelos requerentes é que a realidade é totalmente discrepante, por ser o Brasil um país miscigenado.

Muitas famílias adotantes têm receio em adotar crianças mais velhas devido ao estigma de que essas crianças carregam “problemas comportamentais” ou “dificuldades de adaptação”. Essa visão estereotipada desconsidera a capacidade de resiliência e a habilidade dessas crianças em se adaptar quando recebem amor, estabilidade e apoio adequados. Além disso, fatores como etnia, gênero e deficiência também são barreiras frequentes.

Em estudo científico desenvolvido por Lídia Levy e Eva G. Jonathan (2004), denominado: “A criança adotada no imaginário social”, comprovou-se que um dos preconceitos relacionados à adoção é o fator genético, onde a criança poderia trazer consigo uma herança genética que em tese só poderia ser modificada quando ela fosse adotada ainda recém-nascida, onde os futuros adotantes passassem para o adotado suas crenças, fazendo com que o fator genérico não se desenvolvesse com grande intensidade.

Dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), mostram que crianças negras, adolescentes e aqueles com alguma deficiência são os menos procurados, ou que revelam a necessidade de ações para combater o preconceito. Mesmo após a abolição da escravidão a sociedade brasileira continua com esse fator enraizado, um preconceito de estimação atualmente, o Cadastro Nacional de Adoção possui 33.044 pretendentes, dos quais 8.911, ou seja, 26%, aceitam somente crianças brancas. Dessa forma, as 3.788 crianças negras cadastradas são condicionadas por esse fator, que restringe a possibilidade de serem adotadas.

É importante observar que o impacto das adversidades socioeconômicas que acarretam o abandono é mais comum para as famílias negras, uma vez que 76% dos mais pobres no Brasil são negros, segundo dados do IBGE (Síntese de Indicadores Sociais, 2015).

O preconceito racial na infância, particularmente praticado por adultos que deveriam proteger a criança, causa danos psicológicos que vão impactar em várias questões da formação dessa criança, apresentação dessa criança negra como inferior acaba levando ao espaço social de exclusão e negação de direitos.

A adoção, em qualquer de suas modalidades, mas com especial atenção à adoção tardia, representa um ato de amor e um compromisso com a garantia de direitos fundamentais. O processo, embora complexo e permeado por desafios, é cuidadosamente estruturado pela legislação brasileira para assegurar o melhor interesse da criança e do adolescente. A atuação conjunta do sistema jurídico, das equipes técnicas e da sociedade é essencial para que mais crianças e adolescentes encontrem o calor de um lar e a oportunidade de construir um futuro digno.

Abaixo está fixado um quadro no qual tende a mostrar a idade das crianças ou adolescentes e qual idade já é considerada uma adoção tardia e seus motivos.

Quadro 1- Percepção de dificuldade de adoção de acordo com a faixa etária

FAIXA ETÁRIA DA CRIANÇA	PERCEPÇÃO DE DIFICULDADE DA ADOÇÃO
0 A 2 ANOS	Geralmente considerada a mais fácil. Bebês são frequentemente os mais procurados por pretendentes a adoção.
3 A 5 ANOS	Dificuldade um pouco maior. Crianças nessa faixa etária já têm mais autonomia e podem ter mais memórias de suas experiências passadas.
6 A 9 ANOS	Dificuldade moderada a alta. Crianças nessa idade podem ter desenvolvido comportamentos mais complexos e podem precisar de mais apoio emocional e psicológico.
10 A 12 ANOS	Dificuldade alta. Adoção nessa faixa etária é considerada tardia, e crianças podem ter histórico de traumas e dificuldades de vinculação.
13 ANOS OU MAIS	Dificuldade muito alta. Adolescentes são os menos procurados para adoção, e o processo pode ser ainda mais desafiador devido à sua maior autonomia e possíveis traumas acumulados.

Fonte: Sistematização das autoras com base no SNA (2023).

O quadro 1, detalha as diferentes faixas etárias de crianças e adolescentes, no contexto da adoção, com foco especial na adoção tardia. Ele mostra como a procura por parte dos pais e mães que querem adotar muda drasticamente conforme a idade da criança ou do adolescente aumenta. Basicamente, crianças bem pequenas (até 3 anos) têm uma demanda altíssima, o que significa que muitos pais querem adotá-las. Conforme a idade avança para 4 e 5 anos, a procura começa a diminuir, mas ainda é razoável.

A partir dos 6 anos, a criança já é considerada mais velha para fins de adoção, e é nesse ponto que entramos na adoção tardia. A procura por crianças dessa idade em diante despenca, e essa queda se acentua ainda mais na adolescência (10 aos 18 anos), onde a demanda é muito baixa. O quadro ilustra que, embora todas as crianças e adolescentes precisam de um lar, os mais velhos acabam esperando por mais tempo devido a preconceitos e medos que, muitas vezes, não correspondem à realidade. A adoção tardia é, portanto, um ato de grande impacto social e pessoal, pois oferece uma chance de futuro para quem mais precisa.

3 ASSISTENTE SOCIAL E ADOÇÃO TARDIA: UM PAPEL ESSENCIAL NA CONSTRUÇÃO DE LARES

A atuação do/a assistente social no campo da adoção no Brasil se fortaleceu ao longo dos anos, principalmente após as políticas públicas voltadas à proteção da infância ganharem mais atenção, especialmente com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Essa lei mudou a forma como se via crianças e adolescentes, reconhecendo-os como cidadãos com direitos garantidos (BRASIL, 1990). A partir daí, o Serviço Social passou a integrar de maneira mais ativa os processos que envolvem a adoção, principalmente quando se trata de famílias substitutas, atuando tanto nos tribunais como nos abrigos e instituições de acolhimento.

A adoção garante a condição de filho biológico ao adotivo, dando os mesmos direitos e deveres, fazendo se tornar parte da família de forma parental conforme a condição jurídica assegurada. Nesse processo é imprescindível a intervenção do assistente social, tanto no poder judiciário, quanto nas instituições de acolhimento, através de equipes multidisciplinares, trabalhando para a garantia de direitos sociais e humanos desses sujeitos - crianças e adolescentes candidatos à adoção, bem como convívio familiar e comunitário. (SILVA, 2024)

O Sistema Nacional de Adoção (SNA) implementado em 2019, instaurou um cadastro único de crianças e adolescentes, disponíveis para adoção desde o acolhimento institucional até a reintegração familiar ou adoção. Esse cadastro também se estende aos potenciais adotantes, promovendo agilidade entre a vinculação dos dados - adotantes e adotandos, sempre respeitando o interesse da criança e do adolescente.

O processo de adoção inicia-se primeiramente pela parte burocrática de habilitação para adoção que compreendem 5 etapas: 1º Pré-cadastro no Sistema Nacional de Adoção (SNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2º reunir os documentos necessários de cada um dos interessados, 3º entregar a documentação no Fórum da comarca onde reside, 4º acompanhar o andamento do processo judicial e o 5º avaliação com a equipe técnica, incluindo o/a assistente social e psicólogo, processo esse que se inicia antes e posterior para acompanhamento à adoção.

O papel do assistente é imprescindível na garantia do bem estar da criança e do adolescente na família adotiva. No que compete às suas atribuições, o assistente social avalia os candidatos à adoção, acompanha e prepara as crianças e adolescentes para a convivência familiar, também dá suporte para os candidatos preparando-os para os desafios da adoção tardia e as particularidades de histórias de vida, questão racial e cultural, deficiências, que envolvam a individualidade, a universalidade dos envolvidos a serem adotados. (Porfírio, s.d)

É nesse contexto que, faz-se necessário articulação com outros profissionais e também com a rede de atenção à criança e adolescente, a fim de construir intervenções técnicas, que objetivem atender a integralidade dos sujeitos, crianças, adolescentes e família adotiva. A mediação é um fator imprescindível a ser realizado entre a criança e os pretendentes à adoção, bem como a elaboração de pareceres técnicos, a serem enviados para a decisão judicial sobre a adoção. Esse documento definirá o rumo de vida desse sujeito, necessitando capacidade técnica, compromisso ético e político.

O trabalho dos/as assistentes sociais é contínuo, pois, nem todas as crianças e adolescentes que se encontram acolhidas, são adotadas, necessitando que sejam construídos planos individuais para reintegração familiar ou projetos de vida independente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção tardia, ainda que menos comum, representa uma alternativa legítima para assegurar o direito à convivência familiar a crianças e adolescentes em situação de acolhimento. No entanto, essa modalidade de adoção é marcada por obstáculos sociais e emocionais, exigindo preparo adequado tanto das famílias quanto dos profissionais envolvidos. Nessa situação, a atuação do/a assistente social é essencial, especialmente na mediação entre os sujeitos do processo, na desconstrução de estigmas e no fortalecimento de vínculos.

O trabalho do/a assistente social, fundamentado nos princípios éticos e políticos da profissão, contribui para a efetivação de adoções mais conscientes e humanizadas. Além disso, sua atuação interdisciplinar permite o acompanhamento das famílias e dos adotados, garantindo suporte nas fases de adaptação e enfrentamento dos desafios que emergem. Assim, a adoção tardia, quando bem conduzida, pode ser um instrumento efetivo de inclusão social e promoção do bem-estar.

REFERÊNCIAS

BARROS, Juliana Fernanda de; RIBEIRO, Priscila Weiler; SOUZA, Lorena de Freitas. **Os aspectos psicológicos da criança e do adolescente na adoção tardia.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, n. spe3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/RjXcmOPCGBqrVBRrP8C7BHz/#:~:text=A%20ado%C3%A7%C3%A3o%20tardia%20possui%20uma,crian%C3%A7a%20%C3%A0%20unidade%20de%20acolhimento>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BECKER, M. J. A ruptura de vínculos: Quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. M. (Ed.). **Família brasileira, a base de tudo**. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002. p. 60-76. CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO (CNA). Adoção. [S. l.]: Conselho Nacional de Justiça, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/adocao/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CAMARGO, Mário Lázaro. A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes. In: **Simpósio Internacional do Adolescente**, 2. ed., 2005, [S. l.]. Anais [...]. [S. l.]: SciELO Proceedings, [2005?]. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200013. Acesso em: 15 jun. 2025.

DE HUMANIDADES, R. et al. **O processo de adoção no Brasil e a contribuição do serviço social: um estudo de caso em Nossa Senhora do Socorro/SE**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <https://bkpsitecpsnew.blob.core.windows.net/uploadsitecps/sites/51/2024/08/O-PROCESSO-DE-ADOCADO-NO-BRASIL-E-A-CONTRIBUICAO-DO-SERVICO-SOCIAL-UM-ESTUDO-DE-CASO-DA-ENTIDADE-DE-ACOLHIMENTO-MISTA.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GHDORSI, Gustavo. **Adoção**: aspectos históricos no mundo e sua evolução no Brasil. In: JUSBRASIL. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/adocao-aspectos-historicos-no-mundo-e-sua-evolucao-no-brasil/628050229>. Acesso em: 13 mai. 2025.

GURGEL, Karina Machado Rocha. A realidade sobre a espera pela adoção: a diferença entre o perfil desejado pelos pais adotantes e o perfil das crianças disponíveis para serem adotadas. In: **Congresso Brasileiro de Psicologia da Infância e Adolescência**, 5., 2023, São Paulo. 2023. p. 123-145. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/infancia-e-juventude/informacoes/publicacoes-textos-e-artigos/textos-e-artigos/2016/a-realidade-sobre-a-espera-pela-adocao-a-diferenca-entre-o-perfil-desejado-pelos-pais-adotantes-e-as-criancas-disponiveis-para-serem-adotadas>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LEVY, Lúcia; JONATHAN, Eva G. A criança adotada no imaginário social. **Revista de Psicologia**, v. 35, n. 1, p. 61-68, 2004.

MINISTRO, P. et al. **Conselho Nacional de Justiça 2023**. SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/12/guia-de-uso-do-sna-pelos-pretendentes-habilitados-ou-interessados-em-iniciar-1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MIRANDA, Karen Couto Aleluia. A Adoção no Direito Brasileiro. In: JUSBRASIL, 29 maio 2025. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-adocao-no-direito-brasileiro/1162567787>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MYLLENA, S. **Uma revisão sistêmica sobre a atuação do (a) assistente social no processo de adoção**. Ufal.br, 4 dez. 2023. Disponível em: <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/5206>. Acesso em: 15 jun. 2025.

NASCIMENTO, C. **A atuação do serviço social em processos de adoção no sociojurídico: análise dos impasses e conflitos enfrentados**. Ufop.br, 2024. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/5372>. Acesso em: 15 jun. 2025.

O TEMPO. **Adoção tardia**: crianças acima de três anos são mais de 80% das que esperam uma família. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l68w1W7c5oE>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PAIVA, L. D. **Adoção**: significado e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/342178411/Adocao-Significados-e-Possibilidades->. Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTOS, M. A.; PEREIRA, J. M. F. A interface entre as abordagens psicológica e legal da adoção. In: LABATE, R. C. (Ed.). **Caminhando para a assistência integral**. Ribeirão Preto, SP: Scala, 1999. p. 307-330.

TEIXEIRA, Bianca. **Adoção conforme o ECA**. In: JUSBRASIL. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/adocao-conforme-o-eca/641578573>. Acesso em: 15 mai. 2025.

WEBER, L. N. D. **Pais e filhos por adoção no Brasil**: características, expectativas e sentimentos. Curitiba, PR: Juruá, 2003. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_74.pdf. Acesso em: 11 mai. 2025.

ZAHORCAK, Jeferson. **Seja livre para voar, o crescimento**. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MzI1ODYzOA/>. Acesso em: 8 maio. 2025.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



SERVIÇO SOCIAL

PROEC



ISSN: 2966-2052

O PAPEL DO ESTADO NA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO PARA A PESSOA IDOSA

EL PAPEL DEL ESTADO EN LA IMPLEMENTACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTECCIÓN A LAS PERSONAS MAYORES

Rejane Fátima Gorreis¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo fomentar o debate da proteção ao bem-estar da pessoa idosa em relação aos desafios das políticas públicas para efetivação de proteção a essa população, a fim de apontar o complexo e contraditório papel do Estado neste contexto. Metodologicamente realizou-se levantamento bibliográfico a partir de textos científicos estudados em duas disciplinas do programa de pós-graduação em Serviço Social e Proteção Social. Os resultados apontam que o processo de envelhecimento perpassa o enfrentamento das expressões da questão social, que demandam novos olhares para a área de políticas públicas. O aumento da expectativa de vida é o resultado do progresso social e da melhoria geral das condições de existência da sociedade. Envelhecer é um processo complexo, vivido de forma plural e diversa exigindo acesso a variados direitos sociais, mas envelhecer em contexto de crise e avanço do ideário neoliberal, leva a redução da proteção social, considerando os cortes no gasto público social, privatização dos serviços públicos e redução dos direitos trabalhistas.

Palavras-chave: Proteção Social; Envelhecimento; Questão Social; Estado.

Resumen: Este artículo busca estimular el debate sobre el bienestar de los adultos mayores en relación con los desafíos de las políticas públicas para proteger eficazmente a esta población, destacando el rol complejo y contradictorio del Estado en este contexto. Metodológicamente, se realizó una revisión bibliográfica basada en textos científicos estudiados en dos cursos del programa de posgrado en Trabajo Social y Protección Social. Los resultados indican que el proceso de envejecimiento implica abordar las expresiones de problemas sociales, que demandan nuevas perspectivas en las políticas públicas. El aumento de la esperanza de vida es resultado del progreso social y la mejora general de las condiciones de vida de la sociedad. El envejecimiento es un proceso complejo, experimentado de manera plural y diversa, que requiere el acceso a diversos derechos sociales. Sin embargo, envejecer en un contexto de crisis y el avance de la ideología neoliberal conduce a una reducción de la protección social, considerando recortes en el gasto social público, la privatización de los servicios públicos y la reducción de los derechos laborales.

¹ Assistente Social e aluna mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social – PPG-SSPS, Unipampa Campus São Borja/RS.

Palabras clave: Protección Social; Envejecimiento; Cuestión Social; Estado.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca fomentar o debate sobre os desafios das políticas públicas de proteção social ao bem-estar da pessoa idosa, apontando para o complexo e contraditório papel da Proteção Social e do Estado neste processo. Tal tema, justifica-se considerando as projeções recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024) que indicam que a população idosa no Brasil poderá quase triplicar até 2050, posicionando o país como o sexto com o maior número de pessoas idosas do mundo. Os dados do Censo de 2022 também apontam um aumento de 57,4% no número de pessoas com 65 anos ou mais nos últimos 12 anos, evidenciando a rapidez do envelhecimento populacional (IBGE, 2023).

Atualmente, pessoas com mais de 60 anos somam 35 milhões, e em estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o número de pessoas idosas já supera o de crianças e adolescentes de até 14 anos. Em resposta a essa realidade, a Assembleia Geral das Nações Unidas (2022) declarou que estamos na “década do envelhecimento saudável”, o que gera necessidade de promoção de estratégias para construir uma sociedade inclusiva para todas as idades.

O crescimento da população idosa no Brasil aponta para pontos positivos, mas levanta questões, considerando que o envelhecimento humano é um processo complexo, multidimensional, heterogêneo, vivido de diferentes formas (Teixeira, 2018). Envelhecer é um processo natural, mas, na sociedade brasileira, a pessoa idosa ainda é frequentemente vista de maneira desvalorizada, sendo considerada, por vezes, um “fardo” social.

Observa-se que, os países desenvolvidos, primeiro enriqueceram, para depois envelhecer, o Brasil envelhece na contramão, ou seja, em meio a desigualdades econômicas e sociais, (Kalache, 2021). Esse contexto evidencia a urgência de políticas públicas que promovam condições básicas de vida, que incluem, saúde, acesso a uma alimentação adequada, ambientes seguros e acessíveis, além de oferta de serviços de qualidade, entre outras necessidades. Questões como o acesso restrito a cuidados e serviços essenciais afetam diretamente a qualidade de vida da pessoa idosa, pois enfrentam não apenas limitações econômicas, mas também dificuldades de mobilidade e saúde, agravadas pela exclusão social e pelo acesso restrito a cuidados e serviços essenciais, como indica a Organização Mundial da Saúde (2017).

Nesse sentido, considerando o processo de envelhecer e a necessidade de enfrentamento das expressões da questão social que se atravessam e demandam novos olhares para a área de políticas públicas, se tornam necessárias a oferta de serviços, programas ou projetos dirigidos a essa população.

Para realização do estudo ora apresentado, metodologicamente foi realizado levantamento bibliográfico nos textos científicos estudados nas disciplinas Proteção Social: configurações e tendências e Estado e Questão Social, ministradas no Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Proteção Social. Os dados foram analisados em uma perspectiva qualitativa, por meio de um roteiro de perguntas intencionais.

O presente artigo teve seu desenvolvimento estruturado por meio do subtítulo: A proteção social contemporânea e o papel do Estado na garantia de direitos; na sequência, apresenta-se os marcos legais efetivados pelo Estado em atenção a pessoa idosa ao longo das décadas, tendo como centralidade a história das políticas de proteção social para a pessoa idosa desde o início do século XX.

Já o terceiro item, aborda o envelhecer: políticas sociais como proteção social frente às expressões da questão social em defesa da pessoa idosa, apresenta estudiosos referenciados sobre o assunto, os quais traçam o cenário atual brasileiro, reunindo elementos para compreender o fenômeno do processo de envelhecimento na sociedade. Finaliza-se o artigo com as considerações finais, que confirmam que o envelhecer da população brasileira exige uma revisão contínua das políticas públicas de proteção social, com um olhar atento dos movimentos sociais que os representam, efetivando no Estado um papel fundamental neste processo do bem comum, para compensar as desigualdades socioeconômicas e políticas, pois é necessário pensar políticas públicas dentro dos quadros da totalidade social.

2 DESENVOLVIMENTO

A Proteção Social pensada como um tipo de provisão de bem-estar coletivo tem sofrido desmoralização quando se destina aos mais pobres (Pereira, 2013). A autora, acima, considera que a mesma é gerida por um Estado burguês e de leis e pactos interclassistas, conciliando interesses antagônicos, que se confrontam com o impasse de atender necessidades sociais como questão de direito ou de justiça.

2.1 O PAPEL DO ESTADO NA GARANTIA DE DIREITOS PARA A PROTEÇÃO

SOCIAL

A acumulação e a concentração de riqueza nos limites do sistema capitalista, envolvem lutas por direitos sociais em uma sociedade dividida em classes, sobrepondo as necessidades de lucro do capital às mais elementares necessidades humanas. Em uma sociedade capitalista multiplicam-se as contradições e crises no caminho de um processo de valorização do capital, porém “há muito tempo já deu o que tinha de dar de positivo” (Chesnais, 1997, p.8). Nas palavras de Mészáros (2002), a sociedade capitalista de hoje não mais consegue mascarar ou justificar as reformas e o rastro de destruição deixada pelo capital.

Cabe destacar, que na busca incessante por valorização impõe-se ao indivíduo a necessidade constante de auto satisfazer suas necessidades,

Nesse cenário trágico, o termo proteção social não remete automática e exclusivamente à segurança social dos trabalhadores, e dos pobres em geral, garantida como direito contra o despotismo do poder estrutural do capital, que nada tem de social, de público, de civilizatório e muito menos de benemerente ou assistencial (Pereira, 2013, p.4).

Na sociedade do capital, a proteção social é sempre funcional ao processo de acumulação e no Brasil o que não for contributivo é renegado pela maioria da opinião pública. O avanço da produção e da organização social capitalista sempre vem acompanhado de questões sociais complexas e intensas, no qual as formas tradicionais de proteção social, existentes, confirmam a insegurança social e a pobreza como incapacidade de produção.

Neste processo histórico, não se pode indicar com precisão o período específico de surgimento das primeiras iniciativas de proteção à pessoa idosa, mas vieram ao encontro dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial que teve início em 1760 e se estendeu até meados do século XIX. Neste período surge as lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal, com a intenção de garantir o bem comum, ou seja, manter a ordem social e punir a “vagabundagem” (Pereira, 2009). As legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas restritas, tímidas e repressivas, medidas essas adotadas no auge da Revolução Industrial entre 1760 e 1840 lançando aos pobres à “servidão da liberdade sem proteção” (Behring; Boschetti, 2017).

No processo histórico, o Estado possui uma dinâmica entre o passado, presente e futuro, sendo que o passado nunca é completamente superado, por que se infiltra no presente e se projeta no futuro (Pereira, 2009). Por ser um processo histórico que contempla o passado,

presente e o futuro tem caráter dialético – no sentido de que propicia um incessante jogo de oposições e influências entre os sujeitos com interesses e objetivos distintos –.

O Estado exerce seu domínio por meio de um amparo burocrático, jurídico, policial e ideológico sobre a sociedade, relaciona-se com todas as classes que assume caráter de poder público, exercendo o controle político e ideológico sobre todas elas. Portanto, estudar o Estado é estudar uma arena tensa e contraditória, afirma a autora, na qual interesses e objetivos diversos e opostos de confrontam,

Mesmo numa época, como a atual, em que prevalece o mais explícito individualismo, a privatização da “coisa” pública, o combate aos direitos sociais e às liberdades positivas, sob a égide do neoliberalismo, pesquisas têm revelado o apoio cidadão aos bens e serviços públicos. [...] concentrado em poucas mãos e a não perdermos a capacidade de reconhecer na luta por direitos a condição indispensável para a defesa da democracia – a mais ampla possível (Pereira, 2009, p. 17).

Nesta organização de Estado, é importante compreender as questões políticas e seus desdobramentos, seja na área econômica ou social. O Estado é uma forma de organização política, marcado pelo aparecimento do capitalismo mercantil e pela extinção do modo de produção feudal (Souza; Lima, 2017), assim, o surgimento do Estado configura-se como uma referência para a era do desenvolvimento.

Assim, no processo urbano-industrial foi necessário a regulamentação de fatores que levam à concessão de dispositivos mínimos de proteção social. No Brasil, entre o regime autoritário da ditadura militar e a restituição da perspectiva democrática, o debate e a reflexão sobre o trato do Estado com as políticas sociais alcançam uma atenção profunda, levando em conta o agravamento das expressões da “questão social” no país. A partir da mobilização de movimentos sociais, pós-ditadura, a vitória em prol da democracia ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, as respostas às exigências populares, a partir de demandas da sociedade, por meio de suas organizações representativas são materializadas por meio de políticas como respostas às lutas travadas em busca de melhores condições de vida (Souza; Lima, 2017). Portanto, as políticas sociais na qualidade de estratégias governamentais, não são capazes de promover significativos avanços em determinadas situações demandadas, ou seja, o Estado apenas atende aquelas pautas que são de interesse dos grupos dominantes e do capital (Oliveira, 2009). Para Behring e Boschetti (2008), as políticas sociais são concessões e, ao mesmo tempo, conquistas que dependem da correlação de forças e da disposição de luta

política entre os interesses das classes sociais e segmentos envolvidos.

3 AO LONGO DAS DÉCADAS OS MARCOS LEGAIS EFETIVADOS PELO ESTADO EM ATENÇÃO A PESSOA IDOSA

A história das políticas de proteção social para a pessoa idosa remonta ao início do século XX, período em que predominava uma visão assistencialista e segregacionista. Nesse cenário, não raro, a pessoa idosa é muitas vezes institucionalizada em instituições de longa permanência, afastados da sociedade, com suas necessidades sociais, políticas e econômicas negligenciadas (Veras; Oliveira, 2018).

A partir da década de 1960, o Brasil vivenciou o surgimento de movimentos em defesa dos direitos da pessoa idosa, com destaque para a atuação do/a profissional do Serviço Social do Comércio (Sesc), pioneiro/a no atendimento a essa população, embora ainda com uma abordagem majoritariamente assistencialista. Contudo, foi apenas na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que ocorreu uma transformação significativa na abordagem do envelhecimento, integrando a questão ao campo dos direitos humanos e cidadania.

A Constituição de 1988 introduziu, de forma expressiva, o conceito de direitos da pessoa idosa, que foi posteriormente reforçado por diversas legislações, como por exemplo, a Política Nacional do Idoso (PNI), instituída pela Lei 8.842/1994, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003) e a Política Nacional de Saúde do Idoso (Pnsi), instituída pela Portaria 1.395/1999.

Tais legislações são marcos importantes, assim, como a lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que institui o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Sistema Único de Saúde (SUS) que oferece uma base legal robusta para a promoção da autonomia e integração social da pessoa idosa. Esses marcos legais reconhecem o envelhecimento como uma questão central de políticas públicas, assegurando que a sociedade brasileira se comprometa com a criação de uma rede de proteção que favoreça a inclusão e dignidade das pessoas idosas.

A Política Nacional de Saúde do Idoso (Pnsi), instituída pela Portaria 1.395/1999, foi um avanço significativo no campo da saúde pública, com o foco na promoção do envelhecimento saudável, prevenção de doenças e reabilitação da capacidade funcional dos idosos. Esta política foi um marco importante, pois introduziu a ideia de que a pessoa idosa deve ser atendida de forma integrada e com uma abordagem que leve em consideração não

apenas as condições clínicas, mas também o seu contexto social, psicológico e familiar. O objetivo era permitir que a pessoa idosa mantivesse sua autonomia e independência, respeitando suas necessidades e preferências pessoais.

No entanto, a implementação dessa política, ainda enfrenta diversos desafios. A desarticulação entre os diferentes níveis de governo, a falta de capacitação de profissionais e a escassez de recursos são obstáculos significativos. Observa-se que, embora existam legislações robustas, como o Estatuto da Pessoa Idosa (2003) e a Política Nacional de Saúde ao Idoso (1999), a prática ainda está aquém das necessidades da população idosa, com políticas frequentemente fragmentadas e sem a efetividade desejada (Cintra *apud* Ferrari, 2024).

A realidade da implementação dessas políticas é, muitas vezes, distante do que é estipulado na legislação, revelando lacunas na execução das ações de proteção social para pessoas idosas. Além disso, a literatura destaca a importância de um enfoque intersetorial, sendo a saúde, a assistência social, a educação e outros setores integrantes da possibilidade de garantia de um envelhecimento ativo e saudável. Como afirma Pessoa (2007), a rapidez do envelhecimento da população brasileira exige respostas eficazes dos setores públicos para garantir o bem-estar da população idosa.

O envelhecimento da população brasileira exige uma revisão contínua das políticas públicas de proteção social, com um olhar atento à efetividade de sua implementação. Tal postura, torna-se de fundamental importância em uma sociedade onde a elevação da expectativa de vida é uma realidade, mas que ainda são tidos como improdutivos, perdendo papéis sociais que um dia desempenharam. Nesse cenário, acabam tornando-se dependentes, sofrendo discriminações e abandono, o que faz com que “os idosos sejam considerados cidadãos de segunda categoria” (Braga *et al.*, 2016).

Tal preconceito, advém do próprio sistema econômico vigente, que dispensa aqueles que não produzem mais. Assim, o processo de envelhecer e o prolongamento da vida torna-se uma preocupação para o Estado e uma pauta de reivindicação de movimentos sociais ligados à defesa dos direitos da pessoa idosa. Efetivando assim, a necessária implementação de políticas públicas que disponham de instrumentos legais para garantir os direitos de cidadania dessa população no enfrentamento das expressões da “questão social” que dizem respeito a essas pessoas.

4 ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROTEÇÃO SOCIAL FRENTE ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

O estudo do envelhecimento está sendo recortado por áreas do saber, departamentalizado, isolado, fechado em caixinhas que não mantêm diálogo e impedem a visão de totalidade (Teixeira, 2020). Inclusive a que se entende que existem diferenças entre velhice e envelhecimento. A velhice,

[...] é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como características da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence [...] (Beauvoir, 1990, p. 15).

Já o envelhecimento trata-se de um processo contínuo, um fenômeno complexo e não homogêneo, pois

de modo geral, é absolutamente diferente envelhecer no campo ou na cidade; numa família rica ou numa família pobre; ser homem ou mulher; ter tido um emprego e se aposentar ou ter vivido apenas em atividades do lar ou informais e viver de forma diferente. Como para a população em geral, as categorias mais estruturantes da forma de envelhecer são a classe social, o gênero, a atividade social (emprego, trabalho) e a sociabilidade familiar, comunitária ou até religiosa (Minayo, 2006, p. 48-49).

O artigo 2º da Lei nº 8.842/1994 caracteriza a pessoa idosa no Brasil, a partir de 60 anos ou mais, e ainda, cria normas para os direitos sociais da pessoa idosa que lhes garantem autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania conferido ao cidadão como um direito conferido pela Constituição, e não como benesse. Tais garantias, dos direitos constitucionais, configuram-se em diferentes áreas de atendimento à pessoa idosa com medidas implementadas pelo Poder Público para efetivar os direitos de cidadania para uma faixa etária cada vez mais expressiva da população brasileira.

Nessa perspectiva, as iniciativas de proteção social estão diante de um duplo e contraditório movimento: as lutas sociais em torno do envelhecer, visando atividades de lazer, educação, cultura, como medidas de valorização social, participação social e inserção social e reivindicações por demandas para além das necessidades de sobrevivência, por direitos sociais, por participação na gestão das políticas e de outro, o movimento do capital e sua lógica expansionista, que absorve demandas, mas remete o domínio privado, da família, do

mercado, das organizações sociais e de forma geral para a sociedade civil, na qual a livre iniciativa pode ditar as regras de inserção e de exclusão (Teixeira, 2008).

A questão social tem sido produzida pelas relações sociais entre homens ao longo da história desde quando há possuidores e possuídos. A história de toda a sociedade constituiu a história de lutas de classes, como destaca Marx e Engels (2002, p. 45-46),

[...] a história de toda a sociedade até hoje é, toda a história escrita é a história de lutas de classes. Ao longo da história, essa luta se dá entre: homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, [...] sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envoltos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta que terminou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta.

Compreender a questão social em suas expressões na contemporaneidade, requer oferecer elementos a pessoa idosa que promovam qualidade de serviços ofertados no cotidiano, com formas diversificadas supram a ausência de atendimentos seja na política de saúde, ou qualquer carência de algo que possa existir por falta de investimentos.

No contexto neoliberal, no que diz respeito ao enfrentamento das expressões da questão social, o direcionamento das políticas sociais é modificado de forma significativa e removidas no âmbito do Estado, e/ou governos, sendo privatizadas, transferidas tanto para o mercado como para a sociedade civil. Sendo que as políticas públicas que continuam sendo executadas pelo Estado, fazem parte de um conjunto de políticas sociais realizadas de formas focalizadas, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carências pontuais (deficiências em saúde física e mental, segurança financeira) com necessidades básicas insatisfeitas, (Montaño, s.d.),

Ao pensar a questão social, não somente do ponto de vista do poder, mas dos seus desdobramentos sociopolíticos, da constituição de sujeitos políticos. Sujeitos esses, capazes de problematizar suas necessidades humanas, com capacidade, pela situação e posição estratégica, por mecanismos de mobilização, de resistência e de reivindicação. Ou seja, para transformarem suas necessidades ou privatização na satisfação delas (Teixeira, 2008).

Enquanto, o capital move a sociedade, acompanha-se a exclusão da população idosa, que vive sua última fase da idade adulta e o começo da última etapa (Costa; Miranda, 2008). Muitos processos que caracterizam essa etapa serão afetados pelas condições sociais, econômicas, regionais, culturais e de gênero, entre outros. Ademais, se faz necessário repensar o estado de providência proposto na Constituição Federal (1988), articulados em

conjunto com o Estatuto da Pessoa Idosa e não isolado nos debates contemporâneos.

No cenário nacional e global pode-se reunir elementos suficientes para compreender o fenômeno do processo de envelhecimento na sociedade. Compreendido essencialmente pela importância dos direitos sociais a esta população, integrados a políticas sociais que eliminam o caráter discriminatório e excludente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Envelhecer ou o aumento da expectativa de vida é o resultado do progresso social, da melhoria geral das condições de existência – saúde, educação e o acesso a bens e serviços de uma sociedade. Pode-se afirmar que envelhecer é um processo complexo, vivido por formas diferenciadas em suas variedades plurais de envelhecer que são condicionadas a inserção do ser humano, nas estruturas produtivas, sociais e culturais que geram condições semelhantes de vida. As classes sociais, o gênero, a etnia-raça e a geracional expressam não apenas diferenças, mas também desigualdades no modo de envelhecer em sociedade.

Levando em conta, que o envelhecimento não é apenas um processo marcado por diferenças e aparências, mas também de desigualdades sociais, se faz necessário massivo acesso a direitos via políticas públicas. A longevidade em massa é um fenômeno contemporâneo, atravessada pela construção social da sociedade capitalista moderna e de luta de classes. Neste contexto, o Estado e as políticas públicas são apontados como uma das causas da longevidade, mas é perceptível que se acompanha um desmantelamento das políticas sociais, por meio de contrarreformas neoliberais, dificultando o acesso de bens públicos, acesso aos serviços de saúde e de cuidados específicos preventivos.

Portanto, as políticas sociais em contexto de crise e avanço do ideário neoliberal levam a redução da proteção social, corte do gasto público social, privatização de transferências e dos serviços públicos do Estado de Bem-estar, redução dos direitos trabalhistas e sociais, entre outros. Todavia, não há dúvida que a política social deve ser efetiva e não restrita à lógica do custo-benefício e sim vista como um investimento social, onde o Estado assume o cuidado como direito social da pessoa idosa. No atual contexto, o processo de formulação e implementação de políticas sociais tem apresentado questões relevantes tendo em vista a complexidade das relações entre o Estado e a sociedade.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. Tradução: Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social [livro eletrônico]: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2017.

BRAGA, Sonia Fernandes Mendes; GUIMARAES, Ludmila de Vasconcelos Machado; SILVEIRA, Rogério Braga; CALBINO, Daniel. As políticas públicas para os idosos no Brasil: a cidadania no envelhecimento. Diálogos interdisciplinares. São Paulo. V.5, n.3, p. 94-112, out. 2016. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/171>. Acesso em: abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Institui a Política Nacional do Idoso. Diário Oficial da União, 04 jan. 1994. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20%C3%89%20assegurado%20ao_nomeado%20Curador%20especial%20em%20ju%C3%ADz%20o. Acesso em: set. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: set. 2024

Centro de Estudos Estratégicos da Fio Cruz Antônio Ivo Carvalho. Entrevista com Alexandre Kalache: A melhor coisa que pode nos acontecer é envelhecer. Ano 2021. Disponível em <https://cee.fiocruz.br/?q=Alexandre-Kalache-A-melhor-coisa-que-pode-nos-acontecer-e-envelhecer>. Acesso em: set. 2024.

CHESNAIS, François. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). Globalização e socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.

COSTA, Eliane Romeiro; MIRANDA, Giovana Guimaraes de. Proteção previdenciária, gênero e renda na idade avançada. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jan/jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/issue/view/646>. Acesso em: jun. 2025.

GOV.BR. Censo: número de idoso no brasil cresceu 57,4% em 12 anos. Disponível em <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acessado em: set. 2024.

LAURELL, Asa Cristina. Estado e políticas sociais no liberalismo. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Visão antropológica do envelhecimento humano. In: SESC. Velhices: reflexões contemporâneas. São Paulo: Sesc/PUC-SP, 2006.

OLIVEIRA, Iris Maria de. Cultura política, direitos e política social. In: Boschetti, In et al.

Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009. p. 109-129.

PEREIRA, Potyara A. P. Política Social: temas e questões. – 2ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Artigo: Proteção Social Contemporânea. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo n. 116, p. 636-651, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DSgvNQnNyK3fNkJYcv8VTQr/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: mar. 2025.

PESSÔA, Elisangela Maia. Dissertação de Mestrado - Políticas Sociais Alternativas Institucionalização De Idosos Em Municípios Da Região Das Missões no Rio Grande do Sul. Ano 2007. Disponível em <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5139/1/000390139-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: set. 2024.

SOUZA, Daniele Graciane de; LIMA, Silvia Maria Amorim. Políticas Sociais setoriais e os desafios para o Serviço Social. Curitiba: InterSaberes, 2017.

SPOSATI, Aldaiza. Proteção Social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Ano 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/WcYSGg6ys8ZbQfLwf9zCtkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: mar. 2025.

TEIXEIRA, Solange Maia. Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção socia no brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maia. O envelhecimento e as reformas no sistema de seguridade social no Brasil contemporâneo. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 126-137, jan./jul. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/27635>. Acesso em: jun. 2025.

TEIXEIRA, Solange Maia. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. Ano 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZGq7Ld9qsYWyrnfxzjLtWZL/>. Acesso em: dia abr. 2025.

VERAS, Renato Peixoto; Oliveira, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. Ano 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/snwTVYw5HkZyVc3MBmp3vdc/>. Acesso em: dia set. 2024.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/internacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

O PRECARIADO FEMININO: ENTRE A RACIONALIDADE NEOLIBERAL, A REPRODUÇÃO SOCIAL E A CONSUBSTANCIALIDADE DAS OPRESSÕES

THE FEMALE PRECARIAT: BETWEEN NEOLIBERAL RATIONALITY, SOCIAL REPRODUCTION, AND THE CONSUBSTANTIALITY OF OPPRESSIONS

Aécio da Silva Martins

Sheila Kocourek

Jairo da Luz Oliveira

Aritana Sousa Dutra de Melo

Sabrinna Sousa Santos

Resumo: O ensaio analisa o precariado feminino como categoria estratégica para compreender a fase atual do capitalismo neoliberal. Sustenta que a precarização deixou de ser contingência para se tornar forma estrutural de organização do trabalho e da vida, articulando a exploração produtiva e a expropriação reprodutiva sob mediações de gênero, raça e classe. Ao incorporar a perspectiva feminista materialista e a noção de consubstancialidade das opressões (Saffioti; Kergoat), discute-se como a racionalidade neoliberal fabrica subjetividades competitivas, transfere riscos e naturaliza a vulnerabilidade feminina por meio da internalização da culpa e da autogestão de si. Argumenta-se que o cuidado, historicamente desvalorizado e invisibilizado, é parte constitutiva da reprodução do capital e deve ocupar o centro da crítica à precarização. A análise propõe uma agenda conceitual, empírica e política que inclua o cuidado como bem público e promova direitos de tempo, renda e segurança, desatrelando a proteção social da lógica do emprego fordista. O precariado feminino, longe de ser apêndice do precariado, emerge como sua chave interpretativa mais contundente e como terreno central para repensar as relações entre capitalismo, patriarcado e racismo.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Neoliberalismo; Reprodução social; Consubstancialidade; Feminismo materialista.

Abstract: The essay analyzes the female precariat as a strategic category for understanding the current phase of neoliberal capitalism. It argues that precarization has ceased to be contingent and has become a structural form of organizing labor and life, intertwining productive exploitation and reproductive expropriation through mediations of gender, race, and class. Drawing on materialist feminist theory and the notion of the consubstantiality of oppressions (Saffioti; Kergoat), it discusses how neoliberal rationality manufactures competitive subjectivities, transfers risks, and naturalizes female vulnerability through guilt internalization and self-management. The essay contends that care, historically undervalued

and invisible, is a constitutive part of capital reproduction and must be placed at the center of the critique of precarization. It proposes a conceptual, empirical, and political agenda that includes care as a public good and promotes rights to time, income, and security, decoupling social protection from Fordist employment logic. The female precariat, far from being an appendix to the general precariat, emerges as its most incisive interpretative key and as a central arena for rethinking the relations between capitalism, patriarchy, and racism.

Keywords: Labor precarization; Neoliberalism; Social reproduction; Consubstantiality; Materialist feminism.

1 INTRODUÇÃO

A lógica neoliberal gera indivíduos voltados à competição constante e à autogestão de si como capital humano. Esse tipo de governo permeia as instituições e comportamentos, transformando a competição na norma da vida e transferindo para o indivíduo os riscos que antes eram compartilhados socialmente. A figura do empreendedor de si encapsula essa antropologia política, na qual a eficácia é perseguida por meio da competição e da identificação de oportunidades em mercados que abrangem toda a ação humana (Dardot; Laval, 2016).

Nesse contexto, a precarização deixa de ser um incidente e passa a ser uma estrutura. O conceito de precariado, conforme apresentado por Standing, refere-se a uma população sujeita à instabilidade estrutural, sem pontos de estabilidade, impactada por transferências constantes de risco e por identidades profissionais frágeis. A politização inicial dessa situação, observada em eventos como o EuroMayDay, coexistem com a falta de um programa consistente e com as ambiguidades entre a vitimização e a heroização do indivíduo precário (Standing, 2013).

A análise se torna mais profunda ao considerarmos gênero, raça e classe como relações interligadas e estruturantes. No Brasil, a inserção das mulheres no mercado de trabalho aconteceu em meio a reestruturações produtivas que desfizeram as fronteiras tradicionais entre setores e misturaram categorias como ocupação, desemprego e inatividade. A promessa de inclusão coexistiu com novas formas de desigualdade, segregação e dificuldade em conciliar trabalho remunerado e cuidado (Guimarães, 2004). Neste contexto, gênero não é considerado um atributo, mas uma estrutura social que organiza práticas e corpos em interação com as dinâmicas econômicas e políticas (Connell; Pearse, 2015). A perspectiva interseccional e materialista esclarece o entrelaçamento entre patriarcado, racismo e capitalismo, além da consubstancialidade das relações de sexo, raça e classe, rejeitando

divisões analíticas que ocultam a simultaneidade da dominação e exploração (Saffioti, 2009; Kergoat, 2016).

Este ensaio defende que o precariado feminino é uma categoria fundamental para entender a etapa atual do capitalismo. Ele sintetiza a precarização da produção e a expropriação da reprodução, mediadas por raça e classe. A falha que identificamos está na tendência de considerar o precariado como uma categoria neutra, relegando as opressões e os cuidados consubstanciais a um papel secundário. Sugerimos abordar essa lacuna conectando a racionalidade neoliberal, a nova morfologia do trabalho e a reprodução social sob uma perspectiva feminista e interseccional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A originalidade do neoliberalismo não reside na repetição do *laissez faire*, mas na implementação da concorrência como um processo de descoberta e na formação do indivíduo para a competição, além dos mercados de bens. A política resultante não se limita a alinhar situações ao cânone da concorrência perfeita. Ela forma indivíduos empresariais prontos para explorar oportunidades de forma contínua, ao mesmo tempo em que critica o Estado como um agente destrutivo que impede a livre concorrência. O management se transforma em um espaço privilegiado para a expressão dessa racionalidade, atuando sobre comportamentos e subjetividades (Dardot; Laval, 2016). Nesse contexto, a responsabilização pessoal pela gestão de riscos torna a precariedade algo comum.

Um processo diferente refutou a tese do fim do trabalho. Nota-se uma reestruturação do trabalho voltada para serviços, agroindústria e cadeias globais, caracterizada pela informalidade, intermitência, terceirização e plataformização. A precarização se torna estrutural, corroendo direitos e aumentando a superexploração, como demonstram as cadeias da eletrônica e os casos paradigmáticos de intensificação e sofrimento, que provocaram resistências operárias e greves em países centrais e do Sul (Antunes, 2018). A sociogênese desse "novo proletariado de serviços" envolve automação, exigência de tempo e qualidade, e transferência de custos para o trabalhador, que assimila a flexibilidade como requisito para a empregabilidade.

Standing define o precariado como um grupo marcado por diversas inseguranças e pela transferência intencional de riscos para as famílias. Seu diagnóstico retrata a diminuição das proteções fordistas, a fragmentação da identidade e a alternância entre protesto e carnaval

político. Simultaneamente, uma parte da literatura sobre o precariado defende uma neutralidade analítica que minimiza diferenças fundamentais, como gênero e raça. Essa abordagem dificulta a transição do teatro simbólico para um programa político que enfrente os recursos e as estruturas de poder efetivas do sistema de produção e distribuição (Standing, 2013).

A sociologia do trabalho e os estudos feministas no Brasil demonstraram que o aumento da presença feminina não resultou em igualdade. As fronteiras e métricas foram reconfiguradas, os regimes de tempo e os vínculos híbridos se multiplicaram, e a conciliação entre vida doméstica e laboral continuou sendo sustentada pelo trabalho das mulheres, com impactos na renda, carreira e saúde (Guimarães, 2004; Araújo; Scalón, 2005). Connell e Pearse definem gênero como uma ordem relacional que estrutura práticas, corpos e instituições. Isso exige a reconexão entre precarização e hierarquias de poder em escala global, incluindo a colonialidade e a geopolítica do conhecimento (Connell; Pearse, 2015; Connell, 2016).

Saffioti e Kergoat aprofundam a teoria ao enfatizarem a unidade substancial das relações entre sexo, raça e classe. Não se trata de uma soma de opressões, mas de um entrelaçamento que gera posições distintas de dominação e exploração, cuja análise requer a rejeição de separações artificiais (Saffioti, 2009; Kergoat, 2016).

3 DISCUSSÃO TEÓRICA

3.1 Economia política generificada da insegurança

A precariedade que afeta as mulheres não é simplesmente uma cópia da que afeta os homens. A divisão sexual do trabalho atua como uma tecnologia social que torna o cuidado natural e o apoia com trabalho não remunerado. Quando atraídas por promessas de flexibilidade, as mulheres são direcionadas a empregos com pouca proteção e baixa remuneração, nos quais a disponibilidade para o cuidado é ao mesmo tempo condição prévia e justificativa da desvalorização. A instabilidade não se limita apenas ao contrato. Ela é afetiva, espacial e temporal, comprimindo as margens de decisão em relação ao calendário, deslocamento e descanso. Para compreender essa economia política da insegurança generificada, é necessário reconhecer o cuidado como um componente da reprodução do capital, em vez de considerá-lo um apêndice doméstico. Estudos nacionais sobre família e

trabalho evidenciaram essa sobrecarga e suas consequências na satisfação, nas trajetórias e na agência feminina (Araújo; Scalón, 2005).

3.2 Algoritmos, tempo de cuidado e a servidão da flexibilidade

A plataformização transforma métricas opacas em comando gerencial, reestruturando a supervisão do trabalho para além do ambiente fabril. A trabalhadora de aplicativo, a diarista intermitente e a prestadora por demanda não apenas concordam com os preços e horários de entrega. Elas subordinam o tempo dedicado ao cuidado com notificações e classificações, em um estado de atenção constantemente ativo. A flexibilidade prometida se transforma em servidão, já que a liberdade de entrar e sair esbarra na instabilidade financeira e na obrigatoriedade de estar disponível. O restante é produzido pela lógica neoliberal. Cada uma deve "empreender a si" para sobreviver, sentindo-se culpada por não se destacar no jogo da competição e por não conseguir atender a todas as demandas do cuidado. Dardot e Laval (2016) descrevem essa gramática subjetiva de autogestão competitiva como um projeto político que cria realidades e molda indivíduos para a competição constante.

3.3 Raça, classe e a periferia do precariado feminino

No Brasil, a fronteira mais vulnerável do trabalho de cuidado, tanto remunerado quanto não remunerado, é marcada por questões raciais. Mulheres negras predominam em funções de baixa remuneração, elevada informalidade e restrito acesso à proteção social, enfrentando a expropriação do tempo dedicado ao cuidado de terceiros, além da sobrecarga de cuidar em seu próprio lar. O entrelaçamento de patriarcado, racismo e capitalismo auxilia na compreensão de por que a precariedade não é distribuída aleatoriamente e por que algumas políticas direcionadas não conseguem promover reparação (Saffioti, 2009). A consubstancialidade indica que não é uma questão de adicionar marcadores, mas de entender as posições geradas simultaneamente pelas relações de sexo, raça e classe em contextos históricos específicos, com legados coloniais e desigualdades duradouras (Kergoat, 2016; Connell, 2016).

3.4 Precarização, violência e o campo cego da literatura

A literatura acadêmica geralmente aborda a precariedade material e as formas de violência separadamente. A revisão de escopo sobre violência contra mulheres revela uma ênfase na violência física, sexual e psicológica, mas também aponta outras formas de opressão que são pouco visíveis, indicando a necessidade de um diálogo multidisciplinar (Fernandes et al., 2025). No precariado feminino, vivências diárias de violência, como assédio durante deslocamentos e em ambientes instáveis, chantagens relacionadas à renda, penalização por maternidade e exposição a riscos sem a devida mediação institucional fazem parte da experiência, mas raramente são consideradas como parte da precarização. Incorporá-las é fundamental para uma teoria que considere o corpo generificado e suas vulnerabilidades situadas.

3.5 Limites de Standing e deslocamentos necessários

Standing contribui ao nomear o fenômeno e ao mapear sua geografia de inseguranças, porém ainda apresenta uma lacuna em relação a gênero e raça. Sua própria narrativa sobre mobilizações precárias enfatiza a teatralidade e a ausência de uma agenda, sem considerar que, quando o trabalho reprodutivo é fundamental, a organização política requer diferentes temporalidades, espaços e demandas. O deslocamento teórico necessário implica reintegrar o cuidado no centro da crítica à precarização, além de incorporar conceitos que abordem as estruturas simultâneas de dominação e exploração. Gênero enquanto ordem social, consubstancialidade e colonialidade do gênero são fundamentais para esse progresso (Standing, 2013; Connell; Pearse, 2015; Kergoat, 2016; Connell, 2016).

4 LACUNA TEÓRICA E AGENDA ANALÍTICA

A principal falha é que a literatura sobre o precariado, em geral, não considera o cuidado como um elemento fundamental da precarização, nem adota uma estrutura consubstancial para sexo, raça e classe. Sugerimos uma agenda com três abordagens.

1) Conceitual. Caracterizar o precariado feminino como uma condição gerada pela lógica neoliberal, que torna o trabalho assalariado precário ao mesmo tempo em que captura e desvaloriza o trabalho reprodutivo. Considerar o cuidado como base da acumulação, em vez de vê-lo como um domínio privado. Incorporar gênero como uma ordem e utilizar a consubstancialidade como um método analítico para prevenir reducionismos (Dardot; Laval,

2016; Connell; Pearse, 2015; Kergoat, 2016).

2) Empírico. Identificar regimes de tempo, renda e cuidado em profissões comuns ao precariado feminino, abrangendo plataformas, serviços pessoais e cadeias de terceirização. Conforme indica a necessidade de expansão temática identificada na revisão de escopo (Fernandes et al., 2025), é preciso medir as múltiplas inseguranças e as violências que são pouco visibilizadas.

3) Programático. Redirecionar a discussão política para os direitos de tempo, renda e cuidado. Isso significa reconhecer a reprodução social como um bem coletivo, desafiar os modelos de proteção que se baseiam em vínculos fordistas e criar uma estrutura institucional que desvincule renda e trabalho em contextos de cuidado intensivo. Sem essa mudança, a crítica da precarização não atingirá seu objetivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação precária das mulheres é a manifestação mais evidente e, ao mesmo tempo, mais ignorada da atual etapa do capitalismo neoliberal. Ela representa a interseção entre a exploração produtiva e a expropriação reprodutiva, demonstrando que a acumulação atual depende da elasticidade ilimitada do corpo feminino e da normalização de seu tempo como um recurso sem custo. Essa estrutura de dominação não é um mero acidente histórico, mas um componente funcional da lógica neoliberal. Ao criar indivíduos empreendedores de si mesmos, essa lógica transfere responsabilidades e culpas, enquanto privatiza o sofrimento (Dardot; Laval, 2016).

A precarização estrutural, camuflada sob o discurso da flexibilidade e da autonomia, transforma os contornos do trabalho e do cuidado. As plataformas, por meio de algoritmos opacos e métricas rigorosas, intensificam o controle à distância e reproduzem hierarquias coloniais e patriarcais no ambiente digital (Antunes, 2018). Nelas, o tempo das mulheres é fragmentado em microtempos e convertido em ativo descartável. A promessa de liberdade se transforma em um sistema de controle em que o cuidado, tanto o oferecido quanto o recusado, é o principal motor da servidão contemporânea.

Compreender o precariado feminino requer uma mudança epistemológica que abandone a neutralidade analítica que engloba gênero e raça na categoria universal de trabalhador precário e reconheça a consubstancialidade das opressões (Saffioti, 2009; Kergoat, 2016). Isso significa admitir que não há precariedade sem corpo e que os corpos mais vulneráveis resultam das intersecções históricas de sexismo, racismo e classismo,

estruturadas pela divisão racial e sexual do trabalho. Como já advertiu Connell (2016), gênero é uma estrutura global e sua análise deve considerar a colonialidade que estabelece hierarquias entre quem cuida e quem é cuidado.

O desafio teórico e político que se impõe é restabelecer o cuidado como foco central da crítica à precarização. Trata-se de politizar o tempo de viver, cuidar e descansar, e de criar instituições que assegurem renda, proteção e dignidade desvinculadas do trabalho fordista. Uma política feminista do trabalho deve reconhecer a reprodução social como bem público, e não como resíduo doméstico. Caso contrário, o diagnóstico continuará a perpetuar a cegueira de gênero que sustenta o capitalismo. O precariado feminino não é uma subcategoria do precariado em geral, mas sua principal chave analítica. É nesse ponto que se revela o núcleo moral e econômico da racionalidade neoliberal: a apropriação da vida convertida em disponibilidade total. Enfrentar essa lógica exige novas categorias e novas alianças entre feminismos, sindicalismos e movimentos de economia solidária que recusem a naturalização da vulnerabilidade e afirmem o direito coletivo ao tempo, à segurança e ao cuidado. Somente assim será possível deslocar o eixo da crítica social do trabalho como mercadoria para o trabalho como condição de existência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, S. C. S. et al. **Violência contra a mulher baseada no gênero: revisão de escopo**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 78, n. 1, p. 1-15, 2025.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Gênero e trabalho: novas fronteiras, velhos desafios**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2004.

KERGOAT, Danièle. **Consustancialidade das relações sociais**. In: HIRATA, Helena et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. p. 56-62.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Patriarcado, racismo e capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/temas/internacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

OS DESAFIOS DA REINserÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO PÓS PERÍODO GESTACIONAL

LOS DESAFÍOS DE LA REINserCIÓN DE LA MUJER EN EL MERCADO LABORAL TRAS EL PERIODO DE GESTACIÓN

Bruna Munhoz Sartori¹

Resumo: Os progressos para igualdade de gênero, e desenvolvimento das mulheres em nossa sociedade são cada vez mais visíveis e históricos, mas ainda temos muito a evoluir, visto que muitas mulheres encontram muitas dificuldades assumindo como mães, sofrendo preconceitos e estigmas. Nesse contexto o presente estudo busca compreender o que mulheres enfrentam quando recolocadas ou tentando se recolocar no mercado de trabalho após a maternidade. Os dados serão coletados através de entrevistas na região central do Estado, com roteiro semi estruturado, pelo método qualitativo. Serão entrevistadas mulheres que tenham sido recolocadas no mercado de trabalho ou estejam tentando se recolocar com filhos de até 3 anos de idade. Espera-se que os dados coletados nos mostre o avanço no tratamento com mulheres que tenham sido mães, com filhos pequenos, pois como sabemos ainda vivemos em uma realidade de machismo e preconceito com mulheres que (re)ingressam ao mercado de trabalho. Evidenciando assim que precisamos de uma sociedade/ organizações/ empresas, gestores, mais acolhedores com essas mulheres.

Palavras-chave: mulher, maternidade, mercado de trabalho, igualdade de gênero

Resumen: El progreso hacia la igualdad de género y el desarrollo de la mujer en nuestra sociedad es cada vez más visible e histórico, pero aún queda mucho camino por recorrer, ya que muchas mujeres enfrentan numerosas dificultades para ser madres, sufriendo prejuicios y estigma. En este contexto, el presente estudio busca comprender a qué se enfrentan las mujeres al reincorporarse o intentar reincorporarse al mercado laboral después de la maternidad. Los datos se recopilarán mediante entrevistas en la región central del estado, utilizando un guion semiestructurado y un método cualitativo. Se entrevistará a mujeres que se han reincorporado al mercado laboral o que intentan hacerlo con hijos menores de 3 años. Se espera que los datos recopilados muestren el progreso en el trato hacia las mujeres que han sido madres con hijos pequeños, porque, como sabemos, aún vivimos en una realidad de sexismo y prejuicios contra las mujeres que se (re)incorporan al mercado laboral. Esto pone de relieve la necesidad de una sociedad, organizaciones, empresas y directivos más inclusivos con estas mujeres.

Palabras clave: mujeres, maternidad, mercado laboral, igualdad de género

¹ Assistente Social, graduada pela Unipampa; Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional da UFSM, Especialista Em Saúde da Família pela UNB.

1 INTRODUÇÃO

A reinserção da mulher no mercado de trabalho após a maternidade constitui um importante desafio social e econômico. Apesar dos avanços nas políticas de licença maternidade e dos direitos trabalhistas, as mulheres continuam enfrentando obstáculos significativos para retornar ao emprego. Estudos qualitativos indicam que a presença de filhos é um fator dificultador na reinserção, pois as responsabilidades maternas implicam em demandas de tempo e energia que impactam a atuação profissional. Além disso, persistem problemas relacionados a preconceitos de gênero nos processos seletivos, assim como a falta de apoio institucional, o que pode resultar em desvalorização e sacrifícios por parte das mulheres nesse momento de transição. A literatura enfatiza que a organização da vida familiar, além da existência de mulheres em cargos de liderança e em ambientes de trabalho acolhedores, são aspectos que facilitam a reinserção da mulher no mercado após a licença-maternidade (Machado, 2018; dos Santos, 2023; Aldrighi, 2021). Assim, a reflexão teórica sobre este tema está permeada pelas discussões sobre desigualdade de gênero, políticas públicas de proteção à maternidade e as condições estruturais do mercado de trabalho que moldam a experiência da mulher-mãe na retomada da vida profissional.

2 A MULHER E A REINserÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

No Brasil e no mundo, diferentes estudos demonstram que as mulheres enfrentam desafios significativos, como o “teto de vidro”, que limita seu acesso a cargos de liderança, e a discriminação salarial, onde recebem remunerações inferiores aos homens para funções equivalentes (Valle & Silva, 2018). Além disso, as mulheres são desproporcionalmente responsáveis pelo trabalho doméstico e pelos cuidados familiares, o que afeta a sua disponibilidade para o mercado de trabalho e acentua a desigualdade (Duarte et al., 2020). Essa dualidade de funções reforça a necessidade de políticas públicas e corporativas que promovam a equidade, como licenças parentais equilibradas, flexibilização de jornadas e acesso a creches.

Teoricamente, a análise da desigualdade de gênero pode ser sustentada pela teoria feminista e pelos estudos de gênero, que destacam a construção social dos papéis masculinos e femininos, bem como o impacto dessas construções na segregação ocupacional e na

diferenciação salarial (Butler, 2003; Scott, 2009). Exemplo disso é que mesmo tendo em média mais anos de estudos do que os homens, elas estão em maior proporção em trabalhos informais comparativamente a eles, assim como são marcadas pela precariedade dos postos ocupados e pela menor remuneração. As consequências da desigualdade de gênero são diversas, impactam não somente na mulher, mas na família, na economia de modo geral, na educação dos filhos, no modo como a mulher precisa dar conta de um “todo”, uma sobrecarga que não é só dela, mas histórica, tornando-a multitarefas, uma mulher que para conseguir se recolocar no mercado de trabalho precisa dar conta dos dois papéis (mãe e trabalhadora), mesmo sentindo a sobrecarga que essa escolha acarreta.

Além disso, os modelos econômicos apontam que a discriminação é um fator que reduz a eficiência dos mercados de trabalho e restringe o potencial produtivo das mulheres (Becker, 1971). Tornando-as assim trabalhadoras contratadas para trabalhos que não vão se sobressair ao de um homem, consequentemente sendo meras reprodutoras da força de trabalho, não as tirando da linha de produção, como também não exercendo os cargos de chefia.

Diante da persistência dessas desigualdades, o Brasil conta com uma legislação que busca garantir a igualdade de oportunidades e combater práticas discriminatórias, como a Constituição Federal (1988), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e leis específicas para a promoção da igualdade salarial e trabalhista. Entretanto, a efetivação dessas normas ainda requer avanços, incluindo fiscalização rigorosa e mudança cultural no ambiente de trabalho (Silva & Almeida, 2019).

Se tratando em questões relacionadas às mulheres, representando elas um grupo majoritário na sociedade; quando falamos do quantitativo populacional, representando 51,5% da população brasileira (dados relativos ao terceiro trimestre de 2024, obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em contraponto a esse dado, persistem inúmeras desigualdades estabelecidas com base no gênero, atravessadas por dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais, que dificultam, limitam ou até mesmo excluem as mulheres do acesso a seus direitos, negando-lhes oportunidades e, consequentemente, condições dignas de sobrevivência.

Há agravos interseccionais e consubstanciais fomentados por marcadores como raça, idade, território e deficiência. Quando falamos em acesso a direitos por parte de mulheres negras, idosas, com deficiência e/ou periféricas, compreendemos que as desigualdades se

aprofundam ainda mais. É necessário reconhecer que as experiências das mulheres não são igualitárias, mas sim marcadas por diferentes posições sociais e históricas, pontos que intensificam os processos de exclusão. Uma mulher negra, por exemplo, pode enfrentar simultaneamente racismo, sexismo e classismo, ponto que revela as múltiplas camadas de opressão que estruturam as relações sociais relacionadas às mulheres. Entendemos que a interseccionalidade é importantíssima na formulação e implementação de políticas públicas que buscam igualdade de gênero, pois, através deste entendimento que serão identificadas as diferenças e as desigualdades que estão manifestadas entre as próprias mulheres. “A interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológica que denuncia o caráter estrutural das opressões.” (AKOTIRENE, 2019, p. 16).

A opressão social sobre as mulheres se manifesta de diversas formas interligadas, que abrangem aspectos econômicos, culturais, políticos e institucionais. Sendo essas, discriminações de gênero no trabalho, violência de gênero, opressão cultural e simbólica, desigualdade política e consubstancialidade.

A compreensão dessas diversas formas de opressão é essencial para formular políticas sociais, educacionais e legislativas que promovam a equidade de gênero e a justiça social. A seguir cita-se a Lei que garante os direitos das mulheres no mercado de trabalho.

O Tribunal de Contas da União publicou em 2025, uma revisão de políticas públicas para equidade de gênero e direitos das mulheres com o objetivo de: “analisar e sistematizar conhecimento sobre políticas públicas voltadas para a equidade de gênero e os direitos humanos das mulheres, considerando seu impacto na promoção da inclusão e na redução das desigualdades.” (TCU, 2025). Esse documento analisou o papel das políticas públicas no combate às desigualdades de gênero, na busca por igualdade e promoção de direitos para as mulheres.

Dentro das diferentes políticas, planos e programas apresentados no documento do TCU, cita-se o “Programa Emprega + Mulheres”. Esse programa é uma ação do Ministério do Trabalho e está relacionado a área do “Trabalho e Renda para Mulheres”. Estando esse em seu teor contemplando ao que estamos debatendo.

O Programa Emprega + Mulheres foi instituído pela Lei nº 14.457/2022, com base na alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O programa tem por objetivo promover a inclusão e a permanência de mulheres no mercado de trabalho, flexibilizando a jornada, incentivando a divisão do cuidado com os filhos e combatendo o assédio sexual. A lei foi originada/fundamentada pela Medida Provisória n.1.116/2022 e entrou em vigor no dia

22 de setembro de 2022, tornando-se um marco legal para a igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

O programa é alicerçado em sete eixos, sendo eles: apoio à parentalidade na primeira infância; flexibilização do regime de trabalho para apoio à parentalidade; qualificação de mulheres em áreas estratégicas para ascensão profissional; apoio ao retorno das mulheres ao final da licença-maternidade; reconhecimento de boas práticas na promoção da empregabilidade das mulheres, por meio do Selo Emprega + Mulher; prevenção e combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho e estímulo ao microcrédito para mulheres.

Uma das conquistas para as mulheres através do programa Emprega + Mulheres, foi a de ter a possibilidade de conciliar trabalho e família, buscando atender através da parentalidade as necessidades de vinculação de mães e pais com seus filhos desde o começo da vida. O programa indicou a possibilidade da realização de teletrabalho, banco de horas, antecipação de férias e compensação da jornada de trabalho, além de reembolso para pagamentos de creches e escolas para mulheres que tenham filhos de até seis anos de idade. Também aborda pontos importantes sobre a igualdade salarial, para mulheres que desenvolvem as mesmas atividades laborais que os homens para um mesmo empregador, estando amparadas pelos artigos 373-A e 461 da CLT.

Para Mirla Cisne (2014, p.135), “O gênero, assim como a classe e a raça, constitui uma categoria estruturante das relações sociais, determinando posições desiguais entre homens e mulheres.” A superação dessas desigualdades exige mudanças institucionais, políticas públicas efetivas, criação de ambientes de trabalho inclusivos e uma transformação cultural que valorize a equidade entre gêneros.

A política ganha uma conotação especial relacionada ao enfrentamento de assédios, incluindo o sexual, e das demais formas de violência contra as mulheres em seus ambientes de trabalho, ponto que é visto além de proteção e cuidado, sendo também uma ferramenta interventiva para a manutenção das mulheres em seus ambientes de trabalho. Uma medida importante do programa Emprega + Mulheres foi o acréscimo de sessenta dias para a licença-maternidade, além de incentivos para qualificação profissional a partir de microcréditos para mulheres.

De maneira geral o Programa Emprega + Mulheres apesar de contribuir com o incentivo e com a inclusão, permanência e com o desenvolvimento das mulheres no mercado de trabalho, possui pontos de fragilização no sentido de amparar somente as mulheres que estão

vinculadas a empregos formais junto ao mercado de trabalho, excluindo dessa proteção mulheres em situação de inatividade ou informalidade laborativa, ou seja manifesta-se como uma política pública ineficiente justamente para um grupo mais vulnerável. Pois segundo Marcondes e Farah (2021), as políticas públicas devem ser formuladas a partir da transversalidade de gênero, garantindo que as desigualdades sejam consideradas desde o planejamento até a avaliação das ações governamentais. Outra crítica ao programa em questão está relacionada à falta de fiscalização sobre os empregadores que não cumprem com as regras determinadas e estabelecidas pela lei.

O programa enfrenta limitações estruturais, conceituais e de representatividade principalmente com barreiras relacionadas à sua adesão não ser obrigatória por parte das empresas. Há uma necessidade em garantir de forma interseccional que mulheres com diferentes realidades, se beneficiem do programa instituído, inclusive com representatividade em cargos de liderança dentro das empresas.

Entende-se que problemas estruturais afetam mulheres que estão em busca de condições e lugares de pertencimento dentro do universo do trabalho e que por essa razão associadas a outras tantas, como invisibilidade, desvalorização, precarização, sobrecarga, violência; existe a necessidade da implementação de outras políticas públicas que possam dar visibilidade e proteção às mulheres mais vulneráveis socialmente, principalmente àquelas que estão excluídas do mercado formal de trabalho.

A reinserção da mulher no mercado de trabalho após a maternidade apresenta-se como um desafio, que reflete tanto as transformações sociais quanto as persistentes desigualdades de gênero. Apesar dos avanços legislativos e do aumento da conscientização sobre a importância da igualdade, as mulheres ainda enfrentam barreiras estruturais e culturais que dificultam o retorno e a participação contínua no ambiente profissional. A conciliação entre a vida familiar e as demandas laborais, a necessidade de ambientes de trabalho acolhedores e a presença de lideranças femininas são fatores positivos para essa reinserção. Contudo, para efetivar a igualdade de oportunidades, é necessário que as políticas públicas e corporativas promovam o suporte real às mulheres mães, garantindo não apenas a proteção legal, mas também a eliminação de preconceitos e a valorização da diversidade no mercado de trabalho. Assim, a inclusão plena das mulheres após a maternidade representa um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres tem aumentado sua representatividade no mundo do trabalho ao longo dos anos, têm garantido direitos e se colocado em ocupações antes masculinas. Avanços esses que refletem rupturas em relações aos papéis sociais de gênero. Mas também nos mostram que mesmo com algumas vitórias, mesmo inseridas no mundo remunerado, não há uma mudança da figura feminina no “trabalho improdutivo”, o de cuidado e doméstico, o que gera uma sobrecarga, condicionando uma sobreposição de dois trabalhos, o que hoje nos remete ao avanço no mercado de trabalho nem sempre leva em conta as particularidades que esse processo implica.

Temos o marco da introdução das mulheres no trabalho produtivo, mas ainda marcado com a diferenciação nesse contexto tanto pela realidade que tem que dar conta dobrada, tanto pela maior proporção em trabalhos informais comparada aos homens, tanto pela precariedade de postos ocupados e menor remuneração.

Buscando vislumbrar algumas orientações no âmbito das políticas públicas sobre as desigualdades de gênero, objetiva-se reduzir as desigualdades no mercado de trabalho; com mudanças de paradigmas quanto as questões de gênero; com as questões que a mulher passa com o cuidado doméstico; pretende-se dar visibilidade aos empecilhos que hoje impedem as sociedades a se ter maior equidade de gênero. Se hoje o mercado de trabalho é desenhado para homens, que estejam disponíveis para os imprevistos da empresa, é porque por trás disso existe alguém, provável que seja uma mulher que se encarrega de dar conta do que o mundo do trabalho não vê e não se importa. (Dos Santos et al., 2021). Se os dois se inserem no mercado de trabalho, um dos lados sobrecarrega para dar conta de tudo. Buscamos repensar os espaços laborais, para acolher e torná-los inclusivos.

As mudanças têm que vir da esfera pública, que precisam enxergar os espaços de trabalho, como espaços típicos de mulheres também, repensar homens e mulheres no movimento que a vida faz e reformular as políticas públicas por parte do Estado, e se não mais importante, pelas empresas que fazem parte da vida em sociedade. Mas para que isso ocorra começamos repensando, a mãe tem um espaço para lactantes no retorno ao trabalho depois da licença maternidade? Se os dias que o pai ganha de licença paternidade são suficientes para torná-lo parte desse processo? Se há compromisso do Estado em prover creches e serviços em tempo integral?

A criação de Legislação específica como citado no corpo do texto, Programa Emprega + Mulheres não garante transformações na realidade, enquanto as decisões são marcadas pela

cultura forte em que as desigualdades de gênero são enormes, a adesão ao programa não acontece por parte das empresas, e a mentalidade dos gestores e trabalhadores não muda.

A reinserção da mulher no mercado de trabalho após a maternidade é um processo que, apesar dos avanços legislativos e sociais, ainda apresenta muitos desafios em razão das desigualdades de gênero enraizadas nas estruturas sociais e laborais. As considerações finais sobre esse tema apontam para a necessidade de políticas e práticas que promovam ambientes inclusivos e acolhedores, que reconheçam e valorizem o papel da mulher como mãe e profissional, possibilitando a conciliação entre carreira e responsabilidades familiares. O suporte familiar, a existência de lideranças femininas e a implementação de medidas como flexibilização de horários e oferta de creches têm se mostrado fundamentais para facilitar esse retorno.

Além disso, combater a discriminação e os preconceitos que ainda marcam esse processo é essencial para garantir igualdade real de oportunidades. A licença-maternidade, embora necessária, deve ser complementada por estratégias que garantam a permanência e o desenvolvimento profissional da mulher, sem prejuízos à sua carreira ou à sua saúde mental e física. Portanto, a reinserção plena das mulheres mães no mercado de trabalho é um passo crucial para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e economicamente sustentável.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALDRIGHI, Daniel. Políticas corporativas e a reinserção da mulher no mercado após a maternidade. **Revista Gestão Moderna**, v. 2, pág. 110-123, 2021.

BECKER, Gary S. **A economia da discriminação**. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

BRASIL. **Tribunal de Contas da União (TCU)**. *Revisão de políticas públicas para equidade de gênero e direitos das mulheres*. Brasília: TCU, 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade**. Nova York: Routledge, 2003.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2019.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

DOS SANTOS, Maria L. Desafios e estratégias para mulheres que retornam ao trabalho após a licença-maternidade. **Revista Brasileira de Estudos de Gênero**, v. 19, n. 1, pág. 45-62, 2023.

DOS SANTOS VIVIANI SILVA LIRIO LIANA BOHN, Ana Cecília de Almeida Felipe Nathan Ferreira. **Reflexões sobre as Relações entre Desigualdade de Gênero, mercado de trabalho e educação dos filhos** [S.l.:S.n]. Disponível em: <http://www.ufsm.br/app/uploads/site/820/2021/03/Textos-para-Discussao-26-Reflexoes-sobre-as-relacoes-entre-desigualdade-de-genero-mercado-de-trabalho-e-educacao-filhos.pdf>. Acessado em 10/11/2025.

DUARTE, Maria C. et al. O impacto da dupla jornada na desigualdade de gênero no mercado de trabalho. **Revista de Estudos Feministas**, v. 2, pág. 321-337, 2020.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004. DOI: 10.1590/S0104-026X2004000100004
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Indicadores sociais do terceiro trimestre de 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022. Institui o Programa Emprega + Mulheres e altera a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 set. 2022.

MACHADO, Ana P. A importância do apoio familiar e institucional para a reinserção profissional de mulheres mães. **Cadernos de Psicologia Social**, v. 3, pág. 300-315, 2018.

MARCONDES, Mariana Mazzini; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero em política pública. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, e65398, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n165398.

PINTO, Beatriz. **A promoção da inclusão feminina: um olhar interseccional sobre o programa Emprega+ Mulheres**. PMR Advocacia, 9 mai. 2023. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/a-promoo-da-inclus%C3%A3o-feminina-um-olhar-interseccional-pinto/>. Acesso em: 21 out. 2025.

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 2009.

SILVA, Fernanda P.; ALMEIDA, Rogério F. Desafios para a efetivação da igualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Direito e Sociedade**, v. 19, pág. 45-60,

2019

VALLE, Aline D.; SILVA, Carlos E. Desigualdade salarial de gênero no Brasil: uma análise por setor. **Economia & Sociedade**, v. 3, pág. 593-616, 2018.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tenovemaisnosservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

OS DESAFIOS DA RESSOCIALIZAÇÃO: UM ENFOQUE NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO VERSUS AS INTERVENÇÕES DOS/AS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

THE CHALLENGES OF RESOCIALIZATION: A FOCUS ON THE PRISON SYSTEM

Janine de Matos Paulus

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar os desafios estruturais da ressocialização de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro, a fim de evidenciar o trabalho dos profissionais do Serviço Social. Foi realizado levantamento bibliográfico de cunho qualitativo a partir de componentes curriculares de um programa de pós-graduação. Sendo realizada análise de conteúdo a luz do método dialético crítico. Os resultados apontam que o Estado prioriza políticas punitivistas e massificadoras, especialmente para populações pobres e negras, negligenciando condições mínimas para reintegração social e relegando esta função a ações filantrópicas e fragmentadas. A pesquisa destaca que a efetiva ressocialização exige romper com a penalização da pobreza e construir políticas estruturadas que enfrentem desigualdades históricas. O papel do/a assistente social é central nesse processo, atuando na garantia de direitos, mediação de vulnerabilidades e promoção de projetos de vida pós-cárcere, mas o desafio se estende a toda a sociedade comprometida com justiça social.

Palavras-chave: Serviço Social; Ressocialização; Sistema Prisional.

Abstract: This study analyzes the structural challenges of resocializing people deprived of their liberty and released from the Brazilian prison system, highlighting overcrowding, institutional violence, and precarious resources. The State prioritizes punitive and massification policies, especially for poor and black populations, neglecting the minimum conditions for social reintegration and relegating this function to philanthropic and fragmented actions. The research highlights that effective resocialization requires breaking with the penalization of poverty and building structured policies that address historical inequalities. The role of the social worker is central to this process, acting to guarantee rights, mediate vulnerabilities, and promote post-prison life projects, but the challenge extends to the whole of society committed to social justice.

Keywords: Social Work; Resocialization; Prison System.

1 INTRODUÇÃO

Cabe destacar que a efetividade da ressocialização depende de políticas humanizadas que assegurem condições dignas de cumprimento da pena, acesso à educação, trabalho e saúde. Como destaca Dick (2021), a reintegração social exige ações articuladas entre Estado e sociedade para romper preconceitos e superar barreiras estruturais. Para que essas ações sejam fomentadas, torna-se mister pesquisas que apontem a realidade vivenciada no sistema prisional brasileiro, levando em conta fragilidades, precariedades e legislações que ainda precisam ser materializadas.

Programas de formação técnica, educação e acompanhamento psicossocial são instrumentos de transformação, conforme previsto na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). Faleiros (2005) ressalta que o papel do/a assistente social vai além da mediação institucional, devendo promover emancipação e enfrentamento das desigualdades que afetam os/as apenados/as. Silva (2019) complementa que, diante da “barbárie institucionalizada” das prisões brasileiras, a prática profissional deve assumir compromisso ético e político com a defesa dos direitos humanos. Assim, o/a profissional do Serviço Social constitui agente fundamental na construção de alternativas de reinserção social, contribuindo para que o cárcere deixe de ser espaço de exclusão e se torne ambiente de transformação e justiça social.

A pesquisa realizada caracteriza-se como qualitativa, priorizando a interpretação crítica e a compreensão aprofundada dos fenômenos estudados, em vez de dados numéricos. Essa abordagem permite analisar conceitos e teorias a partir de fontes já publicadas, articulando diferentes perspectivas teóricas. Buscou-se um recorte bibliográfico, pois segundo Lakatos e Marconi (2014, p. 101), “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas”, podendo integrar estudos descritivos ou experimentais. Tal definição evidencia que a revisão bibliográfica sustenta a fundamentação teórica do estudo e orienta a formulação do problema e das hipóteses. Assim, a pesquisa consistiu em levantamento e análise de publicações relevantes sobre o tema, conforme o método proposto por Gil (2002), que inclui a identificação, seleção e avaliação de obras que subsidiem o estado atual do conhecimento e evitem duplicidades de investigação.

Foram consultadas fontes como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, aplicando-se critérios de qualidade e pertinência teórica (Gil, 2002), nesse sentido considerando necessidades da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico. O corpus analítico foi composto por obras utilizadas nos componentes curriculares do Mestrado em Serviço Social e Proteção Social, entre março e junho de 2025,

com destaque para: Pereira (2016) Proteção Social no Capitalismo; Santos (2017) Questão Social: Particularidades no Brasil; e Bobbio (2007) A Era dos Direitos em contraponto as referências bibliográficas sobre Sistema Prisional e o trabalho do profissional do Serviço Social.

O presente artigo apresenta a introdução em tela, indicando brevemente a importância da pesquisa bem como a metodologia adotada. No segundo item, apresenta-se o resultado do levantamento bibliográfico realizado, seguindo as considerações finais.

2 SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

O sistema prisional brasileiro enfrenta desafios estruturais como superlotação, insalubridade e violência constante. A ausência de políticas consistentes de reintegração e educação penal perpetua a reincidência, refletindo um ciclo de exclusão e criminalidade. A desigualdade social também se expressa no perfil da população carcerária, majoritariamente composta por pessoas pobres e negras, o que evidencia o caráter seletivo da justiça penal (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025; Santos e Cordeiro, 2022).

Compete ao Estado garantir tanto a segurança quanto a reinserção da pessoa privada de liberdade, mas o déficit de investimentos em infraestrutura, recursos humanos e programas de reabilitação compromete a eficácia do sistema. As condições degradantes e a superlotação configuram graves violações de direitos humanos, exigindo uma reforma prisional que priorize políticas públicas de reabilitação e condições dignas de encarceramento (Cruz; Oliveira, 2023).

Em 2025, a população carcerária foi estimada em 663.906 pessoas em unidades físicas e mais de 220 mil sob monitoramento eletrônico ou prisão domiciliar, totalizando cerca de 884 mil indivíduos sob custódia estatal. O déficit de 174 mil vagas mantém estados como São Paulo e Minas Gerais em situação crítica. Embora haja avanços em atividades educacionais e laborais, persistem problemas como doenças contagiosas, reincidência elevada e precariedade das políticas de atenção à saúde e educação (Senappen, 2024; Nascimento, 2024).

Apesar do crescimento mais lento do encarceramento — em parte devido à ampliação da monitoração eletrônica — o Brasil permanece com a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas de EUA e China (Di Spagna, 2023). Iniciativas voltadas ao trabalho e à educação dentro das prisões ainda esbarram em falta de recursos e burocracia, limitando a efetividade da ressocialização. Assim, sem uma reforma profunda que priorize a humanização

e a reinserção social, o sistema continuará sendo um espaço de punição e exclusão (Barros, 2024).

O enfrentamento dessa realidade demanda uma abordagem intersetorial, que envolva políticas de inclusão, programas de empregabilidade e parcerias entre Estado, empresas e sociedade civil. A gestão prisional exige integração entre educação, para romper o ciclo de exclusão; saúde, para garantir atenção primária e mental; e trabalho, como via de ressocialização (Cruz; Oliveira, 2023). Essa rede deve operar conforme a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que estabelece a integração social do condenado como objetivo da pena (Brasil, 1984). Na prática, entretanto, a falta de estrutura e recursos inviabiliza a efetivação desse princípio.

A ressocialização, embora prevista legalmente, ainda é substituída por práticas punitivistas que ignoram a dignidade humana. A reinserção social, campo de atuação do/a assistente social, pode ser compreendida sob duas perspectivas. A primeira, formal-institucional, busca adaptar o indivíduo às normas sociais e legais, mas tende a ignorar desigualdades estruturais como racismo e pobreza (Araújo, 2020). A segunda, emancipatória e crítica, propõe a autonomia e a transformação social, entendendo o/a assistente social como mediador/a crítico/a que enfrenta as causas da exclusão e da criminalização da pobreza. Contudo, essa atuação é limitada pela lógica disciplinadora do sistema prisional (Araújo, 2020).

Essas abordagens revelam contradições entre o ideal de emancipação defendido pelo Serviço Social e a lógica punitiva das instituições. A responsabilização individual pela “ressocialização” ignora as barreiras estruturais que dificultam a reintegração. O desafio profissional consiste, portanto, em tensionar a reinserção burocrática e avançar para uma prática comprometida com as transformações sociais e a justiça distributiva (Faleiros, 2005).

2.1 As demandas do profissional do Serviço Social

O/a profissional do Serviço Social tem como principal demanda a intervenção nas expressões da questão social, como pobreza, desigualdade, desemprego, violência, fome e discriminação de raça, gênero e orientação sexual. Essas expressões resultam das contradições do modo de produção capitalista e revelam vulnerabilidades que exigem respostas sociais efetivas. Na busca pela garantia de direitos e justiça social, os/as assistentes sociais atuam em múltiplos contextos — saúde, educação, assistência social e ressocialização — enfrentando

desafios vinculados à exclusão e à desigualdade. Tal atuação requer compreensão crítica da realidade e elaboração de estratégias que fortaleçam políticas públicas e ampliem a participação cidadã, fundamentadas em princípios ético-políticos e no compromisso com a transformação social.

Outra demanda central é a efetivação de políticas sociais universais, em um cenário de cortes orçamentários e retrocessos nos direitos. O/a assistente social enfrenta a precarização do trabalho e busca ampliar o acesso da população a serviços essenciais, combatendo práticas discriminatórias e defendendo os direitos humanos e a equidade.

Segundo Netto (*apud* Monteiro; Coelho; Silva, 2005), o/a assistente social, enquanto trabalhador/a, se insere em atividades que compõem a reprodução e valorização do capital, articulando diferentes dimensões das políticas sociais. Assim, o Serviço Social integra um complexo campo de intervenção, no qual teoria e prática se unem na mediação dos problemas sociais. Conforme Piana (2009), o surgimento e o desenvolvimento da profissão estão vinculados às demandas da sociedade capitalista, marcada pela reprodução ideológica dominante. Inserido na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social tem seu objeto de atuação historicamente condicionado pelas conjunturas políticas e socioeconômicas (Piana, 2009).

Nesse contexto, as populações vulneráveis passam a exigir intervenções sociais que superem a caridade e a repressão, buscando alternativas de inclusão, trabalho e estudo (Machado, 1999). Assim, o eixo norteador da formação profissional é a questão social, vinculada às novas configurações da relação entre capital e trabalho (Ávila *et al.*, 2012). Para Iamamoto (2001), o principal desafio do Serviço Social é materializar sua intervenção nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, atuando de forma crítica e propositiva.

Faleiros (2005) destaca que a prática profissional ocorre em meio a uma dinâmica de forças, interesses e projetos, configurando espaços institucionais de mediação de conflitos. Nesse sentido, o/a assistente social atua como mediador/a de tensões e violências entre grupos excluídos e a sociedade instituída (Freynet *apud* Faleiros, 2005).

Nesse sentido a busca por proteção social é crucial, entendida essa segundo Costa (1995), como um conjunto de ações voltadas à defesa de grupos em situação de não autonomia. O Conselho Regional de Serviço Social (2013) complementa, definindo-a como a garantia de inclusão de cidadãos em vulnerabilidade na rede de proteção local. Assim, a proteção social representa uma intervenção governamental estruturante, por meio de políticas

e programas que promovem o acesso a direitos fundamentais — moradia, alimentação, saúde, educação e trabalho — afastando-se de práticas assistencialistas e promovendo o desenvolvimento pessoal e social.

A dimensão concreta, o trabalho do/a assistente social envolve intervenções nos espaços cotidianos da realidade, articulando respostas imediatas às expressões da questão social com práticas transformadoras que tensionam as contradições estruturais. Dessa forma, o Serviço Social contribui para a ampliação das políticas públicas e a formação de sujeitos críticos e cidadãos, comprometidos com a construção de um projeto de vida e de sociedade mais justa (Tissot, 2012).

2.2 A importância do profissional do Serviço Social para a ressocialização da pessoa privada de liberdade

A contribuição do/a profissional do Serviço Social é fundamental na elaboração de projetos socioeducativos e no acompanhamento pós-prisional, auxiliando na reconstrução do convívio social e na orientação do/a egresso/a quanto ao acesso ao trabalho, às políticas públicas e aos mecanismos de inclusão. Ao combater o estigma e a marginalização enfrentados pelos/as egressos/as, o Serviço Social atua não apenas sobre a realidade individual, mas também sobre a segurança pública, fortalecendo a coesão social.

Pereira (2016), em *Proteção Social no Capitalismo*, analisa criticamente as contradições das políticas sociais sob a lógica capitalista, destacando que elas frequentemente se limitam à lógica de mercado. Essa reflexão é pertinente à atuação junto a pessoas privadas de liberdade, pois evidencia a tensão entre a garantia de direitos e a marginalização estrutural. A autora ressalta que a proteção social muitas vezes é paliativa, sem enfrentar as causas da exclusão, como a criminalização da pobreza e a precarização do acesso ao trabalho e à educação. Assim, o Serviço Social deve ultrapassar a assistência imediata, promovendo estratégias de inclusão e articulação intersetorial com políticas como saúde e habitação, a fim de romper o ciclo de reincidência e vulnerabilidade.

No contexto atual, a ressocialização revela os desafios enfrentados pelos/as assistentes sociais diante da retração de direitos e do avanço de práticas conservadoras. A ausência de políticas públicas efetivas para egressos/as, frequentemente substituídas por iniciativas filantrópicas ou assistencialistas, reforça a crítica de Santos (2017), para quem a “questão social” é tratada como problema individual e não coletivo. Cabe, portanto, aos profissionais

do Serviço Social combater tal perspectiva e defender políticas universais, como a efetivação da Lei de Execução Penal (1984) e a criação de redes intersetoriais de apoio, em consonância com o projeto ético-político da categoria, que busca a emancipação e a justiça social.

Pereira (2016) demonstra que, sob o capitalismo, o Estado opera políticas sociais ambíguas: promete inclusão, mas perpetua mecanismos de exclusão. No sistema prisional, isso se evidencia no discurso da “ressocialização”, que esbarra em prisões superlotadas, ausência de educação e trabalho dignos e no estigma pós-cárcere. A autora critica a proteção social residualista, que apenas gerencia a marginalização, oferecendo cursos precários ou empregos informais, sem assegurar direitos reais.

Bobbio (2007) fornece subsídios teóricos para compreender o papel do Estado e a legitimidade do poder na garantia de direitos. No entanto, no sistema prisional brasileiro, o monopólio da força estatal frequentemente se traduz em violência institucional e negligência, distanciando-se de sua função de promover justiça e cidadania.

Nesse sentido, Dick (2021, p. 5) afirma que “quando se trata de ressocialização, não existem fórmulas, mas alternativas de ação”. O autor reforça que a reintegração social exige políticas públicas criativas e comprometidas, que superem o caráter punitivo e priorizem práticas humanizadas. Assim, a ressocialização deve ser compreendida como um processo contínuo de reconstrução cidadã, sustentado pela ação articulada entre Estado, sociedade e instituições

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao relacionar a teoria de Pereira (2016) à realidade dos/as egressos/as do sistema prisional, observa-se que a proteção social permanece fragmentada e insuficiente, reproduzindo desigualdades. A autora aponta que, sob o capitalismo, as políticas destinadas a essa população assumem caráter residualista, priorizando o controle social em detrimento da emancipação. O/a assistente social, diante desse cenário, precisa mediar direitos em um sistema que naturaliza a exclusão, adotando práticas críticas e transformadoras. A obra de Pereira (2016) inspira a criação de políticas intersetoriais que garantam não apenas sobrevivência, mas autonomia e cidadania.

Bobbio (2007) evidencia a falha do Estado em assegurar direitos básicos, ao passo que o sistema prisional, superlotado e degradante, expressa um “Estado Leviatã” que controla, mas não protege. O autor denuncia a seletividade penal, mostrando como o encarceramento

atinge majoritariamente pessoas pobres, negras e com baixa escolaridade, reforçando desigualdades e transformando o sistema de justiça criminal em instrumento de manutenção das hierarquias sociais.

Nesse contexto, o Serviço Social assume um duplo compromisso: denunciar violações de direitos e propor alternativas fundamentadas na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e nas Diretrizes da PNAS (1994). Tal atuação requer não apenas competência técnica, mas também engajamento político na defesa de um projeto societário comprometido com a equidade. Como alerta Saffioti (1989), não há ressocialização possível em meio ao apartheid social; é preciso enfrentar as estruturas que produzem a criminalização da pobreza.

Para romper esse ciclo, é necessário: (a) superar a lógica assistencialista e garantir políticas públicas estruturantes; (b) ampliar o uso de medidas alternativas à prisão, sobretudo para crimes não violentos; (c) assegurar direitos básicos como documentação, saúde mental e moradia assistida; e (d) combater o estigma social, favorecendo a reinserção no mercado de trabalho.

Os desafios da ressocialização são, portanto, estruturais e políticos. A superlotação, a violência institucional e a carência de recursos revelam um Estado que privilegia o encarceramento em massa e negligência a ressocialização social. Conforme Wacquant (2003), o sistema penal atua como mecanismo de controle das populações pobres e periféricas, evidenciando a “gestão penal da miséria”. A verdadeira ressocialização só será possível quando deixar de ser discurso institucional e se tornar compromisso ético e coletivo com a justiça social e a cidadania plena. Este é o desafio posto não apenas ao Serviço Social, mas a toda sociedade que almeja uma democracia substantiva.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sílvia Soares de. Educação em Serviços Penais: significações de uma política curricular em uma Escola de Governo. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

ÁVILA, Lisélen; AVILA, Evelisen; AGUINSKY, Beatriz. O serviço social e o atual projeto de formação profissional. Disponível em: <unifra.br/eventos/sepe2012/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política**. 14ª ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Lei nº 8.662/93 Código de Ética Profissional do Assistente Social. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço: Os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

CRUZ, Rafael Batista; OLIVEIRA, Pedro Henrique. (2023). Do surgimento, evolução histórica, conceituação e regulamentações do sistema prisional brasileiro e seus reflexos na ressocialização do preso. Revista Ft. Disponível em <https://revistaft.com.br/do-surgimento-evolucao-historica-conceituacao-e-regulamentacoes-do-sistema-prisional-brasileiro-e-seus-reflexos-na-ressocializacao-do-preso/>. Acesso em: 27 mai. 2025.

DICK, Cássio Samuel. Ressocialização do Preso: Uma Revisão Bibliográfica. Revista Ibero-Americana de Humanidades, **Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.1, jan. 2021. Disponível em : <https://periodicorease.pro.br/index.php/rease/index> Acesso em: 11 de out.2025

DI SPAGNA, Julia. Sistema carcerário brasileiro: entenda a situação dos presídios no país. 2023. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/sistema-carcerario-brasileiro-entenda-a-situacao-dos-presidios-no-pais>. Acesso em: 18 jun. 2025.

DUGATTO, Deise; RODRIGUES, Carlos Henrique Brites. Políticas públicas no sistema prisional - reinserção do preso: Public Policies in the Prison System – Prisoner Reintegration. RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar: O Saber, Brasil, v. 1, n. 1,2025. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/873>. Acesso em: 28 mai. 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MACHADO, Ednéia M. Questão Social: Objeto do Serviço Social? **Revista do Serviço Social**, v. 2, n. 1, 1999. Disponível em: <www.uel.br/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MACIEL, Marina; CARDOSO, Franci Gomes. Metodologia do Serviço Social: a práxis como

base conceitual. Cadernos ABESS, 3. São Paulo: Cortez, 1989.

MONTEIRO, Patrícia S.; COELHO, Jocelina A. S.; SILVA, Elaine N. **Uma análise do serviço social no contexto da categoria trabalho**. II Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

NASCIMENTO, Luciano - [Déficit de vagas no sistema carcerário do Brasil passa de 174 mil | Agência Brasil](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-10/deficit-de-vagas-no-sistema-carcerario-do-brasil-passa-de-174-mil). Agência Brasil: Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-10/deficit-de-vagas-no-sistema-carcerario-do-brasil-passa-de-174-mil>. Acesso em: 11 de out. 2025

NEVES MARSON, Carla; SILVA LIRA, Pablo. Superando o estigma da prisão e efetivação de direitos e cidadania: Contribuições da Psicologia na inserção de egressos da justiça no mercado de trabalho. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 15, n. 1, p. 138–155, 2021. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1143>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção social no capitalismo. Crítica a teoria e ideologia conflitantes. São Paulo, Cortez, 2016.

PEREIRA NETTO, Juliana Presotto. O trabalho interdisciplinar em busca do acesso à justiça [recurso eletrônico] / (organização) – Franca: UNESP-FCHS, 2012.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Contrato social. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: Particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A síndrome do pequeno poder**. In: AZEVEDO, Maria Amélia Nogueira de; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs.). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

SENAPPEN. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Divulga levantamento de informações penitências referentes o semestre de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-divulga-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referente-ao-segundo-semester-de-2024> . Acesso em: 11 de out. 2025.

SILVA, André Luís Augusto. O Serviço Social dentro da prisão. Editora: Cortez. 2019.

TISSOT, Larissa M. O serviço social e a prática socioeducativa. IV Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, 2009. Anais. 2012. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/artigos/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

TOLEDO, Isadora d'Ávila; KEMP, Valéria Heloisa; MACHADO, Marília Novais da Mata. Os sentidos do trabalho para egressos do sistema prisional inseridos no mercado formal de trabalho¹. Cad. psicol. soc. trab. São Paulo, v. 17, n. 1, p. 85-99, jun. 2014. Acesso em 11 jun. 2025.

WACQUANT, Löïc. **Punir os pobres: a nova gestão penal da miséria nos Estados Unidos.**
Rio de Janeiro: REVAN, 2003



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Projeção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

PAPEL, CANETA E MEMÓRIA ANCESTRAL: A PRESENÇA MIRANHA NA UNIVERSIDADE COMO RESISTÊNCIA

PAPEL, BOLÍGRAFO Y MEMORIA ANCESTRAL: LA PRESENCIA MIRANHA EN LA UNIVERSIDAD COMO RESISTENCIA

NAI MIRANHA ÍÑAA: YÁNI SUÁ MAI UÁNI HÁNI

Jessica Amanda Batista Da Costa
Ellen De Moraes E Silva

Resumo: Este artigo constitui um ato de resistência e de reescrita histórica ao adotar a autoetnografia como método de análise da experiência da juventude Miranha no acesso e na permanência no ensino superior. A partir da voz da autora, pertencente à etnia Miranha do Médio Rio Solimões, evidencia-se a tensão constante entre a memória ancestral, marcada pela preservação da língua, da pintura corporal e dos saberes da floresta e os desafios impostos pelo ambiente acadêmico, como o racismo, a solidão e o apagamento identitário. O objetivo central é conferir visibilidade às trajetórias educacionais indígenas, articulando-as às lutas coletivas por direitos e pela demarcação territorial. Conclui-se que a presença Miranha na universidade, sustentada por papel, caneta e memória ancestral, transforma a educação em um novo ritual de resistência, imprescindível para a ressignificação do conhecimento e para a garantia da sobrevivência física e cultural do povo.

Palavras-chave: Povos indígenas; autoetnografia; educação superior; resistência; Miranha.

Resumen: Este artículo constituye un acto de resistencia y reescritura histórica al adoptar la autoetnografía como método de análisis de la experiencia de la juventud Miranha en el acceso y permanencia en la educación superior. A partir de la voz de la autora, perteneciente a la etnia Miranha del Medio Río Solimões, se evidencia la tensión constante entre la memoria ancestral marcada por la preservación de la lengua, la pintura corporal y los saberes de la selva y los desafíos impuestos por el entorno académico, como el racismo, la soledad y el borramiento identitario. El objetivo central es dar visibilidad a las trayectorias educativas indígenas, articulándolas con las luchas colectivas por los derechos y la demarcación territorial. Se concluye que la presencia Miranha en la universidad, sustentada por papel, bolígrafo y memoria ancestral, transforma la educación en un nuevo ritual de resistencia, imprescindible para la resignificación del conocimiento y para la garantía de la supervivencia física y cultural del pueblo.

Palabras clave: Pueblos indígenas; autoetnografía; educación superior; resistencia; Miranha.

Resumo - Língua Miranha

Nai Miranha háni yáni suá mai uáni ínáa. Yáni nai Miranha nai-iri Solimões yáni mai háni. Nai uáni ínáa nai iani, nai pána, nai iná mai háni. mai háni nái wáni. Mai uáni Miranha ínáa yáni mai háni: yáni mai suá, háni mai nai.

Palavras-chave: Nai Miranha; Nai yáni suá Miranha; Nai yáni mai uáni; Nai háni; Miranha.

1 INTRODUÇÃO

A expressão "Daã Miranha! Eu sou Miranha!", serve como o manifesto inicial e a semente viva da história plantada no solo da universidade. Ser Miranha não é apenas um nome, mas um modo de viver enraizado nos saberes da floresta e na conexão com a natureza, o tempo e o sagrado. A cultura é expressa vivamente na língua, rituais, pinturas e culinária, configurando uma resistência de séculos.

A trajetória para o ensino superior foi marcada por tentativas de limitação e violência simbólica, ouvindo frases preconceituosas como "índio não precisa estudar". Contudo, a resistência transformou essa dor em coragem. O ingresso na universidade não representa um abandono da identidade, mas sim uma reafirmação dela, ocupando um espaço que sempre foi negado.

A trajetória de um estudante indígena no contexto do ensino superior brasileiro transcende a mera busca por qualificação profissional; ela se configura como um campo de batalha simbólico e um ato político de profunda significância cultural. Especificamente para a juventude Miranha, oriunda do Médio Rio Solimões, o ingresso na universidade representa a continuidade de uma luta histórica por visibilidade e reconhecimento, utilizando o espaço acadêmico como uma nova trincheira para a defesa da memória e do território ancestral. Este trabalho se debruça sobre essa experiência, entendendo a educação superior como um locus de resistência onde a identidade indígena é simultaneamente posta à prova e reafirmada.

O artigo tem como problemática central a seguinte questão: de que maneira a autoetnografia, enquanto metodologia de pesquisa e prática narrativa, pode evidenciar a tensão entre a memória ancestral Miranha e as estruturas hegemônicas da academia, transformando a presença indígena na universidade em um efetivo ritual de resistência cultural?

A justificativa reside na urgência de se promover a reescrita da história a partir da perspectiva indígena, combatendo o silenciamento e o apagamento identitário que

historicamente marcaram a relação do Estado e da academia com os povos originários.

O objetivo geral deste estudo é analisar a experiência da juventude Miranha no ensino superior, utilizando a autoetnografia como ferramenta de descolonização do saber. Os objetivos específicos incluem:

- a) descrever os desafios e tensões enfrentados pela estudante Miranha na universidade, como o racismo e a solidão;
- b) articular a experiência individual com a luta coletiva por direitos territoriais e culturais; e
- c) demonstrar como a memória ancestral atua como pilar de sustentação e resistência no percurso acadêmico.

A análise se ancora na autoetnografia, que permite a articulação do pessoal com o cultural, social e político (CHANG, 2015). Assim, o presente trabalho se propõe a ser mais do que um relato individual; é um espelho que reflete a luta coletiva do povo Miranha, reforçando que a caneta e o papel nas mãos de um indígena carregam a força da memória ancestral.

2 DESENVOLVIMENTO

O povo Miranha habita tradicionalmente as margens do Médio Rio Solimões, do Japurá e do Rio Negro, com comunidades reconhecidas como Miratú e Cuiú-Cuiú no estado do Amazonas. Trata-se de uma etnia de presença transnacional, com raízes no Brasil e na Colômbia, cuja história foi profundamente marcada pela dispersão durante o chamado tempo da borracha. Em 2024, o reencontro histórico entre parentes dos dois países representou um momento de completude e reafirmação identitária, sobretudo no resgate linguístico e cultural. A base da vida Miranha está sustentada pela bioeconomia e pelas práticas de subsistência, que incluem a produção artesanal, o cultivo de cacau, açaí e farinha ovinha, bem como a caça e a pesca, atividades indispensáveis ao modo de vida tradicional e à manutenção da autonomia alimentar.

A ancestralidade é o eixo que sustenta a força cultural desse povo. A pintura corporal com jenipapo, que marca a pele por vários dias, simboliza resistência, identidade e pertencimento. Cada traço pintado no corpo representa uma narrativa ancestral e carrega o saber transmitido entre gerações, transformando-se também em uma forma de bioeconomia sustentável. Entre as práticas espirituais, destacam-se o uso do rapé, preparado a partir do

tabaco em pó, utilizado para limpar doenças físicas e espirituais, e o consumo do caxiri ou wari, bebida sagrada produzida com mandioca e tubérculos, que reforça a conexão com os antepassados. A medicina tradicional Miranha busca prevenir enfermidades e evitar procedimentos invasivos, em uma lógica que integra corpo, espírito e natureza. Embora o português seja o idioma dominante no Brasil, o contato com o idioma falado na Colômbia tem fortalecido o processo de revitalização linguística. Conforme ensina o Cacique Marcio Grei, falar no dialeto ancestral faz a essência retornar ao primeiro eu, conferindo força e reconexão com a origem.

A escolha metodológica da autoetnografia neste estudo representa mais que uma opção científica: é um ato político e epistemológico que rompe com as lógicas coloniais de pesquisa. Diferentemente dos métodos tradicionais, baseados na distância e na objetividade, a autoetnografia exige imersão, subjetividade e reflexividade. Para uma pesquisadora indígena, essa abordagem é essencial, pois o “eu” individual é inseparável do “nós” coletivo Miranha. Nesta pesquisa, a autoetnografia interpretativa foi utilizada como instrumento de conexão entre a experiência autobiográfica da autora no ensino superior e as estruturas culturais, sociais e políticas que moldam a presença indígena na universidade. A narrativa em camadas permite entrelaçar descrição, análise e voz ancestral, de modo que cada experiência — seja o racismo vivenciado em sala de aula, seja a reafirmação da identidade cultural — é interpretada através da memória Miranha como ato de descolonização do saber. O corpo da autora torna-se o próprio território da pesquisa, onde as tensões entre tradição e modernidade são registradas e analisadas.

O campo empírico foi constituído a partir de registros de memória, diários reflexivos e anotações produzidas ao longo da trajetória universitária. A memória ancestral foi o principal instrumento de análise, confrontada constantemente pelo contexto acadêmico. Os registros documentaram emoções, pensamentos e experiências em momentos de tensão e solidão, contrapostos aos ensinamentos dos mais velhos. O diálogo intergeracional com anciãos e lideranças Miranha do Médio Rio Solimões permitiu validar e contextualizar as experiências acadêmicas sob a ótica da luta coletiva e da preservação cultural. A análise crítica das narrativas revelou padrões que ligam vivências pessoais, como a dificuldade de ser ouvida, a problemas estruturais como o silenciamento histórico dos povos indígenas na academia.

A entrada dos jovens Miranha na universidade marca o início de uma tensão permanente entre o pertencimento cultural e as exigências do meio acadêmico. O espaço universitário, estruturado por lógicas ocidentais e majoritariamente não indígenas, impõe

desafios que variam do racismo explícito às experiências de solidão e apagamento identitário. O processo de adequação ao sistema educacional pode gerar um dilema entre a assimilação e a resistência. Nesse contexto, a ancestralidade se torna uma força motriz e um contraponto fundamental, pois o conhecimento tradicional transmitido pelos anciãos é mais que um acervo de saberes: constitui o alicerce ético e ontológico que sustenta a permanência indígena na universidade.

A dissertação intitulada *Ritual da resistência: práticas socioculturais alimentares típicas do povo Miranha* (Gomes, 2024) reforça que os rituais e as práticas culturais funcionam como mecanismos de resistência ativa, ressignificando o espaço acadêmico. A caneta se converte em pincel e o papel em território simbólico, portador da memória da floresta. Assim, a presença indígena na universidade é uma conquista histórica e uma oportunidade para democratizar o conhecimento e construir uma sociedade mais inclusiva. O ingresso e a permanência de estudantes indígenas são essenciais para combater preconceitos, fortalecer políticas afirmativas, enfrentar barreiras econômicas e psicológicas e reafirmar que a luta ancestral se transformou, migrando do arco e flecha para o papel e a caneta. A trajetória acadêmica Miranha dá visibilidade a histórias socioculturais silenciadas e reafirma a resistência em contextos de marginalização.

Essa experiência individual de formação superior está diretamente conectada à luta coletiva pelos direitos e pela demarcação dos territórios tradicionais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras, e a Convenção n.º 169 da OIT, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n.º 5.051/2004, garante o direito à consulta livre, prévia e informada sobre decisões que os afetem. No entanto, esses direitos permanecem sob ameaça, como demonstra a Lei n.º 14.701/2023, que busca legitimar a tese do Marco Temporal, restringindo o reconhecimento territorial apenas às áreas ocupadas até 1988. A presença indígena nas universidades emerge, assim, como uma resposta intelectual e política a essas tentativas de retrocesso, pois a formação de lideranças qualificadas é essencial à defesa técnica e jurídica dos direitos constitucionais e ambientais.

A autoetnografia da experiência Miranha no ensino superior revela que o acesso à universidade constitui um ato revolucionário e uma extensão da luta territorial. O percurso acadêmico é um campo de tensões culturais, atravessado por racismo, isolamento e ameaças de apagamento identitário. Contudo, os instrumentos do conhecimento ocidental — o papel e a caneta — são ressignificados pela memória ancestral, transformando-se em ferramentas de

registro, resistência e projeção de um futuro pautado na autodeterminação e na autonomia cultural.

A principal contribuição desta pesquisa está em deslocar o indígena da condição de objeto para a posição de sujeito do conhecimento. A voz Miranha, antes silenciada, emerge na academia como potência crítica que exige a revisão das bases epistemológicas ocidentais. A presença de corpos indígenas não é suficiente: é necessária a inclusão efetiva das epistemologias indígenas. A luta pela demarcação territorial, discutida no texto a partir da Lei n.º 14.701/2023, encontra respaldo na produção de conhecimento qualificado, conduzido por pesquisadores comprometidos com a defesa de seus povos. Este trabalho constitui, portanto, um legado de resistência e um ritual de preservação da vida e da cultura Miranha no interior das instituições acadêmicas.

O percurso autoetnográfico também aponta desafios para o futuro. É fundamental ampliar os estudos sobre trauma e resiliência da juventude indígena, especialmente sob as perspectivas da saúde mental e do bem-estar. Torna-se urgente desenvolver pesquisas que proponham mecanismos de permanência universitária que ultrapassem o auxílio financeiro, priorizando o suporte cultural, linguístico e psicossocial. As universidades precisam avançar na descolonização curricular, integrando saberes e pedagogias indígenas de maneira autêntica, evitando a folclorização. É igualmente necessário compreender o impacto da mobilidade dos acadêmicos indígenas nas estruturas de liderança de seus povos e investigar como a língua Miranha pode tornar-se um instrumento legítimo de pesquisa e publicação científica.

A trajetória Miranha na universidade representa uma força viva de transformação. Mais do que buscar inclusão, ela propõe uma reconfiguração profunda da própria academia, que passa a ser interpelada por novas epistemologias e modos de existir. A luta persiste, agora sustentada pela escrita, pela memória ancestral e pela certeza de que o conhecimento também é território.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a trajetória do povo Miranha no contexto contemporâneo é marcada pela resistência cultural, pela reafirmação identitária e pela luta pela permanência nos espaços institucionais e territoriais. Ao longo do trabalho, foi possível compreender que as práticas culturais, a língua, a medicina tradicional e os rituais coletivos não apenas mantêm viva a memória ancestral, mas também funcionam como estratégias de

sobrevivência diante das forças coloniais que historicamente buscaram o apagamento de seus modos de vida.

A partir da autoetnografia, a pesquisa revelou que a experiência universitária da juventude Miranha constitui um campo de disputas simbólicas, epistemológicas e afetivas. A presença indígena na academia rompe com paradigmas hegemônicos de produção de conhecimento e inaugura novas formas de pensar e escrever a ciência. Nesse processo, a ancestralidade emerge como eixo metodológico e ético, reposicionando o sujeito indígena não como objeto de análise, mas como protagonista de sua própria narrativa.

Os resultados apontam que o acesso e a permanência dos estudantes Miranha no ensino superior representam não apenas um avanço político e social, mas também uma estratégia de descolonização do saber. Contudo, o estudo também revelou desafios persistentes, como o racismo institucional, a solidão acadêmica, a ausência de políticas de suporte cultural e linguístico e o risco de invisibilização das epistemologias indígenas nos currículos e práticas pedagógicas. Tais desafios reforçam a urgência de políticas públicas e ações afirmativas que ultrapassem a dimensão material e considerem as dimensões simbólicas e identitárias do ser indígena na universidade.

No campo jurídico e político, a luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais permanece como um eixo fundamental da resistência Miranha. A discussão em torno da tese do Marco Temporal e das ameaças aos direitos constitucionais evidencia que o enfrentamento não se dá apenas nos territórios físicos, mas também nos espaços acadêmicos e discursivos. A formação de pesquisadores e lideranças indígenas, portanto, adquire papel estratégico na defesa dos direitos originários e na formulação de políticas públicas baseadas na justiça socioambiental.

Como perspectivas futuras, propõe-se o aprofundamento de pesquisas que investiguem a saúde mental e emocional da juventude indígena nas universidades, os impactos da mobilidade acadêmica nas comunidades de origem e a construção de metodologias de ensino que integrem efetivamente os saberes tradicionais aos currículos formais. Outro campo promissor é o estudo da língua Miranha como instrumento de produção científica e resistência cultural, valorizando a oralidade e a tradução como pontes de conhecimento intercultural.

REFERÊNCIAS

CHANG, Heewon. **Autoethnography as method**. New York: Routledge, 2015.

DENZIN, Norman K. **Interpretive autoethnography**. 2. ed. Los Angeles: Sage, 2014.

ELLIS, Carolyn E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: An overview. **Forum: Qualitative Social Research**, v. 12, n. 1, art. 10, jan. 2011. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1589>. Acesso em: 8 set. 2025.

GOMES, Ramiro Hitotuzi. **Ritual da resistência**: práticas socioculturais alimentares típicas do povo Miranha, na comunidade Parque das Tribos, em Manaus/AM. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10431>. Acesso em: 16 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais**. 1989. Promulgada pelo Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 16 set. 2025.

REED-DANAHAY, Deborah. **Auto/ethnography: Rewriting the self and the social**. Oxford: Berg, 1997.

RONAI, Carol R. **Multiple Reflections of Child Sexual Abuse**: An Argument for a Layered Account. *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 23, n. 4, p. 395–424, jan. 1995.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

‘PENA GUARANI’: UMA ANÁLISE SOBRE O APAGAMENTO DAS COMUNIDADES GUARANI NO RIO GRANDE DO SUL

‘PENA GUARANI’: UNA ANÁLISIS DE LA DESAPARICIÓN DE LAS COMUNIDADES GUARANI EN RIO GRANDE DO SUL

Ana Isabel da Silva Andrade¹

Aline Amaral Paz²

Denise Aristimunha de Lima³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a canção ‘Pena Guarani’, dos cantores Gabriel Ortaça e Pedro Ortaça, lançada em 2023, e compreender a articulação na sua letra quanto ao que diz respeito à memória, a identidade e a resistência das comunidades guarani no território do Rio Grande do Sul. Para tanto, ancoramos nossa análise nos conceitos teóricos da Colonialidade do Poder (Quijano), Descolonialidade (Mignolo) e Interseccionalidade (Crenshaw; Carrera). Quanto à metodologia, essa é embasada em uma abordagem exploratória (Gil, 2008), com técnicas de revisão bibliográfica e análise de discurso (Orlandi, 2007). Em relação às considerações finais, concluímos que nosso objeto de estudo, a canção ‘Pena Guarani’ se articula como um ato discursivo de resistência, no qual a linguagem opera como um instrumento de memória e identidade, pois através da obra emerge uma trama interdiscursiva que revela marcadores históricos, culturais e sociais relacionados às comunidades guarani, que perpassam o decorrer do tempo.

Palavras-chave: Comunidades Guarani; Apagamento; Resistência; Identidade; Memória.

Resumen: Este estudio analiza la canción “Pena Guarani”, de los cantantes Gabriel Ortaça y Pedro Ortaça, lanzada em 2023, y busca comprender la articulación en su letra respecto a la memoria, la identidad y la resistencia de las comunidades guarani e el territorio de Rio Grande do Sul. Para ello, fundamentamos nuestros análisis en los conceptos teóricos de Colonialidad del Poder (Quijano), Descolonidad (Mignolo) e Interseccionalidad (Crenshaw; Carrera). Metodológicamente, se basa en un enfoque exploratorio (Gil, 2008), utilizando técnicas de revisión bibliográfica y análisis del discurso (Orlandi, 2007). En conclusión, la canción “Pena Guarani”, se articula como un acto discursivo de resistencia, en el cual el lenguaje opera como instrumento de memoria e identidad, ya que emerge de la obra una trama interdiscursiva que revela marcadores históricos, culturales y sociales relacionados con las comunidades guarani.

¹ Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa (PPGCIC/UNIPAMPA). E-mail: silvaanaisabel644@gmail.com

² Doutora em Comunicação e professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa (PPGCIC/UNIPAMPA). E-mail: alinepaz@unipampa.edu.br

³ Doutora em Comunicação e professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa (PPGCIC/UNIPAMPA). E-mail: deniselima@unipampa.edu.br

Palabras clave: Comunidades Guarani; Desaparición; Resistencia; Identidad; Memoria.

1 INTRODUÇÃO

Em 2026, completa-se 400 anos das Missões Jesuíticas Guaranis (1626-2026) no Rio Grande do Sul e, para tanto, o governo gaúcho lançou em junho de 2025 um programa⁴ para celebrar esse momento histórico, o qual se propõe a valorizar a história, reconhecer o legado e promover o desenvolvimento econômico e social. O programa prevê mais de 50 milhões de investimento (entre recursos privados e público), mas destina apenas R\$ 330 mil para a construção de um espaço de integração socioprodutiva da Aldeia Guarani de São Miguel das Missões, pois a maior parte dos recursos financeiros estão destinados para a construção de pontos turísticos e melhorias de infraestrutura de aeroportos - como o de Santo Ângelo e Passo Fundo.

Por esse e outros motivos, o Ministério Público Federal (MPF), encaminhou uma recomendação⁵ ao governo gaúcho, em 20 de agosto de 2025, na qual recomendava uma reavaliação e reestruturação do programa “400 anos das Missões Jesuíticas Guaranis no RS”, em diálogo com os representantes legítimos do Povo Guarani. No entanto, a recomendação não foi considerada, de maneira que o MPF entrou com uma ação civil pública, em 15 de setembro de 2025, a qual obriga o estado a realizar a inclusão efetiva dos indígenas guarani nas ações previstas no programa, além de requerer uma indenização e um pedido de desculpas às comunidades indígenas guarani.

Situações como essa evidenciam a marginalização e o apagamento dos sujeitos indígenas guarani no estado. O “Diagnóstico das Comunidades Guarani no Rio Grande do Sul”, publicado em abril de 2025 pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater), em parceria com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar), evidencia que 92% das comunidades indígenas guarani têm problemas referentes à moradia, mais de 37% dependem de caminhão-pipa para ter acesso à água potável e 75% das escolas indígenas funcionam em espaços improvisados.

Com vista nesse contexto histórico de invisibilidade sofrido pelas comunidades guarani no estado do Rio Grande do Sul, esta pesquisa se dispõem analisar a canção ‘Pena

⁴ Link de acesso ao programa “400 anos das Missões Jesuíticas Guaranis no RS”:

<https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202506/2025-06-18-govrs-sedac-400-anos-missoes-v5.pdf>

⁵ Link de acesso à Recomendação N.128/2025:

<https://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/docs/recomendacoes/2025/recomendacao-missoes-jesuisticas-guaranis-1>

Guarani’⁶, lançada em 2023, pelos cantores e compositores Pedro Ortaça e Gabriel Ortaça, e que ganhou um videoclipe em agosto de 2025. A letra da canção traz referências relacionadas ao apagamento sofrido pelas comunidades guarani. Nossa escolha por este objeto de análise, é por compreender que a produção compõem parte da Indústria Criativa regional do Rio Grande do Sul, de maneira que nosso objetivo é analisar como a canção ‘Pena Guarani’ articula memória, identidade e resistência em sua letra.

Dessa forma, no decorrer da pesquisa aprofundaremos nosso entendimento no que diz respeito às reduções jesuíticas missioneiras e o apagamento sofrido pelas comunidades guarani, que darão embasamento para a realização da análise. Em relação aos principais conceitos teóricos adotados nesta pesquisa estão: Colonialidade do Poder (Quijano), Descolonialidade (Mignolo) e Interseccionalidade (Crenshaw; Carrera). Já nossa metodologia é baseada em uma abordagem exploratória (Gil, 2008), com revisão bibliográfica (Gil, 2008) e análise de discurso (Orlandi, 2007).

2 REDUÇÕES JESUÍTICAS MISSIONEIRAS

A ocupação europeia dos territórios, do que hoje conhecemos como América, implicou na colonização das comunidades que habitavam esses espaços. A colonização dos povos originários se deu também por meio do aldeamento dos indígenas em espaços que ficariam conhecidos como reduções, que eram governados por padres jesuítas vindos da Europa. A ocupação do Rio Grande do Sul, aconteceu em um primeiro momento, justamente através dos padres jesuítas da Companhia de Jesus, que instalaram no território reduções jesuíticas - que tinham como objetivo catequizar os indígenas que habitavam a região.

É importante compreender que a ocupação jesuítica ocorreu em dois momentos no Rio Grande do Sul. A primeira ocorreu a partir de 1626 e durou até 1640 - quando os padres jesuítas foram expulsos pelos bandeirantes, atravessando o rio Uruguai em direção a Argentina e os indígenas aprisionados. Em 1682, cerca de quarenta anos depois, os padres jesuítas retornaram para o território do Rio Grande do Sul e fundaram as reduções que ficariam conhecidas como Sete Povos das Missões - um projeto reducional que tinha como intuito catequizar os indígenas. Ao todo foram construídos um conjunto de sete aldeamentos no território do Rio Grande do Sul, onde hoje se localiza a região das Missões. As sete

⁶ Link de acesso a canção ‘Pena Guarani’: <https://www.youtube.com/watch?v=B3700x1blPM>

reduções eram: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio.

Segundo Pesavento (1982), além desse fato, em 1682, os jesuítas retornaram para o Rio Grande do Sul fundando os Sete Povos, várias reduções que trabalhavam novamente com o gado que se espalhava na região. Os jesuítas criaram um verdadeiro estado paralelo ao do Império português e da Coroa espanhola com uma crescente expansão econômica na região, explorando não somente o gado, mas também a erva mate, realizando trabalhos de tecelagem e até metalurgia. Tornaram-se então uma verdadeira ameaça comercial para os colonizadores, colocada em pauta no tratado de Madri de 1750 entre Espanha e Portugal. A partir daí, a Companhia de Jesus foi hostilizada pelos estados europeus, sendo expulsa de Portugal em 1759, da Espanha em 1767 e da América em 1768, tendo confiscadas suas propriedades (Ferraro, 2018, p. 50).

Nos espaços reducionais, havia a presença de indígenas de diversas etnias, no entanto, prevalecia em suma maioria os Povos Guarani. Nessas comunidades de aldeamento, para além da catequização, os indígenas desenvolviam atividades ligadas à agricultura, pecuária e atividades culturais e artísticas - como música e escultura. A arquitetura estabelecida nas reduções, frequentemente com a presença da Igreja no ponto central, demarcava os espaços da realização de cada uma das atividades e as ocupações que cada habitante da comunidade desenvolvia, no qual os indígenas eram mão-de-obras dos interesses da Igreja. “Os índios construíram, sem dúvida, em grande escala, o território dos Sete Povos. Foram os carpinteiros, ferreiros, pedreiros e artífices das edificações jesuíticas, atestadas pelas ruínas, ainda hoje visíveis, de São Miguel” (Pontes, 2010, p.70).

Habitando as reduções, os indígenas foram inseridos a uma nova cultura e modo de vida impostos pelos padres jesuítas, de maneira que esse processo afetou os modos de viver que essas comunidades indígenas estavam acostumadas. Segundo Oliveira (2004), as crenças, costumes e formas de se ver as coisas começaram a ser mudadas neste período, ocorrendo assim uma total modificação da cultura das comunidades guarani. Além do mais, com base nos estudos de Schneider et. al. (2017), relativos a população Guarani no século XVI, elucida-se que quando foram estabelecidas as primeiras colônias europeias na região, pode-se dizer que “os Guarani viviam seu auge geográfico e demográfico, com uma população estimada em mais de dois milhões” (Messa, 2021, p.12). Nos dias atuais, a população indígena no Rio Grande do Sul, segundo dados do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), por meio do Censo Indígena (2022), é estimada em 36.096 pessoas autodeclaradas indígenas, pertencentes às etnias Charrua, Guarani, Kaingang e Xokleng.

3 APAGAMENTO GUARANI

No conceito de Colonialidade do poder, cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, ele aponta que a partir da colonização do território do continente americano, se constituíram padrões de poder, de espaço/tempo e de raça.

A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia (Quijano, 2005, p.1-2).

Compreendemos através de Quijano que a colonização da América concretizou um padrão de poder de pretensão global, que estabelecia lógicas econômicas, políticas e socioculturais. Esse sistema tomou como base a ideia de raça como justificativa para dominar, explorar e hierarquizar as comunidades e territórios. Nesse sentido, entendemos que a identidade moderna, associada a um 'eu' moderno, racional e civilizado, é firmada em contraposição ao 'outro', que é visto como atrasado, irracional e primitivo, de modo que essa perspectiva define as relações de dominador e dominados que se estabelece na América pelos europeus - que passam a ser nominado assim frente ao binarismo que se estabelece de América/Europa. Dessa maneira, a identidade europeia moderna só pode existir porque foi construída sobre uma negação e subordinação das identidades colonizadas na América (indígenas e negros). Consequentemente, a identidade dos colonizados e do colonizadores, só acontece porque é inventada a ideia de raça, durante esse período.

A idéia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. (...)

E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (Quijano, 2005, p.2).

A ideia de raça que se popularizou, não é um dado da natureza, mas sim uma invenção

histórica, que surgiu para ser um instrumento de dominação no processo colonial - perdurando até os dias de hoje, e que serviu e serve para legitimar a desigualdade, a escravidão, o racismo e as estruturas sociais vigentes. Essa invenção da ideia de raça, transformou diferenças físicas e culturais em desigualdades 'naturais', estabelecendo uma hierarquia social onde a cor da pele e a origem do sujeito determinam seu 'lugar' na sociedade, ou seja, a ideia de raça tornou-se um instrumento vital na classificação e controle da população dentro do sistema mundial. Dessa forma, compreendemos que a ideia de raça, que surgiu no período colonial, tornou-se um eixo fundamental de hierarquia social e distribuição do poder que perdura até hoje. Esse processo é nomeado por Quijano como Colonialidade do Poder, ou seja, há a permanência dessas estruturas de dominação na sociedade contemporânea.

É tendo em conta esse contexto, que entendemos o processo de apagamento dos Povos Guaraní no território rio-grandense. Dessa forma, compreendemos que desde o início, as comunidades guaranis foram colocadas em uma relação de dominação e colonização pelos europeus que chegaram no território gaúcho. As reduções jesuíticas, ao ofertarem 'moradia' e 'comida', também impunham aos sujeitos indígenas um sistema de servidão e catequização. Nas reduções a rotina era regrada, com horários estabelecidos para a realização de atividades e os indígenas eram expostos ao ensino religioso - uma vez que sua conversão ao Catolicismo era a única forma de salvar a alma - e cultural - já que os indígenas eram vistos como sujeitos primitivos, atrasados e não evoluídos frente a modernização europeia.

Nesse sentido, aspectos das comunidades indígenas como os conhecimentos ancestrais, seus costumes e rituais culturais, assim como a sensibilidade de compreender a natureza, foram apagados na construção das sociedades que se formariam nesses territórios colonizados, pois contrastam com a ideia de modernidade dos dominadores europeus - calcada na racionalidade e na objetividade. Além do mais, a ideia de raça contribuiu para o respaldo, em alguns casos, do extermínio de comunidades originárias, e para o contínuo apagamento que foi constituído e 'naturalizado' na sociedade, que 'se acostumou' a ver os indígenas em situações de vulnerabilidade social.

As identidades construídas pelos discursos europeus modernos eram raciais (isto é, a matriz racial colonial) e patriarcais. Fausto Reinaga (o aymara intelectual e ativista) afirmou claramente nos anos 60: "Danem-se, eu não sou um índio, sou um aymara. Mas você me fez um índio e como índio lutarei pela libertação". A identidade em política, em suma, é a única maneira de pensar descolonialmente (o que significa pensar politicamente em termos e projetos de descolonização). Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da

Mignolo (2008) aponta que a desobediência epistêmica significa aprender a desaprender, no sentido de que é necessário se desvincular e se afastar dos fundamentos e conceitos ocidentais institucionalizados de conhecimento, para visualizar as perspectivas de conhecimentos que não estão atrelados a esse imperialismo colonial. Nesse sentido, é necessário que os estudos voltem o olhar aos sujeitos que sempre estiverem à margem da construção do conhecimento, como negros, indígenas e mulheres e adotem suas perspectivas e pensamentos. Dessa maneira, compreendemos que a forma de conhecimento também sofre mudanças quando ocorre essa desobediência. Antônio Bispo dos Santos ou Nego Bispo, aponta que “esses saberes são diferentes, por quê? São saberes de cosmologias diferentes” (Bispo, 2019, p.26). Nego Bispo elucida também a diferença existente entre o saber orgânico e o saber sintético, ao pontuar que o saber orgânico se refere àquele que diz respeito a ser, ou seja, está relacionado às vivências, a oralidade e a relação com a natureza, enquanto o saber sintético é àquele que envolve ter, em outras palavras, está relacionado ao modelo colonial e acadêmico, que prioriza o acúmulo e a posse. Nessa mesma linha de pensamento, vem de encontro o conceito do bem viver, que provém da expressão Sumak Kawsai, originária dos povos Quechua e Aymara, que diz respeito ao modo de estar na terra e no mundo.

Bem Viver não é definitivamente ter uma vida folgada. O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoal (Krenack, 2020, p.8-9).

Compreendemos que os povos originários, assim como os povos africanos, têm visões e perspectivas de mundo distintas das institucionalizadas pelos europeus ocidentais. A maneira de pensar o viver em sociedade, a maneira como o conhecimento é passado às novas gerações - prevalecendo a oralidade, a relação que estabelecem com a natureza, o sagrado e a cosmovisão são alguns aspectos pertinentes à reflexão. E para contribuir com a nossa discussão, trazemos para o diálogo o conceito de Interseccionalidade (Crenshaw, 2004), criado em um primeiro momento para a área do Direito - uma vez que foi observado que não se contemplava todos os aspectos estruturais e políticos que atravessavam as questões que envolviam as mulheres negras. “A Interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, 2003, p.4), no sentido de que um mesmo sujeito pode ser atravessado por questões de gênero, raça,

classe social, entre outros marcadores, que vão interferir diretamente no tratamento que receberam e no lugar que ocuparam socialmente. Nesse sentido, trazendo a perspectiva da Interseccionalidade para a área da Comunicação (Carrera, 2020), é possível analisar como os sujeitos estão sendo representados na mídia, tendo em vista as interseccionalidades que atravessam sua existência.

4 ANÁLISE DA CANÇÃO ‘PENA GUARANI’

A análise que propomos tem como objeto de estudo a canção ‘Pena Guarani’, creditada a Gabriel Ortaça e Pedro Ortaça, lançada em 2023 e que ganhou um videoclipe em agosto de 2025. Fundamentada nos princípios da Análise de Discurso (Orlandi, 2015), nossa pesquisa objetiva-se analisar como a canção ‘Pena Guarani’ articula memória, identidade e resistência em sua letra. Segundo Orlandi (2007), a Análise de Discurso (AD) trata do discurso como a palavra em movimento e prática da linguagem, de modo que o estudo do discurso compreende observar o homem falando.

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (Orlandi 2007, p.15).

Orlandi (2007) enfatiza o discurso como uma prática viva e histórica da linguagem, de maneira que o discurso não é estático, mas sim um processo contínuo de produção de sentidos, atravessados por ideologias, memórias, relações de poder e contextos sociais. O discurso é também uma forma de o sujeito se inscrever no mundo, de significar e significar-se. Nesse contexto, a música enquanto uma prática discursiva, não é apenas uma expressão artística da realidade social, mas também atua sobre essa realidade, ao reinscrever sentidos e memórias. A canção ‘Pena Guarani’ pode ser interpretada como um espaço simbólico de resistência, em que se fala do sujeito guarani a partir de um lugar histórico de luta e apagamento.

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos

produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma "chave" de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (Orlandi, 2007, p.26).

Nesse sentido, a AD não busca revelar os “sentidos verdadeiros” ou se há uma “mensagem escondida”, mas sim a AD procura compreender como os sentidos são produzidos, ou seja, como que os diferentes discursos, ideologias e condições históricas atravessam os objetos simbólicos, seja uma fala, um texto, e nesse caso, uma canção. Além do mais, Orlandi (2007) aponta que interpretar é um ato e não uma decodificação. Assim, todo o ato de interpretação, por si só, já é um gesto simbólico que intervém no real sentido. Ao trazer essa perspectiva para nós, enquanto pesquisadoras, ao realizar uma interpretação, também já produzimos sentidos, revelando nossa participação na construção do significado. Dessa forma, o discurso é um campo de disputas simbólicas e ideológicas e é importante ter em mente que não existe uma “chave de interpretação”, que possibilite desvendar o que “realmente quer dizer” a canção ‘Pena Guarani’. O que existe é um dispositivo teórico-metodológico, ou seja, um modo de observar os processos de significação e os efeitos de sentidos que emergem a partir do entrelaçamento entre os marcadores discursivos, de linguagem, do sujeito e da história, de maneira que a canção é vista aqui como um objeto simbólico em movimento, atravessado por vozes, memórias e disputas discursivas.

Em relação às condições de produção e Interdiscurso, Orlandi (2007) coloca que as condições de produção em sentido estrito são referentes às circunstâncias da enunciação, que diz respeito ao contexto imediato; já quando as condições de produção incluírem o contexto sócio-histórico e ideológico, estão se referindo ao sentido amplo.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (Orlandi, 2007, p.31).

Na Análise de Discurso, a fala nunca vai começar do zero, pois o dizer é atravessado por outros dizeres que vieram antes e que sustentam o que o Orlandi (2007) chama de

interdiscurso. Então, o sujeito não fala de um lugar neutro, mas a partir de uma rede de sentidos já construídos ao decorrer da história, de maneira que cada novo discurso é também um reencontro com o já-dito.

Nesse sentido, a canção ‘Pena Guarani’ resgata a memória e a resistência das comunidades guarani, que pode ser compreendida através de uma leitura crítica da história e do apagamento cultural e social imposto pela colonização e o processo de catequização da Igreja Católica. O primeiro verso, ao evocar Sepé Tiaraju - líder guarani na Guerra Guaranítica e símbolo da luta e resistência em prol da terra e dos direitos das comunidades guarani nas Missões - evidencia a continuidade da vulnerabilidade social histórica que os sujeitos guaranis vivenciam na sociedade, o que é condensado no verso *“Ah, se Sepé fosse vivo/ Duvido tal abandono”*.

A crítica em relação à vulnerabilidade social enfrentada ao longo da história pelas comunidades guarani, também é percebida no versos *“Onde a miséria fareja/ E uma revolta rasteja a mendigar nas esquinas”*, a qual relacionamos às condições precárias vividas atualmente por muitos indígenas que habitam os centros urbanos e (sobre)vivem por meio do artesanato, situação que é resultado de um processo secular de expropriação. Já a expressão *“órfão da Igreja”* denuncia e evidencia o abandono e a exclusão sofrida pelas comunidades guarani após o fim das reduções jesuíticas, quando estes perderam seus territórios e qualquer ‘amparo social’ que tivessem recebido durante o tempo que viveram nas reduções.

Além do mais, a letra de ‘Pena Guarani’ estabelece uma contradição entre dois mundos: um *“antes da cruz”* e *“sob a guarda de Tupã”*, que evidencia o embate entre espiritualidades e a imposição da fé cristã como forma de dominação das comunidades guarani por parte dos colonizadores, sintetizada no verso *“liberdade e cultura não se impõe a criatura com espada e catequese”*, que expõem o caráter violento do processo de catequização jesuítica, que suprimiu e apagou práticas e cosmologias indígenas.

A canção ainda traz em seus versos uma crítica às desigualdades contemporâneas sofridas pelas comunidades guarani, dialogando com os dados do Diagnóstico, mencionado anteriormente, que apontam as precariedades habitacionais, educacionais e sanitárias nas aldeias guarani do Rio Grande do Sul, como sinalizado nos versos *“Quem já foi dono de tudo/ Vive aos trancos e barrancos/ Sem ter acesso ao mundo/ Barbarizado dos brancos”*. Já o refrão *“nem na casa de Deus tem lugar pro Guarani”* simboliza a exclusão histórica e religiosa, enquanto o apelo final *“Abre os olhos, Guarani”* faz uma provocação aos sujeitos indígenas à uma resistência e à invisibilidade dos povos originários.

Dessa forma, ‘Pena Guarani’ articula memória, identidade e denúncia referentes às comunidades guarani, ao mesmo tempo que reafirma o papel da arte e da música na construção de narrativas contra-hegemônicas que discutam sobre os temas emergentes não coberto pelas mídias tradicionais e hegemônicas, nesse caso, sobre o apagamento e a vulnerabilidade social vivenciada pelas comunidades guarani do Rio Grande do Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, diante a análise realizada, compreendemos que a canção ‘Pena Guarani’ é um potente ato discursivo e dispositivo de memória e resistência, que elucida uma crítica social ao relatar, por meio dos versos, o descaso com que são tratados os povos guarani no Rio Grande do Sul. Ao articular, em sua letra, elementos históricos, simbólicos e identitários dos Povos Guarani, a obra reinscreve na narrativa musical vozes silenciadas pela colonização e pelo processo de catequização, ao mesmo tempo que denuncia o apagamentos cultural e social, assim como a marginalização que atravessa a história dos sujeitos guarani, evidenciando as consequências do período reducional que perduram até os dias de hoje. ‘Pena Guarani’ não apenas revisita o passado, mas atualiza o interdiscurso da resistência guarani e se consolida como um discurso poético e político de denúncia, o qual utiliza da arte como um operador de memória, identidade e resistência. Dessa forma, ‘Pena Guarani’ articula o “já-dito” da história guarani na contemporaneidade, evidenciando a permanência da luta por reconhecimento e território - tanto no passado quanto no presente - e se consolida como uma expressão artística com um tom político que reafirma a arte como um espaço de resistência e de reconstrução da memória coletiva.

REFERÊNCIAS

BISPO, Antônio. 2019. **As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético**. In Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal, edited by A. R. Oliva, M. N. Chaves, R.C.G. Filice, and W. F. do Nascimento, 25–35. Belo Horizonte: Autêntica

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

CARRERA, Fernanda. **Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação**. Ecompós, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.2198>

FERRARO, Eduardo Hector. **Ser ou não ser gaúcho?: a perspectiva do sujeito campeiro**

contemporâneo no pampa latino americano. Tese (doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do Bem Viver.** Org. Bruno Maia. São Paulo, Cultura do Bem Viver, 2020.

MESSA, Juliano Porsch. **As consequências da presença jesuítica para a cultura guarani.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Pampa, Ciências Humanas, 2021.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** Cadernos de Letras da UFF, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

OLIVEIRA, M. O. de. **História e arte guarani: interculturalidade e identidade.** Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Editora Pontes, 2007.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **As bases Geopolíticas dos Sete Povos das Missões.** Revista de Geopolítica, Ponta Grossa – PR, v. 1, n. 2, p. 57-71, jun.-dez 2010.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHNEIDER, Fernanda; WOLF, Sidnei; KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **Tempo e Espaço Guarani: um estudo acerca da ocupação, cronologia e dinâmica de movimentações pré-colonial na Bacia do Rio Taquari/Antas, Rio Grande do Sul, Brasil.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. v. 12, n. 1, jan.-abr 2017.

SOUZA, Aryclennys Silva; BRAGA, Claudomilson Fernandes. **O branqueamento da pessoa negra no Brasil.** Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville -SC, 2 a 8 de setembro de 2018.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/nacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

POLÍTICA NACIONAL DE ENVELHECIMENTO E VELHICE 2023-2033, COSTA RICA: AVANÇOS E DESAFIOS DE UMA DÉCADA

POLÍTICA NACIONAL DE ENVEJECIMIENTO Y VEJEZ 2023-2033, COSTA RICA: AVANCES Y DESAFIOS DE UNA DÉCADA

Roberth Steven Gutiérrez-Murillo¹

Resumo: A Costa Rica se destaca no contexto centro-americano por apresentar elevada expectativa de vida, legislação consolidada e políticas públicas voltadas à proteção das pessoas idosas. Apesar desses avanços, persistem desigualdades internas relacionadas a renda, território, deficiência e acesso a serviços, que dificultam a plena garantia de uma velhice digna e socialmente participativa. Diante desse cenário, a *Política Nacional de Envejecimiento y Vejez 2023-2033* (PNEV 2023-2033) constitui a principal resposta estatal, estruturando diretrizes que abrangem segurança econômica, combate ao etarismo e à violência, atenção integral em saúde, promoção da autonomia e fortalecimento institucional. A política reconhece o envelhecimento como um fenômeno social complexo que demanda ações intersetoriais e ambientes inclusivos. Assim, o estudo apresenta um exame da PNEV 2023-2033, organizando seus eixos estratégicos e fundamentos conceituais, bem como identificando os desafios que podem influenciar sua implementação ao longo da próxima década.

Palavras-chave: Pessoas Idosas; Intersetorialidade; Políticas Públicas; Envelhecimento Populacional.

Resumen: Costa Rica se destaca en el contexto centroamericano por presentar una elevada esperanza de vida, una legislación consolidada y políticas públicas orientadas a la protección de las personas mayores. A pesar de estos avances, persisten desigualdades internas relacionadas con ingresos, territorio, discapacidad y acceso a servicios, que dificultan la plena garantía de una vejez digna y socialmente participativa. Ante este panorama, la *Política Nacional de Envejecimiento y Vejez 2023-2033* (PNEV 2023-2033) constituye la principal respuesta estatal, al estructurar lineamientos que abarcan la seguridad económica, el combate al edadismo y a la violencia, la atención integral en salud, la promoción de la autonomía y el fortalecimiento institucional. La política reconoce el envejecimiento como un fenómeno social complejo que requiere acciones intersectoriales y entornos inclusivos. En este sentido, el estudio presenta un análisis de la PNEV 2023-2033, organizando sus ejes estratégicos y fundamentos conceptuales, así como identificando los desafíos que pueden influir en su implementación a lo largo de la próxima década.

Palabras clave: Personas Adultas Mayores; Intersetorialidad; Políticas Públicas;

¹ Doutorando em Gerontologia Biomédica, Escola de Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS.

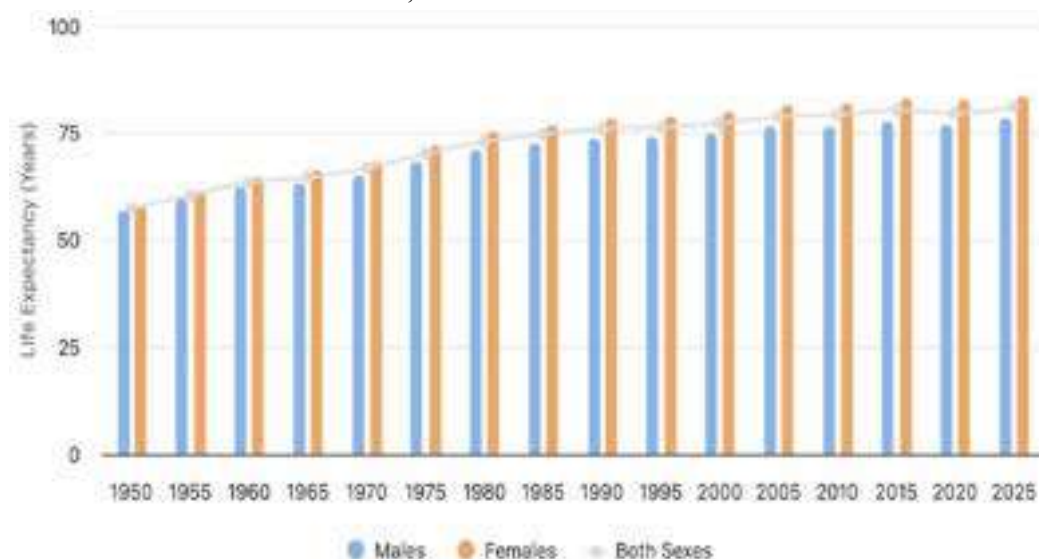
1 INTRODUÇÃO

A República da Costa Rica (doravante Costa Rica) apresenta-se particularmente interessante para compreendermos como os governos da América Central continental têm respondido ao fenômeno do envelhecimento populacional, uma questão social que exige a formulação de leis, programas e políticas públicas voltadas a garantir uma velhice digna e saudável (Fernández, 2016). Diferentemente dos demais países centro-americanos, na Costa Rica considera-se como pessoa idosa o indivíduo com 65 anos ou mais, conforme legislação vigente (Costa Rica, 1999).

Com uma população estimada em pouco mais de cinco milhões de habitantes (~5.044.197 pessoas), o censo mais recente, de 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC), confirma o contínuo crescimento da população idosa (INEC, 2022). Em publicação posterior, o mesmo órgão estimou, para 2023, a existência de 523.135 pessoas idosas, aproximadamente 10% da população total, sendo 53% do sexo feminino (INEC, 2023), reforçando a tendência global da feminização da velhice (Schumacher et al., 2025). Projeções do Worldometer (2025) apontam ainda para uma expectativa de vida geral de 81,2 anos: 83,7 para mulheres e 78,6 para homens (Figura 1).

Nos países vizinhos, como Guatemala, Belize, Honduras, Nicarágua e El Salvador, marcados por menor desenvolvimento humano, menor esperança de vida e acesso mais limitado a serviços de saúde, educação e proteção social, as condições para o envelhecimento saudável são mais restritas (Thiede et al., 2017; Ham-Chande; Nava-Bolaños, 2019). A Costa Rica, por sua vez, apresenta indicadores mais favoráveis, o que a coloca em melhor posição para garantir oportunidades e condições adequadas à velhice, embora ainda enfrente importantes barreiras estruturais e sociais (Gietel-Basten; Saucedo; Scherbov, 2020; Gutiérrez-Murillo, 2021).

Figure 1. Life expectancy evolution in Costa Rica, considering males, females, and both sexes cummulatives values, from 1995 to 2025.



Source: Borrowed from Worldometer (2025).

Accessed on Nov 12, 2025. Available at: <https://www.worldometers.info/demographics/costa-rica-demographics/>

Entretanto, melhores indicadores médios não anulam disparidades internas que afetam especialmente pessoas idosas em situação de maior vulnerabilidade. Diferenças entre zonas urbanas e rurais, desigualdades socioeconômicas e acesso limitado a serviços constituem desafios persistentes. Dados da *Encuesta Nacional de Discapacidad* “Enquete Nacional de Deficiência” (ENADIS), cuja segunda amostragem ocorreu em 2023, revelam que 37,4% das pessoas idosas apresentam algum tipo de deficiência, proporção mais que duas vezes superior ao índice nacional de 17,2% (INEC, 2024).

A ENADIS compreende a deficiência como resultado da interação entre características individuais e barreiras do meio que dificultam a plena participação social em igualdade de condições. Já o estudo de Fernández e Carballo-Alfaro (2024) evidencia que maior satisfação com a qualidade de vida na velhice está associada a fatores como convivência com parceira(o), sono superior a seis horas contínuas, autonomia nas atividades da vida diária e percepção positiva da própria saúde. Diante desse cenário, políticas públicas e programas sensíveis às múltiplas dimensões do envelhecimento tornam-se fundamentais para garantir o bem-estar, a participação e a proteção social das pessoas adultas idosas (Gutiérrez-Murillo; Grossi, 2024).

No caso costarriquenho, o órgão responsável por essa agenda é o *Consejo Nacional de*

la Persona Adulta Mayor “Conselho Nacional da Pessoa Idosa” (CONAPAM), encarregado de formular políticas, promover o envelhecimento ativo, coordenar ações interinstitucionais e assegurar a defesa dos direitos fundamentais (CONAPAM, 2025). Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo investigar de que maneira a *Política Nacional de Envejecimiento y Vejez 2023-2033* “Política Nacional de Envelhecimento e Velhice 2023-2033” (PNEV 2023-2033) organiza suas diretrizes e estratégias para garantir a proteção dos direitos, a qualidade de vida e a participação social das pessoas idosas na Costa Rica, analisando seus eixos de ação, seus fundamentos conceituais e os desafios que podem influenciar sua implementação ao longo da próxima década.

2 DESENVOLVIMENTO

A PNEV 2023-2033 da Costa Rica representa um marco importante na forma como o país escolhe enfrentar o rápido envelhecimento populacional (CONAPAM, 2023). Estruturalmente, a política se organiza em cinco eixos:

1. *Segurança econômica na velhice*: abrange emprego sem discriminação, apoio ao empreendedorismo, proteção social e sustentabilidade das pensões;
2. *Bom trato na velhice e vida livre de violência*: mecanismos de denúncia, proteção e prevenção de violência contra pessoas idosas;
3. *Atendimento integral em saúde e cuidados*: garantir uma atenção em saúde com serviços sociais e de cuidado, promover estilos de vida saudáveis;
4. *Desenvolvimento humano*: promover a participação social, educação, cultura, inclusão e capacitação das pessoas idosas;
5. *Fortalecimento da institucionalidade*: reforçar instituições (como CONAPAM) envolvidas no envelhecimento, melhorar coordenação entre entidades, dados, financiamento e recursos humanos.

Nos últimos anos, a Costa Rica tem visto crescer de maneira acelerada o número de pessoas idosas, resultado da combinação de alta esperança de vida e redução das taxas de natalidade. Esse cenário exige mais do que medidas pontuais, isto é, requer uma visão de longo prazo, capaz de garantir que envelhecer não seja sinônimo de vulnerabilidade, dependência ou exclusão, mas uma fase digna, participativa e valorizada da vida.

Esclarecer que não se trata apenas um documento técnico; é uma declaração de compromisso com as gerações futuras. Ela convida a sociedade a repensar o envelhecimento, combater preconceitos, reforçar laços intergeracionais e criar um país em que todas as pessoas, independentemente da idade, possam viver com dignidade, participação e bem-estar. Portanto, mais do que uma política pública, é um pacto social com o presente e com o amanhã. A política nasce justamente desse entendimento. Seu objetivo central é assegurar os direitos humanos das pessoas idosas e orientar a ação pública para que elas tenham acesso real a bem-estar, autonomia e oportunidades (Fernández-Vargas; Hernández-Valverde, 2025). Elaborada pelo Conapam com apoio de organismos internacionais, ela reconhece que a velhice não é apenas um fenômeno individual, mas um fenômeno social que precisa ser acolhido por instituições fortalecidas, políticas consistentes e ambientes inclusivos. Trata-se de um documento que não só descreve o que deve ser feito, mas também indica como fazer, com metas, atores envolvidos e responsabilidades claras (Gutiérrez-Murillo et al., 2025).

Um dos pilares fundamentais da política é a segurança econômica, ao identificar que muitas pessoas adultas maiores enfrentam dificuldades financeiras, seja por pensões insuficientes, seja pela exclusão do mercado de trabalho. O documento destaca a necessidade de proteger o poder aquisitivo das pensões, ampliar a cobertura da seguridade social e combater a discriminação por idade no emprego, permitindo que aqueles que desejam continuar trabalhando o façam com dignidade. O envelhecimento ativo também passa por reconhecer o valor da experiência acumulada e por criar condições para que ela seja compartilhada (Gil Calderón; Chaves Salgado; Bonilla Carrión, 2020; Arias Jiménez; Gutiérrez Soto, 2020).

As percepções sobre as pessoas adultas maiores na Costa Rica em 2023 revelam um cenário marcado por contrastes entre avanços sociais significativos e persistência de estereótipos associados à velhice. Embora o país apresente níveis elevados de esperança de vida e uma legislação robusta de proteção aos direitos dessa população, ainda são comuns representações que oscilam entre a idealização do “envelhecimento ativo” e a visão assistencialista que associa a velhice à dependência e fragilidade. Pesquisas de opinião e levantamentos institucionais mostram que, para grande parte da população costarriquenha, as pessoas idosas são reconhecidas como um grupo que merece respeito e proteção, mas continuam enfrentando barreiras relacionadas ao etarismo, ao acesso desigual a serviços e à falta de reconhecimento pleno de sua autonomia e participação social (Rosero-Bixby; Dow; Brenes, 2022; Alfaro Vargas; Segura Espinoza, 2023).

Outro aspecto essencial é o combate à violência e ao mau-trato. O país reconhece que, embora muitas famílias cuidem com carinho de seus membros mais velhos, ainda existem situações de abandono, abuso, negligência e invisibilidade social. A política enfatiza a criação de uma cultura que rejeite a violência e afirme o respeito e a dignidade, ampliando os mecanismos de denúncia, proteção e conscientização. Com isso, envelhecer deve ser um processo seguro, livre de medo e repleto de vínculos afetivos e sociais (Fernández; Veja, 2015). A atenção integral em saúde e cuidados é outro eixo crucial. Com mais pessoas vivendo mais tempo, cresce também a necessidade de serviços de saúde mais adaptados, equipes capacitadas e sistemas de cuidados de longo prazo que respeitem a autonomia e as especificidades das pessoas idosas. A política propõe fortalecer programas de promoção da saúde, prevenção de doenças, reabilitação e cuidados integrados, além de apoiar cuidadores formais e informais, reconhecendo seu papel indispensável (Blanco-Molina; Pinazo-Hernandis, 2016; Blanco-Molina; Castro-Rojas; Ortega-Moreno, 2023).

O desenvolvimento humano na velhice também ocupa um espaço central; através desse documento público, a Costa Rica destaca que as pessoas idosas têm direito a participar da vida cultural, social, comunitária e educacional do país. Essa compreensão abrange mais do que garantir acessibilidade física, trata-se de promover ambientes que estimulem a autonomia, a aprendizagem ao longo da vida e a participação ativa. A velhice deve ser entendida não como um limite, mas como uma fase com potencial de crescimento, contribuição e criação de novos vínculos.

Por fim, a política reconhece que nada disso é possível sem instituições fortes, coordenadas e comprometidas. Por isso, dedica um eixo ao fortalecimento institucional, defendendo maior articulação entre ministérios, municípios, serviços de saúde, organizações comunitárias e sociedade civil, considerando que a implementação efetiva depende de gestão responsável, alocação adequada de recursos e mecanismos contínuos de monitoramento e avaliação. Ressaltar que, o “ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes” é fundamental para o fortalecimento de instituições especializadas no atendimento a pessoas idosas porque fornece as bases para um ambiente em que os direitos desse grupo sejam protegidos, garantidos e monitorados (Organização das Nações Unidas, 2015). Em outras palavras, sem instituições sólidas, transparentes e responsáveis, políticas e serviços pensados para a população idosa não se concretizam de forma segura e eficaz, sendo esse um dos principais motivos da Costa Rica ter elaborado a PNEV 2023-2033 com projeção ambiciosa de uma década.

2.1 Desafios de implementação na próxima década

A implementação da PNEV 2023-2033 enfrenta uma série de desafios que podem influenciar diretamente seus resultados ao longo da década. Um dos principais obstáculos diz respeito às desigualdades territoriais e socioeconômicas que marcam o país. Enquanto áreas urbanas dispõem de maior infraestrutura e oferta de serviços, regiões rurais e localidades com baixos recursos continuam apresentando limitações significativas em saúde, transporte, programas comunitários e apoio institucional, dificultando a universalização das ações previstas (Valdivieso-Mora; Salazar-Villaena; Johnson., 2024). Soma-se a isso o crescimento da população idosa com algum tipo de deficiência ou limitação funcional, o que exige adaptações arquitetônicas, serviços de cuidados contínuos e redes de apoio familiares e comunitárias ainda insuficientemente estruturadas (Alfaro Vargas; Espinoza Herrera, 2021).

Outro desafio relevante é a disponibilidade de orçamento público e recursos humanos. A política demanda investimento contínuo para a capacitação de cuidadores, ampliação de equipes de saúde, fortalecimento institucional e manutenção de programas sociais. A fragilidade fiscal ou mudanças no cenário econômico podem comprometer a sustentabilidade dessas ações. Céspedes Morales e Paniagua Quesada (2025) notam, por exemplo, mudanças recentes ao Régimen de Invalidez, Vejez y Muerte (sistema de previdência que cobre aposentadorias, invalidez e pensões por morte) que impactam significativamente os programas sociais para pessoas idosas. Além disso, a fragmentação institucional e a falta de coordenação entre diferentes setores, como saúde, assistência social, previdência e municípios, podem gerar sobreposições, lacunas e lentidão na execução das metas (Aguilar Fernández; Carballo-Alfaro, 2023).

A persistência do etarismo e dos estereótipos sobre a velhice também representa um entrave, pois influencia o tratamento dado às pessoas idosas no mercado de trabalho, nos serviços públicos e na vida comunitária (UNFPA, 2023). Sem mudanças culturais e campanhas educativas permanentes, a percepção social pode limitar o alcance das iniciativas. Outro ponto sensível diz respeito às fragilidades do sistema de cuidados de longo prazo, que ainda depende amplamente da família, enfrenta escassez de cuidadores formais e carece de regulamentações e redes públicas mais sólidas (Barboza Gonzales; Araya Villalobos, 2024).

Dos pontos acima decorre que a continuidade política apareça como um desafio transversal. Como a PNEV 2023-2033 atravessará diferentes administrações, mudanças de

prioridades governamentais podem comprometer sua execução. Outrossim, há a necessidade contínua de monitoramento, avaliação e atualização das metas, imprescindíveis para ajustar estratégias e responder às novas demandas do envelhecimento populacional. Juntos, esses desafios mostram que a efetividade da política depende não apenas de diretrizes bem formuladas, mas da capacidade de articulação institucional, do compromisso estatal e da participação social ao longo de toda a década.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a PNEV 2023-2033 da Costa Rica representa um compromisso profundo com a construção de uma sociedade que reconhece o envelhecimento como parte natural e valiosa da vida. Ao propor ações integradas que vão da segurança econômica à atenção em saúde, passando pela prevenção da violência, pela participação social e pelo fortalecimento institucional, o país reafirma que envelhecer com dignidade deve ser um direito, não um privilégio. A política demonstra sensibilidade ao perceber que as pessoas adultas maiores não são apenas destinatárias de cuidados, mas sujeitos de direitos, portadores de histórias e contribuições que enriquecem toda a sociedade. O desafio agora é transformar diretrizes em realidade concreta, garantindo que cada ação planejada chegue de fato às comunidades e às pessoas que mais precisam. Se bem implementada, essa política não será apenas uma resposta ao envelhecimento populacional, mas uma oportunidade para fortalecer a solidariedade, promover respeito intergeracional e construir um futuro em que todas as gerações convivam com mais justiça, cuidado e humanidade.

REFERÊNCIAS

ALFARO VARGAS, Noelia; ESPINOZA HERRERA, Rebeca. Elderly people in Costa Rica: An approach to the perceptions about their Life Quality. *Revista ABRA*, v. 41, n. 63, p. 99-123, 2021.

ALFARO VARGAS, Noelia; SEGURO ESPINOZA, Gisella. *Percepciones sobre las personas adultas mayores en Costa Rica, 2023*. Instituto de Estudios Sociales en Población. Universidad Nacional de Costa Rica. Heredia: Costa Rica, 2023. Acesso em: 10 nov. 2025. Disponível em: <https://repositorio.una.ac.cr/items/72d95d50-dc80-48ab-b815-f904d6f69df5>

AGUILAR FERNÁNDEZ, Eduardo; CARBALLO-ALFARO, Ana Maricela. Factors associated with life satisfaction in Costa Rican residents aged 60 and over. *Población y Salud en Mesoamérica*, v. 21, n. 1, 2023.

ARIAS JIMÉNEZ, María Stephanie; GUTIÉRREZ SOTO, Yeiner. Healthy aging based on the strengthening of cognitive abilities and the reinforcement of healthy practices of a group of older adults. *Población y Salud en Mesoamérica*, v. 17, n. 2, p. 255-275, 2020.

BARBOZA GONZALEZ, G.; ARAYA VILLALOBOS, D. La Economía del Cuidado y sus Efectos en la Autonomía Económica, Física y Política de las Mujeres Centroamericanas. *Revista de Fomento Social*, n. 310, p. 433-445, 2024.

BLANCO-MOLINA, Mauricio; CASTRO-ROJAS, María Dolores; ORTEGA-MORENO, Raúl. Envejecimiento saludable: un primer acercamiento a la revisión de indicadores subjetivos de salud en zonas urbanas y rurales en Costa Rica. *Interdisciplinaria*, v. 40, n. 2, p. 281-298, 2023.

BLANCO-MOLINA, Mauricio; PINAZO-HERNANDIS, Sacramento. Información y exposición indirecta para reducir estereotipos hacia el envejecimiento. *Revista INFAD de Psicología*, v. 1, n. 2, p. 367-380, 2016.

CÉSPEDES MORALES, Brandon; PANIAGUA QUESADA, Evan. *Impacto macroeconómico de las reformas paramétricas al Régimen de Invalidez, Vejez y Muerte en Costa Rica, 2005-2050*. Trabalho Final de Curso em Economia, Universidad Nacional de Costa Rica. Heredia: Costa Rica, 2025. Acesso em: 12 nov. 2025. Disponível em: <https://repositorio.una.ac.cr/items/91a3670c-55da-4fc2-b11d-d8ae586299d2>

CONSEJO NACIONAL DE LA PERSONA ADULTA MAYOR (CONAPAM). *Política Nacional de Envejecimiento y Vejez 2023-2033*. San José, Costa Rica, 2023. Acesso em: 12 nov. 2025. Disponível em: https://conapam.go.cr/wp-content/uploads/2025/05/politica_nacional_envejecimiento_y_vejez_web_0.pdf

COSTA RICA. *Ley Integral para la Persona Adulta Mayor No. 7935*, de 25 de octubre de 1999. Presidencia del República, San José: Costa Rica, 1999.

FERNÁNDEZ, Maribel León; VEGA, Oscar David Lépiz. La gestión integrada para un envejecimiento activo. *Anales en Gerontología*, v. 7, n. 7, p. 69-83, 2015.

FERNÁNDEZ, Maribel León. Datos y desafíos del envejecimiento poblacional: una reflexión sobre políticas públicas. *Revista Nuevo Humanismo*, v. 4, n. 1, 2016.

FERNÁNDEZ-VARGAS, Diana; HERNÁNDEZ-VALVERDE, María Fernanda. La Política Nacional de Envejecimiento y Vejez en el espacio local, Municipalidad de San Pablo de Heredia 2023. *Revista Reflexiones*, v. 104, n. 2, p. 1-23, 2025.

GIETEL-BASTEN, Stuart; SAUCEDO, Silvia E. Giorguli; SCHERBOV, Sergei. Prospective measures of aging for Central and South America. *Plos ONE*, v. 15, n. 7, p. e0236280, 2020.

GIL CALDERÓN, Marcela; CHAVES SALGADO, Lorena; BONILLA CARRIÓN, Róger. Las Bibliotecas públicas como promotoras del envejecimiento activo saludable. *E-Ciencias de la Información*, v. 10, n. 1, p. 207-230, 2020.

GUTIÉRREZ-MURILLO, R. S; LEANDRO, G. C. W; CODOY, E. M.; GROSSI, P. K. The Graying of Central America: A Brief Examination of Institutional Rhetoric, Policy, and Practice. *Research on Ageing and Social Policy*, v. 13, n. 1, p. 68–88, 2025.

GUTIÉRREZ-MURILLO, Roberth Steven; GROSSI, Patricia Krieger. El papel de los Consejos Nacionales de la Persona Adulta Mayor para repensar la institucionalidad pública del envejecimiento humano en América Latina. *Cuadernos Inter.c.a.mbio sobre Centroamérica y el Caribe*, v. 21, n. 2, p. e64516, 2024.

GUTIÉRREZ-MURILLO, Roberth Steven. Health and social rights of older adults in continental Central America: A comparative historical and legal analysis. *J Aging Sci. S*, v. 9, 2021.

HAM-CHANDE, Roberto; NAVA-BOLAÑOS, Isalia. Convergence toward demographic aging in Latin America and the Caribbean. *Annual Review of Sociology*, v. 45, n. 1, p. 607-623, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC) *INEC presenta infografía especial del día de las personas mayores*. Online (28 set. 2023). San José, Costa Rica, 2023. Disponível em: <https://inec.cr/noticias/inec-presenta-infografia-especial-del-dia-las-personas-mayores>. Acesso em: 10 nov. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). *Estimación de Población y Vivienda 2022: Resultados Generales*. San José: INEC, 2023. Acesso em: 10 nov. 2025. Disponível em: <https://admin.inec.cr/sites/default/files/2023-10/rePoblacFedeErratasEstimacionPoblacionVivienda2022.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INEC). *Porcentaje de población adulta mayor con discapacidad es 37,4%, más del doble del valor nacional*. San José: INEC, 2023. Acesso em: 10 nov. 2025. Disponível em: <https://inec.cr/noticias/porcentaje-poblacion-adulta-mayor-discapacidad-374-mas-del-doble-el-valor-nacional>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Nações Unidas Brasil, 2015. Acesso em: 10 nov. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>

ROSETO-BIXBY, Luis; DOW, William H.; BRENES, Gilbert. *Costa Rican longevity and healthy aging study*. In: **Encyclopedia of Gerontology and Population Aging**. Cham: Springer International Publishing, p. 1192-1196, 2022.

SCHUMACHER, Austin E. et al. Global age-sex-specific all-cause mortality and life expectancy estimates for 204 countries and territories and 660 subnational locations, 1950–2023: a demographic analysis for the Global Burden of Disease Study 2023. *The Lancet*, v. 406, n. 10513, p. 1731-1810, 2025.

THIEDE, Brian C. et al. A demographic deficit? Local population aging and access to services in rural America, 1990–2010. *Rural Sociology*, v. 82, n. 1, p. 44-74, 2017.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). Costa Rica estrena Política Nacional de Envejecimiento y Vejez para mejorar la calidad de vida de las personas adultas mayores. San José, 2023. Acesso em: 10 nov. 2025. Disponível em:

<https://costarica.unfpa.org/es/news/costa-rica-estrena-pol%C3%ADtica-nacional-de-envejecimiento-y-vejez-para-mejorar-la-calidad-de-vida>.

VALDIVIESO-MORA, Esmeralda; SALAZAR-VILLAENA, Monica; JOHNSON, David K. Measurement invariance of a neuropsychological battery across urban and rural older adults in Costa Rica. *Appl Neuropsychol Adult*, v. 31, n. 4, p. 348-359, 2024.

WORLDOMETER. *Costa Rica: Demographics*. Acesso em: 10 nov. 2025. Disponível em: <https://www.worldometers.info/demographics/costa-rica-demographics/>



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tema/magazine/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC

Pro-Acadêmico de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

HOMELESS POPULATION IN BRAZIL: BIBLIOGRAPHICAL STUDY

Sara Jane Gomes do Nascimento
Elisângela Maia Pessoa

Resumo: A pesquisa em tela teve como objetivo geral de pesquisa: “Analisar quais são os problemas enfrentados pela população em situação de rua no Brasil para indicar as necessidades de proteção social”. Foi realizada pesquisa com enfoque qualitativo, tendo o método dialético crítico como norte. A pesquisa foi de tipo bibliográfica, explorando-se artigos sobre o tema publicados nos últimos três anos. A amostra foi não probabilística com base nas informações dos artigos científicos, utilizando a técnica de coleta de dados via observação indireta. O instrumento da coleta de dados foi constituído por um roteiro norteador semiestruturado. Os resultados da pesquisa apontam que um dos piores desafios enfrentados pela população em situação de rua são constituídos por situação de pobreza, exclusão de todas as ordens, racismo entre as mais variadas formas de violência enquanto expressões da questão social. Quanto ao perfil predomina o de homens, com média de 34 anos, com baixa escolaridade, desempregados, sendo esses negros ou pardos. A violência de maior incidência são as verbais e físicas. Embora se tenha avançado no Brasil em termos de políticas de atendimento à pessoa em situação de rua, essas não abrangem todos os municípios do país.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Políticas Públicas; Proteção Social.

Abstract: The overall objective of the research was to analyze the problems faced by homeless people in Brazil in order to identify their social protection needs. The research was qualitative in nature, using the critical dialectic method as a guide. It was bibliographic in nature, exploring articles on the subject published in the last three years. The sample was non-probabilistic, based on information from scientific articles, using the technique of data collection via indirect observation. The data collection instrument consisted of a semi-structured guiding script. The results of the research indicate that one of the worst challenges faced by the homeless population is poverty, exclusion of all kinds, racism among the most varied forms of violence, and expressions of social issues. The profile is predominantly male, with an average age of 34, low education, unemployed, and black or brown. The most prevalent forms of violence are verbal and physical. Although Brazil has made progress in terms of policies to assist homeless people, these do not cover all municipalities in the country.

Keywords: Homeless Population; Public Policies; Social Protection.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco de estudo a população em situação de rua no espaço público, considerando a importância do tema diante das desigualdades que se iniciam até mesmo pelo preconceito no olhar, justamente por esses indivíduos não terem um local adequado para poder dormir e realizar suas necessidades básicas. Infelizmente “no Brasil atual, é comum observar, tanto em grandes metrópoles quanto em cidades menores, pessoas utilizando-se de espaços públicos como formas precárias e improvisadas de moradia (Monzelli; Navarro; Cagnin, 2023, p. 203).

A população em situação de rua – PSR, constituiu mais um reflexo das situações de desigualdade social promovida por sistemas capitalistas de cunho neoliberal, sendo essas pessoas vítimas das expressões da questão social espalhadas pelo Brasil, ou seja, vítimas do desemprego, da fome, da violência etc. As pessoas em situação de rua estão em sua maioria desabrigadas, pessoas que vivem em calçadas, nas praças públicas, nas rodoviárias etc., sendo excluídas dos principais locais de convívio social.

Nesta situação as pessoas em situação de rua estão sujeitas a se adaptar à situação possível, não raro, vendo-se como predestinadas a tal realidade que passa ser naturalizada pela sociedade. Nas ruas, vivem em extrema vulnerabilidade social, sendo estas agravadas quando emergem situações de calamidade pública ou ainda quando sofrem represálias pela sociedade elitizada. Desde a antiguidade até idade contemporânea, a situação das pessoas que vivem nas ruas demonstra um grande quadro de exclusão e desigualdade, que tem levado muitos a “condição dramática de viver consequências ao desenvolvimento e sobrevivência dos indivíduos na sociedade contemporânea, tais como: a diminuição da expectativa de vida e diversos problemas de saúde” (Monzelli; Navarro; Cagnin, 2023, p. 209).

A população em situação de rua está à margem do capital, pois o mesmo sistema que as exclui do mercado de trabalho é responsável pelas desigualdades e violação de direitos que os/as afeta diariamente. Neste contexto, percebe-se os desafios enfrentados pela população em situação de rua no que diz respeito a sentir-se parte da sociedade.

Em “2022, havia 236.400 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único), ou seja, 1 em cada 1.000 pessoas no Brasil estava vivendo em situação de rua” (Carta Capital, 2022, s.p.). Diante desses dados, o Estado é tencionado a definir políticas públicas que garantam a cidadania dessa população. Torna-se um desafio, às políticas públicas, atender à população em situação de rua, parece uma

“missão” quase que impossível. Assim, saber o perfil das pessoas em situação de rua é um fator social importante para elaborar um sistema de políticas públicas para essa população.

Os problemas sociais sofridos por esses grupos são frequentes, como o uso de drogas, a violência e a discriminação de núcleos como os/as LGBTQs. Ainda persiste o racismo e outras formas de preconceitos. Reconhecer quais são os problemas é importante, para criar políticas públicas que atendam essa população. Tal pesquisa é importante para os/as profissionais do serviço social, pois pode levar às reflexões sobre a necessidade de levar conhecimento àqueles/as que desconhecem seus direitos.

A escolha pelo referido tema foi fomentada no componente curricular de Pesquisa Social II do Curso de Serviço Social. Mediante tal interesse, foi elaborado projeto de pesquisa que resultou em um relatório de pesquisa após a coleta de dados. Assim, considerando o cenário de vivência das pessoas em situação de rua, a pesquisa realizada teve como objetivo geral “Analisar quais são os problemas enfrentados pela população em situação de rua no Brasil para indicar as necessidades de proteção social”. Os objetivos específicos versaram sobre: a) Mapear qual o perfil das pessoas em situação de rua no Brasil; b) Verificar as expressões da questão social presentes na vida das pessoas em situação de rua no Brasil e c) Identificar os tipos de violências contra os cidadãos em situação de rua no Brasil.

Metodologicamente para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se o método dialético crítico. A pesquisa teve enfoque qualitativo pois está “responde a questões muito particulares, ela se preocupa, nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (Minayo, 2002, p. 21). Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, por meio de artigos científicos. A exploração desses materiais, caracterizou a pesquisa como também, exploratória, pois teve como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema estudado (Gil, 2002). Entende-se por pesquisa bibliográfica todo

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007 *apud* Sousa; Oliveira; Alves, 2021 p. 66).

A amostra foi não probabilística que “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (Gil, 2002, p. 94). A amostra também foi de tipo intencional, uma vez

que foram selecionadas obras mediante critérios de inclusão e exclusão que atendessem aos objetivos da pesquisa.

Para selecionar os artigos foram usados os seguintes critérios de inclusão: artigos em português, com temática acerca da população em situação de rua publicados no portal Scielo artigos publicados nos últimos três anos de 2023-2025. Foram excluídos artigos que não iam ao encontro dos objetivos do estudo após uma pré-leitura. A técnica de coleta de dados foi a observação. A observação é muito importante, e se faz presente na técnica da coleta de dados em fontes bibliográficas a partir de uma observação indireta. O instrumento de coleta de dados utilizado foi constituído por um roteiro norteador semiestruturado. A análise de dados foi realizada via análise de conteúdo (Gil, 2002).

O presente artigo apresenta em tela sua introdução, destacando a metodologia de pesquisa utilizada, seguido do desenvolvimento, sendo apresentado os principais resultados da coleta de dados. Por fim apresentam-se breves considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

A população em situação de rua compreende “um grupo heterogêneo de pessoas que utilizam o espaço público como espaço de sobrevivência, tendo em comum a vivência de situações de exclusão social, de preconceito e de discriminação, além da dificuldade de acesso aos seus direitos sociais” (Brasil, 2009, p. 204).

As desigualdades sofridas pelas PSR, dentro de uma sociedade capitalista afetam diretamente questões de saúde e sociabilidade. Artigo mapeado na pesquisa, indica que de acordo Nunes, Bonatto, Rodrigues (2020 apud França; Moura, 2023, p.5):

As ruas, diariamente, são cenários férteis dessas expressões, onde a invisibilidade assume o lugar dos (in)existentes. As condições de acesso às políticas sociais, sobretudo de assistência à saúde e à proteção social são insuficientes para o alcance desse segmento social, o que amplia, cada vez mais, uma realidade desumana e cruel.

Sendo assim, as pessoas em situação de rua acabam ficando excluídas e invisíveis para a sociedade burguesa, são vistas como mendigos e perturbadores/as. O indivíduo que se encontra nas ruas, além de ter que enfrentar a pobreza e a exclusão, tem que saber viver com a discriminação por estar em situação de rua. De acordo com Nunes apud França e Costa (2023, 10), “a população em situação de rua é reflexo da agudização que ocorre com o

desenvolvimento do modo de produção capitalista, na medida em que, ao concentrar a riqueza nas mãos de poucos, como contraponto cria mais pobreza e desigualdade”.

Os três artigos mapeados para pesquisa apontam que o perfil predominante das pessoas em situação de rua tem a prevalência apresentada abaixo:

sexo masculino (57,7%), com média de idade de 33,9, em sua maioria são pessoas negras ou pardas (69,0%). No CadÚnico, a maioria das pessoas cadastradas também eram do sexo masculino (89,6%) com média de idade de 42,4 anos, cor da pele preta ou parda (83,6%), e ensino fundamental incompleto (51,8%). O perfil sociodemográfico da PSR nestas duas bases de dados seguiu a tendência nacional (Dantas et al, 2024).

Em estimativa realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, intitulada “Censo de População em Situação de Rua do Rio de Janeiro 2022”, permite-nos inferir que a maior representação de pessoas em situação de rua na cidade é de homens negros, com baixa escolaridade, sem vínculo empregatício formal e que exercem atividades com poucas exigências de qualificação (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2022). Perfil também identificado pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2008 apud Silva; Oliveira; Albuquerque, 2025).

Além da pobreza, evidenciou-se nos artigos mapeados a predominância de várias situações de violência. São com muita frequência, as violências verbais e físicas, sendo invisibilizadas as violências racistas e morais. Não raro, ocorrem homicídios de pessoas em situação de rua sem motivo aparente, pois:

Sendo alvo da ação do aparelho do Estado ao selecionar os corpos que serão mais suscetíveis à morte, corpos que serão expostos a determinadas condições sub-humanas, ou, ainda, desumanas de vida. Corpos que são sentenciados tanto à inviabilização de uma vida digna quanto à morte no cotidiano da cidade do capital, apartados do gozo dos direitos fundamentais (Silva; Oliveira; Albuquerque, 2025, p. 5).

Cabe destacar, que discriminação racial diante o preconceito de cor, marca a herança escravocrata e suas configurações no Brasil. Assim o racismo enquanto “estrutural e estruturante dita o lugar dos negros e das negras, de modo a fixá-los no subemprego e no desemprego, e, por resultante, restringir a mobilidade social vertical do negro” (Silva; Oliveira; Albuquerque, 2025, p.11). Assim, as relações de dominação/exploração e submissão “são estabelecidas entre colonizador e colonizado” (Silva; Oliveira; Albuquerque, 2025, p. 4).

Ainda se observou nos artigos expressões da questão social que giram em torno de “desemprego, ruptura de vínculos familiares, o consumo abusivo de substâncias psicoativas, doenças de saúde mental, morte de parentes, emigração ou imigração; ou relacionados a catástrofes ambientais e/ou sociais: como guerras, inundações e incêndios” (Silva, 2009, apud Monzelli; Navarro; Cagnin, 2023, p. 203).

Dá se pergunta, quais são as políticas para essa população em situação de rua? No Brasil tem-se o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, instituído pelo Decreto nº 7.053 em 2009. Este visa assegurar os direitos das pessoas em situação de rua a partir do acesso aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas, bem como fomentar a implantação de políticas, programas e serviços específicos para esse grupo populacional (Silva; Oliveira; Albuquerque, 2025, p. 6).

O Brasil é um país com grande histórico de pobreza e exclusão social, exposta principalmente com o surgimento do capitalismo, que perdura até os dias de hoje. Com a constituição de 1988 foi abriuí-se a possibilidade de garantia de mínimos sociais a pessoas em vulnerabilidade social e econômica. A constituição Federal de 1988, regulamentou direitos sociais, a todos/as aqueles/as que não tinham ampla cidadania, sendo inserido a eles direito, à saúde, à assistência e à previdência e outros, sendo composto um tripé Saúde, Previdência Social e Assistência Social garantido os direitos de todos/as os que precisam com direito (Brasil, 1988).

Também foi criada a Lei de número 8.712/1993, Art. 1º A assistência social, “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Brasil, 1993, s.p.). A assistência social para as pessoas em situação de rua passa ser fundamental para garantia a de maior segurança.

O enfrentamento da questão da população em situação de rua no Brasil possui respaldo em diversos instrumentos legais, que estabelecem diretrizes para a implementação de políticas públicas inclusivas e de garantia de direitos, notadamente na Constituição Federal de 1988, no Decreto Federal no 7.053/2009, na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Lei no 8.742/1993, no Estatuto da Cidade - Lei no 10.257/2001, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei no 13.146/2015), que embora seja focada na pessoa com deficiência, reitera a importância de garantir acessibilidade universal e oportunidades exclusivas para populações vulneráveis, muitas vezes presentes entre a população em situação de rua (Guia de Atuação do MPCE, 2025, p. 15).

No entanto, foi somente a partir da década de 2000 que as políticas públicas desenvolvidas, dentro do paradigma do direito, desencadearam o surgimento de serviços de proteção social à PSR, tais como: o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); o Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias em situação de rua; o Serviço de Acolhimento em República; e o Consultório na Rua – (CnR) (Monzelli; Navarro; Cagnin, 2023, p. 208). Os serviços de proteção social são fundamentais para as pessoas em situação de rua, elas abrangem ou deveriam, o universo da totalidade da vida dos indivíduos. Cabe destacar que:

Os Centros POP, previstos pelo Decreto Federal nº 7.053/2009 e Resolução nº. 109/2009 são serviços ofertados para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares que possibilitem a construção de novos projetos de vida. Oferece acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, alimentação, de acesso à documentação civil, benefícios socioassistenciais e atendimento com psicólogos e assistentes sociais (Guia de Atuação do MBP, 2018, p.17).

Porém nem todas as cidades contam com os Centros POP, embora se perceba um avanço nas políticas de atendimento à população em situação de rua no Brasil. Tais avanços também foram surgindo mediante pressão de movimentos sociais. De acordo com Farias, Gomes, Almeida (2016, apud, França; Moura, 2023, p. 26)

As referidas ações ocorreram a partir da organização, da persistência e das lutas da população em situação de rua. Desse modo, o movimento da população em situação de rua vai se moldando, repercutindo e ganhando visibilidade a partir dos anos 1990, como destacado anteriormente. O mesmo surgiu a partir da mobilização destes segmentos sociais, que passaram a atuar politicamente em prol de transformações individuais e coletivas.

Em termos de proteção social integral, ainda há um longo caminho a ser percorrido, embora avanços sejam evidentes ainda residem do campo emergencial sem levar em conta a realidade das pessoas em situação de rua. O perfil e expressões da questão sociais manifestadas nos artigos são retratos de um país desigual e neoliberal, em que a centralidade das ações gira em torno do mercado e não no investimento em políticas públicas de proteção social que possam ser vislumbradas levando em conta a emancipação social e econômica daqueles/as que vivem da venda de sua força de trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios apontados nos resultados, indicam a fragilidade em que vive a população em situação de rua, dentro do território brasileiro. Sucintamente foi possível perceber o perfil de tal população centrado na figura masculina, negra, com baixa escolaridade e desempregada. Percebe-se nesse cenário a falta de dignidade humana, as expressões da questão social demonstram a situação de uma sociedade pauperizada e invisibilizada principalmente no que diz respeito às violências a que estão expostas.

A mercê de várias fragilidades – incluindo o rompimento de vínculos familiares – as pessoas em situação de rua, ficam desprovidas de proteção social, levando alguns a criminalidade que cresce com as desigualdades sociais, os aproximando do uso de substâncias psicoativas que intensificam doenças de ordem mental e física. As fragilidades têm se intensificado levando em conta o alto índice de homicídio de pessoas LGBTQs, aumento de desastres ambientais, pandemia entre outras situações que se agravam quando se trata de pessoas em situação de rua.

Embora se tenham obtido avanços em termos de serviços de proteção social, ainda são incipientes e não dão conta da realidade social em que vivem essas pessoas. São indivíduos que estão à margem da sociedade, improdutivos para o capital e invisíveis muitas vezes para o Estado que preza por cuidados paliativos em detrimento de políticas de combate à pobreza estrutural.

A pesquisa apresentada não se esgota – pois tratou-se de um pequeno ensaio de pesquisa realizado em um componente curricular do curso de Serviço Social, portanto carece de pesquisa mais aprofundada – apenas contribui com uma pequena reflexão quanto a necessidade de um olhar atento as PSR, enquanto sujeitos de direitos, que necessitam de atendimento especializado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm#art20b. Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Política Nacional para População em Situação de Rua. Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053. Acesso em: 10 out. 2025.

CARTA CAPITAL. Brasil fechou 2022 com 236 mil em situação de rua, aponta relatório do governo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-fechou-2022-com-236-mil-em-situacao-de-rua-aponta-relatorio-do-governo> Acesso em: 10 out. 2025.

DANTAS, Ana Carolina M. T. V.; MACHADO, Luisa M.; MARTINS, Ana Luisa J.; MARINHO, Rafaela A. M.; RODRIGUES, Diadorim; SILVA, Gabriela D. M. da; SOUZA, Anelise A. de; PAES-SOUSA, Rômulo. Transformando práticas em modelo: caminhos para uma Rede de Atenção à Saúde da População em Situação de Rua. Ciência & Saúde Coletiva, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W4406871600>. Acesso em 10 out. 2025.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de Costa, MOURA Teresa Cristina (org.). População em situação de rua e questão social no Brasil: contribuições ao debate. Teresina: EDUFPI, 2023.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIA DE ATUAÇÃO DO MPCE. População em Situação de Rua. 2025. Disponível em: https://mpce.mp.br/wpcontent/uploads/2025/03/Guia_de_atuacao_populacao_em_situacao_de_rua.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Suely Franco, Otávio Cruz (org.). Pesquisa Social. Editora Vozes, Petrópolis, 2002.

MONZELLI, Arthur Guilherme; NAVARRO, Érica Zavanella; CAGNIN, José Guilherme. População em situação de rua em meio à crise estrutural do capital. Revista Katálysis, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1796/179675464003/179675464003.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, Lidiane Bravo da; OLIVEIRA, Roberta Gondim de; ALBUQUERQUE, Mariana Vercesi de. Direitos humanos e pessoas em situação de rua: reflexões a partir do lastro de um Brasil escravista. Saúde e Sociedade, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2025.v34n1/e240622pt/>. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 11 out. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

QUANDO OS FEMINISMOS FALAM: ELAPOD E SUAS VOZES¹ CUANDO LOS FEMINISMOS HABLAN: ELAPOD Y SUS VOCES

Rayssa Velasque Mambach²
Alciane Nolibos Baccin³
Aline Amaral Paz⁴
Denise Aristimunha de Lima⁵

Resumo: O presente artigo busca identificar em qual vertente do feminismo o podcast ElaPod se inscreve, para, assim, apontar, de forma introdutória, quais sentidos são mobilizados dentro de podcasts feitos por mulheres feministas. O estudo indica que a perspectiva decolonial é a que mais satisfatoriamente dialoga com a realidade das mulheres em âmbito nacional e é esta vertente que aparece no episódio analisado neste trabalho. O episódio escolhido foi analisado a partir de base teórica dos autores Curiel (2019), Crenshaw (2004), Carrera (2020), Araújo e Reis (2019). A metodologia utilizada foi Análise de Discurso (AD) de linha francesa, com Pêcheux (1997) e Orlandi (2005). O estudo apresenta algumas das principais vertentes do feminismo e suas tensões, realiza a análise e levanta novos questionamentos.

Palavras-chave: podcast, análise de discurso, decolonialidade, feminismo decolonial.

Resumen: El presente artículo busca identificar en qué vertiente del feminismo se inscribe el pódcast ElaPod para, así, señalar de forma introductoria qué sentidos son movilizados dentro de pódcasts producidos por mujeres feministas. El estudio indica que la perspectiva decolonial es la que dialoga de manera más satisfactoria con la realidad de las mujeres a nivel nacional, y es esta vertiente la que aparece en el episodio analizado en este trabajo. El episodio seleccionado fue analizado a partir del marco teórico de Curiel (2019), Crenshaw (2004), Carrera (2020), Araújo y Reis (2019). La metodología utilizada fue el Análisis del Discurso (AD) de línea francesa, con Pêcheux (1997) y Orlandi (2005). El estudio presenta algunas de las principales vertientes del feminismo y sus tensiones, realiza el análisis y plantea nuevos cuestionamientos.

¹ Esta pesquisa está vinculada a um estudo mais amplo em andamento, correspondente à dissertação de uma das autoras. Neste trabalho, estabelecem-se relações entre partes da pesquisa em desenvolvimento e as leituras orientadas na disciplina Comunicação, Representatividade e Indústria Criativa, do Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

² Jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa (PPGCIC) da Unipampa. É participante do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa. E-mail: rayssavmambach@gmail.com.

³ Prof^a. Dr^a. na Graduação em Jornalismo e na Pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa (PPGCIC/São Borja). E-mail: alcianebaccin@unipampa.edu.br.

⁴ Prof^a. Dr^a. na Graduação em Publicidade e Propaganda e na Pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa (PPGCIC/São Borja). E-mail: alinepaz@unipampa.edu.br.

⁵ Prof^a. Dr^a. na Graduação em Publicidade e Propaganda e na Pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa (PPGCIC/São Borja). E-mail: deniselima@unipampa.edu.br.

Palabras clave: pódcast, análisis del discurso, decolonialidad, feminismo decolonial.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo investiga a relação entre podcasts e feminismos, com foco em como a materialidade discursiva de um episódio permite identificar sua inscrição em determinada vertente feminista, desta forma, o estudo é orientado pela pergunta: “Como a materialidade discursiva de podcasts feministas permite identificar sua inscrição em determinada vertente do feminismo?”. Embora os podcasts sejam uma mídia relativamente recente, a Podosfera (mundo dos podcasts) já se encontra marcada pela predominância masculina. De acordo com dados de 2025 da Associação Brasileira de Podcasters⁶, cerca de 70% dos produtores e consumidores são homens. Nesse contexto, emergem produções que discutem as experiências das mulheres, levando, para o ambiente dos podcasts, as vivências das mulheridades, desta forma, tensionando esse espaço e oferecendo outras narrativas. Devido à extensão deste estudo, o objeto analisado será um episódio, mas que poderá funcionar como indicador para análises em outros podcasts. Para tanto, o trabalho apresenta algumas das principais vertentes do feminismo para, então, analisar, com base na materialidade discursiva de um episódio selecionado do podcast ElaPod, a partir dos instrumentos da Análise de Discurso de linha francesa pecheutiana, de que forma os rastros do discurso evidenciam a filiação do podcast a uma ou outra vertente feminista.

2 OS FEMINISMOS E SUAS VERTENTES

O Feminismo é o movimento de mulheres caracterizado por diferentes lutas que objetivam, majoritariamente, a equidade de gênero. Conforme Garcia (2011), o feminismo se articula como política e, ao mesmo tempo, como movimento social. Já bell hooks (2018) define o feminismo como um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão. Não é um movimento singular, são diversas as vozes que compõem os feminismos, portanto, diversos os discursos. Apresentamos, agora, algumas de suas principais vertentes.

⁶ Encontre a pesquisa completa em: <https://www.castnews.com.br/podpesquisa-2024-2025>. Acesso em 09/11/2025, às 17h15.

Sob influência do Iluminismo, o **feminismo liberal** argumenta considerando a autonomia, a liberdade, a racionalidade e a igualdade (Mallmann, 2023). A vertente é entendida como base da primeira onda do feminismo, e tem como início a reivindicação de que as mulheres e meninas tivessem acesso à educação desde a infância, para que pudessem participar da vida pública e das outras áreas do conhecimento. Um dos grandes reconhecimentos desta corrente é o direito ao voto feminino.

Com o passar dos anos, esse feminismo foi associado a um tipo específico de mulher: mulheres brancas de classe média e alta do Ocidente. Isto porque, enquanto o feminismo liberal lutava por direito ao voto feminino e a condições de emprego iguais às dos homens, as mulheres negras já trabalhavam. A crítica, atualizada, aponta o mesmo. Atualmente, as mulheres do feminismo liberal ainda reivindicam, por exemplo, salários iguais – que é uma pauta importante, todos reconhecemos –, contudo, muitas dessas mulheres dependem de domésticas (negras, periféricas, que deixam seus filhos em casa) que nem são incluídas ou consideradas nesse tipo de discussão. Para Fraser, Aruzza e Bhattacharya (2019), isso se chama terceirização da opressão.

A crítica das autoras evidencia um problema dentro do movimento feminista: a contradição. É, inclusive, a partir da contradição (ou oposição) que surgem outras correntes do movimento feminista, como o **feminismo negro**, que surge como uma vertente para ampliar as discussões propostas pelo movimento feminista liberal, que caracterizava as violências sofridas pelas mulheres como opressões resultantes do sistema patriarcal. Para o feminismo negro, as mulheres sofrem violência pelo sistema capitalista, mas também considerando gênero, raça e sexualidade (Crenshaw, 2004).

Esse entendimento aproximou o movimento negro do discurso de interseccionalidade. O **feminismo interseccional** surge não como oposição, mas a partir de ideias do feminismo negro. De acordo com Carrera (2020), os movimentos sociais já discutiam a interseccionalidade antes do termo ser legitimado pelo espaço acadêmico. Contudo, as discussões foram validadas a partir de 1989, quando a teórica Kimberle Crenshaw cunhou o termo interseccionalidade. Para ela, ser uma sujeita interseccional é estar no centro de diferentes avenidas que se entrecruzam (Crenshaw, 2004). É possível compreender que o feminismo interseccional surge das discussões apontadas a partir do feminismo negro. Entretanto, a vertente interseccional identifica outras raízes de opressão para além do capitalismo e do sistema racista.

Já o **feminismo radical** atualmente é lido de duas formas. Uma, vinculada a sua origem e a outra relacionada ao ‘novo feminismo radical’. De acordo com Silva (2008), o feminismo radical encontra no sujeito homem a raiz de toda a opressão. Por isso, para lutar contra o patriarcado, “as mulheres devem unir-se na luta contra os homens (argumento criticado e considerado por outras feministas como ‘guerra dos sexos’), assim como, devem rejeitar o Estado e todas as instituições formais por ser produto do homem e, portanto, de caráter patriarcal” (Silva, 2008, p. 27).

Pelas feministas radicais identificarem que a raiz da opressão é o sistema patriarcal, esse grupo foca na dualidade homem/mulher. A partir disso, as novas feministas radicais, também conhecidas como Feministas Radicais Trans-Excluentes (*TERFs*, no original em inglês), associam o gênero à questão do sexo e à biologia. Para elas, somente mulheres cisgênero⁷, nascidas com o sexo feminino, sofreriam as violências do patriarcado.

A partir do discurso violento das mulheres transfóbicas, surgiu o **transfeminismo** como uma resposta ao feminismo radical. De acordo com Cyrino (2023), o texto *The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto*, de Sandy Stone (1987), é apontado como fundador do transfeminismo. O ensaio denuncia a patologização enfrentada pelas mulheres trans tanto pela comunidade médica quanto pelas feministas radicais. De acordo com Palha (2019), o transfeminismo é o resultado da absorção das discussões feministas por parte do movimento político de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, que se constitui no contexto de valorização de identidades raciais e de gênero não hegemônicas, vinculados a uma ideologia política de esquerda.

Este grupo também apresenta uma importante contribuição ao movimento feminista: o conceito de mulheridades, o qual amplia a pluralidade do termo ‘mulheres’. De acordo com Letícia Nascimento (2021, p. 25), o conceito de ‘mulheridades’ busca “demarcar os diferentes modos pelos quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas”. Assim, com o movimento transfeminista, reconhecemos a pluralidade de vivências femininas.

Sobre a proposta do **feminismo decolonial**, de acordo com Curiel (2019), é uma forma de recontar a história, mostrando como as hierarquias sociais se estruturam através da relação entre modernidade ocidental, colonialismo e o capitalismo (Curiel, 2019). Desta forma, o feminismo decolonial apresenta uma nova perspectiva para entender as relações interseccionais das mulheres e suas diferentes subordinações, não visibilizadas pelo

⁷ As *TERFs* não usam as classificações ‘cisgênero’ e ‘transgênero’ exatamente por invalidarem o conceito, contudo, para elucidar (e não excluir as mulheres trans), escolhemos incluir o termo cisgênero nesta explicação.

feminismo hegemônico. Conforme Curiel (2019), é dessas mulheres interseccionais (negras, indígenas, lésbicas etc.) que surgem as propostas decoloniais do feminismo.

Esta vertente propõe uma alternativa ao feminismo branco e ocidental, ressaltando a importância de considerar classe e geopolítica para compreender o que ganha visibilidade e o que permanece invisível. É a abordagem decolonial que vai falar diretamente com a realidade de países como o Brasil, em que 60% da população trabalha a semana inteira para receber, ao final do mês, um salário mínimo⁸. As condições sociais da população e da mulher brasileira não são as mesmas dessas mulheres que deram legitimidade para o conceito de feminismo. Curiel (2019) critica que os conceitos europeus são transportados sem contextualização, e fazem da realidade vulnerável de muitas mulheres objeto de estudo de feministas privilegiadas.

Assim, vislumbrar a sociedade a partir da perspectiva decolonial significa compreender que nossas desigualdades estão fundamentadas no assujeitamento imposto pela Europa. De acordo com Araújo e Reis (2019), é necessário avaliar não somente a geolocalização, mas também compreender o contexto histórico e social do lugar, pois esses elementos apontam o que pode ou não se sobressair em situações de opressão. Para os autores, a interculturalidade é significativa, pois é através dela que reconhecemos a existência de outros feminismos. A crítica das autoras parte do ato e do trabalho de tradução, que seria uma prática eficaz para descentralizar endogrupos femininos, embora também aponte hierarquia e poder. A tradução, para além de um ato de mediação de discursos, é também uma ação política, pois são poucos os textos de autoras negras e decoloniais que encontramos traduzidos em língua portuguesa, portanto, assim, ganham menos visibilidade. Embora, seja importante ressaltar que no cenário brasileiro, há grandes teóricas nacionais que demarcam as vivências decolônias, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

Em relação ao que é visto e compartilhado, agora, entramos num ponto chave quando o tema é visibilidade: a mídia, que é uma ferramenta de visibilidade e de legitimação (Carrera, 2020). Neste trabalho, vamos analisar um podcast, portanto, será esta mídia colocada como plataforma de visibilidade dos discursos feministas. Para isso, apresentaremos, agora, de forma breve, a mídia podcast (e o podcasting, o processo que origina a mídia sonora podcast).

⁸ Matéria disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/12/06/ibge-60-pontos-percentuais-dos-brasileiros-vivem-com-at-1-salario-mnimo-por-ms.ghtml>. Acesso em 14/11/2025, às 22h05.

3 PODCAST E SUAS VOZES

Para Primo (2005), o podcast é uma remediação do rádio, diferenciando-se radicalmente um do outro, porque a escuta do rádio acontece sincronicamente com a emissão do sinal. Por isso, em programas ao vivo os apresentadores conversam com colegas de emissora, com entrevistados e até com ouvintes, ao mesmo tempo em que o programa está sendo transmitido (Primo, 2005). Já no podcasting, essa sincronia é quebrada, porque o tempo de produção e publicação não é o mesmo da escuta. Produz-se, edita-se, publica-se, divulga-se e, então, há o tempo da escuta. Para Winter e Viana (2021), o que difere o rádio do podcasting é que apesar deste último conservar alguns elementos do rádio tradicional, como a linguagem radiofônica, ele abrange o conceito e as propostas do rádio expandido, e por consequência, multiplataforma.

A questão da multiplataforma se mostra na publicação dos podcasts, muitos estão hospedados em diferentes plataformas digitais de áudio, como *Spotify*, *Deezer*, *Apple Podcasts*, *Youtube*, *Soundcloud* e outras, assim como os podcasts podem ter suas próprias plataformas de hospedagem, geralmente um site com conteúdos que vão além do áudio. Assim como muitos têm perfis em redes sociais, para divulgar o podcast em si. Inclusive, por estar em diferentes espaços, o podcast precisa diversificar sua linguagem buscando os variados perfis de consumo (Lopez e Viana, 2016, p. 159). Sendo assim, essa forma de acesso, de distribuição e de divulgação é diferente do que habitualmente se faz com programas de rádio, até porque o podcast fica disponível para acesso a qualquer hora e em qualquer lugar, diferente do rádio tradicional, em que o ouvinte está sujeito à grade da programação.

A característica *on-demand* também se coloca como um grande diferencial, porque o ouvinte pode ouvir, reouvir, pausar, retornar para uma parte determinada e, dependendo da plataforma, consegue alterar a velocidade do áudio; tudo isso torna a experiência de ouvir podcast diferente da experiência de consumir o rádio. Desta forma, o fenômeno do podcasting ultrapassa o rádio (Primo, 2005).

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O objetivo deste artigo é analisar o episódio ‘Maria Marighella & Atena Roveda: Cultura é Arma de Reparação’ do podcast ElaPod, considerando a pergunta-problema “Como a materialidade discursiva de podcasts feministas permite identificar sua inscrição em

determinada vertente do feminismo?”, o que pode nos servir como base para identificar quais discursos aparecem (ou não aparecem) nos podcasts, quais mulheres são convidadas ou deixam de ser convidadas a falar neste espaço de visibilidade (e de disputa), quais demandas são levantadas pelas mulheres feministas da atualidade, entre outros pontos. Para isso, vamos usar os instrumentos da Análise de Discurso (AD) pecheutiana. Cabe, então, apresentar alguns dos conceitos da AD importantes para a análise dos enunciados que integram o corpo deste artigo.

O discurso é a palavra em movimento, é a produção de sentido entre locutores (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2005), embora não signifique fala, tampouco palavra, porque o discurso também pode ser descrito como um conjunto de enunciados, independentemente do formato. Com a AD, entendemos que nada na linguagem é inocente, sendo a linguagem tudo que comunica algo.

Para AD, não existe sujeito sem ideologia, porque somos interpelados por ela; é isso que nos torna sujeitos. Da mesma forma, estamos sujeitos à linguagem e seus equívocos, portanto, não existe neutralidade na linguagem. O discurso está irremediavelmente atrelado à História e ao inconsciente, e é na História que a língua se materializa. Por isso, em dado momento, acreditamos que o que dizemos é nosso e que somos nós que colocamos sentido naquilo que falamos, mas a AD nos mostra que as palavras não carregam sentido nelas mesmas, mas é pela historicidade delas que elas fazem sentido e significam.

Uma noção muito importante no discurso é a de condições de produção. Conforme Pêcheux (1997), existem as condições de produção em sentido estrito (portanto, imediatas) e as condições de produção das circunstâncias da enunciação (o contexto sócio-histórico e ideológico). Em relação a lugares, temos a relação de forças, isto é, o lugar do qual o sujeito fala constitui o que ele diz. Como a nossa sociedade é baseada em relações hierarquizadas, aqui se estabelecem relações de força, alguns discursos ‘valem’ mais do que outros. Este lugar não trata da posição física ou do lugar empírico que esse sujeito ocupa, mas a imagem desse ‘lugar’ que resulta das projeções, por isso, as formações imaginárias são importantes na Análise de Discurso.

Com essas noções esclarecidas, partimos do nosso dispositivo teórico para o dispositivo analítico, portanto, o nosso material de análise.

5 MATERIALIDADE DISCURSIVA E VERTENTE DO FEMINISMO EM ELAPOD

O ElaPod é um podcast dedicado a oferecer visibilidade a mulheres que têm relação com o espaço da política, sendo um produto comunicacional sobre “como a política muda as mulheres e as mulheres mudam a política”⁹. No episódio ‘Maria Marighella & Atena Roveda: Cultura é Arma de Reparação’, Manuela D’Ávila, que é a apresentadora do podcast, entrevista duas mulheres do mundo da política. A ex-vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e atual presidente da Fundação Nacional das Artes (Funarte), Maria Marighella. A outra entrevistada é a vereadora eleita por Porto Alegre (2025-2028), Atena Roveda (PSol), filósofa e ativista pelo movimento LGBTQIAPN+.

Identificar as personagens do episódio é necessário devido a noção de condições de produção, que podem ser em sentido estrito e em sentido amplo. Em sentido estrito está ligado ao contexto imediato, aquilo que conseguimos identificar sem uma análise aprofundada; são as informações que o contexto nos apresenta. A partir disso, podemos nos perguntar, por exemplo (e já responder): Quem são as personagens deste podcast? *Maria Marighella e Atena Roveda*. Quem é a entrevistadora deste podcast? *Manuela D’Ávila*. Quais temas elas discutem? *Arte, cultura, maternidade, travestilidade, filosofia*. De que forma elas interagem? *Por meio de um diálogo, no estilo mesa redonda, contudo, acontece de forma virtual, cada uma em um local geográfico diferente*.

Já no sentido amplo, é tudo aquilo que é necessário uma análise para identificar, envolvendo o contexto sócio-histórico e ideológico do discurso. A partir disso, podemos perguntar: Em que momento histórico esse discurso é enunciado? Quais sentidos são mobilizados no discurso das mulheres? Quem são essas mulheres (para além de saber nome, mas quais lugares de sujeito elas ocupam na sociedade)? Como elas se comunicam, de que forma falam de si?

Assim, entendemos que essas mulheres estão vinculadas ao espectro político de esquerda, devido às suas filiações partidárias (a apresentadora não está mais filiada a nenhum partido político, contudo, por mais de 25 anos foi filiada ao PCdoB). Carregam nelas pautas associadas ao movimento feminista e é sobre isso que discutem no episódio. Ambas as entrevistadas falam de alguns aspectos sociais. Atena Roveda é uma mulher trans, que é chamada, desde o começo do episódio, a falar sobre a escolha de seu nome, sobre a vivência trans e sobre usar a literatura como uma ferramenta de rebeldia. Enquanto Maria Marighella é

⁹ É assim que o podcast se apresenta. Ouça os episódios de ElaPod em: <https://open.spotify.com/show/1N9Pa34U1dkITS3ORa5AsE?si=2a68af3cca3f4805>. Acesso em 16/10/2025, às 00h02.

chamada para falar sobre a história da sua família (antes mesmo de falar sobre si mesma), mais precisamente sobre ser neta de Carlos Marighella¹⁰.

O que norteia a nossa pesquisa – e nunca deve ser perdido de vista – é a pergunta-problema do nosso trabalho, “Como a materialidade discursiva de podcasts feministas permite identificar sua inscrição em determinada vertente do feminismo?”, com o objetivo de identificar a vertente feminista com qual este produto dialoga. Contudo, logo no início do episódio, já é apontada uma vertente específica no qual este episódio se inscreve, a vertente feminista decolonial.

Na introdução do episódio, Manuela D’Ávila cita autoras importantes para a construção da vertente decolonial e também, ao apresentar as entrevistadas, as categoriza como feministas decoloniais. Contudo, como a AD não trata sobre o ‘o quê o discurso diz’, mas sobre ‘como diz’, é importante identificar se o que a apresentadora enuncia se concretiza ao longo do episódio. Se há outras feministas mobilizadas no discurso da entrevistadora e das entrevistadas; como o podcast é conduzido; quais relações ele estabelece com o feminismo decolonial, portanto, com a vivência das mulheres em território não-hegemônico.

Sobre isso, logo na introdução, D’Ávila comenta sobre Ochy Curiel, feminista que escreve sobre decolonialidade.

A antropóloga dominicana Ochy Curiel fala: O processo de descolonização é violento porque nos obriga a romper com tudo o que o colonialismo nos ensinou como verdade. Não existe só mudanças das leis, da política ou da economia. Exige de cada uma de nós repensar o que um dia achamos natural, questionar o que pensamos que sabemos sobre nós e sobre o mundo. Exige questionar a cultura, a linguagem, os símbolos e até como nos enxergamos.” *Eu quero construir um mundo que acabe com todo a matriz de opressão, de raça, de classe, de sexo, de sexualidade, de geopolítica, de nacionalismos.*¹¹ “Como disse Lélia Gonzalez, o colonialismo não dominou só terras e corpos. *Num processo de lavagem cerebral. Ele colonizou também as mentes. Não dá pra aguentar, não. Alcançar a justiça passa por isso, pela resistência, pelo confronto, pelo desconforto. Porque o processo é sempre de massacre e de estilhamento da identidade, até o momento em que a vida te dá uma porrada na cara e aí você acorda* (D’Ávila, 2025).

Assim, já somos introduzidos a sentidos que são trabalhados dentro do produto, os problemas de gênero que surgem a partir da linguagem, as opressões ligadas à raça, classe e

¹⁰ Carlos Marighella foi um político comunista marxista-leninista, tido como um dos principais articuladores contra a ditadura militar e que foi morto em 1969 pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do regime militar.

¹¹ O podcast, como é uma mídia sonora, permite a inclusão de efeitos sonoros e de recortes de falas de outras pessoas. Por isso, no texto de Manuela D’Ávila há também a inclusão de uma entrevista de Curiel e de Lélia González, entre algumas das frases enunciadas por D’Ávila. Para manter a completude da introdução, optamos por manter as frases não ditas por D’Ávila, mas que complementam a sua fala e nesta citação aparecem em itálico.

sexualidade, à busca por justiça de grupos minoritários, temas apresentados ao longo do episódio. Além de Curiel, também são citadas as feministas negras Lélia Gonzalez e bell hooks.

Com a análise, identificamos que o feminismo da perspectiva decolonial perpassa o episódio inteiro, pois fala a partir da realidade de mulheres que enfrentam estigmas sociais vinculados a interseccionalidade, mas dentro da realidade nacional. O feminismo decolonial se apresenta em oposição ao feminismo hegemônico – branco, cisnormativo, de elite –, incluindo a localização geográfica, o contexto histórico e social do lugar, como pontos importantes na análise, pois mulheres de países diferentes (por exemplo, de um país que já foi colonizador e de um país que foi colonizado) enfrentam realidades diferentes, inclusive, devido a construção sócio-histórica do território. Assim, o feminismo decolonial tem um lugar de enunciação diferente do feminismo branco, cisgênero, de elite. Ele fala a partir da nossa realidade.

O podcast apresenta saberes localizados de mulheres brasileiras e aponta, na sua formação, o cuidado com a diversidade. Uma das entrevistadas é uma mulher travesti e a outra é uma mulher negra, pontos que ficam evidentes – mesmo para quem não acompanha o vídeo, também disponível na plataforma de áudio – em suas falas introdutórias, quando já são chamadas a falar sobre questões sociais, a partir dessas suas características físicas. Roveda aponta que usou da literatura para se vingar, pois, através dela, pode permanecer viva, mesmo inserida num contexto de violência contra pessoas trans, que é tanto o espaço geográfico do Brasil, indicado pela Associação Nacional de Travestis (Antra) como o país que mais mata pessoas trans no mundo¹², como também no espaço político, visto que ela é uma das primeiras mulheres trans a ocupar a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Já Marighella fala do processo de colonização do Brasil, e também do regime militar. Para ela, ambos os períodos históricos apontam que o Brasil não viveu uma ‘justiça de transição’, pois não houve o julgamento daqueles que causaram violências históricas, que repercutem até os dias de hoje.

Em relação aos lugares, o lugar delas, enquanto sujeitas, constitui as suas falas. Por isso, não é o que elas são, mas a imagem que a sociedade tem delas (ser uma mulher trans, ser

¹² Conforme Dossiê da Antra, o Brasil é, pelo 16º ano consecutivo, o país que mais mata trans no mundo. Leia mais em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>. Acesso em 21/10/2025, às 23h59.

uma mulher parlamentar, ser uma mulher negra etc.), desta forma, a entrevistadora busca destacar o currículo das entrevistadas, para que a elas seja dada autoridade de fala.

Portanto, seus discursos, durante todo o episódio, acionam outros discursos, pela questão da memória (Pêcheux). Não somente ao que outras mulheres enunciam, mas ao que outras mulheridades trans e negras vivenciam.

6 CONSIDERAÇÕES

Este artigo buscou identificar em qual vertente do feminismo o podcast ElaPod, mais especificamente, o episódio ‘Maria Marighella & Atena Roveda: Cultura é Arma de Reparação’, se inscreve, a partir de instrumentos da Análise de Discurso de linha francesa pecheutiana. Como resultado, encontrou que o objeto está inscrito na abordagem decolonial do feminismo.

Quando essas personagens, Maria Marighella, Atena Roveda e Manuela D’Ávila, ocupam um espaço na Podosfera, que tem predominância das masculinidades, pode ser identificado que elas atuam contra a desigualdade neste espaço midiático. Ao mesmo tempo que dão vozes para conteúdos que não são discutidos em todos os ambientes, mas que podem, a partir das lógicas dos produtos comunicacionais disponíveis na internet, especialmente do podcast (que usa as redes sociais como ferramenta de divulgação) alcançar outras mulheres e outros homens.

Este episódio traz personagens que falam de suas vivências, que são individuais, mas que tratam de problemas coletivos (a transfobia, o racismo, a ditadura, o conservadorismo, o preconceito) e são enunciados de acordo com a realidade nacional. E é a partir desses atravessamentos, e das situações que fazem parte do cotidiano das mulheres brasileiras, que o discurso do feminismo se torna palpável, dialogando diretamente com os problemas do dia a dia, portanto, representam o feminismo decolonial. Afinal, o objetivo do movimento feminista é exatamente elucidar problemáticas enfrentadas pelas mulheridades, na tentativa de coletivizá-las (não é um problema individual ou casual, é um problema coletivo) e agregar forças para reduzi-las. E isso é feito dentro deste episódio do ElaPod, a partir da decolonialidade. São apresentados pontos de conflito ainda enfrentados no território nacional, mas também é apontado que a cultura e as mulheres na política são capazes de promover transformação social.

Esta pesquisa também abre espaço para novos estudos sobre quais vozes e demandas femininas têm ocupado a Podosfera, quais vertentes (portanto, discursos) mais aparecem neste ambiente, quais mulheres têm sido mobilizadas nos podcasts e quais homens têm falado pelas mulheres (afinal, já é um ambiente com maioria masculina). São perguntas que, a partir desta análise, podem inspirar outros estudos e questionamentos, ampliando, assim, a produção de conhecimento do universo das mulheridades e do podcasting.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. de G. S.; REIS, D. S. Traduzir o feminismo: um subsídio decolonizador. IN: MELO, P.; COELHO, J.; FERREIRA, L.; SILVA, D. **Descolonizar o feminismo**. VII Semana de Reflexões sobre negritude, gênero e raça do Instituto Federal de Brasília, editora IFB, Brasília - DF, 2019.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARRERA, Fernanda. **Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação**. Ecompós, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.2198>.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. IN: MELO, P.; COELHO, J.; FERREIRA, L.; SILVA, D. **Descolonizar o feminismo**. VII Semana de Reflexões sobre negritude, gênero e raça do Instituto Federal de Brasília, editora IFB, Brasília - DF, 2019.

CYRINO, Rafaela. **A deriva transfóbica do feminismo radical dos anos 1970**. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 39, n. 79, e23107, jan./abr. 2023
<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752023000100007>

GARCIA, C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo** – políticas arrebatadoras. 1º edição. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

LOPEZ, D.; VIANA, L. **CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS TRANSMÍDIA RADIOFÔNICAS: aproximações ao debate**. Revista Mídia e Cotidiano, nº 10, dezembro de 2016.

MALMANN, R. W. **Autonomia, racionalidade e liberdade: o feminismo liberal está falido?**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v.37 n.79, p. 315-344, jan./abr. 2023. ISSN Eletrônico 1982-596X

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais).

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

PALHA, A. Transfeminismo e construção revolucionária. IN: **MARGEM ESQUERDA**. Revista n. 33. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 168 p. ISBN 977-1678768433.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. In GADET, F. HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do Discurso: Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3º ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PRIMO, A. **Para além da emissão sonora: as interações no podcasting**. Porto Alegre: Intexto, julho/dezembro, 2005.

SILVA, E. **FEMINISMO RADICAL – PENSAMENTO E MOVIMENTO**. Textura, Cruz das Almas-BA, ano 3, n.º 1, p. 24-34, Jan./Jul., 2008.

WINTER, Y.; VIANA, L. **A Podosfera É Delas?: um panorama histórico brasileiro sobre rádio e mulheres**. 2021.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS RACIAL ISSUES AND SOCIAL WORK: NECESSARY APPROACHES

Maria Luiza Lopes da Conceição¹
Juliana Desiderio Lobo Prudencio²

Resumo: O presente artigo discute a relação da questão racial e o Serviço Social a partir da formação histórica e social do Brasil, destacando as particularidades do racismo em sua interrelação com as questões de classe e gênero. Parte-se da compreensão de que esses conceitos são fundamentais para o entendimento da Questão Social no contexto brasileiro, uma vez que as desigualdades se articulam e se reproduzem nas estruturas institucionais e nas relações sociais. A metodologia adotada é a revisão literatura com a observação participante da disciplina de Questão Racial e Serviço Social ministrada no Departamento de Serviço Social de Campos – UFF Campos. Diante disso, observa-se a importância do debate étnico racial no curso de Serviço Social a partir de uma disciplina obrigatória e sua interface com a formação profissional, possibilitando refletir sobre como a inserção crítica desses debates no processo formativo pode contribuir para a construção de uma prática profissional antirracista.

Palavras-chave: Racismo, Serviço Social, Formação Profissional, Antirracismo.

Abstract: This article discusses the relationship between race and Social Work based on the historical and social formation of Brazil, highlighting the specificities of racism in its interrelation with class and gender issues. It starts from the understanding that the concept of race is fundamental to comprehending the Social Question in the Brazilian context, since inequalities are articulated and reproduced within institutional structures and social relations. The methodology adopted is a literature review combined with participant observation in the course *Racial Issue and Social Work*, taught in the Department of Social Work at UFF Campos. In this context, the importance of the racial and ethnic debate within the Social Work curriculum is emphasized, particularly through a compulsory course and its interface with professional training. This approach enables reflection on how the critical inclusion of such debates in the educational process can contribute to building an anti-racist professional practice..

Keywords: Racism; Social Work; Professional Training; Anti-racism.

1 INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda e Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES.

² Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social de Campos do Goytacazes da Universidade Federal Fluminense.

A formação constitutiva do capitalismo no Brasil esteve ancorada em um processo escravista de organização econômica, social e cultural. As pessoas traficadas do continente africano, durante o período colonial, foram arrancadas de suas famílias, açoitadas, vendidas e assassinadas para servir ao projeto de colonização (Moura, 1992). As mulheres escravizadas, por sua vez, em muitos casos tiveram seus filhos (frequentemente frutos de estupros) mortos ou vendidos como manutenção da lógica patriarcal construída pela branquitude desta época (Gonzalez, 1980). Essa forma de organização social moldou profundamente a estrutura da sociedade colonial, deixando marcas duradouras que se manifestam nas desigualdades raciais persistentes até os dias atuais aliadas às condições impostas a população negra que experimenta as mais profundas agruras do racismo estrutural e institucional.

Atualmente, no Brasil, as pessoas negras compõem a maior parcela da população em situação de pobreza e extrema pobreza, bem como da população prisional e em situação de rua (Gonzalez, 1980; IPEA, 2024). Além disso, enfrentam barreiras significativas no acesso a serviços públicos de qualidade (Almeida, 2018). Tais fatos, afirmam a condição imposta aos corpos negros como fruto da falaciosa abolição e o pós abolição sem proteção social, aquilo que faz com que historicamente a população negra ocupe o ranking das desigualdades e da ausência de oportunidades.

Aliado a isto, o Serviço Social brasileiro manteve um distanciamento teórico em relação aos debates étnicos - raciais, com escassa produção sobre o tema em seus primeiros anos de consolidação. No entanto, como aponta documento da ABEPSS (2018) há um esforço no pós 2010 a partir da criação do Grupo de trabalho “Serviço Social, Relações de Exploração / Opressão de Gênero. Raça / Etnia e Sexualidade” para tornar este tema central na profissão de Serviço Social, e assim através do pensar a produção teórica mais sistematizada e comprometida com a questão racial, bem como a formação profissional atenta a esta temática.

Diante disso, é no repensar da formação em Serviço Social a partir das orientações que norteiam a base curricular formativa em conformação com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e o conjunto Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, que através do currículo nº 32.02.002 do Curso de Serviço Social no Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes/ Universidade Federal Fluminense – UFF Campos que se realiza o pensar e a oferta da disciplina obrigatória “Questão Racial e Serviço Social”. Com isso, é a partir deste componente curricular que nasce o presente escrito, como forma de expressão das vivências

proporcionadas pelo percurso da docente e da estagiária docente no ministrar desta disciplina.

Portanto, através da revisão da literatura, a partir da ementa da disciplina “Questão Racial e Serviço Social”, que este trabalho se configura como um esforço teórico e político voltado à sistematização de um referencial que contribui para aproximar a questão racial do campo do Serviço Social. Para tal, os tópicos a seguir buscam evidenciar como a leitura crítica dos elementos constitutivos da formação social brasileira, a partir de um referencial racial, pode ampliar as bases teóricas e ético-políticas da formação e da atuação profissional de forma a possibilitar uma melhor compreensão dos usuários das políticas sociais, assim como a promoção de formação de discentes e profissionais de Serviço Social antirracistas.

2 A ESTRUTURA RACIAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA: HERANÇAS COLONIAIS

A formação social brasileira está profundamente enraizada no sistema escravista, que estruturou a economia, as relações sociais e o próprio imaginário nacional (Moura, 1992). O tráfico transatlântico de africanos, intensificado a partir do século XVI, foi um empreendimento econômico de larga escala que movimentou fortunas e consolidou o Brasil como uma das principais colônias produtoras de riquezas do império português e de dor para a população negra (Moura, 1992). Milhões de africanos foram trazidos à força, arrancados de seus territórios, famílias e culturas, convertidos em mercadorias e submetidos a condições desumanas de trabalho.

A economia colonial, baseada inicialmente na agroindústria açucareira do Nordeste, tinha no trabalho escravo o seu alicerce, como Clóvis Moura destaca em “A História do negro do Brasil”, os escravizados eram “as mãos e os pés do Brasil”, produzindo o açúcar, trabalhando no minério do ouro e demais bens que garantiam a prosperidade da metrópole e o luxo da elite colonial (Moura, 1992, p.08). O negro escravizado foi o trabalhador fundamental em todas as fases do desenvolvimento econômico brasileiro: da cana-de-açúcar à mineração, das lavouras tropicais à produção de café, ocupando todos os espaços geográficos e produtivos (Moura, 1992).

Entretanto, a riqueza gerada por esse trabalho não beneficiava os produtores diretos, ou seja, os escravizados e suas famílias. Todo o excedente era drenado para o exterior, sustentando o fausto da elite colonial que importava sedas, vinhos e outros artigos de luxo europeus, e, sobretudo, garantindo o pagamento da dívida da Coroa portuguesa à Inglaterra

(Moura, 1992). Assim como, o ouro extraído das minas de Goiás e Minas Gerais, fruto do trabalho extenuante e vigiado dos africanos escravizados, foi enviado em grande parte para os cofres ingleses, em cumprimento aos tratados e acordos comerciais que consolidavam a dependência econômica de Portugal (Moura, 1992).

Essa compreensão revela o papel estrutural do trabalho escravizado na engrenagem econômica internacional: o Brasil funcionava como uma colônia exportadora de riquezas, cuja base produtiva era sustentada pela exploração da população negra. A escravidão e a violência, portanto, não representava uma anomalia do capitalismo, para Castelo (2021) se trata de uma de suas condições históricas de existência. Como observa Marx (2013), a acumulação primitiva de capital na Europa se alimentou e se consolidou da violência colonial e do tráfico de pessoas escravizadas, que garantiam matéria-prima e lucros para as potências emergentes.

O caráter internacional do sistema escravista evidencia que o racismo, além de instrumento de dominação social, era também uma lógica econômica global, legitimada pela ideologia da inferioridade racial. Essa hierarquização entre povos e raças serve, até os dias de hoje, para naturalizar a exploração e justificar as desigualdades, ao mesmo tempo em que permite às elites europeias acumulação de riqueza sob o véu de uma suposta civilização superior (Moura, 1992).

No contexto brasileiro, essa lógica se traduzia em uma divisão social rígida, em que os brancos ocupavam as posições de mando e de gozo, enquanto os negros sustentavam, com sua força de trabalho, o luxo e o prestígio da elite senhorial. O “fausto” descrito pelos cronistas coloniais, os senhores que importavam seda da França e vinhos da Europa, contrastava violentamente com a miséria, os castigos e a completa negação de humanidade vivida pela população negra escravizada (Moura, 1992).

A escravização, portanto, foi mais do que um regime de trabalho: foi um modo de produção racializado, em que a cor da pele definia a possibilidade de ser visto como humano quer seja pela população (Moura, 1992), quer seja por alguns intelectuais que retratam o período (Gonzalez, 1980). Essa estrutura racial consolida a base da sociedade brasileira, perpetuando desigualdades que resistem até hoje. Desigualdades estas que estruturam relações sociais e que assim operam pela lógica que desumaniza o corpo negro como orientador do ser mulher e homem negro na sociedade capitalista. Diante disso, compreender essas heranças coloniais é fundamental para o Serviço Social, pois permite reconhecer que a questão racial está no núcleo da questão social — e que o enfrentamento das desigualdades no país exige uma leitura crítica das formas históricas e contemporâneas de exploração e dominação racial.

2.1 O mito da democracia racial: “mulata, deusa do meu samba”

A construção ideológica do chamado Mito da Democracia Racial exerceu papel central na formação da identidade nacional brasileira de base racista. Amparado em uma leitura idealizada da convivência entre brancos, negros e indígenas, especialmente difundida por Gilberto Freyre, esse mito sustentou a ideia de que o país teria superado o racismo por meio da mestiçagem e da cordialidade entre os grupos étnico-raciais (Gonzalez, 1980). Tal narrativa, no entanto, operou como mecanismo de apagamento da violência que constituiu as relações raciais no Brasil, encobrindo a profunda desigualdade material e simbólica herdada do regime escravista.

Como nos lembra Lélia Gonzalez, essa forma de organização social, forjada na violência e na negação da identidade negra, produz um processo de identificação do dominado com o dominador, tema também analisado por Frantz Fanon (Gonzalez, 1980), pois trata-se de um movimento em que o sujeito negro é levado a internalizar padrões culturais e estéticos brancos como referência de humanidade, reforçando a subalternização de sua própria identidade (Fanon, 2008).

Importante destacar que Gonzalez (1980) resgata os motivos que explicam a ampla aceitação do mito da democracia racial. Um dos exemplos simbólicos por ela destacados é o rito carnavalesco³, no qual a mulher negra é exaltada como a “mulata, deusa do meu samba”. No entanto, como toda construção mítica, essa exaltação é ilusória: o endeusamento termina quando o carnaval se encerra e essa mesma mulher retorna ao cotidiano de invisibilidade, frequentemente como empregada doméstica, a serviço da população branca e sem poder cuidar dos seus. Assim, “mulata” e “doméstica” são duas faces de um mesmo sujeito, cujas denominações variam conforme o lugar social e o olhar do outro: ora objeto de desejo, ora força de trabalho submissa.

Esse duplo movimento revela a permanência de relações históricas de dominação, cuja origem remonta ao período escravista. O termo mucama (derivado do quimbundo mu’kama, “amásia escrava”) designava a escrava jovem de estimação escolhida para servir dentro das casas senhoriais, muitas vezes também como ama-de-leite ou concubina. A descrição feita por

³ Silmon (2007) em sua tese de doutorado realiza uma pesquisa sobre o Carnaval de São Paulo de 1914 a 1985. Na obra a autora demonstra a segregação de brancos e negros na comemoração. No carnaval negro, a autora retrata a resistência cultural dos povos negros e indígenas que retratavam em dança e encenações a dominação e violência branca. Mais tarde a festa de Carnaval foi assumindo outros contornos (Simon, 2007).

June E. Hahner (1978, p. 120) em *A mulher no Brasil* é reveladora:

A escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e da maior parte das vezes ociosa. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor (...) O amor para a escrava tinha aspectos de verdadeiro pesadelo, com incursões desaforadas e aviltantes do senhor, filhos e parentes pelas senzalas...

Essa passagem ilustra a dimensão de gênero e raça que atravessa a exploração das mulheres negras, cuja força de trabalho e corpo foram historicamente expropriados. A transição da mucama à empregada doméstica revela uma continuidade estrutural: a manutenção da mulher negra em posições de subalternidade, mal remuneradas e socialmente desvalorizadas.

Ao promover uma imagem ilusória de harmonia racial, o mito da democracia racial cumpre a função de ocultar essas permanências históricas e naturalizar as desigualdades que delas decorrem. Assim, o enfrentamento do racismo no Brasil exige não apenas o reconhecimento das desigualdades materiais, mas também a desconstrução dos mecanismos simbólicos que as sustentam e reproduzem.

2.2 As expressões contemporâneas do racismo estrutural: “O táxi não para, mas a viatura para”⁴.

As heranças do regime escravista e da colonização não ficaram no passado; elas se atualizam nas estruturas econômicas, políticas e culturais do presente. O racismo estrutural, como define Silvio Almeida (2019), não se reduz a atitudes individuais, mas se manifesta como um conjunto de práticas institucionais, normas e valores que produzem e reproduzem desigualdades raciais de forma sistemática. Trata-se de uma engrenagem social que mantém as pessoas negras nos lugares historicamente designados de subalternidade.

Lélia Gonzalez (1980) oferece uma leitura contundente desse processo ao evidenciar como a mulher negra, trabalhadora e periférica, representa a síntese das opressões raciais, de classe e de gênero. Segundo a autora, é “a negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida” quem sofre de modo mais trágico os efeitos da “culpabilidade branca”, pois é ela quem sustenta a sobrevivência familiar, frequentemente sozinha, enquanto seus

⁴ Frase do rapper Emicida durante participação no programa "Altas Horas", da TV Globo exibido em 20 de setembro de 2015. Disponível em: <https://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/09/20/rapper-emicida-critica-racismo-no-brasil-taxi-nao-para-mas-viatura-para.html>

companheiros, irmãos ou filhos são alvo de uma perseguição policial sistemática. Essa violência cotidiana se materializa nas elevadas taxas de homicídio entre jovens negros, nas abordagens policiais seletivas e na super-representação da população negra no sistema prisional brasileiro.

De acordo com o Atlas da Violência, cerca de 76,5% das vítimas de homicídio no país são pessoas negras, sendo a maioria homens jovens, moradores de periferias urbanas. Segundo o IPEA (2024, p. 52) “em média, para cada pessoa não negra assassinada no Brasil, 2,8 negros são mortos. Esse cenário de grande discrepância no perfil racial de pessoas vítimas de violência, infelizmente, não é novidade no contexto brasileiro”. Esses dados confirmam a continuidade de um padrão de exclusão que associa a cor da pele à criminalidade e legitima a violência de Estado. Nas palavras de Gonzalez (1980), o “outro lugar natural do negro” acaba sendo a prisão. Espaço em que a presença do Estado se faz sentir não para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar.

Além da violência institucional, o racismo estrutural se expressa na desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho, na precarização das ocupações e nas condições indignas que ainda marcam o cotidiano de muitos trabalhadores e trabalhadoras negras. Como afirma Magali da Silva Almeida (2014, p. 136 *apud* Paixão, 2003, p. 133) “quando a economia cresce, eles ganham menos, quando a economia retrai, eles perdem mais”. Casos recentes de repercussão nacional, como o de Miguel Otávio⁵, menino negro de cinco anos que morreu em 2020 enquanto a mãe, Mirtes, empregada doméstica, trabalhava em um condomínio de luxo durante a pandemia, escancaram a permanência de relações coloniais no trabalho doméstico e no imaginário social.

Episódios de trabalho sem regulamentação e desumanos⁶, que atualizam o trabalho forçado e a lógica moderna do racismo, são recorrentes em diferentes regiões do país, também evidenciam como a exploração da força de trabalho negra permanece como elemento

⁵ Em 2 de junho de 2020, o menino Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, morreu ao cair do 9º andar de um edifício de luxo em Recife (PE). Naquele dia, sua mãe, Mirtes Renata Souza, trabalhava como empregada doméstica na casa da primeira-dama de Tamandaré, Sari Corte Real, esposa do então prefeito Sérgio Hacker. Devido à pandemia da COVID-19, Mirtes levou Miguel ao trabalho, já que as creches estavam fechadas. Enquanto Mirtes passeava com o cachorro da patroa, Miguel ficou sob os cuidados de Sari. O menino quis procurar a mãe e entrou sozinho no elevador. As câmeras de segurança mostraram que Sari apertou o botão do 9º andar, deixando o garoto sair desacompanhado. Pouco depois, ele caiu de uma altura de cerca de 35 metros e morreu.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-06/caso-miguel-completa-4-anos-sem-conclusao-tortura-grande-diz-mae>

⁶ Optou-se por não utilizar o termo “trabalho análogo a escravidão”, por entendermos que o trabalho escravizado se coloca na ordem indefinível de maiores impossibilidade de existência, trato e opressão.

constitutivo das desigualdades contemporâneas, como retratado no filme *Pureza* (2022), estrelado por Dira Paes, que se inspira em histórias reais de trabalhadores submetidos a condições degradantes.

Essas expressões contemporâneas do racismo não são desvios pontuais, mas sintomas de uma estrutura social que naturaliza a hierarquização racial e legitima a exclusão. O Serviço Social, ao atuar junto às populações mais vulnerabilizadas, encontra-se cotidianamente diante dessas expressões da questão racial e, portanto, não pode dissociá-las de sua análise da questão social. Reconhecer o racismo como uma dimensão estrutural e constitutiva da sociedade brasileira é condição essencial para uma prática profissional crítica, comprometida com a transformação social e com a construção de uma práxis antirracista.

3 A APROXIMAÇÃO URGENTE ENTRE QUESTÃO RACIAL E O SERVIÇO SOCIAL

Como visto, o racismo constitui-se como uma forma sistemática de discriminação que utiliza a raça como fundamento, manifestando-se em práticas que resultam em privilégios ou desvantagens para determinados grupos, conforme sua pertença racial (Almeida, 2018). No Brasil, essa lógica histórica atravessa as dimensões sociais, econômicas e institucionais, consolidando-se como um componente estrutural das desigualdades. Nesse sentido, conforme apontam Oliveira e Fernandes (2024) compreender o Serviço Social em sua historicidade implica, portanto, avançar para além do acúmulo existente, investigando as concepções presentes em sua gênese e desenvolvimento. Nesse sentido, é necessário retomar como a profissão, conforme sinaliza Ferreira (2010), estabeleceu “ligações perigosas” (Gonçalves, 2018) com a política eugênica do Estado brasileiro. Uma aliança que, ao invisibilizar a crítica racial, reforçou estereótipos racistas ainda hoje persistentes. Essa articulação, historicamente perversa, combinou capitalismo e racismo como bases de um mesmo projeto de dominação (Ferreira, 2010).

Como aponta Yazbek (2009), o pensamento conservador que orientou o período de consolidação do Serviço Social se fundamentou na doutrina social da Igreja, no ideário franco-belga da ação social e no pensamento tomista, que valoriza a dignidade humana, a perfectibilidade e a sociabilidade natural do homem em busca do bem comum. Contudo, essa noção de “sociabilidade natural” parte da universalização de um sujeito humano forjado a partir da referência eurocêntrica: O “homem branco europeu” (Oliveira; Fernandes, 2024).

Para Eurico (2013) ao surgir fortemente marcado pelo apostolado católico e por uma leitura moral e religiosa da questão social, o Serviço Social não problematizou as relações raciais. A profissão priorizou ações voltadas à “resolução” moral das contradições de classe, reproduzindo a ideologia racial dominante. Conforme aponta Vitorio (2019), esse conservadorismo esteve atrelado a preocupações com a miscigenação e à reprodução de ideais eugênicos, o que evidencia vínculos profundos entre o pensamento conservador e o racismo institucional. Ainda, Ferreira (2010) reforça essa análise ao destacar que, embora os negros estivessem ausentes dos artigos publicados na Revista *Serviço Social*, suas imagens apareciam com frequência nas fotografias que ilustravam as capas, revelando que a população negra constituía-se como maioria entre os usuários dos serviços sociais. Essa invisibilidade discursiva e a naturalização da “cor da pobreza” expressam uma pseudo universalidade marcada pela branquitude, que legitimou o lugar social inferior destinado à população negra (Oliveira; Fernandes, 2024).

Para Oliveira e Fernandes (2024), mesmo após o movimento de reconceitualização, a produção do Serviço Social sobre as temáticas étnico-raciais e interseccionais, considerando as relações entre raça, gênero e classe, manteve-se tímida. Sobre o Código de Ética Profissional de 1993, por exemplo, Lira (2019) destaca que, mesmo com os avanços trazidos, o termo “raça” não foi incorporado, limitando-se à menção à “etnia” (CFESS, 2012). Conforme Kilomba (2019 *apud* Lira, 2019), essa omissão não se trata apenas de uma escolha semântica, mas de uma decisão política, pois a linguagem é um instrumento que define lugares de poder e humanidade.

Dessa forma, a ausência da categoria “raça” como eixo analítico e discursivo reflete a dificuldade da profissão em problematizar o racismo estrutural, mesmo diante da realidade concreta de que a maioria das pessoas atendidas pelas instituições/políticas sociais é negra (IBGE, 2022). É nesse sentido que para Oliveira e Fernandes (2024) convocam a reflexão acerca da compreensão universalista e aparentemente “igualitária” do atendimento acaba por reproduzir a naturalização da branquitude e a marginalização da negritude, sem reconhecer que as desigualdades raciais demandam enfrentamento específico também no campo das políticas públicas. Essa postura reforça o entendimento, ainda recorrente, de que o foco na garantia de direitos dispensa a reflexão da dimensão racial, argumento presente em muitos discursos de Assistentes Sociais (Oliveira; Fernandes, 2024).

Conforme a *Entrevista com Magali da Silva Almeida* (2013) sinaliza, contudo, que desde os anos 80 as assistentes sociais engajadas nas lutas antirracistas convocavam a reflexão

sobre a pauta dentro e fora da categoria, em uma relação com os movimentos negros⁷ e nos encontros do Serviço Social. Diante disso, Eurico (2013) observa que a introdução do princípio da não discriminação no Código de Ética foi um marco, pois consolida um caminho para a discussão da questão étnico-racial como parte dos direitos humanos e da ética profissional. Como destaca Moreira (2019), o Projeto Ético-Político Profissional é hegemônico, mas não homogêneo; sua incorporação da temática racial depende das disputas e tensões internas à categoria, impulsionadas por Assistentes Sociais que compreendem a urgência dessa pauta. E ainda, pode-se destacar que para Almeida (2013 *apud* Moreira, 2019), o cenário atual é mais fértil para que a questão racial se consolide na profissão, com maior abertura nos congressos, revistas e grupos de pesquisa da área.

Outra análise que requer reflexões são as destacadas pelas autoras Oliveira e Fernandes (2024) que acrescentam que apesar da produção científica ser incipiente, ela vem crescendo. Exemplos como: eixo temático no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, temas dessa natureza na Revista Serviço Social & Sociedade; as publicações no CFESS; a Campanha Nacional em 2003 no Cfess-Cress, em Salvador; a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” em 2010 (ABEPSS, 2018); os programas de pós-graduação mais sensíveis ao tema (Oliveira; Fernandes, 2024); a criação da Cartilha “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, em 2018 (ABEPSS, 2018); e o a horizontalidade da temática étnico racial no currículo do Serviço Social (ABEPSS, 2022) podem ser exemplos desse crescimento (Oliveira; Fernandes, 2024).

Nesse sentido, observa-se um movimento recente de fortalecimento dessa agenda também nas instâncias de representação da categoria. Um exemplo é o curso de pós-graduação promovido pelo CFESS, em 2025, que inclui a temática racial em um módulo específico, o *Módulo II – Formação social brasileira: capitalismo dependente e periférico, sistema heteropatriarcal e racista e Projeto Ético-Político Profissional*, reafirmando o compromisso político da entidade com o enfrentamento do racismo estrutural.

Além disso, a produção acadêmica recente evidencia avanços importantes. Teses de doutorado premiadas pela CAPES entre 2022 e 2024, como as de Cristiane Lourenço Teixeira Meirelles (*Aspectos políticos e institucionais da implementação da Lei nº 12.711/2012 na Universidade Federal Fluminense: um estudo avaliativo*) (Meirelles, 2023), Paulo Wescley

⁷ Considerando o limite de páginas e o recorte definido para este artigo, não se pretendeu aprofundar a análise acerca da trajetória dos movimentos negros fora do âmbito da categoria profissional do Serviço Social.

Maia Pinheiro (*Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem: as determinações ontológicas da unidade exploração–opressão*)(Pinheiro, 2022) e Rayane Noronha Oliveira (*Serviço Social, classe, gênero e raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da teoria unitária*) (Oliveira, 2021), expressam o avanço do debate racial no campo acadêmico e o compromisso crescente do Serviço Social com essa temática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação da análise étnico-racial na formação e na prática profissional do Serviço Social amplia significativamente a capacidade crítica e reflexiva da categoria, permitindo uma práxis mais comprometida com a realidade concreta da população brasileira. Essa ampliação é fundamental para romper com a pseudo universalidade historicamente presente na profissão e consolidar práticas efetivamente antirracistas, alinhadas aos princípios do Projeto Ético-Político Profissional.

Durante grande parte da trajetória da profissão, a dimensão racial foi secundarizada ou invisibilizada, o que contribuiu para a reprodução de uma leitura limitada da questão social. Hoje, reconhecer o racismo como uma expressão estrutural dessa questão é um passo indispensável para uma atuação ética, crítica e transformadora. Assim, a formação em Serviço Social deve contemplar, de modo transversal e orgânico, os debates étnico-raciais nas disciplinas teóricas e práticas, integrando essa reflexão às análises de classe e gênero.

A incorporação horizontal das reflexões étnico-raciais nas disciplinas-base do currículo é, portanto, imprescindível para a formação de profissionais comprometidos com a equidade racial. Do mesmo modo, a inclusão de disciplinas específicas sobre a questão racial contribui para centralizar o tema, valorizando as particularidades dos sujeitos que compõem a sociedade brasileira e suas implicações no campo das políticas públicas e dos serviços sociais.

As produções da categoria, no campo institucional e acadêmico, conforme apontado, indicam que o Serviço Social brasileiro vem se abrindo para uma compreensão mais complexa e interseccional da realidade social. Fortalecer essa direção significa consolidar um projeto profissional comprometido com a emancipação humana, com a justiça racial e com a construção de uma sociedade livre de todas as formas de opressão.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Abepss, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 13 de outubro de 2025

ABEPSS. Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social. Rio de Janeiro: Abepss, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidios-para-o-debate-sobre-as-lutas-e-os-movimentos-sociais-na-formacao-profissional-em-servico-social-202303221328505426170.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2025

ALMEIDA, Magali da Silva. *Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo*. Em *Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 131–154, 2º sem. 2014.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Letramento, 2018

CASTELO, R. *A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil*. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021. | ISSN 2238-1856. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/a-violencia-como-potencia-economica-na-genese-da-questao-social-no-brasil/view>. Acesso em 10 de out. de 2025.

ENTREVISTA COM MAGALI DA SILVA ALMEIDA. *Libertas: Revista da Faculdade de Serviço Social*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231–239, jan./jun. 2013. Entrevista concedida a Ricardo de Souza Janoário, Roseli Rocha e Sheila Dias. UFBA. Professora aposentada da UERJ.

EURICO, Márcia Campos. *Racismo na infância*. [livro eletrônico] São Paulo: Cortez, 2022.
MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. *Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo*. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22945/3/Tales%20Willyan%20Fornazier%20Moreira.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2025

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas* Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, C. *O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)* 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Katálisis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v21n3/1982-0259-rk-21-03-00514.pdf> Acesso em: 10 out. 2025. » <http://www.scielo.br/pdf/rk/v21n3/1982-0259-rk-21-03-00514.pdf>

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1980.

IPEA. *Atlas da violência 2024* / coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2024. 129 p. : il., gráfs

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA DE OLIVEIRA, Priscila Beralda; FERNANDES, Francilene Gomes. *Desafios para atuação antirracista do assistente social: reflexões sobre a questão racial e o Projeto Ético-Político Profissional*. In: Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, 10 a 14 dez. 2024. Eixo Temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades. Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social. 2024. ISSN 2965-2499. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/03422.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2025

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo, Editora Ática, 1992. Cap 1 e 2.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS (Org.). *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

REDES DE [RE]EXISTÊNCIA: CULTURA AFRO-BRASILEIRA, IDENTIDADE E REPRESENTATIVIDADE NA ESFERA DIGITAL

REDES DE [RE]EXISTENCIA: CULTURA AFROBRASILEÑA, IDENTIDAD Y REPRESENTATIVIDAD EN LA ESFERA DIGITAL

Paulo Silveira¹

Nola Patrícia Gamalho²

Jorge Alexandre da Silva³

Mirian Susane Dias⁴

Me. Lins Robalo⁵

Resumo: A construção da identidade na contemporaneidade é um processo profundamente influenciado pelas imagens e narrativas que circulam nas mídias e moldam percepções de si e do outro. No caso da população afro-brasileira, esse espelhamento assume contornos políticos e afetivos, atravessados por um histórico de invisibilização e estigmatização. Nesse cenário, a cultura afro-brasileira tem ocupado, de forma cada vez mais propositiva, os espaços digitais como territórios de resistência, criação e afirmação identitária. Este artigo analisa esse movimento a partir das perspectivas da psicologia negra, da sociologia crítica e do Serviço Social, refletindo sobre como as redes sociais têm contribuído para o fortalecimento identitário de pessoas negras, resgatando ancestralidades, descolonizando imaginários e promovendo práticas antirracistas. A presença negra na esfera digital se revela, assim, não apenas como forma de representação, mas como ferramenta de transformação social, com implicações diretas para a justiça social e as lutas por equidade racial. Identidade, comunicação e cultura digital entrelaçam-se, portanto, como forças propulsoras de

¹ Mestre em Extensão Rural, Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, atualmente é prof. da UNIPAMPA - Campus de Itaqui, onde coordena o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI Diva Rodrigues; email paulosileira@unipampa.edu.br

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RSBrasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Rio Grande do Sul- Brasil.

³ Assistente Social, professor de Teoria Social na graduação e na pós-graduação da Universidade Federal do Pampa (SIAPE 1805893). Graduado em Serviço Social pela Unisc (2005). Mestrado em Serviço Social pela PUCRS (2008). Doutorado em Serviço Social pela PUCRS (2014). Servidor da Unipampa - Campus São Borja - RS desde de 2010 - Professor Associado I. Professor no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Proteção Social, Mestrado Acadêmico. Integrante do Grupo de Pesquisa - Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS/CNPq/UNIPAMPA). Os temas de pesquisa prioritários são: Método Dialético de Marx, Precarização do Trabalho, Crianças e Adolescentes e o Sujeito de Direito.

⁴ Graduada em Psicologia, Mestranda em Serviço Social e Proteção social na UNIPAMPA – São Borja. Contato: miriamdias.aluno@unipampa.edu.br

⁵ Graduada em Serviço Social, Mestre em Ciências Sociais, Mestranda de Serviço Social e Proteção Social e Graduanda de Direito na UNIPAMPA – São Borja, é pesquisadora sobre gênero e identidade de gênero vinculada. Contato: linsrobalo.aluno@unipampa.edu.br

emancipação e de reconstrução simbólica.

Palavras-chave: cultura afro-brasileira; redes sociais; representatividade; identidade; justiça social.

Resumen: La construcción de la identidad en la contemporaneidad es un proceso profundamente influenciado por las imágenes y narrativas que circulan en los medios y configuran las percepciones de sí y del otro. En el caso de la población afrobrasileña, este reflejo adquiere dimensiones políticas y afectivas, marcadas por una historia de invisibilización y estigmatización. En este contexto, la cultura afrobrasileña ha ocupado, de forma cada vez más propositiva, los espacios digitales como territorios de resistencia, creación y afirmación identitaria. Este artículo analiza este movimiento desde las perspectivas de la psicología negra, la sociología crítica y el trabajo social, reflexionando sobre cómo las redes sociales han contribuido al fortalecimiento identitario de las personas negras, recuperando ancestralidades, descolonizando imaginarios y promoviendo prácticas antirracistas. La presencia negra en la esfera digital se revela, así, no solo como una forma de representación, sino como una herramienta de transformación social, con implicaciones directas para la justicia social y las luchas por la equidad racial. Identidad, comunicación y cultura digital se entrelazan, por tanto, como fuerzas impulsoras de emancipación y reconstrucción simbólica.

Palabras clave: cultura afrobrasileña; redes sociales; representatividade; identidade; justiça social.

1 INTRODUÇÃO: A CONVERGÊNCIA ENTRE ANCESTRALIDADE E DIGITALIZAÇÃO

A cultura afro-brasileira constitui um dos pilares centrais da formação identitária nacional. A herança ancestral — expressa nos saberes tradicionais, nas religiosidades e nas religiões de matriz africana, nas marcas linguísticas incorporadas ao português e na riqueza estética — compõe um universo amplo e significativo. Entretanto, por séculos, essas expressões foram sistematicamente invisibilizadas e reprimidas pelas estruturas coloniais e pelo racismo estrutural que negou a legitimidade dessa cultura.

A expansão das redes sociais representou um ponto de inflexão nesse processo. O cenário comunicacional transformou-se, abrindo caminhos para a expressão de sujeitos historicamente silenciados. Nesse novo ecossistema digital, o povo negro — especialmente a juventude — encontrou meios de resistência simbólica e espaços de *reexistência*, onde se constroem novas narrativas sobre si e sobre o mundo. Conforme aponta Mbembe (2017), a noção de pós-colônia implica revisitar as formas de existência e subjetividade impostas pela

colonialidade; nesse sentido, o espaço digital configurou-se como um território de disputa ontológica.

De modo correlato, os estudos decoloniais latino-americanos destacam a necessidade de desestabilizar o monopólio epistêmico do eurocentrismo. Autores como Quijano (2010) e Maldonado-Torres (2008) demonstram como as lógicas da colonialidade do poder e do saber continuam a operar mesmo após as independências formais. A cultura afro-brasileira, ao emergir com visibilidade no ambiente digital, desafia essas estruturas de silenciamento e propõe uma insurgência epistemológica enraizada em saberes orais, simbólicos e comunitários.

No contexto brasileiro, Munanga (2021) e Ribeiro (2017) ressaltam a importância de reconhecer a negritude não apenas como resistência, mas como força civilizatória. Essa perspectiva adquiriu novas dimensões diante da digitalização. Como observa Lemos (2020), o ciberespaço é mais do que um meio técnico: constitui também um campo simbólico e político no qual se forjam identidades e pertencimentos.

Este artigo apresenta uma reflexão interdisciplinar sobre a presença e a difusão da cultura afro-brasileira no ambiente digital, evidenciando o papel da representatividade na construção e no reconhecimento dessa identidade. Para tanto, **foi realizada uma análise empírica** das práticas discursivas e comunicacionais de **redes e plataformas digitais negras** — *Crioula*, *Revista Raça*, *Mulheres Negras Decidem*, *Coalizão Negra por Direitos*, *Site Mundo Negro* e *Guia Negro* — que produzem conteúdos sobre história, estética, política, direitos e memória. O objetivo foi compreender de que modo esses espaços articularam ancestralidade e tecnologia na formação de um novo imaginário coletivo afro-brasileiro, que se consolida como um dos pilares contemporâneos de resistência, criação e fortalecimento identitário.

2 REDES SOCIAIS: O EPICENTRO DA NARRATIVA NEGRA CONTEMPORÂNEA

As redes sociais deixaram de atuar apenas como espaços de interação para se constituírem em campos de produção simbólica e política, onde a negritude se afirmou como potência discursiva. Na pesquisa, analisaram-se as páginas **Crioula**, **Revista Raça**, **Mulheres Negras Decidem**, **Coalizão Negra por Direitos**, **Site Mundo Negro**, **Guia Negro** e **Alma Preta Jornalismo**, todas atuantes no Instagram. Essas redes configuraram-se como espaços

de elaboração e circulação de narrativas sobre a história, a estética e a política negra no Brasil contemporâneo.

Observou-se que influenciadores, coletivos e instituições negras utilizavam suas plataformas digitais como instrumentos de debate e visibilização de pautas relacionadas à identidade, ao racismo estrutural, à estética e à ancestralidade. Conforme apontou Djamila Ribeiro (2017), “a ausência de corpos negros em posições de destaque não é natural, é fruto de um projeto histórico de apagamento” (p. 23). Nas redes analisadas, esse enfrentamento ao apagamento histórico se materializou em campanhas, postagens informativas e ações de engajamento que reposicionaram o sujeito negro como protagonista da própria narrativa.

A produção de conteúdo nessas plataformas revelou-se um ato político. Como destacou Stuart Hall (1997), “a cultura não é algo fixo, mas um processo de significação em constante disputa” (p. 13). Tal disputa pôde ser observada na forma como essas redes ressignificaram práticas culturais afro-brasileiras e valorizaram elementos identitários outrora marginalizados. Ao enfatizar o orgulho racial, a estética afrocentrada e as epistemologias negras, os conteúdos dessas páginas contribuíram para a consolidação de um repertório coletivo de resistência e afirmação.

Além da dimensão discursiva, observou-se que as páginas analisadas também desempenharam um papel estético fundamental na construção de uma contra-narrativa sobre o que se entendia por “normalidade” e “beleza” no espaço digital. Por meio da exibição de corpos negros em toda sua diversidade, de cabelos crespos e trançados, de vestimentas afrocentradas e de cenários que remetiam à ancestralidade, essas redes e seus influenciadores ressignificaram padrões visuais historicamente marcados pela branquitude. Tal movimento, que se consolidou como uma estética de afirmação, tensionou o imaginário colonial sobre o corpo negro — aquele corpo outrora objetificado ou invisibilizado — e o reposicionou como símbolo de potência, criatividade e pertença. Essa contra-estética, ao mesmo tempo política e afetiva, revelou-se um eixo estruturante da atuação digital desses coletivos e comunicadores, ampliando a noção de representatividade para o campo sensível da imagem e da autoapresentação.

A reflexão de Kabengele Munanga (2005) sobre a necessidade de “resgatar o lugar do negro como sujeito histórico e agente de sua cultura” (p. 42) encontrou eco nas postagens e campanhas das páginas analisadas. Essa atuação comunicacional reconfigurou a visibilidade negra no espaço digital, ainda que sob constante tensão com dispositivos de racialidade que,

conforme Sueli Carneiro (2023), definem o sujeito negro como “não ser” diante de um ideal de humanidade branco (p. 29).

A análise também revelou como as narrativas dessas redes confrontaram o que Cida Bento (2022) denominou “pacto narcísico da branquitude” — uma estrutura de manutenção de privilégios pela negação do racismo. O ativismo digital negro, ao romper silêncios e reposicionar símbolos, desestabilizou essa lógica, tornando visíveis as fissuras da colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2010; Maldonado-Torres, 2008).

Em diversos casos, observou-se ainda um interesse crescente pela valorização das religiosidades de matriz africana. As páginas analisadas dedicaram espaço a postagens de combate à intolerância religiosa, divulgação de festas e tradições, e entrevistas com lideranças espirituais, evidenciando o papel das redes como mediadoras do diálogo entre ancestralidade e contemporaneidade.

Desse modo, o ativismo negro digital configurou-se, nas páginas estudadas, como uma das expressões mais significativas da reconfiguração identitária afro-brasileira no século XXI. As redes não apenas ofereceram voz, mas ampliaram coros historicamente silenciados, afirmando o direito do povo negro de narrar sua própria história. histórias.

3 PSICOLOGIA NEGRA: O BÁLSAMO DIGITAL PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A psicologia, especialmente em sua vertente crítica e decolonial, constituiu-se como uma ferramenta epistemológica indispensável para compreender os impactos profundos do racismo na constituição da subjetividade negra. A obra seminal de **Neusa Santos Souza (1983)** permaneceu como um marco analítico ao revelar as consequências psíquicas do racismo internalizado. Para a autora, o sujeito negro fora compelido a atravessar um processo ambivalente e doloroso de autoafirmação frente à negação sistemática de sua identidade. Ao afirmar que “o negro aprende a odiar-se pela ausência de imagens que o valorizem” (Santos Souza, 1983, p. 34), a autora evidenciou o núcleo traumático que estrutura a autoimagem racializada sob o regime da branquitude.

Essa ausência simbólica foi sustentada, como indicou **Cida Bento (2022)**, pelo *pacto narcísico da branquitude*, que exclui corpos negros do horizonte de valorização e pertencimento, mesmo em espaços considerados democráticos. **Sueli Carneiro (2023)**, por

sua vez, explicitou que essa exclusão simbólica se ancora em dispositivos de racialidade que desumanizam o sujeito negro, negando-lhe a plena condição de ser. Tais constatações dialogaram com a análise psicanalítica de **Frantz Fanon (1952)**, cuja obra *Pele negra, máscaras brancas* denunciou a alienação ontológica do sujeito negro colonizado, compelido a vestir uma “máscara branca” como tentativa de aceitação em uma sociedade que o nega.

Entretanto, observou-se que o universo digital delineou uma resposta vigorosa a esse processo de invisibilização. As redes sociais, ao oferecerem novas formas de expressão e reconhecimento, funcionaram como espaços psicossociais alternativos, nos quais a imagem da negritude pôde ser (re)significada com dignidade e potência. **Bell Hooks (1995)** já havia afirmado que “a imagem é um campo de poder, e controlar as imagens é também controlar os significados sociais” (p. 52). Assim, a circulação de conteúdos positivos e criativos sobre a identidade negra nas plataformas digitais transformou-se em um ato de *cura coletiva*.

Nesse contexto, a noção de “**Psicologia Preta**”, discutida no artigo *Descolonizando a Psicologia: notas para uma Psicologia Preta* (Fractal, 2022), ofereceu uma contribuição central. As autoras sustentaram que a psicologia preta não se limitava à crítica das ausências históricas da população negra no campo psi, mas propunha uma virada epistêmica, na qual o cuidado e a cura se inscreviam como práticas de resistência política e comunitária. Essa perspectiva evidenciou que a saúde mental negra só poderia ser compreendida dentro de um contexto histórico de racismo estrutural e de luta por reumanização. Ao deslocar o sujeito negro da posição de objeto de estudo para o lugar de produtor de saber, a psicologia preta decolonial tensionou os paradigmas eurocêtricos e resgatou a ancestralidade como categoria terapêutica e epistemológica.

Essa concepção dialogou diretamente com **Ruth Simões (2016)**, que argumentou que as redes sociais poderiam contribuir para a “reelaboração da autoimagem e o fortalecimento do ego racialmente positivo” (p. 88). A mediação simbólica promovida pelas plataformas digitais constituiu-se, portanto, em um espaço de reconstrução subjetiva e fortalecimento identitário, sobretudo entre jovens negros. **Cidinha da Silva (2021)** definiu esse fenômeno como a formação de um “quilombo virtual”, um território de acolhimento e reinvenção, no qual a presença negra se tornou pedagógica e afetiva.

Como observou **Regina Nogueira (2019)**, esses espaços digitais favoreceram uma “construção subjetiva contra-hegemônica”, em que a negritude foi vivida como orgulho e não como fardo. Essa reconfiguração psíquica rompeu com gerações de silenciamento e

patologização da identidade negra, concretizando, como já antecipara Fanon (1952), o primeiro passo da descolonização: libertar a mente para que o corpo também se emancipe.

Assim, ao se apropriar das redes como ferramentas de enunciação, a juventude negra contemporânea realizou um exercício político de saúde mental, reelaboração identitária e enfrentamento ao racismo estrutural. A *Psicologia Preta*, nesse contexto, deixou de ser apenas uma crítica às ausências e consolidou-se como uma proposta de **presença** — uma prática de cuidado, ancestralidade e reumanização que floresceu na esfera digital, como bálsamo coletivo e ato de insurgência simbólica.

4 SERVIÇO SOCIAL: A LUTA INCESSANTE CONTRA O RACISMO ESTRUTURAL NO COTIDIANO DIGITAL

O Serviço Social, historicamente comprometido com a justiça social e com a defesa intransigente dos direitos humanos, **encontra no enfrentamento ao racismo estrutural** uma de suas frentes mais desafiadoras e, ao mesmo tempo, indispensáveis. Como destaca Marilda Yamamoto (2008), cabe ao assistente social atuar com criticidade frente às múltiplas formas de opressão que negam os direitos da população negra, exercendo sua prática profissional como mediação estratégica na luta por reconhecimento e equidade racial. Ao afirmar que o Serviço Social deve “atuar na defesa da diversidade cultural e no combate às formas de opressão que negam os direitos da população negra” (Yamamoto, 2008, p. 120), a autora sintetiza o caráter ético-político da profissão diante das injunções do racismo.

Nesse sentido, a categoria profissional se insere ativamente nos debates sobre o racismo estrutural, cuja conceituação, conforme Silvio Almeida (2019), não se limita a ações individuais discriminatórias, mas abrange as estruturas institucionais que mantêm a população negra em situação crônica de vulnerabilidade social. As redes digitais, nesse contexto, não são apenas arenas de discurso, mas também **espaços de atuação pedagógica e política**, onde assistentes sociais podem intervir por meio da disseminação de conteúdos antirracistas, da valorização de práticas culturais negras e da articulação com movimentos sociais virtuais e territoriais.

Durante esta pesquisa, observou-se que as redes **Crioula, Coalizão Negra por Direitos, Revista Raça, Guia Negro e Alma Preta Jornalismo** têm produzido conteúdos que dialogam com princípios caros ao Serviço Social, especialmente na defesa de direitos, na denúncia de violações e na valorização da cultura afro-brasileira. Tais ações comunicacionais

constituíram verdadeiras práticas de **educação popular digital**, aproximando-se do ideário freireano de emancipação e da ética profissional da categoria, que busca fortalecer sujeitos e coletividades em sua luta contra o racismo estrutural.

A interseccionalidade entre raça, classe, território e gênero, frequentemente ignorada por abordagens tradicionais, é central para uma prática antirracista e decolonial no Serviço Social. Lélia Gonzalez (1988), ao cunhar o termo *amefricanidade*, propôs um marco epistemológico e político que redefine o lugar da cultura afro-brasileira como saber legítimo, vivo e insurgente. Sua perspectiva se torna ainda mais necessária no cenário digital, onde as redes sociais funcionam como arenas de disputa simbólica — ora reprodutoras de discursos coloniais, ora palcos de resistência e reexistência negra. A presença afirmativa de saberes de matriz africana e ameríndia nesses espaços **reconfigura o campo epistemológico** e amplia as possibilidades de ação profissional para além das fronteiras institucionais clássicas.

O ambiente digital, assim, revela-se fértil para práticas contra-hegemônicas. Como aponta Iya Adriana de Nanã, as redes sociais **possibilitaram o rompimento progressivo do silenciamento histórico** sobre as religiões de matriz africana e sobre as práticas culturais negras. Nesse sentido, as tecnologias de comunicação tornam-se instrumentos de ressignificação identitária e fortalecimento da ancestralidade. A atuação profissional deve, portanto, reconhecer e incorporar essas manifestações como parte do repertório legítimo de resistência cultural e espiritual, operando a partir de uma escuta ampliada e contextualizada dos sujeitos negros em suas múltiplas expressões e territórios — físicos e digitais.

A reflexão de Bell Hooks (1995), ao tratar da imagem como campo de poder, encontra eco direto nessa dimensão. O controle simbólico das narrativas sobre o povo negro também se dá por meio da reconfiguração das práticas profissionais nas redes. A escuta ativa, o acolhimento afetivo e a articulação com coletivos negros **configuram práticas concretas** de ampliação do campo de atuação do Serviço Social e de tensionamento das lógicas de apagamento e exclusão. Como bem expressa Sueli Carneiro (2023), é fundamental “reconhecer a centralidade do racismo como estruturador das relações sociais” e atuar estrategicamente para desarticular esse dispositivo que desumaniza e nega pertencimento.

Além disso, é essencial que o Serviço Social se aproprie das ferramentas digitais como meios para realizar educação popular crítica, conforme proposto por Paulo Freire (1996), e criar espaços formativos que fortaleçam a consciência racial e política. Em sintonia com os aportes da Psicologia Negra — especialmente com Neusa Santos Souza (1983) —, compreende-se que o enfrentamento ao racismo deve incluir estratégias de reconstrução da

subjetividade negra, oferecendo espelhos sociais positivos, representações dignificadas e políticas de afeto que contrariem os efeitos deletérios da branquitude institucionalizada.

O que se observa, portanto, é a consolidação de uma **práxis engajada e digitalmente conectada** no Serviço Social, que não apenas denuncia, mas também propõe, constrói e celebra. A formação crítica das novas gerações de profissionais deve incluir, urgentemente, o domínio das linguagens e dinâmicas das redes, o aprofundamento em teorias decoloniais e a escuta das epistemologias negras, para que se efetive, de maneira concreta, um projeto ético-político de enfrentamento ao racismo em todas as suas expressões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS REDES COMO TERRITÓRIO DE LUTA, REEXISTÊNCIA E FUTURO

Como desdobramento das práticas discursivas e políticas analisadas, compreendemos que as redes se configuram como territórios de luta e reexistência, nos quais as epistemologias negras se encontram na disputa por narrativas e futuros possíveis.

A cultura afro-brasileira, quando atravessa a esfera digital, não apenas se comunica — ela se reinventa, se amplia e se liberta. Nas redes sociais, a identidade negra encontra um novo território para se reconstituir, onde a ancestralidade e a inovação se entrelaçam como fios de uma mesma trança, tecendo uma nova estética da resistência.

Ao longo deste artigo, foram exploradas as formas pelas quais as redes digitais funcionaram como plataformas de reconstrução simbólica, subjetiva e política para o povo negro. A Psicologia Negra, com Neusa Santos Souza (1983) e Frantz Fanon (1952), revelou os danos profundos da colonização psíquica e o desafio da reconstrução identitária diante da ausência de representações positivas. Bell Hooks (1995) reforçou o poder político das imagens e a importância da disputa visual e simbólica no campo das redes. Suas vozes ecoam em cada postagem, vídeo, filtro e manifesto digital que busca desconstruir o racismo e construir autoestima racial.

Do ponto de vista da práxis social, o Serviço Social emerge como campo de enfrentamento direto ao racismo estrutural, conforme elucidado por Marilda Iamamoto (2008) e Silvio Almeida (2019), numa atuação que se renova nas práticas digitais de denúncia, acolhimento e formação antirracista. A categoria política de “amefricanidade”, cunhada por Lélia Gonzalez (1988), foi aqui resgatada como chave de leitura para compreender a potência cultural e identitária da negritude, agora também expandida pelo universo online.

É neste ponto que se torna impossível não recorrer à escritura-poética-política de Conceição Evaristo. Seu conceito de escrevivência – a escrita que emerge das vivências de mulheres negras – nos ensina que pensar identidade é, antes de tudo, narrar-se, contar-se, gritar-se para dentro e para fora do silêncio. Evaristo afirma: “nossos textos nascem de nossas experiências. Escrevemos como quem sangra” (Evaristo, 2017, p. 23). Esta sangria textual encontra nas redes digitais um novo campo de vazamento e sementeira. Mulheres negras, jovens periféricos, pessoas de terreiro e de todas as expressões da cultura afro-brasileira passam a ser não apenas consumidores de conteúdo, mas produtores de saber e existência.

A presença afro-brasileira nas plataformas digitais, portanto, não é mero reflexo da sociedade: é contracorrente. É insurgência. É reescritura da história com outras tintas, outros corpos, outros sons. Como disse Sueli Carneiro (2023), é preciso romper com o “dispositivo de racialidade” que tenta nos manter fora da cena do humano. E é isso que cada jovem negro e negra faz ao se filmar dançando, ao criar um canal de saber ancestral, ao ensinar sobre cosmologias afro, ao reivindicar espaços de poder.

Ao fim, a cultura afro-brasileira digitalizada não é apenas resistência: é futuro em movimento. É afirmação radical de vida, de beleza, de complexidade. É voz que não se cala, mas que agora ecoa em múltiplas telas, em múltiplos sotaques, em múltiplas redes. Como nos lembra Evaristo, “eles combinaram de nos matar, e nós combinamos de não morrer”. E a cada clique, a cada compartilhamento, a cada narrativa insurgente, seguimos vivos. Seguimos escrevivendo.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Luciana de. Psicologia negra: caminhos e desafios para uma práxis antirracista. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 35, n. 1, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/29000/20061>. Acesso em: 7 nov. 2025.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARBOSA, Larissa. Estéticas negras e visibilidade digital: entre performance e política do olhar. **Liinc em Revista**, v. 19, n. 2, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6650/6410>. Acesso em: 7 nov. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como “não ser” como fundamento do ser**. São Paulo: Zahar, 2023.

DA SILVA, Cidinha. **Racismo no Brasil e afetos correlatos**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Original publicado em 1952.

GOMES, Tiago Vinícius. Entre algoritmos e ancestralidade: ciberativismo negro e disputas de sentido nas redes sociais. **Extraprensa**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/196012/182567>. Acesso em: 7 nov. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOOKS, Bell. **Black looks: race and representation**. Boston: South End Press, 1995.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019. Original publicado em 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEMO, André. **Cibercultura**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 101-136, 2008.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 7. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

NOGUEIRA, Regina. Juventude negra e redes sociais: performatividade racial e subjetividades em disputa. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, n. 1, p. 12-25, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTANA, Jefferson. Memórias em rede: narrativas negras e resistência digital no Brasil contemporâneo. **Teoria e Sociedade**, v. 31, n. 1, p. 45-67, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76256/40057>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SANTOS SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SIMÕES, Ruth. Subjetividade e identidade racial na adolescência: possibilidades terapêuticas de afirmação do ser negro. **Revista Psicologia da Unesp**, v. 15, n. 1, p. 81-92, 2016.

SOUZA, LÍlian; OLIVEIRA, Carla. Enunciação, corpo e negritude: práticas discursivas de resistência em ambientes digitais. **Revista Estudos da Linguagem**, v. 32, n. 2, p. 89-112, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/35847/19760>. Acesso em: 7 nov. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS | Brasil



PPG-SSPS



PROEC

Projeto de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-205

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: O ESTADO DO CONHECIMENTO EM PERIÓDICOS BRASILEIROS E A URGÊNCIA DE UMA PERSPECTIVA AMAZÔNICA

SOCIAL WORK AND SOCIAL MOVEMENTS: THE STATE OF KNOWLEDGE IN BRAZILIAN JOURNALS AND THE URGENCY OF AN AMAZONIAN PERSPECTIVE

Marklize dos Santos Siqueira¹
Lígia da Silva Castro²

Resumo: A pesquisa teve como objetivo analisar a produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro sobre movimentos sociais, a partir de artigos publicados na *Revista Temporalis* (2010-2023). Foram mapeados tipos de movimentos, metodologias, autores, locais de produção e referências teóricas. A metodologia foi bibliográfica, com abordagem quali-quantitativa, utilizando observação assistemática e diário de campo em fontes primárias digitais. A análise concentrou-se nos artigos da *Revista Temporalis* entre 2011 e 2023, totalizando 33 trabalhos com 65 autores. Os resultados revelam a centralidade dos movimentos sociais para o Serviço Social, destacando lutas do MST, movimento negro, feminista, indígena, estudantil, catadores, luta por moradia urbana, entregadores de aplicativos e luta antimanicomial. A produção concentra-se em pesquisadores como Maria Lúcia Duriguetto, Kátia Marro e Maria Beatriz Abramides, vinculados majoritariamente a universidades do Sudeste e Sul. Verificou-se ausência de pesquisadores da Amazônia, lacuna que empobrece o debate ao desconsiderar especificidades territoriais, étnicas e ambientais. As conclusões ressaltam a necessidade de fortalecer práticas críticas e a assessoria aos movimentos sociais, articulando luta de classes, gênero, raça e etnia. O Serviço Social emerge como ator estratégico na resistência ao capital, sendo uma urgência ampliar a investigação sobre os movimentos amazônicos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Serviço Social, Produção de Conhecimento, Amazônia.

Abstract: This research aimed to analyze the Brazilian Social Work knowledge production on social movements, based on articles published in the *Temporalis Journal* (2010-2023). Types of

¹ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas/Campus Parintins. Mestra em Sociologia e vice-líder do Grupo Interação/CNPq. E-mail: marklize.siqueira@ufam.edu.br

² Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas/Campus Parintins. Pesquisadora de Iniciação Científica Grupo Interação/CNPq. E-mail: ligiacastro@gmail.com (para correspondência)

movements, methodologies, authors, production locations, and theoretical references were mapped. The methodology was bibliographic, with a qualitative and quantitative approach, utilizing unsystematic observation and field diary data from digital primary sources. The analysis focused on *Temporalis Journal* articles published between 2011 and 2023, totaling 33 papers with 65 authors. The results reveal the centrality of social movements for Social Work, highlighting the struggles of the MST (Municipal Workers' Movement), the Black Movement, the feminist movement, the Indigenous movement, the student movement, waste pickers, the fight for urban housing, app delivery workers, and the anti-asylum movement. The research focuses on researchers such as Maria Lúcia Duriguetto, Kátia Marro, and Maria Beatriz Abramides, mostly affiliated with universities in the Southeast and South. A lack of researchers from the Amazon was noted, a gap that impoverishes the debate by disregarding territorial, ethnic, and environmental specificities. The conclusions highlight the need to strengthen critical practices and support for social movements, articulating class struggles, gender, race, and ethnicity. Social work emerges as a strategic actor in the resistance to capital, and expanding research on Amazonian movements is urgently needed.

Keywords: Social Movements, Social Work, Knowledge Production, Amazon.

I INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do Serviço Social no Brasil é marcada por intensas transformações sociais, políticas e econômicas. A segunda metade do século XX registrou movimentos expressivos de contestação social e política, advindos da organização da classe trabalhadora. A interação da profissão com novos atores sociopolíticos e a incorporação de referenciais teóricos da tradição marxista foram elementos fundamentais para que se consolidasse uma crítica efetiva às bases tradicionais da profissão (Netto, 2009). O conjunto dessas problematizações confluíram para o chamado "Movimento de Reconceitualização" no Serviço Social brasileiro.

A partir da década de 1980, com a redemocratização do país, os movimentos sociais ganharam força e passaram a ocupar maior centralidade no debate público, reivindicando direitos sociais, econômicos, políticos e culturais (Netto, 2009). Esses movimentos ampliaram a compreensão das lutas sociais ao incorporarem dimensões de gênero, raça, etnia, sexualidade, ecologia e direito à cidade (Gohn, 2011). No campo sócio-histórico, se os movimentos sociais e populares alcançaram um importante avanço organizativo e reivindicatório na década de 1980, contribuindo significativamente para a elaboração da Carta Magna de 1988, as contrarreformas neoliberais implementadas nos anos de 1990 alteraram a correlação de forças. O sistema capitalista intensifica a exploração do trabalho, resultando no aumento da desigualdade econômica, social e ambiental, e na desumanização das condições de vida da classe trabalhadora.

Neste complexo contexto, o diálogo com os movimentos sociais revelou-se fundamental para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão. Tal projeto, fundado na teoria social crítica e no materialismo histórico-dialético, orienta a categoria a compreender as contradições da sociedade de classes e a se posicionar em defesa dos direitos humanos, da democracia e da justiça social (Montanõ, 2000; Duriguetto, 2007). O Serviço Social emerge, nesse cenário, como um ator estratégico na resistência ao capital, cuja aproximação crítica com os movimentos é considerada fundamental para ampliar as funções profissionais e apoiar as lutas dos grupos subalternos.

Este artigo é resultado de uma Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/PAIC) e tem como objetivo geral analisar a produção do conhecimento sobre movimentos sociais no Serviço Social brasileiro. A pesquisa está diretamente vinculada ao Projeto Universal do CNPq intitulado "Sujeitos e Territórios Tradicionais na Amazônia", que busca analisar os sujeitos sociais na Amazônia em sua busca por acesso a bens e serviços sociais e na defesa dos seus modos de vida. A questão central que guiou esta investigação foi: "O que vem sendo elaborado na produção do conhecimento sobre a temática dos Movimentos Sociais pelos pesquisadores assistentes sociais considerando as diversas formas de resistência construída pela classe trabalhadora diante do avanço do capitalismo com suas políticas neoliberais?".

A relevância deste estudo reside na possibilidade de identificar os sujeitos coletivos privilegiados na produção acadêmica, as abordagens teóricas predominantes, as lacunas regionais e os desafios para consolidar uma perspectiva amazônica nos debates sobre movimentos sociais. A análise concentrou-se nos artigos publicados na Revista *Temporalis* (2010–2023), um dos periódicos mais importantes da categoria. A *Temporalis*, criada no ano 2000 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), distingue-se como um espaço de difusão de produções acadêmicas que dialogam com os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) Mapear os tipos de movimentos sociais pesquisados e as metodologias de pesquisa utilizadas; 2) Identificar os pesquisadores e os locais de origem da produção das pesquisas, além das principais referências teóricas utilizadas nas investigações; e 3) Apontar as principais conclusões dos pesquisadores a respeito do tema dos movimentos sociais investigados. A realização da pesquisa se justifica pela necessidade de tecer reflexões sobre os movimentos sociais na Amazônia e colaborar para futuras pesquisas sobre a temática, considerando a peculiaridade dos sujeitos e territórios amazônicos.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com abordagem quali-quantitativa, utilizando observação assistemática e diário de campo em fontes primárias digitais. A análise incidiu sobre os artigos da *Temporalis* publicados entre 2011 e 2023, totalizando 33 trabalhos com 65 autores.

Os resultados demonstram que os movimentos sociais ocupam papel central na produção do Serviço Social brasileiro. Identificou-se uma ampla diversidade de movimentos investigados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento negro, feministas, indígenas, estudantis, catadores, luta por moradia urbana, entregadores de aplicativos ("Breque dos Apps") e luta antimanicomial. Quanto aos referenciais, a predominância é da teoria crítica marxista e do materialismo histórico-dialético. No entanto, constatou-se que a produção acadêmica concentra-se em alguns polos de pesquisa, com destaque para autoras como Maria Lúcia Duriguetto, Kátia Marro e Maria Beatriz Abramides, majoritariamente vinculadas a universidades do Sudeste e Sul.

A lacuna mais expressiva refere-se à ausência de pesquisadores e estudos focados na Região Norte, especialmente na Amazônia. Tal invisibilidade compromete a compreensão da totalidade das lutas sociais no Brasil, uma vez que ignora especificidades como a defesa do território, da biodiversidade, e dos modos de vida tradicionais, que exigem a articulação do pensamento marxista com outras abordagens críticas que considerem, de forma integrada, as dimensões de raça, etnia, gênero e ecologia política.

As conclusões deste estudo, portanto, ressaltam a necessidade de fortalecer práticas críticas e a assessoria aos movimentos sociais, e reafirmam a urgência de ampliar a investigação sobre os movimentos amazônicos, de modo a qualificar a formação, a pesquisa e a atuação profissional, promovendo um engajamento crítico e comprometido com a justiça social.

1. O Periódico *Temporalis* e o alinhamento Ético-Político do Serviço Social

A análise da produção do conhecimento sobre movimentos sociais no Serviço Social brasileiro concentrou-se nos artigos publicados na Revista *Temporalis*, um dos periódicos mais relevantes e representativos da categoria. A *Temporalis*, criada no ano 2000 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), estabeleceu-se com o objetivo de aprofundar o debate teórico e político no âmbito do Serviço Social e das ciências sociais críticas. Desde sua fundação, o periódico distingue-se como um espaço de difusão de produções acadêmicas que dialogam com os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social

brasileiro, dando especial atenção à perspectiva marxista. Em 2017, a revista passou a circular exclusivamente em formato digital, após disponibilizar suas edições online desde 2011, acompanhando o movimento de acesso aberto às produções acadêmicas e ampliando sua acessibilidade. Em 2025, a *Temporalis* celebra 25 anos, com o lançamento de uma edição especial que também comemora os 15 anos dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS, instituídos em 2010 como espaços de articulação acadêmico-política.

A importância da *Temporalis* transcende a função de mero veículo de divulgação científica. A mesma exerce um papel essencial na formação crítica de estudantes e profissionais do Serviço Social, fornecendo bases teóricas consistentes para a análise crítica da realidade social a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético. Seu posicionamento político é claro, defendendo os direitos humanos, a justiça social e a democracia, e se posicionando ao lado das lutas populares por uma sociedade mais justa. A revista contribui, assim, para o fortalecimento do protagonismo intelectual dos assistentes sociais, representando um espaço de resistência, memória e avanço para a profissão.

A linha editorial da revista estimula o diálogo entre os artigos e as discussões dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS, que abrangem eixos como Política Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia, Sexualidades, Ética, Direitos Humanos e Serviço Social. Esse engajamento institucional na sistematização da produção científica é evidenciado pela presença de Relatórios-Síntese dos GTPs, como o de "Movimentos Sociais e Serviço Social," nos seus próprios volumes. A pesquisa bibliográfica, com abordagem quali-quantitativa, concentrou-se na análise dos artigos da *Temporalis* publicados entre 2011 e 2023, totalizando 33 trabalhos com 65 autores que abordavam a relação do Serviço Social com os movimentos sociais.

2. Mapeamento Temático: Diversidade de Movimentos Sociais Investigados

A análise dos 33 artigos revelou uma notável e ampla diversidade de movimentos sociais investigados, refletindo a complexidade e a multiplicidade das lutas sociais na América Latina e no Brasil. Os resultados demonstram que os movimentos sociais ocupam um papel central na produção do Serviço Social brasileiro. Entre os sujeitos coletivos privilegiados pela produção acadêmica, destacam-se:

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): o MST é frequentemente citado como um exemplo paradigmático de luta. Suas práticas, que vão além da mera conquista

da terra, englobam a formação política, a solidariedade e a construção de novas relações sociais anticapitalistas. O tema do cooperativismo no MST foi analisado como parte da estratégia de sua luta anticapitalista.

2. Movimentos de Gênero e Feministas: as lutas feministas e a violência contra a mulher e as lutas das mulheres rurais por água na América Latina foram abordadas. A eficácia de políticas como a Lei Maria da Penha é vista como condicionada pela articulação entre o movimento feminista e profissionais do Serviço Social, sublinhando a necessidade de um enfrentamento coletivo à violência patriarcal. Pesquisas empíricas qualitativas também investigaram como os movimentos feministas têm se apropriado das tecnologias da informação e comunicação (TICs) como ferramentas de mobilização e organização política.

3. Movimento Negro e Lutas Étnico-Raciais: houve artigos focados na trajetória histórica do Movimento Negro brasileiro e na produção de teorias sobre a questão racial, bem como nas lutas antirracistas em diálogo com a tradição marxista. As questões étnico-raciais são compreendidas como parte integrante da luta de classes, demandando reconhecimento histórico e combate ao racismo estrutural.

4. Movimentos Indígenas: as lutas sociais indígenas são analisadas como forma de resistência diante das violações de direitos, sendo expressão da questão social. A produção também abordou as resistências dos povos negros e indígenas no Rio Grande do Norte, articulando as lutas de classe com questões de raça e etnia.

5. Movimentos Urbanos: foram investigadas as lutas por moradia urbana e o direito à cidade. O tema das lutas sociais urbanas e o papel dos partidos políticos também foi alvo de análise. Experiências de assessoria técnica, como a desenvolvida pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) junto a movimentos sociais insurgentes em Belém do Pará, foram registradas, visando fomentar a luta pelo direito à cidade.

6. Novas Formas de Resistência e Trabalho: a revista demonstrou atualidade ao abordar as novas formas de resistência diante da precarização do trabalho, como os movimentos de entregadores de aplicativo ("Breque dos Apps") e a resistência do trabalhador uberizado.

7. Outros Movimentos: O mapeamento incluiu o movimento estudantil de Serviço Social (MESS), os movimentos de catadores de materiais recicláveis, a luta antimanicomial (que dialoga com questões de racismo e conservadorismo), e análises de organizações sindicais, como o ANDES-SN e a FENAS. Essa pluralidade de sujeitos coletivos e pautas demonstra a capacidade

do Serviço Social de dialogar e analisar uma vasta gama de expressões da Questão Social e as estratégias coletivas de enfrentamento. A produção articula memória, resgatando momentos decisivos como a “virada de 1979”, ao mesmo tempo em que reflete sobre desafios contemporâneos.

3. Predomínio Teórico-Metodológico: a perspectiva Crítica Marxista

Um dos achados mais consistentes da pesquisa é a forte e consolidada ligação dos estudos sobre movimentos sociais com a teoria crítica marxista e o materialismo histórico-dialético. Essa abordagem é considerada fundamental para a análise dos movimentos sociais, pois evidencia um compromisso com a compreensão das contradições do capitalismo e as estratégias de resistência por parte da classe trabalhadora e dos grupos subalternos. A adesão a esta perspectiva reflete o marco histórico do Movimento de Reconceituação no Serviço Social brasileiro, que consolidou uma crítica efetiva às bases tradicionais da profissão mediante a incorporação de referenciais teóricos da tradição marxista (NETTO, 2009). Essa abordagem predominante é considerada fundamental para a análise dos movimentos sociais, pois evidencia um compromisso com a compreensão das contradições do capitalismo e as estratégias de resistência por parte da classe trabalhadora e dos grupos subalternos. Os artigos examinam os movimentos sociais como agentes históricos inseridos em disputas por modelos de sociedade opostos.

A pesquisa destaca um avanço significativo na aplicação dessa teoria a movimentos sociais contemporâneos, abrangendo movimentos de gênero, raça/etnia e feministas, superando questões sobre sua suficiência para analisar lutas que transcendem o sindicalismo tradicional. A teoria crítica marxista é a base metodológica para a vasta maioria dos 33 artigos analisados. Além da base marxista, diversas metodologias específicas foram empregadas:

- Análise crítica da produção acadêmica para investigar a relação do Serviço Social com os movimentos sociais.
- Utilização da teoria e método de base marxiana aplicados a associações de catadores de materiais recicláveis.
- Resgate histórico das lutas e movimentos sociais utilizando a teoria social de Marx e o materialismo histórico como método de análise e orientação para a reflexão.
- Entrevistas, como a realizada com Helena Silvestre, militante do Movimento Luta Popular.

- Investigação de carácter teórico-interpretativo com abordagem fenomenológica para mapear aspectos dos movimentos sociais na América Latina.
- Análise bibliográfica baseada na teoria crítica marxista, com referências a Lenin e Gramsci, para discutir lutas sociais urbanas e o papel dos partidos políticos.
- Abordagens teórico-investigativas e político-aproximativas e exploratórias para sistematizar o estado da arte do conhecimento nos GTPs da ABEPSS.
- Revisão de literatura para articular história e teoria sobre o Movimento Negro brasileiro.
- Pesquisa documental para abordar os movimentos sociais como objeto de estudo do Serviço Social.
- Pesquisa empírica qualitativa para investigar o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) por movimentos feministas como ferramentas de mobilização.

A predominância desses métodos reitera a importância do Projeto Ético-Político do Serviço Social, com os autores conectando a atuação profissional ao ativismo político, fortalecendo a ideia de que a profissão deve agir de maneira crítica e engajada com os interesses da classe trabalhadora. Os estudos analisados também se apoiam em referências teóricas clássicas e contemporâneas do Serviço Social e das Ciências Humanas. Entre os nomes mais recorrentes e centrais na produção do conhecimento, estão:

- Maria da Glória Gohn (referência clássica e contemporânea em teorias dos movimentos sociais).
- Raquel Raichelis (referência em redes de movimentos sociais).
- Carlos Montañó (cuja obra articula Estado, classe e movimento social).
- Maria Lúcia Duriguetto (cujas obras são fundamentais sobre a relação entre Serviço Social e movimentos sociais).
- Karl Marx (pensador clássico frequentemente citado).

Outros nomes como Pierre Bourdieu, Amílcar Pereira, Ilse Scherer-Warren, Helena Silvestre e Maristela Dal Moro contribuem para ampliar a interdisciplinaridade dos debates, incorporando reflexões da sociologia, ciência política e educação.

4. Geopolítica da Produção: concentração de autores e instituições

A análise dos 33 artigos e dos seus 65 pesquisadores/as vinculados a diversas universidades públicas brasileiras revelou uma forte concentração da produção científica em um

pequeno grupo de autores e em determinadas regiões do país. As autoras com maior produção na temática dos movimentos sociais são:

- Maria Lúcia Duriguetto (UFJF), presente em pelo menos cinco trabalhos.
- Kátia Marro (UFF), com quatro publicações.
- Maria Beatriz Abramides (PUC-SP), com significativa recorrência em pelo menos três publicações.

Juntas, essas autoras responderam por quase 40% dos artigos analisados. Essa concentração evidencia a consolidação de linhas de pesquisa e redes dedicadas ao tema, mas também evidencia o risco de um debate restrito a determinados grupos e regiões. Quanto aos locais de origem, as instituições de ensino vinculadas aos pesquisadores estão majoritariamente localizadas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, com a presença de algumas universidades do Nordeste. As instituições que mais se destacam em número de pesquisadores são a UFF e a UERJ, seguidas pela UFJF e UCSP. A análise da distribuição revela uma forte concentração da atividade de pesquisa em poucas entidades, com UFF e UERJ concentrando um número de pesquisadores superior em mais de seis vezes ao da maioria das outras instituições listadas.

Essa distribuição regional desigual da produção acadêmica, com forte centralidade nas regiões Sudeste e Sul, reforça a histórica desigualdade na circulação e legitimação do conhecimento científico. A concentração de pesquisadores em centros específicos pode limitar a diversidade de perspectivas e comprometer a valorização de contextos locais, como os desafios sociais, culturais e ambientais que demandam maior atenção acadêmica.

5. A Lacuna Amazônica e a urgência da Perspectiva Integrada

O achado mais expressivo e crucial desta pesquisa de Iniciação Científica (IC) foi a identificação da ausência de pesquisadores vinculados a instituições da Região Norte, em especial da Amazônia. Essa lacuna expressiva, a invisibilidade da Amazônia, foi constatada apesar da abrangência temática e da solidez teórico-metodológica que perpassa a Revista *Temporalis*. Essa ausência limita o debate e compromete a compreensão da totalidade das lutas sociais no Brasil, uma vez que ignora especificidades cruciais da região. A ausência de estudos focados nos movimentos amazônicos limita a capacidade de aprofundar a análise sobre as particularidades desses sujeitos e territórios. As lutas sociais na Amazônia são marcadas por características singulares que demandam um olhar ampliado, como por exemplo:

- Defesa do território e da biodiversidade.

- Defesa dos modos de vida tradicionais.
- Luta dos povos indígenas por território e autodeterminação.
- Conflitos socioambientais gerados pelo avanço de grandes empreendimentos, como hidrelétricas, mineração (citando o exemplo de Juruti) e agronegócio.
- A organização de comunidades ribeirinhas e extrativistas em defesa do modo de vida tradicional.
- As resistências frente às desigualdades urbanas nas capitais amazônicas.

Essas realidades de exploração e resistência transcendem a luta de classes, exigindo a articulação do pensamento marxista com outras abordagens críticas que considerem, de forma integrada, as dimensões de raça, etnia, gênero e ecologia política. A falta de pesquisadores do Norte também impede que a contribuição de autores amazônicos, que investigam esses contextos específicos, seja incorporada ao debate nacional.

6. O Serviço Social como sujeito estratégico e a relação com os Movimentos Sociais

Os estudos da *Temporalis* oferecem uma leitura crítica e aprofundada dos movimentos sociais, destacando-os como expressões dinâmicas da luta de classes e elementos constitutivos da questão social. As conclusões reiteram a centralidade da luta de classes e da perspectiva de emancipação para o avanço em direção a uma sociabilidade emancipada. A partir da análise dos artigos, foram destacados diversos apontamentos cruciais sobre o papel do Serviço Social e os desafios dos movimentos sociais na contemporaneidade:

Fortalecimento de Práticas Críticas e Assessoria - as conclusões dos estudos ressaltam a necessidade de fortalecer práticas críticas e a assessoria aos movimentos sociais para ampliar sua capacidade de resistência contra o capital. Nesse cenário, o Serviço Social emerge como um ator estratégico na resistência ao capital. Sua aproximação crítica com os movimentos é fundamental para ampliar as funções profissionais, qualificar a formação, produzir pesquisas relevantes e apoiar as lutas dos grupos subalternos. Experiências de extensão universitária e assessoria técnica são vistas como estratégicas para fortalecer movimentos, em especial os que lutam por moradia e pelo direito à cidade, reafirmando o papel crítico da universidade como um espaço de resistência.

Articulação das Lutas e a Pluralização dos Movimentos sociais, estudos reforçam a necessidade de valorizar a articulação da luta de classes com as questões de gênero, raça e etnia. Embora se reconheça a pluralização e complexificação dos movimentos sociais, a análise

sublinha que o avanço efetivo dessas lutas se dará pela sua rearticulação com o eixo central da luta de classes. Especificamente, nas lutas de gênero, a eficácia das políticas é condicionada pela articulação com o movimento feminista. Da mesma forma, as questões étnico-raciais e indígenas demandam reconhecimento histórico e valorização de suas formas próprias de resistência.

Desafios Estruturais e Novas Táticas de Luta - os pesquisadores apontam desafios enfrentados por organizações tradicionais, como partidos e sindicatos, notando a ausência de representação efetiva dos trabalhadores em manifestações recentes, o que indica a urgência de organizações mais combativas e enraizadas nas lutas sociais. Além disso, os artigos revelam que os movimentos sociais têm incorporado cada vez mais as tecnologias digitais como ferramentas de mobilização e organização. Contudo, o acesso desigual e o controle exercido por grandes corporações impõem barreiras a uma comunicação verdadeiramente democrática. Em contrapartida, a cultura e a arte também são destacadas como instrumentos importantes das lutas sociais, atuando como práticas emancipatórias que contribuem para superar a alienação e potencializar identidades.

Em suma, os estudos da *Temporalis* reforçam que, apesar das pressões do pós modernismo/neoliberalismo e dos limites impostos pelo Estado burguês, os movimentos são espaços dinâmicos de resistência e transformação. Sua potência é maximizada ao se conectarem com a universidade, a extensão, o Serviço Social e as novas formas de comunicação e organização do trabalho. No entanto, a persistência da lacuna na representatividade amazônica exige que o Serviço Social brasileiro, pautado na teoria social crítica, amplie seu olhar para as especificidades territoriais, étnicas e ambientais da Região Norte, qualificando a formação, a pesquisa e a atuação profissional, e promovendo um engajamento crítico e comprometido com a justiça social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/PAIC), focada na análise da produção de conhecimento sobre movimentos sociais na Revista *Temporalis* (2011–2023), demonstram que o Serviço Social brasileiro possui uma produção científica robusta e engajada, que evidencia a centralidade dos movimentos sociais para a profissão. Essa leitura é predominantemente pautada pela teoria crítica marxista e o materialismo histórico-dialético, reafirmando o compromisso com a análise das contradições do capitalismo e as estratégias de resistência por parte da classe trabalhadora e dos grupos subalternos. Tal alinhamento

teórico-político é fruto de um processo histórico de incorporação de referenciais marxistas, fundamental para a crítica efetiva às bases tradicionais da profissão (Netto, 2009), e que orienta a categoria a atuar de forma ética, investigativa e comprometida com a justiça social (Iamamoto; Carvalho, 2008).

A análise dos 33 artigos revelou uma ampla diversidade de sujeitos coletivos, abrangendo as lutas clássicas do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um "exemplo paradigmático de luta", e as lutas sociais mais contemporâneas, como o movimento negro, feminista, indígena, e a resistência dos entregadores de aplicativos ("Breque dos Apps"). Essa pluralização dos movimentos sociais reflete a complexificação das lutas que, além da luta de classes, incorporam dimensões de gênero, raça, etnia, sexualidade e ecologia (GOHN, 2011). Os estudos da Temporalis sublinham, contudo, que o avanço efetivo dessas lutas se dará pela sua "rearticulação com o eixo central da luta de classes".

No entanto, a pesquisa de IC identificou a concentração de produção científica em um número restrito de autores e instituições, majoritariamente localizadas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Autoras como Maria Lúcia Duriguetto, Kátia Marro e Maria Beatriz Abramides destacam-se, respondendo juntas por quase 40% dos artigos analisados. Essa concentração, embora evidencie a consolidação de linhas de pesquisa, evidencia o risco de um debate restrito a determinados grupos e regiões, o que se soma às preocupações sobre a desigualdade na circulação do conhecimento científico (Mendes; Almeida, 2014). A presença dos Relatórios-Síntese dos GTPs (Grupos Temáticos de Pesquisa) da ABEPSS na revista (Abramides et al., 2013) confirma o engajamento institucional na sistematização do conhecimento, mas também reflete os núcleos de referência que dominam o debate. A lacuna mais expressiva é a ausência de pesquisadores e estudos focados na Região Norte, especialmente na Amazônia. Tal invisibilidade compromete a compreensão da totalidade das lutas sociais no Brasil, pois ignora especificidades como a defesa do território, da biodiversidade e dos modos de vida tradicionais, que são cruciais em face da expansão do capital e dos conflitos socioambientais. Essa realidade exige a articulação do pensamento marxista com outras abordagens críticas que considerem, de forma integrada, as dimensões de raça, etnia, gênero e ecologia política.

Conclui-se que o Serviço Social emerge como um ator estratégico na resistência ao capital, cuja aproximação crítica com os movimentos é fundamental para ampliar as funções profissionais, qualificar a formação, produzir pesquisas relevantes e apoiar as lutas dos grupos subalternos (Montaño, 2000; Duriguetto, 2007). Os artigos incentivam o fortalecimento de práticas críticas, a assessoria, e o uso de instrumentos como as tecnologias digitais e a arte nas lutas sociais. Desta

forma, esta pesquisa de Iniciação Científica reafirma a urgência de ampliar a investigação sobre os movimentos amazônicos, alinhando-se ao Projeto Universal do CNPq Sujeitos e Territórios Tradicionais na Amazônia. O Serviço Social, pautado na teoria social crítica, deve atuar para dar visibilidade a essas lutas na região, promovendo um engajamento crítico e comprometido com a transformação social.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz et al. Relatórios-síntese dos grupos de trabalho e pesquisa - Gestão ABEPSS 2013-2014. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 183-203, jul./dez. 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Os Movimentos Sociais: sujeitos, projetos e espaços de luta**. In: MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 225-353.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro**, v. 16, n. 47, p. 333-356, maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 640-661, out./dez. 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA MASCULINIDADE VIOLENTA: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

TRABAJO SOCIAL Y ENFRENTAMIENTO A LA MASCULINIDAD VIOLENTA: UN ANÁLISIS A LA LUZ DE LA TEORÍA DE LA REPRODUCCIÓN SOCIAL

Lisiane Pinto Correia¹

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca²

Resumo: O presente trabalho se propõe a investigar a relação entre o trabalho com homens autores de violência contra mulheres e a formação profissional da/do assistente social, à luz da Teoria da Reprodução Social e do feminismo marxista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa-exploratória, com base na teoria social crítica. O estudo evidenciou que a masculinidade violenta não é um fenômeno isolado, mas expressão estrutural das relações de gênero, classe e poder na sociabilidade capitalista, racista e patriarcal. Nesse contexto, o Serviço Social, enquanto profissão inserida no campo da reprodução social e marcada pela feminização e pelo cuidado, enfrenta o desafio de incorporar criticamente o debate sobre as masculinidades hegemônicas em sua formação e prática. As entidades representativas da categoria, como CFESS e ABEPSS, possuem papel estratégico na promoção desse debate, reafirmando o projeto ético-político profissional comprometido com a emancipação humana e a superação das opressões de gênero e classe. Conclui-se que a reflexão sobre a masculinidade violenta com base na Teoria da Reprodução Social, amplia o horizonte teórico e político da profissão, ao articular o enfrentamento da violência contra as mulheres com o compromisso histórico do Serviço Social, com a transformação social e a valorização da vida

Palavras-chave: Patriarcado, Serviço Social; masculinidade violenta; reprodução social; feminismo marxista.

Resumen: El presente trabajo se propone investigar la relación entre el trabajo con hombres autores de violencia contra las mujeres y la formación profesional del/de la trabajador(a)

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Franciscana (UFN). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas pela UFSM. Bolsista CNPq.

² Doutora em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Política Social, pela Universidade de Brasília - UnB. Bacharel em Serviço Social, pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta - SUAM/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ. Professora Associada III - Classe D, na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM no Departamento de Serviço Social. Líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social/CNPq. Coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, Políticas Sociais e Movimentos Sociais (Hegemônicas). Atua na Pós-graduação, integrando o corpo docente dos Cursos de Mestrado em Serviço Social e Políticas Públicas, da Especialização em Estudos de Gênero e da Residência Multiprofissional em Saúde da UFSM.

social, a la luz de la Teoría de la Reproducción Social y del feminismo marxista. Se trata de una investigación cualitativa-exploratoria, basada en la teoría social crítica. El estudio demostró que la masculinidad violenta no es un fenómeno aislado, sino una expresión estructural de las relaciones de género, clase y poder en una sociedad capitalista, racista y patriarcal. En este contexto, el Trabajo Social, como profesión inserta en el ámbito de la reproducción social y marcada por la feminización y el cuidado, enfrenta el desafío de incorporar críticamente el debate sobre las masculinidades hegemónicas en su formación y práctica. Las entidades representativas de la categoría, como el CFESS y la ABEPSS, desempeñan un papel estratégico en la promoción de este debate, reafirmando el proyecto ético-político profesional comprometido con la emancipación humana y la superación de las opresiones de género y clase. Se concluye que reflexionar sobre la masculinidad violenta desde la perspectiva de la Teoría de la Reproducción Social amplía el horizonte teórico y político de la profesión al vincular la lucha contra la violencia hacia las mujeres con el compromiso histórico del Trabajo Social con la transformación social y la valoración de la vida.

Palabras clave: Patriarcado; Trabajo Social; masculinidad violenta; reproducción social; feminismo marxista.

1 INTRODUÇÃO

As múltiplas manifestações da violência contra as mulheres expressa uma contradição estrutural da sociedade capitalista, racista e patriarcal (SAFFIOTI, 2010). Embora a lógica do capital apresente a ideia de que a violência se restringe à esfera individual e moral, na realidade suas raízes são um produto histórico das relações sociais marcadas pelo patriarcado, racismo e dominação masculina. Nesse contexto, a masculinidade violenta não é uma escolha subjetiva ou uma anomalia, mas uma forma de sociabilidade fabricada na articulação entre capital e patriarcado, que produz e reproduz as relações de poder, tratando a violência contra mulheres como fruto das relações pessoais, ao passo que naturaliza a superioridade dos homens e a submissão das mulheres. Assim, compreender a masculinidade violenta demanda uma análise que vá além do comportamento individual e que a situe como expressão da questão social, articulada aos processos de exploração e opressão que sustentam a totalidade social.

Embora os movimentos feministas tratem amplamente sobre a realidade das mulheres na sociedade, o debate acerca do enfrentamento da masculinidade violenta permanece incipiente no campo das teorias feministas, sobretudo quando se busca a articulação de uma perspectiva crítica que interprete tal assunto no contexto das relações sociais como parte

constitutiva da dinâmica do capital. É nesse sentido que a Teoria da Reprodução Social oferece um instrumental analítico privilegiado, ao compreender que a construção das masculinidades e a violência, articulada com as relações de gênero, longe de se constituírem em esferas autônomas, integram o processo de reprodução material e simbólica da vida social, sendo fundamentais para a manutenção do sistema capitalista e da ideologia patriarcal.

Nesse sentido, o Serviço Social tem uma posição estratégica ao intervir com as expressões da violência contra as mulheres e no enfrentamento da masculinidade tóxica, seja por meio de políticas públicas, seja no atendimento de mulheres em situação de violência ou homens autores de agressão. Essa inserção exige uma base teórica consistente, capaz de articular a dimensão ética e política do projeto profissional, com a crítica às determinações estruturais que produzem e reproduzem violências. Desse modo, trabalhar com a temática da masculinidade violenta com base na Teoria da Reprodução Social pode auxiliar na criação de estratégias efetivas de enfrentamento dessas violências, ancorado em fundamentos que desvelem a base social e histórica da dominação masculina.

Com base nessa problematização, o presente artigo tem como objetivo analisar as possibilidades e os limites do enfrentamento da masculinidade violenta pelo Serviço Social à luz da Teoria da Reprodução Social. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica, ancorada no materialismo histórico-dialético e em referenciais feministas baseadas no pensamento marxiano. O percurso analítico organiza-se em três eixos: (1) a masculinidade violenta e suas determinações históricas; (2) as contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate de gênero; e (3) o papel do Serviço Social no enfrentamento da masculinidade violenta. Pretende-se, assim, contribuir para o fortalecimento de uma leitura teórica e profissional capaz de desvelar as bases materiais da dominação masculina e reafirmar o compromisso do Serviço Social com a emancipação humana e a superação das desigualdades estruturais.

2 PATRIARCADO E A FORMAÇÃO DAS MASCULINIDADES

Engels avaliou a evolução da sociedade a partir das formas de sobrevivência e desenvolvimento do trabalho necessário para suprir as necessidades básicas. Na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (2019) o autor faz uma análise

materialista da opressão de gênero, articulando as três esferas como instituições historicamente constituídas. Segundo o autor, “A derrubada do direito materno representou a derrota do sexo feminino no plano da história mundial” (ENGELS, 2019, p. 75) passando ao homem o direito paterno, bem como o surgimento da propriedade privada a base da opressão das mulheres. A família monogâmica e o Estado emergem como instituições voltadas à preservação da propriedade e da dominação masculina, transformando a mulher em instrumento de reprodução e herança. A violência simbólica e material que acompanha essa transição é a base histórica do patriarcado, evidenciando que a subordinação feminina possui raízes econômicas e sociais, e não biológicas.

Essa forma de família evidencia a transição do casamento do par para a monogamia. A fim de assegurar a fidelidade da mulher e, portanto, a paternidade dos filhos/filhas, a mulher é submetida incondicionalmente ao poder do homem: quando ele a mata, está apenas exercendo seu direito (ENGELS, 2019, p. 76)

Engels demonstra que a subordinação das mulheres não é natural, mas decorre da transformação das relações de produção e da emergência da propriedade privada, quando a família monogâmica se consolida como instrumento de transmissão patrimonial e de controle da sexualidade feminina. O autor inaugura uma crítica materialista à família e à opressão das mulheres: demonstra que ambas são históricas e derivam da transformação das relações de produção. A passagem do direito materno ao paterno, associada à propriedade privada, marca a “derrota histórica do sexo feminino”. O patriarcado deixa de ser natural e passa a ser compreendido como estrutura econômica e política.

Contudo, autoras como Saffioti (2010), Federici (2004) e Tithi Bhattacharya (2023) também utilizam a base teórica dialético-crítica de Marx e aprofundam os estudos de Engels para dialogar com temas como a opressão contra as mulheres e compreender esses fenômenos a partir de suas bases históricas e sociais. As autoras inserem o patriarcado como uma estrutura coextensiva ao capitalismo, definem o corpo feminino como território da acumulação capitalista, o trabalho doméstico e reprodutivo como base material da reprodução do capital e a reprodução social como totalidade que integra gênero, raça e classe.

A tabela abaixo evidencia as principais ideias de Engel e das principais autoras feminista sobre como a apropriação do corpo feminino é útil para a manutenção do capital:

Título: Articulações teóricas entre Engels e as principais autoras

BASE TEÓRICA DE ENGELS E DAS PRINCIPAIS AUTORAS FEMINISTAS

Aspecto	Engels	Saffioti	Federici	Bhattacharya
Origem da opressão feminina	Propriedade privada e controle da herança	Rearticulação patriarcal no capitalismo	Violência e disciplinamento dos corpos	Reprodução social global e interseccional
Família	Unidade econômica de transmissão patrimonial	Espaço político de poder masculino	Núcleo de dominação do corpo e da sexualidade	Campo de luta e resistência
Trabalho doméstico	Secundário, mas parte da desigualdade	Invisibilizado e estruturante do capitalismo	Base da exploração e colonização feminina	Núcleo estratégico de resistência
Emancipação	Abolição da propriedade privada	Libertação articulada entre gênero e classe	Reapropriação do corpo e do comum	Luta feminista como luta de classes ampliada

Fonte: Diagramado pela autora

Essas autoras utilizam o cotidiano das mulheres para evidenciar como o patriarcado é estruturante e favorável para a manutenção do capitalismo, juntando com fatores como a raça, mostram como as exclusões sociais se apresentam de forma “natural”. Saffioti (2010) amplia as ideias de Engels ao demonstrar que a dominação masculina é uma forma de poder político que se converte em força produtiva dentro da economia capitalista. Para ela, o patriarcado não desaparece com o capitalismo, mas se rearticula dentro dele, assumindo novas formas naturalizadas com base na “natureza” feminina. Ela explica como os sujeitos, seja homem ou mulher, são socializados a crer na “inferioridade” da mulher (SAFFIOTI, 2010, p. 14), baseando-se na ideia de que o trabalho doméstico é intrínseco às mulheres e, mesmo que sejam remuneradas em um trabalho externo, este é visto como um auxílio, um complemento ao salário masculino. Desse modo, para a autora, o trabalho doméstico feminino, não remunerado e invisibilizado, é condição para a reprodução da força de trabalho — sem ele, o sistema não se sustentaria. Saffioti situa a opressão feminina na atualidade como o centro da acumulação contemporânea, além disso, também denuncia a masculinidade tóxica e a violência contra as mulheres como uma estrutura de dominação, vinculada ao poder masculinos sobre os corpos e os afetos (SAFFIOTI, 2004, p. 159).

Federici (2004) demonstra que a caça às bruxas e a disciplinarização dos corpos femininos foram condições para a consolidação do capitalismo. O corpo da mulher foi transformado em máquina de reprodução da força de trabalho. Diferentemente de Engels, que

ênfatiza a transição estrutural, Federici expõe a dimensão violenta e sexualizada da imposição do patriarcado. Outro ponto relevante é que as caças às bruxas foi essencial para destruir as formas de sociabilidade comunitária e autonomia feminina, a chamada “acumulação primitiva” teve como base a expropriação do corpo e do saber reprodutivo das mulheres, bem como a divisão sexual do trabalho foi imposta através de terror e coerção (FEDERICI, 2004, p. 423-424), contradizendo a ideia de Marx de uma “consequência natural” do desenvolvimento econômico. Para Federici, o corpo feminino foi transformado em uma máquina reprodutiva e domesticado pela moral sexual (FEDERICI, 2004, p. 427), tornando-se o primeiro território de colonização do capital.

Bhattacharya (2023) compreende a reprodução social como uma totalidade, integrando gênero, classe e raça. Segundo a autora, a opressão das mulheres não é periférica, mas mecanismos de organização global da força de trabalho, enfatizando a luta feminista como uma luta de classes ampliada e o cuidado como um campo estratégico de resistência, situando a reprodução social no centro das lutas contemporâneas. Para ela, é necessário realizar uma leitura social integradora, considerando a natureza dupla do trabalho abstrato- trabalho doméstico, educação, saúde, cuidado e reprodução- ao passo que ele “deve dominar a produção [...] jamais deve incorporar totalmente o trabalho concreto” (BHATTACHARYA, 2023, p. 197). Ou seja, mesmo que o capitalismo tente se apropriar completamente do trabalho destituído da subjetividade, ele esbarra na dependência do trabalho concreto vivo, sendo assim, o corpo- a atividade humana- “ultrapassa a abstração mesmo quando é dominado por ela” (p. 197). Nesse sentido, a resistência das mulheres, especialmente as mais pobres e racializadas, é um foco estratégico da luta de classes e não são esferas separadas ou paralelas, mas pertencentes ao mesmo sistema de reprodução social, devendo ser analisadas em sua totalidade.

A leitura crítica dessas autoras demonstra que a dominação masculina é atual e predominante, um dispositivo funcional à acumulação contemporânea. Ela também amplia o horizonte da luta política pela emancipação das mulheres. Além disso, tal luta não se reduz à igualdade jurídica, mas exige a transformação constante da forma como a vida é produzida e reproduzida.

3 TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: FUNDAMENTOS PARA O DEBATE DE GÊNERO

A Teoria da Reprodução Social é uma metodologia de análise que relaciona o

pensamento marxiano e o feminismo para explicar como o sistema capitalista em sua totalidade se encontram ou divergem das análises que esse sistema reproduz, como gênero e raça (BHATTACHARYA, 2023, p. 22). Essa metodologia recusa a ideia de avaliar tais categorias de forma isolada, mas sim como essas relações se entrelaçam com o modo de produção capitalista.

A TRS emerge no interior do marxismo feminista como uma resposta à necessidade de integrar o trabalho reprodutivo à análise da produção capitalista. Inspirada nas formulações de Marx sobre o processo de reprodução do capital, essa perspectiva redefine a compreensão das relações entre economia, gênero e poder. Além disso, também propõe que a reprodução da vida — material e social — é parte constitutiva do modo de produção capitalista, e não um elemento exterior a ele.

O conceito de reprodução social parte da constatação de que a transição do feudalismo para o capitalismo remodelou a estrutura familiar, dividindo o trabalho em produtivo e reprodutivo (PEREIRA, 2025, p. 3-4). Sendo assim, para que o sistema capitalista se mantenha é necessário, além da produção de mercadorias, a reprodução constante da força de trabalho (alimentação, cuidado, educação, saúde e trabalho doméstico), atividades desenvolvidas, em grande parte, por mulheres de forma não remunerada ou não paga, dentro da esfera doméstica ou de serviços precarizados.

Esse método de análise oferece uma chave de leitura muito importante para o debate de gênero ao demonstrar que as relações entre homens e mulheres são estruturadas pelo modo de produção e reprodução da vida social. O gênero, nesse sentido, não é apenas uma categoria cultural ou identitária, mas um eixo material de organização da força de trabalho.

Fraser (2024) analisa as esferas pública e privada da vida social ao discutir a crise contemporânea da reprodução social. Para ela, o neoliberalismo intensificou a contradição entre a acumulação de capital e a sustentação da vida, transferindo para as mulheres e para o Estado as responsabilidades antes socialmente compartilhadas. Essa crise se manifesta na sobrecarga feminina, uma vez que “A masculinidade é, em grande parte, uma questão de sair de casa todos os dias para um local de trabalho remunerado e regressar com um salário que sustente os dependentes” (FRASER, 2024, p. 52). Por esse motivo, essas diferenças no trabalho de homens e mulheres, associando os homens ao trabalho oficial e remunerado, confirma o caráter masculino desse papel, um espaço dominado por homens. Em contrapartida, as atribuições domésticas e tudo que se relaciona à elas, são destinadas às mulheres como parte integrante do cuidado não remunerado da família. Contudo, a autora

infeere que as mulheres participam do modo de produção capitalista de modo diferente, através de serviços “feminilizados” e “sexualizados” (p. 53), como membros de “profissões de ajuda”.

Nesse sentido, a TRS apresenta que a classe trabalhadora, segundo Bhattacharya (2023), não se limita aos que vendem sua força de trabalho nas fábricas ou escritórios, mas inclui também aqueles e aquelas cuja reprodução possibilita a existência mesma da força de trabalho. Assim, a dona de casa, a cuidadora, a trabalhadora doméstica, a educadora, entre outras profissões associadas ao cuidado, integram o processo de reprodução da classe, e sua exploração é fundamental à manutenção da ordem capitalista.

Por esse motivo a TRS busca compreender a reprodução social como uma totalidade social, isto é, um campo que articula produção, reprodução e subjetivação. Essa totalidade não é harmônica, mas atravessada por contradições estruturais entre o valor econômico e o valor da vida. Saffioti (2013) antecipa parte dessa crítica ao demonstrar que o patriarcado e o capitalismo se articulam em uma relação de co-determinação, produzindo o que a autora chama de “sistema de dominação-exploração”. Essa categoria se aproxima do que Bhattacharya define como opressões estruturais — mecanismos sociais que garantem a reprodução hierárquica das relações de classe, gênero e raça.

Arruzza e Bhattacharya (2023) também evidenciam a reprodução geracional da força de trabalho, ou seja, a reprodução biológica de novas trabalhadoras e trabalhadores. Contudo, de acordo com as autoras, a reprodução geracional da força de trabalho, além da esfera biológica, as trabalhadoras e trabalhadores também precisam se reproduzir diariamente, repondo sua força física, mental e psicológica. Assim, tal reprodução implica na socialização de novas forças de trabalho, independente da possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho ou não.

Ao recentralizar a opressão na análise da classe, a TRS desloca o debate de gênero de um enfoque identitário para uma crítica estrutural das condições materiais da desigualdade. O gênero, nessa concepção, não é apenas uma construção simbólica, mas uma forma social de organizar o trabalho e o poder.

A Teoria da Reprodução Social resgata o potencial revolucionário do feminismo marxista ao recolocar a reprodução da vida no centro da crítica social. Ao remapear a classe e recentralizar a opressão, essa teoria revela que a emancipação das mulheres — e, por extensão, de toda a classe trabalhadora — exige a superação da lógica que subordina o cuidado, o corpo e a vida ao lucro.

A TRS, portanto, permite compreender que a masculinidade violenta não é um desvio moral, mas um fenômeno socialmente produzido, imposto pelas desigualdades entre gênero, raça e classe, ligado à lógica da reprodução social e à necessidade de manter as mulheres subordinadas nas esferas doméstica e pública. As tarefas atribuídas às mulheres, tanto no lar quanto nos serviços de cuidado, garantem a reprodução da força de trabalho, mas também reproduzem a desigualdade simbólica e material entre os sexos.

4 SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DA MASCULINIDADE VIOLENTA: DESAFIOS TEÓRICO-PRÁTICOS

A problematização da masculinidade violenta no âmbito do Serviço Social requer situar a profissão dentro das contradições estruturais do capitalismo patriarcal, em que as relações de gênero assumem papel fundamental na reprodução da força de trabalho e das hierarquias sociais. A violência masculina contra as mulheres deve ser compreendida como expressão da reprodução social das relações de dominação, fundada na articulação entre patriarcado, capital e Estado.

A reflexão sobre a masculinidade violenta no âmbito do Serviço Social reveste-se de grande relevância, sobretudo por se tratar de uma profissão historicamente feminizada, associada ao campo do cuidado e voltada majoritariamente ao atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade. Como observa Marilda Iamamoto (2008), a inserção do Serviço Social nas contradições da “questão social” o coloca em um espaço de mediação entre as necessidades de reprodução da força de trabalho e as políticas de proteção social, o que o aproxima das atividades reprodutivas socialmente atribuídas às mulheres.

Essa configuração reforça a divisão sexual do trabalho no interior da própria profissão, conferindo-lhe um caráter de “trabalho de cuidado” desvalorizado, conforme analisa Cisne (2018). Entretanto, é justamente essa posição, simultaneamente produtiva e reprodutiva, de acordo com a TRS, que possibilita ao Serviço Social realizar uma problematização crítica das violências de gênero e das formas de masculinidade que as sustentam. Ao reconhecer que o cuidado é também um campo de disputa política, permeado por relações de poder e desigualdade, a categoria profissional pode tensionar para que haja a desnaturalização da violência e auxiliar a promover práticas emancipatórias. Nessa direção, como destaca Bhattacharya (2023), a reprodução social é um terreno de luta, e compreender a masculinidade violenta como parte dessa dinâmica torna-se condição necessária para construir

intervenções que articulem o enfrentamento à violência com a transformação das relações sociais de gênero e de classe.

Do ponto de vista metodológico, a problematização da masculinidade violenta insere-se na necessidade de revisitar criticamente os fundamentos teórico-políticos da profissão, sobretudo no que tange à formação e às práticas profissionais orientadas pelo projeto ético-político do Serviço Social. Esse projeto, ao afirmar a defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade e da equidade social, demanda que a categoria reconheça a violência de gênero não apenas como expressão da questão social, mas como mecanismo estruturante da reprodução das desigualdades.

Nesse sentido, a ausência de um debate sistemático sobre as masculinidades na formação acadêmica evidencia uma lacuna teórica e política que precisa ser enfrentada. Conforme argumentam Cisne e Santos (2018), incorporar a perspectiva feminista marxista à formação e à prática do Serviço Social é condição para compreender as múltiplas determinações da opressão de gênero e da violência patriarcal. Assim, refletir sobre a masculinidade violenta não significa deslocar o foco das mulheres, mas ampliar o horizonte crítico da profissão, permitindo que o Serviço Social atue tanto na proteção das vítimas quanto na desconstrução dos padrões sociais que sustentam a dominação masculina.

Para Cisne e Santos (2018), a compreensão da violência de gênero requer articular a opressão das mulheres às formas de construção das masculinidades, de modo a romper com a leitura liberal que reduz o fenômeno à moralidade individual. A incorporação dessa discussão à formação profissional contribui, portanto, para consolidar uma práxis transformadora, coerente com a leitura materialista da realidade social e comprometida com a emancipação humana.

Para que isso ocorra, é urgente a necessidade de incluir o debate das masculinidades nos currículos acadêmicos. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) pode instituir, no âmbito das Diretrizes Curriculares da Formação em Serviço Social, a inclusão explícita de conteúdos voltados à crítica das masculinidades hegemônicas, com base na TRS e nas contribuições do feminismo marxista. O documento de Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso (ABEPSS, 2019), reafirma que a formação deve preparar o estudante para interpretar criticamente as contradições sociais. Incluir o estudo das masculinidades violentas é coerente com esse princípio.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) pode desenvolver campanhas públicas e notas técnicas voltadas à conscientização sobre a masculinidade

violenta e seus impactos nas relações profissionais e institucionais, bem como sobre a necessidade de políticas voltadas ao trabalho com homens autores de violência. A ABEPSS e o CFESS, em conjunto com programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa, podem fomentar investigações empíricas e teóricas sobre o papel do Serviço Social no enfrentamento das masculinidades violentas, suas mediações com o patriarcado e o trabalho com homens autores de violência contra mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta ao longo deste estudo evidenciou que a masculinidade violenta constitui uma expressão complexa e estruturante das relações sociais de gênero, articulada às contradições entre produção e reprodução social na sociabilidade capitalista. A partir das contribuições das e dos autoras/es, compreende-se que a violência masculina contra as mulheres está intrinsecamente vinculada à estrutura da sociedade de classes e à divisão sexual do trabalho, reafirmando a necessidade de analisá-la como fenômeno político, econômico e ideológico.

Nesse cenário, o Serviço Social possui centralidade por atuar no campo da reprodução social. A profissão, historicamente feminizada e associada ao trabalho do cuidado, pode intervir nas múltiplas expressões da violência contra as mulheres, mas ainda carece de referenciais teóricos e metodológicos para compreender criticamente o fenômeno da masculinidade violenta e suas implicações para o exercício profissional.

O enfrentamento da masculinidade violenta exige, portanto, ações articuladas entre teoria, formação e política profissional. As entidades representativas da categoria — CFESS e ABEPSS — têm um papel fundamental nesse processo, ao promoverem a incorporação do tema em suas diretrizes, campanhas e produções, reafirmando o compromisso histórico da profissão com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a luta contra todas as formas de opressão. Inserir a crítica às masculinidades hegemônicas na agenda da categoria é reconhecer que a emancipação das mulheres e a superação da violência de gênero dependem também da transformação dos modos de ser e de existir dos homens na sociedade contemporânea.

Assim, a análise desenvolvida nesta pesquisa aponta para a necessidade de um projeto formativo e interventivo do Serviço Social que articule o enfrentamento da violência de

gênero com a crítica à sociabilidade capitalista-patriarcal. Com base na Teoria da Reprodução Social, compreende-se que a emancipação humana exige a reorganização material e simbólica das relações entre os sexos e das condições de reprodução da vida. A/O assistente social, enquanto intelectual e trabalhador inserido nas contradições do capital, possui potencial para desvelar as raízes estruturais da masculinidade violenta, tensionar as respostas institucionais limitadas e fomentar práticas educativas, reflexivas e coletivas que promovam a ressocialização e a equidade.

Conclui-se, portanto, que refletir sobre a relação entre o trabalho com homens autores de violência contra mulheres e a formação do assistente social não é apenas uma necessidade teórica, mas uma tarefa política e ética da profissão. O fortalecimento dessa perspectiva crítica contribui para consolidar um Serviço Social comprometido com a transformação das relações sociais, com a valorização da vida e com a construção de uma sociedade livre de opressões.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Orientações para o Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista**. ISSN Eletrônico: 2316-1329. Contemporânea, v. 13, n. 2 p. 619-651, Maio-Ago. 2023. Disponível em: <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1258>> Acesso em 29 de outubro de 2025.

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: remapeando a classe, recentralização da opressão**/ Tithi Bhattacharya; tradução Juliana Penna.- São Paulo: Elefante, 2023.

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvia Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

ENGELS, Fredrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan** / Friedrich Engels ; tradução Nélcio Schneider. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. 2004.

FRASER, Nancy. **Destinos do feminismo : do capitalismo administrado pelo estado à crise neoliberal** / Nancy Fraser; tradução Diogo Fagundes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo. 288 p. ; 2024.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro,**

trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Máira Carvalho. **Mecanismos da opressão do gênero feminino: a interconexão entre produção e reprodução social.** Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRN. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, v. 148. p. 1-20. 2025. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/8gwSZZBBsYn8WbkZnqMjGMm/?format=html&lang=pt>> Acesso em 29 de outubro de 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. 1987- **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS | Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL: HISTORICIDADE, CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS, DIREITOS CONQUISTADOS E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

TRABAJADORAS DOMÉSTICAS EN BRASIL: HISTORICIDAD, CONTRADICCIONES ESTRUCTURALES, DERECHOS CONQUISTADOS Y LA RELACIÓN CON EL TRABAJO SOCIAL

Emile Victoria Pereira Cabral
Gabriela dos Santos Klahr
Ingrid Souza de Araujo
Jaqueline Carvalho Quadrado

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir os direitos das trabalhadoras domésticas no contexto brasileiro contemporâneo, analisando os fatores históricos, sociais e econômicos que promovem sua violação e o papel do Serviço Social diante dessa realidade. A discussão parte da compreensão de que o trabalho doméstico no Brasil está profundamente enraizado na herança escravocrata e na intersecção entre gênero, raça e classe, o que explica a persistência da precarização e da informalidade mesmo após o reconhecimento legal da profissão. A pesquisa, de natureza qualitativa, bibliográfica e documental, fundamenta-se no método crítico-dialético, articulando as dimensões históricas e estruturais da exploração do trabalho doméstico às expressões da questão social. Foram analisadas obras e legislações que tratam da regulamentação da profissão e das lutas por direitos. A análise revelou que a naturalização do trabalho doméstico como “vocação feminina” e a subvalorização das mulheres negras mantém a reprodução das desigualdades sociais e raciais. Conclui-se que o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico demandam transformações estruturais, culturais e políticas, sustentadas por mobilização coletiva e pela atuação do Serviço Social, cuja função ético-política é articular teoria e prática na defesa dos direitos humanos e trabalhistas das mulheres negras no Brasil.

Palavras-chave: trabalho doméstico; mulheres negras; gênero; racismo estrutural; Serviço Social.

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo discutir los derechos de las trabajadoras domésticas en el contexto brasileño contemporáneo, analizando los factores históricos, sociales y económicos que promueven su violación y el papel del Trabajo Social ante esta realidad. La discusión parte de la comprensión de que el trabajo doméstico en Brasil está profundamente arraigado en la herencia esclavista y en la intersección entre género, raza y clase, lo que explica la persistencia de la precarización y la informalidad incluso después del reconocimiento legal de la profesión. La investigación, de naturaleza cualitativa, bibliográfica y documental, se fundamenta en el método crítico-dialéctico, articulando las dimensiones históricas y estructurales de la explotación del trabajo doméstico con las expresiones de la cuestión social. Se analizaron obras y legislaciones que abordan la reglamentación de la profesión y las luchas por derechos. El análisis reveló que la naturalización del trabajo

doméstico como una "vocación femenina" y la infravaloración de las mujeres negras mantienen la reproducción de las desigualdades sociales y raciales. Se concluye que el reconocimiento y la valoración del trabajo doméstico demandan transformaciones estructurales, culturales y políticas, sostenidas por la movilización colectiva y por la actuación del Trabajo Social, cuya función ético-política es articular teoría y práctica en defensa de los derechos humanos y laborales de las mujeres negras en Brasil.

Palabras clave: trabajo doméstico, mujeres negras, género, racismo estructural, trabajo social.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta a historicidade do trabalho doméstico no Brasil, destacando suas relações com gênero, raça e classe, e discutindo a consolidação dos direitos das trabalhadoras domésticas. A análise dessa temática é fundamental para entender como a herança escravocrata e o racismo afetam as condições econômicas e subjetivas das mulheres negras. Mesmo com reconhecimento legal e algumas conquistas, a precarização e a informalidade ainda marcam o cotidiano dessas trabalhadoras.

Debater o trabalho doméstico no campo do Serviço Social é essencial, pois abre espaço para refletir sobre a importância da categoria na luta por direitos e permite analisar as expressões da questão social que atravessam essa ocupação. Também contribui para fortalecer uma leitura crítica das relações de poder que sustentam a desvalorização desse trabalho e como essa estrutura impacta as mulheres negras, revelando o racismo e a herança colonial ainda presentes. Em síntese, o artigo problematiza a continuidade da lógica escravocrata em formas reconfiguradas de exploração e mostra como os avanços conquistados ainda são insuficientes frente às desigualdades estruturais.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentada na perspectiva crítico-dialética. Essa abordagem permite compreender o trabalho doméstico como expressão das contradições sociais que emergem das relações entre capital, patriarcado e racismo, essenciais para analisar as interseções entre gênero, raça e classe. O percurso metodológico envolveu três etapas: (1) levantamento e seleção de referências teóricas e normativas sobre a história e a regulamentação do trabalho doméstico; (2) análise crítica do material, relacionando-o às determinações históricas da formação brasileira e à atuação das mulheres negras; e (3) sistematização dos achados teórico-políticos à luz da prática do Serviço Social, evidenciando seu papel na defesa de direitos e no

enfrentamento das desigualdades estruturais.

Dessa forma, o artigo articula reflexão teórica e análise crítica para demonstrar como o trabalho doméstico é um campo central para compreender a persistência do racismo e do sexismo no Brasil. Ao mesmo tempo, evidencia a importância do Serviço Social na construção de práticas comprometidas com a equidade e com políticas públicas que garantam condições dignas às mulheres negras que historicamente sustentam essa ocupação.

2 DESENVOLVIMENTO

O trabalho doméstico no Brasil tem raízes diretamente ligadas ao período da escravidão. Mulheres negras eram obrigadas a exercer funções subalternas nas casas de famílias brancas, acumulando exploração do trabalho e desigualdades de gênero e raça. Mesmo após a abolição em 1888, essas estruturas não desapareceram: a liberdade formal não trouxe autonomia real, e muitas continuaram sendo empurradas para atividades domésticas, mantendo relações de exploração herdadas do período colonial. Lélia Gonzalez (1988) destaca que a abolição não rompeu com o racismo estrutural; ao contrário, as práticas coloniais foram naturalizadas e seguiram marginalizando as mulheres negras.

Angela Davis (2016) reforça que a passagem da escravidão para o trabalho assalariado manteve essas mulheres confinadas aos papéis de cuidadoras e serviçais, mostrando que a emancipação jurídica não significou emancipação material. O racismo estrutural, combinado ao capitalismo, perpetua desigualdades históricas que mantêm a população negra desprotegida. Nesse cenário, mulheres negras enfrentam dupla opressão, racismo e machismo, o que aprofunda sua exclusão. Saffioti (1976) mostra que a opressão das mulheres, especialmente das mulheres negras, está diretamente ligada às relações de produção capitalistas, onde gênero e classe se cruzam para manter estruturas de dominação.

Sueli Carneiro (2003) acrescenta que o racismo regula o valor social do corpo negro e define o acesso a direitos, colocando as mulheres negras na base da pirâmide econômica. Com a ausência de políticas públicas que garantissem proteção social após a abolição, grande parte da população negra permaneceu sem meios de sobrevivência, e muitas mulheres negras retornaram às casas-grandes, sem perspectiva de outro tipo de vida (Lourenço et al, 2025). O racismo estrutural também determinava quem ocupava funções mais qualificadas: homens brancos eram privilegiados, homens negros eram submetidos à superexploração e mulheres negras seguiam destinadas ao trabalho doméstico, muitas vezes nos mesmos espaços onde

suas antepassadas foram escravizadas (Lourenço et al., 2025).

Atualmente, essas práticas se mantêm reconfiguradas, refletidas no trabalho doméstico realizado majoritariamente por mulheres negras em residências de famílias brancas. A ideia de superioridade das pessoas brancas sobre as pessoas negras se consolidou no período colonial, quando surgiram as primeiras classificações raciais baseadas em diferenças fenotípicas entre colonizadores e colonizados. Essa visão com supostas justificativas *biológica racista* estabeleceu uma hierarquia social que servia como forma de dominação e controle, determinando quem teria acesso a direitos e recompensas econômicas, como o salário, e quem seria relegado a funções subalternas. (Lourenço et al, 2025).

A abolição da escravidão, embora formal, não representou uma verdadeira libertação da população negra, pois os estereótipos racistas e os mecanismos de controle social continuaram presentes, impedindo mudanças efetivas na estrutura da sociedade. O racismo estrutural, aliado ao sistema capitalista, perpetua desigualdades históricas que mantêm a população negra em situação desprotegida. Dentro desse contexto, as mulheres negras sofrem uma dupla opressão, resultante tanto do racismo, machismo e sexismo, o que agrava ainda mais essa exclusão. Mulheres representam uma parcela significativa da população brasileira, “60,6 milhões, sendo 11,30 milhões de mulheres pretas e 49,3 milhões de mulheres pardas que respondem por mais de 28% da população total.” (BRASIL, 2023, p.5). E de acordo com as informações de *Monitoramento e Avaliação nº2 - Edição Mulheres Negras*, esse grupo se encontra em situação de desproteção social.

Analizando esses dados, é possível identificar o retrato de gênero, raça e classe presentes nas relações sociais e como ainda o reflexo da escravidão ainda se manifesta nessas expressões. O trabalho doméstico no Brasil é majoritariamente realizado por mulheres negras (BRASIL, 2023), o que evidencia a herança das desigualdades históricas deixadas pelo período escravocrata.

O trabalho doméstico, ao longo da história do Brasil, reflete as contradições sociais e raciais que estruturam o país. Mesmo com avanços legais e o reconhecimento formal da profissão, como por exemplo a Emenda Constitucional 72/2013 e a Lei Complementar 150/2015, às condições dessas trabalhadoras continuam marcadas pela desigualdade, e a exploração de mulheres negras foi apenas reconfigurada, as heranças coloniais ainda seguem presentes nas relações de trabalho. Djamila Ribeiro (2017) destaca que é impossível falar em emancipação feminina sem considerar o racismo como estrutura de poder que define quem é a “mulher universal” e quem é excluída dessa categoria.

Além disso, o trabalho doméstico reforça uma separação subjetiva de quem serve e quem é servido, essa diferença mostra como as marcas da escravidão ainda se mantêm, reorganizadas nas relações sociais atuais, perpetuando desigualdades sociais e históricas que atingem principalmente as mulheres negras. (Ávila et al, 2020).

No Brasil, o trabalho doméstico evidencia diversas contradições, tanto no passado quanto no presente. Mesmo com leis e conquistas que de maneira aparente evidenciam avanços, mulheres negras ainda enfrentam a desigualdade social e racial nas relações de trabalho. Cada avanço é resultado de muita luta e resistência, “É importante pontuar que o trabalho doméstico se constitui no trabalho da reprodução e da manutenção da vida, logo, é extremamente servil e necessário ao capital” (Lourenço et al, 2025, p. 16).

O reconhecimento do trabalho doméstico no Brasil foi um processo que se estendeu por décadas. A primeira sindicalização ocorreu em 1936, com a fundação da Associação das Empregadas Domésticas de Santos, entidade que buscava o reconhecimento jurídico como sindicato, a conquista de direitos trabalhistas e a garantia de proteção às trabalhadoras domésticas (Zauza, 2023). Pouco tempo depois, em 1943, foi decretada a Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em seu artigo 7º, a lei estabeleceu que:

Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

A ausência de proteção jurídica criou uma realidade de informalidade no trabalho doméstico, o que contribuiu para manter desigualdades históricas de gênero, raça e classe, deixando por décadas as trabalhadoras sem acesso a direitos garantidos por lei. Em 1968, aconteceu o Primeiro Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, um momento importante que marcou o início da mobilização por uma legislação específica para essa categoria.

Essa mobilização veio na aprovação da Lei nº 5.859, em 11 de dezembro de 1972, que passou a regulamentar oficialmente a profissão de empregado doméstico no Brasil. Antes da Lei nº 5.859/72, o trabalho doméstico no Brasil caracterizava-se por um cenário de exclusão e precariedade mesmo com a existência de leis anteriores, já que a categoria permanecia à margem da Consolidação das Leis do Trabalho, sem acesso a direitos básicos como salário mínimo, férias, previdência social ou regulamentação da jornada (Mesquita et al., 2014). Essa

exclusão legal revelava a visão de que o trabalho doméstico realizado em sua maioria por mulheres negras e de baixa renda não tinha verdadeiro valor econômico e nem reconhecimento profissional. Esse cenário permaneceu até 1972, quando o trabalho doméstico passou a ter uma regulamentação formal.

Embora representasse um marco relevante, a Lei nº 5.859/1972 configurou-se mais como um avanço do que uma mudança efetiva, pois na prática ela autorizou apenas alguns direitos limitados e com várias restrições. Segundo a mesma Lei, foram estabelecidos alguns direitos principais, como férias de vinte dias úteis a cada doze meses de trabalho e benefícios assegurados pela Lei Orgânica da Previdência Social incluindo aposentadoria, carteira de trabalho e acesso à saúde e auxílios previdenciários.

Destaca-se a importância dessa legislação, pois até então os empregados domésticos não possuíam direito a férias e exerciam suas atividades de forma contínua, com jornadas exaustivas, refletindo a precarização que marcou o período anterior à sua promulgação. Apesar de ter representado um avanço inicial, a Lei nº 5.859/1972 acabou sendo revogada mais tarde, abrindo lugar para as leis atuais que conquistaram novos direitos para as trabalhadoras domésticas.

Mesmo após a regulamentação de 1972, ainda havia muitas limitações e uma desigualdade estrutural que mantinha o trabalho doméstico em condições precárias. Foi só com a Constituição Federal de 1988 que essa categoria passou a ser oficialmente reconhecida, garantindo direitos fundamentais e aproximando sua situação dos demais trabalhadores. O artigo 7º, parágrafo único da Constituição Federal de 1988, marcou um avanço importante mas ainda restrito no reconhecimento dos direitos das trabalhadoras domésticas, na época foram garantidos apenas alguns direitos básicos como: salário mínimo, descanso semanal e as férias anuais, enquanto outros, como FGTS, o seguro-desemprego, a jornada de oito horas e o adicional noturno, continuaram sendo negados. O aumento desses direitos só ocorreu anos depois, com a Emenda Constitucional nº 72 de 2013, conhecida como PEC das Domésticas.

Em 2013, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, que ampliou os direitos trabalhistas das empregadas e empregados domésticos no Brasil. É importante esclarecer que essa emenda não modificou todo o artigo 7º da Constituição Federal, mas sim seu parágrafo único com o objetivo de garantir igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores. Segundo o Dieese (2012, p. 4):

A Constituição de 1988 trouxe avanço importante na cidadania das empregadas domésticas. Foi um momento de afirmação da categoria como sujeito político. É, no entanto, uma cidadania restritiva no campo dos direitos trabalhistas, ou seja, revela a ausência de equiparação dos direitos trabalhistas com os demais trabalhadores do setor formal.

A aprovação da PEC das Domésticas constituiu um marco histórico na trajetória de luta por igualdade de direitos trabalhistas no Brasil, representando um passo decisivo na superação das desigualdades herdadas do período escravocrata e patriarcal. De acordo com Manoel et al. (2023), “são abolidos os resíduos da herança do período escravocrata, ainda presentes nas relações de trabalho do empregado doméstico, pois, com a PEC das Domésticas, é estabelecida tanto a segurança jurídica quanto social. Assim, as trabalhadoras domésticas passaram a ter acesso a garantias antes restritas, o que simbolizou um passo importante para a valorização do trabalho doméstico e o reconhecimento de seu papel essencial na sociedade.

Entre os direitos adquiridos com a PEC das Domésticas, incluem: jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, pagamento de horas extras com adicional, adicional pelo trabalho noturno, férias anuais com 1/3 do salário, licença-gestante e licença-paternidade. Embora a PEC 72/2013 tenha aumentado diversos direitos aos trabalhadores domésticos. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2022), alguns deles só foram regulamentados com a Lei Complementar nº 150/2015, como o FGTS pelo empregador, o pagamento do seguro-desemprego em caso de demissão sem justa causa e o salário-família.

A consolidação dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil revela um processo histórico de avanços na redução de desigualdades herdadas do passado. A Lei Complementar nº 150/2015 consolidou esses direitos, oferecendo maior proteção e igualdade. Apesar dessas conquistas, o trabalho doméstico continua marcado pela informalidade e por desigualdades estruturais, destacando que a luta por reconhecimento e dignidade permanece necessária. Dessa forma, alcançar reconhecimento e eliminar as desigualdades no trabalho doméstico permanece como um desafio.

À vista disso, o Serviço Social desempenha a função de mediar os embates entre classes antagônicas, através do estudo das múltiplas expressões da questão social, que são derivadas desse conflito. Elas se manifestam de inúmeras formas, sendo através das desigualdades, presentes nos mais diversos ambientes e relações sociais, ou por meio da rebeldia e resistência, articuladas pelos indivíduos que estão sujeitos aos modos de exploração e desigualdades (Iamamoto, 2012).

Em sua obra, Iamamoto (2012, p. 27), amplia o conceito e o pilar da questão social, na sociedade atual:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Portanto, essa concepção central sustenta a ideia que o sistema capitalista é o principal responsável por ocasionar as condições precárias e desiguais da vida social dos sujeitos. No qual, os donos dos meios de produção se apossam do excedente produzido, e realizam uma distribuição desproporcional, assim condicionando os indivíduos às mais oriundas formas de sobrevivência. No entanto, esse modelo não atinge os sujeitos de forma homogênea, uma vez que no Brasil o capitalismo foi organizado em conjunto com as relações patriarcais e raciais, acarretando, respectivamente, a divisão sexual e racial do trabalho (Cavalcant, 2022).

Nesse contexto, o Serviço Social se insere para responder às demandas que são frutos desse sistema, que dispõe de hierarquização perante sua estrutura. Logo, estabelece seu próprio modelo de sistematização profissional, denominado como projeto ético-político.

O Projeto ético-político, segundo Conselho Federal de Serviço Social- CFESS (2012, p.20), é “[...]um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora.” Bulla (2003), explana que esse movimento visa adotar novas estratégias intervencionistas, que contemplasse a totalidade das realidades, assegurando a universalidade e a democratização das políticas sociais. Para executar tais objetivos, estabelecem alguns de seus princípios: se posicionam a favor da equidade e justiça social a todos, se contrapõem ao sistema vigente, uma vez que este produz acúmulo de riquezas, e as distribui de forma desigual, gerando as mazelas sociais. Ainda, compromete-se a se articular juntamente a classe trabalhadora e a demais núcleos que estejam alinhados aos seus ideais (CFESS, 2012).

Diante o exposto, destaca-se a acentuada relevância da organização da categoria profissional, auxiliando parte da sua atuação vinculada aos projetos societários próprios, ou aliados. Logo, é indispensável que haja políticas sociais efetivas aos usuários, concomitantemente que elas englobem e reconheçam as singularidades que integram as mazelas sociais e como incidem em tais indivíduos, assim, fazendo jus às demandas solicitadas. Igualmente, ao traçar seus fundamentos de viés ético e político, os profissionais, estabelecem um compromisso com a classe trabalhadora, tal relação se torna-se fundamental para que as mobilizações sociais de resistência se ampliem, e ganhem força para se contrapor a ordem vigente, adquirindo visibilidade nas lutas que almejam exercer seu direito de cidadania de maneira plena e promover a igualdade social.

Em vista disso, é essencial que o Serviço Social dedique atenção à pluralidade de questões que estão inseridas no contexto social, e que são diretamente atingidas pelo sistema vigente. Entre elas, impõe-se a necessidade de reconhecer a luta incessante das trabalhadoras domésticas, que percorre uma vasta trajetória na história brasileira. Durante esse percurso, busca seu reconhecimento como profissional, a valorização do seu trabalho, e a garantia de seus direitos já previstos em lei. Dados apontam, que no ano de 2023, havia cerca de 6,08 milhões de trabalhadores domésticos, entre esses, 5,539 milhões eram mulheres, e apenas 1,4 milhão do todo havia carteira assinada, concluindo que a maior parcela dessa categoria vive mediante o trabalho informal, assim causando uma maior vulnerabilidade às domésticas perante seus ambientes e condições de trabalho (Agência Brasil, 2023). Conforme exposto anteriormente durante sua contextualização, a precarização e invalidação do trabalho doméstico, é compreendida como uma herança colonial e patriarcal, que se amplia a séculos e reverbera até a atualidade. Ferreira (2025, p. 7622), sugere que a mão de obra feminina e negra “se reconfigurou dentro do sistema capitalista como uma forma barata e invisibilizada de reprodução social”.

Portanto, entende-se que a estagnação da transformação das condições de trabalho atinge as domésticas, se promove e intensifica mediante a disputa entre capital e trabalho. Logo, o Serviço Social, ao assumir compromisso com a classe trabalhadora e ao contemplar seus princípios presentes no seu projeto ético-político, se vincula diretamente à resistência das domésticas e pela viabilização de seus direitos. Suas mobilizações profissionais, podem integrar a apropriação das características que moldam tais questões, para que haja um direcionamento de projetos societários. Iamamoto (2022, p.20), explana que uma das medidas importantes entre a relação do assistente social e seus usuários é colaborar para que os sujeitos

reconheçam que suas demandas não são meramente individuais, mas partem de uma dimensão coletiva de classe, e que adquirem força quando processadas em conjunto. Ainda, enfatiza a importância da profissão se atrelar e se articular diretamente à organização de movimentos sociais, onde se materializam as expressões de rebeldia e resistência da luta comum.

Logo, é essencial salientar que o Serviço Social, alinhado aos seus princípios e compromissos ético-políticos, se vincula perante as lutas das classes subalternas. Esse engajamento se concretiza por meio de ações que visam garantir o acesso a direitos, e os explana-los, para que assim, cheguem a todos, ainda, estimular e se apropriar de ações que reconfigurem direitos para que a categoria seja reconhecida sem distinções, além disso, promover a autonomia dos sujeitos, apoiando seus interesses, reivindicações e projetos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, trabalho doméstico no Brasil evidencia a permanência das estruturas racistas e patriarcais herdadas da escravidão, que continuam a determinar o lugar das mulheres negras na divisão social do trabalho. Apesar de conquistas importantes, a categoria ainda enfrenta precarização, informalidade e desvalorização. Portanto, alcançar a valorização do trabalho doméstico permanece como um desafio para os movimentos sociais que lutam pelos direitos das trabalhadoras domésticas.

A partir de uma perspectiva crítico-dialética, o estudo demonstra que as desigualdades de gênero, raça e classe são indissociáveis e se reproduzem na base da sociedade capitalista. As reflexões dos autores mostram que o trabalho doméstico é um espaço onde o racismo e o sexismo se articulam para sustentar a exploração das mulheres negras. Essa naturalização é resultado de uma construção social sustentada pela branquitude, que ao longo da história consolidou a ideia de que é “comum” que mulheres negras exerçam funções domésticas nas casas de pessoas brancas. Essa visão reforça uma estrutura racista e de classe que permanece enraizada, transformando antigas relações de subordinação em algo socialmente aceito.

A ausência de políticas efetivas que assegurem os direitos dessas trabalhadoras contribui para perpetuar essa realidade social, mantendo a desigualdade histórica como parte do cotidiano social.

Nesse contexto, o Serviço Social desempenha papel fundamental ao compreender o trabalho doméstico como expressão da questão social e ao articular sua prática na defesa dos direitos humanos e trabalhistas. Comprometido com seu projeto ético-político, o assistente social deve atuar junto aos movimentos sociais e às políticas públicas, promovendo a equidade, a visibilidade e a valorização das trabalhadoras domésticas. Ademais, o Serviço Social atua como mediador para que os indivíduos compreendam que suas demandas, embora experimentadas individualmente, são recorrentes de uma dimensão coletiva e de classe, sendo consequências que são derivadas das contradições do sistema capitalista.

Ao fomentar esse reconhecimento, a profissão coopera para que esses sujeitos se articulem como classe trabalhadora, organizando uma luta comum, e se reconhecendo como tal categoria. Assim, refletir sobre o trabalho doméstico é também refletir sobre o projeto de sociedade que se deseja construir, um projeto comprometido com a justiça social.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, M.; FERREIRA, C. **Trabalho doméstico e desigualdades de gênero e raça no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 maio de 1943. Disponível em: DEL5452. Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972. **Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências**. Disponível em: L5859. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Direitos do trabalhador doméstico**. Disponível em: Direitos do Trabalhador Doméstico — eSocial. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Informe MIR. **Monitoramento e avaliação nº 2: Edição Mulheres Negras**. Brasília-DF, setembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2025.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica. do serviço social brasileiro. **Revista Virtual Textos & Contextos**, N.2, p. 1 – 15, dezembro, 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/947/727>. Acesso em: 20 out. 2025

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

CAVALCANT, Alice Birman. PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO: uma análise do conceito do nó em Heleieth Saffioti. **Repositório UFSC**, p. 1 – 8, novembro, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/242807>. Acesso em: 19 out.2025

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a assistente social**; Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 24 out.2025

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. **O trabalho doméstico remunerado no espaço urbano brasileiro**. Boletim Emprego & Trabalho, n.º 72, out. 2012. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2012/2012trabDom.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

FERREIRA, Maria da Luz Alvez. Marcadores sociais de desigualdades: a invisibilidade do trabalho doméstico e a estruturação das desigualdades de gênero e raça. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, N.2, p.7612-7635, janeiro, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3364>. Acesso em: 19 out. 2025

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020 [1988].

IAMAMOTO, M.V. Nas trilhas coletivas da resistência Serviço social e lutas sociais na América Latina. Dialnet, **Temporalis**, V. 22, N. 44, 2022, p. 18-42, julho/ dezembro, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10090178>. Acesso em: 20 out.2025

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22º. Ed. São Paulo. Cortez, 2012.

LOURENÇO, Ana Paula Pires; MARANHÃO, Samara Santos Souza. “Quem segura o dia de amanhã na mão?”: mulheres negras e o trabalho doméstico como herança colonial. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, vol. 148 n°3, p. 1-22, 06 de Maio de 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/VhhXwbwk9PyFN3b8YkTrJHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2025.

MANOEL, Aparecida; CARUSO, Sergio. **A importância da PEC das domésticas para consolidação dos direitos trabalhistas**. Revista Jurídica do Governo, v. 6, n. 13, p. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55892/jrg.v6i13.791>. Acesso em: 27 out. 2025.

MESQUITA, Sandra Marize; MELLER, Fernanda. **Os direitos dos trabalhadores domésticos e sua evolução desde a Lei n. 5.859/72 até a Emenda Constitucional n. 72.** Simpósio sustentabilidade e contemporaneidade nas ciências sociais, 2013, Cascavel. Faculdade Assis Gurgacz, 2013. Disponível em: Vista do OS DIREITOS DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS E SUA EVOLUÇÃO DESDE A LEI N. 5.859/72 ATÉ A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 72. Acesso em: 21 out. 2025.

MTE desenvolve ações para garantir os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas. Brasília, DF: **Agência Gov**, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/mte-desenvolve-acoes-para-garantir-os-direito-s-trabalhistas-das-trabalhadoras-domesticas>. Acesso em: 21 out. 2025

OLIVEIRA, Ana Cristina de; SAMPAIO, Francine Gonçalves. Labores invisíveis: precarização do teletrabalho feminino e reprodução social da força de trabalho. **SciELO**. São Paulo, V. 148(3), P. 1 – 21, julho, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/wRX766jnHnY3Xw9hJrHfMvF/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 1976.

ZAUZA, Luíza. **Breve história do trabalho doméstico**. Radis Comunicação e Saúde, 1 dez. 2023. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/linha-do-tempo/breve-historia-do-trabalho-domestico/>. Acesso em: 24 out. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

VIOLÊNCIA ARMADA EM ESCOLAS GAÚCHAS E O PROJETO SINAIS **ARMED VIOLENCE IN SCHOOLS IN RIO GRANDE DO SUL AND THE SINAIS** **PROJECT**

Gabrielle Vieira Sosa¹
Eduardo Cechin da Silva²
Jaina Raqueli Pedersen³

Resumo: A Violência Armada em Escolas (VAE) tem se intensificado no Brasil nos últimos anos, tornando-se um fenômeno de grande relevância social. Diante desse cenário, o governo do Rio Grande do Sul desenvolveu iniciativas de prevenção e enfrentamento por meio do Núcleo de Prevenção à Violência Extrema (NUPVE) e dos projetos Sinais e Eu Enxergo Sinais. O presente artigo, recorte de uma pesquisa mais ampla sobre as determinações sociais da VAE, tem por objetivo apresentar essa ação desenvolvida pelo governo gaúcho, que se destaca como a primeira iniciativa desse tipo no contexto brasileiro. Para tanto, baseia-se em pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, orientada pelo método dialético-crítico. A análise demonstra que, apesar de seu caráter pioneiro, o NUPVE e seus projetos atuam sob as restrições do Estado neoliberal, configurando-se como respostas mitigadoras e paliativas frente a questões que exigem transformações estruturais profundas, uma vez que a VAE, e as demais manifestações de violência extrema, são inerentes ao modo de produção capitalista, cuja dinâmica intensifica desigualdades e produz formas cada vez mais extremas de suas contradições. Em síntese, evidencia-se como, apesar da relevância das ações governamentais apresentadas, a violência armada em escolas, assim como as demais violências extremas, está atrelada às configurações estruturais do capitalismo e seu enfrentamento exige iniciativas qualificadas, aliadas à atuação articulada dos diversos agentes sociais.

Palavras-chave: Violência Armada em Escolas; Rio Grande do Sul; Projeto Sinais.

Abstract: Armed violence in schools (AVS) has intensified in Brazil in recent years, becoming a phenomenon of great social relevance. Given this scenario, the government of Rio Grande do Sul developed prevention and confrontation initiatives through the Núcleo de Prevenção à Violência Armada (NUPVE) and the projects Sinais and Eu Enxergo Sinais. This article, which is a segment of a broader study on the social determinants of AVS, aims to

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bolsista PDA, junto à Pesquisa “Violência Armada em Escolas: uma análise crítica do fenômeno”. E-mail: gabriellevieirasosa@gmail.com.

² Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bolsista PROBIC/FAPERGS, junto à Pesquisa “Proteção Social não Contributiva na América Latina e Caribe: programas de transferência condicionada de renda, de inclusão laboral e mínimos sociais para pessoa idosa e PCD”. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). E-mail: eduardocechin424@gmail.com.

³ Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-RS. Professora Associada de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. E-mail: jainapedersen@unipampa.edu.br.

present this action developed by the state government of Rio Grande do Sul, highlighting it as the first initiative of its kind in the Brazilian context. To this end, it is based on qualitative research of a bibliographic and documentary nature, guided by the critical-dialectical method. The analysis demonstrates that, despite their pioneering nature, NUPVE and its projects operate under the restrictions of the neoliberal State, configuring themselves as mitigating and palliative responses to issues that demand deep structural transformations. This is due to the fact that AVS, and other manifestations of extreme violence, are inherent to the capitalist mode of production, whose dynamic intensifies inequalities and produces increasingly extreme forms of its contradictions. In summary, it is evident that, despite the relevance of the governmental actions presented, armed violence in schools, as well as other extreme forms of violence, is tied to the structural configurations of capitalism, and its confrontation requires qualified initiatives combined with the articulated action of various social agents.

Keywords: Armed Violence in Schools; Rio Grande do Sul; Project Signals.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Brasil vêm sendo palco de um tipo de violência que não era comum até pouco tempo atrás. Trata-se da violência armada nas escolas (VAE), que atinge diversos sujeitos do ambiente escolar. Foram os casos retratados pela mídia nos anos de 2022 e 2023, que motivaram a realização da pesquisa intitulada “Violência armada nas escolas: uma análise crítica do fenômeno”, que objetiva identificar as determinações sociais para a ocorrência da violência armada em escolas, a fim de oferecer uma análise crítica sobre o fenômeno.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se utiliza das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para a coleta de dados, tendo como delimitação temporal o ano de 2001 - quando ocorreu o primeiro caso de VAE - até setembro de 2025. A pesquisa fundamenta-se pelo método dialético crítico e, portanto, evidencia a complexidade desse tipo de violência, comprometendo-se a desvendar suas diversas determinações sociais.

Nesse texto, que é um recorte da pesquisa, objetiva-se apresentar uma iniciativa do estado do Rio Grande do Sul, no que diz respeito ao enfrentamento dos casos de violência extrema, aos quais se inclui o objeto do presente estudo, a fim de dar visibilidade às ações e sensibilizar diferentes instituições e profissionais em relação a necessidade de enfrentamento deste tipo de violência.

Nesta perspectiva, o primeiro item do trabalho busca apresentar a violência armada,

em seu aspecto teórico/conceitual, oferecendo um panorama histórico do fenômeno no contexto brasileiro e em particular no Rio Grande do Sul, com a quantificação das ocorrências, também discorrendo acerca de seus perfis - tanto de vítimas quanto de perpetradores - , evidenciando sua relação direta com as determinações do Modo de Produção Capitalista e com o avanço do neoconservadorismo no Brasil. No segundo item apresenta-se o Núcleo de Prevenção à Violência Extrema (NUPVE) e os projetos Sinais e Eu Enxergo os Sinais, a ele vinculados, que compõem uma iniciativa inédita no país. Ao caracterizar suas estratégias, metodologias e resultados, busca-se também compreender sua contribuição para o combate à VAE e evidenciar a necessidade de articulação de mecanismos mais amplos, envolvendo diferentes setores da sociedade, para o enfrentamento pleno do fenômeno.

Na sequência, as considerações finais retomam os principais achados e reflexões do estudo, evidenciando a violência armada em escolas como expressão das contradições do modo de produção capitalista e destacando a importância de respostas intersetoriais e articuladas para o seu enfrentamento, envolvendo família, Estado, sociedade civil e mercado. Por fim, apresentam-se as referências que sustentam teoricamente as reflexões desenvolvidas ao longo do artigo.

2 PANORAMA BRASILEIRO E GAÚCHO DA VIOLÊNCIA ARMADA EM ESCOLAS

O fenômeno da violência armada em âmbito escolar é objeto de estudos internacionais desde meados dos anos 2000, com ênfase aos Estados Unidos da América (EUA), após o acontecimento em Columbine, Colorado, EUA. Situação que se reverberou no mundo inteiro e fez com que tal discussão fosse trazida para o meio social, midiático e acadêmico. Todavia, na maioria das vezes, sob uma abordagem moralista e psicologizante.

Foi durante o presente século XXI que o supracitado fenômeno expandiu-se para grande parte do globo, assumindo características particulares em diferentes países e continentes, dada as especificidades culturais e conjunturais. Entretanto, observa-se nas publicações da mídia e também acadêmicas, um certo padrão acerca das características dessas situações, no que se refere ao perfil dos perpetradores e das vítimas (Silva; Pedersen, 2024). Nesse sentido, é importante investigar e analisar os fatores que diferenciam essa categoria de demais manifestações de violência na contemporaneidade, qual sua relação com as estruturas

mantenedoras do Modo de Produção Capitalista (MPC): patriarcado-racismo-capitalismo. Dessa maneira, cabe nessa seção do desenvolvimento, apresentar conceitual e teoricamente a VAE para aproximação do leitor com a temática e, subsequentemente, atender ao objetivo da pesquisa apresentado na introdução.

A violência armada em âmbito escolar caracteriza-se pelo uso intencional ou acidental de armas (brancas, de fogo ou outras substâncias/agentes químicos) – geralmente de forma premeditada –, com o objetivo de matar ou ferir determinadas pessoas dentro de instituições educacionais, como creches e escolas de educação básica (Silva; Minuzzo; Pedersen, 2023; Silva; Pedersen, 2024). Tal terminologia e significado apresentam-se como mais abrangentes em comparação a conceitos como “violência extrema” (Vinha *et al.*, 2024), “tiroteios escolares” (Khozam; Miziara, C.; Miziara, I., 2022) e nomenclaturas midiáticas retratadas por “ataques”, “chacinas” e “massacres”.

Elenca-se aqui três motivos para o uso da terminologia violência armada nas escolas. Primeiro, porque a caracterização utilizada neste trabalho para discutir a VAE está articulada a definição de “violência armada” da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual “oferece uma visão mais ampla do que apenas relacionado aos conflitos armados, ao incluir situações de crime violento crônico e violência interpessoal” (OCDE, 2009, p. 13). Segundo, revela o legado que erigiu o Brasil como uma nação/sociedade armada, que hoje se transcreve na defesa da proteção social numa perspectiva individualista, ora armada, a partir do que Sant’Ana e Silva (2024) chamam de tempo de barbárie do capital, intensificado pelo neoconservadorismo/neofascismo enraizados no seio social e político brasileiro. Terceiro, considera todas as situações de violência com uso de arma de fogo ou branca, objetos inflamáveis e entre outros, que geralmente não são considerados nas análises e estatísticas, atentando apenas para específicos fatos e sujeitos.

Sob essa perspectiva, o início da VAE no Brasil, conforme publicações de diversos meios de comunicação, ocorreu no início do presente século, especificamente em 2001, na Bahia⁴. Apesar de ter sido a primeira situação do tipo, que desencadeou a discussão do fenômeno em solo brasileiro, ainda que de forma incipiente e insuficiente, apenas dez (10)

⁴ No quesito da violência armada em instituições educacionais, a primeira notícia que se tem é sobre um incidente na Universidade de São Paulo (USP), na Escola Politécnica, após um estudante matar sua ex-namorada, a qual era aluna do mesmo departamento (Folha de S. Paulo, 1995). É interessante mencionar, ainda que brevemente, esse caso, pois a “violência armada” tem sido alvo de ameaças de concretização não apenas no meio escolar nos últimos anos, mas também nas universidades, com especial atenção a Santa Maria, no Rio Grande do Sul (Dutra, 2025).

anos após esse ocorrido que a temática se tornou uma constante na agenda social e política brasileira, devido ao ocorrido em Realengo, no Rio de Janeiro, em 2011. A partir disso, houve um crescimento de casos do fenômeno, fazendo-se concretizar no período de 2011 a 2019, treze (13) incidentes. No período anterior, de 2001 a 2009, houve um quantitativo de quatro (4) casos. Diferentemente destes dois períodos, enfatiza-se o período de 2020 a setembro de 2025, no qual foi identificado um total de trinta e cinco (35) casos. Dessa forma, desde 2001 até setembro de 2025, totalizaram 52 incidentes de violência armada nas escolas do Brasil.

Identifica-se, assim, um crescimento alarmante da VAE durante a atual década, a qual está articulada a um momento de explicitação da barbárie do capital, conforme Sant’Ana e Silva (2024), relacionado à crise sanitária, concernente a pandemia de Covid-19; da predominância do neoconservadorismo no cenário político brasileiro, constituída por valores moralizantes e “tradicionais” de família e religião; tal como do período da hegemonia neoliberal e das finanças do grande capital, defensora de princípios individualistas.

Não por acaso, além de haver um certo padrão de crescimento da VAE durante o tempo recente, há também um padrão das características de quem a comete e de quem é acometida pela mesma. Assim, o perfil de perpetradores desses atos violentos geralmente são sujeitos do gênero masculino, na sua maioria adolescentes de 12 a 18 anos de idade, enquanto das vítimas se caracterizam usualmente por meninas e mulheres, alunas e professoras.

Portanto, a construção do perfil desses indivíduos (perpetradores e vítimas) está mediatizado por uma questão estrutural e conjuntural do capitalismo brasileiro. Estrutural, porque a violência interpessoal com uso de arma no ambiente escolar reforça e reproduz as dinâmicas patriarcais de poder, desde os fatores propulsores desse fenômeno, como *bullying*, a impotência e/ou emasculação gerada e sentida através da rejeição amorosa de garotas, a misoginia enraizada, praticada e defendida virtualmente por meio de fóruns da internet; e na materialização da violência armada propriamente dita, dado o perfil dos autores da VAE e dos sujeitos acometidos por essa. Ao lado disso, mediatiza-se com a conjuntura brasileira para ocorrer, ao passo de que há um crescente posicionamento contrário aos direitos humanos dentro da política brasileira, especialmente de pessoas LGBTQIA+, da população negra, dos povos indígenas e das pessoas com deficiência, o qual possibilita maior abertura para a existência e criação de novos grupos virtuais de proliferação de discursos de ódio e de práticas extremistas alinhadas a uma visão nazista de mundo e de homem.

Tal questão – da VAE e de seus fatores de propulsão –, ao mesmo tempo, pode

apresentar particularidades de acordo com o estado onde ocorreu. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, local onde se tem noticiado três (3) incidentes de 2019 a 2025 – do primeiro ao último. Importante notar que o caso inicial presenciou-se em 2019 no município de Charqueadas, quando um ex-aluno de 17 anos da instituição, procurou-se vingar contra ex-colegas que praticavam intimidação sistemática contra ele, por meio de agressões e apelidos pejorativos (Dihl, 2019). O restante, ou seja, os últimos dois (2) dos casos ocorreram apenas neste ano, respectivamente em Caxias do Sul (abril de 2025) e em Estação (setembro de 2025), com uma diferença de três (3) meses entre ambos.

Denota-se que no Rio Grande do Sul, os casos de VAE foram praticados por garotos adolescentes entre 14 a 17 anos de idade, na maioria das vezes tendo como vítimas professoras e alunas/os, tendo entre as motivações vingança a ex-colegas, retaliação contra antiga escola e influência de comunidades virtuais que veneram atos “famosos” de violência armada em escolas brasileiras – como o ocorrido em Suzano, São Paulo, no ano de 2019 –, e americanas (Dihl, 2019; Milanezi; Garcia, 2025; Mistura; 2025).

Além desses, podem haver outros incidentes não denunciados ou não publicizados pela mídia, como declaram Silva e Pedersen (2025) sobre a violência armada em escolas da fronteira-oeste gaúcha, onde segundo o estudo realizado pelas/os pesquisadoras/es, existem situações não divulgadas amplamente e consideradas nas estatísticas acerca do tema, a título de exemplo, o ocorrido em São Borja, no ano de 2023, onde presenciou-se um aluno atirando um objeto cortante contra a diretora da escola.

Apesar das características evidenciadas em solo nacional (brasileiro) e regional (gaúchos), é imprescindível não generalizar os casos de VAE, devendo os mesmos serem investigados, analisados, estudados e debatidos considerando suas especificidades e as mediações estruturais e conjunturais sobre as condições objetivas e subjetivas, tanto dos sujeitos envolvidos no ato infracional ou crime, quanto aos afetados pela violência direta de tais atos, sob uma ótica interventiva interdisciplinar e no aspecto dos direitos humanos.

Com o exposto nesta seção, destaca-se que a VAE é um fenômeno de elevada notoriedade e de necessária preocupação no cenário educacional e social, apresentando riscos críticos à vida de estudantes e educadores. Sendo característica de complexidade, no que tange aos seus fatores de propulsão e suas consequências, e também as formas de enfrentamento e combate materializadas pelo Estado e pela Sociedade Civil. Com isto, em vista do objetivo do estudo, no próximo item, pauta-se sobre o Projeto Sinais a partir do

impacto da VAE no estado do Rio Grande do Sul, sobre o que tal estratégia dispõe e como essa é e pode ser efetivada enquanto mecanismo de enfrentamento a VAE.

3 PROJETO SINAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ARMADA EM ESCOLAS DO RIO GRANDE DO SUL

Frente ao avanço dos casos de violência armada em escolas gaúchas, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) criou, em janeiro de 2024, o Grupo de Combate a Ataques a Escolas (GCAE), proposta essa voltada à prevenção de casos de violência armada em ambientes educacionais. Posteriormente, em outubro do mesmo ano (2024), a iniciativa evoluiu para o Núcleo de Prevenção à Violência Extrema (NUPVE), cujo objetivo expandiu-se para o âmbito da prevenção e do enfrentamento das diversas formas de violência extrema, “especialmente aquelas que envolvem jovens em processo de radicalização” (MPRS, 2025, *online*). O NUPVE foi legalmente instituído em abril de 2025, por meio do Provimento nº 30/2025, o que vinculou o projeto diretamente ao Gabinete do Promotor de Justiça e consolidou sua atuação estratégica na prevenção do fenômeno no estado.

Nesse contexto, dentre as estratégias desenvolvidas juntamente ao NUPVE, destaca-se o Projeto Sinais – estilizado como Projeto S!n@!s –, voltado para a criação de “ferramentas e metodologias para mapear sinais de radicalização e vulnerabilidades sociais que possam desencadear episódios de violência extrema” (MPRS, 2025a). O projeto também atua na capacitação de profissionais de educação e da rede de proteção, familiares, responsáveis legais e outros agentes públicos, em relação à prevenção de ocorrências, à percepção de fatores e comportamentos de risco, aos sinais de radicalização e, quando necessário, à intervenção eficiente e segura em situações de maior gravidade. Assim, o Projeto Sinais promove e fortalece a articulação dos diversos segmentos da sociedade como parte da resposta a esse fenômeno – fator essencial para a prevenção e o enfrentamento eficazes, consistentes e duradouros contra as manifestações de violência extrema.

Complementarmente, o NUPVE desenvolveu o Projeto Eu Enxergo Sinais, voltado à conscientização digital de pais ou de responsáveis legais e suas redes de apoio (MPRS, 2025b). A iniciativa consiste em uma ação formativa de caráter preventivo, centrada na identificação de comportamentos de risco, em orientações sobre a exposição digital e seus perigos e no reconhecimento de comunidades e subcomunidades virtuais de ódio e suas

formas codificadas de comunicação. O projeto oferece palestras educativas, ministradas por integrantes e pesquisadores do Núcleo, e disponibiliza um folder informativo, que inclui estratégias de supervisão do uso dos meios digitais e enfrentamento e prevenção às situações associadas à violência extrema e à radicalização de crianças e adolescentes.

A iniciativa de prevenção e enfrentamento articulada, entre as frentes de atuação aqui apresentadas, é pioneira em solo nacional e representa um grande avanço para toda a sociedade, visto que é através da investigação e conhecimento do fenômeno e suas particularidades, que pode-se construir meios eficientes para sua erradicação. Nesse sentido, a ação vem recebendo considerável atenção em todo o país, sendo apresentada a outros estados brasileiros, incluindo São Paulo e Minas Gerais (MPRS, 2025b), com o objetivo de incentivar futuras replicações de metodologias de prevenção e combate à radicalização e à violência extrema em todo o país.

Até setembro de 2025, segundo dados oficiais do site do Ministério Público do Rio Grande do Sul, o NUPVE já havia contabilizado oitenta e seis (86) ações realizadas, que incluem apresentação e capacitações, tanto do Projeto Sinais quanto do Projeto Eu Enxergo Sinais e momentos de acolhimento e conversa com estudantes e familiares. No que se refere ao alcance, essas atividades já envolveram mais de dez mil (10.000) pessoas, contemplando cerca de duzentos e dezesseis (216) municípios do Rio Grande do Sul, número esse que representa quase metade das cidades do estado (MPRS, 2025b).

Além das ações de prevenção realizadas por meio dos projetos, o NUPVE também atua na “[...] identificação e avaliação de casos sensíveis, intervenção personalizada, acompanhamento até o desengajamento e desradicalização [...]” (MPRS, 2025c, *online*) e no mapeamento e investigação de padrões e fatores associados à violência extrema. Nessa perspectiva, em seus dois anos de atuação, o grupo já realizou diversas ações em conjunto com a Polícia Civil e a Brigada Militar, monitorando e acompanhando cerca de quatrocentos e trinta e oito (438) jovens em situação de risco e implementando estratégias concretas de proteção e intervenção (MPRS, 2025b).

Paralelamente às ações preventivas e aos acompanhamentos, o Núcleo também desenvolve pesquisas e estudos acerca dos fatores e processos associados à cooptação de jovens por grupos extremistas/de ódio. Como um dos resultados dessas investigações, o NUPVE delimitou um perfil geral para jovens em situação de risco à radicalização, que inclui elementos presentes em muitos dos casos monitorados por tal Núcleo. Dentre os indicadores

de vulnerabilidade, pode-se destacar: 1) a faixa etária, geralmente entre 10 e 26 anos, com maior incidência entre jovens abaixo da maioridade penal (18 anos de idade); 2) a região de residência, com maior incidência do fenômeno em áreas periféricas, especialmente cidades pequenas; 3) a exposição à violência extrema em mídias, jogos e redes sociais; 4) o isolamento social combinado à baixa autoestima e crise de identidade; e, por fim, 5) o *bullying* (intimidação sistemática), incluindo tanto a posição de vítima como a de praticante, o qual é fator presente em todos os casos monitorados pelo NUPVE (MPRS, 2025a, 2025b; Pereira; Cunha; Pacheco, 2025).

Outro resultado de suma importância obtido pelas pesquisas e estudos desenvolvidos pelo NUPVE, refere-se ao reconhecimento dos processos de cooptação de jovens e adolescentes por comunidades extremistas, especialmente por meio das redes sociais. De acordo com os dados presentes no Guia de Prevenção à Radicalização e Mobilização à Violência (Pereira; Cunha; Pacheco, 2025, *online*), a radicalização se concretiza em duas (2) etapas principais, sendo a primeira relacionada à criação do sentimento de pertencimento, aceitação e valorização dentro dos grupos; e a segunda etapa que concerne à adesão às ideologias extremistas neles promovidas e disseminadas, combinada à reversão dos discursos de ódio em atos violentos e à supressão do senso crítico e da subjetividade do indivíduo. Vale ressaltar que ambas as etapas estão intrinsecamente conectadas aos fatores vulnerabilizantes que compõem o perfil delimitado pelo NUPVE – fato que evidencia a complexificação progressiva das estratégias de radicalização de jovens e adolescentes.

Nesse sentido, a articulação das diversas frentes de ação do NUPVE se mostra fator-chave no enfrentamento das diversas manifestações da violência extrema, uma vez que atua tanto nas ocorrências do fenômeno quanto nos múltiplos processos que o antecedem. Além da estratégia articulada, que abrange prevenção, monitoramento e, quando necessário, intervenção, o caráter intersetorial da iniciativa configura-se como elemento determinante de sua eficácia, visto que a violência extrema e suas manifestações são situações a serem enfrentadas, não de maneira isolada, mas partindo da atuação combinada de todos os agentes sociais. Nesse aspecto, o Projeto Sinais ganha destaque, ao estimular a criação de uma rede de comunicação forte entre a comunidade, a família, os profissionais e o poder público, essencial para o enfrentamento e prevenção do fenômeno.

Vale ressaltar, por fim, que, embora não seja o foco principal das ações do NUPVE e dos projetos a ele vinculados, a violência armada em escolas configura-se como uma das

manifestações mais significativas e alarmantes da violência extrema, sendo inclusive um dos motivadores para a criação do Núcleo. Nesse contexto, todas as estratégias apresentadas neste item, mesmo não direcionadas especificamente à VAE, são essenciais para seu enfrentamento, atuando especialmente sobre processos de radicalização associados a esses episódios. Esse conjunto de ações evidencia como abordagens integradas e intersetoriais são fundamentais para compreender e enfrentar a violência extrema em suas diferentes manifestações, incluindo a violência armada em escolas.

Entretanto, essas iniciativas, ainda que de grande relevância, não são suficientes para compreender e enfrentar plenamente a complexidade desses processos. É necessário situá-los no contexto social em que se desenvolvem e se disseminam, marcado pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), processo este que pode ser entendido como manifestação do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo contemporâneo, que, como analisa Antunes (2020), se utiliza das redes e meios digitais para efetivar seus mecanismos de controle, geração de valor e dominação.

Sob essa lógica, jovens e adolescentes, cuja socialização se dá majoritariamente no meio digital, tornam-se especialmente vulneráveis aos discursos radicalizadores potencializados pela lógica do capital e que contribuem fortemente para sua reprodução. Por essa razão, torna-se imperativo a regulamentação de redes sociais e plataformas digitais quanto ao acesso à conteúdos vinculados a discursos de ódio e preconceitos, como medida de proteção desta geração, que atualmente está exposta a todo e qualquer tipo de conteúdo na Internet. Dessa forma, torna-se evidente que enfrentar a violência armada em escolas requer não apenas ações institucionais de prevenção a esse tipo de violência, mas também que inibam a sua reprodução a partir de ações de controle das empresas responsáveis pelos canais de comunicação, a exemplo da Meta Platforms, Inc., que precisam ser responsabilizadas pelos conteúdos presentes em suas redes e plataformas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo do presente trabalho, percebe-se que a violência armada em escolas configura-se não apenas como um fenômeno de extrema gravidade social, mas também como reflexo das contradições estruturais do modo de produção capitalista. Sua complexidade exige uma abordagem que ultrapasse respostas imediatas: a VAE não pode ser

compreendida de forma isolada do contexto neoliberal, sendo uma das manifestações mais extremas das expressões de desigualdade advinda da “questão social”, que se fortalecem junto ao avanço da barbárie do capital. Compreender a VAE, portanto, implica reconhecer que seu enfrentamento demanda não apenas políticas de segurança e prevenção, mas também transformações profundas nas bases sociais que a sustentam.

Frente ao agravamento dos casos de VAE, tanto a nível nacional quanto regional, o governo do Rio Grande do Sul criou iniciativas como o NUPVE e os projetos Sinais e o Eu Enxergo Sinais, que representam ações pioneiras e de grande relevância para o enfrentamento da temática. No entanto, essas políticas apresentam limitações, já que surgem por parte um Estado neoliberal, o qual embora promova novas respostas intersetoriais, atua de forma paliativa, focando no enfrentamento imediato das situações e não na superação das causas estruturais que levam à radicalização e à perpetração de atos violentos extremos. Dessa forma, o NUPVE e seus projetos revelam simultaneamente o potencial transformador das políticas públicas intersetoriais e os limites impostos por um contexto político-econômico que impõe condições limitadoras à efetividade dessas ações de enfrentamento.

Portanto, exige a mobilização de todos os sujeitos sociais para o combate a tais violências, em vista de sua erradicação. Embora restritas e limitadas ao enfrentamento imediato, essas ações demonstram que respostas coordenadas e combinadas são essenciais para mitigar os efeitos da violência extrema, servindo de referência para futuras estratégias de proteção e mobilização, capazes de atuar de forma mais ampla na superação das contradições do modo de produção capitalista que permeiam e desencadeiam o fenômeno.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho?. **Análise Social**, [S. l.], v. 58, n. 248, p. 512-532, 2023. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/33535>. Acesso em: 09 nov 2025.

DIHL, Bibiana. Ataque à escola de Charqueadas foi planejado por pelo menos três meses, diz delegado. **GZH**, [S. l.], 22 ago. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/08/ataque-a-escola-de-charqueadas-foi-planejado-por-pelo-menos-tres-meses-diz-delegado-cjzmuckck056001qm0hgkczb7.html>. Acesso em: 28 out. 2025.

DUTRA, Tatiana Py. Ameaças de massacre na UFSM revelam avanço do ódio da extrema direita contra a diversidade. **Revista Movimento**, [S. l.], 08 out. 2025. Disponível em:

<https://movimentorevista.com.br/2025/10/ameacas-de-massacre-na-ufsm-revelam-avanco-do-odio-da-extrema-direita-contr-a-diversidade/>. Acesso em: 28 out. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Aluno mata ex-namorada na USP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 dez. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/12/cotidiano/26.html>. Acesso em: 28 out. 2025.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Armed Violence Reduction: Enabling Development**. Paris: OECD Publishing, 2009. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2009/03/armed-violence-reduction_g1gha943/9789264060173-en.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

MILANEZI, Gabriela; GARCIA, Gabriela. Ataque a escola deixa uma criança morta e outros dois feridos no RS. **CNN Brasil**, [S./], 08 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/ataque-a-escola-deixa-uma-crianca-morta-e-duas-feridas-no-rs/>. Acesso em: 28 out. 2025.

MPRS - MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto Sinis: MPRS amplia núcleo de prevenção à violência extrema. **MPRS**, [S./], 24 jul. 2025a. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/63429>. Acesso em: 28 out. 2025.

MPRS - MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto Sinais capacita mais de 10 mil pessoas em quase metade dos municípios. **MPRS**, [S./], 10 set. 2025b. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/63918>. Acesso em: 28 out. 2025.

MPRS - MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Prevenção à violência extrema. **MPRS**, [S./], 2025c. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/nupve/>. Acesso em: 29 out. 2025.

MISTURA, Rebecca. Adolescente que atacou escola em Estação agiu sozinho, diz delegado. **G1**, [S./], 17 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/07/17/adolescente-que-atacou-escola-e-m-estacao-agiu-sozinho-diz-delegado.ghtml>. Acesso em: 28 out. 2025.

PEREIRA, Fábio Costa; CUNHA, Marcio Abreu Ferreira; PACHECO, Thaís Pereira. **Guia de Prevenção à Radicalização e Mobilização à Violência**. [S./]: MPRS, 2025. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/imprensa/arquivos/guiasinais.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

SILVA, Eduardo Cechin da; PEDERSEN, Jaina Raqueli. Violência armada nas escolas brasileiras: perfil dos autores e das vítimas. *In*: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social. 5., 2024, Londrina. **Anais [...]**, [S./]: UEL, 2024. Disponível em: <https://anais.uel.br/porta/index.php/conserdigeo/article/view/3703/3362>. Acesso em: 22 out. 2025.

SILVA, Eduardo Cechin da; PEDERSEN, Jaina Raqueli. Violência armada em escolas gaúchas da fronteira oeste: particularidades e universalidade. *In*: QUADRADO, Jaqueline Carvalho; MENDES, Maíke Jorge Matos; BRUM, Isadora de. **Crime, Violência e Fronteira**

no Rio Grande do Sul. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2025. p. 81-96. Disponível em: https://www.academia.edu/143015815/Viol%C3%Aancia_armada_em_escolas_ga%C3%BAchas_da_frenteira_oeste_particularidades_e_universalidade. Acesso em: 28 out. 2025.

VINHA, T. V *et al.* **Ataques de violência extrema em escolas no Brasil**: causas e caminhos. São Paulo: D3e, 2023. Disponível em: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2311_ataques-escolas-brasil.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tema/internacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC

Pro-Autoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

VIOLÊNCIA SEXUAL DIGITAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO SOBRE O ALICIAMENTO ONLINE E OS MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL

DIGITAL SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS: A STUDY ON ONLINE GROOMING AND COPING MECHANISMS IN BRAZIL

Ana Carolina Alves Minuzzo
Jaina Raqueli Pedersen

Resumo: O artigo aborda como a violência sexual contra crianças e adolescentes se intensificou com o uso das tecnologias digitais. A internet facilita o anonimato dos agressores e amplia práticas de exploração sexual e, sobretudo, o aliciamento online (grooming), processo em que o adulto conquista a confiança da criança e a manipula até chegar a conversas ou conteúdos sexuais. A investigação desses crimes é difícil pela falta de provas físicas e pela ocultação de identidade, apesar de avanços como a Lei do Cibercrime e o uso do agente encoberto. O texto também discute políticas públicas, como o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual e o novo Estatuto da Criança e do Adolescente Digital, que exigem mais proteção e responsabilidade das plataformas. Conclui-se que o Brasil ainda precisa fortalecer ações preventivas, educação digital e mecanismos de segurança online para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: crianças e adolescente; aliciamento; violência sexual; ambiente digital.

Abstract: The article examines how sexual violence against children and adolescents has intensified with the use of digital technologies. The internet enables offenders to remain anonymous and expands practices of sexual exploitation, especially online grooming—a process in which an adult gains a child's trust and manipulates them into sexual conversations or content. Investigating these crimes is challenging due to the lack of physical evidence and the concealment of offenders' identities, despite advances such as the Cybercrime Law and the use of undercover agents. The text also discusses public policies, including the National Plan to Combat Sexual Violence and the new Digital Child and Adolescent Statute, which demand greater protection and increased responsibility from online platforms. The article concludes that Brazil still needs to strengthen preventive actions, digital education, and online safety mechanisms to ensure the full protection of children and adolescents.

Keywords: children and adolescents; grooming; sexual violence; digital environment

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma grave violação dos direitos humanos, configurando-se como um fenômeno complexo que envolve dimensões sociais, psicológicas e tecnológicas. Trata-se de uma prática que se manifesta por meio do abuso e da exploração sexual, caracterizando-se pelo uso da sexualidade de crianças e adolescentes por adultos com fins de gratificação pessoal ou financeira, conforme aponta Moreira (2020).

Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), esse tipo de violência assumiu novas formas, especialmente no ambiente digital. A crescente inserção de crianças e adolescentes no espaço virtual, sem o devido acompanhamento e proteção, tem exposto este público a inúmeros riscos, como a visualização de conteúdos inapropriados, o contato com desconhecidos e, de modo mais alarmante, o aliciamento para fins sexuais. Esse processo, também conhecido como *grooming*, consiste na aproximação intencional de um adulto com a finalidade de manipular e preparar a criança para o abuso sexual, podendo ser para fins de exploração sexual (Bretan, 2012).

A utilização das TICs, embora traga benefícios à sociedade, também oferece meios para que agressores se escondam por trás do anonimato, dificultando a identificação e a responsabilização dos mesmos. Diante disso, medidas como a Lei do Cibercrime (Lei nº 109/2009, de 15 de setembro) foram criadas para regulamentar e combater crimes cometidos no ambiente digital, inclusive prevendo procedimentos específicos para obtenção de provas eletrônicas, como o uso do agente encoberto, que tem se tornado uma estratégia investigativa relevante para a identificação de criminosos nas redes de exploração sexual.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo geral analisar os desafios enfrentados no combate ao aliciamento online de crianças e adolescentes, com ênfase nos aspectos legais, investigativos e preventivos. Trazendo novas legislações de grande importância para a temática, assim como o papel do Estado na proteção social de crianças e adolescentes.

A pesquisa foi desenvolvida através de uma revisão bibliográfica, a partir de materiais encontrados na Plataforma Google Acadêmico, os quais vão ao encontro do objetivo da pesquisa, ou seja, com foco no aliciamento online de crianças e adolescentes, também foram utilizadas legislações que trabalham em prol dos direitos e da defesa de crianças e adolescentes.

Serão abordadas as estratégias legais existentes, com ênfase no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2021) que está sendo revisado neste ano (2025), avaliando sua efetividade diante das novas formas de abuso no meio digital e o Estatuto da Criança e do Adolescente Digital (2025). A partir disso, pretende-se identificar lacunas nas políticas públicas brasileiras e propor reflexões sobre a necessidade de uma atuação mais preventiva, intersetorial e adaptada à realidade tecnológica atual. No desenvolvimento do trabalho apresenta-se discussão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente digital; o aliciamento online, seu processo, riscos e políticas de prevenção; as considerações finais e por fim, as referências.

2 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE DIGITAL

Para dar início à compreensão do tema, é necessário conceituar a violência sexual contra crianças e adolescentes como um fenômeno no qual um adulto utiliza do seu poder para satisfazer desejos sexuais, envolvendo práticas como abuso sexual e exploração sexual comercial (Moreira, 2020). O abuso sexual pode ocorrer no âmbito intrafamiliar ou extrafamiliar e envolve diversos atos de natureza sexual (com ou sem contato corporal, com ou sem uso da força física). De acordo com as estatísticas é um fenômeno que ocorre, sobretudo dentro da família, tendo como principais vítimas meninas menores de 13 anos e os autores dessa violência os próprios pais, padrastos e outras pessoas próximas. Já a exploração sexual comercial é um tipo de violência que pressupõe uma relação de troca, seja de dinheiro, de favores, presentes, entre outras. Se materializa principalmente nas situações ainda identificadas como pornografia infantil, exploração sexual agenciada, turismo sexual e tráfico para fins de exploração sexual.

Com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), essa violência passou a ocorrer também de forma online, facilitada pelo anonimato e pela ausência de contato físico. As TICs, apesar de serem ferramentas importantes para educação, trabalho e entretenimento, também se transformaram em meios perigosos quando utilizadas para práticas criminosas, como a exploração sexual de crianças e adolescentes (Batata, 2022).

Tendo em vista estas mudanças e transformações que também incidem e contribuem para a manifestação de novas ou renovadas formas de manifestação da violência sexual contra

crianças e adolescentes, surge a Resolução Nº 265, de 12 de junho de 2025, que “dispõe sobre as diretrizes para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências”. Nesta resolução, que também apresenta a definição de violência sexual, são incluídas as condutas perpetradas em ambientes digitais, ou seja,

IV- as condutas praticadas em ambientes digitais que violem a dignidade sexual de crianças e adolescentes, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação.

§ 1º Entre as condutas referidas no inciso IV, incluem-se, exemplificativamente: o aliciamento; a produção, disseminação, armazenamento ou consumo de pornografia infantil; a utilização de tecnologias de manipulação de imagens (deepfake) para fins sexuais; a extorsão sexual (sextorsão); o assédio online; o compartilhamento de imagens, vídeos ou quaisquer registros que contenham cenas de estupro, estupro de vulnerável ou apologia a tais crimes; e a divulgação de registros íntimos ou pornográficos envolvendo crianças ou adolescentes.

§ 2º As condutas descritas no inciso IV configuram formas contemporâneas e agravadas de violência sexual, exigindo prevenção, proteção e enfrentamento específicos, mediante ações integradas de proteção, responsabilização, educação digital e cooperação com provedores de serviços e plataformas digitais, em conformidade com a legislação vigente e os tratados internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 2025, online).

A obtenção de provas nesses crimes digitais é dificultada pela ausência de vestígios físicos e pela facilidade de ocultação de identidade nos ambientes virtuais. Em resposta a essa realidade, foi criada a Lei do Cibercrime (Lei nº 109/2009, de 15 de setembro), que trouxe inovações ao prever meios específicos de coleta de provas no ambiente digital e dos crimes cometidos pela internet, incluindo o armazenamento e acesso a dados por autoridades competentes. Destacando a utilização do agente encoberto:

Adianta-se que, o Agente Encoberto, caracteriza-se pela infiltração de uma força policial, ou de terceiro em colaboração, em ambientes criminosos como forma de obter provas que permitam a criminalização de um suspeito. O recurso a estes meios de obtenção de prova, é permitido nos casos expressamente previstos pela lei, nomeadamente “para fins de prevenção e investigação criminal”. Apesar de não constituírem uma novidade no seio do processo penal, foi nas últimas décadas que se assistiu a uma maior utilização (Batata, 2022, p. 29).

Segundo Bretan (2012), os riscos aos quais crianças e adolescentes estão expostos nas plataformas digitais são diversos: desde o contato com conteúdos inadequados, como pornografia, violência e racismo, até a possibilidade de serem abordados por aliciadores e

agressores sexuais. O crime mais comum nesse contexto é a pornografia infantil, mas também se destaca o turismo sexual, facilitado pelo uso das TICs para marcar encontros e atrair vítimas.

O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente nos meios digitais, não pode ser limitado a ações pontuais ou setoriais. Conforme aponta o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2021), é necessário adotar uma perspectiva intersetorial, articulando educação, saúde, assistência social e segurança pública. Essa lógica parte do reconhecimento de que a complexidade do fenômeno exige respostas de um trabalho em conjunto que resulte em respostas permanentes.

A formação continuada de profissionais que atuam na rede de proteção, conforme previsto no Plano (2021), é um passo essencial para garantir a escuta qualificada das vítimas, a notificação adequada dos casos e a efetiva responsabilização dos agressores. No entanto, como apontado por Batata (2022), a aplicação prática dessas diretrizes ainda encontra dificuldades, como a falta de investimento em capacitação técnica e lacunas na comunicação entre os serviços.

Nesse sentido, o papel da escola é central. Conforme Bretan (2012), o espaço escolar pode ser tanto um ambiente de proteção quanto um espaço vulnerável à omissão. Muitas vezes, crianças e adolescentes dão sinais de que estão sendo aliciados ou expostos a conteúdos inadequados, mas esses sinais não são reconhecidos e compreendidos pelos adultos. A falta de preparo dos educadores para lidar com essas situações, unido à ausência de políticas internas nas instituições de ensino, reforça a importância de ações formativas e de uma educação continuada voltada à proteção no ambiente digital.

Além disso, é imprescindível que os órgãos de segurança pública atuem de forma articulada com o sistema de justiça e com os serviços socioassistenciais, para que a denúncia e o acolhimento das vítimas sejam realizados com seriedade, respeito e efetividade. Segundo Batata (2022), muitos dos crimes sexuais praticados pela internet só chegam às autoridades quando já causaram danos profundos à saúde física e mental da criança. A prevenção, portanto, deve ser pensada como uma política permanente, que vai além da punição.

3 O ALICIAMENTO ONLINE: PROCESSO, RISCOS E POLÍTICAS DE PREVENÇÃO

O aliciamento, ou *grooming*, refere-se ao processo de aproximação e manipulação de uma criança ou adolescente por parte de um adulto com a intenção de exploração sexual. Essa prática pode ocorrer tanto presencialmente quanto online e envolve técnicas de persuasão, conquista da confiança e manipulação emocional (Bretan, 2012). A UNICEF define o *grooming* como o processo pelo qual adultos atraem crianças para conversas ou interações sexuais, tornando-as mais vulneráveis ao abuso por meio de técnicas de socialização.

Esse processo passa por diferentes etapas: inicialmente, o agressor estabelece uma amizade com a vítima, muitas vezes em redes sociais ou jogos online. Em seguida, ele busca informações pessoais e avalia os hábitos da criança quanto ao uso da tecnologia. Na fase de exclusividade, o adulto finge oferecer apoio e compreensão, criando um falso vínculo de confiança. A partir daí, começam as conversas de cunho sexual, que podem evoluir para pedidos de imagens íntimas ou vídeos (Bretan, 2012).

Esse processo leva à chamada dessensibilização, em que o adulto mostra à criança conteúdos de natureza sexual, de forma oral ou visual. Com o tempo, surgem as chantagens online, quando o agressor passa a ameaçar divulgar imagens íntimas da criança caso ela não continue atendendo às exigências, ou até criando imagens manipuladas com o rosto da criança. Em situações extremas, essa relação virtual pode resultar em encontros presenciais, resultando em abuso sexual ou até mesmo em crimes mais graves, podendo levar a morte (Bretan, 2012).

Frente a esse cenário alarmante, torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à prevenção. O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, instituído em 17 de maio de 2021, visa proteger integralmente esse público por meio de ações intersetoriais. Conforme o Art. 2º:

O Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes visa a articular, consolidar e desenvolver políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente, a fim de protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão (Brasil, 2021).

Dentre seus objetivos específicos, destacam-se a formação continuada de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, o fortalecimento das competências familiares e a integração das políticas públicas de proteção e denúncia. No entanto, o Plano não apresenta diretrizes específicas para o combate ao aliciamento online, deixando uma lacuna importante frente ao contexto atual (Brasil, 2021).

Plano esse que, criado em 2013 (primeira edição), está passando por uma revisão em 2025, com o intuito de avaliar as medidas já previstas e se ainda são adequadas, além de servir para que se pense em novas medidas que devem ser implementadas pelos governos, em âmbito estadual, municipal e federal.

Sendo assim, o processo iniciou em agosto, em Tocantins, onde 20 adolescentes com idade entre 11 e 14 anos foram entrevistados, visando colocar no plano as suas contribuições. É importante ressaltar que nesta revisão foi dada uma atenção maior a violência sexual no ambiente online, já que o fenômeno tem crescido cada vez mais (site). Além disso, a região da Amazônia Legal registrou entre 2021 e 2023, 38 mil casos de estupro contra menores de idade, onde 81% das vítimas são pretas ou pardas e a maioria do sexo feminino. Esses números representam 21% acima da média.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. A esse conjunto de direitos soma-se hoje o direito à proteção digital, uma vez que a infância se desenvolve cada vez mais dentro de contextos mediados pelas tecnologias (Brasil, 1988).

Contudo, conforme aponta Moreira (2020), as leis brasileiras ainda não estão plenamente ajustadas à realidade tecnológica contemporânea. Embora a Lei do Cibercrime (Lei nº 109/2009) tenha sido um avanço, tipificando crimes cometidos por meios digitais e prevendo procedimentos para investigação, ela não contempla de forma direta o grooming. Batata (2022) ressalta que a justiça brasileira precisa reconhecer o aliciamento digital como um crime passível de penalização desde seus primeiros indícios, como o envio de mensagens inapropriadas, o pedido de fotos ou a insistência em conversas de cunho sexual. A antecipação da investigação, nesse caso, é fundamental para prevenir o avanço das práticas abusivas, protegendo a vítima ainda na fase inicial da manipulação.

Complementando essa perspectiva, a UNICEF defende que o Estado deve garantir não apenas a punição dos criminosos, mas também a construção de um sistema digital seguro para o desenvolvimento saudável das crianças. Isso envolve a regulação das empresas de tecnologia, a criação de canais de denúncia acessíveis, a promoção de campanhas educativas e o incentivo à criação de conteúdos digitais adequados à faixa etária de crianças e adolescentes.

Bretan (2012) reforça que o processo de aliciamento online não acontece de forma abrupta, mas por meio de uma construção emocional lenta e manipuladora. Assim, aguardar que a prática se concretize para agir significa, na prática, permitir a violação dos direitos fundamentais da criança. O Estado, portanto, tem a obrigação legal e ética de agir preventivamente, reconhecendo a gravidade e a especificidade desse tipo de crime.

Nesse sentido, verifica-se que o Estado brasileiro ainda falha ao não priorizar a prevenção dos crimes sexuais online, limitando-se, muitas vezes, à aplicação de penas aos agressores, sem contemplar estratégias mais amplas de proteção, educação digital e monitoramento de ambientes virtuais. Contudo, devido às grandes proporções tomadas pela era digital nos dias de hoje, pode-se citar uma conquista para a sociedade, ou seja, a criação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, em 17 de setembro de 2025, que visa a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Brasil, 2025). O novo estatuto traz grande destaque para que os fornecedores das tecnologias criem um ambiente virtual adequado para crianças e adolescentes, pensando em ferramentas que identifiquem a idade dos mesmos, por exemplo:

Art. 10. Os fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles deverão adotar mecanismos para proporcionar experiências adequadas à idade, nos termos deste Capítulo, respeitadas a autonomia progressiva e a diversidade de contextos socioeconômicos brasileiros.

Art. 11. O poder público poderá atuar como regulador, certificador ou promotor de soluções técnicas de verificação de idade, observados os limites da legalidade, da proteção à privacidade e dos direitos fundamentais previstos em lei.

Parágrafo único. A atuação do poder público prevista no *caput* deste artigo deverá assegurar a participação social, por meio de consulta pública e de outros mecanismos de participação social, de forma a garantir transparência no processo regulatório.

Art. 12. Os provedores de lojas de aplicações de internet e de sistemas operacionais de terminais deverão:

I – tomar medidas proporcionais, auditáveis e tecnicamente seguras para aferir a idade ou a faixa etária dos usuários, observados os princípios previstos no [art. 6º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

II – permitir que os pais ou responsáveis legais configurem mecanismos de supervisão parental voluntários e supervisionem, de forma ativa, o acesso de crianças e de adolescentes a aplicativos e conteúdos; e

III – possibilitar, por meio de Interface de Programação de Aplicações (*Application Programming Interface* – API) segura e pautada pela proteção da privacidade desde o padrão, o fornecimento de sinal de idade aos provedores de aplicações de internet, exclusivamente para o cumprimento das finalidades desta Lei e com salvaguardas técnicas adequadas.

§ 1º O fornecimento de sinal de idade por meio de APIs deverá observar o princípio da minimização de dados, vedado qualquer compartilhamento contínuo, automatizado e irrestrito de dados pessoais de crianças e de adolescentes.

§ 2º A autorização para *download* de aplicativos por crianças e adolescentes dependerá de consentimento livre e informado dos pais ou responsáveis legais, prestado nos termos da legislação vigente, respeitada a autonomia progressiva, vedada a presunção de autorização na hipótese de ausência de manifestação dos pais ou responsáveis legais.

§ 3º Ato do Poder Executivo regulamentará os requisitos mínimos de transparência, de segurança e de interoperabilidade para os mecanismos de aferição de idade e de supervisão parental adotados pelos sistemas operacionais e pelas lojas de aplicativos (Brasil, 2025, online).

Embora o Brasil ainda enfrente grandes desafios na prevenção e no enfrentamento da violência sexual online, o surgimento do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente representa um avanço significativo na proteção dos mesmos no ambiente virtual. Ao estabelecer responsabilidades concretas para fornecedores de tecnologia e reforçar o papel regulador do Estado, o Estatuto cria bases mais sólidas para a criação de ambientes digitais seguros, com mecanismos de verificação de idade e ferramentas de supervisão para pais e responsáveis. No entanto, sua efetividade dependerá da implementação rigorosa das medidas propostas, da cooperação entre Estado, plataformas digitais e sociedade civil. Assim, a consolidação desses instrumentos é fundamental para garantir que crianças e adolescentes possam usufruir da internet de forma segura, protegidos de riscos e violações que comprometem seus direitos e seu desenvolvimento integral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente presença das crianças e adolescentes nos ambientes digitais, torna-se urgente a discussão sobre os riscos a que estão expostos, especialmente no que diz respeito ao aliciamento online e demais formas de violência sexual. Como demonstrado, o processo de *grooming* é estruturado de forma gradual, utilizando-se da confiança e da manipulação emocional para atingir seus objetivos, muitas vezes culminando em abusos sexuais graves e de difícil reversão.

Apesar da existência de legislações como a Lei do Cibercrime e da utilização de instrumentos como o agente encoberto, ainda são evidentes as fragilidades no enfrentamento nesse tipo de crime. A dificuldade na obtenção de provas, o anonimato virtual e a ausência de políticas públicas específicas tornam o combate ao aliciamento online um desafio ainda maior.

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes representa um avanço importante, ao propor ações intersetoriais e à formação continuada de profissionais. No entanto, sua ausência de diretrizes específicas voltadas para a prevenção e enfrentamento do aliciamento online revela uma lacuna que precisa ser urgentemente preenchida.

Portanto, é indispensável que o Estado brasileiro amplie sua atuação não apenas na responsabilização dos agressores, mas principalmente na implementação de estratégias preventivas eficazes, com foco em educação digital, conscientização familiar, regulamentação das plataformas digitais e investimento em investigações cibernéticas. Apenas com uma abordagem ampla, coordenada e contínua será possível garantir a proteção integral de crianças e adolescentes frente às novas formas de violência sexual no ambiente virtual.

REFERÊNCIAS

BATATA, Ana. **Crimes sexuais no ambiente digital: desafios à investigação criminal**. 2022.

BRASIL. Resolução nº265, de 12 de junho de 2025. **Dispõe sobre as diretrizes para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas à prevenção, proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.lex.com.br/resolucao-conanda-no-265-de-12-de-junho-de-2025/>. Acesso em 16 de nov. 2025.

BRETAN, Fernando. **Abuso sexual infantil na internet: desafios e estratégias de enfrentamento**. 2012.

BRASIL. Lei nº 109/2009, de 15 de setembro. **Dispõe sobre a criminalização de condutas praticadas por meio da internet e outras redes de computadores**. Diário da República, Lisboa, 15 set. 2009.

BRASIL. Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025. **Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Lei/L15211.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2021.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10701impressao.htm

Acesso em: 09 jul. 2025.

MOREIRA, Maria. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise e enfrentamento**. 2020.

SURGIU. **Brasil revisa Plano Decenal Nacional de Enfretamento da Violência Sexual Contra Crianças e adolescentes**. Surgiu, 10 set. 2025. Disponível em: [Brasil revisa Plano Decenal Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Surgiu](#) Acesso em: 13 nov. 2025.



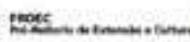
3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO - JUVENIL NO BRASIL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E ENFRENTAMENTO DENTRO DA POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CHILD AND ADOLESCENT SEXUAL VIOLENCE IN BRAZIL: HISTORICAL TRAJECTORY AND CONFRONTATION WITHIN THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY

Giullia Dutra Miranda¹

Laura Moraes Streck²

Monique Soares Vieira³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo traçar a trajetória da política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. A metodologia deste artigo consiste em um levantamento bibliográfico e documental, se traz ao longo de seu desenvolvimento, detalhes e conceitos da política de assistência social, a qual utiliza-se de dois dos eixos previstos no Plano Nacional de Enfrentamento: atendimento e prevenção. Nesse sentido, o atendimento e a prevenção são tratados dentro das normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com isso, foi possível observar que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes possui vários âmbitos de organização (as várias áreas que adentram o enfrentamento a esta violência). Assim, não é possível realizar o enfrentamento pensando somente na prevenção e no atendimento, havendo a necessidade de a política funcionar em forma de rede, unindo todos os eixos no intuito de garantir os direitos dessas crianças e adolescentes, por meio de um conjunto de serviços intersetoriais, a fim de reunir a rede de proteção em um mesmo objetivo.

Palavras-chave: Violência Sexual, Crianças, Adolescentes, Assistência Social.

Abstract: This article aims to outline a trajectory regarding the policy to combat sexual violence against children and adolescents in Brazil. The methodology of this article consists of a documentary survey, as well as the analysis of data directly from the rates of sexual violence recorded in our country. Furthermore, throughout its development, details and concepts of social assistance policy are presented, which uses two of the axes foreseen in the National Coping Plan: care and prevention. In this sense, care and prevention are treated within the regulations of the Unified Social Assistance System (SUAS). With this, it was

¹ Advogada. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. Contato: giulliamiranda.aluno@unipampa.edu.br Orcid: 000-0002-4463-5724

² Graduanda em Serviço Social, bolsista do Programa PRO-IC, Universidade Federal do Pampa. Contato: laurastreck.aluno@unipampa.edu.br, Orcid: 0009-0003-2036-8216

³ Doutora em Serviço Social (PUCRS). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa. Contato: moniquevieira@unipampa.edu.br Orcid: 0009-0008-1184-6235

possible to observe that combating sexual violence against children and adolescents has several areas of organization (the various areas that address this violence). Therefore, it is not possible to carry out the confrontation thinking only about prevention and care, with the need for the policy to work in the form of a network, uniting all axes with the aim of guaranteeing the rights of these children and adolescents, through a set of services intersectoral efforts, in order to bring together the protection network towards the same objective.

Keywords: Sexual Violence, Children, Adolescents, Social Assistance.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de violência é muito abrangente, uma vez que existem várias formas e diferentes práticas. Cita-se, dentre elas, a violência física, psicológica, patrimonial e violência sexual. Assim, é possível conceituar a prática como uma relação social que vem a ser caracterizada pela coerção, independente da forma em que acontece.

Fazendo parte deste fenômeno, é importante ressaltar que muitas formas de violência advêm de um contexto histórico-cultural, as quais retratam a trajetória humana ao longo dos tempos. Como exemplo disso, cita-se a violência familiar, incluindo dentro deste conceito, a violência doméstica conjugal, violência física e psicológica contra crianças e idosos, além do abuso sexual intrafamiliar.

Ainda que se saiba que a violência sexual, em suas diferentes formas, não acontece exclusivamente a partir de agressores do sexo masculino, pesquisas apontam que é o maior número dentro dos índices de abuso (98,8%)⁴. A cada hora, 3 crianças são vítimas de abuso sexual no Brasil. Nos quatro primeiros meses do ano de 2023 foram registradas pelo Disque 100, ao todo, 69,3 mil denúncias e 397 mil violações de direitos humanos de crianças e adolescentes⁵. Destes, 9,5 mil denúncias e 17,5 mil violações envolvem violência sexuais físicas - abuso, estupro e exploração sexual - e psíquicas. Os números apontam um aumento de quase 70% em relação ao número de denúncias registradas no mesmo período de 2022.

Importante ainda ressaltar que a violência sexual, apesar da maior parte dos números tratarem de abuso sexual, também é caracterizada pela exploração sexual infantil, a qual possui o intuito comercial, visando lucros. A exploração sexual infantil, além de acontecer por meio do abuso, pode ser encontrada na internet, seja por meio de sites pornográficos,

⁴ Dados em <https://mpmt.mp.br/> - Ministério Público do Mato Grosso.

⁵ Dados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em <https://www.tjrs.jus.br/novo/noticia/abuso-e-exploracao-sexual-infantil-saiba-como-denunciar/>

comunidades, vendas de conteúdo infantil e até mesmo pelo compartilhamento de informações em redes sociais.

Até os dias de hoje, tal assunto não possui a visibilidade necessária para que os dados estatísticos sejam diminuídos, seja através de políticas públicas de enfrentamento, por meio do atendimento e acolhimento das vítimas e suas famílias, bem como dos agressores, para que não voltem a reincidir nos crimes sexuais.

Dessa forma, o presente artigo está estruturado em três seções principais, na primeira seção, apresenta-se a política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, abordando seus conceitos, marcos legais e a contextualização histórica que levou à criação do Plano Nacional de Enfrentamento. Na segunda seção, discute-se o papel da política de Assistência Social no enfrentamento dessa violência, enfatizando os eixos do atendimento e da prevenção, previstos no Plano Nacional e operacionalizados por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na terceira seção são expostas as considerações finais, nas quais se destacam a importância do trabalho em rede, a articulação intersetorial e a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

2 POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO CONTRA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES NO BRASIL

O Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021, instituiu o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, estabelecendo também a criação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes. Esse plano tem como propósito fortalecer a política pública voltada à proteção integral desse público, por meio de um processo de construção pautado no diálogo e na articulação entre diferentes atores governamentais e da sociedade civil. Dessa forma, busca-se promover uma abordagem que considere a multidisciplinaridade, a regionalização e a intersetorialidade, princípios essenciais para compreender e enfrentar de maneira eficaz as múltiplas dimensões da violência que atinge crianças e adolescentes no Brasil (BRASIL, 2021).

A violência sexual “se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (GUERRA 1998, p. 31)

A violência sexual se manifesta em duas formas principais: abuso e exploração sexual comercial. O abuso sexual é caracterizado quando a vítima possui sua sexualidade invadida, seu corpo violado, a fim de satisfazer os prazeres sexuais de alguém ou de terceiro, a exploração sexual trata-se de utilizar da sexualidade da criança ou adolescente, a fim de obter lucros, seja por meio da comercialização do corpo da vítima, como o turismo, o tráfico, a exploração sexual autônoma e agenciada, pornografia, ou demais conteúdos gerados de intuito lucrativo.

Apesar das diversas conceituações apresentadas pela literatura científica, Kristensen et al. (2001), o qual define o abuso sexual contra crianças e adolescentes tratando das limitações dos seus estágios de desenvolvimento, os papéis familiares de acordo com as expectativas sociais e as relações de poder entre agressor e vítima.

Ainda dentro da literatura, os conceitos terminológicos apresentam divergências quanto às áreas que abrangem os crimes relacionados ao abuso sexual. Essa falta de consenso reflete a complexidade do fenômeno, que atravessa diferentes campos do saber e exige uma abordagem interdisciplinar. Sob o ponto de vista jurídico, o abuso sexual é compreendido a partir de suas tipificações legais e do enquadramento penal do ato; já na área médica, destaca-se o manejo clínico e a atenção à saúde integral da vítima.

No campo psicológico, enfatizam-se as consequências emocionais e comportamentais; e sob o aspecto ético, discutem-se as implicações morais e sociais da violação dos direitos humanos. Assim, a multiplicidade de interpretações e enfoques evidencia a dificuldade de se alcançar uma conceituação única e abrangente sobre o tema, reforçando a necessidade de articulação entre diferentes áreas para o enfrentamento efetivo da violência sexual (DREZETT, 2000).⁶

Existe um contestável costume de acreditar que a violência sexual acontece, na maioria, com abusadores desconhecidos ou mesmo com fins de outros crimes. No entanto, se afirma, através de dados, que o contexto familiar é o ambiente onde mais ocorre a violação da dignidade sexual⁷ de crianças e adolescentes, sendo que em 68,7% dos casos⁸, os agressores encontram-se inseridos na família da vítima.

⁶ Drezett, J. (2000). Manejo integral da violência sexual pelos serviços públicos de saúde Recuperado novembro, 2004, disponível em <http://www.ipas.org.br/arquivos/jefferson/bolivia4.doc>

⁷ Bem jurídico tutelado penalmente e protegido constitucionalmente; A dignidade sexual decorre da dignidade humana. Nesse caso, a dignidade sexual das crianças e adolescentes encontra-se em defesa no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, possuindo os mesmos o direito à inviolabilidade de seu corpo.

⁸ Dados em <https://www.fadc.org.br/noticias/cenario-violencia-sexual>.

Por esse motivo, é de extrema importância a criação de políticas públicas de identificação e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, visando a garantia dos direitos desse público. É importante ressaltar que esse crime acontece em diferentes esferas sociais e culturais e, conforme previsão legal na Constituição Federal e no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do Estado como poder público, responsabilizar-se pela prevenção e atendimento das vítimas em todos os níveis da sociedade, por meio da formulação e execução de políticas públicas.

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes, promulgado no ano de 2000 e atualizado em 2012, é a principal ferramenta de estudo das políticas que incorporam as políticas públicas de atendimento ao público infantojuvenil. A violência contra a criança e o adolescente é um fenômeno histórico que encontra-se perpetrado na sociedade desde muito antes de se pensar em promulgar normas referentes à proteção deste público.

O Brasil é um país conhecido por possuir uma ampla legislação que garante os direitos e a proteção de crianças e adolescentes, contando com mecanismos institucionais e sociais voltados à sua defesa. As normativas buscam uma articulação entre o governo e a sociedade civil que busca fortalecer as ações de enfrentamento à violência e a luta pelos direitos desse público, ainda que tal relação enfrente desafios quanto à efetividade e à integração das políticas públicas.

Para entender melhor, é preciso adentrar em uma contextualização histórico para que se possa compreender de que forma se deu início à visibilidade da necessidade de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Isso porque, apesar de ser um tema extremamente necessário de discussão, o trajeto para desenvolvimento de um Plano Nacional e políticas públicas contra essa violência somente teve início a partir da década de 90.

O tema da violência sexual infanto-juvenil apenas começou a adentrar a agenda de organizações de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, e reconhecer que os mesmos possuíam tais direitos, a partir de 1991. Foi então que iniciou-se a disseminação de parâmetros acerca das violações de direitos mais graves contra esse público, passando assim a gerar instrumentos legais para dar início ao Plano de Enfrentamento.

Foi então com o relatório da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) nº 152/1993, que iniciou a popularização de discussões acerca da prostituição infantil⁹, a qual tratava de apurar responsabilidades por tal delito, além dos Congressos Internacionais, nos quais o Brasil foi signatário: Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, Segundo Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Menores, e o Terceiro Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, este sediado pelo Brasil.

Importante aferir que como consequência das CPIs, passaram a acontecer campanhas de opinião pública, as quais foram surgindo e aumentando em torno da mobilização de várias partes da sociedade, tendo em vista as denúncias ocorridas.

Foi em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1996 que aconteceu o Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, sendo este um marco histórico para o enfrentamento da violência sexual do público infanto-juvenil. No referido evento, apontou-se a necessidade de ser analisado o fenômeno do ponto de vista histórico, cultural, social e jurídico. O resultado foi a definição do conceito de exploração sexual comercial infantil.

Após ter reunido em seu evento importantes líderes e governos, do encontro obteve-se o resultado em torno da Declaração de Estocolmo e da Agenda para Ação, as quais tiveram a adoção por 122 países. Estes realizaram o compromisso de colocar em prática o documento, e dar início à planos de ações e estratégias para o enfrentamento, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Na sequência, ocorreu em 2001 o Segundo Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Menores, em Yokohama, no Japão. Nele, contou-se com a participação de mais de 209 organizações mundiais, além da delegação de 136 países, resultando em um total de três mil pessoas. Foi neste evento que ocorreu a ratificação da existência de quatro modalidades de exploração sexual, sendo: pornografia infantil, prostituição, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

⁹ Terminologia utilizada no debate da época e até alguns anos atrás, porém que deixou de ser utilizada no Brasil no início dos anos 2000, considerando que a palavra “prostituição” se remete à ideia de atividade sexual consentida por valor financeiro. Atualmente, utiliza-se o conceito “exploração sexual comercial”, sendo esta a apropriação indevida do corpo da criança, por terceiros, para fins sexuais mediante pagamentos, não somente em dinheiro, objetificando assim os corpos das crianças e adolescentes, sem condições de consentimento.

Este Congresso foi realizado através da união das Nações Unidas, Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e coordenado pela Ecpat (End Child Prostitution And Trafficking - Fim da Prostituição e do Tráfico Infantil).¹⁰

Nesse intervalo, o Brasil se viu em uma necessidade política de planejar estratégias para que se pudesse dar início, através de documentos jurídicos, ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Dessa forma, em junho do ano de 2000, foi criado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, em um marco comemorativo aos 10 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A elaboração desse plano representou um importante avanço na consolidação das políticas públicas voltadas à proteção infantojuvenil, pois estabeleceu diretrizes e ações integradas de prevenção, atendimento, responsabilização e mobilização social, reafirmando o compromisso do Estado com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes (BRASIL, 2000).

As CPIs que ocorreram na década possuíam a intenção de desenvolver publicidade do tema, como uma estratégia de denúncia, no intuito de dar visibilidade a esse problema na sociedade e a tudo que estava em discussão. E assim, foram das CPIs, bem como dos Congressos Mundiais que nasceram as ideias centrais do plano.

Após tudo isso, foi no ano de 2008 que o Brasil sediou o Terceiro Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Foi este o Congresso de sequência de dois eventos anteriormente realizados (1996 na Suécia e 2001 no Japão). Foi então no Brasil que o evento teve o importante caráter articulador, com a participação de uma média recorde de mais de 3500 pessoas, sendo elas de 160 delegações de diferentes países.

O resultado do Terceiro Congresso, foi traduzido na “Declaração do Rio de Janeiro e Chamada para Ação para Prevenir e Eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. Nele, foi descrita a recomendação de que todas as nações passassem a adotar normas jurídicas, políticas públicas, regulação de serviços na saúde, educação, assistência social, segurança e justiça, a fim de passar a tratar do atual cenário de exploração sexual de crianças e adolescentes¹¹.

Foram os principais objetivos do Terceiro Congresso, em um cenário de mobilização mundial de garantia dos direitos de crianças e adolescentes: 1- Analisar os novos cenários da

¹⁰ ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

¹¹ BRASIL. **Declaração do Rio de Janeiro e Chamada Para Ação Para Prevenir e Eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília: SEDH-PR, 2008.

exploração sexual na contemporaneidade; 2- Identificar avanços e lacunas no marco legal e na responsabilização; 3- Compartilhar experiências de implementação de políticas intersetoriais; 4- Ampliar parcerias com o setor privado; 5- Definir estratégias e metas possíveis de serem pactuadas em cooperação internacional¹².

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes, promulgado no ano de 2000 e atualizado em 2012, é a principal ferramenta de estudo das políticas que incorporam as políticas públicas de atendimento ao público infantojuvenil.

Assim, são os seguintes eixos estabelecidos (seis), dentro dos principais objetivos:

- 1) análise da situação (diagnosticar e caracterizar o fenômeno em todo o país);
- 2) mobilização e articulação (comprometer a sociedade civil, por meio de articulações nacionais e regionais, com o combate à situação);
- 3) defesa e responsabilização (empreender esforços na responsabilização dos agressores sexuais e na defesa da criança e do adolescente);
- 4) atendimento (efetuar e garantir atendimento especializado em rede a crianças e adolescentes expostos à violência sexual e a suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados);
- 5) prevenção (desenvolver ações preventivas contra a violência sexual e fortalecer a autodefesa de crianças e adolescentes);
- 6) protagonismo juvenil (promover a participação ativa de crianças e adolescentes na defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos).¹³

O Plano Nacional surgiu diante da necessidade vista através da sociedade civil, de enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes ativamente, com a garantia de defender os direitos deste público, resguardado por um instrumento legal. O dever da

¹² Mais informações em

<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e-resumos/2008/agosto/3-d-iii-congresso-mundial-de-enfrentamento-da-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes.pdf>.

¹³ BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil**. Brasília, 2000.

sociedade e da família na proteção infanto-juvenil une-se ao dever do poder público de criar estratégias adequadas à prevenção e mobilização para o enfrentamento.

Assim, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil objetiva “estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente”.

Nessa perspectiva, cada nível de governo possui sua responsabilidade de enfrentamento dentro do seu âmbito de administração. Assim, dentro dessa política, os municípios, por exemplo, podem participar do Plano de enfrentamento de início, por meio da criação de uma Comissão Municipal, a fim de aprovar dentro de seu município um plano municipal. Após isso feito, colocar em prática as ações necessárias para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nas cidades.

Adentra-se no enfrentamento deste cenário através das políticas da Assistência Social, em face de se tratar de violações de direitos. O Plano de Enfrentamento traz em seu corpo os seis eixos já estabelecidos anteriormente, e dentre eles, destacam-se os que são utilizados pela política de Assistência Social no enfrentamento a esta violência: o atendimento e a prevenção.

Dentro da assistência social, o enfrentamento a essa violência se dá através da prevenção (Proteção Social Básica - CRAS), e no atendimento às vítimas dentro dos CREAS, já adentrando a proteção social especial de média complexidade. Sendo assim, são os eixos em que o trabalho social é baseado: a atenção especializada, e a qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; trabalho em rede e interdisciplinaridade.¹⁴

Destaca-se que o foco central da política de assistência social trata-se do atendimento, o qual é realizado por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Trata-se da inserção dos indivíduos ou mesmo do núcleo familiar nas ações do serviço socioassistencial, dentre elas, podem ser: acolhida, ações comunitárias, oficinas, encaminhamentos, dentre outros.

Além disso, ainda que o atendimento dentro desta política, aja como uma resposta imediata a uma demanda, a situação a ser acolhida deverá ser estudada e tecnicamente analisada pelo profissional que está realizando o atendimento, a fim de tentar suprir as

¹⁴ BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2013.

demandas evidenciadas no indivíduo e/ou família. Dentro desse cenário, pode ser que venham a surgir novas demandas, com a necessidade de intervenção da rede de proteção em âmbitos maiores, assim como saúde e educação, ou até mesmo outros.

Ainda, o objetivo do atendimento dentro do SUAS é alcançar a obtenção dos serviços socioassistenciais ofertados pelo equipamento. Assim é garantido o cumprimento do objetivo de cada serviço socioassistencial descrito. Ainda, é importante ressaltar que os atendimentos podem acontecer em caráter individual, ou coletivo.

Os serviços socioassistenciais são organizados da seguinte forma, de acordo com normas descritas em Lei: Proteção Social Básica, com o serviço realizado nos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social); Proteção Social Especial, a qual é dividida entre a Média Complexidade, com o serviço realizado no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e a Proteção Social de Alta Complexidade, com o acolhimento institucional.

Na proteção social básica, o serviço realizado nos CRAS é o de prevenção de riscos, realizando diversas ações de combate à violência sexual, tratando-se assim do eixo da prevenção, previsto no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Nesse âmbito da prevenção, pode-se afirmar que o trabalho realizado nos CRAS atua como um ingresso do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como objetivo a oferta de serviços básicos e continuados às famílias em situação de risco e vulnerabilidade.

Após o trabalho realizado no âmbito da atenção social básica, pode ocorrer o acionamento do serviço do CREAS. A partir de então, trata-se da falha na proteção básica, considerando que a violência ocorreu, e é a partir desse momento que se inicia a busca pela proteção da criança ou adolescente. Nesse sentido, são realizados atendimentos para acompanhamento do núcleo familiar, no intuito de elaborar e colocar em prática os métodos necessários para a superação da violência, bem como o rompimento do ciclo, prevenindo a reincidência.

Dentro deste equipamento, é onde ocorre o eixo do atendimento, previsto no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes. Previsto no ECA (1990), os atendimentos especializados às vítimas de abuso são realizados no protagonista da atenção especial de média complexidade (CREAS), assim visando a proteção integral dos direitos da população infanto-juvenil.

Após a média complexidade, nos deparamos com a proteção social especial de alta complexidade, a qual, dentro do parâmetro da violência sexual contra crianças e adolescentes, trata-se do acolhimento institucional. É este o serviço no qual oferece a integral proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência, tratando-se de um risco social onde já ocorreu a violação de direitos.

As casas de acolhimento, por meio da institucionalização, oferecem a proteção integral por meio do serviço de moradia, alimentação, higiene, cuidados de saúde, trabalho, dentre outros. Os jovens institucionalizados persistem a possuir uma vida normal em sociedade, no entanto, longe do risco social em que viviam dentro do núcleo familiar do qual foram retirados. Entretanto, o enfrentamento a esta violência inicia-se na prevenção, o que deve acontecer não somente dentro dos serviços do equipamento responsável pelos atendimentos, mas sim por toda a rede de proteção à criança e ao adolescente, tratando-se de uma tarefa intersetorial. A rede integra diversas instituições que prestam serviços à defesa dos direitos infanto-juvenis e às suas famílias, assim como as escolas, as unidades básicas de saúde, e outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, observou-se que a fim de garantir a proteção em seu maior nível às crianças e adolescentes que encontram-se inseridos em contexto de violência sexual, é necessário que haja uma articulação entre a rede de proteção.

A rede pode não ser composta somente por setores de dentro da administração pública, mas também pode ser uma linha de trabalho entre órgãos e entidades de todo o sistema de garantia de direitos, como conselhos municipais, Ministério Público, Conselho Tutelar, Centros de Referência em assistência social (CRAS e CREAS), além da Delegacia de Polícia e Vara da Infância e Juventude.

O enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil requer um conjunto de políticas sociais, as quais serão complementadas pelas diversas áreas que integrarão a rede de proteção, tais como a saúde e a educação.

Para que se possa promover a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, é crucial que haja a capacidade de constituir redes de serviços intersetoriais, com a possibilidade de atuar integradamente. Assim, o serviço em rede deve caracterizar-se por responder a demandas específicas, com estudo das mesmas, a fim de verificar a necessidade da intervenção de cada área, bem como a forma em que se dará o serviço, de acordo com os níveis de complexidade do trabalho social.

É possível afirmar que a garantia destes direitos somente se dá diante da articulação da rede, por meio de diversos profissionais e instituições que integram a rede de proteção à criança e ao adolescente. Ainda assim, é de grande importância que o serviço se dê de forma concomitante, com o objetivo comum de atuação no intuito de superar a violência vivida, ou mesmo a prevenção para que não chegue a ocorrer a violação de direitos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção** - guia de orientação para educadores. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei Federal nº 8.069/90, Imprensa Oficial, CONDECA, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2013.

DREZETT, J. (2000). **Manejo integral da violência sexual pelos serviços públicos de saúde**. Novembro, 2004. Disponível em: <http://www.ipas.org.br/arquivos/jefferson/bolivia4.doc>.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Traduzido por Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p.94.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998, 262p.

KRISTENSEN, C.H., Flores, R.Z., & Gomes, W.B. (2002). **Revelar ou não revelar: uma abordagem fenomenológica do abuso sexual com crianças**. In M.A.T. Bruns & A. Furtado (Orgs.), *Psicologia e pesquisa fenomenológica: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Ômega.

LANDINI, S. T. (2005). **Horror, Honra e Direitos – Violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX**. Tese de Doutorado. Instituto de Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

VULNERABILIDADE DE GÊNERO EM DESASTRES CLIMÁTICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A PROTEÇÃO DE MULHERES E MENINAS NO RIO GRANDE DO SUL

VULNERABILIDAD DE GÉNERO EN DESASTRES CLIMÁTICOS: UN ANÁLISIS SOBRE LA PROTECCIÓN DE MUJERES Y NIÑAS EN RÍO GRANDE DO SUL

Alexsandra Galvão¹

Isadora de Brum²

Jaqueline Carvalho Quadrado³

João Vitor Marques Fagundes⁴

Marielle Miranda⁵

Resumo: O estudo analisa a vulnerabilidade de gênero em desastres climáticos, com ênfase na proteção de mulheres e meninas no Rio Grande do Sul. O tema central aborda como eventos climáticos extremos, agravados pelas mudanças globais, aprofundam desigualdades estruturais e expõem limitações históricas na garantia de direitos. O objetivo do estudo é analisar de que maneira a ausência de um marco legal sensível ao gênero e a falta de protocolos específicos contribuem para a intensificação de violências, inseguranças e desigualdades durante situações de emergência, especialmente nos abrigos temporários. A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica e documental, analisando legislações federais e estaduais, diretrizes governamentais, relatos jornalísticos e produções acadêmicas que tratam da crise climática de 2024 no estado. A análise evidencia que, embora a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil avance em termos de estrutura e procedimentos, ela não contempla a proteção de mulheres como eixo central da resposta humanitária. Além disso, denúncias de assédio e violência sexual em abrigos demonstram a fragilidade institucional diante das desigualdades de gênero. Destaca-se a urgência de incorporar a perspectiva de gênero na gestão de riscos, fortalecendo políticas públicas, capacitação de equipes, protocolos de segurança e ações intersetoriais que assegurem proteção integral a mulheres e meninas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade de gênero, Eventos Climáticos, Violência Sexual, Desigualdades Estruturais

¹ Discente de graduação no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. E-mail: alexsandrarosa.aluno@unipampa.edu.br

² Discente de graduação no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. E-mail: isadorabrum50@gmail.com

³ Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) (2014). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Mestrado e Doutorado) (PPGPP/Unipampa) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (Mestrado) (PPGCH/Unipampa).

⁴ Discente de graduação no curso de Direito na Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. E-mail: joaofagundes.aluno@unipampa.edu.br

⁵ Bolsista de Iniciação Científica do Ensino Médio. E-mail: marimirandayy@gmail.com

Resumen: El estudio analiza la vulnerabilidad de género en desastres climáticos, con énfasis en la protección de mujeres y niñas en Rio Grande do Sul. El tema central aborda cómo los fenómenos meteorológicos extremos, agravados por los cambios globales, profundizan las desigualdades estructurales y ponen de manifiesto las limitaciones históricas en la garantía de derechos. El objetivo del estudio es analizar cómo la ausencia de un marco legal sensible al género y la ausencia de protocolos específicos contribuyen a la intensificación de la violencia, la inseguridad y las desigualdades durante situaciones de emergencia, especialmente en refugios temporales. La metodología consiste en investigación bibliográfica y documental, analizando la legislación federal y estatal, directrices gubernamentales, informes periodísticos y producciones académicas que abordan la crisis climática de 2024 en el estado. El análisis evidencia que, aunque la Política Nacional de Protección y Defensa Civil avance en términos de estructura y procedimientos, no contempla la protección de las mujeres como eje central de la respuesta humanitaria. Además, los informes de acoso y violencia sexual en los refugios demuestran fragilidad institucional ante las desigualdades de género. Se destaca la urgencia de incorporar la perspectiva de género en la gestión de riesgos, reforzando las políticas públicas, la formación en equipos, los protocolos de seguridad y las acciones intersectoriales que garanticen la protección total de mujeres y niñas.

Palabras clave: Vulnerabilidad de género, Eventos Climáticos, Violencia Sexual, Desigualdades Estructurales

1 INTRODUÇÃO

Diante da evolução das consequências do aquecimento global, os desastres ambientais tornaram-se parte do cotidiano da sociedade. As mudanças climáticas intensificam a frequência e a severidade desses eventos, ampliando vulnerabilidades socioambientais e expondo desigualdades estruturais, particularmente de gênero. Mulheres em contextos de pobreza, pertencentes a comunidades tradicionais ou residentes em áreas de risco, são afetadas de forma desproporcional por eventos climáticos extremos, devido a obstáculos específicos que enfrentam.

Esses desafios incluem dificuldade de acesso a recursos essenciais, limitações à mobilidade, comprometimentos na saúde reprodutiva e exclusão dos processos decisórios relacionados à resposta e reconstrução pós-desastre. Conforme Wernke (2024), mulheres e crianças em abrigos temporários estão expostas a novos traumas e violações, agravando sua já fragilizada situação. Fatores como falta de segurança, vigilância precária, ambientes mal iluminados e ausência de controle de acesso facilitam abusos e dificultam a identificação de situações violentas. A autora ressalta que mulheres são as mais impactadas por desastres

ambientais e tornam-se mais vulneráveis a violências física, sexual, psicológica e econômica nesses contextos, uma vez que os abrigos frequentemente não oferecem condições adequadas de segurança e privacidade (Wernke, 2024).

A ocorrência de eventos climáticos extremos, como inundações e desastres hidrológicos, não é um fenômeno isolado ou inédito no Rio Grande do Sul, mas sim uma problemática recorrente (Ogassawara, 2015). Localidades ao longo da bacia do Rio Uruguai, por exemplo, sofrem com enchentes constantes, cuja frequência e amplitude são intensificadas pela ocupação do solo, impermeabilização de áreas de drenagem e crescimento urbano inadequado (Ogassawara, 2015). Fatores como a análise morfométrica de bacias é crucial para a previsão da vulnerabilidade a enchentes e inundações (Ogassawara, 2015).

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei Federal nº 12.608/2012, estabeleceu um novo paradigma, englobando ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. O Rio Grande do Sul buscou se adequar, promulgando o Decreto Estadual nº 51.547, de 3 de junho de 2014, para dispor sobre o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC).

Contudo, até eventos recentes, prevalecia a crítica de que o estado do Rio Grande do Sul carecia de um sistema legislativo capaz de articular ações de forma plena e sistêmica entre órgãos estaduais, federais, municipais e a sociedade civil para a gestão de riscos de desastres. Além disso, a Constituição Estadual exigia que o sistema de Defesa Civil fosse regulado por Lei Complementar, e não apenas por Decreto, como era feito em 2014 (Decreto nº 51.547/2014). Essa ausência de um marco legal robusto e alinhado intensifica a injustiça dos desastres, que reside na incapacidade do Direito de assegurar proteção adequada às pessoas vulneráveis (Roso, 2025). O trabalho tem como propósito identificar como a falta de legislação com enfoque de gênero e a carência de procedimentos próprios ampliam situações de violência, vulnerabilidade e desigualdade durante emergências, sobretudo nos abrigos provisórios.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A Vulnerabilidade de Gênero como Fator Estrutural de Risco

No contexto das análises contemporâneas sobre desigualdades e impactos climáticos, torna-se evidente que a integração entre clima e gênero ainda avança de forma lenta. A

discussão sobre clima historicamente negligenciou a perspectiva de gênero, refletindo um campo marcado por discursos políticos estereotipadamente masculinos. De acordo com Rosa (2025, p. 209)

[...] até pouco tempo atrás, as interações entre as relações de gênero e as mudanças climáticas era um tema que estava obscurecido, um tanto quanto apagada pelo discurso político, que é estereotipicamente masculino. Porém, já se fazem presentes várias abordagens alternativas para se pensar nos aspectos sociais das mudanças climáticas, como a justiça climática e os direitos humanos. No entanto, a equidade de gênero ainda não tem sido necessariamente expressiva nessas alternativas.

Esse cenário mostra que, mesmo com alguns avanços importantes, incorporar de forma efetiva a perspectiva de gênero ainda é um desafio especialmente em contextos onde desigualdades estruturais aprofundam vulnerabilidades em situações de crise climática. As discussões sobre as mudanças climáticas se concentram apenas no viés econômico e social, marginalizando a desigualdade de gênero que se produz e se reproduz nesses contextos. (Rodrigues, 2018)

O patriarcado estabelece que as desigualdades entre homens e mulheres são algo estrutural na sociedade. O Brasil e o Rio Grande do Sul estão inseridos em uma realidade marcada pelo machismo e altos índices de violência contra a mulher, em um cenário de desastre climático, onde ocorre a desagregação temporária da ordem social e a escassez de recursos básicos, as desigualdades históricas são expostas e agravadas. (Rosa, 2025)

Nesse contexto, compreender a produção das vulnerabilidades é fundamental para analisar por que determinados grupos são mais atingidos por eventos climáticos extremos. Como ressalta Rosa (2025, p. 210)

As vulnerabilidades fazem uma conexão entre as dinâmicas globais da sociedade e os espaços em que os riscos atingem territórios e populações. Essas vulnerabilidades e processos de vulnerabilização se desdobram de modelos de desenvolvimento que introduzem e multiplicam riscos ocupacionais e ambientais em nome do crescimento produtivo e econômico. Essas vulnerabilidades, ao mesmo tempo, reproduzem relações sociais que concentram poder e riquezas que produzem e mantêm desigualdades.

Essa perspectiva evidencia que os impactos dos desastres não são meramente naturais, mas profundamente estruturados por relações sociais e políticas que definem quem pode se proteger e quem permanece exposto.

A carência legislativa e de protocolos no contexto da gestão de riscos de desastres é particularmente grave quando se aplica às populações historicamente mais marginalizadas, especialmente mulheres e meninas (Rosa, 2025). O foco aqui é a ausência de um olhar

interseccional no arcabouço normativo que pudesse prevenir a violência de gênero durante as fases de resposta aos desastres, como no acolhimento em abrigos.

Pesquisas demonstram que a vulnerabilidade histórica das mulheres é intensificada durante eventos catastróficos (Roso, 2025). A vulnerabilidade perpassa pela falta de reconhecimento de subjetividades, dificultando o exercício de direitos em situações extremas. O Rio Grande do Sul, como parte do Brasil e da América Latina, insere-se em uma realidade marcada pelo machismo e altos índices de violência contra a mulher (Bogdanovicz, 2023).

A interseccionalidade revela que o sofrimento das minorias resulta da sobreposição de opressões de gênero, raça e classe. Normas sociais enraizadas em relações de poder expõem as mulheres à vulnerabilidade. Em um contexto de desastre, a desagregação temporária da ordem social e a escassez de recursos básicos podem agravar a discriminação de gênero e fazer emergir novas formas de opressão (Roso, 2025).

Em abrigos temporários, após eventos climáticos extremos, nasce uma "tragédia mais oculta", o aumento do risco de assédio sexual, estupro e violência (Wernke, 2024). Mulheres e meninas têm maior probabilidade de morrer em tragédias naturais, e a marginalização social delas em desastres se manifesta como: maiores chances de sofrer atos de violência, incluindo exploração sexual; menor representatividade em espaços de tomada de decisão; maiores dificuldades no acesso à renda e à propriedade.

2.2 Insuficiência do Marco Legal Focado na Proteção Feminina

A legislação federal e estadual de Defesa Civil, embora detalhada em procedimentos burocráticos e logísticos (como a decretação de Situação de Emergência e a transferência de recursos), falhava em abordar a proteção específica das mulheres. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012), embora abranja ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, e mencione a necessidade de organização e administração de abrigos provisórios em condições adequadas de higiene e segurança, essa lei e legislações correlatas (como a Lei nº 12.187/2009) não previam proteção específica para mulheres em vulnerabilidade agravada por desastres.

O Decreto Estadual nº 51.547/2014, que regia o SIEPDEC, estabelecia a estrutura do sistema, incluindo o Conselho Estadual (COEPDEC) e a Coordenadoria Estadual (CEPDEC),

e definia as ações de proteção e defesa civil como prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. No entanto, nenhuma menção direta era feita à necessidade de protocolos de gênero específicos nesses documentos.

Os Planos de Contingência Municipais, que são instrumentos operacionais cruciais, exigiam conteúdo mínimo como rotas de fuga, pontos seguros, abrigos, e ações de atendimento médico-hospitalar e psicológico aos atingidos. Contudo, não havia, na legislação de Defesa Civil existente, uma exigência explícita para que esses planos abordassem protocolos de segurança e prevenção à violência sexual baseada em gênero nos abrigos.

A tragédia climática no Rio Grande do Sul trouxe à tona essa lacuna, com denúncias de crimes sexuais e assédio em abrigos. Fatores como a falta de segurança, privacidade e treinamento inadequado dos funcionários contribuem para aumentar o risco de abusos. As chuvas sem precedentes atingiram o estado em abril de 2024, resultando em enchentes e deslizamentos de terra de proporções devastadoras dos dias 27 de abril a 14 de maio de 2024.

Segundo dados da Polícia Civil-RS (Souza; Otto, 2024, online) foram registrados 5 denúncias de crimes sexuais como uma tentativa de estupro, um abuso de vulnerável e casos de importunação sexual durante as primeiras semanas da crise climática. Diante desse cenário, o Ministério das Mulheres deparou-se com um fenômeno já conhecido na história da humanidade: em tragédias e guerras, mulheres e crianças são as que mais sofrem com violência física e psicológica devido à sua vulnerabilidade. Buscando combater e prevenir tais abusos, o Ministério, em parceria com a ONU Mulheres, elaborou as "Diretrizes de Proteção às Mulheres e Meninas em Situações de Emergências Climáticas".

Embora tardias, tais diretrizes representam uma conquista significativa para os direitos das mulheres, uma vez que legislações anteriores como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) e a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) não previam proteção específica para mulheres em situação de vulnerabilidade agravada por desastres. A autora Roso (2025) argumenta que os desastres revelam uma falha do sistema jurídico em lidar eficazmente com riscos, e que a injustiça inerente a esses eventos reside na incapacidade do Direito de assegurar proteção adequada às pessoas vulneráveis.

A teoria da interseccionalidade, conforme apresentada pela autora, demonstra que o sofrimento vivenciado por minorias de direitos resulta da sobreposição de opressões, o que demanda políticas que não se restrinjam a enfoques exclusivos de raça ou gênero. Roso

(2025) ainda destaca que, de acordo com normas sociais enraizadas em relações de poder, as mulheres estão mais expostas à vulnerabilidade.

Desastres podem levar à escassez de recursos básicos e à desagregação temporária da ordem social, contexto em que a competição entre indivíduos se intensifica, a discriminação de gênero se agrava e novas formas de opressão podem emergir. A autora Bogdanovic (2023) chama a atenção para o fato de o Brasil possuir um dos mais altos índices de violência contra a mulher do mundo, inserido em uma realidade latino-americana marcada pelo machismo.

Para a autora, é essencial que o contexto de desastres ambientais seja tratado com maior atenção pelas autoridades, superando uma lógica meramente criminal e incorporando a perspectiva de gênero de forma interseccional na legislação, nas políticas públicas e nas práticas institucionais (Bogdanovic, 2023). Em suma, os desastres ambientais impactam desproporcionalmente as mulheres, intensificando os ciclos de pobreza, violência e exclusão.

Para combater a dupla vitimização (pelo desastre e pela exposição em alojamentos que falham em entregar dignidade), propõe-se medidas urgentes e eficazes, que demandam um reforço no marco legal, como tais medidas: Fortalecimento da Segurança e Privacidade; Treinamento Especializado e Integração de Políticas (Wernke, 2024).

A jurista Wernke (2024) sugere ainda uma emenda ao Estatuto da Vítima (PL 3890/2020) para incluir explicitamente o termo "crise climática" e a caracterização de gênero no texto. Isso garantiria uma proteção mais direcionada e combateria a falha em usar apenas o termo genérico "calamidade pública" (Wernke, 2024). Essa alteração legislativa seria um passo fundamental para promover a justiça climática, reconhecendo que as vítimas de eventos extremos (como enchentes, secas) sofrem de forma desigual, sendo os mais vulneráveis os mais prejudicados (Wernke, 2024).

A emergência climática e os relatos de abusos e assédios impulsionaram a necessidade imediata de diretrizes especializadas. O que levou à criação dos protocolos de gênero foi a demanda urgente de proteção para mulheres e meninas, que, devido às desigualdades de gênero, racismo estrutural e desigualdades econômicas, sofrem as consequências dos desastres com maior intensidade.

Em resposta à crise, o Ministério das Mulheres articulou um protocolo de segurança em maio de 2024, visando a proteção em abrigos e o fortalecimento da assistência. A criação dessas diretrizes, embora tardia, é uma conquista significativa para os direitos das mulheres. O Ministério das Mulheres enviou, em 29 de maio de 2024, as “Diretrizes de Proteção às

Mulheres e Meninas em Situações de Emergências Climáticas" para o governo do RS e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

Este documento foi elaborado em parceria com a ONU Mulheres e com o apoio de representantes da sociedade civil do RS e agentes governamentais, baseando-se em documentos nacionais, internacionais e na experiência da ONU Mulheres em emergências similares. Além disso o Ministério da Saúde criou as “Diretrizes para Profissionais de Saúde Abrigos Temporários” e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome criou a “Gestão e Funcionamento dos Abrigos Temporários no SUAS”, demonstram um esforço institucional em incorporar esta dimensão na resposta humanitária. Ambos os documentos reconhecem que as condições de abrigamento coletivo exacerbam as vulnerabilidades sociais preexistentes, resultando em maior exposição à violência baseada em gênero.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que os desastres climáticos no Rio Grande do Sul não podem ser compreendidos apenas como eventos naturais imprevisíveis, mas como fenômenos atravessados por desigualdades históricas, sociais e políticas. As enchentes de 2024 expuseram a fragilidade crônica do Estado brasileiro no que se refere à proteção de mulheres e meninas, revelando a incapacidade das instituições de assegurar respostas minimamente adequadas diante de situações de emergência. A ausência de um marco legal estruturado, a falta de protocolos específicos e a desarticulação entre os entes federativos confirmam que a gestão de riscos ainda opera sob uma lógica tecnicista que ignora desigualdades de gênero como fator determinante de vulnerabilidade.

Os episódios de violência, assédio e insegurança em abrigos temporários demonstram falhas que não são circunstanciais, mas estruturais. A inexistência de medidas preventivas, a falta de capacitação das equipes, a ausência de controle de acesso e as condições inadequadas de acolhimento evidenciam um Estado que atua ativamente, sempre depois que as violações ocorrem, ao invés de agir preventivamente. Tal postura reforça um ciclo de negligência institucional que perpetua a invisibilidade das demandas de mulheres e meninas em situações de desastre.

Além disso, os desastres agravam apenas desigualdades previamente existentes,

derivadas de uma sociedade marcada pelo patriarcado, racismo estrutural e desigualdades econômicas profundas. A inexistência de políticas públicas interseccionais contribui para que mulheres pobres, negras, periféricas ou residentes em áreas de risco sejam as mais atingidas e as menos protegidas.

Ainda que a criação das Diretrizes de Proteção às Mulheres e Meninas em Situações de Emergências Climáticas represente um avanço, ela surge tardiamente e evidencia a ausência histórica desse debate no campo da Defesa Civil. A implementação desse tipo de documento, por si só, não é suficiente, é necessário um processo contínuo de revisão legislativa, formação profissional, monitoramento e responsabilização.

Conclui-se que enfrentar a vulnerabilidade de gênero em desastres climáticos exige muito mais do que ações emergenciais. Requer um reposicionamento político e institucional que reconheça que a justiça climática só será possível quando as desigualdades estruturais forem enfrentadas de modo sistemático. Isso implica incorporar a perspectiva de gênero em todas as fases da gestão de riscos, fortalecer o arcabouço legal, garantir investimentos públicos e construir políticas que realmente respondam às necessidades da população.

REFERÊNCIAS

BOGDANOVICZ, Fabiane Kravutschke; STEFANI, Silvio Roberto. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o combate à violência de gênero: uma revisão sistemática da literatura brasileira.** Serviço Social em Revista, v. 26, n. 1, p. 214-234, 2023.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. **Inundações: diretrizes para profissionais de saúde: abrigos temporários.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária. Brasília, DF: MS, 2024.

BRASIL. **Gestão e Funcionamento dos Abrigos Temporários no SUAS.** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS, 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 abr. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Ministério das Mulheres envia para o governo do RS diretrizes para atendimento a mulheres e meninas em situações de emergência climática.** 31 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/maio/ministerio-das-mulheres-envia-para-o-governo-do-rs-diretrizes-para-atendimento-a-mulheres-e-meninas-em-situacoes-de-emergencia-climatica>. Acesso em: 16 nov. 2025.

OGASSAWARA, Jéssica Fernanda. Et al.,. **Análise morfométrica dos afluentes principais da bacia hidrográfica do rio Uruguai e sua influência nas enchentes na cidade de Itaquí-RS.** 2015.

ONU MULHERES. **ONU Mulheres colabora com governo brasileiro em Diretrizes de Proteção às Mulheres e Meninas em Situações de Emergências Climáticas.** Publicado em jun de 2024.

RODRIGUES, Viviane Isabela. **A Trajetória histórica da violência de gênero no Brasil.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória/ES, dezembro de 2018.

ROSA, Luana Silva da. **O QUE O VENTO SOPRA: MULHERES EM MEIO A EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS NO RIO GRANDE DO SUL.** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

ROSO, Bianca; ESPINDOLA, Angela. **A vulnerabilidade de gênero e raça nos desastres e o homem que confundiu a mulher com um chapéu.** Revista Jurídica, v. 6, n. 1, p. 15-15, 2025.

SOUZA, Felipe; OTTO, Fernando. **Mulheres relatam alívio em abrigos exclusivos no RS: polícia diz que abusos são exceções.** BBC News Brasil, Porto Alegre, 14 maio 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c88z4rj545do>. Acesso em: 4 nov. 2025.

WERNKE, Ana. **Crise climática e gênero: o duplo flagelo das vítimas de eventos climáticos extremos.** Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa, v. 2, n. 2, 2024.

Eixo 02 – Modo de produção capitalista, eventos climáticos extremos e banalização da vida:

Capitalismo dependente; Capitalismo predatório; Trabalho e questão social; Mudanças climáticas e responsabilidades do Poder Público; Desastres, Fundo público e políticas públicas.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A FORMAS SOCIAL DO CAPITAL: TRABALHO E EXPLORAÇÃO

LAS FORMAS SOCIALES DEL CAPITAL: TRABAJO Y EXPLOTACIÓN

Vitória Regina da Silva¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o trabalho no modo de produção capitalista, compreendendo-o como elemento central da valorização de Capital da exploração de classe. Parte-se da concepção marxiana de que o trabalho, enquanto atividade de produção da vida, adquire, sob o capitalismo, um caráter singular, em que o trabalhador é separado dos meios de produção e reduzido à condição de vendedor de sua força de trabalho. A investigação se apoia na crítica da economia política e pela análise teórico-conceitual desenvolvidas por Marx, tais como: valor, mercadoria e força de trabalho. Tal perspectiva possibilita compreender como o capitalismo constitui a forma mais sofisticada de exploração já existente, uma vez que oculta a exploração e naturaliza a submissão do assalariado à lógica do capital. A análise evidencia que, diferentemente das formas históricas anteriores de dominação, como a escravidão e a servidão, o capitalismo transforma a exploração em uma relação aparentemente livre e igual, mediada pela troca de mercadorias. Conclui-se que o desvelamento dessa aparência é condição necessária para a crítica radical de destruição da sociedade capitalista e para organização da classe capaz de superar o capitalismo.

Palavras-chave: trabalho; capitalismo; exploração.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar el trabajo en el modo de producción capitalista, entendiéndolo como elemento central de la valorización del capital de la explotación de clase. Se parte de la concepción marxista de que el trabajo, como actividad de producción de la vida, adquiere, bajo el capitalismo, un carácter singular, en el que el trabajador se ve separado de los medios de producción y reducido a la condición de vendedor de su fuerza de trabajo. La investigación se basa en la crítica de la economía política y en el análisis teórico-conceptual desarrollado por Marx, tales como: valor, mercancía y fuerza de trabajo. Esta perspectiva permite comprender cómo el capitalismo constituye la forma más sofisticada de explotación que existe, ya que oculta la explotación y naturaliza la sumisión del asalariado a la lógica del capital. El análisis pone de manifiesto que, a diferencia de las formas históricas anteriores de dominación, como la esclavitud y la servidumbre, el capitalismo transforma la explotación en una relación aparentemente libre e igualitaria, mediada por el intercambio de mercancías. Se concluye que desvelar esta apariencia es una condición necesaria para la crítica radical de la destrucción de la sociedad capitalista y para la organización de la clase capaz de superar el capitalismo.

¹Assistente Social pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Apucarana-PR). Mestranda do PPGSSDR, da Universidade Federal Fluminense (UFF/ Niterói-RJ).

Palabras clave: trabajo; capitalismo; explotación.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo discutir a especificidade do trabalho na sociabilidade capitalista, apreendendo-o em sua determinação histórica como forma social mediada pela relação de troca das mercadorias. Partindo da crítica da economia política desenvolvida por Karl Marx, busca-se compreender o modo pelo qual o trabalho, em sua forma assalariada, torna-se a base da produção e reprodução do capital, convertendo-se de atividade humana criadora de valores de uso em meio de extração de mais-valor.

Para isso, analisa-se a constituição do trabalho historicamente determinado como atividade de produção social da vida e, simultaneamente, a transformação histórica que o submete à lógica da valorização do valor do trabalho assalariado. Demonstra-se que o capitalismo, ao generalizar a produção de mercadorias, produz também um tipo peculiar de relação social, além da que oculta a exploração sob a aparência de igualdade jurídica e liberdade contratual, é aquela que não se processa para além da mediação das mercadorias.

A reflexão proposta busca evidenciar como a capacidade de trabalho, ao ser transformada em mercadoria, torna-se o elemento central da dinâmica de acumulação e da contradição fundamental entre valor e valor de uso. Ao desvelar o caráter oculto dessa relação, pretende-se contribuir para o debate acerca das formas atuais de exploração do trabalho e de suas consequências para a vida social e a necessidade da classe trabalhadora de se inserir ao programa revolucionário para o fim do Capital.

2 DESENVOLVIMENTO

O trabalho, em geral, historicamente determinado é a atividade de apropriação humana da matéria natural de forma útil, para a materialização de objetos de uso para satisfação das necessidades. Deste modo, os produtos criados pelas mãos dos trabalhadores, são materializados em valores de uso. O valor de uso do objeto é consumido pela humanidade no ato do uso como objeto útil.

Essa atividade ocorreu durante o percurso da humanidade independentemente do tipo de relação e organização em uma sociedade. Por essa razão, podemos inferir que os produtos

derivados do trabalho humano é onde, historicamente encontramos os conteúdos materiais da riqueza coletiva construída pelos humanos em sociedade (Marx, 2023, p. 255-277).

Porém, ao atingir o modo de produção tipicamente capitalista, o processo de trabalho e a produção da vida, assume característica especificamente determinada. Fazendo desta sociedade baseada na relação social das mercadorias. Sendo assim, o produto do trabalho é fundamentalmente destinado à extração do valor de uso específico de uma mercadoria especial: a força de trabalho, que adquire este qualificativo por ser fonte de mais-valor (Marx, 1978).

Nesse sentido, a principal diferença entre o trabalho como atividade em geral, historicamente determinada, e o formato de trabalho estritamente capitalista está no fato de que, nesta forma social, o sujeito produtor, isto é, o trabalhador, é separado dos meios de produção dos produtos que serão transformados em mercadorias, ao mesmo tempo em que as relações sociais passam a ocorrer apenas por intermédio dessas mercadorias. Não lhe resta nada além da venda de sua força de trabalho como mercadoria, comprada pela classe dos capitalistas (Marx, 2023, v. I).

A Força de Trabalho é a capacidade de o trabalhador em exercer uma atividade durante uma jornada de trabalho, ou seja, o “conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (Marx, 2023, p. 242, V.I).

O que distingue, portanto, o trabalho na forma assalariada é sua condição de trabalho livre. Pois, uma vez que o trabalhador não é propriedade de um dono, como ocorria na forma social escravista, e também porque não é servo, como no período feudal. No entanto, essa liberdade se dá dentro dos limites impostos pelo mercado de trabalho, onde o trabalhador é forçado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Agora, o trabalhador não pertence mais a um ou outro dono, mas pertence à classe dos capitalistas, cabendo a ele encontrar quem queira comprá-la.

Este vê-se forçado a tornar-se trabalhador assalariado participando da relação de troca como vendedor de sua força de trabalho; porém, o faz apenas por um tempo determinado, correspondente a uma jornada de trabalho previamente acordada. Pois, caso vendesse sua força de trabalho integralmente, estaria vendendo a si mesmo, e o comprador tornar-se-ia proprietário de sua própria pessoa como mercadoria. Tal situação, entretanto, configurar-se-ia como uma relação de escravidão, e o trabalhador, como escravo, deixaria de ser um indivíduo

livre e de atuar como agente da troca, rompendo, assim, com a lógica da relação capitalista de troca (Marx, 2023).

Tal condição faz do modo de produção capitalista um tipo de sociedade baseada na produção de mercadoria para acumulação de Capital. Fundamentando um modo de produzir a vida, regido por uma classe que é expropriada e outra que expropria, para obtenção do lucro por meio do máximo de exploração do trabalho humano (Marx, 2023).

Dessa forma que se desenha no capitalismo, as mercadorias o que são e fazem o que fazer, por constituírem um duplo caráter: valor de uso, e Valor. Valor de uso pela razão aqui já explicitada: por conter atributo útil em suas propriedades de satisfação das necessidades humanas; e Valor por possuir em sua substância trabalho humano abstrato.

Abstrato por se tratar de trabalho que é indiferente e não ser o exato ato de sua qualidade, embora o seja também². Não se refere ao trabalho individual do professor, do padeiro, do engenheiro, do assistente social etc. Mas quer dizer a sobredeterminação desses trabalhos individuais a um trabalho universal: *in abstrato*, da forma de organização do trabalho no capitalismo. Retirando as particularidades do trabalho do professor, do padeiro, do engenheiro e do assistente social, o que nos resta? Apenas trabalho abstrato. Este, por sua vez, ganha corpo específico ao se realizar como substância do valor contido na mercadoria³.

A esse respeito, vale destacar os vários tipos de atividade de trabalho pode até ser realizado por indivíduos isolados, porém, se não estiver submetido à lógica da compra e da venda, o que dificilmente ocorreria já que os insumos para execução das atividades são encontrados no mercado, não tem utilidade para a relação social de produção capitalista, por esse motivo, a tendência é a de ser suprimido (Marx, 2012).

Dessa exposição tiramos que é termo denominado trabalho abstrato, assim é dito pois, não é o trabalho para fabricação da coisa concreta, como: lápis, caneta, ou ensino; assim, não se refere especificamente ao trabalho de fabricação de um lápis ou de um diretor de uma escola, mas o trabalho humano e abstrato que os iguala tendo em vista a conclusão que um ou outro, são trabalho.

Esse trabalho é produtor de mercadorias que possuem valores de uso, para satisfação das necessidades humanas material ou imaterial que provêm tanto “do estômago” quanto “da imaginação”. Mas esses valores de uso, no capitalismo, apenas servem como suporte material

²Aqui, trata-se de um entendimento dialético-materialista que parte de diferentes níveis de abstração, componente indispensável para a compreensão de O Capital, de Marx, bem como de suas demais obras.

³Sessão I do capítulo 1 de O Capital de Marx: A mercadoria.

de valor, medido em tempo e efetivado na relação de troca, enquanto valor de troca (Marx, 2023, p. 97).

O Valor, portanto, é a qualidade específica da mercadoria adquirida no modo de produção capitalista. O trabalho nessa sociedade se apresenta, então, em uma dupla forma: como trabalho concreto no valor de uso das mercadorias e como trabalho abstrato socialmente necessário medido em tempo, que se manifesta no valor de troca e se efetiva no consumo (Marx, 2023).

Assim, o trabalho concreto é o preenchimento concreto dos valores de uso do trabalho abstrato evidenciado em tempo. Desta maneira, as relações que estabelecemos com o mundo material possuem aparência por meio da “enorme coleção de mercadoria”. A mercadoria e seu meio de acesso a ela, o dinheiro, é, nesse sentido, quem primeiro aparece na relação social no capitalismo. Tudo acontece por meio dela, mas ela mesmo esconde sua essência (Marx, 2023, p. 113, V.I).

Isso ocorre de modo que, ao nascermos precisamos estabelecer relações sociais que são feitas por intermédio das mercadorias e para isso, precisamos do equivalente geral das mercadorias: o dinheiro. Essas relações de troca de mercadoria que precisamos estabelecer na troca de dinheiro por mercadoria, ocorrem em função de ser nosso único modo de acesso às condições de existência, como acesso aos bens de: alimento, vestimenta, habitação e entre outros (Marx, 2023).

Por este caminho verificamos que está é a maneira pela qual o indivíduo se relaciona com o mundo material nesta sociedade, que os obriga a envolver-se com as mercadorias como forma de existência, relacionando-se por meio da compra e venda (ibidem, 2023),

Para as mercadorias se trocarem, pressupõe-se dois agentes, pois, “não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado”, para que elas existam, e portanto, cheguem às mãos de seu comprador, precisa antes de um vendedor (Marx, 2023, p. 153, V.I). Como encadeamento lógico disso, é necessário que primeiro, um indivíduo as produza e, ele ou outro, as leve ao mercado a partir de uma relação de produção e circulação⁴.

Já que os humanos como organismo vivo precisam comer para sobreviver biologicamente, eles precisam, antes, buscar nas relações de troca de mercadorias. Do mesmo

⁴No capitalismo, o proprietário dos meios de produção, e, portanto, dono da mercadoria, é quem a leva ao mercado (processo de circulação), enquanto sua produção (processo de produção) é efetivamente realizada pelo trabalhador assalariado, proprietário de sua força de trabalho. Embora o produto de seu trabalho não lhe pertença, pois este foi vendido ao capitalista, é o trabalhador, contudo, quem produz tudo (Marx, 2023, v. I).

modo, as mercadorias, são o único meio que permite que as relações sociais entre indivíduos e a natureza se estabeleçam. Portanto, elas desempenham um papel central na forma como trocam entre si seus modos determinados de trabalho e de vida dentro do modo de produção capitalista (Marx, 1978).

Preparados por esse entendimento, o exposto aqui indica que devemos lidar com dois fatores decisivos a este respeito: o primeiro é que o Valor contido na mercadoria é produzido pelos trabalhadores, os despossuídos dos meios de produção e vendedores de sua Força de Trabalho. Como decorrência do primeiro, o segundo é que o produto do trabalho feito pelo trabalhador não lhe pertence, mas sim ao capitalista (por meio da apropriação formal do trabalho alheio) proprietário dos meios de produção, isto é: da matéria-prima de produção, das ferramentas, das máquinas e os meios financeiros que permite a esse proprietário comprar, inclusive, a mercadoria Força de Trabalho (Marx, 2010, p. 29).

Essa dinâmica implica num desenvolvimento crescente e abrupto das forças produtivas, que ao mesmo tempo entra em choque com o laço social de produção da vida. Assim, o capitalismo avança apenas destruindo forças produtivas, por sua contradição originária entre Valor e Valor de uso desdobrada.

Com efeitos, essa contradição gera excedente de produção e a transformação de uma massa da população cada vez maior de Força de Trabalho disponível (Marx, 2023). Aumentando o número de mercadoria produzida e ao mesmo tempo que os compradores das mercadorias não conseguem absorver a enorme quantidade produzida. Isso ocorre, justamente porque a grande maioria das pessoas encontra-se despossuída das condições materiais de apropriação dessas mercadorias (Marx, 2023).

Assim, o trabalhador constitui o traço de classe separada do acesso aos meios de produção vendedora de Força de Trabalho. No entanto, para o Capital o valor de uso específico da mercadoria Força de Trabalho possui uma qualidade especial que a diferencia das demais: é a única capaz de criar Valor e, quando tratada adequadamente, pode tornar-se fonte de um Valor maior do que ela própria possui (Marx, 2010, p. 28).

O fato de a força de trabalho possuir a capacidade de gerar mais valor do que ela própria constitui o objetivo único do capitalista ao comprar essa mercadoria. Para que o capitalista pudesse encontrar tal mercadoria, foi necessário que algumas condições fossem previamente estabelecidas. Assim, para que existam indivíduos possuidores de capacidade de trabalho, e que, portanto, sejam forçados a vendê-la no mercado, foi antes preciso que fossem

despossuídos dos meios de produção e se tornassem agentes de troca, juridicamente livres (idem, 2010).

Dessa maneira, a disposição do trabalhador de vender sua mercadoria à Força de Trabalho não é uma escolha. Por que, então, ele a vende? Para sobreviver. Não como fonte de realização, mas como atividade vital para assegurar suas condições biológicas de existência, sem sequer considerar o trabalho executado parte de sua vida.

Em suma, conseguimos dizer que, embora a Força de Trabalho seja uma mercadoria que o seu proprietário privado, o trabalhador assalariado, vende ao Capital, ela nem sempre foi mercadoria, a vista disso, o trabalho nem sempre foi assalariado, como dizem perpetuadores eternos do capitalismo.

Sendo assim, o capitalismo representa a forma mais sofisticada de exploração do trabalho já existente, tornando-se a única forma social capaz de ocultar a coerção presente na exploração do trabalho forçado. Diferentemente do escravo, que tinha plena consciência de sua condição de explorado, e do servo feudal, que reconhecia sua condição de servidão, no capitalismo o trabalhador acredita receber pelo seu trabalho.(Marx, 2010).

Assim, sua condição de exploração é velada, embora esteja escancarada, o que dificulta sua elevação de consciência, sobretudo porque seus sindicatos, que deveriam cumprir esse papel, encontram-se corrompidos.

No capitalismo, a exploração não se apresenta de forma explícita, mas de modo indireto e disfarçado, mistificada pela aparência de uma livre troca entre iguais. Isso porque, na forma específica de organização do trabalho e das relações sociais de produção capitalistas, o trabalhador já não pertence diretamente a um ou outro dono como no escravismo ou no feudalismo. Agora, ele pertence à classe dos capitalistas, cabendo-lhe a tarefa de encontrar quem queira comprá-lo, isto é, adquirir sua Força de Trabalho, e submetê-lo às exigências da exploração ditadas pelo Capital.

Ocorre que, ao vender sua Força de Trabalho, o “produto de sua atividade tampouco é o objetivo da sua atividade”, o que o trabalhador produz para si próprio e, o objetivo de sua atividade ele o faz, antes de mais nada, pelo salário (Marx, 2010, p. 36).

O salário enquanto meio de pagamento em dinheiro do valor da Força de Trabalho. Seu Valor, como toda e qualquer mercadoria, é determinado pelo tempo socialmente necessário para produzi-lo, como esta mercadoria humana é peculiar, seu a grandeza de seu valor é medida no tempo socialmente necessário para sua existência segundo sua qualificação.

Ou seja, o tempo socialmente necessário para a produção daquelas mercadorias necessárias para subsistir.

Uma vez que este é o único meio legal que permite o trabalhador conseguir dinheiro para adquirir os bens necessários à sua subsistência. Ele primeiro precisa existir “como trabalhador e, em segundo, como sujeito físico”, vê-se obrigado a não ser outra coisa senão trabalhador assalariado. (Marx, 2010, p. 81).

Assim a força de trabalho, é vendida ao capitalista numa espécie de aluguel, durante uma jornada de trabalho⁵. O capitalista como comprador, adquire o direito legal do consumo do Valor de uso da Força de Trabalho, consumido colocando o trabalhador para trabalhar.

Assim, o trabalho realizado pelo trabalhador é incorporado pelo Capital no processo da produção e apropriado pelo capitalista que valoriza capital inicial transformando os meios de produção em meio de sucção de trabalho não pago, gerando o mais-valor através da expropriação desse mais-trabalho do trabalhador. (Marx, 1978, p. 75).

Isso ocorre porque, no processo de trabalho, uma parte do tempo da jornada de trabalho do trabalhador é dedicada à produção do valor equivalente ao da sua própria Força de Trabalho, essa parte do tempo denomina-se pela quantidade de trabalho necessário. Enquanto outra metade, o trabalhador trabalha além do correspondente ao valor de sua Força de Trabalho, criando um valor que lhe é alheio, um mais valor expropriado pelo capitalista.

Esse caminho analítico revela que o interesse do capitalista está exclusivamente no mais-valor para acumulação. Ficando evidente que porque toda a riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas se transforma em um processo de acumulação de Capital.

Daí reside a explicação do tempo excedente de trabalho que não é pago ao trabalhador, não ser um roubo por parte do capitalista, mas sim uma relação de exploração de classe.

A classe oprimida, no entanto, não aceitaria voluntariamente sua condição de exploração, o que foi preciso aplicá-la violentamente. Mostrando o que viria a se tornar a barbárie social do conflito entre valor e valor de uso.

Deste modo, bem como vemos em Marx (2012) o sistema capitalista divide-se duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado, que possuem interesses de classe opostos. Quanto mais o trabalhador trabalha para o capitalista, seu patrão, menos ele se liberta de suas

⁵ Conforme já explicitado aqui, vendida por uma jornada de trabalho, já que se fosse vendida integralmente, torna-se-ia escravo.

amarras ao seu patrão e mais reafirma sua condição de classe.

Isso porque, quanto mais cresce o lucro do capitalista, conquistado por meio da exploração do sobretrabalho do trabalhador, mas se engrossa as fileiras das camadas do exército industrial de reserva. Submetendo cada vez mais os sujeitos à exploração do trabalho pelo capital, assim, maior se torna o poder que lhe domina, favorecendo as condições para que ele continue sendo explorado, criando um abismo social que afasta, de forma sempre crescente, o trabalhador assalariado do capitalista (Marx, 2010).

A classe dos explorados a subsunção real do trabalho ao Capital na forma grande indústria moderna capitalista, utiliza da intensificação da exploração do trabalho para alavancar a expropriação.

O que faz com que o trabalhador forme um conjunto da superpopulação relativa que exerce pressão sobre os trabalhadores ativos e ocupados (empregados). Esses trabalhadores estão submetidos ao desemprego, subemprego, trabalho precarizado abastecendo o contingente de trabalhadores ativos excedentes disponíveis no mercado para serem substituídos, aguardando para serem empregados no mercado de trabalho.

O que faz com que também suba a concorrência entre os próprios trabalhadores, além de os salários no nível mais baixo possível, aumentam a exploração intensiva e extensiva sobre os trabalhadores ocupados (empregados/que possuem emprego). Por carregam a certeza de que sempre terá alguém disposto a ocupar o lugar de quem reclamar ou desejar melhores condições de trabalho.

Essa é a lei geral que ajusta a necessidade de valorização por meio da criação da superpopulação relativa para acumulação. Ou seja, quanto maior o ritmo de produção mais acelerado fica o ritmo de pessoas que se tornam trabalhadores assalariados. Assim como, quanto maior a força produtiva do trabalho maior são os efeitos sobre a vida dos trabalhadores assalariados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Asfixiando a sociedade em sua própria relação, o capitalismo produz sua mais profunda miséria (Marx, 2010). Que na data de hoje, registra no Brasil, a maior chacina da história do Rio de Janeiro com cerca de 132 mortos assinados pelo Estado no complexo do Alemão e da Penha.

A análise desenvolvida permite compreender que, no modo de produção capitalista reflete suas próprias contradições internas, cuja lógica de valorização submete a produção material da vida aos imperativos da acumulação, por meio da barbárie ao vivo.

O capitalismo em sua agonia de morte faz da força de trabalho, como fonte de mais valor, o ponto de partida e o fundamento de reprodução do capital, sendo simultaneamente condição e produto da exploração.

Dessa forma, o capitalismo se apresenta como a forma mais sofisticada de exploração do trabalho já existente, pois, ao mesmo tempo em que generaliza a produção de mercadorias, universaliza também a alienação do trabalhador.

Por fim, compreender o trabalho em sua forma especificamente capitalista é reconhecer que o fim dessa sociedade apenas pode ocorrer no interior dos métodos da luta de classes, próprios da classe trabalhadora. Somente se os trabalhadores exigirem de seus sindicatos, centrais sindicais e os movimentos populares e estudantis, que convoquem manifestações de ruas com uma política própria e independente que será possível a superação de trabalho assalariado e da própria lógica do capital.

REFERÊNCIAS

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Que Fazer? Questões candentes de nosso movimento**. São João del Rei: Estudos Vermelhos. 2009.

MANZANO, M; KREIN, J; ABÍLIO, L. A dinâmica da informalidade laboral no Brasil nas primeiras duas décadas do século XXI. IN: Iceberg à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. ANTUNES, R (org.). São Paulo: **Boitempo**, 2023.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. (Feuerbach). São Paulo: Vozes de Bolso, 2019.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics/ Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl, 1818-1883. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2. Ed. São Paulo: Expressão

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Resultados do processo de Produção Imediata. São Paulo: ed. Moraes, 1969.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, 1843. [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. ENGEL, Friedrich. **A sagrada família, ou a crítica da crítica contra Bruno**

Bauer e consorte. 1.ed revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política.** O Processo de Produção Capitalista. VI. São Paulo: Boitempo, 2023.

MARX, Karl. **Para contribuição à crítica da economia política.** Ed. Mandacaru. São Paulo: 1989.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unpampa.edu.br/tema/magazine/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A OCUPAÇÃO DO BAIRRO SUBURBANO DE MARECHAL HERMES NO RIO DE JANEIRO

THE OCCUPATION OF THE SUBURBAN NEIGHBORHOOD OF MARECHAL HERMES IN RIO DE JANEIRO

Mateus Coelho de Souza¹

Resumo: Neste artigo, será estudada a formação do bairro de Marechal Hermes que acontece no início do século XX no Rio de Janeiro, tendo o objetivo de observar a ocupação ocorrendo de maneira desigual no território, onde o bairro se inicia como uma vila operária. A metodologia de pesquisa será o materialismo histórico dialético, onde observaremos por meio das condições do período como ocorre a ocupação do espaço estudado e as tensões observadas no período. Por meio desse artigo, podemos observar que a necessidade da população em relação a habitação não é sanada e maior parte das pessoas continuam buscando loteamentos em outras regiões do subúrbio e nas periferias, sendo a desigualdade espacial algo sistêmico dentro do próprio capitalismo.

Palavras-chave: Vila Operária, moradia, crise habitacional

Abstract: This article will study the formation of the Marechal Hermes neighborhood in early 20th-century Rio de Janeiro, aiming to observe the uneven occupation of the territory, where the neighborhood began as a working-class village. The research methodology will be dialectical historical materialism, where we will observe, through the conditions of the period, how the occupation of the studied space occurred and the tensions observed during that time. Through this article, we can observe that the population's housing needs are not met, and most people continue to seek housing in other suburban areas and peripheries, with spatial inequality being a systemic issue within capitalism itself.

Keywords: Workers' Village, housing, housing crisis.

1 INTRODUÇÃO

Na cidade do Rio de Janeiro, durante o início do século XX, vemos de maneira clara a atuação do desenvolvimento do capitalismo no país. É buscada a modernização e a disciplina, ao mesmo tempo em que parte significativa da população enfrenta a crise habitacional e

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de pós graduação em desenvolvimento territorial e políticas públicas/PPGDT Mateuscoelho576@gmail.com.

doenças como consequência da crise sanitária. O governo de Hermes da Fonseca diante desse cenário, coloca o Estado como financiador das vilas proletárias que uniam o ideal de modernização, a imposição da disciplina e também se justificava ao afirmar que lidaria com as crises de habitação e sanitária da cidade.

A ideia traz o que François (1991) chama de maquinarias do conforto, onde o bem-estar prometido passa a funcionar como uma forma de controle. O projeto é anunciado com bastante entusiasmo pelos jornais a exemplo do O Paiz, Correio da Manhã e O Noite sendo mais crítico quanto as obras das vilas operárias iniciadas.

O bairro de Marechal Hermes é ocupado através do projeto das vilas operárias, sendo anteriormente uma fazenda. As terras são compradas pela União e construções são iniciadas no espaço, fazendo parte a Vila Militar e a Vila Operária de Marechal Hermes. O planejamento da Vila era amplo, prometendo escolas, hospital, maternidade, áreas de lazer e casas, no entanto, os aluguéis não eram acessíveis para a maioria da classe subalternizada e trabalhadora. Mesmo no período Vargas, a maioria dos moradores da Vila eram funcionários públicos.

Dito isso, o objetivo desse artigo é analisar de maneira breve a ocupação acontecendo de maneira desigual no espaço suburbano do Rio de Janeiro, levando em consideração que por mais que a Vila de Marechal Hermes esteja no subúrbio, a classe popular continua a buscar loteamentos mais baratos, além disso, como o capitalismo ao mesmo tempo que estende a desigualdade pelo território, também usa das necessidades básicas da população para manter o controle e domínio, isto tratando em específico neste artigo, a questão da moradia.

2 A OCUPAÇÃO DO BAIRRO DE MARECHAL HERMES DURANTE O GOVERNO HERMES DA FONSECA

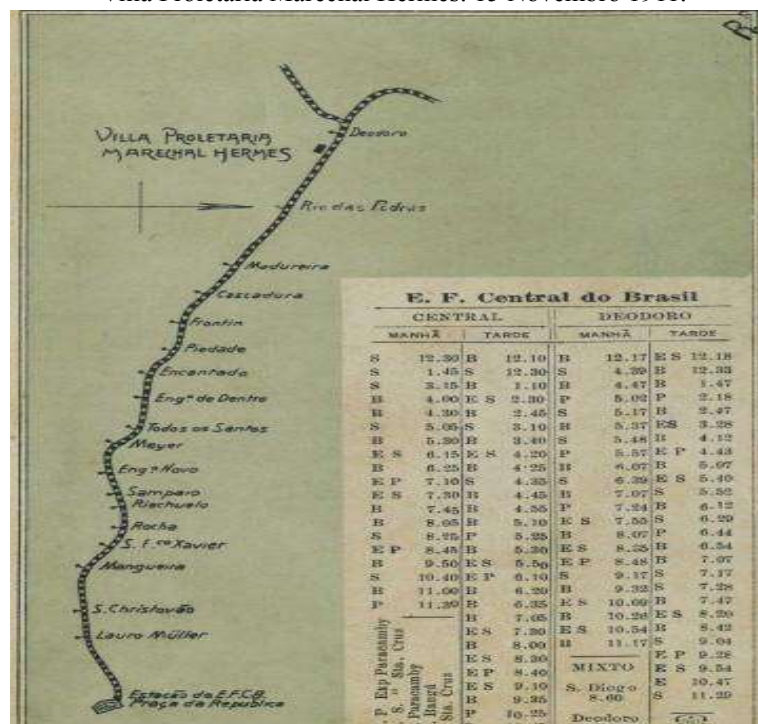
Em boa parte do século XIX, o que se chamava de subúrbio, ou seja, os lugares que ficavam nos arredores do centro da cidade, não eram associados a classe trabalhadora e popular, como acontecerá posteriormente. Ao contrário, possuir terras longe do centro no Rio de Janeiro, era algo mais comum a classe dominante, onde “Ter uma casa no campo, onde pudesse ficar longe dos olhos da Corte e de sua etiqueta oficial, foi uma das providências tomadas em 1810 por D. Carlota Joaquina, esposa de D. João vi que escolheu, então, para gozar a vida “feliz e cômoda dos afortunados da Corte.” (Fernandes, 2011, p. 55). Além

disso, as palavras subúrbio e arrabalde eram sinônimas no Rio de Janeiro imperial, sendo os termos usados para se referir aos arredores da cidade. (Fernandes, 2011).

No final do século XIX e início do XX é o momento em que vemos a ideia de subúrbio mudando, pois a ocupação vem ocorrendo não mais apenas pela classe dominante, de modo que a divisão espacial por meio das classes vem sendo alterada. Os bondes e os trens irão revelar ainda mais claramente a mudança do conceito de subúrbio e a divisão territorial, onde “o subúrbio foi um produto exclusivo do trem e que o bonde foi um meio de transporte limitado a certas áreas da cidade identificadas com as classes superiores.” (Fernandes, 2011, p. 99).

Este espaço o qual anteriormente era associado a elite e posteriormente a classe trabalhadora e popular, será ocupado a partir de 1911 com o lançamento da pedra fundamental da Vila Operária de Marechal Hermes em Sapopemba, entre Deodoro e Rio da Pedra.

Villa Proletaria Marechal Hermes: 15 Novembro 1911.



Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon163322/icon163322.htm

No dia 1º de maio escolhido estrategicamente, as obras são iniciadas em um contexto de crise habitacional e sanitária. O presidente Hermes da Fonseca se alia aos sindicatos amarelos (Assim chamados por terem uma postura que ao mesmo tempo que reivindicavam melhores condições, também tinham uma postura conciliatória quanto a classe patronal) buscando aprovação entre a classe trabalhadora, tendo resultado positivo momentaneamente (Oliveira, 2009). Os jornais da época anunciam com grande entusiasmo no dia 1º de maio de 1911.

Hoje, 1 de maio e dia da festa do trabalho, com a presença do Sr. presidente da Republica, e de altas autoridades, lançar-se-ha, entre as estações do Rio das Pedras e Deodoro, no ramal de Santa Cruz, a pedra fundamental da villa proletaria. Admiravelmente construida, segundo os mais modernos preceitos architectonicos adoptados para estabelecimentos dessa especie, a villa proletaria será uma das obras de maior benemerencia do governo do marecha Hermes, que pessoalmente tem por ella tomado o interesse mais vivo. Com profusas e perfeitas instalações hygienicas, a villa proletaria offerecerá abrigo no numero consideravel de mil e duzentas familias, para as quaea ella representará a economia, a segurança, o conforto. (Jornal O Paiz (RJ) 1 de maio de 1911)

Como o jornal dizia, as casas buscavam ser higienicas, onde podemos levar em consideração os atos na primeira década do século XX na cidade, na busca de lidar com a higiene do espaço, tendo em vista a disseminação de doenças. Além disso, o jornal continua dizendo a respeito do projeto com bastante otimismo.

Para a grande obra social de amparo ás classes menos favorecidas e que são as proprias energias do paiz porque são as que produzem, as que mantêm a agitação formidavel das machinas nas officinas, as que enchem as fabricas e manufacturas, esna villa é um grande passo dado, um grande passo dado para frente, proveitosissimo, decisivo. (Jornal O Paiz (RJ) 1 de maio de 1911)

Como podemos observar acima, o jornal se refere as classes menos favorecidas, mostrando otimismo quanto ao planejamento em relação a crise habitacional do período. Outros jornais como Correio da Manhã e A Noite se referem ao projeto como algo bastante amplo para o momento, descrevendo a respeito do plano de haver casas, escola, igreja, hospital, áreas de lazer como praças públicas, posto de polícia, bombeiro, creche etc. A ideia parecia muito boa ao ser apresentada e até mesmo avançada para o período, levando em consideração que diferentemente das obras das casas operárias (também tendo em vista que classe operária no período se referia a trabalhadores de fábrica) anteriores em que o setor privado ficava responsável pela construção, no governo de Hermes, o próprio Estado se torna o financiador da construção da Vila de Marechal Hermes e entre outras vilas pela cidade do

Rio de Janeiro, a exemplo da Vila Proletária de Orsina da Fonseca na Gávea (1913) (Oliveira, 2009).

Projecto mandado organizar pelo Exmo. Sur. Presidente da Republica Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca por Palmyra Serra Pulcherio.



Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon163322/icon163322.html

Como dito anteriormente, o projeto é apresentado com bastante otimismo e é inaugurado em 1º de maio de 1913, estando estrategicamente em frente da estação onde passavam as principais elites do Brasil ao chegar ao Rio de Janeiro (Fernandes e Oliveira, 2010). No entanto, podemos observar que as expectativas quanto ao projeto foram demasiadas, levando em consideração que “O preço do aluguel da moradia da Vila Proletária era considerado alto pelo sindicalista Mariano Garcia, pois os trabalhadores cuja diária em média estava em torno de 5\$ só poderiam arcar 25\$ ou 30\$ de aluguel” (Oliveira, 2009, p. 78). Mais do que isso, o jornal A Noite que apresentava uma visão mais crítica quanto o planejamento, aponta que a Vila se encontrava longe do centro da cidade e a insalubridade do terreno em que ocorreria a construção, sendo estes pantanosos.

Já começaram a aparecer reclamações contra o systema de construcções que está sendo adoptado na Villa Proletaria Mrech! Hermes. Essas reclamações eram previstas, desde que, pelas photographias hontem publicadas, toda a gente viu que aquillo que ali se está fazendo é simplesmente um disparate.

Com effeito, construir-se em uma villa proletaria, que fica a muitos kilometros distante da cidade, e em campo aberto e pertencente ao governo, casas de sobrado para abrigar cada umá, duás, tres e até quatro familias, é simplesmente inacreditavel. Quando se fallou na construcção da villa proletaria nos campos de Deodoro, surgiram immediatamente incriminações á escolha do local, não só pela sua distancia da cidade, como pela insalubridade daquelles terrenos pantanosos, insalubridade esta que já ir rompeu assustadoramente na visinha villa militar. (Jornal A Noite (RJ) 2 de maio de 1912)

O jornal também apresenta o ponto de vista otimista de outras pessoas, porém não se pode deixar de ter em vista os preços elevados dos aluguéis e a quebra de expectativa de outros grupos na população, onde também podemos levar em consideração os anarquistas que eram bastante críticos ao governo de Hermes (Oliveira, 2009). A obra é paralisada em 1914 por questões políticas, também tendo em vista que parte dos atores políticos não eram a favor da construção das vilas operárias e o espaço fica abandonado pelo Estado durante a década de 20, sendo as construções retomadas no período Vargas.

A Vila não foi apenas um tipo de vitrine que se encontrava em frente a uma das principais estações em que passavam as elites do país, todavia, também representava o ideal de modernidade que vinha sendo buscado desde o início do século por meio das reformas de Pereira Passos, mais do que isso, o conforto prometido pelas vilas operárias não representava apenas o bem-estar individual, mas funcionava como disciplina através do que François Begin chama de maquinarias do conforto estando em seu contexto europeu (Begin, 1991). Foucault (2025) também aponta que a moradia para a classe trabalhadora passa a ser pensada através das cidades operárias como instrumento de disciplina, como instituição de um novo modo de viver, os moradores devem se adequar as regras que os novos espaços impõem.

Levando em consideração que o modelo das casas operárias no contexto do governo Hermes da Fonseca não apresenta apenas semelhanças, mas é inspirado ao projeto das cidades operárias da Europa, tendo em vista que o próprio Hermes afirma que suas ideias surgiram a partir de sua viagem para França e Alemanha quando ainda era ministro da guerra (Oliveira, 2009). Podemos apontar que a Vila de Marechal também carrega a mesma estrutura de poder e controle das cidades operárias citadas na *Microfísica da Poder* não apenas por ter sido inspirada a partir do modelo europeu no qual Michel de Foucault faz sua crítica, mas por meio das regras que foram impostas aos moradores. As restrições diziam respeito a proibição da modificação do aposento, se exigia perfeito estado de conservação e limpeza, além disso, era proibido constituir oficina na casa, ou seja, a atividade deveria ocorrer apenas nas fábricas e

nos locais de trabalho. As regras passaram a abranger a própria casa do trabalhador, situação a qual dialoga muito bem com a ideia de Foucault e François.

3 A ERA VARGAS E A RETOMADA DA VILA DE MARECHAL HERMES

No ano de 1931, por mais que se tenha passado décadas, ainda era presente a situação de crise habitacional “que se abatia na capital da República, Getúlio criou rapidamente um ambiente que possibilitasse a construção da moradia do trabalhador que, daquele momento em diante, deveria ser financiada pelo operário, pelo empresário e pelo governo.” (Oliveira, 2009, p. 148). Vargas transfere a Vila de Marechal para o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União (IPFPU)

Art. 1º Fica o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio autorizado a transferir ao Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União o pleno domínio da área de terreno disponível, onde está localizada a Vila proletária Marechal Hermes, no Distrito Federal, com todas as casas por concluir e a parte do terreno já lotada para receber construção, mediante pagamento, ao Tesouro Nacional, da quantia de 726.600\$0, em prestações e dentro do prazo de três (3) anos.

Art. 2º O Instituto de Previdência dos Funcionários públicos da União gozará dos favores estabelecidos pelo art. 4º do decreto número 19.735, de 28 de fevereiro de 1931, mantida a disposição do parágrafo único do referido artigo e as dos arts. 3º e 5º do mesmo decreto. Art. 3º Revogam-se as disposições e contrário. (Senado Federal, decreto nº 20.125, de 17 de junho de 1931).

Porém, o IPFPU se limita a construir apenas o Cine Lux em 1934 e o Hospital Carlos Chagas por volta de 1936. Posteriormente, em 1938, o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União é absorvido pelo Instituto de Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE) (Oliveira, 2009). O IPASE, realiza mais obras, como os conjuntos habitacionais, escolas, casas, maternidade e entre outras obras, porém “obedecendo em quase tudo ao projeto original. Alguns ajustes foram feitos, incorporando novas diretrizes da arquitetura moderna e da habitação social, referendadas por importantes nomes do urbanismo brasileiro” (Ribas, 2015, p. 34).

Por mais que o governo Vargas tenha finalizado o projeto de Hermes que ficou abandonado na década de 20, Getúlio não reivindica o papel de ser um dos autores da construção do bairro de Marechal Hermes, onde podemos observar que a construção de vilas operárias não fazia parte do seu projeto principal, porém a obra é retomada em um contexto de crise habitacional que ainda permanecia

Contudo, apesar de continuar Hermes, de completar sua obra, respeitando e modernizando os princípios do projeto original, como veremos, Vargas não parece ter reivindicado ou aceito o papel de co-autor ou continuador daquela iniciativa, de

tal modo que suas intervenções por ali são quase desconhecidas da literatura ou não conferiram maior notoriedade ao bairro (Fernandes; Oliveira, 2010)

No período de 1931 até 1954, foram construídas mais casas, cinema, teatro, e também é inaugurado o hospital Carlos Chagas, a maternidade Alexandre Fleming, praças, e entre outras obras que faziam parte do projeto original e não foram terminadas no governo Hermes, havendo poucos detalhes mudados do projeto original.

Vistas de uma vila de casas em Marechal Hermes, Rio de Janeiro, RJ. Ano: 09/05/1947.



Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1469485&v_abas=1

Na imagem acima, vemos uma das visitas ao bairro, onde boa parte está recém construída. O projeto das vilas operárias começado por Hermes da Fonseca, continuado por Vargas, passado por Dutra e enfim terminado em 1954, sendo o teatro o toque final (Fernandes e Oliveira, 2010), criou grande expectativa, no entanto, a maioria da classe popular, subalternizada e trabalhadora buscam moradia em regiões periféricas, levando em consideração o baixo custo do loteamento. O custo das casas nas vilas, por mais que Getúlio tenha buscado reduzir os valores, ainda não era realidade para a maioria da população, a Vila

de Marechal Hermes abriga em sua maioria funcionários públicos (Oliveira, 2009). Por mais que na Era Vargas a indústria tenha se expandido e reformas significativas foram realizadas para melhorar as condições da classe trabalhadora, o capitalismo continua a estender a desigualdade pelo espaço, onde a afirmação de Engels se contextualiza muito bem.

Uma coisa é certa, porém: já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real “escassez de moradia”. Naturalmente, isso só poderá ser feito mediante a expropriação dos atuais possuidores, ou então mediante a acomodação, nessas casas, de trabalhadores sem teto ou trabalhadores aglomerados nas moradias atuais; assim que o proletariado tiver conquistado o poder político, essa medida exigida pelo bemestar público terá sua execução tão facilitada quanto outras expropriações e acomodações feitas pelo Estado atual. (Engels, 2015, p. 53).

Segundo o autor, por mais que hajam condições no capitalismo de todos terem habitações, isso não acontecerá, pois o objetivo dentro do sistema capitalista não é atender as necessidades básicas, mas o fim está no lucro, onde as necessidades indispensáveis ao ser humano serão utilizadas como meio de acumulação de riqueza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, vemos que por mais que o projeto tenha sido amplo e bastante divulgado no período pelos jornais, o problema de habitação permanece. Ainda que a indústria tenha se desenvolvido, possibilitando crescimento econômico para o Brasil, o capitalismo continuou produzindo desigualdades no território do Rio de Janeiro. As regiões periféricas ocupadas até os dias de hoje, foram a realidade para maior parte da população. Além disso, por mais que a Vila de Marechal apresentasse uma boa infraestrutura no espaço suburbano do Rio de Janeiro, maior parte do subúrbio não tinha as mesmas condições, onde as tímidas melhorias foram se desenvolvendo ao longo do tempo, havendo menor participação direta do Estado em comparação ao bairro de Marechal Hermes.

A tentativa de modernização e disciplina foram impostas de outras maneiras, fora das vilas operárias, por meio do controle da manifestação cultural, controle de ajuntamentos de pessoas e proibições a organizações que manifestassem insatisfações (Silva, 2006). O período do governo de Hermes e Vargas, representam o que Marx expressa ao dizendo que no capitalismo, determinadas necessidades são atendidas a classe trabalhadora para mantê-la sobre o controle, tendo em vista que também é buscado o ideal de disciplina.

REFERENCIAS

BEGIN, F. **As maquinárias inglesas do conforto** In Espaços e Debates, n 34, ano 11, 1991
Fernandes, Nelson. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858-1945**. 1º ed. Rio de Janeiro. Editora Apicuri, 2011.

FERNANDES, Nelson. Oliveira, Alfredo. **Marechal Hermes e as (des) conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não vista**. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Vol. XIV, núm. 331 (87), 1 de agosto de 2010. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-87.htm>

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 18º ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 2025.

OLIVEIRA, Alfredo. **O bairro de Marechal Hermes: Da moradia operária à habitação social (1910-1956)**. Orientador: Nelson Fernandes. 2009. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=151983

RIBAS, Zilméia Ferreira, **Cotidiano, comunicação e imaginário no bairro carioca de Marechal Hermes**, Dissertação - Mestrado em comunicação social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Lucia. **Luzes e sombras na cidade: no rastro do castelo e da Praça Onze 1920-1945**. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 2006. (Biblioteca Carioca, vol. xx).



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tema/magazine/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

A PERSISTÊNCIA DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: RAÍZES NA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

THE PERSISTENCE OF LABOR ANALOGOUS TO SLAVERY IN CONTEMPORARY BRAZIL: ROOTS IN CAPITALIST ACCUMULATION

Elisa Ferrari Gomes¹

Resumo: O Estado brasileiro foi uma das primeiras nações do mundo a reconhecer e a assumir a existência do trabalho escravo contemporâneo em seu território diante do país e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Desde 1995 até 2023, foram reconhecidos aproximadamente 66 mil trabalhadores escravizados no Brasil, se mostrando, assim, um problema que é enfrentado até os dias atuais. Diante disso, o artigo tem como objetivo analisar e expor a relação entre mais-valia absoluta, a acumulação primitiva e a formação do exército industrial de reserva com a persistência do trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo. Para isso foram utilizados autores como Marx (1996), Araujo e Souza (2023) e Trindade (2021) para compreender os fundamentos do sistema capitalista e como eles se refletem na sociedade atual, principalmente como ele atua sobre a continuidade do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

Palavras-chave: Trabalho; Escravidão; Análogo; Contemporâneo; Brasil.

Abstract: The Brazilian State was one of the first nations in the world to recognize and acknowledge the existence of contemporary slave labor within its territory, both domestically and before the International Labour Organization (ILO). From 1995 to 2023, approximately 66,000 enslaved workers were identified in Brazil, revealing that this remains a persistent issue to this day. In light of this, the article aims to analyze and expose the relationship between absolute surplus value, primitive accumulation, and the formation of the industrial reserve army with the persistence of labor analogous to slavery in contemporary Brazil. To this end, authors such as Marx (1996), Araujo and Souza (2023), and Trindade (2021) were utilized to understand the foundations of the capitalist system and how they are reflected in current society, particularly in the continuity of contemporary slave labor in Brazil.

Keywords: Labor; Slavery; Analogous; Contemporary; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

¹ Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL). E-mail: elisa.gomes@fsso.ufal.br

Mais da metade da história do Estado brasileiro é composta por um período marcado pela violência, exploração e escravização dos povos indígenas e, sobretudo, da população negra. Apesar de sua abolição somente em 1888, o processo de escravidão deixou marcas na sociedade, e também na formação da burguesia brasileira, a qual até os dias atuais por vezes utiliza-se do trabalho análogo à escravidão em suas produções.

Quando analisamos os dados, observamos que o trabalho análogo à escravidão não apenas resiste, como também apresenta grandes índices em nosso país. Somente em 2023, foram resgatados 3.151 trabalhadores em situação análoga à escravidão no Brasil. É importante analisarmos que o número de pessoas nessa situação é cada vez mais crescente em nosso país, e esse percentual acompanha a taxa de desempregados em nossa população, que em busca de uma melhor e maior qualidade de vida, acabam sendo vítimas do trabalho escravo contemporâneo.

Observando esses dados e junto às provocações e leituras realizadas durante as aulas da disciplina de Trabalho na Sociedade Contemporânea, que compõe o currículo do programa pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a qual nos convidava a pensar e refletir sobre o trabalho enquanto formação ontológica do ser social, trabalho na formação e transformação capitalista e também na contemporaneidade, surgiu a necessidade de refletir sobre a persistência do trabalho análogo à escravidão no Brasil, sob a ótica e reflexos do capital.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica e documental, nas quais foi possível pesquisar e aprofundar o tema. Assim, foram utilizados autores como Marx (1996), Araújo e Souza (2023), Trindade (2021) e Barros (2018).

Para que possamos entender o reflexo e influência do capital sobre essa persistência, é necessário que voltemos a alguns conceitos apresentados por Marx em *O Capital*. Assim, o artigo encontra-se dividido em dois capítulos, para além desta introdução e das considerações finais. O primeiro ponto trata sobre algumas conceituações como: valor de uso e valor de troca, mais-valia e a acumulação primitiva. Por sua vez, o segundo capítulo apresenta sobre o Exército Industrial de Reserva e a continuidade de casos de trabalho escravo contemporâneo em território brasileiro.

2 MAIS-VALIA ABSOLUTA E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL

Para que possamos abordar sobre a persistência do trabalho análogo à escravidão nos dias atuais, é importante partimos de um entendimento sobre as bases do capital de acordo com Marx. É essencial, ainda, que entendamos três aspectos para que possamos compreender a continuidade desse, são eles: o valor-trabalho, a acumulação primitiva e a formação do exército industrial de reserva (EIR) e como este é um dos condutores ao trabalho análogo à escravidão.

A priori, iremos resgatar conceitos iniciais presente no livro *O Capital*, para que possamos entender o funcionamento do capitalismo. Logo no primeiro capítulo do livro, Marx (1996a, p.165) configura: “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar”. Ao longo do primeiro capítulo, Marx irá nos revelar o caráter duplo da mercadoria: o valor de uso e o valor de troca, e as consequências que advém dela (Araujo; Souza, 2023).

O trabalho que existia posterior ao capitalismo, era uma forma do Homem alterar a natureza à medida que alterava a si mesmo, sendo esse um meio essencial para a formação das relações sociais. Com essa mudança que o trabalho fornecia ao Homem, ele desenvolvia habilidades e produtos com valor de uso², os quais eram pré-idealizados, construídos e utilizados para satisfazer suas necessidades.

É essa construção primeiramente em sua cabeça - a teleologia - que diferencia os seres humanos dos animais, pois enquanto os últimos agem por mero biologismo, o Homem tem essa capacidade de idealizar o ato primeiramente em sua mente, possibilitando que suas necessidades fossem saciadas pelo valor de uso daquilo que foi produzido.

A mudança no trabalho se dá a partir da construção do excedente. Netto e Braz (2006), afirmam que é o surgimento desse excedente econômico³, que marca o aumento da produtividade do trabalho. De acordo com os autores, esse excesso marca uma verdadeira revolução na vida das comunidades primitivas, pois “aparece na história a possibilidade de acumular os produtos de trabalho” (p.57).

Netto e Braz (2006) ainda destacam que o surgimento desse excedente econômico

² “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. [...] O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo” (Marx, 1996, p.166).

³ Configura a comunidade, até então primitiva, produzindo mais do que carecia para cobrir suas necessidades imediatas

sinalizou um desenvolvimento do processo de trabalho, assim a produção dos bens ultrapassa as necessidades imediatas. Com essa nova possibilidade que surge, abre-se a alternativa da exploração do trabalho humano, dividindo a comunidade em duas classes antagônicas: os que produzem os bens de consumo e os que se apropriam dos bens excedentes.

Assim, passam a ser confeccionados produtos que não são utilizados para o autoconsumo, sendo estes destinados à troca com outras comunidades. Diante disso, surgem as primeiras formas de troca (comércio). Junto ao comércio, a mercadoria adquire, além do valor de uso, o valor de troca (ou somente valor).

Sobre o valor, Marx (1996a, p.166) destaca que esse aparece inicialmente enquanto uma relação quantitativa, “a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo”. Mas vale acrescentar que o valor de troca não é um acaso, um mero achismo, ele se baseia naquilo que as produções possuem em comum, algo que torna possível a equiparação entre produtos distintos: o trabalho socialmente necessário⁴.

Destarte, Araujo e Souza (2023) versam: “nessas condições, viabilizam-se as trocas, não apenas de um ponto de vista simples e casual, mas como um processo generalizado que autonomiza e domina as relações entre os humanos, como se fossem relações entre coisas”. Diante disso, eles destacam que na circulação capitalista ($D - M - D'$) o processo se dá de forma repetitiva, pois possui como finalidade a valorização do capital, o objetivo do capitalista é o valor acrescido que surge no final do processo, o qual se origina desde sua esfera de produção, a partir da jornada de trabalho.

Sobre isso Araujo e Souza (2023) apresentam:

“olhando para o processo desde o *prima* da composição da jornada de trabalho, percebe-se a explícita concretização da teoria do valor-trabalho, porquanto o tempo de trabalho equaciona a jornada em uma parcela na qual é produzido o valor de troca da força de trabalho (trabalho necessário) e uma parcela na qual se produz mais-valor, fruto de trabalho excedente. Trata-se de trabalho não pago ao trabalhador, pois corresponde ao valor ele produziu, mas que lhe foi expropriado pelos capitalistas, demarcando a pedra fundamental da forma peculiar de exploração existente no capitalismo, ou seja, a extração de mais-valor.”

⁴ “É aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (Marx, 1996, p.169)

Marx (1996b, p.138) versa que: “para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo”, diante disso a extração dessa mais-valia⁵ pode ocorrer de duas formas: por meio da mais-valia abstrata ou pela mais-valia relativa. A primeira (absoluta) gira em torno do aumento da jornada de trabalho, apesar desse aumento, o tempo necessário continua sendo o mesmo. Por sua vez, a mais-valia abstrata aumenta a produtividade com o desenvolvimento de processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.

De acordo com Netto e Braz (2006), enquanto não existirem condições políticas que permitam aos capitalistas a ampliação da jornada de trabalho, estes irão encontrar meios de reduzir a parte relativa ao trabalho necessário, sendo assim, atingindo a produção da mais-valia relativa. Sobre isso, é preciso que destaquemos o que apresentam Araujo e Souza (2023):

“mesmo em tempos de grande desenvolvimento tecnológico (das forças produtivas), a produção do mais-valor absoluto permanece exercendo seu papel, o que nos parece ser fundamento decisivo na análise do ‘trabalho escravizado’ contemporâneo”

É diante disso que torna-se essencial entender que o trabalho análogo à escravidão não é apenas um simples acaso, mas um meio em que os capitalistas encontram de obter a mais-valia absoluta, no qual se inicia ainda na fase inicial do capitalismo, quando este ainda começava a dar seus primeiros sinais.

Com o germe do capitalismo crescendo na Europa, e a passagem do feudalismo para o capitalismo, temos a expansão das navegações e junto dessa expansão toda uma formação sócio-histórica com base em uma produção escravocrata em toda América Latina.

Sobre esse aspecto, Marx (1996b, p.370) destaca:

“a descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfileiramento da população nativa nas minas (...). Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (...) Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. (...) Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parceira de

⁵ Mais-valia e mais-valor apresentam o mesmo conceito, há apenas uma diferenciação da tradução.

toda velha sociedade que está prenhe de um nova”.

Sobre o argumento cristão de evangelizar, o sistema colonial cristão foi em busca de novas terras, para fortalecer o sistema mercantil (Fernandes, 2019). Entretanto, como destaca Oliveira (2006), as missões não eram apenas um empreendimento religioso, mas também econômico e político-militar.

Com base nisso, Portugal se estabelece em terras que hoje são brasileiras e inicia seu processo de dominação e exploração sobre os nativos que aqui já haviam e, posteriormente, com a população negra que eles traziam escravizada dos países africanos. Ou seja, o processo de acumulação primitiva que se dá na Europa, é baseado nas relações escravistas de dominação e no sistema colonial estabelecido nos outros países, como o Brasil.

Sobre essa ótica, Marx (2017 *apud* Araujo; Souza, 2023) destaca que o trabalho escravizado é o núcleo essencial para a extração da mais-valia durante o período da colonização capitalista. Assim, não há uma lógica de venda da sua força de trabalho dentro da escravidão, o trabalhador é vendido por inteiro, torna-se uma máquina que está em todo tempo trabalhando em uma produção que é destinada à burguesia, construindo a sua produção com base na mais-valia absoluta. É diante dessa perspectiva que destacamos que

o desenvolvimento capitalista, desta feita, permite a existência concomitante entre trabalho assalariado e trabalho escravizado. A única condição é que sirvam para acelerar a rotação do capital e acumular mais trabalho. Por esse motivo, quando abordamos o trabalho escravizado no século XXI, tratado eufemisticamente como ‘trabalho análogo à escravidão’, verificamos que sua existência não é um problema para o capital, pois esta relação social produz e reproduz em seu cerne (Araujo; Souza, 2023).

Sendo assim, percebemos que a persistência de um trabalho análogo à escravidão ainda é essencial para o mantimento do capitalismo durante o século XXI, pois é uma forma na qual o capitalista encontra para obter a mais-valia absoluta, a qual é responsável por aumentar os seus ganhos de forma expoente.

3 O EXÉRCITO INDUTRAL DE RESERVA E A PERPETUAÇÃO DO TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Um dos expoentes para a continuidade do trabalho análogo à escravidão está ligado a taxa de desempregados que há no Brasil. Marx (1996b) irá expor que à medida em que o

capital acumulado cresce, há uma alteração nas proporções entre capital variável⁶ e capital fixo⁷.

Diante disso, o sistema capitalista irá produzir constantemente uma população trabalhadora adicional que é considerada excedente, ou seja, ela excede as necessidades médias para a valorização do capital. Essa população a mais de trabalhadores - a qual Marx determina enquanto Exército Industrial de Reserva (EIR) - é essencial para o capitalismo, pois ela é uma condição de existência para este sistema (Fernandes, 2019). Assim, temos que essa população a mais “proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional” (Marx, 1996b, p.263).

Marx (1996b), então, divide esse Exército Industrial de Reserva em três categorias, são elas: *i)* flutuante, *ii)* latente e *iii)* estagnada. A primeira diz respeito ao movimento constante de inserção e saída dos trabalhadores dos principais ramos produtivos, eles são “ora repelidos, ora atraídos em maior proporção” (p.271), por isso a caracterização enquanto população flutuante. Os trabalhadores latentes correspondem aos trabalhadores rurais. De acordo com Marx (1996b) e Trindade (2021), o capital se apossa da área rural, apresentando incrementos tecnológicos que facilitam o trabalho no campo, como as máquinas - que são um dos fatores para a construção do EIR -, fazendo com que os trabalhadores rurais passem a ser progressivamente “desnecessários” nesses espaços ocupadas pelo capital. Diante disso, eles buscam outros meios de trabalho e migram para os centros urbanos, com a finalidade de encontrar emprego.

Por fim, a camada estagnada corresponde àqueles trabalhadores que não estão compondo, diretamente, nenhum processo produtivo, mas que fazem parte de determinadas ocupações irregulares. É o que destaca Marx (1996b, p.272): “constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível”.

Com essas características, o EIR forma uma base essencial para o funcionamento do capitalismo, pois além de ter essa massa de trabalhadores à espera para serem empregados, o capital também se utiliza dessa superpopulação para enfraquecer aqueles trabalhadores que já

⁶ O capital variável corresponde a força de trabalho que é vendida pelos trabalhadores em troca de subsistência. Somente o capital variável é responsável por gerar valor.

⁷ O capital fixo corresponde aos meios de produção, àqueles que não se alteram. A exemplo disso são as maquinarias.

estão vendendo sua força de trabalho. Assim, o sistema capitalista precariza progressivamente o trabalho, com horas mais extensivas, com menos direitos e baixos salários, fazendo com que o trabalhador aceite as situações de precariedade, pois é “melhor” do que ser desempregado.

Diante disso, observamos a sujeição dos trabalhadores a situações degradantes de trabalho. Sobre essa perspectiva versa Barros (2018, p.218): “para compensar esse período mais prolongado à espera de uma nova oportunidade no mercado de trabalho, a solução paliativa é a submissão do trabalhador às formas precárias, principalmente pelos contratos temporários”.

Trindade (2021) faz uma relação das classificações apresentadas por Marx nos dias atuais, comprando e destrinchando como podemos observar o EIR na nova realidade do trabalho. Com isso, iremos destacar aqui apenas a questão dos trabalhadores latentes, pois foram eles a reflexão inicial para a pesquisa.

O autor a priori apresenta a expansão do capital ao redor do mundo, gerando a necessidade de uma disposição global de trabalhadores disponíveis para a produção de mercadorias. Dentro dessa perspectiva, o excedente latente apresenta uma composição geográfica diferente da camada flutuante, pois ela está disponível em todos os lugares, “e a geopolítica de acesso a ela mediante práticas imperialistas e coloniais pode ter um papel significativo” (Harvey, 2013, p. 267-268 *apud* Trindade, 2021).

De acordo com os dados retirados do Observatório das Migrações Internacionais (2021), no ano de 2020 o Brasil obteve 92.544 imigrantes legais registrados. Quando olhamos para o mercado de trabalho, 24.192 postos de trabalho foram criados para imigrantes no mercado formal e os 3 países com maior índice de imigrantes admitidos foram Haiti, Venezuela e Colômbia. Não é acidental o número expressivo de migração de um país para o outro, quando se observa o percentual das nacionalidades dos imigrantes, é possível perceber que o país originário dessa população apresenta uma situação política e socioeconômica vulnerável.

Trindade (2021) apresenta que a realidade desses imigrantes no Brasil é permeada por baixas remunerações, extensas jornadas de trabalho e ausência de proteção sociojurídica. Em pesquisa realizada por Côrtes e Silva (2014) com migrantes das regiões da Bolívia e do Paraguai que trabalhavam no ramo da confecção de roupas, observou-se que se tinham jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais, que eram desempenhadas nas próprias residências desses trabalhadores.

Por isso, versa Trindade (2021, p.233):

“multiplicam-se as denúncias de trabalhadores migrantes exercendo atividades em condições análogas à escravidão, muitas vezes sob a direção de grandes (...) lojas de departamento. Como, em geral, esses sujeitos já se encontram em situação de pauperismo absoluto, não apresentam resistência à inserção em postos de trabalho mais precarizados”.

É importante destacarmos também esse enquadramento do EIR latente realizado por Trindade na atualidade não apenas na migração de um país para o outro, mas queremos trazer aqui o processo de mudança dentro do próprio país, como a migração intra-regional. É muito comum o percentual de indivíduos que migram para outras regiões em busca de melhores qualidades de vida.

Sob essa perspectiva, tanto quando observamos as migrações entre países, quanto às migrações intra-regionais, é importante destacar o que Barros (2018, p.214) versa:

“o processo migratório de enormes grupos populacionais também tem sido útil à manutenção de uma extensa massa de despossuídos, que pelas condições objetivas de vida em que se encontram, estão dispostos a aceitar qualquer forma de emprego oferecido. O deslocamento de populações de áreas com baixíssimos níveis de vida ou em conflito, para regiões que requerem força de trabalho precarizada, é um movimento que cumpre a função com similitude ao desempenhado pela superpopulação latente”.

Entretanto, essas migrações muitas vezes acabam tornando esses trabalhadores vítimas de trabalho escravo contemporâneo. De acordo com o programa *Escravo, nem pensar!* da Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil, de 1995 a 2023, mais de 63,4 mil trabalhadores em situação de escravizados em zona rural, já na urbana o número é de 3.295.

Os principais estados com maior número de casos de trabalho escravo de 1995 a 2023 são Pará (21%), Minas Gerais (14%), Mato Grosso (7%) e Goiás (7%). Somente em operação realizada em 2024, foram retirados 593 trabalhadores da situação análoga a escravidão.

Dentro desse número, a distribuição por estados era de: 291 em Minas Gerais; 143 em São Paulo; 29 no Distrito Federal; 13 no Mato Grosso do Sul, e 91 em Pernambuco. Nos quais, quase 72% desse total de resgatados trabalhavam na agropecuária, 17% na indústria e cerca de 11% no comércio e serviços.

Com as operações realizadas com a finalidade de libertar as vítimas do trabalho análogo à escravidão, percebe-se que em sua maioria, os migrantes internos possuem como destino região de expansão agrícola, e são empregados em atividades de pecuária, produção

de carvão, desmatamento e cultivo de lavouras.

O perfil dos indivíduos que são vítimas do trabalho análogo à escravidão no Brasil é marcado por um contexto socioeconômico, educacional e de raça. É importante notar que 61,5% das vítimas são analfabetos ou não concluíram nem o 5º ano do Ensino Fundamental, e mais de 66% dessas vítimas são pessoas negras. A sua grande maioria vem do espaço rural e de regiões que são escassas as oportunidades de emprego formal, além de presenciarem condições de pobreza extrema, sendo esse um fator essencial para acreditarem nas promessas enganosas de melhores oportunidades. Esse perfil revela as marcas do longo processo de escravização no Brasil que deixou feridas abertas na história de nosso país, é perceptível essas marcas quando observamos a população que é frequentemente mais encontrada em situação análoga à escravidão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do artigo, foi possível observar as influências do capitalismo sobre a perpetuação do trabalho análogo à escravidão. A constante busca pela extração da mais-valia absoluta a partir da completa exploração e escravização dos trabalhadores não é um empecilho ao desenvolvimento do capitalista, pelo contrário, é o meio pelo qual o capital se funda na escravidão contemporânea.

Como bem elucida Araujo e Souza (2023) “(...) embora o trabalho assalariado seja predominante no modo de produção capitalista, o trabalho escravizado, centrado no mais-valor absoluto, existe como parte da lógica desse modo de produção”. Por isso ainda há a persistência desse trabalho até os dias atuais, pois ele é útil para a reprodução do capital.

Para além da necessidade capitalista de apropriação da mais-valia, tem-se também a constituição de um Exército Industrial de Reserva. O qual é responsável por sempre garantir ao capital uma mão-de-obra disponível para a sua reprodução e precarizar as condições de trabalho.

As necessidades que o capital gera na sociedade alimenta a constante urgência da classe trabalhadora em vender a sua força de trabalho para que possa sobreviver, entretanto, com uma vasta porcentagem de desempregados, os trabalhadores buscam outros meios, como os trabalhos informais e migração, para que possam ter seus meios de subsistência.

Com base no que pôde ser observado, os trabalhadores que são submetidos ao trabalho

análogo à escravidão são em sua majoritariedade migrantes, sejam eles brasileiros ou de outros países. A existência de um contingente de trabalhadores suscetíveis e marginalizados sustenta a dinâmica em que a precarização do trabalho e a exploração extrema são meios para a manutenção dos lucros capitalistas. A busca constante por uma melhora de vida, fatores da vulnerabilidade socioeconômica, e principalmente o desemprego são intensificadores do trabalho análogo à escravidão, que atrai os trabalhadores com falsas propostas de trabalho.

Assim, é indissociável a relação entre o exército industrial de reserva, a migração e a persistência do trabalho análogo à escravidão no Brasil contemporâneo. Essa relação nos revela um cenário complexo e que está baseado também na formação sócio-histórica brasileira, a qual tem uma burguesia que se constituiu por meio do trabalho escravo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lorraine Marie Farias de Araujo. SOUZA, Diego de Oliveira. **Fundamentos do trabalho escravizado no século XXI: uma análise sob a teoria do valor-trabalho**

In: Jornada Internacional de políticas públicas: reificação capitalista e emancipação humana como necessidade histórica: formação da consciência de classe na luta de hegemonias, 11, 2023, São Luís. Anais [recurso eletrônico]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2023. Disponível em:

https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1915_1915648722226b0d3.pdf. Acesso em: 5 de fev. de 2025.

BARROS, Albani de. **Prekärer: análise dos fundamentos da precarização do trabalho a partir da crítica da economia política**. 2018. 245 f. Tese de Doutorado em Serviço Social - Universidade Federal de Pernambuco. 2018.

BRASIL. **MTE resgata 3.190 trabalhadores de condições análogas à escravidão em 2023**. Disponível em:

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/janeiro/mte-resgata-3-190-trabalhadores-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-2023>. Acesso em: 14 de fev. de 2025.

BRASIL. **593 trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão na maior operação da história do Brasil**. Disponível em:

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Agosto/593-trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-na-maior-operacao-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 14 de fev. de 2025.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de.; SILVA, Bianca. G. **Imigração e refúgio no Brasil: Retratos da década de 2010**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CÔRTEZ, Tiago Rangel; SILVA, Carlos Freire da. **Migrantes na costura em São Paulo: paraguaios, bolivianos e brasileiros na indústria de confecções.** In: TRAVESSIA-Revista do Migrante, n.74, jan/jul, 2014.

ESCRAVO, NEM PENSAR!. **O trabalho escravo no Brasil.** . Acesso em: 17 de fev. de 2025.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. Livro 1, v.1., t.1. (Os economistas)

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. Livro 1, v.1., t.2. (Os economistas)

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo SP: Cortez, 2006

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: MEC/LACED/Museu Nacional, 2006.

TRINDADE, Hiago. **Elementos Introdutórios para pensar sobre o Exército Industrial de Reserva no Brasil.** In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social. Rio de Janeiro: UFRJ. vol.31, n.2. 2021. p.223-242. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/41504>. Acesso em: 27 de jan. de 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpa.edu.br/tema/magistrados/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A RECONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: AGRONEGÓCIO, ALIMENTAÇÃO E VULNERABILIDADE CLIMÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA-RS

LA RECONFIGURACIÓN DEL ESPACIO Y SUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES: AGRONEGOCIOS, ALIMENTACIÓN Y VULNERABILIDAD CLIMÁTICA EN EL MUNICIPIO DE SÃO BORJA-RS

Edwiges Pereira Campos¹
Vitor Hugo Rosa Biffi²

Resumo: Este estudo analisa as inter-relações entre produção agropecuária, mudanças climáticas, vulnerabilidade e segurança alimentar em São Borja-RS, município representativo da expansão do agronegócio na fronteira gaúcha. A investigação, se fundamenta na perspectiva geográfica de Santos (2006), a partir da análise espaço-temporal do uso do solo (1990–2020) mediante processamento de dados do MapBiomas no QGIS, o tratamento estatístico de séries históricas de produção agropecuária (1980–2020), da análise dos índices pré-existentes de vulnerabilidade climática e segurança alimentar e por fim, a discussão crítica dos impactos do sistema alimentar corporativo frente a sindemia global. Os resultados evidenciam a reconfiguração territorial, com substituição de cultivos alimentares por monoculturas exportadoras, além do aumento da frequência e dos impactos de eventos climáticos extremos. Conclui-se que a sinergia entre modelo agroalimentar dependente e cenário climático adverso, inviabiliza o direito à alimentação e ao meio ambiente equilibrado, exigindo políticas territorializadas que promovam sistemas alimentares saudáveis, resilientes e socialmente justos.

Palavras-chave: São Borja-RS, sistema alimentar, vulnerabilidade climática, Geografia.

Resumen: Este estudio analiza las interrelaciones entre la producción agrícola, el cambio climático, la vulnerabilidad y la seguridad alimentaria en São Borja-RS, municipio representativo de la expansión del agronegocio en la frontera con Rio Grande do Sul. La investigación se basa en la perspectiva geográfica de Santos (2006), mediante un análisis espacio-temporal del uso del suelo (1990-2020) a través del procesamiento de datos de MapBiomas en QGIS; el tratamiento estadístico de series históricas de producción agrícola (1980-2020); el análisis de índices preexistentes de vulnerabilidad climática y seguridad alimentaria; y, finalmente, una discusión crítica de los impactos del sistema alimentario corporativo ante la sindemia global. Los resultados muestran una reconfiguración territorial, con la sustitución de cultivos alimentarios por monocultivos de exportación, además del aumento en la frecuencia e impacto de los fenómenos meteorológicos extremos. Se concluye que la sinergia entre un modelo agroalimentario dependiente y un escenario climático adverso

¹ Mestranda Geografia — Universidade Federal de Santa Maria.

² Dr. em Geografia — Universidade Estadual de Maringá.

potencia la inseguridad alimentaria, lo que exige políticas territorializadas que promuevan sistemas alimentarios resilientes y socialmente justos.

Palabras clave: São Borja-RS, sistema alimentario, vulnerabilidad climática, geografia.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento geográfico se dedica ao estudo do espaço, como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006). Por sua vez, a alimentação, como elemento biossocial, pode ser analisada enquanto componente criado e recriado a partir de um sistema de ações e de objetos. Assim, a alimentação se torna uma peça-chave para a compreensão do espaço e do que nele se cria e se transforma. Neste sentido, este estudo pretende realizar um diálogo interdisciplinar com o Serviço Social, área fundamental para a compreensão e intervenção nas expressões da questão social, a partir da realidade do município de São Borja-RS.

Deste modo, dado que o espaço são-borjense se formou a partir de distintas forças exercidas por meio de ações e processos sociais que criaram funções e formas espaciais. A organização socioespacial, desde o povoado Missioneiro de São Francisco de Borja, passando pelas estâncias que tinham na pecuária sua principal atividade econômica e por fim às consolidação das lavouras, principalmente de trigo e arroz a partir dos anos 1970. Assim, esses processos representam as diferentes fases de apropriação e uso da terra a serviço do sistema econômico.

Além disso, nesse processo foram introduzidos animais, plantas e modos de vida exóticos, que repercutiram na transformação e perda da biodiversidade e na criação e manutenção de estruturas socioeconômicas desiguais. Assim, dado que “a cadeia produtiva de alimentos tem sido apontada como o principal agente causador da perda da biodiversidade” (NUPENS, 2024. p.18) se faz necessário a sua investigação.

Diante disso, o estudo dos Sistemas Alimentares, por estes conectarem ambientes, pessoas, insumos, processos, infraestrutura, instituições, através das atividades relacionadas à produção, transformação, distribuição, acesso, preparação e o consumo de alimentos (ARAÚJO, 2023. p.85) possibilitam analisar a sociedade por meio de diferentes escalas e temporalidades.

Do mesmo modo que, ao se discutir a temática da alimentação no âmbito das Ciências Sociais, é possível compreender as consequências das inter-relações entre os elementos e processos decorrentes a esse sistema, incluindo problemas como desigualdades socioespaciais, políticas públicas e econômicas inadequadas, que corroboram na construção de hábitos alimentares não-saudáveis e na degradação ambiental. Aliado a isso, a Sindemia Global (LANCET, 2019), enquanto expressão conjunta das pandemias de desnutrição e obesidade e das mudanças climáticas, relaciona-se com o sistema alimentar, por ser uma peça-chave tanto na criação e manutenção destes problemas, quanto em seu enfrentamento.

As interações entre o modelo de agronegócio, as mudanças climáticas e a segurança alimentar em São Borja, carecem de investigação, dada a complexidade de organização socioespacial, e também os reflexos das estruturas político-econômicas global e local, na vida da população.

Neste estudo, pretende-se, a partir do pensamento geográfico crítico, analisar as inter-relações entre a produção agropecuária e as mudanças climáticas com a vulnerabilidade climática e insegurança alimentar no município de São Borja-RS. Para isso, analisaremos os dados de uso e ocupação do solo no município e o perfil socioeconômico e demográfico, apresentaremos o *Índice de Vulnerabilidade ao Risco Climático* do município, e por fim, discutiremos acerca dos impactos do atual Sistema Alimentar para a população e o meio-ambiente.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, ancorada na perspectiva geográfica que compreende o espaço como uma totalidade sócio-espacial conformada pela dialética entre sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006). O referencial teórico-conceitual foi sistematizado por meio de revisão sistemática da literatura, com ênfase nas categorias de sistemas alimentares (ARAÚJO, 2023) e regimes alimentares (MCMICHEL, 2017), articuladas a corrente crítica da geografia sobre produção do espaço.

Para a análise geográfica das transformações territoriais em São Borja/RS, recorreu-se ao geoprocessamento de dados secundários do projeto MapBiomas (período 1990-2020) no *software QGIS*, gerando mapas que espacializam a dinâmica de uso e cobertura do solo. Esses

dados foram complementados por estatísticas municipais de produção agropecuária, processadas em planilhas eletrônicas (*Google Sheets*) para elaboração de séries históricas e gráficos de evolução temporal. A visualização dos resultados foi otimizada por meio da plataforma *Canva* para composição e diagramação de mapas e gráficos analíticos.

A discussão acerca da interface entre mudanças climáticas, vulnerabilidade territorial e insegurança alimentar foi construída com base em relatórios do IPCC, artigos científicos que tratam de projeções climáticas para a América do Sul e indicadores governamentais de risco climático. Ademais, foram utilizados dados da plataforma Atlas digital de desastres para analisar o grau de impacto dos Eventos Climáticos Extremos e AdaptaBrasil MCTI para análise do risco climático em diferentes projeções futuras de mudanças climáticas.

Dessa forma, a metodologia articula dimensões teóricas e empíricas da Geografia, permitindo uma análise integrada das transformações do sistema agroalimentar local e suas implicações sócio-espaciais de São Borja.

2.2 Discussão dos resultados

O Sistema alimentar possibilita a compreensão holística da política e da economia na agricultura e por consequência na alimentação (ARAÚJO, 2023). Já os regimes alimentares oferecem as dimensões no tempo a partir das esferas, naturais, socioeconômicas e geopolíticas da produção e consumo de alimentos (MCMICHAEL, 2017).

No processo de ocupação do território são-borjense posterior às Reduções Jesuíticas, houve a consolidação dos latifúndios, que visavam a organização e manutenção da ordem econômico-militar da Colônia, fazendo parte da reprodução da lógica de apropriação e mercantilização da vida natural e social e, conseqüentemente, do(s) sistema(s) e regime(s) e hábito(s) alimentar(es).

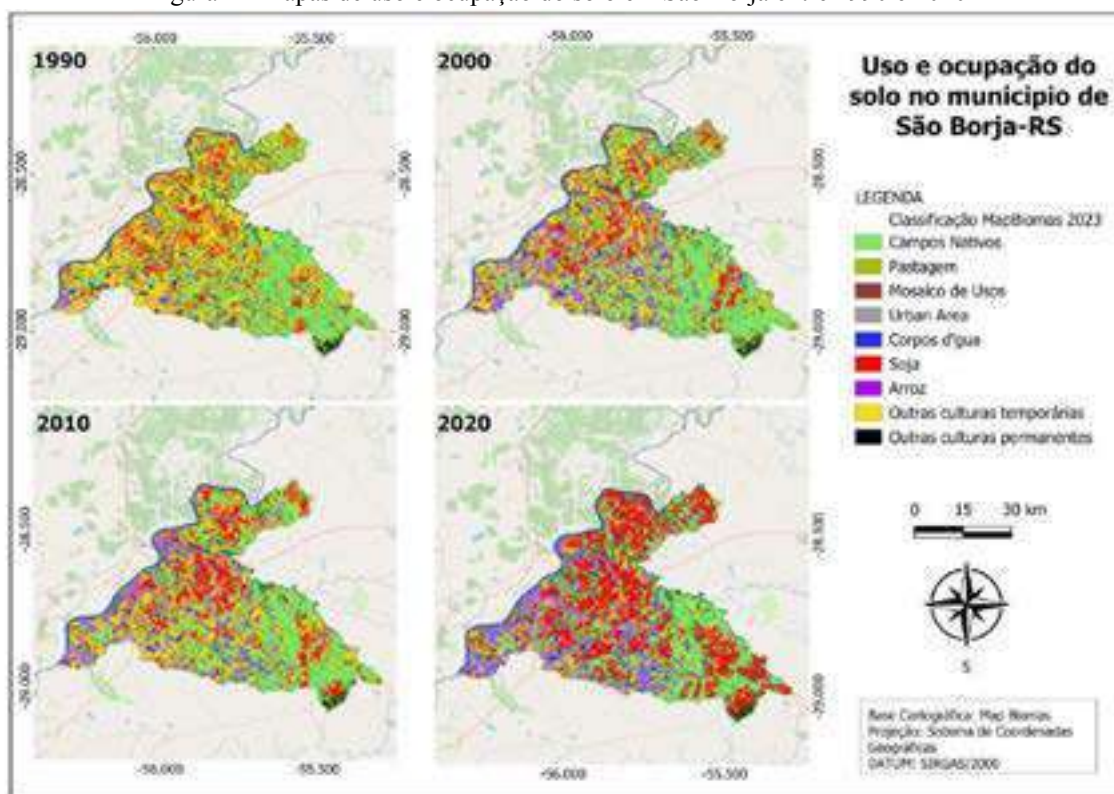
Durante o século XX, o Brasil tornou-se uma peça central para a ampliação dos mercados estadunidenses e a manutenção da ordem capitalista global frente à Guerra Fria. Nesse período, a agricultura passa a desempenhar maior influência na organização político-econômica do município, sobretudo com início do cultivo das culturas de arroz e soja, incentivados tanto pelos avanços técnico-científicos derivados da Revolução Verde, quanto pela lógica imperialista e neoliberal desenvolvimentista.

A partir dos anos 1990, consolida-se em São Borja o regime alimentar corporativo,

que McMichael (2017, p.71) conceitua como o "projeto de globalização" neoliberal. Este regime opera pela lógica das monoculturas de *commodities*, indissociável da indústria de ultraprocessados (Bortoletto, 2022), e posiciona os países periféricos, como o Brasil, como meros produtores e exportadores de matéria-prima para o centro do sistema capitalista, e fundamentado pela lógica do Agronegócio Globalizado (ELIAS, 2022).

As transformações do modelo de produção agropecuária, ficam evidentes a partir dos dados selecionados na plataforma do projeto MapBiomas, onde é possível observar mudanças na ocupação do território e da produção agrícola. Na figura 01, é possível observar o avanço das áreas destinadas às culturas temporárias, especialmente as plantações de soja e arroz, assim como a diminuição dos campos nativos. A variável “*outras culturas temporárias*”, inclui os cultivos de trigo e milho, enquanto o “*mosaico de uso*” dizem respeito a áreas onde não é possível, através do método, distinguir entre agricultura e pastagem. Essas duas classes, somadas ao cultivo de soja, evidenciam a mudança da produção agropecuária no município.

Figura 1 - Mapas de uso e ocupação do solo em São Borja entre 1990 e 2020



Fonte: MapBiomas, 2025

Organização: os autores

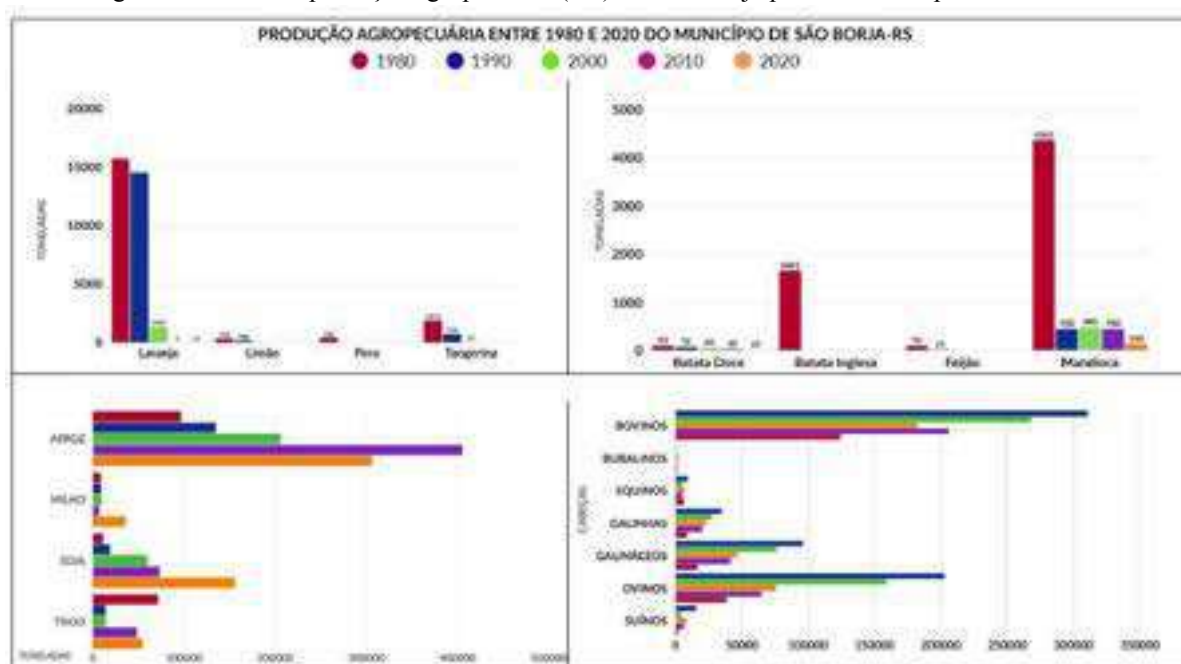
Além disso, observa-se que o aumento das áreas destinadas à agricultura sobre os

campos refletiu no aumento da produção de soja e de outras culturas temporárias, como trigo e milho, bem como a diminuição das áreas destinadas às lavouras perenes. Essa mudança também é evidente ao se analisar as toneladas produzidas a partir da década de oitenta.

A figura 02 apresenta o panorama relativo às toneladas produzidas de frutas, tubérculos, raízes e feijão, além do número cabeças de animais criados nas décadas de 1980 até a de 2020, englobando, assim, os dois regimes alimentares mais recentes. A partir da análise dos dados, foi possível verificar a redução da produção de feijão que desaparece a partir dos anos 2000, da mandioca que diminui cerca de quatro vezes a partir da década de 1990, assim como a laranja que saiu de 15 mil toneladas na década de 2000, para menos de 1 mil toneladas a partir de 2010.

Por outro lado, observa-se o aumento de quase três vezes entre 2010 e 2020 do cultivo de soja. Já o arroz segue a tendência de aumento, desde do início da série histórica, enquanto se observa o aumento expressivo das culturas de trigo e milho, especialmente quando comparamos os anos de 2010 e 2020 (fig.2). Em relação à pecuária, observou-se tanto a diminuição do número de animais quanto às áreas destinadas à criação. A população de Bovinos, por exemplo, saiu de 310 mil cabeças em 1980 para 124 mil em 2020, bem como os ovinos, que saíram de mais de 200 mil para 38 mil.

Figura 2 - Dados da produção agropecuária (ton) em São Borja para diferentes períodos



Fonte: DataRS, 2025
Organização: os autores.

As alterações das estruturas agropecuárias no município, podem ser vistas sob duas óticas: a concentração fundiária e a dependência de insumos. O modelo do agronegócio, ao se basear em latifúndios e monoculturas, proporciona somente o acesso à terra aos detentores de capital. Paralelamente, a dependência de insumos, implica em maior custo para produção, substituição da mão de obra, além da degradação ambiental que se dá pelo uso intenso de mecanização, o alto consumo de água e de combustíveis fósseis, o emprego de fertilizantes químicos, sementes transgênicas, agrotóxicos e antibióticos e, ainda, a necessidade de transporte por longas distâncias (NUPENS, 2024. p. 19).

A conjugação desses fatores resulta no êxodo rural com a expulsão de populações para as periferias urbanas (GAMALHO, 2023), e que a cadeia produtiva de alimentos, é responsável por 80% da conversão do uso da terra e perda da biodiversidade, 80% do consumo de recursos hídricos e da contaminação de lençóis freáticos e por 20 a 30% das emissões de gases de efeito estufa (NUPENS, 2024. p.18), os impactos socioambientais desse modelo recaem de maneira desproporcional sobre os grupos em situação de vulnerabilidade, aprofundando as desigualdades.

Esse modelo socioeconômico, cada vez mais evidenciado como nocivo, intersecta-se com outra ameaça crucial: os Eventos Climáticos Extremos (ECEs). No Rio Grande do Sul, os ECEs tem ganhando destaque nas últimas décadas devido não somente à intensidade, magnitude e recorrência de chuvas ou secas extremas, mas devido aos impactos e desastres socioambientais a eles associados (Marengo et al., 2024; Pillar; Overbeck, 2024).

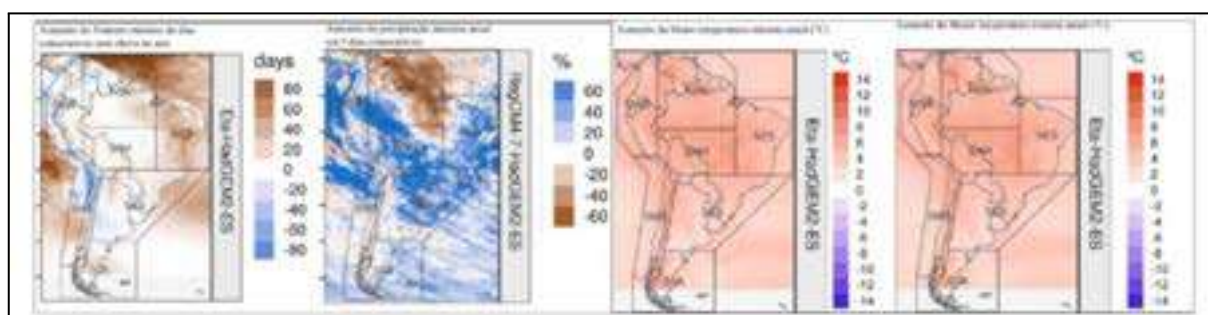
Aliado aos ECEs, dados do Quinto Relatório de Avaliação do IPCC (Field; Barros, 2014) indicaram tendências de aumento da precipitação na região Sudeste da América do Sul (SES), além de anomalias associadas às secas sazonais, balizando a tese de que a frequência e intensidade de extremos hidroclimáticos no SES provavelmente aumentarão até o final do século XXI (Cabré; Solman; Nuñez, 2010; Marengo et al., 2010).

Essa projeção foi avaliada pelo IPCC no âmbito Sexto Relatório de Avaliação (AR6) publicado em 2021, que compilou estudos que indicam o aumento na intensidade e frequência de extremos quentes e uma diminuição na intensidade e frequência de extremos frios. Em relação à precipitação, observou-se o aumento das chuvas anuais, na maioria atribuível a mudanças na estação quente (Ranasinghe et al., 2021; Seneviratne et al., 2021). De maneira geral, estudos posteriores à publicação do AR6 atestam o aumento da precipitação extrema no

SES (Almazroui et al., 2021; Lagos-Zúñiga et al., 2024), apontando para o aumento do Risco Climático para a bacia do rio da Prata, incluindo eventos de alagamento, inundações e secas (Bettolli et al., 2025; Olmo; Bettolli; Rusticucci, 2020).

O estudo de Lagos-Zúñiga et al., (2024) projetou as mudanças do aumento da precipitação Máxima anual em 5 dias consecutivos (índice RX5day), aumento do Número máximo de dias consecutivos sem chuva no ano (índice CDD), Aumento da Maior temperatura máxima anual (TXx) e aumento da maior temperatura mínima anual (TNx), no cenário de mudanças climáticas RCP8.5. Tais índices são os principais indicadores de eventos extremos que compõem o conjunto de Índices de Detecção de Mudanças Climáticas (Sun et al., 2021) e todos apontam para aumento das condições climáticas extremas no Brasil e no Rio grande do Sul (Figura 3).

Figura 3 - Projeção de mudanças de índices climáticos no cenário **RCP8.5** para 2050 a 2099

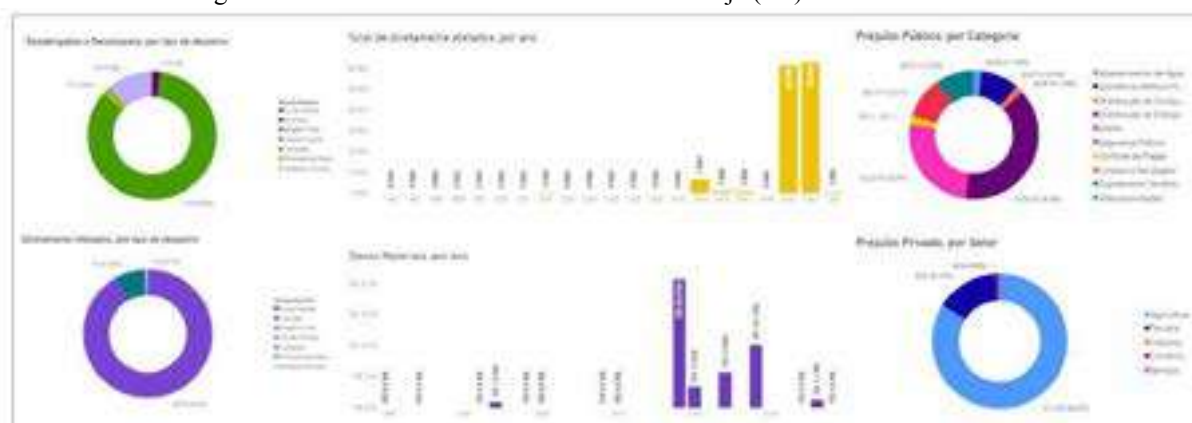


Fonte: Lagos-Zúñiga, 2024.

Com as mudanças climáticas globais, espera-se o aumento dos ECEs. Tais eventos já vêm causando diversos impactos socioambientais, como de setembro de 2023, que impactou 107 municípios do Rio Grande do Sul, resultando em 400 mil pessoas diretamente afetadas, em torno de 5 mil pessoas ficaram desabrigadas e mais de 22 mil foram forçadas a se realocar, além de 43 feridos e 54 óbitos. Em 2024, novos eventos de cheia levaram quase 200 pessoas a óbito, impactando mais de 850.000 pessoas (Alvala et al., 2024; Collischonn et al., 2025).

No caso de São Borja-RS, entre 1991 e 2024, foram registrados 23 desastres naturais, sendo 6 de ordem meteorológica, 11 climatológico e 16 hidrológicos. Os desastres mais frequentes são as inundações e estiagem/seca. Nesse período, 7.616 pessoas ficaram desalojadas e desabrigadas, 3.589 feridas e enfermas e 134,53 mil foram diretamente afetadas ao longo da série histórica (Figura 4).

Figura 4 -Painel dos desastres naturais de São Borja (RS) entre 1991 e 2025.



Fonte: Atlas Digital de Desastres no Brasil.

Os principais eventos foram registrados em 2014 e 2023, com 3.150 e 1.364 pessoas desalojadas, respectivamente, embora a população diretamente afetada foi de 62 mil em 2022 e 63 mil em 2023, incluindo trabalhadores do transporte e outras pessoas não residentes no município. Os eventos de inundação corresponderam a 84% da população desalojada, enquanto os indivíduos diretamente afetados estavam vinculados a secas e estiagem (Figura 4). Em relação aos danos e prejuízos, entre 1991 e 2024, no setor público, a infraestrutura é o setor mais afetado, sobretudo a distribuição de energia e o ensino, com prejuízo de até 25 milhões de reais. No setor privado, agricultura e pecuária são os mais afetados, somando prejuízos de até 1,41 bilhões de reais.

No geral, existe uma correlação direta entre a resiliência das cidades frente às mudanças climáticas e as condições econômicas e de desenvolvimento urbano, sobretudo para pequenas cidades (<100.000 habitantes), como São Borja-RS. As cidades com níveis mais baixos de Resiliência Comunitária a desastres naturais estão associados àquelas com população com maior vulnerabilidade, marcada por um desenvolvimento socioeconômico limitado, condições de moradia inadequadas, infraestrutura urbana insuficiente para transporte, saúde, lazer e serviços de apoio social, e implementação ineficaz de políticas públicas de desenvolvimento (Ribeiro; Saito; Célia dos Santos Alvalá, 2022).

O município de São Borja conta atualmente com mais de 20 mil pessoas cadastradas no CadÚnico e assim cerca de 35% da população encontra-se em vulnerabilidade socioeconômica. Essa condição torna essa parcela da população mais exposta aos ECEs e à Insegurança Alimentar e Nutricional. AGR. Somado a isso, verifica-se que a agricultura é um

dos setores mais afetados em ECEs, podendo agravar a situação de vulnerabilidade do município e a segurança alimentar (Marengo, 2024).

As mudanças climáticas possuem interface com a má nutrição e com a insegurança alimentar e nutricional: desnutrição/déficit nutricional e sobrepeso/obesidade. Esse cenário é agravado em locais onde há a recorrência de ECEs, visto que os eventos tendem a promover reduções na produção, qualidade, acesso, utilização e estabilidade do sistema alimentar. Essa instabilidade implica no acesso à compra de alimentos devido aos preços elevados, assim como ocorre a baixa oferta de alimentos *in natura*, induzindo a busca por alimentos processados e ultraprocessados (Alpino et al., 2022). Portanto, esses impactos são mais intensos para as populações em situação de vulnerabilidade social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que a transição para um regime alimentar corporativo no município de São Borja, marcado pela expansão de *commodities* em detrimento de cultivos alimentares diversificados, tornou o sistema local ainda mais vulnerável e dependente. Essa reconfiguração produtiva, ao priorizar a monocultura para exportação, não somente concentra terras e renda, como também amplia a dependência de insumos externos e intensifica a degradação ambiental e a desigualdade social, indo na contramão da Soberania e Segurança Alimentar.

Concomitantemente, a análise confirmou a crescente exposição do município a Eventos Climáticos Extremos (ECEs) e Risco Climático, como secas e inundações, cuja frequência e intensidade tendem a aumentar. Diante disso, a convergência entre um modelo agroalimentar frágil e um cenário climático adverso agrava a Insegurança Alimentar e Nutricional, uma vez que desestabiliza a produção, eleva os preços dos alimentos *in natura* e direciona o consumo para opções ultraprocessadas — impactando sobretudo a saúde da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Desta maneira, os resultados apontam para a urgência de políticas públicas integradas que enfrentam essa dupla vulnerabilidade e a não garantia dos direitos. É imperativo promover o combate às desigualdades e a degradação ambiental, realizada por este sistema.

A transição para sistemas alimentares locais mais diversificados e resilientes, capazes de garantir a soberania alimentar da população e, ao mesmo tempo, adaptar-se às mudanças

climáticas, apresentam-se como caminhos urgentes. A resiliência frente às Mudanças Climáticas dependerá, portanto, da capacidade de construção da justiça social, a partir da produção de alimentos diversificados, saudáveis e aliados à sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALMAZROUI, Mansour et al. Assessment of CMIP6 Performance and Projected Temperature and Precipitation Changes Over South America. **Earth Systems and Environment**, v. 5, n. 2, p. 155–183, jun. 2021.
- ALPINO, T. D. M. A. et al. Os impactos das mudanças climáticas na Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 273–286, 2022.
- ALVALA, R; C; D. S. et al. Analysis of the hydrological disaster occurred in the state of Rio Grande do Sul, Brazil in September 2023: Vulnerabilities and risk management capabilities. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 110, p. 104645, 1 ago. 2024.
- ARAÚJO, Melissa de Oliveira. **Sistema alimentar, ambiente alimentar e desfechos para a segurança alimentar e nutricional: um modelo conceitual para o Brasil**. 2023. Tese (Doutorado em Saúde e Nutrição) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.
- AZEVEDO, Ester. Colonialidade Alimentar. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Paulo (org.). **Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.
- BETTOLLI, M. L. et al. High-Resolution Deep-Learning and Dynamical Climate Downscaling for Impact Modeling in Southeast South America. **Earth Systems and Environment**, p. 1–23, 30 2025.
- CABRÉ, Maria Fernanda; SOLMAN, S. A.; NUÑEZ, M. N. Creating regional climate change scenarios over southern South America for the 2020's and 2050's using the pattern scaling technique: validity and limitations. **Climatic Change**, v. 98, n. 3, p. 449–469, 1 fev. 2010.
- CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. Pão ou Commodities: geografia da produção de alimentos. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Paulo (org.). **Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.
- COLLISCHONN, Walter et al. The exceptional hydrological disaster of April-May 2024 in southern Brazil. **RBRH**, v. 30, p. e1, 17 mar. 2025.
- FAVARETO, Arilson. Os efeitos territoriais da produção de commodities agropecuárias no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Paulo (org.). **Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.
- FIELD, Christopher B.; BARROS, Vicente R. **Climate change 2014: impacts, adaptation, and vulnerability**. Working Group II contribution to the fifth assessment report of the Intergovernmental panel on climate change. New York: Cambridge university press, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LAGOS-ZÚÑIGA, M. et al. Extreme indices of temperature and precipitation in South America: trends and intercomparison of regional climate models. **Climate Dynamics**, v. 62, n. 6, p. 4541–4562, jun. 2024.

MARENGO, J. A. et al. Future change of climate in South America in the late twenty-first century: Intercomparison of scenarios from three regional climate models. **Climate Dynamics**, v. 35, n. 6, p. 1089–1113, 31 dez. 2010.

MARENGO, Jose A. Impactos sociais dos eventos climáticos extremos. **Ciência e Cultura**, v. 76, n. 3, p. 1–8, 2024.

NUPENS; CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. **Diálogo sobre ultraprocessados: soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis**. São Paulo: NUPENS/USP, 2021. 45 p.

OLMO, M.; BETTOLLI, M. L.; RUSTICUCCI, M. Atmospheric circulation influence on temperature and precipitation individual and compound daily extreme events: Spatial variability and trends over southern South America. **Weather and Climate Extremes**, v. 29, p. 100267, 1 set. 2020.

RANASINGHE, Roshanka et al. Climate change information for regional impact and for risk assessment. In: MASSON-DELMOTTE, Valérie et al. (Orgs.). **Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2021. p. 1767–1926.

REBOITA, Michelle Simões et al. Future Projections of Extreme Precipitation Climate Indices over South America Based on CORDEX-CORE Multimodel Ensemble. **Atmosphere**, v. 13, n. 9, p. 1463, 9 set. 2022.

RIBEIRO, D. F.; SAITO, S. M.; ALVALA, R; C; D. S. Disaster vulnerability analysis of small towns in Brazil. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 68, p. 102726, 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SENEVIRATNE, S. I. et al. Weather and climate extreme events in a changing climate. In: MASSON-DELMOTTE, V. P. et al. (Orgs.). **Climate Change 2021: The Physical Science Basis: Working Group I contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2021. p. 1513–1766.

SUN, Qiaohong et al. A Global, Continental, and Regional Analysis of Changes in Extreme Precipitation. **Journal of Climate**, v. 34, n. 1, p. 243–258, 1 jan. 2021.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tema/internacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

CAMPONESES NA LUTA PELA MANUTENÇÃO DE SUAS EXISTÊNCIAS

PEASANTS STRUGGLING TO MAINTAIN THEIR LIVELIHOODS

Cristiany Barbosa Ferreira Resende
Alex Lourenço dos Santos
Leonoura Katarina Santos
José Henrique Rodrigues Stacciarini

Resumo: Este artigo aborda a feira livre como um dos meios de manutenção da existência dos camponeses. O texto traz reflexões sobre as mudanças no modo de produção da agricultura após a Revolução Verde e a modernização que ocorreu, e ainda ocorre, de forma conservadora, resultando na exclusão de parte da população do campo: os camponeses. Dessa forma, esses atores sociais buscam maneiras de permanecer em suas terras e de manter sua forma de produção e sua relação com a terra, repassada de geração em geração. Uma dessas formas é a participação em feiras livres, onde levam sua produção e asseguram para suas famílias uma renda que complementa, principalmente, as necessidades externas do grupo familiar. Este artigo resulta da dissertação de mestrado defendida no ano de 2020, na então Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão, que teve como metodologia a pesquisa documental, teórica e de campo, realizada na feira livre da Praça Duque de Caxias, no município de Catalão.

Palavras-chave: Modernização. Reprodução social. Camponeses.

Abstract: This article addresses the open-air market as one of the means of maintaining the existence of peasants. The text reflects on the changes in the mode of agricultural production after the Green Revolution and the modernization that occurred, and still occurs, in a conservative way, resulting in the exclusion of part of the rural population: the peasants. Therefore, these social actors seek ways to remain on their land and maintain their form of production and their relationship with the land, passed down from generation to generation. One of these ways is participation in open-air markets, where they bring their produce and ensure an income for their families that mainly supplements the external needs of the family group. This article is based on a master's thesis defended in 2020 at the then Federal University of Goiás-Regional Catalão, which used documentary, theoretical, and field research methodology, carried out at the open-air market in Duque de Caxias square, in the city of Catalão.

Keywords: Modernization. Social reproduction. Peasants.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que os meios de produção nas áreas rurais do Brasil passaram por muitas mudanças nas últimas décadas, principalmente após a Revolução Verde e seus pacotes tecnológicos, que propiciou uma modernização de caráter conservador e excludente. Dessa forma, o que se observa em território brasileiro, em diferentes períodos, é a modernização dos maquinários, bem como a adequação e o desenvolvimento de novas formas de cultivo, nas quais o ser humano assume o papel de modificador de condições que, outrora, apenas a natureza poderia proporcionar.

Entre esses avanços, destacam-se a modificação de sementes, o uso de agrotóxicos — ou defensivos agrícolas — que permitem o controle de pragas nas plantações, a adubação, a irrigação, entre outros. Todos esses fatores possibilitam que as monoculturas sejam cultivadas de maneira mais eficiente e que o manejo das condições dessas culturas se torne mais controlável.

Por outro lado, existe uma parcela da população que se vê excluída desse processo e, por diversas vezes, é expulsa de seu modo de vida. É o caso do camponês, que produz e se reproduz socialmente por meio de formas ancestrais de cultivo da terra, em um ritmo mais lento se comparado ao tempo da monocultura.

Esses sujeitos buscam se adaptar ao novo, ao moderno, da melhor forma que encontram. Contudo, enfrentam intensas lutas pela sobrevivência, pois trata-se de preservar aquilo que lhes foi transmitido de geração em geração, a sabedoria dos cultivos, o manejo da terra, a vida e a produção baseadas no trabalho familiar.

Diante disso, esse artigo traz uma subseção que foi desenvolvida na Dissertação de Mestrado denominada “FAZENDO FEIRAS E TECENDO ESTÓRIAS DE VIDA: feira livre e reprodução camponesa na Praça Duque de Caxias em Catalão (GO)”, no qual se faz análises sobre o campesinato sua produção e a forma que passou por mudanças nas últimas décadas, as mudanças produtivas no âmbito rural, principalmente a partir das Modernizações no campo, e de que forma a feira livre pode significar para os camponeses uma forma de reprodução social, na qual, a possibilidade de escoamento da produção familiar pode fortalecer a renda desses atores sociais, dando oportunidade da realização da manutenção de seu modo de vida e de sua relação com a terra.

2 DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista que os processos de modernização da agricultura ocorreram e ocorrem por todo o Brasil, e, conseqüentemente, no território goiano, sabe-se que as transformações resultantes deste processo são significativas para os camponeses e trabalhadores da terra, pois, a partir de então a produção, as relações de trabalho, as ocupações/atividades laborais e demais aspectos de suas vidas foram, parcialmente modificadas, ocorrendo uma reconfiguração socioespacial do território goiano, das estruturas materiais e das estruturas imateriais (Pelá; Mendonça, 2010).

Dentro da lógica da modernização da agricultura — a face mais intensa da modernização recente — desenvolvida pelo capitalismo no Brasil e, especificamente, no Cerrado goiano, grande parte da população do campo foi excluída desse processo por diversas razões. Muitos não conseguiram permanecer em suas terras, seja porque foram tomadas pelas monoculturas, seja por não se adequarem ao modelo empresarial de produção (Mesquita; Mendonça, 2016).

Diante da exclusão dos camponeses do processo de territorialização das empresas capitalistas, através da modernização conservadora, estes, em sua maioria, foram expulsos de suas terras e empurrados para as periferias urbanas e/ou às áreas de fronteira em expansão. Porém, juntamente com esse movimento de desterritorialização ocorreram muitas formas de fortalecimento para que continuem lutando pela reforma agrária e pelo acesso à terra ou para que permanecessem nas mesmas, organizando-se através de movimentos sociais, formando as *(Re)Existências*. Essas *(Re)Existências* podem ser conceituadas como:

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizando ou poder criar novas raízes e mescla-las com as já existentes, formatando especialidades como condição para continuar (Pelá; Mendonça, 2010, p. 54)

Portanto, a luta é uma constante na vida dos camponeses e trabalhadores da terra, que, por diversas vezes, precisam criar novas formas de inserção na sociedade para continuarem existindo. Neves (2008) argumenta que a luta pela valorização dos camponeses na sociedade ocorre de diferentes maneiras, muitas das quais não são visíveis ou reconhecidas socialmente. Formular novos projetos de vida em condições adversas, a fim de garantir a reprodução

familiar e promover a integração com a sociedade, constitui a realidade de muitas famílias camponesas.

Como parte de suas buscas por continuar existindo socialmente, os camponeses criam estratégias para auferir renda. Nessa perspectiva, Rosa (2015, p. 6) argumenta que:

Ao diversificarem (produção agrícola e não agrícola) suas fontes de rendimento as famílias camponesas criam a capacidade de se desvencilharem das amarras colocadas pelo capital e negam um dos pilares do modelo capitalista de agricultura que é a especialização (monocultura). Ao produzir diferentes produtos, os camponeses conseguem fugir da oligopolização do capital, que têm como característica centrar a extração da renda em apenas um produto. A estratégia de disponibilizar diferentes produtos, como milho, cana, feijão, arroz, hortaliças, pequenos animais (frango, suínos etc.), leite, queijo, requeijão, etc., faz com que os camponeses sempre tenham algum produto para garantir sua renda. (Rosa, 2015, p. 6)

Muitos desses camponeses criam ainda diversificadas formas de produção, como a produção de alimentos orgânicos, sem o uso de agrotóxicos. Rosa (2015) aponta que para ser possível algumas produções, principalmente sem agrotóxicos, alguns camponeses recorrem a programas governamentais, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), produção esta que tem sido direcionada para os mercados institucionais, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde a produção camponesa é comprada e direcionada para a alimentação nas escolas e instituições similares.

Além disso, tem-se o Programa de Aquisição Alimentar (PAA), em que as famílias camponesas podem comercializar sementes crioulas¹ com o objetivo de multiplicá-las em outras Comunidades Camponesas para que possa ser assegurada certa autonomia e soberania alimentar.

Exemplificando a relevância da agroecologia e da valorização das sementes crioulas, na cidade de Catalão, projetos foram e são desenvolvidos, como o exemplo, o projeto desenvolvido no ano de 2005 pelo Prof.º Dr.º Marcelo Rodrigues Mendonça, projeto denominado *Extensão Resgate, Conservação e Produção de Sementes Crioulas nas Comunidades Rurais*, onde foi implantado um banco de sementes crioulas na Comunidade São Domingos, no município de Catalão (GO), estas sementes foram sendo resgatadas,

¹ A semente crioula é aquela cujo germoplasma vem sendo multiplicado por agricultores através do tempo. As sementes crioulas não tiveram sua estrutura genética modificada pela indústria, em um processo de melhoramento genético. Além disso, as sementes crioulas são fundamento e produto de culturas e sociedade através da história, nelas se incorporam valores, afetos, visões, mitos e formas de vida que ligam ao âmbito do sagrado, consistindo em um meio de sustento e soberania das comunidades Camponesas e dos povos, garantindo a construção histórica e cultural. (RIBEIRO *et al.*, 2012, p. 3)

selecionadas e armazenadas, ficando a disposição dos camponeses (Ribeiro *et. Al.* 2012). Este projeto foi finalizado no ano de 2009.

Logo Ribeiro coloca que:

Em 2011 ocorreu a Feira e Festa de Sementes, Mudas e Raças Crioulas em Defesa da Biodiversidade, na Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, através da iniciativa do Movimento Camponês Popular (MCP), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O Evento estimulou e fortaleceu o trabalho com as sementes crioulas e com a Agroecologia junto às famílias camponesas não somente do município de Catalão (GO), mas de todo o Brasil, tendo também colaboradores de países africanos (Moçambique e África do Sul) e organizações camponesas da América Latina através de intercâmbio de experiências. (Ribeiro *et. Al.* 2012, p. 7)

É importante evidenciar a relevância desses projetos e como eles são capazes de dar visibilidade aos camponeses, impulsionando sua sociabilidade e fortalecendo sua autonomia. Isso demonstra que o modo de cultivo e a cultura camponesa envolvem saberes, sentidos e conhecimentos, resultantes da relação direta com a terra.

Esses projetos configuram-se como formas de incentivo e alternativas para a comercialização dos produtos camponeses, além de representarem uma maneira de produzir alimentos saudáveis para a população urbana. Para além dessas estratégias adotadas pelos camponeses, existem outras — diversas e cotidianas — muitas vezes imperceptíveis à sociedade, uma vez que o campesinato no Brasil precisou se reinventar continuamente para sobreviver aos condicionantes sócio-históricos impostos pelo sistema capitalista de produção.

Diante dessa luta e ação política permanente, os camponeses desenvolvem uma identidade social de classe, marcada pelo interesse em produzir e viver da terra. Assim, Carvalho (2012, p. 30) coloca que:

[...] é a resistência social camponesa à pressão exercida pela expansão capitalista e às opressões daí derivadas que propiciam aos próprios camponeses, nessa prática social plena de contradições, não apenas o crescimento de sua consciência política, mas também a experiência da luta social em defesa de seus interesses.

Sobre a pressão exercida pelo capital sobre o campesinato, nota-se que os meios de produção e as relações de trabalho dos capitalistas e dos camponeses diferenciam-se significativamente. No capitalismo, o único resultado esperado é o lucro, uma vez que se controla integralmente as condições de sua geração. Para os camponeses, o lucro também é

relevante, como aponta Carvalho (2012, p. 131), mas a centralidade está nas condições de reprodução da existência. Assim:

[...] não se exclui o lucro da realidade camponesa. Longe disso. A hipótese é que, nessa realidade as expectativas em relação às necessidades e condições reprodutivas vêm primeiro: se forem atendidas, mesmo que expectativas de lucro se frustrem reiteradamente, a unidade produtiva camponesa continua em funcionamento e muito provavelmente não alterará, “só” por isso, sua rotina. Do mesmo modo, não se exclui a busca da formação de elementos de capital - a acumulação de meios de produção - como traço da realidade camponesa. Entende-se, isto sim, que tais processos se subordinam, também, às condições e necessidades reprodutivas. De modo que, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução. (CARVALHO, 2012, p.13)

Dessa forma, os camponeses também obtêm lucro, mas não se centram nele, pois, diferentemente de uma unidade capitalista, o lucro é voltado para as necessidades da unidade familiar e para sua reprodução. Destaca-se que, em sua unidade produtiva, os camponeses se inserem em uma fusão entre as esferas de produção e consumo, realizando suas atividades dentro da realidade social do capitalismo. Assim, eles produzem de acordo com a capacidade de trabalho da família, e a rotina de trabalho familiar determina um padrão de consumo. Esse processo constitui sua reprodução social, pois atende às necessidades inerentes à manutenção do grupo familiar (Carvalho, 2012).

O consumo da família camponesa pode advir de fatores internos ou externos, pois, podem ser adquiridas no cotidiano de sociabilização com a família através de parentes, vizinhança, entre outros, onde eles consomem bens necessários e indispensáveis à reprodução da família. Já acerca dos fatores externos, Carvalho (2012) coloca que são constituídos pela “moda” de consumo de bens e serviços induzida pelos meios de comunicação de massa e valores consumistas dominantes.

Esses fatores estão presentes na vida dos camponeses. Ao se analisar os fatores externos, percebe-se que eles estão inseridos no consumo capitalista, utilizando-se — de forma legítima — da produção social de equipamentos, maquinários e outros objetos, como televisores, telefones celulares, automóveis, entre outros. Nesse rol de consumo, também se incluem parte dos alimentos consumidos, oriundos das grandes redes corporativas e disponíveis nos supermercados das cidades.

Destarte, os camponeses necessitam do trabalho dos componentes do núcleo familiar para adquirir os bens que se tornam necessários. Este trabalho acontece através da interação com a natureza a partir dos saberes culturais e criações, de seus hábitos, mas também a partir das relações existentes entre eles e a sociedade local/comunitária ou global, onde, por diversas vezes, lançam mão de tecnologias oriundas dos grupos econômicos hegemônicos. Esta última, por sua vez, tem força suficiente para pressionar os camponeses ao uso de insumos agrícolas, como os agrotóxicos, através de sua organização com o Estado.

Para assegurar suas Existências os camponeses acatam várias imposições por parte do grande capital. Os elementos da modernização são realidade para muitos deles, esta que adentrou suas vidas, principalmente em seu consumo, pois eles necessitam de quantidades maiores de insumos, para além da quantidade que produzem para viver, por isso suas rotinas de trabalho também são alteradas. Essas mudanças, dramáticas, são formas também de lutar por suas Existências, lutar para viver, *(Re)Existir* socialmente e se reproduzir.

Por isso:

Para que os camponeses se reproduzam socialmente com qualidade de vida e de trabalho sempre melhores e crescentes [...] com menor transferência do sobretrabalho familiar nas relações de trocas comerciais, seria necessário, mas não suficiente, que essas famílias readquirissem novas esperanças e vislumbrassem uma nova utopia. Seria fundamental, então, que a reafirmação da identidade social camponesa (e a do extrativista e a dos povos indígenas) fosse revivificada não pela volta à comunidade camponesa utópica pré-capitalista, mas segundo outros referenciais sociais capazes de constituírem uma ou várias identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social e de superação do modelo econômico e social vigente [...]. (Martins, 1973, p. 28-29).

Martins (1973) argumenta que os camponeses necessitaram encontrar formas de fortalecimento e de criação de novas identidades, formando resistências, para não serem excluídos socialmente dentro do sistema capitalista que é o modelo econômico social vigente. É nesse sentido que esta pesquisa acredita que as feiras livres, bem como a feira livre que acontece na Praça Duque de Caxias/Catalão, representam uma forma para que esses camponeses se fortaleçam, uma vez que através da comercialização de sua produção, resultado do seu trabalho, podem se reproduzir socialmente.

E essa forma de manutenção de existência destaca-se quando se analisa o crescimento do agronegócio e a necessidade capitalista de produtividade que foi incorporada no campo. Assim, alguns autores apontam para o desaparecimento do campesinato na sociedade atual ou

em um futuro muito próximo. O autor Felício (2006) aponta que Abramovay (1992), por exemplo, coloca como certo o desaparecimento dos camponeses, na afirmativa de que a tendência seria a integração total deles ao mercado para poder racionalizar ao máximo sua produção, tornando-se agricultores familiares.

Da mesma forma:

A resposta marxista clássica enunciava que a concorrência com a grande agricultura destruiria inexoravelmente a produção camponesa, em parte porque se tinham como certos ganhos de escala na assimilação de insumos industriais, em parte porque se entendia que o que havia de específico na racionalidade camponesa bloquearia a sua capacidade de se modernizar para o pesado combate com a concorrência. (COSTA; CARVALHO, 2016, p. 25)

Porém, tais previsões de desaparecimento dos camponeses podem se dissipar uma vez que os camponeses são atores sociais que possuem longa trajetória de luta pela terra e pela reforma agrária, demonstrando que são capazes de resistir às intempéries que surgem em seu caminho, mesmo sendo desvalorizados pelas políticas públicas e bombardeados pelas intenções do capital. Na refutação de seu papel na sociedade e nas tentativas de substituição até mesmo de seu conceito, eles reconhecem os obstáculos e os superam. Neves (2008, p. 15) ao discorrer sobre camponeses no Brasil, destaca que:

Tais produtores estiveram vinculados à exploração colonial, integrando-se a mercados locais ou a distância; reafirmaram-se como posição desejada no decorrer da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; abasteceram os processos de agroindustrialização de produtos destinados à exportação; e, entre outras tantas situações, por mais de um século, vêm ocupando a Amazônia. Atualmente, se apresentam como um dos principais atores da cena política, constituída para tornar possível a construção de sociedade erguida sobre bases mais igualitárias, capazes, então, de fundamentar os princípios democráticos de coexistência social e política.

Afirma-se, portanto, que estes atores sociais estiveram no passado, permanecem no presente e são parte da construção da sociedade, ainda que, por vezes, sejam negligenciados em prol dos históricos e atuais avanços das grandes produções. Neves (2008, p. 15) destaca ainda que a luta pela valorização dos camponeses na sociedade ocorre de diversas formas, muitas delas são pouco visíveis pela sociedade, nesse sentido argumenta que:

[...] ela se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família. Essa dimensão tem, de fato, menor reconhecimento pela sociedade e mesmo na academia. Ao se afirmar historicamente essa dimensão, é importante ressaltar a capacidade dos camponeses de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande

capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis. Consideramos necessário registrar e reconhecer as vitórias, por mais invisíveis que sejam. (Neves, 2008, p. 15)

A realidade presenciada em diversos lugares do Brasil, Goiás e na cidade de Catalão levam à confirmação dessa capacidade de reformulação e das diversas estratégias adotadas pelos camponeses para se reproduzirem socialmente. Diante disto, é lançada a assertiva de que as feiras livres fazem parte dessas estratégias na busca da reprodução social do campesinato.

Essa luta pela terra e pelo direito de produzir perpassa décadas, contudo, a sonhada reforma agrária nunca aconteceu para que as questões agrárias pudessem ser amenizadas no país. A respeito da questão agrária, a entendemos como:

O conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra [...] é possível afirmar que o desenvolvimento do país está entravado por uma “questão agrária” quando a tessitura das relações econômicas, sociais, políticas e culturais no meio rural, produz uma dinâmica perversa [...]. (Mendonça S., 2010, p. 78)

Além disso, outros foram os obstáculos para seu acontecimento, um deles foi a própria modernização agrícola que ocorreu no país (1960-70) que derrubou qualquer proposta que pudesse viabilizar a reforma agrária, uma vez que se pretendia o desenvolvimento a partir do capitalismo no campo, para tanto, mantiveram a estrutura fundiária (Mendonça S., 2010).

Sabendo das discrepâncias ocorridas, apoiadas e fortalecidas pelo Estado em benefício do capital na forma do agronegócio, bem como em todo detrimento gerado aos camponeses e trabalhadores da terra² durante toda a história agrária do país, tendo continuidade e agravamentos no período atual, os camponeses necessitam de formas que reforcem a relevância da terra para sua produção, para seu viver e Existir, criando e se recriando constantemente como uma forma de contestar toda uma lógica capitalista hegemônica estabelecida no campo.

² *Trabalhadores da terra*: Para Mendonça (2004, p. 29), “[...] são aqueles que exercem o labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreende os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc., que estabelecem o sentido pleno da vida na terra e, em situação de *desfiliação social*, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária, territorializando ações políticas contra o capital”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa realiza ponderações sobre as modernizações do campo ocorridas principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, que transformaram o território brasileiro, incluindo o Cerrado goiano, alterando o modo de produção de policulturas para extensas áreas de monoculturas, resultando na construção de novas relações sociais. Essas mudanças decorreram da introdução de inovações técnicas e tecnológicas em prol do capitalismo, com apoio do Estado.

Nesse contexto, a mecanização passou a substituir o trabalho humano em diversos processos agrícolas, e o uso de insumos químicos — muitos deles tóxicos ao meio ambiente e à saúde humana — tornou-se comum no controle de espécies consideradas indesejáveis pelo agronegócio, aumentando a velocidade de crescimento da produção.

Esse período de transformações produtivas provocou profundas mudanças espaciais, impactando significativamente a vida dos camponeses, cujo modo de vida sempre esteve fortemente vinculado à terra. Quanto mais o agronegócio territorializa e se apropria da terra e da água, mais os camponeses perdem território, sendo expulsos do campo para as cidades ou forçados pelas empresas rurais a se transferirem para parcelas menores ou de menor qualidade.

Dentro desse contexto, os camponeses buscam diversas formas de continuar existindo. Em muitas dessas tentativas, eles acabam por adentrar novas realidades que, sob pressão do capital, se tornam necessárias. Muitos, por exemplo, ingressam no mercado de trabalho nas cidades em serviços variados ou produzem mais do que seria consumido pela família para fins de comercialização, entre outras estratégias de luta diária.

Compreendendo sua capacidade de adaptação, os camponeses analisam as situações, planejam e implementam formas de articulação para manter seu vínculo principal, que ocorre com a terra. Além disso, fazem uso de tecnologias e equipamentos contemporâneos, como celulares, televisores e meios de transporte modernos. Eles buscam atender suas necessidades imediatas, mas também visam suprir as necessidades do grupo doméstico e das futuras gerações, adotando estratégias que garantam sua reprodução social.

No âmbito de uma estratégia voltada à reprodução social, destaca-se a participação dos camponeses nas feiras livres, onde levam seus produtos para comercialização, garantindo uma renda que normalmente atende às demandas externas da família. Por meio dessa renda, eles

podem consumir aquilo que não produzem diretamente.

Assim, a presença dos camponeses nas feiras livres representa uma forma de (Re)Existência e fortalecimento, evidenciando sua capacidade de superar as imposições do capitalismo. Ao mesmo tempo, mantém-se o vínculo com o trabalho na terra, que continua sendo parte central de sua condição de vida, mesmo quando suas atividades dialogam com a globalização e sua reprodução social se dá também para a manutenção do núcleo familiar.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, PR, 2012. Disponível no site: <http://www.mcpbrasil.org.br>. Acesso em 21 abr. 2012.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In.: STEDILE, João Pedro. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão popular, 2016.

FELICIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia** - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente - SP, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Complexidade do espaço agrário brasileiro: o agronegócio e as (Re) Existências dos povos Cerradeiros. **Terra livre**, São Paulo – SP, ano 26, v. 1, n. 34. p. 189-202. Jan.-jun., 2010.

MENDONÇA, Marcelo R.; PELÁ, Marcia. O cerrado goiano numa encruzilhada de tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011-Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-18.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL, A CLASSE DOMINANTE AGRÁRIA: natureza e comportamento, 1964-1990**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESQUITA, Natália Lucas; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As expressões da (Re)Existência camponesa nos espaços hegemônicos do Sudeste goiano. **Geosaberes**, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v. 6, p. 599 - 608, fevereiro, 2016. Edição especial.

NEVES, Delma Pessanha. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Coleção história social do campesinato no Brasil. São Paulo: UNESP. v. 2, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro, movimentos sociais, conflitos e Reforma agrária**. Estudos avançados, v. 15, n. 43, 2001.

RIBEIRO, Marina Pires, *et. Al.* AGRICULTURA CAMPONESA E AGROECOLOGIA: relato de experiência da feira e festa de sementes, mudas e raças crioulas em defesa da biodiversidade. **XXI Encontro de Geografia Agrária “territórios em disputa, os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”**. Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012. ISSN 1983-487X.

ROSA, Marcelo do Nascimento, *et. Al.* AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA NA LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: uma leitura a partir da Comunidade Ribeirão município de Catalão/GO/Brasil. Observatório geográfico da América Latina. **XV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL) “por uma América Latina unida e sustentável”**, Cuba, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/07.pdf>. Acesso em: 12/10/2025.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

CAPITALISMO PREDATÓRIO COMO SEU PRÓPRIO INIMIGO: AGENTE CENTRAL DAS CRISES CLIMÁTICAS E FATOR DE DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO E SOCIAL

PREDATORY CAPITALISM AS ITS OWN ENEMY: CENTRAL AGENT OF CLIMATE CRISES AND FACTOR OF ECONOMIC AND SOCIAL IMBALANCE

Luana da Silva Gonçalves¹
Braian da Silva Gonçalves²

Resumo: O presente artigo explora a forma como o capitalismo predatório tem contribuído para o agravamento das mudanças climáticas e para o aumento dos prejuízos econômicos e sociais originados desses fenômenos. Com base em uma revisão bibliográfica e em dados de sites governamentais, o estudo debate a lógica de acumulação de capital e sua incoerência com a preservação ambiental. O capitalismo ao priorizar o lucro imediato e a produção em larga escala, tem agravado a degradação dos ecossistemas resultando em eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e ondas de calor. A pesquisa toma como referência o contexto do Rio Grande do Sul, que em 2024, enfrentou graves enchentes, onde famílias, empresas, agricultura e o equilíbrio financeiro do estado foram afetados. As ações governamentais, mesmo que importantes, demonstram serem direcionadas à reparação dos danos que à prevenção, ressaltando a precariedade das políticas públicas diante de um modelo econômico insustentável. Conclui-se que o capitalismo predatório age como um dos principais responsáveis pelas crises climáticas e suas consequências ultrapassam o campo ambiental, atingindo diretamente o empreendedorismo e os cofres públicos. O estudo reforça a urgência de repensar o modelo produtivo e adotar práticas sustentáveis que priorizem o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação da vida no planeta.

Palavras-chave: Capitalismo, Mudanças Climáticas, Políticas Públicas, Empreendedorismo.

Abstract: This article explores how predatory capitalism has contributed to the worsening of climate change and the increase in economic and social losses resulting from these phenomena. Based on a literature review and data from government websites, the study discusses the logic of capital accumulation and its incoherence with environmental preservation. Capitalism, by prioritizing immediate profit and large-scale production, has aggravated the degradation of ecosystems, resulting in extreme weather events such as droughts, floods, and heat waves. The research takes as a reference the context of Rio Grande do Sul, which in 2024 faced severe floods, affecting families, businesses, agriculture, and the

¹ Graduada em Psicologia e Especialista em Rede de Atenção Integral em Saúde Mental pela Universidade Franciscana. Mestranda em Serviço Social e Proteção Social pela Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja. (PPGSSPS/UNIPAMPA). E-mail: srtagoncalves93@gmail.com

² Graduando do curso de Administração pela Antônio Meneghetti Faculdade - AMF. Email: braiansg20@gmail.com

state's financial stability. Government actions, even if important, appear to be directed towards repairing damage rather than prevention, highlighting the precariousness of public policies in the face of an unsustainable economic model. It concludes that predatory capitalism acts as one of the main culprits of climate crises, and its consequences extend beyond the environmental field, directly impacting entrepreneurship and public finances. The study reinforces the urgency of rethinking the production model and adopting sustainable practices that prioritize a balance between economic development, social justice, and the preservation of life on the planet.

Keywords: Capitalism, Climate Change, Public Policies, Entrepreneurship.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as transformações econômicas e sociais decorrentes do avanço do capitalismo têm provocado impactos profundos sobre o meio ambiente e a dinâmica climática do planeta. O modelo conhecido como capitalismo predatório caracteriza-se pela busca incessante por lucros imediatos, sem considerar os limites ecológicos e sociais que sustentam a vida. Essa lógica de exploração tem acelerado a degradação ambiental e intensificado fenômenos climáticos extremos, como secas, enchentes e ondas de calor, que afetam diretamente as populações e as economias locais.

Com isso, o presente estudo tem como objetivo aprender de que forma o capitalismo predatório contribui para o agravamento das mudanças climáticas, evidenciando a relação entre a lógica de acumulação de capital e o prejuízo para os cofres públicos. Trata-se de estudo exploratório tendo como base uma revisão bibliográfica, com atenção para as produções das áreas das ciências sociais e humanas. De modo complementar, também se procedeu levantamento em sites governamentais, visando às ações estatais no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024 e a necessidade de intervenção de políticas públicas para amenizar os impactos para empreendedores.

A partir disso, busca-se compreender o capitalismo predatório como principal protagonista das mudanças climáticas e refletir sobre a repercussão das crises climáticas nas políticas públicas. Com isso, reforçando a importância de discussões, análises e, principalmente, a implementação de ações de conscientização e mitigação dos danos ocasionados pelos eventos climáticos extremos. Assim, este estudo se justifica pela necessidade de promover uma reflexão crítica sobre a incompatibilidade entre a lógica

capitalista de acumulação e a preservação da vida no planeta, apontando caminhos para um futuro mais sustentável e solidário.

Nessa linha de raciocínio, o presente artigo se encontra organizado da seguinte maneira, além desta introdução: inicialmente, discorre sobre os elementos constitutivos do modo de produção capitalista e seu protagonismo no campo ambiental e social; na sequência, apresenta uma reflexão sobre o capitalismo predatório como o principal agente das mudanças climáticas, bem como a repercussão das crises climáticas para os cofres públicos e para o empreendedorismo.

2 O CAPITALISMO PREDATÓRIO COMO PRINCIPAL PROTAGONISTA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O capitalismo é um modelo econômico em que a produção de bens e serviços tem como principal finalidade a geração de lucros, sendo sustentado pela posse privada dos meios de produção. Dentro deste sistema, pessoas ou empresas são proprietárias e controlam recursos como fábricas, máquinas, terras e capitais. Por outro lado, os trabalhadores dependem da venda de sua força de trabalho para obter um salário, o que os torna semelhantes às mercadorias que produzem, refletindo a transformação da vida humana em objeto de valor econômico.

O modo de produção capitalista se baseia na propriedade privada dos meios de produção, os quais pertencem aos capitalistas — ou detentores do capital — e não são administrados por coletivos ou pela classe trabalhadora. O trabalho assalariado representa a venda da força de trabalho em uma relação de troca desigual mediada pelo salário, na qual os trabalhadores não possuem controle sobre o que produzem nem acesso real à riqueza gerada, recebendo apenas uma remuneração limitada — quando disponível — para garantir sua sobrevivência. Essa dinâmica evidencia que a busca pelo lucro é o principal motor do capitalismo, obtido por meio da venda de mercadorias a um valor superior ao custo de sua produção. Além disso, a concorrência entre as empresas estimula a inovação, a redução de custos e o aumento da produtividade como estratégias de sobrevivência no mercado, culminando na constante acumulação e reinvestimento do capital para ampliar os negócios e sustentar o crescimento contínuo do sistema.

Dessa forma, com vistas a garantir maior lucratividade em curto período de tempo, o sistema de produção exaltado e sem um planejamento sustentável, forçou discussões latentes e

fervorosas pela consciência do equilíbrio climático. Na atual situação do planeta, os eventos climáticos extremos têm se tornado parte da rotina de muitas populações, ilustrando a busca desenfreada por fontes de rendas das grandes indústrias ou até mesmo do agronegócio, tirando do solo e sem planejamento de reposição. Santos, 2024, conceitua “os desastres ambientais como, eventos de grande intensidade que acontecem na natureza e causam consequências incalculáveis para o meio ambiente e para toda sociedade” (Santos, 2024).

Para Quintana e Hacon, 2011, “a crise ambiental aparece, assim, como aquela capaz de lembrar à humanidade – ou ao menos àqueles que insistem na reprodução ilimitada do capital – que existem limites físicos, orgânicos e químicos para a sua expansão”, ilustrando a necessidade para além do poder aquisitivo, e sim do poder reflexivo e da urgência em tratar, de forma sustentável os grandes hectares de terras utilizados para promover riquezas.

Santos, 2024, corrobora afirmando que “esses desastres podem ser provocados pela ação da própria natureza. No entanto, esses desastres também são causados pela ação humana, como as queimadas, contaminação da água e do solo, desmatamento e aumento das atividades industriais” (Santos, 2024). Além das crises climáticas, todo um mecanismo de produção entra em colapso, haja vista que o sistema capitalista funciona como uma grande engrenagem, necessitando que várias peças estejam em bom funcionamento e cumpram com suas funções. Quando há falhas, o sinal de alerta é acionado, este sendo ignorado resulta em prejuízo, ou seja, impactando todo o tipo de comércios, indústrias ou produções de alimentos através dos pequenos e grandes produtores.

Contraditoriamente, há muitas críticas dos defensores do modo de produção capitalista sobre diversos auxílios para a população em vulnerabilidade social, mas quando afetados pelos impactos das crises climáticas extremas, acabam se tornando beneficiários de programas dos governos estadual e/ou federal para subsidiar a sobrevivência. A produção desenfreada e sem planejamento sustentável, principalmente no agronegócio, quando busca sua lucratividade, assume a produção social dos riscos que segundo Beck, 2011, “na modernidade tardia a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social do risco” (BECK, 2011, p. 23). Stoll, 2023, explica da seguinte forma: “a indústria produz a economia e, por consequência, o risco, mas também é atingida por este risco, sem conseguir prever eventos futuros com base em acontecimentos do passado, como anteriormente fazia” (Stoll, 2023, p.28).

Dessa forma cabe tratar o capitalismo como seu próprio inimigo, onde uma vez

produzindo de forma irresponsável e sem planejamento sustentável para o planeta, gera o desmantelamento que afetará drasticamente a sua produção. Milanez e Fonseca, 2011, afirmam que “embora os impactos da mudança do clima afetem a todos, a intensidade desses impactos e a capacidade dos indivíduos e dos grupos sociais em lidar com as consequências de tais mudanças são diferenciadas” (Milanez; Fonseca, 2011, p. 7).

Essas mudanças no clima, chamada de era antropoceno, é caracterizada pelas mudanças ambientais causadas pelo comportamento humano, ou seja, o homem como agente transformador do ambiente. Latour, 2020 apud Stoll, 2023, conceitua o termo como a era geológica onde declara-se que a força mais importante que molda a Terra é a da humanidade tomada em bloco e como único conjunto (Latour, 2020, p.182 apud Stoll, 2023, p. 28). Stoll, 2023, explica que “a era geológica do Antropoceno não qualifica o ser humano por seus feitos tecnológicos, nem por uma existência pacífica e equilibrada no planeta, mas sim descreve o impacto e o desequilíbrio que a evolução humana tem trazido para o planeta como um todo” (Stoll, 2023, p.29).

Por tanto, os eventos climáticos extremos vem sendo cada vez mais discutido por lideranças governamentais e pela população mundial, porém enquanto não houver estratégias eficazes, capaz de mitigar os efeitos trágicos que ocorrem com o passar dos anos, ainda vamos ver muitas famílias, pequenos comércios, pequenos produtores sofrer as complicações de ter pouco e esse pouco ainda ser retirado brutalmente de suas vidas.

3 A REPERCUSSÃO DAS CRISES CLIMÁTICAS PARA OS COFRES PÚBLICOS E PARA O EMPREENDEDORISMO

Os danos enfrentados pelas empresas do Rio Grande do Sul em 2025 foram resultado direto dos eventos climáticos extremos ocorridos em 2024, cujos efeitos, continuaram atingindo a economia e a retomada das atividades empresariais no ano seguinte. Diversos negócios, principalmente de pequeno e médio porte, ainda sofriam com as consequências das enchentes do ano anterior, enfrentando prejuízos em equipamentos, interrupções no funcionamento e sérias dificuldades financeiras.

Com isso, os danos não foram vistos apenas nas residências da população, mas em seus empregos, provocando severos impactos no mercado de trabalho, resultando em expressivos desempregos em diversas regiões do estado. Muitas pessoas perderam suas fontes

de renda e diante da lentidão na recuperação econômica, houve aumento da informalidade e da precarização das condições de trabalho, evidenciando como os desastres climáticos intensificam desigualdades sociais e econômicas já existentes. Dessa forma, há necessidade de implantação das iniciativas estatais auxiliando na mitigação dos danos causados pelas enchentes em 2024, o quadro abaixo mostra os diversos programas oferecidos pelo governo gaúcho e federal.

Quadro 1 – Auxílios do Governo Federal e do Governo do Rio Grande do Sul

Auxílios Governo Federal	Auxílios Governo Estadual - RS
Auxílio Reconstrução	Auxílio SOS RS
Parcelas adicionais Seguro Desemprego	Seguro Desemprego
Saque do FGTS	Programa Volta Por Cima
Antecipação do Programa Bolsa Família	
Novas Habitações	
Antecipação Abono Salarial	
Restituição do 1º Lote do Imposto Renda	
MP 1.220/2024	

Sistematização Própria. Fonte: Manual Prático e Informativo 05/2024. 1ª Edição.

Portanto, é possível perceber as estratégias adotadas para o enfrentamento da pobreza e desigualdade social durante as enchentes, nas quais o Governo do Rio Grande do Sul e o Governo Federal precisaram atuar de forma articulada para amenizar as necessidades emergenciais. Nesse sentido, com a possibilidade refletir que as ações estão voltadas muito mais para redução de danos do que prevenção dos desastres, pois no ano de 2025, o estado gaúcho passou por novos episódios de enchentes, agravando ainda mais a situação da população que ainda luta para recuperar as perdas de 2024.

O governo do estado do Rio Grande do Sul, lançou programas para mitigar os danos que afetaram as empresas, principalmente familiares, durante os eventos extremos do ano de 2024. Através da Lei 16.134, de 24 de maio de 2024, foi instituído o Plano Rio Grande, que visa a Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Rio Grande do Sul, propondo estratégias para amenizar os impactos causados pelas enchentes que devastou o estado gaúcho em 2024. Dentro deste Plano existe o Programa MEI RS Calamidades lançado pelo governo

do Estado, por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP), para apoiar microempreendedores individuais atingidos pelas enchentes de 2024. A primeira fase foi lançada em julho de 2024, beneficiando mais de 22,6 mil pessoas (Rio Grande do Sul, 2025).

Conforme os dados publicados pelo governo estadual em agosto de 2025, o programa MEI RS Calamidades dispõe de um investimento total de até R\$154 milhões destinado a auxiliar mais de 34 mil microempreendedores afetados pelas enchentes de 2024. Na primeira fase, foram aplicados mais de R\$96 milhões, e a segunda etapa prevê a liberação de até R\$58 milhões, contemplando cerca de 12 mil MEIs com um apoio financeiro de até R\$3 mil, além de consultorias personalizadas oferecidas em parceria com a PUCRS (Rio Grande do Sul, 2025).

Quadro 2- Empreendedores afetados na primeira e segunda fase das enchentes

	MEI RS Calamidades 1	MEI RS Calamidades 2
Contemplados	22.671	21.696
Inscritos na consultoria	9.717	20.163
Já concluíram a consultoria	9.315	4.488
Receberam a primeira parcela	20.505	4.717
Receberam a segunda parcela	8.581	461

Sistematização própria. Fonte: Site Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2025.

Segundo o site do governo do estado, em sua publicação nos números acima, o MEI RS Calamidades II foi lançado como resposta a novos impactos das chuvas, ou seja, eventos climáticos extremos que ocorreram no mês de junho de 2025. Houve a segunda edição do programa Volta por cima, através do Decreto nº 58.235, de 25 de junho de 2025, que contempla pagamentos de parcela única de R\$ 2 mil para famílias vítimas das chuvas intensas e enchentes no Estado no período delimitado (Rio Grande do Sul, 2025).

A partir destes dados, fica ilustrado a contradição profunda que o sistema capitalista sofre pois, ao mesmo tempo em que são grandes responsáveis pelas emissões de gases poluentes e pela degradação ambiental, também começam a sofrer as consequências diretas desse processo, partindo da reflexão de que em algum momento será necessário a ação estatal para atender as demandas que ele mesmo criou. Segundo Pessoa; [et al], 2025:

O evento de maio de 2024 gerou dois tipos principais de efeitos sobre a economia: um

Anais do 3º Fórum Internacional de Serviço Social (FISS) – Proteção Social na América Latina: capitalismo, eventos climáticos extremos e desigualdades. São Borja, RS, Brasil: Unipampa, Campus São Borja, 10 a 12 de dezembro de 2025.

sobre o estoque de capital (instalações, fábricas, lojas, máquinas e equipamentos, estradas, pontes, casas, redes elétricas, entre outros) e outro sobre o fluxo de produção das atividades econômicas. O primeiro também impacta a produção corrente, mas seu principal efeito está na destruição de capital produtivo, com impactos sobre a produção futura, uma vez que o volume de produção de uma economia é um múltiplo do seu estoque de capital. A produção corrente pode ser bastante afetada no curto prazo, mas é comum que ela se recupere rapidamente, dadas as necessidades de reconstrução que um desastre desse tipo causa, tanto do poder público quanto do setor privado e das famílias (Pessoa; [et. al.], 2025).

Embora o capitalismo consiga se recuperar com brevidade dos eventos climáticos extremos, a mão de obra leva tempo para estabilização, ficando todo o seu sistema de produção de lucratividade comprometido. Todavia, os prejuízos para quem depende do agronegócio também são extremos e para além de uma safra prejudicada, os prejuízos econômicos são severos. Apesar de os efeitos terem sido mais intensos nas áreas urbanas, onde se concentra a maior parte da população, das moradias e das empresas impactadas, as zonas rurais também registraram prejuízos significativos, ainda em processo de avaliação. Esses danos envolveram tanto a destruição de infraestruturas quanto a diminuição ou perda da produção agrícola, afetando não apenas as regiões diretamente atingidas, mas também aquelas menos impactadas, que enfrentaram grandes dificuldades no escoamento da produção (Leusin Júnior et al., 2024).

A deterioração dos solos e das estruturas produtivas, incluindo benfeitorias e bens de capital, comprometeram a capacidade de produção a longo prazo. Para recuperar o nível produtivo anterior, será indispensável realizar novos investimentos, com destaque para a reabilitação das áreas agrícolas. Mesmo assim, o restabelecimento da produtividade deve ocorrer de forma lenta e progressiva, o que reforça a necessidade de uma gestão voltada ao planejamento de longo prazo, contemplando também medidas de mitigação dos riscos climáticos (Leusin Júnior et al., 2024).

Com base nisso, é possível ressaltar a importância de rever a forma de produção em um planeta colapsado, a humanidade está sofrendo de diversas formas com os impactos de suas ações irresponsáveis, de nada adianta realizar discursos “sustentáveis” se em controvérsia ainda vislumbram apenas os lucros e o quanto produzirá riqueza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstra-se assim, a importância de ações para mitigar os efeitos da falta de

planejamento sustentável dos meios de produção capitalista, pois os desastres ambientais e eventos climáticos extremos tem se tornado cada vez mais recorrentes e trazem impactos materiais e imateriais para a população em geral. Dessa forma, seremos conduzidos para um sofrimento em massa, pois a subsistência encarece progressivamente, elevando o custo de vida não apenas financeiramente, mas de forma geral.

Enquanto houver uma produção de lucros e riquezas desenfreada, sentiremos os efeitos na necessidade de mais políticas públicas voltados para a redução dos danos que crescem gradualmente, a cada evento climático extremo. Para além de pensar ecologicamente correto ou criar planejamentos sustentáveis é preciso agir de tal forma, só assim conseguiremos desacelerar o efeito estufa e mitigar os prejuízos na vida de tantas pessoas.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade? Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

MILANEZ, B.; FONSECA, I. F. Justiça Climática E Eventos Climáticos Extremos: Uma Análise Da Percepção Social No Brasil. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 82–100, 2011. DOI: 10.5216/teri.v1i2.17842. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/17842>. Acesso em: 28 outubro. 2025.

LEUSIN JÚNIOR, Sérgio; FEIX, Rodrigo Daniel; PESSOA, Mariana Lisboa; RISCO, Guilherme. **Painel do Agronegócio do Rio Grande do Sul — 2024**. Porto Alegre: SPGG, 2024. Disponível em: <https://admin.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202408/painel-do-agronegocio-do-riogrande-do-sul-2024-3-1.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2025.

PESSOA, Mariana Lisboa (coord); ANJOS, Gabriele dos; XAVIER SOBRINHO, Guilherme Gaspar de Freitas; LAZZARI, Martinho Roberto; OLIVEIRA JÚNIOR, Ricardo César Gadelha de. **Impactos socioeconômicos dos eventos climáticos extremos de 2024 no Rio Grande do Sul: uma análise após um ano do desastre**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2025. Relatório Técnico. Disponível em: https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202504/29093707-relatorio-dee-impactos-socioeconomicos-dos-eventos-climaticos-extremos-de-2024-no-rio-grande-do-sul-uma-analise-apos-um-ano-do-desastre-1.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 27 de Outubro de 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS**. Governo do Estado. 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-dasenchentes-no-rs-8-7-9h> Acesso

em: 28 de out. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **MEI RS Calamidades já beneficiou 30 mil**

microempreendedores atingidos pelas enchentes. Governo do Estado. 2025. Disponível em:

<https://trabalho.rs.gov.br/mei-rs-calamidades-ja-beneficiou-30-mil-microempreendedores-atingidos-pelas-enchentes#:~:text=O%20programa%20MEI%20RS%20Calamidades,atingidos%20pelas%20enchentes%20de%202024>. Acesso em: 28 de outubro de 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Chuvas de junho de 2025.** Governo do Estado. 2025. Disponível

em: <https://www.rs.gov.br/chuvas-de-junho-de-2025>. Acesso em: 28 de outubro de 2025.

SANTOS, S. **Participação social como prevenção e adaptação a desastres ambientais.**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Comunicação Social. Jornal da Universidade. Porto Alegre, 2024. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/jornal/participacaosocial-como-prevencao-e-adaptacao-a-desastres-ambientais/>. Acesso em: 28 de out. de 2025.

STOLL, Sabrina Lehnem. Antropoceno e suas novas conflituosidades: desastres e clima. IN:

STOLL, Sabrina Lehnem. **Direito fundamental à proteção climática.** Blumenau: Editora Dom Modesto, 2023.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

COLONIALISMO CLIMÁTICO E PATRIARCADO: CONTRIBUIÇÕES DO ECOFEMINISMO PARA A PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

COLONIALISMO CLIMÁTICO Y PATRIARCADO: APORTES DEL ECOFEMINISMO PARA LA PROTECCIÓN SOCIAL EN AMÉRICA LATINA

Yasmin Shaolim Duarte Alves¹

Andreza Gomes Weil²

Resumo: Este artigo investiga as interconexões estruturais entre colonialismo climático, patriarcado e proteção social na América Latina, a partir de um referencial teórico ecofeminista. Sustenta-se que a crise climática contemporânea não constitui um fenômeno meramente ambiental, mas a expressão de uma crise civilizatória que atualiza e aprofunda padrões coloniais de exploração territorial e corporal, intensificando desigualdades sistêmicas de classe, raça e gênero. O neoextrativismo é examinado como um modelo de desenvolvimento dependente que converte territórios em zonas de sacrifício, subordinando a reprodução da vida à lógica da acumulação de capital. Em paralelo, o patriarcado é analisado em sua dimensão estrutural, como um regime que produz, hierarquiza e legitima corpos violáveis, fornecendo a base simbólica e material para a lógica da exploração. A análise crítica os limites das políticas sociais predominantemente compensatórias, evidenciando sua subordinação à racionalidade econômica dominante e sua consequente incapacidade de enfrentar as raízes estruturais das desigualdades socioambientais. Em contraposição, argumenta-se que uma proteção social orientada pelo ecofeminismo deve transcender a mera gestão da pobreza para se configurar como uma política de sustentação e reprodução ampliada da vida. Isso implica priorizar o reconhecimento do cuidado como trabalho socialmente necessário, a defesa dos bens comuns e a garantia da autonomia territorial das comunidades. Conclui-se que o ecofeminismo oferece um paradigma ético-político indispensável para articular, de forma indissociável, a justiça social, a justiça ambiental e os processos de descolonização do Estado, reposicionando a vida em suas múltiplas formas humanas e não humanas no centro das políticas públicas.

Palavras-chave: Ecofeminismo; Patriarcado; Neoextrativismo; Proteção Social; América

¹ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazonia- UFAM. Membro do Grupo de Estudos Amazônicos Interdisciplinares (GAIA) e Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. E-mail: yasmin98duarte@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM) e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos. Líder do Grupo de Estudos Amazônicos Interdisciplinares - GAIA. Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Inter-Ação. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS) - Pró-reitoria de extensão UFAM (2025). E-mail: andrezaweil@ufam.edu.br

Latina.

Resumen: Este artículo investiga las interconexiones estructurales entre el colonialismo climático, el patriarcado y la protección social en América Latina, desde un marco ecofeminista. Se argumenta que la crisis climática actual es una crisis civilizatoria que profundiza los patrones coloniales de explotación territorial y corporal, intensificando las desigualdades sistémicas de clase, raza y género. Se examina el neoextractivismo como un modelo dependiente que convierte territorios en "zonas de sacrificio", subordinando la vida a la acumulación de capital. Paralelamente, el patriarcado se analiza como un régimen estructural que legitima "cuerpos violables", proveyendo la base para la lógica explotadora. Se critican los límites de las políticas sociales predominantemente compensatorias, señalando su subordinación a la racionalidad económica y su incapacidad para enfrentar las raíces de las desigualdades socioambientales. Se propone que una protección social ecofeminista debe trascender la gestión de la pobreza para configurarse como una política de reproducción ampliada de la vida. Esto implica priorizar el reconocimiento del cuidado como trabajo social, la defensa de los bienes comunes y la autonomía territorial. Se concluye que el ecofeminismo es un paradigma ético-político indispensable para articular, de forma indisoluble, la justicia social, la justicia ambiental y la descolonización del Estado, reposicionando la vida (humana y no humana) en el centro de las políticas públicas.

Palabras clave: Ecofeminismo; Patriarcado; Neoextractivismo; Protección Social; América Latina.

1 INTRODUÇÃO

A América Latina consolida-se, no século XXI, como um dos epicentros globais da crise climática (IPCC, 2022). Eventos extremos, como as secas prolongadas na Amazônia, as inundações catastróficas no sul do Brasil e o recuo acelerado das geleiras andinas (Tavares et al., 2023; Marengo et al., 2021; Paillet et al., 2023), não se configuram mais como anomalias pontuais, mas como sintomas estruturais de um modelo civilizatório que esgotou suas bases ecológicas e sociais. Este cenário, contudo, não pode ser reduzido a uma falha de governança ambiental. Trata-se, fundamentalmente, de uma crise enraizada na matriz de dominação da modernidade ocidental: o capitalismo de base patriarcal e colonial, que opera através da colonização simultânea das mulheres, dos povos estrangeiros e da natureza (Shiva; Mies, 2014).

A incidência desses impactos, entretanto, não se manifesta de forma equitativa. Pelo contrário, recai desproporcionalmente sobre comunidades indígenas, negras, camponesas e ribeirinhas, isto é, sobre os corpos e territórios historicamente subalternizados desde a invasão colonial. Essa distribuição assimétrica dos danos configura o que se denomina colonialismo

climático: a reedição contemporânea da lógica de espoliação, na qual os custos da degradação ecológica, gerada predominantemente pelo Norte Global, são externalizados para o Sul Global, intensificando a dependência e a vulnerabilidade.

Nesse contexto de crise, o ecofeminismo oferece uma chave de leitura indispensável. Longe de ser uma mera corrente de pensamento, constitui-se como uma potente ferramenta de análise e um projeto político radical, capaz de desvelar as interconexões estruturais da crise civilizatória (Herrero, 2014). Shiva e Mies (2014) demonstram que o modelo ocidental se sustenta por meio de uma tripla colonização: a das mulheres, a dos povos estrangeiros e a da natureza. Essa perspectiva ecofeminista conecta a dominação sobre as mulheres e a exploração da natureza como duas faces da mesma moeda, revelando uma lógica comum que subjaz a ambas as opressões. Tal lógica se fundamenta na transformação da vida em recurso e na submissão de toda a existência à incessante exigência da acumulação, alimentando a ilusão de um progresso que, na realidade, se traduz em um processo de destruição das bases materiais que sustentam a espécie humana. A intensificação da violência contra as mulheres e a apropriação dos bens comuns são, assim, manifestações de uma mesma guerra declarada à vida, impulsionada por um capitalismo de base patriarcal que desvaloriza sistematicamente o trabalho de reprodução e os saberes ancestrais.

Para o Serviço Social, campo profissional e de conhecimento que se inscreve nas contradições da questão social (Iamamoto, 2008), a crise climática impõe um desafio de ordem ética e política que se mostra inadiável. As políticas de proteção social na América Latina, frequentemente limitadas a paradigmas compensatórios e focalizados, revelam-se não apenas insuficientes para a magnitude dos desafios, mas potencialmente funcionais à reprodução da própria crise. Ao se tornarem meros mecanismos de gestão dos desastres e da precariedade, tais políticas falham em confrontar as estruturas profundas que as produzem, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e dependência.

A América Latina consolida-se, no século XXI, como um dos epicentros globais da crise climática (IPCC, 2022). Eventos extremos, como as secas prolongadas na Amazônia, as inundações catastróficas no sul do Brasil e o recuo acelerado das geleiras andinas, são evidências disso (Tavares et al., 2023; Marengo et al., 2021; Paillet et al., 2023). Esses fenômenos não mais se configuram como anomalias pontuais, mas sim como sintomas estruturais de um modelo civilizatório que esgotou suas bases ecológicas e sociais. Este cenário, contudo, não pode ser reduzido a uma simples falha de governança ambiental.

Conforme fundamentam Shiva e Mies (2014), trata-se de uma crise civilizatória radical, enraizada na matriz de dominação da modernidade ocidental: o capitalismo de base patriarcal e colonial, que opera através da colonização simultânea das mulheres, dos povos estrangeiros e da natureza.

A incidência desses impactos, entretanto, não se manifesta de forma equitativa. Pelo contrário, recai desproporcionalmente sobre comunidades indígenas, negras, camponesas e ribeirinhas, isto é, sobre os corpos e territórios historicamente subalternizados desde a invasão colonial. Essa distribuição assimétrica dos danos configura o que se denomina colonialismo climático: a reedição contemporânea da lógica de espoliação, na qual os custos da degradação ecológica, gerada predominantemente pelo Norte Global, são externalizados para o Sul Global, intensificando a dependência e a vulnerabilidade.

Nesse contexto de crise, o ecofeminismo oferece uma chave de leitura indispensável. Longe de ser uma mera corrente de pensamento, constitui-se como uma potente ferramenta de análise e um projeto político radical, capaz de desvelar as interconexões estruturais da crise civilizatória (Herrero, 2014). Shiva e Mies (2014) demonstram que o modelo ocidental se sustenta por meio de uma tripla colonização: a das mulheres, a dos povos estrangeiros e a da natureza. Essa perspectiva ecofeminista conecta a dominação sobre as mulheres e a exploração da natureza como duas faces da mesma moeda, revelando uma lógica comum que subjaz a ambas as opressões. Tal lógica se fundamenta na transformação da vida em recurso e na submissão de toda a existência à incessante exigência da acumulação, alimentando a ilusão de um progresso que, na realidade, se traduz em um processo de destruição das bases materiais que sustentam a espécie humana. A intensificação da violência contra as mulheres e a apropriação dos bens comuns são, assim, manifestações de uma mesma guerra declarada à vida, impulsionada por um capitalismo de base patriarcal que desvaloriza sistematicamente o trabalho de reprodução e os saberes ancestrais.

Para o Serviço Social, campo profissional e de conhecimento que se inscreve nas contradições da questão social (Iamamoto, 2008), a crise climática impõe um desafio de ordem ética e política que se mostra inadiável. As políticas de proteção social na América Latina, frequentemente limitadas a paradigmas compensatórios e focalizados, revelam-se não apenas insuficientes para a magnitude dos desafios, mas potencialmente funcionais à reprodução da própria crise. Ao se tornarem meros mecanismos de gestão dos desastres e da precariedade, tais políticas falham em confrontar as estruturas profundas que as produzem,

perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e dependência. Diante deste quadro, o presente artigo propõe-se a analisar como o arcabouço teórico do ecofeminismo, em diálogo com a crítica ao neoextrativismo (Svampa, 2013), ao patriarcado colonial (Segato, 2016) e ao capital fetiche (Iamamoto, 2008), pode fundamentar uma reorientação radical da proteção social. O objetivo central é demonstrar a urgência de deslocar seu eixo da mera gestão da precariedade para a sustentação da vida em sua integralidade, reconhecendo a indissociabilidade entre justiça social, justiça ambiental e justiça de gênero como pilares para a construção de um futuro equitativo e sustentável.

2 ECOFEMINISMO COMO CRÍTICA ESTRUTURAL AO PARADIGMA HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO

2.1 A Matriz do Capitalismo Patriarcal Colonial

O ponto de partida do ecofeminismo, na concepção de Shiva e Mies (2014), reside na desconstrução da dicotomia fundante da modernidade ocidental: a separação entre natureza e cultura e suas derivações, como corpo e razão, mulher e homem, produção e reprodução. Essa clivagem não se configurou como um mero exercício filosófico, mas como uma ferramenta ideológica e material que legitimou a transformação da Terra em um objeto inerte, passível de exploração ilimitada. Ao mesmo tempo, desvalorizou todo o trabalho de cuidado e de reprodução da vida, historicamente delegado às mulheres, sobretudo às mulheres colonizadas, tornando-o invisível e não remunerado, embora essencial para a acumulação capitalista.

Shiva e Mies (2014) definem esse sistema como capitalismo patriarcal, um modelo que, para se sustentar, exige a colonização simultânea de três esferas interconectadas, conforme detalhado por Herrero (2014). A primeira é a colonização das mulheres, por meio da expropriação de seu trabalho reprodutivo não pago, indispensável à manutenção e à reprodução da força de trabalho. A segunda é a colonização de povos considerados estrangeiros, através da espoliação de suas terras, de seus recursos e de seus saberes ancestrais. A terceira é a colonização da natureza, reduzida a um simples estoque de matérias-primas e a um receptáculo de resíduos a serviço da acumulação de capital. Essa tripla expropriação permite ao capitalismo ocultar suas verdadeiras fontes de riqueza e sustentar a ilusão de um progresso que, na realidade, se traduz em um processo de destruição.

Essa matriz se sustenta, sobretudo, por meio de uma poderosa violência epistêmica e

ideológica. Como aponta Herrero (2014) no prólogo da obra, o sistema econômico hegemônico ignora deliberadamente sua dependência material da capacidade regenerativa da Terra e do trabalho de subsistência e de cuidados. Ao fazê-lo, alimenta o mito do crescimento econômico ilimitado e a fantasia do indivíduo autossuficiente, desvinculado de qualquer corpo ou território. Mies (2014) aprofunda essa crítica ao desmistificar a ideia de “recuperação do atraso” no desenvolvimento, demonstrando que o modelo ocidental não constitui um caminho universal, mas uma trajetória histórica de expropriação que inviabiliza a subsistência e a autonomia dos povos.

2.2 A Crítica à Ciência Reducionista e a Perspectiva da Subsistência

A matriz do capitalismo patriarcal colonial, ao expropriar o trabalho de reprodução e a natureza, impõe uma violência não apenas material, mas também epistêmica, que justifica e naturaliza a dominação. Para que a crítica ecofeminista possa, de fato, subverter as bases desse sistema e, em última instância, reorientar as políticas de proteção social, torna-se indispensável desmascarar a racionalidade instrumental que o sustenta. Nesse sentido, é crucial analisar como a ciência reducionista, ao ignorar as interconexões da vida e o trabalho de subsistência, contribui para legitimar o modelo destrutivo e inviabiliza a construção de uma resposta estatal orientada pela reprodução da vida, em vez da mera gestão da precariedade. Essa análise crítica é o que permite, mais adiante, apresentar a perspectiva da subsistência como novo paradigma para a proteção social.

Shiva e Mies (2014) argumentam que a ciência moderna, em sua vertente mecanicista e reducionista, desempenhou um papel central nesse processo de colonização. Ao se apresentar como neutra e universal, essa ciência atua como uma forma de violência epistêmica, deslegitimando e erradicando outras formas de conhecimento, como os saberes indígenas, camponeses e das mulheres, que compreendem a natureza como um sistema vivo e interconectado. Mies (2014) critica essa ciência por sua ausência de sentido moral e responsabilidade, destacando como determinadas tecnologias, a exemplo da energia nuclear, foram concebidas a partir de uma lógica de dominação e conquista (SHIVA, 2014). A chamada “Revolução Verde” é analisada por Shiva (2014) não como um avanço tecnológico neutro, mas como um projeto patriarcal que substituiu a diversidade de sementes, preservadas por mulheres ao longo de milênios, por monoculturas dependentes de insumos químicos,

gerando endividamento, perda de soberania alimentar e destruição ecológica.

Em oposição radical ao paradigma hegemônico do desenvolvimento, que mede a riqueza em termos de Produto Interno Bruto (PIB), indicador que, paradoxalmente, aumenta com a poluição, as guerras e a destruição ecológica, Shiva e Mies propõem a perspectiva da subsistência. Shiva (2014) critica o PIB como um “problema interior bruto”, um construto patriarcal que desvaloriza a contribuição das mulheres e exclui as economias da natureza e do sustento. A noção de subsistência, nesse contexto, não se confunde com pobreza ou carência. Ao contrário, refere-se à produção e regeneração da vida como eixo central da organização econômica e social. Trata-se de uma economia orientada para a satisfação das necessidades humanas com critérios de equidade e dentro dos limites ecológicos, valorizando o trabalho de produção e cuidado da vida (Shiva; Mies, 2014), realizado por mulheres e homens. A verdadeira riqueza, nessa perspectiva, reside na biodiversidade, na saúde dos ecossistemas e na capacidade das comunidades de se autossustentarem de forma autônoma e cooperativa, reconfigurando a própria noção de valor e de bem-estar.

3 COLONIALISMO CLIMÁTICO E NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, a matriz do capitalismo de base patriarcal e colonial, desvelada pelo ecofeminismo (Shiva; Mies, 2014), manifesta-se de forma aguda por meio do que Svampa (2013) denomina neoextrativismo. Consolidado no início do século XXI, inclusive sob governos progressistas, esse modelo aprofunda a inserção dependente da região na economia global como exportadora de commodities em larga escala, impulsionando atividades como a mineração a céu aberto, o agronegócio (soja, cana, palma), a exploração de hidrocarbonetos (incluindo o fracking) e a construção de megaprojetos de infraestrutura (hidrelétricas, portos, hidrovias). Essa lógica extrativista, que converte a vida em recurso para a acumulação, reitera a guerra contra a vida previamente discutida.

O neoextrativismo, contudo, transcende a dimensão estritamente econômica, configurando-se como um projeto socioterritorial que redefine vastas regiões como zonas de sacrifício. Nesses territórios, a lógica de acumulação de capital se impõe violentamente sobre outras formas de vida e de organização social, resultando na privatização dos bens comuns, no deslocamento forçado de populações, na contaminação irreversível de rios e solos e na intensificação de conflitos socioambientais. Esse processo materializa o chamado

colonialismo climático, no qual os custos da transição energética do Norte Global ou da demanda por alimentos do mercado mundial são pagos com a destruição dos ecossistemas e dos modos de vida do Sul Global, aprofundando a dependência e a vulnerabilidade das populações locais.

Para que esse modelo de espoliação se sustente, é necessária uma violência que não é apenas econômica, mas também simbólica e corporal. É neste ponto que a análise de Segato (2016) se torna fundamental. A autora conceitua o patriarcado de baixa intensidade como uma forma de violência de gênero que, em vez de ser um desvio ou excesso, opera como peça estrutural e pedagógica do sistema. Essa violência ensina e reproduz as lógicas de poder e dominação inerentes à ordem colonial, transformando o corpo da mulher, especialmente da mulher indígena e negra, em um território de conquista onde se inscrevem as marcas do poder e da subalternização. Este processo reitera, em nível corporal, a desvalorização da vida e do trabalho de reprodução que o ecofeminismo de Shiva e Mies (2014) identifica como base da acumulação capitalista.

A expansão da fronteira extrativa está, portanto, diretamente associada ao aumento da violência de gênero, do feminicídio, da exploração sexual e do tráfico de mulheres. As mulheres, em particular, situam-se na linha de frente da espoliação, sofrendo suas consequências mais agudas: são elas que perdem o acesso à água para o consumo e para a pequena agricultura, que veem seus filhos adoecerem pela contaminação por agrotóxicos e que assumem a sobrecarga do trabalho de cuidado quando os homens migram ou são cooptados pela economia extrativa. Essa sobrecarga torna ainda mais aguda a invisibilidade do trabalho de subsistência, já criticado pelo ecofeminismo.

Contudo, são também essas mulheres as principais protagonistas das resistências. Como guardiãs de sementes, defensoras dos rios, organizadoras de cozinhas comunitárias e líderes de movimentos ecoterritoriais, elas não defendem apenas "recursos naturais", mas mundos, cosmologias e formas de vida que se contrapõem à lógica destrutiva do capital. Suas lutas afirmam, assim, economias da subsistência e uma ética do cuidado que valoriza a interdependência e a regeneração da vida, em oposição direta à "violência epistêmica" que busca erradicar seus saberes.

4 ECOFEMINISMO E A REORIENTAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL DA COMPENSAÇÃO PARA A SUSTENTAÇÃO DA VIDA

A crise climática, ao exacerbar as desigualdades estruturais e aprofundar a guerra contra a vida, impõe ao Serviço Social a tarefa inadiável de reavaliar criticamente os paradigmas que orientam a Proteção Social na América Latina. A concepção dominante na região, analisada aqui a partir da crítica ao capital fetiche (Iamamoto, 2008), pode ser definida como um modelo hegemônico, de caráter neoliberal e compensatório. Tais políticas, exemplificadas por programas de transferência de renda condicionada como o Bolsa Família/Auxílio Brasil no Brasil ou o Bono Juana Azurduy na Bolívia, embora possam aliviar a miséria imediata, são, em sua essência, reduzidas a mecanismos de administração da pobreza. Ao se mostrarem insuficientes diante da complexidade da crise civilizatória, falham em confrontar as bases estruturais do colonialismo climático e do neoextrativismo que as geram.

Na lógica do capital, a resposta estatal à crise climática tende a seguir o mesmo padrão: ações emergenciais, cestas básicas e auxílios pontuais que gerenciam os danos pós-desastre, mas mantêm intacto o modelo neoextrativista que os origina. O ecofeminismo, em contraposição, propõe uma ruptura radical com essa racionalidade instrumental, que prioriza a manutenção do sistema sobre a ética da vida e a regeneração ecológica, exigindo uma redefinição da própria finalidade da política social. A partir dessa crítica, uma proteção social ecofeminista se reorienta em torno de novos pilares, fundamentados na perspectiva da subsistência, os quais se destacam a seguir:

- Sustentar a vida, não administrar a precarização: O objetivo central da proteção social deve transcender a gestão da pobreza para se tornar a garantia da reprodução ampliada da vida em sua plenitude, o que inclui a integridade dos ecossistemas. Isso se traduz na defesa de direitos socioambientais universais: acesso à água potável como um bem comum, soberania alimentar baseada na agroecologia, moradia segura em territórios livres de contaminação e o direito a um ambiente saudável. Esta abordagem alinha-se com a "economia da subsistência" (Shiva; Mies, 2014), que coloca a vida no centro.
- Reconhecer e socializar o trabalho de cuidado: O cuidado não pode continuar sendo tratado como uma responsabilidade privada e feminizada, desvalorizada e invisibilizada pelo capitalismo de base patriarcal (Shiva; Mies, 2014). Deve ser reconhecido como um trabalho social indispensável e estruturante para a sociedade. Isso exige políticas públicas que socializem seus custos e responsabilidades, como

creches públicas integrais, centros de convivência para idosos, restaurantes comunitários e sistemas de apoio que valorizem os saberes comunitários e tradicionais de cuidado, promovendo a corresponsabilidade social.

- Fortalecer a autonomia territorial e comunitária: A política social deve deslocar seu foco do indivíduo isolado para o fortalecimento dos territórios e das formas coletivas de resistência. Em vez de políticas que geram dependência e fragmentação, o objetivo deve ser apoiar a autodeterminação das comunidades, fomentando experiências de economia solidária, cooperativismo, gestão comunitária da água e dos bosques, e a defesa dos territórios contra o avanço do extrativismo (Svampa, 2013). Esta é uma forma de combater a "violência epistêmica" e valorizar os modos de vida locais (Shiva; Mies, 2014).

Deste modo, uma proteção social ecofeminista é, por definição, territorial, coletiva, comunitária, antirracista e antipatriarcal. Ela se afasta da lógica da mercadoria e da acumulação para se afirmar como uma política de defesa dos bens comuns e da vida, em consonância com a crítica radical ao desenvolvimento hegemônico.

5 SERVIÇO SOCIAL E A DISPUTA DE PROJETOS CIVILIZATÓRIOS

A convergência entre o ecofeminismo e o projeto ético-político do Serviço Social crítico é profunda e inegável. Ambos os campos denunciam que a mercantilização da vida, a privatização dos bens comuns e a exploração do trabalho não são efeitos colaterais do sistema, mas suas condições estruturais de existência. A crise climática, ao expor a fragilidade das bases que sustentam a vida, apenas torna essa realidade mais crua e inegável, intensificando a urgência de uma disputa por projetos civilizatórios.

A articulação entre essas perspectivas teóricas revela a complexidade da crise e a necessidade de uma abordagem integrada. Segato (2016) demonstra que a violência inerente a esse sistema se sustenta por uma pedagogia da crueldade que define corpos e territórios como apropriáveis, legitimando a espoliação. Svampa (2013) evidencia como o neoextrativismo atualiza essa lógica em escala continental, aprofundando as zonas de sacrifício e os conflitos socioambientais. Complementarmente, Shiva e Mies (2014) revelam que esse projeto de

acumulação só se viabiliza pela desvalorização radical do trabalho de reprodução da vida e dos saberes de subsistência. Nesse cenário, Iamamoto (2008) alerta que, sem uma crítica radical ao capital, a proteção social corre o risco de se tornar funcional a essa mesma estrutura de dominação, perpetuando a precariedade que deveria combater.

Portanto, a discussão central é inequívoca: não há justiça social sem justiça ambiental, e não há justiça ambiental sem o enfrentamento ao patriarcado e ao colonialismo. Diante da complexidade da crise civilizatória e da manifestação do colonialismo climático, o Serviço Social, em sua dimensão política e crítica, é convocado a ir além da mera gestão da precariedade. Isso implica superar a subordinação à racionalidade gerencialista do Estado, que frequentemente reproduz a lógica do capital fetiche, e a se alinhar, de forma estratégica e ética, com as lutas ecoterritoriais que defendem a vida em sua integralidade, reconhecendo a centralidade dos saberes e das resistências comunitárias.

Tal alinhamento se traduz em uma práxis profissional multifacetada e transformadora, conforme a perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social (Iamamoto, 2008) em convergência com o ecofeminismo (Shiva; Mies, 2014). Primeiramente, exige a articulação das políticas sociais com a defesa intransigente dos bens comuns e o apoio técnico e político qualificado às comunidades em conflitos socioambientais, promovendo a mediação e a garantia de direitos fundamentais. Em segundo lugar, impõe uma atuação na contramão da lógica da mercadoria, combatendo ativamente a privatização da água, da terra, da saúde e da previdência, e defendendo o acesso universal a esses direitos como condição para a reprodução da vida. Por fim, essa práxis deve contribuir decisivamente para o fortalecimento da capacidade de auto organização e resiliência das comunidades afetadas pelos eventos climáticos, transformando a intervenção profissional em um processo de empoderamento e de construção do poder popular e da autonomia local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reorientação da proteção social na América Latina, diante da crise climática e civilizatória, exige o reconhecimento fundamental, tal como evidenciado pela crítica ecofeminista (Shiva; Mies, 2014; Svampa, 2013), de que a vida é intrinsecamente interdependente, o cuidado é trabalho social essencial e os territórios são condição de existência, e não meras mercadorias. O ecofeminismo estabelece-se como uma perspectiva

teórica, ética e política indispensável para articular a defesa da vida em sua plenitude, a justiça ambiental e a crítica estrutural ao capitalismo de base patriarcal e colonial, que se manifesta no neoextrativismo e no colonialismo climático.

Para o Serviço Social, este arcabouço teórico oferece as bases para construir uma intervenção profissional que transcenda a gestão dos danos e atue nas causas profundas da destruição, confrontando a lógica do capital fetiche. O caminho para uma proteção social efetiva não reside em mais programas compensatórios que administram a precariedade, mas sim na disputa por projetos que priorizem a sustentação da vida. Isso se traduz na urgência de fortalecer as redes comunitárias de cuidado, reconhecendo e socializando o trabalho de reprodução da vida; desmercantilizar os bens comuns; e apoiar incondicionalmente a autonomia territorial dos povos que resistem nas zonas de sacrifício.

A relevância do presente artigo reside, portanto, em sua capacidade de oferecer um roteiro prático para a construção de uma proteção social verdadeiramente transformadora, integrando as críticas estruturais com a perspectiva ecofeminista. A humanidade se encontra em uma encruzilhada existencial, o que impõe um desafio de ordem ética e política ao Serviço Social contemporâneo: ser um aliado estratégico na transição para uma civilização que coloque a sustentabilidade da vida, a justiça social, ambiental e de gênero no centro de seu projeto, dismantando as estruturas de opressão que alimentam a crise.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

HERRERO, Yayo. Prólogo a la edición española: ecofeminismo, más necesario que nunca. In: SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectivas**. Barcelona: Icaria Editorial, 2014. p. 7-10.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge, UK and New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2022.

MARENGO, J. A. et al. Extreme rainfall and hydro-geo-meteorological disaster risk in 1.5, 2.0, and 4.0°C global warming scenarios: an analysis for Brazil. **Frontiers in Climate**,

Lausanne, v. 3, p. 610433, 2021. DOI: 10.3389/fclim.2021.610433.

PAILLET, C. E. et al. Accelerated mass loss of tropical Andean glaciers since 2000 revealed by satellite gravimetry and glaciological observations. **The Cryosphere**, v. 17, n. 5, p. 2145–2165, 2023. DOI:10.5194/tc-17-2145-2023.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectivas**. Barcelona: Icaria Editorial, 2014.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Buenos Aires: Katz, 2013.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina**. Nueva Sociedad, n. 244, p. 30-46, mar./abr. 2013.

TAVARES, J. V. *et al.* Basin-wide variation in tree hydraulic safety margins predicts the carbon balance of Amazon forests. **Nature**, London, v. 617, n. 7961, p. 547-553, maio 2023. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-023-05971-3>. Acesso em: 9 nov. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO CAPITALISMO PERIFÉRICO: A CATÁSTROFE NO RIO GRANDE DO SUL COMO EXPRESSÃO DA FRATURA METABÓLICA

SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTERS IN PERIPHERAL CAPITALISM: THE CATASTROPHE IN RIO GRANDE DO SUL AS AN EXPRESSION OF METABOLIC FRACTURE

Nauí Dos Santos Prestes

Resumo: Este artigo analisa os desastres socioambientais como expressões de uma crise estrutural do capitalismo, tomando as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul como estudo de caso. Fundamentado na teoria marxista, argumenta que a fratura metabólica, a ruptura no intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza, e o trabalho estranhado são centrais para compreender a conversão da natureza em mero recurso para acumulação. No capitalismo periférico brasileiro, agravado pela herança colonial e pela financeirização, essa lógica cria "zonas de sacrifício" onde os impactos recaem desproporcionalmente sobre populações pobres, negras e indígenas, caracterizando o racismo ambiental. O artigo demonstra que a tragédia gaúcha foi um "desastre anunciado", intensificado por fenômenos climáticos previsíveis, mas agravado pela negligência estatal, pelo desmonte das políticas ambientais e pela priorização do agronegócio. Conclui-se que a superação desta crise exige uma ruptura com o paradigma da acumulação infinita, apontando para a necessidade de um novo metabolismo social e destacando o papel do Serviço Social na defesa de direitos e na articulação de respostas que enfrentem as causas estruturais da questão social.

Palavras-chave: Capitalismo; Desastres Socioambientais; Rio Grande do Sul; Racismo Ambiental.

Abstract: This article analyzes socio-environmental disasters as expressions of capitalism's structural crisis, using the 2024 floods in Rio Grande do Sul as a case study. Grounded in Marxist theory, it argues that the metabolic rift – the rupture in the organic interchange between society and nature – and alienated labor are key to understanding the conversion of nature into a mere resource for accumulation. In Brazil's peripheral capitalism, worsened by its colonial heritage and the financialization of nature, this logic creates "sacrifice zones" where impacts disproportionately fall on poor, black, and indigenous populations, characterizing environmental racism. The article demonstrates that the Southern Brazilian tragedy was a "foretold disaster," intensified by predictable climate phenomena but aggravated by state negligence, the dismantling of environmental policies, and the prioritization of agribusiness. It concludes that overcoming this crisis requires a break with the paradigm of infinite accumulation, pointing to the need for a new social metabolism and highlighting the role of Social Work in defending rights and articulating responses that address the structural causes of the social issue.

Keywords: Capitalism; Socio-environmental disasters; Rio Grande do Sul; Environmental racism.

1 INTRODUÇÃO

Os desastres socioambientais que assolam o planeta na contemporaneidade explicitam de forma dramática a relação contraditória entre a humanidade e a natureza. Se, originalmente, essa relação era marcada pela transformação consciente do meio como condição de sobrevivência, o advento do modo de produção capitalista radicalmente a alterou. A natureza, outrora o "corpo inorgânico do homem" (Marx, 2010), foi reduzida a mero recurso explorável, um objeto de valorização para a acumulação privada.

Este artigo tem como objetivo demonstrar que os desastres socioambientais, longe de serem acidentes de percurso, são sintomas agudos de uma crise estrutural do capital. Para isso, parte do conceito marxiano de fratura metabólica, que caracteriza a ruptura no intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza, e da teoria do trabalho estranhado para compreender as raízes dessa crise. O recorte empírico centra-se na catástrofe ocorrida no Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024, analisando-a como expressão concreta dessa lógica destrutiva no capitalismo periférico brasileiro.

A metodologia consiste em uma análise teórico-descritiva, articulando a fundamentação conceitual marxista com dados e relatos sobre o desastre gaúcho, evidenciando como a herança colonial, a financeirização da natureza e a seletividade racial e de classe conformam um cenário de injustiça ambiental. Dessa forma, parte-se do entendimento de que tais eventos são expressões da questão social, o que demanda uma atuação que reconheça a importância da categoria no atendimento da população atingida por eventos climáticos intensos.

2 DESENVOLVIMENTO

A relação metabólica original entre humanidade e natureza foi profundamente alterada pelo trabalho, que deixa de ser uma atividade vital de transformação consciente para converter-se em mercadoria. Para Marx (2013, p. 214), a terra é a "fonte originária de provisões" e o "objeto universal do trabalho humano", contudo no capitalismo, essa relação é

mediada pela busca incessante de lucro.

Dessa forma, a dinâmica capitalista desnaturaliza a condição vital da natureza, transformando-a em "unidade básica de matéria-prima não renovada" (Soares; Menezes, 2025, p. 39). Assim, tanto os sujeitos quanto a natureza são submetidos a um movimento violento de exploração e expansão, que rompe o metabolismo orgânico e gera crises socioambientais em escala global. Essa ruptura é a expressão material do trabalho estranhado (Marx, 2010), que se evidencia quando o trabalhador é alienado do produto de seu trabalho, o qual torna-se um objeto estranho e hostil. Deste modo, a natureza, seu "corpo inorgânico", é convertida em um mero recurso a ser espoliado.

Quanto mais o trabalhador se esforça para dominar a natureza exterior por meio de seu trabalho, mais ele é privado dos meios de vida em um duplo sentido: o mundo natural deixa de ser o meio de vida de seu trabalho e também deixa de ser o meio para sua própria subsistência física imediata. Dessa forma, o metabolismo, que deveria ser uma troca consciente e livre, torna-se uma relação de servidão. A crise ecológica manifesta-se, então, como o sintoma mais agudo deste estranhamento: a natureza, reduzida a objeto, confronta a humanidade como uma potência hostil.

O sistema capitalista, neste sentido, promove um duplo esgotamento: da força de trabalho humana e dos recursos ambientais (Marx *apud* Nunes, 2017). Esse processo se manifesta na intensificação da exploração econômica e no aumento exponencial dos impactos de desastres socioambientais sobre populações periféricas. Conclui-se, assim, que “o trabalho não alienado é necessariamente trabalho ambientalmente sustentável” (Gomes, 2013, p. 33 *apud* Soares; Menezes, 2025, p. 44). Na fase atual, marcada pela estagnação produtiva e hegemonia do capital financeiro (Barros, 2025), a natureza e os territórios tornam-se alvos privilegiados para uma valorização fictícia e espoliativa. A financeirização converte florestas, recursos hídricos e o ar em ativos financeiros, commodities negociadas no mercado global. A terra, portanto, deixa de ser um meio de produção para se tornar um ativo que valoriza com a própria destruição ambiental.

Em solo brasileiro, essa dinâmica assume contornos particulares devido à condição periférica do país no sistema-mundo e à histórica subordinação aos interesses internacionais, herança do passado colonial. Desde a colonização, a economia brasileira pautou-se na produção especializada de commodities para exportação (pau-brasil, cana, ouro, café), resultando em uma relação de complementaridade e subordinação. Mesmo após a

independência, a ascensão do "trabalhador livre" foi movida pela acumulação primitiva, que se deu "via expropriações, espoliações de terras comuns [...] e criação do exército de reserva" (Neto; Bezerra, 2025, p. 18). Esse processo obscureceu as transformações do modo de produção, pavimentando o caminho para o colapso ambiental.

Acontece que, o desenvolvimento capitalista opera através da criação de "zonas de sacrifício" (CFESS, 2025), onde sujeitos marginalizados por classe, raça, gênero e etnia são sistematicamente sacrificados em nome do progresso. Explicitando, assim, uma relação direta entre as estruturas políticas e econômicas dominantes e as consequências devastadoras que recaem sobre as populações vulneráveis (Ruiz, 2018). Os desastres, portanto, não são democráticos, pois seus impactos recaem de maneira desproporcional sobre grupos específicos, objetivados em danos materiais, sofrimento psíquico e mortes evitáveis.

O agronegócio, herdeiro direto do modelo colonial, é a ponta de lança desse processo no Brasil, conforme Michelotti (2024) o agronegócio é uma expressão radicalizada da interação agricultura-indústria, que evidencia a fratura metabólica através de três dimensões: tecnológica, político-econômica e espacial. Trata-se de um modelo baseado em monoculturas, dependência de insumos industriais e produção de commodities, constituindo um grande obstáculo para a sustentabilidade.

O desastre que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024 é um caso paradigmático da materialização dessa crise estrutural em um contexto periférico. O estado sofre a influência do fenômeno El Niño-Oscilação Sul (ENOS), que modifica o regime de precipitação, resultando em um aumento significativo e previsível de chuvas (Matzenauer et al., 2018). Desde setembro de 2023, eventos extremos já impactavam a região, como o ciclone extratropical que afetou o Vale do Taquari (Marengo et al., 2024). Dessa forma, a intensificação de eventos climáticos em 2024 era uma previsão científica consolidada no estado devido a incidência do fenômeno ENOS.

Contudo, apesar dos alertas, a ação do Estado foi marcada pela negligência e pelo desmonte ativo da proteção ambiental. O governo estadual, sob o governo de Eduardo Leite, aprovou em 2020 um novo Código Estadual do Meio Ambiente (Lei 15.434/2020) que fragilizou profundamente o licenciamento ambiental, instituindo o "autolicenciamento por meio da Licença Ambiental por Compromisso (LAC)" (Bones; Araújo, 2024, p. 11). Esse código, aprovado em 75 dias sem passar pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente, contrasta com os nove anos de debates do código anterior.

Paralelamente, houve uma drástica redução nos investimentos em prevenção contra cheias em Porto Alegre. A Prefeitura Municipal, sob o governo de Sebastião Melo, zerou os investimentos diretos em prevenção a cheias nos dois anos anteriores à tragédia, mesmo possuindo R\$ 428,9 milhões disponíveis no caixa do DMAE (Pereira, 2024). Alguns especialistas relataram o sucateamento do sistema de proteção contra cheias, incluindo diques, bombas e comportas, e a redução do quadro de servidores dedicados à sua operação (Medina, 2024).

As chuvas torrenciais de abril e maio de 2024 levaram a instauração do caos no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o IPEA (2024), as enchentes atingiram diretamente cerca de 484 de um total de 497 municípios gaúchos, ou seja, 97% do estado. O impacto foi medido por deslizamentos de terra e lama, identificados por meio de uma mancha que cobriu aproximadamente 16.126 km². Destes 484 municípios, somente 418 decretaram estado de calamidade ou emergência, cuja população estimada é de 876,2 mil pessoas, pelo menos.

O transbordamento de rios como o Taquari e o Jacuí, e subsequentemente do Guaíba em Porto Alegre, inundou cidades e bairros inteiros. A cota do Guaíba atingiu 5,37 metros, submergindo o Centro Histórico e bairros como Humaitá, Sarandi e São Geraldo. A gestão da crise evidenciou a lógica neoliberal dos governos estadual e municipal, pois a incapacidade institucional foi suprida por ações de voluntariado e assistencialismo, transferindo para a sociedade civil responsabilidades que cabiam ao Estado (Jaoude, 2024).

A paisagem da destruição no Rio Grande do Sul não foi aleatória, pois evidenciou-se que ela seguiu um mapa histórico de injustiça ambiental. Uma análise do Observatório das Metrópoles (2024) identificou que as áreas mais impactadas na capital concentravam a população de baixa renda (até um salário-mínimo) e autodeclarados negros (pretos e pardos). Os bairros da região norte, como Humaitá e Farrapos, historicamente ocupados por comunidades de baixa renda, foram severamente afetados.

O processo de "revitalização" do 4º distrito, impulsionado pela construção da Arena do Grêmio, é um grande exemplar. A região, antes com grande permeabilidade que amortecia cheias, foi intensamente impermeabilizada, pois as obrigações de contrapartida da construtora OAS, referentes à mitigação de impactos ambientais e urbanos, foram alvo de uma década de disputas judiciais e não foram integralmente cumpridas (Mombach, 2024). O resultado foi o agravamento dos alagamentos para as comunidades locais, majoritariamente pobres.

Além disso, mais de 80 comunidades indígenas foram afetadas pelas enchentes no

estado (CIMI, 2024). A comunidade Mbya Guarani Tekoa Pindó Poty, em Porto Alegre, sofre há anos com alagamentos devido ao assoreamento do Arroio Lami. A solução definitiva apontada pela comunidade é a demarcação de seu território, contudo o processo está paralisado desde 2012, sendo negligenciado tanto pela Funai quanto pela Prefeitura, submetendo a comunidade a uma situação de vulnerabilidade permanente (Dourado, 2023).

Para o Serviço Social, a análise aqui desenvolvida evidencia que a dimensão profunda da "questão social" contemporânea se expressa de forma aguda nos desastres socioambientais. Estes não são meros fenômenos naturais, mas sim expressões do processo de acumulação capitalista e da consequente destrutividade ambiental, que gera novas e avassaladoras formas de pauperização, desterritorialização e violação de direitos. A profissão, ao se deparar com as populações desabrigadas, traumatizadas e com suas redes de sustento destruídas, enfrenta os rebatimentos concretos da fratura metabólica na vida da classe trabalhadora.

A seletividade dos impactos, que recai sobre corpos negros, indígenas e periféricos, explicita o racismo ambiental como uma determinação fundamental da questão social no Brasil, demandando do assistente social uma leitura crítica que articule classe, raça e território em sua intervenção. Neste contexto, a atuação profissional não pode se restringir à gestão da emergência de forma paliativa, sob o risco de se tornar um instrumento de administração da barbárie.

O compromisso ético-político do Serviço Social com a classe trabalhadora exige um posicionamento para além do imediatismo, orientando-se pela defesa intransigente dos direitos e pela compreensão da totalidade. Assim, a intervenção nas consequências dos desastres deve estar vinculada a uma prática que desvele as suas causas estruturais, denuncie a negligência do Estado e a flexibilização das leis ambientais, além de fortalecer a organização popular para a cobrança de políticas públicas preventivas e estruturantes.

O Código de Ética Profissional (Lei nº 8.662/93), ao enfatizar a liberdade e a autonomia dos sujeitos, convoca os assistentes sociais a atuarem em conjunto com os movimentos sociais, comunidades tradicionais e população atingida, não como meros gestores da crise, mas como agentes que contribuem para a construção de um novo projeto societário. Neste projeto, a superação da lógica produtivista e predatória do capital é condição indispensável para a efetivação de direitos, onde a relação sociedade-natureza seja restabelecida em bases emancipatórias, alinhando-se, assim, à luta por uma sociedade justa e equânime, livre de todas as formas de exploração e opressão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A catástrofe no Rio Grande do Sul evidencia, de forma cristalina, que a crise socioambiental é crônica e inerente ao sistema capitalista. Ela é resultado de uma fratura metabólica histórica, agravada na periferia do sistema pela herança colonial, pela financeirização da natureza e por um Estado que, frequentemente, atua a serviço dos interesses do capital. Os desastres são a materialização de uma lógica civilizatória que naturaliza a precarização da vida e elege "zonas de sacrifício" onde o sofrimento é segregado por classe, raça e etnia. A priorização do agronegócio, o desmonte ambiental e a negligência com os territórios tradicionais e periféricos criaram o cenário perfeito para a tragédia.

A superação desta crise não reside em ajustes técnicos ou políticas paliativas dentro da mesma lógica que a produziu. Eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), dominados pela lógica de mercado e pela hipocrisia das grandes potências, mostram-se insuficientes. A superação exige uma ruptura radical com o paradigma da acumulação infinita e a construção de um novo metabolismo social, que restabeleça a relação de interdependência, e não de dominação, entre sociedade e natureza.

As lutas dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos movimentos sociais ambientais emergem, assim, não apenas como resistência à destruição, mas como portadores de alternativas civilizatórias fundadas em outros paradigmas de existência. Como nos alerta Krenak (2020, p. 49), ao despersonalizarmos os rios e as montanhas, liberamos esses lugares para se tornarem resíduos. A reconciliação com a vida em sua plenitude depende do reconhecimento de que o trabalho não alienado e a gestão sustentável dos bens comuns são a única saída verdadeira para um futuro possível.

REFERÊNCIAS

BARROS, Albani de. Apontamentos sobre a conjuntura mundial: a “tempestade” da crise do capital. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 148(2), e-6628433, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sr6RmQV8gicnt4RbGmnb5Vk/?lang=pt>. Acesso em: 15 de nov. de 2025.

BONES, Nairana Karkow; ARAÚJO, Luana Broni de. “NÃO É HORA DE PROCURAR CULPADOS”: O DESMONTE DE POLÍTICAS AMBIENTAIS NO GOVERNO DE EDUARDO LEITE E A CALAMIDADE CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL DE MAIO DE 2024. In: **SciELO Preprints**, 2024. Disponível em:

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9769>. Acesso em: 10 de nov. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm. Acesso em: 16 de nov. 2025.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **A gente defende a justiça ambiental para combater a desigualdade social** (CFESS Manifesta). Brasília (DF), 15 mai. 2025.

Disponível em:

https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5192/zy2wJI_KYT75v2g7rwV8allMEI3VSRXU.pdf. Acesso em: 10 de nov. de 2025.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Enchentes já afetaram mais de 80 comunidades indígenas no RS; saiba como ajudar. **CIMI**, Brasília, 05 mai. 2024. Disponível em:

<https://cimi.org.br/2024/05/indigenascheiars/>. Acesso em: 12 de nov. de 2025.

DOURADO, Maiara. Comunidade Mbya Guarani reivindica a demarcação do território mediante os frequentes alagamentos no tekoha Pindó Poty. **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**, Brasília, 20 nov. 2023. Disponível em:

<https://cimi.org.br/2023/11/comunidade-mbya-guarani-reivindica-a-demarcacao-do-territorio-mediante-os-frequentes-alagamentos-no-tekoha-pindo-poty/>. Acesso em: 13 de nov. de 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Uma estimativa da população atingida pelas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024. Brasília, DF: **IPEA**, 2024, 1ª ed. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/c1ff7eff-3a26-42d6-9b70-6d7c01297b8a/content>. Acesso em: 11 de nov. de 2025.

JAOUDE, Daniel Antoine Abou. A tragédia climática no Rio Grande do Sul: Uma reflexão crítica sobre a relação entre capitalismo e justiça ambiental. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, 2025. Montes Claros (MG), volume 9, número 1, jan./jun. 2025. Acesso em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/8402/8263>. Acesso em: 16 de nov. de 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MATZENAUER, Ronaldo; RADIN, Bernadete; MALUF, Jaime Ricardo Tavares. O fenômeno ENOS e o regime de chuvas no Rio Grande do Sul. In: **Agrometeoros**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2018. Disponível em: <https://apct.sede.embrapa.br/agrometeoros/article/view/25510>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MARENGO, José A.; DOLIF, Giovanni; CUARTAS, Adriana; CAMARINHA, Pedro; GONÇALVES, Demerval; LUIZ, Rafael; SILVA, Larissa; ALVALA, Regina C. S.; SELUCHII, Marcelo E.; MORAES, Osvaldo L.; SOARES, Wagner R.; NOBRE, Carlos A. (2024). O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024. In: **Estudos Avançados**, v. 38 (112), 203–228. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/LyHVHKhzm67CwpvcWPKPwTm/?format=html&lang=pt#top>. Acesso em: 16 de nov. de 2025.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDINA, Tiago. “O sistema anti-enchente falhou por falta de manutenção”, avaliam especialistas. **Jornal Matinal**, Porto Alegre, 06 mai. 2024. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/falta-manutencao-sistema-causou-inundacao-enchente-porto-alegre/>. Acesso em: 14 de nov. de 2025.

MICHELOTTI, Fernando. Agronegócio. In: CARMO CRUZ, Valter. (Org). **Dicionário de Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2024, p. 183 - 188.

MOMBACH, Hiltor. “A região do entorno da Arena do Grêmio está cada vez mais degradada”. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 17 jun. 2024. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/hiltormombach/a-regi%C3%A3o-do-entorno-da-arena-do-gr%C3%AAmio-est%C3%A1-cada-vez-mais-degradada-1.1504026>. Acesso em: 12 de nov. de 2025.

NETO, Francisco Alencar de Vasconcelos; BEZERRA, Ana Keully Luz. DEPENDÊNCIA E EXPROPRIAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: O BRASIL NA CADEIA IMPERIALISTA DO CAPITALISMO. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 16–37, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/8303>. Acesso em: 14 de nov. de 2025.

NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental na particularidade brasileira: caráter destrutivo da acumulação capitalista. In: **Temporalis**, v. 17, n. 34, p. 173–194, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17170>. Acesso em: 12 de nov. de 2025.

PEREIRA, Felipe. Porto Alegre não investiu um centavo em prevenção contra enchentes em 2023. **Uol**, Brasília, 07 mai. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/07/porto-alegre-nao-investiu-u-m-centavo-em-prevencao-contr-enchentes-em-2023.htm>. Acesso em: 12 de nov. de 2025.

RUIZ, Jacira Teresinha Dias. **Desastres e emergências socioambientais**: implicações para o trabalho do assistente social. 2019. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/291145>. Acesso em: 15 de nov. de 2025.

SOARES, Maurício Caetano Matias; MENEZES, Débora Holanda Leite. A FANTÁSTICA FÁBRICA DA MORTE: UM OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL PARA A CRISE

AMBIENTAL. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 38–64, 2025.
Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/8331>. Acesso
em: 14 de nov. de 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

DOAÇÃO DE SANGUE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: A RESPOSTA DA COMUNIDADE FRENTE AO DESASTRE DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL

BLOOD DONATION AND SOCIAL MOBILIZATION: COMMUNITY RESPONSE IN THE FACE OF THE 2024 DISASTER IN RIO GRANDE DO SUL

Andressa Baccin dos Santos¹
Alessandra Garrot Vilanova²
Guilherme Emanuel Weiss Pinheiro³
Nadianna da Rosa Marques⁴

Resumo: Doar sangue é uma ação que envolve não apenas uma decisão, mas principalmente uma ação consciente de cidadania e solidariedade. Historicamente, o Brasil apresenta índice de doação de sangue abaixo do esperado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o que impacta diretamente nos estoques de hemocomponentes dos serviços de hemoterapia. Tal realidade, distingue-se diante do desastre climático ocorrido no Rio Grande do Sul em maio de 2024, onde tem-se um aumento representativo das doações a partir da mobilização da comunidade não atingida diretamente por essa emergência climática. Diante disso, tal estudo, se propõe discutir, por meio de um relato de experiência profissional do serviço social inserido no espaço ocupacional do Hemocentro Regional de Santa Maria/RS, como também de revisão bibliográfica sobre as temáticas centrais, doação de sangue e desastres. As fontes bibliográficas utilizadas são oriundas do portal da CAPES, em pesquisa geral de bases, periódicos e livros. A partir desta análise foi possível desmistificar e desvelar que a problemática central no que concerne a doação de sangue em período de desastre não está na ausência de mobilização social da comunidade quanto ao apelo da necessidade da doação de sangue. A ineficácia no planejamento e organização de uma rede de fluxos contingenciais em caso de desastres pode afetar a realidade de saúde de toda uma região, tornando uma

¹ Andressa Baccin dos Santos, Mestranda em Serviço Social e Políticas Públicas na Universidade Federal de Santa Maria/UFSM-RS, Especialista em Direito de Família e Mediação de Conflitos pela Faculdade Palotina de Santa Maria/FAPAS, Bacharela em Serviço Social pela UFSM, Assistente Social da Secretaria Estadual de Saúde/SES-RS. E-mail: andressabaccin@gmail.com

² Alessandra Garrot Vilanova, Mestranda em Serviço Social e Políticas Públicas na Universidade Federal de Santa Maria/UFSM-RS, Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional/UFSM-RS. Assistente Social do Hospital Casa de Saúde de Santa Maria/RS. E-mail: alessandragarrotv@gmail.com

³ Guilherme Emanuel Weiss Pinheiro, Doutorado em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas (2020), Mestrado Profissional em Ensino na Saúde pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (2017), Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal de Pelotas (2011). Atualmente Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: guilherme.pinheiro@ufsm.br

⁴ Doutora e Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades - PUC/RS, Professora na UFSM/RS - Colégio Politécnico e Departamento de Serviço Social, vinculada ao Programa de Pós - Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas. Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional da UFSM. E-mail: NAdiannaMarques@gmail.com

emergência climática por vezes em uma emergência regional de saúde pública.

Palavras-chave: doação de sangue, desastres, mobilização social e planejamento.

Abstract: Donating blood is an action that involves not only a decision but, above all, a conscious act of citizenship and solidarity. Historically, Brazil has exhibited blood donation rates below those expected by the World Health Organization (WHO), which directly impacts the stocks of blood components in transfusion services. This reality became particularly evident in the wake of the climate disaster that occurred in Rio Grande do Sul in May 2024, which saw a significant increase in donations driven by the mobilization of communities not directly affected by the emergency. In this context, the present study aims to discuss, through a professional experience report of social work within the occupational setting of the Santa Maria Regional Blood Center (Hemocentro Regional de Santa Maria/RS), as well as through a bibliographic review of the central themes, blood donation and disasters, the challenges and dynamics involved. The bibliographic sources analyzed were drawn from the CAPES portal, including general database searches, journals, and books. From this analysis, it was possible to demystify and reveal that the central issue concerning blood donation during disasters is not the lack of social mobilization within the community regarding the need for donations. Rather, it is the inefficiency in planning and organizing a network of contingency flows in the event of disasters that can affect the health reality of an entire region, sometimes turning a climate emergency into a regional public health emergency.

Keywords: blood donation, disasters, social mobilization and planning.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a doação de sangue, de forma voluntária, altruísta, solidária e gratuita é essencial para a manutenção do tratamento de saúde de inúmeros pacientes que sofrem de diferentes problemas de saúde, sejam de ordem crônica (câncer, anemias severas e/ou falciforme, etc) ou emergenciais (acidentes ou situações graves de violência). Enfrentar a demanda de manutenção dos estoques de hemocomponentes tem sido uma das dificuldades históricas dos hemocentros do país, os quais têm ações dos setores de captação de doadores para auxiliar no atendimento dessa demanda territorial.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), apenas 1,6% da população brasileira doou sangue no País em 2024, já no Rio Grande do Sul, esse dado teve um crescimento no mesmo ano, com 1,9% dos gaúchos doadores de sangue. Cabe ressaltar que, a OMS considera ideal que, entre 1% e 3% da população brasileira seja doadora de sangue. (BRASIL, 2025)

Segundo o IBGE (2022), Santa Maria/RS possui uma população estimada de 271.735

pessoas. Para atingir a média nacional de doadores, 1,6% da população, sendo 16 doadores em um grupo de cada 1.000 habitantes, Santa Maria/RS necessita de 4.488,08 doadores no ano. Já para atender a média Estadual de 1,9%, Hemocentro Regional de Santa Maria/RS (HEMOSM) necessita 5.163 doadores/ano.

Vale ressaltar que, no ano de 2024, o HEMOSM ultrapassou as médias nacionais e estaduais de doação de sangue, totalizando 10.136 coletas (mais que o dobro da média nacional), representando o percentual de 3,7% de doadores. O presente dado reflete a mobilização social da comunidade de Santa Maria e região em prol da doação de sangue, diante do desastre ocorrido em maio de 2024, no Rio Grande do Sul.

Com essa demanda, pretende-se discutir sobre essa realidade social e histórica, por meio de um relato de experiência profissional do Serviço Social, inserido no Hemocentro Regional de Santa Maria/RS, como também de revisão bibliográfica sobre as temáticas centrais, doação de sangue e desastres. Com isso, na primeira parte dessa reflexão contextualizar-se-á sobre os aspectos históricos da constituição da política pública de sangue e hemoderivados no Brasil, como também de Santa Maria/RS. Em um segundo momento, será abordada a análise da realidade de um hemocentro regional e suas doações de sangue, diante do desastre que afetou o Estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Por fim, nas considerações finais, após desvelar a problemática em questão, busca-se indicar soluções que possam ser efetivas para evitar que uma emergência climática se torne em uma emergência regional de saúde pública.

2 A CONSTRUÇÃO NACIONAL DA POLÍTICA DE SANGUE E HEMODERIVADOS E UM RECORTE LOCAL

A realidade da hemoterapia no Brasil, tem o Rio Grande do Sul como um dos pioneiros, sendo em 1941 a criação do primeiro banco de sangue no Rio de Janeiro e por conseguinte, em 1942, na Santa Casa de Porto Alegre/RS - o segundo serviço de hemoterapia criado no país, os quais, ademais surgem em Recife e São Paulo. Tais serviços representavam uma estrutura frágil, sem organização pública e com expressivo comércio de sangue e seus hemoderivados (JUNQUEIRA, 2005).

Na década de 70, a realidade da hemoterapia brasileira era de privatização, com a

remuneração aos candidatos à coleta de sangue, o que ocasionou o surgimento de diferentes problemas de saúde, devido a pouca confiabilidade nos materiais e processos realizados nos serviços de coleta. Com o aumento das contaminações, provenientes da comercialização sanguínea, os movimentos sociais de reforma sanitária organizaram propostas para melhorias na segurança transfusional e conseqüentemente para uma política de saúde efetiva nessa área.

Mais tarde, com o advento da Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), após o apoio da pressão pública devido aos altos índices de contaminação pelo vírus HIV e a organização coletiva dos profissionais conjuntamente aos movimentos sociais, temos a criação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados (PNSH) (BRASIL, 2015).

Com a Constituinte, a comercialização do sangue foi proibida, responsabilizando o Estado pelo funcionamento dos Bancos de Sangue, e Hemocentros, sendo “dever do Estado prover os meios para um atendimento hematológico e hemoterápico de acesso universal e de boa qualidade” (BRASIL, 1988). Após a promulgação da Política Nacional de Sangue, Lei nº 10.205/2001, iniciou-se um processo de regionalização e expansão dos Serviços de Hemoterapia nos estados, os quais permaneceram com a responsabilidade de gestão e execução da política pública de sangue e hemoderivados.

Posteriormente, com a expansão das demandas de saúde da região Central do Estado do Rio Grande do Sul (RS), em 2008 foi criado o Hemocentro Regional de Santa Maria (HEMOSM). Uma parceria dos níveis: federal, estadual e municipal, com o intuito de atender as necessidades de hemoterapia da região.

O Hemocentro de Santa Maria, em sua gênese, contava com a coordenação da Fundação Estadual de Produção e Pesquisas em Saúde (FEPPS) vinculada a Secretaria de Saúde do Estado, porém, com a sua extinção passou a ser coordenado unicamente pelo Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente o Hemocentro Regional de Santa Maria (HEMOSM), é responsável pelo ciclo do sangue (registro, triagens, coleta de hemocomponentes, fracionamento, central de amostras sorológicas/ imunohematológicas, armazenamento), bem como seu transporte e distribuição de bolsas de sangue para 15 serviços de saúde que possuem contrato vigente para o recebimento de hemocomponentes, atendendo 33 municípios da 4ª Coordenadoria de Saúde e 1 município da 8ª Coordenadoria Regional de Saúde.

Historicamente, o Rio Grande do Sul possui índices de doações maiores que a média Nacional, porém essa realidade não diferencia o Estado quando há necessidade de realizar

mais ações de captação de doadores, a fim de manter um gerenciamento estratégico de estoque de Hemocomponentes que supra a demanda do Estado (BRASIL, 2024).

Essa realidade, voltada para a necessidade de mais ações referentes à promoção da doação de sangue, acentua-se principalmente com a chegada da pandemia da COVID-19, onde as demandas aumentaram em todos os níveis, situação a qual fez com que os pedidos por hemocomponentes aumentassem. Apesar da crescente demanda, segundo dados da produção de hemocomponentes do Ministério da Saúde (HEMOPROD) do ano de 2021, o número de doações caiu, visto o receio que a população inicialmente teve em frequentar serviços de saúde.

Nesse cenário, foi possível observar que a educação em saúde e mobilização social foram e são primordiais na captação e fidelização de doadores, dado a viabilidade de tornar a doação de hemocomponentes em um hábito que poderá fazer parte dos costumes da população, desconstruindo a perspectiva de que a doação deve se dar no imediatismo de ações isoladas, que acontecem devido às oscilações dos estoques de sangue.

Vale destacar que, os espaços que proporcionam educação em saúde de forma horizontal, constroem e compartilham conhecimentos, práticas inovadoras e transformadoras, que propiciam canais de comunicação capazes de criar lugares de produção social (COLOMÉ; OLIVEIRA, 2012). Sendo assim, a educação em saúde torna-se uma estratégia de construção da coletividade, podendo gerar mobilização social, bem como, a formação de inúmeros aspectos positivos, dentre eles, a composição de uma cultura que normalize a doação de hemocomponentes como uma prática de cidadania.

Além da educação em saúde, a mobilização social torna-se relevante para captação e fidelização de doadores de sangue. As autoras Abreu e Cardoso (2009), conceituam que as práticas de mobilização social são expressões das práticas educativas as quais são produzidas pelas classes sociais, objetivando ampliar consensos e modificar processos e projetos societários.

Segundo Toro e Werneck (2007), a mobilização social se refere ao engajamento de sujeitos coletivos para uma ação e/ou decisão política. Essa ação pode ser de reivindicação de direitos ou de proposição, geralmente buscando lidar com situações que exigem ação estatal emergenciais. Também se torna essencial em situações de desastre, visto que um desastre gera alterações na percepção da população sobre o ambiente, subsistência e à segurança alimentar das comunidades (LEONARDO *et al.*, 2017). Ademais, por vezes as políticas públicas não

conseguem mitigar as necessidades dos sujeitos, com isso, é necessário uma mobilização coletiva de diversos entes sociais.

Conforme Souza e Carlos (2019), um desastre, a qual ocasiona uma conjuntura crítica, abre espaços para a sociedade civil, para o ativismo e mobilização coletiva, que podem possibilitar mudanças nos “padrões de interação socioestatal”, ou seja, mudanças institucionais e organizacionais, como a produção de políticas públicas voltadas para a minimização dos danos e ações pós-desastre.

3 CENÁRIO DE CRISE E A DOAÇÃO DE SANGUE: REALIDADE DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Um desastre, conforme Marques (2018, p.17) é “ocasionado em situações de ameaça, furacão, vírus letal, evento radiológico e acidentes, entre outros, provocando efeitos nocivos, como a perda de vidas ou a destruição de bem” (MARQUES, 2018, p.17).

Destaca-se que o estudo utilizará o termo “desastres” ao invés do termo “catástrofes”, comumente utilizado. Conforme Quarantelli (2006), sociólogo defensor da sociologia de desastres, o que diferencia desastre e catástrofe, é a magnitude das consequências. A catástrofe possui dimensões mais amplas, e devido a essa magnitude, impacta diretamente na funcionalidade dos órgãos, em que a maioria (ou todas) organizações são atingidas e deixam de funcionar, e há uma incapacidade de resposta e reconstrução frente ao cenário de destruição, em virtude do pessoal especializado estar ferido, morto ou incomunicável (QUARANTELLI, 2006).

Já em um desastre, os atingidos recorrem a organizações institucionais, como hospitais, abrigos em ginásios de esporte, entre outros, bem como, recorrem às comunidades vizinhas para socorrê-los, visto que os órgãos conseguem minimamente se organizar para atender a população atingida (QUARANTELLI, 2006).

Além disso, parte do impacto do sistema capitalista, de acordo com Santos *et al.* (2014), é que as cidades, em sua grande maioria, não possuem planejamento urbano, intensificando ainda mais as desigualdades sociais, tendo em vista o crescimento desordenado que resulta em segregação socioespacial, em que favelas e bairros periféricos ficam à margem da sociedade, e em um contexto de desastre são os mais afetados. Em contraponto, apesar de serem os mais afetados, são os mais invisíveis aos olhos da sociedade (SANTOS, *et al.*, 2014)

Esse movimento se intensifica, na medida em que, as leis de proteção ambiental com o

decorrer do tempo estão sendo fragilizadas.

O que é chamado de “calamidade” ou “desastre” faz parte de uma histórica política desigual de acesso às riquezas sociais e de uma histórica expropriação e capitalização do território, o que implica em ocupações precárias e em áreas de risco. Estas não são situações pontuais, imprevisíveis, naturais. Estas são, senão, expressões próprias da “questão social” em sua forma mais agudizada (CFESS, 2022).

No final de abril à maio de 2024 ocorreu uma das maiores inundações que o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou, evento extraordinário de chuvas que excederam significativamente as médias históricas, comprometendo seriamente a segurança, saúde e bem-estar da população afetada, ou seja, o estado vivenciou uma situação de desastre (BRASIL, 2024).

De acordo com a “Avaliação dos efeitos e impactos das inundações no Rio Grande do Sul” de 2024, o desastre em questão, teve um impacto devastador. Com isso, o estado do Rio Grande do Sul decretou calamidade pública em 95 municípios e estado de emergência em outros 323, e teve uma estimativa da população potencialmente afetada de 2.398.255 pessoas (BRASIL, 2024).

Ainda sobre essa realidade, foram registrados 185 óbitos, 23 desaparecidos e 806 feridos (RIO GRANDE DO SUL, 2025). Em que cerca de 77.712 pessoas foram resgatadas pelas autoridades públicas e 581.638 pessoas ficaram desalojadas, e 81.170 pessoas impedidas de retornar a suas casas, temporária ou permanentemente, e que não tinham alternativa de moradia (BRASIL, 2024).

Esse desastre, fez com que ocorresse uma organização emergencial nos setores como assistência social e saúde, para que fosse ofertado um suporte à população atingida. Ainda, conforme a avaliação supracitada, os setores sociais tiveram 28% dos danos totais. Setores como a habitação e a educação foram os que mais tiveram danos, e o setor saúde sofreu 79% das perdas, estimadas em R\$ 1,53 bilhão, prioritariamente em infraestrutura e equipamentos, com custos adicionais de R\$ 195 milhões, que incluem a ampliação no número de leitos hospitalares em unidades não afetadas, a instalação de hospitais de campanha e as doses adicionais de vacinas aplicadas como medida preventiva (BRASIL, 2024).

Em vista disso, pode-se constatar que o desastre impactou em diversos setores, dentre estes, a saúde, a qual por meio de ações buscou atenuar os efeitos dessa crise e manter a continuidade dos serviços. Pode-se observar que diante do desastre, os serviços de saúde (hospitais gerais e serviços de urgência e emergência) tiveram um aumento significativo nas

demandas incluindo o uso de hemocomponentes.

Corroborando com isso, em 2024, dados de abril e maio do HEMOPROD mostram que o Hospital Universitário de Santa Maria, principal receptor dos hemocomponentes (hemácias, plasma, plaquetas e crioprecipitado) coletados pelo HEMOSM, representando mais de 80% da demanda mensal do serviço, transfundiu 2.689 em abril e maio de 2024, já em abril e maio de 2025 foram 1.356 transfusões realizadas, visibilizando o aumento em 50,4% de utilização de hemoderivados no período das enchentes no referido ano. Dessa forma, visualiza-se que a resposta da população foi necessária ao impacto desse desastre na política pública de sangue e hemoderivados na região central.

Durante o desastre das inundações ocorridas no estado Rio Grando Sul no período de abril-maio de 2024, de acordo com os dados do HEMOPROD, em que foi realizado um levantamento comparativo entres os meses supracitados nos anos de 2023, 2024 e 2025. Pode-se analisar, conforme gráfico abaixo, que em 2024 houve um aumento significativo nos candidatos a doação e nas doações de sangue.

Figura 1: Candidatos à doação de sangue e doações realizadas (2023-2025)



Fonte: elaborado pelas autoras, conforme dados HEMOPROD (Outubro,2025).

Visualiza-se que, em abril e maio de 2024, houve um aumento expressivo no número de candidatos à doação de sangue (+28%) em relação aos mesmos meses em 2023. O que

também se manifesta em 2025, onde houve uma queda ainda maior do número de candidatos e doações de sangue ao realizar o comparativo com o ano de 2024. O número total de candidatos e doações variou bastante, com pico em 2024 e redução em 2025. Todavia, apesar da mobilização social e do aumento de candidatos e do número de doações de sangue em meio ao desastre, foi evidenciado a incipiência no que se refere ao planejamento de ações de contingência no âmbito geral e principalmente na área da saúde.

Segundo Baptista (2013), o planejamento pode ser entendido como uma categoria dialética, ou seja, em movimento, está profundamente ligado à intencionalidade, especialmente no que se refere à criação e execução de políticas públicas voltadas para o atendimento das demandas sociais. Nessa perspectiva, o planejamento é visto como um processo técnico inserido nas dinâmicas mais amplas da sociedade, articulando-se ao reconhecimento da necessidade de respostas organizadas e sistemáticas diante das pressões e necessidades sociais. Tais demandas, que surgem em contextos históricos específicos, apresentam desafios que não podem ser solucionados por meio de ações imediatistas, exigindo, portanto, intervenções mais complexas e estrategicamente planejadas.

Em meio a desastres, o planejamento em saúde, torna-se essencial, principalmente quando há fragilidade respostas imediatas do Estado, aliada à ausência de um plano de contingência eficaz para situações em que os fluxos habituais de distribuição e liberação de hemocomponentes pelos serviços de hemoterapia se tornam inviáveis, evidenciando uma vulnerabilidade estrutural na gestão em desastres. A insuficiência no planejamento e na organização de redes alternativas de abastecimento e logística dos hemocomponentes, em contextos de crise, pode comprometer de forma significativa a continuidade da assistência à saúde em toda uma região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que em situações de desastres, como o ocorrido no Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024, aumenta-se a demanda por hemocomponentes nos serviços de saúde, em contraponto a mobilização social possibilitou-se o aumento expressivo no número de candidatos à doação de sangue e doadores voluntários, conforme dados do HEMOPROD, visibilizando a potencialidade da mobilização social.

Além disso, o estudo evidenciou a importância da educação em saúde como

ferramenta de conscientização e fidelização de doadores. A construção de uma cultura de doação contínua, fortalecida por estratégias educativas e de mobilização social, contribui para reduzir a vulnerabilidade do sistema de hemoterapia frente a situações emergenciais. Assim, a união entre mobilização social e planejamento institucional eficiente torna-se imprescindível para garantir a continuidade do atendimento à saúde, evitando que desastres naturais provoquem impactos ainda mais severos na população.

A partir desta análise, foi possível compreender e desvelar que a problemática central no que concerne a doação de sangue em período de desastre não residiu na ausência de consciência coletiva e/ou mobilização social da comunidade quanto ao apelo da necessidade da doação de sangue. O cerne da questão esteve, sobretudo, na fragilidade das respostas rápidas do Estado e na ausência de um plano de contingência eficaz para situações em que os fluxos habituais de distribuição e liberação de hemocomponentes pelos serviços de hemoterapia tornam-se inviáveis.

A deficiência no planejamento e na organização de uma rede alternativa de fluxos em contextos de desastre pode comprometer significativamente a assistência à saúde de toda uma região, podendo converter uma emergência climática em uma emergência regional de saúde pública. Assim, sugere-se estudos que abarquem a criação de protocolos de contingência, modelos de fluxos emergenciais e estratégias de educação em saúde voltadas à promoção coletiva da cultura da doação de sangue e hemoderivados. Além disso, que o Estado, como agente promotor das políticas públicas, garanta o acesso a direitos que se tornam essenciais em um momento como este, pela vulnerabilidade que a população se encontra com o desastre.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento em Serviço Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 3a Edição, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 8080 de 19 de setembro de 1990**, Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão do Trabalho na Saúde. **Técnico em hemoterapia**: livro texto. Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Manual de orientações para promoção da doação voluntária de sangue** – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 152 p.

BRASIL. **Mais de 224 mil bolsas de sangue foram coletadas no Rio Grande do Sul em 2024**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/rio-grande-do-sul/2025/junho/mais-de-224-mil-bolsas-de-sangue-foram-coletadas-no-rio-grande-do-sul-em-2024>. Acesso em 01 jul 2025.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Avaliação dos efeitos e impactos das inundações no Rio Grande do Sul Novembro de 2024**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/cheias-do-rio-grande-do-sul-agilidade-federal-evita-impacto-negativo-de-1-1-ponto-percentual-no-pib-do-estado/AvaliaodosefeitoseimpactosdasinundacoesnoRioGrandedoSulNov2024.pdf/view>. Acesso em: 10 jun.2025

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Entenda a diferença entre situação de emergência e estado de calamidade pública**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/entenda-a-diferenca-entre-situacao-de-emergencia-e-estado-de-calamidade-publica>. Acesso em: 28 jun.2025

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados da Produção Hemoterápica Brasileira**. ANVISA. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/sangue-tecidos-celulas-e-orgaos/producao-e-avaliacao-de-servicos-de-hemoterapia> Acesso em: 21 de outubro de 2025.

COLOMÉ, J.S.; OLIVEIRA, D.L.L.C. Educação em Saúde: Por Quem e Para Quem? A Visão de estudantes de graduação de enfermagem. Florianópolis: **Texto Contexto Enferm**, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/RsRgJZtGkxswmFbGXsprZQq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun 2025

JUNQUEIRA, P. C, *et al.*; Jacob Rosenblit, Nelson Hamerschlak. História da Hemoterapia no Brasil, Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, Especial. **Rev. Bras. Hematol. Hemoter.** 27 (3), Set 2005.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES). **Relatório de pesquisa**. GEPPEDS. Vitória: UFES, abr., Mimeo, 2017.

MARQUES, Nadiana Rosa. **Desastres e a política de saúde**: responsabilidades e possibilidades de intervenção. 2018. 194 p. Dissertação Mestrado em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8100?mode=full>. Acesso em: 14 jun 2025.

RIO GRANDE DO SUL. SOS Rio Grande do Sul. **Situação dos municípios após as chuvas de junho de 2025 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RS, 2025. Disponível em: <https://sosenchentes.rs.gov.br/situacao-nos-municipios> Acesso em: 28 out 2025.

SANTOS, A. *et al.* A intervenção estatal em situações de desastres naturais: uma análise do papel da Política de Assistência Social. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (Orgs.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014. p. 63-76.

SOUZA, L. A. M.; CARLOS, E. Políticas públicas e mobilização social no contexto do desastre no Rio Doce. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 56–81, maio–ago. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552064521004/552064521004.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. São Paulo: Autêntica Editora, 2007.

entre las iniciativas gubernamentales intensifica la fragilidad de las regiones, exponiendo la ineficiencia de la gestión pública de los recursos hídricos. Se reconoce que la integración del conocimiento sobre hidrología, clima y cambio climático es indispensable para la creación de políticas públicas articuladas para la protección social y ambiental.

Palabras clave: Hidrología; Cambio climático; Desigualdad socioambiental; Protección social.

1 INTRODUÇÃO

Os eventos climáticos extremos têm ocorrido com maior frequência e intensidade, afetando diretamente o comportamento hidrológico e a dinâmica socioambiental como inundações, secas e deslizamentos de terra, que impactaram a economia e a sociedade demonstrando a ineficácia das políticas públicas e expondo grande parte da população a situações de risco. Em 2024, as inundações que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul ilustraram um quadro alarmante de desigualdade, falta de proteção e planejamento, mostrando como iniciativas estaduais futuras podem ser imprudentes.

Esse processo em que a ocorrência de eventos hidrológicos severos se torna cada vez mais constante, como exemplifica o *El Niño* no Rio Grande do Sul, reforça a importância de compreender de que maneira as diferentes variáveis climáticas influenciam os processos de funcionamento de uma bacia hidrográfica, assim como impactam nas condições de vida das pessoas. Por meio do enfoque analítico oferecido pela Geografia, torna-se plenamente possível relacionar as transformações do meio físico com a dinâmica das manifestações sociais das desigualdades, que por sua vez, oferece aos gestores subsídios mais sólidos no âmbito da mitigação de riscos associados e do fortalecimento de redes de proteção social.

Além disso, adotar uma visão que relaciona a Geografia Física com a Social, compreendendo que enchentes e secas são consequências de fenômenos naturais e também de diferenças sociais presentes no território. Autores como Milton Santos, Henri Acselrad e Porto-Gonçalves demonstram que a forma como o espaço é construído e as dinâmicas econômicas aumentam os riscos para a população. Mesmo com leis, o

governo age de forma isolada e só depois que o problema acontece, mostra que é preciso juntar meio ambiente e amparo social.

Por fim, o objetivo é analisar como o clima extremo, o ciclo da água e a desigualdade social se conectam, avaliando o que as políticas de amparo social no Brasil podem e não podem fazer. O texto se divide em três partes: a base teórica; a relação entre desigualdade e vulnerabilidade; e as políticas públicas com foco em proteção social, oferecendo ideias para uma gestão mais unificada e que se antecipe aos problemas.

2 COMPORTAMENTO HIDROLÓGICO E EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS NO BRASIL

Na escala temporal, as variações no regime pluviométrico associadas a fenômenos climáticos como *El Niño* e *La Niña* são exemplos sutis de interação humanas e planetárias sobre o comportamento hidrológico das bacias hidrográficas. Isso porque, para as bacias hidrográficas, ocorrem: mudanças em padrões de precipitação, aumento da intensidade de chuvas e de sua distribuição espacial. Os processos de escoamento superficial, infiltração e recarga de aquíferos que são afetados podem causar alterações de resposta entre as bacias, como: i) aumento de picos de vazão e número de enchentes, ii) redução de vazões e número de picos e aumento do tempo entre os mesmos, iii) maior variabilidade do comportamento sazonal.

Através de percepções das dinâmicas climáticas regionais, torna-se evidente que a interação entre clima, uso do solo e ocupação humana reforça a necessidade de integrar modelos hidrológicos a estratégias de planejamento ambiental. A expansão urbana desordenada, o desmatamento e a conversão de áreas naturais em superfícies impermeáveis intensificam a sensibilidade das bacias hidrográficas aos eventos extremos, reduzindo sua capacidade de regulação natural. Fenômenos climáticos globais, quando combinados a práticas antrópicas inadequadas, amplificam os impactos sobre a disponibilidade e qualidade da água. Milton Santos expõe:

O que se poderia, também, sugerir é a ótica abrangente, a ótica da produção das coisas, ou melhor, dos fenômenos tanto naturais como sociais. Isso levaria a uma outra forma de pensar o estudo regional, vendo a região como o

lugar onde ação se passa. É o espaço da ação, do impacto da ação; esta tanto é natural quanto humana, pode ter origem local ou distante, mas sempre resulta em um impacto sobre um pedaço do território. Esta ação se exerce sobre objetos naturais e criados (Santos, 1988).

No Brasil, a heterogeneidade climática e geomorfológica faz com que tenha respostas regionais distintas. Em algumas localidades na região Nordeste, onde a variabilidade climática se manifesta com eventos de estiagem muito severos, pode comprometer a disponibilidade hídrica para usos domésticos, agrícolas e industriais. A compreensão dessas especificidades é essencial para uma gestão territorial e hídrica eficaz, exigindo políticas públicas que contemplem monitoramento contínuo, infraestrutura resiliente e mecanismos de prevenção baseados em cenários climáticos futuros.

Já no estado do Rio Grande do Sul na região Sul do país, chuvas intensas sobre áreas urbanizadas e bacias hidrográficas com solos de baixa infiltração que potencializam o escoamento superficial, pode aumentar o risco de inundações repentinas e prolongadas. Conforme a Figura 1, o estado do Rio Grande do Sul apresentava risco hidrológico muito alto durante o mês de maio de 2024, o que reforça a gravidade e a recorrência dos eventos climáticos extremos discutidos nesta seção.

Figura 1 – Previsão de risco hidrológico no Sul do Brasil (11/05/2024)



Fonte: CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (2024).

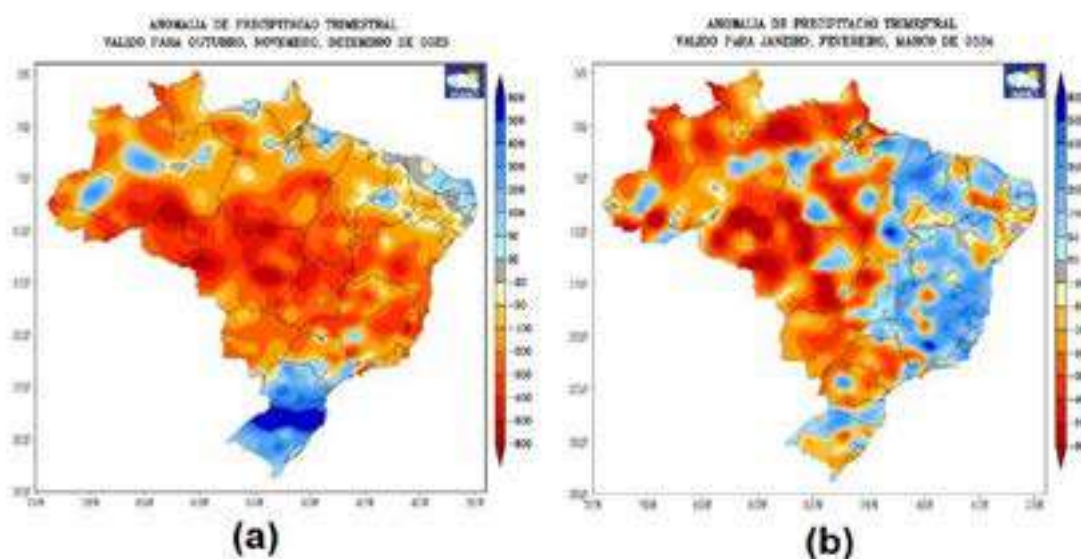
Além das condições climáticas, o uso do solo é fator crítico. O rápido crescimento das cidades, quando não bem planejado, promove a impermeabilização de áreas significativas das bacias, reduzindo a capacidade de retenção e incremento da vazão de pico. Transformar áreas de recarga em cidades e acabar com a cobertura vegetal nas cabeceiras provocam aumento do escoamento e sedimentação dos cursos de água, diminuindo a capacidade de fluxo e aumentando a probabilidade de cheias e assoreamento. Em suma, a intensidade dos eventos hidrológicos extremos é frequentemente o produto da interação entre clima adverso e vulnerabilidades criadas por intervenções humanas. Com isso, Henri Acselrad explica que:

Esta ação coletiva, quando dirigida contra a ordem ambiental tida por injusta, manifesta-se simultaneamente em dois planos: 1) no plano da distribuição objetiva dos efeitos ambientais das práticas sociais; esta distribuição exprime a diferença de poder sobre os recursos ambientais entre os distintos grupos sociais; e 2) no plano discursivo em que vigoram distintos esquemas de representação do mundo, do ambiente, da justiça etc (Acselrad, 2002).

No plano de monitoramento e previsão hidrológica, instrumentos como pluviômetros automáticos, estações hidrométricas, imagens de satélite e modelos hidrológicos integrados demonstram-se essenciais. O CEMADEN, a ANA e o INMET são exemplos de instituições que consolidam dados e modelos para previsão e alerta. A integração desses órgãos e sistemas permite a produção de análises em tempo real, podendo aumentar a capacidade de antecipar eventos extremos e subsidiar decisões estratégicas para defesa civil.

Apesar disso, certos problemas persistem: a concentração irregular de unidades de monitoramento, a lentidão na análise de informações regionais e a desconexão entre os bancos de dados das cidades, estados e do governo federal comprometem a qualidade das estimativas. A exatidão e a agilidade das projeções dependem não apenas dos recursos tecnológicos, mas também de uma gestão de informações eficiente e de uma comunicação ágil entre pesquisadores, administradores e a sociedade.

Figura 2 – Mapa de precipitação acumulada - El Niño (2023-2024) no Sul do Brasil



Fonte: INMET (2025).

As características hidrológicas e o padrão de ocupação do território determinam a distribuição dos riscos por eventos climáticos. Essas variáveis, por sua vez, intersectam com fatores sociais que definem quem é mais vulnerável. O avanço de tecnologias como sensoriamento remoto de alta resolução e sistemas de assimilação de dados fortalece a precisão das previsões, promovendo respostas mais rápidas e eficientes diante de situações de risco hidrológico.

2.1 Desigualdade socioambiental e vulnerabilidade frente aos desastres hídricos

A fragilidade social surge das dinâmicas de poder históricas e geográficas, que moldam o acesso a bens, terras e serviços básicos. Em situações de cheias e estiagens, a questão vai além dos prejuízos materiais, pois é crucial entender como fatores sociais, como renda, raça, gênero, idade e condições econômicas, e a organização do espaço urbano, influenciam a vulnerabilidade ao perigo. A ideia de ameaça ambiental precisa ser vista como algo construído pela sociedade:

- a) não existe risco apenas na chuva intensa;

- b) existe risco quando grupos humanos ficam expostos por viverem em áreas inadequadas, sem saneamento, drenagem ou assistência estatal mínima.

Pode-se discutir que moradores de baixa renda comumente vivem em locais perigosos onde há exemplo de planícies aluviais, beiras de rios, declives e áreas sujeitas a alagamentos. Isso ocorre porque o preço do terreno nesses lugares é mais baixo e a fiscalização da ocupação por parte do governo costuma ser precária. Desse modo, a recorrência de inundações reflete, em grande parte, uma gestão urbana que aceita a informalidade e não dá importância a recuperação do meio ambiente ou a realocação adequada. Tal mentalidade banaliza a catástrofe e passa uma parcela do ônus social para os cidadãos mais desprotegidos.

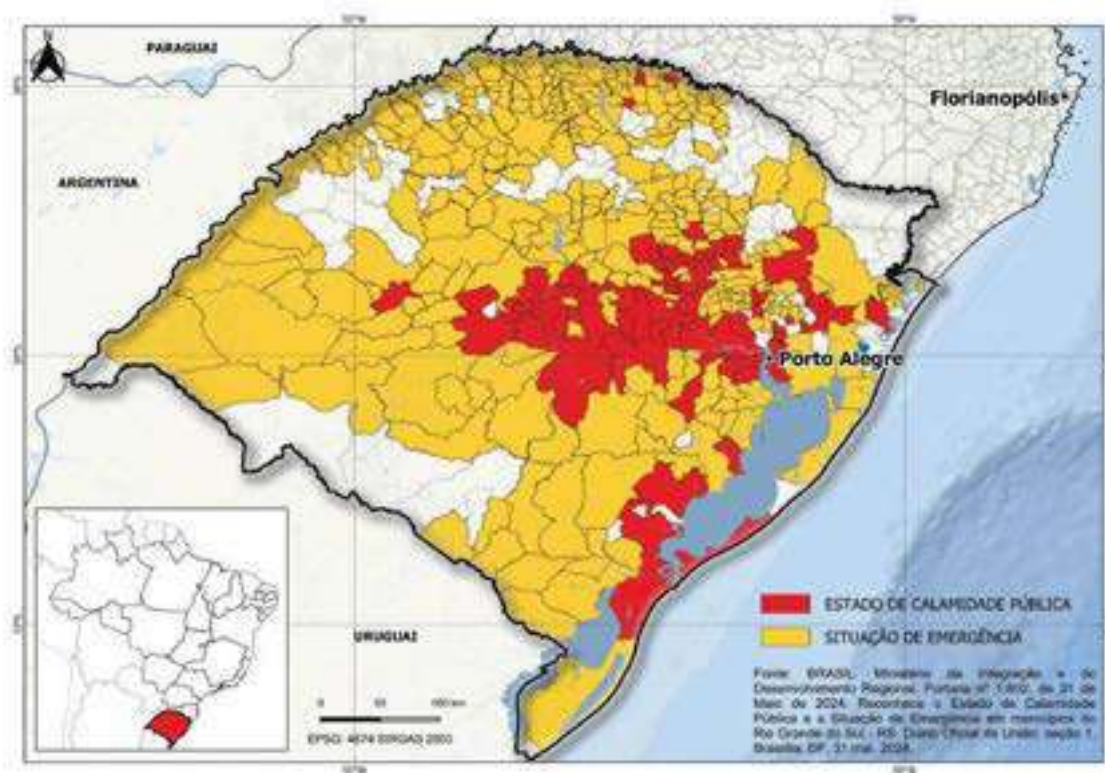
Em relação à saúde da população e à segurança alimentar, as consequências aparecem quando as pessoas perdem suas casas, a água fica contaminada, aumentam os insetos transmissores de doenças e os serviços essenciais param de funcionar. Somando isso, o impacto psicológico e cultural, a perda de memórias, redes sociais e meio de subsistência, geralmente não é levado tão a sério pelos indicadores econômicos tradicionais. Além do prejuízo financeiro, os desastres fazem com que a pobreza continue e aumentam as diferenças entre as famílias, passando de pais para filhos. Para Porto-Gonçalves,

[...] é preciso sublinhar que embora estejamos diante de uma desordem ecológica global, particularmente visível quando abordado a partir da água, seus efeitos estão longe de serem distribuídos igualmente pelos diferentes segmentos e classes sociais, pelas diferentes regiões e países do mundo, assim como estão muito desigualmente distribuídos os meios para lidar com a questão (Porto-Gonçalves, 2004).

Outro aspecto importante é como as instituições funcionam. A ajuda do governo através de programas assistenciais, seguros e auxílios, quase sempre só aparece depois que o desastre já aconteceu, como se fosse só um “remendo”, sem ações de verdade que diminuam o perigo e a fragilidade das pessoas. É muito importante que as políticas de moradia, saneamento, planejamento urbano e defesa civil trabalhem juntas, mas isso quase nunca acontece. Essa falta de união faz com que as soluções sejam incompletas e as pessoas sejam tiradas de suas casas sem ter para onde ir, as reconstruções acontecem

em lugares perigosos e a ajuda é fraca, o que só piora a situação de quem já era vulnerável.

Figura 3 – Municípios do Rio Grande do Sul em estado de calamidade pública e situação de emergência em maio de 2024



Fonte: REBELO, Fernando; MENDES, Rafael; SCHERER, Marcelo. Eventos climáticos extremos, vulnerabilidade social e desastres: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul. *Estudos Avançados*, v. 38, n. 112, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Cm>. Acesso em: 31 out. 2025.

O mapa evidencia a ampla distribuição espacial dos impactos decorrentes dos eventos hidrometeorológicos extremos no Rio Grande do Sul, revelando um cenário crítico de vulnerabilidade regional. As áreas destacadas em vermelho, correspondentes ao estado de calamidade pública, concentram-se principalmente na região central e

nordeste do estado, indicando municípios severamente afetados, onde os danos à infraestrutura, habitações, transportes e serviços essenciais ultrapassaram a capacidade local de resposta. Já as áreas em amarelo, classificadas como situação de emergência, abrangem grande parte do território gaúcho, demonstrando que os efeitos das chuvas intensas e inundações não foram isolados, mas sim generalizados.

A predominância dessas duas categorias, especialmente ao longo das bacias hidrográficas e zonas de maior densidade urbana, reforça a necessidade de políticas de prevenção, monitoramento contínuo e fortalecimento da resiliência ambiental e socioeconômica diante da recorrência de eventos climáticos extremos no estado. A partir da compreensão de que o risco é socialmente produzido, a próxima subseção é direcionada a analisar como as políticas públicas atuais e suas limitações impactam diretamente a redução desses riscos, destacando caminhos para políticas preventivas e integradas.

2.2 Políticas públicas, gestão territorial e proteção social

A forma como lidamos com os riscos hidrológicos envolve vários instrumentos, como: organização do espaço (regras de uso do solo e o cuidado com o meio ambiente), infraestrutura (drenagem, barragens e contenções), monitoramento e alerta (estações, modelos, sistemas de aviso) e proteção social (programas de auxílio, abrigos, reposição habitacional). No Brasil, existem leis e planos, mas colocá-los em prática ainda é um desafio, pois falta dinheiro, as ações não continuam por muito tempo, as cidades menores nem sempre têm conhecimento suficiente e nem sempre os governos federal, estadual e municipal trabalham juntos.

Um bom exemplo disso é que, geralmente, só agimos depois que acontece uma grande enchente ou deslizamento. Os governos liberam recursos emergenciais e fazem ações paliativas, como abrigar as pessoas temporariamente e realizar distribuição de cestas básicas. Mas raramente esse dinheiro é usado para evitar que o problema se repita, como melhorar o plano diretor das cidades, realocar pessoas para lugares mais seguros ou organizar a situação da moradia para quem não tem documentos, oferecendo um lugar para morar. A ajuda emergencial é importante, mas o problema é não ter um

Anais do 3º Fórum Internacional de Serviço Social (FISS) – Proteção Social na América Latina: capitalismo, eventos climáticos extremos e desigualdades. São Borja, RS, Brasil: Unipampa, Campus São Borja, 10 a 12 de dezembro de 2025.

plano para evitar futuros desastres.

A integração entre proteção social e gestão ambiental passa por medidas concretas:

- a) Planejamento territorial preventivo: revisão de planos diretores que incorporem mapas de risco, restrições de uso e incentivos para a restauração de áreas de cabeceira e mangues;
- b) Investimento em infraestrutura verde e azul: soluções baseadas na natureza (restauração de matas ciliares, parques de retenção, áreas permeáveis) que reduzem o pico de escoamento e contribuem para a resiliência urbana;
- c) Fortalecimento do monitoramento e sistemas de alerta: ampliação da rede de estações, integração de bases de dados e protocolos claros de comunicação entre instituições e comunidades;
- d) Sistemas de proteção social articulados: programas de transferência condicionada que considerem risco ambiental, seguro habitacional e políticas de reconstrução que priorizem moradia segura e manutenção de redes produtivas;
- e) Participação comunitária: formação de redes locais de vigilância, educação ambiental e planos comunitários de contingência.

No plano prático, a articulação entre níveis de governo é essencial. Municípios precisam de recursos técnicos e financeiros para implementar ações preventivas; estados têm papel de coordenação e fomento; a União pode prover sistemas integrados de monitoramento, assistência técnica e fundos de apoio que condicionem a liberação de recursos a planos de mitigação e realocação. Políticas de financiamento como por exemplo mecanismos de crédito condicionado, fundos de emergência que invistam em prevenção, que são estratégias que alinhariam incentivos para a redução de risco.

Figura 4 – Fluxograma de articulação institucional



Fonte: BATISTA JÚNIOR, A. B. (2025).

A articulação entre hidrologia, planejamento territorial e proteção social não é mera técnica: é um componente de justiça social. As soluções demandam transformações institucionais e políticas que coloquem a redução da vulnerabilidade humana no centro das decisões. Isso implica fortalecer sistemas de alerta, garantir investimentos contínuos em infraestrutura hídrica resiliente e ampliar estratégias de adaptação que considerem as desigualdades territoriais. Além disso, requer integrar saberes locais, mecanismos de participação comunitária e abordagens intersetoriais, assegurando que populações historicamente expostas a riscos tenham voz ativa na formulação de políticas que afetam suas condições de vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o território nacional, tornou-se recentemente evidente uma rápida acumulação de eventos climáticos graves, que expõe problemas acumulados nas políticas ambientais e sociais. A inundações que frequentemente se abatem sobre o estado do Rio Grande do Sul em 2024 é uma evidência notável de quão perigosas a mistura de mudanças climáticas, desenvolvimento desigual e desproporcional das cidades e alta polarização social pode ser. Lembre-se de que esses acidentes não são

Anais do 3º Fórum Internacional de Serviço Social (FISS) – Proteção Social na América Latina: capitalismo, eventos climáticos extremos e desigualdades. São Borja, RS, Brasil: Unipampa, Campus São Borja, 10 a 12 de dezembro de 2025.

eventos naturais, mas acidentes previsíveis devido à falta de atenção aos problemas ambientais e à incompreensão da justiça ecológica e territorial, em outras palavras, a situação em que eventos de risco se acumulam e se repetem sempre que um desastre climático de magnitude ocorre.

Entender esses desastres, do ponto de vista geográfico e socioambiental nos ajuda a ver que os perigos não são iguais para todos. Os sujeitos mais pobres, que costumam morar em lugares mais perigosos, são também as que menos têm acesso a programas de ajuda do governo, boas construções e informações. Desse jeito, o clima diferente que estamos vendo acaba aumentando as desigualdades que já existiam, e cada evento climático forte se torna uma demonstração de injustiça com o meio ambiente.

A análise demonstrada enfatiza que a forma que a questão hidrológica se comporta está diretamente ligada à realidade social. O escoamento das águas, as cheias e os períodos de estiagem refletem fisicamente um espaço territorial moldado de maneira desigual. Assim, as estratégias governamentais direcionadas ao gerenciamento de perigos e à diminuição de calamidades necessitam levar em conta a conexão entre as diversas esferas de poder, como o governo federal, estadual, municipal e a comunidade, em um sistema constante de auxílio profissional, organização unificada e potencialização das capacidades locais.

É indispensável trocar a lógica reativa, que age somente depois da ocorrência da tragédia, por uma mentalidade de cuidado e programação. Isso engloba a atualização de planos diretores, o reconhecimento de regiões vulneráveis e o planejamento associado ao incentivo à educação ambiental e envolvimento da comunidade. A administração dos recursos hídricos deve ser encarada não somente como um problema técnico, mas sim como uma parte crucial da estratégia de amparo social.

Assim, a conexão entre a Geografia Física e a Geografia Social surge como uma abordagem teórica e prática que expande a compreensão de como a natureza e a sociedade se influenciam. Analisar em conjunto os eventos climáticos e as disparidades regionais facilita avaliações mais exatas e políticas mais justa, focadas não só em reduzir os estragos, mas em criar um território mais forte e que inclua a todos.

Sendo assim, mais do que reagir a imprevistos, o governo e a população devem desenvolver formas de evitar problemas e ajudar uns aos outros, garantindo o direito à

vida e à dignidade humana diante dos desafios climáticos. Unindo ciência, planejamento e justiça social, é possível progredir na criação de uma política pública que reconheça a água como bem de todos e a proteção social como uma ferramenta de cidadania e de preservação.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Índice de Vulnerabilidade Social – IVS**. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **El Niño: saiba como foi a atuação do fenômeno no Brasil**. Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/el-ni%C3%B1o-saiba-como-foi-a-atua%C3%A7%C3%A3o-do-fen%C3%B4meno-no-brasil>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional. **Estudo aponta que enchentes de 2024 foram maior desastre natural da história do RS e sugere caminhos para futuro com eventos extremos mais frequentes**. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Brasília, DF, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/estudo-aponta-que-enchentes-de-2024-foram-maior-desastre-natural-da-historia-do-rs-e-sugere-caminhos-para-futuro-com-eventos-extremos-mais-frequentes>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional. **Portaria nº 1.802, de 31 de maio de 2024**. Dispõe sobre o reconhecimento de situação de emergência e calamidade pública nos municípios do Rio Grande do Sul. MIDR, Brasília, DF, 2024.

CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. **Previsão de risco hidrológico - 11 de maio de 2024**. São José dos Campos: CEMADEN, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br>. Acesso em: 31 out. 2025.

PESSOA, Mariana Lisboa (coord.); ANJOS, Gabriele dos; XAVIER SOBRINHO, Guilherme Gaspar de Freitas; LAZZARI, Martinho Roberto; OLIVEIRA JÚNIOR, Ricardo César Gadelha de. **Impactos socioeconômicos dos eventos climáticos extremos de 2024 no Rio Grande do Sul: uma análise após um ano do desastre**.

Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – DEE/SPGG, abr. 2025. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202504/29093707-relatorio-dee-impactos-socioeconomicos-dos-eventos-climaticos-extremos-de-2024-no-rio-grande-do-sul-uma-analise-apos-um-ano-do-desastre-1.pdf>. Acesso em: 31 out. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília: Abaré, 2004.

REBELO, Fernando; MENDES, Rafael; SCHERER, Marcelo. **Eventos climáticos extremos, vulnerabilidade social e desastres: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul**. Estudos Avançados, v. 38, n. 112, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LyHVHKhzm67CwpcvWPwTm>. Acesso em: 31 out. 2025.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/temas/magistrados/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

MEIO AMBIENTE E SERVIÇO SOCIAL: AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AMBIENTES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS – BRASIL

ENVIRONMENT AND SOCIAL WORK: ENVIRONMENTAL EDUCATION ACTIONS IN SCHOOL SETTINGS IN THE MUNICIPALITY OF SÃO BORJA/ RS – BRAZIL

Lidiane dos Santos Rodrigues¹

Roberto Barboza Castanho²

Juliane Messina Chagas³

Jonatan Willian Pinto dos Santos⁴

Resumo: O presente trabalho resulta de uma proposta extensionista desenvolvida na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja, com foco em ações de educação ambiental no contexto escolar e no papel do Serviço Social diante das expressões da questão social. Parte-se da compreensão de que o meio ambiente não se limita ao espaço natural, mas integra dimensões sociais, econômicas e culturais, sendo sua degradação intensamente sentida pelas populações em situação de vulnerabilidade. O estudo busca demonstrar como a integração entre ensino, pesquisa e extensão contribuem para a conscientização ambiental e a formação cidadã de crianças e jovens. O texto apresenta a fundamentação teórica do tema, descreve o projeto “Conscientização Ambiental na Rede Pública de Ensino” e analisa as práticas desenvolvidas nas escolas públicas de São Borja/RS, evidenciando a importância do engajamento social e educativo para a construção de hábitos sustentáveis.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Ambiental; Meio Ambiente; São Borja.

Abstract: This paper results from an extension project developed at the Federal University of Pampa (UNIPAMPA), São Borja Campus, focusing on environmental education actions in school settings and on the role of Social Work in addressing the social issue. It is based on the understanding that the environment is not limited to the natural sphere but includes social,

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus São Borja. E-mail: lidianerodrigues.aluno@unipampa.edu.br

² Docente titular do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e do PPGSSPS – Campus São Borja. E-mail: robertocastanho@unipampa.edu.br Docente titular do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e do PPGSSPS – Campus São Borja. E-mail: robertocastanho@unipampa.edu.br

³ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus São Borja. E-mail: julianechagas.aluno@unipampa.edu.br

⁴ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus São Borja. E-mail: jonatansantos.aluno@unipampa.edu.br

economic, and cultural dimensions, with its degradation affecting the most vulnerable populations. The study demonstrates how the integration of teaching, research, and extension contributes to environmental awareness and citizenship education among children and adolescents. The text presents the theoretical foundation, describes the project "Environmental Awareness in Public Schools," and analyzes the activities developed in São Borja/RS, highlighting the importance of social engagement and educational initiatives for the construction of sustainable practices.

Keywords: Social Work; Environmental Education; Environmental; São Borja.

1 INTRODUÇÃO

A atenção em relação às questões ambientais tem crescido consideravelmente nas últimas décadas, impulsionada pelo aumento do consumo e pela consequente produção de resíduos sólidos, consequências de um modelo de produção e consumo focado no lucro e na exploração excessiva dos recursos naturais.

No Brasil, a Lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, define normas para o gerenciamento e a correta disposição dos resíduos, mas sua efetivação está diretamente ligada à conscientização e à colaboração da população. Assim, a educação ambiental se torna uma ferramenta fundamental, capaz de conectar saber, prática social e responsabilidade compartilhada, especialmente quando aplicada nas escolas.

A instituição educacional é uma entidade essencial na sociedade, atuando como um local onde a ciência, a cultura e as atividades cotidianas se entrelaçam. Dessa maneira, ela desempenha uma função que abrange a família e a comunidade, conseguindo, assim, aumentar a efetividade das iniciativas, tornando-as mais significativas. Nesse contexto, a educação ambiental desempenha uma função crucial, pois integra saber científico, ação social e responsabilidade compartilhada. A escola, por sua característica de formar, é um ambiente ideal para promover valores éticos, comportamentos colaborativos e práticas sustentáveis.

Nesse cenário que o Serviço Social encontra um campo fértil de atuação, contribuindo para a construção de uma consciência ecológica crítica e para o fortalecimento da cidadania. O Serviço Social, como profissão inserida nas demandas sociais e com a defesa dos direitos humanos, possui papel essencial na articulação de ações que promovam a conscientização ambiental e as necessidades humanas.

A atuação do assistente social no campo ambiental busca integrar o desenvolvimento sustentável com a inclusão social, incentivando práticas de educação crítica e participativa nas comunidades. De acordo com Iamamoto (2007, p. 87), “o assistente social deve compreender

o meio ambiente como parte constitutiva da questão social, articulando ações que fortaleçam a cidadania e a sustentabilidade”. Portanto, ao considerar a educação ambiental no ambiente escolar requer integrar conhecimento técnico, compromisso ético e ação política.

Os projetos de extensão realizados pela Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA emergem como uma resposta à demanda por conscientizar estudantes e suas famílias da rede pública sobre a maneira adequada de descartar resíduos domésticos. A iniciativa reconhece a escola como um lugar especial para a formação de valores e comportamentos, onde a educação ambiental tem o potencial de provocar mudanças duradouras, tanto dentro do contexto escolar quanto na comunidade ao redor. Além de promover o pensamento crítico, visa fortalecer a conexão entre educação e sustentabilidade, encorajando hábitos diários que ajudem na preservação do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida.

Portanto, baseia-se na crença de que a educação ambiental é um aspecto importante da cidadania e que sua implementação deve ser integrada nas políticas públicas, nos currículos escolares e nas iniciativas comunitárias. O presente trabalho, tem como objetivo examinar as iniciativas de educação ambiental que ocorrem nas escolas públicas de ensino através de atividades extensionistas do curso de Serviço Social em conjunto à temática de conscientização ambiental. A pesquisa analisa de que forma a colaboração entre professores e alunos do curso de Serviço Social, em um contexto interdisciplinar, auxilia no enfrentamento das questões sociais ligadas à deterioração ambiental e à carência de políticas públicas efetivas.

2 PROCESSOS METODOLÓGICOS

A metodologia foi delimitada em etapas, sendo elas: (a) Levantamento teórico acerca da temática, no caso, sobre reciclagem, conscientização ambiental, consumo, descarte de resíduos sólidos; (b) Coleta de dados – nesse momento -se com a coleta de dados acerca de quantitativos de resíduos produzidos, destinação final entre outros; (c) Trabalho de campo – atividades nas escolas com as crianças e realização das oficinas planejadas; e, (d) Elaboração do relatório das ações desenvolvidas.

A parte prática, baseou-se em jogos pedagógicos, dinâmicas, rodas de conversa e oficinas criativas, buscando a construção coletiva do conhecimento. Cada atividade foi planejada de forma a favorecer a aprendizagem significativa, o diálogo horizontal e o protagonismo infantil.

Entre as atividades realizadas destacam-se: Exibição do filme WALL-E seguida de debate sobre consumismo e descarte; Jogos “Quem eu sou?” na versão em contexto com a temática dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar); Diagnóstico participativo sobre o lixo na escola; Pintura livre com as ilustrações do filme e personagens infantis juntamente com a criação de cartazes para campanha educativa; Encerramento com exposição dos trabalhos e confraternização comunitária.

Essas ações permitiram integrar os conhecimentos adquiridos na universidade com a realidade local, fortalecendo o vínculo entre os acadêmicos e a comunidade.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1. Educação ambiental e sua relação com o Serviço Social

O tema socioambiental está se tornando cada vez mais relevante nas agendas políticas e acadêmicas, principalmente devido ao agravamento das crises climáticas e à diminuição dos recursos naturais. No contexto do Serviço Social, o ambiente não se limita apenas ao espaço natural, mas abrange também as condições sociais, econômicas e culturais, ao qual influenciam a qualidade de vida das pessoas. A educação ambiental representa uma estratégia pedagógica e política voltada à formação de indivíduos conscientes de sua relação com o meio ambiente.

O Serviço Social encontra, nesse campo um espaço fértil de atuação, ao trabalhar com grupos, famílias e comunidades, os discentes do curso de Serviço Social podem articular saberes e promover práticas que combatam tanto a exclusão social quanto a degradação ambiental. Essa perspectiva está diretamente relacionada ao projeto ético-político da profissão, que preza pela emancipação humana e pela defesa constante dos direitos sociais.

A presença do Serviço Social nesse cenário pode se manifestar de diversas formas, como na participação em ações educativas, na articulação com a comunidade e instituições parceiras, no planejamento de atividades e eventos e no apoio a educadores/as e gestores na elaboração de propostas e estratégias. Essas atividades reforçam o papel da universidade como agente transformador, aproximando o conhecimento científico da realidade vivida pela população e possibilitando a troca de saberes entre discentes e comunidade.

A atividade educacional desenvolvida nas instituições de ensino é uma demonstração clara dessa atuação. Através da extensão universitária, os alunos do curso de Serviço Social

da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) estiveram envolvidos em atividades com alunos da rede pública, discutindo assuntos como disposição de resíduos, reciclagem e consumo responsável. Essas ações promovem a conexão entre a ciência, o pensamento crítico e a responsabilidade ética, ilustrando que a formação em Serviço Social não se limita ao aprendizado teórico, mas demanda participação ativa nas questões sociais e ambientais da comunidade.

A educação voltada para o meio ambiente, estabelecida pela Lei nº 9.795/1999, busca formar indivíduos que compreendam a complexidade das questões ambientais e que estejam prontos para agir de maneira responsável. Dentro do contexto educacional, ela tem um papel fundamental, pois envolvem jovens e crianças durante a construção de seus valores.

A escola é um espaço privilegiado para a construção de valores ecológicos e para o desenvolvimento de práticas sustentáveis. Isso ocorre porque o aprendizado vai além da simples transmissão de informações, englobando vivências práticas, envolvimento ativo e análise crítica. Dessa forma, a educação ambiental, quando incorporada ao processo de ensino e relacionada aos serviços sociais, ajuda a construir uma consciência coletiva, fomenta a empatia e incentiva a responsabilidade social.

A presença do Serviço Social nesse cenário pode se manifestar de várias maneiras, sendo elas, no envolvimento em iniciativas educativas; incluindo participação em projetos educativos; promoção de parcerias com a comunidade e outras entidades; organização de atividades e eventos; e apoio a professores e gestores na elaboração de propostas.

Segundo Jacobi (2003, p. 202), “a educação ambiental é também um exercício de cidadania, pois implica a apropriação coletiva dos problemas e a busca de soluções conjuntas”. Portanto, ao ser incorporada ao currículo escolar e alinhada com políticas públicas, a educação ambiental torna-se em um forte instrumento de transformação social.

3.2. Ações práticas e experiências em São Borja/RS

As atividades desenvolvidas nas escolas públicas de São Borja/RS mostraram que a educação ambiental é uma poderosa ferramenta de transformação social. A exibição do filme WALL-E despertou o interesse dos alunos, funcionando como ponto de partida para o debate sobre o impacto do lixo e o comportamento humano diante da natureza.

O recurso cinematográfico, além de despertar a curiosidade e a emoção, possibilitou o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o papel do ser humano na degradação ambiental. A Figura 1, referente à exibição do filme, ilustra o primeiro momento das atividades.

Figura 1: Atividade cinematográfica com a exibição do filme WALL-E



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

Em seguida, por meio de brincadeiras, os estudantes puderam compreender os princípios dos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), reforçando o aprendizado de forma lúdica e participativa. A metodologia utilizada valorizou o diálogo e o protagonismo infantil, elementos essenciais para a consolidação da educação ambiental. As dinâmicas e jogos educativos, representados na Figura 2, proporcionaram um espaço de construção coletiva do conhecimento.

Figura 2. Dinâmica com jogos e atividades práticas sobre separação de resíduos



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

A Figura 3 apresenta o momento dedicado às atividades artísticas, nas quais os alunos expressaram suas percepções sobre o meio ambiente por meio de pinturas e confecção de cartazes. Essa etapa favoreceu a criatividade e o sentimento de pertencimento, demonstrando que o cuidado ambiental também pode ser cultivado por meio da arte e da expressão coletiva.

Figura 3 – Atividades de pintura e confecção de cartazes pelos alunos



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

Por fim, o encerramento do projeto, foi marcado pela degustação ecológica que apresentou receitas com aproveitamento integral dos alimentos produzido pelos discentes de Serviço Social, essa prática mostrou que atitudes simples podem contribuir para a redução do desperdício e para o uso consciente dos alimentos, e também pela confraternização com a

comunidade escolar, ao qual, esse momento simbolizou a integração entre escola, universidade e famílias, evidenciando como a educação ambiental, quando desenvolvida de maneira participativa, gera impactos positivos para além dos muros escolares.

Desta forma, a Figura 4 retrata o encerramento do projeto com uma confraternização carregada de ensinamentos e valores:

Figura 4 – Encerramento do projeto e confraternização com a comunidade escolar



Fonte: Arquivo pessoal (2024).

O envolvimento das crianças foi intenso, e muitos relataram mudanças de comportamento em casa, influenciando suas famílias a separar corretamente o lixo. Esses resultados evidenciam a força das ações de extensão universitária na formação de cidadãos conscientes e na promoção de valores éticos e solidários.

Essas experiências mostram que a educação voltada ao meio ambiente, ao ser combinada com o engajamento social e a participação da comunidade, se torna uma ferramenta extremamente eficaz para promover mudanças. As crianças passaram a ser divulgadoras do saber, impactando as ações de suas famílias e ajudando na formação de uma cultura que valoriza a sustentabilidade.

Como destaca Dias (2004, p. 29), “a educação ambiental se fortalece quando articula teoria e prática, envolvendo ativamente a comunidade”. Assim, as experiências observadas demonstram que a participação das famílias e das instituições parceiras potencializam e contribuem para a sustentabilidade das ações.

3.3. Conexão com o Projeto Ético-Político do Serviço Social

O Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) guia a atuação profissional na firme proteção dos direitos humanos, na ampliação do acesso a recursos e serviços, na emancipação da classe trabalhadora e na superação das desigualdades estruturais. Assim, a questão

ambiental é fundamental e não secundária, uma vez que impacta diretamente as condições de vida da população.

Como afirma Iamamoto (2007, p. 152), “o projeto profissional do Serviço Social vincula-se a um projeto societário que se contrapõe à ordem social vigente, lutando por uma sociedade emancipada”. Assim, o engajamento com a causa ambiental faz parte da resistência à lógica do capital, que transforma a natureza e o trabalho humano em mercadorias.

A luta socioambiental, portanto, é parte dessa resistência, pois o modelo capitalista vigente tende a expropriar recursos naturais e explorar de forma intensiva a força de trabalho, produzindo desigualdades ambientais e sociais.

A atuação do assistente social no campo ambiental, principalmente dentro de escolas, está em sintonia com o Projeto Ético-Político (PEP) ao: incentivar ao envolvimento da comunidade na criação de soluções para desafios ambientais; assegurar o acesso à informação e à educação crítica sobre tópicos ambientais; colaborar de maneira interdisciplinar com professores, administradores e a população local; apoiar a implementação de políticas públicas que promovam a justiça ambiental, visando diminuir as desigualdades no acesso a recursos e nas vulnerabilidades a riscos ambientais.

O Serviço Social, ao articular-se com movimentos sociais, políticas públicas e processos educativos, contribui para essa mudança estrutural, reforçando o compromisso com a preservação ambiental e a justiça social. Essa ação reitera o compromisso ético do Serviço Social em relação à defesa da vida, justiça e sustentabilidade, que são valores essenciais do Projeto Ético-Político (PEP).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a relação entre o meio ambiente e Serviço Social demonstra que a atuação dos profissionais nesta área é não apenas viável, mas também essencial, considerando as diversas faces da realidade social atual. As vivências registradas em São Borja/RS indicam que a educação ambiental dentro das instituições de ensino é uma abordagem eficaz para aumentar a consciência, fomentar ações sustentáveis e reforçar a cidadania.

O projeto ético-política do Serviço Social oferece as fundamentações necessárias para que esta profissão integre questões ambientais em suas atividades diárias, não como um aspecto separado, mas como um elemento da luta pela emancipação humana e pela modificação das estruturas sociais que promovem desigualdade e danos ao meio ambiente.

Portanto, ações educativas, quando vinculadas a projetos políticos comprometidos com a justiça social, têm potencial de gerar mudanças duradouras e significativas.

Dessa forma, pode-se afirmar que lidar com questões ambientais necessita da conexão entre ações sociais, engajamento da comunidade e métodos educativos reflexivos, em que o Serviço Social tem um papel fundamental. Essa atuação, ao se basear no PEP, reforça o compromisso da profissão com a proteção da vida em suas diversas formas.

As instituições de ensino envolvidas transformaram-se em locais de propagação do saber, ajudando a espalhar comportamentos sustentáveis entre as famílias e a comunidade. Ademais, o papel do Serviço Social é novamente destacado como facilitador de ações socioeducativas focadas na proteção da vida e na sustentabilidade. O trabalho dos alunos e professores da Universidade Federal Pampa (UNIPAMPA) se firmou como um modelo da relevância da extensão universitária como ligação entre a academia e a sociedade.

Conclui-se que aprimorar as iniciativas de educação ambiental necessita de uma continuidade, políticas públicas firmes e envolvimento social intenso. A vivência em São Borja/RS mostra que, por meio de conversa, dedicação e esforço conjunto, é viável efetuar mudanças significativas na percepção ambiental e nas ações diárias das pessoas.

5 AGRADECIMENTOS

Agradecimento, à bolsa de Programa de Fomento à Extensão - PROFEXT, PROEC Nº15:2024, UNIPAMPA e ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Transfronteiriças em Cartografia Socioambiental (LEPETRACS).

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1981.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.agraer.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Livro-Educa%25C3%25A7%25C3%25A3oAmbien>

[tal-ISABEL.pdf&ved=2ahUKEwjXosflkZqPAXVarJUCHfFHNhIQFnoECCAQAQ&usg=AOvVaw1gDNeVAtBVU0O_DPjeQG5i](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/giselle.silva/pratica-profissional/textos/iamamoto-o-ss-na-contemporaneidade/at_download/file&ved=2ahUKEwjXosflkZqPAXVarJUCHfFHNhIQFnoECCAQAQ&usg=AOvVaw1gDNeVAtBVU0O_DPjeQG5i)

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/giselle.silva/pratica-profissional/textos/iamamoto-o-ss-na-contemporaneidade/at_download/file&ved=2ahUKEwjWwIq0kpqPAXX8q5UCHcDZCcoQFnoECCOQAQ&usg=AOvVaw05ryLtyeNR_QtI8QoMpt9m

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

<https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrFTmfHxktgnt/?lang=pt>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Princípios dos 3Rs: Reduzir, Reutilizar e Reciclar**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2025.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

https://api.metabooks.com/api/v1/asset/mmo/file/cc336bf2a6024e6a8de8bfc8575ed701?access_token=b44a17d6-3135-458b-b486-f2fbb39c12c5

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

https://www.academia.edu/31425655/SANTOS_Boaventura_de_Souza_Pela_M%C3%A3o_de_Alice_o_social_e_o_pol%C3%ADtico_na_p%C3%B3s_modernidade



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS | Brasil



ISSN: 2966-2052

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIAL: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE OS IMPACTOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

CAMBIO CLIMÁTICO Y VULNERABILIDAD SOCIAL: UNA MIRADA CRÍTICA A LOS IMPACTOS Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN BRASIL

Ana Carolina Monteiro de Menezes Camboim¹
Elisângela Maia Pessoa²

Resumo: Considerando os últimos desastres ambientais no Brasil, como por exemplo, as enchentes do Estado do Rio Grande do Sul em 2024, percebe-se a complexidade que envolve a prevenção e o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas. A pesquisa realizada teve como objetivo geral “Analisar os impactos sofridos por pessoas em situação de vulnerabilidade social atingidas pelas mudanças climáticas para propor o aprimoramento das políticas públicas”. A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico via método dialético crítico. Observa-se que as mudanças climáticas intensificam desigualdades já existentes, atingindo de maneira mais severa povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais e moradores das periferias urbanas, os quais se encontram em condições precárias de infraestrutura e acesso a direitos. A partir da análise de estudos, verificou-se que os efeitos das mudanças climáticas são resultado não apenas de fatores naturais, mas também de estruturas sociais desiguais que determinam quem tem mais condições de se proteger e quem fica mais exposto aos riscos. Observou-se que as mudanças climáticas atingem, de forma desigual, a população, sendo as pessoas em situação de vulnerabilidade social as mais afetadas. Os resultados evidenciam que a vulnerabilidade social amplia os impactos das mudanças climáticas sobre determinados grupos populacionais, revelando a necessidade urgente de políticas públicas intersetoriais, que considerem a justiça climática e a equidade social como eixos centrais de ação. Assim, conclui-se que as mudanças climáticas, ao atingirem de forma desigual a população, reforçam processos de exclusão e precarização, tornando as pessoas em situação de vulnerabilidade social as mais afetadas.

Palavras-chave: mudanças climáticas; vulnerabilidade social; racismo ambiental; políticas públicas.

Resumen: Considerando los recientes desastres ambientales en Brasil, como las inundaciones de 2024 en el estado de Rio Grande do Sul, la complejidad que implica prevenir y abordar los impactos del cambio climático es evidente. El objetivo general de esta investigación fue

¹ Discente pela Universidade Federal do Pampa, curso de Serviço Social, Campus São Borja/Rio Grande do Sul-Brasil. E-mail: anacamboim.aluno@unipampa.edu.br

² Pós-doutora em Antropologia (UFPB); Doutora e Mestre em Serviço Social (PUCRS); Docente do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA- Campus São Borja/RS – Brasil. E-mail: elisangelapessoa@unipampa.edu.br

analizar los impactos sufridos por las personas socialmente vulnerables afectadas por el cambio climático para proponer mejoras en las políticas públicas. La investigación se basó en un enfoque cualitativo y bibliográfico, utilizando un método dialéctico crítico. Se observó que el cambio climático intensifica las desigualdades existentes, afectando con mayor gravedad a los pueblos indígenas, las comunidades ribereñas, los quilombolas, los pescadores artesanales y los residentes de las periferias urbanas, quienes se encuentran en condiciones precarias en cuanto a infraestructura y acceso a derechos. Con base en el análisis de estudios, se encontró que los efectos del cambio climático son el resultado no solo de factores naturales, sino también de estructuras sociales desiguales que determinan quién tiene mayor capacidad de protección y quién está más expuesto a los riesgos. Se observó que el cambio climático afecta a la población de manera desigual, siendo las personas en situación de vulnerabilidad social las más afectadas. Los resultados muestran que la vulnerabilidad social amplifica los impactos del cambio climático en ciertos grupos poblacionales, lo que revela la urgente necesidad de políticas públicas intersectoriales que consideren la justicia climática y la equidad social como ejes centrales de acción. Por lo tanto, se concluye que el cambio climático, al afectar de forma desigual a la población, refuerza los procesos de exclusión y precariedad, convirtiendo a las personas en situación de vulnerabilidad social en las más afectadas.

Palabras clave: cambio climático; vulnerabilidad social; racismo ambiental; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios contemporâneas, cujas consequências afetam profundamente dimensões sociais, econômicas e ambientais. No contexto brasileiro, tais impactos atingem de forma desigual diferentes grupos sociais, sendo as populações em situação de vulnerabilidade, como ribeirinhos, indígenas, quilombolas e moradores de periferias urbanas, os/as mais prejudicados/as. A intensificação de eventos extremos, como enchentes, estiagens prolongadas, queimadas e deslizamentos, têm provocado perdas materiais, humanas e ambientais que expõem a fragilidade das políticas públicas voltadas à prevenção e à adaptação climática.

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve como objetivo geral “Analisar os impactos sofridos por pessoas em situação de vulnerabilidade social atingidas pelas mudanças climáticas para propor o aprimoramento das políticas públicas”. Buscou-se compreender de que modo a desigualdade social e o modelo de desenvolvimento capitalista agravam as consequências das mudanças climáticas e intensificam expressões da questão social, como pobreza, insegurança alimentar e exclusão territorial. Neste sentido, o estudo propõe uma reflexão crítica acerca da relação entre clima e vulnerabilidade, considerando que

os efeitos das transformações ambientais não são neutros, mas atravessadores por desigualdades históricas, raciais e econômicas.

A escolha do tema surgiu da vivência pessoal da autora na região Norte do Brasil, onde a crise climática tem se manifestado com secas severas, queimadas e desregulação dos rios amazônicos, bem como da experiência vivida no Rio Grande do Sul, em 2024, durante as enchentes que afetaram milhares de famílias. Essas vivências evidenciam a urgência de se discutir políticas públicas mais efetivas capazes de promover equidade social e ambiental diante dos desafios impostos pela crise climática global.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada no método dialético crítico, que, conforme Netto (2011) permite compreender a realidade social como uma totalidade histórica, dinâmica e contraditória. Essa perspectiva possibilitou analisar as mudanças climáticas não apenas como fenômenos naturais, mas como expressões históricas e estruturais do modo de produção capitalista.

Foram analisados artigos científicos publicados nos últimos cinco anos, disponíveis no Portal Scielo e no Google Acadêmico, priorizando produções da área das ciências sociais. A técnica de coleta de dados foi a observação indireta, conforme definido por Gil (2008), ou seja, a análise de fenômenos sociais a partir de materiais já produzidos.

Quadro 1 - Obras Mapeadas no Processo de Pesquisa

Artigos Científicos	Autores	Ano
Racismo ambiental, justiça ambiental e mudanças climáticas no Brasil: uma Análise dos relatórios anuais dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável	Rhadson Rezende Monteiro; Magnison dos Santos; Jade Oliveira Ramos Souza e Mauricio Borges Vieira	2023
Vulnerabilidade Socioambiental às Mudanças Climáticas: Condições dos	Marcos Ronielly da Silva Santos; Maria Isabel Vitorino;	2021

Municípios Costeiros no Estado do Pará	Luci Cajueiro Carneiro Pereira; Marcia Aparecida da Silva Pimentel; Ana Flávia Quintão	
O impacto das alterações climáticas na população em situação de vulnerabilidade social	José Ricardo Caetano Costa; Dandara Trentin Demiranda e Vitor Prestes Olinto	2025

Fonte: Sistematizado pela autora (2024).

A amostragem foi não probabilística, adequada a estudos exploratórios e qualitativos (Gil, 2008), permitindo selecionar textos com maior relevância teórica e metodológica para os objetivos do estudo. Foi realizada análise de conteúdo, conforme Bardin (2011) dividida em três fases: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Essa técnica permitiu identificar categorias centrais como racismo ambiental, vulnerabilidade social e políticas públicas, articulando-as com os fundamentos ético-políticos do Serviço Social.

A análise dos artigos evidenciou que os principais impactos das mudanças climáticas sobre as populações vulneráveis estão relacionados à falta de acesso a direitos básicos, como água potável, saneamento, moradia segura, alimentação adequada, saúde e educação. Monteiro *et al.* (2023) destaca que enchentes, secas e deslizamentos refletem situações de injustiça e racismo ambiental, afetando desproporcionalmente comunidades negras, indígenas, ribeirinhas e periféricas. Essas populações vivem, em sua maioria, em áreas de risco e dependem diretamente de recursos naturais para sua sobrevivência, o que as torna mais expostas aos eventos climáticos extremos.

Além disso, Costa *et al.* (2025) observam que os impactos climáticos ampliam as desigualdades sociais, ocasionando perdas materiais, doenças, migrações forçadas e insegurança alimentar. Tais efeitos demonstram que as mudanças climáticas não atingem a todos de maneira igual, há um padrão de vulnerabilidade associado à condição de classe, raça e território.

No que se refere às políticas públicas, identificou-se que as ações governamentais têm caráter majoritariamente emergencial, atuando após as tragédias e não na prevenção. A

ausência de planejamento e a falta de integração entre políticas sociais e ambientais dificultam o enfrentamento das causas estruturais da vulnerabilidade climática.

Embora a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, garanta o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, na prática, esse direito ainda não é plenamente efetivado, sobretudo para as populações mais pobres e racializadas. Essa desigualdade caracteriza o que o CFESS (2024) denomina de racismo ambiental, em que os grupos historicamente marginalizados sofrem de forma mais intensa os efeitos da degradação ambiental e das omissões estatais.

Santos *et al.* (2021) reforça que municípios com baixos índices de desenvolvimento, como Afuá e Chaves (PA), apresentam altos índices de vulnerabilidade, com ausência de saneamento, moradias precárias e altas taxas de mortalidade infantil, indicadores que evidenciam a sobreposição entre pobreza e vulnerabilidade ambiental. Esses dados revelam que as mudanças climáticas atuam como expressão contemporânea da questão social, exigindo novas formas de atuação do Serviço Social, baseadas em uma perspectiva de justiça socioambiental e planejamento preventivo de políticas públicas.

Buscou-se compreender quais as necessidades básicas das famílias afetadas por mudanças climáticas e na maioria dos artigos analisados as necessidades básicas são: a) acesso à água potável, b) saneamento básico, c) coleta de lixo, d) habitação segura e adequada, e) infraestrutura básica urbana, f) informações, g) segurança alimentar, h) saúde e educação. Tais necessidades podem ser identificadas abaixo:

Enchentes, alagamentos, deslizamentos, rompimentos de barragens, invasão de territórios, acesso escasso à água e esgoto tratado ou coleta de lixo... Essas são algumas das situações que evidenciam o racismo e a injustiça ambiental que grupos vulneráveis, como comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, vivenciam ao longo da vida (Monteiro, *et al.*, 2023, p. 118).

Os impactos sofridos por pessoas em situação de vulnerabilidade social atingidas pelas mudanças climáticas de acordo com as artigos são: a) perda de moradia, b) perda de bens materiais, c) destruição de fontes de renda, d) aumento de doenças (como respiratórias e ligadas à desnutrição), e) migração forçada (refugiados ambientais), f) perdas de vidas, g) exposição a poluição e degradação ambiental, h) exposição a risco ambiental; i) segregação socioespacial e j) racismo ambiental. Destaca-se que o:

O conceito de racismo ambiental refere-se à forma específica de discriminação que ocorre quando indivíduos ou comunidades racialmente marginalizadas são afetados de maneira desproporcional e injusta por danos ambientais. Esses danos podem incluir a exposição à poluição do ar e da água, o desmatamento, o despejo de resíduos tóxicos e outras formas de degradação ambiental (Monteiro, *et al.*, 2023, p. 118).

Além disso, menciona-se nos artigos a intensificação das desigualdades sociais, pois os mais pobres sofrem os efeitos de forma mais grave.

Entretanto, é importante salientar que nos últimos anos a transformação do meio ambiente em razão das mudanças climáticas, bem como pelas ações da própria sociedade, tem acarretado em desdobramentos nefastos para a população mundial, em especial para as pessoas que se encontram em situações vulneráveis. Os efeitos da mudança do clima, dentre eles a intensificação e magnitude de eventos climáticos, atingem a todos, mas a repercussão e intensidade de seus impactos não serão vivenciados da mesma forma pelas diferentes classes da sociedade (Costa, et al, 2025, p. 13).

Buscou saber qual o acesso aos programas e benefícios sociais das famílias afetadas por mudanças climáticas, porém foi observado na maioria dos artigos que o acesso é limitado, especialmente porque as famílias mais vulneráveis vivem em áreas precárias, com pouco ou quase nada de acesso a informações, dificultando a política pública chegar até essas famílias. Além disso, as ações do Estado tendem a ser emergenciais e não estruturadas como forma de prevenção.

Desta forma, a ausência de condições socioeconômicas para o enfrentamento dos impactos dos novos fenômenos climáticos tende a resultar na perda de vidas, perda de moradias, eliminação de fontes de produção e renda, impulsionarem doenças, além de inviabilizar ainda mais o acesso dessa parcela da sociedade aos serviços públicos básicos (Costa, *et al.*, 2025, p.14).

Os programas e benefícios sociais ofertados pelo Estado, não foram encontrados na maioria dos artigos, somente em um deles menciona-se programas ofertados pelo Estado enquanto programas habitacionais, benefícios assistenciais e ações previstas na Constituição Federal de 1988 (art. 225) para garantir um meio ambiente equilibrado.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Constituição, 1988, s.p.).

A pobreza, desigualdade socioeconômica, racismo ambiental (quando grupos pobres, negros, indígenas e periféricos sofrem mais os efeitos), vulnerabilidade socioambiental, falta de acesso a serviços básicos, precariedade das moradias, insegurança alimentar e doenças relacionadas ao ambiente degradado, são as expressões da questão social que mais se apresentaram nos artigos analisados.

Os municípios de Afuá e Chaves apresentaram os maiores índices de vulnerabilidade, principalmente no que tange aos aspectos sociais: com alto percentual da população com baixa escolaridade; demográficos: elevado número de residências sem saneamento básico; e saúde: alto número de crianças que não deverão chegar a 1 ano de vida (Santos, *et al*, 2021, p. 15).

Verificou-se a presença empírica da categoria Racismo Ambiental, como já mencionado, sendo que:

Reconhecer o racismo ambiental é também uma necessidade para o enfrentamento das expressões da questão ambiental, que é também social. Nem a produção nem as consequências das mudanças climáticas são iguais para todas as pessoas. A classe que vive do trabalho, cujas dimensões constitutivas são de raça, etnia e gênero/sexualidade, sofre de forma diferenciada os rebatimentos da questão ambiental (CFESS, 2024 p.4).

Portanto, verificou-se que as políticas públicas voltadas para enfrentar essas consequências ainda são predominantemente emergenciais, com poucas iniciativas estruturantes que dialoguem com as necessidades concretas das comunidades afetadas. Essa fragilidade revela-se tanto na limitação de benefícios assistenciais e programas habitacionais quanto na dificuldade de garantir a efetividade do direito constitucional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender que os efeitos das mudanças climáticas intensificam as desigualdades sociais, atingindo com maior severidade as populações vulneráveis. As análises indicam que esses impactos não são apenas ambientais, mas também políticos, raciais e econômicos, expressando o fenômeno do racismo ambiental e a omissão do Estado diante das populações historicamente excluídas. Evidenciou-se que as comunidades em situação de vulnerabilidade, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores/as artesanais e moradores/as das periferias urbanas, são as que mais sofrem as consequências das crises climáticas, devido à precariedade das condições de moradia, ao difícil acesso a serviços públicos e à ausência de políticas de prevenção e adaptação.

Constatou-se que, apesar de avanços legislativos e da ampliação do debate público, as ações governamentais ainda são fragmentadas e reativas, concentrando-se em medidas emergenciais, sem promover transformações estruturais na proteção das populações em risco. Assim, reforça-se a urgência de incorporar a justiça climática às agendas de políticas públicas, reconhecendo as múltiplas dimensões da desigualdade que atravessam o território brasileiro.

Além disso, a pesquisa revelou que o enfrentamento das mudanças climáticas exige uma abordagem intersetorial, que envolva as áreas de assistência social, meio ambiente, saúde, habitação e educação, de modo a construir estratégias integradas de mitigação e adaptação. O fortalecimento das políticas de proteção social é essencial para reduzir os impactos da crise climática e garantir o direito à vida digna, especialmente para aqueles/as que vivem nas margens da sociedade.

Por fim, destaca-se que o debate socioambiental deve ser incorporado ao projeto ético-político do Serviço Social, fortalecendo práticas profissionais voltadas à defesa dos

direitos humanos, da proteção social e da sustentabilidade. A atuação do/a assistente social, nesse contexto, é fundamental para mediar políticas públicas, promover conscientização e estimular a participação social na luta por justiça climática. Assim, o Serviço Social assume papel estratégico na construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável, contribuindo para transformar realidades marcadas pela desigualdade e pela exclusão ambiental e social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FAPESP. **Desigualdade e pobreza amplificam vulnerabilidade à mudança climática nas Américas do Sul e Central**. Agência FAPESP, 1 nov. 2022. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/desigualdade-e-pobreza-amplificam-vulnerabilidade-a-mudanca-climatica-nas-americas-do-sul-e-central/38135>. Acesso em: 07 set. 2025.

AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober** (2007-2011). Piracicaba-SP, Vol. 51, n°4: Resr, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 set. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Manifesta. A questão ambiental, assistentes sociais e os desafios humanitários**. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3342/N1-ZAbxMhyVWxg47llauOzT8NbMfXmtY.pdf>. Acesso em: 07 set. 2025

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 07 set 2025.

COSTA, José Ricardo Caetano; DEMIRANDA, Dandara Trentin; OLINTO, Vitor Prestes. **O Impacto das Alterações Climáticas na População em Situação de Vulnerabilidade Social**. Rev. Fac. Dir. 2025. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/11+o+impacto+das+altera%C3%A7%C3%B5es+climaticas%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/11+o+impacto+das+altera%C3%A7%C3%B5es+climaticas%20(1).pdf). Acesso em 07 set. 2025.

FERLA, Ledi. **Serviço Social e questão socioambiental: um debate urgente e necessário**. CRESS-MS, 21 maio 2024. Disponível em: Acesso em: 03 abr. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em 08 set. 2025.

GONÇALVES, Luana da Silva; TURCIELLO, Marcéli Sudati Silva; GUILHERME, Rosilaine Coradini. **Capitalismo predatório: eventos climáticos extremos, agravamento da pobreza e a (des)proteção social**. EdiPUCRS, 2024. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/1837/2024.html#capa>. Acesso em: 08 set. 2025.

GREENPEACE. **Mudanças climáticas vão agravar a desigualdade social no Brasil**. Greenpeace Brasil, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/publicacoes/mudancas-climaticas-vao-agravar-a-desigualdade-social-no-brasil/>. Acesso em: 08 set. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO PÓLIS. **Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades**. São Paulo: Instituto Pólis, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>. Acesso em: 08 set. 2025.

INSTITUTO de Direito Coletivo (IDC). **Perspectivas da mudança climática na assistência social**. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/639221-impactos-desiguais-as-mudancas-climaticas-e-a-intensificacao-das-desigualdades-sociais>. Acesso em: 22 abr. 2025. / . Acesso em: 07 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE SUSTENTABILIDADE (INBS). **Desafios sociais do Brasil perante as mudanças climáticas**. INBS, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://inbs.com.br/desafios-sociais-do-brasil-perante-as-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 07 set. 2025.

IWAMA, Allan Yu; BATISTELLA, Mateus; FERREIRA, Lúcia da Costa. **Riscos geotécnicos e vulnerabilidade social em zonas costeiras: desigualdades e mudanças climáticas**. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 251–274, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/CzpDrrP5g9NLgRTYQJzVxxg/?format=html>. Acesso em: 07 set. 2025.

MONTEIRO, Rhadson Rezende; SANTOS, Magnison dos; VIEIRA, Mauricio Borges. **Racismo ambiental, justiça ambiental e mudanças climáticas no Brasil: uma Análise dos relatórios anuais dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável**. Rio Branco, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Artigo%20mudanc%CC%A7as%20clima%CC%81ticas%20.pdf>. Acesso em: 07 set. 2025.

NALIN, Carolina. **Região Norte é a mais afetada pela fome. No Pará, quase 10% das famílias sofrem privação**. O Globo, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/25/regiao-norte-e-a-mais-afetada-pela-fome-no-para-quase-10percent-das-familias-sofrem-privacao.ghtml>. Acesso em: 08 set. 2025.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>. Acesso em: 01 set. 2025.

NETTO, José Paulo. Razão, **ontologia e práxis**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 44, São Paulo: Cortez, 1994.

NUNES, Barbara Domingues; BELLINI, Maria Isabel Barros. **Serviço Social, Direitos Humanos, Justiça Social e Ambiental**: Interlocuções Possíveis, Rio de Janeiro: O Social em Questão, 2024. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/66460/66460.PDF>. Acesso em: 02 set. 2025.

PERES, Andréia. **Mudanças climáticas aprofundam as desigualdades no Brasil**. Veja, Coluna Balanço Social, 12 mar. 2024. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/balanco-social/mudancas-climaticas-aprofundam-as-desigualdades-no-brasil#google_vignette. Acesso em: 03 set. 2025.

RANGEL, Natália. **População mais pobre é a maior vítima da crise ambiental**. ESG Insights, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://esginsights.com.br/populacao-mais-pobre-e-a-maior-vitima-da-crise-ambiental/> Acesso em: 03 set. 2025.

SANTOS, Marcos Ronielly da Silva; VITORINO, Maria Isabel; PEREIRA, Luci Cajueiro Carneiro; PIMENTEL, Marcia Aparecida da Silva; QUINTÃO, Ana Flávia. **Vulnerabilidade Socioambiental às Mudanças Climáticas**: Condições dos Municípios Costeiros no Estado do Pará. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/WySQfWfSBLLnFjxwZcbCZXh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 set. 2025.

SILVA, Maria Aparecida da; SOUSA, João Carlos de. **O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil**: uma revisão sistemática. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 45–60, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/article/view/9195>. Acesso em: 03 set. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

NECROPOLÍTICA E RACISMO AMBIENTAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DURANTE AS ENCHENTES DE 2024

NECROPOLÍTICA Y RACISMO AMBIENTAL EN COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISIS DEL DISCURSO PERIODÍSTICO DURANTE LAS INUNDACIONES DEL 2024

Roberth Steven Gutiérrez-Murillo¹

Patricia Krieger Grossi²

Simone Barros de Oliveira³

Eliana Mourgues Cogoy⁴

Resumo: Neste ensaio, investigamos as enchentes de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, com ênfase nas intersecções entre necropolítica e racismo ambiental, particularmente no contexto das comunidades quilombolas. A partir de uma análise crítica dos impactos socioambientais dessas catástrofes, argumentamos que os processos históricos de marginalização e negligência estatal expõem essas populações a riscos desproporcionais. A necropolítica, conforme delineado por Achille Mbembe, e o racismo ambiental, abordado por vários estudiosos, são fundamentais para compreender as dinâmicas de exclusão e vulnerabilidade enfrentadas por populações racializadas. O texto explora como os meios de comunicação, por meio da cobertura jornalística, constroem e disseminam narrativas que reforçam estigmas e invisibilizam as particularidades das comunidades quilombolas diante das crises ambientais. Concluimos que as enchentes de 2024 revelam tanto os danos imediatos, como a destruição de bens materiais e infraestrutura básica, quanto às consequências estruturais a longo prazo, como o agravamento das desigualdades socioeconômicas e de saúde para as comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Justiça Ambiental; Pessoas Quilombolas; Eventos Naturais; Inundações; Ambientes Saudáveis.

Resumen: En este ensayo, investigamos las inundaciones de 2024 en el estado de Rio Grande

¹ Doutorando em Gerontologia Biomédica, Programa de Pós-graduação em Gerontologia Biomédica, Escola de Medicina, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

² PhD em Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Professora Titular na Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Dra. em Serviço Social, Departamento de Ciências Humanas, Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa, Bagé, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁴ Dra. em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Professora Associada II, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

do Sul, com ênfasis en las intersecciones entre necropolítica y racismo ambiental, particularmente en el contexto de las comunidades quilombolas. A partir de un análisis crítico de los impactos socioambientales de estas catástrofes, argumentamos que los procesos históricos de marginación y negligencia estadual exponen a estas poblaciones a riesgos desproporcionados. La necropolítica, tal como la describe Achille Mbembe, y el racismo ambiental, abordado por varios estudiosos, son fundamentales para comprender las dinámicas de exclusión y vulnerabilidad que enfrentan las poblaciones racializadas. El texto explora cómo los medios de comunicación, a través de la cobertura periodística, construyen y difunden narrativas que refuerzan estigmas e invisibilizan las particularidades de las comunidades quilombolas frente a las crisis ambientales. Concluimos que las inundaciones de 2024 revelan tanto los daños inmediatos, como la destrucción de bienes materiales e infraestructura básica, como las consecuencias estructurales a largo plazo, como el agravamiento de las desigualdades socioeconómicas y de salud para las comunidades quilombolas.

Palabras clave: Justicia Ambiental; Personas Quilombolas; Eventos Naturales; Inundaciones; Ambientes Saludables.

1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio aborda a questão das enchentes ocorridas em 2024 no estado do Rio Grande do Sul, com foco nas interconexões entre as perspectivas da necropolítica e do racismo ambiental. Consideramos ambas abordagens fundamentais para compreender os múltiplos fatores que contribuem para as condições de vida precárias de comunidades quilombolas. O nosso principal argumento se centra em que a análise dos impactos socioambientais nessas populações, particularmente à luz de catástrofes como as enchentes que afetaram a região, demanda uma reflexão crítica sobre as relações entre o exercício do poder, a violência estrutural e as dinâmicas ambientais.

Partimos da premissa de que, para compreender as dinâmicas que caracterizam as comunidades quilombolas, é imprescindível entrelaçar os conceitos de necropolítica e racismo ambiental, os quais se interconectam na maneira como o Estado e a sociedade tratam as populações negras e marginalizadas. A necropolítica, conceito formulado por Achille Mbembe (2018), descreve a forma pela qual o poder soberano define quem vive e quem morre, estruturando uma política de morte e subordinação de determinados grupos sociais, com ênfase nas populações negras, situadas nas periferias e em áreas de risco. Por outro lado, o racismo ambiental refere-se à prática de discriminação racial manifestada na distribuição desigual dos riscos ambientais e na ausência de políticas públicas que protejam as populações mais vulneráveis, em sua maioria compostas por negros, indígenas e outros grupos

historicamente marginalizados (Pereira, 2017; Rocha; Vasconcelos, 2018).

Em 2024, as enchentes no estado do Rio Grande do Sul trouxeram à tona um conjunto de questões socioambientais que atingiram, de maneira desproporcional, as populações mais vulneráveis, entre elas as comunidades quilombolas. Trata-se de comunidades historicamente marginalizadas, que enfrentaram não apenas os danos imediatos das inundações, mas também as consequências de uma ausência histórica de políticas públicas voltadas para sua proteção integral (Murillo Et al., 2025). O impacto das enchentes constitui, portanto, resultado de uma combinação de fatores estruturais, incluindo a localização dessas populações em áreas de risco e a negligência do poder público na oferta de infraestrutura e serviços básicos (Santos, 2024). Para além do impacto imediato das enchentes, que inclui destruição de casas, prevalência de quadros psiquiátricos, perda de bens materiais e infraestrutura básica, o efeito a longo prazo sobre as comunidades quilombolas é igualmente devastador. A falta de medidas de recuperação e apoio pós-desastre agrava ainda mais as desigualdades estruturais, vez que a pobreza e a interrupção no acesso à educação e à saúde, questões já preexistentes, se intensificam após os desastres, dificultando a reconstrução social e econômica das comunidades afetadas (Souza, 2024; Guimarães Et al., 2024).

Pesquisas empíricas desenvolvidas no âmbito das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência (NEPEVI/CNPq), coordenado pela segunda autora e no qual o primeiro, a terceira e a quarta autoras atuam de forma colaborativa em termos técnicos e científicos, revelam que, nas comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Sul, os conceitos de necropolítica e racismo ambiental se manifestam de forma explícita. Essas populações enfrentam as consequências de um histórico de negligência estadual e estatal, bem como uma série de manifestações de violência institucional que perpetuam a marginalização e a exclusão social (Grossi; Gutiérrez-Murillo, 2025; Grossi; Gutiérrez-Murillo; Oliveira, 2025). Tais circunstâncias não afetam essas comunidades de maneira equânime, pois elas residem em áreas de risco (em sua maioria em zonas periféricas), frequentemente negligenciadas pelo agir do poder público (Bernardes Et Al., 2025). O racismo ambiental se torna evidente quando observamos que essas comunidades não apenas enfrentam a falta de infraestrutura básica, como também são expostas de forma desproporcional aos impactos das catástrofes ambientais (Rangel, 2016; Silva, 2021). Em especial, a necropolítica se materializa nas práticas governamentais que, ao negligenciar a prevenção de desastres e a recuperação dessas comunidades, aceitam tacitamente que vidas negras, especialmente aquelas pertencentes a grupos quilombolas, são descartáveis ou menos valiosas (Cezar, 2025).

Considerando o cenário exposto, neste trabalho buscamos refletir sobre a forma como se difundiu o discurso público relacionado aos impactos socioambientais nas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, especialmente em momentos críticos como as enchentes. Metodologicamente, a partir da análise qualitativa de matérias publicadas em jornais brasileiros, como G1, UOL Notícias, Folha de São Paulo e Zero Hora, buscamos compreender de que maneira os meios de comunicação contribuem para a construção e disseminação de narrativas sobre as comunidades quilombolas no contexto de crises climáticas. A pesquisa foi conduzida utilizando combinações de termos de busca como “comunidades quilombolas” + “enchentes”, “quilombolas” + “inundações”, e “comunidades quilombolas” + “desastres naturais”. Para garantir a relevância temporal, as buscas foram filtradas para incluir apenas publicações de 01/01/2024 a 31/12/2024. Em razão da limitação de palavras deste trabalho, não fornecemos os links das matérias jornalísticas incluídas, porém, tais fontes podem ser facilmente localizadas por meio da pesquisa do título da matéria no Google.

Os jornais nacionais, como meios massivos de comunicação, têm um papel fundamental na formação da opinião pública e na construção da imagem de grupos sociais (DINIZ, 2008). Ao analisar a cobertura das enchentes, buscamos compreender como questões de racismo ambiental e necropolítica se refletem no discurso midiático. A análise das matérias focou em identificar como marcadores de diferença se entrelaçam no discurso e como esses fatores interagem com outras dimensões de opressão. Dado o uso de materiais audiovisuais nas matérias jornalísticas, foi dada especial atenção às imagens ou fotografias, para avaliar se sua utilização reforçava estigmas ou se apresentava uma abordagem contra hegemônica.

2 DESENVOLVIMENTO

No Brasil, as comunidades quilombolas estão distribuídas por todo o território nacional, mas sua maior concentração está nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2023a), há mais de 3.000 comunidades quilombolas reconhecidas no Brasil, das quais a grande maioria se localiza em áreas rurais, sendo em grande parte formadas por descendentes de africanos que fugiram de situações de escravidão e estabeleceram-se em regiões afastadas, com o objetivo de preservar suas tradições e sua autonomia (Bohn; Grossi, 2018). Geograficamente, predominam em áreas de difícil acesso, muitas vezes em regiões periféricas ou em áreas de preservação ambiental, como florestas, serras e zonas ribeirinhas (Santos, 2023). Pela sua vez,

as comunidades quilombolas sul-rio-grandenses estão localizam-se, principalmente, em áreas rurais e em algumas regiões de acesso mais difícil, como o Vale do Rio Caí, o Vale dos Sinos e a Região Metropolitana de Porto Alegre (Almeida, 2021). Embora a presença de quilombos no Rio Grande do Sul seja mais recente, em comparação com estados como o Maranhão ou a Bahia (Rodrigues, 2020), a luta por reconhecimento e direitos territoriais tem se intensificado nas últimas décadas, em parte pela estruturação de grupos e movimentos sociais (Cogoy et al., 2025). Estima-se que existam cerca de 50 comunidades quilombolas reconhecidas no estado, embora esse número possa ser maior, considerando as comunidades em processo de regularização e reconhecimento (Almeida, 2021).

A consulta aos jornais nacionais permitiu a identificação de 13 matérias que tratavam dos impactos socioambientais em comunidades quilombolas sul-rio-grandenses (Tabela 1). Especificamente, UOL (n= 7), G1 (n= 4), Folha de S. Paulo (n= 4) e Zero Hora (n= 1). Considerando as temáticas, as reportagens produzidas pelo jornal G1 abordaram principalmente o descaso institucional e a falta de infraestrutura nas comunidades afetadas, incluindo temas como saúde, assistência social e problemas de saneamento básico. Por outro lado, o jornal UOL focou no impacto das enchentes e dos desastres ambientais, destacando a vulnerabilidade social das comunidades quilombolas e a falta de uma resposta eficaz por parte das autoridades. A Folha de S. Paulo mostrou particular ênfase na vulnerabilidade social e racial, com foco no reconhecimento institucional e nas estratégias de resistência comunitária. Com apenas uma matéria, o jornal Zero Hora mostrou interesse na resiliência comunitária, destacando como as comunidades quilombolas se organizaram localmente para superar a crise.

Dessas matérias, percebemos que as comunidades quilombolas continuam a ser apresentadas de maneira estereotipada ou sem uma análise aprofundada sobre as causas estruturais das suas vulnerabilidades, como o abandono histórico e a falta de políticas públicas adequadas. Particularmente, a análise das matérias nos permitiu identificar como os meios de comunicação, de forma muitas vezes implícita, reforçam discursos que contribuem para a marginalização social das populações negras e periféricas, reproduzindo a ideia de que essas comunidades são mais vulneráveis a desastres naturais devido a fatores como “falta de infraestrutura” ou “isolamento geográfico”, sem, contudo, problematizar as condições históricas e políticas que os colocam em tais situações de risco. Ao entender essas representações, nota-se a difusão de um discurso público que muitas vezes ignora ou minimiza as reais causas sociais e ambientais das tragédias vividas por essas comunidades.

Tabela 1. Matérias jornalísticas que abordam o impacto socioambiental durante as enchentes em comunidades quilombolas, Rio Grande do Sul, 2024.

Jornal	Título e data de postagem	Síntese da reportagem
G1	'Cheiro de morte', diz líder quilombola sobre enchente em Porto Alegre. 17/05/2024	Mais de 7000 famílias perderam tudo, cerca de 40% do quilombo foi afetado. Surgimento de doenças infecciosas, falta de acesso aos serviços básicos e insegurança alimentar.
G1	'Não temos como voltar': o impacto das enchentes sobre os quilombos do RS. 02/06/2024	Imagens mostram a destruição do bairro, com casas levadas pelo rio. Impacto ambiental é ressaltado com fotos de árvores caídas e ruas destruídas.
G1	'O poder público não tem estrutura para atender todas as pontas', diz Leite sobre reclamação de quilombolas desassistidos. 17/05/2024	O pronunciamento público do governador de estado, Eduardo Leite, transmite descaso institucional e ignorância pública sobre os riscos ambientais e sociais das comunidades quilombolas: "O poder público não tem a estrutura suficiente para atender em todas as pontas".
G1	Seis meses após a enchente. 04/11/2024	A promessa de receber uma casa nova não foi cumprida; apenas 25% das famílias aprovadas receberam a residência. Algumas pessoas conseguiram o auxílio reconstrução, porém, cobrindo somente reparações parciais. Condições precárias prevaleceram.
UOL	Enchentes RS: Governo federal reconhece estado de calamidade em 336 municípios; mortos chegam a 83. 06/05/2024	O Presidente informou a elaboração de um plano emergencial, dando especial atenção às comunidades isoladas, com abastecimento de água e serviço elétrico. O limite do trasbordamento do rio foi de 5.1m, com um limiar esperado de 3m.
UOL	Chuvas no RS afetam 30 mil indígenas após inundação em comunidades. 13/05/2024	As necessidades de comunidades quilombolas não foram atendidas de forma sensibilizada, sendo, em ocasiões, confundidos com povos indígenas. A articulação entre representantes indígenas e lideranças quilombolas originou pressão no governo e uma resposta individualizada.
UOL	Mais de 98% dos territórios quilombolas no Brasil estão ameaçados. 16/05/2024	Comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul enfrentaram, durante 2024, diversas crises ambientais, como degradação florestal, desmatamento, incêndios e enchentes. Obras de infraestrutura, empreendimentos minerários e sobreposições de imóveis particulares são os principais responsáveis.
UOL	Enchentes avançam sobre Pelotas, no Rio Grande do Sul; moradores gravam vídeos do aumento da água. 15/09/2024	Comunidades quilombolas tiveram que se organizar entre si para receber apoio por parte do estado, que concentrou esforços, principalmente, nas zonas metropolitanas de Porto Alegre, deixando quilombolos em áreas afastadas passarem dificuldades por períodos mais prolongados.
UOL	Quinze quilombos estão totalmente isolados pelas chuvas no RS. 16/05/2024	Liderança quilombola narrou que as chuvas não cessaram durante vários dias, deixando as comunidades sem acesso à luz, água e alimentos básicos. A destruição das ruas principais impediu o recebimento de doações, embora esforços comunitários e do estado se mantiveram constantes.

Folha de S. Paulo	Líder quilombola fala sobre as dificuldades após tragédia. 22/05/2024	Comunidades quilombolas foram desconsideradas nas ações de assistência iniciais traçadas pelo governo estadual. Intervenções, reclamações e uso de redes sociais foram as principais estratégias das comunidades quilombolas para demandar o cumprimento de seus direitos no meio da crise.
Folha de S. Paulo	Enchentes do RS atingiram porção maior de pobres e negros menos escolarizados. 29/06/2024	Comunidades quilombolas foram descritas como as mais afetadas, pelas condições de vulnerabilidade social, baixo grau de acesso a serviços básicos e baixa escolaridade. A matéria associa a menor escolaridade e raça como piores condições para enfrentar a crise climática.
Folha de S. Paulo	Censo quilombola ajudou governo a identificar comunidades durante tragédia no Rio Grande do Sul. 19/11/2024	A falta de reconhecimento e identificação estadual das comunidades quilombolas presentes no estado fez com que algumas comunidades recebessem apoio tardio, levando a situações de inequidade social e atendimentos médicos retratados para pessoas com necessidades de saúde urgentes.
Zero Hora	Ação solidária tira marca d'água das fachadas das casas atingidas pela enchente no Quilombo do Areal. 13/07/2024	Diferentemente das demais matérias incluídas, esta matéria focou na resiliência comunitária, mostrando imagens de suporte grupal na reconstrução de espaços devastados pela enchente nos bairros de Cidade Baixa e Menino Deus Voluntários, além de ajudarem no mapeamento das áreas mais afetadas, contrubuíram na reconstrução do capital cultural das comunidades, através da arte.

Fonte: Elaboração própria dos autores (2025).

De acordo com Fluit, Cortés-García E Von Soest (2024, p. 8), a marginalização social é um conceito multifacetado que “se refere a um processo social dependente do contexto de 'diferenciação' onde certos indivíduos ou grupos são sistematicamente excluídos com base em normas e valores sociais e à experiência resultante de desvantagem”. Conforme analisado por Mbembe (2018), a morte e o sofrimento das populações negras são muitas vezes naturalizados ou invisibilizados em discursos públicos. As enchentes de 2024, portanto, não são apenas um fenômeno natural, mas também um reflexo de necropolíticas públicas que negligenciam as questões raciais e socioambientais dessas populações. Autores como Quadros, Dos Anjos e Lopes (2021), Del Ré, Dos Santos e Koch (2022) e Silva e Almeida (2023) reforçam esse posicionamento, destacando que, além da localização periférica das comunidades quilombolas, a discriminação racial e o racismo ambiental contribuem para a exposição dessas comunidades a riscos elevados, uma vez que elas são comumente marginalizadas no planejamento das áreas urbanas e rurais no Rio Grande do Sul, em momentos de crise ambiental e sanitária.

A leitura crítica das matérias jornalísticas reforça nosso argumento central, de que a

resposta das autoridades públicas às enchentes de 2024 foi insuficiente e a falta de políticas específicas para comunidades quilombolas agravou o sofrimento dessas populações. Para exemplificar, a recuperação das comunidades afetadas pelas enchentes requer ações concretas para reparar as injustiças sociais e ambientais, incluindo a valorização das comunidades quilombolas e a implementação de políticas de inclusão que levem em consideração suas especificidades culturais e históricas, questão também constatada previamente por Pereira e Santos (2023) e recentemente retomada por Garcia (2025). Soma-se a isso a falta de uma infraestrutura resiliente e de planos de mitigação de desastres, que reflete uma abordagem estadual que ainda não reconhece adequadamente as disparidades raciais e ambientais no Rio Grande do Sul (Almeida, 2022).

Assim, as falhas na gestão estadual durante as enchentes de 2024 expuseram lacunas operacionais e a limitada capacidade de resposta em situações de crise das políticas públicas no estado. Sem dúvidas, o ponto basilar diz respeito à prevenção e à infraestrutura urbana e rural, claramente carentes de resolutividade e eficácia técnica. Aliás, o INCRA já apontava, em relatórios anteriores, a localização de muitas comunidades quilombolas em áreas de risco (Incra, 2022; 2023a; 2023b). Todavia, a falta de ações efetivas para promover a regularização fundiária e melhorar a infraestrutura básica nas áreas mais vulneráveis não foi resolvida de forma adequada pela administração em pose (Santos, 2023). Decorre, então, que a ausência de ação preventiva tem como consequência a maior exposição de populações marginalizadas aos impactos de desastres ambientais. Ademais, não devemos ignorar que essas comunidades são profundamente ligadas à terra e aos conhecimentos ancestrais (Grossi; Cogoy; Murillo, 2022), que foram ameaçados drasticamente durante a crise climática, agravando a perda de patrimônio cultural e dificultando a reconstrução da vida comunitária.

Fato é que o estado do Rio Grande do Sul, ao longo das últimas décadas, tem priorizado projetos de desenvolvimento urbano nas áreas centrais e nas periferias das grandes cidades, negligenciando, assim, as necessidades estruturais e de infraestrutura das comunidades mais isoladas e vulneráveis (Pereira, 2022). Esse modelo de gestão estadual reflete uma forma de violência estrutural, na qual as populações mais empobrecidas, em particular, as populações negras e quilombolas, são as mais afetadas por desastres ambientais. O impacto dessas catástrofes é exacerbado pela priorização de interesses capitalistas, em detrimento de respostas fundamentadas no princípio da justiça social e ambiental. Como consequência, o próprio Estado se coloca em contradição com suas responsabilidades constitucionais, violando os direitos fundamentais dos cidadãos conforme estabelecido pela

Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Indiferentemente do marcador étnico-racial, a Constituição é clara ao indicar que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, Artigo 225).

Igualmente, incumbe voltar o olhar para o Artigo 231, § 1º, que dispõe: “São reconhecidos aos povos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, sendo que, as terras que tradicionalmente ocupam são aquelas necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (Brasil, 1988). Se bem esse artigo trata nomeadamente dos direitos territoriais dos povos indígenas, ele também reflete uma preocupação com a proteção ambiental, já que os povos indígenas desempenham um papel essencial na preservação da natureza e no uso sustentável da terra. Na nossa interpretação, essa ideia pode ser estendida também para as comunidades quilombolas, cuja relação com a terra e o meio ambiente é igualmente fundamental para a preservação de suas culturas e modos de vida (Grossi et al., 2022).

Como pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com a causa quilombola em diversos territórios sul-rio-grandenses, é imperativo destacar que, lamentavelmente, a ausência de políticas públicas específicas para as comunidades quilombolas não se limita aos períodos de crise, como as enchentes, mas configura uma falha histórica que se reflete em dificuldades estruturais profundas. Essas comunidades enfrentam, de forma recorrente, a falta de acesso à terra, a ausência de serviços públicos de qualidade e a fragilidade da proteção ambiental (Benedetti, 2020). O Estado e o governo estadual, ao não garantirem segurança jurídica e proteção territorial adequadas às terras quilombolas, contribuem diretamente para a exposição dessas populações a situações de desastres naturais e expropriação fundiária, perpetuando um ciclo de marginalização e vulnerabilidade social (Dos Santos 2022; Tavares; Dantas, 2023).

À luz do conceito de marginalização social proposto por Fluit et al., (2024), observamos que, ironicamente, durante a crise ambiental, os grupos mais vulneráveis, como crianças, pessoas com deficiência física e cognitiva, e idosas, foram duplamente vulnerabilizados. Reforçar que essa dupla vulnerabilidade não decorre apenas dos impactos imediatos da crise hídrica, mas também das dificuldades estruturais persistentes e da ausência de políticas públicas adequadas, que frequentemente desconsideram as necessidades específicas desses grupos. Em estudos de campo, emerge a queixa comum de que algumas

comunidades ainda enfrentaram problemas relacionados ao não reconhecimento de seus territórios, que resultam em disputas fundiárias com grandes proprietários rurais, o que as torna ainda mais vulneráveis (Benedetti, 2021). Novamente, apontamos dissonâncias com as disposições constitucionais, particularmente a inscrita no Artigo 68: “São reconhecidos aos remanescentes das comunidades dos quilombos os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, sendo que, as autoridades competentes deverão realizar o processo de identificação e titulação dessas terras” (Brasil, 1988, Artigo 68).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das matérias consideradas neste ensaio, os jornais G1 e UOL foram os que mais abordaram a crítica ao governo, a vulnerabilidade social e aos problemas de infraestrutura, enquanto Folha de S. Paulo se destacou na discussão racial e falta de reconhecimento institucional. O jornal Zero Hora foi único na cobertura da resiliência comunitária, enfatizando a solidariedade local na recuperação das comunidades impactadas. Em conclusão, as enchentes expuseram a negligência histórica e as falhas estruturais, revelando como o racismo ambiental e a necropolítica afetam essas populações. Essas crises ambientais refletem a fragilidade das políticas públicas, que expõem as comunidades quilombolas a riscos desproporcionais e invisibilizam suas necessidades. A recuperação pós-desastre se torna ainda mais difícil devido à falta de infraestrutura básica e à ausência de políticas públicas sensíveis às necessidades específicas dessas comunidades, perpetuando uma recuperação desigual e injusta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla. *A luta das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul: desafios e perspectivas*. Porto Alegre: Editora FGA, 2021.

BENEDETTI, Adriane Cristina. “Quando se fala em terra” : a constituição de arena pública em torno da titulação de territórios quilombolas no Rio Grande do Sul. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

BENEDETTI, Adriane Cristina. Entre avanços e bloqueios: uma análise da política de titulação de territórios quilombolas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 3, p. 699-726, 2021.

BERNARDES, Karine Cristina Silva et al. *Pandemia, crises ambientais e violência estrutural em comunidades quilombolas: interseccionalidades entre gênero, raça e velhice*. In: GROSSI, Patricia Krieger; GUTIÉRREZ-MURILLO, Roberth Steven (Orgs.). *As múltiplas expressões de violência contra a pessoa idosa*. São Paulo: Alexa Cultural, 2025. p. 173-197.

BOHN, Simone; GROSSI, Patricia Krieger. *The Quilombolas' Refuge in Brazil: Social Economy, Communal Space, and Shared Identity*. In: HOSSEIN, Caroline Shenaz (Org.). *The Black Social Economy in the Americas: Exploring Diverse Community-Based Markets*. Springer Nature, 2018. p. 161-186.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CEZAR, João Marcelo de Oliveira. *Do biopoder à necropolítica: as mudanças e permanências que permeiam o conceito foucaultiano a partir dos trabalhos de Achille Mbembe*. 2025. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2025.

COGOY, Eliana Mourgues, et al. O direito à comunicação como instrumento de cidadania: o caso do Comitê Gestor Quilombola de Pelotas. *SER Social*, v. 27, no 56, 2025.

DEL RÉ, Mégui Fernanda; DO SANTOS, Vanessa Flores; KOCH, Eleandra Raquel da Silva. Comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, pandemia e necropolíticas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 30, n. 1, e2230107, 2022.

DINIZ, José Péricles. O papel do jornal na construção social de identidades. **IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura** [online 28 a 30 de maio de 2008]. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 2008.

DOS SANTOS, Majin Bootte Silva. A necropolítica para territórios quilombolas: o racismo como tecnologia de organização do espaço. *Revista Nanduty*, v. 10, n. 16, p. 95-113, 2022.
FLUIT, Sam; CORTÉS-GARCÍA, Laura; VON SOEST, Tilmann. Social marginalization: A scoping review of 50 years of research. *Humanities and Social Sciences Communications*, v. 11, n. 1, p. 1-9, 2024.

GARCIA, Gabriela Avila. *RACISMO AMBIENTAL: os impactos da enchente nas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul e a resposta do Estado*. 2025. 53p. Monografia (Graduação em Políticas Públicas) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

GOMES, Felipe. Racismo ambiental e as comunidades quilombolas: o impacto das enchentes no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Sociais*, v. 14, n. 3, p. 210-225, 2022.

GROSSI, Patricia Krieger; COGOY, Eliana Mourgues; MURILLO, Roberth Steven Gutierrez. Mulheres Quilombolas e o Acesso às Políticas de Saúde: Lutas e Resistências. *Anais do VI*

SERPINF E IV SENPINF Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2022.

GROSSI, Patricia Krieger; GUTIÉRREZ-MURILLO, Roberth Steven (Orgs.). **As múltiplas expressões de violência contra a pessoa idosa.** São Paulo: Alexa Cultural, 2025. p. 212.

GROSSI, Patricia Krieger; GUTIÉRREZ-MURILLO, Roberth Steven; OLIVIERA, Simone Barros de (Orgs.). **Mulheres Quilombolas: Interseccionalidades e Determinação Social da Saúde.** São Paulo: Alexa Cultural, 2025. p. 206.

GUIMARÃES, Raphael Mendonça et al. The Role of Race in Deaths of Despair in Brazil: Is it a White People Problem? **Journal of Racial Ethnical Health Disparities**, v. 12, n. 5, p. 3312-3323, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRAb). **Situação fundiária das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul.** 2023.

Disponível em: <https://www.incra.gov.br/situacao-fundiaria-quilombolas-rgs>. Acesso em: 26 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (INCRA). **Relatório de regularização fundiária das comunidades quilombolas no Brasil.** 2022.

Disponível em: <https://www.incra.gov.br/relatorios/regularizacao-quilombos>. Acesso em: 26 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, (INCRAa). **Relatório de comunidades quilombolas reconhecidas no Brasil.** 2023. Disponível em: <https://www.incra.gov.br/quilombos>. Acesso em: 26 out. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MURILLO, Roberth Steven Gutiérrez et al. Políticas afirmativas de equidade para comunidades quilombolas: tensões e desafios na saúde. **O Social em Questão**, v. 27, n. 61, p. 241-262, 2025.

PEREIRA, Raquel. Racismo ambiental: as consequências da desigualdade na distribuição dos riscos ambientais. **Revista Brasileira de Política Ambiental**, v. 10, n. 2, p. 23-41, 2017.

PEREIRA, Raquel. *Territórios quilombolas e o reconhecimento de terras no Rio Grande do Sul.* In: **Seminário sobre Desafios e Direitos das Comunidades Quilombolas no Sul do Brasil**, 2022, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

QUADROS, Milena Silvester; DOS ANJOS, José Carlos Gomes; LOPEZ, José Daniel Gómez. Tensões cosmopolíticas na regularização territorial de uma comunidade quilombola no sul do Brasil. **Contemporânea**, v. 11, n. 1, p. 365-395, 2021.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Racismo ambiental às comunidades quilombolas. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 2, p. 129-141, 2016.

ROCHA, Jiuliani Santos; VASCONCELOS, Priscila Elise Alves. Racismo ambiental. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, v. 5, n. 6, 2018.

RODRIGUES, José. *A história dos quilombos no Brasil: resistência e formação das comunidades quilombolas*. São Paulo: Editora ABC, 2020.

SANTOS, João. *Quilombos: comunidades e resistência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2023.

SANTOS, Luana. Impactos das enchentes de 2024 nas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul: uma análise das desigualdades sociais e raciais. *Revista de Estudos Sociais e Ambientais*, v. 15, n. 1, p. 88-103, 2024.

SILVA, João da; ALMEIDA, Carla. Desastres naturais e racismo ambiental: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 4, p. 123-136, 2023.

SILVA, João da. O impacto das enchentes nas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul: uma análise das vulnerabilidades socioambientais. *Revista Brasileira de Estudos Sociais*, v. 15, n. 1, p. 56-75, 2021.

SOUZA, Mariana. As enchentes e a resiliência das comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul. *Revista de Desastres Ambientais*, v. 5, n. 3, p. 45-59, 2024.

TAVARES, Nyedja Rejane Lima; DANTAS, Suelen Cipriano Milhomem. O racismo ambiental e as comunidades quilombolas. **XI Jornada Internacional Políticas Públicas** [online 19 a 22 de setembro de 2023]. Universidade Federal do Maranhão, 2023.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

O CAPITALISMO E SEUS EFEITOS DE ALIENAÇÃO: UMA ANÁLISE EM KARL MARX E JACQUES LACAN

CAPITALISM AND ITS EFFECTS OF ALIENATION: AN ANALYSIS IN KARL MARX AND JACQUES LACAN

Najla Gergi Krouchane¹

Resumo: Este artigo realiza uma análise crítica dos efeitos da alienação na sociedade contemporânea, articulando as contribuições teóricas de Karl Marx e Jacques Lacan. Para Marx, a alienação decorre da organização do trabalho sob o modo de produção capitalista, que separa o trabalhador do produto de seu trabalho, da própria atividade produtiva e de sua condição humana. A lógica da mais-valia, central em *O Capital: Crítica da Economia Política* (1996), intensifica essa cisão, transformando o trabalhador em instrumento da valorização do capital. Lacan, por sua vez, em *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1985a), aborda a alienação no campo da linguagem e da estrutura psíquica, especialmente nos primeiros tempos da constituição subjetiva. Embora seja um processo estruturante — necessário à entrada do sujeito no campo simbólico — a fixação nessa etapa pode gerar impactos significativos. Lacan apresenta a alienação como o primeiro tempo lógico da constituição do sujeito, momento em que este se inscreve na linguagem ao custo de uma perda estrutural. Nesse contexto, a alienação anula o desejo e reduz o sujeito à repetição mortífera, de natureza inconsciente. A abordagem lacaniana da alienação contribui para a compreensão da perspectiva marxista ao evidenciar como a estrutura simbólica e psíquica do sujeito é atravessada pelas dinâmicas sociais e econômicas. A articulação entre Marx e Lacan permite uma leitura ampliada da alienação, revelando seus efeitos tanto na dimensão material quanto na subjetiva da existência humana.

Palavras-chave: Capitalismo; Alienação; Karl Marx; Jaques Lacan.

Abstract: This article presents a critical analysis of the effects of alienation in contemporary society, articulating the theoretical contributions of Karl Marx and Jacques Lacan. For Marx, alienation arises from the organization of labor under the capitalist mode of production, which separates the worker from the product of their labor, from the productive activity itself, and

¹Psicóloga Socioassistencial. Psicanalista de bebês, crianças, adolescentes e adultos. Pedagoga. Psicopedagoga. Licenciada em Ciências Sociais. Especialista em Psicanálise com crianças e adolescentes; em Psicanálise Lacaniana e em Psicopatologias Psicanalíticas. Docente nos cursos de formação e pós-graduação em Psicanálise no Instituto Freudiano de Salvador, na Escola Freudiana de Vitória e no Núcleo Brasileiro de Pesquisas Psicanalíticas. Doutoranda em Psicanálise pela Universidade Humanista da Américas (HUA). São Paulo/SP, Brasil. E-mail: najlaatui@hotmail.com.

from their human essence. The logic of surplus value, central to *Capital: Critique of Political Economy* (1996), intensifies this rupture, transforming the worker into an instrument for capital valorization. Lacan, in turn, in *The Seminar, Book XI: The Four Fundamental Concepts of Psychoanalysis* (1985a), addresses alienation within the realm of language and psychic structure, particularly in the early stages of subjective constitution. Although alienation is a structuring process—necessary for the subject's entry into the symbolic order—fixation at this stage can generate significant impacts. Lacan presents alienation as the first logical moment in the constitution of the subject, a point at which the individual is inscribed into language at the cost of a structural loss. In this context, alienation nullifies desire and reduces the subject to a deadly repetition of unconscious nature. Lacan's approach to alienation contributes to the understanding of Marx's perspective by highlighting how the symbolic and psychic structure of the subject is traversed by social and economic dynamics. The articulation between Marx and Lacan enables an expanded reading of alienation, revealing its effects on both the material and subjective dimensions of human existence.

Keywords: Capitalism; Alienation; Karl Marx; Jaques Lacan.

1 INTRODUÇÃO

A alienação é um conceito fundamental para compreender os efeitos do capitalismo sobre o sujeito, tanto em sua dimensão material quanto simbólica. Desde o século XIX, Karl Marx — filósofo, economista e revolucionário alemão — já apontava que a organização do trabalho sob o modo de produção capitalista não apenas expropriava o trabalhador de seu produto, mas também o distanciava de sua própria atividade, de sua essência humana e de sua relação com os outros. Essa separação, descrita nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (2004), é aprofundada em *O Capital: Crítica da Economia Política* (1996), onde Marx analisa a lógica da mais-valia — o excedente produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista — como mecanismo central da acumulação. A alienação, nesse contexto, não é apenas uma condição subjetiva, mas uma estrutura social que transforma o trabalhador em instrumento da valorização do capital, apagando sua potência criadora e sua autonomia.

No século XX, o psicanalista Jacques Lacan articula o conceito de alienação sob outra chave: a da constituição do sujeito na linguagem. Em *O Seminário, Livro II: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1985a), Lacan aborda a alienação como efeito da entrada do sujeito no campo simbólico, ou seja, é uma etapa estrutural da constituição psíquica. A alienação lacaniana não se refere à perda de um objeto concreto, mas à submissão a uma lógica que silencia o desejo.

A lógica capitalista reduz o sujeito à função de consumidor de gozo e fragiliza o laço com o Outro. Em Lacan, *gozo* é um tipo de satisfação que excede o prazer regulado pelo

princípio do prazer freudiano — é uma experiência que transborda o limite do simbólico, muitas vezes associada à dor, à repetição e à compulsão. Trata-se de um excesso que não se inscreve no campo da linguagem, mas que insiste como resto, como aquilo que escapa à significação (LACAN, 2008).

Essa dinâmica torna-se evidente no *discurso capitalista* — o discurso que, segundo Lacan, não faz laço social — introduzido em *O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise* (1992). Nesse discurso, o sujeito é interpelado por objetos de consumo — os gadgets — dispositivos eletrônicos dotados de inteligência artificial que operam como mediadores de gozo, dissolvendo os vínculos simbólicos e esvaziando o espaço do desejo. Ao prometer uma satisfação plena e imediata, esses objetos capturam o sujeito em uma lógica de repetição, apagando a falta — que é motor do desejo — e impactando a elaboração simbólica. Como consequência, intensificam-se os efeitos da alienação e fragilizam-se os laços sociais.

No Seminário, *Livro 20: Mais ainda* (1985b), Lacan desenvolve o conceito de *mais-de-gozar*, inspirado na *mais-valia* de Marx. Enquanto esta designa o excedente extraído do trabalho no processo de produção capitalista, o *mais-de-gozar* refere-se a um excesso de satisfação que escapa à ordem da significação, capturando o sujeito em circuitos repetitivos de gozo. Diferentemente da *mais-valia*, que opera na lógica da produção e da acumulação de capital, o *mais-de-gozar* atua na dimensão do desejo, revelando que a alienação do sujeito não se dá apenas no campo do trabalho, mas também na estrutura simbólica que o constitui..

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é realizar uma análise crítica dos efeitos da alienação na sociedade contemporânea, articulando os aportes teóricos de Karl Marx e Jacques Lacan. Busca-se refletir sobre como essas dinâmicas se manifestam em um cenário marcado por lógicas de urgência, consumo e esvaziamento dos vínculos, que influenciam profundamente os sujeitos. Tais lógicas tensionam práticas que demandam escuta, tempo e construção coletiva — ao mesmo tempo em que esses sujeitos estão inseridos em uma sociedade com opções de trabalho cada vez mais restritas, submetidos à lógica da *mais-valia* e à instrumentalização da vida.

A metodologia adotada é de natureza teórico-reflexiva, com base em revisão bibliográfica de obras clássicas e contemporâneas, por meio do diálogo entre Karl Marx e Jacques Lacan, em conjunto com a análise de textos que discutem o campo ético-político.

A escolha por articular os pensamentos de Karl Marx e Jacques Lacan se justifica pela potência crítica que ambos oferecem para compreender os efeitos da alienação na sociedade contemporânea. Enquanto Marx revela como a estrutura econômica capitalista expropria o

trabalhador e transforma sua força vital em mercadoria, Lacan evidencia como a constituição subjetiva é atravessada por uma lógica simbólica que captura o desejo e fragiliza os vínculos sociais. Ao integrar essas perspectivas, é possível ampliar o entendimento da alienação para além da esfera produtiva, alcançando também os modos de subjetivação e os dispositivos de controle que operam na cultura, na linguagem e nas práticas cotidianas.

A análise crítica dos efeitos da alienação, a partir dos aportes de Marx e Lacan, revela que o sujeito contemporâneo está submetido a múltiplos atravessamentos — econômicos, simbólicos e afetivos — que operam na direção do esvaziamento do desejo e da dissolução dos laços sociais.

A lógica da produtividade, do consumo e da urgência compromete práticas que demandam tempo, escuta e construção coletiva. Reafirmar a centralidade do sujeito e do desejo implica deslocar o olhar da função para a subjetividade, da norma para a escuta, e da eficiência para o cuidado. Assim, este artigo contribui para o debate sobre os limites e possibilidades de resistência frente à alienação estrutural que marca o capitalismo contemporâneo.

2 A ALIENAÇÃO EM KARL MARX

A alienação é um dos conceitos fundantes da crítica marxista ao capitalismo, constituindo-se como eixo central da análise das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Para Karl Marx, a alienação não se restringe a uma experiência subjetiva de desconexão ou estranhamento, mas configura uma estrutura objetiva, enraizada nas relações sociais de produção que caracterizam a sociedade burguesa. Em *Manuscritos econômico-filosóficos* (2004), Marx identifica quatro formas fundamentais de alienação: a alienação do produto do trabalho, da atividade produtiva, da essência humana e do outro ser humano. O trabalhador, ao vender sua força de trabalho, não apenas perde o controle sobre o que produz, mas também se vê separado do próprio ato de produzir, que deixa de ser expressão de sua criatividade e liberdade, tornando-se uma atividade compulsória, imposta pela necessidade de sobrevivência.

Essa cisão ontológica é aprofundada em *O Capital: Crítica da Economia Política* (1996), obra em que Marx analisa a lógica da mais-valia como mecanismo estruturante da acumulação capitalista. A mais-valia representa o valor excedente gerado pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista, convertendo tempo, energia e subjetividade em lucro. Esse

processo transforma o trabalhador em mero instrumento da valorização do capital, apagando sua autonomia e reduzindo-o à condição de engrenagem funcional no interior da maquinaria produtiva. A alienação, nesse sentido, não é apenas uma perda de sentido existencial, mas a negação concreta da humanidade do sujeito, pois o trabalho — que deveria ser fonte de realização e mediação com o mundo — converte-se em fonte de sofrimento, submissão e esvaziamento ontológico.

[...] o conceito marxista da mais-valia, grosso modo, vai significar a diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho. Entretanto, há um problema: o proletário não recebe o justo valor de sua produção, mas apenas o necessário para sua sobrevivência como força de trabalho, então ele produz certa quantidade de mercadorias que não serão pagas. É essa lacuna que Marx chama de mais-valia, ou seja, a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que vai se constituir na base de exploração do sistema. Ele pode até produzir mais, mas esse “mais” nunca será suficiente para alcançar o que já foi perdido. (Castro, 2022, p. 57).

Além disso, Marx (1996) enfatiza que a alienação não é apenas individual, mas coletiva, histórica e sistêmica. Ela molda as instituições, os valores, os modos de vida e as formas de subjetivação, naturalizando a exploração e obscurecendo as possibilidades de emancipação. O sujeito alienado não reconhece sua própria condição, pois está imerso em uma ideologia que legitima a desigualdade como consequência inevitável da ordem econômica vigente. A ideologia, nesse contexto, não é mera ilusão, mas um mecanismo ativo de reprodução das relações de dominação, operando por meio da inversão da realidade social e da ocultação das contradições do capital.

O que Marx aqui apresenta de completamente original é combater a explicação muito comum segundo a qual a fonte do ganho capitalista é o mercado, onde a exploração incidiria supostamente sobre o consumidor. Para Marx, quem é explorado é o trabalhador, não o consumidor, já que a extração de mais-valia não se dá no mercado, mas sim numa etapa anterior, ou seja, na produção, através da apropriação de parte das horas de trabalho do operário. Justamente por essa razão, mais-valia não é igual a lucro: o empresário pode eventualmente ter até mesmo prejuízo, pois o preço de uma mercadoria está sujeito em maior ou menor grau às contingências do mercado; mas ele não pode deixar de extrair mais-valia, pois esta é a condição necessária de funcionamento do capitalismo. A mais-valia é um conceito abstrato, que não pode ser reduzido ao lucro (embora obviamente acabe se exprimindo através dele). (Lustosa, 2009, p.45).

A crítica marxista, portanto, ultrapassa a mera denúncia moral da exploração. Ela propõe a superação da alienação por meio da transformação radical das relações de produção, da abolição da propriedade privada dos meios de produção e da construção de uma sociedade em que o trabalho deixe de ser uma mercadoria e se torne expressão da liberdade humana.

Nesse horizonte, a emancipação não é apenas econômica, mas ontológica: trata-se de restituir ao sujeito a possibilidade de se reconhecer no mundo que produz, de reapropriar-se de sua atividade vital e de reconstruir os laços sociais sobre novas bases.

3 A ALIENAÇÃO EM JACQUES LACAN

Jacques Lacan (1985a), ao abordar a constituição do sujeito, desenvolve os conceitos de alienação e separação como tempos lógicos fundamentais da estruturação psíquica. A alienação, nesse contexto, difere da concepção marxista, pois Lacan a entende como a primeira etapa estrutural do psiquismo, intimamente entrelaçada com a linguagem. Trata-se do momento em que o sujeito ingressa no campo simbólico, identificando-se com os significantes do Outro — uma relação dual que ampara a criança em sua fase de maior vulnerabilidade.

É nesse momento que a criança constitui sua imagem, inicialmente idealizada, marcada pela identificação com o olhar e o desejo do Outro, o que lhe confere uma primeira forma de consistência subjetiva. Essa imagem, embora estruturante, é também atravessada por uma alienação fundamental, pois o sujeito se reconhece em uma representação advinda dos significantes do Outro — ou seja, sua imagem é constituída pelo desejo do Outro (Lacan, 1985a).

A separação, por sua vez, representa o segundo tempo lógico. Ela ocorre quando o sujeito reconhece que o Outro não é completo, que há uma falta no Outro — ausência que inaugura a possibilidade do desejo. É nesse momento que se introduz o terceiro, rompendo a relação dual e instaurando a alteridade. A separação permite ao sujeito deslocar-se da posição de objeto do desejo do Outro para assumir uma posição desejante, singular e incompleta (Lacan, 1985a).

A fixação na fase da alienação, no entanto, pode limitar profundamente o sujeito na manifestação de suas escolhas, desejos e vontades. Quando permanece enredado na identificação com os significantes do Outro, diante de impasses no processo de separação, o sujeito corre o risco de repetir padrões, reproduzir discursos alheios e comprometer a emergência de sua própria subjetividade. A travessia da separação é, portanto, condição fundamental para que o sujeito possa se posicionar como desejante, reconhecendo a falta como estruturante e abrindo espaço para a construção de vínculos simbólicos e singulares (Birman, 2005).

Lacan (1985a) ao afirmar que o sujeito é efeito da linguagem, constituído a partir de uma falta estrutural — a entrada no campo simbólico implica a renúncia à completude imaginária — imagem idealizada — e instaura a falta como condição do desejo. Essa falta, longe de ser patológica, é o que possibilita o movimento desejante, a abertura ao Outro e à significação.

No entanto, o sujeito não deseja diretamente o objeto, mas aquilo que está além dele — o *objeto a*, conceito lacaniano que representa o que falta e que estrutura o desejo. Esse objeto não é empírico nem acessível, mas sim um resto da operação de constituição subjetiva, um resíduo da entrada do sujeito na linguagem. Trata-se do que escapa à simbolização, daquilo que marca a perda constitutiva do sujeito e, paradoxalmente, o que o impulsiona. O *objeto a* é, portanto, a causa do desejo — e não seu fim — pois o desejo não visa a posse de um objeto, mas a manutenção da falta que o constitui e o sustenta (Lacan, 1985a).

Em *O Seminário, Livro 20: Mais ainda* (1985b), Jacques Lacan introduz o conceito de *mais-de-gozar*, inspirado no conceito de mais-valia, e embasado diretamente da teoria freudiana do além do princípio do prazer. Freud, ao observar a repetição de experiências traumáticas e a compulsão à repetição, percebe que há algo no funcionamento psíquico que excede a busca pelo prazer e pela homeostase — um gozo que insiste para além do prazer, que não se resolve pela descarga, mas se repete como insistência pulsional.

O *mais-de-gozar* designa o excesso de satisfação que escapa à significação e que se acumula como resíduo da relação do sujeito com o objeto. Esse excesso não é integrável ao sentido, mas impulsiona a repetição, capturando o sujeito em circuitos de gozo que não cessam de se repetir (LACAN, 2008).

É nesse contexto que Lacan formula o *discurso capitalista*, uma estrutura discursiva que não produz laço social. Diferente dos outros discursos que organizam os laços sociais — do mestre, universitário, da histérica e do analista — o *discurso capitalista* opera sem barreiras simbólicas, promovendo uma circulação contínua entre produção, consumo e gozo. Nele, o sujeito é colocado diretamente na posição de agente, enquanto o objeto *a* ocupa o lugar de verdade, e o saber é instrumentalizado para sustentar a lógica da eficiência e da satisfação imediata. Essa estrutura discursiva apaga a falta, promete uma completude impossível e captura o sujeito em uma lógica de consumo compulsivo (QUINET, 2012).

Nesse sentido, Birman (2005) sugere que o *discurso capitalista*, formulado por Lacan, intensifica a alienação ao operar sem a mediação da falta. O sujeito é colocado como agente de uma lógica de gozo ilimitado, onde o objeto *a* é transformado em mercadoria e o desejo é

substituído pela compulsão. Isso dialoga diretamente com Marx, que denuncia o fetichismo da mercadoria como inversão entre sujeito e objeto — processo que contribui para a fragilização dos simbólicos e para o esvaziamento dos laços sociais.

Simbólicos frágeis, formados por significantes mestres fugazes, estruturam de forma precária a identidade dos sujeitos, sua sexualidade líquida, seus empregos breves, sua família sem laços, suas relações afetivas cada vez mais carentes de solidez, bonecos infláveis, ipads, Tinders para todos os ‘gostos’. Como se estivéssemos numa Matrix, onde o sujeito se encontra imerso ideologicamente em projetos sexuais consumíveis tão diversos e sempre com um “plus”, mas que nunca têm fim. (Castro, 2022, p. 57).

Esse cenário, reduz a expressão do desejo e impera-se a compulsão de gozar. O sujeito não busca mais o Outro para se constituir, mas para consumir. O laço social é fragilizado, o tempo é acelerado e o espaço simbólico é colonizado pela lógica da mercadoria. A alienação lacaniana, portanto, não se refere à perda de um objeto concreto, mas à submissão a uma estrutura que anula o desejo, reduz o sujeito à função de consumidor de gozo e impacta a elaboração simbólica do sofrimento.

A aproximação entre Lacan e Marx permite pensar o sujeito contemporâneo como capturado por uma dupla alienação: a *alienação simbólica*, que funda o sujeito na falta e no desejo, e a *alienação econômica*, que o submete à lógica da mercadoria e da acumulação. No *discurso capitalista*, Lacan radicaliza a crítica marxista ao mostrar que o sujeito não apenas é explorado em sua força de trabalho, mas também em seu gozo — o que está em jogo não é apenas o valor de troca, mas o valor de gozo.

Birman (2005) propõe uma aproximação entre Lacan e o jovem Marx, mostrando que ambos pensam a alienação como uma forma de desconhecimento de si. Marx analisa a alienação do trabalhador em relação à sua produção e à sua humanidade, enquanto Lacan mostra como o sujeito é alienado na linguagem e no desejo. Em ambos, há uma crítica à forma como o sujeito é capturado por estruturas que o impedem de se reconhecer como agente.

O *objeto a*, que em Lacan representa a causa do desejo, é reconfigurado no capitalismo como *mercadoria fetichizada*, prometendo uma satisfação plena que nunca se realiza. Assim como Marx descreve o fetichismo da mercadoria como uma inversão entre sujeito e objeto — onde as relações sociais se apresentam como relações entre coisas — Lacan mostra que o sujeito é capturado por objetos que encobrem a falta, impedindo a elaboração simbólica e promovendo a compulsão. Essa compulsão de gozar, sustentada pela

lógica da eficiência e da aceleração, dissolve o tempo da espera, da elaboração e da escuta. O laço social, que em Lacan depende da presença do Outro e da mediação simbólica, é substituído por uma relação instrumental, marcada pela lógica do consumo e da performance. O sujeito deixa de se constituir na relação com o desejo do Outro e passa a se definir pela capacidade de consumir objetos que prometem gozo imediato (Žižek, 2001).

Nesse cenário, o processo separação — momento em que o sujeito reconhece a falta no Outro e pode se posicionar como desejante — é obstruída. O *discurso capitalista* perpetua a ilusão de completude e neutralizando o desejo. O sofrimento psíquico, que poderia ser simbolizado e elaborado, é convertido em sintoma de consumo, medicalizado ou mercantilizado.

Portanto, a leitura lacaniana da alienação marxista não apenas amplia o campo da crítica social, mas também oferece uma chave clínica e ética para pensar o sujeito na contemporaneidade. A psicanálise, nesse contexto, não se limita a tratar sintomas individuais, mas se coloca como resistência à lógica do capital — uma prática que restitui a falta, reinscreve o desejo e reabre o espaço do Outro.

O que Lacan introduz em sua análise do capitalismo é que a mais-valia está na base da lógica capitalista, o que inaugura uma nova etapa na história da humanidade. Esse detalhe é o que marca a transição de um período histórico que Lacan irá chamar de passagem do discurso do mestre para o discurso capitalista, cuja transmutação do objeto a, que compõe todos os discursos, ao mais-de-gozar, se constitui no eixo central desse entendimento. É certo que o objeto a vai atuar de forma marcante em todos eles, mas é no discurso do capitalista onde ele será fundamentalmente diferenciado, ao marcar uma diferença básica na própria concepção de objeto a, a partir do fato de ser atrelado irremediavelmente ao seu homólogo, sem a barra do impossível com seu objeto de gozo. (Castro, 2022, p. 57).

O texto de Birman (2005) também aborda como a alienação está ligada à ideologia, tanto em Marx quanto em Lacan. O sujeito alienado não reconhece sua própria posição dentro da estrutura que o captura. A crítica à ideologia, nesse sentido, é também uma crítica à forma como o sujeito é produzido e mantido em uma posição de desconhecimento — seja pela linguagem, seja pela lógica do capital.

Ao articular a crítica da alienação simbólica com a crítica da alienação econômica, Lacan e Marx convergem na denúncia de uma estrutura que captura o sujeito — seja pela linguagem, seja pela mercadoria — e apontam, cada um a seu modo, para a urgência de restituir o desejo como força ética e política contra a lógica da exploração e do gozo compulsivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos efeitos da alienação na sociedade contemporânea, a partir das contribuições de Karl Marx e Jacques Lacan, revela que o sujeito está submetido a múltiplas formas de captura — econômicas, simbólicas e afetivas — que operam na direção do esvaziamento do desejo, da dissolução dos vínculos sociais e da intensificação do sofrimento psíquico. Marx denuncia a expropriação da força de trabalho e a transformação do trabalhador em instrumento da valorização do capital, enquanto Lacan evidencia como a constituição subjetiva é atravessada por estruturas simbólicas que silenciam o desejo e promovem a repetição.

A articulação entre os conceitos de mais-valia e mais-de-gozar permite compreender como o capitalismo contemporâneo não se limita à exploração da força produtiva, mas também captura o sujeito em sua dimensão desejante. O *discurso capitalista*, ao apagar a falta e prometer uma satisfação plena e imediata, intensifica a alienação e fragiliza os vínculos simbólicos, dissolvendo o espaço do Outro e colonizando a subjetividade com objetos de consumo. O sofrimento, que poderia ser simbolizado e elaborado, é convertido em mercadoria, medicalizado ou instrumentalizado, impedindo a construção de narrativas singulares e a emergência de uma escuta ética.

Nesse cenário, a psicanálise se apresenta como uma prática de resistência, capaz de reinscrever o desejo, restituir a falta e reabrir o espaço da escuta e da elaboração. Ao deslocar o olhar da norma para a singularidade, da função para a subjetividade, e da eficiência para o cuidado, a psicanálise reafirma a centralidade do sujeito como agente ético e político. Ela não se limita ao tratamento de sintomas individuais, mas propõe uma crítica radical às formas de subjetivação impostas pela lógica do capital, oferecendo uma chave clínica e teórica para pensar o sujeito em sua complexidade.

A aproximação entre Marx e Lacan permite ampliar o campo da crítica social, articulando a alienação econômica com a alienação simbólica, e revelando como ambas operam na produção de subjetividades capturadas, fragmentadas e esvaziadas. Ao reconhecer que o sujeito é atravessado por estruturas que o impedem de se reconhecer como agente, essa articulação aponta para a urgência de práticas que favoreçam a escuta, a elaboração e a construção de vínculos significativos.

Em tempos marcados pela aceleração, pelo consumo compulsivo e pela precarização

das relações, pensar a alienação como estrutura e como sintoma é um gesto político. É afirmar que o desejo não pode ser reduzido à lógica da mercadoria, e que o sujeito não se resume à função que exerce. Reabrir o espaço do Outro, da escuta e da falta é, portanto, uma aposta na possibilidade de resistência, de criação e de transformação — tanto no campo clínico quanto no campo social.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, J. Sujeito, alienação e desconhecimento. Sobre Lacan e o jovem Marx. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 89–100, 2005. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v43n2/v43n2a10.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2025.

CASTRO, A. (2022). Da mais-valia ao mais-de-gozar e suas vicissitudes no capital. Belo Horizonte, **Reverso**, v.44, n.84, p. 55-59, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0102-7395.v44n84.06>. Acesso em: 02 de nov. 2025.

LACAN, J. **O Seminário, Livro 7: A Ética da Psicanálise (1959–1960)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Campo freudiano no Brasil).

LACAN, J. **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)**. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1985a. (Coleção Campo Freudiano).

LACAN, J. **O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise (1969 - 1970)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. (Campo freudiano no Brasil).

LACAN, J. **O Seminário, Livro 20: Mais, ainda (1972–1973)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985b. (Campo freudiano no Brasil).

LUSTOZA, R. Z. O discurso capitalista de Marx a Lacan: algumas consequências para o laço social. **Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica**, n.12, v.1, 2009. p.41–52. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982009000100003>. Acesso em: 02 de nov. 2025.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política (1867)**. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

ŽIŽEK, S. **O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política**. São Paulo: Boitempo, 2001.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O CASO PARADIGMA DAS ENCHENTES DE 2024 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA (RE)DESENHAR POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS

THE PARADIGM CASE OF THE 2024 FLOODS IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL FOR (RE)DESIGNING SOCIO-ENVIRONMENTAL PUBLIC POLICIES

Aline Michele Pedron Leves¹

Larissa Nunes Cavalheiro²

Sabrina Lehnem Stoll³

Waleska Mendes Cardoso⁴

Resumo: No contexto dos recentes desastres climáticos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024, este trabalho busca examinar suas causas e consequências à luz do direito socioambiental. A pesquisa é guiada pela seguinte questão problematizadora: que fatores devem guiar as políticas de prevenção e mitigação dos riscos de desastres ambientais decorrentes das mudanças climáticas? Com essa perspectiva, são apresentados os impactos socioambientais dos eventos climáticos com vistas a (re)pensar a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Desse modo, objetiva-se analisar criticamente os riscos em um cenário contemporâneo de crise climática e pensar as respostas estatais a eles. Especificamente, o contexto dos desastres ambientais ocorridos no ano de 2024 no Rio Grande do Sul é considerado um caso paradigma a evidenciar a necessidade da justiça socioambiental interespecie e de políticas públicas eficazes, alinhadas aos ideais de sustentabilidade. Assim, este estudo, de natureza exploratória, adota uma

¹ Doutora, com Pós-Doutorado em Direito PEPEEC PDPG/CAPES, e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos – da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professora efetiva do Curso de Direito da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja/RS. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Fronteiras do Direito (GFronte/CNPq) e Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão enCINE Direito (UNIPAMPA-SB). E-mail: alineleves@unipampa.edu.br.

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Doutorado em Direitos Especiais – da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado em Direitos Emergentes na Sociedade Global – da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora efetiva do Curso de Direito da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja/RS. E-mail: larissacavalheiro@unipampa.edu.br.

³ Mestra pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito – Mestrado em Direito Público – da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Doutoranda, com bolsa integral PEPEEC PDPG/CAPES e de Doutorado Sanduíche na Itália, pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – Doutorado em Direitos Humanos – da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professora de Direito Ambiental do Curso de Direito da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: sabrinastoll.adv@gmail.com.

⁴ Doutora pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra pelo Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora efetiva do Curso de Direito da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja/RS. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Fronteiras do Direito (GFronte/CNPq) e Coordenadora da Clínica de Direitos Animais (UNIPAMPA-SB). E-mail: waleskacardoso@unipampa.edu.br.

abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando o método científico hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave Desastres Climáticos, Desenvolvimento Sustentável, Direito Ambiental, Políticas Públicas, Prevenção e Mitigação de Riscos.

Abstract: In the context of the recent climate disasters that occurred in the Estado do Rio Grande do Sul between April and May 2024, this work seeks to examine their causes and consequences in the light of socio-environmental Law. The research is guided by the following problematizing question: what factors should guide policies for the prevention and mitigation of environmental disaster risks resulting from climate change? With this perspective, the socio-environmental impacts of climate events are presented in pursue of (re)thinking the formulation of public policies aimed at sustainable development. In this way, the objective is to critically analyze the risks in a contemporary scenario of climate crisis and think about state responses to them. Specifically, the context of the environmental disasters that occurred in the year 2024 in Rio Grande do Sul is considered a paradigm case to highlight the need for interspecies socio-environmental justice and effective public policies, aligned with the ideals of sustainability. Thus, this exploratory study adopts a qualitative and quantitative approach, applying the hypothetical-deductive scientific method and the research techniques are the bibliographic survey and the document retrieval.

Keywords: Climate Disasters, Sustainable Development, Environmental Law, Public Policies, Risk Prevention and Mitigation.

1 INTRODUÇÃO

A frequência e intensidade dos desastres climáticos têm aumentado nas últimas décadas, trazendo à tona a necessidade de uma abordagem crítica do direito socioambiental. O final de abril e o início de maio de 2024 foram marcados por eventos climáticos extremos em várias partes do Brasil, incluindo, por um lado, grandes volumes pluviais, tempestades, enchentes, erosões e deslizamentos de terra em algumas regiões e, antagonicamente, por outro, estiagens e escassez do solo e/ou de recursos hídricos em outras.

As políticas de prevenção e mitigação dos riscos de desastres naturais oriundos das mudanças climáticas ganham relevância em um contexto global de intensificação desses eventos, que afetam diretamente a vida das populações e o meio ambiente. No Brasil, e em especial no Estado do Rio Grande do Sul, os recentes desastres climáticos evidenciam a vulnerabilidade das regiões diante de fenômenos extremos. À vista disso, a presente pesquisa é guiada pela seguinte questão problematizadora: que fatores devem guiar as políticas de prevenção e mitigação dos riscos de desastres ambientais decorrentes das mudanças climáticas? Com efeito, a análise da realidade atual expõe a ineficácia da prevenção e da

gestão de crises ambientais e exige investigar os impactos socioambientais dos eventos climáticos com vistas a (re)pensar a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, justifica-se a importância de (re)avaliarem-se as estratégias existentes e de proporem-se novas diretrizes que não apenas mitiguem os riscos, mas também promovam a resiliência das comunidades, preservando o meio ambiente e assegurando o cumprimento dos direitos humanos, animais e ambientais.

O estudo aqui delineado é de natureza exploratória e combina abordagens qualitativas e quantitativas. O método abordagem empregado é o hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa utilizada é a documentação indireta, por meio das pesquisas bibliográfica e documental, pela análise de dados secundários, como livros, artigos científicos e documentos relevantes, a fim de embasar teoricamente o trabalho e de orientar a coleta e a interpretação dos dados climáticos que apoiam quantitativamente a discussão realizada.

A apresentação dos resultados deste artigo estrutura-se em duas seções específicas. Na primeira, apresenta-se um panorama dos desastres climáticos que ocorreram em 2024 no Rio Grande do Sul, visando evidenciar os danos das enchentes causados à infraestrutura, ao meio ambiente, às pessoas humanas e não humanas e às comunidades locais. Na segunda, ao inserir a tragédia gaúcha no contexto das mudanças climáticas de ordem antropogênica, desenvolvem-se as questões de justiça socioambiental interespecie vinculadas aos impactos socioambientais dos desastres recentes e a emergência de políticas públicas que realizem os ideais de um desenvolvimento sustentável.

2 AS ENCHENTES DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL COMO CASO PARADIGMA PARA PENSAR AS QUESTÕES CLIMÁTICAS

No outono de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, foi atingido por fortes chuvas que provocaram enchentes catastróficas, resultando em grandes prejuízos, mortes de humanos e outros animais e milhares de desabrigados. O volume e a intensidades das chuvas acarretaram deslizamentos de terra, transbordamentos de corpos hídricos e outras consequências que afetaram diversas cidades da região. A calamidade colocou em evidência a vulnerabilidade das comunidades locais e destacou a necessidade de proteger os direitos fundamentais em situações de desastre climático.

As enchentes no referido estado brasileiro desencadearam uma grande tragédia em muitos municípios gaúchos, classificada pelo governo como “a maior catástrofe climática” da

história do RS. O Especial CADIP - Catástrofes Urbanas e o Direito dos desastres (2024, p. 11) refere que “a emergência climática, desastres ambientais, tragédias de grandes proporções que afetam populações inteiras e destroem infraestruturas são eventos que vão deixando de ser inéditos ou esporádicos, para se tornarem cada vez mais agudos e frequentes”. Nesse sentido, esta regularidade deve integrar as pautas governamentais atuais, ocupando espaços para discussões que visem a articular respostas para o enfrentamento dos eventos climáticos.

A destruição causada pelas enchentes foi significativa, comprometendo estradas, pontes e uma vasta quantidade de residências e ambientes. A mobilidade foi seriamente prejudicada, dificultando as operações de resgate e a prestação de ajuda humanitária. Tragicamente, houve mortes e desaparecimentos, momentos de angústia, desespero e incertezas. Muitas famílias viram-se forçadas a abandonar suas casas; muitas, sem alternativas de moradia ou com recursos limitados para recomeçar. Além das vidas humanas afetadas, incontáveis animais foram vitimados, sendo este o primeiro evento climático brasileiro a engajar respostas públicas e estatais aos animais (Brasil, 2024). Essa catástrofe evidenciou questões relacionadas aos direitos fundamentais, como o direito à vida (humana e não humana), à moradia digna e à segurança. E, apesar da gravidade da situação, a resposta do governo do Estado do Rio Grande do Sul foi considerada lenta, agravando a dificuldade de atendimento a todos os afetados. A falta de abrigos temporários adequados e de serviços médicos e veterinários exacerbou a vulnerabilidade de grupos mais sensíveis, como idosos, crianças, pessoas com deficiência e outros animais.

Entre início de abril e fim de maio de 2024, em algumas cidades gaúchas, o volume pluvial alcançou um terço da média histórica de precipitação para todo um ano. Dados do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) mostraram que as chuvas de maio levaram 14,2 trilhões de litros de água para o lago Guaíba, volume equivalente a quase metade do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. A precipitação excessiva afetou mais de 60% do território do Rio Grande do Sul. Neste contexto, segundo o portal de notícias G1 (2024), no dia 03 de maio, a inundação do Guaíba, lago que cerca a capital do RS, atingiu a marca de 4,77 metros, superando a histórica enchente de 1941. No dia 5 de maio, o Governo Federal decretou estado de calamidade pública no estado. O volume de chuva no mês de maio superou os recordes históricos de Porto Alegre, em que a estação meteorológica de referência climatológica acumulou 539,9 mm (G1, 2024). No dia 10 de junho, a Defesa Civil do RS havia contabilizado 173 mortes humanas⁵.

⁵ O número de mortos representa dor passada e futura. Estas mortes, o maior percentual, foi pelo aumento das

Em maio de 2024, os sindicatos das funerárias relataram que em decorrência das enchentes, devido à alta demanda e à dificuldade de acesso às áreas afetadas, os sepultamentos tiveram de esperar vários dias para serem realizados. Destacaram também um aumento significativo na demanda por serviços funerários durante e após as enchentes. No que toca às mortes incontadas dos outros animais (domésticos de companhia, domésticos explorados na pecuária e silvestres), cenas de corpos vitimados após o recuo das águas foram amplamente registradas.

A infraestrutura do estado foi severamente prejudicada, o que dificultou ainda mais o transporte de corpos e a realização de sepultamentos. Ao todo, 478 municípios gaúchos (de um total de 497) foram atingidos por inundações, quedas de barreiras e deslizamentos de terra. Cerca de 2,3 milhões de humanos foram afetados pelos efeitos das chuvas nas regiões Central, dos Vales, Serra e Metropolitana de Porto Alegre, sendo que mais de 442 mil moradores tiveram que deixar suas residências (cerca de 18 mil em abrigos e 423 mil desalojados). Mais de 640 mil residências tiveram o abastecimento de água cortado e mais de 440 mil ficaram sem energia elétrica. Ocorreram bloqueios em dezenas de pontos nas estradas por deslizamentos de terra, alagamento, destruição da pista ou queda de barreiras e árvores. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) estimou que as enchentes causaram prejuízos de 4,6 bilhões de reais, sobretudo no setor habitacional, enquanto a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) classificou a catástrofe como o maior sinistro do setor de seguros provocado por um único evento no país, com mais de 1,6 bilhão de reais em pedidos feitos por segurados até 27 de maio (G1, 2024). Segundo a Associação dos Cemitérios e Crematórios do Brasil (ACEMBRA, 2024), os atrasos nos sepultamentos chegaram, em alguns casos, a até uma semana, um período consideravelmente longo, especialmente para uma sociedade que valoriza profundamente os rituais funerários.

Os rituais de morte e sepultamento são culturalmente significativos, pois, não só prestam homenagem ao falecido, mas também oferecem um momento de consolação e despedida para os enlutados. A interrupção desses rituais devido a desastres naturais intensifica a dor e o sofrimento. Além do impacto emocional e cultural, o atraso na gestão dos corpos e a interrupção dos rituais funerários também representa um sério desafio à saúde pública. Corpos não sepultados adequadamente podem se tornar focos de contaminação, especialmente em áreas alagadas onde doenças podem se propagar mais facilmente. A demora

chuvas e seus impactos nos rios. Para Couto (2003, p. 61): “O rio é como o tempo! ...O rio é uma cobra que tem a boca na chuva e a cauda no mar”.

nos sepultamentos aumenta o risco de proliferação de patógenos, colocando em risco a saúde das comunidades afetadas. Garantir que os mortos (humanos e não humanos) sejam tratados com dignidade e rapidez é não apenas uma questão de respeito cultural, mas também uma necessidade urgente de saúde pública, sublinhando a importância de uma infraestrutura resiliente capaz de enfrentar desastres naturais e suas consequências.

A tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, que interrompeu rituais de despedida e causou atrasos nos sepultamentos, é um lembrete doloroso das vulnerabilidades diante dos desastres naturais. A conexão entre os riscos enfrentados, as catástrofes naturais e as mudanças antropogênicas profundas no ambiente reforça a necessidade de repensar as ações e suas consequências a longo prazo. Tais eventos também acendem o debate sobre a preparação, a antecipação e a resposta para desastres climáticos no Rio Grande do Sul, constatando-se a necessidade de medidas preventivas mais robustas e de uma infraestrutura mais resiliente. A mudança climática tem sido apontada como um fator que contribui para a maior frequência de eventos climáticos extremos, reforçando, assim, a necessidade de uma resposta coordenada por parte do governo, de organizações da sociedade civil e da comunidade internacional.

Municípios que compõem a fronteira oeste historicamente vivenciam, ano após ano, as cheias do Rio Uruguai. Esses fenômenos embora incorporados cultural e existencialmente – como na música chamamé tradicionalista “Balseiros do Rio Uruguai”, de autoria do escritor e compositor gaúcho Barbosa Lessa (1975): “Oba, viva veio a enchente. O Uruguai transbordou. Vai dar serviço pra gente” – deixaram de ter uma conotação positiva de trabalho para os balseiros. Com a expansão e o desenvolvimento de cidades como São Borja, Itaqui e Uruguaiana, as enchentes tornaram-se cada vez mais frequentes e intensas, em razão da intensidade desses eventos agravados pela crise decorrente das mudanças climáticas e das implicações negativas geradas à população local. No entanto, a região apenas recebeu certa atenção e visibilidade federal e estadual, quando o desastre “natural” atingiu drasticamente as regiões metropolitana, central e da serra do Estado, economicamente mais desenvolvidas. Este fato evidencia as discriminações e desigualdades regionais e sociais conectadas aos desastres.

O desastre ocorrido no RS serve, portanto, de caso paradigma para pensar as questões climáticas e a fragilidade dos direitos fundamentais em contextos de crises. As pessoas humanas e não humanas afetadas têm direito a receber assistência humanitária adequada, abrigos seguros e apoio para um recomeço. À medida que a região do sul do Brasil entra na fase de recuperação, torna-se crucial que os esforços de reconstrução sejam conduzidos com uma abordagem focada em direitos, garantindo que todas as pessoas possam retornar a um

ambiente mais seguro e digno. É imperativo, também, que os governos e as instituições trabalhem em estratégias para prevenir e/ou minimizar os riscos e os impactos de futuros desastres climáticos nas mais diversas regiões, de acordo com suas especificidades. No entanto, tais estratégias não podem prescindir de uma visão holista e integrada dos problemas e de todos os indivíduos e grupos afetados. Nesse sentido, a próxima seção problematiza as políticas públicas pela ótica da justiça socioambiental, interesse e da sustentabilidade.

3 CRISE CLIMÁTICA E A JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL: A EMERGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMPROMETIDAS COM A SUSTENTABILIDADE

A era do Antropoceno, proposta para descrever a atual época geológica marcada pelo impacto significativo das atividades humanas no planeta, reflete uma transformação sem precedentes na Terra. O conceito, introduzido por Crutzen e Stoermer (2000), destaca como a industrialização, o uso intensivo de combustíveis fósseis, a pecuária, a monocultura e outras atividades humanas têm moldado o clima, os ecossistemas e a geologia do planeta de maneira profunda e duradoura.

O avanço tecnológico e econômico alavancou a globalização e potencializou os riscos em contextos de controle estatal precários. Assim, a transformação na natureza gerada pela atividade humana recursivamente atinge o próprio ser humano, solapando a dicotomia das relações entre humanidade e natureza. A sociedade de risco (Beck, 2011; 2016) antecipou a materialização dos riscos devido ao impacto da ação e/ou omissão humana, da tecnologia e da ciência no meio ambiente.

Assim, o risco inserido na modernidade é um produto social, e uma de suas factibilidades são os desastres (Beck, 2011). As mudanças climáticas no contexto do Antropoceno são vistas como um dos maiores desafios para a humanidade, dada a magnitude e a rapidez com que estão ocorrendo. Estudos apontam que elas são muito mais rápidas e intensas do que as variações climáticas naturais ocorridas nos últimos milhões de anos. Esta aceleração é atribuída principalmente às emissões antropogênicas de CO₂ e outros gases de efeito estufa, resultantes da queima de combustíveis fósseis, desmatamento e outras práticas industriais (Steffen, 2016). Também a pecuária e a produção de monoculturas são causas significativas das alterações negativas antropogênicas (Chagas, 2024).

A teoria dos desastres climáticos e antropogênicos destaca a complexa interação entre as atividades humanas e os desastres naturais, enfatizando a necessidade de estratégias

robustas de mitigação e adaptação para enfrentar os riscos crescentes associados às mudanças climáticas. Estudos evidenciam que a resposta inadequada e a preparação insuficiente para esses eventos resultam em grandes perdas econômicas e humanitárias, ressaltando a importância de políticas eficazes de gestão de desastres. As estratégias de mitigação, que incluem a redução das emissões de gases de efeito estufa e a promoção de práticas sustentáveis, são essenciais para minimizar os impactos adversos no longo prazo (Mechler; Bouwer, 2015; Farber et al., 2010).

Além de suas implicações climáticas, o Antropoceno também exige uma reavaliação das abordagens políticas e éticas em relação à gestão ambiental. Em se tratando de governança envolvendo o contexto aqui destacado, as definições de alternativas de enfrentamento à crise climática e aos desastres naturais incorpora dimensões para além das fronteiras estatais. Logo, pensar o sistema político de forma efetiva e decisiva para a resolução de problemas decorrentes dos impactos da referida crise envolve o estabelecimento de metas, sua coordenação, implementação e posterior avaliação, de tal maneira que o aperfeiçoamento seja contínuo (Peters, 2013).

Para desenhar políticas públicas efetivas, é imprescindível certa objetividade na noção de necessidades básicas, podendo ser traduzida na característica de universalidade, oriunda do aspecto humano-social-ambiental das necessidades. Segundo Pereira (2000), universalidade não significa a ascensão de uma visão determinada pelas sociedades industriais frente às subdesenvolvidas; mas uma definição baseada nas necessidades de todos os mundos existentes, inclusive o dos animais. Assim, de necessidades comuns a todos, para além das diferenças culturais e do mercado, se delineia a possibilidade de uma vida digna (Pereira, 2000). Neste sentido, a noção de governança global emerge como um conceito crucial para enfrentar os desafios colocados pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental. A gestão integrada e colaborativa dos recursos naturais, aliada a políticas que incentivem a sustentabilidade e a resiliência, é fundamental para mitigar os impactos adversos e promover um desenvolvimento mais sustentável (Hamilton, 2017).

Ainda, a ética e a política no Antropoceno devem incorporar uma perspectiva não antropocêntrica, reconhecendo a interdependência entre humanos, animais e o restante do sistema terrestre. Superar o antropocentrismo indica o rumo ao encontro de perspectivas ecológicas, que reconhecem as interações e interconexões entre humanidade e meio ambiente natural, de tal modo reforçando o ser humano enquanto “apenas um elemento a mais no ecossistema da natureza, um elo entre muitos na cadeia de reprodução da vida” (Junges, 2010,

p. 13). Trata-se de assumir a responsabilidade pela existência da vida como um todo, e, para tanto, necessária a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que de direito passa a ser dever da coletividade (Cavalheiro, 2023).

O ser humano está inserido no ciclo da vida, de tal modo compreendido, conforme Junges como um “elo a mais no encadeamento vital dos ecossistemas”, dependendo “dos mesmos processos vitais como qualquer outro ser vivo” (Junges, 2010, p. 89). Mas, em decorrência das suas atividades desvinculadas de uma consciência socioambiental, acaba por acentuar a degradação da natureza e, conseqüentemente, acelerar as alterações climáticas, a extinção das espécies e a morte de indivíduos animais e humanos.

Este novo quadro ético deve ser orientado pela justiça socioambiental interespecie e pela equidade intergeracional, garantindo que as ações tomadas hoje não comprometam a capacidade das futuras gerações (de humanos e não humanos) de viver em um planeta saudável e equilibrado. A transição para práticas mais sustentáveis e responsáveis requer não apenas mudanças tecnológicas, mas também uma transformação cultural e social profunda (Cooke, 2020). Para tanto, exige-se uma compreensão que não mais privilegie uma visão compartimentada e reducionista dos problemas ambientais. Trata-se de abrir-se para a complexidade envolvendo as relações humano-animal-ambiente e, da mesma forma, definir medidas que envolvem uma atuação conjunta entre os afetados e não afetados pelas crises climáticas; ou melhor, entre os mais e os menos afetados. De tal maneira, desenvolve-se um pensamento complexo, apto a aproximar, integrar e contextualizar saberes para melhor compreender os problemas da humanidade (Morin, 2003, p. 17). Nesse sentido, haverá um diálogo de saberes integrando a racionalidade ambiental, envolvida na circularidade formada pelas ciências e economia confrontadas pelo Ambiente – Outro (Leff, 2006, p. 374).

Para se chegar aos referidos modelos de consciência e justiça, impõem-se reflexões articuladas e multidimensionais, a troca de experiências culturais, a atenção para os problemas ambientais locais, regionais e mundiais. Dessa forma, aproxima-se de soluções viáveis e condizentes com os anseios de manutenção da vida de todos, humanos e não-humanos. É do contexto, então, que se debate a complexidade dos problemas ambientais, em especial, a crise climática, apreciáveis, desde que se agreguem os âmbitos pelos quais permeiam a problemática – não reduzida ao âmbito econômico –, para atingir práticas sustentáveis e protetivas do ecossistema – todo. Nesse sentido, o caso paradigma abre possibilidades para pensar respostas apropriadas e conducentes à justiça socioambiental interespecie.

Essa abordagem é particularmente relevante na gestão de desastres climáticos

exacerbados pelas mudanças climáticas antropogênicas. As políticas de mitigação e adaptação devem ser desenvolvidas com uma visão holística que considere os impactos ambientais, sociais e econômicos, priorizando a resiliência das comunidades vulneráveis e a preservação dos ecossistemas. A integração de práticas sustentáveis e uma ética de responsabilidade compartilhada são essenciais para enfrentar os desafios impostos pelos desastres climáticos no contexto do Antropoceno, assegurando que as respostas sejam inclusivas e equitativas (Steffen, 2016; Williams; Crutzen, 2013).

Délton Winter de Carvalho (2021) focaliza sua teoria de gestão de desastres em uma abordagem interdisciplinar que combina aspectos jurídicos, ambientais e sociais. Seus principais pontos incluem os desastres híbridos, resultando da interação entre fatores naturais e humanos; equidade intergeracional (a importância de considerar as necessidades das gerações futuras na formulação de políticas de prevenção e resposta a desastres); fortalecimento institucional (a necessidade de fortalecer tecnicamente e financeiramente os órgãos de gestão ambiental e de desastres, desprovidos de influências políticas); o ciclo de aprendizado contínuo (a melhoria constante em relação as estratégias a serem implementadas no futuro, a partir da experiência adquirida com o que já ocorreu em termos de desastres). Acrescenta-se a esses pontos, a necessidade de pensar nos outros animais afetados pelos eventos climáticos, como vítimas dos desastres híbridos, como sujeitos de justiça climática e como sujeitos de políticas públicas.

A adaptação às mudanças climáticas requer uma abordagem integrada que considere a vulnerabilidade das populações mais afetadas e a resiliência dos ecossistemas. Assim, a implementação de infraestruturas resistentes a desastres, a restauração de ecossistemas degradados e o fortalecimento das capacidades locais de resposta são componentes críticos para aumentar a resiliência das comunidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da frequência e intensidade dos desastres climáticos no Brasil, particularmente no Estado do Rio Grande do Sul, destaca de maneira inequívoca a urgente necessidade de uma revisão crítica e aprofundada das políticas públicas voltadas para a prevenção, mitigação e adaptação aos impactos ambientais. O caso paradigma evidencia a necessidade de uma abordagem robusta e abrangente no campo do direito socioambiental, que considere a complexidade e a interdependência dos fatores climáticos e sociais.

Este artigo científico conclui que ser imperativo um maior compromisso governamental para enfrentar as causas subjacentes das mudanças climáticas e oferecer respostas eficazes aos desastres climáticos. Tal compromisso deve-se traduzir em ações concretas, como o fortalecimento das políticas de prevenção, mitigação e resposta a desastres, bem como a promoção de práticas sustentáveis que ajudem a reduzir os impactos ambientais. É crucial que as políticas públicas sejam orientadas para a construção de resiliência nas comunidades, com a criação de sistemas de alerta precoce e estratégias de reconstrução que contemplem as necessidades dos grupos mais vulneráveis, incluindo aqui os frequentemente esquecidos animais.

Os eventos climáticos reforçam a importância de uma abordagem interdisciplinar na formulação de estratégias para lidar com essas crises. É fundamental, ainda, que haja uma integração entre justiça socioambiental interespecie e sustentabilidade para desenvolver estratégias eficazes e inclusivas. A pesquisa destaca a urgência em fortalecer as respostas estatais, com vistas a garantir não apenas a proteção do meio ambiente, mas também a resiliência das comunidades mais vulneráveis.

Com base nas análises realizadas, este estudo sugere a implementação de políticas públicas que integrem medidas abrangentes para fortalecer a resiliência das comunidades e melhorar a coordenação entre diferentes órgãos governamentais, em esferas municipal, estadual e federal. A integração de práticas sustentáveis, que visem à redução dos riscos associados a desastres também é essencial para promover uma justiça socioambiental que considere as desigualdades e as necessidades das populações mais afetadas.

Preparar-se para os desastres naturais associados às mudanças climáticas exige a criação de sistemas de alerta precoce, a implementação de políticas de reconstrução efetivas e o fornecimento de apoio contínuo às pessoas afetadas direta e/ou indiretamente. Portanto, é necessário revisar e aprimorar a legislação atual para assegurar uma proteção mais eficaz dos grupos vulneráveis e garantir uma resposta equitativa e eficiente aos desastres. Assim, este estudo contribui para o debate sobre o desenvolvimento de novas diretrizes que não apenas abordem as causas subjacentes dos desastres naturais, mas também promovam um futuro mais seguro e sustentável. O avanço nas políticas públicas e na legislação ambiental é primordial para enfrentar de forma justa os desafios da crise climática, assegurando que todos os segmentos da sociedade possam prosperar em um ambiente mais equilibrado e resiliente.

REFERÊNCIAS

ACEMBRA, Associação dos Cemitérios e Crematórios do Brasil. **Dados sobre atrasos nos sepultamentos durante as enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul.** São Paulo: ACEMBRA, 2024.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco:** rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco mundial:** em busca da segurança perdida. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Orientação Operacional nº 07/2024.** Ações de socorro e assistência ampliada às vítimas de desastre no Estado do Rio Grande do Sul em situação de emergência, de forma excepcional. SEI/MIDR – 4546605.

CARVALHO, Délton Winter de. **Gestão Jurídica Ambiental.** 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021.

CAVALHEIRO, Larissa Nunes. **Direito e Sustentabilidade ao encontro das diversidades no meio ambiente ecologicamente equilibrado:** os Direitos da Sociobiodiversidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

CHAGAS, Afonso. **Amacro:** a reorganização do capital no campo na Amazônia. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

COOKE, Sam. The ethics of climate change: An introduction. **Climate Change Journal**, v. 5, n. 4, p. 297-312, 2020.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The Anthropocene. **Global Change Newsletter**, vol. 41, p. 17-18, 2000.

CADIP, Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual. **Especial CADIP:** Catástrofes Urbanas e o Direito dos Desastres. Porto Alegre: Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual do Estado do Rio Grande do Sul - CADIP RS, 2024.

DEFESA Civil atualiza balanço das enchentes no RS. Porto Alegre: Defesa Civil do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: www.defesacivil.rs.gov.br. Acesso em: 8 ago. 2025.

FARBER, Daniel A.; CARLSON, Ann E.; FRANKE, Margaret A.; PEARL, David S. Climate change impacts on natural resources and environmental sustainability. **Environmental Law Review**, v. 40, n. 5, p. 1203-1242, 2010.

G1, Portal de Notícias. **RS tem 124 trechos bloqueados em rodovias, 191 mil pontos sem luz e 1 mil escolas afetadas; veja situação:** tragédia climática já deixou 155 mortos no Estado e afeta a prestação de diversos serviços. 07 maio de 2024. Rio de Janeiro; São Paulo: Portal de Notícias G1, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/07/rs-tem-124-trechos-bloqueados-em-rodovias-191-mil-pontos-sem-luz-e-1-mil-escolas-afetadas-veja-situacao.ghtml>. Acesso em: 08. ago. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Maior Catástrofe Climática do RS**: abril-maio de 2024. Porto Alegre: Governo do Estado - Rio Grande do Sul, 2024.

HAMILTON, Clive. **Defiant Earth**: The fate of humans in the Anthropocene. Cambridge: Polity Press, 2017.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LESSA, Barbosa. Balseiros do Rio Uruguai. In: GUARANY, Noel. **Sem Fronteira**. Intérprete: Noel Guarany. Compositor: Barbosa Lessa. Berlin, São Paulo: Odeon Records, 1975. 1 disco vinil, lado A, faixa 4, (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6W1ZWVNcpDs>. Acesso em: 15 set. 2025.

JUNGES, Jose Roque. **(Bio)Ética Ambiental**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

MECHLER, Reinhard; BOUWER, Laurens M. Understanding trends and projections of disaster losses and climate change: Is vulnerability the missing link? **Climatic Change**, v. 133, n. 1, p. 23-34, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-014-1141-0>. Acesso em: 08 ago. 2025.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). **Para navegar no século 21 tecnologias do imaginário e cibercultura**. 3º ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003.

PETERS, Brainard Guy. O que é Governança? **Revista do Tribunal de Contas da União (TCU)**, n. 127, p. 28-33, maio/ago, 2013. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/87>. Acesso em: 15 set. 2025.

PEREIRA, Potyara, A. P. **Necessidade Humanas**: subsídios a crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

STEFFEN, Will *et al.* The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. **Philosophical Transactions of the Royal Society A**, v. 369, p. 842-867, 2016. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rsta.2010.0327>. Acesso em: 08 ago. 2025.

WILLIAMS, Mark; CRUTZEN, Paul J. The Anthropocene: a new epoch of geological time? **Philosophical Transactions of the Royal Society A**, v. 369, p. 835-841, 2013. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/10.1098/rsta.2010.0339>. Acesso em: 08 ago. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tema/internacional/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

O DISCURSO CAPITALISTA NA CONTRAMÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL: UMA LEITURA LACANIANA

THE CAPITALIST DISCOURSE AGAINST SOCIAL PROTECTION: A LACANIAN READING

Najla Gergi Krouchane¹

Resumo: Este artigo desenvolve uma análise crítica do discurso capitalista a partir das formulações de Jacques Lacan, articulando suas implicações à política de proteção social brasileira. O discurso capitalista, ao negar a falta constitutiva do sujeito e suprimir o Outro como interlocutor legítimo, compromete a produção de laço social e a emergência do sujeito desejante. Trata-se de uma estrutura discursiva que opera pela lógica da mercantilização, da satisfação imediata e da performance, instaurando uma subjetividade capturada por objetos de consumo e pela promessa de completude. Tal lógica se mostra profundamente dissonante dos fundamentos da assistência social, que reconhece a demanda como expressão da incompletude humana e aposta na escuta, na construção de vínculos e na promoção da autonomia. Por meio de uma abordagem teórica e qualitativa, fundamentada na psicanálise lacaniana e em referenciais da política de assistência social, o estudo investiga os efeitos subjetivos e sociais do discurso capitalista, especialmente no contexto da virtualização das relações humanas e da captura do desejo por dispositivos tecnológicos. Conclui-se que a proteção social, ao sustentar o sujeito em sua condição de faltoso e demandante, pode operar como espaço de resistência simbólica frente à lógica dominante, reafirmando o valor ético do Outro como interlocutor e a centralidade do desejo na constituição da cidadania.

Palavras-chave: Discurso Capitalista; Proteção Social; Psicanálise; Jaques Lacan.

Abstract: This article develops a critical analysis of the capitalist discourse based on Jacques Lacan's formulations, articulating its implications for Brazilian social protection policy. The capitalist discourse, by denying the subject's constitutive lack and suppressing the Other as a legitimate interlocutor, undermines the production of social bonds and the emergence of the desiring subject. It is a discursive structure that operates through the logic of commodification, immediate satisfaction, and performance, establishing a subjectivity captured by consumer objects and the promise of completeness. Such logic is profoundly

¹Psicóloga Socioassistencial. Psicanalista de bebês, crianças, adolescentes e adultos. Pedagoga. Psicopedagoga. Licenciada em Ciências Sociais. Especialista em Psicanálise com crianças e adolescentes; em Psicanálise Lacaniana e em Psicopatologias Psicanalíticas. Docente nos cursos de formação e pós-graduação em Psicanálise no Instituto Freudiano de Salvador, na Escola Freudiana de Vitória e no Núcleo Brasileiro de Pesquisas Psicanalíticas. Doutoranda em Psicanálise pela Universidade Humanista da Américas (HUA). São Paulo/SP, Brasil. E-mail: najlaatui@hotmail.com

dissonant with the foundations of social assistance, which recognizes demand as an expression of human incompleteness and invests in listening, the construction of bonds, and the promotion of autonomy. Through a theoretical and qualitative approach, grounded in Lacanian psychoanalysis and references from social assistance policy, the study investigates the subjective and social effects of capitalist discourse, especially in the context of the virtualization of human relations and the capture of desire by technological devices. It concludes that social protection, by sustaining the subject in their condition of lack and demand, can operate as a space of symbolic resistance against the dominant logic, reaffirming the ethical value of the Other as interlocutor and the centrality of desire in the constitution of citizenship.

Keywords: Capitalist Discourse; Social Protection; Psychoanalysis; Jaques Lacan.

1 INTRODUÇÃO

A política de proteção social, conforme delineada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem como finalidade a superação das vulnerabilidades, a garantia de direitos e a promoção da dignidade humana.

Trata-se de uma política pública que reconhece o sujeito em sua condição de faltoso, demandante, e aposta na construção de vínculos, na escuta qualificada e na produção de laços sociais. No entanto, essa lógica encontra um obstáculo estrutural na forma como o sujeito é capturado pelo discurso capitalista, conforme teorizado por Jacques Lacan no *Seminário 17: O Averso da Psicanálise* (1992).

Lacan (1992) conceitua o discurso capitalista como uma derivação do discurso do mestre, mas com uma estrutura que rompe o circuito simbólico. Nele, o sujeito não se articula com o Outro — não há escuta, nem troca, nem produção simbólica. O agente é o consumidor, sustentado por um saber técnico-científico que se alia ao capital para produzir *gadgets* – dispositivos eletrônicos – e soluções imediatas. O sujeito é empurrado para uma posição onde a falta é negada e o desejo é substituído pela compulsão ao consumo.

Essa estrutura discursiva se mostra em desacordo com os princípios da proteção social, que se fundamenta na escuta da demanda, na construção de vínculos e na aposta no protagonismo dos sujeitos. Enquanto a assistência social reconhece a falta como motor da demanda e da construção de direitos, o discurso capitalista oferece a ilusão da completude, capturando o sujeito em uma rede de respostas prontas, muitas vezes para perguntas que ele sequer sabia que tinha. A inteligência artificial, os algoritmos e os dispositivos eletrônicos encarnam essa promessa de satisfação plena, dispensando o tempo da elaboração, da dúvida e

da escuta.

Portanto, analisar o discurso capitalista é analisar os modos contemporâneos de subjetivação, marcados pela aceleração, pela virtualidade e pela negação da falta — e, ao mesmo tempo, reafirmar a proteção social como espaço de resistência simbólica, onde o sujeito pode ser acolhido em sua incompletude e convocado à construção de vínculos e direitos.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar o discurso capitalista a partir das formulações de Jacques Lacan, evidenciando como sua estrutura discursiva se mostra incompatível com os princípios da proteção social. Busca-se compreender de que modo esse discurso impacta a constituição da subjetividade contemporânea, especialmente no contexto das políticas públicas de assistência social, e como ele desafia a construção de vínculos, a escuta da demanda e o reconhecimento da falta como motor do laço social.

Metodologicamente, este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-conceitual, com base na articulação entre a psicanálise lacaniana e os fundamentos da política de proteção social brasileira. A pesquisa consiste em uma análise crítica do discurso capitalista, conforme formulado por Jacques Lacan no *Seminário 17: O Averso da Psicanálise*, e suas implicações para a constituição da subjetividade e para o campo da assistência social.

A investigação fundamenta-se em revisão bibliográfica de caráter analítico, discutindo os efeitos do capitalismo sobre o laço social. Além disso, são mobilizados documentos normativos e institucionais, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, com o objetivo de contextualizar os princípios e diretrizes da proteção social no Brasil.

A análise se desenvolve por meio da leitura crítica e interpretativa dos textos selecionados, buscando evidenciar as tensões entre o discurso capitalista e os fundamentos ético-políticos da assistência social. Dessa forma, o estudo propõe uma reflexão sobre os desafios contemporâneos da subjetivação e os limites impostos pela lógica da mercantilização às práticas de cuidado, escuta e construção de vínculos.

2 A PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A proteção social no Brasil é fruto de um processo histórico de construção de direitos, marcado por avanços institucionais e lutas sociais que visam garantir condições mínimas de

dignidade à população em situação de vulnerabilidade. Estruturada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), essa política integra o campo da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência, e tem como finalidade a promoção da cidadania, a redução das desigualdades e a superação das violações de direitos.

Historicamente, a assistência social esteve vinculada a práticas assistencialistas, pautadas na caridade, na filantropia e na distribuição pontual de bens, sem compromisso com a transformação das condições estruturais que produzem a pobreza e a exclusão. A partir da Constituição Federal de 1988, e com a promulgação da LOAS em 1993, a assistência social passou a ser reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, desvinculando-se da lógica da benevolência e assumindo um caráter universal, não contributivo e descentralizado.

O SUAS, instituído em 2005, representa um marco na organização da política de assistência social, ao estabelecer uma rede articulada de serviços, programas, projetos e benefícios, com gestão compartilhada entre União, estados e municípios (Brasil, 2011).

Essa estrutura é dividida em Proteção Social Básica, voltada à prevenção de riscos sociais e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e Proteção Social Especial, destinada ao atendimento de situações de violação de direitos, com diferentes níveis de complexidade (Brasil, 2014).

Entre os serviços ofertados, destacam-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), além dos serviços de acolhimento institucional, abordagem social e atendimento a pessoas em situação de rua, deficiência, violência ou abandono (Brasil, 2014).

Os benefícios eventuais, como auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio por calamidade pública e por vulnerabilidade temporária, também compõem essa política, atuando como provisões emergenciais articuladas ao acompanhamento socioassistencial (Brasil, 1993).

Esses benefícios são provisões temporárias e não contributivas, previstas na LOAS, destinadas a atender necessidades urgentes e imprevisíveis, como nascimento, morte, perda de renda, desastres naturais e outras situações que comprometem a subsistência. No entanto, sua concessão não deve ocorrer de forma isolada, mas articulada a ações socioassistenciais que promovam o protagonismo dos sujeitos e a superação da condição de vulnerabilidade.

No que tange ao trabalho da proteção social básica, o fortalecimento de vínculos

familiares e comunitários constitui um dos eixos centrais da proteção social básica, sendo fundamental para a prevenção de situações de risco e para a promoção da autonomia dos sujeitos. Os serviços socioassistenciais, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), atuam na perspectiva de reconstrução de laços afetivos, sociais e culturais, especialmente em territórios marcados pela fragmentação das relações e pela ausência de redes de apoio. Esses serviços promovem espaços coletivos de escuta, convivência e troca, nos quais os sujeitos podem elaborar suas vivências, compartilhar experiências e construir pertencimento. Ao reconhecer a família e a comunidade como instâncias fundamentais de proteção, a assistência social contribui para o enfrentamento das vulnerabilidades de forma integrada, respeitando a singularidade dos sujeitos e valorizando os saberes locais. O trabalho social com famílias, nesse sentido, não se limita à resolução de demandas imediatas, mas aposta na construção de vínculos duradouros, na mobilização de recursos internos e externos, e na ampliação da capacidade de enfrentamento das situações adversas. Trata-se de uma prática que resiste à lógica individualizante do discurso capitalista, reafirmando o valor da coletividade, da solidariedade e da construção compartilhada de direitos (Brasil, 2014).

Por conseguinte, a proteção social tem como objetivo central a superação das situações de vulnerabilidade, promovendo condições mínimas de dignidade e cidadania. Para isso, é necessário reconhecer os determinantes históricos e estruturais que atravessam gerações, como o racismo, o patriarcado, a desigualdade de renda, a precarização das relações de trabalho e o enfraquecimento dos vínculos comunitários. O sistema capitalista, ao organizar a vida social com base na lógica da mercantilização, da produtividade e do consumo, impacta diretamente na constituição dessas vulnerabilidades, ao reforçar a exclusão e a alienação social.

Nesse cenário, a assistência social não pode se limitar à provisão emergencial ou à resposta imediata às carências materiais. Ela deve atuar de forma crítica, emancipadora e transformadora, reconhecendo o sujeito em sua singularidade e complexidade, e promovendo espaços de escuta, acolhimento e construção de vínculos. A proteção social, portanto, deve ser compreendida como um campo ético-político que resiste à lógica da mercantilização da vida, reafirmando o valor do cuidado, da escuta e da construção coletiva de direitos como fundamentos da cidadania.

2.2 O discurso capitalista: uma direção contrária

No Seminário 17, intitulado *O Averso da Psicanálise* (1992), o psicanalista francês Jacques Lacan apresenta a teoria dos discursos como uma ferramenta para entender como os seres humanos se relacionam e constroem vínculos sociais. Para Lacan, o discurso não é apenas aquilo que se fala, mas uma estrutura que organiza as posições que cada sujeito ocupa nas relações, influenciando como ele se conecta com o Outro e como se produzem sentidos, saberes e formas de subjetividade.

Cada discurso funciona como um modelo de relação, composto por quatro elementos principais: o agente (quem conduz a ação), a verdade (que sustenta esse agente, mas permanece oculta), o Outro (quem recebe a ação discursiva) e a produção (o efeito gerado nessa relação) (Lacan, 1992).

Essa teoria permite compreender que os discursos não são neutros: eles atravessam a forma como o sujeito se posiciona diante do saber, do desejo, do poder e da alteridade. Lacan formaliza quatro discursos principais que sustentam o laço social — o discurso do mestre, o discurso universitário, o discurso da histérica e o discurso do analista.

No Discurso do Mestre, o agente é aquele que detém o poder e a palavra da lei (S1). Ele comanda e impõe, sustentando uma autoridade que estrutura o campo do Outro — como o governante que instaura a ordem sem necessariamente produzir saber. A verdade, nesse caso, permanece oculta sob o comando. No Discurso Universitário, o saber institucionalizado (S2) ocupa a posição de agente: trata-se de um saber técnico, protocolar e acumulativo, que transmite conhecimento de forma mecânica e repetitiva. A função pedagógica, nesse modelo, se reduz à reprodução de fórmulas, silenciando a subjetividade e apagando o desejo que anima o saber. O sujeito (representado por \$) é submetido à lógica da alienação: ele deixa de ser interlocutor para tornar-se objeto de formação e reprodução, submetido à lógica da alienação. O estudante, portanto, é posicionado como objeto a — um resíduo da máquina de saber, ignorado em sua singularidade e esvaziado de desejo. O saber acumulativo, de natureza burocrática, opera como uma engrenagem que repete fórmulas e silencia a enunciação subjetiva. No Discurso da Histérica, o agente é o desejo (\$): a histérica interroga o saber, desafia o mestre, e ao fazê-lo, convida o Outro a se posicionar como aquele que sabe. É um discurso de mobilização e questionamento, que produz saber ao confrontar o suposto saber do outro. A histérica torna o Outro desejante, desestabilizando verdades e provocando deslocamentos. Por fim, no Discurso do Analista, o agente ocupa o lugar de objeto a — o vazio, a falta, o ponto onde o analista se cala para permitir que o sujeito fale e que o inconsciente emerja. É o único discurso que visa, não à dominação, mas à abertura do sujeito para sua própria verdade. O analista, ao suspender o saber e ocupar o lugar de falta, permite que o analisando se constitua como sujeito do desejo. (Lacan *apud* Krouchane, 2025, p. 323-324).

Entender os discursos é, portanto, uma forma de compreender como os sujeitos se constituem nas relações sociais, como se produzem os laços e como determinadas estruturas

podem favorecer ou dificultar a escuta, o desejo e o reconhecimento do Outro. Essa abordagem é especialmente relevante para pensar práticas como a assistência social, que se sustentam na construção de vínculos e na escuta da demanda, em contraste com discursos que promovem isolamento, consumo e apagamento da subjetividade.

Mais tarde, Lacan (1992) apresenta um quinto tipo de discurso: o discurso capitalista. Ao contrário dos outros, ele não favorece a criação de vínculos sociais, pois elimina o Outro como alguém com quem se pode dialogar. Nesse modelo, o circuito da comunicação é interrompido — não há espaço para a falta, para o desejo ou para a troca simbólica. Trata-se de uma versão modificada do discurso do mestre, mas que funciona de maneira mais rígida e direta, sem espaço para mediações simbólicas. O sujeito que ocupa o lugar de agente é o consumidor, movido por um sistema que combina capital, ciência e tecnologia, e que produz objetos de consumo — os chamados *gadgets* — como promessas de satisfação imediata e experiências virtuais completas. Esses aparelhos, segundo Quinet (2012), representam a ilusão de que é possível alcançar a plenitude, prendendo o sujeito em uma lógica de consumo contínuo e apagando sua capacidade de desejar e se relacionar com o Outro.

Esse discurso oferece ao sujeito a ilusão de completude, apagando a falta constitutiva da experiência humana. Ao negar a falta, o sujeito é capturado por uma lógica infantilizada, regredindo à posição de quem tudo demanda e nada simboliza. Nas relações humanas, a falta é estruturante: é pela ausência que se deseja, e é no desejo que se convoca o Outro, instaurando o laço social. Um dispositivo eletrônico, por mais sofisticado que seja, não demanda nem responde ao desejo; ele apenas oferece respostas prontas, muitas vezes para perguntas que o sujeito sequer sabia que tinha. A inteligência artificial, nesse contexto, seduz pela promessa de saber absoluto, capturando o sujeito em uma rede de respostas instantâneas que dispensam o tempo da elaboração, da dúvida e da escuta.

O discurso capitalista tende a colonizar o espaço do desejo, substituindo-o por consumo e performance. O sujeito, ao buscar respostas rápidas e soluções imediatas, evita o enfrentamento da própria falta, comprometendo o processo de subjetivação. A subjetividade, nesse modelo, é moldada pela lógica da mercadoria: o sujeito é reduzido à função de consumidor, e o Outro é apagado como instância simbólica, tornando-se apenas objeto de fruição.

Nesse sentido, pensar os discursos é pensar os modos de laço, e pensar o laço é pensar a possibilidade de existir com o Outro como interlocutor ético e simbólico — e não como objeto de consumo, como se evidencia no discurso capitalista. A crítica lacaniana revela que,

ao enfraquecer o laço social, o discurso capitalista compromete a possibilidade de encontro com o real, com a alteridade e com a própria constituição do sujeito.

Se o discurso capitalista enfraquece o laço social é porque nele já não nos dirigimos ao Outro como uma instância que nos faça ir além de nós mesmos, ultrapassando o que poderíamos fazer sozinhos. O lugar dos nossos “parceiros” passará a ser o de simples objetos de fruição, que não acrescentam nem retiram nada ao nosso saber, em suma, que não nos tiram da idiotia. Com esses parceiros, as chances de um encontro com o real são mínimas [...]. (Lustosa, 2009, p. 51).

Diante disso, o discurso capitalista revela-se não apenas como uma estrutura que reorganiza os modos de produção e consumo, mas como um dispositivo que reconfigura profundamente a subjetividade contemporânea. Ao prometer satisfação plena e eliminar a alteridade como condição de constituição do sujeito, esse discurso fragiliza os vínculos sociais, esvazia o campo do desejo e transforma o Outro em mero objeto de uso e descarte.

Essa lógica se infiltra nas relações sociais, nas práticas institucionais e nas políticas públicas, impondo uma racionalidade que valoriza a eficiência, a produtividade e o desempenho em detrimento da escuta, da espera e da construção simbólica. A política de proteção social, ao contrário, sustenta-se na aposta ética de que o sujeito é faltoso, desejante e capaz de transformação — desde que haja espaço para o vínculo, para a escuta e para o reconhecimento da alteridade.

Portanto, retomar a teoria dos discursos de Lacan, especialmente a crítica ao discurso capitalista, é fundamental para pensar os desafios contemporâneos da assistência social e da clínica. Trata-se de reafirmar que o laço social não se sustenta na completude, mas na falta; não se realiza no consumo, mas no encontro com o Outro; não se resolve com respostas prontas, mas com a escuta do que ainda não foi dito. É nesse intervalo — entre o saber e o não saber, entre o desejo e a falta — que o sujeito pode emergir e o laço social pode, de fato, se constituir.

A inexistência do laço social no discurso capitalista representa um dos maiores desafios ético-políticos para a assistência social contemporânea. Ao eliminar o Outro como interlocutor e negar a falta constitutiva do sujeito, o discurso capitalista rompe com a possibilidade de troca simbólica, escuta e reconhecimento — elementos fundamentais para a construção de vínculos e para a subjetivação.

No campo da assistência social, essa ruptura tem efeitos concretos e profundos. O público atendido por essa política — marcado por vulnerabilidades, violação de direitos e

exclusão histórica — demanda, acima de tudo, reconhecimento, escuta e acolhimento. No entanto, quando capturado pela lógica capitalista, esse sujeito é reduzido à condição de consumidor de serviços, e sua demanda é tratada como uma necessidade a ser resolvida de forma técnica e imediata, apagando sua singularidade e sua potência de transformação.

A ausência de laço social implica na substituição do Outro simbólico por objetos de consumo e respostas automatizadas, o que compromete a construção de vínculos e a elaboração subjetiva das experiências de sofrimento. O sujeito deixa de ser interlocutor e passa a ocupar o lugar um destinatário passivo de intervenções padronizadas, muitas vezes descoladas de sua realidade concreta.

Nesse âmbito, o discurso capitalista, ao negar a falta e eliminar o Outro como interlocutor, compromete diretamente os fundamentos ético-políticos da assistência social, prejudicando sua capacidade de promover vínculos, escuta qualificada e protagonismo dos sujeitos. Ao transformar o indivíduo em consumidor e reduzir a demanda à lógica da eficiência, da produtividade e da satisfação imediata, esse discurso esvazia o sentido da proteção social, que se sustenta na construção de laços, na valorização da alteridade e na aposta na incompletude como motor da cidadania. A racionalidade capitalista, centrada na mercantilização da vida e na lógica da performance, tende a capturar o sujeito em uma posição de passividade e dependência de soluções prontas, dificultando o acolhimento da demanda simbólica e o reconhecimento da singularidade.

Nos serviços socioassistenciais, os efeitos do discurso capitalista podem se manifestar de forma concreta: sujeitos chegam aos equipamentos esperando respostas rápidas, muitas vezes sem abertura para o processo de escuta, elaboração e construção de vínculos. A expectativa de atendimento imediato, moldada pela lógica do consumo, entra em conflito com a proposta da assistência social, que exige tempo, vínculo e construção coletiva. O trabalho social, nesse cenário, é tensionado por uma racionalidade que valoriza o resultado mensurável, o desempenho técnico e a resolução objetiva, em detrimento da escuta sensível, da acolhida e da construção subjetiva.

Para os profissionais da assistência social, isso significa lidar com sujeitos atravessados por uma lógica de urgência, imediatismo e desconfiança, que frequentemente esperam soluções prontas e rápidas, sem espaço para o diálogo, a escuta e o processo. Além disso, o discurso capitalista fragiliza os vínculos comunitários e familiares, promovendo o isolamento, a individualização das demandas e a fragmentação das redes de apoio. A prática socioassistencial, nesse contexto, precisa resistir à captura pelo discurso capitalista,

reafirmando o valor da escuta qualificada, da construção de vínculos e da aposta na incompletude como motor da cidadania.

Reafirmar o laço social é, portanto, uma tarefa política e clínica. É reconhecer que o sujeito não é apenas portador de carências materiais, mas também de demandas simbólicas que só podem ser acolhidas em espaços que sustentem o tempo da escuta, da espera e da elaboração. A assistência social, ao operar como campo de resistência ao discurso capitalista, pode devolver ao sujeito a condição de interlocutor, desejante e capaz de construir sua própria trajetória — não como consumidor de políticas, mas como protagonista de direitos.

Resistir a essa lógica implica reafirmar a assistência social como campo ético-político, que reconhece o sujeito em sua incompletude e aposta na construção de vínculos como estratégia de superação das vulnerabilidades. É preciso sustentar práticas que valorizem o tempo da escuta, a elaboração da demanda e o fortalecimento das redes familiares e comunitárias, promovendo espaços de convivência, pertencimento e reconstrução simbólica. Nesse sentido, o enfrentamento ao discurso capitalista não se dá apenas no plano teórico, mas na prática cotidiana dos serviços, onde cada escuta, cada vínculo e cada gesto de acolhimento representam uma aposta na potência transformadora do laço social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do discurso capitalista, a partir das formulações de Jacques Lacan, permitiu compreender como essa estrutura discursiva compromete o laço social ao negar a falta e suprimir o Outro como interlocutor. Ao operar pela lógica da mercantilização, da satisfação imediata e da performance, o discurso capitalista captura o sujeito em uma rede de consumo e alienação, dificultando sua constituição como sujeito desejante, ético e capaz de estabelecer vínculos simbólicos. Trata-se de uma lógica que substitui o tempo da escuta pelo imediatismo da resposta, o desejo pela demanda de objetos, e o Outro pela função de espelho ou de fruição.

Esse funcionamento se mostra profundamente dissonante dos princípios que orientam a política de proteção social brasileira, que reconhece a incompletude como motor da demanda e aposta na escuta, no cuidado e na construção de vínculos. A assistência social, ao sustentar o sujeito em sua singularidade e vulnerabilidade, pode atuar como espaço de resistência simbólica frente à lógica dominante, reafirmando o valor da cidadania como direito e não como mercadoria. Ao reconhecer o sujeito como interlocutor e não como

consumidor, a proteção social reafirma a centralidade do vínculo, da alteridade e da escuta como fundamentos ético-políticos do cuidado.

Contudo, os desafios são inúmeros. A crescente virtualização das relações humanas, o avanço da inteligência artificial, a intensificação da lógica neoliberal e a captura do desejo por dispositivos tecnológicos impõem obstáculos à escuta qualificada, à construção de vínculos e ao protagonismo dos sujeitos. A racionalidade capitalista tende a colonizar os espaços institucionais, transformando práticas de cuidado em protocolos de atendimento, e convertendo sujeitos em usuários padronizados, esvaziados de singularidade. Nesse cenário, o trabalho socioassistencial corre o risco de ser absorvido por uma lógica gerencialista, voltada à produtividade e ao controle, em detrimento da escuta sensível e da construção simbólica.

Torna-se urgente fortalecer práticas socioassistenciais que não apenas respondam às carências materiais, mas que promovam a subjetivação, o vínculo e o reconhecimento ético do Outro. Isso implica sustentar o tempo da escuta, acolher a demanda em sua complexidade e promover espaços de convivência que favoreçam a elaboração simbólica das experiências de sofrimento. A assistência social, nesse sentido, deve se afirmar como campo de resistência ao discurso capitalista, operando como espaço de produção de laço social, de reconstrução de vínculos e de afirmação da cidadania como experiência ética e coletiva.

Como perspectiva para estudos futuros, sugere-se aprofundar a articulação entre psicanálise e políticas públicas, investigando como os discursos que circulam na contemporaneidade afetam a constituição do sujeito, a produção de laços e a eficácia das práticas de cuidado. A proteção social, nesse contexto, deve ser pensada como campo de disputa simbólica, onde se afirma o valor da escuta, da alteridade e da construção coletiva de direitos. Reafirmar o sujeito como interlocutor desejante, e não como consumidor de serviços, é um gesto político e clínico fundamental para a reinvenção do laço social e para a sustentação de práticas que resistam à lógica da mercadoria e da exclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil nº 5.010, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Reimpressão. Brasília, DF: MDS, 2014.

KROUCHANE, N. G. Entre desejo e discurso: ecos de Rubem Alves e Jacques Lacan. In: XIII Jornada de produção científica e tecnológica, XIII; Ciclo de palestras tecnológicas, XVI; Semana da pedagogia, I; Semana da biologia, X. **Anais da Jornada de Produção Científica e Tecnológica.** Instituto Federal de São Paulo – Campus São Roque, São Roque, v. 1, 2025. p. 318–327. Disponível em: <https://www.aacademica.org/jpctifpsrq/3>. Acesso em: 19 out. 2025.

LACAN, J. **O seminário - Livro 17: O avesso da psicanálise (1969 - 1970).** Rio de Janeiro: Zahar, 1992. (Campo freudiano no Brasil).

LUSTOZA, R. Z. O discurso capitalista de Marx a Lacan: algumas consequências para o laço social. **Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica**, n.12, v.1, 2009. p.41–52. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982009000100003>. Acesso em: 02 de nov. 2025.

QUINET, A. **Os outros em Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O POVO TEM A FORÇA SÓ PRECISA DESCOBRIR: COZINHAS SOLIDÁRIAS E PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO POPULAR

EL PUEBLO TIENE LA FUERZA, SOLO NECESITA DESCUBRIRLA: COCINAS SOLIDARIAS Y PROCESOS DE ORGANIZACIÓN POPULAR

Aléxia Prestes Aires¹

Resumo: Este estudo aborda as cozinhas solidárias na atualidade como uma estratégia de organização popular territorial da classe trabalhadora, tendo como ponto de partida o combate à fome, especialmente em territórios periféricos. Para compreender o fenômeno da fome no Brasil e sua intrínseca relação com outras desigualdades sociais, são analisados elementos relacionados à constituição do modo de produção capitalista no país, assim como a posição que este ocupa em um sistema globalizado de economia dependente. Por fim, são apontados o contexto de ressurgimento das cozinhas solidárias no Brasil, tendo como plano de fundo crises do modo de produção capitalista em contextos de calamidade, em especial a pandemia de Covid-19 e a enchente no Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: questão-social; fome; processos-organizativos; cozinhas solidárias.

Resumen: Este estudio aborda las cocinas solidarias en la actualidad como una estrategia de organización popular territorial de la clase trabajadora, tomando como punto de partida el combate al hambre, especialmente en territorios periféricos. Para comprender el fenómeno del hambre en Brasil y su intrínseca relación con otras desigualdades sociales, se analizan elementos relacionados con la constitución del modo de producción capitalista en el país, así como la posición que este ocupa en un sistema globalizado de economía dependiente. Finalmente, se señala el contexto del resurgimiento de las cocinas solidarias en Brasil, teniendo como telón de fondo las crisis del modo de producción capitalista en contextos de calamidad, en especial la pandemia de Covid-19 y la inundación en el Estado de Rio Grande do Sul.

Palabras clave: Cuestión social; Hambre, Procesos organizativos, Cocinas solidarias

1 INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura, em que vivenciamos crises permanentes do modo de produção capitalista, a população residente nas periferias e no campo é a que mais sofre, contexto agravado pelo sucateamento das políticas sociais e pela não garantia, por parte do estado, de

¹ Assistente Social. Especialista em Atenção Primária à Saúde. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

condições mínimas para a sobrevivência. Em contrapartida, no último período, com o retorno do Brasil ao mapa da fome (2019-2025), a pandemia de Covid-19 (2020-2023) e a enchente no estado do Rio Grande do Sul (2024), observamos o fortalecimento de processos de organização social nos territórios, especialmente através de redes de solidariedade, tendo em vista a necessidade de sobrevivência da classe trabalhadora e o enfrentamento às crises permanentes do modo de produção capitalista.

As inquietações que motivam este estudo, tema de uma dissertação de mestrado em construção, emergiram a partir da atuação cotidiana em cozinhas solidárias de territórios periféricos do município de Porto Alegre e atravessam um contexto permeado por um desastre ambiental sem precedentes. Segundo boletim emitido pelo SOS Rio Grande do Sul (2025) sobre a enchente foram registrados 478 municípios afetados, 2.398.255 pessoas afetadas, 806 feridas, 23 desaparecidas e 185 óbitos.

Diante dos desafios mencionados e do sucateamento das políticas sociais e ambientais, a população se viu obrigada a se organizar para garantir condições mínimas de sobrevivência, entre elas a alimentação. Nas cozinhas solidárias fruto desta análise, além da produção diária de refeições durante os três primeiros meses de calamidade, enfrentamos os desafios advindos com o contexto vivenciado, tais como: falta de energia elétrica e de água, desabastecimento de insumos, aumento no preço dos alimentos disponíveis para consumo, escassez de gás de cozinha, entre outros.

As referidas cozinhas surgiram, em parte, durante o período da pandemia de Covid-19, e outras em decorrência da emergência da enchente, sendo organizadas por moradores de bairros periféricos da capital em articulação com movimentos sociais do campo e da cidade. Mesmo com o passar dos meses e o fim do período de calamidade, as cozinhas solidárias seguem em funcionamento, evidenciando sua potencialidade na construção de processos organizativos permanentes.

Na sociedade capitalista, a fome se apresenta como uma das mais cruéis expressões da questão social. Segundo estimativas da Organização (ONU), no ano de 2024, 673 milhões de pessoas passaram fome, o que representa cerca de 8,2% da população mundial. Nesse contexto de aumento da fome e de um mercado que não produz para satisfazer as necessidades sociais da população, as cozinhas solidárias configuram-se como uma estratégia de organização social e territorial coletiva, sendo organizadas pelos próprios moradores do território onde se localizam como forma de resistência. Esses mecanismos que visam garantir a sobrevivência de forma coletiva são historicamente adotados pela classe oprimida, o desafio

posto consiste em contribuir para o fortalecimento desses processos, tendo o território como espaço estratégico de atuação.

2 FOME E DESIGUALDADES NO BRASIL

O modo de produção capitalista, sistema dominante da sociedade em que vivemos, tem como ponto de partida um processo denominado acumulação primitiva (Marx, 2023). Este processo se desenvolveu de maneiras distintas conforme a formação social e histórica de cada país. Segundo a análise marxiana, um marco determinante para a compreensão das bases de constituição do capitalismo foi a dissolução da sociedade feudal, na Europa Ocidental, que transformou produtores em trabalhadores assalariados ao privá-los do acesso à terra e, conseqüentemente, dos meios de garantir suas necessidades básicas, como a alimentação.

Na época, entre os séculos X e XV, a terra era de uso comum e os camponeses e suas famílias sobreviviam por meio dos produtos cultivados por eles próprios. Posteriormente, com o desenvolvimento da sociedade e das relações sociais capitalistas, ocorreu um longo processo de expropriação desses trabalhadores, por meio do cercamento de terras, da expulsão dos camponeses do campo e da repressão estatal violenta, obrigando-os, despossuídos de seus meios de vida, a vender sua força de trabalho aos capitalistas industriais em troca de um salário (Marx, 2023).

Nesse sentido, o uso da terra para a produção de meios de subsistência, que antes era coletivo, passa a ser concentrado nas mãos da classe dominante.

Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. (Marx, 2023, p. 960)

Conforme mencionado anteriormente, a acumulação primitiva, ocorreu de maneiras distintas em cada país, contudo, de forma global e interligada. Para Ferreira (2021), tratou-se de um processo mais amplo do que a simples separação dos produtores de seus meios de vida, ocasionando também a expropriação de corpos e saberes de mulheres e submetendo povos a processos sistemáticos de desumanização, por meio do trabalho forçado e da escravização, especialmente nos países colonizados. Nesse sentido, segundo a análise marxista, o

escravismo e o colonialismo foram fundamentais para a acumulação primitiva de capital e o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles europeias.

Com relação ao Brasil, país que será fruto desta análise, Moura (1983) destaca que o fato mais importante para se pensar a formação social e histórica foi o modo de produção escravista, que perdurou por quase 400 anos e deixou marcas profundas na sociedade, as quais permanecem até a conjuntura atual. Segundo o autor, o escravismo atuou como um entrave ao desenvolvimento interno do país, reforçando uma lógica de dependência externa, com uma produção voltada à exportação que se dava pela exploração de homens e mulheres escravizados.

Essa característica de país dependente não acabou com o fim da sociedade colonial, ao contrário, se intensificou. Para Iamamoto (2015), a transição da “democracia dos oligarcas” para a “democracia do grande capital” aprofundou os laços de dependência do país em relação ao exterior e ocorreu sem um rompimento radical com o colonialismo que originou a estrutura agrária brasileira. Para a autora, dessa herança ainda permanecem a subordinação da produção agrícola à exportação, a concentração de grandes extensões territoriais nas mãos de uma minoria e a expropriação dos trabalhadores, fatores que impactam diretamente a questão da fome e o acesso à terra no país.

Falar sobre a fome no Brasil é pensar a estrutura agrária no país e sua posição dentro um mercado globalizado, onde a produção não é voltada para o abastecimento do mercado interno, e a prioridade é produzir para exportar, acarretando em uma multidão de famintos. Fica evidente que seguimos refém de uma lógica perversa, em que o acesso à terra e a alimentação não são asseguradas à população e são vistas como mercadoria, visando apenas o lucro e não o atendimento das necessidades de subsistência do povo brasileiro.

Segundo relatório produzido pela Embrapa sobre a produção agrícola no Brasil, Aragão e Contini (2021) destacam que o país é o quarto no mundo que mais produz grãos, tendo exportado, apenas no ano de 2020, o equivalente a 19% de todos os grãos comercializados mundialmente. O relatório aponta que, em 2020, o Brasil foi considerado o maior produtor de soja do mundo, bem como o maior exportador, sendo responsável pela comercialização, em nível mundial, de 50% da soja produzida.

Embora sejamos uma potência em produção agrícola e exportação, a fome e a miséria sempre fizeram parte do cenário nacional e a conjuntura atual não é diferente. Segundo o IBGE (2025), a insegurança alimentar grave, ou seja, a fome, atinge em torno de 3,2% da população. Embora esse número seja significativo, se comparado ao período recente

vivenciado na Pandemia de Covid-19, fome ainda se mostra um fenômeno estrutural que atinge diariamente milhões de pessoas no país e no mundo, necessitando de esforços e mudanças estruturais para combatê-la.

Para Josué de Castro (2003), a fome deve ser compreendida como um produto das relações sociais e não como resultado de condições naturais insuperáveis. Na análise de Castro, a fome é resultante de decisões políticas e sociais e da forma como a sociedade está organizada, sendo causada não pela escassez de alimentos, mas pela distribuição desigual.

Nesse contexto de desigualdade estrutural, outro indicador importante para refletirmos sobre as condições de vida e o acesso de alimentos das famílias no país está relacionado ao salário mínimo, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2025) que estima mensalmente os valores necessários para suprir as despesas de um trabalhador e de seus familiares, em outubro de 2025 o valor necessário para garantir alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência de uma família deveria ter sido de R\$ 7.116,83 ou 4,68 vezes o salário mínimo atual. No entanto, nossa realidade tem sido outra, ocasionando em uma grande parcela da população que apenas “sobrevive”. A impossibilidade de acesso à alimentação em quantidades e qualidades adequadas não é uma questão dissociada de outras desigualdades sociais, tendo relação direta com o acesso a uma renda mínima.

Nesse sentido, a população tem buscado diversas formas de sobrevivência, especialmente nas periferias e no campo, evidenciando uma lógica perversa do modo de produção capitalista, que transfere aos indivíduos a responsabilidade pela condição vivenciada, a qual, conforme ressaltado na discussão acima, é resultado de uma estrutura social.

O Brasil é um país extremamente desigual, em que a riqueza produzida socialmente é acumulada na mão de uma pequena parcela, escancarando a face mais perversa do capitalismo e deixando milhões de pessoas sobrevivendo a própria sorte. Na pandemia de Covid-19, enquanto a população morria pelo vírus e de fome, os super-ricos tiveram recordes de lucro, conforme dados do relatório produzido pelo Observatório de Política Fiscal – IBRE/FGV (2024), que analisou a concentração de rendas no Brasil entre os anos de 2017 e 2022, conforme dados da declaração do imposto de renda, observa-se no período analisado o crescimento da renda dos super-ricos a um ritmo três vezes maior que a média registrada por 95% dos brasileiros, elevando o nível de concentração de renda no topo da pirâmide e com

um novo recorde histórico. Os dados ficam ainda mais impactantes quando relacionados aos 15 mil milionários, que compõem os 0,01% mais ricos, com crescimento da renda em 96%.

Falar sobre a fome requer mais que a simples análise de dados, é imperativo compreender nosso modelo de sociedade e suas bases de sustentação. No Brasil, o fenômeno da fome carrega traços de processos sociais e históricos como o modo de produção escravista, a expropriação de terras, a subordinação da produção agrícola à exportação de commodities e a desigual distribuição de riquezas. Portanto, o combate à fome não pode se resumir à adoção de políticas públicas e sociais dentro do mesmo sistema. É preciso a superação deste modelo de sociedade e a construção de um novo, onde as necessidades sociais não sejam tratadas como mercadoria e o lucro não se coloque acima das vidas.

2.1 COZINHAS SOLIDÁRIAS: RESISTÊNCIA FRENTE A OFENSIVA DO CAPITAL

A luta contra a fome no Brasil é histórica e atinge milhões de pessoas ainda na atual conjuntura, conforme discutido no item anterior. Nesse contexto, as cozinhas solidárias têm sido uma estratégia adotada pela população nas periferias para o combate à fome que assola o cotidiano. É importante destacar que não defendemos que a população cumpra a função do estado, contudo, as cozinhas solidárias têm se mostrado um espaço potente de organização coletiva, tendo como ponto de partida necessidades reais e concretas da população, que luta e se organiza por melhores condições de existência.

Conforme levantamento realizado em outubro de 2025 na plataforma digital do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Brasil conta com 6.008 cozinhas solidárias cadastradas. No Rio Grande do Sul, foram identificadas 808 cozinhas cadastradas. A produção de conhecimentos sobre o tema das cozinhas solidárias é recente e ainda precisa ser explorada, além de ser um fenômeno relativamente novo, os marcos legais que regulamentam esses equipamentos e que possibilitaram um avanço na qualidade do trabalho ocorreram apenas no ano de 2023.

Historicamente no país tivemos processos organizados pela classe trabalhadora para enfrentar a fome, contudo, nas produções sobre a temática ocorre um apagamento dessas lutas, tendo prioridade as produções que retratam a adoção das políticas sociais. Conforme levantamento realizado na plataforma sucupira (2025) referente os projetos de pesquisa em andamento nos programas de pós-graduação no serviço social, apenas 1,1% das produções

referem-se a temática da insegurança alimentar, evidenciando a importância de produção na área sobre o tema, que permeia o cotidiano da profissão e a realidade no povo Brasileiro.

Facó (1976) destaca a luta contra a fome e por terra no Nordeste brasileiro por volta do final do século XIX e início do século XX, envolvendo homens e mulheres que, em decorrência das grandes secas que enfrentavam, passaram a emigrar para outras regiões, organizando grupos que, através da resistência armada, lutavam por melhores condições de vida.

Seguindo essa lógica de auto-organização da classe trabalhadora, a prática de produção e distribuição de refeições não é recente em territórios periféricos. Segundo o relatório “Cozinha não é só comida”, produzido pela Fiocruz (2023), o período pós-ditadura e a ascensão dos movimentos sociais na década de 1990 evidenciaram o crescimento de lutas territoriais urbanas e rurais, cuja finalidade era reivindicar direitos assegurados pela recém-aprovada Constituição Federal de 1988. O mesmo documento registra que, por volta das décadas de 1980 e 1990, haviam experiências de cozinhas geridas por moradores dos bairros.

Anterior a esse período de ascensão das lutas da classe trabalhadora, vivenciou-se um longo processo de perseguição aos movimentos sociais e a outras formas de organização, o que levou a população a buscar novas maneiras de se organizar e resistir frente à ofensiva do capital. Nesse contexto, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram determinantes para que a população pudesse seguir construindo organização política. Segundo Petrini (1984), as CEBs, por serem forjadas dentro da Igreja Católica, não eram diretamente perseguidas pelo regime ditatorial. Essas formas de organização, assim como as cozinhas solidárias da atualidade, estão relacionadas a processos de organização social territorial. As ações construídas pelas CEBs tinham como foco o território de moradia e reivindicavam a garantia de direitos sociais, tais como creches, asfalto e direito à saúde. Além disso, as CEBs eram majoritariamente organizadas por mulheres, o que, por um lado, poderia significar a extensão das tarefas domésticas para outras esferas; contudo, também fomentou um rompimento com a organização da família tradicional e a restrição das mulheres ao espaço doméstico, possibilitando processos organizativos, de estudo da realidade e de reivindicações. (PETRINI, 1984)

Andrade (2024) destaca também nesse período saques populares ocorridos no país antes e durante a redemocratização, resultando em mobilizações que reivindicavam a luta contra a fome e o fim do regime militar. Outros exemplos de lutas contra fome são as

campanhas “Para que todos tenham vida e pão” e “Pão para quem tem fome”. O autor também menciona a “Ação da Cidadania contra a Fome” no início dos anos 1990 como uma importante mobilização da sociedade.

Na atualidade destacamos a luta das cozinhas solidárias, segundo a Fiocruz (2023), essas ressurgem com força durante a pandemia de Covid-19 devido à piora nas condições de acesso à alimentação das famílias brasileiras, agravada pelo crescente quadro de insegurança alimentar e nutricional. Esse cenário fez com que a fome voltasse a ser um problema com dimensões nacionais. Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2022) entre os anos de 2021 e 2022, 125,2 milhões de brasileiros não tinham certeza se teriam o que comer em um futuro próximo. (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2022)

As cozinhas solidárias constituem-se como espaços de reivindicação de direitos sociais e de demandas que deixam de ser atendidas pelo Estado, além de estarem organizadas em territórios distintos, elas contribuem para que a população residente se organize de forma coletiva para a resolução dos problemas cotidianos desses espaços, fortalecendo experiências de organização popular. (FIOCRUZ, 2023).

Outro elemento que fica evidente para quem conhece de perto as cozinhas solidárias é o papel desempenhado pelas mulheres nesses espaços, sendo elas linha de frente no combate à fome e a outras desigualdades em seus territórios. Para Iamamoto (2015), as desigualdades sociais podem ser de natureza econômica, política e cultural, sendo agravadas por disparidades de raça/etnia e gênero e privando amplos segmentos populacionais do acesso a necessidades básicas para a manutenção da vida. Para a autora, o fenômeno dispõe de uma dimensão estrutural e atinge de forma letal a vida da classe trabalhadora, que luta e resiste na defesa de um mundo menos desigual.

As cozinhas solidárias são, para uma parte significativa dessas mulheres que as lideram, a primeira experiência coletiva de organização. Nesses espaços, junto a suas companheiras, elas buscam alternativas de enfrentamento aos desafios que perpassam suas vidas. É neste local que participam e ocupam espaços de organização política, principalmente através da relação com movimentos sociais, tendo como ponto de partida as ações de solidariedade.

Com as emergências da conjuntura destacadas brevemente no decorrer do texto, vivencia-se o retorno de práticas de organização territorial, que se materializam por meio de ações de solidariedade, especialmente nas periferias, como no caso das cozinhas solidárias.

Ao nos referirmos ao princípio de solidariedade, estamos tratando da solidariedade de classe. Segundo De Sordi, em artigo publicado no Brasil de Fato (2023, s.p.):

A solidariedade enquanto um valor de classe nos lembra não só que estamos mais próximos dos nossos que estão nas filas das quinzenas do que parece, mas também que são nossas ações e expectativas coletivas que modelam a sociedade na qual vivemos. (...) Assim, a entrega da refeição não é o fim, mas o meio, inclusive para a construção do momento no qual a distribuição massiva de refeições não seja mais necessária pois, espera-se que em um futuro muito próximo as pessoas tenham recursos suficientes para não passar fome, e que as Cozinhas Solidárias sejam, por exemplo, pontos de convivência e acolhimento coletivos e pessoais. (DE SORDI, 2023, s.p.)

A partir do crescimento das iniciativas de cozinhas solidárias a nível nacional, no ano de 2023 foi instituído, pela Lei n.º 14.628, de 20 de julho de 2023, o Programa Cozinha Solidária, que foi regulamentado no ano de 2024 pelo Decreto n.º 11.937. Em seguida, após a regulamentação, foi lançado o primeiro edital nacional para inscrição de entidades gestoras e cozinhas solidárias no Programa. Esse edital previa: apoio financeiro para a oferta de refeições, com o intuito de cobrir despesas de custeio, pessoal, manutenção e pequenos investimentos; fornecimento de alimentos in natura e minimamente processados, provenientes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e apoio e execução de projetos de formação de interesse coletivo, voltados ao aprimoramento do funcionamento das cozinhas.

Os avanços obtidos historicamente no combate à fome nos mostram que a luta e a organização popular promovem a conquista de direitos. Nesse sentido, a conquista de políticas voltadas ao trabalho das cozinhas traz novos desafios, entre eles: pensar de que maneira os recursos podem contribuir para a construção de processos de organização popular, compreendendo as cozinhas solidárias como equipamentos que possuem organização e particularidades próprias, não sendo uma extensão do Estado. O acesso às políticas sociais não deve ocorrer como um fim em si mesmo ou como mero executor de serviços estatais. Ao contrário, deve possibilitar o avanço e o fortalecimento do trabalho desenvolvido, garantindo condições materiais mínimas para que as cozinhas continuem sendo uma ferramenta de organização popular.

Destacamos o papel desempenhado pela população durante a enchente de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul, em especial o das cozinhas solidárias. Estas se organizaram frente à condução desastrosa do governo estadual diante da emergência climática. As cozinhas observadas para este estudo surgiram, em parte, durante o período da pandemia de Covid-19 e, em outros casos, em razão da emergência provocada pela enchente. Elas foram organizadas

por moradores de bairros periféricos da capital, com o apoio de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Levante Popular da Juventude. Essas cozinhas estavam localizadas nos bairros Cruzeiro (Vila Barracão), Bom Jesus (Vila Fátima) e Mário Quintana. A produção e a oferta de refeições nesses espaços eram diversas, variando entre 500 e 1.300 refeições por dia, conforme a capacidade produtiva e organizativa de cada local. Além de atender pessoas diretamente atingidas pela enchente, as cozinhas também desempenhavam um papel essencial na alimentação da população residente no território.

Nesse sentido, a inserção dessas experiências na esfera pública por meio do acesso ao programa "Cozinhas Solidárias" possibilitou avanços e conquistas para a continuidade dos trabalhos, tais como: remuneração das trabalhadoras, compra de insumos e equipamentos, pequenas reformas, entre outras. No entanto, o crescente número de cozinhas em funcionamento, em sua maioria organizada por grupos e sujeitos autônomos em seus territórios de maneira artesanal, impõe alguns limites e desafios, por exemplo: ausência de espaços de articulação dos diferentes territórios - as cozinhas acabam atuando de forma individual e territorializada; centralização do processo em um indivíduo e não no coletivo; concepções individualizantes ou de caridade sobre a oferta de alimentação; e imposição de critérios seletivos para acesso.

Essas contradições são inerentes ao trabalho imerso em uma sociedade de classes, onde a ideologia dominante é disseminada de forma generalizada, permeando as ações organizativas e de resistência da classe trabalhadora no enfrentamento às desigualdades em territórios periféricos. É nítido que esses sujeitos não se acomodam diante das desigualdades sociais, tanto que se organizam para combater a fome, contudo, é preciso avançar na politização desses processos, sendo os movimentos sociais imprescindíveis para tal. Ademais, destacamos a existência de outras experiências de cozinhas solidárias, organizadas por movimentos sociais e que possuem métodos distintos de condução dos processos, as quais, neste momento, não serão aprofundadas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as cozinhas solidárias como uma estratégia de organização popular frente a fome e as desigualdades sociais no Brasil. A retomada do processo histórico de conformação do modo de produção capitalista no país demonstrou que a fome na

atualidade não é um fenômeno natural, conforme já defendido nas obras de Josué de Castro, sendo resultado do desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

As formas de luta adotadas pela classe trabalhadora retratadas pela luta camponesa no Nordeste (Facó, 1976), a atuação das CEB's (Petrini, 1984), as campanhas nacionais contra a fome com o fim do regime militar (Andrade, 2024) e as cozinhas solidárias no contexto da Pandemia (2020-2023) da enchente no Rio Grande do Sul (2024) evidenciam a solidariedade de classe como um mecanismo de resistência.

A instituição do Programa Cozinha Solidária representa uma conquista da luta popular, garantindo condições materiais que permitem a continuidade dos trabalhos. Contudo, o estudo aponta um desafio central: a politização dos processos organizativos. O acesso as políticas públicas não devem tornar as cozinhas meros "executores de serviços estatais", o que descaracterizaria sua potencialidade enquanto ferramenta de organização popular.

O papel das cozinhas solidárias extrapola a simples oferta de refeições, configurando-se como equipamentos de base territorial capazes de viabilizar a disputa por um projeto de sociedade que priorize as necessidades sociais em detrimento do lucro. O avanço nesse sentido exige a direção dos movimentos sociais, que são imprescindíveis para: construir espaços de unidade entre as diferentes experiências; superar as concepções individualizantes e de caridade; e consolidar uma identidade comum enquanto classe. Assim, o objetivo deve ser, mais do que manter as cozinhas abertas e em funcionamento, mas contribuir para sua dimensão política e organizativa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Romulo. Fome, um passado inacabado: historiografia, tempo presente e desigualdade no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, 2024.

ARAGÃO, Adalberto; CONTINI, Elisio. O agro no Brasil e no Mundo: uma síntese do período de 2000 a 2020. **Embrapa SIRE**, 2021.

BRASIL DE FATO. **Cozinhas solidárias como política de combate à fome e à pobreza**. São Paulo, 12 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/12/cozinhas-solidarias-como-politica-de-combate-a-fome-e-a-pobreza/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Programa Cozinha Solidária**. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cozinha-solidaria>. Acesso em: 16 nov. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

DE CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Civilização Brasileira, 2003.

DIEESE. **Análise cesta básica: salário mínimo**. São Paulo: DIEESE, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

Estado do Rio Grande do Sul. Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 30/5, 18h. **Portal do Estado do Rio Grande do Sul**, 30 maio 2024. Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-30-5-18h>>. Acesso em: 12 de Nov. de 2025.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. 1976.

GOBETTI, S. W. **Concentração de renda no topo: novas revelações pelos dados do IRPF**. Observatório de Política Fiscal - IBRE/FGV, Rio de Janeiro, 16 jan. 2024. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/politica-economica/pesquisa-academica/concentracao-de-renda-no-topo-novas-revelacoes-pelos-dados-do>. Acesso em: 15 nov. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez editora, 2015.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO IBGE. **Mais de dois milhões de lares saem da insegurança alimentar em 2024**. 10 out. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44728-mais-de-dois-milhoes-de-lares-saem-da-inseguranca-alimentar-em-2024>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2023

MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia**, v. 14, p. 124-137, 1983.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo 2025**. Roma: FAO, 2025. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 9 nov. 2025.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Rede PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Situação nos municípios. SOS Rio Grande do Sul. Porto Alegre, [2025]. Disponível em: <https://sosenchentes.rs.gov.br/situacao-nos-municipios>. Acesso em: 16 nov. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O SILENCIAMENTO DOS SUICÍDIOS NO CENÁRIO DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL PROVOCADO PELA BRASKEM EM MACEIÓ

THE SILENCING OF SUICIDES IN THE CONTEXT OF THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTER PROVOKED BY BRASKEM IN MACEIO

Diogo Márcio Gonçalves dos Santos¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender o suicídio no cenário do desastre socioambiental provocado pela Braskem como resultado da convergência de múltiplas determinações que envolvem a violência vivenciada pelas vítimas. Do ponto de vista metodológico, o estudo ancora-se em uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, mediante a realização de pesquisa bibliográfica e documental, que viabilizaram, respectivamente, a obtenção de dados secundários e primários para alcançar o objetivo proposto. O desastre socioambiental provocado pela Braskem na cidade de Maceió implicou o afundamento de seis bairros. Embora pesquisas apontem a possibilidade de esse quantitativo aumentar, considera-se que outras regiões também foram impactadas de formas distintas, a exemplo do deslocamento forçado de populações. As vítimas desse desastre têm enfrentado situações adversas, as quais resultaram em processos de adoecimento. O suicídio configura uma das expressões mais radicais nesse cenário, pois é influenciado por um conjunto de fatores, tais como: a violência institucional, decorrente do descaso do poder público e da impunidade de uma empresa que detém significativo poder econômico e influência política em Maceió; e o desenraizamento, uma vez que o lugar (a casa, o bairro) não é entendido apenas como um espaço territorial, mas como a base de um projeto que pressupõe pertencimento, memória e a construção da vida familiar e comunitária.

Palavras-chave: Braskem; Desastre Socioambiental; Maceió; Mineração; Suicídio.

Abstract: This study aims to understand suicide in the context of the socio-environmental disaster caused by Braskem as a result of the convergence of multiple determinants involving the violence experienced by the victims. From a methodological perspective, the study is anchored in exploratory research with a qualitative approach, through bibliographic and documentary research, which enabled the collection of secondary and primary data, respectively, to achieve the proposed objective. The socio-environmental disaster caused by Braskem in the city of Maceió led to the sinking of six neighborhoods. Although research indicates that this number may increase, it is considered that other regions were also impacted in different ways, such as through the forced displacement of populations. The victims of this disaster have faced adverse situations, which have resulted in processes of illness. Suicide represents one of the most radical expressions in this scenario, as it is influenced by a set of factors, such as: institutional violence, stemming from the neglect of public authorities and the impunity of a company that holds significant economic power and political influence in

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Serviço Social na Universidade de Federal de Alagoas (UFAL). Graduado em Serviço Social pela UFAL. E-mail: diogomarcio.dm@gmail.com

Maceió; and uprootedness, since the place (the home, the neighborhood) is not understood merely as a territorial space, but as the foundation of a project that presupposes belonging, memory, and the construction of family and community life.

Keywords: Braskem; Socio-Environmental Disaster; Maceió; Mining; Suicide.

1 INTRODUÇÃO

Diante das discussões realizadas no âmbito da disciplina “Planejamento, Fundo Público e Políticas Sociais”, do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), da Universidade de Brasília (UnB), foram fomentadas problematizações que possibilitaram refletir sobre a atual conjuntura da cidade de Maceió. O processo investigativo desenvolvido sobre essa temática permitiu identificar um conjunto de problemas sociais e ambientais que são enfrentados pela população maceioense na contemporaneidade.

Dentre esses problemas identificados, tem-se observado um processo de adoecimento das pessoas que residem/residiam no território afetado pela mineração de sal-gema, incluindo as situações de ideação suicida e suicídio. Os agravos e as doenças em saúde são evidenciados por documentários, reportagens realizadas por portais que não são dos principais conglomerados de comunicação do estado de Alagoas e denúncias das vítimas sobre a incidência do adoecimento, permitindo que a sociedade tenha acesso a informações que não são apresentadas pelo poder público e pela Braskem.

Busca-se trazer contribuições para o debate sobre o desastre socioambiental da Braskem em Maceió, buscando relacioná-lo com as situações de suicídio. Para isso, foi considerada a divisão em duas seções de desenvolvimento, juntamente com um item de introdução e considerações finais. A primeira seção de desenvolvimento realiza um resgate histórico sobre a gênese da mineração de sal-gema até o desastre socioambiental. A segunda seção de desenvolvimento discute as implicações dessa problemática, com ênfase no adoecimento mental que decorre da ideação suicida e das práticas de suicídio.

2 O AFUNDAMENTO DE UMA CIDADE EM DECORRÊNCIA DA MINERAÇÃO DE SAL-GEMA

O estado de Alagoas é constituído por 102 municípios, sendo a capital denominada Maceió. Atualmente, o referido território municipal possui uma população absoluta de

957.916 habitantes e densidade demográfica de 1.880,77 habitantes por quilômetro quadrado (km²), com uma área territorial de 509,32 km² (IBGE, 2025).

A Lei Orgânica Municipal de Maceió instituiu, em 1990, dentre outros aspectos, a divisão territorial (art. 90 e 94), as regiões administrativas (art. 95 a 98), o desenvolvimento da área urbana (art. 106 e 111) e rural (art. 112 a 115). Contudo, outros dispositivos do ordenamento jurídico realizaram alterações em alguns aspectos territoriais de Maceió, como a Lei nº 4.689/1998, que extinguiu a divisão distrital para estabelecer o abairramento, mediante a criação de 50 bairros e 7 regiões administrativas (RAs); e o Plano Diretor, o qual foi responsável por reorganizar as RAs (Prefeitura de Maceió, 2015; 1998; 2005).

No âmbito econômico, Maceió passou a diversificar a sua economia a partir da emancipação política de Alagoas em relação a Pernambuco, possibilitando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, com destaque para o comércio, o setor de serviços e a atividade industrial. Os setores que compõem o Produto Interno Bruto (PIB) de Maceió compreendem 57,25% no setor de serviços, 15,40% na administração pública, 14,32% em impostos, 12,25% na indústria e 0,78% na agropecuária (Fecomércio Alagoas, 2022).

Dentre as indústrias situadas em Maceió, a Braskem possui destaque, pois é a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas e a maior produtora de polipropileno dos Estados Unidos. Para além da capital alagoana, essa empresa encontra-se localizada em outro município (a saber, Marechal Deodoro), permitindo-lhe liderar a cadeia da indústria plástico-química na região (Oliveira; Abreu Netto, 2024).

Contudo, a origem da mineração de sal-gema em Maceió provém do processo desencadeado pela busca por petróleo durante a Era Vargas, especificamente em 1941. As perfurações do solo em áreas de mangue no litoral não identificaram o mineral procurado, mas constataram a existência de sal-gema de alta pureza (Oliveira; Abreu Netto, 2024).

Conforme Ticianelli (2015), a empresa contratada para realizar a perfuração e o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) não deram a devida importância à descoberta do sal-gema, em 1941. Entretanto, o proprietário da oficina que recebia as sondas para reparo, o empresário Euvaldo Luz, percebeu nelas fragmentos do mineral e passou a se interessar pela descoberta. Ao procurar o governo, em 1944, para obter a concessão, descobriu que esse processo tinha sido outorgado a um grupo internacional, com prazo de 22 anos.

A autorização para Euvaldo Luz realizar pesquisas nessas terras ocorreu por meio do Decreto nº 59.356/1966. O referido empresário contou com o apoio do presidente da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL), Afrânio Lages, para explorar esse

minério. Outras pessoas influentes econômica e politicamente passaram a incentivar esse processo (Ticianelli, 2015).

Diante da grandeza do projeto e do interesse de grandes empresas do ramo, o empresário procurou algumas organizações para atraí-las para o empreendimento. A firma Salgema Indústrias Químicas Ltda. foi constituída em 29 de fevereiro de 1966 com a participação da Euluz S/A e de Euvaldo Luz. Tinha como subsidiária e titular da concessão da lavra a Salgema Mineração Ltda. (Ticianelli, 2015).

Entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, houve a necessidade de maior investimento, fazendo com que se buscassem recursos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e investimento privado, como da instituição DuPont, para dar continuidade ao projeto de mineração do sal-gema. Contudo, a empresa de Euvaldo Luz não conseguiu acompanhar o nível de investimento e precisou se retirar em 26 de abril de 1975, vendendo sua parte para o BNDE. Essas ações depois foram repassadas para a Petrobras Química S/A (Petroquisa), no mesmo ano, passando a dividir com a DuPont e o BNDE, que obtivera ações anteriormente (Ticianelli, 2015).

Os anos subsequentes são marcados pela construção da fábrica de cloro-soda, do campo de salmoura e do terminal marítimo, iniciadas em 1974; e pela produção comercial, que começou em 1977. Entre o final de 1975 e junho de 1977, ocorreu a construção do terminal marítimo da Salgema, instalado a poucos metros da planta industrial da mineradora. A produção de eteno a partir do álcool foi iniciada em 1981, eliminando a necessidade de importação de nafta para produção de dicloreto (Ticianelli, 2015). De fato, a empresa se tornou um investimento lucrativo, o que só passou a ocorrer a partir de 1981, quando “o ganho de Cr\$ 10 milhões foi atribuído por seu presidente Ronaldo Miragaya ao crescimento das exportações, que tinham aumentado em 30 vezes” (Ticianelli, 2015, s. p.).

Diante da possibilidade de riquezas que a exploração desse minério permitia, o setor privado passou a se interessar cada vez mais por essa instituição. Nesse cenário, houve a inclusão da participação da Norquisa e Copene e, em seguida, da Odebrecht, que, por meio dessa participação e em outras unidades, permitiu o surgimento da Odebrecht Química S.A. O processo de privatização do setor petroquímico ampliou o controle da Odebrecht, permitindo a criação da OPP Petroquímica S.A. e da Trikem S.A. (Ticianelli, 2015).

A mudança administrativa da mineradora fez com que a Salgema passasse a ser chamada de Trikem, em 1996. Após seis anos, em 2002, houve uma nova mudança em sua administração e em seu nome, passando a ser Braskem. O quadro de acionistas da Braskem é

composto pela Novonor (ex-Odebrecht) com 50,1% das ações; pela Petrobras, com 47% das ações; e por acionistas minoritários, que detêm 2,9% das ações da empresa. Os dados apontam que a Braskem é a maior empresa brasileira que explora o minério de sal-gema. Ademais, alcançou o posto de maior empresa mundial do setor cloroquímico (Nascimento, 2024).

De acordo com o levantamento realizado por Nascimento (2024), houve 22 acidentes sucessivos da mineradora Salgema/Trikem/Braskem, desde o início de seu funcionamento, em 1977, até a paralisação no ano de 2019. Esses acontecimentos ocorreram de formas diversas e em períodos diferentes, sendo uma das expressões desse processo a desvalorização da região circunvizinha à mineradora.

Um novo capítulo dessa história de acidentes provocados pela mineradora foi iniciado no ano de 2010, quando foram notadas algumas fissuras em superfícies no bairro Pinheiros. Não foi possível identificar as causas desse incidente à época. Contudo, após as fortes chuvas em 2018, ocorreram tremores de terra que provocaram danos estruturais em imóveis e vias de alguns bairros (Oliveira; Abreu Netto, 2024).

O Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB-CPRM) foi acionado para investigar os acontecimentos nos bairros maceioenses. A conclusão da pesquisa identificou que os problemas geológicos possuem relação direta com a extração de sal-gema pela Braskem. A condição geológica aponta para o afundamento gradual do solo de uma determinada região de Maceió (Oliveira; Abreu Netto, 2024).

Atualmente, considera-se que seis bairros – Bebedouro, Bom Parto, Chã de Bebedouro, Farol, Mutange e Pinheiro – foram atingidos pelo desastre socioambiental da Braskem, sendo que esse processo não ocorreu de forma simultânea entre esses territórios. O impacto da mineração iniciou-se no Pinheiro e, em seguida, os demais bairros passaram a enfrentar os problemas decorrentes do desastre socioambiental (Rodrigues, 2023).

Há um estudo recente que aponta a possibilidade de ampliação do desastre para outros bairros de Maceió, mediante a classificação de níveis de vulnerabilidade à subsidência, entre: muito vulnerável, vulnerável, vulnerabilidade moderada e baixa vulnerabilidade, permitindo uma nova percepção sobre os bairros que podem ser atingidos (Rosa *et al.*, 2024).

A partir das informações desse estudo (Rosa *et al.*, 2024), pode-se afirmar que a região de maior vulnerabilidade será ampliada de cinco para oito bairros. Para além daqueles cinco bairros mencionados, poderá haver a inclusão dos bairros Gruta de Lourdes, Vergel do Lago e Ponta Grossa. Enquanto os bairros vulneráveis são constituídos por 7 territórios, os bairros com vulnerabilidade moderada compreendem 6 e os bairros com baixa vulnerabilidade são

constituídos por 18. Houve 4 bairros para os quais não foi possível definir os níveis de vulnerabilidade.

Em nota encaminhada ao portal G1 Alagoas (Rodrigues, 2024), a Defesa Civil argumentou que a pesquisa de Rosa *et al.* (2024) diz respeito à condição de vulnerabilidade social e econômica, não possuindo relação com o processo de subsidência pelo qual passa o solo da região tratada anteriormente. Já a Braskem ressaltou sua atuação por meio do Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS) e dos investimentos financeiros que estão sendo realizados, cujas ações estão sendo acompanhadas pelo poder público (Rodrigues, 2023).

A partir dos dados e das informações, é possível afirmar a existência de um território devastado, visto que inúmeros imóveis residenciais, comércios e serviços foram evacuados. Há também a desativação de inúmeros equipamentos urbanos, ou seja, “[...] 24 relacionados à saúde, 24 escolas, destas 5 municipais, 5 estaduais [...], 13 templos religiosos, 17 de uso institucional, incluindo o próprio Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), 6 praças públicas, uma estação ferroviária, cemitério [...]” (Santos; Lima; Rizzo, 2024, p. 14).

Logo, o desastre apresenta impactos sociais e econômicos evidentes, pois serviços públicos e instituições privadas foram desativados nos bairros afetados, gerando desocupação e realocação para outros territórios. Destaca-se também a existência de “[...] impactos sobre a infraestrutura e os recursos que servem de suporte aos serviços, comprometendo a capacidade de oferta de serviços de saúde para a população afetada” (Santos *et al.*, 2024, p. 11).

Nesse cenário, a população é afetada pelas perdas de ordem patrimonial material e imaterial; pelas interrupções de vias; e pelo fim de espaços de vida pública e socialização. Considera-se que as famílias afetadas apresentavam dinâmicas urbanas distintas, tendo em vista a heterogeneidade socioeconômica e a individualidade inerente à territorialização (Santos; Lima; Rizzo, 2024). Entretanto, gostaríamos de chamar atenção para o aspecto do adoecimento, especialmente no âmbito da saúde mental, que pode passar despercebido.

3 A PRIVATIZAÇÃO DOS LUCROS E A SOCIALIZAÇÃO DO ADOECIMENTO

Após os primeiros impactos decorrentes da subsidência do solo, a Braskem não foi responsabilizada penalmente nem foi obrigada a admitir publicamente a autoria do crime-desastre. Coube a ela estabilizar e fechar as minas que auxiliavam na extração do minério e monitorar a subsidência. Simões (2024) afirma, mediante análise de dados sobre o problema, que o foco da empresa tem sido fechar os 35 poços de extração de sal-gema e

intervir no tratamento das áreas de risco e no monitoramento, como na desocupação.

Os acordos realizados pela Braskem com o poder público não contaram com a participação das vítimas, que também não foram assessoradas de modo a ter suas reivindicações atendidas para o processo de reparação dos danos. O Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB) destaca que os acordos junto ao sistema de justiça beneficiam apenas a empresa responsável pelo desastre (Simões, 2024).

A Braskem tem utilizado o discurso de contribuição junto ao poder público para a compreensão e a minimização dos impactos sobre as vítimas (Simões, 2024), pois assim consegue manter uma boa reputação social e condições de continuar acumulando riquezas, uma vez que “após causar tanta destruição, a estimativa de ganhos da Braskem é escandalosa” (p. 78). Em contrapartida, o impacto vivenciado pelas vítimas é imensurável, visto que incide em diferentes áreas da vida.

Dentre as vítimas dos territórios que apresentam afundamento, é importante destacar a situação de abandono das comunidades periféricas do Flexal de Cima, Flexal de Baixo e Quebradas, que não foram incluídas no processo de realocação porque não fazem parte do Programa de Compensação Financeira da Braskem. O poder público (Defesas Cíveis Nacional e Municipal de Maceió, juntamente com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) apresentou uma nota técnica descartando a relação entre os problemas enfrentados por essas pessoas e o afundamento do solo causado pela mineração de sal-gema, mas admitindo que o isolamento traz danos à dinâmica socioeconômica (Felizardo, 2024).

Segundo o arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, Dilson Batista Ferreira, é o acordo bilionário que a Braskem firmou com a prefeitura – e que explicaremos à frente – que impede a realocação dos moradores.

Para incluir os Flexais como área de risco de desabamento, diz Ferreira, o valor da indenização paga pela Braskem à prefeitura, de R\$ 1,7 bilhão, teria que ser repactuado. “A resistência é meramente financeira, não é técnica”. Ele é categórico ao afirmar que os moradores estão “totalmente ameaçados pelo crime ambiental da Braskem” (Felizardo, 2024, s. p.)

Não sendo reconhecidas, os residentes dessas regiões convivem com o medo constante de que seus imóveis desabem, pois há registros de pisos que cedem e buracos que aparecem com frequência. Eles estão em completo isolamento, em decorrência da desocupação dos bairros que havia ao redor dessas comunidades. Não há equipamentos públicos (como escolas e postos de saúde) nem comércio nas proximidades. Os serviços de segurança e transporte são deficitários. Nesse cenário, é compreensível o uso de Rivotril e Citalopram por Joselma, uma moradora entrevistada pelo The Intercept Brasil (Felizardo, 2024).

As comunidades apontadas nos parágrafos anteriores, bem como outros bairros cujo solo afundou, são compostos majoritariamente por pessoas negras, uma vez que esse segmento social se concentra em territórios de baixa renda. Dessa forma, “desconsiderar o perfil racial da população atingida, justamente a mais vulnerável, significa penalizar ainda mais as vítimas, promovendo uma reparação ainda mais problemática, além de injusta, racista” (Simões, 2024, p. 81).

Por meio das informações colhidas na pesquisa “Adoecimento Mental das pessoas vítimas da instabilidade do solo em bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro em Maceió, Alagoas”, é possível ter uma amostra da realidade, especificamente no âmbito da saúde mental, uma vez que os órgãos de saúde pública e a Braskem não divulgam dados sobre os índices de problemas de saúde mental decorrentes da instabilidade do solo (Santos *et al.*, 2024).

De acordo com as perguntas realizadas para analisar a percepção atual de mudanças que aconteceram na vida das pessoas antes e após a realocação, foi possível identificar que *houve uma piora percebida estaticamente significativa* na renda, no número de pessoas que moram na sua casa, na sua saúde física e mental, no acompanhamento psicológico e psiquiátrico, *na ideiação suicídio* e na forma via sua vida. [...] Na percepção dos entrevistados, sua saúde física e mental era considerada boa e muito boa e, após a realocação, passou a ser média, ruim e muito ruim. Houve um aumento de 35,94% dos casos de pessoas que passaram a fazer acompanhamento psicológico e de 26,9% dos que passaram a fazer acompanhamento psiquiátrico após a realocação, segundo a percepção dos participante do estudo. *Ainda mais preocupante é o aumento percebido de 25,65% de pessoas com ideiação suicida* (Santos *et al.*, p. 2024, p. 6, grifos nossos).

Conforme pode ser identificado na citação, é inegável o processo de adoecimento a que as vítimas estão submetidas, o qual foi agravado pelo contexto pandêmico da Covid-19. Esse cenário pode ser compreendido por meio de informações pertinentes para a formulação de respostas às demandas existentes. Para além das pesquisas acadêmicas, outra forma de identificar a atual situação de saúde dessas vítimas tem sido o levantamento de casos realizado por movimentos sociais, como o MUVB.

A partir da atuação desses movimentos sociais, é possível trazer à tona a problemática do suicídio decorrente do desastre socioambiental provocado pela Braskem em Maceió. As vozes das pessoas que compõem esses movimentos permitem conhecer histórias que não ganharam notoriedade e não receberam os devidos cuidados do poder público. Segundo o MUVB (Rodrigues, 2024), existem 20 casos de suicídio registrados, de 2018 até a publicação da reportagem em novembro de 2024 no site Tribunal Hoje. Ao buscarmos um referencial teórico, identificamos relatos de moradores que cometeram suicídio.

QUADRO 1 – Relato das situações de suicídio das vítimas do desastre socioambiental provocado pela Braskem

INFORMAÇÕES	RELATO
Dona Maria Tereza da Paz, conhecida como Dona Pureza, tinha 63 anos quando cometeu suicídio.	Carta escrita com letra do próprio punho: “cada vez que eu vejo os benefícios da Braskem a minha desilusão aumenta. Estou cada vez mais depressiva, em saber que vou ficar nesse isolamento para sempre. Pureza” (Souza; Palheta, 2024, s. p.)
Júlio César Chaves e Silva, de 63 anos. Ele foi encontrado morto no dia 17 de outubro de 2023, em um dos imóveis desocupados no bairro do Farol.	Informação da moradora identificada como Maria Cícera: “esse rapaz morava na Rua Almirante Barroso, aí mudou por causada da Braskem e não se conformou. Ele tinha depressão e foi morar em Rio Largo, mas a cunhada dele sempre disse que ele estava com problema porque não se conformou com o resultado de ter ido morar em outra cidade e ainda porque o dinheiro não deu para comprar uma casa em Maceió. Aí ele saiu de lá na segunda-feira e veio para cá. A família sentiu falta dele e encontraram o corpo na terça-feira. Morreu de desgosto, de tristeza” (França; Calheiros, 2024, s. p.).

Fonte: Elaboração própria com base em informações de Souza; Palheta, 2024; França; Calheiros, 2024.

As informações apresentadas no Quadro 1 permitem-nos ter uma aproximação do sofrimento vivenciado pelas vítimas que cometeram suicídio. Identifica-se que elas não teriam tomado essa decisão caso não tivessem passado pelos problemas enfrentados no processo decorrente da mineração de sal-gema.

Em concordância com Santos e Viegas (2023), a situação da realidade maceioense é reflexo do descaso do poder público e de sua subserviência ao capital corporativo, que assumiu o controle da exploração de sal-gema ao longo do tempo, à revelia dos órgãos públicos de fiscalização e controle ambiental. O Estado e o capital são os principais agentes modeladores do espaço, privilegiando a troca (lucro) em detrimento do uso, evidenciando o “[...] fluxo que cria a riqueza de alguns, gera a dor e o sofrimento de muitos” (p. 127).

Os locais onde residiam as vítimas eram permeados por vínculos afetivos, que são estabelecidos entre os membros das famílias, assim como nas relações entre vizinhos e com o bairro. Destaca-se que algumas dessas famílias residem há gerações nesses locais, apresentando uma dimensão histórica nas relações sociais. Por isso, “é inevitável que o ser humano crie identidade com o lugar, se familiarizando, é lá que normalmente se criam vínculos de todas as espécies [...]. O caso da Braskem deixou muitos indivíduos fora de seu lugar, locais a que se sentiam pertencidos e onde o local pertencia a eles” (Fragoso; Gonçalves, 2024, p. 171).

Esse desastre forçou o deslocamento de diversas pessoas, resultando, dentre outros aspectos, na perda de histórias, memórias e vivências. O sofrimento da perda e os desafios de reconstruir a vida em outro local são reflexos de uma violência imposta, pois essa prática pressupõe um silenciamento e apagamento das vítimas, bem como a proteção dos detentores

de poder econômico e/ou político (Fragoso; Gonçalves, 2024). Desse modo, “há mais uma tragédia dentro da catástrofe, um drama silenciado pela omissão das autoridades: o adoecimento mental das vítimas” (Simões, 2024, p. 79), o que pode envolver situações de ideação suicida e a prática do suicídio.

De acordo com Santos *et al.* (2024), um dos resultados do Termo de Cooperação Técnica elaborado pelos Ministérios Públicos (Federal, Estadual e do Trabalho) foi acordar que a Braskem seria obrigada a custear a construção do Centro de Acolhimento e Triagem (CAT), que oferece serviços de assistência social e psicológica aos moradores afetados pelo afundamento do solo, o qual ficaria a cargo da administração municipal de Maceió.

O CAT encontra-se localizado em um dos bairros afetados pelo afundamento do solo. Entretanto, o êxodo de uma parcela significativa da população para outras localidades gera um obstáculo logístico ao acesso ao serviço. Dessa forma, essas pessoas podem encontrar dificuldade para acessar o serviço. O ideal seria ofertá-lo de forma descentralizada e preparada para receber esse segmento populacional, sem a necessidade de passar pelo CAT para realizar a triagem e os encaminhamentos para a rede de atenção psicossocial do município, que já se encontra saturada pelas demandas da população em geral (Santos *et al.*, 2024).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além dos problemas ambientais, é notório, pelas informações apresentadas neste artigo, que a cidade de Maceió enfrenta um grave problema social decorrente do processo de mineração de sal-gema. Esse cenário demonstra claramente que os interesses pela acumulação de capital sobrepõem-se aos cuidados com a natureza e com os seres humanos das regiões afetadas.

As vítimas dessa violência estão submetidas a uma série de agravos à saúde, sendo a ideação suicida e o suicídio expressões desse adoecimento, conforme foi possível observar na pesquisa de campo e nos relatos apresentados. Deve-se considerar a possibilidade de agravamento desse quadro, face ao descaso do poder público, à impunidade da Braskem e à expropriação de direitos sociais ocorrida nas últimas décadas, impulsionada por medidas neoliberais, como a austeridade fiscal, as contrarreformas nas políticas sociais e a precarização dos serviços públicos.

Além disso, considera-se que a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do

Suicídio (Lei nº 13.819, de 2019) apresenta lacunas que impactam a efetividade das ações de prevenção ao suicídio entre as vítimas. Um exemplo é a falta de clareza na definição das responsabilidades da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o que resulta na execução de políticas de governo fragmentadas e pontuais, quando executadas.

O silenciamento em torno dos suicídios decorrentes do desastre socioambiental da Braskem em Maceió não parece ser casual. Ele tem servido para atenuar a percepção da gravidade do problema oriundo da mineração, o que, por um lado, individualiza a questão – especialmente quando a empresa alega adotar medidas de compensação – e, por outro, naturaliza a perda de vidas.

Diante do exposto, é essencial que essa problemática ganhe maior visibilidade, para que este cenário de adoecimento seja reconhecido como um problema de saúde pública. Uma das medidas necessárias é fortalecer a luta dos movimentos sociais ligados às vítimas, como o MUVB, para pressionar o poder público e a Braskem, responsáveis pelo afundamento que assola a população e o território de Maceió.

REFERÊNCIAS

- FECOMÉRCIO ALAGOAS. **Relatório da Aliança Comercial**. Maceió: Fecomércio Alagoas, 2022. Disponível em: https://fecomercio-al.com.br/wp-content/uploads/sites/2/2022/05/RelatorioAlianaComercialDezembro_2021.pdf.
- FELIZARDO, N. Abandonados em área de risco, moradores usam Rivotril e dormem perto da porta com medo de desabamento em Maceió. **The Intercept**, 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/01/24/maceio-familias-abandonadas-area-de-risco-criam-e-strategias-de-fuga-apos-desastre-braskem/>.
- FRAGOSO, Amanda Carolina Simões; GONÇALVES, Rafael Soares. Impactos sociais do desastre socioambiental provocado pela BRASKEM S.A. em Maceió-Alagoas. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã (SP), v. 12, n. 87, p. 163-180, 2024.
- FRANÇA, Lucas; CALHEIROS, Valdete. Saúde mental soterrada pelos escombros: as perdas 'invisíveis' escondidas nas ruínas deixadas pela mineração em Maceió. **Tribuna Hoje**, Maceió, 2024. Disponível em:
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades – Maceió**. Brasília: 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>.
- MACEIÓ. Lei municipal nº 4.687, de 08 de janeiro de 1998. **Dispõe sobre o perímetro urbano de Maceió, suprime divisão distrital e institui abairramento**. Maceió: 1998. Disponível em: <https://www.maceio.al.leg.br/documentos/leis/16646761961541679560.pdf>.

MACEIÓ. Lei municipal nº 5.486, de 30 de dezembro de 2005. **Institui o Plano Diretor do Município de Maceió, estabelece diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano e dá outras providências.** Maceió: 2005. Disponível em:

https://www.semurb.maceio.al.gov.br/servicos/pdf/plano_diretor/00_lei_municipal_5486.pdf.

MACEIÓ. Lei municipal nº 5.206, de 5 de abril de 1990. **Dispõe sobre a organização político-administrativa do Município de Maceió e outras providências.** Maceió: Câmara Municipal, 2015. Disponível em:

<https://www.maceio.al.leg.br/transparencia/portal/documentos/legislacoes/11015189541543415055.pdf>.

NASCIMENTO, Maria Gardênia Santos. **Memória da destruição e a preservação da paisagem do desastre da Braskem em Maceió/AL.** 407 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2024.

OLIVEIRA, Iscléa Mayria Holanda; NETTO, Ataliba de Abreu. O caso Braskem, na cidade de Maceió, analisado pelo direito dos desastres. **Contribuciones a las Ciências Sociales**, São José dos Punhais, v. 17, n. 6, p. 01-18, 2024.

RODRIGUES, Cao. Afundamento do solo em Maceió: a cronologia das rachaduras em ruas e imóveis ao colapso das minas. **G1 Alagoas**, Maceió, 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/al/alagoas/arquivo/noticia/2023/12/02/afundamento-do-solo-em-maceio-a-cronologia-das-rachaduras-em-ruas-e-imoveis-ao-colapso-das-minas.ghtml>.

RODRIGUES, Ricardo. Casos de suicídios devido ao caso Braskem chegam a 20. **Tribunal Hoje**, Maceió, 2024. Disponível em:

<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/11/02/146361-casos-de-suicidios-devido-ao-caso-braskem-chegam-a-20>.

ROSA, A. G. F. *et al.* A GIS-based multi-criteria approach for identifying areas vulnerable to subsidence in the world's largest ongoing urban socio-environmental mining disaster. **The Extractive Industries and Society**, Amsterdã, v. 19, p. 1-16, 2024.

SANTOS, Caroline Gonçalves dos; LIMA, Gustavo Figueiredo; RIZZO, Mirella Murta Gomes. Deslocamentos forçados e reestruturação urbana: seis anos do desastre provocado pela Braskem em Maceió. **Ímpeto**, Maceió, v. 14, n. 1, p. 9-27, 2024.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e; VIEGAS, Maria Ester Ferreira da Silva. Quanto valem nossas lágrimas? Cidade, capitalismo e sofrimento ante a vulnerabilidade produzida pela mineração nos bairros de Maceió, em Alagoas. *In*: MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz Jardim. **Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações.** São Paulo: Comitê Nacional em Defesa dos Território frente à Mineração; Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2023, p. 124-147.

SANTOS, Priscilla Souza dos *et al.* Adoecimento mental de ex-moradores afetados pela extração de sal-gema de uma mineradora de Maceió, Alagoas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 1-15, 2024,

SIMÕES, Paulo Éverton Mora. A empresa lucra, o movimento unificado das vítimas da Braskem luta e o povo sofre sobre os efeitos de um crime corporativo em Maceió – AL. **Revista Di@logus**, Cruz Alta, v. 1, n. 1, p. 69-87, 2024.

SOUZA, Mayra; PALHETA, Giselle. População inviabilizada pela Braskem apresenta problemas de saúde mental. **Movimento pela Soberania Popular na Mineração**, 2024. Disponível em:

<https://www.mamnacional.org.br/2024/11/08/populacao-inviabilizada-pela-braskem-apresenta-problemas-de-saude-mental/>.

TICIANELI, Edberto. Descoberta de sal-gema em Alagoas foi por acaso. **História de Alagoas**, Maceió, 2015. Disponível em:

<https://www.historiadealagoas.com.br/descoberta-da-sal-gema-em-alagoas-foi-por-acaso>.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O USO DE AGROTÓXICOS E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL NO SUDESTE GOIANO

THE USE OF PESTICIDES AND THEIR IMPACTS ON THE HEALTH OF RURAL WORKERS IN SOUTHEASTERN GOIÁS

Alex Lourenço dos Santos¹

Cristiany Barbosa Ferreira Resende²

Leonoura Katarina Santos³

Pedro Augusto Prata Barbosa⁴

Magda Valéria da Silva⁵

Resumo: Este artigo analisa os impactos do uso de agrotóxicos na saúde dos trabalhadores rurais do Sudeste Goiano, região profundamente marcada pela expansão do agronegócio desde a década de 1970. Com a consolidação de monoculturas como soja, milho e cana-de-açúcar, tornou-se predominante um modelo agrícola dependente de insumos químicos, mecanização intensiva e elevada produtividade. Nesse contexto, o Brasil figura entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, sustentado por uma legislação permissiva, forte influência das corporações agroquímicas e fragilidades na fiscalização. No Sudeste Goiano, a territorialização do agronegócio ampliou a exposição dos trabalhadores a substâncias reconhecidas por seus efeitos tóxicos. Muitos atuam em condições precárias, com pouca orientação técnica, uso insuficiente de Equipamentos de Proteção Individual e submetidos a rotinas laborais que intensificam os riscos de intoxicações. Os efeitos à saúde incluem sintomas agudos, doenças crônicas, distúrbios neurológicos, desregulação hormonal e casos de câncer, agravados pela subnotificação e pela dificuldade de diagnóstico em áreas rurais. A pesquisa, desenvolvida no âmbito da disciplina Organização do Espaço Agrário Brasileiro, evidencia que esses agravos não são acidentais, mas estruturais, derivados de um modelo produtivo que transforma a natureza e o corpo do trabalhador em instrumentos da acumulação de capital. Conclui-se que enfrentar o problema exige fortalecimento das políticas públicas, práticas agrícolas menos dependentes de insumos químicos e ações que garantam condições dignas, informação adequada e proteção à saúde dos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Contaminação ocupacional, Modernização agrícola, Vulnerabilidade socioambiental.

Abstract: This article examines the impacts of agrochemical use on the health of rural workers in the southeastern region of Goiás, an area deeply shaped by the expansion of

¹ Doutorando do PPGEIO da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail: alex.santos@educa.go.gov.br

² Doutoranda do PPGEIO da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail: cristianybf@gmail.com

³ Doutoranda do PPGEIO da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail: leonourakatarina@hotmail.com

⁴ Discente de graduação em Química pelo Instituto Federal de Goiás (IFG). E-mail: pedro.prata@academico.ifg.edu.br

⁵ Docente do PPGEIO da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail: magvaleria@ufcat.edu.br

agribusiness since the 1970s. With the consolidation of monocultures such as soy, corn, and sugarcane, the region adopted an agricultural model dependent on chemical inputs, intensive mechanization, and high productivity. In this context, Brazil ranks among the world's largest consumers of agrochemicals, supported by permissive legislation, the strong influence of agrochemical corporations, and regulatory weaknesses. In Southeastern Goiás, the territorialization of agribusiness has intensified workers' exposure to substances known for their toxic effects. Many labor under precarious conditions, with limited technical guidance, insufficient use of Personal Protective Equipment, and work routines that heighten the risk of poisoning. Health impacts include acute symptoms, chronic diseases, neurological disorders, hormonal disruption, and cancer, all aggravated by underreporting and diagnostic challenges common in rural areas. The research, developed within the discipline "Organization of the Brazilian Agrarian Space," demonstrates that these harms are not accidental but structural, arising from a production model that transforms both nature and the worker's body into instruments of capital accumulation. The study concludes that addressing the problem requires stronger public policies, agricultural practices less dependent on chemical inputs, and measures that ensure dignified working conditions, adequate information, and effective protection of rural workers' health.

Keywords: Occupational contamination, Agricultural modernization, Socioenvironmental vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

Os agrotóxicos, produtos usados com objetivo de controlar organismos considerados nocivos, são amplamente utilizados no Brasil, país que figura entre os maiores consumidores mundiais dessas substâncias, sendo muitas delas proibidas em diversos países. Essa dependência está diretamente relacionada ao modelo de produção agrícola centrado na monocultura e no uso intensivo de insumos químicos.

O presente trabalho resulta de uma pesquisa desenvolvida durante a realização da disciplina Organização do Espaço Agrário Brasileiro, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Catalão. A investigação buscou evidenciar situações em que os agrotóxicos se configuram como o principal agente nocivo à saúde dos trabalhadores das grandes empresas rurais que atendem ao agronegócio no Estado de Goiás. O estudo concentrou-se, especificamente, em localidades do Sudeste Goiano, região marcada por intensa atividade agrícola, a qual se intensificou de forma expressiva a partir da década de 1970.

O objetivo deste trabalho é, portanto, demonstrar a fragilidade das condições de saúde dos trabalhadores das empresas rurais situadas no Sudeste Goiano, os quais são expostos a diversos tipos de venenos ou “defensivos agrícolas”. Esses trabalhadores, muitas

vezes, aceitam as condições impostas por medo ou coerção dos grandes latifundiários, encontrando nesses ambientes a única forma de subsistência, ainda que o custo seja a própria saúde.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS AGROTÓXICOS

A intensificação do uso de agrotóxicos no Brasil está diretamente ligada ao processo de modernização agrícola e à expansão do agronegócio, que transformaram profundamente o espaço rural a partir da década de 1970. Impulsionada pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, essa modernização introduziu a mecanização, o uso de sementes modificadas e a aplicação massiva de insumos químicos, subjugando a natureza e o trabalho às exigências da produção capitalista.

Esse processo materializa o que Silva e Botelho (2014) definem como “apropriacionismo”, isto é, a ação dos capitais industriais para adestrar a natureza, apropriando-se de seus ciclos e transformando-os em mercadoria. Essa lógica se articula à noção de produção da natureza discutida por Smith (1988) e retomada por Silva, Souza e Fogaça (2023), que demonstram como o capital redefine processos naturais para atender aos interesses da acumulação. Nesse sentido, os agrotóxicos ultrapassam o caráter de meras ferramentas técnicas, tornando-se instrumentos econômicos e ideológicos que reforçam a dependência tecnológica da agricultura e a reprodução do capital no campo.

Para compreender plenamente esse fenômeno, é necessário contrastar a definição técnica prevista na legislação com seus impactos reais. A Lei nº 7.802/1989, em seu Art. 2º, inciso I, alíneas “a” e “b”, estabelece a definição formal de agrotóxicos e produtos afins da seguinte forma:

- a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;
- b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento; (Brasil, 1989).

Essa definição, estritamente técnica e focada na função do produto, omite os impactos socioambientais.

É importante destacar que o próprio termo “agrotóxico” é uma particularidade da

legislação brasileira, criado para evidenciar a toxicidade dessas substâncias, diferentemente de expressões como “pesticida”, amplamente utilizadas internacionalmente, ou “defensivo agrícola”, termo preferido pela indústria. Para sua comercialização no país, qualquer produto precisa ser avaliado por três órgãos federais: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Embora a legislação estabeleça etapas de controle, sua efetividade é limitada. O Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2021) alerta que o uso intensivo desses produtos ultrapassa a função de controle biológico e constitui um grave problema de saúde pública. Entre janeiro de 2013 e junho de 2022, por exemplo, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) registrou 124.295 casos de intoxicação exógena por agrotóxicos em todo o Brasil, sendo 58.943 (47,42%) notificações de causas não intencionais. Esses números, contudo, representam apenas uma fração dos casos reais, pois as notificações "não representam o real cenário de exposição de todo o País, podendo o número de casos ser maior do que o reportado" (Brasil, 2023).

A fragilidade regulatória brasileira é intensificada pela forte influência política das corporações agroquímicas. Bombardi (2017) demonstra que cerca de 30% dos princípios ativos autorizados no país são proibidos na União Europeia, evidenciando a permissividade normativa e o peso da bancada ruralista na formulação de políticas. Apesar de parecer contraditória, a aprovação de substâncias proibidas em seus países de origem é juridicamente possível. Como explica Milkiewicz (2023), cada nação conduz sua própria avaliação de risco com base em fatores como clima, culturas predominantes, pragas locais e limites máximos de resíduos.

Essa dependência química, como aponta a análise do contexto brasileiro (Santos; Conceição; Santos, 2024), integra o campo nacional ao circuito global de produção de *commodities*, no qual o território e a natureza são reorganizados conforme a racionalidade do lucro.

Dessa forma, compreender o uso de agrotóxicos exige ultrapassar a dimensão técnica e reconhecer que essas substâncias materializam a contradição entre desenvolvimento econômico e degradação socioambiental, revelando como o modelo agroexportador transforma a natureza e o trabalho humano em meios de reprodução do capital.

2.1 O uso de agrotóxicos e a expansão do agronegócio no Sudeste Goiano

O Sudeste Goiano consolidou-se como um dos principais territórios de expansão da agricultura moderna no Cerrado brasileiro. A partir da década de 1970, políticas federais de incentivo ao agronegócio, somadas aos investimentos em pesquisa, infraestrutura e créditos agrícolas, transformaram profundamente a região. Grandes propriedades passaram a dominar o espaço rural, dedicadas sobretudo ao cultivo de soja, milho e cana-de-açúcar. Esse processo expressa a territorialização do capital no campo, por meio da qual o território é reorganizado conforme os interesses do agronegócio, culminando na intensificação da mecanização e no uso massivo de insumos químicos (Mendonça, 2004; Matos; Pessôa, 2012).

Entre 2010 e 2014, Goiás figurou entre os maiores consumidores de agrotóxicos do país, ao lado de estados como Mato Grosso, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul (Hess, 2018). Essa concentração acompanha a lógica da monocultura, que demanda grandes volumes de substâncias químicas para controle de pragas e para garantir a produtividade. Em 2017, a soja, o milho e a cana-de-açúcar responderam, juntos, por 95,4% de toda a área plantada em Goiás. No panorama nacional, a soja sozinha foi responsável por 52% das vendas de agrotóxicos, enquanto o milho e a cana responderam por 10% cada. Mapas elaborados por Bombardi (2017) evidenciam que as microrregiões do Sul Goiano e de Catalão, que integram o Sudeste Goiano, estão entre as áreas de maior consumo de agrotóxicos no estado, reforçando o vínculo entre concentração de monoculturas e intensificação química.

Nesse contexto, municípios como Itumbiara, Morrinhos e Goiatuba transformaram-se em importantes polos agroindustriais, marcados por extensas áreas de monocultura e pelo uso predominante de produtos de alta toxicidade. A modernização agrícola foi impulsionada por incentivos fiscais, políticas de crédito e pelos avanços tecnológicos da Embrapa, que desenvolveu sementes adaptadas aos solos ácidos e intemperizados do Cerrado (Franco, 2001). Assim, territórios antes marginalizados pela agricultura tradicional foram convertidos em vastos campos mecanizados. Mendonça (2004) destaca ainda que produtores oriundos principalmente do Sul do país adquiriram grandes extensões de terra a preços reduzidos, introduzindo um modelo produtivo baseado no uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos.

No entanto, essa modernização não se refletiu em melhorias nas condições de trabalho ou na sustentabilidade socioambiental. Mattos e Pessôa (2012) apontam que, embora muitas empresas rurais ostentem certificações e tecnologia de ponta, persistem práticas laborais precárias e um elevado grau de concentração fundiária. A intensificação do uso de

substâncias tóxicas reforça esse cenário, ampliando a exposição dos trabalhadores rurais a riscos químicos e agravando desigualdades históricas do campo brasileiro.

A territorialização do agronegócio também alterou a composição social do espaço rural, substituindo produtores tradicionais por empresários agrícolas que administram as propriedades segundo lógicas empresariais e frequentemente residem em áreas urbanas. Esse modelo, centrado na produção de *commodities* para exportação, apresenta baixa integração socioeconômica com a população local e limita a diversificação produtiva (Matos; Pessoa, 2012). Como resultado, o território se reorganiza em função da eficiência produtiva e da competitividade global, implicando maior dependência de insumos químicos.

Essa dependência, conforme analisa Gonçalves (2023), conecta o campo brasileiro às dinâmicas globais de circulação de *commodities*, nas quais a natureza e o território são submetidos à racionalidade do lucro. No Sudeste Goiano, isso se traduz na intensificação do uso de agrotóxicos como componente estrutural do modelo agroexportador, ampliando pressões socioambientais e riscos à saúde dos trabalhadores.

Compreender o uso de agrotóxicos na região, portanto, exige ultrapassar uma leitura estritamente técnica e reconhecer que essas substâncias expressam a contradição entre desenvolvimento econômico e degradação socioambiental. O caso do Sudeste Goiano revela como o agronegócio reorganiza o território e transforma tanto a natureza quanto a força de trabalho em meios de reprodução ampliada do capital, aprofundando vulnerabilidades e ampliando a exposição dos trabalhadores rurais a riscos químicos.

2.2 Impactos dos agrotóxicos na saúde do trabalhador rural

Os impactos do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana revelam o caráter excludente e desumanizador do modelo agrícola hegemônico, consolidando-se como um grave problema de saúde pública (Martins et al., 2023). A exposição a esses agentes químicos afeta de forma mais severa os trabalhadores rurais que os manipulam diretamente, configurando um risco ocupacional evidente (Santos e Lino, 2025). Essa vulnerabilidade é agravada pela negligência generalizada ou ausência total de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Estudos de campo sobre o perfil de agricultores, como o de Martins et al. (2023), corroboram essa vulnerabilidade. Em sua amostra, 94,44% dos agricultores possuíam baixo nível de escolaridade, 74,07% afirmaram não utilizar receituário agrônomo para a compra

dos produtos (infringindo a legislação), e 54% relataram não ter recebido qualquer orientação sobre a forma correta de uso. Mesmo entre os que utilizam EPI (94% na aplicação), o uso é frequentemente parcial, limitando-se a luvas ou botas, o que não garante proteção efetiva. Além disso, 98% dos entrevistados utilizavam o pulverizador costal, método que maximiza o contato dérmico e a inalação.

A literatura científica distingue dois quadros principais de adoecimento: as intoxicações agudas e os efeitos crônicos (Martins et al., 2023; Santos; Lino, 2025). A intoxicação aguda ocorre pela exposição de curto prazo a doses elevadas, manifestando-se rapidamente através de sintomas como náuseas, tonturas, vômitos, dores de cabeça, dermatites de contato, sangramentos e, em casos severos, óbito (Santos; Lino, 2025).

Por outro lado, os efeitos crônicos são resultantes da exposição contínua e prolongada a doses menores, acumulando-se no organismo (Santos; Lino, 2025). Este tipo de exposição é mais silencioso e de difícil diagnóstico, sendo associado ao desenvolvimento de doenças complexas, como polineurites (danos aos nervos), encefalopatias (danos cerebrais), disfunções hormonais e diversos tipos de câncer (Santos; Lino, 2025; Barros; Moreira, 2023). É crucial notar que mesmo agrotóxicos classificados oficialmente como de baixa toxicidade podem possuir potencial carcinogênico, mutagênico e neurotóxico (Barros; Moreira, 2023), o que torna a exposição contínua perigosa (Meneses; Piva, 2025).

Apesar da gravidade, o Ministério da Saúde estima que os números oficiais de contaminação (citados por Burigo, 2016) são largamente subnotificados, devido à dificuldade em estabelecer onexo causal e ao receio dos trabalhadores em denunciar.

A Organização Mundial da Saúde estima que para cada caso notificado de intoxicação por agrotóxico, existam outros 50 casos não registrados. Um fator que contribui diretamente para esta subnotificação é a conduta do próprio trabalhador. Martins et al. (2023) apontam como um "dado preocupante" que 86% dos agricultores que relataram sintomas de intoxicação aguda não procuraram o serviço de saúde. Apesar da subnotificação, os dados oficiais de Goiás indicam um aumento alarmante de 243% nas notificações registradas entre 2007 (97 casos) e 2017 (333 casos). Substâncias amplamente utilizadas na lavoura goiana, como o glifosato (Roundup) e o paraquat (Gramoxone) (citados por Serra, Domingos e Prata, 2003; Thiesen, 2017), estão ligadas a esses quadros.

Em Goiás, os ingredientes ativos mais comercializados em 2021 foram, de longe, o Glifosato (19.964 toneladas) e o 2,4-D (4.241 toneladas). A Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC) classifica o Glifosato no Grupo 2A ("provável carcinógeno para

humanos") e o 2,4-D no Grupo 2B ("possível carcinógeno para humanos"). O 2,4-D, além de seu uso em lavouras, é amplamente utilizado na região para a "roçagem química de pastagem".

No contexto do Sudeste Goiano, estudos como o realizado por Cinthya Amaral Santos (2014) em Catalão, um polo de grande produção de soja na região, confirmam a alta e endêmica exposição dos trabalhadores rurais. A pesquisa de campo na área, que inclui entrevistas com produtores, focou nos impactos do manuseio de embalagens e nos agrotóxicos mais utilizados, muitos classificados como extremamente tóxicos (Classe I) ou altamente tóxicos (Classe II) pela ANVISA, a exemplo do Endosulfan, do Diclorvos e do próprio Glifosato. Em relação a esses produtos, as bulas e estudos toxicológicos indicam que o Glifosato, amplamente utilizado na lavoura goiana, está associado a graves quadros de intoxicação que podem incluir lesões corrosivas no sistema digestivo (úlceras, náuseas, vômitos, diarreia), disfunções renais (insuficiência renal, oligúria, anúria) e alterações neurológicas (convulsões, coma) em casos mais severos. A análise da realidade da produção regional reforça o risco direto à saúde do aplicador, que é o principal grupo de exposição.

O risco é potencializado pelas formas de manipulação e pelas classes de produtos mais usadas. Santos e Lino (2025) detalham que as etapas de maior risco são o preparo da calda e a aplicação, onde o contato dérmico e a inalação são intensos. Isso é agravado pelo fato de que as classes mais utilizadas na agricultura, como inseticidas e herbicidas, são também as mais associadas aos casos de intoxicação humana (Barros e Moreira, 2023). A exposição dérmica, muitas vezes negligenciada em favor da proteção respiratória, é uma via de contaminação crítica, especialmente sob calor intenso, quando o uso de EPIs completos se torna insuportável, aumentando a absorção pela pele (Santos e Lino, 2025).

A precarização das relações laborais intensifica essa vulnerabilidade. O medo do desemprego inibe a denúncia das condições insalubres, reforçando o que Gonçalves (2023) denomina "coisificação do corpo do trabalhador", processo no qual a força de trabalho é tratada como mero insumo descartável. Portanto, os impactos na saúde não são acidentes, mas uma consequência estrutural de um modelo de desenvolvimento desigual que sacrifica o corpo humano em favor da acumulação de capital.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada evidencia que o uso intensivo de agrotóxicos no Brasil, e

particularmente no Sudeste Goiano, não pode ser compreendido apenas como um recurso técnico de aumento de produtividade. Trata-se de um fenômeno complexo, profundamente vinculado ao processo histórico de modernização agrícola e à expansão do agronegócio, que redefiniram o território, a natureza e as relações de trabalho sob a lógica da acumulação capitalista. Os dados, conceitos e estudos discutidos ao longo do texto demonstram que os agrotóxicos assumem papel estrutural nesse modelo produtivo, funcionando como elementos centrais na reprodução econômica do campo brasileiro.

No caso goiano, a consolidação de extensos territórios monocultores, a predominância de grandes propriedades e a organização do espaço rural conforme os interesses do agronegócio intensificaram a dependência de insumos químicos. A territorialização do capital no Sudeste Goiano, impulsionada por incentivos estatais e por tecnologias desenvolvidas para o Cerrado, ampliou o uso de substâncias altamente tóxicas e intensificou as desigualdades sociais e ambientais. A modernização, portanto, avançou sem corresponder a melhorias significativas nas condições de vida e de trabalho da população rural.

Os impactos sobre a saúde dos trabalhadores rurais revelam a face mais vulnerável e silenciosa dessa dinâmica. A prevalência de intoxicações agudas e crônicas, a subnotificação dos casos, o uso parcial ou inadequado de EPIs, o baixo acesso à assistência técnica e as condições laborais precarizadas compõem um quadro que evidencia a fragilização dos sujeitos responsáveis pela produção agrícola. A recorrência de substâncias associadas a quadros neurológicos, hormonais, cancerígenos e até fatais demonstra que o problema ultrapassa o âmbito ocupacional, transformando-se em questão de saúde pública.

Além do adoecimento físico, destaca-se a dimensão sociopolítica da vulnerabilidade. A dependência dos trabalhadores em relação aos empregadores, a pressão por produtividade e a ausência de políticas públicas eficazes de fiscalização e proteção reforçam a “coisificação do corpo”, na qual a vida humana é subordinada às exigências econômicas. A permissividade regulatória, marcada pela liberação de compostos proibidos em outras nações, reforça a subordinação do país às dinâmicas globais do mercado agroquímico e à racionalidade do lucro.

Assim, torna-se evidente que o debate sobre agrotóxicos exige um olhar crítico e multidimensional. Não basta discutir a toxicidade das substâncias isoladamente; é necessário compreender como elas se inserem em um projeto de desenvolvimento que prioriza a competitividade internacional e a produção de *commodities* em detrimento da saúde humana e da integridade ambiental. Os casos apresentados, os dados epidemiológicos e a análise

territorial demonstram que o uso de agrotóxicos constitui expressão concreta das contradições do modelo agroexportador brasileiro.

Diante desse cenário, faz-se urgente fortalecer políticas de proteção ao trabalhador, ampliar a fiscalização, garantir o acesso à informação e estimular práticas agrícolas menos dependentes de insumos químicos. Mais do que isso, é preciso repensar o próprio modelo de desenvolvimento rural, de forma a valorizar a vida, a saúde e a sustentabilidade socioambiental.

Os resultados deste estudo evidenciam que a continuidade do modelo atual implica a manutenção de um ciclo de adoecimento, degradação ambiental e aprofundamento das desigualdades sociais no campo. Compreender essa realidade é passo fundamental para construir alternativas que promovam justiça social, soberania alimentar e um futuro menos tóxico para quem vive e trabalha na terra.

REFERÊNCIAS

BARROS, Stefania Evangelista dos Santos; MOREIRA, Márcia Bento. Caracterização dos agrotóxicos utilizados em áreas agrícolas de fruticultura irrigada do vale do São Francisco. *In: Fruticultura Irrigada: vulnerabilidades e perspectiva de produção sustentável*. [S. l.: s. n.], 2023. p. 47–58.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017. Disponível em: <http://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.070, de 23 de dezembro de 2024**. Dispõe sobre a produção, a importação, a exportação, o registro, a comercialização, o uso, a inspeção, a fiscalização, a pesquisa, a experimentação, a embalagem, a rotulagem, a propaganda, o transporte, o armazenamento, as taxas, a prestação de serviços, a destinação de resíduos e embalagens e os incentivos à produção de bioinsumos para uso agrícola, pecuário, aquícola e florestal; e altera as Leis nºs 14.785, de 27 de dezembro de 2023, 10.603, de 17 de dezembro de 2002, e 6.894, de 16 de dezembro de 1980. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L15070.htm#art40. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, v. 54, n. 12, 9 out. 2023.

BURIGO, André. **Impacto dos agrotóxicos na alimentação, saúde e meio ambiente**. 2016. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Cartilha-Agrotoxicos-final.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

FRANCO, Eduardo Ferraz; GONÇALVES, Ricardo Assis. A territorialização do agronegócio e a inserção desigual do Cerrado goiano às redes globais extrativas. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 19, n. 40, 2024. DOI: 10.5418/ra2023.v19i40.17901. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/17901>. Acesso em: 14 nov. 2025.

FRANCO, José Severino Benjamin. O papel da Embrapa nas transformações do cerrado. **Caminhos de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 31-40, 2001.

HEES, Sonia Corina. **Ensaio sobre poluição e doenças no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Ambiente, trabalho e câncer**: aspectos epidemiológicos, toxicológicos e regulatórios. Rio de Janeiro: INCA, 2021.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. DE. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 117, p. 518-534, abr. 2018.

MARTINS, Julielle dos Santos *et al.* Impacto dos agrotóxicos para saúde humana e o perfil do agricultor com relação ao seu uso. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 1441-1454, 2023. DOI: 10.48017/dj.v8i3.2636. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2636. Acesso em: 01 nov. 2025.

MATOS, Patricia Francisca; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. O agronegócio no cerrado do Sudeste Goiano: uma leitura sobre Campo Alegre de Goiás, Catalão e Ipameri. **Sociedade & Natureza**, v. 24, n. 1, p. 37-49, 2012.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2004.

MENESES, Barbara Brito de; PIVA, Juliana Carvalho. Uso de agrotóxicos no Brasil: responsabilidade civil e danos ambientais. **JNT-FACIT Business and Technology Journal**, v. 1, n. 62, p. 113-130, maio 2025.

MILKIEWICZ, Larissa. Agroquímicos, agrotóxicos, pesticidas ou inseticidas: considerações gerais. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 837-873, 2023.

SANTOS, Cinthya Amaral. A toxicidade dos agrotóxicos usados na lavoura de soja na cidade de Catalão - GO, e seus impactos no ambiente: um estudo de caso. **NOVOS DIREITOS - Revista Acadêmica do Instituto de Ciências Jurídicas**, v. 1, n. 1, p. 58-76, 2014.

SANTOS, Eliana Vieira dos; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. O discurso contraditório da produtividade como desenvolvimento no campo brasileiro. **Geopauta**, [S. l.], v. 8, 2024. DOI: 10.22481/rg.v8.e2024.e14942. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/geo/article/view/15940>. Acesso em: 14 nov. 2025.

SANTOS, Maria da Guia; LINO, Ruth da Silva. **Manipulação de agrotóxicos e riscos ocupacionais**: uma revisão bibliográfica. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior em Segurança no Trabalho) – Instituto Federal da Paraíba, Patos, 2025.

SILVA, Edson Batista da; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; FOGAÇA, João Paulo Caetano. A produção mundial da natureza e os agrotóxicos em Goiás – 2023. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 23, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7934>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SILVA, Gustavo Bianchi; BOTELHO, Maria Izabel Vieira. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 362–387, abr. 2014. DOI: 10.14393/RCT91723084. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23084>. Acesso em: 05 nov. 2025.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 243 p.

THIESEN, G. R. **A relação entre o uso de agrotóxicos e as doenças crônicas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/temas/temas/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL: NOTAS INTRODUTÓRIAS

CUESTIONES AMBIENTALES Y TRABAJO SOCIAL: NOTAS INTRODUCTORIAS

Amanda Guimarães¹

Diego Tabosa da Silva²

Renan Vieira de Santana Rocha³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivos centrais analisar a relação “homem-natureza”, tendo em vista o atual momento de crise climática e ambiental, e a relação da Questão Ambiental com o Serviço Social. Para que os objetivos sejam alcançados, é necessário pensar a relação entre Capital-Natureza-Trabalho, afinal o modo de produção e as relações materiais determinam o modo de vida. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, sob orientação teórica do Materialismo Histórico Dialético. Evidencia-se a degradação ambiental como resultado do modo de produção, consumo e vida do sistema capitalista com seus valores e princípios burgueses, baseados no individualismo e acumulação infinita, que utiliza do trabalho para explorar a natureza. A partir disso, relaciona-se a Questão Ambiental com o Serviço Social, investigando o elo entre Questão Ambiental e Questão Social, e afirmando o compromisso do Serviço Social com o Projeto Ético-Político para/com a defesa dos Direitos Humanos e seu papel com a justiça social e vínculo a um projeto de sociedade onde será possível alcançar a emancipação humana.

Palavras-chave: Capitalismo. Questão Ambiental. Questão Social. Serviço Social.

Resumen: Este trabajo analiza la relación entre “la humanidad y la naturaleza”, considerando la actual crisis climática y ambiental, así como la relación entre la cuestión ambiental y el Trabajo Social. Para lograr estos objetivos, es necesario considerar la relación entre

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Campus Baixada Santista.

² Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela UFRJ. Docente e Coordenador da Comissão de Estágio do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, Campus Baixada Santista. Membro da Coordenação do Grupo Temático de Pesquisa - GTP Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional, da ABEPSS (Gestão 2025-2026). Membro dos Grupos de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social - GEPSS/UNIMONTES. Editor Adjunto da Revista Serviço Social em Perspectiva - UNIMONTES.

³ Psicólogo Sanitarista, graduado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor e Mestre em Saúde Coletiva, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto, em Regime de Dedicação Exclusiva, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista (CBS), Instituto de Saúde e Sociedade (ISS), junto à Graduação em Serviço Social, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS/UNIFESP) e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde (PPGICS/UNIFESP)

Capital-Natureza-Trabajo, ya que el modo de producción y las relaciones materiales determinan la forma de vida. La metodología empleada fue la investigación cualitativa de carácter bibliográfico, bajo el marco teórico del Materialismo Dialéctico Histórico. Se destaca la degradación ambiental como resultado del modo de producción, consumo y vida del sistema capitalista, con sus valores y principios burgueses, basados en el individualismo y la acumulación infinita, que utiliza el trabajo para explotar la naturaleza. A partir de esto, se vincula la cuestión ambiental con el Trabajo Social, investigando el vínculo entre las cuestiones ambiental y social, y afirmando el compromiso del Trabajo Social con el Proyecto Ético-Político para la defensa de los Derechos Humanos y su papel en la justicia social, así como su conexión con un proyecto social donde sea posible la emancipación humana.

Palabras clave: Capitalismo. Cuestión Ambiental. Cuestión Social. Trabajo Social.

I INTRODUÇÃO

Atualmente a vida na Terra como conhecemos está ameaçada pelo colapso ambiental. A exploração e destruição desenfreada da natureza tem trazido consequências desde o surgimento do capitalismo. Porém, nos últimos anos, essa questão tem se tornado cada vez mais latente e tem tomado um caráter cada vez mais urgente.

Regidos pelo modo de produção capitalista que tem como objetivo a acumulação de riqueza, a natureza é explorada de modo predatório, afinal a riqueza é gerada pelo trabalho que tem como fonte a natureza. Essa relação Capital-Natureza implica em crises climáticas; desastres ambientais; contaminação das águas e alimentos; a perda de biodiversidade; e a destruição da camada de ozônio, apenas para citar alguns exemplos.

Entende-se que a importância dessa pesquisa está vinculada com a atualidade desse tema e a urgência de tomá-lo de modo crítico e torná-lo mais recorrentes nos espaços de trabalho, formação e organização política do Serviço Social, principalmente articulando-o com o debate da Questão Social.

Ao pautar a Questão Ambiental, então, nosso desejo é o de debater essa perspectiva dentro do Serviço Social. Isto, assim o cremos, aponta para a relevância acadêmico-científica de tais reflexões tanto para o Serviço Social como para outras áreas do conhecimento, para além de sua evidente relevância social, econômica e política.

2 A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA: DO ANIMAL AO SER SOCIAL, MAS AINDA UM SER DA NATUREZA

Para entender a relação homem-natureza, devemos compreender as categorias fundamentais da existência humana - os conceitos de trabalho e teleologia - a partir das elaborações teóricas acerca da ontologia do ser social.

Um pressuposto central para o desenvolvimento de nossa argumentação é de que o homem⁴ é, antes e acima de tudo, um ser natural. Como afirma Lukács (2018, p. 199) “o ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica”. É a partir do trabalho que o homem se objetiva e torna-se um ser social, isto porém não exclui a sua condição de ser da natureza⁵.

O trabalho é entendido como a ação do homem sobre a natureza, provocando nela uma mudança para satisfazer suas necessidades. Em outras palavras, através de suas propriedades mecânicas, físicas e químicas o homem altera e se apropria da natureza, para dar-lhe um sentido útil diante de seus interesses. Marx (2013) sintetiza esse processo como a mediação, a regulação e o controle do metabolismo do homem com a natureza.

O homem é transformado pelo seu próprio trabalho (Lukács. 2018), ou seja, a consequência do processo de transformação da natureza/ambiente pelo homem é a transformação do próprio homem. Esse é um movimento que gera um processo contínuo de satisfação e criação de necessidades, pois para atender uma primeira necessidade, foi preciso uma ação e um instrumento de satisfação já adquirido, gerando assim outras necessidades, e retomando o ciclo (Marx; Engels. 1989).

Entendemos, então, que o trabalho é a ação que altera a natureza externa ao homem para suprir as suas necessidades. É por isso então, que não podemos afirmar que os outros animais realizam trabalho, pois como afirma Marx (2013) o trabalho refere-se unicamente ao ser humano. Temos aqui uma diferença essencial entre o homem e os outros animais: a capacidade teleológica.

A teleologia é o potencial humano de idealizar o produto final antes dele ser concretizado. Encontramos uma ilustração bastante interessante em O Capital, quando Marx (2013) aponta o exemplo da abelha e do arquiteto, informando que a abelha, por melhor que

⁴ Utilizamos o termo homem para nos referir à homens e mulheres em sua totalidade, ou seja, o termo é empregado no sentido humano genérico.

⁵ Em uma tentativa de exposição didática, destacamos “homem” e “natureza”, mas reafirmamos nosso entendimento que o primeiro faz parte da segunda. Assim, passaremos a utilizar ao longo do texto os termos “natureza/homem” para indicar quando estamos tratando particularmente de seres humanos, e “natureza/ambiente” para tratar deste complexo composto por elementos bióticos (animais e vegetais por exemplo) e abióticos (minerais, ar, água, por exemplo), mas sempre frisando que o homem não está apartado da natureza. Ao compreendermos homem como ser social, antes de tudo, o compreendemos como sendo natureza biológica e orgânica.

seja, modifica a natureza/ambiente para construir a colmeia de maneira instintiva, e o arquiteto, por pior que seja, idealiza o resultado final em sua mente antes de construí-la. Em outros termos, é o trabalho projetado com finalidade. Lukács (2018) alega que esse processo supracitado, no qual o homem se objetiva, eleva o homem de um ser-em-si para um ser-para-si, ou seja, um ser consciente.

Em um exercício de síntese no que diz respeito à relação homem-natureza, podemos destacar dois aspectos: o primeiro é que há uma relação intrínseca entre o homem e a natureza, e o segundo é que o trabalho está na gênese do ser social e das relações sociais.

Em suma, a natureza é o alicerce do homem - um ser natural, mas também social - no que concerne sua existência, sobrevivência, fonte dos meios de subsistência e objeto universal do trabalho humano (Marx, 2013). E o trabalho permitiu - e permite até hoje - ao homem criar e recriar, sua vida material e espiritual, sua objetivação e sua própria história.

3 NATUREZA E CAPITALISMO: A DINÂMICA DA EXPLORAÇÃO PREDATÓRIA

É indubitável que atualmente vivemos uma fase crítica no que diz respeito às transformações ambientais⁶ e suas consequências para a vida⁷. O desenvolvimento das forças produtivas atravessadas pelo modo de produção capitalista, reconfigurou tragicamente a relação do homem com o restante da natureza, onde antes podíamos encontrar uma relação de interdependência, hoje vemos um processo nocivo que visa exclusivamente as necessidades do homem.

Inicialmente, partimos do pressuposto que o modo de produção e as relações materiais determinam o modo de vida, portanto, a maneira como os seres humanos se relacionam com a natureza externa é consequência do sistema vigente.

O capitalismo é um modo de produção baseado na propriedade privada dos meios de produção. Ou seja, a classe burguesa detém os meios e instrumentos (maquinário, ferramentas, terras, equipamentos, matéria-prima) que transformam a natureza em mercadoria, por meio da compra/exploração da força de trabalho. Este ciclo de exploração - de toda natureza, e aqui inclui-se a natureza humana - é criado com a finalidade da

⁶ Chamadas de Ebulição Global, pelo secretário geral da ONU, Antônio Gutierrez (2023), essas transformações indicam na verdade uma intensa e acelerada destruição da natureza.

⁷ “Vida” aqui tratada em sentido amplo, que no campo da biologia remete aos seres vivos. Seres que são classificados, por suas características orgânicas em cinco reinos: Monera, Protista, Fungi, Plantae e Animalia. É fundamental pensar a vida sob esse aspecto, afinal, permite extrapolar a cosmovisão centrada no “homem”.

acumulação de riqueza. Ou seja, o objetivo do capitalismo é a acumulação infinita de riquezas.

Se a riqueza é fruto do trabalho, o trabalho é inerente ao homem, e este é inerente à natureza, logo, para a burguesia acumular riqueza é necessária a exploração da natureza. Então, com o surgimento do capitalismo, a relação que vimos até então entre homem-natureza, torna-se uma relação utilitária, passa-se a usar a natureza para alcançar os objetivos da burguesia.

Como efeito, para que a acumulação de riquezas ocorra, dois fatores são necessários: 1. a expansão do mercado e, para isso, a invasão de todo o planeta pela burguesia para explorar em maior quantidade as forças produtivas (Marx; Engels, 2007, p. 43); 2. a mercadologização da vida, transformando os elementos essenciais para a sobrevivência e desenvolvimento da vida humana, como água, alimentos e a biodiversidade, em meio para lucro.

A relação com a natureza além de expressar um valor de uso, também se configura sob uma lógica de exploração, ou seja, assume um valor de troca. O uso dos recursos naturais passou de necessidade para desperdício. Um exemplo disso é a “água”, recurso natural essencial para a vida do ser humano que é privatizada e vendida. Comparando as águas "Voss" e "Crystal", percebemos que é regida pelo valor de troca, pois a primeira tem em média um valor de R\$60,00 por 800ml enquanto a segunda tem em média um valor de R\$3,00 o litro mesmo ambas tendo o mesmo valor de uso que é suprir a necessidade fisiológica do homem. Sob a égide do capital, este recurso natural é privatizado, gerador de valor e incorpora, como mercadoria, uma face fetichizada.

O surgimento, manutenção e desenvolvimento do capitalismo estão estruturalmente ancorados na exploração destrutiva da natureza. Vejamos o Brasil como exemplo: um país que, posto pela burguesia latifundiária como “grande fazenda do mundo”, serve para produzir e exportar commodities em larga escala, tendo como motor dessa produção a destruição das florestas e a contaminação da água e do solo através de agrotóxicos. Sendo colocado no lugar de economia periférica e dependente, o país, em toda sua formação sócio-histórica teve suas riquezas naturais usurpadas para desenvolver o capitalismo dos “países centrais”.

Ao transformar a materialidade do trabalho (condições, modelos e lógica de produção das coisas), o modo de produção capitalista modifica, também, os valores e princípios que regem as relações sociais. Marx e Engels desvendam em *A Ideologia Alemã* que a classe

dominante é “[...] obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade” (Marx; Engels, 1989, p. 74). Portanto, a burguesia, classe dominante no modo de produção capitalista, apresenta “crescimento” e “desenvolvimento econômico” como valores universais, desconsiderando que tais valores trazem consequências desastrosas para a coletividade, uma vez que são colocados acima da valorização e respeito com a natureza. Assim, por mais que a “ideia” de crescimento econômico seja difundida como de interesse de toda a população, ela não tem o propósito de beneficiar a classe trabalhadora, e sim, apenas a burguesia.

Para não deixar dúvidas, a ideologia dominante impõe como interesse comum à toda sociedade um modo de relação com a natureza/ambiente que atende aos interesses mesquinhos de uma classe parasitária (burguesia). Interesses que visam a acumulação de riqueza às custas da exploração de uma classe que não acessa a riqueza que gera e explora e destrói a natureza, mesmo que isso signifique a destruição da vida humana.

Portanto, o problema demonstra ser de ordem material e ideológica, dimensões que estão imbricadas, “[...] os burgueses detêm não mais somente a posse dos meios de produção, mas sim governam países, criam leis, modelos educacionais, induzem a massa ao consumismo” (Freitas, 2008, p. 78).

Já sabemos que o que diferencia o ser humano dos outros animais é a sua capacidade teleológica. Porém precisamos incorporar à esta conclusão dois novos aspectos na relação entre homem e natureza: o motivo e o processo. Todos os animais modificam a natureza para atender suas necessidades, porém o homem, agora constituído de valores e costumes liberais-burgueses, passa a fazê-lo, também, para acumular riqueza. Em síntese, da burguesia ao proletariado, é o sistema que impõe a lógica predatória de exploração da natureza. Conclui-se que a relação homem-natureza é ditada pelo capitalismo⁸.

4 QUESTÃO AMBIENTAL E QUESTÃO SOCIAL: O ELO INTRÍNSECO

Primeiramente, devemos entender que “Questão Social”⁹ é fruto da relação contraditória entre a burguesia e a classe trabalhadora, ou seja, é consequência de um processo de exploração do capitalismo. Netto (2001) diz que a “questão social” está

⁸ Não estamos fazendo uma análise fatalista. É óbvio que não podemos desconsiderar o papel da luta de classes para frear os interesses da burguesia e repensar os rumos da história.

⁹ Conforme analisado por Netto (2001), Iamamoto (2001), Meireles (2017) e Yazbek (2001).

“elementarmente determinada” pela relação capital/trabalho e que “o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’” (Netto, 2001, p. 45), cujas manifestações dependem do estágio em que o capitalismo se encontra.

Meirelles (2017) informa que a “Questão Social” é um conceito que abrange uma dupla dimensão, ou seja: “envolve a exploração capital/trabalho e, também, a inconformidade e a resistência da classe trabalhadora frente à exploração capitalista” (Meirelles, 2017, p. 112). Nessa complexa relação entre as classes antagônicas e com interesses contraditórios, a “Questão Social” assume diferentes feições, sem, portanto, abandonar o seu fundamento. Concordamos com Netto (2001, p. 47) quando este diz que “inexiste qualquer ‘nova questão social’. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações ‘tradicionais’ da ‘questão social’, a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital”.

O atual estágio do desenvolvimento capitalista, nos coloca diante de uma preocupação importante com uma das expressões da Questão Social: a relação estabelecida entre o homem e o restante da natureza, o que chamaremos aqui de Questão Ambiental. A Questão Ambiental seria, em extrema síntese, os frutos da exploração predatória da natureza pelo capitalismo. E por frutos entendemos não apenas as ações destrutivas da burguesia, mas também os movimentos de resistência da classe trabalhadora.

O que argumentamos até aqui, corrobora com a ideia de que há uma relação intrínseca entre Questão Ambiental e Questão Social, afinal, o capitalismo tem por essência a exploração do homem, e não devemos esquecer que o homem é, acima e antes de tudo, natureza. Nesse processo, o modo de produção capitalista se utiliza da natureza/homem para explorar a natureza/meio ambiente, uma trama que culmina numa lógica de estranhamento e alienação, pois no decorrer dessa história o homem estabelece uma relação exógena à natureza, extraindo tudo, como se dela não dependesse ou fizesse parte.

Afirmamos então que o homem é natureza e se objetiva como ser social na sua relação com a natureza externa. Essa objetivação se dá através do trabalho, que é a transformação da natureza pelo homem, mediado por uma ação consciente para atender às suas necessidades e interesses. Portanto, não é possível falar de trabalho sem falar de natureza. Seguindo nosso exercício de síntese, dizemos que o capitalismo é um modo de produção que objetiva a acumulação de riqueza, que só é possível através da exploração do trabalho (homem) e da natureza externa ao homem (meios).

O Capitalismo, portanto, ao explorar o trabalho, na verdade realiza uma dupla

exploração da natureza (natureza/homem e natureza/ambiente), por isso afirmamos que tanto a Questão Social quanto à sua refração ambiental está elementarmente determinada pela relação de exploração entre capital-natureza/trabalho.

5 QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Por tudo que temos exposto neste trabalho, não nos resta dúvida que o Serviço Social deve de dedicar cada vez mais aos debates que envolvem a Questão Ambiental. Afinal a Questão Social não está isolada da natureza, pois quando falamos da relação capital-trabalho, estamos falando diretamente da relação natureza/homem e natureza/ambiente.

De acordo com os acúmulos teóricos do Serviço Social brasileiro, podemos afirmar que a Questão Social é a matéria prima do trabalho profissional, é a base da ação profissional e das dimensões fundamentais do Serviço Social (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política). Sendo a Questão Ambiental umas das expressões da Questão Social, ela deve ser tomada como um elemento central na relação entre a profissão e a realidade posto que, da mesma forma que o capitalismo produz a Questão Social, ele também produz a Questão Ambiental. Em suma, a Questão Ambiental deve ser objeto de pesquisa e intervenção do Serviço Social, tal qual é a Questão Social.

Sabendo que o Capitalismo nos seus diferentes estágios de “desenvolvimento” produz diferentes manifestações da Questão Social e, portanto, da Questão Ambiental, nos deparamos atualmente com problemáticas como, mudanças climáticas, queimadas, desmatamentos, contaminação da água, empobrecimento e contaminação do solo, emissão de poluentes, perda de biodiversidade (extinção de espécies), racismo ambiental, impactos na saúde, insegurança alimentar e nutricional, mortes ocasionadas pelo desequilíbrio ambiental (enchentes e frio/calor extremo) e pela exploração predatória (Rompimento de barragens, por exemplo Brumadinho e Mariana - MG), escassez de água e desabrigamento e ausência de moradias dignas, apenas para listar algumas.

Logo, por mais que a exploração e destruição da natureza/ambiente pareça algo isolado e distante, a verdade é que está extremamente imbricado com a destruição da natureza/homem. Quando ocorrem queimadas na Amazônia, a consequência pode não ser direta, como na inalação de fumaças tóxicas para a população que está no estado de São Paulo, por exemplo, mas essa queima libera dióxido de carbono (CO₂) para a atmosfera que contribui para o aquecimento global, afetando a natureza/ambiente que afetará a

natureza/homem, que ao fim e ao cabo, é a natureza em si, pois estamos falando da mesma coisa. Este seria um dos diversos exemplos de como destruir e explorar a natureza/ambiente é destruir a natureza/homem e por isso, o Serviço Social deve se dedicar e tem completa relação com a Questão Ambiental.

Tendo em vista que o Serviço Social brasileiro está orientado por um Projeto Ético-Político Crítico que se compromete com a classe trabalhadora na defesa da justiça social para a conquista da emancipação humana, deve estar alinhado com a defesa e conservação da natureza/ambiente.

Um dos pilares deste projeto profissional é o Código de Ética de 1993 (Resolução CFESS 273/1993), que aponta um conjunto de princípios voltados à importância do comprometimento de assistentes sociais com a Questão Ambiental. O primeiro princípio indica a defesa da liberdade e da emancipação humana, e para nós, isto só será possível havendo também uma relação harmoniosa com o restante da natureza, fato impossível no capitalismo. O segundo princípio destaca a defesa intransigente dos direitos humanos. Ora, se os Direitos Humanos são defendidos pelo Serviço Social e a natureza/ambiente tem completa relação com estes mesmos direitos, logo, o Serviço Social não pode secundarizar a Questão Ambiental do foco de seu debate. Os princípios afirmam ainda a vinculação profissional com a constituição de uma nova sociedade, onde não haja exploração e dominação. Sabendo que a exploração no capitalismo, é obrigatoriamente a exploração da natureza (natureza/homem e natureza/ambiente), não é possível defendê-la, sem a ruptura com este modo de produção. O enfrentamento da Questão Ambiental é, portanto, uma chave para a constituição de lutas e resistência que visem uma nova ordem societária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este artigo, duas certezas se apresentam: 1. urge pensar em outra possível relação natureza/homem e natureza/ambiente; e 2. O debate aqui apresentado não se esgota nestas linhas, pelo contrário, abre-se muitas e novas reflexões para construirmos alternativas de lutas e resistências. Em suma, buscamos neste ensaio chamar atenção para a necessidade de expandir, evidenciar e dar a devida importância ao debate da Questão Ambiental.

Reforçamos nossa rejeição à ideia binária de homem e natureza, como se fossem polos opostos, estranhos e dicotômicos. O homem, apesar de ser um ser social e se diferenciar dos

outros animais, ainda é, essencialmente, natureza. Por isso, ao longo deste texto, nos ativemos ao uso dos termos natureza/homem e natureza/ambiente, bem como as expressões “restante da natureza” ou “outros animais”, demarcando que antes de tudo o ser social é ser natural, orgânica, é natureza. Deste modo, por mais que pareça óbvio, cabe registrar que precisamos cuidar da natureza, pois somos natureza.

Ao analisar o modo Capitalista de produção e reprodução social, porém, chegamos a conclusão de que a relação entre natureza/homem e natureza/ambiente é determinada por uma lógica de exploração. Outro resultado que percebemos é que ao explorar o trabalho para gerar e acumular riqueza, a burguesia explora o homem, o que significa explorar a natureza. Assim, o Capital explora duplamente a natureza: enquanto exploração do trabalho - que por definição é a transformação da natureza/ambiente pelo homem (natureza/homem) para atender suas necessidades - e enquanto exploração da natureza/ambiente (terras, recursos naturais, matéria-prima).

Mas a história está em construção, está aberta, e por isso acreditamos que outra relação com a natureza é possível. E acreditamos nisso a partir do que nos ensinam os povos originários. Partindo aqui de ideias defendidas pelos povos Yanomami¹⁰ compreendemos que há outros modos de viver, pensar, se relacionar e perceber a natureza. Ou seja, é possível, enquanto sociedade, viver baseado em outros valores, outra perspectiva de mundo e relação homem-natureza é possível.

Em particular, o individualismo, a acumulação, a posse (propriedade privada) e a ganância são alguns dos valores questionados pelos Yanomami:

[...] Os humanos adoecem, envelhecem e morrem com facilidade. Já o metal dos facões, dos machados e das facas fica coberto de ferrugem e sujeira de cupim, mas não desaparece tão depressa! Assim é. As mercadorias não morrem. E por isso que não as juntamos durante nossa vida e nunca deixamos de dá-las a quem as pede. Se não as déssemos, continuariam existindo após nossa morte, mofando sozinhas, largadas no chão de nossas casas. Só serviriam para causar tristeza nos que sobrevivem e choram nossa morte. Sabemos que vamos morrer, por isso cedemos nossos bens sem dificuldade. Já que somos mortais, achamos feio agarrar-se demais aos objetos que podemos vir a ter. Não queremos morrer grudados a eles por avariza. (Kopenawa; Albert, 2010, p. 409).

No que tange à posse, os Yanomami não guardam os objetos que fabricam ou recebem, mesmo que faça falta depois. Eles os dão a quem os pede: “Por isso não temos realmente bens próprios.” (Kopenawa; Albert, 2010, p. 412). Com isso, percebe-se não só o desapego dos Yanomami com a mercadoria, mas também valores como partilha e

¹⁰ Utilizamos como referência o livro A queda do céu de Davi Kopenawa - Cap. 19. Paixão pela mercadoria.

coletividade. Questionando a lógica do valor das coisas, priorizando o uso em detrimento da troca, Kopenawa aponta que os “verdadeiros bens são as coisas da floresta: suas águas, seus peixes, sua caça, suas árvores e frutos. Não são as mercadorias!” (Kopenawa; Albert, 2010, p. 410).

Então, enquanto que o princípio liberal-burguês é de conhecer a natureza para dominá-la e explorá-la a seu favor e interesse, para os Yanomami a natureza tem mais valor que a mercadoria e que os verdadeiros bens vêm dela.

Os brancos já têm metal suficiente para fabricar suas mercadorias e máquinas; terra para plantar sua comida; tecidos para se cobrir; carros e aviões para se deslocar. Apesar disso, agora cobiçam o metal de nossa floresta, para fabricar ainda mais coisas. (Kopenawa; Albert, 2010, p. 420).

Portanto, conclui-se que a relação homem-natureza hegemônica não é a única possível. Há uma notável divergência de princípios e valores entre os povos indígenas e os não-indígenas.

Para finalizar, reforçamos nossa argumentação de que a Questão Social é indissociável da Questão Ambiental, do mesmo modo que o homem é da natureza na sua relação de objetivação e existência. Mas também, no sentido que o capital é intrínseco à natureza na sua relação de exploração dos recursos naturais e do homem. Por tudo isso, o Serviço Social deve ter essa questão no centro do debate, seja na produção teórico-metodológica, seja na atuação técnico-operativa.

Assim, devemos pensar numa Questão Ambiental que estrutura a Questão Social, mas que, ao mesmo tempo, é estruturada por ela. Elas são indissociáveis e interdependentes, e nos desafia a construir estratégias críticas que objetivem a superação da ordem capitalista e a formulação de um projeto de sociedade justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Ana Cláudia. Impactos do Capitalismo no *Meio Ambiente e na Vida Humana*. **Em Extensão**, v. 07, n. 02, p. 74-79, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20515/10946>.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. 01. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 07 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MEIRELLES, Giselle Avila Leal de. *Serviço Social e “Questão Social”: Fundamentos Teóricos e Análise Contemporânea*. **Serviço Social em Revista**, v. 19, n. 02, p. 110-123, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32349>.

NETTO, José Paulo. *Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”*. **Temporalis**, ano 02, n. 03, p. 41-50, 2001.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

REGIONALIZAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM SÃO BORJA/RS – BRASIL: ANÁLISE DA ATUALIDADE E PROPOSIÇÃO DE UMA NOVA REORGANIZAÇÃO ESPACIAL COM APOIO DAS GEOTECNOLOGIAS

REGIONALIZATION OF BASIC HEALTH UNITS IN SÃO BORJA/RS – BRAZIL: ANALYSIS OF THE CURRENT SITUATION AND PROPOSAL FOR A NEW SPATIAL REORGANIZATION WITH THE SUPPORT OF GEOTECHNOLOGIES

Juliane Messina Chagas¹
Rafael Zanetoni Penariol²
Roberto Barboza Castanho³

Resumo: Esta pesquisa examina a recente regionalização das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) na cidade de São Borja/RS, revelando as disparidades territoriais no acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS). Com o uso de geotecnologias, como Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e Google Earth, foram criados mapas que mostram a sobreposição de cobertura em áreas centrais e os vazios assistenciais em regiões periféricas e rurais. Com base nessas análises, sugere-se uma reestruturação espacial da rede com o objetivo de aumentar a equidade e a eficácia do atendimento. Esses resultados evidenciam como fatores geográficos e sociais influenciam o acesso aos serviços, reforçando a necessidade de uma distribuição mais equilibrada das UBSs pelo território municipal. Com base nessas análises, sugere-se uma reestruturação espacial da rede com o objetivo de aumentar a equidade e a eficácia do atendimento. A pesquisa, portanto, contribui para o planejamento em saúde pública ao indicar caminhos técnicos e sustentáveis para fortalecer a Atenção Primária e reduzir desigualdades no acesso à saúde em São Borja/RS.

Palavras-chave: Unidades básicas de saúde; Geotecnologias; Regionalização;

Abstract: This research examines the recent regionalization of Primary Health Care Units

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus São Borja. E-mail: julianechagas.aluno@unipampa.edu.br

² Geógrafo, Mestre em Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEP) E-mail: Rafael.zanetoni.p@gmail.com

³ Docente titular do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e do PPGSSPS – Campus São Borja. E-mail: robertocastanho@unipampa.edu.br

(UBSs) in the city of São Borja/RS, revealing territorial disparities in access to Primary Health Care (PHC) services. Using geotechnologies such as Geographic Information Systems (GIS) and Google Earth, maps were created to show overlapping coverage in central areas and service gaps in peripheral and rural regions. Based on these analyses, a spatial restructuring of the network is suggested in order to increase equity and the effectiveness of care. These results highlight how geographic and social factors influence access to services, reinforcing the need for a more balanced distribution of UBSs across the municipal territory. Based on these analyses, a spatial restructuring of the network is suggested with the aim of increasing equity and the effectiveness of care. Therefore, the research contributes to public health planning by indicating technical and sustainable approaches to strengthen Primary Care and reduce inequalities in access to health services in São Borja/RS.

Keywords: Basic health units; Geotechnologies; Regionalization.

1 INTRODUÇÃO

Um dos princípios essenciais do Sistema Único de Saúde (SUS) é a regionalização dos serviços de saúde, com o objetivo de assegurar que a população tenha acesso igualitário aos cuidados necessários, levando em consideração as particularidades territoriais, sociais e epidemiológicas de cada área, este princípio está estabelecido na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 8.080 (Brasil, 1990), que determina a regionalização como um princípio essencial para a estruturação do SUS, assegurando que os serviços sejam oferecidos de maneira lógica e integrada entre os diversos níveis de atendimento.

A regionalização também está relacionada à hierarquização, com o objetivo de organizar o sistema em redes de atenção à saúde que garantam a continuidade do cuidado e a integralidade dos serviços (Brasil, 2011). As Unidades Básicas de Saúde (UBSs) exercem uma função crucial no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), atuando como ponto de entrada do sistema e encarregando-se de implementar ações voltadas à prevenção, promoção, diagnóstico e monitoramento da saúde da população.

Essas unidades são vistas como a base do sistema de saúde brasileiro, uma vez que trazem o atendimento mais perto das comunidades e reforçam a conexão entre usuários e profissionais. A Estratégia Saúde da Família (ESF), associada às UBSs, prioriza o cuidado integral, a educação em saúde e o acompanhamento constante das famílias, desempenhando um papel fundamental na consolidação da atenção primária e na implementação do princípio da universalidade do SUS (Silva; Souza, 2019).

Em cidades de médio porte como São Borja, situada na região de fronteira do Rio Grande do Sul, a localização das ESFs influencia diretamente a qualidade e a eficácia do

atendimento. A desigualdade no acesso e na cobertura dos serviços de saúde é causada pela expansão desordenada da cidade, e pelas diferenças entre áreas urbanas e rurais e pela falta de infraestrutura em certos bairros. Esses elementos demandam uma análise crítica e técnica do processo de regionalização em curso (Brasil, 2011).

Essas unidades são vistas como a base do sistema de saúde brasileiro, uma vez que trazem o atendimento mais perto das comunidades e reforçam a conexão entre usuários e profissionais. A Estratégia Saúde da Família (ESF), associada às UBSs, prioriza o cuidado integral, a educação em saúde e o acompanhamento constante das famílias, desempenhando um papel fundamental na consolidação da atenção primária e na implementação do princípio da universalidade do SUS. As geotecnologias, como os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), Google Earth para geolocalização, imagens de satélite e mapeamentos digitais, tornam-se instrumentos essenciais para a análise espacial da distribuição dos ESFs e identificação de lacunas na cobertura assistencial (Campos *et al.*, 2020).

Essas ferramentas possibilitam a vinculação de dados populacionais e epidemiológicos a informações geográficas, proporcionando uma visão aprofundada das disparidades territoriais na área da saúde. O uso de geotecnologias permite que os gestores públicos criem diagnósticos mais exatos, localizem áreas que não recebem assistência e desenvolvam novas táticas para a distribuição de recursos. Ademais, a transparência e a tomada de decisões baseadas em evidências são favorecidas por meio de mapas e análises espaciais, o que fortalece a eficiência da administração municipal (Campos *et al.*, 2020).

A integração dessas tecnologias ao planejamento em saúde possibilita a sugestão de reorganizações mais eficientes, fundamentadas em dados concretos e critérios técnicos com base nessas análises, é viável sugerir uma nova estrutura para as unidades de saúde, que possa equilibrar a distribuição geográfica e atender de maneira mais equitativa as populações mais vulneráveis. Dessa forma, a regionalização apoiada por geotecnologias não só ajuda a otimizar os recursos públicos, mas também assegura maior equidade no acesso aos serviços de saúde.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é examinar a configuração espacial atual das Unidades Básicas de Saúde no município de São Borja/RS, considerando os princípios do SUS e as desigualdades territoriais locais. Além disso, propõe-se uma nova regionalização desses serviços com o auxílio das geotecnologias, visando contribuir para melhorar o acesso, a equidade e a gestão pública em saúde. Com isso, espera-se fornecer suporte técnico e científico para auxiliar os gestores locais a criar políticas públicas mais eficazes,

fundamentadas em dados espaciais e na realidade social do município.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Contextualização da pesquisa e área de estudo

A regionalização é um dos pilares fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com o que foi determinado na Constituição Federal de 1988 e reforçado na Lei Orgânica da Saúde Lei n.º 8.080 (Brasil, 1990). Esse princípio tem como objetivo estruturar os serviços de saúde em áreas definidas, de maneira hierárquica e descentralizada, com o intuito de assegurar que a população tenha acesso justo aos serviços de acordo com suas demandas, levando em consideração as particularidades de cada região.

No contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), a regionalização é concretizada por meio da alocação estratégica das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), que precisam estar localizadas nos territórios onde residem as populações a serem atendidas. Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), as Unidades Básicas de Saúde (UBS) devem ser estruturadas com base no conceito de territorialização, que envolve a definição de áreas de abrangência, registro das famílias e atribuição de responsabilidades às equipes pelas ações realizadas naquela região.

No entanto, em várias cidades brasileiras, incluindo cidades de médio porte como São Borja/RS, há uma distribuição desigual dessas unidades, seja por falta de planejamento, seja por restrições geográficas, socioeconômicas ou políticas. Essas disparidades prejudicam o acesso e a integralidade da atenção, impactando especialmente grupos em condição de vulnerabilidade social ou situados em áreas periféricas e rurais, que frequentemente ficam sem um atendimento apropriado e enfrentam dificuldades de locomoção (Silva; Souza, 2019).

Esse conjunto de ferramentas possibilita a coleta, o armazenamento, a análise e a visualização de dados georreferenciados, é conhecido como geotecnologias. Dentre esses recursos, merecem destaque os Sistemas de Informações Geográficas (SIG), o sensoriamento remoto, o georreferenciamento por meio do GPS, os mapas temáticos digitais e o uso do Google Earth para geolocalização. Essas tecnologias vêm se firmando como ferramentas estratégicas para a administração pública, especialmente no setor da saúde coletiva.

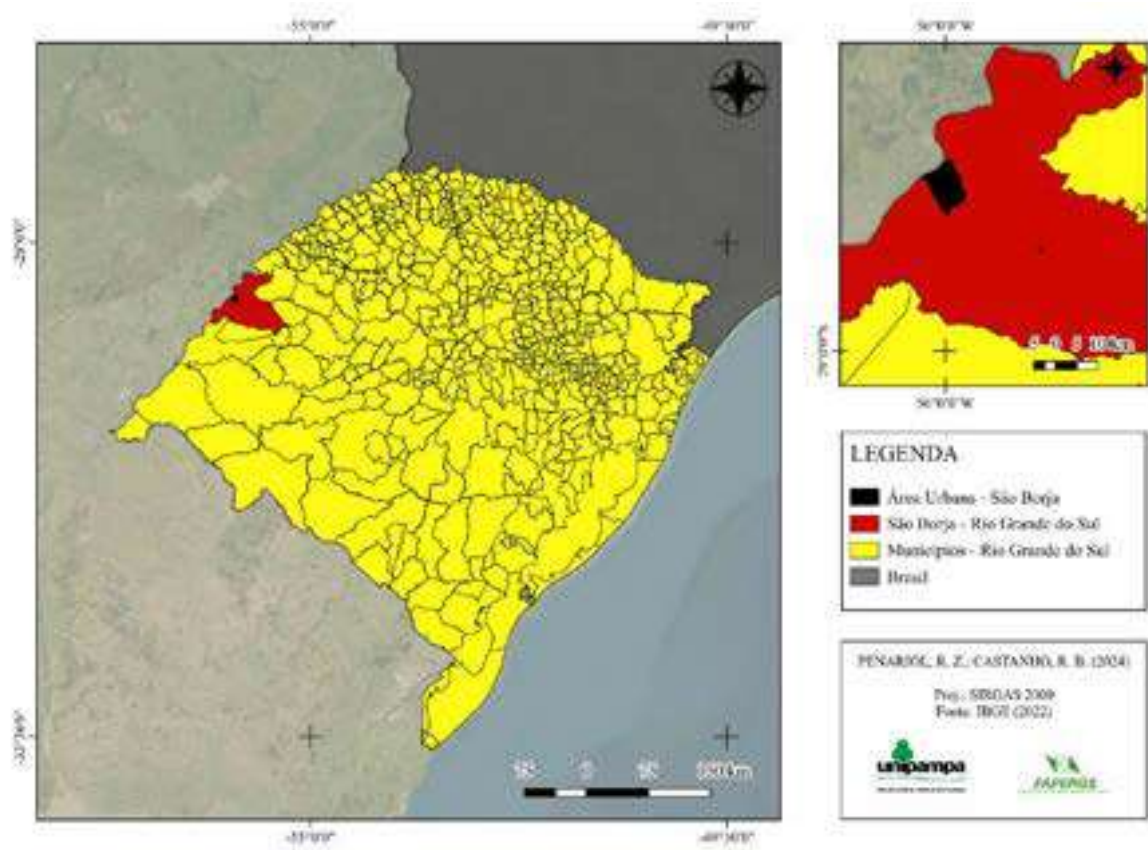
As geotecnologias possibilitam a análise da distribuição espacial dos serviços no

planejamento da saúde, além de permitir a identificação de padrões de acesso, vulnerabilidades, densidades populacionais, distâncias entre usuários e unidades de saúde, assim como barreiras físicas ao deslocamento. Ademais, auxiliam na criação de mapas de cobertura territorial, de cobertura e de priorização territorial, o que apoia decisões mais fundamentadas e de maior qualidade.

Vários estudos mostram que o uso de SIGs tem permitido uma distribuição mais eficaz de recursos, diminuindo desigualdades e expandindo o impacto das políticas públicas. Incorporar essas tecnologias ao planejamento da Atenção Básica permite identificar áreas com demandas reprimidas, sobreposições ou vazios assistenciais, facilitando a criação de propostas de reorganização mais alinhadas com as realidades locais.

São Borja é uma cidade situada na região oeste do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com a Argentina. De acordo com o IBGE (2022), a população do município é estimada em cerca de 59,676 mil pessoas. A cidade apresenta particularidades territoriais, como um centro urbano de densidade média, bairros periféricos em crescimento e uma ampla área rural, o que gera desafios logísticos e estruturais para a prestação de serviços públicos (IBGE, 2022). (Figura 1).

Figura 1: Mapa da localização geográfica de São Borja – RS



A rede de Atenção Básica do município é formada por várias Unidades Básicas de Saúde espalhadas por diversos bairros. No entanto, a localização atual dessas unidades nem sempre reflete o crescimento populacional e territorial da cidade. Enquanto algumas áreas têm um número excessivo de usuários por equipe, outras enfrentam dificuldades de acesso devido à distância ou à falta de transporte público adequado. O uso de geotecnologias para analisar a regionalização atual das UBSs de São Borja é fundamental para identificar essas desigualdades e desenvolver estratégias que assegurem uma distribuição mais justa no território. A partir das informações georreferenciadas e dos critérios de vulnerabilidade social, densidade populacional e logística territorial, é viável sugerir uma reestruturação mais eficiente.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento de pesquisa

Esta pesquisa, do ponto metodológico, é classificada como aplicada, combinando

métodos qualitativos e quantitativos, com enfoque descritivo e exploratório. Nesse sentido, faz-se necessário apontar os caminhos percorridos pela pesquisa, conforme apresentados a seguir:

- Análise documental e espacial, com suporte de dados secundários (Brasil, 2011), para diagnosticar a situação atual da rede de UBSs.

- Sugestão de uma nova regionalização espacial, baseada na análise geoespacial das disparidades territoriais, densidade populacional e disponibilidade de serviços.

- Dados secundários foram empregados, provenientes de fontes públicas institucionais, conforme detalhado a seguir:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022): dados referentes à demografia, distribuição populacional, definição de bairros e áreas rurais;

- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES/DATASUS): localização e categoria das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do município;

- Secretaria Municipal de Saúde de São Borja/RS: informações a respeito da organização, abrangência e operação das Unidades Básicas de Saúde locais;

- Bases cartográficas e geoespaciais: arquivos vetoriais (shapefiles) das fronteiras municipais, bairros e vias urbanas, adquiridos de fontes públicas, incluindo IBGE, IDE-RS e bases abertas da plataforma QGIS (Campos *et al.*, 2020);

- A análise espacial foi conduzida utilizando o software QGIS (Quantum GIS), uma ferramenta gratuita e bastante utilizada para geoprocessamento;

- As técnicas a seguir foram empregadas: Georreferenciamento das Unidades Básicas de Saúde de São Borja, utilizando seus endereços oficiais como referência; utilizando o Google Earth para geolocalização e obter a localização precisa dos lugares;

- Elaboração de mapas temáticos que ilustram a distribuição das EFSs, a densidade populacional por bairro e a acessibilidade territorial (distâncias e tempo estimado de deslocamento);

- Interseção entre camadas de dados populacionais e sociais e localização dos serviços;

- Identificação de regiões com falta de assistência ou com cobertura duplicada entre unidades;

- Simulação de novos arranjos territoriais com base em critérios técnicos: população por unidade, distância ideal de acesso (em metros ou tempo), áreas com maior vulnerabilidade social e cobertura rural.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Diagnóstico da situação atual das UBS São borja/RS Brasil

Atualmente, o município de São Borja/RS conta com uma rede de Unidades Básicas de Saúde espalhadas pelas zonas urbana e rural, com a Atenção Primária como o principal pilar na organização dos serviços públicos de saúde no território. A análise da distribuição espacial das UBSs mostra que há uma concentração de unidades na região central e em bairros mais antigos, ao passo que as áreas de expansão urbana apresentam cobertura parcial ou ausente. Com o uso de geotecnologias, tornou-se possível observar com mais exatidão a configuração territorial dos serviços e suas disparidades. Os mapas temáticos e as camadas de densidade populacional mostraram diferenças notáveis entre o centro e a periferia, destacando a centralização histórica da rede de atenção básica (Silva; Souza, 2019).

A utilização de geotecnologias, como mapas temáticos e camadas de densidade populacional, permitiu identificar áreas com sobreposição de cobertura, bem como vazios assistenciais em bairros periféricos e na zona rural. Nesses casos, a distância até a UBS mais próxima excede os limites estabelecidos pela PNAB, que recomenda uma distância máxima de 1 km na zona urbana. Esses vazios assistenciais apontam para a necessidade de replanejamento territorial e revisão das áreas atendidas pelas equipes de Saúde da Família. A desigualdade espacial evidenciada mostra que o SUS ainda enfrenta obstáculos práticos para cumprir o princípio da equidade em municípios de médio porte, como São Borja.

Ademais, algumas unidades enfrentam uma demanda superior à capacidade ideal, com mais de 4 mil moradores por equipe de saúde, o que prejudica a qualidade do atendimento e o acompanhamento constante das famílias. Esse contexto sobrecarrega os profissionais e compromete a eficácia das iniciativas de prevenção e promoção da saúde, fazendo com que o serviço seja mais reativo do que proativo. Ademais, as regiões rurais, que possuem uma densidade populacional mais baixa e maiores distâncias, ainda dependem de um número limitado de equipes, o que aumenta a vulnerabilidade das comunidades remotas.

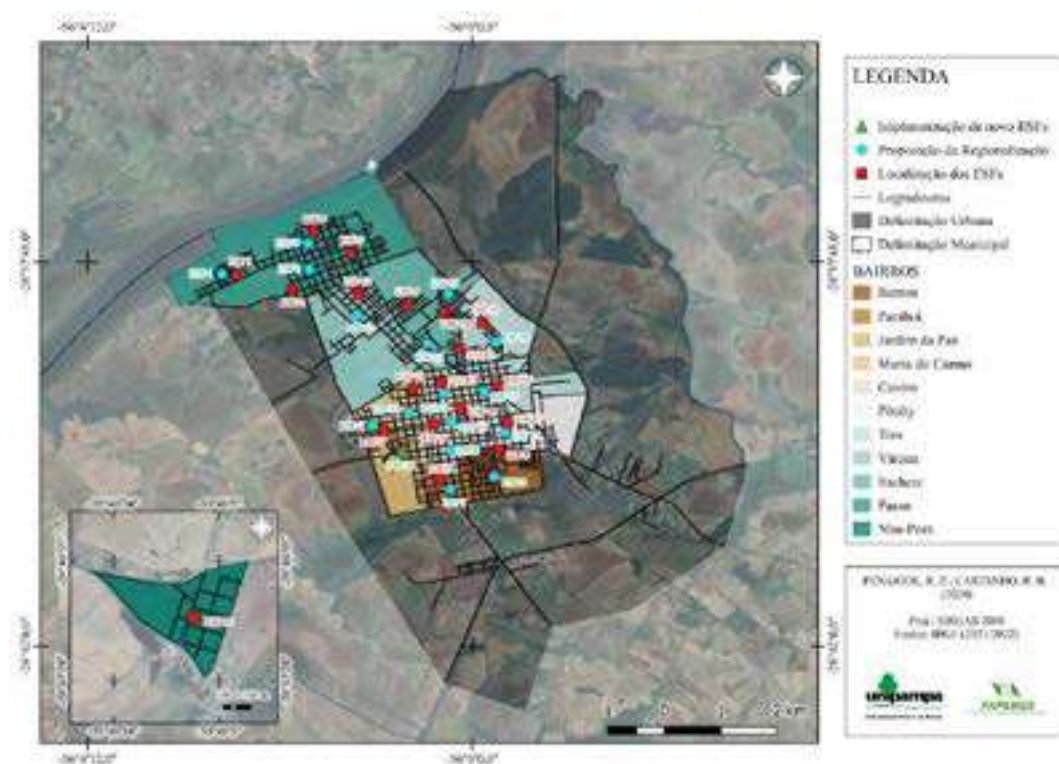
4.2 Identificação de áreas críticas e desigualdades territoriais e uma proposta de um novo ESF

As áreas espaciais evidenciaram três tipos principais de desigualdades territorial, e verificou uma alta demanda em bairros com alta densidade populacional e apenas um Esf e

como o bairro do passo enfrenta sobrecarga das equipes e longas filas de espera e atendimento fragmentado. Áreas não atendidas regiões periféricas e novos loteamentos, como os bairros na zona sul da cidade e não tem nenhuma unidade próxima, obrigando os moradores a percorrer longas distâncias.

A zona rural também enfrenta sérios obstáculos logísticos, com comunidades distantes e cobertura territorial limitada e escassez de opções de transporte, o que compromete o acesso constante à atenção básica, essas disparidades apontam para a necessidade de reestruturar a rede com base em critérios mais técnicos e objetivos, assegurando que cada Esf esteja posicionada de forma estratégica em relação à população residente, a acessibilidade e aos fatores sociais. Considerando a centralidade geográfica da nova proposta do Esf. (Figura 2).

Figura 2: Mapa da localização geográfica de implementação de um novo Esf em São Borja/RS



A análise espacial indica que a nova proposta para a implementação do ESF visa reparar as deficiências de cobertura detectadas, particularmente nas áreas periféricas e de crescimento urbano. A localização proposta, como mostrado na Figura 2, possibilita uma melhor equidade territorial na prestação dos serviços de atenção primária, diminuindo as

distâncias percorridas pelos usuários e aprimorando a alocação das equipes. Essa reestruturação ajuda a aumentar o acesso, reduzir a sobrecarga nas unidades existentes e fortalecer a atenção integral à saúde no município de São Borja/RS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a regionalização das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) em São Borja/RS, evidenciando as desigualdades no acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS). além disso, propôs uma nova organização territorial utilizando ferramentas de geotecnologia. A análise mostrou que há assimetrias consideráveis na cobertura da rede pública, especialmente nas áreas periféricas em expansão e na ampla zona rural do município. Verificou-se que a distribuição atual das UBSs está predominantemente concentrada em bairros centrais e mais consolidados, como Centro, Paraboi e José Alves. Em contrapartida, regiões periféricas, como partes do Bairro do Passo, Itacherê e áreas rurais, como São Marcos e Rincão de São Pedro, enfrentam lacunas no atendimento, distâncias excessivas até a unidade de referência e dificuldades de mobilidade. Esse contexto afeta os princípios do SUS, principalmente o da equidade territorial.

Essas disparidades espaciais evidenciam que, apesar de garantido pela Constituição Federal de 1988, o princípio da universalidade ainda enfrenta obstáculos em nosso território. Nesse contexto, a equidade demanda políticas específicas para diminuir as distâncias físicas e sociais entre as comunidades e os serviços de saúde, assegurando que todos os cidadãos tenham as mesmas oportunidades de acesso e atendimento.

Esses resultados demonstram que o planejamento territorial em saúde ainda precisa de uma abordagem mais unificada, que leve em conta não apenas os aspectos espaciais, mas também as vulnerabilidades sociais da população. A distribuição desigual das UBSs não se resume a uma questão de localização; ela também reflete as desigualdades históricas no desenvolvimento urbano e nos investimentos públicos, o que afeta diretamente a garantia do direito à saúde.

O uso de geotecnologias, como Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e geolocalização pelo Google Earth, revelou-se uma ferramenta fundamental para visualizar o território, identificar lacunas no atendimento e sugerir opções viáveis de reorganização. A nova proposta de regionalização apresentada nesta pesquisa leva em conta fatores populacionais, sociais e geográficos para recomendar uma distribuição mais equitativa e

eficaz dos serviços de saúde.

A utilização dessas tecnologias mostrou um enorme potencial para auxiliar os gestores públicos a tomar decisões mais precisas e embasadas, fomentando uma gestão territorial fundamentada em evidências. Destaca que a combinação de dados espaciais e informações de saúde é fundamental para criar estratégias mais eficazes de alocação de recursos e planejamento das equipes de Atenção Básica.

É evidente que a estratégia de cobertura da Atenção Básica em São Borja precisa ser atualizada, priorizando a expansão da presença territorial das UBSs, o fortalecimento da atenção rural e a otimização da estrutura atual. Neste contexto, é aconselhável que a Secretaria Municipal de Saúde integre o uso de geotecnologias de forma contínua em seu planejamento e gestão, fomentando uma política de saúde mais alinhada ao território e às condições reais da população. Além disso, é recomendada a expansão do diálogo entre administradores, profissionais de saúde e comunidade, para que as escolhas sobre novas localizações de UBSs sejam participativas e atendam às necessidades reais da população.

O fortalecimento da Atenção Primária deve ser visto não só como uma reestruturação espacial, mas também como uma abordagem para promover a justiça social e reforçar o SUS como uma política pública universal e abrangente. Em conclusão, esta pesquisa mostra que o uso de ferramentas de geotecnologia no planejamento de saúde pode tornar o processo de regionalização mais justo, eficaz e transparente. Espera-se que os resultados apresentados aqui possam fundamentar futuras iniciativas e políticas municipais destinadas a melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de Atenção Básica, reafirmando o compromisso com os princípios do SUS: universalidade, integralidade e equidade.

6 AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa foi realizada com o apoio de: Pesquisa financiada com recursos do edital FAPERGS 10/2021 Auxílio Recém Doutor ou Recém-Contratado ARD/ARC, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), registrado no Termo de Outorga n.º 22/2551-0000579-9, e Bolsa de IC/CNPq. Agradecimento a FAPERGS edital 407 02/2025, Programa Institucional de bolsas de iniciação científica e de iniciação tecnológica e inovação – PROBIC/PROBITI.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Diário Oficial da União, Brasília, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Regionalização da saúde: diretrizes para a organização das redes de atenção à saúde do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CAMPOS, Gerson Penna et al. **Geotecnologias aplicadas ao planejamento e gestão em saúde pública**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 18, n. 2, p. 45–58, 2020.

SILVA, Maria Lúcia da; SOUZA, Helvécio Miranda Magalhães de. **Regionalização e redes de atenção à saúde no SUS: desafios e perspectivas**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 6, p. 2031-2040, 2019.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BÁSICA DIANTE DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO

TRABAJO SOCIAL Y EDUCACIÓN BÁSICA FRENTE A LOS DESASTRES SOCIOAMBIENTALES: DESAFÍOS CONTEMPORÁNEOS Y PERSPECTIVAS DE INTERVENCIÓN.

Mateus Brandenburg
Fábio Jardel Gaviraghi
Estêvão Yamin
Vivian Robert Carvalho da Silva

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos dos desastres socioambientais, como a enchente no Rio Grande do Sul em 2024, na educação básica e na atuação do Serviço Social. Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental para analisar, a partir do método dialético-crítico, as produções acadêmicas que abordam as implicações dos desastres climáticos e os desafios profissionais decorrentes deles. As análises realizadas enfatizam que esses desastres partem de desigualdades sociais históricas, impulsionadas pelo modelo capitalista, e afetam diretamente o direito à educação. Dessa forma, observou-se a operação estatal e seus limites, além da possibilidade de atuação de assistentes sociais diante os desastres socioambientais, defendendo os direitos sociais da população atingida, fortalecendo a participação social e reconhecendo a escola como um espaço de acolhimento, reconstrução de vínculos comunitários e de formação para enfrentar situações de desastres.

Palavras-chave: Desastres; Serviço Social; Educação básica.

Resumen: Este trabajo analiza los impactos de desastres socioambientales, como la inundación de 2024 en Rio Grande do Sul, en la educación básica y el rol del Trabajo Social. Se empleó investigación bibliográfica y documental para analizar, mediante el método dialéctico-crítico, producciones académicas que abordan las implicaciones de los desastres climáticos y los desafíos profesionales que estos generan. Los análisis destacan que estos desastres se originan en desigualdades sociales históricas, impulsadas por el modelo capitalista, y afectan directamente el derecho a la educación. Así, el estudio observó el funcionamiento del Estado y sus limitaciones, así como la posibilidad de que los trabajadores sociales actúen ante los desastres socioambientales, defendiendo los derechos sociales de la población afectada, fortaleciendo la participación social y reconociendo la escuela como un espacio de apoyo, reconstrucción de los lazos comunitarios y capacitación para afrontar situaciones de desastre.

Palabras clave: Desastres; Trabajo Social; Educación Básica.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea presencia um momento de intensificação das crises socioambientais, econômicas e políticas que evidenciam os limites do sistema capitalista e colocam em pauta a necessidade de repensar as relações entre sociedade e natureza. Diante disso, a questão socioambiental surge como uma expressão da questão social, exigindo análises e respostas que articulem as mais diversas dimensões da sociedade.

A grande recorrência de desastres ambientais, como as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em 2024, revela como os fenômenos climáticos estão profundamente relacionados às desigualdades sociais e territoriais, afetando vários direitos fundamentais, entre eles o direito à educação. As escolas, frequentemente impactadas e transformadas em espaços de abrigo e acolhimento, se transformam em espaços de proteção, solidariedade e reconstrução de vínculos comunitários. Diante desse cenário, o Serviço Social é convocado a atuar, reafirmando seu compromisso ético-político na defesa dos direitos humanos e na construção de respostas coletivas frente aos desafios apresentados.

Assim, este trabalho tem como objetivo refletir, a partir do método dialético-crítico, sobre a questão socioambiental e seus impactos na educação básica e na atuação do Serviço Social, por meio de uma revisão bibliográfica das produções acadêmicas que abordam as implicações dos desastres climáticos e os desafios profissionais decorrentes deles.

2 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL, DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E O PAPEL DA EDUCAÇÃO

A sociedade contemporânea vive, conforme Jaoude (2025), em um contexto chamado de “policrise”, que é caracterizado pela ocorrência simultânea de crises ambientais, sociais, econômicas e políticas, que se entrelaçam e se reforçam entre si. Dentre essas crises, as mudanças climáticas ganham destaque, principalmente pela forma como se agravaram nas últimas décadas e pelos impactos diretos sobre a vida das populações mais vulneráveis.

De acordo com Sauer e Ribeiro (2012), a questão ambiental é vista hoje como um desafio de natureza social e política, por envolver o ser humano, que se constrói e se define no meio ambiente, mas também está relacionada às escolhas que são realizadas no cotidiano e de

que forma a sociedade se relaciona com a natureza. Dessa maneira, amplia-se a análise acerca dessa questão, abordando não apenas a relação dos seres humanos com a flora e fauna, mas também analisa os aspectos sociais e políticos, sendo mais adequada a utilização do termo "questão socioambiental" (Sauer; Ribeiro, 2012, p. 391).

Nesse sentido, Azeredo (2020, p. 222) afirma que o próprio modo de produção capitalista estimula os desastres ambientais, em razão da expropriação destrutiva dos recursos naturais e do predomínio de empreendimentos poluidores e de risco. É importante ressaltar, no entanto, que os desastres não surgem exclusivamente na sociedade capitalista, mas a consolidação desse sistema deixa esses fenômenos ainda mais complexos. Sendo assim, Marques (2024) aponta que as tragédias decorrentes dos desastres evidenciam as contradições do modelo de desenvolvimento capitalista que, além de revelarem como a ideia de progresso e crescimento econômico, dominante neste sistema, têm gerado impactos socioambientais que atingem, de forma mais severa, a população mais vulnerável.

Diante disso, a articulação entre os desastres e a perspectiva crítica do Serviço Social torna-se imprescindível, especialmente a partir dos fundamentos do Projeto Ético-Político da profissão. Este posicionamento é reforçado pelo Conselho Federal de Serviço Social que, ao discorrer sobre o trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades, defende que tais eventos devem ser caracterizados como expressões da questão social em sua forma mais agudizada, que são resultantes de um processo histórico de expropriação e capitalização do território (CFESS, 2022).

Além disso, de acordo com Dutra (2020), a atuação da/o assistente social está sempre marcada pelo desafio de conciliar seus objetivos éticos e profissionais com as condições concretas do contexto social em que intervém, tornando essencial a compreensão dessas tensões para definir seu papel e estratégias de ação. Dessa forma, o fortalecimento do compromisso ético-político do Serviço Social com a classe trabalhadora exige compreender os projetos que estão em disputa no campo dos desastres, os diferentes interesses que o perpassam e a necessidade de defender os direitos da população afetada nesse contexto.

Entendendo a questão socioambiental atual enquanto consequência da incipiente estruturação de políticas sociais e econômicas que fazem uso de um modelo de crescimento depredador dos recursos naturais, vê-se a possibilidade de atuação do Serviço Social nesta temática enquanto campo emergente de intervenção profissional, uma vez que o atendimento aos usuários e suas demandas englobam necessariamente o espaço em que estes habitam e os recursos disponíveis para atendê-las (Sauer; Ribeiro, 2012).

Dentro desse contexto, se faz necessário analisar, também, a relevância de instituições sociais, como as escolas que, quando não afetadas diretamente pelos desastres, podem ser compreendidas não apenas como espaços de ensino, mas também como ambiente de promoção e fortalecimento de vínculos. De acordo com dados da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, pelo menos 88 escolas da rede estadual foram transformadas em abrigos temporários durante a situação de emergência, demonstrando a relevância da instituição escolar como espaço de proteção social (Brasil, 2024).

Além disso, a ideia de que as escolas podem promover e fortalecer vínculos reflete uma perspectiva mais ampla sobre seu papel na formação de laços sociais e comunitários, fundamentais para a recuperação e resiliência diante de desastres. Goergen (2013) considera que o direito à educação representa uma dimensão essencial da cidadania, pois envolve o desenvolvimento integral do ser humano, ressaltando que a educação não se resume à escolarização, mas constitui um processo formativo que favorece a autonomia e a consciência crítica dos sujeitos frente às determinações sociais.

No entanto, Marques (2014) pontua que para compreender a função social da educação é necessário reconhecer seu vínculo histórico com o desenvolvimento da própria sociedade. Neste âmbito, percebe-se que a educação básica reflete as contradições do contexto social em que está inserida, sendo influenciada pelas condições materiais, culturais e políticas de cada época. Assim, analisar a educação é também analisar o modo de organização social que a sustenta.

Educação é a mediação para a construção da cidadania, contribuindo para a integração dos homens no triplice universo do trabalho, da simbolização subjetiva e da mediação institucional da vida social. A educação política do povo, ou a educação para o conhecimento do ordenamento jurídico das liberdades públicas por parte de todas as pessoas e então a formação das consciências dos sujeitos sociais para a necessidade de sua afirmação no nível dos fatos e da vida real, e daí a luta por sua extensão (Saviani, 1996, p.112).

Essa dimensão reforça a ideia de que a educação, ao promover o diálogo e a participação social, também contribui para o fortalecimento dos laços afetivos e de pertencimento nas comunidades impactadas. Como indica Drolet et al. (2015), as respostas após os desastres precisam incluir a população afetada nos processos decisórios, evitando práticas centralizadoras que reforcem desigualdades. Dessa forma, a escola se apresenta como espaço privilegiado para fomentar práticas democráticas e participativas, reforçando a

necessidade de atuação de assistentes sociais.

Assim, conforme Martins (2001), o Serviço Social, ao atuar na educação básica, realiza uma mediação entre as demandas sociais e institucionais, articulando profissionais, famílias e comunidade, na construção de respostas coletivas aos problemas que atravessam o cotidiano escolar. Essa mediação, portanto, não se restringe à resolução imediata de conflitos, mas busca compreender e intervir nas contradições sociais que se expressam nesse espaço, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da democracia. Desse modo, o/a assistente social, inserido/a nesse contexto, assume papel estratégico na promoção de vínculos, no diálogo entre a escola e a comunidade e na defesa do direito à educação como direito fundamental, reafirmando o compromisso da profissão com a transformação social.

3 IMPACTOS DAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O estado do Rio Grande do Sul enfrentou, em 2024, a maior tragédia climática de sua história, com chuvas intensas e enchentes que afetaram mais de dois milhões de pessoas, resultando em 179 mortes e milhares de desabrigados (Jaoude, 2025). Segundo o relatório produzido pelo Governo do Estado, 478 dos 497 municípios registraram inundações, alagamentos, enxurradas ou deslizamentos de terra, que causaram a morte de aproximadamente 200 pessoas e deixaram milhares de desabrigados e desalojados (Rio Grande do Sul, 2025).

No campo da educação básica, o impacto foi expressivo, revelando os efeitos diretos das enchentes sobre a infraestrutura das escolas e na garantia do acesso à educação. De acordo com os dados disponibilizados no “Mapa Único do Plano Rio Grande”, 770 escolas de educação básica tiveram seus equipamentos diretamente atingidos, além de dados da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul que confirmam a suspensão de atividades em pelo menos 1.148 instituições (Rio Grande do Sul, 2025).

Diante da realidade de devastação, o governo do estado do Rio Grande do Sul, por meio do “Plano Rio Grande”, adotou uma série de ações emergenciais e de recuperação com o objetivo de minimizar os danos e restabelecer o funcionamento das escolas. Segundo documento disponibilizado pelo governo do estado, foram destinados cerca de R\$ 121 milhões para investimento em mobiliário e equipamentos para as escolas afetadas, além de repasse extra para merenda escolar (Rio Grande do Sul, 2024).

Além disso, o “Plano Rio Grande” estabeleceu outros três projetos de reconstrução focados na infraestrutura afetada. O primeiro, denominado “PPP Escolar”, tinha como objetivo a requalificação de 99 escolas em 15 municípios por meio de Parcerias Público-Privadas. O segundo projeto, “Novas escolas fora das áreas de risco”, buscava recuperar 21 escolas com alto grau de dano e construir duas novas unidades em Capão da Canoa e Porto Alegre, para atender as populações que migraram devido aos desastres. Por fim, o projeto “Obras em escolas atingidas” representou um investimento de R\$ 51 milhões destinados à realização de obras em 116 escolas impactadas (Rio Grande do Sul, 2024).

Apesar das medidas oficiais, o levantamento realizado pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) sobre a realidade das escolas da rede estadual, denuncia um “colapso estrutural e humano”. Segundo os dados coletados entre 27 de fevereiro e 20 de março de 2025, percebeu-se um déficit de pelo menos 1.634 profissionais, entre professores, funcionários e especialistas, sobrecarregando os profissionais. Em relação às estruturas físicas, das 886 respostas recebidas, 472 apontaram problemas graves como rede elétrica comprometida, telhados danificados, infiltrações, vazamentos hidráulicos, muros em risco de desabamento e obras pendentes (CPERS, 2025).

Ainda, o documento apontou que de 63 escolas foram atingidas pelas enchentes de 2024, 17 ainda aguardavam a conclusão de obras para recuperação, evidenciando o abandono de espaços de aprendizado, além da desvalorização profissional e da implementação de PPPs, que representam mais um passo em direção à privatização da educação (CPERS, 2025). Esse diagnóstico reforça que, além das ações emergenciais adotadas pelo estado, existe uma crise ainda mais profunda que dificulta a volta dos estudantes para as escolas.

Acerca disso, Alves (2021) teoriza que as consequências dos desastres são intensificadas pelos impactos diretos no aspecto fisiológico, incluindo mortes, ferimentos e diversas doenças, no psicológico, impulsionadas principalmente pelos impactos relacionado às perdas e danos materiais ou situações de migração, e no campo educacional, o qual é afetado diretamente, prejudicando suas habilidades cognitivas e elevando o absenteísmo, com impactos negativos no desempenho escolar.

Portanto, diante do cenário de devastação e dos desafios estruturais expostos, é inevitável considerar os graves impactos na saúde mental dos estudantes e o agravamento da “brecha digital” como consequências diretas e indiretas dos desastres climáticos no Rio Grande do Sul. Conforme discutido por Oliveira (2023), os estudantes estão sujeitos a desenvolver quadros de “ecoansiedade”, um medo crônico em relação às mudanças climáticas

e seus efeitos, além de sintomas de estresse pós-traumático, ansiedade e depressão. Muitos alunos presenciaram a destruição de suas casas e escolas, vivenciando incertezas sobre o futuro, e sem um acompanhamento adequado e políticas de acolhimento emocional nas escolas, podem se desdobrar consequências duradouras, com impacto direto no desenvolvimento educacional dessas crianças e adolescentes.

Além disso, a dependência de plataformas digitais para a realização de atividades educacionais durante e após o desastre evidenciou como a falta de inclusão digital pode excluir estudantes em situação de vulnerabilidade dos processos de aprendizagem, resultando na chamada “brecha digital”, que “está diretamente relacionada com a desigualdade social em suas diversas facetas, como a má distribuição de renda, baixo poder de aquisição, níveis excludentes de escolaridade etc.” (Yamin; Gaviraghi, p. 11). Dessa forma, a impossibilidade de acessar os equipamentos ou uma conexão estável de internet aprofundou desigualdades já existentes, transformando a tecnologia em mais um fator de exclusão e negação.

Assim, a saúde mental dos estudantes e o aprofundamento da brecha digital emergem como importantes desafios estruturais na educação básica, que são impulsionados pelos desastres socioambientais. Portanto, para além da reconstrução física das escolas, é de extrema importância que as políticas públicas compreendam a importância do acolhimento psicossocial dos estudantes, mas também de toda comunidade escolar, e garantam a inclusão digital como um pilar essencial para a garantia da educação.

4 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM CONTEXTO DE CALAMIDADE PÚBLICA

O Código de Ética Profissional orienta que a/o assistente social participe de “programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 1993). No entanto, o próprio Conselho Federal de Serviço Social (2022) pontua que essa participação deve partir de uma leitura crítica e articulada das calamidades como expressões da questão social e a intervenção profissional não deve restringir-se ao atendimento emergencial, mas incorporar a análise das determinações estruturais que produzem e aprofundam as desigualdades, expressas com maior intensidade durante os desastres climáticos.

Conforme destaca Dutra (2020), essa análise crítica não invalida o trabalho emergencial realizado pelas/os assistentes sociais, mas propõe uma perspectiva de totalidade,

que integre a resposta imediata à reflexão sobre a realidade social da população atingida. Essa abordagem se alinha à dimensão socioeducativa da profissão, que busca promover a consciência crítica, a participação social e o fortalecimento dos sujeitos coletivos.

Todavia, a autora destaca que, no Brasil, a presença de assistentes sociais em órgãos de Proteção e Defesa Civil ainda é bastante limitada, resumindo-se a ações no pós-desastre e em intervenções fragmentadas. Essa limitação é evidenciada por meio da falta de capacitação específica das/os profissionais para atuar junto a esses órgãos, o que muitas vezes leva a uma atuação improvisada, pautada pela lógica do “aprender fazendo” (Dutra, 2020, p. 5).

Diante disso, é essencial que as/os assistentes sociais se apropriem criticamente do debate sobre a atuação profissional em contextos de desastres, de modo a garantir a coerência com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Conforme Zakour (2007, *apud* Ávila; Mattedi; Silva, 2017), a profissão possui um histórico significativo de intervenções no pós-desastre, voltadas ao atendimento das populações atingidas e à garantia de acesso a serviços básicos, buscando aliviar os impactos imediatos e assegurar condições mínimas de sobrevivência durante as situações de emergência.

Nessa direção, um dos principais desafios para essa atuação é garantir a qualidade e a intencionalidade crítica do trabalho profissional, mesmo diante da precarização das políticas públicas e do sucateamento das estruturas de proteção social. Marques, Yamin e Vilanova (2020) destacam que, nesses contextos adversos, a/o assistente social deve adotar uma postura criativa, propositiva e ética, de modo a evitar práticas assistencialistas e desenvolver ações voltadas à emancipação dos sujeitos e à construção de respostas coletivas e transformadoras.

No campo educacional, a relação direta entre desastres socioambientais e o direito à educação exige que a intervenção profissional vá além do atendimento às demandas imediatas. Conforme argumenta Martins (2001), a escola é um espaço de mediação entre o indivíduo e a sociedade, revelando as múltiplas expressões da questão social e funcionando como um ambiente repleto de contradições, mas também de potencialidades.

A intencionalidade do Serviço Social no ambiente educacional é contribuir com a função social da escola, construindo espaços de intervenção nas relações sociais estabelecidas no seu interior e nas suas relações com a comunidade/sociedade, onde a mesma está inserida (Martins, 2001, p. 24).

Dessa forma, a atuação do Serviço Social na educação em contextos de calamidade deve estar articulada com as dimensões socioeducativas envolvendo as questões que perpassam a realidade daquele território, atuando junto à comunidade escolar e mediando o

diálogo entre famílias, escola e rede de proteção, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes afetados, contribuir para o planejamento institucional no pós-desastre e promover uma leitura crítica dos impactos socioambientais, a fim de possibilitar a “compreensão de como uma catástrofe pode afetar a comunidade e a forma como a educação e a formação podem desenvolver a capacidade de resposta e recuperação de um desastre (UNISDR, 2009, p. 23)”. Conforme orienta o CFESS (2022), a/o assistente social deve conhecer o território em que atua e intervir de forma coletiva, fortalecendo a participação da comunidade na defesa do direito à educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente produção buscou refletir sobre a questão socioambiental e seus impactos na educação básica e na atuação profissional do Serviço Social, compreendendo que os desastres climáticos reforçam as desigualdades estruturais já presentes na sociedade. Mais do que fenômenos naturais, esses eventos revelam as contradições de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva da natureza e na concentração de riquezas, que aprofunda as vulnerabilidades sociais e compromete a efetivação de direitos fundamentais, como o direito à educação.

As enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024 evidenciaram, ao expor a fragilidade das políticas públicas e a precarização da infraestrutura escolar, que os efeitos dos desastres incidem de maneira mais severa sobre as populações vulnerabilizadas. Assim, a escola se configurou não apenas como espaço de ensino, mas também como território de acolhimento, proteção e reconstrução coletiva, reafirmando sua importância na garantia de direitos e na promoção da cidadania.

A atuação das/os assistentes sociais diante dos desastres, historicamente marcada por práticas emergenciais e pontuais, vem se transformando a partir de uma perspectiva crítica e comprometida com o Projeto Ético-Político da profissão. Essa transformação requer que a intervenção profissional integre as dimensões emergencial, socioeducativa e relacionada ao território, que vá além de respostas imediatas, com ações voltadas à reconstrução social e ao fortalecimento da comunidade. O/a assistente social, ao atuar em escolas afetadas por desastres, pode contribuir com a mediação entre famílias, comunidade e poder público, fortalecendo o diálogo e a participação social na defesa dos seus direitos.

Além disso, a discussão sobre saúde mental e inclusão digital emergem como eixo central para a efetivação do acesso à educação básica em contextos de calamidade, revelando a necessidade de políticas públicas que considerem o acolhimento psicossocial, estratégias de intervenção frente à brecha digital e a reconstrução das redes de apoio como fatores inseparáveis da garantia educacional. Dessa forma, conclui-se que a articulação entre Serviço Social e educação diante da questão socioambiental representa um campo estratégico de intervenção profissional. A inserção de assistentes sociais na educação básica torna-se fundamental para fortalecer políticas comprometidas com a justiça social, a equidade e o enfrentamento das múltiplas dimensões das crises contemporâneas, reafirmando a escola como espaço de resistência, acolhimento e cidadania.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bruna. **O impacto dos desastres naturais na educação: um estudo para o Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, University of São Paulo, Piracicaba, 2021.

ÁVILA, Marisa; MATTEDI, Marcos; SILVA, Maria das Graças. Serviço Social e desastres naturais: uma análise da atuação profissional. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 367-386, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jdPxJLQ3dMQwZf9NXwym4Cz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 out. 2025.

AZEREDO, Luana Fernandes Santos. Neoconservadorismo e neoliberalismo: uma aliança perigosa para a atuação do serviço social em desastres ambientais. **O Social em Questão**, v. 23, n. 48, p. 219-242, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Avaliação dos efeitos e impactos das inundações no Rio Grande do Sul** – Novembro 2024. Brasília: MDR, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/cheias-do-rio-grande-do-sul-agilidade-federal-evita-impacto-negativo-de-1-1-ponto-percentual-no-pib-do-estado/AvaliaodosefeitoseimpactosdasinundaesnoRioGrandedoSulNov2024.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades**. Brasília (DF): CFESS, 21 mar. 2022. (Série CFESS Manifesta). Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-ASemCalamidades.pdf>. Acesso em: 8 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social Lei 8.662/93**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 11 out. 2025.

CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CPERS). **Radar do CPERS: escolas estaduais do RS enfrentam colapso estrutural enquanto governo Leite finge normalidade**. Publicado em 7 de abril de 2025. Disponível em: <https://cpers.com.br/radar-do-cpers-escolas-estaduais-do-rs-enfrentam-colapso-estrutural-enquanto-governo-leite-finge-normalidade/>. Acesso em: 10 out. 2025.

DUTRA, Adriana Soares. Onde estamos e para onde vamos? Notas sobre o exercício profissional de assistentes sociais em desastres. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 19, n. 1, p. e33974-e33974, 2020.

DROLET, Julie et al. Women rebuilding lives post-disaster: Innovative community practices for building resilience and promoting sustainable development. **Gender & Development**, v. 23, n. 3, p. 433-448, 2015.

GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 723-742, 2013.

JAOUDE, Daniel Antoine Abou. A TRAGÉDIA CLIMÁTICA NO RIO GRANDE DO SUL. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 9, n. 1, p. 193-214, 28 abr. 2025. Universidade Estadual de Montes Claros (MG). Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/8402/8263>. Acesso em: 24 set. 2025.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Serviço Social: mediação escola e sociedade**. 2001. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

MARQUES, Nadianna Rosa (2024). **Serviço Social e desastres: uma análise intercontinental** (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Disponível em https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/11494/2/Nadianna%20Rosa%20Marques_Tese.pdf

MARQUES, Nadianna Rosa; YAMIN, Estêvão; VILANOVA, Alessandra Garrot. Coronavírus e Serviço Social: compromisso profissional frente à pandemia. In: MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa; OLIVEIRA, Jairo da Luz (org.). **Serviço social & reflexões - UFSM**. Bagé, Faith, 2020.

MARQUES, W. Brasil, terra de contrastes. **Avaliação**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 749-771, 2014.

NUNES, Leticia Soares. A Questão socioambiental e os Desafios ao Serviço Social. **O Social em Questão**, v. 21, n. 40, p. 209-228, 2018.

OLIVEIRA, Arthur Henrique de. Ecoansiedade: A saúde mental dos estudantes no contexto das mudanças climáticas. **Revista Educar FCE**, edição, n. 71, p. 57-69, 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Impactos Socioeconômicos dos Eventos Climáticos Extremos de 2024 no Rio Grande do Sul: Uma Análise Após um Ano do Desastre**. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202504/29093707-relatorio-dee-impactos-socioeconomicos-dos-eventos-climaticos-extremos-de-2024-no-rio-grande-do-sul-uma-analise-apos-um-ano-do-desastre-1.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Reconstrução Gaúcha. **Plano Rio Grande: todos nós por todos nós**. Projetos Estruturantes. Versão 2 - documento em construção. Porto Alegre: Secretaria da Reconstrução Gaúcha, 2024. Disponível em: <https://admin.reconstrucao.rs.gov.br/upload/arquivos/202410/29162023-doc-plano-rio-grande-v5.pdf>. Acesso em: 3 out 2025.

SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edalea Maria. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 11, n. 2, p. 390-398, 2012.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION. UNISDR. **Terminology on Disaster Risk Reduction**. United Nations, Geneva, 2009.

YAMIN, Estêvão; GAVIRAGHI, Fabio Jardel. Questão social, brecha digital e tecnologia: expressões de desigualdade na sociedade da informação. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 3, p. e6628318, 2023.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/magazine/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

SERVIÇO SOCIAL, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E POLÍTICAS INTERSETORIAIS

SOCIAL WORK, CLIMATE CHANGE AND INTERSECTORAL POLICIES

Claudia Regina Tenório Monteiro¹

Bruno Bernardo de Jesus²

Cristiane Alacoque da Silva³

João Gabriel Gama da Costa e Silva⁴

Regiane Paz Landim de Sousa⁵

Resumo: A crise climática evidenciou como a questão social e a questão ambiental são originadas das relações presentes no modo de produção capitalista. A partir dos estudos realizados percebeu-se que tal cenário impacta ainda mais as políticas intersetoriais, já sucateadas pela agenda neoliberal. Assim, com o pressuposto que os fenômenos advindos das mudanças climáticas lançam uma necessidade, de se pensar em estratégias que abarquem as especificidades dos grupos mais vulneráveis da sociedade. A partir da técnica de levantamento de dados, mergulhou-se na literatura acadêmica, de cunho eco marxista para formular reflexões teóricas, do Serviço Social, bem como o texto das políticas públicas brasileiras. As análises perceberam os desafios para a formação profissional, preparar profissionais para atuar nesta perspectiva, sobretudo para composição de um conhecimento interdisciplinar para dar conta das complexidades dos contextos.

Palavras-chave: Serviço Social, Mudanças climáticas e Políticas Intersetoriais.

Abstract: The climate crisis has highlighted how social and environmental issues originate from the relations inherent in the capitalist mode of production. From the studies conducted, it was observed that this scenario further impacts intersectoral policies, already undermined by the neoliberal agenda. Thus, based on the premise that phenomena resulting from climate change create a need to consider strategies that encompass the specificities of the most vulnerable groups in society. Using a data collection technique, an in-depth examination of academic literature with an eco-Marxist approach was conducted to formulate theoretical reflections in Social Work, as well as an analysis of Brazilian public policy texts. The analyses identified challenges in professional training, preparing professionals to work from this perspective, particularly in developing interdisciplinary knowledge to address the complexities of the contexts.

Keywords: Social Work, Climate Change, and Intersectoral Policies.

¹ Assistente Social, Docente Faculdade Focus e Doutora em Serviço Social pela PUC Rio.

² Assistente Social e Pós-graduando Serviço Social e Meio Ambiente Faculdade Focus

³ Assistente Social, Pós-graduanda Serviço Social e Meio Ambiente Faculdade Focus

⁴ Bacharel em Direito e Pós-graduando Serviço Social e Meio Ambiente Faculdade Focus

⁵ Assistente Social, Pós-graduanda Serviço Social e Meio Ambiente Faculdade Focus

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro, especialmente a partir da década de 1980, passou por uma profunda reformulação teórica e prática, culminando na consolidação de um projeto ético-político comprometido com a transformação social. Este projeto, fundamentado em princípios como a justiça social, a democracia, os direitos humanos e a emancipação, orienta a atuação profissional em diversas áreas, incluindo a ambiental. A crescente complexidade das questões socioambientais no Brasil exige uma abordagem interdisciplinar e crítica, na qual o Serviço Social tem papel relevante.

A atuação do Serviço Social na área ambiental ainda é um campo em construção, mas já apresenta avanços significativos. A crise ambiental contemporânea, marcada pela degradação dos ecossistemas, mudanças climáticas e injustiças socioambientais, afeta diretamente populações vulneráveis, ampliando desigualdades sociais. Nesse contexto, o assistente social é chamado a intervir de forma crítica e propositiva, articulando políticas públicas, educação ambiental, gestão de riscos e promoção da justiça ambiental.

A interface entre o projeto ético-político e a questão ambiental se dá, sobretudo, pela defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, que respeite os direitos coletivos e promova a participação popular. Entre os principais desafios para a consolidação da atuação do Serviço Social na área ambiental estão a formação profissional, a interdisciplinaridade e o reconhecimento institucional.

A perspectiva crítica do Serviço Social contribui para uma leitura ampliada da questão ambiental, que não se limita aos aspectos ecológicos, mas incorpora as dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas. Por isso, o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas também precisa ser encarado a partir da intervenção do poder público e a construção teórica precisa conjugar saberes de diferentes campos como frutos da sociedade capitalista.

As mudanças climáticas implicam em fenômenos diversos, tais como: eventos climáticos extremos, inundações, ciclones/furacões, seca/calor extremo, poluição do ar e outros desequilíbrios ambientais, o que significa que gera impactos singulares ante os contextos já existentes de contradições e sucateamento das políticas públicas. O próprio Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas, o PICC já havia recomendado a adoção de medidas preventivas e de remediação, bem como o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (Gois e Verge, 2025).

A abordagem desenvolvida neste artigo, busca dar conta do atravessamento das demandas postas ao Serviço Social pelos fenômenos oriundos das mudanças climáticas e como pode se dar essa intervenção por meio das políticas intersetoriais, sobretudo as políticas públicas sociais, pensadas para responder às manifestações da questão social.

O percurso para tal construção reflexiva buscou referências para além do círculo profissional, visto que é um debate interdisciplinar, conduzindo aos assistentes sociais e estudiosos do Serviço Social a superar o corporativismo e o isolamento acadêmico, mas adentrar o extramuros da profissão, para dialogar com outras áreas do conhecimento e com os movimentos sociais (Iamamoto, 2007).

Então, é um debate que interessa muito ao serviço social, sobretudo nessa articulação entre vulnerabilidade e os eventos climáticos porque o assistente social termina atuando junto às populações atingidas, viabilizando o serviço básico disponível, os direitos fundamentais, seja durante e após a crise. O serviço social traz uma prestação de serviço de alívio e mitigação da crise para essas populações.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. Metodologia

O percurso metodológico para elaboração do artigo desenvolveu-se em meio aos procedimentos pedagógicos do Curso de Pós-graduação em Serviço Social e Meio Ambiente. A atividade de levantamento bibliográfico foi fundamental para a sistematização e construção da revisão da literatura. textos foram mapeados considerando a temática central da Pós-graduação, utilizando-as como palavras-chave dentro de bases de periódicos científicos.

A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2025. A triagem dos artigos encontrados nas bases de dados foi realizada adotando os seguintes critérios: (1). Tipos de publicações, considerando as publicações tidas como relevantes. (2). Idioma: Foram considerados apenas artigos na língua portuguesa. (3). Área de pesquisa: Foram considerados apenas artigos publicados relacionados a área socioambiental. (4). Título: Os artigos foram analisados verificando o alinhamento do título à área de pesquisa. (5). Ano da publicação filtrando os últimos anos, além da literatura do Serviço Social.

A partir desta etapa, foi iniciada a análise crítica e extração de dados dos artigos lidos. Os textos acadêmicos científicos subsidiaram as análises a partir do pressuposto que

articulava Política intersetorial, Serviço Social e Mudanças Climáticas.

2.2. Políticas Intersetoriais e Mudanças Climáticas

A questão social é multideterminada, e que perpassa também pela área ambiental, sendo que isso não vai ficar tão claro no primeiro momento. O socioambiental surge basicamente a partir dos anos 70, quando a academia está produzindo conhecimento a partir da escola marxista.

Segundo Castels (1998), o processo de cristalização da questão social é expresso por meio da desestabilização dos estáveis, Instalação da precariedade dos mais jovens que alternam períodos de atividades, de desemprego, trabalho temporário e ajuda social e Deformação dos sobrantes, nova categoria social constituídas pelos que não têm vê, nem lugar na sociedade.

Para Iamamoto (2007) explica que a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário.

[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mante-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2007, p. 27).

A questão ambiental é reconhecida atualmente como uma problemática de caráter predominantemente social, político e no âmbito mundial. A questão socioambiental deve ser expandida para além da ideia de preservação das áreas naturais, como resultado de uma análise das desigualdades sociais na atualidade.

As leituras de preservação da natureza, neste viés, mostraram comprometimento com o econômico, mas a verdadeira denúncia de que algo não estava bem e que precisava de atenção, veio em 1962 com o documentário Primavera Silenciosa, de Rachel Carson, que trouxe um alerta sobre o uso de pesticidas. E o fato também, de que diferentes saberes se voltavam, praticamente entre as décadas de 60 a 80, para os grandes acidentes ambientais.

Inicialmente, era uma matéria das ciências geofísicas naturais e das engenharias, mas à medida que passam a ser entendido como fenômeno social, principalmente a partir da visão de Quarantelli (2015), que defendeu que os desastres deveriam ser estudados pela sociologia e pelas ciências humanas de uma forma em geral. Dentro do serviço social, antes de 1990, não

se trabalhava o meio ambiente, na verdade, na América Latina não se tinha estudos de serviço social relativo ao meio ambiente, o que muda quando a Organização das Nações Unidas, que designou o ano de 1990 como a década internacional para redução de desastres.

O Brasil também seguiu essa tendência. Entre 1990 e 2012 foram registradas 38.996 ocorrências no país, sendo que só 8.515 aconteceram em 1990, enquanto os demais seguiram uma escala decrescente de 22% no ano 2000 e fechando com 56%. (Avila, Mattedi e Silva, 2017). Significa que apenas três anos tiveram um aumento de 40% do número das ocorrências. Então, os dados realmente revelam aquilo que é um comportamento da natureza que tem impactado o modo de vida, sobretudo das populações mais empobrecidas, porque, como lembram os autores, essas populações em geral, quase sempre, estão em áreas que também são vulneráveis ecologicamente.

Então, é dentro desse marco que se tem a percepção que tem uma crise, primeiramente social, já preexistente pelas próprias contradições que existem dentro dessa organização, e que também tem uma crise ambiental. E que essa crise ambiental ainda tem o agravamento de atingir não apenas os públicos mais vulneráveis, porém são os mais suscetíveis, por estarem também sujeitos àquilo que são essas expressões que a questão social, o que caracteriza a desigualdade socioambiental.

A crise ambiental gera contextos sociais que são desafiadores para vários saberes, como a geologia, a geografia, a economia, até o serviço social, que é uma profissão que se ocupa de pensar e de atuar no enfrentamento da questão social. Para dar conta desta relação entre o ambiental e a questão social, a literatura vem utilizando o termo Socioambiental, que,

encerra em si toda uma complexidade, que está além do econômico, exigindo ser pensada a partir de uma totalidade que compreende diferentes dimensões da realidade social, moldada pelas relações do capital. Sendo manifestação da questão social, mas que tem uma interface com o meio ambiente. Assim, uma definição do socioambiental é resultante dos processos engendrados pelo capital, que impacta não somente a vida das pessoas e suas relações, mas também o lugar aonde e como elas vivem (Monteiro, 2023, p.21).

Não é apenas um instrumento, que pode ser utilizado, mas é resultante de processos que são engendrados dentro das relações sociais. E por isso deve ser pensado articulado às políticas. Em especial as políticas sociais, que se ocupam de pensar na proteção para as populações mais empobrecidas, e mais expostas à degradação ambiental. Então, se a política de saúde, de assistência social, saneamento, não traz uma oferta daquilo que é a melhoria da qualidade de vida dessas populações, se está empurrando-as para as injustiças

socioambientais.

A situação fica ainda mais séria quando se tem a política social completamente esvaziada de um componente ambiental. É como se estivessem separados. Porém claro, que existe um atravessamento do socioambiental nas políticas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, define direitos sociais, e no artigo 225 estabelece o direito de todos a um meio ambiente equilibrado. Isso demonstra que não há cidadania plena sem a garantia concomitante de direitos sociais e ambientais.

Com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a adaptação às mudanças climáticas em 2009 foi instituída a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), ela foi instituída pela Lei nº 12.187/2009, que estabelece também princípios, instrumentos e objetivos que visam orientar as ações do Brasil no combate ou enfrentamento das mudanças climáticas. Além de ter como objetivo central o desenvolvimento sustentável, produzindo crescimento econômico com redução de gases na atmosfera (Brasil, 2009).

Os instrumentos definidos por essa política são o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, os setoriais de mitigação e adaptação, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Sistema Nacional de Informações sobre Mudança do Clima. Pode-se exemplificar como Planos Setoriais de Mitigação: Agricultura e pecuária, Uso da terra e florestas; Cidades e mobilidade urbana; Energia; Indústria e mineração; Resíduos e Transportes. Exemplos de Planos Setoriais de Planos setoriais de adaptação: Agricultura e pecuária; Biodiversidade; Cidades e mobilidade urbana; Gestão de riscos e desastres; Indústria dentre outros (Brasil, 2009).

Sendo assim, de modo amplo a política tem como meio integrar governo, setor produtivo, e sociedade civil através de ações coordenadas que visam contribuir para redução da emissão de gases e aumento da habilidade de resistir e fortalecer capacidade de adaptação climática no País (Brasil, 2009).

No que tange a Educação ambiental, onde mais os profissionais de Serviço Social vêm atuando, faz-se necessário conhecer a Política Nacional de Educação Ambiental, (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/99, que define a educação ambiental como um processo contínuo e multidisciplinar que busca à formação de uma conscientização da sociedade sobre as questões ambientais em suas mais variadas facetas. A política busca promover a sustentabilidade, a cidadania e a ética ambiental, incentivando o diálogo entre a comunidade e os mais variados setores (Brasil, 1999).

Esta Lei estabelece que a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, define a atuação do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), a forma de colaboração dos meios de comunicação em massa, das empresas e da sociedade como um todo. Nela, norteia-se como será a execução da PNEA e estabelece princípios básicos e objetivos fundamentais da educação ambiental. Por sua vez, no Decreto nº 4.281/02, que regulamenta a Lei nº 9.795/99, é detalhada a implementação da PNEA, atribuindo responsabilidades aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como às instituições educacionais e à sociedade civil. Ressalta-se que também destaca a importância da capacitação de educadores e da produção de conhecimento científico sobre o tema (Brasil, 1999).

Gois e Verge (2025) analisando a preservação da biodiversidade reconhecem que “ [...] embora o Brasil disponha de um vasto arcabouço legal para a proteção ambiental, há fragilidades normativas na integração entre políticas climáticas e conservação de espécies ameaçadas” (Gois e Verge, 2025, p.01).

É necessário considerar a dimensão ambiental também nas ações, programas e nos projetos para fortalecer essa integralidade na cobertura e proteção para as populações. Quando se pensa, por exemplo, que a política assistência social precisa não apenas gerir a provisão, acolhida, a proteção, o teto, a segurança, mas precisa fazer tudo isso de uma forma sustentável, precisa fazer tudo isso sem impactar nem o meio ambiente, nem comprometendo um modo de vida sustentável para as pessoas.

À título de exemplo, abaixo destaca-se algumas das provisões forjadas políticas setoriais para o enfrentamento das situações relacionadas às mudanças climáticas:

Assistência Social: Acolhimento emergencial (abrigo temporários, centros de convivência)./ Cadastro e identificação das famílias atingidas (CadÚnico). /Inserção em programas de transferência de renda (ex: Bolsa Família) / Distribuição de benefícios eventuais (auxílio aluguel, cestas básicas, kits de higiene)./ fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. / Articulação com SUAS e Defesa Civil.

Trabalho e Renda: Programas de emprego temporário em obras de reconstrução./ Apoio a pequenos produtores rurais atingidos./ Linhas de crédito emergencial para autônomos e microempreendedores./Cursos de capacitação para reinserção no mercado de trabalho.

Direitos Humanos: Garantia de atendimento humanizado e não discriminatório./Atenção a grupos vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, PCDs, povos indígenas, comunidades tradicionais)./Defesa do direito à moradia, saúde e ambiente saudável./Ouvidorias para denúncias de/violações de direitos. Participação social nos processos de reconstrução.

Habitação: Garantia de abrigos provisórios seguros. Reconstrução e/ou reforma de moradias afetadas. Regularização fundiária para famílias em áreas de risco. Programas habitacionais emergenciais (Minha Casa Minha Vida/Entidades). Zoneamento urbano para prevenir ocupações de risco.

Saúde: Atendimento de urgência e emergência./Prevenção de surtos e epidemias (água contaminada, leptospirose, dengue)./Acompanhamento de saúde mental (traumas, ansiedade, depressão)./Campanhas de vacinação emergenciais./Atendimento especializado a gestantes, idosos, pessoas com deficiência e crianças.

Segurança Pública e Defesa Civil: Resgate, salvamento e retirada de pessoas em risco./Controle e segurança em abrigos provisórios./Garantia de segurança patrimonial (evitar saques e invasões). Mapeamento de áreas de risco e monitoramento contínuo./Planos de contingência e simulados comunitários.

Meio Ambiente: Avaliação dos danos ambientais (solo, água, fauna e flora)./Recuperação das áreas degradadas./Monitoramento da qualidade da água e ar./Educação ambiental para prevenção de novos desastres./Criação de políticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas.

Educação: Continuidade das atividades escolares em espaços alternativos./Apoio pedagógico e psicológico a estudantes e professores./Educação em emergências (currículos adaptados)./Projetos de conscientização socioambiental e prevenção de riscos./Formação de professores para lidar com situações traumáticas.

2.3 Serviço Social e a atuação junto às consequências das Mudanças Climáticas

Essa discussão vai chegar para os círculos profissionais nos anos 90. Mas traz todo um

contexto, uma trajetória acadêmica do socioambiental dentro da comunidade científica, mas, é claro que não se restringe a esses muros.

Sendo o Assistente Social o profissional que atua nos rebatimentos das expressões da questão social, essa categoria é inserida para atuar na área ambiental, mesmo ainda sendo um campo em construção devido a constante dialética em que a sociedade está engendrada. A crise ambiental contemporânea, marcada pela degradação dos ecossistemas, mudanças climáticas e injustiças socioambientais, afeta diretamente populações vulneráveis, ampliando desigualdades sociais. Nesse contexto, o assistente social é chamado a intervir de forma crítica e propositiva, articulando e propor políticas públicas sociais, no que tange a educação ambiental, gestão de riscos e promoção da justiça socioambiental.

A pesquisa do CFESS (2022), conforme tabela abaixo, revela que 0,33% de profissionais inseridos em espaço sócio-ocupacionais ligados ao Meio Ambiente e 0,23% no agrário, mas a temática pode estar sendo embutida em outra política setorial, como habitação, na regularização fundiária, para citar dois exemplos. Essa dispersão ocorre pela própria característica da crise ambiental, e o que se observa é um amplo leque de possibilidades para inserção.

O Brasil possui um forte acervo no que tange às mudanças climáticas, mas que pouco dialogam com a legislação social na proteção dos públicos menos favorecidos socioeconomicamente, ou grupos identitários. Lima et al (2025), para citar um exemplo, traz um dado que revela como é importante olhar de forma contextualizada para a condição das mulheres:

Durante os desastres, muitas mulheres também não se destinam aos abrigos pelo medo de se afastar dos filhos e de bens domésticos. Além disso, as mulheres também podem sofrer com a falta de acesso a informações confiáveis sobre desastres naturais, que às vezes são transmitidas aos homens em ambientes públicos. Continuadamente, em algumas comunidades, as mulheres também são prejudicadas durante as catástrofes por suas vestimentas restritivas que afetam sua mobilidade na hora de buscar socorro. As mulheres também dispõem de menos aparatos tecnológicos nas buscas por recursos de sobrevivência. Por isso, é tão importante o enfrentamento das desigualdades de gênero” (Lima et al, 2025, p.3).

E este é apenas um exemplo dentre os públicos atendidos pela profissão. O Serviço Social está sendo desafiado a uma compreensão de um quadro social que determinados usuários estão vivenciando, de forma mais ampla. Quanto mais conhecimento a respeito daquela realidade, melhor será para orientar e a tomada de decisão. Os assistentes sociais, em razão de baixa apropriação do tema, ainda não conseguem perceber os riscos socioambientais

nas suas intervenções. Em geral, a análise é realizada sem criar uma conexão com possíveis desencadeadores de outros fenômenos sociais, de outras vulnerabilidades, que o usuário possa estar suscetível.

A interface entre o projeto ético-político e a questão ambiental se dá, sobretudo, pela defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo, que respeite os direitos coletivos e promova a participação popular. Entre os principais desafios para a consolidação da atuação do Serviço Social na área ambiental estão a formação profissional, a interdisciplinaridade e o reconhecimento institucional (Brasil, 1999).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O profissional do Serviço Social deve seguir tanto no âmbito privado quanto público, realizando uma leitura atenta da realidade, conforme pautado em seu projeto ético-político, seja em forma de pareceres sociais, estudos socioeconômicos, trabalhos de grupos, dentre outras atividades em situações que envolvam o contexto socioambiental. São instrumentais que perpassam a prática profissional da profissão, já apropriados historicamente em diversas subáreas de atuação.

Destaca-se que o Serviço Social se faz importante neste âmbito de garantia dos direitos da população durante todo o processo de construção, mediando e conciliando interesses que são, na maioria das vezes, antagônicos. Dessa forma, a leitura e análise que o assistente social faz da realidade é muito importante, uma vez que as demandas individuais trabalhadas em campo podem gerar demandas coletivas, que devem ser levadas ao encontro de novas conquistas sociais.

De forma coletiva, estimular o fortalecimento dos movimentos sociais no bojo da sociedade, almejando a sustentabilidade da vida no planeta, visando à luta pela justiça climática.

Para que a atuação profissional se tome da pauta, no quesito Educação Ambiental, que atua e elabora Políticas Públicas Sociais, enfrenta as desigualdades sociais, debater com todo fundamento sobre os territórios, racismo ambiental, transição energética justa e constantes ações integradas com as diversas políticas públicas e categorias profissionais diversas.

A Agenda 2030 da ONU reforça que não há desenvolvimento sustentável sem justiça social. Isso significa que políticas sociais devem estar alinhadas a objetivos socioambientais, visando não apenas suprir carências imediatas, mas promover um futuro sustentável.

REFERÊNCIAS

AVILA, Maria Roseli Rossi, MATTEDI, Marcos Antônio e SILVA, Maria Salete. **Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 129, p. 343-365, maio/ago. 2017.

BEHRING, E., BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e história.** Biblioteca Básica. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTELS, Robert. **As metamorfoses da questão social.** RJ: Editora vozes, 1998.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** DF: Brasília, 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Planalto, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm Acesso em 30 de outubro de 2025.

_____. **Política Nacional de Meio Ambiente.** Planalto, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm Acesso em 30 de outubro de 2025.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 08 de maio de 2025.

GOIS, Rômulo Lima Silva de e VERGES, João Vitor Gobis. **Crise climática e espécies ameaçadas: normatividade federal brasileira.** Veredas do Direito, v.22, e222696 – 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Maria Valéria Chaves de et al. **Mudanças climáticas e mulheres: uma reflexão integrada entre gênero e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** [online]. Revista Brasileira de Enfermagem, 78, 2025. Disponível em: scielo.br/j/reben/a/wZLpsBfkb8YDQnkJzvpncdN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 30 de outubro de 2025.

MONTEIRO, Claudia Regina Tenório. **Participação Social e o Socioambiental: uma perspectiva para os empreendimentos econômicos – 1ª ed.** – SP, São Paulo, UICLAP, 2023.

RODRIGUES, R. de A. et al. **Sustentabilidade: conceito e desdobramentos nas organizações.** O Social em Questão, 18. Rio de Janeiro: Puc-rio, 2008. SOUZA, Marcelo Lopes. Rebelde dentro da rebeldia: Carlos Walter Porto-Gonçalves, a geografia e as ecologias políticas. GEOgraphia, vol.: 26, n. 57, 2024.

ZHOURI, Andrea Luísa. **A Re-volta da Ecologia Política: Conflitos Ambientais no Brasil.** Resenha. Ambiente & Sociedade 7 (2), dez 2004.

Eixo 03 – Estado neoliberal, Proteção Social, Territórios de fronteiras e Seguridade

Social no Brasil:

Estado e sociedade; Neofascismo; Controle social e participação social; Políticas de Seguridade Social; Territórios, questão agrária e ambiental; Pobreza e políticas de enfrentamento; e, (In)segurança alimentar e nutricional e produção de alimentos.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E CONFIGURAÇÃO ATUAL

POLITICA DE ASISTENCIA SOCIAL EN BRASIL: TRAYECTORIA HISTÓRICA Y CONFIGURACIÓN ACTUAL

Luis Fernando Pereira Dalenogare¹
Solange Emilene Berwig²

Resumo: A Política de Assistência Social no Brasil possui uma trajetória marcada por transformações históricas que refletem os contextos econômicos e sociais do país em seu tempo. Desde a atuação filantrópica e paternalista durante o período colonial até a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), observa-se uma evolução significativa nas relações entre Estado e sociedade. Este artigo analisa o surgimento e desenvolvimento dessa política, enfatizando o impacto do paternalismo e do coronelismo em sua formação, além de relacionar os conceitos teóricos das políticas públicas. Por fim, discute os avanços e desafios atuais para a consolidação da assistência social enquanto direito universal e mecanismo de inclusão social.

Palavras-chave: Assistência Social; SUAS; Políticas Públicas; Paternalismo; Coronelismo.

Resumen: La política de asistencia social en Brasil presenta una trayectoria marcada por transformaciones históricas que reflejan el contexto económico y social del país en su momento. Desde las acciones filantrópicas y paternalistas durante el período colonial hasta la consolidación del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS), se observa una evolución significativa en la relación entre el Estado y la sociedad. Este artículo analiza el surgimiento y desarrollo de esta política, destacando el impacto del paternalismo y el coronelismo en su formación, además de relacionar los conceptos teóricos de las políticas públicas. Finalmente, analiza los avances y desafíos actuales para consolidar la asistencia social como un derecho universal y un mecanismo de inclusión social.

Palabras clave: Asistencia Social; SUAS; Políticas Públicas; Paternalismo; Coronelismo.

¹ Mestrando em Políticas Públicas, Unipampa. Licenciatura Plena em Matemática. Servidor público na Prefeitura Municipal de São Borja. Membro do grupo de pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina. E-mail: luisdalenogare.aluno@unipampa.edu.br

² Doutora em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social, e dos PPGs em Serviço Social e Proteção Social (PPG/SSPS) e Mestrado em Políticas Públicas (PPGPP) da Unipampa. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina. Membro do GT CLACSO Trabalho Previsión Social y Sistemas de Pensiones. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social no Brasil possui uma trajetória marcada por mudanças profundas, refletindo os contextos históricos, econômicos e sociais do país. Parte de ações filantrópicas de caráter religioso e beneficente alicerçado na ausência da ação do Estado, iniciativas fragmentadas e voluntaristas pautadas no assistencialismo até a promulgação da Constituição Federal de 1988, marco regulatório da assistência social brasileira. Mais tarde com o arcabouço legal vai se consolidar pela aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) e do Sistema Único de Assistência Social (Brasil, 2011) dando início a superação do clientelismo e patrimonialismo, e o reconhecimento como política pública de garantia de direitos.

Este artigo propõe-se a analisar o surgimento e o desenvolvimento da política de assistência social no Brasil, destacando seus principais marcos históricos, sua configuração contemporânea e o impacto do paternalismo nesse processo. Compreender essa formação histórica do Estado brasileiro é essencial para explicar os padrões culturais que ainda persistem nas formulações das políticas públicas do país.

A análise também será fundamentada à luz dos conceitos de políticas públicas formulados por Secchi (2020) que compreende políticas públicas como o conjunto de programas, ações e decisões tomadas por atores governamentais com o objetivo de solucionar problemas públicos. Segundo o autor, para que uma política pública seja eficaz, é necessário um processo racional por meio de ciclos que visam a formulação, implementação e avaliação, o que inclui diagnóstico do problema, definição de objetivos, análise de alternativas e monitoramento dos resultados num contexto discutido ao longo deste trabalho (Secchi, 2020).

2 RAÍZES HISTÓRICAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Recuperar as raízes das ações que fundamentam o campo da política de assistência é um percurso por diferentes momentos socioeconômicos e ações de naturezas distintas. Esta política tem em sua gênese as ações de caridade e solidariedade prestadas pela igreja católica e pelas damas da sociedade. Durante o período colonial e imperial, os movimentos sociais no Brasil restringiam-se em discutir a dependência econômica da Coroa e os pesados tributos que o fisco impunha (Couto, 2008, p.80). A assistência aos necessitados era marcada pela ação da igreja católica ligada ao cristianismo, onde surgiram as primeiras instituições de caridade

como hospitais, orfanatos e asilos. O Estado tinha uma participação limitada, delegando a órgãos religiosos o cuidado dos pobres, doentes e órfãos. Essa ajuda era pautada na moral cristã e tinham o objetivo de “salvar almas” e amenizar o sofrimento dos pobres, vistos como expressão da vontade divina.

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente, durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre (Oliveira, 2005, p. 25).

Com a Proclamação da República (1889), houve uma crescente urbanização e industrialização do país, o que gerou novos problemas sociais, como o aumento da pobreza urbana. A chamada primeira República, de 1889 a 1930, é marcada por fatores de desigualdade social e pobreza, violência policial, racismo e pelas revoltas³ da população frente a este cenário (Cunha, 2000). Ocorreram novas formas de organização do Estado, mas isso não representou uma ruptura com o modelo caritativo e religioso, mantendo fragmentada e majoritariamente assistida por entidades filantrópicas, mas com um viés de controle social e sem qualquer garantia de direito.

O Estado pouco intervia, e a ideia de direito social ainda não era consolidada sendo que a pobreza não era vista como expressão de questão social, mas como “caso de polícia” e tratada por meios de aparelhos repressivos do Estado, ao qual assumiu gradativamente algumas responsabilidades sobre a assistência, além da coerção. “Os problemas sociais tinham a concepção funcionalista onde a pobreza era tratada como um problema ou disfunção do indivíduo e nunca da estrutura social” (Martins 1993, p. 73).

Esta forma de pensar a pobreza e os problemas relacionados às ausências de condições para subsistência, determina estes como resultado da indulgência humana, como um problema particularizado, tirando as razões de ser da desigualdade que marca a estrutura social brasileira. Logo, ações de caridade prestadas pela igreja eram vistas como suficientes para atenção aos desvalidos. Neste período, a assistência brasileira é marcada por ações de caráter de benemerência em uma lógica em que os indivíduos adquirem a condição de favorecimento ou beneficiário. Não há neste período o entendimento de usuários de um serviço que é seu por

³ Para saber mais buscar Revolta da Vacina, Revolta do Contestado, Revolta de Canudos, Revolta da Chibata e outras que ocorreram no período da primeira República brasileira.

direito, assim caracterizando relações meramente clientelistas (Oliveira, 2003).

Nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos dos subalternizados e espera-se a lealdade dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida (Yazbek, 2018, p. 56).

Não há ação organizada do Estado no enfrentamento das desigualdades ou dos problemas sociais registrados formalmente antes dos anos 1930. A igreja tem centralidade nas ações de acolhimento aos mais necessitados. É no período conhecido como “Era Vargas”, que são registrados passos importantes na formalização de ações no campo das políticas sociais no Brasil. Ao longo dos anos 1930-1945 do então presidente Getúlio Vargas, o Brasil passa por uma série de modificações na ordem econômica, destacando a industrialização, a regulamentação do mercado de trabalho e o estabelecimento de novas relações salariais, iniciando as primeiras políticas sociais estatais organizadas. Foram criadas as leis trabalhistas e instituições como o Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs). A assistência começa a ser institucionalizada, ainda que com caráter previdenciário e limitada a trabalhadores formais.

O foco estava na proteção do trabalhador e na manutenção da ordem social. Draibe (1993) caracteriza o período como uma política social que combinava meritocracia e particularidade com características corporativas e clientelistas na consagração de privilégios e na concessão de benefícios. Nesse contexto predomina uma abordagem assistencialista e caritativa, que não visava a transformação estrutural das desigualdades sociais, mas sim a manutenção da ordem social e política, enquanto política incentivada pelo Estado. Em 1938 registra-se a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que era uma forma de financiamento de amparo social, mas realizada por organizações sociais (Mestriner, 2001).

Nesse período, a assistência se efetivou ligada à filantropia e ao favor, atribuída como prática de ajuda sem a perspectiva de direito e cidadania. Assim, a assistência pública torna-se uma forma de apoio a grupos institucionais ligados à filantropia, na forma de subvenções fornecidas pelo Estado, que não realizava nenhuma forma de serviços prestados diretamente à população. O CNSS era uma forma inaugural de intervenção do Estado na assistência aos pobres, que antes era realizada principalmente pela igreja católica. Sob esse ângulo, pode-se dizer que a assistência social se desenvolveu “mediada por organizações sem fins lucrativos

ou por voluntários, num obscuro campo de publicização do privado, sem delimitar claramente o que nesse campo era público ou era privado” (Mestriner, 2001, p. 17).

Em 28 de agosto de 1942, ainda baseada na caridade, filantropia e solidariedade religiosa, foi criada “a primeira grande instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA)” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 265). A LBA teve à frente de sua gestão a primeira-dama do Brasil, a sra. Darcy Sarmanho Vargas. A figura da primeira-dama da república, deu início também ao processo marcado como primeiro-damismo, instituindo um modelo que foi delineado a partir da representação social da mulher ideal, ligada à maternidade, cuidado e ao matrimônio (Oliveira Alves, 2020). Nos anos seguintes compreendendo também o período do regime militar e considerando “que o estado sempre intervinha na gestão e organização da prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento social” (Iamamoto; Carvalho, 2011, p. 84), houve poucos avanços na área pois este deu seguimento ao controle das demandas sociais com destaque a criação por força da Lei 6.036 de 01 de maio de 1974 do Ministério da Previdência e Assistência Social como parte de sua estrutura contribuindo para criação de uma política de combate à pobreza, mas ainda de forma consultiva.

Do ponto de vista da teoria das políticas públicas, pode-se dizer que as ações desse período ainda não constituíam políticas públicas no sentido pleno do termo, como define Secchi (2020), pois faltava-lhes sistematicidade, planejamento e um processo decisório racional. Ainda que houvesse ações organizadas pelo Estado, sua implementação estava atrelada a interesses políticos e à manutenção da ordem, não necessariamente a uma análise criteriosa de problemas públicos ou da garantia de direitos.

2.1 Paternalismo e assistência social

O paternalismo exerceu influência decisiva na formação das políticas de assistência social no Brasil. Historicamente, a relação entre Estado e cidadãos foi mediada por uma lógica clientelista, em que os serviços eram prestados como favores e não como direitos. A coisa pública era tratada pelo governante como se fosse privada, resultando em confusão de patrimônio, com predominância dos interesses pessoais sobre os interesses públicos. “O chefe governa o estamento e a máquina que regula as relações sociais a ela vinculadas” (Faoro, 1989, p. 739). Faoro (1989) conceitua o patrimonialismo como uma forma de domínio tradicional onde o governante administra o Estado como uma extensão de seu patrimônio

peçoal. Ao trazer isso para o contexto brasileiro, o autor identifica a presença de um estamento burocrático que nada mais é do que uma casta de funcionários e intelectuais que se apropriou do Estado desde a formação colonial. Ao contrário das sociedades capitalistas liberais, onde o Estado é separado dos interesses privados - no Brasil a classe política sempre usou a máquina pública como instrumento de manutenção de seus privilégios.

Durante o regime militar (1964 - 1985), por exemplo, muitas das ações assistenciais eram usadas como moeda de troca política e instrumento de controle social. De acordo com Sposati (2004), a assistência era tratada como uma prática benevolente, com pouca transparência e sem a participação efetiva da sociedade civil. Esse modelo reforçava a passividade dos beneficiários e comprometia a construção de uma cidadania ativa.

A esse respeito, Secchi (2016) enfatiza que a formulação de políticas públicas exige a existência de estruturas institucionais adequadas, bem como a capacidade técnica e política dos formuladores de políticas para avaliar cenários e alternativas. No caso da assistência social brasileira, a persistência do paternalismo dificultou a aplicação desse modelo racional, pois faltava um sistema de governança eficiente e comprometido com o interesse público.

A gênese do paternalismo nas políticas públicas brasileiras, especialmente na assistência social, está evidenciada em citações de vários autores e intimamente ligada à prática do coronelismo, típica da Primeira República (1889-1930). Conforme Leal (2012), o coronelismo era sustentado por uma estrutura de poder descentralizada, na qual os grandes proprietários rurais exerciam domínio político sobre a população local, garantindo votos em troca de favores e proteção. Essa lógica se estendeu às práticas assistenciais, que passaram a ser mediadas por relações pessoais e hierárquicas. O paternalismo reforça esse padrão ao projetar a figura do líder como protetor, responsável pelo bem-estar dos subordinados, como se fosse o chefe de uma grande família. Nessa relação, não há igualdade ou autonomia: o governante é visto como benfeitor, e a população como dependente e grata. O coronelismo é compreendido dentro da mesma lógica paternalista, na qual o Estado é apropriado por interesses privados. O coronel é um intermediário entre o Estado e o cidadão, mantendo a população em uma condição de dependência (Faoro, 1989).

O coronel exercia um papel que misturava autoridade política, econômica e social, sendo frequentemente o responsável por "ajudar" os pobres da região com cestas básicas, medicamentos ou encaminhamentos para serviços públicos. Como menciona Faoro (1989), essa ajuda não era baseada em direitos, mas em laços de dependência pessoal, moldando uma cultura política em que o acesso a bens e serviços públicos estava condicionado à lealdade

política. Essa tradição forjou um padrão de assistência baseado em vínculos pessoais, que retardou a construção de uma política pública universal e institucionalizada.

Para Faoro (1989), a permanência das raízes conservadoras, paternalistas e assistencialistas ainda podem ser observadas em práticas contemporâneas. O que confunde gestão pública com favores políticos demonstrando que essas práticas não são resquícios do passado, mas estruturas persistentes na política brasileira, adaptadas às novas formas institucionais e partidárias.

Os conceitos e o contexto histórico evidenciado são os pilares que sustentaram o início do assistencialismo em que vários fatores, muitos deles já destacados, geraram uma política de caráter fragmentado, diversificado, desorganizado e instável com inexistência de programas institucionais na área social.

O histórico da Assistência Social, antes de se tornar uma política pública, é caracterizado pelo assistencialismo, pelo clientelismo, pela caridade, pelo voluntariado e estes sentidos ainda estão presentes no cotidiano desta política. Estas marcas se traduzem na ausência de instrumentos com capacidade de romper com esta cultura, e, também, na insuficiência da alocação de recursos humanos e financeiros para atuação na área, além da reduzida clareza em relação à atribuição desta política (Reis; Pestano, 2006, p. 2).

O assistencialismo é o contraponto do direito, da provisão de assistência como proteção social ou seguridade social. É o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor (Sposati, 1991) e é muito usado no cenário político brasileiro. O assistencialismo tem os seus atores no campo da política, onde quem recebe o benefício fica sempre com a sensação de estar devendo um favor - e favor não se paga. Logo, quem o beneficia age como se fosse o dono daquele que é beneficiado. O assistencialismo é cúmplice político da corrupção e do clientelismo. Assim muitos políticos trocam um apadrinhamento, patrocínios, cesta básica de alimentos, dinheiro em espécie e, até mesmo, um prato de comida por um voto. “Quem tem padrinho, não morre pagão” (Faoro, 1989, p. 633).

Para Behring e Boschetti (2006) a formação do Estado brasileiro, foi pautado pela falta de ações na área dos direitos do cidadão por parte da elite econômica e política, sendo também uma justificativa importante das causas que nortearam a construção das políticas públicas sociais no país. Secchi (2020) argumenta que o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil sofreu influência dessas estruturas políticas arcaicas. No Brasil, essa construção esteve, por muito tempo, distorcida pela ausência de uma cultura de planejamento

e pela personalização do poder. Em sua abordagem, a ausência de modelos racionais de tomada de decisão, com base em diagnóstico, análise de alternativas e avaliação de impacto, comprometeu a eficácia das políticas e fortaleceu práticas paternalistas (Secchi, 2020).

No campo da assistência social, essa crítica é particularmente pertinente, pois evidencia como a ausência de institucionalização contribuiu para a reprodução de relações de dependência e exclusão.

2.2 A assistência social como direito

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental na trajetória da assistência social no Brasil, ao reconhecê-la como parte integrante da Seguridade Social, ao lado da saúde e da previdência. Pela primeira vez, a assistência deixou de ser concebida como favor ou caridade e passou a ser entendida como um direito do cidadão e dever do Estado. A política de Assistência Social é inscrita na CF/88 pelos artigos 203 que estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, com o objetivo de garantir mínimos sociais e combater a marginalização e o artigo. 204 que garante recursos do orçamento da seguridade social, descentralização da política e a participação da sociedade na formulação das políticas.

Esse novo enquadramento jurídico e político rompe com a lógica assistencialista e paternalista historicamente dominante, ao afirmar o princípio da universalidade da proteção social e da cidadania como fundamento das ações assistenciais.

[...] a Assistência Social, garantida na CF/88 contesta o conceito de “(...) população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal” tendo, portanto, como público-alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre (Sposati, 2004, p.42).

Além disso, a institucionalização da assistência social como política pública exigiu a construção de mecanismos de gestão descentralizada e participativa. Nesse contexto, o Estado passa a ter a responsabilidade de formular e implementar políticas com base em planejamento, diagnóstico social, controle social e avaliação de resultados, conforme preconiza Leonardo Secchi (2020) na definição de políticas públicas. O modelo proposto pela Constituição reforça a necessidade de romper com práticas clientelistas, promovendo uma política baseada em critérios técnicos, transparência e equidade.

Com esse novo paradigma de reconhecimento dos direitos sociais, das condições de igualdade e da participação democrática foram evoluindo com a criação da Lei Orgânica da

Assistência Social (LOAS) em 1993, posteriormente, pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) seguido da Norma Operacional do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS, 2005), a NOB-SUAS só vai se tornar lei em 2011 quando é finalmente aprovada à Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011. Esses marcos consolidaram a política de assistência social como um campo estruturado por princípios de justiça social, igualdade e respeito à dignidade humana, distanciando-se cada vez mais das práticas personalistas herdadas do coronelismo e do patrimonialismo.

A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, representou um marco na institucionalização da política de assistência social no Brasil. Inspirado nos princípios da Constituição de 1988 e regulamentado pelas Normas Operacionais Básicas (NOB/SUAS), a tipificação Nacional dos Serviços classifica os serviços socioassistenciais de acordo com cada nível de complexidade. O Sistema Único de Assistência Social consolidou um modelo de gestão descentralizada, participativa e baseado na garantia de direitos.

Esse sistema organizou a assistência social em dois níveis de proteção: básica e especial. A proteção social básica visa prevenir situações de risco por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, enquanto a proteção especial atende pessoas em situações de violação de direitos. Essa organização busca garantir a universalidade do acesso e a equidade no atendimento. O SUAS também estabeleceu a divisão de competências entre os entes federativos, definindo responsabilidades específicas para a União, os estados e os municípios. Com isso, fortaleceu-se a articulação intergovernamental e a pactuação de metas e financiamentos por meio da gestão compartilhada (Brasil, 2005).

Outro avanço importante foi a introdução do cofinanciamento federal condicionado ao cumprimento de critérios técnicos por meio das Normas Operacionais Básicas (NOBs) e à adesão a planos e indicadores com a vigilância socioassistencial. Essa lógica reforça o modelo de políticas públicas proposto por Secchi (2020), que valoriza o planejamento, a análise de alternativas e a avaliação de resultados. Ademais, o SUAS institucionalizou mecanismos de controle social, como os conselhos de assistência social e as conferências periódicas, ampliando a participação da sociedade na formulação e fiscalização das políticas. Essa dimensão participativa contribui para o fortalecimento da democracia e para a superação do modelo assistencialista anterior (Brasil, 2011).

Os desafios persistem, a descontinuidade de programas ocasionados por um processo de desmonte do SUAS promovido por ideologias partidárias, mais precisamente o neoliberalismo levando a mudanças na gestão e no foco das políticas sociais. Ainda, a

instabilidade no financiamento junto ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) que não dispõe de orçamento fixo para o custeio dos serviços, programas e projetos voltados à proteção social da população. Há uma luta histórica dos atores da Política de Assistência Social pela aprovação da PEC 383/2017 que visa garantir o percentual mínimo de 1% da Receita Corrente Líquida da União, gerando um percentual específico para o seu financiamento assim como já ocorre com as áreas da Saúde e da Educação. Caso concretizada significa mais recursos para o aprimoramento e melhorias na oferta de programas e serviços. Outro fator preponderante é a sequele cultural do assistencialismo ainda presente na sociedade que sofre a interferência político-partidária e compromete a efetividade do SUAS em muitos territórios.

A falta de diagnóstico socioterritorial e da vigilância socioassistencial, fica evidenciada nos dados do Censo Suas 2023, os registros apontam que aproximadamente somente 1/3 dos municípios possuem esses dados que são ferramentas fundamentais para subsidiar o planejamento, a execução, a avaliação e o monitoramento da política pública de assistência social conforme descrito no ciclo das políticas públicas por Secchi (2020), comprometendo profundamente a sua efetividade e impedindo que as ações, serviços e recursos sejam devidamente aplicados nas reais necessidades da população em situação de vulnerabilidade social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da política de assistência social no Brasil revela uma lenta, mas significativa transição de práticas filantrópicas e clientelistas para a consolidação de uma política pública orientada por direitos. A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) simbolizam marcos estruturantes dessa mudança, ao romperem com o modelo assistencialista e instituírem diretrizes universais, participativas e descentralizadas. No entanto, apesar dos avanços institucionais, persistem desafios estruturais que comprometem a efetividade da política de assistência social, como a fragmentação das ações, a ausência de diagnóstico socioterritorial e da vigilância socioassistencial que transforma a assistência social em uma política reativa, desconectada das realidades locais e condenada ao imprevisto, a precariedade do financiamento e a interferência política num contexto de interesse próprio. Superar essas dificuldades demanda o fortalecimento das capacidades técnicas e políticas dos gestores públicos, bem como o

engajamento e a participação da sociedade civil no controle social.

O entendimento das políticas públicas, segundo Secchi (2020), oferece um referencial importante para a análise e aprimoramento da assistência social, enfatizando a necessidade de processos racionais de formulação, implementação e avaliação para a garantia dos direitos sociais. O rompimento com o legado do paternalismo e do coronelismo, cultura essa enraizada na política através de concessões de benefícios e favores e não como uma política pública de direito garantido pela constituição que oferte de forma eficaz serviços e programas que visam promover a cidadania e a independência dos usuários, tudo isso é condição indispensável para a construção de uma política de assistência social democrática, eficaz e com ênfase em promover autonomia, cidadania e inclusão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 08/07/2025.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em 08/07/2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília (DF) 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/suas/resolucoes/resolucao_cnas_130_2005.pdf. Acesso em 08/07/2025.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em 08/07/2025.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. **Orçamento da Seguridade Social e política econômica**: perversa alquimia. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v.87, p. 25-57, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 3. ed., São Paulo: Editora Cortez, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de oficinas artesanais e manufatureiras no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP. Flacso, 2000.

DRAIBE, S. **Brasil: O sistema de proteção social e suas transformações recentes**. Série Reformas de Política Pública, n.14. Santiago do Chile: Cepal/Naciones Unidas, 1993.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 2 vols.8 ed. São Paulo: Globo, 1989

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34 ed- São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Lília Christina de O. **Considerações sobre a assistência social**. Franca, 1993. Tese (Doutorado) – UNESP.

MESTRINER, Maria L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Cultura Política e Assistência Social: uma análise das orientações de gestores estaduais**. SP, Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Íris Maria de. **Assistência Social após a LOAS em Natal: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso**. Tese de doutorado. Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 306 p., 2005.

OLIVEIRA, Taiana de; ALVES, Ismael Gonçalves. **Legião Brasileira de Assistência e políticas sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social**. 2020.

REIS, Carlos Nelson dos; PESTANO, Cíntia Ribes. A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 5, n. 5, p. 1-23, nov. 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, casos práticos**. 3ª edição São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (coord.). **Carta-Tema: A assistência social no Brasil 1983 / 1990**. São Paulo: Cortez, 1991.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina Loas: Um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social** [livro eletrônico] / Maria Carmelita Yazbek. — 9. ed. rev. ampliada — São Paulo: Cortez, 2018.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A PRIVATIZAÇÃO NÃO CLÁSSICA NA POLÍTICA DE SAÚDE NO ESTADO DA PARAÍBA

HEALTH POLICY AND NON-CLASSICAL PRIVATIZATION IN THE STATE OF PARAÍBA

Jony Cristal Pinheiro
Alessandra Ximenes da Silva
Daiany Silva Lustosa
Jacikely Valeska Lira Alves
Lucas Daniel Justino dos Santos

Resumo: O trabalho tem como objetivo apreender as formas de privatização clássica e não clássica da política de saúde na Paraíba e a relação com os aparelhos multilaterais de hegemonia. A pesquisa se orientou no método crítico dialético, sendo utilizada a revisão bibliográfica e pesquisa documental. O estudo contribui para desmistificar as formas de privatização não clássica e a pouca participação da instância de controle social.

Palavras-chave: Aparelhos multilaterais de hegemonia; Política de saúde; Privatização não clássica; Capitalismo contemporâneo.

Abstract: This study aims to understand the classic and non-classical forms of privatization of health policy in Paraíba and their relationship with multilateral apparatuses of hegemony. The research was guided by the critical-dialectical method, utilizing a literature review and documentary research. The study contributes to demystifying the non-classical forms of privatization and the limited participation of the social oversight body.

Keywords: Multilateral apparatuses of hegemony; Health policy; Non-classical privatization; Contemporary capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se caracteriza como resultado de pesquisa, realizada no Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social (NUPEPSS), vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Trata de uma análise das formas de privatização clássica e não clássica (Granemann) e as suas expressões na Política de Saúde na Paraíba. O capitalismo contemporâneo e as suas implicações, as contrarreformas nas políticas sociais, o ajuste fiscal

permanente e a disputa do fundo público pelos setores privados têm apresentado inflexões na política de saúde.

Nesse processo, o Estado tem tido a função de garantir o processo de reprodução ampliada do capital e de disseminar os interesses da classe dominante como se fossem de toda a sociedade. Lima e Bravo (2015, p. 53) destacam que o processo de privatização da saúde pública brasileira realizada por meio das “contratualizações de serviços da rede filantrópica/privada e através do repasse da gestão do SUS para as Organizações Sociais (OS) configura mais uma modalidade de desvio de recursos públicos da saúde para o setor privado”.

A ampliação do mercado privado, no contexto do processo de “reforma” do Estado se refletiu na saúde por meio da mercantilização dos serviços e da privatização da gestão dos serviços públicos de saúde, através da sua transferência para entidades privadas, sob o manto de uma nova denominação, ou seja, entidades públicas não-estatais, em que os novos modelos de gestão se expressam nas Organizações Sociais (OS), nas Fundações Estatais de Direito Privado e na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

A precarização e privatização da gestão pública estão cada vez mais associadas ao aumento da participação das entidades privadas na gestão e execução de serviços da rede SUS e fora dela (Silva, Nóbrega, Matias, 2017). Nesse sentido, a interferência do setor privado na saúde traz sérias consequências, e inviabiliza a saúde como um direito universal. No capitalismo contemporâneo são múltiplas as formas de privatização na saúde, além das explicitadas, há vários formatos de Parcerias Público-privadas (PPP). Esse fenômeno tem sido chamado de financeirização das políticas sociais ou de supercapitalização, que na realidade brasileira, país de economia dependente, tem sido um campo fértil e coloca em xeque o direito universal à saúde.

O objetivo geral deste trabalho foi de apreender as formas de privatização clássica e não clássica da Política de Saúde na Paraíba e para tanto, se fez necessário: 1) identificar as novas expressões da privatização não clássica na política de saúde; 2) sintetizar nos contratos de gestão das instituições e entidades que representam formas de privatização não clássicas, os objetivos, as metas e recursos para prestação dos serviços; 4) e analisar as deliberações do Conselho Estadual de Saúde sobre as privatizações não clássicas.

A metodologia do estudo se orientou à luz do materialismo histórico-dialético por meio de revisão bibliográfica e documental e os seus resultados se pautaram na análise do

contrato de gestão do Hospital do Servidor General Edson Ramalho- HSGER, localizado em João Pessoa/PB, sob a gestão da PB-Saúde (Fundação de Direito Privado da Paraíba) e das atas do Conselho Estadual de Saúde da Paraíba (CES/PB), que trataram sobre o processo de privatização não clássica na Paraíba. Para fins de exposição do artigo, na primeira seção tratamos sobre uma análise dos aparelhos multilaterais de hegemonia, Estado e política de saúde; na segunda, analisamos as expressões da privatização não clássica na saúde na Paraíba e por último as considerações finais.

2 OS APARELHOS MULTILATERAIS DE HEGEMONIA, ESTADO E POLÍTICA DE SAÚDE

Os Aparelhos Multilaterais de Hegemonia têm disseminado ideologias, proposições e incidem sobre o processo de contrarreforma na política de saúde brasileira, desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) ao questionar por meio de documentos, a universalidade do sistema, os gastos sociais, a necessidade de reestruturação da Atenção Primária à Saúde e ao defender as parcerias público- privadas, na gestão e na prestação de serviços do SUS.

Na nossa interpretação, os aparelhos multilaterais de hegemonia são embasados enquanto categoria, a partir do referencial teórico gramsciano, que se refere aos aparelhos privados de hegemonia. Para o entendimento dessa categoria, se faz necessário a compreensão de sociedade civil, que para Gramsci (2000), é formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura etc.

No Brasil, a relação público-privado, sempre permeou a política de saúde, mesmo com a promulgação da Constituição de 1988, considerada social democrata e a regulamentação da Política de Saúde, através das Leis N. 8.080 e 8.142/90, a complementariedade com o setor privado ficou garantida. Passados, mais de 30 anos de existência do SUS, essas contradições se ampliaram e também se configuram de forma mais clara, a disputa do fundo público pelo setor privado, através de diferentes formas. Este fenômeno tem sido denominado de processo de privatização clássica e não clássica, permeando o governo federal e também os estados e municípios. São várias as formas, que tem se conformado, a privatização da saúde, tanto a partir da crescente rede privada com subsídios públicos quanto pelas formas não clássicas, tais

como: (OS), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDEPS), Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e outras formas de Parcerias Público-privada.

Com o advir dos governos Temer e Bolsonaro, a ampliação do ajuste fiscal permanente se aprofunda, propiciando um processo de expropriação secundária (FONTES, 2018), ou seja, quando o trabalho e direitos sociais são extintos ou restringidos. Com o golpe de 2016, se instaura o que chamamos de ultraneoliberalismo, que consiste em uma fase mais complexa do neoliberalismo, e que segundo Behring (2023) caracteriza-se como uma dinâmica interna mais recente no Brasil, pós-golpe de 2016. Esse processo tem como características: 1) governos antidemocráticos; 2) ampliação do ajuste fiscal permanente; 3) utilização de fake news como estratégia de governo; 4) neoconservadorismo das políticas sociais; 5) e uma ofensiva significativa contra o trabalho.

Nesse sentido, a função do Estado tem sido primordial para garantir a crescente acumulação capitalista por parte de setores privados, ao regulamentar e reconhecer através da legislação, os interesses desses setores, assim como, nas medidas do executivo que favorecem o processo, e do judiciário que tem garantido a permanência da privatização crescente na saúde quando judicializada.

Por sua vez Mandel (1982, p. 335), assevera que a origem do Estado vai ocorrer junto com a propriedade privada, mas que “o próprio Estado tornou-se mais explicitamente um instrumento da acumulação progressiva do capital e o parceiro do modo de produção capitalista”. Nas palavras de Osório (2014, p. 51) o Estado no modo de produção capitalista “é, antes de mais nada, uma relação social que cria força e modifica essas correlações em favor dos que dominam”.

É importante ressaltar que a função do Estado nesse processo objetiva garantir as condições para a manutenção do capital “[...] no âmbito do capitalismo dependente brasileiro, e que para atender os interesses do capital financeiro dominante, atua em prol da privatização dos serviços públicos e das empresas estatais, bem como desconstrói os direitos sociais duramente conquistados ao longo dos anos” (SILVA, 2023, p. 37).

De forma que no capitalismo imperialista para ocorrer esses processos, as funções serão diferenciadas nos países de capitalismo imperialista e nos países de capitalismo dependente, “no capitalismo, como sistema mundial sempre houve um exercício desigual da soberania” (OSÓRIO, 2014, p. 177). Mandel (1982, p. 334) analisa que as principais funções do Estado são:

1) Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante; 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo produção corrente através do Exército, da polícia e do sistema judiciário e penitenciário; 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, o que é dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração).

O processo de contrarreforma se baseia em orientações dos aparelhos multilaterais de hegemonia, a exemplo do Banco Mundial (BM), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Silva (2017, p. 30) assevera que “esses organismos, ao longo do tempo, recomendam a ampliação do setor privado no SUS e a diminuição do gasto público estatal com a saúde”. Deste modo, Soares (2010, p. 87) afirma que:

[...]opera-se um feito digno de ilusionismo: cria-se uma entidade que se afirma ser meio pública e meio privada, aglutinando os interesses do espaço público e a eficácia e agilidade da lógica privada. No entanto, essa criação é ideal, ou ideológica. No concreto, na materialidade do real, é impossível tal constituição, tendo em vista que ao dispor de instrumentos da lógica privada na gestão, tal entidade constitui-se um ente privado. O mais grave é que a racionalidade que organiza esse ideário e essa lógica institucional, ao misturar o público com o privado no âmbito do discurso, reproduz a ideia de que independentemente dos interesses privados presentes na gestão pública, esta sempre será pública. Isso traz consequências drásticas para as práticas sociais no cotidiano do sistema.

Portanto, desvelar as orientações dos Aparelhos Multilaterais de Hegemonia e a função da política social, no capitalismo contemporâneo é primordial para apreender os interesses em disputa pela formulação da política de saúde, num contexto de acumulação capitalista, expressa pela financeirização, privatização e focalização das políticas sociais.

3 EXPRESSÕES DA PRIVATIZAÇÃO NÃO CLÁSSICA NA SAÚDE NA PARAÍBA

Para fins de exposição inicial, utilizamos o estudo das pesquisadoras Alessandra Ximenes e Maria Geremias, vinculadas ao Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social - NUPEPSS, que trata sobre as OS na Paraíba, intitulado “Relação entre público e privado na saúde: as expressões das Organizações Sociais na Paraíba” (2023). As autoras analisam sobre a atuação das OS no período de 2011-2020, ou seja, uma discussão acerca de como esses modelos de privatização não clássica estão expandindo de forma abrupta no Brasil, e isso se transcorre como novas formas do capital de se apropriar dos recursos e

serviços públicos em prol do direito privado. As referidas autoras expõem suas ideias na perspectiva de pensar esses novos modelos como resposta a austeridade fiscal na direção de acumular mais capital, por meio da privatização, mercantilização e expropriação da política de saúde em processos de privatização clássica e não clássica. Outro elemento destacado pelas autoras trata sobre os ataques aos princípios defendidos na redemocratização do país por uma saúde universal e integral; aos valores defendidos na 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986 ou um ataque a própria Constituição Federal de 1988.

Portanto, ocorre segundo as autoras uma apropriação acentuada do fundo público por meios de organizações e fundações de direito privado. Nesse sentido, são referenciadas irregularidades no funcionamento das OS, no Estado da Paraíba, que chegou inclusive a esfera jurídica e policial por condutas ilícitas, no caso, desvio de recursos públicos para outras finalidades. A Operação deflagrada ficou conhecida como a “Operação Calvário”, sendo a Cruz Vermelha, a principal OS alvo, dentre outras. A partir desse escândalo, na esfera criminal, o Governo do estado da Paraíba, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, buscou fazer contratos de gestão com uma nova fundação, criada em 2020, sendo esta a Fundação Paraibana de Gestão em Saúde- PB Saúde de direito privado.

Desse modo, a Fundação Estatal é um instrumento do Estado gerencialista que vai se afastar de algumas atividades, entendidas como “não exclusivas” do Governo, passando-as para serem executadas por empresas privadas. O Estado fica na função restrita de gerenciador, o que é favorável ao capital, uma vez que o mesmo vai obter altos lucros exercendo as funções que seria do Estado.

Granemann (2011) assevera que o fetiche da iniciativa privada relacionada ao Estado acaba, ofuscando o real interesse do capital perante o Estado, o que leva a uma compreensão restrita e presa à forma, sem a apreensão de sua essência. O que Granemann chama de forma/aparência é a Fundação Estatal, o conteúdo, são as privatizações dos serviços sociais, das políticas sociais e dos direitos dos trabalhadores e a essência é a mercantilização das políticas públicas, é tratar como mera mercadoria, saúde, educação, etc... Em suma, o capital consegue lucrar em cima das necessidades básicas para a manutenção da vida do ser social.

Para Granemann (2011) as Fundações Estatais é uma forma de privatização não clássica tendo em vista, que há um investimento do setor privado na gestão pública, há modificações no estatuto público, onde antes existia uma relação de trabalho estatutário, passa

a ter uma relação de trabalho celetista, as Fundações Estatais é uma relação nítida entre o público- privado.

A Fundação Paraibana de Gestão em Saúde-PB de direito privado é o objeto de análise deste estudo, por ser responsável de gerir 5 Unidades no Estado da Paraíba, sendo estas: Hemodinâmica no Complexo Hospitalar Regional Deputado Janduhy Carneiro (Patos); Hemodinâmica no Hospital Estadual de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes (Campina Grande); Hospital Regional de Guarabira; Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires (Santa Rita); e Hospital do Servidor General Edson Ramalho (João Pessoa). Analisamos o Contrato de Gestão do Hospital do Servidor General Edson Ramalho-HSGER em João Pessoa, referente as metas, objetivos, recursos disponibilizados etc. O Contrato de Gestão foi realizado entre a Secretaria Estadual de Saúde e a Fundação Paraibana de Gestão de Saúde-PB (PB-SAÚDE).

A análise do Contrato de Gestão (0119/2023) e plano de trabalho do Hospital do Servidor General Edson Ramalho-HSGER em João Pessoa, foi realizada por meio do site oficial da PB-SAÚDE, permitindo a apropriação dos elementos que constam nesse documento. Dentre os elementos analisados, destacam-se: Serviços, Metas, Recursos e o denominado setores diversos. No contrato de gestão, fica explícito os serviços que serão geridos pela PB-SAÚDE:

O presente contrato tem por objeto a execução das atividades de gestão e prestação de serviços de saúde aos usuários em nível ambulatorial e de urgência, emergência nas especialidades de Anestesiologia, Cardiologia, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Cirurgia Torácica, Cirurgia Plástica, Cirurgia Pediátrica, Ginecologia, Obstetrícia, Infectologia, Medicina Intensiva Adulto, Medicina Intensiva Pediátrica, Medicina Paliativa, Otorrinolaringologia Clínica e Cirúrgica, Urologia, Neonatologia e Radiologia no Hospital do Servidor General (Gal.) Edson Ramalho (Contrato de Gestão 0119/2023, p.2).

Dessa forma, podemos analisar que a gestão da fundação não explicita com clareza no contrato de gestão como serão financiados os outros serviços, da própria fundação, que não estão explícitos no respectivo contrato, possibilitando dúvidas e contradições acerca do financiamento de todos os serviços de saúde.

No que se refere aos recursos disponibilizados, no contrato de gestão entre Secretaria e PB-SAÚDE, ficaram garantidas 12 parcelas de custeio do HPMGER. A primeira, no valor de R\$13.098.212,62, e as outras no valor de R\$ 12.205.712,62, em um total de R\$147.361.051,44. Desse modo, esse valor, será o custeio anual do Hospital Gerido pela

PB-SAÚDE para abarcar todos os serviços citados, possíveis programas, estrutura etc. Mas, não fica evidente como será o custeio referentes aos outros serviços.

No que diz respeito ao plano de trabalho, neste, estão evidenciados as ações e serviços para que as metas sejam cumpridas:

[...]o Plano de Trabalho (PT) propõe diversas mudanças administrativas e assistenciais na unidade de saúde, para que as metas a serem implementadas sejam adequadamente cumpridas. As ações e serviços propostos pelas metas de desempenho serão descritas através de 05 (cinco) eixos: Internações hospitalares, Produção Assistencial em Obstetrícia, Produção Assistencial em Cirurgias Diversas, Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico e Ambulatório de Pacientes Egressos (Plano de Trabalho da PB-SAÚDE, p.18).

Dessa maneira, no Plano de Trabalho, as metas estabelecidas pela PB-SAÚDE são de elevar os números nos 5 eixos para mostrar a eficiência da gestão. No entanto, se faz necessário analisar dois elementos. O primeiro, seria a ênfase no quantitativo, ou seja, a produtividade, sendo importante priorizar também a qualidade do serviço. O segundo, mais pertinente para a análise é a relação com os outros serviços, além dos 5 eixos que estão nas metas estabelecidas. Os outros serviços, poderão ficar descoberto ou sem uma assistência efetiva. São elementos fundamentais para reflexão, pois, o objetivo é prezar pela qualidade dos serviços em toda sua totalidade e integralidade.

Em relação ao último ponto de análise é necessário observar nos Setores Diversos no Plano de Trabalho um elemento que chamou atenção: Em relação aos Setores Diversos, principalmente

O CENTRO DE ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS (CME), que é uma das áreas mais importantes do eixo de cirurgias, não foram descritos os tipos de materiais e estado de conservação, que estão vinculados ao processo de Esterilização. Posto isso, no Custeio Mensal da Unidade Hospitalar, há uma possibilidade eminente de Contratação de Empresas de Esterilização de Materiais, ou ajustes e consertos de equipamentos com defeitos no Setor, não descritos no Termo de Convocação. (Plano de Trabalho PB-SAÚDE, 2025, p.13).

Dessa forma, a respeito da citação acima, um elemento importante a ser ressaltado é o que diz respeito a aquisição e o manuseio para assegurar um ambiente hospitalar seguro são os materiais de esterilização, pois, isso impacta diretamente na vida dos sujeitos, no cotidiano do hospital.

Outro aspecto a ser abordado são as deliberações do Conselho Estadual de Saúde da Paraíba, no que se refere ao processo de privatização não clássica. Destacamos que dentre o processo de identificação das atas foram identificadas, apenas três que trataram sobre o

assunto, sendo estas: 1) Reunião Ordinária 270 de 11/08/2020; 2) Reunião Extraordinária 127 de 20/11/2028; e 3) Reunião Extraordinária 128 de 20/12/2028. A partir da análise realizada, se destaca a Reunião referente a ata 128. que houve uma discussão efetiva do processo de privatização não clássica que vinha ocorrendo na Paraíba.

Desse modo, a Reunião Extraordinária de 20/12/2018, se constituiu como fundamental na perspectiva de promover uma discussão efetiva entre os membros do Conselho Estadual de Saúde e representantes da Secretaria do Estado da Saúde acerca dos serviços de saúde da Paraíba estarem sendo entregues a gestão de direito privado, ou seja, houve um questionamento e pressão do conselho para todos os encaminhamentos referentes a privatização e que teriam de ser deliberadas pelo conselho, denunciando que a Secretaria de Saúde do Estado não estava dialogando com o Conselho.

Outro elemento importante foi a defesa por uma saúde não mercantilizada. A conselheira representante do Sindicato dos Odontologistas do Estado da Paraíba, que levantou esse debate na reunião e promoveu uma reflexão necessária. É importante ressaltar, que essa discussão apenas ocorreu pelo conselho devido a projeção da Operação Calvário, ou seja, referentes a condutas de desvio de finalidade de recursos públicos, por meio da OS da Cruz Vermelha. Essa análise é fundamental, uma vez que, expõe a conformação do processo de privatização não clássica na política de saúde no estado da Paraíba. A política de saúde virou um grande palco de negociações do capital, havendo a necessidade efetiva do controle social por meio do Conselho Estadual de Saúde da Paraíba e de outros movimentos, para intensificar as cobranças e deliberações pela utilização de recursos do fundo público na saúde, no sentido de fortalecer seu caráter público estatal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aproximações sucessivas do estudo apontaram que os aparelhos multilaterais de hegemonia com suas orientações e condicionalidades tem minado o Sistema Único de Saúde, uma vez que tem reforçado por meio de proposições a necessidade de diminuição do gasto estatal com o Sistema Único de Saúde e a necessidade da parceria com o setor privado. Essas proposições têm minado o sistema de saúde brasileiro e tem acelerado o processo de disputa do fundo público por setores privados.

Quanto ao desenvolvimento dos modelos de privatização não clássica no Estado da Paraíba, estes vem ocorrendo em processo acentuado. As reflexões aqui apontadas referentes aos recursos, serviços, metas, serviços diversos etc, se constitui numa preocupação da PB-SAÚDE em quantificar os procedimentos, sem necessariamente primar pela qualidade, além da dúvida de como será o custeio referente aos outros serviços, que garantam segurança aos atendimentos dos serviços prestados aos usuários.

Por fim, é importante enfatizar o Conselho Estadual de Saúde como instância de controle social e que deveria ser deliberativo da política de saúde do estado. O estudo evidenciou que o processo de privatização não clássica na saúde vem ocorrendo a revelia do conselho. O controle social deve ser uma forma de combater o avanço dos modelos privatizantes no âmbito da política de saúde, uma vez que, os contratos de gestão em saúde entre a Secretária e a Fundação de Direito Privado estão se expandindo em todo estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. In: **Revista Libertas**. v. 23, n.1. Juiz de Fora. p. 10-22, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383>. Acesso em: 14 Jul 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências, Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

Conselho Estadual de Saúde/PB. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/consultas/conselho-estadual-de-saude> . Acesso em: 24 de Maio de 2025.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, I. (Orgs). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 17-61. FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

Fundação Paraibana de Gestão da Saúde-PB SAÚDE. Disponível em: <https://www.pbsaude.pb.gov.br/institucional/#legislacao> . Acesso em: 24 de Maio de 2025.

GRAMSCI, A. **O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Cadernos do Cárcere** Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição; Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.Vol. 5.

GRANEMANN, Sara. Fundações Estatais: projeto de estado do capital. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENDES, Juliana Souza Bravo. **Saúde na Atualidade:** por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Cadernos de Saúde, RJ: UERJ, Rede Sirius, Set 2011, p. 50-55.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Por que ser contra aos novos modelos de gestão no SUS? In.: Maria Inês Souza Bravo, Juliana Souza Bravo de Menezes (Orgs.) **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 7-18, jan. 2014.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** (Os economistas). São Paulo: Abril cultural, 1982.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

SILVA, A. X. da. A Contrarreforma na Política de Saúde e a Função dos Intelectuais Coletivos. In.: Alessandra Ximenes da Silva, Mônica Barros da Nóbrega, Thaísa Simplicio Carneiro Matias (Orgs.) **CONTRARREFORMA, INTELECTUAIS E SERVIÇO SOCIAL:** as inflexões na política de saúde [Livro eletrônico]. Campina Grande - PB: EDUEPB, 2017.

SILVA, M. G. da. **A relação público/privado na saúde:** as expressões das organizações sociais na Paraíba [manuscrito] / Maria Geremias da Silva. - 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023, 155 p

SILVA, M. G. de; SILVA, A.X da. A relação entre público e privado na saúde: as expressões das Organizações na Paraíba. **Revista Serviço Social em Revista**. Vol. 26. N.2, p.500-526,Jul-Dez, 2023.

SOARES, R. C. **A contrarreforma da política de as saúde e o SUS hoje:** impactos e demandas ao Serviço Social. Recife, 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

A QUESTÃO AGRÁRIA COMO ÁREA DE INTERESSE DO SERVIÇO SOCIAL

THE AGRARIAN QUESTION AS AN AREA OF INTEREST IN SOCIAL WORK

Glenda Ostine Santos Alcântara
Jetson Lourenço Lopes da Silva
Kauã Gabriel Alves Ramos Santos

Resumo: A questão agrária é uma problemática que impõe sua relevância, porque é uma das chaves-mestre para compreensão da formação histórica brasileira, já que joga determinações na atualidade nacional. Uma gama de contradições e um conjunto de desigualdades tão visíveis no presente, tem seus elos invisíveis com a questão agrária. Isso, por consequência, desafia o Serviço Social no seu exercício profissional. Apesar de ser uma profissão que se constituiu e instituiu pela sua dimensão prático-interventiva, o Serviço Social tem se destacado desde da sua Renovação Profissional na seara da produção de conhecimento, sobretudo através da pós-graduação. A questão agrária tem ganhado importância nos últimos 10 anos como um campo de interesse para pesquisa e produção de conhecimento para o Serviço Social. Esse trabalho visa problematizar sobre como a questão agrária assume crescente interesse para a profissão. Para isso, parte do significado da problemática que conforma a questão agrária até chegar ao interesse do Serviço Social na produção de conhecimento neste campo temático, particularmente no Nordeste.

Palavras-Chave: Serviço Social; Pesquisa; Questão Agrária.

Resumen: La cuestión agraria es un problema de gran relevancia, pues constituye uno de los elementos clave para comprender la formación histórica de Brasil, ya que ejerce determinantes sobre el presente nacional. Diversas contradicciones y desigualdades, tan visibles en la actualidad, tienen vínculos invisibles con la cuestión agraria. Esto, en consecuencia, supone un reto para el Trabajo Social en su práctica profesional. Si bien fue una profesión constituida e instituida por su dimensión práctico-intervencionista, el Trabajo Social se ha distinguido desde su Renovación Profesional en el ámbito de la producción de conocimiento, especialmente a través de estudios de posgrado. La cuestión agraria ha cobrado importancia en los últimos diez años como campo de interés para la investigación y la producción de conocimiento en Trabajo Social. Este trabajo busca problematizar cómo la cuestión agraria suscita un interés creciente en la profesión. Para ello, parte del significado del problema que configura la cuestión agraria hasta llegar al interés del Trabajo Social en la producción de conocimiento en este campo temático, especialmente en el noreste.

Palabras Clave: Trabajo Social; Investigación; Cuestión Agraria.

INTRODUÇÃO

Na realidade brasileira há uma série de problemáticas e contradições que são muito vivas na formação histórica do país e que não pode ser esfumada pelo conhecimento e pela produção de pesquisa. A questão agrária é uma desses campos temáticos que se impõe como relevante pela centralidade que apresenta na formação socioeconômica do Brasil.

Como profissão que emergiu diante aquecimento da luta de classes, decorrente do processo de amadurecimento das relações capitalistas e do aprofundamento das desigualdades que pesaram sobre a classe trabalhadora, em especial nas regiões metropolitanas, o Serviço Social esteve muito atrelado à realidade e ao trabalho profissional determinado pelas contradições pertinentes a vida urbana. Todavia, os tentáculos capitalistas que se espraíram também para o espaço agrário, levou a profissão a despertar interesse de conhecimento e produção de pesquisa a respeito do que se compreende por questão agrária.

Esse trabalho tem por escopo problematizar sobre como a questão agrária se conforma como campo de interesse e atenção para o Serviço Social, particularmente na produção de pesquisa no âmbito da pós-graduação no Nordeste. Para tanto, parte da compreensão do significado da questão agrária, para em seguida problematizar sobre a incursão do Serviço Social na produção de conhecimento e seu interesse nesse campo temático.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Problematizações sobre a questão agrária: entre o conceito e a concreticidade

Não é recomendável de maneira alguma ficar-se detido ao seu caráter unicamente conceitual sobre aquilo que designa a respeito do caráter contraditório da estrutura fundiária nacional, as lutas sociais no campo, a forma como os sujeitos produzem e reproduzem socialmente no espaço rural, as expressões das desigualdades rurais, dentre outras problemáticas que envolvem aquilo que se convencionou chamar por “questão agrária”. Esse campo temático, no que concerne à realidade brasileira, carrega inerente a si determinações elementares da formação histórica nacional, influência de conjunturas históricas específicas, a correlação de força entre as classes sociais, etc. Ou seja, encastelar-se apenas ao debate

conceitual, meramente epistemológico, sobre o que define a questão agrária não elucidaria a problemática na sua concreticidade e sua expressão no cotidiano em que se desenrola a vida social. Com isso, não se desconsidera a importância de sua conceituação¹.

A despeito das ressalvas iniciais, frisa-se que seu conceito tem sido apreendido pelo campo das Ciências Humanas e Sociais para sistematizar um conjunto de interpretações, para dar conta de como se organiza na sociedade o uso e a propriedade da terra². O viés crítico coloca em centralidade ou de maneira acentuada o tracejo político que está envolto a problemática; de modo que, para a literatura que assume esse viés a “questão agrária sempre esteve mais afeto aos estudos dos problemas que concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e as influências no poder político” (Stedile, 2005, p. 15).

Dessa maneira, o conceito serve para iluminar estudos correlatos às problemáticas cuja concentração da propriedade da terra traz

para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. [...] o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola, [...] é utilizado para o domínio e o controle da posse da terra. (Stedile, 2011, p. 15)

A noção conceitual acerca da questão agrária diz respeito ao caráter complexo da relação entre economia e política: produção e reprodução da vida social. Portanto, para além da dimensão econômica, envolve também a dimensão política presente nas relações sociais em sua particularidade no meio rural. Dessa forma, está saturado das determinações das relações de produção e das contradições políticas que se manifestam também sob a luta de classes.

Mais precisamente, a expressão surge para dar conta das contradições decorrentes da reprodução do capital no meio rural e está atravessada por mediações econômicas, políticas,

¹ A expressão “questão agrária” foi cunhada pelo pensamento marxista no contexto de acirramento das lutas socialistas na Europa do século XIX. Historicamente, a expressão foi elaborada para se referir a uma série de problemáticas concernentes ao movimento dos trabalhadores e à luta socialista com implicações no meio rural, como a organização dos trabalhadores assalariados rurais e o campesinato. Além disso, o termo tem correlação com uma gama de contradições que surgiram no campo sob a sociedade capitalista. A expropriação do camponês, a concentração fundiária, o desemprego rural, as transformações nas relações de produção no campo, dentre outras, são algumas das contradições. O termo em si é uma tradução da palavra alemã “*Agrarfrage*”, cuja tradução mais próxima no português é “problema agrário”.

² Em Stedile (2011) se encontra uma boa síntese explicativa acerca da riqueza com que esse conceito aparece como chave interpretativa no léxico das Ciências Sociais.

culturais e simbólicas que envolvem sujeitos sociais com interesses antagônicos. Dessa forma, como chave heurística, expressa contradições próprias da sociedade capitalista incidentes no campo, mediadas pelo nexo em que se efetiva o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção, a luta de classes, formas determinadas de revoltas e resistências que, em contextos históricos distintos, assumem também particularidades distintas.

Há ainda, por parte da literatura especializada a distinção entre as problemáticas que encerram questão agrária e questão agrícola aparecem associadas entre si.

[...] a questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem raízes na crise agrária. Portanto, é impossível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de internamente relacionadas, muitas vezes ocorrem simultaneamente. Mas o importante é que isso não é sempre necessário. Pelo contrário, muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária. (SILVA, 2006, p. 12)

A Questão Agrária vai além da má distribuição de terras concentradas na posse de grandes proprietárias, envolve toda a estrutura desigual do espaço rural brasileiro, resultado de um modelo histórico de concentração da propriedade da terra.

É recorrente a má interpretação que leva a confundir os dois conceitos: questão agrária e questão agrícola. Isso porque enquanto um está ligado a uma questão que confere ao nível ou índices de produtividade, a outra remete a estrutura agrária e as relações sociais que desenham a produção. Ou seja, a questão agrária alicerça ao que se entende por questão agrícola. Sendo assim, aquela ganha maior dimensão sobre essa, por isso é a mediação teórica central desse trabalho.

Apesar da abrangência do uso do conceito, sua instrumentação no Brasil tem correlação também com diferentes conjunturas históricas, algumas delas marcadas por crises econômicas, por planos e estratégias políticas de desenvolvimento das forças produtivas ou por crises nas relações de poder político. No construto sócio-histórico do Brasil, uma marca que ganha destaque dentro das lutas sociais é a questão agrária. Essa herança histórica do país, gera constantes embates dentro do espaço rural principalmente no que tange aos pequenos agricultores.

O monopólio da terra é condição para a reprodução capitalista geradora de desigualdades e exclusão social, de modo que a estrutura fundiária é marcada pela lógica da acumulação do capital, que contemporaneamente entrelaça-se às estratégias de saída da crise estrutural, para nos termos de Mandel (1982), buscar alternativas pela via da

supercapitalização, envolvendo a propriedade da terra à dominação da financeirização, que distância a possibilidade de uma reforma agrária mais profunda na conjuntura recente do país. Como já dito anteriormente, o debate da questão agrária vai além de problemas técnicos referente a produtividade do trabalho, sendo também uma temática que apresenta mediações com a esfera social, política e histórica, configurando uma problemática estrutural que perpassa as condições de produção e reprodução da vida social no espaço agrário, já que implica no debate além da democratização do acesso à terra, o acesso às condições de produção e enraizamento estabelecidas por políticas públicas. A interlocução das políticas públicas com a questão agrária se dá porque o acesso a elas determina as condições de permanência no campo, condicionando o êxodo rural – que apesar de não ser um fenômeno tão visível como outrora já foi no passado, ainda persiste -; bem como, porque o acesso às políticas públicas no espaço agrário auxilia no enfrentamento à desigualdade e exclusão vivenciada pela população rural: camponeses, quilombolas, trabalhadores rurais, etc.

Outro componente que merece ser destacado, que vai além do caráter conceitual sobre a questão agrária, é que concretamente essa problemática ganha contornos desenhados pelas particularidades e singularidades da formação histórica regionais. Entre as regiões brasileiras a forma como a questão agrária irá se expressar, vai assumir formas e salientar problemáticas que correspondem aos aspectos fundamentais em que se desenrolaram as formações econômico social de cada região.

O Nordeste é uma das regiões em que a questão agrária assumirá centralidade, haja vista a importância histórica que a agricultura, a pecuária, além de outras atividades primárias produtoras assumem na região. A centralidade dessa problemática no Nordeste se estabeleceu igualmente pelas condições históricas em que se organizou a estrutura fundiária na região e as relações de poder que se edificaram tendo como base essa estrutura.

Além disso, na região do Nordeste brasileiro, a questão agrária tem sido impactada, especialmente, nas duas últimas décadas pelo ritmo de aprofundamento da crise climática que se revela como um componente da crise ambiental, considerando que a seca tem se expressado como um fenômeno natural recorrente neste período, mais visivelmente no semiárido. Ainda que seja um fenômeno natural, é inegável que a seca revelada pelo déficit hídrico tem ganhado contornos de escassez hídrica pelas contradições do antropoceno, decorrente da sanha de acumulação do capital no processo de destruição crescente da natureza. Na esfera da reprodução social, a decorrência direta disso é que a agricultura familiar e a pequena produção rural, predominante em determinadas áreas do Nordeste, se

tornam inviáveis.

Todo esse conjunto de temas ou componentes que conforma a questão agrária, por conseguinte, vai salientar a importância que esse campo temático ganha para a realidade social e para construção de conhecimento acadêmico-científico. Nesse campo temático há um rico e profícuo terreno para o desenvolvimento da pesquisa, com destaque para a pesquisa social, em face das contradições que a produção e reprodução capitalista levou a vida social no espaço agrário.

No Serviço Social a questão agrária também tem se inscrito como um campo temático de interesse, de pesquisa, e produção de conhecimento, dado que a profissão tem se deparado no trabalho profissional com expressões da questão social que se vinculam direta ou indiretamente com essa problemática. Outrossim, a profissão tem acumulado e contribuído com a pesquisa social para o conjunto de saberes e/ou especialidades no rol das Ciências Humanas e Sociais, de modo que os fenômenos das contradições capitalistas no campo tornaram-se objeto de atenção. No caso do Nordeste brasileiro, o Serviço Social vem dando sua parcela de contribuição com uma atenção especial nesse campo temático a partir das particularidades da região.

2.2 A Questão Agrária como campo de pesquisa para o Serviço Social Brasileiro

O Serviço Social brasileiro tem se consolidado no arco dos últimos quarenta anos com uma rica e produtiva massa de pesquisa, com contribuições relevantes em diversos campos temáticos no terreno das Ciências Sociais.

Essa profissão se constituiu e se apresenta na divisão social do trabalho com caráter ou de “natureza” eminentemente interventiva, por ser requisitada para responder às expressões da questão social no âmbito dos espaços de institucionais de trabalho. Ou seja, conforme Iamamoto (2004), o Serviço Social se coloca como uma especialização técnica na divisão social do trabalho para intervir junto a um conjunto das desigualdades decorrentes das contradições da sociedade capitalista, ao apresentar respostas, especialmente, às demandas colocadas pelas classes subalternas.

A despeito do seu caráter fundamentalmente prático-interventivo que determinou sua constituição no rol das categorias profissionais, o Serviço Social tem se inscrito de maneira madura e reconhecida na esfera da produção de conhecimento acadêmico-científico, com produções de pesquisas em diversos espaços, como revistas especializadas, Congressos e,

mais destacadamente, em seus diversos Programas de Pós-Graduação. Conforme Mota (2013, p.23):

Nesse sentido, considerando estas últimas ponderações e vinculando-as à hipótese que defendo – do Serviço Social como profissão e área do conhecimento –, concluo que, em face das condições objetivas dadas pelo desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e sob o influxo do Projeto Ético-Político Profissional, o Serviço Social ampliou sua função intelectual, construindo uma massa crítica de conhecimentos, tributária da formação de uma cultura que se contrapõe à hegemonia dominante [...], e o faz sem perder a relação de unidade com o exercício profissional, mas expondo uma distinção entre o significado do Serviço Social enquanto área do conhecimento e profissão voltada para a intervenção direta na realidade.

A questão agrária, que se afigura como decorrente essencialmente das contradições do processo de aprofundamento da capitalização das relações de trabalho no campo e da concentração fundiária no meio rural (Lourenço, 2019), é sem dúvida um campo temático de interesse do Serviço Social, que no universo da pesquisa social tem avançado na produção de conhecimento.

Essa temática começa a repercutir com mais força na profissão a partir dos anos 2000, com atenção dada, seja por grupos de estudos e pesquisas, seja na organização de Grupos de Trabalhos (GT) em encontros, congressos, seminários, dentre outros, direcionados à formação profissional e a produção de pesquisa. A partir daí as produções sobre o mundo rural, seus conflitos, as particularidades das relações sociais que organiza, as políticas públicas (sociais) voltadas para população do campo começam a ganhar relevância nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.

No Nordeste, de acordo com dados publicados por entidades da categoria profissional, na década passada, a região apresentava 10 cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* na área do Serviço Social. Essa informação pode ser consultada em matéria publicada em 2013 pelo Conselho Federal de Serviço Social (CRESS), a respeito de Oficina Nacional de Graduação e Pós-Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Em 2025, os dados sistematizados por levantamento realizado pela ABEPSS, indicam que o número de Pós-Graduações em Serviço Social, localizado na região Nordeste, na modalidade *stricto sensu* cresceu. Neste nível e modalidade da formação profissional o número saltou para 14 Programas de Pós-Graduação. Isso indica um crescente avanço da profissão, na região, na área da produção de pesquisa.

É fato, que dentre os principais objetos de interesse no desenvolvimento de pesquisa dentro do Serviço Social brasileiro, ainda se destacam problemáticas que se inscrevem no

campo da política de saúde, da política de assistência social e do trabalho profissional etc. Uma das áreas temáticas que a profissão tem demonstrado indiscutível interesse mais recentemente é a questão agrária, mas é importante considerar que esse campo de pesquisa ainda não acumulou com visível quantitativo de produções como em outras áreas temáticas.

A hipótese levantada aqui sustenta que, ainda que não tenha despontado como uma das principais áreas de interesse no universo das pesquisas e estudos desenvolvidos pelo Serviço Social, a questão agrária tem crescido como campo de interesse e produção de conhecimento na profissão.

Para o Projeto Profissional que endossa o Serviço Social, a construção de conhecimento sobre os seus fundamentos, a sua direção ético-política e a agregação de estudos acadêmico-científicos na área da questão agrária são relevantes para adensar a compreensão da interlocução da profissão com o mundo rural, que ainda se mostra como uma seara a ser melhor desbravada e aprofundada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática que detona a concentração da propriedade fundiária, as desigualdades socioeconômicas no campo, além de outras contradições que se apresentam, enformam a questão agrária. Esse campo temático apresenta uma série de questões e temas que assumem centralidade na formação social brasileira. Dessa forma, trata-se de uma problemática central para a compreensão da realidade nacional.

Há um engano em supor que a questão agrária está circunscrita unicamente a problemas da vida social no espaço rural. Mas, o seu exame revela que detém mediações concretas com contradições da totalidade capitalista, a exemplo das condições de acesso à alimentação, a formas de dominação e poder, das condições de produção e reprodução social resultantes das políticas públicas, a migração populacional, dentre outras contradições.

É pelas razões elencadas logo acima, que o debate da questão agrária tem crescido como campo de interesse para o Serviço Social, ainda que não se coloque como de maior destaque ou principal campo de conhecimento da profissão. Mas, o crescimento no interior do Serviço Social pela temática tem sido notório, principalmente através da produção de pesquisa no âmbito da formação profissional a nível de pós-graduação *stricto sensu*.

REFERÊNCIAS

LOURENÇO, Jetson. MST na Trilha da Luta de Classes: contemporaneidade da questão agrária no Brasil e seu balanço histórico. Olinda: Rápida, 2018.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálisis**, v. 16, p. 17-27, 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA

REGIONAL DEVELOPMENT ACTIONS IN BORDER TERRITORIES

Bruno Nabolotnyj Nunes¹

Muriel Pinto²

Rodrigo Costa e Silva Saldanha³

Resumo: O desenvolvimento regional em territórios de fronteira engloba políticas específicas para sanar as desigualdades socioeconômicas, e diante disso, a integração regional dos municípios, o planejamento estratégico das governanças e as redes de participação comunitária são imprescindíveis para melhorar a qualidade de vida nessas áreas. Esta pesquisa é qualitativa do tipo bibliográfica, e para sua interpretação foi adotada a análise de conteúdo. O objetivo inicial desse artigo foi apontar as questões políticas e econômicas estabelecidas pelas governanças territoriais e entender como as relações de poder influenciam nas ações dos territórios. A seguir, foi destacada a aplicação das políticas públicas de modo descentralizado, que são as políticas territoriais em locais de fronteira. Por fim, esse artigo demonstrou a importância de estratégias para o desenvolvimento regional, visando melhorar as condições econômicas, sociais e principalmente educacionais nos espaços fronteiriços.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; governança territorial; políticas públicas; políticas territoriais; relações de poder.

Abstract: Regional development in border territories encompasses specific policies to address socioeconomic inequalities, and therefore, regional integration of municipalities, strategic governance planning, and community participation networks are essential to improve the quality of life in these areas. This research is qualitative and bibliographic, and content analysis was adopted for its interpretation. The initial objective of this article was to point out, through bibliographic research, the political and economic issues established by territorial governance and to understand how power relations influence the actions of the territories. Next, the application of public policies in a decentralized manner, which are territorial policies in border areas, was highlighted. Finally, this article demonstrated the importance of strategies for regional development, aiming to improve economic, social and, especially, educational conditions in border areas.

¹ Aluno de Direito na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – São Borja-RS. Bacharel em Ciências Sociais/Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – São Borja-RS (2016). Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – São Borja-RS (2019).

² Professor de Ciências Humanas na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – São Borja-RS. Licenciado em Geografia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo-RS (2007). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC – Santa Cruz do Sul-RS (2001). Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre-RS (2015).

³ Aluno de Direito na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – São Borja-RS.

Keywords: Power relations; public policies; regional development; territorial governance; territorial policies.

1 INTRODUÇÃO

Cada território⁴ possui jurisdição de uma autoridade que controla as questões coletivas, e institui normas, direitos e deveres para as pessoas e as instituições respeitarem seu domínio geográfico. No Brasil, a partir da Constituição de 1891, as Constituições Brasileiras, do período republicano passaram a delimitar os espaços de fronteira nacional para defendê-los, estabelecendo-os como áreas de reserva à União territorial. Porém a utilização da faixa de fronteira iniciou com a Constituição de 1934.

A regulamentação do uso da faixa de fronteira está definida pela Lei 6.634 (de 02/05/1979) e regulada pelo Decreto 85.064 (de 26/08/1980). O órgão executor da Lei, referente à Faixa de Fronteiras, é o Conselho de Defesa Nacional (CDN), organismo que substituiu o Conselho de Segurança Nacional (CSN). A Constituição de 1988 atribuiu à legislação ordinária a regulamentação de usos das faixas de fronteira, mas a União mantém em vigência a Lei 6.634/1979 e o Decreto 85.064/1980, fixando atribuições de controles prévios ao Conselho de Defesa Nacional, nas áreas indispensáveis à segurança nacional, que incluem temas como: (a) formas de povoamento e de concessão de terras; (b) investimentos em infraestrutura de vias de transportes, estradas internacionais, instalação de meios de comunicação, campos de pouso e construção de pontes; e, (c) limites às ações de industrialização conforme o interesse da segurança nacional, pois o CDN tem poder para modificar concessões ou autorizações. (BORBA, 2013, p. 71)

Os processos de planejamento e gerenciamento dos territórios, são importantes para que os Estados desenvolvam uma governança territorial eficaz, pois, ela promove a interação dos atores sociais, políticos e econômicos das organizações e instituições voltadas às áreas pública e privada, por intermédio das redes auto-organizadas de poder socioterritorial.

Tendo isso em vista, no primeiro capítulo, é descrito como as governanças estatais e supraestatais são formadas, pois o sistema está em constante evolução e os interesses econômicos, políticos e socioterritoriais irão promover a união ou o conflito.

No seguinte capítulo, é tratado sobre a importância da implementação das políticas territoriais em localidades específicas, com o intuito de transformar o meio ambiente a partir de programas governamentais descentralizados.

⁴ Conforme Albagli (2004), o território – onde cada formação socioespacial assume seus significados, e a territorialidade – cujos comportamentos humanos são analisados pela sua dimensão espacial, possuem quatro dimensões: física (localização particular e características específicas); político-organizacional (domínio absoluto e gestão do território); simbólica (identidades coletivas, valores e práticas sociais comuns); econômica (localização produtiva e diferente rentabilidade aos investimentos).

E no último capítulo, são abordadas estratégias de desenvolvimento regional que estimulam demandas nos territórios de fronteira, através de ações e relações políticas que visam garantir a legitimidade dos governantes.

2 A GOVERNANÇA TERRITORIAL E AS RELAÇÕES DE PODER

A partir da governança territorial, é possível notar que existirão tensões e conflitos nos sistemas estatal e supraestatal. De acordo com o conceito realista, as relações de poder acerca dos assuntos políticos são conflituosas e se direcionam em último caso à guerra, levando em conta a garantia da segurança através da força e da sobrevivência estatal pela supremacia. Para Jackson e Sørensen (2007) “os realistas operam, portanto, a partir da suposição central de que a política mundial se desenvolve em uma anarquia internacional: um sistema sem uma autoridade dominante ou um governo mundial” (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 102).

Já o sistema supraestatal é formado pela união de vários Estados, e essa união cria um órgão que desempenha suas competências sobre os países pertencentes à essa determinada organização. Como a Organização das Nações Unidas (ONU)⁵, que surgiu em 1945 após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o intuito unir os países para segurar a paz mundial, promover direitos sociais e econômicos, proteger o meio ambiente, reduzir a fome e ajudar a população nos locais de catástrofes naturais. E a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)⁶ criada em 1949, é uma aliança militar com fins de defesa e segurança, disposta a responder aos ataques armados de grupos que não pertencem à sua organização. Assim, tem-se duas formas de atuação supraestatal, de um lado, a ONU que procura harmonizar as tensões e os conflitos, e por outro lado, a OTAN que utiliza a força militar para resolver as tensões e os conflitos.

A Comunidade Econômica Europeia (CEE) iniciada em 1957 pelo Tratado de Roma⁷, era um bloco econômico supraestatal de integração regional que através da unificação da moeda para euro, facilitaria a circulação de mercadorias e reduziria as taxas entre os membros

⁵ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em: 29/10/2025, às 14:20:00.

⁶ Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/otan-organizacao-do-tratado-do-atlantico-norte/>>. Acesso em 29/10/2025, às 15:35:00.

⁷ Conhecido como “Europa dos seis”: França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Países que já faziam parte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951. A CECA foi a primeira organização supraestatal europeia, e tinha como objetivo transferir o poder decisório e administrativo sobre o carvão e o aço das mãos do Estado para uma autoridade supraestatal.

do bloco⁸, isso seria uma oportunidade de libertação da dependência econômica, energética⁹ e política hegemônica dos Estados Unidos.

A reforma que transformou a CEE em União Europeia (UE) foi o Tratado de Maastricht em 1992, no qual todo cidadão que faz parte de um estado-membro também faz parte da UE. Pecequilo (2012) garante que o sucesso inicial do Tratado de Maastricht “não eliminou choques entre os países membros ou os debates entre (...) aprofundamento e alargamento, (...) e a difícil interação entre os objetivos supranacionais da recém-criada UE e os Estados nacionais” (PECEQUILO, 2012, p. 96). Contudo, pode-se dizer que as tensões do aprofundamento e do alargamento foram essenciais para a reorganização das instituições e para o esclarecimento das competências supranacional da União Europeia e nacional dos estados-membros¹⁰.

Diferentemente da UE que é supranacional, o Mercado Comum do Sul (Mercosul)¹¹ que é intergovernamental, nasce do Tratado de Assunção no ano de 1991 e se institui a partir de 1994. Suas questões econômicas preveem a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países-membros, permitindo o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a eliminação em partes das múltiplas tarifas alfandegárias. Pecequilo (2012) reforça ainda que: “o Mercosul possui uma estrutura composta pelos seguintes órgãos decisórios: o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)” (PECEQUILO, 2012, p. 264). Logo, as tensões econômicas dos estados-membros do Mercosul são resolvidas de maneira organizada com decisões tomadas mediante consenso, fazendo jus à cláusula de participação no Mercosul como país democrático.

Em síntese, o federalismo¹² é um sistema de governo que conserva a autonomia dos estados. No caso dos Estados Unidos, estabeleceu a união de estados politicamente

⁸ Aos poucos, esse bloco que até então era composto por França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo foi se alargando, e em 1973 permitiu a entrada do Reino Unido, Dinamarca e Irlanda (“Europa dos nove”). E em 1986, Portugal e Espanha passam a fazer parte da CEE, e também é assinado o Ato Único Europeu (AUE) – primeira tentativa de reforma na integração entre os membros.

⁹ A saída para a independência energética foi a criação da Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEa ou Euratom) em 1957, no Tratado de Roma.

¹⁰ Em 1995, Áustria, Finlândia e Suécia se tornam estados-membros da UE. Em 2004, República Tcheca, Chipre, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia, Eslovênia (Países do Leste Europeu). Em 2007, Romênia e Bulgária. Em 2013, Croácia. E em 2016, Reino Unido deixa de fazer parte da UE.

¹¹ Os estados-membros desde 1991 são: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai. A Venezuela é estado-membro desde 2012 (suspensa por ruptura de ordem democrática). E os estados associados são Chile (1996), Peru (2003), Colômbia e Equador (2004), Guiana e Suriname (2013). A Bolívia, desde 2012 está em processo de adesão para se tornar um estado-membro.

¹² Foi criado pelos Estados Unidos no século XVIII com base nas justificativas: militar, econômica e política.

independentes, que exercem o poder territorial de maneira descentralizada, preservando assim, a autonomia financeira e administrativa dos mesmos. Arretche (2010) mostra que no caso brasileiro o federalismo criou tensões estatais que comprometem a integração social e territorial, porquê “no gasto público e na provisão de serviços públicos, suas decisões de arrecadação tributária, alocação de gasto e execução de políticas públicas são largamente afetadas pela regulação federal” (ARRETCHE, 2010, p. 589).

3 O PROCESSO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS

Quando a política pública é mesclada à consideração das diversidades existentes em cada localidade específica (município e região), criam-se as “políticas territoriais”. As políticas territoriais direcionam suas ações políticas para a solução dos problemas encontrados de modo peculiar em determinados locais (municípios e regiões até mesmo dentro dos estados, no caso), mas para que a política pública se torne uma política pública territorial, são imprescindíveis três fatores.

O primeiro fator é a governança territorial na instância municipal. Ela engloba fatores políticos e econômicos de desenvolvimento, que dependem da participação do governo no planejamento orçamentário e da participação pública e privada no auxílio ao bem-estar da localidade. Dallabrida (2015) reconhece que a governança territorial “relaciona-se com contextos institucionais e organizacionais caracterizados pelo envolvimento de entidades públicas e privadas, quer das ações de governo (instância estatal), quer da governança empresarial (instância empresarial)” (DALLABRIDA, 2015, p. 308). Consequentemente, a governança territorial propõe no seu espaço de gerenciamento, políticas públicas que contenham objetivos voltados à sua realidade local.

O segundo fator são as redes de poder socioterritorial que abrangem as relações entre a comunidade local, as coletividades organizadas, e os diversos atores públicos e privados envolvidos nos processos econômicos e nas políticas públicas, através de debates e interações informais de interesses comuns. Dallabrida (2015) refere-se as redes de poder socioterritorial “com vista ao planejamento, tomada de decisão e gestão dos assuntos públicos, como um modo de organização da ação coletiva e estruturação de coligações orientadas em direção a um objetivo comum e capaz de integrar os diferentes interesses dos grupos situados territorialmente” (DALLABRIDA, 2015, p. 307). As redes de poder socioterritorial dão direção política-ideológica ao desenvolvimento descentralizado.

E o terceiro fator é a integração regional dos municípios. Definida como práticas conduzidas em determinada região, a integração regional é o conjunto territorial que conecta uma região a outra. Os processos de integração regional de acordo com Richard (2014), são compostos pelas relações de poder político e econômico, ou seja, todos atores que incentivam a vizinhança regional por meio de propostas desenvolvimentistas. Através disso, a integração regional possibilita que os municípios interajam diretamente com outros municípios, regiões e até mesmo com territórios fronteiriços de realidades não distintas.

A integração entre as instituições caracteriza o desenvolvimento das políticas territoriais a partir de 4 (quatro) pontos:

1. pela articulação entre as empresas e pelo relacionamento presencial com outros agentes do local; 2. por uma certa regularidade e intensidade nos relacionamentos e nas articulações entre diferentes tipos de agentes sociais; 3. pela construção de confiança e cooperação; 4. pela troca sistemática de informações e de conhecimentos que possibilitem aprendizagem e ganhos comuns. (SEBRAE, 2004, p. 285-286)

Posto isto, as redes sociais e institucionais dependem da cooperação dos atores locais para construir novas políticas públicas, ignorando a universalidade territorial e baseando-se na descentralização territorial. Assim como, o Banco Mundial¹³ tem visto o desenvolvimento educacional através da descentralização territorial, reconhecendo as diferentes políticas de cada país e as condições de cada local, para assim contribuir nas políticas econômicas e educacionais que contextualizam principalmente as diversidades socioculturais e as identidades sociais existentes.

As políticas descentralizadas são distinguidas por Arretche (2010) de 2 (duas) formas:

- (1) reguladas: aquelas nas quais a legislação e a supervisão federais limitam a autonomia decisória dos governos subnacionais, estabelecendo patamares de gasto e modalidades de execução das políticas. (2) não reguladas: aquelas nas quais a execução das políticas (*policy-making*) está associada à autonomia para tomar decisões (*policy decision-making*). (...) as políticas reguladas são aquelas de educação e saúde, ao passo que as não reguladas são as de desenvolvimento urbano, mais especificamente, habitação, infraestrutura urbana e transporte público. (ARRETCHÉ, 2010, p. 603)

A descentralização regulada se mostra mais favorável para proteger a execução das políticas públicas de educação do que a descentralização não regulada. Dado que a regulação da legislação federal obriga os prefeitos municipais a alocarem fixamente parte dos seus gastos na educação, a fim de garantir a execução das políticas públicas de educação. Se a execução das políticas públicas não fosse regulada pela legislação federal, as políticas públicas de educação correriam o risco de não serem executadas, pois os prefeitos municipais

¹³ Disponível em <<https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>>, acessado em 29/10/2025 às 11:38:00.

teriam autonomia para priorizarem outros gastos.

Sendo assim, o processo das políticas territoriais no desenvolvimento educacional tem aumentado o

(...) quantitativo de políticas públicas federais e estaduais para cidades e regiões de fronteira. No Brasil, recentemente, para citar apenas alguns exemplos, foram criadas universidades federais especificamente em cidades de fronteira, como a UNILA, Universidade Federal da Integração Latino Americana (2007), a UNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa (2008), a UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul (2009). Outro exemplo da chegada dessa ampliação do significado de fronteira no miolo do Estado foi o reconhecimento federal da cidade gaúcha de Santana do Livramento, declarada, em 2009, cidade símbolo da integração brasileira com os países do Mercosul (Lei nº 12.095 de 19 de novembro de 2009). Antes disso, com a Lei nº 11.161/2005, torna-se obrigatória a oferta, pela escola, do ensino de espanhol. (BENTO, 2014, p. 45-46)

Embora sejam criadas leis e Universidades, a educação é impulsionada quando há o apoio do Estado e das instituições de ensino na integração fronteiriça, encorajando os estudantes, professores e governantes a participarem dos eventos regionais e internacionais.

4 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Devido a extensão do território brasileiro, as cidades-gêmeas sofrem politicamente pela dificuldade em articular as decisões políticas com os centros decisórios que na maioria das vezes carece de conhecimento sobre essas localidades e assim, implementa políticas públicas divergentes aos problemas característicos das regiões fronteiriças. De outra forma, “as cidades-gêmeas de fronteira cumprem um papel integrador original e relevante na integração regional” (BENTO, 2014, p. 41).

O Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF¹⁴ surge como uma estratégia ou ferramenta de implementação para fortalecer as integrações regionais, a partir do desenvolvimento sub-regional. O PDFF também incentiva a criação de redes estratégicas promovidas por atores locais que discorram sobre assuntos de melhorias econômicas, sociais e institucionais, criando Comitês de Fronteira – CF binacionais que possam executar essas ações.

¹⁴ Disponível em:

<<https://cpiacre.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Programa-de-Promocao-do-Desenvolvimento-da-Faixa-de-Fronteira.pdf>>, acessado em 29/10/2025 às 23:22:00.

Arco e Sub-regiões da Faixa de Fronteira

Sub-regiões

I	Chapão - Tumucumaque
II	Campos do Rio Branco
III	Parnaíba - Alto Rio Negro
IV	Alto Solimões
V	Alto Juruá
VI	Vale do Juruá - Purore
VII	Madeira - Mamoré
VIII	Fronteira do Guaporé
IX	Chapada dos Parecis
X	Alto Paraguai
XI	Pantanal
XII	Bodoquena
XIII	Guaporé
XIV	Casa Sul Mato Grossoense
XV	Ponte do Paraná
XVI	Vale Colômbia Sulina
XVII	Fronteira do Mato Grosso do Sul do RS

Dando importância às peculiaridades e características econômicas, políticas e sociais de cada região fronteiriça, o PDFF aborda o desenvolvimento regional por meio de três (3) “arcos” e dezessete (17) “sub-regiões”, como mostrado na figura acima. Percebe-se que a adoção do PDFF como estratégia de desenvolvimento nos espaços fronteiriços propõe ações positivas, tais como:

- a) Promover a convergência das políticas públicas setoriais na Faixa de Fronteira para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais, considerando a diversidade socioeconômica e cultural da região;
- b) Articular a soberania nacional com o desenvolvimento regional, em sua dimensão produtiva, social, institucional e cultural, beneficiando os dois lados da fronteira e levando em consideração a peculiar interdependência dos municípios de fronteira, em especial das cidades-gêmeas;
- c) Formular e promover a implementação das potencialidades endógenas, em

diversas escalas espaciais, valorizando espaços sub-regionais e visando à inserção social e produtiva das populações locais;

d) Realizar investimentos em infra-estrutura produtiva para apoiar o processo de integração nacional e estimular investimentos em arranjos e cadeias produtivas prioritários para o desenvolvimento sustentável de regiões menos dinâmicas, buscando a otimização dos benefícios sociais deles decorrentes, o desenvolvimento local e a integração da América do Sul. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS – SPR, 2009, p. 48)

Percebe-se que o PDFF busca estimular a articulação dos atores locais, estaduais, regionais, nacionais, internacionais e dos representantes da sociedade civil para fortalecer a governança e a participação social nos processos de desenvolvimento regional. A situação fronteiriça globalizada no espaço em questão, também ressalta a importância do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL para a economia, e dos órgãos de Defesa Nacional para a segurança. Considerando a economia e a segurança, o PDFF focaliza em Arranjos Produtivos Locais para executar atividades produtivas diversificadas e na Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional para investir na capacidade legislativa.

As ações de integração regional do Consórcio Intermunicipal da Fronteira – CIF¹⁵

demonstram um projeto alinhado as perspectivas de cooperação em redes relacionais e de processos multiníveis, sendo descentralizado, institucionalizado e espontâneo, com ações voltadas na viabilização e na melhoria da infraestrutura, na garantia do progresso e do desenvolvimento social, econômico e cultural da região. Dada a diversidade e complexidade das relações que se estabelecem no espaço fronteiriço, o Consórcio Intermunicipal da Fronteira deve consolidar-se cada vez mais como promotor constante do papel dos governos locais, apoiando e contribuindo no aperfeiçoamento da gestão das políticas de cooperação transfronteiriça e integração regional. (ANDREATTA, 2016, p. 76-77)

Seguindo esse modelo, as cidades-gêmeas de São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina no dia 14 de Junho de 2018, realizaram o 1º Comitê de Integração Fronteiriça – CIF São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina na sede do Centro Nativista Boitátá, tratando sobre 5 (cinco) comissões: 1) Comissão de Educação, Cultura e Universidades; 2) Comissão de Comércio, Infraestrutura e Turismo; 3) Comissão de Meio Ambiente e Saúde; 4) Comissão de Facilitação Fronteiriça; 5) Comissão de Diálogo Político (PINTO; SILVEIRA, 2019).

O 1º CIF de São Borja e Santo Tomé, foi organizado em 4 (quatro) etapas: 1ª) credenciamento dos participantes; 2ª) momento de fala das autoridades; 3ª) reuniões técnicas de trabalhos entre as Comissões; 4ª) fala das Comissões e fechamento das Atas (PINTO; SILVEIRA, 2019). As Universidades da região fronteiriça e missioneira de São Borja e Santo Tomé têm demonstrado considerável participação na Comissão de Educação e Cultura e

¹⁵ Disponível em: <<https://ciffronteira.com.br/>>, acessado em 29/10/2025 às 23:30:00.

Universidades.

Quadro 1 – Ações educacionais executadas, em execução e planejadas do CIF.

AÇÕES EDUCACIONAIS DO CIF	ANDAMENTO
Escola Bilíngue de Fronteira	Executada: Promoção na formação de cidadãos bilíngues capazes de interagir culturalmente e socialmente num ambiente comum.
Capacitação e formação integrada dos professores	Em execução: Formação e capacitação integrada.
Implantação do Programa Mais Educação	Ação planejada: Educação em tempo integral com aumento de oferta educativa nas Escolas por meio de atividades optativas.
Implantação de Universidade Pública e gratuita na região	Ação planejada: Implantar Universidade com viés de interação e desenvolvimento da comunidade.
Congresso internacional de Educação	Ação planejada: Realização de evento com objetivo de discutir ações integradas.

Elaboração própria. **Fonte:** ANDREATTA, A. (2016).

Portanto, o CIF tem se mostrado um instrumento essencial para promover a integração e o desenvolvimento educacional dos territórios fronteiriços, levando à execução e planejamento de ações nessa área, como mostrado no quadro anteriormente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento regional é uma ação coletiva do Estado e da sociedade civil que depende da execução de programas, projetos e processos: econômicos, políticos e sociais, muitas vezes desconhecidos e complexos. O desenvolvimento regional em territórios de fronteira engloba políticas específicas para sanar as desigualdades socioeconômicas, e diante disso, a integração regional dos municípios, o planejamento estratégico das governanças e as redes de participação comunitária são imprescindíveis para melhorar a qualidade de vida nessas áreas.

A elaboração de estratégias de interação entre os atores locais para o desenvolvimento regional visa melhorar as condições econômicas e sociais, no qual, os espaços fronteiriços destacam-se como áreas que possuem índices de baixo desenvolvimento econômico. Nesses espaços, predominam problemas acarretados pela falta de atenção por parte do Estado na segurança pública, na saúde e também no desenvolvimento educacional em todos os níveis. Tornando inevitável ressaltar a importância de fatores que auxiliam para transformar o desenvolvimento regional e as políticas territoriais, tais como: o funcionamento institucional, a qualificação dos profissionais de ensino e a prática cultural.

A cooperação além de criar laços, resulta em novas formas de atuação política e investimento econômico, bem como: ações sociais que envolvem relações econômicas e políticas entre cidades/países que fazem fronteira, podem gerar benefícios para a educação promovendo a eficiência e eficácia das políticas territoriais, onde têm se exigido cada vez mais a contrapartida da educação para as políticas públicas, sociais e econômicas do Estado brasileiro. Em concordância com a pesquisa, o Serviço Social atua em áreas sociais vulneráveis, ajudando indivíduos, grupos e comunidades a terem acesso às políticas públicas.

Por fim, a continuidade do assunto é exposta na dissertação de mestrado “Análise sobre as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja-RS para o desenvolvimento territorial” (NUNES, 2019). Estudo que trata a importância do envolvimento de uma Universidade no impacto socioeconômico em localidade fronteiriça, maximizando as ações sociais de educação que são direcionadas ao desenvolvimento territorial. Servindo como referência para a análise em outras localidades semelhantes, desde que o intuito seja de observar as ações educação das Instituições de ensino superior para o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. **Território e Territorialidade**. In: Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Org: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004, p. 25-69. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT00031436.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT00031436.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2025, 21:15:00.
- ANDREATTA, Alexandre. **Cooperação transfronteiriça e integração regional: O Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF)**. Foz do Iguaçu: UNILA (Dissertação de Mestrado. p. 1-91, 2016. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/items/84fc79d4-627a-4ec7-9392-676763abc93e>> Acesso em: 29 out. 2025, 20:10:00.
- ARRETCHE, Marta. **Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?** Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no. 3, p. 587-620, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/Lrm7KQHYssvHZk6GmRrnfF/?lang=pt>>. Acesso em: 29 out. 2025, 18:40:00.
- BENTO, Fábio Régio. **O papel das cidades-gêmeas de fronteira na integração regional sul-americana**. Revista Conjuntura Austral. Vol. 6, nº. 27 – 28. p. 40-53, 2014. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2137-1438877442.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2025, 10:00:00.
- BORBA, Vanderlei. **Fronteiras e faixa de fronteira: expansionismo, limites e defesa**.

Historiæ, Rio Grande, v. 4, n. 2: 59-78, 2013. Disponível em :
<<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/4131>>. Acesso em: 29 out. 2025, 23:55:00.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática**. *Análise Social*, 2015, p. 304-328. Disponível em:
<<https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/23157>>. Acesso em: 29 out. 2025, 11:50:00.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Capítulo 1, “Por que estudar RI?”, p. 19-55. Capítulo 3, “Realismo”, p. 101-148.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL; SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS – SPR. **Estratégia e implementação do programa**. In: Faixa de Fronteira. Orgs: LEITE, Ana Maria Ferreira; RONCARATTI, Luanna Sant'Anna; et al. Cap. 4, p. 24-44, 2009. Disponível em:
<<https://cpiacre.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Programa-de-Promocao-do-Desenvolvim-ento-da-Faixa-de-Fronteira.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2025, 23:15:00.

NUNES, Bruno Nabolotnyj; Orientação: PINTO, Muriel. **Análise sobre as ações sociais de educação da UNIPAMPA Campus de São Borja-RS para o desenvolvimento territorial**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2019, 101 p. Disponível em: <<https://pergamum.unipampa.edu.br/acervo/853447>>. Acesso em: 10 nov. 2025, 19:15:00.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do candidato: política internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. “A Europa e a Integração regional”, p. 90-107. “O Espaço Sul-Americano”, p. 258-289. Disponível em:
<https://pupiladobara.com.br/wp-content/uploads/2020/10/1004-Manual_do_Candidato_-_Politica_Internacional.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025, 08:50:00.

PINTO, Muriel. SIQUEIRA, André Iser. **Políticas educacionais transfronteiriças: um estudo nas cidades gêmeas de São Borja-Brasil e Santo Tomé-Argentina**. In: Buscando o sul. Anais do V Seminário Internacional de Ciências Sociais - Ciência Política, São Borja: Universidade Federal do Pampa, p. 1-18, 2019.

RICHARD, Yann. **Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas**. *Revista francobrasileira de geografia*, n. 20, p. 1-24, 2014. Disponível em:
<<https://journals.openedition.org/confins/8939>>. Acesso em: 29 out. 2025, 15:20:00.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **A mobilização dos territórios para o desenvolvimento: novas dinâmicas de inclusão**. In: Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Org: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, p. 281-299, 2004. Disponível em:
<<http://inspirebr.com.br/uploads/midiateca/d64c55dfd943251ede2b6330035a5994.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2025, 17:25:00.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/temas/magazineservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: ENTRE A PROTEÇÃO SOCIAL E O CONTROLE PUNITIVO DA POBREZA

INSTITUTIONAL CARE: BETWEEN SOCIAL PROTECTION AND THE PUNITIVE CONTROL OF POVERTY

Vinicius Vargas Mendonça¹
Jorge Alexandre da Silva²

Resumo: O artigo analisa criticamente o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil, entendendo-o como uma medida atravessada pelas transformações societárias impostas pela hegemonia neoliberal. Embora previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como medida excepcional e protetiva, o acolhimento tem sido frequentemente utilizado como resposta às expressões da pobreza, revelando sua dimensão de (des)proteção social. A partir da teoria social crítica marxista, o texto evidencia que o neoliberalismo reconfigura a política social, enfraquece a proteção universal, intensifica a responsabilização individual e reforça práticas focalizadas, seletivas e moralizantes. Nesse contexto, a pobreza é naturalizada como critério de risco, resultando na judicialização das relações familiares e no uso do acolhimento como controle punitivo dos segmentos vulneráveis. Portanto, destaca-se ainda o impacto dessas transformações na atuação do Serviço Social, que se vê confrontado com demandas institucionais contraditórias e com o avanço da racionalidade gerencialista. A nova morfologia do trabalho precariza as condições profissionais e limita a construção de intervenções críticas e emancipatórias. O acolhimento institucional, quando dissociado da rede intersetorial e das políticas preventivas, tende a se tornar mecanismo de contenção social, reforçando desigualdades de classe, raça e território. Diante disso, o texto propõe a reflexão e a necessidade de fortalecer políticas universais, superar a lógica punitiva e reafirmar o Projeto Ético-Político do Serviço Social. O acolhimento institucional deve ser pensado como último recurso, articulado ao enfrentamento estrutural da desigualdade e à defesa da convivência familiar e comunitária como expressão essencial da proteção social.

Palavras-chave: Acolhimento institucional; proteção social; neoliberalismo; (des)proteção; infância e adolescência.

Abstract: This article critically examines institutional care for children and adolescents in Brazil, framing it as a measure shaped by the broader societal transformations driven by neoliberal hegemony. Although legally defined by the Statute of the Child and Adolescent as an exceptional and temporary protective action, institutional care has increasingly been used as a response to manifestations of poverty, revealing its role in processes of social

¹ Licenciado em Ciências Humanas (UNIPAMPA- São Borja/RS); Aluno do Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Proteção Social – PPGSSPS.

² Doutor em Serviço Social (PUCRS); Professor da UNIPAMPA São Borja no curso de Serviço Social e no Mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Proteção Social – PPGSSPS, da UNIPAMPA São Borja.

(un)protection. Drawing on Marxist critical social theory, the study argues that neoliberalism reconfigures social policy by weakening universal protection, intensifying individual accountability, and reinforcing selective and moralizing interventions. In this context, poverty becomes naturalized as a risk factor, contributing to the judicialization of family dynamics and to the punitive use of institutional care among vulnerable populations. The article also highlights the consequences of these transformations for the field of Social Work, marked by contradictory institutional demands, managerial rationality, and work precarization, which hinder critical and emancipatory professional practice. When disconnected from intersectoral networks and preventive policies, institutional care tends to function as a mechanism of social containment, deepening class, racial, and territorial inequalities. The study concludes by emphasizing the need to strengthen universal social policies, overcome punitive orientations, and reaffirm the Ethical-Political Project of Social Work, positioning institutional care as a last resort within a broader strategy to confront structural inequality and promote family and community living.

Keywords: Institutional care; social protection; neoliberalism; social (un)protection; childhood and adolescence.

1 INTRODUÇÃO

As reconfigurações societárias ocorridas a partir da hegemonia do neoliberalismo impactaram diretamente as formas de enfrentamento da questão social no Brasil. Como analisa Barroco (2022), o neoconservadorismo no Brasil combina valores tradicionais (como a defesa da família patriarcal e da ordem moral) com a agenda neoliberal, resultando em políticas sociais focalizadas e punitivas. No campo da política de assistência social, observa-se uma crescente tensão entre a garantia de direitos e o fortalecimento de práticas seletivas, punitivas e moralizantes. Nesse contexto, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, previsto como medida excepcional e protetiva, tem se mostrado, em muitos casos, uma estratégia de gestão da pobreza e controle social dos segmentos mais vulneráveis da população.

O presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre o acolhimento institucional como expressão da (des)proteção social, à luz das reconfigurações societárias que marcam o capitalismo contemporâneo. Partindo de uma perspectiva fundamentada na teoria social crítica marxista, busca-se compreender como essa medida, longe de ser neutra, está imersa em disputas de projetos societários e revela os limites do Estado na efetivação de direitos sociais.

A análise aqui apresentada ancora-se nos fundamentos do Serviço Social brasileiro, especialmente em seu Projeto Ético-Político, que se coloca em contraposição às respostas

conservadoras e neoliberais diante da questão social. Com isso, objetiva-se evidenciar os desafios postos à atuação profissional diante de uma realidade marcada pela mercantilização das políticas sociais, pela precarização do trabalho e pela intensificação das desigualdades sociais.

O texto está organizado em três partes: a primeira discute as transformações societárias e seus rebatimentos na política de proteção social; a segunda analisa criticamente o acolhimento institucional como forma de (des)proteção, e, por fim, a terceira seção reflete sobre os desafios impostos ao Serviço Social na defesa de um projeto profissional comprometido com a emancipação humana.

2 RECONFIGURAÇÕES SOCIETÁRIA E A PROTEÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A consolidação do neoliberalismo como projeto societário hegemônico a partir da década de 1970 resultou em profundas transformações nas formas de organização do Estado, do trabalho e das políticas sociais. Esse processo, que José Paulo Netto (1996) denominou de “transformações societárias”, implica uma reconfiguração da relação entre Estado e sociedade, marcada pelo enfraquecimento dos mecanismos de proteção social pública e pela crescente responsabilização dos indivíduos pelos riscos sociais.

No Brasil, tais mudanças se intensificaram com as reformas estruturais dos anos 1990, período em que a política social passou a operar sob a lógica da focalização, da seletividade e da eficiência gerencial. Como destaca Iamamoto (2010), a política social neoliberal não nega a questão social, mas a reconfigura, deslocando a responsabilidade pelas expressões da desigualdade para a esfera privada, especialmente a familiar. Nesse cenário, a proteção social deixa de ser concebida como um direito universal e passa a ser tratada como concessão restrita a populações “em situação de vulnerabilidade”, frequentemente culpabilizadas por sua condição.

A ofensiva do capital sobre os direitos sociais é acompanhada pela precarização das relações de trabalho, que Raquel Raichelis (2021) denomina de “nova morfologia do trabalho”. Essa reestruturação produtiva impacta diretamente a capacidade do Estado de financiar políticas sociais universais, ao mesmo tempo em que reforça a fragmentação dos sistemas de proteção. O resultado é uma política social que, ao invés de promover inclusão e cidadania, reforça mecanismos de controle social e legitima a seletividade como critério de

intervenção pública.

Nesse contexto, o Serviço Social busca a intervir em um cenário contraditório: de um lado, a intensificação das expressões da questão social; de outro, o esvaziamento das políticas públicas e o avanço de práticas conservadoras e moralizantes. Como aponta Laurell (2017), o neoliberalismo não apenas desestrutura os sistemas de proteção, mas também impõe um novo paradigma de regulação social, no qual a “gestão da pobreza” substitui a garantia de direitos.

Assim, compreender as reconfigurações societárias contemporâneas é condição fundamental para analisar criticamente o lugar ocupado pelas políticas de acolhimento institucional no Brasil. Elas não estão à margem dessas transformações, mas constituem-se como dispositivos centrais na forma como o Estado lida com as contradições da sociedade capitalista, especialmente em relação à infância e à juventude das classes subalternas.

A política de acolhimento institucional, inserida nesse contexto de reestruturação societária, tem sua lógica moldada pela racionalidade neoliberal. Em vez de representar uma resposta estruturante à violação de direitos de crianças e adolescentes, muitas vezes atua como medida paliativa e focalizada, reforçando o caráter emergencial e residual das políticas sociais. Isso evidencia o deslocamento do eixo da proteção social para ações de contenção da pobreza, sem atacar suas causas estruturais.

O desmonte das políticas sociais universais e a ampliação de programas assistenciais focalizados indicam uma tendência de individualização dos problemas sociais. No caso do acolhimento institucional, isso se expressa na responsabilização das famílias pela ruptura dos vínculos, sem o devido enfrentamento das desigualdades socioeconômicas que atravessam essas trajetórias. Assim, o acolhimento tende a operar não como garantia de direitos, mas como instrumento de controle dos pobres.

Ademais, observa-se a expansão de organizações da sociedade civil na execução dessas políticas, muitas vezes em articulação com modelos de gestão privatizados e meritocráticos. Embora possam representar importantes espaços de proteção, essas instituições frequentemente operam sob a lógica da produtividade, da medição de resultados e da adaptação a parâmetros tecnocráticos. Isso impõe limites à construção de uma política de acolhimento pautada na centralidade dos direitos humanos.

Nesse cenário, o assistente social se depara com múltiplos desafios. Por um lado, está inserido num campo de atuação atravessado por contradições, tensões institucionais e disputas de projetos societários. Por outro, carrega a responsabilidade ética-política de defender os princípios do projeto profissional crítico, o que exige uma postura propositiva e

comprometida com a transformação social. A atuação profissional, portanto, deve se fundamentar em análises críticas da realidade e na articulação com movimentos sociais e instâncias de controle democrático.

A crítica ao modelo de proteção focalizado e moralizante demanda, assim, uma perspectiva que resgate a universalidade e a integralidade dos direitos. O acolhimento institucional deve ser compreendido como parte de um sistema articulado de proteção social, e não como uma medida isolada ou de substituição familiar. Isso requer políticas intersetoriais robustas, investimento público contínuo e o enfrentamento da lógica gerencial que permeia as ações do Estado.

Além disso, é preciso reconhecer que a seletividade nas políticas sociais contribui para a estigmatização de grupos sociais específicos, sobretudo aqueles marcados por pobreza, raça e território. No caso da infância e juventude negra e periférica, o acolhimento institucional muitas vezes reproduz práticas de tutela e vigilância, em vez de garantir espaços de cuidado, escuta e reconstrução de vínculos. A proteção social, nesses termos, não pode se dissociar da luta contra o racismo estrutural.

A análise crítica das reconfigurações societárias deve, portanto, lançar luz sobre os mecanismos pelos quais o neoliberalismo redefine os sentidos da proteção social. Longe de ser neutro, o processo de reconfiguração responde aos interesses do capital e opera seletivamente sobre os corpos, territórios e sujeitos que desafiam a ordem vigente. Nesse contexto, políticas como o acolhimento institucional podem tanto reproduzir quanto tensionar essas dinâmicas, dependendo do projeto político que as orienta.

Ainda, a resistência a esse processo exige a construção de alternativas que articulem a defesa intransigente dos direitos com a produção de conhecimentos comprometidos com a realidade concreta das populações atendidas. O Serviço Social, com sua tradição crítica e seu compromisso ético-político, tem papel estratégico na mediação das contradições sociais e na construção de práticas emancipatórias. É nesse campo de disputas que se define o verdadeiro sentido da proteção social no capitalismo contemporâneo.

3 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO EXPRESSÃO DA (DES)PROTEÇÃO SOCIAL

O acolhimento institucional, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como uma medida excepcional e provisória de proteção, vem se configurando, na

prática, como uma resposta recorrente às expressões da questão social que afetam crianças, adolescentes e suas famílias. Tal medida, embora ancorada no discurso da proteção integral de crianças e adolescentes, evidencia contradições estruturais: em vez de assegurar direitos, frequentemente atua como dispositivo de controle, segregação e responsabilização moralizante das famílias empobrecidas.

No contexto das reconfigurações societárias impulsionadas pelo neoliberalismo, o acolhimento institucional tem sido atravessado por lógicas que tensionam sua função protetiva. A responsabilização individual, o enfraquecimento das políticas públicas universais e a focalização de recursos apenas sobre os casos mais críticos fazem com que o afastamento da criança do convívio familiar seja, muitas vezes, a única resposta estatal disponível diante da precariedade material, e não necessariamente de situações de violência direta. Como analisa Yazbek (2009), a pobreza tem sido naturalizada como um critério de risco, invertendo a lógica da proteção em punição.

Além disso, observa-se a judicialização crescente da assistência social, o que desloca o acolhimento institucional do campo da garantia de direitos para o da normatização das condutas familiares. Essa tendência, revela um processo de agravamento do controle social, no qual o Estado intervém sobre a vida privada das famílias pobres sem, no entanto, lhes assegurar os meios concretos para a superação da situação de vulnerabilidade. Trata-se, portanto, de uma (des)proteção, pois há intervenção, mas sem garantia de condições dignas de vida.

Desta forma, o Serviço Social, inserido nesse processo, enfrenta o desafio de atuar em instituições que, apesar de seu papel legal protetivo, muitas vezes operam na contramão do Projeto Ético-Político da profissão. Os/as assistentes sociais lidam cotidianamente com demandas que expressam não apenas a violação de direitos, mas também a omissão do Estado na prevenção e no fortalecimento das famílias e comunidades. Assim, o acolhimento institucional revela-se como um campo tenso, no qual se disputam projetos societários distintos: de um lado, o projeto conservador de contenção e normatização da pobreza; de outro, o projeto emancipador comprometido com a dignidade e os direitos humanos.

Nesse sentido, pensar o acolhimento institucional a partir das reconfigurações societárias significa reconhecê-lo não como uma política isolada, mas como parte de um sistema de proteção social em crise, que oscila entre a promessa de garantia de direitos e a prática da exclusão seletiva. Essa ambivalência exige do Serviço Social uma atuação crítica e politizada, capaz de denunciar as contradições estruturais e de afirmar, no cotidiano

profissional, a centralidade da vida e da dignidade humana.

Nesse cenário, é importante destacar que o acolhimento institucional, quando desarticulado de uma rede intersetorial efetiva, tende a se tornar uma medida de contenção, em vez de proteção. A ausência de políticas públicas integradas que atuem na prevenção das violações de direitos contribui para o agravamento das situações familiares, levando ao afastamento de crianças e adolescentes como resposta tardia e descontextualizada. A lógica emergencial que permeia a política de acolhimento evidencia, assim, a fragilidade do sistema de proteção social no enfrentamento das causas estruturais da desigualdade.

Além disso, a rotinização do acolhimento institucional como prática de intervenção revela uma naturalização da ruptura dos vínculos familiares em determinados segmentos sociais. Crianças e adolescentes negros, pobres e moradores de territórios periféricos são, majoritariamente, os alvos dessas medidas, o que reforça a seletividade e o viés de classe e raça que perpassa a atuação do Estado. Essa realidade aponta para a necessidade de analisar o acolhimento não apenas como uma questão técnica ou jurídica, mas como uma questão política e histórica.

A centralidade da família como locus da proteção integral tem sido utilizada, muitas vezes, para culpabilizá-la pelo fracasso no cuidado, sem considerar os processos de empobrecimento e vulnerabilização impostos pelas transformações sociais contemporâneas. Com isso, o Estado transfere responsabilidades, negligencia sua função protetiva e atua apenas de forma punitiva e fragmentada. A ruptura dos vínculos não é precedida por investimentos concretos no fortalecimento familiar, mas sim por avaliações técnicas marcadas por um olhar normativo e disciplinador.

O acolhimento institucional, dessa forma, acaba por incorporar funções que extrapolam seu escopo original, como o disciplinamento social e a reprodução de padrões de comportamento considerados adequados pela lógica dominante. Isso desvirtua o princípio da proteção integral e limita a possibilidade de construção de projetos de vida emancipatórios para os sujeitos acolhidos. A institucionalização prolongada, por sua vez, compromete o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, agravando sua exclusão social.

Cabe ao Serviço Social afirmar sua dimensão crítica e seu compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, denunciando os mecanismos de (des)proteção que perpassam o acolhimento institucional. É preciso tensionar cotidianamente as práticas institucionais, ampliando a escuta qualificada, a análise contextual das trajetórias familiares e a articulação com a rede de políticas públicas. O desafio ético-político da profissão está

justamente em mediar as contradições da realidade sem perder de vista o horizonte da emancipação.

Desta forma, compreender o acolhimento institucional como expressão da (des)proteção social implica reconhecer que ele não pode ser analisado de forma isolada, mas sim como reflexo das opções políticas que orientam o Estado contemporâneo. O fortalecimento das políticas sociais universais, a valorização da prevenção e a superação da lógica punitiva são caminhos indispensáveis para que o acolhimento cumpra sua função protetiva, com centralidade nos direitos, na dignidade e na vida.

4 DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, é diretamente impactado pelas transformações societárias que reconfiguram o papel do Estado e as políticas sociais no capitalismo contemporâneo. A ascensão do neoliberalismo, acompanhada da precarização das condições de vida e da mercantilização dos direitos, impõe novos desafios à atuação profissional, sobretudo no campo da proteção social, onde o acolhimento institucional se insere.

Um dos principais desafios é a tensão permanente entre as demandas institucionais, muitas vezes orientadas por uma lógica de controle, e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, que defende a universalização dos direitos, a emancipação humana e o enfrentamento das desigualdades estruturais. Como afirma Cardoso (2013), o compromisso ético do/a assistente social exige não apenas conhecimento técnico, mas sobretudo, uma postura crítica diante das expressões da questão social e dos projetos societários que as sustentam.

No cotidiano profissional, os assistentes sociais atuantes em instituições de acolhimento são desafiados a operar em meio a contradições profundas: precisam atender às exigências legais e institucionais, ao mesmo tempo em que buscam garantir os direitos de crianças, adolescentes e suas famílias. Muitas vezes, isso implica questionar o próprio funcionamento do acolhimento, denunciar sua banalização e propor alternativas que valorizem a convivência familiar e comunitária. Como destaca Raichelis (2021), é nesse embate cotidiano que se afirmam (ou se negam) os valores do projeto ético-político profissional.

Outro desafio diz respeito à formação e às condições de trabalho. A nova morfologia

do trabalho afeta não só os usuários das políticas sociais, mas também os profissionais que nelas atuam. A precarização dos vínculos empregatícios, a intensificação do trabalho, a ausência de equipes interdisciplinares e o esvaziamento da rede de proteção dificultam a atuação crítica e comprometida dos/as assistentes sociais. Ainda assim, mesmo diante dessas adversidades, a profissão tem afirmado sua função social por meio da resistência, da organização coletiva e da produção de conhecimento crítico.

Dessa forma, o enfrentamento das reconfigurações societárias exige do Serviço Social a permanente atualização teórica e política, o fortalecimento da articulação com movimentos sociais e a defesa intransigente dos direitos humanos. No campo do acolhimento institucional, isso se traduz em ações que questionam a naturalização do afastamento familiar, que denunciam as violações de direitos e que afirmam, com base na crítica social, o direito à vida digna para todas as crianças e adolescentes.

A conjuntura atual demanda do Serviço Social uma leitura crítica sobre a lógica de gestão das políticas públicas. O avanço da racionalidade gerencialista, baseada em metas, indicadores e produtividade, tem reconfigurado o trabalho nas instituições, inclusive nas que ofertam o acolhimento institucional. Tal lógica enfraquece a dimensão humana e relacional do atendimento, subordinando-o a protocolos que nem sempre consideram as complexidades vividas pelas famílias e pelas crianças e adolescentes em situação de acolhimento.

O modelo de gestão por resultados também tende a esvaziar o trabalho social de seu caráter político-pedagógico, privilegiando soluções imediatistas e tecnicistas. Com isso, o assistente social é pressionado a responder a demandas institucionais que nem sempre são compatíveis com os princípios ético-políticos da profissão. A padronização de procedimentos, muitas vezes, impede o olhar singularizado e a escuta qualificada, essenciais para a construção de intervenções que respeitem a singularidade de cada sujeito atendido.

Outro elemento que intensifica os desafios é o crescente enfraquecimento do financiamento público das políticas sociais. A austeridade fiscal, sustentada pela lógica neoliberal, compromete a estrutura dos serviços, reduz equipes, restringe o acesso a benefícios e dificulta o acompanhamento sistemático dos casos. Essa precarização afeta diretamente a qualidade do acolhimento institucional e expõe crianças e adolescentes a riscos adicionais, como institucionalizações prolongadas, negligência institucional e ausência de propostas efetivas de reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Nesse contexto, o Serviço Social precisa reafirmar seu compromisso com a totalidade social, com a análise das mediações entre a vida cotidiana e as determinações estruturais. Isso

significa ir além da leitura imediata das situações de vulnerabilidade e buscar compreender os processos históricos e sociais que produzem a exclusão e a violação de direitos. A atuação profissional, portanto, não pode se restringir ao plano da execução de políticas, mas deve estar conectada à luta por sua transformação.

A construção de estratégias coletivas de enfrentamento das expressões da questão social é uma tarefa essencial. O trabalho interdisciplinar e em rede precisa ser fortalecido, superando a fragmentação das políticas públicas. Para isso, é necessário que o assistente social atue como articulador entre diferentes setores e políticas, promovendo diálogos que rompam com a lógica compartimentalizada do atendimento e possibilitem a construção de projetos de vida para as crianças e adolescentes acolhidos.

A relação com o Sistema de Justiça também é um ponto sensível da atuação profissional. A judicialização das situações de vulnerabilidade muitas vezes acarreta decisões que desconsideram os processos sociais em que as famílias estão inseridas. O Serviço Social é chamado, frequentemente, a subsidiar decisões judiciais com pareceres técnicos, o que exige uma postura crítica e fundamentada, que garanta que as decisões estejam pautadas na proteção integral e não em concepções moralizantes ou punitivas.

Outro aspecto importante diz respeito ao enfrentamento do racismo estrutural e institucional. Crianças e adolescentes negros, moradores de periferias e favelas, são os mais atingidos pelas medidas de acolhimento, revelando que o sistema de proteção ainda reproduz práticas seletivas e excludentes. O Serviço Social deve, nesse sentido, incorporar em sua análise e prática a interseccionalidade entre classe, raça, gênero e território, de modo a construir intervenções mais justas e equitativas.

A valorização da dimensão educativa do trabalho social é outro caminho fundamental para enfrentar os desafios postos pelas transformações societárias. O Serviço Social tem potencial para contribuir na formação crítica dos sujeitos, na ampliação da consciência sobre os direitos e na mobilização para sua efetivação. No acolhimento institucional, isso se traduz na promoção de espaços de participação, escuta e construção coletiva de soluções, que envolvam também as famílias e comunidades de origem.

A atuação ética e crítica exige, ainda, o fortalecimento dos espaços de controle social e participação popular. O acompanhamento e a fiscalização das políticas públicas, inclusive daquelas voltadas para o acolhimento, são essenciais para garantir sua efetividade e denunciar violações de direitos. O assistente social pode e deve atuar como ponte entre os usuários e esses espaços, incentivando a participação ativa e a exigência de políticas públicas de

qualidade.

Por fim, é preciso reconhecer que os desafios enfrentados pelo Serviço Social não são apenas técnicos, mas profundamente políticos. Enfrentar as transformações societárias implica posicionar-se diante dos projetos de sociedade em disputa. A defesa do Projeto Ético-Político da profissão significa escolher cotidianamente o lado dos sujeitos historicamente oprimidos e trabalhar por uma sociedade baseada na justiça social, na equidade e na universalização dos direitos. É nesse compromisso que reside a potência transformadora do Serviço Social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta escrita, visa refletir que o acolhimento institucional, embora previsto como medida protetiva no ordenamento jurídico brasileiro, expressa contradições no campo da proteção social, sobretudo quando inserido nas reconfigurações societárias orientadas pela racionalidade neoliberal. Longe de se constituir apenas como um recurso técnico de apoio a garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, o acolhimento tem sido mobilizado como mecanismo de contenção das expressões da questão social, especialmente aquelas associadas à pobreza e à fragilidade familiar.

As transformações no mundo do trabalho, a mercantilização dos direitos sociais e o avanço do neoconservadorismo colocam em xeque os fundamentos democráticos da política social. Nesse cenário, o acolhimento institucional se insere em uma política tensionada entre a proteção e o controle, entre a emancipação e a normatização moralizante. Tal ambivalência exige uma leitura crítica das funções do Estado e da política de assistência social na contemporaneidade.

Diante disso, o Serviço Social é desafiado a reafirmar sua direção ética e política na defesa intransigente dos direitos humanos, especialmente daqueles sujeitos historicamente vulnerabilizados pelo modelo de sociabilidade capitalista. A atuação profissional em instituições de acolhimento demanda mais do que habilidades técnicas: exige posicionamento crítico, articulação em rede e compromisso com a transformação social.

Por fim, reafirma-se a importância de compreender o acolhimento institucional não como solução definitiva, mas como expressão das contradições do Estado brasileiro frente à questão social. Como destacam Barroco (2022) e Raichelis et al. (2024), a resistência ao

neoliberalismo exige a articulação entre o projeto ético-político do Serviço Social e movimentos sociais, construindo redes de proteção que evitem a institucionalização como única resposta à pobreza. É papel do Serviço Social, no âmbito da proteção social, contribuir para que essa medida seja efetivamente exceção, ao mesmo tempo em que se fortalece a luta por políticas públicas estruturantes, universais e emancipatórias, que garantam o direito à convivência familiar e comunitária como expressão concreta da proteção social ampliada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20. Nov. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13/07/90. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20. Nov. 2024.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MELIN, Juliana Iglesias. **Trajetória da Proteção Social Brasileira à infância e à adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas**. Serv. Soc.& Saúde, Campinas, SP v. 11, n. 2 (14) p. 167-184 jul./ dez. 2012

LAURELL, Asa Cristina. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. In: MOTA, A. E.; MARQUES, R. M. Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p. 87-116, 1996.

RAICHELIS, Raquel. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2021.

YAZBECK, Maria Carmelita. **A questão social, a família e a assistência social no Brasil contemporâneo**. In: SPOSATI, A. (org.). Gestão Social: novos desafios para o trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

ZANIANI, E. J. M. & BOARINI, M. (2011). **Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social**. Psicologia & Sociedade, 23(2), 272-281.



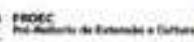
3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ALUGUEL SOCIAL COMO EXPRESSÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO CAPITALISTA: O CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

SOCIAL RENTAL HOUSING AS AN EXPRESSION OF SOCIAL POLICY IN THE CAPITALIST CONTEXT: THE CASE OF CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Rogério Lucas Fernandes Rocha¹

Resumo: O artigo analisa o aluguel social como expressão das contradições da política social no contexto capitalista, tendo como referência o município de Campos dos Goytacazes/RJ. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, discute-se como essa política, embora apresentada como garantia do direito à moradia, reproduz a lógica mercantil e assistencialista das políticas neoliberais, atuando como mecanismo de gestão da pobreza. A análise evidencia que o aluguel social, marcado pela insuficiência dos valores e pela falta de estrutura permanente, aprofunda a vulnerabilidade habitacional e demonstra a subordinação do Estado aos interesses do mercado.

Palavras-chave: Aluguel Social; Direito à Moradia; Política Social; Campos dos Goytacazes.

Abstract: This article analyzes the *Social Rent* program as an expression of the contradictions inherent in social policy within the capitalist context, focusing on the municipality of Campos dos Goytacazes, Brazil. Through bibliographical and documentary research, it discusses how this policy, although presented as a guarantee of the right to housing, reproduces the mercantile and assistentialist logic of neoliberal policies, functioning primarily as a mechanism for managing poverty. The analysis shows that *Social Rent*, marked by insufficient funding and the absence of permanent housing solutions, deepens housing vulnerability and reveals the subordination of the State to market interests.

Keywords: Social Rent; Right to Housing; Social Policy; Campos dos Goytacazes.

1 INTRODUÇÃO

A contradição entre os direitos sociais formalmente garantidos e sua efetivação precária no capitalismo contemporâneo revela um paradoxo central: políticas públicas que, sob o discurso da proteção, operam como mecanismos de regulação da pobreza. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura a moradia como direito social através do artigo 6º, mas

¹ Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal Fluminense – rogeriolucas@id.uff.br – <http://lattes.cnpq.br/5586759951477705>

sua materialização esbarra na lógica neoliberal que transforma garantias fundamentais em mercadorias.

O aluguel social como tem sido aplicado no país, é a materialização dessas políticas neoliberais. Programas dessa natureza, ainda que apresentados como soluções emergenciais, consolidam a mercantilização da habitação, reforçando a dependência do mercado imobiliário e aprofundando a insegurança das famílias vulneráveis.

Como demonstram Behring (2015) e Iamamoto (2009), a política social no capitalismo é subordinada à racionalidade econômica: reduzida a um "custo", é esvaziada de seu potencial transformador e convertida em instrumento de gestão da pobreza. No caso do aluguel social, essa dinâmica se explicita na temporalidade do benefício, na insuficiência dos valores repassados e na falta de fiscalização, elementos que perpetuam a precariedade habitacional enquanto transferem recursos públicos para o setor privado. Ainda que a legislação brasileira preveja a moradia digna como direito, a realidade expõe um Estado que, pressionado pelo capital financeiro, prioriza a austeridade fiscal em detrimento de investimentos estruturais.

O presente artigo tem como objetivo analisar o aluguel social como expressão das contradições da política social no contexto capitalista, tomando como referência o caso do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Busca-se compreender de que forma essa política, ao mesmo tempo em que se propõe a garantir o direito à moradia de famílias em situação de vulnerabilidade, reproduz a lógica mercantil e assistencialista das políticas neoliberais, atuando mais como mecanismo de gestão da pobreza do que como instrumento de efetivação de direitos sociais, além de intensificar as vulnerabilidades.

2. A política social no capitalismo: entre a proteção e a regulação da pobreza

Na Constituição Federal de 1988 através do artigo 6º são considerados direitos sociais: “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]”. Embora sejam direitos constitucionais reconhecidos, na prática, as políticas neoliberais têm dificultado a materialização integral desses direitos, como resultado, a desigualdade socioespacial tem se intensificado nos espaços urbanos brasileiros.

Segundo Behring (2015), às políticas econômicas neoliberais sustentam-se no discurso da escassez de recursos e no controle do déficit público como sinônimos de equilíbrio fiscal e

saúde econômica. Nessa lógica, as políticas sociais passam a ser tratadas como custo e não como direito, assumindo caráter assistencialista e mercantilizado, acessível apenas via mercado. Esse processo evidencia a desresponsabilização e o desfinanciamento da proteção social, em um contexto em que o Estado se torna mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o capital.

No capitalismo financeiro global, tudo se transforma em mercadoria, dos serviços básicos aos aspectos culturais e das relações humanas. Essa lógica aprofunda valores individualistas, competitivos e de consumo, resultando na precarização do trabalho, na concentração de riqueza e na subordinação do Estado aos interesses do capital financeiro em detrimento dos direitos sociais. Como consequência, observa-se uma regressão das políticas públicas, marcada por cortes orçamentários que ampliam a vulnerabilidade da população e impõem aos assistentes sociais condições de trabalho cada vez mais precárias e sobrecarregadas (Iamamoto, 2009). De acordo com Iamamoto (2009, p. 29):

O predomínio do capital fetiche conduz à banalização da vida humana, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças. Ele atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social - e dos sujeitos que o realizam - na era do capital fetiche.

Segundo Faleiros (1987), no Brasil, as intervenções estatais tendem a transferir recursos dos mais pobres para os mais ricos. Isso ocorre porque os próprios beneficiários das políticas de seguridade social acabam sendo seus principais financiadores, devido à baixa tributação sobre a renda, que limita a redistribuição da riqueza socialmente produzida (Guimarães, 2024). Embora as políticas assistenciais promovam alguma redistribuição, elas são insuficientes e restritas a um público reduzido, de modo que a igualdade de acesso avança de forma limitada e as desigualdades estruturais persistem.

Faleiros (1987) argumenta que a aplicação setorializada das políticas sociais contribui para a fragmentação da classe trabalhadora, ao adotar enfoques distintos conforme sua inserção nos diferentes modos de produção. Essa segmentação reforça hierarquias internas entre trabalhadores formais e informais, naturaliza as desigualdades e dificulta sua organização política enquanto classe.

A desigualdade socioespacial no Brasil tem origem no caráter antidemocrático da revolução burguesa, que promoveu uma modernização econômica sem correspondente democratização social. Historicamente, as decisões políticas foram impostas de forma

vertical, excluindo as classes subalternas da cidadania e da participação política (Iamamoto, 2009). Essa dinâmica é evidente no período pós-abolição, quando a ausência de políticas de reinserção da população negra ex-escravizada consolidou desigualdades estruturais que persistem nas relações sociais até hoje.

Desde a década de 1990 no Brasil, o neoliberalismo tem ganhado forças e se tornou a ideologia assumida pela burguesia atual, com ideais pautados na individualização, da demonização do Estado e dos movimentos sociais e do enfraquecimento da força política dos sindicatos (Paulani, 2006). O neoliberalismo constantemente luta pelo fim dos direitos sociais, embora em algumas conjunturas, a burguesia se aproveite para usá-los a seu favor e a tolerá-los, tende a se empenhar em limitá-los e suprimi-los, quando em momentos de crises, tais direitos se demonstram contrários à lógica capitalista (Coutinho, 1999).

De acordo com Iamamoto (2009), nos dois primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva, o neoliberalismo foi adotado como sinônimo de “gestão responsável”, exatamente a mesma política que, paradoxalmente, aprofundou o chamado “desastre social” brasileiro. Essa lógica passou a orientar também os programas sociais, que funcionam como mecanismos compensatórios diante dos efeitos da política econômica e da ausência de reformas estruturais. Assim, a questão social passou a ser administrada sob a lógica do capital: o Estado delega ao terceiro setor a execução das políticas sociais, privatizando-as e transformando direitos em oportunidades de negócio para o mercado. Analisando essa subordinação do Estado aos interesses do capital em detrimento dos direitos sociais, Iamamoto (2009, p. 39) argumenta:

O Estado premido pela necessidade de favorecer as finanças e garantir elevados níveis de superávit primário tem estreitado seu espaço para realizar investimentos públicos e oferecer políticas sociais públicas essenciais ao desenvolvimento, em favor de sua privatização. São instituídos critérios de seletividade para o atendimento aos direitos sociais universais, constitucionalmente garantidos, expressando um efetivo desmonte do legado de direitos conquistados nos últimos séculos.

Behring (2015), pontua que as políticas sociais se encontram em um cenário onde não representam mais um consumo coletivo e nem de direitos sociais, apenas assistência focalizada para os grupos subalternos, ou seja, aqueles com menor capacidade de pressão, como forma de gerenciamento da pobreza, sem causar transformações estruturais.

Pensando no objeto principal deste trabalho, o aluguel social exemplifica uma política que não enfrenta as causas estruturais da crise habitacional. Embora cumpra um papel emergencial ao atender famílias em situação de extrema vulnerabilidade, garantindo

temporariamente seu direito à moradia, essa medida acaba por reforçar a lógica mercantilizada da habitação. Ao consolidar a dependência de mecanismos de mercado, transformando o aluguel em mais um instrumento de valorização financeira e reforçar o caráter assistencialista e não transformador das políticas sociais.

3 DIREITO À MORADIA, ALUGUEL SOCIAL E MERCADO: UM DIREITO CONDICIONADO

Segundo Carlos (2004), o espaço do habitar é marcado pela reprodução da vida, da construção de memórias, onde as identidades se formam e objetos e corpos compartilham o espaço. Embora a moradia se constitua como um bem fundamental para a vida humana, na perspectiva da sociedade capitalista, este bem cada vez mais tem se tornado uma mercadoria de difícil acesso para uma grande parte da sociedade, colocando a camada mais pobre sujeita a contextos precários de habitação.

O mercado imobiliário tem sido um dos principais agentes produtores do espaço que tem intensificado a reprodução das desigualdades socioespaciais. Através dele tem-se produzido moradias urbanas em grande escala com acesso à infraestrutura e equipamentos coletivos, mas que são reservados à uma parcela pequena da população, aquela que consegue pagar por esses bens e serviços. Conforme aponta Rodrigues (2024), para a maioria dos trabalhadores, o acesso a um padrão de vida moderno torna-se inviável, uma vez que suas condições de existência são determinadas por salários insuficientes, o que limita tanto a reprodução da vida quanto o consumo e a inserção plena em uma sociedade regida pela lógica das mercadorias.

O direito à moradia vai muito além do simples acesso a uma casa, com quatro paredes e um teto. Ele deve ser entendido como um espaço que garanta dignidade, conforto, segurança e salubridade, aliados ao acesso à infraestrutura, serviços básicos, oportunidades de lazer e participação social, ou seja, é um direito que reflete na concretude de todos os outros direitos sociais (Rolnik, 2009).

No Brasil, o direito à moradia é garantido na Constituição Federal de 1988 como um direito social e também é assegurado pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Ademais, o direito à moradia é previsto em outras leis estaduais e municipais, além de ser reconhecido internacionalmente. Cabe destacar que o direito à moradia é complementar ao

direito à cidade, não existe um sem o outro. Embora seja um direito previsto legalmente, na prática não é o que ocorre e segundo FJP (2025), o déficit habitacional no país era de 5.977.317 domicílios.

O aluguel social, é um benefício temporário, de caráter emergencial, destinado a famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social, expostas a riscos em calamidades públicas, remoções emergenciais e outras fragilidades. Previsto na LOAS de 1993 (Lei 8.742, de 07/12/1993), regulado pelo Decreto Federal nº 6.307/2007, que estabelece os benefícios eventuais, e respaldado por legislações municipais e estaduais, esse auxílio é administrado pela Política de Assistência Social. Por meio dele, é concedido um valor para cobrir os custos do aluguel de moradias, oferecendo suporte temporário até que as demandas sejam encaminhadas para políticas habitacionais permanentes.

Dentro dos benefícios eventuais, o aluguel social é posto em prática para sanar a falta de domicílio, fator que coloca a integridade pessoal e familiar em risco. Nesse sentido, a política de assistência social busca garantir a segurança de sobrevivência por um período previsto em regulamento local. No entanto, o aluguel social, benefício da assistência social, não pode ser confundido com a concessão de moradias no campo da política de habitação, de caráter definitivo, embora possa haver uma articulação para encaminhar a família assistida pela assistência social para programas habitacionais, para a aquisição ou melhoria de moradias (Brasil, 2018).

Segundo Acosta *et al.* (2024), geralmente os programas de aluguel social têm duas motivações para a sua concessão. O primeiro diz respeito a eventos adversos em relação à moradia, como por exemplo, a remoção de famílias de áreas de risco, áreas afetadas por desastres ou também por obras públicas. O segundo refere-se aos casos de risco pessoal ou social, como trabalho infantil, violência doméstica, acolhimento institucional, situação de rua ou saída de instituições do sistema prisional. A garantia da moradia, em todos esses casos, é compreendida como fator fundamental para superar a condição de vulnerabilidade.

De acordo com o Santoro *et al.* (2025), o aluguel social apresenta diversas limitações. Por ser temporário e o Estado não garantir moradia permanente e adequada, o programa exige renovação frequente, o que demanda constantes negociações. Além disso, os imóveis geralmente não são vistoriados pelo poder público, podendo levar a situações em que famílias beneficiárias habitem locais precários. Outro problema é que os programas de aluguel social incentivam o mercado imobiliário como solução para a falta de moradia, mesmo que esse mercado seja informal e ofereça condições inadequadas. Por fim, os valores repassados

costumam ser insuficientes para garantir uma moradia digna, e, em alguns casos, o recurso pode ser desviado para outras necessidades, já que não há fiscalização efetiva sobre seu uso.

Uma outra questão a ser destacada, diz respeito ao valor do aluguel, normalmente a quantia concedida às famílias não é suficiente para garantir a permanência em áreas com infraestrutura urbana. O valor do benefício não acompanha os altos preços do mercado imobiliário e acaba por reforçar a segregação socioespacial, visto que as famílias irão encontrar moradia em áreas mais periféricas e pouco urbanizadas, com acesso dificultado à cidade, enquanto que os ricos permanecem nas áreas centrais e com acesso facilitado à bens e serviços (Júnior, 2021). Nessa ótica, Ximenes (2024, p. 202) aponta que:

Para além das limitações impostas aos futuros inquilinos quanto à comprovação de renda, assim como as exigências de garantias, a discrepância entre os valores recebidos pelos “beneficiários” e os preços dos aluguéis parece destacar-se como importante barreira à garantia de novas condições adequadas de moradia.

Conforme Ximenes (2024), o aluguel social, da forma como vem sendo aplicado no Brasil, atua mais como um paliativo para administrar a fila por moradia do que como uma solução efetiva. Ao proporcionar apenas um abrigo temporário, sem resolver o problema de forma permanente, essa política acaba agravando a insegurança habitacional, principalmente em casos de remoções e cortes compulsórios.

4 O ALUGUEL SOCIAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: FRAGILIDADES E INSEGURANÇAS

Para situar o território em análise, é importante ressaltar que Campos dos Goytacazes está localizado na região Norte Fluminense e possui a maior extensão territorial do estado do Rio de Janeiro. Segundo dados do Censo de 2022 do IBGE, o município abrange uma área de 4.032,487 km² e conta com uma população estimada em cerca de 483.540 habitantes.

Nos séculos XVIII e XIX, Campos dos Goytacazes destacou-se como um dos principais polos produtores de cana-de-açúcar do Brasil. Seu crescimento econômico esteve diretamente associado ao uso do trabalho escravizado, que proporcionava uma força de trabalho numerosa e de baixo custo. O modelo escravista não só sustentou a riqueza da região, mas também perpetuou desigualdades sociais profundas, cujos reflexos podem ser observados até os dias atuais (Ferro e Oliveira, 2018).

De acordo com o Diagnóstico Socioterritorial de 2023, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, o município contava com 235.781 pessoas registradas no Cadastro Único, das quais 157.107 eram negras. Além disso, 73.081 famílias viviam em situação de extrema pobreza, e 65.422 enfrentavam condições de moradia inadequadas, revelando a profundidade das desigualdades sociais e habitacionais no território.

Nesse sentido, levando em consideração as desigualdades socioespaciais de Campos dos Goytacazes e as dificuldades das políticas habitacionais em suprir a demanda habitacional no país, o aluguel social configura-se como uma política pública essencial para assegurar, ainda que de maneira temporária, o direito à moradia. Enquanto uma solução habitacional definitiva não é implementada, essa política visa a mitigar situações emergenciais, como a remoção de famílias moradoras de áreas de risco ou desabrigadas por motivos adversos, condições que as colocam em situação de vulnerabilidade social (Santos, Medeiros e Luft, 2016).

Atualmente em Campos dos Goytacazes/RJ, o aluguel social é regulamentado pela Lei 9.109/2021, que compila e regulamenta a concessão dos benefícios eventuais. Através dessa lei, fica definido o valor de até meio salário mínimo para o aluguel social. Os requisitos para concessão do benefício estão dispostos na Subseção II da referida lei:

- I - Apresentar laudo técnico de risco habitacional emitido pela Defesa Civil Municipal, quando for o caso;
- II - Estar em acompanhamento familiar no Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF no CRAS, ou estar inserido no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI no CREAS;
- III - Possuir renda per capita de até 1/4 de salário mínimo nacional vigente;
- IV - Residir no Município de Campos dos Goytacazes, há no mínimo a 02 anos, com a devida comprovação;
- V - Não possuir qualquer imóvel com condições mínimas de moradia/habitabilidade.

Segundo Silva *et al.* (2022), durante a pandemia, em 2021, 628 famílias ocuparam os conjuntos habitacionais Novo Horizonte I, II e III, localizados no Parque Aeroporto, em Campos dos Goytacazes, construídos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. A ocupação ocorreu principalmente por dois motivos: o despejo de famílias que deixaram de receber o aluguel social por oito meses em 2020, devido a atrasos de pagamento da Prefeitura, e a espera, desde 2019, pela entrega das chaves dos imóveis. Mesmo três anos depois, até o início de 2024, a Prefeitura Municipal não havia solucionado integralmente a questão da moradia,

tampouco garantido infraestrutura básica, como transporte, coleta de lixo, creches e escolas nas proximidades dos conjuntos habitacionais (Pedlowski, 2024).

Atualmente, no subdistrito de Ururaí, em Campos dos Goytacazes, cerca de 100 famílias vivem em barracas de lona em um terreno público originalmente destinado ao programa habitacional Morar Feliz. Essas famílias residiam inicialmente em áreas de risco às margens do Rio Ururaí, tiveram suas casas demolidas pela Prefeitura e foram realocadas para o bairro Novo Jockey em 2012, durante o governo de Rosinha Garotinho, sendo incluídas no aluguel social. Contudo, enfrentaram hostilidade de facções locais, o que as obrigou a retornar a Ururaí, ainda assistidas pelo programa, enquanto aguardavam a construção de novas moradias. No governo atual, sob a gestão do prefeito Wladimir Garotinho, em 2025, o benefício do aluguel social dessas famílias foi suspenso, deixando-as sem alternativa a não ser ocupar o terreno do Morar Feliz. Atualmente, elas sobrevivem em condições precárias, sem que haja uma solução efetiva por parte do poder público (Portal Viu, 2025).

O aluguel social, além das limitações já discutidas, também enfrenta os entraves da má gestão governamental, agravando ainda mais a vulnerabilidade das famílias beneficiárias. Esses problemas são reflexo direto da influência neoliberal nas políticas sociais, que, como destaca Paulani (2006), não buscam confrontar a lógica capitalista, mas apenas administrar a pobreza de forma paliativa, sem enfrentar suas causas estruturais. As famílias das ocupações do Novo Horizonte I, II e III e as de Ururaí são exemplos concretos desse descaso: vítimas de uma gestão pública que não enxerga as políticas sociais como direitos fundamentais, mas como meras concessões assistencialistas.

Os programas de aluguel social, embora concebidos para garantir temporariamente o acesso à moradia, seja como auxílio a famílias de baixa renda no mercado formal, seja como medida provisória até a entrega de habitações definitivas, não enfrentam as causas do déficit habitacional. Pelo contrário, reforçam a mercantilização da moradia ao transformar um direito social em relação de consumo (Milano, 2013). Quando somados à má gestão pública, marcada por atrasos e descontinuidade, intensificam a insegurança habitacional e ampliam a vulnerabilidade das famílias, aprofundando, assim, a crise urbana que deveriam mitigar.

Como destaca Behring (2015), no capitalismo, a política social é tratada como custo e desequilíbrio, transformando direitos em mercadorias acessíveis apenas pelo mercado. O aluguel social expressa essa lógica ao funcionar como medida paliativa que não enfrenta as causas estruturais da desigualdade, servindo à gestão da pobreza. Em consonância, Iamamoto (2009) aponta que tais políticas evidenciam a regressão dos direitos sociais e o esvaziamento

das políticas públicas, agravados por cortes orçamentários que ampliam a vulnerabilidade dos beneficiários e precarizam o trabalho dos profissionais da assistência social.

Como observa Rolnik (2019), as políticas de aluguel social devem priorizar o uso eficiente dos recursos públicos para atender populações vulneráveis, evitando transformar-se em mecanismos de valorização do capital privado. Assim, torna-se urgente sua reformulação, com gestão responsável e foco na superação da lógica temporária do benefício. É necessário avançar para modelos que garantam moradia digna e permanente, inclusive por meio da ampliação do estoque público de habitações, sobretudo em um país onde há mais imóveis vazios² do que famílias em déficit habitacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aluguel social, enquanto política pública, revela-se como uma contradição inerente ao Estado capitalista: ao mesmo tempo em que busca mitigar a precariedade habitacional, reforça a lógica mercantil que produz essa mesma precariedade. Como demonstrado, sua implementação no Brasil tem se dado mais como um mecanismo de gestão da pobreza do que como garantia efetiva do direito à moradia. A temporalidade do benefício, a insuficiência dos valores repassados e a falta de fiscalização perpetuam a insegurança habitacional, enquanto o mercado imobiliário se beneficia da transformação de um direito social em mercadoria.

A análise crítica aqui desenvolvida evidencia que, sob a hegemonia neoliberal, as políticas sociais são progressivamente esvaziadas de seu caráter universal, convertendo-se em ações focalizadas e descontinuadas. No caso do aluguel social, isso fica claro na priorização de soluções paliativas em detrimento de investimentos estruturais. Esse modelo não apenas reproduz desigualdades, mas também naturaliza a pobreza como um problema a ser administrado, e não superado.

Portanto, é urgente repensar o aluguel social para além de sua função emergencial, articulando-o a uma política habitacional que enfrente as raízes do déficit: a financeirização da moradia, a especulação imobiliária e a histórica negligência estatal. A verdadeira efetivação do direito à moradia exige romper com a lógica do mercado, garantindo habitação como bem social e não como ativo econômico. Enquanto o Estado seguir subordinado aos interesses do capital, programas como o aluguel social continuarão a ser remendos insuficientes em uma crise que demanda transformações radicais.

² Segundo o Censo demográfico de 2022 do IBGE, estima-se 11,4 milhões de domicílios vazios ou ociosos no país.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Claudia *et al.* **Novas Modelagens para Programas de Aluguel Social Inclusivos.** Série Respostas para Habitação: Policy Briefs FGV Cidades, n. 1, jun. 2024. Disponível em: <https://fgvcidades.fgv.br/publicacao/serie-policy-briefs-respostas-para-habitacao-1o-vol>. Acesso em 07 jun. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio.** Rio de Janeiro: Cortez, 2015, 6ª edição. Introdução e Conclusão.

BRASIL. **Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6307.htm. Acesso em 02 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em 10 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Benefícios Eventuais no SUAS:** orientações técnicas - Documento sob consulta pública. Brasília, DF, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. Contexto, São Paulo, 2004, p. 154.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e Modernidade.** *Perspectivas* 22, 1999. Pp.41-59

FALEIROS Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista.** As funções da previdência e assistência social. Cortez: São Paulo, 1987, 5ª edição. Capítulo 4.

FERRO, Neilda da Cunha Alves; OLIVEIRA, Thiago Soares de. **COLONIZAÇÃO, CULTURA E LÍNGUA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: A QUESTÃO AFRICANA NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO MUNICÍPIO.** *EntreLetras, [S. l.]*, v. 9, n. 3, p. 237–260, 2019. DOI: 10.20873/uft.2179-3948.2018v9n3p237. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/5863>. Acesso em 27 jan. 2025.

FJP. **Déficit Habitacional no Brasil 2023.** Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em 12 out. 2025.

GUIMARÃES, Cláudia Domingues. Masculinidades negras e saúde no Brasil em perspectiva interseccional. In: Gama, Andréa de Sousa; Silva, Ana Paula Procópio da (org.).

Gênero, família e trabalho: questões atuais para o serviço social. Curitiba: CRV, 2024. Disponível

em: <<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38644-genero-familia-e-trabalho-brqu-estoes-atuais-para-o-servico-social>>. Acesso em 08 jan. 2025.

IAMAMOTO, Marilda. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In BOSCHETTI I. et al (orgs). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

JUNIOR, Luciano Gulart Cabral. **ALUGUEL SOCIAL MORADIA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:** POLÍTICAS PÚBLICAS E JUSTIÇA SOCIAL EM DEBATE. In: COSTA, José Ricardo Caetano Costa; PASE, Hemerson Luiz (org). A seguridade social e as políticas públicas na ordem neoliberal. Ed. da FURG, Rio Grande, RS, 2021.

MILANO, Joana Zattoni. Aluguel Social no Brasil: algumas reflexões sobre a ideologia da casa própria. In: XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. Anais do XV Enanpur, 2013.

PAULANI, Leda Maria. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira:** sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. *Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 67-107. ISBN: 978-85-7541-612-9. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-04.pdf>. Acesso em 22 jun. 2025

PEDLOWSKI, Marcos. **Ocupação Novo Horizonte:** Contra a má fé institucional, a luta pela moradia digna. Blog do Pedlowski, Campos dos Goytacazes, 2024. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2024/04/01/contra-a-ma-fe-institucional-a-luta-pela-moradia-digna/>. Acesso em 15 jun. 2024.

PORTAL VIU. **Crise habitacional em Campos dos Goytacazes:** Famílias de Ururá vivem em barracas após colapso do Programa Morar Feliz. Macaé, RJ, 23 de março de 2025. Disponível em: <https://www.portalviu.com.br/fonte-exclusiva/crise-habitacional-em-campos-dos-goytacazes-familias-de-ururai-vivem-em-barracas-apos-colapso-do-programa-morar-feliz>. Acesso em 06 abr. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. Vigilância Socioassistencial. **Diagnóstico Socioterritorial**, 2023, Campos dos Goytacazes. Disponível em: <https://social.campos.rj.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/RT-79-Diagnostico-Socioterritorial-2023.pdf>. Acesso em 05 abr. 2025

RODRIGUES, Arlete Moyses. BASES TEÓRICAS SOBRE A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA: a moradia como necessidade, como direito e como mercadoria. *Geo UERJ*, 46, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/86461>. Acesso em 23 jun. 2025.

ROLNIK, Raquel. **Aluguel social para remunerar o capital.** A cidade é nossa, UOL, 2019. Disponível em:

<https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2019/06/07/aluguel-social-para-remunerar-o-capital/?cmpid=copiaecola>. Acesso em 13 jul. 2025.

ROLNIK, Raquel. **Direito à moradia**. Revista Desafios do Desenvolvimento, Brasília, v. 6, n. 51, 2009. Tradução Ipea/Dirur. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1034:catid=28&Itemid=23. Acesso em 13 jun. 2024

SANTORO, Paula Freire *et al.* **Políticas habitacionais de aluguel social**: diferentes visões de Estados e dois modelos em curso. Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/aluguel-social-visoes-modelos/>. Acesso em 24 de jun. 2025.

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; LUFT, Rosangela Marina; MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. DIREITO À MORADIA:: UM DIREITO SOCIAL EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL—A EXPERIÊNCIA DO ALUGUEL SOCIAL NO RIO DE JANEIRO. Planejamento e Políticas Públicas, n. 46, 2016. Disponível em: <https://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/548>. Acesso em 03 abr. 2025.

SILVA, Rafaelly de Lima Galossi da *et al.* Ocupação Novo Horizonte: a articulação entre a Defensoria Pública da União e os movimentos sociais para a garantia do direito à moradia. **Revista da Defensoria Pública da União**, n. 17, p. 33-52, 2022. Disponível em: <https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/538>. Acesso em: 04 abr. 2025.

XIMENES, Luciana Alencar. **A experiência dos auxílios financeiros para o aluguel na cidade do Rio de Janeiro e suas articulações com os deslocamentos forçados**. In: D'ALMEIDA, Carolina Heldt, *et al* (org.). Anais do evento Seminário Internacional Políticas Habitacionais de Aluguéis Social: cadernos de resumos. Ed. dos autores, São Paulo, 2024.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

CONTROLE SOCIAL E ESTADO: ABORDAGENS TEÓRICAS E IMPLICAÇÕES NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

SOCIAL CONTROL AND STATE: THEORETICAL APPROACHES AND IMPLICATIONS IN THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM

Isadora Tavares dos Santos ¹

Rosilaine Coradini Guilherme ²

Resumo: O presente estudo explora as diferentes abordagens teóricas da categoria controle social, com atenção às perspectivas de poder e autoridade versus participação social, a fim de apreender em que medida o sistema prisional utiliza este conceito e opera como ferramenta estatal de controle social. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica, agregando fontes de base documental, além de dados contidos em Relatório de informações Penais (RELIPEN). Os resultados do estudo apontam que o sistema prisional incide desproporcionalmente sobre pessoas negras e com baixa escolaridade, reforçando desigualdades históricas. Ademais, o controle social, embora possa se dar via participação democrática, é frequentemente apropriado pelo Estado como forma de repressão. Assim, o sistema prisional revela-se um espaço em que o controle social se alinha ao papel de manutenção da ordem social, onde a contenção se sobrepõe ao discurso de reinserção.

Palavras-chave: Controle Social; Abordagens Teóricas; Sistema Prisional.

Abstract: This study explores different theoretical approaches to the category of social control, focusing on the perspectives of power and authority versus social participation, in order to understand the extent to which the prison system utilizes this concept and operates as a state tool of social control. To this end, a literature review was conducted, incorporating documentary sources, as well as data from the Penal Information Report (RELIPEN). The study's results indicate that the prison system disproportionately impacts Black people and those with low levels of education, reinforcing historical inequalities. Furthermore, social control, while possible through democratic participation, is often appropriated by the state as a form of repression. Thus, the prison system reveals itself to be a space where social control

¹Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa, São Borja-RS. Discente e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Proteção Social (PPG/SSPS), Universidade Federal do Pampa, São Borja-RS, integrante do grupo de pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPSS), Brasil. E-mail: isadoratavares.aluno@unipampa.edu.br

² Doutora em Serviço Social (PUCRS), Mestre em Política Social (UCPel), Graduada em Serviço Social (UFN). Professora do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, São Borja-RS. Coordenadora e Docente do Mestrado em Serviço Social e Proteção Social – PPG/SSPS, Universidade Federal do Pampa, São Borja-RS. Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPSS) da Universidade Federal do Pampa. E-mail: rosilaineguilherme@yahoo.com.br

aligns with the role of maintaining social order, where containment takes precedence over the discourse of reintegration.

Keywords: Social Control; Theoretical Approaches; Prison System.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa explorar as diferentes abordagens teóricas a respeito da categoria controle social, focando nas perspectivas de poder e autoridade versus participação social, a fim de apreender em que sentido o sistema prisional utiliza este conceito e opera como ferramenta estatal de controle social. De acordo com Campos (2006), o controle social se coloca sob duas modalidades polares: uma como forma de participação social, enquanto controle democrático em que os cidadãos exercem sobre as ações do Estado e outra como forma de controle que o Estado exerce sobre os cidadãos.

Tendo em vista o aumento da população carcerária e a persistência de desigualdades raciais e sociais no sistema prisional, implica-se a necessidade de uma análise crítica sobre o papel do controle social nesse espaço. A justificativa para este estudo reside em compreender como o conceito de controle social se aplica e se materializa no sistema prisional brasileiro, visando contribuir para o entendimento crítico do sistema prisional como mecanismo de controle social e em qual perspectiva se dá esse controle sob os sujeitos privados de liberdade.

De acordo com o Relatório de Informações Penais - RELIPEN (2023), os dados sobre a população carcerária no Brasil revelam um perfil em que predominam marcadores sociais como raça, classe social e baixa escolaridade. De modo geral, os índices indicam uma vulnerabilidade estrutural, em que a ausência de acesso à educação pública amplia as desigualdades, o que pode contribuir à exposição ao sistema penal.

Faz-se importante mencionar que esses dados indicam o uso do controle social pelo Estado por meio de uma seletividade penal que recai desproporcionalmente sobre os grupos mais vulneráveis. A representação elevada de pessoas negras e de baixa escolaridade na população carcerária revela uma prática seletiva, onde o sistema prisional, ao invés de ser um mecanismo de proteção e ressocialização, atua como um instrumento de repressão.

O estudo é fruto de revisão bibliográfica desenvolvida a partir da seleção de algumas referências de componente curricular – intitulado Planejamento e Gestão Social na Avaliação de Políticas Sociais – do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social (PPG/SSPS). Também foram utilizadas outras produções de apoio como artigos e dados

documentais do 15º Relatório de Informações Penais (RELIPEN) do ano de 2023.

Assim, o artigo está estruturado de forma a apresentar: em um primeiro momento o debate sobre as abordagens teóricas do controle social; posteriormente discute-se sobre o controle social no contexto do sistema prisional. Ao final, apresentam-se as considerações do estudo, além das referências utilizadas.

2 ABORDAGENS TEÓRICAS DO CONTROLE SOCIAL

Como já salientado, o controle social pode ser apropriado sob duas perspectivas: uma como mecanismo de participação social, na qual os cidadãos exercem controle sobre as ações do Estado, e a outra como um meio de controle exercido pelo Estado sobre a população. Isso evidencia que o controle social tem sido empregado tanto como instrumento de proteção quanto de repressão (Campos, 2006).

Nesta linha de análise, Bobbio (2000) refere que as duas formas principais de controle social têm implicações complexas no exercício do poder e na relação entre Estado e sociedade. A primeira forma envolve mecanismos repressivos de controle “de cima para baixo”, ancorada na coerção estatal e em estruturas autoritárias que buscam garantir a ordem social. Essa abordagem é baseada na imposição de normas e regras através de leis, tribunais e forças policiais, envolvendo comportamentos que ameaçam a estrutura estabelecida. Ao mesmo tempo, ela suscita debates sobre os limites entre proteção da ordem e violação de direitos individuais, especialmente quando esse controle assume características opressivas ou seletivas que atingem grupos mais vulneráveis.

A segunda forma de controle social referida por Bobbio (2000) diz respeito ao controle que a sociedade pode exercer sobre o Estado, possibilitando a gestão democrática e a participação nas políticas públicas. Em convergência, Campos (2006) diz que essa abordagem de controle social dita “de baixo para cima”, propõe uma construção mais participativa e inclusiva de gestão social, em que a sociedade civil possa atuar como agente ativo na formulação, monitoramento e avaliação das políticas sociais. Dessa forma, a perspectiva participativa busca reduzir a desigualdade de poder e tornar as ações estatais transparentes e legitimadas pela sociedade, reforçando a ideia de que as políticas sociais devem refletir os interesses e necessidades da população.

Conforme Bravo e Correia (2012) o conceito de controle social no Brasil emerge com a redemocratização, quando o termo passa a ser entendido como o controle da sociedade

civil sobre as ações do Estado, principalmente nas políticas sociais. Contudo, a efetivação desse controle social democrático enfrenta desafios práticos e estruturais. De acordo com Motta (1979, p. 16) "em particular, o controle social envolve poder e autoridade, pelo simples fato de constituir a própria efetivação da dominação". Essa observação de Motta revela uma ambiguidade fundamental na ideia de controle social democrático, que visa aumentar a participação cidadã, mas que, paradoxalmente, também pode reproduzir formas de dominação. Por um lado, o controle social democrático busca redistribuir poder, permitindo que uma sociedade civil fiscalize e influencie o Estado. Reforçando ainda a "democratização dos processos decisórios responsáveis pela definição de prioridades e modos de gestão de políticas e programas sociais" (Raichelis, 2006, p. 5), exercidas pela sociedade civil.

No entanto, na prática o controle social enfrenta obstáculos estruturais, como a concentração de poder político e econômico ou a burocratização dos processos participativos. Esses fatores transformam o controle social em um processo simbólico, onde a sociedade pode ter um papel formal, mas não consegue alterar as decisões estatais. A centralização do poder e as estruturas de domínio existentes podem prejudicar a capacidade da sociedade civil de intervir nas políticas públicas. Bravo e Correia (2012) pontuam que o controle social enfrenta desafios em razão da cooptação dos conselhos e conferências pelo Estado, que transformam esses espaços em locais de legitimação das políticas dominantes, ao invés de espaços de resistência e transformação social.

É importante destacar ainda, alguns desafios do controle social no contexto do Estado neoliberal, conforme aponta Dagnino (2005) esses desafios estão relacionados à chamada confluência perversa e à crise discursiva, em que o projeto neoliberal se apropria de termos historicamente associados à luta pela democracia e pela justiça social. Palavras como participação e cidadania passaram a ser utilizadas pelo neoliberalismo para legitimar políticas que, na prática, não auxiliam na redução das desigualdades, e por vezes, até as ampliam. Sob a perspectiva do Estado neoliberal "os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como seres humanos "carentes", a serem atendidos pela caridade, pública ou privada (Dagnino, 2005, p.60).

Evidencia-se assim, que a lógica neoliberal, ao transferir a responsabilidade social para o indivíduo e minimizar o papel protetor do Estado, intensifica as desigualdades sociais e limita o acesso a uma proteção social efetiva. Além disso, a participação efetiva no controle social democrático exige uma sociedade civil fortalecida, o que muitas vezes é dificultada por desigualdades de acesso a recursos, informações e oportunidades de participação.

Essa tensão entre o ideal de uma gestão democrática e a realidade de um controle centralizado, muitas vezes seletivo e desigual, expõe a necessidade de questionar o conceito de dominação subjacente ao controle social. Para que o controle social democrático seja efetivo, se torna necessário superar barreiras estruturais e as relações de poder que sustentam tanto o Estado quanto às práticas de participação social. Como sugere Raichelis (2006) é necessário pensar na publicização como mediação das novas relações entre Estado e Sociedade Civil.

Para Raichelis (2006), a publicização baseia-se em uma visão ampliada de democracia, envolvendo o Estado e a sociedade civil. Logo, a publicização como movimento de sujeitos sociais requer um locus para consolidar-se. Este locus é a esfera pública, entendida como parte integrante do processo de democratização, por meio do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expressa nos interesses das majorias nos processos de decisão política (Raichelis, 2006).

Os conselhos seriam uma estratégia de publicização, sendo eles “canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos e, principalmente, de construção de um processo continuado de interlocução pública” (Raichelis, 2006, p.12). Da mesma forma, Campos (2006, p.111) aponta que “os conselhos foram criados com objetivos institucionais para assegurar aos cidadãos organizados melhores recursos e meios para influenciar na definição da agenda pública em setores específicos de políticas sociais”.

Assim, de acordo com Campos (2006) o conselho é concebido como espaço efetivo para o exercício de relações democráticas entre o governo e a sociedade civil. No entanto, Raichelis (2006) destaca que não se pode limitar a participação popular apenas ao espaço dos conselhos. Os conselhos não devem ser vistos como os únicos canais de participação política nem como modelos ideais de uma sociedade civil organizada. Eles representam uma das conquistas dos movimentos sociais, mas precisam ser acompanhados, avaliados de forma crítica e combinados com outras formas de organização e mediação política (Raichelis, 2006).

A partir das análises explanadas, revela-se a dualidade do conceito de controle social e sua ambiguidade: embora possa ser uma ferramenta de transformação social, promovendo a participação ativa da sociedade civil na fiscalização e no direcionamento das ações estatais, também pode reproduzir estruturas de dominação, impondo controle ostensivo sobre os indivíduos.

3 CONTROLE SOCIAL NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL

Parte-se da ideia de que o controle social no contexto do sistema prisional envolve uma análise das práticas de mecanismos de fiscalização que regulam a vida e os direitos das pessoas privadas de liberdade. Nesse cenário, o controle social ganha destaque em um espaço historicamente marcado por violações e dominação. Foucault (1977) analisa a prisão como a principal tecnologia de poder da modernidade, e que as práticas disciplinares nela aplicadas ultrapassam seus muros e se disseminam por instituições sociais, como escolas, fábricas e hospitais.

A partir de uma análise da função punitiva e ressocializadora do sistema prisional revela-se uma tensão entre o discurso oficial de reintegração social e a realidade das práticas prisionais, que frequentemente mostram-se punitivas. As teorias críticas, como a de Wacquant (2001), apontam que, em diversos contextos, as prisões operam principalmente como espaços de “contenção dos indesejáveis”.

Esse modelo de controle social centrado na repressão colide com a ideia de que o sistema prisional visa ressocializar, revelando uma lógica estrutural de opressão, onde a punitividade se sobrepõe à ressocialização. A partir dessa perspectiva, a prisão torna-se um meio de gerenciamento das desigualdades e, ao invés de oferecer oportunidades de reintegração para os sujeitos(as), aprofunda a estigmatização.

Percebe-se que no sistema prisional brasileiro a prática de controle social mais evidente refere-se às contribuições de Motta (1979) enquanto forma de poder e autoridade exercida como instrumento de controle social por parte do Estado, uma vez que a partir decorre a seletividade penal direcionada a punição e a repressão para grupos específicos.

Nosso país, ao desenvolver sua política de controle social e punição, muitas vezes atua de forma desigual e direciona sua força punitiva e de repressão a um público específico, criando, assim, um *modus operandi* que tem como consequência a impunidade de pessoas que detêm poder e a segregação de setores pobres e marginalizados socialmente. Esse mecanismo, que por um lado exclui do controle pessoas privilegiadas, e por outro acentua a punição de setores já pauperizados da população, é conhecido como seletividade penal (Lourenço; Vitena; Silva, 2022, p.221).

Conforme Lourenço, Vitena e Silva (2022) as pesquisas que expõem a seletividade e a reprodução das desigualdades raciais no sistema de Justiça Penal há muito tempo demonstram como ele funciona de maneira desigual, aplicando-se de forma distinta. Esse

sistema tende a direcionar a punição de maneira preferencial a certos grupos, enquanto outros são tratados de modo mais brando. Em relação a população carcerária, “é fato comprovado que a maior parte dos presos procedem de grupos sociais já marginalizados, excluídos da sociedade ativa por causa dos mecanismos de mercado que regulam o mundo do trabalho (Baratta, 2004, p.3).

Essas afirmações convergem aos dados do Relatório de Informações Penais RELIPEN - (2023), no qual percebe-se a seletividade penal e a forma como o sistema de justiça atua como um instrumento de controle social. Os dados revelam que, entre os 642.491 indivíduos encarcerados no Brasil, aproximadamente 62,5% são pessoas negras e pardas — um total de 401.385 indivíduos — em contraste com números significativamente menores de pessoas de outras etnias. Esse recorte racial expõe como o sistema penal direciona a repressão para determinados grupos. Em relação ao nível educacional da população carcerária os dados evidenciam e reforçam essa desigualdade estrutural: 286.601 presos têm o ensino fundamental incompleto, 14.324 são analfabetos e apenas 8.381 chegam a cursar o ensino superior, ainda que sem completá-lo. Esses indicadores confirmam a vulnerabilidade social dos(as) sujeitos privados de liberdade, oriundos, em grande parte, de um contexto de desigualdade educacional e social.

Assim, a seletividade penal não é apenas uma questão de política punitiva, mas também de controle social, voltada para manter grupos já marginalizados em um ciclo de dominação e vigilância estatal. Por outro lado, Bobbio (1987) argumenta que a legitimidade do poder está intrinsecamente ligada à justiça e à proteção dos direitos, o que está em contradição com a realidade das prisões, onde a violência e a degradação são frequentes e notórias nas buscas bibliográficas e noticiários. Essa relação entre Estado e direito discutida pelo autor ilumina a reflexão de como o sistema prisional é moldado por uma lógica de controle social ostensivo.

Assim, evidencia-se que essa prática não é acidental pois parte de uma lógica estrutural que preserva os interesses da classe dominante, relegando os setores mais pobres da sociedade ao controle social rígido e à criminalização constante. Ademais, faz-se necessário refletir sobre formas de controle social participativo no contexto prisional, visto que, o mesmo envolve a atuação da sociedade civil em mecanismos de monitoramento e fiscalização das políticas públicas que afetam diretamente a vida das pessoas privadas de liberdade. Esse tipo de controle social faz-se necessário a fim de garantir que a administração prisional seja mais

transparente e que as ações do Estado dentro das unidades prisionais estejam em consonância com os direitos humanos.

O sistema prisional brasileiro conta com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), órgão fundamental na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas externas ao sistema penitenciário (Rangel; Bicalho, 2016). O objetivo é orientar e propor diretrizes voltadas à promoção de um sistema prisional justo e eficiente, priorizando a melhoria das condições de encarceramento e a reintegração social dos indivíduos. Sua importância reside na capacidade de articular as demandas da sociedade civil, do sistema de justiça e das autoridades penitenciárias, assegurando que as políticas de privação de liberdade estejam alinhadas aos direitos humanos e aos princípios da dignidade humana. Instrumentos de controle social como o (CNPCCP) permitem à sociedade civil e às instituições de fiscalização participar ativamente da formulação, implementação e avaliação dessas políticas, contribuindo para a promoção de condições mais dignas nas unidades prisionais, sob os fundamentos dos direitos humanos.

Neste sentido, conforme aponta Raichelis (2006), a participação ativa da sociedade civil nesses espaços permite uma forma de interlocução entre Estado e sociedade, criando canais para uma gestão pública democrática e humanizada. Contudo, o controle social participativo enfrenta desafios - sejam eles objetivos e subjetivos -, como o acesso restrito às prisões, a falta de recursos e as barreiras políticas e institucionais, que muitas vezes dificultam a incidência da sociedade civil sobre as decisões e práticas estatais no sistema prisional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou e evidenciou a complexidade e as contradições entre abordagens teóricas da categoria controle social, especialmente no contexto do sistema prisional brasileiro. Constatou-se que o controle social pode ser compreendido sob duas perspectivas opostas: como uma ferramenta de participação e fiscalização cidadã, permitindo que a sociedade exerça o controle democrático sobre as ações do Estado, ou como um meio de coerção estatal, onde o poder institucional se impõe sobre determinados grupos sociais, reforçando as desigualdades e exercendo repressão. Essa dualidade evidencia-se de forma marcante no contexto do sistema prisional, onde o controle estatal aparece como uma prática de opressão e contenção de grupos em situação de vulnerabilidade, como as pessoas negras e de baixa escolaridade, que representam uma parcela significativa da população carcerária.

Os dados do Relatório de Informações Penais - RELIPEN (2023) reforçam essa perspectiva, revelando a prática da seletividade no sistema de justiça penal. A análise mostrou ainda que, no contexto prisional, o controle social se alinha ao papel de manutenção da ordem social, onde a contenção se sobrepõe ao discurso de reinserção. Essa realidade remete a teoria crítica de autores como Wacquant (2001) e Foucault (1977), que abordam o sistema prisional como uma tecnologia de poder destinada a manter certos grupos à margem da sociedade.

Nesse contexto, o papel do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) destaca-se como uma tentativa de incorporar elementos de controle social participativo. No entanto, apesar dos esforços do CNPCP em promover políticas de reintegração e humanização, ainda são evidentes os desafios para uma democratização efetiva e transparente do sistema prisional, dadas as estruturas de poder e os obstáculos que limitam a atuação da sociedade civil.

Assim, conclui-se que o controle social, quando implementado de forma restritiva sob a lógica “de cima para baixo”, serve para promover as desigualdades e o poder do Estado sobre os indivíduos vulneráveis. Para transformar o controle social em uma ferramenta de transformação e participação social se torna necessária uma reformulação do sistema prisional, logo deve haver questionamentos a respeito desse sistema enquanto um meio de contenção e opressão.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social**. São Paulo: BF, 2004.

Disponível em:

<https://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf> Acesso em: 13 nov. 2024.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 674. 2000.

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **15º Ciclo SISDEPEN, 2º Semestre de 2023**. Brasília: DF, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semester-de-2023.pdf> Acesso em: 12 nov. 2024.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, p. 126-150, 2012.

CAMPOS, Edval Bernardino. Assistência Social: do descontrolado ao controle social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 26, n. 88, p. 101-121, 2006.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, v. 15, n. 1, p. 45-65, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977. 277p

LOURENÇO, Luiz Claudio; VITENA, Gabrielle Simões Lima; DE MACEDO SILVA, Marina. Prisão provisória, racismo e seletividade penal: uma discussão a partir dos prontuários de uma unidade prisional. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 2, p. 220-239, 2022. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1367> Acesso em: 11 nov. 2024.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Controle social nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 19, p. 11-25, 1979. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/7hxKnNHVrRKYtzNxr4sz4SN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 out. 2024.

RAICHELIS, Raquel et al. Democratizar a gestão das políticas sociais—um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, v. 3, p. 73-87, 2006. Disponível em: <https://escoladeconselhos.ufms.br/files/2021/08/DEmocratizar-Gestao-da-Politicis-Sociais-Rachel-Raiquelis.pdf> Acesso em: 06 nov. 2024.

RANGEL, Flavio Medeiros; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Superlotação das prisões brasileiras: Operador político da racionalidade contemporânea. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 21, n. 4, p. 415-423, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/C9yL7bQrNyHpg7pTVScCGmH/?lang=pt> Acesso em: 11 nov. 2024.

WACQUANT, Loïc JD. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Freitas Bastos Editora, 2001.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

DA PROTEÇÃO AO CONTROLE: O DESMONTE DA CIDADANIA E A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO

FROM PROTECTION TO CONTROL: THE DISMANTLING OF CITIZENSHIP AND THE RISE OF AUTHORITARIANISM

Renan Silva Gomes¹

Resumo: O presente artigo analisa como, a partir de 2016, a política social brasileira passou por uma reconfiguração orientada por valores meritocráticos, punitivos e moralizantes, inserindo-se em uma lógica de repressão e controle social. O estudo tem como objetivo compreender de que maneira o avanço da nova direita contribuiu para o enfraquecimento da cidadania e para a criminalização da pobreza, atualizando práticas históricas de racismo e autoritarismo na gestão dos territórios populares. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e analítico, fundamentada em autores que discutem a relação entre política social, neoliberalismo e segurança pública. A análise evidencia que, ao deslocar a política social do campo dos direitos para o da vigilância e do merecimento, consolida-se um modelo de governo que transforma a desigualdade em culpa individual e o território periférico em alvo privilegiado da repressão estatal. Conclui-se que o desmonte da proteção social, aliado à ascensão de uma racionalidade autoritária, tem produzido uma cidadania fragmentada, seletiva e profundamente marcada pelas heranças coloniais e raciais que estruturam a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Política social; Cidadania; Nova direita; Criminalização da pobreza; Autoritarismo.

Abstract: This article analyzes how, since 2016, Brazilian social policy has been reshaped by meritocratic, punitive, and moralizing values, becoming part of a logic of repression and social control. The study aims to understand how the rise of the new right has contributed to the weakening of citizenship and the criminalization of poverty, updating historical practices of racism and authoritarianism in the governance of marginalized territories. Methodologically, it is a bibliographic and analytical study based on authors who discuss the relationship between social policy, neoliberalism, and public security. The analysis shows that by shifting social policy from the field of rights to that of surveillance and merit, a governing model emerges that transforms inequality into individual guilt and peripheral territories into privileged targets of state repression. It concludes that the dismantling of social protection, combined with the rise of an authoritarian rationality, has produced a fragmented and selective form of citizenship deeply marked by the colonial and racial legacies that structure Brazilian society.

Keywords: Social policy; Citizenship; New right; Criminalization of poverty;

¹ Assistente Social. Mestrando no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (PPGPS-UFF). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: renansilvagomes@id.uff.br.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem testemunhado um reposicionamento das funções do Estado frente à questão social². Em especial a partir da ascensão da nova direita ao poder, observa-se um processo de deslocamento do papel estatal: da promoção de direitos sociais à intensificação das ações repressivas, tendo a segurança pública como eixo estruturante da gestão social. Esse movimento ocorre de forma articulada com o desmonte das políticas sociais, a imposição de medidas de austeridade e a disseminação de discursos que naturalizam a seletividade e o controle como critérios legítimos para o acesso a direitos.

Este artigo propõe discutir como esse deslocamento - da política social como direito para a política de repressão como forma de gestão - atua na produção e legitimação da exclusão social no Brasil contemporâneo, especialmente em territórios periféricos e racializados. A hipótese central é a de que está em curso um projeto político de fundo conservador que associa a redução da proteção social à ampliação dos mecanismos de punição e vigilância, redefinindo as prioridades do Estado e reorganizando a relação entre política, sociedade e cidadania.

Notadamente a partir de 2016³, com a intensificação do projeto neoliberal e a ascensão de uma nova direita ao poder, observa-se um processo de ressignificação das funções do Estado, aqui observados como: de provedor de direitos a gestor da pobreza por meio do controle e da punição. Esse movimento não ocorre de forma isolada, mas está inserido em uma lógica mais ampla de reestruturação capitalista e redefinição dos marcos normativos da política social (Behring, 2015; Pereira, 2008).

² Aqui dialogamos com Iamamoto e Carvalho (2014, p. 83) “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.”

³ O ano de 2016 marcou um ponto de virada significativo na história política brasileira. O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT), amplamente debatido como um golpe parlamentar, culminou na sua destituição e na ascensão de Michel Temer (MDB) à presidência. Essa transição política não foi apenas uma mudança de governo, ela é interpretada como um marco para a implementação acelerada de políticas econômicas de viés neoliberal no cenário nacional, com cortes em programas sociais, privatizações e reformas trabalhistas e previdenciárias. O período pós-impeachment e o desdobramento dos eventos de 2016 também são vistos como cruciais para a potencialização e o crescimento da extrema direita no Brasil, abrindo caminho para figuras como Jair Bolsonaro e a consolidação de um novo espectro político no país, apontado por Pereira (2020) como ‘nova direita’.

A política social, enquanto resposta histórica - com seus traços ainda que contraditórios - à questão social no capitalismo, tem oscilado entre a garantia de direitos e a contenção da desigualdade por meio de mecanismos focalizados e seletivos. No contexto do capitalismo dependente e financeirizado, como argumenta Behring (2015), a política social encontra-se subordinada às exigências da acumulação capitalista e da austeridade fiscal, o que acarreta seu esvaziamento estrutural. Essa transformação é acompanhada por uma ofensiva ideológica que deslegitima a universalidade, reforça a meritocracia e desloca para os indivíduos a responsabilidade por sua condição social (Fleury, 2024; Lavinias, Araújo, Rubin, 2024).

Paralelamente, assiste-se à ascensão da segurança pública punitiva como eixo articulador da presença do Estado, sobretudo em territórios periféricos e racializados. Como observam Chaves e Gehlen (2019), a política de segurança deixa de ser uma exceção e passa a constituir um princípio de governo, sendo mobilizada como ferramenta de gestão da pobreza e do conflito social. Essa centralidade do controle penal implica uma redefinição da cidadania, cada vez mais condicionada ao mérito, à disciplina e à produtividade, pautadas em critérios que aprofundam seletividades historicamente marcadas por classe, raça e território (Cruz, 2022; Duriguetto & Demier, 2017).

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, de caráter teórico e crítico, fundamentada em revisão bibliográfica. O artigo está estruturado em duas partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, discutimos o papel histórico da política social no Brasil e as inflexões recentes provocadas pelo avanço do conservadorismo, com atenção especial à ascensão da nova direita. Na segunda parte, analisamos como a segurança pública punitiva passou a ocupar o centro da resposta estatal à pobreza, substituindo gradualmente as políticas de proteção social.

2 NOTAS SOBRE A POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: entre o direito e o disciplinamento - uma breve leitura crítica da conjuntura brasileira

A política social, enquanto construção histórica, assume um papel ambivalente: ao mesmo tempo em que pode garantir direitos e ampliar proteções, também opera como instrumento de regulação das desigualdades e de contenção dos conflitos de classe. Como observa Behring (2015), a política social é uma resposta contraditória à questão social, pois, ao mesmo tempo em que atua na ampliação de direitos, opera no sentido de conter a força potencialmente desestabilizadora das classes

trabalhadoras. Essa ambivalência revela que a política social, ainda que expresse conquistas das lutas sociais, nunca se apresenta de forma neutra ou desinteressada. Ela está inserida no bojo da dinâmica contraditória do capital, sendo permanentemente tensionada entre os interesses da reprodução social da força de trabalho e os imperativos da acumulação capitalista. Assim, a institucionalização de direitos sociais, ao mesmo tempo em que responde às demandas históricas dos trabalhadores, não podendo descartar o protagonismo das mobilizações sociais, também serve para preservar a ordem social vigente, atuando como mecanismo de controle e apaziguamento das contradições de classe.

De acordo com Fleury (2003) o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, ao longo de grande parte do século XX, seguiu um padrão de proteção social que permaneceu praticamente inalterado até a promulgação da Constituição Federal de 1988. O sistema brasileiro operava com base em uma dualidade: de um lado, o modelo de seguro social voltado aos trabalhadores com vínculo formal, no campo da previdência; de outro, um modelo assistencialista, direcionado aos não absorvidos pelo mercado de trabalho formal. No campo assistencial, consolidou-se uma lógica de cidadania invertida, em que o acesso à proteção social depende da “incapacidade” do indivíduo de atender ao ideal de cidadão produtivo, autônomo e inserido no mercado. Já no âmbito do seguro social, prevalece uma cidadania regulada, restrita àqueles que possuíam ocupação formalmente reconhecida, vínculo sindical e registro em carteira de trabalho.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um marco de avanço na consolidação de um pacto democrático que preconizava a universalização dos direitos sociais. A criação da Seguridade Social - articulando saúde, previdência e assistência social - expressava a tentativa de promover uma concepção integrada de proteção social (Fleury, 2008). Contudo, esse pacto foi tensionado e progressivamente desestruturado a partir da década de 1990, com o neoliberalismo, marcado por avanços e retrocessos conjunturais nas décadas posteriores, tendo no pós-2016 uma agudização das políticas de austeridade fiscal e as contrarreformas que fragilizam a proteção social (Fagnani, 2018). Essa inflexão é acompanhada pela ascensão de uma nova direita que, para além da pauta econômica, mobiliza discursos morais e autoritários, associando pobreza à criminalidade e deslegitimando os sujeitos que lutam por direitos.

Duriguetto e Demier (2017) analisam esse processo como expressão de uma “democracia blindada”, em que o Estado opera cada vez mais por instrumentos autoritários, ainda que sob aparência democrática. Para os autores, as contrarreformas recentes são expressões de uma ofensiva do capital que busca desmontar os marcos legais e institucionais que deram sustentação a avanços sociais.

Essa leitura crítica permite compreender que a democracia brasileira, longe de ser plenamente consolidada, encontra-se sob constante ameaça quando seus mecanismos são capturados por interesses privados e conservadores, traço comum na formação social brasileira, elucidado por conjunturas de golpes e ofensivas. O processo descrito por Duriguetto e Demier (2017) revela que, mesmo sem uma

ruptura formal, o golpe de 2016 representou um esvaziamento do conteúdo democrático, ao subverter a soberania popular por meio de ações institucionalizadas.

Nesse contexto, a nova direita não apenas desfinancia as políticas sociais, mas também redesenha seu papel, subordinando-as à lógica da ordem, do controle e do mérito individual. A política social, nesse cenário, passa a ser tratada como mecanismo de compensação mínima, seletiva, esvaziada de seu potencial na realidade social. A aprovação da PEC 95, que impôs um teto aos gastos públicos por 20 anos, é expressão concreta desse projeto, pois institucionaliza a restrição ao financiamento das políticas sociais, comprometendo a oferta de serviços públicos essenciais e aprofundando o desmonte dos direitos sociais. Como alerta Behring (2015), a política social vai sendo reduzida a um instrumento de compensação mínima.

Essa trajetória evidencia que a política social não pode ser compreendida fora da totalidade das relações sociais em que se insere. Ela é determinada pelas correlações de forças entre as classes sociais, expressando os limites e contradições capitalistas. Como destaca Iamamoto:

A política social é concebida como mediação das relações entre Estado e sociedade civil, cuja configuração concreta expressa as relações de força entre classes sociais em luta na sociedade capitalista, sendo parte constitutiva do modo de regulação do capital e da reprodução da força de trabalho (Iamamoto, 2008, p. 26).

Essa visão crítica ajuda a compreender o desmonte das políticas sociais como parte de um percurso histórico do Estado brasileiro, que se intensifica na conjuntura recente com a ascensão da ‘nova direita’ (Pereira, 2020). Nesse contexto, o Estado passa a adotar uma atuação cada vez mais controladora e punitiva, marcada pelo desinvestimento em políticas públicas e pela substituição da garantia de direitos por mecanismos de controle social e repressão. A promessa constitucional de universalização dos direitos é gradualmente substituída por políticas seletivas, orientadas por critérios que, na prática, aprofundam a exclusão e restringem o acesso aos direitos sociais. A criminalização da pobreza se intensifica, com o aparato de segurança pública atuando de forma violenta, frequentemente legitimado pelo discurso de figuras políticas que exaltam o uso da força como resposta aos problemas sociais. Declarações que naturalizam ou incentivam ações policiais letais ganham espaço no debate público, reforçando uma lógica de combate ao “inimigo”, expressas em discursos de figuras como o ex-presidente Jair Bolsonaro e parlamentares do campo da direita.

A inflexão nas políticas sociais está articulado à ascensão de uma nova direita no Brasil, que não apenas opera sob uma lógica ultraliberal no campo econômico, mas também mobiliza valores morais conservadores e práticas autoritárias no campo político e social. A nova direita atua para deslegitimar os fundamentos da seguridade social e apresenta as políticas públicas não como expressões de direitos conquistados, mas como privilégios indevidos, principalmente quando direcionadas às camadas populares, sob alegação de um “problema” econômico para o

desenvolvimento. Conforme analisa Pereira (2020), a ‘nova’ direita promove a consolidação de uma "corporocracia", isto é, a subordinação da lógica estatal aos interesses do grande capital, ao mesmo tempo em que sustenta uma ofensiva moral contra os sujeitos historicamente beneficiários das políticas sociais. Neste cenário, a nova direita subordina a política social a uma lógica individualizante e empresarial, reforçando estigmas e reduzindo sua natureza universal.

A nova direita não é, simplesmente, partidária da política social residual, mas sua idealizadora e entusiasta primária, propagando-a, sobretudo, com o auxílio da grande mídia, das redes sociais e das igrejas, como o único - e mais justo - modelo protetivo possível. (Pereira, 2020, p. 135).

A política social, sob essa ótica, deixa de ser uma arena de ampliação da cidadania e passa a ser reconfigurada como ferramenta de responsabilização individual e vigilância moral - sendo tratada até no âmbito da religiosidade. A pobreza, que é historicamente moralizada, passa a ser reforçada; o mérito é exaltado como critério legítimo de acesso ou não aos direitos, potencializando a criação de parâmetros de quem é merecedor ou não, onde reforçam-se estigmas sociais que associam a pobreza à incapacidade individual, deslocando a responsabilidade do Estado para os sujeitos; e o Estado assume a função de garantir a ordem, mais do que a proteção. Essa inflexão revela uma reconfiguração profunda no papel do Estado, que passa a organizar sua intervenção não mais pela via da inclusão cidadã, mas pela via do controle e da contenção social, aprofundando a lógica da seletividade e da fragmentação das políticas.

3 A VIOLÊNCIA COMO MÉTODO: reestruturação do Estado e a militarização da questão social

A segurança pública tem ocupado um papel cada vez mais central na forma como o Brasil lida com a questão social, especialmente nos territórios populares, principalmente com a ascensão de governantes do espectro político conservador. Em vez da ampliação de políticas sociais e da garantia de direitos, o que se observa é a substituição dessas ações por estratégias de controle, repressão e vigilância. Esse processo se intensifica após 2016, com o ataque às políticas públicas de seguridade social e o fortalecimento de um modelo que trata a pobreza como problema de ordem pública. Assim, o aparato policial passa a atuar onde antes deveria estar o Estado garantidor de direitos, aprofundando desigualdades e legitimando a criminalização da pobreza.

O crescimento do aparato repressivo no Brasil manifesta-se por meio do policiamento ostensivo, do encarceramento em massa e da militarização dos espaços urbanos, especialmente nas periferias das grandes cidades. Como apontam Chaves e Gehlen (2021), há

um deslocamento da função social do Estado em direção à contenção das manifestações da questão social, substituindo políticas de inclusão por práticas de repressão.

Esse modelo se ancora na construção de um discurso público que associa pobreza à criminalidade, transferindo a responsabilidade pela insegurança urbana às populações marginalizadas. Territórios periféricos, predominantemente negros e pobres, tornam-se alvos não de investimentos sociais, mas de operações policiais, discursos sensacionalistas e políticas de controle. Como destaca Cruz (2022), no governo Bolsonaro, esse processo atinge um novo patamar, em que se aprofunda a “degradação da política” e se institucionaliza uma lógica de guerra contra o inimigo interno.

A política de segurança pública, que deveria garantir proteção e preservar a vida dos cidadãos, tem atuado de forma contrária quando se trata das populações mais pauperizadas, principalmente quando refere-se às favelas e à população negra. Em vez de proteção, o que se vê é o aprofundamento do medo, da insegurança e da ruptura dos vínculos comunitários. Os impactos dessas ações são, muitas vezes, irreversíveis: interrompem trajetórias, produzem traumas coletivos e destroem dinâmicas familiares e sociais. Nesse contexto, a política de segurança pública deixa de ser instrumento de garantia de direitos e passa a funcionar como mecanismo de controle e exclusão, legitimando práticas que tratam determinados corpos como descartáveis.

Nesse contexto, a política social assume para esse segmento a lógica da vigilância, perdendo seu caráter de direito e sendo reinterpretada como instrumento de regulação dos corpos e das condutas consideradas desviantes. Significativos são os retrocessos no campo dos direitos sociais, especialmente no que se refere à universalização do acesso a políticas públicas essenciais, como saúde, educação, assistência social e moradia. Esses retrocessos são acompanhados por um processo paralelo de fortalecimento de legislações punitivas, que ganham força no ordenamento jurídico e no debate público. Observa-se o avanço de medidas que ampliam penas, reduzem garantias legais e restringem direitos fundamentais, especialmente para populações historicamente marginalizadas. Enquanto os direitos sociais são suprimidos, a resposta do Estado à desigualdade assume um caráter repressivo, deslocando o enfrentamento das questões estruturais para o campo da punição, em um reforço ao projeto histórico de controle social pautado pela lógica estigmatizante⁴.

⁴ Processo de categorização social por meio de uma identificação seletiva, atribuindo um adjetivo negativo, pejorativo; Goffman aponta que, a estigmatização compromete a identidade social dos indivíduos por completo na interação social. Para mais sobre ‘estigma’ ver Goffman (1982).

Araújo (2016) aponta que, as configurações do regime republicano, ainda no final do século XIX, exigiram a construção de um Estado autoritário, marcado por traços repressivos e voltado à contenção e pacificação da força de trabalho recém-liberta da escravidão. Nesse contexto, a instituição policial passou a operar como um dos principais instrumentos de controle social, exercendo a função de garantir a ordem e reprimir comportamentos considerados desviantes. Como aponta a autora, o Código Penal de 1890 criminalizou práticas como a vadiagem, o alcoolismo e a prostituição, estabelecendo um padrão moral que excluía aqueles que não se enquadravam no modelo do trabalhador produtivo, e obediente. A polícia, nesse cenário, foi mobilizada para perseguir ex-escravizados, pobres, líderes operários e revoltosos, atuando como força reguladora da nova ordem social, baseada na exclusão e no disciplinamento dos corpos negros e periféricos (Araújo, 2016).

Essa lógica histórica de atuação da segurança pública, evidente principalmente pelas ações das polícias, longe de ter sido superada, permanece presente nas práticas contemporâneas do Estado brasileiro. A criminalização da pobreza e o racismo estrutural que orientaram a construção das instituições repressivas continuam a operar, agora legitimados por discursos que associam esses territórios de favelas ao crime, à desordem e à insegurança. Assim, a política de segurança pública segue desempenhando um papel central na gestão da desigualdade, substituindo a oferta de direitos por ações violentas e reforçando a histórica função de controle e punição dirigida aos corpos considerados indesejáveis.

Dialogando com Caio Prado Júnior (1973) não podemos alocar a colonização como algo que ficou no passado, seus elementos estruturantes estão presentes até a contemporaneidade, e a forma como a instituição polícia intervém é forjada nas bases colonialistas em seu caráter racista, sendo suscitada como uma herança da violência colonial. Essa matriz de violência permanece ativa nas formas como o Estado se relaciona com as populações periféricas e racializadas. A atuação das forças policiais nas favelas e periferias, marcadas por ações letais, violações sistemáticas de direitos e controle permanente, reatualiza essa lógica colonial. O extermínio da juventude negra, a criminalização da pobreza e a militarização dos territórios populares não são desvios, mas continuidade de uma racionalidade fundante, em que a violência não é um erro, mas um método. Como herança da colonização, a política de segurança pública brasileira opera não para garantir proteção ou cidadania, mas para manter a ordem social baseada na exclusão e na desigualdade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui desenvolvida evidencia que o Brasil atravessa um processo de reconfiguração profunda das funções do Estado frente à questão social. O deslocamento da centralidade das políticas sociais para o recrudescimento da segurança pública revela uma racionalidade política que associa o enfraquecimento da proteção social à intensificação do controle e da repressão aos mais pobres e racializados. Essa transformação não é acidental, mas resultado de um projeto político que combina austeridade fiscal, conservadorismo moral e autoritarismo institucional.

A ascensão da nova direita torna-se um marco significativo na conformação do Estado brasileiro, promovendo uma reconfiguração que substitui a promoção da cidadania pela gestão punitiva da pobreza. Trata-se de um movimento orientado pelos interesses do capital, no qual o desinvestimento em políticas sociais voltadas às camadas pauperizadas é justificado pela necessidade de ajuste fiscal e pela subordinação do orçamento público às exigências do mercado (Dweck; Silveira; Rossi, 2018). Logo, observa-se que a austeridade, longe de ser apenas uma medida econômica, revela-se como instrumento político de reorganização das prioridades estatais, em que a proteção social é tratada como obstáculo ao livre funcionamento do mercado, alocando os direitos como privilégios indevidos e demasiados à população, que devem ser responsabilizadas por sua realidade social..

Como destacam Duriguetto e Demier (2017), esse processo se desenvolve por meio de mecanismos institucionais que permanecem formalmente democráticos, mas operam a serviço de um projeto de poder excludente, autoritário e regressivo. Sob esse modelo, o Estado não apenas retira direitos conquistados historicamente, mas reorganiza sua função em torno do controle social, reforçando práticas repressivas e seletivas que visam manter a ordem vigente.

O uso da força, a criminalização da pobreza e a repressão sistemática às periferias e aos movimentos sociais assumem, nesse contexto, um papel central nas estratégias de governabilidade adotadas pelo Estado brasileiro. Essas práticas não são exceções, mas parte constitutiva de um projeto político que opera pela via do medo. Tal configuração se expressa de forma contundente durante o governo Bolsonaro (2019–2022), período em que se consolidou uma lógica de enfrentamento permanente contra os sujeitos historicamente marginalizados, como as populações LGBTQIAPN+, quilombolas, indígenas e demais ditas “minorias sociais”, legitimando ações violentas do aparato de segurança e desqualificando os instrumentos democráticos de participação e controle social.

Esse período é marcado pelo aprofundamento da repressão como método de gestão das desigualdades, pela retórica do “inimigo” e do “diferente”, e pela legitimação pública de práticas estatais letais, sobretudo em territórios periféricos racializados, por meio de operações policiais e violações de direitos humanos. Em vez de políticas de inclusão e redistribuição, o que se observou foi o fortalecimento de uma cultura política autoritária que transforma demandas sociais em casos de polícia e repressão, seja no campo do discurso ou da prática, deslocando o papel do Estado de promotor de direitos para executor da ordem e da punição, assim forjando uma reestruturação do Estado e forjando novas tendências às políticas sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. R. de. *O processo de ocupação militar na favela da Maré no Rio de Janeiro no período de 2011 a 2016*. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

BEHRING, E.R. *Política social no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Cortez, 2015, 6a edição. Introdução e Conclusão.

CHAVES, H.L.A.; GEHLEN, V.R.F. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 135, p. 290-307, maio/ago. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xvX5NYGfjGWsdZbq4dkG4pQ/?format=pdf&lang=pt>

CRUZ, D.U. Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In: ZIMMERMANN, C.; CRUZ, D.U. (Ed.). *Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022. Disponível em: <https://alacip.org/wp-content/uploads/2022/04/ZIMMERMAN-UZEDA.-As-politicas-sociais-do-governo-Bolsonaro.pdf>.

DURIGUETTO, M.L.; DEMIER, F. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, maio./ago. 2017. DOI: <http://10.18315/argum..v9i2.17066>.

DWECK, E.; SILVEIRA, F.G.; ROSSI, P. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A.L.M. (Org.). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. Cap. 2.

FAGNANI, E. Austeridade e Seguridade: a destruição do marco civilizatório brasileiro. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A.L.M. (Org.). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. Cap. 3.

FLEURY, S. Capitalismo, democracia, cidadania - contradições e insurgências. *Saúde em Debate* [online], 2018, vol. 42, n. spe3, pp. 108-124. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-11042018000700108&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

FLEURY, S. Políticas sociais e poder local. Versão reduzida e atualizada do artigo “Políticas sociais e democratização do poder local”, publicado em: VERGARA, S.; CORREIA, V. (orgs.). *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FLEURY, S. Seguridade social, um novo patamar civilizatório. In: DANTAS, B.; CRUXÊN, E.; SANTOS, F.; LAGO, G.P.L. (Org.). *A Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois - Os cidadãos na carta cidadã*. 1a ed. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008. p. 178-212.

FLEURY, S. et al. Populismo Autoritário, Desdemocratização e Desmonte das Políticas Sociais: lições do caso brasileiro. In: FLEURY, S. (Org.). *Cidadania em Perigo: Desmonte das políticas sociais e desdemocratização no Brasil – Capítulo 9*. Rio de Janeiro: Edições Livres; Cebes, 2024.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1992.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E.; RUBIN, P. Income transfers and household debt. The advancing collateralization of social policy in the midst of restructuring crises. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 44, no 2, pp. 298-318, April-June/2024.

PEREIRA, C.P. Nova Direita, corporocracia e política social. In PEREIRA, P.A.P. (org.). *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social*. São Paulo: Cortez: 2020.

PEREIRA, P.A.P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). *Política social no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/3_PEREIRA.pdf.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

DETERMINANTES DA (RE)PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

DETERMINANTS OF THE (RE)PRODUCTION OF VIOLENCE: CONTRIBUTIONS FROM SOCIAL WORK

Yasmin Shaolim Duarte Alves¹

Ricardo Peres da Costa²

Resumo: Este artigo aborda o ciclo de violência juvenil no Brasil como uma das expressões mais nefastas da “questão social”, onde a violência estrutural e a repressão do Estado Penal corrobora para a o acesso e permanência de jovens na criminalidade. O objetivo central é analisar criticamente o papel e as contribuições do Serviço Social na interrupção desse ciclo. A metodologia pautou-se na pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, fundamentada no materialismo histórico e dialético, discutindo autores clássicos e contemporâneos que abordam a questão social e a violência. O estudo discute a atuação do/a assistente social na articulação entre a intervenção direta, o fortalecimento de redes protetivas e a defesa intransigente de políticas sociais universais, em oposição à lógica punitiva. Conclui-se que a superação desse ciclo perverso exige mais do que a atuação técnica: demanda a substituição do Estado Penal por um Estado Social robusto, promotor de direitos e capaz de reconhecer a autonomia e a potência transformadora da juventude.

Palavras-chave: Violência Juvenil; Questão Social; Estado Penal; Serviço Social.

Abstract: This article addresses the cycle of youth violence in Brazil as one of the most harmful expressions of the “social question,” where structural violence and repression by the penal state contribute to young people's access to and permanence in crime. The main objective is to critically analyze the role and contributions of social work in interrupting this cycle. The methodology was based on qualitative bibliographic research, grounded in historical and dialectical materialism, discussing classical and contemporary authors who address the social question and violence. The study discusses the role of social workers in the articulation between direct intervention, the strengthening of protective networks, and the uncompromising defense of universal social policies, as opposed to punitive logic. It concludes that overcoming this vicious cycle requires more than technical action: it demands

¹Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazonia- UFAM. Membro do Grupo de Estudos Amazônicos Interdisciplinares (GAIA) e Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPPEAM. E-mail: yasmin98duarte@gmail.com

²Assistente Social. Doutor em Serviço Social e Política Social. Professor Colaborador e Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) com bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: peresrpc@gmail.com

the replacement of the Penal State with a robust Social State that promotes rights and is capable of recognizing the autonomy and transformative power of youth.

Keywords: Youth Violence; Social Issue; Penal State; Social Work.

1 INTRODUÇÃO

A violência juvenil no Brasil constitui uma das mais trágicas facetas da "questão social", categoria central para o Serviço Social, entendida como o conjunto de desigualdades políticas, econômicas e sociais inerentes ao desenvolvimento capitalista (Iamamoto; Carvalho, 2014). Longe de ser um problema residual, ela se manifesta de forma alarmante, como indicam os dados do Atlas da Violência (Cerqueira; Bueno, 2024), que apontam jovens, especialmente negros e moradores de periferias, como as maiores vítimas e, em muitos casos, também os perpetradores de crimes violentos. Essa realidade evidencia a inserção precoce em um perverso ciclo de agressão e morte, que não se resume a escolhas individuais, mas é um fenômeno complexo, alimentado por uma teia de fatores estruturais, sociais e familiares que se retroalimentam. O objetivo deste artigo é, portanto, analisar a complexa articulação de causas que mantêm os jovens brasileiros aprisionados nesse ciclo, com foco especial nas dinâmicas sociais e familiares.

A justificativa para esta análise reside no caráter imperativo de superar abordagens fragmentadas e punitivistas, que frequentemente reduzem a violência a um problema de segurança pública. Sob esta ótica, a violência é compreendida como um complexo social (Silva, 2008), uma categoria que se realiza nas relações sociais e que só pode ser decifrada em sua conexão com a totalidade da vida social. Entendê-la em sua profundidade exige conectar as experiências singulares de sofrimento às determinações universais de uma sociedade que produz exclusão. Ademais, essa análise se torna ainda mais pertinente ao considerarmos a consolidação de um Estado Penal que opta pela gestão repressiva da pobreza em detrimento de políticas sociais protetivas, contribuindo ativamente para aprofundar o ciclo que alega combater (Brisola, 2012).

Nesse cenário, o Serviço Social, como profissão que atua diretamente nas manifestações mais contundentes da questão social (Iamamoto, 2009, p. 15), possui um papel central e desafiador. A intervenção junto a essa juventude e suas famílias tensiona o projeto ético-político da profissão, exigindo uma práxis crítica e fundamentada. Para cumprir seus objetivos, este artigo está estruturado em cinco seções. Primeiramente, apresentamos uma conceituação do ciclo de violência, contextualizando-o na realidade brasileira. Em seguida,

analisamos as causas estruturais e sociais que formam a base para a perpetuação do ciclo. A terceira seção aprofunda a análise sobre as causas familiares, individuais e culturais. Na quarta parte, discutimos as implicações e as estratégias de enfrentamento, destacando as contribuições do Serviço Social. Por fim, a conclusão sintetiza os principais argumentos e aponta para a necessidade de abordagens críticas e pesquisas futuras.

2 CONCEITUAÇÃO DO CICLO DE VIOLÊNCIA E CONTEXTUALIZAÇÃO

O conceito de "ciclo da violência", cunhado originalmente por Lenore Walker na década de 1970 para descrever a dinâmica da violência doméstica contra mulheres, refere-se a um padrão de tensão, agressão e apaziguamento que se repete e se intensifica (Walker, 1979). Embora essa formulação seja fundamental e relevante, é necessário ampliar essa definição, uma vez que a análise crítica da violência juvenil no Brasil exige que se transcenda a esfera puramente interpessoal ou familiar.

Dessa forma, seguindo as ideias de Silva (2008), compreendemos este ciclo não como um mero encadeamento comportamental, mas como um fenômeno nutrido por duas formas de violência que se articulam: a violência estrutural e a violência urbana. Para o autor “É preciso reconhecer que a violência se apresenta heterogênea e multifacetada e se particulariza atingindo diferentes segmentos sociais (jovens, mulheres, idosos, famílias, grupos, movimentos sociais, entre outros), classes sociais diversas (Silva, 2008, p. 271).

A base desse ciclo é a violência estrutural, intrínseca à lógica da acumulação em um capitalismo dependente. Ela se manifesta na negação sistemática de direitos e na produção contínua da desigualdade, que, como afirmam Iamamoto e Carvalho (2014), é o cerne da questão social. Essa violência silenciosa e cotidiana cria as condições objetivas de vulnerabilidade, empurrando vastos segmentos da juventude para uma situação de marginalidade, marcada pela ausência de futuro via trabalho digno, educação de qualidade ou moradia segura.

É nesse vácuo de proteção, onde o Estado Social se retrai, que a violência urbana emerge como sua expressão mais visível e letal. O que Zaluar (1994) descreveu como a criação de um "cidadão de segunda classe" se torna o terreno fértil para a cooptação de jovens por organizações criminosas. Para esse jovem, a quem o Estado negou cidadania, a entrada em uma facção pode oferecer uma forma de "cidadania perversa": um arremedo de identidade, poder, pertencimento e, crucialmente, acesso a uma renda que o mercado formal não provê.

Como aponta Feltran (2018), grupos como o PCC não são meras gangues, mas complexos sistemas de governança que regulam mercados (lícitos e ilícitos) e a própria vida social nas periferias, oferecendo uma "ordem" onde o Estado oficial falhou.

Longe de atuar como um freio, a resposta estatal funciona como o principal motor de aceleração do ciclo. A consolidação do "Estado Penal" (Brisola, 2012) é a materialização de uma gestão soberana sobre a vida e a morte, na qual a existência de certos corpos, especialmente os de jovens, negros e pobres, é considerada descartável³. A política de "guerra às drogas" e a repressão focada na "criminalização da pobreza" (Brisola, 2012) não visam solucionar o problema, mas gerenciar populações indesejadas através da força. Com isso, a violência policial⁴, o encarceramento em massa e a estigmatização do jovem periférico como "inimigo" aprofundam o sentimento de exclusão e legitimam a lógica do confronto permanente.

O ciclo se fecha, assim, em uma espiral trágica e aparentemente sem saída. A violência estrutural da pobreza e da desigualdade empurra o jovem para a violência urbana do crime organizado, que por sua vez atrai a violência letal do Estado. Encurralado entre essas forças, a agressão se converte em estratégia de sobrevivência. O resultado desse processo é perfeitamente sintetizado na percepção captada por Bitencourt (2023), onde a urgência de fugir "porque a sua vida que tá em risco" se torna a lógica existencial dominante, convertendo as grandes estruturas sociais e políticas em uma ameaça imediata e inescapável.

2.1 Causas estruturais e Sociais

As causas estruturais que alimentam o ciclo de violência juvenil não são acidentais, mas estão fincadas na própria arquitetura da sociedade brasileira, marcada por um capitalismo dependente e por uma histórica e profunda desigualdade. Esses fatores macroestruturais configuram o que Iamamoto e Carvalho (2014) definem como a "questão social", cujas expressões mais agudas florescem em um terreno de exclusão.

O Estado utiliza a violência (seja ela policial, prisional ou a repressão legal) de forma *funcional* para manter a ordem social e disciplinar a força de trabalho "excedente" (aqueles que o sistema capitalista não consegue absorver). A repressão policial-penal é a resposta

³<https://www.brasildefato.com.br/colunista/roberto-jefferson-normando/2025/11/04/por-um-humanismo-radical-a-vida-contra-a-barbarie/>

⁴<https://www.ihu.unisinos.br/659247-no-combate-ao-crime-o-pobre-e-subumano-e-descartavel-artigo-de-ynaes-lopes-dos-santos>

gerencial à crise social.

O pilar dessa estrutura é a desigualdade social, que se manifesta na brutal concentração de renda e na distribuição desigual de oportunidades. Longe de ser uma falha do sistema, essa assimetria é a própria condição de existência e reprodução do modelo, traduzindo-se, para a juventude pobre, em um horizonte de possibilidades drasticamente limitado. Compreende-se que “[...] é necessário reconhecer que as condições materiais de existência e a sociabilidade nela formada são componentes insuprimíveis para a explicação desse fenômeno [...]” (Silva, 2008, p. 271). A falta de acesso a bens e serviços essenciais gera um sentimento de injustiça e desesperança, tornando o caminho da criminalidade uma alternativa aparentemente viável para o consumo e o status social negados pelas vias legítimas.

Essa desigualdade se materializa geograficamente na exclusão urbana e na segregação territorial. As cidades brasileiras são espaços fraturados, com uma nítida divisão entre centros equipados e periferias desassistidas. Para um jovem que cresce em uma favela, a realidade é a de uma cidadania negada, onde o Estado se faz presente principalmente por meio da força policial, enquanto os serviços de saúde, educação e saneamento são precários. Essa ausência fomenta a consolidação de soberanias armadas, onde facções e milícias impõem suas próprias leis. O “faccionamento” dos territórios cria fronteiras invisíveis e códigos de conduta cuja violação pode resultar em expulsão ou morte, alimentando o fenômeno do deslocamento forçado interno (Bitencourt, 2023).

Soma-se a essa segregação espacial a exclusão do mundo do trabalho formal. A reestruturação produtiva e as políticas neoliberais fragilizaram o mercado, oferecendo aos jovens, especialmente àqueles com baixa escolaridade, apenas empregos precários e informais. Diante da impossibilidade de construir um projeto de vida por meio do trabalho digno, a economia ilícita surge como um mercado alternativo, que oferece formas perversas de mobilidade social e reconhecimento.

É sobre este cenário de exclusão social, espacial e econômica que atua o Estado Penal como catalisador e gestor da crise (Brisola, 2012). Ao optar pela via punitiva, o Estado abandona seu papel de garantidor de direitos e adota uma postura de confronto contra sua própria população. A violência estatal, longe de combater o crime, legitima o uso da força como método de resolução de conflitos e aprofunda o abismo entre os jovens e as instituições.

A violência, portanto, não emerge como uma anomalia, mas como resultado lógico e

funcional de uma estrutura social que sistematicamente exclui, segrega e reprime⁵. A violência é a forma brutal de manifestação do antagonismo de classes inerente ao modo de produção capitalista. A desigualdade (exclusão, segregação) é a regra, e não a exceção.

2.2 Outros apontamentos das determinações da violência

Se a estrutura socioeconômica do capitalismo estabelece a determinação fundamental e o quadro geral da violência, são outras as mediações — as dinâmicas familiares, as vivências individuais e os valores circulantes — que a particularizam no cotidiano dos jovens. Tais dinâmicas, operando no cotidiano, funcionam como o movimento que traduz dialeticamente as pressões coletivas em trajetórias de vida concretas e singulares. É nesse entrelaçamento que a “questão social” deixa de ser uma abstração e se inscreve nas biografias.

Frequentemente, o primeiro espaço de socialização da violência é a própria família. Em lares atravessados pela pobreza extrema e pela ausência de redes de apoio, a violência física, psicológica ou a negligência podem se tornar formas disfuncionais de comunicação e disciplina. Como aponta Minayo (2006), a violência intrafamiliar é um fenômeno complexo, potencializado por estressores sociais como o desemprego e a precariedade. A ausência de figuras de referência positivas e a instabilidade dos vínculos afetivos criam um vácuo que torna o jovem extremamente vulnerável. Nesse cenário, o grupo de traficantes ou a milícia pode oferecer o que a família, fragilizada, não consegue: um senso de pertencimento, regras claras, hierarquia e uma forma perversa de proteção, tornando-se uma "família" substituta com seus próprios códigos de lealdade.

A dimensão subjetiva é crucial para entender as adesões e os rompimentos. Viver sob a ameaça constante da violência gera traumas, medo e ansiedade, e a decisão de se envolver com o crime muitas vezes não é uma escolha livre, mas uma estratégia de sobrevivência. A percepção de que a sua vida que está em risco é um fator determinante (Bitencourt, 2023). Contudo, existe também uma dimensão de atração. Em uma sociedade de consumo que nega identidade e poder, a arma, o dinheiro e o respeito imposto pelo medo tornam-se símbolos sedutores de uma masculinidade hegemônica e de status Zaluar (1994). O crime oferece um atalho para uma sensação de poder e reconhecimento que o mundo “legal” parece incapaz de prover.

Finalmente, essas dinâmicas se consolidam em uma cultura da violência, que passa a

⁵ <https://anistia.org.br/informe/nota-publica-seguranca-publica-nao-se-faz-com-sangue/>

ser naturalizada. Em territórios dominados por conflitos armados, a violência se torna tão corriqueira que é vista como parte inevitável da vida. A lógica do nós contra eles, seja contra a polícia ou contra uma facção rival, cria uma moralidade de guerra, um "*ethos guerreiro*", como analisou Zaluar (1994), onde a eliminação do outro sujeito é justificada. Esse desejo de destruição do diferente (Ianni, 2002) se impõe sobre os laços comunitários, como ilustram os depoimentos de moradores expulsos por fechar com o errado (Bitencourt, 2023). Neste contexto, a violência deixa de ser um desvio para se tornar a própria regra, e o jovem que cresce nesse ambiente internaliza esses códigos não como uma escolha, mas como um manual de sobrevivência.

3 IMPLICAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

O enfrentamento do ciclo de violência juvenil exige do Serviço Social e das políticas públicas uma ruptura radical com as práticas fragmentadas e imediatistas que historicamente marcam a resposta estatal. Se a violência é um fenômeno de múltiplas determinações, um complexo social como aponta Silva (2008), sua superação demanda estratégias que articulem as dimensões micro e macro, individuais e estruturais. Qualquer intervenção que se restrinja ao indivíduo, em uma chave puramente terapêutica, ou à repressão, em uma lógica punitiva, está fadada ao fracasso por ignorar as raízes estruturais do problema.

A contribuição do Serviço Social revela-se, então, na sua capacidade de construir mediações, atuando no epicentro das contradições sociais (Iamamoto, 2009). A práxis profissional parte das demandas imediatas, como as que envolvem o jovem em conflito com a lei, a família em situação de vulnerabilidade ou a comunidade amedrontada, para descortinar suas conexões com a totalidade da vida social. No plano da intervenção direta, essa visão se traduz no fortalecimento de duas ferramentas essenciais: o trabalho em rede e a escuta qualificada, conforme aponta Cavalcante *et al.* (2021):

Um dos desafios postos ao profissional de Serviço Social é o trabalho em rede e a escuta qualificada. O trabalho em rede é apontado por meio de programas, projetos e políticas públicas, sobretudo de atendimento às vítimas das expressões de violências [...]. Já a escuta qualificada demanda conhecimentos efetivos sobre a forma de abordagem e tratativa de protagonistas inseridos no âmbito da violência, o que inclui a não revitimização. (Cavalcante *et al.*, p. 164).

Assim, a articulação intersetorial entre assistência, saúde, educação e o sistema de justiça não pode ser um fim em si mesma, uma mera formalidade burocrática. Precisa se

converter na tecitura de projetos de vida, oferecendo alternativas reais à criminalidade. Essa ação se complementa com uma intervenção familiar e comunitária qualificada, pautada em uma postura de acolhimento genuíno e sem julgamentos, que reconheça os sujeitos em seu sofrimento e em sua potência, fortalecendo os vínculos sociais erodidos pela violência.

Contudo, a ação profissional não se esgota na intervenção direta. O compromisso ético-político da profissão exige um movimento em direção à esfera pública, na defesa intransigente de políticas universais. A melhor forma de combater a atração do crime é garantir que existam caminhos viáveis e dignos fora dele, o que implica disputar a hegemonia do Estado Social sobre o Estado Penal, lutando por emprego, renda, moradia, educação e cultura nas periferias. Essa atuação política, por sua vez, demanda uma formação profissional robusta e crítica. Como alertam Cavalcante *et al.* (2021), é imperativo que os currículos de Serviço Social aprofundem o debate sobre a violência, munindo os futuros profissionais com um arcabouço teórico-crítico capaz de analisar o fenômeno não como um desvio moral, mas como produto das contradições do capitalismo.

A efetivação dessa prática profissional, contudo, enfrenta obstáculos significativos. O profissional de Serviço Social está imerso nas tensões de um Estado que opera em uma dupla chave: por um lado, promove a gestão da pobreza por meio de políticas sociais fragilizadas; por outro, intensifica a repressão como forma de controle. Nesse cenário de antagonismos, a intervenção assume um caráter de disputa permanente.

É na ocupação crítica dos equipamentos e serviços que reside a possibilidade de construir fissuras no bloco de poder hegemônico, afirmando a primazia dos direitos humanos e da justiça social contra a naturalização da violência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico deste trabalho converge para uma constatação incontornável: o ciclo de violência que aprisiona a juventude brasileira não é um desvio de rota, mas o destino lógico forjado na própria arquitetura social, política e econômica do país. A violência estrutural, silenciosa e cotidiana, materializa-se na segregação das cidades e na ausência de futuro, empurrando corpos jovens para as malhas da criminalidade.

Nesse terreno, as dinâmicas familiares e culturais não surgem do nada; elas traduzem a opressão coletiva em biografias de sofrimento, onde a agressão se torna linguagem e

estratégia de sobrevivência. O ciclo se fecha e se acelera com a atuação de um Estado Penal que, sob o pretexto de garantir a ordem, aprofunda a espiral de morte e confirma para o jovem periférico que sua vida é, de fato, descartável. A violência revela-se, assim, não como um ato isolado, mas como um ecossistema que se retroalimenta, conectando a falta de saneamento básico na favela à letalidade da ação policial. E se a doença é sistêmica, a cura não pode ser tópica.

Nesse contexto, o desafio posto ao Serviço Social é radical e transcende em muito a mera gestão de políticas paliativas. Exige uma práxis que, partindo da escuta e do fortalecimento de redes de proteção, se converta em disputa política cotidiana contra a lógica punitivista. É uma atuação travada nos espaços institucionais e na esfera pública para afirmar o projeto ético-político da profissão, que é, em última instância, a defesa da vida. Fica evidente, portanto, que romper este ciclo demanda mais do que intervenções pontuais; demanda um projeto de sociedade. Exige a superação do Estado Penal em favor de um Estado Social que encare seus jovens não como uma ameaça a ser gerenciada pela força, mas como potência e futuro a serem cultivados.

Enquanto a sociedade brasileira não encarar as raízes de sua própria violência, continuará a sacrificar o futuro de sua juventude no altar da desigualdade. A pesquisa rigorosa e a luta política intransigente não são, portanto, opções, mas o único caminho possível para a transformação desta trágica realidade.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, João Vitor Gomez. **(Des)Proteção Social nos deslocamentos internos e forçados no Rio de Janeiro**. 2023. 228 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

BRISOLA, Elisa. Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social. **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima; MELO, Lucilene Ferreira de; BATALHA, Ariadna Nunes Aguiar; DEPIETRO, Thamyres Alves. O debate sobre violência: contribuições para a formação profissional de assistentes sociais. In: **PROCAD Amazônia 2: formações e saberes profissionais para o trabalho social na Amazônia**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2021. p. 151–168.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, Octávio. **A violência na sociedade contemporânea**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 7, n. 12, p.7-28, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/644>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A inclusão da violência na agenda da saúde**: trajetória histórica. Ciência & Saúde Coletiva, v. 11, supl., p. 1259-1267, 2006.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 265-273, jul./dez. 2008.

WALKER, Lenore E. **The Battered Woman**. New York: Harper & Row, 1979.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/tenovamemoriasservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM EXTENSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DO NUEP/SUAS-RS

FORMACIÓN CONTINUA EN EXTENSIÓN: UN ESTUDIO BASADO EN NUEP/SUAS-RS

Solange Emilene Berwig¹
Monique Bronzoni Damascena²
Lauren Amaro dos Santos³
Milena Vieira⁴

Resumo: Este estudo tem por objetivo demonstrar dados parciais da pesquisa em andamento - Educação permanente do SUAS em extensão universitária no Rio Grande do Sul. A retomada das discussões sobre a gestão do trabalho no Sistema Único de Assistência Social foi um importante passo para o fortalecimento do SUAS. Os estudos que antecedem esta pesquisa apontavam para um crescente acúmulo de produções sobre o tema, que fora desarticulado a partir de 2017. Além das pesquisas revelam-se importantes ações no âmbito das universidades sobre educação permanente através da extensão, o que motivou esta pesquisa. Os dados parciais contribuem para conhecer: a) o grupo de docentes e instituições que participam atualmente junto ao Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social do estado do Rio Grande do Sul (NUEP/SUAS-RS); b) as ações de extensão já implementadas no estado do Rio Grande do Sul que se relacionam com o SUAS; c) revela uma rede extensionista podendo ser acionada como rede no âmbito do Estado.

Palavras-chave: Núcleo de Educação Permanente; SUAS; Extensão universitária; Rio Grande do Sul.

Resumen: Este estudio presenta datos parciales de la investigación en curso sobre Educación Continua en el Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) a través de la extensión universitaria en Rio Grande do Sul. La reanudación de las discusiones sobre la gestión del trabajo dentro del SUAS representó un paso importante para su fortalecimiento. Estudios previos a esta investigación señalan una creciente acumulación de publicaciones sobre el tema, las cuales se interrumpieron a partir de 2017. Además de la investigación, se evidencian

¹ Doutora em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social, e dos PPGs em Serviço Social e Proteção Social (PPG/SSPS) e Mestrado em Políticas Públicas (PPGPP) da Unipampa. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina. Membro do GT CLACSO Trabalho Previsión Social y Sistemas de Pensiones. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br

² Doutora em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social da Unipampa. Coordenação do curso de Serviço Social da Unipampa. Membre do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina. E-mail: moniquedamascena@unipampa.edu.br

³ Graduanda do curso de Serviço Social da Unipampa. Bolsista PDA de Pesquisa. E-mail: laurenamaro.aluno@unipampa.edu.br

⁴ Graduanda do curso de Direito da Unipampa. Bolsista PROFEXT de extensão.. E-mail: milenavieira.aluno@unipampa.edu.br

acciones importantes dentro de las universidades en materia de educación continua mediante programas de extensión, lo que motivó esta investigación. Los datos parciales contribuyen a comprender: a) el grupo de docentes e instituciones que participan actualmente en el Centro de Educación Continua del Sistema Único de Asistencia Social del estado de Rio Grande do Sul (NUEP/SUAS-RS); b) las acciones de extensión ya implementadas en el estado de Rio Grande do Sul relacionadas con el SUAS; c) una red de extensión que puede activarse a nivel estatal.

Palabras clave: Centro de Educación Continua; SUAS; Extensión Universitaria; Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

A gestão do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um importante eixo de articulação e fortalecimento da política de assistência social brasileira, trata-se de uma política interna para valorização dos/as trabalhadores/as e aprimoramento do SUAS. Entre as determinações da gestão do trabalho está a previsão da consolidação de uma Política de Educação Permanente no SUAS, bem como, os demais mecanismos de apoio e controle social - entre os quais destacamos os Núcleos de Educação Permanente do SUAS (NUEPs).

Os estudos e ações de extensão vinculados ao Laboratório Práxis - Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), têm sido direcionados aos temas no âmbito do SUAS. Nesse sentido o percurso de trabalho junto ao Práxis, tem contribuído para o amadurecimento das ações de pesquisa, ensino e extensão sobre temáticas como: gestão do trabalho, educação permanente, avaliação da política de assistência social, relações e condições de trabalho, entre outros temas relacionados ao SUAS. Nos últimos dois anos (desde final de 2024) vem sendo executado o projeto de extensão “FronteiraSUAS: educação permanente do SUAS em extensão⁵”, o que mobilizou pessoas, instituições e saberes. Entre os desdobramentos da extensão registramos a elaboração de projetos de pesquisa vinculados ao FronteiraSUAS, a saber: i) Gestão do trabalho no SUAS; e, ii) Educação permanente do SUAS em extensão universitária no Rio Grande do Sul.

Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa em andamento “Educação

⁵ Projeto de extensão que promove ações de educação permanente à trabalhadores/ gestores e conselheiros do Sistema Único de Assistência Social no âmbito da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, território de atuação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

permanente do SUAS em extensão universitária no Rio Grande do Sul”, que entre os objetivos específicos buscou identificar os/as docentes e Instituições de Ensino Superior que compõem o Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social do estado do Rio Grande do Sul (NUEP/SUAS-RS). Trata-se de um projeto elaborado coletivamente entre curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e a Escola de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul (EDSOCIAL) e Coordenação-geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (CGGTEP) da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

A pesquisa em andamento, tem por objetivo mapear ações de extensão e docentes do Rio Grande do Sul que vem atuando no âmbito do SUAS, em especial sobre o tema da gestão do trabalho e da educação permanente, neste sentido o objetivo específico busca revelar a atuação de docentes articulados o NUEP/SUAS-RS, contribuindo no futuro para aproximações, fortalecimento e criação de uma rede estadual de extensão no SUAS que poderia ser articulada pelo(s) Núcleo(s) - do Estado, ou até mesmo pelos municípios. Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza documental, que tem como fonte de coleta documentos de domínio público como a portaria de composição do NUEP/SUAS-RS e os currículos lattes de docentes que participam do Núcleo em que se busca revelar suas produções e experiências de extensão.

O desenvolvimento deste estudo se organiza de modo a refletir sobre o que é extensão universitária e sua relevância para comunidade externa à universidade, e na sequência são apresentados dados da pesquisa que revelam os projeto identificados através do levantamento dos dados.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ELO ENTRE COMUNIDADE E UNIVERSIDADE

A extensão universitária está pensada como elemento fundante do processo formativo no âmbito de uma instituição universitária. Ela, a extensão, foi criada como uma das estratégias da universidade para a qualificação dos processos de formação profissional, baseada nas experiências empíricas, e, em uma relação que deve ser construída com base na reciprocidade⁶ entre universidade e comunidade. Destacamos que o Plano Nacional de

⁶ Algumas das maiores virtudes e expressões do compromisso social da universidade são identificadas por meio de suas ações de pesquisa, ensino e extensão, consideradas atividades básicas do ensino superior. O exercício de tais funções é solicitado como dado de excelência na graduação, fundamentalmente voltado à formação de um profissional cidadão relacionado com a apropriação e produção do conhecimento científico e comprometido ainda com a realidade social (Fernandes, et.al., 2012, p.171).

Extensão Universitária (1999) tem como princípio básico “[...] a formação de um profissional cidadão é baseada na efetiva relação recíproca do acadêmico com a comunidade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação com os problemas que um dia terá que enfrentar” (Brasil, 1999, p.1).

Nesse sentido a extensão é tanto um processo de ensino/aprendizagem que se funde com os demais processos de ensino e pesquisa, quanto um elo com a comunidade. Elo que permite o diálogo entre saber acadêmico e saber popular, elo que permite a integração de ações entre instituição e comunidade, elo para construção de ações de demandas da comunidade local. Logo, um espaço potencial para o exercício formativo de futuros profissionais.

A extensão, junto com a pesquisa e ensino possibilita aos acadêmicos a experiência de vivências significativas que lhe proporciona reflexões acerca de grandes questões da atualidade e, com base na experiência e nos conhecimentos produzidos e acumulados, o desenvolvimento de uma formação compromissada com as necessidades sociais. Os três fundamentos da universidade, isto é, ensino, pesquisa e extensão, propiciam experiências a discentes e docentes, mas a extensão faz a associação paralela imediata entre o conhecimento científico e o popular (Saraiva, 2007).

A extensão segundo Freire (1992), exige uma presença curiosa do sujeito em face da realidade que se descortina à sua frente e solicita sua ação transformadora sobre tal realidade. Demanda busca contínua. Implica invenção e reinvenção. Reivindica a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está seu ato submetido.

É relevante pensar ainda, que pela via da pesquisa, e do ensino, que em certa medida estão mais voltados para o exercício dentro da universidade, nesse sentido a extensão universitária é imprescindível para a democratização do acesso aos conhecimentos produzidos, assim como para o redimensionamento da função social da própria universidade, principalmente se for pública, como é o caso da Unipampa.

A universidade, enquanto um lugar escolar de ensino/aprendizagem da universalidade da vida, precisa ser entendida, hoje, como uma instituição que atua para além dos fundamentos da ciência e da educação escolarizada. Ela se envolve também com a situação de exclusão dos indivíduos dos bens culturais produzidos pelas civilizações, pois o fundamento

de uma instituição democrática não é construído em meio a circunstâncias opostas aos princípios de liberdade e da solidariedade.

Neste sentido, não somente seus alunos deverão ser os únicos a se beneficiar de suas ações, mas como já enunciado aqui, todos os envolvidos docentes, técnicos e sociedade são beneficiários das ações de educação oportunizadas pelas ações de extensão. Esse entendimento permeia os novos diálogos sobre o papel da universidade hoje e subjaz ao novo sentido da extensão universitária, integrada ao ensino e à pesquisa. Ou seja, a universidade dialogal estará fazendo educação científica, para além dos costumeiros procedimentos escolares, quando ela democratizar a produção e a distribuição dos conhecimentos, levando e buscando os saberes fruto das experiências das ações solidárias de indivíduos e grupos (Silva, 2010).

Evidentemente, a universidade não está acima ou fora da realidade política, social, econômica e cultural da sociedade, mas não necessariamente precisa estar submetida a essa realidade, como se somente o que existe fosse possível de existir. Sua existência diz respeito muito mais ao futuro do que ao presente. E foi a imaginação de um futuro mais promissor que levou muitos atores da universidade a provarem, com argumentos sólidos, que a lógica humana não é apenas constituída de concorrência e de evolução competitiva, e sim de lógicas solidárias. Pensar e extensão universitária requer, não confundir esta, com ações de políticas públicas, e esta não pode, todavia, se ocupar este lugar.

Em termos práticos, não se pode esperar mais do que a universidade pode fazer, como instituição científica, formativa, social e pública. Ela não é o Estado, não é um Movimento Social, uma Igreja, um partido e nem uma empresa. No entanto, pode manter boas relações com todos esses setores, que têm uma excelente expectativa sobre ela. Um dos exemplos ilustrativos dessas expectativas é o movimento de instituições em defesa da promoção da inclusão social de populações vulnerabilizadas pela pobreza por meio da disponibilização de Tecnologias Sociais. Esse processo desafia a universidade a articular a extensão, o ensino e a pesquisa em favor da produção de Tecnologias Sociais para segmentos populacionais excluídos.

Defende-se que a extensão universitária deve ser ela própria uma metodologia de ação da universidade atual, uma atividade que é meio (ação coletiva para resolver problemas) e ao mesmo tempo fim (geradora de tecnologia e/ou conhecimentos). Como meio e fim ela procura criar condições para os entendimentos das vivências coletivas e do papel dos saberes sistematizados (científicos) e dos saberes experienciados (comuns) neste processo. Ou seja,

além de reposicionar o papel da ciência e tecnologia na sociedade, a extensão também busca outros saberes para integrar as ações planejadas, edificar as ciências, desafiar as tecnologias e para entender e ajudar a resolver problemas da população.

A extensão é fruto da proposta de universidade que as instituições de ensino superior carregam. Como tal, para ser universidade, precisa de unidade interna (uni + versões). Sem a interação interna que forma os tendões para “ex-tender” (“tender” – tendões – que se esticam – extensão) não tem como ir ao outro, para fora de si, para a sociedade. Sem o reconhecimento de si não há como reconhecer o outro e nem formar laços de unidade (universidade e sociedade). Externamente, as universidades têm dificuldades de buscar parceiros francos que possam atuar de modo edificante para as ciências e para promover desenvolvimentos recíprocos (Silva et. al. 2012, p. 4).

É imprescindível que universidade e sociedade dialoguem, não podem estar isoladas uma da outra. No entanto, efetivar esse diálogo é um grande desafio, dadas as complexidades inerentes às instituições, aos setores da sociedade. Um dos elementos para construção deste diálogo é a inserção da comunidade de forma aberta, dinâmica, e franca em ações da universidade. Inserção por meio de ações participativas⁷ e congregam interesses em comum.

Esse processo de conhecimento da realidade, construção de ações de interesse da comunidade e potencial da universidade, ganham todos os envolvidos, ganham também, os alunos envolvidos em processos de extensão, pois este permite que os alunos se posicionem quanto aos fenômenos que o cerca, opinando sempre que necessário, uma vez que a produção do conhecimento se dá de forma dialógica entre alunos, professores técnicos e comunidade envolvida, tendo como objetivo fazer chegar este conhecimento à comunidade, pensando na resolução dos problemas da maioria da população ali inserida, onde o projeto será desenvolvido.

As atividades de extensão são, portanto, caracterizadas como importantes por proporcionar benefícios à universidade, aos estudantes e à comunidade: à universidade porque esta, ganha credibilidade, aos alunos porque estes aprendem mais e à comunidade porque é esta que se beneficia quanto aos objetivos da extensão. Esse tem sido o viés das ações desenvolvidas pelo projeto de extensão FronteiraSUAS: Educação Permanente em Extensão, enquanto experiência de educação permanente através da extensão para os municípios da região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, potencializando o elo entre universidade e

⁷ Como uma das qualidades da democracia, a participação não implica apenas a presença física dos sujeitos nas instâncias planejadoras, decisórias e de execução das ações. É preciso que se participe de forma qualificada pelo uso do argumento e de informações, de fala e de escuta, ou seja, precisa-se criar uma prática de diálogo que assegure a essência das relações criativas dos saberes diferenciados (Silva et. al. 2012, p. 4).

comunidade. É das ações de extensão que se interconectam ações de ensino e pesquisa, como esta que se apresenta neste estudo, revelando o campo da extensão universitária como potência para o fortalecimento da uma política pública, neste caso o SUAS.

3 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS

O desenvolvimento do estudo em tela, revela-se à partir da configuração do Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social do estado do Rio Grande do Sul (NUEP/SUAS-RS). O decreto que institui o NUEP/SUAS-RS no âmbito da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, é o decreto nº 53.441 de 22 de fevereiro de 2017. Ele institui o NUEPE como “instância de consulta e de assessoramento do órgão gestor do SUAS na esfera estadual, no que diz respeito à implementação da educação permanente em sua respectiva jurisdição” (Rio Grande do Sul, 2021, s/p). Esse decreto de 2017 teve alteração em 2021, no dia 5 de abril, gerando o decreto nº 53.441 - nele é instituído um locus de cooperação que envolve a participação dos trabalhadores do SUAS, usuários do sistema, conselheiros da rede e instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão:

Art. 2º O Núcleo constitui-se de locus privilegiado de participação e de cooperação institucionalizada, envolvendo gestores, trabalhadores, usuários, prestadores de serviço, beneficiários do SUAS, conselheiros da Assistência Social e Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão integrantes da Rede Nacional de Educação Permanente – RNEP, nas atividades e decisões relativas à implementação da Política de Educação Permanente (Rio Grande do Sul, 2017, s/p).

O Núcleo com isso, tem por finalidade, a interlocução, diálogo e cooperação entre diferentes atores; o acompanhamento e avaliação do processo e implementação da política; elaboração de propostas de aperfeiçoamento; e planejamento de ações de Educação Permanente.

[...] tem por finalidade I - interlocução, diálogo e cooperação entre diferentes atores envolvidos na implementação do SUAS, visando ao assessoramento do respectivo órgão gestor quanto à implementação da política de educação permanente;
II - acompanhamento e avaliação do processo de implementação da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP, no Estado e elaboração de propostas de aperfeiçoamento; e
III - planejamento de ações de Educação Permanente, considerando o diagnóstico de necessidades de qualificação ou de formação de gestores, de trabalhadores integrantes da rede pública e privada e de conselheiros da política de assistência social (Rio Grande do Sul, 2017, s/p).

O NUP/SUAS-RS é composto por órgãos e entidades: Secretaria de Trabalho e Assistência Social; Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul - CEAS/RS; Fórum Estadual de Assistência Social Não Governamental/RS; Fórum Estadual dos Usuários do SUAS - FEUSUAS/RS; Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS - FETSUAS/RS; e a Fundação de Proteção Especial do Estado do Rio Grande do Sul – FPE, Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS/RS e instituições de ensino superior - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; Universidade do Vale dos Sinos – UNISINOS; Universidade de Caxias do Sul – UCS; Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA; e a Universidade Católica de Pelotas – UCPEL (Rio Grande do Sul, 2017).

O NUP/SUAS-RS possui uma agenda sistemática de um encontro mensal, juntamente com a secretaria do governo do Estado, com o intuito de debater sobre as ações de educação permanente de cada instituição. Os trabalhos destinam-se a orientar e direcionar a Política de Educação Permanente, capacitando os trabalhadores e os usuários, além de ampliar os espaços de debate e a participação popular no próprio monitoramento e avaliação do SUAS.

Os dados iniciais da pesquisa, apontam para a composição do grupo de docentes que compõem o NUP/SUAS-RS, que no momento atual (2025) são onze professores de instituições públicas e privadas de ensino superior. As áreas de atuação identificadas são: Serviço Social com nove docentes, e a Ciência Política, dois docentes. Os dados foram coletados através do Currículo Lattes de cada professor, evidenciando a produção deste grupo revelando projetos de extensão, pesquisa e produções acerca do “SUAS”. Foram identificados vinte e quatro (24) projetos de pesquisa, dez (10) projetos de extensão e sessenta e oito (68) publicações - livros, capítulos de livros, periódicos, trabalhos completos em anais de evento, notícias de jornais/revistas. Estas informações apontam para a relevância do grupo docente junto ao NUP/SUAS-RS.

No que se refere ao levantamento sobre extensão universitária, objetivo central deste estudo, revela um conjunto de projetos, nas diferentes instituições, conforme pode ser observado no quadro 01.

Quadro 01. Projetos de extensão sobre o SUAS dos docentes do NUP/SUAS-RS

Nome do Projeto	Universidade vinculada	Ano
Educação permanente do SUAS em extensão universitária no RS	UNIPAMPA - Campus São Borja	2024 - atual
EDUCON - educação permanente e controle social	UNIPAMPA - Campus São Borja	2023-2023
Educação Permanente em Saúde Indígena: a atenção primária em Saúde/Hcpa entram na roda com os estudantes indígenas	UFRGS	2023-2023
Blog Trajetórias da Educação Permanente no SUAS	UFRGS	2020-2022
I Mostra de Educação Permanente no SUAS do Rio Grande Do Sul	UFRGS	2016-2016
Curso Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e Implementação de Ações do Plano BS	UFRGS	2014-2016
Ciclos de Debates sobre Assistência Social - 3 Edição	UFRGS	2022-atual
SUAS e a vigilância socioassistencial	UFRGS	2011-2011
Educação permanente em movimento	UFSM	2022-atual
Projeto PET- Saúde, Gestão e Assistência - Reconstrução das ações de controle da tuberculose no município de Porto Alegre por meio de atores da integração ensino-serviço-comunidade	UNISINOS	2022-2023

Fonte: sistematizado pelas autoras.

Os dados revelam que dos projetos identificados nas instituições, três estão em andamento e atuam especificamente sobre o tema da Educação Permanente do SUAS, corroborando com a ação extensionista como espaço potente para fortalecimento de gestores, trabalhadores, e conselheiros da assistência social.

A Política de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS foi criada em 2013 através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. A política visa contemplar as dimensões dos processos de trabalho e a dimensão pedagógica, tendo como

objetivo:

Institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação (Brasil, 2013, p. 27).

A política desdobra-se em onze objetivos específicos que apontam para o desenvolvimento de processos de planejamento que contemplem estudos, pesquisas, formação, capacitação para o pensar crítico e o agir qualificado das ações de trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários da assistência social em termos de conhecimentos e habilidades, tendo em vista à consolidação da educação continuada e permanente (Brasil, 2013).

Além dos temas, observa-se uma contribuição importante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no desenvolvimento de projetos de extensão. Dentre os projetos destacamos ainda os projetos da Universidade Federal do Pampa (unipampa) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ações de formação nestas instituições contribuem para descentralizar processos de educação permanente do SUAS, oferecendo possibilidades de acesso para os municípios do interior do Estado de forma mais aproximada - cumprindo assim interesses da política de educação permanente e da extensão universitária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto não tem a pretensão de esgotar o diálogo sobre as ações desenvolvidas nas instituições de ensino do Estado, mas iniciar uma reflexão que pretende revelar com o avanço da pesquisa - quais são as instituições de ensino, quem são os docentes que pesquisam, ensinam e realizam extensão sobre o tema do SUAS, e especialmente sobre o tema da educação permanente do SUAS. Espera-se com os avanços do estudo revelar todas as potencialidades da extensão universitária e sugerir à articulação de uma rede de extensão sobre o SUAS, à fim de articular as instituições de ensino e gestão em âmbito estadual e federal.

Ainda em uma fase inicial, a pesquisa já revela a existência de docentes que atuam de forma consistente em diferentes frentes - no NUP/SUAS-RS, em pesquisa, ensino, produção de conhecimento e extensão. Entretanto, estas ações ainda não são articuladas em um rede estadual, acontecem de forma mais focada em cada contexto institucional, e relações mais

centralizadas, com o conhecimento mais profundo sobre quem compõem estes espaços, poderia-se ampliar parcerias, e formações mais coletivas.

Acreditamos que ações no âmbito das universidades podem ser espaços que se desdobram em distintas regiões do Estado, potencializando a formação, diálogo e capacitação dos agentes do SUAS através da interlocução com a extensão. Articular redes de pesquisa é um processo bastante comum no ambiente acadêmico, entretanto, observamos que seria oportuno ainda articular docentes, pesquisadores e extensionistas em redes de extensão universitária. Neste caso, a partir dos dados de docentes que atualmente compõem o NUEP/SUAS-RS, são especialmente potentes de serem articulados dado suas experiências, construindo assim uma rede articulada de profissionais que atuam na educação permanente do SUAS no estado do Rio Grande do Sul. Dá-se andamento na pesquisa que deverá aprofundar maiores informações de dados e análises as quais devemos no futuro próximo socializar em novos espaços para fortalecimento do SUAS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília: MEC/CRUB, 1999. Documento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional de Educação Permanente do SUAS**. Brasília (DF). 1ª edição, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 53.441, de 22 de fevereiro de 2017**. Institui o Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-55827-2021-rio-grande-do-sul-altera-o-decreto-no-53-441-de-22-de-fevereiro-de-2017-que-institui-o-nucleo-de-educacao-permanente-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas-no-ambito-da-secretaria-de-desenvolvimento-social-trabalho-justica-e-direitos-humanos> Acesso em 10/11/2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 55.827, de 05 de abril de 2021**. Altera o Decreto no 53.441, de 22 de fevereiro de 2017, que institui o Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.pge.rs.gov.br/upload/arquivos/202104/06084045-doe-2021-04-06.pdf> Acesso em 10/11/2025.

FERNANDES, Marcelo C. Et al. **Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas**. In.: Educação em Revista. Belho Horizonte. Vol. 28. 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SARAIVA, J. L. **Papel da Extensão Universitária na Formação de Estudantes e Professores.** Brasília Médica, Brasília, v. 44, n. 3, p. 220-225, 2007.

SILVA, Enio Waldir. **Extensão universitária hoje: processo dialógico da ação integradora e emancipadora.** In: BARCELOS, E. S; Rasia; SILVA, Enio Waldir. Economia Solidária: sistematizando experiências. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2010.

SILVA, Enio Waldir. El. Al. **A Solidariedade Educa - Ações da Universidade na Economia Solidária.** In.: A produção de conhecimentos nas Incubadoras Universitárias de Economia Solidária: modelos, teorias e perspectivas analíticas. 2012.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ELABORAÇÃO DE APLICATIVO GRATUITO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS DOS CÓDIGOS CULTURAIS MATERIAIS DE SÃO BORJA, RS, BRASIL

ELABORACIÓN DE UNA APLICACIÓN GRATUITA PARA DISPOSITIVOS MÓVILES DE LOS CÓDIGOS CULTURALES MATERIALES DE SÃO BORJA, RS, BRASIL

Jonatan Willian Pinto dos Santos¹
Roberto Barboza Castanho²
Lidiane dos Santos Rodrigues³
Juliane Messina Chagas⁴

Resumo: A presente pesquisa tem como foco o desenvolvimento de um aplicativo móvel, utilizando plataformas gratuitas, destinado a indicar os códigos culturais materiais (pontos turísticos e locais com potencial turístico do município de São Borja) situado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, Brasil, conhecido historicamente como a capital dos Sete Povos das Missões. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em referenciais teóricos sobre turismo e sobre o uso de aplicativos digitais voltados à valorização cultural. A partir dessa fundamentação, serão mapeados e descritos os principais pontos turísticos da cidade, integrando informações e coordenadas geográficas que permitam sua localização por meio de mapas interativos. O estudo também contempla a análise dos aspectos legais envolvidos na criação e disponibilização do aplicativo, assegurando sua conformidade com as normas vigentes. Assim, o projeto busca unir tecnologia e cultura como estratégia de difusão do patrimônio local e de promoção do desenvolvimento turístico sustentável.

Palavras-chave: Turismo digital, patrimônio cultural, códigos culturais materiais, aplicativos móveis, APPS.

Resumen: La presente investigación se centra en el desarrollo de una aplicación móvil, utilizando plataformas gratuitas, destinada a señalar los códigos culturales materiales (puntos turísticos y lugares con potencial turístico) del municipio de São Borja, situado en la frontera

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus São Borja. E-mail: jonatansantos.aluno@unipampa.edu.br

² Docente titular do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e do PPGSSPS – Campus São Borja. E-mail: robertocastanho@unipampa.edu.br

³ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus São Borja. E-mail: lidianerodrigues.aluno@unipampa.edu.br

⁴ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus São Borja. E-mail: julianechagas.aluno@unipampa.edu.br

oeste del estado de Rio Grande do Sul, Brasil, conocido históricamente como la capital de los Siete Pueblos de las Misiones. Metodológicamente, la investigación se basa en referencias teóricas sobre el turismo y sobre el uso de aplicaciones digitales orientadas a la valorización cultural. A partir de esta fundamentación, se mapearán y describirán los principales puntos turísticos de la ciudad, integrando información y coordenadas geográficas que permitan su localización mediante mapas interactivos. El estudio también contempla el análisis de los aspectos legales relacionados con la creación y disponibilidad de la aplicación, garantizando su conformidad con las normativas vigentes. De esta manera, el proyecto busca unir tecnología y cultura como una estrategia para la difusión del patrimonio local y la promoción del desarrollo turístico sostenible.

Palabras clave: Turismo digital, patrimonio cultural, códigos culturales materiales, aplicaciones móviles, APPS.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um contexto de rápida expansão das tecnologias digitais, que transformam profundamente as formas de interação social, o acesso à informação e a circulação do conhecimento. Nesse cenário, os aplicativos móveis assumem um papel central como instrumentos de comunicação, educação e inclusão, permitindo que pessoas de diferentes realidades acessem conteúdos de forma dinâmica e interativa.

Além de aproximar o usuário de informações relevantes, essas ferramentas contribuem para o fortalecimento de identidades locais, a valorização cultural e o estímulo ao turismo sustentável. Assim, os aplicativos não apenas facilitam o cotidiano, mas também se configuram como espaços de construção coletiva do saber, integrando tecnologia, cidadania e desenvolvimento social.

A proposta de criação de um aplicativo gratuito sobre os códigos culturais materiais de São Borja, Rio Grande do Sul, Brasil busca democratizar o acesso às informações turísticas, históricas e culturais do município, promovendo a valorização do patrimônio local e estimulando o turismo. Ao reunir dados organizados e georreferenciados, o aplicativo funcionará como um guia prático para visitantes e moradores.

Destaca-se, nesse processo, o papel fundamental do/a assistente social como mediador/a entre a tecnologia, a comunidade e as políticas públicas. Por sua atuação direta nos territórios e seu profundo conhecimento das realidades sociais, esse profissional tem condições privilegiadas de identificar demandas, potencialidades e desigualdades locais, utilizando o aplicativo como uma ferramenta estratégica de intervenção. Por meio de ações educativas, oficinas comunitárias e articulações com instituições públicas e privadas, o/a

assistente social pode promover o uso acessível e inclusivo do aplicativo, garantindo que ele cumpra sua função social de democratizar o acesso à informação e fortalecer o sentimento de pertencimento da população.

A iniciativa dialoga diretamente com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, ao reafirmar valores como a defesa dos direitos humanos, a equidade, a participação popular e o desenvolvimento sustentável. O turismo, nesse contexto, é compreendido não apenas como atividade econômica, mas como expressão da cultura e da identidade de um povo e elementos centrais para a construção da cidadania e para o fortalecimento dos vínculos comunitários.

2 APORTE TEÓRICO ACERCA DE APLICATIVOS (APPS) MÓVEIS E TURISMO

Vivemos uma era marcada pela digitalização acelerada e pela transformação das relações humanas, econômicas e sociais por meio da tecnologia. Dentro desse contexto, os aplicativos conhecidos popularmente como “apps” emergem como protagonistas de uma verdadeira revolução na vida cotidiana. Presentes em smartphones, tablets e computadores, os aplicativos tornaram-se ferramentas essenciais que permitem desde atividades simples, como enviar mensagens ou ouvir música, até transações bancárias, consultas médicas, processos educacionais e acesso a serviços públicos.

Um aplicativo ou simplesmente APP, é um programa criado para executar uma tarefa específica em dispositivos como celulares, tablets ou computadores. Enquanto o sistema operacional gerencia o aparelho inteiro, o aplicativo funciona como uma ferramenta dedicada que o usuário instala quando precisa resolver um problema concreto, seja conversar, pedir comida, estudar ou controlar finanças. De acordo com Pressman e Maxim (2020), trata-se de um “pacote de software enxuto” com forte foco na experiência do usuário.

Em uma economia moderna, as condições de mercado mudam rapidamente, as necessidades do cliente e do usuário evoluem e novos desafios competitivos surgem sem aviso. Os profissionais têm de assumir uma abordagem de engenharia de software que permita que permaneçam ágeis – definindo processos que sejam manipuláveis, adaptáveis e enxutos, capazes de se adequar às necessidades do mundo dos negócios moderno (Pressman; Maxim, 2020, p. 145).

Nos últimos anos, o uso de aplicativos móveis apresentou um crescimento exponencial em todo o mundo, e o Brasil acompanha essa tendência com destaque. Dados recentes revelam que 84,5% dos brasileiros utilizam aplicativos para realizar compras, o que coloca o país bem acima da média global de 53% (APPDOME, 2024). O comportamento digital da

população brasileira é ainda mais evidente quando se observa a quantidade de aplicativos acessados diariamente: 21,5% dos brasileiros utilizam entre 11 e 20 apps por dia, enquanto 13,9% acessam mais de 20 aplicativos diariamente, número que ultrapassa significativamente as médias internacionais (Appdome, 2024).

Em termos globais, o cenário também impressiona. Em 2025, o número de usuários de smartphones ultrapassou a marca de 6,3 bilhões de pessoas no mundo, com mais de 90% do tempo de uso desses dispositivos sendo dedicado a aplicativos móveis (SQ MAGAZINE, 2025). Estima-se que o tempo médio gasto diariamente em aplicativos seja de 4,2 horas por usuário, sendo 1,7 horas em redes sociais, 1,3 horas em serviços de streaming, 47 minutos em jogos e 22 minutos em compras online (Quanti, 2025).

Além disso, o engajamento crescente é visível entre os jovens: usuários entre 18 e 24 anos chegam a passar 112 horas por mês utilizando aplicativos, o equivalente a quase quatro horas por dia (Increditoools, 2025).

Esses dados demonstram não apenas o crescimento no número de usuários, mas também uma mudança significativa no comportamento da sociedade, que passa a integrar os aplicativos em quase todas as esferas da vida: trabalho, lazer, saúde, finanças e educação. O Brasil ocupa atualmente o quarto lugar no ranking global de downloads de aplicativos e tempo de uso, ficando atrás apenas de países como China, Índia e Estados Unidos (IT FORUM, 2023). Além disso, com 142 bilhões de downloads globais registrados em 2024, os aplicativos consolidam-se como um dos principais vetores de transformação digital do século XXI (STATISTA, 2024).

Conforme aponta o relatório da SQ Magazine (2025, p. 2)

O tempo médio de uso diário de aplicativos móveis pelos usuários é de aproximadamente 4,2 horas, sendo 1,7 hora dedicada às redes sociais, 1,3 hora a serviços de streaming, 47 minutos a jogos e 22 minutos a compras online. Esses dados reforçam a centralidade dos aplicativos na vida cotidiana, revelando uma distribuição significativa do tempo dos indivíduos em atividades digitais diversas. A presença intensa dos apps nos hábitos diários evidencia como essas plataformas se tornaram não apenas ferramentas utilitárias, mas também espaços de convivência, lazer e consumo, transformando padrões comportamentais em escala global.

A internet e os dispositivos móveis transformaram o comportamento do turista, que busca informações em tempo real e prefere conteúdos geolocalizados, atualizados e personalizados. Werthner e Ricci (2004) enfatizam os sistemas de recomendação como recursos para apoiar a decisão do visitante.

O turismo pode ser compreendido como um fenômeno social, cultural e econômico que envolve o deslocamento voluntário e temporário de pessoas para locais diferentes do seu ambiente habitual, com diversos objetivos como o lazer, negócios, saúde, estudos ou outros.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), trata-se de “todas as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou outros motivos não remunerados no local visitado” (OMT, 2001).

No contexto brasileiro, o turismo representa um importante vetor de desenvolvimento social e econômico. Ele gera empregos diretos e indiretos, movimenta o comércio local, estimula a preservação do patrimônio histórico e natural e contribui para o fortalecimento da identidade cultural de comunidades. Além disso, ao promover a circulação de pessoas, o turismo favorece o intercâmbio cultural, amplia a visão de mundo dos indivíduos e estimula o sentimento de pertencimento ao território.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023 as viagens domésticas realizadas por brasileiros movimentaram aproximadamente R\$ 20 bilhões, representando um importante indicativo da retomada e do fortalecimento do setor turístico nacional após os impactos da pandemia de COVID-19. Esses dados reforçam a relevância econômica do turismo como vetor de desenvolvimento e geração de renda no país (IBGE, 2023).

De acordo com Beni (2003), um dos principais autores brasileiros na área, o turismo deve ser entendido de forma sistêmica, englobando fatores econômicos, ambientais, sociais e culturais. Ele afirma que

O turismo deve ser compreendido como um sistema aberto, composto por elementos interdependentes — como infraestrutura, superestrutura, demanda e oferta — que, ao interagirem, produzem fluxos turísticos e geram transformações nos espaços receptores. Esse sistema envolve uma rede complexa de relações econômicas, sociais, culturais e ambientais, em constante intercâmbio com o meio externo. Por essa razão, o turismo não pode ser analisado de forma isolada, mas sim considerando a articulação entre os diversos setores e agentes que o compõem, além dos impactos que produz sobre o território e a população local (Beni, 2003, p. 25).

Assim, mais do que uma simples atividade de lazer, o turismo é um instrumento estratégico para o desenvolvimento regional e para a valorização da população local.

A importância do turismo para a população está, portanto, em sua capacidade de gerar oportunidades de trabalho, fomentar a economia local, preservar tradições culturais e

promover o encontro entre diferentes grupos sociais. Quando bem planejado, contribui também para o desenvolvimento sustentável, equilibrando crescimento econômico com respeito ao meio ambiente e à cultura local.

São Borja, localizada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, no Brasil, é uma das cidades mais antigas do estado, fundada em 1682 pelos jesuítas, e carrega um legado histórico-cultural de importância nacional e internacional. Inserida no contexto das Missões Jesuítico-Guarani, a cidade integra um território reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO.

Nos últimos anos, o turismo em São Borja vem se consolidando em diferentes eixos. O turismo histórico-político se destaca pelo título de “Terra dos Presidentes”, por ser o berço de Getúlio Vargas e João Goulart, cujas casas-museus e memoriais preservam a memória política do país e atraem pesquisadores e visitantes. O turismo de fronteira, impulsionado pela ligação com Santo Tomé, na Argentina, também ganha força, permitindo o intercâmbio cultural e econômico que dá à cidade uma característica cosmopolita. Além disso, o turismo cultural e de eventos representa uma dimensão fundamental do município, movimentando a economia local e reforçando sua identidade regional.

Um dos diferenciais de São Borja é a presença de instituições federais de ensino, que ampliam sua relevância acadêmica e cultural. A Universidade Federal do Pampa (Unipampa), com cursos e grupos de pesquisa voltados para áreas como comunicação, fronteira e cultura, estimula a circulação de estudantes e pesquisadores e fortalece o turismo acadêmico. O campus avançado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) contribui com projetos de extensão e ações ligadas à memória missioneira, reforçando o vínculo da cidade com sua herança histórica.

Já o Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja (IFFar) se destaca pela formação técnica e tecnológica em diversas áreas, além de projetos culturais e comunitários que envolvem a população local e ampliam as oportunidades de desenvolvimento social e econômico. A articulação dessas instituições transforma o município em um polo educacional e científico, capaz de atrair fluxos de pessoas e eventos acadêmicos que fortalecem também o setor de serviços e turismo.

As manifestações culturais reforçam ainda mais a identidade turística da cidade. São Borja é reconhecida como a Capital do Fandango⁵, expressão típica do Rio Grande do Sul que

⁵ São Borja recebeu oficialmente o título de “Capital Gaúcha do Fandango” por meio da Lei Estadual nº 15.037, sancionada em 9 de janeiro de 2018. A denominação reconhece a forte tradição cultural da cidade na realização

constitui uma das mais autênticas representações do folclore gaúcho, reunindo música, dança e gastronomia em um espaço de sociabilidade tradicional. O Carnaval de São Borja, considerado um dos maiores da região, atrai milhares de pessoas todos os anos, movimentando a economia criativa local por meio da atuação de escolas de samba, blocos e expressões populares que dão visibilidade à diversidade cultural do município.

De acordo com Oliven (1992), a identidade cultural do Rio Grande do Sul é marcada por símbolos e tradições que se perpetuam na memória coletiva, como festas, danças e rituais, que funcionam como marcadores sociais de pertencimento. Nesse sentido, São Borja se consolida como um destino multifacetado, capaz de articular patrimônio histórico, vida acadêmica, tradições culturais e eventos contemporâneos, tornando-se referência tanto na valorização da cultura regional quanto na sua contribuição para o patrimônio cultural de relevância internacional.

3 RESULTADOS

3.1 Procedimentos metodológicos: elaboração do aplicativo (APP) turístico de São Borja, RS, Brasil

Para o desenvolvimento do aplicativo turístico voltado à cidade de São Borja, RS, Brasil, a metodologia será organizada em etapas sequenciais, de modo a assegurar clareza no processo e qualidade no produto final.

A Primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica e documental acerca dos aspectos legais de um aplicativo (APP) e sobre turismo e das tecnologias digitais aplicadas ao setor. Nessa fase, serão utilizadas obras acadêmicas, artigos científicos e documentos institucionais produzidos por órgãos como a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria Municipal de Turismo de São Borja. Também foram consultados planos e relatórios de gestão turística, além de publicações relacionadas ao desenvolvimento de aplicativos voltados ao turismo.

Na segunda etapa, ocorreu uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo com foco no município de São Borja. Foi visitado os principais atrativos históricos, culturais e naturais da cidade, a fim de produzir registros fotográficos e observações diretas. Esses dados de

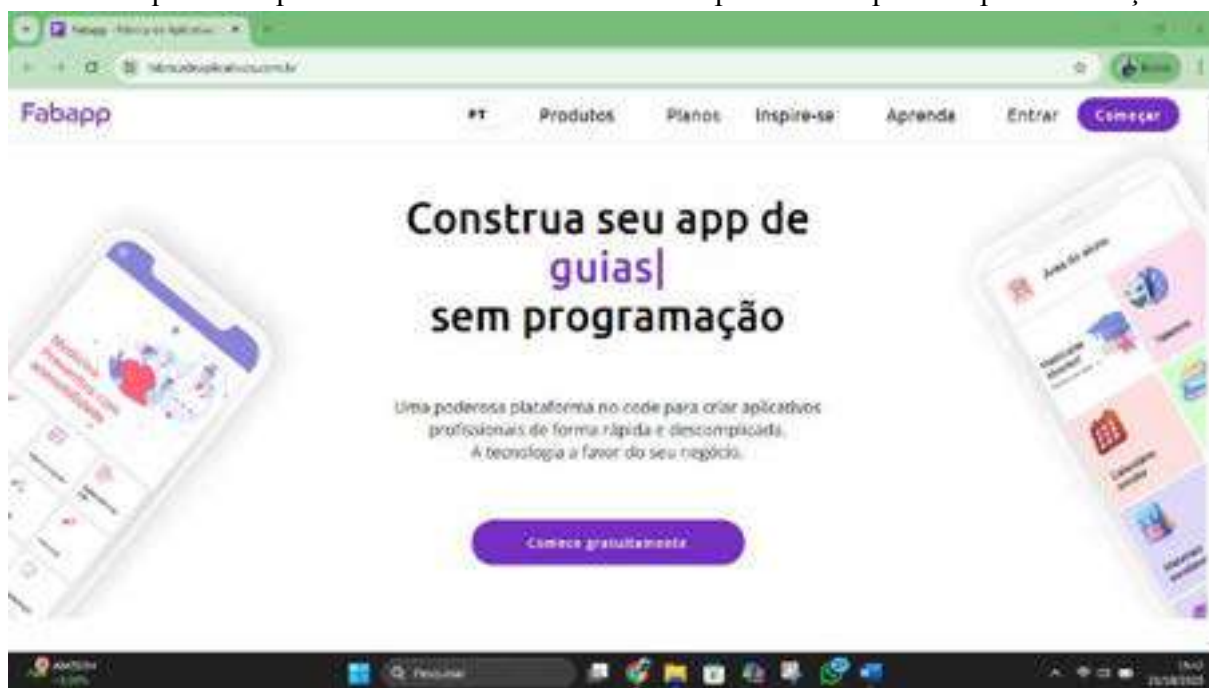
de bailes fandangueros, eventos e festivais dedicados à música e à dança tradicional gaúcha, bem como a expressiva presença de entidades tradicionalistas locais.

campo irão compor um banco de informações que servirá de base para a estruturação do aplicativo.

Já a terceira etapa será dedicada à pesquisa histórica e documental sobre cada ponto turístico, com levantamento de informações em museus, acervos municipais, bibliotecas e produções acadêmicas. O objetivo será resgatar e sistematizar narrativas históricas, sociais e culturais que permitam elaborar descrições acessíveis e atrativas tanto para os visitantes quanto para a própria comunidade local.

Na Quarta etapa será realizada a organização e sistematização dos dados coletados, incluindo o material fotográfico, as descrições históricas e a localização de cada atrativo. Nesse momento, os pontos de interesse turístico serão organizados em fichas padronizadas e georreferenciados, permitindo a criação de roteiros temáticos interativos que relacionem patrimônio histórico, manifestações culturais e espaços naturais.

A quinta etapa será o desenvolvimento do aplicativo. Optou-se pela utilização da



plataforma Fábrica de Aplicativos (FIGURA 1), ferramenta que oferece um ambiente intuitivo, com múltiplos recursos que possibilitam a criação de diferentes tipos de aplicativos. Além disso, permite incorporar funcionalidades como galerias de imagens, descrições informativas, integração com mapas e navegação interativa, atendendo às necessidades do projeto de forma prática e acessível.

FIGURA 1: Página inicial do site

FONTE: Arquivo pessoal (2025)

Assim, a pesquisa será estruturada de forma a transformar o aplicativo em uma ferramenta que funcione como guia prático para turistas e, ao mesmo tempo, como um instrumento de valorização cultural para os são-borjenses.

4 ASPECTOS LEGAIS

Diante de tamanha influência, torna-se fundamental a existência de um arcabouço jurídico que regulamente o uso, a criação e o funcionamento desses aplicativos, de forma a proteger os direitos dos usuários e estabelecer deveres para os desenvolvedores e empresas responsáveis. Embora não exista, até o momento, uma legislação única e exclusiva que trate apenas dos aplicativos, há um conjunto de leis brasileiras que garantem proteção aos usuários, especialmente no que diz respeito à privacidade, segurança de dados e direitos do consumidor.

O Direito Digital surge como resposta necessária às transformações de um mundo conectado, no qual os dados pessoais deixam de ser mera estatística para se tornarem núcleo da autodeterminação informativa, exigindo do ordenamento jurídico mecanismos robustos de proteção, transparência e responsabilidade (Oliveira; Vega, 2024, p. 5).

O primeiro grande marco legal a ser considerado é o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que estabelece os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Essa lei foi um divisor de águas ao assegurar a neutralidade da rede, a privacidade dos usuários e a responsabilidade civil dos provedores, inclusive os de aplicativos. Ela determina, por exemplo, que os dados dos usuários só podem ser utilizados mediante consentimento, e que o conteúdo publicado é de responsabilidade do próprio usuário, salvo em casos de descumprimento judicial.

Outra legislação fundamental é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), que entrou em vigor para regulamentar o tratamento de dados pessoais por parte de empresas públicas e privadas. No contexto dos aplicativos, a LGPD estabelece que qualquer informação pessoal coletada como nome, localização, CPF, histórico de navegação, hábitos de consumo só podem ser utilizados com o consentimento explícito do titular, garantindo o direito de saber como, onde e por que seus dados estão sendo usados.

Além disso, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) também se aplica aos aplicativos, especialmente àqueles que oferecem serviços ou vendem produtos. O consumidor digital tem o direito à informação clara e precisa, à proteção contra práticas

abusivas, ao direito de arrependimento (em até sete dias em compras feitas pela internet), e à reparação por danos decorrentes de falhas nos serviços ou produtos adquiridos por meio de aplicativos.

Por fim, destaca-se a Lei do Software (Lei nº 9.609/1998), que protege a propriedade intelectual dos aplicativos, reconhecendo os direitos autorais dos desenvolvedores. Ela estabelece regras para a comercialização, uso, licenciamento e punições para violações, como a pirataria ou cópia ilegal de aplicativos.

A soma dessas normas jurídicas têm um impacto direto e profundo na vida dos brasileiros. Por um lado, garante-se a segurança jurídica ao se utilizar um aplicativo, oferecendo ao usuário respaldo legal em casos de violação de seus direitos. Por outro lado, a legislação incentiva a inovação e o empreendedorismo no setor tecnológico, oferecendo proteção à propriedade intelectual e ao investimento feito no desenvolvimento de novas ferramentas.

Entretanto, os impactos dos aplicativos não se limitam ao campo jurídico. Eles provocam transformações sociais significativas.

A efetividade da legislação digital brasileira depende não só da existência de normas modernas, mas também da sua aplicação concreta, da fiscalização ativa e do engajamento crítico da sociedade — pois sem esses elementos, leis como a LGPD ou o Marco Civil permanecem peças jurídicas frágeis, mais simbólicas do que transformadoras (Machado; Barreto; Costa, 2023, p. 15).

O primeiro deles é o acesso facilitado a serviços essenciais, o que representa um avanço na inclusão digital. Pessoas que antes tinham dificuldades em acessar bancos, médicos, serviços públicos ou educação agora encontram novas possibilidades via aplicativos. No entanto, também surgem dilemas: o aumento da exposição e da coleta de dados pessoais levanta questões sobre privacidade e segurança digital; a crescente dependência do uso de aplicativos pode gerar efeitos psicológicos como ansiedade, vício e isolamento; e, no campo do trabalho, as novas formas de atuação profissional como motoristas de aplicativo e entregadores que desafiam os modelos tradicionais de vínculo empregatício e garantias trabalhistas, colocando em pauta discussões sobre precarização e direitos sociais.

O acesso desigual à internet e aos dispositivos adequados acentua a exclusão digital e aprofunda desigualdades sociais. Enquanto alguns desfrutam plenamente dos avanços tecnológicos, outros permanecem sem acesso a informações e oportunidades.

Nesse contexto, os aplicativos se destacam como uma das maiores inovações da era

contemporânea, influenciando comportamentos e modos de vida. Sua relevância ultrapassa a praticidade, exigindo atenção, regulamentação e educação digital para que o poder público, as empresas e a sociedade assegurem um uso responsável, equilibrando inovação, privacidade, igualdade e bem-estar coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta pesquisa permitiu compreender a relevância dos aplicativos móveis como instrumentos de democratização do acesso à informação, valorização cultural e promoção do desenvolvimento local. A pesquisa proposta, voltado à criação de um aplicativo gratuito que mapeia e divulga os códigos culturais materiais de São Borja, RS, Brasil reafirma o potencial das tecnologias digitais como aliadas estratégicas na difusão do patrimônio histórico, turístico e simbólico do município.

Ao longo da pesquisa, verificou-se que o uso de plataformas acessíveis pode aproximar cidadãos, turistas e instituições, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a identidade coletiva. Nesse sentido, o aplicativo não se limita a uma ferramenta tecnológica, mas se configura como um recurso de inclusão social, educativa e cultural, que amplia o alcance das informações e estimula a participação comunitária na preservação e valorização do território.

Como perspectiva futura, recomenda-se a ampliação da proposta para incluir os códigos culturais imateriais, como festas, danças, saberes e práticas tradicionais, bem como a integração de recursos interativos de acessibilidade, como audiodescrição e tradução em Libras. Outra possibilidade é a criação de parcerias entre instituições de ensino, poder público e sociedade civil para garantir a manutenção, expansão e divulgação contínua da ferramenta.

Nesse contexto, a atuação do/a assistente social apresenta-se como um eixo fundamental. Por sua inserção territorial e compromisso ético-político com a democratização do acesso à informação, essa/a profissional pode atuar como mediador/a entre a tecnologia e a comunidade, promovendo oficinas de uso do aplicativo, estimulando o protagonismo popular e garantindo que o recurso seja apropriado de forma crítica e emancipatória. A interface entre Serviço Social, cultura e tecnologia evidencia-se, assim, como um campo fértil para novas práticas e pesquisas interdisciplinares.

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento do aplicativo proposto ultrapassa o âmbito técnico, configurando-se como uma ação socialmente relevante, capaz de fortalecer o

turismo sustentável, valorizar o patrimônio cultural e fomentar a cidadania informacional.

REFERÊNCIAS

APPDOME. **Relatório Expectativas do Consumidor 2024**. Disponível em: <https://www.contadores.cnt.br/projetos/25/noticias/artigos/2024/10/04/84-5-dos-brasileiros-preferem-apps-para-compras-enquanto-os-de-encontros-e-redes-sociais-seguem-como-mais-utilizados-diariamente-revela-pesquisa.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 9. ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Marco Civil da Internet**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 08 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 08 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm. Acesso em: 08 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. **Lei do Software**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19609.htm. Acesso em: 08 out. 2025.

MACHADO, Ronny Max; BARRETO, Osmar Fernando Gonçalves; COSTA, Karem Luiza da. **A proteção de dados pessoais com o advento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): boas práticas no tratamento e na proteção de dados pessoais em empresas nacionais**. Revista Direito em Debate, [s. l.], v. 59, 2023.

OLIVEIRA, Diego Bianchi de; VEGA, Gustavo Consalter Mierez. **A proteção da privacidade pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na era da internet das coisas (IoT)**. Revista de Direito, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 1-30, nov. 2024.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. **Engenharia de software: uma abordagem profissional**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2021.

QUANTI. Uso de aplicativos móveis em 2025. estatísticas e tendências. Disponível em: <https://www.quanti.cz/en/blog/vyuzivani-mobilnich-aplikaci-v-roce-2025>. Acesso em: 14 out. 2025.

INCREDITOOLS. **Estatísticas de uso de aplicativos móveis.** Disponível em: <https://increditools.com/mobile-app-usage-statistics/>. Acesso em: 11 out. 2025.

IT FORUM. **Brasil ocupa 4º lugar em ranking global de downloads e tempo de uso de apps.** 29 jun. 2023. Disponível em: <https://itforum.com.br/noticias/brasil-4-ranking-downloads-aplicativos/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2023, 97% das viagens dos brasileiros foram para destinos nacionais, movimentando R\$ 20 bi na economia.** Agência Gov, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/em-2023-97-das-viagens-dos-brasileiros-foram-para-destinos-nacionais-movimentando-r-20-bi-na-economia>. Acesso em: 14 out. 2025.

SQ MAGAZINE. Estatísticas de smartphones 2025: uso global, tendências de mercado e insights. 2025. Disponível em: <https://sqmagazine.co.uk/smartphone-statistics/>. Acesso em: 14 out. 2025.

STATISTA. **Número de aplicativos instalados anualmente por usuários de smartphones em todo o mundo de 2020 a 2027.** Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1449817/app-install-yearly-global/>. Acesso em: 10 out. 2025.

WERTHNER, H.; RICCI, F. **Comércio eletrônico e turismo.** Communications of the ACM, v. 47, n. 12, p. 101–105, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.037, de 9 de janeiro de 2018. **Declara o Município de São Borja “Capital Gaúcha do Fandango”.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2018.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/tenovamaisnosservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

EM PAUTA A REALIDADE DO ENCARCERAMENTO EM MASSA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

ON THE AGENDA THE REALITY OF MASS INCARCERATION IN THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM

Emanuele Dalbosco¹
Elisângela Maia Pessoa²

Resumo: Nos últimos anos tem se observado a crescente superlotação dos presídios brasileiros, o que tem desencadeado o que se chama encarceramento em massa, fenômeno que concentra a privação de liberdade em seletivos grupos sociais. Perante esse determinado tema, a pesquisa realizada teve como objetivo geral analisar as causas principais do encarceramento em massa nos presídios brasileiros para melhor compreensão da realidade social. Para isso, foi utilizada a pesquisa exploratória, qualitativa com recorte de pesquisa de tipo bibliográfica. Os artigos científicos foram buscados na plataforma Google Acadêmico, tendo como especificidades artigos escritos na língua portuguesa, publicados dentre os anos de 2015 a 2025 e com dados de pesquisas realizadas no Brasil. Os dados foram analisados via análise de conteúdo sob a luz do método dialético crítico. Cada objetivo específico teve seu resultado encontrado; tendo como resultado quanto ao crime mais cometido entre os/as privados/as e liberdade o tráfico de drogas; o perfil mais comum dentre a população prisional é formado por pessoas de 18 a 29 anos, autodeclaradas negras, solteiras e que tem como grau de escolaridade máximo o ensino fundamental. As medidas estatais que interferem no desenvolvimento do encarceramento em massa são a presente “guerra às drogas”, a não especificidade da Lei de Drogas e a falta de penas alternativas e agilidade no sistema judiciário.

Palavras-chave: Encarceramento em massa, tráfico de drogas, criminalização.

Abstract: In recent years, there has been growing overcrowding in Brazilian prisons, which has triggered what is known as mass incarceration, a phenomenon that concentrates the deprivation of liberty in selective social groups. In view of this particular issue, the overall objective of the research was to analyze the main causes of mass incarceration in Brazilian prisons in order to better understand the social reality. To this end, exploratory, qualitative research was used, with a bibliographic research approach. Scientific articles were searched for on the Google Scholar platform, specifically articles written in Portuguese, published between 2015 and 2025, and with data from research conducted in Brazil. The data were analyzed using content analysis in light of the critical dialectical method. Each specific

¹ Discente pela Universidade Federal do Pampa, curso de Serviço Social, Campus São Borja/Rio Grande do Sul. E-mail: emanueledalbosco.aluno@unipampa.edu.br.

² Pós-doutora em Antropologia (UFPB); Doutora e Mestre em Serviço Social (PUCRS); Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Capus São Borja/Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: elisangelapessoa@unipampa.edu.br.

objective had its result found; the most common crime among prisoners and those at liberty was drug trafficking; the most common profile among the prison population is people aged 18 to 29, who self-identify as black, single, and whose highest level of education is elementary school. The state measures that interfere with the development of mass incarceration are the current “war on drugs,” the lack of specificity in the Drug Law, and the lack of alternative penalties and agility in the judicial system.

Keywords: Mass incarceration, drug trafficking, criminalization.

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido para pesquisa foi o encarceramento em massa, pois apresenta-se na atual conjuntura, o crescimento da privação de liberdade de indivíduos no país e em seguida vislumbra-se o encarceramento em massa; tendo em vista que a ocorrência desse fenômeno não é aleatória ou desprezível.

Diante desta realidade tangeu pesquisar quais as principais causas do encarceramento em massa nos presídios brasileiros; sendo que a pesquisa realizada teve como objetivo geral analisar as causas principais do encarceramento em massa nos presídios brasileiros para melhor compreensão da realidade social. Já os objetivos específicos versaram sobre: a) verificar os crimes mais comuns entre os/as privados/as de liberdade, b) identificar o perfil dos/as apenados/as e c) apontar em que medida as intervenções estatais no sistema de segurança do país podem estimular encarceramento.

O método de análise da realidade utilizado para a pesquisa foi o método dialético crítico de Marx, que utiliza de três categorias para a análise, sendo elas: historicidade, contradição e totalidade. O tipo de pesquisa eleito para o trabalho foi a pesquisa exploratória, que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (Gil, 2002). Juntamente com a pesquisa exploratória, utilizaram-se outros dois tipos de pesquisa; a qualitativa e a bibliográfica. A pesquisa qualitativa “[...] nos conceitos de Minayo (2001) responde a questões muito particulares, se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...]” (Paiva; Oliveira e Hillesheim, 2021, p. 21); e a pesquisa bibliográfica é aquela que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p. 44).

No caso deste documento, os critérios estipulados para que a pesquisa bibliográfica fosse realizada, eram: apenas artigos científicos localizados na plataforma Google Acadêmico,

dentre os anos de 2015 a 2025, ou seja, os últimos 10 anos; com a escrita na língua portuguesa e que faziam referência apenas ao território brasileiro.

Para a coleta de dados, utilizou-se da técnica de observação, “ela ajuda o pesquisador a “[...] identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (Marconi e Lakatos apud Oliveira, 2011, p. 38). O instrumento de coleta escolhido e posto em prática dentro da pesquisa foi o roteiro norteador, que é composto por perguntas que deverão ser respondidas pelo indivíduo que pesquisa no decorrer da análise. E para a amostra dos dados que foram coletados usufruiu-se da amostragem não probabilística, de forma intencional. A amostra não probabilística não possibilita generalizar os resultados da amostra (Soriano, 2004) e utiliza-se da amostragem intencional/seletiva “quando é preciso ter casos que possam ser “representativos da população estudada” (Soriano, 2004, p. 213).

Por fim, para a análise de dados, foram utilizados três artigos científicos dentro dos critérios já descritos, com finalidade de responder às questões presentes no roteiro norteador. Os mesmos estão presentes no quadro a seguir:

Título do artigo científico	Autores/as	Ano de publicação
A efetividade da pena privativa de liberdade e o perfil da população carcerária brasileira	Fernanda Kroth Kroth e Wagner Luis Boing	2020
O impacto da nova Lei de Drogas no sistema carcerário brasileiro	Gabriela de Matas Soares Braga	2017
O encarceramento em massa da população negra, agenciado pelo Estado brasileiro, como um mecanismo do genocídio anti-negro	Luiza Sousa de Carvalho	2019

Fonte: sistematizado pela autora (2025)

A análise de dados ou análise de conteúdo tem como função “[...] *à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos*, indo além das aparências do que está sendo comunicado” ((Minayo; Deslandes; Neto; Gomes, 1994, p. 74).

A autora escolhida para ser utilizada na análise de conteúdo foi Minayo, ela utiliza de três fases técnicas para desenvolver a análise, sendo elas: “pré-análise, exploração do

material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação” (Minayo; Deslandes; Neto; Gomes, 1994, p. 76). O retorno dos dados que foram coletados, seguindo as técnicas de análise da autora Minayo, foram elaborados diante relatório; Marconi e Lakatos (2003) explicam que “[...] a função de um relatório não é aliciar o leitor, mas demonstrar as evidências a que se chegou através da pesquisa (Marconi e Lakatos, 2003, p. 231). Por meio dele, foram apresentados os resultados obtidos por meio da pesquisa.

A pesquisa se fez necessária para, principalmente, avaliar o por trás de quem cometeu o crime, não padronizando a ação, mas entender as condições sociais e financeiras de quem praticou o crime. Precisou-se entender a realidade do outro para, também, compreender como a sociedade está organizada e ao mesmo tempo o porquê o encarceramento em massa é um fenômeno presente no Brasil. Para isso também buscou-se compreender as ideologias presentes no Estado, que certamente possuem influência em como o sistema de segurança é organizado no país.

2 DESENVOLVIMENTO

Buscou-se apreender nos artigos científicos analisados o número de presos/as provisórios/as nos presídios brasileiros, sendo que se compreendeu que existe um número expressivo de pessoas privadas de liberdade presentes no sistema carcerário do país. Dado preocupante consiste no fato, de que segundo o último Relatório de Informações Penais, 182.855 pessoas de 670.265 de pessoas privadas de liberdade estão presas provisoriamente, sem condenação (Relatório de Informações Penais, 2024).

Além de números, também procurou-se saber qual é o crime mais cometido dentre os/as privados/as de liberdade, tendo como resposta predominante, o tráfico de drogas, com os números de 27% (Braga, 2017) e 28% (Carvalho, 2011) de pessoas privadas de liberdade com a prática dele. O tráfico de drogas ficou em segunda colocação como o crime mais cometido entre os privados de liberdade apenas no ano de 2018, com 24,74%; sendo em primeiro lugar o roubo (27,58%) (Kroth e Boing, 2020).

Tal cenário, relacionado a majoritariedade do tráfico de drogas ser um dos crimes mais cometidos na maioria dos anos, evidencia-se através da citação de Braga, que indica que

Conforme o relatório de junho de 2014 do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) é possível verificar que crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes são de maior incidência, uma vez que 27% dos registros de delitos praticados pelas

peessoas privadas de liberdade correspondem ao tráfico de drogas [...] (Braga, 2017, p. 11)

Para melhor compreensão, dos dados, também percebeu-se a importância de conceituar a terminologia “drogas”, a OMS (Organização Mundial de Saúde) classifica drogas como

[...] qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento. As drogas utilizadas para alterar o funcionamento cerebral, causando modificações no estado mental são chamadas drogas psicotrópicas (Carvalho, 2011, p. 3).

O perfil dos/as privados/as de liberdade estabelecido perante leitura e escolha dos artigos científicos é o seguinte: a população carcerária majoritária possui entre 18 a 29 anos, essa informação fica evidente, pois segundo Kroth e Boing (2020, p. 14): “a maior parte dos presos tem entre 18 e 24 anos representando um percentual de 30,52%. Em seguida, os presos com idade entre 25 e 29 anos representam um percentual de 23,39%. Isso significa que mais da metade da população encarcerada tem até 29 anos”.

Há controvérsias quanto a raça mais presente dentre os/as privados/as de liberdade, há a apresentação de dados que constam que a mais de 60% da população encarcerada se autodeclara como negra, mas em um dos artigos consta que a raça parda é a mais comum, com 43,62%, dado de 2018. Tal informação se confirma: “[...] tendo em vista que, segundo relatório de junho de 2014 do DEPEN, 67% da população prisional em geral é negra, dois em cada três presos é negro” (Braga, 2017, p. 19).

Em seguida constata-se que se tratando de estado civil a maioria dos/as privados/as de liberdade são solteiros/as, mais de 70%, “tem-se que 78,07% do total de encarcerados é solteiro” (Kroth e Boing, 2020, p. 14) e o grau de escolaridade geralmente não vai além do ensino fundamental. A maioria, “75% da população carcerária não cursaram o ensino médio e menos de 1% possui ensino superior” (Carvalho, 2019, p. 1).

Teve-se também como ponto crucial da pesquisa, entender o porquê o crime de tráfico de drogas ser o mais cometido entre a população prisional. Com a pesquisa feita, conclui-se que o que faz com que a maioria dos/as privados/as de liberdade seja preso pelo crime de tráfico de drogas é a falta de critérios estabelecidos pela Lei de Drogas (2006), indica-se que muitos dos indivíduos que chegam ao sistema prisional é apenas usuário/a e não traficante; porém tal lei, não especifica quantidade e sendo que alguns fatos ficam ao critério

interpretativo dos/as policiais que realizaram a abordagem, tornando tendenciosas algumas acusações.

Desde que a atual Lei sobre Drogas (11.343/2006) entrou em vigor, o número de presos por crimes relacionados às drogas no Brasil dobrou. A falta de clareza na lei está levando à prisão milhares de pessoas que não são traficantes, mas sim usuárias. A maioria desses presos nunca cometeu outros delitos, não sendo criminosos a priori, não tendo relação com o crime assim chamado “organizado” e portavam pequenas quantidades da droga no ato da detenção para seu próprio consumo (Braga, 2017, p. 13).

Pode-se relacionar esse aprisionamento de usuários/as de drogas em larga escala com a “guerra às drogas” que ocorre no país, que usa de qualquer argumento para criminalizar o uso e os/as usuários/as, com um objetivo higienista. A relação dessa “guerra às drogas” com o encarceramento em massa é justamente esse aprisionamento constante de usuários/as que possuem pequenas quantidades que podem ser para consumo próprio ou que também não apresentam na abordagem instrumentos utilizados para o tráfico, como balança, saquinhos de plástico para dividir a droga.

Observa-se através da pesquisa realizada pelo autor Marcelo Campos, a criminalização de indivíduos com pequena quantidade de drogas, a qual gerou o aprisionamento em massa de supostos traficantes, no entanto, não é o narcotraficante poderoso, organizado e violento que é levado à prisão, mas sim o usuário de drogas e o pequeno comerciante (Braga, 2017, p. 14).

Perante o objetivo específico de apontar em que medida as intervenções estatais no sistema de segurança do país podem estimular encarceramento em massa, inclui-se como medidas estatais a sempre presente “guerra às drogas”, a não especificidade da Lei de Drogas (2006) que faz com que muitos indivíduos usuários sejam presos por tráfico de drogas e também a falta de penas alternativas ou de agilidade em processos judiciais que faz com que muitos/as privados/as de liberdade fiquem alimentando a superlotação nos presídios brasileiros e também fazendo parte do processo de encarceramento em massa.

As palavras “higienismo” e “criminalização” apareceram como novas categorias presentes na pesquisa e também se percebe a utilização das mesmas como instrumentos para que o encarceramento em massa se desenvolva e se perpetue na sociedade atual; Silva, Jesus e Ramos (2022, p. 48) explicam sobre o higienismo, que

A ideia de ordem e higiene defendida pelo movimento higienista trazia elementos de

preconceito e discriminação embutidos no conceito de higienizar, e a prática implementada denunciou o seu desejo velado de descartar aquilo que era contrário ao seu projeto.

Percebe-se recorrentemente esse movimento na atual organização de sociedade, uma vez que os não desejados são descartados em presídios e delegacias, perseguidos e mortos pelos órgãos de segurança. No que tange a categoria “criminalização”, que faz referência dentro da pesquisa à criminalização do uso de drogas, observa-se que:

[...] sem que haja uma compreensão do uso que o adolescente faz de determinada substância - seja por parte da família, do estado ou de outros atores sociais - o sujeito passa a ser um criminoso, quer seja um usuário experimental, um usuário ocasional, um dependente químico, um traficante. A questão das drogas vem sendo primordialmente tratada pela justiça e, conseqüentemente, "a aplicação do sistema penal vem notadamente sendo usada como mecanismo de controle, e principalmente de segregação social" (HASSON, 2010), pois o adolescente por vir de uma classe social baixa, foi sumariamente criminalizado, pela sua relação com alguma substância psicoativa ilícita (Mascarenhas; Dias, 2011, s. p.).

A citação utilizada refere-se a adolescentes em específico, mas o tratamento para com eles também se estende a outros/as usuários/as de diversas faixas etárias, como já analisado no então relatório.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o racismo estrutural interfere também na população prisional do país, possuindo números expressivos de pessoas que se autodeclaram como negras. Respostas de outras características que agregariam a um perfil geral dos privados de liberdade foram complexas de conseguir; o roteiro norteador possuía questões que tinham como objetivo saber a procedência dos/as apenados/as (antes da entrada no sistema prisional) e se a maioria dos/as privados/as de liberdade possuía ou não filhos; respostas a essas perguntas relacionadas ao perfil não foram encontradas nos artigos selecionados.

Um problema latente no sistema prisional brasileiro é a quantidade de presos/as provisórios/as nos presídios, os mesmos não possuem nem sequer condenação, mas estão ocupando o mesmo espaço daqueles que já possuem sentença. Caso algum/as dos/as provisórios/as não seja condenado/a, o mesmo já irá ter cumprido um tempo de pena e ainda poderá sair debilitado mental e fisicamente por ocupar aquele espaço precário, que nem mesmo os/as privados de liberdade com condenação definida deveriam estar.

Outro problema que interfere diretamente no encarceramento em massa presente no Brasil é a Lei de Drogas, ela não possui nenhum critério de quantidade de porte de drogas junto ao indivíduo no momento da abordagem policial, o que certamente diferenciaria o/a usuário/a do/a traficante. Em tais circunstâncias, muitos indivíduos têm sido levados ao cárcere. Junto à falta de critério de quantidade, tem-se a autonomia policial para realizar a abordagem e verificar o que o indivíduo possui ou não, que caracteriza tráfico de drogas.

Tentou-se compreender qual a relação da “hipercriminalização” com o encarceramento em massa, mas nenhum artigo escolhido respondia essa questão e outros mapeados citavam a “criminalização da pobreza” apenas. No geral, questões referentes à “guerra às drogas” e “hipercriminalização”, tentando uma relação com o encarceramento em massa foram mais difíceis de encontrar.

Mesmo não sendo um dos objetivos da pesquisa, não foram apresentadas nenhuma informação específica sobre a população carcerária feminina nos artigos científicos mapeados.

Em resposta ao problema de pesquisa deste trabalho, que seria saber quais as principais causas do encarceramento em massa nos presídios brasileiros, destaca-se uma só, o tratamento em relação ao tráfico de drogas. Com uma lei vaga, que não apresenta critérios claros, qualquer indivíduo com uma quantidade irrisória de droga pode ser privado/a de liberdade e com o perfil estabelecido na pesquisa, questiona-se a seletividade de quem irá privado/a de liberdade, sendo a maioria pessoas autodeclaradas negras.

As chamadas categorias empíricas encontradas o desenvolver deste relatório foram: higienismo, criminalização e drogas; as quais já foram conceituadas e explicadas no tópico três, que se refere aos resultados da pesquisa.

Despertou-se o interesse de saber mais sobre o tráfico de drogas, principalmente o que as organizações criminosas fazem dentro das comunidades periféricas, que acabam por substituir de alguma forma o Estado, aquele que esquece as favelas e acaba por dar poder aqueles/as que ali atuam com a ilegalidade. Todas essas informações podem ser ligadas ao fato de a maioria dos privados de liberdade serem autodeclarados negros/as, aqueles/as que na maioria das vezes vivem nas grandes comunidades e são constantemente negligenciados pelo Estado e sociedade; tendo como opção de sobrevivência o tráfico de drogas.

REFERÊNCIAS

A VI SEMANA DE HISTÓRIA E III SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA, CULTURA E SOCIEDADE, 2011, Rio de Janeiro. **Uma história política da criminalização das drogas no Brasil; a construção de uma política nacional [...]**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: http://www.neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/carvalho_histria_politica_criminalizao_drogas_brasil.pdf. Acesso em: 7 jul. 2025.

BRAGA, Gabriela de Matas Soares. O impacto da nova Lei de Drogas no sistema carcerário brasileiro. **PUC RS**, [s. l.], 2017. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/03/gabriela_braga_20172.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

KROTH, Fernanda Kroth; BOING, Wagner Luis. A efetividade da pena privativa de liberdade e o perfil da população carcerária brasileira. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/0000c7/0000c7d0.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/teres/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTO S%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

MASCARENHAS, Amália Beatriz Dias; DIAS, Isadora. A criminalização do uso de drogas e a criminalização pelo uso de drogas - uma proposta de trabalho com dependentes químicos no contexto de um centro socioeducativo em Fortaleza, Ceará. **PepPsic**, [s. l.], 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2175-25912011000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 7 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 31 maio 2025.

PAIVA, Adriana Borges de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; HILLESHEIM, Mara Cristina Piolla. Análise de conteúdo: uma técnica de pesquisa qualitativa. **Prisma**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/download/40/31>. Acesso em: 31 maio 2025.

SECRETARIA DE NACIONAL DE POLÍTICAS PENAS (Brasil). Sistema Nacional de Informações Penais. **Relatório de Informações Penais**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2o-semester-de-2024.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

SILVA, Francisco Teomário Serejo; JESUS, Thiago Allisson Cardoso de; RAMOS, Edith Maria Barbosa. Política criminal, higienismo e segurança pública frente a vulnerabilidade da pessoa em situação de rua. **Revista de Criminologias e Políticas Criminais**, [s. l.], 2022. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/110866101/pdf_1-libre.pdf?1706278591=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPolitica_Criminal_Higienismo_e_Seguranca.pdf&Expires=1751926442&Signature=c4~cb34~PyoXoFj2pa4B8OYC~P8UxfVnHXHrQxOo5OeN4Yaw3xcxRwfQBdOl2juzuXJ1IBc0Ycn8--5T15hCwXZIjlljLmJ8rChON5arseHfvshviCZbHEG837H623lu80s2i8VOcX-PXewMPnCCp7vTUc~fteV45APhWHiNKOGWIsFyxHYeo p9QhsrXEQFjIVJCyciM88YRx8F78uqArFBNQE0iT726ZPYv9Hy~Lqim~KTlc43rAH1cNrvyMqInAwD2mbiVvwJsTjHjcUedzubLffft0xQxUq~uGBoXr4iT1ZyaXYR~SBKMOV40SOYDRDnIKQd~TL17cdD7pM4daSw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 7 jul. 2025.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. Disponível em: <https://moodle.unipampa.edu.br/moodle/mod/resource/view.php?id=680686>. Acesso em: 31 maio 2025.

XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2018, Vitória (ES). **O encarceramento em massa da população negra, agenciado pelo Estado brasileiro, como um mecanismo do genocídio anti-negro [...]**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23486>. Acesso em: 29 jun. 2025.



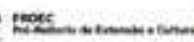
3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ENTRE A PROTEÇÃO SOCIAL E A REGRESSÃO DE DIREITOS: PERSPECTIVAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

ENTRE LA PROTECCIÓN SOCIAL Y LA REGRESIÓN DE DERECHOS: PERSPECTIVAS DE LA POLÍTICA DE ASISTENCIA SOCIAL EN EL CONTEXTO NEOLIBERAL Y SUS IMPLICACIONES PARA EL TRABAJO SOCIAL BRASILEÑO

Vanelise de Paula Aloraldo¹

Resumo: O presente estudo objetiva suscitar a reflexão sobre os desafios postos à Assistência Social como política pública integrante do Sistema de Proteção Social bem como aos assistentes sociais que intervêm nos variados espaços sócio ocupacionais, tendo em vista as diferentes contradições, os limites, as possibilidades de resistências e conflitos próprios da sociedade burguesa moderna que mantém e preserva heranças conservadoras reproduzidas nas instituições e intervenções profissionais. Para este estudo foi realizado levantamento bibliográfico e documental a cerca da temática em foco à luz do método Dialético Crítico. Percebe-se que a Proteção Social como direito na sociedade de classes é limitada, as medidas paliativas e focalizadas não conseguem sozinhas “resolver” questões estruturais. No entanto, a Assistência Social muito tem colaborado – mesmo que não universalmente – para reduzir o impacto da exploração do trabalho e dos níveis de desigualdade, por meio do acesso a programas, projetos, serviços e benefícios que traduzem-se em direitos conquistados. Evidencia-se que a política pública vem materializando direitos, mas torna-se essencial que seus gestores e executores, dentre os quais se encontra as/os assistentes sociais, compreendam o contexto sócio histórico, problematizem, tensionem, discutam estratégias de ruptura com os interesses dominantes, e contribuam efetivamente para o protagonismo popular tendo como direcionamento social o projeto profissional crítico cujo horizonte vislumbrado vincula-se a uma nova ordem social sem opressões, dominações, pela via da justiça e equidade social, onde a liberdade caracteriza-se como valor ético central.

Palavras-chave Proteção Social, Assistência Social, Serviço Social, Brasil.

Resumen: Este estudio busca generar una reflexión sobre los desafíos que enfrenta la Asistencia Social como política pública dentro del Sistema de Protección Social, así como los trabajadores sociales que trabajan en diversos entornos sociolaborales. Este estudio considera las diversas contradicciones, límites y potencial de resistencia y conflicto inherentes a la sociedad burguesa moderna, que mantiene y preserva legados conservadores reproducidos en instituciones e intervenciones profesionales. Para este estudio, se realizó una revisión bibliográfica y documental sobre el tema en cuestión utilizando el método Dialéctico Crítico.

¹ Assistente Social formada na Universidade Federal do Pampa. Mestra e Doutora em Serviço Social pela PUCRS.

Es evidente que la Protección Social como derecho en una sociedad de clases es limitada; las medidas paliativas y focalizadas por sí solas no pueden "resolver" los problemas estructurales. Sin embargo, la Asistencia Social ha contribuido significativamente, aunque no de manera universal, a reducir el impacto de la explotación laboral y la desigualdad mediante el acceso a programas, proyectos, servicios y beneficios que se traducen en derechos adquiridos. Es evidente que la política pública viene materializando derechos, pero es imprescindible que sus gestores y ejecutores, entre los que se encuentran los trabajadores sociales, comprendan el contexto sociohistórico, problematicen, tensionen, discutan estrategias para romper con los intereses dominantes y contribuyan efectivamente al protagonismo popular, teniendo como dirección social el proyecto profesional crítico cuyo horizonte vislumbrado se vincula a un nuevo orden social sin opresión, dominación, a través de la justicia y la equidad social, donde la libertad se caracteriza como valor ético central.

Palabras clave: Protección Social, Asistencia Social, Trabajo Social, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O tema acerca do sistema de proteção social consolidou-se nas Ciências Sociais em meados dos anos 1980 e tem sido debatido por estudiosos de diversas áreas e atores sociais envolvidos nas políticas públicas. Na sociedade brasileira, no momento de saída da ditadura militar, houve um movimento de resistência à forma de organização do Estado no que tange ao trato com as expressões da questão social. Desse momento de lutas e com a participação da sociedade, no campo formal surgiu a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. Os direitos sociais presentes nesta Constituição materializam-se nas políticas sociais.

As políticas sociais, mesmo que possuam limites e fragilidades no que se refere ao combate dos elevados índices de pobreza e desigualdade social inerentes ao capitalismo, conformam-se como a principal via de acesso aos serviços sociais públicos. A assistência social cujo público-alvo é a classe trabalhadora –especificamente os segmentos mais oprimidos e explorados - constitui-se como ferramenta de resistência e mediação para concretude dos direitos socioassistenciais.

Nas políticas sociais, diferentes profissionais atuam em sua gestão, seja no planejamento, na execução, no monitoramento ou avaliação. Assim também diferentes vertentes teóricas e projetos profissionais se misturam nos espaços sócio ocupacionais onde o trabalho se realiza. O assistente social, especificamente, enquanto profissional cuja hegemonia do referencial teórico-metodológico segue a matriz Dialético-Crítica, deve entender o fortalecimento do direito como processo concreto, intervir criticamente bem como denunciar

o travamento da sua efetivação, considerando a arena de conflitos e interesses que se movimentam no ambiente das próprias políticas sociais públicas. Assim também a política social enquanto campo de enfrentamento e luta por dignidade exige do profissional do Serviço Social o compromisso de, pela teoria crítica, ampliar direitos, promover a reflexão coletiva, a organização política que consequentemente, gera tensionamentos e disputas.

O presente artigo surge a partir da necessidade do debate sobre as condições postas à proteção social na conjuntura brasileira atual tendo em vista as transformações societárias que, no presente, sob o domínio do capital financeiro empreende profundas alterações na esfera econômica, política, social e cultural, com disseminação de matrizes ideológicas que reafirmam práticas, valores e normas conservadoras – que podem ser observadas nas políticas públicas, especialmente no campo da Assistência Social. Em tal contexto onde imperam fundamentos de uma sociabilidade capitalista, reflete-se sobre as implicações no tocante às intervenções dos assistentes sociais e suas respostas profissionais efetivadas na atualidade.

2 PROTEÇÃO SOCIAL X QUESTÃO SOCIAL: DIÁLOGO SOBRE AVANÇOS, RECUOS E PERMANÊNCIAS

O capitalismo na sua expressão globalizada e imperialista em seu horizonte histórico e político, não mede esforços para reafirmar sua hegemonia impondo um padrão de “desenvolvimento” que aprofundam as desigualdades e as formas de exploração. Nesse cenário, o ser humano “fica mais pobre à medida que produz mais riqueza [...]. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento do valor do mundo dos objetos” (Marx, 1964, p. 94-95). Nesse sentido, não há valorização do trabalhador, apenas valorização do capital.

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente com a realização da desigualdade (Iamamoto, 2009, p. 114).

De fato, a questão social é histórica e “constitui um estágio mais avançado, conflituoso e consciente do movimento de reação das classes subalternas à dominação social capitalista, e

o que mais claramente exige definições políticas dos atores sociais em presença” (Pereira, 2001, p. 60). Nesse horizonte, é preciso considerar que “a disputa de projetos sociais frente a questão social impõe e confronta requisições distintas e antagônicas no cotidiano do exercício profissional” (Closs, 2015, p.130).

Em realidade, vive-se em meio a uma naturalização das manifestações imediatas da questão social, onde o pensamento conservador contribui para disseminar a ideia da reforma moral do homem e da sociedade, tratando de “combater” estas refrações sem problematizar a ordem econômico-social estabelecida (Netto, 2001). Contudo, reside aí uma contradição: ao mesmo tempo que responsabilizam e culpabilizam os sujeitos pelas suas condições de miserabilidade, em contrapartida, o Estado não constrói oportunidades para que as famílias vivam em plenas condições de dignidade.

Conforme analisa Sposati (2009), a proteção social supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição e sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista que envolve apoio, guarda, socorro e amparo, portanto, exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais.

Proteção social é um conceito amplo que, desde meados do século XX, engloba a *seguridade social* (ou *segurança social*), o *asseguramento* ou *garantias* à seguridade e *políticas sociais*. A primeira constitui um sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos. O asseguramento identifica-se com as regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como direito. E as políticas sociais constituem uma espécie de política pública que visa concretizar o direito à seguridade social, por meio de um conjunto de medidas, instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros. Neste sentido, a proteção social não é sinônimo de tutela nem deverá estar sujeita a arbitrariedades, assim como a política social – parte integrante do amplo conceito de proteção – poderá também ser denominada de política de proteção social (Pereira, 2002, p. 16, *grifos da autora*).

Deste modo, mesmo que a proteção social não se assemelhe à tutela nem submeta os sujeitos à arbitrariedades conforme Pereira afirma, ainda assim, vive-se num contexto de crise onde “políticas compensatórias e focalizadas, conceituadas como de enfrentamento à pobreza, são apoiadas, em geral pelas classes dominantes” (Mota, 2012, p. 168), e o que se evidencia é que a crescente financeirização da economia incompatível com a perspectiva de universalização² de direitos não admite crescimento com equidade. Observa-se o discurso de

² O princípio da universalidade, de conotação eminentemente pública, cidadã e igualitária/equânime, vem perdendo terreno para um discurso focalista neoliberal. Uma razão histórica fundamental para a adoção do princípio da universalidade tem relação direta com o objetivo democrático de não discriminar cidadãos no seu acesso a bens e serviços. Não discriminar significa não estabelecer critérios desiguais de elegibilidade que

corte orçamentário em todos os governos, respeitadas as diferenças de cada uma das gestões, seguindo a linha rentista de mercado “FHC, Lula, Dilma Rousseff, Michel Temer e Bolsonaro foram predominantemente orientados por políticas macroeconômicas de favorecimento a setores capturados pelos grandes capitais internacionais. [...] adotaram um viés de neoliberalização” (Ferrarez, 2022, p.15).

Embora se tenha clareza que na América Latina, e mais especificamente no Brasil, as injustiças e os meios de exploração por séculos contribuíram para ampliar – mesmo em períodos de crescimento econômico – um contingente grande de pobres e indigentes, do mesmo modo sabe-se que medidas paliativas e focalizadas não seriam capazes isoladamente de “resolver” questões endêmicas e estruturais, em que pese é graças à sua natureza contraditória, que a proteção social capitalista é estruturalmente limitada, devido às suas intervenções que além de não atingirem as causas das desigualdades, deixam intactas as estruturas de dominação e as relações de propriedade que preservam (Pereira, 2013).

Entretanto, dentro dos limites das sociedades de classe³, a política social cumpre um papel importante e estratégico dada sua particularidade interdisciplinar e intersetorial de estabelecer interfaces com outras políticas econômicas e sociais e servir de canal de denúncia quanto às diversas formas de iniquidades sociais geradas pelo descaso com a vida dos cidadãos. Trata-se de um sistema contraditório, pois

As medidas de proteção social podem, em verdade, fortalecer a economia capitalista, assegurar a reprodução do capital, a extração da mais-valia e a exploração do trabalho assalariado; mas, ao mesmo tempo, podem fornecer melhorias às condições de vida da classe trabalhadora que, aproveitando-as, terá chances de se conscientizar de sua condição de explorada e de lutar pela sua emancipação (Pereira, 2013, p. 266).

Percebe-se que não basta apenas reconhecer as necessidades sociais daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, é preciso também, ampliar a abrangência e se contrapor ao critério focal de racionalização dos gastos. Nesse sentido, a política social se torna instrumento de mediação no processo amplo e complexo de proteção social (Pereira, Stein, 2010).

A proteção social se coloca como um mecanismo contra as formas de exclusão

humilhem, envergonhem, estigmatizem e corrompam o status de cidadania de quem precisa de proteção social pública. Significa também não encarar a política pública – especialmente a assistência social – como *fardo* governamental ou *desperdício* a ser cortado a todo custo (Pereira, Stein, 2010).

³ Para Marx e Engels, o bem estar de fato é inconciliável com o capitalismo (Pereira, 2013).

social que decorrem de certas vicissitudes da vida, tais como a velhice, a doença, a adversidade, as privações. Inclui neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro) quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social (Cruz, 2009, p. 227).

Importante salientar que a proteção social contempla amplos e complexos objetivos – muitas vezes até contraditórios entre si -, podendo direcionar-se para a cobertura de riscos sociais, como também para um “equilíbrio” de oportunidades, para o enfrentamento e combate às disparidades sociais e a melhoria das condições sociais da população. Do ponto de vista histórico, onde a proteção social no Brasil, sobretudo a Assistência, sempre esteve atrelada à cultura do favor, da caridade, do paternalismo e da tutela, pode-se considerar que a proteção social obteve alguns avanços significativos no que se refere à sua taxa de cobertura e maior transparência do uso dos recursos públicos. No Brasil os Programas de Transferência de Renda se tornaram consideravelmente expressivos na busca de garantir o poder aquisitivo das famílias e poder de consumo, combinando políticas focalizadas no combate a pobreza extrema, tendo o Programa Bolsa Família como principal carro-chefe.

Por outro lado, na concepção de Mészáros (2015) capitalismo e democracia são compatíveis. E nesse caso, a normalidade da produção capitalista é melhor sustentada na ordem das regras formais (vistas como “democráticas”) de controle e regulação, ou seja, o Estado tem trabalhado na ótica dos interesses do capital, por isso deveria ser reduzido e ao final superado, o que implicaria em fenecimento do capital controlador e reificado. Segundo este autor, enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas autonomamente pelos “associados”, mas deixadas sob o controle separado de um grupo dominante, a dominação só se estenderá mantendo a riqueza alienada sobre a sociedade⁴.

De qualquer modo, uma análise conjuntural permite-nos visualizar o quanto “a proteção social tem retrocedido; os avanços e os direitos sociais, arduamente conquistados,

⁴ Já Elen Wood (2007) infere que “O capitalismo é estruturalmente antitético em relação à democracia, em princípio, pela razão histórica mais óbvia: não existiu nunca uma sociedade capitalista na qual não tenha sido atribuído à riqueza um acesso privilegiado ao poder. Capitalismo e democracia são incompatíveis também, e principalmente, porque a existência do capitalismo depende da sujeição aos ditames da acumulação capitalista e às “leis” do mercado das condições de vida mais básicas e dos requisitos de reprodução social mais elementares, e esta é uma condição irreduzível. Isso significa que o capitalismo necessariamente situa cada vez mais esferas da vida cotidiana fora do parâmetro no qual a democracia deve prestar conta de seus atos e assumir responsabilidades. Toda prática humana que possa ser convertida em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático. Isso quer dizer que a democratização deve ir da mão da “desmercantilização”. Mas desmercantilização por definição significa o final do capitalismo”. De qualquer modo, os dois autores convergem para o mesmo entendimento de que: Capitalismo e Democracia convivem no mesmo sistema (compatibilidade) mas possuem valores antagônicos, ou seja, contrários entre si (não compatibilidade).

têm sido desmantelados” (Pereira, 2013, p. 286) e a noção do direito à proteção social no sistema capitalista não está plenamente coeso com o que se entende por direito de cidadania, com propostas de ruptura das ações e práticas minimalistas/fragmentadas de atenção social. Por isso, mais do que nunca, faz-se imprescindível a crítica ao poder do Estado e mais especificamente, reconhecer que nos meandros dos ditames neoliberais a lógica que lidera é de contenção de gastos sociais e precarização das condições de vida, nunca pela via da emancipação política, tampouco permite a emancipação humana.

Ainda que se possa observar o avanço processual no campo da materialização dos direitos de Proteção Social, não restam dúvidas de que este sistema brasileiro permanece com amplos e notórios abismos sociais que precisam ser enfrentados. A universalização do acesso bem como a retomada e melhoria na qualidade dos serviços, benefícios, programas e projetos vinculados às políticas sociais se apresentam como desafios, especialmente após o Golpe parlamentar-judiciário-midiático de 2016 e posteriormente, os anos em que a Extrema Direita esteve no poder executivo, reconfigurando a seguridade social, impondo aos trabalhadores, o retorno às relações clientelistas no setor público, a descontinuidade de notórios programas sociais, instituindo desregulamentações/desproteções, bem como requisições profissionais que configuram respostas imediatas, fragmentadas e superficiais às expressões da Questão Social.

2.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO: CONTRADIÇÕES, POTENCIALIDADES E LIMITES NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil possui um dos maiores índices de desigualdade do mundo⁵, e elevados níveis de concentração de renda nas mãos de uma minoria. Um fato a se considerar é como esta desigualdade se expressa concretamente no cotidiano das famílias e comunidades que tendem a vivenciarem condições de vida também desiguais. Uma das formas de enfrentamento à pobreza e das sequelas dela decorrentes, historicamente tem sido a Assistência Social. Esta sempre existiu, mas a mudança na concepção de bem-estar de cunho moral e religioso (assistencialista) para direito assegurado pelo Estado é que a legitima como política pública.

A Assistência Social caracterizada como política de proteção social consiste na garantia a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia na provisão e atendimento das

⁵ Apesar de o Brasil ser o país com o maior número de milionários da América Latina, segundo o Relatório Global de Riqueza de 2025, apresenta o maior índice de desigualdade, mesmo com a índice de Gini atingindo o menor nível desde 2012.

necessidades sociais básicas, bem como “traz para a arena política as demandas de uma parcela importante da população que anteriormente permanecia invisível (Couto, 2009, p. 34). Em vista disso, a política pública⁶ de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu primeiro núcleo de apoio, ou em outras palavras, a família. Nesse sentido, a proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano de vida das pessoas, pois é nele que riscos e vulnerabilidades se constituem (Brasil, 2004).

Para o atendimento das famílias, vale lembrar que a escuta e o acolhimento são fundamentais desde que sejam respeitadas em seus valores, suas crenças, sua história e sua cultura – particularidades vivenciadas pelos diversos sujeitos sociais e por eles carregados de significados. E nesse ponto, permitir a construção de relações dialógicas, incentivando a participação e a potencialidade de cada grupo familiar, em oposição à padronização dos sujeitos ou sua autorresponsabilização como se pode perceber mais frequentemente em vários espaços de operacionalização das políticas públicas.

Afirmar a assistência social como direito é tarefa de uma sociedade, e essa tarefa só pode ser realizada com a presença forte de toda essa sociedade, disputando, nos marcos do capitalismo, a ampliação da fatia dos investimentos que devem ser utilizados para que os efeitos perversos da exploração do capital sobre o trabalho possam ser reduzidos (Couto, 2010, p.187).

Importante é reconhecer que “as práticas de assistência social pública são, também, espaços de conquista de direitos sociais e de reconhecimento da cidadania das classes subalternizadas” (Sposati, et al., 2010, p.77), ou seja, compreender que a assistência social inscrita como direito social pode ultrapassar o espaço formal (no qual foi arduamente conquistado) e tornar-se real e efetiva. Por isso, a assistência social deve ser apreendida “como espaço de luta e possibilidade de acesso. Por meio da articulação com as demais políticas públicas, tornar-se um especial lugar de resistência à ordem do capital” (Bertollo, 2014, p.233). De acordo com Couto (2010, p. 187)

os instrumentos que devem romper com a cultura assistencialista devem ser perseguidos por todos aqueles que lutam, na sociedade brasileira, pela justiça social. Apesar de herdeiros de um passado crivado de preconceitos e de instrumentos autoritários na área social, também é possível identificar movimentos de rebeldia e de contraposição a esse passado, o que credencia a sociedade brasileira a tornar a assistência social uma equação possível com o direito social.

⁶Política pública destaca-se por seu caráter interventivo na realidade e por indicar postura ativa do Estado frente às demandas e necessidades sociais. Dentre as políticas públicas mais conhecidas têm-se a política social e a econômica e, fazendo parte da política social, a assistência social ocupa um lugar próprio, ao lado da saúde, educação, previdência, dentre outras (Pereira, 2010).

Conquanto postas estas considerações, cabe o registro de que a assistência enquanto direito social reconhecido juridicamente pela Constituição Federal como parte integrante da Seguridade Social, implica em compromisso ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo dos profissionais assistentes sociais que trabalham em tal política pública. Dentre os limites que permeiam esta área está: a precarização, sobrecarga e intensificação da força de trabalho, a vulnerabilidade estrutural, os padrões de gestão e organização de trabalho impostos, as metas inalcançáveis, a polivalência e rotatividade de trabalhadores, a desarticulação com as outras políticas públicas na forma de intersetorialidade, aprofundamento do (neo)conservadorismo que perpassa por ações pontuais e imediatas, bem como outros fatores colaboram para não-efetivação do alcance desse direito pela população usuária.

Ainda com tais dificuldades, no cenário onde se vive, radicado pelo neoliberalismo, os profissionais do Serviço Social são desafiados a uma tomada de posição: ou legitimam as condições de subalternidade da população usuária dos serviços e corroboram com a prevalência dos interesses dominantes, ou assumem o papel de mediadores nas políticas de proteção social sob a perspectiva da efetivação de direitos numa sociedade de classes. Esta segunda opção, conforme Closs (2015) se apoia no recurso à Teoria Social Crítica para superar a imediatividade, se contrapor à naturalização das desigualdades e banalização do ser humano, “desfetichizar” a realidade, explorar contradições fortalecendo resistências e ter coragem de lutar contra a corrente política atual. Eis uma difícil e complexa luta coletiva em que os assistentes sociais são chamados a travar, apoiando a concepção de direito à assistência social universal e efetivamente garantidora de protagonismo popular como veremos a seguir...

2.2 O Serviço Social entre tensões e resistências: movimentos construídos em arena de conflitos

A sociedade brasileira nas últimas décadas tem vivido fortes transformações que rebatem incisivamente no mundo do trabalho. Na esfera social, a contrarreforma do Estado brasileiro trouxe uma tendência de desresponsabilização do Estado pelas políticas sociais desencadeando medidas de privatização, informalização, flexibilização, terceirizações, focalização (seletividade), contenção e plataformização das políticas, que incidem diretamente sobre as demandas e respostas do Serviço Social.

Na sua tese de doutorado, a autora Thaisa Teixeira Closs seguindo uma análise sobre

os Fundamentos do Serviço Social a partir da produção sobre este tema, problematiza sobre a profissão ser apreendida no contexto das transformações societárias onde se gera o acirramento da questão social, versando a interconexão entre sujeito e estrutura, entre teoria e prática em conformidade com o método dialético-crítico:

Os aportes do método dialético-crítico e da crítica marxiana à sociedade burguesa são fundamentais para a profissão e para a produção de conhecimentos (...) Tal perspectiva é fundamental diante de um momento histórico, como já tematizado, marcado por profundas transformações societárias que impactam nos processos de trabalhos e na sociabilidade dos sujeitos, buscando adensar conhecimentos que rompam com a fragmentação e o reducionismo na compreensão de uma realidade prenhe de fetichismos (Closs, 2015, p.18).

Segundo a autora, é necessário compreender o período sócio-histórico brasileiro de transformações com suas tendências contraditórias, a partir do aporte da Teoria Social Crítica para evitar análises e práticas fragmentadas, neutras, acríticas, imediatas que refletem diretamente nos processos de trabalhos e nas formas de sociabilidade pela qual se busca. Também Netto (1996, p.87) ressalta que as transformações em curso “afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc”. Nesse sentido, reflete-se sobre as possibilidades que vêm sendo desenvolvidas pela categoria profissional no Brasil em termos de estratégias e respostas profissionais em face das demandas emergentes.

O serviço social constituído em meio a trama de relações entre as classes sociais, entre tensões e complexas correlações de forças, encontra em seu projeto ético-político profissional crítico, a direção social determinada por valores e princípios que orientam o fazer profissional. Assim, desde a década de 80, busca a ruptura com o pensamento conservador historicamente presente e atuante na trajetória da profissão.

Cabe registrar que “constata-se uma atenção do debate da categoria para estas tendências conservadoras no âmbito da política de assistência social, a partir do contexto da implementação do Sistema Único de Assistência Social, aglutinados na temática da ‘assistencialização’” (Closs, 2015, p. 52). Tal característica trata-se de um retorno a perspectivas profissionais que não conseguem ser totalmente superadas pela história e na atuação dos/as assistentes sociais. Destaca-se que tais perspectivas persistem com “novas roupagens”, portanto como um “novo conservadorismo” na profissão marcado por projetos e ações voltadas à manutenção da ordem capitalista.

Em que pese a política de assistência social possua herança positivista e funcionalista e

particularmente por muito tempo assumiu formas de “controle da pobreza”, “moralização dos indivíduos”, “enquadramentos”, dentre outras características que reforçam valores da ordem vigente, faz-se importante ressaltar que o neoconservadorismo não se manifesta apenas na assistência social, mas se constitui como tendência presente no conjunto das políticas sociais.

Denota-se, portanto, que as/os assistentes sociais quando se inserem nos processos de trabalho vinculam o seu projeto profissional⁷ ao projeto societário. Se seguirem restringindo direitos, reforçando valores tradicionais, reduzindo procedimentos a um conjunto de burocracias sem qualquer autonomia ou pela via da “investidura moral” que realiza julgamentos apressados, negação de benefícios, e controle total da vida dos sujeitos, trata-se de um projeto consoante com a matriz ideológica do neoliberalismo. Por outro lado, se o projeto profissional seguido for o projeto ético-político que visa a construção de uma nova ordem social sem dominação ou exploração de uma classe sobre a outra, pautado em valores de justiça e equidade social reconhecendo a liberdade como valor ético central, então demarca-se o compromisso com a classe trabalhadora livre das opressões.

É no contato com a realidade, conhecendo os limites estruturantes e suas aberturas para os possíveis, identificando as contradições do tempo presente - de um capitalismo periférico perverso e destrutivo de orientação neoliberal – que o Serviço Social é chamado a analisar e intervir na perspectiva de Proteção Social vinculada aos interesses da classe trabalhadora na direção de ruptura com o histórico conservadorismo presente nas políticas públicas e enfrentamento às contínuas e persistentes regressões no âmbito dos direitos sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer sobre a política de assistência social como parte do sistema de proteção social, pode-se afirmar que esta ainda possui fragilidades e restrições no que se refere à cobertura dos serviços, as condições para sua execução e suas possibilidades de mediações. Ainda que consiga materializar alguns direitos e mesmo que de forma seletiva e focalizada, não se pode negar que no campo jurídico-formal, desde a Constituição Federal de 1988 houve notórios avanços que ainda precisam se concretizarem na vida real, cujo impedimento maior deve-se ao desenvolvimento capitalista que aprofunda as desigualdades, as formas de

⁷ O projeto ético-político crítico que direciona o trabalho profissional, e conforme analisa Iamamoto (2008, p. 222) possui dupla dimensão: compreende “as condições macrosociedade, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e suas possibilidades”, assim como considera “as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a este contexto, as quais traduzem como estes limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais”.

exploração e dissemina ideologias crivadas em valores que reafirmam a manutenção do *status quo*.

A assistência social mudou sua concepção de bem-estar para direito de cidadania, e por este motivo revelou-se nas últimas décadas como espaço de luta e de conquistas. Apesar de seu conteúdo histórico atravessado por ações ora autoritárias ora messiânicas, também se constitui enquanto movimento de rebeldia e contraposição ao passado “tradicional-tutelador” que insiste em manter seu legado. Mesmo com uma gama de limites que dificultam a efetivação do direito previsto em Constituição, os profissionais do Serviço Social são desafiados a posicionarem-se fortalecendo resistências no contexto brasileiro.

As transformações societárias e ajustes neoliberais incidem diretamente no trabalho profissional nos diversos campos profissionais. Entretanto, as/os assistentes sociais, necessitam reafirmar o aporte do método dialético-crítico, para não apenas analisar os fenômenos, mas, principalmente, intervir sobre eles articulando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, evitando olhares fragmentados. O Serviço Social, em meio à correlações de força e complexas relações onde imperam tensões, possui em seu direcionamento, a pretensão de romper com o pensamento conservador naturalizado na sociedade. Urge a necessidade de debater sobre a qualidade da formação profissional e a atuação nos diferentes espaços do trabalho profissional bem como reconhecer os limites, as condições e o potencial das políticas sociais públicas existentes que mesmo precárias no tempo presente, atingem uma população há muito tempo subalternizada, subjugada e oprimida pelos ditames neoliberais.

REFERÊNCIAS

BERTOLLO, Kathiúça. Superexploração da força de trabalho no cotidiano e na vida dos sujeitos de direitos da política de assistência social em Santa Catarina. In: PAIVA, Beatriz Augusto de. (Org.). **Sistema Único de Assistência Social em Perspectiva: direitos, política pública e superexploração**. São Paulo: Veras Editora, 2014.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004.

CRUZ, Lílían Rodrigues da. Entre as legislações e a práxis do acolhimento para crianças e adolescentes. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Orgs.). **O sistema único de assistência social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

COUTO, Berenice Rojas; SILVA, Marta Borba. A política de assistência social e o Sistema

único de assistência social: a trajetória da constituição da política pública. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Orgs.). **O sistema único de assistência social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Tese de Doutorado. PUCRS. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista do Homem**. Tradução T.B Bottomore. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1964.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do; PERUZZO, Juliane Feix. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In: **Revista Temporalis** 3-Ano II, Nº 3, Jan./Jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: Contribuições à crítica de matrizes ideológicas conflitantes**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB. Brasília: UnB, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P; STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. BOSCHETTI, Ivanete [et al.] (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. In: **Revista Temporalis** 3-Ano II, nº 3, Jan./Jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira [et. al]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Modelo Brasileiro de Proteção Social não contributiva: concepções fundantes. In:

Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e Democracia. In: **A teoria marxista hoje.** Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ENTRE O DIREITO E A LÓGICA NEOLIBERAL: A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

BETWEEN RIGHTS AND NEOLIBERAL LOGIC: THE IMPLEMENTATION OF THE SPECIAL SOCIAL PROTECTION SERVICE FOR PERSONS WITH DISABILITIES AND THEIR FAMILIES IN CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

Cintia Dutra da Silva Bensi¹

Resumo: A política de assistência social, reconhecida como direito no âmbito da seguridade social pela Constituição Federal de 1988, enfrenta crescentes desafios diante da reconfiguração do Estado brasileiro sob a racionalidade neoliberal. Este artigo analisa como essas transformações se expressam a partir da execução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (SPSEPCD) no município de Campos dos Goytacazes (RJ). A partir de uma abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico-documental, foram examinadas legislações, dados oficiais e referenciais teóricos críticos, que discutem o Estado, a proteção social e as influências neoliberais. Os resultados apontam que a predominância da prestação de serviços públicos por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), aliada aos ajustes fiscais e à retração participativa, revela uma gestão estatal gerencial a partir de estratégias de eficiência, terceirização e publicização nas políticas públicas. Essa dinâmica tende a fragilizar o princípio da universalidade e o papel do Estado como garantidor da proteção social. Conclui-se que é necessário reafirmar o papel estatal, fortalecer o financiamento público e reconstruir os espaços de participação como estratégias para garantir a assistência enquanto política de direitos.

Palavras-chave: Serviço para Pessoas com Deficiência; Organizações da Sociedade Civil; Financiamento Público; Racionalidade Neoliberal.

Abstract: Social assistance policy, recognized as a right within the scope of social security by the 1988 Federal Constitution, faces growing challenges amid the reconfiguration of the Brazilian State under neoliberal rationality. This article analyzes how these transformations are expressed through the implementation of the Special Social Protection Service for Persons with Disabilities and Their Families (SPSEPCD) in the municipality of Campos dos Goytacazes (RJ). Using a qualitative and bibliographic-documentary approach, legislation, official data, and critical theoretical frameworks discussing the State, social protection, and neoliberal influences were examined. The results indicate that the predominance of public service provision by Civil Society Organizations (CSOs), combined with fiscal adjustments

¹ Assistente social. Mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (área de concentração Avaliação de Políticas Sociais). Integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP/UFF). Email: cintiad@id.uff.br. Este trabalho vincula-se ao eixo temático 03 – Estado neoliberal, Proteção Social, Territórios de fronteiras e Seguridade Social no Brasil.

and the retreat of participatory mechanisms, reveals a managerial form of state governance based on efficiency, outsourcing, and the publicization of social policies. This dynamic tends to weaken the principle of universality and the role of the State as guarantor of social protection. It is concluded that it is necessary to reaffirm the role of the State, strengthen public financing, and rebuild spaces for participation as strategies to ensure social assistance as a rights-based policy.

Keywords: Service for Persons with Disabilities; Civil Society Organizations; Public Financing; Neoliberal Rationality.

1 INTRODUÇÃO

A política de assistência social no Brasil, consolidada como direito no âmbito da seguridade social pela Constituição Federal de 1988, enfrenta crescentes desafios diante da reconfiguração do Estado brasileiro sob a racionalidade neoliberal. O texto constitucional assegurou à assistência o *status* de política pública universal, estruturada sobre os princípios da descentralização, participação e integração entre as esferas de governo. Neste contexto, o estudo sobre o processo de reordenamento do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (SPSEPCD), na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro.

A análise busca compreender como a lógica neoliberal e a contratualização via Organizações da Sociedade Civil (OSCs) influenciam sua execução. Considerando o debate sobre a reconfiguração do Estado e a difusão de práticas gerenciais nas políticas públicas, conforme discutido por Druck e Vieira (2023), articulando esses processos à dinâmica local de financiamento e gestão da assistência social. A relevância deste estudo está em evidenciar como a política pública, ainda que amparada na lógica do direito, pode ser tensionada pelas condições históricas, políticas e econômicas que atravessam sua operacionalização local.

O estudo evidencia que a terceirização da execução e a lógica fiscal impactam diretamente a efetividade da proteção social destinada às pessoas com deficiência, apontando para desafios persistentes na consolidação da cidadania e no fortalecimento da gestão pública. Sendo assim, o artigo está organizado em duas seções principais, a primeira, que aborda a reconfiguração do Estado e os desdobramentos desse processo e a segunda que dialoga sobre a contratualização, financiamento público e os limites da cidadania.

2 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ENTRE O DIREITO E A RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias é descrito na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) como uma oferta de atendimento especializado para famílias que tenham pessoas com algum grau de dependência e que tiveram suas limitações agravadas por alguma violação de direitos. A finalidade é “promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes” (Brasil, 2009, p. 37).

Historicamente, esse acompanhamento das pessoas com deficiência no município campista, no âmbito da proteção social especial de média complexidade, tem ocorrido por meio de entidades filantrópicas, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Essas ações, antes da normatização estabelecida pela LOAS, pela PNAS e pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS), eram desenvolvidas na modalidade de projetos sociais com tempo determinado e financiados por meio de convênios, atualmente, a partir do reordenamento via legislação, essas ações ficam organizadas como serviços que precisam ser realizados de forma continuada e caracterizados na média complexidade.

Em Campos dos Goytacazes, todas as quatro unidades que ofertam o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência são geridas por Organizações da Sociedade Civil. Segundo o Censo SUAS 2023, existem no Brasil 1.716 unidades que prestam esse atendimento a pessoas com deficiência, sendo que 96% delas são instituições filantrópicas. Na região sudeste essa proporção permanece, de 902 unidades, mais de 95% delas são não governamentais. No estado do Rio de Janeiro, essa lógica se repete, das 112 unidades existentes, 86% são não governamentais.

Ainda que formalmente estruturado como um direito socioassistencial, esse serviço para pessoas com deficiência, tem sido ofertado majoritariamente por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), o que revela a crescente delegação da responsabilidade estatal a entidades do chamado setor público não estatal, ou como coloca Bresser-Pereira “provedores públicos não estatais que recebem recursos do Estado e são controlados através de contratos de gestão” (2010, p. 115). Uma atuação estabelecida pela própria PNAS quando coloca a possibilidade de que as ações da rede socioassistencial de proteção básica e especial podem “ser realizada diretamente por organizações governamentais ou mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de assistência social” (Brasil, 2005, p. 96).

Essa dinâmica é expressão concreta das transformações operadas no Estado brasileiro

desde os anos 1990, com a adoção do ideário gerencial e da lógica de eficiência privada na gestão pública. Para a autora Elaine Behring (2003) essas transformações decorrentes da Reforma Gerencial deixam claro que o Estado se orienta para a rentabilidade do capital e não para as necessidades sociais da maioria das pessoas.

Como analisam Druck e Vieira (2023), as reformas do Estado ancoradas no projeto de ideário neoliberal provocaram o encolhimento da presença estatal direta, ao mesmo tempo em que ampliaram os mecanismos de privatizações, publicização e terceirizações. A criação de figuras jurídicas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Sociais e, posteriormente, a regulamentação pelo Marco Regulatório das OSCs (Lei nº 13.019/2014), institucionalizou um novo regime de execução de políticas públicas, baseado em contratos de gestão e metas de desempenho.

No município de Campos dos essa predominância da oferta indireta execução indireta via OSCs, mediada por editais e convênios, coloca em questão o papel do Estado enquanto garantidor direto dos direitos sociais. Além disso, acentua a lógica concorrencial e gerencial sobre um serviço que deveria priorizar o vínculo público e a responsabilização estatal. Ao lado da transferência da execução para entidades privadas, observa-se também a retração da participação social institucionalizada, especialmente após 2016, como apontam Avritzer e Zanandrez (2024).

A participação social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, se institucionaliza com a construção dos conselhos e conferências como espaços de deliberação e controle social das políticas públicas. Um processo que representou um avanço democrático, ao incorporar a sociedade civil na gestão das políticas e na formulação de decisões públicas. No entanto, nas últimas décadas, observa-se um movimento de desinstitucionalização desses espaços, de acordo com Avritzer e Zanandrez (2024), cujo ápice foi o Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu diversos conselhos e colegiados participativos. Essa medida afetou diretamente a capacidade de controle social e de formulação participativa das políticas sociais. Esse processo evidencia o avanço de uma lógica neoliberal, marcada pela redução da presença pública e pelo enfraquecimento da esfera participativa.

Em Campos, embora existam instâncias formais como o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), a centralidade dos contratos com OSCs e a lógica da prestação de contas, podem reduzir o papel da participação como construção coletiva e política. Isso reforça o que Avritzer e Zanandrez (2024) identificaram como algumas mudanças no padrão participativo do sistema: a participação social desenvolveu-se inicialmente com o Orçamento

Participativo (OP) e com os conselhos de políticas, a partir de 2000 o OP passa a ser secundarizado e aumenta-se o destaque as conferências e conselhos. Mas os autores apontam, principalmente, o desmonte do processo de participação a partir de 2014, e consequentemente, das políticas públicas. A participação social, componente estruturante da democracia, passa por tentativas de redução e até extinção.

Esse movimento de esvaziamento participativo se articula com a lógica de ajuste fiscal permanente. Druck e Vieira (2023) mostram como a lógica neoliberal impôs limites drásticos ao orçamento público, por meio de medidas como a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, o que reconfigurou o financiamento das políticas sociais e induziu formas alternativas de execução com menor custo e maior precarização.

No caso do SPSEPCD em Campos, a análise do financiamento revela a insuficiência dos recursos para atender à demanda existente. Em Campos dos Goytacazes, foram ofertadas 772 vagas em 2021, por meio do Edital nº 01/2021. Já o Edital de Chamamento Público de 2024, voltado para o exercício de 2025, disponibilizou 848 vagas, conforme publicação no Diário Oficial do Município (edição nº 1681, de 18 de outubro de 2024). Um aumento de 76 vagas ao longo de três anos.

Em um contexto municipal em que a população aproximada é de 483.540 habitantes (IBGE, 2024). Ainda não é possível identificar, com os dados mais recentes, quantos habitantes declararam ter alguma deficiência. No entanto, no Censo de 2010, a população estimada era de 463.731 habitantes, sendo que destes 108 mil haviam se declarado com alguma deficiência (visual, auditiva, motora e/ou mental). Isso representava, à época, cerca de 23% da população, proporção que provavelmente não se alterou substancialmente até o presente.

A população com deficiência na cidade de Campos, segundo os dados atualizados em maio de 2025, extraídos da Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), indicam que, entre os 107.182 indivíduos que responderam à pergunta sobre deficiência, 19.636 declararam possuir algum tipo de deficiência. Esse número corresponde a 18,32% dos respondentes e 4,0% da população total do município. Essa diferença entre a oferta de vagas e a demanda do município evidencia que, embora o serviço exista legalmente, sua efetividade é profundamente limitada pelas condições estruturais de financiamento e pela lógica contratual que rege sua execução.

A substituição da responsabilidade pública direta por contratos com OSCs, aliada à fragilização das instâncias de participação social, representa, portanto, uma inflexão na

política social brasileira: de uma política de direitos para uma política regulada por desempenho, metas e resultados. Druck e Vieira chamam atenção para esse formato quando colocam que quando um “Estado de formato neoliberal adota uma perspectiva gerencial nos moldes de empresa privada, expressão da tendência do neoliberalismo de mercantilizar tudo, transformando os bens públicos em bens privados” (2023, p. 321).

Esse processo revela um deslocamento do sentido da política social, que deixa de ser concebida como um instrumento de promoção de direitos e passa a ser operacionalizada sob a lógica da gestão por resultados, orientada por métricas de desempenho e eficiência. A inserção dessas práticas gerenciais inspiradas do setor privado, como destacam os autores, não apenas redefine os critérios de funcionamento da administração pública, do direito coletivo para a eficiência institucional, como também tensiona os fundamentos democráticos da política social. Trata-se, portanto, de uma mudança estrutural que incide diretamente sobre o modo como os serviços socioassistenciais são concebidos, financiados e ofertados no território.

3 CONTRATUALIZAÇÃO, FINANCIAMENTO PÚBLICO E OS LIMITES DA CIDADANIA

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha inaugurado um novo paradigma para a assistência social como política pública e direito de cidadania, a efetividade desse direito tem enfrentado inúmeros desafios de financiamento e execução. Tais desafios tornam-se evidentes quando se observa o modo como os serviços são financiados e executados no contexto atual, marcado por parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

A lógica da contratualização, formalizada com o Marco Regulatório das OSCs (Lei nº 13.019/2014), em conformidade com o Programa Nacional de Publicização (PNP), constitui um conjunto de instrumentos que contribuem para o deslocamento da política social da esfera da garantia de direitos para o campo da regulação por metas, resultados e relatórios técnicos. Essa transição não é meramente operacional, mas implica uma transformação na natureza da própria política pública, que passa a ser tratada sob a ótica da eficiência, da economicidade e do desempenho, em consonância com os princípios da Reforma Gerencial.

Druck e Vieira (2023) demonstram que esse modelo insere o Estado em uma lógica submetida às regras do mercado e de interesses privados, ou seja, em um Estado gestor de contratos, em detrimento de seu papel como provedor direto de direitos. Como analisa

Behring (2003), a lógica imposta a partir dos anos 1990 é de uma gestão que se caracteriza por recursos restritos para os investimentos de Estado e generosos para o pagamento de encargos financeiros da União, o que atinge em cheio a área social. Como coloca Druck e Vieira “um conjunto de transformações que vêm retirando autonomia e poder de gestão das instituições públicas, cada vez mais à mercê do presidente de plantão e da iniciativa privada” (2023, p. 318).

O avanço do ideário neoliberal no interior das políticas sociais resulta em precarização dos serviços e instabilidade do cofinanciamento, pois fica atrelado a redução de custos, ao invés de expandir a oferta pública direta e estruturar a rede socioassistencial com financiamento estável e equipes públicas concursadas. o Estado tem optado por transferir parte de suas responsabilidades a entidades privadas, dependente de convênios, parcerias e da captação de recursos por meio de editais.

A Lei nº 9.637 de 1998, cria o Programa Nacional de Publicização (PNP). Em 2022, o governo retomou essa pauta, buscando expandir o modelo de parceria entre Estado e sociedade, na prestação de serviços de interesse público, priorizando a eficiência. Nesse contexto, a presença predominante de OSCs na execução dos serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência não pode ser dissociada da lógica neoliberal que orienta a gestão pública nas últimas décadas.

No município de Campos dos Goytacazes, os dados do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS, 2022) revelam que, mesmo com a existência do serviço SPSEPCD, sua cobertura ainda é muito limitada. Após o contingenciamento de recursos federais pela Portaria MC nº 2.362/2019, houve uma redução significativa no repasse de verbas para o cofinanciamento das ações socioassistenciais, de aproximadamente 56% nos repasses do governo federal.

Esse processo de desfinanciamento, o “ajuste fiscal permanente”, como sinaliza Salvador (2024) acontece via corte de recursos ou limitação da expansão das despesas sociais. Um ataque à garantia de recursos orçamentários para assegurar direitos sociais, como sinaliza o referido autor. Para Salvador (2024) o Brasil entra em um ciclo de política econômica caracterizado por um ajuste fiscal permanente que acontece via medidas de austeridade (políticas econômicas a partir de ideias ultra neoliberais) com instrumentos como a LRF, a DRU, a EC 95 e o NAF², comprimem os gastos sociais e comprometem o

² Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Desvinculação das Receitas da União (DRU), Emenda Constitucional 95 (EC 95) e o o Novo Arcabouço Fiscal (NAF).

financiamento do SUAS indo na contramão da reconstrução de um Estado Social.

Esses instrumentos impactam diretamente o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), reduzindo a capacidade estatal de manter e expandir uma rede pública de serviços e ampliando, como consequência, as parcerias via Organizações da Sociedade Civil. O caso do SPSEPCD em Campos é um exemplo, foram ofertadas 772 vagas por meio do Edital nº 01/2021. Já o Edital de Chamamento Público SMDHS nº 01/2024, voltado para o exercício de 2025, disponibilizou 848 vagas, conforme publicação no Diário Oficial do Município (edição nº 1681, de 18 de outubro de 2024), um acréscimo de 76 vagas ao longo de três anos.

Mesmo com avanços legais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o acesso a esses direitos segue desigual, condicionado por barreiras institucionais e pela instabilidade do financiamento público. Como destaca Fleury (2008), a Constituição de 1988 representou uma ruptura histórica ao instituir a seguridade social e universalizar a cidadania, vinculando direitos sociais ao dever estatal. Contudo, sua implementação ocorreu sob forte influência do ideário neoliberal, o que limitou o alcance da universalização e favoreceu políticas focalizadas.

É importante, portanto, reconhecer que a política social, embora estruturada juridicamente como direito, é atravessada por disputas e contradições. Conforme argumenta Pereira (2011), trata-se de um processo histórico, não linear, que tanto pode ampliar a cidadania e responder às necessidades humanas, quanto se moldar aos interesses do capital, não sendo exclusivamente só positiva ou só negativa. A política social, portanto, não é neutra: ela é marcada por lutas, recuos e avanços, sendo expressão das tensões que atravessam o próprio Estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de assistência social, desde sua constitucionalização em 1988, representa um marco na consolidação dos direitos sociais no Brasil. O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias (SPSEPCD), como parte integrante do SUAS, materializa esse compromisso ao prever o atendimento a sujeitos em situação de dependência e vulnerabilidade agravada por violações de direitos.

A análise realizada neste artigo evidenciou que, no município de Campos dos

Goytacazes, a efetivação desse serviço enfrenta desafios estruturais significativos. A execução exclusiva por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), somada ao modelo de financiamento precário e à baixa cobertura da demanda, revela a tensão entre o princípio do direito universal e a lógica contratual que orienta a gestão local da política pública.

Esses achados situam-se em um contexto mais amplo de reconfiguração do Estado brasileiro, marcado pela influência neoliberal e pela incorporação de práticas gerenciais voltadas ao controle por desempenho e à terceirização dos serviços. Diante desse cenário, reafirma-se a necessidade de fortalecer o caráter público, democrático e universal da assistência social, com ampliação do financiamento estatal direto, valorização da execução pública e reconstrução dos espaços de participação social.

Considera-se, por fim, que futuras pesquisas podem aprofundar a análise comparativa entre municípios e examinar os impactos das parcerias com OSCs sobre a qualidade e a continuidade dos serviços, contribuindo para o debate sobre a efetividade da proteção social no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo; ZANANDREZ, Priscila. Entre o passado e o futuro: a disputa em torno da participação. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 75, e021013, p. 35–58, 2024. Dossiê: Participação social no Brasil: da Constituição ao novo ciclo democrático. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v75ia>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 146, n. 164, p. 3, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. *Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º ago. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 13 jul.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 152, n. 128, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *Cadastro Único para Programas Sociais – Consulta Pública*. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS: norma operacional básica (NOB) / Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005*. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Vigilância Socioassistencial*. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL. Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. *Programa Nacional de Publicização: relatório do projeto de cooperação entre a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia do Brasil*. Brasília: Ministério da Economia, 2022. 63 p. Disponível em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/organizacoes-sociais/20220606_relatorio-pnp_verso-final.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: ENAP, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000300004>. Acesso em: 19 de jul. 2024

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, Estado Social e Reforma Gerencial. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 112–116, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/gfRLmWnLrxgkj6ChFJrZ53s/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DRUCK, Graça; VIEIRA, Denise. As transformações do trabalho dos servidores públicos: reformas administrativas, digitalização e privatização do Estado. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Icebergs à deriva*. O trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 307-322.

FLEURY, Sonia. *Seguridade social e cidadania: política social na Constituição de 1988*. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *População*

estimada por município em 1º de julho de 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PEREIRA, Potyara A. P. *Temas e questões da política social*. São Paulo: Cortez, 2011.

PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Chamamento público para seleção de entidades de assistência social: editais de chamamento público 01/2021*. Campos dos Goytacazes, 19 nov. 2021. Disponível em: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=66304. Acesso em: 16 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes*, Campos dos Goytacazes, edição n. 1681, 18 out. 2024. Disponível em: <https://campos.rj.gov.br/app/assets/diario-oficial/link/6671>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes: período 2022 a 2025*. Campos dos Goytacazes: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, 2022-2025.

SALVADOR, Evilásio. O novo regime fiscal e a institucionalização do ajuste fiscal permanente no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, n. 139, p. 569–593, 2020.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpa.br/tema/magistrados/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pará
Campus São João - ES - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A FUNÇÃO DO ESTADO NA POLÍTICA DE SAÚDE NO CAPITALISMO DEPENDENTE

BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE: THE ROLE OF THE STATE IN HEALTH POLICY WITHIN DEPENDENT CAPITALISM

Daiany Silva Lustosa
Alessandra Ximenes da Silva
Lucas Daniel Justino dos Santos
Júlia Vitória Nascimento Lopes

Resumo: O trabalho analisa a função do Estado e da política social no capitalismo dependente, abordando o processo de privatização clássica e não clássica na saúde. A pesquisa orientou-se pelo método crítico-dialético, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental. O estudo foi realizado no estado da Paraíba, referência em experiências de privatização, contribuindo para revelar as relações entre o público e o privado.

Palavras-chave: Estado. Política Social; Política de Saúde; Privatização clássica e não clássica.

Abstract: This work analyzes the role of the State and social policy in dependent capitalism, addressing the classic and non-classic privatization processes in healthcare. The research was guided by the critical-dialectical method, using bibliographic review and documentary research. The study was conducted in the state of Paraíba, a reference point for privatization experiences, contributing to revealing the relationships between the public and private sectors.

Keywords: State; Social policy; Health policy; Classical and non-classical privatization,

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social (NUPESS) do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. No atual contexto do capitalismo contemporâneo são várias as formas de restauração do processo de acumulação capitalista, no seu estágio mais avançado. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar a função do Estado e da política social no capitalismo dependente no processo de privatização clássica e não clássica da saúde.

A pesquisa foi desenvolvida à luz da Teoria Social Crítica, com a orientação do método histórico-dialético e suas categorias de análise: historicidade, totalidade, mediação e a contradição, sendo a natureza do estudo bibliográfico e documental. Diante dessa escolha político-metodológica, as análises não partem de estruturas pré-estabelecidas, mas das aproximações sucessivas da realidade como os processos políticos, econômicos, sociais e normativos que possibilitam a supercapitalização da política de saúde.

A pesquisa foi elaborada na Paraíba, entre 2018 a 2025, por proporcionar particularidades essenciais para a análise como a presença da OS na gestão das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e de algumas unidades hospitalares. A gestão sob as OS foi motivo de representação pelo Ministério Público, ocasionando prisões de funcionários públicos devido aos desvios de recursos do fundo público. Possuir uma ampla rede pública, mas com visível expansão do setor privado, que tem disputado recursos públicos para a execução de serviços de saúde e também de expansão da rede; a criação de uma Fundação de Saúde de Direito Privado; a adesão dos Hospitais Universitários a EBSEH; e aumento significativo do setor privado da saúde, acabaram gerando uma espécie de complementaridade invertida. Esses elementos possibilitaram uma análise da relação público/ privado no estado e a disputa acirrada pelo fundo público. Para dar conta da exposição dos resultados da pesquisa, a primeira seção trata sobre a função do Estado e da política social no capitalismo dependente; a segunda, analisa o Projeto de Aprimoramento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde do Estado da Paraíba – AMAR e a Contradição Público-Privado no Estado da Paraíba; a terceira trata sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento no contexto do capitalismo dependente latino-americano; a quarta analisa as Controvérsias no Projeto AMAR e a Privatização Não Clássica na Saúde Pública da Paraíba; e por fim as considerações aproximativas.

2 A FUNÇÃO DO ESTADO E DA POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Ao refletir sobre o Estado, Mandel (1982), assevera acerca da coerção uma função integradora que vai ocorrer “pela educação, pela cultura e pelos meios de comunicação – mas, sobretudo pelas categorias de pensamento peculiares à estrutura de classe de uma sociedade”

(P. 334). De forma que, a função principal nos países de capitalismo dependente vai ser preservar e ampliar a capacidade de lucro do capital, contribuindo para a continuidade da sua condição de dependência.

O Estado vai ser mais um instrumento, abrindo os caminhos para a ampliação dos lucros do capital internacional, ou seja, participando ativamente da estratégia de manutenção dessa relação de subalternidade. Essa função, embora seja mascarada, tem peso significativo na economia e nas relações que vão acontecendo entre esses países, uma vez que as constituições nacionais vão prezar no âmbito das relações internacionais de uma pseudo autodeterminação e autonomia desses países.

As relações de dependência no contexto do neoliberalismo vão assumir outros contornos nos países dependentes, principalmente no Brasil. O avanço em direção às economias dependentes se deu por meio da incorporação das grandes burguesias destes países à ofensiva neoliberal e pela imposição, por parte dos organismos multilaterais, de políticas de estabilização econômica que conduzissem às alterações necessárias.

Estas políticas vêm sempre acompanhadas de intensificação dos fluxos financeiros em direção aos países dependentes e funcionaram como uma estratégia fundamental de apropriação da mais-valia extraída [...]. Aos países dependentes, cabia uma reconfiguração que passava pelo aumento da dívida pública como forma de justificar sucessivos ajustes fiscais, alimentando a rentabilidade financeira e legitimando a canalização de recursos do fundo público para o capital, a condução de contrarreformas e a contenção de gastos sociais (Brettas, 2020. p. 159).

Dessa forma, ao contrário do que tentam disseminar, o Estado, nos países dependentes passa a ser fortalecido para garantir a expansão do capital e o processo de financeirização. Isto porque cabe ao Estado nos países dependentes propiciar as melhores condições de financeirização e de ampliação de lucros, e atuar para a realização da superexploração.

A superexploração é uma categoria que nos esclarece que nos países de capitalismo dependente “o trabalho é remunerado abaixo de seu valor” (Marini, 2017, p. 334), por meio da combinação de três mecanismos: “intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de

trabalho” (P. 334).

O processo de implementação do neoliberalismo vai sofrer forte influência das recomendações e as orientações dos aparelhos multilaterais de hegemonia, como o Banco Mundial (BM), vão constituir também características desse capitalismo dependente, que confronta a soberania. Nessa questão Osório (2014) assevera que tanto o processo de dependência e também o de superexploração vão ser as duas características marcantes do neoliberalismo.

No entanto, como o neoliberalismo não teve suas promessas na ocasião de sua implementação cumpridas, o que se viu foi um aprofundamento das relações de dependência e da crise estrutural do capital que, segundo Mészáros (2000) atingiu todos os limites possíveis. Porém, esse fracasso do neoliberalismo não foi o suficiente para frear a expansão da barbárie e o avanço das contrarreformas.

O Brasil é um país de capitalismo dependente que até hoje carrega marcas de seu passado escravocrata, com traços do sistema patriarcal, de forma que as expressões da questão social envolvem não só as relações de classe, mas também de gênero e étnico-raciais. Segundo Fontes (2010), só adentramos no estágio do capitalismo monopolista, ou melhor, nas palavras da autora no período do capital-imperialismo na década de 70, período em que estava vigente a ditadura civil-militar imposta em 1964 de forma que voltamos a viver em uma democracia, na década de 1980.

Nesse sentido, corroboramos com Behring (2023), ao analisar que o imperialismo e o subimperialismo vão se reatualizar, considerando que no cenário mundial são perceptíveis a existência de disputas pela hegemonia, assim como ocorrem “mudanças importantes nos padrões de reprodução do capital nos vários países, bem como contrarreformas do Estado tendo em vista facilitar o fluxo de capitais e a exploração dos trabalhadores” (P. 14). Portanto o neoliberalismo e os seus diferentes momentos tem se caracterizado como uma ofensiva ao trabalho e na concepção de política social, que tende a ser cada vez mais focalizada ou até mesmo extinta.

3 O PROJETO AMAR E A CONTRADIÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NO ESTADO DA PARAÍBA: ENTRE O DIREITO À SAÚDE E O MERCADO

O Projeto de Aprimoramento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde do Estado da Paraíba - AMAR, é desenvolvido pelo Governo do estado, por meio da Secretaria de Saúde (SES). O projeto é um investimento que visa fortalecer o SUS e consolidar as Redes Integradas de Atenção à Saúde, contando com financiamento e supervisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento(BID). As ações do Projeto Amar incluem obras, aquisição de equipamentos e capacitação de profissionais, com foco especial na saúde materno-infantil e na assistência especializada.

Além disso, prometia a promoção de novas tecnologias, investimentos na educação e na saúde, novas formas de tratamentos, como por exemplo; a telemedicina, melhorias nas infraestruturas hospitalares, o monitoramento constante e assíduo das gestões estadual e municipais.

O projeto em questão propõe-se a articular-se em prol do aprimoramento das condições de saúde da população do estado da Paraíba, por intermédio da consolidação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e do fortalecimento das capacidades técnico-institucionais de gestão do Sistema Estadual de Saúde, como também, busca favorecer como população-alvo, aproximadamente 3,4 milhões de pessoas dependentes do Sistema Único de Saúde (SUS), que serão direta ou indiretamente beneficiadas pela reformulação e pela capacitação e melhorias no que tange os beneficiários, como também, trabalhadores, bem como pela incorporação de sistemas de gestão e pela reestruturação na infraestrutura das unidades de saúde sob a operação gerencialista desse projeto.

O projeto AMAR, é composto por um investimento advindo de uma instituição de cunho privado, em que foi submetido a diversas especificidades, condicionalidades e acordos por meio do contrato de empréstimo, nº 4740/OC-BR, o montante desse valor é de R\$ 56.633.869,00, dessa forma, sendo um empréstimo de no máximo US\$ 45.197.310,00 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e dez Dólares), com recursos advindos do BID e a contrapartida do Governo da Paraíba composto no valor de US\$ 11.436.559,00. Tendo como prazo original de desembolsos 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato.

4 O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DO

CAPITALISMO DEPENDENTE LATINO-AMERICANO

O BID, fundado em 1959, foi gerido com o propósito de financiar o desenvolvimento dos países latino- americanos, em um contexto de Guerra Fria e com o propósito de desarticular os efeitos e pensamentos socialistas que advinham de uma crise orgânica, visando garantir “a nova razão de mundo”, prometida pelo neoliberalismo com o intuito de atender a necessidade dos países centrais, especialmente aos Estados Unidos, em seus interesses ideológicos e econômicos, se constituindo assim sob a ótica de Gramsci, como um aparelho multilateral da hegemonia, em prol do capital, articulando suas entranhas nos países dependentes.

Ao perpassar das décadas, e em particular dos anos 1990, o BID, assume o seu compromisso em prol de promover as reformas neoliberais impostas pelo mercado, em que busca consolidar essa hegemonia em todo o território da América Latina, se concentrando em primazia na reestruturação institucional dos Estados nacionais, por meio de financiamento de diversas esferas que compõem o fundo público, bem como, educacionais; previdenciárias e principalmente as sanitárias, com a promessa de uma gestão mais eficiente e serviços modernizados.

Além disso, o banco ultrapassa a linha de ser apenas um financiador e se torna reprodutor ideológico, subordinando os países periféricos com seus conceitos e gestões tecnocratas ao mercado internacional, baseadas em metas quantitativas, marcadores de desempenho e modelos de gestão empresarial, aplicados ao setor público, que visa a produtividade e controle por resultados (o que pode gerar uma série de adoecimento aos trabalhadores), e uma lógica de promoção de saúde imediatista, com intervenções puramente técnicas e biologicista.

A direção e condicionalidades promovidas pelo BID não fica centrada apenas em reformas estruturais, mas, também nas produções de subjetividades, que busca promover uma individualização que responsabiliza os indivíduos e que gera um estado de concorrência, eximindo uma grande parcela de responsabilização do Estado, bem como, passa a ser entendida como mais um campo da lógica do mercado que necessita de resultados, acirrando ainda mais as expressões da questão social devido a focalização das políticas sociais.

O BID, impõe uma lista de condicionalidades tecnocratas , com foco na gestão e na instituição para o direcionamento da execução dos serviços de saúde pública paraibana, que visa gerar um estado concorrencial, atrelado às expectativas do mercado, em que metas imediatistas são incluídas no dia a dia dos trabalhadores e entre as unidades, gerando um estado de disputa constante que fragiliza a qualidade dos serviços e de uma saúde integral e democrática para todos.

Nesse sentido são estabelecidas condicionalidades previstas no contrato, para a política de aquisições de bens, reunidas no documento GN 2349-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011 e todas elas devem ser analisadas e aprovadas de acordo com a análise do mesmo; cumprir as condições precedentes de desembolso, em que o Banco impõe condicionalidades específicas para concluir os desembolsos que podem incluir a implementação de ações preparatórias, a contratação de consultorias ou a realização de ajustes no planejamento do projeto.

Além disso, também estima o valor que deve ser direcionado para cada função e que essas aquisições, bem como, contratações estimadas em valor superior US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Dólares) pelo BID (GN-2350-15) e para a contratação de obras e a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares) para a aquisição de bens e a contratação de serviços diferentes de consultoria pelo BID (GN-2350-15). Ainda mais, as licitações devem seguir os modelos estabelecidos também pelo banco e ainda serão analisadas.

À primeira vista, todas essas imposições podem significar um avanço à modernidade e eficiência, bem como, eles disseminam. Porém, ao serem analisadas até que de forma preliminar, se enxerga inúmeras inflexões, que tentam mercantilizar, terceirizar e submeter à saúde pública na lógica do capital, reduzindo à saúde em uma mercadoria, com repasses do fundo público ao setor privado, com base no modelo empresarial, naturalizando a desestruturação da estrutura pública, substituindo os movimentos sociais dos trabalhadores que lutam e resistem à lógica do mercantilismo, por discursos moralizantes, pautado sob o argumento de “melhora da gestão”.

Com essas “soluções” técnicas e gerenciais, a política pública é moldada à luz dos valores neoliberais, o que resulta em um aprofundamento das formas não clássicas de privatizações (Granemamm, 2011), deixando de lado o cuidado na saúde e se atentando

apenas aos resultados e números de cada instituição, desumanizando tanto os trabalhadores, quanto os usuários dependentes dos serviços, ao eximir o conceito de universalidade do SUS, além de que, o financiamento dessas políticas públicas não ocorrem em um vácuo no campo das ideias, mas que na verdade, ocorre o contrário, esses agentes funcionam como aparelhos privados de hegemonia, baseado em Gramsci, reconfigura a função do Estado a favor do capital nos países dependentes, que passa a disponibilizar seu fundo público para os setores privados, por meio das parcerias público - privadas, fundações estatais de direito privado, organizações sociais (OSs) entre outro

5 CONTROVÉRSIAS NO PROJETO AMAR: PRIVATIZAÇÃO NÃO CLÁSSICA NA SAÚDE PÚBLICA DA PARAÍBA

O Projeto de Aprimoramento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde da Paraíba (AMAR), financiado pelo BID por meio do Contrato de Empréstimo nº 4740/OC-BR, visa o objetivo de aprimorar a gestão dos serviços ofertados pelo SUS na Paraíba e uma modernização constante no que tange à infraestrutura hospitalar e aprimoramento da gestão dos serviços. Contudo, sua efetivação tem gerado inúmeras controvérsias, especialmente no que se refere à privatização não clássica da saúde pública. O projeto consta em seus autos o intuito de terceirização dos serviços destinados às unidades assistidas pelo mesmo e que deve contar com consultorias para este fim.

Nesse sentido as obras e reestruturação dessas unidades e dos serviços de saúde serão todas contratadas de forma terceirizada por empresas inseridas no mercado, o que gera a rotatividade e precarização do trabalho, além da entrega dos serviços públicos para serem geridos pelo setor privado, por meio da transferência do fundo público. Esse mecanismo tem , caracterizado uma forma de privatização não clássica, uma vez que, o setor público apenas financia e se retira da esfera de execução, com adoções de práticas gerenciais previstas nas condicionalidades impostas pelo BID, em que busca moldar o serviço público nos trâmites do mercado internacional, com metas de desempenho e resultados imediatistas. Esses fenômenos impostos pelo Banco, além de redirecionar a função do Estado, compromete sua autonomia aos serviços prestados a população, conflitando diretamente com os princípios e diretrizes do SUS, desidratando a sua integralidade e universalidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capitalismo contemporâneo e o seu processo de restauração tem possibilitado a ampliação de instrumentos de privatização não clássica no Brasil, país de economia dependente. Esta realidade tem proporcionado disputa arraigada do fundo público por setores privados.

A análise preliminar do projeto AMAR realizado sob financiamento do BID vai além de um simples acordo, não consiste em um instrumento meramente técnico, mas também político, expressando a função dos aparelhos multilaterais de hegemonia na América Latina e no nordeste brasileiro, em que os países periféricos continuam a perpetuação de dependência dos países centrais.

A transformação da saúde em mercadoria é mascarada por um discurso, de neutralidade, que redireciona a função do Estado e passa a privilegiar alguns conceitos que tem respaldo na administração gerencialista, entre os quais de destacam: modernidade, eficiência, qualificação gerencial e produtividade. Porém, com as aproximações sucessivas do real nos deparamos com inúmeras contradições e controvérsias, em que a lógica do capital irá se debruçar no SUS. Esse processo por meio das condicionalidades de empréstimo — como metas de desempenho, controle por resultados e regramentos licitatórios regidos por agências externas — também redirecionam a função do Estado à mediação entre o fundo público e o capital privado.

Destarte, o Projeto de Aprimoramento do Modelo de Atenção na Rede de Saúde do Estado da Paraíba - AMAR, realiza em condições materiais o fortalecimento da hegemonia neoliberal, constituída de racionalidade instrumental tecnocrática, sendo esta causadora do desmonte SUS previsto na CF/88 e na Lei 8.080/90. O que temos vivenciado hoje no SUS é uma complementaridade invertida realizada na gestão das instituições e serviços prestados.

A resistência ao novo modelo de saúde mercantilizada, é indispensável e extremamente essencial. Ela deve ser incorporada por um enfrentamento constante dessa lógica racional técnica instrumental, essas concepções, naturalizam muitas vezes a retirada ou diminuição de direitos sociais, assim como mascara os processos de privatização não clássicas, por meio das parcerias público-privadas como soluções inerentes a política de saúde.

Ainda no sentido da resistência os intelectuais coletivos desempenham um papel crucial na formulação e implementação de políticas de saúde, sendo fundamentais na resistência às contrarreformas que visam dismantelar o SUS (SANTOS; SILVA, 2020), ou seja é necessário realocar a centralidade das discussões sobre as implicações dessas inflexões na saúde, e propagar a crítica radical ao modelo de desenvolvimento dependente, que tem proporcionado contrarreformas e políticas de ajuste fiscal permanente, nos países de economia dependente como expressa na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. In: **Revista Libertas**. v. 23, n.1. Juiz de Fora. p. 10-22, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383>. Acesso em: 14 Jul 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências, Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

BRETAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020

FONTES, V. A. transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, I. (Orgs). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018, p. 17-61. FONTES, V. A.. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. **O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Cadernos do Cárcere Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho**; coedição; Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 5.

GRANEMANN, Sara. Fundações Estatais: projeto de estado do capital. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENDES, Juliana Souza Bravo. **Saúde na Atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade**. Cadernos de Saúde, RJ: UERJ, Rede Sirius, Set 2011, p. 50-55.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Editais e Licitações**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/editais-e-licitacoes/>. Acesso em: 25 maio 2025.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

MARINI, R. M. Sobre a dialética da dependência (1973). In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. MARX, K.;

ENGELS, F.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PARAÍBA. Governo do Estado. **Editais e licitações – Secretaria de Estado da Saúde**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/editais-e-licitacoes/>. Acesso em: 25 maio 2025

PARLAMENTO PB. **O contrato com o BID assegura investimentos de US\$ 56 milhões na saúde da PB**. 2020. Disponível em: <https://parlamentopb.com.br/contrato-com-o-bid-assegura-investimentos-de-us-56-milhoes-na-saude-da-pb/>. Acesso em: 25 maio 2025.

PARAÍBA. Governo do Estado. **Governo da Paraíba apresenta novo decreto sobre licitações. Procuradoria Geral do Estado da Paraíba**, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://pge.pb.gov.br/governo-da-paraiba-apresenta-novo-decreto-sobre-licitacoes>. Acesso em: 25 maio 2025.

SANTOS, G. G.; SILVA, A. X. Intelectuais coletivos e o processo de contrarreforma na política de saúde brasileira. **SER Social**, Brasília, v. 22, n. 48, p. 181–200, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25495. Acesso em: 26 maio 2025.

SANTOS, G. G. **A saúde sob a mira dos aparelhos multilaterais de hegemonia do capital imperialista**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020.

SILVA, M. G. da. **A relação público/privado na saúde: as expressões das organizações sociais na Paraíba** [manuscrito] / Maria Geremias da Silva. - 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023, 155 p

SILVA, A. X. A Contrarreforma na Política de Saúde e a Função dos Intelectuais Coletivos. In.: Alessandra Ximenes da Silva, Mônica Barros da Nóbrega, Thaísa Simplicio Carneiro Matias (Orgs.) **Contrarreforma, Intelectuais E Serviço Social: as inflexões na política de saúde** [Livro eletrônico]. Campina Grande - PB: EDUEPB, 2017.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

ENTRE O SILENCIAMENTO E O DIREITO: O CAPS SENTIMENTOS COMO ESPAÇO DE EMANCIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS USUÁRIOS

ENTRE EL SILENCIAMIENTO Y EL DERECHO: EL CAPS SENTIMIENTOS COMO ESPACIO DE EMANCIPACIÓN Y PROTAGONISMO DE LOS USUARIOS

Miriam Susane Dias¹

Gabriel Silva²

Resumo: O artigo revisita o papel do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, como espaço de resistência e construção da cidadania de pessoas em sofrimento psíquico. Partindo de uma abordagem interdisciplinar, com base no Serviço Social, Psicologia Social e Saúde Coletiva, o texto discute como a lógica manicomial historicamente silenciou e excluiu esses sujeitos, transformando-os em subalternos. O trabalho destaca a importância da Reforma Psiquiátrica e da articulação entre CAPS, SUS e SUAS que contribuem para a promoção do cuidado em liberdade, pertencimento e protagonismo dos usuários. Isto posto, as práticas desenvolvidas no CAPS, como oficinas terapêuticas e inserção em espaços públicos, são compreendidas como ferramentas de reconstrução da identidade, superação do estigma e afirmação da cidadania. Em síntese, este artigo analisa a atuação ética, política e técnica do CAPS Sentimentos como dispositivo essencial na superação da subalternidade dos usuários. Demonstra-se que, através da articulação entre Saúde Coletiva, Serviço Social e Psicologia Social, o CAPS promove a reinserção territorial, o protagonismo e o enfrentamento ao estigma, afirmando o usuário em sofrimento psíquico como pleno sujeito de direitos na sociedade capitalista.

Palavras-chave: CAPS, Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica.

Resumen: El artículo revisita el rol del Centro de Atención Psicosocial (CAPS) como espacio de resistencia y construcción de ciudadanía para personas con sufrimiento psíquico. Partiendo de un enfoque interdisciplinario, basado en el Trabajo Social, la Psicología Social y la Salud Colectiva, el texto discute cómo la lógica manicomial históricamente ha silenciado y excluido a estos sujetos, transformándolos en subalternos. El trabajo resalta la importancia de la Reforma Psiquiátrica y de la articulación entre CAPS, SUS y SUAS, las cuales contribuyen a la promoción del cuidado en libertad, la pertenencia y el protagonismo de los usuarios. Asimismo, las prácticas desarrolladas en el CAPS, como talleres terapéuticos y la inserción en espacios públicos, se comprenden como herramientas para la reconstrucción de la identidad, la superación del estigma y la afirmación de la ciudadanía. En síntesis, este artículo analiza la actuación ética, política y técnica del CAPS Sentimientos como dispositivo esencial para la

¹ Psicóloga, mestranda do PPG Serviço Social e Proteção Social.

² Psicólogo, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI; Mestrando em Serviço Social e Proteção Social - PPGSSPS - Universidade Federal do Pampa. <https://orcid.org/0009-0009-9774-5626>

superación de la subalternidad de los usuarios. Se demuestra que, a través de la articulación entre Salud Colectiva, Trabajo Social y Psicología Social, el CAPS promueve la reinserción territorial, el protagonismo y el afrontamiento del estigma, afirmando al usuario con sufrimiento psíquico como sujeto pleno de derechos en la sociedad capitalista..

Palabras clave: CAPS, Salud Mental, Reforma Psiquiátrica.

I INTRODUÇÃO

Na década de 1970, o cuidado em saúde mental no Brasil esteve, em grande medida, restrito às práticas de exclusão, silenciamento e confinamento de pessoas que destoavam das normas sociais vigentes. O modelo manicomial, consolidado desde o final do século XIX, com a fundação do Hospício Dom Pedro II em 1852, se sustentava na lógica da segregação e do controle social, mantendo à margem da sociedade aqueles considerados ‘perigosos’ ou ‘indesejáveis’ (Amarante, 1996; Foucault, 1987).

Desde o final do século XVIII, quando Pinel assume a direção do Hospital Bicêtre e inicia uma nova forma de pensar a saúde mental através do que ele chamou de “tratamento moral” (Amarante, 2007), o hospital psiquiátrico tem sido símbolo de uma forma de cuidado pautado mais na tutela e no isolamento do que na promoção de direitos e na escuta do sofrimento humano. Somente a partir do movimento da Reforma Psiquiátrica, impulsionado pelas mobilizações de trabalhadores da saúde mental e de familiares nos anos 1970 e 1980, começou-se a questionar de forma mais organizada esse modelo excludente, propondo a construção de práticas de cuidado em liberdade e em comunidade (Delgado, 2019).

As reformas ocorridas, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, flexibilizaram a forma como o Estado e a sociedade lidam com a loucura, deslocando o eixo do cuidado da tutela e da exclusão para o seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos.

Nesse formato, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) surgem como dispositivos fundamentais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), operando sob o princípio do cuidado em liberdade, da desinstitucionalização e da articulação com o território. Mais do que espaços terapêuticos, os CAPS se configuram como espaços de construção de vínculos, reconhecimento de saberes e promoção da autonomia. Ao acolherem a complexidade das histórias de vida dos seus usuários. Esses serviços funcionam como dispositivos de saúde que possibilitam a reconstrução do pertencimento social, do acesso à cidade e da reinserção em circuitos simbólicos, materiais, sociais e de cidadania (Amarante, 2015).

Isto posto, o presente artigo emerge de reflexões e vivências no CAPS Sentimentos, localizado no município de Itaqui/RS, sendo o ponto de partida para refletir acerca da trajetória dos usuários demarcando as reflexões a partir de uma análise crítica do contexto de subalternidade à condição de sujeitos de direitos. A escolha pelo enfoque bibliográfico visa articular conceitos críticos oriundos do Serviço Social, da Psicologia Social e da Saúde Coletiva, discutindo como os processos de participação social e ocupação de espaços públicos emergem como estratégias de resistência e de enfrentamento ao estigma, à marginalização e à negação de direitos historicamente vivenciados por pessoas com sofrimento psíquico.

Paulo Amarante e Emerson Merhy contribuem para compreender as tecnologias leves de cuidado e a ruptura com os paradigmas biomédicos, enquanto pensadores como Silvia Lane e Bauman subsidiam uma leitura psicossocial e histórica da exclusão social e dos dispositivos de resistência construídos no e a partir dos territórios. No campo do Serviço Social, autores como Boschetti, Pereira e Gramsci servem de base para o debate crítico e a necessária articulação entre saúde mental, direitos sociais e proteção social no contexto da seguridade social brasileira.

O objetivo deste estudo é, portanto, analisar criticamente como o CAPS, em sua proposta ética, política e técnica, contribui para que seus usuários transcendam a condição de subalternidade imposta pelo estigma e pela estrutura social excludente da sociedade capitalista. O artigo também foi construído a partir do componente curricular de Política Social no Brasil, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social da UNIPAMPA - São Borja.

2 SUBALTERNIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL: O SILENCIAMENTO COMO ESTRUTURA DE PODER

A exclusão social de sujeitos em sofrimento psíquico é parte de uma lógica histórica de produção e reprodução da desigualdade social, que opera pela invisibilização e silenciamento de grupos considerados “fora da norma”. Ao longo dos séculos, o tratamento da loucura não se limitou à intervenção médica, mas constituiu-se como mecanismo de controle social, promovendo a marginalização de corpos e subjetividades que desafiam os padrões” (Foucault, 1987; Amarante, 1996; Basaglia, 1985).

Posto isto, o conceito de subalternidade oferece uma chave teórica para compreender a persistente exclusão vivida por pessoas com transtornos mentais. Na obra de Gramsci (2001),

a subalternidade designa a condição de grupos sociais que, apesar de constituírem a base produtiva da sociedade, não detém poder para representar-se politicamente ou para relatar sua própria história. Conforme o autor afirma: “A história das classes subalternas é, em geral, uma história de segregação e dispersão” (Gramsci, 2001, p. 23). Essa dispersão não é apenas material, mas simbólica: o subalterno é aquele cuja voz não é reconhecida como legítima. Tal conceito pode ser transposto para o campo da saúde mental, onde historicamente o discurso sobre a loucura foi monopolizado por instituições psiquiátricas, jurídicas e religiosas, que negam direitos aos sujeitos em sofrimento (Gramsci, 2001) .

A pensadora pós-colonial Spivak, aprofundando esse debate, questiona em seu célebre ensaio “Pode o subalterno falar?” se é possível que os sujeitos oprimidos se expressem fora das estruturas hegemônicas de poder. Para ela, “o subalterno não pode falar”, no sentido de que sua fala é constantemente mediada, deslegitimada ou capturada pelo discurso dominante (Spivak, 2010, p. 102). No caso das pessoas em sofrimento psíquico, isso se manifesta no modo como suas falas são frequentemente lidas como sintomas, desvios ou delírios, e não como expressões legítimas de vivência e resistência.

Essa desautorização da voz se inscreve numa estrutura de exclusão múltipla: simbólica, institucional, territorial e afetiva. O sujeito com sofrimento mental é deslocado dos espaços sociais, afastado da vida produtiva e afetiva, reduzido a um "caso clínico". Segundo Amarante (1995), o modelo manicomial produziu historicamente uma “cidadania negada”, que se expressa tanto na privação de liberdade quanto na negação do direito de existir na polis, ou seja, de ser parte da cidade e da vida coletiva.

Mesmo com os avanços da Reforma Psiquiátrica brasileira, o estigma ainda opera como um dispositivo de subalternização contemporânea. O usuário de CAPS, especialmente aquele em sofrimento persistente ou que faz uso abusivo de substâncias, segue sendo lido socialmente como perigoso, instável ou incapaz. Goffman (1988) denominou esse processo de “identidade deteriorada”, um rótulo que antecipa o julgamento social e reduz o sujeito à sua condição clínica.

Como aponta Amarante (2007), romper com a lógica manicomial requer mais do que o fechamento de instituições; é necessário construir práticas que devolvam ao sujeito o lugar de produtor de sentido e de vida. Isso implica escutar sua narrativa, reconhecer sua autonomia e permitir que ele ocupe espaços antes interditados, como o trabalho, a cultura, o lazer e a política.

Na perspectiva gramsciana, esse movimento pode ser entendido como parte de uma disputa hegemônica: os usuários dos serviços de saúde mental deixam de ser objetos da política e tornam-se sujeitos ativos da história, capazes de construir novas formas de ser e de estar no mundo (Gramsci, 2001). Como destaca o autor, “todo homem é filósofo” (Gramsci, 2001, p. 52), no sentido de que todos possuem uma concepção de mundo, inclusive aqueles que, historicamente, foram silenciados.

Sendo assim, pensar o usuário do CAPS Sentimentos como sujeito de direito é mais do que garantir-lhe acesso ao cuidado: é reconhecê-lo como cidadão pleno, portador de saberes e experiências que desafiam o modelo excludente ainda em curso. Romper com as estruturas de subalternidade que interditam a fala, o desejo e o movimento dos corpos, para que o cuidado em liberdade se concretize como projeto ético, político e emancipatório.

3 SILENCIAR PARA ISOLAR: A PATOLOGIZAÇÃO DA LOUCURA E DAS DROGAS COMO JUSTIFICATIVA PARA A NEGAÇÃO DE DIREITOS

A história do tratamento dado à loucura e ao uso de substâncias psicoativas revela uma estratégia social e política de contenção de corpos desviantes, alicerçada na medicalização, na segregação institucional e na construção de estigmas que naturalizam o afastamento desses sujeitos da vida social. Sob o manto da patologização, práticas de exclusão ganham aparência de cuidado, ocultando, sob uma lógica supostamente científica, a reprodução das desigualdades estruturais e a negação de direitos fundamentais.

Conforme Marx e Engels (2011), as ideias dominantes em uma sociedade são as ideias da classe dominante. A noção de loucura ou de comportamento desviante, nesse sentido, não é neutra, mas atravessada por interesses que sustentam a ordem vigente. A produção do “louco perigoso” ou do “dependente irresponsável” responde à necessidade de estabelecer fronteiras sociais entre o aceitável e o excluído, entre o que pode circular no espaço público e aquilo que deve ser isolado, medicado e silenciado (MARX & ENGELS, 2011; FOUCAULT, 1987).

A consolidação da psiquiatria, ao longo do século XX, como campo de saber e poder fortaleceu essa lógica de exclusão (FOUCAULT, 1987; BASAGLIA, 1985; AMARANTE, 1996). Para Paulo Amarante (1995), o manicômio tornou-se não apenas um espaço de tratamento, mas um "dispositivo de controle social" que, sob a justificativa do cuidado, confinava sujeitos ao silêncio institucional e à cidadania suspensa. No caso da dependência química, o processo é semelhante: as práticas punitivas e moralizantes se misturam ao

discurso médico, gerando políticas ambíguas que ora criminalizam, ora medicalizam e, raramente reconhecem a complexidade social e subjetiva que envolvem o contexto e o modo de vida dos usuários de substâncias psicoativas.

Antonio Gramsci (2001) contribui para a compreensão da hegemonia enquanto forma de dominação que atua pela persuasão e pelo consentimento, e não apenas pela força. A hegemonia se expressa na naturalização do discurso psiquiátrico e na crença de que a internação ou a abstinência forçada são soluções "necessárias" e "humanitárias". Nesse processo, o sujeito em sofrimento é subalternizado: sua fala perde legitimidade, sua dor é patologizada, e seu desejo é interpretado como sintoma. Ele é reduzido a um corpo que deve ser tratado, e não a uma pessoa com história, contexto e direitos (Amarante, 2007).

Zygmunt Bauman (1999) aprofunda essa leitura ao apontar que as sociedades modernas tendem a "limpar" seus espaços públicos daqueles que representam falhas do projeto de normalidade e produtividade. Os "inaptos", entre eles os loucos e os dependentes, são jogados para os "bastidores da modernidade", fora do campo de visibilidade e da empatia social. Trata-se de uma exclusão que é, ao mesmo tempo, material e simbólica: o sujeito é privado de direitos e também de pertencimento.

Essa lógica de exclusão ganha ainda mais força no contexto das políticas neoliberais. Boschetti (2006) indica que, ao priorizar o ajuste fiscal e a focalização, o Estado brasileiro restringiu o acesso de populações vulnerabilizadas como usuários de serviços de saúde mental aos direitos básicos, reforçando seu lugar na margem.

No campo do Serviço Social, Pereira (2008) destaca que os direitos sociais, mesmo quando legalmente garantidos, não se efetivam automaticamente. É preciso considerar as mediações sociais, políticas e econômicas que condicionam o acesso efetivo aos bens e serviços públicos. No caso da saúde mental, o estigma funciona como uma dessas mediações perversas, atuando como barreira simbólica que desqualifica o sujeito e dificulta sua inserção em políticas de renda, trabalho e moradia.

Silvia Lane (1990), da Psicologia Social crítica, argumenta que a identidade é constituída socialmente, sendo atravessada por relações de poder que moldam as possibilidades de expressão do sujeito. Assim, quando a sociedade impõe uma identidade patologizada a alguém, restringe suas possibilidades de subjetivação e participação social. A patologização, nesse sentido, não apenas silencia ela produz identidades que justificam o isolamento e a negação do reconhecimento social e político.

Diante disto, é preciso romper com a lógica que, sob o discurso da proteção, reforça mecanismos de exclusão. Superar o silenciamento implica reconhecer o sujeito em sofrimento psíquico ou em uso problemático de substâncias como portador de direitos, de história e de potência criadora, e não como mero objeto de intervenção técnica. Isso exige práticas institucionais comprometidas com a escuta, com a reinserção territorial e com a efetivação das garantias constitucionais que, na teoria, já são direito de todos.

4 REFORMA PSIQUIÁTRICA EM MOVIMENTO: CAPS COMO ESPAÇO DE CUIDADO E CIDADANIA

A Reforma Psiquiátrica brasileira emerge como resposta crítica a um modelo excludente, na segregação e na violação sistemática dos direitos humanos de pessoas em sofrimento psíquico. A psiquiatria democrática italiana, baseada em princípios de Franco Basaglia e ancorada no processo de redemocratização do Brasil, a reforma propôs não apenas a transformação da estrutura dos serviços, mas uma mudança profunda na lógica do cuidado em saúde mental, deslocando-o da tutela institucional para a promoção da autonomia e da cidadania. Ou seja, “Não se pode curar alguém sem antes garantir-lhe os direitos de cidadão” o que exige repensar as práticas de exclusão institucionalizadas nos manicômios (Basaglia, 1985).

Conforme aponta Paulo Amarante (1995), a Reforma Psiquiátrica é, antes de tudo, um processo político e ético, que visa desinstitucionalizar a loucura e reconfigurar o campo da saúde mental a partir da escuta, do vínculo e do cuidado em liberdade. Nesse sentido, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS representam o principal dispositivo da política pública voltada à substituição do hospital psiquiátrico, organizando-se como serviços abertos e comunitários que atuam de forma territorializada.

O CAPS não é apenas um equipamento técnico-terapêutico. É, sobretudo, um espaço social de reinvenção das relações entre usuários, trabalhadores, famílias e comunidade. Ele opera na lógica da singularidade e da corresponsabilização, recusando protocolos padronizados e buscando construir projetos terapêuticos compartilhados, ancorados nas histórias, desejos e potencialidades de cada sujeito. Como destaca Emerson Merhy (2002), trata-se de uma "tecnologia leve" que se sustenta na produção de vínculos e afetos, valorizando o encontro e o cuidado como prática ético-política.

Ao romper com a lógica manicomial, marcada pelo isolamento físico e simbólico, os CAPS passam a atuar no território e com o território, reconhecendo que o sofrimento psíquico não é apenas uma questão médica, mas uma construção complexa que envolve relações sociais, econômicas, culturais e subjetivas. Nesse sentido, a territorialização do cuidado é mais do que uma diretriz técnica: é o reconhecimento de que o cuidado em saúde mental precisa ser situado, contextualizado e enraizado nas redes locais de apoio, convivência, de produção e de produção de vida. Portanto, deve ser potente na produção de mudanças e trazer novos sentidos para o cuidado e nas práticas em saúde, num conceito ampliado, sem excluir o cuidado com a saúde mental.

Essas práticas psicossociais sustentam-se em uma concepção ampliada de saúde, que inclui trabalho, moradia, renda, cultura e lazer como determinantes do bem-estar subjetivo e coletivo. Para isso, o CAPS deve articular-se com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo uma atenção intersetorial e integral. Conforme previsto na Portaria nº 3.088/2011, essa articulação é fundamental para garantir o acesso dos usuários a outros direitos, como programas de transferência de renda, inserção no mercado de trabalho e acesso à educação.

A experiência no CAPS SENTIMENTOS de Itaqui/RS demonstra que, quando bem estruturado e articulado com a comunidade, o CAPS pode se tornar espaço de resistência às políticas higienistas e moralizantes, reafirmando a centralidade do cuidado humanizado. Ele passa a ser um lugar de circulação de vida, onde os usuários não apenas recebem cuidado, mas produzem cultura, exercem protagonismo e reafirmam sua condição de sujeitos de direitos.

Ainda assim, a consolidação desse modelo enfrenta inúmeros desafios. A precarização das políticas públicas, os retrocessos nas garantias de financiamento e o avanço de discursos medicalizantes e punitivos ameaçam os princípios da Reforma Psiquiátrica. Como alerta Amarante (2007), é necessário manter a reforma em movimento, entendendo-a como processo inacabado, permanentemente tensionado por disputas políticas e ideológicas em torno da loucura, da liberdade e do cuidado.

Por isso, defender o CAPS como espaço de cuidado e cidadania é, também, um ato político. Significa lutar por uma sociedade que reconheça a diversidade das formas de existir, que escute o sofrimento sem silenciar a pessoa e que compreenda o cuidado como prática coletiva, plural e emancipadora. O CAPS, quando enraizado em seu território e sustentado

por uma equipe comprometida, têm potência de quebrar séculos de exclusão, oferecendo não apenas tratamento, mas reconhecimento, pertencimento, vida e cuidado em liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CAPS, em específico o CAPS Sentimentos em sua existência, é território onde o silêncio se quebra e se converte em fala, em presença, em possibilidade de existir sem cordas ou correntes. É ali que cada pessoa, no seu ritmo, encontra coragem para se reconhecer como alguém que pode narrar a própria história, mesmo quando tudo ao redor tenta reduzir sua dor a um rótulo, sua vida a um diagnóstico, seu caminho a um desvio.

Esse lugar se sustenta em movimento. Não é estático, não é acabado, é construção cotidiana, feita de escolhas que apontam para o cuidado que acolhe, e não para o controle que aprisiona. A cada encontro, a cada conversa descontraída, a cada peça de artesanato costurada a mão que circula por feiras e exposições, emerge a pergunta essencial: que comunidade estamos alimentando? Quem ainda segue invisível?

Em cada oficina terapêutica, em cada grupo, movimento, apresentação realizado existe o lembrete de que ninguém se fortalece sozinho. O cuidado só faz sentido quando se abre para o coletivo, para o vínculo, para a partilha e ruptura de barreiras dentro e fora de nós, e desafia os modos de exclusão que, tão articulados e silenciosos, persistem em se manter.

Quem sabe maior força esteja em não nos deixarmos solidificar: seguir perguntando, duvidando, acolhendo quem chega, escutando quem quase não consegue falar. E, sobretudo, recusar a ideia de que alguém possa ser descartado. O CAPS é, antes de tudo, um convite permanente a resistir, a cuidar e a reinventar o cuidado como sinônimo de liberdade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS:

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BASAGLIA, Franco. **A instituição negada**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e neoliberalismo no Brasil: uma equação perversa**. In: Serviço Social & Sociedade, n. 87, p. 110-127, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria GM/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, republicada em 31 de maio de 2012.** Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 maio 2012. Seção 1, p. 230-239. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 29 out. 2025.

DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica.** 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

LANE, Silvia **Psicologia Social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

MERHY, Emerson. **Tecnologias do cuidar: noções e experiências.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL E AS ESTRATÉGIAS PROATIVAS E MULTIDISCIPLINARES DESENVOLVIDAS ATRAVÉS DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO AMAZONAS

PROACTIVE AND MULTIDISCIPLINARY STRATEGIES AGAINST CHILD AND ADOLESCENT SEXUAL EXPLOITATION DEVELOPED BY SOCIAL WORK IN THE STATE PUBLIC SCHOOLS OF AMAZONAS

Cristiano Rocha dos Santos¹

Ellen de Moraes e Silva²

Resumo: A exploração sexual de crianças e adolescentes constitui uma das mais severas violações de direitos humanos e persiste como um problema estrutural no Brasil. No estado do Amazonas, a complexidade da realidade geográfica e socioeconômica impõe desafios adicionais à proteção integral da infância. Este artigo tem como objetivo analisar as estratégias proativas e multidisciplinares desenvolvidas por meio do Serviço Social nas escolas públicas estaduais, buscando identificar práticas efetivas de prevenção e enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, baseou-se em revisão bibliográfica e documental, abrangendo legislações estaduais, programas públicos e estudos recentes sobre o tema. Constatou-se que as ações mais efetivas envolvem a formação continuada de educadores, a criação de protocolos intersetoriais de atendimento e a realização de campanhas educativas, como o “Maio Laranja”. Conclui-se que a escola, quando articulada com a rede de proteção e sustentada pela atuação crítica do Serviço Social, consolida-se como espaço estratégico de defesa de direitos e prevenção de violências.

Palavras-chave: Serviço Social, Exploração sexual, Escola pública, Políticas públicas, Amazônia.

Abstract: The sexual exploitation of children and adolescents is one of the most severe human rights violations and remains a structural problem in Brazil. In the state of Amazonas, the geographical and socioeconomic complexities impose additional challenges to ensuring comprehensive child protection. This article aims to analyze the proactive and multidisciplinary strategies developed through Social Work in public schools, identifying effective practices for the prevention and response to child sexual exploitation. The research, of qualitative and descriptive nature, was based on a bibliographic and documentary review, encompassing state legislation, public programs, and recent studies on the subject. Findings indicate that the most effective actions involve continuous teacher training, the creation of intersectoral service protocols, and the promotion of educational campaigns such as “Maio Laranja.” It is concluded that schools, when articulated with the protection network and supported by the critical practice of Social Work, consolidate themselves as strategic spaces for defending rights and preventing violence.

¹ Acadêmico de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

² Professora Substituta da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Keywords: Social Work, Sexual exploitation, Public school, Public policies, Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A exploração sexual de crianças e adolescentes constituiu uma das mais graves violações de direitos humanos e permaneceu como uma ferida aberta na sociedade brasileira. No Amazonas, esse cenário ganhou contornos ainda mais preocupantes em razão de fatores como o turismo de caráter predatório, a vulnerabilidade econômica de muitas famílias e as dificuldades de fiscalização em regiões de difícil acesso. Diante disso, a escola se consolidou como um espaço estratégico de proteção, pois foi nela que crianças e jovens passaram grande parte do seu tempo e onde sinais de violência puderam ser identificados com maior rapidez, permitindo também a implementação de medidas preventivas.

Nesse contexto, o Serviço Social assumiu papel essencial. Mais do que aplicar seu repertório técnico, o assistente social atuou como elo articulador, incentivando a cooperação entre diferentes profissionais e instituições dentro e fora da comunidade escolar. Para que essa contribuição fosse efetiva, tornou-se necessário compreender quais estratégias realmente funcionaram na realidade das escolas estaduais do Amazonas e de que forma elas puderam ser fortalecidas.

Com base nessa perspectiva, o presente artigo — intitulado “Exploração Sexual Infanto-juvenil e as Estratégias Proativas e Multidisciplinares Desenvolvidas através do Serviço Social nas Escolas Públicas Estaduais do Amazonas” — teve como objetivo central mapear e analisar práticas desenvolvidas no enfrentamento à exploração sexual, valorizando as experiências que se mostraram eficazes. O estudo buscou compreender a atuação integrada entre assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, conselheiros tutelares e outros agentes da rede de proteção.

Como resultado final, o artigo elaborou uma sistematização das estratégias identificadas e discutiu seus impactos, contribuindo não apenas para a produção acadêmica regional, mas também oferecendo um conjunto de ações práticas que puderam ser replicadas e adaptadas por outras instituições. Dessa forma, a pesquisa colaborou para o aprimoramento contínuo do trabalho de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas.

2 DESENVOLVIMENTO

Estratégias proativas e multidisciplinares efetivas nas escolas públicas para o combate e a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes

A exploração sexual de crianças e adolescentes continua sendo uma das formas mais cruéis de violência e, infelizmente, permanece presente em diferentes contextos sociais do Brasil. Por se tratar de uma violação de direitos que atinge a vida e o futuro de milhares de meninos e meninas, sua superação depende de uma resposta conjunta entre Estado, sociedade e instituições. É nesse cenário que o Serviço Social assume uma função essencial: transformar a legislação e os planos nacionais em práticas concretas de proteção e cuidado, especialmente em regiões onde as desigualdades e a ausência de políticas tornam a infância ainda mais vulnerável.

Nos últimos anos, pesquisas têm mostrado o quanto o trabalho do assistente social nos serviços especializados, como os CREAS, é decisivo para o enfrentamento desse problema. Freitas (2022), ao analisar a experiência de atendimento em um município do Nordeste, evidenciou que o olhar atento do Serviço Social possibilita acolhimento humanizado, escuta cuidadosa e acompanhamento familiar que evitam a revitimização da criança. Esse estudo chama atenção para algo importante: não basta ter leis e planos; é no cotidiano dos atendimentos, com equipes qualificadas e bem estruturadas, que se constrói uma rede de proteção capaz de dar respostas reais.

Na mesma linha, Antunes (2024) discute como o trabalho do assistente social se organiza em três dimensões centrais: compreender as raízes da violência, mediar o diálogo entre diferentes instituições e desenvolver ações educativas junto às famílias e escolas. Essa perspectiva amplia a atuação do profissional para além do atendimento emergencial, destacando sua capacidade de articular atores distintos e de provocar reflexões sobre os fatores sociais que alimentam a exploração sexual — como desigualdades de gênero, racismo e pobreza.

A literatura mais recente também reforça que não existe política pública eficaz sem uma rede de proteção integrada. Rubio e colaboradores (2025), ao analisar como diferentes serviços se organizam para enfrentar casos de violência, concluíram que o êxito está diretamente ligado à clareza dos fluxos de atendimento, à comunicação constante entre instituições e à continuidade das ações. No entanto, o mesmo estudo aponta entraves persistentes, como a rotatividade de profissionais, o baixo investimento em formação específica e a falta de recursos estáveis para manter serviços funcionando. Esses elementos ajudam a compreender por que, muitas vezes, mesmo com protocolos bem escritos, a resposta

prática acaba sendo lenta e insuficiente.

Quando olhamos para o Amazonas, esses desafios se tornam ainda mais evidentes. A imensidão territorial, as comunidades ribeirinhas de difícil acesso, a presença de povos indígenas e as desigualdades históricas ampliam a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. Relatórios recentes (UNICEF, 2025; Rocha et al., 2025) mostram que a região concentra altos índices de violência sexual contra menores, o que reforça a urgência de políticas adaptadas às especificidades locais. Nesse cenário, o Serviço Social precisa ir além do espaço institucional e dialogar com a comunidade, construir vínculos de confiança, valorizar saberes locais e desenvolver estratégias de prevenção que realmente façam sentido para quem vive na floresta, nos rios ou nas periferias urbanas.

As contribuições do Serviço Social, portanto, não podem ser resumidas apenas ao atendimento de casos. Elas envolvem produção de diagnósticos que ajudam a revelar a dimensão real da violência, já que muitos episódios sequer chegam a ser denunciados. Incluem ainda a mediação entre escolas, conselhos tutelares, unidades de saúde e órgãos de justiça, de modo a tornar os fluxos de proteção mais rápidos e menos burocráticos. E, de forma igualmente importante, abrangem a prevenção, com campanhas educativas, rodas de conversa em escolas, oficinas com famílias e formação de professores para identificar sinais precoces de exploração.

Como lembram Freitas (2022), Antunes (2024) e Rubio et al. (2025), a atuação do assistente social é, ao mesmo tempo, técnica e política. Técnica porque exige conhecimento especializado, metodologias de acolhimento e registro de informações confiáveis. Política porque questiona as desigualdades que alimentam a violência, denuncia a falta de investimentos e pressiona por políticas que realmente funcionem. No caso do Amazonas, essa postura crítica é ainda mais necessária, já que a exploração sexual está diretamente ligada a contextos de exclusão social, pobreza e ausência do Estado em áreas remotas.

Assim, o Serviço Social se coloca como ponte entre a legislação e a vida concreta, entre as normas e a experiência cotidiana de crianças e adolescentes que precisam ser protegidos. Seu trabalho mostra que enfrentar a exploração sexual não é apenas punir agressores, mas também garantir que meninos e meninas tenham oportunidades de viver sua infância com dignidade. No Amazonas, onde a distância entre a lei e a realidade é muitas vezes maior, essa contribuição se torna indispensável para que o direito à proteção saia do papel e se torne prática efetiva.

2.1 Estratégias proativas e multidisciplinares efetivas nas escolas públicas para o combate e a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais potentes para a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Para além da função de transmitir conteúdos curriculares, ela é também um território de convivência, onde sinais de vulnerabilidade e violência podem ser percebidos com mais rapidez. Por esse motivo, torna-se lugar estratégico para a construção de estratégias proativas, integrando diferentes profissionais e instituições em defesa da infância.

No cenário nacional, diversas iniciativas vêm sendo testadas e avaliadas. Rodrigues e Mello (2024), em uma revisão de experiências, destacam a importância de programas como o Escola que Protege e o Programa Saúde na Escola, que unem esforços da educação e da saúde para sensibilizar professores, alunos e famílias sobre direitos, autonomia corporal e mecanismos de denúncia. Um exemplo concreto foi a criação de protocolos internos em escolas públicas, em que se definem fluxos claros de encaminhamento em casos suspeitos: quem acolhe a criança, quem registra, a quem se encaminha e como se dá o acompanhamento posterior. Essa medida, aparentemente simples, reduz falhas na comunicação e garante respostas mais rápidas e menos traumáticas para as vítimas.

No Norte do país, um estudo realizado em Santarém, no Pará, analisado por Portela et al. (2022), mostrou como a ausência física da escola durante a pandemia aumentou a invisibilidade de casos de exploração sexual. Para enfrentar esse desafio, equipes multiprofissionais buscaram alternativas, como manter contato com famílias por meios de comunicação locais, articular conselhos tutelares e delegacias especializadas e capacitar professores para perceber sinais mesmo no ensino remoto. Essa experiência revela que a escola, ainda que distante fisicamente, continua sendo elo fundamental para identificar situações de violência e acionar a rede de proteção.

No Amazonas, a preocupação com a exploração sexual de crianças e adolescentes também se materializou em legislações recentes. A Lei nº 6.588/2023 instituiu um programa específico de esclarecimento e enfrentamento dentro das escolas, obrigando a realização de atividades educativas, palestras e distribuição de materiais informativos. Já a Lei nº 7.253/2024 reforçou a Política Estadual de Prevenção e Combate ao Abuso e à Exploração Sexual, prevendo a inclusão do tema nos currículos escolares, a formação de equipes multiprofissionais e a criação de indicadores para acompanhar resultados. Além disso, a Lei

nº 5.849/2022 determinou que escolas e unidades de saúde divulguem a chamada “Lei do Minuto Seguinte”, garantindo visibilidade sobre o direito ao atendimento emergencial em casos de violência sexual. Essas normas apontam para um avanço institucional importante, embora sua efetividade ainda dependa de recursos e acompanhamento contínuo.

Na prática, as estratégias que têm se mostrado mais efetivas no Amazonas combinam prevenção e articulação. Uma delas é a realização da campanha Maio Laranja nas escolas públicas, que envolve professores, estudantes e famílias em rodas de conversa, palestras e ações culturais de sensibilização. Outra medida de destaque é a formação continuada de educadores, que são orientados a identificar sinais precoces de abuso e a encaminhar corretamente os casos, evitando tanto a negligência quanto a exposição indevida dos estudantes. Como argumentam Freitas (2022) e Antunes (2024), quando a escola se fortalece como ambiente protetivo, deixa de ser apenas espaço de denúncia e passa a se tornar também um agente ativo de prevenção.

É importante ressaltar que essas estratégias só funcionam quando acompanhadas de uma rede articulada. Rubio et al. (2025) reforçam que o êxito das políticas públicas depende da clareza nos fluxos de atendimento e da integração entre escola, saúde, assistência social, conselhos tutelares e sistema de justiça. No Amazonas, a aplicação da legislação estadual precisa superar desafios logísticos — como a distância entre municípios e a carência de profissionais especializados — para que chegue efetivamente às escolas mais vulneráveis, muitas vezes situadas em comunidades ribeirinhas e indígenas.

Assim, pode-se afirmar que as estratégias proativas e multidisciplinares no ambiente escolar se estruturam em três pilares: a formação contínua de educadores, a criação de protocolos de atendimento e a promoção de campanhas comunitárias. Somadas às legislações estaduais e municipais que vêm sendo implementadas, essas ações apontam caminhos para transformar a escola em espaço seguro e de resistência contra a exploração sexual. No caso do Amazonas, os avanços legislativos recentes oferecem um marco promissor, mas a materialização dessa proteção dependerá da capacidade de articular políticas e de assegurar condições concretas de implementação nas diferentes realidades do estado.

2.2 Em cenário Amazonense: o que se tem escrito sobre estratégias proativas e multidisciplinares efetivas nas escolas públicas para o combate e a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes

Pensar estratégias proativas e multidisciplinares no Amazonas exige partir de sua

realidade singular: grandes distâncias entre municípios, escolas ribeirinhas e indígenas de difícil acesso, vazios assistenciais e forte diversidade sociocultural. Mesmo assim (ou justamente por isso), a literatura recente tem mostrado que a escola pública é um dos lugares mais promissores para transformar políticas em proteção concreta. Estudos locais e nacionais convergem na mesma direção: quando a comunidade escolar é formada, há protocolos claros e a rede intersetorial funciona, crescem a capacidade de identificar sinais precoces e a efetividade no encaminhamento seguro dos casos. No campo acadêmico regional, por exemplo, uma dissertação da Universidade Federal do Amazonas analisou ações de enfrentamento em escolas públicas e destacou a importância da escuta qualificada, do vínculo com as famílias e da articulação com a rede de proteção para evitar revitimização e dar continuidade ao cuidado.

Do ponto de vista normativo, o Amazonas deu passos importantes nos últimos anos. A Lei nº 6.588/2023 criou um programa específico de esclarecimento e enfrentamento da exploração sexual no ambiente escolar, com conteúdos sobre direitos, mecanismos de proteção e canais de denúncia — e determinou a formação de professores e diretores para sustentar essas ações no cotidiano. Em 2024, a Lei nº 7.253/2024 atualizou a Política Estadual, prevendo reavaliação periódica e diretrizes para inserir o tema nos currículos, monitorar indicadores e fortalecer equipes multiprofissionais. Além disso, a Lei nº 6.884/2024 instituiu o Plano Estadual de Combate à Pedofilia, e atos municipais como o Decreto nº 5.543/2023 (Manaus) tornaram público um protocolo de encaminhamento e acompanhamento de casos na rede municipal de ensino — reduzindo dúvidas sobre “quem faz o quê” quando surge uma suspeita. Essas normas mostram uma preocupação coerente em “tirar do papel” a proteção; seu efeito, porém, depende de implementação real: formação continuada, materiais pedagógicos adequados, comunicação com Conselhos Tutelares e CREAS, e avaliação das ações também nas escolas mais remotas.

Na prática, duas estratégias se destacam na produção recente e em atos públicos no estado. A primeira é a institucionalização de campanhas educativas e ações pedagógicas no calendário escolar, com destaque para o Maio Laranja. Em Manaus, a prefeitura tem articulado Semed (Educação) e Semasc (Assistência) em atos públicos, materiais didáticos e atividades de sensibilização na comunidade escolar. Essa presença pública ajuda a romper o silêncio, aumenta a visibilidade dos canais de denúncia e favorece a construção de uma cultura de proteção no território.

A segunda, de outro estado da região Norte (Pará), é útil como comparação

metodológica: em Santarém, durante a pandemia, equipes escolares e de assistência social precisaram reinventar a rede de proteção para não perder do radar situações de violência sexual. A literatura relata ações como contato ativo com famílias por meios locais, articulação direta com Conselho Tutelar e Delegacia especializada e capacitações de professores para observar sinais mesmo em interações remotas. A lição para o Amazonas é clara: quando o acesso físico é difícil — seja por isolamento sanitário ou por geografia amazônica —, a escola pode (e deve) acionar soluções comunitárias e tecnológicas para manter a proteção “por perto”.

No plano analítico, autores recentes oferecem lentes úteis para orientar a prática. Rocha et al. (2025), ao discutir exploração sexual em comunidades do Amazonas, chamam atenção para a subnotificação e para a importância de dados locais para guiar decisões de política pública e alocação de recursos — algo que a escola pode alimentar ao qualificar registros e relatórios. Rodrigues & Mello (2024), em revisão sobre prevenção no espaço escolar, defendem três pilares: formação continuada de educadores, protocolos internos claros e engajamento das famílias e do território. Rubio et al. (2025) reforçam que redes efetivas exigem fluxos bem definidos, comunicação estável entre escola, saúde, assistência e justiça, e monitoramento de casos para garantir continuidade de cuidado. Juntas, essas contribuições sustentam a ideia de que a efetividade nasce tanto do chão da escola quanto da governança intersetorial.

A aplicação das leis no Amazonas começa a aparecer em medidas concretas. Exemplo disso é a exigência de divulgação visível da “Lei do Minuto Seguinte” em escolas e unidades de saúde, ampliando o conhecimento social sobre o direito ao atendimento emergencial. Também se observam iniciativas de fortalecimento dos Conselhos Tutelares e do uso do SIPIA-CT, bem como formações via Escola de Conselhos, previstos em documentos da Secretaria de Assistência Social. No Legislativo, nota-se continuidade de pautas com foco na proteção (incluindo proposições como o Protege-AM) e na responsabilidade de atores do esporte e da cultura, indicando um esforço de alinhar diferentes sistemas à proteção integral. Tudo isso aponta uma direção: sem rede forte (com fluxos, registros e formação), a lei não vira cuidado.

Em síntese, o que se tem escrito sobre o cenário amazonense converge para um caminho de amadurecimento institucional, ainda com lacunas. O marco legal estadual e atos municipais oferecem base para inserir o tema no currículo, formar profissionais e padronizar procedimentos; as escolas, por sua vez, avançam quando transformam campanhas em rotinas

pedagógicas, consolidam protocolos com a rede e investem em diálogo com as famílias. A experiência paraense durante a pandemia reforça um aprendizado-chave para o Amazonas: quando a presença física é difícil, a proteção precisa ser criativa, comunitária e persistente. O desafio adiante é assegurar financiamento, capacitação contínua e avaliação de resultados — sobretudo nos interiores — para que cada escola pública da Amazônia seja, de fato, um lugar que identifica, previne e enfrenta a exploração sexual de crianças e adolescentes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu compreender as estratégias proativas e multidisciplinares implementadas nas escolas públicas estaduais do Amazonas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. A investigação identificou iniciativas preventivas já consolidadas no ambiente escolar, valorizando especialmente aquelas que promovem proteção, cuidado e fortalecimento da rede de apoio à comunidade educacional. Entre estas, destacam-se as campanhas educativas permanentes, a formação continuada de educadores e a implementação de protocolos de atendimento integrados.

A análise da efetividade dessas estratégias revelou impactos positivos na redução de situações de vulnerabilidade, na transformação das relações no espaço escolar e no estímulo à utilização dos mecanismos de denúncia e proteção social. Verificou-se que escolas com ações sistemáticas de prevenção apresentam maior capacidade de identificação precoce de casos e estabelecem fluxos mais ágeis de encaminhamento para a rede de proteção.

A pesquisa também possibilitou compreender os principais desafios que permeiam a implementação dessas estratégias, incluindo obstáculos de natureza estrutural, formativa, sociocultural e operacional. Evidenciou-se como essas limitações influenciam diretamente o cotidiano escolar e a garantia de direitos de crianças e adolescentes, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social e geográfica.

Como perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de ampliar a presença de profissionais de Serviço Social nas escolas, bem como institucionalizar comitês intersetoriais locais. Recomenda-se a realização de estudos empíricos que possam aprofundar a compreensão sobre a percepção da comunidade escolar em relação às estratégias preventivas, além de investigar o impacto de programas estaduais recentes e desenvolver análises comparativas com experiências bem-sucedidas em outros estados da região Norte.

Por fim, reafirma-se a importância da produção de conhecimento crítico e propositivo

para influenciar a formulação de políticas públicas e consolidar a rede de proteção, assegurando que todas as crianças e adolescentes possam usufruir de seu direito a uma infância protegida e digna.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Lei nº 6.588, de 29 de setembro de 2023. *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, Manaus, 2023.

AMAZONAS. Lei nº 7.253, de 19 de abril de 2024. *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, Manaus, 2024.

ANTUNES, J. C. F. O trabalho do assistente social no CREAS de São Luís de Montes Claros. **Revista Científica O Saber**, v. 8, n. 3, p. 1–15, 2024.

FREITAS, R. B. de. Violência sexual no CREAS Mossoró-RN. **Serviço Social em Debate**, v. 2, n. 3, p. 1–18, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANAUS. Decreto nº 5.543, de 13 de junho de 2023. *Diário Oficial do Município de Manaus*, 2023.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROCHA, E. C. et al. Exploração sexual infantil nas comunidades do Amazonas. **Revista REASE**, 2025.

RODRIGUES, R. M.; MELLO, R. R. Estratégias de prevenção à exploração sexual no espaço escolar. **Ensaio**, v. 32, n. 124, p. 1151–1170, 2024.

RUBIO, C. A. R.; ALMEIDA, A. N.; FONSECA, R. M. G. S. Rede de proteção às crianças/adolescentes vítimas de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 3, e18142023, 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNICEF; FBSP. **Violência contra crianças e adolescentes na Amazônia**. Brasília, 2025.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tenovateinternacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: impactos das desvinculações de receitas da União e das isenções fiscais

SOCIAL SECURITY FINANCING IN BRAZIL: Impacts of the Untying of Federal Revenues and Tax Exemptions

Tauane Eduarda Antunes Mendonça
Roberto Barboza Castanho

Resumo: A Seguridade Social representa um dos pilares fundamentais da Constituição Federal de 1988, assegurando direitos sociais por meio do seu tripé, que articula: saúde, previdência e assistência social. No contexto brasileiro, ela se configura como instrumento essencial de proteção e promoção da cidadania, especialmente diante das profundas desigualdades sociais. Este artigo tem como objetivo analisar os impactos da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e das isenções tributárias sobre o financiamento da seguridade social no Brasil. Para isso, realiza-se uma breve contextualização histórica da Seguridade Social no país, destacando seu papel estruturante no pacto social inaugurado pela Constituição de 1988 e os desafios enfrentados ao longo das últimas décadas. A metodologia adotada baseia-se na análise de dados públicos e oficiais, com uso de tabelas que permitem identificar tendências, comparações e consequências orçamentárias das políticas fiscais em vigor. Os resultados apontam para um progressivo esvaziamento do orçamento destinado à Seguridade Social, comprometendo a efetividade das políticas públicas voltadas à garantia de direitos sociais.

Palavras-chave: Seguridade Social; financiamento público; DRU; isenções fiscais; política social.

Abstract: Social Security represents one of the fundamental pillars of the 1988 Federal Constitution, ensuring social rights through its three pillars: healthcare, pensions, and social assistance. In the Brazilian context, it is an essential instrument for protecting and promoting citizenship, especially in the face of profound social inequalities. This article aims to analyze the impacts of the Unbundling of Federal Revenues (DRU) and tax exemptions on social security financing in Brazil. To this end, we briefly contextualize Social Security's history in the country, highlighting its structuring role in the social pact inaugurated by the 1988 Constitution and the challenges faced over the past decades. The methodology adopted is based on the analysis of public and official data, using tables that allow for the identification of trends, comparisons, and budgetary consequences of current fiscal policies. The results point to a progressive depletion of the Social Security budget, compromising the effectiveness of public policies aimed at guaranteeing social rights.

Keywords: Social Security; public financing; DRU; tax exemptions; social policy.

1 INTRODUÇÃO

A Seguridade Social constitui um dos mais relevantes avanços institucionais da Constituição Federal de 1988, consolidando-se como um sistema de proteção social integrado que visa assegurar os direitos sociais fundamentais à saúde, à previdência e à assistência social. Prevista nos artigos 194 a 204 da Carta Magna, a Seguridade Social tem como pressuposto o princípio da solidariedade, sendo estruturada com base no financiamento tripartite, que envolve contribuições do Estado, dos empregadores e dos trabalhadores e é orientada pela universalização do acesso e pela equidade na distribuição dos recursos. (Brasil, 1988).

Entretanto, nas últimas décadas, o modelo de financiamento da Seguridade Social tem enfrentado diversos desafios, especialmente em razão das mudanças no cenário econômico, das reformas de orientação neoliberal que ganharam força a partir dos anos de 1990 e da adoção de políticas fiscais restritivas. Observou-se um processo de contenção dos investimentos sociais, ao mesmo tempo em que se ampliaram mecanismos como a Desvinculação das Receitas da União (DRU), a concessão de isenções e desonerações fiscais a setores empresariais, e a priorização do pagamento da dívida pública.

Neste contexto, torna-se fundamental analisar de forma crítica o impacto dessas medidas sobre o financiamento da proteção social no Brasil. O presente artigo tem como objetivo central analisar como a DRU e as isenções tributárias influenciaram a destinação de recursos para a Seguridade Social nos últimos anos. Para tanto, realiza-se uma breve contextualização histórica da construção da Seguridade Social no Brasil, desde a sua formulação na Constituição de 1988 até os atuais embates em torno de seu financiamento. Em seguida, adota-se uma abordagem metodológica baseada na análise de dados orçamentários e financeiros, com o uso de gráficos e tabelas que permitem visualizar a evolução dos recursos arrecadados e gastos no período em questão.

2 A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL: Conceito e Função

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma para as políticas sociais no Brasil. Em seu artigo 194, define-se a Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos

relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Essa concepção inovadora rompeu com a visão fragmentada e meramente previdenciária que predominava até então, e propôs um modelo universalista e solidário, embasado na lógica dos direitos sociais e na noção de cidadania.

As reivindicações e pressões organizadas pelos trabalhadores na década de 1980, em período de redemocratização no país, provocaram a incorporação, pela Constituição Federal, de muitas demandas sociais de expansão dos direitos sociais e políticos. Um dos maiores avanços dessa Constituição, em termos de política social, foi a adoção do conceito de seguridade social, englobando em um mesmo sistema as políticas de saúde, previdência e assistência social. (Salvador, 2010, p.159)

Os princípios constitucionais que regem a Seguridade Social incluem a universalidade da cobertura e do atendimento; a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios; a irredutibilidade do valor dos benefícios; a equidade na forma de participação no custeio; a diversidade da base de financiamento; e a descentralização político-administrativa. De acordo com Salvador (2010, p.164),

A seguridade social na Constituição brasileira de 1988 é um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade voltadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, incluindo também a proteção ao trabalhador desempregado, via seguro-desemprego [...] com isso, a seguridade social para OIT (2002) é fundamental para a garantia do bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias, assim como de toda a coletividade.

Essas três áreas, integradas, constituem uma base sólida de proteção social que visa assegurar condições mínimas de dignidade à população, especialmente àqueles mais afetados pelas desigualdades estruturais do país. Porém, em 1990, no plano ideológico, entra em vigor no Brasil, uma nova hegemonia burguesa de cunho neoliberal, que pontenciará novas e antigas dificuldades para consolidar a seguridade social no Brasil.

Cabe destacar que a Seguridade Social brasileira é um dos principais instrumentos de redistribuição de renda e enfrentamento das desigualdades. Sua capacidade de atingir populações vulneráveis, especialmente nas regiões mais pobres, contribui para reduzir disparidades econômicas, sociais e territoriais. O sistema de seguridade, ao transferir recursos para famílias de baixa renda por meio de benefícios e serviços públicos, contribui diretamente para a elevação do poder de compra, melhoria das condições de saúde e redução da pobreza. Entretanto, de acordo com Behring, (2002, p.276),

Do ponto de vista da lógica do capitalismo contemporâneo, a configuração de

padrões universalistas e redistributivos de proteção social vê-se fortemente tensionada: pelas estratégias de extração de superlucros, com a flexibilização das relações de trabalho, onde se incluem as tendências de contratação dos encargos sociais e previdenciários, vistos como custos ou gastos dispendiosos, pela supercapitalização – com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, onde incluem-se saúde, educação e previdência; e, especialmente, pelo desprezo burguês para com o pacto social dos anos de crescimento, agora no contexto da estagnação, configurando um ambiente ideológico, consumista e hedonista ao extremo.

Em relação ao seu financiamento, acordo com Salvador (2010) para viabilizar o que estava proposto na Constituição Federal em relação a seguridade social, a Carta Magna estabeleceu uma ampliação das bases de financiamento para além das folhas de pagamento, o que passaria a ser composta também pelos impostos pagos pela sociedade e por contribuições vinculadas.

2.1 Financiamento e Distribuição Orçamentária da Seguridade Social

Os anos de 1985 e 1986 são marcados pela instalação de diversos grupos de trabalho e comissões que discutem, elaboram diagnósticos e propostas de reformulações das configurações das políticas sociais herdadas do período autoritário. Na análise dos padrões de financiamento das políticas sociais, o diagnóstico dos grupos e comissões estabelecidas no período, de acordo com Soares (2001, p. 210-211) revela que,

Quanto ao financiamento, foram levantados os problemas de regressividade, do autofinanciamento, da distorção no destino efetivamente social de fundos e recursos arrecadados para tal fim, entre outros. O padrão organizacional identificado caracterizava-se pela centralização excessiva, pela fragmentação institucional, pela sobreposição de órgãos e programas, entre outras características. Tudo isso configurava uma “herança” pesada de um enorme e mal financiado aparelho institucional, cujos problemas vinham reiterando-se e ampliando-se ao longo do tempo, para dar conta de um igualmente enorme complexo universo de problemas sociais não resolvidos.

A Constituição prevê que a Seguridade Social seja financiada por um orçamento próprio, formado por diversas fontes de arrecadação, incluindo contribuições sociais de empregadores, empregados, sobre o faturamento das empresas (Cofins), sobre o lucro (CSLL) e sobre as loterias. Trata-se de um modelo de financiamento vinculado, ou seja, que reserva recursos específicos para cada área, protegendo a Seguridade de contingenciamentos arbitrários.

O Orçamento da Seguridade Social (OSS), sob o formato quadripartite, chegou a ser elaborado nos primeiros anos após a regulamentação das leis de custeio e de benefício da seguridade social, mas que na realidade definiam o financiamento e os benefícios da seguridade social, mas que na realidade definiam o financiamento e os benefícios da previdência social, com raras passagens sobre a seguridade social no texto legal. Em 1993 e 1994, apareceu como proposta do Conselho Nacional da Seguridade Social (CNSS), mas essa orientação não prevaleceu. Na realidade, apesar da previsão constitucional de gestão quadripartite da seguridade social, o CNSS teve vida curta. (Salvador, 2010, p.230)

Isso porque a partir dos anos 1990, esse arranjo constitucional começou a ser desfigurado por medidas fiscais que fragilizaram a vinculação dos recursos. A mais significativa delas foi a Desvinculação das Receitas da União (DRU), criada em 1994 (então como Fundo Social de Emergência), que permite ao governo federal usar livremente uma porcentagem significativa das receitas que deveriam ser destinadas à Seguridade Social.

Em 1993, os economistas formuladores do Plano Real, com a pretensa defesa dos equilíbrios das contas públicas brasileiras, defendem a criação de um Fundo Social de Emergência, que acabou sendo instituído por meio da Emenda Constitucional de Revisão n.1, de 1994, permitindo a desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas da seguridade social. Nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, por meio do Fundo de Estabilização Fiscal (EC n.10 e EC n.17 e posteriormente, EC n.27), que criou a Desvinculação de Receitas da União (DRU), permitiu a desvinculação de 20% da arrecadação de impostos e contribuições até o fim de 2003. (Salvador, 2010, p.231)

Mas cabe destacar que a DRU, não teve seu “fim” em 2003, seguiu e segue sendo postergada, além do aumento da porcentagem de desvinculação, que subiu de 20% para 30% entre os anos de 2015 a 2024, atualmente, em 2025, a DRU voltou a ter a porcentagem de 20%. Além da DRU, o crescimento das isenções tributárias concedidas a setores empresariais (como a desoneração da folha de pagamento e incentivos fiscais setoriais) reduziu drasticamente as receitas da seguridade. Segundo dados da Receita Federal, as renúncias fiscais somaram centenas de bilhões de reais entre 2019 e 2024, afetando diretamente o financiamento da saúde e da assistência social. Outro fator que pressiona o orçamento da seguridade é a priorização do pagamento da dívida pública. O orçamento federal tem alocado crescentes percentuais para o serviço da dívida (juros e amortizações), em detrimento do investimento em políticas sociais.

2.2 Comparação entre o Modelo Previsto e a Realidade Atual

O modelo ideal, conforme delineado na Constituição de 1988, assegura uma estrutura de financiamento sólida e autônoma para a Seguridade Social, com receitas vinculadas e

protegidas para garantir sua sustentabilidade e expansão. No entanto, o modelo efetivamente implementado nos últimos anos revela um processo de desfinanciamento progressivo.

O quadro 1, ilustra essa diferença de aplicação de financiamentos:

Quadro 1: Diferenças entre o modelo de financiamento da seguridade social previsto pela Constituição de 1988 e o modelo vigente.

Aspecto	Modelo Constitucional	Modelo Atual
Vinculação das Receitas	Recursos destinados exclusivamente à Seguridade Social	20% das receitas desvinculadas pela DRU
Receita Total da Seguridade	Base ampla, com diversas contribuições sociais	Reduzida por isenções e desonerações
Prioridade Orçamentária	Saúde, previdência e assistência no centro do orçamento público	Prioridade ao pagamento da dívida pública
Capacidade de Investimento	Expansão e universalização dos direitos sociais	Contenção de gastos e cortes em áreas sociais

Fonte: Sistematizado pela autora (2024).

Essa contradição compromete a efetividade da Seguridade Social como política de Estado. A lógica de austeridade fiscal, consolidada por medidas como o teto de gastos e as reformas neoliberais, fragiliza a capacidade do Estado brasileiro de cumprir seu compromisso constitucional com os direitos sociais. A desconstrução progressiva do modelo de financiamento da seguridade representa, portanto, uma ameaça direta à democracia e à justiça social.

3 DRU E SEU IMPACTO NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

A Desvinculação das Receitas da União (DRU) é um mecanismo legal que permite ao governo federal realocar parte das receitas previamente vinculadas a áreas específicas, como: saúde, previdência e assistência social, para livre utilização no orçamento geral da União. Criada originalmente em 1994 sob o nome de Fundo Social de Emergência, em um contexto de crise fiscal e necessidade de ajuste das contas públicas, a DRU foi institucionalizada por meio da Emenda Constitucional nº 10/1996 e, desde então, tem sido sucessivamente prorrogada e ampliada. (Salvador, 2015).

No ajuste fiscal em curso desde 1993, a DRU tem sido um importante instrumento para retirar recursos das fontes tributárias exclusivas da seguridade social. A DRU tem sua origem no antigo Fundo Social de Emergência (FSE), que já em 2004 permitia a desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas da seguridade social. (Salvador, 2015, p.429)

Como citado anteriormente, atualmente a DRU autoriza o Poder Executivo a desvincular até 20% das receitas arrecadadas com contribuições sociais destinadas constitucionalmente à Seguridade Social. Isso significa que, mesmo com a arrecadação de tributos como a COFINS, a CSLL e a contribuição sobre a folha de pagamento, o governo pode utilizar uma parcela significativa desses recursos para outros fins, inclusive para o pagamento da dívida pública.

Entre 2019 e 2024, a utilização da DRU ganhou destaque no debate público devido à intensificação das pressões fiscais enfrentadas pelo governo federal, especialmente durante a pandemia de COVID-19 e o período subsequente de recuperação econômica. Nesse intervalo, mesmo com o aumento das demandas sociais, os recursos da Seguridade Social sofreram significativa compressão orçamentária. Estima-se que, ao longo desses seis anos, cerca de R\$ 500 bilhões deixaram de ser aplicados diretamente nas áreas da Seguridade Social em razão da desvinculação promovida pela DRU. Esse montante corresponde a recursos que poderiam ter sido investidos na expansão do Sistema Único de Saúde (SUS), na concessão de benefícios previdenciários e assistenciais, na qualificação dos serviços sociais e no fortalecimento de programas de proteção à população mais vulnerável. A seguir, apresenta-se uma tabela estimativa com o percentual dos recursos da Seguridade Social desvinculados por meio da DRU no período de 2019 a 2024, conforme pode ser visualizado no quadro 2:

Quadro 2 – Percentual estimado de recursos da Seguridade Social desvinculados via DRU (2019–2024)

Ano	Arrecadação bruta da seguridade social (R\$ bilhões)	DRU (%)	Valor Desvinculado (R\$ Bilhões)
2019	771	30%	231,3
2020	792	30%	237,6
2021	826	30%	247, 8

2022	882	30%	264,6
2023	920	30%	276,0
2024	965	30%	289,5
Total	5.171 (bilhões)		1.551,3 (bilhões)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do portal da transparência (2024).

A tabela evidencia que, embora a arrecadação da Seguridade Social tenha crescido em termos nominais ao longo dos anos, os valores efetivamente disponíveis para a execução das políticas sociais foram sistematicamente reduzidos. Essa redução compromete o financiamento de ações e programas fundamentais, especialmente em contextos de crise social e econômica.

A manutenção da DRU revela uma clara contradição entre o projeto constitucional de Seguridade Social e as práticas de gestão fiscal adotadas nas últimas décadas. Se, por um lado, a Constituição de 1988 estabelece a obrigatoriedade da vinculação de receitas para garantir o financiamento estável das políticas sociais, por outro, o instrumento da DRU legaliza o desvio desses mesmos recursos para atender outras demandas, frequentemente distantes dos interesses da população mais vulnerável. Essa lógica orçamentária tem consequências diretas sobre o funcionamento dos serviços públicos.

4 ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE

As isenções tributárias são incentivos fiscais concedidos pelo Estado a determinados setores ou segmentos da sociedade, muitas vezes sob o argumento de fomentar a economia, preservar empregos ou apoiar ações de interesse público. Embora possam ter justificativas econômicas e sociais, essas isenções têm efeitos colaterais significativos, especialmente quando incidem sobre contribuições destinadas à Seguridade Social, comprometendo sua sustentabilidade financeira.

Utilizando como parâmetro, os dados do ano de 2021, dos valores concedidos em isenções e renúncias tributárias, conforme quadro 3:

Quadro 3: Valores concedidos em isenções e renúncias tributárias no Brasil, 2021.

Tipo	Valor (R\$) Bilhões	% do PIB	% da receita da corrente líquida

Tributários	307,9	4,0%	38,8%
Financeiros	42,9	0,6%	
Creditícios	13,0	0,2%	

Fonte: Sistematizado pela autora, com base nos dados disponibilizados no raio-x do orçamento de 2021, Senado Federal (2024).

No quadro 4, são demonstrados os dados detalhados por setor dos gastos tributários de 2021.

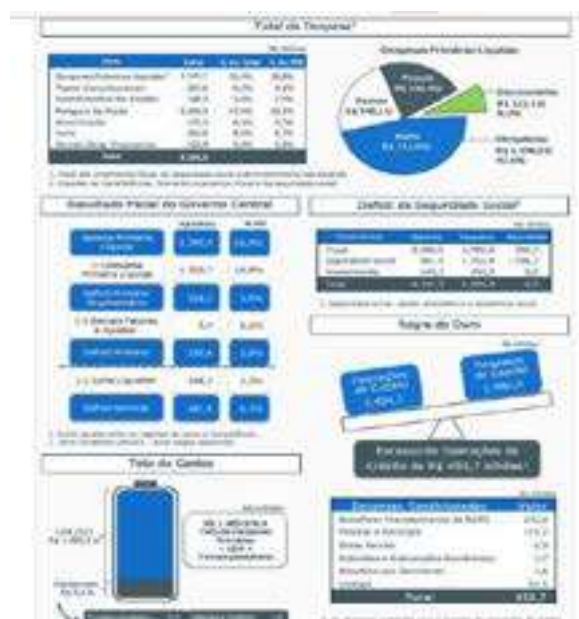
Quadro 4: Gastos Tributários de 2021

Setor	(R\$) Bilhões	%
Simplex Nacional	74,4	24,1%
Isenções de IRPF (isenções, rendimentos)	33,5	10,9%
Agricultura e Agroindústria	32,7	10,6%
Entidades sem fins lucrativos	29,3	9,5%
Zona Franca de Manaus etc.	24,2	7,9%
Deduções do IRPF	22,2	7,2%
Medicamentos e Equipamentos	14,4	4,7

Fonte: Sistematizado pela autora, com base nos dados disponibilizados no raio-x do orçamento de 2021, Senado Federal (2024).

Nesse mesmo documento do Raio-X do orçamento da seguridade de 2021, é apontado um déficit da mesma, como pode ser visto na figura 1.

Figura 1: Raio-x do orçamento 2021



Fonte: [raio-x-do-orcamento-2021-ploa-v2](#)

Em relação a esse “déficit” da seguridade social, cabe aqui um questionamento: Se essas isenções fiscais (dinheiro que deixa de ser arrecadado) passasse a ser arrecadado, haveria então um equilíbrio no déficit da seguridade social?

Como apontado anteriormente, as isenções fiscais são valores que o governo deixa de arrecadar ao conceder isenções, deduções, imunidades e reduções de impostos. Em 2021, isso somou R\$ 363,8 bilhões, como mostrado na tabela 2, e desses, R\$ 307,9 bilhões foram gastos tributários (renúncias de receita com tributos). E aponto aqui um outro questionamento: Em tese, esse dinheiro iria para a seguridade social? Para pensar a resposta, cabe explicar que a Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência) é financiada principalmente por: Contribuições sociais (como a CSLL, Cofins, PIS/Pasep e INSS), parte da arrecadação de impostos federais (como o IPI e IR) e outras fontes vinculadas e grande parte das isenções incide justamente sobre essas fontes, o que reduz os recursos destinados à seguridade.

E por fim, o déficit da seguridade social seria equilibrado com o fim de parte das isenções fiscais?

Em tese, boa parte do déficit de R\$ 260,3 bilhões da seguridade social em 2021 poderia ser reduzido ou eliminado com a revisão de isenções fiscais.

Quadro 5: Comparativo entre o déficit da seguridade social e os benefícios fiscais no Brasil (2021)

Item	Valor (Bilhões)

Déficit da seguridade (2021)	260,3
Benefícios fiscais totais	363,8
Só os tributários	307,9

Fonte: Sistematizado pela autora (2024).

Ou seja, só os gastos tributários superam o déficit da seguridade. Entretanto, nem toda isenção poderia ou deveria ser cortada. Algumas têm função social, como por exemplo: Isenções para medicamentos e equipamentos médicos. Por outro lado, há inúmeros benefícios questionáveis, como: isenções para grandes empresas altamente lucrativas (inclusive do agronegócio), regimes especiais que beneficiam grandes bancos, incentivos que não geram retorno social mensurável.

O crescimento contínuo das isenções fiscais ligadas à Seguridade levanta sérias questões sobre as prioridades orçamentárias e fiscais do Estado brasileiro. Enquanto a Constituição estabelece que a Seguridade deve ter um financiamento próprio e robusto, a prática revela uma erosão sistemática de sua base de sustentação, promovida pelas próprias políticas fiscais do governo. Além de tal paradoxo evidente: enquanto os governos justificam cortes em benefícios previdenciários, filas na assistência social e subfinanciamento da saúde pública com base no “déficit da Seguridade”, esses mesmos governos renunciam a receitas significativas que poderiam cobrir tais déficits.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos efeitos da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e das isenções tributárias sobre o financiamento da Seguridade Social evidencia um grave descompasso entre os preceitos constitucionais de universalidade e integralidade da proteção social e as decisões fiscais e orçamentárias adotadas pelo Estado brasileiro. A progressiva retirada de recursos compromete a sustentabilidade e a capacidade de resposta das políticas públicas de saúde, previdência e assistência social, aprofundando as desigualdades sociais e fragilizando o pacto social estabelecido pela Constituição de 1988.

Ao longo das últimas décadas, tem-se observado uma orientação fiscal que favorece interesses do capital, especialmente por meio de renúncias tributárias e desvinculações de receitas que priorizam o ajuste fiscal e o pagamento da dívida pública em detrimento dos direitos sociais.

Diante desse cenário, torna-se urgente a retomada de um projeto de Estado comprometido com a justiça social, com a revogação de mecanismos que subtraem recursos da Seguridade e a implementação de uma reforma tributária justa e progressiva. Apenas com a garantia de financiamento adequado e estável será possível assegurar os direitos previstos na Constituição e fortalecer a cidadania no Brasil.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade social: reforma ou ruptura?* São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Raio X do Orçamento 2021: PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual*. 57ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa Ordinária. Brasília, DF, 2021. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/raio-x-do-orcamento/raio-x-2021/raio-x-do-orcamento-2021-ploa-v2>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. *Orçamento Público*. Portal da Transparência. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/orcamento>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; BELTRÃO, Kaizô Iwakami et al. A seguridade social brasileira: uma proposta de reforma. In: BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. Cap.

SALVADOR, Evilasio. *Fundo público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

NAS MARGENS DO ARROIO ITACHERE: A ATUAÇÃO COORDENADA DE AGENTES DE ENDEMIAS EM ÁREAS DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

EN LAS MÁRGENES DEL ARROYO ITACHERE: LA ACTUACIÓN COORDINADA DE AGENTES DE ENDEMIAS EN ÁREAS DE RIESGO Y VULNERABILIDAD SOCIOAMBIENTAL

Elaine Cristina Santos da Rosa¹
Waleska Mendes Cardoso²

Resumo: Trata-se de uma pesquisa exploratória, indutiva e de estudo de caso que busca identificar e descrever os complexos problemas e riscos socioambientais na Vila Umbu, em São Borja (RS), área que margeia o Arroio Itachere e é caracterizada pela extrema vulnerabilidade e pela incidência de doenças zoonóticas. O objetivo geral é analisar a atuação do Poder Público municipal nessas áreas críticas, confrontando-a com as determinações legais de promoção da saúde e prevenção de endemias, com especial atenção ao papel do Agente de Combate às Endemias (ACE). A metodologia emprega a documentação direta, que se encontra na fase de elaboração e futuro aplicação de um questionário censitário detalhado para o levantamento de dados primários sobre saneamento, saúde e dinâmica demográfica local. Complementarmente, está em curso a documentação indireta, que consiste na rigorosa análise de documentos oficiais, como Planos Diretores e Leis, disponíveis no portal da Prefeitura de São Borja, a fim de identificar as políticas públicas vigentes e o efetivo grau de coordenação intersetorial entre as secretarias. A hipótese central sustenta que a atuação coordenada dos ACEs, conforme regradada pela Lei Federal no 11.350/2006, é a via mais eficiente para realizar uma intervenção positiva e garantir os direitos humanos à saúde e ao ambiente equilibrado à população. Os resultados parciais esperados incluem um diagnóstico aprofundado dos três principais *hotspots* de risco (zoonótico, hídrico e social) e a formulação de uma proposta de aprimoramento da atuação dos agentes, elevando-a de mecânica para uma função intelectual de planejamento e articulação.

Palavras-chave: Risco Ambiental; Agentes de Endemias; Saúde Pública; Direitos Humanos; Vila Umbu.

¹ Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Bacharelada do 8º Semestre do Curso de Direito (UNIPAMPA). Pesquisadora com foco em políticas públicas, vigilância em saúde e direitos humanos em contextos de vulnerabilidade. Agente de Combate às Endemias (ACE) concursada no município de São Borja/RS, com atuação direta na área de estudo da pesquisa. E-mail: elainerosa.aluno@unipampa.edu.br

² Professora Doutora (Adjunta) no Curso de Direito da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja/RS. Doutora em Direito (UFRGS) e Mestre em Direito e Sociedade (UNILASALLE). Possui experiência e atua na área de Direito Ambiental, Direito Urbanístico e Políticas Públicas, com foco em vulnerabilidades. E-mail: waleskacardoso@unipampa.edu.br

Resumen: Se trata de una investigación exploratoria, inductiva y de estudio de caso que busca identificar y describir los complejos problemas y riesgos socioambientales en Vila Umbu, en São Borja (RS), un área que bordea el Arroyo Itachere y se caracteriza por la extrema vulnerabilidad y por la incidencia de enfermedades vectoriales. El objetivo general es analizar la actuación del Poder Público municipal en estas áreas críticas, confrontándola con las determinaciones legales de promoción de la salud y prevención de endemias, con especial atención al rol del Agente de Combate a las Endemias (ACE). La metodología emplea la documentación directa, que se encuentra en la fase de elaboración y futuro aplicación de un cuestionario censal detallado para el levantamiento de datos primarios sobre saneamiento, salud y dinámica demográfica local. Complementariamente, está en curso la documentación indirecta, que consiste en el riguroso análisis de documentos oficiales, como Planes Directores y Leyes, disponibles en el portal de la Municipalidad de São Borja, con el fin de identificar las políticas públicas vigentes y el efectivo grado de coordinación intersectorial entre las secretarías. La hipótesis central sostiene que la actuación coordinada de los ACEs, según lo regulado por la Ley Federal nº 11.350/2006, es la vía más eficiente para realizar una intervención positiva y garantizar los derechos humanos a la salud y al ambiente equilibrado a la población. Los resultados parciales esperados incluyen un diagnóstico profundo de los tres principales *hotspots* de riesgo (vectorial, hídrico y social) y la formulación de una propuesta de mejora en la actuación de los agentes, elevándola de mecánica a una función intelectual de planificación y articulación.

Palabras clave: Riesgo Ambiental; Agentes de Endemias; Salud Pública; Derechos Humanos; Vila Umbu.

1 INTRODUÇÃO

O direito à saúde, universal e integral, garantido pelo Artigo 196 da Constituição Federal de 1988, impõe ao Estado o dever de implementá-lo por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos. Neste contexto, o Brasil, desde o Período Colonial, enfrenta complexos desafios sanitários, que variaram de campanhas de higienização nos portos a grandes mobilizações no início do século XX, como as lideradas pelo médico sanitário Oswaldo Cruz no combate à febre amarela, varíola e peste bubônica. Essas ações históricas já evidenciavam a necessidade de atuação direta nas comunidades e a fiscalização de focos de vetores, dando origem, ainda que de forma incipiente, à figura do agente sanitário.

Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o **Agente de Combate às Endemias (ACE)** consolidou-se como peça fundamental e estratégica. Regulamentado pela Lei Federal nº 11.350/2006, o ACE atua na vigilância, prevenção e controle de doenças endêmicas e epidemias (como Dengue, Leishmaniose, Malária, entre outras) diretamente na comunidade. Contudo, a experiência prática tem demonstrado que a atuação desses

profissionais, muitas vezes limitada a atividades mecânicas de visita e aplicação de larvicidas, não se conecta de forma eficiente com a complexidade dos riscos socioambientais.

Este trabalho se insere em uma investigação conduzida em uma área de extrema vulnerabilidade no município de São Borja/RS: a **Vila Umbu**, localizada às margens do Arroio Itachere. A localidade manifesta uma problemática multifacetada que envolve precariedade de saneamento, proximidade com o curso d'água (o Arroio), alta densidade de vetores de doenças e vulnerabilidade social.

Dada essa realidade, o problema de pesquisa que ilumina esta investigação é: **de que modo é possível coordenar a atuação dos agentes de endemias na Vila Umbu, a fim de garantir os direitos humanos à saúde e ao ambiente equilibrado à população local, promovendo uma atuação que transcenda a mecânica e se torne estratégica e intelectual?**

O objetivo geral é identificar, por meio de estudos de campo e análise documental, os problemas socioambientais da Vila Umbu e averiguar a forma de atuação do Poder Público municipal, contrastando-a com as determinações legais de promoção da saúde e prevenção e combate de endemias.

A relevância do projeto reside na capacidade de conectar o conhecimento empírico advindo da vivência da pesquisadora (que é uma ACE com formação acadêmica em Ciências Sociais/Ciência Política e em graduação em Direito) com a análise crítica da legislação e das políticas públicas de saúde, buscando reverter o conhecimento produzido em propostas concretas para o aprimoramento da gestão de endemias e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos moradores da Vila Umbu.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentos Legais e o Papel Estratégico do Agente de Endemias no SUS

A saúde pública no Brasil, historicamente ligada ao combate a epidemias (como as ações de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro com as brigadas sanitárias, os "mata-mosquitos"), ganhou contornos de direito universal após a Constituição Federal de 1988 e a criação do SUS. O Artigo 196 estabelece a saúde como um direito social e dever do Estado, a ser garantido mediante políticas que visem à redução do risco de doença (BRASIL, 1988).

Neste cenário, o Agente de Combate às Endemias (ACE) é a peça fundamental na

materialização da política de vigilância e controle no nível local. Sua função, regulada pela Lei Federal nº 11.350/2006, é vital no controle de doenças como Dengue, Leishmaniose, Malária e Chikungunya, que são diretamente influenciadas pelos fatores ambientais e sociais (BRASIL, 2006).

A evolução legislativa mais recente da Lei 11.350/2006, especialmente com a inclusão do Artigo 2º-A pela Lei nº 14.536/2023, reforça o status do ACE ao reconhecê-lo como "profissional de saúde, com profissões regulamentadas". Essa valorização formal exige uma readequação da prática em campo, elevando-a de uma simples execução de tarefas para uma atuação estratégica e intelectual. O Art. 2º, § 1º da Lei é categórico ao dispor: *"É essencial e obrigatória a presença de [...] Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental."*

Esta essência e obrigatoriedade não se limitam à aplicação de produtos químicos; elas se ancoram em um conjunto de atribuições que posicionam o ACE como o elo central entre a comunidade e a gestão de saúde. Conforme o Art. 4º, § 1º, são consideradas atividades típicas do ACE:

I - desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;

IV - divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas;

IX - registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS;

X - identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;

XI - mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores. (BRASIL, 2006, grifo nosso).

O inciso X é o cerne da proposta desta pesquisa. Ao incumbir o ACE de identificar e cadastrar situações relacionadas a "fatores ambientais" que interfiram no curso das doenças, a Lei transcende o âmbito do domicílio individual e exige do agente uma leitura aprofundada do território. Esta leitura deve ir além da inspeção de reservatórios de água, alcançando problemas macroestruturais, como o saneamento precário e o descarte irregular de resíduos em áreas como o Arroio Itachere.

Portanto, a questão central reside no fato de que o enfrentamento dessas endemias, em

um contexto de desigualdades regionais e vulnerabilidade social (SOUZA, 2006; SCHONARDIE et al., 2024), exige que o ACE vá além das atividades padronizadas (visita domiciliar e aplicação de larvicidas). A complexidade do risco socioambiental demanda um trabalho intelectual e estratégico do ACE, focado na:

1. Leitura do Território com Base em Dados: Capacidade de utilizar instrumentos como o censo (Art. 4º, § 1º, IX e X) para identificar e mapear *hotspots* de risco que transcendem a esfera individual da moradia (ex: problemas no Arroio Itachere, descarte de resíduos em grande escala, mapeamento de áreas de alagamento).
2. Articulação Intersetorial: Habilidade para dialogar com outras secretarias municipais (Meio Ambiente, Urbanismo) com base nos dados coletados, interpretando a legislação para exigir e coordenar ações que promovam o saneamento e a infraestrutura urbana (SECCHI, 2012). A intersetorialidade, embora prevista na lógica do SUS, raramente é executada de forma eficaz nas pontas, permanecendo como um desafio gerencial.

A relevância deste projeto se assenta na formação acadêmica da pesquisadora, que integra a experiência prática como ACE junto ao município de São Borja com as bases teóricas de Ciências Sociais e Direito. Essa interconexão permite refletir criticamente sobre como as políticas públicas de saúde são formuladas, implementadas e avaliadas, identificando os limites e as possibilidades de atuação do Estado na promoção da saúde, especialmente no que tange à fiscalização de condições de saúde pública e o direito à proteção contra doenças.

2.2 O Cenário de Risco Socioambiental na Vila Umbu e a Abordagem Metodológica Atual

A Vila Umbu em São Borja/RS, área de estudo, materializa a interconexão entre saúde pública, política local e direito ambiental. Localizada às margens do Arroio Itachere, a comunidade enfrenta um cenário de vulnerabilidade que gera o que se define como risco socioambiental triplo:

1. Risco Hídrico/Sanitário: Contaminação e problemas de drenagem pluvial e esgoto, com despejo *in natura* no Arroio, criando um ambiente propício à proliferação de vetores. A ausência de saneamento é a causa estrutural de diversos agravos à saúde.
2. Risco Vetorial: Alta incidência e facilidade de proliferação de vetores de diversas

doenças, como o *Aedes aegypti* e o vetor da Leishmaniose. A proximidade com o Arroio e a má gestão de resíduos sólidos atuam como fatores de potencialização desses focos.

3. Risco Social: Baixa renda, precariedade habitacional e dificuldade de acesso à infraestrutura e serviços públicos essenciais, o que perpetua a exposição da população aos riscos sanitários.

Para construir um diagnóstico detalhado e contrastar essa realidade com a atuação do Poder Público, a pesquisa utiliza uma metodologia exploratória, indutiva e de estudo de caso, focada na coleta de dados em duas frentes que estão em curso, com ênfase na fase de Documentação Direta:

a) Pesquisa de Documentação Indireta (Análise Institucional): Atualmente em execução, esta frente envolve o levantamento e análise de documentos oficiais da Prefeitura de São Borja. O foco é identificar planos, projetos, leis e relatórios das Secretarias de Saúde, Meio Ambiente, Assistência Social e Planejamento Urbano. O objetivo é duplo: (i) averiguar a aderência das ações municipais às normativas de saúde pública e ambientais (incluindo o Plano Municipal de Saneamento Básico) e (ii) identificar a existência e efetividade da coordenação intersetorial e de fluxos de comunicação para lidar com os problemas da Vila Umbu. Esta análise institucional servirá de contraponto ao diagnóstico real de campo.

b) Pesquisa de Documentação Direta – Censo (Detalhes do Instrumento e Coleta Primária): A próxima e mais crucial etapa da pesquisa consiste no levantamento de dados primários através da aplicação de um Questionário Censitário (Censo) junto a todas as residências da Vila Umbu. O instrumento está sendo desenvolvido na plataforma Google Forms, garantindo a padronização e georreferenciamento da coleta de dados em campo e a facilidade de tabulação e análise posterior. A aplicação será realizada pela própria pesquisadora e equipe auxiliar, aproveitando a confiança estabelecida entre o ACE e a comunidade.

O questionário é estruturado em quatro grandes blocos temáticos, desenhados para capturar a complexidade do risco socioambiental e a correlação entre vulnerabilidade e agravos à saúde:

- Bloco I: Perfil Sociodemográfico e Econômico. Este bloco visa traçar o panorama da vulnerabilidade social e quantificar o capital humano da comunidade. Serão coletados dados sobre a composição familiar, idade e gênero dos moradores, nível de

escolaridade do chefe de família, fontes de renda e situação empregatícia. A relevância deste bloco reside em quantificar a vulnerabilidade social, permitindo correlacionar a renda e a educação com as condições de moradia e saúde, reforçando a tese de que o risco de doença está intrinsecamente ligado aos determinantes sociais (MINAYO, 2007).

- Bloco II: Condições de Saneamento Básico e Estrutura Habitacional (Risco Hídrico/Sanitário). O objetivo é mapear a infraestrutura básica e a interação da comunidade com o Arroio Itachere e seus arredores. As perguntas detalham a origem do abastecimento de água (se rede pública ou alternativa), a solução utilizada para o esgotamento sanitário (se rede, fossa séptica rudimentar ou despejo direto no Arroio) e a forma de descarte de resíduos sólidos (se coleta regular, descarte em terrenos baldios ou diretamente no curso d'água). Essa coleta é vital para identificar a raiz do Risco Hídrico/Sanitário e a exposição da comunidade a doenças de veiculação hídrica, além de quantificar os focos potenciais de vetores associados ao lixo acumulado, servindo de base para justificar intervenções urgentes de infraestrutura.
- Bloco III: Risco Ambiental e Saúde Local. Este bloco aborda diretamente os indicadores de saúde e a presença de vetores no ambiente domiciliar. Serão questionadas informações sobre a presença de criadouros de *Aedes aegypti* (focos recorrentes), a ocorrência de casos de Dengue na residência nos últimos 12 meses, a posse de animais domésticos (especificamente cães, para mapeamento do risco de Leishmaniose Canina, que é endêmica na região) e a percepção de risco ambiental por parte dos moradores. O intuito é criar um índice de risco vetorial por quarteirão, fundamental para reorientar o planejamento das rotinas dos ACEs.
- Bloco IV: Dinâmica Demográfica e Agravos Pós-2020. Esta seção é particularmente estratégica. Busca levantar índices de mortalidade e natalidade, com foco em alterações no quadro de saúde da comunidade após a pandemia. O recorte temporal pós-janeiro de 2020 para a ocorrência de óbitos na residência é fundamental para identificar possíveis agravos e causas de morte não registradas oficialmente (subnotificação), mas que podem estar relacionadas às condições insalubres potencializadas pelo contexto de vulnerabilidade, especialmente no período pandêmico. O cruzamento dessas informações com os Blocos I e II permitirá identificar correlações diretas entre vulnerabilidade socioambiental e desfechos graves de saúde.

O cruzamento dos dados de renda, saneamento e saúde permitirá construir um Mapa de Risco Socioambiental por Quarteirão, que não apenas identifica a presença do vetor, mas a causa estrutural de sua proliferação. Este mapa será a ferramenta que capacitará o ACE a migrar de uma atuação meramente mecânica para uma função estratégica e articuladora que subsidia as Secretarias de Urbanismo e Meio Ambiente com dados factuais para intervenção estrutural, elevando o status do profissional conforme a proposta central da pesquisa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, embora em fase de elaboração do instrumento de coleta primária e análise da documentação indireta, estabeleceu um sólido quadro teórico-metodológico para a investigação do risco socioambiental na Vila Umbu, em São Borja/RS. A pesquisa demonstra rigor ao conectar a teoria legal do Sistema Único de Saúde (SUS) com a realidade prática do Agente de Combate às Endemias (ACE).

3.1 Síntese e Resultados Parciais Esperados

A investigação está em curso, mas os resultados parciais esperados são cruciais para a tese central. A Documentação Indireta, por um lado, deve revelar o nível de coordenação intersetorial e a existência de políticas municipais destinadas especificamente ao Arroio Itachere e à Vila Umbu. Espera-se encontrar lacunas na articulação entre as Secretarias de Saúde, Meio Ambiente e Planejamento, indicando uma desvinculação entre o diagnóstico de campo e a ação de governo.

Por outro lado, o Questionário Censitário (Documentação Direta) permitirá a construção de um Diagnóstico de Risco Socioambiental Triplo (Hídrico/Sanitário, Vetorial e Social) baseado em dados primários e georreferenciados. Este diagnóstico ultrapassará o levantamento tradicional, fornecendo:

1. Um perfil detalhado da vulnerabilidade social (Bloco I e IV).
2. A quantificação precisa da precariedade de saneamento e da forma de despejo de esgoto no Arroio Itachere (Bloco II).
3. Um mapeamento dos agravos à saúde pós-2020 (Bloco IV), permitindo identificar subnotificações e correlacionar diretamente as condições insalubres com desfechos

graves na saúde da população.

3.2 A Proposta de Aprimoramento e a Valorização do ACE

O resultado mais significativo deste projeto será a formulação de uma Proposta de Aprimoramento da Atuação dos Agentes de Endemias, que visa o salto qualitativo da função de executor para a de articulador estratégico.

A Lei 11.350/2006, especialmente em seu Art. 4º, § 1º, X, já confere ao ACE a atribuição de identificar e cadastrar situações relacionadas a fatores ambientais que interferem no curso das doenças. Ao ser munido dos dados coletados pelo censo, o ACE deixa de ser um mero aplicador de larvicida e se torna um Agente de Conhecimento e Articulação, capaz de:

- Produzir Mapas de Risco Estrutural: Utilizar o *Mapa de Risco Socioambiental por Quarteirão* para direcionar as ações de combate não apenas ao vetor (*Aedes aegypti*), mas à causa de sua proliferação, exigindo intervenção estrutural por parte das Secretarias de Urbanismo e Saneamento.
- Apoiar a Gestão Intersetorial: Servir como o elo fático entre a comunidade e o poder público, utilizando dados concretos e embasados na Lei para cobrar a efetividade do direito humano ao saneamento básico e à saúde integral.

Esta proposta resgata a função do ACE, valorizando-o como profissional de saúde (Art. 2º-A) essencial e obrigatório na estrutura de vigilância (Art. 2º, § 1º), cumprindo a determinação legal de atuar de forma estratégica, intelectual e articulada para garantir os direitos fundamentais da população da Vila Umbu, que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade.

3.3 Implicações para o Direito e a Saúde Pública

Em última análise, a pesquisa contribui para a literatura sobre políticas públicas e o direito à saúde ao demonstrar que a ineficácia no combate a endemias em áreas vulneráveis não é um problema de ausência de leis, mas de falha na coordenação e na execução do que a lei já determina. A atuação integrada e baseada em dados do ACE é a via mais eficiente para realizar a intervenção positiva do Estado, cumprindo o dever constitucional de reduzir o risco de doença e garantir o direito ao ambiente equilibrado à população que vive nas margens do

Arroio Itachere. A publicação final dos resultados contribuirá para a formulação de recomendações que elevem o *status* do ACE de mero executor a um agente de transformação social e política engajada no direito à saúde e ao ambiente equilibrado.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ima Aparecida; VALLE, Denise. *Aedes aegypti*: histórico do controle no Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 113-118, jun. 2007. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742007000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 mar. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742007000200006>.

BRASIL. Constituição de República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1998. **Constituição**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Lei no 11.350, de 05 de outubro de 2006**. Regulamenta o §5o do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2o da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111350.htm. Acesso em 31 mar. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25a ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011. (Folha Explica).

SCHONARDIE, Elenise Felzke; BEDIN, Gimar Antonio; LEVES, Aline Michele Pedron (Orgs.). **Direitos humanos e vulnerabilidades sociais: os impactos emergenciais do neoliberalismo na sociedade atual**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2024. 216 p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul./dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm>. Acesso em 30 mar. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tema/tema-nacional/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

NOTAS SOBRE O DOMÍNIO DO SISTEMA FINANCEIRO NA CADEIA GLOBAL DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E AMEAÇAS À SEGURANÇA ALIMENTAR

NOTES ON THE DOMINANCE OF THE FINANCIAL SYSTEM IN THE GLOBAL FOOD PRODUCTION CHAIN AND THREATS TO FOOD SECURITY

Elizete Menegat¹
Keyla M. Gomes Ferreira²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a posição dominante do sistema financeiro -especialmente das corporações de gestão de ativos - na cadeia global de produção de alimentos e sua relação com o crescimento da insegurança alimentar no mundo. O estudo foi produzido a partir de revisão da bibliografia recente sobre o tema. Como resultado, observamos que as três maiores corporações de gestão de ativos – BlackRock, Vanguard Group e State Street, comandam metade das corporações da cadeia global de produção de alimentos. Elas dominam desde a produção de sementes, fertilizantes, agroquímicos e maquinário agrícola até o processamento, a distribuição e o varejo dos alimentos. A dependência de cadeias globais de suprimentos e de crédito expõe potencialmente a cadeia de produção de alimentos a riscos sistêmicos, como interrupções logísticas, crises financeiras e catástrofes climáticas. O agravamento da insegurança alimentar está também diretamente associado à concentração permanente da propriedade da terra pelas corporações do agronegócio e pelas corporações de gestão de ativos. Acentuadas a partir da crise de 2008, as novas ondas de expropriação de posseiros e pequenos produtores, étnica e racialmente definidos, vem gerando novos contingentes de pobreza que se somam aos já existentes nas periferias das cidades e nos campos de refugiados, onde a insegurança alimentar é uma constante.

Palavras-chave: Corporações; concentração da propriedade; agronegócio; insegurança alimentar.

Abstract: The aim of this article is to analyze the dominant position of the financial system – especially asset management corporations – in the global food production chain and its relationship with the growth of food insecurity worldwide. The study was produced from a review of recent literature on the subject. As a result, we observed that the three largest asset management corporations – BlackRock, Vanguard Group, and State Street – control half of the corporations in the global food production chain. They dominate everything from the production of seeds, fertilizers, agrochemicals, and agricultural machinery to the processing, distribution, and retail of food. The dependence on global supply and credit chains potentially

¹ Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Professora Associada da Faculdade de Serviço Social, FSS/ UFJF; elizete.menegat@ufjf.br

² Assistente Social. Mestra em Serviço Social (FSS/UFJF); keylasso123@gmail.com

exposes the food production chain to systemic risks, such as logistical disruptions, financial crises, and climate catastrophes. The worsening of food insecurity is also directly associated with the permanent concentration of land ownership by agribusiness corporations and asset management corporations. Intensified since the 2008 crisis, new waves of expropriation of landholders and small producers, defined by ethnicity and race, have been generating new contingents of poverty that add to those already existing in the peripheries of cities and in refugee camps, where food insecurity is a constant.

Keywords: Corporations; concentration of property; agribusiness; food insecurity

1 INTRODUÇÃO

O objeto deste artigo é a relação entre o atual crescimento da insegurança alimentar no mundo e a posição dominante do sistema financeiro, especialmente, das corporações de gestão de ativos na cadeia global de produção de alimentos. Este estudo busca contribuir para o debate, no Serviço Social, sobre a atual constelação do sistema financeiro e sua relação com a concentração da propriedade corporativa na cadeia de produção de alimentos e seus impactos sobre a fome.

Antes de tudo, consideramos importante inscrever a atual configuração do capital financeiro, crescentemente centralizado nas mãos de gigantescas corporações, como um dos principais sintomas do momento atual da crise estrutural do sistema capitalista. A escalada de fusões de megaempresas e a consequente hiper concentração da propriedade corporativa é um dos principais modos de mitigação dos efeitos da queda das taxas de lucro resultante, principalmente, do uso crescente e intensivo das tecnologias da última geração. A nova matriz tecnológica associada à 4ª revolução industrial vem alterando significativamente a composição orgânica do capital. Ao acentuar o peso do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, a revolução tecnológica em curso incide sobre a redução do valor das mercadorias, promovendo mudanças profundas sobre a dinâmica global do capitalismo, o que inclui a concentração da propriedade e o aumento das desigualdades sociais.

O controle crescentemente concentrado do capital global por um número cada vez menor de poderosos gestores de investimentos, que têm como único objetivo a valorização do valor nestes tempos de crise agônica, encontra-se diretamente vinculado aos riscos reais de destruição das condições de reprodução da vida em todo o planeta. Os efeitos desta destruição estão por toda a parte e podem ser cotidianamente observados nas tragédias resultantes da devastação ambiental produzida pelo agronegócio e pela mineração, ou pelas guerras intermináveis financiadas, em boa parte, por esses mesmos atores. Para os nossos

objetivos neste estudo, interessa-nos conhecer como o sistema hegemônico de produção de alimentos, pelas corporações, vem acentuando as já profundas e irreversíveis camadas de famintos que brotam das sucessivas ondas de expansão da desigualdade social e racial.

A fome parece sempre ter existido, em algum momento, em todos os tipos de sociedades. Porém, com o advento do capitalismo e, especialmente, na atual fase da sua crise estrutural, a fome adquiriu uma magnitude global e permanente nunca antes observada na história da humanidade. A fome tornou-se, no século XXI, um fenômeno globalizado produzido por um sistema de megacorporações que vem, por um lado expropriando em todos os continentes as terras dos últimos grupos humanos tradicionalmente dedicados à produção de alimentos para a subsistência. Nesse sentido, o denominado complexo agroindustrial estimula a crescente concentração de terra nas mãos de poucas corporações transnacionais. Por outro lado, as formas dominantes de produção de alimentos pelas corporações do agronegócio vêm contribuindo decisivamente para acelerar mudanças climáticas, provocando incêndios, secas e enchentes de dimensões catastróficas. Como resultado, massivos contingentes humanos vêm sendo submetidos a deslocamentos forçados, sendo confinados nas periferias das cidades ou nos campos de refugiados, onde a fome tornou-se uma constante

2. CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE CORPORATIVA

A crise estrutural do capitalismo que emergiu nos anos 1970, desencadeou, nas duas décadas seguintes, um impressionante movimento de concentração de capitais, com base em aquisições e fusões de grandes empresas. Este processo de centralização e concentração de capitais foi totalmente intermediado pelo sistema financeiro que tornou possível as novas condições para a criação de megaempresas dotadas de elevada capacidade de competição e expansão transnacional dos seus meganegócios. Não se pode deixar de mencionar que, também nos anos 1980-90, ocorria a emergência do neoliberalismo como ideário de gestão política e econômica desta crise de dimensões estruturais. Como medidas supostamente dirigidas ao enfrentamento da crise de valorização dos capitais, o receituário político-econômico do neoliberalismo prescreveu, entre outras medidas, a desregulamentação do sistema financeiro, a privatização de empresas estatais, a pilhagem dos fundos públicos para salvar capitais à beira do colapso e o incentivo para formação de grandes conglomerados econômicos. Tudo isto, como se sabe, foi acompanhado pelo enxugamento drástico dos gastos com políticas sociais e de segurança.

Em um estudo recente, Albina Gibadullina (2024), pesquisadora do Departamento de

Geografia da University of British Columbia, no Canadá, observou que, nas décadas de 1980 e 1990, justamente durante as duas primeiras décadas desta crise mundial, houve um crescimento desproporcional da participação do sistema financeiro na economia dos EUA. Segundo a autora, foram especialmente as empresas do setor financeiro especializadas em fundos de investimento dos EUA que cresceram de forma destacada.

Estas empresas do setor financeiro vieram se tornar, nas décadas posteriores, as maiores acionistas de importantes corporações americanas e globais, com trilhões de dólares sob seu controle e decisão de investimento. Especialmente a partir dos estremecimentos da crise ocorridos em 2008, o sistema financeiro sofreu, ainda, novas mudanças profundas em relação aos anos 1980-90. Nesse sentido, essa nova fase foi conceitualmente demarcada com a expressão “novo capitalismo financeiro”, proposta em 2008, pelo professor Gerald F. Davis, como lembra Gibadullina (2024).

Segundo Davis, a concentração, sem controle, de propriedades, na forma de propriedade corporativa, é um dos aspectos essenciais que caracteriza esta nova fase da financeirização: a fase da ascensão das corporações de gestão de ativos³. Gibadullina busca referências em Gerald F. Davis para referir-se ao novo movimento, sem paralelo na história do capital, de concentração da propriedade corporativa:

Com base na análise de Rudolf Hilferding do capitalismo financeiro no início do século 20, Gerald F. Davis cunhou o termo “novo capitalismo financeiro” para descrever um sistema de propriedade corporativa que começou a surgir na década de 1990 nos Estados Unidos, no qual “um pequeno número de fundos de investimento se encontra com posições substanciais de propriedade em centenas de corporações simultaneamente” (Gibadullina, 2024).

Fitchner e outros (2017) igualmente observam que o capitalismo financeiro vive uma nova fase, historicamente única. Encontra-se em curso a consolidação de um novo paradigma de concentração da propriedade do capital. Estes autores concordam que, em todos os continentes, a concentração da propriedade por poucas corporações financeiras ganhou amplitude ainda maior após a crise de 2008. Desde então, uma quantidade cada vez menor de empresas passou a ter crescente domínio sobre quantidades cada vez maiores de terra e

³ “Uma gestora de ativos é uma empresa especializada em administrar e gerenciar os investimentos de seus clientes. Elas oferecem diversas opções de fundos, como de renda fixa, fundos de ações, fundos multimercado, fundo imobiliário, entre outros. (...)A gestora de ativos (...) é responsável por tomar decisões de investimento em nome dos investidores, visando maximizar os retornos nos parâmetros estabelecidos”. (<https://www.nordinvestimentos.com.br/blog/o-que-sao-fundos-de-gestao-de-ativos/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20uma%20gestora,os%20retornos%20nos%20par%C3%A2metros%20estabelecidos.>).

riquezas.

De acordo com os resultados de sua pesquisa, Gibadullina (2024) afirma que mais da metade do total de empresas listadas, no nível global, são atualmente propriedade de empresas do setor financeiro (fundos de investimento, gestores de ativos, bancos):

Em 2018, 55% do patrimônio global pertencia a vários intermediários financeiros (incluindo 27% por fundos mútuos e de pensão), seguidos por 16% de propriedade de empresas não financeiras, 6% do governo e outros 6% de indivíduos e fundações, com os 16% restantes do patrimônio não tendo nenhum acionista identificável.

E, especificamente, sobre a propriedade de empresas americanas, a pesquisa da autora registra que “os denominados intermediários financeiros atualmente detêm cerca de 60% da propriedade das empresas listadas nos EUA — um salto significativo em relação aos 3% em 1945” (Gibadullina, 2024).

Tudo indica que, pelo menos a partir de 2008, no interior do denominado setor financeiro como um todo, os tradicionais bancos comerciais ou de investimento deixaram de ser os intermediários financeiros mais poderosos. Esse lugar é hoje ocupado pelas corporações de gestão de ativos, as quais concentram “quantias de capital historicamente sem precedentes”. A autora acrescenta que o modelo atual de financeirização tem produzido uma interdependência muito mais profunda, do que em épocas anteriores, entre o capital industrial e o financeiro. Setores tais como o agronegócio, a indústria de produtos alimentícios, os serviços de saúde, a indústria imobiliária e a mineração, por exemplo, são altamente impactados pelo atual crescimento da participação acionária das corporações de gestão de ativos (Gibadullina, s/d).

As três principais corporações de gestão de ativos reconhecidas como as "Três Grandes" (BlackRock, Vanguard Group e State Street Global Advisors), tornaram-se as maiores acionistas do mundo. Juntas elas atualmente controlam e comandam investimentos em torno de US\$ 20 trilhões. Este montante é 10 vezes superior ao PIB do Brasil (cerca de US\$ 2 trilhões) e aproxima-se do PIB dos EUA (cerca de US\$ 27 trilhões).

3. DOMÍNIO DAS “TRÊS GRANDES” CORPORAÇÕES DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS NA CADEIA DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

A concentração da propriedade financeira nas últimas duas décadas foi principalmente impulsionada pela proliferação dos denominados fundos de índice (ETF's - Exchange Traded

Funds), com destaque para as “Três Grandes” que “passaram a ocupar uma posição estrutural na rede global da propriedade corporativa”. Uma vez que BlackRock, Vanguard Group e State Street Global Advisors são os três maiores acionistas do mundo, suas atividades podem servir como um indicador dos desempenhos futuros da economia no cenário global (Peres, 2024).

Como proprietárias de frações significativas de ações de importantes corporações transnacionais, as “Três Grandes” vêm desempenhando um papel decisivo sobre as atividades econômicas dessas corporações, influenciando diretamente os rumos da economia global como um todo:

Essas megaempresas financeiras não apenas possuem grandes fatias acionárias, mas também exercem poder direto sobre decisões corporativas, alinhando estratégias empresariais aos seus interesses financeiros, o que reduz a concorrência e fortalece o movimento de concentração de propriedade (Gibadullina, 2024).

As três maiores acionistas do mundo, as "Três Grandes", têm investimentos em 81% das empresas listadas nos EUA. E, segundo as pesquisas de Fichtner e outros (2017), as “Três” eram, em 2017, as principais acionistas de 88% das 500 maiores empresas americanas. As “Três Grandes” encontram-se, também, entre os 10 maiores acionistas da Europa e do Leste da Ásia. Dado o seu poderio econômico, essas gestoras de ativos controlam decisões estratégicas de corporações em escala mundial, impactando mercados, políticas e sociedades. O seu elevado poder de pressão pode ser atestado nesta declaração de Larry Fink, CEO da BlackRock: "como um indexador, nossa única ação é nossa voz. E então estamos tendo um diálogo mais ativo com nossas empresas e estamos impondo mais daquilo que achamos que é correto" (Peres, 2024).

Enquanto a concentração de propriedades ganha novas dimensões, a insegurança alimentar grave alcança em torno de 25% da humanidade. Esta escalada global da fome parece não decorrer da falta de produção de alimentos, mas, antes, da forma como a cadeia de produção de alimentos é, na atualidade, controlada por um pequeno grupo de corporações cujo objetivo é exclusivamente a obtenção de lucros.

Segundo a Forbes, as maiores corporações do sistema de produção de alimentos eram em 2023: Nestlé, AB InBev, Pepsi, Danone, General Mills, Mondelez, Tyson Foods, JBS e Kraft-Heinz. As 10 principais empresas do ramo controlavam, em 2023, US\$ 3,7 trilhões (R\$ 18,2 trilhões) do mercado (FORBES BRASIL, 2023).

Conforme pesquisa recentemente realizada pelo O Joio e o Trigo, as três maiores

gestoras de ativos do mundo têm participação destacada em 21 das 31 corporações que dominam o sistema global de produção de alimentos. E, as três juntas, BlackRock, Vanguard Group e State Street Global Advisors “têm as maiores fatias sobre 16 dessas empresas – entre elas, Coca-Cola, Pepsico, Tyson Foods (do setor de carnes) e Bunge (gigante do setor de grãos)” (Peres, 2024).

Ou seja, as “Três Grandes” comandam metade das corporações da cadeia de produção de alimentos, responsáveis desde a produção agrícola até o supermercado. Elas dominam desde a produção de sementes, fertilizantes, agroquímicos e maquinário agrícola até o processamento, a distribuição e o varejo dos alimentos. Dada a sua significativa participação acionária nas corporações que produzem alimentos, as três maiores acionistas do mundo têm poder para pressionar constantemente por resultados financeiros superiores. Isso se traduz na imposição de estratégias para redução de custos, aumento de eficiência e expansão de mercados, frequentemente desprezando práticas sociais e ambientais responsáveis. Elas exigem métodos de produção padronizados com impactos ambientais e sociais desastrosos, tais como desmatamentos, concentração de terras, monocultura, utilização de tecnologias destrutivas, trabalho análogo à escravidão, eliminação de pequenos produtores, expropriação da terra de posseiros e últimos remanescentes de povos indígenas, agravando a miséria rural e urbana (Van der Ploeg, 2021) e (Peres, 2022).

Sob comando exclusivo dos interesses das corporações do agronegócio, grandes extensões de terra e recursos naturais são direcionados para a produção de commodities, biocombustíveis ou ração animal, em vez de alimentos para atender o consumo humano. O interesse puramente econômico das corporações da cadeia de produção de alimentos e seus investidores produz pressão, também, sobre governos para reduzir impostos, flexibilizar leis trabalhistas e ambientais e garantir subsídios e incentivos fiscais (Peres, 2022). Esses fatores colocam o retorno ao investidor acima de considerações sociais, ambientais e de segurança alimentar, reforçando o poder dessas empresas sobre o sistema de produção de alimentos global (Van der Ploeg, 2021).

Peres (2024) destaca o fenômeno da “participação acionária horizontal”, em que esses fundos possuem ações relevantes em concorrentes do mesmo mercado, reduzindo a competição e fortalecendo oligopólios. A “participação acionária horizontal” permite que investidores controlem várias empresas do mesmo setor, minando a concorrência e favorecendo a formação de mercados altamente concentrados, o que facilita a manipulação de preços e a elevação de margens de lucro. Como se sabe, o único objetivo por trás do domínio

das corporações na cadeia de produção de alimentos é a busca por lucros crescentes. Com esta expectativa, essas megaempresas buscam consolidar posições oligopólicas, adquirindo ou eliminando concorrentes menores.

Essa concentração tem impactos negativos para a alimentação saudável, pois as corporações dominantes, por exemplo, impulsionam a produção e o consumo de alimentos ultraprocessados, associados a doenças crônicas como obesidade, doenças coronárias, diabetes e câncer. A pressão por reduzir custos leva à substituição de ingredientes integrais por derivados menos nutritivos, agravando problemas de saúde pública. Há forte incentivo financeiro para ampliar o consumo de ultraprocessados, cada vez mais acessíveis e baratos, que oferecem margens de lucro maiores devido ao baixo custo dos ingredientes e à facilidade de padronização e distribuição em larga escala (Van der Ploeg, 2021).

Dada a importante participação acionária nas maiores corporações do setor de produção alimentar, as Três - BlackRock, Vanguard Group e State Street Global Advisors - exercem influência decisiva sobre as empresas-chave da cadeia produtiva global de alimentos, o que lhes permite controlar e moldar o mercado de forma significativa.

A BlackRock, a maior das três, investe em empresas como PepsiCo, Kellogg, Bunge, Monsanto, Syngenta e a brasileira JBS. Esta megaempresa tem controle sobre todas as etapas da produção e de distribuição de alimentos, inclusive sobre a propriedade de terras agrícolas. Com participação relevante em várias etapas da cadeia de produção alimentar, desde insumos até processados, a BlackRock tem papel importante no processo de determinação de aumentos nos preços dos alimentos e tem poder real de pressão por fusões e aquisições, reforçando seu controle do mercado e reduzindo a concorrência. A megagestora oferece portfólios que prometem retornos de até 30% em cinco anos, atraindo investidores para o setor de produção de alimentos e ampliando seu poder financeiro sobre o sistema de produção alimentar global.

Em síntese, a produção global de alimentos concentrada nas mãos de “Três Grandes” gestoras financeiras torna a oferta global de alimentos mais suscetível a catástrofes ambientais e colapsos econômicos, aumentando o risco de fome em massa (Monbiot, 2022).

4. A SEGURANÇA ALIMENTAR GLOBAL SOB AMEAÇA

Apesar do poder que detém, essas corporações são financeiramente frágeis, operando sobre uma economia de bolhas, sustentada por altos níveis de endividamento. Apenas quatro culturas (trigo, arroz, milho e soja) representam quase 60% das calorias plantadas no mundo e

sua produção está concentrada nas mãos de poucas corporações e países. A dependência de cadeias globais de suprimentos e de crédito expõe a cadeia de produção de alimentos a riscos sistêmicos, como interrupções logísticas, crises financeiras e catástrofes climáticas (Monbiot, 2022).

As corporações do agronegócio e da indústria alimentícia utilizam tecnologias de ponta, quase autômatas, e, portanto, apresentam taxas tendencialmente declinantes de mais-valor. Com o objetivo de compensar efeitos da perda de valorização dos produtos, o setor busca elevar a produtividade a novos patamares, o que exige novo endividamento. Portanto, o setor parece encontrar-se permanentemente ameaçado pela sua própria fragilidade financeira e pelos impactos destrutivos de seu modelo produtivo. A concentração de poder e a dependência de fluxos financeiros globais tornam o sistema vulnerável a crises, com graves consequências para a segurança alimentar e o meio ambiente. Considerando, também, que a terra concentrada nas mãos de poucos é mercadoria extremamente especulativa para o mercado oligopolizado do setor de produção de alimentos, estima-se que no curto prazo venha a ocorrer, em nível global, um agravamento da situação da insegurança alimentar e seu estágio mais agressivo, a fome (Monbiot, 2022); (Van der Ploeg, 2023).

No artigo "O mundo à beira da grande crise alimentar", o autor alerta que a cadeia de produção de alimentos global está diante da iminência de um colapso semelhante ao da crise financeira de 2008: "A indústria alimentar está se tornando parelha ao sistema financeiro, ampliando o que os cientistas chamam de "densidade de rede" do sistema, tornando-o mais suscetível à falência em cascata" (Van der Ploeg, 2023).

O aumento recente da insegurança alimentar e da inflação dos alimentos, em todo o mundo, é um sintoma dessa instabilidade sistêmica. Embora muitos atribuam a crise alimentar à pandemia e à guerra na Ucrânia, o autor aponta que as causas são mais profundas e encontram-se relacionadas à dominação das corporações do agronegócio sobre toda a cadeia global de produção e comércio de alimentos:

Algo provoca calafrios naqueles que estudam o sistema alimentar global. Nos últimos anos, assim como no sistema financeiro dos anos 2000, nós-chave do sistema alimentar expandiram-se, seus links tornaram-se mais fortes, as estratégias de negócios convergiram e se sincronizaram, e as características que poderiam impedir o colapso sistêmico ("redundância", "modularidade", "interruptores de circuitos" e "mecanismos de becape") foram eliminadas expondo o sistema a choques capazes de provocar contágio global. (...) e esta série crescente de choques de contágio, exacerbada pela especulação financeira está conduzindo ao aumento da fome global (Monbiot, 2022).

Conforme o autor, essas corporações concentram poder e controle, tornando o sistema de produção de alimentos vulnerável a choques e falhas em cascata, como ocorreu no sistema financeiro em 2008. A estrutura altamente oligopolizada reduz a resiliência do sistema de produção de alimentos, expondo-o à possibilidade de colapso. O texto sugere que o mundo está diante da possibilidade concreta de ocorrência, no curto prazo, de uma crise alimentar severa, com impactos sociais, econômicos e ambientais de grande escala (Monbiot, 2022).

Como vimos, as “Três Grandes”, BlackRock, Vanguard Group e State Street, controlam participações acionárias relevantes em metade das maiores corporações do sistema de produção de alimentos global, o que cria um mercado oligopolizado com pouca competição real. Essa concentração reduz a dinâmica do mercado e favorece práticas que mantêm o poder dessas grandes gestoras, em detrimento de concorrentes menores.

Para manter a rentabilidade exigida pelos investidores, as “Três Grandes” pressionam a redução de custos, o que pode resultar em violações trabalhistas, redução de salários, demissões e evasão fiscal. O agravamento da fome e da insegurança alimentar está também diretamente associado à concentração permanente da propriedade da terra pelas corporações do agronegócio e pelas corporações de gestão de ativos. As contínuas ondas de expropriação de posseiros e pequenos produtores de suas bases fundiárias gera novos contingentes de miseráveis que se somam aos já existentes nas periferias das cidades (Peres, 2022).

De acordo com Sand (2022), os novos “barões da alimentação”⁴ atuam como “inimigos” do direito ao alimento, visto que o único objetivo dessas corporações gigantescas é a produção de commodities lucrativas. Segundo Ziegler (2013, p. 301), além do resultado predatório para o meio ambiente e a segurança alimentar, as corporações que dominam a cadeia de produção de alimentos vêm acelerando o movimento de concentração de terras com o único objetivo de especulação do ativo mais valioso do planeta: “No alvorecer de uma nova crise alimentar, em 2011, paralelamente ao crescimento das aquisições fundiárias com fins especulativos, a terra tornou-se um valor seguro, um valor-refúgio, frequentemente mais rentável que o ouro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴ O estudo divulgado em 2022, pelo grupo ETC, intitulado “Barones de la Alimentación”, tem como objetivo: “entender e desafiar os sistemas tecno industriais controlados por empresa bem como expor os perigos da manipulação tecnológica da vida, especialmente em relação à justiça climática e à segurança alimentar” (SHAND et. all, 2022).

O domínio das corporações na cadeia alimentar global está diretamente ligado ao agravamento da fome, não por falta de alimentos, mas pela concentração de poder, interesses financeiros que excluem milhões do acesso à alimentação adequada. As três maiores corporações de gestão de ativos – BlackRock, Vanguard Group e State Street, comandam metade das corporações da cadeia global de produção de alimentos. Elas dominam desde a produção de sementes, fertilizantes, agroquímicos e maquinário agrícola até o processamento, a distribuição e o varejo dos alimentos. A dependência de cadeias globais de suprimentos e de crédito expõe potencialmente a cadeia de produção de alimentos a riscos sistêmicos, como interrupções logísticas, crises financeiras e catástrofes climáticas. O agravamento da insegurança alimentar está também diretamente associado à concentração permanente da propriedade da terra pelas corporações do agronegócio e pelas corporações de gestão de ativos. Acentuadas a partir da crise de 2008, as novas ondas de expropriação de posseiros e pequenos produtores, étnica e racialmente definidos, vem gerando novos contingentes de pobreza que se somam aos já existentes nas periferias das cidades e nos campos de refugiados, onde a insegurança alimentar é uma constante.

Para enfrentar a fome, é fundamental repensar a estrutura de poder no sistema alimentar, promovendo a diversidade produtiva, a descentralização, a agroecologia, a soberania alimentar, com modelos justos e sustentáveis de produção e distribuição.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Carolina de Paula; BARRETO, Yasmin Antezana. Agronegócio, pobreza e insegurança alimentar no Brasil. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2021.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

BlackRock: tudo sobre a maior gestora de ativos do mundo. InfoMoney. 2023. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/blackrock-historia-da-gestora/>> Acesso em: 09 de mar. de 2024

CAIZAN, Fernando. 23 milhões de pobres vivem com menos de R\$ 7/dia no Brasil. CPS.FGV.2022. Disponível em: <https://www.cps.fgv.com.br/cps/bd/clippings/zc1267.pdf> Acesso em: 20 de out. de 2024.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. 1ª edição Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELHAUGE, Einer R., The Growing Problem of Horizontal Shareholding. Antitrust Chronicle, Vol. 3, June 2017, Competition Policy International, Harvard Public Law Working Paper No. 17-36, Available at SSRN: Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2988281>. Acesso em: 18/06/2023.

ESTANISLAU, Lucas. Agronegócio aprofunda a dependência e o endividamento do Sul Global, diz coordenadora da Via Campesina. Brasil de Fato. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/11/agronegocio-aprofunda-a-dependencia-e-o-endividamento-do-sul-global-diz-coordenadora-da-via-campesina> Acesso em: 15 de abr. de 2024.

FERREIRA, Keyla M. G. Agronegócio, questão ambiental e fome. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social/UFJF: 2025.

FICHTNER, Jan; HEEMSKERK, Eelke M.; GARCIA-BERNARDO, Javier. Hidden Power of The Big Three: Passive index funds, re-concentration of corporate ownership, and. new financial risk. Business and. Politics. 2017. Disponível em <https://www.cambridge.org/core/journals/business-and-politics/article/hidden-power-of-the-big-three-passive-index-funds-reconcentration-of-corporate-ownership-and-new-financial-risk/30AD689509AAD62F5B677E916C28C4B6> . Acesso em: 23/04/2023.

FORBES BRASIL. Forbes Global 2000: 10 maiores empresas de alimentos faturam US\$ 523 bi. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/06/forbes-global-2000-10-maiores-empresas-de-alimentos-faturam-us-523-bilhoes/> Acesso em 12/03/2024.

GIBADULLINA, A. Who owns the means of production: uneven geographies of financialization. Department of Geography, University of British Columbia, s/d. Disponível em: <https://www.cs.ubc.ca/~tmm/courses/547-20/projects/albina/final-report.pdf>. Acesso em 27/08/2024.

_____. Quem possui e controla o capital global: desigualdades espaciais do capitalismo de gestão de ativos. A Terra é redonda, 30/07/2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/quem-possui-e-controla-o-capital-global/> Acesso em 24/01/2025.

LEITE, Sergio Pereira; SAUER, Sergio. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 50, nº 3, p.5,3-254,2012.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2017. (Livro III: O processo global de produção).

MONBIOT, George. **O mundo à beira da grande crise alimentar**. Outras Palavras, 2022. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/o-mundo-a-beira-da-grande-crise-alimentar/>. Acesso em 20/10/2024.

NERI, Marcelo C.; HECKSHER, Marcos D. A Montanha- Russa da Pobreza. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 – FGV Social. E-book.

NERI, Marcelo C. Mapa da Nova Pobreza. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022- FGV Social. E-book.

PERES, João. Mercado financeiro: três empresas controlam metade das corporações do sistema alimentar. Brasil de Fato, 06/03/2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/06/mercado-financeiro-tres-empresas-controlam-metade-das-corporacoes-do-sistema-alimentar>. Acesso em: 26/03/2024.

_____. Fundo do agro impulsiona desmatamento, escravidão e grilagem. O joio e o trigo. 2022. Disponível em [Fundos do agro impulsionam empresas com histórico de desmatamento, escravidão e grilagem](#). Acesso em 2/08/2024.

Relatório do Banco Mundial :Quase Metade do Mundo Vive com menos de USD \$5.50 por dia em 17 de Outubro de 2018. Worl Bank Group. Disponível em : <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/10/17/nearly-half-the-world-lives-on-less-than-550-a-day>> Acesso em : 20 de janeiro de 2023.

SHAND, H. e outros. Barones de la alimentación 2022: Lucro con las crisis, digitalización y nuevo poder corporativo. p. 1- 158, ETC Group, 2022.

State Street Global Advisors. In: Wikipedia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/State_Street_Global_Advisors Acesso em: 10 de jan. de 2025.

VAN DER PLOEG, Jan D. A tormenta que ameaça o agronegócio global. CEDEFES. 2021. Disponível em: cedefes.org.br/a-tormenta-que-ameaca-o-agronegocio-global/. Acesso em 10/12/2023.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. Tradução de José Paulo Netto. 1ªed. São Paulo: Cortez, 2013.

ZIEGLER, Jean. **Ódio ao Ocidente**. Tradução Marcelo Mori, Maria Helena Tyminski, Marciara de Oliveira. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS: DA CRIAÇÃO AO FUNCIONAMENTO

EL CONSEJO DE ASISTENCIA SOCIAL DEL MUNICIPIO DE SANTA MARÍA/RS: DESDE SU CREACIÓN HASTA SU FUNCIONAMIENTO

Isabel Graciele Padoin¹
Rômulo Oliveira Tondo²

Resumo: Este artigo apresenta um relato da criação do CMAS em Santa Maria, RS, por meio de pesquisa em atas da câmara municipal e entrevistas com seus participantes. Cabe destacar que foi realizado um estudo de caso do CMAS entre 2009 e 2019, que evidencia os problemas de implementação e controle social no campo da assistência social (PNAS).

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Social; Conselho Municipal de Assistência Sociais; Santa Maria; Rio Grande do Sul.

Resumen: Este artículo presenta un relato de la creación del CMAS en Santa Maria, RS, mediante una investigación sustentada en actas del consejo municipal y entrevistas con sus participantes. Cabe destacar que se realizó un estudio de caso del CMAS entre 2009 y 2019, que muestra los problemas de implementación y control social en el ámbito de la asistencia social (PNAS).

Palabras clave: Política Nacional de Asistencia Social; Consejo Municipal de Asistencia Social; Santa María; Rio Grande del Sur.

1 INTRODUÇÃO

A consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representaram marcos na descentralização e democratização das políticas públicas no Brasil. Nesse contexto, os conselhos municipais emergem como espaços de participação social e de controle das ações governamentais, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993. O presente estudo aborda a trajetória do Conselho Municipal de Assistência

¹ Professora do Instituto Federal Farroupilha. Doutora em Ciências Sociais (UFSM). E-mail: isabelpadoin@yahoo.com.br

² Jornalista do Instituto Federal Farroupilha. Doutor em Comunicação (UFRGS). E-mail: romulotondo@gmail.com

Social de Santa Maria (CMAS/SM), criado pela Lei nº 3.885/1995 e reformulado por legislações posteriores, como a Lei nº 4.760/2004 e a Lei nº 5.135/2008. O objetivo é compreender como se deu o processo de criação e funcionamento do CMAS/SM, entre 2009 e 2019, e de que modo esse órgão tem contribuído para o fortalecimento do controle social e da gestão participativa no âmbito da assistência social do município.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de cunho descritivo (Gil, 2002) e documental (Moreira, 2011), voltada à análise do processo histórico de criação e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Maria (CMAS/SM). O estudo foi desenvolvido sob a perspectiva de um estudo de caso (Yin, 2001), tomando como base o período compreendido entre 2009 e 2019, quando se consolidaram as principais transformações institucionais relacionadas à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Trata-se de uma leitura crítica e dialogada com as políticas públicas de assistência social, buscando compreender como os princípios e diretrizes da PNAS e do SUAS se materializam nas práticas institucionais e nas decisões do conselho ao longo do tempo.

Foram utilizadas como fontes primárias as atas do CMAS/SM registradas no período analisado, consultadas em arquivos físicos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

3 O CONSELHO E SEUS DESDOBRAMENTOS

A história do Conselho Municipal de Assistência Social da cidade de Santa Maria é bastante peculiar, visto que as atas do CMAS/SM encontram-se registradas somente a partir da metade do ano de 2004. Anteriormente a esse período, o conselho já existia, mas sua composição, bem como as discussões e deliberações, não eram registradas. Sabe-se que a primeira normativa que instituiu esse órgão foi a Lei nº 3.885/1995, que "dispõe sobre a política de assistência social no município, institui o conselho municipal de assistência social, o fundo municipal a ele vinculado e dá outras providências".

Dessa forma, fica estabelecida a política de atendimento à assistência social, que deve ser garantida por meio da efetiva instituição e funcionamento do Conselho Municipal de

Assistência Social, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Plano Municipal de Assistência Social. No capítulo quatro dessa lei, são abordadas a criação e a natureza do conselho, segundo o artigo 7º: “Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social, instância colegiada, deliberativa, de caráter permanente e paritário entre governo e sociedade civil, com poder formativo e controlador das ações da Política da Assistência Social do Município de Santa Maria” (Santa Maria, 1995).

Ressalta-se que essa normativa foi instituída em consonância com o que estava referendado na Constituição de 1988, bem como na Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, prevendo a descentralização político-administrativa. Para tanto, a responsabilidade pela política de assistência social ficou a cargo da Secretaria de Bem-Estar Social, posteriormente substituída pela Secretaria de Município de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos e, em seguida, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SANTA MARIA, 1995). Outrossim, a partir da lei supracitada, compete ao CMAS/SM:

I – deliberar sobre a Política Municipal de Assistência Social, o Plano Municipal de Assistência Social e os convênios celebrados com entidades e organizações de assistência social, e aprová-los; II – participar da formulação das políticas e do controle das ações em todos os níveis; III – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada de assistência social; IV – regular critérios de funcionamento das entidades e organizações de assistência social, fiscalizando seu desempenho e a correta aplicação dos recursos; V – efetuar o registro de entidades não governamentais de assistência social, atendidas as normas fixadas; VI – efetuar as inscrições e aprovar os programas de assistência social dos órgãos governamentais e não governamentais; VII – zelar pelo efetivo funcionamento do Sistema Municipal de Assistência Social; VIII – deliberar sobre o Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a dotação, a transferência e a aplicação dos recursos alocados, aprovando os respectivos programas ou projetos de atendimento propostos; IX – emitir parecer sobre o funcionamento de estabelecimentos de prestação de serviços com fins lucrativos e similares a entidades de prestação de serviços de assistência social; X – eleger os membros da diretoria; XI – elaborar e aprovar seu regimento interno; XII – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas em lei. (SANTA MARIA, 1995).

Portanto, cabe ao CMAS estar envolvido em todas as ações que se referem à Política de Assistência Social, sendo os conselheiros indicados pelas entidades e/ou eleitos entre seus pares. O conselho possui caráter paritário: 50% dos membros são da esfera governamental, e os outros 50% são representantes da sociedade civil e/ou prestadores de serviços. Esses conselheiros exercem uma função considerada de grande relevância para o serviço público; contudo, não são remunerados.

A priori, pode-se afirmar que a Política de Assistência Social não será mais algo imposto exclusivamente pelo Poder Executivo, devendo, em todas as suas instâncias, passar pelos debates realizados no CMAS, possibilitando que a sociedade e os usuários da política

opinem e exerçam o controle social. Dito isso, não cabe mais à Secretaria de Assistência Social deliberar de forma exclusiva, sem levar os assuntos ao debate coletivo.

Assim sendo, faz-se necessário que a secretaria elabore e apresente a proposta do Plano Municipal de Assistência Social, bem como encaminhe à apreciação do CMAS relatórios bimestrais de atividades e de execução financeira dos recursos. É incumbência da Secretaria de Assistência Social também oferecer o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS, esclarecendo sobre a proveniência dos recursos, como devem ser aplicados, e discutindo efetivamente sobre o Fundo Municipal de Assistência Social. Deve-se destacar que quem gere o Fundo é a secretaria, mas quem o controla e delibera sobre ele são os conselheiros municipais.

Em alguns municípios, os assistentes sociais passaram a desempenhar um papel importante na articulação e mobilização da sociedade civil, no processo de descentralização da política de assistência social e na organização dos conselhos municipais. A intervenção dos assistentes sociais destacou-se pela luta desenvolvida na área da assistência social, para que ela se afirmasse como política pública e direito do cidadão. Em Santa Maria, os assistentes sociais assumiram, também, um papel-chave no processo de descentralização da política de assistência social e na implementação do Conselho Municipal de Assistência Social (Bulla; Leal, Cmas, 2006, p. 9).

É importante ressaltar que, após 1995, a Política de Assistência Social sofreu alterações em âmbito federal, o que provocou, simultaneamente, modificações na esfera municipal. Salienta-se, ainda, que foi promulgada a Lei nº 4.760, de 14 de junho de 2004, que dispõe sobre a Política de Assistência Social no Município de Santa Maria e dá outras providências. Essa lei foi aprovada posteriormente a uma mudança de governo e após a constatação de que a legislação anterior necessitava ser aperfeiçoada, de modo a apresentar maior precisão legal sobre a política (Santa Maria, 2004).

Com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, e sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a rede de serviços socioassistenciais passou a ser cada vez mais descentralizada, estruturada em níveis de complexidade. Nesse contexto, em 22 de julho de 2008, é criada a Lei nº 5.135, que "dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal a ele vinculado, e dá outras providências", com o objetivo de suprir algumas lacunas existentes na política municipal de assistência social (Santa Maria, 2008).

Novamente, entra em pauta a ideia de uma gestão descentralizada que contemple a

participação popular no planejamento e na consolidação da PNAS. São rediscutidos o Plano Municipal de Assistência Social e a real função do CMAS/SM, que precisa consolidar-se como uma instância deliberativa, fiscalizadora do poder público e formuladora de ações. Esse conselho deve assumir a responsabilidade de um órgão gestor que exerça, de fato, o controle social da assistência social.

Fica designado, assim, por meio da Lei nº 5.135/2008, a partir do artigo 11, que o CMAS/SM deve ser composto por 24 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo um órgão paritário, no qual metade dos membros é de livre escolha do chefe do Poder Executivo municipal e a outra metade é composta por representantes da sociedade civil, distribuídos entre quatro representantes de entidades socioassistenciais, quatro representantes dos usuários da política e quatro representantes dos trabalhadores da área da assistência social. Além disso, o conselho deve contar com uma plenária, cujas sessões ordinárias sejam mensais, e as extraordinárias, convocadas apenas quando necessário. Deve também possuir uma diretoria (composta por presidente e vice-presidente) e uma Secretaria Executiva, disponibilizada pelo poder público municipal.

A primeira reunião do CMAS/SM registrada em ata data de quatro de agosto de 2004, realizada na Escola São Vicente de Paulo. Conforme análise do livro de atas do conselho, nesse dia ocorreu a apreciação da proposta orçamentária para o exercício de 2005 do Fundo Municipal de Assistência Social, além da apresentação de informes sobre o processo eleitoral do Núcleo de Coordenação e a instituição do uso de um livro minuta para as atas, estando presentes nove conselheiros.

Salienta-se que as atas analisadas referem-se às reuniões do CMAS/SM dos anos de 2004 a 2008, as quais foram lidas com o intuito de obter mais informações sobre a história desse conselho, bem como sobre seus membros, uma vez que a pesquisa tem como base principal as atas de 2009 a 2019. Assim, de 2004 a 2008, existem 71 atas que podem contribuir para a compreensão de como o conselho se constituiu, quais pautas foram mais discutidas, entre outros aspectos relevantes para esta pesquisa.

Durante a leitura, observou-se que os conselheiros apontaram a necessidade de o CMAS/SM acompanhar o Plano Municipal de Assistência Social, especialmente no que tange aos projetos da rede de atendimento, a fim de enquadrar as entidades socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social. Diante disso, também foi assinalada a necessidade de readequação dos cadastros e das fiscalizações da rede socioassistencial, conforme a nova legislação, o SUAS.

Há relatos de conselheiros indicando que muitas entidades desejam se inscrever no CMAS/SM, todavia não se enquadram na Política de Assistência Social, a qual vem perdendo recursos no município e, por isso, não consegue absorver todas as demandas existentes. Há, ainda, preocupação por parte de alguns conselheiros com relação ao Centro de Atendimento ao Idoso, visto que o que está descrito no projeto lido não está em conformidade com a PNAS, e o projeto não passou pelo crivo do Conselho, destoando do que preconiza a legislação.

Observou-se que, inicialmente, as reuniões do CMAS/SM não eram mensais e que os assuntos tratados eram bastante técnicos, dificultando a compreensão das pautas e a realização dos debates. Além disso, há um evidente tensionamento entre a Secretaria de Assistência Social e o Conselho quanto ao entendimento do SUAS, o que repercute diretamente sobre o Plano Plurianual, que necessita ser revisado.

Há, de forma clara, uma sobreposição das políticas públicas (Assistência Social, Saúde e Educação) nas falas dos conselheiros, sendo mencionado, por alguns representantes de entidades, que “as situações enfrentadas na prática devem ser consideradas para a implantação do SUAS”. Outro aspecto que se constitui como um problema é o desconhecimento, por parte dos usuários, sobre a PNAS/SUAS e as atividades socioassistenciais. Até mesmo a localização dos CRAS representa uma dificuldade, pois esses centros são relativamente novos para a população, e tanto o que é ofertado quanto o que deveria ser ofertado ainda são questões bastante ambíguas.

Em 2006, o município de Santa Maria passou à gestão plena do SUAS, o que significa que precisa ampliar os serviços vinculados à proteção social especial de alta complexidade e implementar uma política de recursos humanos com carreira para os servidores públicos. Ressalta-se, por meio das falas de diversos conselheiros, que os trabalhadores do SUAS são todos contratados pelo Poder Executivo municipal, sendo necessário, portanto, mudar esse cenário.

É válido explicar que, apesar da existência do que o município denomina “Casa dos Conselhos”, as assembleias são realizadas alternadamente na Escola Francisco Lisboa ou no Plenarinho da Câmara Municipal de Vereadores. Isso se deve ao fato de que a referida casa mudou de endereço diversas vezes, sendo que alguns desses locais não possuem estrutura adequada para garantir a participação de pessoas com deficiência ou idosas, pois as reuniões ocorrem no segundo andar, em espaços sem elevador, o que compromete a inclusão social de todos os cidadãos.

Outro assunto com bastante destaque nas plenárias — e motivo de frequentes discussões e desentendimentos — são os convênios firmados com as entidades socioassistenciais. A forma de repasse e sua finalidade geram, por vezes, impasses na prestação de contas, uma vez que tais convênios devem ser submetidos à apreciação e aprovação do CMAS. Contudo, o Poder Executivo frequentemente desconsidera essa prerrogativa.

Recorrentemente, é trazido ao debate o descaso com a Política de Assistência Social do Município, a começar pela falta de pagamento dos profissionais dos programas vinculados às diferentes esferas de governo. Em uma das falas, é afirmado que “(...) a sociedade civil não está sendo respeitada”. Também há reclamações sobre as atas do CMAS/SM, que não são disponibilizadas adequadamente, apresentam problemas de numeração e erros na redação. Sobre essas questões, um conselheiro manifesta-se, alegando que: “[...] a questão do Conselho Municipal de Assistência Social tem que ser discutida e resolvida dentro do próprio conselho e que sabe de muitas coisas erradas dentro deste conselho citado [...]”, e outra conselheira ressalta que: “[...] há manipulação de recurso público para ganhar eleição.” (Ata CMAS/SM, 2006).

Nesse mesmo contexto, algumas pessoas sugerem que o Ministério Público investigue o que está ocorrendo. É mencionado, ainda, que:

[...] o município não tem políticas públicas e não tem profissionais para atenderem na prática. O Plano foi governado às escusas, os valores não aparecem. A conselheira ML afirma que o que está acontecendo nesta assembleia é a instalação do caos; diz que o país está avançando na área da assistência social, mas que Santa Maria está no retrocesso [...] o Plano Plurianual tem problemas e mesmo assim fora aprovado (Ata do CMAS/SM, 2006).

A principal crítica ao Plano Plurianual refere-se ao fato de ter sido desenvolvido exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social do Município, sem qualquer debate público. Outros pontos negativos são destacados, como a falta de material de trabalho no CMAS/SM e a ausência de transparência quanto aos recursos aplicados na Assistência Social. Alguns profissionais do SUAS (psicólogos e assistentes sociais) relataram estar há seis meses sem receber salários.

Em virtude das constantes desavenças, alguns conselheiros do CMAS/SM, representantes da sociedade civil, solicitaram que as reuniões passassem a ser gravadas — solicitação fortemente rejeitada pela Secretaria de Assistência Social. Reitera-se, com frequência, a ausência dos usuários no Conselho, bem como a falta de assistentes sociais nos

CRAS, o que evidencia irregularidades na implementação da Política de Assistência Social, sobretudo quanto à paridade. Há afirmações de que os serviços socioassistenciais vêm sendo executados por cargos comissionados, o que contraria os princípios da PNAS e compromete o repasse de recursos ao município.

Outro relato indica que os conselheiros não têm sido escolhidos por meio de processo eleitoral, dificultando a participação de determinados segmentos e evidenciando uma expressiva falta de paridade no CMAS/SM. Diante desse cenário, a conselheira GS sugere que: “[...] esta comissão ou o próprio Conselho entre em contato com outros municípios para verificar o regimento interno, ver como é o funcionamento [...]” e acrescenta que: “[...] as comissões não funcionam porque não se consegue colocar o CMAS/SM em funcionamento como se deveria, conforme a lei” (Atas do CMAS/SM, 2006).

Os conselheiros expõem grande preocupação com o fato de haver recursos disponíveis na conta do município destinados à assistência social, enquanto diversos programas do SUAS não estão em funcionamento. Além disso, embora as entidades devam apresentar seus projetos e planos de trabalho ao CMAS/SM, essa exigência não vem sendo devidamente cumprida. Observa-se também um número excessivo de faltas às reuniões por parte dos conselheiros representantes do Poder Executivo Municipal.

É notório o número de conselheiros — especialmente da sociedade civil — que afirmam não compreender plenamente as novas normativas do SUAS, sendo necessário que o Conselho ofereça cursos de capacitação. Essa demanda torna-se ainda mais urgente diante da devolução de mais de duzentos mil reais à União, valor que deveria ter sido utilizado para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social no município.

No que diz respeito aos recursos destinados aos equipamentos socioassistenciais, observou-se que a maioria desses — incluindo os CRAS — está vinculada a algum tipo de instituição religiosa. Com o objetivo de ampliar o debate sobre a Política de Assistência Social, o CMAS/SM organizou algumas Conferências Municipais, geralmente realizadas em instituições de ensino, como universidades.

Todavia, diversas atas relatam que “quase sempre são as mesmas pessoas que participam, não conseguindo agregar os usuários às discussões, o que é visto pelos conselheiros como reflexo de um cenário desorganizado e descompromissado com a Política de Assistência Social”, conforme registrado em trechos das atas: “O CMAS/SM não tem condições de fazer controle social; [...] o que demonstra um possível enfraquecimento do

CMAS [...] visto que as comissões nem funcionam direito e os conselheiros faltam demais às assembleias” (Atas do CMAS/SM, 2007/2008).

É possível assinalar que as práticas conselhistas do CMAS/SM, desde sua fundação até o ano de 2019, comportam ações que, com frequência, destoam da ideia de que esse espaço deve ser um local de ampla participação e controle social da política pública municipal de assistência social. Tal cenário decorre, sobretudo, das inúmeras fragilidades encontradas nas ações vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pontuação de todos esses problemas, consegue-se compreender que o controle social exercido pelos conselheiros (as) apresenta muitos entraves. Sabe-se que o funcionamento do CMAS/SM, depende, assim como qualquer outro conselho gestor, do poder executivo local, o qual decide o “formato” que essa instituição deverá assumir (TÓTORA; CHAIA, 2004). Isso pode incorrer na transformação desse instrumento de participação da sociedade, na gestão pública, em uma “fonte de legitimação política”.

Por conseguinte, observa-se que o controle social existente se mostra bastante fragilizado, visto que, em várias citações, é de praxe o destaque de que “não fora realizado o controle social como tido na PNAS”. Importante também são os apontamentos que trazem o despreparo de alguns integrantes do Conselho, em especial, daqueles que advêm de cargos de confiança. Outro quesito importante é que os próprios conselheiros (as) não conseguem ver progresso no processo de controle social, visto que, muitas vezes, não se fala da Política Pública de Assistência Social como está descrito nas normativas e leis.

A falta de avanço no controle social também é vislumbrada pela falta de comunicação entre os membros, o que recai na opinião de que as discussões, quando existem, não levam a nenhum tipo de desfecho objetivo. As relações sociais existentes são verticalizadas e hierarquizadas, havendo restrições e incompletudes quanto a participação, interesse, conhecimento e controle social. Esse cenário demonstra que as ações conselhistas e as tomadas de decisões no interior do CMAS/SM, encontram-se em desacordo com as diretrizes e os princípios da Política Pública de Assistência Social, em grande parte das vezes.

Tudo isso afeta negativamente as percepções em relação a PNAS e ao SUAS desenvolvidos no município em questão, na medida em que ainda são prementes práticas assistencialistas, clientelistas e que trazem muito do chamado “jeitinho brasileiro”. Assim,

inegavelmente, a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social de Santa Maria/RS apresentam inúmeras fragilidades e precarizações, desde sua criação até a atualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, setembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Conselho Nacional de Assistência Social**. Resolução CNAS nº 6, de 9 de fevereiro de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Controle exercido por conselhos da assistência social**: módulo 1: assistência social no Brasil: políticas, recursos e controle, Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social, 2013.

BRASIL. **DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019**, Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.243, DE 23 DE MAIO DE 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

BULLA, Leonia Capaverde; LEAL, Maria Laci Moura. **A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social**: o desafio de uma representação democrática. Textos & Contextos (Porto Alegre), 3(1), 1-13.

SANTA MARIA. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 3885** de 3 de julho de 1995. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/1995/389/3885/lei-ordinaria-n-3885-1995-dispoe-sobre-a-politica-de-assistencia-social-no-municipio-institui-o-conselho-municipal-de-assistencia-social-o-fundo-municipal-a-ele-vinculado-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 out. 2025.

SANTA MARIA. Prefeitura Municipal. **Lei municipal nº 5135** de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre a Política Municipal De Assistência Social, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal a ele vinculado e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/2008/513/5135/lei-ordinaria-n-5135-2008-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-assistencia-social-o-conselho-municipal-de-assistencia-social-e-o-fundo-municipal-a-ele-vinculado-e-da-outras-providencias> . Acesso em:

30 out. 2025.

SANTOS, M., RISTOW, L.P., and LAGO, I.C. Capital social e cultura política e sua relação com o desenvolvimento local. In: ROTTA, E., LAGO, I.C., JUSTEN, A.F., and SANTOS, M., eds. **Conhecimento em rede: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira** – Rede CIDIR: 10 anos [online]. Chapecó, SC: Editora UFFS, 2019, pp. 126-140.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas**. Coletânea volume I. Brasília, DF: ENAP, 2006.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O MAL-ESTAR EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: IMPACTOS NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

THE MALAISE IN TIMES OF THE COVID-19 PANDEMIC: IMPACTS ON THE SOCIAL PROTECTION SYSTEM

Najla Gergi Krouchane¹

Resumo: Este artigo analisa os impactos da pandemia da COVID-19 sobre a assistência social no município de São Roque/SP, evidenciando como o cenário pandêmico intensificou vulnerabilidades sociais, ampliou a demanda por políticas públicas e expôs os limites estruturais do sistema de proteção social. A partir da obra *O mal-estar na civilização* (2010), de Sigmund Freud, o texto propõe uma reflexão sobre o sofrimento psíquico gerado pela renúncia pulsional exigida pela vida em sociedade. Freud identifica três principais fontes de mal-estar: a força da natureza, o próprio corpo e o outro. No contexto da pandemia, a força da natureza — representada pelo vírus e seus efeitos imprevisíveis — impactou profundamente os sujeitos em situação de vulnerabilidade social, agravando o sofrimento e a precarização das condições mínimas para a sobrevivência. A fragilização do corpo, diante da multiplicação de mortes, e a responsabilidade da ação humana na propagação do vírus também se tornaram elementos centrais desse mal-estar. O sofrimento gerado manifestou-se de forma aguda tanto nos usuários quanto nos trabalhadores da assistência social, diante da sobrecarga, da escassez de recursos e da urgência das demandas. Nesse cenário, este artigo discute como o mal-estar freudiano se atualiza nas práticas socioassistenciais, revelando tensões entre o cuidado e a escolha, entre o desejo e a norma. Ao reconhecer esse mal-estar como estrutural — e não apenas circunstancial — torna-se possível pensar caminhos éticos e políticos para fortalecer a escuta, a presença e a construção de vínculos significativos no campo da assistência social.

Palavras-chave: COVID-19; Assistência Social; Mal-estar na Civilização; Sigmund Freud; Vulnerabilidade Social.

Abstract: This article analyzes the impact of the COVID-19 pandemic on social assistance in the municipality of São Roque, highlighting how the health crisis intensified social vulnerabilities, increased demand for public policies, and exposed structural limitations within the social protection system. Drawing from Sigmund Freud's *Civilization and Its Discontents*

¹Psicóloga Socioassistencial. Psicanalista de bebês, crianças, adolescentes e adultos. Pedagoga. Psicopedagoga. Licenciada em Ciências Sociais. Especialista em Psicanálise com crianças e adolescentes; em Psicanálise Lacaniana e em Psicopatologias Psicanalíticas. Docente nos cursos de formação e pós-graduação em Psicanálise no Instituto Freudiano de Salvador, na Escola Freudiana de Vitória e no Núcleo Brasileiro de Pesquisas Psicanalíticas. Doutoranda em Psicanálise pela Universidade Humanista da Américas (HUA). São Paulo/SP, Brasil. E-mail: najlaatui@hotmail.com.

(2010), the text reflects on the psychic suffering caused by the instinctual renunciation required by life in society. Freud identifies three primary sources of human discomfort: the forces of nature, the fragility of the body, and the presence of others. In the context of the pandemic, the force of nature — represented by the virus and its unpredictable effects — deeply affected individuals in situations of social vulnerability, worsening suffering and undermining basic conditions for survival. The fragility of the body, exposed through widespread illness and death, and the role of human action in the spread of the virus also contributed to this collective distress. This suffering manifested acutely among both service users and social assistance professionals, who faced overwhelming workloads, resource scarcity, and urgent demands. Within this scenario, the article explores how Freud's notion of discomfort is updated in socio-assistance practices, revealing tensions between care and choice. By recognizing this discomfort as structural rather than circumstantial, it becomes possible to envision ethical and political pathways to strengthen listening, presence, and the construction of meaningful bonds within the field of social assistance.

Keywords: COVID-19; Social Assistance; Civilization and Its Discontents; Sigmund Freud; Social Vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 instaurou uma crise sanitária, econômica e social sem precedentes, expondo e intensificando vulnerabilidades já existentes em diversas camadas da população. No campo da assistência social, os efeitos foram particularmente agudos: aumento da demanda por serviços, escassez de recursos, sobrecarga dos profissionais e fragilização dos vínculos institucionais. Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre os impactos da pandemia não apenas em termos operacionais, mas também subjetivos, éticos e políticos.

Sigmund Freud, em *O mal-estar na civilização* (2010), oferece uma chave teórica potente para compreender o sofrimento humano diante das exigências da cultura. Segundo o autor, o mal-estar é inerente à vida em sociedade e se manifesta em três formas principais: a força da natureza, do próprio corpo e do outro. A pandemia atual atualiza essas dimensões de maneira complexa, especialmente para os sujeitos em situação de vulnerabilidade social, que enfrentam não apenas o risco biológico, mas também as crises institucionais e a precarização dos laços sociais e comunitários.

Ao articular os aportes de Freud com a realidade da política pública, este artigo propõe uma análise crítica sobre como o mal-estar se inscreve nas práticas socioassistenciais, apontando para a urgência de fortalecer a escuta, a presença e a construção de vínculos significativos, principalmente representado no cenário pandêmico da COVID-19.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar criticamente os impactos da

pandemia da COVID-19 sobre a assistência social no município de São Roque/SP, à luz do conceito de mal-estar na civilização desenvolvido por Sigmund Freud. Busca-se compreender como o sofrimento psíquico e social se manifesta nas práticas socioassistenciais, especialmente diante da intensificação das vulnerabilidades, da sobrecarga dos profissionais e da fragilização dos vínculos. A partir da articulação entre teoria psicanalítica e experiência prática, pretende-se refletir sobre os desafios éticos e políticos que atravessam o campo da proteção social em tempos de crise.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com enfoque teórico-reflexivo e uso de relato de experiência profissional. A análise parte da vivência da autora² como psicóloga socioassistencial atuante no município de São Roque/SP durante o período pandêmico, articulando observações institucionais e comunitárias com os aportes teóricos de Sigmund Freud, especialmente sua obra *O mal-estar na civilização* (1930). O relato de experiência é utilizado como dispositivo ético e epistemológico para evidenciar os efeitos subjetivos e estruturais da pandemia sobre os usuários e profissionais da assistência social, permitindo uma leitura situada e crítica da realidade vivida.

A escolha pelo tema se justifica pela urgência em compreender os efeitos da pandemia sobre os sujeitos em situação de vulnerabilidade social, bem como sobre os profissionais que atuam na linha de frente da proteção social. Em um cenário marcado pela intensificação da precariedade, pela aceleração das demandas e pela escassez de recursos, torna-se fundamental refletir sobre o sofrimento psíquico e os impasses éticos que emergem nas práticas socioassistenciais. Ao articular teoria psicanalítica e relato de experiência, este artigo contribui para o debate sobre os limites e possibilidades da assistência social como campo de cuidado, escuta e resistência frente ao mal-estar estrutural que atravessa a civilização contemporânea.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O mal-estar da pandemia da COVID-19

² A autora atua como psicóloga socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de São Roque, localizado no estado de São Paulo – Brasil, desde janeiro de 2015. Ao longo de mais de uma década de atuação, acumulou experiências nos serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Entre 2020 e 2022, exerceu a função de secretária executiva do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), contribuindo para o fortalecimento da participação social e do controle democrático da política pública. Atualmente, integra a equipe do CRAS Paisagem Colonial, onde desenvolve ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, à escuta qualificada e à promoção da proteção social básica.

Diante da magnitude da crise sanitária provocada pela COVID-19, diversos autores têm refletido sobre o caráter inédito, traumático e estruturalmente revelador desse evento. Mais do que uma emergência biológica, a pandemia escancarou fissuras profundas nas estruturas sociais, econômicas e institucionais, evidenciando desigualdades históricas e fragilidades nos sistemas de cuidado. Trata-se de um acontecimento que não apenas mobilizou respostas técnicas e políticas, mas também reatualizou o sofrimento psíquico coletivo, convocando novas leituras sobre o mal-estar que atravessa a civilização contemporânea.

Nesse cenário, Campos e Dias (2022, p.269) afirmam:

A pandemia do novo coronavírus estabelece uma circunstância inaudita às recentes gerações, pois o último flagelo sanitário em escala mundial foi vivenciado com a gripe espanhola, que teve início em 1918. Embora fosse plausível ou até provável a ocorrência de um novo evento dessa natureza em dimensões globais, parece que os saberes acumulados pela experiência humana foram até aqui insuficientes diante da catástrofe humanitária [...].

Campos e Dias (2022) contextualizam que a pandemia da COVID-19 revela uma face distinta das demais catástrofes naturais. Embora se trate de um fenômeno da natureza, sua ocorrência e disseminação evidenciam a presença da responsabilidade humana, especialmente vinculada a decisões políticas e práticas ambientais equivocadas. Nesse sentido, a pandemia não pode ser compreendida apenas como um evento natural, mas como um acontecimento que expõe os efeitos de ações humanas sobre os ecossistemas e a fragilidade das estruturas sociais diante de crises globais.

Ao considerar o entrelaçamento entre o aspecto natural e a responsabilidade humana na pandemia da COVID-19 — especialmente diante do impacto direto sobre os corpos, com milhões de mortes em escala global — é possível compreender esse evento como uma atualização e intensificação do pensamento freudiano sobre o mal-estar na civilização.

Freud, em *O mal-estar na civilização* (2010)³, aponta que o sofrimento humano decorre, entre outros fatores, da força da natureza, da vulnerabilidade do corpo e da relação

³Dentre as três causas do sofrimento humano, Freud opta por estudar nesse ensaio a que nasce do caráter insatisfatório das relações humanas. É papel da cultura, por meio das instituições que a materializam — o Estado, a família —, remediar essa causa de sofrimento, mas, na medida em que os remédios propostos pela cultura são coercitivos e se afiguram outros tantos limites à busca do prazer, ela logo se evidencia como uma nova fonte de sofrimento. E, nessa condição, é objeto de recusas, frequentemente acompanhadas de apelos por um retorno ao estado natural e elogios ao estilo de vida dos primitivos, que não dependiam dos progressos da tecnologia moderna. (RODINESCO; PLON, 1998, p.491).

com o outro. A pandemia reúne essas três dimensões de forma aguda: a natureza se impõe de maneira imprevisível, o corpo revela sua fragilidade diante da doença, e o outro se torna simultaneamente ameaça e fonte de cuidado. Além disso, a disseminação do vírus está vinculada a ações humanas — como práticas ambientais predatórias e políticas públicas negligentes — o que insere o evento na esfera da responsabilidade coletiva. Nesse sentido, o mal-estar freudiano não apenas se atualiza, mas se intensifica, exigindo novas formas de elaboração psíquica e política diante da dor, da perda e da precarização da vida.

No livro *O trauma na pandemia do Coronavírus* (2020), Joel Birman propõe uma leitura psicanalítica dos efeitos subjetivos e sociais provocados pela pandemia da COVID-19, compreendendo-a como um trauma coletivo de proporções inéditas. Para o autor, a pandemia não se limita a uma crise sanitária, mas representa uma ruptura na continuidade histórica, exigindo novas formas de existência, sociabilidade e elaboração psíquica. O vírus escancarou desigualdades sociais profundas, afetando de forma mais intensa os grupos vulneráveis e revelando a perversidade das estruturas excludentes.

Birman (2020) destaca que a saúde mental passou a ocupar um lugar estratégico, diante do sofrimento psíquico gerado pelo medo, pelo luto, pelo isolamento e pela desorganização dos vínculos. A pandemia também desafiou a crença na onipotência da racionalidade técnica e científica, ao evidenciar os limites do controle humano sobre a natureza.

Além das questões ecológicas e estruturais envolvidas na origem e disseminação do vírus, a pandemia também escancarou desigualdades históricas e aprofundou injustiças sociais já existentes. Nesse sentido, destaca-se que:

[...] a pandemia evidenciou a perversidade das discrepâncias sociais, com as populações desfavorecidas ficando ainda mais fragilizadas diante do vírus, tanto pela ausência de recursos para a prevenção como pela precariedade no tratamento médico recebido após o contágio da doença. (Campos; Dias, 2022, p.270).

Esse cenário revela que o impacto da pandemia não foi homogêneo, mas profundamente atravessado por marcadores sociais como classe, raça e território, evidenciando que o sofrimento coletivo se intensifica nas margens da sociedade, especialmente no acesso à saúde, à informação e à proteção social.

Na obra *Pandemia: A COVID-19 sacode o mundo* (2020), Slavoj Žižek propõe uma leitura filosófica e política da crise sanitária global, compreendendo-a como um momento de

ruptura que revela o mal-estar estrutural da civilização contemporânea. O autor argumenta que a pandemia não é apenas uma emergência biológica, mas um catalisador de transformações profundas nas relações sociais, econômicas e subjetivas. Assim como Freud (2010) aponta que o sofrimento humano decorre da tensão entre os impulsos pulsionais e as exigências da cultura, Žižek observa que o isolamento, o medo e a desorganização dos vínculos durante a pandemia intensificam esse mal-estar, especialmente entre os grupos socialmente vulneráveis.

Nesse cenário, Žižek (2020) aponta que a pandemia expôs a fragilidade das estruturas neoliberais, tornando inevitáveis medidas de proteção coletiva, como a redistribuição de recursos, o fortalecimento dos sistemas públicos e a valorização da solidariedade. A crise sanitária, nesse contexto, convoca uma reinvenção ética e política da vida em sociedade, baseada na cooperação e no cuidado, em oposição à lógica da exclusão e do individualismo.

Nessa mesma direção, Campos e Dias (2022, p.277) defendem a necessidade de um novo paradigma civilizacional, sustentado por relações menos predatórias, pela partilha de saberes e pela ampliação do cuidado e do respeito ao outro:

Somos interpelados pela necessidade de um novo paradigma civilizacional, clamando por uma partilha internacional de conhecimento e informação, além da cooperação entre as nações, com a reconstrução de relacionamentos de poder com características menos predatórias que as atuais. Se faz necessário repensar as relações intersubjetivas, com a ampliação da busca pelo cuidado e respeito para com o próximo, tendo em vista reduzir a comunidade de oprimidos e excluídos da sociedade. Por fim, é imprescindível maior ênfase à dimensão ética nas instâncias científica, política e econômica, buscando novos referenciais do agir humano, que estejam à altura das exigências do nosso tempo.

Portanto, essa perspectiva dialoga diretamente com os desafios enfrentados pela assistência social, na medida em que o sofrimento psíquico e a vulnerabilidade social se intensificaram diante da escassez de recursos, da sobrecarga dos profissionais e da fragilização dos vínculos institucionais.

Tais reflexões contribuem para pensar a assistência social não apenas como resposta técnica às vulnerabilidades, mas como um campo ético-político de resistência, capaz de afirmar a vida e reconstruir vínculos em meio ao sofrimento coletivo. Esses elementos evidenciam os limites do sistema de proteção social em contextos de crise, revelando a urgência de repensar suas bases operacionais e simbólicas. Esses elementos evidenciam os limites do sistema de proteção social em contextos de crise que serão aprofundados na seção seguinte.

2.2 Impacto na proteção social

Nesta seção, será apresentado o relato de experiência da autora, psicóloga atuante na política de assistência social no município de São Roque/SP durante o período pandêmico da COVID-19. A partir dessa vivência, articulam-se observações institucionais e comunitárias que possibilitam compreender, de forma situada, os impactos da pandemia sobre os sujeitos em situação de vulnerabilidade, os desafios enfrentados pelos profissionais da rede e as tensões que atravessam o campo socioassistencial.

A proteção social é um conjunto de políticas, programas, serviços e ações voltados à garantia de direitos, à redução das desigualdades e à promoção do bem-estar da população — especialmente dos grupos em situação de vulnerabilidade. Ela busca assegurar condições mínimas de vida digna, como acesso à renda, saúde, educação, moradia e segurança, conforme Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

O trabalho social com famílias, eixo central da atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi profundamente fragilizado durante a pandemia da COVID-19. Em nível nacional, observou-se um processo de desmonte das estruturas socioassistenciais, comprometendo a oferta qualificada de serviços e a efetivação da proteção social. No município de São Roque/SP, observou-se um aumento expressivo na solicitação de benefícios eventuais, com destaque para a demanda por cestas básicas. Esse movimento evidencia o agravamento da insegurança alimentar entre as famílias em situação de vulnerabilidade, refletindo os impactos sociais da pandemia e a intensificação das desigualdades no acesso a direitos básicos.

Esse contexto revelou não apenas a intensificação das demandas, mas também os limites operacionais e institucionais da assistência social diante de uma crise de proporções inéditas. Tal cenário evidenciou um retrocesso ao assistencialismo, marcado por respostas emergenciais e pontuais, em detrimento do trabalho social planejado e contínuo voltado à proteção social. Essa inversão de lógica contraria os princípios do SUAS, que preconizam a garantia de direitos, a centralidade na família e a superação das vulnerabilidades por meio de ações estruturadas e intersetoriais.

A assistência social foi acionada como frente imediata de acolhimento e resposta às urgências, operando sob forte pressão institucional. Para garantir o funcionamento dos serviços e a continuidade do atendimento, o município adotou o sistema de revezamento entre

profissionais, o que, embora necessário para preservar a saúde das equipes, gerou impactos na qualidade dos vínculos e na continuidade das ações.

Além disso, o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) tornou-se uma exigência cotidiana, alterando a dinâmica da escuta e do acolhimento, dificultando a construção de espaços de confiança e presença afetiva. A atuação dos profissionais da assistência social foi marcada por esforços constantes para equilibrar o cuidado com a própria saúde, a responsabilidade ética com os usuários e as limitações impostas pela escassez de recursos. Nesse contexto, as práticas socioassistenciais, revelaram a tensão entre a urgência das demandas e as dificuldades das condições de trabalho.

A intensificação das vulnerabilidades sociais — como o desemprego, a insegurança alimentar, a violência doméstica e o desamparo institucional — gerou uma sobrecarga nos equipamentos públicos, cujos profissionais se viram diante de uma avalanche de demandas emergenciais, muitas vezes sem os recursos materiais e humanos necessários para garantir respostas adequadas. Nesse cenário, o sofrimento psíquico dos usuários se entrelaça ao dos trabalhadores, que enfrentam o desafio de sustentar vínculos de cuidado em meio à precarização das condições de trabalho e à normatização dos afetos.

Após a pandemia, a assistência social iniciou um processo de reconstrução, buscando retomar os serviços de proteção social em sua essência, com ênfase no trabalho social com famílias, conforme previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014). Em 2023, as conferências de assistência social foram pautadas pelo tema “Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”, convocando profissionais, gestores e usuários a refletirem sobre os impactos da pandemia e os efeitos das diretrizes políticas nacionais sobre o sistema.

No entanto, mesmo em 2025, ainda são perceptíveis os efeitos da desconstrução provocada pela crise sanitária, que fragilizou vínculos institucionais, desorganizou fluxos de atendimento e impôs desafios persistentes à consolidação de práticas qualificadas no campo socioassistencial. A reconstrução do SUAS exige, portanto, não apenas a retomada de serviços, mas também o fortalecimento ético e político das ações, com foco na escuta, na presença e na garantia de direitos.

Nesse sentido, a articulação entre os efeitos pandêmicos de mal-estar permite compreender como o sofrimento humano se inscreve nas práticas sociais, especialmente no campo da assistência social, onde o cuidado é tensionado pela lógica da escassez e da urgência. A pandemia da COVID-19 não apenas ampliou a demanda por serviços

socioassistenciais, como também expôs os limites estruturais do sistema de proteção social, revelando sua fragilidade diante de uma crise de proporções inéditas.

Todo esse cenário demonstra que o mal-estar freudiano se atualiza, portanto, nas práticas cotidianas da assistência social, onde a renúncia pulsional⁴ imposta pela civilização se expressa na forma de exaustão, frustração e sentimentos de impotência. A pandemia, ao exacerbar essas tensões, evidencia a necessidade de repensar os fundamentos éticos e políticos da proteção social, reconhecendo o sofrimento como dimensão legítima da experiência humana e como elemento central na construção de políticas públicas mais sensíveis, inclusivas e comprometidas com a dignidade dos sujeitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos da pandemia da COVID-19 sobre a assistência social no município de São Roque/SP evidencia como o cenário pandêmico intensificou vulnerabilidades históricas, ampliou a demanda por políticas públicas e expôs os limites estruturais do sistema de proteção social. A crise sanitária revelou não apenas a insuficiência das respostas institucionais diante da emergência, como também atualizou o sofrimento psíquico coletivo, especialmente entre os sujeitos em situação de vulnerabilidade e os profissionais da assistência social.

Ao articular os efeitos da pandemia com o conceito freudiano de mal-estar na civilização, torna-se possível compreender como o sofrimento humano se inscreve nas práticas socioassistenciais, atravessando dimensões individuais e coletivas. A força da natureza, a fragilidade do corpo e os vínculos com os outros — formas de mal-estar descritas por Freud — foram radicalmente atualizadas pela pandemia, revelando o entrelaçamento entre sofrimento psíquico e desigualdade social. O vírus, como expressão da força da natureza, impactou diretamente os corpos vulneráveis, enquanto o isolamento social e a precarização dos vínculos intensificaram o desamparo e a angústia.

A sobrecarga das equipes, o aumento expressivo na solicitação de benefícios eventuais, a escassez de recursos e a urgência das demandas impactaram as formas de

⁴ Para Freud (2010), a renúncia pulsional diz respeito ao processo pelo qual o sujeito precisa renunciar, ainda que parcialmente, da expressão de seus impulsos e desejos — sobretudo os de natureza sexual e agressiva — para conviver em sociedade. Segundo o autor, a organização da civilização exige que os indivíduos reprimam suas pulsões em nome da convivência, da ordem e da segurança coletiva, buscando formas substitutivas de satisfação que, por sua natureza, são sempre incompletas e limitadas. Essa renúncia, embora necessária para o laço social, constitui uma das principais fontes do sofrimento psíquico moderno.

atendimento e acolhimento, tensionando os vínculos e desafiando a ética da presença. O uso de equipamentos de proteção, o revezamento de profissionais e a necessidade de respostas rápidas comprometeram a continuidade das ações e a construção de espaços de escuta qualificada. Nesse contexto, o mal-estar freudiano se atualiza nas práticas cotidianas da assistência social, revelando os limites da política pública diante da complexidade do sofrimento humano.

Reconhecer esse mal-estar como estrutural é fundamental para pensar caminhos que fortaleçam a escuta sensível, a construção de vínculos significativos e a valorização dos profissionais da assistência social. Mais do que respostas técnicas, o enfrentamento das consequências da pandemia exige uma postura ética e política comprometida com a dignidade dos sujeitos, com a justiça social e com a reinvenção dos modos de cuidado no campo das políticas públicas. É preciso afirmar a assistência social como espaço legítimo de acolhimento, escuta e produção de sentido, capaz de resistir às lógicas excludentes e afirmar a vida em sua potência relacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 27, de 15 de março de 2023**. Convoca a 13ª Conferência Nacional de Assistência Social. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Reimpressão. Brasília, DF: MDS, 2014.

BIRMAN, J. **O trauma na pandemia do Coronavírus**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. *E-book*.

CAMPOS, F. V. O.; DIAS, L. F. P. O sofrimento e a questão de Deus: uma leitura de Lévinas em tempos de pandemia. *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa – BA, v. 22, n. 2, p. 268–279, jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/3395>. Acesso em: 7 nov. 2025.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: _____. **Obras completas**. Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 17.

ROUDINESCO, E., PLON, M. **Dicionário de psicanálise**/Elisabeth Roudinesco, Michel Plon; tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ŽIŽEK, S. **Pandemia:** A covid-19 sacode o mundo. Vigo: Editorial Galaxia, 2020. *E-book*.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O POPULISMO DE EXTREMA DIREITA COMO SINTOMA DO RESSENTIMENTO GERADO PELA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

THE FAR-RIGHT POPULISM AS A SYMPTOM OF THE RESENTMENT GENERATED BY NEOLIBERAL RATIONALITY

Claudiomiro Ramos Moreira¹
Pedro Alberto Samuel²

Resumo: Este estudo realiza uma análise teórica e qualitativa sobre o populismo e a racionalidade neoliberal, com base em alguns autores vinculados à teoria crítica. Discute-se o populismo como estilo político performático e ambíguo, que pode estar presente tanto na direita quanto na esquerda. Explora-se como o neoliberalismo molda subjetividades, promovendo competição e individualismo. A crise de 2008 intensificou o ressentimento social, alimentando discursos autoritários e excludentes. O populismo de extrema direita surge, assim, como expressão desse ressentimento, agravando a fragmentação social e a desintegração dos vínculos coletivos.

Palavras-chave: Populismo de extrema direita, Neoliberalismo, Ressentimento.

Abstract: This study carries out a theoretical and qualitative analysis of populism and neoliberal rationality, based on authors associated with critical theory. Populism is discussed as a performative and ambiguous political style that can be found on both the right and the left. The study explores how neoliberalism shapes subjectivities, fostering competition and individualism. The 2008 crisis intensified social resentment, fueling authoritarian and exclusionary discourses. Far-right populism thus emerges as an expression of this resentment, exacerbating social fragmentation and the disintegration of collective bonds.

Keywords: Far-right populism, Neoliberalism, Resentment

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é desenvolver uma reflexão teórica sobre o populismo, entendido como resultado de dinâmicas sociais mais amplas, e não somente como um fenômeno restrito a partidos ou líderes políticos. Em outras palavras, busca-se compreender como a racionalidade neoliberal, ao impor um modo de existência centrado na competição

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: crmclaudiomoreiracrm@gmail.com.

² Bacharel em Direito, Mestre e Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: pedro@pedrosamuel.com.

econômica entre os sujeitos, cria um terreno fértil para o surgimento do populismo. Esse fenômeno tende a operar por meio de uma divisão binária da sociedade: de um lado, o “povo”, representado como trabalhador, honesto e moralmente íntegro e, de outro, uma “elite” retratada como corrupta, parasitária e distante dos interesses coletivos.

Portanto, o populismo emerge com maior força em contextos de crise, quando tanto a direita quanto a esquerda questionam a legitimidade do establishment político vigente. Se apropriada dos afetos sociais, principalmente os negativos, como o ressentimento, o medo e a frustração, no entanto, disso não resulta um projeto alternativo à ordem estabelecida. Este, talvez, seja um dos traços definidores do populismo, não há nele um projeto de sociedade, mas tão somente uma articulação política que se enraíza nas emoções e tensões vividas cotidianamente pelos sujeitos em contextos de instabilidade.

No debate político contemporâneo, o populismo tem sido frequentemente retratado como uma ameaça à estabilidade da democracia liberal, ao mesmo tempo em que se afastaria do receituário neoliberal de face progressista. Entre os fatores que sustentam essa percepção de incompatibilidade, destaca-se a rejeição à pluralidade, o incentivo à polarização, ao dividir a sociedade entre “o povo” e “as elites”, e a tentativa de estabelecer uma conexão direta entre o líder e os cidadãos, de modo a enfraquecer as instituições e os mecanismos tradicionais da democracia representativa. Subjacente a esse fenômeno está a tendência do populismo de simplificar a complexidade política e social, alimentando o imaginário de que os problemas político, econômico e social podem ser resolvidos pela ascensão de um líder carismático, honesto e autoritário. Nesse ponto, também se observa uma diferença fundamental entre as vertentes de direita e de esquerda do populismo: enquanto a primeira aposta no reforço da lei e na aplicação de punições mais severas como solução para os “desvios” sociais, a segunda prioriza a redução das desigualdades sociais e econômicas como caminho para a transformação da sociedade.

No Brasil, observa-se, no debate público e nos comentários de jornalistas e políticos alinhados ao ideal liberal-democrático, a tendência de estabelecer uma simetria em relação a esses atores, ou seja, são grupos que rompem com os princípios da democracia liberal e que instigam o conflito ao invés da cooperação. Trata-se de uma estratégia retórica que, por meio da repetição incessante desse discurso, busca convencer a opinião pública de que os extremos político-ideológicos, tanto à direita quanto à esquerda, são equivalentes.

Apesar de seu uso recorrente no discurso político e acadêmico, o termo “populismo” carrega uma forte conotação pejorativa. Por isso, é raramente adotado como forma de

autoidentificação. É incomum que líderes, partidos ou movimentos se reconheçam como populistas; geralmente, o termo é utilizado por terceiros com a intenção de deslegitimar ou criticar determinadas lideranças ou práticas políticas.

Disto isso, este texto pretende, em um primeiro momento, desenvolver uma análise do conceito de populismo, buscando identificar ao menos um entendimento comum sobre o termo. Em seguida, discute-se a racionalidade neoliberal com o objetivo de evidenciar como que ao incentivar a livre iniciativa, a autogestão e a responsabilidade sobre si, estabelece uma forma de sociabilidade que contribui para o rompimento dos laços sociais. Na continuidade, o afeto do ressentimento aparece como seu resultado mais imediato da não realização do sucesso que foi prometido a todos que se esforçassem. Ao invés de direcionar esse descontentamento ao sistema, os sujeitos são conduzidos pelo discurso populista de extrema direita a direcioná-lo contra um elemento externo, um inimigo capaz de ameaçar a vida do corpo político puro.

As considerações finais é o fechamento do presente artigo, nela será apresentado o argumento sobre o que distinguiria o populismo de extrema direita do populismo de esquerda é sua relação com a democracia e com os direitos da classe trabalhadora. Enquanto o primeiro propõe, em grande medida, um retorno a estruturas hierárquicas do passado, marcadas por um viés reacionário, o populismo de esquerda busca aprofundar a democracia liberal. Trata-se, portanto, não de uma simples ruptura, mas de um processo de superação e avanço em direção a formas mais inclusivas e ampliadas de participação democrática.

2 METODOLOGIA

Esta investigação não se caracteriza como um estudo empírico, mas sim como uma análise qualitativa de natureza conceitual. Trata-se, portanto, de uma pesquisa fundamentada em uma revisão bibliográfica, com foco em autores provenientes de distintas áreas do conhecimento, todos, contudo, vinculados, em maior ou menor grau, à tradição da teoria crítica. A metodologia adotada segue uma abordagem crítico-interpretativa, cujo objetivo central é construir um argumento teórico consistente a partir da síntese de ideias diversas, porém interrelacionadas.

Para discutir a temática do populismo, este trabalho tomará como principal referência o livro *Populismo: uma breve introdução*, de Simon Tormey. O objetivo é buscar uma compreensão conceitual o mais precisa possível desse termo, que permanece aberto a

múltiplas interpretações. O populismo acumula uma variedade de definições ao longo do tempo, resultado de diferentes abordagens teóricas e perspectivas analíticas. Nesse sentido, Tormey (2019) destaca que o principal desafio está em identificar as características distintivas do fenômeno e determinar o peso relativo de certos elementos em relação a outros.

Na segunda etapa da análise, será examinada como a racionalidade neoliberal tem transformado não somente o modo de governança dos Estados, mas também a subjetividade dos indivíduos, promovendo um modelo de existência baseado na competição econômica entre os sujeitos. A base teórica dessa discussão será o livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval. Para aprofundar esse argumento, outras contribuições teóricas, serão utilizadas, com o intuito de consolidar a premissa central do artigo.

3 O DEBATE INACABADO SOBRE O POPULISMO

De modo mais geral, o populismo é um movimento ou uma ideologia que põe o povo no centro de sua visão (Tormey, 2019). Essa definição que aparece segundo o autor nos estudos de Margareth Conovan, se estende as pesquisas de Cas Mudde (2022) que faz um ajuste crucial, e define o populismo como uma ideologia rasa que vislumbra a sociedade fundamentalmente dividida em dois grupos homogêneos e antagônicos, povo imaculado e a elite corrupta. De certo modo, pouco importa ao líder ou ao partido populista se essa divisão é real ou ilusória, desde que ela funcione como elemento de coesão e motivação para a ação dos seguidores dos movimentos radicais. Tormey (2019) afirma que essa definição implica dizer que o populismo, enquanto uma ideologia fraca, é utilizada para ampliar outras ideologias em sentido estrito, como o liberalismo e o socialismo

Para Jean-Werner Müller o populismo é como uma ideologia interna que expulsa o pluralismo e pressagia o início de um regime prejudicial à democracia liberal. Já Ben Moffitt descreve o populismo como um estilo performático, uma política associada a “maus modos”, pautada em uma abordagem conflituosa e em desacordo com as abordagens da democracia (Tormey, 2019). Há aqui um entendimento comum: a presença do populismo representa um perigo à democracia liberal.

Para Tormey (2019), apesar de o populismo se prestar a uma ampla variedade de definições e usos, os quais, segundo Barros e Lago (2022), são determinados pelo contexto sociopolítico de dado período e dos debates intelectuais formulados em cada época. É possível encontrar na tentativa de sua definição uma ideia central, o “povo” é o sujeito da

política, em oposição a qualquer classe social: “O que motiva os populistas é um certo sentimento de que as necessidades ou os interesses do povo estão em desacordo com as necessidades e os interesses daqueles que governam, que os comentaristas costumam denominar ‘as elites’” (Tormey, 2019, p. 22). Ou seja, inerente ao discurso populista está a premissa de que as elites, identificadas comumente como aqueles que estão no poder, estão prejudicando o povo: “[...] é esse sentimento de dano que instiga os populistas a estruturar a política em termos de confrontação ou de antagonismo” (Tormey, 2019, p. 22).

Barros e Lago (2022) partem de uma definição de populismo próxima a de Ernesto Laclau, de modo a contar com três traços: 1) envolve um discurso que opõe o “povo” às “elites”, os “de baixo” contra os “de cima”; 2) é esteticamente transgressivo, irreverente, culturalmente “popular”; e 3) é uma força capaz de transformar instituições. Neste entendimento, o populismo é uma espécie de performance, um estilo de política que:

- Vê o antagonismo fundamental na sociedade como o que existe entre o “povo” (bem) e as elites (mal).
- Constrói o contexto político em termos de uma “crise” que põe em destaque a inadequação do establishment político.
- Oferece uma visão redentora, em vez de uma abordagem guiada pela política, tecnocrática ou baseada em problemas.
- Tem como centro uma figura carismática que afirma possuir poderes excepcionais de liderança.
- Aplica um uso mais franco, mais voltado para o confronto, mais direto da linguagem, o “falando claramente” (Tormey, 2019, p. 31).

Com base nos argumentos dos autores, pode-se afirmar que o populismo é um estilo político performativo que constrói, ou que se utiliza de antagonismos sociais, mobiliza afetos coletivos por meio de uma estética popular e oferece uma promessa de redenção por meio de uma liderança carismática. Trata-se menos de um conteúdo político específico e mais de uma forma de fazer política que pode ser adotada tanto à direita quanto à esquerda.

4 A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Para os autores Dardot e Laval (2016), inspirados pelas análises de Michel Foucault, o neoliberalismo, mais do que uma política macroeconômica, é uma racionalidade, que visa impor sua lógica a totalidade das relações humanas. Sua ambição é fazer do mercado tanto o princípio do governo dos sujeitos, como o do governo de si. Considerado uma racionalidade governamental, o neoliberalismo é, precisamente, o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade (Dardot; Laval, 2016). Há, portanto, uma articulação entre formas de governo político,

econômico e as práticas de autogoverno.

A partir das duas principais correntes do pensamento neoliberal, o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano, é possível compreender com maior profundidade o modo de governo neoliberal contemporâneo. Resumidamente, o primeiro defende que o Estado deve adotar uma postura ativa na construção e regulação da concorrência. Já o segundo, parte do princípio de que é o sujeito quem deve operar na lógica concorrencial. Nesse contexto, como afirmam Dardot e Laval (2016), o sujeito é interpelado a se relacionar consigo mesmo de maneira semelhante à forma como o capital se relaciona consigo próprio. Em outras palavras, trata-se de conceber a si como “capital humano”, um valor que deve ser constantemente valorizado e ampliado (Dardot; Laval, 2016).

David Harvey (2014) destaca a capacidade do neoliberalismo de construir um amplo consenso social em torno de seus princípios. Uma vez consolidado, esse consenso torna o neoliberalismo inseparável da própria forma como o capitalismo se organiza em escala internacional. A partir da década de 1970, se fortalecimento ocorre justamente ao se apropriar de valores centrais da tradição ocidental, como a dignidade humana e a liberdade individual. No entanto, esses valores passaram a ser reinterpretados dentro de uma lógica de mercado: sua plena realização dependeria não da ação do Estado, mas da livre iniciativa e da competição econômica. Essa perspectiva contribuiu para a difusão da teoria do capital humano, que propõe a universalização da racionalidade empresarial, aplicando-a a todos os indivíduos e à sociedade na totalidade. A redução de toda a existência individual à economia envolve, entre outras coisas, privatizar, no sentido de retirar da esfera social para pôr na esfera pessoal, os fatores envolvidos no sucesso ou fracasso na concorrência.

Neste sentido, o papel do Estado neoliberal vai além da simples regulação econômica, deve atuar diretamente na criação de condições de competitividade individual, implantando dispositivos que promovem situações concorrenciais. Como a flexibilização dos direitos e das relações trabalhistas, a concessão de créditos que resultou no aumento das dívidas, Lazzarato (2017) denomina essa estratégia de governo do homem endividado. A dívida é uma excelente maneira de disciplinar e governar os sujeitos, que culpabilizados pelo seu fracasso, são forçados a se adequar as exigências da competição, a qual para os neoliberais é a fonte do progresso, por isso, é próprio das sociedades civilizadas, transformar a luta entre os sujeitos: “[...] numa competição livre e pacífica, da qual resulta numa distribuição desigual das riquezas, que, por sua vez, produz necessariamente ganhadores e perdedores” (Dardot; Laval, 2016, p. 55). Todo esse processo é potencializado pelas campanhas midiáticas que estimulam

o consumismo e propagam o ideal do sujeito bem-sucedido. O neoliberalismo, é uma forma sofisticada, inovadora e complexa que articula dispositivos disciplinares e ideológicos que incentivam a livre iniciativa, a autogestão e responsabilidade sobre si (Dardot; Laval, 2016).

Trata-se de uma relação que se retroalimenta: para transformar a sociedade, as políticas neoliberais precisam também reformular o próprio Estado, garantidor das liberdades individuais e dos direitos de propriedade individual, que passa a ser um agente ativo na transformação tanto da sociedade quanto dos sujeitos (Dardot; Laval, 2016; Harvey, 2014). O Estado é garantidor dessas liberdades na medida em que utiliza o monopólio da violência para preservá-las. Deste modo, o aumento da produtividade significa, não só que o Estado está criando as condições de competição entre sujeitos empresas, mas que se exige de proteger ou assistir aqueles que fracassam nesta luta: “A justiça nada mais é do que a justa recompensa do mérito e da habilidade de luta. Os que fracassam devem isso apenas a sua fraqueza e a seu vício” (Dardot; Laval, 2016, p. 55). Fracasso e sucesso são medidos a partir da capacidade individual de empreendedorismo (Harvey, 2014), para que isso seja aceito como verdade, a teoria neoliberal deve disseminar a ideia de igualdade de acesso à informação, conhecimento e oportunidades.

5 A ASCENSÃO DO POPULISMO DE EXTREMA DIREITA COMO RESPOSTA AO RESENTIMENTO

A partir da discussão anterior, é possível dizer que o discurso neoliberal se ancora na potência do vitalismo empreendedor, no entanto, desde a crise econômica de 2008, as formas de vida ou os sujeitos cada vez mais se reconhecem em uma espécie de impotência. Deste estado surge o ressentimento, o qual pode ser inicialmente entendido como uma indignação, o ato de atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer (Kehl, 2020). Em rápida síntese, na contemporaneidade, o ressentimento é potencializado pelo cenário de crise, a qual é atribuída ao outro (o inimigo), identificado no movimento social, em grupos minoritários ou partido político, que impedem aquela realização individual.

Não por acaso, ao analisar a ascensão de Donald Trump, Brown (2019) a interpreta como a expressão de um populismo ressentido de extrema direita. Trata-se de um populismo que apresenta as características clássicas desse fenômeno, como o apelo à soberania popular, a retórica antielitista, a invocação da vontade geral e a construção de fronteiras simbólicas entre “o povo” e “os inimigos”. No entanto, esse populismo vai além dos elementos estruturais típicos. Ele se ancora em um ressentimento profundamente enraizado: o do homem branco,

conservador, judaico-cristão, nacionalista e de direita, mas com tendências a se aproximar da extrema direita. É um populismo marcado por traços elitistas e anti-igualitários, nostálgico de uma moralidade tida como perdida, vingativo em relação a seus inimigos declarados e desinibido em sua vontade de poder (Brown, 2019).

Os diagnósticos baseados na teoria crítica apontam que a racionalidade neoliberal leva os sujeitos a uma compreensão distorcida de si. Isso ocorre porque essa lógica dissemina a ideia de que os sujeitos são capazes de se constituírem de forma autônoma, sem depender de relações com os outros sujeitos. Como consequência, os vínculos sociais se enfraquecem: o diálogo é comprometido, a capacidade de entendimento e negociação é minada, valores como alteridade, convivência e reconhecimento da diferença são progressivamente desfeitos. Isso é interessante porque, permite argumentar que, nos últimos anos, os políticos, os partidos e os movimentos de extrema direita não mobilizam mais a partir de uma promessa de mitigar ou conter esse desmoronamento da sociedade, ao contrário governam em nome da aceleração desse processo. Dito de outro modo, seu discurso visa dar expressão e direcionamento ao ressentimento presente na sociedade, mesmo que isso signifique reivindicar uma perversidade. No mundo da guerra de todos contra todos, admitir certa crueldade, falas racistas, machistas, homofóbicas e xenófobas aparecem como expressão de autenticidade, e até mesmo uma atitude subversiva (Santos; Feldmann, 2021).

Portanto, o ressentimento não é o único fenômeno que emerge dessa forma de sociabilidade. Com o enfraquecimento das experiências relacionais, surgem também outros efeitos profundamente problemáticos, como a disseminação de discursos misóginos e xenofóbicos, além da ascensão do populismo de extrema direita. De modo mais amplo, observa-se a consolidação de uma política baseada na dicotomia entre “nós” (os bons) e “os outros” (os maus), reforçando uma lógica excludente e polarizadora. Esse cenário tende a permanecer inalterado enquanto a inclusão dos indivíduos na vida em sociedade continuar sendo mediada pela racionalidade neoliberal. Isso porque é justamente essa lógica que aprofunda a dissolução dos laços sociais, promovendo uma cultura baseada na competição individual. Nela, o outro deixa de ser reconhecido como semelhante e passa a ser visto como um inimigo a ser eliminado.

Desta forma, a ascensão de um populismo ressentido de extrema direita de que fala Brown (2019) é o resultado de uma dinâmica política que não é mais capaz de garantir alguma mudança. Neste cenário, ideias ou projetos centristas parecem não dar conta, ou corresponder aos anseios da sociedade que está em busca de outras formas de existência. Na

falta desse outro projeto, e com a corrosão social produzida pela racionalidade neoliberal se acelerando, formas sociais que costuram conservadorismo, mídias sociais, Estado Penal, políticas cada vez mais focalizadas e um populismo de extrema direita ganham mais terreno. Ou seja, a tendência é a politização e a instrumentalização do ressentimento para dar forma a uma dinâmica social pautada na violência, na exacerbação da razão concorrencial, na precarização das formas de vida e erosão do mundo do trabalho e da mercantilização dos direitos sociais (Santos; Feldmann, 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto teve como objetivo refletir, de modo sucinto, sobre o populismo de extrema direita enquanto resultado de uma dinâmica social determinada pela racionalidade neoliberal. A qual ao impor um modo de vida pautado na competição econômica, tem conduzido os sujeitos a agirem como se fossem empresas individuais, um capital que deve ser valorizado por meio da competição. O resultado disto, é que os demais sujeitos com os quais entra em contato, são vistos como concorrentes, inimigos a serem vencidos e exterminados quando necessário. Aqui já está visível que, assim como o populismo que opera a partir de um discurso que divide a sociedade entre “povo puro” e a “elite corrupta”, a racionalidade neoliberal divide os sujeitos em vencedores e perdedores, entre os esforçados e os acomodados.

Considerando somente as partes de análise teórica, este texto foi dividido em três itens. No primeiro eixo, foi o populismo o tema de análise, e apesar das divergências conceituais, chegou-se a um entendimento comum de que este opera a partir do antagonismo entre o “povo” e as “elites”. Deste modo, o populismo parece possuir um caráter confrontacional, sendo frequentemente percebido como uma ameaça à democracia liberal. O fato interessante é que a racionalidade neoliberal, tema do segundo eixo, não é vista como nociva a essa forma de governo. A análise sobre o neoliberal centrou-se na tentativa de evidenciar que este não se limita a uma doutrina econômica, mas que se configura como uma racionalidade política e subjetiva que transforma o mercado em princípio organizador da vida. Essa lógica fomenta o isolamento, o enfraquecimento dos laços sociais e a culpabilização individual, criando um ambiente propício ao ressentimento e à fragmentação social. No terceiro eixo, discutiu-se como esse cenário produz o afeto do ressentimento, do qual a ascensão do populismo de extrema direita parece ser o resultado mais imediato. Esse ressentimento é explorado por lideranças de extrema direita, que constroem discursos

antielitistas, excludentes e moralistas, frequentemente mobilizando preconceitos e nostalgias identitárias. Ao contrário de oferecer soluções estruturais para a crise, o populismo de extrema direita tem governado acelerando a degradação do social, fomentando afetos negativos e reforçando a racionalidade neoliberal.

O populismo contemporâneo, especialmente o de extrema direita, deve ser entendido como uma resposta sintomática à crise de representação política e às contradições geradas pela racionalidade neoliberal. Longe de constituir uma alternativa emancipatória, esse populismo parece aprofundar e radicalizar as tendências autoritárias já latentes no próprio neoliberalismo. Portanto, é necessário formular projetos políticos capazes de resgatar o sentido coletivo da política, revalorizar a solidariedade social e reconstruir formas de pertencimento que não se baseiem na exclusão, no medo ou na lógica da competição generalizada. Enquanto esses novos horizontes não forem construídos, o ressentimento continuará sendo instrumentalizado como ferramenta de dominação, e o populismo, em especial o de extrema direita, seguirá prosperando em sociedades marcadas pela desigualdade, pelo individualismo e pelo esvaziamento das experiências comuns.

REFERÊNCIAS

BARROS, Thomás Zicman de; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. Companhia das Letras, São Paulo, SP, 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente** / Wendy Brown, traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. – São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal** / Pierre Dardot ; Christian Laval ; tradução Mariana Echalar. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações** / David Harvey ; tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. – 5. ed. -- São Paulo : Edições Loyola, 2014

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento** / Maria Rita Kehl. - [3. ed.]. - São Paulo : Boitempo, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado** / Maurizio Lazzarato ; traduzido por Daniel P. P. da Costa. – São Paulo : N-1 edições, 2017.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; FELDMAN, Daniel. **O médico e o monstro: uma leitura do progressismo latino-americano e seus opostos** / Fabio Luis Barbosa dos Santos, Daniel Feldmann — São Paulo: Elefante, 2021.

TORMEY, Simon. **Populismo: uma introdução** / Simon Tormey; tradução Mário Molina. – São Paulo : Cultrix, 2019.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O PTS COMO ESTRATÉGIA NO ENFRENTAMENTO DA LÓGICA DO CAPITAL E DO MANICÔMIO

THE PTS AS A STRATEGY TO CONFRONT THE LOGIC OF CAPITAL AND THE ASYLUM

Maria Luiza Lopes da Conceição¹

Resumo: O artigo analisa o Projeto Terapêutico Singular (PTS) na saúde mental como uma ferramenta coletiva e processual que rompe com práticas manicomialistas e prescrições tecnicistas. A partir de uma abordagem ético-política do cuidado, o PTS propõe-se uma escuta atenta à singularidade e à potência de vida dos sujeitos, destacando o papel da participação e da autoria no processo terapêutico. A reflexão baseia-se na trajetória profissional e acadêmica da autora e fundamenta-se em revisão de literatura crítica, destacando os limites e possibilidades do PTS como estratégia de resistência aos modelos hegemônicos de controle e medicalização.

Palavras-chave:

Projeto Terapêutico Singular. Cuidado. Saúde Mental. Reforma Psiquiátrica.

Abstract: The article analyzes the Singular Therapeutic Project (PTS) in mental health as a collective and procedural tool that breaks with asylum-based practices and technicist prescriptions. From an ethical-political approach to care, the PTS proposes attentive listening to the singularity and vitality of individuals, emphasizing the role of participation and authorship in the therapeutic process. The reflection is grounded in the author's professional and academic trajectory and is based on a critical literature review, highlighting the limits and possibilities of the PTS as a strategy of resistance to hegemonic models of control and medicalization.

Keywords: Singular Therapeutic Project. Care. Mental Health. Psychiatric Reform.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo discute o Projeto Terapêutico Singular (PTS) no campo da saúde mental, com ênfase na perspectiva do *cuidado*, entendida como um contraponto ético e político à

¹ Assistente social, mestre e doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES. Tutora dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Residência Médica em Psiquiatria – ICEPI Espírito Santo.

lógica manicomial e aos imperativos da racionalidade capitalista. Parte-se da compreensão de que o PTS, mais do que uma ferramenta técnica, é uma construção coletiva e processual que expressa uma concepção contra-hegemônica de cuidado, centrada nas singularidades dos sujeitos, na sua autonomia e participação no processo e na produção de vida.

Essa é uma das características que diferencia o PTS do caso clínico tradicional, que tende a se limitar à descrição de sintomas e à aplicação de prescrições técnico-científicas. O PTS, por outro lado, é um processo vivo, construído em conjunto com o usuário do serviço, um instrumento que reconhece a complexidade da existência e se orienta por uma escuta que vai além dos diagnósticos e das cicatrizes (como canta a canção de Emicida). Assim, o PTS propõe um cuidado que não se ancora apenas nas marcas do sofrimento, mas que aposta na potência de vida, na autoria do sujeito e na construção de futuros possíveis. Trata-se de uma proposta de cuidado centrada não na doença, mas na pessoa e em sua história, suas escolhas e seus desejos. Um cuidado que, ao invés de alienar² o sujeito, conforme a lógica manicomial, permite que ele fale por si.

Da mesma forma, distingue-se da lógica do capital, ao defender um cuidado centralizado no sujeito, não direcionado a respostas de adequação, num imperativo imediatista fundado exclusivamente na lógica de sarar corpos e torna-los funcionais. Mas em um PTS que respeite o tempo dos sujeitos e compreenda questões estruturais de desigualdade que os cercam, cooperando assim para articular um cuidado crítico reflexivo.

A reflexão aqui proposta emerge das experiências práticas e acadêmica da autora, constituída no cotidiano da atenção psicossocial, na docência junto à Residência Multiprofissional em Saúde Mental, bem como no aprofundamento teórico-metodológico realizado em seus percursos de formação, especialmente no campo do Serviço Social e da Saúde Mental crítica. Trata-se de um processo em constante consolidação e atravessado por inquietações técnicas, éticas e políticas que tensionam a prática profissional e a formação.

Compreende-se que a intervenção em saúde mental se encontra em permanente tensão. Historicamente, disputas entre projetos antagônicos deram origem a diferentes modelos e práticas de cuidado (Pereira, 2004). De um lado, a institucionalização e o enclausuramento foram amplamente utilizados como estratégias de controle social, especialmente sobre os corpos considerados desviantes. De outro, emergiram, em diversos contextos, propostas que questionaram esse modelo centrado na doença e na segregação, denunciando a desumanização

² Em referência ao termo utilizado nos hospitais de D. Pedro em 1800. Alienado, o indivíduo que não decide por si Castel (1978)

promovida pelos manicômios e propondo alternativas baseadas na liberdade e na dignidade humana. Autores como Franco Basaglia, Frantz Fanon, Paulo Amarante e Michel Foucault foram fundamentais na crítica aos dispositivos de exclusão e na formulação de novos paradigmas de cuidado (Junior, Franco e Merhy, 2022; Sevalho, Dias, 2022).

No Brasil, esse processo de disputa entre modelos distintos produziu uma realidade complexa e contraditória (Prudêncio, 2019). Apesar dos avanços promovidos pela reforma psiquiátrica e pela luta antimanicomial, práticas manicomiais e de controle persistem, inclusive em dispositivos substitutivos (Duarte, 2016). Da mesma forma, observa-se a utilização do Projeto Terapêutico Singular (PTS) de forma meramente instrutiva e burocrática, sem a participação ativa dos usuários e da perspectiva da clínica dos afetos (Franco e Galavote, 2010).

Metodologicamente, este é um estudo qualitativo, de natureza exploratória, fundamentado em revisão de literatura. O conteúdo é discutido a partir de documentos oficiais que orientam a construção de PTS no Espírito Santo (Sesa, 2018), a discussão de PTS em Slomp Junior, Franco e Merhy (2022) e os debates críticos em saúde mental e serviço social. O objetivo é contribuir para a reflexão sobre os limites e as potencialidades do PTS como dispositivo de ruptura com práticas autoritárias e prescritivas, destacando sua dimensão ético-política e sua potência enquanto ferramenta de resistência e cuidado.

2 O SURGIMENTO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, COLETIVA E CONTRA-HEGEMÔNICA

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) não foi uma invenção isolada, atribuída a um único autor ou momento histórico (Slomp Junior, Franco e Merhy, 2022). Pelo contrário, trata-se de uma construção coletiva e processual, desenvolvida em muitas experiências de transformação nas práticas de cuidado em saúde ao longo do tempo. O PTS surge como uma resposta a práticas centradas na doença e no isolamento, carregando em sua raiz o esforço de ressignificar o cuidado a partir da singularidade dos sujeitos e da coletividade do trabalho em equipe (Slomp Junior, Franco e Merhy, 2022).

Para compreender o surgimento e a potência do PTS, é necessário recorrer a uma abordagem genealógica (Foucault, 2010; Mattos, 2011 *apud* Slomp Junior, Franco e Merhy, 2022), que permite olhar para o passado a partir das disputas e sentidos que conformam o presente. Esse percurso passa inevitavelmente pela crítica ao modelo manicomial e pela

emergência de propostas que desafiaram o autoritarismo e a lógica biomédica tradicional.

Para Slomp Junior, Franco e Merhy (2022), um dos marcos dessa trajetória é a experiência de desinstitucionalização em saúde mental liderada por Franco Basaglia, na Itália. Em 1961, ao assumir a direção do hospital psiquiátrico de Gorizia, Basaglia e sua equipe propuseram uma ruptura radical com o modelo de internação que predominava na Europa e em outros países. Inspirados por experiências anteriores, como as comunidades terapêuticas inglesas, a psicoterapia institucional na França, a psiquiatria preventiva nos EUA e as leituras críticas de autores como Michel Foucault. O que era almejavam era a liberdade como elemento terapêutico central. Nesse sentido, mais do que encerrar manicômios, o que estava em jogo era o enfrentamento do processo de “institucionalização”, compreendido como a internalização de relações autoritárias e o apagamento da subjetividade (Nicácio, 2003; Amarante, 2011).

Contribuindo com os autores, para nós, é imprescindível considerar as contribuições de Frantz Fanon para o processo de uma clínica do cuidado e centrada no sujeito no processo de resgate contextual do PTS. No seu livro “Os condenados da Terra”, o psiquiatra e escritor apresenta casos psiquiátricos atendidos no contexto da guerra. Para ele, a natureza patológica estava sempre vinculada a opressão e agressão infligidas pelos agentes do imperialismo francês ao povo argelino. Assim, o foco não estava exclusivamente na patologia, mas no sujeito, seu contexto e as vivências e apagamentos que vivenciava (Sevalho, Dias, 2022).

No Brasil, um pouco mais adiante, duas experiências pioneiras podem ser identificadas: o CAPS Itapeva (1987) e o processo de desinstitucionalização em Santos (1989–1996). Nesse contexto, o PTS começou a se delinear como uma ferramenta concreta de reorganização do cuidado, não mais centrado na doença, mas na vida e na singularidade dos sujeitos (Slomp Junior; Franco; Merhy, 2022). O contexto político e a sanitária dos anos 1980 e 1990, marcada pela Reforma Sanitária e pela construção do SUS, favoreceu a incorporação dessas práticas nas políticas públicas brasileiras.

Inicialmente chamado apenas de “projeto terapêutico”, “projeto terapêutico institucional” ou “projeto terapêutico individual”, o PTS passou a ganhar novos contornos na medida em que se consolidava como instrumento cotidiano nos serviços substitutivos de saúde mental (Slomp Junior; Franco; Merhy, 2022). A adoção do termo “singular” no PTS não é apenas uma mudança de nomenclatura, mas carrega implicações profundas no modo como compreendemos o sujeito.

Slomp Junior; Franco; Merhy (2022) explicam que ao abandonar o termo “individual”,

relacionado a uma concepção de sujeito como unidade isolada, fechada e imutável (do latim *in-dividuum*), abre-se espaço para o reconhecimento de que cada sujeito é constituído em relação, em movimento, em múltiplas camadas de pertencimento e experiências. O “singular”, nesse sentido, é aquilo que se produz nas relações, na história de vida, nas inserções sociais e nas potências de existir de cada sujeito. Assim, um Projeto Terapêutico “singular” deve reconhecer e acolher essa multiplicidade constitutiva, recusando os enquadramentos padronizados e os protocolos rígidos que desconsideram o contexto vivido e os vários eus que conformam a multiplicidade dos sujeitos (Oliveira; Barretto; Dultra, 2016).

Pensar a singularidade é compreender que a subjetividade não é fixa, mas se constitui em um processo contínuo, múltiplo e em constante movimento. Cada pessoa é atravessada por diferentes papéis e relações. Assim, pode ser mãe, filha, profissional, vizinha, militante, usuária de um serviço, e, em cada contexto, expressa modos distintos de ser marcados pelos afetos, pelos territórios que habita e pelas vivências que a compõem. Por isso, o Projeto Terapêutico Singular (PTS) também precisa acompanhar essas transformações, funcionando como uma ferramenta que se reinventa conforme as mudanças na vida da pessoa (Slomp Junior; Franco; Merhy, 2022).

Para os Slomp Junior, Franco e Merhy (2022), elaborar um cuidado singular não pode ser entendido como algo fixo, como uma imagem congelada da usuária ou do usuário, mas deve acolher seus desejos, seus movimentos cotidianos e as alterações em suas condições de vida. Nesse sentido, o “singular” aponta para um compromisso ético de reconhecer a complexidade de cada sujeito e exige práticas clínicas que fujam da rigidez e da lógica hierarquizada, promovendo um cuidado mais vivo, situado e construído de forma compartilhada, conforme discutem. Além disso, o PTS rompe com o modelo de decisão clínica isolada e verticalizada, propondo uma construção coletiva que envolve a equipe de saúde, o usuário, sua rede familiar ampliada e, sempre que possível, a comunidade. Essa perspectiva é o que fundamenta o PTS como um dispositivo ético-político de cuidado compartilhado (Slomp Junior; Franco; Merhy, 2022) opondo-se à lógica do controle e da homogeneização tão presente na história da psiquiatria.

Nesse sentido, trazemos alguns pressupostos e composições que devem acompanhar essa concepção de PTS que estamos defendendo.

3 O CUIDADO NO PTS

Refletir sobre o Projeto Terapêutico Singular (PTS) no campo da saúde mental demanda, antes de tudo, um aprofundamento na ideia de cuidado, elemento central que orienta suas práticas e significados. Essa conexão não é meramente linguística: cuidar envolve pensar sobre o outro, estar atento, agir com sensibilidade e responsabilidade, demonstrando interesse e comprometimento com aquilo ou com quem se cuida (Michaelis, 2022; Glosbe, 2022 *apud* Slomp Junior, Franco e Merhy, 2022).

Apesar disso, o termo "cuidado" pode ser compreendido de formas distintas nos contextos institucionais. Segundo análise de Cabral, Franco e Jorge (2016), há três grandes significados atribuídos ao cuidado nas práticas cotidianas:

1. Cuidado como qualquer atividade relacionada ao fazer em saúde;
2. Cuidado como uma prática clínica voltada à integralidade e à emancipação;
3. Cuidado como uma micropolítica dos encontros entre profissionais e usuários.

No primeiro entendimento, o cuidado é associado à variedade de ações desenvolvidas pelos profissionais, como consultas, exames, prescrições, curativos, visitas domiciliares, grupos terapêuticos, entre outras. Cruz (2009) destaca que esse sentido está vinculado ao uso de tecnologias e conhecimentos técnico-científicos reconhecidos, incluindo até mesmo as ações de gestão e articulação de serviços, conforme aponta Starfield (2002) ao discutirem a importância da “coordenação do cuidado”.

Contudo, essa abordagem técnico-assistencial não garante, por si só, um cuidado integral. Parte importante da produção teórica em saúde coletiva (Mattos, 2004; Ayres, 2004) chama atenção para o risco de se tratar o sujeito apenas como um corpo físico, objeto de procedimentos. Em oposição a essa visão reducionista, é necessário construir práticas que reconheçam o ser humano em sua integralidade (corpo, subjetividade, desejos, vínculos sociais) e o(a) usuário(a) como agente de direitos, detentor(a) de saberes e participante ativo(a) de seu processo terapêutico.

A experiência em Moraes e Zambenedetti (2022 p. 922) contribui para exemplificar:

Modos “duros” de se lidar com a saúde mental foram enunciados por muitos participantes a respeito do internamento, sendo que nenhum dos participantes relatou uma percepção positiva de sua estadia na ala psiquiátrica do hospital geral. Ou seja, apesar de serem atendidos, não necessariamente se sentiram cuidados.

Havia acesso técnico, mas ausência de vínculo, escuta e acolhimento. Essa distinção

nos leva à terceira dimensão do cuidado, inspirada na filosofia de Spinoza e Deleuze: o cuidado como produção de encontros.

Segundo Deleuze (2019 *apud* Slomp Junior, Franco e Merhy, 2022), os corpos, ao se encontrarem com outros corpos (pessoas, objetos, situações, palavras), são afetados positiva ou negativamente. Afetos de alegria aumentam a potência de agir, enquanto afetos de tristeza a reduzem. Na micropolítica do cuidado, um *bom encontro* é aquele que amplia a potência de existir de quem busca cuidado – e, portanto, produz saúde. Por outro lado, encontros tecnicamente corretos, mas emocionalmente estéreis, produzem um “cuidado não-cuidador” (Merhy, 1997 *apud* Slomp Junior, Franco e Merhy, 2022).

Assim, o cuidado, no contexto do PTS, não se resume à técnica, nem pode ser automatizado. Ele exige atenção sensível às relações que se constroem, à escuta, ao reconhecimento do outro como legítimo interlocutor e à produção de sentido compartilhado no ato terapêutico. Cuidar é, antes de tudo, um compromisso ético com a produção de vida.

O projeto terapêutico a ser desenvolvido difere, portanto, para cada sujeito. Tratar implica em aumentar a superfície de contato e o grau de liberdade, ou seja, no estabelecimento de vínculos e no respeito radical à autonomia de cada um (Sesa, 2018, p. 38).

4 A CLÍNICA DOS AFETOS: ENCONTROS, POTÊNCIA E PRODUÇÃO DE VIDA

Ao explorar mais profundamente a noção de cuidado, especialmente no campo da saúde mental, torna-se fundamental reconhecer a dimensão afetiva e relacional que atravessa os encontros entre sujeitos. Com base na filosofia de Spinoza, Deleuze (2019 *apud* Slomp Junior, Franco e Merhy, 2022) afirma que os corpos (sejam eles humanos ou não) se afetam mutuamente ao se encontrarem, produzindo afetos que podem intensificar ou reduzir sua potência de agir. Os afetos alegres ampliam a vitalidade, enquanto os tristes a restringem.

Esse fluxo contínuo de afetações é constitutivo da própria existência e repercute diretamente na forma como cuidamos de nós e dos outros. Um encontro que gera afeto positivo pode, por si só, ser terapêutico, pois fortalece a vida, favorecendo vínculos e abrindo espaço para projetos terapêuticos mais coerentes com a singularidade de cada sujeito.

É nesse horizonte que se insere a ideia de uma clínica dos afetos, conforme propõem Franco e Galavote (2010). Trata-se de uma abordagem que considera o corpo não apenas como organismo biológico, mas como uma totalidade que envolve aspectos sociais, emocionais, simbólicos e políticos. Longe de rejeitar os saberes técnico-científicos da

biomedicina, essa clínica busca integrá-los a práticas que valorizem a escuta e a construção de vínculos, promovendo uma atenção mais abrangente e humanizada. Em vez de fragmentar o sujeito, ela aposta na escuta das singularidades e nos modos próprios de existir e sentir, entendendo que as pessoas são constituídas nas relações que vivem.

No cotidiano dos serviços de saúde, essa perspectiva exige que o cuidado vá além da realização de procedimentos técnicos. A qualidade das interações entre usuários e profissionais passa a ser central. Escuta ativa, acolhimento, empatia e o reconhecimento do outro como legítimo em sua maneira de ser tornam-se componentes fundamentais do processo terapêutico (Slomp Junior, Franco e Merhy, 2022). O espaço clínico, portanto, se transforma: deixa de ser apenas local de aplicação de técnicas para se tornar também território de trocas afetivas e produção de sentido.

Essa concepção desafia modelos tradicionais, marcados pela rigidez, verticalidade e centralidade do saber médico, e convida os trabalhadores da saúde a assumirem uma postura ética e politicamente implicada com o cuidado e com a promoção da vida. Nessa lógica, produzir bons encontros não é só um meio de garantir adesão ao tratamento, mas também um fim em si: é cuidar da potência de viver, tanto de quem é cuidado quanto de quem cuida.

Esse desafio pode ser ilustrado por situações vividas nos serviços. Como apontam Bandeira e Onocko Campos (2021), muitas vezes os usuários não reconhecem a Unidade Básica de Saúde (UBS) como um espaço legítimo para cuidar da saúde mental de forma ampliada, identificando nela uma atuação ainda centrada no modelo biomédico. Em contraste, Souza e Silva (2021) apresenta o relato de um usuário que encontra no CAPS não só um local de atendimento, mas um espaço de pertencimento: ele participa de atividades culturais, joga futebol, compartilha músicas e encontra no serviço um ponto de referência quando se sente triste. Nessa experiência, o cuidado está fortemente relacionado à qualidade dos encontros e à construção de vínculos afetivos com os profissionais e outros usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui desenvolvida reafirma o Projeto Terapêutico Singular (PTS) como um dispositivo potente na direção de práticas de cuidado mais éticas, críticas e comprometidas com a singularidade dos sujeitos. Longe de ser uma ferramenta meramente técnica ou burocrática, o PTS é entendido como um processo vivo, relacional e coletivo, que se constrói nos encontros e nas trocas entre profissionais e usuários, ancorado na escuta sensível e na

produção de vida.

Ao revisitar a literatura crítica no campo da saúde mental e dialogar com experiências vividas na prática psicossocial e na formação acadêmica, foi possível evidenciar os desafios persistentes na consolidação de uma clínica que rompa com a lógica manicomial e tecnicista. Ainda que a reforma psiquiátrica brasileira tenha promovido avanços significativos, observa-se a reprodução de práticas medicalizantes e controladoras, inclusive nos serviços substitutivos, o que revela o caráter contraditório e em disputa do campo da saúde mental.

Nesse contexto, a defesa de um PTS que valorize a autoria dos sujeitos, sua participação ativa no cuidado e a construção de projetos de vida possíveis se apresenta como uma estratégia de resistência aos modelos hegemônicos. Ao considerar os afetos, os vínculos e a potência de existir como elementos centrais da clínica, reafirma-se o cuidado como ação política, ética e profundamente comprometida com a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M.; ONOCKO-CAMPOS, R. Itinerários terapêuticos de usuários que abandonaram o cuidado em Centros de Atenção Psicossocial (Caps-III). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 1379-1390, 2021. Disponível em: scielo.br/j/sdeb/a/Ynj7tkhGrvZ9VrVF7cpHkDs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 de Dezembro de 2023.

CABRAL, M. P. G.; FRANCO, T. B.; JORGE, M. S. B. “Ter câncer mudou minha vida”: a vida de Luiza. In: FEUERWERKER, L. C. M.; BERTUSSI, D. C.; MERHY, E. E. (org.). *Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes*. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 2, p. 330–339. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-micropolitica-do-trabalho-e-o-cuidado-em-saude/politicas-e-cuidados-em-saude-livro-2-avaliacao-compartilhada-do-cuidado-em-saude-surpreendendo-o-instituido-nas-redes>. Acesso em 15 de junho de 2025

CRUZ, M. C. C. O conceito de cuidado em saúde. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. *Diretrizes clínicas em saúde mental*. 1. ed. Vitória: SESA, 2018. 265 p. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Protocolo/Diretrizes%20Clinicas%20em%20saude%20me>

[ntal.pdf](#). Acesso em: 20 de julho 2025.

FRANCO, T. B.; GALAVOTE, H. S. Em busca da clínica dos afetos. In: FRANCO, T. B.;

RAMOS, V. do C. (org.). Semiótica, afecção & cuidado em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, P. H.; ZAMBENEDETTI, G. As Tecnologias Relacionais e a Produção de Itinerários Terapêuticos em Saúde Mental. *Estud. pesquis. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 908-928, 2021. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/62690>. Acesso em 25 de janeiro de 2024

OLIVEIRA, J. A. S.; BARRETTO, L. D.; DULTRA, L. S. Cuidar é afetar-se: “Bj” coloca em xeque as velhas formas de produzir o cuidado em saúde. In: MERHY, E. E. et al. (org.).

Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes. 1. ed.

Rio de Janeiro: Hexis, 2016. v. 1, p. 234–239. Disponível em:

<https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Livro-Políticas-e-Cuidados-em-Saude-Livro-1-%E2%80%93-Avaliacao-Compartilhada-do-Cuidado-em-Saude-Surpreendendo-o-Instituido-nas-Redes.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

SOUZA E SILVA, Nathália Ferreira de. Tecer ninhos, ousar voos: a produção de multiplicidades nos territórios de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 61-70, jan. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/rTKPLXHbTmrMtZD6nCwwHLm/>. Acesso em: 20 de julho . 2025. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19762021>.

STARFIELD, B. Coordenação da atenção: juntando tudo. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, 2002. p. 365 41

SEVALHO, Gil; DIAS, João Vinícius dos Santos. Frantz Fanon, descolonização e o saber em saúde mental: contribuições para a saúde coletiva brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 3, p. 927-936, mar. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n3/937-946/pt/> Acesso em 20 de julho.

SLOMP JÚNIOR, Helvo; FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias (org.). Projeto

terapêutico singular como dispositivo para o cuidado compartilhado. Prefácio de Laura Camargo Macruz Feuerwerker. 1. ed. São Paulo: Hucitec, jun. 2022. ISBN 978-85-54329-77-8. DOI: <https://doi.org/10.18310/9788554329778>.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/temas/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO BRASIL E CANADÁ: CONVERGÊNCIAS E ESPECIFICIDADES INSTITUCIONAIS

SOCIAL PARTICIPATION IN FOOD AND NUTRITION POLICIES IN BRAZIL AND CANADA: INSTITUTIONAL CONVERGENCES AND SPECIFICITIES

Denise Gonçalves

Resumo: As políticas de alimentação e nutrição são importantes instrumentos para a promoção da saúde, garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a redução das desigualdades sociais. Nesse processo, a participação da sociedade civil é fundamental, pois fortalece a capacidade do Estado na formulação de ações efetivas e amplia a legitimidade dessas políticas. Este artigo analisa os mecanismos e instrumentos de participação e controle social presentes nas políticas de alimentação e nutrição do Brasil e do Canadá, identificando as convergências e especificidades que caracterizam a institucionalização da interlocução Estado-sociedade em cada país. Adotou-se abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de normativas e instrumentos oficiais que regulamentam a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), no Brasil, e a *Food Policy for Canada*. No Brasil, a PNAN e a PNSAN estruturam um modelo intersetorial e federativo, com o Consea como mecanismo central de deliberação e controle social, articulado a Conselhos e Conferências de Saúde. No Canadá, a *Food Policy for Canada* organiza a participação por meio do *Canadian Food Policy Advisory Council* e de instrumentos consultivos, sem poder deliberativo vinculante, dependendo da adesão voluntária das províncias. Esse contraste evidencia diferenças entre participação deliberativa e consultiva, destacando a relevância dos contextos institucionais para a efetividade das políticas públicas de alimentação e nutrição.

Palavras-chave: Políticas públicas; políticas sociais; políticas alimentares; participação e controle social.

Abstract: Food and nutrition policies are important instruments for promoting health, ensuring Food and Nutrition Security (FNS), and reducing social inequalities. In this process, civil society participation is fundamental, as it strengthens the State's capacity to formulate effective actions and enhances the legitimacy of these policies. This article analyzes the mechanisms and instruments of social participation and control present in the food and nutrition policies of Brazil and Canada, identifying the convergences and specificities that characterize the institutionalization of State–society interaction in each country. A qualitative approach was adopted, based on a literature review and documentary analysis of regulations and official instruments that govern the National Food and Nutrition Policy (PNAN) and the National Food and Nutrition Security Policy (PNSAN) in Brazil, and the Food Policy for Canada. In Brazil, the PNAN and PNSAN establish an intersectoral and federative model, with the National Food and Nutrition Security Council (Consea) as the central mechanism for deliberation and social control, articulated with Health Councils and Conferences. In Canada,

the Food Policy for Canada organizes participation through the Canadian Food Policy Advisory Council and consultative instruments, without binding decision-making power and depending on voluntary adherence by the provinces. This contrast highlights differences between deliberative and consultative participation, emphasizing the relevance of institutional contexts for the effectiveness of public food and nutrition policies.

Keywords: Public policies; social policies; food policies; social participation and control.

1 INTRODUÇÃO

As políticas de alimentação e nutrição desempenham papel central na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e no enfrentamento das múltiplas expressões da Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) articulando dimensões sociais, sanitárias, ambientais e econômicas. Como instrumentos de proteção social, essas políticas se desenvolvem em meio às contradições do modo de produção capitalista, às desigualdades estruturais e à crescente complexidade dos sistemas alimentares contemporâneos (CFS, 2022; Nogueira; Pereira; Carrara, 2022). Nesse cenário, modelos de governança democrática, multissetorial e participativa tornam-se essenciais para qualificar o desenho, a coordenação e a efetividade dessas ações (Columbia University et al., 2025; Alves; Jaime, 2014; Burlandy, 2011).

A participação social constitui componente estruturante dessas políticas ao fortalecer espaços institucionais de interlocução entre Estado e sociedade, pluralizar vozes e interesses de diferentes atores e ampliar a legitimidade e a capacidade governamental na produção de respostas mais eficazes às causas estruturais da fome e da má alimentação (Baldy; Kruse, 2019; Jacob; Chaves, 2019; Burlandy, 2011). Contudo, persistem lacunas na literatura sobre como os diferentes modelos de federalismo, tradições político-administrativas e arranjos institucionais nacionais, influenciam o conteúdo das políticas de alimentação e nutrição e os formatos de participação social nelas previstos, assim como os processos de formalização e incorporação desses dispositivos ao aparato estatal.

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é analisar os mecanismos e instrumentos de participação social presentes nas políticas de alimentação e nutrição do Brasil e do Canadá, identificando semelhanças e particularidades que caracterizam os processos de institucionalização da interlocução entre Estado e sociedade em cada país. A comparação justifica-se pela coexistência de convergências, como o caráter federativo, a participação em

instâncias multilaterais e avanço na formulação de políticas nacionais de alimentação e nutrição, e de contrastes histórico-institucionais que resultam em distintos formatos de governança participativa nos dois contextos nacionais (Lecours & Béland, 2023; Palotti et al., 2023; Brasil, 1998).

As recentes transformações nas políticas de SAN no Brasil (2019–2023), incluindo descontinuidades, reestruturações e retomadas institucionais, reforçam a importância de analisar a participação social como dimensão da proteção social em um contexto de disputas democráticas. No contexto de reconfiguração do Estado neoliberal, de tensões entre participação e desdemocratização institucional, e da inter-relação desses processos com os desafios contemporâneo da governança alimentar frente ao agravamento das desigualdades, às crises ambientais e às pressões de agendas neoconservadoras, compreender como diferentes países estruturam mecanismos de controle social torna-se relevante (Fleury *et al.*; 2024; Gomide; Silva; Lopoldi, 2023). Ao evidenciar essas semelhanças e diferenças em contextos nacionais específicos, o estudo contribui para compreender as múltiplas possibilidades de concretização da participação e do controle social na proteção social contemporânea. A proposta não é identificar um modelo ideal de participação social, mas contribuir para aprendizados e caminhos de aprimoramento mútuo entre experiências nacionais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

A participação social pode é compreendida como o envolvimento estruturado e ativo de cidadãos, grupos e organizações da sociedade civil nos processos de definição de agendas, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (Pateman, 1970; Gaventa, 2006; Cornwall, 2008). Essa participação pode assumir natureza deliberativa, típica de modelos democrático-participativos, caracterizada pela corresponsabilidade e distribuição efetiva do poder decisório entre Estado e sociedade; ou natureza consultiva, predominante em arranjos tecnocráticos ou de governança multissetorial, baseada em mecanismos de escuta, coleta de opiniões e diálogos não vinculantes (Fung, 2006; Cornwall, 2008).

A participação social se materializa por meio de mecanismos e instrumentos institucionais que organizam os meios de interação entre a sociedade e o poder público

(Falleti; Cunial, 2018; Coelho; Waisbich, 2016). Os mecanismos participativos são espaços, processos ou canais institucionais como conselhos, comissões, conferências, câmaras, fóruns, comitês de políticas públicas criados para possibilitar engajamento da sociedade na deliberação, no planejamento e na avaliação de políticas. Já os instrumentos participativos correspondem aos métodos e ferramentas operacionais informativas, consultivas ou deliberativas como consultas, enquetes, plebiscitos, referendos e ouvidorias que viabilizam o funcionamento desses mecanismos (OMS, 2023; OECD, 2022; 2017; 2009; Kleba; Comerlato; Frozza; 2015).

Em razão de sua função estruturante, a participação social integra a institucionalidade das políticas sociais, definida como o conjunto de normas, arranjos, arenas e dispositivos que estruturam a ação estatal em um determinado campo, variando quanto ao grau de institucionalização estatal, escala de atuação e finalidade políticas envolvidas. Na tradição crítica latino-americana, a participação social não se restringe a um procedimento técnico ou consultivo, mas expressa a disputa entre projetos societários e do exercício de poder entre atores públicos, econômicos e sociais (Pereira; Telechi; Rios, 2023; Dagnino, 2004; Carvalho, 2002). Assim possui um duplo potencial no campo da governança e das políticas públicas, atuando tanto como um vetor de aprimoramento democrático quanto como um foco de vulnerabilidade a distorções.

A participação social pode promover uma série de resultados positivos e fortalecedores para o sistema político-administrativo, promover a cidadania, redistribuir o poder decisório, fortalecer as capacidades estatais, ampliar a responsividade (*accountability*) governamental, e qualificar a formulação e implementação de políticas. Contudo, também pode ser tensionada por processos de burocratização, captura institucional ou esvaziamento político que podem comprometer sua eficácia e legitimidade.

A superação desses riscos exige um esforço contínuo para garantir a transparência, a inclusão e, sobretudo, o caráter deliberativo e vinculante dos espaços de participação social. Sua efetividade demanda uma estrutura institucional estável, salvaguardas de autonomia e condições que assegurem pluralidade de vozes, mediação das correlações de poder entre atores e a capacidade de incidência das decisões produzidas sobre políticas e ações públicas (Avritzer, 2009; Lavallo; Barone, 2015; Burlandy, 2011). No âmbito das políticas sociais, essa capacidade de incidência constitui mediação fundamental no enfrentamento das desigualdades estruturais e na produção de respostas mais democráticas e equitativas (Coelho; Waisbich, 2016; Iamamoto, 2008; Nogueira, 2011).

Estudos demonstram, que a participação social produz efeitos substantivos quando articulada à mobilização política e à institucionalização de espaços efetivos de interlocução entre Estado e sociedade. Coelho e Waisbich (2016), ao analisar os conselhos locais de saúde e a participação do Brasil na Parceria para Governo Aberto, evidencia que a redução de desigualdades esteve mais associada ao contexto político e à mobilização social do que à qualidade deliberativa formal desses mecanismos. De modo semelhante, o estudo de Burlandy (2011) sobre a trajetória da participação nas políticas federais de alimentação e nutrição demonstra o papel central das organizações sociais na conformação desse campo desde os anos de 1980, evidenciando que sua efetividade depende tanto da regulação e do apoio do estatal quanto do engajamento das instâncias governamentais com o poder decisório.

No contexto contemporâneo, marcado pela reconfiguração do Estado sob racionalidades neoliberais e pela crescente influência de interesses do setor privado na formulação de políticas, observa-se a fragilização de espaços deliberativos e o tensionamento das instituições de controle social (Maluf; Burlandy, 2024; Dardot; Laval, 2016; Gohn, 2021). Tais transformações afetam diretamente o campo da alimentação e nutrição, no qual coexistem interesses públicos, econômicos, territoriais, ambientais e sanitários (Maluf; Burlandy, 2024).

Diante dessa pluralidade de formatos e condicionantes, essas contribuições teóricas oferecem o quadro conceitual necessário para identificar e comparar os mecanismos e instrumentos de participação social previstos nas políticas de alimentação e nutrição do Brasil e do Canadá, permitindo analisar sua natureza grau de institucionalização e suas implicações para a proteção social contemporânea.

2.2 Metodologia

A pesquisa adota a abordagem qualitativa fundamentada em: 1) revisão bibliográfica de estudos que abordam as políticas de alimentação e nutrição no Brasil e no Canadá; e 2) análise documental de normativas e instrumentos oficiais (leis, decretos, regulamentos, guias orientadores e relatórios técnicos) que instituem e regulamentam a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (Brasil, 2013; 2011), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (Brasil, 2010) e a *Policy Food For Canada* (Canadá; 2019). Foram considerados os documentos disponíveis em sites do governo federal de ambos os países e vigentes no período atual. Foram excluídos documentos subnacionais

(provinciais/estaduais ou municipais) e textos opinativos ou não institucionais.

Para cada país, foram identificados os principais mecanismos e instrumentos de participação social presentes nas políticas analisadas, e a comparação entre eles foi conduzida a partir do exame de sua institucionalidade (Quadro 1).

Quadro 1: Síntese comparativa dos mecanismos centrais de participação social das políticas de alimentação e nutrição do Brasil e Canadá

Elemento analisado	Brasil	Canadá
Conselho principal	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Canadian Food Policy Advisory Council
Grau de institucionalização	Intersetorial, vinculada ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e à Presidência da República, possui norma expressa, estrutura permanente, paridade entre membros do governo e da sociedade civil e vinculação sistêmica.	Intersetorial, vinculada ao Agriculture and Agri-Food Canada, constitui um documento programático dependente de adesão das províncias e da agenda ministerial.
Natureza	Deliberativa	Consultiva
Base legal	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (2006), Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2010) e Política Nacional de Alimentação e Nutrição (2013; 2011).	<i>Food Policy for Canada</i> (2019) e atos ministeriais
Influência no ciclo da política	Atua diretamente na elaboração quadrienal do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	Oferece relatórios sobre a política e recomendações técnicas e da sociedade civil.
Articulação com instrumentos complementares	Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselhos e Conferências de Saúde.	Consultas públicas federais, plataformas digitais, workshops

Fonte: (Canadá, 2025; 2019; Brasil, 2013; 2011; 2010)

O objetivo foi identificar as singularidades e especificidades que caracterizam as formas de participação social em cada contexto. Essa abordagem permite compreender a participação social como componente estrutural da institucionalidade das políticas, privilegiando a análise das normas, arranjos, processos e dispositivos que a formalizam. O foco recai sobre semelhanças e particularidades, adotando uma perspectiva analítica que não pretende estabelecer modelos ideais, mas elucidar como diferentes configurações institucionais produzem formatos distintos de interlocução entre Estado e sociedade.

2.3 Discussão

Nas últimas duas décadas, Brasil e Canadá avançaram significativamente na formulação e implementação de políticas públicas de alimentação e nutrição. No caso brasileiro, esse processo é marcado pela consolidação de dois marcos centrais: a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), instituída em 1999 e revisada em 2011, e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), criada pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), de 2006 (Brasil, 2013; 2011; 2010; 2008; 2006; 1999).

A PNAN, vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), organiza ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) e atenção nutricional. (Brasil, 2013; 2011; 2008; 1999). A PNSAN estrutura, de forma intersetorial, os eixos de gestão, participação social, pactuação interfederativa e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), orientados pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Brasil, 2010; 1999). A LOSAN de 2006 instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e formalizou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), reconhecendo a alimentação como direito humano no marco legal federal (Brasil, 2010; 2006).

Essas políticas operam de forma complementar, articulam ministérios, secretarias estaduais e municipais, instituições de pesquisa e sociedade civil em um modelo de governança que combina descentralização, intersetorialidade e participação social. Nesse arranjo, o Consea ocupa posição central, funcionando como mecanismo estruturante de deliberação e controle social, apoiado por Conselhos e Conferências de Saúde e por instrumentos participativos complementares, como consultas públicas e audiências (Burlandy, 2024; Delgado; Zimmermann, 2022; Brasil, 2013; 2010).

A institucionalidade do Consea reforça esse caráter deliberativo, sua vinculação direta à Presidência da República, a composição paritária entre governo e sociedade civil e suas câmaras temáticas especializadas configuram um espaço de participação contínua na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de SAN (Burlandy, 2024; 2011; Brasil, 2010). O reconhecimento constitucional da alimentação como direito social, em 2010, fortalece essa base jurídico-normativa e sustenta uma arquitetura orientada pela efetivação do DHAA (Brasil, 2010a).

As Conferências de SAN, realizadas em etapas municipais, estaduais e nacional, ampliam essa estrutura participativa ao funcionarem como arenas de deliberação coletiva. Nesses espaços, movimentos sociais, organizações comunitárias, pesquisadores e gestores definem prioridades que orientam o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan). Os Conselhos e Conferências de Saúde expandem ainda mais o ecossistema participativo, permitindo que ações vinculadas à PNAN sejam debatidas em diferentes níveis federativos e territórios (Brasil, 2013; 2010). Por sua vez, instrumentos como consultas públicas, audiências e ouvidorias, embora dotados de menor poder deliberativo, reforçam a transparência e o *accountability*, fornecendo dados e percepções sociais que retroalimentam a agenda dos conselhos e fortalecem o caráter democrático das políticas (Brasil, 2013; 2010; Burlandy, 2011).

No Canadá, por outro lado, a primeira política alimentar de caráter nacional, a *Food Policy for Canada*, é relativamente recente, tendo sido implementada apenas em 2019 (Canada, 2019). No caso canadense, a configuração federativa atribui maior autonomia às províncias e territórios na implementação de políticas sociais, e o direito humano à alimentação não possui reconhecimento constitucional explícito (Richardson; Lambek, 2018; Canada, 1982). Nesse contexto, a *Food Policy for Canada* funciona como instrumento programático de coordenação federal, articulando iniciativas de departamentos como saúde, agricultura, meio ambiente e desenvolvimento social (Canada, 2025; 2019). Sua efetivação depende da adesão voluntária das províncias, diferentemente do modelo brasileiro, baseado em pactuação normatizada e responsabilidades compartilhadas obrigatórias.

A política canadense incorpora eixos de ação voltados ao acesso a alimentos saudáveis, sustentabilidade ambiental, redução do desperdício, inovação e segurança alimentar de comunidades indígenas e do Norte, apoiados por orçamento federal anunciado em 2019 (Canada, 2019). A elaboração da política envolveu consultas públicas extensas, diálogos específicos com povos indígenas e processos colaborativos interdepartamentais realizadas em 2017 e 2019 configurando um modelo de participação social de caráter predominantemente consultivo (Canada, 2025; 2019).

O *Canadian Food Policy Advisory Council* (CFPAC) é o conselho federal formal, vinculado ao *Agriculture and Agri-Food Canada* (AAFC), multissetorial e interdisciplinar, envolvendo representantes do governo, sociedade civil, povos indígenas e setor privado. Diferentemente do modelo brasileiro, o CFPAC atua estritamente de forma consultiva, sem poder deliberativo vinculante, influenciando a política federal por meio de recomendações

técnicas e pareceres estratégicos. A efetivação das ações da política depende da adesão voluntária das províncias, refletindo o caráter federativo canadense e a ausência de reconhecimento constitucional do direito à alimentação (Canada, 2025; 2019, Canada, 1982).

Instrumentos complementares na política canadense como consultas públicas federais, plataformas digitais de engajamento e o *Local Food Infrastructure Fund*, permitem a participação de indivíduos, comunidades e governos locais, especialmente povos indígenas. Esses mecanismos fortalecem a escuta social, promovem diversidade de vozes e subsidiariedade técnica, mas não configuram participação deliberativa ou co-gestão, uma vez que não influenciam formalmente a formulação de diretrizes nacionais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação entre os dois países revela modelos distintos de institucionalização da participação social. No Brasil, predomina um arranjo estruturado e normativamente consolidado, baseado em conselhos com composição paritária, forte vinculação institucional e articulação sistemática com conferências e instrumentos complementares. Esse modelo deliberativo possibilita influência direta sobre a definição de agendas, prioridades e mecanismos de controle social, conferindo densidade política às políticas orientadas por direitos e ao enfrentamento das desigualdades.

No Canadá, por sua vez, a participação social se organiza de maneira mais consultiva e flexível. Os conselhos e mecanismos existentes operam majoritariamente em caráter *advisory*, com menor peso normativo e dependência da adesão voluntária das províncias. Embora haja ampla diversidade de atores envolvidos e múltiplos espaços de consulta, essa arquitetura apresenta limitações na integração formal das contribuições sociais às decisões de âmbito federal, resultando em menor capacidade de incidência direta sobre a formulação e implementação de políticas.

Esse contraste evidencia que, embora ambos os países contem com conselhos e instrumentos participativos, a força deliberativa institucionalizada no Brasil sustenta uma participação com maior poder de deliberação e influência, enquanto o modelo canadense prioriza a pluralidade de vozes e a colaboração técnica, ainda que com menor caráter vinculante. Assim, diferentes tradições político-administrativas, arranjos federativos e dispositivos normativos moldam a forma como Estado e sociedade civil interagem na condução das políticas de alimentação e nutrição.

A análise também mostra que instrumentos complementares, como conferências, consultas públicas, audiências e plataformas digitais, podem ampliar transparência, diversidade de perspectivas e inclusão de novos atores, mesmo quando não possuem valor deliberativo formal. Esses mecanismos reforçam o ecossistema participativo e contribuem para a legitimidade social das políticas.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o foco exclusivo em documentos e instrumentos federais, o que restringe a compreensão da complexidade dos arranjos participativos nos níveis provinciais, estaduais e municipais. Além disso, privilegiou-se a perspectiva normativa, sem avançar na análise das práticas participativas e seus efeitos concretos sobre a proteção social e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Investigações futuras podem explorar essas dimensões, bem como aprofundar análises territoriais comparativas.

Em síntese, os resultados demonstram que a participação social nas políticas de alimentação e nutrição depende fortemente das estruturas institucionais e normativas que a sustentam. Diferenciar modelos deliberativos e consultivos contribui para o debate sobre governança, justiça social e efetividade das políticas públicas, oferecendo elementos para o aperfeiçoamento dos mecanismos participativos e para o fortalecimento de políticas alimentares orientadas por direitos em contextos federativos diversos.

REFERÊNCIAS

AFFRE, L.; GUILLAUMIE, L.; DUPÉRÉ, S.; MERCILLE, G.; FORTIN-GUAY, M. Citizen participation practices in the governance of local food systems: a literature review. **Sustainability [Internet]**, v. 16, n. 14, p. 5990, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su16145990>. Acesso em: 30 out. 2025.

ALLIN, S.; MARCHILDON, G. P.; PECKHAM, A., **em nome do North American Observatory on Health Systems and Policies. Canada health care system profile**. New York (US): The Commonwealth Fund [Internet], 2024 [citado 2025 Nov. 05]. Disponível em: <https://www.commonwealthfund.org/international-health-policy-center/countries/canada>. Acesso em: 05 nov. 2025.

AVRITZER, L. **Democracia e participação no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BALDY, R.; KRUSE, M. **Participação social e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2019.

BÁSCLO, E.; VANCE, C.; LEYS, M.; COITIÑO, A. Social participation in health: analysis of progress and challenges for the Region of the Americas. **Revista Panamericana de Salud**

Pública [Internet], v. 48, e70, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2024.70>. Acesso em: 30 out. 2025.

BAXTER, S.; BARNES, A.; LEE, C.; MEAD, R.; CLOWES, M. Increasing public participation and influence in local decision-making to address social determinants of health: a systematic review examining initiatives and theories. **Local Government Studies [Internet]**, v. 49, n. 5, p. 861–887, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03003930.2022.2081551>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm. Acesso em: 3 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**: 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf. Acesso em: 4 dez. 2022.

BRASIL. Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999. **Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, 1999. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt0710_10_06_1999.html. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011. **Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2715_17_11_2011.html. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da alimentação e nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 13-24, 2011.

CANADA. Agriculture and Agri-Food Canada. **Food Policy for Canada – Backgrounder [Internet]**. Ottawa: Government of Canada, 2019. Disponível em: https://multimedia.agr.gc.ca/pack/pdf/fpc_20190614-en.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

CANADA. Agriculture and Agri-Food Canada. **Food Policy for Canada: Five-Year Report (2019–2024)** [Internet]. Ottawa: Government of Canada, 2025. Disponível em: <https://agriculture.canada.ca/en/departement/initiatives/food-policy-canada>. Acesso em: 6 out. 2025.

CANADA. Agriculture and Agri-Food Canada. **The Food Policy for Canada** [Internet]. Ottawa: Government of Canada, 2019. Atualizado em: 14 fev. 2025. Disponível em: <https://agriculture.canada.ca/en/departement/initiatives/food-policy-canada>. Acesso em: 6 out. 2025.

CANADA. Food Policy for Canada Advisory Council. **Minutes of deliberations – 3 March 2023** [Internet]. Ottawa: Agriculture and Agri-Food Canada, 2023. Disponível em: <https://agriculture.canada.ca/en/departement/initiatives/food-policy/advisory-council>. Acesso em: 6 out. 2025.

CANADA. Food Policy for Canada Advisory Council. **Minutes of deliberations – 26–27 September 2023** [Internet]. Ottawa: Agriculture and Agri-Food Canada, 2023. Disponível em: <https://agriculture.canada.ca/en/departement/initiatives/food-policy/advisory-council>. Acesso em: 6 out. 2025.

COLUMBIA UNIVERSITY; CORNELL UNIVERSITY; FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS; GLOBAL ALLIANCE FOR IMPROVED NUTRITION. **The food systems countdown report 2024**. Roma: FAO, 2025. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/0f244b5c-af2d-4943-8801-c7c03b8177cf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CARVALHO, M. L. de. **Participação social e políticas públicas: uma abordagem crítica**. São Paulo: Hucitec, 2002.

COELHO, V. S.; WAISBICH, L. **Participação social e política pública: análise de conselhos de saúde e experiências comparadas**. Brasília: Ipea, 2016.

COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (CFS). **Voluntary Guidelines on Food Systems and Nutrition (VGFSyN)** [Internet]. Rome: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/cfs/vgfsn/en/>. Acesso em: 4 out. 2025.

COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (CFS). **Voluntary Guidelines on Food Systems and Nutrition** [Internet]. Rome: FAO, 2022. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/Docs2021/Documents/CFS_VGs_Food_Systems_and_Nutrition_Strategy_EN.pdf. Acesso em: 4 out. 2025.

CORNWALL, A. Introduction: Making spaces, changing places – situating participation in development. **IDS Bulletin** [Internet], v. 39, n. 2, p. 1–9, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2008.tb00477.x>. Acesso em: 16 nov. 2025.

DAGNINO, E. **Cidadania em movimento: participação política e desigualdades sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FALLETI, T. G.; CUNIAL, S. L. **Participation in social policy: public health in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

FLEURY, S. (org.). **Cidadania em perigo: desmonte das políticas sociais e desdemocratização no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Livres; Cebes, 2024. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/cidadania-em-perigo-desmonte-das-politicas-sociais-e-desdemocratizacao-no-brasil>. Acesso em: 16 nov. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **FAO Strategic Framework 2022–31 [Internet]**. Rome: FAO, 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/strategic-framework/es>. Acesso em: 13 set. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Strategic Framework 2022–31 [Internet]**. Rome: FAO, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/29404c26-c71d-4982-a899-77bdb2937eef/content>. Acesso em: 4 out. 2025.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Voluntary Guidelines to Support the Progressive Realization of the Right to Adequate Food in the Context of National Food Security [Internet]**. Rome: FAO, 2005. ISBN 92-5-105336-7. Disponível em: <https://www.fao.org/4/y7937e/y7937e00.htm>. Acesso em: 7 out. 2025.

FOOD POLICY COUNCILS: A 20-YEAR SCOPING REVIEW (1999–2019). *Frontiers in Sustainable Food Systems* [Internet], v. 6, 2022. **Sec. Social Movements, Institutions and Governance**. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2022.868995>. Acesso em: 30 out. 2025.

FUNG, A. Recipes for public spheres: eight institutional design choices and their consequences. **Journal of Political Philosophy**, v. 14, n. 3, p. 323–348, 2006.

GAVENTA, J. **Power and powerlessness: Quiescence and rebellion in an Appalachian valley**. Urbana: University of Illinois Press, 2006.

GOHN, M. G. **Participação social e controle democrático no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2021.

GOMIDE, A. de Á.; SILVA, M. M. de S. e; LEOPOLDI, M. A. (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: Ipea; INCT/PPED, 2023. ISBN 978-65-5635-049-3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-049-3>. Acesso em: 16 nov. 2025.

GUPTA, P.; ROUFFY-LY, B.; ROHRER-HEROLD, K.; et al. Assessing the interactions of people and policy-makers in social participation for health: an inventory of participatory governance measures from a rapid systematic literature review. **International Journal for Equity in Health** [Internet], v. 22, n. 240, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12939-023-01918-2>. Acesso em: 30 out. 2025.

IAMAMOTO, M. **Gestão social: fundamentos e tendências**. São Paulo: Cortez, 2008.

KELLER, A. C. Politics and expertise: how to use science in a democratic society. **Journal of Health Politics, Policy and Law [Internet]**, v. 50, n. 5, p. 831–837, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/03616878-11862687>. Acesso em: 30 out. 2025.

KLEBA, M.; COMERLLATO, M.; FROZZA, V. Instrumentos participativos em políticas públicas: teoria e prática. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 6, p. 1201–1224, 2015.

LAVALLE, A.; BARONE, P. **Participação social e políticas públicas no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2015.

LECOURS, A.; BÉLAND, D. Federalismo e políticas públicas no Canadá. In: PALOTTI, P. et al. (org.). **E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023, p. 73-94. DOI: 10.38116/9786556350509cap2.

MALUF, R.; BURLANDY, L. **Políticas de alimentação e nutrição no Brasil contemporâneo: institucionalidade e participação social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU Brasil). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [Internet]**. Brasília: ONU Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 13 out. 2025.

NOGUEIRA, M. B. H.; LISBOA PEREIRA, S. C.; CARRARA, V. A. Política de segurança alimentar e nutricional no enfrentamento da fome produzida pelos impérios alimentares. **Revista Katálysis [Internet]**, 2022. Disponível em: [link, se houver]. Acesso em: 16 nov. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Participação social em saúde: conceitos e práticas**. Genebra: OMS, 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Policy Coherence for Sustainable Development 2019: Empowering People and Ensuring Inclusiveness and Equality [Internet]**. Paris: OECD, 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/policy-coherence-for-sustainable-development-2019_a90f851f-en.html. Acesso em: 15 out. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Recommendation of the Council on Policy Coherence for Sustainable Development [Internet]**. Paris: OECD, 2010 [emendada em 11 dez. 2019]. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/oecd-legal-0381>. Acesso em: 15 out. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Recommendation of the Council on Policy Coherence for Sustainable Development [Internet]**. Paris: OECD, 2025. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/oecd-legal-0381>. Acesso em: 15 out. 2025.

PATEMAN, C. **Participation and democratic theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio; TELECHI, Acácio; RIOS, Danniele. A participação em organizações internacionais: uma análise da experiência de empresários e trabalhadores no Mercosul (1995-2019). **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 29, n. 2, p. p. 396–430, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8674559>. Acesso em: 16 nov. 2025.

UNITED NATIONS (UN). **General Comment No. 12 on the Right to Adequate Food (E/C.12/1999/5) [Internet]**. New York: United Nations, 1999. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/general-comments-and-recommendations/ec1219995-general-comment-no-12-right-adequate-food>. Acesso em: 7 out. 2025.

UNITED NATIONS (UN). International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights. **General Assembly resolution 2200A (XXI) [Internet]**. New York: United Nations, 1966. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights>. Acesso em: 7 out. 2025.

UNITED NATIONS (UN). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. **Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015 [Internet]**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/RES/70/1>. Acesso em: 7 out. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

PARTICIPAÇÃO SOCIAL, AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DE GRAMSCI

PARTICIPACIÓN SOCIAL, EVALUACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERALISMO: UN ANÁLISIS CRÍTICO A LA LUZ DE GRAMSCI

Bárbara Dutra Fonseca¹

Tauane Eduarda Antunes Mendonça²

Mirtes Gazzana Roso³

Luiz Felipe Barbosa Santos⁴

Resumo: O artigo examina de forma crítica a conexão entre sociedade, democracia, participação social e neoliberalismo, utilizando a perspectiva gramsciana para entender as contradições e conflitos existentes entre Estado e sociedade civil. Parte-se da ideia de que o neoliberalismo reconfigura o papel do Estado e diminui os mecanismos de participação popular, convertendo a cidadania em um campo de conflito entre a lógica do mercado e o ideal democrático. Nesse contexto, a participação social é vista como um campo de disputa, onde diversos projetos políticos tentam estabelecer sua hegemonia. A reflexão sugere entender de que maneira essas relações de poder afetam o planejamento, a gestão e a avaliação das políticas públicas, destacando o aspecto político de cada processo. Ressalta-se a relevância da publicização como uma ferramenta de resistência e emancipação.

Palavras-chave Gramsci; Neoliberalismo; Participação Social; Publicização.

Resumen: Este artículo examina críticamente la conexión entre sociedad, democracia, participación social y neoliberalismo, utilizando una perspectiva gramsciana para comprender las contradicciones y conflictos entre el Estado y la sociedad civil. Parte de la idea de que el neoliberalismo reconfigura el rol del Estado y reduce los mecanismos de participación popular, convirtiendo la ciudadanía en un campo de conflicto entre la lógica del mercado y el ideal democrático. En este contexto, la participación social se concibe como un campo de disputa donde diversos proyectos políticos intentan establecer su hegemonía. La reflexión sugiere comprender cómo estas relaciones de poder influyen en la planificación, gestión y evaluación de las políticas públicas, destacando el aspecto político de cada proceso. Se enfatiza la relevancia de la difusión como herramienta de resistencia y emancipación.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Proteção Social – PPGSSPS na Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS, email: barbarafonseca.aluno@unipampa.edu.br

² Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Proteção Social – PPGSSPS na Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS, email: tauanemendonca.aluno@unipampa.edu.br

³ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Proteção Social – PPGSSPS na Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS, email: mirtesroso.aluno@unipampa.edu.br

⁴ Graduando no curso de Direito na Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS, email: luizfelipe.aluno@unipampa.edu.br

Palabras clave: Gramsci; Neoliberalismo; Participación social; Publicidad.

1 INTRODUÇÃO

O artigo pretende abordar aspectos da complexa interação entre sociedade, democracia, participação social e neoliberalismo, sob o viés da perspectiva Gramsciana, a partir dos conceitos de sociedade política e sociedade civil, destacando o processo dinâmico e contraditório que ocorre intra classes. Na primeira seção, o artigo discorre sobre a relação entre participação social e neoliberalismo, com ênfase nos desafios para a concretização da atuação das esferas de participação popular na lógica do projeto societário neoliberal.

No objetivo de aprofundar o entendimento, o artigo aborda, na segunda seção, aspectos relacionados ao planejamento e gestão das políticas públicas a partir de uma visão crítica, alinhada ao pensamento de Gramsci (2000), bem como sobre a importância da publicização enquanto instrumento de viabilização da participação social, dentro do planejamento e da gestão governamental. Na terceira seção, o artigo destaca a relevância da publicização enquanto uma estratégia de ampliação da sociedade civil nas políticas públicas, enfatizando os conselhos como espaço de concretização desta categoria. Por fim, a quarta e última seção trata da avaliação das políticas públicas enquanto processo político, ressaltando os desafios enfrentados para a execução de análises e as possíveis influências que o conjunto de medidas avaliativas permanece sujeito enquanto imerso em uma sociedade permeada por desigualdades, contradições e interesses diversos. A fim de alcançar os objetivos propostos, além da análise Gramsciana, foram utilizadas bibliografias de Raichelis (2000), Dagnino (2005), Montañó (2006), Secchi (2013), Arretche (2013) e Bravo apud Correia (2012), a fim de materializar o embasamento teórico do estudo.

2 SOCIEDADE, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: DESAFIOS NA ERA NEOLIBERAL

Partindo das observações acerca dos estudos de Gramsci (2000), podemos inferir que, em sua teoria, a sociedade civil está conceituada como portadora material da figura social da hegemonia, localizada intermediariamente entre a base econômica e a sociedade política. Nessa perspectiva, a sociedade civil compreende as organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos, associações... Por outro lado, a sociedade política, refere-se

aos órgãos governamentais e às instituições que exercem o poder formal, coercitivo e dominante, como o governo e a política.

A lógica Gramsciana propõe uma compreensão tripartite, composta pelo Estado (sociedade política), a estrutura econômica e, entre elas, a sociedade civil. Todavia, essa posição conceitual não goza de unanimidade. Montañó (2006) refere que a proposição de Gramsci é bipartite, composta pelo Estado amplo e estrutura econômica, constituindo-se o Estado amplo pelo conjunto formado pela sociedade política, detentora da coerção e da dominação, e pela sociedade civil, que busca a construção da hegemonia por meio da prevalência dos interesses das classes em permanente disputa de espaço e posição.

É possível perceber que esse modelo está perfectibilizado nas sociedades formalmente democráticas, como é o caso da sociedade brasileira atual. O sentido de atribuímos a designação de democracia formal à sociedade brasileira diz respeito às inúmeras contradições e profundas desigualdades que permeiam o cenário social, afastando-a de constituir-se em uma democracia materialmente igualitária e justa, equivalente ao mais aproximado possível do conceito de ideal democrático, previsto no preâmbulo da Constituição Federal/88 (Gramsci, 2000).

Gramsci (2000) coloca que tais organizações estabelecem entre si uma relação dialética e, de certa forma, indissolúvel, na qual a sociedade civil se conecta à sociedade política. Essa relação ocorre de forma dinâmica, através da luta de classes, tanto no interior da sociedade civil quanto em seu todo, ou seja, em movimentos intra classes, caracterizados pelos conflitos verificados no interior dos aparelhos que a compõem. É nesse sentido que podemos entender que a sociedade civil, movida por interesses conflitantes, precisa mediar suas próprias contradições em busca da construção de propostas e ações que consigam adentrar o espaço na agenda política, de modo a viabilizar algum direcionamento.

A abertura democrática do final da década de 80 no Brasil previu, na Carta Constitucional, a participação social dos diferentes segmentos da sociedade, essa posição foi expressa na legislação através da previsão da existência dos conselhos e da participação popular, como locus propício para que as vozes dos cidadãos fossem ouvidas, valorizadas e consideradas nas decisões políticas. No entanto, logo em seguida, a vinculação cada vez maior da política econômica brasileira aos ditames neoliberais, passou a acarretar grandes desafios para o exercício da participação social, em virtude, principalmente, do enfraquecimento das políticas sociais.

Arretche (2013) discorre sobre a participação social, esta é naturalmente o produto

dialético do movimento interior da sociedade civil em relação ao fortalecimento de suas pautas, porém, passa a enfrentar diferentes obstáculos para se concretizar de modo efetivo, de maneira a verdadeiramente produzir efeitos na discussão referente às políticas sociais. Como exemplo, pode-se citar o sistemático enfraquecimento das instâncias de manifestação popular, instrumentalizado através do esvaziamento dos conselhos, da cooptação, por parte da classe política dominante, de integrantes de espaços de participação popular, que passam a defender, de forma velada, ou nem tanto, as pautas que não favorecem a construção da hegemonia dos interesses das classes subalternas.

Raichelis (2000), refere a necessidade de maior qualificação dos conselheiros, de modo a que possam incorporar novas competências políticas, éticas e técnicas que os possibilitem um desempenho amplo e eficaz de representação. Dessa forma, menciona a autora, chance de serem cooptados por parte dos grupos hegemônicos diminuiria, o que levaria ao aumento da possibilidade de defesa de interesses relacionados substantivamente às políticas sociais, sem desvios corporativistas.

Dagnino (2005) aponta, ainda, para uma problemática existente no que diz respeito ao entendimento do que se constitui sociedade civil, participação social e cidadania, conceitos que, segundo a autora, passam por uma apropriação por parte do projeto neoliberal, decorrente da confluência perversa de interesses antagônicos, que resultam na desvinculação de seu propósito original.

A autora menciona a sistemática substituição, nas esferas de representação, dos representantes dos interesses populares por representantes de ONGs, resultado de um processo de redefinição de significados, capitaneado pelo projeto neoliberal. Desse processo resulta a crescente despolitização da participação social, acarretando, igualmente, a redefinição do próprio conceito de participação. Dagnino (2005, p. 54) assevera

Por um lado, a resignificação da participação acompanha a mesma direção seguida pela reconfiguração da sociedade civil, com a emergência da chamada “participação voluntária” e a ênfase no trabalho voluntário e na “responsabilidade social”, tanto de indivíduos como de empresas. O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo de participação social.

Outro desafio imposto à participação social na democracia neoliberal brasileira é o desmantelamento das políticas sociais, resultado dos cortes significativos de recursos destinados à assistência social e à proteção dos direitos sociais, como imposição natural

decorrente da política econômica neoliberal. Essa redução de investimentos, determinada através de mecanismos de austeridade e regulação do gasto público, dificulta a implementação de programas que garantam o acesso a serviços essenciais (Dagnino, 2005).

Em uma sociedade de classes dominada pela política e ideologia neoliberal, os cidadãos necessitam mobilizar suas forças para garantir a sobrevivência dentro da lógica perversa do capital, que por objetivar unicamente o lucro, transformou inclusive os seres humanos em mercadoria. Sob essa perspectiva, cada vez mais difícil será conclamar os cidadãos a participar de debates de cunho político e social, insuflando-lhes o entusiasmo e a vontade. A distância a ser percorrida entre o debate e a inclusão das pautas na agenda política, entre a institucionalização do problema público, a formulação da política pública e sua implementação, parecem ser intransponíveis a quem necessita garantir o imediato para a reprodução da força de trabalho na manhã seguinte, sendo isto, a captura da subjetividade (Gramsci, 2000).

Essa perversidade do ideário neoliberal confronta a proposta da teoria Gramsciana e, a partir de reflexões, entende-se, de certa forma, que isso contribui para o fortalecimento das contradições localizadas no interior dos diferentes organismos componentes da sociedade civil, uma vez que, afasta, desmobiliza e desmotiva os atores do processo da participação popular, abrindo espaço para a modulação das pautas de modo a atender à demanda da classe dominante pela perpetuação do atual sistema econômico de produção.

Raichelis (2000) evidencia que os conselhos, colegiados, entre outros, destinam-se a oportunizar aos cidadãos lugares de participação no processo de avaliação da execução de políticas públicas. Retomando a teoria Gramsciana, o controle social, exercido pelas mencionadas instâncias de participação popular, seria a possibilidade das classes subalternas de influenciar e intervir na gestão pública.

Para Gramsci (2000), a hegemonia dos interesses da classe dominante se estabelece e concretiza não apenas por meio da força e da opressão, mas também pela produção do consentimento das classes dominadas. Esse consentimento está intimamente relacionado à captura da subjetividade, sobre a qual tecemos breve comentário. Na perspectiva de Gramsci, a participação social como mecanismo de controle social contribui para possibilitar aos cidadãos a capacidade de exigir do Estado transparência e responsabilidade nas ações de governança, de modo a estabelecer o entendimento de que o Estado precisa levar em conta as demandas populares para manter sua legitimidade.

Contudo, diante da ideologia neoliberal na sociedade, temos que o principal desafio

imposto ao controle social exercido através da participação popular consiste na possibilidade de que organismos componentes da sociedade civil possam ser instrumentalizados por interesses políticos ou econômicos, que não reflitam as necessidades reais das classes subalternas. Nesse sentido, mais uma vez, defendemos a ideia de que, a parcela da classe dominada, representada pelos menos carentes de políticas sociais e alinhada aos interesses da classe dominante, acaba por se constituir em instrumento de reprodução de desigualdade, contribuindo para dificultar processos de avaliação de políticas públicas, de modo a afastar cada vez mais a participação social do debate político.

3. A IMPORTÂNCIA DA PUBLICIZAÇÃO NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO

Secchi (2013) argumenta que uma política pública possui como objetivo central o enfrentamento de um problema público, que surge “quando o status quo é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor” (Secchi, 2013, p.10).

As políticas públicas possuem dois elementos fundamentais: intencionalidade e respostas frente a este dado problema que afeta ou afetará a coletividade. Na literatura acerca de políticas públicas, alguns pesquisadores abordam esta temática sob a perspectiva centrada no Estado ou estatista, Secchi (2013) explicita que esta abordagem conceitual traz interpretação onde o governo é responsável por formular e implementar políticas públicas. Sendo assim, o Estado torna-se a figura central e legal do processo de tomada de decisão e como agente central, envolvido na criação de políticas baseadas em seu poder e autoridade, desse modo, as políticas representam um “monopólio de atores estatais”, conforme Secchi

A exclusividade estatal no fazer políticas é derivada da superioridade objetiva do Estado em fazer leis, e fazer com que a sociedade cumpra as leis. Além desse argumento objetivo, há a argumentação normativa (baseada em valores) que é salutar que o Estado tenha superioridade hierárquica para corrigir desvirtuamentos que dificilmente mercado e comunidade conseguem corrigir sozinhos (Secchi, 2013, p.3).

Na abordagem centrada no Estado, em que o governo monopoliza a formulação e implementação de políticas públicas, o Estado é um instrumento hegemônico para manter a ordem social, obrigando a sociedade a obedecer às regras e normas estabelecidas. O Estado é o agente primário com a autoridade e a legitimidade, isso, para Gramsci (1999), é a

hegemonia, sendo assim:

A sociedade civil é um terreno de disputa de projetos de classes diferentes em busca da hegemonia. Neste espaço se trava a luta de classes, podendo se construir a hegemonia das classes subalternas. Dias (1999, p. 8) aborda a contradição da sociedade civil ao expor as duas formas de existência na mesma: “a do trabalho e a do capital com seus projetos classistas diferenciados e, portanto, com estratégias específicas de afirmação da sua natureza”. Concebê-la sem o corte classista, como não contraditória, homogênea e articuladora de instituições indiferenciadas, “tende a minimizar a percepção dos conflitos sociais e do seu papel na transformação social” (Dias, 1996b, p. 114) (Bravo apud. Correia 2012, p.134).

Em sua teoria, Gramsci (1999) enfatiza sobre o papel dos intelectuais orgânicos constituídos, que são aqueles que articulam, representam e defendem o bloco histórico ou os interesses da classe. Em relação aos assuntos de políticas públicas, os administradores públicos, planejadores e burocratas desempenham este papel de intelectuais orgânicos. Eles formulam, implementam e justificam as políticas para reforçar o Estado hegemônico e, por extensão, os interesses do bloco de poder.

Por outro lado, de acordo com Secchi (2013) há pesquisadores que optam pela abordagem da política pública multicêntrica, que é oposta à abordagem estatal. A partir disso, a diferença fundamental entre as duas visões é que, em vez de considerar o Estado como o único ator relevante, tal visão envolve outros centros, entre os quais estão os grupos privados, organizações não governamentais e as policy networks que colaboram com os atores estatais na formulação das políticas públicas. Baseada em filósofos como Polany e Orstrom, por exemplo, a abordagem do “policentrismo” supõe a existência de vários centros da decisão na sociedade onde as políticas são feitas sem depender exclusivamente do Estado, de acordo com Secchi,

A abordagem estatista admite que atores não estatais até tenham influência no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, mas não confere a eles o privilégio de estabelecer (decidir) e liderar um processo de política pública. Já acadêmicos da vertente multicêntrica admitem tal privilégios a atores não estatais (Secchi, 2013, p.2).

De fato, a abordagem policêntrica de Secchi (2013) envolve múltiplos atores, alinhando-se com as ideias de Gramsci. Conforme Gramsci (1999), a luta por hegemonia é travada em várias frentes, onde diferentes grupos sociais lutam para ocupar espaços na sociedade civil e na esfera pública. O policentrismo é sem dúvida um exemplo dessa disputa hegemônica, já que, em vez do governo ditatorial por um único grupo, há a presença de

múltiplos centros de decisão.

De acordo com Raichelis (2000) a partir desta perspectiva, o processo de publicização pretende alterar a tendência histórica de subordinação da sociedade civil frente ao Estado, pela via do fortalecimento das formas democráticas de relação entre as esferas estatal e privada, este conceito visa promover a democracia através da abertura de espaços e instituições que permitam a participação ativa e sustentável de grupos organizados na sociedade, incentivando o diálogo contínuo entre o governo e o povo para que as necessidades e exigências da classe popular sejam verdadeiramente satisfeitas, integrado-as nas decisões e políticas públicas.

Raichelis (2000) afirma que para promover a universalização dos direitos civis é necessário criar espaço de discussão e intercâmbio entre os diferentes atores sociais. Estas áreas de comunicação (ou seja, comunicação e compreensão) devem incluir organizações políticas (tais como governos, instituições públicas e partidos políticos) e da sociedade civil (tais como associações, organizações sociais e organizações não-governamentais). Historicamente o Estado deteve o poder institucionalizado, recursos financeiros e a competência de decisão em relação às questões de interesse público, nesse sentido, a sociedade civil vestiu-se de uma posição de dependência, limitando a participação ativa na construção das políticas públicas. A publicização, enquanto sugestão, busca corrigir esse desequilíbrio, promovendo espaços em que a sociedade civil possa reivindicar a inserção de suas pautas nas decisões estatais.

Entretanto, Raichelis (2000) alerta que há conflitos no processo de publicização, este aparece, de fato, porque, em uma sociedade capitalista e desigual, há interesses distintos. A burguesia busca manter o status quo, enquanto, movimentos sociais e organizações da sociedade civil objetivam mudanças, como a ampliação de direitos ou o acesso à qualidade dos serviços públicos. Ou seja, na trajetória da publicização, os grupos com maior capital, seja ele político ou econômico, têm mais condições de formatar as políticas e garantirem que o interesse deles mais adequadamente seja observado. Por sua vez, grupos historicamente marginalizados, mesmo tendo oportunidades de se tornarem envolvidos, frequentemente encontram dificuldades em assegurar que seus direitos sejam, de fato, respeitados e atendidos (Raichelis, 2000).

Faz-se necessário destacar, que o processo de privatização do Estado no Brasil ocorre desde a ascensão do capitalismo, intensificando-se no estado neoliberal, isto, corroborou para a redução da participação estatal na economia e ocasionou a ausência de um espaço público

efetivo para a discussão e definição de políticas públicas. Em consequência disso, a sociedade brasileira vivencia um modelo de capitalismo no qual os recursos públicos são utilizados de maneira discricionária, ou seja, sem a devida transparência, resultando na manipulação dos recursos públicos em benefícios do interesses privados, segundo Raichelis (2000):

É possível constatar uma verdadeira simbiose entre interesses públicos e privados, consolidando-se a cultura de apropriação do público pelo privado (Martins, 1994:29). O que temos no Brasil é uma forma híbrida de Estado, que Sader (1996:13) chamou de mini-max, ou seja, mínimo para atender as necessidades do trabalho e do trabalhador, e máximo na realização dos objetivos de centralização e acumulação do capital (Raichellis, 2000, p.10).

Buscando uma maior participação social e transparência da utilização dos recursos públicos, instituiu-se a partir da Constituição Federal de 1988 os chamados “Conselhos”. Raichelis (2000) evidencia este mecanismo como uma estratégia fundamental para a concretização da publicização. A criação dos conselhos, marca um novo momento no que se refere a gestão de políticas públicas, pois traz consigo a participação ativa de diversos atores estatais. Esta mudança ocorreu através dos tensionamentos promovidos pelos movimentos sociais, que visualizavam a participação social como uma ferramenta de ampliação da representação popular.

Entretanto, Raichelis (2000) alerta para alguns desafios significativos enfrentados neste espaço, a autora elenca como impasses a sonegação de informações, desrespeito às decisões, cooptação dos conselheiros, fragmentação das demandas e prevalência de interesses corporativistas, esses são apenas alguns das inúmeras interferências encontradas dentro deste espaço.

4 A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO PROCESSO POLÍTICO

Arretche (2013) aborda que a avaliação de políticas públicas não é apenas uma análise técnica, mas envolve uma série de questões políticas, ideológicas e sociais que podem moldar tanto os objetivos da política quanto os critérios utilizados para avaliá-la. A autora também expõe que qualquer forma de avaliação vai exigir do avaliador um tipo de julgamento “trata-se de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público em particular, de analisá-la a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita)” (Arretche, 2013, p.126). A concepção implícita, pode ser compreendida como aquela que pode causar influências baseado em fatores como a religião,

moralidade, crenças e ideologias, e acaba sendo um risco para a tomada de decisão da adoção ou não adoção de uma determinada política, já a concepção explícita, é aquela que se baseia em leis e regulamentos formais.

Nesse mesmo sentido, Gramsci nos Cadernos do Cárcere (1891-1937) traz a questão do senso comum, como sendo uma multiplicidade de elementos que foram absorvidos pelos indivíduos e pelas classes sociais, em sua maioria de maneira inconsciente, mas que acabam se tornando normas e valores para o funcionamento da sociedade. Se olharmos por esse prisma, a avaliação de políticas públicas pode ser influenciada por esse senso comum, que é construído e reforçado pelas instituições dominantes. Por exemplo, uma política de austeridade pode ser avaliada positivamente se for vista como "necessária" em um senso comum que valoriza a estabilidade econômica, sem levar em consideração as desigualdades sociais que ela pode gerar.

Tão logo, a avaliação de políticas públicas, deve ser compreendida como um processo político, pois, desde o início do ciclo das políticas até sua execução, irá refletir e corresponder aos interesses e pressões de atores diversos. E no âmbito democrático, ela não é apenas um exercício técnico para verificação de impactos e resultados, mas também um espaço de disputa de poder. Desse modo, a avaliação pode ser tanto uma ferramenta utilizada para legitimar como para criticar políticas públicas, dependendo de como ela é conduzida, dos interesses envolvidos e da interpretação dos resultados.

Em consequência disso, Arretche (2013, p.132), destaca sobre a importância de se ter avaliações independentes, “Porque destinadas a exercer controle sobre as ações públicas, seja dos cidadãos sobre o governo, seja do governo sobre si mesmo, as avaliações precisam ser realizadas por órgãos independentes”. Ela aborda que geralmente, os encarregados da execução de uma política fazem “avaliações, que basicamente consistem em relatórios de acompanhamento”. O ponto a se destacar é que essas avaliações dificilmente vão estar isentas, e isso por diversas questões,

Há uma série de incentivos para que tais avaliações concluam pelo sucesso do programa ou, pelo menos, que tendam a minimizar seus elementos de fracasso. Estas razões vão desde a manutenção dos próprios empregos até o interesse das burocracias em aumentar suas margens de poder e de gastos. Por estas razões, é mais difícil que tais “avaliações” tenham em geral valor avaliativo, ainda que possam ser bons instrumentos de pesquisa para estudos de avaliação, mais particularmente avaliações de eficácia (Arretche, 2013, p.132).

De modo a relacionar a questão da avaliação de políticas públicas como um processo

político com os pensamentos Gramscianos, podemos pensar a ideia de hegemonia e o papel das instituições e estruturas de poder na formação e manutenção da ordem social. Gramsci (1999) introduziu o conceito de hegemonia, que se refere ao controle ideológico e cultural das elites sobre as massas, não por meio de pura força, mas por meio do consenso.

Assim como referenciado anteriormente, a avaliação participativa das políticas públicas pode ser uma forma de envolver os setores populares no processo de avaliação, questionando as formas dominantes de medir sucesso e promovendo um novo entendimento de eficácia e eficiência, que considere os interesses das classes subalternas e envolva a comunidade atendida pelas políticas públicas. Seja através da publicização ou por outros mecanismos, a participação social na avaliação é uma forma de democratizar o processo e garantir que as este realmente reflita as necessidades e experiências das populações vulneráveis, além disso, representa, uma forma de resistência frente ao ideário neoliberal que tem como objetivos a fragmentação da sociedade e seu enfraquecimento político.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interconexões abordadas entre sociedade, democracia, políticas públicas e seu processo de avaliação, revelam a complexidade e os desafios atuais no processo de construção e avaliação de políticas públicas. A participação social emerge como um princípio fundamental nos três pontos de discussão do artigo, e ela se revela essencial para o fortalecimento da democracia, pois permite que diferentes segmentos da sociedade influenciem diretamente as decisões que impactam suas vidas.

Contudo, a integração de uma participação efetiva da sociedade nas esferas decisórias das políticas públicas, enfrenta barreiras estruturais, muitas vezes limitadas pelas práticas neoliberais que acabam por enfraquecer a participação social, dessa forma, a influência neoliberal, se torna então um obstáculo significativo da participação social. O conceito de publicização no planejamento e gestão de políticas públicas surge como um contraponto a esse cenário, e que tem como principal pauta, a responsabilização do Estado, não apenas pela implementação de políticas, mas também por assegurar um processo transparente e acessível, no qual os cidadãos possam interagir, fiscalizar e participar ativamente da gestão. Embora seja um processo desafiador em contextos de forte influência neoliberal, é essencial para resgatar o caráter democrático do planejamento público, fazendo-o mais inclusivo e voltado para as necessidades reais da população.

Pelo apanhado de pensamentos Gramscianos ao decorrer do artigo, se destaca a importância da sociedade civil e das organizações de base na formação de uma contra-hegemonia, ou seja, na construção de um processo de resistência frente a manutenção status quo. Nesse sentido, a participação social na avaliação de políticas públicas assume um papel fundamental, pois permite que as vozes das classes subalternas fiquem em evidência, desafiando as narrativas dominantes, deste modo, criando um espaço para a crítica e a transformação da formulação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas**. Cortez, São Paulo, 2013. Acesso em: 20 nov.2024. Disponível em: [Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas | Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política](#). Acesso em: 20 de nov de 2024.
- BRAVO, M. I. S. CORREIA, M. V. C. **Desafios do controle social na atualidade**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012. doi: 10.1590/S0101-66282012000100007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NkpLbcXZf5mPHkHrksGGXnf/>. Acesso em: 15 de nov de 2024.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. (2. ed.). São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- DAGNINO, Evelina. **Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal**. Revista Rio de Janeiro, n. 15, p. 45-65, jan-abr 2005. Acesso em: 20 de nov de 2024.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (1891-1937), Volume 1. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999. Acesso em: 20 nov. 2024. Disponível em: [1349633_gramsci_cadernos_do_carcere_vol_i.pdf](#). Acesso em: 25 de nov de 2024.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Editora: Civilização Brasileira, v.3, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6891743/mod_resource/content/1/Quaderni-del-carcere-3_-Antonio-Gramsci-Cadernos-do-C%C3%A0rcere-v.pdf. Acesso em: 15 de nov de 2024.
- RAICHELIS, R. **Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um desafio a ser enfrentado pela Sociedade Civil**. In: MOTA, M.E. (et al) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Cortez, 2000. Disponível em: <https://escoladeconselhos.ufms.br/files/2021/06/DEmocratizar-Gest%C3%A3o-da-Pol%C3%ADticas-Sociais-Rachel-Raiquelis.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2006. Acesso em: 20 de nov de 2024.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

PARTICULARIDADES DE PORTO ALEGRE DE PORTO ALEGRE NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM OLHAR DESDE O SERVIÇO DE ATENDIMENTO FAMILIAR E A INTENSIFICAÇÃO DAS PARCEIRIZAÇÕES NO MUNICÍPIO

PARTICULARIDADES DE PORTO ALEGRE EN LA IMPLEMENTACIÓN DEL SISTEMA ÚNICO DE ASISTENCIA SOCIAL: UNA MIRADA DESDE EL SERVICIO DE ATENCIÓN A LA FAMILIA Y LA INTENSIFICACIÓN DE LAS COLABORACIONES EN EL MUNICIPIO

Tiago Martinelli
Maiara Cemin Cagliari

Resumo: A assistência social em Porto Alegre enfrenta um cenário de precarização e sobrecarga, através de parcerias e convênios como centrais na execução dos serviços. O artigo pretende refletir sobre esse cenário, tensionando o papel do Estado e da sociedade civil a partir do Serviço de Atendimento Familiar.

Palavras-chave: Assistência Social; Porto Alegre; Parceirização; Sociedade Civil; Estado.

Resumen: La asistencia social en Porto Alegre enfrenta un escenario de sobrecarga y precarización, donde las asociaciones y convenios son mecanismos centrales para la prestación de servicios. Este artículo propone una reflexión crítica sobre este contexto, problematizando los roles del Estado y la sociedad civil a partir del análisis del Servicio de Atención Familiar.

Palabras clave: Asistencia Social; Porto Alegre; Asociaciones; Sociedad Civil; Estado.

1 INTRODUÇÃO

No final do século XX, o Brasil vivenciou um processo de democratização nas políticas públicas. No campo da assistência social, é a partir do final dos anos 90 que ganha novos contornos com o que se pode chamar de uma fase de democratização da filantropia (Mestriner, 2008). Esse momento é inaugurado com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, que estabelece o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), marcando um avanço ao propor uma estrutura paritária com representação do poder público e da sociedade civil.

Tal processo de avanço nas políticas sociais públicas é evidenciado pela consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) após a IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003. Este sistema estabeleceu um pacto federativo e organizou a assistência social de maneira a considerar a complexidade dos serviços em função do território. A partir de 2005, a assistência social começou a ser reafirmada como um direito e uma política pública que integra a proteção social, atuando em sinergia com a saúde e a previdência social. Tal avanço é fruto de um longo processo histórico de confrontos de classes e lutas sociais, onde se busca romper com a assistência tradicionalmente vista como filantropia, reconhecendo que a pobreza e a desigualdade são questões coletivas, não individuais, enquanto se busca a consolidação e defesa dos direitos sociais.

Sabe-se que a implementação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) em 1995, considerada uma contra-reforma do Estado (Behring, 2003) iniciou uma transição para uma administração pública de moldes gerencialistas. Tal perspectiva objetivando a “eficácia” dos serviços, veio a viabilizar legalmente a transferência de atividades não exclusivas do Estado para as então chamadas organizações sociais, como um setor público não estatal (Brasil, 1995). As mudanças na assistência social a partir da Constituição de 1988 implicaram no reconhecimento da primazia do Estado na condução da política em todas as esferas de governo. No entanto, conforme estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e documentos correlatos, a sociedade civil também possui um papel relevante, atuando como parceira de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.

Nesse contexto, o artigo apresenta-se como uma construção de escrita resultante de processo de trabalho de conclusão de curso em serviço social (Cagliari, 2004), que tratou de entender e identificar as peculiaridades regionais de implementação do SUAS com o foco no processo de atuação de entidades não governamentais. Compreende-se que tal processo ocorre de modo particular em cada ente da federação e aqui cabe o enfoque a Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul e seus processos peculiares. Trata-se de peculiaridades regionais apontadas tendo em vista ser o único município com o chamado Serviço de Atendimento Familiar (SAF), não tipificado, mas localmente capilarizado nos territórios e articulado com os princípios e objetivos paralelos ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

2 CONTEXTO DE PORTO ALEGRE

O percurso da assistência social institucionalizada em Porto Alegre tem início formal em 1977, com a promulgação da Lei nº 4.308/PMPA, que instituiu uma fundação com a finalidade de promover a educação social e comunitária. Além de sua função educativa, essa fundação assumia também a responsabilidade administrativa pelos centros de comunidade implantados em diversos bairros da cidade. Nesse momento ainda não há uma atuação específica e organizada do serviço social nesses espaços. Já em 1994, por meio da Lei nº 7.414, ocorre uma reconfiguração institucional relevante: a fundação passa a ser denominada Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC) e deixa de estar subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Nesse momento, a FESC assume papel central na coordenação da política pública de assistência social, articulando ações do poder público e da sociedade civil. De acordo com o artigo 1º da referida legislação, estabelece-se como finalidade a formulação, promoção e coordenação de uma política de assistência social composta por um conjunto integrado de ações voltadas à garantia de serviços e benefícios à população em situação de vulnerabilidade (PMPA, 1994). O processo de transformação institucional atinge um novo marco no ano 2000, quando, com a promulgação da Lei Municipal nº 8.509, a fundação passa a se denominar Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Nesse contexto, suas unidades de atendimento também são redefinidas e passam a ser classificadas como Centros Regionais de Assistência Social, Abrigos Municipais e Módulos de Assistência Social, refletindo uma ampliação e diversificação da estrutura de atendimento no campo da assistência social no município.

A atuação da FASC revela desde os primeiros movimentos institucionais um elemento fundamental que persiste ao longo do tempo: o reconhecimento dos espaços comunitários como eixos estruturantes para a articulação territorial e a efetivação de direitos. Essa centralidade conferida aos territórios e às organizações locais ajuda a compreender a continuidade desses espaços na transição para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente a partir de sua regulamentação municipal por meio do Decreto nº 17.256/2011.

A adesão ao SUAS no município iniciou-se em 2007, exigindo um reordenamento institucional que possibilitasse a adequação às novas diretrizes nacionais. Esse processo resultou na implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), nos anos de 2010 e 2011, respectivamente. Tais mudanças foram motivadas pela publicação da Tipificação

Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), que redefiniu o formato e a organização dos serviços, implicando a necessidade de revisão e reestruturação da rede socioassistencial local (Silva, 2019).

Para atender às exigências do novo modelo e assegurar sua efetividade, Porto Alegre adotou um processo de reorganização que envolveu diferentes níveis da política municipal. A regionalização, princípio orientador do SUAS, foi operacionalizada a partir das 17 regiões do Orçamento Participativo, as quais serviram como base para a distribuição dos CRAS e CREAS. Essa escolha foi respaldada por um estudo técnico de vulnerabilidades e cobertura social realizado entre 2007 e 2008 por consultoria especializada (PMPA, 2010), garantindo uma alocação mais precisa e equitativa dos equipamentos públicos no território.

A trajetória da política de assistência social em Porto Alegre esteve sob a gestão da FASC até fevereiro de 2025, quando foi extinta pela Lei Complementar 1.036, tendo como justificativa do poder público que a extinção diminui os gastos e melhora a eficiência na prestação de serviços. No entanto, as organizações sindicais e demais movimentos sociais questionam essa perspectiva, apontando que trata-se de um sucateamento e terceirização do serviço. As competências da FASC foram então transferidas para a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

3 OS CAMINHOS DA TERCEIRIZAÇÃO E PARCEIRIZAÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

As mudanças na assistência social a partir da Constituição de 1988 implicaram no reconhecimento da primazia do Estado na condução da política em todas as esferas de governo. No entanto, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e documentos correlatos, a sociedade civil também possui um papel relevante, atuando como parceira de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. Nesse contexto, atribui-se às entidades sociais a co-responsabilidade pela oferta das ações previstas no SUAS, compondo uma rede socioassistencial que articula o público e o privado na efetivação de direitos.

O processo de construção dessa rede, entretanto, não ocorreu de maneira uniforme ou sem contradições. Muitas das organizações da sociedade civil já atuavam nos territórios antes mesmo da consolidação do SUAS, pautadas em práticas filantrópicas tradicionais, frequentemente vinculadas a instituições religiosas e a lógicas de caridade. Com a

institucionalização da assistência social como política pública e a exigência de universalização do acesso, essas entidades foram desafiadas a reformular sua atuação. Nesse cenário,

A inserção constitucional da assistência social como política pública efetivadora de direitos sociais tem, então, seu embate com a filantropia tradicional e o impasse na reformulação da relação Estado - Organizações sem fins lucrativos, constituindo-se o que poderíamos chamar de filantropia democratizadora. (Mestriner, 2008, p.47)

Desse modo, nessa transição, se regula a participação das entidades pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), estabelecido pela Lei nº 13.019/2014 (Brasil, 2014), consolida o papel das entidades e organizações de assistência social, que passam a ser reconhecidas como Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no contexto das parcerias firmadas com a administração pública sob um regime jurídico específico. Além disso, as OSCs assumem uma função relevante no controle social ao participarem dos conselhos de assistência social como representantes da sociedade civil. Segundo o marco, considera-se como organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Brasil, 2014)

Em Porto Alegre, como apontado previamente, já se falava de rede conveniada pré implementação completa do SUAS, pois a cidade através do programa da FESC/FASC chamado "Família, Apoio e Proteção" desde 1996 materializou o projeto chamado Núcleo de Apoio Sócio Familiar (NASF) exclusivamente materializado via entidades e rede de serviços socioassistenciais como uma forma de atender demandas da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social (1993) para proteção social às famílias.

Em 2010, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) passou por uma reestruturação para se alinhar ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), sendo então substituído pelo Serviço de Atendimento Familiar (SAF), vinculado aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Assim, os CRAS localizados em áreas de maior vulnerabilidade passam a representar não apenas o espaço de execução do PAIF, mas também desempenham a função estratégica de articular a rede socioassistencial no território.

A expansão da rede de proteção social provocou inevitavelmente alterações na forma de organização e condução do trabalho sob responsabilidade da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Conforme divulgado pela comunicação institucional da Prefeitura em 2014, o crescimento das demandas exigiu adaptações emergenciais, culminando na utilização de serviços conveniados e terceirizados como forma provisória de suprir o quadro funcional: “Para atender a imediata implantação do Suas, o quadro de funcionários teve de ser suprido por empresas terceirizadas e entidades conveniadas, mas a previsão constitucional é que o atendimento da rede deva ser feito por servidores efetivos concursados” (PMPA, 2014). Tal apontamento revela um déficit estrutural de profissionais, contrariando os parâmetros estabelecidos pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS, 2006) e instaurando um cenário persistente de contradição entre diferentes formas de vínculo empregatício – concursados e trabalhadores contratados via organizações conveniadas.

Em Porto Alegre, a tentativa de normatizar essa relação entre o poder público e as organizações da sociedade civil (OSCs) foi consolidada por meio do decreto municipal nº 19.775, de 27 de junho de 2017, o qual regulamenta a Lei Federal nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Este decreto estabelece as diretrizes para a promoção de parcerias nas modalidades de fomento, colaboração e cooperação com OSCs. No parágrafo único do referido decreto, destacam-se os princípios que orientam essas relações institucionais: autonomia municipal, gestão democrática, controle social, fortalecimento da sociedade civil, cidadania, além de critérios como economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

No Decreto municipal 19.755/2017 não há limitante quanto ao tipo de serviço público que pode ser terceirizado, o que tem gerado um cenário de intensificação dessa prática. É comum observar manchetes nos principais noticiários regionais como essa: “Desmonte dos serviços públicos levou Porto Alegre ao colapso 'A política de terceirização e privatização atingiu praticamente todos os setores da administração pública'” (Gimenis, 2024), que indicam a presença dessas práticas em serviços como saúde, educação, transporte e assistência social.

4 SERVIÇO DE ATENDIMENTO FAMILIAR

A Resolução nº 109, de 2009, que institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, estabelece a organização dos serviços da assistência social segundo os diferentes níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade (Brasil, 2009). Inserido no âmbito da Proteção Social Básica (PSB), o SAF articula-se às diretrizes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o qual, segundo a mesma resolução, se caracteriza por um trabalho social contínuo junto às famílias, voltado para o fortalecimento de suas funções protetivas, prevenção da ruptura de vínculos e promoção do acesso a direitos (Brasil, 2009, p. 12). Com foco na prevenção de riscos sociais, o PAIF adota como princípios estruturantes a territorialidade e o acompanhamento sistemático das famílias em seu contexto de vida.

Em Porto Alegre, a configuração da PSB abrange o PAIF, o SAF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). As ações preventivas de atendimento familiar são executadas tanto pelo PAIF — operacionalizado a partir dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) — quanto pelo SAF, sendo a distribuição das famílias atendidas determinada pela área geográfica de abrangência de cada serviço, ambos vinculados institucionalmente à proteção básica. De acordo com Silva (2019), o SAF se apresenta como uma iniciativa complementar ao PAIF, em consonância com os dispositivos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que admite a participação de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na execução de serviços, programas e projetos de forma complementar às ações estatais. Nesse sentido, o escopo do SAF se alinha às diretrizes do trabalho social com famílias delineado pelo PAIF, cujo propósito central reside em fortalecer os vínculos familiares e comunitários e contribuir para a melhoria das condições de vida nos territórios (Brasil, 2012, p. 15).

A compatibilidade entre os dois serviços é também reforçada pelas orientações metodológicas definidas pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Em documento orientador de 2011, a FASC estabelece que o acolhimento e a inserção das famílias atendidas por entidades conveniadas devem ocorrer em espaços de escuta qualificada e reflexão crítica, permitindo não apenas o acolhimento das situações vivenciadas, mas também a ampliação da consciência sobre as dinâmicas familiares, seus desafios e potencialidades, visando ao fortalecimento de vínculos e à construção de relações mais saudáveis (PMPA, 2011, p. 8).

Esses objetivos são operacionalizados por meio de ações específicas de acompanhamento familiar, conforme previsto no PAIF: acolhida, oficinas com famílias, atividades comunitárias, atendimentos individualizados e encaminhamentos. Conforme análise de Silva (2019, p. 39), os princípios norteadores do SAF estão em consonância com o PAIF tanto pela natureza do acompanhamento de famílias quanto pela necessidade de adequação à lógica e aos parâmetros do SUAS. Assim, o SAF emerge da intersecção entre a política pública estatal e a ação das OSCs, constituindo-se como uma estratégia híbrida de gestão e execução no interior da proteção social básica.

Embora o Serviço de Atendimento Familiar (SAF) tenha sido concebido como uma ação complementar ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a expansão da demanda nos territórios revelou uma sobrecarga significativa, o que modificou sua função prática. Conforme analisa Silva (2019), o próprio desenho institucional da política de assistência social em Porto Alegre tem dificultado a articulação efetiva entre os serviços, sobretudo em razão da intensificação do volume de atendimentos e da precarização das condições de trabalho. Essa realidade impõe desafios ao princípio da integralidade e à intersetorialidade no âmbito da Proteção Social Básica. A partir de levantamento documental e pesquisa prévia realizada por Cagliari (2004), identificou-se que todas as organizações da sociedade civil (OSCs) envolvidas na execução do SAF no município são entidades sem fins lucrativos e com finalidade pública. Analisando os Planos de Trabalho e os históricos institucionais dessas organizações, foi possível classificá-las em dois grupos principais: aquelas com origens comunitárias e aquelas oriundas de congregações religiosas. Do total de 26 entidades executoras, 14 (representando 53,8%) têm vínculos declarados com instituições religiosas, enquanto as demais 12 (46,2%) têm base em iniciativas comunitárias locais.

Esse panorama remete à análise de Yazbek (1993), que caracteriza o cenário pós-redemocratização como marcado por um processo de “refilantropização” da assistência social. Em outras palavras, há uma retomada do protagonismo de organizações filantrópicas na prestação de serviços sociais, mesmo em um contexto de consolidação do SUAS. Ainda que a atuação das OSCs represente uma contribuição significativa para a capilaridade e efetividade das ações nos territórios, é necessário reconhecer as tensões geradas por essa dinâmica, sobretudo diante das tendências contemporâneas de retração do papel estatal.

Behring (2008, p. 253) problematiza essa lógica ao destacar que a presença das OSCs não se restringe mais à função de complementariedade prevista na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009). Pelo contrário, em muitos casos, essas

organizações têm se configurado como principal via de acesso aos serviços, o que aponta para uma substituição progressiva da responsabilidade do Estado no provimento de direitos sociais. Assim, a parceria com OSCs, embora reconhecida como estratégica, pode também ser interpretada como parte de um movimento mais amplo de privatização da política pública, que compromete a universalidade e integralidade previstas na Constituição Federal de 1988.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, os avanços em direitos sociais vêm sendo tensionados pelas diretrizes do ajuste fiscal, que reforçam um Estado privatista. A ideia de Estado privatista aqui referido não pretende esgotar todas as suas instâncias e estruturas, mas implica diretamente as políticas públicas econômicas e sociais. A proposta de concentrar esforços em privilégios ao setor privado, eximindo-se de responsabilidades, reduzindo os serviços e substituindo os mesmos por dinheiro/ pecúnia (aqui não se trata de programas de transferência de renda), diretamente para indivíduos ou principalmente para instituições e empresas privadas para que executem estes serviços no âmbito e na lógica privatista. Neste sentido a cultura privatista do Estado reforça práticas filantrópicas, benemerentes, paternalistas, remetendo-se inclusive ao coronelismo. Além disso, busca aplicar os princípios gerenciais privados, muitas vezes justificados justamente pelas práticas conservadoras.

Essa lógica aprofunda a divisão entre quem pode pagar por serviços essenciais e quem é excluído deles, ao mesmo tempo em que amplia espaços de mercado em áreas antes públicas. Essa dinâmica compromete o acesso universal e impõe uma gestão focalizada e precarizada. A precarização atinge não só os serviços, mas também a vida e o trabalho das populações vulneráveis, agravando desigualdades e convertendo o público em oportunidade de acumulação privada.

Nesse contexto, é preciso problematizar o chamado “fortalecimento da sociedade civil”, pois certas entidades, alinhadas a projetos políticos dominantes, representam uma participação social que, na prática, pode ocultar interesses privados. Como alerta Coutinho (2011, p. 13), o modelo neoliberal tende à desregulamentação e à substituição do Estado por agentes privados sob a justificativa da eficiência.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de

direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS** - Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 12/08/2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2009a. Disponível em: <https://celeirovotunica.org.br/docs/Norma_Operacional_Basica_de_Recursos_Humanos_do_SUAS_NOB-RH_SUAS.pdf>. Acesso em: 12/08/2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2009. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf>. Acesso em: 12/08/2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à família PAIF**, volume 2. Brasília: 2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf>. Acesso em: 12/08/2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12/08/2024.

MARTINELLI, Tiago; COUTO, Berenice Rojas; BORTOLI, Mari Aparecida. **O público e o privado na Assistência Social**. In.: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). Política de Assistência Social e Temas Correlatos. Campinas, SP: Papel Social, 2016.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

PMPA. **LEI 8.509 DE 07 DE JUNHO DE 2000**. Disponível em: <<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000023209.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>>. Acesso em: 12/08/2024.

_____. **Decreto nº 19.755 de 27 de junho de 2017**. Disponível em: <<https://acesse.dev/BGoe>>. Acesso em: 12/08/2024.

_____. **Prefeitura de Porto Alegre**, 2024. Rede de Parcerias FASC. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/fasc/parcerias>>. Acesso em 12 ago 2024.

_____. **SGP Sistema de Gestão de Parcerias**, 2024a. Disponível em <<https://sgp.procempa.com.br/exibeParceriasPortal>>. Acesso em 12 ago 2024.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT (PNSI-LGBT): UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

NATIONAL POLICY ON INTEGRAL LGBT HEALTH: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF SOCIAL WORK

Bruna Carolina Milani¹
Cátia Tatiane Sampaio Porto²
Daniela do Nascimento Machado³
Nicolas Machado de Almeida⁴
Carin Otília Kaefer Lisbôa⁵

Resumo: O artigo busca elucidar reflexões a respeito da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT), destacando alguns acontecimentos sócio-históricos e políticos que impulsionaram a sua formulação e os desafios impostos para a sua implementação. O estudo, baseado no método histórico-dialético crítico, utiliza revisão bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, articulando debates sobre sexualidade, direitos sociais e políticas públicas. Apesar da consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), evidencia-se que a população LGBT+ continua enfrentando desigualdades estruturais e discriminação institucional. O texto resgata a emergência do movimento LGBT+ no Brasil, para a consolidação da PNSI-LGBT, pois essa foi afetada pela agenda neoliberal, pelo avanço do neoconservadorismo e da retórica antigênero. No cenário recente, identifica-se uma retomada do diálogo e fortalecimento da participação social, abrindo possibilidades de reconstrução da política. Para o Serviço Social, reafirma-se o papel estratégico do/a assistente social na defesa de direitos, na garantia do acesso e no enfrentamento das desigualdades que atravessam a população LGBT+. Assim, fortalecer a PNSI-LGBT é fundamental, tendo em vista a promoção da justiça social e a consolidação de um SUS verdadeiramente inclusivo.

Palavras-chave: PNSI-LGBT; Política Social; Serviço Social.

Abstract: The article analyzes the National Policy on Integral LGBT Health (PNSI-LGBT) from the perspective of Social Work, highlighting key socio-historical and political events that influenced its formulation and the challenges posed to its implementation. The study,

¹ Discente do 7º semestre no Curso de Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: bruna.milani@acad.ufsm.br.

² Discente do 7º semestre no Curso de Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: catia.porto@acad.ufsm.br.

³ Discente do 7º semestre no Curso de Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: danascima005@gmail.com.

⁴ Discente do 7º semestre no Curso de Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: nicolasma371@gmail.com.

⁵ Assistente social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades – PUCRS. Docente no Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: otiliakaefer@gmail.com.

grounded in the critical historical-dialectical method, employs a bibliographic and documentary review with a qualitative approach, articulating debates on sexuality, social rights, and public policies. Despite the consolidation of the Unified Health System (SUS), it is evident that the LGBT+ population continues to face structural inequalities and institutional discrimination. The text revisits the emergence of the LGBT+ movement in Brazil, essential to the consolidation of the PNSI-LGBT, which was significantly affected by the neoliberal agenda, the rise of neoconservatism, and anti-gender rhetoric. In the current context, there are signs of renewed dialogue and strengthened social participation, opening possibilities for rebuilding the policy. For Social Work, the strategic role of social workers is reaffirmed in the defense of rights, the guarantee of access, and the confrontation of the inequalities that affect the LGBT+ population. Thus, strengthening the PNSI-LGBT is crucial for promoting social justice and consolidating a truly inclusive SUS.

Keywords: PNSI-LGBT; Social Policy; Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento do direito à saúde como um direito universal, inscrito na Constituição Federal de 1988 (CF/88), representa uma conquista histórica no Brasil. Apesar desse avanço, as desigualdades estruturais de gênero, raça/etnia e classe ainda impõem barreiras ao acesso equitativo aos serviços de saúde. Historicamente, a população LGBT+⁶ enfrentou a exclusão social e tratamentos patologizantes, o que a marginaliza nas políticas de saúde. Esse contexto impulsionou o surgimento da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), que busca promover atenção integral, equidade e respeito à diversidade sexual e de gênero.

Nos últimos anos, o capitalismo em sua fase neoliberal tem se intensificado, incidindo de forma direta sobre a realidade social. De acordo com Behring e Boschetti (2011), o argumento da crise fiscal do Estado tem servido para a restrição e a redução de direitos. Nesse contexto, a proteção social passa a ser progressivamente mercantilizada, momento em que as políticas públicas perdem seu caráter universal, tornando-se cada vez mais pontuais e compensatórias. O Sistema Único de Saúde (SUS) situa-se nesse cenário, especialmente após a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que impôs um teto de gastos e limitou, por mais de duas décadas, o investimento em áreas essenciais como saúde e educação.

Paralelamente, observa-se a ascensão do neoconservadorismo no país, cujo conteúdo incorpora a chamada ideologia antigênero. Essa perspectiva produz impactos significativos na

⁶ A sigla abarca pessoas lésbicas, gays, bi, trans, queer, intersexo, assexuais, pan, não binárias e mais (MPRS, 2024).

formulação, implementação e continuidade de políticas voltadas à população LGBT+, como a PNSI-LGBT. Entre 2019 e 2022, durante o governo Bolsonaro, registrou-se um contexto de descontinuidade institucional, desfinanciamento e enfraquecimento de estruturas participativas e de gestão, resultando em expressivo sucateamento das ações relacionadas à essa política.

A atuação dos movimentos LGBT+ é marcada por um processo de transformação social, articulando direitos humanos, cidadania e políticas públicas. Sua ação foi decisiva para que o Estado reconhecesse a orientação sexual e a identidade de gênero como determinantes sociais da saúde, exigindo respostas que ultrapassassem a lógica biomédica e incorporassem dimensões éticas, culturais e sociais. No campo da saúde, esse movimento constitui um espaço estratégico para compreender as disputas em torno do reconhecimento e da efetivação de direitos dessa população.

O presente artigo objetiva analisar a PNSI-LGBT sob o ponto de vista do Serviço Social. Para isso, encontra-se dividido em três partes. Na primeira seção, a Introdução, na segunda seção, será realizada uma breve contextualização socio-histórica dos avanços da política de saúde no Brasil e sua incorporalidade ao segmento LGBT +. Logo, na mesma seção, apresentar-se-á as realidades vividas pelas pessoas LGBT+, com foco na situação de saúde. Em seguida, a PNSI-LGBT, sua relevância política e seu papel na promoção da equidade em saúde, destacando os avanços e os desafios ainda existentes. Por fim, os autores realizam algumas considerações a título de conclusão.

O estudo consiste em uma revisão de literatura e documental, de natureza qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada no método histórico-dialético crítico. A análise é a partir dos princípios do SUS, como universalidade, equidade e integralidade, em interface as produções científicas sobre sexualidade, direitos e políticas públicas. Com isso, objetiva-se contribuir para o debate acerca da efetivação dos direitos da população LGBT+ na perspectiva do Serviço Social.

Parte-se do pressuposto de que a atuação profissional do/a assistente social se configura como um mecanismo de viabilização dos direitos da classe trabalhadora (CFESS, 2012). O trabalho profissional fundamenta-se a partir do projeto ético-político, pautado em princípios como a liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos e a pluralidade, respaldados no Código de Ética da profissão. Assim, o/a assistente social, ao atuar na área da saúde⁷, desempenha um papel estratégico na promoção da justiça social, especialmente no que

⁷ Para compreender o perfil dos/as assistentes sociais no país, é pertinente recorrer à pesquisa Perfil de

se refere à população LGBTQ+, ao fazer o enfrentamento das expressões da questão social, que impactam o acesso e a qualidade dos serviços prestados para essas pessoas.

A escolha do Serviço Social como eixo central de análise justifica-se pelo lugar ocupado pelos/as assistentes sociais frente às ofensivas conservadoras e neofascistas que têm marcado o cenário político contemporâneo. Em tal contexto, o trabalho profissional caracteriza-se também como uma forma de resistir, tendo em vista o compromisso ético-político com a classe trabalhadora. Assim, compreender a implementação da PNSI-LGBT a partir da perspectiva da profissão permite evidenciar a articulação entre direitos LGBTQ+, proteção social e justiça social, destacando como a atuação crítica do/a assistente social é essencial para tensionar desigualdades, combater a LGBTQfobia institucional e fortalecer a garantia de direitos em um cenário de retrocessos.

2 DA REALIDADE SOCIAL À POLÍTICA PÚBLICA: SAÚDE E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQ+ NO BRASIL

No Brasil, o final da década de 1970 e a década de 1980 foram caracterizadas por um processo de redemocratização política. Conforme aponta Bravo (2009), novos atores sociais passaram a compor o cenário da saúde e a discutir as condições de vida das pessoas e as propostas governamentais para o setor. Com isso, a “saúde deixou de ser interesse apenas dos técnicos para assumir uma dimensão política, estando estreitamente vinculada à democracia” (Bravo, 2009, p. 95).

É nesse contexto que as articulações políticas da sociedade tomam amplitude, a exemplo das propostas do Movimento de Reforma Sanitária, que incluíam: a universalização do acesso; a concepção como direito social e dever do Estado; a reestruturação do setor; a descentralização do processo decisório; o financiamento efetivo e a democratização do poder local. A Constituição Federal de 1988 (CF/88) atendeu, em grande parte, essas reivindicações, a qual de acordo com Paim (2008), o passo mais avançado a reformulação administrativa do setor da saúde, foi a criação do Sistema único de Saúde (SUS).

A CF/88 representou um marco histórico para a saúde no Brasil ao reconhecê-la como direito de todos e dever do Estado, conforme o artigo 196, que estabelece: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos” (Brasil, 1988). A partir desse princípio,

Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional (CFESS, 2022).

instituiu-se o SUS, consolidando um modelo público, universal e equitativo de atenção à saúde. Fundamentado na universalidade, integralidade e equidade, e orientado pela descentralização e participação social, o SUS reafirma a saúde como um direito social que exige políticas amplas e intersetoriais para a melhoria das condições de vida da população (Brasil, 2020).

Ainda que não esteja explícito no texto constitucional, a equidade é um eixo central do SUS, a qual busca reduzir as desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços. Sendo assim, “a equidade exige que as políticas públicas adotem abordagens diferenciadas para atender às necessidades específicas de cada população, promovendo justiça social” (Meira *et al.*, 2025, p. 6).

Conforme Meira *et al.* (2025), a saúde da população LGBTQ+ é atravessada por fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, que influenciam diretamente as experiências de discriminação e exclusão. Esses elementos aumentam o grau de vulnerabilidade e o risco social, afetando a qualidade de vida e contribuindo para processos de adoecimento. A falta de preparo de alguns profissionais de saúde para lidar com questões relacionadas à identidade de gênero e à orientação sexual, somada ao preconceito institucional, pode resultar em barreiras de acesso, atendimentos discriminatórios e invisibilidade nos registros oficiais. Mulheres lésbicas e bissexuais, por exemplo, podem enfrentar desigualdades no acesso aos serviços de saúde e ocultar sua orientação sexual, reverberando a baixa procura na realização do exame preventivo de colo do útero (Papanicolau), por exemplo.

No final da década de 1970, o processo de redemocratização do Brasil possibilitou o surgimento de diversos movimentos sociais. No final da década de 1970, em plena ditadura militar, o movimento LGBTQ+ surgiu inicialmente denominado “movimento homossexual” ou “movimento gay”. O grupo Somos⁸ foi um dos pioneiros a questionar o conservadorismo da sociedade e reivindicar o direito à liberdade sexual e à dignidade. Conforme Ciscati (2022), a organização desafiava a sociedade brasileira a repensar os costumes vigentes, confrontando a moral conservadora da época em busca de uma maior liberdade sexual. Assim, onde há exploração e opressão, há também resistência, resiliência e luta, reafirmando a relevância da articulação política da sociedade na defesa de seus direitos e a potência do protagonismo do

⁸ O Grupo de Afirmação Homossexual – Somos foi formado em 1978 na cidade de São Paulo, a partir da mobilização de militantes homossexuais, entre os quais se destaca João Silvério Trevisan. O surgimento do Somos ocorreu em um contexto de abertura política e coincidiu com a emergência de outros movimentos sociais identitários, como o feminista e o movimento negro. Embora fosse composto majoritariamente por homens gays, o grupo também contou com a participação de lésbicas e travestis (Morando, 2022).

sujeito enquanto cidadão.

Ao longo do tempo, o movimento mudou sua configuração, a sigla que o representa e suas pautas prioritárias. Com o avanço do processo de redemocratização do país, os ativistas reconheceram a necessidade de formular políticas públicas capazes de promover os direitos dos diversos segmentos da população LGBT+. Dessa forma, às pautas culturais e de costumes somaram-se demandas relacionadas à saúde, à educação e ao combate à violência (Ciscati, 2022).

A epidemia de HIV/Aids, na década de 1980, marcou um ponto decisivo nessa trajetória, ao expor o estigma e o preconceito contra pessoas LGBT+, mas também ao impulsionar a criação de redes de solidariedade e o diálogo entre ativistas e gestores públicos. A crise sanitária impulsionou ações de prevenção e mobilização social, ao mesmo tempo em que revelou as profundas desigualdades e o estigma associados à orientação sexual e à identidade de gênero. Isso porque, embora tenham ocorrido avanços na atenção à saúde LGBT+, o enfrentamento foi inicialmente permeado por forte discriminação, uma vez que o vírus era frequentemente associado aos homossexuais, o que reforçava preconceitos e dificultava o acesso igualitário aos serviços de saúde (Parker; Aggleton, 2021).

Nos anos 2000, o Estado brasileiro começou a incorporar essas demandas em sua agenda institucional. O Programa Brasil sem Homofobia, de 2004, representou um marco na promoção dos direitos humanos e no combate à violência contra pessoas LGBT+. Em seguida, a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, de 2006, reforçou o compromisso com o atendimento humanizado e livre de discriminação no SUS. As Conferências Nacionais LGBT+ (2008, 2011 e 2016) consolidaram esse processo, promovendo o diálogo entre sociedade civil e Estado. De acordo com Meira *et. al* (2025), essas iniciativas foram fundamentais para sensibilizar gestores e profissionais de saúde, além de fomentar a construção de políticas públicas mais inclusivas e equitativas para a população LGBT+.

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT), instituída pela Portaria nº 2.836/2011 do Ministério da Saúde (MS), resultou desse acúmulo de lutas e debates. O texto visa promover a saúde integral da população LGBT+, eliminar a discriminação institucional e reduzir desigualdades, em consonância com os princípios do SUS. Ainda, a política estabelece ações de capacitação de profissionais, acolhimento humanizado e ampliação dos serviços especializados, reconhecendo a diversidade como dimensão fundamental da saúde pública (Brasil, 2011). Essas ações são consideradas fundamentais na qualificação humanizada do cuidado, pois visa garantir o respeito às identidades de gênero e orientações sexuais. Destarte,

contribuirá para a redução das desigualdades no acesso aos serviços. Assim, a política reafirma o compromisso do SUS com a equidade e com a promoção dos direitos humanos no campo da saúde (Brasil, 2011).

Conforme é trazido no texto da PNSI-LGBT (Brasil, 2011), a gestão é organizada de forma tripartite entre União, Estados e Municípios. À União, por meio do Ministério da Saúde, cabe apoiar técnica e politicamente a implementação da política, elaborar protocolos clínicos específicos para a atenção à população trans, incluir quesitos de orientação sexual e identidade de gênero nos sistemas de informação, fomentar pesquisas, apoiar movimentos sociais e difundir as diretrizes da política. Aos Estados compete definir estratégias para implementação da PNSI-LGBT em seu território, planejar e avaliar ações de saúde integral, incorporar conteúdo sobre saúde LGBT+ na educação permanente e estimular a participação dessa população nos conselhos de saúde. Já os Municípios são responsáveis por executar a política no nível local, estabelecendo metas, identificando necessidades da população LGBT+, articulando-se com outras políticas sociais e fortalecendo a participação social nos espaços de controle democrático.

De acordo com Nogueira (2021, p. 7) “o avanço representado pela criação da política é inquestionável, todavia, temos clareza de que isso não é suficiente e não garantirá que a população tenha conhecimento de sua existência e que os(as) profissionais irão, de fato, conhecê-la na íntegra e, assim, efetivá-la”. A implementação da política enfrenta desafios, pois para o efetivo alcance social desejado há muitos obstáculos a superar, sobretudo, a dificuldade de superar preconceitos e discriminações historicamente enraizados. Nesse sentido, avançar na política exige mudanças culturais e institucionais fundamentadas no respeito à diversidade e na promoção dos direitos humanos. Conforme Meira *et al.* (2025), a implementação da política enfrenta, portanto, desafios estruturais, como a falta de recursos, a resistência institucional e a ausência de formação continuada dos profissionais, o que compromete sua efetividade.

Os avanços são lentos, pois apenas em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passou a incluir a orientação sexual em suas pesquisas; antes disso, não havia dados nacionais sobre a orientação sexual dos brasileiros e brasileiras. Na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em parceria com o IBGE em 2019, 2,9 milhões de pessoas acima de 18 anos se autodeclararam homossexuais ou bissexuais, equivalente a 1,8% da população adulta. Já no estado do Rio Grande do Sul – RS, 171 mil pessoas se autodeclararam não heterossexuais, correspondendo a 1,9% da população adulta do estado

(IBGE, 2019).

A população LGBTQ+ continua enfrentando desigualdades estruturais e discriminação institucional, de acordo com dados de 2023 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2024), o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo, revelando uma violência estrutural que impacta diretamente a saúde e o bem-estar dessa parcela da população (ANTRA, 2024). As situações de vulnerabilidade que atravessam a vida cotidiana da população LGBTQ+ se intensificam com as situações de desigualdade social, pobreza, racismo, transfobia e desigualdade de gênero, agravando as condições de vida e limitando o acesso a serviços de saúde qualificados.

A ausência de políticas intersetoriais que integrem Assistência Social, Saúde, Educação e Trabalho, reforçam o ciclo de vulnerabilidade, demonstrando que a promoção da saúde integral deste segmento requer ações coordenadas entre diferentes áreas do governo descentralizadas.

A consolidação da PNSI-LGBT esbarra no avanço do neoconservadorismo e da retórica antigênero, reforçada por setores da sociedade nos últimos anos. Esse contexto intensifica práticas discriminatórias, expressando tendências neofascistas de ataque a minorias. Como exemplo, o Comitê Técnico Nacional de Saúde LGBTQIA+ foi extinto com a publicação do Decreto nº 9.759/2019 pelo governo Bolsonaro (Brasil, 2025).

O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão aos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o *outro*, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do *outro*: quando o *outro* é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças (Barroco, 2011, p. 209).

Nesse contexto, torna-se fundamental destacar os efeitos da lógica de austeridade e do Estado neoliberal sobre a implementação da PNSI-LGBT. A agenda neoliberal, materializada na Emenda Constitucional nº 95/2016 e a consequente retração dos investimentos sociais públicos, produziu impactos diretos nos serviços básicos para a população. Nesse mesmo contexto, houve o enfraquecimento do controle social, evidenciado pelo enfraquecimento de conselhos e demais instâncias deliberativas. Conforme Lisboa (2025, p. 76),

A dificuldade de nos identificarmos como classe trabalhadora nos fragmentou e nos despolitizou, contribui para o desmembramento e enfraquecimento dos movimentos sociais, os quais têm um legado de grande importância para o avanço das políticas sociais públicas. Esse cenário nos interpela, e é necessário resgatar a essência do significado de cidadania, a fim de que a violência estrutural não se configure

normativa na vida em sociedade.

Os espaços de controle social são fundamentais para que a gestão pública se responsabilize pelas demandas da sociedade, são espaços públicos em que os usuários das políticas públicas exercem seu protagonismo para a definição e acompanhamento das políticas; princípio garantido no âmbito do SUS. Diante de avanços e retrocessos, em 2023, o MDHC, sob o governo Lula, restabeleceu o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, retomando o diálogo e as ações voltadas ao fortalecimento e revisão da PNSI-LGBT. Posteriormente, em setembro de 2025, foi restabelecido o Comitê Técnico Nacional de Saúde LGBTIA+, após seis anos de suspensão, composto por 27 movimentos sociais e associações e com o objetivo de propor e monitorar ações para garantir e ampliar os direitos das pessoas LGBTQ+ no SUS (Brasil, 2025).

Nessa direção, uma importante conquista foi a mudança na classificação de gênero no SUS, voltada à ampliação do acesso aos serviços de saúde. Desde 2024, homens e mulheres podem acessar mais de 200 procedimentos que antes eram restritos por marcações de gênero, incluindo cuidados relacionados ao câncer de útero, vasectomia, parto e outros exames tradicionalmente vinculados à saúde feminina ou masculina (Casemiro, 2024). A mudança representa um avanço significativo na garantia da equidade em saúde e no reconhecimento das necessidades específicas da população transexual pelo sistema público.

Em 21 de outubro de 2025, realizou-se a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQ+, com a participação de 1.500 delegados e delegadas, marcando a retomada do diálogo entre o Estado e a sociedade civil e reforçando a promoção e a defesa dos direitos dessa parcela da sociedade (Brasil, 2025). Durante o evento, foi assinada a portaria que instituiu o Plano Nacional de Trabalho Digno LGBTQIA+, cujo objetivo é fortalecer a autonomia econômica, social e cidadã dessa população, garantindo condições de inclusão, segurança e equidade no âmbito do trabalho (Brasil, 2025).

Na contramão da insensibilidade ante os dilemas da coletividade, em particular a população LBGT+, há que preservar a capacidade de indignação e senso crítico, ancorados com o projeto ético-político. No exercício profissional, isso implica comprometimento com a qualidade dos serviços, defesa dos princípios do SUS e acolhimento de pessoas LGBTQ+, garantindo o princípio da dignidade humana, bem como o apoio à participação e mobilização dos sujeitos em defesa de suas necessidades e direitos. Por fim, contribuir na produção de conhecimento crítico sobre as condições de vida da população LBGT+, para inclusão de

debates que denota fortalecer a interlocução do Serviço Social com o movimento da sociedade. Desse modo, a presença do/a assistente social no campo da saúde contribui para a efetivação de um SUS verdadeiramente universal, integral e equitativo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação da PNSI-LGBT exige um Estado que fortaleça as medidas de proteção social representada pela Seguridade Social e maior interlocução com os segmentos da sociedade, viabilizando espaços robustos de participação social. Embora o SUS represente um marco na democratização do acesso, a realidade mostra que nem todas as pessoas vivenciam esse direito plenamente. As desigualdades sociais expressas nas condições de saúde da população LGBT+ revelam que o preconceito e a exclusão permanecem determinantes no processo da saúde.

A trajetória dos movimentos sociais, desde a redemocratização até a criação da PNSI-LGBT em 2011, demonstra a força da mobilização popular e o papel da sociedade civil na conquista de direitos. Contudo, os retrocessos políticos, como a extinção temporária do Comitê Técnico Nacional de Saúde LGBTIA+, mostraram o quanto essas políticas são frágeis diante de contextos de desmonte institucional. A recente retomada do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e a reativação de espaços participativos representam, portanto, não apenas um avanço administrativo, mas um gesto simbólico de reconstrução democrática e de reafirmação do princípio da equidade.

Dados como o fato de o Brasil ser o país que mais mata pessoas trans no mundo evidenciam que a saúde não pode ser compreendida apenas sob a lógica do processo saúde-doença, mas como produto de um modelo econômico que agudiza as desigualdades sociais e viola os direitos simbólicos de existência. A pobreza, racismo, transfobia e desigualdade de gênero contribuem para situações de vulnerabilidade e risco social. O Serviço Social, com sua força de resistência, luta pela primazia dos direitos humanos, sendo necessário combater processos discriminatórios, reafirmar a cidadania na promoção da justiça social, reconhecer os sujeitos como protagonistas de sua história e zelar pelos princípios éticos-políticos.

Para garantir a efetividade da PNSI-LGBT é preciso reafirmar o compromisso com uma saúde verdadeiramente universal, integral e equitativa, a qual reconhece as diferenças, não como barreiras/impedimentos, mas como uma dimensão legítima da vida social.

Promover o cuidado com respeito à diversidade é, defender o princípio da dignidade humana. Nesse sentido, o desafio que se coloca não é apenas o de garantir a política, mas também o de fortalecer uma consciência coletiva social comprometida com a consolidação de uma cultura de preservação de direitos, capaz de assegurar a todos uma vida pautada na liberdade, na segurança e no reconhecimento do protagonismo da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 30 out. 2025
- BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://share.google/c1jhwJeeUaBS2OfmW>. Acesso em: 28 out. 2025.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Estrutura e configuração do Sistema Único de Saúde (SUS). São Luís: UNA-SUS; UFMA, 2020. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/24183>. Acesso em: 28 out. 2025.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Ministério institui Comitê Técnico Nacional de Saúde LGBTIA+**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/setembro/ministerio-institui-comite-tecnico-nacional-de-saude-lgbtia>. Acesso em: 26 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.2.836 de 1º de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 20 out. 2025.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Após nove anos, Conferência Nacional LGBTQIA+ é retomada e Governo do Brasil lança Plano do Trabalho Digno**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/10/apos-nove-anos-conferencia-nacio>

nal-lgbtqia-e-retomada-e-governo-do-brasil-lanca-plano-de-trabalho-digno. Acesso em: 29 out. 2025.

BRAVO, M. I. S. A política de saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete; *et al.* (Orgs.). In: **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 88–110.

CASEMIRO, P. **Ministério da Saúde muda classificação de gênero em tratamentos para ampliar acesso a transexuais**. In: G1, São Paulo, 21 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2024/05/21/ministerio-da-saude-muda-classificacao-de-genero-em-tratamentos-para-ampliar-acesso-a-transexuais.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 26 out. 2025.

CISCATI, R. A história do movimento LGBTQIA+ brasileiro em 3 conquistas, segundo ativistas. In: **Brasil de Direitos**, 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/a-historia-do-movimento-lgbtqia-brasileiro-em-3-conquistas-segundo-ativistas/>. Acesso em: 27 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNS - Pesquisa Nacional de Saúde**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>. Acesso em: 28 out. 2025.

LISBÔA, C. O. K. **Esquecida mente: a violência estrutural e sua intersecção nas políticas de saúde mental à população idosa no Brasil e no Uruguai**. Tese de doutorado vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social. PUCRS. Porto Alegre, 2025. <https://hdl.handle.net/10923/27476>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (MPRS). **Conheça 6 Direitos da População LGBTQIAPN+**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://share.google/JBOT5IfvOsZ0K9Ohy>. Acesso em: 28 out. 2025.

MEIRA, R. M. B.; SOUSA, M. F. de; MENDONÇA, A. V. M.; OLIVEIRA, B. M. de; WANZELLER, V. M. As políticas de saúde como ações públicas: análise da trajetória da política para população LGBT+ no SUS – 2011 a 2024. **Caderno Pedagógico**, Curitiba: Studies Publicações e Editora Ltda., v. 22, n. 5, p. 1-22, 2025.

MORANDO, L. Grupo Somos. In: **Anda Direito**, 30 maio 2022. Disponível em: <https://andadireito.com.br/grupo-somos/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

NOGUEIRA, J. de S. N.; LEITÃO, E. S de F; SILVA, C. S. da. Interseccionalidades na experiência de pessoas trans nos serviços de saúde. In: **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 3, p. 1-15, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2177-093X2021000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 30 out. 2025.

PAIM, J. S. **A Reforma Sanitária e o CEBES**. Rio de Janeiro: CEBES, 2012. 27p. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2015/02/1A-Reforma-Sanit%C3%A1ria-Brasileira-e-o-CEBES.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

PARKER, R.; AGGLETON, P. **Estigma, discriminação e AIDS**. Rio de Janeiro: ABIA, 2021. Disponível em: <https://share.google/5spXqcDzXa7ZOZ1pl>. Acesso em: 16 nov. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unpampa.edu.br/temas/magistrados/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

POLÍTICAS PREVISIONALES: EL RECONOCIMIENTO DE APORTES POR TAREAS DE CUIDADO COMO ACTO DE JUSTICIA SOCIAL

POLÍTICAS PREVIDENCIÁRIAS: O RECONHECIMENTO DE APORTES POR TAREFAS DE CUIDADO COMO ATO DE JUSTIÇA SOCIAL

Sandra Montiel¹
Camila Machado²

Resumen: El presente trabajo presenta resultados finales de un proyecto de investigación sobre la política previsional de Reconocimiento de Aportes por Tareas de Cuidados y sus alcances en la ciudad de Posadas y Apóstoles. Se trata de un estudio descriptivo con metodología cualitativa orientado a conocer las trayectorias familiares, educativas y laborales de las mujeres beneficiarias, las características demográficas actuales, cambios en sus vidas y percepciones sobre este beneficio previsional. En el año 2021 el gobierno nacional decretó el Reconocimiento de Aportes por Tareas de Cuidados a mujeres madres. Esta norma absolutamente novedosa en la legislación previsional visibilizó estas actividades y otorgó el carácter económico de trabajo remunerado a las tareas de cuidado convertido en aporte previsional. A fines del año 2023 habían accedido a este beneficio previsional 440.000 mujeres en el país con un promedio de edad de 61,3 años y 3,2 hijos. El 79% de las mujeres incluidas no podrían haber accedido a una jubilación mínima porque no contaban con la totalidad de los años de aportes. En la provincia de Misiones fueron incorporadas a esta política pública 10.000 mujeres mayores. Esta política pública pretende compensar la desigualdad histórica visibilizada en el mercado laboral a partir de las brechas entre el trabajo registrado de hombres y mujeres, que colocó siempre en peores condiciones a las mujeres con menos años de aportes y de trabajo reconocido. Se considera fundamental analizar desde el Trabajo Social estas políticas previsionales que impactan directamente en estos grupos poblacionales de mujeres mayores.

Palabras-claves: Mujeres; Desigualdades; Tareas de Cuidados; Políticas Previsionales.

Resumo: O presente trabalho apresenta resultados finais de um projeto de pesquisa sobre a política previdenciária de Reconhecimento de Contribuições por Tarefas de Cuidado e seus alcances nas cidades de Posadas e Apóstoles. Trata-se de um estudo descritivo com metodologia qualitativa, orientado a conhecer as trajetórias familiares, educacionais e laborais das mulheres beneficiárias, as características demográficas atuais, as mudanças em suas vidas e as percepções sobre este benefício previdenciário. No ano de 2021, o governo nacional decretou o Reconhecimento de Contribuições por Tarefas de Cuidado a mulheres mães. Esta norma, absolutamente inovadora na legislação previdenciária, deu visibilidade a estas atividades e concedeu o caráter econômico de trabalho remunerado às tarefas de cuidado, convertidas em contribuição previdenciária. No final do ano de 2023, 440.000 mulheres no

¹ Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales- Universidad Nacional de Misiones.

² Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales- Universidad Nacional de Misiones.

país haviam acessado a esse benefício previdenciário, com uma idade média de 61,3 anos e 3,2 filhos. O 79% das mulheres incluídas não poderiam ter acessado uma aposentadoria mínima porque não contavam com a totalidade dos anos de contribuição. Na província de Misiones, 10.000 mulheres de 60 anos e mais foram incorporadas a esta política pública. Esta política pública visa compensar a desigualdade histórica visibilizada no mercado de trabalho a partir das disparidades entre o trabalho registrado de homens e mulheres, que sempre colocou as mulheres em piores condições, com menos anos de contribuições e de trabalho reconhecido. Considera-se fundamental analisar, a partir do Serviço Social, estas políticas previdenciárias que impactam diretamente nestes grupos populacionais de mulheres maiores.

Palavras-chave: Mulheres; Desigualdades; Tarefas de Cuidado; Políticas Previdenciárias.

1 INTRODUCCIÓN

El envejecimiento poblacional constituye uno de los fenómenos demográficos más significativos del siglo XXI, planteando desafíos estructurales ineludibles para las instituciones económicas y sociales. En América Latina y el Caribe, este proceso se caracteriza por una marcada feminización de la vejez (Huenchuan, 2018), una tendencia que se replica en la provincia argentina de Misiones, donde el 15% de las mujeres y el 13,2% de los varones superan los 60 años, con un índice de feminidad notablemente alto en Posadas y Apóstoles (IPEC, 2022). Este diferencial demográfico subraya una realidad crítica: "No es lo mismo envejecer siendo hombre, que envejecer siendo mujer" (Pozo, 2023).

La vulnerabilidad económica de las mujeres mayores se erige como el resultado de una desigualdad de género acumulativa (Rodríguez Enríquez, 2015). A lo largo de sus trayectorias de vida, las mujeres han estado sujetas a una división sexual del trabajo desigual que las expuso a la precariedad laboral, la informalidad y, fundamentalmente, a la dedicación exclusiva de las tareas de cuidado no remuneradas. Esta penalización sistémica del trabajo reproductivo se traduce en historias contributivas insuficientes, afectando la suficiencia y cobertura de sus prestaciones previsionales.

Ante este panorama, la presente investigación se justificó por su alta relevancia académica y sociopolítica. Se alinea con los debates contemporáneos sobre la seguridad social al abordar el impacto de la política Reconocimiento de Aportes por Tareas de Cuidado (RATC), una herramienta que busca mitigar estas desigualdades históricas al formalizar el valor del trabajo esencial para la reproducción social (Montiel, 2024).

1.1 Objetivos y estructura del estudio

El objetivo general de este estudio, ya realizado, fue analizar las trayectorias de vida y las percepciones de las mujeres mayores de Posadas y Apóstoles, Misiones, beneficiarias de la política previsional de Reconocimiento de Aportes por Tareas de Cuidado (RATC).

La estructura del documento se divide en: el Desarrollo (marco teórico, objetivos y contexto histórico del sistema previsional argentino); los Hallazgos Centrales (evidenciando la desigualdad estructural y la percepción del RATC como pilar de justicia social); y las Consideraciones Finales (que sintetizan las conclusiones y establecen los desafíos y perspectivas futuras para la ciudadanía previsional de las mujeres).

2 DESARROLLO

El envejecimiento de la población presenta desafíos importantes para las instituciones económicas y sociales, especialmente en áreas como el consumo, el ahorro, el mercado laboral y los servicios. En 2024, América Latina y el Caribe cuenta con 65 millones de personas mayores de 65 años (el 9,8% de la población total), de las cuales el 56,5% son mujeres (CEPALSTAT, 2024). En la provincia de Misiones, según datos de la EPH³ de 2022, el 15% de las mujeres y el 13,2% de los varones tenían 60 años o más, de acuerdo con el IPEC⁴.

Analizando casos específicos en Misiones, se observa una predominancia femenina marcada en la población de personas mayores. En Posadas, la capital y la ciudad más poblada con 379.374 habitantes, hay 196.410 mujeres, lo que se traduce en una tasa de feminidad de 107,3. En esta ciudad, el 15,5% de las mujeres de la zona urbana tienen 60 años o más, en comparación con el 8,7% de los varones en el mismo grupo de edad.

Este patrón se repite en el departamento de Apóstoles. A pesar de tener una población mucho menor (48.244 habitantes), también muestra un predominio de mujeres (24.549), con una tasa de feminidad de 103,6. Esta cifra la ubica como el segundo departamento con la tasa de feminidad más alta, solo superada por Posadas. En el grupo de 60 años y más, el índice de feminidad en Apóstoles es de 125 mujeres por cada 100 varones.

Estos datos confirman la tendencia regional que señala Huenchuan (2018), quien

³ Encuesta Permanente de Hogares.

⁴ Instituto Provincial de Estadística y Censos.

sostiene que, desde el inicio del proceso de envejecimiento en la región, se ha observado un predominio de mujeres entre las personas mayores, y las proyecciones indican que esta tendencia persistirá.

A su vez, estas cifras resaltan la necesidad de políticas públicas que consideren las diferencias de género en el proceso de envejecimiento, ya que hombres y mujeres transitan trayectorias de vida distintas que impactan su acceso a los sistemas previsionales. Como señala Pozo (2023, pág. 1), “No es lo mismo envejecer siendo hombre, que envejecer siendo mujer”, una realidad moldeada por factores sociales y culturales.

Esta investigación se justifica por su alta relevancia en las dimensiones académica y sociopolítica, al analizar las trayectorias de vida y las percepciones de las mujeres mayores beneficiarias de la política de Reconocimiento de Aportes por Tareas de Cuidado (RATC) en Misiones. El estudio se alinea con los debates contemporáneos sobre la seguridad social y aporta una perspectiva de género y un enfoque cualitativo crucial para comprender las realidades de un grupo poblacional históricamente invisibilizado.

La investigación se inserta en un contexto global y regional caracterizado por el envejecimiento poblacional y la creciente feminización de la vejez (Gomes, 2007; Ham Chande, 1996). Este fenómeno demográfico plantea desafíos significativos para los sistemas previsionales, ya que las mujeres, sujetas a una división sexual del trabajo desigual, han enfrentado trayectorias laborales discontinuas, con mayor informalidad y una marcada dedicación a las tareas de cuidado no remuneradas (Rodríguez Enríquez, 2015). Esta desigualdad de género es de carácter acumulativo y se traslada directamente al momento del retiro, afectando la suficiencia y la cobertura de sus prestaciones.

La necesidad de comprender el impacto de la política RATC guió este estudio, ya que esta política no solo visibiliza y valora este trabajo esencial –fundamental para la reproducción social–, sino que también ofrece una perspectiva profunda sobre la ciudadanía previsional de las mujeres, demostrando cómo una política pública de alcance nacional puede mitigar las desigualdades acumuladas a lo largo de sus vidas (Montiel, 2024; Corsiglia Mura, 2019).

2.1 Objetivos de la investigación y abordaje metodológico

El presente estudio se planteó como objetivo general “analizar las trayectorias de vida y las percepciones de las mujeres mayores de Posadas y Apóstoles, Misiones, beneficiarias de

la política previsional de Reconocimiento de Aportes por Tareas de Cuidado (RATC)”.

Para lograrlo, la investigación se estructuró en torno a los siguientes objetivos específicos:

- Conocer el ciclo de vida familiar, la composición, organización y redes de apoyo.
- Indagar sobre las tareas de cuidado realizadas, analizando el uso del tiempo y los aportes a la economía del cuidado.
- Indagar las trayectorias laborales y educativas.
- Indagar las percepciones sociales, evaluando la satisfacción con la política.

El estudio empleó un enfoque dual, analizando la reconstrucción biográfica (trayectorias) y la valoración subjetiva de la política (percepciones). Se utilizó una exploración territorial en Misiones que contrastó las realidades socioeconómicas de Posadas (urbano) con las de Apóstoles (semi-rural), aunque la heterogeneidad geográfica no eliminó los patrones de vulnerabilidad compartida.

3 LA TRANSFORMACIÓN HISTÓRICA DEL SISTEMA PREVISIONAL ARGENTINO Y EL RECONOCIMIENTO DEL CUIDADO

3.1 Trayectoria Histórica-avances y retrocesos

El diseño del sistema previsional argentino ha atravesado diferentes etapas. A inicios y mediados del siglo XX las políticas de seguridad social fueron de carácter “bismarckiano” estaban orientadas prioritariamente a los trabajadores registrados: creación de cajas jubilatorias y reconocimiento de derechos laborales. Se inició en los '80 el proceso de crisis del sistema previsional con la caída del empleo registrado y el amesetamiento de las jubilaciones. Las transformaciones neoliberales iniciadas en los años '90 estuvieron signadas por el ajuste de los haberes, la ampliación de años de aportes y la mercantilización del sistema con la aparición de las Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones.

3.2 Políticas de Inclusión: Moratorias y el eje de Género

Los inicios del siglo XXI estuvieron marcados por políticas de Seguridad Social con enfoque de derecho. Se implementó el Plan de Inclusión Previsional con dos Moratorias (2005 y 2014), y se renacionalizó el sistema con la recuperación de los fondos de las AFJP.

Ambas Moratorias incluyeron a un sector históricamente no reconocido por las políticas bismarckianas, a los “trabajadores informales”, fueron más de 3.000.000 de personas incluidas al sistema. La evolución de la tasa de cobertura previsional nacional (2005-2015) refleja el significativo impacto de esta política pública sobre el universo de la población de personas mayores, con un mayor aumento en las mujeres de 65 a 93%, y en los hombres de 75 a 90%. Las principales beneficiarias fueron mujeres mayores, de bajo nivel educativa y de menores ingresos. Los datos demuestran que esta política pública ubicó en una situación de igualdad de derechos a mujeres y hombres en la cobertura previsional, aún cuando el mercado de trabajo sedimentó la desigualdad a lo largo de sus trayectorias laborales.

En el año 2021 se implementó la política de Reconocimiento de Aportes por Tareas de Cuidado (RATC). Esta norma absolutamente novedosa en la legislación previsional visibilizó y otorgó el carácter económico de trabajo remunerado a las tareas de cuidado convertido en aporte previsional. Esta política pública reconoció por primera vez en términos económicos -como aportes- a las tareas de cuidados realizadas por las mujeres a lo largo de sus vidas en particular. La RATC opera como la máxima expresión de esta perspectiva de derechos, siendo un eje clave para la ampliación de la ciudadanía previsional al contabilizar formalmente el tiempo dedicado al trabajo reproductivo no remunerado.

“La política de reconocimiento de aportes por tareas de cuidado posibilita la inclusión inmediata a la seguridad social a mujeres adultas mayores con una múltiple acumulación de desventajas para poder acceder a su jubilación. Y, de esta forma, establece las bases del reconocimiento de un nuevo derecho de aquí en adelante. Se convierte, entonces, en un primer e importante paso que da el Estado para reconocer y valorar de manera tangible estas tareas que realizan mayormente las mujeres y que han estado históricamente invisibilizadas” (Corsiglia Muro, pg 31: 2021).

En el siglo XXI los planes de Moratorias Previsionales y RATC en la Argentina flexibilizaron los requisitos de acceso al sistema, lo cual posibilitó una predominancia femenina en el acceso a la jubilación por primera vez en la historia (Corsiglia Mura y otros, 2021). Para diciembre de 2023, el 79% de las jubilaciones contributivas en vigor que reciben las mujeres fueron obtenidas a través de las moratorias.

4 HALLAZGOS CENTRALES: TRAYECTORIAS, DESIGUALDAD ESTRUCTURAL Y EL RATC

Los resultados de la investigación revelaron que la vulnerabilidad previsional de las mujeres mayores no es una anomalía, sino el resultado de una penalización sistémica del trabajo de cuidado a lo largo de sus ciclos de vida.

4.1 El Ciclo de vida familiar y la carga exclusiva del cuidado

El ciclo de vida familiar de las beneficiarias de RATC se caracterizó por una fuerte tensión entre el ideal de domesticidad y la realidad de hogares diversos (monoparentales o multigeneracionales), donde las trayectorias fueron modeladas ineludiblemente por el ciclo familiar (Jelin). Se identificó que la maternidad no planificada y la recurrente ausencia de corresponsabilidad paterna generaron la carga total y exclusiva del cuidado, limitando drásticamente su autonomía económica y desarrollo.

Los testimonios evidencian cómo el "deber cuidar" fue impuesto por la división sexual del trabajo, constituyéndose en una labor exhaustiva que generó un alto costo de oportunidad. La sobrecarga, a menudo acentuada por las desigualdades de clase y geográficas (Faur), estableció el factor de riesgo estructural que generó la brecha previsional. Las redes de apoyo, aunque presentes (principalmente femeninas), actuaron como pilares de supervivencia que suplieron la falta de estructuras formales (Gomes), pero no eliminaron la persistencia de la carga de cuidado, incluso en la vejez.

4.2 Brechas educativas y laborales: La penalización acumulada

Las trayectorias educativas y laborales reflejaron directamente la desigualdad estructural. En el plano educativo, la trayectoria se caracterizó por el acceso limitado o el abandono temprano, condicionado por la necesidad económica (Ariza & de Oliveira) y la internalización de estereotipos de género (Bourdieu), que desincentivaron la ambición profesional a favor de los roles domésticos. Esto limitó las oportunidades laborales formales.

En el ámbito laboral, el patrón fue la precariedad y la intermitencia, predominando la informalidad como una estrategia de subsistencia flexible para conciliar con las demandas de cuidado (Zibecchi). Esta interrupción constante y la limitada movilidad geográfica, especialmente en el ámbito rural, generaron historias contributivas insuficientes, evidenciando la penalización por maternidad (OIT). La desvalorización económica del trabajo reproductivo

trasladó y perpetuó las desigualdades de la vida activa a la vejez, manifestándose en la falta de cobertura previsional.

4.3 Percepción del RATC: Un pilar de justicia social y dignificación

En cuanto a las percepciones, se concluye que la política RATC trasciende la dimensión económica para erigirse como un pilar de justicia social y restitución histórica. La jubilación generó una transformación radical que modifica el habitus (Bourdieu) y es percibida como un reconocimiento a la dignidad y el derecho al descanso.

El reconocimiento formal del trabajo de cuidado otorgó autonomía económica propia, diferenciándola de las pensiones asistenciales o por viudez, y generando un profundo sentido de logro personal. La seguridad material provista (incluyendo Obra Social) rompió con la trayectoria esperada de dependencia y precariedad, liberando tiempo para la participación social (clubes, talleres) y recuperando el desarrollo personal.

5 CONSIDERACIONES FINALES

El estudio, que analizó las trayectorias y percepciones de mujeres mayores beneficiarias del Reconocimiento de Aportes por Tareas de Cuidado (RATC) en Posadas y Apóstoles, concluye que sus vidas estuvieron marcadas por la desigualdad estructural y la penalización del cuidado no remunerado, derivando en una vejez vulnerable. Los objetivos revelaron:

- Vida familiar y cuidado: Ciclos familiares no lineales, con ausencia de corresponsabilidad paterna y maternidad compleja. El cuidado fue el factor limitante central (impuesto por la división sexual del trabajo), generando un alto costo de oportunidad en lo laboral y educativo.
- Educación y trabajo: Trayectorias educativas truncadas por el rol de cuidado. Trayectorias laborales precarias, intermitentes e informales como adaptación forzada, lo que interrumpió la acumulación de aportes previsionales.
- Percepción del RATC: Perciben la jubilación como reparación histórica y empoderamiento subjetivo, que les otorga "paz" y "dignidad" al reconocer su trabajo como un derecho. Además, la política es clave para la reconexión social y el desarrollo

personal al liberar tiempo y recursos, posibilitando la participación en actividades comunitarias y de ocio.

El RATC es un acto de justicia social que salda una deuda estructural al reconocer el valor del cuidado invisibilizado. Los hallazgos subrayan la urgencia de implementar políticas de corresponsabilidad entre el Estado, familias, mercado y comunidad, para transformar la división sexual del trabajo y garantizar la igualdad, revirtiendo las situaciones de desigualdades y derecho a la cobertura previsional de las mujeres a lo largo de sus trayectorias de vida.

Los hallazgos demuestran la imperiosa necesidad de políticas de reparación como el RATC para garantizar la ciudadanía previsional y la autonomía de las mujeres mayores. Esta urgencia se potencia al considerar el contexto coyuntural: la decisión de no prorrogar las moratorias previsionales implica un colapso inminente en la cobertura previsional para miles de mujeres. A partir de marzo de 2025, esta población, que mayoritariamente no cumple con los 30 años de aportes debido a las brechas de género, quedaría relegada a la Pensión Universal para el Adulto Mayor (PUAM), con restricciones y un monto inferior, sufriendo una vulneración sistemática de su derecho a una vejez digna.

Por lo tanto, la continuidad y defensa del RATC es vital: "al eliminar las moratorias previsionales, se hace imprescindible pensar la ciudadanía de miles de mujeres que debieran poder jubilarse dignamente en los próximos años" (Montiel, 2024, p. 17). El RATC se erige como un mecanismo de inclusión con perspectiva de género capaz de mitigar la feminización de la vejez empobrecida.

El Trabajo Social tiene un rol indispensable en el diseño e implementación de políticas públicas. Su contribución, enmarcada en el paradigma de los derechos humanos, es crucial para la defensa de políticas con enfoque de género y la continuidad de programas como RATC. La profesión debe abogar por la corresponsabilidad (entre Estado, mercado, comunidad y familias) como única vía para transformar la división sexual del trabajo, evitar la sobrecarga exclusiva de las mujeres y asegurar el pleno goce de los derechos previsionales para todas a lo largo de su vida.

5.1 Desafíos y perspectivas

En el contexto actual de desguace del Estado y de eliminación de políticas públicas que garantizan derechos, con una clara definición política del gobierno nacional del

presidente Javier Milei (2024) de eliminar las moratorias previsionales, se hace imprescindible pensar la ciudadanía de las miles de mujeres que debieran poder jubilarse en los próximos años. La defensa del RATC es vital para evitar la relegación a la PUAM y la profundización de la pobreza en la vejez. Defender políticas como el RATC, percibiéndolas como un acto de justicia social y un mecanismo de dignificación y autonomía para las mujeres mayores.

Esta temática es fértil para estudios futuros centrados en el impacto intergeneracional del RATC y la necesidad de monitorear el efecto del desmantelamiento de políticas en la población de personas mayores, específicamente de las mujeres, que se jubile a partir del año 2025 en adelante.

REFERENCIAS

AMARANTE, V.; COLACCE, M.; MANZI, P. **La brecha de género en jubilaciones y pensiones**: los casos de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay. [S. l.]: CEPAL, 2016.

AMIGORENA, I.; CORSIGLIA MURA, L.; GARCÍA, D. El reconocimiento de aportes por tareas de cuidado en el sistema previsional argentino. *In*: CHACÓN ORTIZ, N. D. *et al.* **Sistemas previsionales con enfoque de género**: avances y retrocesos en América Latina y el Caribe. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

ARGENTINA. ANSES. **Boletín previsional 2019**: caracterización de los beneficios liquidados en diciembre 2019 y análisis de su evolución desde 2015. Buenos Aires: Observatorio de la Seguridad Social, 2020.

ARGENTINA. ANSES. **Nuevos desafíos para la seguridad social**: su rol en la lucha por la eliminación de la violencia por motivos de género. Buenos Aires: Serie Estudios de la Seguridad Social, nov. 2020.

ARGENTINA. ANSES. **Reconocimiento de aportes por tareas de cuidado**: diagnóstico, fundamentos, diseño y resultados a un año de su implementación. Buenos Aires: Serie Estudios de la Seguridad Social, 2022.

ARIZA, M.; OLIVEIRA, O. de. Acerca de las familias y los hogares: estructura y dinámica. *In*: FIGUEROA, B. (coord.). **México diverso y desigual**: enfoques sociodemográficos. México: El Colegio de México/Somede, 2003. p. 161-175.

ARZA, C.; POBLETE, L.; VILLA, D. Sistemas de pensiones y trabajo de cuidado. *In*: CHACÓN ORTIZ, N. D. *et al.* **Sistemas previsionales con enfoque de género**: avances y retrocesos en América Latina y el Caribe. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024.

HUENCHUAN, S. (ed.). **Envejecimiento, personas mayores y Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**: perspectiva regional y de derechos humanos. Santiago: CEPAL, 2018.

HUENCHUAN, S. (ed.). **Envejecimiento, solidaridad y protección social en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2013.

MONTIEL, S. Alcances de las políticas de seguridad social y del ASPO en personas mayores de Misiones en el período 2020-2022. **Proyecto de investigación** – Secretaría de Investigación, FHyCS-UNaM, Posadas, 2023.

MONTIEL, S. Cambios en la seguridad social y sus alcances en las personas mayores en Misiones (2016-2019). *In*: MONTIEL, S.; BOGADO, R. (coord.). **La intervención e investigación del Trabajo Social en Misiones**. Posadas: Espacio Editorial, 2023.

MONTIEL, S. Moratorias previsionales y debates por la ciudadanía. **Revista Desafíos**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2024.

RODRIGUES, M. dos R.; GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, J. Trayectorias educativas de mujeres latinoamericanas residentes en España: una perspectiva interseccional e biográfica. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 32, n. 10, 2024.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. Economía feminista y economía del cuidado: aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. **Nueva Sociedad**, [S. l.], n. 256, 2015.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/internacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

POLÍTICAS PÚBLICAS E JUDICIALIZAÇÃO: A REPRODUÇÃO DAS CONTRADIÇÕES DO ESTADO CAPITALISTA

POLÍTICAS PÚBLICAS Y JUDICIALIZACIÓN: LA REPRODUCCIÓN DE LAS CONTRADICCIONES DEL ESTADO CAPITALISTA

Gabriel de Oliveira Tomilhero
Michelly Laurita Wiese

Resumo: O artigo analisa a judicialização das políticas públicas como expressão das contradições estruturais do Estado capitalista. O objetivo é compreender como o deslocamento das demandas sociais para o campo jurídico reflete a crise da política e a limitação do Estado em sua função mediadora das relações entre capital e trabalho. Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico, de caráter qualitativo e crítico, baseado em revisão bibliográfica e análise conceitual das categorias Estado, direito, políticas públicas e judicialização. O estudo demonstra que a judicialização, ao converter conflitos coletivos em litígios individuais, reforça a ideologia da igualdade formal e oculta as desigualdades materiais que caracterizam a sociabilidade capitalista. Este processo transfere para o Judiciário questões de natureza política e social, promovendo uma forma de administração jurídica da crise e contribuindo para a despolitização das lutas por direitos. Conclui-se que a judicialização, longe de representar o fortalecimento da cidadania, expressa a reprodução das contradições do Estado burguês e sua incapacidade de garantir direitos universais sob a lógica do capital. Superar essa forma de mediação exige repensar o papel do Estado, da política e da justiça em um horizonte emancipador, comprometido com a transformação das condições materiais que sustentam a desigualdade.

Palavras-chave: Judicialização; Políticas públicas; Estado; Marxismo.

Resumen: El artículo analiza la judicialización de las políticas públicas como expresión de las contradicciones estructurales del Estado capitalista. El objetivo es comprender cómo el traslado de las demandas sociales al ámbito jurídico refleja la crisis de la política y la limitación del Estado en su función de mediador entre el capital y el trabajo. Metodológicamente, se trata de un estudio teórico, de carácter cualitativo y crítico, basado en revisión bibliográfica y en el análisis conceptual de las categorías Estado, derecho, políticas públicas y judicialización. El estudio demuestra que la judicialización, al convertir conflictos colectivos en litigios individuales, refuerza la ideología de la igualdad formal y oculta las desigualdades materiales que caracterizan la sociabilidad capitalista. Este proceso desplaza hacia el Poder Judicial cuestiones de naturaleza política y social, promoviendo una forma de administración jurídica de la crisis y contribuyendo a la despolitización de las luchas por derechos. Se concluye que la judicialización, lejos de representar un fortalecimiento de la ciudadanía, expresa la reproducción de las contradicciones del Estado burgués y su incapacidad de garantizar derechos universales bajo la lógica del capital. Superar esta forma de mediación exige repensar el papel del Estado, la política y la justicia en un horizonte

emancipador orientado a transformar las condiciones materiales que sostienen la desigualdad.

Palabras clave: Judicialización; Políticas públicas; Estado; Marxismo.

1 INTRODUÇÃO

A judicialização das políticas públicas no Brasil representa um fenômeno que ultrapassa o campo jurídico, revelando a crise de legitimidade do Estado e o enfraquecimento da política enquanto mediação das contradições sociais. Nas últimas décadas, tribunais e cortes superiores passaram a desempenhar papel central na efetivação (negação) de direitos sociais, deslocando a decisão coletiva para a esfera judicial. Esse processo, que foi intensificado a partir dos anos 1990 com a Constituição Federal de 1988, acompanha o avanço das reformas neoliberais, que enfraquecem a capacidade do Estado de criar e implementar políticas públicas universais, ampliando assim a crença de que o Judiciário pode suprir as falhas da política (Vianna et al., 1999, p. 18).

De modo geral, a judicialização é entendida como a transferência de demandas políticas e sociais para o campo jurídico, que embora aparente significar o fortalecimento do Estado de Direito, acaba por consolidar novas formas de seletividade e desigualdade. Segundo Campilongo (2011, p. 73), a judicialização opera como “um mecanismo de regulação social que, ao transformar conflitos coletivos em litígios individuais, dilui sua dimensão política e reduz a complexidade das relações sociais à lógica da norma jurídica”. Essa mudança da esfera pública para a judicial não é neutra como se acredita muitas vezes, ela está enraizada nas contradições estruturais do Estado capitalista, que tem como função histórica garantir a reprodução da ordem social e econômica, fundada na propriedade privada e na exploração do trabalho (Marx, 2013, p. 56).

A crítica marxista permite compreender que a judicialização, longe de representar um avanço na efetivação de direitos, constitui uma forma nova de agir do direito e da política. Conforme argumentam Cury, Soares e Tomaz (2023, p. 35), a judicialização “expressa a crença de que é possível alcançar a emancipação social por meio das vias jurídicas, desconsiderando que o direito, enquanto forma social, é produto das mesmas relações de produção que engendram a desigualdade que ele pretende corrigir”. O Judiciário, ao ser chamado para resolver contradições que são próprias da sociabilidade capitalista, atua como

legitimador do Estado burguês¹, reproduzindo o fetichismo² da forma jurídica descrita por Pachukanis (2017, p. 92), para quem o direito “não é apenas um instrumento, mas uma forma social que expressa as condições de produção mercantil e a igualdade formal dos sujeitos de troca”.

Nesse sentido, o Estado como indicam Engels (2019, p. 205) e Lenin (2017, p. 11), se mostra como o produto das contradições de classe, erguido para garantir a manutenção da propriedade e conter os conflitos sociais. Iamamoto (2008, p. 112) ainda nos diz que o Estado “é uma arena de disputas, mas estruturada de tal modo que a reprodução da lógica do capital se impõe como eixo de sua funcionalidade”. Assim, esta perspectiva se contrapõe às leituras institucionalistas ou normativas e possibilita entender por que a judicialização, mesmo quando revestida de discursos garantistas, acaba reforçando a função de legitimação do Estado perante o desmonte das políticas públicas.

As políticas públicas também fazem parte de uma das principais expressões da contradição entre capital e trabalho do Estado. Para Behring e Boschetti (2009, p. 23), elas são produtos de lutas sociais, mas também instrumentos de controle e regulação da força de trabalho, articulando a função econômica e política do Estado. No contexto latino-americano, essa contradição se intensifica pela condição de dependência estrutural, nas relações entre países centrais e periféricos (Marini, 2000, p. 45), que impõe limites materiais à universalização dos direitos e submete as políticas sociais às exigências do capital internacional. Quando as políticas se tornam incapazes de atender às demandas, abre-se espaço para a intervenção judicial como substituto da ação política, deslocando o conflito para o terreno da forma jurídica.

¹ Para Vladimir Ilitch Lenin (2017, p. 11–13), o Estado burguês é uma forma histórica de dominação de classe, nascida das contradições insolúveis entre exploradores e explorados. Retomando Engels, Lenin afirma que o Estado surge “quando e na medida em que as contradições de classe não podem mais ser objetivamente conciliadas” e, portanto, “é um poder colocado acima da sociedade, destinado a amortecer o choque das classes e a mantê-las dentro dos limites da ordem” (LENIN, 2017, p. 12). Esse poder, contudo, não é neutro: ele se estrutura como instrumento de coerção e organização da dominação de classe, assegurando a reprodução das condições de exploração capitalista. O Estado burguês, nessa leitura, apresenta-se como universal apenas para ocultar sua essência particular de classe, mascarando sob a aparência de neutralidade jurídica e política o papel de garantidor da propriedade privada e da ordem do capital.

² Pachukanis (2017, p. 92–94), o fetichismo da forma jurídica consiste na autonomização aparente do direito em relação às relações sociais concretas que o originam. Inspirado na análise do fetichismo da mercadoria em Marx, o autor demonstra que, no capitalismo, as relações entre pessoas assumem a forma de relações entre sujeitos jurídicos, livres e iguais em aparência, mas profundamente desiguais em conteúdo. Assim como a mercadoria oculta as relações de exploração sob a aparência de equivalência na troca, o direito oculta a dominação de classe sob a aparência de igualdade perante a lei. Para Pachukanis, “a forma jurídica é a forma ideológica necessária da sociabilidade mercantil”, e o fetichismo jurídico é o mecanismo pelo qual o Estado e o direito reproduzem a ordem capitalista como se fosse natural e justa, transformando relações de poder em relações de direito (PACHUKANIS, 2017, p. 93).

Portanto, a judicialização das políticas públicas deve ser entendida como um sintoma da crise da política e da própria forma estatal atual. Cury, Soares e Tomaz (2023, p. 37), afirmam que “a confiança na justiça como instância de resolução dos impasses sociais é o reflexo ideológico de uma sociedade que perdeu a crença na transformação pela via coletiva”. A crítica marxista não rejeita a importância do direito, mas este tem seus limites, uma vez que ele só pode garantir formalmente o que a estrutura econômica nega materialmente. Assim, o direito e o Estado não são instâncias externas ao capital, já que ambos participam da sua reprodução ampliada, desempenhando papéis ideológicos e práticos na sustentação da ordem burguesa (Netto, 2012, p. 69).

Assim, ao analisar a judicialização sob essa visão, pretende-se evidenciar que a judicialização é um fenômeno político, inseparável da dinâmica de classe e da crise do Estado social. Como destaca Iamamoto (2008, p. 118), compreender as expressões da questão social exige “retomar o Estado como totalidade contraditória, onde as políticas públicas e as práticas jurídicas se entrelaçam na reprodução das relações de exploração”.

2 DESENVOLVIMENTO

A compreensão marxista do Estado rompe com a ideia liberal de uma instituição neutra voltada ao bem comum de todos. Marx (2013, p. 56), nos diz que o Estado é gerado como expressão política das contradições da sociedade, erguido sobre as relações de produção e destinado a garantir a reprodução da ordem capitalista. Ele ainda segue afirmando que “o Estado político é, por essência, o reflexo das condições materiais da sociedade civil”, mostrando que o poder estatal está na propriedade privada e na divisão de classes. Assim, o Estado não está acima das classes, mas surge como forma histórica de dominação de uma classe sobre outra.

Essa ideia é aprofundada por Engels (2019, p. 205), que identifica o Estado como “produto do fato de que as contradições de classe são inconciliáveis”. Quando as relações entre exploradores e explorados ameaçam a ordem, torna-se necessária uma força que aparenta estar acima da sociedade, mas que na realidade, funciona para conter o conflito e garantir as condições de exploração. Lenin (2017, p. 11) retoma essa ideia de que o Estado é um instrumento de coerção de classe, criado “para a subjugação de uma classe por outra, a fim de manter a ordem dessa dominação”. Desse modo, a existência do Estado está ligada à continuidade da luta de classes e a sua neutralização aparente por meio do aparato legal,

militar e burocrático.

O direito, dentro dessa estrutura, cumpre papel essencial na reprodução das relações capitalistas. Pachukanis (2017, p. 92) explica que o direito é “a forma jurídica correspondente à produção de mercadorias”, isto é, a ideia de que em tese existe igualdade formal entre sujeitos de troca que na prática se encontram em posições materiais desiguais. Assim, essa “forma jurídica” traduz em normas e contratos o que o capital realiza na produção e na circulação. A igualdade perante a lei encobre a desigualdade econômica, por isso é fundamental compreender a judicialização como um fenômeno inserido no próprio modo de agir do Estado capitalista, que utiliza a linguagem do direito para administrar conflitos sociais e mascarar sua origem material.

No campo do Serviço Social, essa leitura foi apresentada por autoras/es como Iamamoto (2008) e Netto (2012), que destacam o caráter contraditório do Estado. Segundo Iamamoto (2008, p. 112), o Estado deve ser entendido “como uma totalidade em movimento, expressão das forças sociais em disputa e, ao mesmo tempo, estrutura condicionada pela lógica do capital”. Para ela, o Estado não é apenas um aparato repressivo, mas também um campo de mediações e concessões, no qual as classes subalternas lutam por reconhecimento e políticas que diminuam a desigualdade, mesmo que de modo limitado e contraditório. Netto (2012, p. 69) complementa afirmando que a ação estatal articula as funções de acumulação e legitimação, garantindo a reprodução econômica e a coesão social mínima do capital necessária.

A partir dessas ideias, é possível compreender que o Estado capitalista cumpre as funções de assegurar as condições materiais da exploração e construir uma aparência de neutralidade. Essa aparência é sustentada pela ideologia jurídica e política, que atribui ao Estado o papel de mediador imparcial dos interesses sociais. No entanto, como traz Mészáros (2011, p. 121), o Estado é “um dos instrumentos centrais da reprodução ampliada do capital”, sendo incapaz de resolver as contradições que o fizeram surgir. Portanto, a busca por soluções jurídicas para problemas estruturais como pobreza, desemprego ou desigualdade, representa apenas uma tentativa de administrar os efeitos da crise.

Estas contradições manifestam-se também nas políticas públicas, como afirmam Behring e Boschetti (2009, p. 23). Para as autoras, as políticas sociais são produtos da luta de classes, mas subordinadas às necessidades de acumulação e legitimação do capital. A criação de políticas voltadas à proteção social não expressa um rompimento com a lógica da exploração, e sim apenas mais uma estratégia para garantir sua continuidade sob novas bases.

Quando essas políticas são desfinanciadas ou esvaziadas, abre-se espaço para a intervenção judicial (ou para o setor privado), que promete garantir os direitos sem questionar o próprio sistema que os nega.

Em sociedades de capitalismo dependente, como a brasileira, essa contradição assume formas ainda mais acentuadas. Marini (2000, p. 45) identifica que o Estado latino-americano é estruturado pela dependência e pela subordinação às economias centrais (europeias), o que limita sua capacidade de atender às demandas sociais, agindo apenas como mediador das exigências do capital estrangeiro. Essa condição explica por que o Estado, mesmo quando pretende agir de modo mais orientado para o social, continua reproduzindo as condições de desigualdade.

Ao longo do século XX, as políticas públicas foram sendo estruturadas como conquistas sociais e também como instrumento de controle. Elas são resultados das lutas populares por reconhecimento e redistribuição, porém são limitadas pela lógica fiscal, pela subordinação às exigências do capital e pela política econômica. Essa contradição é evidenciada por Iamamoto (2008, p. 115) ao afirmar que as políticas públicas “se constituem como respostas estatais às expressões da questão social, porém inscritas em uma racionalidade voltada à preservação das condições de valorização do capital”. Assim, o Estado intervém não para acabar com a desigualdade, mas para administrá-la dentro de limites aceitáveis.

A questão social³, nesse sentido, dá organicidade às políticas públicas através do Estado e de sua judicialização. Ela expressa o conjunto de contradições resultantes da exploração do trabalho assalariado. Como aponta Netto (2012, p. 47), “a questão social não é uma anomalia a ser corrigida, mas o resultado inevitável da forma capitalista de produção”. Diante disso, as políticas públicas aparecem como tentativas de acalmar as manifestações da questão social, seja a pobreza, desemprego, desigualdade etc, sem alterar as estruturas. Dessa forma, a política pública varia entre direito social e favor estatal, assumindo diferentes formas conforme o contexto político e as correlações de força.

O projeto constitucional de 1988 buscou formalizar um Estado de Bem-Estar Social, reconhecendo os direitos à saúde, à assistência e à previdência como deveres do Estado. No

³ Para Marilda Villela Iamamoto (2008, p. 27–28), a *questão social* é a expressão das contradições próprias da sociabilidade capitalista, derivada do antagonismo entre capital e trabalho. Ela não se reduz à pobreza ou à exclusão, mas constitui “o conjunto das desigualdades produzidas historicamente pelo modo de produção capitalista e reproduzidas nas suas múltiplas dimensões econômica, política, ideológica e cultural”. Assim, a questão social não é um desvio a ser corrigido, mas o núcleo estruturante das relações sociais sob o capitalismo, pois “é na contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada de seus frutos que se enraízam as múltiplas expressões da desigualdade e da exploração” (IAMAMOTO, 2008, p. 28).

entanto, como observam Behring e Boschetti (2009, p. 52), essa cidadania foi “regulada”, condicionada às restrições econômicas e ao modelo de desenvolvimento dependente e desigual. A partir dos anos 1990, com a consolidação do neoliberalismo como modelo a ser seguido, passou-se a priorizar políticas focalizadas e seletivas em detrimento das universais, provocando um desmonte gradual do sistema público de proteção social, transferindo responsabilidades do Estado para o mercado e para as famílias.

O recuo do Estado na efetivação direta de políticas públicas e a ampliação das desigualdades intensificaram a ida da sociedade para a via judicial como forma de reivindicação de direitos. Diante da negação de políticas universais, o Judiciário passou a ser acionado como substituto da política, transformando demandas coletivas em ações individuais. Esse processo é descrito por Cury, Soares e Tomaz (2023, p. 37) como “a juridificação das carências sociais”, um movimento que aparenta ampliar o acesso à justiça, mas que individualiza e fragmenta a luta por direitos. O que antes era reivindicação política, torna-se disputa judicial restrita a quem dispõe de recursos ou informação para acessar o sistema de justiça.

A judicialização surge junto desta dinâmica das políticas públicas, ela é o resultado do descaso e de sua obediência à lógica do capital. Quando a política deixa de realizar seu papel mediador, o Judiciário assume a função de controlar essas demandas sociais. Campilongo (2011, p. 73), observa que o direito tende a converter “problemas políticos em problemas jurídicos”, operando como instrumento de despolitização dos conflitos, amenizando as tensões sociais sem permitir sua radicalização.

Mészáros (2011, p. 122), nos diz que o Estado moderno age como “mediador universal das contradições do capital”, naturalizando as desigualdades com o discurso da eficiência administrativa e fiscal. No campo jurídico, essa mesma questão acontece na crença de que o acesso à justiça seria capaz de corrigir as falhas estruturais do sistema. No entanto, o que se observa é a expansão seletiva do direito, pois na realidade os direitos sociais se tornam judicializáveis apenas para parcelas específicas da população, reproduzindo desigualdades e reforçando o caráter excludente do Estado.

A judicialização dos direitos sociais se consolidou então como um dos fenômenos mais importantes das últimas décadas. Sua expansão vem junto com o enfraquecimento da política como espaço de decisões coletivas e a transferência desta para o campo jurídico. Cury, Soares e Tomaz (2023, p. 29), dizem que a judicialização consiste no processo em que “demandas e conflitos que deveriam ser resolvidos pela via política passam a ser tratados

como questões jurídicas, submetidas à lógica formal do direito”. A política se converte em caso de justiça e o cidadão em “sujeito de direito abstrato”⁴, igual perante a lei, mas profundamente desigual nas condições materiais de existência. Assim ocorre a substituição da luta coletiva pela individualização das demandas sociais, fenômeno que reflete o que os autores chamam de “a forma fetichizada de emancipação jurídica” (Cury; Soares; Tomaz, 2023, p. 35).

Também é apresentado por Iamamoto (2008, p. 118), que observa que “as expressões da questão social se deslocam para o campo jurídico quando o Estado se retrai de suas funções políticas de mediação”. A judicialização é resultado do esvaziamento da política social e da precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Assim, o acesso à justiça aparece como solução para problemas coletivos, reproduzindo a lógica meritocrática e seletiva que marca as próprias políticas públicas. Behring e Boschetti (2009, p. 53) trazem que essa contradição é própria do Estado capitalista, pois “a universalização dos direitos convive permanentemente com a particularização de seu acesso”.

Desta forma, a judicialização é mais evidente nas áreas de saúde e assistência social, em que a falta de recursos e a desresponsabilização fazem aumentar as ações judiciais. Cury, Soares e Tomaz (2023, p. 38) mostram que a judicialização da saúde se tornou “símbolo do colapso das políticas públicas e da crença de que o Judiciário pode corrigir as falhas estruturais do Estado”. Porém, isto reforça a desigualdade, já que o acesso à justiça é limitado e depende de questões financeiras, culturais, e informacionais. O Judiciário, ao atender demandas individuais, aprofunda a seletividade das políticas e reduz a dimensão coletiva.

José Paulo Netto (2012, p. 70), nos diz ainda que a ação estatal é sempre determinada pelas necessidades de acumulação e legitimação do capital. Quando o Estado não consegue garantir condições por meio de políticas públicas, ele recorre à legalidade jurídica para demonstrar sua aparência de justiça. Assim, na judicialização o direito substitui a política, e o tribunal é o palco da disputa por algum tipo de cidadania. Desta forma, se mantém o sistema de exploração e também se difunde a ideia de que os direitos podem ser realizados sem transformação das bases materiais da sociedade.

⁴ Pachukanis na obra *Teoria geral do direito e o marxismo* (2017) apresentou este termo ao definir a figura jurídica típica da sociedade capitalista. Para o autor, o sujeito de direito abstrato é a forma jurídica do proprietário de mercadorias, isto é, a tradução para o campo do direito da relação social baseada na troca entre indivíduos formalmente iguais, mas materialmente desiguais. Como explica o próprio Pachukanis, “o sujeito jurídico é uma figura abstrata, despojada de todas as particularidades sociais e econômicas; é o reflexo direto da relação entre produtores de mercadorias formalmente iguais” (PACHUKANIS, 2017, p. 87). Essa abstração jurídica encobre a dominação de classe sob a aparência de igualdade perante a lei, constituindo um dos fundamentos do fetichismo da forma jurídica no capitalismo.

O fenômeno da judicialização ainda cumpre uma função ideológica, de sustentar o consenso sobre o Estado e suas instituições. Gramsci (2000, p. 245), nos mostra que a hegemonia é exercida quando a dominação se torna aceitável e possui a legitimidade moral e jurídica. O Judiciário, ao decidir “com base na Constituição”, atua como produtor desse consenso, transformando a desigualdade em questão técnica e não estrutural da sociedade. Assim, a judicialização é uma das formas atuais pelas quais o Estado opera, consolidando a crença de que a justiça pode ser alcançada dentro dos marcos do Estado burguês.³

A crítica de Cury, Soares e Tomaz (2023, p. 40) afirma que a judicialização “representa a materialização da ideologia jurídica liberal, ao transferir para o plano das normas o que é produto das relações de produção”. Esse deslocamento cria uma falsa sensação de universalidade dos direitos, já que que oculta a desigualdade de classe e reconfigura o papel do Estado, passando de mediador político para o jurídico. Em contextos de neoliberalismo e dependência, a política é apenas a gestão e o direito é convertido em algo técnico. Assim, a judicialização aparece como forma de reprodução ideológica do Estado capitalista, mascarando a dominação de classe demonstrando racionalidade e justiça. Como apresenta Mészáros (2011, p. 121), “o Estado, enquanto estrutura de controle, não é capaz de resolver as contradições do capital, mas apenas de administrá-las”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas breves considerações a respeito da judicialização é possível constatar que a judicialização das políticas públicas não é um fenômeno isolado, ele é uma expressão política das contradições estruturais do Estado capitalista. O Estado burguês desloca o conflito para o campo jurídico, onde as contradições são postas sob outras formas compatíveis com a ordem. Ao transferir as decisões para o Judiciário, a sociedade atual reafirma a ilusão de que a justiça e a igualdade podem ser alcançadas pelas formas jurídicas que sustentam a própria desigualdade.

O direito está longe de ser um instrumento neutro, é uma forma específica de controle do capitalismo, que necessita ao menos parecer uma igualdade entre sujeitos desiguais. A expansão da judicialização nos mostra que existe uma tentativa de administrar juridicamente os efeitos da exploração, transformando a luta de classes em processos entre indivíduos. Isso mascara a natureza política dos conflitos, reforça a função de legitimação do Estado e mantém as bases da dominação.

As políticas públicas mostram que também são atravessadas por essa mesma lógica, já que elas se mostram como conquistas da classe trabalhadora, mas são também apropriadas pelo Estado como instrumentos de controle social. Quando precarizadas e desfinanciadas, perdem seu objetivo coletivo e dão lugar à judicialização como resposta individualizada à negação de direitos. A judicialização surge como mecanismo de compensação, no qual o discurso de justiça encobre a impossibilidade real de igualdade sob o capitalismo.

Dessa maneira, compreender as políticas públicas na perspectiva marxista implica reconhecer que elas não são opostas do Estado capitalista, mas expressões de suas contradições. A judicialização, nesse cenário, é um produto histórico da crise dessas políticas e do esvaziamento de seu conteúdo emancipatório. A ideia generalizada de que tudo vai se resolver na via judicial reforça o consenso e desmobiliza as práticas coletivas de transformação, substituindo o espaço público pela área do processo jurídico.

O resultado é a expansão da judicialização, que surge como resposta às insuficiências do próprio Estado em cumprir as promessas constitucionais de cidadania e universalização de direitos. Dessa forma, o Estado atual não pode ser entendido apenas por suas instituições ou políticas, mas pelo modo como se organiza e se reproduz. Sua atuação jurídica, política e social mostra a tentativa constante de conciliar o impossível. É nesse campo contraditório que a judicialização das políticas públicas se apresenta como parte formadora do Estado capitalista. Enquanto o Estado continuar submetido à lógica da acumulação e o direito à forma mercantil, qualquer tentativa de universalizar direitos será quase impossível.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **O direito na sociedade complexa**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CURY, Héctor; SOARES, Cíntia; TOMAZ, Wesley Pereira. A crítica marxista à judicialização dos direitos sociais no Brasil. **Juris – Revista da Faculdade de Direito**, Rio Grande, v. 31, n. 2, p. 28–51, 2023. DOI: 10.14295/juris.v31i2.14702. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/14702>. Acesso em: 28 out. 2025.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**: introdução. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

PACHUKANIS, Evgeni Bronislavovich. **Teoria geral do direito e o marxismo**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

VIANNA, Luiz Werneck et al. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA: CONTRADIÇÕES E LIMITES DA PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA NO BRASIL

PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA MONETARIA CONDICIONADA: CONTRADICCIONES Y LÍMITES DE LA PROTECCIÓN SOCIAL NO CONTRIBUTICA EN BRASIL

Rosilaine Coradini Guilherme¹
Lais Fernandes Batista de Souza²
Ana Vitoria Paiva Emidio³
Eduardo Cechin da Silva⁴

Resumo: Este trabalho tem como objetivo problematizar as contradições implícitas na configuração dos programas de transferência condicionada de renda e como estas incidem no alcance da proteção social não contributiva perante o enfrentamento das desigualdades sociais no contexto brasileiro. Trata-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo que se estrutura no método materialista histórico-dialético, a partir de material de natureza bibliográfica. Para a referida problematização, parte-se da defesa de uma proteção social que se assenta na emancipação humana, o que significa questionar a perspectiva seletiva e focalizada das políticas de proteção social implementadas sob a lógica da sociabilidade burguesa. Em síntese, sob o fio condutor da teoria social crítica, foi possível desvelar as contradições dos programas de transferência condicionada de renda, com destaque para o fato da criação destes coincidirem com a adoção da doutrina neoliberal. A partir disso, apontou-se os limites da proteção social não contributiva que se constituem no caráter residual do Estado subsidiário, o qual se restringe a uma intervenção orientada à gestão da pobreza, ocultando as

¹ Doutora em Serviço Social (PUCRS). Docente da Graduação em Serviço Social e do Mestrado em Serviço Social e Proteção Social (Unipampa). Coordenadora da Pesquisa “Proteção Social não Contributiva na América Latina e Caribe: programas de transferência condicionada de renda, de inclusão laboral e mínimos sociais para pessoa idosa e PCD”. Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). E-mail: rosilaineguilherme@yahoo.com.br

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Bolsista CNPQ/AF, junto a Pesquisa “Proteção Social não Contributiva na América Latina e Caribe: programas de transferência condicionada de renda, de inclusão laboral e mínimos sociais para pessoa idosa e PCD”. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). E-mail: laissouza.aluno@unipampa.edu.br

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Bolsista PRO-IC, junto a Pesquisa “Proteção Social não Contributiva na América Latina e Caribe: programas de transferência condicionada de renda, de inclusão laboral e mínimos sociais para pessoa idosa e PCD”. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). E-mail: anaemidio.aluno@unipampa.edu.br

⁴ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Bolsista PROBIC/FAPERGS, junto a Pesquisa “Proteção Social não Contributiva na América Latina e Caribe: programas de transferência condicionada de renda, de inclusão laboral e mínimos sociais para pessoa idosa e PCD”. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). E-mail: eduardocechin.aluno@unipampa.edu.br

origens das desigualdades sociais e, de modo consequente, obstaculizando o seu enfrentamento.

Palavras-chave: Proteção Social não Contributiva. Neoliberalismo. Programas de Transferência Condicionada de Renda

Resumen: Este trabajo busca problematizar las contradicciones implícitas en la configuración de los programas de transferencias monetarias condicionadas y cómo estas afectan el alcance de la protección social no contributiva para abordar las desigualdades sociales en el contexto brasileño. Se trata de un estudio cualitativo exploratorio, estructurado dentro del método histórico-dialéctico materialista, basado en material bibliográfico. Para abordar este problema, el estudio parte de la defensa de la protección social fundamentada en la emancipación humana, lo que implica cuestionar la perspectiva selectiva y focalizada de las políticas de protección social implementadas bajo la lógica de la sociabilidad burguesa. En resumen, guiados por la teoría social crítica, se logró desvelar las contradicciones de los programas de transferencias monetarias condicionadas, destacando que su creación coincidió con la adopción de la doctrina neoliberal. A partir de esto, se señalaron las limitaciones de la protección social no contributiva, que constituyen el carácter residual del Estado subsidiario, restringido a una intervención orientada a la gestión de la pobreza, ocultando los orígenes de las desigualdades sociales y, por consiguiente, obstaculizando su confrontación.

Palabras clave: Protección Social no Contributiva. Neoliberalismo. Programas de Transferencia Monetaria Condicionada

1 INTRODUÇÃO

Apesar de as ações de enfrentamento às desigualdades sociais, terem como primazia para a sua existência a mobilização e organização das/os trabalhadoras/os, essas quando materializadas enquanto políticas sociais públicas apresentam contradições. Tal circunstância advém da natureza política da proteção social provida pelo Estado, isto é, de representar um mecanismo de disputa entre as classes antagônicas no modo de produção capitalista. No contexto brasileiro, observa-se no escopo da Constituição Federal de 1988 um avanço no campo dos direitos sociais, os quais se materializam mediante a implementação de políticas sociais públicas. Entretanto, a partir dos anos 1990, logo após a promulgação da Carta Magna, prevalece a hegemonia neoliberal e das finanças, que influi no desenho (des)protetivo das políticas sociais.

Tendo em vista tais pressuposto, o objetivo do presente trabalho consiste em problematizar as contradições implícitas na configuração dos programas de transferência condicionada de renda e como estas incidem no alcance da proteção social não contributiva perante o enfrentamento das desigualdades sociais no contexto brasileiro. A delimitação do

tema decorre de etapa exploratória da pesquisa intitulada “Proteção Social não Contributiva na América Latina e Caribe: programas de transferência condicionada de renda, de inclusão laboral e mínimos sociais para pessoa idosa e PCD”.

Em termos metodológicos o presente texto foi desenvolvido mediante revisão bibliográfica, articulando os dados coletados a partir da amostra da referida pesquisa (artigos mapeados no Portal Scielo e Google Acadêmico), e em Relatório da Cepal (2024) intitulado Panorama Social da América Latina e Caribe. Também foram incorporadas fontes bibliográficas adicionais, tendo como critério de inclusão o campo da teoria social crítica. Em suma, trata-se de um estudo exploratório de caráter qualitativo que se estrutura no método materialista histórico-dialético.

Deste modo, o trabalho está estruturado da seguinte forma, além da presente introdução: inicialmente apresenta uma contextualização sócio-histórica do surgimento e desenvolvimento dos programas de transferência condicionada de renda no Brasil, com atenção às contradições implícitas na configuração desses programas; posteriormente evidencia os limites da proteção social não contributiva para o enfrentamento das desigualdades sociais no contexto brasileiro, a partir do recorte dos programas de transferência condicionada de renda. Por fim, apresentam-se as considerações do estudo que comportam sínteses preliminares a respeito do tema.

2 AS CONTRADIÇÕES DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA

O Brasil durante os anos subsequentes à Ditadura Militar cristalizou a redemocratização política no país, sendo consolidada formalmente, em 1988, a partir da Constituição Cidadã. Entretanto, em razão de que no íterim dos anos de 1980 e 1990, ascendia globalmente o neoliberalismo como política estatal e receituário ideológico e econômico (Burginski, 2018). Com isso, a pós-redemocratização do Brasil experienciou imediatamente o estabelecimento de governos neoliberais⁵, como os de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso. Neste contexto, a partir dos anos 1990, a realidade social brasileira continua constituída por profundas desigualdades sociais, como pauperismo,

⁵ “O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga” (Ianni, 1998, p. 28).

a superexploração da força de trabalho e das condições laborais, o que recai na lógica da incerteza da segurança social garantidora de direitos.

De acordo com Boschetti (2006), essa configuração se acentua a partir dos limites estruturais da seguridade social brasileira, sustentada pela lógica contributiva, que restringe o acesso aos direitos e reforça a desigualdade social ao privilegiar os trabalhadores formais em detrimento da maioria da população que se encontram no trabalho informal. Tal contexto se materializa sob a lógica do receituário neoliberal que se soma aos discursos de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Logo, o campo das políticas sociais públicas se torna um meio de disputa pela materialização da Constituição Federal de 1988 ou por práticas contrárias a esta, mediante a incorporação da doutrina neoliberal, na qual prevalece a lógica da privatização e da corrosão dos direitos sociais.

O conjunto desses processos representa a reestruturação produtiva que foi impulsionada pelos efeitos da crise estrutural do capital, havendo, no campo social, a priorização de políticas sociais focalizadas. Essas contribuem para retração da responsabilidade do Estado –, e abriram espaço a instituição dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCRs) na América Latina, após adesão dos Estados nacionais “às reformas de primeira geração sugeridas em 1989 no Consenso de Washington”, os quais – tanto os PTCRs, quanto às estratégias sugeridas pelo neoliberalismo – têm caráter focalizador e seletivista acerca da abrangência populacional (Guilherme; Reis, 2018, p. 111).

Perante isso, os PTCRs caracterizam-se pela destinação mensal de “certa quantia monetária para [...] famílias classificadas como pobres ou extremamente pobres, tendo por objetivos melhorar as condições de saúde e de educação desta parte da população excluída socialmente do mercado de bens e serviços” (Mattei, 2015, p. 226). Conforme apontam Roque e Ferreira (2015) exige-se que as/os usuárias/os cumpram determinadas condicionalidades, como as ligadas à educação e à saúde; caso haja o descumprimento destas, poderá haver a perda da transferência pecuniária. Tais Programas, no período em que foram criados, “tendiam a ser pequenos e com cobertura geográfica restrita” (Corrêa, 2016, p. 99), tendo como pioneiro na América Latina, o Programa mexicano Progreso, mais tarde, denominado Oportunidades, que “foi lançado para atender 300 mil famílias residentes na zona rural, porém, em 2010 já beneficiava mais de 6 milhões de famílias” (Roque; Ferreira, 2015, p. 1195).

Observa-se a existência de PTCRs sob uma determinada perspectiva: os que “se preocupam em criar meios para que os beneficiários se desliguem do programa de forma mais rápida” (Roque; Ferreira, 2015, p. 1999). Como exemplo, pode-se citar o Chile Puentes que visa “preparar” as famílias beneficiárias “a se tornarem independentes dos recursos públicos e indicam o caminho para o desenvolvimento no longo prazo” através de “apoio psicológico” em vista de instruções educacionais e capacitações profissionais durante um período de dois (2) anos (*ibidem*). Tal lógica se alinha à perspectiva das políticas de ativação para o trabalho, o que merece atenção, na medida em que a qualificação profissional e a busca obrigatória por um emprego, por parte das/os beneficiárias/os acaba por obscurecer a lógica do mercado de trabalho. Esse último, por si só, exclui significativos contingentes de trabalhadoras/es do mercado formal de trabalho, o que corresponde a violação de direitos sociais e de proteção social.

Já no Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, no primeiro mandato do governo de Lula, se configura como uma política social compensatória. Ou seja, esse programa desvia o foco do direito ao trabalho e direciona-se à lógica da “compensação” frente às consequências das desigualdades vivenciadas pelas famílias, como a falta de renda, moradia e alimentação. Assim, o PBF é compensatório, sem enfrentar a origem das desigualdades estruturais, ou seja, não incide nas relações desiguais de trabalho e na concentração de riqueza.

Constata-se, de acordo com Santos (2012), que na “Era Lula”, o enfrentamento da pobreza foi feito principalmente por meio da política de Assistência Social, e não pela garantia de emprego e pela proteção trabalhista. Ou seja, ao invés de assegurar o trabalho como direito social, o Estado passa a oferecer benefícios monetários condicionados e focalizados para atenuar a pobreza, mantendo, assim, a coesão social. Entre as ponderações de Santos (2012), há que houveram “avanços”, por conta das políticas sociais impulsionarem a socialização do consumo através do crédito ao consumidor e a elevação do salário mínimo. Logo, a socialização do consumo traz benefícios imediatos e aparentes (melhoria temporária na qualidade de vida e acesso a bens), por outro lado – contraditoriamente – não se promovem políticas de caráter universalista, nem ampliam-se os direitos de cidadania.

Explicita-se, com isso, que as políticas governamentais, como PBF – sendo que esse, durante a pandemia, no Governo Bolsonaro, passa a ser denominado de Auxílio Brasil – surgem e se constituem como um mecanismo estratégico para dar respostas imediatas e superficiais às expressões da “questão social”. Com frequência produzem uma falsa sensação

de superação das desigualdades estruturais, contribuindo para a passivização das lutas sociais empreendidas pela classe trabalhadora e para a manutenção das bases do modo de produção capitalista, mantendo-as inalteradas. A contradição das políticas sociais – e dos PTCRs – é desvelada sob a lente da teoria crítica de base marxiana⁶. Essa permite que se explicita que tais programas se estruturam como focalizados na extrema pobreza sem questionar a gênese dessa expressão da questão social⁷, o que contribui para a manutenção da concentração de renda e da exploração do trabalho.

A ampliação de programas como o Bolsa Família representou uma medida paliativa frente às desigualdades sociais. Embora coloca-se, contraditoriamente, como uma política que visa “reduzir” a extrema pobreza, não incide na redução da concentração de riqueza, contribuindo para a reprodução da sociedade de classes sob a lógica capitalista. Outro aspecto a ser questionado refere-se ao cumprimento das condicionalidades para a permanência junto ao programa, visto que essas recaem na figura feminina da família, desvelando a lógica patriarcal-capitalista. Essa ideologia reproduz a desigualdade de gênero, mantendo a sobrecarga e cobrança do cumprimento das condicionalidades dos programas à mulher, a qual além da responsabilidade doméstica cotidiana, deve se responsabilizar pela frequência escolar, o calendário de vacinação, o acompanhamento nutricional, o pré-natal e as consultas pós-parto, com a finalidade de não perder o benefício (Roque; Ferreira, 2015).

Portanto, perpetua-se a lógica patriarcal, que naturaliza a mulher como cuidadora e o homem como provedor da família, assim reproduzida pelo Estado, o qual ao invés de enfrentar as bases estruturais da desigualdade de gênero, atua para a sua manutenção mediante políticas sociais que, contraditoriamente, visam o combate à pobreza e as desigualdades sociais. Ademais, referente às características focalizadoras, os PTCRs, em certa medida, contribuem para a melhoria dos índices educacionais e de saúde, tal qual da extrema pobreza, da insegurança alimentar e da inserção no mercado de trabalho; mas, contraditoriamente, ao mesmo tempo, apresentam-se como a primeira e única fonte de renda para muitas das famílias beneficiadas (Silva, 2019).

⁶ Estudar as políticas sociais a partir de uma perspectiva da totalidade implica, por um lado, apreender conjuntamente os momentos de produção e de distribuição como elementos constitutivos de uma totalidade, “diferenciação no interior de uma unidade” (Marx, 1977, p. 217, *apud* Pastorini, 1997, p. 87).

⁷ “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Iamamoto, 2007, p. 27).

Dessa forma, os PTCRs são políticas contraditórias, ao serem desenhadas sob os limites do capital, dos interesses burgueses de acumulação de mercadorias, do receituário neoliberal de minimização da responsabilidade estatal. A partir dessa linha de raciocínio, torna-se importante aprofundar a respeito da configuração da proteção social na sua relação com o enfrentamento das desigualdades sociais no contexto brasileiro, sob o recorte dos programas de transferência condicionada de renda. Para tanto, no próximo item apresentam-se os limites da proteção social não contributiva diante da lógica do Estado neoliberal.

3 OS LIMITES DA PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA A PARTIR DOS PTCRs

A proteção social no Brasil consiste, historicamente, como um espaço de disputas entre diferentes projetos societários. A consolidação da política social brasileira não se deu como conquista plena de direitos, mas como resposta do Estado às expressões mais profundas da questão social, a fim de preservar a ordem e garantir a reprodução das relações de produção, no sentido de conter o descontentamento e a resistência da classe trabalhadora. De acordo com Ruscheinsky e Mendizábal (2014), a disputa pela proteção social brasileira ocorre entre um projeto universalista, impulsionado por vertentes populares e democráticas, e um projeto de caráter focalizado e compensatório, típico do neoliberalismo, que prioriza a redução dos gastos, a produtividade e benefícios condicionados no lugar de direitos universais.

Dessa forma, desde sua gênese, a proteção social brasileira foi marcada pela seletividade e focalização, caracterizando-se principalmente como uma forma de controle e regulação da pobreza do que uma estratégia efetiva de superação das desigualdades, em detrimento de uma ótica universalista e emancipadora. Apesar desses impasses, jurídica e politicamente, a proteção social no Brasil, tem como um marco importante a Constituição Federal de 1988, que institui a seguridade social e reconhece a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado.

Contudo, esse avanço normativo não foi suficiente para romper com mecanismo histórico de subordinação das políticas sociais à economia. A partir dos anos 1990, sob o avanço do neoliberalismo, a reestruturação produtiva e o enfraquecimento do Estado em detrimento ao bem-estar social. Como exemplo de medidas neoliberais, destaca-se a Emenda

Constitucional 95 (EC 95) de 2016, conhecida como PEC do Teto de Gastos⁸, que estabeleceu limites para os gastos públicos federais, reduzindo a participação do Estado nas políticas sociais, como saúde, educação, previdência social e deixando a assistência social sem recursos mínimos assegurados por lei (Córdova e Alves, 2019).

A concepção de proteção social, segundo a CEPAL (2024), organiza-se em políticas e ações voltadas à promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais (DESC), abrangendo trabalho, alimentação, saúde, aposentadorias e cuidados. Busca também garantir níveis mínimos de renda e reduzir desigualdades decorrentes dos riscos sociais. A proteção social se divide em dois tipos: contributiva e não contributiva. A segunda diferencia-se por não haver necessidade de existir prévia contribuição monetária para acessar os programas e benefícios sociais. Sendo materializada por meio de uma:

[...] série de instrumentos, como subsídios, a concessão de bens e serviços para pessoas e transferências em espécie, incluídos os programas de alimentação escolar. Também inclui políticas que articulam diversas prestações, como programas de atenção integral à primeira infância, políticas integrais de cuidado e políticas de inclusão laboral, entre outros (CEPAL, 2024, p. 117).

No entanto, a proteção social não contributiva, tal como implementada no Brasil, expressa os limites estruturais de um modelo que busca conciliar a reprodução do capital com a contenção da extrema pobreza. Ao focalizar as ações em grupos específicos, em detrimento da universalização, o Estado transfere para o indivíduo e para a família a responsabilidade em superar a pobreza da qual são acometidos, deslocando a causa estrutural para a esfera moral e comportamental, isto é, ao campo do individual. Nesse sentido, Mattei (2019) ressalta que, embora a Constituição de 1988 tenha apresentado avanços significativos, o legado histórico de desigualdades sociais, somado às sucessivas crises econômicas e ao contínuo processo de contrarreformas, impõe obstáculos reais à plena implementação desses direitos, limitando a efetividade das políticas sociais no enfrentamento das desigualdades estruturais.

A partir desse contexto, os PTCRs, enquanto integrante da proteção social não contributiva, podem ser entendidos como uma estratégia governamental para “administrar a pobreza para que ela não atinja graus insuportáveis” (Filho, 2016, p. 258 *apud* Córdova; Alves, 2019, p. 112). Embora representem um instrumento de alívio imediato da pobreza, sua

⁸ Essa medida foi reformulada, no terceiro Governo Lula, pelo Novo Arcabouço Fiscal (PLP nº 93/2023), que substituiu o teto de gastos, mas preserva a perspectiva fiscal. Vazquez e Schlegel (2023), analisam que o novo regime fiscal busca conciliar a retomada dos investimentos em políticas sociais com o discurso de sustentabilidade orçamentária, sem romper totalmente com o paradigma de austeridade herdado da EC 95.

configuração reforça uma política social focalizada e compensatória, não tendo efeitos a longo prazo em vista da erradicação das desigualdades. Dessa forma, a renda transferida às famílias, ainda que garanta a sobrevivência mínima, não promove proteção social integral, nem rompe com as desigualdades estruturais, assim, contribui para a manutenção da ordem social vigente.

A efetividade do PTCRs, conforme destacam Córdova e Alves (2019), a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF), é limitada pela sua condição de política de governo, estando sujeita às mudanças de prioridade entre diferentes gestões. Essa característica compromete sua estabilidade como uma política permanente – política de Estado ao invés de uma política de governo – de redução da pobreza. A alternância entre o PBF para o Auxílio Brasil, bem como a implementação do Auxílio Emergencial durante a pandemia de Covid-19, demonstrou o caráter transitório de tal Programa, desarticulado do CadÚnico e do SUAS, e insuficiente para enfrentar emergências sociais mais complexas (Sordi, 2023). Em contrapartida, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), possui maior estabilidade, sendo um direito garantido em lei, desvinculado de condicionalidades e assegurado a grupos específicos.

Já o PBF, quando da sua criação, conforme previsto no Art. 3º da Lei nº 10.836/2004, exige o cumprimento de condicionalidades como o acompanhamento pré-natal para gestantes, o acompanhamento de saúde e nutricional nas unidades básicas e a frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes de seis a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos (Córdova e Alves, 2019). Essa distinção evidencia que, enquanto o BPC se estrutura como expressão de um direito social, o PBF permanece como instrumento de regulação social e merecimento.

A configuração da proteção social brasileira evidencia, portanto, que o Estado atua sob uma lógica de seletividade e passivização das tensões sociais, sendo as políticas sociais constantemente subordinadas às exigências do capital. As políticas de austeridade fiscal, especialmente após a Emenda Constitucional nº 95 aprofundaram o desfinanciamento das políticas sociais e fragilizaram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), comprometendo a continuidade e a qualidade dos serviços (Córdova e Alves, 2019).

Ainda que o Novo Arcabouço Fiscal tenha substituído a EC 95, não representou uma ruptura com o padrão de austeridade, mantendo a centralidade do equilíbrio fiscal em detrimento da ampliação dos direitos sociais (Vazquez e Schlegel, 2023). Com isso, o princípio da universalização contido na Constituição Federal de 1988, como referido por Ruscheinsky e

Mendizábal (2014), é gradativamente substituído pela focalização em grupos vulneráveis, transformando a política social em um mecanismo de gestão da pobreza e não em instrumento de redistribuição de riqueza.

Ainda que os PTCRs ampliem o acesso de milhões de famílias a recursos monetários em vista do consumo, seus efeitos de enfrentamento à pobreza permanecem limitados e com natureza de curto prazo, no sentido de focalizar compensatoriamente nas famílias que estão na extrema pobreza. Além disso, pressupõe – a partir da narrativa da busca da porta de saída do programa – fortalecer o capital humano, o desenvolvimento de habilidades e capacidades para o mercado de trabalho, sem questionar que o mercado de trabalho, por si só, é excludente (Guilherme; Reis, 2018).

Entende-se que para enfrentar as desigualdades se torna necessário transformar as condições objetivas das famílias. Para tanto, são necessárias políticas redistributivas, universalistas e que considerem o conjunto das necessidades sociais da classe trabalhadora, sem responsabilizá-las pela condição de pobreza. Os limites da proteção social não contributiva estão justamente em sua incapacidade de romper com a lógica do capital, quando expressa, por exemplo, na configuração focalizadora e seletivista dos PTCRs no Brasil. No lugar de uma estratégia de redistribuição da riqueza socialmente produzida e em prol da emancipação humana, a política social brasileira – materializada por meio de programas, benefícios e serviços – atua como mecanismo de compensação, e o seu desfinanciamento restringe o acesso aos direitos por meio de políticas sociais estruturantes. A proteção social não contributiva, assim, não protege plenamente, ela ameniza os efeitos da pobreza sem alterar as suas causas estruturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas – a partir do recorte do Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCRs) – permite evidenciar que a proteção social não contributiva brasileira está estruturada sob a lógica do capital e as orientações neoliberais, que reduzem a responsabilidade estatal e transferem aos indivíduos o encargo da superação da pobreza. Os PTCRs, ao focalizar em grupos específico, estipular condicionalidades e sujeitar esses grupos à testes de meio, expressam uma política social seletiva, compensatória e reguladora da pobreza. Embora representem a amenização imediata para as famílias beneficiárias, não transformam as condições estruturais que produzem desigualdades, funcionando como

instrumento de manutenção da ordem social capitalista. Tal concepção, evidencia a natureza contraditória das políticas de proteção social no capitalismo de modo geral – e em particular as de natureza não contributiva – já que se restringem a uma proteção social mínima, exercendo também uma função fiscalizadora e reguladora da pobreza.

O enfrentamento das desigualdades sociais exige mais do que ações pontuais ou programas e benefícios baseados na lógica dos testes de meios. É preciso transformar, a longo prazo, as condições objetivas e materiais de vida da classe trabalhadora, superando a focalização que impõe para o acesso critérios de elegibilidade baseados na renda *per capita* familiar, os quais são condizentes a população que se encontram em situação de extrema pobreza. Essa realidade contribui para reforçar a concentração de riqueza e a superexploração da força de trabalho, marcas estruturais do modo de produção capitalista. Desse modo, torna-se indispensável a construção de políticas redistributivas e universalistas, que respondam às necessidades sociais das classes subalternas sem responsabilizá-las individualmente pelo cumprimento de condicionalidades ou submetê-las a testes de meios. Tais mecanismos reforçam a culpabilização dos sujeitos e esvaziam o sentido de uma proteção social estruturada na emancipação humana.

Com isso, os limites da proteção social não contributiva consistem na sua incapacidade de romper com a lógica do capital e com a estrutura seletivista que a sustenta. No lugar de uma política orientada à redistribuição da riqueza e à emancipação das classes trabalhadoras, observa-se a manutenção de uma lógica de contenção e administração da pobreza, funcional à reprodução das desigualdades e à preservação do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS: Brasília, DF, 2009.

BRONZO, Carla; ARAÚJO, Edilson Tavares. Desmonte da política de Assistência Social no Brasil pós 2016: uma tragédia anunciada. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 43, p. 1-33, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/yswnrP7bqXsh7HvgjnYRhfq/?lang=pt> Acesso em : 25 de Out. 2025.

BURGINSKI, Vanda Micheli. Neokeynesianismo e neodesenvolvimentismo: expressões ideológicas do Estado neoliberal. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 406-415, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/jsbkNBYyhytyPmc4fjkZhfb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:

25 Outt. 2025.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social de América Latina y el Caribe: desafios de la protección social no contributiva para avanzar hacia el desarrollo social inclusivo.** Nações Unidas: Santiago, 2024.

CÓRDOVA, Ismael; ALVES, Ismael Gonçalves. Programas de transferência condicionada de renda na ótica dos direitos sociais: uma opção para o combate das vulnerabilidades brasileiras. **Polis**, Santiago, v. 18. n. 58, p. 111-126, 2019. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682019000200168&lang=pt. Acesso em: 25 out. 2025.

CORRÊA, Diego Sanches. Transferência de renda e eleições: a trajetória latino-americana. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 99-115, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZRhHtBqH6VZsfWZXmCH6q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998. Disponível em: https://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.

MATTEI, Lauro. Políticas sociais de enfrentamento da pobreza na América Latina: uma análise comparada entre Brasil e Argentina. **Katálisis**, Florianópolis, p. 222-230, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KfQq6ZjnNrhdZ33Bf9XdBBP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

PASTORINI, ALEJANDRA. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 80-101, 1997.

ROQUE, Daiane Medeiros; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O que realmente importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes países. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1193-1207, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2015.v24n4/1193-1207/pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

RUSCHEINSKY, Aloisio; MENDIZÁBAL, David Martínez. Política social, paradigma de bem-estar e prática política: análise comparativa de programas de transferências condicionadas. **Katálisis**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 31-40, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/RKvDcRD4PB8DKh4VFLnNSVd/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

SANTOS, Josiane. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 430-449. jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jfqY4MqJPmNRqRRyFtTbZTJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 215-234, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5F8TDXstHNrvPytBJBmD68D/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

SORDI, Denise de; NETO, Wenceslau Gonçalves. A Educação nos Programas Sociais Brasileiros: pobreza e trabalho. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, p. 1-22 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ySK7PwxBPTdMqf47MgDyjMJ/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

VAZQUEZ, Daniel Arias; SCHLEGEL, Rogerio Schlegel. Do Bolsa Família ao Arcabouço Fiscal: perspectivas sobre a agenda social do terceiro Governo Lula. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 7, p. 1-7, 2023. Disponível: <https://scielosp.org/pdf/csp/2023.v39n7/e00108623/pt>. Acesso em: 25 out. 2025.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

SOCIAL PROTECTION AND THE FAMILY: CONTEMPORARY CHALLENGES AND CONTRADICTIONS

Mariele Aparecida Diotti¹
Luisa Fernandes Cordeiro²

Resumo: Este artigo discorre sobre as relações entre proteção social e família no contexto brasileiro, considerando as transformações históricas, econômicas e políticas que demarcam a centralidade familiar nas políticas sociais. Tem como objetivo analisar as perspectivas impostas às famílias no sistema de proteção social, reconhecendo suas contradições no capitalismo e a tendência de transferência das responsabilidades do Estado às famílias e à sociedade. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que problematiza o avanço neoliberal, o familismo e o pluralismo de bem-estar. O estudo evidencia que, embora a Constituição Federal de 1988 tenha reconhecido os direitos sociais e o papel do Estado na proteção social, o avanço das políticas neoliberais reforçou a responsabilização das famílias, em especial das mulheres. Considera-se que o modelo familista e o pluralismo de bem-estar configuram um processo de desresponsabilização estatal, restringindo o caráter público e universal da proteção social. Conclui-se que a centralidade da família deve fortalecer o acesso aos direitos e não substituir o papel do Estado, sob pena de perpetuar desigualdades e consolidar um quadro de desproteção social.

Palavras-chave: Proteção Social, Familismo, Pluralismo de Bem-estar, Família.

Abstract: This article discusses the relationship between social protection and the family in the Brazilian context, considering the historical, economic, and political transformations that have shaped the family's centrality in social policies. Its objective is to analyze the perspectives imposed on families within the social protection system, recognizing their contradictions under capitalism and the trend of transferring State responsibilities to families and society. A bibliographic review was conducted, problematizing the advance of neoliberalism, familism, and welfare pluralism. The study shows that although the 1988 Federal Constitution recognized social rights and the State's role in social protection, the advancement of neoliberal policies has reinforced the responsabilization of families, especially of women. It is argued that the familist model and welfare pluralism represent a process of

¹ Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Política Social e Serviço Social pela mesma Universidade. Especialista em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente pela Universidade de Brasília (UNB) e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutora e Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

State disengagement, weakening citizenship and restricting the public and universal character of social protection. The article concludes that the centrality of the family should strengthen access to rights rather than replace the role of the State, under penalty of perpetuating inequalities and consolidating a state of social vulnerability.

Keywords: Social Protection, Familism, Welfare Pluralism, Family.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988 demarcou o processo de reconhecimento, ampliação e efetivação dos direitos sociais no Brasil. No contexto de elaboração e promulgação da CF, a família foi inserida na Carta Magna, contendo um capítulo (VII) que versa sobre suas responsabilidades e direitos. O texto constitucional aponta as obrigações familiares no cuidado e proteção com crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, mas também aponta que o Estado e a sociedade possuem obrigações no provimento das necessidades sociais dos sujeitos.

É importante destacar que a CF (1988) é resultado de um movimento antagônico, no qual consolidaram-se direitos, mas também ocorria a expansão e a adoção do modelo de políticas neoliberais no Brasil. A posição e as obrigações das famílias no sistema de proteção social são fruto dessas disputas.

Dessa forma, o avanço e o fortalecimento do neoliberalismo no final da década de 1980 e início da de 1990, assim como a contrarreforma do Estado, que ganhou força nesse período, convocaram as famílias a reassumirem o lugar central, recentemente ocupado pelo Estado, na provisão de cuidados e da proteção dos indivíduos. Trata-se aqui da existência de uma contrarreforma a partir de Behring (2003), que aponta que as propostas de deslocamento e refuncionalização do Estado trazem consigo retrocessos sociais para grande parcela da população em benefício de poucos.

O Estado se distancia da mediação social e passa a cuidar prioritariamente das respostas às necessidades do capitalismo e dos excessos cometidos para sua reprodução. A autora traz o conceito de contrarreforma para demarcar o desmonte do Estado e de seu papel na proteção social, contrariando a noção de reforma, que seria referente aos movimentos de avanços.

A tendência de transferência das responsabilidades (à época recentemente delegadas) do Estado para as famílias e sociedade, em um viés neoliberal, ocorreu em um contexto de deterioração das condições de vida da classe trabalhadora e serviços públicos, condições essas

que marcaram os anos 80. Do mesmo modo, a retomada da família na provisão da proteção social ocorreu junto ao processo de reorganização das famílias no Brasil, que, no período de 1980-1990, passaram por consideráveis mudanças.

É relevante questionar se as transformações que ocorreram e ainda ocorrem nas famílias vão ao encontro do processo de responsabilização destas na proteção social. Reconhece-se que as transformações familiares e sociais impactam as condições objetivas de proteção; porém, ainda assim, as famílias são convocadas e proclamadas como campo principal para o desempenho da proteção social, desconsiderando-se os processos sociais em curso e o contexto de desigualdade que marca a realidade nacional.

O movimento de recentralização da família, ocorrido no início da década de 1990, no âmbito do suprimento das necessidades de reprodução social, é também denominado de retomada da família como responsável pelo bem-estar de seus membros. No entanto, compreende-se que a família não ressurgiu na centralidade da proteção social, uma vez que nunca deixou de ocupar essa posição, o que ocorre é o reforço de seu papel ativo na reprodução social (Teixeira, 2013; Campos, 2015). Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar as perspectivas atribuídas às famílias no sistema de proteção social brasileiro, reconhecendo suas contradições no contexto capitalista e a tendência de transferência das responsabilidades do Estado para as famílias e a sociedade.

2 PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA

As famílias sempre fizeram parte dos arranjos de proteção social no Brasil, de modo que os governos sempre se beneficiaram da participação voluntarista da família na manutenção de seus membros, cobrando historicamente sua autoproteção (Pereira, 2010). Com o avanço dos ideais neoliberais, a concepção de que a família deve ser a primeira responsável pela proteção de seus membros foi legitimada e ganhou nova roupagem, mantendo a tradição das famílias como fonte de proteção em uma tentativa de desresponsabilizar o poder público. Dessa forma, o Estado toma a família como objeto de intervenção das políticas sociais, porém como um mecanismo para “otimizar” os recursos, e não como um instrumento de autonomia e fortalecimento das famílias.

Tem-se a dimensão de que as famílias possuem centralidade no planejamento e na execução das políticas sociais brasileiras (vide saúde e assistência social). No entanto, é preciso interrogar como essa centralidade vem se efetivando em meio ao cenário de políticas

neoliberais. No Brasil não existe uma Política de Família – como será abordado a seguir, tampouco é um país onde seus habitantes possuem condições iguais de acesso à renda e/ou suprimento de suas necessidades de desenvolvimento ou mesmo sobrevivência. Desse modo, a centralidade familiar caminha em um limiar tênue, podendo ser um eixo norteador para que as políticas sociais atendam às necessidades das famílias em sua diversidade ou, em um viés de retração do Estado, sejam atribuídas às famílias as responsabilidades do poder público. Destarte, é preciso considerar as realidades vivenciadas pelas famílias e suas trajetórias de vida para compreender como a primazia de proteção por meio das famílias é materializada.

Tendo em vista que a associação entre política social e família é algo histórico, que se desenvolveu e ainda se desenvolve sob diferentes fisionomias e justificativas, Campos e Miotto (2003) destacam três tipos de relação das famílias com o sistema de proteção social, sendo eles a família do provedor masculino, o Familismo e a família nos sistemas de proteção social de orientação social-democrática, com a Política de Família.

A concepção que comporta a “família do provedor masculino” encontra-se difundida de forma clássica nos Estados de Bem-Estar Social, relacionando-se ao pagamento de seguros sociais vinculados ao trabalho masculino. Essa relação baseia-se na solidariedade familiar e nos papéis intergeracionais e de gênero. O grupo familiar aparece aqui com duas dimensões,

[...] a de uma unidade econômica com dependentes e "chefes de família" que redistribuem renda e a de unidade "doadora de cuidados", também a partir de redistribuição interna. Nele, da mulher-mãe se espera que seja a principal provedora de cuidados para os seus membros, mantendo-se economicamente dependente de seu marido. Assim supõe-se, por um lado, as responsabilidades do "chefe de família" com o sustento, e por outro, as da mulher com o cuidado (Campos; Miotto, 2003, p. 169).

Essa vertente possui a tendência de naturalizar as obrigações familiares e a exploração do trabalho da mulher, que é base do sistema de bem-estar social. A solidariedade familiar torna-se indispensável para a proteção do grupo e para o próprio sistema de proteção e junto à naturalização das atribuições da família, contribui para o não reconhecimento, pelo Estado e pela sociedade, dos limites - econômicos e sociais - que as famílias possuem para efetivar o bem-estar de seus membros (Campos; Miotto, 2003).

A relação da família com a proteção social na via Social- Democrática ou através da Política de Família, busca se antecipar e socializar os encargos e custos enfrentados pelas famílias, visando assim atuar preventivamente para que não ocorra seu esgotamento. Nesse prisma, a oferta de serviços sociais, que possibilitam apoio aos encargos familiares, emerge

como uma alternativa de cobertura universal, que viabiliza uma política de inserção da mulher no mercado de trabalho e proteção dos indivíduos e famílias (*ibidem*).

Esse modelo é característico dos países escandinavos, em que a família é reconhecida como um espaço de pertencimento e construção de vínculos e não necessariamente uma instituição para cumprimento de deveres. A Política de Família possui serviços e assistência que buscam atender as necessidades das famílias em sua complexidade, ou seja, da família contemporânea. Busca-se respeitar o direito à convivência e à paridade de direitos e oportunidades entre os sujeitos, destinando suas ações aos indivíduos (Campos; Miotto, 2003).

O modelo social-democrata, percebido nos países Escandinavos, alinha-se ao conceito de desfamiliarização, o qual “se refere ao grau de abrandamento da responsabilidade familiar em relação à provisão de bem-estar social, seja através do Estado ou mercado” (Miotto, 2009, p. 135). A desfamiliarização corresponde ao reconhecimento da necessidade de diminuição dos encargos familiares e da maior independência das famílias, a partir de suas transformações, principalmente no que se refere às relações de parentesco, utilizando-se de Políticas Familiares.

Já a relação familista ou familiarização, coloca a unidade familiar como primeira responsável pela provisão do bem-estar de seus membros, que dependerá da inserção destes na esfera mercantil, assim, a provisão de bem-estar familiar está associada a sua renda e ao que conseguem, a partir dela, obter no mercado. A “política pública considera - na verdade exige - que as unidades familiares assumam a responsabilidade principal pelo bem-estar social” (Campos; Miotto, 2003, p. 170).

O familismo é apontado por Miotto (2009) como um instrumento que reforça a desigualdade entre as classes sociais e os papéis entre homens e mulheres na esfera doméstica, condicionando a inserção da mulher no mercado de trabalho e submetendo-a a uma dupla jornada, pois são responsabilizadas pelo cuidado da família. Conforme a autora, no Brasil pode ser observado um alinhamento ao modelo de intervenção Familista.

Teixeira (2013) corrobora Miotto (2009) e aponta que o Familismo também pode ser denominado de *neofamiliarismo*, o qual possui a orientação, para a formulação e execução das políticas sociais, com a perspectiva de “responsabilização das famílias para além das suas possibilidades, reforça a dependência dos serviços, recursos e apoios familiares por parte de seus membros” (Teixeira, 2013, p. 85). Configura-se como uma política que utiliza os recursos familiares até seu esgotamento e falência.

Além da responsabilização e utilização da força de trabalho não paga da mulher, na

vertente Familista a proteção social relaciona-se com a inserção na produção. Desse modo, é possível inferir, que, no Brasil, onde tradicionalmente o mercado de trabalho é permeado por processos de discriminações, precarizações e trabalhos informais, a proteção social ligada à esfera mercantil tende a levar os sujeitos à desproteção social.

A concepção Familista na relação entre Família e Proteção Social, foi e é reforçada pela formação de um novo “consenso” em torno da execução das políticas sociais, denominado de Pluralismo de Bem-Estar (Miotto, 2009). Pluralismo de Bem-Estar ou *welfare mix/ welfare pluralist* trata-se de uma concepção de que a proteção social deve ser realizada através de uma multiplicidade de fontes, que exigem da família e sociedade um considerável comprometimento. Cada uma dessas fontes ou agentes compareceria com o que lhe é peculiar: o Estado com o poder e autoridade coativos - setor oficial; o mercado com o capital-setor comercial; a Família com a solidariedade - setor informal; e as Organizações Voluntárias e Caritativas através da solidariedade - voluntário (Pereira, 2010).

A provisão do bem-estar social por meio da articulação entre o Estado, família/organizações voluntárias e mercado não é algo novo, ela sempre se fez presente, mas com o Pluralismo de Bem-Estar alteram-se as relações que garantem a proteção. A relação vertical, na qual o Estado possui papel central e protagonista, é substituída por relações horizontais, em que o Estado torna-se parceiro ou corresponsável por um esquema plural/misto de proteção social (Pereira, 2004).

A adoção de um esquema misto de proteção social tem impacto significativo na concepção da proteção social como um direito, na medida em que reforça práticas voluntaristas e assistencialistas, fundadas na lógica da ajuda e não na garantia de direitos. Isso, em um país como o Brasil, que incorporou a proteção social como um direito há poucas décadas e possui em sua história fortes marcas de ações assistencialistas e clientelistas, representa um retrocesso e **favorece** o retorno às práticas vinculadas à benesse e interesses diversos que não o de garantia de direitos.

Sob a ótica do Pluralismo de Bem-Estar, o mercado apresenta-se como um parceiro central, que propaga a ideia de promover a autonomia e o empoderamento dos sujeitos, pois, nesse contexto, “todos” se tornam consumidores e podem “escolher” os serviços conforme seus desejos, bem como exigir melhor qualidade no atendimento (Pereira, 2004). Dessa perspectiva, é necessário destacar o par binário apontado por Pereira, C. P. (2016), formado pelo contraste entre a necessidade social e o campo das preferências, no qual as necessidades sociais acabam sendo reduzidas a preferências individuais, supostamente passíveis de serem

atendidas pelo mercado.

Esse prisma, porém, não considera parte da população que possui acesso restrito aos bens do mercado ou que não conseguiria acessar os serviços sociais caso fossem restritos ou vinculados ao mercado. É desconsiderada a criação de possíveis monopólios na distribuição de serviços ou o desinteresse mercadológico em determinados setores, deixando, assim, parte deles descobertos ou destinados ao voluntariado.

Sobre isso, Pereira (2004) refere que a relação do mercado com o Estado na provisão do bem-estar existe desde os primórdios da proteção social, o Estado é visto por diversos autores como um facilitador da acumulação de capital, contudo, garantindo alguns limites nessa relação de exploração. Todavia, observa-se que, no contexto atual, esses limites vêm sendo tensionados.

Da mesma forma, é fundamental atentar para alguns aspectos relacionados à implementação da proteção mista. Observa-se que, com o envelhecimento da população e o aprofundamento das desigualdades sociais, há um crescimento do número de pessoas que demandam cuidados das famílias e da sociedade, ao mesmo tempo em que ocorre uma redução dos agentes cuidadores, ou seja, mais pessoas necessitam de auxílio, enquanto menos dispõem de recursos ou condições para atender às demandas emergentes (Pereira, 2004). Além disso, é relevante considerar que muitos indivíduos podem preferir receber atendimento especializado, e não aquele prestado pela família ou por entidades voluntárias, conforme propõe o modelo de bem-estar misto. Isso se justifica pelo fato de que a família e as entidades voluntárias nem sempre são espaços de garantia de direitos, podendo, em algumas situações, reproduzir violências ou desrespeitar diferenças culturais.

Pondera-se que existem diferentes concepções em torno do tema em debate. Abrahamson (2004) expõe que existem formulações divergentes em torno do Pluralismo de Bem-Estar, que ele denomina de cética, neutra e otimista. Para o autor, a abordagem cética, tendência entre os autores da área, categoriza o Pluralismo de Bem-Estar como algo negativo e aponta os perigos e desigualdades presentes em tal arranjo, que reduz o papel do Estado e aumenta o papel do setor informal. O tratamento neutro, defende que o bem-estar misto apresenta efeitos positivos para os cidadãos, equacionando a privatização conservadora e a socialização socialista. Por fim, o viés otimista compreende que o bem-estar misto produz uma política social mais autônoma, baseada no comunitarismo e na participação da comunidade para o controle de sua própria reprodução, compreendendo as organizações voluntárias como um recurso que deve ser valorizado por sua habilidade de mediação.

Todavia, para Abrahamson (2004), o Pluralismo de Bem-Estar configura-se como um meio para a privatização das medidas provedoras do bem-estar, trata-se de uma abordagem ideológica. Para o autor, existem lógicas e ideologias por trás das ações desenvolvidas em diferentes espaços e instituições, assim, é preciso ficar atento quando serviços sociais semelhantes são desempenhados em distintas instituições.

No presente estudo apreende-se o Pluralismo de Bem-Estar por meio da concepção adotada por Abrahamson (2004), entende-se que esse modelo de condução e concepção da proteção social tem como objetivo a desresponsabilização do Estado, a transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil (com processos de privatização e mercantilização das políticas sociais e direitos) e a responsabilização da família como instância solidária que deve realizar a proteção de seus membros.

Nessa concepção a família é vista como um recurso privilegiado, pois nela supostamente prepondera o desejo espontâneo de ajuda e solidariedade, o que é favorável para o esquema de bem-estar do pluralismo, com a flexibilização provedora (Abrahamson, 2004; Pereira, 2010). O pluralismo de bem-estar dissemina a família como fonte privada de bem-estar social, com uma visão romântica de que as famílias possuem condições de, por si próprias, protegerem seus membros, negando a família como instituição contraditória que poderá ser protetiva, mas que também pode ser reprodutora de desigualdades e violências (Pereira, 2010). Igualmente, não se reconhece a existência da sociedade de classes e de suas contradições, bem como os processos de exploração da força de trabalho, de subemprego e de exclusão do mercado formal, que acabam expondo as famílias a situações de risco e fragilidade, tornando-as, muitas vezes, incapazes de proteger seus membros, ou até mesmo a si próprias.

Ademais, no contexto de exploração, aprofundamento da desigualdade social e inserção precária no trabalho, vivenciado por grande parcela da população, o acesso aos direitos e cidadania tem sido praticamente inviabilizado, tornando assim a família quase a única possibilidade de suprimento das necessidades, “principalmente diante da inoperância ou mesmo ausência de mecanismos de proteção social que levem em consideração os efeitos sociais recentes dos problemas originados da precarização do trabalho” (Alencar, 2010, p. 63).

Nesse contexto, é fundamental compreender a função que a responsabilização da família na proteção dos indivíduos desempenha frente ao avanço do neoliberalismo. Evidencia-se que “sucessivamente os liberais descobriram as potencialidades da família em substituir algumas intervenções do Estado, que eram consideradas burocráticas e muito

custosas” (Serepioni, 2005, p. 243). Assim, essa responsabilização diminui os custos sociais do Estado e, ao mesmo tempo, os coloca os trabalhadores em constante tensão para manutenção de sua posição, visto que percebem, cada vez mais, uma proteção social focalizada e residual.

Por outro lado, ressalta-se, que o que se quer aqui não é a desresponsabilização da família quanto à parentalidade, às relações familiares e às responsabilidades, como, por exemplo, pelo cuidado das crianças e adolescentes. Contudo, compreende-se que, para exercer os papéis parentais e de proteção, é preciso que o Estado seja um garantidor de direitos, viabilizando o acesso aos recursos que possibilitem a manutenção da família e seu fortalecimento. Não é uma retirada das responsabilidades parentais das famílias, mas a possibilidade de que estas sejam cumpridas sem seu esgotamento e consequente falência.

Compreende-se que a “valorização” das famílias no centro das políticas sociais encobre, muitas vezes, o conservadorismo e moralismo que tem relação com a privatização das necessidades sociais dos sujeitos, o que “justificaria” os processos de penalização quando ocorre “falha” na provisão da proteção pela família. Percebe-se que, “na ausência de direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as situações adversas” (Alencar, 2010, p. 63). A família torna-se um anteparo social para suprir a ausência de uma proteção social que atenda aos sujeitos de forma universal ou, como refere Alencar (2010), a família supre um vazio institucional das políticas públicas.

A partir disso, é imperioso refletir sobre as reais possibilidades que as famílias possuem para suprir a lacuna deixada pela falta da proteção social universal. Frente ao que já foi exposto sobre a situação de parcela das famílias e sobre o sistema de proteção social, questiona-se, sem aspiração de obter resposta imediata, se é possível delegar às famílias a provisão das necessidades de reprodução social, sem considerar suas diferenças e configurações? Como podem ser definidos os limites e possibilidades das famílias para o provimento do bem-estar de seus membros, quando se pressupõe que devam naturalmente arcar com os encargos e responsabilidades para reprodução de seus membros?

A proteção social, materializada nas políticas sociais centradas nas famílias, deve assegurar o acesso aos direitos e promover o fortalecimento dos sujeitos e das famílias enquanto cidadãos. No entanto, o que se observa é um movimento inverso, em que as famílias são convocadas e pressionadas a assumir a responsabilidade pela proteção social, independentemente de suas reais condições para isso.

A centralidade da família na proteção social deve servir como instrumento de

potencialização da cidadania, mas, para isso, é necessário que o Estado assuma aquilo que é de sua prerrogativa: a garantia de direitos por meio de políticas sociais. Esse reconhecimento não implica desconsiderar os mecanismos informais de proteção, como as redes de solidariedade e apoio familiar, mas reforça que tais mecanismos não podem ser exigidos para além de suas capacidades reais. É fundamental compreender que a responsabilidade primordial pela efetivação da proteção social cabe ao Estado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de proteção social brasileiro fundamenta-se historicamente no papel de atribuído prioritariamente à família na proteção de seus membros, concebida como o principal locus de reprodução social. Na contemporaneidade, a família, em sua relação com a proteção social, adquire relevância no campo das políticas sociais pela sua informalidade, uma vez que não está vinculada a contratos, burocracias ou controles externos. Considera-se que ela representa um espaço em que predominam o desejo de cuidado, a proteção e até mesmo o sacrifício. Percebe-se, assim, uma visão romantizada da família e de sua capacidade, em um contexto capitalista neoliberal, de assegurar a proteção e o cuidado efetivo aos seus membros.

Embora o texto constitucional reconheça legalmente o direito ao sistema de proteção social, percebe-se também a existência de movimentos que comprometem as famílias no atendimento às necessidades sociais, mesmo que existam condições precárias para isso. É o caso dos condicionantes para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), os quais apontam que somente na incapacidade da família de possibilitar os meios para a sobrevivência do indivíduo o Estado deve assumir essa atribuição. Salienta-se que essa incapacidade exposta na CF refere-se a um viés econômico, com recorte restrito, demonstrando a focalização da intervenção estatal, já que, para acessar o BPC, é necessário ter uma renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo nacional. Não são consideradas as condições sociais da família para o atendimento das necessidades de seus membros ou outros fatores.

No que se refere aos modelos de proteção vigentes no Brasil, sobressai que o Pluralismo de Bem-Estar, assim como o viés familista, retrata de forma falseada a ideia de que a família é o espaço/locus natural de proteção, não reconhecendo as regulações externas, por meio de aparatos legais, que reforçam e obrigam a execução da proteção pela família (Pereira, 2010). Há um equívoco ao se considerar que a família não é objeto de regulação legal, restringindo assim as relações familiares ao campo privado, quando, na realidade, mesmo a proteção exercida de modo informal é permeada por normas e regulações, tanto

internas quanto externas, uma vez que as obrigações familiares estão previstas no ordenamento jurídico.

As exigências de responsabilização familiar, incompatíveis com o contexto de aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, somadas à retração e focalização das políticas sociais e à delegação da proteção social ao mercado, à sociedade e à própria família, contribuem para a descaracterização dos direitos sociais. Essa descaracterização resulta na restrição do acesso ao sistema de proteção, que perde seu caráter público e universal. Assim, as sucessivas violações de direitos vivenciadas pelos sujeitos e a negação do acesso ao sistema protetivo configuram um estado de desproteção social.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, P. **Neoliberalismo, pluralismo de bem-estar e configuração das políticas sociais.** In: BOSCHETTI, I. *et al.* (org.). *Política social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: UNB, Departamento de Serviço Social, 2004.

ALENCAR, M. M. T. de. **Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos de 1990 e seu impacto no âmbito da família.** In: SALES, A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 out. 2025.

CAMPOS, M. S. **O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz?** In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. **Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira.** *Revista Ser Social*, Brasília, n. 12, p. 1–18, 2003.

MIOTO, R. C. T. **Família e políticas sociais.** In: BOSCHETTI, I. *et al.* (org.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 130–148.

PEREIRA, P. A. P. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar.** In: SALES, A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P. A. P. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo.** In: BOSCHETTI, I. *et al.* (org.). *Política social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

PEREIRA, C. P. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes.** São Paulo: Cortez, 2016.

SERAPIONI, M. **O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, supl., p. 219–227, dez. 2005.

TEIXEIRA, S. M. **Família e proteção social: uma relação continuamente (re)atualizada.** *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 75–86, 2013.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

RELAÇÃO ENTRE O ESTADO BRASILEIRO E O TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

RELACIÓN ENTRE EL ESTADO BRASILEÑO Y LA TRATA DE PERSONAS CON FINES DE EXPLOTACIÓN SEXUAL

Maria Eduarda Reis dos Santos¹
Aline Fagundes dos Santos²

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a relação entre o Estado brasileiro e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Especificamente, buscou-se mapear a relação histórica entre o Estado liberal e essa problemática e, posteriormente, investigar os reflexos das políticas neoliberais sobre as expressões da questão social que tornam indivíduos vulneráveis a esse crime. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e recorte bibliográfico, fundamentada no método dialético-crítico. Foi realizada uma análise de conteúdo, com base em Bardin, aplicada a livros e trabalhos acadêmicos relacionados ao tema. Os resultados demonstram que, no contexto do Estado liberal, o tráfico de pessoas era inicialmente legitimado e, posteriormente, pouco regulado, enquanto as políticas sociais se mostravam restritas e seletivas. Já no Estado neoliberal, observou-se a intensificação da desresponsabilização estatal, marcada pela privatização e focalização dos direitos, o que ampliou as vulnerabilidades sociais. Em contrapartida, houve a criação de aparatos legais voltados ao enfrentamento do tráfico humano. Conclui-se, no entanto, que, apesar dos avanços normativos no combate ao crime desde 2004, as ações ainda são paliativas e não enfrentam as raízes estruturais do problema.

Palavras-chaves: Tráfico de pessoas; exploração sexual; estado brasileiro; liberalismo e neoliberalismo

¹ Mestranda em Serviço Social e Proteção Social pela Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA- Campus São Borja/RS. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA- Campus São Borja/RS. Vinculada a linha de pesquisa Serviço Social, Direitos Humanos, Identidades e Desigualdades do PPG/SSPS. E-mail: mariaerds.aluno@unipampa.edu.br.

² Doutora em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Direitos Fundamentais, Especialista em Direito Processual Civil e Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS). Advogada. Docente de magistério superior da Universidade Federal do Pampa nos Cursos de Bacharelado em Direito e no Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Proteção Social. Pesquisadora vinculada a linha de pesquisa Serviço Social, Direitos Humanos, Identidades e Desigualdades do PPG/SSPS. Brasil. E-mail: alinefds@unipampa.edu.br

Resumen: Este artículo analiza la relación entre el Estado brasileño y la trata de personas con fines de explotación sexual. Específicamente, busca trazar la relación histórica entre el Estado liberal y esta problemática y, posteriormente, investigar el impacto de las políticas neoliberales en las manifestaciones de la problemática social que hacen a las personas vulnerables a este delito. Metodológicamente, la investigación adoptó un enfoque cualitativo, exploratorio y bibliográfico, basado en el método dialéctico-crítico. Se realizó un análisis de contenido, basado en Bardin, aplicado a libros y artículos académicos relacionados con el tema. Los resultados demuestran que, en el contexto del Estado liberal, la trata de personas fue inicialmente legitimada y posteriormente mal regulada, mientras que las políticas sociales fueron restringidas y selectivas. En contraste, bajo el Estado neoliberal, la rendición de cuentas estatal se intensificó, marcada por la privatización y la focalización de derechos, lo que incrementó las vulnerabilidades sociales. Por otro lado, se crearon mecanismos legais para combatir la trata de personas. Se concluye, sin embargo, que, a pesar de los avances regulatorios en la lucha contra la delincuencia desde 2004, las acciones aún son paliativas y no abordan las raíces estructurales del problema.

Palabras Clave: Trata de personas; explotación sexual; Estado brasileño; liberalismo y neoliberalismo.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo dissertará sobre a relação entre o Estado brasileiro e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Sendo que o Estado, enquanto criação histórica e social, expressa os interesses da estrutura de classes presentes nas relações de produção, por meio da sociedade política que é composta por aparelhos de coerção e repressão, como polícia, sistema judiciário e administrativo, que refletem, os interesses da classe dominante. Paralelamente, a sociedade civil constitui-se como espaço de mediação entre dominação e resistência de classe, por meio de sindicatos, partidos, meios de comunicação, igrejas e demais organizações sociais (Gramsci apud Montaña; Duriguetto, 2010).

O tráfico de pessoas, por sua vez, é uma categoria jurídica que surgiu no século XIX, com o intuito de policiar as fronteiras transnacionais. No Brasil, segundo a legislação esse conceito é compreendido como:

agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; submissão a trabalho em condições análogas à de escravo; submissão a qualquer tipo de servidão; adoção ilegal; exploração sexual (Brasil, 2016, s/p).

A exploração sexual acontece quando uma pessoa obtém vantagem ou tira proveito através da sexualidade alheia por meio de enganação (Nucci, 2017), englobando a prostituição, a pornografia, as trocas sexuais, ao turismo sexual e ao tráfico.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender como o Estado, responsável pela formulação de políticas públicas e pela proteção social, tem historicamente se posicionado diante do tráfico humano. Assim, este estudo é relevante tanto no campo acadêmico quanto social, pois contribui para o debate crítico acerca da responsabilidade estatal e da necessidade de políticas universais e integradas capazes de enfrentar as causas estruturais dessa problemática.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a relação do Estado brasileiro com o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, a fim de evidenciar essa problemática no âmbito da proteção social. Para isso, foram estabelecidos dois objetivos específicos: a) mapear a relação histórica entre o Estado brasileiro e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, considerando as influências do modelo liberal nas políticas sociais e de proteção; b) investigar os impactos das políticas neoliberais no Brasil sobre as expressões da questão social que tornam os indivíduos suscetíveis ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, destacando o processo de desresponsabilização estatal e seus reflexos nas políticas de proteção social.

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa com enfoque qualitativo (Neuman, 1994 apud Sampieri; Collado; Lucio, 2006), uma abordagem exploratória (Sampieri; Collado; Lucio, 2006), com um recorte bibliográfico (Severino, 2013), foi elaborado e realizado a partir do método dialético crítico. A coleta de dados foi realizada por meio de leituras e interpretação em cinco (5) livros e um (1) Trabalho de Conclusão de Curso, compondo uma amostra não probabilística intencional (Richardson, 2008).

A seleção do material bibliográfico considerou obras utilizadas nos componentes de Estado e Questão Social, Política Social no Brasil, Proteção Social: Configurações e Tendências e um (1) Trabalho de Conclusão de Curso. Para análise de dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo baseada em Bardin (1977) que se desenvolveu em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

O trabalho está estruturado em três seções, sendo a introdução a primeira. A segunda está dividida em duas partes, discute, inicialmente a relação do Estado liberal brasileiro com o tráfico humano ao longo da história e, em seguida, aborda sobre o Estado neoliberal brasileiro e sua relação com a temática e a terceira apresenta as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Estado Liberal Brasileiro

O capitalismo teve seu desenvolvimento na Europa a partir da crise do feudalismo, no século XVI, com o tempo a produção começou a expandir, levando ao surgimento de viagens marítimas em busca de recursos ao redor do mundo, possibilitando às colonizações. Em 1500 os portugueses chegaram ao Brasil e em seguida trouxeram pessoas retiradas à força do território africano para trabalharem aqui em condições servis, dando origem ao tráfico humano no país. Naquele período, mulheres e crianças africanas que eram trazidas ao Brasil eram utilizadas como objetos sexuais pelos senhores. Foi nesse contexto que o tráfico para fins de exploração sexual teve início, entretanto, na época, esse crime era considerado legal pela legislação brasileira, já que promovia lucros para a classe dominante das nações centrais.

Em 1822, foi criado o Estado Nacional, através da revolução baseada no liberalismo e no paternalismo para assegurar privilégios para a classe dominante nativa. No entanto, o liberalismo não conseguiu criar uma ordem nacional autônoma, pois ainda continuou dependente do capital internacional (Behring; Boschetti, 2016). A partir desse momento a democracia passou a ser restrita às classes dominantes, as quais usavam o Estado a favor de seus interesses (Behring; Boschetti, 2016). Dessa forma, não era levado em consideração os direitos de todos os cidadãos, por isso as pessoas traficadas continuavam desamparadas.

Em 1888, aconteceu a abolição da escravatura, onde começaram a substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre (Behring; Boschetti, 2016). Apesar desse processo, as pessoas negras foram excluídas da condição de cidadãos e muitos permaneceram na situação de trabalho escravo, pois não havia alternativas para sua sobrevivência.

A partir de 1903, começam as primeiras lutas de trabalhadores/as por melhores condições de trabalho, salários e outros direitos. Esse processo se intensificou entre 1910 e 1920, fazendo com que o Estado comece a implementar direitos e regulamentações trabalhistas como uma forma de controle social e fortalecimento do poder político. A concessão dos direitos trabalhistas teve predominância na Era Vargas, quando o Estado assumiu o papel central e paternalista na definição de tais direitos (Behring; Boschetti, 2016).

Em relação às expressões da questão social que deixam as pessoas vulneráveis ao tráfico de pessoas, não havia legislações brasileiras destinadas a protegê-las, pois até o

momento a proteção social era fornecida por instituições religiosas e por meio de iniciativas de caridade e filantropia, sem um viés de direito.

Entre 1917 e 1930, com a ascensão do capitalismo, houve maior desenvolvimento produtivo, gerando mais riquezas para a burguesia e miséria para o proletariado, o que fez e continua fazendo com que essa última classe se torne alvo do tráfico de pessoas. Nesse contexto surge a questão social, devido a contradição entre o proletariado e a burguesia e a resistência do proletariado (Iamamoto; Carvalho, 1995 *apud* Santos, 2012).

Em 1923, a proteção social começa a ser executada pelo Estado como um direito, através do surgimento da política social, por meio da lei Eloy Chaves, que criou Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias de trabalhadores/as. Essas políticas seletivas tornavam as pessoas em situação de desemprego, trabalho informal ou sem cobertura de seguridade como potenciais vítimas dos/as aliciadores/as, que se aproveitam dessas fragilidades para ludibriá-las com promessas enganosas de emprego, já que o Estado não implementava políticas mais abrangentes, devido ao liberalismo (Behring; Boschetti, 2016).

No que tange à área da infância e juventude, em 1927, foi aprovado o Código de Menores, de conteúdo punitivo (Behring; Boschetti, 2016), ou seja, não protegia esse público, fazendo com que se tornassem possíveis vítimas do tráfico humano.

Em 1937, foi instaurada a ditadura do Estado Novo, com Vargas. Nesse período em relação à proteção social relacionada ao trabalho, em 1936, surgem os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que ofereciam um conjunto de benefícios ligados à perda da capacidade laborativa, para os/as trabalhadores/as contribuintes e em 1943, foi sancionada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (Behring; Boschetti, 2016). Apesar de existir essa proteção, muitos/as trabalhadores/as continuavam desamparados/as, o que deixava as pessoas vulneráveis ao tráfico, já que os/as traficantes buscam aqueles/as em condições desfavoráveis.

No que se refere ao tráfico de pessoas, apenas em 1940, o Brasil recebe pela primeira vez um artigo específico, com a elaboração do novo Código Penal, o qual só se preocupava com o tráfico de mulheres para fins de prostituição, havendo uma lacuna legislativa que deixava desamparada as outras pessoas e aqueles/as que eram traficados/as para outros fins.

No que concerne à proteção social ligada à saúde, a pública era ligada aos IAPs, ou seja, era para as pessoas que estavam trabalhando e contribuindo e para seus dependentes, também se desenvolveu a privada e filantrópica no atendimento médico-hospitalar (Behring; Boschetti, 2016). Dessa forma, grande parte da população brasileira não tinha acesso a serviços de saúde, o que os tornava suscetíveis ao tráfico de pessoas, uma vez que poderiam

necessitar de atendimento médico para eles/as ou seus/as familiares e as propostas dos/as traficantes sempre eram vantajosas, fazendo com que se tornassem alvos fáceis.

No que diz respeito à proteção social ligada à assistência social, em 1942, foi fundada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), baseada na tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade e não como um direito (Behring; Boschetti, 2016). Essa era a área que teria mais potencial em auxiliar nas expressões da questão social que fazem as pessoas serem alvos dos/as aliciadores/as, no entanto, não contava com grande investimento por parte do Estado, pois não é rentável para o capital.

Entre 1943 e 1945, aconteceu o declínio do Estado Novo e houve disputas de projetos, as quais fizeram com que houvesse uma estagnação nas políticas sociais. Em 1964 aconteceu o Golpe, que instaurou uma ditadura militar. Nesse período foram aprofundadas as relações sociais capitalistas, expandindo o fordismo à brasileira, o qual ampliou o mercado interno e amplificou a cobertura da política social de modo conservador. Assim, a questão social, passa a ser combatida através da repressão e assistência (Behring; Boschetti, 2016).

No que diz respeito à proteção social ligada à previdência social e assistência social, em 1966, foi uniformizada a previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social que em 1977, se transformou em Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS). No que tange à proteção social ligada à saúde, era focalizada no atendimento curativo, individual e especializado, em detrimento da saúde pública (Behring; Boschetti, 2016). Nesse contexto, a proteção estava vinculada ao trabalho ou ao mercado, o que deixava a maioria dos/as brasileiros/as sem os devidos auxílios do Estado, ficando à mercê do tráfico humano.

No governo Sarney, as políticas sociais continuaram com perspectiva compensatória, seletiva e setorializada, houve a diminuição nos investimentos (Behring; Boschetti, 2016), levando as pessoas a permanecerem em situação de vulnerabilidade, intensificando as expressões da questão social, que as transformam em alvos do tráfico humano.

Nos anos 80, começa o processo de redemocratização e em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, com traços conservadores como a dicotomia entre universalização e seletividade e a dicotomia entre setor privado e setor público. Em relação aos direitos sociais, têm destaque a seguridade social, que é composta pela previdência social, que é acessada por meio da contribuição dos/as trabalhadores/as; saúde que é direito de todos/as independente da contribuição e assistência social que é para quem dela necessitar, independente de contribuição (Behring; Boschetti, 2016). Nesse contexto, a maioria das pessoas que não

conseguiram acessar os direitos de certas áreas passam a ser assistidas, mas a atenção se concentra geralmente na pobreza extrema, fazendo com que os indivíduos continuem a ser alvos dos/as aliciadores/as.

2.2 Estado Neoliberal Brasileiro

Na década de 80, aconteceu uma estagnação na economia latino-americana, o que fez aprofundar o endividamento, ocasionando a crise da dívida nesses países. Em consequência foi instituído o Consenso de Washington em 1989, o qual ditou recomendações neoliberais para os países periféricos para auxiliá-los no pagamento de seus débitos, destacando-se:

disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; regime cambial de mercado; abertura comercial; eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro; privatização e desregulação de leis trabalhistas (Malaguti et al., 1998, p. 25 *apud* Montañó; Duriguetto, 2010, p. 211).

A partir de 1990, essas recomendações começaram a ser implementadas pelo governo Collor, ou seja, o Estado brasileiro começa a seguir os preceitos do neoliberalismo, mas tem sua intensificação no governo Fernando Henrique, por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado. A justificativa para a contrarreforma foi que os problemas ligados à crise econômica, estavam situados no Estado, assim era preciso reformá-lo (Behring; Boschetti, 2016).

Um dos primeiros passos da contrarreforma foi diminuir os investimentos públicos, principalmente da área social. Também aconteceu a “desvalorização cambial, liberalização comercial, redução salarial e elevação das taxas de juros” (Gonçalves, 1994, p. 121 *apud* Santos, 2012, p. 190). Essas modificações resultaram no aumento da pobreza e da miséria, elevaram o custo dos alimentos e geraram mais desempregos (Gonçalves, 1994, p. 121 *apud* Santos, 2012). A partir desse momento, em razão do agravamento dessas expressões da questão social, as pessoas passam a estar mais vulneráveis às armadilhas dos/as recrutadores/as, que se aproveitam dessas dificuldades para enganá-las.

Em relação à reestruturação das políticas sociais, houve a privatização, a qual tem a finalidade de abrir todas as instituições públicas e as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados (Laurell, 1995). Também aconteceu a publicização, que instituiu agências executivas e organizações sociais e regulamentou o terceiro setor para implementação de políticas públicas (Behring; Boschetti, 2016). Assim o Estado se

desresponsabiliza pelas políticas sociais, que são formuladas e implementadas a partir do “trinômio: privatização, focalização/seletividade e descentralização” (Draibe, 1993 *apud* Behring; Boschetti, 2016, p. 155). Todos esses processos fazem com que as pessoas fiquem desprotegidas em relação às expressões da questão social o que pode torná-las propensas ao tráfico humano.

No que tange à seguridade social houveram contrarreformas previdenciárias, que instituíram critérios que focam no direito do contribuinte, restringem direitos e delimitam alguns benefícios. Os investimentos na saúde são insuficientes, o que geram longas filas, morosidade na prestação de atendimentos, carência de remédios e diminuição de leitos. E a assistência social possui dificuldades para se implementar como um direito e superar aspectos históricos como: a manutenção do caráter filantrópico e ênfase em benefícios de caráter compensatório (Behring; Boschetti, 2016). Essas políticas teriam um grande potencial para ajudar a prevenir que indivíduos não se tornem alvos do tráfico humano, devido às fragilidades ligadas às expressões da questão social. No entanto, o sistema dentro do qual o Estado brasileiro opera não enxerga benefícios em aplicá-las de maneira eficaz.

As questões citadas resultam na perda de direitos e ampliam as manifestações da problemática social, levando as pessoas a se tornarem alvos de traficantes. Assim, a partir de 2004, o Brasil começa a sancionar leis específicas voltadas ao combate desse crime.

Em 2004, foi sancionado o Decreto nº 5.017, que instituiu o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo). Esse instrumento tem o propósito de prevenir e combater o tráfico de pessoas; proteger e ajudar as vítimas desse crime e promover a cooperação dos países membros para conseguirem alcançar essas finalidades (Brasil, 2004 *apud* Santos, 2024).

Em 2005, foi sancionada a Lei nº 11.106, que alterou o conceito de tráfico de mulheres para tráfico de pessoas. Também definiu o tráfico de pessoas interno e internacional e quais eram as penalidades para quem praticasse tais crimes.

Em 2006, foi sancionado o Decreto nº 5.948, que criou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Esse dispositivo tem a finalidade de estabelecer as orientações, fundamentos e medidas que devem ser adotadas pelos órgãos públicos para enfrentar o tráfico humano.

Em 2007, foi sancionada a Lei nº 11.577, sobre a obrigatoriedade da fixação em alguns estabelecimentos da mensagem que a exploração sexual e o tráfico de crianças,

adolescentes e mulheres são crimes e os canais de denúncia. Esse dispositivo auxilia as pessoas a saberem os meios disponíveis para reportar esses crimes e promove a ação de denunciar.

Para realizar as ações que estão na Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foram criados os Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, atualmente o Brasil conta com quatro Planos, sendo que o primeiro foi sancionado pelo Decreto nº 6.347 em 2008, o segundo pela Portaria Interministerial nº 634 do Ministério da Justiça em 2013, o terceiro pelo Decreto nº 9.440 em 2018 e o quarto pelo Decreto nº 12.121 em 2024. Os Planos ajudam as instituições a identificar os objetivos e as metas que precisam seguir, o tempo disponível para cumprir, os recursos para realizar as atividades e como será feita a supervisão e a avaliação das iniciativas, visando aprimorar o combate ao tráfico.

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 12.015, a qual trouxe o conceito de tráfico internacional e interno que contemplou todas as explorações sexuais e também ditou sobre quais eram as penalidades para quem praticasse esses crimes. Nesse mesmo ano também foi sancionada a Portaria nº 31 da Secretaria Nacional de Justiça que se refere aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e aos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante. Atualmente existem dezoito (18) núcleos estaduais e três (3) municipais, sendo esses nos Estados do: Acre; Amapá; Amazonas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais; Pará; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; São Paulo e Roraima; os Núcleos Municipais de Lauro de Freitas na Bahia; de Ipojuca em Pernambuco e de São Sebastião em São Paulo. Esses órgãos têm a função de articular, planejar, ampliar, consolidar e executar ações para combater o tráfico de pessoas, que estão nas políticas e nos planos.

Atualmente existem nove (9) Postos em funcionamento, (5) cinco estão localizados no Amazonas, sendo que um (1) fica no Aeroporto Internacional de Manaus, um (1) no Terminal Rodoviário de Manaus, um (1) no Ponto da Ceasa em Manaus e os outros dois (2) ficam nos Terminais Hidroviários em Itacoatiara e Parintins. Os outros quatro (4) estão em outros estados, sendo um (1) no Aeroporto Internacional de Belém no Pará, um (1) no Aeroporto Internacional de Fortaleza no Ceará, um (1) no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro no Rio de Janeiro e um (1) no Aeroporto Internacional de São Paulo em São Paulo (Moraes et al., 2022 *apud* Santos, 2024). Esses equipamentos contribuem para o gerenciamento das entradas e saídas de indivíduos no país, estados e municípios. Têm a função de detectar vítimas de tráfico, proporcionando a assistência adequada e encaminhando-as aos serviços necessários.

Em 2013, foi sancionado o Decreto nº 7.901, que se refere ao Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A Coordenação ajuda na organização das ações de combate ao tráfico, assegurando que sejam realizadas de forma integrada. Os Comitês promovem articulação entre ações dos órgãos e instituições públicas e privadas, no combate ao tráfico de pessoas. Atualmente tal órgão está sendo regido pelo Decreto nº 9.833 de 2019.

Em 2016, foi instituída a Lei de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com a promulgação da Lei nº 13.344. O seu propósito é fornecer orientação para as instituições em relação à prevenção deste crime, à proteção e o suporte às vítimas, além da repressão ao tráfico. Essa legislação ampliou a definição de tráfico, incluindo outras formas de exploração. Além disso, estabeleceu as penalidades que devem ser impostas a quem comete tal crime. A lei também instituiu o Dia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que deve ser celebrado em 30 de julho, visando aumentar a conscientização da sociedade sobre o tráfico, por meio de diversas mobilizações (Sergipe, 2024; Tocantins, 2020 *apud* Santos, 2024).

Em 2017, foi aprovada a Lei nº 13.445, que no artigo 30 aborda sobre a autorização de residência para imigrantes e residentes fronteiriços que tenham sido vítimas de tráfico humano devido à sua situação migratória (Brasil, 2017 *apud* Santos, 2024). Em 2020, foi promulgada a Portaria nº 87 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a qual descreve os passos a serem seguidos para obter a autorização (Brasil, 2020 *apud* Santos, 2024).

Vale ressaltar que as ações citadas são paliativas, pois não abordam a origem dos problemas que são as expressões da questão social. Além disso, os setores que poderiam contribuir para a redução desses problemas não recebem os investimentos adequados devido às diretrizes neoliberais, o que mantém as pessoas em uma posição de vulnerabilidade que as torna suscetíveis ao tráfico. Essa dinâmica permanece inalterada, já que as expressões da questão social e o crime em si geram lucro para os capitalistas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo, que abordou a relação entre o Estado brasileiro e o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, observa-se que essa prática teve início na época colonial. Naquele contexto, tal atividade era considerada lícita pela legislação brasileira, pois gerava benefícios financeiros para a classe dominante dos países centrais.

A partir de 1822, com a consolidação do Estado Nacional, a ideologia liberal passou a fundamentar a estrutura estatal. Nesse modelo, a democracia restringia-se às elites, que utilizavam o Estado em benefício próprio. Como resultado, não havia preocupação com os direitos de todos os cidadãos, deixando as pessoas traficadas desprotegidas. A partir de 1903, emergem movimentos em busca de direitos, fazendo o Estado adotar leis trabalhistas, contudo, não implementou normas que combatessem às expressões da questão social, que tornavam as pessoas suscetíveis ao tráfico. Entre 1917 e 1930, com o advento do capitalismo, houve intensificação nos aspectos que influenciavam o tráfico humano, trazendo à tona a questão social.

A partir de 1923, o Estado brasileiro iniciou a sua atuação na esfera da proteção social, com políticas voltadas ao trabalho, à infância e à juventude. Posteriormente, essas políticas foram estendidas à saúde e à assistência social. No entanto, essas ações estavam ligadas ao trabalho, ao mercado e à caridade, o que resultava na exclusão da maioria da população do amparo estatal, estando alinhado à ideologia liberal. Essa realidade tornava os indivíduos vulneráveis ao tráfico humano e apenas em 1940, o Brasil passa a contar com um artigo específico sobre tráfico de pessoas, o qual era restrito ao tráfico de mulheres para prostituição.

Na década de 80, as nações da América Latina enfrentaram uma grave crise provocada por suas dívidas. Em resposta, em 1989, foi criado o Consenso de Washington, que ditou diretrizes neoliberais como a redução dos gastos públicos, especialmente nas áreas sociais, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação do mercado. A partir de 1990, o Estado brasileiro começou a adotar tais medidas, o que impactou diretamente nas políticas sociais, que passaram a ser desenvolvidas e aplicadas com base em três eixos: privatização, focalização e descentralização para o setor privado. Como consequência, houve perda de direitos e desresponsabilização estatal quanto à oferta de proteção social, o que agravou as expressões da questão social, levando muitas pessoas a se tornarem vítimas do tráfico humano.

Vale ressaltar que, desde 2004, o Estado brasileiro passou a implementar um conjunto abrangente e diversificado de ações específicas para combater o tráfico humano, que foram se aprimorando ao longo do tempo. No entanto, tais medidas são paliativas, pois não enfrentam as causas estruturais do problema, especialmente as expressões da questão social, cuja permanência interessa ao sistema capitalista.

A temática é relevante para a população conhecer sobre a conexão entre o Estado brasileiro e o tráfico humano para fins de exploração sexual. Além disso, é essencial que as

pessoas entendam a dinâmica da proteção brasileira disponível, permitindo assim que reivindicuem seus direitos e os/as profissionais devem apoiar os indivíduos na luta por seus direitos, de modo a evitar que se tornem presas fáceis para os/as aliciadores/as.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.344**, de 6 de outubro de 2016. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm. Acesso em: 01 jun. 2024.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1995.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NUCCI, Guilherme. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão social": particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Maria Eduarda Reis. **Ações Brasileiras de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual**. Orientadora: Jaina Raqueli Pedersen. 2024. f. 94. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/rii/9861>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed São Paulo Cortez, 2013.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

RISCO À FOME OCULTA: A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA ZONA URBANA DE SÃO BORJA-RS

RIESGO DE HAMBRE OCULTA: LA SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL EN LA ZONA URBANA DE SÃO BORJA-RS

Edwiges Pereira Campos¹
Cleder Fontana

Resumo: Esta pesquisa analisa como a segregação socioespacial na área urbana de São Borja/RS contribui para a fome oculta e problemas de saúde associados. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, o estudo compreende a alimentação como construção sociohistórica e política, situando a má alimentação no contexto do regime alimentar corporativo. A metodologia combinou abordagens qualitativas (revisão bibliográfica sobre fome, ambientes alimentares e justiça alimentar) e quantitativas (análise de dados secundários do IBGE/2022 e Receita Federal/2025). Os dados foram processados no R (estabelecimentos comerciais) e Google Sheets (indicadores demográficos), com espacialização no QGIS. Os resultados revelam distribuição desigual: supermercados com variedade de alimentos in natura concentram-se no Centro, enquanto bairros periféricos com menor renda dependem de minimercados e ultraprocessados. Conclui-se que a segregação restringe o acesso físico e econômico à alimentação adequada, perpetuando a fome oculta. Defende-se a urgência de políticas públicas baseadas na justiça e soberania alimentar.

Palavras-chave: Fome oculta; segregação socioespacial; Ultraprocessados; Ambientes Alimentares; São Borja-RS.

Resumen: Esta investigación analiza cómo la segregación socioespacial en el área urbana de São Borja/RS contribuye al hambre oculta y a los problemas de salud asociados. Partiendo de una perspectiva interdisciplinaria, el estudio entiende la alimentación como una construcción sociohistórica y política, situando la mala alimentación en el contexto del régimen alimentario corporativo. La metodología combinó enfoques cualitativos (revisión bibliográfica sobre el hambre, los entornos alimentarios y la justicia alimentaria) y cuantitativos (análisis de datos secundarios del IBGE/2022 y la Receita Federal/2025). Los datos se procesaron en R (establecimientos comerciales) y Google Sheets (indicadores demográficos), con especialización en QGIS. Los resultados revelan una distribución desigual: los supermercados con variedad de alimentos frescos se concentran en el centro, mientras que los barrios periféricos con menores ingresos dependen de minimercados y alimentos ultraprocessados. Se concluye que la segregación restringe el acceso físico y económico a una alimentación adecuada, perpetuando el hambre oculta. Se defiende la urgencia de políticas públicas basadas en la justicia y la soberanía alimentaria.

Palabras clave: Hambre oculta; segregación socioespacial; ultraprocessados; entornos

¹ PPGGEO - Universidade Federal de Santa Maria.

alimentarios; São Borja-RS;

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade se relaciona intrinsecamente com a alimentação. Não somente do ponto de vista biológico, através da nutrição, mas também, pelo viés humano e social, dado que os momentos de se alimentar, dizem respeito também à subjetividade e à socialização. Por ser um sentimento, um ato de troca e de construção de memória, ele carrega significados. Assim, ela nos permite compreender diferentes objetos no tempo e no espaço.

Os alimentos, por sua vez, são os objetos gerados para a concretização do ato de alimentar-se. São, portanto, tanto substâncias, quanto valores sociais construídos ao longo das relações entre a natureza e a humanidade. Por isso, mostram-se como objetos de estudo interessantes aos diversos campos científicos, como a Nutrição e a Geografia.

Nesse sentido, dada a concretização e manutenção do sistema capitalista, a alimentação e os alimentos, ao se tornarem mercadorias, implicam na construção e na concretização da vida natural e social, através da garantia (ou não) das condições políticas, espaciais e econômicas para alimentar-se. A fome pode se manifestar de forma epidêmica (visível) ou endêmica (oculta) (CASTRO, 1984; RAMALHO, 2014). Atualmente a má alimentação através do consumo de ultraprocessados, ao causar a fome oculta, conforme pesquisa (NILSON, 2023), é responsável cerca de 57 mil mortes prematuramente a cada ano, correspondendo a 10,5% de todas as mortes precoces de adultos entre 30 e 69 anos no Brasil. A má alimentação e, conseqüentemente, as fomes que se espalharam pelas prateleiras e *smartphones*, cada vez mais acessível, incentivadas e mantidas pela falta de políticas de regulação.

No Brasil, o consumo destes produtos alimentícios, tiveram um aumento significativo e segundo pela pesquisa com base na Pesquisa de Orçamentos familiares representavam 19,7% das energias consumidas pela população (NUPENS, 2022), sendo mais prevalente em pessoas do sexo feminino e nas regiões Sul e sudeste do país, no Rio Grande do Sul representava 24,6% no total de energia consumida.

Para analisar e pensar sobre a alimentação e a fome, diversos são os caminhos que podemos percorrer, assim como são possíveis diferentes caminhos para atuar no controle dos danos causados pela má alimentação. Aqui, nos apoiaremos em uma leitura interdisciplinar e por meio de métodos qualitativos e quantitativos, a partir das noções de que os hábitos

alimentares não são construções individuais, de que a má alimentação das populações é uma construção sócio-histórica e a manutenção de ambientes alimentares não-saudáveis somente revelam as garras do neoliberalismo sobre os territórios latino-americanos.

Nesse sentido, analisaremos de que maneira a segregação socioespacial contribui para a fome oculta da população são-borjense. Para isso faremos uma leitura sobre a fome e a alimentação saudável, posteriormente discutiremos sobre a análise dos ambientes alimentares e espaços sociais alimentares e, por fim, ao apresentarmos os dados demográficos do município e a distribuição dos estabelecimentos de comércio de produtos alimentícios, apresentaremos alguns elementos relacionadas a construção da justiça e da soberania alimentar, visto que comer é um ato político.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O presente estudo adotou uma abordagem interdisciplinar para analisar a correlação entre a segregação socioespacial e a fome oculta no território urbano de São Borja. O caminho metodológico percorreu três escalas de análise: a teórica, a cartográfica e a estatística. Na escala teórica, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para fundamentar os conceitos de fome (CASTRO, 1984; RAIMUNDO, 2008; FONTANA, 2012), ambientes alimentares (ARAÚJO, 2023; CARÚS, 2023) e soberania alimentar (STRATE, 2022). Para este trabalho, o foco foi os estabelecimentos com predominância de produtos alimentícios, como supermercados, mini mercados e padarias, permitindo uma análise inicial da formação de possíveis desertos e pântanos alimentares.

Na escala cartográfica, utilizou-se o software QGIS para georreferenciar e mapear a distribuição da população (a partir de dados do IBGE) e a localização dos estabelecimentos comerciais de alimentos (com base no CNAE da Receita Federal), permitindo visualizar os acessos físicos aos alimentos da cesta básica no território. Por fim, na escala estatística, os dados demográficos e socioeconômicos foram tratados e analisados com os softwares R e Excel, cruzando variáveis de renda, densidade domiciliar e acesso a comércios para identificar padrões de vulnerabilidade alimentar.

2.2 Discussão dos resultados

A fome, antes vista como um problema de ordem natural e moral, adquiriu novas interpretações a partir de Josué de Castro na década de 1940, o qual atribuiu às dimensões sociais, históricas e políticas, às causas da fome, sendo então compreendida enquanto fato social total, já que quem conduz os seres humanos à fome são os elementos sociais, políticos e econômicos, aliados em segunda medida pelas condições biológicas.

Ao demonstrar as diferentes expressões da fome *epidêmica*, aquela que é conjuntural e atinge inúmeras pessoas, com potencial de levar à inanição e a *fome endêmica* ou oculta que é quando uma pessoa, mesmo se alimentando, não consegue atingir as necessidades em quantidade e qualidade de nutrientes. Partiremos para a análise desta última, por possibilitar analisarmos os resultados da construção sócio-histórica da má alimentação e seus reflexos na saúde. Sobre isso José Raimundo (2008), considera que

O conceito de fome endêmica revela mais do que a temporalidade do fenômeno: ele revela a simultaneidade entre a fome e a abundância, que torna o fenômeno ainda mais dramático. Ao identificar a fome endêmica não é mais possível responsabilizar a natureza ou fenômenos esporádicos pela fome. É preciso explicar porque ela ocorre mesmo quando há alimentos suficientes para toda população se alimentar, porque a sociedade não é capaz de alimentar todos seus membros. (p.41)

A realidade da fome, se faz presente se não no dia-a-dia, na memória dos trabalhadores na América Latina e em especial no Brasil, que mesmo diante do desenvolvimento de tecnologias, ou de conhecimentos que nos mostram a importância de uma alimentação de qualidade para o desenvolvimento das capacidades humanas. Fome e alimentação saudável são antagônicas; mas, longe de buscar por receitas e dietas saudáveis individuais, é preciso entender essa construção social para analisar os caminhos possíveis de superação.

Em pesquisa de 2014, Elaine Azevedo realizou uma análise histórica em torno da construção do conceito de alimentação saudável através do campo da nutrição, pelo viés da saúde pública. Demonstrando as relações entre práticas e técnicas tradicionais, que foram modificadas a partir da racionalidade moderna, para a consolidação dos impérios coloniais que posteriormente desenvolverem padrões alimentares globais e homogêneos, indo ao encontro dos regimes alimentares (McMichael, 2016).

Em torno da alimentação saudável, posteriormente, incorporaram-se a compreensão dos nutrientes, a partir dos estudos da Bioquímica. Assim, os menus se ajustaram ao perfil da modernidade, baseados em princípios científicos e elementos de cálculo e mensuração que envolveram critérios como redução do tempo e esforço, baixo custo e o prazer.

Transformando sentidos e saberes tradicionais, e importando um perfil agroalimentar em torno dos processos agrícolas, tecno-científicos e da indústria de alimentos, a serviço da lógica capitalista, através da dependência e superexploração.

Como resultante desse processo, a transformação das zonas rurais/nativas em espaços de especulação e de monoculturas, são reflexos dos interesses das grandes corporações, representadas pelas indústrias de alimentos em escala global, definidos por McMichael (2016) como regime alimentar corporativo. Por sua vez, a urbanização é resultado dessa transformação que, baseada em ideal de desenvolvimento econômico, impõe um padrão de vida ao qual corresponde uma forma de se alimentar.

As modificações no estilo de vida e a adoção de dietas ricas em alimentos ultraprocessados, são um indicador importante na qualidade da dieta, ao corroborar com a prevalência da desnutrição (RAMALHO, 2014). Consequentemente, hoje a fome oculta relaciona-se principalmente aos déficits de micronutrientes, que se dão pelo baixo consumo de alimentos *in natura*, especialmente frutas, legumes e verduras e o alto consumo de alimentos ricos em sais, açúcares, gorduras e aditivos químicos, relacionados a riscos à saúde física como a diabetes, mas também mental como a depressão, além da degradação ambiental (NUPENS, 2021).

2.2.1 O acesso alimentar

Uma das relações mais comuns em se fazer entre a garantia ou não da alimentação, é a da falta de recursos financeiros, a outra é a disponibilidade e a oferta de produtos alimentícios. A esses elementos, o conceito dos Ambientes Alimentares, que definem os pontos onde os consumidores acessam os alimentos, a partir da soma das dinâmicas físicas, econômicas, socioculturais e políticas. Diante disso, os Ambientes Alimentares são responsáveis por moldar as “escolhas” dos grupos humanos numa sociedade, ao afetar suas ações e decisões sobre a alimentação. Esse conceito foi criado nos Estados Unidos, na década de 1990, e as pesquisas se deram em torno das preocupações com as doenças crônicas não-transmissíveis, especialmente, a obesidade (CARÚS, 2023; ARAÚJO, 2023).

Tratando sobre os ambientes *comunitários*, estes podem ser associados a distribuição, localização e a proximidade dos estabelecimentos que comercializam os alimentos. As definições mais utilizadas nos EUA e incorporadas às pesquisas no Brasil (CAISAN, 2018; ARAÚJO, 2023) definem como Desertos as áreas com menor ocorrência de estabelecimentos

com disponibilidade de alimentos *in natura*. Já os Pântanos, estão intimamente associados ao maior acesso de alimentos industrializados e ultraprocessados e aos *fast-foods*. E na outra ponta, temos os Oásis que representam um acesso adequado em qualidade e variedade a alimentos *in natura*. Outro conceito é o de ambientes do *consumidor*, que são a associação entre o estabelecimento e as variáveis como: preço, promoção, publicidade, disponibilidade dos alimentos, variedade, qualidade, organização do espaço físico, informações nutricionais, apresentação do produto entre outros.

Contudo, ao partirmos da realidade latino-americana, em especial brasileira, o conceito precisa ser incorporado às pesquisas a partir das noções referentes às influências das estruturas sociais no comportamento do indivíduo.

A produção internacional, na qual os estudos brasileiros se inspiram, centram-se na discussão da mudança de comportamento e de estilos de vida, sem pensar o ambiente alimentar como uma questão social mais ampla, em que está inserida no sistema alimentar e inclui a agroecologia, a agricultura familiar e o enfrentamento do agronegócio (CARÚS, 2023, p. 60).

Considerando que o passado colonial construiu a fome e o neoliberalismo deu a ela, novas características, estas últimas necessitam ser analisadas a partir das dinâmicas no tempo e no espaço. Contudo, muito diferente de negar a fome mais visível, queremos chamar a atenção para a construção da fome oculta, para torná-la cada vez mais visível e assim combatê-las.

Nesse sentido, a organização do espaço são-borjense operou diferentes sistemas alimentares consoante aos períodos históricos-políticos. A consolidação dos latifúndios durante o século XVI, fizeram com que essas terras fossem ocupadas para a criação de gado até a metade do século XXI, característica que foi perdendo seu espaço físico e econômico, para dar lugar às lavouras, primeiramente do arroz e mais recentemente da soja.

Como consequência da implementação do Terceiro Regime Alimentar, a partir da mecanização da produção e a busca incessante por espaço, por meio de estratégias, as forças econômicas foram apropriando-se das terras e tornando as áreas rurais cada vez mais especializadas em monoculturas e com menos gente vivendo e trabalhando.

Atualmente 89% da população de São Borja reside no perímetro urbano, maiores que as médias brasileira (87,4%) e mundial (55%). Ao relacionarmos a alimentação com a urbanização temos: a falta de espaço para produzir e consumir, o tempo para cultivar, preparar e comer. A introdução e promoção dos alimentos de rápido preparo e consumo, liga-se

diretamente a lógica capitalista de produção de baixo custo através da adoção de políticas neoliberais.

Partindo da compreensão e das evidências que os alimentos ultraprocessados, produtos do Regime Alimentar Corporativo (McMichael, 2016), oferecem risco a diversidade cultural, ambiental e a justiça e a soberania alimentar. Assim, cabe-se compreender como esses “insumos biopolíticos” (McMichael, 2016) utilizados para suprir mão de obra e aumentar lucros, se manifestam nos territórios.

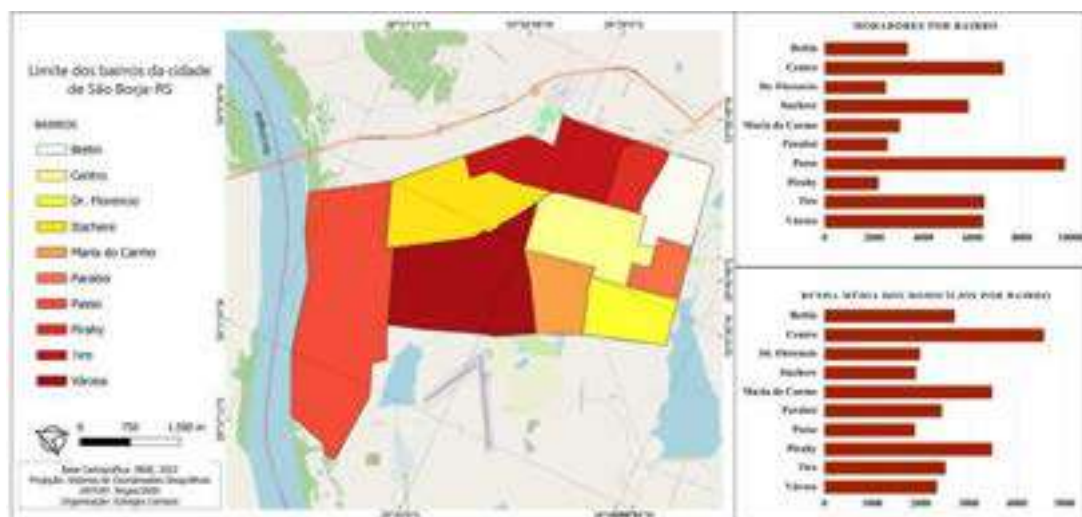
2.2.2 Segregação socioespacial e acesso alimentos em São Borja (RS)

Localizada na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, o município de São Borja (1887) possui uma área territorial de 3.616,67 km², é uma das maiores do estado, destes 18,78 km² são área urbana. A população em 2022 (IBGE, 2025) é de 59.678 habitantes, dos quais em área urbana residiam 53.657 pessoas e na área rural 6.019 pessoas. Assim, a densidade demográfica do município é de 16,5hab/km², mas da área urbana é de 2.857,7 hab/km². Assim, conforme classificação do IBGE, se caracteriza como cidade de pequeno porte (< de 100mil habitantes).

No que se refere a economia, o município teve de Valor Adicionado Bruto do setor ao PIB Municipal, de 843 mil reais do setor de serviços e do setor da agropecuária foram 406 mil reais adicionados ao PIB municipal (IBGE,2020). O emprego concentra-se em torno do setor de Serviços (2.640 trabalhadores formais), seguido do Comércio (1.94mil trabalhadores formais), Indústria (961 trabalhadores formais) e a agropecuária (811 trabalhadores formais). É importante destacar que as pessoas do sexo masculino ocupam em torno de 4 mil, quase o dobro de postos de trabalho do que as pessoas do sexo feminino (CAGED, 2025).

Partindo da contextualização geral do município, faremos a apresentação e análise do perfil socioeconômico e demográfico da população são-borjense. A Figura 1 sintetiza informações sobre a distribuição da população por bairros.

Figura 1: Perfil demográfico dos bairros da cidade de São Borja, RS (IBGE, 2022)



Fonte: IBGE, 2022
Organização: a autora

Diante do exposto, podemos analisar que o bairro do Passo, com 9.755 moradores, é o mais populoso, seguido do bairro Centro, com 7.273 pessoas. Os bairros com menos moradores são Pirahy, Paraboi e Dr. Florêncio que possuem em média 2.500 moradores. Já no que se refere à renda dos domicílios nos bairros, os com menores rendas são o Passo, Itachere e Dr. Florêncio, menos de 2 mil reais mensais e os bairros com maiores rendas são Centro e Maria do Carmo, com rendimento médio de 4.575,00 e 3.491,00 reais, respectivamente.

Somado a isso, a relação entre o número de moradores e a renda do domicílio são elementos importantes. Os dados do Censo (2022) revelam uma média de 2,6 moradores por domicílios, enquanto os bairros do Passo, Itachere e Tiro apresentam mais de 3 moradores na maioria dos domicílios, o Centro se caracteriza pela presença de até 3 moradores por domicílio, assim como a Pirahy.

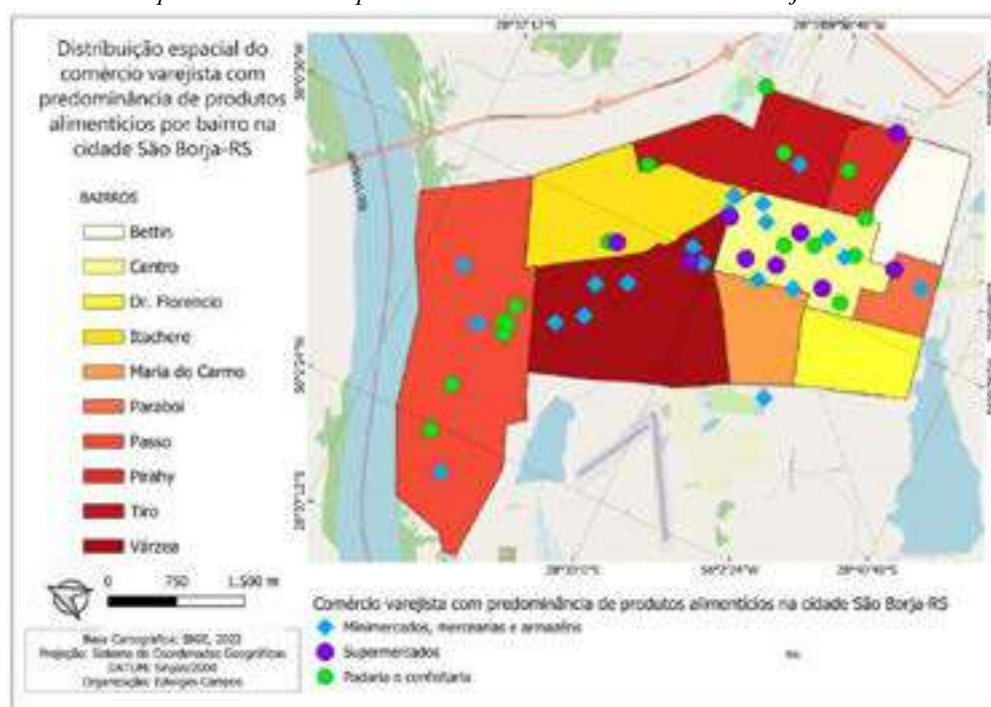
Por fim, outro dado relevante a ser analisado é o perfil do CadÚnico no município. Conforme dados, no último mês haviam 22.099 pessoas cadastradas, assim cerca de 37% da população do município em vulnerabilidade social. Aliado a isso, dos cadastros com informação de sexo, 12.517 pessoas são do sexo feminino e 9.417 do sexo masculino. Em relação à faixa etária, a maior população é de pessoas com mais de 65 anos, seguida das pessoas entre 7 e 15 anos e, em terceiro, pessoas entre 25 e 34 anos.

Diante disso, de modo a analisarmos os estabelecimentos de comércio de alimentos no município, a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Para isso, foram coletados e analisados os dados da Receita Federal, do mês de janeiro de 2025, referentes aos estabelecimentos com comércio de alimentos com localização atualizada.

Considerando os estudos dos Desertos e Pântanos alimentares realizados pela CAISAN em 2018 e em outras pesquisas no Brasil (ARAÚJO, 2023; DEGGERONE, 2023; ALMEIDA, 2024) e, compreendendo as especificidades dos estabelecimentos no município de São Borja, optou-se para esse momento, analisar o grupo que está mais diretamente ligado ao comércio de itens alimentícios que compõem a cesta básica segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017–2018).

Nesse sentido, analisaremos a distribuição espacial dos: 1) Minimercados, mercearias e armazéns; 2) Supermercados e 3) Padarias, considerando que são nesses estabelecimentos onde os brasileiros mais realizam suas compras mensais. Diante disso, no município de São Borja, conforme dados declarados à Receita Federal do mês de janeiro de 2025, haviam 340 estabelecimentos com atividade comercial ligadas ao comércio de produtos alimentícios. Ao adicionar o filtro apenas do CNAE principal “*Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios*”, tivemos: 24 minimercados, mercearias e armazéns, 17 padarias e confeitarias, 10 supermercados e 1 hipermercado distribuídos desproporcionalmente pelos bairros (Figura 2).

Figura 2: Distribuição espacial do *Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios* na cidade São Borja-RS



Fonte: IBGE, 2022.
 Organização: a autora.

Podemos verificar que, dos dez supermercados, 6 encontram-se no bairro Centro, além dos demais estão presentes nos bairros Pirahy (1), Itachere (1), Várzea (1) e outro na Av. Presidente, ao sul da cidade, não se localizando em nenhum bairro específico e trata-se de um mercado no estilo de “atacarejo”. As padarias estão também concentradas na área central, são os mais bem distribuídos, concentrando-se no bairro Várzea (6), Centro (5), Passo (3) estão nos bairros do Passo (6), no Tiro (3). Os minimercados, mercearias e armazéns, por sua vez, são os com maior ocorrência e melhor distribuição entre os bairros, conforme os dados, o bairro Bettim e Itachere não tinham nenhum registro desse tipo de estabelecimento.

Diante disso, os supermercados por oferecerem promoções e maior variedade de itens tradicionais da dieta como arroz, feijão, macarrão, legumes, verduras, raízes e frutas e carnes, atendem às necessidades das refeições diárias e mensais da população. E assim, ao se tornarem opções de confiança, mobilizam esforços e estratégias dos moradores para a chegada até o local.

Os minimercados, mercearias e armazéns, que aqui no Rio Grande do Sul chamamos popularmente de “bolicho”, se tornam opções mais acessíveis durante os dias, se tornam opções complementares às compras realizadas no mês. Tanto por estarem mais próximas às residências, quanto pela confiança, e em alguns casos a possibilidade de crédito, com as cadernetas que possibilitam o pagamento no próximo mês. As padarias, atualmente, apresentam uma variedade de itens, que incluem os da cesta básica, além dos direcionados aos cafés e lanches, e em alguns casos podem funcionar da mesma maneira como os minimercados, quando localizadas nas periferias, mas as mais centrais direcionam-se mais aos lanches e aos pães, com pouca oferta de itens básicos.

Nesse sentido, podemos considerar que a relação entre o centro e periferia, se mostra desigual, ao se analisarem os elementos básicos de acesso à alimentação saudável. A falta de estabelecimentos com diversidade e oferta de alimentos *in natura*, na região periférica, nesse primeiro momento se aproxima das conceituações dos desertos alimentares. Por sua vez, a ocorrência dos bolichos na periferia, ao mesmo tempo que podem atuar na garantia do abastecimento domiciliar, precisam ser analisados mais a fundo enquanto as características dos produtos comercializados.

É importante pontuar, que as Feiras são restritas em relação aos dias e a localização, não oferecendo diariamente/permanente os alimentos *in natura*, nesse sentido os produtores que comercializam seus produtos nas esquinas e praças da cidade, exercem esse papel e merecem um estudo específico..

Por fim, ao tratarmos sobre alimentação saudável, não estamos trilhando os caminhos das dietas milagrosas ou qualquer imposição de dieta, pois compreendemos que precisamos entender que construção e disseminação de alimentos ultraprocessados oferecem grande risco à saúde, não somente em quadros de hipertensão e diabete, mas também de depressão e alguns tipos de câncer (NUPENS, 2021).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível considerar que a desigualdade no acesso aos estabelecimentos, impacta diretamente a alimentação adequada e saudável da população uma vez que dificulta que o primeiro passo da recomendação do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) de preferir alimentos in natura ou minimamente processados como a “base ideal para uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável.” (p.126)

Nesse sentido, pode estar ocorrendo no município, uma dificuldade de acesso físico (localização e variedade) e econômica dado perfil de renda. Assim, conseguir comprar alimentos saudáveis se torna um desafio, seja por estar na linha da pobreza (atualmente 7.096 habitantes no município) e, considerando que, conforme a Receita Estadual, cesta básica está em torno de 276,60 reais na Fronteira Oeste, a capacidade de compra de alimentos necessários a uma dieta adequada e saudável se torna um duplo desafio.

Diante disso, fome como uma das expressões mais cruéis dos mecanismos de poderes do Capital, que opera tanto na sua utilização como arma de guerra como faz o estado genocida de Israel, quanto na utilização das corporações multinacionais, que planejam e gerenciam a fome; primeira de forma explícita, a outra ocultamente. Ambas sustentadas pela lógica da apropriação e exploração da natureza (os seres humanos como parte desta).

Nesse sentido, a renda, o sexo, as condições de moradia, acesso a serviços e comércios, estão diretamente relacionadas ao direito à alimentação adequada e saudável. A distribuição concentrada de estabelecimentos com maior oferta de alimentos *in natura*, manifesta a lógica do Regime Alimentar Corporativo a partir de Ambientes Alimentares promotores de uma alimentação que coloca em risco a saúde e o meio ambiente.

São Borja possui uma extensa área dedicada à produção agropecuária, mas serve aos interesses da burguesia e das corporações internacionais. O bioma pampa está sendo devastado pelas monoculturas, os cultivos de alimentos de verdade têm cada dia menos

espaço. A resistência dos trabalhadores e produtores rurais, em especial a dos assentados, precisa ser fortalecida, pois revela o caminho a ser seguido na construção da justiça e soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Melissa de Oliveira. **Sistema alimentar, ambiente alimentar e desfechos para a segurança alimentar e nutricional: um modelo conceitual para o Brasil**. 2023. Tese (Doutorado em Saúde e Nutrição) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

AZEVEDO Elaine. **Alimentação saudável: uma construção histórica**. Revista Simbiótica, 2014; 7: 83-111.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. CadÚnico: **dados do município de São Borja**. Acesso em: novembro de 2025.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **Estudo técnico: mapeando desertos alimentares no Brasil**. Brasília: CAISAN, 2018. 60 p.

CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Paulo (org.). **Da Fome à Fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

CARÚS, Juliana Pires. **Usos e abusos do conceito de Ambiente Alimentar: contribuições para a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a partir do pensamento de Josué de Castro e de Milton Santos**. 2023. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

CASTELO, Rodrigo; PRADO, Fernando Correa (Org.). **Ruy Mauro Marini, dependência e revolução na América Latina: textos selecionados (1972-1994)**. Tradução: Elisabeth Zorgetz [et al.]. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2025.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

DEGGERONE, Zenicléia Angelita; WIEDERKEHR, Fabiane; BOMBARDELLI, Cibele Lúcia. **Características do acesso aos alimentos em Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil**. Confins [Online], n. 59, 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/52555>. Acesso em: 16 nov. 2025.

GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção de periferias urbanas em uma cidade do agronegócio e fronteiriça: o bairro do Passo - São Borja (rs)**. Confins [Online], n. 64, 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/59393>. Acesso em: 16 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: São Borja. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

LIZARRAGA, Patricia; PEREIRA FILHO, Jorge (Org.). **Atlas dos sistemas alimentares do Cone Sul**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2024.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MOREIRA, Eduardo; MENDONÇA, Pedro. **Às ruínas do Brasil: dependência, agronegócio e luta de classes**. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

MOREIRA, Renata Couto; MENDONÇA, Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa de (Org.). **Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

NUPENS; CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. **Diálogo sobre ultraprocessados: soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis**. São Paulo: NUPENS/USP, 2021. 45 p.

RAMALHO, Andrea. **Fome Oculta e Doenças Crônicas**. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. **A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, [s.d.].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

RUMOS DA PROTEÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O “NOVO” PLANO VIVER SEM LIMITES¹

DIRECTIONS FOR SOCIAL PROTECTION FOR PEOPLE WITH DISABILITIES IN BRAZIL: A LOOK AT THE LIVING WITHOUT LIMITS PLAN

Eloyse Valéria da Silva²

Resumo: Fruto dos processos de mobilização social e diálogos entre os diversos atores sociais com vistas a garantir mais dignidade às pessoas com deficiência, o novo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, também conhecido como “Plano Viver sem Limites”, foi instituído pelo Governo Federal no ano de 2023. Considerando sua importância no campo da proteção social brasileira, este artigo traz apontamentos preliminares sobre o referido plano mediante a análise de seus direcionamentos, eixos de atuação e ações executadas. Trata-se de um estudo descritivo-analítico, com análise documental, dentre os quais foram basilares o documento referente ao próprio plano, a cartilha orientativa aos entes federativos e os dados de domínio público sobre as ações efetivadas até o presente ano. As análises empreendidas apontam que o novo plano caminha em direção a uma maior promoção e garantia de direitos; mas, não somente. Reconhece que o enfrentamento ao capacitismo e a todas as formas de opressão social deve ser uma ação de primeira ordem para que as pessoas com deficiência vivam uma vida mais digna. Todavia, alguns desafios estão postos para a materialização dos direitos.

Palavras-chave: Direitos. Pessoa com deficiência. Plano viver sem limites. Inclusão social. Enfrentamento ao capacitismo.

Abstract: As a result of social mobilization processes and dialogues between various social actors aimed at ensuring greater dignity for people with disabilities, the new National Plan for the Rights of Persons with Disabilities, also known as the "Living Without Limits Plan," was established by the Federal Government in 2023. Considering its importance in the field of Brazilian social protection, this article provides preliminary notes on the aforementioned plan through the analysis of its directions, axes of action, and actions implemented. This is a descriptive-analytical study, with documentary analysis, including the document referring to the plan itself, the guidance booklet for federal entities, and public domain data on actions implemented to date. The analyses indicate that the new plan moves toward greater promotion and guarantee of rights, but not only that. It recognizes that confronting ableism and all forms of social oppression must be a primary action for people with disabilities to live a more dignified life. However, some challenges remain for the realization of rights.

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sob o código de financiamento 001.

² Assistente Social. Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN). Email: eloysevaleria310@gmail.com

Keywords: Rights. People with disabilities. Plan to live without limits. Social inclusion. Confronting ableism.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas vivenciamos conquistas importantes no campo dos direitos sociais voltados às pessoas com deficiência, os quais expressam, em grande medida, um olhar mais ampliado em torno da “deficiência” e a força das mobilizações sociais desses atores sociais em prol de melhores condições de vida e em igualdade em relação às demais pessoas.

Frutos significativos dessas conquistas são a ratificação dos Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo (2009), o primeiro Plano Nacional Viver sem Limites (2011), a instituição da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (2012), a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (2015), e mais recentemente a instituição da nova Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (2023).

Neste artigo trazemos alguns apontamentos preliminares sobre o novo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência instituído no ano de 2023, o qual é resultado de amplos processos de mobilizações sociais e diálogos entre os diversos atores sociais com vistas a garantir mais dignidade às pessoas com deficiência e suas famílias. Por meio de pesquisa documental, examinamos o conteúdo do próprio plano, a cartilha orientativa aos entes federativos e os dados de domínio público sobre as ações efetivadas até o presente ano.

O intuito deste trabalho é evidenciar as mudanças e avanços no tocante à garantia e materialidade dos direitos sociais às pessoas com deficiência previstos no novo plano nacional, bem como descortinar seus possíveis entraves e limites frente às necessidades e demandas sociais desta população.

2 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA

Inicialmente, faz-se necessário qualificar o que se concebe por deficiência e destrinchar as particularidades da experiência da deficiência na sociabilidade capitalista. Sendo assim, estudos nesse campo apontam que sua experiência é construída a partir de determinações presentes nos contextos históricos das sociedades, e que, historicamente, a vida

de pessoas com deficiência vem sendo atravessada por preconceitos, estigmas, práticas discriminatórias e outras séries de violações. Na sociedade capitalista, o contexto não é diferente.

Com a centralidade presente no “corpo”, diversos entendimentos foram sendo construídos acerca da deficiência, “desde o entendimento como tragédia pessoal, passando pelas práticas biomédicas de correção de desvios, até a ruptura que considera contextos sociais responsáveis pela experiência da deficiência” (Cunha, 2021, p. 307).

Por muito tempo, o modo biomédico de compreensão da deficiência foi hegemônico e centrava a discussão no corpo e nas funções biológicas que acarretavam impedimentos e incapacidades para uma vida considerada “normal”. Assim, o foco das ações era voltado à “cura” ou a tratamentos que pudessem reabilitar os indivíduos e promover a reinserção social. Contudo, nessa lógica, é importante destacar que nesta sociabilidade o “reabilitar um corpo com deficiência é muito mais do que garantir que este consiga se incluir na sociedade, mas assegurar que ele possa em algum momento ser útil para a lógica de produção” (Cunha, 2021, p. 308). Esta autora refere que

As ações biomédicas têm o papel de aproximar as pessoas de um padrão de normalidade que está ligado aos processos de industrialização da sociedade. A construção de padrão de corpos que atendam a lógica produtiva contribui para que as pessoas com deficiência não sejam vistas como aptas para venda de sua força de trabalho, colocando-as como dependentes e iniciando o processo de institucionalização (Cunha, 2021, p. 309)

Nessa direção, pode-se inferir que “sob a influência do modelo biomédico, historicamente as pessoas com deficiência ou são alijadas do processo de produção da riqueza social, ou restringidas para determinados postos de trabalho com rebaixamento salarial” (Cfess, 2019, p. 13), ao considerar que o corpo com impedimento não é adequado à lógica produtiva.

A datar da década de 1970, vê-se um avanço nos estudos sobre a deficiência, mediante a aproximação com o materialismo histórico-dialético, junto ao protagonismo de pessoas com deficiência nas frentes de luta reivindicando melhores condições de vida por meio do acesso a direitos. Ressalta-se a aproximação desses estudos com os estudos culturais e feministas, desafiando a hegemonia biomédica e trazendo a deficiência para o campo político. É nesse terreno histórico que emerge a concepção do modelo social da deficiência, o qual a traz para o campo da construção social, da materialidade da sociedade burguesa, perspectiva na qual se

vincula este trabalho. Sob a ótica de Diniz (2012)

O modelo social definia a deficiência não como uma desigualdade natural, mas como uma opressão exercida sobre o corpo. Ou seja, o tema da deficiência não deveria ser matéria exclusiva dos saberes biomédicos, mas principalmente de ações políticas e de intervenção do Estado (Diniz, 2012, p. 19)

Corroborando com Cunha (2021), apreende-se que o modelo social da deficiência defende que não é o impedimento físico ou a lesão que impossibilita a participação social, como o evocado pela concepção biomédica; mas, sim, a estrutura social que é pouco sensível e impõe barreiras à participação social. Parte dessa concepção, mediante os processos reivindicatórios e o protagonismo das pessoas com deficiência, foram incorporadas em convenções, declarações e decretos internacionais que passaram a reconhecer essas pessoas enquanto sujeitos de direitos.

Destacam-se, dentre eles: a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência Mental, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1971, primeiro documento da história que reconhece algum tipo de direito; a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, promulgada pela mesma organização, que englobou os tipos de deficiência e reafirmou os direitos humanos e liberdades fundamentais às PCDs; e a Convenção Internacional sobre os direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em 2007 e ratificada pelo Brasil em 2008, cujo objetivo foi promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente, conforme disposto em seu artigo 1º.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representa um marco importante para a luta de pessoas com deficiência, haja vista a participação de seus movimentos sociais no processo de construção e por trazer avanços no que se refere à proteção social e a garantia de direitos humanos fundamentais.

A constituição Federal, além de ter sido determinante para a construção de políticas sociais brasileiras, também foi espaço de participação e envolvimento das pessoas com deficiência para a construção de formas de garantir que as políticas sociais destinadas a esse movimento fossem asseguradas (Cunha, 2021, p. 316).

No rol de direitos conquistados e inscritos na CF/1988, tem-se: a habilitação e reabilitação, a proibição de discriminação para acesso ao trabalho, a remuneração salarial, a

reserva de vagas em cargos e empregos públicos, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade nos espaços urbanos, a garantia de um salário mínimo mensal quando não houvesse meios de prover a própria existência e nem tê-la provida pela família (CFESS, 2019).

Considerando as normativas internacionais e com vistas a reestruturar as políticas sociais ampliando os direitos sociais das pessoas com deficiência, tem-se a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015, “a qual traz a concepção de cidadania para as pessoas com deficiência, reconhecendo direitos, liberdades e buscando promover condições de igualdade” (Cunha, 2021, p. 217).

A LBI, em seu artigo 2º, apresenta uma concepção mais abrangente em torno da pessoa com deficiência reiterando a perspectiva presente na Convenção ratificada pelo Brasil, a qual passa a ser considerada “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

Contudo, embora tais normativas representem uma verdadeira conquista na luta de pessoas com deficiência, os parâmetros dispostos em seus conteúdos e os direitos sociais previstos ainda não se materializam integralmente. Dados revelados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (2022), demonstra que a vida de pessoas com deficiência na realidade brasileira é perpassada por extrema desigualdade social.

De acordo com os dados divulgados, em relação aos âmbitos da educação, trabalho e renda, a taxa de analfabetismo de pessoas com deficiência é de aproximadamente 19,5%, a partir da qual estima-se que cerca de 63,6% de PCDs não concluíram sequer os níveis da educação básica. Fruto das desigualdades regionais, a região nordeste concentra a maior porcentagem. No que se refere à condição de trabalho, das 99,3% milhões de pessoas ocupadas no país, só 4,7% eram pessoas com deficiência; aqueles/as que se encontravam ocupados/as, estavam inseridos/as em postos de trabalho precários ou informais. Com relação à renda, estimou-se que o rendimento de pessoas com deficiência é 30% menor do que a média do país. Tendo em vista o cenário pandêmico vivenciado a partir de 2020, é possível vislumbrar que essa realidade pode ter se agravado.

Diante desse contexto, um mecanismo de proteção social e direito constitucional

extremamente importante para as pessoas com deficiência é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e inscrito no rol da seguridade social brasileira. Contudo, nos últimos anos, com a radicalização das políticas neoliberais, observam-se sucessivos ataques a este benefício e direito social, mediante o desfinanciamento, a burocratização para acesso e a imposição de critérios cada vez mais restritivos e seletivos.

Cabe ressaltar o quão preocupante esse fato é, pois o BPC garante, dentre outras coisas a segurança de renda e o consumo de bens básicos de alimentação, tratamentos de saúde e gastos com moradia; o aumento da autonomia e da independência social e financeira; e a proteção dos beneficiários e suas famílias da situação de vulnerabilidade social resultante, por vezes, do desemprego (Santos, 2011).

Ante o exposto, é possível apreender que as políticas sociais e os mecanismos de proteção social são essenciais para a garantia de melhores condições de vida e existência a pessoas com deficiência pois contribuem, minimamente, com o atendimento de algumas de suas necessidades sociais. Contudo, no âmbito do Estado capitalista e da lógica de acumulação do capital, a materialização dos direitos sociais não ocorre isenta de desafios. Os traços das desigualdades sociais que perpassam a vida de pessoas com deficiência na realidade brasileira apontam que ainda existe um longo caminho a percorrer no que se pretende por inclusão social e pela construção de uma vida digna.

Assim sendo, como veremos a seguir, o novo Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, instituído em 2023, se configura como mais um avanço no campo das garantia de direitos para esses atores sociais; todavia, desafios também o perpassam.

3 O NOVO PLANO VIVER SEM LIMITES: O QUE HÁ DE NOVO?

O Plano Viver sem Limite, também conhecido como Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, foi instituído primeiramente em 2011, como parte dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro diante da ratificação do tratado internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência³.

Naquele momento, já era perceptível sua vinculação com a perspectiva defendida pelo modelo social da deficiência, o qual denuncia que são as barreiras sociais que provocam a

³ Ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo em 2009.

experiência das desigualdades sociais sentidas pelas pessoas com deficiência. Assim, as opressões são provenientes das sociedades não inclusivas e precisam ser enfrentadas para que as pessoas possam viver sem limites.

Nesse contexto, o referido plano instituído por meio do Decreto nº 7.612/2011 teve como objetivo promover o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência a partir da integração e articulação de políticas, programas e ações governamentais (Brasil, 2011).

Suas ações estiveram agrupadas em quatro grandes eixos de atuação: acesso à educação, por meio da disponibilização de recursos e serviços para a educação básica, busca ativa de estudantes, transporte acessível, aprendizagem, acessibilidade e qualificação profissional; atenção à saúde, em que foi instituída a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, principalmente; inclusão social, com as ações de participação social e de combate às desigualdades, e; o eixo da acessibilidade, voltado ao acesso à tecnologia, desenvolvimento tecnológico, moradia e equipamentos (Brasil, 2023).

Nesse contexto, o plano intencionava “desconstruir o imaginário caritativo em relação às pessoas com deficiência para fortalecer uma rede de promoção de direitos” (Brasil, 2023, p. 8). Dessa forma, buscava romper com paradigmas assistencialistas (até então dominantes na realidade brasileira e promover a inclusão, independência e reconhecimento das pessoas com deficiência enquanto sujeitos de direitos).

Entretanto, embora se reconheça que as iniciativas propostas pelo plano tivessem dimensões históricas e, de certo modo, transformadoras naquele contexto, muitos desafios foram encontrados para a sua devida materialização. Conforme análise do próprio governo, “o Estado brasileiro ainda não se encontrava preparado para tratar das políticas públicas das pessoas com deficiência como política de Estado, com a continuidade que o tema e a própria Constituição exigiam” (Brasil, 2023, p. 9). Assim, muitas políticas foram descontinuadas ao longo dos anos.

Outra dificuldade relacionada às primeiras iniciativas foi que embora tenham sido criados núcleos, secretarias e/ou órgãos voltados para a sua abrangência, “as políticas voltadas para pessoas com deficiência permaneceram à margem das agendas centrais dos órgãos da administração pública que, por suas vezes, muitas vezes não conversavam entre si” (Brasil, 2023, p. 9). Deste modo, as ações não receberam a atenção exigida e por vezes ocorreram de formas fragmentadas e isoladas; e, em alguns casos, sem o devido preparo necessário.

Também foi observada a necessidade de que tanto as etapas de planejamento quanto as

de execução das ações levassem em consideração as desigualdades sociais, regionais, de raça e gênero que atravessam a realidade brasileira, de modo que as ações sejam mais eficazes considerando as particularidades presentes na realidade social.

Tendo em vista tais desafios e lacunas, e as mobilizações sociais em prol de avanços na promoção de direitos sociais para as pessoas com deficiência, em maio de 2023, mais de dez anos após o primeiro plano, tem início o processo de elaboração do Novo Viver sem Limites sob a coordenação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Esse processo contou com o envolvimento de vinte e sete ministérios, a realização de consultas públicas por meio de plataformas governamentais, momentos de diálogos transversais em doze capitais brasileiras com o intuito de ampliar a participação social na construção dos novos direcionamentos dados às políticas públicas voltadas a esse público.

Nesta etapa de formulações e diálogos com o conjunto da sociedade civil, havia a preocupação com as condições de vida das pessoas com deficiência no cenário brasileiro. São elas que possuem os menores indicadores socioeconômicos, “estão entre as famílias que mais sofrem insegurança alimentar, têm seus direitos humanos frequentemente violados, sofrem com discriminação em razão de deficiência (capacitismo)” (Brasil, 2023, p. 11). Ademais, essa discriminação é por vezes perpassada por outras opressões sociais, como o racismo e a misoginia. Isso posto,

O Novo Viver sem Limites buscará enfrentar as barreiras e desigualdades vivenciadas pelas pessoas com deficiência no Brasil, contribuindo para a construção de uma política sistêmica, transversal, intersetorial, interseccional, interfederativa e participativa, que garanta os direitos civis, econômicos, sociais, culturais e ambientais para o segmento das pessoas com deficiência e suas famílias (Brasil, 2023, p. 12)

No que concerne aos eixos de atuação, o Novo Viver sem Limites possui diferenças em relação ao anterior. Como já mencionado previamente, estes eixos foram concebidos a partir das direções em que se precisava avançar no tocante aos direitos das pessoas com deficiência. Dessa maneira, foram instituídos os eixos de: I - Gestão e participação social, II - Enfrentamento ao capacitismo e à violência, III - Acessibilidade e tecnologia assistiva e IV - Promoção do direito à educação, à assistência social, à saúde, e aos demais direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Podemos inferir que neste contexto, pela primeira vez, gestão e participação social bem como o enfrentamento ao capacitismo e a violência são eixos de atuação prioritários e estruturantes. Destacamos, com relação ao eixo II, que enxergou-se a “necessidade de ir além

das entregas de bens e serviços à população, enfrentando de maneira sistêmica as violências e discriminações sofridas pelas pessoas com deficiência na sociedade brasileira e ressignificando suas presenças e cidadania” (Brasil, 2023, p. 13). O plano ainda sinaliza que

Trata-se de um eixo fundamental tendo em vista que, muitas vezes, é na própria interação com o Estado ou mesmo no âmbito de suas próprias famílias que as pessoas com deficiência são vítimas de capacitismo e outras formas de violência. Tematizar essas violências, coibi-las, formar servidores públicos e conscientizar a sociedade são pilares fundamentais e estratégicos para um plano nacional voltado para as pessoas com deficiência (Brasil, 2023, p. 13-14).

Consideramos relevante apontar algumas ações previstas em cada eixo que demonstram os novos direcionamentos dados pelo Novo Plano Viver sem Limites. No eixo I destacam-se: a instituição do Sistema Nacional de Avaliação Unificada da Deficiência, o lançamento do Portal do Observatório de Monitoramento das Ações, a revisão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência e a instituição da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

No eixo II destacam-se: a formação de conselheiros tutelares sobre a temática da promoção dos direitos da criança e do adolescente com deficiência, a publicação de livros sobre direito à memória, reconhecimento e reparação da escravidão às pessoas negras com deficiência e a instituição do Centro Nacional de Memória da Internação Compulsória. Esta, “viabilizando a produção da memória coletiva para inspirar a não-repetição das práticas de segregação e outras violações de direitos humanos” (Brasil, 2023, p. 17).

Já em relação ao eixo III evidenciam-se: a disponibilização de transportes escolares acessíveis, atendimento de escolas com salas de recursos educacionais multifuncionais, fornecimento de dispositivos e equipamentos de tecnologia assistiva para crianças com deficiência e a implantação da Central Nacional de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais.

Por fim, no tocante ao eixo IV, tem-se: a habilitação de novos Centros Especializados em Reabilitação, habilitação de Centros de Referência em Reabilitação para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, a formação de professores e gestores em educação especial na perspectiva inclusiva, a promoção de novos contratos de trabalho para pessoas com deficiência e ampliação do programa BPC na escola.

O documento referente ao plano apresenta as ações detalhadas, os órgãos/ministérios responsáveis pelas execuções e previsão orçamentária. Foram estabelecidas 95 ações

divididas entre os eixos: Gestão e Participação Social (18), Enfrentamento ao Capacitismo e à Violência (14), Acessibilidade e Tecnologia Assistiva (22) e Promoção do Direito à Educação, à Assistência Social, à Saúde e aos demais direitos (41).

Acerca do investimento total, foram previstos 6,5 bilhões de reais. Contudo, cabe apontar que, em relação ao valor do investimento, no primeiro plano Viver sem Limites os recursos previstos foram de 7,6 bilhões de reais. Ou seja, embora suas ações sejam mais abrangentes, as ações propostas no novo plano contaram com um financiamento menor em relação ao primeiro, o que pode expressar relação com o contingenciamento dos recursos para as áreas sociais.

De acordo com as informações disponíveis no Portal do Observatório do Novo Plano Viver sem Limites, o qual tem como objetivo promover a gestão inclusiva e participativa, bem como garantir a transparência e o monitoramento das ações previstas no plano, algumas dessas ações já foram concluídas e outras estão em andamento.

Tabela 1 - Balanço das ações do Novo Plano Viver sem Limites

PAINEL DE AÇÕES			
EIXO	PREVISTAS	CONCLUÍDAS	AÇÕES
I- Gestão e Participação Social	18	8	- Instituição da Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com deficiência em caráter permanente; - Estrutura de Governança do Novo Viver sem Limites; - Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para ações e serviços do SUS; - Consolidação das normas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; - Revisão da PNAISPD; - Reconhecimento e prestação de iniciativas culturais idealizadas por e para pessoas com deficiência; - Lançamento do portal do observatório; - Constituição do Fórum Nacional de Gestores de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência
II - Enfrentamento ao capacitismo e	14	2	- Campanha no Disque Direitos Humanos para denúncias de capacitismo. - Protocolo de qualificação e monitoramento dos espaços de acolhimento às pessoas idosas e

violência			com deficiência
III - Acessibilidade e tecnologia assistiva	22	3	- Implantação de laboratórios no âmbito da SisAssistiva; - Diagnóstico da conformidade de acessibilidade arquitetônica e comunicacional nas unidades do Sistema Nacional Socioeducativo; - Elaboração e publicação do Guia de Acessibilidade Aviação Civil.
IV - Promoção de Direitos	41	5	- Criação de novos incentivos de cuidado no âmbito da Rede de cuidado; - Reajuste no valor do custeio dos CERs; - Reajuste de 35% no custeio das Oficinas Ortopédicas da RCPD; - Formação de 3.500 profissionais na educação bilíngue (LIBRAS); - 10% de provimento das vagas para pessoas com deficiência no concurso nacional da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Fonte: tabela elaborada pela própria autora.

Com base nos dados consultados e demonstrados parcialmente nesta tabela, podemos inferir que apesar de serem poucas (quantitativamente), as ações devidamente realizadas até o presente momento podem ser apreendidas como avanços significativos. Contudo, ainda é preciso consolidar as demais, inclusive considerando que algumas estão com prazos de conclusão atrasados e outras ainda nem tiveram início efetivamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto neste trabalho, é possível apreender que o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - o Novo Viver Sem Limites - avança em direção a uma maior promoção e garantia de direitos; mas, não somente. Reconhece que o enfrentamento ao capacitismo e a todas as formas de opressão social deve ser uma ação de primeira ordem para que as pessoas com deficiência vivam uma vida mais digna.

Todavia, é importante situar a instituição deste plano se insere em um contexto político-econômico ainda adverso aos direitos sociais, na medida em que tem se visto ao longo dos últimos dez anos o progressivo desfinanciamento das políticas sociais, o que impacta diretamente as pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social. Entendemos,

portanto, que o financiamento adequado é imprescindível para que as ações dispostas no plano ganhem materialidade. Ademais, é necessário o controle social para que as disposições presentes no plano sejam efetivadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1998.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 de dez. 2024.

_____. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 de dez. 2024.

BRASIL. **Novo Viver sem Limites - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/PlanoNacionaldosDireitosdaPessoaComDeficienciaNovoViverSemLimite.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2025

BRASIL. **Observatório do Novo Viver Sem Limites**. Disponível em:

<https://novoviversem limite.mdh.gov.br/>. Acesso em: 15 de jun. 2025.

BRASIL. **Viver sem Limites - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**.

Brasília, 2011. Disponível em:

https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_a_Plano_Viver_sem_Limite.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2025.

CFESS. **Série Assistente Social no combate ao preconceito e discriminação contra a pessoa com deficiência**. Brasília, 2019.

CUNHA, Ana Carolina Castro. P. **Deficiência como expressão da questão social**. Serviço Social e Sociedade: São Paulo, n. 141, p. 303-321, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/pykStjJty9FMZZTDCdgGCcy>. Acesso em: 12 de dez. 2024.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>>.

Acesso em: 20 de dez. 2025.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/forumeinformacaoservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SUAS: ENTRE O ACESSO E A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY IN THE UNIFIED SOCIAL ASSISTANCE SYSTEM (SUAS): BETWEEN ACCESS AND NEOLIBERAL RATIONALITY

Eliana Monteiro Feres¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo problematizar o uso de sistemas de informação no Sistema Único de Assistência Social, como recorte o CadÚnico, sistema criado pelo Governo Federal para selecionar famílias pobres e ou em extrema pobreza aos benefícios sociais. O método escolhido é o materialismo histórico dialético, que favorece identificar as contradições presente no gerencialismo estatal e o uso de sistema de informação no acesso, pois apesar das TICs se apresentarem como forma de modernização e maior eficiência do Estado, vem ampliando maior controle e seletividade, seguindo as diretrizes da racionalidade neoliberal. O CadÚnico vem selecionando pessoas de forma binária, ignorando as múltiplas determinações da questão social, impactando também o trabalho de assistentes sociais. Certamente o olhar crítico sobre a instrumentalização dos sistemas de informação no SUAS favorece compreender os limites de acesso considerando as relações de disputa do fundo público e ampliação do controle e focalização.

Palavras-chave: Sistemas de Informação; Exclusão; Direitos.

Abstract: This article aims to problematize the use of information systems in the Unified Social Assistance System (SUAS), specifically focusing on the CadÚnico, a system created by the Federal Government to select poor or extremely poor families for social benefits. The chosen method is historical dialectical materialism, which helps identify the contradictions present in state managerialism and the use of information systems in access. Although ICTs are presented as a way to modernize and increase the efficiency of the State, they have been expanding control and selectivity, following the guidelines of neoliberal rationality. CadÚnico selects people in a binary way, ignoring the multiple determinants of the social question, also impacting the work of social workers. Certainly, a critical look at the instrumentalization of information systems in SUAS helps to understand the limits of access, considering the relationships of competition for public funds and the expansion of control and targeting.

Keywords: Information Systems; Exclusion; Rights;

¹ Assistente Social, mestre em políticas sociais, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense.

1 INTRODUÇÃO

Há três décadas, vivenciamos a intensificação do uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC's) na sociedade, de forma relevante (o mercado está todo online e o governo também), porém acessível somente a uma minoria que detém conhecimento e meios para sua utilização. Há ainda um fosso entre aqueles que possuem o conhecimento sobre as tecnologias e uma parcela significativa da população que não possui acesso. Conforme pesquisa das TIC's no domicílio (Cetic, 2024)², no Brasil, 29 milhões da população não têm acesso à internet. O uso das tecnologias envolve questões econômicas, sociais e culturais e a desigualdade social tem sido ampliada, compreendendo o avanço tecnológico e a exclusão daqueles que não possuem nem conhecimentos e tão pouco os meios para acesso.

Cabe pontuar que não existe nenhuma resistência ao uso das TIC's, afirmamos sua importância na modernização das sociedades. O uso das TICs poderia significar possibilidades de avanços para emancipação humana se os produtos do trabalho humano, com o uso das tecnologias, fossem apropriados coletivamente, porém não é essa a realidade vista na sociedade capitalista. Conforme nos aponta Nelesco (2022, p. 98), “Toda essa capacidade da tecnologia não foi colocada a serviço da humanidade, mas na direção específica dos superlucros do capital, na medida em que exponencia a mercantilização das relações sociais”.

Nosso objetivo neste artigo envolve avaliar a intensificação dos usos das tecnologias de informação e comunicação no acesso de políticas sociais, tendo como objeto de análise o CadÚnico, sistema de informação do governo federal, utilizado como instrumento de seleção de famílias pobres e ou extrema pobreza.

Para análise, optamos pelo materialismo histórico, onde a busca pela essência dos impactos das tecnologias de informação e comunicação nas políticas sociais parte da dialética presente entre o caráter gerencial do Estado e os processos de modernização com foco na eficiência e efetividade e a necessidade de redução de custos, para ampliação dos lucros do capital.

Compreender e problematizar as implicações das TIC's no contexto de reconfiguração das políticas sociais em suas múltiplas determinações certamente favorece propor que transformações tecnológicas possam servir para o desenvolvimento de outra forma de construção de meios de reprodução social que priorizem a sua inclusão e não favoreçam a

² A pesquisa TIC Domicílios é realizada anualmente pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.Br)

exclusão.

2 O CADÚNICO E A DATIFICAÇÃO DO ACESSO AOS BENEFÍCIOS DO SUAS

O Cadastramento Único de Programas Sociais, popularizado como CadÚnico, foi criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, no Decreto n. 3.817/2001, como ferramenta para focalização de famílias de baixa renda e extrema pobreza, a partir de sua caracterização socioeconômica. A consolidação do cadastro ocorreu em um momento de disputas, considerando os programas Bolsa Escola (Ministério da Educação) e o Bolsa Alimentação (Ministério da Saúde). Após a criação do CadÚnico as famílias de ambos os programas migraram para Bolsa Família. Foi criada as condicionalidades da saúde e da educação para que as famílias permanecessem no programa bolsa família.

A adoção de um cadastro único para todos os programas sociais está associado ao gerencialismo do Estado, que tende a reduzir os custos administrativos, com impactos também para os cidadãos, que procuram somente um setor público para dar informação da sua vida socioeconômica.

O CadÚnico possui mais de 100 variáveis, traz informações onde os sujeitos moram, tipos e moradia, se há água, luz, saneamento básico, trabalho, renda, gastos, educação e saúde. O slogan do cadastro era “conhecer para incluir”.

O modo de conceber a funcionalidade do CadÚnico pela esfera federal é por meio de um banco de dados, sendo estes colhidos junto aos cidadãos, de forma presencial, por trabalhadores municipais do SUAS. Na concepção de órgãos do governo federal que operam o CadÚnico, ele é uma ferramenta para selecionar pré-requisitos para uma família ser incluída em um benefício ou atenção federal. A Coordenação Nacional do CadÚnico e do Programa Bolsa Família (CCUPBF) o define como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, que pode ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a esse público. No caso, uma funcionalidade seletiva similar a moldes bancários: seleciona requerentes por meio de fórmulas operadas pelo sistema que deles extrai os traços homogêneos. (Sposati, 2021, p. 187).

A administração municipal fica responsável pela coleta de dados. Os dados são transmitidos para a base nacional do cadastro e operado pela Caixa Econômica Federal e geração do NIS. Até 2010, o cadastro era offline, ocasionando uma diferença entre a base de dados nacionais e municipais. A partir de 2010, a versão sete passou ser online e os municípios também puderam a ter acesso aos dados coletados.

O cadastro passou por modificações ao longo do tempo em busca de maior eficiência no controle e identificação dessas famílias. Cabe ressaltar que não temos resistência ao

instrumento criado pelo governo federal, como um instrumento padrão a ser utilizado em todo território nacional, que assume para política de assistência social sua importância, considerando a prática clientelista e benevolente na instituição da assistência social enquanto direito, pois o compõe-se de um software e de formulários que permitem o cadastramento de informações sobre as famílias brasileiras e uma referência censitária, em especial para os municípios, no planejamento de políticas públicas locais e regionais devido às informações disponibilizadas em sua base de dados. Nossa crítica caminha na intencionalidade do uso do instrumento.

O cadastramento para seleção das famílias leva em conta somente o quanto família ganha, mesmo a renda sendo oriunda do trabalho informal, mas não leva em consideração os gastos que as famílias possuem. Segundo Sposati (2021, p. 186), “o CadÚnico opera com uma hipótese que não leva em conta o custo de vida ou que a vida não tem custo para quem tem baixa renda”.

A datificação para seleção da pobreza, vai de encontro ao preconizado na Política Nacional de Assistência Social (Pnas), em 2004, onde vulnerabilidades sociais são expressas por diferentes situações que acometem os sujeitos em seus diversos contextos de vida e não somente ao precário e ou nulo acesso à renda, mas vinculada à dificuldade de acesso a bens e serviços públicos e fragilidade de vínculos afetivos.

Na contramão da Pnas, o acesso ao BPC como exemplo, definidos no Decreto n. 8.805/16 (obrigatório a inscrição no CadÚnico para requerimento, manutenção e permanência ao BPC), somente as informações autodeclaradas de renda no CadÚnico têm sido a forma de seletividade, ocasionando o indeferimento do benefício por técnicos do INSS, desconsiderando os diversos fatores que acometem pessoas idosas e com deficiência e as dificuldades de acesso a saúde, habitação e educação, apesar de o acesso ao sistema de informações CadÚnico conter outros aspectos da realidade social dos usuários.

Segundo Carmo e Guizardi (2018), a concepção de vulnerabilidade presente na PNAS:

[...] denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso a renda, mas atrelada também as fragilidades de vínculos afetivos-relacionais e desigualdades de acesso a bens e serviços públicos. Não obstante as críticas em torno de sua indefinição conceitual, bastante amalgamada à noção de risco a adoção de tal categoria, ao mesmo tempo em que buscou definir o objeto de próprio e específico da assistência social, se contrapondo ao esvaziamento teórico-metodológico de suas entregas, aproximou-se de uma solução atípica, típicas de correntes neoliberais e orientação de organismos internacionais. (Carmo; Guizardi, 2018, p. 2).

A concepção de vulnerabilidade e risco presente na Pnas certamente traz a focalização dos mais pobres para acesso a direitos, contrapondo-se à universalidade contida na seguridade social, seguindo as diretrizes postas no neoliberalismo e as “contrarreformas” implementadas e expropriação dos direitos, considerando a “essência da crise do capital e suas expressões contemporâneas” e novas relações postas entre trabalho e assistência social (Boschetti, 2019).

No caso do BPC, a promulgação do Decreto n. 8805/2016 e a focalização do acesso com foco somente na renda, evidencia uma omissão do papel do Estado de garantir proteção social. Sobretudo quando a seletividade ocorre a partir de uma renda oriunda da informalidade. Conforme Carvalho (2014), “...a desigualdade é hoje compreendida como um mosaico cada vez mais diverso e um repertório infinito de situações de destituição de direitos sociais”, evidenciando o sentido contraditório do Estado social capitalista na garantia do acesso, quando considera a renda oriunda do trabalho informal (não fixa) para excluir pessoas idosas e pessoas com deficiência do direito ao benefício.

3 O TRABALHO INFORMAL E RENDA NO CADÚNICO: PROTEÇÃO OU (DES)PROTEÇÃO SOCIAL?

Segundo o modelo teórico desenvolvido por Castel (1994;1998), a inscrição dos indivíduos na estrutura social ocorre por meio de sua inserção no mundo do trabalho, com seus riscos e proteções envolvendo diferentes formas: “trabalho estável, trabalho precário e não trabalho e representadas pelas relações de reciprocidades dos familiares, de vizinhança e demais relações sociais e comunitárias, viabilizando aos indivíduos proteção e segurança”.

Certamente, numa sociedade capitalista e com relações mercantilistas, os que não possuem trabalho estão em risco desde final do século XIX, com início da sociedade industrializada e não acesso ao trabalho. No capitalismo contemporâneo, fica evidente a inacessibilidade do estabelecimento do pleno emprego. O enfrentamento da crise do capital tem incidências diretas no mundo do trabalho, e “as medidas de desregulação do trabalho e expropriação da proteção social”, conforme Mota (2018, p. 170).

Conforme Antunes (2020) chegamos à quarta revolução industrial, e a intensificação das TICs a partir da automação dos processos de produção continua impactando a vida de trabalhadores e o mundo do trabalho ao ponto do autor sinalizar em seus estudos uma nova morfologia do trabalho. Os novos proletariados da era digital não possuem salários e nem direitos trabalhistas.

Ao longo da reprodução social capitalista, a tecnologia vem impulsionando transformações no mundo do trabalho, com diversos modelos de organização: taylorismo, fordismo, toyotismo, tecnologia da informação. Segundo Antunes e Praum (2023, p.210), conhecer as formas de organização nos diferentes modelos envolve compreender os processos de gestão do trabalho. Os autores sinalizam que a finalidade do capital é “conhecer o trabalho executado com vistas a controlá-los na busca incessante por corte de custos e implicação na produtividade”.

Uma questão chave dos modelos de gestão é, portanto, desvendar quantos trabalhadores e trabalhadoras, sob quais condições, incluindo o maior ou menor uso de tecnologias, são necessários para que uma dada atividade ou tarefa seja executada em menor tempo e custo possível. Não à toa a precariedade atravessa e marca o mundo do trabalho desde sempre, ainda que se apresente com contornos particulares nas últimas décadas (Antunes; Praum, 2023, p. 111).

O desenvolvimento das forças produtivas e transformações tecnológicas são, portanto, provocadas pela crise estrutural do capital. Para os autores, as crises do sistema capitalista não são fatores episódicos e nem excepcionais, mas processos que se sucedem, pois o capital necessita da sua expansão para se manter ou ele se autodestrói. Durante os diferentes processos de expansão, o uso de tecnologia vem dispensando ou desfazendo o trabalho humano.

Nesse contexto, as transformações tecnológicas se aceleram e revolucionam as forças produtivas, introduzindo novas técnicas cada vez mais intensamente incorporadas a processos produtivos, produtos e mercadorias, que dispensam grandes contingentes de trabalho vivo, ampliam a superpopulação relativa e criam massas de trabalhadores(as) descartáveis e supérfluos para as necessidades médias de valorização do valor. (Raichelis, 2022, p. 6).

Antunes (2018), em seu livro “O privilégio da servidão”, defende a existência de uma “nova morfologia do trabalho” após a crise estrutural capitalista em 2008, destacando “o papel crescente do novo proletariado de serviços da era digital” (2018, p. 32). Para Antunes, “o capitalismo atual apresenta um processo multiforme no qual a informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais tanto para preservação como para ampliação da lei do valor” (2018, p. 33). A precariedade no trabalho se constitui como mecanismo de reorganização das relações de trabalho no sistema capitalista, e as TICs desempenham uma centralidade na nova morfologia do trabalho.

Filgueiras e Antunes (2020), acerca da precarização do trabalho, apontam que a uberização do trabalho é um processo que antecede as plataformas digitais. Caracterizada por novos arranjos capitalistas na busca da ampliação do lucro, a uberização do trabalho envolve eliminação de direitos e transferência dos custos do trabalho ao trabalhador. Como exemplo,

destacam que, nos países periféricos, a informalidade não é uma exceção, bem como a flexibilização, a terceirização e a informalidade.

Fontes (2018) ao tratar a questão da expropriação e desemprego destaca que o funcionamento do capitalismo produz, de forma concomitante, a superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva. Segundo a autora este processo se dá pela “expropriação daqueles, que, cujos meios de produção e meios de existência, possam converter-se em capital e pelo desemprego recorrente das grandes massas” (Fontes, 2018, p.25). Ela ainda destaca que os desempregados contribuem “contra a sua vontade para reduzir o salário daqueles que conservaram seus empregos”.

A utilização das TIC's, além da centralidade que vem assumindo no processo de reestruturação produtiva favorecendo a precarização do trabalho, vem também reconfigurando às políticas sociais no Brasil.

Carvalho (2021, p.156) pontua que o uso das TIC's se expande para o modo de vida, além das degradações das relações de trabalho. Nas políticas sociais, a autora destaca que a precarização vem favorecendo a corrosão dos direitos sociais, regressão e subfinanciamento das políticas sociais, retenção das ações públicas e fragilização do acesso. Certamente, tais aspectos não estão desassociados das formas de reprodução na sociedade capitalista e das diretrizes econômicas.

É necessário não naturalizar o reconhecimento das possibilidades do cidadão como sujeitos de direitos e a competência e ou impotência de sobrevivência numa sociedade onde a riqueza socialmente produzida não é igualmente distribuída, e o acesso aos bens e serviços, de forma igualitária, ainda não é ofertado, considerando a condição estrutural da sociedade capitalista, configurando o “aspecto excludente que marca os investimentos sociais do Estado” (Jacobi, 1989, p. 9), principalmente para um público onde a inclusão social ainda caminha a passos lentos.

O perfil socioeconômico coletado deveria estar viabilizando o planejamento de políticas sociais, de forma a atender às necessidades das famílias, mas essa intencionalidade do Estado envolve contradições, conforme método dialético, não somente se finda no conhecimento do perfil das famílias e na garantia do acesso às políticas, mas serve aos interesses do capital e a suas diretrizes econômicas, pois somente o computo da renda tem indeferido solicitações, bem como cessando os benefícios acima do critério de renda, reduzindo o gasto do Estado.

A crítica sobre olhar da vulnerabilidade, restrito à renda e aos limites postos ao acesso

ao direito, envolve não aceitar a realidade como é dada e sim se indignar, considerando que políticas sociais são construções sociais e estão em disputas sempre. Pois, conforme destaca Guerra (2009, p. 705), “a necessidade de atuarmos sobre a realidade é que nos conduz ao conhecimento”.

Cabe ressaltar que o uso das tecnologias de informação traz impacto também para trabalho profissional dos (as) assistentes sociais, pois a avaliação da vulnerabilidade social tem sido realizada somente com o recorte da renda auto declarada no CadÚnico.

As tecnologias aplicadas ao trabalho dos assistentes sociais representam um mecanismo de agilidade para alguns atos profissionais, o que é profícuo para o trabalho em alguns casos, contudo tem revelado a matriz orientadora do Estado neoliberal, em suas políticas, em suas organizações e no trabalho dos assistentes sociais (Martins, 2022, p.180)

Neste cenário de expropriação do acesso ao trabalho vivenciamos um aumento da população em extrema pobreza, pois sem ter como vender sua força de trabalho, a garantia de viver dignamente é uma utopia para os desempregados, mas a renda oriunda do trabalho informal tem sido contabilizada como renda fixa e há depender o valor declarado da renda informal, não fixa deixa de fora muitos que necessitam.

A Seguridade Social Brasileira ao ser constituída possui o caráter universal para atendimento, no caso específico da assistência social a garantia do atendimento deveria ocorrer para todos aqueles que necessitam, mas os ajustes fiscais não favorecem o atendimento de forma universal e os expropriados do direito ao trabalho também não conseguem acesso a proteção social.

No entanto, devido à disputa do fundo público e as demandas de cortes é cada vez amplo as burocracias estatais com foco na fiscalização em detrimento da proteção social preconizada na Seguridade Social. Destacamos a obrigatoriedade da visita domiciliar para o Cadastro Único (CadÚnico) contida na Lei nº 15.077/2024 e pelo Decreto nº 12.417. Essas normas determinam que o cadastramento e a atualização de dados de famílias unipessoais (compostas por uma única pessoa) dependem, obrigatoriamente, da realização de uma visita domiciliar.

Certamente ao avaliarmos a ação estatal na busca por maior focalização e combate as fraudes, não estão dissociada da relação com as disputas do fundo público, da racionalização neoliberal e a proposta de economia de recursos, que se materializa nas visitas de averiguação e o chamado “pente fino”, conforme destacado pelas mídias abertas que ganham espaços

ideológicos, pois as normativas de controle e fiscalização, seguem no imaginário da população a proposta de gasto efetivo para aqueles que mais precisam.

No âmbito das políticas sociais há um conjunto de textos, com análises que abordam o significado que os sistemas algoritmos, de datificação, de robotização, plataformação do Estado. Silveira e Souza (2020), destacam que a burocracia Weberiana que marca institucionalidade na ação governamental está assumindo novos contornos pela “algocracia”, favorecendo uma lógica de Seguridade Social reducionista, que por meio de sistemas algoritmos, dispensa o trabalho vivo.

Neste contexto, de avaliação das normativas que o Estado vem impondo, destacamos que estas vem sendo colocadas sem uma discussão junto aos espaços de controle social e alterando também o processo de trabalho na assistência social. O CadÚnico pode ser entendido como sistema de informação que a burocraticamente atende as necessidades do Estado. Apesar da Seguridade Social assegurar que a assistência social deve atender a todos os que necessitam, o foco da avaliação somente com os critérios na renda, apresenta-se na burocracia estatal os limites de acesso e as diretrizes do Estado mínimo.

Hoje se compreende a pobreza no seu caráter multidimensional (YAZBEK, 2005). Muitas vezes a pobreza está associada ou se intensifica devido outras vulnerabilidades vivenciadas, como discriminações relacionadas a questões de gênero, raça, etnia, deficiência, violência, entre outros. Castro (1999) afirma que a criação de políticas que enfrentem o cenário neoliberal e não apenas políticas de classe, mas que incluam outras categorias de análise como gênero e raça. (Nazereno e Tortato, p377, 2019)

No âmbito do trabalho dos assistentes sociais, a automatização de políticas sociais e sua operacionalização por sistemas de informação vêm provocando alterações significativas no conteúdo de trabalho, em função dos novos processos de gestão e organização das atividades. Acerca do uso das TICs e dos impactos no trabalho de assistentes sociais, Raichelis (2022)

[...] As análises evidenciam como esses dispositivos tecnológicos são instrumentos de poder que submetem o trabalho profissional a rotinas institucionais controladas por poderosas máquinas digitais que padronizam, classificam e selecionam, em geral sem transparência e crescentemente sem a mediação profissional, aqueles(as) usuários(as) que serão excluídos(as) ou beneficiados(as) por políticas e programas sociais públicos. São processos que reproduzem expropriações e desigualdades sociais, além de intensificação, precarização, desqualificação e adoecimento de assistentes sociais. (Raichelis, 2022, p. 13).

Considerando a tecnologia como processo de construção sócio histórica, defendemos que a coleta de dados do CadÚnico, deve ser apropriada de modo a ultrapassar leituras

exclusivas com foco na renda e avancem para uma perspectiva que contemple outras categorias de análise, como as condições de sobrevivência da população, numa sociedade onde a produção da desigualdade é estrutural de forma de produção e reprodução social. Sendo importante que questões como gênero, raça e geração na garantia de ampliar e fortalecer as conquistas de proteção social realizadas no âmbito da política pública de assistência social.

Reconhecer a diversidade e da heterogeneidade presente em um território vasto como o Brasil é indiscutível, apesar da tentativa de homogeneização e exclusão que pregam os discursos de desenvolvimento neoliberais. A identificação de contradições presentes no uso de sistema de informação, favorecem a possibilidade de construção do uso de sistema de informação que possam servir aos interesses da população e não somente do Estado.

A defesa da seguridade social e sua universalidade envolve não naturalizar os diferentes e contraditórios fatores burocráticos que determinam os processos operacionais do Estado. A análise crítica das disputas entre o fundo público e execução de políticas sociais presentes no Estado, a flexibilização trabalhista e a problematização de tecnologias de informação e comunicação (TICs) favorecem não naturalizar as violações de direitos presentes nas formas de intervenção do Estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação das TICs na operacionalização de políticas sociais se apresenta no gerencialismo estatal como resultado da modernização e do foco na desburocratização, na valorização da eficiência, da eficácia e da efetividade no serviço público, contudo, nessa nova engenharia estatal, as tecnologias vem produzindo efeitos nefastos de não acesso ao direito social, ao utilizar os recursos tecnológicos, excluindo o atendimento presencial ou criando sistemas de informação para classificar/selecionar pessoas, desconsiderando aspectos subjetivos da realidade social.

O conceito de vulnerabilidade, contido na Pnas, como forma de focalização para a proteção social aos mais pobres, envolve múltiplos fatores, contudo o acesso aos benefícios sociais (BPC e Bolsa Família) limita-se somente à renda, pois, na análise do benefício, os gastos que as famílias possuem para satisfação das necessidades não é considerado, assim como outras dimensões que perpassam a vulnerabilidade presente da vida mulheres negras são ignoradas, tornando o acesso ainda mais restrito, apesar do direito legalmente

reconhecido.

É fundamental destacar a capacidade do CadÚnico como um valioso instrumento de coleta e de processamento de dados para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões para que o aparato estatal possa intervir.

Assim compreendemos ser pertinente a avaliação e a crítica ao papel desempenhado pela tecnologia no cotidiano é cada vez mais relevante. No entanto faz necessário desvelar a mercantilização da vida e a desvalorização do trabalho humano nessa disputa pelos interesses de expansão do capital. Problematicar o uso das TICs na política social é fundamental para que possamos fazer a defesa dos direitos sociais e não naturalizar o não acesso e a ampliação da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R; PRAUM, L. As formas de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo: do Taylorismo-Fordismo à acumulação flexível e digital. **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida**. (Orgs) R. N. de C. Barbosa, N. L. T. de Almeida – Curitiba: CRV, 2023. P. 109 a 122.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: Novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo. Boitempo.2018.
- BARBOSA, R. N. C. ALMEIDA, N. L. T. (Orgs) **Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida** – Curitiba: CRV, 2023.
- BRASIL. **Decreto 8805**, de 07 de junho de 2016. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.
- CALVACANTE, R.; PREDES, R. (2022). Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais . **Serviço Social & Sociedade**, (144), 110–128.
- BEHRING, Eliane Rossetti. Política social no contexto da crise capitalista. *In*. CFESS;
- FILGUEIRA, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *IN* ANTUNES, R. (Org). **Uberização do trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo. Boitempo, 2020.
- FONTES, Virginia; A transformação dos meios de existência em capital- expropriações, mercado e propriedade. Ivanente Boschetti (Org.) **Expropriação e Direitos no Capitalismo** São Paulo: Cortez, 2018, p.17 a 61.
- MARTINS, V. **O trabalho do assistente social no fio da navalha**:os desafios do cotidiano e a performatividade. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022.

NAZARENO, B. R. de; TORTATO, C. de S. B. A tecnologia do cadastro único no âmbito da política pública de assistência social – reflexões correlatas ao campo de estudos em ciência, tecnologia e sociedade em face às políticas sociais adotadas no Brasil. R. Tecnol. Soc., Curitiba, v. 15, n. 37, p. 371-388, jul./set. 2019

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: Boschetti, I *et al.* (Org). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. (p. 87-108).

RAICHELIS, Raquel Tecnologia, trabalho e pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo? In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 144, p. 5-16, São Paulo: Cortez, maio/set. 2022.

RIZZOTTI, M^a Luiza A.; NALESCO, Ana P. P. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 144, p. 91-109, São Paulo: Cortez, mai/set 2022.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/magazines/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

TRIBUTOS, IMPOSTOS VERDES E PROTEÇÃO SOCIAL: PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS NA AMÉRICA LATINA

IMPUESTOS, IMPUESTOS VERDES Y PROTECCIÓN SOCIAL: LA PROTECCIÓN DE LOS VULNERABLES EN AMÉRICA LATINA

Adrieli Drewlo Dias

Resumo: O tema da pesquisa é a convergência da crise climática e da desigualdade social estrutural na América Latina, com foco na proteção aos vulneráveis. A região enfrenta o aumento da frequência de eventos climáticos extremos, que intensificam a pobreza e ameaçam a segurança alimentar. A proteção social atua como um instrumento crucial de adaptação e mitigação. O foco reside na análise do IPTU Verde como ferramenta de governança interseccionando política urbana, fiscal e justiça ambiental. O objetivo é analisar o potencial do IPTU Verde como instrumento de proteção social, induzindo comportamentos sustentáveis e garantindo a resiliência climática. Buscou-se diagnosticar criticamente as razões de sua inefetividade prática e propor soluções para transformá-lo em mecanismo eficaz na promoção da resiliência e da equidade urbana na região. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa quantitativa, exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Aplicou-se um diagnóstico crítico focado na implementação prática, que revelou um padrão de fragilidade institucional, barreiras operacionais e baixa adesão. O diagnóstico identifica as principais falhas, evidenciadas pela baixa efetivação em municípios. Conclui-se que, para reverter a inefetividade, são essenciais reformas estruturais, vontade política e a integralização das políticas. O IPTU Verde deve ser articulado com metas de redução de risco em áreas vulneráveis, e sua eficácia depende de uma mudança na cultura administrativa, priorizando a promoção da sustentabilidade e da justiça urbana. O desafio final é a integralização política para agir na velocidade exigida pela dupla crise climática e social.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Proteção social, IPTU Verde.

Resumen: El tema de investigación es la convergencia de la crisis climática y la desigualdad social estructural en América Latina, con énfasis en la protección de las poblaciones vulnerables. La región enfrenta una creciente frecuencia de fenómenos meteorológicos extremos, que intensifican la pobreza. La protección social se presenta como un instrumento para la adaptación. El enfoque es el análisis del IPTU Verde como herramienta de gobernanza que integra la política urbana, la política fiscal y la justicia ambiental. El objetivo es analizar su potencial como instrumento de protección social. El estudio buscó diagnosticar críticamente las razones de su ineficacia práctica y proponer soluciones para transformarlo en un mecanismo efectivo. Metodológicamente, se trata de una investigación cuantitativa, exploratoria y descriptiva, basada en una revisión bibliográfica y un análisis documental. Se aplicó un diagnóstico crítico que reveló un patrón de fragilidad institucional, barreras operativas y baja adherencia. El diagnóstico identifica las principales deficiencias,

evidenciadas por la baja efectividad en los municipios. Se concluye que, para revertir la ineficacia, son esenciales las reformas estructurales, la voluntad política y la integración de políticas. El IPTU Verde debe vincularse a objetivos de reducción de riesgos en zonas vulnerables, y su eficacia depende de un cambio en la cultura administrativa que priorice la promoción de la sostenibilidad y la justicia urbana. El desafío fundamental reside en la integración política para actuar con la celeridad que exige la doble crisis climática y social.

Palabras clave: Sostenibilidad, protección social, impuesto sobre la propiedad verde.

1 INTRODUÇÃO

A proteção ao meio ambiente e a busca pelo desenvolvimento sustentável constituem prioridade mundial, requerendo a união das áreas de pensamento e desenvolvimento humano. As políticas públicas de proteção social constituem viés emergencial e permanente à garantia de vida digna da população. Os tributos, por outro lado, proporcionam ao Estado o recurso para a garantia da intervenção estatal nos programas sociais, demandas anuais, e mantém a vitalidade do Estado. O estudo visa a interseção entre as áreas citadas, com apontamentos de problemáticas e possíveis resoluções, de modo que os objetivos mundiais de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente sejam alcançados, observada a proteção social.

O crescimento econômico desenfreado e a degradação ambiental acelerada produziram um alto índice de destruição, afetando não somente as gerações futuras, como também o comprometimento da vida na terra, trazendo a necessidade da adoção de medidas sustentáveis para gerenciamento do risco ambiental e contenção das catástrofes ambientais projetadas.

Globalmente, a Agenda 2030 da ONU e o Acordo de Paris (2015) consolidaram o meio ambiente como um direito fundamental, o que já era contemplado pela Constituição brasileira, trazendo a exposição de desafios globais, com metas e objetivos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a serem alcançados pelos países-parte até o ano de 2030.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2025) 74% dos países da América do Sul enfrentam alta frequência de eventos climáticos, que desencadeiam no aumento de subnutrição e falta de dietas saudáveis a preços acessíveis. O diretor-assistente geral da FAO para a América Latina e Caribe, Mario Lubertjin, destacou: “a viabilidade climática e os eventos extremos representam uma ameaça à estabilidade da segurança alimentar e nutricional.”.

Entre os desastres mais comuns e devastadores estão as inundações, secas e tempestades com proporções de destruição avassaladoras. Com isso, ocorre a redução da

produtividade agrícola, acarretando a elevação de preços. Deste modo, os eventos climáticos têm condão de acentuar a pobreza existente, ameaçando o progresso na redução da fome e da desnutrição.

A crise climática, com a tendência de aumento exponencial dos impactos, obriga a uma constante reflexão sobre modelos alternativos, justos e sustentáveis para a produção do espaço urbano. A América do Sul enfrenta um cenário ainda mais complexo, marcado pela convergência de duas crises estruturais: a emergência climática de intensidade crescente e a persistente desigualdade social.

Nesse contexto, o Imposto Predial e Territorial Urbano Verde (IPTU Verde) emerge como um instrumento de governança multinível, situando-se na interseção estratégica entre governança urbana, política fiscal e justiça ambiental. O objetivo deste documento é analisar o potencial do IPTU Verde como ferramenta de proteção social, diagnosticar criticamente as razões de sua inefetividade prática e propor resoluções para transformá-lo em um mecanismo eficaz de promoção da resiliência climática e da equidade urbana em toda a região.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Cenário Sul-Americano: A Interseção da Crise Climática e da Vulnerabilidade Social

A urgência da crise climática na América do Sul é inquestionável. Sendo a segunda região do planeta mais exposta a eventos climáticos extremos, seus impactos diretos na segurança alimentar, nos meios de subsistência e na intensificação da pobreza são cada vez mais evidentes. Essa vulnerabilidade não é apenas um fenômeno natural, mas o resultado de uma complexa interação de fatores socioeconômicos que produzem e agravam os riscos socioambientais.

Segundo o Relatório de Proteção Social (*World Social Protection Report 2024-26: Universal social protection for climate action and a just transition*) pela primeira vez na história os dados indicam que mais da metade da população mundial está coberta por proteção social (52,4%), número superior ao indicativo de 2015 (42,8%), ano da adoção dos ODSs. Todavia, 3,8 bilhões de pessoas estão desamparadas quanto às intempéries da vida e impactos climáticos.

O mesmo relatório constata que nos 20 países mais vulneráveis à crise climática, 91,3% das pessoas carecem de qualquer proteção social. A proteção social atua como um

importante instrumento de adaptação e mitigação, garantindo que a crise climática não aprofunde as desigualdades e a exclusão existentes nas comunidades afetadas.

Os principais fatores que estruturam esse cenário de vulnerabilidade são: a urbanização acelerada e desordenada; o modelo de desenvolvimento e desigualdade; e as lacunas nos sistemas de proteção social. A ocupação de áreas de risco, como as encostas e margens de rios, por populações de baixa renda é um reflexo direto de décadas de descaso do poder público com a agenda de habitação popular. Esse processo de expansão urbana, desprovido de planejamento, expõe milhões de pessoas a deslizamentos e inundações. Existe uma grave falha de cobertura dos sistemas de proteção social na região, nos países mais vulneráveis ao clima, a grande maioria da população carece de qualquer forma de proteção social. A alta informalidade do trabalho agrava essa situação, deixando milhões de trabalhadores sem acesso a mecanismos como seguro-desemprego, que seriam vitais durante uma transição justa para uma economia de baixo carbono.

A chamada globalização contemporânea vem acompanhada, ao nível planetário, de crescente concentração da renda e exclusão social. Porém, as consequências adversas encontram justificativa na retórica apologética como sendo as dores de um parto, uma configuração transitória, correspondente às pré-condições de um ajuste que viabiliza um novo padrão de relações sociais de bem-estar e prosperidade. Roberto Bartholo Jr. (2001)

A proteção à sociedade é priorizada enquanto se deixa de proteger as pessoas, realizando a proteção do contexto geral em que ela se insere. As regras de funcionamento das relações entre pessoas e processos parecem ter mais importância do que as próprias pessoas (Maria Augusta Bursztyn; Marcel Bursztyn. pg. 153. 2013). Com isso, as políticas de proteção social atuam como atenuantes das desigualdades em face aos eventos climáticos, por meio das transferências de renda não contributivas, fundamentais para alívio da pobreza crônica, contribuindo assim para redução da vulnerabilidade de famílias a ameaças climáticas (Relatório IPCC 2014 e 2022). Assim, como os sistemas de proteção social, podem apoiar a renda e consumo de famílias afetadas por desastres naturais.

No Brasil, apesar da base normativa robusta, os desafios são evidentes. A Constituição Federal, em seu Artigo 255 elenca o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Este direito fundamental de terceira dimensão impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Contudo, o país caminha a passos lentos rumo ao cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável da ONU, com apenas 770 municípios cumprindo as metas em maior ou menor escala, conforme o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil (ISDC-BR).

O Estado do Rio Grande do Sul é marcado por sua complexa realidade ambiental, abrigando os biomas Pampa e Mata Atlântica, e enfrenta problemas recorrentes de enchentes, escassez hídrica e arenização do solo, derivado do uso desenfreado para atividades agrícolas e agropecuárias sem o devido controle. Esses fenômenos se intensificam pelas mudanças climáticas, o calor extremo e o crescimento desenfreado das cidades.

No ano de 2024, o Estado registrou um desastre climático sem precedentes, segundo o relatório governamental SOS Rio Grande do Sul, 478 municípios foram afetados, atingindo 2.398.255 pessoas, com 185 óbitos confirmados e 23 desaparecidos. A ameaça de ondas de calor extremo e ilhas de calor também é agravada pela ausência de políticas públicas urbanas integradas, assim, essas vulnerabilidades territoriais reforçam a urgência da implementação de instrumentos locais de gestão ambiental.

2.2 A interseção entre crise climática e vulnerabilidade social

A crise climática não se restringe ao fenômeno natural, mas é intrinsecamente ligada ao aumento das desigualdades sociais, atingindo com mais força os grupos com maior vulnerabilidade. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios (IVCM) o Rio Grande do Sul possui 184 municípios com risco eminente de inundações, enchentes, alagamentos e enxurradas (acima de 50%), sendo que todos os 497 municípios do estado têm a probabilidade de inundações de pelo menos 37.6%. No mesmo indicador é possível verificar que 121 municípios têm risco de escassez hídrica acima de 50%, e 55 municípios com risco de redução ou inviabilização de setores agropecuários.

A mudança climática não cria a pobreza, mas deixa a população mais vulnerável ao clima, funciona como lente de aumento à pobreza existente, como, por exemplo: uma seca pode acabar com a única fonte de renda de uma família; ou uma enchente pode levar embora a casa e as economias de uma vida inteira.

A crise ambiental ataca em 2 frentes: desastres naturais cada vez mais intensos; a morte lenta dos ecossistemas que sustentam a vida, que prejudicará exponencialmente a população mais vulnerável por meio da perda de capital natural (a morte da floresta, rios, solo fértil, que para a população indígena, rural, e ribeirinha, indica a fonte de trabalho, mercado e farmácia natural). A agricultura, pesca e extrativismo são meios de subsistência de milhões de

peessoas, que dependem categoricamente dos serviços e recursos ecossistêmicos. Quando esses sistemas entram em colapso, não há somente uma crise ambiental, mas uma crise de fome, de renda, a rede de segurança dessas pessoas simplesmente evapora.

A Proteção social adaptativa (PSA) citada no XVI Fórum Ministerial para o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe, conceituada como a abordagem abrangente e integrada à proteção social que vai além das redes de segurança tradicionais ao incorporar elementos de Redução de Risco de Desastre (DDR) e Adaptação Às Mudanças Climáticas (CCA). Tem o condão de expandir redes de segurança social para ajudar famílias a adaptarem-se a choques climáticos com programas de renda ao enfrentamento das três frentes da crise ambiental proporcionando apoio às famílias para enfrentamento dos desastres climáticos, incentivo à proteção da natureza, servindo como apoio para que a economia verde não seja seletiva.

2.3 Sustentabilidade

A sustentabilidade consolidou-se, nas últimas décadas, como princípio jurídico e vetor de políticas públicas voltadas à compatibilização entre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental. O conceito consagrado pelo Relatório Brundtland (1987) definiu o desenvolvimento sustentável como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, perspectiva reforçada por Elkington (2021) ao propor a lógica do equilíbrio entre os pilares ambiental, social e econômico.

No plano internacional, instrumentos como a Declaração de Estocolmo (1972), a ECO-92 e o Acordo de Paris (2015) consolidaram o meio ambiente como direito humano fundamental e impuseram aos Estados a adoção de políticas de mitigação das mudanças climáticas. A Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam o ápice dessa evolução normativa e política, orientando ações estatais e municipais para cidades mais resilientes e sustentáveis (ONU, 2015).

No Brasil, a sustentabilidade foi incorporada ao ordenamento jurídico pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e consagrada constitucionalmente no art. 225 da Constituição Federal de 1988, que reconhece o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo.

Autores como Édis Milaré (2018) e José Afonso da Silva (2011) destacam que o meio ambiente é bem de uso comum do povo, de natureza difusa e essencial à vida digna,

demandando políticas públicas integradas e instrumentos econômicos eficazes. Nesse contexto, o Direito Tributário emerge como ferramenta estratégica para o cumprimento de finalidades socioambientais.

2.4 Extrafiscalidade Tributária como Vetor de Justiça Socioambiental

A doutrina reconhece, conforme Hugo de Brito Machado (2017) e Ricardo Lobo Torres (2012), que o tributo não possui apenas função fiscal de arrecadação, mas também função extrafiscal, de intervenção e indução de condutas econômicas e sociais. A extrafiscalidade, como explica Sabbag (2020), manifesta-se na modulação de alíquotas, incentivos ou isenções fiscais que visam orientar comportamentos coletivos em prol de valores constitucionais, como a proteção ambiental. A utilização de instrumentos fiscais pode ir além de seu propósito meramente arrecadatório, representando uma abordagem estratégica para induzir comportamentos e concretizar objetivos constitucionais, assim, a tributação transcende a função de suprir os cofres públicos e se torna uma ferramenta para a efetivação de direitos fundamentais.

O conceito de extrafiscalidade tributária define essa função, cujo propósito central é intervir na ordem econômica e social para fomentar ou desestimular determinadas condutas. Em vez de apenas arrecadar, o tributo passa a regular, ordenar e promover valores. A Constituição Federal de 1988 legitima essa função em seus artigos 170 e 225, que consagram a defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica e direito fundamental de todos, respectivamente. Assim, a extrafiscalidade é um mecanismo legítimo para promover o desenvolvimento sustentável, harmonizando o crescimento econômico com a proteção ambiental.

A conexão entre a extrafiscalidade ambiental e a proteção social é direta e inegável. Ao incentivar práticas que mitigam riscos urbanos, como enchentes, ilhas de calor e poluição, que afetam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, o IPTU Verde transcende a esfera da política ambiental. Ele se converte em um instrumento concreto de justiça social e climática, pois as melhorias na infraestrutura verde e na resiliência urbana beneficiam diretamente aqueles com menor capacidade de adaptação e recuperação diante de desastres.

Diversos municípios brasileiros já implementaram o IPTU Verde, adaptando sua legislação para conceder benefícios a imóveis com práticas sustentáveis. No Rio Grande do

Sul, cidades como Gravataí, Porto Alegre, Santa Maria, São Leopoldo e Venâncio Aires têm se destacado. Alguns desses municípios preveem descontos específicos, como aqueles vinculados ao uso de bicicletas ou a reciclagem do óleo de cozinha.

O desconto possibilita que as prefeituras auxiliem o governo federal ao cumprimento das metas da ONU e do Tratado de Paris, por meio do incentivo às práticas sustentáveis sem necessariamente executar grandes obras públicas, vez que a implementação do incentivo se aplica de forma prática e acessível, reduzindo o número de obras públicas necessárias ao plano diretor do município e mitigando efeitos destrutivos como sobrecarga do sistema de esgoto, diminuição nas ondas de calor, além da finalidade educacional para preservação e conservação ambiental.

Este arcabouço teórico, que posiciona o tributo como um agente transformador, ganha contornos de urgência quando confrontado com a realidade das múltiplas vulnerabilidades que definem o cenário sul-americano contemporâneo.

2.5 Diagnóstico Crítico: A Inefetividade do IPTU Verde, na Prática

Apesar de seu robusto potencial teórico e de sua consolidação jurídica como instrumento legítimo de extrafiscalidade, o problema central do IPTU Verde não é a falta de normas, mas sim sua inefetividade e subutilização como instrumento de indução de práticas sustentáveis. A análise de sua implementação em diversos municípios revela um padrão de fragilidade institucional, barreiras operacionais e baixa adesão social que comprometem seu impacto.

Como diagnóstico de resultado da pesquisa realizada, destacam-se os principais entraves à efetividade do IPTU Verde: fragilidade institucional e baixa integração; falta de conhecimento técnico por parte dos gestores municipais; ausência de diretrizes nacionais; lacunas na regulamentação local; complexidade do processo de solicitação do benefício; dificuldade de mensuração dos benefícios ambientais (a longo prazo); falta de divulgação e conscientização; o alcance limitado em alguns municípios; além da falta de previsão legal em diversos municípios do Estado.

Dos municípios pesquisados no Estado do Rio Grande do Sul, houve uma efetivação baixa no número de contribuintes ao programa, por exemplo, no município de Gravataí, no primeiro ano da aplicação do desconto, foram efetuados 63 cadastros; já em Venâncio Aires, houveram pouco mais de mil cadastros nos dois anos de vigência (2023 e 2024). A

problemática está nos detalhes: muitas pessoas não sabem que o desconto existem; e as regras para chegar ao desconto às vezes são tão complicadas que as pessoas simplesmente desistem.

Para além da criação de leis, e fornecimento do benefício aos contribuintes, é a superação desses entraves de implementação que determinará o sucesso do IPTU Verde. Enfrentar esses desafios requer a formulação de soluções concretas e estruturadas, capazes de transformar a promessa normativa em realidade prática para alcançar a todos.

2.5 Resoluções e Caminhos Futuros: Transformando o IPTU Verde em uma Ferramenta Eficaz

Para superar os desafios diagnosticados e transformar o IPTU Verde em um pilar da governança socioambiental urbana, é necessária uma agenda de reformas estruturadas. As soluções devem focar no fortalecimento institucional, na simplificação dos processos e na integração explícita com políticas de proteção social, garantindo que o instrumento seja não apenas eficaz, mas também equitativo.

É fundamental superar a fragilidade institucional que impede a implementação eficaz do IPTU Verde. Isso requer a criação de núcleos municipais de governança tributário-ambiental, que promovam a articulação intersetorial entre as secretarias de finanças, meio ambiente e planejamento. Além disso, é crucial investir na capacitação técnica de gestores e servidores públicos para poderem elaborar, fiscalizar e mensurar os resultados da política. O desenvolvimento de diretrizes nacionais que padronizem critérios essenciais, como metodologias de avaliação e tipos de incentivos, poderia fornecer um suporte aos municípios, sem retirar a flexibilidade necessária para adaptação às realidades locais.

A baixa adesão é um dos principais sintomas da inefetividade do IPTU Verde, e, para reverter esse quadro, é preciso desburocratizar os processos de solicitação e aprovação do benefício, tornando-os mais acessíveis e transparentes. A criação de indicadores de desempenho claros e públicos pode aumentar a confiança na política e facilitar o monitoramento de seus resultados. Paralelamente, a implementação de campanhas contínuas de educação e divulgação é essencial para aumentar a conscientização da população sobre os benefícios individuais e coletivos das práticas sustentáveis e do próprio incentivo fiscal.

Para que o IPTU Verde cumpra seu potencial de justiça climática, deve ser explicitamente articulado com metas de redução de risco em áreas vulneráveis. Os critérios para concessão de benefícios devem ser desenhados para priorizar ações que protejam as

comunidades mais expostas a enchentes, deslizamentos e ilhas de calor. A combinação de incentivos fiscais com outros instrumentos de política pública, como programas de assistência técnica e fomento, pode ser utilizada para garantir que famílias de baixa renda também possam adotar medidas sustentáveis e se beneficiar da política, evitando que o instrumento beneficie apenas quem já possui capacidade de investimento.

A eficácia do IPTU Verde depende, de uma mudança profunda na cultura administrativa, que passe a consolidar a tributação não apenas como um meio de arrecadação, mas como instrumento de promoção da sustentabilidade e da justiça urbana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise reafirma o potencial do IPTU Verde como um instrumento estratégico de proteção social e resiliência climática. Ao utilizar a extrafiscalidade tributária para induzir comportamentos sustentáveis, a política pública tem a capacidade de mitigar riscos ambientais que afetam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, promovendo cidades mais justas e seguras. Contudo, esse potencial contrasta fortemente com a realidade de sua implementação, marcada por fragilidades institucionais, barreiras operacionais e uma baixa adesão que limitam severamente seu impacto.

A superação desses desafios exige vontade política, gestão integrada e um foco deliberado na justiça socioambiental, transformando o IPTU Verde de um avanço normativo isolado em um catalisador para um novo modelo de governança urbana que integra capital social, natural e financeiro, consolidando-o como uma política pública verdadeiramente transformadora.

Para haver funcionamento equitativo da política, quatro pilares de integração devem ser integralizados: o financiamento, garantindo orçamentos e fundos de contingência; a governança, coordenando ações entre os diferentes atores (economia, meio-ambiente e social devem conversar); os programas devem bem desenhados com regras claras, expandindo a cobertura e definindo regras de resposta; e as operações, modernizando registros e sistemas de pagamento para quando a catástrofe acontece.

Uma questão a ser considerada no âmbito da globalização da governança ambiental é: como esperar sucesso na proteção ambiental sem assegurar prévia ou simultaneamente a proteção social? Esta indagação pode ser estendida ao comportamento dos indivíduos: como supor que haja consciência ou expectativas sobre o futuro, de pessoas que sequer têm certeza quanto a seu presente? Questões como estas servem de pano de fundo à análise da governança ambiental em suas múltiplas escalas. (Maria Augusta Bursztyn; Marcel Bursztyn. 2013. pg. 154).

O desafio é a integralização das políticas, as ideias existem, as políticas existem e a urgência é mais do que clara. O questionamento é se existe a vontade política para conectar e agir na velocidade e escala que a crise dupla exige.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: **Presidência da República**, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 Mar. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 132, de 20 de dezembro de 2023**. Altera o sistema tributário nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm. Acesso em: 20 Mar. 2024.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de política e gestão ambiental. Caminhos para a sustentabilidade**. 2013. Editora Garamond Ltda. Disponível em: https://saltheebooks.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Fundamentos_de_Politica_e_Gestao_Ambient.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

CORREIO BRAZILIENSE. **Segurança alimentar e resiliência climática: um vínculo essencial para o futuro**. Mário Lubetkin – Subdiretor-geral e representante da FAO para a América Latina e Caribe. 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2025/01/7045201-seguranca-alimentar-e-resiliencia-climatica-um-vinculo-essencial-para-o-futuro.html>. Acesso em: 05 nov. 2025.

ESTADO DE DIREITO. **Proteção social desempenha um papel fundamental na mitigação do impacto das mudanças climáticas, mas os países mais impactados pela crise climática são os menos preparados**. 2024. Disponível em: <https://estadodedireito.com.br/protacao-social-desempenha-um-papel-fundamental-na-mitigacao-do-impacto-das-mudancas-climaticas-mas-os-paises-mais-impactados-pela-crise-climatica-sao-os-menos-preparados/>. Acesso em: 07 nov. 2025.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2025. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2025: Hacer frente a la inflación alta de los precios de los alimentos en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición**. Roma. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cd6008es>. Acesso em: 08 nov. 2025.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Relatório Mundial sobre Proteção Social 2024-2026: Proteção social universal para a ação climática e uma transição justa** (World Social Protection Report 2024-26: Universal social protection for climate action and a just transition). Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/flagship-reports/world-social-protection-report-2024-26-univ>

[ersal-social-protection-climate](#). Acesso em: 07 de nov. 2025.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-%20-%20municipais.html?edicao=29466&camp:t=downloads>. Acesso em: 21 Mai. 2025.

INSTITUTO VOTORANTIM. **Indicadores do Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios (IVCM)**. 2025. Disponível em: <https://institutovotorantim.org.br/ivcm>. Acesso em 08 nov. 2025.

IPCC (Painel Intergovernamental de Especialistas sobre Mudanças Climáticas). 2014. **“Climate Change 2014: Synthesis Report. COntribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.”** Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg2>. Acesso em: 07 nov. 2025.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direitos humanos: teoria geral**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

LUBERTKIN, Mario. **Segurança alimentar e resiliência climática: um vínculo essencial para o futuro**. 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2025/01/7045201-seguranca-alimentar-e-resiliencia-climatica-um-vinculo-essencial-para-o-futuro.html>. Acesso em 10 nov. 2025.

ONU: **74% dos países da América Latina e do Caribe têm alta exposição a eventos climáticos extremos, afetando a segurança alimentar** - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/27-1-2025-novo-relatorio-da-onu-74-dos-paises-da-america-latina-e-do-caribe-tem-alta>. Acesso em 04 nov. 2025.

PAYÃO, Jordana Viana. RIBEIRO, Maria de Fátima. **A extrafiscalidade tributária como instrumento de proteção ambiental**. Revista do Direito Público, Londrina, v. 11, n. 3, p.276-310, dez. 2016. DOI: 10.5433/1980-511X.2016v11n3p276. ISSN: 1980-511X.

SOS RIO GRANDE DO SUL. 2025. **Situação dos Municípios**. Disponível em: <https://sosenchentes.rs.gov.br/situacao-nos-municipios>. Acesso em: 08 nov. 2025.

XVI FOÓRUM MINISTERIAL PARA O DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE. **Sistemas de Proteção Social Adaptáveis para Populações Vulneráveis**. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2024-10/nota-tecnica-mesa-tematica-1-protacao-social-adaptativa_pt.pdf. Acesso em 02 nov. 2025.

WORLD BANK GROUP. **Adaptive Social Protection: Building Resilience to Shocks**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital/publication/adaptive-social-protection-on-building-resilience-to-shocks-key-findings>. Acesso em 02 nov. 2025.

Eixo 04 – Trabalho, Proteção Social na América Latina e Neoconservadorismo:

Transformações no mundo do trabalho; Políticas de trabalho e de renda; Formação profissional; Trabalho docente; Curricularização da extensão no Serviço Social; Relações e condições do trabalho profissional; Estágio supervisionado; e, Intervenção profissional e espaços sócio-ocupacionais.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC

Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: um relato de experiência vivenciada em um CRAS do Município de Parintins-AM

THE ROLE OF SOCIAL WORKERS IN BASIC SOCIAL PROTECTION: an account of experiences at a CRAS in the municipality of Parintins, Amazonas)

¹ Késsia Batista Ramos

² Naidiane Pereira Azevedo

³ Joelen Pereira Fonseca

⁴ Juciana Coelho Gomes

⁵ Andreza Gomes Weil

Resumo: O presente artigo apresenta um relato de experiência vivenciada em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado no município de Parintins-AM. Este relato surgiu a partir da necessidade de refletir sobre o papel do assistente social no âmbito da proteção social básica, considerando os desafios e aprendizados vivenciados durante a observação institucional. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e qualitativo, baseada na vivência de campo e análise institucional. O estudo evidencia a relevância do trabalho do assistente social na garantia de direitos e na execução da Política Nacional de Assistência Social, destacando o CRAS como principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além de relatar a experiência, o artigo faz breves considerações acerca das limitações e potencialidades da atuação profissional frente ao contexto de desmonte das políticas públicas e de intensificação das vulnerabilidades sociais. Conclui-se que a atuação do assistente social é essencial para a efetivação da cidadania, sendo necessário fortalecer as políticas públicas e valorizar o trabalho interdisciplinar nas unidades de assistência social.

Palavras-chave: Assistência Social. CRAS. Serviço Social. Proteção Social Básica.

Abstract: This article presents an account of experiences at a Social Assistance Reference Center (CRAS) located in the municipality of Parintins, Amazonas. This account arose from the need to reflect on the role of social workers in the context of basic social protection, considering the challenges and lessons learned during institutional observation. This is a descriptive and qualitative study based on field experience and institutional analysis. The

¹ Mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia; Bolsista pela fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM); membra pesquisadora do Grupo de Estudos Amazônicos (GAIA)

² Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/UFAM)

³ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/UFAM)

⁴ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/UFAM)

⁵ Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA/CCA/UFAM), Professora permanente do Programa de Pós – Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

study highlights the relevance of the work of social workers in guaranteeing rights and implementing the National Social Assistance Policy, emphasizing CRAS as the main gateway to the Unified Social Assistance System (SUAS). In addition to reporting on the experience, the article briefly discusses the limitations and potential of professional practice in the context of the dismantling of public policies and the intensification of social vulnerabilities. It concludes that the work of social workers is essential for the realization of citizenship, and that it is necessary to strengthen public policies and value interdisciplinary work in social assistance units.

Keywords: Social Assistance. CRAS. Social Services. Basic Social Protection.

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social no Brasil representa um importante instrumento de proteção social e garantia de direitos. Historicamente marcada por práticas filantrópicas e ações de caridade, essa política consolidou-se como um direito de cidadania a partir da Constituição Federal de 1988, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como estrutura de organização das ações socioassistenciais. Nesse contexto, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) torna-se uma unidade pública estratégica, responsável pela execução da proteção social básica, voltada à prevenção de riscos e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O presente artigo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada em um CRAS, localizado no município de Parintins-AM, e discutir os desafios e aprendizados sobre o trabalho do assistente social nesse espaço de atuação.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, do tipo relato de experiência, elaborado a partir de uma vivência acadêmica do serviço de proteção social básica no município de Parintins-AM. A experiência foi desenvolvida durante o período de estágio e observação supervisionada, com base em visitas de campo, entrevistas informais com profissionais e análise documental. A metodologia adotada permitiu compreender o cotidiano institucional e as práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais no âmbito da proteção social básica, possibilitando a articulação entre teoria e prática profissional.

2 BREVES NOTAS SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A assistência social é uma política pública destinada a proteger os indivíduos de quem

dela necessitam. É baseada em princípios que visam atender situações de vulnerabilidade sociais, além de serviços de qualidade para melhor desenvolvimento e convivência das famílias e comunidades. Ao falarmos de Assistência, faz-se necessário nos debruçarmos sobre a Política de Assistência Social e compreendermos o contexto em que a assistência social consolidou-se enquanto política pública no Brasil.

Cronemberger e Teixeira (2015), mencionam que durante muito tempo a Assistência Social foi vista como ação voluntária, pertencente ao campo da caridade e da benemerência. Especialmente no período da década de 1930. O seu caráter era de cunho filantrópico e de solidariedade para com o mais pobre, estando este último, em uma ordem de desqualificação, marcada pela luta diária. Outra característica que marcou a emergência da política de Assistência Social foi o fenômeno do apadrinhamento e clientelismo, enraizados na cultura política do país, o que trouxe consequências para todos aqueles que necessitavam desta.

Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, os vínculos trabalhistas também se tornaram mais flexíveis, ficando os trabalhadores à mercê do crescente desemprego e de condições de trabalho precárias, o que aumentou o número de usuários da política de Assistência Social (Cronemberger e Teixeira, 2015)

Nos últimos anos, a Assistência Social tem alcançado um grande avanço no que se refere a compreensão a respeito do seu papel. O marco inicial desta nova concepção surgiu com a Constituição Federal de 1988, que a tornou um direito universal, devendo esta ser garantida pelo Estado, juntamente com as demais políticas que passam a compor o tripé da Seguridade Social, as quais correspondem a Saúde, Previdência e Assistência.

Assim, a Constituição Federal de 1988, inaugurou a Assistência Social no âmbito da seguridade social, reconhecendo-a não mais como política isolada, mas com caráter de direito e cidadania.

Na década de 1990, a Assistência Social consolidou a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, e a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, além da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 e posteriormente, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) em 2006.

Historicamente, a Assistência Social não correspondia a realidade brasileira, já que no Brasil a trajetória desta não a identificava como pertencente ao acesso regular ou direito social. E principalmente porque esta foi sempre foi sinônimo de assistencialismo. Hoje, a Assistência Social integrada às demais políticas públicas e setoriais, tem como finalidade o

enfrentamento das desigualdades sociais e a inclusão dos usuários no âmbito de programas, projetos e serviços das Proteções Sociais.

Vale destacar, que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é muito importante nesta trajetória da assistência, uma vez que trata-se de uma ferramenta de gestão da Política Nacional de Assistência Social que organiza as normas, disposições e ações previstos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e PNAS.

Nesse sentido, seu objetivo é garantir essa implementação e gestão da política. Em outras palavras, é através do SUAS que iremos saber como os serviços, benefícios, programas e projetos são organizados e oferecidos. Além, de sabermos também onde podem ser encontrados, a qual público são destinados e quais os critérios (YAZBECK, 2004).

Além disso, faz-se necessário mencionar que o SUAS está organizado por dois tipos de proteção social, que denominamos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A proteção Social Básica atua como natureza preventiva, onde seu objetivo visa prevenir situações de riscos sociais por meio do desenvolvimento de melhorias de condições de vida e cidadania. A maior função da Proteção Social Básica é trabalhar com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Famílias em situação de pobreza e comunidades, na promoção de inclusão social e direitos às famílias, na forma de acolhimento, acompanhamento e encaminhamento (Idem).

De acordo com as Orientações Técnicas (2009) Esses serviços são primordialmente executados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Alguns exemplos de serviços de proteção social são: processos de fortalecimento de vínculos familiares, serviços de orientação, escuta e informação aos usuários, serviços socioeducativos para crianças e adolescentes, entre outros. Já em relação a Proteção Social Especial, esta atua como natureza reparador tendo como principal objetivo, realizar intervenções em situações de riscos já acometidos.

Esse serviço de proteção é executado pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), em que o seu público-alvo prioritariamente são crianças, e adolescentes, adultos, idosos, pessoas com deficiência e imigrantes que sofreram violências físicas, psicológicas, abusos sexuais, maus tratos, ou qualquer tipo de negligências que de alguma forma violam seus direitos (Orientações Técnicas, 2009).

Para o enfrentamento dessas situações, os serviços de proteção especial estão divididos em dois níveis de complexidade, que são a média e alta complexidade. A primeira tem como objeto casos de direitos violados que ainda possuem vínculos familiares preservados. Nesses

casos, as ações desenvolvidas são de monitoramento, acompanhamento e medidas socioeducativas para o fortalecimento dos vínculos (Orientações Técnicas, 2009).

No que se refere a alta complexidade, esta tem como objeto casos de direitos violados que já se encontram com os vínculos familiares rompidos. Nesse sentido, as ações voltadas a esses casos, são de apoio institucional integral. Isto é, as necessidades sociais como alimentação, moradia e trabalho passam a ser fornecidas pelas instituições e redes de apoio a esses usuários.

Portanto, a Assistência Social hoje configura-se com um novo conceito no Brasil. Diferente dos séculos passados, na contemporaneidade esta passa a garantir proteção social a todos que dela necessitam. A trajetória que se construiu hoje é fruto de diversas lutas e caminhos percorridos na história. Tal conquista é parte da busca pela inclusão de todos os membros da sociedade que foram esquecidos e explorados em uma sociedade capitalista e desigual.

Podemos dizer, que a assistência social é realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade. As ações governamentais nesta área devem ser realizadas a partir de duas diretrizes constitucionais. A primeira, cabe à esfera federal a edição de normas gerais e a coordenação das ações estarem em conjunto com as demais esferas, ou seja, estadual, municipal e federal. E ainda, executar ações socioassistenciais, juntamente com as entidades beneficentes da assistência social. A segunda, por sua vez, consiste na participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

A assistência social, é uma política de competência material comum e deve ser apoiada mediante recursos provenientes dos orçamentos de todos os entes federativos. Nesse sentido, é responsabilidade do Estado financiar as ações socioassistenciais e o aprimoramento de sua gestão, em âmbito regional ou local. Logo, para receber os recursos federais destinados à assistência social, o Estado, além de destinar recursos próprios a serem aplicados nesta política, também deve estar dentro da lei específica, assim como organizar o conselho de assistência social, provendo a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, como também aprimorar e zelar pelo fundo de assistência social e elaborar o plano de assistência social, instrumento de planejamento das atividades a serem desenvolvidas na execução da política socioassistencial.

Ao analisarmos as diferenças sociais, entendemos as circunstâncias as quais os indivíduo e suas famílias vivem, além de suas capacidades e possibilidades de

desenvolvimento e superação de suas situações. Desse modo, é necessário que a assistência enquanto política pública, leve proteção para as pessoas nas suas circunstâncias de vidas, protegendo, apoiando e auxiliando todos aqueles que dela necessitam.

Constituída por um conjunto de ações desempenhadas ao suprimento e prevenção de necessidades de grupos ou indivíduos, principalmente no que diz respeito a sobrevivência, convivência e autonomia social, a Política de Assistência Social ainda é pouco percebida por seus usuários como um direito social destes, sendo na maioria das vezes, utilizada para garantir o poder e a hegemonia do Capitalismo.

Atualmente, é notório que esta política ainda possui alguns desafios no que tange a sua concretização. Dentre esses, podemos salientar a dificuldade de compreensão desta enquanto direito social, visto suas atribuições possuírem operacionalização recente. Além da ausência acerca dos direitos sociais por parte da sociedade civil, outro desafio se dá em torno da irresponsabilidade do Estado no que tange a efetivação das políticas públicas, em um contexto neoliberal, que constituiu diversos obstáculos presentes na trajetória da Assistência Social.

2.1 O trabalho do Assistente Social em um Centro de Referência da Assistência Social no município de Parintins

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a principal porta de entrada do SUAS e tem como missão prevenir situações de risco social, fortalecer vínculos familiares e comunitários e promover a inclusão social. O CRAS Santa Rita atende famílias em situação de vulnerabilidade, oferecendo serviços como o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o Cadastro Único para Programas Sociais, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família.

A sua equipe técnica na unidade é composta por assistentes sociais e psicólogos, que atuam de forma interdisciplinar, com foco na promoção da cidadania e no enfrentamento das desigualdades sociais.

Durante as experiências vivenciadas no estágio em serviço social, foi possível observar a rotina das profissionais de serviço social, que realizam acolhimento, acompanhamento familiar, atendimentos individuais, visitas domiciliares e encaminhamentos para a rede socioassistencial. Cada assistente social possui responsabilidades específicas, como acompanhamento do BPC, atendimento às gestantes beneficiadas com o kit

maternidade e orientação geral aos usuários. As práticas desenvolvidas estão alinhadas aos princípios da PNAS/2004 e da LOAS/1993, evidenciando o compromisso ético-político da categoria.

Como forma de conhecer a dinâmica institucional e o trabalho do assistente social no âmbito da assistência, foi realizada uma pesquisa de campo, alinhada à observação direta e que análise institucional no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Santa Rita, localizado no Bairro de Nazaré, no município de Parintins, Amazonas, que abrange os bairros de Palmares, Santa Clara, Castanhal, centro e Vitória Régia.

No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Santa Rita, os profissionais que compõem a unidade trabalham em conjunto. Principalmente no que diz respeito ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF).

O arranjo profissional é composto por uma equipe psicossocial, onde tem-se a presença de com 1 (um) psicólogo e 3 (três) assistentes sociais graduadas pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A assistente social (A) trabalha há 1 ano na Instituição, enquanto a assistente social (B) contém 2 anos, e a assistente social (C) 4 anos de experiência. O psicólogo, por sua vez, possui 2 anos de atuação na instituição.

De acordo com uma das assistentes sociais, ambos os profissionais compõem o grupo técnico do PAIF, sendo assim, eles executam as mesmas funções. Contudo, em relação a organização do serviço social, há uma Coordenadora, uma equipe que compõe a gestão do PAIF, além da Secretaria, e demais programas que não são separados por profissionais. Certamente, por estarem no mesmo nível, os assistentes sociais acabam exercendo as mesmas funções, sendo o único diferencial a responsabilidade com determinadas atividades.

A assistente social (A) por exemplo, é responsável pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), enquanto a assistente social (B) responsabiliza-se pelas gestantes que solicitam Kit maternidade, também conhecido como “Kit Bebê”. Já a assistente social (C) é responsável pelo atendimento geral do CRAS ou acolhimento, pois todos os dias tem-se uma determinada demanda. Logo, esta é a responsável por prestar orientações aos usuários.

As atividades desenvolvidas são de atendimentos a população que procura os serviços oferecidos pela unidade, como o Cadastro Único, atualização de bolsa família, solicitação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de solicitação de distribuição de cestas básicas, encaminhamento para serviços de convivência, e programas como o “criança feliz”.

O público-alvo dessa instituição são famílias que se encontram em situações de riscos e vulnerabilidade social. O objetivo é trabalhar com essas famílias para fortalecer os vínculos

familiares, evitando o rompimento deste. E o CRAS nesse ângulo é a porta de entrada da assistência, onde as pessoas procuram acesso aos benefícios e programas.

Programas estes já mencionados são o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Bolsa Família que beneficia aqueles em situações de pobreza e extrema pobreza; além do PAIF que atende o indivíduo e a família. Este último, é o principal programa oferecido pela assistência social, e durante a pandemia acabou desenvolvendo oficinas com intuito de gerar rendas, e incentivar os usuários a participarem dos projetos oferecidos na instituição. Justamente, para despertar o reconhecimento desses indivíduos enquanto pessoas de direitos, levando oportunidade de conhecimento e geração de renda para a comunidade. Assim, a maior conquista da instituição é dar apoio e direcionamento para que seus usuários tenham conhecimento de seus direitos.

2.2 Desafios e percepções sobre a prática profissional

Apesar dos avanços institucionais da política de assistência social, o trabalho cotidiano no CRAS ainda enfrenta diversos desafios. Entre os principais, destacam-se a insuficiência de recursos financeiros, a alta demanda por atendimentos, a falta de infraestrutura adequada e a sobrecarga de funções atribuídas aos profissionais. A pandemia da COVID-19 agravou esse cenário, intensificando as vulnerabilidades sociais e ampliando a procura por benefícios e auxílios emergenciais. Esses fatores evidenciam a necessidade de fortalecer o financiamento público e a valorização das equipes técnicas que atuam na linha de frente do SUAS.

A experiência no CRAS Santa Rita possibilitou compreender, de forma prática, o papel fundamental do assistente social na defesa dos direitos e na garantia do acesso aos serviços públicos. O contato com a realidade dos usuários reforça a importância da atuação crítica e comprometida, pautada nos princípios éticos da profissão. Ao mesmo tempo, ressalta-se a necessidade de políticas intersetoriais que articulem assistência, saúde, educação e trabalho, para assegurar respostas mais eficazes às demandas sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência desenvolvido no CRAS Santa Rita reforça a importância da atuação do assistente social como agente transformador na política de assistência social. A vivência permitiu compreender os desafios diários enfrentados pelos profissionais e a

relevância de sua intervenção na proteção social básica. Mesmo diante das limitações estruturais e orçamentárias, o trabalho desenvolvido no CRAS evidencia o compromisso com a promoção da dignidade humana e com a efetivação dos direitos sociais. Portanto, é fundamental que o Estado assegure o fortalecimento do SUAS, garantindo recursos adequados, condições dignas de trabalho e valorização dos profissionais que constroem cotidianamente a política de assistência social no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993.

CRONEMBERG, I.H.G; TEIXEIRA, S.M. **O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e atenção à família**. Pensando Famílias, v.19, 2015.

Orientações Técnicas: **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. 1.ed – Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2009.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. **Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome – secretaria nacional de assistência social, 2005. P. 32-33.

YAZBEK, Maria carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serv. Soc. São Paulo, n.110. p. 288-322, abr/jun.2004



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O NOVO ENSINO MÉDIO: INADEQUADAS RESPOSTAS PARA VELHOS PROBLEMAS

BRAZILIAN EDUCATION AND THE NEW HIGH SCHOOL CURRICULUM: INADEQUATE RESPONSES TO OLD PROBLEMS

Simone Eliza do Carmo Lessa¹

Resumo: Neste artigo apresentamos reflexão sobre o Novo Ensino Médio, NEM, política regressiva que repercute neste nível educacional, ao reformular currículo e conteúdo. Na elaboração da reflexão resgatamos, brevemente, a política educacional brasileira contemporânea o NEM neste processo, bem como problematizamos sua condição e impacto para a juventude brasileira.

Palavras chave: Educação, Novo Ensino Médio, Serviço Social

Abstract: In this article, we present a reflection about the New High School Reform a regressive policy that has repercussions in this educational level, by reformulating curriculum and content. In preparing the reflection, we briefly rescued contemporary Brazilian educational policy, the NEM in this process, as well as problematized its condition and impact on Brazilian youth.

Keywords: Education, New High School Reform, Social Work

1 INTRODUÇÃO

Partimos do entendimento de que as políticas sociais são sempre marcadas pela luta de classes e por disputas por hegemonia. Em se tratando da política educacional brasileira, é preciso dizer que estamos diante de uma ação que manifesta expressivamente tal luta e os distintos interesses entre capital e trabalho neste campo, uma vez que a educação repercute diretamente no exercício laboral e na visão de mundo. Possuindo uma construção tardia, de financiamento frágil, em instituições extremamente visíveis socialmente e centrais nas demandas da classe trabalhadora, a educação como política social, precisa ser entendida em sua complexidade e tensionamentos.

¹ Assistente social com experiência na área da educação. Docente na Faculdade de Serviço Social, UERJ.

Ampliada ao longo do século XX, lenta e precariamente, de forma desigual nos territórios e níveis educacionais, em um país periférico na economia internacional, esta política passa por momento regressivo de seu financiamento e prestígio social, tendo o Novo Ensino Médio (NEM) como expressão deste processo.

Em tempos de capitalismo em crise sem fim, chamado por Fraser (2024) de “canibal”, onde se aprofundam o imperialismo expresso nas guerras e nas disputas por território, o fascismo, a desproteção do trabalho, a financeirização da economia, a fragilização do financiamento das políticas públicas, inclusive a educacional, a valorização do cidadão individualista e neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016) a educação fica em maior evidência por seu papel potencial de aumentar a produtividade dos trabalhadores e de apassar conflitos. Neste sentido, entendemos que o NEM, contrarreforma² educacional brasileira em curso, é manifestação dessa luta de classes, uma vez que degrada este nível educacional e poderá impedir que a juventude mais pobre continue acessando a universidade pública, especialmente na condição de cotista, o que pode ter impactos para os profissionais que trabalham com este grupo nas instituições formadoras, inclusive assistentes sociais.

O presente texto está organizado da seguinte forma: no primeiro item trazemos uma reflexão geral sobre a política educacional. Ali apresentamos o NEM. A seguir deixamos breves conclusões a respeito do mesmo. As reflexões foram construídas a partir de revisão bibliográfica, análise documental sobre a contrarreforma e de diálogos com a realidade educacional brasileira.

2 DESENVOLVIMENTO

Acessar a educação pública brasileira na idade adequada e, mais do que isso, permanecer estudando, aprendendo e conseguir concluir são desafios complexos, especialmente, porque constatamos, em diálogo com diversos autores como Frigotto (1993) e Ghiraldelli (2005) e Kuenzer (2005) que a política educacional brasileira, sua materialização como legislação e sua concretização nos diversos níveis e instituições educacionais, são experiências em limitada constituição que se desenvolvem mais ampla e significativamente no

² Usaremos o termo contrarreforma, em diálogo com Bhering (2003), considerando que o termo “reforma” é utilizado historicamente como bandeira de luta da classe trabalhadora e o que o NEM propõe se traduz em retrocessos dessas lutas.

século XX³. Neste sentido, como nos diz Cunha (2012) o Brasil iniciou e desenvolveu seu periférico processo de industrialização, sem escolarização, ou seja, sem ampliar, de modo importante, o acesso à escola.

Decerto, essa, como outras políticas da periferia capitalista é tardia, frágil e incompleta, pois ainda vivemos a diminuição de permanência nas séries finais do ensino fundamental e sequer, universalizamos o nível médio e a educação superior. Como expressão deste processo, ressaltamos que os equipamentos escolares, especialmente municipais e estaduais, têm muitos problemas: 3,7% não possuem banheiros, 5,8% não possuem água potável, 41,7% não possuem pátios para convivência (CENSO ESCOLAR, 2023).

Somado a este quadro, temos os baixos salários dos professores como uma realidade nacional (e o Rio de Janeiro é exemplo neste campo) sendo este um importante fator que contribui para o desinteresse da juventude pela profissão do magistério. Para completar, segundo o Censo da Educação Superior (2023) dos 22,5 milhões de jovens entre 18 e 24 anos no Brasil, somente 22,5% estão cursando uma graduação e estes, o fazem, majoritariamente, na rede privada, em crescente experiência no formato EaD. Completam esta realidade, as dificuldades para permanecer e aprender para a juventude pobre, especialmente pelas questões contidas na conciliação entre trabalho e estudo, aliado a um certo desprestígio da formação, fazendo ecoar a pergunta – estudar para quê – entre segmentos juvenis, como nossa experiência profissional nos revela

Feitas estas reflexões iniciais e observando a realidade atual, vemos que este quadro de degradação educacional tem sido ampliado. Assim, é possível afirmar que hoje, nosso modelo de educação busca cada vez mais formar uma mão-de-obra de escolaridade básica, treinável e adaptável às mais diversas precárias condições do trabalho, estruturando uma formação empobrecida para os pobres. A máxima da Constituição Federal de 1988 – todos são iguais perante a lei – e poderiam acessar os mesmos direitos⁴ -- é certamente inalcançável em uma sociedade cujo fundamento básico é a exploração do trabalhador e a desigualdade. Este conceito constitucional fica muito mais aviltado em um contexto ultraneoliberal. Somado a isso, a violência estatal é materializada nos serviços degradados, inclusive

³ Somos um país que tem a marca do escravismo, da condição de colônia e de periferia do capitalismo. Essas características influenciam, sobremaneira, a construção da proteção social brasileira. Neste sentido, podemos afirmar que a política educacional foi secundarizada diante de um país colonial, que tinha mão de obra escrava até o final do século XIX. Assim, sem querer desconsiderar os projetos educacionais dos jesuítas, queremos destacar uma concepção educacional mais ampla

⁴ Sabemos que as diferenças educacionais se manifestam nos níveis de rede (municipal, estadual e federal possuem segmentos distintos a que se dedicam, financiamentos diferentes e condições diversas de trabalho), nos territórios e, especialmente, segundo as condições de vida da classe trabalhadora.

educacionais, prestados à população mais pobre e na repressão policial, política que se faz presente, em detrimento das demais. Desta forma, o analfabetismo e a baixa escolarização têm cara: é negro, pobre, periférico, humilhado cotidianamente pela polícia e pela política. O NEM vem coroar e aprofundar este processo de degradação educacional.

Neste contexto, os interesses do capital em torno da política educacional são inegáveis. Lamosa (2017) argumenta sobre os grupos empresariais internacionais, destacando a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca), criada em 2011 no Brasil, e seu importante papel na condução das políticas educacionais brasileiras, em perspectiva privatista e conservadora, nas últimas décadas. Da mesma forma, Rodrigues (1997) nos fala do papel da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e de seu ativismo na defesa de uma educação identificada com as necessidades do mercado, do produtivismo e do apassivamento social. A partir de pesquisa de perfil documental, ambos os autores destacam que tais instituições – REDUCA e CNI -- atuam na produção de consensos em torno de um projeto educacional focado no letramento para o trabalho precarizado, voltado para a formação para uma vida produtiva identificada com vínculos flexíveis, de direitos de mesmo tipo, empreendedor e acrítico deste processo. A disputa pelo fundo público na execução de tais projetos é uma realidade, segundo os autores.

Entendemos que nosso objeto de estudo – o NEM – se integra a este processo conservador e de rebaixamento da formação da classe trabalhadora. O NEM e sua relação com este projeto de aligeiramento e precarização educacional, dificulta a continuação da formação após a conclusão do ensino médio recolocando a ideia de que os filhos da classe trabalhadora devem se conformar com o ensino para o trabalho, somente, o que fica ainda mais grave se consideramos que somente 58% dos jovens com até 19 anos concluíram o Ensino Médio, conforme a PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2024). Complementando este quadro complexo, temos observado diversos ataques à prática docente, como resultado do caldo de cultura conservador em curso. Movimentos como o “Escola sem Partido”, as proibições dos debates sobre sexualidade, as críticas às reflexões étnico-raciais na educação básica são partes deste quadro. Tudo isso fragiliza os processos de aprendizagem, dificultando o trabalho docente e complexificando a relação escola-família, visto que as instituições educacionais ficam sob suspeição.

Além dos desafios aqui delineados, brevemente, para iluminar nossa análise é preciso resgatar um pouco da história recente da educação brasileira, situando o Ensino Médio neste processo. Lembramos que a ampliação do acesso à escolarização no Brasil data do século XX

e acontece de forma lenta. Seu aprofundamento ocorre em um contexto de redemocratização, nos anos 1980, momento em que já tínhamos condições de admitir e provar que tal política foi duramente atacada pela ditadura civil e militar de 1964 e que a escola pública foi subfinanciada e degradada no período (SAVIANI, 2008). No contexto educacional atual ainda é preciso lembrar das regressões econômicas e sociais que impactam nas condições de vida e, como consequência, nas (im)possibilidades para estudar. Falamos das contrarreformas trabalhista que não melhorou números do desemprego e da previdenciária que precariza ainda mais as condições de aposentadoria dos trabalhadores mais pobres, com longa trajetória de ocupação desprotegida de direitos. Falamos também do desfinanciamento da educação e da perseguição ao pensamento científico e crítico por meio da ascensão de ideias ultraconservadoras e fundamentalistas. As privatizações em curso em São Paulo e no Paraná, por meio da terceirização da gestão escolar⁵, sob a alegação de que será positivo para o trabalho pedagógico, omitindo o uso inadequado do fundo público destinado à educação, são expressões deste processo.

Dito isso, sinalizamos que os horizontes para a educação pública e para a juventude que estão no Ensino Médio submetido à contrarreforma, nos lembram a canção do Legião Urbana: o futuro não é mais como era antigamente⁶. A desesperança diante das oportunidades nascidas da experiência de estudar, parece crescer, diante de um ampliado desprestígio da escola. Importante ressaltar, também, que o ato de educar está intimamente relacionado ao trabalho. No entanto, trabalhar e educar não são experiências inatas, ou seja, para trabalhar é preciso aprender as formas de execução, seus instrumentos, acessando conhecimentos organizados para sua realização. Isso é viabilizado pela ação educadora que pode, inclusive, acontecer enquanto se trabalha, como nos diz Saviani (2007, p. 154): “os homens aprendem a produzir sua existência no ato de produzi-la”. Em outras palavras, desde os primórdios da humanidade, mesmo antes da existência de instituições educacionais e da própria escrita, ensinar e aprender sempre foram práticas fundamentais para a disseminação de saberes essenciais à vida e para a construção das sociedades humanas. Assim, o trabalho funda os pilares da sociedade e a educação, organiza e divide conhecimentos para tanto.

Neste contexto, a contrarreforma do Ensino Médio tem papel fundamental na

⁵ Ver em

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/06/04/entenda-projeto-quer-terceirizar-gestao-de-escolas-publicas-do-parana.htm> e em

<https://cbn.globo.com/sao-paulo/noticia/2024/06/13/tarcisio-libera-processo-para-iniciativa-privada-assumir-gestao-de-33-escolas-publicas.ghtml>. Ambas as experiências estão sob disputa legal, mas seguem em curso.

⁶ Fragmento da letra da canção “Índios” de Legião Urbana.

organização de uma formação imbuída dos valores essenciais do capitalismo contemporâneo para a juventude oriunda da escola pública, especialmente. Assim, formar jovens trabalhadores empobrecidos, imbuídos dos valores capitalistas e neoliberais, é tarefa primordial do capital na contemporaneidade. Por isso, precisamos analisar a política educacional por seu papel fundamental na reprodução ideológica e produtiva da força de trabalho, à luz das disputas de projetos do capital e dos trabalhadores. Seu potencial mercantilizável, de instituições e serviços, aprofunda este tensionamento classista.

Neste ponto, queremos problematizar o NEM. Inicialmente, precisamos frisar nosso entendimento de que os tensionamentos em torno do NEM revelam que o ingresso dos mais pobres na Educação Superior é questionado pela burguesia e pelas camadas médias urbanas⁷. Sim, entendemos que esta contrarreforma é uma resposta aos avanços no campo do combate ao racismo, ao capacitismo, ao machismo e à LGBTfobia, experimentados e impulsionados, especialmente, pelos mais jovens e escolarizados. Nesse sentido, não é coincidência que seu nascedouro seja o golpe de 2016.

É preciso problematizar o Novo Ensino Médio, política educacional que contém em si as tensões do aligeiramento da formação, especialmente, de trabalhadores jovens, barateando seu custo, freando uma educação mais crítica, precarizando sua qualidade. Nossa hipótese é de que o NEM contém, em si, impactos negativos para a permanência e a qualidade do Ensino Médio, além de possuir caráter reacionário pelo empobrecimento teórico desse nível de formação, o que nos aponta em direção ao conservadorismo de uma educação frágil em qualidade, limitada de conteúdos, aberta aos preconceitos e à discriminação, o que pode tornar ainda mais complexo o acesso à educação superior. Para os oriundos desta escola pública contrarreformada, precisará haver mais pré-vestibular comunitário e políticas de suporte para acesso e permanência na Educação Superior. Caso contrário, não ingressarão, pois conteúdos essenciais para o vestibular, não serão abordados no ensino médio.

Feitas estas ponderações iniciais, vamos detalhar o NEM e, a seguir, destacar seus possíveis impactos no trabalho de assistentes sociais atuantes na política de educação. Sua aprovação se dá em contexto pós-golpe jurídico, parlamentar e midiático de 2016. Segundo Arcary (2013), o esgotamento dos governos de coalizão do PT, provoca um reordenamento do poder, associando grande mídia, Tribunais Superiores e Parlamento em prol da derrubada de um governo eleito legitimamente. O NEM se alia a outras contrarreformas promovidas pelo

⁷ Neste sentido, os questionamentos sobre as cotas raciais e sociais, por exemplo, seguem sendo um tema na sociedade brasileira.

mesmo governo ilegítimo que primou pela regressão: a trabalhista e a previdenciária (como já comentado), além da emenda constitucional que se concretizou no teto de gastos (EC 95/2016), que prometeu organizar a dívida pública, mas na verdade, garantiu pagamentos de banqueiros e da burguesia especuladora.

Assim, neste mesmo sentido falacioso, a contrarreforma do Ensino Médio tem prometido atrair a juventude para esse nível de formação, desconsiderando que as dificuldades de permanência, aprendizado e conclusão educacional extrapolam a ideia da atratividade e do gosto pela escola, como nos diz, em entrevista, Daniel Cara (Bellotti; Grzeca, Bohrer, 2023) e o próprio movimento estudantil em reportagens diversas, como as do Brasil de Fato (Moncau, 2023) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes, 2023). Em outras palavras, condições de vida adversas, trabalho precoce, desprotegido, pobreza, cuidados com a família, violência nos territórios, tudo isso, impacta na permanência estudantil e aprendizado.

Ainda resgatando a história do NEM, lembramos que a partir de 2023, após um processo eleitoral extremamente disputado e polarizado, Lula da Silva foi eleito para o seu terceiro mandato. Depois do golpe e de quatro anos de degradação de direitos e da democracia com Bolsonaro, o novo presidente assume com o compromisso de reverter a citada Emenda Constitucional 95, revisar o NEM, retomar processos democráticos e enfrentar a pobreza. No entanto, diante de um congresso conservador, da construção de um governo de profunda coalizão e imensa conciliação, além de uma tímida mobilização social na defesa de direitos e da democracia, os avanços conservadores seguem firmes e fortes.

Em seu formato atual, o NEM aprovado e em curso, observamos que: a Educação a Distância (EaD) ganha força, bem como o fortalecimento do notório saber docente⁸. Além disso, segue a ausência da língua espanhola como componente curricular, assim como seguem os problemáticos itinerários formativos⁹, que reduzem e empobrecem aprendizados. A revogação do NEM, que seria a melhor proposta, não foi alcançada, demonstrando a força dos

⁸ O chamado notório saber docente permite que profissionais, sem licenciaturas ou experiência na condição de professor, ministrem aulas. Assim, engenheiros e biólogos, por exemplo, podem dar aulas de matemática ou biologia.

⁹ Assim, teremos os itinerários “línguas, ciências da natureza, humanas, matemática e formação profissional, todos acompanhados do termo “e suas tecnologias”” (Brasil: Ministério da Educação, Novo Ensino Médio, 2024), em lugar de Química, Física, Artes, Sociologia, História, Geografia, por exemplo. Este formato associa amplos conteúdos e pode empobrecê-los (e, de fato, é o que vem ocorrendo, já que “disciplinas alheias” ao conhecimento da chamada formação básica ou geral estão sendo introduzidas nos itinerários). Dessa forma, nos 40% dos itinerários formativos, estão sendo ministradas aulas de preparo de brigadeiro caseiro, arte de morar e mundo PET, no lugar de Sociologia, Geografia, História, Educação Física e Artes, por exemplo, como reportagens recentes nos mostram (Lima, 2023). Ademais, os docentes, para darem conta dos citados itinerários, poderão assumir matérias para as quais não foram formados. Assim, professores de Química poderão dar aula de Biologia, já que ambas integram o itinerário das ciências da natureza, o que pode significar uma fragilização de conhecimentos e uma maior exploração do trabalho docente. Da mesma forma, professores de História, poderão dar aulas de Geografia, por exemplo. Neste formato, teremos 40% da carga horária destinada aos itinerários e 60% para as disciplinas obrigatórias, ressaltando que somente português e matemática estão entre aquelas oferecidas nos 3 anos de formação.

reacionários, dos privatistas e daqueles que não querem que a juventude pobre chegue à universidade. Ganham e comemoram as fundações privadas educacionais e as coalizões conservadoras. Além disso, podemos afirmar que o NEM tem sido efetivado de forma acelerada, e sua materialização se dá sob o discurso da burguesia e de seus representantes na grande mídia, que afirmam que as mudanças propostas implicam em qualidade e aumento da atratividade desse nível educacional. Emblemáticas foram as propagandas a respeito. Grupos, como o “Todos pela Educação” e a Fundação Ayrton Senna, que representam interesses privatistas na educação e foram, não por acaso, ferrenhos defensores dessa contrarreforma, sob a alegação de que o Ensino Médio era “de modelo rígido, currículo fixo que não considerava interesses e aptidões dos estudantes” (Ramos, 2020).

Pelo demonstrado, o NEM encarna as falácias de um suposto encantamento educacional para os estudantes, da garantia do emprego e da melhoria da qualidade educacional. Em oposição, entendemos que a evasão, especialmente para a juventude que cursa o Ensino Médio público, não se explica pela ideia simplificadora de falta de atratividade escolar, mas está intimamente relacionada às condições de vida de estudantes e às possibilidades de aprender que se colocam em suas trajetórias. É compreensível a dificuldade de vislumbrar que permanecer estudando pode ser um caminho positivo em suas vidas, em uma realidade em que a chamada “promessa integradora” (Gentili, 2009) contida na educação se fragilizou pela extrema desigualdade.

O aluno real, em suas condições efetivas e precarizadas de vida, marcadas pelo trabalho precoce, pelo frágil aprendizado escolar ao longo da vida, pelas vivências em territórios violentados e sem serviços públicos de qualidade, fica apagado pelo discurso de que a escola ensina o desnecessário, tem muitas disciplinas e possui professores antiquados, falando cansativamente para jovens desinteressados (CERQUEIRA, 2023). Assim, suas condições de sobrevivência e para aprender ficam esquecidas diante da ideia de que a escola não tem nada a oferecer. O NEM é uma proposta de transformação estrutural profunda, que reduz e empobrece disciplinas e conteúdos em itinerários formativos. Decerto, diante das conhecidas lacunas de professores de Matemática, Física e Química, por exemplo, teremos escolas em que alguns itinerários propostos não serão oferecidos, ampliando fragilidades na formação estudantil. Assim, o indefensável NEM redutor de conteúdos fundamentais à formação humana seguirá precarizando a escola pública – as privadas estão buscando formas de implementá-lo sem tantos danos – atingindo diretamente aos filhos da classe trabalhadora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posta esta breve reflexão, queremos afirmar que o NEM é uma transformação curricular regressiva, empobrecedora de conhecimento, que reduz disciplinas propedêuticas e aprofunda desigualdades educacionais entre ricos e pobres, estudantes de escolas públicas e privadas, criando o que Frigotto (2022) chamou de apartheid educacional. Não por acaso, os defensores do NEM estão entre os privatistas, defensores da educação a distância – já que aulas poderão ser ministradas neste formato -- como os grupos Kroton e Anhanguera, além das Fundações Roberto Marinho, Itaú e Ayrton Senna, históricas instituições que vendem serviços educacionais ao poder público que poderão ser consumidos pelo NEM.

Assim, teremos uma formação submetida ao empreendedorismo, à profissionalização ligeira, que naturaliza a falta de direitos trabalhistas, o que de fato, interessa muito a estes grupos, aprofundando a preparação do cidadão neoliberal (Dardot e Laval, 2016). Sob o falso argumento da atratividade para a juventude, teremos uma educação empobrecida, empobrecedora de leitura de mundo, ministrada por docentes que recebem pouco, voltada para os pobres, fechando um ciclo que associa falta de acesso a direitos fundamentais e perpetuação da pobreza. Assim, podemos afirmar que o NEM aborda, inadequadamente, antigos problemas educacionais e não traz soluções para tanto.

Portanto, o NEM é indefensável e impactará na conclusão do ensino médio e no acesso da juventude vulnerabilizada à educação superior, bem como na sua permanência, visto que as lacunas na sua formação serão maiores. Este quadro trará repercussões para quem atua com estudantes nas universidades, seja pela fragilidade formativa de quem chega, seja por suas condições para aprender e permanecer. Da mesma forma, o acesso a níveis educacionais mais altos será um grande problema para os jovens oriundos do NEM. Sua fragilidade formativa exigirá mais dos pré-vestibulares comunitários que frequentam e de políticas de apoio ao aprendizado para a permanência na educação superior.

Assim, o trabalho das assistentes sociais, neste campo, será também afetado, demandando mais estratégias para acesso, para acompanhamento e de permanência estudantil. Finalizando, lembramos do Poeta Sergio Vaz que nos diz que “quem estuda é vida louca”. De fato, permanecer estudando, para a juventude trabalhadora, será cada vez mais uma tarefa desafiadora e enlouquecedora pelas dificuldades causadas pelo NEM.

REFERÊNCIAS

ARCARY, Valerio. Dez anos de governo de coalizão. Disponível em <https://marxismo21.org/10-anos-de-governosdo-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo>. Acesso em 22-07-2025

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

BELLOTTI, Adriana, GRZECA, Franci e BOHRER, Marcos. Novo Ensino Médio. Análises e projeções. Entrevista Com Daniel Cara. In.: Revista Educação e Linguagens. Vol 12, n.23, 2023. Disponível em <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducplings/article/view/7988>, acesso em 15/03/2024

BRASIL, Lei 13935/2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviços social na rede pública de educação básica. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm, acesso em 15/07/2024

BRASIL, MEC. Censo da Educação Escolar. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>, acesso em 12/03/2025

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O que muda no Novo Ensino Médio. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado>. Acesso em: 30 dez.2024.

CERQUEIRA, S. As incertezas após a interrupção do Novo Ensino Médio. Veja, São Paulo; 19 abr, 2023. Disponível em <http://veja.abril.com.br/brasil/as-incertezas-na-implementacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: 29 abr. 2024

CUNHA, Luiz Antonio Cunha. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, Clacso e Euduff, 2012.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016

FRASIER, Nancy. Como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Anatomia Literária, 2024.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, G. Entrevista especial. Unisinos. O NEM representa uma regressão e uma traição aos jovens do país. IHU. Unisinos, 2022. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/616742-reforma-do-ensino-medio-representa-uma-regressao-e-uma-traicao-aos-jovens-e-ao-pais-entrevista-especial-com-gaudencio-frigotto>. Acesso em 22-07-2025

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. In.: Revista Educação e Humanidades, Campinas, SP, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em <https://7CLbgjQSMbW6hX7T9wbQ4mn>, acesso em 29/03/2024

Ghiraldelli., Paulo. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 2005.

JORNAL BRASIL DE FATO. Entenda o que é o Novo Ensino Médio, alvo de protestos por revogação. 2023. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/23/entenda-o-que-e-o-novo-ensino-medio-alvo-de-protestos-por-revogacao-e-tema-polemico-no-mec>, acesso em 01/11/2024

KUENZER, Acacia Zeneida. A exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações de trabalho e educação. Fórum Nacional de EJA, 2005.

REVISTA EXAME. Após reforma do Ensino Médio alunos têm aulas do “o que rola por aí e brigadeiro. Disponível em <https://exame.com/brasil/apos-reforma-do-ensino-medio-alunos-tem-aulas-de-o-que-rola-por-ai-rpg-e-brigadeiro-caseiro/> acesso em 15/07/2024

UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS, UBES. Estudantes pela revogação integral no Novo Ensino Médio. 2023. Disponível em <https://www.ubes.org.br/2024/estudantes-vao-as-ruas-em-ato-pela-revogacao-do-novo-ensino-medio-nem/>, acesso em 01/11/2024



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temaformacaoenservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA: OS DESAFIOS EMERGENTES NA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

PROFESSIONAL TRAINING AND TECHNOLOGICAL MEDIATION: EMERGING CHALLENGES IN UNDERGRADUATE IN SOCIAL SERVICE

Matheus Fabrício da Silva¹

Eliana Mourgues Cogoy²

Resumo: O presente trabalho emerge a partir da identificação dos desafios da formação em Serviço Social na contemporaneidade no âmbito do ensino superior. O objetivo ora proposto, é discutir a mediação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na formação profissional. A metodologia adotada é a revisão bibliográfica, onde busca-se observar e descrever como as transformações tecnológicas incidem sobre o processo de ensino-aprendizagem de discentes e os desafios impostos ao ensino da disciplina. No universo observado, é possível perceber o quanto as relações sociais são moldadas e mediadas pelas TICs, ditando o conhecimento, quem o acessa e sobretudo aqueles que apresentam dificuldades cognitivas no uso tecnológico. Estes instrumentos, podem tanto ser utilizados para a ampliação da formação teórico-prática, mas também revelam contradições no interior das relações de classe, marcadas pela desigualdade de acesso, precarização das condições de estudo e intensificação das exigências formativas. A discussão é situada no contexto das reconfigurações do mundo trabalho, do avanço do neoconservadorismo e das novas demandas do mundo digital, que desafiam as escolas de Serviço Social na garantia de uma formação equitativa crítica e emancipatória.

Palavras-chave: Formação Profissional; Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC); Serviço Social.

Abstract: This study emerges from the identification of contemporary challenges in Social Work education within higher education. The objective is to discuss the role of Information and Communication Technologies (ICTs) in professional training. The methodology adopted is a literature review, aiming to observe and describe how technological transformations affect the teaching-learning process of students and the challenges imposed on teaching the discipline. Within the observed context, it is possible to perceive how deeply social relations are shaped and mediated by ICTs, influencing the production of knowledge, who can access it, and, above all, those who face cognitive difficulties in the use of technological tools. These instruments can both contribute to expanding theoretical and practical training and reveal contradictions within class relations, marked by unequal access, precarious study conditions, and the intensification of educational demands. The discussion is situated within the broader

¹ Discente, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Serviço Social, Santa Maria/Rio Grande do Sul - Brasil. matheus-silva.1@acad.ufsm.br

² Docente, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Serviço Social, Santa Maria/Rio Grande do Sul - Brasil. eliana.cogoy@ufsm.br

context of the reconfiguration of the world of work, the rise of neoconservatism, and the new demands of the digital environment, which challenge Social Service programs in guaranteeing an equitable, critical, and emancipatory education.

Keywords: Professional Training; Information and Communication Technology (ICT); Social Service;

1 INTRODUÇÃO

A formação profissional em Serviço Social tem sido atravessada múltiplas transformações, impulsionadas sobretudo pela intensificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), fenômeno que reflete profundas mudanças no modo de produção capitalista e na organização da sociedade. Na contemporaneidade, vivemos em um tempo histórico marcado pelo avanço tecnológico e pela digitalização das relações sociais, processos que reconfiguram o ensino, o trabalho e as formas de sociabilidade. Nesse contexto, a universidade pública, enquanto espaço privilegiado de formação crítica, enfrenta tensões entre a lógica mercantil da educação e o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social, que é pautado na emancipação humana e na defesa dos direitos humanos.

O avanço das TICs, dos recursos da internet nas empresas capitalistas integra uma estratégia global do capital voltada à redução do trabalho vivo e à potencialização das taxas de lucro, por meio da incorporação da ciência e da tecnologia (Negreiros e Amaral, 2021). Essa nova configuração industrial, conhecida por Nogueira (2020) como Indústria 4.0, evidencia o aprofundamento da precarização e da flexibilização das condições de vida, resultando em um contexto de trabalho intermitente, instável e desprovido de direitos.

Santos (2008) argumenta que o aprofundamento da precarização e da flexibilização no trabalho, evidenciado pelo contexto da Indústria 4.0, assenta-se sobre características que são, na verdade, históricas e estruturais do regime de trabalho brasileiro. Essa precarização preexistente é uma particularidade da formação social do país, distinguindo-o da experiência dos países centrais, onde a flexibilização contemporânea visa dismantelar conquistas fordistas de estabilidade que nunca foram plenamente consolidadas no Brasil.

Nesse cenário, as TICs tornam-se elementos centrais da aceleração da acumulação capitalista, ao reduzir o tempo de circulação e transformar a informação na “mercadoria mais valiosa”. A revolução tecnológica, impulsionada pelo desenvolvimento do microprocessador a partir da década de 1970, consolidou a informação como componente vital do processo de

acumulação permanente.

O desenvolvimento técnico integra a reprodução ampliada do capital, atuando simultaneamente como força produtiva e mecanismo de dominação. As TICs, que têm origem no espaço fabril, expandem-se para toda a sociedade, reorganizando novas formas de controle da vida e do trabalho (Negreiros e Amaral, 2021). Nesse contexto, a exploração do trabalho é potencializada pela dinamização tecnológica, que amplia a extração de mais-valia absoluta ao eliminar tempos improdutivos e controlar rigorosamente o ritmo de execução das tarefas (Paz, 2022).

De acordo com Noronha e Fonseca (2020), o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criado a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), desempenha papel estratégico na interiorização da educação pública e na ampliação do acesso de trabalhadores e trabalhadoras à universidade. Embora tenha um aspecto democratizador, está inserido na lógica capitalista neoliberal e evidencia contradições estruturais, como as desigualdades materiais, a precarização das condições de estudo e dificuldades de acesso às tecnologias digitais. Tais questões foram agravadas no período pós-pandêmico, quando a mediação tecnológica tornou-se dimensão indissociável da formação acadêmica.

Com a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, a profissão também é impactada por essa nova morfologia tecnológica, que redefine formas de produção, sociabilidade e ensino. Diante disso, torna-se fundamental compreender como as TICs mediam a formação profissional, analisando suas potencialidades e limites. Sob a luz do método dialético-crítico, este trabalho busca desvelar as mediações entre tecnologia, trabalho e formação, reconhecendo que a apropriação tecnológica reflete as contradições do capital e deve ser problematizada sob a lente do Projeto Ético-Político (PEP) da profissão.

O objetivo geral desta investigação é discutir a mediação tecnológica na formação em Serviço Social, emergente das novas turmas do curso da UFSM, buscando: (a) identificar as transformações promovidas pelas TICs na relação ensino-aprendizagem; (b) problematizar as desigualdades de acesso e seus impactos sobre a formação crítica; e (c) refletir sobre estratégias pedagógicas capazes de fazer da tecnologia um instrumento de emancipação, em vez de reprodução da alienação.

2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CRÍTICA ÀS RACIONALIDADES TÉCNICAS

A formação em Serviço Social é orientada por um PEP que se contrapõe à lógica instrumental do capital, defendendo uma perspectiva crítica, humanitária e emancipatória. Essa orientação implica que a formação não se limita à transmissão de conteúdos, mas exige a articulação entre teoria e prática, pesquisa e intervenção, conhecimento e a totalidade social onde os estudantes estão inseridos. Nesse sentido, a tecnologia, quando apropriada sob a lógica do capital, tende a subordinar a educação à produtividade e à competitividade, esvaziando seu potencial formativo e comprometendo a construção crítica do conhecimento (Saviani, 2007).

Conforme Queiróz, Souza e Reginaldo (2024), as transformações tecnológicas que caracterizam a Indústria 4.0 intensificam a exploração do trabalho e reconfiguram a formação profissional, exigindo que o Serviço Social compreenda as novas dinâmicas do capitalismo digital e seus impactos sobre a educação e o trabalho. Nessa dinâmica, a formação profissional deve ser constantemente repensada à luz das transformações sociais e tecnológicas. O avanço das TICs e da cultura digital redefine o processo educativo, impondo novas mediações entre sujeitos e conhecimento.

Nesse sentido, a reflexão proposta por Antunes (2016) contribui na compreensão de que tais mudanças só podem ser analisadas a partir da “realidade objetivamente existente” do sistema do capital, já que qualquer processo formativo, inclusive aquele mediado por tecnologias, está condicionado pelas formas históricas de organização do trabalho. A instrução formal e a formação profissional apenas cumprem sua função quando ancoradas em uma “concepção essencial de educação”, orientada pela compreensão de que o trabalho é o elemento que constitui e humaniza o ser humano, sendo, portanto, inseparável dos processos educativos (Antunes, 2016, p. 17). Dessa forma, os desafios contemporâneos impostos pela Indústria 4.0 não podem ser reduzidos à incorporação de novas tecnologias, mas devem ser analisados em sua relação estrutural com o trabalho alienado e com as contradições do capitalismo, que moldam tanto a formação profissional quanto às possibilidades de emancipação humana.

No entanto, essas transformações não podem ser analisadas de forma descolada das determinações estruturais do capitalismo contemporâneo. A complexidade das transformações tecnológicas e suas contradições exigem que a análise se aprofunde nas mediações histórico-concretas da realidade social brasileira. Santos (2008), destaca que a investigação das particularidades da questão social no capitalismo brasileiro deve priorizar o desemprego

como a expressão fundamental da desigualdade, cujas causalidades são inseparáveis da flexibilidade estrutural do mercado de trabalho. A exclusão tecnológica, portanto, reproduz e aprofunda as contradições sociais preexistentes que estruturam a desigualdade de acesso.

A consolidação da chamada “sociedade da informação” (Castells, 1999) representa, de um lado, um salto histórico na capacidade de comunicação e difusão de saberes; de outro, evidencia o aprofundamento das desigualdades sociais e cognitivas, uma vez que o acesso à internet, aos dispositivos digitais e à cultura tecnológica segue marcado por critérios de classe, gênero, raça e território.

A manifestação mais clara dessas desigualdades no século XXI é a brecha digital defendida por Yamin e Gaviraghi (2023), que se relaciona diretamente à desigualdade social, como má distribuição de renda e baixo poder aquisitivo. A brecha digital, defendida pelos autores, se expressa em três níveis: (i) falta de acesso a equipamentos digitais; (ii) carência de habilidades digitais, mesmo com o equipamento disponível; e (iii) baixa conectividade, que limita a utilização plena dos recursos disponíveis.

De acordo com Negreiros e Amaral (2021), o projeto ideológico subjacente a essa mediação tecnológica é a aprendizagem flexível, que promove uma reformulação radical nos processos educativos. Esse modelo visa desenvolver habilidades genéricas e competências socioemocionais, adequando o trabalhador à nova dinâmica laboral, caracterizada por flexibilidade, instabilidade e exigência de autonomia (Negreiros e Amaral, 2021).

Tal formação busca moldar um novo perfil de trabalhador: mais colaborativo, flexível, participativo e apto a resolver problemas de forma autônoma, em sintonia com a educação de “qualidade total” que forma o “cidadão produtivo” e subordina a educação à produtividade e à competitividade (Frigotto, 2008). A defesa da aprendizagem flexível também se alinha à desresponsabilização estatal frente às políticas públicas educacionais, incluindo a validação de diversos espaços de aquisição de conhecimento, como lar, trabalho e comunidade, além da tendência à hibridização do ensino presencial e a distância ou substituição parcial do modelo tradicional de instituição educacional.

No campo do Serviço Social, a desapropriação das TICs pode fragmentar o processo formativo, reforçando o imediatismo e o consumo superficial de informações, em detrimento da reflexão crítica e da construção coletiva do conhecimento.

3 AS TICS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), assim como diversas outras universidades federais, enfrenta contradições entre a democratização do acesso e a precarização das condições formativas. De acordo com Karopy e Fonseca (2020), as novas turmas de Serviço Social, são compostas em grande parte por estudantes trabalhadores/as, que veem na universidade uma oportunidade de ascensão social. Nesse contexto, a ampliação do acesso ao ensino superior, embora represente um avanço significativo para grupos historicamente excluídos, também evidencia desafios relacionados às condições objetivas de permanência e formação. Essa nova configuração estudantil, marcada por trajetórias diversas e por múltiplas inserções no mundo do trabalho e da vida familiar, é atravessada pelas transformações contemporâneas. Neste sentido, [...] as novas tecnologias e a revolução digital influenciam diretamente [...] na transformação dos discursos ou na percepção do mundo de uma nova realidade midiática (Cogoy e Klopp, p. 23, 2020).

No entanto, o acesso às tecnologias digitais permanece profundamente desigual. Ao ingressar na universidade pública, muitos estudantes dependem de celulares com acesso limitado à internet, enquanto outros possuem notebooks e conexões estáveis. Cabe destacar que, estudantes de gerações anteriores ao desenvolvimento tecnológico, comumente enfrentam dificuldades perante atividades avaliativas que exijam o conhecimento prévio de tecnologias. Essas diferenças materiais se traduzem em descompassos cognitivos e pedagógicos, reproduzindo no ambiente acadêmico desigualdades sociais preexistentes. Para além do exposto, estudantes que se encontram em outra faixa etária, que não a juventude, em muitos casos, concluíram o ensino médio há anos atrás, o que os coloca em desvantagem em relação aos colegas mais jovens.

Paz (2022), analisa como os impactos durante a pandemia da *Corona Virus Disease* (COVID-19), o uso intensivo das TICs na assistência estudantil evidenciou as contradições entre a inclusão digital e a precarização das condições formativas. A expansão do ensino remoto e híbrido, intensificada pela pandemia, aumentou a dependência das plataformas digitais e do ensino automatizado. A partir disso, é possível relacionar essa expansão ao fato de que muitos jovens estudantes atualmente em formação profissional cursaram o ensino médio em formato híbrido ou a distância. Como apontam Dardot e Laval (2016), essa é a lógica neoliberal, que transforma a educação em um espaço de desempenho individual e auto exploração, substituindo a cooperação pela competição e a reflexão pela eficiência.

No contexto universitário, isso se manifesta na cobrança por produtividade, nas

avaliações e na pressão constante por atualização tecnológica. Assim, as TICs, embora democratizam o acesso à informação, podem aprofundar a alienação e a desigualdade. O desafio do Serviço Social é apropriar-se criticamente desses meios, colocando-os a serviço de uma formação que busque a totalidade e a emancipação, e não apenas a adaptação técnica. A mediação tecnológica insere-se no contexto da acumulação flexível, em que o uso sem reflexão crítica das TICs reforça o imediatismo e o consumo superficial de informações, em detrimento da reflexão crítica e da construção coletiva do conhecimento.

No âmbito da Assistência Estudantil, as TICs mediam a maior parte dos processos seletivos e a concessão de auxílios, como os previstos pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). As/os assistentes sociais precisam priorizar a entrega de chips, transferências monetárias para equipamentos e realizar análises socioeconômicas em prazos extremamente curtos, intensificando ainda mais o trabalho (Paz, 2022). A tendência de órgãos estatais oferecerem serviços *digital by default* (digital por padrão) pode dificultar ou até impossibilitar o acesso da população a serviços essenciais, como no caso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), evidenciando a exclusão tecnológica no acesso a direitos sociais (Yamin e Gaviraghi, 2023).

Para os estudantes, a hiperconectividade, a fragmentação da atenção e a lógica algorítmica geram novas formas de sofrimento psíquico e ansiedade acadêmica. A fragilização dos vínculos coletivos pode gerar sentimentos de inadequação e solidão, configurando uma subjetividade marcada pela comparação e pelo medo do fracasso, o que reforça as desigualdades e os efeitos da precarização no cotidiano acadêmico. Rizzotti e Nalesso (2022) apontam que a tecnologia, quando apropriada de forma desigual, reproduz contradições estruturais e amplia as distâncias entre os sujeitos, exigindo uma análise crítica de suas implicações sociais.

Frente a esse cenário, a formação em Serviço Social deve reforçar o compromisso com a leitura crítica da realidade social, desenvolvendo competências e habilidades para atuar no mundo digital (Yamin e Gaviraghi, 2023). O profissional precisa se apropriar da arquitetura social organizada em torno das TICs sem perder a direção ética e política de seu uso, promovendo uma inclusão digital enquanto política social que favoreça o uso crítico e criativo das tecnologias em prol da emancipação humana (Yamin e Gaviraghi, 2023).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação tecnológica na formação profissional em Serviço Social evidencia o entrelaçamento entre técnica, política e ética no contexto do capitalismo contemporâneo. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), enquanto expressão das forças produtivas, possuem potencial emancipador, permitindo novas formas de construção coletiva do conhecimento, ampliação do acesso à informação e articulação entre teoria e prática. No entanto, essas mesmas tecnologias podem intensificar a alienação, aprofundar desigualdades sociais e reproduzir a lógica neoliberal no espaço acadêmico, quando apropriadas de forma acrítica ou subordinadas a critérios de produtividade e competitividade.

Na universidade pública, as contradições se mostram latentes, pois exemplificam a realidade de estudantes imersos em um ambiente digital, com acesso desigual às tecnologias para realização das atividades, ainda que demonstrem comprometidos com a reflexão crítica e o diálogo pedagógico. Esta realidade revela que o simples acesso às TICs não garante inclusão social nem formação crítica; é necessário que o uso da tecnologia esteja orientado por princípios ético-políticos que contemplem a emancipação humana, a solidariedade e a justiça social. O estudo realizado também evidencia que a tecnologia, quando isolada da reflexão crítica, reforça o imediatismo, a fragmentação do conhecimento e a lógica individualista do neoliberalismo. Em contrapartida, quando mediada por uma prática pedagógica coletiva, dialética e crítica, a tecnologia se torna instrumento de potencial transformação social, ampliando as possibilidades de intervenção profissional e fortalecendo a consciência social dos/das estudantes.

Conforme sistematizado por Santos (2008), o Serviço Social deve reafirmar o papel estratégico da universidade pública na superação da lacuna investigativa que historicamente priorizou o debate conceitual da questão social em detrimento da análise de suas expressões e particularidades na formação social brasileira. A mediação tecnológica, portanto, deve ser orientada para a garantia de direitos, exigindo que o profissional se aproprie criticamente da arquitetura social organizada em torno das TICs, reconhecendo as contradições do capital e os riscos da subordinação ou exclusão.

O desafio contemporâneo da formação em Serviço Social consiste, portanto, na construção de uma pedagogia crítica da tecnologia, capaz de problematizar seus usos, disputar seus sentidos e orientá-la para o fortalecimento da consciência social. Tal pedagogia deve articular dimensões técnicas, éticas e políticas, promovendo o uso consciente das TICs para o desenvolvimento de competências que transcendem o individualismo e a lógica mercantil, reforçando, ao contrário, a cooperação, a solidariedade e a reflexão crítica.

Além disso, torna-se imprescindível que a formação profissional integre estratégias que reduzam a desigualdade de acesso às tecnologias, promovendo a inclusão digital como política social efetiva, capaz de garantir que os sujeitos não apenas utilizem ferramentas digitais, mas também compreendam seus impactos, limites e possibilidades emancipadoras (Yamin e Gaviraghi, 2023). O Serviço Social, enquanto profissão comprometida com a emancipação humana, deve continuar reivindicando uma universidade pública, laica e democrática, em que a tecnologia seja ferramenta de libertação, fortalecimento da cidadania e construção de uma sociedade mais justa, e não instrumento de subordinação ou exclusão (Netto, 2017).

Por fim, esta análise evidencia que a mediação tecnológica na formação profissional não é apenas um desafio técnico ou administrativo, mas uma questão profundamente política e ética. O uso consciente das TICs exige que docentes e estudantes se apropriem criticamente do espaço digital, reconhecendo suas contradições, potencialidades e riscos, para que a formação em Serviço Social permaneça orientada pelo PEP da profissão, voltado à transformação social, à redução das desigualdades e à emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Caio Sgarbi. **A escola do trabalho**: formação humana em Marx / Caio Sgarbi Antunes. – Campinas, SP : [s.n.], 2016

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. tradução: Roneide Venâncio Majer; atualização para 6ª ed.: Jussara Simoes - (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

COGOY, Eliana Mourgues; KLOPP, Jaíne Paula. A Comunicação como Direito Humano: caminhos para o fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social. *In*: MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa; OLIVEIRA, Jairo da Luz. **Serviço Social & Reflexões Críticas - UFSM**: Coletânea Nº III. Fernanda Nunes da Rosa Mangini(Dra.), Jairo da Luz Oliveira (Dr.); (Organizadores) - Bagé,RS: Faith, 2020. P. 90-115.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal / Pierre Dardot; Christian Laval; tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. (Estado de sitio). Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2019/11/Christian-Laval-_Pierre-Dardot-A-Nova-Razao-do-Mundo_-Ensaio-Sobre-a-Sociedade-Neoliberal-Colecao-Estado-de-Sitio-Boitempo-2016.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

NEGREIROS, Taise Cristina Gomes Clementino de; AMARAL, Angela Santana do.

Aprendizagem flexível como o novo princípio educativo para a classe trabalhadora. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 3, p. 585–594, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/MM9zVGnPHDXnzpB7mhQfGcr/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social** [livro eletrônico] : uma análise do serviço social no Brasil pós64 / José Paulo Netto. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2017. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/2022-1/disciplinas/servico-social-2/exto-3/Ditadura%20e%20Servico%20Social%20-2017.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei *et al.* **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** organização Ricardo Antunes [tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales].- 1. ed.- São Paulo : Boitempo, 2020.

NORONHA, Karopy Ribeiro; FONSECA, Laura Regina da Silva Câmara Maurício da. Mulheres e Serviço Social: uma relação de longa data. *In*: MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa; OLIVEIRA, Jairo da Luz. **Serviço Social & Reflexões Críticas - UFSM: Coletânea N° III.** Fernanda Nunes da Rosa Mangini(Dra.), Jairo da Luz Oliveira (Dr.); (Organizadores) - Bagé,RS: Faith, 2020. P. 90-115.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. Tecnologias da informação e comunicação na assistência estudantil durante a pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, n. 144, p. 173–192, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Z3YnvrFcfrPbfx7g6fxcGbv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.

QUEIRÓZ, Maria de Fátima Ferreira, SOUZA, Edvânia Ângela de; REGINALDO, Ifayemi Olatunde Regis. Indústria 4.0 e trabalho 0.4: colonialismo digital e a intensificação do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 3, p. e–6628387, 2024. Disponível em: 29 out. 2025.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; NALESSO, Ana Patrícia Pires. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 144, p. 91–109, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/6x3tngqQnskfhFMhFqVJrYz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro** / Josiane Soares Santos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2008. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nx0v0nxe>. Acesso em: 29 out. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/250988794_Historia_das_ideias_pedagogicas_no_B](https://www.researchgate.net/publication/250988794_Historia_das_ideias_pedagogicas_no_Brasil) rasil. Acesso em: 29 out. 2025.

YAMIN, Estêvão; GAVIRAGHI, Fabio Jardel. Questão social, brecha digital e tecnologia: expressões de desigualdade na sociedade da informação. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146,

n. 3, p. e6628318, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MY97gfN3XPKW5vHDQNKtb5s/?format=html&lang=pt>.
Acesso em: 29 out. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

THE PEDAGOGICAL FUNCTION OF SOCIAL WORKERS: CONTRIBUTIONS FROM BRAZILIAN SOCIAL WORK

Eduardo Cechin da Silva¹
Rosilaine Coradini Guilherme²

Resumo: Fruto do referencial teórico do projeto de pesquisa de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o estudo em tela tematiza sobre a função pedagógica das/os assistentes sociais. Tem como objetivo expor o debate contemporâneo conduzido pelo Serviço Social brasileiro em relação à função pedagógica das/os assistentes sociais, no intuito de revelar a imprescindibilidade de tal discussão sobre a natureza educativa da profissão para a formação e a atuação profissional na área. O método que ampara o estudo é o método materialista histórico-dialético, além disso constitui-se de um estudo exploratório sob abordagem qualitativa dos materiais bibliográficos e documentais, advindos de artigos científicos e livros da área que tratavam sobre o tema. Com os resultados obtidos, expõe-se que a função pedagógica das/os assistentes sociais concerne à maneira como o trabalho das/os assistentes sociais contribui para o modo de pensar e agir da população usuária. Tal categoria é nomeada, por vezes, como “natureza educativa” ou como “trabalho socioeducativo”, referente à repercussão das ações profissionais para a organização e mobilização social – podendo alinhar-se aos interesses do capital ou à luta proletária pela hegemonia. Entretanto, observa-se que mesmo sendo uma categoria importante para a discussão dos fundamentos do Serviço Social, a mesma é pouco abordada pela categoria profissional e, até às vezes, é desconhecida pelas/os profissionais da área. Quando a mesma é tratada, as produções sustentam-se teoricamente nas ideias emancipatórias sobre educação de Antonio Gramsci e Paulo Freire.

Palavras-chave Serviço Social; Função Pedagógica; Assistentes Sociais; Fundamentos do Serviço Social; Brasil.

Abstract: Based on the theoretical framework of a final course project (TCC), this study focuses on the pedagogical role of social workers. Its objective is to expose the contemporary debate conducted by Brazilian Social Work regarding the pedagogical function of social

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Bolsista PROBIC/FAPERGS, junto à Pesquisa “Proteção Social não Contributiva na América Latina e Caribe: programas de transferência condicionada de renda, de inclusão laboral e mínimos sociais para pessoa idosa e PCD”. Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). E-mail: eduardocechin424@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Política Social pela Universidade Católica (UCPel). Graduada em Serviço Social pela Universidade Franciscana (UFN). Coordenadora e docente permanente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Proteção Social (UNIPAMPA). Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). E-mail: rosilaineguilhaume@yahoo.com.br.

workers, in order to reveal the indispensability of such discussion on the educational nature of the profession for training and professional practice in the field. The method supporting the study is the historical-dialectical materialist method. In addition, it consists of an exploratory study using a qualitative approach to bibliographic and documentary materials from scientific articles and books in the field that deal with the topic. The results obtained show that the pedagogical function of social workers concerns the way in which their work contributes to the way the user population thinks and acts. This category is sometimes referred to as the 'educational nature' or 'socio-educational work' of social work, referring to the impact of professional actions on social organisation and mobilisation, which may align with the interests of capital or the proletarian struggle for hegemony. However, it should be noted that even though this is an important category for discussing the fundamentals of social work, it is rarely addressed by the professional category and is sometimes even unknown to professionals in the field. When it is addressed, the works are theoretically based on the emancipatory ideas about education of Antonio Gramsci and Paulo Freire.

Keywords: Social Work; Pedagogical Function; Social Workers; Fundamentals of Social Work; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo foi elaborado a partir do referencial teórico desenvolvido na ocasião da elaboração do projeto de pesquisa de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito da graduação em Serviço Social. Logo, o estudo em tela tematiza sobre a função pedagógica das/os assistentes sociais. Discutir a função pedagógica do Serviço Social envolve discutir sobre a natureza educativa da profissão, no modo como as/os profissionais contribuem para construção do pensar e do agir das/os usuários, propulsionado a concretização dos valores da profissão/proletariado ou, por outro lado, para os interesses hegemônicos do capital. Tal objeto pesquisado é pouco abordado pela categoria profissional, apesar de se constituir como uma importante categoria teórica para a discussão dos fundamentos da profissão. Ao mesmo tempo, torna-se inovador pesquisar sobre o tema, ao ter como pretensão discutir a dimensão educativa produzida pela área através da intervenção profissional, a qual pode contribuir de diversas maneiras – quando se considera as contradições inerentes ao modo de produção capitalista – nas condições objetivas e subjetivas da população usuária das políticas sociais.

Assim, a pesquisa teve como metodologia um estudo exploratório com abordagem qualitativa, amparando-se, para isso, no método materialista histórico-dialético. As técnicas consistiram em revisão bibliográfica e documental acerca da temática estudada, além do uso de produções clássicas para área do Serviço Social, alinhadas à teoria social crítica marxista.

Em relação à estrutura deste trabalho, o mesmo se divide na presente introdução; no item do desenvolvimento que discorre sobre o tema explorado, sobre o que é, como se

constitui, quais seriam seus vieses contraditórios, a diferença e/ou semelhança na abordagem analítico-conceitual acerca de tal categoria por parte das/os autoras/es estudados; seguida das considerações finais e, por fim nas referências utilizadas ao longo do estudo.

2 SOBRE A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS

O Serviço Social enquanto profissão se institui no contexto em que se evidenciam demandas sociais impostas pela contradição fundante e perpetuadora da “questão social” – essa que fez surgir resistências contrárias à lógica burguesa de ser e viver – logo, teve em sua gênese a indução de atender os interesses da classe dominante (Martinelli, 2025). No contexto brasileiro de surgimento da profissão, vinculado às influências europeias do receituário católico de integração dos pobres a subordinação social, tinha como primazia inicial a prática do assistencialismo, de intervenção psicossocial sobre a pobreza, do atendimento aos ditos como incapazes, desempregados, pauperizados e considerados ociosos (Yazbek, 2012).

Dessa forma, o Serviço Social tem na sua ação, qualquer que seja, uma natureza educativa (Cordeiro, 2022), desvelada a partir da aproximação do aporte teórico-metodológico da profissão, durante o Movimento de Reconceituação com as ideias de Paulo Freire (Yazbek, 2019). Dizer que a categoria profissional de assistentes sociais desenvolvem intervenções eminentemente educativas, é referir que a atuação profissional, por intermédio do atendimento, acolhimento e construções coletivas com as/os usuárias/os, incide no pensar e no agir das/os demandantes (Abreu; Cardoso, 2009).

Cabe lembrar as ações desenvolvidas por assistentes sociais em período que precede o Movimento de Reconceituação, época caracterizada pela vinculação filantrópica, higienista e funcionalista – e que em sua origem a categoria profissional foi constituída por mulheres religiosas e “idôneas”. Historicamente, com o período de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, especialmente durante a época da Ditadura Militar (1964-1985), destaca-se a aproximação com a teoria social crítica de Marx e de seus seguidores – como Antonio Gramsci – durante o tempo mencionado, e também, das ideias de educação popular de Paulo Freire. Esses foram marcos fundamentais e propulsores ao reconhecimento de uma especificidade do trabalho das/os assistentes sociais, referente a contribuição a manutenção ou a erradicação da ordem vigente – sob a ótica gramsciana – por meio da luta pela hegemonia,

ou seja, pelo viés da luta pela cultura³, no estabelecimento de relações pedagógicas, caracterizando o potencial socioeducativo de sua intervenção profissional (Jacinto, 2017).

Na contemporaneidade, o perfil hegemônico do Serviço Social envolve defensoras/es de uma prática crítica e anticapitalista, amparados na teoria social crítica como preconizado nas Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. É importante expor o debate teórico-metodológico a respeito da profissão e dos avanços no que concerne ao amadurecimento intelectual a partir dos anos 1990, com destaque para o reconhecimento da função sua pedagógica no campo da luta pela hegemonia – atualizada conforme o desenvolvimento da sociedade capitalista. Essas circunstâncias decorrem do antagonismo de classes que moldam as respostas construídas para o enfrentamento das desigualdades e do estímulo para a resistência protagonizada pela classe trabalhadora.

Entendemos o Serviço Social como parte integrante do processo histórico que assumem as relações sociais na sociedade burguesa em seus processos de mudanças, inserindo-se no conjunto da classe trabalhadora, de suas lutas, apontando para a necessidade de um trabalho social orientadora para a emancipação humana (Yazbek, 2019, p. 96).

Referida perspectiva, orientada na emancipação humana, possui relação com as conquistas alcançadas pela classe trabalhadora que incluem as do Serviço Social, a partir dos anos 1970, e fundamentalmente com a aproximação junto a teoria social marxiana/marxista, com concretude nos subsequentes anos (Netto, 2005). Na contemporaneidade, o Serviço Social é guiado por valores éticos e políticos concernentes à defesa pela democracia (plena), a liberdade (de ser, existir, se expressar), a equidade e a justiça social (CFESS, 1993). Tais valores estão dispostos nos instrumentos normativos e legais da profissão, constituintes do projeto ético-político. Entre os instrumentos normativos e legais se incluem os que são exclusivos das/os assistentes sociais, tanto da formação quanto da atuação, até os abrangentes das diferentes políticas sociais – em âmbito federal, estadual e municipal –, desde que estejam de acordo com os valores (plenamente) democráticos defendidos pela profissão.

Dessa forma, tal primazia emancipatória está vinculada a um projeto societário que se baseia na emancipação humana, pois a prática – essa última entendida de maneira

³ Essa luta pela hegemonia ocorre na superestrutura – onde se tem a base ideológica e política mediante a “coesão” –, ou seja, na “sociedade civil” (tendo por aparelhos privados de hegemonia, por exemplo, a escola, a mídia, a igreja, a família) – sendo “distinta” (ainda que interdependente) da “sociedade política” ou Estado no sentido restrito, que é base da coerção (Gramsci, 2024).

indissociável a teoria – das/os assistentes sociais não é concretizada de maneira neutra, disposto que hegemonicamente deve defender/defende os interesses da classe trabalhadora, da qual faz parte (Netto, 2006). Na defesa de um projeto profissional radical como o instituído pelo Serviço Social, o entrelaçamento dessa profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 2015), a um projeto social para além do capital, que contemple as demandas e necessidades da classe trabalhadora, é inevitável e imprescindível – aqui erigido por diferentes movimentos sociais (identitários), chamados de Novos Movimentos Sociais (NMS) e interligados ao movimento (maior) de classe (Montano; Duriguetto, 2011).

A função pedagógica do trabalho social e técnico desempenhado pelo assistente social, pode ser encontrada em diferentes espaços como apontam Abreu e Cardoso (2009), a partir de dois (2) elementos: a mobilização e a organização social⁴, dentro de conselhos de direitos, na gestão das políticas sociais, no campo da comunicação social, na formação e capacitação da força de trabalho, tal qual em instituições de organização política da classe trabalhadora, os quais seriam: sindicatos, associações, movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs). No campo da comunicação social, pode ser mencionada a divulgação de informações de carácter educativo para o aprimoramento intelectual da categoria, protagonizada pela ABEPSS, CFESS e diferentes regionais do CRESS, pautado na Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS, do ano de 2024.

Nesse entremeio, a coletânea de cartilhas sobre os diferentes preconceitos, como capacitismo, machismo, racismo e transfobia, são referências essenciais do papel educativo desempenhado pelo Serviço Social aos subalternos – camaradas de luta. Documentos estes que, também, tornaram-se em áudio (formato de *podcast*), haja vista a necessidade da acessibilidade às pessoas que vivem do trabalho, as quais devido a rotina do dia-a-dia, estão limitadas objetiva e subjetivamente ao aprimoramento do exercício profissional.

A pedagogia desempenhada pela hegemonia interna do Serviço Social contemporâneo se alinha à denominada como emancipatória/revolucionária (Duriguetto; Baldi, 2012). Entretanto, devido às condições impostas pela crise estrutural do capital e seus subsequentes efeitos na atuação profissional junto aos espaços sócio-ocupacionais em que se insere (Iamamoto, 2015; Yazbek, 2019), de acordo com Abreu e Cardoso (2009), as/os assistentes sociais podem desencadear estratégias educativas de polos antagônicos: as subalternizantes, sob o viés da ajuda e/ou da participação desenvolvimentista das/os usuárias/os no

⁴ Esses são elementos centrais na construção do agir e pensar das classes subalternas, seja pela reprodução do capital ou pelo combate ao mesmo (Abreu, 2002; Abreu; Cardoso, 2009).

desenvolvimento econômico sob o mando do capital; e também, as emancipatórias, que visam a luta pelos interesses imediatos do proletariado, com vistas a ascensão de uma nova sociabilidade contrária a burguesa.

Importante destacar que Abreu e Cardoso (2009) discernem dois aspectos na condução desta pedagogia: em prol da cultura do “bem-estar”; e a favor da superação do capital e da construção de outra cultura, sob o ditame popular. Quando discorrem sobre a função pedagógica exercida pelo Serviço Social, trabalham especificamente com sua materialização na perspectiva das dimensões ético-políticas e técnico-operativas da profissão. Abordagem da qual podem ser tecidas (breves) críticas sobre, pois deter-se a presença da função pedagógica do Serviço Social por meio da manifestação de uma (1) ou mais dimensões constitutivas da profissão, induz a uma autonomização da discussão da instrumentalidade do Serviço Social, contrariando a perspectiva da indissociabilidade e coexistência manifestativa das três (3) – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Já outras/os pesquisadoras/es da área, a título de referência, Jacinto (2017), coloca em discussão, a categoria da dimensão socioeducativa, com entrelaçamento a visão gramsciana de educação como meio potencializador da transformação social, dada sua indissociabilidade com a política. Dimensão conferida aos processos educativos em que as ações profissionais das/os assistentes sociais ocorrem, através da “troca de informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para a conquista dos seus direitos. A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante na identidade do Serviço Social” (Jacinto, 2017, p. 88).

Nesta mesma linha de pensamento, as práticas educativas exercidas pelos profissionais de Serviço Social que vão de acordo com a premissa do Projeto Ético-Político da profissão tem por objetivo a instrumentalização da classe trabalhadora, por meio de seu papel enquanto intelectual orgânico, referente a sua importância primordial no processo de formação da consciência crítica das/os subalternas/os (Jacinto, 2017). Logo, deve teorizar e agir a partir das visões, experiências e comportamentos da classe trabalhadora. De outro lado, Cordeiro (2022, p. 113) aborda a intervenção do Serviço Social como essencialmente educativa, ao passo que mesmo, muitas vezes, não reconhecida, “é sempre solicitada no exercício da prática, através do acompanhamento dos indivíduos, nos processos de reflexão realizados com os usuários, dos movimentos de reflexão partilhada com as populações”.

Em diálogo, a ação socioeducativa desenvolvida pelas/os assistentes sociais podem estar conectadas a diferentes premissas, sejam elas conservadoras e/ou emancipatórias

(Duriguetto; Baldin, 2012). Desta maneira, se guiar em autores clássicos e contemporâneos críticos, marxistas, materialistas e do Serviço Social, que tratam da temática, de discussões educativas/pedagógicas e revolucionárias, torna-se essencial para pensar e atualizar materialmente o instrumental das/os assistentes sociais. Não apenas no conhecimento de práticas identificadas explicitamente como educativas, mas aquelas também que são rotineiras, mas passam despercebidas enquanto pedagógicas, as quais podem contrariar as leis tendências do capitalismo – por meio da organização e mobilização cultural, política e ideológica dos dominados/explorados/oprimidos.

Para tanto, a concepção nuclear de educação, quando se discute a função pedagógica nas produções do Serviço Social brasileiro, se sustenta nas formulações teórico-metodológicas de Antonio Gramsci e Paulo Freire, por exemplo. Autores esses vinculados a uma visão social-crítica e revolucionária em relação a educação no capitalismo, não detendo-se apenas a existente no meio escolar. Em razão que, no pensamento gramsciano, as relações de hegemonia dentro do capital, isto é, as relações de luta pela cultura, consistem fundamentalmente em relações educativas (Adams; Pfeifer, 2006; Gramsci, 2024). Em consonância, para Freire (2011), a educação (popular, formal e informal) deve ser dialógica, concretizada como um ato de amor, capaz de induzir a reflexão crítica da/o educanda/o, para assim transformar a realidade em conjunto com o resto dos seus pares.

Observa-se que tal categoria conceitual-analítica é denominada por diferentes terminologias além da nomenclatura denominada como “função pedagógica” (Abreu, 2002; Abreu; Cardoso, 2009; Iamamoto, 2015), ao ser nomeada como “trabalho socioeducativo” (Jacinto, 2017) e “natureza educativa” (Cordeiro, 2022; Loureiro; Pini; Silva, 2024). Assim, a distinção feita pelos/as autoras/es é meramente metodológica, pois atentam para semelhantes explicações. Suas produções dialogam. Todavia, cada uma com especificidades analíticas sobre a função pedagógica/educativa das/os assistentes sociais para conservação ou materialização de um projeto societário de classe, seja ele para a camada dominante ou para a classe trabalhadora subalterna. Por exemplo, a opção conforme os marcos científicos para analisar a presença e repercussão da natureza educativa do trabalho profissional em certos espaços sócio-ocupacionais (Abreu, 2002); as repercussões socioeducativas a partir das dimensões técnico-operativa e ético-política da profissão na mobilização e organização da classe trabalhadora (Abreu; Cardoso, 2009).

O assistente social enquanto possível intelectual orgânico – categoria também gramsciana –, pessoa que socializa conhecimento para parte da classe subalterna, desprovida

dos meios e condições para conhecer a complexidade das relações capitalistas (Jacinto, 2017), está no fronte da construção do conhecimento crítico e do estímulo à organização política da sua classe. Assim, detém a capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de desvelar criticamente a realidade e socializar o conhecimento através das relações essencialmente pedagógicas que estabelece com a população usuária.

Portanto, a educação enquanto ato dialógico, e a hegemonia enquanto meio educativo para tomada de poder, são categorias importantes para discussão da função pedagógica do Serviço Social. Expressam-se como formas de organizar e potencializar a capacidade reflexiva e transformadora das diferentes camadas de pessoas-que-vivem-do-trabalho, tendo como horizonte a erradicação da sociabilidade capitalista, ou seja, a sua superação – por via da construção e hegemonização de uma cultura da/para classe trabalhadora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua gênese, o Serviço Social desenvolve um trabalho com a classe subalterna – hoje reconhecido legalmente –, em vista das expressões de desigualdade e resistência da “questão social” apresentadas nas demandas imediatas-institucionais e, posteriormente, desveladas em suas múltiplas determinações. É por meio disso, que as/os assistentes sociais, atuam diversamente com a população usuária, contribuindo para perpetuação ou melhoria das condições materiais de vida dos sujeitos, através das relações de trabalho, as quais são, por natureza, pedagógicas, pois fazem parte da hegemonia, do campo de luta por uma cultura em detrimento de outra – a dominante ou a das/os dominadas/os.

Assim, qualquer que seja a ação profissional desenvolvida pelas/os assistentes sociais, essa terá uma função pedagógica. O que diz respeito a maneira como essas/es profissionais incidem no agir e no pensar da população usuária através do trabalho desenvolvido. Entretanto, mesmo com a existência de uma hegemonia crítica na condução da profissão na contemporaneidade, em relação aos valores e princípios defendidos, as condições objetivas e subjetivas podem interpelar no sentido de limitar e, até mesmo, potencializar a função pedagógica das/os assistentes sociais, numa ótica da “ajuda” ou “desenvolvimento” – a favor dos interesses capitalistas – ou na ótica emancipatória/revolucionária – favorecendo os interesses dos diversos segmentos da classe trabalhadora.

Observa-se com o debate contemporâneo sobre a função pedagógica das/os assistentes sociais por parte do Serviço Social brasileiro, apesar de estar constituído por autoras/es de

referência apoiados em autores como Antonio Gramsci e Paulo Freire, tal categoria – da função pedagógica, da natureza educativa e do trabalho socioeducativo – não é recorrentemente discutida; mesmo sendo um fator central para o conhecimento dos fundamentos da profissão. Portanto, faz-se necessário novas produções da área no Brasil acerca da função pedagógica do Serviço Social, vista a imprescindibilidade desta para auxiliar na formação e atuação profissional que sejam críticas e alinhadas à perspectiva anticapitalista e emancipatória. Reconhece-se a importância de compreender sobre a natureza educativa da intervenção profissional para trabalhar, de maneira consciente, em prol da mobilização e organização social da classe trabalhadora – tendo por horizonte a hegemonização da cultura das/os que-vivem-do-trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. *In*: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1. ed. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 593-609.

ADAMS, José Rodrigo Barth; PFEIFER, Mariana. O Estado ampliado de Gramsci. **Mosaico Social**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 239-248, dez. 2006. Disponível em: <https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-162.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 273/93**. Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

CORDEIRO, Paola. A dimensão educacional do Serviço Social - um exercício reflexivo. *In*: RODRIGUES, Maria Lucia (org.). **Ensaaios multidimensionais**. 1. ed. São Paulo: PUC-SP; CAPES, 2022. p. 107-121. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/40644/1/9786587387789.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

DURIGUETTO, Maria Lucia; BALDI, Luiz Agosto de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/5yKQcYhZCF9J6GxhYz7dXYs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DPvXpTxCCTxkmfrfNcw8gFG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2025.

LOUREIRO, Geovana Lucia Batista; PINI, Francisca Rodrigues; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Aproximações entre Serviço Social e Educação Popular: a dimensão educativa do trabalho profissional na defesa do Projeto Ético-Político. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (orgs.) *et al.* **Trabalho e Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez; CAPES; CNPq; UNIFESP, 2024. *E-book*.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2025.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 202-224.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/X7pK7y7REsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e seu projeto ético-político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (orgs.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019. p. 86-101.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/temas/nacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

A MEDIAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA

THE MEDIATION OF SOCIAL WORK IN IMPROVING PRENATAL CARE AT A PUBLIC MATERNITY HOSPITAL

Eliane Rodrigues¹
Natália Laurindo Godoy²
Ana Carolina Fonseca³
Yasmim de Moraes Pinto⁴

Resumo: O presente estudo configura-se como um relato de experiência decorrente da inserção profissional do assistente social na maternidade de um hospital de ensino localizado no interior do estado do Rio Grande do Sul. A proposta emerge do desenvolvimento do estágio supervisionado e da elaboração do projeto de intervenção intitulado “*Promovendo o pré-natal: Ação educativa com gestantes internadas em uma Maternidade Pública*”. Tal projeto vem sendo implementado entre setembro e dezembro de 2025, com o objetivo de qualificar o acesso à informação e ao acompanhamento pré-natal por meio de ações educativas voltadas à promoção da autonomia das gestantes e ao fortalecimento do vínculo com a Atenção Básica. As estratégias adotadas fundamentam-se na escuta qualificada e na garantia do direito à informação, e alinham-se aos princípios ético-políticos que orientam o exercício profissional do/a assistente social. Nesse sentido, compreende-se que o acesso ao pré-natal de qualidade não se restringe à obtenção de desfechos gestacionais e perinatais favoráveis, mas inclui a oferta de informações precisas e oportunas às gestantes acerca de suas condições de saúde, bem como o conhecimento sobre equipamentos, serviços e benefícios socioassistenciais disponíveis no ciclo gravídico-puerperal. Conclui-se, portanto, que a atuação do assistente social configura-se como elemento fundamental para a mitigação das iniquidades de acesso e para o fortalecimento dos direitos das mulheres gestantes no âmbito das políticas públicas de saúde.

¹ Assistente social na Maternidade Hospital Universitário de Santa Maria/RS - Preceptora de Núcleo e Campo do Programa de Residência Multiprofissional HUSM/UFMS. Mestranda do Programa de Serviço Social e Políticas Públicas Universidade Federal de Santa Maria/RS lattes: <http://lattes.cnpq.br/1449445680739192> e-mail: nanierodrigues@gmail.com

² Assistente Social graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Maria - 2025. Pós-graduanda do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde, na modalidade multiprofissional, com ênfase na Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, lattes: e-mail: natalia.laurindo@acad.ufsm.br

³ Assistente Social. Residente em Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), pelo Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Gestão e Atenção Hospitalar no Sistema Público de Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFMS). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa. E-mail: anacarolinantunes@gmail

⁴ Acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria/RS, email: yasmin.morais@acad.ufsm.br

Palavras-chaves: Serviço Social, pré-natal, políticas públicas, SUS, mulheres.

Abstract: This study is an account of the professional experience of a social worker in the maternity ward of a teaching hospital located in the interior of the state of Rio Grande do Sul. The proposal emerges from the development of a supervised internship and the elaboration of an intervention project entitled "Promoting prenatal care: Educational action with pregnant women hospitalized in a public maternity ward." This project has been implemented between September and December 2025, with the objective of improving access to information and prenatal care through educational actions aimed at promoting the autonomy of pregnant women and strengthening the bond with Primary Care. The strategies adopted are based on qualified listening and guaranteeing the right to information, and are aligned with the ethical and political principles that guide the professional practice of social workers. In this sense, it is understood that access to quality prenatal care is not limited to obtaining favorable gestational and perinatal outcomes, but includes offering pregnant women accurate and timely information about their health conditions, as well as knowledge about equipment, services, and social assistance benefits available during the pregnancy-puerperium cycle. It is concluded, therefore, that the role of the social worker is a fundamental element in mitigating inequities in access and strengthening the rights of pregnant women within the framework of public health policies.

Keywords: Social work, prenatal care, public policies, SUS (Brazilian public healthcare system), women.

1 INTRODUÇÃO

O acompanhamento pré-natal é reconhecido como um direito fundamental para a promoção da saúde materno-infantil, previsto em importantes marcos legais e normativos brasileiros, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM, 2004) e a Rede Cegonha (Portaria nº 1.459/2011), além do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), marco legal para a rede de proteção a crianças e adolescentes.

O acesso ao pré-natal adequado, que idealmente compreende pelo menos seis consultas iniciadas no primeiro trimestre de gestação, é essencial para a identificação precoce de riscos e para a implementação de medidas preventivas que garantem o bem-estar da mulher e do filho que está gestando. Contudo, em diversas instituições de saúde, inclusive na Unidade de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, observa-se com frequência a internação de gestantes sem acompanhamento pré-natal ou com acompanhamento inadequado, evidenciando a distância entre a normatização e a realidade da política de saúde no Brasil.

Diversas determinações sociais e de saúde, como o difícil acesso a serviços, a baixa

qualidade do atendimento, a desigualdade de gênero e a precarização das políticas públicas, influenciam diretamente o não acesso ao pré-natal de qualidade, como por exemplo a moradia, o saneamento básico, a renda, escolaridade, raça, formas de lazer, transporte público, entre outros (BRASIL, 1990).

Ainda, a ausência do acompanhamento pré-natal, frequentemente, é interpretada de maneira moralista e responsabilizadora pelos profissionais de saúde, recaindo exclusivamente sobre a gestante, contribuindo para a culpabilização individual e ignorando as contradições estruturais da sociedade capitalista, que permeiam o direito à saúde dos sujeitos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente das mulheres.

Neste cenário, o Serviço Social, tem o compromisso ético-político de desvelar as manifestações da questão social imbricadas neste processo, especialmente pelo desmonte dos da saúde pública e sua implicação para o acesso ao direito à saúde por estas mulheres, e consequentemente, pelos seus filhos. Portanto, a Lei nº 8.662/1993, o Código de Ética Profissional do Assistente Social em conjunto aos Parâmetros para Atuação na Política de Saúde, são importantes ferramentas que direcionam o trabalho profissional, imprescindíveis para pensar a concretude das desigualdades das populações vulneráveis no Brasil.

Este trabalho tem como objetivo analisar a ausência e inadequação do pré-natal em gestantes internadas, suas implicações para a saúde pública e para o trabalho do/a assistente social, bem como discutir as representações sociais sobre o acesso e o cuidado pré-natal no Sistema Único de Saúde (SUS), reforçando as estratégias de intervenção e mediação que fortaleçam a atenção integral à saúde da mulher e da criança no campo da saúde pública.

Trata-se de um relato de experiência, com base na implementação do projeto de intervenção do Serviço Social intitulado *“Promovendo o pré-natal: Ação educativa com gestantes internadas em uma Maternidade Pública”*. Advém, também do processo de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, e do trabalho do assistente social nas equipes multiprofissionais de saúde, numa maternidade pública de um hospital escola no interior do estado do Rio Grande do Sul, destinado à gestação de alto risco, referência para 33 municípios da região de abrangência. A fundamentação analítica se dá a partir da na teoria social crítica e o método dialético crítico, os quais são bases epistemológicas fundamentais para pensar o acesso às políticas públicas na sociabilidade capitalista.

2 A AUSÊNCIA DO PRÉ-NATAL COMO EXPRESSÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A atuação do/a assistente social na Unidade de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, em um hospital universitário do interior do Rio Grande do Sul, tem evidenciado a recorrente internação de gestantes sem acesso ao pré-natal adequado, conforme preconiza o Ministério da Saúde. Essa realidade explicita a contradição entre os direitos assegurados pelas políticas públicas, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM, 2004) e a Rede Cegonha (Portaria nº 1.459/2011), e as condições concretas de acesso e efetivação do direito à saúde pelas mulheres no Brasil.

A ausência de acompanhamento pré-natal é reconhecida pelo Ministério da Saúde como fator de risco materno-fetal, o que exige uma resposta qualificada da rede de atenção à saúde, articulada à rede de proteção social. Além disso, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a proteção integral à criança deve iniciar ainda na gestação, o que implica o dever do Estado em garantir o acesso ao pré-natal como medida preventiva e promotora de direitos. A negligência nesta garantia configura violação de direitos fundamentais, especialmente considerando o princípio da saúde como direito universal, consagrado na Constituição Federal de 1988.

Entretanto, a ausência de pré-natal é frequentemente interpretada de forma simplista e moralista, com a responsabilização exclusiva da gestante pela falta de acompanhamento. Essa visão individualista, comum a algumas práticas profissionais, desconsidera os determinantes sociais e estruturais que dificultam o acesso e a continuidade do cuidado, contribuindo para a culpabilização das mulheres e obscurecendo a compreensão das contradições sociais que perpassam a efetivação desse direito.

Diversos fatores, como o difícil acesso geográfico aos serviços, a baixa qualidade do atendimento, a desigualdade de gênero e a precarização das políticas públicas, influenciam diretamente o não cumprimento do pré-natal, revelando uma face da questão social⁵ expressa nas relações entre Estado, direitos e cidadania.

Essas expressões refletem sobre os determinantes sociais da saúde, que, conforme a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2020), são caracterizados como fatores de ordem social, política e econômica que se relacionam e criam as condições de vida da população. Em estudo de Gadelha *et al* (2019), foram identificados casos de complicações obstétricas relacionadas à

⁵ Conforme análise de Iamamoto (1997), a questão social é apreendida como objeto de trabalho e pesquisa dos Assistentes Sociais, sendo esta o resultado do conflito entre capital e trabalho. Deste conflito, emergem inúmeras expressões advindas das desigualdades do modo de produção capitalista, entre elas o desemprego, a pobreza, a violência, entre outras.

renda familiar, devido ao não alcance de informações assertivas e assistência adequada das mulheres que viviam em situação de vulnerabilidade social. Conforme os autores, essa questão reforça a importância do debate sobre a influência de fatores econômicos e sociais no processo saúde-doença. Neste sentido, compreende-se que os fatores sociais e de vida, contribuem, sobremaneira, para a não efetivação do acesso em saúde pública, e especialmente do acompanhamento pré-natal.

Para Farias e Cavalcanti (2012) no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, o conceito de acesso aos serviços de saúde precisa ser compreendido de forma ampliada, ultrapassando a simples ideia de acesso físico à unidade de atendimento. A acessibilidade envolve todo o percurso vivido pelo usuário, desde a saída de sua casa, passando pela chegada e permanência na unidade de saúde, até o retorno ao seu lar. Dessa forma, garantir a acessibilidade significa considerar todas as barreiras, físicas, econômicas, culturais e institucionais, que podem dificultar o efetivo uso dos serviços.

Na gestação, os agravos de saúde são recorrentes e podem afetar a mãe e o bebê, especialmente aquelas que apresentam dificuldades de acesso a acompanhamento de saúde. Ainda, fatores sociais, como gestação precoce, uso de drogas ilícitas, desproteção social, desemprego, multiparidade, são igualmente condições de identificação de maior risco na pré-natal (BRASIL, 2022). Neste sentido, o MS reconhece que iniquidades em saúde são agravadas pelas situações de vulnerabilidade social, pois estão diretamente ligadas às condições de vida, como por exemplo, entre elas expressões como a falta de moradia digna, saneamento básico, alimentação e educação de qualidade.

Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM (2004), quando se trata da saúde de mulheres, os problemas são agravados pelas diversas discriminações nas relações de trabalho, sobrecarga de tarefas domésticas, somadas à variáveis de raça, etnia e situação de pobreza. Ainda conforme o documento, embora as mulheres vivam mais do que os homens, estas adoecem com mais frequência, refletindo os impactos da discriminação e vulnerabilidade, que acabam sendo maiores do que os fatores biológicos (BRASIL, 2004).

Cabe salientar sobre os impactos da sobrecarga das mulheres tanto em atividades de gestão do lar como no cuidado dos filhos. Conforme Agostini *et al*(2024), o cuidado envolve a relação com o outro, abrangendo trocas simbólicas que devem considerar famílias, gênero, trabalho, sobrecarga e reprodução social. Contudo, percebe-se que as cobranças e exigências do cuidado recaem sobre as mulheres, devido a imagem criada pela sociedade de que estas

devem se dedicar exclusivamente ao ato de cuidar, independente das condições sociais e estruturais da vida.

Em muitos contextos as mulheres são cobradas para que exerçam todas as atividades relacionadas ao cuidado em tempo integral, a fim de serem consideradas “boas mães”. Essa construção reforça a ideia de responsabilidade exclusiva pela maternidade, inviabilizando a sobrecarga emocional e mental das mulheres que são mães, bem como o sofrimento decorrente dessa função atribuída socialmente (AGOSTINI *et al*, 2024) e o cuidado sob o enfoque paterno, especialmente na responsabilização sobre os cuidados com a prole, para além das questões financeiras, mas de envolvimento afetivo e de cuidado.

Embora os laços consanguíneos sejam predominantes na esfera do cuidado, outras personagens surgem a partir das relações dos sujeitos, como vizinhas, comadres, babás/cuidadoras, identificados sempre papéis femininos ou feminizados. Essas mulheres, conforme Agostini *et al* (2024) reforçam a presença feminina no cuidado e a necessidade da mulher reorganizar suas tarefas diárias a fim de se adaptar às demandas apresentadas.

Diante disso, percebe-se que o fator do pré-natal ausente ou incompleto reflete tanto em fatores de falta de acesso aos direitos básicos para subsistência das mulheres gestantes, quanto em questões de gênero, raça, etnia, cultura, território, entre outros. Dessa forma, salienta-se sobre a necessidade de efetivação de políticas públicas voltadas às gestantes, sendo essas pensadas para além do cuidado biológico.

3 O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO VIABILIZADOR DE DIREITOS NO ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL

A gestação é um processo biopsicossocial e fisiológico na vida das mulheres e pessoas que podem gestar, que, em sua maioria, evoluiu sem intercorrências. Porém, uma parcela significativa das mulheres apresentam agravos de saúde, as quais chama-se gestão de alto risco (LIMA, COSTA 2022). O Ministério da Saúde infere que os riscos podem ser aumentados devido a ausência de pré-natal, entre outras determinações de saúde, incluindo o acesso a acompanhamento de qualidade e informações durante o período gravídico-puerperal.

Segundo Victoria (2011) o Brasil ampliou o acesso à cobertura de assistência pré-natal em 90% nos anos 90, com implementação de políticas públicas que fomentam o aumento da cobertura de serviços, ampliação do número de consultas, e acompanhamento de qualidade para as mulheres gestantes no território nacional.

Ainda assim, os índices de menor cobertura de assistência pré-natal estão entre mulheres indígenas e negras, especialmente aquelas em condições socioeconômicas mais precárias, com baixa escolaridade, sem acesso a renda, e maior número de gestações, bem como entre as residentes das regiões Norte e Nordeste do país (VIELLAS *et al*, 2014), o que evidencia como as desigualdades de gênero, raça e classe continuam a estruturar e limitar o acesso aos serviços de saúde e reproduzir iniquidades no Brasil. Entende-se, neste sentido, que os indicadores sociais e marcadores de diferença constituem-se como relevantes para definir o acesso à saúde, e consequentemente o impacto em desfechos desfavoráveis para a saúde materno-fetal.

O acompanhamento pré-natal, fundamentado em ações preventivas, têm como finalidade garantir o curso saudável da gestação e favorecer o nascimento de um bebê em boas condições, preservando a saúde materna e neonatal. Evidências apontam que a realização de um pré-natal de qualidade está associada à redução de desfechos perinatais adversos, como baixo peso ao nascer e prematuridade, além de diminuir a ocorrência de complicações obstétricas, incluindo eclâmpsia, diabetes gestacional e mortes maternas e neonatais.

Um estudo de Victoria *et al* (2025) revela que aproximadamente 70% das mortes infantis ocorrem no período neonatal, reiterando que o perfil da mortalidade infantil no Brasil está fortemente associado a fatores relacionados à gestação, ao parto e ao período pós-parto, os quais são elementos amplamente preveníveis mediante uma atenção em saúde qualificada.

Ainda, segundo Esposti *et. al*, (2015) o acesso aos serviços de saúde depende da articulação entre a disponibilidade dos serviços no momento e local adequados, a capacidade de acessar ou pagar pelos serviços, que podem envolver custos diretos e indiretos para o usuário, além da aceitabilidade, que contempla os desejos subjetivos dos sujeitos que acessam as políticas públicas. Essas inter relações demonstram que o acesso resulta do alinhamento entre a organização do sistema de saúde e as condições individuais e comunitárias dos usuários.

O acesso à informação constitui-se como importante fator para viabilizar o acesso à saúde pública, e consequentemente, o acesso ao pré-natal de qualidade, convergindo, neste sentido, com as implicações éticas do assistente social na saúde pública. Ademais, o assistente social, inserido nas equipes multiprofissionais de saúde, contribuem sobremaneira para pensar o acesso da população usuária e contribuir para mitigar as barreiras sociais que se interpõem no acesso a saúde, como por exemplo, dificuldades relativas a transporte, a renda, a desinformação do acesso ao pré-natal como direito da mulher e do bebê.

Nesse enfoque, a atuação do Serviço Social deve fundamentar-se na análise crítica das expressões da questão social, sem atribuir às usuárias a responsabilidade isolada pelas consequências de um processo de exclusão e desigualdade social. O compromisso ético-político da profissão implica no desvelamento das causas estruturais da ausência de pré-natal, bem como na identificação e denúncia dos determinantes sociais que condicionam o acesso desigual aos serviços de saúde. Compete ao/a assistente social atuar de forma articulada com Unidades Básicas de Saúde, Conselhos Tutelares, rede de proteção social e equipe multiprofissional, com o objetivo de sensibilizar e intervir diante da não efetividade das políticas públicas e seus impactos na vida das gestantes.

O exercício profissional encontra respaldo na Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão, destacando entre suas atribuições a formulação, implementação e avaliação de políticas sociais, bem como a atuação junto a populações em situação de vulnerabilidade. O Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) reforça esse compromisso, ao defender intransigentemente os direitos humanos, a universalização do acesso às políticas sociais e a ampliação da cidadania como princípios orientadores da ação profissional.

Além disso, os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2009) destacam que a prática profissional deve articular os princípios do Sistema Único de Saúde, com a universalidade, integralidade e equidade, à dimensão ético-política do Serviço Social. Nesse campo, a atuação crítica deve priorizar o fortalecimento da atenção básica, a intersetorialidade, a prevenção e a educação em saúde, reconhecendo os sujeitos como portadores de direitos e não como meros objetos de intervenção.

Conforme Iamamoto (2009), o acesso à informação engloba uma relação democrática aberta a reflexões e críticas entre os os/as assistentes sociais e aos sujeitos que demandam seus direitos e serviços a eles correspondentes. Diante desse cenário, propõe-sobre a importância do pré-natal e de outros direitos reprodutivos. Assim,

A dimensão educativa de nossa prática nos espaços onde atuamos é visível e fundamental, visto que nossa ação vem sempre acompanhada da palavra, da informação, da troca, da escuta apurada (que deve ser crítica e solidária), do debate, situações em que percepções de mundo são difundidas, analisadas, questionadas (LESSA, 2013, p. 115).

O cerne da intervenção reside no fortalecimento do vínculo das gestantes com a Atenção Básica e na articulação intersetorial. Ao identificar dificuldades específicas, o serviço social atua como elo, buscando facilitar o acesso à unidade de referência e à rede de apoio social, e demais serviços e equipamentos sociais da rede de atendimento. Dessa forma, o

projeto não se encerra na alta hospitalar, mas propõe um plano de seguimento que qualifique a porta de saída, buscando romper com a fragmentação do cuidado entre o hospital (alta complexidade) e a Atenção Básica, concretizando o princípio da integralidade no Sistema Único de Saúde.

Essa prática educativa não se restringe à mera transmissão de informações, mas busca construir espaços coletivos de escuta, reflexão crítica e fortalecimento de vínculos com a rede de atenção. Trata-se de uma ação que expressa a dimensão pedagógica do Serviço Social, entendida como processo formativo que visa à ampliação da consciência crítica dos sujeitos sobre suas condições de vida e sobre os direitos que lhes são assegurados.

A dimensão pedagógica manifesta-se na mediação entre conhecimento técnico e experiência cotidiana, permitindo que o assistente social contribua para a construção de saberes compartilhados e para o fortalecimento da autonomia dos usuários diante das expressões da questão social (CFESS, 2011). Trata-se de uma intervenção que materializa os princípios do projeto ético-político do serviço social, contribuindo para a qualificação da atenção obstétrica e para a proteção integral da saúde da mulher e da criança, em consonância com a luta histórica pela universalização dos direitos sociais no Brasil.

A ausência de pré-natal, bem como o pré-natal inadequado, é frequentemente interpretado de forma simplista e moralista, responsabilizando exclusivamente à gestante pela falta de acompanhamento. Entretanto, aspectos como o difícil acesso a serviços, a baixa qualidade do atendimento, a desigualdade de gênero e a precarização das políticas públicas, influenciam diretamente a não efetivação desse direito fundamental e universal.

Ainda, a descoberta tardia da gestação, frequentemente associada à ausência de planejamento reprodutivo, constitui um importante fator que contribui para o início tardio do acompanhamento pré-natal. Nesse sentido, o desconhecimento da gestação nos primeiros meses compromete o acompanhamento adequado, resultando em um número inadequado de consultas.

4 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido no Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado em uma maternidade de hospital escola no interior do Rio Grande do Sul. O projeto de intervenção *“Promovendo o pré-natal: Ação educativa com gestantes internadas em uma Maternidade Pública”* (setembro a dezembro de 2025) visa qualificar o

acesso à informação e ao acompanhamento pré-natal, por meio de ações educativas fundamentadas na escuta qualificada, conforme diretrizes dos Parâmetros de atuação do SUAS (2019).

As ações são realizadas via busca ativa das gestantes internadas, com atendimentos individualizados à beira leito, voltados à compreensão da trajetória pré-natal, vínculo com a Atenção Básica e barreiras de acesso ao cuidado. Os critérios de inclusão abrangem gestantes e puérperas com pré-natal incompleto ou inadequado para a idade gestacional, além de gestantes em início de gestação para fins de promoção da saúde. Gestantes com pré-natal adequado foram excluídas.

As intervenções abordam a importância do pré-natal, número mínimo de consultas, exames, registros na Caderneta da Gestante, identificação de rede de apoio, direitos sociais e reprodutivos e principais demandas socioassistenciais. Os registros são sistematizados em fichas, tabelas de monitoramento e prontuário eletrônico, permitindo análise posterior sobre adesão ao pré-natal. Foram identificadas limitações decorrentes da alta rotatividade de gestantes e da reduzida carga horária do estágio, impactando o alcance da intervenção. Tais limites evidenciam a necessidade de ações continuadas e estruturadas, que fortaleçam a promoção da saúde, o acesso à informação e a qualificação da assistência pré-natal na Atenção Básica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à saúde no Brasil constitui-se como direito advindo da Constituição Federal de 1988, porém, mesmo estando elencado nos direitos fundamentais os sujeitos que utilizam a política pública de saúde tem apresentado dificuldades relativas ao acesso e acompanhamento nas unidades da atenção primária e na saúde especializada.

Neste sentido, o acompanhamento pré-natal coloca-se como desafio para mulheres e pessoas que possam gestar, na rede pública de saúde, pois ainda dependem da qualidade do acesso à atenção e as informações relativas a este ciclo gravídico-puerperal. Isto porque o acesso à saúde é atravessado pelos condicionantes e determinações de saúde, que abrangem o acesso à renda, ao trabalho, a moradia e condições sanitárias adequadas.

Neste sentido, o trabalho educativo do/a assistente social junto a gestantes e puérperas, tem representado um importante instrumento com vistas a viabilizar acesso às informações sociais relativas ao acompanhamento pré-natal de qualidade como direito da gestante e do

bebe, além de contribuir para o fortalecimento das mulheres no seu processo de acompanhamento, com acesso à informação de qualidade.

Comumente, o não acesso é individualizado e cria-se uma cultura de culpabilização das mulheres em relação a efetividade do acompanhamento, realização de exames, comparecimento de consultas, sem levar em consideração as condições materiais e estruturais que estão imbricadas neste processo. Para além das representações subjetivas, uma dinâmica da estrutura social de organização dos serviços de saúde, e oferta de informações, em conjunto com a falta de profissionais capacitados para realizar o acompanhamento, os fluxos de acesso nas unidades, número inexpressivo de consultas disponíveis, processo de marcação, dificuldades de acesso às unidades devido a distribuição territorial são condicionantes importantes para compreender o acesso ao pré-natal.

Neste sentido, ainda faz-se um desafio a cobertura de pré-natal de qualidade em todo território nacional, especialmente pela qualificação da assistência e da ampla cobertura com acesso à informação de qualidade. As demandas destinadas às mulheres em relação ao cuidado de sua saúde e de sua prole, sem considerar as dimensões estruturais de oferta estatal, constitui-se em uma iniquidade em saúde, a qual apenas culpabiliza mulheres pelo o desfecho do acompanhamento e da saúde materno-fetal, desconsiderando a precarização dos serviços e dificuldades de acesso, especialmente as populações vulneráveis.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, O.S; MOREIRA, M.C.N; SÁ, M.R.C de. As crianças, o cuidado hospitalar e as redes de familiaridade: como gestar a complexidade de saúde? **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34031, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434031pt>. Acesso em: 19 ago 2025.

BARRETO, T. W. M.; SCHRAIBER, L. B. A humanização no pré-natal: concepções e práticas de profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 5, p. 2133-2142, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Título I, Artigo 3. Câmara dos Deputados. **Diário oficial da União**, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento. **Rev Bras Saúde Matern Infant.**, v. 2, n. 1, p. 69-71, abr. 2002

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual técnico: pré-natal e puerpério - atenção qualificada e humanizada**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais de Atenção à Gestante: Pré-Natal, Parto e Puerpério**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Projeto ético-político do Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2011.

ESPOSTI, C. D. D., OLIVEIRA, A.E,NETO, ET do sS. TRAVASSOS, C. **Representações sociais sobre o acesso e o cuidado pré-natal no Sistema Único de Saúde da Região Metropolitana da Grande Vitória**, Espírito Santo. Saúde e Sociedade. São Paulo, SP. Set 2015, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/zHDcSThr6GhsVkdJxhW6L5m/?lang=pt> Acesso em: 13 de nov. 2025.

FIOCRUZ. **Determinantes sociais da saúde**. Glossário DSSBR. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/glossary/determinantes-sociais-da-saude/>. Acesso em: 19 out. 2025.

GADELHA, I. P. et al. Determinantes sociais da saúde de gestantes acompanhadas no pré-natal de alto risco. **Rev Rene**, Fortaleza, v. 21, e42198, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49983>. Acesso em: 20 out. 2025.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE NASCIDOS VIVOS – SINASC. **Dados sobre pré-natal e desfechos perinatais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: as dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza/ CE: CRESS 3ª Região, 1997.

LIMA, R.S; COSTA, AMR. Determinantes e condicionantes de saúde em um pré-natal de alto risco da Região do Caetés do estado do Pará. **Serviço Social e Saúde**. Campinas, SP. v.21, 2022. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8659227/32560> Acesso em 13 de nov. 2025.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serviço Social & Sociedade**, n. 113, p. 1063130, jan. 2013.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Parâmetros de atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência**. Brasília: Secretaria Especial de Desenvolvimento Social;

Secretaria Nacional de Assistência Social, 2019. 20 p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia-social/consulta-publica/Parametros_Consulta_Publica.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Gestão de Alto Risco**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2014

PAULINO, Mariana Moraes; ANDRADE, Janete Ferreira de. Atuação do/a assistente social na saúde: desafios e possibilidades na atenção à saúde da mulher. **Revista Katálisis**, v. 21, n. 1, p. 122–130, 2018.

PAULINO, L. M.; ANDRADE, R. M. M. Serviço Social na saúde: entre os desafios do cotidiano e os compromissos ético-políticos. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 566–575, 2018.

SILVA, Maria Lúcia. Saúde, direitos e Serviço Social: reflexões sobre a atuação profissional na saúde pública. In: BRAVO, Maria Inês Souza; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs.). **Projeto ético-político e a formação profissional em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 169–183.

SOUZA, D. R.; OLIVEIRA, J. S. Fatores associados ao pré-natal incompleto: análise em serviços do SUS. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, n. 2, p. 475–482, 2020

VIELLAS, E. F. et al. Assistência pré-natal no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 30, n. supl. 1, p. S85-S100, 2014.

VICTORA, C. G. et al. Maternal and child health in Brazil: progress and challenges. **The Lancet**, [s. l.], v. 377, n. 9780, p. 1863-1876, 2011.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO E SUA RELAÇÃO COM A INTERSECCIONALIDADE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

LA PRECARIEDAD DEL TRABAJO DE CUIDADOS Y SU RELACIÓN CON LA INTERSECCIONALIDAD DE GÉNERO, RAZA Y CLASE

Maria Francisca Mendonça da Silva¹
Ellen de Moraes e Silva²

Resumo: O artigo teve como objetivo analisar o conceito de cuidado sob uma perspectiva ética e social, identificando seus significados, implicações e desafios no contexto contemporâneo. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, com abordagem teórico-descritiva, baseada na análise de documentos oficiais e na reflexão crítica sobre o papel do cuidado na sociedade. A problemática central consistiu em compreender como o cuidado, historicamente atribuído às mulheres e desvalorizado socialmente, pode ser reconhecido como trabalho essencial e direito coletivo. Os resultados indicaram que o cuidado é um elemento estruturante das relações humanas e da sustentabilidade social, mas permanece marcado por desigualdades de gênero, classe e raça que afetam quem o realiza e quem dele depende. Concluiu-se que a valorização do cuidado como política pública e princípio ético é fundamental para promover justiça social, equidade e fortalecimento das relações de solidariedade na sociedade.

Palavras-chave: Cuidado. Desigualdade social. Gênero. Trabalho. Justiça social.

Resumen: El artículo tuvo como objetivo analizar el concepto de cuidado desde una perspectiva ética y social, identificando sus significados, implicaciones y desafíos en el contexto contemporáneo. La metodología fue de naturaleza cualitativa, con un enfoque teórico-descriptivo, basada en el análisis de documentos oficiales y en la reflexión crítica sobre el papel del cuidado en la sociedad. El problema central consistió en comprender cómo el cuidado, históricamente atribuido a las mujeres y socialmente desvalorizado, puede ser reconocido como un trabajo esencial y un derecho colectivo. Los resultados indicaron que el cuidado es un elemento estructural de las relaciones humanas y de la sostenibilidad social, pero continúa marcado por desigualdades de género, clase y raza que afectan tanto a quienes lo realizan como a quienes dependen de él. Se concluyó que valorar el cuidado como política

¹ Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus – Amazona, Brasil. Email: franmendonca.fma@gmail.com

² Doutora, Professora substituta, Universidade Federal do Amazona, Manaus – Amazonas, Brasil. Email: ellen.moraesilva@gmail.com

pública y principio ético es fundamental para promover la justicia social, la equidad y el fortalecimiento de las relaciones de solidaridad en la sociedad.

Palabras clave: Cuidado. Desigualdad social. Género. Trabajo. Justicia social.

1 INTRODUÇÃO

A palavra cuidado tem origem no latim *cura*, termo que expressa não apenas o ato de tratar ou zelar, mas também a ideia de desvelo, preocupação e inquietação diante de algo ou alguém amado. Como observa Heidegger (1988, p. 265), o cuidado constitui uma dimensão existencial do ser, uma forma de estar-no-mundo marcada pela responsabilidade e pela abertura ao outro. Nesse mesmo sentido, Boff (2014) interpreta o cuidado como uma atitude que transcende o gesto técnico ou assistencial: trata-se de uma disposição ética e afetiva, de uma responsabilidade que nasce do envolvimento humano e da consciência de interdependência. O cuidado, portanto, é o oposto do descaso — é ocupação, atenção e compromisso com a vida em todas as suas formas.

No contexto contemporâneo, a elaboração da Política e do Plano Nacional de Cuidados (2023) conferiu centralidade política e econômica ao tema, ao defini-lo como o conjunto de trabalhos cotidianos voltados à sustentação e reprodução da vida. O cuidado abrange tanto a produção de bens e serviços necessários à sobrevivência — como a preparação de alimentos, a limpeza e a organização doméstica — quanto as atividades de atenção direta a pessoas que necessitam de auxílio nas tarefas básicas e instrumentais da vida diária, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Esse reconhecimento marca uma inflexão importante: o cuidado deixa de ser entendido como um atributo natural ou privado, passando a ser reconhecido como trabalho social essencial, base da economia e da coesão das sociedades.

Sob a perspectiva ética, o cuidado é constitutivo da condição humana. Todos os seres, em algum momento da vida, necessitam de cuidado para existir e se desenvolver. Entretanto, historicamente, a gestão do cuidado foi naturalizada como uma função do âmbito doméstico e atribuída majoritariamente às mulheres. Como argumentam Tronto (2015) e Biroli (2015), o cuidado permaneceu por longo tempo fora da agenda pública, restrito às relações familiares e afetivas e desconsiderado como questão política. Esse apagamento expressa a desigualdade

estrutural que atravessa a organização social do cuidado, revelando quem cuida, de quem se cuida e em que condições esse trabalho é realizado.

A análise das pessoas que exercem o trabalho de cuidado expõe, de forma contundente, as hierarquias de gênero, raça e classe que estruturam a sociedade brasileira. Trata-se de uma função historicamente associada às mulheres, frequentemente desvalorizada e mal remunerada, que carrega o peso simbólico e material de uma herança patriarcal e escravocrata. Durante o período colonial, o trabalho doméstico e de cuidado foi desempenhado por mulheres negras escravizadas, responsáveis não apenas pelas tarefas da casa senhorial, mas também pelo cuidado das crianças brancas e pela manutenção cotidiana das famílias proprietárias. Essas mulheres, relegadas à invisibilidade social, exerciam funções como amas de leite, mucamas, costureiras e cozinheiras, submetidas às formas mais diversas de exploração (Revista da Faculdade Mineira de Direito, v. 24, n. 47). Essa herança histórica instituiu um padrão de racialização e desvalorização do cuidado que persiste na contemporaneidade, configurando um dos principais eixos de desigualdade social.

Para compreender essa complexa rede de opressões, é fundamental recorrer ao conceito de interseccionalidade, desenvolvido inicialmente por Kimberlé Crenshaw (2002) e aprofundado por autoras como Collins e Bilge (2021). A interseccionalidade permite analisar como múltiplos eixos de subordinação — gênero, raça, classe, sexualidade e nacionalidade — interagem de modo simultâneo, produzindo formas específicas de desigualdade e exclusão. Segundo Crenshaw (2002), esse conceito busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas das interações entre diferentes sistemas de opressão, como o racismo, o patriarcado e o classismo, que não atuam de maneira isolada, mas entrelaçada, constituindo padrões de desempoderamento e marginalização. Assim, pensar o cuidado a partir da interseccionalidade é reconhecer que as desigualdades que o atravessam não são apenas de gênero, mas também raciais e econômicas, expressando as hierarquias que sustentam a ordem social.

A socióloga e cientista política Françoise Vergès (2020), em *Um feminismo decolonial*, aprofunda essa análise ao descrever o trabalho de cuidado como uma engrenagem invisível que sustenta o capitalismo contemporâneo. Segundo a autora, todos os dias milhares de mulheres negras e racializadas abrem as cidades, limpam espaços, cozinham, cuidam e garantem as condições para o funcionamento do patriarcado e do capitalismo neoliberal. Essas mulheres exercem tarefas consideradas não qualificadas, perigosas e mal remuneradas, frequentemente expostas a produtos tóxicos e a longas jornadas, em deslocamentos exaustivos. Ao fazê-lo, tornam possível que outras mulheres, em melhores condições

socioeconômicas, possam trabalhar e participar da vida pública. Vergès evidencia, portanto, como o sistema econômico global depende de uma divisão racializada e hierarquizada do trabalho de cuidado, sustentada pela exploração dos corpos femininos negros e pobres.

Nessa perspectiva, o cuidado deixa de ser um conceito abstrato para revelar-se como campo de disputa política e epistemológica. Discutir quem cuida, como e em que condições é discutir também a distribuição desigual de poder e de reconhecimento na sociedade. O cuidado, ao mesmo tempo que expressa solidariedade e interdependência, torna-se um espelho das desigualdades estruturais. Assim, compreender o cuidado implica examinar suas dimensões éticas, econômicas e simbólicas, reconhecendo-o como trabalho essencial à vida, mas ainda invisibilizado pelas lógicas do capital e do patriarcado.

O sociólogo francês Alain Touraine (2010) corrobora essa visão ao afirmar que gênero, classe e raça não devem ser compreendidos como fatores de dominação isolados, mas como dimensões interdependentes de uma mesma estrutura de poder. Para o autor, o problema não está em hierarquizar qual dessas categorias é mais determinante, mas em reconhecer que todas se articulam como variantes de uma dominação geral, cuja função é reproduzir desigualdades e manter as posições sociais estabelecidas. Essa compreensão amplia o debate sobre o cuidado, situando-o não apenas como prática individual ou moral, mas como fenômeno social atravessado por relações de poder históricas e persistentes.

Portanto, discutir o cuidado na contemporaneidade exige ir além da sua dimensão afetiva e moral, compreendendo-o como elemento constitutivo da justiça social, da economia e da democracia. Implica reconhecer que o cuidado, longe de ser uma atividade marginal, é o que sustenta a vida coletiva, mas também o que mais revela as contradições e as desigualdades do mundo do trabalho. Pensar políticas públicas de cuidado, como propõe a Política Nacional de 2023, é um passo decisivo para deslocar o cuidado do espaço privado para o centro da agenda política, valorizando-o como direito, como trabalho e como prática ética fundamental à construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.

2 DESENVOLVIMENTO

O capital teve, em determinado momento histórico, que convencer às pessoas que o trabalho doméstico é algo natural, uma parte da personalidade feminina, dessa forma, a “condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que trabalho doméstico não é trabalho”. O capital, ao criar

a ideia de um trabalho desenvolvido por amor, obteve uma grande quantidade de trabalho não pago e assegurou que mulheres não lutassem contra essa situação, procurando desenvolver esse trabalho como se fosse a realização da sua natureza (Silvia Federici, 2019, p. 43).

Enquanto o cuidado continuar sendo associado exclusivamente às mulheres e à esfera afetiva da relação mãe-filho, sua natureza trabalhista não será reconhecida, impedindo sua centralidade na economia e na formulação de políticas públicas (Brugère, 2023). É necessário compreender que a fragilidade, vulnerabilidade e interdependência humana são realidades inescapáveis, tornando o cuidado uma responsabilidade coletiva que transcende as fronteiras de gênero e classe social (Paperman, 2011).

Ao tratar da forma como o trabalho de cuidado se organiza, a bibliografia sobre cuidado privilegia as desigualdades entre homens e mulheres, codificada pelo que se convencionou chamar divisão sexual do trabalho (IPEA, 2016).

Ao atrelar às mulheres a responsabilidade pelos cuidados a pessoas e afazeres domésticos, a divisão sexual do trabalho é em geral responsável pela interrupção da carreira profissional e pela opção por empregos de menor carga horária (e mal remunerados) pelas mulheres, seja para a dedicação exclusiva aos filhos pequenos ou a outras pessoas em situação de dependência, seja em virtude da carga de trabalho demandada pelos demais afazeres domésticos. Como consequência, as mulheres têm menores possibilidades de acessar os benefícios previdenciários e estão mais expostas à pobreza e contíguas formas de vulnerabilidade, além de enfrentarem restrições à participação de atividades públicas, profissionais e políticas (Biroli, 2013, p. 172).

A mercadoria produzida nas fábricas, diferentemente das tarefas domésticas, satisfaz a demanda de lucro do empregador, a partir disso, “o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista” (Davis, 2016, p. 230).

Repensar o cuidado como parte integrante da esfera privada e/ou objeto de preocupação pública remete ao questionamento primordial acerca dessa dualidade, que constitui base comum das teorias políticas feministas. Estas teorias trazem luz para a construção conceitual das duas esferas da vida e a caracterização da esfera privada como apartada de critérios de justiça e igualdade, diferentemente da esfera pública. A primeira foi historicamente construída como campo de ação das mulheres, que, por sua vez, não pertenciam à segunda. A separação das esferas também tem como consequência a exclusão da agenda política tanto da discussão sobre as formas de violência e opressão presentes nos lares

quanto daquela sobre o cuidado das pessoas. Deste modo, rompe-se com o pensamento de que a esfera da família não se rege pelos mesmos princípios da esfera pública, cabe incorporar a noção de justiça à esfera privada (Okin, 1989).

Apesar da importância ideológica da separação entre as esferas pública e privada, no capitalismo e na forma como os Estados se organizam para sustentá-lo, os privilégios vividos em uma arena conectam-se diretamente aos privilégios colhidos na outra (Biroli, 2015).

Um importante avanço no questionamento da dicotomia público-privado é alcançado quando o cuidado é reconhecido como atividade essencial para a existência de todos os indivíduos e de qualquer sociedade humana. Afinal, embora se possa desejar um “reino de liberdade” que supõe autonomia quase irrestrita e que toma o indivíduo como unidade analítica, o cuidado “existe devido às incapacidades, aos limites da condição humana” (Boris, 2014).

Em todas as sociedades contemporâneas, o trabalho doméstico efetuado pelas mulheres, é excluído do sistema de trocas, não havendo, portanto, retribuição, sendo estruturado por meio de relações de poder, as mulheres realizam o trabalho de cuidado não apenas por sua condição de gênero, mas devido à construção social de suas funções dentro da divisão sexual do trabalho: “Não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica suas relações de produção, longe disso, mas que essas relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mundo do valor.”. A opressão das mulheres é decorrente da exploração patriarcal, e como esse sistema está presente em todas as sociedades conhecidas, a libertação da mulher depende da instauração de um novo paradigma na base de todas as sociedades, mediante uma luta revolucionária pela tomada do poder político (Delphy, 2015).

Normalmente, apenas aquilo que tem uma dimensão mercantil é considerado pertinente ao âmbito do “econômico”, ainda que processos, relações e tarefas que não são inerentes ao capitalismo mercantil sejam indispensáveis para o funcionamento do mercado e para a continuidade da vida (Carrasco, 2012, p. 251).

Numa sociedade muito desigual, ter suas necessidades atendidas pode constituir privilégio, assim como ser cuidado e não quem cuida, poder escolher as tarefas de cuidado que realizará e poder escolher onde buscará o cuidado de que necessita. Cuidar significa lidar com a intimidade, com a corporeidade; fluidos, cheiros, doenças, toques, com sentimentos de obrigação, compaixão, solidariedade, medo da morte, entre outros. Passa muitas vezes por relações com pessoas com capacidades limitadas e consciência restrita. A relação também pode ser atravessada pela troca mercantil ou de favores. Ou seja, a dimensão moral está

intricada nas relações sociais de cuidado de forma muito mais aguda que em outras relações de trabalho (Fontoura, 2021).

De fato, ter poder significa ter a possibilidade de delegar o trabalho mais enfadonho, pesado e sujo do cuidado para outras pessoas e realizar somente a parte mais agradável. Entretanto, se se supõe uma sociedade de iguais, tal desigualdade não deve ser encarada como natural nem aceitável (Tronto, 2013).

O “trabalho reprodutivo” é definido como um trabalho “físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas (households) e pessoas (da infância até a velhice)” (Shellee Colen 1995, p. 78).

No relatório da OXFAM (2020) “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”, demonstra a condição da vida das mulheres que realizam o trabalho de cuidados e seus impactos sociais. Estima-se que “mulheres e meninas (a partir da faixa etária de 15 anos) de todo o mundo, sobretudo as que vivem em condição de pobreza dedicam 12,5 bilhões de horas todos os dias a este tipo de trabalho, gerando uma contribuição de pelo menos 10,8 trilhões de dólares por ano à economia global”; três vezes maior do que o estimado para todo o setor de tecnologia do mundo (OXFAM et al, 2020).

Se fosse implementado um novo modelo de tributação progressiva e taxassem 0,5% sobre a riqueza do 1% mais rico nos próximos 10 anos, seria possível criar cerca de 117 milhões de empregos em saúde, educação, assistência aos idosos, entre outros relativos ao cuidado, assim, poderia construir um novo horizonte de vida para as pessoas que cuidam e as que são cuidadas. Se a extrema pobreza é feminina, a extrema riqueza é masculina: os homens detêm, no mundo, 50% a mais de riqueza do que as mulheres (OXFAM 2020).

Segundo os dados da Pnad-c, em 2021, 30% das mulheres em idade ativa não estavam procurando emprego devido às suas responsabilidades com filhos, outros parentes ou com os afazeres domésticos (entre as negras esse percentual sobe para 32%, enquanto para as brancas é de 26,7%). Entre os homens, esta proporção era de 2%.

O trabalho de cuidado com a casa, os filhos, idosos, outros familiares e pessoas doentes é essencial para a manutenção da sociedade, mas não é remunerado e está distribuído de forma desproporcional, recaindo principalmente sobre as mulheres, que dedicam até 25 horas por semana a afazeres domésticos e cuidados, enquanto os homens dedicam cerca de 11 horas, segundo um estudo da (FGV IBRE, 2023).

De acordo com um novo relatório da OXFAM, este de 2023, mostra que 65% das horas trabalhadas semanalmente das mulheres não são remuneradas e nem incluídas no PIB, “do número total de horas trabalhadas semanalmente em todo o mundo, 45% são em trabalho de cuidado não remunerado” (OXFAM, 2023, p. 2).

É possível pensar formas de rupturas que façam surgir novas formas de produção social, especialmente por meio de movimentos sociais, onde as mulheres sejam atrizes de suas próprias histórias (Kergoat, 2002)

Portanto, este projeto se justifica pela sua importância social, acadêmica, legislativa e pessoal, visto que:

Para além da responsabilidade com a família e a casa, as desigualdades de gênero expressam-se também no mercado de trabalho (Rodríguez Enríquez, 2012, p. 24). Apesar dos avanços, o acesso feminino ao trabalho remunerado ocorre ainda em situação desvantajosa, e significa, para as mulheres, lidar com a dupla jornada de trabalho, e trabalhar no total, mais horas que os homens, conforme permitem visibilizar os estudos sobre o uso do tempo (Budlender, 2008; Fontoura et al., 2012). Além disso, a divisão sexual do trabalho se traduz no mercado de trabalho, na persistente super-representação das mulheres nas ocupações precárias, mal remuneradas e de menor prestígio social (Chafetz, 1991; Fontoura et al., 2012), assim como na sistemática diferença na distribuição de homens e mulheres nas diferentes profissões e ocupações (Hirata e Kergoat, 2007).

Como consequência, forja-se um novo padrão desigual de divisão do trabalho, no qual as mulheres devem conciliar trabalho remunerado para o mercado e o trabalho doméstico não remunerado, enquanto os homens dedicam-se majoritariamente ao trabalho remunerado. Assim, a identidade masculina parece continuar a se reproduzir com fundamento na distância dos homens dos afazeres domésticos, que contribui para a mercantilização do cuidado, apoiando-se nas hierarquias de gênero, raça e classe, e reforçando as desigualdades por elas ensejadas (Gornick e Meyers, 2003 apud Sorj, 2013, p. 481).

Os estudos feministas e de gênero têm apontado como as desigualdades engendradas pelos princípios de separação e hierarquização dos trabalhos com base no gênero implicam fortes desvantagens para as mulheres, culminando em precariedade financeira, maior vulnerabilidade à pobreza, menor status social e exclusão do domínio público (Razavi, 2007).

Segundo a historiadora Mary Del Priore a partir do século XVIII se consolidou a visão da mulher como um simples instrumento a serviço da espécie humana, fruto da misoginia própria dessa figura patriarcal que legitima o uso meramente utilitário dos corpos femininos,

em prol do projeto de ocupação, exploração e dominação dessa nova terra, na sociedade colonial brasileira as mulheres deveriam servir a um projeto meramente demográfico (Del Priore 2009, pp. 175-216).

No Brasil, tendo em vista “o desenvolvimento insuficiente de políticas públicas que permitam redistribuir ou socializar os custos dos cuidados familiares e o baixo nível de abrangência das políticas existentes”, a conciliação entre família e trabalho permanece como um problema a ser resolvido de modo privado. A divisão sexual do trabalho no interior das famílias vem sendo muito pouco questionada, de modo que o trabalho reprodutivo permanece sendo considerado quase que exclusivamente como atribuição feminina (Sorj, Fontes e Machado, 2007, pp. 574-575).

A Estratégia de Cuidado do Brasil é um tema emergente na agenda das políticas públicas e requer a aplicação de medidas em várias áreas, e deve ser um processo amplo e descentralizado com responsabilidade nas três esferas governamentais. A implementação de políticas com impacto na vida cotidiana dos cuidadores familiares deve ser um processo amplo e descentralizado com responsabilidades a nível Federal, Estadual e Municipal em coordenação com os Sistemas de Saúde e Assistência Social, promovendo o intercâmbio de informações e boas práticas, com estreita monitorização do progresso das medidas de apoio aos cuidadores (Nogueira, Brauna, 2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que o cuidado constitui uma categoria fundamental para compreender a vida em sociedade e as relações humanas em sua complexidade ética, política e econômica. Mais do que uma prática cotidiana, o cuidado expressa uma atitude de responsabilidade e interdependência que sustenta o convívio coletivo e a reprodução da existência. Entretanto, a análise demonstrou que, ao longo da história, o cuidado foi socialmente naturalizado como atributo feminino e restrito ao âmbito privado, o que resultou em sua desvalorização simbólica e material. Essa visão reducionista invisibilizou o trabalho de milhões de mulheres, em especial as negras e pobres, que historicamente sustentaram a economia do cuidado sob condições de exploração e desigualdade.

Constatou-se que a estrutura social brasileira ainda reproduz hierarquias patriarcais e raciais que determinam quem cuida, quem é cuidado e em que condições o cuidado é exercido. Essa divisão sexual e racial do trabalho reflete as contradições de um sistema que

depende do cuidado para existir, mas não o reconhece como trabalho essencial à vida e à economia. O cuidado, embora indispensável à sobrevivência humana, continua marcado pela informalidade, pela ausência de proteção social e pela falta de políticas públicas que valorizem e distribuam de forma justas suas responsabilidades.

No plano ético e político, o cuidado deve ser compreendido como um direito coletivo e uma dimensão central da justiça social. Reconhecê-lo implica repensar o modelo de desenvolvimento que coloca a produtividade acima da vida e a economia acima das pessoas. O fortalecimento de políticas públicas de cuidado — como previsto na Política Nacional de Cuidados (2023) — representa um avanço significativo, pois desloca o cuidado da esfera doméstica para o centro do debate público, articulando-o às agendas de trabalho, saúde, educação e proteção social.

O artigo destacou, ainda, que o cuidado é atravessado por múltiplos eixos de opressão — gênero, raça e classe — que se articulam de maneira interdependente, configurando desigualdades complexas e persistentes. A abordagem interseccional, portanto, mostrou-se indispensável para a compreensão das estruturas que sustentam a desvalorização do cuidado e para a formulação de estratégias capazes de promover equidade. Reconhecer o papel das mulheres negras e racializadas na sustentação cotidiana da sociedade é também um ato de reparação histórica e epistemológica, que desafia as formas hegemônicas de pensar o trabalho e a cidadania.

Do ponto de vista acadêmico, a reflexão sobre o cuidado abre um campo fértil de investigação interdisciplinar, que abrange as áreas da saúde coletiva, do serviço social, das ciências políticas, da economia e dos estudos de gênero. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise sobre as condições de trabalho das cuidadoras profissionais, o impacto das políticas públicas na vida das mulheres e as experiências inovadoras de redes comunitárias de cuidado. É igualmente importante explorar como as novas configurações familiares e as transformações demográficas, como o envelhecimento populacional e o aumento das famílias monoparentais, exigem novas respostas sociais e institucionais.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 81-117, 2015.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social**, v. 26, 2014

BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2023.

BUDLENDER, Debbie. **The statistical evidence on care and non-care work across six countries**. Geneva: UNRISD, 2008.

CARRASCO, Cristina. O paradoxo do cuidado: necessário, porém invisível. In: JÁCOME, Márcia Larangeira; VILLELA, Shirley (org.). **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres, 2012.

CHAFETZ, Janet Saltzman. The gender division of labor and the reproduction of female disadvantage: towards an integrated theory. In: BLUMBERG, Rae Lesser (ed.). **Gender, family, and economy: the triple overlap**. Newbury Park: Sage, 1991.

COLEN, Shellee. Like a mother to them: stratified reproduction and West Indian childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna (ed.). **Conceiving the new world order: the global politics of reproduction**. Berkeley: University of California Press, 1995. p. 78-102.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, CHRISTINE. O inimigo principal: **A economia política do patriarcado**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 17, p. 99-119, maio-ago. 2015.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FONTOURA, Natalia et al. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. **Revista Econômica**, v. 12, n. 1, p. 67-88, 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Relatório anual 2023**. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2023.

GORNICK, Janet C.; MEYERS, Marcia K. **Families that work: policies for reconciling parenthood and employment**. New York: Russell Sage Foundation, 2003.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1988. (Trabalho original publicado em 1927).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2016.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pró-Posições**, v. 13, n. 1 (37), p. 47-58, jan./abr. 2002.

MARCO CONCEITUAL DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS DO BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. Brasília: MDS, 2023.

NOGUEIRA, José; BRAUNA, Mônica. **Documento orientador de políticas de apoio ao cuidador familiar no Brasil**. Brasília, 2023.

OKIN, Susan M. **Justice, gender and the family**. New York: Basic Books, 1989.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social**. Brasília: OIT, 2009.

OXFAM BRASIL. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. São Paulo: Oxfam Brasil, jan. 2020.

OXFAM BRASIL. **Alternativas radicais ao PIB**. Documento informativo. São Paulo: Oxfam Brasil, ago. 2023.

PAPERMAN, Patricia. Les gens vulnérables n’ont rien d’exceptionnel. **Raisons Pratiques**, Paris, v. 16, p. 321-337, 2011.

RAZAVI, Shahra. **The political and social economy of care in a development context: conceptual issues, research questions and policy options**. Geneva: UNRISD, 2007.

REVISTA DA FACULDADE MINEIRA DE DIREITO. Dossiê: “O desafio do trabalho feminino e sua relação com o direito: entre o trabalho de cuidado, emocional e de (re)produção”. **Revista Vox**, v. 24, n. 47, p. 19-38, 2024. ISSN 2359-5183.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 478-491, 2013.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, 2007.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TRONTO, Joan C. **Caring democracy: markets, equality, and justice**. New York: New York University Press, 2013.

TRONTO, Joan C. **Who cares? How to reshape a democratic politics**. Ithaca: Cornell University Press, 2015.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2020.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tenovaimernacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

A SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES LABORAIS E SEUS IMPACTOS NO ADOECIMENTO

LA SALUD DEL TRABAJADOR RURAL EN EL SECTOR SUCROENERGÉTICO: UN ANÁLISIS DE LAS CONDICIONES LABORALES Y SUS IMPACTOS EN EL PROCESO DE ENFERMEDAD

Thiago Leonel Franco
Joelma Cristina Dos Santos

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos das condições de trabalho no setor sucroenergético sobre a saúde dos trabalhadores rurais, com ênfase nos fatores que contribuem para o adoecimento e na precarização das relações laborais. Por meio de uma revisão de literatura de caráter qualitativo, foram analisados artigos científicos publicados entre 2014 e 2024, disponíveis nas bases SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico. Os resultados evidenciam que os trabalhadores enfrentam jornadas extensas, exposição ao calor intenso, uso frequente de agrotóxicos, ausência de pausas adequadas e cobrança por alta produtividade, fatores que favorecem o surgimento de lesões musculoesqueléticas, sofrimento mental e doenças ocupacionais. Além disso, a informalidade, a terceirização e a permanência do trabalho infantil intensificam a vulnerabilidade social e a exclusão desses indivíduos. Observa-se ainda uma expressiva invisibilidade social e institucional, que restringe o acesso a políticas públicas de saúde e assistência. Conclui-se que os impactos identificados são de natureza estrutural e exigem a implementação de políticas intersetoriais que priorizem a valorização do trabalho rural, a equidade social e a garantia de condições dignas de vida e labor. Assim, reforça-se a necessidade de reconhecer o trabalhador rural como agente essencial na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, cuja saúde deve ser tratada como questão de justiça social e sustentabilidade humana.

Palavras-chave (Keyword, palabras clave): Saúde do trabalhador. Setor sucroenergético. Adoecimento ocupacional. Precarização do trabalho. Políticas públicas.

Resumen: El presente estudio tiene como objetivo analizar los impactos de las condiciones laborales en el sector sucroenergético sobre la salud de los trabajadores rurales, enfocándose en los factores que contribuyen al proceso de enfermedad y en la precarización de las relaciones laborales. A través de una revisión bibliográfica de enfoque cualitativo, se analizaron artículos científicos publicados entre 2014 y 2024 en bases como SciELO, LILACS, PubMed y Google Académico. Los resultados muestran que los trabajadores enfrentan jornadas extenuantes, exposición a altas temperaturas, uso constante de agroquímicos, ausencia de pausas adecuadas y presión por productividad, factores que

favorecen lesiones musculoesqueléticas, sufrimiento psicológico y enfermedades ocupacionales. Además, la informalidad, la tercerización y la persistencia del trabajo infantil aumentan la vulnerabilidad social y dificultan el acceso a derechos básicos. Se observa una marcada invisibilidad social e institucional que limita el acceso a las políticas públicas de salud y asistencia. Se concluye que los impactos identificados son estructurales y requieren la formulación de políticas intersectoriales que valoren el trabajo rural, promuevan la equidad y garanticen condiciones dignas de vida y labor. De esta manera, se refuerza la necesidad de reconocer al trabajador rural como un actor esencial dentro de la cadena productiva de la caña de azúcar y como sujeto de derechos sociales y humanos.

Palabras clave: Salud del trabajador. Sector sucroenergético. Enfermedad ocupacional. Precarización laboral. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A história da agricultura no Brasil remonta ao período colonial, com a cultura da cana-de-açúcar desempenhando um papel central nesse processo histórico. Introduzida artificialmente pelos colonizadores, essa gramínea de origem asiática foi incorporada ao território brasileiro com o objetivo de ampliar a produção agrícola e promover a acumulação de riqueza por meio da exploração de recursos tropicais. Desde sua implementação, por volta do século XVI, a cana-de-açúcar permanece como uma das principais culturas do país, impulsionada por sucessivas inovações tecnológicas, pela diversificação da cadeia produtiva sucroenergética e por políticas de incentivo promovidas pelo Estado (Moreira, 2022).

A saúde dos trabalhadores rurais tem se destacado como um tema cada vez mais importante nas conversas sobre justiça social, especialmente em setores produtivos que exigem bastante esforço, como o da cana-de-açúcar. Essa cadeia produtiva, que é crucial para a economia do nosso país, ainda está ligada a práticas de trabalho muitas vezes intensas demais, com jornadas longas e exaustivas, além de exposição a diversos riscos no dia a dia. Nesse contexto, a invisibilidade desses trabalhadores acaba ajudando a manter condições precárias, muitas vezes ignoradas pelas políticas públicas. Os impactos físicos e emocionais causados por esse jeito de trabalhar representam desafios sérios para a saúde coletiva, pedindo uma abordagem mais crítica e colaborativa entre diferentes áreas de atuação (Silva *et al.*, 2021; Lima; Rumin 2023).

Silva *et al.* (2021), aponta que os trabalhadores da cana-de-açúcar enfrentam uma rotina bastante desafiadora, marcada por esforços físicos intensos, exposição a agrotóxicos, poeira gerada pela queima da palha, temperaturas extremamente elevadas e uma constante

pressão para atingir metas de produtividade. Com a mecanização do corte, embora alguns acidentes tenham diminuído, surgiram novas dificuldades, como o aumento da carga de trabalho e a cobrança por resultados cada vez mais rígidos. Além disso, a precariedade nas condições de trabalho aumenta a vulnerabilidade dessas pessoas, dificultando o acesso aos direitos básicos e o reconhecimento oficial de problemas de saúde ligados ao trabalho. Esses fatores aprofundam as desigualdades e agravam os impactos negativos na saúde desses trabalhadores.

A terceirização, a informalidade e a rotatividade frequente de funções são características comuns nas usinas de cana-de-açúcar, refletindo um modelo de produção que muitas vezes valoriza o lucro mais do que o bem-estar dos trabalhadores. Essas práticas acabam criando uma distância em relação às instituições responsáveis pela fiscalização e pela garantia de condições de trabalho dignas. Como resultado, é comum o surgimento de problemas como doenças musculoesqueléticas, dificuldades respiratórias, intoxicações por produtos químicos, sofrimento psicológico e, infelizmente, até casos de morte súbita por exaustão muitas dessas situações não são devidamente registradas ou divulgadas (Lima; Rumin 2023).

Com base na análise crítica de Milton Santos (2000), a globalização não pode ser encarada como um fenômeno exclusivamente de natureza econômica ou técnica. Trata-se de um sistema perverso sustentado pela tirania do dinheiro e da informação, que impõe uma lógica produtividade e competitividade excludente, aprofundando as desigualdades sociais e precarizando as relações laborais e sociais. No setor sucroenergético, essa racionalidade técnica e informacional globalizada manifesta-se através da intensificação do trabalho, da desvalorização da força laboral e da invisibilidade institucional dos trabalhadores rurais.

Segundo o autor, essa denominada “globalização perversa” provoca a fragmentação dos territórios e subordina os espaços locais aos interesses do capital internacional, convertendo os trabalhadores em sujeitos descartáveis em nome do lucro. Dessa maneira, o surgimento de doenças e a exploração desses indivíduos não se configuram como eventos isolados, mas como manifestações de um modelo de desenvolvimento excludente e territorialmente seletivo (Santos, 2000).

A ausência de ações preventivas e de acesso a serviços de saúde eficazes compromete a qualidade de vida desses trabalhadores, além de perpetuar um ciclo de adoecimento, invisibilidade e exclusão social. Mesmo sendo uma população economicamente ativa e essencial para o funcionamento da cadeia produtiva sucroalcooleira, os trabalhadores rurais

continuam enfrentando obstáculos estruturais que dificultam sua proteção social e o exercício de seus direitos. Esse contexto reforça a necessidade de investigações que articulem saúde do trabalhador, políticas públicas e justiça social (Moreira, 2022).

Diante desse panorama, o presente estudo tem como objetivo geral investigar os impactos das condições de trabalho no setor sucroenergético sobre a saúde dos trabalhadores rurais, com foco nos fatores que contribuem para o adoecimento e na precarização das relações laborais. Como objetivos específicos, propõe-se identificar as principais condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores rurais no setor sucroenergético, com ênfase nos riscos ocupacionais e nas jornadas laborais; analisar os fatores que contribuem para o adoecimento físico e mental dos trabalhadores rurais inseridos nesse setor produtivo; examinar como as relações de trabalho, marcadas por possíveis processos de precarização, influenciam negativamente a saúde e o bem-estar desses trabalhadores.

2 DESENVOLVIMENTO

A saúde do trabalhador rural, especialmente no setor sucroenergético, permanece historicamente negligenciada, apesar da relevância econômica dessa atividade para o país. A produção da cana-de-açúcar demanda elevado esforço físico, longas jornadas e exposição constante a agentes químicos, biológicos e climáticos adversos, em ambientes de trabalho com pouca estrutura de proteção. Tais condições, conforme Almeida et al. (2018), contribuem para altos índices de doenças ocupacionais, acidentes e sofrimento físico e mental. A invisibilidade social que envolve essa população reforça a permanência de práticas laborais insalubres e dificulta o acesso a direitos fundamentais, como saúde, segurança e dignidade.

O modelo de produção predominante nas usinas canavieiras associa-se à intensificação do trabalho e à precarização das relações laborais. A terceirização, a informalidade e a instabilidade contratual aspectos destacados por Antunes (2020), ampliam a vulnerabilidade e reduzem a proteção social, comprometendo o acesso a políticas preventivas e dificultando a notificação de agravos ocupacionais. Tais fatores revelam a necessidade de compreender, de forma crítica, a organização do trabalho e suas implicações no processo de adoecimento.

Diante desse cenário, torna-se urgente promover estudos que deem visibilidade às condições de vida e saúde dos trabalhadores rurais, buscando compreender o impacto das transformações produtivas sobre sua integridade física e emocional. Como enfatiza Pignati et al. (2017), a saúde do trabalhador rural deve ser analisada à luz dos determinantes sociais,

econômicos e ambientais do processo de trabalho, articulando-se aos princípios da justiça social e da equidade. Nesse sentido, o presente estudo se justifica por contribuir para o debate acadêmico e político sobre a valorização do trabalho rural, reforçando a necessidade de políticas públicas intersetoriais que garantam condições dignas, proteção social e qualidade de vida aos profissionais que sustentam o setor sucroenergético.

O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura qualitativa, com o propósito de responder à seguinte questão: *quais são os impactos das condições laborais no setor sucroenergético sobre a saúde dos trabalhadores rurais, e de que forma esses fatores contribuem para o adoecimento e a precarização das relações de trabalho?*

Foram analisadas produções científicas publicadas entre 2014 e 2024, localizadas nas bases SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico, utilizando descritores como: “trabalhador rural”, “saúde do trabalhador”, “setor sucroenergético”, “condições de trabalho”, “adoecimento ocupacional” e “precarização do trabalho”. Foram incluídos artigos em português, espanhol e inglês, selecionados de acordo com sua relevância temática, rigor metodológico e pertinência ao objeto de estudo.

As obras foram submetidas a leitura crítica e sistemática, buscando identificar padrões, singularidades e lacunas no conhecimento científico sobre o tema. A análise dos dados seguiu a abordagem qualitativa proposta por Minayo (2014), baseada na construção de categorias analíticas a partir da interpretação reflexiva dos textos.

Dos estudos selecionados, emergiram quatro categorias principais que orientaram a discussão: Condições de trabalho no setor sucroenergético; Adoecimento físico e mental dos trabalhadores; Precarização das relações de trabalho; Impactos psicossociais e invisibilidade social.

Essa categorização permitiu sistematizar os principais achados da literatura, revelando as múltiplas dimensões do adoecimento no setor canavieiro. Espera-se, com isso, construir uma compreensão crítica sobre os determinantes sociais da saúde no meio rural, subsidiando políticas públicas mais justas e protetivas que assegurem o bem-estar dos trabalhadores do setor sucroenergético.

A análise dos estudos selecionados sobre o setor sucroenergético evidencia um conjunto de fatores que interagem e determinam o processo de adoecimento físico e mental dos trabalhadores rurais, destacando-se as condições laborais adversas, a precarização das relações de trabalho, os impactos psicossociais e a invisibilidade social. As pesquisas revisadas, publicadas entre 2014 e 2024, convergem para um diagnóstico preocupante: a

modernização da produção não resultou em melhoria das condições de trabalho, mas em uma reconfiguração da exploração, marcada pela intensificação do ritmo laboral, pela insegurança contratual e pela fragilidade da proteção social.

O modelo produtivo das usinas canavieiras, mesmo após a mecanização parcial, mantém práticas laborais extenuantes, especialmente nas regiões em que o corte manual da cana-de-açúcar ainda predomina. As longas jornadas sob altas temperaturas, a pressão por produtividade e a remuneração por produção contribuem para o esgotamento físico e emocional dos trabalhadores. Essa forma de pagamento, segundo Bezerra (2018), atua como mecanismo de controle sobre o corpo, induzindo o trabalhador a ultrapassar seus limites fisiológicos em troca de ganhos financeiros imediatos. O resultado é a naturalização do desgaste físico e o aumento das doenças ocupacionais, agravadas pela ausência de pausas adequadas, pela desidratação e pela fadiga térmica, conforme relatado por Roscani et al. (2017).

A mecanização, embora reduza a exposição ao esforço manual, não eliminou a precarização; ao contrário, gerou desemprego estrutural e sobrecarga dos trabalhadores remanescentes, que enfrentam novas exigências sem capacitação adequada. Em muitos casos, as tecnologias foram incorporadas sem mudanças na lógica de gestão, perpetuando o controle intensivo e o monitoramento digital do desempenho. Associado a isso, a precariedade no transporte, nos alojamentos e na alimentação reforça a distância entre as normas legais, como a NR-31, e a realidade cotidiana dos canaviais, onde o imprevisto e a falta de infraestrutura são constantes.

As consequências desse cenário se refletem diretamente na saúde dos trabalhadores. O esforço repetitivo e os movimentos biomecanicamente inseguros, como demonstram Messias et al. (2017), contribuem para o aumento das lesões osteomusculares, especialmente nas articulações dos ombros e na coluna vertebral. Além dos danos físicos, observa-se um importante comprometimento da saúde mental, decorrente da pressão por metas, da instabilidade no emprego e da falta de reconhecimento profissional. Bezerra (2018) e Pacheco-Zenteno et al. (2021) destacam que os trabalhadores rurais sofrem silenciosamente, sem espaços institucionais de acolhimento, e internalizam o sofrimento como parte inevitável do trabalho, desenvolvendo quadros de ansiedade, depressão e síndrome do esgotamento ocupacional.

Outro agravante é o chamado “adoecimento invisível”: enfermidades que permanecem não diagnosticadas ou subnotificadas devido ao medo de demissão e à dificuldade de acesso a

serviços especializados. Muitas vezes, o atendimento ocorre apenas em caráter emergencial, sem continuidade do cuidado, o que perpetua agravos evitáveis e reforça a exclusão sanitária. A ausência de políticas efetivas de saúde no campo contribui para que o trabalhador adoença e permaneça sem amparo, sendo substituído por outro em um ciclo contínuo de exaustão e substituição da força de trabalho.

A precarização das relações de trabalho é apontada como um dos eixos estruturais do adoecimento. A terceirização e a informalidade desresponsabilizam as empresas principais e transferem a gestão do trabalho a intermediárias que, frequentemente, negligenciam as normas de segurança e saúde ocupacional. Rosa e Navarro (2014) destacam que esse modelo fragmenta as responsabilidades, dificulta a fiscalização e enfraquece a notificação de acidentes e doenças. Além disso, a rotatividade elevada impede o estabelecimento de vínculos duradouros e inviabiliza o acompanhamento das condições de saúde dos trabalhadores. Como ressalta Santos Batista (2017), a desregulamentação do trabalho rural e a ausência de controle estatal efetivo criam um ambiente propício à impunidade e ao silenciamento das violações.

Um dos aspectos mais alarmantes é a persistência do trabalho infantil nos canaviais, especialmente em regiões mais isoladas. Mesmo proibida por lei, essa prática revela a reprodução intergeracional da exploração no campo e compromete o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional de crianças e adolescentes. Trata-se de um fenômeno que perpetua o ciclo da pobreza e da desigualdade, sustentado por discursos culturais que romantizam o esforço físico precoce como símbolo de formação moral. Romper com essa realidade exige políticas públicas específicas de erradicação do trabalho infantil e programas de educação e inclusão social voltados às famílias rurais.

No campo psicossocial, os impactos são igualmente profundos. O sofrimento mental decorrente do isolamento, da solidão e da ausência de perspectivas concretas de melhoria nas condições de vida provoca sentimentos de impotência e desesperança. O distanciamento familiar durante as safras, a instabilidade empregatícia e a falta de reconhecimento simbólico reforçam o esgotamento emocional. O estigma social atribuído aos trabalhadores rurais, frequentemente rotulados como “rudes” ou “ignorantes”, contribui para sua exclusão dos serviços de saúde e dificulta a busca por suporte psicológico. Rosa e Navarro (2014) apontam que essa desvalorização simbólica deve ser tratada como questão de saúde pública, pois interfere na autoestima, no autocuidado e na percepção de dignidade desses sujeitos.

A invisibilidade institucional e epidemiológica é outro ponto crítico. Muitos casos de sofrimento psíquico e doenças ocupacionais não são notificados, o que inviabiliza a

elaboração de políticas públicas adequadas. Pacheco-Zenteno et al. (2021) defendem a necessidade de uma vigilância em saúde mental específica para o trabalhador rural, considerando os determinantes sociais do adoecimento e a territorialização das ações de cuidado. A ausência de dados e de monitoramento sistemático perpetua a negligência e impede que o Sistema Único de Saúde (SUS) atue de forma efetiva nas áreas rurais.

Diante dessa realidade, torna-se indispensável a implementação de políticas intersetoriais que integrem as áreas de saúde, trabalho, assistência social e educação. A promoção da saúde do trabalhador rural requer não apenas a prevenção de agravos físicos, mas também o reconhecimento de suas dimensões subjetivas e coletivas. A escuta ativa, o acolhimento humanizado e a valorização da identidade do trabalhador são pilares fundamentais para a construção de uma nova cultura de cuidado no campo. Como propõe Santos Batista (2017), é preciso reconhecer esses sujeitos como protagonistas do desenvolvimento rural e não como mão de obra descartável, promovendo condições dignas, seguras e humanas de trabalho.

Em síntese, os estudos analisados convergem para a compreensão de que o adoecimento do trabalhador do setor sucroenergético é um fenômeno multifatorial, estruturado por desigualdades históricas, precarização econômica e negligência institucional. A superação desse quadro depende de políticas públicas integradas, de um Estado fiscalizador e da mobilização social em defesa da dignidade e dos direitos dos trabalhadores que sustentam uma das cadeias produtivas mais lucrativas do país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nesse estudo apresenta uma visão complexa e interconectada acerca da saúde do trabalhador rural no setor sucroenergético, evidenciando que as condições laborais, o adoecimento físico e psicológico, a precarização das relações de trabalho, a invisibilidade social e a insuficiência de políticas públicas constituem um ciclo de vulnerabilidade que se retroalimenta continuamente.

Nota-se também que a deterioração das condições laborais, caracteriza-se pela informalidade, terceirização e fragilidade dos contratos, intensifica o quadro de adoecimento ao dificultar o acesso aos direitos trabalhistas e à seguridade social. Ademais, o sofrimento psíquico dos trabalhadores frequentemente permanece invisível tanto para as instituições quanto para a sociedade, o que prejudica o acolhimento adequado e o cuidado integral à saúde

dessa população. A carência de políticas públicas eficazes, articuladas e intersetoriais favorece a manutenção de um ciclo de exploração, adoecimento e exclusão social dos trabalhadores rurais.

Em relação aos questionamentos e indagações que a pesquisa nos trouxe, podemos destacar: quais são os impactos das condições laborais no setor sucroenergético sobre a saúde dos trabalhadores rurais, e de que forma esses fatores contribuem para o adoecimento e para a precarização das relações de trabalho? os resultados confirmam que os impactos são diversos e profundos, afetando tanto a integridade física quanto a subjetividade dos trabalhadores, estando fortemente associados a um modelo produtivo que prioriza a maximização do lucro em detrimento da dignidade humana.

Assim, o estudo alcança seus objetivos ao evidenciar que o adoecimento no setor sucroenergético não decorre de maneira casual das atividades laborais, mas constitui um reflexo de relações estruturais de exploração, desproteção e invisibilidade social. Torna-se imprescindível repensar estratégias de cuidado, fiscalização e formulação de políticas públicas que coloquem no centro do debate a valorização da vida e do trabalho rural.

Além disso, destaca-se a necessidade de novas investigações capazes de aprofundar as especificidades desse grupo social, considerando recortes por gênero, raça e classe, bem como avaliações das intervenções já implementadas. Dessa forma, este estudo contribui para ampliar o debate acerca da saúde do trabalhador rural e para a construção de uma agenda comprometida com a justiça social no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. N. de *et al.* Trabalho e saúde no setor sucroalcooleiro: desafios para a vigilância em saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 43, e5, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/xY9KTxRxkQLHZtQSP5WvmXb>. Acesso em: 15 maio 2025.
- ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: **Boitempo**, 2020.
- BEZERRA, Lucas. O trabalho dos cortadores de cana na Paraíba dos anos 2000: exploração e produtividade. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – **Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife, 2018. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Juliane Feix Peruzzo.

PACHECO-ZENTENO, Felipe *et al.* Prevenção do estresse térmico ocupacional em trabalhadores da cana-de-açúcar na Nicarágua — uma análise fenomenológica interpretativa. **Frontiers in Public Health**, [S. l.], v. 9, p. 713711, 12 out. 2021. DOI:

10.3389/fpubh.2021.713711. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8545795>. Acesso em: 03 jun. 2025.

LIMA, José Rodolfo Tenório; RUMIN, Cassiano Ricardo. Menos acidentes, mais mortes: a mecanização agrícola nos canaviais brasileiros e seus reflexos sobre os trabalhadores, no período de 2012 a 2020. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 4, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230603pt>. Acesso em: 25 maio. 2025.

MOREIRA, Gustavo Augusto. O avanço do setor sucroenergético: o eixo Piracicaba-Ribeirão Preto e as relações sócio-territoriais. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 125–141, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54446/bcg.v12i1.2828>. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2828>. Acesso em: 27 maio. 2025.

MESSIAS, Iracimara Anchieta *et al.* Risco de lesões de ombro em cortadores de cana-de-açúcar: análise baseada na simulação dos movimentos. **Scientia Medica**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. ID27610, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-6108.2017.3.27610>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/scientiamedica/article/view/27610>. Acesso em: 05 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: **Hucitec**, 2014.

PIGNATI, W. A. *et al.* Saúde do trabalhador e o agronegócio: desafios para a vigilância em saúde no campo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3261–3270, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/xqkMRRxywZrmwTtcsy9bnNB>. Acesso em: 15 maio 2025.

ROSCANI, Rodrigo Cauduro *et al.* Risco de exposição à sobrecarga térmica para trabalhadores da cultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, e00211415, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00211415>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ZgKg7cwLxDpQfbCLP8QRCzJ>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SILVA, Clécia Pereira da *et al.* Condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar no Brasil e repercussões sobre a saúde dos canavieiros. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000007820>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SANTOS BATISTA, Ana Victoria Santos. Trabalho infantil na agroindústria canavieira a partir de produções acadêmicas. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – **Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciências Sociais**,

João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24429>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/magazines/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

ABORDAJES METODOLÓGICOS EN LA INVESTIGACIÓN DE LAS TRAYECTORIAS EDUCATIVAS DE ESTUDIANTES DE TRABAJO SOCIAL ABORDAGENS METODOLÓGICAS NA INVESTIGAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS EDUCATIVAS DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

Susana Moniec
Rosario Itati Gonzalez
Andrea Gertrudis Bogado

Resumen: En esta ponencia el foco estará puesto en los abordajes y decisiones metodológicas adoptados en el desarrollo del estudio de trayectorias académicas de los estudiantes de Trabajo Social, realizados en el marco de dos proyectos de investigación llevados adelante por el equipo, entre los años 2017 y 2024. El interés radica en comprender los factores que intervienen en la definición de las trayectorias educativas de estudiantes y cómo éstas se relacionan con el curriculum, entendiendo al mismo como una propuesta política educativa, configurada por disputas de sentidos e intereses, que se resignifica y tensiona en diferentes niveles de especificación. Y si bien muchos estudiantes cumplen su formación cumpliendo con los plazos establecidos en el curriculum teórico, son numerosos los que transitan el ámbito universitario de manera muy diferente a lo previsto por el sistema educativo, es entonces cuando se habla de trayectorias reales. Estudiar las trayectorias reviste una importancia sustantiva en virtud de las discusiones que se vienen desarrollando respecto de los indicadores de política universitaria que muestran resultados adversos, entre ellos la desproporción entre ingreso y egreso; el número de inscriptos a materias y cursantes reales; los que regularizan y los que finalmente aprueban los espacios curriculares; así como la discrepancia entre trayectorias teóricas, inspiradas en el diseño curricular y las trayectorias reales desarrolladas por estudiantes, que llegan a extenderse hasta entre dos y cinco años más de lo que el plan de estudios propone. En un contexto de alta mercantilización de la educación superior, la problemática descrita, pone en cuestión la sostenibilidad de propuestas de formación universitaria de carácter público e impacta en la dinámica de los desarrollos curriculares e interpela al trabajo social desde la formación.

Palabras-clave: Metodología; trayectorias educativas; Trabajo Social.

Resumo: Nesta comunicação, o foco estará posto nas abordagens e decisões metodológicas adotadas no desenvolvimento do estudo de trajetórias acadêmicas dos estudantes de Serviço Social, realizados no âmbito de dois projetos de pesquisa levados adiante pela equipe entre os anos de 2017 e 2024. O interesse radica em compreender os fatores que intervêm na definição das trajetórias educativas dos estudantes e como estas se relacionam com o currículo, entendendo-o como uma proposta política educativa, configurada por disputas de sentidos e interesses, que se resignifica e se tensiona em diferentes níveis de especificação. E embora muitos estudantes concluam sua formação cumprindo os prazos estabelecidos no currículo teórico, são numerosos aqueles que transitam pelo âmbito universitário de maneira muito

diferente do previsto pelo sistema educativo, sendo então que se fala em trajetórias reais. Estudar as trajetórias reveste-se de uma importância substantiva em virtude das discussões que vêm se desenvolvendo a respeito dos indicadores de política universitária que mostram resultados adversos, entre eles a desproporção entre ingresso e egresso; o número de inscritos em disciplinas e cursistas reais; os que regularizam a situação acadêmica e os que finalmente aprovam os espaços curriculares; assim como a discrepância entre trajetórias teóricas, inspiradas no desenho curricular, e as trajetórias reais desenvolvidas por estudantes, que chegam a estender-se entre dois e cinco anos a mais do que o plano de estudos propõe. Em um contexto de alta mercantilização do ensino superior, a problemática descrita põe em questão a sustentabilidade de propostas de formação universitária de caráter público, impacta na dinâmica dos desenvolvimentos curriculares e interpela o serviço social a partir da formação.

Palavras-chave: Metodologia; trajetórias educativas; Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

En esta ponencia el foco está puesto en los abordajes y decisiones metodológicas adoptados en el desarrollo del estudio de trayectorias educativas de los estudiantes de Trabajo Social, realizado en el marco de dos proyectos de investigación llevados adelante por el equipo, entre los años 2017 y 2025; denominados: “Procesos de formación y trayectorias educativas de los estudiantes de la carrera de Licenciatura en Trabajo Social de la Facultad de Humanidades y Ciencias sociales, Universidad Nacional de Misiones, Fases I y II, (Código: 16/H 479 y 16/H 1591-PI). Ambos proyectos fueron acreditados en la Secretaría de Investigación y Postgrado y su interés radicó en comprender los factores que intervienen en la definición de las trayectorias educativas de estudiantes y cómo éstas se relacionan con el currículum, entendiendo al mismo como una propuesta política educativa, configurada por disputas de sentidos e intereses, que se resignifica y tensiona en diferentes niveles de especificación.

Tomando como referencia a Terigi (2007), la trayectoria teórica, circumscripita al nivel universitario, implicaría ingresar, permanecer, avanzar de acuerdo a lo previsto por el plan de estudios vigente, aprender y graduarse en el tiempo establecido; respondiendo así al diseño del sistema. Es evidente que esto comporta pensar en recorridos lineales y homogéneos. Y si bien algunos estudiantes siguen este derrotero, son numerosos los que transitan el ámbito universitario de manera muy diferente a lo previsto por el sistema educativo, es entonces cuando se habla de trayectorias reales. Estas son las que efectivamente desarrollan los sujetos en el sistema, y se alejan de lo que se propone desde el diseño teórico, al estar atravesadas por

una serie de avatares.

Estudiar las trayectorias reviste una importancia sustantiva en virtud de las discusiones que se vienen desarrollando respecto de los indicadores de política universitaria que muestran resultados adversos, entre ellos la desproporción entre ingreso y egreso; la relación entre el número de inscriptos a materias, cursantes reales, los que regularizan y los que finalmente aprueban los espacios curriculares; así como la discrepancia entre trayectorias teóricas, inspiradas en el diseño curricular y las trayectorias reales desarrolladas por estudiantes, que llegan a extenderse hasta entre dos y cinco años más de lo que el plan de estudios propone. En un contexto de alta mercantilización de la educación superior, la problemática estudiada, pone en cuestión la sostenibilidad de propuestas de formación universitaria de carácter público e impacta en la dinámica de los desarrollos curriculares.

En función de ello y siendo conscientes que el tratamiento del problema objeto de estudio adquiere un carácter de complejidad y multidimensionalidad, consideramos relevante: la indagación de las relaciones entre las características socio demográficas y las trayectorias académicas; también los vínculos entre estas y los niveles de especificación curricular político, institucional y áulico; la organización e instrumentación del currículum; secuencialidad; diseño de correlatividades; articulación de contenidos (vertical y horizontal); vinculación teoría práctica; práctica docente en el proceso de formación; decisiones didácticas, estrategias de enseñanza y modos de evaluación. Así como, la relación entre trayectorias y los aspectos propios de los sujetos de aprendizaje: capitales sociales y culturales; habilidades cognitivas para la vida universitaria; organización en el desarrollo de sus actividades académicas áulicas, extra áulicas y vinculadas a la vida personal. De manera que en los inicios de la investigación nos propusimos como posibles objetivos:

- Comprender los obstáculos y dificultades identificados por los y las estudiantes en su formación a lo largo de su trayectoria educativa.
- Indagar sobre los procesos de construcción de las subjetividades de los estudiantes puestos en juego en la formación universitaria.
- Conocer el perfil sociodemográfico de los y las estudiantes y mapear las trayectorias reales para identificar cronologías de aprendizaje.
- Comprender modos y formas en que se produce el proceso de aprendizaje.
- Identificar la relación entre las configuraciones y arreglos familiares de las y los estudiantes y los procesos de aprendizaje.

- Conocer la relación entre el habitus del estudiante universitario construido en la etapa pre-pandémica y las trayectorias educativas durante la pandemia.
- Aportar a repensar los supuestos pedagógicos y didácticos sobre los que se estructura el proceso de enseñanza y aprendizaje en la carrera; así como contribuir con información significativa y pertinente para la revisión del diseño curricular y sus procesos de evaluación.

En este capítulo nuestra intención es mostrar el recorrido metodológico puesto en andamiaje en el desarrollo de las investigaciones; y así visibilizar la potencialidad de la triangulación de fuentes, técnicas y datos para abordar, desde una perspectiva de complejidad, las trayectorias educativas de estudiantes universitarios. Para la producción de esta revisión, que tiene su foco en las decisiones metodológicas hemos procedido a:

- *Revisitar los procesos desarrollados en el abordaje del objeto de estudio:* recurriendo para ello a los proyectos de investigación desarrollados, así como a los distintos productos elaborados en el proceso: marcos teóricos, diseño del trabajo de campo, técnicas aplicadas en cada instancia y con distintas muestras y la sistematización de datos.
- *Describir y analizar los enfoques metodológicos utilizados,* identificando resultados alcanzados en función de los objetivos propuestos, así como las potencialidades y dificultades de cada una de las técnicas aplicadas. En ese sentido revistió importancia la valoración de las técnicas, instrumentos y fuentes de información, tanto primarias, como secundarias utilizadas, en términos de las particularidades del objeto de estudio.

El abordaje metodológico del problema de investigación supuso:

- A. La aplicación de distintos instrumentos para el relevamiento de información, entre ellos la realización de encuestas autoadministradas, realización de talleres, desarrollo de entrevistas abiertas, semi estructuradas y grupales, relevamiento de datos secundarios, (leyes, normas, diseños curriculares).
- B. Sistematización y tratamiento de los datos: construcción de matrices, confección de plan de tabulado, procesamiento de datos y armado de las unidades hermenéuticas,

C. Elaboración de distintos productos vinculados con los resultados del análisis de las fuentes relevadas.

A continuación, presentamos en la Tabla N° 1, el esquema metodológico desplegado, precisando fuentes utilizadas en cada una de las etapas de estudio y los resultados obtenidos en cada instancia.

Tabla N° 1. Fuentes de información y técnicas de recolección en el estudio de trayectorias académicas en Trabajo Social.

FUENTES /INSTRUMENTOS	ETAPA I	ETAPA II	RESULTADOS
S E C U N D A R I A S	- Estadísticas universitarias de la UNaM. - Leyes que regulan el quehacer profesional del trabajo social. - Lineamientos y directrices curriculares emitidos por la FAUATS - Plan de estudio 2010 de la carrera de Trabajo Social.		-Indicadores educativos de la FHycS y de la carrera de Trabajo Social en particular. -Perfil académico de los estudiantes de trabajo social. -Construcción de las dimensiones política e institucional curricular.
P R I M A R I A S	-Encuesta aplicada al universo de estudiantes de 4to año, en 2017 -Entrevistas semi estructuradas -Entrevistas en profundidad. -Talleres con estudiantes del 4to año de la carrera de trabajo social	-Encuesta autoadministrada a estudiantes del 4to año, en 2021 -Entrevistas focales -Encuesta autoadministrada a docentes del Departamento de Trabajo Social sobre razones de	-Construcción de tipologías de trayectorias académicas (baja-media y esperada intensidad). -Construcción de dimensiones: - a- Curricular institucional/áulico - b- Oficio de estudiante - c- Biográfico personal y familiar - d- Subjetividades en el proceso de reconfiguración del espacio/tiempo educativo en contexto de pandemia y pos pandemia - e-Dificultades y fortalezas de procesos de formación profesional,

Fuente: elaboración propia en base a datos relevados.

2 ESTRATEGIAS METODOLÓGICAS DESPLEGADAS PARA EL ESTUDIO DE LAS TRAYECTORIAS EDUCATIVAS

2.1 Las encuestas autoadministradas en etapa pre pandémica y pos pandémica

La encuesta aplicada al inicio del año académico 2017 tuvo como antecedente las fichas diagnósticas que como equipo docente, de distintos espacios curriculares, utilizamos para conocer el perfil del estudiantado. El instrumento incluyó indicadores tales como año de ingreso a la carrera, cantidad de materias aprobadas y regularizadas; dificultades en el cursado de las materias y de la carrera; expectativas en relación a la asignatura; hábitos de estudio; entre otros datos. Estos fueron valiosos para realizar las primeras aproximaciones diagnósticas vinculadas con las trayectorias académicas y reconocer puntos críticos, sobre los que centramos la indagación al momento de diseñar las encuestas desarrolladas en el marco de estos estudios.

Así, en el primer año del proyecto de investigación, diseñamos y aplicamos una encuesta autoadministrada, que perseguía por objetivo la caracterización socio demográfica, laboral, académica y la identificación de las dificultades y expectativas vinculadas al cursado de la carrera y de la asignatura en particular. En el formulario se incluyeron preguntas abiertas y estructuradas, con múltiples opciones de respuesta.

El universo estuvo constituido por las y los estudiantes cursantes del cuarto año de la carrera de Trabajo Social durante el año 2017. La información relevada, fue volcada en una matriz, confeccionada en un archivo excel; sistematizamos los datos vinculados con las dimensiones y sus respectivas variables, por cada una de las unidades de análisis.

En la construcción del plan de tabulado consideramos distribuciones de frecuencia y de contingencia, por variables relevantes, en función de las hipótesis planteadas. Respecto a la caracterización sociodemográfica, consideramos importante conocer la distribución del universo según sexo; grupos etareos (17 a 20 años, 21 a 24 años y 25 en adelante) y lugar de origen (Posadas, interior de la provincia, otras provincias).

Otra dimensión relevante se refirió a las características laborales. Nos interesaba conocer la distribución de las unidades de análisis -estudiantes de trabajo social encuestados- según situación laboral, sector de trabajo (público o privado), actividad realizada en el trabajo y cantidad de horas de trabajo por día (menos o más de 6 horas). Esto nos permitió analizar la incidencia del trabajo en el desempeño académico, considerando que, quienes trabajan y además lo hacen en jornadas completas y en sectores de la actividad con menor protección, son más proclives a que sus trayectorias se alejen de las teóricas.

En relación con las características académicas, consideramos importante conocer la

distribución de los estudiantes según el año de ingreso a la carrera, teniendo en cuenta para el tabulado cortes vinculados con los planes de estudio (1982, 1999 y 2010); horas dedicadas al estudio por semana (hasta 5 horas, de 6 a 10, de 11 a 15, 16 o más horas), según su situación (cursantes por primera vez o recursantes de los espacios curriculares del 4to año); distribución de estudiantes según cantidad de materias aprobadas (0 a 9; 10 a 19; 20 a 30); situación académica del estudiante en cada espacio curricular del plan de estudio (aprobada, regular, cursando y no corresponde), y su incidencia en cada uno de los núcleos de la currícula (teorías sociales, metodológico instrumental y campo profesional).

Para observar cómo distintas dimensiones inciden en el rendimiento académico y en consecuencia, en el trayecto educativo de cada estudiante, relacionamos las variables de cantidad de materias aprobadas, situación laboral, horas de estudio semanal, año de ingreso a la carrera, entre otras. En base a este análisis, construimos una tipología de trayectoria académicas según la intensidad del recorrido: baja, regular o la esperada, en función de lo previsto por el plan de estudios. En función de esto, seleccionamos los casos para la realización de las entrevistas semi estructuradas, asegurando la participación de estudiantes que representaban estos tres tipos de trayectos.

Asimismo, las dimensiones sociodemográficas, académicas y laborales nos permitieron conocer las características básicas del universo de estudio, y dilucidar posibles correlaciones con las trayectorias académicas. Aquí nos resultó valioso agenciar los resultados de las distribuciones de frecuencia y tablas de contingencia, que permitieron analizar las variables cuantitativas asociadas a las dimensiones mencionadas.

Tal como señalamos antes, la encuesta también exploró las dificultades y expectativas relacionadas con el cursado, tanto de las materias de cuarto año como de la carrera. Esas preguntas de carácter abierto se procesaron por fuera del paquete estadístico, a partir de un análisis de contenido para identificar categorías y propiedades, derivadas de los datos. Entre ellas surgieron las de carácter institucional, vinculada con el desarrollo del currículum; las prácticas de enseñanza y de aprendizaje; las habilidades cognitivas para estudiar una carrera universitaria y la organización de los estudiantes en el desarrollo de sus actividades académicas áulicas - extra áulicas y de vida personal.

2.2 La encuesta aplicada en la pos pandemia

La segunda encuesta, autoadministrada, que contenía preguntas de respuesta múltiple,

así como abiertas, fue aplicada en el año 2022 mediante un formulario de google a los estudiantes del cuarto año de la carrera de Trabajo Social. A través de la misma, relevamos información sobre el cursado durante los años 2020 y 2021, que dió cuenta de las trayectorias académicas, desarrolladas en el periodo pandémico y pos pandémico, periodo en el cual se modificó la modalidad de enseñanza, a partir de la incorporación de la hibridez, entre otras cuestiones.

La encuesta contempló preguntas vinculadas con las características:

- *Sociodemográficas*, tales como edad, género, localidad de procedencia, lugar de residencia y grupo conviviente e ingresos, durante el primer y segundo año de pandemia.
- *Educativa*. Entorno y dinámica de estudio: dónde y cómo estudiaban los alumnos, su percepción sobre la relación entre el lugar de estudio y el rendimiento, y las horas dedicadas al estudio. Dificultades para la continuidad pedagógica bajo la modalidad virtual; dificultades para el desarrollo de los exámenes finales; piso tecnológico disponible durante el periodo, la eficacia de los medios de comunicación con docentes y compañeros, y la preferencia en la modalidad de cursado; en relación al rendimiento académico, indagamos la percepción del estudiantado sobre su desempeño y razones vinculadas a éste; condicionantes, interrupciones en el cursado; materias regularizadas y aprobadas en el periodo; año de ingreso a la carrera, cantidad de materias aprobadas sobre el total de materias del plan de estudio.
- Salud: afectación por el covid entre integrantes del grupo conviviente, y su incidencia en el desempeño académico, coberturas de salud ante la contingencia.

La información factible de análisis cuantitativo, que relevamos a través de la encuesta fue sistematizada en una matriz y analizada a partir de la construcción de tablas de frecuencia y de contingencia. En ese sentido, elaboramos un plan de tabulación que incluyó el análisis de las relaciones entre variables.

2.3 La entrevista su diseño, aplicación y análisis

Las entrevistas han sido unas de las técnicas que hemos sostenido a lo largo de la

investigación. Si bien, siempre han tenido la intención de indagar y recuperar la perspectiva de los sujetos acerca de sus propias trayectorias educativas en la carrera de Trabajo Social, los énfasis y aspectos abordados fueron variando en el proceso. Es así que para la selección de las y los entrevistados en la primera etapa de la investigación, en base a los datos derivados de las encuestas aplicadas, construimos una tipología de las trayectorias reales del universo de estudio, que contenía las siguientes categorías: trayectorias de intensidad esperada, media y baja¹.

Esta tipología fue construida a partir de un índice que combinó el año de ingreso a la carrera, con la cantidad de materias aprobadas. Así, durante la primera fase se desarrollaron entrevistas individuales, tanto abiertas como semi estructuradas, a una muestra intencional.

El objetivo de estas entrevistas de carácter exploratorias, fue comprender las dimensiones que intervienen en la construcción de las trayectorias académicas de los estudiantes de la carrera, identificar cronologías de aprendizaje, reconocer itinerarios y recorridos formativos, saberes previos y de referencia, experiencias y significaciones del universo de estudio. Para ello, en las guías, planteamos tópicos conversacionales transversales a las trayectorias durante la escolarización formal obligatoria y universitaria. En este sentido, consideramos distintas dimensiones, entre ellas: el entorno familiar, social y económico del sujeto de aprendizaje; las trayectorias educativas en los distintos niveles del sistema educativo; las continuidades, discontinuidades, aprendizajes logrados; el uso y utilidad de los aprendizajes, autopercepción del oficio de estudiante, concepciones sobre el buen y el mal maestro/profesor, factores que favorecieron u obstaculizaron la trayectoria – rol de la familia y de otras instituciones en las trayectorias. En relación a las *trayectorias en la universidad*, la guía de entrevista también contempló, el sondeo de las cuestiones /motivos que incidieron en la definición de estudiar humanidades /trabajo social, pasaje de ser estudiante de nivel secundario a ser estudiante universitario, factores que inciden en la trayectoria -curriculares, vinculares/sociales, económicos, institucionales, etc.-, cuestiones significativas en relación al aprendizaje, a las prácticas de enseñanza, consideraciones sobre los mejores espacios e instancias de aprendizaje, obstáculos y dificultades en su proceso de formación².

¹ La modalidad de selección de entrevistadas/os también se sostuvo en la segunda etapa del proyecto, en la que el foco del estudio estuvo orientado en indagar las experiencias y trayectorias de los estudiantes en el contexto de pandemia y pos pandemia.

² El cuestionario se puso a prueba con la realización de una entrevista, a partir de la cual se ajustó el instrumento procediéndose a aplicar a toda la muestra. Estas etapas, que fueron simultáneas a las demás actividades que realizamos en el marco del trayecto, y por ende, fueron retroalimentándose, las transitamos de modo flexible, siempre con la intencionalidad de que esta experiencia habilite el aprendizaje y la construcción de saberes por parte de la totalidad del equipo, y en particular, de las/os integrantes más noveles: dos estudiantes, desde el lugar

Las entrevistas fueron desgrabadas y analizadas como corpus, a partir de la configuración de distintas unidades hermenéuticas, que permitieron identificar categorías, entre ellas: *valoraciones del trabajo social y la profesión, procesos de enseñanza y aprendizaje, lo curricular institucional, lo curricular áulico, lo curricular político, la familia como garante o facilitadora de los procesos de aprendizaje y de inclusión educativa, la mujer como soporte de los procesos aprendizaje, biografía familiar y personal y el oficio de estudiante.*

2.4 El taller: su diseño, aplicación, análisis y resultados

En el marco del enfoque metodológico cualitativo que guió la investigación, el taller emergió como una herramienta sustantiva para la recolección de información. En tal sentido, entre las decisiones metodológicas definidas consideramos apropiado ponerlo en práctica, como una actividad pedagógica que se desarrolló con la participación de los estudiantes, en tanto protagonistas en el proceso de construcción de conocimiento, en el sentido planteado por Villalobos (2010). Quien señala la cooperación, como dinamizador de la producción grupal, a partir de la cual cada miembro contribuye con ideas, disidencias, experiencias, favoreciendo la creatividad del grupo para el desarrollo de las tareas.

La elección de este formato didáctico respondió a nuestro interés por proponer un espacio para el trabajo en zonas de desarrollo próximo; lo que implicó que en el marco de un grupo que representa un ámbito de pertenencia, los/as estudiantes se reconozcan como diferentes pero valorando y jerarquizando también el vínculo con los/as compañeros y las experiencias compartidas, y eso los compromete tanto con la tarea como con el otro. (Vygotsky, 1978).

La instrumentación de este recurso nos permitió recuperar información significativa, así como identificar diversas dimensiones que intervienen en la complejidad de la temática de investigación, posibilitando el relevamiento de valiosas experiencias, percepciones y conocimientos de los estudiantes.

Desarrollamos esta técnica con los/as cursantes de la asignatura Evaluación de Programas y Proyectos Sociales, bajo una serie de consignas que consideraron los siguientes

de auxiliares de investigación y una graduada, en su carácter de investigadora inicial. Pues, dada la naturaleza de estas investigaciones, y el perfil de las y los informantes, consideramos que para favorecer el rapport en las entrevistas, lo más pertinente sería que los auxiliares y la investigadora inicial del equipo, desarrollaran estos encuentros. De manera que las preparación y desarrollo del trabajo de campo giraron tanto en torno a lo que significa e implica la práctica de la entrevista como al diseño y la puesta en juego del instrumento.

ejes: dificultades y fortalezas reconocidas en los procesos de formación profesional; percepción de los/as estudiantes sobre las prácticas docentes y su relación con el aprendizaje; construcción social del concepto de “buen profesional del Trabajo Social” desde la perspectiva del estudiante.

La actividad propuesta consistió en que cada grupo explorara un tema específico a través de la discusión y la reflexión, para luego plasmar sus interpretaciones en un collage o pictograma a partir de la apropiación de diversas imágenes y textos provenientes de revistas y periódicos, palabras claves y emoticones, integrados con dibujos creados por ellos mismos. El objetivo de esta propuesta fue hacer visibles y recrear las representaciones que los estudiantes construyeron sobre los temas. Esto propició un proceso creativo y participativo, donde las decisiones grupales de selección, descarte y combinación de elementos condujeron a la elaboración de un producto final que evidenció la resignificación de los temas por parte de quienes participaron. En ese sentido, las consignas proporcionadas para la discusión y reflexión fueron las siguientes:

- ➔ Las dificultades y fortalezas reconocidas en sus procesos de formación profesional: Se requirió reflexionar acerca de sus propias vivencias como estudiantes en el cursado de la carrera.
- ➔ Las instancias y modos en que logran el aprendizaje en vinculación con las buenas prácticas docentes. Para esto se propuso la discusión acerca de las características que reconocen en un buen docente.
- ➔ Las significaciones de los estudiantes acerca de lo que implica ser un buen profesional del trabajo social y cómo se logra esto.

Estas producciones grupales fueron socializadas en la instancia de plenario, acompañadas de discusiones y reflexiones entre los participantes.

La sistematización de este taller implicó transcribir las grabaciones de audio y, de manera complementaria, se realizaron registros fotográficos de las representaciones elaboradas por los grupos. Posteriormente, se organizaron las mismas, junto con las transcripciones, en correspondencia con las respuestas a cada una de las consignas. Se identificaron las tendencias y hallazgos significativos y se interpretaron los resultados a la luz de los objetivos del taller.

Entre los resultados más relevantes destacamos que los estudiantes lograron

representar dificultades y fortalezas que reconocieron en sus procesos de formación profesional. Un caso significativo fue un pictograma titulado: “el proceso de formación profesional tiene avances y retrocesos” donde el dibujo organizador fue una escalera de cinco peldaños, representando cada uno, un año de la carrera según el plan de estudio vigente. Este pictograma dio cuenta de la existencia de trayectorias reales diversas que ponen en tensión la trayectoria teórica prevista en el plan de estudios.

La representación mediante un pictograma permitió que los estudiantes puedan reflexionar acerca de sus propias vivencias como estudiantes en el cursado de la carrera, desentrañar y comunicar las complejidades de sus trayectorias académicas.

En la *segunda fase de la investigación*, recurrimos nuevamente a la aplicación de la técnica que denominamos “Taller de reflexión sobre procesos de enseñanzas y aprendizajes en pandemia y pos pandemia”. El objetivo fue reflexionar sobre las experiencias de enseñanza y aprendizaje durante la pandemia (2020-2021) y pos pandemia (2022), así como indagar las expectativas sobre el regreso a la presencialidad.

Para ello propusimos un proceso de reflexión en torno a los siguientes ítems, cuya elaboración y representación se realizaría mediante un collage o pictograma.

La sistematización de este segundo taller se realizó a partir de la transcripción de las respuestas escritas en el cuadro, que abajo presentamos, en el que incluimos fragmentos de texto relevantes para cada ítem. Esto permitió identificar categorías /temas recurrentes que emergen de la información compartida tanto en la instancia de plenario como de los aspectos que evidencian las imágenes.

Es así que pudimos realizar un análisis comparativo de las respuestas proporcionadas por las y los estudiantes para los periodos de pandemia y post pandemia, lo que permitió identificar cambios, continuidades y contrastes en sus experiencias y percepciones, en función de las dimensiones propuestas.

2.5 Los grupos focales

Otra técnica desarrollada, fueron los grupos focales. Esta se constituyó en un valioso instrumento para explorar las experiencias de los sujetos en relación a sus trayectorias educativas, centrando la mirada en sus recorridos durante el contexto de pandemia y pos pandemia, pero en clave colectiva. Implementada en la segunda etapa de estudio, esta técnica buscó generar un espacio de indagación, donde a partir del intercambio entre pares, las y los

participantes pudieron rememorar y compartir sus recorridos, pero también reflexionar sobre esos procesos, decisiones, valoraciones y experiencias. En relación a esto, nos resulta valioso señalar que la interacción social inherente al grupo focal permitió que surgieran elementos que no se habían manifestado o quizá, no con tanto énfasis, en las entrevistas individuales. De este modo, tras la realización de estas entrevistas, de carácter biográfico, y semi estructuradas, así como de los talleres, el desarrollo de los grupos focales resultó significativo para triangular la información relevada.

La selección de las y los participantes de los grupos focales mantuvo como criterio la tipología de trayectorias identificadas: de intensidad esperada, de media o baja. (Ver Tabla N°4. Tipos de trayectorias reales de estudiantes de Trabajo Social). Y se facilitó la participación en el desarrollo de esta técnica, de los sujetos residentes en distintas zonas de la provincia de Misiones a partir de dos encuentros virtuales sincrónicos. Estos fueron coordinados por integrantes del equipo de investigación, quienes asumieron los roles de moderadores y observadores con responsabilidad de generar el registro escrito, cuyo audio, con consentimiento de quienes participaron, se grabó.

En ambas instancias se planteó el diálogo en torno a las siguientes dimensiones: personal - familiar; el oficio de estudiante y la experiencia en relación a lo áulico así como a lo institucional. De manera que, se compartieron preguntas disparadoras, que funcionaron como facilitadoras de la conversación, que buscaron profundizar, o redireccionar las intervenciones en función del tema y objetivos planteados.

El tratamiento de la información resultado del focus group, siguió el mismo procedimiento de análisis aplicado en las entrevistas. Esto es la desgrabación, constitución del corpus e identificación de categorías emergentes y propiedades vinculadas.

2.6 Encuesta autoadministrada a docentes del Departamento de Trabajo Social

Este cuestionario, desarrollado por el equipo de investigación, a partir de la solicitud emanada desde la dirección de la carrera de Trabajo Social de la Facultad, a fines del año 2022, y avalada por el Consejo Departamental, tuvo por objeto producir información que permitiera describir y comprender las características de los sujetos de aprendizaje en la post pandemia; los problemas, obstáculos, desafíos y recursos que configuraban los procesos de enseñanza en dicho contexto; las valoraciones atribuidas a la disminución de población estudiantil en las aulas y las propuestas de sugeridas, que contribuyeran a articular líneas de

acción tendientes al abordaje del problema. A tal fin diseñamos un cuestionario autoadministrado denominado: “Sondeo de opinión: razones de la disminución de población estudiantil en la carrera de Trabajo Social”, que fue respondido por cada equipo de cátedra de la carrera.

La encuesta incluyó preguntas abiertas, de opción múltiple y casilla de verificación, lo que permitió explorar diversos aspectos, entre ellos la caracterización general de la asignatura, incluyendo el nombre de la materia, modalidad de dictado; núcleo al que pertenece; año en que está ubicada la materia en el plan de estudio. Asimismo, recabamos información acerca de las estrategias de enseñanza más utilizadas y las formas de evaluación. Un eje central fue la indagación de la percepción de cada equipo de cátedra acerca de su grado de satisfacción con el dictado de la materia así como de la respuesta del estudiantado a la propuesta de desarrollo de la cátedra y la sostenibilidad de la matrícula durante el periodo. En este sentido, recopilamos valoración sobre la modalidad híbrida; los obstáculos y/o dificultades identificados en el desarrollo de las funciones docentes; las estrategias adoptadas para abordar los problemas detectados. También relevamos las valoraciones del claustro docente respecto a si consideran que las y los estudiantes manifiestan preocupación por aprender y superarse académicamente; y sobre cuáles son las problemáticas que inciden en las trayectorias de aprendizaje. Consideramos también, las valoraciones acerca de la participación de los estudiantes en las evaluaciones, el cumplimiento a tiempo con trabajos prácticos e informes; porcentaje de sus estudiantes que consultan dudas de contenidos pedagógicos a sus profesores/as; proporción de estudiantes que se muestran interesados/as en las clases y participan activamente. Asimismo, se determinó en porcentajes, el uso de recursos disponibles dispuestos para la enseñanza y el aprendizaje (uso del aula virtual, tutorías, recursos bibliográficos, didácticos, etc.) y la evidencia acerca de intervenciones fundamentadas de los estudiantes, la emisión de juicios, y el desarrollo del pensamiento crítico y autocrítico. Se consideró también la proporción de estudiantes que participan en clases e intervienen reconociendo la diversidad de opiniones.

Finalmente, se planteó la indagación de otras cuestiones tales como: los factores a los docentes atribuyen la disminución de población estudiantil en las aulas durante el año 2022 y las estrategias que consideran se deberían adoptar para abordar los problemas que interfieren en los procesos de aprendizaje. Se concluyó con la identificación del porcentaje aproximado de estudiantes que, habiéndose inscriptos en la materia, lograron completarla.

Luego del proceso de recolección de información, sistematizamos los datos y

procedimos a realizar el análisis, que derivó en la elaboración de un informe que fue presentado al claustro docente que participó del estudio.

3 REFLEXIONES FINALES

Revisitar el abordaje metodológico desplegado en el desarrollo de la investigación de las trayectorias educativas de los estudiantes de trabajo social, nos ha llevado a recorrer las etapas de diseño y operacionalización de cada una de las técnicas instrumentadas, a reflexionar sobre las tensiones, desafíos y contribuciones que estas aportaron en el abordaje del objeto de investigación.

Este proceso nos permitió volver a las intenciones investigativas, que trascienden los objetivos del estudio, y devienen de nuestro quehacer y posicionamiento como docentes investigadoras: que buscamos construir saberes en torno a lo curricular, en conversación con las prácticas institucionales, docentes y de enseñanza. Por otra parte, estimamos que hacer visible y compartir el esquema metodológico utilizado permitirá dialogar con otros investigadores del campo para enriquecer la práctica investigativa.

En este sentido, enfatizamos que ocuparnos del "cómo" implicó ir más allá de la aplicación mecánica de técnicas y analizar sobre las razones detrás de la elección de cada método, su adecuación al contexto específico y cómo estas técnicas se alinearon con nuestra visión del objeto estudiado. Asimismo, nos permitió identificar supuestos implícitos y posibles sesgos en el proceso investigativo, poniendo de relieve la importancia de la reflexividad del investigador y la conexión entre la investigación y la acción. Compartir las decisiones y propósitos que sustentaron el abordaje del objeto de estudio permite mostrar el modo en que se fue construyendo el conocimiento, de las trayectorias en su singularidad.

Advertimos que el tratamiento de este objeto de conocimiento requiere una mirada holística e integral, que permita la comprensión de las múltiples dimensiones que involucra, así como la adopción de un diseño de investigación flexible, que posibilite incorporar adecuaciones en función del proceso.

En esa dirección, la combinación de fuentes primarias y secundarias, así como de métodos cualitativos (entrevistas en profundidad, grupos focales, talleres) y cuantitativos (encuestas) en el estudio de las trayectorias académicas de estudiantes universitarios permitió acceder a una rica diversidad de datos. De este modo ha resultado posible distinguir y analizar el interjuego entre las diferentes dimensiones que se fueron reconociendo: lo curricular, en sus

distintos niveles de especificación; las prácticas docentes y en particular, de enseñanza; el oficio del estudiante y los procesos de aprendizaje, tensionados por el modo en que interviene lo personal y familiar; así como los procesos de reconfiguración del espacio/tiempo educativo, fundamentalmente durante el periodo pandémico.

Situarse desde el enfoque cualitativo permitió comprender en profundidad la problemática, desde las perspectivas y significados que los propios actores asignan a sus experiencias de enseñanza y aprendizaje. La triangulación metodológica constituyó una herramienta pertinente, apropiada y estratégica en el estudio de las trayectorias educativas de estudiantes universitarios puesto que admitió y propició una perspectiva de complejidad dando cuenta de la diversidad de factores que influyen y configuran el recorrido académico, dando cuenta de las múltiples aristas que constituyen, tensionan, configuran las trayectorias educativas.

REFERÊNCIAS

ACHILLI, Elena. **Investigar en antropología social**: los desafíos de transmitir un oficio. Rosario: Laborde Libros Editor, 2005.

CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. **Teoría crítica de la enseñanza**: la investigación-acción en la formación del profesorado. Barcelona: Martínez Roca, 1988.

DE ALBA, Alicia. **Currículo**: crisis, mito y perspectivas. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 1998.

SAUTÚ, Ruth. Requisitos formales teórico-metodológicos para la construcción del marco teórico de una investigación en Ciencias Sociales. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social - ReLMIS**, [s. l.], n. 10, p. 7-20, 2015. Disponível em: <http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/154>. Acesso em: 23 jan. 2026.

TERIGI, Flavia. **Currículum**: itinerarios para aprehender un territorio. Buenos Aires: Santillana, 1999.

TERIGI, Flavia. **Las cronologías de aprendizaje**: un concepto para pensar la heterogeneidad en el aula. In: JORNADA PEDAGÓGICA: PENSANDO LO ESCOLAR PARA TOD@S Y CON TOD@AS, 2010, Santa Rosa. **Anais [...]**. Santa Rosa: La Pampa, 2010.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

AGRAVOS À SAÚDE RELACIONADOS AO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL (2022 a 2024)

WORK-RELATED HEALTH PROBLEMS IN THE FEDERAL DISTRICT (2022 TO 2024)

Diogo Márcio Gonçalves dos Santos¹

Thais Pereira de Carvalho²

Resumo: O presente texto objetiva analisar a situação da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras no Distrito Federal, considerando as situações de doenças e agravos relacionados ao trabalho nos anos de 2022, 2023 e 2024. A metodologia baseia-se em pesquisa exploratória e abordagem qualitativa, recorrendo ao estudo bibliográfico e análise documental. Os resultados obtidos demonstram a incidência de doenças e agravos à saúde, tendo como base o ano e as regiões de saúde do Distrito Federal. Tais dados podem subsidiar políticas sociais e ações a serem implementadas pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CEREST), bem como para os demais equipamentos públicos que compõem a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; Política Social; Distrito Federal.

Abstract: This text aims to analyze the health situation of male and female workers in the Federal District, considering the situations of work-related illnesses and health problems in the years 2022, 2023, and 2024. The methodology is based on exploratory research and a qualitative approach, using bibliographic study and document analysis. The results demonstrate the incidence of diseases and health problems, based on the year and the health regions of the Federal District. Such data can support social policies and actions to be implemented by the Worker's Health Reference Center (CEREST), as well as for other public facilities that make up the National Worker's Health Network.

Keywords: Worker's Health; Social Policy; Federal District.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) foi instituída

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) na Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Serviço Social na Universidade de Federal de Alagoas (UFAL). Graduado em Serviço Social na UFAL. E-mail: diogomarcio.dm@gmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) na Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Serviço Social na UnB. E-mail: thaiscarvalho42@outlook.com.br

a partir da Portaria nº 1.823, de 2012. Essa normativa foi um avanço importante para a execução do direito à saúde da classe trabalhadora, cujo marco normativo encontra-se na Constituição Federal de 1988 (CF 88) e em legislações infraconstitucionais, a exemplo da Lei nº 8.080, de 1990, socialmente conhecida como Lei Orgânica da Saúde (LOS) (Salvi Rafagnin; Ribeiro Rafagnin, 2020).

Após a promulgação da PNSTT, observa-se, com base na pesquisa desenvolvida por Santos e Lana (2024), a existência de potencialidades e desafios que podem ser categorizados em três eixos: 1) PNSTT e a correlação de forças; (2) Recursos humanos da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST); (3) Recursos operacionais e estratégias para ações. Com base nos autores, essa separação diz respeito ao processo investigativo, sendo que a compreensão da totalidade dessa política requer a articulação dessas categorias.

Dentre as possibilidades para aperfeiçoar os serviços prestados, identificou-se o planejamento como instrumento para ações a serem desenvolvidas (Santos; Lana, 2024). Esse mecanismo é um dos fatores importantes para fortalecer a compreensão do campo da saúde do trabalhador e sua relação com a determinação social da saúde, visando observar aspectos envolvidos no processo saúde-doença, por meio da perspectiva de totalidade.

Os resultados apresentados nesses documentos permitem a compreensão do cenário relacionado à saúde e ao trabalho, como é o caso do documento elaborado pela equipe técnica de saúde do trabalhador do Distrito Federal (DF) que será apresentado neste artigo. O presente texto, com o seu respectivo conteúdo, está dividido em introdução, desenvolvimento, em que se apresenta uma breve discussão sobre a análise situacional no campo da saúde do trabalhador, seguida por uma abordagem acerca da organização da saúde no Distrito Federal, de modo a esboçar as situações de doenças, acidentes e agravos relacionados ao trabalho no referido território e, por fim, as considerações finais.

2 A ANÁLISE SITUACIONAL COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO EM SAÚDE DO TRABALHADOR

Ao iniciar a exposição, deve-se compreender o campo da saúde do trabalhador como um saber que se realiza a partir de práticas e conhecimentos diversos complementares à perspectiva técnica, social, política e humana, com o objetivo de analisar e intervir em situações do ambiente de trabalho que repercutem em acidentes e/ou adoecimentos. A interdisciplinaridade permite captar características dos processos de trabalho que rebatem na

saúde de trabalhadores/as (Gomez, Vasconcellos, Machado, 2018).

Entretanto, o entendimento deste campo não se constitui desse modo desde o início, mas é atravessado por processos históricos marcados pela exploração e adoecimento da classe trabalhadora. Anteriormente, em ações da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, não se previa qualquer atenção para as consequências relacionadas a salubridade, prevenção de acidentes ou proteção social, mas sim, pautava-se por perspectivas de atuação exclusivamente biomédicas e com a intenção de individualizar questões do processo saúde-doença³ em casos de infortúnio no ambiente laboral, resultando também no objetivo de promover a adaptação e controle aos trabalhadores/as (Mendes; Dias, 1991; Silva Filho, 2022).

A centralidade do trabalho na vida da sociedade encontra-se em destaque, visto que por meio dele possibilita-se a reprodução social de trabalhadores/as e suas famílias. Desse modo, necessita-se explanar sobre a concepção de determinação social da saúde, em que se entende o adoecimento para além de um fator exclusivamente biológico, mas contemplando:

[...] o caráter histórico da doença e sua relação com os processos que ocorrem na coletividade humana. Isso significa considerar a complexidade da relação entre o processo social e o processo saúde-doença e a sua determinação atravessada pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela sociabilidade burguesa e pelas particularidades das formações sócio-históricas dos países (Silva, Bicudo, 2020, p.124).

Em consonância com os conceitos expostos, o Guia para Análise da Situação de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, elaborado pelo Ministério da Saúde, em 2023, também compartilha do entendimento sobre a indissociabilidade entre o trabalho, os modos de vida, a proteção social, a saúde, as desigualdades e as relações de gênero e raça. Tais fatores são prioridade no planejamento de políticas e ações direcionadas à Saúde do Trabalhador (Brasil, 2023).

O Guia também destaca a importância da realização de análises e planejamentos baseados em informações qualificadas sobre a população trabalhadora atendida pela política de saúde, assim como a compreensão sobre o perfil produtivo do território e do/a trabalhador/a; a identificação de morbimortalidade relacionado ao trabalho, o tipo de vínculo

³ O processo saúde-doença é compreendido enquanto processo social, colocando o entendimento da saúde para além do aspecto somente biológico. Portanto, a posição de classe apresenta-se um aspecto presente na relação com a saúde, a doença e os perfis de morbimortalidade, evidenciando a ineficácia de políticas públicas que visam a distribuição dos serviços de saúde. Dessa forma, expõe como aspecto central a relação da classe social e a distribuição da saúde e doença (Dias, 1994). Para além disso, deve-se considerar outras determinações, a exemplo raça e gênero.

empregatício e o ramo de atividade realizada. Este arcabouço de informações fornece maior aproximação com a realidade das pessoas que necessitam de atenção em saúde e suas especificidades, reverberando em ações direcionadas a esse público (Brasil, 2023).

Essa união entre o entendimento de aspectos presentes na vida da classe trabalhadora, perante a relação com o trabalho, e as informações que permitem a compreensão de como se apresenta o cotidiano de saúde dessa população são importantes para o processo de planejamento, compreendido como um instrumento de promoção de ações de saúde. Ao mesmo tempo, permite aprimorar as ações desenvolvidas pela equipe de referência da RENAST.

Ademais, deve-se contar com outros atores sociais nesse processo, como os próprios trabalhadores, os movimentos sociais e a equipe técnica que lida com os atendimentos voltados à saúde do trabalhador, pois dessa forma pode-se aproximar do modo de planejamento democrático, que de acordo com Lowy (2009), surge como uma alternativa para que a sociedade participe de decisões que irão ter relação com o seu cotidiano, sendo guiada pelo controle democrático e igualdade social. O autor também relata que há condições essenciais para que ocorra a conquista do planejamento democrático, sendo eles: a propriedade coletiva dos meios de produção, a retirada de decisões de investimento das mãos do capital, o estabelecimento da primazia de serviços/produtos com valor de uso como os serviços sociais e os aspectos que são essenciais à vida, como alimentação e água.

Portanto, entende-se que a realização de um planejamento voltado à saúde do trabalhador possibilita a apreensão de aspectos intrinsecamente relacionados à realidade e as necessidades humanas da população, tendo como base as informações fidedignas do território, das relações de trabalho no respectivo local, das ações e dos atendimentos voltados à saúde e da participação da classe trabalhadora, como forma efetiva de execução de um planejamento participativo e democrático.

3 DOENÇAS E AGRAVOS À SAÚDE RELACIONADOS AO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

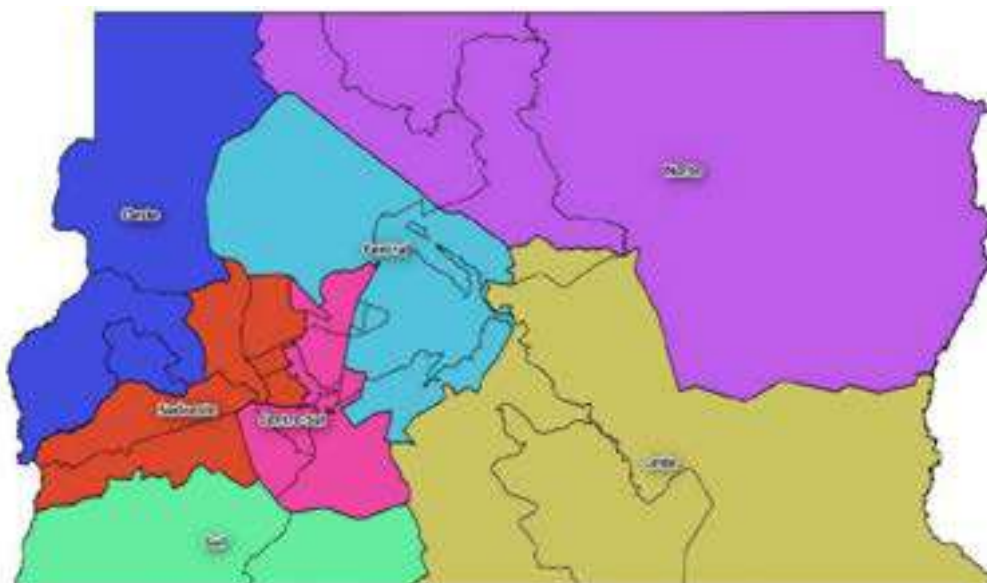
O DF apresenta uma delimitação territorial de 5.760,784 km², uma população estimada de 3.130.014 habitantes e uma densidade demográfica de 543,33 habitantes por km². A divisão espacial do DF é constituída de 35 regiões administrativas, sendo os limites físicos-territoriais responsáveis por definir a jurisdição da ação governamental para fins de

descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos (Governo do Distrito Federal, 2023).

Diante das condições de demarcar a ação do poder público por meio da territorialização, o governo do DF estrutura a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços sanitários mediante o estabelecimento das Regiões de Saúde, porque “a regionalização em saúde visa à organização e distribuição otimizadas dos serviços de saúde, garantindo a cobertura e o acesso da população, maximizando a eficiência institucional e social” (Governo do Distrito Federal, 2023, p. 36).

A partir da definição das bases geográficas, populacionais, estruturais, de serviços e singularidades regionais, as Regiões de Saúde do DF apresentam uma Superintendência responsável por sua administração. A distribuição regional está definida da seguinte maneira: região Central (Plano Piloto, Lago Norte, Varjão, Cruzeiro, Sudoeste, Octogonal e Lago Sul), Centro-Sul (Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Park Way, Candangolândia, Guará, Setor de Indústria e Abastecimento, Estrutural e Setor Complementar de Indústria e Abastecimento), Leste (Itapoã, Jardim Botânico, Paranoá e São Sebastião), Norte (Fercal, Planaltina, Arapoanga, Sobradinho e Sobradinho II), Oeste (Brazlândia, Sol Nascente, Pôr do Sol e Ceilândia), Sudoeste (Taguatinga, Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueiras, Água Quente, Recando das Emas e Samambaia) e Sul (Gama e Santa Maria) (Governo do Distrito Federal, 2023). A figura a seguir demonstra essa delimitação geográfica definida para as Regiões de Saúde no Distrito Federal.

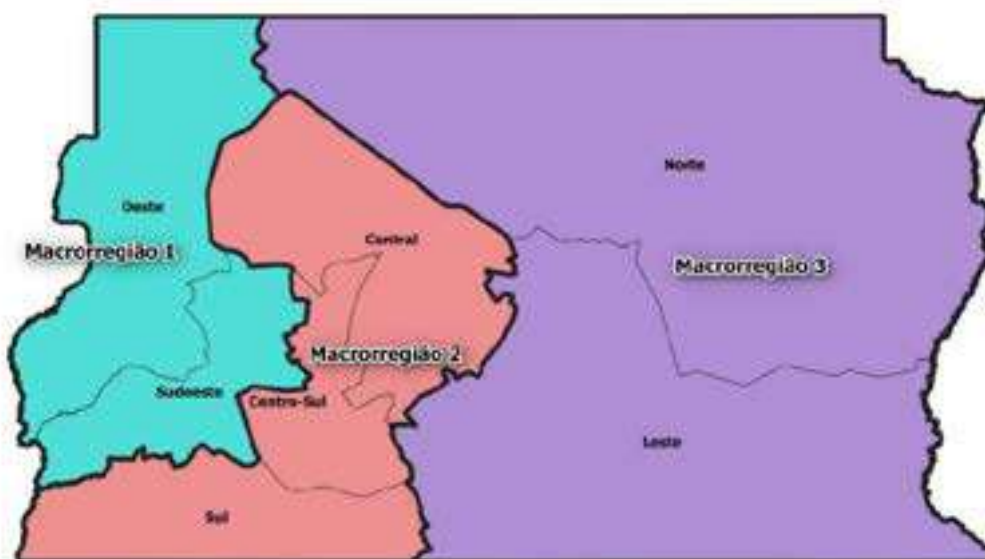
FIGURA 1. Delimitação geográfica das Regiões de Saúde do Distrito Federal



Fonte: Governo do Distrito Federal, 2023.

A necessidade de aperfeiçoar os processos de regionalização e a integração das Regiões de Saúde e das Redes de Atenção à Saúde (RAS), permitindo melhorar o acesso e a qualidade dos serviços prestados no DF, foram instituídas as três Macrorregiões de Saúde, como pode ser identificado na Figura 2, que se divide em: Macrorregião 1, integrando as regiões de saúde Oeste e Sudoeste; Macrorregião 2, abrangendo as regiões de saúde Sul, Centro-Sul e Central; e Macrorregião 3, compreendendo as regiões de saúde Norte e Leste (Governo do Distrito Federal, 2023).

FIGURA 2 – Delimitação geográfica das 3 Macrorregiões de Saúde do Distrito Federal



Fonte: Governo do Distrito Federal, 2023.

A Rede Distrital de Atenção à Saúde do Trabalhador (Redest) encontra-se estruturada por essa dinâmica regionalizada. A Redest está sendo estruturada em todas as Regiões de Saúde, por meio de articulação e construção conjunta de protocolos, linhas de cuidado e matriciamento da saúde do trabalhador, objetivando garantir a execução da PNSTT. O equipamento social que operacionalizará a Redest é o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest)⁴, que está distribuído em quatro regionais (Cerest Sudoeste, Cerest Sul, Cerest Norte e Cerest Oeste), atuando em uma determinada área geográfica do território; e um em nível distrital (Cerest DF), que desenvolve suas atividades em todo o território, sendo responsável também pela coordenação da PNSTT no DF (GDF, 2024b).

Nesse cenário institucional, a equipe técnica da Secretaria de Saúde (SES) do DF elaborou um documento denominado “Análise da situação de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Distrito Federal”, que expõe dados e informações referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024, a partir das notificações que foram realizadas sobre as doenças e os agravos relacionados ao trabalho, com base na lista de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde para fins de vigilância epidemiológica, a saber:

Acidente de trabalho (AT); Acidente de trabalho com material biológico (ATMB); Intoxicação exógena relacionada ao trabalho; Câncer relacionado ao trabalho; Dermatoses ocupacionais; Distúrbio de voz relacionado ao trabalho (DVRT); Lesões por esforços repetitivos/Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT); Perda auditiva induzida por ruído (PAIR) relacionada ao trabalho; Pneumoconioses relacionadas ao trabalho; Transtornos mentais relacionados ao trabalho (TMRT) (Governo do Distrito Federal, 2024a, p. 5).

Para uma melhor compreensão da realidade distrital, o referido documento inicia a exposição com dados populacionais, enfatizando que o DF dispõe de uma população total de 3.010.881, sendo que 2.654.000 constitui a população em idade ativa (PIA), 1.715.000 são a população economicamente ativa (PEA) e 1.449.000 compreende a população economicamente ativa ocupada (PEAO). A taxa de desemprego corresponde a 15,5% (Governo do Distrito Federal, 2024a).

O resultado desse documento foi estruturado conforme as Regiões de Saúde. Contudo, optou-se nesse texto pela reorganização dos dados e das informações considerando o cenário anual (anos de 2022, 2023 e 2024), para que seja possível uma problematização acerca das doenças e dos agravos que incidem diretamente na vida da classe trabalhadora do DF.

⁴ Esse equipamento social encontra-se subordinado à Diretoria de Saúde do Trabalhador (Disat), vinculada à Vigilância à Saúde (SVS), da SES DF (Governo do Distrito Federal, 2024a).

TABELA 1. Doenças e agravos relacionados ao trabalho no DF no ano de 2022.

DOENÇAS E AGRAVOS EM 2022	REGIÕES DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL							TOTAL
	Central	Centro-Sul	Leste	Norte	Oeste	Sudoeste	Sul	
Acidente de trabalho	853	17	488	651	465	610	519	3.603
Acidente de trabalho c/ exposição a material biológico	276	75	56	105	69	191	102	874
PAIR	121	0	0	0	0	8	2	131
Intoxicação exógenas	7	11	11	9	6	16	1	61
LER/DORT	4	0	1	15	5	18	32	75
Transtorno Mental	0	0	0	1	0	2	2	5
Pneumoconiose	1	0	0	0	0	0	0	1
Dermatoses	0	0	0	0	0	1	0	1
Câncer	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.262	103	556	781	545	846	658	4.751

Fonte: Governo do Distrito Federal, 2024a com base nos dados do Sina, 2024. Elaboração própria

Houve o registro de 4.751 doenças e agravos relacionados ao trabalho em 2022, entre as sete Regiões de Saúde do DF. Observa-se a prevalência de 75,83% (n=3.603) de acidentes de trabalho, 18,39% (n=874) de acidentes de trabalho com exposição a material biológico, 2,75% (n=131) de PAIR, 1,57% (n=75) de LER/DORT, 1,28% (n=61) de intoxicação exógenas; 0,1% (n=5) de transtorno mental, 0,02% (n=1) de pneumoconiose e 0,02% (n=1) de dermatoses. Não houve nenhum registro de adoecimento por câncer no respectivo período.

A Região de Saúde com maiores índices registrados foi a região Central, com 1.262 notificações. A região Centro-Sul aparece com o menor índice de notificações, totalizando 103, e os acidentes de trabalho com exposição a material biológico superam o quantitativo de acidentes de trabalho, ou seja, 75 e 17, respectivamente. As outras regiões apresentam entre 545 e 846 notificações.

TABELA 2 – Doenças e agravos relacionados ao trabalho no DF no ano de 2023.

DOENÇAS E AGRAVOS EM 2023	REGIÕES DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL							TOTAL
	Central	Centro-Sul	Leste	Norte	Oeste	Sudoeste	Sul	
Acidente de trabalho	1.291	9	814	1.066	724	921	2.231	7.056
Acidente de trabalho c/ exposição a material biológico	407	82	78	96	153	295	125	1.236

PAIR	77	0	0	0	0	37	4	118
Intoxicação exógenas	8	2	14	12	4	10	4	54
LER/DORT	6	0	16	318	18	17	319	694
Transtorno Mental	7	0	1	1	1	4	1	15
Pneumoconiose	1	0	0	0	0	0	0	1
Dermatoses	1	0	0	0	1	0	0	2
Câncer	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.798	93	923	1.493	901	1.284	2.684	9.176

Fonte: Governo do Distrito Federal, 2024a com base nos dados do Sinan, 2024. Elaboração própria

Em 2023, os registros de doenças e agravos relacionados ao trabalho totalizou 9.176. Esse quantitativo aumentou quase o dobro em comparação ao ano anterior. O aumento também ocorreu nos registros de todas as Regiões em Saúde, exceto a região Centro-Sul, que teve uma pequena diminuição. Tal região continua apresentando índices maiores de acidente de trabalho com exposição a material biológico em relação aos acidentes de trabalho (82 e 9, respectivamente).

A região Sul apresentou 2.684 notificações. Esse quantitativo permitiu superar a região Central, comparado ao ano de 2022, que detém 1.798 registros. Para além da região Centro-Sul que foi citada anteriormente, as demais Regiões de Saúde apresentam uma variação entre 901 e 1.493 notificações.

A prevalência de notificações de acidentes de trabalho persiste com um patamar elevado, ao totalizar 76,89% (n=7.056), e o adoecimento por câncer não apresentou novamente nenhum registro. A porcentagem dos outros itens de doenças e agravos relacionados ao trabalho foram 13,46% (n=1.236), 7,5% (n=694) de LER/DORT, 1,28% (n=118) de PAIR, 0,58% (n=54) de intoxicação exógenas, 0,16% (n=15) de transtornos mentais, 0,02% (n=2) de dermatoses e 0,01% (n=1) de pneumoconiose.

TABELA 3. Doenças e agravos relacionados ao trabalho no DF no ano de 2024.

DOENÇAS E AGRAVOS EM 2024	REGIÕES DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL							TOTAL
	Central	Centro-Sul	Leste	Norte	Oeste	Sudoeste	Sul	
Acidente de trabalho	1.307	36	1.161	1.215	853	1.378	3.059	9.009
Acidente de trabalho c/ exposição a material biológico	390	61	49	99	163	226	164	1.152

PAIR	37	8	0	0	1	16	0	62
Intoxicação exógenas	10	0	15	6	8	18	7	64
LER/DORT	8	0	3	569	12	23	491	1.106
Transtorno Mental	0	0	0	3	0	24	1	28
Pneumoconiose	1	0	0	0	0	0	1	2
Dermatoses	0	0	0	0	0	10	0	10
Câncer	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.753	105	1.228	1.892	1.037	1.695	3.723	11.433

Fonte: Governo do Distrito Federal, 2024a com base nos dados do Sinan, 2024. Elaboração própria

Os registros de doenças e agravos relacionados ao trabalho em 2024 totalizou 11.333. Consta-se um aumento de registros em relação ao ano anterior. Diferentemente de 2023, que é identificado um aumento significativo, há em 2024 uma variação entre aumento e diminuição das regiões de Saúde. Contudo, os números ultrapassaram o valor de 1.000 em notificações, com a exceção da Região Centro-Sul com 105 registros.

A região Sul manteve-se em primeiro lugar em notificações, com 3.723, enquanto a região Norte ultrapassou a região Central, tornando-se a segunda maior em notificações, com índices de 1.892 e 1.753, respectivamente. Em seguida, há a região Sudoeste, com 1.695; a região Leste, com 1.228; e a região Oeste, com 1.037.

Os acidentes de trabalho se mantiveram em patamares elevados de notificações, ao totalizar 78,79% (n=9.009). Os índices de acidente de trabalho com exposição a material biológico e LER/DORT estiveram aproximados, com 10,07% (n=1.152) e 9,67% (n=1.106). O levantamento aponta para 0,6% (n=69) de intoxicação exógenas, 0,54% (n=62) de PAIR, 0,24% (n= 28) de transtorno mental, 0,08% (n=10) de dermatoses e 0,01% (n=2) de pneumoconiose.

TABELA 4. Total de doenças e agravos relacionados ao trabalho no DF nos anos de 2022, 2023 e 2024.

DOENÇAS E AGRAVOS ENTRE 2022 E 2024	ANOS			TOTAL
	2022	2023	2024	
Acidente de trabalho	3.603	7.056	9.009	19.668
Acidente de trabalho c/ exposição a material biológico	874	1.236	1.152	3.262
PAIR	131	118	62	311
Intoxicação exógenas	61	54	69	184
LER/DORT	75	694	1.106	1.875
Transtorno Mental	5	15	28	48
Pneumoconiose	1	1	2	4

Dermatoses	1	2	10	13
Câncer	0	0	0	0

Fonte: Governo do Distrito Federal, 2024a com base nos dados do Sinan, 2024. Elaboração própria

Os acidentes de trabalho correspondem ao maior registro de problemas de saúde enfrentados por trabalhadores e trabalhadoras no DF, no período que abrange os anos de 2022, 2023 e 2024. Esse dado, correspondente a 19.668, encontra-se em patamares elevados, sendo que a soma dos demais compreende apenas 28,96% (n=5.697) do total. Em contrapartida, o adoecimento por câncer não obteve nenhum registro nos três anos analisados.

Os demais índices apresentam o seguinte quantitativo: 3.262 de acidente de trabalho com exposição a material biológico; 1.875 de LER/DORT; 311 de PAIR; 184 de intoxicação exógenas; 48 de transtornos mentais; 13 de dermatoses; e 4 de pneumoconiose. De todos os mencionados, identifica-se um aumento no número de notificações de 2022 para 2024 em seis itens: acidentes de trabalho com exposição a material biológico de 874 para 1.152; intoxicação exógenas de 61 para 69; LER/DORT de 694 para 1.106; transtorno mental de 5 para 28; pneumoconiose de 1 para 2; e dermatoses de 1 para 10. A exceção foi PAIR que diminuiu de 131 para 62.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na leitura bibliográfica e nos dados obtidos na pesquisa, observa-se que o cenário da saúde do trabalhador no DF envolve a prevalência de acidentes de trabalho, acidentes de trabalho por exposição de materiais biológicos e LER/DORT. Os dados revelam a ausência de câncer em decorrência do trabalho, e baixos indicadores no que se referente à pneumoconiose e dermatoses. Em relação ao aspecto territorial, os dados demonstram a maior recorrência nas regiões Sul e Central, enquanto a região Centro-Sul dispõe de índices menores quando comparados com outras regiões de saúde.

O texto teve como objetivo expor o conhecimento acumulado sobre a temática, especialmente baseado em documentos que norteiam o planejamento e a execução de ações e políticas para a classe trabalhadora. Além disso, demonstrou-se o avanço do adoecimento e dos acidentes de trabalho com as pessoas que habitam em regiões administrativas do Distrito Federal, considerando cada tipo específico de agravo e adoecimento.

Diante do exposto, cabe compreender como ocorre os rebatimentos do mundo do trabalho na vida da classe trabalhadora, especialmente nos fatores que envolvem sua saúde e

proteção social em casos de infortúnios. Destaca-se também a concepção de determinação social da saúde e sua relação com o cotidiano de trabalhadores/as, visto que há necessidade da busca constante pela reprodução social digna, perante um cenário que institui a exploração máxima da força humana de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Guia para Análise da Situação de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

DIAS, Elizabeth Costa. **Atenção à saúde dos trabalhadores no setor de saúde (sus) no brasil: realidade, fantasia ou utopia**. 335 f. 1994. Tese (Doutorado Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

GOMEZ, Carlos Minayo; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 1963-1970, 2018.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Saúde. **Análise de situação de saúde do trabalhador e da trabalhadora do Distrito Federal**. Brasília: 2024a.

Disponível:

https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Analise_de_Situacao_de_Saude_do_Trabalhador_e_da_Trabalhadora_do_Distrito_Federal.pdf/dc8a9e8a-66ea-afbc-d504-c80aeb535c5a?t=1734778473919. Acesso em: 31 out 2025.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Saúde. **Plano Distrital de Saúde 2024-2027**. Brasília: 2023. Disponível em:

https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/PDS_2024_2027_VERSAO_ATUALIZADA_POS_APROVACAO_DO_CG.pdf/d6b70835-b964-4c58-787b-8d3a4e4e3169?t=1749297572117. Acesso em: 30 out 2025.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Saúde. **Relatório de gestão 2024**. Brasília: 2024b. Disponível em:

https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Relatorio_de_Gestao_2024.pdf/f4743d92-f931-2bdd-49e1-3df189219057?t=1743699229910. Acesso em: 31 out 2025.

LÖWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 16, n. 28, p. 35-50, 2009.

MENDES, Renê; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991.

RIBEIRO RAFAGNIN, Thiago; SALVI RAFAGNIN, Maritânia Salete. Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora: uma reflexão sobre a gestão da saúde e doença da classe-que-vive-do-trabalho. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul (SC), n. 57, p. 88-102, 2020.

SANTOS, Diogo Márcio Gonçalves; LANA, Letice Dalla. Potencialidades e desafios da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. **Moitará – Revista de Serviço Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 116-134, 2024.

SILVA FILHO, Jorge Henrique de Sousa e. **A trajetória da saúde do trabalhador no Brasil e as políticas de vigilância em saúde do trabalhador pós-constituente**. 2022. 111 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde) – Escola de Governo Fiocruz Brasília, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2022.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ALUGA-SE: NEOLIBERALISMO, ALTA PERFORMANCE DIGITAL E AUTOMAÇÃO COMO VETORES DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DESAFIOS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

SE ALQUILA: NEOLIBERALISMO, ALTO RENDIMIENTO DIGITAL Y AUTOMATIZACIÓN COMO VECTORES DE PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO Y DESAFÍOS A LAS POLÍTICAS SOCIALES

Nola Patrícia Gamalho¹
Me. Lins Robalo²

Resumo: O artigo realiza uma análise crítica dos impactos da performance digital, da inteligência artificial (IA) e da automação sobre o trabalho e as políticas sociais, sob a perspectiva crítica do Serviço Social. Parte-se da compreensão de que o avanço tecnológico no capitalismo digital contemporâneo aprofunda a precarização laboral, intensifica o controle sobre os corpos e reforça a lógica neoliberal de responsabilização individual, gerando novas formas de exclusão digital. Com base em uma abordagem interdisciplinar, dialogando com autores como Iamamoto (2022), Antunes e Filgueiras (2020), Behring (2021), Barroco (2023), Mito (2010), Vale e Dahmer (2019), Santaella (2025), Feliciano (2022), Alles (2023) e Silva (2022), o estudo discute como o neoliberalismo e o capitalismo de plataforma reconfiguram as relações sociais e tensionam o compromisso ético-político do Serviço Social com a proteção social e os direitos humanos. A expansão da IA generativa impõe dilemas éticos e epistemológicos, colocando em debate os próprios limites do humano e o risco de desumanização nas práticas mediadas por tecnologia. Diante disso, o texto defende a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão digital crítica, à regulamentação democrática da IA e ao fortalecimento do projeto profissional do Serviço Social como mediação estratégica na defesa da dignidade humana. Por fim, propõe-se refletir sobre o papel do Estado, da educação e das profissões comprometidas com a justiça social diante das transformações tecnológicas em curso.

Palavras Chave: Capitalismo digital. Exclusão sociotecnológica. Serviço Social.

Resumen: El artículo realiza un análisis crítico de los impactos del rendimiento digital, la inteligencia artificial (IA) y la automatización sobre el trabajo y las políticas sociales, desde la perspectiva crítica del Trabajo Social. Parte de la comprensión de que el avance tecnológico en el capitalismo digital contemporáneo profundiza la precarización laboral, intensifica el control sobre los cuerpos y refuerza la lógica neoliberal de responsabilización individual, generando nuevas formas de exclusión digital. Con base en un enfoque interdisciplinario y en

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS/Brasil. Docente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Rio Grande do Sul- Brasil.

² Graduada em Serviço Social, Mestre em Ciências Sociais, Mestranda de Serviço Social e Proteção Social e Graduanda de Direito na UNIPAMPA – São Borja, é pesquisadora sobre gênero e identidade de gênero vinculada. Contato: linsrobalo.aluno@unipampa.edu.br

diálogo con autores como Iamamoto (2022), Antunes y Filgueiras (2020), Behring (2021), Barroco (2023), Miotto (2010), Vale y Dahmer (2019), Santaella (2025), Feliciano (2022), Alles (2023) y Silva (2022), el estudio discute cómo el neoliberalismo y el capitalismo de plataforma reconfiguran las relaciones sociales y tensionan el compromiso ético-político del Trabajo Social con la protección social y los derechos humanos. La expansión de la IA generativa impone dilemas éticos y epistemológicos, poniendo en debate los propios límites de lo humano y el riesgo de deshumanización en las prácticas mediadas por la tecnología. Ante ello, el texto defiende la necesidad de políticas públicas orientadas a la inclusión digital crítica, a la regulación democrática de la IA y al fortalecimiento del proyecto profesional del Trabajo Social como mediación estratégica en la defensa de la dignidad humana. Finalmente, se propone reflexionar sobre el papel del Estado, la educación y las profesiones comprometidas con la justicia social frente a las transformaciones tecnológicas en curso.

Palabras clave: Capitalismo digital. Exclusión sociotecnológica. Trabajo Social.

1 INTRODUÇÃO

Vivenciamos um período histórico de intensas e profundas transformações estruturais impulsionadas pelo avanço da automação, da inteligência artificial (IA) e da digitalização das relações sociais. Tais mudanças não se restringem ao campo da técnica, mas se manifestam como expressões das contradições do modo de produção capitalista, que se reinventa a partir da integração entre tecnologias de alta performance, exploração de dados e financeirização da vida cotidiana. A emergência de dispositivos como o Gemini I, com tecnologia Veo 3 do Google, ou plataformas generativas como o ChatGPT e similares, não apenas redesenham a forma como o conteúdo é produzido, como também reorganizam a divisão social do trabalho, esvaziam postos formais e amplificam a informalidade digitalizada.

Nesse contexto, o mundo do trabalho passa por um processo de ressignificação, marcado pela desmaterialização das relações laborais, pela intensificação do controle algorítmico e pela expansão de formas de subordinação que se ocultam sob o discurso da autonomia e da inovação. A lógica da chamada “uberização” — expressão que sintetiza a informalização e precarização via plataformas digitais — se estabelece como paradigma dominante de ocupação para parcelas significativas da classe trabalhadora. Como afirmam Antunes e Filgueiras (2020), trata-se de uma subordinação disfarçada de autonomia, com jornadas extenuantes, insegurança e ausência de direitos. Essa realidade reflete a radicalização da lógica neoliberal, que, ao responsabilizar o indivíduo por sua sobrevivência (Behring, 2021), oculta os determinantes estruturais da desigualdade social.

Ao mesmo tempo, observa-se a intensificação da exclusão digital como mecanismo de

segregação estrutural. Ainda que a oferta de tecnologias tenha se expandido, o acesso desigual, a falta de conectividade adequada e, sobretudo, a ausência de formação crítica aprofundam um cenário de marginalização social. Como reforça Santaella (2025), a IA não é neutra — ela carrega as marcas de um projeto que reflete e amplifica os valores do capital, atravessando o tecido social com critérios opacos, algoritmicamente mediados e profundamente excludentes. Vale e Dahmer (2019) demonstram que o avanço da educação a distância, longe de garantir democratização, tem consolidado processos de mercantilização da formação, com impactos significativos sobre a qualificação dos trabalhadores, sobretudo aqueles oriundos das camadas populares.

Essas transformações exigem que o Serviço Social reanalise suas estratégias de atuação frente às novas expressões da questão social, em um cenário em que as políticas públicas são mediadas por plataformas, burocratizadas por sistemas digitais e condicionadas ao desempenho individual. Como afirma Iamamoto (2022, p. 28), “a questão social é expressão das contradições do capital em sua relação com o trabalho”, e, nesse cenário, o desemprego estrutural, a informalidade digitalizada e a ampliação do exército industrial de reserva revelam uma face ainda mais perversa dessas contradições.

O desafio posto à profissão é, portanto, compreender como essas reconfigurações tecnológicas impactam diretamente os direitos sociais e o acesso à cidadania, sem perder de vista os fundamentos ético-políticos do projeto profissional. É preciso pensar estratégias que vão além do assistencialismo pontual e avancem na crítica às estruturas que sustentam a desigualdade sociotecnológica, bem como atuar na mediação do acesso aos direitos em tempos de automação e vigilância digital. O Serviço Social, nesse contexto, é chamado a intervir não apenas nos efeitos da exclusão digital, mas também na construção de alternativas coletivas que tensionem a lógica hegemônica do capital, resgatando o papel do Estado na garantia de direitos e na democratização das tecnologias.

2 REFLEXÃO DE ABERTURA: DINÂMICAS URBANAS, REORGANIZAÇÃO ESPACIAL E O IMPACTO DO CONSUMO DIGITAL

Ao percorrer as ruas centrais de muitas cidades brasileiras, especialmente em regiões interioranas, é impossível ignorar o aumento expressivo de imóveis comerciais desativados. Placas com a inscrição "aluga-se" denunciam uma alteração profunda nas dinâmicas econômicas e sociais desses territórios. O que antes era espaço ocupado por padarias, lojas

familiares e pequenos mercados de bairro, hoje dá lugar à ociosidade ou à ocupação por grandes redes farmacêuticas e franquias com presença nacional. Essa transformação urbana evidencia mais do que uma simples crise comercial: trata-se de um processo de reconfiguração estrutural, impulsionado pelas novas formas de circulação de mercadorias e pela intensificação do consumo mediado por tecnologias digitais.

A emergência de plataformas de compra online e aplicativos especializados em comercialização de produtos e serviços tornou possível adquirir, em poucos cliques, desde alimentos até peças agrícolas, sem a necessidade de frequentar espaços físicos. Essa nova arquitetura do consumo, orientada pela comodidade e rapidez, alterou os hábitos cotidianos da população e afetou diretamente os empreendimentos locais. Em vez de empregar vendedores, balconistas e atendentes, muitas dessas redes adotaram um modelo baseado em atendimento remoto, logística centralizada e automação de processos.

Conforme analisado por Santaella (2025), essa transição não representa apenas um avanço técnico, mas a imposição de uma lógica que modifica o próprio sentido da presença humana nos processos de mediação econômica e social. A autora chama atenção para os efeitos simbólicos e materiais da inteligência artificial, que reorganiza os tempos e os espaços da vida coletiva, com base em critérios que não são definidos democraticamente, mas construídos sob os valores do mercado.

Essas mudanças também se entrelaçam com o contexto jurídico e político que favorece o enfraquecimento das relações laborais tradicionais. Reformas recentes flexibilizaram direitos e ampliaram a possibilidade de contratação por meio de vínculos provisórios, como programas de aprendizagem, contratos por tempo determinado e regimes parciais. Nesse arranjo, a rotatividade se intensifica e a garantia de direitos trabalhistas se torna cada vez mais frágil. Feliciano (2022) destaca que esse novo modelo produtivo tende a se apoiar na ideia de eficiência, ao mesmo tempo em que desconsidera os princípios da dignidade e da função social do trabalho, pilares constitucionais que orientam as políticas públicas de proteção.

No plano territorial, a ascensão dos centros de distribuição e depósitos automatizados tem alterado a lógica da infraestrutura urbana. Galpões com sistemas informatizados de recebimento, triagem e envio de mercadorias substituem empregos operacionais por processos mecanizados. O que Alles (2023) define como “cadeias produtivas inteligentes” opera com mínima intervenção humana, priorizando controle de dados, monitoramento em tempo real e algoritmos de gestão.

Esse tipo de transformação impacta diretamente o mercado de trabalho nas cidades

pequenas, restringindo o acesso a oportunidades de ocupação estável, especialmente para populações com menor escolarização ou qualificação técnica. Ainda que persista um número reduzido de trabalhadores contratados com carteira assinada, boa parte das vagas oferecidas corresponde a funções temporárias, muitas vezes com prazos que não ultrapassam seis meses. Esses vínculos, por sua natureza instável, dificultam o planejamento de vida, o acesso à seguridade social e a construção de vínculos laborais duradouros.

A análise da ocupação urbana revela também o encolhimento dos espaços de comércio autônomo e da economia de subsistência. Pequenos empreendimentos, antes responsáveis por dinamizar os centros urbanos, têm enfrentado dificuldades de competir com as condições e preços das grandes plataformas. Barroco (2023) observa que o modelo econômico atual opera com base em uma racionalidade excludente, na qual a presença do Estado se dá majoritariamente por instrumentos de controle, enquanto se ausenta na garantia efetiva dos direitos sociais e econômicos.

Esse processo aprofunda as desigualdades regionais e acentua a desconexão entre políticas públicas e realidades territoriais. Para Miotto (2010), compreender essas dinâmicas exige atenção às múltiplas determinações da exclusão social, entre elas as que derivam da marginalização tecnológica e da desresponsabilização do Estado frente à proteção social.

A leitura crítica desse fenômeno urbano, portanto, permite observar que a marca do “aluga-se” estampada nas fachadas comerciais não expressa apenas um ciclo econômico desfavorável. Ela simboliza a perda de espaços de convivência, a retração de redes produtivas locais e o avanço de um modelo que prioriza a circulação virtual das mercadorias em detrimento das interações sociais concretas. É nesse cenário que o Serviço Social se insere, desafiado a repensar suas estratégias de atuação diante de um tecido urbano fragmentado, de um mundo do trabalho volátil e de uma cidadania submetida à lógica do desempenho e da eficiência digital.

3 TRABALHO, EXCLUSÃO DIGITAL E CONTROLE TECNOLÓGICO: DESAFIOS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL

O capitalismo contemporâneo, caracterizado pela alta performance digital e pela exploração dos dados, impõe um novo padrão de sociabilidade que precariza o trabalho e intensifica o controle sobre os corpos. Como afirmam Antunes e Filgueiras (2020, p. 9):

A uberização se expressa como uma nova forma de precarização do trabalho, onde a subordinação é disfarçada de autonomia, com jornadas extenuantes, insegurança e ausência de direitos.

Esse modelo econômico não só elimina postos de trabalho, como também modifica a relação entre capital e trabalho, reforçando a lógica do empreendedor de si mesmo e a falácia da meritocracia. Behring aponta que "o neoliberalismo implica a responsabilização do indivíduo pela sua própria sobrevivência" (Behring, 2021, p. 44).

Ademais, essa lógica de responsabilização transfere para o sujeito toda a carga do fracasso, obscurecendo os determinantes estruturais da exclusão. As transformações digitais e tecnológicas reduzem a participação humana no processo produtivo, como evidenciado na indústria, no agronegócio e no setor de serviços. Máquinas agrícolas guiadas por satélites, sistemas logísticos automatizados, robôs em linhas de montagem e drones agrícolas são exemplos de como a tecnologia substitui o trabalho humano. Tal avanço, embora celebre a eficiência, intensifica o desemprego estrutural e amplia o exército industrial de reserva.

A alta performance digital também impacta diretamente as formas de acesso à educação e à formação profissional. Vale e Dahmer (2019) demonstram que a expansão do EaD no ensino superior não representou um avanço na democratização do conhecimento, mas sim a mercantilização da formação, com impacto direto na qualidade e na capacitação dos trabalhadores (Vale & Dahmer, 2019, p. 132). Esse processo compromete a formação crítica e técnica, aprofundando desigualdades entre estudantes da rede pública e privada, urbanos e rurais, jovens e adultos.

Muitos dos sujeitos que compõem o exército de reserva sequer possuem acesso a dispositivos adequados ou conectividade suficiente para o uso efetivo das tecnologias digitais. Essa limitação material impede que esses indivíduos participem plenamente das dinâmicas socioeconômicas contemporâneas, cada vez mais mediadas por plataformas digitais e sistemas automatizados. Além disso, o simples uso de aplicativos de uso cotidiano, como redes sociais e ferramentas básicas de comunicação, gera uma falsa sensação de inclusão digital, que mascara as profundas desigualdades estruturais no acesso e apropriação tecnológica. Essa aparente "inclusão" é insuficiente para garantir a participação ativa e crítica desses sujeitos nos processos produtivos e sociais.

A ausência de formação técnica e crítica sobre os sistemas que operam essas tecnologias não apenas restringe a capacidade de acesso e uso, mas também limita a compreensão das relações de poder, controle e vigilância que permeiam o mundo digital. Sem

essa consciência, esses indivíduos permanecem vulneráveis à exploração e ao controle intensificado por meio das novas tecnologias, que impõem exigências cada vez maiores de automação, monitoramento e flexibilidade no trabalho. Essa vulnerabilidade se traduz, por exemplo, na dificuldade de adaptação a novas modalidades laborais, na precarização das condições de trabalho e na ampliação das barreiras para o acesso a direitos sociais, pois muitas dessas interações são mediadas por plataformas digitais de difícil compreensão para quem não possui uma base técnica sólida.

Dessa forma, a exclusão digital não se configura apenas como uma questão de acesso a equipamentos ou internet, mas como uma questão estrutural que envolve também a formação crítica, a inclusão social e a garantia de direitos. Essa exclusão reforça um ciclo de desigualdade que impacta diretamente a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho formal e qualificado, aprofundando as condições de precariedade e marginalização social. Portanto, políticas públicas que visem a inclusão digital devem ir além da simples provisão de infraestrutura, promovendo também a alfabetização digital crítica e o acesso a formação profissional de qualidade, para que o avanço tecnológico seja uma oportunidade real de emancipação social e não um mecanismo adicional de exclusão.

O desafio, portanto, é compreender como as políticas sociais responderão a esse cenário. Miotto (2010) enfatiza que o trabalho com famílias deve ser compreendido em sua dinâmica complexa, pois muitas delas enfrentam dificuldades agravadas por essas transformações estruturais, que precarizam suas condições de vida e acesso a direitos. A intervenção profissional no campo da assistência social torna-se essencial, não apenas como garantidora de acesso a benefícios eventuais, mas como campo estratégico para reconstrução de vínculos e mediação do acesso à cidadania.

Refletir sobre esse cenário é também reconhecer o papel ativo do Estado na manutenção dessa ordem desigual. Como denuncia Barroco (2023, p. 23):

O neoconservadorismo e o neofascismo fortalecem uma perspectiva de Estado mínimo para os direitos e máximo para o controle social, intensificando a violência institucional contra os mais pobres.

A citação de Barroco evidencia uma das faces mais perversas da conjuntura política contemporânea: a coexistência de um Estado que se ausenta quando se trata da garantia de direitos sociais, mas que se faz presente de forma opressiva para exercer controle sobre os corpos marginalizados. Essa lógica, própria do neoconservadorismo e do neofascismo, opera

a partir de uma racionalidade seletiva, onde os direitos são tratados como privilégios e a repressão como método de gestão da pobreza. O recuo do Estado na provisão de políticas públicas, combinado com o avanço de mecanismos de vigilância, burocratização e criminalização da pobreza, consolida uma governamentalidade autoritária voltada à contenção dos efeitos da desigualdade, mas não à sua superação.

No campo do Serviço Social, essa realidade impõe desafios éticos e políticos urgentes. A intensificação da violência institucional, camuflada sob critérios técnicos, torna a atuação profissional ainda mais estratégica no enfrentamento das exclusões promovidas por um Estado que negligencia os direitos enquanto amplia as exigências para o acesso a eles. Nesse cenário, reafirmar o projeto ético-político da profissão implica resistir à lógica punitivista e tecnocrática, e construir práticas que, ao contrário, ampliem a cidadania e garantam dignidade às populações mais vulnerabilizadas.

Esse controle se traduz na ampliação da burocratização das políticas sociais, exigindo dos sujeitos uma capacidade de autogestão e de acesso digital que, na maioria das vezes, não possuem. A negação do direito, travestida de critério técnico, é o novo mecanismo de exclusão institucional. O acesso ao CadÚnico, ao INSS digital, aos benefícios assistenciais e previdenciários, tudo passa pela mediação da tecnologia. O resultado é a produção de uma cidadania restrita e seletiva.

Assim, as transformações tecnológicas não devem ser vistas como neutras, mas como expressão de interesses de classe. O Serviço Social, enquanto profissão que atua nos embates da questão social, precisa reposicionar-se frente à velocidade das mudanças e reivindicar uma atuação que recoloca o humano no centro das políticas públicas, sem perder de vista os determinantes estruturais da desigualdade.

Nesse contexto de aceleração tecnológica, o impacto da inteligência artificial (IA) sobre o mundo do trabalho se insere de forma direta e perversa. O que antes se compreendia como substituição mecânica da força de trabalho agora se amplia para formas simbólicas e cognitivas de produção. Como afirma Santaella (2025, p. 5): “A IA é o ponto em que hoje estamos, mas o humano é um ser em evolução. [...] Desde que a IA se instalou nas práticas e vida humanas, sem exagero, passamos a existir no vórtice de um furacão”.

Essa constatação reforça a ideia de que a sociedade contemporânea vive um novo marco antropológico, no qual a simbiose entre o humano e a tecnologia não é opcional, mas estrutural. Entretanto, esse processo não se dá de forma homogênea. As assimetrias sociais, econômicas e culturais fazem com que as promessas de inovação e eficiência se materializem

como desigualdade, exclusão e precariedade para amplas parcelas da população.

A IA, ao mesmo tempo, em que promete otimizar processos e aumentar a produtividade, tem sido uma aliada do capital na intensificação do controle sobre o trabalho. Como destaca Alles (2023), os sistemas de IA aplicados ao setor produtivo têm gerado um processo de desumanização laboral, em que “o monitoramento constante das atividades e a extração de dados dos trabalhadores acentuam a lógica da vigilância algorítmica e da produtividade tóxica” (Alles, 2023, p. 18, 2023).

Essa vigilância é ainda mais dramática quando consideramos o fenômeno da plataformização do trabalho e a constituição de uma massa de trabalhadores precarizados, desprovidos de direitos, mas intensamente controlados por dispositivos inteligentes. Nesse sentido, a IA não apenas reproduz desigualdades: ela as intensifica por meio de critérios aparentemente neutros, como os algoritmos. Como pontua Santaella (2025, p. 4): “Os gigantescos bancos de dados que alimentam a IA estão empanturrados de fontes baseadas nos valores que se desmembram do homem branco, europeu, heterossexual”.

A crítica à neutralidade tecnológica é, portanto, fundamental. Os algoritmos carregam as marcas das estruturas de poder, e operam segundo lógicas que perpetuam discriminações históricas – de classe, raça, gênero e território. A essa problemática, Suelem Silva (2022) acrescenta a análise dos conflitos gerados pelo desenvolvimento desigual e excludente, afirmando que “os discursos de modernização tecnológica ocultam os processos de despossessão e a negação de direitos que recaem sobre os mais vulneráveis” (Silva, 2022, p. 7, 2022).

A questão, então, não é apenas “incluir” as populações marginalizadas no uso da IA, mas questionar a quem serve esse desenvolvimento e quais interesses estão em disputa. Como lembra Guilherme Feliciano (2022), os riscos jurídicos da IA também se impõem sobre as garantias trabalhistas e sobre o próprio conceito de dignidade no trabalho:

A inteligência artificial não pode estar acima do princípio da dignidade da pessoa humana, nem dissociada da função social do trabalho. A lógica de sua utilização precisa estar em consonância com os valores fundamentais do Estado Democrático de Direito (Feliciano, 2022, p. 14).

Nesse sentido, o Serviço Social tem papel central no tensionamento desse modelo de progresso digital excludente. A profissão, ancorada em seu projeto ético-político, deve intervir de forma crítica, denunciando os mecanismos de dominação tecnológica e articulando

práticas de mediação que visem à universalização do acesso aos direitos sociais. Isso implica reconhecer que a exclusão digital é também uma forma de violência estrutural, atravessada por determinantes econômicos e políticos, e que exige respostas institucionais e formativas.

A governança da IA, como propõe Santaella, deve ser pensada não apenas do ponto de vista técnico, mas sobretudo ético, com participação social, regulamentação multissetorial e construção coletiva de critérios que garantam a equidade e a justiça social. Como afirma a autora: “A ética da IA deve detectar preconceitos, proteger a privacidade, exigir transparência, apontar riscos, orientar políticas públicas. Isso não implica deixar de defender a necessidade de regulamentação, que é mandatória” (Santaella, 2025, p. 7, 2025).

Logo, não se trata de ser contra o avanço da tecnologia ou da IA, mas de lutar para que esse avanço não ocorra às custas da precarização da vida. A educação digital crítica, a formação humanista e o acesso universal às tecnologias devem estar no centro de qualquer projeto de futuro democrático. Afinal, como ensina Santaella, o desafio maior é não perder de vista o humano: “O que somos e no que passamos a nos constituir está sendo posto sob interrogação. A emergência imitativa do humano, naquilo que o humano tem de mais humanamente seu, coloca em questão o próprio ser do humano” (Santaella, 2025, p. 6).

Dessa forma, ao entrelaçarmos as reflexões apresentadas neste artigo, percebemos que os impactos do avanço tecnológico e do capitalismo digital não se restringem aos grandes centros urbanos ou aos espaços produtivos formais — eles se materializam no cotidiano de cidades interioranas, nos pequenos comércios que encerram suas atividades, nos espaços que se esvaziam e nas pessoas que perdem suas formas tradicionais de subsistência. A ampliação do exército de reserva, alimentado pela mecanização, pela inteligência artificial e pela automação crescente, desvela uma nova configuração da marginalização social, marcada por vínculos frágeis com o mundo do trabalho e, por consequência, com o acesso a direitos sociais fundamentais.

Essa reconfiguração estrutural, analisada tanto na escala macro das relações de produção quanto na escala micro dos territórios locais, revela uma contradição central do nosso tempo: enquanto cresce o trabalho não humano, intensifica-se também a invisibilização dos direitos humanos. O esvaziamento dos vínculos laborais, aliado à ausência de políticas públicas que acompanhem essas transformações, aprofunda a insegurança econômica e alimentar de amplas parcelas da população. Diante disso, torna-se urgente repensar as formas de proteção social, fortalecer o papel do Estado na garantia de direitos e investir em políticas que enfrentem, de forma crítica e estruturante, os desafios impostos por essa nova lógica do

capital.

4 CONCLUSÕES EM ANDAMENTO

Diante da velocidade das transformações tecnológicas e da reconfiguração do mundo do trabalho, cabe ao Serviço Social aprofundar sua leitura crítica e propor estratégias de resistência e proteção social que considerem as novas formas de exploração e exclusão promovidas pelo capitalismo digital e pela lógica neoliberal. A consolidação de um modelo produtivo baseado na automação, na inteligência artificial e na plataformização do trabalho impõe novos desafios à classe trabalhadora, como o aumento do desemprego estrutural, a ampliação do exército de reserva e a intensificação da precarização, sobretudo entre os sujeitos já marcados por desigualdades históricas de classe, raça, gênero e território.

Ao mesmo tempo, a exclusão digital não pode ser compreendida apenas como ausência de acesso a dispositivos e conectividade, mas como expressão de um projeto de sociedade que transforma o conhecimento e a tecnologia em mercadorias, aprofundando a fragmentação social e a negação de direitos. Nesse contexto, o Serviço Social é chamado a atuar não apenas como garantidor de políticas públicas, mas como agente de crítica e transformação social, com base em um projeto ético-político que defende a dignidade humana, a justiça social e a universalização dos direitos.

A articulação entre formação crítica, atuação profissional e defesa dos direitos humanos torna-se ainda mais urgente frente à emergência de um modelo de progresso tecnológico desumanizante, que intensifica os mecanismos de controle e vigilância sobre os corpos e subjetividades. É nesse cenário que o Serviço Social se apresenta como campo estratégico de mediação, resistência e reconstrução de alternativas emancipadoras, capaz de tensionar as estruturas hegemônicas e de fortalecer práticas que promovam inclusão, autonomia e cidadania plena.

Portanto, mais do que se adaptar às transformações em curso, o desafio é enfrentá-las com posicionamento ético e político, contribuindo para a construção de um projeto societário que recoloca o humano no centro das políticas públicas e da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ALLES, Matheus. **Impactos laborais da inteligência artificial e dos algoritmos nas relações de trabalho**. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 2023. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/221574/2023_alles_matheus_impac

[tos_laborais.pdf](#). Acesso em: 01 jul. 2025.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

BEHRING, Elaine R. Lutas sociais e direitos. **Revista SER Social**, v.18, n.38, 2021.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Inteligência artificial e os desafios ao Direito do Trabalho**: elementos para um novo contrato social digital. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 2022. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/203676/2022_feliciano_guilherme_inteligencia_artificial.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Brasil das desigualdades: "questão social", trabalho e relações sociais**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

MIOTO, Regina Célia T. Capacitação e trabalho com famílias no contexto das políticas sociais. In: MIOTO, R. C. T. (Org.). **Família e políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTAELLA, Lucia. **No começo e no “fim” era o verbo**: as implicações da IA na condição humana: entrevista especial. Instituto Humanitas Unisinos, 18 jun. 2025. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/653501-no-comeco-e-no-fim-era-o-verbo-as-implicacoes-da-ia-na-condicao-humana-entrevista-especial-com-lucia-santaella>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SILVA, Suelem. **Conflitos, desenvolvimento e riscos**: crítica ao projeto tecnocrático da modernização brasileira. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 2022. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/203695/2022_silva_suelem_conflitos_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 02 jul. 2025.

VALE, Andréa A. do; DAHMER, Larissa D. (Orgs.). **O ensino a distância na formação em Serviço Social**: análise de uma década. Rio de Janeiro: E-papers, 2019.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

AS DIMENSÕES MATERIAIS E IMATERIAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DE ESPAÇOS SÓCIO- OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL

THE MATERIAL AND IMMATERIAL DIMENSIONS OF PUBLIC POLICIES IN THE CONTEXT OF SOCIO-OCCUPATIONAL SPACES OF SOCIAL WORK

Daniella Aparecida Chem de Souza¹

Resumo: O campo das políticas públicas se configura como um espaço sócio-ocupacional privilegiado para a atuação profissional do Serviço Social, emergindo nessa relação um grande desafio para a profissão que é o exercício da autonomia profissional e a mediação das relações institucionais, dentro da correlação de forças imbricadas na organização da sociedade capitalista, na qual emergem com ressonância as desigualdades sociais configuradas nas mais variadas formas de expressões da questão social. Assim, na perspectiva de totalidade na concretude do real é que se acentua a emergência do Serviço Social que atua em posição de vanguarda ao enfrentamento de tais situações. Sob a égide de seu projeto ético-político profissional os Assistentes Sociais assumem os desafios da mediação entre as forças institucionais e as demandas erigidas da população, sobretudo, da classe trabalhadora, para a qual se dirige e também se insere o Assistente Social como trabalhador assalariado. São relações vinculadas aos projetos societários e projetos profissionais que se convergem em projetos coletivos dinâmicos e atrelados às respectivas dimensões políticas. Os limites circunscritos na profissão revelam sua relativa autonomia e a materializam na divisão sociotécnica do trabalho, e é no campo de seus espaços sócio-ocupacionais, incluindo-se os das políticas públicas que a profissão encontra os desafios em trabalhar articuladamente com as dimensões materiais e imateriais em sua prática interventiva, demandando uma formação, sobretudo crítica para transcender do objetivo para o subjetivo, do momento meramente econômico ao momento ético-político colocando a profissão em movimento.

Palavras-chave: Serviço Social, Políticas Sociais, Políticas Públicas, Assistente Social

Abstract: The field of public policies is configured as a privileged socio-occupational space for the professional practice of Social Work, emerging in this relationship a great challenge for the profession, which is the exercise of professional autonomy and the mediation of institutional relations, within the correlation of forces intertwined in the organization of capitalist society, where social inequalities configured in the most varied forms of expressions of the social issue emerge with resonance. Thus, from the perspective of totality in the concreteness of the real, the emergence of Social Work, which operates at the forefront in addressing such situations, is accentuated. Under the aegis of their professional

¹ Assistente Social, Especialista em Violência Doméstica e Psicologia Jurídica. Professora Colaboradora no Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR.

ethical-political project, Social Workers take on the challenges of mediating between institutional forces and the demands raised by the population, especially the working class, to which the Social Worker is directed and also integrates as a salaried worker. They are relationships linked to societal projects and professional projects that converge into dynamic collective projects tied to their respective political dimensions. The limits circumscribed within the profession reveal its relative autonomy and materialize it in the socio-technical division of labor, and it is in the field of its socio-occupational spaces, including those of public policies, that the profession finds the challenges in working articulately with the material and immaterial dimensions in its interventionist practice, demanding an education that is, above all, critical for transcending from the objective to the subjective, from the merely economic moment to the ethical-political moment, putting the profession in motion.

Keywords: Social work, policies social, public policies, social worker.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social possui íntima relação com o campo das políticas sociais, sobretudo na sua essência de política pública, ou seja, quando encontram correspondência no Estado para intervenção frente às diversas expressões da questão social.

O enfrentamento às desigualdades, a construção e busca do acesso e da ampliação de acesso a direitos correspondem substancialmente ao conteúdo expresso pelo projeto ético-político da profissão, posicionado segundo Netto (2022) a favor da equidade e da justiça social, e como alcança-los senão pela lógica da via democrática em busca do direito? Todavia, no contexto brasileiro e latino americano a própria construção do direito percorreu uma trajetória pautada por critérios de concessão determinados pela camada conservadora e detentora de propriedade, ou seja, mantenedores dos interesses de uma classe dominante e desinteressada na promoção de modificações na estrutura política na sociedade.

É no momento de redemocratização do país, sob o marco de intensas mobilizações sociais, que a Constituição Federal de 1988 passa a tutelar os direitos dos cidadãos brasileiros sob o princípio da dignidade humana, ainda que num processo heterogêneo, as políticas públicas emergem para atender os interesses da classe trabalhadora, sem, contudo, deixar de atender também aos interesses do capital.

Convergem com esse período as transformações que conduzem o Serviço Social ao campo de conhecimento das ciências sociais, o que de acordo com Míoto e Nogueira (2013) favoreceu, dentro outros aspectos, a discussão sobre a prática interventiva da profissão nas políticas sociais.

É nesse cenário de um amplo processo social que ganha corpo um projeto profissional

dinâmico e contrário ao conservadorismo enraizado na história social, política e cultural do país, após o Movimento de Reconceituação (1960-1970) de grande repercussão na América Latina, firma sua base ideopolítica através da Lei 8.662/1993, Código de Ética (1993), e aprovação em 1996 das atuais diretrizes curriculares da ABEPSS pautada em numa perspectiva crítica, que visou colocar a profissão em movimento numa perspectiva progressista e emancipadora.

Imprime-se, através dessa vertente crítica na formação profissional à necessidade de uma formação capaz de compreender a totalidade que existe na concretude do real e dar sentido material e imaterial às intervenções profissionais, ainda que dotadas de relativa autonomia delimitadas nas correlações de forças expressas implícita ou explicitamente nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, tais como as políticas públicas.

A exposição da temática está organizada em dois tópicos. O primeiro dispõe sobre a relação entre o processo social que marca as políticas públicas, como intervenções do Estado frente às expressões da questão social, ainda que situada num campo de contradições e a emergência do Serviço Social enquanto profissão especializada, situada na divisão sóciotécnica do trabalho, e que atua nas políticas públicas como um espaço privilegiado de intervenção profissional. O segundo tópico refere-se às demandas de uma formação e posicionamento críticos na prática interventiva dos Assistentes Sociais para abranger as dimensões materiais e imateriais que se revelam na totalidade da vida concreta dos indivíduos, sobretudo, da classe trabalhadora.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Discorrer sobre os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social e a sua natureza interventiva requer invariavelmente contemplar os aspectos históricos da profissão associados ao percurso da construção e reconhecimento de direitos no Brasil que colocam o Serviço Social na posição de vanguarda, com inserção substancial nas políticas públicas, para o enfrentamento das expressões da questão social e que situam a profissão na divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo.

Behring e Boschetti (2009) discutem o conceito de trabalho a partir de uma perspectiva em Marx, considerando que foi a partir da sociedade capitalista que a atividade do trabalho se desvinculou das demais atividades da vida social e passou a assumir um caráter de

mercadoria mensurado pelo seu valor de troca/uso, levando à objetivação do dispêndio da energia humana na atividade do trabalho que veio a se materializar na exploração que marca as relações de trabalho no capitalismo.

Assim, a emergência do Serviço Social se acentuou na ascensão da sociedade capitalista marcada pela exploração das forças de trabalho, na expansão das desigualdades sociais e precarização das relações sociais, dando origem às expressões de questões sociais nas mais variadas formas de violação, que são materializadas na recorrência da violência, na disparidade das relações de gênero, no racismo, na precarização das relações de trabalho, na acumulação de riquezas e pauperização da população, dentre outras mazelas que violam os direitos humanos, civis, sociais e políticos, que, sobretudo, atingem as classes trabalhadoras para as quais se dirige e também se insere o Serviço Social.

É diante de um cenário histórico de adensamento das múltiplas expressões da questão social na sociedade, e pela mobilização desta, que o Estado passa a intervir para assegurar direitos à população, sendo as políticas públicas o principal campo de mediação para acesso a direitos mesmo que não se possa:

[...] indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal (Behring, Boschetti, 2009, p. 47)

Todavia, o próprio processo de construção e reconhecimento de direitos no Brasil é atrelado a uma base histórica de exploração e dominação nos períodos escravocrata e colonial que visavam somente à manutenção das relações de poder centralizadas nos grandes proprietários, caracterizando conforme Yazbek (2018) uma relação predatória que marcou as bases da questão social no Brasil.

Nesse sentido, de acordo com Couto (2008) compreende-se que a base de direitos no Brasil foi fundada a partir de critérios de concessão, por uma elite repressora e conservadora desprovida de interesses em promover alterações substantivas na cultura política da sociedade brasileira e sim nutrindo apenas o intuito da manutenção da ordem capital. Assim, “se era de interesse do projeto da elite nacional, havia um movimento para sua concessão; caso contrário, a repressão era utilizada como instrumento de desmonte dos movimentos pela garantia dos mesmos” (Couto, 2008, p. 89).

Compreender esse contexto de heterogeneidade na construção de direitos no Brasil é

necessário para a não propagação de uma análise superficial que reproduza as desigualdades ao desconsiderar mecanismos estruturais profundos.

De acordo com Barroco (2011) são as formas de (re) produção social que imprimem uma nova dinâmica ao conjunto das relações sociais, todavia, um sistema reprodutor de desigualdades não imprime um projeto societário de emancipação social e humana, ao contrário, ele edita e reedita as expressões da questão social cotidianamente.

Nesse quesito, infere-se, em acordo com Netto (2022) que os projetos societários possuem o caráter de um projeto coletivo, e são dotados necessariamente de uma dimensão política, ou seja, ao mesmo tempo em que apresentam a imagem de uma sociedade que se pretende construir, envolvem-se em relações de poder, e assim perpassam um processo social que envolve também a própria construção e consolidação dos projetos profissionais que igualmente se inscrevem no caráter de projetos coletivos.

Segundo Yazbek (2018) ao discorrer sobre o cenário periférico do continente latino americano e do território brasileiro, a postura mantenedora da ordem capital que cerca o desenvolvimento das políticas sociais, contribuiu para limitação das condições de reflexão e intervenção social, pois se compreende que “os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera às transformações econômicas, históricas e culturais [...]” (Netto, 2022, p. 4).

É diante desse cenário de contradições que Iamamoto (2014) contextualiza que o Estado se torna o maior empregador de Assistentes Sociais e a atuação nas políticas públicas se configura como um espaço privilegiado para a atuação profissional, emergindo nessa relação um grande desafio para a profissão que é o exercício da autonomia profissional e a mediação das relações institucionais.

O Serviço Social teve seu lastro de renovação com a ruptura com o conservadorismo tendo como referência nas décadas de 60-70 o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no cenário latino americano, o que veio a representar segundo Moreira e Caputi (2016) uma força motriz para a formação profissional, e respaldou o contínuo aprimoramento da profissão.

Por conseguinte, a partir desse despontar histórico verificou-se como principais marcos legais sequenciais a Lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão, o Código de Ética Profissional (1993) e as atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS implementadas em 1996, “[...] a partir de um amplo debate da categoria profissional, calcada na perspectiva crítica dialética [...]” (Moreira; Caputi, 2016, p. 104).

Destaca-se que a dimensão jurídico-política, composta pelas leis e demais instrumentos normativos que consubstanciam o Serviço Social enquanto profissão especializada se consolida na década de 90, em um período marcado pela intensa mobilização social para construção e reconhecimento de direitos no cenário nacional, de forma que contribuiu, articulada às demais dimensões do Serviço Social, à materialização do projeto ético-político profissional, o que corroborou com as intensas transformações societárias da época na busca por direitos, e assim firmou-se um projeto profissional que em sua dimensão política assumiu uma posição:

[...] a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais, a ampliação e consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras (Netto, 2022, p.16).

É, no entanto, importante, considerar que o próprio direito só existe a partir de mediações tendo a política social função essencial para concretização dos direitos que tutelam com a chancela do Estado a garantia aos bens jurídicos sob o princípio da dignidade humana, e a partir do final da década de 80 e início dos anos 90 despontaram os direitos e garantias fundamentais em favor do cidadão brasileiro conforme disposições da Constituição Federal de 1988, ainda que numa lenta evolução do sistema de proteção social brasileiro na mediação dos direitos através das políticas públicas, haja vista que dado todo o contexto político, econômico e cultural do país o colocou num “[...] quadro de grande complexidade, aridez e hostilidade, para a implementação dos direitos sociais [...]” (Behring; Boschetti, 2009, p. 156).

2.1 As dimensões materiais e imateriais na prática interventiva do Assistente Social

O rol ilimitado de complexidades já se anuncia na compreensão de que os direitos abarcam concretizações materiais e imateriais, razão que justifica o entendimento pela mesma ótica, ou seja, que a reprodução da totalidade da vida social “não engloba apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social” (Yazbek, 2018, p. 188).

Nesse sentido se pode situar, nos espaços sócio-ocupacionais, inclusive no campo das políticas públicas as dimensões materiais e imateriais da prática profissional dos Assistentes Sociais, que ao ultrapassarem a mera condição de executores desenvolvem suas intervenções

considerando, segundo Iamamoto (2014), que sua matéria de trabalho reside nas múltiplas expressões da questão social, no sentido da compreensão de como tais questões de fato são vividas e repercutidas pelos indivíduos na concretude da vida real.

Tal perspectiva corrobora com os apontamentos de Lukács (2012) apud Silva (2015) no sentido de que o ponto de partida para compreensão dentro de uma totalidade deve ser sempre a realidade, não fragmentada nem espelhada, mas sempre a realidade.

Ao atuar, dentro dos espaços sócio-ocupacionais, nessa perspectiva de desvelamento das expressões da questão social e apreensão dos processos sociais que permeiam a vida social dos indivíduos, os Assistentes Sociais desenvolvem sua intervenção num campo contraditório, e tem sua prática “[...] moldada tanto pelas políticas públicas quanto pelas lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à cena pública para expressar interesses e buscar respostas às suas necessidades” (Iamamoto, 2014, p. 611).

Ao dirigir sua prática em direção aos valores justapostos ao projeto ético-político profissional o Assistente Social não está deveras negando o espaço institucional, mas segundo Silva (2015) está tensionando suas contradições através de um modo de pensar crítico e um agir propositivo, e o faz através das condições de que concretamente dispõe, incluindo sua relativa autonomia profissional.

A questão da relatividade da autonomia do profissional está vinculada à natureza contraditória da profissão e se revela na análise de que o Assistente Social se inclui na classe trabalhadora, na condição de trabalhador assalariado. Então, as demandas que lhe são colocadas sempre partem da classe dominante e empregadora, assim, muito embora se imprima em sua prática a direção social de seu projeto ético-político profissional suas condições para atuação se relativizam na medida das condições dispostas pelos espaços sócio-ocupacionais, mesmo eles se configurando, em políticas públicas, por isso:

Numa análise mais acurada pode não haver uma real sinergia entre os objetivos profissionais e os institucionais com as proposições constitucionais, marcadas pela lógica da cidadania, e nem com o projeto defendido pelo conjunto profissional, expresso no seu código de ética. São os antagonismos entre as demandas institucionais e as demandas dos usuários que levam os profissionais a estabelecerem tensão com o instituído através de seus processos de trabalho (Miotto; Nogueira, 2013, p. 67)

Desta forma, não há como desconsiderar os limites circunscritos na profissão e que a particularizam na divisão sociotécnica do trabalho. No que tange à sua intervenção, na mediação de direitos através das políticas públicas, pode-se contemplar analogamente os

apontamentos dispostos por Iamamoto (2006) apud Duriguetto e Baldi (2012), para caracterizar dentro de uma dimensão ídeo política que o Assistente Social dispõe de dimensões materiais e imateriais para concretizar suas intervenções.

Numa análise crítica, considerando os interesses de manutenção da sociedade capitalista, verifica-se numa perspectiva neoliberal que as políticas públicas operam na forma de considerar preponderantemente a dimensão material do trabalho, o que se configura através da operacionalização de benefícios, e/ou atenção a critérios de inserção em programas e projetos com finalidade de minorar desigualdades.

Em um sentido oposto, porém ambigualmente complementar, encontra-se a dimensão imaterial na intervenção dos Assistentes Sociais que contempla sob um caráter reflexivo, o desenvolvimento de um trabalho pautado na formação do senso coletivo, na ampliação de valores para que em determinado momento recaia no enfrentamento através da resistência às expressões da questão social hodiernamente encontradas na vivência real e concreta dos indivíduos enquanto seres sociais.

Isto posto, entende-se como grande desafio ao Serviço Social na atualidade a capacidade de articular as dimensões materiais e imateriais de sua prática interventiva na mediação entre as requisições institucionais e quanto aos verdadeiros dilemas e desafios postos para a sociedade, o que “em tese, significa enfrentar os dilemas que ainda persistem no debate sobre a prática profissional no Serviço Social e que no novo cenário brasileiro se reatualizam” (Mito; Nogueira, 2013, p. 65).

Encaminhando-se para o final das breves, porém importantes reflexões deste texto se pretende reforçar a necessidade da formação profissional que venha a se refletir numa postura crítica ao pensar e agir na realidade, com capacidade intelectual de indissociar as dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas na sua prática profissional, pois:

É neste contexto que a relação teoria e prática, como práxis, profissional ou social, adquire densidade, a teoria é reconstrução e não construção, muito menos aplicação, os profissionais de Serviço Social não são técnicos operativos, mas sujeitos possíveis limitados por condições objetivamente dadas mediadas pelas profissões e por seus espaços sócio ocupacionais (Silva, 2015, p. 71)

Ao Serviço Social urge a clara adoção de uma posição crítica ao percorrer uma trajetória política contemporânea que ainda beira o conservadorismo, na medida em que os direitos e garantias fundamentais encontram-se cada vez mais relativizados e fragmentados, e que ensejam a um enfraquecimento da dimensão ético política no trabalho dos assistentes

sociais. É o ponto onde Behring e Boschetti (2009) situam que a incipiente experiência de seguridade social no Brasil e na América Latina aponta para a direção de assistencialismo focalizado, o que não pode ser confundido, segundo as autoras com a assistência social.

Nessa seara coaduna a vertente gramsciana trazida a baila por Silva e Guedes (2022) na discussão acerca da dimensão ético-política do Serviço Social, cuja tônica se revela na reafirmação de uma posição histórica da direção progressista e comprometida às possibilidades emancipatórias frente às correlações de forças.

Assim, é fundamental considerar a transcendência entre o material e o imaterial na compreensão da política a partir da ética, inferida a partir de Gramsci (2012) nas palavras de Silva e Guedes (2022) quando concebem a dimensão ético-política como o momento de um processo catártico, onde se converte a objetividade em subjetividade e se eleva o momento econômico corporativo ao momento ético-político.

Todos esses apontamentos situam invariavelmente sobre a relação indissociável entre as dimensões políticas e históricas que permeiam a mediação de direitos e a vinculação com o próprio desenvolvimento e aprimoramento intelectual do Serviço Social enquanto profissão especializada e que se deve criticamente manter-se na direção da oferta de respostas qualificadas em sua esfera de atuação delimitada nos espaços sócio-ocupacionais, colocando assim a profissão em movimento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debater a relação entre o Serviço Social e as políticas públicas, sobretudo as políticas sociais sempre se apresenta como um debate contemporâneo e necessário para o amadurecimento intelectual da profissão e consequente fortalecimento das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, que articuladas materializam a capacidade da profissão em oferecer respostas qualificadas às demandas impostas, editadas e reeditadas pelo capitalismo.

Tais discussões que abrangem os valores dispostos pelo projeto ético-político profissional, e todo aparato ideocrítico que reveste a profissão fazem vez imprescindível no debate técnico, uma vez que se situa em um momento histórico em que o conservadorismo político ainda assombra o acesso a direitos e fragmenta as conquistas sociais, sobretudo da classe trabalhadora.

A relativa autonomia de que dispõe o Serviço Social, circunscrita nos espaços

sócio-ocupacionais, inclusive das políticas públicas requer o exercício da mediação nessa intensa e grave correlação de forças expressas cotidianamente na sociedade capitalista. Uma mediação com força transcendente que compreenda e articule as dimensões materiais e imateriais, tantas vezes opostas, mas complementares na conquista de direitos e no enfrentamento e na resistência em busca da emancipação social.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. Bárbarie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, 2011, p. 205-218, abr./jun. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/?lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009. v. 2.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2008, 3. ed.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, 2012, p. 193-202, jul./dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/5yKQcYhZCF9J6GxhYz7dXYs/?lang=pt>. Acesso em 09 out. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social Brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, 2014, p. 609-639, out./dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2025.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., 2013, p. 61-71. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HC4Drwd89pyhpRb8fK3cr4S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2025.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier; CAPUTI, Leslieane. As diretrizes curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**. Brasília, n. 32, 2016, p. 97-121, jul./dez. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14006>. Acesso em: 09 out. 2025.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Elizabete Ana. et al (orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2022. p. 1-22. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticopolitico-do-servico-s>

ocial-201608060411147630190.pdf. Acesso em: 23 out. 2025.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, 2015, p. 99-125, 1º sem. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/18624>. Acesso em: 09 out. 2025.

SILVA, Silmara Carneiro e; GUEDES, Olegna de Souza. A dimensão ético-política do Serviço Social à luz da perspectiva gramsciana: contribuições a partir da filosofia da práxis. **Temporalis**, Brasília, n. 44, 2022, p. 207-222, jul/dez, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38851>. Acesso em: 24 out. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Londrina, v. 21, n. 1, 2018, p. 183-194, jul./dez. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215>. Acesso em: 09 out. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR: DEMOCRATIZAÇÃO OU FOCALIZAÇÃO?

SOCIAL WORK IN HIGHER EDUCATION: DEMOCRATIZATION OR TARGETING?

Cassiana Ferreira Simões¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar brevemente as políticas para democratização do acesso e permanência no ensino superior, quais sejam: o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), as ações afirmativas e a PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil), buscando problematizar os impactos gerados na atuação dos assistentes sociais neste âmbito. No intento de subsidiar as análises, a autora traz para o debate a experiência profissional no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), dando transparência a práticas cotidianas desse profissional, sobretudo no que concerne aos processos seletivos para bolsas e auxílios estudantis.

Palavras-chave: Ensino Superior; Assistência Estudantil; Serviço Social.

Abstract: The aim of this study is to briefly analyze policies for democratizing access to and retention in higher education, specifically: REUNI (Support Program for the Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities), affirmative action policies, and PNAES (National Student Assistance Policy). The objective is to problematize the impacts generated for social workers operating within this context. In order to support the analysis, the author brings into the discussion her professional experience at the Institute of Society and Regional Development (ESR) of Fluminense Federal University (UFF), providing transparency to the everyday practices of this professional, especially regarding selection processes for student scholarships and assistance programs.

Keywords: Higher Education; Student Assistance; Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O artigo que se apresenta busca problematizar o trabalho do Serviço Social na efetivação da PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil) no Ensino Superior, trazendo como fonte das análises a experiência da autora na Coordenação de Assistência

¹ Assistente Social do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense – ESR/UFF. Mestre em Políticas Sociais (UENF) e Doutoranda em Políticas Sociais (PPGPS/UFF).

Estudantil- CAES do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional- ESR da Universidade Federal Fluminense - UFF , na qual atua como assistente social há treze anos.

Dessa forma o trabalho subdivide-se em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção serão analisadas de forma breve as políticas para democratização do acesso e permanência nas IFES, quais sejam: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as ações afirmativas e a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

No segundo tópico, serão discutidos os efeitos dessas políticas no cotidiano profissional do Serviço Social, com ênfase na implantação e nas formas de execução do PNAES. Este programa constitui um campo de atuação recente para o Serviço Social, permeado por inquietações, limites, contradições e pela presença de múltiplas forças sociais. Observa-se que sua implementação tem colocado desafios novos, exigindo do assistente social constantes reflexões sobre as práticas institucionais, a gestão dos benefícios estudantis e o enfrentamento das demandas emergentes nesse contexto.

2 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E DESAFIO DA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Considera-se que as principais políticas voltadas para a Reforma Universitária e a democratização do acesso ao ensino superior incluem o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PROUNI (Programa Universidade para Todos), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), as políticas de ações afirmativas e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Entretanto, três dessas políticas impactaram diretamente tanto na expansão do número de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) quanto na ampliação do mercado de trabalho e na atuação cotidiana dos assistentes sociais: o REUNI, as ações afirmativas e o PNAES.

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para o acesso e a permanência na Educação Superior, por meio de ações como expansão da estrutura física, acadêmica e pedagógica das instituições, aumento de vagas nos cursos de graduação e ampliação dos cursos noturnos. Para Neves (2012, p.14), o REUNI se constituiu na principal política governamental para o ensino superior. Segundo a autora o objetivo central da política era ampliar o acesso e aumentar as matrículas nas instituições públicas, aproveitando melhor a estrutura física e os recursos humanos

disponíveis nas universidades federais. O programa também visava elevar gradualmente a taxa média de conclusão dos cursos de graduação presenciais para 90% e reduzir a relação de alunos por professor para 18, ao final de cinco anos. O financiamento dessas ações era realizado por meio de dotações orçamentárias anuais destinadas ao Ministério da Educação.

Cumprе ressaltar que é evidente que o REUNI possibilitou a expansão das universidades e consequentemente disponibilizou um maior número de vagas, mas deve atentar-se às condições em que estas vagas vêm sendo ofertadas. A descontinuidade do REUNI, e a inexistência de medidas que dessem suporte ao programa, provocou um sucateamento das IFES, principalmente dos *campi* de interior, onde sem infraestrutura adequada, com déficit de professores e técnicos vêm-se recebendo estudantes com diferentes níveis de capital social, cultural e econômico e sem condições mínimas para acolhê-los.

O Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/ESR da UFF, é reflexo desta realidade, atualmente oferece nove cursos de graduação, quais sejam os bacharelados em Serviço Social, Psicologia, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Geografia e História; e as licenciaturas em Ciências Sociais, Geografia e História. Ressalta-se que, com exceção do curso de Serviço Social que já completou 62 anos de existência em Campos dos Goytacazes, os demais se originaram a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em 2012, sob o governo da presidenta Dilma Rousseff, outra importante conquista impactou sobremaneira na democratização do acesso e consequentemente na alteração do perfil dos discentes das IFES, conhecida como Lei de Cotas (Lei nº 12.711/12), veio tornar obrigatória a adoção de reserva de vagas para grupos específicos para todas as universidades federais brasileiras.

As ações afirmativas aqui representadas pelas cotas no ensino superior, abrangem um largo espectro de ‘minorias’. Convém ressaltar que a Lei nº 12711/2012 previa uma revisão no decurso de dez anos, contudo só foi alterada e revalidada em 2023, sob intensa reivindicação dos movimentos estudantis com o lema: “As cotas abrem portas!”. A Lei 14723/2023 prevê a reserva de 50% das vagas das universidades públicas para negros, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de escolas públicas e, também para quilombolas. A política intersecciona tais características ao ensino médio cursado em escola pública e/ou comprovação de renda familiar menor que um salário mínimo per capita.

Desse modo, compreendidas enquanto uma modalidade de política compensadora (reparadora), as Políticas de Ações Afirmativas, se encontram revestidas de um caráter

público, que têm por alvo específico, converter os atos frutos de um passado social e histórico de discriminação, em meios de proporcionar a diversidade e a pluralidade na sociedade, visando assim, o alcance da igualdade. Acreditamos que:

(...) a desigualdade é fruto da ausência de oportunidades para a maior parte da população. A exclusão de alguns grupos específicos segundo etnia, residência e status social, por exemplo, pode explicar as desigualdades em oportunidades. (VIANA e LEVCOVITZ, 2005, p. 48)

Vale considerar que, o acesso à educação para tais minorias constitui-se com frequência na única possibilidade de ascensão social, onde até a década passada o acesso ao Ensino Superior, era estritamente meritocrático, sendo efetivado primordialmente por intermédio da aprovação no vestibular. Dessa forma, o REUNI e as ações afirmativas constituíram-se nos principais mecanismos de ampliação e democratização do acesso à educação superior pública.

Destarte, diante da expansão de vagas nas universidades públicas via REUNI e da implementação das ações afirmativas assistimos a uma alteração no perfil do alunado das IFES, que traz em seu bojo a necessidade de implantação de políticas de permanência, configurando-se num campo profícuo para atuação dos profissionais de Serviço Social, que vem sendo chamados para atender às necessidades desse sujeito social, qual seja, o estudante universitário. Sendo assim, os assistentes sociais têm se inserido no Ensino Superior na última década, convocados a atuar prioritariamente na implementação e execução da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil foi instituído a priori pelo Decreto nº 7.234/2010, tendo como objetivo ampliar as condições de permanência, com prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presencial das IFES. O programa previa assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico e que as ações seriam executadas pela própria instituição de ensino. Vale ressaltar que no decreto era estabelecido que fossem atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Entretanto, no dia 03 de julho de 2024, foi aprovada a Lei nº14914/2024, que veio instituir a Política Nacional de Assistência Estudantil. Em linhas gerais, o PNAES era um decreto, que se caracterizava como um programa de governo, desse modo, poderia ser revogado a qualquer momento, transformá-lo em lei, ampliá-lo e elevá-lo ao patamar de uma

política pública constitui-se numa conquista histórica, sobretudo do movimento estudantil. Contudo, vale evidenciar que a presença de tal direito, ou seja, seu reconhecimento legal, não garante de fato sua materialização, Coutinho destaca que:

Tal como no caso dos direitos civis e políticos, mas de modo ainda mais intenso, o que se coloca como tarefa fundamental no que se refere aos direitos sociais não é, muitas vezes, o seu simples reconhecimento legal-positivo, mas a luta para torná-los efetivos. (COUTINHO, 1999, p. 50-51)

A nova versão da PNAES trouxe algumas novidades importantes, como a ampliação do público beneficiado para incluir estudantes dos cursos de ensino médio e técnico. Além disso, prevê que, dependendo da disponibilidade orçamentária, estudantes de mestrado e doutorado também poderão ser atendidos. A política passou a contemplar, ainda, ex-alunos de escolas privadas que tenham bolsistas integrais como público-alvo. No entanto, houve uma redução no critério de renda per capita para elegibilidade, que passou de 1,5 (um e meio) salário mínimo para apenas 1 (um) salário mínimo.

Diante do exposto, podemos afirmar que a PNAES se configura enquanto uma política pública de proteção social, destinada a resguardar os estudantes da possibilidade de exclusão gerada pela insuficiência de renda, tendo como objetivo maior viabilizar a permanência acadêmica. Sendo assim, concordamos que:

A proteção social consiste na ação coletiva de proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de dependência. (VIANA e LEVCOVITZ, 2005, p. 17)

Porém é importante destacar que a PNAES, pela insuficiência de recursos têm formatado suas ações majoritariamente de forma focalizada, traduzidas na transferência de renda para os alunos através dos programas de bolsas e auxílios estudantis, reproduzindo as atuais políticas de assistência social brasileiras e, sobretudo, negando a educação como direito universal. Neste contexto, importa destacar que tal forma de implementação da assistência estudantil traz importantes implicações no trabalho do Serviço Social, tal evidência será tematizada na próxima seção.

3 ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA PNAES: A EXPERIÊNCIA DA CAES/ESR

A Coordenação de Assistência Estudantil do Instituto de Ciências da Sociedade e

Desenvolvimento Regional (CAES/ESR) foi criada em 2011, em meio à expansão dos cursos derivados do REUNI. Atualmente é composta por três profissionais de Serviço Social e uma de Psicologia, além de estagiários em Serviço Social e dois assistentes administrativos. O setor realiza em média quatrocentos (400) atendimentos por mês, onde se observa que, em sua maioria, são concernentes a orientações e inscrições em bolsas/auxílios estudantis mantidos pela UFF com recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Convém destacar que a CAES é um setor independente da PROAES - Pro Reitoria de Assuntos Estudantis, que fica localizada na sede da UFF em Niterói. O trabalho conjunto com a PROAES é realizado mediante um acordo de cooperação técnica em que os profissionais lotados na CAES/ESR e outros campi participam dos processos de avaliação socioeconômica para bolsas/auxílios estudantis, mas não tem atuação na elaboração dos programas.

Ressalta-se ainda que os editais são únicos, ou seja, para todos os campi da UFF, incluindo sete no interior, sendo assim não há descentralização da gestão e tão menos da distribuição das verbas inter campi, existe apenas uma descentralização do trabalho, ou seja, na execução. De acordo com Nogueira (2005, p. 73):

A descentralização política e administrativa tem méritos intrínsecos. Mas uma coisa é concebê-la como delegação de poder do centro para a periferia, das cúpulas para as bases ou do nacional para o subnacional, outra coisa é traduzi-la em termos de transferência de encargos e responsabilidades. (NOGUEIRA, 2005, p. 73)

Até o ano de 2024, a UFF ofereceu 13 (treze) modalidades de bolsas/auxílios estudantis, quais sejam: auxílio acolhimento, apoio à estudante gestante e no puerpério, apoio à saúde do estudante, apoio emergencial, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio educação infantil, auxílio alimentação para campi em expansão, auxílio ao estudante com deficiência, bolsa de apoio à inclusão, apoio material didático, apoio ao estudante estrangeiro e bolsa desenvolvimento acadêmico.

Após a recente promulgação da PNAES - Lei nº14914/2024, algumas alterações já foram realizadas para os editais de 2025, entre elas, a extinção da bolsa desenvolvimento acadêmico e dos auxílios moradia e transporte, a criação do auxílio permanência estudantil, e a redução da renda per capita para um salário mínimo, adequando-se assim às determinações da nova política.

Contudo, consideramos que essa lógica da “bolsificação” da assistência estudantil desmobiliza ações para ampliação da infraestrutura das universidades, tais como: moradias estudantis e restaurantes universitários, e reforça, sobretudo, o caráter seletivo de tal política.

É mister destacar, que a primazia pelos programas de transferência de renda é reflexo da insuficiência de recursos para o PNAES, haja vista que os mesmos não aumentaram na mesma proporção que o número de vagas no Ensino Superior. Na mesma medida, percebe-se que essa prática vem se dando em vários âmbitos.

Nos países mais pobres a dicotomia seguro versus seguridade está sendo esmaecida por um contexto de ações e políticas, cuja grande característica é a transferência de renda e serviços para os mais pobres em diferentes políticas setoriais (educação, previdência, assistência e saúde). Dessa forma, a proteção social confunde-se com as políticas de combate à pobreza e o eixo condutor não é mais o Estado e a noção de universalidade ou igualdade, mas uma pluralidade de instituições públicas e privadas orientadas pela busca do público mais pobre e do maior impacto a curto prazo. (VIANA e LEVCOVITZ, 2005, p. 54)

Somado a insuficiência de recursos, a nova PNAES regulamenta ainda que as ações devem estar articuladas com as políticas de transferência de renda

Art. 30. A PNAES será articulada com outras políticas sociais da União, especialmente as de transferência de renda, e o Poder Executivo ficará autorizado a instituir e conceder Benefício Permanência na Educação Superior a famílias de baixa renda cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal (CadÚnico) que tenham dependentes matriculados em cursos de graduação das instituições de ensino superior, nos termos do regulamento. (BRASIL, 2024, grifos nossos.)

Dessa forma, pensar numa política de assistência estudantil que coaduna com os princípios dos programas de transferência de renda da política de assistência social, conforme definido na política coloca os assistentes sociais diante de grande desafio. Conforme Gois:

Para nossa perspectiva em análise, o PNAES encontra-se dentro da política de educação, mas entra na lógica dos programas focalizados de transferência de renda, pois, em grande medida, destina renda diretamente ao estudante, que “saca” o pagamento do auxílio numa instituição bancária, sendo esta a mediação entre a instituição e o aluno. Além disso, define seu público alvo de atendimento a partir da renda per capita dos estudantes. O caráter universal do atendimento é esvaziado e o direito social transmutado em privilégio. Ademais, a seleção dos estudantes produz um falso antagonismo entre estudantes que precisam e estudantes que não precisam, e o próprio assistente social é questionado pelos discentes da validade da análise socioeconômica e do resultado da seleção. (GOIS, 2020, p.272)

No que concerne aos processos seletivos para bolsas e auxílios estudantis na UFF, os mesmos ocorrem de forma semestral, como é o caso do auxílio acolhimento destinado aos ingressantes; em fluxo contínuo (apoio emergencial, apoio à saúde do estudante e apoio à estudante gestante e puérpera) e os demais com periodicidade anual. O processo inicia-se com a divulgação dos editais, inscrição e envio de documentos através de sistema próprio (SISBOL). Após as inscrições os profissionais de Serviço Social iniciam as análises

documentais, neste período podem utilizar outros instrumentos para avaliação tais como: entrevistas e visitas domiciliares, contudo devido à necessidade de cumprimento dos cronogramas, lançar mão de outras técnicas nem sempre é viável.

Cumprir esclarecer que, os referidos processos foram totalmente informatizados após a pandemia da Covid-19, e que tal fato apesar de trazer maior agilidade, tenciona outros problemas, tais como: exclusão e indeferimento de alunos que não tem habilidade com sistemas de informação ou que tenham precário acesso à internet, exigência por parte dos gestores para o cumprimento de cronogramas no menor espaço de tempo possível e com aumento do quantitativo de análises por profissional. Nogueira (2005, p. 123) salienta que:

A inovação tecnológica também pressiona fortemente a gestão. O progresso técnico acelerado está produzindo uma espécie de obsolescência prematura generalizada. Ao lado da mudança incessante nos equipamentos, nas formas de trabalho e nos conhecimentos, nosso modo de vida ingressou em outra estruturação, outro ritmo. (NOGUEIRA, 2005, p. 123)

Assim, por intermédio do SISBOL o assistente social, faz uma apuração da renda per capita comprovada e certifica via sistema outras condicionalidades do aluno, tais como: raça/etnia, natureza da escola de ensino médio (pública ou privada), inserção no mercado de trabalho do responsável familiar, território de origem do estudante, composição familiar. O profissional pode ainda acrescentar outros itens que impactam na condição de vulnerabilidade do educando (refugiados, situações de violência diversas, pessoas com deficiência, alunas mães, entre outras). A partir dessas análises, é emitido um parecer social que aponta pelo indeferimento ou deferimento do processo e o próprio sistema faz um ranqueamento conforme pontuação atribuída aos itens acima referendados. Vale ressaltar, que a renda é o item de maior peso.

Os processos seletivos contam ainda com mais duas etapas que exigem o trabalho do assistente social, que são a reconsideração e o recurso. Na reconsideração é permitido aos alunos que foram indeferidos por pendência documental que incluam os documentos faltosos no sistema, cabendo aos profissionais nova avaliação. Na etapa de recurso, é permitido ao aluno que foi indeferido nas duas fases anteriores, que apresente uma justificativa que é analisada posteriormente por uma comissão formada por assistentes sociais.

Como pode-se perceber, os processos seletivos são morosos e envolvem a atuação do assistente social desde a divulgação dos editais, com atendimento para orientação aos alunos, realização de reuniões tira-dúvidas, análise documental, emissão de pareceres e avaliação dos pedidos de reconsideração e recurso.

Diante desse contexto, somos levados a questionar: democratização do acesso para quem? Os programas de assistência estudantil, ao serem altamente seletivos, não só impõem sobrecarga e precarização do trabalho aos profissionais, mas também geram uma grande quantidade de excluídos de um benefício que poderia garantir o direito à permanência na universidade. Assim, o trabalho dos assistentes sociais nesse cenário se configura em uma dicotomia entre democratização e burocratização. Concordamos com Nogueira (2005, p. 43):

Como se sabe, entre democracia e burocracia há muito mais atrito, ruído e tensão do que sintonia e integração. A democracia privilegia a autonomia e a liberdade, ao passo que a burocracia não vive sem ordem e obediência. A deliberação democrática procede de baixo para cima e estrutura-se de modo potencialmente ampliado, ao passo que a burocracia decide de maneira hierárquica e tende a restringir fortemente o número dos que participam do processo decisório. (NOGUEIRA, 2005, p. 43)

Não obstante evidencia-se que, os assistentes sociais vêm sendo colocados cotidianamente frente ao binômio inclusão-exclusão, pois as políticas de democratização do acesso ao ensino superior estão possibilitando aos grupos marginalizados o ingresso na universidade, mas ao mesmo tempo não são viabilizadas condições efetivas de permanência deste alunado. Concordamos com Kerstenetzky (2012, p. 261) quando afirma que: “De todo modo, políticas focalizadas devem estar integradas em corpos abrangentes de políticas universais de garantias de direitos, até mesmo para protegê-las de uma economia perversa”, contudo não é isso que acontece nos campi de interior, ao passo que a única forma de assistência aos alunos se expressa através de bolsas/auxílios estudantis, em detrimento dos restaurantes universitários e moradias estudantis, por exemplo.

Dessa forma, verifica-se que a atuação dos assistentes sociais no campo da assistência estudantil no ensino superior tem se configurado como um trabalho mecanicista e alienado, dado sua conformação burocrática e inoperante, reforçando assim, o lugar que ocupa o social nas políticas públicas. Relembramos assim Iamamoto quando menciona que:

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide este trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2008, p. 215).

Faz-se importante também, observar os trâmites exigidos pelos programas, considerando que estes muitas vezes se constituem em meios de exclusão. Não se pode deixar que o cumprimento de uma burocracia passe a ser a lógica do trabalho do assistente social. Neste sentido, o profissional de Serviço Social deve direcionar o seu trabalho para o

empoderamento dos sujeitos, carece ainda, reorientar o seu cotidiano profissional de acordo com a correlação de forças existente, facilitando o acesso dos alunos ao saber sobre seus direitos, dotando-os de poder de decisão. Enfim, cabe aos assistentes sociais criar condições para que os alunos se constituam como cidadãos ativos, pois esta é uma das tarefas sócio educativas desta profissão.

Cidadãos ativos são, portanto, personagens vitais da democracia, devendo ser, por isso, constantemente "criados" e organizados" (pela educação, pelo debate público, pela multiplicação de espaços institucionais de discussão e deliberação). (NOGUEIRA, 2005, p. 91)

Sendo assim, acreditamos que na oferta de uma educação que se propõe democrática e inclusiva, as políticas de educação e assistência devem caminhar juntas, contudo, apontam desafios e reflexões permanentes, por isso os profissionais de Serviço Social devem estar atentos ao investimento demasiado em políticas focais em detrimento das universais, observando que elas devem andar *pari passu*, de forma complementar, mas nunca excludentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em tela trouxe a tona os reflexos da democratização do acesso às IFES na configuração das políticas para permanência universitária e conseqüentemente no trabalho dos assistentes sociais, demonstrando que de modo geral, a política de assistência estudantil tem se revelado na contemporaneidade com uma natureza focalizada, com ausência de mecanismos de controle social e com a concessão de bolsas financeiras em detrimento da oferta de serviços como restaurantes universitários, residências estudantis, entre outros.

Compreende-se que a recente formalização da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, ainda não trouxe melhorias significativas, pelo contrário, a forma de acesso à assistência estudantil foi fixada a partir de um critério de renda ainda mais restritivo que o anterior. Isso significa que ela já nasce não sendo uma política universal, impactando diretamente no trabalho do Serviço Social. Contudo, não podemos desvalorizar a legitimidade dessa política, bem como seus avanços, tais como: sua extensão às instituições de ensino médio e técnico; a possibilidade de atendimento a alunos de pós graduação; a inclusão dos alunos oriundos de ensino médio privado com bolsa; entre outros.

Conclui-se ainda que, com o advento da democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES), o problema deslocou-se para outro campo, evidenciando-se, agora nos

entraves para permanência, provocada por diversos fatores, seja pela ineficiência das políticas de assistência estudantil ou quiçá pela ausência de integração destes indivíduos ao meio universitário. Isto posto, considera-se assim que, a lei 14914/2024 vem situar a PNAES na interseção das políticas de assistência social e de educação e representa um progresso no reconhecimento da assistência estudantil como um direito social.

Diante dessa conjuntura, cabe aos profissionais envolvidos na implementação e execução da PNAES, sobretudo aos assistentes sociais, a responsabilidade de garantir sua efetiva operacionalização. Para isso, deverão promover espaços institucionais de diálogo entre gestores, profissionais e estudantes, a fim de evitar que se tornem meros executores de uma política pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14914 de 3 julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

COUTINHO, C.N. **Cidadania e Modernidade**. Perspectivas 22. p.41-59, 1999.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2020.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital feitiço: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KERSTENETZKY, C.A.L. **O Estado do Bem-Estar Social na idade da razão**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 256-289, 2012.

NEVES, Clarissa E. Baeta. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. Apresentação no Congresso de 2012 da LASA (Associação de Estudos Latino Americanos) em São Francisco, Califórnia, maio 2012. Disponível em: : www.ufrgs.br/geu/Artigos%202012/Clarissa%20Baeta%20Neves.pdf Acesso em: 05 de jul. 2016.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**. São Paulo: Cortez, p. 37-166, 2005.

VIANA, A. L. D. & LEVCOVITZ, E. Proteção social: introduzindo o debate. In A. L. D. VIANA; P. E. ELIAS; N. IBAÑEZ. **Proteção social: dilemas e desafios**. São Paulo: HUCITEC, 2005.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

CARACTERÍSTICAS SOCIO DEMOGRÁFICAS Y CONDICIONES LABORALES DE LAS Y LOS TRABAJADORES SOCIALES EN MISIONES, ARGENTINA 2023

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E CONDIÇÕES LABORAIS DAS E DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM MISIONES, ARGENTINA 2023

Claudia Rosana Bogado¹

Susana Beatriz Moniec²

Angela Ferreira³

Resumen: En este artículo se presenta el análisis de datos derivado de la aplicación de una encuesta autoadministrada y voluntaria, en agosto de 2023, enviada al universo de trabajadores sociales, egresados de la UNaM, independientemente que estuvieran matriculados en el colegio de profesionales de la provincia de misiones. Este relevamiento se encuadra en el marco del proyecto de investigación denominado Políticas Sociales y Trabajo Social: las políticas de asistencia y su relación con el quehacer profesional de los trabajadores sociales en el territorio de Misiones, registrado en la Secretaría de Investigación y Posgrado de la FHyCS de la UNaM. El objetivo de la encuesta fue relevar información que permitiera: 1- Caracterizar el colectivo profesional, 2- Describir las condiciones laborales en las cuales se desempeñan, 3- Identificar las áreas de política social en las que desarrollan actividades profesionales, 4- Relevar problemas, necesidades y demandas del colectivo profesional. Para armar el universo de unidades de análisis se recurrió a las bases de datos del Colegio de Profesionales del Servicio Social de Misiones del año 2023; al libro histórico de graduados de la FHyCS (UNaM) y al banco de datos de la Secretaría General Académica de la Universidad. Estas bases de datos posibilitaron construir un padrón de 1.100 profesionales, egresados de la carrera de Trabajo Social hasta el año 2023. En total respondieron a la encuesta 120 profesionales. La información fue sistematizada, analizada y presentada a partir de distintos ejes y de manera global, sin hacer referencia a ninguna situación particular. Las dimensiones abordadas fueron: sociodemográfica, la socio laboral y la que relevó problemas, necesidades y demandas del colectivo.

Palabras-clave: Trabajo Social; políticas sociales; condiciones laborales; formación.

Resumo: Neste artigo, apresenta-se a análise de dados derivada da aplicação de um questionário autoadministrado e voluntário, em agosto de 2023, enviado ao universo de assistentes sociais egressos da UNaM, independentemente de estarem inscritos no conselho profissional da província de Misiones. Este levantamento insere-se no âmbito do projeto de pesquisa denominado Políticas Sociais e Serviço Social: as políticas de assistência e sua relação com o fazer profissional dos assistentes sociais no território de Misiones, registrado na

¹ Doctora en Ciencias Humanas y Sociales. Docente e investigadpra FHyCS UNaM
crbogado@fhycs.unam.edu.ar

² Doctora en Ciencias Sociales. Docente e investigadpra FHyCS UNaM. sumoniec@gmail.com

³ Lic. en Trabajo Social Docente e investigadpra FHyCS UNaM. afferreira@fhycs.unam.edu.ar

Secretaria de Pesquisa e Pós-Graduação da FHyCS da UNaM. O objetivo da pesquisa foi coletar informações que permitissem: 1- Caracterizar o coletivo profissional; 2- Descrever as condições laboratoriais nas quais atuam; 3- Identificar as áreas de política social em que desenvolvem atividades profissionais; 4- Levantar problemas, necessidades e demandas do coletivo profissional. Para compor o universo de unidades de análise, recorreu-se aos bancos de dados do Conselho de Profissionais do Serviço Social de Misiones do ano de 2023; ao livro histórico de graduados da FHyCS (UNaM) e ao banco de dados da Secretaria Geral Acadêmica da Universidade. Essas bases de dados possibilitaram a construção de um cadastro de 1.100 profissionais, egressos do curso de Serviço Social até o ano de 2023. No total, 120 profissionais responderam ao questionário. As informações foram sistematizadas, analisadas e apresentadas a partir de distintos eixos e de maneira global, sem fazer referência a nenhuma situação particular. As dimensões abordadas foram: sociodemográfica, sociolaboral e a que levantou problemas, necessidades e demandas do coletivo.

Palavras-chave: Serviço Social; políticas sociais; condições laborais; formação

1 INTRODUCCION

En esta ocasión se presentará el análisis de datos derivados de la aplicación de una encuesta autoadministrada y voluntaria, aplicada en el mes de agosto del año 2023, al universo de trabajadores sociales, egresados de la UNaM, independientemente que estuvieran matriculados en el colegio de profesionales de la provincia de Misiones. Para armar el universo de unidades de análisis se recurrió a las bases de datos del Colegio de Profesionales del Servicio Social de Misiones del año 2023; al libro histórico de graduados de la FHyCS, y al banco de datos de la Secretaría General Académica de la Universidad Nacional de Misiones. Estas bases de datos posibilitaron construir un padrón de casi 1100 profesionales, egresados de la carrera de Trabajo Social hasta el año 2023.

En total respondieron a la encuesta 120 profesionales. La información fue sistematizada y está siendo analizada y presentada a partir de distintos ejes y de manera global, sin hacer referencia a ninguna situación particular. En la dimensión socio demográfica, se incluyeron las siguientes variables: edad, género, lugar de procedencia y máximo nivel educativo alcanzado. Otra de las dimensiones consideradas fue condiciones laborales, a partir de la cual se buscaba conocer la condición ocupacional actual, detectar situaciones de pluriempleo, identificar los principales lugares de trabajo, la situación de revista en el empleo principal, los ingresos, antigüedad, la vinculación con la cobertura social, las funciones y actividades profesionales desempeñadas, entre otras cuestiones. También se relevaron datos

vinculados con la dimensión: problemas, necesidades y demandas del colectivo profesional y alternativas de solución.

2 DESARROLLO

2.1 Caracterización del colectivo profesional en Misiones

Los principales resultados del análisis de datos dan cuenta de la persistencia de la profesión altamente feminizada (82%); mayoritariamente respondieron a la encuesta, profesionales que se encuentran en pleno desarrollo de su vida laboral, y que comprende las edades de los 31 a los 50 años.

La mayoría de las respondentes, son egresadas de la carrera de trabajo social de la FHyCS de la UNaM y matriculadas en el colegio de profesionales de Misiones; una alta concentración de trabajadores sociales, de cerca del 56 %, ejercen en la ciudad capital; en tanto el 44 %, lo hace en diferentes localidades, mostrando una alta dispersión en el mapa de la Provincia. Los ámbitos institucionales en que se desarrolla el trabajo profesional, corresponden, tanto de la administración del Estado nacional, provincial y municipal, como a organizaciones no gubernamentales.

Más de la mitad de los profesionales que respondieron a la encuesta, se encuentran participando de distintas opciones de formación de posgrado, resulta sumamente auspicioso e indica la necesidad de ampliación de la formación de grado, como cuestión ineludible para poder desarrollar actividades profesionales, que requieren grados de especialización de conocimientos, no abordados en la carrera de grado.

En relación a la cuestión laboral, si bien la mayoría está empleada, hay una gran variedad de situaciones, que denotan un alto grado de vulnerabilidad y precariedad, tanto en relación a condiciones de trabajo, como a ingresos. Las que se emplean en relación de dependencia, rondan el 65 %, las demás están contratadas a tiempo determinado e incluso en peores condiciones, lo que imposibilita el acceso a la obra social, los aportes jubilatorios, el aguinaldo, seguros ante las contingencias del trabajo, entre otras cuestiones.

Un dato significativo es que el 50 % de las profesionales se desempeña laboralmente en más de un trabajo, el 34% posee dos trabajos; 12,5% entre tres y 4 trabajos. Este dato indica la carga horaria que representa el trabajo en la vida cotidiana de las trabajadoras/as sociales y su correspondiente desgaste físico, emocional, relacional, que ello suscita. La condición de pluriempleo se evidencia como una necesidad para un significativo número de

profesionales que deben compartimentar su jornada en múltiples instituciones y con diferentes tareas, que requieren el despliegue de habilidades de distinto tipo en el servicio ligado a otras personas.

En relación a los principales lugares de trabajo, más de la mitad de las encuestadas, manifiesta desempeñarse como técnico profesional y se corresponde con situaciones vinculadas al desempeño de funciones cotidianas ligadas a una categoría profesional del escalafón de los trabajadores, pero que depende de un superior jerárquico. Alrededor del 20 % de las profesionales que respondieron a la encuesta, desempeñan funciones ejecutivas en ese espacio laboral, asociando sus responsabilidades a tareas de coordinación y jefatura de áreas.

Las tareas realizadas por las profesionales, son nominadas, identificadas, interpretadas y significadas de modos muy diversos, desde aquellas que remiten a áreas, tales como niñez, familia, hábitat, discapacidad; otras, a funciones específicas de coordinación, asesoramiento, gestión, articulación; otras a la aplicación de técnicas y realización de tareas de campo; la ejecución de actividades de orden administrativo y el desempeño de funciones educativas y de capacitación.

Las profesionales que realizan tareas de formulación, diseño, coordinación, son significativamente menores que quienes se ubican en tareas operacionales de tramitaciones y gestiones, entre otras cuestiones.

En este orden, para lograr mayores precisiones de la intervención profesional, en el cuestionario se solicitó que enuncien las actividades desarrolladas en el lugar de trabajo. Las respuestas dadas, no permiten precisar los procedimientos e intervenciones realizadas como parte del quehacer cotidiano. Un ejemplo ilustrativo es el concepto de acompañamiento o seguimiento, de uso regular en la jerga profesional, que al momento de su descripción se presta a múltiples interpretaciones y procedimientos, no permitiendo precisar su contenido. Del mismo modo las acciones de asistencia, se realizan de acuerdo a la demanda o como rol asignado.

La diversidad de interpretaciones en relación a la intervención profesional de las y los trabajadores sociales, expresada en las respuestas de las encuestadas, interpela los procesos de formación en el grado.

Sobre la antigüedad en el principal lugar de trabajo, más del 55 % manifestó ejercer entre 7 y más de 10 años, lo que representa una permanencia significativa, en relación a conocimiento del campo de intervención específica, así como de la cultura institucional en la cual se inserta su labor.

Al consultar sobre la cantidad de horas que realizan tareas laborales, el 47 % menciona que trabaja entre 8 y 10 horas diarias, superando la jornada laboral establecida por ley, a lo que se agrega la situación de pluriempleo arriba referenciada y en condiciones de profunda flexibilización y precarización laboral, que inciden directamente en el ejercicio profesional en tanto posibilidades de dedicación, desarrollo, jerarquización y/o proyección a futuro.

En el plano cotidiano de la vida las personas, la necesidad de sumar fuentes de ingresos para alcanzar un nivel adecuado de satisfacción de necesidades, lo lleva a alternar de modo frecuente y hasta brusco en distintos espacios laborales. Cada uno de ellos les trae a las profesionales sus demandas, sus requerimientos, sus tiempos y sus lógicas de intervención que agotan física y mentalmente. Se generan tiempos laborales frecuentemente resquebrajados, limitados en el tiempo, acotados, con falta de creatividad, de entusiasmo, de alegría en la labor.

Esto debe considerarse sumado a la carga y complejidad que tienen las problemáticas sociales que se abordan en las instituciones en las que trabajan los profesionales, en gran medida debiendo interactuar de modo permanente con personas en situaciones desfavorables o críticas. Las cargas que se llevan al plano personal afectan el desempeño y la calidad de las prestaciones.

A nivel personal afectan los vínculos, la cantidad y calidad de los tiempos dedicados al descanso, al ocio, a la salud física y mental, pues cada una de estas instancias se ven mediadas por las tareas de cuidado, de sostenimiento y reproducción de la vida, al tratarse fundamentalmente de mujeres que ejercen la profesión.

Todo hace parte de la compleja trama en la que están insertos/as las y los trabajadores sociales en la cual las condiciones actuales de tecnificación, de propagación de medios de comunicación virtual y a través de redes sociales y plataformas, desdibujan cada vez más los espacios y tiempos dedicados al trabajo y a los ámbitos personales. Otro de los tópicos establecidos para la indagación a los y las profesionales del TS en Misiones, se refiere a las principales problemáticas/temáticas sociales que abordan desde su lugar de trabajo; estas se concentran principalmente en las temáticas vinculadas con niños, niñas y adolescentes (48 %), luego salud, con algunas especificidades como salud mental, y educación ambas con 45 %.

Al indagar sobre la población con la que trabajan principalmente, las/os trabajadoras sociales se refieren a las familias como el principal sujeto de la intervención, seguida por el abordaje específico con niñas, niños y adolescentes.

Un 82% de las/los colegas indagados mencionaron que valoran positivamente la formación académica recibida para el ejercicio profesional considerando como principales factores influyentes: la especificidad que otorga la formación en las intervenciones profesionales en tanto marcos teóricos-prácticos y metodológicos; la ruptura de prenociones y estereotipos construidos brindando herramientas para intervenciones en una amplitud de campos como la investigación, la elaboración de proyectos, informes, etc. Aquellas profesionales que evaluaron negativamente la formación profesional (17,8%), mencionaron que la misma les ha servido poco para ejercicio profesional y realizaron dicha valoración colocando como principales argumentos, que la formación se desarrolla de manera muy teórica y carente de práctica, con brechas entre la academia y el mundo laboral del ejercicio profesional, así como con carencias en la redacción de informes sociales.

Frente a la pregunta; ¿Con cuál política social trabajas principalmente? las respuestas obtenidas en forma sucinta se refieren a los programas de política social en diversos campos. Para empezar, hay un importante grupo que señala “ninguna” o “no trabajo con PS”, aspecto que es por lo menos llamativo, tal vez porque, tiene preeminencia la idea de la política social únicamente ligada a los programas de asistencia social y/o con los usos cotidianos que relacionan a los programas de transferencia de ingresos condicionados (PTIC) y no a las políticas sociales en general. Entre las políticas mayormente mencionadas por áreas aparecieron; PROMEBA, Acompañar, Incluir Salud, Potenciar Trabajo, Pensiones y Hambre Cero. Siendo ésta última el único programa de orden provincial, las demás tienen pertenencias institucionales nacionales.

Una mayoría (62%), manifestó estar conforme con el tipo de actividad y/o funciones que realiza actualmente en su espacio laboral debido a la remuneración que perciben, a la libertad para crear y proponer, por la adquisición de experiencia profesional y la jerarquía profesional alcanzada. En menor proporción, (32%), los profesionales que manifestaron estar “más o menos” conformes o no tan conformes con el tipo de tareas que realizan, argumentan principalmente su postura sobre la falta de tecnificación y profesionalización de los equipos de trabajo con sobrecarga de tareas al trabajo social, que las actividades son monótonas y burocráticas, que existen limitaciones en la posibilidad de proponer modificaciones o poder participar en instancias de toma de decisiones en la gestión, la falta de recursos institucionales mínimos necesarios, la presencia de demandas incongruentes con el ejercicio profesional, ingresos bajos y vínculo laboral débil, etc.

2.2 Problemas, necesidades y demandas del colectivo profesional

En esta dimensión se han considerado las siguientes variables: matriculación al colegio de profesionales de trabajo social, importancia de la matriculación/ afiliación, razones de la no afiliación/matriculación, demandas hacia la institución formadora y hacia las que representan a los trabajadores sociales, problemas en el ejercicio de la profesión y alternativas de solución a problemas, que en esta ocasión no se presentará.

En relación a la matriculación, se observa que el 97 % de los profesionales que respondieron a la encuesta, se encuentra matriculado en el colegio de profesionales de trabajo social de Misiones. El alto grado de matriculación, también se evidencia al cotejar el padrón de graduados de la profesión de la FHyCS en el UNaM, que es la única institución formadora del colectivo en la provincia, con el de matriculadas del COPROSSMI. La colegiación es reconocida por todas las encuestadas como fundamental. La pertenencia a una agremiación, en este caso Colegio de Profesionales de Servicio Social de Misiones, es percibida como necesaria y positiva, por las colegas en función de beneficios y garantías que esta asociación ofrece a cada profesional en particular, así como al colectivo profesional, en tanto instancia de representación de la profesión, que puede canalizar demandas y/o reclamos ante distintas instancias en la defensa de derechos; ofrecer oportunidades de capacitación, actualización y especialización a través de cursos, conferencias y seminarios; la posibilidad de intercambiar con otros colegas y consolidar la identidad profesional.

Entre las razones de la afiliación se destaca al colegio de profesionales como instancia de representación de lo colectivo y construcción conjunta para la defensa del espacio laboral, la protección y expansión de derechos; como espacio para consolidar la identidad profesional, de lo colectivo y el fortalecimiento de la disciplina; como espacio de acceso a informaciones, a partir del cual se pueden abordar problemas, necesidades y demandas comunes; como instancia de formación profesional, defensa y legitimidad profesional. Otras respuestas que se conjugan entre las razones de la afiliación, están vinculadas a la expectativa de conseguir trabajo y ejercer la profesión, ya que la matriculación es una condición requerida para el ejercicio legal de la profesión en la provincia.

Otra pregunta que incluía el formulario de encuesta estaba vinculada con las demandas que las graduadas hacen al colegio, en ese sentido entre las respuestas aparecen una diversidad de cuestiones, que van desde la mejora en los sistemas de comunicación hasta la defensa del espacio profesional y la lucha por mejores condiciones laborales. Muchas

demandas trascienden las misiones y funciones para las cuales fue creado el colegio de Profesionales y se parecen más a funciones de los gremios.

Un punto central y transversal para todos los encuestados, es la necesidad de que el Colegio, vele por las condiciones laborales en que se desarrolla el ejercicio y la defensa del espacio profesional en la provincia. Diversas situaciones se presentan a la hora de plantear demandas en relación al tema, tales como la de profesionales, fundamentalmente, los más jóvenes, en muchos casos sin trabajo o con trabajos precarios, sin cobertura de la seguridad social y de bajos ingresos; otros que deben afrontar doble o triple vincularidad laboral, como mecanismo para lograr ingresos que permitan el acceso a un estándar de vida adecuado.

En ese sentido entre las respuestas existe una fuerte demanda para que el colegio organice una bolsa de empleo, fundamentalmente para los jóvenes profesionales; que trabaje en la estructuración de convenios colectivos o regímenes especiales de trabajo que consideren el tipo de actividad que se desarrolla y el riesgo que ellas implican y que permitan el acceso a cobertura de salud; que posea un servicio de asesoramiento legal y un régimen de seguro, para los profesionales que trabajan por cuenta propia; que actualice los aranceles profesionales y controle la aplicación del nomenclador en todos los estamentos, por ejemplo la justicia; que exija el cumplimiento de la Ley Federal del Trabajo Social y las incumbencias que en ella se plantea; que bregue por la expansión de los espacios ocupacionales y la defensa de las condiciones laborales; que intervenga en la defensa del legítimo ejercicio de la profesión e interceda ante los problemas del colectivo profesional relacionados con la precarización laboral, la violencia institucional; que exija la reglamentación de la ley de trabajo social en educación, entre otras cuestiones que fueron planteadas.

Las encuestadas consideran que en la lucha por mejores condiciones de trabajo y por la defensa de las matriculadas y del espacio profesional, se debería contar con información diagnóstica sobre problemas y necesidades del colectivo profesional, que se encuentren o no ejerciendo la profesión, como base para la toma de decisiones. De tal modo, que se generen propuestas estratégicas para orientar a las profesionales y defender sus incumbencias, derechos y condiciones laborales.

Una dimensión que congrega un gran número de demandas refiere a la comunicación tanto interna como externa al colectivo profesional, con múltiples propósitos, medios, frecuencia, intensidad y modalidad (reuniones en distintas sedes, difusión por redes sociales, uso de distintas tecnologías y recursos), que permitan mejorar el acceso a la información, comunicación y difusión sobre el quehacer.

La comunicación interna del COPROSSMI, con los colegas de todos los puntos de la provincia, es requerida como mecanismo para estrechar los vínculos, difundir las acciones que realiza el Colegio y las informaciones que son de interés del colectivo profesional; promover la importancia de la matriculación; analizar y reflexionar sobre las condiciones en que se realiza el ejercicio profesional, visibilizar problemas y demandas y poder construir propuestas colectivas de abordaje de los mismos.

En relación a la comunicación de carácter externa al colectivo, esta se propone como medio para una mayor difusión y posicionamiento público del ejercicio profesional, en torno a difundir el quehacer y “desterrar mitos y atribuciones conferidas erróneamente al Trabajo Social”; visibilizar a nivel social los posicionamientos que asume el colectivo profesional respecto de distintos temas de interés social, tales como el agravamiento de la situación social y económica en el País.

Otra demanda que aparece de forma reiterada hacia el Colegio de profesionales, es la de capacitación vinculada con distintas temáticas, entre las que se destaca, por un lado aquella, relacionada con los temas y regulaciones específicas de la profesión (código de ética, ley federal, ley provincial, aplicación de la ley de TS en las escuelas de Misiones; derechos y obligaciones profesionales, alcances laborales y de intervención de la profesión, misiones y funciones del colegio profesional) entre otros, y por otro, la relacionada a temáticas específicas, que las distintas áreas de intervención, donde los profesionales desempeñan labores, entre las cuales se mencionan los distintos tipos de informes profesionales, y en particular los socio- ambientales, familiares; las políticas sociales y las gestiones que estás demandan, las terapias alternativas.

Si bien se menciona la importancia que el colegio impulse y promueva articulaciones tendientes a la formación de posgrado como especializaciones y maestrías desarrolladas bajo formatos accesibles en cuanto a uso del tiempo y demanda de recursos, también se sugiere como modalidad los cursos de actualización profesional y jornadas para los y las profesionales en trabajo social que no cuentan con ingresos suficientes para costearlos.

En relación a los procesos y ofertas de capacitación y formación tendientes a la profesionalización del ejercicio, se destaca la importancia de la articulación con instituciones formadoras, en particular una mayor vinculación y articulación con el Dpto. de Trabajo Social de la Universidad Nacional de Misiones.

En relación a la pregunta respecto de qué demandas realizan los profesionales encuestados al Departamento de trabajo Social (FHyCS - UNaM), en tanto única institución

formadora en el ejercicio de la profesión en la provincia, las respuestas se pueden agrupar en distintas categorías que a continuación se enuncian:

- A. Mayor, más y mejor comunicación institucional. Llama la atención un amplio número de colegas que manifiestan su falta de relación con la carrera y con la Facultad, después de haberse graduado. En ese sentido también se pone de manifiesto una fuerte demanda por mayor y mejor comunicación con los graduados y de apertura de espacios de participación, de tal modo que se difundan las funciones, modos de trabajo y forma de tomar las decisiones, se socialicen las acciones y actividades que podrían ser de interés del claustro, para que los graduados puedan conocer las líneas de acción de la carrera; se informen sobre alternativas de capacitación; entre otras cuestiones.
- B. Participación de los graduados en los procesos de formación, de tal modo que puedan involucrarse en decisiones que atañen al currículum del grado, así como a la estructuración de actividades de formación relacionadas con las necesidades de los profesionales. En particular se expresa un fuerte reclamo de mayor articulación con el colegio de profesionales de Trabajo Social, a fin de organizar actividades que permitan acercar a los profesionales en ejercicio al espacio académico. La participación de los graduados en distintos espacios institucionales de la carrera, es altamente valorada como instancia de socialización de experiencias, conocimientos e innovaciones derivadas del ejercicio profesional en las instituciones del medio y aportación de áreas de vacancia e intervención; cómo mecanismo para la actualización de los programas y contenidos del currículum y como dispositivo para el fortalecimiento del colectivo profesional;
- C. Fomentar perfiles docentes académicos, con capacidad de discernimiento, de inferencia lógica y de entendimiento por sobre posiciones partidarias.
- D. Mejorar la formación profesional en general a partir de:

Revisión del plan de estudio y realización de adecuaciones curriculares en la formación de los trabajadores sociales de grado y posgrado, a fin de incorporar temas y problemas actuales, (géneros y derechos humanos), dotar mayor carga horaria al trabajo de campo; considerar en las prácticas profesionales las problemáticas locales, relacionadas con la realidad de los municipios de la provincia.

Situar a la práctica como eje de la formación, otorgando mayor carga horaria y, articularla de forma vertical y horizontal con los demás espacios que integran el diseño curricular.

Mejorar los procesos de formación de los y las trabajadoras sociales, a partir de la gestión curricular, de más y mejores prácticas profesionales, ancladas en el territorio y situadas como eje de la formación profesional.

Supervisión de las prácticas profesionales, en el marco de la cual se destaca el papel que pueden cumplir los profesionales que desempeñan funciones en las instituciones del medio.

- Vincular la formación con el abordaje de necesidades y problemas locales.
- Aproximar al estudiante al campo laboral.
- Formar para la gestión en las instituciones.

E. Articular con instituciones del medio en lo referente al campo profesional: re pensar el Trabajo Social en el ámbito provincial, construir vínculos relacionales (reales) con la comunidad académica. Que exista mayores convenios para realizar las prácticas pre-profesionales con salidas a campo en instituciones donde se realiza el ejercicio profesional.

F. Considerar al claustro de estudiantes y de graduados en los procesos de formación y para que se involucren en proyectos de extensión e investigación.

G. Compartir conocimientos a partir de actividades que favorezcan la información de los programas con los que cuentan y el acceso a las mismas ya que desde la virtualidad las recepciones de pedidos suelen no ser contestadas por los organismos públicos.

H. Instrumentar programas de formación de posgrado accesibles, que aborden áreas de vacancia y que respondan a las necesidades de formación.

En relación a los principales problemas que tienen los/as trabajadores sociales en el ejercicio de la profesión, se vuelve a repetir de forma unánime, como principal problema, lo ya expresado como demanda al colegio de profesionales, vinculado a las condiciones de trabajo en las cuales se desempeñan la mayoría de los profesionales en la provincia. En ese sentido se destacan los bajos sueldos, la precarización, la informalidad e inestabilidad laboral; las pésimas condiciones de trabajo, sin recursos materiales para el desempeño de funciones; los derechos profesionales vulnerados; la doble o triple vincularidad como condición para llegar a un ingreso digno.

3 CONCLUSIONES

La aplicación del cuestionario permitió contar con un panorama actualizado sobre las características y condiciones del ejercicio profesional en la provincia que nos proveen elementos de análisis para avanzar en el estudio de la intervención profesional. Algunas de las características relevadas, ratifican particularidades del colectivo a nivel general, ya conocidas a través de estudios anteriores, entre ellas, la preeminencia del género femenino; el rango de edad, de entre 30 y 50 años y la concentración de trabajadores sociales en la Capital Provincial, a pesar del aumento comparativo con los años anteriores, respecto de la presencia de trabajadores sociales en instituciones de otros municipios de Misiones.

El Estado, en sus distintos niveles (nacional, provincial y municipal) y en distintas áreas de sus estructuras, continúa siendo el principal empleador de los y las profesionales. Si bien la mayoría manifiesta estar empleada, se evidencian diversas situaciones, todas atravesadas por la precariedad en las condiciones contractuales y los bajos ingresos, que determinan situaciones de pluriempleo, como condición que se instala con fuerza, es decir, la necesidad de contar con más de un trabajo para sumar a los ingresos y llegar a obtener un nivel aceptable para cubrir sus necesidades. Esto atenta ciertamente con la salud física y mental de los y las trabajadoras sociales que se ven frecuentemente sobreexigidos en la cotidianidad para cumplir con las diferentes demandas que le son requeridas desde espacios institucionales muy disímiles, tareas que en gran medida suman a la jornadas de trabajo reproductivo y de cuidado. A pesar de las condiciones ocupacionales adversas (precariedad, sobrecarga laboral; escasos recursos; burocracia institucional; falta de reconocimiento al quehacer profesional), la mayoría manifiesta satisfacción con el trabajo. La insatisfacción está vinculada con la asignación de bajos salarios y la falta de reconocimiento de las incumbencias profesionales en los espacios laborales. Esto se pone de manifiesto, en la ejecución de prescripciones emanadas de los niveles jerárquicos institucionales, que en general responden a perfiles militantes y no vinculados con cuadros técnicos que cuenten con formación profesional pertinente a la intervención social.

Se destaca el alto grado de matriculación en el Colegio de Profesionales de la provincia (COPROSSMI), así como la importancia que le atribuyen a esta vinculación; esto a pesar del alto grado de demanda para que el Colegio asuma un rol proactivo en la defensa de sus derechos laborales, dimensión polémica pues estos objetivos no son propios del órgano; en la mejora de la comunicación con los afiliados; en la oferta de propuestas de formación; en

mejora de la articulación con la institución formadora, entre otras cuestiones. Algunos de estos reclamos confluyen con los que se realizan a la institución formadora, tales como el establecimiento de canales de comunicación con los graduados, que sean fluidos, sistemáticos y versátiles, de tal modo que la academia esté al tanto de los problemas y necesidades de la intervención y de que los graduados puedan aportar experiencias a los procesos de formación a partir de contribuciones al diseño curricular de la formación de grado; además de proponer el abordaje de áreas de vacancia para la creación de ofertas formativas pos graduales.

El hilo sobre el cual construyen las prácticas profesionales de los y las trabajadoras sociales describen un extenso, variado y complejo universo de acciones que pueden ir desde las más simples, técnicas e instrumentales, que podrían ser efectuadas indiscriminadamente por otros sujetos sean profesionales o no, hasta las de orden de mayor complejidad como análisis de las problemática sociales en los contextos actuales, que requieren cada vez mejores dotaciones teóricas para su comprensión y abordaje. Pero que a su vez, están enmarcadas en las limitaciones impuestas por las condiciones laborales del ejercicio profesional, que habilitan mayores márgenes para la precariedad y la desprotección, sobre todo de las generaciones más jóvenes.

La referencia al ejercicio profesional en las instituciones y programas de política social amalgama en niveles disímiles de actuación y responsabilidad, pero alterna de modo desordenado las requisitorias o las prescripciones institucionales y las creaciones, innovaciones, adaptaciones que realizan las y los profesionales para reinventar la intervención social. Para iniciar despejando algunas ideas, sirven la propuesta de distinción entre posición y posicionamiento profesional trabajado por Quiroga, Vercelli y Saenz, (2022).

Pueden ser concebidas como posición aquella que imprime la institución asignando al TS determinado lugar en las tareas que le solicita, un ejemplo las recurrentes menciones a las “visitas domiciliarias”. En oposición, cuando se ejerce desde un cierto posicionamiento profesional, es necesario reconstruir o deconstruir la demanda y formular una propuesta teórica - metodológica para su abordaje. Ejemplo en el mismo caso, la “atención a familia con problemas de consumo problemático”, frente a la cual la/el profesional formula su estrategia de intervención que puede que adopte o no la técnica de la entrevista en domicilio.

El análisis de la información brindada por las colegas encuestadas, permitió identificar distintos problemas transversales al colectivo profesional, que si bien no afectan de modo exclusivo al trabajo social, parecieran impactar de un modo particular en virtud de constituir las y los trabajadores sociales, una de las profesiones que deben intervenir sobre el campo de

lo social, estando en permanente contacto con las necesidades más urgentes de la población. En relación a dichos problemas, las y los profesionales encuestados sostienen fuertes demandas hacia los colectivos, espacio colegiado e institución formadora, depositando en gran medida en el afuera la probabilidad de su resolución, sin vincular los mismos con las propias prácticas y/o en los requerimientos cambiantes de los empleos; esto a pesar de que la gran mayoría, continúa formándose luego de la graduación y de que esos procesos de formación podrían favorecer el corrimiento del pragmatismo y la adopción de la práctica de la investigación, como medio indiscutible para cualificar a la profesión (Cinfuentes Gil, 2004), a partir de producción de conocimientos que abonen al campo profesional. Esta posibilidad, al menos en esta investigación, está circunscripta a un pequeño grupo ligado a la práctica docente en la universidad. Solo con el manejo más solvente de la teoría, será posible - al decir de Aquín (1998) - un reposicionamiento de la profesión en relación con otras, mayor incidencia en las definiciones de las intervenciones en la dinámica social y finalmente las modificaciones en las condiciones de negociación para mejorar el trabajo asalariado.

Los y las profesionales encuestadas entienden que las instancias colegiadas, en tanto ámbitos representativos del colectivo, pueden y deberían apoyar e impulsar un proyecto profesional comprometido en buscar un espacio que imponga condiciones de empleo dignas y una defensa real de los derechos laborales en los momentos de mayor dificultad, tal cual lo manifiesta Tonón (1983), en su artículo respectivo. Al respecto, consideramos que es fundamental comprender que estos problemas y desafíos que se plantean para el colectivo profesional, se enmarcan en un contexto de profundos cambios, derivados de la transición hacia un nuevo régimen de acumulación (Harvey, 1992), que modifica la estructura del mercado de trabajo y las protecciones vinculadas a la sociedad salarial (Castel, 2010), instalando en el escenario nuevas manifestaciones de la cuestión social, asociadas con la precariedad y la vulnerabilidad de masas, que auguran la remercantilización de la fuerza de trabajo y la reprimarización de la protección social. Y, sumado a esto, se expanden propuestas de gobiernos neoconservadores que denostan del papel del Estado, promoviendo el mercado, como solución de los problemas sociales. Estas condiciones de producción interpelan el ejercicio profesional, el rol de las entidades representativas del colectivo de los trabajadores sociales y el de las instituciones formadoras, en tanto instancias que tienen incidencia en los problemas detectados vinculados con el ejercicio de la profesión y con el abordaje de la complejidad que la intervención social requiere. En ese marco cobran importancia, los paradigmas en los cuales se forman los profesionales, así como los fundamentos sobre los

cuales se estructura la intervención sobre las diversas manifestaciones de la cuestión social, reconociendo en ambos procesos, la importancia de la dimensión política.

Finalmente reiterando que se trata de una investigación en curso, esta parte de la indagación se da a partir de un formato estructurado, la encuesta, que dió lugar a algunas posibilidades de extender las apreciaciones en las preguntas abiertas, por lo cual no se puede profundizar en las interpretaciones y sentidos de ciertas narrativas. Aun así, reconocer que uno de los lugares de la enunciación de los discursos y construcción de las prácticas son las condiciones materiales de empleo, aquí de precariedad laboral y en su contracara se evidencia un sentido positivo de sus actuaciones profesionales en la mención hacia la conformidad con la tarea, aspecto no menor para quienes deben construir desde ese sedimento su cotidianidad. Esto podría ser abordado en la continuidad de la investigación, mediante entrevistas, en torno al eje de sumisión, enajenación que provocan las condiciones macroestructurales del contexto o los alertas sobre las posibilidades reales de generar cambios en las problemáticas complejas que se abordan en las condiciones laborales actuales y finalmente el no cuestionamiento del orden social y hasta su legitimación con las prácticas cotidianas. Mirando de este modo, se puede creer que no hay alternativas, pero en lo opuesto las profesionales siguen aquí, produciendo a diario intervenciones significativas, pero invisibilizadas. “De ahí la necesidad de movernos, de mirar desde otro lugar para ver las cosas, que quedaban fuera de nuestro campo epistémico - visual. Si nos quedamos mirando desde donde siempre nos vimos, probablemente nuestro deseo de transformar la realidad quede obturado.” (Hermida, 2020).

BIBLIOGRAFÍA

AQUIN, Nora. Por qué desarrollar la especificidad. **Revista de TS y Ciencias Sociales**, Cali, n. 8, 1998.

CASTEL, Robert. **El ascenso de las incertidumbres**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010. p. 15-55.

CIFUENTES GIL, Rosa. **Aportes para “leer” la intervención de Trabajo Social**. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 18., 2004, San José. Anais [...]. San José, Costa Rica: [s. n.], 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Los nuevos rostros del imperialismo**. Santiago de Chile: Centro de Estudios Miguel Enríquez, 2004.

HERMIDA, María Eugenia. La tercera interrupción en Trabajo Social: descolonizar y despatriarcalizar. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 10, 2020.

QUIROGA, Mariana; VERCELI, Betiana; SAENZ, Maria Patricia. Entre las demandas y las incumbencias profesionales: interpelaciones a la construcción de posicionamientos de trabajadoras/es sociales en el campo. In: ROTONDI, G. (comp.). **Políticas Públicas Educativas**: intervenciones desde el Trabajo Social. Córdoba: Editorial UNC, 2022. cap. 5. E-book.

TONON, Graciela. La formación profesional y los trabajadores sociales. **Revista Acción Crítica**, Lima, n. 13, 1983.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

CONDICIONES SOCIOLABORALES Y DESAFÍOS DE LOS TRABAJADORES SOCIALES EN PARAGUAY¹

CONDIÇÕES SOCIOLABORAIS E DESAFIOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO PARAGUAI

Susana Moniec²

Resumen: En este artículo se presenta el resultado de una investigación de carácter exploratorio, que tenía por objetivo describir y analizar las condiciones laborales y los desafíos que enfrentan los trabajadores sociales que ejercen funciones en distintas instituciones del Paraguay, en un contexto de reconfiguración de las relaciones capital – trabajo, que impactan en las manifestaciones de la cuestión social y en los sistemas de protección social y por ende en el quehacer profesional de los y las trabajadoras sociales, atendiendo a su estrecha relación con las políticas sociales. La metodología combinó entrevistas abiertas a referentes de las principales entidades que nuclean a los profesionales en el país, entre ellas: la Asociación de Trabajo Social de Paraguay (APSSTS-Py) y la Asociación de Trabajadores Sociales de Itapúa (APTSI), y el Sindicato de profesionales de Trabajo Social del Paraguay (SIPROTRASOPY) y una encuesta autoadministrada (preguntas abiertas y cerradas) aplicada a trabajadores sociales que accedieron voluntariamente a responderla, entre mayo y junio de 2023. Los principales hallazgos confirman el perfil históricamente femenino del colectivo y su inserción mayoritaria en instituciones estatales (nacional, departamental y municipal). Se evidencia también una alta precariedad laboral, un bajo nivel de afiliación a las organizaciones representativas y una demanda a estas para la defensa de Ley profesional, los espacios ocupacionales y derechos laborales; la capacitación y formación, así como la mayor articulación entre las instituciones formadoras y las organizaciones de graduados, entre otras cuestiones.

Palabras-clave: trabajo social; condiciones de trabajo; formación; agremiación.

Resumo: Este artigo apresenta o resultado de uma investigação de caráter exploratório, que teve por objetivo descrever e analisar as condições laborais e os desafios enfrentados pelos assistentes sociais que exercem funções em distintas instituições do Paraguai, em um contexto de reconfiguração das relações capital-trabalho, que impactam nas manifestações da questão social e nos sistemas de proteção social e, conseqüentemente, no fazer profissional dos e das assistentes sociais, atentando para sua estreita relação com as políticas sociais. A metodologia combinou entrevistas abertas com representantes das principais entidades que reúnem os

¹ Los resultados preliminares fueron expuestos en el VII Congreso de Trabajo Social en el Paraguay, realizado en Asunción en julio de 2023. También, una versión extendida, se encuentra en proceso de publicación en la revista Kera Yvoty, de la Universidad Nacional de Asunción Paraguay.

² Licenciada en Trabajo Social por la FHyCS - UNaM; Mestre en Políticas Sociales Universidad de Brasília, Brasil; Doctora en Ciencias Sociales de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Docente de la carrera de Trabajo Social de la FHyCS UNaM. Investigadora Categoría I. Sus principales producciones se relacionan con el campo de la educación, y a las políticas sociales en vinculación con el Trabajo Social.

profissionais no país, entre elas: a Associação de Serviço Social do Paraguai (APSSTS-Py), a Associação de Assistentes Sociais de Itapúa (APTSI) e o Sindicato de Profissionais de Serviço Social do Paraguai (SIPROTRASOPY), além de um questionário autoadministrado (perguntas abertas e fechadas) aplicado a assistentes sociais que aceitaram voluntariamente respondê-lo, entre maio e junho de 2023. Os principais achados confirmam o perfil historicamente feminino do coletivo e sua inserção majoritária em instituições estatais (nacional, departamental e municipal). Evidencia-se também uma alta precariedade laboral, um baixo nível de filiação às organizações representativas e uma demanda a estas para a defesa da Lei profissional, dos espaços ocupacionais e direitos trabalhistas; a capacitação e formação, bem como uma maior articulação entre as instituições formadoras e as organizações de graduados, entre outras questões.

Palavras-chave: serviço social; condições de trabalho; formação; agremiação.

1 INTRODUCCIÓN:

Para analizar las condiciones laborales del Trabajo Social, es fundamental entender el contexto macroeconómico y político actual. La reconfiguración del modelo de acumulación capitalista ha transformado profundamente el mundo del trabajo y, con ello, el modo en que la sociedad se regula.

La transición hacia regímenes de empleo flexible ha impactado directamente en los sistemas de protección social que caracterizaron al Estado de bienestar fordista (predominante entre los años 40 y 70). Este cambio implica una masificación de la vulnerabilidad y una clara remercantilización de la fuerza de trabajo, que no cuenta con las garantías de la seguridad social, vinculada al estatus de trabajador formalmente inserto en el mercado. Este escenario, caracterizado por la precariedad y la flexibilidad laboral, ha generado nuevas manifestaciones de la cuestión social que tensionan la cohesión, como bien lo demuestra Castel (2011). Los antiguos modos de intervención, diseñados para el régimen fordista, resultan insuficientes para hacer frente a los nuevos problemas derivados de la deconstrucción de la sociedad salarial. Como respuesta, surgen nuevos enfoques y dispositivos de intervención social. Estos se caracterizan por la individualización del riesgo, marco en el cual los problemas sociales se reinterpretan como fracasos individuales. Se responsabiliza a los sujetos por su propia desventura, cobrando fuerza el enfoque en el capital humano y las narrativas de autorrealización, que apelan a la responsabilidad individual para que las personas desarrollen las competencias necesarias para gestionar sus vidas, participar en el mercado laboral y enfrentar los riesgos convirtiéndose en empresario de sí mismo. La promoción de la figura del

microemprendedor, en auge en los tiempos actuales, fomenta una lógica gerencial de la propia existencia y refuerza las relaciones de producción capital-trabajo, estandarizando las formas de ser y estar en el mundo y legitimando el neoliberalismo como un modo de vida.

El Trabajo Social se institucionalizó y profesionalizó históricamente en el marco del régimen de acumulación fordista, consolidándose a la par de las intervenciones sociales y el consecuente desarrollo de su arquitectura institucional, impulsadas por los Estados nacionales. Diversos autores (Alayón, 2010; Barrera Alagarin, et al., 2013; Pagazza, 2017) han trazado esta genealogía, mostrando la conexión directa entre el modelo de Estado y de desarrollo y los dispositivos de política social diseñados para abordar la cuestión social en cada etapa del capitalismo. Este andamiaje histórico del trabajo social se ve profundamente interpelado por el contexto latinoamericano contemporáneo con la propagación, en gran parte del mapa, de gobiernos conservadores, que impulsan la deconstrucción de la institucionalidad estatal vinculada con el derecho social, como bien común. La región enfrenta una realidad marcada por la precariedad e informalidad laboral, altos niveles de pobreza y un notorio retroceso en la cobertura de los servicios públicos básicos de apoyo y de asistencia a poblaciones vulnerabilizadas. Esta reconfiguración provoca que las actividades esenciales para la reproducción de la vida recaigan sobre las familias y en particular, sobre el trabajo no remunerado de las mujeres, familiarizándose de este modo el bienestar y feminizándose la asistencia.

En este contexto, el quehacer profesional del Trabajo Social en América Latina que construyó su intervención vinculado a las manifestaciones de la cuestión social, se encuentra en tensión, confrontado por la reconfiguración política dada por la proliferación de proyectos políticos liberales y neoconservadores, que impulsan la adopción de modelos residuales de intervención social, que socavan la plataforma de los derechos sociales, impactando en los espacios ocupacionales en que la intervención profesional se produce. Este giro tiene serias implicaciones sobre la perspectiva de derechos humanos, que constituye el fundamento ético del quehacer.

Dada esta crisis y a la emergencia de nuevas problemáticas, varios autores/as del campo disciplinar, subrayan la urgencia de que la profesión problematice sus procesos formativos y redefina su praxis para sostener la vigencia de los derechos sociales en un contexto claramente adverso. En ese sentido, contar con estudios sobre las condiciones en que se efectúa el trabajo profesional en el Paraguay, es de suma importancia para la formulación de propuestas articuladas, entre entidades formadoras y representantes de la profesión, que

den respuestas a los múltiples y diversos requerimientos del colectivo profesional, fortalezcan el colectivo, mejoren las organizaciones y contribuyan al bienestar general de la sociedad.

2 METODOLOGÍA

El enfoque metodológico se encuadra en los estudios de carácter exploratorios-descriptivos. Para su desarrollo se recurrió a fundamentalmente al uso de fuentes primarias de información, a partir de:

- A. Realización de entrevistas abiertas a los representantes de las organizaciones que representan al colectivo de profesionales de trabajo social en el Paraguay.
- B. Diseño y aplicación de formulario de encuesta auto administrada, con preguntas abiertas y cerradas de tipo múltiple opción, realizada a los y las trabajadores/as sociales del Paraguay que accedieron voluntariamente a responder el formulario. Este instrumento permitió relevar información sobre: las características del colectivo profesional; las condiciones laborales en que se desarrolla el quehacer; los problemas con los cuales se deparan en el ejercicio profesional; las posibilidades derivadas de la afiliación/agremiación y las demandas, en tanto expresiones concretas devenidas de las necesidades de formación y representación profesional identificadas.

El instrumento fue respondido por 163 profesionales, graduados/as en Trabajo Social en el Paraguay, lo que representa el 8,44 %, sobre un total estimado de 1929³.

La información de carácter cuantitativo fue sistematizada en una base de datos y analizada a partir del uso y posibilidades que brinda el software estadístico SPSS. En tanto, los datos cualitativos fueron organizados en unidades hermenéuticas, a partir de la cual se identificaron categorías y propiedades.

³ Cabe aclarar que, al momento de la aplicación de la encuesta, no se contaba con un censo o registro actualizado del total de profesionales de Trabajo Social en Paraguay, por ello se recurrió al armado de una estimación, en base a informaciones brindadas por colegas, vinculadas a las instituciones formadoras. La ausencia de un banco de datos oficial sobre graduados/as por institución formadora, constituye un obstáculo para la realización de investigaciones sobre el colectivo profesional. Considerando estas condiciones, que además limitaron el acceso al universo, el presente estudio no persigue la representatividad estadística. Su objetivo central fue la generación de información que permita contar con una aproximación a las condiciones del ejercicio profesional en el Paraguay en un momento dado, y sus hallazgos deben interpretarse como un aporte descriptivo y analítico, condicionado por las condiciones de posibilidad de la investigación, y no como inferencias generalizables a la población total.

3 CARACTERÍSTICAS DEL COLECTIVO PROFESIONAL

Para la caracterización del colectivo profesional se tuvieron en cuenta las variables: sexo, edad, lugar de residencia, máximo nivel educativo alcanzado e institución en la que se graduó como licenciado/a. Del total de profesionales que respondieron la encuesta, se observa que el 61,9% se localiza en la faja de edad de los 31 a los 50 años.

En correspondencia con una de las características ancestrales de la profesión, quienes respondieron al cuestionario, en su mayoría son mujeres (90,2 %). A pesar de la instalación de los temas de género en las agendas públicas y de los avances logrados en ese sentido esta alta representatividad de las mujeres en el colectivo de profesionales sigue marcando su impronta en el quehacer profesional.

Las/os profesionales que respondieron a la encuesta, están distribuidas/os en 13, de los 17 departamentos y en el Distrito Capital, centro administrativo del país. El 92 %, se localiza entre: el distrito Capital y los departamentos: Central, Itapúa, Ñeembucú y Concepción, que cuentan con buen acceso a infraestructura, alto grado de urbanización. Esta alta concentración de profesionales de trabajo social en cinco departamentos interpela el interés por conocer las cuestiones que explicarían dicha distribución, en ese sentido cabría preguntar ¿en los departamentos, con menor presencia de profesionales, existen instituciones que propicien espacios laborales vinculados con la intervención social, que permitan la inserción laboral de los trabajadores sociales? ¿existen profesionales trabajando en esas localidades? ¿las organizaciones representantes del trabajo social en el Paraguay tienen cobertura y matriculados/afiliados en esos territorios? ¿Cómo es la comunicación de las organizaciones con los colegas? ¿Qué problemas y demandas plantean? Y, de existir instituciones vinculadas con la intervención social en dichas regiones, pero no trabajadores sociales ¿quiénes y cómo abordan la cuestión social? ¿de qué modo, los ciudadanos que residen en esas áreas resuelven el acceso a servicios y asistencias vinculadas con la intervención social?

Los profesionales que respondieron a la encuesta en su mayor proporción (37,4%) egresaron de la Universidad Nacional de Asunción, que es una institución pionera en la formación de trabajadores sociales en el Paraguay. Esto contrasta con la gran dispersión del resto de los encuestados, que provienen de ocho centros educativos distintos, tanto públicos como privados, confesionales y laicos.

Si bien los datos muestran que en su mayoría los profesionales cuentan con el título de licenciada/o (47,2 %), más de la mitad, ha iniciado o finalizado estudios de posgrado en sus

distintos niveles. La formación de posgrado está más afianzada en los grupos etarios de más de 31 años. Lo cual puede deberse a que los más jóvenes al no contar con buenos trabajos, no disponen de los recursos necesarios para encarar esa formación, que es arancelada.

4 CONDICIONES LABORALES DE LAS/OS TRABAJADORES SOCIALES EN EL PARAGUAY

Para abordar esta dimensión se consideraron las siguientes variables: condición laboral, motivos del no trabajo, cantidad de empleos que posee, conformidad con el trabajo, características de los lugares de trabajo y de las actividades que desarrollan en ellos, situación ocupacional, ingresos, relación con el seguro social y conformidad con el trabajo.

En cuanto a la situación laboral actual de los profesionales encuestados, se evidencia un alto índice de empleabilidad. Un 90,8% de los encuestados/as ejerce la profesión. Sin embargo, el 9,2% que se encuentra sin trabajo enfrenta la dificultad para conseguir un empleo específico como trabajador/a social. Un indicador directo de la precarización laboral del colectivo profesional es el hecho que casi un tercio de los profesionales (31,38%) posee dos o más trabajos. Este fenómeno de pluri-ocupación o doble vinculación contractual derivada de la necesidad de sostener ingresos, produce sobre carga laboral y altos grados de estrés, que impactan directamente tanto en las intervenciones profesionales, así como en la salud física y mental. Mas aún si consideramos que el colectivo profesional esta fundamentalmente constituido por mujeres y que a pesar de la agenda de género y los avances logrados en ese sentido, la feminización de las actividades vinculadas a la reproducción, continúan constituyendo cosa de mujeres.

El análisis del desarrollo efectivo de actividades profesionales en el lugar de trabajo principal da cuenta de diferentes situaciones, que varían entre quienes siempre desarrollan actividades profesionales (70,6%) y aquellos que a veces lo hacen (14,7%) y quienes nunca lo hacen (14,7%).

Casi el 30 % de las/os encuestados, enuncian situaciones que estarían indicando claramente un desplazamiento de funciones o lugares de trabajo que no vinculantes con el quehacer profesional.

Los profesionales que expresaron desarrollar actividades vinculadas con las incumbencias en sus principales lugares de trabajo muestran un amplio y complejo espectro de intervención que abarca distintos roles y funciones, entre los que se destacan la dirección,

gestión, coordinación, administración y evaluación de servicios y proyectos sociales, en distintas estructuras institucionales/organizacionales y en redes con otras; la intervención directa con poblaciones o sujetos con distintos problemas sociales o en estado de vulnerabilidad de diverso tipo, desarrollando acciones de asistencia, acompañamiento, asesoramiento, orientación y seguimiento a partir de visitas domiciliarias, realización de diagnósticos, informes socio ambientales y peritajes judiciales y mediación. También se desarrollan actividades vinculadas con la producción de conocimiento del propio quehacer a partir de actividades de formación e investigación. Los profesionales que manifestaron no desarrollar actividades inherentes a su formación e incumbencias profesionales del trabajo social en su principal lugar de trabajo, claramente están sobre cualificados/as, se desempeñan en trabajos que no requieren las competencias para las cuales fueron formados/as. Los que a veces sí, desarrollan actividades profesionales y otras no, revelaron que realizan: charlas, capacitaciones; orientaciones y asesorías técnicas, desarrollo de censos y encuestas; visitas domiciliarias y seguimiento de casos; elaboración de informes; acompañamiento y asistencia directa a poblaciones con las cuales se interviene; gestiones y actividades administrativas; educación en sala y asistencia pedagógica; seguimiento de políticas y elaboración de proyectos. A pesar de las condiciones de precarización laboral relevadas (bajos ingresos, poseer más de un trabajo, cumplir roles y funciones no vinculadas a sus incumbencias profesionales, se registra una notable y elevada conformidad con el trabajo, que alcanza un 78,5 % del total de la muestra. Entre las razones de la alta conformidad se registran, por un lado, cuestiones del orden personal y por otro, aquellas vinculadas con las características del espacio ocupacional. Entre las primeras se destaca la vocación y el bienestar personal que genera el trabajo profesional en relación con el abordaje de la problemática social, la posibilidad de ayudar a otros, de ser útil, de estar en contacto directo con las poblaciones. Enunciados que denotan la preminencia de determinados supuestos básicos subyacentes (Sanjurjo,1994), generalmente implícitos, e instalados en las matrices de pensamiento, que inciden en el quehacer y trascienden y sobreviven a los procesos de formación, interpelándolos. Entre las razones de la conformidad con el trabajo vinculadas con el espacio ocupacional, se destacan el reconocimiento y respeto que se le brinda a la profesión y al trabajo profesional que se realiza en los ámbitos institucionales; la pertinencia de las labores desarrolladas en relación a las incumbencias del trabajo social; las oportunidades de desarrollo de autonomía que los espacios ocupacionales brindan; el buen ambiente laboral, con buenos equipos de trabajo; las posibilidades de realizar trabajo interdisciplinario y

procesos de reflexión continua sobre el que hacer, entre otras cuestiones.

Los que están disconformes con el trabajo esgrimen distintas razones, entre ellas: las de orden personal; las asociadas con colectivo profesional; las propias del espacio ocupacional y las respectivas a las condiciones laborales, siendo las dos últimas, las que más espacio ocupan entre los argumentos de la no conformidad. En relación al espacio ocupacional, las principales cuestiones que se destacan como razón de la disconformidad son: la falta de reconocimiento y valoración de la profesión y de las incumbencias profesionales; la imposibilidad de desplegar todas las funciones pertinentes a la profesión y la exigencia de realización de funciones no pertinentes; la ocupación de lugares que corresponden al trabajo social, por otros profesionales y no profesionales, en particular por funcionarios, designados en sus cargos, por sus relaciones con la política partidaria y la falta de recursos para el desarrollo de la actividad profesional en los distintos ámbitos institucionales de las políticas sociales, entre otras.

Entre las condiciones laborales se destacan los bajos salarios en relación con las funciones desempeñadas y la sobre carga laboral; la precariedad en las condiciones de contratación, sin cobertura de seguro social y por lo tanto de garantías de contar con una buena jubilación a futuro.

La mayoría de los/as encuestados/as (66,9 %) tiene como principal lugar de trabajo, no significando que sea su único trabajo, una institución del Estado nacional, vinculada a distintas áreas de políticas.

En relación con las remuneraciones observamos que el 61,3 % de la muestra, percibe ingresos de hasta tres salarios mínimos, que a Julio de 2023 representaba un valor de PYG\$ 8.041.119 (US\$ 1.105,32). Excepcionales son los casos en que perciben más de 3 salarios mínimos. En tanto el 25% no respondió a la pregunta. Llama la atención que a pesar de que un 74,2 % es asalariado del sector público, únicamente el 54,6% cuenta con seguro social, lo cual nos da indicios de la precariedad laboral y del estado de vulnerabilidad del colectivo profesional.

5 TRABAJO SOCIAL, AFILIACIÓN Y EJERCICIO PROFESIONAL

Del total graduados/as en Trabajo Social en Paraguay, estimado en 1929 profesionales, únicamente se encuentran matriculados/afiliados a alguna de las entidades representativas del colectivo el 32 %, tal como se puede observar en la tabla siguiente:

Tabla N°1. Trabajadoras/es Sociales matriculadas/os/afiliadas/os por organización y no matriculadas/os o afiliadas/os

Asociaciones/gremio	Matriculados	%	
APSSTS/PY	454	23 %	32 %
APTSI	48	2,48%	
SIPROTRASO	126	6,53 %	
Graduados/as no matriculadas/os afiliadas/os a ninguna entidad representativa de la profesión	1301	67,44%	
Total	1929	100%	

Fuente: elaboración propia en base a datos relevados

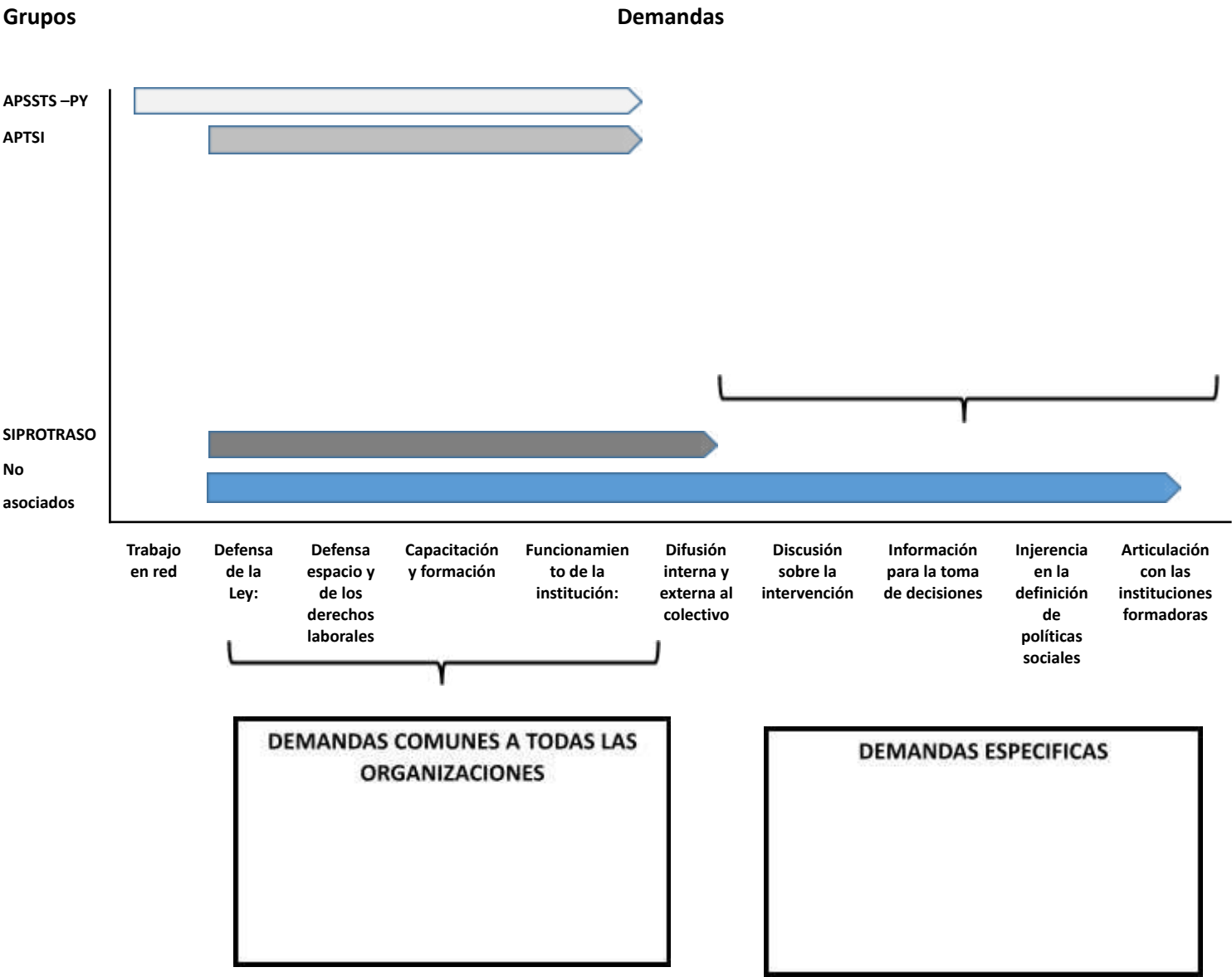
Para el año 2023 existían tres entidades que nucleaban trabajadores sociales en el Paraguay, que en total cuentan con 628 afiliados, la APSSTS/PY congrega al 72,2%; el SIPROTRASO, al 20 % y la APTSI al 7,6%. La diferencia en los porcentajes de matriculados/afiliados, en gran parte se explica por el tiempo en que cada una de estas instituciones lleva constituida y también por su alcance. Las dos primeras son de alcance nacional; en tanto la APTSI, es de alcance departamental. Si bien el 36,8% de los profesionales que respondieron a la encuesta, no están matriculados/afiliados a ninguna organización, llama la atención que el 88 %, consideren que es importante estarlo. Entre los que consideran que es importante estar adherido a alguna organización, se destacan, por un lado, las razones endógenas, entre las que se enfatiza a la asociación o gremio como ámbito de interacción, trabajo colectivo e intercambio de ideas, acceso a información y como espacio de construcción de la identidad, de lo colectivo y la representatividad y formación. Entre las razones de carácter exógeno se enfatiza a la asociación o gremio como instancia representativa del colectivo profesional, con poder de presión para incidir en todos los asuntos que competen a la profesión ante distintas instituciones. En este punto se resalta la importancia de las entidades por constituir un ámbito institucional, formal y reconocido de representación del colectivo ante otras entidades. Con poder para intervenir en la lucha por las incumbencias profesionales y el respeto de la Ley; los derechos laborales, las condiciones de

trabajo e ingresos; para accionar ante conflictos en que entren en juego los derechos como trabajador social; como lugar de promoción y defensa de la profesión y del colectivo profesional, para una mayor visibilización, difusión y posicionamiento político de la profesión y sus alcances, para trascender visiones/representaciones asociadas al voluntariado y al apostolado.

Además de indagar sobre la importancia o no de estar afiliado a alguna organización representativa de la profesión, en el relevamiento también se indagó respecto de las razones de la no afiliación, esto en virtud de que el 36,8 % de los encuestados no es afiliado o matriculado a ninguna organización. En ese sentido los principales porcentajes se distribuyen entre motivos de falta de información (10,4%); insuficiente cobertura de necesidades y expectativas (9,8%), falta de tiempo (8,6 %) y en menor porcentaje motivos de carácter económicos. Entre las cuestiones de orden económico los encuestados señalan que, al percibir bajos ingresos, no están en condiciones de afrontar la cuota societaria que el estar afiliado demanda.

La tercera dimensión trabajada, incluyó el relevamiento de las demandas que los encuestados realizan a las entidades que representan a la profesión en el Paraguay. Las respuestas a estas preguntas fueron agrupadas en las siguientes categorías: Defensa de la Ley profesional; defensa del espacio y de los derechos laborales de los trabajadores sociales, y de las incumbencias profesionales, capacitación y formación, características de funcionamiento de la institución, comunicación y difusión interna y externa al colectivo, discusión sobre las perspectivas de la intervención, contar con información como base para la toma de decisiones, injerencia en la definición de políticas sociales, articulación con las instituciones formadoras, trabajo en red con otras organizaciones que nucleen trabajadores sociales. Si agrupamos las demandas por asociación o sindicato de pertenencia, observamos que hay confluencia de todos los encuestados, independientemente del agrupamiento, en requerir a las organizaciones representantes del colectivo: la defensa de Ley; la del espacio y los derechos laborales; la capacitación y formación y las cuestiones vinculadas al funcionamiento de las instituciones, como podemos observar en el siguiente gráfico.

Gráfico N°1. Demandas de los graduados, según pertenencia a las organizaciones representantes de los Trabajadores sociales en el Paraguay.



Fuente: elaboración propia en base a datos relevados

Por otra parte, se observa que los que no están afiliados/matriculados a ninguna

organización, son los/las que más demandan, ya que el único ítem que queda fuera de sus requerimientos es la necesidad de trabajo en red. Sin embargo, incorporan, además de los ítems comunes a los demás agrupamientos, requerimientos de discusión sobre la intervención; la necesidad de contar con información sobre necesidades y problemas del colectivo profesional, como base para la toma de decisiones; la injerencia en la definición de políticas sociales y la articulación con las instituciones formadoras.

En relación con la pregunta sobre cuáles son los principales problemas que tienen los trabajadores sociales en el ejercicio de la profesión, las respuestas fueron agrupadas, según su tipo, en distintas categorías, entre ellas: el escaso reconocimiento social e institucional de la profesión; las condiciones laborales y situación ocupacional y aquella que engloba problemas vinculados con el papel de las instituciones formadoras y de las que representan a la profesión. Las dos primeras categorías, fueron las que congregaron el mayor número de respuestas, siendo transversales a todos los colegas.

En relación con las alternativas de solución se plantean cuestiones vinculadas con el papel de las entidades que nuclean a los trabajadores sociales; con las instituciones formadoras y con la iniciativa propia de cada profesional. En relación con la primera categoría, los encuestados consideran que las entidades que nuclean a los trabajadores sociales deberían: realizar un trabajo conjunto, colectivo, articulado y coordinado, en todo el país, para contar con poder de presión y accionar sobre los poderes del Estado; generar alternativas de solución a los problemas vinculados con el trabajo y las condiciones en que se realiza; la formación y capacitación; la defensa de la ley profesional y la matriculación/afiliación de los trabajadores sociales. En ese sentido, sugieren que las organizaciones deben ejercer el liderazgo, desarrollar la organización y movilización.

Las alternativas de abordajes de problemas vinculados con las instituciones formadoras, sugeridas por los encuestados/as se relacionan con: La promoción de procesos de articulación con las organizaciones representantes de los profesionales; fomentar la discusión sobre la formación de grado, revisar la calidad y actualidad de la formación en trabajo social, organizar alternativas de actualización vinculadas con las necesidades de la intervención, organizar propuestas de formación de posgrado a nivel especializaciones, maestrías y doctorados, desarrollar y difundir la investigación académica vinculada con el trabajo social paraguayo.

6 CONCLUSIONES

Los hallazgos no solo describen una realidad profesional, sino que también proveen elementos de análisis que interpelan de manera urgente el rol y funciones, de dos actores clave: las organizaciones que nuclean a los profesionales y las instituciones formadoras en Trabajo Social. Los resultados obtenidos ratifican particularidades del colectivo profesional que, si bien se observan en el contexto paraguayo, no son exclusivas, sino que reafirman tendencias a nivel regional, entre ellas:

- A. La marcada feminización de la profesión, factor que se articula con las condiciones laborales frecuentemente atravesadas por la sobre exigencia de funciones y las relaciones de poder.
- B. La dependencia del sector estatal como principal fuente de empleo que, en el actual contexto de extensión de proyectos políticos de corte conservador y neoliberal, promueven esquemas residuales de prestaciones, configura un marco de acción precario e implica riesgos en relación con los espacios ocupacionales y condiciones laborales específicas, además de interpelar el enfoque de derechos que la intervención profesional implica.
- C. La alta vulnerabilidad laboral de los/as profesionales, sujetos a empleos atravesados por la precariedad en las condiciones contractuales y por bajos ingresos, que derivan en situaciones de pluriempleo o acceso a empleos subcualificados, como condición para obtener ingresos, o acceder a un nivel aceptable de ingresos, condiciones que contrastan con la alta conformidad con el trabajo que manifiestan los/las encuestados/as.
- D. La relación entre precariedad laboral y sobre exigencia funcional con la salud física y mental de las y los profesionales. La frecuente sobrecarga en los espacios laborales se agrava por la perseverancia de los mandatos de género aún vigentes, que conjugan tareas de reproducción y cuidado. Esta doble/triple jornada laboral profesional, a la que se suma la reproductiva, intensifica el desgaste e interfiere en el quehacer profesional.
- E. El vacío representacional. A pesar de las adversas condiciones laborales, y del reconocimiento de la importancia de la afiliación para la legitimación profesional y como un espacio de lucha y reivindicación colectiva, la investigación da cuenta de un paradójico y bajo nivel matriculación a las organizaciones que nuclean a los

profesionales del trabajo social en el Paraguay. Situación que configura un desafío para la profesión en el sentido que la capacidad de presión colectiva es indispensable para negociar, impulsar cambios legislativos y combatir la precariedad estructural. En ese sentido, es indispensables fortalecer la capacidad de convocatoria y representación efectiva de todas las organizaciones, en la lucha por la mejora de las condiciones de ejercicio.

- F. La diversidad de instituciones formadoras en trabajo social y de distinto carácter (público – privado), que hace suponer la existencia de diferencias en los procesos de formación por las modalidades de dictado, el acceso a recursos de diverso tipo, los enfoques y perspectivas, entre otras cuestiones, que desafía a organizar instancias de discusión del colectivo formador, tendientes a pensar directrices curriculares comunes que aseguren un piso básico de formación tendiente a la acreditación y vinculado con las incumbencias establecidas en la Ley profesional, y en el código ética, así como consolidar ofertas de formación a nivel doctoral en el ámbito disciplinar del trabajo social, que respondan a las necesidades de formación de los graduados.
- G. La prevalencia del trabajo profesional en el momento de la asignación de los recursos, en detrimento de los otros dos momentos: el de lucha por establecer o por negar el estatuto público de una necesidad dada y el de la lucha por la interpretación y definición de la necesidad, para así determinar cómo satisfacerla. (Aquin, 1996).

Los múltiples problemas, necesidades y demandas que las y los trabajadores sociales, plantearon a partir de la encuesta, que interpelan y desafían, por un lado, a las instituciones representantes del colectivo profesional y por otro, a las instituciones formadoras exigen contar con información actualizada sobre distintos aspectos que son fundamentales para el desarrollo de la profesión y que permitan generar líneas de trabajo tendientes al fortalecimiento del colectivo profesional. En ese sentido el futuro de la profesión en Paraguay requiere la articulación efectiva entre los profesionales, el gremio y la academia para transformar un ejercicio profesional que hoy se desarrolla en gran medida en un marco de vulnerabilidades estructurales y sistémicas.

Es primordial reconocer que los problemas y desafíos que se plantean para el colectivo profesional, se enmarcan en un contexto de profundos cambios, derivados de la transición hacia un nuevo régimen de acumulación (Harvey, 1992), que modifica la estructura del mercado de trabajo y las protecciones vinculadas a la sociedad salarial (Castel, 2010),

instalando en el escenario nuevas manifestaciones de la cuestión social, asociadas con la precariedad y la vulnerabilidad de masas, que promueven la remercantilización de la fuerza de trabajo y la reprimarización de la protección social. Estas condiciones de producción interpelan el ejercicio profesional, el rol de las entidades representativas del colectivo de los trabajadores sociales y el de las instituciones formadoras, en tanto instancias que tienen incidencia en los problemas detectados vinculados con el ejercicio de la profesión y con el abordaje de la complejidad que la intervención social requiere. En ese marco cobran importancia, los paradigmas en los cuales se forman los profesionales, así como los fundamentos sobre los cuales se estructura la intervención sobre las diversas manifestaciones de la cuestión social, reconociendo, la importancia de la dimensión política.

REFERÊNCIAS

ALAYÓN, Norberto. Política Social y el Trabajo Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 277-285, ago./dez. 2010.

AQUÍN, Nora. **La relación sujeto-objeto en trabajo social**: una resignificación posible. [S. l.], 1996. Disponível em: <https://teoriadelaintervencioniiitabajosocialcomunitario.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/11/aquc3adn-n-1996.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2026.

BARRERA-ALGARÍN, E.; MALAGÓN-BERNAL, J. L.; SARASOLA-SÁNCHEZ-SERRANO, J. L. La deconstrucción del Estado de bienestar: cambios en el ejercicio profesional de los trabajadores sociales y aumento del voluntariado social. **Cuadernos de Trabajo Social**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 115-126, 2013.

CASTEL, Robert. **El ascenso de las incertidumbres**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010. p. 15-55.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

ROZAS PAGAZA, M.; VELURTAS, M.; FAVERO AVICO, A. **La Intervención del Trabajo Social y su relación con las políticas sociales**: algunas reflexiones en el contexto actual. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://repositoriosdigitales.mincyt.gob.ar/vufind/Record/SEDICI_be1567c0062782636d9ed1874651e2e7. Acesso em: 22 jan. 2026.

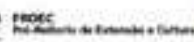
SANJURJO, Liliana. **La formación práctica de los docentes**: reflexión y acción en el aula. Rosario: Homo Sapiens, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita. El servicio social como especialización del trabajo colectivo. In: BORGIANNI, Elizabete; GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos (org.). **Servicio Social Crítico**: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional. São Paulo: Cortez, 2003. p. 37-54.



3º FISS
Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades
10 a 12 de dez. 2025
Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

CONTRADIÇÕES ENTRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL E A LEI DE RESTRIÇÃO DE CELULARES: IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

CONTRADICTIONS BETWEEN THE NATIONAL DIGITAL EDUCATION POLICY AND THE LAW RESTRICTING CELL PHONES: IMPLICATIONS FOR DIGITAL INCLUSION IN EDUCATION

Estêvão Yamin
Fabio Jardel Gaviraghi
João Pedro Seefeldt Pessoa

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as contradições reveladas pela coexistência entre a Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) e a lei de restrição de dispositivos móveis nas escolas (Lei nº 15.100/2025) e suas implicações, a fim de contribuir com elementos que possibilitem o aprofundamento do debate acerca da inclusão digital na educação básica e do papel do Serviço Social. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica e pesquisa documental, fundamentada em uma abordagem dialética crítica. A análise revela que, enquanto a primeira lei busca promover o desenvolvimento de competências digitais, a segunda adota uma postura predominantemente restritiva, criando uma tensão fundamental sobre o papel da tecnologia no ambiente escolar. Conclui-se que é necessário ir além da simples restrição, promovendo uma cultura digital segura e ética, bem como uma atuação qualificada do Serviço Social na educação com vistas à construção coletiva de estratégias para o exercício da cidadania digital, especialmente com o advento do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave: Tecnologias da informação e comunicação; Brecha digital; Inclusão digital; Educação; Serviço Social.

Resumen: Este trabajo tiene por objetivo analizar las contradicciones reveladas por la coexistencia entre la Política Nacional de Educación Digital (Ley nº 14.533/2023) y la ley de restricción de dispositivos móviles en las escuelas (Ley nº 15.100/2025) y sus implicaciones, a fin de contribuir con elementos que posibiliten la profundización del debate acerca de la inclusión digital en la educación básica y del papel del Trabajo Social. La metodología adoptada combina revisión bibliográfica e investigación documental, fundamentada en un enfoque dialéctico crítico. El análisis revela que, mientras la primera ley busca promover el desarrollo de competencias digitales, la segunda adopta una postura predominantemente restrictiva, creando una tensión fundamental sobre el papel de la tecnología en el ambiente escolar. Se concluye que es necesario ir más allá de la simple restricción, promoviendo una cultura digital segura y ética, así como una actuación cualificada del Trabajo Social en la

educación con vistas a la construcción colectiva de estrategias para el ejercicio de la ciudadanía digital, especialmente con la llegada del Estatuto Digital de la Infancia y la Adolescencia.

Palabras clave: Tecnologías de la información y de la comunicación; Brecha digital; Inclusión digital; Educación; Trabajo Social.

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada por uma intensa e acelerada digitalização, que permeia todas as esferas da vida social. Nesse contexto de transformação, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) deixaram de ser meras ferramentas para se tornarem elementos intrínsecos à experiência humana. A educação encontra-se no centro desse debate, diante do desafio de integrar as TICs de forma educativa e crítica. Discutir a relação entre tecnologia, educação e políticas públicas no Brasil é, portanto, essencial para compreender os caminhos que estão sendo trilhados na construção de um futuro digital inclusivo e equitativo.

A relevância deste tema reside na crescente inserção de crianças e adolescentes no ciberespaço, uma realidade incontornável que demanda atenção e estratégias assertivas. Dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024, por exemplo, revelam que 93% da população brasileira com idade entre nove e 17 anos é usuária de internet. Além disso, desses usuários, 81% reportaram possuir celular próprio, demonstrando que a vida online é parte indissociável de sua formação e desenvolvimento (Cetic.br, 2024a). Entretanto, essa presença digital massiva não se traduz automaticamente em inclusão digital plena ou em um uso seguro e crítico das tecnologias. O ambiente escolar, que deveria ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento dessas competências, muitas vezes apresenta contradições. Apesar de a maioria das escolas brasileiras possuírem acesso à internet, nem todas disponibilizam esse acesso para as atividades educacionais dos alunos.

Nesse cenário de desafios e oportunidades, observa-se uma tensão nas recentes normativas brasileiras, com projetos em disputa. A Política Nacional de Educação Digital (PNED), instituída pela Lei nº 14.533/2023, busca promover o acesso e o desenvolvimento de competências digitais. Contudo, a Lei nº 15.100/2025 estabelece a restrição do uso de dispositivos móveis pessoais nas escolas. Essas legislações, ao coexistirem, levantam questionamentos fundamentais sobre a direção das políticas públicas no país. Dessa forma, a presente pesquisa busca responder ao seguinte problema: de que forma a coexistência entre as duas legislações revela contradições sobre a inclusão digital no contexto educacional

brasileiro, especialmente frente à atuação do Serviço Social na Educação?

O estudo, portanto, tem como objetivo analisar as contradições reveladas pela coexistência de ambas as leis e suas implicações, a fim de contribuir com elementos que possibilitem o aprofundamento do debate acerca da inclusão digital na educação básica e do papel do Serviço Social. Para tanto, o trabalho está estruturado em três partes. A primeira seção procurou caracterizar os fundamentos teóricos da inclusão digital, explorando as dimensões da brecha digital e suas implicações para a compreensão do papel da tecnologia, especialmente no contexto educacional. A segunda buscou analisar as referidas legislações, identificando suas concepções sobre uso e apropriação de TICs na educação e os documentos que as fundamentam. Por fim, a terceira seção objetivou evidenciar as contradições reveladas pela coexistência delas e suas implicações para a efetivação da inclusão digital e da cidadania digital no sistema educacional brasileiro.

Para responder a este questionamento, o trabalho adota como metodologia a revisão bibliográfica, associada à pesquisa documental, que inclui a análise das legislações em vigor, relatórios e pesquisas sobre o uso de TICs por crianças e adolescentes. A abordagem pauta-se em uma perspectiva dialética crítica, visando lançar luz aos movimentos e contradições que permeiam a relação entre tecnologia e educação na sociedade contemporânea.

2 BRECHA DIGITAL E INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

A sociedade contemporânea testemunha uma profunda transformação impulsionada pelo avanço das tecnologias da informação e comunicação, cujo uso massivo reconfigura as relações sociais, o trabalho, a economia e a cultura. Nesse cenário, o acesso e a capacidade de apropriação dessas tecnologias tornam-se elementos importantes para a participação na sociedade. Contudo, essa digitalização crescente não ocorre de forma equitativa, evidenciando uma *brecha digital* que se manifesta como uma pungente expressão da questão social no século XXI (Yamin; Gaviraghi, 2023). Essa brecha transcende a mera falta de acesso material aos artefatos digitais, alcançando as capacidades cognitivas e as habilidades necessárias para utilizar essas ferramentas de maneira significativa.

A brecha digital, portanto, não pode ser reduzida a uma simples disparidade no acesso a computadores ou à internet. Ela é multifacetada, englobando a falta de equipamentos, a carência de habilidades para utilizá-los adequadamente e a baixa qualidade de conectividade, fatores que, em conjunto, geram desigualdades de oportunidades sociais, informacionais e

laborais (Pérez Rul; Domínguez, 2012). No Brasil, historicamente marcado por uma elevada concentração de renda e profundas desigualdades sociais, a proliferação das TICs desde os anos 1980 encontrou um terreno fértil para aprofundar essas disparidades, deixando uma herança de dificuldades para as gerações que cresceram em meio ao avanço tecnológico, mas sem acesso ou apropriação adequada (Mattos; Chagas, 2008).

Nesse contexto, a inclusão digital emerge como uma estratégia fundamental para a promoção da cidadania. Vai além de apenas proporcionar o acesso à tecnologia; busca garantir que os indivíduos possam utilizar criticamente esses recursos, não apenas como consumidores de informação e geradores de dados, mas como produtores e multiplicadores de conhecimento. A inclusão digital, assim concebida, representa uma política social com o potencial de reduzir as desigualdades estruturais, oferecendo igualdade de oportunidades à informação e o fortalecimento da capacidade de defesa dos próprios direitos (Becker, 2009).

Silveira (2001) afirma que a brecha digital se traduz em miséria na era da informação, e que a inclusão digital deve ser elevada à condição de política pública. Contudo, não basta apenas garantir o acesso; para que a inclusão digital seja verdadeiramente emancipadora, é imperativo que ela seja pautada por uma perspectiva crítica da tecnologia. Feenberg (2002) argumentava que a tecnologia não é neutra; ela incorpora valores e interesses e, como tal, pode ser tanto uma força para a libertação quanto para a dominação. Uma inclusão digital crítica, portanto, implica ir além do uso instrumental das ferramentas, questionando seus propósitos e promovendo sua apropriação de forma a fortalecer a emancipação política. A tecnologia, portanto, não deve ser um fim em si mesma, mas um meio para a transformação social, desafiando o determinismo tecnológico e reafirmando a capacidade humana de construir as ferramentas, e não ser moldada por elas.

Essa perspectiva crítica da tecnologia ganha particular relevância no âmbito educacional, no qual as TICs representam instrumentos potencializadores dos processos de ensino. O professor, nesse panorama, deixa de ser um transmissor de conteúdo para se tornar um provocador, que incentiva a geração de sujeitos críticos (Schuartz; Sarmento, 2020). Essa transformação pedagógica exige que os educadores e toda a equipe escolar compreendam as TICs não como incômodos ou substitutos da atividade docente, mas como recursos que enriquecem as aulas, potencializam as reflexões e colaboram para a construção de novos saberes. O desenvolvimento das tecnologias demanda que seu potencial não seja ignorado, mas assimilado como mecanismos que instigam a produção coletiva do conhecimento.

Pertinente, ainda, diferenciar o *uso* da *apropriação* das TICs. O uso instrumental

refere-se à utilização básica das ferramentas para tarefas específicas, como editar textos ou navegar na internet para comunicação. Já a apropriação implica uma compreensão mais profunda e crítica da tecnologia, aplicando-a de maneira criativa e estratégica para resolver problemas, produzir conhecimento e promover a transformação social. Um uso meramente instrumental, sem a devida apropriação crítica, pode perpetuar desigualdades e limitar o potencial emancipatório das TICs, transformando-as em simples modernizadores de práticas já existentes (Schuartz; Sarmento, 2020). Para efetivar a inclusão digital, é essencial que os indivíduos, especialmente crianças e adolescentes, desenvolvam a capacidade de ir além do manuseio técnico, tornando-se autores e protagonistas no ciberespaço.

Nesse panorama de profundas transformações e desafios, o Serviço Social desempenha um papel indispensável na educação. Neste contexto, o assistente social, destacado como o profissional mais qualificado para lidar diretamente com as manifestações da questão social, tem a responsabilidade de atuar de maneira interdisciplinar, com o objetivo de aprimorar a intervenção de toda a equipe escolar, visando reduzir as desigualdades sociais e garantir os direitos (Amaro, 2017; Yamin; Gaviraghi; Kocourek, 2025).

Assim, é fundamental que o Serviço Social se aproprie da estrutura social onde está inserido, a qual, atualmente, tem se organizado cada vez mais em torno das tecnologias de informação e comunicação, especialmente no ambiente digital. Sua atuação na escola se concretiza na organização de espaços coletivos de discussão, no incentivo à busca de saberes relacionados às tecnologias e sua importância, bem como seus malefícios, quando mal utilizadas. O profissional deve estar apto a elaborar projetos, mapear políticas de inclusão digital e articular a comunidade escolar, fortalecendo vínculos e projetando sua intervenção em consonância com o projeto ético-político da profissão.

3 PNED X LEI DE RESTRIÇÃO DE CELULARES: CONCEPÇÕES DIVERGENTES

O cenário educacional brasileiro é permeado por um conjunto de normativas que buscam regular tanto a tecnologia, quanto o aprendizado. Duas legislações recentes, a Lei nº 14.533/2023 e a Lei nº 15.100/2025, representam abordagens distintas sobre essa relação. A análise de suas motivações, pilares e objetivos é fundamental para compreender as concepções subjacentes que moldam a inclusão digital no país.

A Lei nº 14.533/2023 institui a PNED. Esta legislação surge em um “contexto de crescente digitalização da sociedade, em que as tecnologias digitais têm um papel cada vez

mais importante na vida das pessoas” (Duarte, 2024, p. 88), e que a necessidade de integração das TICs à educação se tornou incontornável, especialmente diante da pandemia de Covid-19, período em que foi necessária a construção de estratégias emergenciais para manter diversas atividades essenciais, como o ensino formal.

O objetivo geral da PNED não é apenas garantir que a população brasileira tenha acesso aos recursos e ferramentas digitais, mas também cultivar boas práticas no ambiente digital. Para tanto, a lei estabelece diretrizes e ações para a promoção da inclusão digital e do uso da tecnologia na educação, com foco em quatro pilares principais: inclusão digital, educação digital nas escolas, capacitação para o mercado de trabalho, e estímulo à inovação, pesquisa e desenvolvimento (Brasil, 2023, art. 1º, § 2º). A lei eleva o acesso à educação digital à categoria de direito, visando a construção de estratégias para que os processos de ensino-aprendizagem sejam alavancados, pensando nas tecnologias da informação e comunicação.

A PNED também promoveu alterações significativas em outras legislações. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi modificada para incluir a educação digital como componente curricular do ensino fundamental e médio, com foco no letramento digital, computação, programação, robótica e outras competências digitais. Além disso, a LDB passou a garantir a conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico (Brasil, 2023, art. 7º).

Apesar de suas bases robustas e objetivos ambiciosos, a PNED enfrenta desafios significativos em sua concretização. A lei, por seu caráter principiológico, estabelece diretrizes e fundamentos, mas ainda não há um plano de ação concreto e delimitado que traduza esses princípios em ações efetivas no cotidiano escolar. Dados da pesquisa TIC Educação 2024, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), revelam que, embora 96% das escolas brasileiras possuam acesso à internet, apenas 62% possuem computador disponível com internet para uso dos alunos em atividades educacionais. Dessas, apenas 30% permitem o uso por parte dos alunos em horários que não possuem aula (Cetic.br, 2024b).

Esses números indicam que a mera existência da infraestrutura ou da legislação não se traduz automaticamente em inclusão digital, reforçando a ideia de que a PNED, embora sancionada, ainda não foi plenamente implementada em termos práticos¹. A complexidade do

¹ Cumpre referir que, anteriormente à PNED, diversas legislações e programas foram implementados na tentativa de adequar a educação às novas tecnologias da informação e comunicação, inclusive prevendo a inclusão digital.

cenário brasileiro, marcada pela falta de infraestrutura tecnológica adequada em muitas escolas e pela necessidade de formação contínua dos profissionais da educação, evidenciam que, apesar de sua importância, a PNED permanece como um projeto a ser efetivado.

Em contraste com a abordagem da PNED, a Lei nº 15.100/2025 institui a proibição do “uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou intervalos entre as aulas, para todas as etapas da educação básica” (Brasil, 2025a, art. 2º). Esta legislação emerge de um cenário de crescentes preocupações globais e nacionais com os impactos do uso excessivo de aparelhos eletrônicos por crianças e adolescentes.

Os motivos e justificativas para a criação desta lei estão profundamente ancorados em pesquisas das áreas médica e psicológica, que alertam para os malefícios do tempo de tela prolongado. A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) tem mantido atualizadas as publicações sobre a temática, a fim de alertar sobre os riscos e recomendar ações necessárias para a mitigação dos problemas voltados para o uso excessivo de telas por crianças e adolescentes. Segundo a última publicação da entidade sobre o tema, as pesquisas científicas indicam que, embora o uso das tecnologias tenha seus benefícios, como a aceleração no acesso à informação e à comunicação, os prejuízos à saúde associados ao uso precoce, excessivo e prolongado dessas tecnologias são cada vez mais evidentes. O texto alerta que esses impactos não se limitam aos riscos de conteúdo inadequado ou problemas de privacidade, mas afetam aspectos fundamentais do desenvolvimento, como a convivência familiar, o aprendizado e o desempenho escolar, que podem deixar marcas duradouras, influenciando negativamente o comportamento e os estilos de vida dos jovens, com reflexos até a vida adulta (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2024, p. 6). Dessa forma, a regulamentação do uso das tecnologias na infância e adolescência torna-se uma medida fundamental para prevenir esses danos a longo prazo.

As exceções previstas na lei incluem o uso para fins pedagógicos com autorização expressa do professor, casos de emergência ou necessidade de comunicação com responsáveis, e para garantir a acessibilidade, inclusão e condições de saúde dos estudantes (Brasil, 2025a, art. 3º). Contudo, a tônica geral da legislação é a restrição. Ainda, a responsabilidade pela regulamentação dos procedimentos de guarda dos dispositivos e das sanções disciplinares é atribuída às instituições de ensino, o que levanta questões sobre a

Entre eles, destaca-se: o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), instituído através da Portaria MEC nº 522/1997; o Programa Banda Larga nas Escolas, instituído pelo Decreto nº 6.424/2008; o Programa Um Computador por Aluno (Prouca), instituído pela Lei nº 12.715/2012; o Programa Educação Conectada, instituído pela Lei nº 14.172/2021; entre outros.

exequibilidade e os recursos necessários para sua implementação no cotidiano escolar.

A lei busca, portanto, reduzir as distrações em sala de aula, melhorar o foco no processo de ensino-aprendizagem, fomentar a interação social direta e contribuir para um ambiente escolar mais seguro e propício ao aprendizado. No entanto, o texto se restringe à educação, e cumpre referir que tais riscos também devem ser evitados fora dos muros escolares, demandando uma atuação integrada entre as políticas públicas para tal efetivação.

4 CONTRADIÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A INCLUSÃO DIGITAL

A análise das leis em questão lança luz a uma profunda contradição no arcabouço normativo brasileiro referente à tecnologia na educação. Essas legislações, embora busquem o desenvolvimento e a proteção de crianças e adolescentes, operam sob concepções distintas sobre o papel das TICs e sua integração no processo educacional. A PNED, por um lado, promove o fomento e o desenvolvimento de competências digitais, enquanto a lei de restrição, por outro, adota uma postura de contenção e controle.

Essa contradição reside na forma como cada lei concebe a tecnologia: como um vetor de oportunidades a ser cultivado e integrado, ou como um elemento de risco a ser gerenciado e, primariamente, afastado. Embora a Lei nº 15.100/2025 seja motivada por preocupações válidas e amplamente reconhecidas com a saúde e o bem-estar de crianças e adolescentes, como a redução de distrações e a prevenção ao *cyberbullying*, sua abordagem se inclina predominantemente para a remoção do dispositivo. Tal postura transforma a escola em um local onde a tecnologia é, por regra, uma fonte de problemas, e não de possibilidades.

Pertinente afirmar que a “simples proibição não aborda a complexidade da questão, sendo imperativo considerar a intencionalidade pedagógica no uso dessas ferramentas” (Santos, 2025, p. 8). Ao adotar uma perspectiva de proibição, a lei de restrição de uso de celulares pode conduzir à percepção da escola como um espaço punitivo, em vez de um ambiente inclusivo e de aprendizado mediado por ferramentas contemporâneas.

Fato também que a interação social e presencial é um componente essencial no desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente no âmbito escolar, e o uso indiscriminado de celulares tem se mostrado prejudicial nesse aspecto (Santos, 2025). No entanto, a simples restrição não garante que isso não ocorra fora da instituição escolar, fazendo-se necessário que a escola assuma uma postura de conscientização sobre o uso crítico e saudável das tecnologias da informação e comunicação, bem como orientar a comunidade

escolar (alunos, familiares e professores) sobre quais plataformas são apropriadas e de que maneira podem ser utilizadas de forma segura e educativa. De todo modo, a legislação, de forma tímida, prevê a criação de estratégias para lidar com essa temática dentro das escolas (Brasil, 2025a, art. 4º), o que reforça a importância da atuação do assistente social, especialmente quanto às ações socioeducativas e de integração família x escola (Yamin; Gaviraghi; Kocourek, 2025).

A lei, ao mesmo tempo em que prevê exceções para o uso de dispositivos móveis para "garantir os direitos fundamentais" (Brasil, 2025a, art. 3º, inc. IV), o que poderia abranger a própria educação digital, estabelece a proibição geral. Mais ainda, a normativa dispõe sobre a criação de espaços de acolhimento para o sofrimento psíquico e mental decorrente do uso imoderado de telas e da nomofobia² (Brasil, 2025a, art. 4º, § 2º). Essa medida, embora justificada, traz mais um dilema: a escola é incumbida de lidar com as consequências negativas da relação dos estudantes com a tecnologia, como a nomofobia, mas, ao proibir drasticamente o uso dos dispositivos, a própria lei limita a oportunidade de uma mediação pedagógica ativa e preventiva que ensine o uso consciente e a autonomia com a presença e o manejo regulado dos aparelhos no ambiente escolar.

Essa tensão entre proteção e fomento tecnológico ganha uma nova dimensão com o advento da Lei nº 15.211/2025, conhecida como ECA Digital. A legislação surge como um marco legal fundamental para a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, pois visa estender os direitos e deveres do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para o ciberespaço, buscando assegurar a dignidade, integridade e proteção integral de crianças e adolescentes frente aos desafios e riscos do mundo online (Brasil, 2025b, art. 4º). O ECA Digital estabelece diretrizes para a responsabilização de plataformas, a promoção da educação para o uso seguro da internet e a prevenção de diversas formas de violência digital.

A interconexão do ECA Digital com a PNED é evidente ao reforçar a necessidade de uma educação digital que capacite crianças e adolescentes a navegar com segurança e criticidade no ambiente online. Ambas as legislações trazem à tona a necessidade de a sociedade não apenas ensinar sobre o uso das TICs, mas também prepará-los para identificar e reagir a riscos, exercer seus direitos e compreender suas responsabilidades no mundo virtual.

Por outro lado, a relação entre o ECA Digital e a Lei nº 15.100/2025 apresenta

² A nomofobia, em inglês *nomophobia*, junção de "*no mobile phone*" e *phobia*, é considerada um transtorno da sociedade da informação e do advento das tecnologias. "Refere-se ao desconforto, ansiedade, nervosismo ou angústia causados por estar fora de contato com um telefone celular ou computador. De modo geral, é o medo patológico de ficar desconectado da tecnologia." (Bragazzi; Del Puente, 2014, p. 156, tradução nossa).

camadas adicionais de análise. A lei de restrição de celulares pode ser vista, em um primeiro momento, como um esforço para concretizar os princípios de proteção do ECA Digital, removendo um vetor de risco imediato do ambiente escolar. Contudo, o ECA Digital, ao mesmo tempo em que prevê a proteção, não ignora a presença e o papel da tecnologia na vida de crianças e adolescentes, mas sim exige uma abordagem educativa (Brasil, 2025b, art. 4º, inc. VIII).

Nesse cenário, o papel do assistente social na educação é fundamental. Tais profissionais atuam na linha de frente para mediar as complexas realidades de crianças e adolescentes no ambiente escolar. Sua atuação, embasada na defesa intransigente dos direitos e na promoção da cidadania, exige que compreendam as nuances dessas leis para orientar a comunidade escolar. O assistente social inserido na política de educação tem a responsabilidade de promover o debate e a conscientização sobre os direitos da criança, do adolescente e do jovem, em conexão com o ECA e o ECA Digital, realizando atividades socioeducativas sobre os direitos e deveres no ciberespaço e as formas de proteção online, bem como orientações aos pais e responsáveis de como exercer a supervisão parental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar as contradições reveladas pela coexistência entre a Política Nacional de Educação Digital e a lei de restrição de dispositivos móveis nas escolas e suas implicações para a inclusão digital crítica no contexto educacional brasileiro. A investigação apresentou que essas legislações, embora busquem o bem-estar de crianças e adolescentes, operam sob concepções distintas sobre o papel das TICs na educação, gerando tensões que merecem atenção.

Diante das análises realizadas, é importante reconhecer que a lei de restrição de dispositivos móveis nas escolas possui fundamentos válidos e necessários. As preocupações com o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, a redução de distrações em sala de aula e a promoção da interação social presencial são legítimas e merecem atenção. Contudo, é fundamental compreender que a simples restrição não é suficiente para enfrentar os desafios da era digital. É necessário ir além da proibição e promover intervenções que fomentem uma cultura digital segura, positiva e ética. A escola não pode ignorar os movimentos da sociedade da informação nem se posicionar como um espaço alheio à realidade digital que permeia a vida de crianças e adolescentes. Ao contrário, deve assumir o

papel de mediadora, capacitando os estudantes para navegar criticamente no ciberespaço e exercer sua cidadania digital de forma responsável e segura.

Nesse processo, o assistente social desempenha um papel fundamental. Como profissional qualificado para lidar com as manifestações da questão social, o assistente social na educação tem a responsabilidade de promover o debate sobre direitos e deveres no ambiente digital, desenvolver estratégias socioeducativas que capacitem a comunidade escolar e mediar as contradições emergentes das políticas digitais. Sua atuação é essencial para articular as diferentes dimensões da inclusão digital, desde a garantia de acesso até a promoção da apropriação crítica das tecnologias, em uma perspectiva interdisciplinar.

A coexistência das legislações analisadas não deve ser vista apenas como uma contradição problemática, mas também como uma oportunidade de construir uma abordagem mais equilibrada e abrangente para a relação entre tecnologia e educação. É possível conciliar a proteção necessária com o fomento ao desenvolvimento de competências digitais, desde que haja uma visão estratégica e integrada das políticas públicas.

Este estudo representa uma chamada ao debate sobre as políticas digitais na educação brasileira. As contradições identificadas não são meramente acadêmicas, mas têm implicações práticas diretas para milhões de estudantes, professores e famílias em todo o país. É fundamental que pesquisadores, gestores públicos, profissionais da educação e de demais políticas se engajem nessa discussão, buscando caminhos que promovam uma inclusão digital verdadeiramente crítica e emancipatória.

Por fim, reconhece-se que futuras pesquisas serão necessárias para avaliar a implementação prática de ambas as legislações e seus impactos reais no cotidiano escolar. Estudos que acompanhem a aplicação dessas políticas, analisem suas consequências para o processo de ensino-aprendizagem e identifiquem estratégias exitosas de conciliação entre proteção e fomento digital serão fundamentais para o aprimoramento das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. *Serviço social em escolas: fundamentos, processos e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BECKER, Maria Lúcia. *Inclusão digital e cidadania: as possibilidades e as ilusões da “solução” tecnológica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009.

BRAGAZZI, Nicola Luigi; DEL PUENTE, Giovanni. A proposal for including nomophobia

in the new DSM-V. *Psychology Research and Behavior Management*, v. 7, p. 155-160, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.2147/PRBM.S41386>. Acesso em: 28 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. *Institui a Política Nacional de Educação Digital [...]*. Brasília: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114533.htm. Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. *Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica*. Brasília: Diário Oficial da União, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/115100.htm. Acesso em: 8 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025. *Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente)*. Brasília: Diário Oficial da União, 2025b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm. Acesso em: 8 out. 2025.

CETIC.BR. *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2024*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024a. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512154312/tic_kids_online_2024_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

CETIC.BR. *TIC Educação - 2024*. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/pesquisa/educacao/indicadores/>. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2024b. Acesso em: 8 out. 2025.

DUARTE, Marcela. Política Nacional de Educação Digital: propostas, desafios e estratégias para a promoção da inclusão digital e do uso da tecnologia na educação. *Direito & TI*, Porto Alegre, v. 2, n. 18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.63451/ti.v2i18.203>. Acesso em: 8 out. 2025.

FEENBERG, Andrew. *Transforming technology: a critical theory revisited*. Nova Iorque: Oxford, 2002.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para a inclusão digital no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, n. 1, p. 67-94, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362008000100006>. Acesso em: 7 out. 2025.

PÉREZ RUL, María Natalia; DOMÍNGUEZ, David Alfredo. La deserción estudiantil de la educación virtual como consecuencia de la brecha digital. In: MONTES, José Antonio Jerónimo (org.). *Aprendizaje y mediación pedagógica con tecnologías digitales*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

SCHUARTZ, Antonio Sandro; SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino. *Katálisis*, Florianópolis, v. 23, n.

3, p. 429-438, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p429>. Acesso em: 7 out. 2025.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital. *Manual de orientação: #MenosTelas #Mais Saúde - Atualização 2024*. Rio de Janeiro: SBP, 2024. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/24604c-MO_MenosTelas_MaisSaude-Atualizacao.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

YAMIN, Estêvão; GAVIRAGHI, Fabio Jardel. KOCOUREK, Sheila. Para além do acesso: assistentes sociais na educação básica e inclusão digital. *Diálogos Possíveis*, v. 24, n. 1, p. 144-162, 2025. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/1631>. Acesso em: 9 out. 2025.

YAMIN, Estêvão; GAVIRAGHI, Fabio Jardel. Questão social, brecha digital e tecnologia: expressões de desigualdade na sociedade da informação. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 146, n. 3, p. e6628318, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.318>. Acesso em: 7 out. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

ENTRE VIVÊNCIAS E APRENDIZAGENS: O ENSINAR COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

BETWEEN EXPERIENCES AND LEARNING: TEACHING AS A PRACTICE OF FREEDOM

Maria Luiza Lopes da Conceição¹

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão sobre estratégias pedagógicas que favorecem práticas de ensino potentes, afetivas e significativas, construídas a partir da experiência da autora em diferentes contextos formativos — a Residência Multiprofissional em Saúde Mental, a Residência Médica em Psiquiatria e o estágio docente no curso de Serviço Social. Utilizando o relato de experiência como recurso metodológico, o estudo sistematiza vivências ocorridas entre julho e setembro de 2025, destacando situações em que o diálogo, a escuta e a afetividade se mostraram centrais no processo educativo. A análise articula essas experiências à literatura sobre pedagogia engajada e afetiva, com base em bell hooks, Paulo Freire e David Ausubel, evidenciando que a aprendizagem significativa se consolida quando há valorização dos sujeitos e integração entre teoria e prática. Assim, o artigo propõe uma reflexão crítica sobre o papel da docência como prática emancipatória, implicada e transformadora

Palavras-chave: Docência, Pedagogia Engajada, Pedagogia crítica.

Abstract: The article presents a reflection on pedagogical strategies that foster powerful, affective, and meaningful teaching practices, built from the author's experience in different educational contexts — the Multiprofessional Residency in Mental Health, the Medical Residency in Psychiatry, and the teaching internship in the Social Work program. Using the experience report as a methodological resource, the study systematizes experiences that took place between July and September 2025, highlighting situations in which dialogue, listening, and affectivity proved to be central to the educational process. The analysis connects these experiences to the literature on engaged and affective pedagogy, drawing on bell hooks, Paulo Freire, and David Ausubel, demonstrating that meaningful learning is consolidated when the value of the subjects and the integration between theory and practice are prioritized. Thus, the article proposes a critical reflection on the role of teaching as an emancipatory, committed, and transformative practice.

Keywords: Teaching, Engaged Pedagogy, Critical Pedagogy.

¹ Assistente social, mestre e doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES. Tutora dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Residência Médica em Psiquiatria – ICEPI Espírito Santo.

1 INTRODUÇÃO

A pedagogia engajada assume um papel central no processo educativo ao romper com práticas tradicionais marcadas pelo silêncio, pela desumanização e pela reprodução de relações autoritárias. Inspirada pelas contribuições de Paulo Freire e bell hooks, essa abordagem educacional destaca a importância da interação dialógica entre docentes e discentes, reconhecendo-os como sujeitos históricos e agentes ativos na construção do conhecimento (hooks, 2020; Freire, 2020).

O presente artigo nasce das inquietações da autora, construídas a partir de vivências no campo acadêmico enquanto sujeito inserido em diferentes processos formativos, especialmente durante o doutorado, e de experiências profissionais no campo docente, atuando na Residência Multiprofissional em Saúde Mental, na Residência Médica em Psiquiatria, na tutoria em Ciências Sociais e no estágio docente no curso de Serviço Social. Esses contextos têm suscitado reflexões sobre o processo pedagógico e sobre as relações de ensino e aprendizagem, destacando tensões, desafios e potências que atravessam o cotidiano da formação profissional em saúde e em ciências sociais.

A questão central que orienta este estudo é: quais estratégias contribuem para uma prática pedagógica potente, afetiva e significativa, que reconheça e valorize os sujeitos envolvidos no processo educativo?

O recurso metodológico adotado neste estudo é o relato de experiência (Mussi, Flores, Almeida, 2021), elaborado a partir das vivências da autora no trimestre de julho a setembro de 2025, em diferentes espaços de ensino e aprendizagem: a Residência Multiprofissional em Saúde Mental, a Residência Médica em Psiquiatria e o estágio docente no curso de Serviço Social. Trata-se, portanto, de uma construção que emerge da prática pedagógica e busca sistematizar reflexões produzidas no cotidiano formativo.

O relato de experiência foi construído a partir do registro sistemático de situações pedagógicas vivenciadas ao longo do período, especialmente aquelas que suscitaram reflexões sobre o processo de ensinar e aprender. Foram considerados, como critérios de seleção, momentos em que o diálogo, a escuta e a afetividade se apresentaram como elementos centrais das práticas educativas, bem como situações que desafiaram concepções tradicionais de ensino centradas na transmissão de conteúdos.

A análise dessas vivências foi articulada à revisão de literatura sobre pedagogia

engajada e afetiva, com base em *bell hooks* (2017), Paulo Freire (1996) e David Ausubel (2003). Essa interlocução entre a prática e a teoria possibilitou identificar estratégias pedagógicas que favorecem o aprendizado significativo, a autonomia dos sujeitos e a construção de um ambiente

Dessa forma, o relato de experiência, assume uma redação inspirada em *bell hooks* (hooks, 2020), onde mais do que uma descrição de fatos, constitui-se como um processo reflexivo e interpretativo, no qual a autora assume uma posição implicada.

2 A RECONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB A LÓGICA NEOLIBERAL

De acordo com diversos autores que analisam a acumulação capitalista, como Netto (2012) e Mandel (1979), a fase madura do capitalismo se caracteriza pela busca incessante de aumento da composição orgânica do capital, da produtividade e da apropriação da mais-valia relativa, utilizando como principal estratégia a inovação tecnológica. Essa inovação funciona como um instrumento crucial para intensificar o trabalho e possibilitar maior produção em menor tempo, promovendo a centralização e concentração do capital.

O impulso expansivo do capital se manifesta na sua tendência de se alastrar em todas as esferas da vida social, mercantilizando todos os campos e setores. Junto à dominação material, ocorre a disseminação das concepções ideológicas da classe dominante, processo que Koike (2003, p. 114) denomina produção de hegemonia, na qual a expansão das mercadorias e das relações mercantis contribui para ampliar e consolidar o poder da classe burguesa. Esse processo exige não só o domínio econômico, mas também o consentimento social para se tornar hegemônico.

Marx e Engels já haviam apontado essa lógica expansionista do capital no Manifesto Comunista. Análises contemporâneas, como as de Koike (2003), demonstram que a globalização, frequentemente celebrada como solução para problemas sociais no discurso neoliberal, na verdade aprofunda antagonismos entre o capitalismo e as necessidades sociais, agravando a crise dos direitos sociais, inclusive na educação. O capital transnacional articula-se com o Estado, o trabalho e as práticas sociais para ocultar essas contradições e promover uma nova forma de hegemonia.

A crise iniciada em 1973 teve impactos culturais, políticos e éticos, configurando uma transformação do modo de vida e das relações sociais. Num esforço para superar as limitações

impostas pela queda da taxa de lucro, o capital aposta na inovação tecnológica, que reestrutura tanto a base material da produção quanto a utilização da força de trabalho. Contudo, Koike (2003) destaca que apenas a reestruturação produtiva não é suficiente para instaurar um novo padrão social e econômico. Para isso, é necessária também uma transformação ideológica e cultural, na qual se produza "um novo homem para um novo tipo de sociedade" (Gramsci).

No contexto do capitalismo tardio, a universidade passa por mudanças significativas, assumindo o papel de formar mão de obra qualificada para atender às exigências do capital. Conforme Mandel (1979), enquanto nas fases anteriores a educação superior destinava-se sobretudo aos filhos da classe dirigente, na atual fase a universidade se massifica com a entrada da classe trabalhadora e integra o trabalho intelectual ao processo produtivo em larga escala. Essa transformação intensifica o processo de proletarianização do trabalho intelectual, marcado pela fragmentação e alienação, como também destacado por Cislighi (2011).

A formação universitária, nesse cenário, deixa de ser apenas um espaço de transmissão cultural e passa a ser uma engrenagem fundamental para adequar a força de trabalho às necessidades produtivas e sociais do capital, promovendo a especialização e a circulação de trabalhadores qualificados para sustentar a dinâmica do sistema.

3 A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA ENGAJADA E O PAPEL TRANSFORMADOR DO DOCENTE NA FORMAÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDANTES

Quando escuto estudantes falando sobre a miríade de maneiras pelas quais se sentem diminuídos por professores que se recusam a reconhecer sua presença ou a lhes dispensar o básico da gentileza em sala de aula, fico impressionada com nosso poder, como professores, de ajudar ou machucar nossos estudantes, de fortalecer seu espírito ou quebrá-lo (HOOKS, 2020, p. 105)

A pedagogia engajada assume um papel central no processo educativo ao romper com práticas tradicionais marcadas pelo silêncio, pela desumanização e pela reprodução de relações autoritárias. Inspirada pelas contribuições de Paulo Freire e bell hooks, essa abordagem educacional destaca a importância da interação dialógica entre docentes e discentes, reconhecendo-os como sujeitos históricos e agentes ativos na construção do conhecimento.

Freire (2020) enfatiza que educar é um ato de comunhão entre seres humanos, onde

educandos e educadores aprendem e ensinam reciprocamente, mediando-se pelo mundo que os cerca. O papel do docente, portanto, vai além da simples transmissão de conteúdos; é também responsável por organizar o ensino e mobilizar os estudantes em um processo coletivo que visa sua libertação e conscientização histórica. Essa postura pedagógica busca evitar que o ambiente escolar reforce ciclos de desumanização e práticas autoritárias, fenômenos ainda muito presentes nas instituições.

Bell hooks (2020) complementa essa perspectiva ao alertar para a necessidade de seduzir estudantes que chegam à academia desiludidos devido às suas experiências negativas com a relação estudante-professor. Para hooks, um ensino engajado implica em reconhecer a presença do outro com respeito e gentileza, construindo uma sala de aula onde a dinâmica não é unilateral, mas coletiva. Sob essa ótica, a pedagogia engajada implica corresponsabilidade: o docente tem poder e responsabilidade, mas deve também conceder voz aos estudantes, tornando-os protagonistas do processo educativo.

Essa prática colaborativa cria um espaço democrático e amoroso, no qual o sonho e a realidade coexistem, e onde o aprender acontece dentro de uma cultura crítica que desafia o status quo (Freire, 2020). Combater o silêncio imposto pela escola tradicional permite que estudantes de grupos historicamente silenciados possam se reconhecer como sujeitos pensantes e críticos, capazes de transformar sua realidade.

Assim, a pedagogia engajada e o papel ativo do docente são essenciais para a formação de sujeitos sensíveis, críticos e comprometidos com a transformação social, fortalecendo não apenas seu desempenho acadêmico, mas sua capacidade de agir eticamente no mundo.

4 A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA:

Durante uma aula sobre comunicação terapêutica, compartilhei uma experiência pessoal que havia vivido em um hospital psiquiátrico. A narrativa gerou um diálogo coletivo, no qual os residentes expressaram percepções sobre os desafios cotidianos do cuidado e do tempo disponível para o atendimento.

Compartilhei com os residentes um momento anterior de minha trajetória, acompanhei uma pessoa em atendimento em um equipamento de cuidado em saúde mental. Durante a consulta, essa pessoa expressou um profundo sofrimento, dizendo desejar morrer. O profissional que a atendia respondeu imediatamente com uma pergunta técnica sobre alergias

medicamentosas, deslocada do contexto emocional daquele momento. Essa experiência me marcou pela rigidez da condução, ao evidenciar como a ausência de uma escuta empática e de comunicação terapêutica pode fragilizar o cuidado em saúde mental.

Ao compartilhar essa história, busquei provocar nos residentes uma reflexão sobre como a falta de escuta sensível e de priorização das necessidades emocionais pode comprometer o cuidado em saúde mental. A partir dessa narrativa, o diálogo se abriu: um residente manifestou empatia pela situação e destacou os desafios diante do tempo limitado para atender; outro residente relatou sentir falta de “respiro” entre um paciente e outro, o que pode gerar ao profissional, esse distanciamento e mecanicismo no cuidado. A partir dessas falas, foi possível retomar o conteúdo teórico sobre estratégias de comunicação terapêutica, evidenciando que, mesmo em contextos de tempo reduzido, é possível construir gestos de presença, escuta e acolhimento.

Mas o que nos importa evidenciar aqui, é como esse momento de troca ilustra o que *bell hooks* (2020) identifica como o exercício da pedagogia engajada: a contação compartilhada de histórias como ferramenta de produção do pensamento crítico. Para a autora, narrar experiências pessoais, tanto do professor quanto dos estudantes, valoriza a vida e a subjetividade de quem ensina e aprende, rompendo com a lógica acadêmica que privilegia uma objetividade distanciada e emocionalmente neutra.

Ao envolver sentimentos e memórias, a contação de histórias aproxima as pessoas e desperta a paixão pelo conhecimento, criando um ambiente de aprendizagem no qual corpo, emoção e razão se integram. Como afirma hooks (2020, p. 92), *“uma das formas de nos tornarmos uma comunidade de aprendizagem é compartilhar e receber as histórias uns dos outros; é um ritual de comunhão que abre nossas mentes e nossos corações”*.

Assim, contar e ouvir histórias tornou-se, naquele encontro, um ato pedagógico e político, pois permitiu que cada participante se reconhecesse na experiência do outro e repensasse suas próprias práticas no campo da saúde mental. A sala de aula transformou-se, ainda que momentaneamente, em uma comunidade de aprendizagem, onde o diálogo, a empatia e a escuta ativa se constituíram como caminhos de humanização e transformação mútua.

Naquele momento, a utilização da pedagogia engajada permite repensar não só a comunicação terapêutica, tema central do encontro, mas ampliar o debate para outros aspectos, como a precarização da saúde, exemplificada na falta de tempo para a escuta impostas aos profissionais, que se expressa na negligência de tecnologias leves e na

desumanizando relações sociais. Uma aula tradicional expositiva dificilmente alcançaria essas dimensões, podendo trazer a partir das histórias dos estudantes/residentes, reflexões do campo prático que ampliem na direção de uma sociedade mais igualitária. Para Marinho, é nesse sentido que a pedagogia engajada “se impõe fundamental no enfrentamento à pauperização humana imposta pelo capitalismo neoliberal e daí a importância de tomarmos conhecimento dele e, talvez, nos permitirmos sentir algum um perfume de esperança.”

5 A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Em outro momento, durante o estágio docente no curso de Serviço Social, acompanhei a disciplina *Questão Racial e Serviço Social*. A professora regente iniciou uma discussão, a partir de Lélia Gonzalez, sobre o racismo e o sexismo na sociedade brasileira.

Um dos estudantes compartilhou suas percepções iniciais sobre o tema, relatando uma experiência vivida em sua religião de matriz africana. Ele contou que, em determinadas incorporações, é comum que Erês, entidades espirituais infantis, se identifiquem como crianças brancas cuidadas por mulheres negras. Em um desses relatos espirituais, a criança dizia ter morrido ainda jovem e a mulher negra havia sido responsabilizada por sua morte.

Essa fala, ancorada em uma experiência prévia, evidencia como as marcas históricas do cuidado, atribuído às *bás*, mulheres negras escravizadas que cuidavam de crianças brancas, permanecem presentes na memória coletiva e simbólica. Ao relacionar essa vivência com os conteúdos teóricos discutidos em sala, o estudante demonstrou um processo de aprendizagem significativa, conforme proposto por Ausubel (1968), no qual novos conhecimentos se constroem de modo integrado e não arbitrário, a partir de saberes e experiências já existentes.

A teoria da aprendizagem significativa, proposta por David Ausubel (1968), destaca que o aprendizado ocorre de forma mais profunda quando o novo conhecimento se relaciona de maneira substancial com os saberes prévios do estudante. Diferente da aprendizagem mecânica, que se baseia apenas na memorização, a aprendizagem significativa implica em atribuir sentido ao conteúdo, conectando-o às experiências, valores e percepções que o sujeito já possui. Assim, o processo educativo torna-se um espaço de diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento vivido, favorecendo a construção crítica e reflexiva do saber.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a educação, na sociedade capitalista, assumir uma orientação predominantemente mercadológica, é por meio dela que, dialeticamente, também se abrem caminhos para a transformação. Bell hooks e Paulo Freire nos oferecem importantes ferramentas para a construção de uma pedagogia engajada, crítica e potencialmente emancipadora. As experiências narradas ilustram, a partir das vivências concretas, as possibilidades de incorporação desses referenciais na prática docente.

Reconhecer a educação como espaço de disputa e resistência implica compreender o papel do educador como sujeito histórico, capaz de tensionar as estruturas que limitam o acesso ao conhecimento e à emancipação (hooks, 2020; Freire, 2020). Assim, o compromisso ético-político com uma pedagogia libertadora exige a criação de práticas que promovam o diálogo, a escuta e a valorização das experiências dos educandos (hooks, 2020; Freire, 2020). Somente desse modo é possível transformar o ato de ensinar em um ato também de liberdade, no qual aprender e ensinar se tornam dimensões indissociáveis de um mesmo processo de humanização.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. ,n.106, p. - , apr./jun. 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro/SãoPaulo: Paz e Terra, 2020;

HOOKS, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Editora Elefante, 2020;

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MANDEL, Ernest. *Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes*. Lisboa: Antídoto, 1979.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em:< <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028/2717> >. Acesso em: 21 de outubro de 2025



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

ENVELHECIMENTO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

ENVEJECIMIENTO Y MERCADO LABORAL EN BRASIL

Fernanda Tavares Goulart
Gabriel Silva

Resumo: A pesquisa realizada teve como objetivo geral analisar os desafios enfrentados por pessoas idosas no mercado de trabalho no Brasil. Buscou-se compreender as barreiras que dificultam a permanência e a reinserção desse grupo etário no ambiente profissional, considerando aspectos como preconceito etário, discriminação, etc. Além disso, foram investigadas as políticas públicas, legislações e iniciativas de inclusão voltadas para esse público. A método adotado foi o método dialético crítico, envolvendo uma abordagem qualitativa, com levantamentos bibliográficos em artigos científicos. Os resultados encontrados contribuem para a reflexão sobre a necessidade de um mercado de trabalho mais inclusivo, que valorize a experiência e o potencial produtivo das pessoas idosas, promovendo a sua autonomia, dignidade e qualidade de vida.

Palavras-chave: Envelhecimento, Mercado de Trabalho, Políticas Públicas

Resumen: Esta investigación analizó los desafíos que enfrentan las personas mayores en el mercado laboral brasileño. El estudio buscó comprender las barreras que dificultan la retención y reintegración de este grupo etario al ámbito profesional, considerando factores como el edadismo, la discriminación y otros. Asimismo, se investigaron las políticas públicas, la legislación y las iniciativas de inclusión dirigidas a esta población. La metodología adoptada fue el método crítico dialéctico, con un enfoque cualitativo y revisiones bibliográficas de artículos científicos. Los resultados contribuyen a la reflexión sobre la necesidad de un mercado laboral más inclusivo que valore la experiencia y el potencial productivo de las personas mayores, promoviendo su autonomía, dignidad y calidad de vida.

Palabras clave: Envejecimiento, Mercado Laboral, Políticas Públicas

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade crescente no Brasil e no mundo, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2024) mostram que a proporção de pessoas idosas na população brasileira quase duplicou entre 2000 e 2023, passando de 8,7% para 15,6%. Esse fenômeno tem gerado transformações significativas em

diversas esferas da sociedade, incluindo o mercado de trabalho. No contexto brasileiro, a presença de pessoas idosas, com 60 anos ou mais, economicamente ativas tem se tornado mais comum, seja por necessidade financeira, desejo de manter-se produtivo ou pela busca de pertencimento social.

Contudo, a inserção e permanência dessa população no mercado de trabalho, ainda é marcada por inúmeros desafios. Entre eles, destacam-se a falta de políticas públicas voltadas à inserção de pessoas idosas no mercado de trabalho, a precarização dos vínculos empregatícios, entre outros desafios desenvolvidos a seguir. Esses obstáculos não apenas restringem oportunidades, mas também expressam dimensões estruturais da questão social no país, como as desigualdades no acesso ao trabalho, a exclusão desse público e a fragilidade das redes de proteção social para as pessoas idosas.

Considerando a importância do tema, foi desenvolvido um projeto de pesquisa na disciplina de Pesquisa em Serviço Social II, com o objetivo de desenvolver uma pesquisa para analisar quais os principais desafios que as pessoas idosas enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho no Brasil, com intuito de contribuir com subsídios para formulação de políticas públicas que promovam a inclusão e valorização desse grupo etário. Como objetivos específicos, buscou-se: a) Levantar índices sobre a inserção de pessoas idosas no mercado de trabalho; b) Identificar quais as expressões da questão social presentes no âmbito de inserção e permanência de pessoas idosas no mercado de trabalho; c) Verificar quais são as políticas públicas voltadas para a inserção e valorização de pessoas idosas no mercado de trabalho e d) Identificar em quais espaços as pessoas idosas tem se inserido no mercado de trabalho.

A investigação adotou uma abordagem qualitativa e foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, ancorando-se no método dialético-crítico, o qual, conforme destaca Netto (2011), possibilita a apreensão da realidade enquanto uma totalidade histórica, em constante transformação é marcada por contradições. A escolha do método possibilitou a compreensão do envelhecimento não somente como um fenômeno natural do ser humano, mas sim como um desafio quando se trata de mercado de trabalho, atravessada por diversos marcadores sociais.

Para a coleta de dados, foi realizada análise de artigos científicos publicados nos últimos quinze anos. Os artigos científicos utilizados na pesquisa foram encontrados no Portal Scielo e Google Acadêmico, na área de ciências sociais. Gil (2008), destaque que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos, sendo adequada para a construção de análises críticas

fundamentadas.

O método empregado para a coleta de dados foi a observação indireta, a qual, de acordo com Gil (2008), caracteriza-se pela ausência de contato direto entre o pesquisador e o objeto investigado. Essa observação ocorreu por meio da análise de materiais previamente elaborados, permitindo a compreensão do fenômeno estudado a partir de fontes secundárias, no caso desta pesquisa, os artigos científicos.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, compreendida por Bardin (2011, p. 48) como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens”. Essa metodologia foi organizada em três etapas principais: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados e sua interpretação. Essa estrutura possibilitou uma leitura aprofundada das informações, permitindo identificar o envelhecimento como uma das expressões da questão social no contexto do mercado de trabalho, além de evidenciar outras múltiplas manifestações relacionadas a esse fenômeno.

A amostra foi intencional, na qual Gil (2008) define como uma técnica não probabilística na qual o pesquisador irá selecionar os elementos da amostra com base em critérios específicos relacionados aos objetivos da pesquisa. Segundo o autor, na amostragem intencional os elementos cumprem critérios, são representativos da população.

Por fim, foi realizada uma análise crítica com foco na interpretação aprofundada dos dados, priorizando a compreensão qualitativa do fenômeno em detrimento de abordagens quantitativas. De acordo com Minayo (2001), esse tipo de análise permite captar a complexidade dos significados sociais atribuídos ao objeto de estudo, considerando seu contexto histórico e social.

Essa perspectiva analítica possibilitou compreender como o envelhecimento tem sido refletido na sociedade contemporânea, especialmente no âmbito das relações de trabalho. Além disso, essa abordagem favoreceu a articulação dos dados à luz dos princípios do projeto ético-político do Serviço Social, contribuindo para o debate e o fortalecimento de políticas públicas que promovam inclusão social e maior equidade no mercado de trabalho

2 DESENVOLVIMENTO

As estatísticas mostram que apesar do acelerado processo de envelhecimento

demográfico observado desde a década de 1990, verifica-se uma redução proporcional da presença de pessoas idosas no mercado de trabalho brasileiro. Ainda que a população idosa economicamente ativa apresente uma taxa de crescimento superior à da População Economicamente Ativa (PEA) total, essa expansão não tem se traduzido em um aumento da participação relativa das pessoas idosas nas atividades laborais (Félix, 2016).

Segundo pesquisas realizadas por Félix (2016), dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre os anos de 1992 e 2002, e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) total registrou um crescimento de 24,1%, enquanto a IPEA idosa aumentou 23,2%. No período subsequente, de 2002 a 2012, os percentuais foram de 14,1% e 32,8%, respectivamente.

Esses dados evidenciam que, embora as pessoas idosas estejam prolongando sua permanência no mercado de trabalho, inclusive após a aposentadoria, o ritmo de crescimento da sua participação ainda é inferior ao crescimento global da população idosa, que foi de 40,6% e 51,8% nos mesmos intervalos. Tal descompasso resultou em uma queda de aproximadamente 12% na taxa de atividade das pessoas idosas de ambos os sexos ao longo dessas duas décadas, o que aponta para desafios estruturais e conjunturais relacionados à inserção e manutenção da força de trabalho idosa no contexto socioeconômico brasileiro.

A pesquisa mostrou, que desde 1990, o Estado brasileiro tem reformulado a legislação previdenciária com o objetivo de adiar a idade de aposentadoria, especialmente para trabalhadores/as da iniciativa privada. As principais mudanças ocorreram em 1998, com a criação do fator previdenciário no governo FHC, e em 2003, com a reforma da aposentadoria do setor público no governo Lula. Essas reformas foram motivadas por uma lógica fiscalista, focada no equilíbrio das contas públicas, sem considerar a empregabilidade de trabalhadores/as com 60 anos ou mais. O Estado também não envolveu as empresas nesse processo, deixando de adotar políticas de incentivo à permanência das pessoas idosas no mercado de trabalho ou de preparação para uma aposentadoria mais tardia (Félix, 2016).

Desta forma, duas principais condições caracterizam a inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho brasileiro: i) aposentado/a que permanece em atividade laboral; e ii) trabalhador/a por conta própria, seja autônomo/a ou voltado ao próprio consumo, aposentado/a ou não. No caso dos/as aposentados/as em atividade, as reformas previdenciárias não lograram êxito em postergar significativamente a idade média de aposentadoria. Muitos trabalhadores/as do setor privado optaram por se aposentar precocemente, mesmo com a penalização imposta pelo fator previdenciário, que reduz o valor do benefício (Félix, 2016).

Estudos apontam que, entre 1992 e 2010, a idade média de aposentadoria manteve-se estável, com exceção daqueles/as que se aposentaram por tempo de contribuição, categoria diretamente afetada pelo fator previdenciário. A média de aposentadoria no Brasil, em 2013, era de 54 anos, refletindo tanto a permanência dos indivíduos no mercado de trabalho após a concessão do benefício quanto o peso do custo de oportunidade nessa decisão. Assim, a aposentadoria formal não representa, necessariamente, a retirada efetiva da pessoa idosa da atividade produtiva (Félix, 2016).

Sendo assim, o fato alarmante de que pessoas idosas são devolvidas ao mercado de trabalho em situações trabalhistas precárias torna-se evidente, pois os/as trabalhadores/as mais velhos estão dispostos a atuar em diversas situações de trabalho. Assim, é vantajoso para as empresas contratarem as pessoas idosas, pois há uma baixa garantia de direitos trabalhistas. Ou seja, além de o mercado demandar por mão de obra mais velha e em quantidade abaixo da oferta suscitada pelo envelhecimento populacional, quando ele a absorve, a tendência é fazê-lo em condições de precariedade. Observa-se ainda a negação das empresas em manter os/as trabalhadores/as idosas/as em seus quadros, justificando a redução de produtividade (Félix, 2016).

Desta forma, é possível falar sobre as expressões da questão social presentes quando se trata de envelhecimento e mercado de trabalho. Teixeira (2009), aborda o envelhecimento do/a trabalhador/a como expressão da questão social, pois implica o resgate dos determinantes econômicos, políticos, culturais que engendram essa problemática social, na ordem e no tempo do capital, bem como das lutas sociais que problematizam necessidades não satisfeitas.

O envelhecimento do/a trabalhador/a configura-se como uma problemática social intrínseca à lógica do capital, à medida que a força de trabalho envelhecida perde seu valor de uso para o sistema produtivo. Tal condição acentua a vulnerabilidade social, especialmente entre aqueles que não possuem acesso a meios de produção, rendas oriundas da propriedade ou recursos sociais suficientes para assegurar uma velhice digna.

A ausência de suporte familiar, agravada por fatores como o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho e outras expressões da desigualdade social, impede que as famílias, sobretudo as mais empobrecidas, ofereçam os cuidados necessários à pessoa idosa. Nessa conjuntura, os/as idosos/as são frequentemente expostos à pobreza, à dependência de políticas públicas e de iniciativas privadas, ao abandono e à deterioração das condições de saúde e de vida (Teixeira, 2008).

As condições materiais de produção e reprodução social sob a lógica do capital,

centrada na valorização do capital em detrimento da satisfação das necessidades humano-sociais, produzem e aprofundam desigualdades estruturais, resultando em pobreza, desemprego, exclusão social e desvalorização da vida. Tais desigualdades incidem de forma mais aguda sobre os/as trabalhadores/as pobres, especialmente no processo de envelhecimento, ao qual chegam após trajetórias marcadas por precárias condições de vida e trabalho, com acesso limitado a direitos e submetidos a padrões mínimos de sobrevivência (Teixeira, 2008).

Nesse contexto, os determinantes materiais articulam-se a aspectos subjetivos e culturais, como a centralidade do valor econômico do indivíduo, o que reforça a desvalorização social dos que deixam de ser economicamente produtivos. A perda da capacidade de gerar lucro para o capital implica a exclusão desses sujeitos dos critérios de reconhecimento social, de cidadania e de acesso pleno aos direitos humanos, evidenciando o caráter excludente e seletivo da sociabilidade capitalista (Teixeira, 2008).

No sistema capitalista, a passagem do tempo para o trabalhador, mesmo após a aposentadoria, significa que o seu tempo de vida continua a ser ditado e controlado pelo ritmo e pelas necessidades do tempo de trabalho. Para os idosos de baixa renda no Brasil, a situação é ainda mais grave: o seu tempo livre é, na verdade, absorvido pelas exigências de reprodução social do capital e por mecanismos de controle social que se estendem à velhice. Isso significa que o idoso é forçado a se encaixar em um planejamento externo que dita seus comportamentos, atitudes, sentimentos, modo de pensar e até mesmo as formas como deve se organizar (Teixeira, 2008).

Embora se fale em uma "valorização social dos idosos", essa é, na verdade, uma falsa valorização ou pseudovalorização. A verdadeira razão disso é que o sistema não abandonou a lógica de produzir para aumentar o valor do capital. Pelo contrário, o capitalismo encontrou novas formas de expansão, passando a mercantilizar (transformar em produto ou serviço) e a consumir setores e segmentos da vida, inclusive o envelhecimento, que antes não eram vistos sob essa ótica (Teixeira, 2008).

Gomes e Pamplona (2015) observam que as políticas ativas de emprego (PAEs) implementadas no mercado de trabalho brasileiro, embora sejam relevantes em seu escopo geral, padecem de uma carência de direcionamento específico para a crescente população idosa. Os autores sublinham o consenso na literatura especializada sobre a imprescindibilidade de ações governamentais mais incisivas e segmentadas. Tais políticas ativas deveriam ser meticulosamente elaboradas para contemplar a profissionalização e a

especialização dos trabalhadores mais velhos.

A finalidade central dessas intervenções seria a de garantir a inserção ou a permanência digna desse grupo no mercado formal, através da criação de oportunidades de tarefas regulares e remuneradas. Para tal, o desenho das políticas precisa necessariamente considerar as peculiaridades do processo de envelhecimento, incluindo as necessidades, as competências acumuladas (experiência) e as habilidades ainda presentes ou passíveis de desenvolvimento por parte das pessoas idosas (Gomes; Pamplona 2015).

Em essência, a crítica reside no fato de que o Brasil ainda opera com um modelo de PAEs que não reflete as demandas da transição demográfica, marginalizando o idoso no planejamento estratégico da força de trabalho.^b Segundo Gomes e Pamplona (2015), às políticas ativas sobre o mercado de trabalho no Brasil merecem destaque, porém não fazem referências específicas a pessoas idosas. Os autores destacam que diversos estudos descrevem a necessidade de políticas públicas ativas voltadas para a profissionalização e a especialização das pessoas idosas, prevendo suas necessidades, competências e habilidades para execução de tarefas regulares e remuneradas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, foi possível analisar que o envelhecimento no mercado de trabalho brasileiro evidencia profundas contradições entre o avanço demográfico da população idosa e as limitações estruturais e políticas que dificultam sua permanência no mercado de trabalho de maneira formal. Apesar do crescimento expressivo da população idosa, a participação relativa dessa faixa etária ativa nas atividades laborais tem diminuído, revelando um descompasso entre a realidade demográfica e a capacidade de absorção do mercado.

As reformas previdenciárias realizadas nas últimas décadas, negligenciaram aspectos fundamentais como a empregabilidade das pessoas idosas trabalhadoras, a ausência de políticas de reinserção ou de estímulo à permanência no trabalho, e a desconsideração das desigualdades históricas que marcam as trajetórias desses trabalhadores. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho revela-se excludente e seletivo, oferecendo aos/as idosos/as, quando absorvidos, ocupações precárias e sem garantias trabalhistas, ampliando sua vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o envelhecimento do/a trabalhador/a deve ser compreendido como expressão da questão social, produzida e reproduzida pelas condições materiais do modo de produção capitalista. A lógica da valorização do capital, em detrimento das necessidades humanas, desvaloriza a pessoa idosa enquanto sujeito de direitos, restringindo sua cidadania e contribuindo para a vulnerabilidade de vidas consideradas economicamente improdutivas.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível pensar sobre as políticas públicas de trabalho e previdência, incorporando ações específicas voltadas à população idosa, que promovam sua qualificação, reconhecimento social e inserção em condições dignas e compatíveis com suas capacidades.

A construção de uma sociedade que respeite o envelhecimento como uma fase gradual da vida humana, vivida de forma heterogênea por diferentes pessoas, exige, portanto, a criação de políticas públicas que atuem na valorização desse público etário.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Manifesta. A questão ambiental, assistentes sociais e os desafios humanitários. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3342/N1-ZAbxMhyVWxg47llauOzT8NbMfXmtY.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.
- FELIX, Jorge. **O idoso e o mercado de trabalho**. In. Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em 12 out. 2025.
- GOMES, Patrícia Silva; PAMPLONA, João Batista. **Envelhecimento populacional, mercado de trabalho e política pública de emprego no Brasil**. E&G Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 15, n. 41, p. 206–230, out./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/eg/article/view/9067>. Acesso em: 12 out. 2025.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções e estimativas de população: você sabe o que são?** Educa. 30 set. 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/22435-projecoes-e-estimativas-de-populacao-voce-sabe-o-que-sao.html>. Acesso em: 12 de out de 2025
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em:
<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital** – implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.impampa.edu.br/tenovamagazinservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

ESTADO, HEGEMONIA E A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO CRÍTICA

STATE, HEGEMONY AND THE UBERIZATION OF WORK: ELEMENTS FOR A CRITICAL UNDERSTANDING

Júlia Cardoso¹

Resumo: Este artigo discute a relação entre Estado, hegemonia e transformações recentes no mundo do trabalho, tomando como referência teórica central as contribuições de Antonio Gramsci. O objetivo do estudo é analisar como as categorias gramscianas de Estado ampliado, hegemonia e intelectual coletivo permitem compreender as novas formas de exploração e controle social presentes no capitalismo contemporâneo, especialmente aquelas associadas à intensificação da precarização laboral e às estratégias culturais e políticas que sustentam sua legitimação. A metodologia utilizada consistiu em pesquisa bibliográfica, baseada na leitura sistemática de obras de Gramsci e de intérpretes da tradição marxista, bem como de estudos recentes sobre trabalho e capitalismo. Os resultados indicam que, apesar da robustez dessa hegemonia, ela permanece marcada por tensões, contradições e períodos de crise, nos quais emergem iniciativas coletivas de resistência que rearticulam demandas dispersas e abrem possibilidades de construção de novos projetos políticos. Conclui-se que a perspectiva gramsciana oferece importantes instrumentos teórico-metodológicos para compreender tanto a consolidação quanto as fissuras da hegemonia contemporânea, além de apontar caminhos para a formação de práticas contra-hegemônicas orientadas à transformação social.

Palavras-chave: Estado ampliado; hegemonia; uberização do trabalho.

Abstract: This article examines the relationship between the State, hegemony, and recent transformations in the world of work, taking Antonio Gramsci's contributions as its central theoretical reference. The objective of the study is to analyze how the Gramscian categories of the expanded State, hegemony, and the collective intellectual make it possible to understand new forms of exploitation and social control present in contemporary capitalism, particularly those associated with the intensification of labor precarization and the cultural and political strategies that legitimize it. The methodology employed consisted of bibliographic research, based on a systematic review of Gramsci's works, key Marxist interpreters, and recent studies on labor and capitalism. The results indicate that, despite the strength of this hegemony, it remains marked by tensions, contradictions, and periods of crisis, during which collective initiatives of resistance emerge, rearticulating dispersed demands and opening possibilities for the construction of new political projects. The study concludes that the Gramscian perspective offers important theoretical and methodological tools for understanding both the consolidation and the fissures of contemporary hegemony, while also pointing to pathways for forming counter-hegemonic practices aimed at social transformation.

¹Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestranda do programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ).

Keywords: expanded State; hegemony; uberization of work.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão do Estado e das formas de dominação nas sociedades capitalistas exige uma análise que vá além da sua dimensão repressiva. Desde Marx, Engels e Lênin, o Estado foi pensado como instrumento de manutenção da ordem burguesa, responsável por garantir as condições de reprodução do capital. Contudo, em contextos históricos marcados pela ampliação da participação política, pela complexificação da sociedade civil e pela crescente institucionalização da vida social, as concepções clássicas revelaram-se insuficientes para abarcar todas as determinações do fenômeno estatal. É nesse cenário que se insere a contribuição de Antonio Gramsci, cuja teoria do Estado ampliado e do conceito de hegemonia oferece instrumentos analíticos fundamentais para a leitura das sociedades contemporâneas.

O pensamento gramsciano permite compreender como a dominação se sustenta não apenas pela coerção exercida pelos aparelhos políticos e jurídicos, mas também pela formação de consensos que atravessam instituições como a escola, a família, os meios de comunicação, os partidos políticos, os sindicatos, etc.. A hegemonia, entendida como direção moral, cultural e intelectual de uma classe sobre o conjunto da sociedade, mostra-se como um processo pedagógico, no qual se forjam subjetividades e se legitimam formas de exploração que se apresentam como naturais ou inevitáveis. Desse modo, a política e a cultura assumem papel estratégico na luta de classes, sendo a sociedade civil o terreno privilegiado da disputa pela construção de projetos societários.

A atualidade dessa perspectiva teórica revela-se de modo decisivo quando aplicada ao estudo das transformações recentes no mundo do trabalho. O processo de uberização, marcado por uma nova estratégia de gestão algorítmica do trabalho e pela difusão da ideologia do empreendedorismo, configura-se como uma forma de precarização mascarada por discursos de autonomia e flexibilidade. A análise gramsciana ilumina os mecanismos pelos quais essa forma de exploração se concretiza através da construção de consensos sociais, ao mesmo tempo em que indica a possibilidade de resistência por meio da organização coletiva e da produção de contra-hegemonias.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar, em primeiro lugar, a concepção de

Estado ampliado e de hegemonia em Gramsci, ressaltando seus fundamentos teóricos e sua relevância para a análise das sociedades capitalistas. Em um segundo momento, se aplicará essas categorias ao fenômeno da uberização do trabalho, destacando suas implicações para as relações entre capital e trabalho, bem como as formas de resistência que emergem diante da precarização. Dessa forma, a articulação entre teoria e realidade contemporânea pretende oferecer subsídios para a reflexão crítica acerca das possibilidades de transformação social no presente.

2 ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIA: FUNDAMENTOS DA TEORIA POLÍTICA DE GRAMSCI

A teoria marxista do Estado adquire novos contornos a partir das contribuições de Antonio Gramsci, sem que, contudo, rompa com as formulações clássicas de Marx, Engels e Lênin. Tendo como base o materialismo histórico-dialético, o pensamento gramsciano parte do princípio de que a produção e a reprodução da vida material engendram a produção e a reprodução das relações sociais. Trata-se da compreensão da política e da cultura em suas formas específicas no interior de uma totalidade historicamente determinada. Nesta perspectiva, Gramsci desloca o foco exclusivo do Estado como aparelho de coerção, dominante nos momentos históricos em que a participação política das massas é incipiente, para o exame de formações sociais “ocidentais” em que a socialização da política se complexifica, com a atuação de sindicatos, partidos políticos de massa, sufrágio ampliado e instituições difusas de poder, ou seja, instâncias sociais que penetram profundamente na dinâmica da vida cotidiana e que organizam e educam a sociedade, como a escola, a família, a religião, os meios de comunicação, etc. Esse deslocamento não invalida a face repressiva do Estado, mas exige apreender novas determinações que emergem quando a classe dominante não se sustenta apenas pela força, mas também pela formação e difusão de consensos no interior da sociedade.

Nas formulações clássicas, o Estado aparece, prioritariamente, como o “comitê executivo da burguesia” e, portanto, como o conjunto de aparelhos responsáveis por garantir as condições gerais de acumulação e a reprodução da dominação de classe. Coutinho (1992) designa essa formulação como teoria “restrita” do Estado, adequada a um contexto de baixa participação política e de organização da classe trabalhadora em frentes minoritárias, no qual se destaca seu aspecto repressivo. Não se trata de um erro por parte dos autores clássicos, mas

de limitações postas a partir de contextos históricos determinados.

O Estado moderno ainda não explicitara plenamente suas múltiplas determinações; desse modo, a teoria “restrita” do Estado correspondia à existência real de um Estado “restrito” (e, mais geralmente, de uma esfera política ‘restritiva’) (COUTINHO, 1985a, p. 58).

A análise do Estado em Gramsci se dá em uma conjuntura na qual as sociedades ocidentais já haviam experimentado a ampliação de direitos políticos e a multiplicação de organismos associativos, exigindo uma teoria capaz de captar as mediações entre coerção e consenso. A distinção estabelecida por Gramsci entre Oriente e Ocidente fornece um eixo de compreensão fundamental. No Oriente, onde a sociedade civil é “primitiva e gelatinosa”, o Estado tende a ser “tudo”, e a dominação vale-se, majoritariamente, da coerção. No Ocidente, ao contrário, uma complexa sociedade civil se interpõe entre os indivíduos e o Estado, de modo que “[...] o Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; a proporção variava de Estado para Estado, como é evidente, mas precisamente isso exige um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional” (GRAMSCI, 1920, p. 147 apud COUTINHO, 1985a, p. 66). É importante destacar que essa formulação não se trata de uma tipologia rígida, mas de uma indicação metodológica. Trata-se de compreender as particularidades nacionais e a historicidade concreta das formas de dominação, suas “fortalezas” e “casamatas”, como condição para a estratégia revolucionária. Nas sociedades ocidentais, a dominação burguesa se torna tanto mais eficaz quanto mais se reveste de direção moral e intelectual, através da transfiguração de interesses particulares em valores universais.

É nesse horizonte que se insere a noção de Estado ampliado. Gramsci define o Estado “em sentido integral” como a soma articulada de sociedade política e sociedade civil: “Estado = sociedade política + sociedade civil, quer dizer, hegemonia revestida de coerção” (Gramsci, 1975 apud Coutinho, 1985b). A sociedade política corresponde ao conjunto de aparelhos coercitivos, como o governo, o sistema jurídico, as forças repressivas, etc., orientados à imposição da ordem por meio da lei e da força legítima.

A sociedade civil, por sua vez, compreende o “[...] conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação [...], etc.” (COUTINHO, 1985a, p. 60–61).

Longe de ser uma esfera “neutra” ou espontaneamente democrática, a sociedade civil, para Gramsci, é um campo de disputas no qual se forjam consensos, se moldam subjetividades e se estabilizam (ou desestabilizam) direções políticas. A hegemonia, aqui, condensa a operação através da qual uma classe assume função dirigente, combinando a capacidade de direção cultural e moral com a capacidade, sempre possível, de recorrer à coerção.

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci aprofunda o conceito de hegemonia, qualificando-o como “a maior contribuição teórica de Ilitch (Lênin) à filosofia da práxis (marxismo)” (GRAMSCI, 1978, p. 52). Aqui, hegemonia significa direção política, ideológica, moral e cultural exercida por uma classe sobre o conjunto da sociedade. Para existir, ela supõe alianças, mediações, concessões materiais e simbólicas e a capacidade de organizar o “senso comum” em torno de um projeto histórico. É por isso que a dominação burguesa nas sociedades ocidentais não se realiza apenas por via da coerção, mas pela difusão de crenças e expectativas nas quais os valores dominantes são apreendidos como “naturais”, “modernos”, “necessários” ou “inevitáveis”. Desse modo, a luta de classes não se restringe ao terreno econômico, mas desdobra-se, decisivamente, na esfera cultural e política, onde a classe dominante procura fixar os significados legítimos do mundo social, enquanto as classes subalternas são convocadas a construir uma contra-hegemonia. O “bloco histórico” designa, nesse quadro, a unidade contraditória entre estrutura e superestrutura, entre relações de produção e formas de consciência, linguagem e instituições que conferem coesão à ordem vigente.

As escolas, a imprensa, as associações profissionais, a igreja, os partidos e, no século XX, período em que Gramsci escreve, também a indústria cultural e as rotinas do trabalho fabril tornam-se instituições de produção de hábitos e condutas. Daí decorre a atenção de Gramsci ao “americanismo e fordismo”. Este não seria apenas um modelo produtivo baseado no taylorismo/fordismo, mas um complexo ético-político que reorganiza o tempo, as relações e os padrões de conduta, instituindo uma nova “moralidade” compatível com a racionalização do trabalho, a compressão do tempo ocioso e a interiorização da disciplina. Assim sendo, a “reforma moral e intelectual” não é um monopólio da revolução, mas também instrumento das classes dominantes, quando reconstroem consenso ao redor de novos padrões de vida e trabalho.

A partir desse quadro, ganha relevo a distinção entre “guerra de movimento” e “guerra de posição”. Em conjunturas em que prevalece uma sociedade civil menos complexa (as

sociedades orientais), a tomada do poder pode assumir a forma de tomada abrupta dos aparelhos do Estado. Nas formações ocidentais, porém, a densidade de “fortalezas e casamatas” desloca a centralidade para a guerra de posição, em que a disputa se prolonga no terreno cultural, associativo e institucional. A conquista de posições na sociedade civil, a formação de intelectuais orgânicos, a construção de um vocabulário comum, a coordenação de lutas dispersas e a produção de uma nova cultura política são tarefas estratégicas das classes subalternas. Desta forma, a hegemonia precede a tomada do poder. O momento “catártico” da ruptura política depende de um trabalho prévio e gradativo de organização e educação, que desfaça a “espontaneidade dirigida” da classe dominante e rearticule o senso comum.

A sociedade civil é, então, o campo estratégico onde se disputa a direção moral e intelectual da sociedade. Gramsci sublinha que os aparelhos privados de hegemonia, ou seja, os partidos, os sindicatos, as associações, igrejas, os meios de comunicação, escolas, editoras, instituições culturais, etc., não atuam de maneira “inocente” e despropositada. De outro modo, neles, a burguesia investe para produzir consenso, gerir lealdade e traduzir interesses de classe próprios em linguagens universalizantes (nação, ordem, eficiência, modernização, liberdade, mérito, etc). No entanto, essa dinâmica não retira da sociedade civil seu potencial contra-hegemônico, apenas indica que sua democratização não decorre automaticamente da tomada abrupta de poder do Estado. Pelo contrário, em uma democracia de massas, a luta pela ampliação dos direitos, pela politização da vida cotidiana e pela criação de novas institucionalidades passa, necessariamente, pela disputa no interior desses aparelhos, bem como pela invenção de novos.

A teoria do Estado ampliado de Gramsci permite compreender como, nas sociedades capitalistas, a dominação se realiza pela combinação de coerção e consenso, especialmente por meio de aparelhos privados de hegemonia que moldam subjetividades. É nesse contexto que se inserem as transformações do trabalho mediado por plataformas digitais, cuja retórica de autonomia e eficiência naturaliza a precarização, a transferência de riscos ao trabalhador e a desproteção social como se fossem modernizações inevitáveis. O próximo tópico analisará a uberização do trabalho à luz dessa teoria, mostrando como empresas-plataforma, mídia, instituições estatais e políticas públicas se articulam para produzir consenso e conter resistências, e como a classe trabalhadora pode construir estratégias contra-hegemônicas diante do novo regime de trabalho digital.

3 UBERIZAÇÃO DO TRABALHO: A PRECARIZAÇÃO OCULTA SOB O

DISCURSO DO EMPREENDEDORISMO

O processo denominado uberização do trabalho constitui um fenômeno contemporâneo de precarização laboral, que se impõe a partir da segunda década do século XXI, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva, a partir da intensificação do quadro de crise estrutural do capital em 2008. Este processo vem implicando intensas transformações nas relações entre capital e trabalho (ANTUNES, 2018). Apesar de ser frequentemente apresentada sob o rótulo de empreendedorismo, a uberização corresponde, na realidade, a uma forma de precarização do trabalho. A incongruência revela-se logo no uso indevido do termo “empreendedor” para designar o trabalhador que realiza suas atividades laborais por meio de aplicativos (APP’s). Casagrande, Zamora e Oviedo (2022) destacam que, embora a retórica empresarial e governamental insista em classificar trabalhadores de plataformas digitais como “empreendedores”, “parceiros” ou “contratantes independentes”, o exame histórico e conceitual do termo demonstra que tal classificação não se sustenta.

Segundo os autores, o empreendedor, em suas diferentes formulações, de Cantillon, Schumpeter ou do neoliberalismo, é entendido como um agente inovador, criativo e dotado de autonomia decisória diante do mercado. Em contrapartida, o trabalhador “uberizado” não dispõe dessa agência, tendo em vista que sua atividade é rigidamente mediada por algoritmos, supervisionada pelo sistema de avaliação dos APP’s e dependente de regras unilaterais estabelecidas pelas plataformas digitais, que determinam de maneira decisiva suas condições de trabalho, remuneração e disponibilidade. Assim sendo, a designação do trabalhador de APP’s como empreendedor, evidencia, gradativamente, a natureza de um discurso que tem como verdadeiro propósito encobrir um intenso processo de exploração da força de trabalho por parte de grandes empresas monopolistas, legitimando e naturalizando a ausência de vínculos empregatícios, de direitos trabalhistas e proteção social.

Neste sentido, uma análise mais detida das condições de trabalho cotidianas dessa categoria revela de imediato essa contradição. Motoristas da empresa Uber, por exemplo, considerados “contratantes autônomos”, não detêm o poder de definir o valor de suas corridas, ficam impossibilitados de negociar com passageiros e dependem de tarifas dinâmicas e critérios de avaliação que podem levar até mesmo à exclusão arbitrária da plataforma. Entregadores do iFood ou da Rappi enfrentam longas jornadas de trabalho, sem garantias de demandas de trabalho, submetendo-se a realizar corridas mal remuneradas e arcando com os

custos de manutenção de seus instrumentos de trabalho, como bicicletas, motos ou celulares. Professores em plataformas de ensino a distância adaptam conteúdos a formatos predeterminados, com pagamento variável e sem vínculo empregatício, com comprometimento de sua autonomia intelectual. Diante destes casos, a promessa de autonomia empreendedora se dissolve diante da realidade de controle algorítmico, insegurança e desproteção, evidenciando que o “empresário individual” é, na prática, subordinado a uma cadeia de comando digital e impessoal.

A análise gramsciana oferece uma chave analítica essencial para compreender como a ideologia do empreendedorismo atua como mecanismo de hegemonia. Gramsci demonstra que a dominação não se sustenta apenas pela coerção, mas também pela construção de consensos que naturalizam determinadas relações sociais. No contexto contemporâneo da uberização, as plataformas digitais, bem como as redes sociais, a imprensa e o próprio sistema de ensino atuam como aparelhos privados de hegemonia, ao promoverem narrativas sobre liberdade, flexibilidade e oportunidade econômica, que incentivam a aceitação e a naturalização da precarização do trabalho. Neste sentido, o pensamento neoliberal, enquanto ideologia da classe dominante vinculada à esfera financeira, penetra em instituições públicas e privadas, através de políticos, banqueiros, empresários, economistas e professores, além de moldar subjetividades e padrões de sociabilidade, exacerbando o individualismo e desarticulando solidariedades coletivas (HARVEY, 2008). A partir disso, compreende-se que a construção de hegemonia se dá não apenas por imposição direta, mas também por um processo pedagógico que internaliza o controle, tornando a precarização do trabalho socialmente aceitável.

Os sistemas de proteção social e trabalhista são desmantelados sob a justificativa de “ajustes estruturais” (BEHRING, 2003), enquanto direitos trabalhistas são rebaixados, e sindicatos enfraquecidos, com a promoção de um sindicalismo “dócil”, vinculado aos interesses empresariais. A flexibilização do trabalho se amplia através da terceirização, da subcontratação, dos contratos intermitentes, temporários e das jornadas de trabalho intensificadas, culminando na redução do tempo de vida livre do trabalhador (ANTUNES, 1999). O avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e da inteligência artificial potencializou o controle sobre a força de trabalho, permitindo o monitoramento detalhado de atividades, o controle da localização do trabalhador em tempo real, do tempo de deslocamento e o cumprimento de metas, substituindo a supervisão humana do chão de fábrica do século XX por sistemas digitais algorítmicos mais eficientes. Esse movimento não

apenas intensifica a produtividade do trabalho, como também serve como mecanismo de captura da subjetividade do trabalhador, que internaliza as metas e pressões impostas externamente, conformando-se às exigências de produtividade das plataformas digitais.

A partir destas considerações, Antunes (2018) aponta para o surgimento de um novo proletariado ligado ao setor de serviços, o qual nominou de “infoproletariado”. O autor indica que o “infoproletariado”, enquanto segmento emergente de uma classe trabalhadora ampliada, compõe-se por trabalhadores do setor de serviços, cujas atividades laborais são mediadas digitalmente e suas condições de trabalho são profundamente transformadas pelas TIC. Dessa maneira, profissionais de áreas diversas, como médicos, professores, babás, cuidadores de idosos, diaristas, motoristas, entregadores, etc., vendem sua força de trabalho para grandes corporações globais, que são camufladas em APP’s. Trata-se da expansão do sistema de gestão do trabalho da empresa Uber a uma numerosa série de plataformas digitais, passando a vigorar como padrão hegemônico das relações de trabalho em empresas-plataforma, no qual o trabalhador é reconhecido como “parceiro” ou “empreendedor” e assume todos os custos e riscos de sua atividade. Como consequência, essa individualização e invisibilização do trabalho oculta relações de assalariamento e intensifica a exploração. Ao mesmo tempo, evidencia-se a função pedagógica do sistema: os trabalhadores internalizam normas, regras e expectativas, aceitando e naturalizando o próprio controle algorítmico dos APP’s e transformando, sem se darem conta, sua disciplina em instrumento de exploração de grandes empresas monopolistas.

O controle sobre o trabalhador, embora escamoteado sob o discurso de liberdade e flexibilidade, manifesta-se em jornadas extenuantes, baixa remuneração e pressões psicológicas. Os trabalhadores internalizam uma falsa sensação de autonomia, enquanto enfrentam longas jornadas, metas rígidas e exposição a riscos sem disporem de qualquer garantia de proteção por parte das empresas-plataforma. Neste sentido, a captura da subjetividade, segundo Antunes e Filgueiras (2020), revela-se como um mecanismo central que reforça a aceitação da precarização. A gestão por algoritmos e metas substitui a supervisão direta do trabalho, promovendo um “autogerenciamento subordinado” (ABÍLIO, 2020), que impõe disciplina e intensificação do trabalho, enquanto reforça uma narrativa de mérito individual que mascara relações estruturais de exploração.

No entanto, as condições concretas nas quais os trabalhadores de APP’s realizam suas atividades laborais cotidianas aniquilam gradativamente a fachada do discurso empreendedor e começam a surgir formas de resistência entre os trabalhadores de plataformas digitais, que

desafiam o consenso hegemônico. Movimentos organizativos, articulação de greves e paralisações, das quais o “Breque dos APP’S” é expressão, formação de sindicatos, associações e coletivos de trabalhadores representam estratégias contra-hegemônicas. Castelo Branco e Silva (2024) observam que essas ações dialogam com o sindicalismo de movimento social, que ultrapassa pautas estritamente econômicas, valoriza a horizontalidade e constrói solidariedades amplas. Exemplos concretos incluem a primeira grande paralisação mundial de motoristas da Uber, ocorrida maio de 2019, durante a abertura de capital da empresa na Bolsa de Valores dos Estados Unidos. O movimento se espalhou para diversos países, inclusive o Brasil, com uma pauta reivindicativa de melhores tarifas e contestação de bloqueios arbitrários da plataforma (Guimarães, 2019). Essas mobilizações demonstram que, mesmo submetidos à diversas formas de fragmentação e precarização, os trabalhadores conseguem criar espaços de articulação coletiva, questionando diretamente a hegemonia empresarial e política que sustenta a uberização. A este respeito, Antunes (2018, p. 61) enfatiza que

[...] o papel do novo proletariado de serviços é emblemático. Sua aglutinação como parte constitutiva da classe trabalhadora ampliada, como parte integrante de suas lutas, de seus embates e resistências, tem (e terá cada vez mais) repercussões de grande importância nas lutas do conjunto da classe trabalhadora, do proletariado em geral, em todos os seus segmentos, contra a lógica destrutiva que preside o sistema de metabolismo social do capital na era da financeirização.

Esse protagonismo revela que a resistência não se limita a reivindicações imediatas, mas constrói uma consciência coletiva, articulando experiências dispersas em um projeto mais amplo de emancipação social. O processo de resistência, portanto, não é apenas econômico, mas pedagógico e político: envolve produção de intelectuais orgânicos, disseminação de saberes sobre direitos, estratégias organizativas e construção de uma narrativa alternativa à ideologia dominante.

A análise gramsciana permite compreender que a uberização e a precarização são fenômenos interligados a processos mais amplos de hegemonia econômica, cultural e institucional. A dominação se estabiliza quando a classe dirigente consegue se materializar em instituições, linguagem, hábitos e moralidade social. Ela entra em crise quando tais aderências se desfazem. A hegemonia, portanto, exige não apenas controle econômico, mas a constante produção simbólica, pedagógica e cultural que legitima a exploração. No caso da uberização, a narrativa do empreendedorismo e da flexibilidade funciona como uma pedagogia sutil que molda expectativas, comportamentos e relações, tornando o trabalhador cúmplice da própria

precarização.

A uberização do trabalho revela-se, desta forma, como um processo de precarização revestido de empreendedorismo, legitimado pela ideologia neoliberal, que molda subjetividades e relações sociais. Entretanto, a organização coletiva dos trabalhadores evidencia a possibilidade de estratégias contra-hegemônicas, mostrando que a precarização do trabalho não é um destino inevitável, mas que os direitos sociais são um terreno de disputa entre capital e trabalho. A hegemonia nunca é definitiva, os equilíbrios são contingentes, as alianças precisam ser renovadas e as concessões devem ser continuamente revisadas. A luta por direitos, dignidade e melhores condições de trabalho emerge, assim, como elemento central da resistência à exploração das empresas-plataforma, reiterando que a emancipação requer organização, cultura, pedagogia e articulação estratégica de longa duração.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico desenvolvido neste trabalho demonstra a fecundidade da reflexão gramsciana para a compreensão das formas contemporâneas de dominação e resistência. A teoria do Estado ampliado e o conceito de hegemonia, ao articularem coerção e consenso, permitiram compreender que o exercício do poder nas sociedades capitalistas não se reduz ao aparato repressivo estatal, mas envolve igualmente a difusão de valores, práticas e ideologias que naturalizam relações sociais desiguais e conferem estabilidade à ordem vigente. A partir da análise da sociedade civil como campo estratégico de disputa, destacou-se que as instituições, longe de atuarem de modo neutro, funcionam como aparelhos privados de hegemonia, responsáveis pela formação de subjetividades, pela produção de consensos e pela consolidação de projetos de classe. Neste sentido, a hegemonia burguesa se apresenta como uma combinação de direção moral, intelectual e cultural com a possibilidade permanente de recurso à coerção, reiterando a dimensão complexa do Estado em sua concepção ampliada.

Essa perspectiva mostrou-se central para interpretar o fenômeno contemporâneo da uberização do trabalho. A retórica do empreendedorismo, ao designar trabalhadores de plataformas digitais como “parceiros” ou “autônomos”, opera como um discurso hegemônico que oculta a precarização, deslocando custos e riscos para o trabalhador e naturalizando jornadas extenuantes, ausência de direitos e insegurança social. Trata-se de um processo pedagógico no qual os próprios trabalhadores internalizam normas e expectativas, transformando a disciplina algorítmica em forma de autogerenciamento subordinado.

No entanto, a análise revelou que a hegemonia nunca é definitiva. As mobilizações de trabalhadores de plataformas, como greves, paralisações e a criação de coletivos e sindicatos, constituem práticas contra-hegemônicas que desafiam a narrativa empresarial dominante. Tais experiências demonstram a potência da organização coletiva em articular demandas dispersas e em construir uma consciência crítica que ultrapassa reivindicações imediatas, projetando horizontes de transformação social. Assim, pode-se afirmar que a teoria gramsciana, ao iluminar a centralidade da cultura, da pedagogia e da organização política na luta de classes, oferece instrumentos valiosos para compreender as contradições do presente. A uberização do trabalho evidencia, de um lado, as formas de exploração capitalista na era das plataformas digitais e, de outro, a possibilidade de articulação das classes subalternas em torno de projetos alternativos de sociabilidade e de novas formas de proteção social. As categorias de Estado ampliado e hegemonia não apenas explicam os mecanismos de manutenção da ordem capitalista, mas também apontam caminhos para sua superação. O desafio histórico que se coloca é o de transformar a resistência fragmentada em vontade coletiva nacional-popular, capaz de disputar a direção moral e intelectual da sociedade e de instituir um novo bloco histórico. A luta contra a precarização e pela dignidade do trabalho inscreve-se, portanto, em uma estratégia de longa duração, que exige organização, produção cultural e prática pedagógica orientadas à construção de uma sociedade emancipatória.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: a era do trabalhador just in time?. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 34, n. 98, p. (111-126), jul. 2020a. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/170465/161004>>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas Digitais, Uberização do Trabalho e Regulação no Capitalismo Contemporâneo. In: ANTUNES, R. **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-reforma**. São Paulo: Cortez, 2003.

CASAGRANDE, Lucas; ZAMORA, Martin A. M. ; OVIEDO, Carlos F. T. Não, motorista de Uber não é um empreendedor. **Democracia e Mundo do Trabalho em Debate**, 14 nov. de 2022. Disponível em:

<<https://www.dmttemdebate.com.br/nao-motorista-de-uber-nao-e-um-empreendedor/>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CASTELO BRANCO, Pedro Mendonça; SILVA, Sidney Jard da. Precários, mas organizados: a estratégia de resistência dos uberizados. **SciELO**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 123-142, jan/abr 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/yznYg5X7DYkNCskpvD4pwFS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes e outros escritos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985a.

COUTINHO, Carlos Nelson. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: **Crítica Marxista**, Roma: Editori Riuniti, n. 5, ano 23, 1985b.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA E NEOLIBERALISMO: ENTRE DESIGUALDADE DE GÊNERO, ADOECIMENTO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

THE FEMINIZATION OF TEACHING AND NEOLIBERALISM: GENDER INEQUALITY, ILLNESS, AND THE PRECARIZATION OF LABOR IN BASIC EDUCATION

Mirtes Gazzana Roso

<https://orcid.org/0009-0004-6609-6495>

Resumo: O artigo analisa o processo de feminização da docência no Brasil à luz das transformações estruturais promovidas pelo neoliberalismo, evidenciando como as desigualdades de gênero se articulam às dinâmicas de precarização e adoecimento das trabalhadoras da educação básica. Fundamentado no método dialético-crítico, o estudo busca compreender as contradições entre o valor simbólico e o valor material do trabalho docente feminino, considerando suas dimensões históricas, sociais e culturais. A pesquisa mobiliza referenciais teóricos de autoras e autores como Helena Hirata, Silvia Federici, David Harvey, Pierre Dardot, Christian Laval e Raquel Raichelis, articulando discussões sobre gênero, divisão sexual do trabalho e racionalidade neoliberal. Conclui-se que a desvalorização e o adoecimento das mulheres docentes não decorrem de fragilidades individuais, mas constituem expressões de uma estrutura social marcada pela exploração capitalista e pela opressão patriarcal. A superação dessas contradições requer políticas públicas que reconheçam o recorte de gênero e assegurem condições dignas de trabalho, reconhecendo a importância do papel das mulheres na formação das gerações futuras.

Palavras-chave: neoliberalismo; gênero; precarização; adoecimento docente.

Abstract: The article analyzes the process of feminization of teaching in Brazil in light of the structural transformations promoted by neoliberalism, highlighting how gender inequalities are intertwined with the dynamics of labor precarization and the illness of women educators in basic education. Grounded in the critical-dialectical method, the study seeks to understand the contradictions between the symbolic and material value of women's teaching labor, considering its historical, social, and cultural dimensions. The research draws on theoretical references from authors such as Helena Hirata, Silvia Federici, David Harvey, Pierre Dardot, Christian Laval, and Raquel Raichelis, articulating discussions on gender, sexual division of labor, and neoliberal rationality. It concludes that the devaluation and illness affecting women teachers do not result from individual fragilities but rather express a social structure marked by capitalist exploitation and patriarchal oppression. Overcoming these contradictions requires public policies that incorporate a gender perspective and ensure decent working

conditions, recognizing the importance of women's role in shaping future generations.

Keywords: neoliberalism; gender; precarization; teachers' illness.

I INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a docência tornou-se um espaço profundamente impactado pelas recentes transformações no mundo do trabalho. A presença majoritária de mulheres no magistério, sobretudo na educação básica, especialmente na educação infantil e ensino fundamental, revela mudanças qualitativas nas formas de valorização da profissão.

Longe de representar apenas um dado estatístico, esse processo carrega implicações sociais, culturais e econômicas decorrentes de desigualdades de gênero historicamente naturalizadas e, por isso mesmo, muitas vezes invisibilizadas.

Este artigo tem por objetivo refletir sobre como a feminização do trabalho docente se entrelaça com as transformações societárias contemporâneas, impulsionadas pela atualização das políticas neoliberais, a partir das categorias gênero e trabalho.

A temática da docência, abordada neste trabalho, está relacionada ao projeto de dissertação de mestrado da autora, que pesquisa sobre o adoecimento docente no contexto do neoliberalismo, mercado e precarização do trabalho. A feminização do magistério possui, portanto, relevância nessa pesquisa, dado que esse processo se constitui historicamente sob uma via de mão dupla – influenciando e sendo influenciado pela sociedade – de forma a contribuir, ideologicamente, para reforçar ou transformar o papel que a mulher ocupa no mundo do trabalho.

O método dialético-crítico, que guiou esta produção, permite investigar as contradições entre o valor simbólico e o valor material do trabalho docente feminino, considerando-o como produtor e produto de relações sociais que expressam as desigualdades inerentes à sociedade de classes, à exploração capitalista e à opressão de gênero.

Além dos dados censitários, o artigo recorre a revisões bibliográficas em plataformas como Google Acadêmico e Scielo, onde se destacam pesquisas sobre gênero, trabalho docente e neoliberalismo. Entre os estudos identificados, figuram análises de Helena Hirata sobre trabalho e gênero, além de artigos científicos que abordam as contribuições de David Harvey, Pierre Dardot e Christian Laval sobre o neoliberalismo, além das contribuições de Raquel Raichelis sobre trabalho e desgaste físico e mental.

Na primeira parte, o artigo aborda o fenômeno da feminização do trabalho docente,

trazendo aspectos históricos e dados atualizados da presença feminina no magistério, especialmente na educação básica. São discutidas as dimensões simbólicas e materiais do trabalho docente feminino e suas implicações no que diz respeito à (des)valorização da profissão.

Na sequência, o texto discute as transformações sociais decorrentes da atualização do neoliberalismo e os impactos junto às políticas educacionais e à docência.

Em seguida, o estudo apresenta uma discussão sobre gênero e precarização do trabalho docente, trazendo aspectos relevantes como a sobrecarga de trabalho das mulheres docentes e seu impacto sobre a saúde física e mental. Por fim, o artigo apresenta, como argumento para reparação das desigualdades, a necessidade de avançar em políticas públicas de valorização docente com recorte de gênero.

2 A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O processo de inserção da mulher no magistério foi uma resposta à necessidade política e social do Brasil do final do século XIX. Nesse período histórico, as escolas eram, hegemonicamente, frequentadas por meninos, brancos, filhos de latifundiários, militares, médicos, engenheiros ou advogados, e a docência era exercida também por homens que, quando não ligados diretamente a instituições católicas, dividiam o ofício da docência com outros afazeres, como a medicina e a magistratura.

Com o advento da República, a necessidade de consolidar o novo regime político trouxe a preocupação com a população iletrada. Para reverter o quadro de analfabetismo era necessária a criação de escolas, ampliando a demanda de trabalho docente. A estratégia de alfabetizar a população exigia um acréscimo ao número de escolas já existentes, destinadas a receber um contingente populacional que necessitava de maior qualificação para integrar-se ao sistema de industrialização incipiente, que se destinava, inicialmente, a suprir as necessidades da crescente urbanização.

Essa proposta trouxe oportunidade para que as mulheres pudessem acessar o sistema educacional público, inclusive na condição de estudantes. De acordo com Almeida (1998), até meados do século XIX, a educação voltada para as meninas ficava nas mãos das instituições particulares e, na época da implantação do regime republicano, do total de mulheres, quase dois terços era analfabeta, embora o mesmo acontecesse com a população em geral.

Para suprir a demanda de mão de obra docente nas escolas públicas, o governo

instituiu as escolas complementares para a formação de professores, que correspondiam ao segundo grau do ensino primário e, na sequência, foram instituídas as escolas normais.

A exigência de formação específica para o exercício da docência acabou por tornar o magistério cada vez menos atraente ao público masculino, uma vez que implicava o exercício da docência como atividade exclusiva. Nesse período, à exceção dos religiosos que exerciam o papel de professores nas escolas confessionais, os demais docentes do sexo masculino, em sua expressiva maioria, exerciam a docência concomitantemente com outra atividade econômica ou remunerada e não como atividade principal. Dessa forma, a mulher encontrou espaço no magistério primário como alternativa à reclusão doméstica e como profissão.

Dentro desse modelo educacional, organizado pela figura masculina, que a mulher se inseriu na atividade docente, preparada para o exercício do magistério de acordo com padrões de comportamento considerados femininos e maternais, fortemente influenciados pelo catolicismo, dentro de uma representatividade simbólica de mulher-mãe.

A imagem do sexo feminino estava ligada aos ideais de moralidade cristã, pureza, maternidade e patriotismo, a mulher era valorizada como mãe e esposa, o lar seria o seu domínio e o casamento sua principal aspiração. Os ideais positivistas indicaram a mulher para ser educadora da infância, base da família e da pátria, atribuindo virtudes da professora como sendo as qualidades da mãe, dando ênfase maior no sentimento (Nogueira; Schelbauer, 2007, p. 83).

As representações femininas estruturadas no consenso social pós-império vincularam a profissão docente da mulher à ideia de missão e vocação, o que acarretou rebatimentos na questão salarial, na invisibilidade da sobredemanda doméstica e na subvalorização profissional.

A atividade docente feminina era considerada como um prolongamento do exercício das virtudes naturais da mulher, que se deslocava do recinto doméstico onde era a mãe-esposa para o ambiente escolar, onde era a mãe-mestra, e, nesse contexto, mesmo se tratando de uma atividade profissional, o salário a que fazia jus a professora era inferior ao que era pago ao professor, uma vez que a esse cabia especializar-se para exercer a docência, devendo desenvolver habilidades consideradas inatas na figura feminina.

A lógica estabelecida dizia respeito ao quanto deveria ser valorizado, sob a forma do retorno financeiro, o exercício da docência masculina, em razão do esforço empreendido para o desenvolvimento de habilidades cujas mulheres exerciam naturalmente. Ao professor devia-se o salário, à professora, a recompensa pelo exercício de suas aptidões inatas, numa

clara evidência da divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens de funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Sobre as premissas da mestra maternal para educar a infância e da recompensa pelo exercício do magistério, foi alicerçada a docência feminina a partir de meados do século XIX.

Ao longo do século XX, a docência, especialmente na educação básica, permaneceu sendo uma das principais alternativas de inserção ao mundo do trabalho para as mulheres

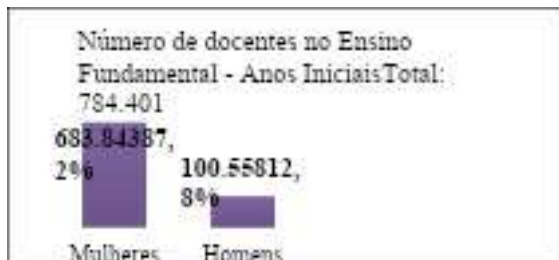
Do ponto de vista simbólico, a presença feminina em larga escala no magistério contribuiu para reforçar estigmas que associam a docência feminina à informalidade e ao trabalho por abnegação, o que afasta a responsabilização do Estado, encarregado das redes educacionais públicas, de garantir condições mais dignas de trabalho e remuneração justa. O trabalho associado ao cuidado – mesmo quando formalizado – é socialmente desvalorizado justamente por estar impregnado da lógica da gratuidade e do altruísmo.

O imaginário social brasileiro construiu a figura da professora como alguém vocacionada para o cuidado, a paciência e a moralização das crianças. Esse discurso, amplamente difundido nas escolas normais e nos manuais pedagógicos da época – meados do século XIX e início do século XX – contribuiu para reforçar o lugar da mulher como naturalmente dedicada à formação moral da infância, o que, como destaca Heleieth Saffioti (2013), funcionou como um mecanismo ideológico de dominação: ao atribuir às mulheres papéis "naturais", invisibiliza-se a dimensão política e histórica da divisão sexual do trabalho.

Já a dimensão material da docência feminina evidencia um quadro de precariedade persistente. O ingresso massivo de mulheres no magistério — intensificado na primeira metade do século XX com a expansão da educação primária — coincidiu com a consolidação do ensino como uma carreira de baixo prestígio e remuneração limitada, especialmente nas regiões periféricas e no ensino público. Para Hirata (2016), a feminização do trabalho docente não deve ser entendida apenas como um dado numérico, mas como um processo que tende a reproduzir relações de exploração e desvalorização, uma vez que o trabalho feminino é frequentemente associado à gratuidade, à informalidade e à extensão das tarefas domésticas.

Conforme os dados censitários de 2024, a presença feminina na docência da educação

básica segue sendo em maior número em relação aos homens, especialmente na educação infantil e no ensino fundamental.



Fonte: INEP – Censo Escolar 2024 – organização da autora

A realidade evidenciada através dos gráficos comprova a manutenção da mulher como figura principal no número de docentes no país. Na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental o percentual feminino de docentes supera de forma expressiva o percentual de homens na docência nas respectivas etapas. O cenário começa a se modificar nos anos finais do ensino fundamental, contudo o número de mulheres na docência, nessa etapa de ensino, ainda é 50% superior ao número de homens. No ensino médio, essa diferença cai para menos de 25%, mantendo-se, ainda, a prevalência do sexo feminino.



Fonte: INEP – Censo Escolar 2024 – organização da autora

3 O NEOLIBERALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Historicamente, o neoliberalismo é inserido na agenda dos países capitalistas na

década de 70, em resposta à crise global do capital do pós-Segunda Guerra, como um conjunto de medidas necessárias à recuperação do mercado através do não-intervencionismo estatal, da desregulamentação da economia e ajustes fiscais. Segundo Harvey (2014), o neoliberalismo deve ser compreendido não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma racionalidade política abrangente, que promove a centralidade do mercado em todas as esferas da vida social.

De forma simplificada, podemos dizer que o neoliberalismo adentrou à América Latina na década de 80, após os países em desenvolvimento não terem mais conseguido pagar os empréstimos contraídos em bancos dos Estados Unidos quando as taxas de juros subiram, por conta da estagnação econômica. Os países latino-americanos precisaram recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que determinou uma série de programas de ajuste estrutural com o objetivo de garantir que os bancos recebessem o dinheiro que haviam emprestado (Harvey, 2011).

A recomendação de ajustes estruturais que desencadeou a implementação de políticas neoliberais, nos países da América Latina ficou conhecida como o Consenso de Washington, de 1989. Tratou-se de um conjunto de dez medidas, estabelecidas por economistas e organismos econômicos internacionais, que se destinavam a viabilizar o crescimento econômico dos países em desenvolvimento na América Latina.

No Brasil, o neoliberalismo alcançou a agenda econômica na década de 90, em um contexto de transição da redemocratização e de inserção do país em uma economia global cada vez mais financeirizada, gerando uma onda de privatizações e desregulamentação do mercado no governo de Fernando Collor de Mello, sob o argumento de modernizar a economia e conter a hiperinflação.

A consolidação do modelo neoliberal no Brasil veio nas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), por meio de reformas estruturais orientadas pelo Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo FMI.

A lógica neoliberal acarretou efeitos no mundo do trabalho, através da flexibilização das relações trabalhistas e a perda de direitos historicamente conquistados. O trabalhador passou a ser visto como empreendedor de si mesmo (Dardot; Laval, 2016), sendo responsabilizado por seu sucesso ou fracasso em um ambiente de competição permanente e escassez de garantias.

Outro aspecto vinculado ao avanço do neoliberalismo é a limitação dos gastos sociais, como reflexo dos programas de austeridade e controle fiscal, no objetivo de garantir a

priorização do pagamento da dívida pública. Com isso, o financiamento das políticas sociais foi diretamente atingido por cortes orçamentários e áreas como saúde, educação, habitação e assistência social passaram a sofrer subfinanciamento crônico, afetando diretamente a qualidade dos serviços públicos ofertados à população mais vulnerável.

Na visão do Banco Mundial, a erradicação da pobreza passaria pelo estabelecimento de políticas focalizadas e compensatórias, destinadas a promover o aumento da capacidade de consumo imediato e da prestação de serviços sociais mínimos, como saúde e educação. Nesse sentido, foram propostas medidas visando reformas nos sistemas educacionais dos países periféricos, com o objetivo de melhorar a qualidade e eficiência dos sistemas de ensino, bem como ampliar o acesso da população à educação.

Lima (2011) refere que a redução da pobreza mencionada pelo Banco Mundial nas orientações reformuladas aos países periféricos, tinham como objetivo precípua a proteção ao capital e a educação, nesse contexto, deveria assegurar a formação da força de trabalho para suprir as novas demandas do mercado e a dominação ideológica através da difusão da visão burguesa de mundo.

No Brasil, temos na reforma do ensino médio uma expressão concreta da implementação das medidas propagadas pelo Banco Mundial. Ocorrida no governo de Michel Temer, a reforma do ensino médio, sob o escopo de tornar a etapa de ensino mais atrativa aos jovens, privilegiou as temáticas voltadas para o mundo do trabalho e vinculadas ao escopo tecnológico, em detrimento de disciplinas de cunho formativo sócio-histórico, como história, geografia, sociologia e filosofia.

Essas transformações tiveram efeitos profundos na educação e demais políticas sociais. A lógica neoliberal introduziu a ideia de qualidade medida por desempenho e ranqueamento, em vez de universalização e igualdade de condições. Com isso, escolas passaram a ser avaliadas por produtividade, gestores passaram a ser cobrados por metas, e os docentes sofreram um processo de intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e perda de autonomia pedagógica.

Na docência, esse processo se manifesta de forma cotidiana, atingindo especialmente as mulheres, que acumulam as consequências de um sistema que desvaloriza o trabalho reprodutivo e invisibiliza as desigualdades estruturais já existentes.

Nesse contexto, o trabalho docente sofreu reconfigurações e passou a ser avaliado por produtividade, desempenho e resultados mensuráveis, materializados através das avaliações externas, plataformas digitais de controle pedagógico e metas institucionais. Esses

mecanismos implementam transformações nas dimensões formadoras da docência, atingindo diretamente o potencial crítico e criativo.

A precarização do trabalho docente, em especial, se agrava nesse cenário, mediante a ampliação do número de contratos temporários, a desvalorização salarial e a sobrecarga de trabalho — realidades que afetam de forma mais intensa as mulheres, historicamente maioria na educação básica.

4 PRECARIZAÇÃO E DESGASTE FÍSICO E MENTAL NO TRABALHO DOCENTE FEMININO

Como já adiantamos, a precarização do trabalho docente no Brasil não é um fenômeno recente, porém vem sendo intensificada com o aprofundamento do neoliberalismo, a austeridade fiscal e cortes de gastos, e com a mercantilização da educação. Esse processo afeta de forma especialmente grave as mulheres docentes, que constituem a maioria da categoria na educação básica e são historicamente impelidas para funções educacionais como extensão do cuidado social atribuído ao feminino.

A precarização do trabalho docente envolve muito mais do que baixos salários e instabilidade contratual: ela se expressa no cotidiano como intensificação do trabalho, acúmulo de funções, desrespeito à jornada e metas inalcançáveis impostas sob a lógica empresarial incorporada às escolas.

A baixa remuneração do trabalho docente e a subvalorização profissional são fatores que acarretam aos professores a necessidade de jornadas de trabalho desempenhadas em mais de uma escola e, às vezes, em redes diversas, ocasionando maior desgaste mental e stress físico e emocional, relacionados ao deslocamento, cumprimento de diferentes metas e objetivos diversos, vinculados a contextos variados a depender de cada etapa de escolarização, unidade escolar e rede de ensino, além de expressivo número de turmas e estudantes.

Essa intensificação produz um cenário de esgotamento físico e psíquico, marcado por síndrome de burnout, adoecimentos emocionais, problemas osteomusculares, ansiedade crônica, exaustão e despersonalização do trabalho pedagógico.

Realizada em 2022, pela plataforma digital Nova Escola, a pesquisa intitulada Saúde Mental dos Educadores revelou que 21,5% de educadores e educadoras consideravam sua saúde mental ruim ou muito ruim. As consequências mais citadas foram sentimentos intensos

e frequentes de ansiedade (60,1%), baixo rendimento e cansaço excessivo (48,1%) e problemas com sono (41,1%). A pesquisa contou com a participação de mais de 5 mil profissionais entre professores e gestores de todos os estados do país e do Distrito Federal, sendo 84,6% deles oriundos da rede pública.

Segundo a pesquisa *Atuação Docente em Múltiplas Escolas no Brasil*, divulgada em 2024 pela Fundação Carlos Chagas através da Nota Técnica 8, elaborada pela associação civil D³e (Dados para um Debate Democrático na Educação), mais de 457 mil professores e professoras da educação básica trabalham em mais de uma escola no país.

Esses dados revelam, de forma preocupante, como a intensificação do trabalho docente repercute de forma prejudicial no conjunto biopsicossocial dos sujeitos. Como coloca Dejours (1992), o trabalho nem sempre possibilita realização profissional, e pode, ao contrário, causar problemas, desde insatisfação até exaustão.

Raquel Raichelis (2011) em artigo que discute os desafios do assistente social como trabalhador assalariado, menciona importante situação, aplicável, por analogia, ao contexto do trabalho docente.

Outra questão importante que precisa ser mencionada é a crescente informatização do trabalho, em todos os âmbitos em que ele se desenvolve. No caso do setor público, a exemplo do setor privado, as mudanças tecnológicas também estão sendo profundas em todos os níveis. A incorporação da “cultura do “gerencialismo” da empresa privada no setor público esvazia os conteúdos mais criativos do trabalho, desencadeando o desgaste criado pela atividade mecânica, repetitiva, que não instiga a reflexão. São muitas as pesquisas e estudos que vêm constatando o quanto as tecnologias de informação intensificam os processos de trabalho, produzem um efeito mais controlador sobre o trabalho, organizam e encadeiam as tarefas de modo que desapareçam os tempos mortos, quantificam as tarefas realizadas e permitem a ampliação da avaliação fiscalizatória do desempenho do trabalhador (Raichelis, 2011, p. 432-433).

Essa realidade é vivenciada de forma perversa no cotidiano escolar, reforçando o produtivismo por resultados de aprovação discente e bom aproveitamento nas avaliações externas, que significam aporte de recursos públicos às redes públicas de ensino. As TICs com viés empresarial, implementadas nas escolas, possibilitam que o sistema digital atravesse os espaços pedagógicos, restringindo a atuação do docente ao preenchimento de planilhas e à composição de bancos de dados, permitindo que estes sejam acessados em tempo real e se constituam em ferramentas de vigilância de aspectos quantitativos relacionados à frequência docente/discente, aulas dadas e recursos aplicados.

Nessa conjuntura, as professoras são particularmente afetadas pelos cenários

delineados anteriormente, uma vez que, como mulheres, têm sido submetidas, na sociedade capitalista, à diversas formas de exploração, dentre elas a peculiar concepção social de caber a elas – quase que exclusivamente - a execução do trabalho reprodutivo, afetivo e doméstico, caracterizado pela invisibilidade e não remuneração.

O acúmulo de funções desempenhadas por mulheres nas unidades domésticas às quais se sobrepõe a carga mental e emocional do trabalho docente precarizado é fator de adoecimento que conduz, muitas vezes, à necessidade de afastamento para tratamento de saúde. Contudo, nem sempre isso é uma opção.

Dentro de uma conjuntura de acentuado desemprego, flexibilização das relações de trabalho e acirramento da exploração pelo capital, os professores que atuam na forma de contratos temporários, emergenciais, ou na rede privada, se constituem em um contingente de trabalhadores fragilizados, pois sabem que, mesmo diante de adoecimento, se buscarem atendimento médico serão afastados das atividades laborais, o que pode levar ao rompimento da relação de trabalho.

É importante referir que o papel da escola e do processo de aprendizagem sofreu transformações em decorrência do avanço do neoliberalismo no modo de produção capitalista. O professor, cuja tarefa era ensinar e mediar conhecimento, no objetivo de promover a formação e desenvolvimento do indivíduo, está relegado atualmente a formador de trabalhadores acríticos para atender a demanda do mercado, destinado à reprodução da estrutura social vigente.

As mulheres docentes, que são maioria na educação básica, enfrentam essa problemática de exercer um trabalho desprovido de sentido, muitas vezes, por 40 ou 60 horas semanais e, ainda, paralelo a isso, precisam atender a demanda do ambiente doméstico, onde a docente é, em tempo integral, mulher, mãe, avó, cuidadora e educadora dos filhos e netos.

O trabalho doméstico — e, por extensão, todo o trabalho reprodutivo — tem sido a base invisível sobre a qual a força de trabalho é produzida, sustentada e reproduzida. Sem ele, o capital não poderia existir. No entanto, ele continua sendo desvalorizado, não reconhecido e, frequentemente, não remunerado (Federici, 2017, p. 22).

Compreender que o adoecimento das mulheres docentes não é resultado de fragilidades individuais, mas expressão de uma estrutura que se organiza a partir da exploração do trabalho – produtivo e reprodutivo – das mulheres é fundamental. A precarização do trabalho docente é, portanto, também uma questão de gênero, pois afeta de

forma desproporcional aquelas que historicamente sustentam a base da educação pública brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feminização do trabalho docente no Brasil ultrapassa o caráter meramente estatístico, revelando um fenômeno social permeado por desigualdades estruturais de gênero e classe que se reproduzem historicamente e se intensificam no contexto do neoliberalismo. A presença majoritária das mulheres na docência, especialmente na educação básica, reflete a persistência de uma divisão sexual do trabalho que naturaliza a subvalorização da profissão feminina, ancorada em discursos que associam o trabalho pedagógico à vocação, ao cuidado e à abnegação. Essas representações simbólicas sustentam práticas salariais desiguais, invisibilizam a sobrecarga de trabalho doméstico e legitimam a precarização das condições laborais.

No contexto das políticas neoliberais, a mercantilização da educação e a intensificação do trabalho docente aprofundam a exploração e a desvalorização da profissão, afetando com maior gravidade as mulheres, que, além da sobrecarga no ambiente escolar, acumulam responsabilidades no espaço doméstico.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a formulação e implementação de políticas públicas que incorporem o recorte de gênero e reconheçam a complexidade material e simbólica do trabalho docente feminino. A valorização da profissão exige não apenas remuneração justa e condições dignas de trabalho, mas também a desconstrução dos estigmas que naturalizam a subalternidade feminina no mundo do trabalho e a ampliação da proteção à saúde física e mental das docentes.

Por fim, a superação das contradições entre o valor simbólico e material do trabalho docente feminino demanda um compromisso político e coletivo que ultrapasse a esfera individual, enfrentando a lógica capitalista e patriarcal que ainda estrutura as relações sociais e laborais. Somente assim será possível garantir uma educação pública, democrática e emancipatória, que reconheça e valorize integralmente o papel das mulheres na formação das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane S de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1998.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica**, 2024.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

D³E. **Nota Técnica 8 atuação docente em múltiplas escolas**. São Paulo, out. 2024.

Disponível em: <https://d3e.com.br/relatorios/atuacao-docente-em-multiplas-escolas-no-brasil/>
Acesso em: 12 jun. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.

HIRATA, Helena. **Trabalho e Gênero: autoras, abordagens e categorias**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

LIMA, Kátia R. de S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, p. 86-94, 2011.

NOGUEIRA, Juliana K.; SCHELBAUER, Analete R. Feminização do magistério no Brasil: O que relatam os pareceres do primeiro congresso da instrução do Rio de Janeiro. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 27, p. 78-94, set. 2007.

NOVA ESCOLA. **Pesquisa saúde mental dos educadores 2022**. São Paulo, 10 out. 2022.

Disponível em:

<https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022> Acesso em: 06 jun. 2025.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpa.br/temas/magistrados/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pará
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DA UBERIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

IMPACTS OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES AND UBERIZATION ON THE WORLD OF WORK

Tauane Eduarda Antunes Mendonça

Roberto Barboza Castanho

Resumo: O presente trabalho analisa os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e da lógica da uberização nas transformações do trabalho contemporâneo, com foco na precarização enfrentada por trabalhadores formais, como assistentes sociais, e informais, como motoristas de aplicativo. Com base em autores como Ricardo Antunes, Giovanni Alves e Raquel Raichelis, discute-se como as TICs, apesar de ampliarem a conectividade e a produtividade, também intensificam o controle, a vigilância e a exploração no trabalho. A uberização, expressão da flexibilização neoliberal, consolida relações laborais marcadas pela instabilidade, desproteção e individualização. Observa-se que, embora com especificidades, ambas as categorias vivenciam formas semelhantes de intensificação do trabalho, adoecimento e perda de direitos. O estudo conclui destacando a necessidade de estratégias coletivas de resistência e de regulação que assegurem condições dignas diante da crescente digitalização e plataformação do trabalho.

Palavras-chave: trabalho, Tecnologias da informação e comunicação, uberização

Abstract: The present work analyzes the impacts of Information and Communication Technologies (ICTs) and the logic of uberization on the transformations of contemporary work, focusing on the precariousness faced by formal workers, such as social workers, and informal workers, such as app drivers. Drawing on authors such as Ricardo Antunes, Giovanni Alves, and Raquel Raichelis, the article discusses how ICTs, despite expanding connectivity and productivity, also intensify control, surveillance, and exploitation in the workplace. Uberization, an expression of neoliberal flexibilization, consolidates labor relations marked by instability, lack of protection, and individualization. It is observed that, although with specific characteristics, both categories experience similar forms of work intensification, illness, and loss of rights. The study concludes by highlighting the need for collective resistance and regulatory strategies that ensure dignified conditions in the face of the increasing digitalization and platformization of work.

Keywords: Work, Information and Communication Technologies, Uberization

1 INTRODUÇÃO

As transformações no mundo do trabalho ao longo das últimas décadas têm revelado profundas alterações nas formas de organização, controle, desempenho e remuneração da força de trabalho. A intensificação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) aliada à ascensão de modelos de gestão baseados em plataformas digitais reconfigurou a dinâmica laboral no capitalismo contemporâneo. Nesse contexto, fenômenos como a uberização e a plataformização do trabalho emergem como expressões da reestruturação produtiva sob a lógica neoliberal, marcadas pela desregulamentação, flexibilização e precarização das relações laborais.

Antunes (2018) faz um alerta sobre a uberização, sua aparência de “autônomo” encobre a formação de um exército de trabalhadores/as intermitentes, disponíveis e que se tornam, nos termos de Antunes, em escravos/as digitais. A uberização como tendência visa também tornar as relações de trabalho mais individualizadas e invisibilizadas, de acordo com Abílio (2020), esses fenômenos indicam o fim de uma era de gerenciamento da força de trabalho centrada no trabalho regulamentado, com vínculo formal e duradouro, para proliferar novas relações em que o núcleo é a desregulamentação da proteção, transformando-o em ocasional e sem garantias.

Cabe destacar que o uso das TICs não se restringe apenas aos chamados trabalhos informais ou autônomos. Também impacta de forma significativa os trabalhadores formais, inclusive em setores historicamente vinculados ao serviço público e à proteção social, como é o caso do Serviço Social. A incorporação de tecnologias nos ambientes institucionais, sob o discurso da modernização e da eficiência, tem implicado a intensificação do trabalho, a ampliação de metas, o controle informatizado das atividades e a desumanização das relações de trabalho. Nesse cenário, assistentes sociais têm vivenciado, cada vez mais, o tensionamento entre os princípios ético-políticos da profissão e as exigências gerenciais imposta pelas instituições.

Ao mesmo tempo, no âmbito do trabalho informal, os motoristas de aplicativo representam um dos exemplos mais emblemáticos do novo modelo de exploração digitalizada. Inseridos em plataformas como Uber, 99 e similares, esses trabalhadores operam sob uma lógica de “autonomia” que, na prática, mascara relações profundamente assimétricas, marcadas por instabilidade de renda, ausência de direitos trabalhistas e dependência de algoritmos que regulam sua produtividade, remuneração e visibilidade no sistema. O discurso do “empreendedor de si” atribui a esses indivíduos a responsabilidade pelo próprio sucesso ou

fracasso, desconsiderando a precariedade estrutural que os envolve.

Dessa forma, o presente artigo parte do objetivo de analisar criticamente os impactos das TICs e da lógica uberizada no mundo do trabalho, com base em dois recortes complementares: o trabalho formal de assistentes sociais no setor público e o trabalho informal dos motoristas de aplicativo nas plataformas digitais. A escolha desses dois grupos visa justamente revelar como a precarização assume diferentes formatos, mas avança de forma generalizada sobre distintos segmentos da classe trabalhadora.

Ao abordar o caso dos assistentes sociais, pretende-se evidenciar como as TICs têm sido utilizadas como mecanismos de intensificação do trabalho, ainda que em contextos de estabilidade formal. Já ao analisar os motoristas de aplicativo, busca-se demonstrar como a lógica da uberização aprofunda a informalidade e a desproteção, consolidando uma nova forma de exploração trabalhista sob a aparência da autonomia. Com isso, pretende-se contribuir para o debate sobre os rumos do trabalho no século XXI, alertando para os perigos da naturalização da precarização digital e para a necessidade urgente de novas formas de regulação, organização coletiva e resistência política frente às metamorfoses do capital e suas expressões tecnológicas.

2 AS TICs E A REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Antunes e Filgueiras (2020) sinalizam que as transformações e o crescimento do trabalho estão associados ao desenvolvimento tecnológico, especificamente, a partir da segunda metade do século XXI no que se refere a uberização¹. Sendo esta decorrência de diversos fatores como por exemplo a expansão do mercado e o acirramento/competividade gerados pelo modo de produção capitalista em um contexto global. O imperativo do cotidiano torna-se gerar mais-valor sem incorrer em ônus trabalhista para as empresas, sustentando-se a partir da corrente de pensamento neoliberal.

Tais transformações oriundas das tecnologias da informação e comunicação (TIC) tangenciam as relações sociais de um modo geral, e principalmente, o mundo do trabalho (Antunes, Filgueiras, 2020). Muitas vezes, materializando-se em diferentes níveis de alienação, devido a dinamicidade dos fatos nas relações sociais, apreensão/consumo dos

¹ Uberização: Pode ser compreendida como um novo modelo de trabalho, mais flexível e sem vínculo empregatício formal, preconizando as relações de trabalho. Apesar da denominação do fenômeno da uberização fazer referência a empresa do UBER, não se restringe somente ao mesmo (Ramos, 2022).

conteúdos em meio digital, ou seja, operando diretamente na subjetividade e objetividade dos indivíduos, bem como aponta Alves (2007, p.57),

A mercadoria-informação é a última fronteira da modernização tardia [...] cujo modo de ser manipulatório é constituído por redes de informações lingüístico-imagéticas que atingem a subjetividade complexa de homens e mulheres. Elas impregnam o próprio fluxo societal, buscando constituir consentimentos e comportamentos pró-ativos e instaurar novas formas fetichizadas de intercambio social.

Assim, com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e suas várias formas de aparecer na realidade, surge o fenômeno da uberização. Esse processo é complexo e pode ser entendido de diferentes maneiras, sendo amplamente divulgado e consumido tanto nas redes digitais quanto em mídias tradicionais, como TV e rádio. De um lado, a uberização é apresentada como sinônimo de empoderamento, exaltando a ideia de que o "empreendedor" conquista seu espaço no mercado com esforço e dedicação, como se estivesse construindo um império, uma visão distorcida e alienante da realidade.

Dessa forma, a uberização caracteriza-se por uma inserção informal/precária e compulsória no mercado de trabalho. O seu caráter de inserção informal/precária refere-se à não existência de garantias legais – vínculo empregatício- asseguradas para os profissionais de aplicativos. A partir disso, entende-se como sinônimos informal e precário, pois são as características inerentes a inserção do profissional de aplicativo no mercado de trabalho. Já o caráter compulsório advém da subsistência, já que exercer as atividades como profissional de aplicativo torna-se o único meio de inserção, mesmo que de maneira precária e informal, para prover as necessidades imediatas.

Destaca-se que o processo de desenvolvimento do capital e das relações sociais perpassam diferentes níveis relacionais da sociedade, em contextos micro e macro societários. Devido a essas medições presentes de forma diversificada e multifacetada no cotidiano dos sujeitos, as quais interagem de maneira subjetiva e objetiva, apreende-se o complexo categorial da uberização. Tal complexo não necessariamente promove uma cisão do modo de produção, mas o transforma, o modifica, em paralelo com o desenvolvimento tecnológico (e seu acesso pela maior parte da população), intensificando/inovando a exploração do trabalho e em determinada medida o descaracterizando. Pois, como elucida Abílio (2020, p. 112- 113),

A uberização do trabalho define uma tendência em curso que pode ser generalizável pelas relações de trabalho, que abarca diferentes setores da economia, tipos de ocupação, níveis de qualificação e rendimento, condições de trabalho, em âmbito global [...] a uberização evidencia o presente e as tendências da gestão e subordinação do trabalho, que operam na indistinção entre vigilância, controle e

gerenciamento do trabalho. Envolve a possibilidade de extração, processamento e gerenciamento de dados em dimensões gigantescas e ao mesmo tempo centralizadas, contando com as possibilidades contemporâneas de mapeamento integral do processo produtivo.

Logo, como afirma Abílio (2020), independentemente da qualificação profissional o sujeito inserido na relação de uberização assume os riscos e custos para sua própria atuação no mercado de trabalho. Descaracterizando-se como assalariado, empregado e ou colaborador da empresa, e assim aliando-se a nova alcunha a de empreendedor e ou autônomo.

Dessa maneira, no atual período histórico devido às transformações proporcionadas pelo desenvolvimento da categoria trabalho e o refino da subjetividade humana foi possível a TIC assumir um papel central no contexto da uberização. Tendo em vista, que a mesma possibilita um verdadeiro leque de alternativas e ajustes, no que se refere às relações de gestão e processo de trabalho, conforme Antunes e Filgueiras (2020, p. 29) “[...] grandes transformações na organização e natureza das relações de trabalho associadas à utilização de novas tecnologias”. Dessa maneira, intensificando/inovando a exploração do trabalho.

3 OS TRABALHADORES INFORMAIS E O COTIDIANO DA UBERIZAÇÃO: o caso dos motoristas de aplicativo

A partir do exposto anteriormente, surgem as problemáticas em relação aos direitos dos trabalhadores em contexto de uberização. Inicialmente, as empresas aplicativos inserem-se como intermediárias nas relações entre trabalhador/prestador de serviço e cliente, isto é, somente promovem o intercâmbio entre as partes, assim assumindo o papel de mediadora e atribuindo a ambos o papel de clientes. Com isso, a recusa da condição de assalariamento tanto de maneira objetiva, quando subjetiva – presente no discurso empresarial-, no qual se intensifica com a TIC, fomentando a alienação e, conseqüentemente, a subordinação do trabalhador uberizado (Antunes; Filgueiras, 2020).

Devido a essa relação de alienação no discurso promovida pelas empresas aplicativos e reproduzida pelos indivíduos nas suas mais variadas relações do cotidiano (e principalmente em meio digital), emerge-se momento de contradição, isto é, como abordado anteriormente refere-se a visão alienada e alienante acerca da uberização a qual dificulta a busca de direitos. Com tanto, promove-se o não reconhecimento como trabalhador, o descaracteriza para si, reproduzindo a fabula do empreendedorismo (intensificando o individualismo e meritocracia),

argumenta Abílio (2020, p. 112) “[...] resulta da flexibilização do trabalho, aqui compreendida como essa eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador.”

Ainda conforme Abílio (2020, p. 116) “[...] O trabalhador uberizado inicia sua jornada sem ter qualquer garantia sobre qual será sua carga de trabalho, sua remuneração e o tempo de trabalho necessário para obtê-la.” Dentro disso, a empresa aplicativo exime-se dos encargos e direitos trabalhistas, maximizando os lucros e intensificando ainda mais a exploração.

Por não estabelecer vínculo empregatício reconhecido o trabalhador uberizado não possui direitos trabalhistas assegurados, como por exemplo: o contrato de trabalho; carga horária de trabalho estabelecida semanal e mensalmente; salário mínimo; adicionais (insalubridade, horas extras, reflexo de horas/descanso semanal); férias de até trinta dias com acréscimo de um terço aos proventos recebidos; décimo terceiro salário; contribuição para o INSS e FGTS (assegurados parte pela empresa e parte pelo Estado/ modelo atual de contribuição da previdência social). Desse modo como aponta Abílio (2020, p. 112) “[...] um amplo processo de informalização do trabalho, processo que traz mudanças qualitativas para a própria definição de trabalho informal”. Com isso, corrobora-se as características anteriormente mencionadas acerca da inserção- informal/precária e compulsória- do trabalhador.

A partir disso, identifica-se o principal ponto modal do presente tópico, já que mesmo para haver essa relação descaracterizada, há existência subentendida de um contrato, de direitos e deveres. Mesmo que empresas aplicativos defendam-se afirmando que o único “contrato” seria um termo de adesão de serviços firmado entre as partes, sendo necessário apenas o cumprimento de requisitos mínimos (Abílio, 2020). Pois, justamente esse mero termo de adesão firmado entre: empresas de aplicativos e cliente empreendedor, qualifica sua relação como sendo trabalhista, sendo que a mercadoria transacionada muitas vezes é a prestação de um serviço, bem como aponta Mascaro (2019, p. 18)

A célula mínima de tais estruturas de exploração é a mercadoria. Uns vendem e outros compram. A transação comercial somente se estrutura se comprador e vendedor forem considerados sujeitos de direito, isto é, pessoas capazes de se vincularem por meio de um contrato no qual trocam direitos subjetivos e deveres. Essa troca é intermediada pela autonomia da vontade dos sujeitos. A mercadoria acarreta determinados institutos reputados estritamente por jurídicos.

Diante disso, a adesão ao discurso do empreendedorismo difundido pelas empresas de

aplicativo, aliada à aceitação desse modelo por parte dos próprios trabalhadores, contribui para mascarar a existência de uma relação de trabalho. Mesmo sem se reconhecerem como trabalhadores, devido aos diferentes níveis de alienação promovidos pelas plataformas digitais e reforçados pela lógica da sobrevivência imediata, esses sujeitos acabam se distanciando de sua própria condição de classe. Assim, tornam-se figuras contraditórias: trabalham, mas não se veem como trabalhadores, uma forma de descaracterização que os torna anônimos de si mesmos, perdendo a consciência de sua posição na estrutura social.

4 A PRECARIZAÇÃO QUE ACOMETE OS TRABALHADORES FORMAIS: o caso dos Assistentes Sociais

Diferentemente dos trabalhadores uberizados, os assistentes sociais necessitam de vínculo empregatício formal para garantir sua reprodução enquanto profissionais. Segundo Yamamoto (2011), a inserção do assistente social no mercado de trabalho é fundamental, pois está relacionada à sua atuação na divisão sócio-técnica do trabalho, contribuindo, assim, para o processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista.

Neste processo de contradição, o serviço social atende tanto aos interesses do capital, através da criação de condições favoráveis para a reprodução da força de trabalho, como ao mesmo tempo e pela mesma atividade atende aos interesses do trabalhador, dando respostas às necessidades de reprodução da classe trabalhadora. Esse antagonismo vivenciado pelo serviço social, é fruto histórico da profissão, corrobora-se,

O Serviço Social, como profissão, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora. Isto é: na criação de bases políticas para o exercício do poder de classe. Intervém, ainda, através dos serviços sociais, na criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho (Yamamoto, 2011, p. 100).

Compreende-se que o Serviço Social se desenvolveu em meio as contradições políticas e econômicas da dinâmica de relação entre classes na sociedade capitalista. A relação capital x trabalho, provocou inúmeras metamorfoses na sociedade que se estenderam em todas as esferas da vida societária. Como um exemplo já citado anteriormente a crise de 1970, deixou a marca de recessão econômica em escala global e ao mesmo tempo redesenhou o perfil do capitalismo coetâneo (Braz, Netto, 2012).

Para compreender esse processo contínuo de precarização do trabalho do Serviço Social, parte-se do pressuposto de que a configuração do capitalismo contemporâneo resultou em mudanças significativas na estrutura social, econômica e política da sociedade brasileira. Como ressalta Iamamoto (2011) ao afetar o modo de reprodução da vida social, os impactos da reestruturação produtiva do capital acabaram por afetar as relações de trabalho que envolvem, também, o serviço social, já que a mesma está inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, legitimada pelo Estado e pelo mercado de trabalho para atuar no planejamento e execução de políticas públicas e sociais.

Em relação às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o trabalho desenvolvido pelos profissionais assistentes sociais, elas vêm impactando de forma crescente o cotidiano profissional, alterando não apenas os meios de execução do trabalho, mas também as relações sociais que o estruturam. Essas tecnologias, ao mesmo tempo que oferecem ferramentas que podem facilitar a organização, o registro de informações e a comunicação com os usuários, também impõem desafios significativos à categoria, sobretudo quando inseridas em contextos marcados pela precarização das políticas públicas.

Em suma, as novas TIC trazem grandes mudanças para o mundo do trabalho, os seus elementos centrais estão canalizados tanto para elevar a capacidade de controlar e comandar um enorme exército de força sobrando de trabalho, do que resulta um aumento exponencial, tanto na exploração, quanto na espoliação do trabalho, levando ao limite os interesses ditames do capital e de suas corporações. Desse modo, as TIC se configuram como um elemento vital, dentre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo de nosso tempo. etc. (Filgueiras, Antunes, 2020, p.38).

No âmbito do serviço social, as TICs são frequentemente incorporadas como instrumentos de gestão, controle e produtividade, refletindo as tendências neoliberais de racionalização dos processos de trabalho e de busca por eficiência a qualquer custo. Iamamoto (2008, p. 51) destaca o impacto das transformações do Estado e da gestão sobre os profissionais, “o trabalho do assistente social vem sendo tensionado pela lógica da produtividade, com sobrecarga de tarefas, racionalização de procedimentos e redução do tempo destinado à escuta e ao acompanhamento qualificado.”

Soma-se a isso a intensificação do trabalho, o aumento da cobrança por metas e resultados, a vigilância digital e a redução do tempo destinado ao contato humano e à escuta qualificada, elementos centrais à prática profissional crítica e ética. Behring (2011, p. 23) adverte para a incorporação acrítica da tecnologia nos serviços públicos, que “a tecnologia

não substitui o conteúdo ético-político da ação profissional". A sua adoção sem mediações críticas pode aprofundar desigualdades e fragilizar a relação com os usuários.”

Outro aspecto preocupante é o avanço das plataformas digitais e a incorporação de lógicas da uberização e da informalidade também em espaços de atuação do Serviço Social, principalmente por meio de contratos temporários, terceirização e serviços por demanda. Nessa dinâmica, a tecnologia não apenas modifica a forma de trabalho, mas também reforça relações de exploração, instabilidade e desvalorização profissional.

Além disso, enquanto categoria profissional que atua na defesa e efetivação dos direitos dos trabalhadores, os assistentes sociais precisam compreender que a uberização, ao intensificar o trabalho e gerar diversas consequências já discutidas, impacta diretamente a vida dos indivíduos. Esses impactos se manifestam no plano particular de cada sujeito, por meio do estranhamento, do desgaste físico e emocional, entre outros. Tais efeitos são expressões da questão social, que muito provavelmente os profissionais enfrentam em seu cotidiano de trabalho.

Portanto, as estratégias adotadas pelo capital não excluem os assistentes sociais dos impactos provocados pelas transformações no mundo do trabalho. Pelo contrário, enquanto trabalhadores assalariados, esses profissionais vivenciam cotidianamente as desregulamentações e exigências impostas pela lógica capitalista. Segundo Raichelis (2011), nesse contexto de flexibilização e precarização, os assistentes sociais estão submetidos à constante insegurança no emprego, altos índices de desemprego, formas precárias de contratação e subcontratação, salários baixos, desvalorização do trabalho e da formação profissional, além de ambientes sócio-ocupacionais instáveis. Somam-se a isso os crescentes índices de adoecimento e as ameaças que afetam sua subjetividade, suas condições de vida e sua reprodução social, submetendo-os às exigências do capital.

Em um cenário marcado pela regressão dos direitos sociais e pela precarização das políticas públicas e sociais, essas exigências colocam sobre os profissionais um peso ainda maior, exigindo esforços constantes para atender às necessidades da população e resistir aos efeitos destrutivos do capital.

Em face desta perspectiva, compreende-se que os assistentes sociais, aqui entendidos enquanto sujeitos trabalhadores, inseridos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, são também acometidos pelo processo de reestruturação produtiva. Este interfere em suas condições de trabalho, assim como nos processos de trabalho em que se encontram inseridos. A intensificação e a precarização do trabalho, ou melhor, as diversas alterações degradantes no universo do trabalho,

atingem direta e/ou indiretamente o trabalhador dessa classe. (Santos, Stampa, 2020, p.2)

Diante disso, a “pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros” (Raichelis, 2011, p.42) intensificam ainda mais a fragilidade desses profissionais. Cavalcante (2009, p.8), entende a precarização como “uma das consequências da flexibilização e da desregulamentação do trabalho que se apresenta de forma intensificada quando as condições de trabalho se agravam significativamente”. Fundamental para compreender que os vínculos frágeis, os pífios salários, as estruturas físicas debilitadas para execução de seu trabalho, são sinais claros da ampliação do trabalho precarizado de tais profissionais.

Constate-se que tal categoria vem sendo acometida de forma intensificada pela precarização do mundo do trabalho, tanto no desenvolvimento de suas ações profissionais, quanto para sua inserção no mercado de trabalho, já que a cada vez mais o seus possíveis campos de atuação vem sofrendo retrocessos frente medidas neoliberais e que a desqualificação e desregulamentação do trabalho desenvolvido pelos mesmos, são naturalizados nos processos de fetiche do capital que se expandem no Brasil, forjando a dinâmica atual de espoliação dos trabalhadores em novas formas de organização e realização do trabalho. Soma-se a isso, novas requisições mediante o avanço das TIC's, o que tem intensificado ainda mais o trabalho desses profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, torna-se evidente que as transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e pela lógica da uberização, representam não apenas uma reconfiguração técnica dos modos de produzir, mas sobretudo uma intensificação das formas de exploração e precarização do trabalho. O avanço dessas tecnologias, embora apresente possibilidades de dinamização e ampliação do alcance das atividades profissionais, tem sido apropriado pelo capital como instrumento de controle, individualização e fragmentação da classe trabalhadora.

Tanto os trabalhadores informais, representados pelos motoristas de aplicativo, quanto os trabalhadores formais, como os assistentes sociais, vivenciam, em diferentes níveis, os efeitos da flexibilização neoliberal: instabilidade, sobrecarga, insegurança, desvalorização e

adoecimento. Ainda que inseridos em regimes distintos de trabalho, ambos são atravessados pelas mesmas determinações estruturais do capitalismo contemporâneo, marcado pela desregulamentação e pela retração dos direitos sociais.

Nesse cenário, é urgente fortalecer estratégias coletivas de resistência que articulem sindicatos, conselhos profissionais, movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora. É fundamental disputar o sentido das TICs e das inovações tecnológicas, subvertendo seu uso como ferramenta de dominação para que possam se tornar instrumentos de emancipação e de promoção de condições dignas de trabalho. Para isso, torna-se necessário reafirmar o projeto ético-político do Serviço Social e defender políticas públicas que assegurem direitos, proteção social e dignidade para todos os trabalhadores, formais ou informais, no contexto do capitalismo digitalizado.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Estudos Avançados*, [S. l.], v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3498.008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/170465>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. *Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. *Introdução ao estudo do direito*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MAURÍCIO, Juliana Menezes Mendes. *Alienação e trabalho estranhado: eis o x da questão*. 5º Encontro Internacional de Política Social, Vitória (ES), 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: [NETTO e BRAZ - Economia Política uma introdução crítica.pdf - Google Drive](#). Acesso em: 25 jun. 2025.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e serviço social: um estudo sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RAICHELIS, Raquel. *O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social*. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Gestão do trabalho no SUAS: uma contribuição necessária*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

RAICHELIS, Raquel. *O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos*. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAMOS, Débora. *Uberização do trabalho: o que é e quais suas consequências*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://coonecta.me>. Acesso em: 25 jun. 2025.

RODRIGUES, Nara Letícia Ramos; et al. *O presente e o futuro do trabalho precarizado dos trabalhadores por aplicativo*. *Cadernos de Saúde Pública*, Campinas, 2021. Disponível em: <https://scielo.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SANTOS, Flávia Barbosa Pardini; STAMPA, Inez Teresinha. *Precarização do trabalho do assistente social no Brasil: um olhar a partir da produção de pós-graduação*. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://puers.br>. Acesso em: 27 Ago. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Rio Grande
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

INGRESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL

ADMISSION AND RETENTION OF STUDENTS IN PUBLIC UNIVERSITIES: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN THE FIELD OF SOCIAL WORK

Loiva Mara de Oliveira Machado¹

Nauí dos Santos Prestes²

Gabriel da Silva dos Anjos³

Resumo: O trabalho objetiva socializar dados parciais da pesquisa: Universidade para quem? Os desafios da permanência de estudantes dos cursos noturnos da saúde na UFRGS, que teve por objetivo geral: Analisar quais as principais dificuldades e estratégias frente ao ingresso e a permanência das(os) estudantes matriculadas(os) no período de 2019/1 a 2022/2 nos cursos noturnos de Psicologia, Odontologia, Serviço Social e Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para subsidiar as instâncias deliberativas da universidade quanto à (re)formulação, fortalecimento e ampliação das políticas de assistência estudantil. A pesquisa foi desenvolvida pelo Grupo PET Conexões de Saberes: Cenários de Práticas e Estágios Curriculares Noturnos da UFRGS, que contempla os cursos de Odontologia, Psicologia, Saúde Coletiva e Serviço Social. Os dados ora apresentados estão centrados na área do Serviço Social, objetivando elucidar desafios frente à realidade vivenciada por estudantes e possíveis estratégias voltadas à permanência no ensino superior as quais demandam o acesso a um conjunto de políticas públicas e medidas institucionais voltadas à permanência estudantil no ensino superior.

Palavras-chave (Keyword, palabras clave): Universidade Pública; Ações Afirmativas; Políticas de Permanência Estudantil; Formação Profissional; Serviço Social.

Abstract: The study aims to share partial data from the research: University for whom? The challenges of student retention in evening health courses at UFRGS, which had the overall objective of analyzing the main difficulties and strategies related to the admission and retention of students enrolled in the period from 2019/1 to 2022/2 in evening courses in Psychology, Dentistry, Social Work, and Public Health at the Federal University of Rio Grande do Sul, to support the university's deliberative bodies in the (re)formulation, strengthening, and expansion of student assistance policies. The research was developed by the PET Knowledge Connections Group: Scenarios of Nighttime Practices and Internships at

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da UFRGS. Líder do Aya – Grupo de Pesquisa, Extensão e Formação em Relações Étnico-Raciais e de Gênero. Integrante do Grupo PET Conexões Cenários de Práticas e Estágios Curriculares Noturnos da UFRGS. E-mail: loivadeoliveira@ufrgs.br

² Estudante do Curso de Serviço Social. Integrante do Grupo PET Conexões Cenários de Práticas e Estágios Curriculares Noturnos da UFRGS. E-mail: nauiprestes99@gmail.com

³ Estudante do Curso de Serviço Social. Integrante do Grupo PET Conexões Cenários de Práticas e Estágios Curriculares Noturnos da UFRGS. E-mail: gabrielsanjos288@gmail.com

UFRGS, which covers the courses of Dentistry, Psychology, Public Health, and Social Work. The data presented here focus on the area of Social Work, with the aim of elucidating the challenges faced by students and possible strategies for remaining in higher education, which require access to a set of public policies and institutional measures aimed at retaining students in higher education.

Keywords: Public University; Affirmative Action; Student Retention Policies; Professional Training; Social Work.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva socializar dados parciais de pesquisa desenvolvida pelo Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões Cenários e Práticas de Estágios Curriculares Noturnos da UFRGS, que contempla os cursos de Odontologia, Psicologia, Saúde Coletiva e Serviço Social. Este é um dos 16 PETs organizados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi criado em 2010 e contempla quatro cursos da área da saúde noturnos. O perfil do grupo é interdisciplinar, o que demanda uma metodologia de trabalho coletiva, voltada ao exercício do protagonismo das(os) estudantes de graduação no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações do PET, objetivando o alcance das ações do Programa PET que visa a desenvolver as atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica das(os) estudantes de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior no país; estimular o espírito crítico, bem como, a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; contribuir com a política de diversidade na instituição de ensino superior (IES), por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial, sexual, de gênero e antipacifistas.

A pesquisa “Universidade para quem? Os desafios da permanência de estudantes dos cursos noturnos da saúde na UFRGS”, tem por objetivo geral: Analisar quais as principais dificuldades e estratégias frente ao ingresso e a permanência das(os) estudantes matriculados no período de 2019/1 a 2022/2 nos cursos noturnos de Psicologia, Odontologia, Serviço Social e Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para subsidiar as

instâncias deliberativas da universidade quanto à (re)formulação, fortalecimento e ampliação das políticas de assistência estudantil.

A pesquisa foi registrada sob nº 44.697 na Plataforma de Pesquisa da UFRGS e aprovada pela Comissão de Pesquisa e pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (IPSSCH/UFRGS), CAAE: 74955623.6.0000.5334, parecer nº 6.499.362. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário on-line, com encaminhamento de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A análise de dados foi desenvolvida a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2004). O estudo observou as disposições descritas na Resolução 510/2016 do CONEP e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei 13.709/18) e orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, conforme disposto no ofício circular 01/2021 CONEP. Assim, o link com o roteiro do questionário on-line e Termo de Consentimento (TCLE) foram encaminhados às Comissões de Graduação (COMGRADS) de cada um dos quatro cursos noturnos da saúde para que enviassem às(aos) estudantes ingressantes nos semestres entre 2019/1 e 2022/2.

A escolha do período de pesquisa teve como referência o ingresso um ano antes do início do período pandêmico e o semestre de retomada das atividades acadêmicas, na modalidade presencial, no período de maior estabilidade frente aos agravos decorrentes da pandemia. A pesquisa já está concluída e os dados parciais deste trabalho referem-se à área do Serviço Social, objetivando elucidar os desafios enfrentados por estudantes nesta área, bem como, possíveis estratégias a serem construídas que possibilitem o ingresso, a permanência e a conclusão da graduação em instituições públicas de ensino superior.

Em consonância com as lutas da classe trabalhadora no âmbito da educação pública, partimos em defesa de uma “[...] universidade pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada” (ANDES, 2013, p. 14) e de uma formação que visa, entre outros princípios a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1993, p. 6).

2 DESENVOLVIMENTO

O curso de graduação em Serviço Social foi criado por meio da Decisão nº 259/2009 do Conselho Universitário da UFRGS, visando atender a demanda de ensino público e

gratuito da região. Além disso, segundo o Projeto Pedagógico (2024) do curso:

A criação do Curso de Serviço Social baseou-se nas especificidades regionais e institucionais com intuito de responder aos atuais desafios que a área enfrenta numa sociedade que vivencia transformações de toda ordem: social, econômica, política, cultural e ambiental e que requerem novos espaços sócio-ocupacionais e responsabilidades aos profissionais. (Serviço Social, 2024, p. 2).

A criação do curso ocorreu por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tinha como objetivo a ampliação do acesso e das formas de permanência no ensino superior. O ingresso da primeira turma de Serviço Social aconteceu no ano de 2010 por meio do Concurso Vestibular. O curso apresenta como um dos seus objetivos “formar assistentes sociais com uma sólida base teórico- metodológica que os habilite a compreender e intervir nos processos sociais que tecem o cenário da sociedade brasileira” (COMGRADSSO, *site institucional*).

O curso tem duração prevista de nove semestres, totalizando três mil e sessenta horas, contabilizando créditos obrigatórios, eletivos, carga extensionista e complementar necessária para conclusão da graduação conforme informações disponíveis na COMGRADSSO (*site institucional*) referente a versão original do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Quanto ao Perfil de Egressa(o), descrito no Projeto Pedagógico, busca-se que o profissional formado em Serviço Social pela UFRGS obtenha o conhecimento necessário para o trabalho sob uma perspectiva ética e política, sendo capacitado para a inserção em diferentes espaços de trabalho. O Projeto Pedagógico do curso vem sofrendo alterações desde sua implementação, buscando acolher as revisões da grade curricular solicitadas pela comunidade acadêmica do Serviço Social, cuja responsabilidade é do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e da Coordenação Colegiada da COMGRAD de Serviço Social.

Cabe destacar, que segundo Fortes (2014), para a categoria do Serviço Social a assistência estudantil está inserida no campo dos direitos, sendo uma política fundamental para que a educação seja efetivada enquanto um direito universal para todos(as). Logo, compreende-se que deve haver uma defesa de políticas e estratégias que viabilizem a permanência das(os) estudantes na referida graduação, buscando garantir as condições para a manutenção de vida e aumentando as possibilidades de conclusão do curso.

A história da graduação em Serviço Social na UFRGS é breve e marca um período importante, pois, atualmente é o único curso da área oferecido na modalidade 100% presencial, diante da oferta de cursos na modalidade EAD em IES privadas em Porto Alegre.

Os dados coletados a partir do questionário on-line informam que o curso de Serviço Social corresponde ao número total de 16 participantes, representando 32,7% do total de discentes (49) que responderam ao questionário. Destaca-se que as questões de respostas eram de múltipla escolha, portanto, o percentual para cada resposta não finaliza em 100% pois as pessoas poderiam marcar mais de uma opção para cada alternativa.

No que se refere ao perfil há uma predominância na faixa etária de 21-30 anos, correspondendo a 62,5%, seguido de 31-40 anos, correspondendo a 25%, com exceção de 6,25% que corresponde respectivamente às faixas etárias de menos de 20 anos e 41 a 50 anos. O maior grupo de ingressantes é o de 2022, representando 31,25% do total, com 5 estudantes. O ingresso de estudantes em 2021 e 2019 correspondem a mesma quantidade, ou seja, cada grupo com 4 estudantes, representando 25% do total, tal equilíbrio pode indicar um número relativamente estável de ingressos nesses anos. O menor grupo é o de 2020, com 3 estudantes, representando 18,75% do total. Esse menor número pode ser analisado em contexto com eventos externos, como a pandemia de COVID-19, que pode ter impactado o ingresso de novas(os) estudantes e a permanência de quem já estava no curso.

As pessoas autodeclaradas brancas que participaram da pesquisa correspondem a 50% do total, composto por 8 estudantes. E os outros 50% são formados por pessoas negras (pretas e pardas), sendo que as(os) estudantes pardas(os) constituem 18,75% do total, e estudantes pretas(os) com 31,25%. Em relação à autodeclaração referente à raça e etnia, na pesquisa nacional promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social também é possível identificar que o número de pessoas autodeclaradas negras (pretas e pardas) correspondem a 50,34% (CFESS, 2023, p. 30).

A similaridade entre os dados da amostra local e o da pesquisa nacional do CFESS (2023) não apenas valida a representatividade do grupo, mas também reflete uma tendência à alteração da composição racial no ensino superior, impulsionada pelas ações afirmativas. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) foi um marco legal fundamental ao instituir a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, com recortes de renda e raça, nas instituições federais.

Segundo pesquisa do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra) com base no Censo da Educação Superior publicada em 2024, a porcentagem de estudantes pretos e pardos no ensino superior cresceu de 26% para 43% entre 2014 e 2019, superando a população branca, que representava 40% no último período. Dessa forma, é inegável a contribuição da Lei de Cotas para a deselitização e a democratização do acesso de estudantes

pretos e pardos ao ensino superior.

Todavia, é necessário avançar e transcender a política de acesso, buscando consolidar uma política de permanência robusta, que inclua assistência estudantil, apoio psicossocial, ações de combate ao racismo institucional e a revisão de currículos e metodologias de ensino para que sejam socialmente referenciados, antirracistas e anticapacitistas. A efetivação da justiça social e educacional depende, portanto, da consolidação dessas conquistas, assegurando que a entrada na universidade se traduza em formação, qualificação e conclusão do curso para a população negra.

Ainda, em relação ao perfil das(os) estudantes, a maioria que responderam à pesquisa são mulheres cis, representando 75% do total. Esse dado reflete uma tendência no curso de Serviço Social, onde a presença feminina é tradicionalmente mais alta, pois, conforme pesquisa publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2022), no Brasil 92% das profissionais assistentes sociais são do sexo feminino. As mulheres cis heterossexuais formam o maior subgrupo, com 31,25% do total, fazendo referência também ao perfil predominante na categoria profissional, já as mulheres cis homossexuais representam 25% do total e as mulheres cis bissexuais correspondem a 18,75% do total. Os homens cis heterossexuais representam 12,50% do total, já homens homossexuais e bissexuais correspondem a 6,25% do total, indicando uma menor diversidade entre os homens cis comparado às mulheres cis.

Analisando esses percentuais podemos afirmar que, apesar de avanços, uma das parcelas mais marginalizadas da sociedade brasileira ainda não tem acesso garantido ao ensino superior. Mesmo com a universalização do uso do nome social em várias áreas, como da saúde à educação, permitindo que pessoas trans ocupem espaços públicos com um mínimo de dignidade e legitimidade, sua presença nas instituições de nível superior continua sendo muito reduzida. A necessidade da implementação de cotas para pessoas transexuais dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é uma demanda e foi pautada durante todo o ano letivo de 2025. Houve diversos tipos ações como plebiscitos populares, um abaixo assinado, manifestações nas Ruas e até mesmo a criação de uma comissão focada para regulamentação das cotas trans dentro da universidade.

É fundamental destacar a incidência política de movimentos sociais para a efetivação de cotas para pessoas trans na universidade. Essa luta ganhou força em 2023 devido ao Projeto de Lei (PL 3109/2023) proposto pela deputada federal Erika Hilton, que tinha como objetivo o estabelecimento da reserva de vagas para pessoas trans e travestis em universidades

e demais IES federais. Na UFRGS, há uma intensa mobilização de coletivos e entidades estudantis que seguem pressionando a administração universitária pela criação de uma política de ação afirmativa específica. No Rio Grande do Sul, as únicas universidades federais que aprovaram uma política de cotas para a população trans foram a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

A demanda por cotas para a população trans constitui uma resposta necessária à histórica exclusão educacional desse grupo, visando fomentar sua inserção no ensino superior e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. No entanto, o ambiente escolar permanece um dos espaços mais hostis e desafiadores para a permanência de pessoas trans e travestis. Essa realidade é cruelmente evidenciada pelo dado de que mais de 70% de pessoas trans e travestis são levadas a abandonar a escola ainda no Ensino Médio, majoritariamente por razões vinculadas ao preconceito familiar, à violência institucional e à falta de redes de apoio, que frequentemente as empurram para situações de desproteção social (ANTRA, 2024).

Diante de indicadores tão alarmantes de evasão escolar, a reserva de vagas no ensino superior deve ser consolidada não apenas como uma política de acesso, mas como uma medida urgente de reparação e garantia do direito fundamental à educação. Contudo, a simples aprovação da norma não esgota a luta, pois a efetividade das cotas trans depende da implementação de um conjunto de suporte que inclui o uso do nome social, uma assistência estudantil adaptada, acesso à saúde integral e o combate à transfobia no interior da universidade.

Dos (as) estudantes que exercem atividade remunerada, 31,25% são estagiárias(os), outras 31,25% pessoas exercem bolsa de iniciação científica; 25% são pessoas autônomas, 18,75% são servidores públicos e 12,5% são trabalhadoras e trabalhadores da iniciativa privada. Há de considerar que o estágio é uma forma de garantir meios para a manutenção da permanência de estudantes no ensino superior, além de ser um processo de ensino-aprendizagem que qualifica a formação profissional, pois, de acordo com a Lei Geral de Estágios (Lei nº 11.788/2008) o estágio é:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando;

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade

profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

No âmbito do Serviço Social de acordo com a Política Nacional de Estágios (ABEPSS, 2010):

O Estágio em Serviço Social se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais.

Em relação à renda pessoal, 81,25% declararam renda de R\$ 1.320,00 a R\$ 2.640,00 (de 1 a 2 salários mínimos, conforme salário mínimo vigente em 2023 no valor de R\$ 1.320,00); enquanto que 18,75% possuem renda de R\$ 2.640,00 a R\$ 3.960,00 (de 2 a 3 salários mínimos). Da renda familiar, ou seja, do grupo familiar que usufrui e/ou contribui na renda, 43,75% declararam renda familiar de R\$ 1.320,00 a R\$ 2.640,00 (de 1 a 2 salários mínimos), 37,5% com renda familiar de R\$ 2.640,00 a R\$ 3.960,00 (de 2 a 3 salários mínimos) e somente 18,75% com renda familiar de R\$ 3.960,00 a R\$ 5.280,00 (de 3 a 4 salários mínimos). A renda pessoal corresponde unicamente ao que o/a estudante recebe por mês, decorrente de estágio, bolsa e outras formas de atividade remunerada, e a renda familiar corresponde ao total de todas as pessoas que moram com a/o estudante.

Do total de 87,5% das pessoas que responderam ao questionário informam depender dessa renda de 2 a 4 pessoas e 12,5% referem que moram sozinhas. Fazendo um recorte, dos 18,75% que possuem a maior renda familiar (de R\$ 3.960,00 a R\$ 5.280,00), todas as pessoas declaram um grupo familiar de 2 a 4 pessoas; e dos que declaram menor renda familiar (de R\$ 1.320,00 a R\$ 2.640,00) - equivalente a 43,75% dos respondentes - apenas 1 pessoa declara morar sozinha, enquanto que 6, totalizando 85,7% do recorte, declaram possuir grupo familiar de 2 a 4 pessoas.

No âmbito educacional foram abordadas questões referentes ao grau de estudo tanto da mãe, quanto do pai ou ainda às pessoas de referência familiar das(os) estudantes. Quando perguntado a escolaridade da mãe cerca de 6,25% possuem pós-graduação completas; 12,5% com ensino superior completo; 6,25% com ensino superior incompleto; 37,5% com ensino médio completo; e 18,75% com ensino fundamental incompleto. Já referente a escolaridade dos pais constatou-se que 12,5% possui pós-graduação completa; 12,5% com ensino superior

completo; 6,25% com ensino superior incompleto; 18,75% com ensino médio completo; 25% com ensino fundamental incompleto e 18,75% não soube informar. Já quando direcionada a pergunta aos estudantes, nenhum respondeu que possuía pós-graduação completa; 12,5% possuem ensino superior completo e 68,75% possuem ensino superior incompleto.

A forma de ingresso da(o) estudante na universidade foi abordada, onde constatou-se que 56,25% ingressaram por meio das modalidades de cotas previstas no Programa de Ações Afirmativas, em comparação com 43,75% que entraram por acesso universal, ou seja, sem uso de cotas. Quanto ao acesso à assistência estudantil, somente 31,25% afirmam ser beneficiários da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e 6,25% refere ser estudante mãe/pai. Esse dado indica, portanto, que as políticas de ações afirmativas são o principal canal de acesso ao curso pela a maioria das(os) estudantes, demonstrando um papel fundamental na democratização do acesso e diversificação do perfil discente.

No entanto, o baixo percentual de beneficiários da PRAE (31,25%) em contraste com a alta taxa de ingresso por cotas (56,25%) revela uma desconexão crítica. Este cenário aponta para a possibilidade de que as barreiras para obtenção do auxílio sejam excessivas ou que a divulgação seja ineficaz, criando um risco iminente à permanência dessa população. Dessa forma, a garantia do acesso, conquistada pelas cotas, pode ser frustrada se não for consolidada por políticas de permanência igualmente robustas e acessíveis, que mitiguem as vulnerabilidades socioeconômicas que frequentemente acompanham os estudantes cotistas.

Referente às dificuldades de ingresso à universidade, 31,25% destacaram que as exigências de documentação obrigatória; 18,75% apontaram dificuldades de acesso à informação e também 18,75% os prazos institucionais limitados. As barreiras burocráticas evidenciam um ciclo de obstrução, pois elas dificultam o ingresso de um perfil específico de estudante e, posteriormente, também são o principal empecilho para que eles consigam acessar os suportes fundamentais para sua permanência na universidade.

Em relação às dificuldades de permanência na universidade, no âmbito pedagógico, 35,71% refere o longo tempo de duração do curso e 28,57% pouca disponibilidade de horários de atividades extracurriculares (eletivas, palestras, eventos e cursos). Relativo às dificuldades na relação estudante e professor(a), 64,28% marcaram desconsideração por parte dos professores quanto às particularidades de estudantes noturnos. E, quanto às principais dificuldades no âmbito institucional, 50% refere sobre a falta de infraestrutura institucional para as atividades práticas de ensino (laboratórios, equipamentos, materiais...), 35,71% baixa oferta de bolsas para estudantes dos cursos noturnos (iniciação científica, monitoria, extensão

e administrativa) e 14,28% falta de espaço para organização estudantil.

No âmbito pessoal, a principal dificuldade apontada por 43,75% dos respondentes é conciliar as atividades da graduação com a vida pessoal e profissional; enquanto que o adoecimento físico e mental foi citado por 31,25% dos participantes. Quanto aos fatores externos à universidade, 37,5% relata que a maior dificuldade são os horários e itinerários do transporte público e a falta de segurança pública e questões de moradia como preço dos aluguéis e a distância da universidade, ambas questões com percentual de resposta de 25% cada. Uma das pessoas respondentes refere como dificuldade: “Guerra por disputa de território no bairro aonde eu moro” e outra destaca: “Ser um fracassado. Isso não é culpa da universidade. Ou seja, é um fator externo que dificulta muito a minha permanência. Por exemplo, até agora não descobri como vou chegar à universidade na próxima semana”.

Os relatos revelam, de forma crua e complexa, que os desafios à permanência estudantil transcendem os muros da universidade, estando profundamente enraizados em desigualdades sociais e urbanas. A alta porcentagem (37,5%) que aponta os horários e itinerários do transporte público como principal dificuldade evidencia uma barreira logística e econômica crítica, que consome tempo, recursos físicos e mentais das/os discentes antes mesmo do processo de ensino-aprendizagem começar.

A questão se agrava quando associada aos 25% que citam a moradia, com aluguéis elevados e distantes do local de ensino, e aos outros 25% que mencionam a falta de segurança pública. Estas não são dificuldades isoladas, mas sim faces de um mesmo problema: a injustiça socioespacial que obriga estudantes de baixa renda a residirem em áreas periféricas, distantes e precarizadas. Os depoimentos individuais aprofundam dramaticamente a compreensão quantitativa, pois ao mencionar que existe uma “guerra por disputa de território” vai além da ideia genérica de “falta de segurança”, explicita a vivência de um conflito armado real no cotidiano, onde o simples deslocamento de casa pode ser um risco de vida, e o estado de alerta é uma condição permanente.

O segundo relato demonstra como essas barreiras materiais externas são internalizadas pela/o estudante como uma falha pessoal, podendo gerar um profundo sofrimento psíquico. Além disso, a frase “até agora não descobri como vou chegar à universidade na próxima semana” não é sobre um problema pontual, mas sobre uma angústia e incerteza constantes que paralisam e minam qualquer possibilidade de planejamento acadêmico e vida estável. Em síntese, estes dados e vozes demonstram que a permanência estudantil é, antes de tudo, uma questão de garantia de condições materiais básicas de existência.

Quanto às estratégias para permanência e conclusão da graduação, 43,75% afirmam a importância da coletividade (ter uma rede de apoio, segurança, apoio financeiro, etc); outros 37,5% apontam melhoria da sua condição financeira e 12,5% citam uma maior oferta de estágios que se adequem à carga horária da(o) estudante noturno. Assim, segundo Fortes (2014), é plausível que a assistência estudantil, enquanto uma política fundamental de apoio à educação, deva “englobar acompanhamento, articulação com a rede socioassistencial, ações de cunho pedagógico e promoção de cidadania, entre outros que não se associem apenas ao fator econômico ou de repasse de benefícios” (Fortes, 2014, p. 51), pois assim busca-se garantir uma perspectiva de integralidade à atenção voltada para estudantes em situações de vulnerabilidade social.

Esse relato demonstra que há um conjunto de estudantes, presentes no curso, que vivem uma realidade desigual quando em comparação às(aos) demais colegas. Contudo, cabe também refletir que a concepção de fracassado se mostra voltada para a ideia de que não ter condições de manter-se na universidade é culpa exclusiva e individual do sujeito, como se a realidade não apontasse para elementos que expressam uma extrema desigualdade de acesso e permanência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados revelam, de forma contundente, que a democratização do acesso ao ensino superior, conquistada por meio das políticas de ações afirmativas, é apenas a primeira etapa de um processo mais amplo de inclusão. O perfil majoritariamente cotista (56,25%) do curso de Serviço Social noturno da UFRGS comprova o êxito dessas políticas em alterar a composição social e racial do corpo discente, alinhando-se às tendências nacionais da categoria profissional.

No entanto, a pesquisa evidencia um abismo perigoso entre o ingresso e a conclusão da graduação, pois a baixa porcentagem de beneficiários da assistência estudantil (31,25%) em contraste com o alto ingresso por cotas, somada aos dados sobre barreiras burocráticas, evidenciam que a estrutura da universidade ainda não se adaptou plenamente para acolher e garantir a permanência do novo perfil de estudante que ela própria passou a admitir.

Os desafios à permanência se mostram multifacetados, extrapolando os muros da instituição e mergulhando nas raízes da desigualdade social brasileira. As dificuldades relatadas explicitam um quadro de vulnerabilidade que não pode ser superado apenas com

esforço individual. A fala que internaliza a culpa pelo possível fracasso, atribuindo-o a uma condição pessoal de "fracassado", é o sintoma mais cru de como a falta de suporte material e psicológico é convertida em sofrimento subjetivo. Portanto, fica nítido, que a permanência estudantil é uma questão de garantia de condições materiais básicas de existência, demandando uma política de permanência robusta que atue de forma intersetorial.

Por fim, este estudo reforça a necessidade emergente da universidade transcender a lógica do acesso e assumir com vigor o desafio da permanência estudantil, processo que implica na desburocratização do acesso à assistência estudantil, a ampliação de bolsas, a oferta de horários acessíveis para atividades extracurriculares e a criação de mecanismos efetivos de combate a todas as formas de discriminação, como o racismo e a transfobia. A defesa de uma universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, princípio basilar do Serviço Social, exige que se lute não apenas por vagas, mas por um projeto educacional que garanta a todas e todos, especialmente aos oriundos de grupos historicamente excluídos, o direito real e concretizado de ingressar, permanecer e se diplomar. A efetivação desse direito é a medida última do sucesso das políticas de democratização do ensino superior.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. (2024). **Nota técnica sobre sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior**. Brasil: Antra, 2024. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/cotastrans/>>. Acesso em: 16 de nov. de 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política Nacional de Estágios**, 2010. Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2016/03/documento_201603311145368198230.pdf. Acesso em: 16 de nov. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.663 de 28 de agosto de 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14663.htm. Acesso em: 16 de nov. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 16 de nov. de 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 16 de nov. de 2025.

CENTRO DE ESTUDOS E DADOS SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS (CEDRA).

Nota técnica CES15. CEDRA, 18 de nov. de 2024. Disponível em:
<<https://cedra.org.br/notas-tecnicas/nota-tecnica-ces15/>>. Acesso em: 16 de nov. de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de assistentes sociais no Brasil:** formação, condições de trabalho e exercício profissional (2022). Disponível em:
<https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 16 nov. de 2025.

FORTES, Vanessa Schmidt. **O acesso não se esgota pelo ingresso:** como a assistência estudantil pode se consolidar como um alicerce da política educacional? 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre, 2014.

SINDICATO NACIONAL DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR (ANDES). **Caderno 2, 4ª Edição – Revisada e Atualizada.** Brasília/DF, 2013. Disponível em:
<https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>. Acesso em: 16 de nov. de 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

INTENSIFICAÇÃO DO USO DAS TICS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA AUTONOMIA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

INTENSIFICATION OF THE USE OF ICTS AND ITS IMPLICATIONS FOR THE PROFESSIONAL AUTONOMY OF SOCIAL WORK

Rebeca Barreto Duarte Paterson¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre alguns dos efeitos causados pela intensificação do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no mundo do trabalho contemporâneo e como estes efeitos têm se desdobrado no exercício profissional do serviço social. Para isso, traz discussões acerca das novas configurações do mundo do trabalho no atual contexto de reestruturação produtiva e a incorporação por parte do Estado da lógica gerencialista ditada pelas orientações neoliberais. Busca-se refletir de maneira introdutória acerca da autonomia relativa profissional neste contexto de informatização dos processos de trabalho, baseando-se na teoria crítica sobre os fundamentos da sociedade capitalista. O texto foi construído a partir de uma revisão bibliográfica que utilizou o recurso da intertextualidade. As reflexões aqui empreendidas nos levam a concluir que a crescente informatização do trabalho articulada à lógica neoliberal tem restringido a autonomia das assistentes sociais, exigindo sua reafirmação por meio da qualificação, da articulação coletiva e da reflexão crítica sobre as relações entre tecnologia e trabalho no Serviço Social.

Palavras-chave: Estado; trabalho; serviço social; tecnologias da informação e comunicação; autonomia profissional.

Abstract: This paper aims to reflect on some of the effects caused by the intensified use of information and communication technologies (ICTs) in the contemporary world of work, and how these effects have unfolded in the professional practice of social work. To this end, it discusses the new configurations of the labor world within the current context of productive restructuring and the State's incorporation of a managerial logic dictated by neoliberal orientations. It seeks to offer an introductory reflection on the notion of relative professional autonomy in this context of work informatization, grounded in critical theory on the foundations of capitalist society. The text was developed through a bibliographic review using intertextuality as a methodological resource. The reflections undertaken here lead to the conclusion that the growing informatization of work, intertwined with neoliberal logic, has restricted the autonomy of social workers, requiring its reaffirmation through professional

¹ Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), assistente social no Instituto Federal Fluminense (IFFluminense). E-mail rebecabduarte@hotmail.com

qualification, collective organization, and critical reflection on the relationship between technology and labor in Social Work.

Keywords: State, work; social work; information and communication technologies professional autonomy.

1 INTRODUÇÃO

O exercício profissional do serviço social tem propiciado constantes reflexões acerca dos desafios vivenciados no atual contexto pós pandemia, permeado por novas demandas para as assistentes sociais e novas formas de exercer a profissão. Este momento é marcado pelo alargamento do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que ao mesmo tempo que pode agilizar as respostas às demandas sociais e tornar as políticas públicas mais eficientes, potencializa a capacidade de dominação e controle (Veloso; Sierra, 2024).

Assim como Raichelis (2022), pressupomos que a intensa disseminação do uso das TICs é constitutiva da nova fase de aprofundamento da reestruturação produtiva do capital ora em curso, em que as novas tecnologias possuem centralidade na “instrumentalização de novos produtos e negócios, bem como na conformação de relações dinâmicas de trabalho que promovem inusitadas formas de intensificação e exploração do trabalho.” (Raichelis, 2022, p. 37). Considerando o lugar do serviço social enquanto profissão, pertencente à classe trabalhadora e vivenciando processos de intensificação laboral e submetidos - em maior ou menor grau - aos ditames do capital, importa discutir acerca dos impactos de tais processos em seu exercício profissional.

A problematização sobre os impactos das TICs no desenvolvimento do trabalho dos profissionais do serviço social é muito recente. O desafio permanece sendo tornar evidentes e compreensíveis mudanças nas condições e relações de trabalho, tanto entre profissional e seu empregador, quanto daquele com os cidadãos usuários dos serviços sociais públicos, na interface com essas novas tecnologias (Vieira, 2022, p. 76).

Neste trabalho pretendemos contribuir de maneira introdutória com as reflexões sobre os possíveis impactos do uso exacerbado das TICs na autonomia profissional do serviço social. Para isso, inicialmente discutimos sobre a reestruturação produtiva iniciada nos anos 1980 e como este processo acompanhado das reformas neoliberais alterou as relações sociais, especialmente as relações laborais, inclusive reconfigurando as funções do próprio Estado (Behring, 2008). Apresentamos alguns impactos causados por este processo para a classe

trabalhadora, que estaria vivenciando uma “nova era de precarização estrutural do trabalho”, a partir de Antunes (2020).

Em seguida, refletimos acerca da autonomia profissional do serviço social, que na verdade se constitui numa autonomia relativa, na medida em que é garantida por meio da regulamentação profissional, porém na prática, ao vender sua força de trabalho, vê seu exercício profissional cerceado ou direcionado pelas instituições empregadoras (Iamamoto, 2014). Por fim, trazemos alguns elementos de uma pesquisa realizada com assistentes sociais, que trata do uso das TICs em seu exercício profissional, problematizando seus resultados e refletindo, principalmente, sobre os desdobramentos relativos à autonomia profissional (Raichelis, 2022).

2 DESENVOLVIMENTO

A necessidade de assumir novas formas de exploração do trabalho é constitutiva do modo de produção capitalista, como proposto por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista: “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, como isso, todas as relações sociais.” (Engels; Marx, 2005, p. 43).

Behring (2008) traz elementos fundamentais para a discussão que nos propomos a realizar neste trabalho. Segundo a autora, nos anos 1980 ocorreu uma revolução tecnológica e organizacional da produção, denominada de “reestruturação produtiva”, que seria, de forma resumida, uma corrida tecnológica em busca pelo diferencial de produtividade como fonte de superlucros.

Este processo de reestruturação produtiva veio acompanhado da mundialização da economia: uma “reformulação das estratégias empresariais e dos países no âmbito do mercado mundial de mercadorias e capitais, que implica uma nova divisão do trabalho e uma relação centro/periferia diferenciados do período anterior, combinada ao processo de financeirização [...]” e dos ajustes neoliberais, processo de reconfiguração do perfil das políticas econômicas e industriais operadas pelos Estados, e um novo formato de relações entre Estado e sociedade civil, “[...] com fortes implicações para o desenvolvimento de políticas públicas, para a democracia e para o ambiente intelectual e moral” (Behring, 2008, p. 34).

Segundo a autora, a partir da reestruturação produtiva, ocorre o aprofundamento do desemprego estrutural, além da destruição e reconstrução de habilidades, de perda salarial e

retrocesso da luta sindical. Na esteira da reestruturação do mercado de trabalho, observa-se a adoção de contratos de trabalho flexíveis e o aumento de empregos em tempo parcial e temporário em detrimento de empregos regulares em tempo integral. Busca-se alcançar o máximo de produtividade com o mínimo de custo, o que invariavelmente leva à superexploração da força de trabalho. Ela acrescenta que os efeitos desse processo “sobre a força de trabalho têm sido devastadores, caracterizando um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (Behring, 2008, p. 35).

Antunes (2020) encara este momento como uma “nova era de precarização estrutural do trabalho”, que traz consigo formas de organização e controle novos sobre o trabalho, cuja finalidade seria a intensificação do processo laborativo, enfatizando o envolvimento qualitativo dos trabalhadores, em sua dimensão cognitiva, buscando reduzir ou eliminar espaços de trabalho improdutivo.

Alguns fatores têm contribuído para um adoecimento no trabalho, dentre eles destaca-se o rompimento de laços solidários manifesto na individualização e solidão com relação ao trabalho. Observa-se uma organização do trabalho que se volta para um controle acentuado das atividades, que elimina margens para a autonomia e o imprevisto e que se divide entre discursos de valorização e controle físico e mental dos trabalhadores levados ao extremo. Outras estratégias que se somam à individualização e colaboram para o aumento do adoecimento e precarização estrutural do trabalho são a flexibilização, a gestão por metas e a terceirização (Antunes, 2020).

Uma das faces de tal precarização, segundo o autor, é o advento do “infoproletariado”, que representaria uma condição nova de assalariamento no setor de serviços, uma parcela do proletariado da indústria de serviços, sujeito à exploração laboral, sem controle e gestão sobre seu trabalho, crescente de maneira exponencial nesta “era das mutações tecnológico-informacionais-digitais” (Antunes, 2020, p. 83).

As metamorfoses operadas no processo de produção trazem consequências desastrosas para o mundo do trabalho:

“[...] desregulamentação dos direitos sociais; precarização e terceirização da força humana que trabalha; aumento da fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora; enfraquecimento do sindicalismo de classe e incentivo à sua conversão em um sindicalismo mais negocial e de parceria, mais de cúpula e menos de base, mais parceiro e colaborador e menos confrontacionista (Antunes, 2020, p. 108).

Este processo é permeado por uma racionalização do processo produtivo que traz

consigo um forte disciplinamento da força de trabalho, substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto e pela maquinaria tecnológico-informacional-digital, sempre com o objetivo de “enxugar” as empresas (Antunes, 2020, p. 108).

Em sintonia com a reestruturação produtiva e seus desdobramentos no mundo do trabalho, tem-se observado também uma reestruturação do Estado, seguindo a racionalidade neoliberal e, inclusive, adequando sua lógica de operação à lógica mercadológica. Este processo é analisado criticamente no Brasil, também por Behring (2008). De forma resumida, a reforma operada no Estado brasileiro nos anos 90, que a autora denomina contra-reforma, consistiria numa redefinição do papel do Estado para aumentar sua eficiência, com a transferência para o setor privado de atividades que podem ser controladas pelo mercado (privatizações) e descentralização para o “setor público não-estatal” de determinados serviços (publicização). Sob a justificativa de garantir a “governance”, transiciona-se de um tipo “rígido” e “ineficiente” de administração pública, para uma administração “gerencial”, “flexível” e “eficiente”. “A perspectiva gerencial introduz a eficiência e a qualidade como cultura na administração pública, inspirada em elementos da gestão empresarial. O controle se faz pelos resultados, e não pelos processos [...]” (Behring, 2008, p. 179).

Uma crítica tecida pela autora tem relação com a organização da classe trabalhadora submetida ao processo em questão. Ao abalar as condições de vida e de trabalho das pessoas, acabam ocorrendo mudanças com relação às formas de organização política, assim como discutido por Antunes (2020). Observa-se certa dificuldade na construção de relações de classe entre os empregados formais e os trabalhadores precarizados, que têm vivenciado relações individualistas e neocorporativistas. Visto que a revolução tecnológica ocorre combinada com o ajuste neoliberal, vive-se também a desregulamentação de direitos, corte de gastos sociais e uma desresponsabilização por parte do Estado da proteção social, deixando as pessoas à sua “própria sorte”, gerando uma desconstrução das identidades coletivas. “Esses processos apontam para obstáculos na constituição de uma consciência de classe para si, minando a solidariedade de classe e enfraquecendo a resistência à reestruturação produtiva.” (Behring, 2008, p. 37). Neste sentido, vale destacar o proposto por Marx:

O modo de produção da vida material condiciona, de forma geral, o processo de vida social, político e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina sua forma de ser mas, ao contrário, é sua forma de ser social que determina sua consciência (Marx-Engels, 1983, apud Carnoy, 1985, p. 66).

Bem como mencionar o pensamento gramsciano acerca da hegemonia, processo pelo qual a classe dominante tenta - e geralmente consegue - “[...] usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados.” (Carnoy, 1988, p.95). Ou seja, coloca sua visão de mundo como a única visão de mundo possível, o que no contexto da reestruturação produtiva em estudo, pode propiciar processos de fragmentação de classe e de enfraquecimento de resistências. Processo vivenciado, em geral, por toda a classe trabalhadora. Sendo assim, inclusive pelo serviço social, na medida em que esta profissão também precisa vender sua força de trabalho para acessar os meios de subsistência.

O serviço social, como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, atua diretamente com as expressões da questão social², produto das relações sociais do capitalismo. As assistentes sociais são requisitadas a atuar sobre as sequelas oriundas da apropriação desigual dos bens construída historicamente e sobre as consequências da exploração da força de trabalho que são vividas predominantemente pelas classes subalternas. A atuação das assistentes sociais está diretamente ligada à política pública, e seu trabalho se dá, fundamentalmente, “na esfera da execução, formulação de políticas públicas e gestão de políticas sociais” (Iamamoto, 2012, p. 21).

Conforme discussão realizada por Yamamoto (2014), para entender o significado social do trabalho da assistente social, é necessário não apenas analisar a profissão, mas o seu exercício efetivamente, entendendo novas determinações e mediações que estão presentes no exercício profissional. A autora evidencia a complexidade das correlações de forças que permeiam o exercício profissional, e o paradoxo presente na relação entre a autonomia profissional proposta pelo Código de Ética Profissional (CFESS, 1997) - um dos direitos da assistente social, garantido no seu art. 2º consiste na “h – ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.” -, e as condições de trabalhadora assalariada inerentes à assistente social, na medida em que, como qualquer outro trabalhador, depende da venda de sua força de trabalho para garantir sua subsistência, fazendo com que se vivencie, na prática, uma autonomia relativa. A autonomia relativa seria produto de uma ingerência direta por parte dos empregadores na definição do trabalho profissional, que vai de encontro à sua

² Conforme definição dada por Wanderley (2013, pp. 65, 66), “[...] a questão social foi nomeada, explicitamente, nos anos 1830, quando se tomou consciência da existência de populações que foram, ao mesmo tempo, agentes e vítimas da revolução industrial. [...] Eu diria que a questão social significa, desde logo, saber quem estabelece a coesão e em que condições ela se dá numa determinada sociedade. Como é sabido, no caso latinoamericano, ela foi imposta pelos colonizadores por meio do pacto colonial e segue dirigida pelo pacto de dominação burguesa.”

integral autonomia.

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (Iamamoto, 2014, p. 416).

Apesar de proprietária de sua força de trabalho especializada, produto de uma formação universitária, tornando-a capaz de realizar um trabalho complexo, a potencialidade desta mercadoria só se transforma em atividade de fato, ou seja, em trabalho, quando conjuga-se com os meios essenciais para sua realização, que geralmente estão nas mãos de seus empregadores: “[...] recursos financeiros, materiais e humanos necessários a realização desse trabalho concreto, que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais.” (Iamamoto, 2014, p. 421).

Devido à condição de trabalhadora assalariada, e consequente necessidade de subordinar-se às instituições empregadoras, a assistente social vê muitas vezes seu exercício profissional, mesmo que de formas veladas, sendo direcionado ou cerceado por outros, e submetido ao peso do poder institucional. Ou seja, em seu trabalho, tem suas atividades socialmente apropriadas por outros, perdendo assim o poder de “[...] livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções [...].” (Iamamoto, 2014, p. 422).

O Estado constitui o principal empregador de assistentes sociais. O setor público municipal (54,75%) somado ao estadual (13,92%) e ao federal (8,69%), respondem por 77,36% dos vínculos empregatícios, conforme pesquisa realizada pelo CFESS (2024) acerca do perfil profissional de assistentes sociais. Uma observação importante que aponta para a reconfiguração do papel do Estado no trato da proteção social é a ocorrência de um crescimento dos postos de trabalho nas organizações não governamentais (9,77%), superando inclusive o setor público federal (8,69), que está bem pouco à frente das empresas privadas (6,94%).

Torna-se então importante entender a relação entre a lógica gerencialista adotada pelo Estado a partir dos anos 90 conforme discutido acima, e a utilização das tecnologias da informação e comunicação na operacionalização das políticas públicas, que pode ter interferência direta na autonomia relativa das assistentes sociais.

Tecnologia e dominação são dois elementos que se articulam e se fortalecem, na medida em que o aperfeiçoamento progressivo das tecnologias implica na ampliação da extensão da capacidade de dominação e controle. Na época da dominação burocrática do Estado de Bem-Estar Social, o uso extensivo de documentos físicos era frequente. Na era da acumulação flexível, a tendência é do modo de dominação se pautar no acúmulo de dados, coletados por meio de cadastros, formulários e tabelas. Nesse contexto, o controle sobre as pessoas se estabelece através da gestão eficiente da informação, que se torna mais eficaz à medida que se acumula (Veloso; Sierra, 2024, p. 10).

No atual contexto de precarização do trabalho, o uso das tecnologias pode, se incorporado à lógica gerencialista do Estado, servir apenas como forma de controle sobre as profissionais, expresso, por exemplo, na invasão do tempo do trabalho pelo não trabalho, quando da necessidade de estar disponíveis - seja por parte das chefias, dos usuários, ou mesmo das próprias profissionais que “não conseguem se desligar” - mesmo fora do horário de expediente. O controle causado pelo uso exacerbado das TICs não tem se restringido apenas ao âmbito laboral, mas se espalha por todas as esferas da vida social, buscando direcionar e padronizar comportamentos. “Na verdade, trata-se de uma racionalidade que, ao invés de animar o sujeito, exaure suas forças vitais” (Veloso; Sierra, 2024, p. 10).

Uma pesquisa produzida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão (Netrab-PUC-SP), intitulada “Levantamento sobre Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) no trabalho profissional de assistentes sociais” foi realizada no ano de 2019, com 87 assistentes sociais que atuam nas seguintes áreas: Educação, Sociojurídica, Assistência Social, Habitação, ONGs e Empresa privada e estatal, traz resultados interessantes acerca do uso das TICs no exercício profissional do serviço social.³

Esta pesquisa revelou que a utilização do aplicativo WhatsApp se tornou uma prática comum institucionalmente, em que as profissionais acabam utilizando seus smartphones pessoais e seus próprios pacotes de dados. Observou-se uma pressão por eficiência, controle do desempenho e precarização das condições de trabalho. E uma crescente tendência de se realizar o “trabalho a qualquer tempo”, o que muitas vezes é tomado com naturalidade pelas novas gerações de trabalhadores (Vieira, 2022).

A partir da pesquisa realizada, os autores identificaram uma relação entre o controle sobre a produtividade do trabalho e uma redução da autonomia das profissionais:

De um lado, a segmentação do trabalho em tarefas simples é um movimento de

³ Seus resultados estão socializados no livro “Nova velha morfologia do trabalho no serviço social: TICs e pandemia”, organizado por Raichelis, Vicente e Vieira (2022).

adequação à lógica gerencialista. Quanto mais simplificadas, mais fáceis de controlar e medir. Segmentado, subdividido em atividades específicas, também se facilita a construção de “modelos” ou “manuais” de ação e espera-se a adequação do profissional às etapas, objetivos e ferramentas predeterminadas e padronizadas; nesse movimento, portanto, limita-se substancialmente à autonomia relativa do/da trabalhador/a (Vieira, 2022, p. 71).

Observou-se também nas falas de muitas das profissionais entrevistadas, uma tendência no exercício profissional: “[...] é como se a atividade-fim da instituição tivesse que se “acomodar” às tecnologias e não o contrário.” (Vieira, 2022, p. 72) Tal situação pode ser considerada como uma forma de ataque à autonomia profissional, na medida em que as profissionais podem estar se tornando dependentes de sistemas informatizados para realização de suas ações, sistemas estes elaborados a partir de seus próprios conhecimentos, que podem estar servindo aos interesses do mercado de burocratização e distanciamento entre sujeitos de operacionalização das políticas e sujeitos por elas atendidas.

E ainda, que na medida em que se enfatiza a necessidade de computação de uma infinidade de dados, consome-se uma quantidade de tempo desproporcional ao dedicado à relação direta com os usuários. Este fato se torna relevante na medida em que existe uma dimensão pedagógica e qualitativa no trabalho da assistente social, que não é passível de ser mensurada em dados quantitativos. Algumas estratégias profissionais podem trazer resultados a nível de informação, fortalecimento, mobilizações populares em busca de direitos, estratégias estas que demandam o contato direto com os usuários (Vieira, 2022).

Um resultado que merece destaque referente à pesquisa realizada com as assistentes sociais é que a incorporação de plataformas, sistemas, programas e aplicativos digitais em seu exercício profissional não vem acompanhada de um reconhecimento e reflexão acerca dos aspectos contraditórios desta incorporação e não tem gerado problematizações acerca das implicações de seu uso no trabalho concreto (Vieira, 2022).

Estes resultados são de extrema relevância, especialmente se refletidos sob a ótica do estranhamento do trabalho, conforme discutido por Marx. O estranhamento, conforme interpretado por Antunes (2020), se daria sempre por uma dimensão de negatividade, um sentimento de perda ou desefetivação, presentes no processo de produção capitalista, já que o produto do trabalho não se torna pertencente ao trabalhador.

O estranhamento pode se dar em várias dimensões: em relação à própria natureza humana, em relação ao produto do trabalho, ao processo de produção, ou seja, à atividade produtiva em si. Estes processos - considerando as mediações necessárias e o momento

histórico em estudo - podem ser observados por meio das análises das falas das entrevistadas, especialmente quando se percebe que os instrumentos elaborados a partir do seu próprio conhecimento técnico podem estar se tornando instrumentos de burocratização e controle sobre o seu trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões empreendidas neste trabalho, da compreensão das formas de desmobilização, fragmentação e precarização impostas à classe trabalhadora típicas desta fase do capitalismo e da adoção da lógica neoliberal pelo próprio Estado, o principal empregador do serviço social enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, pode-se considerar que estamos vivenciando um momento de ataque à autonomia profissional - que já é relativa, a propósito.

Observa-se uma tendência à crescente informatização dos processos de trabalho, combinada com a ocorrência de interferências significativas no trabalho de assistentes sociais. Este processo tem ocorrido, por vezes, tomado por certa naturalização do uso de dispositivos tecnológicos por parte das profissionais, como se fossem ferramentas neutras, e produzidas apenas para a solução de questões práticas. Na verdade, por trás de um discurso de busca por aumento da produtividade e economia das contas públicas, amplia-se as fronteiras de tempo e espaço do trabalho, propiciando um ambiente favorável a novas formas de controle sobre o trabalho, além da individualização e competição entre pares, com possível redução de tempo em contato direto com os usuários das políticas públicas.

Mesmo submetida às demandas institucionais e a certo controle sobre seu exercício profissional, é importante que a assistente social busque reafirmar cotidianamente sua autonomia profissional, visto que está, em parte, garantida mediante um projeto profissional construído historicamente. Alguns caminhos para a defesa de sua autonomia profissional são indicados por Iamamoto (2014) e surgem como possibilidades na prática: a qualificação acadêmico-profissional especializada, regulamentações que asseguram funções privativas e competências profissionais, a articulação com outros agentes institucionais e as forças políticas das organizações dos trabalhadores. A estes caminhos, acrescenta-se a relevância do aprofundamento teórico acerca do tema em questão, considerando as experiências no exercício profissional, que permitem enriquecer e trazer materialidade às reflexões teóricas em tela.

Reafirmo aqui, que o objetivo deste trabalho foi trazer discussões introdutórias que relacionem o uso das tecnologias da informação e comunicação e a autonomia profissional no serviço social. Iamamoto (2014, p. 417) convoca à reflexão sobre a importância de trazer para o centro do debate o trabalho cotidiano da assistente social como uma questão central da pesquisa e produção acadêmica da área. A temática tratada neste artigo pode ser considerada um campo fértil de pesquisas para as quais pretende-se colaborar e socializar, debater, especialmente com as profissionais que se encontram em seus campos de atuação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª ed., São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, Elaine. Brasil em Contra-reforma: desestruturação e perda de direitos. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas: Papirus, 1988.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil 2024. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf>. Acesso em 27/01/2014.

CFESS, Código de Ética do/a Assistente Social. 3ª ed., Brasília: CFESS, 1997.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Ed. Cortez, 2012.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Ed. Cortez, 2014.

RAICHELIS, Raquel. Serviço social, trabalho e tecnologia – o trabalho profissional em tempos pandêmicos. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; VIEIRA, Nuria. Nova-velha morfologia do trabalho no serviço social – TICS e pandemia. São Paulo: EDUC: CAPES, 2022.

VELOSO, Renato; SIERRA, Vania Morales (orgs.) Serviço social e tecnologias: reflexões criativas. Curitiba: CRV, 2024.

VIEIRA, Nuria. et al. Informação, conhecimento e poder: notas sobre a incorporação das TICs no trabalho de assistentes sociais. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; VIEIRA, Nuria. Nova-velha morfologia do trabalho no serviço social – TICS e pandemia. São Paulo: EDUC: CAPES, 2022.

WANDERLEI, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização: o caso

latino-americano e o caribenho. In. Desigualdade e questão social. BELFIORE, M.; YAZBEK, M. C. São Paulo: Educ, 2010.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. O manifesto comunista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/internacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

INTERVENÇÃO DO/A PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA

INTERVENCIÓN DE PROFESIONALES DE SERVICIOS SOCIALES CON LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD

Emilli Lago Martins¹
Elisângela Maia Pessoa²

Resumo: O presente estudo discorre sobre a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) no contexto institucional onde questionou-se como a inclusão social foi efetivada nas instituições de ensino, ou seja, no âmbito da política educacional. Pensando nisso, a pesquisa realizada teve como objetivo geral identificar como os/as profissionais do Serviço Social podem intervir junto às necessidades de alunos/as com deficiência, para que haja mais informações sobre inclusão social. Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com recorte bibliográfico, centrada na análise de artigos científicos que discutiram a intervenção dos/as profissionais. O mapeamento das obras foi realizado por meio dos portais SciELO e Google Acadêmico, utilizando descritores específicos relacionados ao Serviço Social e à inclusão de pessoas com deficiência. Os resultados da pesquisa evidenciaram a significativa importância do Serviço Social no âmbito educacional, sobretudo no que tange à efetivação da inclusão escolar de alunos/as com deficiência, à garantia de direitos e à mediação entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, como a escola, a família e os serviços públicos. Dentre as principais estratégias de intervenção identificadas, destacam-se os encaminhamentos para os setores da rede de proteção social, tais como CRAS, CREAS e serviços de saúde, bem como a realização de entrevistas sociofamiliares com vistas à compreensão ampliada da realidade dos/as estudantes. Constatou-se, ainda, a persistente desvalorização profissional que atinge os/as assistentes sociais no contexto escolar, revelando limitações institucionais e estruturais que comprometem sua atuação. Além disso, as expressões da questão social que mais se fizeram presentes nos estudos analisados foram a pobreza, a violência e as desigualdades estruturais decorrentes da lógica exclusiva do sistema capitalista.

Palavras-chaves: Pessoas com deficiência; Serviço Social; Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado.

Resumen: Dada la complejidad que implica la atención a personas con cáncer en el ámbito de las políticas de salud pública, este estudio propuso un análisis de las responsabilidades de los trabajadores sociales en la atención a pacientes con cáncer. El objetivo general del estudio fue analizar las responsabilidades de los trabajadores sociales en la atención a pacientes con cáncer para mejorar la visibilidad de su práctica profesional en las políticas de salud. Esta

investigación cualitativa se desarrolló mediante investigación bibliográfica. Esta investigación incluyó el análisis de trabajos académicos publicados entre 2015 y 2025, disponibles en Google Scholar y el Portal SciELO. La investigación demostró que los profesionales del trabajo social actúan estratégicamente en la recepción, orientación y derivación de usuarios, utilizando herramientas técnico-operativas orientadas a la escucha cualificada, el registro sistemático y la coordinación con la red de apoyo. Además, las derivaciones a recursos sociales y prestaciones públicas fueron más frecuentes entre los atendidos, lo que revela el importante papel de esta categoría en el ejercicio de derechos en momentos de extrema vulnerabilidad. Los resultados refuerzan la relevancia del Trabajo Social en la atención del cáncer, especialmente al considerar las condiciones socioeconómicas de los pacientes y la necesidad de mediación con los servicios de salud y protección social.

Palabras clave: Trabajo Social; Oncología; Políticas Sanitarias.

1 INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas para a inclusão, ainda existem desafios importantes que precisam ser enfrentados para garantir que todos os/as alunos/as, independentemente de suas habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e a um ambiente escolar que promova o respeito à diversidade. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (2015) estabeleça diretrizes que garantem o direito à educação inclusiva, a realidade nas escolas muitas vezes apresenta um cenário de exclusão e barreiras tanto comportamentais, pedagógicas e/ou estruturais, que dificultam a plena participação de alunos/as com deficiência, necessitando de uma abordagem mais efetiva por parte dos/as profissionais do Serviço Social.

Um estudo de Santos e Elias (2022, p.13) exhibe que professores relatam suas maiores dificuldades vivenciadas no cotidiano diante o processo de inclusão dos/as alunos/as, afirmam ser o “[...] como dar atenção igualmente para o aluno com deficiência e para o restante da turma, conciliar atividades mais individualizadas e a falta de um professor de apoio.” Além de pontuar a falta de apoio estrutural por parte de escolas ou da implementação de políticas públicas que garantem um profissional de apoio nas salas comuns.

É importante que os/as profissionais que desenvolvem seu trabalho em instituições de ensino estejam devidamente capacitados e informados sobre a inclusão de alunos/as com deficiência, para que haja, de fato, a integração desses/as estudantes nas atividades pedagógicas propostas pelas instituições. Sobretudo, o/a profissional do Serviço Social pode estabelecer diretrizes de atuação na política da Educação diante da temática da inclusão, contribuindo para o acesso, a permanência e a efetiva participação dos/das alunos/as na

escola.

Partindo disso, fica o questionamento sobre como o/a Assistente Social intervém na inclusão nessas dificuldades e nas demais como um todo no âmbito escolar, com todas as crianças/alunos que são pessoas com deficiência (PCDs) e têm seu cotidiano afetado.

A justificativa para a realização de estudos nesse campo residiu em analisar o papel e como o/a Assistente Social pode intervir nas escolas para que não haja exclusão, sendo de extrema importância tanto para os/as profissionais quanto para as famílias. Visto que a inclusão de alunos/as PCDs no ambiente escolar é um tema de relevância crescente na sociedade contemporânea, especialmente no contexto do Serviço Social, que busca promover a igualdade social e a equidade dos indivíduos, podendo atuar na identificação das necessidades específicas desses alunos/as e articular com outras áreas, como saúde e assistência social, para garantir um suporte integral aos/as que necessitam.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), uma expressiva quantidade de pessoas com deficiência ainda não concluiu o ensino básico, evidenciando a urgência de políticas públicas que assegurem o direito à educação inclusiva e o fortalecimento das práticas profissionais voltadas à garantia de acesso e permanência desses/as estudantes nas escolas.

Diante disso, foi desenvolvido um projeto de pesquisa sobre essa temática, criado a partir da disciplina Pesquisa e Serviço Social II, que teve como problema de pesquisa a seguinte questão: “Como os/as profissionais do Serviço Social podem intervir junto à inclusão de alunos/as com deficiência?”. A partir desse questionamento, estabeleceu-se como objetivo geral identificar como os/as profissionais do Serviço Social podem intervir junto às necessidades de alunos/as com deficiência, para que haja mais informações sobre inclusão social. Como objetivos específicos, buscou-se identificar quais expressões da questão social enfrentadas por alunos/as com deficiência apresentam-se ao Assistente Social, compreender quais desafios o/a profissional do Serviço Social enfrenta para inclusão de alunos/as com deficiência e verificar quais são as indicações dos órgãos da categoria quanto à intervenção do/a assistente social junto a alunos/as com deficiência.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025, que abordam a atuação do/a assistente social na política de educação inclusiva, com foco na compreensão das dificuldades e possibilidades de intervenção profissional.

Dessa forma, este estudo busca enfatizar a importância de fornecer aos/as assistentes

sociais informações e instrumentos que possibilitem uma intervenção mais eficaz e inclusiva nas instituições escolares em que estão inseridos/as, contribuindo assim para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa. Assim, a reflexão proposta neste artigo visa contribuir para o fortalecimento da prática profissional do Serviço Social na promoção da inclusão escolar e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência

2 DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa foi orientada pelo método dialético-crítico, amplamente utilizado no campo do Serviço Social para proporcionar uma leitura aprofundada da realidade social. Tal método possibilitou ultrapassar a aparência imediata dos fenômenos, alcançando sua essência concreta, e contribuiu não apenas para compreendê-los, mas também para refletir sobre sua transformação. Como afirmou Kosik (1976, p. 18), esse método “dissolve as criações fetichizadas do mundo reificado e ideal, para alcançar a sua realidade”, sendo, portanto, um instrumento teórico-metodológico essencial para a análise crítica da realidade.

O método dialético-crítico articulou-se a partir de três categorias fundamentais: historicidade, contradição e totalidade. A historicidade considerou a constituição dos sujeitos ao longo do tempo, reconhecendo que suas ações e escolhas estiveram inseridas em um processo histórico contínuo e dinâmico. A contradição revelou-se como uma característica estruturante da sociedade, evidenciando conflitos e incoerências que impulsionaram transformações. Conforme destacou Cury (2002, p. 35), “a contradição pode assumir tanto um caráter destrutivo quanto criativo, impulsionando a transformação histórica dos fatos”. Já a totalidade possibilitou compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, considerando as inter-relações entre as partes e o todo. Para Kosik (1976, p. 49), “a própria totalidade é que se concretiza, e esta concretização não é apenas criação do conteúdo, mas também criação do todo”.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Minayo (2007), responde a questões que não podem ser quantificadas, permitindo explorar significados, crenças, valores e práticas sociais dos sujeitos. Nesse sentido, buscou-se compreender como a inclusão escolar de pessoas com deficiência se efetiva na prática cotidiana, sobretudo sob a perspectiva do/a assistente social.

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, bem como cita Minayo (2007) ser o apoio de

revisões bibliográficas sobre os estudos já feitos que contribui para mapear as questões que já foram elaboradas naquela área de conhecimento, no caso deste estudo, trabalhos que trouxeram o tema da inclusão de pessoas com deficiência, permitindo a identificação do que mais e menos tem se trabalhado e discutido.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação indireta, conforme descrita por Marconi e Lakatos (2017, p.227) “na observação não participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas não se integra a ela: permanece de fora”. Ou seja, não participante, onde embora o/a pesquisador/a presencie os fenômenos presentes, ele não interfere neles. Não negligenciando os objetivos e metodologia previamente definidos.

Neste caso, os dados foram coletados a partir da análise de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 a 2025, obtidos por meio das plataformas Google Acadêmico e SciELO, utilizando os descritores: “Serviço Social e pessoa com deficiência” e “Pessoa com deficiência e serviço social”. Os critérios de inclusão consideraram materiais que abordaram a atuação do/a assistente social na política de educação, enquanto os critérios de exclusão eliminaram estudos com enfoque exclusivamente médico ou clínico.

Como instrumento de coleta foi utilizado o roteiro norteador para que fosse possível a análise das bibliografias, elaborado a partir dos objetivos específicos da pesquisa. O roteiro obteve questões abertas que buscavam responder às questões norteadoras e o objetivo do estudo.

A amostragem foi intencional e não probabilística, conforme definido por Marconi e Lakatos (2017), sendo composta por materiais selecionados propositalmente por sua relevância para o objeto de estudo, de modo a garantir uma análise que refletisse de forma significativa a realidade investigada.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, técnica que, de acordo com Gil (2002, p. 89), “possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações”. Essa técnica foi desenvolvida em três fases: a pré-análise, em que se organizaram os documentos e hipóteses; a exploração do material, onde se identificaram e categorizaram os dados mais relevantes; e o tratamento dos resultados, com a interpretação das informações obtidas. A análise, por sua vez, teve caráter iterativo, ou seja, foi construída progressivamente, conforme os dados foram sendo analisados, sem o uso de modelos teóricos prévios, como afirmaram Laville e Dionne (apud Gil, 2002, p. 90), respeitando a natureza exploratória e compreensiva da abordagem qualitativa.

Durante o processo de coleta de dados, tornou-se necessário ampliar o recorte

temporal inicialmente delimitado no projeto de pesquisa dos últimos cinco anos (2020 a 2025), estendendo-o para o período de dez anos, sendo (2015 e 2025). Essa decisão se deu através da escassez de publicações relevantes dentro do intervalo inicial, o que comprometia a análise proposta.

A ampliação do período possibilitou o acesso a um número mais significativo de produções acadêmicas alinhadas aos objetivos do projeto. Ainda assim, é importante destacar a permanente dificuldade em localizar bibliografia que aborde, de forma direta, o exercício profissional no campo da educação envolvendo pessoas com deficiência.

Diante disso, buscou-se alcançar o entendimento através das leituras, os desafios enfrentados pelos/as profissionais do Serviço Social na intervenção junto às necessidades de alunos/as PCDs. Sendo assim, um dos pontos nos quais mais foi pontuado nas obras é a dificuldade em proporcionar a inclusão efetiva para os/as alunos/as. O qual expressa-se na fala da Assistente Social entrevistada: “principal desafio nesta área é: Implantar a Educação Inclusiva” (Viana e Alves, 2015, p. 5). Ainda, pontuado também por Luna et al (2016, p. 91), o grande desafio é “proporcionar a inclusão social independentemente de sua natureza, contribuindo para a formação cidadã de cada indivíduo e da coletividade”.

Além disso, tomou destaque questões de fragilidade profissional, no sentido de investimento, atribuição e valorização do/a profissional nas escolas. A Assistente Social ressaltou em uma fala que: “[...] a inadequação da sala de atendimento, pois não se tem uma sala apenas para o Serviço Social [...]” (Viana; Alves, 2015, p. 6). Além de associarem a profissional a uma “faz tudo”. Indo ao encontro do que Iamamoto (2007) discute, que a profissão é interpelada por formas precárias de assalariamento e de organização do trabalho. O artigo de Luna, et al (2016, p.91), reforça essa colocação, quando expõe:

Existe uma gama de limitações e dificuldades no âmbito escolar entre elas fragilidade e negligência familiar, criminalização, precarização do trabalho, sucateamento do equipamento, avaliações superficiais e quantitativos da educação brasileira, desqualificação profissional, falta de motivação, entre outras.

Em vista disso, há uma precarização no trabalho, ao qual compromete a qualidade da intervenção e exige políticas mais estruturadas que valorizem o trabalho especializado do/a assistente social nas escolas.

Buscou-se compreender quais articulações intersetoriais era realizada pelo/a profissional Assistente Social dos artigos mapeado, apresentando-se poucas informações que

expõem essas articulações, porém pode-se citar algumas a qual Viana e Alves, (2015), pontua ser as principais, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar, Fórum de Justiça, Delegacia, Hospitais e ESFs.

Embora sejam citadas instituições parceiras importantes, a escassez de informações detalhadas sobre essas articulações revela limites na sistematização do trabalho intersetorial, o que pode enfraquecer a efetividade das ações voltadas à inclusão e à garantia de direitos.

Referente a como ocorre a articulação entre os/as profissionais do serviço social e outros/as profissionais da equipe multidisciplinar no atendimento a alunos/as com deficiência, os/as autores/as revelam que a atuação do Assistente Social não ocorre de forma isolada, mas em conjunto com outros profissionais, como afirma Viana e Alves (2015, p. 5) ter: “um pedagogo, psicólogo, pedagogo da sala especial [...]”. Em outro artigo analisado também é citado sobre os profissionais, onde Araujo (2023, p.502) robustece que a equipe é formada por “uma coordenadora, uma auxiliar administrativa, uma auxiliar de serviços gerais, um fonoaudiólogo, duas psicólogas, duas psicopedagogas e duas assistentes sociais”.

Porém essa diversidade de profissionais apontada nos artigos indica que esses profissionais não estão diretamente inseridos nas escolas regulares, mas sim em espaços vinculados à gestão Municipal, como no caso do Núcleo de apoio pedagógico especializado (NAPE) em Russas-CE ou na Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar (SEMED) em Parintins-AM. Sendo uma parceria da rede municipal com as escolas, na qual os serviços especializados são oferecidos de forma complementar ao cotidiano escolar, atendendo às necessidades dos alunos com deficiência. Como destaca Araújo (2023, p. 505), “o Serviço Social no NAPE desenvolve papel articulador entre instituição e escola, família e Sistema de Garantia de Direitos”. De modo semelhante, Viana e Alves (2015, p. 12) enfatizam que a assistente social precisa “ir a campo à procura de parcerias com os diretores das escolas [...]”.

No que diz respeito às expressões da questão social enfrentadas por pessoas com deficiência, os artigos analisados destacam sobretudo as condições de vulnerabilidade vivenciadas pelos/as alunos/as. Observa-se que nenhum dos textos delimita essas vulnerabilidades exclusivamente ao público com deficiência, tratando-as de forma ampla e incluindo, portanto, os/as alunos/as PCDs nesse contexto. Conforme aponta Luna et al. (2016, p.90), “as crianças e jovens frequentam a escola muitas vezes para se alimentar, por enfrentarem dificuldades financeiras”.

Além disso, merece atenção situações relacionadas à violência e ao consumo de substâncias psicoativas. Essa realidade reflete a materialização da questão social em sua dimensão cotidiana, o que já vem ao encontro da observação da autora Iamamoto (2007), que compreende tais expressões como resultado das desigualdades estruturais do modo de produção capitalista.

A escola tem se tornado um refúgio diante da omissão do Estado, evidenciando a naturalização da pobreza e o aprofundamento das desigualdades sociais.

Ao que refere-se sobre as indicações e normativas dos órgãos da categoria quanto intervenção do/a profissional junto a alunos/as com deficiência, os/as autores/as sinalizam que a intervenção do/a assistente social com alunos/as com deficiência deve garantir direitos e combater desigualdades, atuando de forma crítica e integrada à escola.

Segundo Luna et al (2016, p.91), sobre o CFESS (2001), cabe ao profissional a realização de diagnósticos sociais que possibilitem compreender a realidade social enfrentada, identificando os fatores sociais, culturais e econômicos envolvidos. Também cabe a ele encaminhar as pessoas aos serviços sociais e assistenciais adequados, colaborando para a melhoria da educação pública e atuando, sobretudo, na promoção da inclusão social.

Com base nisso, todos os artigos mapeados se complementam nessa questão, ao qual se baseia completamente nas diretrizes e princípios éticos da profissão, além de normativas importantes referentes aos direitos que as pessoas com deficiência obtêm.

Fica evidente nos artigos analisados a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pontuado, portanto, como um conceito empírico no qual apareceu durante a coleta de informações. Conforme destaca Araujo (2023, p.504) “[...] o AEE deve ser integrado ao projeto pedagógico da escola regular [...]”. Ressalta-se, ainda, que o Ministério da Educação (2009), pontua que o AEE não se limita a um apoio pedagógico, mas configura-se como um suporte assistencial amplo, ao articular serviços, recursos e profissionais com o objetivo de assegurar o direito à educação inclusiva e à participação social plena das pessoas com deficiência.

Mostrou-se também como categoria empírica o conceito educação inclusiva a qual Luna et al (2016, p.92) aborda: “O conceito de cidadania perpassa a discriminação, a exclusão, e torna cada ser humano útil e necessário, com suas diferenças e possibilidades. Sendo uma base importante para projetos pedagógicos inclusivos e políticas públicas que de fato promovam justiça social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a atuação do/a assistente social no campo da educação inclusiva enfrenta diversos desafios estruturais, que vão desde a precarização das condições de trabalho até a invisibilidade do seu papel nas instituições escolares. Observou-se que, embora existam esforços normativos e éticos que orientem a intervenção profissional junto a alunos/as com deficiência, a efetivação de práticas inclusivas ainda é limitada, muitas vezes em razão da falta de articulação intersetorial, da carência de estrutura adequada e da desvalorização profissional.

Ficou evidente que a inclusão escolar de pessoas com deficiência não pode ser pensada de forma isolada, pois está diretamente relacionada às expressões da questão social em seu cotidiano, como pobreza, violência e desigualdade. Nesse contexto, o/a assistente social assume um papel estratégico ao promover diagnósticos, encaminhamentos e articulações em rede, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipatória.

A análise permitiu compreender os desafios enfrentados pelos/as profissionais do Serviço Social na intervenção junto às necessidades dos/as alunos/as com deficiência. Entre os principais entraves, destacam-se as dificuldades em efetivar a educação inclusiva, as limitações estruturais das instituições de ensino e a fragilidade das condições de trabalho, que comprometem a qualidade das ações e o reconhecimento da profissão. Além disso, a carência de espaços adequados e a sobrecarga de atribuições reforçam a precarização da atuação do/a assistente social nas escolas.

Também foi possível identificar a importância das articulações intersetoriais, ainda que estas ocorram de maneira pouco sistematizada. Parcerias com órgãos e instituições da rede de proteção social são fundamentais para garantir um atendimento mais amplo e eficaz às pessoas com deficiência, fortalecendo a integração entre escola, família e comunidade. Contudo, a falta de estrutura e de planejamento contínuo ainda limita o alcance dessas ações.

Constatou-se que as vulnerabilidades enfrentadas por alunos/as com deficiência estão inseridas em um contexto social mais amplo, marcado pela desigualdade e pela ausência de políticas públicas efetivas. A escola, muitas vezes, torna-se um espaço de refúgio diante da omissão do Estado, o que exige do Serviço Social uma atuação crítica, ética e comprometida com a transformação dessa realidade.

Por fim, evidencia-se que o/a assistente social desempenha um papel essencial na

promoção da inclusão escolar e na garantia de direitos, sendo indispensável o fortalecimento de políticas públicas que assegurem condições dignas de trabalho, valorização profissional e maior integração intersetorial. Reforça-se, assim, a necessidade de consolidar o Serviço Social como parte integrante das equipes escolares, reconhecendo-o como um agente fundamental na defesa dos direitos humanos e na promoção de uma educação inclusiva, democrática e transformadora.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciene. Núcleo de apoio pedagógico especializado: espaço de atuação do Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 501–509, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/katalysis>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a inclusão da pessoa com deficiência e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 Abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica. Brasília: MEC/SEESP, [2009]. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Direitos humanos e IBGE mobilizam esforços para produção de novos dados estatísticos sobre pessoas com deficiência. Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/direitos-humanos-e-ibge-mobiliza-m-esforcos-para-producao-de-novos-dados-estatisticos-sobre-pessoas-com-deficiencia#:~:text=A%20maior%20parte%20das%20pessoas,Edi%C3%A7%C3%A3o:%20R.D>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 26 Jun. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUNA, Maria Aline Landim; SOUZA, Alcimar da Silva; LIMA, Maria Dálete Alves. As contribuições do Serviço Social para a inclusão da pessoa com deficiência no contexto

escolar. **Interfaces – Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 3, n. 11, p. 87–94, 29 jul. 2016. Disponível em: <http://www.interfaces.leaosampaio.edu.br>. Acesso em: 27 de jun. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: https://ia804601.us.archive.org/7/items/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed._-_www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed._-_www.meulivro.biz.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/M.C2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf. Acesso em: 26 Jun. 2025.

SILVA, Eliza França e; ELIAS Luciana Carla dos Santos. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: Recursos e dificuldade da família e de professores. **EDUR • Educação em Revista**. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/WYpDcmkRfD86Ftvwj9mgTFd/>. Acesso em: 22 Abr. 2025.

VIANA, Beatriz Borges; ALVES, Érica Nascimento. O trabalho do assistente social: contribuições e desafios na educação inclusiva na rede municipal de ensino em Parintins/AM. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, Dezembro 2015. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=O+TRABALHO+DO+ASSISTENTE+SOCIAL%3A+contribui%C3%A7%C3%B5es+e+desafios+na+educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva+na+rede+municipal+de+ensino+em+Parintins%2FAM&btnG=. Acesso em: 27 jun. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

INTERVENÇÕES DOS/AS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS SERVIÇOS DE ONCOLOGIA

INTERVENCIONES DE LOS PROFESIONALES DE SERVICIOS SOCIALES EN SERVICIOS DE ONCOLOGÍA

Amanda Tavares Goulart¹
Elisângela Maia Pessoa²

Resumo: Diante da complexidade que envolve o cuidado com pessoas com câncer no âmbito da política pública de saúde, o presente estudo propôs uma análise sobre as atribuições do/da assistente social no atendimento aos pacientes oncológicos no âmbito da política pública de saúde. O estudo teve como objetivo geral analisar quais as atribuições do/da assistente social no atendimento de pacientes oncológicos para dar visibilidade ao exercício profissional na política de saúde. Realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, que se desenvolveu por meio de pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica contemplou a análise de produções acadêmicas publicadas entre os anos de 2015 a 2025, localizadas nas bases Google Acadêmico e Portal SciELO. A pesquisa evidenciou que o/a profissional do Serviço Social atua de forma estratégica no acolhimento, orientação e encaminhamento dos/as usuários/as, utilizando instrumentos técnico-operativos voltados à escuta qualificada, registro sistemático e articulação com a rede de apoio. Além disso, foram identificados encaminhamentos para recursos sociais e benefícios públicos mais recorrentes entre os atendidos, revelando o importante papel da categoria na efetivação de direitos em momentos de extrema vulnerabilidade. Os resultados reforçam a relevância do Serviço Social no cuidado oncológico, sobretudo ao considerar as condições socioeconômicas dos/as pacientes e a necessidade de mediação junto aos serviços de saúde e proteção social.

Palavras-chave: Serviço Social; Oncologia; Política de Saúde.

Resumen: Dada la complejidad que implica la atención a personas con cáncer en el ámbito de las políticas de salud pública, este estudio propuso un análisis de las responsabilidades de los trabajadores sociales en la atención a pacientes con cáncer. El objetivo general del estudio fue analizar las responsabilidades de los trabajadores sociales en la atención a pacientes con

¹ Discente pela Universidade Federal do Pampa, curso de Serviço Social, Campus São Borja/Rio Grande do Sul-Brasil. E-mail: amandagoulart.aluno@unipampa.edu.br

² Pós-doutora em Antropologia (UFPB); Doutora e Mestre em Serviço Social (PUCRS); Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja/RS- Brasil. E-mail: elisangelapessoa@unipampa.edu.br.

cáncer para mejorar la visibilidad de su práctica profesional en las políticas de salud. Esta investigación cualitativa se desarrolló mediante investigación bibliográfica. Esta investigación incluyó el análisis de trabajos académicos publicados entre 2015 y 2025, disponibles en Google Scholar y el Portal SciELO. La investigación demostró que los profesionales del trabajo social actúan estratégicamente en la recepción, orientación y derivación de usuarios, utilizando herramientas técnico-operativas orientadas a la escucha cualificada, el registro sistemático y la coordinación con la red de apoyo. Además, las derivaciones a recursos sociales y prestaciones públicas fueron más frecuentes entre los atendidos, lo que revela el importante papel de esta categoría en el ejercicio de derechos en momentos de extrema vulnerabilidad. Los resultados refuerzan la relevancia del Trabajo Social en la atención del cáncer, especialmente al considerar las condiciones socioeconómicas de los pacientes y la necesidad de mediación con los servicios de salud y protección social.

Palabras clave: Trabajo Social; Oncología; Políticas Sanitarias.

1 INTRODUÇÃO

O câncer configura-se como uma enfermidade crônica que, devido à sua elevada taxa de mortalidade e expressivo impacto social, consolidou-se como uma emergência de saúde pública em escala global. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), estima-se que aproximadamente 9,6 milhões de óbitos ocorram anualmente em decorrência de neoplasias malignas em todo o mundo. Dada a complexidade que permeia a patologia, torna-se imprescindível a articulação interdisciplinar entre profissionais e pesquisadores/as, com o propósito de desenvolver estratégias eficazes para o enfrentamento da doença.

Dentre as múltiplas adversidades enfrentadas pelos indivíduos acometidos pelo câncer, destacam-se aquelas de natureza psicossocial e relacionadas ao cuidado integral, as quais demandam a atuação de profissionais especializados/as, como os/as assistentes sociais. Conforme salienta a Associação Brasileira de Oncologia – ABRASCO, os sujeitos em tratamento oncológico necessitam de uma abordagem que transcenda o escopo biomédico, visto que os efeitos da enfermidade repercutem nas esferas psicológica, social, econômica, entre outras (Abrasco, 2020).

A intersecção entre o Serviço Social e a Oncologia destaca-se como um tema de crescente relevância no contexto da saúde, especialmente devido à demanda por abordagens integradas e humanizadas no atendimento a pacientes oncológicos. Um problema preponderante nesse âmbito é a insuficiência de suporte social durante o tratamento do câncer, frequentemente negligenciado nas práticas assistenciais. Os/as pacientes oncológicos

enfrentam não apenas desafios físicos, mas também questões emocionais, sociais e financeiras que impactam de maneira significativa sua qualidade de vida e a adesão aos tratamentos (Frossard; Aguiar; Fonseca, 2020).

A justificativa para a realização de estudos nesse campo residiu em analisar as atribuições do/da assistente social no atendimento de pacientes oncológicos, este que transcende as dimensões biológicas e afeta o bem-estar social, emocional e econômico tanto do/da paciente quanto de sua família. Nessa ocasião, os/as assistentes sociais, pautados pelo Código de Ética Profissional de 1993, buscam enfrentar esses obstáculos de efetivação da política de saúde, reafirmando os princípios da Reforma Sanitária e garantindo a saúde como um direito social público e um dever do Estado (Cfess, 2010).

Nesse cenário, a sistematização das experiências vividas na prática cotidiana dos/as serviços é tão importante quanto planejar as atividades inerentes às atribuições e competências profissionais, configurando-se como um dos principais instrumentos para a avaliação do trabalho em curso e conformando uma prática capaz de organizar os processos de trabalho articulados com outras áreas que compõem a seguridade social, por exemplo (Frossard; Aguiar; Fonseca, 2020).

Diante do exposto, foi desenvolvido um projeto de pesquisa sobre essa temática, originado a partir da disciplina Pesquisa e Serviço Social II, que teve como problema de pesquisa a seguinte questão: “Quais são as atribuições do/a assistente social no atendimento de pacientes oncológicos?”. A partir dessa indagação, estabeleceu-se como objetivo geral analisar as atribuições do/a assistente social no atendimento de pacientes oncológicos, buscando dar visibilidade ao exercício profissional na política de saúde. Como objetivos específicos, buscou-se identificar as principais demandas apresentadas pelos/as pacientes oncológicos/as, verificar os instrumentos técnico-operativos utilizados pelo/a assistente social na área da oncologia e apontar os recursos disponibilizados aos/às pacientes oncológicos/as que demandam atendimento do Serviço Social.

Dessa maneira, o trabalho do/da assistente social na saúde, além do compromisso com a qualidade dos serviços prestados, deve buscar reafirmar e lutar pelos direitos da população, alinhando-se ao seu projeto profissional. Sendo assim, o estudo proposto pode oferecer várias contribuições significativas, como a identificação de práticas interventivas eficazes do Serviço Social em contextos oncológicos, a promoção de uma maior integração entre profissionais da saúde e assistentes sociais, e a sensibilização sobre a importância de serviços qualificados.

Ademais, pode fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que garantam cuidados adequados aos pacientes oncológicos.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa fundamentou-se nas categorias do método dialético crítico historicidade, totalidade e contradição, que, segundo Prates (2012), são indissociáveis na análise da realidade social. A historicidade, conforme Kosik (1976), revela que os sujeitos são produtos de processos históricos contínuos, influenciados por fatores políticos, culturais e sociais, especialmente visíveis no contexto dos cuidados paliativos oncológicos, onde valores e vivências moldam o modo de lidar com o sofrimento e o cuidado.

A totalidade, segundo Kosik (1976) e Cury (2000), exige a compreensão do ser humano em sua integralidade, superando visões fragmentadas. Já a contradição expressa os conflitos e dinâmicas em constante transformação. Cury (2000) destaca que ela pode gerar tanto rupturas quanto possibilidades criativas, como no caso do câncer, em que o sofrimento pode impulsionar ressignificações e avanços no cuidado humanizado.

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que se caracteriza pela busca de compreensão aprofundada do objeto investigado, considerando sua complexidade, dinamicidade e inserção no contexto social. Segundo Marconi e Lakatos (2007), essa abordagem permite ao pesquisador interpretar fenômenos em sua totalidade, a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos.

Optou-se pela pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de produções acadêmicas que versam sobre as atribuições do/da assistente social no campo da oncologia. Essa técnica possibilita situar o problema de pesquisa no debate científico contemporâneo, além de subsidiar a construção teórica do estudo. Conforme Marconi e Lakatos (2007, p. 185), “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”, favorecendo, assim, uma compreensão crítica e ampliada da temática.

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de observação indireta, não participante e sistemática, utilizando como principal instrumento um roteiro norteador para análise de textos, elaborado a partir dos objetivos específicos da pesquisa. Esse roteiro continha questões abertas, voltadas à obtenção de respostas que dialogassem com as hipóteses

e propósitos do estudo. Os dados extraídos foram sistematizados em um quadro analítico, contendo informações como os principais resultados de cada texto e sua relação com o tema da atuação do assistente social na oncologia.

A amostra foi composta por artigos científicos e documentos institucionais publicados em língua portuguesa entre os anos de 2015 e 2025. Embora os materiais abranjam diferentes áreas do conhecimento, foi dada prioridade às produções das áreas da saúde, oncologia e Serviço Social. As buscas foram realizadas em bases como o Google Acadêmico e o Portal SciELO, utilizando-se os descritores: “serviço social”, “oncologia” e “política de saúde”.

Para garantir rigor metodológico, foram definidos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão abrangeram publicações que abordassem, direta ou indiretamente, a atuação do/a assistente social na área da saúde, com ênfase em oncologia e nas políticas públicas de saúde. Já os critérios de exclusão referem-se a materiais que não permitiam a extração de dados relevantes para a análise, como textos excessivamente genéricos ou puramente teóricos, sem aplicabilidade à realidade profissional.

Tratou-se, portanto, de uma amostra intencional, caracterizada como um tipo de amostragem não probabilística. Segundo Gil (2008), esse tipo de seleção baseia-se em documentos escolhidos deliberadamente por sua relevância teórica e empírica frente ao objeto de estudo. A intencionalidade da amostra permitiu maior foco analítico, evitando dispersão temática e assegurando que os dados coletados contribuíssem efetivamente para os objetivos da pesquisa. Conforme orienta Gil (2002), ao estabelecer critérios prévios de seleção, a investigação ganha em sistematização e confiabilidade, favorecendo inclusive sua reprodutibilidade.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que permite apreender aspectos específicos do objeto investigado, a partir da organização, codificação e interpretação dos dados coletados. De acordo com Triviños (1987), essa técnica é útil para revelar ideologias e significados subjacentes aos discursos e dispositivos analisados, os quais muitas vezes se apresentam de forma implícita. A operacionalização da análise seguiu os três momentos metodológicos propostos por Bardin (2011): Pré-análise, fase preparatória na qual o corpus foi organizado, permitindo o levantamento das primeiras impressões e hipótese inicial; Exploração do material, etapa de codificação dos dados, em que surgiram categorias empíricas fundamentais à construção analítica e Tratamento dos resultados, inferência e interpretação, momento em que os dados foram confrontados com o referencial teórico,

possibilitando a construção de sentidos e aprofundamento da compreensão do fenômeno investigado.

A análise da literatura apontou, quanto as principais demandas apresentadas por pacientes oncológicos aos profissionais de Serviço Social, questões que incidem sobre o processo de tratamento oncológico como múltiplas e atravessadas por aspectos estruturais, destacando-se: a dificuldade de acesso e realização de exames de maior complexidade, as condições precárias de habitação e alimentação, os entraves relacionados ao transporte e à infraestrutura, além de problemáticas concernentes ao trabalho e à renda. Tais fatores interferem significativamente no diagnóstico precoce e na continuidade terapêutica dos usuários (Schneider; Silva, 2022). Outro artigo da amostra, complementa que:

No âmbito oncológico, o processo de tratamento é longo e continuado e está diretamente ou indiretamente relacionado a diversos fatores que irão impactar no tratamento e na continuidade do mesmo como: transporte, alimentação, rede de apoio, habitação e renda (Carapeto, 2025, p. 19)

O Serviço Social, fundamentado em uma formação de caráter generalista, prepara o/a assistente social para atuar criticamente nas diversas dimensões do cenário sociopolítico e econômico. A prática profissional está centrada na análise e intervenção sobre as expressões da questão social, concebidas como resultantes das contradições estruturais da sociabilidade capitalista. Carapeto (2025) ressalta que essas expressões abarcam fenômenos como o desemprego, a pobreza, a violência e a precarização dos serviços públicos essenciais, a exemplo da saúde, educação e habitação. Com base nessa compreensão, buscou-se identificar quais dessas expressões incidem de forma mais direta no atendimento oncológico, sendo reiteradas as dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços de saúde, moradia, alimentação, renda e transporte. Almeida e Guimarães (2023, p.19) ressaltam que:

O assistente social, na condição de profissional de saúde, trabalha com as manifestações da expressão social e na saúde. Estas manifestações estão associadas aos fatores ligados à dor; sofrimento; mutilação; sentimento da iminência da morte/perda, associado à dificuldade financeira, à exclusão do mundo do trabalho e com a convivência consigo mesmo e com familiares e rede social que o cerca, após o diagnóstico de uma doença como o câncer.

Em relação à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, observa-se que aqueles submetidos a relações laborais precarizadas dependem diretamente de sua força física para a obtenção de renda e, em casos de adoecimento, encontram-se desprovidos de proteção social.

A dinâmica familiar também se reorganiza frente às necessidades de cuidado e à possível ausência de contribuição financeira do/a paciente. Mesmo os/as trabalhadores/as com vínculo formal, ao adoecerem, enfrentam limitações nos mecanismos de proteção social. Esse cenário se agrava no contexto da consolidação do projeto neoliberal, onde o empobrecimento e a intensificação da vulnerabilidade social acentuam as implicações do adoecimento por câncer, impactando diretamente o acesso e a permanência no tratamento (Silva, 2010).

Diante dessas complexas determinações, é fundamental que o/a assistente social adote uma postura crítica e investigativa frente às demandas emergentes no cotidiano institucional. Essa postura possibilita a formulação de respostas profissionais que transcendam a lógica imediatista e tecnicista, pautando-se nas diretrizes do Projeto Ético-Político Profissional (PEP), que orienta a categoria para uma prática comprometida com os direitos sociais e com a transformação da realidade.

No que tange aos instrumentos técnico-operativos mobilizados no atendimento oncológico pelos/as profissionais do Serviço Social, verificou-se que o acolhimento e o diálogo constituem práticas centrais na atuação do/a assistente social. O/a profissional busca orientar os/as usuários/as e seus acompanhantes acerca dos direitos sociais garantidos legalmente, bem como oferecer suporte à família, promovendo a articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de cuidado. Entre os instrumentos indiretos Sousa (2008) ainda cita as atas de reunião, os livros de registro, diário de campo, relatório social e parecer social. Nesse sentido, a atuação do Serviço Social contribui significativamente para o bem-estar psicossocial do/a paciente.

Entre os serviços e benefícios frequentemente acessados com a mediação do Serviço Social, destacam-se aqueles assegurados pela legislação brasileira aos pacientes com câncer. Dentre eles, encontra-se o Saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que pode ser realizado pelo/a trabalhador/a diagnosticado/a com neoplasia maligna ou por seus dependentes (Lei nº 8.922/1994) (Brasil, 1994). Há também a possibilidade de saque do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) (Almeida; Guimarães, 2023).

Outro direito relevante é o auxílio-doença, benefício previdenciário concedido aos/as segurados/as incapacitados/as temporariamente para o trabalho por período superior a 15 dias consecutivos. No caso de câncer, a exigência de carência é dispensada, desde que o/a trabalhador/a esteja na qualidade de segurado/a no momento do diagnóstico (Lei nº 8.213/1991, arts. 59 a 63) (Brasil, 1991; Inca, 2014).

A aposentadoria por invalidez também pode ser acessada pelos/as pacientes oncológicos/as, desde que a incapacidade laborativa seja considerada permanente pela perícia médica do INSS. Assim como no auxílio-doença, não há exigência de carência desde que mantida a condição de segurado/a (Inca, 2014).

Adicionalmente, destaca-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), voltado à proteção social de idosos/as com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. Esse benefício garante um salário-mínimo mensal a indivíduos com impedimentos de longo prazo que dificultam sua participação plena e igualitária na sociedade (Inca, 2014).

Outro recurso relevante é o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), mecanismo que viabiliza o deslocamento de pacientes entre municípios ou estados para acesso ao tratamento de saúde, contemplando transporte, hospedagem e alimentação quando necessário. Este serviço é destinado exclusivamente aos pacientes atendidos pela rede pública de saúde (Inca, 2014).

Com base nas normativas e diretrizes da profissão, observa-se que o/a assistente social atua na perspectiva da democratização da informação, buscando ampliar o acesso dos/as usuários/as aos seus direitos sociais, especialmente em um momento de fragilidade como o enfrentamento do câncer. Conforme reforça Almeida e Guimarães (2023, p.19):

O assistente social trabalha de forma positiva no acolhimento e no diálogo com os pacientes e os seus acompanhantes, buscando orientá-los sobre os direitos que lhe são cabíveis, além de oferecer a devida atenção à família do paciente, facilitando a interlocução entre ambas as partes. O profissional deve intervir nas principais demandas psicossociais apresentadas pelos usuários, contribuindo de forma significativa no bem-estar do indivíduo oncológico.

Como afirma Schreider e Silva (2022), de acordo com os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, o trabalho do/a profissional deve abarcar a análise das condições socioeconômicas dos/as usuários/as, bem como ações de caráter psicossocial, orientação e aconselhamento, fiscalização de direitos frente aos planos de saúde e defesa da universalidade do acesso. Já o Projeto de Reforma Sanitária, que fundamenta a política pública de saúde no Brasil, destaca como eixos centrais da atuação do Serviço Social: a democratização do acesso aos serviços, a aproximação entre unidades de saúde e realidade social, o uso de abordagens coletivas, a ampliação da informação e o estímulo à participação

popular (Cfess, 2012).

Conforme apontado por Cabral (1995 apud Almeida; Guimarães, 2023), o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na oncologia abrange tanto ações de suporte direto e material à população quanto atividades de articulação de recursos comunitários, educação em saúde, apoio emocional e orientação às famílias e pacientes. Esse atendimento ocorre por meio da realização de avaliação social, que permite compreender a realidade econômica, social e cultural dos/as usuários/as, com o objetivo de orientar sobre os benefícios previdenciários (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez), assistenciais (BPC/Loas), trabalhistas (FGTS, PIS/Pasep), além de dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Estatuto da Pessoa Idosa (2003) e instituições jurídicas voltadas à defesa dos direitos das pessoas com câncer.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do/da assistente social no contexto oncológico vai além do suporte pontual, abrangendo intervenções que se estruturam em três dimensões fundamentais: a escuta qualificada e o acolhimento das demandas emocionais, a mediação entre o paciente e os serviços de saúde e assistência, e a defesa de direitos sociais, especialmente em relação ao acesso a benefícios previdenciários, auxílios e políticas públicas (Schreider; Silva, 2022).

Essas ações têm impacto direto na qualidade de vida dos/as pacientes, pois atenuam as desigualdades no acesso ao tratamento, reduzem o sofrimento social e ampliam a capacidade de enfrentamento da doença. Estudos apontam que o suporte psicossocial oferecido por assistentes sociais contribui para a adesão ao tratamento, para a redução de quadros de depressão e ansiedade, e para o fortalecimento das redes de apoio familiares e institucionais (Iamamoto, 2008). Além disso, a atuação crítica e comprometida com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social possibilitam uma intervenção profissional que considera as determinações sociais do processo saúde-doença, promovendo, assim, uma abordagem integral e humanizada.

Dessa forma, reafirma-se que a atuação do/a assistente social no campo da oncologia revela-se essencial frente às múltiplas determinações que atravessam o processo de adoecimento por câncer. Inserido/a em uma formação profissional de base generalista, o/a assistente social é convocado/a a intervir de forma crítica e propositiva nas diversas expressões da questão social que impactam diretamente o acesso, o diagnóstico e a

continuidade do tratamento oncológico, como a precariedade das condições de vida, a insuficiência de políticas públicas efetivas e as limitações do sistema de proteção social.

Diante desse cenário, o trabalho profissional fundamentado no Projeto Ético-Político do Serviço Social adquire centralidade, ao buscar romper com práticas imediatistas e tecnicistas, assumindo uma postura ético-crítica voltada à garantia de direitos e à ampliação do acesso aos benefícios e políticas públicas. A mediação junto aos/as usuários/as, o acolhimento, a orientação quanto aos direitos sociais e a articulação com a rede de serviços demonstram o compromisso e cuidado com a transformação da realidade social dos pacientes oncológicos.

Além disso, a compreensão das implicações socioeconômicas do adoecimento por câncer permite ao/à assistente social desenvolver estratégias de intervenção que considerem as desigualdades estruturais e os limites impostos pela sociabilidade capitalista, especialmente em tempos de avanço neoliberal. Assim, reafirma-se a importância do Serviço Social na luta pela efetivação do direito à saúde e pela equidade no acesso aos serviços no enfrentamento do adoecimento.

Embora não tenha constituído o foco central da investigação, tornou-se pertinente apresentar o dado referente ao processo de cadastramento para inclusão de pacientes no Núcleo de Assistência Domiciliar e Interdisciplinar ao Paciente Oncológico (NADIPO). Este serviço tem como finalidade a oferta de cuidados paliativos, com ênfase no manejo da dor e na provisão de insumos essenciais, como medicamentos e materiais curativos, visando atender às múltiplas demandas de pacientes tanto internados quanto em regime ambulatorial.

O atendimento inicial no Serviço Social ocorre no momento da primeira consulta, ocasião em que o/a paciente estabelece seu primeiro vínculo com a equipe. Nessa etapa, realiza-se uma avaliação social, com o objetivo de apreender de forma abrangente a realidade socioeconômica e cultural do/da usuário/a. A partir dessa análise, são fornecidas orientações e informações sobre os direitos sociais e os benefícios assistenciais aos quais o/a paciente pode ter acesso, conforme previamente exposto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karoline Brandão Cavalcante de; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. A atuação do assistente social no atendimento oncológico: realidades, humanização, desafios e possibilidades. **Revista Serviço Social em Revista**. Vol.26. N.1. p. 79-100. jan-jul 2023. Disponível em:

<file:///C:/Users/User/Downloads/Aatuaodoassistentesocialnoatendimentooncolgico-realidades-humanizaodesafiosepossibilidades.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONCOLOGIA. **Assistência social em oncologia**. 2018. Disponível em: <http://abroncologia.com.br/assistencia-social-em-oncologia/>. Acesso em: 12 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. –São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.922 de 25 de julho de 1994**. Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L8922.htm#:~:text=LEI%20No%208.922%2C%20DE,for%20acometido%20de%20neoplasia%20maligna>. Acesso em: 13 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 12 out. 2025.

CABRAL, Rosilda Isabel. **A contribuição do serviço social no atendimento ao paciente oncológico**. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/113405>. Acesso em: 10 out. 2025.

CARAPETO, Patrícia Viana. **Atuação Profissional do Assistente Social na Oncologia: avanços e desafios**. Trabalho de conclusão de curso. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://ninho.inca.gov.br/jspui/bitstream/123456789/17475/1/TCR_INCA_Patricia_Viana_Carapeto.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 13 out. 2025

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional** (3ª ed., São Paulo: Cortez, 2000). Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

INCA - INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Direitos sociais da pessoa com câncer: orientações aos pacientes. 4. ed. Rio de Janeiro, 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Disponível em: https://www.academia.edu/17852603/Karel_kosik_dialetica_do_concreto. Acesso em: 13 out. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social; uma relação necessária**. Textos & Contextos (Porto Alegre), 2012. Disponível em: https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

SCHREIDER, Erika; SILVA, Leticia Batista. **Oncologia, Saúde Pública e questão social**. XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00057.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, Leticia Batista. condições de vida e adoecimento por câncer. **Libertas**, Juiz de Fora, v.10, n.2, p. 172 - 187, jul-dez /2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18212/9463>. Acesso em: 13 out. 2025.

SOUSA, Charles Toniolo. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tema/internacional/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC

Programa de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

MATERNIDADE E TRABALHO: FISSURAS, PARADOXOS E RESISTÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

MOTHERHOOD AND WORK: CONTEMPORARY FISSURES, PARADOXES, AND RESISTANCES

Aécio da Silva Martins

Sheila Kocourek

Jairo da Luz Oliveira

Aritana Sousa Dutra de Melo

Sabrinna Sousa Santos

Resumo: O artigo analisa a maternidade como uma experiência social e política atravessada por desigualdades estruturais e processos de precarização do trabalho. A partir de uma revisão teórica de autores como Federici, Hirata e Antunes, discute-se como o cuidado materno, historicamente naturalizado como expressão de amor e dever moral, sustenta a lógica capitalista ao permanecer invisível e não remunerado. A maternidade é compreendida aqui como um campo de disputas simbólicas e materiais, onde se entrelaçam dimensões de classe, gênero e raça. O texto evidencia que as mulheres, especialmente as mães trabalhadoras e estudantes, enfrentam múltiplas jornadas e ausência de políticas públicas eficazes, o que reforça a sobrecarga e a desigualdade. Argumenta-se que a precarização da maternidade não é acidental, mas produto de escolhas políticas e econômicas que transferem às mulheres a responsabilidade pela reprodução social. O ensaio conclui que repensar a maternidade como questão pública é essencial para redefinir as bases da democracia, do trabalho e da proteção social.

Palavras-chave: Maternidade. Trabalho. Precarização. Gênero. Políticas públicas.

Abstract The article examines motherhood as a social and political experience shaped by structural inequalities and the ongoing precarization of work. Drawing on theorists such as Federici, Hirata and Antunes, it discusses how maternal care, historically naturalized as an expression of love and moral duty, sustains capitalist logic by remaining invisible and unpaid. Motherhood is understood as a field of symbolic and material struggles where dimensions of class, gender and race intersect. The study highlights that women, especially working and student mothers, face multiple workloads and the absence of effective public policies, reinforcing their social and emotional burden. It argues that the precarization of motherhood is not accidental but rather a result of political and economic choices that shift the responsibility for social reproduction onto women. The essay concludes that rethinking

motherhood as a public issue is essential to redefining the foundations of democracy, labor and social protection.

Keywords: Motherhood. Work. Precarization. Gender. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

A maternidade, entendida como uma vivência social, histórica e política, é marcada por contradições que evidenciam a continuidade de padrões patriarcais e o surgimento de novos desafios contemporâneos. Embora conquistas tenham aumentado a participação feminina no espaço público e no mercado de trabalho, a ideia de que a realização plena da mulher está intimamente ligada à maternidade continua moldando discursos sociais e práticas institucionais (Barbosa; Rocha-Coutinho, 2007). Nesse contexto, a maternidade é ao mesmo tempo uma escolha e uma imposição, uma opção e uma obrigação, uma liberdade e uma prisão simbólica.

O panorama se torna ainda mais intrincado ao se considerar como o exercício da maternidade é influenciado por marcadores sociais como classe, raça e gênero. Mulheres em situação de rua, por exemplo, sofrem com a criminalização de suas maternidades, sendo submetidas a políticas punitivas que priorizam o “direito fetal” em vez de seus direitos reprodutivos e humanos (Santos; Baptista; Constantino, 2021). Por outro lado, mães que atuam em serviços públicos de saúde, como o SUS, enfrentam o desafio da dupla jornada: atender à população e, ao mesmo tempo, cuidar de suas próprias famílias, em meio a uma sobrecarga de trabalho e à fragilidade das políticas de apoio (Barrocas et al., 2025).

A idealização da maternidade, apresentada como um destino natural e universal, intensifica as demandas sociais por sacrifício feminino, ocultando os impactos emocionais e materiais dessa imposição. Pesquisas recentes indicam que essas narrativas causam sobrecargas subjetivas e frustrações, principalmente quando o contexto social não proporciona o suporte necessário às mães após o parto (Dias et al., 2022). Simultaneamente, o discurso do empoderamento materno, apesar de ser fundamental para fortalecer a autonomia no puerpério, frequentemente encontra obstáculos institucionais e culturais que silenciaram as mulheres (Vieira et al., 2025).

Esses dilemas foram agravados pela pandemia de Covid-19, que impôs medidas de isolamento social, fechamento de escolas e aumento da carga de cuidados para as mulheres, evidenciando as desigualdades na divisão sexual do trabalho e intensificando os efeitos

emocionais e psicológicos da maternidade (Joaquim et al., 2022). Simultaneamente, mães que estudam e trabalham enfrentam diversas jornadas que afetam seus projetos de vida e aumentam o risco de abandono escolar e exclusão do mercado de trabalho (Silva; Mendes, 2024).

Assim, entender a maternidade requer ir além dos reducionismos biológicos e confrontar as construções sociais que tornam a desigualdade natural. Além de ser um fenômeno íntimo e individual, é um campo de conflitos políticos e simbólicos, onde se entrelaçam a precarização do trabalho, a desigualdade de gênero e a violência institucional. Este ensaio procura abordar a maternidade em sua complexidade, destacando seus atravessamentos estruturais e enfatizando a necessidade de políticas públicas e práticas sociais que a considerem não como um destino obrigatório, mas como um direito a ser exercido com dignidade e autonomia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Maternidade como construção social e política

A maternidade não deve ser reduzida a um aspecto biológico ou instinto natural; é uma construção social caracterizada por conflitos de poder, discursos morais e práticas institucionais. Dias et al. (2022) destacam que a romantização da maternidade transforma o cuidado em um dever moral, ligando-o à noção de destino feminino e ocultando os custos materiais e psíquicos dessa vivência. Esse processo, que não é neutro, exerce um papel de controle social: ao tornar o trabalho de cuidado algo natural, como uma manifestação de amor e sacrifício, ele justifica a falta de compromisso do Estado e do mercado em fornecer políticas de proteção e infraestrutura social.

Essa lógica também se aplica ao que Federici (2019) chama de trabalho reprodutivo invisível, em que a reprodução da vida e da força de trabalho é mantida principalmente por mulheres sem qualquer reconhecimento econômico. Nesse cenário, a maternidade é ao mesmo tempo enaltecida e desvalorizada: é enaltecida no âmbito simbólico-cultural, porém desvalorizada no aspecto material, pois não é remunerada, impõe sobrecarga às mulheres e limita sua autonomia.

2.2 Dilemas contemporâneos e transformações da maternidade

Na sociedade atual, caracterizada por profundas mudanças no mercado de trabalho e pela crise do cuidado, a maternidade adquire aspectos ainda mais complexos. Gomes et al. (2023) destacam que a vivência materna é permeada por dilemas de natureza psicológica, social e econômica, em que a pressão para atender ao padrão da “boa mãe” coexistem com a demanda de excelência acadêmica e profissional.

Esse duplo imperativo cria um paradoxo: as mulheres são incentivadas a ingressar no mercado de trabalho e nos espaços públicos, porém enfrentam obstáculos estruturais que impedem sua participação integral, desde a falta de creches públicas até atitudes discriminatórias que vinculam maternidade à falta de dedicação profissional. Cardoso (2022) destaca que a desvalorização do trabalho feminino é, em grande parte, um fenômeno criado socialmente, fortalecido por padrões culturais e institucionais que mantêm as desigualdades de gênero.

Ademais, a pandemia de Covid-19 evidenciou essa contradição, impondo às mães uma sobrecarga de tarefas domésticas, cuidado com os filhos e atividades profissionais realizadas de forma remota, expondo a fragilidade das políticas públicas de apoio à maternidade (Franco; Ferraz, 2020).

2.3 Experiência da maternidade e subjetividade feminina

A maternidade não é uma experiência uniforme; ela é influenciada por classe, raça, território e redes de apoio. Os estudos de Pimenta e Serralha (2023) indicam que a maternidade é marcada por emoções ambivalentes, alternando entre momentos de prazer e plenitude e momentos de sobrecarga e isolamento. Essa diversidade demonstra que ser mãe é um processo subjetivo intrincado, que abrange tanto aspectos emocionais e afetivos quanto influências sociais e culturais.

Franco e Ferraz (2019) apontam que, segundo a psicodinâmica do trabalho, o sofrimento das mães aumenta quando seu esforço não é socialmente reconhecido. A falta de suporte institucional e comunitário, aliada às demandas do trabalho e da educação, transforma-se em um fator de precarização subjetiva, minando o significado do trabalho materno e causando doenças.

Hirata (2011) traz uma contribuição importante ao mostrar como a divisão sexual do trabalho mantém as mulheres ligadas ao cuidado, mesmo quando elas entram no mercado de

trabalho formal. Essa divisão resulta em uma espécie de "prisão produtiva e reprodutiva", na qual a maternidade transforma-se ao mesmo tempo em um espaço de identidade e de exploração.

2.4 Maternidade, múltiplas jornadas e precarização

A relação entre maternidade, estudo e trabalho se revela como uma das manifestações mais evidentes da precarização nos dias atuais. Em estudo com mães estudantes de uma universidade pública, Silva e Mendes (2024) demonstram como a falta de suporte institucional, a carência de infraestrutura e a sobrecarga de diversas funções geram obstáculos para a permanência na academia e aumentam a vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Esse contexto está relacionado ao que Antunes (2006) denomina de metamorfoses do trabalho, no qual a flexibilização e a intensificação da produção afetam de forma mais severa as mulheres, que enfrentam a sobrecarga de duas ou três jornadas de trabalho. Além da exploração econômica, há um efeito direto no dia a dia: mães estudantes e trabalhadoras relatam sentimentos de culpa, exaustão e falta de apoio institucional, o que pode resultar em evasão acadêmica ou interrupção de carreiras profissionais promissoras.

Federici (2019) enfatiza que essa precarização não é um fenômeno acidental, mas sim estrutural: a economia capitalista se baseia no trabalho gratuito e invisível das mães para manter sua lógica de acumulação. Dessa forma, a maternidade é retratada como um recurso social não remunerado, porém essencial para a continuidade do sistema.

2.5 Autonomia, empoderamento e saúde materna

Apesar das dificuldades, existem ações de resistência e de transformação da maternidade. Vieira et al. (2025) demonstram que o protagonismo feminino no puerpério ajuda a aumentar a autoestima, diminuir casos de violência obstétrica e prevenir transtornos psíquicos, como a depressão pós-parto. A defesa da autonomia materna, manifestada no direito de escolher sobre o parto, a presença de acompanhantes e as formas de cuidado, surge como uma prática política e uma estratégia de resistência ao modelo biomédico convencional.

Nesse sentido, Cabral, Silva e Souza (2021) destacam que a precarização do trabalho materno impacta não só a inserção profissional, mas também a saúde física e mental das mulheres, exacerbando as desigualdades e dificultando a criação de políticas públicas

eficazes. Assim, promover a autonomia não se resume a garantir escolhas individuais, mas também a garantir condições materiais, institucionais e sociais que permitam que as mães exerçam seus direitos plenamente.

3 DISCUSSÃO

O estudo da maternidade em sua relação com o trabalho expõe uma das contradições mais marcantes do capitalismo atual: enquanto se incentiva a presença feminina no mercado de trabalho, permanecem estruturas que dificultam a harmonização entre produção e reprodução. A precarização emerge como um componente central desse processo, manifestando-se tanto na dimensão objetiva do trabalho quanto na subjetiva do cuidado.

Antunes (2006) observou que o mundo do trabalho atual é caracterizado por mudanças estruturais, nas quais a flexibilização, a rotatividade e a desproteção se tornam predominantes. Nesse contexto, as mulheres se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade, pois a divisão sexual do trabalho as mantém ligadas ao cuidado, mesmo quando ingressam em ambientes de trabalho formais (Hirata, 2011). Como resultado, temos a jornada dupla ou tripla, que mescla tarefas remuneradas, domésticas e acadêmicas em um ciclo de sobrecarga constante.

Essa sobrecarga não se restringe ao aspecto material. Segundo Cabral, Silva e Souza (2021), a precarização impacta não apenas a saúde, mas também a subjetividade das trabalhadoras, gerando sofrimento psicológico, doenças e sensação de impotência frente às diversas demandas. Nesse contexto, a maternidade não é mais vista apenas como uma experiência privada, mas se torna um local central da precarização atual: as mães são encarregadas da reprodução social sem que lhes sejam garantidas condições apropriadas de suporte institucional.

Cardoso (2022) enfatiza que a precarização deve ser entendida como um fenômeno construído socialmente, apoiado por normas culturais e institucionais que colocam as mulheres no centro do cuidado. Esse contexto normaliza as desigualdades e mantém um ciclo em que o trabalho materno é ao mesmo tempo essencial e invisível. Aqui se destaca o paradoxo: o cuidado é fundamental para a continuidade da vida, porém continua sendo desvalorizado tanto social quanto economicamente.

Autoras como Federici (2019) trazem uma visão feminista crítica que aprofunda essa discussão ao afirmar que o capitalismo se apoia no trabalho reprodutivo não remunerado para

manter sua lógica de acumulação. Nesse contexto, a maternidade não é apenas um assunto de interesse das ciências sociais ou da psicologia, mas um componente fundamental da economia política atual. A ausência de pagamento e valorização do trabalho materno evidencia a apropriação de uma força de trabalho invisível, que sustenta o sistema em operação ao mesmo tempo em que perpetua as desigualdades de gênero.

Essa condição tem muitos efeitos subjetivos. Pimenta e Serralha (2023) mostram que a maternidade é vivida de forma ambivalente: de um lado, gera sentimentos de prazer e realização; de outro, produz isolamento, cansaço e adoecimento quando não há redes de apoio adequadas. Assim, a precarização não se restringe ao mercado de trabalho; ela permeia as experiências diárias, minando o significado da maternidade e convertendo o cuidado em um peso.

Simultaneamente, surgem práticas de resistência e reconfiguração. Vieira et al. (2025) demonstram que o fortalecimento da autonomia feminina no puerpério ajuda a prevenir a violência obstétrica, diminui a incidência de depressão pós-parto e promove experiências maternas mais empoderadas. A luta pela autonomia não deve ser vista apenas como um direito pessoal, mas como uma reivindicação coletiva por políticas públicas que promovam a inclusão e que possam combater os obstáculos estruturais que restringem a voz das mulheres.

Silva e Mendes (2024) afirmam que as diversas responsabilidades das mães estudantes evidenciam as deficiências institucionais tanto na universidade quanto no mercado de trabalho. A falta de políticas de acolhimento, como creches, horários flexíveis e apoio psicológico, faz com que muitas mulheres abandonem a faculdade ou desistam da carreira. Esse quadro mostra que a desvalorização da maternidade não é um acidente, mas sim consequência de decisões políticas e institucionais que ignoram o cuidado como uma dimensão pública.

Por último, Franco e Ferraz (2019) ressaltam que a precarização não se limita a uma categoria econômica, sendo também um processo de subjetivação que forma as identidades maternas com base na falta de reconhecimento e na culpabilização. Quando são responsabilizadas por deficiências institucionais, como a falta de políticas de apoio, as mães acabam se sentindo culpadas de um problema que é, na verdade, estrutural.

Desse modo, o debate teórico demonstra que a maternidade, ao contrário de ser uma experiência privada, é um campo de disputa social e política. A precarização que a permeia deve ser entendida em sua complexidade, interligando aspectos econômicos, subjetivos e institucionais. Nesse contexto, refletir sobre a maternidade é considerar trabalho, desigualdade

e democracia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada mostra que a maternidade não é apenas uma experiência individual ou naturalizada, mas sim uma categoria política e social, marcada por conflitos simbólicos, econômicos e institucionais. Este ensaio demonstrou que o cuidado, historicamente associado às mulheres, ainda atua como um mecanismo de precarização estrutural, mantendo não apenas o sistema produtivo, mas também as disparidades de gênero.

O romantismo que envolve a maternidade, geralmente ligado à noção de plenitude e realização feminina, esconde a realidade de sobrecarga, angústia psíquica e marginalização social enfrentada por milhões de mulheres. A naturalização do trabalho reprodutivo, conforme indicam Federici (2019) e Hirata (2011), perpetua a divisão sexual do trabalho, que confina as mulheres à esfera do cuidado enquanto as obriga a serem competitivas no mercado. Essa contradição não é apenas cultural, mas reflete um sistema econômico que se baseia na exploração gratuita ou mal remunerada do trabalho materno para se sustentar.

Os dilemas atuais, destacados por Silva e Mendes (2024) e Cabral, Silva e Souza (2021), revelam que as mulheres enfrentam diversas responsabilidades sem receber o devido apoio institucional. A falta de políticas públicas inclusivas, como creches, horários flexíveis e proteção social, agrava a precarização e acentua as desigualdades, principalmente entre mães que trabalham, estudantes e aquelas em situações de maior vulnerabilidade. A precarização, segundo Cardoso (2022), não é uma condição inevitável, mas um fenômeno criado socialmente, decorrente de decisões políticas que determinam quem deve suportar os custos da reprodução social.

Nesse contexto, a maternidade se apresenta como um campo de contradições: ao mesmo tempo espaço de afeto e prazer, é também um espaço de sobrecarga e invisibilidade; espaço de resistência e protagonismo, mas também espaço de controle e violência. As evidências apresentadas por Pimenta e Serralha (2023) e Vieira et al. (2025) corroboram que a experiência materna é diversa, influenciada por classe, raça e contexto cultural, e que sua vivência pode ser transformadora quando acompanhada de autonomia e reconhecimento.

A crítica feminista atual adverte que apenas reconhecer a importância da maternidade não é suficiente: é necessário torná-la política, incorporando-a na discussão sobre trabalho, democracia e direitos sociais. Isso significa deixar para trás a ideia de que a maternidade é

uma questão privada e reconhecê-la como um assunto público que permeia as agendas de políticas sociais, trabalhistas e educacionais.

Assim, pode-se concluir que a precarização da maternidade é uma manifestação concreta das contradições do capitalismo em sua etapa neoliberal, na qual a responsabilização individual substitui a solidariedade coletiva e o Estado se afasta de seu papel protetor. Para quebrar esse ciclo, é necessário repensar não só as políticas públicas, mas também os princípios do trabalho e da reprodução social, considerando a maternidade como um pilar fundamental da vida em sociedade. Apenas dessa forma poderemos tirar o cuidado do lugar de invisibilidade e subordinação e colocá-lo no centro das lutas por igualdade, justiça social e emancipação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CABRAL, R. L.; SILVA, A. P.; SOUZA, R. B. **Precarização do trabalho e saúde do trabalhador: impactos na subjetividade**. Revista Katálysis, v. 24, n. 3, p. 451-463, 2021.

CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. **A precarização como construção social: gênero, políticas públicas e resistências coletivas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 37, n. 108, p. 1-19, 2022.

DIAS, Adriana; OLIVEIRA, Marina; SANTOS, Carolina. **Romantização da maternidade e desigualdades de gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 30, n. 2, p. 1-18, 2022.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Elefante, 2019.

FRANCO, Tânia; FERRAZ, Deise. **Sufrimento e reconhecimento no trabalho: uma leitura psicodinâmica**. Revista Psicologia & Sociedade, v. 31, p. 1-15, 2019.

GOMES, Priscila; LIMA, Renata; SOUZA, Ana. **Maternidade e dilemas contemporâneos: um estudo sobre identidades maternas**. Revista Psicologia em Estudo, v. 28, p. 1-14, 2023.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 142, p. 137-159, 2011.

PIMENTA, Fernanda de Moura; SERRALHA, Conceição Aparecida. **A experiência da maternidade na perspectiva das mulheres: uma revisão integrativa de literatura**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 341-358, 2023.

SILVA, Thaís Aparecida Lacerda; MENDES, Diego Costa. **Maternidade, estudo e trabalho: um olhar sobre as múltiplas jornadas de mães discentes**. Oikos: Família e Sociedade em Debate, Viçosa, v. 35, n. 1, p. 1-22, 2024.

VIEIRA, Hugo Henrique de Menezes et al. **Autonomia e puerpério: a importância do empoderamento feminino no período pós-gestacional**. Brazilian Journal of One Health, v. 2, n. 2, p. 665-670, 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: REFLEXÕES A PARTIR DOS CURSOS DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

MERCANTILIZACIÓN DE LA ENSEÑANZA UNIVERSITARIA BRASILEÑA: REFLEXIONES DESDE LA CARRERAS DE DERECHO Y TRABAJO SOCIAL

Lucas Pinheiro Carnet Viana¹
Rosilaine Coradini Guilherme²

Resumo: O presente trabalho discorre sobre o processo de mercantilização do ensino superior no Brasil, que se realiza principalmente a partir dos anos 1990, com o avanço das políticas de cunho neoliberal. De caráter exploratório, este estudo objetiva um resgate crítico do aparato histórico-político do processo de mercantilização educacional combinado com a apreensão dos influxos dessa realidade nos cursos de Direito e Serviço Social. Para tanto, utiliza-se de uma metodologia qualitativa, focada nas disposições legais, bem como em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e nas contribuições bibliográficas selecionadas. Os resultados indicam que a mercantilização é um projeto político mantido em todos os governos que se seguiram à promulgação da Constituição Cidadã. Observa-se que os principais influxos, nos cursos de Direito e Serviço Social, referem-se à imposição neoliberal de uma formação tecnicista - a qual encontra resistência por parte da comunidade acadêmica vinculada à área de conhecimento - desconexa da realidade social e dos preceitos fundamentais ao exercício da atuação profissional.

Palavras-chave: Mercantilização, Ensino Superior Brasileiro, Direito, Serviço Social.

Resumen: El presente trabajo propone una análisis sobre el proceso de mercantilización de la enseñanza universitaria en Brasil, que se ha desarrollado principalmente desde del año 1990, con el avance de las políticas neoliberales. De carácter exploratorio, este estudio busca realizar una revisión crítica del aparato histórico y político de dicho proceso, junto con la comprensión de esta realidad en las carreras de Derecho y Trabajo Social. Para eso, se utiliza una metodología cualitativa, centrada en las disposiciones legales, así como en datos del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas y contribuciones bibliográficas seleccionadas. Los resultados indican que la mercantilización es un proyecto político sostenido por todos los gobiernos posteriores a la promulgación de la Constitución Ciudadana. Se observa que las principales influencias, en las carreras de Derecho y Trabajo Social, se

¹ Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Discente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Proteção Social da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). E-mail: lucasviana.aluno@unipampa.edu.br.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Política Social pela Universidade Católica (UCPel). Graduada em Serviço Social pela Universidade Franciscana (UFN). Coordenadora e docente permanente do Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Proteção Social (Unipampa). Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina (GTFOPPS). E-mail: rosilaineguilherme@yahoo.com.br.

refieren a la imposición neoliberal de una formación tecnocrática - que es resistida por la comunidad académica vinculada al área del conocimiento en cuestión - desconectada de la realidad social y de los preceptos fundamentales para el ejercicio de la práctica profesional.

Palabras-clave: Mercantilización, Enseñanza Universitaria Brasileña, Derecho, Trabajo Social.

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, o Brasil tem experimentado a expansão acelerada do ensino superior. Esse processo foi influenciado pela transmutação do conceito de educação enquanto direito social preconizado pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, à revelia das garantias constitucionais e sob a influência de organismos internacionais, os governos pós-redemocratização aderiram às medidas neoliberais que pressupunham a desresponsabilização do Estado frente às demandas sociais. Com isso, decorre a ampla descaracterização dos direitos sociais, na medida que esses passam a ser considerados mercadorias mediante a oferta de serviços de prestação individualizada e segmentada.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2024), a educação superior - tratada neste estudo como um direito social - conta com 2.244 instituições privadas perante a apenas 317 instituições públicas atuantes no mesmo nível educacional. Entretanto, na análise do conjunto total, 56,3% das universidades brasileiras são públicas. Isto é, a maioria das instituições privadas são de caráter diverso, na forma, por exemplo, de centros universitários ou faculdades isoladas. Considerando que as Instituições de Ensino Superior-IES nomeadas de universidades realizam o tripé de ensino, pesquisa e extensão, estes números parecem comprometer a função social precípua do ensino superior brasileiro.

Com efeito, a educação superior se mostra como um nicho de mercado muito rentável nos países de capitalismo periférico (Torreão, 2024), o que potencializa o processo de exploração por parte das nações de capitalismo avançado. Sobretudo no caso dos cursos de Direito e Serviço Social, o processo de mercantilização do ensino superior pode produzir a formação de profissionais que privilegiam dimensões tecnicistas. Isso pois, por se tratarem de formações essencialmente sociopolíticas, não podem estar em descompasso com o exercício constante de uma análise crítica da realidade social, a partir da indissociabilidade dos eixos pesquisa, ensino e extensão no processo de formação acadêmica-profissional.

Nesse contexto, o presente estudo objetiva proceder uma incursão histórico-política a respeito da mercantilização do ensino superior brasileiro no período de 1990 a 2025, a fim de identificar a incidência deste fenômeno na oferta de cursos de Direito e de Serviço Social. Para tanto, o estudo de caráter exploratório, e utiliza-se de uma abordagem qualitativa sobre documentos de domínio público - tais como: legislações relacionadas à temática, relatório do INEP (2024), e sobre material de cunho bibliográfico.

O trabalho está organizado da seguinte maneira: a presente introdução seguida do desenvolvimento, no qual é realizado um resgate crítico do aparato histórico-político do processo de mercantilização educacional combinado com os influxos dessa realidade nos cursos de Direito e Serviço Social; e as considerações finais, que comportam a síntese dos temas abordados e propõe reflexões futuras que contribuam com a defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

2 PARTICULARIDADE DO PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: INFLUXOS NOS CURSOS DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

O direito à educação, enquanto direito fundamental de caráter social preconizado pela Constituição Federal de 1988, é, também, um dever do Estado (Sarlet, 2012). Ou seja, exige do ente estatal uma prestação positiva juridicamente tutelada. Portanto, em princípio, a educação brasileira não deveria ser objeto de barganha comercial, senão de prestação pública e gratuita. Ocorre que, logo após a promulgação da Carta Constitucional de 1988, o Brasil foi submetido, de forma contundente, à ingerência internacional de países de capitalismo avançado para adoção de medidas de austeridade fiscal.

Nesse período, especificamente a partir de 1989, difundiu-se o Consenso de Washington, o qual dispôs de orientações a serem cumpridas pelos países em desenvolvimento, no sentido de “reformatar” suas economias (Naím, 2000). Sumariamente, as medidas concentravam-se na América Latina e na necessidade de superação da suposta crise econômica da região. A receita neoliberal exigia, principalmente, a privatização de empresas, abertura de mercado ao capital estrangeiro e a flexibilização das leis trabalhistas. Um verdadeiro pacto globalista em favor do capital, com a adoção universalizada da principiologia de mercado independentemente das especificidades sociais de cada país (De Vasconcelos e Lipovetsky, 2021).

O referido “consenso” não levou em consideração as questões de política interna de cada Estado, o que influenciou diretamente na sua aplicação prática. Ou seja, não havia consenso, pelo menos, não um consenso possível. Os países de capitalismo avançado, a exemplo dos Estados Unidos da América, impunham premissas insustentáveis aos países em desenvolvimento, pressionando-os por meio de organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Nesse sentido, Naím (2000, p. 1) problematiza o termo consenso contraditando-o à palavra confusão: “Se isto era para ser o Consenso de Washington, imagina o que não seria a Confusão de Washington”.

Consequentemente, as práticas de austeridade fiscal do Consenso de Washington reverberaram negativamente sobre os direitos sociais, os quais pressupõem conduta ativa do Estado para sua materialização. De fato, o processo de mercantilização é exatamente a desconstituição dos direitos sociais em meros serviços a serem comercializados pela iniciativa privada. A conduta ativa, formalmente delegada ao Estado pela Constituição Federal de 1988, passa a ser a exceção, prevalecendo o acesso à proteção social mediante uma contraprestação pecuniária sob a lógica do mercado. Com efeito, alterou-se a concepção de educação enquanto direito para educação enquanto serviço a ser prestado. Embora manifestamente contrárias às garantias sociais instituídas no bojo da redemocratização e frente à ordem constitucional inaugurada em 1988, as premissas neoliberais foram institucionalizadas no Brasil, a partir de 1990, com os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

A exemplo disso, as contrarreformas no campo da educação conduzidas pelo governo FHC incluíam, dentre outras, a desestatização do ensino, através do enquadramento como serviço de prestação não exclusiva do Estado, e a desobrigação de contratação dos professores sob regime estatutário. Por meio do desenvolvimento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PRDE) e da reforma administrativa da Proposta de Emenda à Constituição n. 173 de 1995, o processo de contrarreforma atingiu seu momento mais expressivo (Ferrarez, 2023). Outrossim, a promulgação da Lei de Diretrizes da Educação Nacional de 1996 (Lei n. 9.394), na qual reconheceu-se expressamente a possibilidade de exercício do ensino por instituições privadas, colaborou para o estabelecimento de um ambiente propício à mercantilização.

Esse contexto político, curiosamente, é definido por Bresser Pereira, então ministro da Fazenda de FHC, como uma política de “contrarreforma burocrática”, a partir da qual seria modernizada a máquina pública, por meio da desregulamentação e da privatização, em prol da

eficiência das finanças governamentais. Em realidade, o que se realizou naquele momento foi a transmutação do Estado em uma mera empresa gerencial de serviços que, ao fim, normatizou a desresponsabilização estatal na garantia dos direitos sociais, especialmente ao direito de educação. Com efeito, o movimento contrarreformista colocou em dúvida a qualidade e a eficiência da educação pública, bem como promoveu o debate acerca do alto custo de financiamento do sistema (Diniz, Oliveira e Lima, 2021).

Do mesmo modo, os governos FHC reduziram os recursos públicos do Fundo Público Federal, o que afetou diretamente as instituições federais de ensino superior, e lançaram o ensino à distância como método para o cumprimento de metas (Ferrarez, 2023). Como resultado disso, observou-se um crescimento exponencial do setor privado na prestação educacional. Por exemplo, no intervalo de 1996 a 2010, houve um aumento de quase 200% no número de instituições de ensino superior privadas no Brasil (Ruas, 2015). Neste recorte temporal, identifica-se que os governos Lula mantiveram a política de mercantilização iniciada por Collor e amplificada por Fernando Henrique Cardoso.

Nos governos Lula, expandiu-se a política de formação superior por meio do Ensino à Distância - EAD, para disponibilização de cursos de bacharelado de interesse do mercado, ao mesmo tempo em que foram instituídas medidas de avaliação das Instituições de Ensino Superior-IES e os serviços por elas ofertados (Ferrarez, 2023). São exemplos disso o surgimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Ferrarez, 2023). Ainda, é caso de destaque a política de financiamento estudantil, através do Fundo de Financiamento Estudantil-FIES, e a instituição do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Paralelamente, Lula promoveu a reestruturação das instituições públicas e aumentou o investimento estatal em educação, especialmente com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica-FUNDEB (EC n. 53/2006). O movimento realizado pelos governos de Lula conciliou a expansão da rede federal de ensino com a expansão da rede privada educacional (Ferreira, 2019).

De acordo com dados apurados no Painel de Estatísticas do Censo da Educação Superior, considerando o intervalo de 2010 a 2016, o qual envolveu os governos Dilma, foram 19.086.353 pessoas ingressantes no ensino superior brasileiro. Deste montante, 15.426.233 brasileiros ingressaram em IES privadas com ou sem fins lucrativos, ante 2.296.662 outros brasileiros que ingressaram em instituições de ensino superior federalizadas, públicas e gratuitas. Nesse recorte, no período referido acima, ingressaram 13.129.571 pessoas a mais no

ensino superior privado do que no ensino superior federal. Embora o avanço do mercado privado tenha se perpetuado na era Dilma, o governo petista manteve a expansão do financiamento público do ensino. Nessa linha, promulgou-se a Lei n. 12.858, que regulamentou a destinação de recursos do pré-sal para saúde e educação. No caso desta última, o art. 2³ da Lei dos Royalties do Pré-Sal elenca como prioridade o empenho das verbas em favor da educação básica, das políticas de assistência estudantil no ensino superior e no ensino profissional.

O projeto Lula-Dilma (PT) foi interrompido em 31 de agosto de 2016, com a ascensão de Michel Temer (MDB) à presidência, através de um processo de *impeachment*, da então presidenta Dilma Rousseff, procedido após o Partido dos Trabalhadores apoiar o pedido de cassação do mandato de Eduardo Cunha (MDB), ex-presidente da Câmara dos Deputados, no Conselho de Ética do órgão. Em sua gestão, o emedebista Michel Temer aprofundou a doutrina privatista neoliberal com a realização de ajustes na estrutura estatal, que levou o lema de Plano Uma Ponte para o Futuro (Ferrarez, 2023). Diferentemente de seus antecessores, Temer optou por fomentar o ensino à distância e reduzir drasticamente os recursos públicos destinados à educação.

Com a promulgação da emenda constitucional n. 95 de 2016, o governo brasileiro suspendeu os gastos públicos por vinte anos - o que foi revisto pelo governo Lula III⁴ -, especialmente nas áreas relacionadas aos direitos sociais. Acerca da educação, foi a primeira vez em décadas que o orçamento das instituições federais de ensino superior foi reduzido de forma significativa (Fonseca, 2018). Também, a gestão de Temer reformulou o FIES, por meio da definição de limites para financiamento com base no valor da mensalidade dos cursos, concomitantemente flexibilizou a renda per capita ao máximo de até cinco salários mínimos.

Posteriormente, favorecida pela conjuntura política do Congresso, com deputados e senadores alinhados à retórica de desestatização, a gestão Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) foi construída em um ambiente favorável aos métodos de ajuste neoliberais (Ferrarez, 2023).

³ Na redação original, referido dispositivo mencionava apenas a educação básica, mas teve sua aplicação ampliada pelo governo Lula III, através da Lei n. 15.169/2025: Art. 2º Para fins de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e do disposto no art. 196 da Constituição Federal, serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a educação básica, para políticas de assistência estudantil da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios e para a saúde, na forma do regulamento, os seguintes recursos: (BRASIL, 2025).

⁴ Em agosto de 2023, Lula sancionou a Lei Complementar n. 200, que institui o Novo Arcabouço Fiscal, regime fiscal que substituiu o Teto de Gastos de Michel Temer. Apesar das controvérsias, a nova legislação flexibilizou os gastos públicos do Governo Federal, incluindo os investimentos em educação.

Para além disso, o foco de destruição orçamentária foi a pós-graduação, com contingenciamentos significativos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. No período de 2019 a 2021, houve uma redução de 1,41 bilhão de reais na verba autorizada e 1,32 bilhão de reais na verba efetivamente empenhada para a CAPES (De Araújo e Macedo, 2022). A gestão bolsonarista reduziu em 12% o orçamento destinado à manutenção das universidades federais, ao mesmo tempo em que reduziu 30% do orçamento educacional geral e propôs a implantação do programa “Future-se” (De Lima Sobrinho, Montefusco e Agapito, 2024).

Após as eleições gerais de 2022, com o início do terceiro mandato de Lula, o cenário mudou, ao menos, quanto às prioridades do Poder Executivo federal. Em que pese a representatividade política no Congresso, essa permaneceu sob a influência de partidos conservadores, com isso a organização orçamentária de áreas como saúde e educação passou por uma recentralização. Segundo De Araujo e De Carvalho (2024), o governo Lula III possui quatro desafios em sua agenda de ensino superior, quais sejam: a inadimplência dos estudantes vinculados ao FIES; a empregabilidade dos egressos de programas como FIES e ProUni; a inclusão dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; e o combate à evasão dos alunos. Neste contexto, para os egressos dos referidos programas, foram desenvolvidas medidas como renegociação das dívidas de financiamento estudantil, aumento na oferta de vagas no programa Mais Médicos, isenção da inscrição para participação no Concurso Público Nacional Unificado, atualização do teto de financiamento do Fies, e o reajuste dos auxílios permanência concedidos aos estudantes do ProUni (De Araujo e De Carvalho, 2024).

Como se observa, independentemente do espectro político, a mercantilização da educação perpetua-se no tempo e no espaço de todos os governos que sucederam a promulgação da Constituição Federal de 1988. Por vezes, essa lógica mercadológica na educação se expande, em outras, se mantém, mas não se exclui de maneira definitiva. Nesta conjuntura, inserem-se todos os cursos de bacharelado e de licenciatura, desde as ciências exatas às ciências sociais aplicadas. No caso destas, pode-se exemplificar a situação dos bacharelados em Direito e em Serviço Social.

Com efeito, pode-se falar em uma descaracterização dos referidos cursos, ou uma moldagem de suas proposições fundacionais aos ditames dos interesses do capital. Corroborando esta realidade o discurso de formação por competência, que concebe a educação não como um

direito que permite o desenvolvimento humano, mas sim um serviço que proporciona o desenvolvimento econômico (Torreão, 2024). A disseminação desse credo na formação por competência integra, junto de outros elementos, o que Iamamoto (2013) relaciona a um processo de tecnificação da atuação profissional, que acaba por promover um significativo reducionismo do padrão de excelência na formação acadêmica.

Desde o intenso debate fomentado no Movimento de Reconceituação, a formação dos profissionais assistentes sociais pressupõe um alinhamento aos interesses da classe trabalhadora (Silva, 2025). Conforme Iamamoto (2013, p. 336): “o patrimônio intelectual e político, construído pelo serviço social brasileiro, tem no seu núcleo central a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas.”

Entretanto, a partir dos anos 2000, este projeto político de ensino está sob constante embate com a crescente massificação da formação advinda do processo de mercantilização (Agapito, 2022). Notadamente, a lógica de mercado objetiva o lucro, não a construção crítica dos sujeitos. Isso, por si só, já revela a instauração de um ambiente favorável ao desmantelamento do projeto político-pedagógico do Serviço Social. Ferrarez (2023) destaca que o avanço do ensino à distância fomenta a precarização da formação crítica, ao passo que resume o Serviço Social a um produto a ser consumido virtualmente.

No campo da formação jurídica, o cenário é similar à medida em que, pelo baixo custo operacional e a alta demanda social, o Direito se tornou um curso de grande interesse para exploração do capital (Petry, 2018). Com a descentralização do ensino jurídico às mais variadas formas de “instituições” de ensino superior, edificou-se uma formação jurídica direcionada ao atingimento de índices de aprovação nos exames para exercício profissional, tanto para advocacia, quanto para áreas de atuação pública

Petry (2018) relaciona o processo de mercantilização do ensino com o fenômeno que denomina como “oabetização”, no qual a estrutura curricular dos cursos de Direito passou a ser orientada à aprovação dos discentes em testes para ingresso nas carreiras jurídicas. Nesse contexto, há uma maximização da lógica tecnicista, na qual o ensino superior serve, apenas e tão somente, para a qualificação de mão de obra massificada, acrítica e de baixo custo. Este processo, segundo Petry (2018), tem se acentuado desde 1990, por meio de políticas de desregulamentação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha consagrado a educação como um direito fundamental, o que efetivamente se desenvolveu nos anos subsequentes a sua promulgação foi, na verdade, a construção de um processo de reconversão do caráter de direito social ao de serviço a ser acessado por meio do mercado privado. Este é o processo de mercantilização da educação: uma engrenagem em que o direito passa a ser mero produto, em um mercado que se desenvolve, em termos de ganho lucrativo, sobre a exploração do que deveria ser responsabilidade exclusiva do Estado.

Nesse panorama, o ensino passa a figurar como mero meio transmissor do conhecimento mercadologicamente relevante, ou seja, resgata-se a tecnicidade do aprendizado. Aqui, o estudante deixa de ser um cidadão em constante construção, para se tornar um consumidor como em qualquer outro âmbito negocial. Ao fim, a educação defendida pela doutrina neoliberal serve para mera reprodução da ideologia predominantemente difundida. Há, por derradeiro, uma ressignificação ideológica da universidade enquanto instituição de ensino superior.

Como se viu, os governos de Collor, Itamar e FHC - sob a lógica neoliberal - foram fundamentais para a descaracterização do direito à educação, ao passo que promoveram políticas de austeridade fiscal, de desresponsabilização do Estado, e de privatização de áreas essenciais ao desenvolvimento do país. Não obstante, foram estas as práticas recomendadas pelos países de capitalismo avançado, através de mecanismos como o Consenso de Washington, para a “solução mágica” da instabilidade econômico-monetária das nações latino-americanas.

Com efeito, o avanço da mercantilização do ensino brasileiro se manteve nos governos Lula e Dilma, e foi aprofundado pela gestão de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. De qualquer sorte, observou-se que existe significativa discrepância entre a forma como os governos petistas conduziram a política educacional de ensino superior e os demais, especialmente no que concerne à reconstrução e expansão do ensino superior público e gratuito. As reflexões apresentadas ao longo do presente trabalho indicam que, em paralelo à manutenção do *status quo* de ampliação do processo de mercantilização, a Era Lula-Dilma viabilizou maior concentração de legislações acerca do tema da educação superior, bem como maior incidência de políticas de promoção do acesso democratizado ao ensino, combinado com um aumento expressivo no financiamento público das universidades federais.

Atualmente, no que tange ao enfoque aos efeitos da mercantilização na formação em

Direito e em Serviço Social, pode-se identificar que o caráter tecnicista do ensino mercantilizado configura uma ameaça ao projeto político-pedagógico de formação crítica, histórica e dialética. Logo, cabe ao Serviço Social reafirmar seu posicionamento ético-político perante os processos de ampliação do Ensino à Distância, bem como diante das diversas formas de precarização empreendidas contra as universidades públicas federais. O que corresponde defender uma formação acadêmico-profissional que se ampare na teoria social crítica, conforme preconizado nas Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS. Por sua vez, no caso do Direito, questiona-se sobre qual o perfil de aplicadores da lei estão sendo constituídos por intermédio dessa formação desconexa do fato social? São estas as reflexões finais propostas neste estudo, a fim de somar às demais produções já elaboradas sobre o assunto. Por fim, entende-se necessário, cotidianamente, reafirmar a importância da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, cujo propósito se alicerce na construção de uma sociedade justa e igualitária, sob os princípios da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. **Mercantilização do ensino superior e a formação em Serviço Social no Brasil**. 2022. 232 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior: resultados**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. **Lei n. 15.169, de 17 de julho de 2025**. Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15169.htm. Acesso em 2 nov. 2025.

DE ARAUJO GOELLNER, Isabella; DE CARVALHO, Cristina Helena Almeida. Política de financiamento público para o segmento privado mercantil de ensino superior: desafios para o governo Lula (2023-2026): Public funding policy for the private sector in higher education: Challenges for the Lula government (2023-2026). **Revista Cocar**, [S. l.], n. 27, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9103>. Acesso em: 1

nov. 2025.

DE ARAÚJO, Maria Arlete Duarte; MACEDO, Marconi Neves. O desmonte da educação superior no governo Bolsonaro. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap-2022/358.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2025.

DE LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony; MONTEFUSCO, Carla; AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Desafios ao ensino superior brasileiro: Entre as contradições da expansão nos governos petistas e os ataques à universidade no governo Bolsonaro. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 23, n. 1, p. e45077-e45077, 2024.

DE VASCONCELOS, Antônio Gomes, LIPOVETSKY, Nathália. O Consenso de Washington e o estado de democrático de direito-o insuperável paradoxo entre premissas dicotômicas. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, 2021.

DINIZ, Juliane Aparecida Ribeiro; OLIVEIRA, João Ferreira de; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. A mercantilização da educação superior no Brasil: financeirização e oligopolização. **Revista Educação em Questão**, v. 59, n. 61, 2021.

FERRAREZ, Cynthia Santos. Educação Superior no Brasil e o Processo de Mercantilização. **Serviço Social em Debate**, v. 6, n. 1, 2023.

FERREIRA, Suely. As políticas de expansão da Educação Superior do Governo Lula da Silva (2003-2010). **Revista de Educação PUC-Campinas**, v.24, n.2, p.225-239, 2019. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0870v24n2a4124>.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná. v. 34, n. 71, p. 299-307, set/out. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais**”. *SER Social: Brasília*, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul / dez. 2023.

NAÍM, Moisés. O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, 2000.

PETRY, Alexandre Torres. **Ensino jurídico e transformação social: o papel das faculdades de Direito na sociedade brasileira**. 2018. 233 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

RUAS, Claudia Mara Stapani. **Grandes oligopólios da educação superior e gestão do grupo Anhanguera educacional**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, Nikson Daniel Souza da. **Formação profissional e fundamentos do serviço social**

sob o impacto ultraneoliberal no ensino superior no Maranhão. 2025. 199 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

TORREÃO, Marlene Corrêa. **Formação profissional em serviço social sob as reformas neoliberais da educação superior no Brasil:** tendências entre a formação por competência e a formação humano-genérica. 2024. 216 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL: VIOLÊNCIA URBANA, RACISMO E OS DESAFIOS DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

NEOCONSERVADURISMO EN BRASIL: VIOLENCIA URBANA, RACISMO Y LOS DESAFÍOS DEL TRABAJO SOCIAL

Daniela Camargo¹
Rejane Fátima Gorreis²

Resumo: O presente artigo propõe uma análise crítica das expressões contemporâneas da violência urbana, do racismo estrutural e do avanço do neoconservadorismo no Brasil, articulando tais fenômenos à atuação do Serviço Social e à defesa dos direitos humanos. A reflexão parte da imagem simbólica dos corpos enfileirados na Praça da Penha, no Rio de Janeiro, após uma operação policial, compreendida como representação da necropolítica e da banalização da vida. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter teórico-crítico, fundamentada na tradição marxista e na abordagem histórico-crítica do Serviço Social. O estudo dialoga com autores como Achille Mbembe, Silvio Almeida, Ricardo Antunes, Marilda Iamamoto, Elaine Behring, Jason Stanley e Umberto Eco. Os resultados evidenciam que a crise estrutural do capital e o avanço do conservadorismo produzem a precarização do trabalho, o desmonte das políticas públicas e o fortalecimento de práticas autoritárias. Conclui-se que o Serviço Social é convocado a reafirmar seu projeto ético-político, resistindo à naturalização da violência e defendendo a vida, a justiça social e os direitos humanos como valores inegociáveis.

Palavras-chave: Serviço Social. Neoconservadorismo. Racismo estrutural. Violência urbana. Direitos humanos.

Resumen: El presente artículo propone un análisis crítico de las expresiones contemporáneas de violencia urbana, racismo estructural y avance del neoconservadurismo en Brasil, articulando dichos fenómenos con la actuación del Servicio Social y la defensa de los derechos humanos. La reflexión parte de la imagen simbólica de los cuerpos alineados en la Praça da Penha, en Río de Janeiro, tras una operación policial, entendida como representación de la necropolítica y la banalización de la vida. La metodología adoptada es cualitativa, de carácter teórico-crítico, basada en la tradición marxista y en el enfoque histórico-crítico del Servicio Social. El estudio dialoga con autores como Achille Mbembe, Silvio Almeida, Ricardo Antunes, Marilda Iamamoto, Elaine Behring, Jason Stanley y Umberto Eco. Los resultados evidencian que la crisis estructural del capital y el avance del conservadurismo

¹ Assistente Social, Pós-Graduanda do curso de Mestrado em Serviço Social e Proteção Social, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social - PPG-SSPS, 2025

² Assistente Social, Pós-Graduanda do curso de Mestrado em Serviço Social e Proteção Social, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social - PPG-SSPS, 2025

producen la precarización del trabajo, el dismantelamiento de las políticas públicas y el fortalecimiento de las prácticas autoritarias. Se concluye que el Trabajo Social está llamado a reafirmar su proyecto ético-político, resistiendo la naturalización de la violencia y defendiendo la vida, la justicia social y los derechos humanos como valores no negociables.

Palabras clave: Trabajo social. Neoconservadurismo. Racismo Estructural. Violencia urbana. Derechos humanos.

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura brasileira contemporânea revela um cenário de aprofundamento das desigualdades sociais, intensificação da violência urbana e expansão de discursos autoritários que ameaçam os fundamentos democráticos e os direitos humanos. As expressões da questão social assumem novas formas diante da crise estrutural do capital, marcada pelo desemprego, pela precarização do trabalho e pelo progressivo desmonte das políticas públicas. Nesse contexto, a atuação do Serviço Social torna-se ainda mais desafiadora, exigindo uma leitura crítica da realidade social e o fortalecimento do projeto ético-político profissional.

A fotografia dos corpos enfileirados na Praça da Penha, no Rio de Janeiro, após uma operação policial, constitui um potente disparador para a reflexão sobre as formas contemporâneas de barbárie. Mais do que um registro da violência cotidiana, essa imagem denuncia a necropolítica (Mbembe, 2018) que explicita o poder do Estado de decidir quais vidas são dignas de proteção e quais podem ser eliminadas. No Brasil, a necropolítica manifesta-se de forma seletiva, atingindo majoritariamente corpos negros, pobres e periféricos, cuja existência é tratada como descartável.

Segundo Almeida (2019), o racismo no país é estrutural, e não um fenômeno acidental. Ele organiza as instituições, naturaliza hierarquias sociais e legitima práticas de exclusão e violência. Dessa forma, a desigualdade racial não pode ser dissociada da desigualdade econômica, pois ambas são expressões de uma mesma lógica de dominação que sustenta o capitalismo dependente e periférico.

Nesse cenário, o avanço do neoconservadorismo, em aliança com o neoliberalismo, impõe novas formas de controle social e legitima o enfraquecimento das políticas públicas de proteção. Como destacam Silva e Paiva (2021), o discurso conservador, que aparece travestido de moralidade e ordem, sustenta práticas de exclusão e alimenta o ódio e o medo como estratégias políticas. Esse processo manifesta-se na criminalização da pobreza, na

banalização da violência e na disseminação de valores que deslegitimam os direitos humanos e o pensamento crítico.

Sob o olhar da Economia Política do Trabalho, Ricardo Antunes (2018) descreve esse momento histórico como “uma fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista”, caracterizada pela precarização da vida e pela mercantilização das relações sociais. A degradação das condições de trabalho e a retração dos investimentos públicos agravam as expressões da questão social e ampliam a vulnerabilidade de amplos segmentos da população.

Autores como Jason Stanley (2019, apud Barroco, 2023) e Umberto Eco (2018, apud Barroco, 2023) contribuem para compreender o ressurgimento de práticas neofascistas na política contemporânea. Ambos destacam a polarização entre “nós” e “eles”, a manipulação da verdade e a exaltação da violência como características centrais de regimes autoritários. No Brasil, tais elementos se entrelaçam ao conservadorismo moral e religioso, gerando um ambiente hostil à diversidade e ao pensamento crítico.

O Serviço Social, diante desse contexto, ocupa posição estratégica de resistência e denúncia, reafirmando seu compromisso com os direitos humanos e com a defesa intransigente da vida. Fundamentado na tradição marxista e na abordagem histórico-crítica (Iamamoto, 2008; Netto, 2011), o projeto profissional hegemônico do Serviço Social busca compreender a totalidade das relações sociais e intervir nas expressões da questão social a partir de uma perspectiva ética, política e emancipatória.

Dessa forma, este artigo busca refletir sobre as relações entre violência, racismo estrutural e neoconservadorismo, tomando como referência a fotografia dos corpos enfileirados como expressão de uma política de morte e exclusão social. Adota-se como base teórico-metodológica a tradição histórico-crítica do Serviço Social, que compreende a questão social como produto das relações contraditórias entre capital e trabalho.

O objetivo central é problematizar o avanço do neoconservadorismo e da necropolítica no Brasil, evidenciando seus impactos sobre as políticas públicas e sobre a prática profissional do(a) assistente social, que atua diretamente nos espaços onde a desigualdade se materializa.

2 DESENVOLVIMENTO

Com base nas reflexões teóricas apresentadas, o desenvolvimento deste artigo busca aprofundar a análise das expressões da violência urbana, do racismo estrutural e do avanço do neoconservadorismo, relacionando-as às contradições da sociedade capitalista e aos desafios

enfrentados pelo Serviço Social. Parte-se da compreensão de que essas expressões da questão social não são fenômenos isolados, mas produtos históricos das desigualdades de classe, raça e território. Assim, a seguir, apresentam-se as dimensões centrais que compõem essa realidade, discutindo, inicialmente, a violência urbana e a necropolítica como formas contemporâneas de gestão da pobreza e controle social.

2.1 VIOLÊNCIA URBANA, NECROPOLÍTICA E O CORPO NEGRO NAS FAVELAS

A violência urbana constitui uma das expressões mais brutais da questão social no Brasil contemporâneo. Longe de ser um fenômeno isolado, ela decorre das contradições estruturais do capitalismo dependente e das desigualdades históricas que atravessam as relações de classe, raça e território. As populações negras, periféricas e empobrecidas seguem sendo as principais vítimas de um Estado que, sob o discurso da ordem e da moral, reproduz práticas de controle e extermínio.

A imagem dos corpos enfileirados após uma operação policial no Rio de Janeiro, utilizada neste estudo como disparador reflexivo, não representa apenas a tragédia cotidiana das periferias, mas a materialização da necropolítica (Mbembe, 2018), isto é, o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Essa racionalidade política se expressa na militarização dos territórios pobres, na seletividade penal e na indiferença social diante da morte de corpos negros e periféricos.

Foto 1 - Imagem de drone mostra corpos no Complexo da Penha, Zona Norte do RJ.



De acordo com Almeida (2019), o racismo deve ser compreendido como estrutura e não como desvio moral. Ele organiza as instituições, naturaliza a desigualdade social e legitima práticas discriminatórias e hierarquizações raciais que sustentam o sistema capitalista. Assim, o racismo estrutural e a necropolítica convergem para manter uma lógica de gestão da pobreza, que define quais vidas são dignas de proteção e quais são consideradas descartáveis.

Nesse contexto, observa-se o fortalecimento do neoconservadorismo, que, articulado ao neoliberalismo, promove o esvaziamento das políticas sociais, o ataque aos direitos humanos e a criminalização das expressões da pobreza. Para Silva e Paiva (2021) o discurso conservador legitima o autoritarismo e a violência institucional, abrindo espaço para práticas de exclusão e repressão nos territórios vulneráveis.

A política de segurança pública, baseada na guerra às drogas e na lógica punitiva, reforça a segregação socioespacial e o controle sobre corpos racializados. Conforme Iamamoto (2008), o/a assistente social atua nas contradições da questão social, enfrentando os efeitos dessas políticas que negam direitos e ampliam desigualdades. A análise crítica da realidade impõe à profissão o desafio de romper com a naturalização da violência e reafirmar o projeto ético-político comprometido com a vida, a justiça social e os direitos humanos.

Portanto, a fotografia dos corpos enfileirados deve ser compreendida como símbolo da barbárie social produzida pela combinação entre racismo estrutural, necropolítica e avanço do neoconservadorismo. Ela convoca à reflexão sobre o papel das políticas públicas, da sociedade civil e do Serviço Social na defesa intransigente dos direitos humanos em territórios de vulnerabilidade.

2.2 NEOCONSERVADORISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESMONTE DA PROTEÇÃO SOCIAL

O avanço do neoconservadorismo no Brasil, especialmente nas últimas décadas, tem provocado profundas transformações nas políticas públicas e nas formas de gestão da questão social. Esse movimento ideológico combina elementos do neoliberalismo econômico com pautas morais autoritárias, constituindo um projeto de sociedade que busca restaurar

hierarquias de classe, raça e gênero, sob o discurso da ordem, da família e da meritocracia.

Segundo Behring (2008), a reestruturação produtiva e o predomínio da lógica neoliberal instauraram uma racionalidade que subordina os direitos sociais às exigências do mercado. Nesse contexto, o neoconservadorismo se consolida como complemento ideológico dessa racionalidade, ao difundir valores que responsabilizam o indivíduo pela pobreza e naturalizam as desigualdades sociais. Assim, o Estado se distancia de seu papel protetivo e reforça práticas de controle e punição sobre os segmentos mais vulneráveis da população.

Conforme Iamamoto (2008), o Serviço Social, inserido nesse cenário contraditório, atua diretamente sobre as expressões da questão social produzidas pelo capitalismo, enfrentando cotidianamente o tensionamento entre as demandas institucionais e o compromisso ético-político com os direitos humanos. O conservadorismo, entretanto, tenta reduzir a atuação profissional a um exercício burocrático e moralizador, negando sua dimensão crítica, política e emancipatória.

Para Yazbek (2022) o conservadorismo contemporâneo se reconfigura ao se apropriar do discurso da eficiência e da fé religiosa, buscando deslegitimar práticas profissionais críticas e enfraquecer movimentos sociais progressistas. Essa ofensiva ideológica atinge diretamente a autonomia profissional e o projeto ético-político do Serviço Social, que se fundamenta na totalidade, na historicidade e na luta pela emancipação humana.

No campo das políticas públicas de proteção social, observa-se um processo contínuo de desfinanciamento e desmonte, intensificado após a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto de gastos públicos e comprometeu a efetividade de sistemas como o SUAS e o SUS. Essa limitação orçamentária agrava a precarização dos serviços e amplia as desigualdades sociais, sobretudo nos territórios mais vulneráveis. Tal conjuntura repercute diretamente na prática profissional do/a assistente social, que enfrenta restrições materiais e ideológicas no cotidiano de sua intervenção.

A aliança entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo resulta em uma cultura política que legitima a exclusão, o individualismo e a violência como instrumentos de controle social. Conforme Silva e Paiva (2021), o neofascismo brasileiro manifesta-se na criminalização dos movimentos sociais, na militarização da vida cotidiana e na corrosão dos direitos humanos. Esses elementos expressam uma crise civilizatória, em que determinadas vidas (principalmente as vidas negras, pobres, indígenas, femininas e LGBTQIA+) são sistematicamente desvalorizadas e colocadas à margem do projeto de sociedade dominante.

Diante desse contexto, o Serviço Social é convocado a resistir e reafirmar sua direção

social crítica, sustentada na defesa intransigente dos direitos humanos e na reconstrução da proteção social como direito de cidadania.

Reafirmar o projeto ético-político profissional implica não apenas denunciar as formas contemporâneas de opressão, mas também afirmar práticas que reconheçam os sujeitos em sua dignidade, historicidade e capacidade de transformação. Assim, a profissão reafirma seu papel de mediação entre o campo das políticas públicas e as demandas sociais emergentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3 A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE DA VIOLÊNCIA E DO AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO

O contexto contemporâneo é marcado por uma crise estrutural do capital que se aprofunda em seu caráter ultraliberal, predatório e desumanizador. Tal cenário expressa o que Ricardo Antunes (2018, p.10) define como “uma fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financeira”, na qual o trabalho é degradado, a vida é precarizada e o lucro se sobrepõe à dignidade humana. Essa conjuntura repercute diretamente nas expressões da questão social, intensificando as desigualdades e tencionando as formas de intervenção profissional.

Sob a ótica da Economia Política do Trabalho, a atual ofensiva do capital se traduz em desemprego estrutural, flexibilização de direitos e fragilização das políticas de proteção social. Nesse contexto, o/a assistente social atua em meio a retrocessos políticos e institucionais, enfrentando a redução de recursos, o sucateamento dos serviços públicos e o avanço do neoconservadorismo, que tenta capturar a prática profissional para reforçar a moralização da pobreza e o controle dos corpos vulnerabilizados.

Os fundamentos do Serviço Social, conforme Iamamoto (2008), expressam-se na abordagem histórico-crítica, alicerçada na teoria social de Marx e na tradição marxista, que compreendem o ser social a partir das contradições do modo de produção capitalista. É nesse horizonte que o projeto ético-político profissional se firma como uma proposta contra-hegemônica, orientada pela defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade e da emancipação humana.

Neste contexto, autores como Stanley e Eco (apud Barroco, 2023) contribuem para compreender a ascensão de ideologias neofascistas, expressões político-ideológicas do conservadorismo autoritário que se difunde globalmente. Stanley (2019, apud Barroco, 2023),

ao analisar a era Trump, identifica a política do “nós e eles” como traço característico dos regimes fascistas, marcada pela manipulação do medo, pela desinformação e pela construção de inimigos internos. Eco (2018, apud Barroco, 2023), por sua vez, define o fascismo como uma mentalidade difusa, capaz de adaptar-se aos tempos, manifestando-se pela intolerância, pelo culto à violência e pela supressão da crítica.

Essas análises encontram ressonância na realidade brasileira, em que o neoconservadorismo e o neofascismo se articulam para corroer valores democráticos, deslegitimar o pensamento crítico e enfraquecer o papel das políticas sociais. A criminalização dos movimentos sociais, o discurso moralista e o incentivo à violência institucional revelam a tentativa de restaurar uma ordem social hierarquizada, sustentada por princípios excludentes e racistas.

Diante desse cenário, o Serviço Social é desafiado a reafirmar seu projeto profissional hegemônico, comprometido com a classe trabalhadora e com a transformação social. Isso implica fortalecer práticas de resistência nos espaços sócio-ocupacionais, promover análises críticas das políticas públicas e construir estratégias de intervenção que denunciem as múltiplas formas de opressão e defendam a vida como valor ético central.

Como enfatiza Iamamoto (2011), resistir significa compreender as mediações históricas que produzem a desigualdade e atuar de modo articulado com os sujeitos coletivos, fortalecendo a dimensão política da profissão. Assim, a intervenção profissional ultrapassa o âmbito técnico e assume caráter ético e político, reafirmando o compromisso com a construção de uma sociabilidade livre da exploração, da violência e da barbárie.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a violência urbana no Brasil contemporâneo não é um fenômeno isolado, mas uma expressão das contradições históricas da sociabilidade capitalista, acirradas pela crise estrutural do capital e pela ascensão do neoconservadorismo. O cenário de retrocessos sociais, intensificação do racismo estrutural e banalização da vida revela o aprofundamento da barbárie neoliberal, como aponta Antunes (2018), e o fortalecimento de práticas autoritárias que reafirmam a seletividade penal e o controle sobre corpos negros e pobres.

A fotografia dos corpos enfileirados na Praça da Penha, tomada como ponto de partida desta reflexão, simboliza, de forma trágica, a face mais perversa da contemporaneidade: a

naturalização da morte como política de Estado. À luz de Mbembe (2018), trata-se de uma necropolítica que define quem pode viver e quem deve morrer, sustentada por uma lógica econômica e ideológica que nega a humanidade de determinados grupos sociais. Essa realidade expõe o quanto o racismo estrutural, o autoritarismo e o neoconservadorismo se entrelaçam na produção e manutenção da desigualdade.

Nesse contexto, o Serviço Social é convocado a resistir às ofensivas conservadoras e a reafirmar seu projeto ético-político, fundado na teoria social de Marx e na tradição histórico-crítica. Cabe à profissão atuar articuladamente com os movimentos sociais e com os sujeitos coletivos, fortalecendo as lutas pela efetivação dos direitos humanos e pela universalização das políticas públicas de proteção social. Essa atuação exige do/a assistente social uma leitura crítica da realidade e o compromisso de transformar práticas profissionais em instrumentos de emancipação e defesa da vida.

Assim, reafirmar a centralidade da vida e da dignidade humana diante da devastação ultraliberal e neofascista constitui não apenas um ato técnico, mas um imperativo ético e político. A resistência profissional do Serviço Social traduz-se na defesa de uma sociabilidade fundada na justiça social, na liberdade e na solidariedade humana, reafirmando, em tempos de barbárie, a aposta histórica da profissão na emancipação e na construção de uma nova ordem social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. **Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 145, p. 1–20, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/?lang=pt>. Acesso em: set. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Projeto ético-político do Serviço Social**: fundamentos teóricos e desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MORAES, Ricardo. **Imagem de drone mostra corpos levados a praça no Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no dia 29 de outubro de 2025**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/30/fotos-moradores-reconhecem-corpos-em-praca-penha.ghtml>. Acesso em: nov. 2025.

SILVA, Maria José da; PAIVA, Beatriz Ribeiro de. **Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 145, p. 1–20, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 1–15, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32934>. Acesso em: out. 2025.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/temas/magistrados/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O ABORTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

ABORTION IN THE CHAMBER OF DEPUTIES DURINT BOLSONARO ADMINISTRATION

Gustavo Teixeira; Daniela Drummond¹

Bruna Souza²

Ana Laino³

Resumo: O governo de Jair Bolsonaro e as políticas implementadas em sua gestão têm mobilizado ampla atenção de analistas, não sem motivo, tendo em vista seu potencial nocivo à democracia representativa. Boa parte da base de apoio parlamentar do Governo Bolsonaro foi eleita com uma agenda ultraconservadora, em que restrições a ampliação e de acesso ao aborto eram questão central. A partir disso, o objetivo desta investigação é analisar o debate legislativo sobre o aborto realizado durante o Governo Bolsonaro. Para realizar esta investigação utilizamos como metodologia de pesquisa a análise de todos os pronunciamentos proferidos na Câmara dos Deputados do Brasil, entre os anos de 2019 e 2023.

Palavras-chave: Aborto, Câmara dos Deputados, Brasil, Governo Bolsonaro, Pronunciamentos.

Abstract: The government of Jair Bolsonaro and the policies implemented during his administration have drawn significant attention from analysts, and not without reason, considering their potentially harmful effects on representative democracy. Much of the parliamentary support base of the Bolsonaro administration was elected on an ultraconservative platform, in which restrictions on the expansion of and access to abortion were a central issue. Accordingly, the objective of this study is to analyze the legislative debate on abortion conducted during the Bolsonaro government. To this end, the research methodology consisted of an analysis of all speeches delivered in Brazil's Chamber of Deputies between the years 2019 and 2023.

Keywords: Abortion, Chamber of Deputies, Brazil, Bolsonaro Government, Speeches.

¹ Docente do Curso de Ciências Sociais-Ciência Política da UNIPAMPA-São Borja.

² Bolsista de Iniciação Científica CNPQ (PIBIC) e FAPERGS (PROBIC) do Projeto Atores e Disputas em torno do direito ao aborto no Brasil, Uruguai e Argentina.

³ Bolsista de Iniciação Científica CNPQ (PIBIC) e FAPERGS (PROBIC) do Projeto Atores e Disputas em torno do direito ao aborto no Brasil, Uruguai e Argentina.

1 INTRODUÇÃO

O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e as políticas implementadas em sua gestão têm mobilizado ampla atenção de analistas do país e do exterior, não sem motivo, tendo em vista seu potencial nocivo à democracia representativa, a partir de sua retórica e ação efetiva para erodir as bases do Estado Democrático de Direito. O governo Bolsonaro foi constituído principalmente por três núcleos de apoio, a saber: o primeiro formado pelos filhos do presidente e por discípulos de Olavo de Carvalho, cuja função era preservar engajada a base popular, já o segundo, composto por militares, aposentados e da ativa, cuja atribuição era realizar a articulação política do governo (Lynch; Cassimiro, 2022). O terceiro núcleo foi formado por grupos cristãos, os quais eram importante parcela da base popular e parlamentar. Os representantes políticos destes núcleos, e de outros segmentos da coalizão governamental, foram eleitos com uma agenda ultraconservadora, em que restrições a ampliação e de acesso ao aborto eram questão central (Luna, 2023).

A partir disso, o objetivo deste resultado de investigação é analisar o debate legislativo sobre o aborto realizado durante o Governo Bolsonaro.

2 DESENVOLVIMENTO

A metodologia da pesquisa se baseou na análise dos pronunciamentos sobre o aborto, proferidos pelos/as parlamentares que compuseram a Câmara dos Deputados do Brasil entre os anos de 2019 e 2023, logo, todas as manifestações de fala realizadas em plenário durante o Governo Bolsonaro. Nesta investigação também analisamos, como material suplementar, as proposições políticas (por exemplo: Projetos de Lei e Emendas Constitucionais) apresentadas e/ou apreciadas na Câmara dos Deputados neste período. A observação das proposições políticas têm como papel primordial auxiliar na compreensão da deliberação, bem como na forma de atuação de grupos parlamentares e do teor das iniciativas propostas e/ou apreciadas.

O primeiro passo da pesquisa foi a seleção dos pronunciamentos que iriam compor a base de análise. Para isso, elaboramos um conjunto de palavras-chave que permitisse coletar as diferentes formas de construção da fala sobre o aborto. Após testes para experimentá-las no mecanismo de busca no site da Câmara dos Deputados Federais do Brasil, a conclusão foi que os termos para rastreá-los seriam os seguintes: “aborto”, “abortamento”, “interrupção voluntária da gravidez”, “interrupção da gravidez”, “interrupção voluntária da gestação” e

“interrupção da gestação”. A partir desses procedimentos, coletamos e analisamos 118 discursos, proferidos entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023. No anexo I consta a lista de todos os parlamentares que se pronunciaram sobre o assunto. Os dados correspondem ao período que abrange a 56ª legislatura. Do mesmo modo, analisamos no referido período oito proposições com enfoque na alteração da legislação brasileira, seja para ampliar, regulamentar ou restringir o aborto.

Após o processo de seleção, todos os pronunciamentos foram lidos e analisados. Para cada discurso uma ficha no software estatístico *Sphinx Léxica*⁴ foi preenchida, com 32 variáveis de classificação dos discursos, no anexo II consta o modelo utilizado. As variáveis nesta ficha foram elaboradas de acordo com testes realizados pelas/os integrantes da pesquisa.

A utilização deste instrumento foi de suma importância à sistematização das informações, realizado em três etapas. A primeira etapa consistiu na documentação da fala parlamentar, com o registro da *Página*, *Expediente* e *Data* do discurso nos Diários da Câmara dos Deputados. Na segunda etapa foram registradas as informações de identificação do/a parlamentar pronunciante, tais como: *Nome*, *Sexo*, *Filiação Partidária*, *Unidade Federativa* pelo qual foi eleito/a, o número de *Mandatos* que estava exercendo. A última etapa consistiu em classificar o conteúdo expresso em cada discurso, tais como: as *Palavras-chave* mencionadas na fala, a *Centralidade* com que o tema do aborto foi tratado no pronunciamento, *Posição* sobre o assunto, *Posição específica* (tipo de ampliação ou restrição ao aborto); *Argumentos* empregados para sustentar sua posição; o *Argumento Principal* da fala; o(s) *Argumento(s)* que o/a parlamentar buscou contestar e/ou refutar; a *Autoidentificação* utilizada como argumento de autoridade para pontuar um lugar de fala (por exemplo mãe, mulher, médico, sacerdote etc.); a especificação de algum *Fato do momento sobre o qual o pronunciamento se baseou* e, por fim, o arquivamento do *Discurso* e *Observações* sobre ele. Portanto, o recurso tornou exequível a sistematização e cruzamento dos dados obtidos, do mesmo modo, a construção de panoramas qualitativos e quantitativos de um material composto essencialmente por textos.

Após apresentar os parâmetros de realização da investigação, agora vamos verificar quais foram os fatos e assuntos, ocorridos na sociedade ou no ambiente institucional, que

⁴ O software Sphinx Léxica, versão 5.1, permite: a definição de questões fechadas, abertas e numéricas; agrupamento de questões; cruzamento de variáveis (combinar, transformar e fundir); tabelas de análise simples descritiva, médias, correlações, variância e regressão; tabela léxica; reagrupamento de léxicos; verbatim (extração de textos); elaboração de relatórios descritivos e elaboração de gráficos distintos.

motivaram a realização desses pronunciamentos. Na tabela abaixo apresentamos aqueles mais recorrentes nas falas parlamentares:

Tabela 3: Distribuição dos pronunciamentos, em quantidade (Q) e percentual (%), de acordo com o fato do momento mencionado no discurso, entre 2019 e 2022.

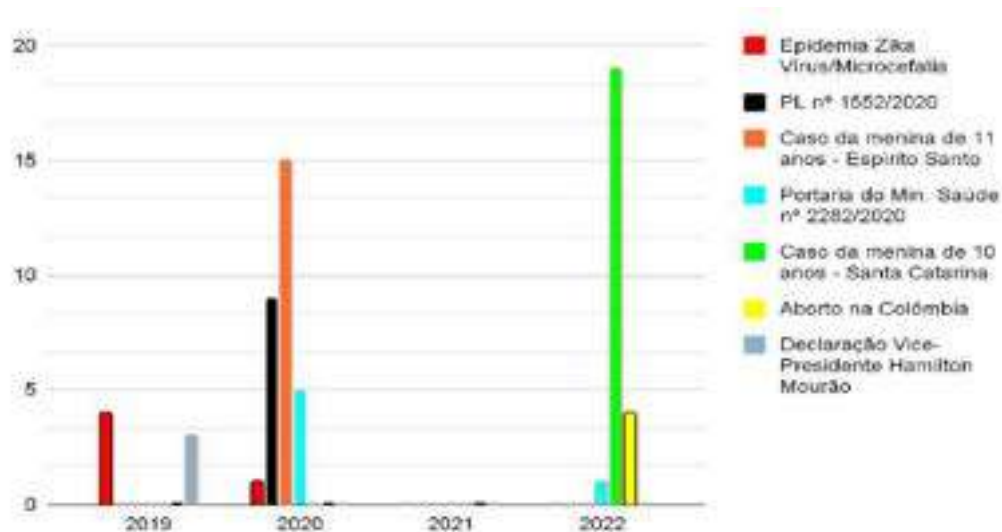
Fato	Q.	%
Epidemia Zika Vírus - Casos de Microcefalia	5	5%
Declaração de Hamilton Mourão	3	2,7%
Caso da menina de 11 anos (Espírito Santo)	15	14%
Projeto de Lei nº1552/2020	9	8%
Caso da menina de 10 anos (Santa Catarina)	19	17%
Portaria do Ministério da Saúde nº 2282/2020	6	5,5%
Aborto na Colômbia	4	3,8%
Outro(s) fato(s)	5	5%
Não mencionou nenhum fato	45	40%
TOTAL OBS.	111 ⁵	100%

Fonte: Elaboração própria. Obs: Era possível marcar quatro casos em cada discurso.

De modo geral, a tabela demonstra que os casos de violência sexual e gestação de meninas de 10 e 11 anos de idade, que comoveram o país, motivaram os/as parlamentares a dissertar sobre o aborto nestas circunstâncias, assim como os dispositivos da Portaria nº 2282/2020, cujo propósito era regulamentar o aborto em casos de estupro. O PL nº 1552/20, sobre a proteção de mulheres em situação de violência doméstica no contexto da pandemia do COVID-19, foi outro fato bastante debatido. Por fim, em menor volume de citações, reverberou em plenário a descriminalização do aborto na Colômbia e a discussão nacional sobre a possibilidade de abortos em caso de microcefalia. Em certa medida, esses dados explicam o alto número de pronunciamentos focados e proferidos na Ordem do Dia, já que nesse período ocorreram fatos de repercussão nacional, como o caso das crianças gestantes, e pelo tratamento do PL 1552/20, que foi votado e aprovado pela Câmara dos Deputados. O gráfico abaixo apresenta esses fatos em cada ano do governo Bolsonaro:

⁵ Desta tabela em diante excluímos os sete discursos classificados como irrelevantes, pois não tratam do assunto da pesquisa. Por esse motivo a diferença no total em comparação às tabelas anteriores.

Gráfico 1: Distribuição dos fatos com maior repercussão ao longo do Governo Jair Bolsonaro.



Fonte: Elaboração própria.

No começo do Governo de Jair Bolsonaro o aborto foi introduzido no debate público por declarações do Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, em fevereiro de 2019, ao jornal O Globo. Em entrevista sobre assuntos relevantes à agenda de um governo recém eleito, cuja gestão se iniciava, o Vice-Presidente emitiu a seguinte declaração sobre o aborto: “É uma questão de saúde pública. Doenças sexualmente transmissíveis são uma questão de saúde pública. A questão do aborto também é algo que tem que ser bem discutido, porque você tem aquele aborto onde a pessoa foi estuprada, ou a pessoa não tem condições de manter aquele filho. Então talvez aí a mulher teria que ter a liberdade de chegar e dizer ‘preciso fazer um aborto’” (Mourão, 2019).

Este foi o primeiro episódio de tensão entre os núcleos de apoio ao Governo Bolsonaro, especificamente da ala ideológica e religiosa (formada por discípulos de Olavo de Carvalho e lideranças cristãs, respectivamente), contra a ala militar, cujo principal representante era Hamilton Mourão, por ter sido General do Exército. A repercussão da entrevista do Vice-Presidente foi imediata, registrando três pronunciamentos no dia de sua divulgação, conforme pode ser observado no discurso do deputado Otoni de Paula (PSL-RJ):

(...) Sr. Presidente, subo a esta tribuna para dizer algumas palavras que eu achei que jamais iria proferir nesta legislatura. O Vice-Presidente da República, Sr. Hamilton Mourão, em uma entrevista a jornalistas, se posicionou a favor do aborto, dizendo que o aborto era uma questão de saúde pública. O aborto, na verdade, foi um tema caro na campanha do Presidente Jair Bolsonaro. Portanto, eu quero ler aquilo que eu chamo de carta aberta do povo cristão ao Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão. Sr. Vice-Presidente, sinceramente o aborto não é questão de saúde pública. Em uma nação como o Brasil, onde pessoas morrem aos milhares por descaso das autoridades e por causa do desvio do dinheiro público, por conta da corrupção; em

um país como o nosso, onde se tornou comum vermos pessoas internadas em corredores e com falta de suprimento de médicos e de remédios básicos; eu diria, Sr. Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, que isto, sim, é questão de saúde pública. Até como prevenir a gravidez seria uma questão de saúde pública, mas aborto, Sr. Vice-Presidente, não é questão de saúde pública. Sr. Vice-Presidente, todos nós temos direito à vida, inclusive a criança concebida no ventre de sua mãe. Ninguém tem o direito de matar um ser humano que vai nascer, nem o pai, nem a mãe, nem o Estado, nem o médico, disse Madre Teresa de Calcutá. Por isso é que o aborto é um pecado tão grave. Não somente matamos a vida, mas nos colocamos acima de Deus. Os homens decidem quem deve e quem não deve viver. Sr. Vice-Presidente, defenda a vida, e o Deus do céu o abençoará; defenda a morte dos inocentes, e esse mesmo Deus o arrancará desse lugar. (Brasil, Diários da Câmara dos Deputados, 06/02/2019).

Em maio de 2019, estava na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5581 de 2016, movida pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, cujo propósito era incluir o aborto em casos de infecção pelo vírus Zika, quando houvesse risco de microcefalia ou outras síndromes congênicas no feto, nas excludentes de ilicitudes, bem como assegurar proteção social às mães e crianças afetadas (Brasil, 2016).

O julgamento da ADI 5581/2016 foi excluído do calendário, com data futura indefinida. Mesmo assim, em maio de 2019 a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal realizou, por requerimento do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), uma audiência pública para discutir o assunto, sob a percepção da “defesa da vida” e da usurpação das atribuições do legislativo pelo judiciário (Senado Notícias, 2019). O STF voltou a deliberar sobre o assunto em outubro de 2019, porém, a decisão sobre a ADI 5581/2016 foi tomada apenas em abril de 2020, e por maioria dos votos, acompanhando o parecer da relatora, Ministra Cármen Lúcia, considerou a ação prejudicada, pois grande parte de seu objetivo já havia sido contemplado pela Medida Provisória 894/2019, que instituiu pensão vitalícia às crianças com microcefalia em decorrência do Zika vírus (Brasil, 2016). O assunto repercutiu no plenário da Câmara dos Deputados, sempre em oposição a ação do STF e a inclusão dessa possibilidade de interrupção da gestação na legislação.

Em reação a esses cenários, uma parcela dos/as parlamentares instituíram no Congresso Nacional frentes parlamentares sobre o aborto⁶. Em abril foi formada a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, coordenada pelo deputado Diego Garcia (Podemos-PR), composta por 220 deputados federais e nenhum senador. Em agosto foi

⁶ Frentes parlamentares são grupos suprapartidários formados para defender interesses específicos em uma legislatura. A formação de uma frente parlamentar requer o mínimo de um terço do Congresso Nacional para sua instituição, ou 198 signatários, entre Câmara dos Deputados e Senado Federal (Brasil, 2005).

formada a Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida, coordenada pela deputada Chris Tonietto (PL-RJ), composta por 206 parlamentares (194 Deputados Federais e 12 Senadores). A finalidade de tais frentes pode ser sintetizada da seguinte forma: acompanhar e fiscalizar os programas e políticas públicas governamentais, destinadas à proteção à vida da gestante e do nascituro, assim como promover debates, simpósios e ações em todos os âmbitos da federação para proteção à vida. As frentes foram objeto de atenção em dois discursos, enquadrados como *Outro fato*.

Em março de 2020, o Estado brasileiro, por ação e decisão dos representantes dos três poderes, decretou estado de calamidade pública, em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19). Entre as medidas adotadas para conter o avanço da pandemia, por recomendação dos órgãos de saúde, foram adotadas, especialmente por estados (UF) e municípios, medidas de isolamento social e restrições das atividades públicas e coletivas. Neste contexto, o Projeto de Lei 1552 de 2020⁷ foi apresentado com a finalidade de coibir o avanço da violência doméstica, física e sexual, contra as mulheres durante a pandemia, pois de acordo com sua justificção:

As medidas de restrição e quarentena impostas pelos governos para conter a propagação do Covid-19 têm gerado, no entanto, um efeito colateral no âmbito das relações de gênero. Para além dos impactos econômicos, que afetam mais as mulheres – dada a menor remuneração e alocação em empregos informais –, tem se observado em todo o mundo o agravamento da violência doméstica e sexual. Isso porque, conforme aponta a ONU Mulheres, “O risco de violência tende a aumentar quando famílias em contextos de violência familiar são colocadas sob tensão, auto-isolamento e quarentena (...)”², colocando as mulheres em uma situação de maior vulnerabilidade e dificultando sua proteção frente a ação de seus agressores. (Brasil, 2020, p. 5).

Mesmo tendo apoio de ampla base parlamentar e sido aprovado em todas as instâncias, o PL 1552/2020 contou com requerimentos de esclarecimentos e todas as manifestações de fala, em plenário, foram efetuadas por parlamentares engajados em ações de oposição ao aborto, por entenderem que sua redação abriria precedente para flexibilização no direito ao aborto, conforme discurso do deputado federal, Eli Borges (SD-TO):

⁷ Projeto de autoria: Sâmia Bomfim (PSOL-SP), David Miranda (PSOL-RJ), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Taliria Petrone (PSOL-RJ), Luiza Erundina (PSOL-SP), Tereza Nelma (PSDB-AL), Mara Rocha (PSDB-AC), Profª Rosa Neide (PT-MT), Margarida Salomão (PT-MG), Lídice da Mata (PSB-BA), Maria do Rosário (PT-RS), Erika Kokay (PT-DF), Patricia Ferraz (PODE-AP), Leda Sadala (Avsnte-AP), Profª Dorinha (DEM-TO), Dulce Miranda (MDB-TO), Norma Ayub (DEM-ES), Tábata Amaral (PDT-SP), Rejane Dias (PT-PI), Luisa Canziani (PTB-PR), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Paula Belmonte (Cidadania-DF), Edmilson Rodrigues (PSOL-PA).

Sr. Presidente, quero externar a minha tristeza, quando a Relatora declara que a emenda de minha autoria é inconstitucional. Por isso, eu fiz uma ação no sentido do destaque, mas este também não pôde prevalecer. Na verdade, havia, sim, uma intenção de aborto nesse projeto. Nele estava escrito, por exemplo: "saúde sexual e reprodutiva das mulheres e meninas". Lá no Projeto de Lei nº 1.552, de 2020, fala-se da não necessidade do boletim de ocorrência e de rede de proteção. Há uma série de indícios que provam que havia, sim, uma intenção velada de aborto nesse projeto, o que é lamentável. Lamentavelmente, a minha emenda foi declarada inconstitucional, o que não procede, até porque no projeto original há a expressão "saúde sexual e reprodutiva das mulheres e meninas". Portanto, justificava-se a minha emenda. E quero registrar, sobre o Projeto de Lei nº 1.291, de 2020, mais o Projeto de Lei nº 1.444, de 2020, mais o Projeto de Lei nº 1.552, de 2020, que foi como se houvessem sido juntadas peças que, somadas, podem abrir precedentes perigosos para o aborto. Portanto, alerto o Parlamento para que tenha cuidado, preste bem atenção ao que estamos votando, porque não é de uma vez: é um passo de cada vez. Assim, vamos construindo aquilo que chamam verdadeiro ataque a inocentes que precisam viver. Lamento a postura da Relatora e quero deixar registrada a minha indignação. Obrigado. (Brasil, Diários da Câmara dos Deputados, 10/07/2020).

Em agosto de 2020, o caso da menina de 11 anos, do Espírito Santo, que engravidou após sofrer estupro de seu tio, desde os seis anos, gerou comoção em todo Brasil. O caso ganhou notoriedade devido ao pedido de interrupção da gestação ter sido negado pelo Hospital Roberto Silveiras, da cidade de São Mateus, residência da criança, e também pelo Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), situado na capital Vitória, por não disporem de condições e protocolos para realização do procedimento em virtude da idade gestacional de quase seis meses, mesmo com autorização do Poder Judiciário. Após as negativas, a menina foi levada por familiares à cidade de Recife, no estado de Pernambuco, para realizar o aborto.

Neste processo, muitas informações sigilosas, da vítima e família, foram divulgadas nas redes sociais, culminando em mobilizações de grupos contrários ao aborto na frente do centro médico, na cidade de Recife, para impedir a realização do procedimento, através de protestos, gritos de “assassinos” e vigílias de oração (Jiménez, 2020). Mais especificamente, o Movimento Pró-Vida e o grupo católico Porta Fidei foram os principais envolvidos nas ações, além do envio de emissários, ao Espírito Santo e Pernambuco, pela Ministra Damarens Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que monitorou e deu publicidade ao caso, sempre se posicionando de forma contrária a interrupção da gestação da menina (Jiménez, 2020; Zylberkan, 2020). Embora em menor número, mas também estiveram no espaço das mobilizações representantes dos movimentos feministas, sobretudo do Fórum de Mulheres, para defender a legitimidade do aborto nesta circunstância (Zylberkan, 2020).

Durante pelo menos uma semana este foi o principal assunto tratado no país, com cobertura com enfoques variados, por exemplo: as estatísticas de violência sexual contra

vulneráveis. dificuldades de acesso a este direito; a “peregrinação” da criança e da família; as ações realizadas em frente ao hospital e posicionamento de figuras políticas. No plenário da Câmara dos Deputados, o caso foi o segundo mais debatido nesse período, contabilizando quinze discursos, a maioria em defesa do direito ao aborto pela vítima e contrários à mobilização no entorno do hospital e, em menor escala, quatro discursos salientando a inviolabilidade do direito à vida. Para ilustrar esse cenário selecionamos dois discursos:

Lídice da Mata (PSB-BA): (...) Eu gostaria de abordar três assuntos rapidamente. O primeiro já foi registrado inclusive pela Deputada Alice Portugal: a Ministra Damares conseguiu utilizar, em 9 meses, apenas metade dos recursos destinados a combater a violência contra a mulher, numa circunstância em que cresce no Brasil, durante a pandemia, a violência doméstica e o número de feminicídios. Além disso, propõe o corte de um quarto deste mesmo orçamento para 2021, demonstrando a sua pouca sensibilidade e capacidade para atuar no combate à violência contra a mulher. Isso ocorre justamente pela sua incapacidade de realizar um orçamento que não estudou nem teve vontade de realizar, porque estava mais preocupada em tentar impedir que uma garota de 10 anos de idade estuprada pudesse ter acesso àquilo que a Constituição Federal e a lei lhe garantem: o direito de interromper a gravidez. (...) (Brasil, Diários da Câmara dos Deputados, 22/09/2020).

Eros Biondini (PROS-MG): (...) Em segundo lugar, quero dizer: salvem as duas vidas! O Brasil é contra o aborto. Vida, sim! Aborto, não! Comunidades católicas como a Mundo Novo e outras estão totalmente solidárias e se colocam à disposição para ajudar essa criança de 10 anos neste momento trágico por que ela passa, causado por um monstro estuprador, e poderíamos também ter salvado a outra criança, a outra menina, de 6 meses. Todo mundo sabe que, com a maturação dos pulmões, em mais alguns dias, essa criança poderia vir à vida, e teríamos uma fila de famílias brigando para adotá-la. É uma pena que nós, para combatermos uma monstruosidade, cometamos outra. Um País que não prevê pena de morte para o estuprador prevê pena de morte para os mais indefesos, enfiando uma agulha no coração de um nascituro de 6 meses para assassiná-lo. Que crueldade! Nós poderíamos salvar as duas vidas, as duas mulheres, as duas crianças. Tínhamos totais condições de salvá-las. Vamos continuar, agora, ajudando essa menina de 10 anos e exigindo punição rigorosa para esse monstro estuprador. (Brasil, Diários da Câmara dos Deputados, 19/09/2020).

No contexto deste caso, ao final do mês de agosto, o Ministério da Saúde, chefiado pelo General Eduardo Pazuello, promulgou a Portaria nº 2.282/2020, a qual estabelecia parâmetros para a justificação e autorização para a realização do aborto no Sistema Único de Saúde (SUS), requerendo a notificação policial, sobretudo em casos de estupro. Essa portaria gerou reações adversas à sua implementação, a ampla maioria dos nove discursos realizados em plenário comungou a ideia de que a medida criaria obstáculos à efetivação do direito à interrupção da gestação, ao estipular a necessidade de, após a violência sexual, a vítima ter de se submeter a comprovação do estupro, por corpo de delito, pela autoridade policial. As reações em plenário, de entidades médicas e da sociedade civil levou à revogação da Portaria

2.282/2020. No final de agosto, as deputadas federais, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Fernanda Melchiona (PSOL-RS) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC), apresentaram o Projeto de Decreto Legislativo nº 381/2020, para suspender os efeitos da portaria, no entanto, em setembro daquele ano, a mesma foi substituída pela Portaria nº 2.561/2020, na qual foi suprimida a exigência de notificação policial para o aborto em gestação decorrente de estupro. Sobre a repercussão do assunto, segue o trecho do discurso da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA):

Quero aproveitar este pequeno tempo, Sr. Presidente, para pedir a V.Exa. que analise a possibilidade de pautar o PDL, assinado pela Deputada Jandira Feghali e por mais dez Deputadas, que suprime a portaria do Sr. Ministro interino da Saúde que visa estabelecer burocracia, dificultar o acesso de mulheres vítimas de violência à legislação, de 1940, que prevê a interrupção da gravidez de forma legal. Trata-se de algo muito sério, muito doloroso, trata-se de uma segunda violência. É algo, de fato, completamente repudiado pelas mulheres do Brasil. Vimos que uma criança foi hostilizada e não podemos seguir achando que é possível que portaria supere lei. Peço sua sensibilidade, sua compreensão e a dos demais Deputados. Srs. Deputados, homens, isso é muito sério, pode acontecer com qualquer criança. Mulher que foi vítima de violência não pode esperar 15 dias para fazer uma ultrassonografia. É preciso que a lei seja cumprida. (Brasil, Diários da Câmara dos Deputados, 1º/09/2020).

Em 2021 nenhum fato foi mencionado nos discursos, assim como apenas dez discursos foram proferidos, o menor número em comparação aos demais anos da investigação, equivalente a menos de 10% do total. No início do ano legislativo de 2022, em fevereiro, a descriminalização do aborto na Colômbia, por decisão do Poder Judiciário, motivou falas de oposição, tanto a ampliação nos direitos reprodutivos das mulheres colombianas como pela ação da Suprema Corte em efetuar essa tomada de decisão.

Em junho de 2022, outro caso de violência sexual contra uma menina de 10 anos em Santa Catarina gerou enorme repercussão. A mãe descobriu a gravidez quando a menina estava com 22 semanas de gestação. O hospital se negou a realizar o procedimento, já que após a 20ª semana seria necessária autorização judicial para realizar a interrupção da gestação. O caso foi designado à juíza Joana Ribeiro Zimmer, por sua vez, a promotora Mirela Dutra Alberton, do Ministério Público de Santa Catarina, requereu acolhimento institucional à criança. A ação de ambas as representantes do Poder Judiciário se notabilizou pelas sucessivas tentativas de impedir a efetivação do direito ao aborto. Em audiência a juíza Joana Ribeiro Zimmer perguntou à menina: “quanto tempo aceitaria ficar com o bebê até o “pulmãozinho dele ficar maduro”, para entregar à adoção?”, “Tu suportaria ficar mais um pouquinho? Mais duas semanas, três semanas?” A menina responde que não sabia. E a juíza seguiu: “e tu consegue se imaginar ficar até o final da gestação? Você acha que o pai do bebê

concordaria com a entrega pra adoção?". Já a promotora Mirela Dutra Alberton falou à criança: "Em vez de deixar ele morrer, porque ele já é um bebê, já é uma criança, em vez de tirar da tua barriga e ele morrer agonizando, porque é isso que acontece (...) ele vai nascer chorando, e vai ficar agonizando, a gente dar todos os suportes médicos pra que ele sobreviva, e a gente entrega pra adoção." (MPMT, 2022). Em seu parecer, a juíza Joana Ribeiro Zimmer negou o pedido para a interrupção da gestação, baseado na idade gestacional. A autorização foi concedida pelo juiz Mônani Menine Pereira, do Tribunal do Júri de Florianópolis. Após a realização do aborto, a promotora Mirela Dutra Alberton emitiu mandato para a polícia recolher o feto no hospital, para iniciar investigação pericial acerca dos procedimentos adotados para interromper a gestação.

Esse foi o fato de maior repercussão durante o governo Bolsonaro, contabilizando 19 pronunciamentos sobre o assunto. A maioria das falas se direcionou em criticar a atuação da juíza e da promotora, ao induzirem a menina no decorrer da audiência a preservar a gestação, assim como a defesa para a preservação da legislação, que garantia o direito ao aborto nesta circunstância. Por outro lado, oito discursos endossaram, em certa medida, a atuação da juíza e da promotora, ao questionar se havia ocorrido estupro, pelo fato da relação supostamente ter ocorrido com menino de 13 anos.

Estes assuntos de maior repercussão impulsionaram a orientação do debate parlamentar. Logo, é possível constatar que a discussão sobre o aborto no Governo Bolsonaro foi motivada mais por fatos externos, ocorridos na sociedade, que por fatos internos a atividade legislativa, por exemplo, Projetos de Lei ou Emendas à Constituição em votação e deliberação na Câmara dos Deputados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste artigo, sobre o aborto na Câmara dos Deputados, durante o Governo Bolsonaro, presentem se constituir em contribuição à bibliografia na área das Ciências Sociais e da Ciência Política de diferentes modos. Em primeiro lugar, de ser um registro empírico acerca dos cenários e modalidades de atuação dos grupos parlamentares e representantes políticos envolvidos nesta agenda. Os resultados indicam que as forças políticas e representantes atuaram, majoritariamente, mais em reação aos fatos ocorridos na sociedade que por propostas, seja para regulamentar, restringir ou ampliar o acesso ao aborto.

Essa constatação requer uma avaliação específica de suas distintas inflexões para cada segmento. Os grupos e representantes parlamentares cuja agenda se direciona à promoção da ampliação dos direitos reprodutivos das mulheres, considerando sua condição minoritária na 46ª Legislatura, obtiveram êxitos importantes, ao impedirem recuos e imposição de obstáculos à legislação. Isto dito, levando em consideração conquistas na disputa contra o Governo Bolsonaro, na figura de seu Ministro da Saúde e sua base parlamentar, para revogação da Portaria nº 2282/2020, assim como na mobilização em torno dos casos de violência sexual contra crianças que, apesar de tudo, acessaram o direito ao aborto por estupro. É necessário ressaltar que essa atuação defensiva desse segmento, no sentido de reduzir danos, não se restringiu a este período, mas é identificada em legislaturas passadas. Esse comportamento é explicado, em boa medida, pelo peso político das forças contrárias no Congresso Nacional nas últimas décadas, as quais interditaram qualquer debate sobre ampliações no direito ao aborto

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Tramitação ADI 5581/2016, 2016. Link: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5037704>.

JIMÉNEZ, Carla. Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital. São Paulo: Jornal El País, data de publicação: 16/08/2020. Link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-so-b-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>.

LUNA, Naara. Conservadorismo na política no Governo Bolsonaro: novas articulações, valores religiosos e pauta de costumes. *Cultura y religión*, vol.17, nº 6, 2023.

MOURÃO, Hamilton. Entrevista “Mourão defende que aborto seja uma opção da mulher”. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, fevereiro de 2019. Link: <https://oglobo.globo.com/politica/mourao-defende-que-aborto-seja-uma-opcao-da-mulher-23419002>.

MPMT (Ministério Público do Estado de Mato Grosso). Juíza induz menina de 11 anos a não fazer aborto após estupro. 2022. Link: <https://www.mpmg.mp.br/portalcasos/news/733/114125/juiza-induz-menina-de-11-anos-a-nao-fazer-aborto-apos-estupro/1673>

ZYLBERKAN, Mariana. Quem são os grupos que tentaram impedir o aborto de menina de 10 anos. São Paulo: Revista Veja. Data de publicação: 17/08/2020. Link: <https://veja.abril.com.br/brasil/quem-sao-os-grupos-que-tentaram-impedir-o-aborto-de-menina-de-10-anos/>.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tema/internacionalsserviçosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O ADOECIMENTO MENTAL DENTRE OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

MENTAL HEALTH CONDITIONS AMONG FEDERAL PUBLIC SERVANTS AT A FEDERAL HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Andréa Fão Carloto¹

Resumo: Este trabalho aborda o adoecimento mental dentre os servidores públicos federais no contexto de uma Instituição Federal de Ensino Superior/IFES. E tem como objetivo mapear a incidência de afastamentos do trabalho decorrentes de Licença por Motivo de Saúde. Apresenta resultados parciais de pesquisa que adota como método o materialismo, histórico e dialético. Os achados derivam da pesquisa documental nos Relatórios de Licença para Tratamento de Saúde e Licença por Acidente em Serviço ou Doença Profissional, do ano de 2024. Além disso, também realiza-se um debate sobre o adoecimento mental como manifestação da questão social, portanto objeto de trabalho dos assistentes sociais. A partir da pesquisa documental evidenciou-se que os Transtornos Mentais e Comportamentais foram os diagnósticos que ocasionaram mais tempo de afastamento do trabalho dentre os servidores públicos federais da IFES em 2024, abrangendo 34,35% do total de dias de afastamento e afetando cerca de 16% dos servidores que estiveram em Licença por Motivo de Saúde. Assim, ressalta-se a importância de debater o adoecimento mental e desocultá-lo, identificando possibilidades de trabalho para os/as assistentes sociais que integram as equipes do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor/SIASS.

Palavras-chave: adoecimento mental; servidor público federal; instituição federal de ensino superior.

Abstract: This study addresses mental illness among federal public servants within the context of a Federal Institution of Higher Education (IFES). Its objective is to map the incidence of work absences resulting from Leave for Health Reasons. It presents partial results of a research project that adopts historical and dialectical materialism as its methodological framework. The findings derive from documentary analysis of Health Treatment Leave Reports and Leave Due to Occupational Accident or Work-Related Illness from the year 2024. Furthermore, the study advances a discussion on mental illness as an expression of the social question, and therefore, as an object of professional intervention for social workers. The documentary research revealed that Mental and Behavioral Disorders were the diagnoses that led to the greatest number of days of work absence among federal public servants of the IFES in 2024, accounting for 34.35% of the total days of leave and

¹ Assistente Social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, andrea.carloto@edu.pucrs.br.

affecting approximately 16% of the workers who took Leave for Health Reasons. Thus, the study underscores the importance of bringing mental illness into debate and rendering it visible, thereby identifying potential areas of intervention for social workers who are part of the teams of the Integrated Subsystem for Servant Health Care (SIASS).

Keywords: mental illness; federal public servant; federal higher education institution.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada “*A Questão Social: expressões e/ou refrações nos processos de adoecimento mental de servidores públicos de uma IFES*”². A pesquisa tem como tema a questão social e suas manifestações nos processos de adoecimento mental, vivenciados pelos servidores públicos de uma Instituição Federal de Ensino Superior/IFES situada no estado do Rio Grande do Sul. O estudo mostra-se relevante por dar visibilidade a uma das manifestações da questão social – objeto de trabalho do Serviço Social – fornecendo subsídios para o trabalho profissional dos/das assistentes sociais nas Unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor /SIASS.

Destaca-se ainda, a relevância de debater as manifestações da questão social de aspecto imaterial, que são predominantes nesse espaço ocupacional, diferente das que costumeiramente são abordadas na produção do conhecimento do Serviço Social, de aspecto material. Isso não significa afirmar que há expressões e/ou refrações mais importantes, mas sim, que nos diversos espaços ocupacionais em que o Serviço Social se insere as manifestações da questão social são distintas. Todas estas manifestações merecem atenção e se constituem como possibilidades para o trabalho profissional.

Considerando isso, este trabalho tem como objetivo apresentar um mapeamento das Licenças por Motivo de Saúde em uma IFES, centrando-se na incidência de adoecimento mental dentre os servidores públicos federais³. A pesquisa filia-se ao método materialista, histórico e dialético do Karl Marx. E os resultados preliminares aqui apresentados, decorrem da pesquisa e da análise documental, que tem como fonte o Relatório de Licenças para Tratamento de Saúde e o Relatório de Licença por Acidente em Serviço ou Doença Profissional, ambos do ano de 2024, fornecidos pela IFES após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa. Para enriquecer a análise também são utilizados dados da

² Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, CAAE 92048725.8.0000.5336.

³ A pesquisa abrange somente os servidores públicos do regime jurídico estatutário federal da IFES. Os servidores públicos federais lotados no hospital universitário não compõem a pesquisa dadas as particularidades do trabalho em ambiente hospitalar.

mesma IFES referentes ao ano de 2018⁴.

2 BREVE SÍNTESE DA INCIDÊNCIA DE ADOECIMENTO MENTAL

A segunda década do século XXI está na metade, mas já foi marcada pelo surgimento da COVID-19 – que desencadeou uma pandemia global e impactou a vida humana em diversos aspectos – e mais recentemente, vem sendo apontada a existência de uma crise de saúde mental.

O Brasil, em 2024, registrou dados alarmantes de afastamento do trabalho em decorrência de adoecimento mental. Conforme os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Seguro Social/INSS, em 2024, o Brasil registrou 471.822 concessões de benefícios previdenciários, acidentários ou não, decorrentes de adoecimento mental. Comparando aos dados de 2018 houve um aumento de aproximadamente 115%. Dentre estes dados, consta que o período de 2018 a 2024 acumula mais 308 milhões de dias de afastamento do trabalho decorrentes de adoecimento mental. Os afastamentos do trabalho decorrentes de transtornos ansiosos e episódios depressivos são os mais recorrentes.

Destaca-se que esses dados referem-se ao Regime Geral de Previdência Social/RGPS. Dessa forma, é necessário considerar que um grande contingente dos trabalhadores brasileiros que se encontra na informalidade e não é segurado do RGPS, portanto não figura nestes dados. Além disso, os servidores públicos vinculados a Regimes Próprios de Previdência – como é o caso dos servidores públicos federais da IFES, tema deste estudo – também não figuram nesse quantitativo divulgado pelo INSS. Ainda, cabe ressaltar que nem todo adoecimento gera incapacidade laboral, dessa forma, certamente a magnitude dos processos de adoecimento mental é superior a observada nos afastamentos do trabalho, visto que muitas vezes os trabalhadores não estão afastados do trabalho enquanto realizam o tratamento de saúde.

Feitas essas ressalvas, agora apresentam-se alguns dados que permitem visualizar o conjunto dos servidores públicos federais da IFES. Conforme dados divulgados pela própria instituição, em 2018 a IFES contava com 3.664 servidores públicos federais ativos, sendo

⁴ Estes dados foram coletados na pesquisa “Trabalho e Adoecimento Mental: um estudo no contexto de uma Instituição Federal de Ensino Superior”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, CAAE 19767019.3.0000.5336.

1.775 Técnicos Administrativos em Educação⁵ e 1.889 Docentes⁶. No ano de 2024 esses números não foram muito diferentes, a IFES contava com 3.706 servidores públicos federais ativos, sendo 1.753 TAEs e 1.953 Docentes.

Destaca-se que em relação aos dados de adoecimento dos servidores públicos federais da IFES, foi possível fazer um comparativo entre os anos de 2018 e 2024. A pesquisa documental evidenciou que 18,9% dos servidores públicos federais da IFES tiveram afastamento do trabalho por motivo de saúde no ano de 2018, já no ano de 2024 esse percentual aumentou para 20,6%. Considerando o número de servidores afastados, houve um crescimento de 10,53% em relação a 2018. Já no que diz respeito ao número de dias de afastamento registrados em 2024, o aumento é ainda mais significativo, chega a 50,1% em relação a 2018.

A seguir, a Tabela 1 apresenta de forma mais detalhada os Afastamentos por Motivo de Saúde na IFES. Destaca-se que os Afastamentos Gerais apresentados na Tabela 1 contemplam todos os Grupos da Classificação Internacional de Doenças/CID 10, já o adoecimento mental está representado pelo CID 10 F – Transtornos Mentais e Comportamentais.

Tabela 1 – Comparativo das Licenças por Motivo de Saúde na IFES em 2018 e em 2024						
Ano de 2018			Ano de 2024			
Ocorrências	Dias de Afastamento	Total de Servidores afastados	Ocorrências	Dias de Afastamento	Total de Servidores afastados	
<i>Afastamentos Gerais</i>						
Licenças por Motivo de Saúde	1376	20268	693	1485	30431	766
<i>Afastamentos por CID 10 F</i>						
Licenças por Motivo de Saúde	234	5600	104	232	10456	127
Total (% em relação ao total geral)	234 (17%)	5600 (28%)	104 (15%)	232 (15,6%)	10456 (34,3%)	127 (16,5%)

Fonte: Elaborada pela autora.

⁵ Esta carreira compreende cargos em cinco níveis de classificação (A, B, C, D, E). Cada um desses níveis compreende um conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir de requisitos, como a escolaridade.

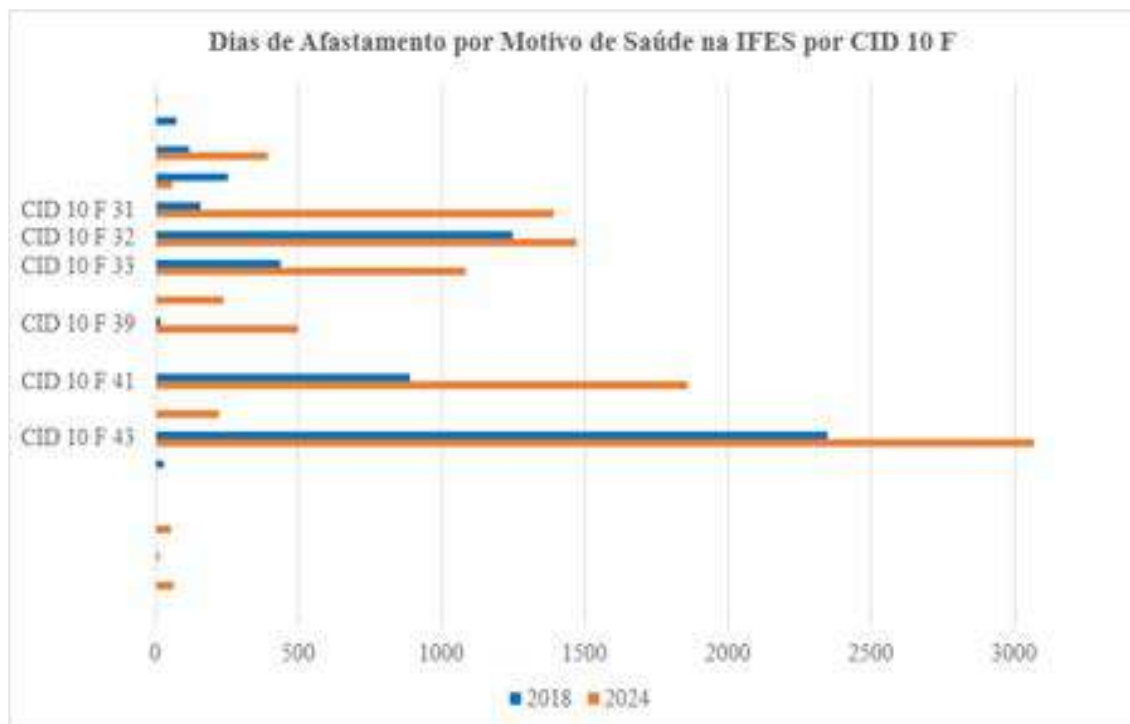
⁶ Aqui foram somados os servidores públicos federais de duas carreiras, quais sejam, os Professores do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Professores do Magistério Superior.

Na Tabela 1, o número de ocorrências comparando os anos de 2018 e 2024 sugere que o adoecimento mental na IFES teria diminuído, tanto isoladamente, quanto relacionado ao total geral de afastamentos em cada ano. No entanto, isso incorre um erro de análise, visto que o número de ocorrências expressa somente o número de avaliações periciais que geraram afastamento. Assim, é necessário atentar-se as demais colunas da Tabela 1, onde observa-se que o número de servidores públicos federais afastados e principalmente do número de dias de afastamento no ano de 2024 aumentou significativamente.

No que se refere ao adoecimento mental tanto o número de dias, quanto o número de servidores afastados aumentou nesse comparativo entre 2018 e 2024, porém o número de dias de afastamento registrou uma taxa de aumento de 86,7%, enquanto o quantitativo de servidores afastados cresceu 22,1%. Dessa forma, a média de dias nos afastamentos decorrentes de CID 10 F também aumentou, passando de 53,84 dias por servidor afastado em 2018 para 82,33 dias por servidor afastado em 2024. Isso demonstra que o tempo de recuperação nos casos de adoecimento mental em 2024 aumentou em 52,9% em relação a 2018.

O Gráfico 1, apresentado a seguir, também ilustra o aumento de cerca de 86,7% nos dias de afastamento decorrentes de CID 10 F na IFES em 2024, quando comparados a 2018.

Gráfico 1.



Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 1 também é possível identificar que os diagnósticos que mais afastam do trabalho os servidores públicos federais da IFES, no que se refere ao adoecimento mental, são as “Reações ao estresse grave e transtornos de adaptação” (CID 10 F43), que em 2024 somaram 3.071 dias de afastamento. Na sequência estão os “Outros transtornos ansiosos” (CID 10 F41) que registraram 1.861 dias de afastamento. E por fim, os afastamentos decorrentes de “Episódios depressivos” (CID 10 F 32) que somam 1.474 dias de afastamento.

Considerando os dados aqui apresentados pode-se afirmar que o adoecimento mental é recorrente nos servidores públicos federais da IFES e que os Transtornos Mentais e Comportamentais são os diagnósticos que mais afastaram do trabalho em 2024, com significativo aumento em relação ao ano de 2018.

3 ADOECIMENTO MENTAL E QUESTÃO SOCIAL

No item anterior foram apresentados os dados gerais sobre a incidência do adoecimento mental dentre os servidores públicos federais da IFES. A partir disso, pode-se questionar sobre qual a contribuição do Serviço Social, já que o estudo, o diagnóstico e o tratamento dos Transtornos Mentais e Comportamentais é objeto da Medicina – mais especificamente da Psiquiatria – e ainda, que a subjetividade é objeto da Psicologia.

Para entender a contribuição do Serviço Social cabe iniciar apresentando alguns conceitos. Inicialmente, destaca-se que a definição de saúde da Organização Mundial da Saúde/OMS: “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1946, p.1). Nesse sentido, destaca-se aqui o conceito de saúde, utilizado por Minayo (2004, p. 15):

A saúde enquanto questão humana e existencial é uma problemática compartilhada indistintamente por todos os segmentos sociais. Porém, as condições de vida e de trabalho qualificam de forma diferenciada a maneira pela qual as classes e seus segmentos pensam, sentem e agem a respeito dela. Isso implica que, para todos os grupos, ainda que de forma específica e peculiar, a saúde e a doença envolvem uma complexa interação entre os aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais da condição humana e de atribuição de significados. Pois saúde e doença exprimem agora e sempre uma relação que perpassa o corpo individual e social, confrontando com as turbulências do ser humano enquanto ser total.

Assim, os processos de adoecimento mental não estão descolados da realidade concreta em que estão envolvidos os sujeitos que os vivenciam, ou seja, do contexto sócio-histórico, do contexto macrossocial e microsocial. Dessa forma, afirma-se que o

adoecimento mental é um fenômeno constituído por múltiplas determinações. E aos profissionais do Serviço Social cabe desocultar o adoecimento mental que apresenta-se em sua concretude nos espaços ocupacionais.

É necessário entender que para ser objeto do trabalho profissional há um processo que inicia com as necessidades dos usuários, que são reelaboradas na óptica dos empregadores e que necessitam ser processadas tecnicamente pelo profissional (Iamamoto, 2018). O processo de desocultar as demandas mediando-as ao conceito de questão social, é realizado pelo próprio profissional. No processo de mediação entre universalidade e singularidade encontra-se a particularidade e é nela que o profissional identifica se o adoecimento mental consiste ou não em uma manifestação da questão social, que é o objeto do trabalho do Serviço Social. Assim, é fundamental que os assistentes sociais busquem aprofundar conhecimentos sobre o seu objeto de trabalho. Considerando que a realidade é dinâmica, esse processo deve ocorrer continuamente e contemplar a questão social tanto conceitualmente, quanto às suas múltiplas manifestações no contexto atual.

Conforme a releitura do conceito – realizada pelos autores do Serviço Social brasileiro e fundamentada na análise marxiana – a questão social tem suas raízes fincadas nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Essa releitura do conceito articulou uma série de manifestações que tradicionalmente eram encaradas de forma isolada como “problemas sociais” (Santos, 2012).

Em síntese, no plano conceitual a questão social é resultante das relações entre capital e trabalho, intrínsecas ao modo de produção capitalista. Inicialmente, pode-se destacar que a questão social: “Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (Iamamoto, 2001, p.16). Essa apropriação privada que ocorre no modo de produção capitalista, acarreta a desigualdade, já que o desenvolvimento da produção possibilita maior acumulação do capital em detrimento das necessidades básicas inerentes à sobrevivência humana, que continuam não sendo supridas, mesmo na sociedade da abundância. Assim, quanto mais o modo de produção capitalista gera riqueza, mais apropriação dos produtos do trabalho ocorre e também mais manifestações da questão social emergem e demandam a intermediação do Estado.

Considerando que o adoecimento mental é um fenômeno com múltiplas determinações, mas que expõe somente a sua aparência é necessário a buscar conhecer a sua essência e assim identificar se aquele adoecimento mental carrega em sua essência

manifestações da questão social, constituindo-se portanto em objeto de trabalho e estudo do Serviço Social.

Nas demandas que emergem na Unidade SIASS, as manifestações da questão social podem ser descritas como relativamente diferentes das comumente abordadas pelo Serviço Social, principalmente quando explicitadas pelo fenômeno do adoecimento mental, onde predominam as manifestações de aspecto imaterial, que expressam-se na consciência, na subjetividade individual e coletiva. Já que os servidores públicos federais encontram-se inseridos no mercado formal de trabalho, com estabilidade assegurada e em grande parte com grau de escolaridade elevado e remuneração considerável. Dessa forma, pode-se dizer que esses usuários já possuem acesso a direitos sociais, ainda que esse acesso possa ser limitado sem sombra de dúvidas é mais abrangente do que dentre os usuários que encontram-se em situação de pobreza e extrema pobreza por exemplo.

Então, quais as manifestações da questão social podem ser observadas a partir dos processos de adoecimento mental, vivenciados pelos servidores públicos federais da IFES? Considerando que esse espaço ocupacional está vinculado ao Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor, trata-se portanto do campo da saúde do trabalhador, e ainda, considerando a teoria marxiana, que hegemonicamente fundamenta o Serviço Social brasileiro, afirma-se a centralidade do trabalho. Nesse caminho, chega-se a relação entre adoecimento mental e trabalho. Sobre a relação adoecimento e trabalho, Silva destaca que: “[...] é preciso não se limitar às relações mecânicas de causa e efeito na saúde e fomentar uma análise estrutural da sociedade capitalista” (2017, p. 134). Assim, sustenta-se que o adoecimento mental desses trabalhadores pode ser uma manifestação da questão social.

E aqui é preciso lembrar que o trabalho dos servidores públicos federais das IFES, também é trabalho abstrato, assalariado. E apesar de situar-se no setor de serviços, que não tem como intuito central a produção direta de mais-valia, não significa que esses trabalhadores estejam ilesos dos processos de alienação e também da precarização.

A precarização do trabalho muito comentada no século XXI e tema de estudo de diversos autores como Ricardo Antunes (2018) e Giovanni Alves (2011), também está presente no serviço público federal. Defende-se aqui que a precarização é um processo mais abrangente, que não se restringe apenas aos vínculos de trabalho. Antes de citar algumas das facetas da precarização no serviço público federal, é necessário entender mais sobre ela.

Para abordar a precarização Seligmann-Silva busca na etimologia a explicação inicial: “[...] precário, do latim precarius, significa instável, frágil, insuficiente” (2011, p. 460). Essa

autora refere-se a precarização em diversos âmbitos, dentre eles, a precarização social, a precarização do trabalho e a precarização da saúde mental. Segundo ela: “[...] a precarização social é a fragilização do tecido social – das estruturas (instituições) que regem a coesão e a proteção coletiva e dos laços que vinculam entre si os seres humanos” (Seligmann-Silva, 2011., p. 460). Em relação a precarização do trabalho ela discorre que os princípios centrais são a flexibilidade e desregulamentação dos contratos de trabalho, “É sob a ação conjunta destes dois princípios se desenvolvem a intensificação do trabalho e de seu controle, assim como degradação da ordem ética e moral” (Seligmann-Silva, 2011, p. 467).

No que se refere a precarização da saúde mental Seligmann-Silva (2011) destaca impactos decorrentes da precarização do trabalho. A flexibilização tornou-se um novo princípio básico e chegou a ser confundida por muitos com uma liberdade total que sempre foi almejada. Mas na prática assumiu um caráter ideológico impositivo, que não podia ser questionado para manter o emprego. A flexibilidade implicou em mudanças permanentes e continuadas, gerando impossibilidade de compromissos e relações duráveis. As relações interpessoais também foram submetidas a flexibilização ocasionando o afrouxamento das relações sociais de trabalho e também a mudança constante de critérios para tudo. “O trabalho humano tornou-se, cada vez mais, um trabalho predominantemente mental. Porém o cansaço mental do trabalho intelectual intensificando e a exaustão emocional foram igualmente ignorados nas reestruturações” (Seligmann-Silva, 2011, p.472).

A polivalência também passou a ser valorizada e ocasionou o abalo num dos suportes da identidade e da saúde mental dos trabalhadores, o reconhecimento. E trabalhadores de algumas ocupações passam a ser invisíveis por realizarem trabalhos considerados desqualificados (Seligmann-Silva, 2011).

Diante do ambiente de instabilidade métodos e técnicas para envolver profundamente a subjetividade também foram desenvolvidos visando obter o comprometimento total dos trabalhadores, são exemplos disso a retórica da excelência e a necessidade de sobrevivência da empresa.

Nessa situação de submissão e dependência, a necessidade de reconhecimento se torna aguçada, pois perder o apreço ameaça o pertencimento à empresa e isso significará dilaceramento de si mesmo, já que o eu se confunde com a própria empresa que passou a ser também o seu mundo. Dessa forma, os indivíduos se tornam extremamente sensíveis aos sinais de falta de reconhecimento, que podem ser interpretados – a partir de quaisquer críticas, sanções ou manifestações visíveis de depreciação – como indícios de rejeição (Seligmann-Silva, 2011, P. 475).

A flexibilidade e fluidez também penetrou nos critérios de avaliação que passaram a

considerar somente o curto prazo, deixando de considerar a dedicação e o bom desempenho no passado. “Instaura-se então, o sentimento de que a justiça foi ferida – o que dá, margem a uma dinâmica subjetiva que pode ter desdobramentos variados” (Seligmann-Silva, 2011, p.476).

Sobre o alcance da precarização, ela é muito maior, mais abrangente do que a flexibilização dos contratos. Alves (2009, p.195) também destaca isso ao abordar a experiência de precarização do trabalho.

[...] a “experiência da precarização do trabalho” diz respeito não apenas a ocorrências que atingem *hic et nunc* (aqui e agora) o estatuto salarial de homens e mulheres assalariados, mas envolve expectativas socialmente postas pelo desenvolvimento do mercado de trabalho.

Dessa forma, a precarização consiste em uma ameaça real ou imaginária mesmo para os trabalhadores que ainda não estão sob contratos flexibilizados. Ele também aponta efeitos psicossociais da experiência de precarização do trabalho, como o medo, o afeto regressivo, consentimentos espúrios (Alves, 2009).

A partir dos autores citados acima, entende-se que a precarização não tem fronteiras, alcança a vida e a sociedade como um todo. E os servidores públicos federais, embora encontrem-se inseridos no mercado formal de trabalho, também vivenciam a precarização. Destacam-se seguir algumas das facetas da precarização observadas no contexto dos servidores públicos federais da IFES.

A terceirização e a flexibilização das contratações que já ocorria para atividade-meio e que com a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 se estendeu inclusive para atividade-fim, a extinção de funções comissionadas e gratificadas (em 2019, 21 mil funções comissionadas e gratificadas pelo Decreto 9725/19), cargos públicos extintos ou com concursos vetados, que gradativamente sendo terceirizados. A precarização das condições materiais de trabalho com as restrições orçamentárias decorrentes da aprovação da Emenda à Constituição 95/2016 (PEC do Teto dos Gastos), que congela investimentos em saúde e educação. A flexibilização de direitos operada pela crescente terceirização e a redução de direitos dos servidores públicos federais expressa nas Reformas da Previdência e na Proposta de Emenda à Constituição 38/2025 (PEC da Reforma Administrativa). A adoção de um modelo gerencialista de gestão cada vez mais próximas das encontradas na iniciativa privada que incitam a competitividade, a solidão do trabalhador e as práticas de violência no trabalho. O Decreto nº 11.072/2022, que instituiu o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) também

merece ser citado, pois instituiu o teletrabalho, e apesar de soar como possibilidade de liberdade, na verdade não reduz o tempo de trabalho oculto⁷, pois expande e legaliza a colonização do tempo de vida. A desvalorização e demonização dos servidores públicos, que a todo momento são culpabilizados pelos excessivos gastos públicos, apresentados como detentores de grandes salários e muitos direitos, e ao mesmo tempo, responsáveis por baixos rendimentos e pela burocratização no acesso a serviços públicos.

Também podem representar processos contraditórios, a instituição de planos de carreira, que vinculam a ascensão salarial a constante capacitação e sucessivas avaliações de desempenho, assim, expressando ao mesmo tempo, conquistas das duas classes (Docentes e TAEs) e materializando pontos importantes da reestruturação produtiva. Tratando-se da educação superior, é impossível deixar de mencionar a constante pressão por produção acadêmica, indiscriminadamente fomentada pela comunidade científica, onde a disputa pela produtividade e cobrança das instituições por captação de recursos geram competição entre os trabalhadores.

Diante desse cenário de precarização considera-se que, ainda que a relação entre trabalho e adoecimento mental não esteja caracterizada formalmente pelo nexos causal, há grandes chances do adoecimento mental ser ele mesmo uma manifestação direta da questão social. E mesmo que não seja diretamente, as manifestações da questão social podem incidir sobre ele. Ou ainda, as duas coisas podem ocorrer.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta resultados parciais de uma pesquisa que ainda está em andamento, portanto os resultados parciais aqui apresentados ainda carecem de adensamento. Entende-se que a pesquisa qualitativa – que ainda será realizada – é fundamental para ampliar a análise dos múltiplos determinantes do fenômeno do adoecimento mental.

Até o momento a investigação revela que os Transtornos Mentais e Comportamentais (CID 10 F) – que representam o adoecimento mental – geraram o maior número de dias de afastamento por motivo de saúde em 2024. O comparativo entre os anos de 2018 e 2024 também evidenciou um crescimento expressivo tanto no número de servidores afastados

⁷ Alves (2009, p. 196) descreve que o tempo de trabalho é composto de: “tempo de trabalho manifesto” (aquele regulamentado pela legislação trabalhista, a jornada de trabalho); e de “tempo de trabalho oculto” é o tempo do deslocamento do local de moradia aos locais de trabalho, das tarefas e preocupações que acompanham os assalariados em seu tempo de descanso.

quanto na duração dos afastamentos decorrentes de Transtornos Mentais e Comportamentais (CID 10 F). Esses dados reforçam a gravidade e a recorrência dos Transtornos Mentais e Comportamentais no contexto laboral da IFES, especialmente os relacionados ao estresse, ansiedade e depressão.

Nesse processo de desocultar o fenômeno observa-se que o adoecimento mental pode consistir diretamente em uma manifestação da questão social e portanto objeto de trabalho do Serviço Social, ou ainda, pode ocorrer que outros determinantes se sobressaiam e o adoecimento mental não seja uma manifestação direta da questão social. No entanto, cabe destacar que nos dois casos, as diversas manifestações da questão social ainda podem incidir ou reincidir sobre o adoecimento mental, e então também constituir-se em objeto do trabalho profissional dos/das assistentes sociais.

A partir da perspectiva aqui adotada é possível reconhecer que o adoecimento mental pode expressar as contradições do modo de produção capitalista, a alienação do trabalho e a precarização. E diante da agudização da questão social no cenário atual é necessário questionar se realmente há uma crise da saúde mental, ou se ela nada mais é do que uma das faces da crise do capital. Isso reforça a necessidade de uma abordagem integral, que contemple tanto os aspectos individuais quanto coletivos e estruturais do adoecimento mental.

Assim, o Serviço Social, ao se debruçar sobre esse fenômeno nesse espaço ocupacional, tem o desafio de ampliar o conhecimento sobre o objeto do trabalho do Serviço Social e também sobre os processos de trabalho em que o assistente social se insere, ou ainda pode se inserir, proporcionando aos usuários o acesso a serviços de atenção à saúde do servidor público federal que cada vez mais materializam a perspectiva biopsicossocial da saúde.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial.** In: Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo.** Temporalis. Brasília, n. 3,

ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: o capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. Nova Iorque: Conferência Internacional de Saúde, 22 jul. 1946.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Ízala Sarah Freitas da. **Saúde do Trabalhador: um estudo acerca da determinação social da saúde que perpassa os afastamentos em uma universidade pública federal**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.unipampa.edu.br/temas/magistradoservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): MEDIAÇÕES E INSTRUMENTALIDADE NA PRÁTICA PROFISSIONAL

THE PROFESSIONAL PRACTICE OF THE SOCIAL WORKER IN THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER (CRAS): MEDIATIONS AND INSTRUMENTALITY IN PROFESSIONAL PRACTICE

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho¹
Gabriel da Veiga²

Resumo: As condições econômicas, políticas e sociais que estruturam a sociedade contemporânea (re)dimensionam as formas de organização do trabalho e incidem diretamente na conformação dos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais. Entre esses espaços, destaca-se o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), cujo cotidiano institucional apresenta mediações e desafios próprios para a materialização da instrumentalidade profissional. Este estudo, fundamentado no método do materialismo histórico-dialético, desenvolve uma pesquisa bibliográfica e documental, com análise de conteúdo, como parte dos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão. A investigação evidencia a instrumentalidade enquanto centralidade do trabalho profissional, constituindo-se como mediação que pode potencializar uma atuação crítica ou, ao contrário, ser capturada pelas racionalidades institucionais — instrumental e abstrata-formal — quando desvinculada dos fundamentos histórico-críticos da profissão.

Palavras-chave: Serviço social; trabalho profissional; Centro de Referência da Assistência Social; instrumentalidade do serviço social.

Abstract: The economic, political, and social conditions that structure contemporary society reshape the organization of work and directly influence the configuration of social workers' socio-occupational spaces. Among these, the Social Assistance Reference Center (CRAS) stands out, whose institutional routine presents specific mediations and challenges for the implementation of professional instrumentalities. This study, grounded in the historical-dialectical materialism method, involves bibliographic and documentary research with content analysis, as part of the results of the Final Course Paper presented to the Social Work program at UNIOESTE – Francisco Beltrão Campus. The investigation highlights

¹ Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

² Assistente Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná *campus* de Francisco Beltrão. Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná *campus* de Toledo. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). Bolsista do PPGSS pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: veiga.gabriel13@gmail.com

instrumentalities as central to professional work, serving as a mediation that can either enhance critical practice or, conversely, be captured by institutional rationalities — instrumental and abstract-formal — when disconnected from the historical-critical foundations of the profession.

Keywords: Social service; professional work; Social Assistance Reference Center; instrumentality of social service.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo³ é, em primeira instância, fruto dos resultados da pesquisa realizada no âmbito da graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão, o qual objetivou analisar o trabalho profissional do/a Assistente Social no âmbito dos CRAS's em tempos de desfinanciamento da Política de Assistência Social nos Governos ultraneoliberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro, e, em segunda instância, é uma ampliação dessa discussão realizada pelos autores abarcando as nuances que envolvem a instrumentalidade profissional do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional no tempo presente.

Historicamente, a Política Nacional de Assistência Social vem se constituindo através de diversas legislações que organizam e estruturam sua execução, é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) em 2005, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) em 2006, e diversas outras.

A Política de Assistência Social representa um importante espaço de atuação dos/as Assistentes Sociais, possibilitando sua inserção desde o planejamento, gestão, implementação e avaliação, até a execução dos serviços ofertados pelo SUAS, demandando dos/as profissionais competências e atribuições próprias, as quais se constituem nas bases estruturantes da instrumentalidade profissional nesse espaço, pela qual se mobiliza os fundamentos teóricos, técnicos, ético-políticos e as mediações necessárias no contexto da intervenção sócioprofissional.

Assim sendo, pensar a realidade quem envolve a questão dos Recursos Humanos no SUAS na contemporaneidade, torna-se preponderante a identificação dos seguintes dados

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

presentes no Censo SUAS 2021, utilizado na coleta dos dados na pesquisa realizada para a construção do TCC: dos 111.640 trabalhadores/as que atuam nos CRAS de todo o território nacional, somente 30,3% são servidores estatutários e 4,9% são empregados públicos (CLT), em comparação à 55,1% de trabalhadores/as com vínculos não permanentes e 9,8% em cargos comissionados. Deste montante, destacamos que 21.594 (19,3%) são Assistentes Sociais (Brasil, 2021). A partir desses dados, podemos observar o quanto os vínculos de trabalho estão sendo fragilizados, inclusive dos/as Assistentes Sociais, profissionais referências nos equipamentos que compõe essa política, tendo em vista que tal realidade é um elemento que entra em contradição com os princípios e valores constantes no projeto ético-político profissional (Brasil, 2021).

Essa precarização não se restringe somente aos vínculos empregatícios, inúmeros agravantes condicionam essa realidade como as inseguranças que permeiam o ambiente de trabalho, a falta de uma capacitação permanente e continuada dos/as profissionais ao mesmo tempo em que se percebe uma cobrança maior de produtividade frente às condições éticas e técnicas do trabalho, além da baixa remuneração, questões que tendem a influir na racionalidade acessada pelos/as profissionais nas suas intervenções, e como eles/as as direcionam na construção da instrumentalidade, vivendo-se um movimento contínuo de embate direto entre uma instrumentalidade que se aquiesce no projeto ético-político e uma instrumentalidade que se limite às diretrizes institucionais, própria de um trabalho tecnicista, pragmático, imediatista, superficial, que se estabelece no nível do cotidiano (Heller, 2004).

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, por possibilitar compreender a complexidade do trabalho profissional do/a Assistente Social no âmbito da Política de Assistência Social. O delineamento ancora-se em um estudo teórico-analítico, fundamentado em revisão bibliográfica e documental, de modo a apreender as determinações históricas, legais e institucionais que conformam a instrumentalidade na atuação profissional. Vale ressaltar que, estudo parte do recorte temporal entendido entre os governos de Michel Temer (2016 – 2019) e Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022), foi desenvolvido nos anos subsequentes, período em que foram realizadas as leituras, sistematização dos dados e a análise das fontes que sustentam a reflexão proposta.

Como técnicas de coleta de dados, foram consultados documentos normativos da Política de Assistência Social, tais como a LOAS (1993), a PNAS (2004), a NOB-SUAS (2005) e a NOB-RH/SUAS (2006), além de relatórios oficiais e dados do Censo SUAS, que

permitiram caracterizar a realidade de inserção e as condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais nos CRAS. A análise foi realizada à luz do método do materialismo histórico-dialético, o qual possibilitou problematizar os elementos que condicionam e, ao mesmo tempo, abrem possibilidades para a construção de uma prática profissional crítica.

2 A INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CRAS'S: ENTRE OS LIMITES ESTRUTURAIS E AS POSSIBILIDADES DA CULTURA PROFISSIONAL CRÍTICA

Entende-se diante desse contexto, a importância de a categoria ter uma concepção crítica das competências profissionais para a sua intervenção e total nitidez das suas bases de atuação à luz do projeto ético-político profissional, a modo que exerça a criticidade nas relações e condições de trabalho do seu cotidiano profissional. O conhecimento, a aproximação com as bases da profissão e a constante especialização, possibilita ao profissional romper e superar as práticas assistencialistas, filantrópicas e paternalistas, próprias da instrumentalidade embebida na racionalidade formal-abstrata e instrumental, assumindo o compromisso da categoria profissional da luta intransigente dos direitos dos/as usuários/as neste espaço sócio-ocupacional. Apesar das dificuldades existentes no campo de trabalho, é essencial combatê-las para a realização de ações profissionais crítica e propositivas, as quais busquem as melhores condições para a materialidade do trabalho profissional.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), os serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos para a proteção social básica devem ser articulados com outras políticas locais e redes socioassistenciais para garantir a integralidade do cuidado às famílias e aos indivíduos. Os serviços da proteção social básica são executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (Brasil, 2009).

O CRAS, enquanto equipamento público estatal estratégico deve, assim, garantir a gratuidade, a continuidade dos serviços e o investimento permanente. [...]. O CRAS deve prestar serviços, potencializando as mudanças significativas para a população, com vistas a mudar suas condições de vida (Brasil, 2011, p.148).

O “CRAS tem que ser entendido enquanto lugar estratégico de articulação no território” (Braga, 2011, p.150). Para que as ações e articulações voltadas à sociedade sejam eficazes e transformadoras, a PNAS (2004) adota a noção de territorialização como eixo organizacional, devido ao elevado grau de heterogeneidade e desigualdade socioterritorial. Em vista disso, “[...] os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputa, contradições e conflitos, de expectativas e sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos” (Brasil, 2008, p. 53). Sendo assim:

A territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território (Brasil, 2009, p.13).

Como equipamento considerado a porta de entrada da Assistência Social, o CRAS tem a responsabilidade de ser um dos instrumentos de proteção social das famílias dentro do território. É importante ressaltar que na política pública de Assistência Social é ele quem tem essa responsabilidade, sem esquecer que no âmbito das demais políticas públicas, principalmente as de seguridade social, devem existir ações e serviços que visem garantir a proteção social a nível básico e também especializado.

Este centro, por possui caráter descentralizado, referindo-se também às equipes volantes (equipe técnica formada pelos profissionais dos CRAS que se deslocam até as localidades rurais ou de difícil acesso), que atendem aos assentamentos, aldeias e fazendas, tem caminhado cada vez mais para a democratização de acesso e o alcance do Estado às famílias que antes permaneciam à margem dos atendimentos, programas e serviços.

O/A Assistente Social é um/a profissional que tem um papel fundamental no desenvolvimento das ações no CRAS. Seu trabalho dentro da instituição se dá, dentre outras ações, por intervenções junto às famílias e comunidades por meio das competências e atribuições próprias do Serviço Social, no processo de viabilizar o acesso a um conjunto de programas, projetos e serviços próprios dessa política, tendo esse profissional, a capacidade de atender aos objetivos propostos por essa política e a relação com o que está construído no projeto ético-político da categoria profissional, em seus instrumentos legais normativos, a exemplo das atribuições e competências delimitadas na Lei de Regulamentação Profissional

8.662/93. Ainda faz parte do trabalho profissional, observar os princípios que orientam a atuação profissional previstos na NOB/RH/SUAS (BRASIL, 2006, p. 17), e buscar a mediação deles com os princípios e valores constantes no projeto ético-político profissional, os quais são:

A defesa intransigente dos direitos sócioassistenciais; compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de vínculos ou laços familiares e sociais; promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende; proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade, opção e resgatando sua história de vida; o compromisso em garantir atenção profissional direcionada para a construção de projetos pessoais e sociais para a autonomia e sustentabilidade; reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda, e a programas de oportunidades para inserção profissional e social, dentre outros.

Assim sendo, podemos afirmar que o trabalho do/a Assistente Social dentro do CRAS passa pelo planejamento com a equipe de referência para orientarem sobre a execução dos serviços e as ações, a partir da tipificação nacional dos serviços sócioassistenciais, a exemplo da busca ativa, grupos de famílias, atendimento individualizado, encaminhamento, estudo social e estudo de caso, dentre outros, ao tempo em que deve se referenciar no projeto ético-político profissional.

O que nos leva a pensar a construção da própria instrumentalidade profissional nesse espaço, tendo em vista que ela não é estanque nem isenta de mediações sócio-históricas da profissão e da instituição, cabendo ao profissional sua vinculação à determinadas formas de trabalho. A Instrumentalidade será sempre orientada pela consciência do sujeito, por uma determinada racionalidade como modo de ser, de pensar e agir sobre uma determinada realidade. “Só o trabalho atribui instrumentalidade aos meios e instrumentos que o sujeito julga como os mais adequados aos fins propostos, donde a necessidade da ciência dos fins e do conhecimento dos meios” (Guerra, 2014, p. 25).

Sob esse prisma, a instrumentalidade que se vincula à cultura crítica profissional é aquela que estar pautada na:

[...] razão ontológica, crítica e dialética que deve iluminar as decisões e escolhas possíveis no momento. Foi a análise crítico-dialética que permitiu captar a instrumentalidade nas suas possibilidades, no seu vir a ser, ou seja, como mediação, conduto por onde passam as teorias, os valores, princípios que determinam a escolha dos instrumentos, das técnicas, das estratégias e das táticas, contendo a possibilidade de trazer à luz tais componentes do projeto profissional. Assim, falar de instrumentalidade é falar de relação meios e fins, a qual nada concede à suposta neutralidade profissional. Tal escolha nem é aleatória nem é somente subjetiva, mas uma escolha de um sujeito historicamente situado que analisa a realidade a partir das

condições causais nas quais ele se encontra. E decide, escolhe, se posiciona e se compromete. Com afirma Chaui, fins éticos exigem meios éticos. Assim, as diversas instrumentalidades estão orientadas por diversos projetos de profissão (Guerra, 2014, p. 37-38).

Partindo dessa compreensão, e tendo uma análise crítico-dialética da realidade que compõe as nuances da Política de Assistência Social, mas específico, sobre o trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais no CRAS, é dado que esse trabalho se pauta na articulação com outros profissionais que compõe a política, na intervenção frente às demandas do território de cobertura do equipamento, no sentido de superar as situações de riscos e de vulnerabilidades socioeconômicas, se empenhando em viabilizar o acesso aos direitos dos usuários. Aos Assistentes Sociais cabe acompanhar as famílias, realizar articulações com a rede socioassistencial e executar os encaminhamentos necessários, tendo como referência o projeto ético-político, na busca de “identificar, analisar e compreender as demandas presentes na sociedade e formular respostas às mesmas para enfrentar as diversas expressões da questão social” (CFESS, 2011, p. 19).

A Proteção Social Básica organiza um conjunto de serviços voltados à convivência, fortalecimento de vínculos e inclusão social, dentre eles o PAIF, serviços para crianças, adolescentes, idosos e ações de inserção produtiva.

Assim sendo, no que refere à instrumentalidade profissional dos/as Assistentes Sociais no CRAS, é preciso que a/o profissional em primeiro lugar, faça uma análise institucional, buscando apreender a correlação de forças presente neste espaço, a racionalidade da instituição e com qual é a racionalidade que a/o profissional adotará no processo de responder, que teorias serão acionadas, que valores estarão presentes nas suas escolhas durante os processos de trabalho, buscando assim dar respostas aos “o que, porque, para que, quando, onde, com que meios e como fazer” (Guerra, 2014, p. 38).

Assim sendo, a dimensão técnico-operativa, que é a porta de entrada à profissão, a/o profissional tem uma necessidade ontológico-social para se utilizar de instrumentos e técnicas que atendam as necessidades da realidade demandada, visto que cada demanda apresenta diferentes realidades, observando se a objetivação desses instrumentos se conformam em controle por parte do/a profissional frente ao usuário, ou se possibilitam a viabilização ao acesso dos direitos, alargando-os sempre que forem possíveis.

A visita domiciliar, a entrevista, as reuniões de grupo, acompanhamentos individuais e coletivos, a averiguação das condicionalidades do BPC, do PBF e demais programas e serviços de transferência de renda, como forma cada vez mais intensa, tem sido tratada como

uma “atividade” atrelada ao atingimento de metas de produtividade, com uma intencionalidade obscura, onde impera o quesito quantitativo em detrimento do qualitativo?

A instrumentalidade, como mediação, converge para a materialização dialética das três dimensões que constituem a formação e o trabalho profissional: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Isso gera a capacidade de compor um fazer profissional mais crítico e propositivo, ou mesmo um "vir a ser" (Guerra, 2016, p. 301), que demanda essa relação.

A visita domiciliar em paralelo com uma escuta qualificada são as ferramentas mais importantes desse processo de apreensão e investigação de riscos e vulnerabilidades sociais no território. Em sintonia com a definição de Amaro (2003, p. 13), entende-se que “[...] a visita domiciliar é uma prática profissional, investigativa ou de atendimento realizada por um ou mais profissionais junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar”, a qual não pode ser, de forma alguma, ter conotações policiais ou mesmo de invasão do espaço domiciliar, como algo meramente institucional e invasiva.

Já a entrevista é um dos instrumentos que possibilita aos assistentes sociais a tomada de consciência das relações e interações estabelecidas entre a realidade e os sujeitos atendidos, sejam eles individuais ou coletivos. Medina (2004) refere-se à entrevista como “um momento épico, único e especial, de encontro entre sujeitos, no qual se faz presente o embate democrático e saudável de ideias, trajetórias e singularidades”. Quando vivida de fato, e não apenas cumprida, a entrevista pode se transformar em um intenso momento de proliferação de análises, reflexões e experiências de vida, do qual todos os envolvidos sairão transformados pelo intercâmbio, pelos embates e interfaces ocorridas durante o processo.

Nessa perspectiva, a entrevista é capaz de produzir confrontos de conhecimentos e informações que, pouco depois, irão, de maneira sistematizada e inteligível, fomentar a construção da sociedade. A importância da entrevista e de sua condução é destacada com pressupostos, habilidades e por um marco teórico para a qualificação do seu desenvolvimento. Essa exposição introduz a importância da entrevista, que pode ser considerada uma atividade profissional com objetivos a serem alcançados, colocando frente a frente uma ou mais pessoas que estabelecem uma relação profissional através de suas histórias.

A importância de instrumentais técnicos-operativos fornece aos profissionais ferramentas necessárias para a realização da intervenção de forma prática e competente. Uma vez que estes permitem planejar e organizar suas ações de forma estruturada, garantindo que as intervenções sejam bem delineadas e direcionadas além de fornecer uma análise

socioeconômica mais formidável, sustentada por ferramentas que ajudam na coleta de informações precisas, dada a realidade social dos indivíduos.

A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais. Compreende o significado social da profissão e lustra seu desenvolvimento histórico, identificando demandas e desvelando potencialidades.

Outrora destacado, o trabalho do/a assistente social é voltado para a intervenção nas diversas manifestações da questão social, objetivando a redução das desigualdades socioeconômicas e fortalecendo a autonomia dos sujeitos, com seu acesso a direitos sociais. Para isso, o/a assistente social deve perpassar durante sua intervenção profissional uma direção ético-política emancipatória. Conhecer e problematizar as condições postas em seu cotidiano e tomar ciência da importância da pesquisa e da investigação no trabalho profissional, uma vez que permite maior aproximação com estratégias coletivas que visam o enfrentamento das mais diferentes expressões da questão social.

É nesse ínterim do desenvolvimento do trabalho que o conhecimento, em suas racionalidades, e a instrumentalidade do ser social também são constituídas, atribuindo a elas um papel ativo, em seu plano ontológico, diferenciando-se, [...] da atividade animal, a qual é ontogeneticamente de reprodução, sem possibilidade alguma de construção do novo. (LIMA SOBRINHO, 2024, p. 16)

O conhecimento, ao ser acionado no âmbito do trabalho socialmente organizado, não se limita a uma formulação abstrata, mas é convocado a se materializar em práticas concretas. É nesse trânsito entre a teoria e a ação que ele se submete ao crivo da realidade, revelando tanto sua pertinência quanto suas insuficiências. Essa dinâmica evidencia que o saber não possui um caráter absoluto ou definitivo, mas se constitui em movimento, sendo continuamente tensionado, revisitado e reelaborado à medida que confronta novas circunstâncias e demandas históricas.

O ser social, por sua vez, inscreve-se como sujeito histórico em permanente “vir-a-ser” (Freire, 2019, p. 105), forjado no entrelaçamento das condições objetivas da vida e da capacidade subjetiva de criar e projetar alternativas. Ao contrário das demais formas de existência natural, a humanidade distingue-se pela faculdade de instaurar novas mediações, reconfigurando o curso da realidade e ultrapassando os limites imediatos da sobrevivência biológica. Essa singularidade repousa na aptidão de atribuir sentido, elaborar significados e intervir ativamente no tecido social.

Nesse horizonte, a relação entre consciência, conhecimento e realidade não pode ser compreendida como simples reflexo ou adaptação. Trata-se, antes, de um processo dialético

no qual o ser social apreende as determinações históricas que o condicionam, mas também se afirma como protagonista capaz de subvertê-las.

Assim, ao vincular o ato de conhecer ao processo de objetivação do humano, desvela-se a potência criadora inscrita na própria historicidade. A instrumentalidade, nesse plano, não se reduz a um conjunto de técnicas ou instrumentos, mas traduz a capacidade de articular fins e meios de modo crítico, orientando o agir para a construção do novo. Trata-se de reconhecer que o ser social, ao elaborar saberes e incorporá-los à prática, institui possibilidades inéditas de existência, reafirmando sua condição de sujeito histórico e a centralidade do conhecimento como força constitutiva da vida social.

Identificar essas expressões e dar o devido direcionamento e acompanhamento é parte essencial do processo de trabalho do/a assistente social nos Centros de Referências da Assistência Social. A presença dessa competência é fundamental, tendo em vista que permite o/a profissional se inserir diante das diversas situações e demandas no qual se defronta cotidianamente.

Quando se tem uma instrumentalidade enriquecida, a qual é engendrada à cultura crítica da profissão, o registro e a sistematização são instrumentos que possibilitam a reflexão e análise da realidade profissional. Igualmente podem representar uma forma identificar as demandas e as necessidades sociais para além do individual e imediato.

[...] o perfil do assistente social para atuar na política de Assistência Social, deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente [...] (CFESS, 2011, p. 18).

Contudo, as condições objetivas existentes que permeiam as relações de trabalho determinam cada vez mais as dificuldades para uma atuação profissional na direção de ampliação dos direitos sociais, numa perspectiva de instrumentalidade crítico-dialética, que rompa com as racionalidades abstratas-formal e instrumental, sobretudo, aqueles que se encontram legitimados na Política de Assistência Social, mesmo diante da relativa autonomia profissional.

Uma vez que essas condições têm um significativo impacto na atuação profissional, pois “as condições e meios de trabalho caracterizados pela inadequação na estrutura física, recursos materiais insuficientes, ausência ações que aproxime as famílias, [...] quanto articulação com a rede” (Monteiro, 2011, p. 4), restringe o protagonismo profissional e fomenta a execução de práticas pontuais, e muitas vezes de administração da pobreza.

É imprescindível a análise das especificidades profissionais, além das atribuições e competências do Serviço Social expressos na Política de Assistência Social, a exemplo da apropriação dos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, brochuras produzidas pelo conjunto CFESS/CRESS, os pareceres e as resoluções que envolvam as normativas para o trabalho profissional, além de toda a fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que sustentam e são sustentadas pelo projeto ético-político, a modo de reconhecer e alimentar a relativa autonomia profissional nos seus diferentes ambientes de trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemporaneamente, como abordado no decorrer deste trabalho, a conjuntura está marcada por um conjunto de políticas de ajustes fiscais e contrarreformas a fim de assegurar o equilíbrio econômico, visivelmente aprofundadas pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, o que tem impactado negativamente na Política de Assistência Social, no sentido de ampliação e consolidação desse direito social público, ao tempo que também ameaça ainda mais a autonomia e o trabalho do/a Assistente Social.

Tudo isso, no âmbito do Serviço Social, se torna visível a partir dos processos de construção da própria instrumentalidade profissional, quando arraigada aos valores instrumentais da própria instituição, sem levar em consideração a totalidade dos processos sociais, aos quais se envolvem o trabalho profissional, ou quando estão pautados somente nas lutas mais gerais, e perde de vista os trabalhos microssociais desenvolvidos no cotidiano dessas relações. Portanto, o que se torna necessário é a verdadeira articulação entre ambas dimensões, como unidades de uma totalidade complexa, mas que se autodetermina e se autocomplexifica no cotidiano dessas relações. Daí, o desafio não é optar entre uma e outra, é a difícil mediação entre as respostas imediatas e a dimensão histórica para tais respostas.

Nesses espaços, os/as Assistentes Sociais tem uma atuação privilegiada, a partir das demandas que surgem no território, de forma a contribuir com a implementação dos serviços ofertados, conjuntamente com parcerias e com a comunidade, as quais podem auxiliar no cumprimento das atividades em busca da ampliação da cidadania e do direito, tendo em vista que o papel dos profissionais é dar suporte às famílias para a criação de vínculos afetivos e inclusão social, realizando sua prática de forma crítica e criativa, orientada para o trabalho

social com as famílias.

O que nos leva a reafirmar que a efetivação do projeto ético-político do Serviço Social é expressa por meio da intervenção profissional de cada Assistente Social, a partir do direcionamento ético-político dado por cada profissional (Mota, 2011), de forma que a construção e efetivação desse projeto se relacionam aos valores mais democráticos vinculados à ampliação do bem-estar da classe trabalhadora, a qual produz toda a riqueza nesse modo de produção, sendo ele um determinante fundamental que potencializa a ultrapassagem dos desafios presentes na sociedade e possibilita a construção de alternativas que contribuam a materialização do trabalho profissional.

Assim sendo, torna-se necessário a reflexão crítica sobre esses elementos controversos presentes na realidade atual, diante de um conjunto de ações que tendem a se contrapor ao projeto ético-político profissional, seja pelas condições estruturantes postas a partir da investida ultraneoliberal que atinge cada vez mais o trabalho profissional do/a Assistente Social, seja pela adesão acrítica e formal a esse projeto, ou mesmo por opção própria se vincular a outra perspectiva que não seja a do atual projeto ético-político profissional.

O desafio de qualificar tais respostas requer uma consubstanciação da própria formação profissional, como processo permanente da vida humana-profissional, o qual estar em incorporar o próprio trabalho, a ética, a moral, a instrumentalidade, a questão social, a política, dentre outras como mediações no campo do Serviço Social, mediações essas que perpassam um conjunto de categorias elementares ao fazer profissional, dentre elas, a própria cultura crítica profissional.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa. 2003. Ed AGE, Porto Alegre.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH/SUAS)**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Censo Suas 2021**. Brasília, 2021

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.

BRAGA, Léa Lucia Cecílio. O Trabalho do Assistente Social nos CRAS. In: CFESS. **O Trabalho do Assistente Social no SUAS**. Brasília: CFESS, 2011. Debate Simultâneo, p.142-154.

CFESS, **Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília, 2011.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão**. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 58. ed. [S.L.]: Paz e Terra, 2019.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 7. ed. Trad. De Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de; OLIVEIRA, Vivian Lúcia Rodrigues de. Trabalho, Racionalidade e Instrumentalidade: Fundamentos e pressupostos para o Serviço Social. In: SOBRINHO, Jodeylson Islony de. **A instrumentalidade do serviço social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2024, p. 13-22.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**: para avançar na consolidação da Política de Assistência Social na Perspectiva do direito. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, p. 01-10.

MOTA, Ana Elisabete. **A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000**. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Políticas e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

**O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E OS FUNDAMENTOS
HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL (FHTMSS):
PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS NA REDE FEDERAL DE ENSINO
SUPERIOR DO PERNAMBUCO, DA PARAÍBA E DO RIO GRANDE DO NORTE**

**HISTORICAL-DIALECTICAL MATERIALISM AND THE HISTORICAL AND
THEORETICAL-METHODOLOGICAL FOUNDATIONS OF SOCIAL WORK
(FHTMSS): CONTEMPORARY PERSPECTIVES IN THE FEDERAL HIGHER
EDUCATION NETWORK OF PERNAMBUCO, PARAÍBA, AND RIO GRANDE DO
NORTE**

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho¹

Bruna Beatriz Pereira Santos²

Kaiane de Jesus Santana³

Evellyn Myllena Correia Lima⁴

Resumo: O presente artigo apresenta um recorte inicial de uma pesquisa em andamento, no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), cujo objetivo é analisar como as categorias do materialismo histórico-dialético se apresentam nas disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social na contemporaneidade nas Universidades Federais do Nordeste brasileiro, aqui com foco específico nas Universidades do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Campina Grande. Ancoramo-nos no materialismo histórico-dialético como método de pesquisa, utilizando análise bibliográfica e documental dos Projetos Pedagógicos do Curso e dos Planos de Ensino mais recentes de cada disciplina nas respectivas universidades, com enfoque na análise de conteúdo. Como considerações parciais, observa-se que os planos de ensino contemplam a realidade social em sua totalidade, articulando o processo sócio-histórico da profissão com os desafios contemporâneos, como a lógica do capital e a influência do neoliberalismo, e reforçam a consolidação do projeto ético-político profissional.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social; Materialismo histórico-dialético; Pernambuco; Paraíba; Rio Grande do Norte.

Abstract: This article presents an initial excerpt of an ongoing research project within the Social Work program at the Federal University of Sergipe (UFS). Its objective is to analyze how the categories of historical-dialectical materialism are manifested in the courses on

¹ Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional.

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional.

⁴ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional.

Historical and Theoretical-Methodological Foundations of Social Work in contemporary times at the Federal Universities of Northeast Brazil, with a specific focus on the Universities of Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, and Campina Grande. We anchor our study in historical-dialectical materialism as a research method, employing bibliographic and documentary analysis of the Course Pedagogical Projects and the most recent Teaching Plans of each discipline in the respective universities, with a focus on content analysis. As preliminary considerations, it is observed that the teaching plans encompass social reality in its totality, articulating the socio-historical development of the profession with contemporary challenges, such as the logic of capital and the influence of neoliberalism, and reinforce the consolidation of the profession's ethical-political project.

Keywords: Foundations of Social Work; Historical-Dialectical Materialism; Pernambuco; Paraíba; Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social – Diretrizes Curriculares (DC's), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), estabelecem três núcleos de fundamentação que estruturam a formação em Serviço Social: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esses três núcleos organizam os conhecimentos fundamentais que permitem apreender de forma crítica o processo de trabalho do/a assistente social.

É no terceiro núcleo que se insere a disciplina Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social, na qual a articulação entre história, teoria e método configura-se como uma relação indissociável, consolidando-se como base esclarecedora da profissão e da realidade social. Essa característica é própria do Serviço Social e se estabelece ao longo de sua trajetória na sociedade brasileira, “fornecendo as bases explicativas para a compreensão da realidade, da profissão, dos processos societários e condensando uma determinada direção social e valores ético-políticos” (Closs, 2017 *apud* Yazbek, 2018, p. 47-48).

Nessa perspectiva, o presente artigo constitui um fragmento inicial de uma pesquisa em andamento no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), comprometida em analisar como as Universidades Federais do Nordeste vêm incorporando o materialismo histórico-dialético nas disciplinas de Fundamentos Históricos e

Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) Contemporâneos. No caso das instituições analisadas neste estudo, trata-se das disciplinas denominadas FHTMSS, ofertadas pelas Universidades Federais do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Campina Grande e de Pernambuco. Ao focalizar essas disciplinas, busca-se compreender não apenas a estrutura curricular, mas também a forma como as categorias analíticas centrais do referencial marxista — como totalidade, contradição, mediação e trabalho — aparecem na formação crítica e ético-política dos/as futuros/as assistentes sociais.

O estudo justifica-se pela importância de analisar como as categorias do materialismo histórico-dialético se manifestam no ensino contemporâneo dos fundamentos da profissão no Nordeste, considerando as especificidades culturais, históricas e regionais. Compreender essa articulação permite identificar limites e potencialidades da formação acadêmica, bem como os desafios impostos por contextos sociais, políticos e institucionais.

2 O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A PERSPECTIVA HISTÓRICO-SOCIAL DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA UFRN, UFPB, UFCG E UFPE

Propõe-se nesta seção delinear a trajetória sócio-histórica do curso de Serviço Social nas universidades em foco, evidenciando como as influências político-sociais estruturaram sua constituição e desenvolvimento.

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em sua versão mais recente (2019), vai além do planejamento estrutural e funcional do curso, abordando a construção sócio-histórica da formação na universidade. O curso de Serviço Social foi uma das primeiras unidades de ensino superior do Rio Grande do Norte, instituído em 1945 sob o nome de “Escola de Serviço Social de Natal” (ESSN), sendo a sétima escola de Serviço Social em nível nacional e a segunda da região Nordeste. Sua fundação esteve diretamente relacionada à atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da Juventude Feminina Católica Brasileira de Natal (JFCBN), evidenciando o protagonismo da Igreja Católica no processo de institucionalização da profissão.

Seguindo a mesma lógica que marca a emergência do Serviço Social, de resposta a agudização das expressões da questão social advindas da expansão do capital, o Serviço Social em natal,

[...] se dá numa conjuntura que evidencia o protagonismo de setores da Igreja Católica e da burguesia atuando na realidade social advinda dos processos migratórios causados pelas secas de 1930 e 1942 e da eclosão da Segunda Guerra Mundial, acontecimentos que recrudesceram a questão social em Natal. Ademais, o levante comunista de 1935 constituiu-se em fator preponderante para a ação católica de caráter conservador, que incidiu na criação da ESSN (UFRN, 2019, p. 10)

Essa influência conservadora reforçava a lógica de intervenção técnico-social, pautada em valores religiosos e morais, ainda distante de uma leitura crítica da realidade social brasileira. Além disso, a ESSN sofreu influência teórico-metodológica europeia (franco-belga) e norte-americana, em consonância com o que Netto (2017) denomina “sincretismo ideológico”, caracterizado pela combinação de diferentes correntes teórico-práticas. O currículo formativo também se inspirava nas escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo, reproduzindo a tendência nacional de centralização teórico-metodológica no eixo Centro-Sul — característica que ainda pode ser identificada na contemporaneidade, como será evidenciado posteriormente.

Com o movimento de reconceituação latino-americano do Serviço Social na década de 1960 e, sobretudo, com a renovação da profissão no Brasil a partir do Congresso da Virada de 1979 e do Código de Ética de 1993, o curso de Serviço Social da UFRN passou por profundas transformações curriculares. Essas mudanças incorporaram uma perspectiva crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, reconhecendo o Serviço Social como prática social inserida nas relações de produção capitalista e voltada para a análise e intervenção nas contradições sociais.

O curso de Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) apresenta um percurso histórico marcado por transformações sociais significativas. Inicialmente, a graduação refletia a conjuntura política e social da época, sendo fortemente influenciada pelas ações da Igreja Católica e por uma concepção de prática profissional pautada na caridade e nos valores morais cristãos. Essa influência se estendia a diversas escolas de Serviço Social no Brasil, configurando uma formação tecnicista e conservadora, voltada para a manutenção da ordem social. Tal orientação permaneceu predominante até a consolidação de uma formação crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, voltada à análise das contradições sociais e à intervenção ética e transformadora na realidade brasileira.

De acordo com o estudo de Machado e Guedes (2023, p. 3), “o primeiro curso de Serviço Social da Paraíba teve origem no dia 20 de julho de 1951, na cidade de João Pessoa-PB, sendo inaugurado em 19 de março de 1952, registrando matrícula de 34 alunas”. O curso surgiu por iniciativa de Madre Maria Franklin de Andrade, da congregação das irmãs

missionárias de Jesus Crucificado, “reconhecida juridicamente como Sociedade Feminina de instrução e caridade, vinculada a igreja católica”, o que evidencia o predomínio da perspectiva conservadora e moral religiosa no início da formação profissional.

A escola, inicialmente denominada “Escola de Serviço Social da Paraíba”, funcionou como instituição privada até sua federalização, sendo incorporada à UFPB por meio da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960. A partir dessa integração, o curso passou a compor a então Universidade da Paraíba e, posteriormente, a Universidade Federal da Paraíba, iniciando suas atividades vinculado ao Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas, atual CCHLA. Nesse período inicial, “o curso não tinha departamento de Serviço Social e, por isso, o corpo docente era chefiado pelo Departamento de Ciências Sociais” (Machado, Montenegro e Guedes, 2023, p. 4), passando mais tarde a constituir seu próprio departamento, adquirindo autonomia acadêmica e administrativa.

Percebe-se que esse percurso histórico foi profundamente condicionado pelas conjunturas políticas nacionais. “Diante de uma conjuntura de ditadura civil-militar, o curso de Serviço Social ainda trilharia um longo caminho até se tornar um crítico do capitalismo” (Machado, Montenegro e Guedes, 2023, p. 4). Essa mudança teórico-política ocorreu de forma gradual e tensionada, marcada pela incorporação progressiva das categorias do materialismo histórico-dialético — contradição, totalidade, mediação e trabalho — às disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS I a IV). Tal processo contribuiu para a consolidação de uma perspectiva crítica na formação profissional, alinhada ao projeto ético-político da profissão.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2017 reafirma o compromisso da UFPB com uma formação crítica, laica, e totalmente comprometida com a emancipação humana, em consonância com o projeto ético-político de Serviço Social, através da formação articulada com ensino, pesquisa e extensão, possibilitando ao/à futuro/a assistente social compreender “a totalidade social em suas dimensões históricas, políticas e econômicas” (UFPB, 2017, p. 15). Além de desvelar um olhar crítico para analisar as múltiplas expressões da questão social na contemporaneidade, o curso reafirma seu compromisso com uma formação profissional totalizante e alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social, orientada pela defesa intransigente dos direitos humanos e sociais.

No contexto da expansão do ensino superior nordestino, o curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campinha Grande (UFCG) foi criado em 2009, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS de 1996 e do MEC-2002. Seu Projeto

Pedagógico foi elaborado em 2013, e sua implantação ocorreu no contexto de expansão das universidades federais, promovida pelo Programa REUNI (Decreto nº 6.906/2007), que visava democratizar o acesso ao ensino superior no país. Historicamente, o campus de Campina Grande tem origem na antiga Faculdade de Direito, criada em 1971, durante a ditadura militar-empresarial, e federalizada em 1980 pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Após o desmembramento da UFPB, em 2002, surge a UFCG, ampliando sua atuação com a criação de novos cursos, incluindo o de Serviço Social.

O Curso de Serviço Social se particulariza por formar profissionais de caráter crítico-generalista, capacitados nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, no sentido de atuar junto às expressões da questão social que são provenientes das contradições da sociedade capitalista. A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho (UFCG, 2013, p. 9).

O curso apresenta uma grade curricular fundamentada no materialismo histórico-dialético, a proporcionando aos estudantes uma formação crítica, comprometida com a defesa dos direitos humanos e sociais. Com base nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), o currículo é estruturado a partir das principais categorias dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social: totalidade, mediação, contradição, *práxis* e historicidade. Cada uma dessas categorias desempenha um papel central na formação profissional, contribuindo para a construção de uma apreensão crítica e aprofundada da realidade social (Lima Sobrinho, 2020).

Dando continuidade à análise das universidades nordestinas, o Projeto Pedagógico Curricular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja última atualização ocorreu em agosto de 2009, apresenta a estrutura curricular do curso, abordando mudanças nos currículos e diretrizes para a formação acadêmica e profissional. Todavia, verifica-se que o projeto não se encontra atualizado e apresenta informações pouco detalhadas, uma vez que sua última revisão ocorreu há mais de quinze anos. Adicionalmente, o documento não aborda a trajetória histórica do curso na universidade, nem o seu surgimento no Estado de Pernambuco, restringindo-se a diretrizes gerais sobre a organização curricular.

Em Pernambuco, segundo Padilha (2008), o Serviço Social teve início em 1938, antes mesmo da existência de uma escola oficial, sendo implantado nas dependências do “Juizado de Menores”, sob a direção de Rodolfo Aureliano, então diretor do juizado. O curso destinava-se aos funcionários do próprio juizado e à preparação de candidatos para a futura

Escola de Serviço Social, que na época ainda estava em fase de projeção e organização. O programa contemplava disciplinas como higiene, doença e serviço social, psiquiatria, flagelos sociais, regulamentação sanitária, pedagogia, entre outras. Em 7 de março de 1939, foi realizada a prova de ingresso na escola, e, no ano seguinte, em 1940, foi fundado o Instituto de Serviço Social de Pernambuco.

A criação do curso de Serviço Social em Pernambuco decorreu da intensificação da questão social nos anos 1930, em decorrência da crise do sistema capitalista. Para enfrentar essas demandas, foram implementadas políticas sociais que exigiam a capacitação de profissionais especializados. Nesse contexto, a Igreja Católica desempenhou papel central, aproximando-se do Estado e patrocinando encontros de intelectuais pernambucanos, entre eles Rodolfo Aureliano, para viabilizar o curso. A igreja também buscava divulgar a encíclica *Rerum Novarum*, que criticava o liberalismo capitalista e pregava equilíbrio entre patrões e trabalhadores, fortalecendo, assim, sua influência conservadora. Foi nesse cenário que se fundou o curso superior de Serviço Social em Pernambuco (Padilha, 2008).

Nesse contexto, observa-se que, assim como nas universidades citadas anteriormente, o curso de Serviço Social em Pernambuco surgiu sob uma perspectiva de caridade e assistência, fortemente influenciado pela Igreja Católica, em uma lógica conservadora e distante de uma análise crítica da realidade social. O ensino era permeado por uma doutrinação social conservadora, voltada para o ajustamento do indivíduo à ordem social. Essa orientação fica evidente ao analisar-se as disciplinas iniciais do curso, como higiene, que consolidavam uma postura moralizadora, tecnocrática e neutra diante da questão social (Padilha, 2008).

No mais, embora a última atualização do PPC da UFPE não seja recente, ele evidencia compromisso com as Diretrizes Curriculares, a Lei que regulamenta a profissão e o Código de Ética de 1993. Esses documentos fundamentais orientam a formação de um Serviço Social qualificado e comprometido com a sociedade, promovendo, por exemplo, a defesa da liberdade e autonomia dos usuários, em contraste com a abordagem conservadora das disciplinas iniciais do curso.

3 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE NAS UNIVERSIDADES - UFRN, UFPB, UFCG E UFPE

Nesta seção, busca-se analisar como o materialismo histórico-dialético se manifesta

nas disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS), voltadas para a contemporaneidade da profissão. Para tanto, serão examinados os ementários das disciplinas constantes nos Planos de Ensino mais recentes disponibilizados pelas Universidades, bem como os conteúdos presentes nos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC).

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

UNIVERSIDADE	PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR	PLANO DE ENSINO
UFRN	Ano: 2019 O Serviço Social na perspectiva do projeto-ético-político: pluralismo com hegemonia e direção social. A lei de regulamentação da profissão: atribuições e competências profissionais. O exercício profissional na contemporaneidade: demandas, espaços sócio-ocupacionais e os desafios à consolidação do projeto ético-político profissional.	Ano: 2024.2 Os Anos 1990: a controvérsia paradigmática e sua repercussão nas formas de pensar e agir da profissão. A defesa do Serviço Social na perspectiva do projeto ético político e o protagonismo das entidades da categoria: pluralismo com hegemonia e direção social. Os desafios do Serviço Social na contemporaneidade: demandas, espaços sócio ocupacionais, o fazer profissional e a consolidação do projeto ético político. A lei de regulamentação da profissão: atribuições e competências profissionais

Fonte: Elaborado pela autoria

Tendo em vista as informações presentes no quadro, é possível observar que o plano de ensino (2024.2) da disciplina Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV (FHTM IV) da UFRN, embora não haja plena consonância literal, mantém o mesmo conteúdo teórico-metodológico do Projeto Pedagógico do Curso (2019) de Serviço Social. Esse alinhamento se expressa, sobretudo, na discussão das categorias analíticas centrais do materialismo histórico-dialético. É importante recordar que a incorporação desse referencial teórico não ocorreu de forma pacífica, mas foi permeada por intensos conflitos, decorrentes tanto do contexto sociopolítico da época quanto da influência de correntes conservadoras, de base positivista, vinculadas à Igreja Católica.

Nesse sentido, a menção à “controvérsia paradigmática” na ementa indica que a disciplina se propõe a discutir as tensões entre os diferentes fundamentos teóricos-metodológicos que marcaram o Serviço Social na década de 1990, período em que o materialismo histórico-dialético se consolidou como referência crítica no campo profissional.

Desde então, a profissão tem se orientado por um projeto ético-político hegemônico, embora o Serviço Social continue sendo um campo de tensões e disputas. Como afirma Netto (1999, p.5) “todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições”.

O ementário da disciplina se propõe também a abordar o Serviço Social na perspectiva do projeto ético-político, ressaltando o princípio do pluralismo com hegemonia e direção social. Tal orientação reafirma o compromisso histórico da profissão com a emancipação da classe trabalhadora, a justiça social e a interpretação crítica da realidade social brasileira, em consonância com a lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993), evidenciando que o Serviço Social é resultado de um processo histórico marcado por contradições sociais.

Além disso, observa-se que o ementário adota a perspectiva de apreender o Serviço Social a partir da totalidade das transformações da sociedade contemporânea, articulando o exercício profissional às contradições do modo de produção capitalista e aos desafios ético-políticos que dele emergem. Nesse sentido, o documento ainda menciona os obstáculos relacionados à consolidação do projeto ético-político profissional nesses marcos históricos. Como afirma Netto (1999, p.19), o avanço do neoliberalismo constitui uma ameaça à consolidação desse projeto, na medida em que tende a considerá-lo ultrapassado ou contrário às transformações do mundo contemporâneo.

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

UNIVERSIDADE	PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR	PLANO DE ENSINO
UFCG	Ano: Não foi registrado no PPP A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social: perspectivas e possibilidades. O papel do Serviço Social na sociedade contemporânea diante do agudizamento da questão social: demandas e desafios. O pluralismo e o sincretismo na profissão. A crise paradigmática nos anos de 1990 e os seus reflexos no Serviço Social.	Ano: 2024.1 A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social: perspectivas e possibilidades. O papel do Serviço Social na sociedade contemporânea diante do agudizamento da questão social: demandas e desafios. O pluralismo e o sincretismo na profissão. A crise paradigmática nos anos de 1990 e os seus reflexos no Serviço Social.

Fonte: Elaborado pela autoria

Ao observar o quadro, é possível identificar que o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, na disciplina supracitada, aborda

a dimensão do projeto ético-político do Serviço Social, fundamentada em valores relacionados à defesa dos direitos humanos e à promoção da justiça social. Discute-se a intensificação e o agravamento da questão social enfrentada pelos profissionais, em razão da precarização e das desigualdades nas condições de vida das classes, sobretudo diante do avanço do neoliberalismo.

Além disso, o PPC evidencia o pluralismo e o sincretismo presentes na profissão, refletindo a coexistência de diferentes correntes de pensamento, e ressalta a necessidade de compreender a prática profissional de forma crítica e estratégica. Essa abordagem permite analisar a realidade social a partir da totalidade das relações de poder, das contradições estruturais e das tensões entre políticas sociais e dinâmica do mercado de trabalho. Nesse sentido, o Plano de Ensino (2024.1) revela a centralidade das categorias analíticas do materialismo histórico-dialético na formação profissional, reforçando a articulação entre teoria, prática e projeto ético-político do Serviço Social.

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

UNIVERSIDADE	PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR	PLANO DE ENSINO
UFPB	Ano: 2017 O Serviço Social na contemporaneidade: polêmicas e perspectivas presentes no debate. Transformações societárias e mudanças no espaço sócio ocupacional do Serviço Social. A agenda neoliberal e os embates da profissão na luta pela garantia dos direitos sociais e as políticas públicas. A lógica cultural do capitalismo atual e sua influência nas Ciências Sociais e no Serviço Social: modernidade e pós-modernidade em questão (Neoconservadorismo).	Ano: 2024.2 O Serviço Social na contemporaneidade: polêmicas e perspectivas presentes no debate. Transformações societárias e mudanças no espaço sócio ocupacional do Serviço Social. A agenda neoliberal e os embates da profissão na luta pela garantia dos direitos sociais e as políticas públicas. A lógica cultural do capitalismo atual e sua influência nas Ciências Sociais e no Serviço Social: modernidade e pós modernidade em questão (Neoconservadorismo).

Fonte: Elaborado pela autoria

O Plano de Ensino da Universidade Federal da Paraíba, no ano de 2017, para a disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social Contemporâneos, propõe discussões sobre as polêmicas e perspectivas do campo profissional, abordando a agenda neoliberal, os embates em torno da garantia de direitos e a influência da lógica cultural do capitalismo nas ciências sociais, com destaque para os contextos da modernidade e pós-modernidade.

Quando analisado sob a ótica do materialismo histórico-dialético, observa-se que o plano mantém a centralidade de categorias como totalidade, contradição e mediação, ao mesmo tempo em que evidencia uma formação crítica e comprometida com o projeto ético-político da profissão. Assim sendo, o plano fortalece a apropriação teórico-metodológica fundamental para a intervenção profissional, consolidando as categorias do materialismo histórico-dialético no âmbito dos fundamentos da profissão na contemporaneidade, permitindo que os/as futuros/as assistentes sociais articulem teoria e prática na direção da emancipação e da justiça social.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

UNIVERSIDADE	PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR	PLANO DE ENSINO
UFPE	Ano: 2009 A crise dos anos 80-90 e a questão social em suas novas configurações, repercutindo no Serviço Social. A perspectiva hegemônica no Serviço Social fundada na teoria social crítica e outras concepções presentes na profissão – proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas como respostas qualificadas ao enfrentamento da questão social. A organização dos assistentes sociais e sua mobilização para a introdução de mudanças no Serviço Social.	Ano: 2024.1 Não Possui Ementário

Fonte: Elaborado pela autoria

Em sequência, analisa-se o ementário do Projeto Pedagógico Curricular de 2009 da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o qual apresenta a discussão sobre a "crise dos anos 80-90 e a questão social em suas novas configurações, repercutindo no Serviço Social". Destaca-se a perspectiva hoje hegemônica no Serviço Social, fundada na teoria social crítica e em outras concepções presentes na profissão, que articulam proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas como respostas qualificadas ao enfrentamento da questão social. Ressalta-se o compromisso com a organização dos/as assistentes sociais e sua mobilização para a introdução de mudanças no Serviço Social, evidenciando a incorporação das diretrizes teórico-políticas dominantes na profissão.

Diante disso, o trecho "a perspectiva hegemônica no serviço social fundada na teoria

social" evidencia a centralidade da teoria crítica na profissão, expressando a direção e as práticas predominantes no Serviço Social. Além disso, ressalta as proposições teóricas articuladas para enfrentar a questão social e assegurar um serviço de qualidade, em consonância com os documentos fundamentais da profissão, como o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares e a Lei de Regulamentação da Profissão Nº 8.662/93. Contudo, observa-se que o Plano de Ensino 2024.1 da disciplina Serviço Social 4, que contempla os fundamentos contemporâneos do Serviço Social na UFPE, não apresenta ementário, consolidando um contrassenso entre o PPC e o plano de ensino da disciplina.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto aqui, podemos depreender que as Universidades analisadas demonstram um compromisso consistente com a perspectiva crítica e emancipadora do Serviço Social, reafirmando a centralidade do projeto ético-político profissional. Contudo, verifica-se, tanto nos conteúdos programáticos das disciplinas quanto na bibliografia adotada, uma lacuna significativa no que se refere à incorporação de uma perspectiva regionalista. Tal lacuna evidencia um distanciamento das particularidades históricas, sociais e culturais do Nordeste, mantendo a tendência de centralização teórico-metodológica no Sudeste brasileiro, conforme discutido na primeira seção deste artigo, e contribuindo, assim, para o apagamento da participação nordestina na constituição sócio-histórica dos fundamentos da profissão.

Ademais, embora alguns Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) se apresentem como recentes, a falta de atualizações sistemáticas desses documentos representa um desafio para o desenvolvimento de pesquisas críticas e para a efetiva incorporação das categorias do materialismo histórico-dialético na formação acadêmica. Essa condição compromete a capacidade de análise das transformações contemporâneas da questão social e das políticas públicas, dificultando a articulação entre teoria, prática e reflexão ética-política.

Mesmo considerando a fase inicial de desenvolvimento desta pesquisa, alguns resultados preliminares já se apresentam. A análise realizada reforça a relevância do estudo dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social para a formação crítica dos/as assistentes sociais na contemporaneidade. Compreender esses fundamentos significa apreender as bases do materialismo histórico-dialético na profissão, permitindo analisar a realidade social em sua totalidade e complexidade, reconhecer as contradições

estruturais e sociais, e sustentar a prática profissional em um projeto ético-político comprometido com a emancipação humana, a justiça social e a transformação das relações de poder na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

CLOSS, T. T.; BANDEIRA, C. M. da S.; MIZOGUCHI, J. F.; SANTANA, E. P.; CABRAL, B. de B. Ensino dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social: estudo exploratório. In: **SEMINÁRIO NACIONAL: SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL – SENASS**, 4., 2022, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. p. 1-6.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de. **O ethos profissional dos/as assistentes sociais: Entre rupturas, continuidades e tensões contemporâneas**. Curitiba: CRV, 2020

MACHADO, Aline Maria Batista; MONTENEGRO, Lucas Lucena Barbosa; GUEDES, Sílvia Larissa da Silva. **Serviço Social, história e memórias: um estudo acerca da primeira Escola de Serviço Social da Paraíba (1951–1972)**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2023.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Brasília: CFESS, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 1). Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-etico-politico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>>. Acesso em 10 de out. de 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017.

PADILHA, Helena Maria Barros. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX**. 2008. 349 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social – modalidade presencial**. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço Social. Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social. **Projeto Pedagógico: Reforma Curricular - 2000. Atualizado em 2009**. Recife, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Serviço Social - Bacharelado (CCSA): sobre**. Recife, [2025]. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/servico-social-bacharelado-ccsa/sobre>>. Acesso em: 27 out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social:** Bacharelado – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Campus I. João Pessoa: UFPB, 2017. Aprovado pela Resolução nº 10/2017 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social:** Campus Sousa. Sousa: Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2013.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE ALAGOAS, BAHIA E SERGIPE

HISTORICAL-DIALECTICAL MATERIALISM AND THE HISTORICAL AND THEORETICAL-METHODOLOGICAL FOUNDATIONS OF SOCIAL WORK: A CONTEMPORARY ANALYSIS OF THE FEDERAL UNIVERSITIES OF ALAGOAS, BAHIA, AND SERGIPE

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho¹

Valker Vinicius Moura Viana²

Lorrane Nascimento Santana³

Resumo: O presente artigo é fruto de uma pesquisa em andamento, no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), acerca de como as categorias do materialismo histórico-dialético se apresentam nas disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) contemporâneos no âmbito das universidades federais do Nordeste brasileiro. Neste estudo, apresentamos um recorte focado nas Universidades dos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, analisando os planos de ensino das disciplinas de FHTMSS para identificar a articulação das categorias do materialismo histórico-dialético. Trata-se de pesquisa quali-quantitativa, fundamentada em análise bibliográfica e documental dos projetos político-pedagógicos e planos de ensino, ancorada no método materialista histórico-dialético. Nos planos da UFS e da UFAL, observa-se centralidade na compreensão da totalidade profissional e na articulação das categorias trabalho e totalidade, promovendo a análise crítica da profissão. Já na UFBA, UFRB e UFAL/Palmeira dos Índios, identificam-se discussões sobre crises do capitalismo e relações dialéticas que orientam o exercício profissional, consolidando uma formação crítica, histórica e emancipatória.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social; Materialismo histórico-dialético; Alagoas; Bahia; Sergipe.

Abstract: This article is the result of an ongoing research project within the Social Work program at the Federal University of Sergipe (UFS), focused on how the categories of historical-dialectical materialism are presented in the contemporary courses of Historical and Theoretical-Methodological Foundations of Social Work (FHTMSS) across federal

¹ Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

² Graduando em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional.

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional.

universities in Northeast Brazil. In this study, we present a focused analysis of the universities in the states of Alagoas, Bahia, and Sergipe, examining the course syllabi of FHTMSS to identify the articulation of historical-dialectical materialism categories. The research is qualitative-quantitative in nature, based on bibliographic and documentary analysis of the political-pedagogical projects and course syllabi, grounded in the historical-dialectical materialist method. In the UFS and UFAL syllabi, a central focus is observed on understanding the professional totality and the articulation of the categories of labor and totality, fostering a critical analysis of the profession. At UFBA, UFRB, and UFAL/Palmeira dos Índios, discussions address capitalist crises and dialectical relations guiding professional practice, consolidating a critical, historical, and emancipatory formation.

Keywords: Social Work Foundations; Historical-Dialectical Materialism; Alagoas; Bahia; Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social, em sua trajetória no cenário brasileiro, consolidou-se historicamente atravessado por transformações sociais, políticas e econômicas que marcaram profundamente suas bases teóricas e metodológicas. Desde seu surgimento, a profissão passou por um processo contínuo de disputas paradigmáticas, as quais influenciaram a forma como o Serviço Social interpreta, analisa e intervém na realidade social. Entre essas inflexões teóricas, destaca-se a incorporação crítica do materialismo histórico-dialético de Marx (durante o processo de renovação profissão, a partir da década de 1970), que possibilitou à profissão apreender a realidade em sua totalidade, reconhecer suas contradições estruturais e orientar-se por um Projeto Ético-Político comprometido com os interesses da classe trabalhadora e com a emancipação humana.

Diante desse contexto, torna-se fundamental analisar como esses movimentos históricos e políticos se expressam na construção sócio-histórica dos atuais Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Serviço Social, no âmbito da rede federal de ensino superior no Nordeste brasileiro. O modo como cada Universidade concebe os fundamentos teóricos da formação profissional revela não apenas escolhas epistemológicas, mas também disputas ideológicas que atravessam o campo do Serviço Social brasileiro. Assim, compreender a materialização dessas escolhas nos PPPs permite identificar continuidades, rupturas e tensões no processo formativo contemporâneo.

Nesse sentido, este artigo apresenta um fragmento inicial de uma pesquisa em andamento no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A pesquisa tem como objetivo mais amplo analisar como as Universidades Federais do

Nordeste vêm incorporando o materialismo histórico-dialético nas disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) na contemporaneidade da profissão. O recorte aqui apresentado concentra-se especificamente nos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, com o intuito de identificar como esses cursos organizam seus fundamentos teórico-metodológicos nos documentos oficiais que orientam a formação.

Para isso, este artigo propõe, em um primeiro momento, uma análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das graduações em Serviço Social nessas três unidades federativas, buscando compreender como a perspectiva crítica marxista é incorporada — ou não — como eixo estruturante da formação, no âmbito das instituições federais de ensino superior. Em um segundo momento, aprofunda-se a relação entre os ementários desses PPPs e os ementários das disciplinas de FHTMSS contemporâneos ofertadas pelas respectivas instituições. Essa análise pretende contribuir para o desvelamento das relações dialéticas que perpassam a apropriação das categorias do materialismo histórico-dialético nas disciplinas de Fundamentos na contemporaneidade, identificando avanços, limites e desafios para a formação crítica dos/as assistentes sociais no Nordeste brasileiro.

2 TRAJETÓRIAS E FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE: ALAGOAS, BAHIA E SERGIPE

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) mais recentes dos cursos de Serviço Social nas universidades aqui investigadas evidencia que as constantes transformações da realidade social impõem a necessidade permanente de revisão, ajustes e reformulações nos processos formativos. Tais documentos, ao expressarem a direção teórico-metodológica da formação profissional, revelam também o esforço de atualização frente às demandas complexas da sociedade contemporânea, marcada pelo aprofundamento das expressões da questão social, pela reconfiguração das políticas públicas e pela intensificação das contradições do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a renovação periódica dos PPPs constitui elemento fundamental para assegurar uma formação profissional crítica, alinhada às diretrizes curriculares da área, ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e à incorporação qualificada das categorias do materialismo histórico-dialético, que orientam a apreensão da realidade em sua totalidade e movimento.

Como aponta Lima Sobrinho (2020), as Diretrizes Curriculares de 1996, ao se

materializarem nos atuais Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), exigem revisitações constantes de suas bases teóricas, metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas. Nesse sentido, as reformulações dos PPPs, quando alinhadas aos princípios das Diretrizes, tornam-se fundamentais para garantir uma formação crítica e comprometida com as demandas da realidade contemporânea, permitindo que os/as assistentes sociais desenvolvam competências técnicas e teóricas coerentes com o projeto ético-político da profissão.

Partindo dessas premissas, analisaremos a constituição sócio-histórica dos cursos de Serviço Social nas universidades aqui abordadas, buscando evidenciar seus fundamentos teórico-metodológicos na processualidade histórica de cada Estado. No caso de Alagoas, o Serviço Social foi instituído em 1957, inicialmente ofertado pela Escola Padre de Anchieta. A formação estava baseada nas doutrinas da Igreja Católica, articuladas aos referenciais teórico-metodológicos das Ciências Sociais, conferindo ao curso um caráter imediato, funcionalista e nada crítico. Com a mudança de conjuntura imposta pela ditadura militar-empresarial — que, de forma contraditória, exerceu grande influência sobre a Educação Superior — o curso foi incorporado, no final da década de 1970, à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na cidade de Maceió (UFAL, 2007; UFAL, 2019).

O PPP de 2019 da UFAL (sua última versão) resulta da revisão do documento anterior, que esteve em vigor por dez anos. Além de atender a uma exigência institucional diante da defasagem temporal, que não contemplava as novas demandas sociais surgidas nesse período, o documento buscou aproximar a formação profissional da realidade brasileira contemporânea e do contexto alagoano. Conforme destacado no próprio PPP, sua elaboração ocorreu em um contexto marcado pela crise capitalista e pelo agravamento das expressões da questão social, refletindo indicadores negativos da realidade alagoana, como baixo Índice de Desenvolvimento Humano, altas taxas de mortalidade infantil e índices expressivos de analfabetismo (UFAL, 2019).

Em Alagoas, além do Campus Aristóteles Calazans Simões (A. C. Simões) em Maceió, foi criado no interior do estado, em Arapiraca, que instituiu em 2006 a Unidade Educacional Palmeira dos Índios, oferecendo inicialmente os cursos de Serviço Social e Psicologia. O Projeto Pedagógico atual do curso de Serviço Social na UFAL/Palmeira dos Índios refere-se ao ano de 2018, resultante da revisão do PPP anterior, de 2008, após uma década de vigência. A reformulação foi construída de forma coletiva e democrática, envolvendo docentes e discentes, preservando os elementos da estrutura curricular de caráter crítico e implementando ajustes conforme as demandas apresentadas pelo colegiado e pelos/as

professores/as (UFAL, 2018). De maneira semelhante à UFAL em Maceió, as revisões atenderam a exigências institucionais e buscaram consolidar uma formação crítica e competente, considerando, ainda, as especificidades regionais durante todo o processo.

O estado da Bahia, em contraste com Alagoas, vivenciou um percurso particular na consolidação do Serviço Social enquanto graduação em suas universidades federais. O primeiro curso de graduação em Serviço Social no estado foi estabelecido em 2007, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), tornando a Bahia o último estado nordestino a implementar uma graduação em Serviço Social no ensino público. Em 2008, a graduação foi também implementada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), ampliando a oferta de formação profissional no Estado e consolidando a presença da profissão no contexto acadêmico baiano. Esse atraso histórico evidencia as desigualdades regionais na expansão do ensino superior em Serviço Social e ressalta a importância de considerar o desenvolvimento tardio do curso na compreensão da formação profissional na região Nordeste.

O atual Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFBA data de 2023, enquanto o da UFRB permanece de 2007, ambos estruturados para responder às demandas conjunturais do Estado, visando capacitar profissionais capazes de analisar e intervir criticamente sobre sua realidade histórica e social. As diretrizes desses projetos buscam discutir os efeitos locais da precarização das condições de vida e instrumentalizar a formação profissional para o trabalho junto às políticas sociais recentemente conquistadas, fortalecendo a preparação ética, política e técnica dos/as futuros/as assistentes sociais (UFBA, 2023; UFRB, 2007). Dessa forma, o percurso baiano evidencia tanto os desafios quanto os esforços coletivos de profissionais junto às universidades em articular a formação profissional às especificidades regionais e às demandas contemporâneas do Serviço Social.

No estado de Sergipe, a formação em Serviço Social teve início com a criação da então Escola de Serviço Social em 1954, uma das instituições pioneiras que posteriormente contribuíram para a fundação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1968. Ao longo de sua trajetória, o curso passou por diferentes transformações curriculares, acompanhando as demandas sociais, políticas e econômicas do estado e do país.

Atualmente, o curso de Serviço Social da UFS conta com um Projeto Político-Pedagógico datado de 2010. Essa reformulação ocorreu em um contexto específico de alteração do turno do curso que era diurno para o noturno, refletindo adaptações à realidade da demanda estudantil e às condições institucionais.

No entanto, quando comparado aos Projetos Pedagógicos das universidades da Bahia e

Alagoas, observa-se uma defasagem temporal mais significativa. Conquanto, cabe destacar que o PPP da UFS se encontra em processo de formulação de sua nova versão, buscando atender à curricularização da extensão, incorporação de algumas categorias analíticas e outras demandas sociais contemporâneas, de modo a fortalecer a formação crítica, ética e profissional dos/as futuros assistentes sociais.

Assim, a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da UFS permite compreender tanto os avanços quanto as limitações na consolidação de uma formação profissional crítica e reflexiva, alinhada aos princípios do materialismo histórico-dialético. Observa-se que o documento oferece subsídios para a articulação entre teoria e prática, promovendo a compreensão da realidade social em sua totalidade e complexidade, além de possibilitar o desenvolvimento de competências ético-políticas essenciais para a atuação profissional.

3 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIVERSIDADES ANALISADAS

Em continuidade ao que foi discutido, analisaremos neste tópico os Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) contemporâneos discutidos nas universidades, enfatizando sua articulação com as categorias do materialismo histórico-dialético. Considera-se que o método de Marx contribuiu de maneira decisiva para a construção de uma perspectiva crítica, que sustenta o Projeto Ético-Político da profissão e orienta a práxis profissional do/a assistente social em suas múltiplas dimensões, permitindo a análise das contradições sociais, a compreensão da totalidade das relações sociais e a mediação entre teoria e prática na atuação profissional.

Conforme pontua Netto (1989, p.101), “[...] o assistente social necessita travar um diálogo sério com Marx e a tradição marxista, sob pena de perder determinações essenciais da sua prática, fragilizar sua reflexão teórica e se isolar dos debates culturais e profissionais contemporâneos”. Nesse sentido, a formação, enquanto espaço de fundamentação teórica e reflexão crítica, contribui para a apreensão e exercício da totalidade, fortalecendo a mediação com as categorias centrais do materialismo histórico-dialético.

Na análise das categorias do materialismo histórico-dialético presentes nos Projetos Pedagógicos, evidencia-se o diálogo com conceitos centrais como modo de produção, trabalho e dialética, possibilitando uma compreensão crítica das determinações históricas que moldam a realidade socioeconômica regional. Essa articulação teórico-metodológica não

apenas aprofunda a compreensão da realidade social em sua totalidade, como também orienta a formação de profissionais do Serviço Social capazes de intervir de forma crítica e ética, alinhando suas práticas ao projeto ético-político da profissão.

Assim, a apropriação dessas categorias fornece instrumentos analíticos para identificar contradições estruturais, compreender processos históricos e sociais e fortalecer a ação profissional comprometida com a emancipação humana, a justiça social e a transformação das relações de poder na contemporaneidade.

Universidade Federal de Alagoas (UFAL – A.C. Simões)		
UNIVERSIDADES	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	PLANO DE ENSINO
UFAL	Ementa: Aproximação do Serviço Social ao marxismo na renovação profissional no Brasil -Perspectiva de Intenção de Ruptura. Ano: 2019	Ementa: Contribuir na compreensão do processo de aproximação do Serviço Social ao marxismo e de renovação profissional no Brasil. Perspectiva de Intenção de Ruptura; Possibilitar a análise crítica da influência conservadora na profissão; promover o debate sobre bases sociopolíticas na constituição da perspectiva marxista no Serviço Social. Ano: 2021.1

Fonte: Elaborado pela autoria

No quadro acima, apresentamos os ementários dos FHTMSS contemporâneos da Universidade Federal de Alagoas, conforme os documentos do PPP e do Plano de Ensino. Observa-se, em uma análise inicial, uma diferença formal entre os ementários, embora a centralidade do conteúdo permaneça a mesma. No plano de ensino, entretanto, nota-se a explicitação do exercício da análise crítica sobre a conformação profissional, a partir do processo denominado “Intenção de Ruptura”. Nesse contexto, propõe-se, por meio da categoria da totalidade, a apreensão do movimento dialético da profissão e sua relação com o marxismo. Como enfatiza Prates (2024, p. 126): “A totalidade, mais do que a junção de fatores diversos, é sua interconexão, porque a unidade dos diversos muda o sentido do todo e da parte; é reconhecer o universal no particular e vice-versa, na verdade são o amplo e o miúdo simbiotizados [...]”.

A partir dessa discussão, torna-se possível compreender como as determinações sociopolíticas de um contexto universal se particularizam no Serviço Social, em uma relação de mutualidade. Isso reforça a análise reflexiva e crítica da trajetória sócio-histórica da profissão, conforme proposto no plano de ensino.

Para além dos ementários, conteúdos programáticos e bibliografias gerais referentes ao materialismo histórico-dialético, observa-se a presença de propostas voltadas à discussão do Método de Marx e da tradição marxista no âmbito dos FHTMSS contemporâneos, incorporando elementos-chave para a apropriação das categorias teóricas de análise da realidade e para o desenvolvimento da análise crítica. Além disso, o estudo de outras obras da biblioteca básica do Serviço Social, contidas no conjunto do PPP, contribui para o fortalecimento da categoria da historicidade, consolidando a construção da criticidade no percurso formativo dos/as estudantes.

Universidade Federal de Alagoas (UFAL – Palmeira dos Índios)

UNIVERSIDADES	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	PLANOS DE ENSINO
UFAL PALMEIRA DOS ÍNDIOS	Ementa: A crise do padrão de acumulação capitalista nos anos 1970/80 e suas repercussões sobre o Serviço Social. O projeto ético-político do Serviço Social e as possibilidades de sua concretização da prática profissional. O contexto político e econômico brasileiro. A configuração das políticas sociais na atualidade e a atuação da categoria nas diversas áreas. O debate teórico e político do Serviço Social latino e europeu na contemporaneidade. Ano: 2018	Não consta.

Fonte: Elaborado pela autoria

No contexto da Unidade Educacional Palmeira dos Índios da UFAL, não foi possível acessar o Plano de Ensino da disciplina de Fundamentos do Serviço Social V, pois o documento não estava disponível no site da universidade. Até o momento, não obtivemos retorno da coordenação nem do/a docente responsável pela disciplina. Dessa forma, a análise baseia-se nos elementos disponibilizados no Projeto Pedagógico do Curso e nos ementários acessíveis.

O eixo da ementa da disciplina de FHTMSS contemporâneo concentra-se na análise da crise do modo de produção capitalista nas décadas de 1970 e 1980, investigando suas contradições. A disciplina propicia a compreensão da categoria trabalho e dos impactos dessa crise nas dinâmicas sociais, estimulando a reflexão crítica sobre suas implicações para o Serviço Social. Sob a perspectiva marxista, o estudo possibilita a apropriação do debate sobre a constituição do Projeto Ético-Político (PEP) hegemônico e evidencia, conforme o ementário, as possibilidades de concretização desses princípios no exercício profissional. Tal

discussão, torna-se primordial no contexto da contemporaneidade, como destaca Lima Sobrinho (2020, p. 80)

Em tempos de crise estrutural do capital e de seus rebatimentos na organização da classe trabalhadora, o Projeto Ético-Político também está acometido desses rebatimentos, dentre eles, a baliza do enfraquecimento dos organismos coletivos da classe trabalhadora associado ao processo de massificação e degradação dos espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais.

Questão essa que não se trata apenas dos espaços sócio-ocupacionais, mas também dos espaços e processos de formação. Nesse sentido, a construção teórica, enriquecida por elementos que se articulam ao entendimento da totalidade social e da própria dialética, contribui para o aprofundamento da reflexão crítica sobre a constituição do Serviço Social na contemporaneidade e sobre a realidade concreta que orienta o exercício profissional. Observa-se, assim, um processo formativo voltado para o fortalecimento do Projeto Ético-Político (PEP) no conteúdo programático, evidenciando debates sobre a produção do conhecimento no Serviço Social, a relação entre *práxis* profissional e PEP, e promovendo uma perspectiva emancipatória e crítica que orienta a profissão.

Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

UNIVERSIDADES	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	PLANOS DE ENSINO
UFBA	Ementa: Não consta Ano: 2023	Ementa: Serviço Social e debate teórico-metodológico dos anos 90 aos dias atuais: apresentação e análise crítica das teses de maior relevância para o Serviço Social na atualidade em suas proximidades e distinções; a inserção acadêmica do Serviço Social e os avanços, desafios e impasses do mercado de trabalho. Ano: 2023.1
UFRB	Ementa: Serviço Social e as transformações da questão social. As formas de expressão e enfrentamento da questão social Polêmicas teóricas metodológicas em Serviço Social. Serviço Social na contemporaneidade. Relação contemporânea com as ciências sociais e as novas referências teóricas. A produção teórica metodológica do Serviço Social. Os campos de intervenção em Serviço Social Ano:	Ementa: Serviço Social e as transformações da questão social. As formas de expressão e enfrentamento da questão social. Polêmicas teóricas e metodológicas em Serviço Social na contemporaneidade. Relação contemporânea com as Ciências Sociais e as novas referências teóricas. A produção teórico-metodológica do Serviço Social. Os campos de intervenção em Serviço Social. Ano: 2024.1

Fonte: Elaborado pela autoria

No que se refere às Universidades Federais da Bahia, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), conforme ilustradas no quadro acima, observa-se uma abordagem recorrente dos movimentos dialéticos que estruturam os aspectos técnico-operativos, ético-políticos e os Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) no contexto estadual.

A consolidação do Serviço Social na Bahia se deu a partir de uma necessidade histórica de compreender e intervir criticamente nas especificidades locais da questão social, marcadas por desigualdades estruturais, precarização das condições de vida e dinâmicas de exclusão social. Nesse sentido, a UFRB evidencia, em seu ementário, a centralidade da categoria dialética, possibilitando aos estudantes apreender criticamente as determinações históricas e sociais que moldam a realidade baiana, articulando a *práxis* no fortalecendo o Projeto Ético-Político da profissão.

No âmbito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), embora o ementário das disciplinas de FHTMSS não conste diretamente em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), foi possível acessar o ementário do Plano de Ensino da disciplina do ano de 2023.1. A disciplina aborda a apresentação e análise crítica das teses mais relevantes para o Serviço Social contemporâneo, considerando suas proximidades e distinções, bem como a inserção acadêmica da profissão e os avanços, desafios e impasses do mercado de trabalho. Dessa forma, ainda que a ausência do ementário no PPP limite a compreensão integral da articulação da perspectiva dialética na formação profissional, o conteúdo do plano de ensino permite identificar a apropriação das categorias do materialismo histórico-dialético, oferecendo subsídios para a reflexão crítica sobre a prática profissional e a relação entre análise da realidade social, historicidade e Projeto Ético-Político.

Considerando as diretrizes curriculares nacionais é possível inferir que ambas as universidades buscam instrumentalizar os/as futuros/as assistentes sociais para interpretar criticamente as condições sociais locais e intervir eticamente. A UFRB, por meio de seus ementários, demonstra como a historicidade e a dialética orientam a compreensão da questão social regional e a apropriação do conhecimento teórico-metodológico, promovendo a reflexão crítica sobre a prática profissional.

Dessa forma, o percurso baiano evidencia os desafios e esforços institucionais, assim como dos coletivos de docentes dos cursos de Serviço Social, para consolidar uma formação alinhada à perspectiva crítica e emancipatória da profissão. A articulação entre a análise da realidade social, as categorias do materialismo histórico-dialético e o Projeto Ético-Político

reafirma a necessidade de constante atualização curricular e a valorização das especificidades regionais, fortalecendo a preparação de profissionais capazes de intervir de forma ética e crítica diante das demandas contemporâneas do Serviço Social.

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

UNIVERSIDADES	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	PLANOS DE ENSINO
UFS	Ementa: A questão social e suas formas de enfrentamento no Brasil a partir da década de 80 do século XX. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias contemporâneas. Condições e relações de trabalho, espaços ocupacionais, atribuições. O debate teórico-metodológico e técnico operativo do Serviço Social no período. Ano: 2010	Ementa: Questão social e suas formas de enfrentamento a partir da década de 80 do século XX. Demandas ao exercício profissional e elaboração teórico metodológicos. O redimensionamento da profissão diante das transformações societárias contemporâneas Ano: 2024.1

Fonte: Elaborado pela autoria

Por fim, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), observa-se uma consonância significativa entre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Plano de Ensino da disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III (FHTMSS III). Ambos os documentos articulam a análise da trajetória do Serviço Social a partir do processo denominado “intenção de ruptura”, que propõe discutir, sob a perspectiva da totalidade prevista nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), a inserção histórica da profissão no contexto brasileiro. Nesse sentido, tanto o PPP quanto o Plano de Ensino adotam como eixo central a reflexão sobre a “questão social e suas formas de enfrentamento”, promovendo a compreensão crítica das transformações estruturais da sociedade e do papel histórico do Serviço Social na mediação dessas contradições.

A perspectiva adotada pela UFS reflete dois aspectos fundamentais que marcaram debates recentes no campo do Serviço Social: a centralidade da questão social como eixo orientador do trabalho profissional e a adoção da perspectiva de totalidade no estudo dos fundamentos da profissão. A primeira dimensão evidencia a maturação da apropriação do materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico, permitindo aos/as estudantes compreenderem os elementos estruturais e conjunturais que influenciam a realidade social. A segunda dimensão reforça a necessidade de analisar os Fundamentos Históricos e Teóricos-Metodológicos em articulação com as condições históricas e sociais nas quais a profissão se constituiu, garantindo o vínculo entre teoria e prática crítica.

Dessa forma, o alinhamento entre PPP e Plano de Ensino demonstra o compromisso da UFS em consolidar uma formação que integra a análise da realidade social, as categorias do materialismo histórico-dialético e a construção do Projeto Ético-Político.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, por meio do presente estudo (resultados preliminares da pesquisa em andamento), foi possível analisar a apropriação das categorias centrais do materialismo histórico-dialético nos ementários dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e em alguns Planos de Ensino das graduações em Serviço Social das Instituições de Ensino Superior Federais dos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. Além disso, examinou-se a relação desses documentos com os ementários das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) Contemporâneos de cada curso, evidenciando como essas instituições articulam a formação profissional à perspectiva marxista e à realidade material e social regional.

A análise demonstrou não apenas a crescente aproximação do Serviço Social com o método de Marx, mas também o vínculo dos PPPs e Planos de Ensino com as especificidades socioeconômicas de cada estado. Constatou-se, entretanto, lacunas importantes: a ausência de discussões explicitamente regionalistas e histórico-dialéticas em algumas disciplinas de fundamentos, bem como a defasagem temporal de determinados PPPs, como os da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – a qual se encontra em processo de reformulação, e a ausência de ementários detalhados em alguns casos, como na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Dessa forma, este estudo preliminar evidencia avanços na incorporação das categorias do materialismo histórico-dialético na formação do/a assistente social, ao mesmo tempo em que aponta desafios a serem enfrentados, como a atualização contínua dos documentos curriculares e a inserção de conteúdos que contemplem a especificidade regional e a historicidade local da profissão, buscando o fortalecimento da *práxis*, enquanto,

[...] uma ação concreta fundamentada pela teoria, é uma prática com direção social definida, planejada a partir de bases concretas[...]. É teoria em movimento, é transformação de conhecimentos em ação, com objetivos determinados, através de mediações entre teoria e prática, e é nesse sentido que precisa ser apreendida (Prates, 2024, p. 115).

Assim, o movimento de apropriação das categorias do materialismo histórico-dialético

corroborar a materialização do Projeto Ético-Político na prática profissional, conferindo-lhe um direcionamento social claro e comprometido com a transformação social, construído a partir da luta coletiva e em estreita relação com a tradição marxista.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS, n.7**. São Paulo: Cortez, 1997

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília-DF, 2009.

LIMA SOBRINHO, J. I. **O ETHOS PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS: entre rupturas, continuidades e tensões contemporâneas**. 1ª. ed. Curitiba: editora, 2020. v. 01. 140p.

NETTO, José Paulo. O serviço social e a tradição marxista. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989

PRATES, Jane Cruz. TEORIA E MÉTODO DE MARX. In: **Pesquisa em Serviço Social: teoria, método e metodologias** / Carlos Antonio de Souza Moraes, Neusa Cavalcante Lima (org.). São Paulo: Cortez, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Faculdade de Serviço Social, Maceió: UFAL, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Campus de Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios: UFAL, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Instituto de Psicologia- IPS. Salvador: UFBA, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Criação Do Curso De Graduação Em Serviço Social Da Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia - Centro De Artes, Humanidades E Letras**. Cachoeira: UFRB, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 22/2010/CONEPE: aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, modalidade Bacharelado, noturno, e dá outras providências**. Aracaju: UFS, Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, 30 abr. 2010.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufma.edu.br/tema/magistradoservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Piauí
Campus São João - ES - Brasil



ISSN: 2966-2052

O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NA REDE FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR DO MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ

HISTORICAL-DIALECTICAL MATERIALISM AND THE HISTORICAL, THEORETICAL-METHODOLOGICAL FOUNDATIONS OF SOCIAL WORK IN CONTEMPORARY TIMES: AN ANALYSIS OF SOCIAL WORK PROGRAMS IN THE FEDERAL HIGHER EDUCATION NETWORK OF MARANHÃO, PIAUÍ, AND CEARÁ

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho¹

Suyane da Luz Santos²

Geovana Mayne Gomes de Andrade Oliveira³

Resumo: A formação e a prática em Serviço Social requerem a apropriação de seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos como forma de consolidar sua identidade e orientar uma prática crítica, comprometida com a transformação social. Este estudo busca analisar como as categorias do materialismo histórico-dialético fundamentam os componentes curriculares dos FHTMSS nos cursos de Serviço Social ofertados pelas Universidades Federais do Maranhão (UFMA), do Piauí (UFPI) e do Ceará (UNILAB), bem como pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Iguatu. Objetiva-se identificar e compreender as categorias analíticas e o método materialista histórico-dialético presentes nos Planos de Ensino das disciplinas de FHTMSS contemporâneas e nos Projetos Político-Pedagógicos das instituições, evidenciando sua centralidade na formação crítica e no projeto ético-político profissional. Os resultados indicam uma adesão teórico-política crítica, embora marcada por tensões com o conservadorismo e o neoliberalismo, e revelam contradições entre o que é proposto nos Projetos Político-Pedagógicos e sua efetiva materialização nos Planos de Ensino.

Palavras-chave: FHTMSS; Materialismo histórico-dialético; Maranhão; Piauí; Ceará.

Abstract: Education and practice in Social Work require the appropriation of its historical, theoretical, and methodological foundations as a way to consolidate its identity and guide a critical practice committed to social transformation. This study aims to analyze how the categories of historical-dialectical materialism underpin the curricular components of FHTMSS in the Social Work programs offered by the Federal Universities of Maranhão (UFMA), Piauí (UFPI), and Ceará (UNILAB), as well as by the Federal Institute of Ceará

¹ Doutor em Serviço Social pela UFRN. Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional - DSS/UFS. E-mail: isllony@hotmail.com.

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional.

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe – UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social: Trabalho, Questão Social e Formação Profissional.

(IFCE), Iguatu campus. The objective is to identify and understand the analytical categories and the historical-dialectical materialist method present in the Teaching Plans of contemporary FHTMSS courses and in the institutions' Political-Pedagogical Projects, highlighting their centrality in critical education and in the ethical-political project of the profession. The results indicate a critical theoretical-political adherence, albeit marked by tensions with conservatism and neoliberalism, and reveal contradictions between what is proposed in the Political-Pedagogical Projects and its actual implementation in the Teaching Plans.

Keywords: FHTMSS; Historical-Dialectical Materialism; Maranhão; Piauí; Ceará.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social, enquanto campo profissional e acadêmico, demanda uma apreensão aprofundada de seus fundamentos históricos, teóricos e metodológicos, a fim de consolidar sua identidade e orientar um trabalho crítico e transformador por parte de seus/suas profissionais. Nesse contexto, o materialismo histórico-dialético se constitui num referencial central, oferecendo categorias analíticas que possibilitam interpretar a realidade social em suas múltiplas dimensões e estabelecer articulações consistentes entre teoria, prática e ética profissional.

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, ancorada nos pressupostos do materialismo histórico-dialético, com o objetivo de analisar de que maneira suas categorias estruturantes conformam e orientam a formação profissional em Serviço Social. Para tanto, toma-se como eixo de reflexão as disciplinas de Fundamentos Histórico-Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) na contemporaneidade, considerando seu papel na mediação entre a tradição crítico-dialética da profissão, as determinações societárias atuais e as demandas postas ao processo formativo.

Assim, este artigo é fruto da pesquisa “O Materialismo Histórico-Dialético e os Fundamentos Histórico e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) na contemporaneidade: Uma análise a partir dos cursos de Serviço Social das Universidades Federais do Nordeste brasileiro”, atualmente em desenvolvimento no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e no Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos do Serviço Social (GEPFOSS), também vinculada ao PIBIC.

Apresentamos aqui as primeiras aproximações desta pesquisa, constituindo-se em uma análise parcial dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e dos Planos de Ensino (PE) das disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social

(FHTMSS) na Contemporaneidade das Universidades Federais do Maranhão (UFMA), do Piauí (UFPI) e do Ceará (UNILAB), bem como do Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Iguatu.

Nesse sentido, a pesquisa busca destacar fragmentos significativos dos documentos analisados, evidenciando como as categorias analíticas e o referencial marxista se articula à organização curricular e orienta a formação crítica e ética dos/as futuros assistentes sociais, refletindo tanto a tradição histórica da profissão quanto os desafios contemporâneos impostos pelas transformações sociais, políticas e econômicas, no âmbito dos FHTMSS contemporâneos.

2. OS FHTMSS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DO MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ

O curso de graduação em Serviço Social nas universidades federais brasileiras constitui um espaço privilegiado de produção de conhecimento crítico, ético e político, refletindo a trajetória histórica da profissão e, simultaneamente, as complexas relações sociais, econômicas e políticas que atravessam o país.

Segundo Netto (2011), a graduação em Serviço Social constitui a base formativa que possibilita a apropriação crítica das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas que estruturam a profissão, permitindo ao estudante compreender o Serviço Social como uma especialização inscrita na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 2014). Sob essa perspectiva, o exercício profissional ultrapassa a mera execução de procedimentos técnicos; ele incide diretamente nos processos de produção e reprodução das relações sociais, operando mediações, enfrentando contradições, viabilizando direitos e analisando as estruturas de poder que conformam a realidade social.

A formação acadêmica em Serviço Social não se realiza em um vácuo teórico, mas em constante diálogo com a realidade social e as desigualdades regionais do país. Essa interação entre teoria e prática proporciona ao estudante instrumentos epistemológicos, ontológicos e metodológicos capazes de compreender e intervir nas diversas manifestações da questão social. Em outras palavras, a graduação oferece não apenas saberes científicos, mas também habilidades críticas e estratégicas, permitindo ao/a futuro/a profissional analisar contextos, identificar contradições e construir soluções éticas para demandas sociais complexas.

No contexto nordestino, a formação em Serviço Social assume contornos específicos, fortemente influenciada pelas singularidades sociais, históricas e políticas da região. O patrimonialismo, a concentração de poder econômico, as desigualdades territoriais e a tradição oligárquica moldam tanto a concepção curricular quanto a articulação dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS). Assim, o curso não se limita à transmissão de conteúdos técnicos, ele cumpre uma função estratégica de formação crítica, em que a historicidade, a análise das contradições sociais e a reflexão ética se tornam centrais para a compreensão e transformação da realidade.

Neste cenário, reconhecer a dimensão política do Serviço Social é imprescindível, sobretudo porque, historicamente, a profissão foi frequentemente tratada como neutra. Como esclarece Lima Sobrinho (2020), essa percepção não expressa a ausência de uma dimensão política, mas evidencia que, em determinados períodos, os próprios sujeitos profissionais concebiam o exercício da profissão como desprovido de direção política. A partir do Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, entretanto, a formação passou a enfrentar essa concepção, promovendo o entendimento de que toda intervenção profissional carrega implicações políticas e éticas, exigindo reflexão crítica, análise das determinações sociais e um posicionamento estratégico diante das expressões da questão social.

Exemplos concretos dessa articulação entre teoria, prática e contexto regional manifestam-se de forma significativa nos cursos de Serviço Social da Rede Federal de Ensino Superior do Nordeste, conforme evidenciado em seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), os quais refletem a integração entre formação acadêmica crítica e as particularidades de cada região.

Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o PPP de 2016 organiza os FHTMSS de modo a considerar profundas desigualdades estruturais e práticas oligárquicas históricas. O PPP enfatiza a análise da totalidade social, articulando aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais de maneira integrada e evitando interpretações fragmentadas da realidade. Nesse processo, categorias do Materialismo Histórico-Dialético, como totalidade, contradição, mediação e historicidade, são fundamentais para compreender relações de poder, concentração de renda e exclusão social. As disciplinas de FHTMSS, ao tratar de trabalho, classe social e intervenção, permitem que o/a estudante desenvolva uma visão crítica e integradora, conectando a compreensão teórica da totalidade à capacidade prática de intervir nas contradições concretas.

Na Universidade Federal do Piauí (UFPI), a formação apresenta uma configuração própria, também orientada pelos mesmos FHTMSS. A historicidade do Serviço Social na região — desde as protoformas profissionais da década de 1940 até a institucionalização do curso em 1976 — evidencia a articulação entre o ensino e as transformações socioeconômicas e políticas locais, incluindo o papel do Estado e das instituições assistenciais na mediação das expressões da questão social. O PPP de 2012 reforça que o curso deve capacitar o estudante a compreender o Serviço Social como campo de produção de conhecimentos e de intervenção prática, incorporando categorias do materialismo histórico-dialético, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho, à totalidade e à contradição. Tal orientação permite ao estudante reconhecer que a realidade social é produzida por processos históricos concretos, interligando diferentes esferas e estruturas sociais, e que a prática profissional demanda uma apreensão crítica das dinâmicas de poder, das mediações presentes no cotidiano e das ações coletivas que conformam a vida social.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) amplia ainda mais essa perspectiva ao integrar análise regional com uma dimensão internacional. Em seu PPP de 2020, o curso articula os FHTMSS com o contexto global das relações Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), promovendo compreensão das desigualdades regionais do Ceará dentro de processos sociais, econômicos e políticos mais amplos. Aqui, o estudo da totalidade, do trabalho, das contradições sociais e do projeto ético-político transcende o espaço local, articulando-se às relações transnacionais. Essa abordagem reforça o Serviço Social como campo capaz de integrar diferentes escalas de análise e intervenção, dotando o/a estudante de instrumentos críticos para interpretar fenômenos complexos e interdependentes.

O curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Iguatu, evidencia um contexto regional marcado por desafios históricos e estruturais próprios da região Centro-Sul do Ceará. A partir do Projeto Político-Pedagógico de 2013, a formação proposta articula-se à trajetória nacional do Serviço Social, enquanto profissão como voltada à intervenção nas expressões da questão social e orientada por princípios ético-políticos de democracia, liberdade, justiça social e pluralismo, sustentando-se nas dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa.

A análise comparativa desses cursos evidencia que os FHTMSS constituem o eixo central da formação acadêmica, moldando a compreensão da questão social e orientando a produção de conhecimento crítico. Cada instituição regionaliza a **mobilização** das categorias

do Materialismo Histórico-Dialético: no Maranhão, há destaque para a desigualdade estrutural e a dominação oligárquica; no Piauí, para a mediação institucional e as transformações do mundo do trabalho; no Ceará, para a articulação entre regionalidade e relações globais. Ao abordar totalidade, trabalho, contradição e projeto ético-político, os FHTMSS permitem ao estudante compreender o Serviço Social não apenas como campo profissional, mas como espaço de produção de conhecimento, análise histórica e intervenção estratégica, promovendo constante articulação entre teoria, prática e ética.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) reforçam esse caráter crítico, orientando o curso a se fundamentar em contínua revisão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa diante das demandas sociais. Nesse processo, o/a estudante desenvolve competência prática, capacidade reflexiva e construção de instrumentos ontológicos e epistemológicos que conectam teoria, prática e contexto regional. E, ao articular teoria, prática e contexto regional, a profissão se consolida como campo científico, político e transformador, capaz de compreender e intervir nas complexas dinâmicas sociais do Brasil contemporâneo, respeitando especificidades locais e conexões globais.

3 CATEGORIAS ANALÍTICAS DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO NO ÂMBITO DOS FHTMSS CONTEMPORÂNEOS: PARTICULARIDADES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DO MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ

Compreender os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social é essencial para apreender sua natureza, identidade e projeto profissional. No entanto, essa compreensão não se constrói de forma abstrata; ela exige a apropriação das categorias analíticas que possibilitam interpretar criticamente a realidade social e orientar o exercício profissional.

Para Iamamoto (2008), o referencial marxista oferece ao Serviço Social categorias analíticas como trabalho, totalidade, mediação, contradição e práxis, que permitem ao profissional compreender a realidade social como produto das relações de produção e das lutas de classe. Para Guerra (2011), o pensamento crítico no Serviço Social se ancora na dialética marxista, e a categoria de totalidade é essencial para a “ruptura com o imediatismo”, possibilitando que o/a profissional compreenda as contradições de classe e as determinações do capital sobre a vida cotidiana.

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social expressam a identidade crítica e transformadora da profissão. Historicamente, a profissão passou de uma prática conservadora para uma prática comprometida com a emancipação humana e com a luta por direitos sociais. Teoricamente, o Serviço Social adota o referencial marxista como eixo para apreender as contradições da sociedade capitalista e situar o trabalho profissional nas relações sociais. Metodologicamente, fundamenta-se no método dialético, que orienta a análise e a intervenção na realidade, articulando teoria, prática e ética.

Com base nesses fundamentos, o Serviço Social se consolida como uma profissão que produz conhecimento, atua criticamente nas políticas sociais e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Sua prática profissional, portanto, é indissociável de seu compromisso ético-político e de sua fundamentação teórico-metodológica crítica.

O método dialético é o principal instrumento de apreensão da realidade social, pois permite com apreender o concreto em sua totalidade e nas suas múltiplas determinações. Para Netto (2011), o método para o Serviço Social não é um conjunto de técnicas, mas uma forma de pensar e agir sobre a realidade, que exige do/a profissional a capacidade de articular teoria e prática, o universal e o particular, o imediato e o estrutural. Assim, o método materialista histórico-dialético, sob a hegemonia crítica, orienta a análise e a intervenção profissional, possibilitando uma leitura crítica das políticas sociais e das expressões da questão social.

Dessa maneira, analisaremos aqui como as categorias do materialismo histórico-dialético fundamentam a estrutura dos componentes curriculares dos FHTMSS Contemporâneos no curso de Serviço Social das Universidades Federais do Maranhão (UFMA), do Piauí (UFPI) e do Ceará (UNILAB), assim como do Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Iguatu, a partir das informações disponibilizadas pelas coordenações do curso nas universidades e no instituto federal.

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)		
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	PLANOS DE ENSINO	

Ano: 2016 Carga Horária: 3000 horas Disciplina: FHTM III Ementa: As transformações no mundo do trabalho no âmbito da crise estrutural e das estratégias do capitalismo. O neoliberalismo /neoconservadorismo, as redefinições das esferas pública e privada. Os rebatimentos no trabalho profissional do Serviço Social. O controle social.	Ano: 2023.1 Carga Horária: 60 horas Disciplina: FHTM III Ementa: As transformações no mundo do trabalho no âmbito da crise Estrutural e das estratégias do capitalismo. O neoliberalismo, Neoconservadorismo e a pós modernidade, principais bases de Análise, o debate sobre sua reatualização e ruptura. As redefinições da esfera pública e privada. Os rebatimentos no trabalho profissional do Serviço Social.	Contrassensos: Ementários diferentes.
Universidade Federal do Piauí (UFPI)		
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	PLANOS DE ENSINO	
Ano: 2022 Carga Horária: 3090 horas Disciplina: FHTM III Ementa: Respostas ideopolíticas, teórico-metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período contemporâneo: do final da década de 1980 aos anos atuais. Recuperação da crítica reconceituada no contexto da redemocratização e da Constituição Federal de 1988. O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias e a construção do projeto ético-político profissional. Pós-modernidade, neoconservadorismo e Serviço Social.	Ano: 2023.2 Carga Horária: 60 horas Disciplina: FHTM III Ementa: Analisar as demandas, as necessidades conjunturais e as respostas ideo-políticas, teóricas metodológicas e técnicas do Serviço social no Brasil, no período de redemocratização do país – final dos anos 90 da sociedade brasileira.	Contrassensos: Ementários diferentes.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)		
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	PLANOS DE ENSINO	
Ano: 2020 Carga Horária: 3065 horas Disciplina: FHTM IV Ementa: O Serviço Social na contemporaneidade: polêmicas e perspectivas presentes no debate a partir dos anos 1990. Transformações societárias e mudanças no espaço sócio ocupacional do Serviço Social na América Latina. A agenda neoliberal e os rebatimentos na profissão. A lógica cultural do capitalismo	Ano: 2024.2 Carga Horária: 60 horas Disciplina: FHTM IV Ementa: O Serviço Social na contemporaneidade: polêmicas e perspectivas presentes no debate a partir dos anos 1990. Transformações societárias e mudanças no espaço sócio ocupacional do Serviço Social na América Latina. A agenda neoliberal e os rebatimentos na profissão. A lógica cultural do capitalismo contemporâneo e sua	

contemporâneo e sua influência nas Ciências Sociais e no Serviço Social: modernidade, pós-modernidade e neoconservadorismo.	influência nas Ciências Sociais e no Serviço Social: modernidade, pós-modernidade e neoconservadorismo.	
Instituto Federal do Ceará (IFCE) campus IGUATU		
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	PLANOS DE ENSINO	
Ano: 2013 Carga Horária: 3610 horas Disciplina: FHTM IV Ementa: Influência e a hegemonia do pensamento marxista no Serviço Social e a construção da Direção Social Crítica. Transformações contemporâneas do capitalismo e o Serviço Social. As Diretrizes Curriculares e os novos rumos da profissão a partir dos anos 1990. Aproximação ao debate acerca da instrumentalidade e da categoria mediação no Serviço Social. A influência do neoconservadorismo no Serviço Social: debate da pós-modernidade e reflexos no Projeto ético político.	Ano: Carga Horária: 80 horas Disciplina: FHTM IV Ementa: A “intenção de ruptura” do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo e o projeto profissional de ruptura. A interlocução do Serviço Social com o pensamento e a tradição marxista – contribuições para pensar Estado, sociedade e o trabalho. A construção da cultura profissional e a direção social e política crítica – o projeto ético-político profissional. Transformações contemporâneas do capitalismo e os reatamentos no Serviço Social: formas de enfrentamento da “questão social” pelo Estado, “mundo do trabalho”, campo cultural e as tendências teóricas e ideopolíticas.	Contrassensos: - Ementário do PPP e do Plano de Curso diferentes. - O Projeto Político Pedagógico está em reformulação.

Fonte: Elaborado pela autoria

A apreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social constitui elemento-chave para revelar a natureza, a identidade e a processualidade histórica desta profissão. Quando ancorada no materialismo histórico-dialético, essa compreensão orienta não apenas a atuação do profissional, mas também o processo de formação acadêmica, reafirmando o compromisso ético-político da profissão com a transformação social.

Assim sendo, podemos perceber que no âmbito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com estrutura curricular de 3.000 horas, essa perspectiva se expressa tanto no PPP do curso de Serviço Social, elaborado em 2016, quanto nos Planos de Ensino mais recentes, como o de 2023.1, referente à disciplina Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos III (FHTMSS III). A análise comparativa entre esses documentos revela tanto a continuidade do projeto formativo crítico quanto às tensões e contradições que emergem do processo de atualização curricular.

A ementa da disciplina FHTMSS III, nesse documento, aborda o neoliberalismo, o neoconservadorismo, as redefinições das esferas pública e privada e os rebatimentos dessas transformações no trabalho profissional do/a assistente social. Essa proposta está plenamente em consonância com a matriz teórico-metodológica marxista, que orienta o Serviço Social brasileiro. Conforme o texto teórico indica, o materialismo histórico-dialético constitui a base para compreender a realidade social como um processo histórico, dinâmico e contraditório, superando visões positivistas e fragmentadas. Essa perspectiva se expressa no PPP da UFMA ao evidenciar o trabalho como categoria fundante da vida social e como mediação essencial para a análise da questão social.

No contexto da Universidade Federal do Piauí (UFPI), essa base teórica se materializa no PPP do Curso de Serviço Social (2022), cuja estrutura curricular totaliza 3.090 horas e reafirma o compromisso com uma formação crítica, alicerçada no materialismo histórico-dialético. O PPP enfatiza a importância da reconstrução da crítica profissional no contexto da redemocratização e da Constituição Federal de 1988, situando o redimensionamento da profissão frente às transformações sociais e à consolidação do projeto ético-político profissional. Além disso, aborda os impactos da pós-modernidade e do neoconservadorismo sobre o Serviço Social, reforçando a necessidade de uma postura teórico-metodológica crítica que assegure a continuidade da tradição marxista na formação dos/as assistentes sociais.

Contudo, o Plano de Ensino da disciplina FHTM III (2023.2), embora mantenha a base de análise histórica e crítica, apresenta alterações significativas na ementa. Nesse documento, a disciplina é descrita como voltada à análise das demandas, necessidades conjunturais e respostas ideopolíticas, teóricas, metodológicas e técnicas do Serviço Social no Brasil, no período de redemocratização do país — final dos anos 1990.

Essa diferença entre os dois documentos expressa contrassensos e tensões no interior do processo formativo. Enquanto o PPP (2022) reafirma a centralidade do projeto ético-político e do método dialético marxista como eixos estruturantes da formação, o Plano de Ensino (2023.2) parece deslocar parcialmente o foco para uma abordagem mais conjuntural e descritiva das respostas profissionais, sem explicitar com a mesma ênfase o compromisso com o referencial crítico marxiano. Tal contraste revela as disputas de concepções que atravessam o campo da formação em Serviço Social, especialmente no que diz respeito à permanência ou à diluição do referencial histórico-dialético na atualização curricular.

Com carga horária de 3.065 horas, no PPP do curso de Serviço Social da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2020) a disciplina FHTMSS IV assume papel estratégico na consolidação da perspectiva marxista, ao abordar “O Serviço Social na contemporaneidade: polêmicas e perspectivas presentes no debate a partir dos anos 1990”, contemplando as transformações societárias, as mudanças nos espaços sócio-ocupacionais da profissão na América Latina, a agenda neoliberal e seus rebatimentos na prática profissional, bem como a lógica do capitalismo contemporâneo.

A ementa desse PPP evidencia também uma coerência com o materialismo histórico-dialético, ao propor a análise das transformações estruturais do capitalismo e dos impactos da modernidade, pós-modernidade e do neoconservadorismo sobre a profissão. Essa abordagem reafirma o compromisso da formação profissional com a leitura crítica da realidade e com a defesa de uma *práxis* transformadora, em consonância com o projeto ético-político da categoria. No Plano de Ensino de 2024.2, a ementa da disciplina FHTM IV reproduz os principais eixos do PPP, evidenciando uma continuidade entre os documentos.

Já o curso no Instituto Federal do Ceará (IFCE), contendo carga horária de 3.610 horas, o PPP de 2013 reafirma o compromisso com uma formação ancorada na direção social crítica e no referencial marxista. A disciplina FHTMSS IV apresenta como ementa a influência e a hegemonia do pensamento marxista no Serviço Social e a construção da direção social crítica, discutindo também as transformações contemporâneas do capitalismo, as Diretrizes Curriculares da profissão a partir dos anos 1990, o debate sobre instrumentalidade, mediação, a influência do neoconservadorismo e da pós-modernidade sobre o projeto ético-político.

Em contraponto, o Plano de Ensino da disciplina FHTMSS IV, com carga horária de 80 horas e sem indicação de ano de elaboração, em sua ementa destaca a “intenção de ruptura” do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo, a interlocução com o pensamento marxista e as contribuições dessa tradição para compreender Estado, sociedade e trabalho, além de abordar as transformações do capitalismo e os rebatimentos sobre a profissão, particularmente na forma como o Estado e o “mundo do trabalho” enfrentam a questão social.

Apesar da convergência temática, o Plano de Ensino aprofunda o aspecto histórico da ruptura com o conservadorismo e a constituição do projeto profissional crítico, enquanto o PPP de 2013 enfatiza mais fortemente a hegemonia do marxismo e a crítica ao neoconservadorismo. Essa diferença evidencia contrassensos e tensões na coerência entre os

documentos. Enquanto o PPP reforça a centralidade do pensamento marxista como eixo estruturante da formação, o Plano de Ensino prioriza a trajetória de consolidação da direção crítica, o que pode indicar uma ênfase distinta no modo como a teoria e a prática são articuladas neste processo formativo.

Observa-se, contudo, que tais diferenças apontam para contradições internas ao processo formativo, refletindo as tensões históricas que atravessam o campo do Serviço Social brasileiro — entre a manutenção da direção social crítica e as pressões ideológicas do contexto neoliberal e neoconservador.

Neste caso, também ressaltamos que o PPP está em reformulação, a qual representa uma oportunidade de reafirmar o compromisso teórico-metodológico marxista e de aprofundar a coerência entre o projeto pedagógico e os planos de ensino, assegurando que a formação continue orientada pela leitura crítica da sociedade e pela defesa do projeto ético-político.

Apesar dessas contradições, a presença das categorias analíticas nas ementas e diretrizes dos cursos reafirma o esforço dos coletivos profissionais de docentes e estudantes destas universidades e do instituto em preservar a tradição crítica que marca o Serviço Social desde o seu movimento de renovação na realidade brasileira. Essa coerência teórico-política, mesmo que em permanente disputa, demonstra o comprometimento com a emancipação humana e a transformação social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é nítida a presença consistente do referencial crítico marxista como eixo articulador na compreensão dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social contemporâneo nas instituições nordestinas aqui apresentadas, reafirmando a necessidade de olhar para as práticas profissionais a partir das contradições sociais, econômicas e políticas que estruturam a sociedade. A integração das categorias do materialismo histórico-dialético permitiu apreender que os fenômenos sociais não são dados naturais, mas produtos históricos e sociais, atravessados pelas relações de poder, exploração e resistência. Esse olhar crítico é fundamental para a formação de assistentes sociais capazes de analisar e intervir em contextos complexos, reconhecendo as múltiplas dimensões da desigualdade e da exclusão social.

Ao considerar a particularidade das universidades pesquisadas, observa-se que os cursos de Serviço Social se configuram como espaços privilegiados de produção de conhecimento crítico, ético e político. Nesse ambiente, os/as futuros/as assistentes sociais são instigados a problematizar a realidade, a compreender as políticas sociais em seus contextos históricos e a articular teoria e prática de forma reflexiva e crítica. As universidades, sobretudo as federais, assumem um papel estratégico na formação de profissionais capazes de ler e intervir sobre as contradições do capitalismo, da desigualdade e da exclusão, promovendo o desenvolvimento de uma prática profissional comprometida com a justiça social e a emancipação humana.

Embora o materialismo histórico-dialético figure como eixo referencial nas formações em Serviço Social, sobretudo enquanto base teórico-metodológica que sustenta a leitura crítica da realidade social, ainda se observam lacunas quando se trata da efetiva incorporação e materialização de suas categorias no processo formativo, especialmente no âmbito dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (FHTMSS) nas universidades e no instituto citado.

Portanto, esta pesquisa reforça a relevância da formação crítica na contemporaneidade, apontando que a consolidação do referencial marxista, a apreensão das categorias do materialismo histórico-dialético e a internalização do projeto ético-político do Serviço Social não apenas orientam a formação e o trabalho profissional, mas também qualificam o/a assistente social como agente de transformação social.

REFERÊNCIAS

ABEPPS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Brasília: ABEPPS, 1996.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em cheque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: **Revista Inscrita**. Brasília, DF: CFESS, Ano VII, 2007.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA SOBRINHO, J.I.L. **O *ethos* profissional dos/as assistentes sociais:** entre rupturas, continuidades e tensões contemporâneas. Curitiba: CRV, 2020.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpa.edu.br/temas/magistrados/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pará
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

O PROGRAMA PEC E OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS DE ESTUDANTES INTERNACIONAIS ATENDIDOS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

THE PEC PROGRAM AND THE SOCIOECONOMIC CHALLENGES OF INTERNATIONAL STUDENTS SUPPORTED BY THE STUDENT ASSISTANCE POLICY

Silmai Lazaro Neves Dutra

Resumo: O presente trabalho analisa o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio para Cursos de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE), com ênfase nos desafios e dificuldades enfrentados pelos estudantes selecionados para cursar o ensino superior no Brasil. Metodologicamente, a pesquisa investigou, por meio de análise documental, bibliográfica e da experiência profissional, a funcionalidade do convênio PEC no processo de internacionalização das universidades e a realidade socioeconômica dos estudantes migrantes atendidos pela política de assistência estudantil. Os resultados indicam que, embora o PEC contribua para a universalização da universidade pública brasileira e atenda aos objetivos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), parte dos discentes internacionais vinculados ao programa vivencia condições acentuadas de precariedade socioeconômica. Essa situação demanda maior atenção dos órgãos responsáveis pelo convênio — MEC, MRE e universidades —, que devem ampliar e aprimorar as ações e políticas destinadas a esse público.

Palavras-chave: internacionalização; estudantes migrantes; condições socioeconômicas; assistência estudantil.

Abstract: This study analyzes the Undergraduate Student Agreement Program (PEC-G) and the Student Agreement Program for Portuguese as a Foreign Language Courses (PEC-PLE), with an emphasis on the challenges and difficulties faced by students selected to pursue higher education in Brazil. Methodologically, the research examined, through documentary and bibliographic analysis and professional experience, the functionality of the PEC agreement within the process of internationalizing universities and the socioeconomic reality of migrant students assisted by student support policies. The results indicate that, although the PEC contributes to the universalization of Brazilian public universities and aligns with the objectives of the Ministry of Foreign Affairs (MRE), a portion of the international students linked to the program experiences heightened socioeconomic hardship. This situation requires greater attention from the institutions responsible for the agreement — the Ministry of Education (MEC), the Ministry of Foreign Affairs (MRE), and universities — which must expand and improve the actions and policies directed at this group.

Keywords: internationalization; migrant students; socioeconomic conditions; student assistance.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata dos desafios postos aos discentes internacionais do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE) nas universidades federais brasileiras. A produção acadêmica sobre a política de assistência estudantil nas universidades públicas é ampla, no entanto, quando se trata dos estudantes migrantes internacionais, provenientes de países de capitalismo dependente, esse tema representa uma lacuna significativa, sobretudo nas produções do Serviço Social.

Metodologicamente, este trabalho, de caráter qualitativo, baseia-se em análise documental, análise de dados internos e da experiência profissional obtida junto a equipe de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), lotada na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE/UFJF). Priorizou-se a análise de discentes vinculados ao PEC-G e PEC-PLE, por constituírem, até 2025, a maior parte dos estudantes internacionais atendidos pela política de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assim, destaca-se que parte dos dados utilizados foi coletada por meio de levantamento realizado na própria unidade de ensino. Paralelamente, foram consultados textos legais — decretos, leis e normas que dispõem sobre a política de assistência estudantil nas universidades federais e sobre o convênio PEC — atualizados em 2024.

O Programa de Estudantes-Convênio (PEC) configura-se como uma iniciativa de mobilidade acadêmica internacional. Embora alguns textos indiquem que o Programa — especificamente o PEC-G — teria sido criado em 1965, por meio do Decreto Federal nº 55.613, informação inclusive reiterada pelo Governo Federal (BRASIL, 1965; 2024d), nenhum deles apresenta comprovação documental de que tal decreto efetivamente instituiu o Programa. O referido decreto trata, na realidade, do registro de discentes internacionais, e não da criação ou regulamentação do programa PEC. Na ausência de fonte mais confiável, assume-se, com base na afirmação do Governo Federal (BRASIL, 2024e), que o programa teve origem na década de 1960, em nosso entendimento não por meio do Decreto nº 55.613, mas a partir de iniciativas de cooperação firmadas em acordos bilaterais e multilaterais na área da educação entre o Brasil, nações latino-americanas e africanas. Em 1964, “O Departamento Cultural e de Informações (MRE) e a Diretoria do Ensino Superior (MEC) assinam protocolo que dispõe sobre as condições de admissão, em universidades brasileiras, de estudantes estrangeiros” (BRASIL, 2025).

O decreto nº 55.613/1965 foi aprovado no início do governo de Humberto de Alencar Castello Branco, no contexto do chamado “regime autocrático burguês” (NETTO, 2014). Com o decreto, o governo objetivava registrar compulsoriamente todos os estudantes internacionais participantes de convênios que residissem no país, bem como centralizar as informações sobre eles. Naquele período, a parcela majoritária dos estudantes internacionais era proveniente de países da América Latina e América Central, como Bolívia, Colômbia, Paraguai, Panamá, Nicarágua, dentre outros. Destaca-se que, nesse contexto histórico, o regime autocrático também buscava exercer maior controle sobre os estudantes (nacionais ou internacionais) e movimentos estudantis, principalmente sobre aqueles considerados contrários ao governo (SÁ MOTTA, 2014; NETTO, 2014).

Nos anos subsequentes, o programa passou por poucas modificações, sendo efetivamente formalizado e atualizado em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff — embora tenha sido regulamentado no ano anterior pela Portaria nº 745, de 2012. Em 2024, promulgou-se o Decreto nº 11.923, que revogou o Decreto nº 7.948/2013, que dispunha sobre o Programa de Estudantes-Convênio. Ainda em 2024, a operacionalização dos programas passou a ser regulamentada pela Portaria Interministerial MEC/MRE nº 7, a qual reformulou e detalhou os critérios para a execução do PEC-G e PEC-PLE, além de redefinir os papéis do Ministério da Educação (MEC), do MRE, das Instituições de Ensino Superior (IES) e dos candidatos (BRASIL, 2013; BRASIL, 2024a; BRASIL, 2024b).

O Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que atualmente reúne mais de 70 países participantes, contempla três modalidades de acesso à educação superior brasileira. A primeira, denominada Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE), destina-se a estudantes internacionais oriundos de países não lusófonos, que precisam aprender a língua portuguesa e ser obrigatoriamente aprovados no exame de proficiência em português para estrangeiros (Celpe-Brás) antes de iniciarem o curso de graduação. Após a aprovação nesse exame, os estudantes tornam-se aptos a integrar o PEC-G. Além de alunos que egressos do PEC-PLE, a modalidade PEC-G possibilita o ingresso direto em cursos de graduação presencial. Nesse caso, os discentes já possuem domínio da língua portuguesa antes de migrarem para o Brasil, sendo provenientes de países lusófonos ou não. Desse modo, portanto, não necessitam participar do PEC-PLE. Em ambos os casos, os candidatos são selecionados pelas embaixadas brasileiras nos respectivos países de origem conveniados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). A terceira modalidade corresponde ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Nesse caso,

a gestão do PEC-PG é compartilhada entre o MEC e o MRE, sendo a seleção dos estudantes realizada pelas próprias IES, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principais agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação no Brasil.

Em todos os casos, as IES que manifestam interesse podem aderir aos programas em parceria com o MEC. No caso do PEC-G e PEC-PLE, as IES oferecem vagas gratuitas e a infraestrutura de apoio acadêmico, enquanto o MEC e o MRE são responsáveis pela formalização dos acordos internacionais, pela divulgação das vagas nos países conveniados e pelo processo de seleção dos candidatos. Após a seleção, os estudantes vêm para o Brasil com recursos próprios para se instalar e custear sua permanência.

Embora o principal benefício do convênio para o Brasil seja amplamente associado à promoção da troca cultural e ao compartilhamento de experiências entre estudantes nacionais e internacionais, alguns estudos indicam que o programa também atua como um instrumento de influência da política externa brasileira. Tal influência ocorreria de forma indireta, por meio da formação de indivíduos que, no futuro, poderão ocupar posições de destaque em seus países de origem e estabelecer relações favoráveis com o Brasil. (VINECKÝ, 2023). Isso, em tese, facilitaria a difusão da cultura brasileira e contribuiria para a implementação dos objetivos de política externa. Um exemplo frequentemente citado pelo próprio MEC é o do atual presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, ex-aluno do PEC-G, que hoje ocupa o cargo político mais importante de seu país. Assim, o convênio PEC é reconhecido pelo governo brasileiro como uma ferramenta estratégica de política externa (BRASIL, 2024e)

Trata-se de um programa que integra um conjunto de tratados de cooperação internacional firmados, em especial, com nações periféricas do chamado Sul Global, sobretudo do continente africano e da região latino-americana. Assim, enquanto a maioria dos estudantes brasileiros opta por convênios com instituições da Europa e dos Estados Unidos, os participantes do PEC-G são, em sua maioria, oriundos de países africanos e latino-americanos. Em 2024, o Brasil ofertou 8 mil vagas para o PEC-G e 936 para o PEC-PLE. O resultado preliminar da seleção de discentes para ingresso em 2025 indicou 1.691 candidatos ao programa PEC. Desses, 86% eram provenientes do continente africano, 11% da América Latina e 3% da Ásia. (BRASIL, 2024e). Essas regiões concentram diversos países cujas economias se encontram em forte subordinação às nações imperialistas e são marcadas por elevada desigualdade social e pela pauperização da maioria da população.

Em certa medida, os dados gerais apresentados acima refletem, em parte, a realidade da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Em 2025, a instituição conta com um total de 190 estudantes internacionais (UFJF/DRI, 2025a), dos quais cerca de 45 estão matriculados por meio do Programa PEC-G. Com a adesão da UFJF ao Programa PEC-PLE em 2024 e com a chegada dos primeiros discentes em 2025, somaram-se mais 15 alunos internacionais vinculados ao convênio. Portanto, aproximadamente 31,6% do total de discentes internacionais estão vinculados ao convênio PEC, distribuídos entre as modalidades de graduação e de Português como Língua Estrangeira. Considerando essas duas modalidades, cerca de 95% dos discentes são oriundos de países africanos, enquanto os demais se distribuem entre estudantes latino-americanos e do Bangladesh (UFJF, 2025b).

À medida que as universidades brasileiras têm intensificado seus investimentos no eixo de promoção da internacionalização — especialmente porque são avaliadas em rankings internacionais que mensuram seu grau de integração ao sistema global do conhecimento —, abrem-se novas possibilidades para que estudantes internacionais venham ao Brasil cursar gratuitamente o ensino superior. No período mais recente, a ampliação das políticas de internacionalização tem favorecido a adesão de novos países aos convênios, contribuindo, assim, para a intensificação da migração estudantil internacional. No caso do Convenio PEC, além da presença expressiva de discentes oriundos de países africanos e latino-americanos, observa-se um crescimento significativo no ingresso de estudantes provenientes da Ásia, especialmente por meio do PEC-PLE. Contudo, muitos desses estudantes enfrentam, ao longo de sua permanência no Brasil, condições acentuadas de precariedade socioeconômica, o que constitui o principal objeto de nossa análise.

2 ESTUDANTES PEC NO BRASIL E DIFICULDADES SOCIOECONÔMICAS

Embora nem todos os estudantes enfrentem dificuldades socioeconômicas ao virem estudar no Brasil, o aumento da demanda por vagas chama a atenção diante dos inúmeros problemas vivenciados pelas populações de algumas das regiões de origem — África e América Latina, Sul da Ásia — como a acentuada desigualdade social, o pauperismo, os conflitos bélicos locais, os deslocamentos forçados e a insegurança alimentar. Nesse cenário, as universidades brasileiras passam a ser percebidas como uma oportunidade privilegiada de formação acadêmica, crescimento profissional e futura inserção qualificada no mercado de trabalho, além da fuga da situação de desigualdade social nos países de origem.

Como estratégia de sobrevivência e em busca de melhores oportunidades acadêmicas e de mobilidade social, parte dos estudantes internacionais opta por vir para o Brasil. Eles são atraídos, em grande medida, pela gratuidade dos cursos e pela inexistência de taxas nas universidades públicas brasileiras (matrícula, reprovação, emissão de diplomas, dentre outras), bem como pela relativa facilidade de obtenção do visto de estudante (Visto Temporário IV), especialmente em comparação com os países do Norte Global. Em menor medida, em determinados casos, os estudantes chegam ao país já com a intenção de permanecer de forma definitiva ou, ao longo da graduação, passam a manifestar o desejo de fixar residência no Brasil. Ainda assim, ingressam na condição de estudantes e permanecem sujeitos às condicionalidades previstas na legislação que regulamenta o convênio PEC.

Ainda que alguns estudantes consigam se manter financeiramente no Brasil com recursos provenientes de seus grupos familiares de origem, observa-se, nas universidades, a crescente demanda por assistência estudantil. Ao chegarem, muitos se deparam com o elevado custo de vida nas cidades universitárias, o que dificulta o acesso à moradia, à alimentação e a outros recursos essenciais para sua permanência no país e, conseqüentemente, no curso de graduação. Nesse contexto, diversas famílias não dispõem de recursos financeiros suficientes para assegurar a manutenção dos discentes no Brasil, o que tem repercutido negativamente na qualidade de vida desses estudantes.

Ao longo dos últimos anos de atuação junto aos discentes do PEC, identificou-se uma série de dificuldades e desafios enfrentados por esses estudantes, que se manifestam desde a chegada ao Brasil até a conclusão do curso e o retorno ao país de origem. Além das limitações de ordem socioeconômica, parte dos estudantes vivencia desafios em múltiplas dimensões — pedagógica, psicológica, saúde física e também linguística.

No campo das demandas de ordem psicossocial, tem-se, por exemplo, questões relacionadas à saúde mental, solidão e dificuldades de adaptação no Brasil, dentre outras. No campo linguístico e pedagógico, os maiores desafios são enfrentados pelos estudantes do PEC-PLE¹, que, por não dominarem a língua portuguesa, têm dificuldade em se comunicar adequadamente com colegas, servidores técnico-administrativos e terceirizados, bem como em acompanhar as aulas ministradas pelos professores. Essas dificuldades extrapolam o

¹ No caso dos discentes do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) — que não serão abordados neste texto —, as dificuldades linguísticas e pedagógicas podem ser igualmente relevantes, pois, por não precisarem comprovar proficiência em português para serem aceitos na universidade, podem enfrentar grandes desafios na compreensão das aulas, na interação com os colegas de turma e em outras situações acadêmicas ou com a comunidade externa.

ambiente universitário, manifestando-se em situações cotidianas, como em consultas médicas ou nas tentativas de inserção no mercado de trabalho, uma vez que, em muitas atividades laborais, é pouco provável a contratação de pessoas que não dominem a língua portuguesa. No campo social, destacam-se as dificuldades de ordem socioeconômica, manifestações de racismo e outras formas de discriminação, em razão de a maioria dos estudantes ser negra e proveniente de países com elevada desigualdade social.

No processo de seleção, embora seja exigida a apresentação de documentação que comprove rendimentos familiares suficientes para assegurar a manutenção do estudante no Brasil durante todo o período da graduação, observa-se que, após a chegada, uma parcela significativa dos discentes não recebe auxílio financeiro familiar, ou o recebe de forma irregular e, quando o valor é enviado, este frequentemente se revela insuficiente para garantir sua subsistência. Tal situação decorre de diversos fatores, como a incapacidade efetiva das famílias de arcar com os custos, considerando que, no momento da inscrição, as declarações de renda (Termos de Responsabilidade Financeira) podiam conter rendas somadas entre diferentes familiares ou amigos apenas para atender ao requisito formal de aprovação. Além disso, outras contingências — como a perda de emprego do responsável financeiro, a redução da renda familiar ou o falecimento de provedores — também figuram entre os fatores que comprometem o envio de auxílio financeiro familiar, agravando o quadro e expondo esses estudantes a condições de acentuada precariedade socioeconômica.

Por essa razão, parte dos discentes não apenas recorre aos auxílios estudantis, mas também busca inserção no mercado de trabalho, sobretudo em atividades informais. Como até 2023 a legislação vedava o exercício de atividade remunerada por estudantes conveniados (PEC-G) (BRASIL, 2013) — excetuando-se os casos de estágios curriculares e demais atividades acadêmicas, como monitorias e projetos de iniciação científica —, muitos discentes recorriam ao trabalho informal como estratégia de sobrevivência. Embora o ideal fosse a dedicação exclusiva às atividades acadêmicas, a necessidade de subsistência no Brasil frequentemente impõe a busca por ocupações remuneradas. Também por essa razão, os legisladores federais promoveram, em 2024, a reformulação e atualização da legislação referente ao convênio PEC. A partir das alterações, atualmente os estudantes vinculados tem autorização para exercer atividades remuneradas, formais ou informais, desde que tais ocupações não prejudiquem o andamento do curso na IES (BRASIL, 2024a; 2024b).

Um dos mecanismos que contribuem para mitigar a situação de precariedade socioeconômica dos estudantes internacionais é o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino

Superior (PROMISAES), instituído em 2003 por meio do Decreto nº 4.875, no governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula). Esse projeto foi criado com o objetivo de “fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre os países com os quais o Brasil mantenha acordos educacionais ou culturais” (BRASIL, 2003). O decreto estabelece, de forma imperativa, que devem ser “adotadas medidas viabilizadoras do intercâmbio de alunos, para que possam frequentar cursos de graduação ministrados nas Instituições Federais de Ensino Superior” (BRASIL, 2003). Na prática, o projeto consiste na concessão de um auxílio financeiro aos candidatos aprovados em edital, renovável a cada 12 meses mediante novo processo seletivo. A partir do referido decreto, os editais das IES que aderiram ao PEC-G passaram a prever que os estudantes internacionais que atendessem aos critérios predefinidos poderiam receber um auxílio financeiro (bolsa) no valor de R\$ 622,00, sem quaisquer contrapartidas. Assim, até os dias atuais, os estudantes internacionais vinculados exclusivamente ao PEC-G podem candidatar-se ao auxílio do programa PROMISAES após a conclusão do primeiro período na universidade.

O PROMISAES é um programa do Governo Federal, sob a gestão do Ministério da Educação (MEC) e, em grande parte das IES, operacionalizado pelo setor de relações internacionais (diretoria ou coordenação, etc.). Seu objetivo é apoiar os estudantes internacionais vinculados ao PEC-G. Embora o auxílio financeiro ofertado pelo programa contribua para a permanência dos discentes nos cursos de graduação, o PROMISAES, até meados de 2024, não integrava a política de assistência estudantil em muitas IES, ainda que os setores de assistência estudantil, por meio de avaliações socioeconômicas, feitas, sobretudo, por equipes de assistentes sociais, cumprissem a função de contribuir com o processo de seleção dos candidatos.

Embora suscetível a controvérsias, a inclusão do PROMISAES como programa de assistência estudantil foi efetivada por vias legais em 2024, com a promulgação da lei que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O programa adota critérios de seleção passíveis de questionamento, tais como: a ênfase excessiva no rendimento acadêmico dos discentes; a vedação ao exercício de atividade laboral prevista em alguns editais de determinadas IES até 2025, dentre outros.

O referido auxílio ao contribuir para a permanência do estudante internacional e por envolver a participação de profissionais da assistência estudantil em seu processo de seleção e concessão, integra, ainda que de forma indireta, ações que podem ser interpretadas como parte da assistência estudantil. Contudo, há diversas limitações para classificá-lo integralmente

dessa maneira: 1) o auxílio não é destinado de forma exclusiva ou preferencial aos estudantes em situação de precariedade socioeconômica; 2) Nos casos de estudantes que se encontram em situação emergencial ao chegarem ao Brasil, o acesso ao auxílio mostra-se praticamente inviável, uma vez que sua concessão só é permitida a partir do segundo semestre do curso, quando já é possível avaliar o desempenho acadêmico do discente; 3) o programa prioriza o desempenho acadêmico na concessão do auxílio, em detrimento daqueles discentes que enfrentam dificuldades socioeconômicas e, por consequência, podem apresentar menor rendimento acadêmico; 4) em muitas IES, a gestão do programa e dos recursos disponíveis é operacionalizada pelo setor de relações internacionais, e não pelo setor responsável pela assistência estudantil; 5) O valor do auxílio (R\$ 622,00) oferecido pelo programa permanece inalterado desde sua criação em 2003, tendo sofrido significativa perda de poder aquisitivo ao longo do tempo, sem qualquer atualização que acompanhe a inflação. Embora, em alguns casos, o montante possa superar os valores de determinados auxílios de assistência estudantil destinados a discentes brasileiros, sua estagnação tem produzido impactos negativos sobre os estudantes conveniados.

Como consequência, nas instituições de ensino superior onde isso é possível, parte dos discentes opta por acessar diretamente os auxílios de assistência estudantil anteriormente destinados apenas a estudantes brasileiros — especialmente naquelas em que ainda é proibido o exercício laboral concomitante à percepção do auxílio do PROMISAES. No atual contexto, a prática de proibir atividade remunerada, em nosso entendimento, conflita com a nova legislação referente ao PEC. A Portaria Interministerial MEC/MRE n.º 7/2024, autoriza o exercício de atividades laborais. O Art 25, da referida Portaria afirma:

Nos termos do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017 [que regulamenta a lei de migração], ***é permitida a participação do estudante-convênio em atividade remunerada***, desde que compatível com a carga horária do estudo, incluindo estágios relacionados com seu curso, atividades de pesquisa, extensão e de monitoria. Parágrafo único. A participação do estudante-convênio em atividade remunerada deverá prezar pelo bom andamento da formação, do desenvolvimento social e do cumprimento dos horários acadêmicos do estudante-convênio. (BRASIL, 2024a, grifo nosso).

Embora seja desejável que o estudante se dedique exclusivamente às atividades acadêmicas, existem situações em que a necessidade de subsistência no Brasil impõe a busca por atividades remuneradas. Nesse contexto, embora seja tema sensível em virtude da crescente precarização do próprio mercado de trabalho brasileiro, entende-se que a realização de trabalho remunerado não deveria constituir critério para a concessão do auxílio do

PROMISAES, de modo a não penalizar aqueles estudantes em piores condições socioeconômicas. Assim, para terem acesso ao referido auxílio, muitos estudantes recorrem ao trabalho **informal** ou, como evidenciado, desistem do programa PROMISAES, optando por concorrer aos demais auxílios de assistência estudantil oferecidos pelas IES, que não impõem penalidades aos discentes que exercem atividades laborais.

Até recentemente, muitas IES não ofereciam auxílios financeiros de assistência estudantil aos discentes internacionais, embora, em diversos casos, prestassem atendimento psicológico e pedagógico, entre outros, sempre que possível. Essa limitação decorria, por um lado, da ausência de legislação que contemplasse especificamente a situação desses estudantes e, por outro, do número reduzido de discentes internacionais que buscavam os serviços de assistência estudantil. Essa realidade começou a se modificar em razão do aumento do número de estudantes internacionais que passaram a ingressar nas universidades brasileiras por meio do convênio PEC. Como consequência, observou-se também o crescimento do número de discentes do convênio em situação de precariedade socioeconômica.

Ainda que a nova legislação determine que os estudantes vinculados aos Programas PEC-G e PEC-PLA comprovem possuir recursos financeiros para garantir sua manutenção no Brasil (BRASIL, 2024a; 2024b), ela também recomenda que o MEC, o MRE e as IES adotem medidas de apoio que viabilizem a permanência desses discentes no país. Assim, encontrou-se o respaldo legal para a inserção dos estudantes internacionais nas políticas de assistência estudantil das universidades. A Portaria nº 7/2024 estabelece, em seus artigos, que:

*Art. 31. O estudante-convênio terá assegurado acesso equiparável ao dos demais estudantes da IES à qual esteja vinculado aos serviços e programas de assistência da instituição, considerada sua situação financeira específica durante o período de residência em território brasileiro para fins de estudo, bem como as diferenças culturais aplicáveis. Art. 32. O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação bem como agências de fomento e **IES participantes poderão oferecer auxílios para estudantes-convênio**, na forma da legislação específica: I - como medida de estímulo à consecução de objetivos gerais de política externa e educacional; II - por reconhecimento ao mérito acadêmico ou por desempenho acadêmico excepcional; ou **III - por situação de vulnerabilidade socioeconômica; (BRASIL, 2024, grifo nosso).***

Além das determinações explícitas da Portaria nº 7/2024, o novo Decreto nº 11.923, que regulamenta o convênio PEC, reitera todo o conteúdo do artigo 31 da referida Portaria em seu parágrafo único: “Ao estudante-convênio será assegurado acesso equiparável ao dos demais estudantes aos serviços e programas de assistência da instituição de educação superior [...]” (BRASIL, 2024b).

Portanto, a legislação referente ao Programa de Estudantes-Convênio (PEC) estabelece de forma explícita a responsabilidade dos setores de assistência estudantil das IES no atendimento aos discentes internacionais em condições de precariedade socioeconômica. Além disso, a nova lei que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) também é clara ao orientar esses setores. Entre os objetivos da PNAES, destaca-se o de “apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países”. (BRASIL, 2024c).

No artigo 6º, a referida lei estabelece que o Programa de Assistência Estudantil (PAE) deve atender, prioritariamente, os estudantes matriculados em cursos presenciais que satisfaçam ao menos um dos critérios previamente definidos. Entre esses critérios, destaca-se o inciso IX: “*ser estudante estrangeiro em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou refugiado*” (BRASIL, 2024c, grifo nosso). Assim, a criação ou ampliação de ações, projetos e programas vinculados às políticas de assistência estudantil voltadas a estudantes migrantes — seja por meio da concessão de auxílios financeiros, seja pela oferta de outros serviços — encontra respaldo legal nas legislações, normas e decretos vigentes em 2025.

É importante destacar que nem todos os discentes vinculados aos convênios PEC-G e PEC-PLE necessitam de auxílios estudantis para garantir sua subsistência. Há casos de estudantes que possuem rendimentos familiares suficientes para sua manutenção no Brasil. Contudo, parte deles é contemplada pelo auxílio do Programa PROMISAES, visto que, como já mencionado, o programa prioriza o mérito acadêmico em detrimento da condição socioeconômica. Parte desses discentes, mesmo possuindo rendimentos suficientes, ainda se candidata aos auxílios ofertados pelas IES, sejam de assistência estudantil ou não, o que exige aprimoramento da metodologia de trabalho do serviço social no que se refere às análises socioeconômicas.

Apesar de o objetivo central deste estudo ter sido demonstrar algumas das dificuldades de ordem socioeconômica, ressalta-se que os discentes migrantes enfrentam desafios em múltiplas dimensões. Nesse contexto, revela-se imprescindível a adoção de uma política abrangente de acolhimento que busque mitigar tais dificuldades, assegurando melhores condições de vida a esses estudantes e, conseqüentemente, favorecendo tanto a construção de uma trajetória formativa sólida quanto a conclusão bem-sucedida da graduação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como a universidade brasileira vem conduzindo a recepção e a formação dos estudantes migrantes revela avanços importantes. Entretanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para a consolidação de ações mais amplas e efetivas de acolhimento aos discentes internacionais vinculados ao convênio PEC. Se a formação profissional desses estudantes é relevante, torna-se imprescindível que as IES aprimorem suas políticas de acompanhamento e **fortaleçam** as ações de permanência estudantil, contribuindo, assim, para a qualidade da formação universitária desses discentes e para o fortalecimento da troca cultural entre os países. Contudo, para além das IES, essa situação exige maior atenção dos órgãos responsáveis pelo convênio — o MEC e o MRE —, considerando que muitos discentes enfrentam dificuldades socioeconômicas significativas que demandam intervenção institucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 55.613, de 20 de janeiro de 1965. Torna obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de Convênios Culturais (estudantes-convênios) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 jan. 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d55613.htm. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.875, de 11 de novembro de 2003. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação – PEC-PG. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4875.htm. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 mar. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm. Acesso em: 06 nov. 2025.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 7, de 4 de junho de 2024a. Regulamenta a operacionalização do Programa de Estudantes-Convênio nas modalidades Graduação (PEC-G) e Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE), conforme o Decreto nº 11.923/2024. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2024. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-interministerial-007-2024-06-04.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.923, de 15 de fevereiro de 2024b. Regulamenta o Programa de Estudantes-Convênio (PEC). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 fev. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11923.htm. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024c. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 2024d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm . Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Publicada portaria que regula o PEC-G e o PEC-PLE. Brasília, 6 jun. 2024d. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/publicada-portaria-que-regula-o-pec-g-e-o-pec-ple>. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Divulgado resultado preliminar do PEC 2025**. Brasília, 16 out. 2024e. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/divulgado-resultado-preliminar-do-pec-2025>. Acesso em: 1 nov. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Cronologia 1964-1988**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/arquivos/arquivos-teste/cronologia_1964_1988.pdf .Acesso em: 2 nov. 2025.

NETTO, José Paulo. **Uma pequena história da ditadura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: arquivo PDF pessoal. Acesso em: 23 jun. 2025.

PADILHA, Felipe. **Trajetórias acadêmicas e profissionais de estudantes internacionais do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação no Ensino Superior**. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264988> . Acesso em: 5 out. 2025.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **As universidades e o regime militar**. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014. e-book. Disponível em: <https://www.mercado-de-letras.com.br/ebooks/as-universidades-e-o-regime-militar.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

UFJF, UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA/DRI. **Ações de Internacionalização/UFJF – 2025a** Disponível Em <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2025/06/diretoria-de-relaes-internacionais-primeiro-ano-gesto.pdf> Acesso Em 23 09 2025.

UFJF, UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE)**. Juiz de Fora, 2025b. Arquivo Interno. Documento interno não publicado.

VINECKÝ, Verônica. **Polêmicas no funcionamento do “Pré-PEC-G”**: análise de discursos dos sujeitos envolvidos no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). 2023. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, BH, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/7c96bc43-c5a4-471e-b579-0afa86e4f180/content> . Acesso em: 3 nov. 2025.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/tenovaimacnonservicossocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CREAS: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÕES DE FORÇAS À LUZ DAS CATEGORIAS DE MARX EM O CAPITAL

THE WORK OF THE SOCIAL WORKER AT CREAS: EXPRESSIONS OF THE SOCIAL QUESTION AND RELATIONS OF FORCES IN LIGHT OF MARX CATEGORIES IN CAPITAL

Andreia Cristina Soares de Mello
Jessica Braga de Oliveira

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o trabalho do assistente social no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), destacando os atravessamentos das expressões da questão social e suas inter-relações com as dinâmicas de poder. A partir de uma perspectiva crítica e fundamentada no projeto ético-político do Serviço Social, discutem-se como as múltiplas expressões da desigualdade como pobreza, violência, violação de direitos e exclusão se manifestam cotidianamente nas demandas que chegam ao CREAS. O artigo também busca problematizar os limites e possibilidades da atuação profissional frente a um contexto institucional permeado por relações de poder, controle social e mediações entre o Estado e os sujeitos em situação de vulnerabilidade. Ao final, reforça-se a importância de uma prática profissional comprometida com a emancipação social, a garantia de direitos e o enfrentamento das múltiplas formas de opressão.

Palavras-chave: Serviço Social; CREAS; Questão Social; Relações de Poder; Políticas Públicas

Abstract: This article aims to analyze the work of social workers at the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS), highlighting the intersections of expressions of the social issue and their interrelations with power dynamics. From a critical perspective and based on the ethical-political project of Social Work, the article discusses how the multiple expressions of inequality such as poverty, violence, violation of rights and exclusion manifest themselves daily in the demands that reach CREAS. The article also problematizes the limits and possibilities of professional practice in an institutional context permeated by power relations, social control and mediations between the State and individuals in vulnerable situations. Finally, the article reinforces the importance of a professional practice committed to social emancipation, the guarantee of rights and the confrontation of multiple forms of oppression.

Keywords: Social Work; CREAS; Social Issue; Power Relations; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende tratar sobre o trabalho do assistente social no CREAS, os seus enfrentamentos frente às expressões da questão social e as relações de força presentes neste espaço, a partir das categorias marxianas de *O Capital*, para, além disso, busca-se compreender como se dar a relação entre o trabalho profissional que se insere na divisão social do trabalho o Estado na sua função de mediador dos conflitos de classe.

O profissional do serviço social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) está inserido em um espaço de intensas apresentações das expressões da questão social, marcado por desigualdades estruturais do modo de produção capitalista. Este espaço institucional está diretamente relacionado com situações de violação de direitos, e por uma permanente tensão entre as demandas concretas da população em situação de vulnerabilidade e as determinações institucionais que regulam a política pública.

Este trabalho propõe uma análise crítica da realidade do trabalho do assistente social no CREAS, tendo como eixo a expressão multifacetada da questão social e as relações de força que a atravessam. A partir de um diálogo com as categorias de análise de Karl Marx e de outros autores sobre a temática.

O CREAS integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como unidade pública de atendimento a pessoas e famílias em situação de violação de direitos. Situações tais como: violência doméstica, trabalho infantil, abandono, entre outras, são expressões da questão social, este conceito nos remete a categorias marxistas que se referem às contradições inerentes à sociedade capitalista e à desigualdade resultante da apropriação privada dos meios de produção.

É neste espaço que o Assistente Social atua como mediador entre as demandas sociais da classe trabalhadora e as respostas ofertadas pelo Estado. Entretanto, muitas vezes, essas respostas são marcadas por um viés precarizado, pragmático, gerencialista e voltado à manutenção da ordem social capitalista.

Os serviços sociais têm para os capitalistas um caráter complementar à reprodução da força de trabalho a menor custo, para os trabalhadores assalariados tais serviços são também complementares na sua reprodução física, intelectual e espiritual e de sua família, já que a base de sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho. Iamamoto (2011, p.110).

A questão social, como um produto das contradições estruturantes do sistema vigente, apresenta-se nas muitas formas de desigualdade, expropriação, negligência e exclusão vivenciadas cotidianamente pela população atendida no CREAS. O equipamento como serviço público, concentra atendimentos relacionados a violações de direitos, violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil, situação de rua, entre outros. Tais expressões não são desvios individuais ou disfunções isoladas, mas sim, manifestações da desigualdade social resultante da forma de organização da produção e reprodução da vida social no sistema capitalista.

As expressões da questão social são, portanto, resultantes da contradição entre capital e trabalho, e se materializam no desemprego estrutural, precarização, exclusão e múltiplas formas de violência. No CREAS, o assistente social atua diante dessas expressões, tensionado entre o atendimento à população demandante e os limites frente política pública nas ausências de respostas efetivas

2 RELAÇÕES DE FORÇA E A MEDIAÇÃO ESTATAL

Faz – se necessário compreende que a intervenção do profissional no CREAS se dá em um terreno de disputa, entre diferentes interesses de classe, de forças políticas e de estratégias de controle social que se confrontam continuamente. O Estado ocupa uma posição subjetiva como articulador das políticas sociais, pois é entendido como um instrumento de dominação da classe burguesa, para garantia da reprodução das condições de exploração. Sentido em que a política de assistência social aparece como um mecanismo de restrição dos efeitos mais intensos da desigualdade, reduzindo conflitos sociais sem interferir na sua origem estrutural.

Embora o CREAS seja um espaço de contradições e disputas. Não deixa de ser também um instrumento da política pública com vistas a garantia de direitos sociais. Porém, preciso ter clareza que este está inserido numa estrutura estatal que busca atender prioritariamente à reprodução das condições de dominação capitalista. Ocasionalmente marcas as relações de força no interior do CREAS como:

- Disputas entre interesses das classes (população usuária x gestores);
- Conflitos entre diretrizes técnicas e imposições burocráticas;
- Pressões por produtividade e controle dos tempos e ritmos de trabalho (intensificação da jornada);

- Condições de trabalho precarizadas, resultado da ofensiva neoliberal sobre o setor público.

Esses aspectos refletem a luta de classes e a dominação ideológica presentes nas instituições públicas. O trabalho do assistente social, nesse cenário, assume um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que pode contribuir para o fortalecimento da cidadania e da autonomia dos usuários, pode também se tornar instrumento de controle social.

Trata-se de um trabalho que é permeado por relações de força, embora ele atue como mediador entre as demandas da população e os limites impostos pelo Estado e pela lógica do capital. Este profissional precisa lidar com a constante tensão entre o compromisso ético-político com os usuários e a racionalidade burocrática do Estado, que frequentemente prioriza metas; indicadores e procedimentos em detrimento de respostas efetivas às necessidades sociais dos usuários do serviço.

3 O TRABALHO IMPRODUTIVO DO ASSISTENTE SOCIAL E A LÓGICA ESTATAL

O Estado, para Marx, não é um agente neutro, mas sim um instrumento de dominação de classe. Sua função é preservar as condições de reprodução do capital e garantir a ordem burguesa. Assim, políticas públicas e instituições sociais são formas de administrar as contradições do capitalismo, sem transformá-lo radicalmente. “O Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (Marx & Engels, Manifesto do Partido Comunista).

Nesse sentido, a atuação estatal na área social deve ser lida como parte da lógica de contenção e controle da classe trabalhadora. A assistência social aparece como instrumento de regulação da pobreza, de amortecimento das lutas de classe e de manutenção da paz social.

O fato do trabalho do assistente social ser improdutivo do ponto de vista do capital, não o torna irrelevante. Pelo contrário, trata-se de um trabalho essencial para a manutenção da força de trabalho e para a contenção dos conflitos sociais inerentes ao sistema vigente. O objetivo do Estado, em empregar esses profissionais, é buscar gerenciar os efeitos da questão social e garantir a estabilidade da ordem vigente, atuando como regulador das tensões entre as classes sociais.

Esse lugar do trabalho improdutivo, muitas vezes desvalorizado e invisibilizado, refletem a precarização do trabalho dos próprios assistentes sociais. Inseridos em estruturas

institucionais marcadas pela escassez de recursos, sobrecarga de trabalho e instabilidade contratual, os profissionais experimentam na própria pele as expressões da questão social que buscam combater.

4. AS CATEGORIAS MARXIANAS: TRABALHO, VALOR E EXPLORAÇÃO

Marx analisa a divisão social do trabalho como um processo histórico que, no capitalismo, se transforma em um mecanismo de dominação e alienação. O trabalho é fragmentado, especializado e submetido ao controle do capitalista. O trabalhador, nessa lógica, perde a totalidade do processo de produção e se torna um apêndice da máquina ou de uma função restrita.

Essa divisão vai além da produção: estende-se a toda a sociedade. Funções como saúde, educação e assistência social tornam-se setores especializados, separados da produção direta. Contudo, essas áreas não escapam da lógica do capital – são subordinadas às necessidades da reprodução da força de trabalho e ao controle social.

A atuação do assistente social, nesse contexto, se dá como parte dessa divisão funcional: ele media conflitos, intervém na pobreza, implementa políticas sociais. Mas o faz dentro de uma lógica que limita sua ação crítica e sua autonomia. Marx diferencia o “processo de trabalho” em atividade humana que transforma a natureza e o “processo de valorização” específico do modo de produção capitalista, aonde o trabalho vivo é apropriado para gerar mais-valia. O trabalho do assistente social, embora inserido no setor de serviços e não diretamente produtor de mercadorias, é funcional à reprodução da força de trabalho, contribuindo indiretamente para a valorização do capital.

Quanto à jornada de trabalho, Marx aponta os conflitos entre o capital e o trabalho quanto ao tempo de exploração. Mesmo quando o trabalho do assistente social não produz mais-valia no sentido direto, este profissional está subordinado à mesma lógica capitalista, submetido a metas, produtividade, contratos precários e intensificação da jornada.

A categoria trabalho é central na análise marxista e o profissional do serviço social, enquanto trabalhador assalariado é participante da classe que vive da venda de sua força de trabalho. Sua intervenção, ainda que voltada à garantia de direitos, está atravessada pelas determinações do sistema vigente, que busca reduzir-los a simples custos, racionalizando a força de trabalho e mantendo sua hegemonia.

A categoria ao atuar em instituições públicas como o CREAS, é um trabalhador assalariado e como tal, contratado pelo Estado e inserido na divisão social do trabalho. Sua

autonomia profissional, portanto, está subordinada às relações de produção e pelas determinações institucionais que organizam a política social sob base do capital.

Para Behring (2003), a política social no capitalismo assume um caráter ambivalente: é uma resposta à luta da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, um mecanismo de controle social e reprodução da força de trabalho.

Segundo Marx (2011, p. 177), o trabalho assalariado é a “condição geral do trabalho no modo de produção capitalista”, e isso inclui tanto os trabalhadores diretamente produtivos quanto os que realizam atividades de reprodução da força de trabalho. Assim, embora o trabalho do assistente social não produza valor ou mais-valia direta, isto é, quando ele ligado diretamente se mediação de instâncias privadas, ele é necessário à reprodução do capital sendo, portanto, funcional ao sistema.

Para Iamamoto (2008), o Serviço Social é um trabalho inserido no processo de reprodução das relações sociais e se realiza por meio de práticas mediadas por instituições estatais e políticas públicas. Isso significa que, embora este profissional tenha como base seus princípios éticos e teóricos próprios, sua prática é regulada por diretrizes institucionais que podem limitar seu campo de decisão.

A autonomia, nesses termos, não pode ser confundida com independência. Como explica Netto.

"o exercício profissional está condicionado às necessidades e imposições do empregador", sendo que no caso do assistente social estatal, esse empregador é o próprio Estado, responsável pela regulação e controle das políticas sociais (Netto, 2011, p. 109).

Portanto o profissional está em uma condição conflituosa: ao mesmo tempo em que representa o Estado na execução das políticas públicas, também é tensionado pelas contradições éticas e políticas oriundas do confronto entre a defesa de direitos e as limitações da política institucional.

5. A MEDIAÇÃO CRÍTICA DA PRÁTICA PROFISSIONAL

O desafio para o assistente social é mediar sua inserção subordinada ao Estado com o compromisso ético-político da profissão, que preconiza a defesa de direitos, a autonomia dos sujeitos e a transformação social. O que requer uma mediação dialética, que exige reconhecer

os limites impostos pelo sistema, mas também identificar frestas para resistência e afirmação de projetos alternativos.

Iamamoto aponta que o profissional atua em um campo de mediações, e sua prática pode oscilar entre a reprodução da ordem e a resistência crítica, a depender de sua vinculação política e da leitura que faz da realidade. Para a autora,

"a autonomia relativa do trabalho profissional se expressa na capacidade de realizar leituras críticas da realidade e construir respostas criativas no interior das instituições" Iamamoto (2008, p. 76).

Isso significa que, mesmo em um trabalho considerado improdutivo e subordinado ao Estado, o assistente social pode:

- Criar estratégias de resistência ao gerencialismo e à lógica punitiva das políticas sociais;
- Fortalecer a participação dos usuários nas decisões;
- Defender direitos de forma articulada com a rede e os movimentos sociais;
- Produzir leituras críticas da realidade para subsidiar denúncias e incidências políticas.

A condição de trabalhador assalariado traz consigo outra categoria marxista fundamental: alienação. Descrita por Marx como um processo de alienação que consiste na separação entre o trabalhador e os meios e fins do seu trabalho, que passam a ser controlado por outra instância neste caso, o Estado.

Tal alienação se expressa na limitação da autonomia profissional, já que o assistente social não é livre para decidir as formas de sua atuação, sua prática está condicionada as normas, protocolos, metas e fluxos institucionais, que na maioria das vezes é contraditório aos princípios éticos da profissão.

"o trabalho do assistente social é requisitado para atender a necessidades objetivas do Estado burguês, o que impõe uma tensão permanente entre os objetivos do capital e os compromissos da profissão com os direitos sociais" (Netto, 2011, p. 101).

Dessa forma, o profissional enfrenta uma dupla determinação: por um lado, sua prática é subordinada às diretrizes estatais, por outro, há o compromisso com o projeto ético-político do Serviço Social, que se ancora na emancipação humana e na radicalidade dos direitos. O desafio ético-político do assistente social está em tensionar essas determinações e afirmar uma prática crítica, articulada com os movimentos sociais e voltada à transformação da realidade social.

6. ÉTICA PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS, DILEMAS E PRÁXIS

Um dos pilares que orientam a atuação do assistente social é a ética. não apenas como código de conduta, mas como expressão de um projeto de sociedade, isto é, um componente essencial da práxis profissional, que se manifesta em decisões cotidianas frente às desigualdades sociais, às contradições institucionais e às relações de poder que perpassam esses espaços.

Para a profissão não se limita a normas comportamentais ou regras morais, mas sim, ao compromisso ontológico com a liberdade, a justiça social e a dignidade humana. Iamamoto (2008) sustenta que o fundamento ético está ligado à concepção de homem enquanto sujeito histórico e social, dotado de potencialidade criadora e transformadora. Dessa forma, o compromisso ético-político não apenas um item adicional, mas parte constitutiva da profissão.

No cotidiano institucional, o assistente social é constantemente convocado a tomar decisões diante de situações complexas e ambíguas. Behring (2003) lembra que...

Em contextos de restrição de direitos, a ética ganha um sentido ainda mais profundo: ela passa a ser resistência à barbárie. Os dilemas éticos emergem, por exemplo, quando há choque entre os direitos dos usuários e as normas institucionais ou a lógica gerencialista imposta pelas políticas públicas. (Behring 2003).

Esta se concretiza no Projeto Ético-Político do Serviço Social, e expresso uma escolha de classe em favor dos oprimidos. Netto (2011) ressalta que essa perspectiva ética não é neutra nem abstrata, mas historicamente situada e alinhada aos interesses da classe trabalhadora.

7. A INSTRUMENTALIDADE NO SERVIÇO SOCIAL: MEDIAÇÕES ENTRE TEORIA, TÉCNICA E ÉTICA

A instrumentalidade do Serviço Social diz respeito à capacidade que o profissional tem em intervir na realidade social a partir da articulação entre habilidades técnico-operativas, conhecimento teórico, e princípios éticos. Ou seja, trata-se de muito mais do que um conjunto de ferramentas, refere-se de uma construção histórica e política da profissão.

De acordo com Guerra (2011), a instrumentalidade deve ser entendida em sua dimensão dialética, articulando os meios (instrumentos) com os fins (projeto de sociedade). Isso significa que a escolha dos instrumentos não é técnica pura, mas carregada de valores, concepções de mundo e intencionalidades políticas.

No que diz respeito ao CREAS, por exemplo, os instrumentos utilizados (entrevistas, visitas domiciliares, encaminhamentos, relatórios) a partir do projeto ético-político que orienta a intervenção, ganham sentido. Para Mota (2009), a efetividade da intervenção depende da apropriação crítica desses instrumentos, evitando sua redução à tecnocracia ou à mera reprodução burocrática.

Entende-se, portanto, que a formação profissional tem papel central na construção da instrumentalidade. Iamamoto (2008) afirma que a mediação entre teoria e prática requer uma sólida base teórica e crítica que permita ao profissional compreender as mediações entre o singular e o estrutural nas situações concretas de intervenção.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro é uma construção coletiva, forjada nos embates da década de 1980, e que se consolidou como marco referencial da profissão. Ele representa uma ruptura com o conservadorismo profissional e um engajamento com os princípios democráticos, os direitos humanos e a emancipação social.

Segundo Netto (1996), esse projeto nasce como resposta à crise da ditadura e à retomada das lutas sociais. Articula a defesa intransigente dos direitos sociais com uma concepção crítica de sociedade, inspirada no materialismo histórico-dialético. A profissão assume, nesse momento, um projeto societário vinculado à classe trabalhadora.

O projeto está ancorado em princípios como liberdade, democracia, justiça social, equidade e universalização dos direitos. Para CFESS (2011), esses princípios devem ser efetivados em todas as dimensões da prática profissional: nas relações com os usuários, nas ações interprofissionais, na produção de conhecimento e na luta por políticas públicas.

Na conjuntura atual, marcada por avanços do neoliberalismo, cortes nas políticas sociais e precarização do trabalho, o projeto enfrenta importantes desafios. Segundo Behring (2011), a radicalidade desse projeto precisa ser reafirmada como resistência à despolitização das práticas e ao enfraquecimento dos direitos sociais.

O Projeto Ético-Político não é uma utopia distante, mas uma diretriz concreta para orientar decisões e ações cotidianas. Iamamoto (2008) reforça que a inserção crítica do profissional nas instituições públicas e a construção de estratégias de enfrentamento.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do assistente social no CREAS está atravessado por múltiplas determinações sociais, econômicas e políticas. A partir das contribuições de Marx, permite compreender as mediações entre a prática profissional, a questão social e as determinações do modo de produção capitalista, é possível observar tanto o caráter estrutural da questão social quanto os mecanismos normativos e simbólicos que tentam contê-la.

A atuação profissional, situada no campo das relações de força, evidencia a ambigüidade do Estado e o desafio ético-político de intervir num cenário de intensificação das desigualdades, esse espaço exige do profissional um constante exercício crítico, ético e comprometido com a emancipação da classe trabalhadora.

Ao refletir sobre esse trabalho improdutivo, é preciso analisar, o lugar ocupado pelo assistente social na divisão do trabalho social, revelando a contradição de ser, ao mesmo tempo, agente do Estado e defensor dos direitos sociais. Essa ambivalência exige do profissional não apenas competência técnica, mas também consciência crítica, compromisso ético e resistência frente às tendências de instrumentalização e esvaziamento das políticas sociais.

Reafirma-se a necessidade de que os assistentes sociais não apenas executem políticas públicas, mas também se posicionem politicamente, articulando sua prática com as lutas sociais e contribuindo para a construção de uma nova sociabilidade.

A condição do assistente social como trabalhador do Estado evidencia uma inserção contraditória e ambivalente: por um lado, realiza um trabalho improdutivo aos olhos do capital; por outro, é central na reprodução da ordem social e na contenção dos conflitos oriundos da desigualdade estrutural.

Reconhecer essa condição é fundamental para não idealizar a prática profissional, mas também para identificar possibilidades de resistência e intervenção crítica, mesmo dentro dos limites institucionais. A partir do referencial marxista, é possível entender que o trabalho do assistente social, embora não produtivo de mais-valia, é politicamente estratégico: tanto pode ser instrumento de controle quanto de emancipação a depender de sua mediação prática e teórica.

A partir das categorias marxistas, trabalho assalariado, trabalho improdutivo, alienação, exploração, práxis e Estado. É possível compreender de forma mais profunda a condição do/a assistente social como trabalhador/a do Estado. Inserido/a em um aparato estatal que atua em favor da classe dominante, seu trabalho é explorado, limitado e

instrumentalizado.

No entanto, reconhecer essa condição não implica imobilismo. Pelo contrário: ao compreender sua inserção de forma crítica, o assistente social pode exercer uma práxis consciente, articulando conhecimento teórico, princípios éticos e estratégias políticas de enfrentamento e resistência.

A mediação entre a lógica do capital e o compromisso com os direitos sociais se torna, assim, o ponto-chave da ação profissional crítica, que transforma até mesmo o trabalho improdutivo em espaço de construção histórica de sujeitos coletivos e de afirmação de um projeto societário emancipador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.
CFESS. Projeto Ético-Político do Serviço Social. Brasília: CFESS, 2010.

-----.. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2011.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.
-----.. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 199.

-----.. **Transformações societárias e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

PRECARIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

PRECARIZATION, NEOLIBERALISM AND SOCIAL WORK: CONTRADICTIONS OF THE SOCIAL WORKER'S LABOR IN CONTEMPORARY CAPITALISM

Julia da Silva Ramos¹

Resumo: O presente artigo analisa as transformações recentes do mundo do trabalho e seus impactos sobre o exercício profissional do/a assistente social no contexto brasileiro contemporâneo, marcado pelo avanço da racionalidade neoliberal. Partindo de aportes teóricos sobre neoliberalismo, reestruturação produtiva e precarização laboral, discute-se como mudanças estruturais impulsionadas pelo capital vêm redefinindo vínculos, condições e sentidos do trabalho. A pesquisa evidencia que o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica, sexual e racial do trabalho, sofre de forma aguda os efeitos da flexibilização, terceirização e intensificação da exploração, especialmente após a aprovação da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e da Lei nº 13.429/2017 (Terceirização). Tais dispositivos reforçam tendências de desproteção social, fragilização contratual e deslocamento da responsabilidade para o indivíduo, em consonância com a lógica meritocrática e empresarial que orienta o neoliberalismo. A análise dialoga com dados sobre o perfil da categoria e demonstra que a precarização atinge de modo ainda mais expressivo as maiorias minorizadas, sobretudo mulheres e pessoas negras, que constituem a base da profissão. Portanto, o avanço neoliberal reconfigura tanto a materialidade quanto a subjetividade do trabalho do/a assistente social, tensionando o projeto ético-político profissional e exigindo estratégias coletivas de resistência.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Neoliberalismo; Serviço Social; Assistente Social; Contrarreformas.

Abstract: This article analyzes recent transformations in the world of work and their impacts on the professional practice of social workers in contemporary Brazil, marked by the advance of neoliberal rationality. Drawing on theoretical contributions about neoliberalism, productive restructuring, and labor precarization, the study examines how structural changes driven by capital have reshaped labor relations, conditions, and meanings. Findings indicate that Social Work, as a profession embedded in the socio-technical, sexual, and racial division of labor, is strongly affected by flexibilization, outsourcing, and intensified exploitation, particularly after the approval of Law 13.467/2017 (Labor Reform) and Law 13.429/2017 (Outsourcing). These

¹ Bacharel em direito. Graduada pela Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes (UCAM). Bacharel em Serviço Social. Graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Assistência Social e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio). Com o endereço eletrônico juliaramos@id.uff.br.

legal devices reinforce trends of social protection dismantling, contractual fragility, and the individualization of responsibility, aligned with the meritocratic and entrepreneurial logic of neoliberalism. Considering the demographic composition of the profession, the article highlights that precarization disproportionately impacts social majorities subjected to structural marginalization, especially women and Black workers. The study concludes that neoliberalism reconfigures both the material and subjective dimensions of social work practice, challenging its ethical-political project and demanding collective strategies of resistance.

Keywords: Labor precarization; Neoliberalism; Social Work; Social Worker; Labor reforms

1 INTRODUÇÃO

As reconfigurações recentes do capitalismo, impulsionadas pela ofensiva neoliberal e pela intensificação da exploração do trabalho, têm produzido transformações profundas no mundo laboral, afetando de maneira desigual diferentes categorias profissionais. O Serviço Social, inserido na divisão sociotécnica, sexual e racial do trabalho, vivencia de forma marcada os efeitos dessas mudanças, que se expressam na flexibilização dos vínculos, na desproteção legal, na sobrecarga institucional e na intensificação das expressões da questão social.

Nesse contexto, torna-se necessário analisar como a racionalidade neoliberal compreendida como forma de governamentalidade que internaliza princípios empresariais e meritocráticos tem moldado as condições, exigências e sentidos do exercício profissional do/a assistente social. As contrarreformas trabalhista e previdenciária, aliadas ao desmonte das políticas sociais, impõem um cenário de instabilidade e gerencialismo que fragiliza direitos historicamente conquistados e desloca a responsabilidade pela precarização para o indivíduo. Assim, investigar o mercado de trabalho do/a assistente social implica compreender a articulação entre transformações estruturais, determinações históricas da formação social brasileira e ofensivas legislativas que legitimam processos de exploração e vulnerabilização.

O presente artigo busca, portanto, situar criticamente essas dinâmicas, evidenciando seus impactos materiais e subjetivos sobre a profissão e tensionando os limites e desafios postos ao projeto ético-político do Serviço Social.

2 DESENVOLVIMENTO

O trabalho, como categoria basilar no sistema capitalista, é amplamente discutido no

que tange a sua importância aos moldes de sobrevivência contemporâneos, sobretudo com as recentes transformações do mundo do trabalho que buscam a sua adequação às modificações no modo de produção capitalista. A partir disso, o trabalho do/a assistente social apresenta particularidades que são refletidas no ambiente ao qual essa força laborativa é ofertada. Com isso, se faz necessária a análise do tema em paralelo com a discussão acerca das condições às quais este trabalho está sendo realizado e de que forma a dinâmica capitalista atrelada aos anseios neoliberais provocam um cenário de desmonte. Para além da investigação dos pilares que sustentam a precarização, é relevante esmiuçar as manobras legislativas utilizadas para a legitimação desta tendência de esvaziamento da garantia de direitos trabalhistas, e como isto, atrelado ao constante investimento de desmonte da proteção social, reverbera na figura do/a assistente social tanto em termos da materialização de seu trabalho quanto nas nuances deste profissional como um sujeito social.

A partir desse contexto, o mercado de trabalho do/a assistente social apresenta especificidades que refletem as contradições da inserção dessa força de trabalho em uma sociedade marcada pela lógica do capital e pelas políticas neoliberais. Conforme os dados do CFESS (2022), em seu documento *Perfil das Assistentes Sociais: formação, condições de trabalho e exercício profissional*, a categoria se insere majoritariamente em espaços vinculados às políticas públicas, onde as condições de trabalho são atravessadas pela precarização dos vínculos contratuais, pela desvalorização salarial e pela sobrecarga decorrente do desmonte da proteção social. Essa realidade evidencia que o exercício profissional não está isolado das dinâmicas estruturais do mundo do trabalho, mas profundamente condicionado por elas.

Nesse cenário, torna-se essencial compreender que a atuação do/a assistente social ocorre em um contexto de crescente flexibilização e desregulamentação das relações laborais, intensificado pelas contrarreformas trabalhista e previdenciária, que formalizam novas formas de exploração e fragilização dos direitos (Souza et al., 2018). O discurso de eficiência e racionalização do gasto público, característico da ofensiva neoliberal, reconfigura os vínculos de trabalho e os modos de contratação, impondo ao profissional condições cada vez mais instáveis e desiguais.

Diante dessa conjuntura, o/a assistente social é interpelado/a por um cenário em que o rebaixamento das condições de trabalho se articula à intensificação das contradições entre capital e trabalho. A expansão de vínculos temporários, terceirizados e informais, somada à retração do investimento público nas políticas sociais, faz com que a prática profissional se

desenvolva em meio à insegurança institucional e à sobrecarga de demandas. Nesse contexto, as exigências de produtividade e eficiência impõem uma lógica gerencial que tende a esvaziar o conteúdo ético-político do trabalho profissional, deslocando-o de sua perspectiva crítica para uma atuação marcada pela racionalidade instrumental e pela fragmentação das ações. Assim, a precarização não se limita à dimensão material, mas incide também sobre o sentido social do exercício profissional, comprometendo a autonomia técnica e política do/a assistente social e tensionando os princípios que orientam o projeto ético-político da categoria.

Nos últimos 20 anos, como uma tendência que abarca as profissões assalariadas, os assistentes sociais têm seus espaços, condições e relações de trabalho precarizadas e quase totalmente destituídas de direitos. Vivenciam e enfrentam, ao mesmo tempo, as expressões da exploração e dominação do capital sobre o trabalho e efetivam respostas no campo dos direitos, captando e enfrentando as expressões da chamada ‘questão social’, que se convertem, por meio de múltiplas mediações, numa diversidade de demandas para profissão (Guerra, 2010, p. 716).

Assim, a análise sobre o trabalho do/a assistente social deve ir além da identificação dos elementos que compõem a precarização, abarcando também as estratégias políticas e legislativas que a legitimam e perpetuam. Como apontam Moraes, Azevedo e Silva (2023, p. 4), o mercado de trabalho do Serviço Social é determinado estruturalmente pela sociedade do capital e se manifesta objetivamente por meio da ampliação dos contratos temporários, da instabilidade, da intensificação do trabalho e da corrosão das garantias históricas da profissão. Esses elementos, articulados, produzem um cenário de esvaziamento das condições ético-políticas do exercício profissional, impactando não apenas a materialidade do trabalho, mas também a subjetividade do/a assistente social enquanto trabalhador/a inserido/a na classe trabalhadora.

Assim, com a presente pesquisa pretende-se abordar a realidade atual do mercado de trabalho do/a Assistente Social, diante do capitalismo neoliberal concebido a partir de Dardot e Laval (2016), que entendem o neoliberalismo como uma racionalidade que imbui à vida comum² características empresariais, impondo ao sujeito uma lógica de concorrência como princípio universal. A partir da crise do capital da década de 1970, surge, o neoliberalismo articulado à reestruturação produtiva e à globalização, como respostas dadas pelo capitalismo

² Relaciona o “comum” a aquilo que nega o avanço dos ideais neoliberais, portanto, reconhece os elementos que fortalecem mobilização social da classe trabalhadora como negativa de avanços (Dardot e Laval, 2016)

de maneira objetiva e subjetiva aos sinais de esgotamento do keynesianismo³ (Behring, 2015). O cenário de crise contou com consequências que se traduziram em “desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e de produtividade que se espalharam pela economia a nível internacional” (Moraes *et al.*, 2024, p.5), o que criou a atmosfera ideal para as investidas de um novo regime de acumulação nos moldes das necessidades do capital.

A partir disso, pretende-se abordar o neoliberalismo⁴ compreendendo-o como uma ideologia que instaura na sociedade mecanismos socializantes que afastam a visão de um sujeito detentor de direitos e dão lugar a uma lógica de individualidades. Essa visão naturaliza a meritocracia partindo de uma imposição normativa que generaliza a competição como um processo inerente à sociedade. A figura do “homem empresarial” (Dardot e Laval, 2016, p. 136) alcança não somente um pensamento que potencializa o egoísmo e privilegia a meritocracia, mas também utiliza desse discurso para justificar as consequências perversas dessa sociabilidade competitiva. É a partir dessa perspectiva que ocorre o processo de naturalização e aprofundamento de “preconceitos e discriminações históricas, para justificar que o outro enfrente condições de vida sub-humanas” (Moraes *et al.*, 2024, p. 7).

Assim, como expõe Delgado (2015), a temática trabalhista em âmbito legislativo legitima os anseios capitalistas neoliberais. E isso traz às normas legais, elementos que contemplam a manutenção do *status quo* imposto pelo sistema. A partir disso, percebe-se que as últimas atualizações normativas acompanham a lógica de transformações que atravessam o mundo do trabalho, influenciando, portanto, diretamente em como serão fiscalizadas e protegidas essas relações sociais que, em sua natureza, já apresentam um desequilíbrio de poder.

Diante disso, intensifica-se o cenário de precarização que, mesmo inerente às contradições do capitalismo e com as particularidades que se percebe no mundo do trabalho (Rodrigues, Melatti e Melo, 2022, p. 105), se apresenta como uma “nova morfologia do trabalho” (Antunes, 2018), com esquemas inéditos que provocam o esvaziamento das condições materiais da vida trazendo um cenário de diminuição do trabalho formal em paralelo ao crescimento da taxa de adoecimento dessa população. A precarização da vida social atrelada ao trabalho não é inédita na experiência brasileira, já que a historicidade no

³ Período histórico vivenciado, sobretudo, por países europeus e os Estados Unidos no qual se fazia presente a política do *Welfare State* que contava com uma maior participação do Estado na economia, criando um maior investimento no bem-estar social.

⁴ O neoliberalismo será retratado no decorrer do trabalho enfatizando a experiência brasileira e reconhecendo questões relativas à formação social brasileira, o extermínio dos povos originários e a escravização da população negra e o quanto essa lógica adentra a realidade atual. Para tanto, recorrerá a autores tais como Gracyelle Costa (2020), Brandão (2017), entre outros.

âmbito trabalhista remonta em seu estágio inicial à escravização, que mesmo em sua abolição propagou nuances profundas em relação à precarização (Rodrigues, Melatti e Melo, 2022, p. 107). O que ocorre é a atualização desse viés no trabalho contemporâneo percebendo que “o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização (...) se tornaram mecanismos vitais” (Antunes, 2018, p. 42). A partir disso, é perceptível que as tecnologias da informação e comunicação (TICS) (Raichelis, Vicente e Vieira, 2022) e seu avanço têm agravado o cenário precarizado.

A busca pelo lucro promove o agravamento da precarização do trabalho seguindo uma lógica de ampliação das formas que geram valor, mesmo que aparentem um não valor (Antunes, 2018, p. 42), intensificando a exploração do trabalho. O que ocorre é uma conjuntura que promove e amplia a competitividade e a flexibilização do trabalho, criando obstáculos para a concretização de direitos, enquanto cria subterfúgios para novos processos de exploração, gerando para a classe trabalhadora “desemprego, baixos salários e em condições de aviltamento que se complexificam com as transformações nos modos de produção capitalista” (Rodrigues, Melatti e Melo, 2022, p. 107). Porém, é necessário que a precarização seja percebida em sua centralidade, como parte da realidade contemporânea já que o trabalho precarizado elevou-se do patamar de tendência para um elemento constituinte, materializando “as tendências que a globalização financeira, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva impuseram à realidade do trabalho brasileiro nas últimas duas décadas” (Druck, 2013, p. 61).

Imbuído neste contexto, se encontra o/a assistente social, trabalhador/a assalariado/a e dentro da divisão sociotécnica, sexual e racial do trabalho, que faz parte da dinâmica capitalista e, portanto, também é implicado pelas transformações que ocorrem em seu interior. Acerca das transformações no mundo do trabalho, é importante situar o/a assistente social como parte desse novo proletariado que surge com a expansão dos serviços (Moraes, Azevedo e Silva, 2023, p. 4), sujeito às nuances que permeiam o cenário laboral que tem o trabalho precarizado em centralidade (Druck, 2013). O Serviço Social é uma profissão “que participa, juntamente com outras, da viabilização de serviços sociais e direitos em resposta às necessidades sociais de indivíduos, grupos e classes sociais em seu processo de (re) produção social” (Iamamoto, 2007 *apud* Raichelis, 2020, p. 14). Portanto, apresenta particularidades quanto ao processo de desmonte da vida social promovido pelos avanços capitalistas em conjunto à lógica neoliberal.

Na perspectiva do Serviço Social como categoria laboral inserida na lógica capitalista,

é essencial considerar sua inserção na sociedade. Para compreender o significado social da profissão, é necessário analisá-la em sua dimensão sócio-histórica. As atribuições e demandas do Serviço Social só podem ser plenamente compreendidas quando inseridas na lógica da questão social e de suas expressões. Essa análise deve levar em conta a dinâmica das relações sociais que estruturam a vida coletiva no sistema capitalista (Yazbek, 2009). Entretanto, a profissão apresenta uma característica *sui generis* no que tange à sua intervenção e o modo como o sujeito-profissional se insere nas relações sociais que o abarca, como sujeitos que produzem e reproduzem as relações às quais estão atrelados. Porém além de tal participação, ele/a também atua nos conflitos que se traduzem como expressões da questão social.

Assim, podemos afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação. (Yazbek, 2009, p.5).

Diante dessa característica particular, de agente que atua, mas também se inclui nessa dinâmica da intervenção nas expressões da questão social, existem outros atravessamentos atuais. Em um cenário no qual, o perfil do/a assistente social é em sua maioria feminino (92%) e preto (mais de 50%) (CFESS, 2022), a precarização dessa categoria ganha outras vertentes que materializam o discurso da lógica neoliberal de potencialização da competitividade que cria um cenário ideal para a legitimação no campo do senso comum de um discurso meritocrático que naturaliza preconceitos (Dardot e Laval, 2016), elevando níveis de precarização. Isso ocorre, no cerne da profissão do/a assistente social, já que esta profissional, além de estar em grupos historicamente marginalizados, também atua, predominantemente, nas políticas sociais, tendo como o principal empregador o Estado, com destaque para o setor municipal (CFESS, 2022), mesmo que se observe uma estratégia que prioriza a inserção de assistentes sociais no terceiro setor como parte de um desmonte que privilegia a privatização (Moraes, 2020).

A partir disso, tem-se um cenário de desmonte profissional que se faz impulsionado em ambiguidade: seja pelo desmonte da política social promovido pelas privatizações e fragmentação dos serviços a fim de privilegiar o capital seguindo uma lógica neoliberal; seja pela precarização de sua condição de trabalhador que tem seus direitos e deveres abarcados

por uma estrutura legislativa rígida. Tal estrutura vem sendo impactada de maneira sistêmica, transformando mecanismos legais, que foram adquiridos por meio de mobilização da classe trabalhadora, em contrarreformas que legitimam o agravamento da precarização da vida social (Behring e Boschetti, 2011).

A partir de um cenário que combina a luta com a processualidade das necessidades da “vida comum” (Dardot e Laval, 2016), se consolida a lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) que garante aos trabalhadores uma série de direitos que protegem a relação de emprego. Porém, na contemporaneidade são utilizadas manobras legislativas para legitimar uma vertente neoliberal que precariza o trabalho. Por isso, o ataque aos dispositivos que regulamentam o trabalho se faz uma realidade de suma relevância para o estudo acadêmico atual.

Para além do trabalho, percebe-se que as *reformas* advindas de lutas dos anos 1970 e 1980, que culminaram no arcabouço legal mais progressista da história legislativa brasileira nos anos 1990, foram misturando-se em um processo de ressemantificação (Oliveira, 1998) do termo reforma. Esse termo foi utilizado de forma pragmática para legitimar ideais neoliberais que promoviam o desmonte de direitos recém conquistados, caracterizando um cenário de *contrarreforma* (Behring e Boschetti, 2011, p. 149).

Com a falta de normas esparsas de complementação do viés progressista da Constituição Federal brasileira de 1988, há um ataque ofensivo direto que cria novas normas que levam o nome de *reforma*, mas seguem a lógica de *contrarreforma*, regulamentando e legitimando a investida neoliberal. Dessa forma, se materializam no mundo do trabalho legalizando o avanço de processos de exploração com a supressão de direitos, potencializando assim o avanço do processo de precarização.

Como exemplificação dessa tendência, durante o governo Temer, foi aprovada a lei nº 13.467/2017, em decorrência do Projeto de Lei nº 6.787/2016, proposto pelo governo vigente à época ao parlamento. O que ficou conhecido como “Reforma Trabalhista” trouxe em seu corpo legal uma série de normas que potencializam a premissa do negociado antes do legislado, criando um cenário de desproteção do trabalhador. Essa manobra foi feita com a justificativa da necessidade de “modernizar” os moldes brasileiros de relações trabalhistas que, como justificado pela proposta, não se encaixavam nos parâmetros da economia a nível internacional. Porém, o que se alcança é a desproteção do emprego e o aumento de novas formas de trabalho que ganham espaço na informalidade com o processo de “uberização do trabalho” (Antunes, 2020).

Para além da contrarreforma trabalhista, outro dispositivo de desproteção também promulgado em momento de incertezas políticas no contexto brasileiro, é a lei nº 13.429/2017. Essa lei amplia de forma significativa as possibilidades de contratação de trabalhadores terceirizados, inclusive para atividades-fim das empresas, algo anteriormente vedado por jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Com a inclusão deste dispositivo legal, tem-se, na realidade, a desregulamentação da terceirização, ampliando a prática que representa um movimento em direção à desvalorização e precarização do trabalhador, sobretudo do servidor público que se apresentava como categoria com mais proteção em relação aos seus cargos. Portanto, tais mecanismos trazem para a legislação trabalhista a oficialização de normas que legitimam a fragilidade dos vínculos que culminam nas formas de precarização da vida deste trabalhador, neste caso, com ênfase a(o) assistente social, que tem na materialização de seu trabalho implicações importantes advindas deste desmonte legal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada demonstra que a precarização do trabalho do/a assistente social não pode ser compreendida como fenômeno isolado ou conjuntural, mas como expressão das determinações estruturais do capitalismo contemporâneo, aprofundadas pela racionalidade neoliberal. As contrarreformas trabalhista e da terceirização, ao fragilizarem vínculos e ampliarem mecanismos de exploração, produzem efeitos diretos sobre as condições de trabalho na área social, acentuando desigualdades já presentes na formação social brasileira.

Constatou-se que, além da sobrecarga e da instabilidade institucional, a precarização incide sobre a subjetividade profissional, ao impor lógicas de eficiência, produtividade e responsabilização individual que tensionam os fundamentos ético-políticos da profissão. Diante disso, o desafio posto à categoria é o fortalecimento de estratégias coletivas de resistência, articuladas à defesa das políticas públicas, da seguridade social e dos direitos trabalhistas.

Por fim, indica-se a necessidade de ampliar pesquisas que aprofundem a crítica às determinações econômicas, políticas e ideológicas que configuram o trabalho do/a assistente social, contribuindo para a construção de alternativas coletivas que enfrentem o avanço neoliberal e reafirmem o compromisso histórico da profissão com a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BEHRING, Elaine. **Crise do capital e contrarreforma do Estado**. São Paulo: Cortez, 2015.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRANDÃO, Carlos. **Desigualdades e neoliberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera a Lei nº 6.019/1974, para dispor sobre relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Diário Oficial da União, Brasília, 31 mar. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, 14 jul. 2017.
- CFESS. **Perfil das Assistentes Sociais**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022.
- COSTA, Gracyelle. **Neoliberalismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015.
- DRUCK, Graça. **A precarização social do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- GUERRA, Yolanda. “**Trabalho e Serviço Social**: reflexões críticas”. Serviço Social & Sociedade, n. 104, p. 713-734, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.
- MORAES, C. A. de S., AZEVEDO, L. F., SILVA, L. **Mapeamento das pesquisas sobre o mercado de trabalho do serviço social brasileiro**: características e contradições. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 2023.
- MORAES, C. A. S. et al. **Notas sobre o processo de autocriação permanente do neoliberalismo**: do projeto econômico à nova racionalidade destrutiva. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 35, n. 3, p.01-16, 2024.
- OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**. São Paulo: Boitempo, 1998.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Érica; VIEIRA, Arnaldo. **“Trabalho, políticas sociais e Serviço Social”**. Serviço Social & Sociedade, 2022.

RODRIGUES, T.; MELATTI, G.; MELO, T. **“Precarização e mundo do trabalho”**. Revista Katálisis, 2022.

SOUZA, et al. **“As reformas trabalhista e previdenciária no Brasil”**. Serviço Social & Sociedade, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O Serviço Social e o popular**. São Paulo: Cortez, 2009.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

REFLEXÕES INICIAIS ACERCA DO NEOCONSERVADORISMO E A DESCONSTRUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL

REFLEXIONES INICIALES SOBRE EL NEOCONSERVADURISMO Y LA DESCONSTRUCCIÓN DE LA PROTECCIÓN SOCIAL

Daniela Camargo¹
Jaina Raqueli Pedersen²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre a influência do neoconservadorismo nas políticas sociais públicas, a fim de evidenciar seus efeitos na proteção social brasileira. É resultado de pesquisa bibliográfica, considerando autores/as que foram estudados nos componentes curriculares: “Estado e Questão Social, Política Social no Brasil e Proteção Social: configurações e tendências”, do PPG-SSPS. À luz do método dialético crítico, o texto aborda as categorias conservadorismo, neoconservadorismo e proteção social, evidenciando os desafios da implementação de um sistema de proteção social que assegure os direitos sociais e a proteção necessária à população. Compreende-se que o movimento conservador é histórico e reatualizado, sustentado-se em valores e princípios que, aliados ao neoliberalismo, implicam na intervenção mínima do Estado na proteção social. Como resultado, temos uma população cada vez mais empobrecida, sem acesso a políticas de proteção social efetivas, intensificando as expressões da questão social e mantendo *status quo* do sistema capitalista.

Palavras-chave: Neoconservadorismo; Proteção Social; Direitos Sociais.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo presentar reflexiones sobre la influencia del neoconservadurismo en las políticas sociales públicas, con el fin de evidenciar sus efectos en la protección social brasileña. Es el resultado de una investigación bibliográfica, considerando autores que fueron estudiados en los componentes curriculares: «Estado y cuestión social, política social en Brasil y protección social: configuraciones y tendencias», del PPG-SSPS. A la luz del método dialéctico crítico, el texto aborda las categorías de conservadurismo y protección social, poniendo de manifiesto los retos que plantea la implementación de un sistema de protección social que garantice los derechos sociales y la protección necesaria a la población. Se entiende que el movimiento conservador es histórico y se ha actualizado, basándose en valores y principios que, aliados al neoliberalismo, implican una intervención mínima del Estado en la protección social. Como resultado, tenemos una población cada vez más empobrecida, sin acceso a políticas de protección social efectivas, lo que intensifica las expresiones de la cuestión social y mantiene el statu quo del sistema capitalista.

¹ Pós-Graduada do curso de Mestrado em Serviço Social e Proteção Social, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social - PPG-SSPS, 2025

² Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social - PPG-SSPS da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Palabras clave: Neoconservadurismo; Protección social; Derechos sociales.

1 INTRODUÇÃO

A proteção social é um dos pilares fundamentais das democracias modernas, sendo responsável por garantir condições mínimas de bem-estar e cidadania. Nas últimas décadas, entretanto, tem-se observado um avanço do neoconservadorismo em diversas partes do mundo, com consequências diretas nas políticas públicas voltadas ao combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social.

Este artigo busca apresentar reflexões sobre a influência do neoconservadorismo nas políticas sociais públicas, a fim de evidenciar seus efeitos na proteção social brasileira. No primeiro momento apresenta-se concepções sobre o conservadorismo e neoconservadorismo, suas origens e princípios. Na sequência, um breve histórico da proteção social e do neoconservadorismo na proteção social.

Compreende-se neste trabalho que a desconstrução da proteção social contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais, perpassando por desafios na garantia de direitos sociais em um movimento conservador sustentado pela redução da intervenção do Estado na proteção social, ou seja, no atendimento das necessidades sociais da população.

A proteção social brasileira foi historicamente moldada por disputas políticas, ideológicas e econômicas. O avanço do neoconservadorismo passou a questionar a sustentabilidade e a legitimidade desse modelo, promovendo uma reconfiguração do papel do Estado na garantia de direitos sociais, resultando no desmonte progressivo das políticas públicas de proteção social. Como consequência, temos o aumento da pobreza e da desigualdade, a restrição de direitos sociais e a deslegitimação da proteção social como direito, sendo vista como assistencialista e punitiva.

2 DESENVOLVIMENTO

2.2 Conservadorismo e neoconservadorismo: aproximações conceituais

O conservadorismo constitui-se em um fenômeno histórico, complexo e resultante de inúmeras determinações sociais, podendo ser entendido como um movimento de reação aos ideais concebidos pela Revolução Francesa, uma reação aos elementos de transformação da

sociedade feudal, comandado pela burguesia. Também pode ser considerado uma corrente ideológica, um pensamento que surge com a criação do modo de produção capitalista, sendo um conjunto de ideias que visam a manutenção do antigo regime, o feudalismo.

Segundo Diniz (2014), a origem do pensamento conservador se dá com o surgimento da burguesia como classe ideológica, política e econômica, tendo como posição contrária, a revolução política progressista de interferência nas relações sociais, que são marcadas por privilégios, hierarquia, tradição e pela servidão. Assim, a criação de fundamentos políticos e ideológicos é fundamental para a manutenção da estrutura social da sociedade feudal.

Para Ferreira e Botelho (*apud* Souza, 2015, p. 4), o pensamento conservador

surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento [...] Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (SOUZA, 2015, p.4).

Este pensamento se estrutura, principalmente, a partir da publicação do livro *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Edmund Burke. Conforme Rocha (2022), Burke foi um parlamentar britânico, defensor das instituições e tradições do feudalismo, do clero e da aristocracia. Era um contra revolucionário, se opondo às ideias de justiça social, naturalizando a desigualdade social, defendendo a necessidade desta para a preservação da ordem.

Netto (2011), aponta seis argumentos principais do conservadorismo clássico de Burke que são fundamentais para a estruturação desse pensamento. O primeiro é sobre a tradição, em que para o autor a legitimação da autoridade e da liberdade só são possíveis através desta. Há uma valorização da tradição como fonte de estabilidade social e política. Ele defende a ideia de que as instituições e costumes herdados do passado devem ser respeitados, pois representam a sabedoria acumulada da civilização.

O segundo argumento é de que a liberdade deve ser sempre restrita. Segundo Netto (2011), o homem deve ser controlado e as restrições devem ser estabelecidas entre seus direitos. Para Rocha (2022) essa liberdade é tutelada pelo Estado, pela nobreza, leis e

costumes da monarquia onde “povo ‘livre’ reconheceria todo esforço destinado à construção da sua felicidade, tornando-se cada dia mais produtivo e subordinado” (ROCHA, 2022, p.66).

A democracia vista como perigosa e destrutiva é o terceiro argumento. Burke acreditava que na democracia os cidadãos exerceriam cruéis opressões contra as minorias e por isso é necessário que um único homem exerça o domínio sobre os demais, caso contrário, pela vontade e forças iguais entre os homens seria sua destruição (Netto, 2011).

O quarto argumento é que a laicização é deletéria, ou seja, que um Estado laico é danoso à sociedade. Netto (2011) cita Bottomore e Nisbet (1980) ao dizer que a religião deve ser parte do Estado, pois ela é a base da sociedade, sem ela a estrutura social está em risco.

A razão destrutiva e inepta para organizar a vida social é o quinto argumento. Burke foi considerado um irracionalista, pois de acordo com Souza (2016, p. 121 apud Rocha, 2022, p.70), “ao identificar a racionalidade e o fazer teórico com a formulação desacreditada de princípios abstratos apriorísticos, descolados das ‘circunstâncias’ mais imediatas, Burke (2014) adere à ‘destruição da razão’”.

O último argumento é que a desigualdade é necessária e natural. Em todas as sociedades, existem classes sociais que são superiores, assim a desigualdade é naturalizada nas relações sociais, legítimas e necessárias para o funcionamento da sociedade (ROCHA, 2022).

Esses argumentos construtivos do conservadorismo foram respostas ao movimento revolucionário que destruiriam toda a sociedade através da ruptura com a tradição política, social e moral da época. Assim, conforme Andrade (2024) o conservadorismo é marcado pela crítica aos princípios individualistas, racionais, à modernização, a ideia de ordem e de liberdade, sendo necessário manter os valores da igreja, família e instituições, fundamentais para pensar na sociedade. Além disso, para Medeiros,

O pensamento conservador também se expressou na arte (Coleridge, Ruskin, Eliot, entre outros), música, literatura (Rilke, Strauss), ciência e religião pois, enquanto filosofia política, é decorrente do desenrolar de três grandes revoluções: a Gloriosa (1688), a Americana (termina em 1783) e a Revolução Francesa (1789). O conservadorismo é fruto da recusa às ações e pensamentos que negavam a ideia de pertencimento social, parentesco e os ritos de fé. De modo que surge como tentativa de manter os valores de parentesco e religião em comunidades que estavam sendo reorganizadas por leis políticas. Assim, a defesa dos conservadores girava em torno da propriedade privada, do respeito às tradições, do organicismo da sociedade, da sabedoria, do ceticismo político; buscava reformas lentas, a pluralidade de religiões, entre outras (MEDEIROS, 2020, p.8).

Os conservadores criticaram o sistema capitalista no mesmo nível de suas críticas ao individualismo, igualitarismo e secularismo, porém, conforme Nisbet (1981), citado por Andrade (2024) com a ascensão da burguesia ao poder, passou a negar seu caráter revolucionário e a incorporar noções e ideias conservadoras como noções válidas ideologicamente, respondendo às necessidades da sociedade capitalista e garantindo seu processo de reprodução. Assim, no início do século XIX pensadores conservadores não mais criticaram o novo sistema, ainda que concordam com a necessidade de limites como garantidores da ordem social e estabilidade.

Para Iamamoto (2013), o conservadorismo moderno é oriundo de um processo histórico-social específico, o surgimento da burguesia como classe protagonista do mundo capitalista. Tem como inspiração o modo de vida do passado, resgatado e reinterpretado para o presente, sendo utilizado como uma ideologia viável para a sociedade capitalista.

O pensamento conservador deixa de se contrapor ao capitalismo, pois há um “raptó ideológico” de noções reinterpretadas propostas como válidas em um novo contexto histórico, conforme Iamamoto (2013). Desta forma,

O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade (Iamamoto, 2013, p.26).

Andrade (2024) analisa que o conservadorismo assume um caráter multifacetado em seu processo sócio-histórico, mas ocupa oposição no campo das lutas de classes. Desta forma, “essa reinterpretação de categorias, obscurece as contradições entre pensamento conservador e sociedade capitalista, na tentativa de ocultar suas desigualdades” (Andrade, 2024, p.4).

Segundo Rocha (2022), o avanço ideológico e político do conservadorismo em diferentes momentos, aponta para o ataque contra a classe trabalhadora, contra suas conquistas, buscando o retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas. Ele pode ser qualificado como uma ideologia da crise, pois é neste momento que se reatualiza, intensificando suas especificidades conforme a realidade vigente.

Essa reatualização do conservadorismo, para Barroco (2015), é uma resposta às tensões sociais geradas pela ofensiva neoliberal na crise do capitalismo dos anos 1970. Neste momento, há a incorporação dos princípios neoliberais, mantendo o ideário conservador. Assim,

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (Barroco, 2015, p.624-625).

O neoconservadorismo preserva alguns elementos do conservadorismo clássico, como “a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais como a igreja e a família patriarcal” (Barroco, 2015, apud Barroco, 2021, p.13). Também, conserva elementos do neoliberalismo, como “a não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, meritocracia, privatismo, combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais” (Barroco, 2015, apud Barroco, 2022, p.13).

Desta forma, o neoconservadorismo emerge como uma reação contrária ao racionalismo, ao coletivismo, ao socialismo e ao marxismo, rejeitando a possibilidade de construção de projetos sociais universais e defendendo que ideais de liberdade e igualdade absolutas tendem a resultar em regimes totalitários (Barroco, 2022).

2.2 Neoconservadorismo e a Desconstrução da Proteção Social

A proteção social era inicialmente garantida através de práticas da caridade religiosa, na solidariedade baseada em laços familiares e comunitários, era praticada sobretudo por instituições religiosas, como a Igreja Católica, dentro de uma lógica assistencialista e moralizante. Essa postura refletia valores conservadores que viam a pobreza como uma condição natural ou até mesmo desejável para a salvação espiritual, justificando intervenções pontuais e condicionadas à "moralidade" dos necessitados.

A concepção de um sistema de proteção social público tem sua origem no século XIX, com o agravamento das expressões da questão social no desenvolvimento capitalista. Para Pereira (2016), o Welfare State se firmou no século XX como responsável no atendimento às necessidades sociais agravadas pelo desenvolvimento do capitalismo. Isto se dá através de dois fatores: a Revolução Industrial, que aprofundou as desigualdades sociais e expôs milhões de trabalhadores a condições extremas de exploração; e os movimentos sociais que lutaram pela conquista dos direitos individuais, transformando a sociedade, do feudalismo para o capitalismo.

Conforme Behring e Boschetti (2007), há iniciativas de proteção social nas sociedades pré-capitalistas, não como um direito, mas como exercício do controle da classe trabalhadora.

Eram leis de caráter punitivo e coercitivo que buscavam disciplinar a força de trabalho e não protegê-lo.

Se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à “servidão da liberdade sem proteção”, no contexto da plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social. Foram as “lutas pela jornada normal de trabalho” (Marx, 1987) que provocaram o surgimento de novas regulamentações sociais e do trabalho pelo Estado (Behring e Boschetti, 2007, P. 51)

Entre o século XIX e meados do século XX, se destaca o predomínio do liberalismo, tendo como sustentação “o princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado” (Behring e Boschetti, 2007, P. 56). As autoras citam Adam Smith e David Ricardo que trazem como justificativa econômica a busca incessante pelo bem-estar individual, onde cada indivíduo buscando o próprio desenvolvimento econômico, em uma coletividade composta por individualidades, maximizaria o bem-estar material coletivo. Assim, o liberalismo defendeu o livre mercado como regulador das relações econômicas e sociais, onde o Estado tinha como função fornecer base legal através de legislações que garantisse a liberdade ao mercado livre.

Behring e Boschetti (2007) destacam que certos fundamentos do liberalismo são essenciais para compreender a forma como o Estado passou a tratar as políticas sociais neste período, uma vez que tais princípios orientaram a organização social e econômica das sociedades capitalistas. O liberalismo enfatiza o individualismo, considerando o indivíduo como sujeito de direitos e responsável por sua própria condição, o que foi fundamental para a consolidação da sociedade de classes e para a defesa da liberdade de compra e venda da propriedade privada.

A partir dessa lógica, o bem-estar coletivo seria alcançado por meio do bem-estar individual, cabendo a cada pessoa buscar, por conta própria e de sua família, os meios necessários à sobrevivência através do trabalho. Nesse sentido, a liberdade e a competitividade tornam-se valores centrais, pois o indivíduo é visto como autônomo para decidir o que é melhor para si e lutar por seus objetivos (Behring e Boschetti, 2007).

Para Behring e Boschetti (2007), essa concepção também naturaliza a pobreza, entendida como uma consequência inevitável da condição humana e associada à moralidade individual, isentando o Estado de responsabilidade sobre as desigualdades sociais. Além disso, o princípio da lei da necessidade atua como instrumento de controle social, mantendo as necessidades básicas como forma de regular a população e garantir a ordem.

O liberalismo defende ainda o Estado mínimo, cujo objetivo é assegurar a liberdade individual, a propriedade privada e o livre funcionamento do mercado. As políticas sociais, nessa perspectiva, são vistas como um risco à dinâmica capitalista, pois tenderiam a gerar acomodação e desinteresse pelo trabalho. Por fim, a assistência é concebida apenas como um recurso paliativo destinado àqueles que não conseguem competir no mercado, como idosos, crianças e pessoas com deficiência, cabendo à caridade privada o papel de amenizar a pobreza (Behring e Boschetti, 2007).

Sobre o Estado, para Pereira (2016), Durkheim entendia que com a complexificação da vida social na sociedade capitalista, haveria uma tendência ao desenvolvimento de um órgão central que seria o responsável por administrar as múltiplas funcionalidades, portanto, o governo como agente coordenador e interventor seria um processo natural de desenvolvimento das sociedades.

Esta concepção de Estado admitia, de certa forma, que a proteção social é necessária para reestabelecer a harmonia e equilíbrio social, limitando-se a restaurar e manter a ordem, sem perspectivas de equidade e emancipação política e humana. Desta forma, a ação do Estado não deve focar na satisfação das necessidades sociais, mas deve conter, restringir e eliminar a insatisfação com a pobreza, já que a sociedade é regida por leis naturais, não dependem da vontade, das intenções e de atos humanos (Pereira, 2016).

Portanto, o conservadorismo não leva em consideração os eventos realizados pela ação dos sujeitos, nem o processo sócio-histórico que os configuram. Dessa forma a realidade social foi entendida como algo natural, linear, e, assim, a proteção social se deu como fato natural, necessário à manutenção e coesão da ordem, ou seja, “a proteção social deve existir para conservar, manter, integrar” (Pereira, 2016, p.107) o sistema.

Deste modo, a proteção social para os conservadores, deveria ser residual. A intervenção estatal sobre a questão social deveria se limitar à manutenção e reestabelecimento do *status quo*. O objetivo não era satisfazer as necessidades humanas mas sim adaptar a classe trabalhadora a expectativas de vida rebaixadas, ou seja, conter a classe trabalhadora em seus anseios por melhores condições de vida (Pereira, 2016).

Pereira (2016) ressalta que o modelo universal de proteção social vem sendo contestado e esvaziado desde o final dos anos 70, com a recessão que atingiu as principais economias capitalistas do mundo. Neste contexto a busca coletiva para encontrar soluções para a crise do Estado de Bem-Estar forneceu subsídios para a construção de novas ideologias contrárias à equidade e à universalidade na proteção social que se uniram na “crítica ao

modelo intervencionista posto em prática nas democracias capitalistas a partir do segundo pós-guerra” (Pereira, 2016, p.119), surgindo assim a ideologia da Nova Direita.

Essa ideologia representa para para Miller (1999) e Afonso (1998, 1999, 2000, 2007) "uma espécie de *melting pot* político, econômico e cultural que se traduziu na fusão (conjuntural) de valores e interesses contraditórios, de origem (neo)liberal e (neo)conservadora" (Afonso, 2007, p. 13 *apud* Pereira, 2016, p. 119). E é por isso que ela se diferencia das outras ideologias, possui influência de duas correntes ideológicas conflitantes que “derivou uma nova prática política, econômica, social e cultural pautado pelo neoliberalismo econômico e o neoconservadorismo social e político” (Pereira, 2016, p.120).

Desta forma, constitui-se um Estado socialmente limitado, controlador e centralizador ao mesmo tempo que não garante os direitos sociais e fornece políticas de proteção social residuais, contingenciais e estigmatizantes. Para a Nova Direita os métodos burocráticos e administrativos do Estado, na esfera da proteção social são ineficientes comparados a lógica do mercado, assim, ao utilizar enormes recursos em ações sociais, o Estado “é perdulário: falha tanto no intuito de combater a pobreza, quanto de erradicar oportunidades desiguais” (Pereira, 2016, p.121).

A crítica ao Estado de Bem-Estar e à suposta "ineficiência" das políticas públicas levou a reformas centradas na focalização, na privatização e na responsabilização individual. A proteção social passou a ser reconfigurada segundo lógicas de mercado, com impacto negativo na universalidade e na solidariedade que a sustentavam. Assim, a união entre as duas ideologias reforçou a prática direitista, já existente no mundo ocidental desde os anos 1980 e a proteção social também foi afetada por essa lógica (Pereira, 2016).

O avanço do neoconservadorismo se apresenta como uma estratégia de sustentação do capitalismo, desmontando o sistema de proteção social e os direitos da classe trabalhadora em favor da sociedade regulada pelo mercado absoluto. Esse avanço combate o Estado social “almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais” (Barroco, 2015, p. 625).

O neoconservadorismo contribui para a instituição de uma sociedade regida pela violência social. Com o suporte das mídias dominantes, as expressões da questão social tendem a ser tratadas como casos de polícia incentivando a culpabilização dos mais afetados, no caso os trabalhadores pobres. Trata-se do reforço de estratégias de controle da vida

cotidiana dos trabalhadores pobres com a evocação do Estado policial ante a incapacidade de enfrentar a pobreza e a desigualdade pela via da proteção social (Barroco, 2015).

No Brasil, a proteção social está garantida na Constituição Federal de 1988 e

tem a lógica do “[...] seguro social incorporado a um sistema mais amplo, que, somado ao seguro, atendia inclusive a não trabalhadores, denominado seguridade social (PEREIRA, 2013, p.16), reafirmando a tese de Silva (2010): um sistema de proteção social misto, que se constituiu pelas políticas sociais de Previdência Social, Saúde e Assistência Social, sendo duas delas (Saúde e Assistência Social) não contributivas diretas e uma (Previdência Social) contributiva direta, na qual seus benefícios e serviços só são acessados aos contribuintes diretos da previdência social (Santos, França e Costa, 2024, p.397).

A garantia constitucional da proteção social é um marco na sociedade brasileira, resultado da luta dos movimentos sociais, porém, é importante mencionar que após os avanços constitucionais de 1988, que consagraram a saúde, a previdência e a assistência como direitos, os anos seguintes foram marcados por pressões conservadoras e neoliberais por cortes de gastos e redução do papel do Estado.

Desta forma, o sistema de proteção social é insuficiente para garantir a segurança e proteção social da classe trabalhadora, pois as ações estabelecidas nas políticas sociais não são suficientes para atender as necessidades dos indivíduos e suas famílias (Santos, França e Costa, 2024).

Segundo Santos, França e Costa (2024), a década de 1990 foi marcada pelos ajustes fiscais nos países da América Latina, através das diretrizes do Consenso de Washington. Assim, o projeto neoliberal foi adotado, tendo como base o encolhimento do Estado na esfera econômica e na oferta de políticas públicas; a apropriação do fundo público (utilizado para pagamento da dívida externa) e a criação de novos nichos de mercado; abertura do capital financeiro e; a contrarreforma do Estado e flexibilização das relações trabalhistas (Costa; Carvalho, 2019, *apud* Santos, França e Costa, 2024).

Portanto, de acordo com Costa e Carvalho (2019 *apud* Santos, França e Costa, 2024), o avanço do neoliberalismo impulsionado pelo governo de Fernando Collor, não encontrou resistências popular e seguiu nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), persistindo com seus aspectos essenciais nos governos Lula e Dilma.

A partir da década de 2010, a agenda de austeridade fiscal e de contenção do gasto público ganhou centralidade na política brasileira, impulsionada tanto por pressões econômicas quanto por transformações ideológicas no campo político. O

neoconservadorismo, teve papel determinante nesse processo, reconfigurando o papel do Estado e redirecionando o foco das políticas sociais.

O Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016) do governo Temer instituiu um limite para o crescimento das despesas da União por 20 anos, impedindo que os gastos sociais acompanhem o crescimento da demanda populacional e econômica. Na prática, a medida congelou o orçamento da saúde, educação e assistência social, reduziu a capacidade do Estado de atender as crises e emergências sociais e subordinou um direito social à lógica do equilíbrio fiscal.

Também, a Reforma Trabalhista de 2017, aprovada pelo mesmo governo, alterou diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), fragilizando a proteção do trabalhador, incentivando a terceirização e a precarização das relações de trabalho com a justificativa de modernizar essas relações trabalhistas. Porém, sabe-se que esta reforma aprofundou a informalidade, reduziu o poder de negociação dos trabalhadores e comprometeu o financiamento da seguridade social.

Na última década, vemos a ascensão da extrema direita no Brasil, com suas

pautas conservadoras, negacionistas, discursos de ódio e medidas regressivas de direitos (MOGILKA, 2020; RIBEIRO, 2020). Durante o governo Bolsonaro, ocorreu o recrudesimento da repressão, a adoção da política armamentista e a defesa da Escola sem Partido, com cortes orçamentários nas políticas públicas, desmonte da participação social e foco nos interesses do agronegócio (Santos, França e Costa, 2024, p.401).

Sabe-se que durante o governo Bolsonaro ocorreram ataques à democracia e à cidadania, diante das medidas regressivas, dos discursos de ódio e da perspectiva ultraneoliberal, negacionista e conservadora (Mogilka, 2020, *apud* Santos, França e Costa, 2024). Isto afetou diretamente segmentos e grupos sociais como a população LGBTQIA+, mulheres, pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas idosas, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, dentre outros.

Como resultado da atuação da extrema direita no Brasil, temos um cenário regressivo de direitos, com significativas fraturas na democracia, cujos enfrentamentos remetem a um conjunto de desafios que perpassam não somente o campo político, mas, principalmente, as políticas públicas (Santos, França e Costa, 2024).

Portanto, a desconstrução da proteção social, impulsionada por um conservadorismo neoliberal, não é apenas técnica ou fiscal — é profundamente ideológica. Ela representa uma disputa sobre o papel do Estado, sobre a ideia de sociedade e sobre a legitimidade da

solidariedade como valor político. Resistir a esse processo exige a revalorização da proteção social como parte essencial da democracia e da dignidade humana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conservadorismo tem produzido impactos significativos na configuração da proteção social, especialmente ao favorecer políticas seletivas, moralizantes e orientadas pela lógica do mercado, reduzindo-a à condição de mecanismo residual e condicional. Com isso, limita a capacidade do Estado de garantir direitos universais e de promover justiça social.

Ao influenciar a formulação e execução das políticas públicas, o conservadorismo contribui para o esvaziamento da proteção social, desviando o foco da universalização de direitos para a contenção fiscal e a responsabilização individual. Essa trajetória revela uma disputa ideológica com consequências diretas para a população mais vulnerável.

O conservadorismo teve e continua a ter um papel central na limitação e reconfiguração da proteção social e é importante retomar o debate sobre o modelo de sociedade que se deseja construir: um projeto baseado na solidariedade e na justiça social, ou um retorno ao assistencialismo moralista e à desigualdade naturalizada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Liliane Gomes de Abrantes. **Serviço Social e Conservadorismo: desafios e possibilidades no tempo presente**. v. 1 n. 1 (2024): Anais do 10º Encontro Internacional de Política Social e do 17º Encontro Nacional de Política Social. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/45713>. Acesso em: 15 jun 2025.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão! Ofensiva conservadora e Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 623 – 636, out./dez., 2015.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007

DINIZ, Beatriz Rodrigues. **A influência do conservadorismo na política de assistência social**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**.

Ensaaios críticos. Ed. 12. São Paulo: Cortez, 2013

MEDEIROS, Milena G. **Conservadorismo e Serviço Social: Algumas notas**. Hum. em Per., v2, n.5, jul/dez.2020.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, Rosemeire dos; FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; COSTA, Teresa Cristina Moura. **Estado e Proteção Social no Brasil: desafios de uma terra arrasada**. Revista de Políticas Públicas, v. 28, p. 393–409, Out 2024, Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/24478>. Acesso em: 17 jun 2025.

SOUZA, Jamerson. M. A. **O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação**. Revista Serviço Social & Debate, 2(2), 407-445, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/c78TRGFhqrpDTjGHhYX3pzzq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun 2025.

ROCHA, Islânia Lima da. **Bases históricas do conservadorismo no Serviço Social brasileiro: a configuração do pensamento conservador no processo de preservação da ordem capitalista**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO “PROJETO QUEIMADAS”: FORMAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E SABERES TERRITORIAIS NA ESCOLA ESTADUAL PROFª MARIA DE BARROS – ITUIUTABA/MG (2025)

EXPERIENCE REPORT OF THE “BURNINGS PROJECT”: TRAINING, AWARENESS AND TERRITORIAL KNOWLEDGE AT THE PROFESSOR MARIA DE BARROS STATE SCHOOL – ITUIUTABA/MG (2025)

Cássio Duarte Ferreira¹
Ismaelly Victória Marcelino da Silva²
Jussara dos Santos Rosendo³

Resumo: O presente artigo trata de um relato de experiência de um projeto de extensão desenvolvido no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET), no ano de 2025, denominado (Re)conectando saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na cidade de Ituiutaba/MG. Tal relato aborda, de forma qualitativa, o projeto intitulado “QUEIMADAS: conhecer para prevenir”, que teve suas práxis realizadas na Escola Estadual Professora Maria de Barros, com estudantes do Ensino Médio Regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), discorrendo sobre o tema e suas nuances dentro do território. A justificativa para a realização deste projeto de extensão surgiu a partir de um incêndio no Parque Municipal do Goiabal (Ituiutaba/MG), local que abriga exemplares da flora remanescente do Cerrado e fauna silvestre, sendo objeto de estudo de diversos cursos da UFU – Campus Pontal. O principal objetivo deste artigo é apresentar um relato de experiência sobre o projeto de extensão e as ações desenvolvidas que contribuíram para a formação, conscientização e ampliação dos saberes territoriais dos estudantes da Escola Estadual Professora Maria de Barros, em Ituiutaba/MG. A metodologia de ações contemplou: 1) a realização de um Ciclo de Palestras, realizadas no ambiente escolar; 2) Divulgação do projeto em um canal de televisão local/regional, e; 3) Trilha guiada no Parque Municipal do Goiabal. Os resultados obtidos com a execução do projeto evidenciam impactos significativos tanto no campo educativo, quanto no social e ambiental, fortalecendo o diálogo interdisciplinar e o compromisso coletivo com a preservação ambiental.

Palavras-chave: Formação, Queimadas, Educação, Atuação Profissional.

Abstract: This article presents an experience report of an extension project developed within

¹ Discente de Serviço Social, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal – Ituiutaba (MG), ex-petiano do Programa de Educação Tutorial (PET) PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. Email: cass.ferreira.251993@gmail.com

² Discente de Pedagogia, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal – Ituiutaba (MG), petiana do Programa de Educação Tutorial (PET) PET (RE) conectando saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. Email: ismaelly.silva@ufu.br

³ Profa. Dra. Do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP), do campus Pontal da UFU. Tutora do PET (Re) conectando saberes, fazeres e práticas. E-mail: jussara.rosendo@ufu.br

the scope of the Tutorial Education Program (PET) in 2025, entitled "(Re)connecting knowledge, skills and practices: towards conscious citizenship," at the Federal University of Uberlândia (UFU), in the city of Ituiutaba/MG. This report qualitatively addresses the project entitled "WILDFIRES: knowing to prevent," which carried out its practices at the Professora Maria de Barros State School with students from regular high school and adult education (EJA), discussing the topic and its nuances within the territory. The justification for carrying out this extension project arose from a fire in the Goiabal Municipal Park (Ituiutaba/MG), a place that shelters examples of the remaining Cerrado flora and wildlife, and is the subject of study for several courses at UFU – Pontal Campus. The main objective of this article is to present an experience report on the extension project and the actions developed that contributed to the training, awareness, and expansion of territorial knowledge of students at the Escola Estadual Professora Maria de Barros, in Ituiutaba/MG. The methodology of actions included: 1) a series of lectures held in the school environment; 2) dissemination of the project on a local/regional television channel; and 3) a guided trail in the Goiabal Municipal Park. The results obtained from the execution of the project show significant impacts in the educational, social, and environmental fields, strengthening interdisciplinary dialogue and collective commitment to environmental preservation.

Keywords: Training, Wildfires, Education, Professional Practice.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os resultados da realização do projeto extensionista intitulado “QUEIMADAS: conhecer para prevenir”, desenvolvido no ano de 2025 no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET) (RE) Conectando Saberes, Fazeres e Práticas: Rumo à Cidadania Consciente, vinculado à Universidade Federal de Uberlândia, na cidade de Ituiutaba/MG.

Tal iniciativa foi motivada pela necessidade de discutir as queimadas urbanas e seus impactos na população da cidade. O ano de 2024 foi marcado por uma série de queimadas e incêndios em diversas localidades do Brasil. Muitas delas, comprovadamente, causadas por ações humanas. Em Ituiutaba-MG, a prática é recorrente nos meses mais secos do ano (de julho a outubro) e provoca uma série de impactos ambientais na população residente na cidade. No referido ano, um incêndio de grandes proporções queimou a principal área verde da cidade, denominada Parque do Goiabal, o local abriga exemplares da flora remanescente do Cerrado, e fauna silvestre, sendo objeto de estudo de diversos cursos da UFU, campus Pontal.

Direcionando nosso olhar à realidade local, depois do incêndio que devastou cerca de 2/3 do Parque do Goiabal, criminoso ocorrido no Parque Municipal Dr. Petrônio Rodrigues

Chaves, os integrantes do grupo PET decidiram que seria urgente uma ação de conscientização à comunidade. Em razão disso, escolhemos como público-alvo, uma escola estadual nas proximidades do bairro que se localiza o Parque.

O projeto surgiu, portanto, de uma sensibilização da comunidade acadêmica e de coletivos da cidade que lutam em defesa do meio ambiente, com o propósito de conscientizar, prevenir e fortalecer o combate às queimadas urbanas.

Diante dessa questão, o projeto contou, em sua linha de frente, com dois petianos responsáveis por promover a formação, a conscientização e a implementação das ações necessárias para sua realização, considerando que “[...] no plano da divisão social do trabalho, em uma sociedade de classes, o aprendizado das atividades essenciais à formação humana se separa das demais práticas sociais” (Arbia, 2023, p. 4). Assim, o projeto se potencializa como um espaço de formação profissional durante o processo de graduação dos discentes.

O principal objetivo da ação foi conscientizar os estudantes sobre a prevenção das queimadas urbanas ocorridas na cidade de Ituiutaba - MG. Especificamente, almejou: a) Elaborar materiais para conscientizar o público-alvo do projeto; b) Promover a compreensão em massa sobre as queimadas e seus impactos socioambientais; c) Compreender a motivação para a prática das queimadas urbanas; d) Analisar as políticas públicas sobre as queimadas; e) Promover a formação humana integral dos participantes, segundo a perspectiva da omnilateralidade marxista; f) Capacitar os discentes envolvidos no projeto como multiplicadores de conhecimento.

O projeto “QUEIMADAS: conhecer para prevenir” contou com a colaboração de diversos atores sociais para sua realização, tanto da instituição universitária quanto da sociedade civil, que contribuíram de diferentes formas. Outro ponto relevante, foi a parceria com a Escola Estadual Professora Maria de Barros, em Ituiutaba/MG, escolhida para a execução das atividades por estar localizada próxima ao Parque Goiabal. A instituição participou ativamente das reuniões e da construção coletiva das ações realizadas.

Embora o PET (Re) conectando seja interdisciplinar, cerca de 80% dos seus integrantes são discentes do curso de Serviço Social, os outros 20% são representados por graduandos do curso de Pedagogia. Desse modo, “[...] as discussões a respeito da relação entre política social e território oportunizam a incorporação da categoria em toda a sua amplitude: como determinação real capaz de produzir alterações significativas no campo da luta de classes, nas conformações do trabalho e nos modos de sociabilidade” (Arbia, 2023, p. 15).

O Parque Municipal do Goiabal localiza-se na porção sul do perímetro urbano do município de Ituiutaba-MG. Instituído pela Lei nº 1.826, de agosto de 1977 (Ituiutaba, 1977, s/p), foi oficialmente inaugurado em 1º de maio de 1986. Posteriormente, em 2006, o parque foi tombado pelo Decreto nº 5.781/06 (Ituiutaba, 2006, s/p), expedido pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ituiutaba, durante a gestão do então prefeito Fued José Dib. Tal tombamento ocorreu em virtude de seu relevante valor histórico e ambiental, decorrente do ecossistema ali existente. Desse modo, o parque consolidou-se como um espaço de reflexão e análise crítica, no qual os estudantes são instigados a compreender as consequências das queimadas sobre o meio ambiente.

A parceria entre o PET (Re) Conectando e a Escola Estadual Maria de Barros, além de possuir caráter extensionista, buscou promover a emancipação e a formação crítica dos educandos acerca das questões ambientais sob uma perspectiva omnilateral. Esse conceito, fundamentado no pensamento marxista, refere-se ao desenvolvimento pleno e integral do ser humano, em todas as suas dimensões (intelectual, física, social, cultural e moral), contrapondo-se à formação fragmentada e utilitarista típica do sistema capitalista. Para Ferreira Jr e Bittar (2008), sob o olhar de Marx e Engels a omnilateralidade:

[...] é, portanto, a chegada do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumos e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo dos bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho. (Ferreira Jr; Bittar, 2008, p.10).

Ao aproximarmos o omnilateralismo da educação formal escolar, é possível apropriar-se de seus princípios para ressignificar o processo educativo. Primeiramente, ao discutir temas como o meio ambiente e as queimadas em áreas próximas a comunidades (como ocorreu no Parque do Goiabal), o educando desenvolve uma consciência crítica sobre o racismo ambiental e reconhece como tais práticas criminosas refletem uma sociedade ainda alienada e desigual. Em segundo lugar, o desenvolvimento integral do estudante torna-se essencial para que ele supere os limites de uma formação individualista e unilateral, assumindo uma postura reflexiva, participativa e transformadora diante da realidade.

A educação, quando orientada pelo princípio omnilateral, contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente conscientes, capazes de compreender e intervir no mundo em que vivem. Nesse sentido, educar é um ato político, pois vai além da simples transmissão de saberes: visa formar seres humanos integrais, conscientes de seu papel

histórico, social e ambiental. Portanto, para

Para Marx e Engels, não é possível falar de educação sem referir-se à realidade socioeconômica e à luta de classes que a caracteriza e sustenta. Desse modo, a educação perde todo o aspecto idealista e neutro, bem como rejeita toda reminiscência romântica antiindustrial. Esse modelo interpretativo introduziu duas propostas consideradas revolucionárias: a) a referência ao trabalho produtivo, que se punha em contraste com toda uma tradição educativa intelectualista e espiritualista; b) a afirmação de uma constante relação entre educação e sociedade (Ferreira Jr; Bittar, 2008, p.10).

Sendo assim, o projeto “QUEIMADAS: conhecer para prevenir” propôs que o educando, ao compreender criticamente sua inserção no sistema capitalista e seus impactos sobre o meio ambiente, podendo atuar em defesa de um mundo mais justo, equitativo e sustentável, no qual a natureza seja valorizada não como recurso explorável, mas como condição essencial à vida e à dignidade humana.

2 DESENVOLVIMENTO

O projeto “QUEIMADAS: conhecer para prevenir” apresentou-se como uma abordagem educativa, social, sensibilizadora e conscientizadora voltada ao público escolhido, promovendo debates importantes para a prevenção das queimadas na região de Ituiutaba/MG.

Nesse sentido, a proposta, desenvolvida em parceria com a Escola Estadual Professora Maria de Barros e o grupo PET (RE) Conectando Saberes, Fazeres e Práticas: Rumo à Cidadania Consciente, envolveu diversas reuniões para planejar, construir e formalizar as ações necessárias à execução do projeto, bem como o diálogo constante com outros atores que participaram de sua construção, evidenciando que:

O planejamento participativo por entender que esta metodologia possui estreita ligação com o projeto ético-político que o Serviço Social assumiu e defende desde a ‘intenção de ruptura/movimento de reconceituação’; e a modalidade de planejamento estratégico, dando ênfase ao planejamento estratégico situacional, haja vista que se tornou rotineira a utilização desta denominação nas práticas de gestão nos mais variados âmbitos e, conseqüentemente, envolvendo o assistente social na sua operacionalização (Bertollo, 2016, p. 338).

A metodologia adotada para o desenvolvimento do projeto contou com a organização das seguintes etapas:

- Reuniões semanais/quinzenais de planejamento: ocorreram com os integrantes do grupo PET (Re) Conectando, com os integrantes da Escola (professora e

coordenação), com o Coletivo e os professores responsáveis pelas palestras na escola.

- Ciclo de Palestras: realizado no ambiente escolar com estudantes do Ensino Médio Regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As atividades ocorreram em datas específicas, planejadas em conformidade com o cronograma da escola e dos palestrantes, de modo que foram realizadas nas seguintes datas e temas: 1ª Palestra: “Introdução às queimadas: causas, consequências e formas de prevenção” — 20/03/2025; 2ª Palestra: “Queimadas: impactos ambientais e sociais” — 24/04/2025; 3ª Palestra: “Mudanças climáticas e seus impactos sociais, políticos e estruturais” — 10/06/2025, dividida em duas mesas temáticas: “Áreas verdes e mudanças climáticas” no matutino, e, “Conjuntura política”, no noturno.
- Cine Debate: realizado no dia 06/05/2025, quando ocorreu a exibição do documentário “Cinzas da Floresta” (de André D'Elia, 2023, com 77 minutos), no Auditório III, das 19:30 às 21:40hrs, do campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, quando os estudantes da escola se dirigiram à UFU. Após exibição, foi realizado um debate com os participantes que contou com a mediação de um professor do curso de Biologia, especialista em queimadas em parceria com o Coletivo Goiabal Vivo;
- Entrevistas na televisão: foi feita a entrevista de divulgação do projeto “QUEIMADAS: conhecer para prevenir” diante da fala da Tutora do PET (RE) conectando saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente, Jussara dos Santos Rosendo, na Universidade Federal de Uberlândia, apresentando o projeto e discorrendo sobre as ações e formas de prevenção no dia 02 de abril de 2025, na TV Integração da cidade de Ituiutaba (2025), e, disponibilizado na Globo Play: <https://globoplay.globo.com/v/13482785/> ;
- Elaboração de folders ilustrativos: para cada evento realizado foi elaborado um folder, com o objetivo de ampliar a divulgação e o alcance das ações do projeto;
- Trilha Guiada: realizada em parceria com o Coletivo Goiabal Vivo, aconteceu no dia 28 de junho de 2025, com a ida dos estudantes da Escola Estadual Professora Maria de Barros, sob supervisão dos professores da escola, dos estudantes do grupo PET (RE) conectando e dos integrantes do Coletivo Goiabal. A trilha ocorreu das 8:30 às 11:40h, com foco nos impactos das queimadas no parque e o potencial de regeneração da vegetação nativa.

Nessa perspectiva, reafirma-se a questão ambiental como uma força política, social e

construtiva, capaz de fomentar uma nova visão de mundo, voltada para além da lógica do capital, que:

Conforme o exposto, tem-se que a subordinação do valor de uso ao valor de troca resulta na separação campo-cidade, na criação de zonas de especialização produtiva, na intensificação do produtivismo, na concentração da riqueza e na produção de bolsões de pobreza e miséria. A “falha metabólica” constitui o fundamento do que hoje chamamos questão ambiental, entendida como expressão exponenciada e generalizada daquela, cujas manifestações se dão pela degradação de diversos ecossistemas planetários, resultando no aumento da poluição ecossistêmica, na escassez de matérias-primas e energia, bem como no consequente acirramento das disputas pelos recursos naturais, caracterizadas atualmente como conflitos socioambientais (Silva; Araújo, 2025, p. 6).

Trazendo o contexto do capitalismo predatório, “[...] a categoria marxiana ‘falha metabólica’ explicita a síntese de um conjunto de processos econômicos e sociais que promovem a alteração radical da relação sociedade-natureza” (Silva; Araújo, 2025, p. 6), o projeto “QUEIMADAS: conhecer para prevenir”, surgiu com o propósito de proporcionar a todos os participantes uma nova forma de compreender e enfrentar esse metabolismo destrutivo, que se manifesta na cidade de Ituiutaba/MG durante o período de seca — época em que ocorrem a maioria das queimadas — gerando um fluxo de contaminação do ar e do ecossistema, além de provocar problemas de saúde pública decorrentes desses eventos.

Os principais temas abordados foram de extrema importância para que a execução do projeto se desse de forma educativa, reflexiva e crítica, de modo que a:

“Questão ambiental” e suas múltiplas expressões, como: poluição, contaminações hídricas, inundações, expropriações territoriais, insegurança alimentar, violência e etc. Estas expressões atingem de forma diferenciada os indivíduos e classes sociais, tornando-se demandas para as políticas sociais e para o Serviço Social (De Siqueira, 2021, p. 18685-18686).

Os temas tratados, foram diversos e fundamentais para a compreensão desse metabolismo capitalista predatório, bem como para refletir como as queimadas intensificam as expressões da questão social no território.

Imagem 1: Folders de divulgação das palestras realizadas



Fonte: acervo do PET (Re) conectando (2025)

A execução de cada ação do Ciclo de Palestras se obteve um ponto de construção, entendimento, reflexão, fortalecimento diante da temática, que para o processo de formação dos discentes:

É urgente aprofundarmos este debate, uma vez que a profissão se encontra na linha de frente, junto de outros saberes profissionais, no atendimento e na formulação de respostas para as problemáticas e expressões derivadas dos conflitos oriundos do binômio capital-trabalho, incluindo ainda, como pudemos perceber, as manifestações da destrutividade da natureza (De Siqueira, 2021, p. 18684).

Imagem 2: Registros fotográficos durante a realização das ações (fotos desfocadas para preservar a imagem e identidade dos presentes)



Fonte: acervo do PET (Re) conectando (2025)

Dando seguimento às atividades executadas pelo projeto “QUEIMADAS: conhecer para prevenir”, é possível articular o Serviço Social e a Pedagogia, sob a perspectiva da Pedagogia Social Crítica, nesse debate que envolve intervenção, fortalecimento do conhecimento e processo educativo no território, bem como suas formas de enfrentamento. Isso porque, conforme destaca Fernandes (2016, p. 20), “[...] a teoria social crítica traz em sua essência a análise da realidade sócio-histórica, explicitando as dimensões de todo objeto (suas contradições, nexos internos e externos)”.

Compreende-se, portanto, que o projeto foi desenvolvido de maneira categórica, profunda, política e acessível, favorecendo a compreensão do público-alvo a que se destinou.

Na etapa final de realização do projeto, foi realizada uma atividade prática de Trilha Guiada, que permitiu (re) visitar o Parque do Goiabal, meses depois do grande incêndio que quase devastou toda sua área. Para esta etapa, a parceria do Coletivo Goiabal Vivo e da Direção da FACES/UFU, foi fundamental para deslocar os estudantes participantes do projeto até a sede do Parque do Goiabal, durante um sábado letivo.

A ação teve como objetivo contribuir para o conhecimento sobre o parque, sua fauna e flora, e para a conscientização acerca da preservação ambiental, reconhecendo que:

A Educação é o caminho que possibilitará reflexões e elucidações que precisam ser democráticas, progressistas e que não reforcem opressões. A Educação precisa ser engajada, humana e que desperte uma consciência crítica e comprometida contra todas as formas de injustiças sociais (Simões; Verbicaro; Santos, 2022, p. 3).

Dessa forma, concluímos que a atuação educativa teve caráter totalizadora, crítica e reflexiva, ao levar os estudantes ao território em estado de regeneração após ser devastado por queimadas criminosas, promovendo uma vivência direta com o espaço e sua realidade ambiental. Essa ação está intrinsecamente relacionada aos princípios da educação integral e da formação omnilateral, uma vez que promove o desenvolvimento pleno do educando, envolvendo razão, sensibilidade, corpo e consciência social.

Ao vivenciar o território, o estudante não apenas aprende sobre a fauna e a flora afetadas, mas também compreende a interdependência entre o ser humano e a natureza, reconhecendo-se como sujeito histórico capaz de intervir na realidade. Assim, a prática educativa ultrapassa o ensino teórico, tornando-se um exercício de emancipação e formação integral diante das contradições do sistema capitalista.

Imagem 3: Registros da Trilha Guiada com o PET (Re) conectando e o Coletivo Goiabal (fotos desfocadas para preservar a imagem e identidade dos presentes)



Fonte: acervo do PET (Re) conectando

Esta atividade foi de extrema importância para a construção dos saberes, finalizando o processo de formação e ampliando o conhecimento e a ótica da comunidade escolar, universitária e dos palestrantes que contribuíram e firmaram parceria para que o projeto “QUEIMADAS: conhecer para prevenir” acontecesse de forma qualitativa e potente.

Diante do exposto, ficou evidenciado que o projeto “QUEIMADAS: conhecer para prevenir” alcançou o resultado esperado, envolvendo diversos atores sociais e um número expressivo de participantes diretamente afetados - aproximadamente 500 pessoas - com ampla aceitação dos envolvidos. O projeto foi desenvolvido conforme o previsto, fortalecendo os

saberes em torno de uma temática que dialoga com o indivíduo, a sociedade, a política e a intervenção interdisciplinar, não se restringindo apenas ao Serviço Social e à Pedagogia.

Foi, portanto, extremamente relevante transcender os limites da Universidade, fortalecendo o conhecimento científico, político e educativo acerca do tema, de modo que todos os envolvidos pudessem ter acesso a informações e reflexões, fomentando formas de combate às queimadas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encaminhando estas considerações finais — que não se encerram aqui — compreende-se que cada etapa da construção do projeto “QUEIMADAS: conhecer para prevenir” foi desenvolvida a partir de um viés científico, educativo e extensionista, permitindo uma compreensão ampla das nuances que envolvem a temática, em parceria com a escola, sociedade civil, Universidade e entidades ambientais. Ao longo das ações, emergiram saberes diversos e percepções críticas acerca das queimadas, articulando o conhecimento científico ao contexto local, o que reforçou a importância de pensar a educação como prática social transformadora.

Nesse processo, a formação dos educandos revelou-se central, pois, à luz da perspectiva omnilateral, busca-se o desenvolvimento integral do sujeito (intelectual, ético, social e ambiental) frente às contradições impostas pelo sistema capitalista. Essa formação permite ao educando compreender a totalidade das relações entre sociedade e natureza, reconhecendo-se como agente histórico capaz de intervir criticamente na realidade. Assim, o projeto ultrapassa a mera transmissão de informações sobre queimadas, tornando-se um instrumento de conscientização e emancipação humana, voltado à construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Por se tratar de um relato de experiência de discentes que estiveram na linha de frente do projeto, foi essencial destacar a relação entre o Serviço Social e a Pedagogia dentro do território, evidenciando olhares múltiplos sobre o tema, abordados de maneira educativa, social, política e coletiva. O Ciclo de Palestras, em conjunto com a atividade prática, configurou-se como uma proposta educativa que transcende os muros da Universidade, aproximando o conhecimento científico e a conscientização social, e reforçando a coletividade nas formas de combate às queimadas na região.

Outro ponto a ser destacado diz respeito às dificuldades encontradas em algumas

ações, especialmente quanto à disponibilidade de profissionais que dominassem o tema para tratá-lo de forma científica e teórica. No entanto, o Ciclo de Palestras mostrou-se extremamente enriquecedor para a comunidade escolar envolvida, trazendo visões da Universidade, da sociedade civil, de movimentos sociais e de representantes políticos que atuam na pauta ambiental da cidade. Apesar dos desafios, os resultados positivos superaram amplamente os enfrentamentos, em razão do planejamento coerente e comprometido com os objetivos do projeto.

Por fim, o papel do grupo PET em disseminar o conhecimento proposto abriu espaço para novas abordagens da temática no futuro, possibilitando novas óticas, construções e práticas sociais voltadas ao combate às queimadas por meio da práxis social. Espera-se que esses saberes, construídos coletivamente, mobilizem não apenas o Serviço Social, mas também outras áreas do conhecimento, de modo a propor novas visões de mundo que superem o capitalismo predatório e promovam uma educação crítica, emancipadora e transformadora.

REFERÊNCIAS

ARBIA, Alexandre Aranha. **Serviço social e território: articulação de conteúdos para uma formação integral**. Educação, [S.l.], v.48, n.1, p.95/1–25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/68593> . Acesso em: 3 nov. 2025.

BERTOLLO, Kathiúça. **Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional**. Temporalis, v. 16, n. 31, p. 333-356, 2016.

DE SIQUEIRA, Rosângela Bujokas. **Questão ambiental e serviço social: reflexões sobre as possibilidades de intervenção profissional**. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 2, p. 18680-18690, 2021.

FERNANDES, Odete. **CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DA INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**. In. Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário/ Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. **A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.12, n.26, p.635-46, jul./set. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000300014> Acesso em: 11 nov. 2025.

ITUIUTABA, Prefeitura Municipal. **Lei nº 1.826, de 24 de agosto de 1977**. Ituiutaba, MG, 2016. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1977/lei-no-1-826-d-e-24-de-agosto-de-1977/view> Acesso em: 13 nov. 2025.

ITUIUTABA, Prefeitura Municipal. **Decreto nº 5.781, de 10 de abril de 2006**. Dispõe sobre o tombamento e respectiva inscrição do sítio denominado Parque do Goiabal, localizado nesta cidade. Ituiutaba: Prefeitura Municipal, 2006. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/11/ipatrimonio-Ituiutaba-Parque-do-Goiabal-Fonte-Prefeitura-Decreto.pdf> Acesso em: 12 nov. 2025.

NOTÍCIAS, Integração. **Integração Notícia - Edição de quarta-feira, 02/04/2025**. Ituiutaba, MG, 2025, Globo Play. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13482785/> Acesso em: 13/11/2025.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam**. UNESP, Franca, SP, Serviço Social & Realidade, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

SABERES, (RE) conectando fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. **Relatório “Projeto Queimadas: conhecer para prevenir”**. Acervo do grupo PET (RE) conectando, saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16vMgoQIN257PKK5IQB9ZN7pGz1MdUIsP> Acesso em: 04/11/2025

SABERES, (RE) conectando fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. **Imagem 1**. Acervo do grupo PET (RE) conectando, saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16vMgoQIN257PKK5IQB9ZN7pGz1MdUIsP> Acesso em: 04/11/2025

SABERES, (RE) conectando fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. **Imagem 2**. Acervo do grupo PET (RE) conectando, saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16vMgoQIN257PKK5IQB9ZN7pGz1MdUIsP> Acesso em: 04/11/2025

SABERES, (RE) conectando fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. **Imagem 3**. Acervo do grupo PET (RE) conectando, saberes, fazeres e práticas: rumo à cidadania consciente. Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16vMgoQIN257PKK5IQB9ZN7pGz1MdUIsP> Acesso em: 04/11/2025

SILVA, Maria das Graças e; ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. **Questão ambiental, capitalismo dependente e serviço social: apontamentos para um debate urgente**. Serviço Social & Sociedade, v. 148, n. 2, p. e-6628439, 2025.

SIMÕES, Adriana Souza; VERBICARO, Loiane Prado; DOS SANTOS, Raquel Amorim. **A Teoria como prática libertadora na obra de bell hooks “Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade”**: Uma análise à luz da perspectiva decolonial. PA, UFPA, Kalagatos: Revista de Filosofia, v. 19, n. 1, p. 12, 2022.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufsm.br/terceirosetorservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC

Pro-Autoria de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

SERVIÇO SOCIAL E TERCEIRO SETOR: UMA PARCERIA PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA ASSESSORIA E CONSULTORIA

SERVICIO SOCIAL Y TERCER SECTOR: UNA ASOCIACIÓN PARA LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL A TRAVÉS DE LA ASESORÍA Y LA CONSULTORÍA

Edenilson Santos Novais¹
Rosane Janczura²

Resumo: Este artigo explora a interseção entre assessoria e consultoria em projetos sociais no terceiro setor e a participação do /a assistente social. O terceiro setor no Brasil desempenha um papel crucial no enfrentamento das desigualdades sociais, atuando em áreas vitais como educação, saúde e assistência social, com um compromisso intrínseco à cidadania e à justiça social. Diferenciando-se dos setores público e privado, as organizações do terceiro setor operam sem fins lucrativos, focando na intervenção de problemas estruturais que o Estado muitas vezes não consegue atender adequadamente. A importância dos projetos sociais reside na sua capacidade de promover a inclusão social e oferecer soluções inovadoras para as populações mais vulneráveis. Nesse cenário, a atuação do assistente social é estratégica, especialmente na elaboração e gestão de projetos sociais, que são fundamentais para a efetivação de políticas sociais, na mobilização de recursos e na ampliação de direitos. A eficácia dessas iniciativas depende de uma gestão qualificada que assegure a sustentabilidade e maximize o impacto social. O assistente social, com sua formação, assume funções diversas no terceiro setor, incluindo o diagnóstico de necessidades, a formulação e implementação de projetos, e o monitoramento e avaliação de resultados.

Palavras-chave: Assessoria; Consultoria; Terceiro Setor; Serviço Social.

Resumen: Este artículo explora la intersección entre los servicios de asesoría y consultoría en proyectos sociales del tercer sector y la participación de los trabajadores sociales. El tercer sector en Brasil desempeña un papel crucial en la lucha contra las desigualdades sociales, trabajando en áreas vitales como la educación, la salud y la asistencia social, con un compromiso intrínseco con la ciudadanía y la justicia social. A diferencia de los sectores

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas (PPGSSPP) da UFSM. E-mail: edenilson.snovais@hotmail.com

² Docente e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas (PPGSSPP) e do Departamento de Serviço Social da UFSM. E-mail: rosane.janczura@ufsm.br

públicos y privado, las organizaciones del tercer sector operan sin fines de lucro, centrándose en abordar problemas estructurales que el Estado a menudo no aborda adecuadamente. La importancia de los proyectos sociales radica en su capacidad para promover la inclusión social y ofrecer soluciones innovadoras para las poblaciones más vulnerables. En este contexto, el papel de los trabajadores sociales es estratégico, especialmente en el desarrollo y la gestión de proyectos sociales, fundamentales para la implementación de políticas sociales, la movilización de recursos y la ampliación de derechos. La eficacia de estas iniciativas depende de una gestión cualificada que garantice la sostenibilidad y maximice el impacto social. Los trabajadores sociales, gracias a su formación, desempeñan diversas funciones en el tercer sector, como la evaluación de necesidades, la formulación e implementación de proyectos, y el seguimiento y la evaluación de resultados.

Palabras Clave: Asesoría; Consultoría; Tercer Sector; Trabajo Social.

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor tem desempenhado um papel fundamental no enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil, atuando em áreas como educação, saúde, assistência social e desenvolvimento comunitário. Diferente do setor público e do setor privado, as organizações do terceiro setor são caracterizadas por sua atuação sem fins lucrativos e pelo compromisso com o fortalecimento da cidadania e da justiça social.

Diante disso, surge o questionamento: quais são as práticas e os desafios enfrentados pelos assistentes sociais na elaboração e gestão de projetos sociais no terceiro setor, e de que forma essas práticas impactam os resultados alcançados pelas organizações?

Nesse contexto, a atuação do assistente social na elaboração e gestão de projetos sociais se torna um eixo estratégico para a efetivação de políticas sociais, mobilização de recursos e ampliação de direitos.

O papel dos projetos sociais está atrelado à necessidade de intervenção em problemas estruturais, muitas vezes não suficientemente cobertos pelo Estado. De acordo com Gohn (2011), os projetos sociais desempenham um papel crucial na promoção da inclusão social, fornecendo respostas inovadoras às demandas da população mais vulnerável. No entanto, a efetividade dessas iniciativas depende de uma gestão qualificada, que garanta a sustentabilidade das ações e a maximização dos impactos sociais.

O assistente social, como profissional capacitado para atuar na formulação e implementação de políticas públicas e sociais, assume diversas funções dentro do terceiro setor, incluindo o diagnóstico das necessidades sociais, a elaboração e a gestão de projetos, o monitoramento e a avaliação dos resultados.

Segundo Iamamoto (2008), a atuação do assistente social deve estar fundamentada em uma perspectiva crítico-dialética, garantindo que os projetos sociais não sejam apenas mecanismos paliativos, mas instrumentos de transformação estrutural.

Entretanto, a prática profissional no terceiro setor enfrenta desafios significativos, como a instabilidade de financiamento, a precarização do trabalho, a burocratização dos processos e a necessidade de articulação com diferentes atores sociais.

Conforme Netto (2011), a atuação dos assistentes sociais deve ser pautada por um compromisso ético-político, assegurando que os projetos sociais não sejam capturados por lógicas meramente assistencialistas, mas que contribuam para o empoderamento dos sujeitos e a ampliação da participação social.

No entanto, observa-se que muitas dessas iniciativas carecem de sistematização metodológica, de avaliação de impacto e de mecanismos de articulação com a rede pública de proteção, o que compromete a efetividade das ações.

A profissão do assistente social no Brasil possui uma trajetória marcada por lutas sociais, reposicionamentos éticos e compromissos políticos com os setores subalternizados da sociedade. Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social tem se consolidado como uma profissão interventiva, analítica e comprometida com os direitos sociais, articulando sua prática às transformações do Estado e às políticas públicas em contexto de capitalismo periférico.

2 O PAPEL DA ASSESSORIA E DA CONSULTORIA SOCIAL NO CONTEXTO DOS PROJETOS DO TERCEIRO SETOR

O Serviço Social, enquanto profissão, emerge no cenário brasileiro em um contexto de profundas desigualdades sociais e demandas por justiça e equidade. Desde suas origens, a atuação do assistente social tem sido intrinsecamente ligada à defesa e garantia de direitos, buscando a emancipação de indivíduos e coletividades. Ao longo de sua trajetória, a profissão se consolidou como um agente fundamental na mediação entre as necessidades sociais e as políticas públicas, atuando em diversas esferas e instituições.

A formação do Serviço Social no Brasil remonta à década de 1930, em um contexto de forte influência da Igreja Católica e de ações filantrópicas voltadas ao atendimento das “populações pobres”. A consolidação da profissão está vinculada às necessidades de reprodução da ordem capitalista e da questão social emergente na urbanização e

industrialização do país. Com o advento do Movimento de Reconceituação na década de 1960 e, posteriormente, com a redemocratização, a profissão passa a ressignificar seu papel, incorporando o materialismo histórico-dialético como referencial teórico, e adotando um projeto ético-político comprometido com os direitos humanos e com a emancipação da classe trabalhadora, conforme destaca Netto (1992).

Fraga (2010) assinala que o Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva. Portanto, as análises de seus estudos e pesquisas precisam ser realizadas a partir de situações concretas e possuir utilidade social, não interessando o conhecimento realizado apenas com finalidade descritiva e contemplativa.

A atuação do Serviço Social neste campo exige uma postura crítica, fundamentada na análise da totalidade, para que sua intervenção não seja funcional à lógica mercantil, mas comprometida com o projeto societário contra-hegemônico. Portanto, o profissional deve atuar com competência técnica e posicionamento político, fortalecendo espaços de participação, escuta qualificada e fortalecimento de vínculos sociais, especialmente junto a populações em situação de vulnerabilidade e exclusão social histórica.

A revisão da literatura aponta que os projetos sociais desempenham um papel central na redução das desigualdades e na promoção dos direitos sociais. O profissional, ao atuar na gestão desses projetos, enfrenta desafios estruturais, mas também tem um potencial significativo de transformação social.

Diante disso, torna-se essencial investir na capacitação dos profissionais, bem como no fortalecimento de políticas públicas que incentivem a sustentabilidade das organizações do terceiro setor. A atuação do/a assistente social no terceiro setor deve ser compreendida à luz de referenciais teóricos que abordam o papel dos projetos sociais na transformação social, a gestão dessas iniciativas e os desafios enfrentados pelos profissionais da área.

A atuação deve ser fundamentada em princípios éticos de justiça social, responsabilidade social e comprometimento com a cidadania. No contexto do Serviço Social, a elaboração e gestão de projetos requerem uma abordagem interdisciplinar, envolvendo conhecimentos técnicos, administrativos e políticos. De acordo com Carvalho (2019), o assistente social deve estar preparado para atuar na articulação de redes, no desenvolvimento de metodologias participativas e na avaliação dos impactos sociais dos projetos implementados.

Nesse cenário, o/a assistente social atua de maneira estratégica, desenvolvendo ações que envolvem a gestão de projetos sociais, mobilização de recursos e a articulação entre diferentes

atores sociais. Os projetos sociais, enquanto instrumentos operacionais do terceiro setor, são planejados para atender demandas específicas da população e exigem uma gestão estruturada.

Conforme Chiavenato (2005), a gestão de projetos no terceiro setor deve considerar aspectos como planejamento estratégico, captação de recursos, execução e monitoramento dos resultados. Além disso, a sustentabilidade financeira e a mobilização social são fatores essenciais para garantir a continuidade das ações.

3 O TERCEIRO SETOR E A GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS

O terceiro setor é composto por organizações da sociedade civil (OSC), fundações e associações que atuam no desenvolvimento de ações voltadas para o bem-estar coletivo. Gohn (2011) afirma que essas organizações surgiram como resposta à insuficiência do Estado em garantir direitos sociais fundamentais, assumindo um papel complementar e, em alguns casos, inovador na implementação de políticas públicas. De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil, plataforma desenvolvida pelo IPEA, o Brasil registrou pelo menos 897.054 organizações da sociedade civil ativas em 2024, representando um aumento de 2% em relação ao ano anterior. Esse crescimento reflete a expansão da participação da sociedade civil na implementação de políticas públicas e na promoção do desenvolvimento sustentável.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, que desempenha um papel estratégico na produção e disseminação de conhecimento voltado ao planejamento e à formulação de políticas públicas no Brasil, é uma ferramenta para consolidar essas práticas no cotidiano do terceiro setor, oferece uma base de dados que potencializa esse processo de mediação. A partir das análises e indicadores produzidos pelo Instituto, as organizações da sociedade civil conseguem elaborar diagnósticos mais precisos e alinhar suas ações com as reais necessidades dos usuários. Este órgão governamental destaca que o terceiro setor responde por aproximadamente 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, empregando mais de 3 milhões de pessoas.

Esses dados reforçam a relevância do terceiro setor na sociedade brasileira e justificam a necessidade de estudos que analisem a atuação dos profissionais envolvidos, como os assistentes sociais, que desempenham um papel central na elaboração e gestão desses projetos. Suas finalidades envolvem produzir estudos e diagnósticos econômicos e sociais do país, subsidiar os três poderes com informações técnicas e projeções, promover a

transparência e o acesso público ao conhecimento científico e apoiar a formulação de políticas públicas inclusivas e eficientes.

Como afirma Netto (2011), é preciso articular teoria e prática a partir de uma leitura crítica da realidade social para que o Serviço Social cumpra seu papel transformador. O IPEA, nesse cenário, serve como balizador para profissionais e instituições comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os projetos sociais, enquanto instrumentos operacionais do terceiro setor, são planejados para atender demandas específicas da população e exigem uma gestão estruturada.

Chiavenato (2005) nos lembra, a gestão de projetos no terceiro setor deve considerar aspectos como planejamento estratégico, captação de recursos, execução e monitoramento dos resultados. Além disso, a sustentabilidade financeira e a mobilização social são fatores essenciais para garantir a continuidade das ações.

A gestão de projetos sociais no terceiro setor enfrenta desafios complexos, que vão desde a captação de recursos até a avaliação de impacto das ações implementadas. Para Gurza (2015), os principais desafios incluem dependência de financiamento externo, ou seja, muitas organizações enfrentam dificuldades para garantir recursos contínuos, o que compromete a sustentabilidade dos projetos.

Outros entraves são a burocratização dos processos, a exigência de relatórios e prestação de contas pode dificultar a execução ágil das ações; a precarização do trabalho, pois muitos assistentes sociais que atuam no terceiro setor lidam com vínculos empregatícios instáveis e sobrecarga de demandas; e a dificuldade na mensuração de impacto, uma vez que avaliar os resultados de projetos sociais requer metodologias específicas, que nem sempre são adotadas pelas organizações.

4 A PARTICIPAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO TERCEIRO SETOR

A contribuição do assistente social para a efetividade dos projetos sociais no terceiro setor é inegável. Sua formação o capacita a compreender a complexidade da questão social e a intervir de forma qualificada, considerando as dimensões subjetivas, sociais, econômicas e culturais que permeiam a vida dos indivíduos e das comunidades. Ele não apenas executa tarefas, mas reflete sobre sua prática, buscando sempre aprimorá-la e adequá-la às necessidades e potencialidades do público atendido.

Ao atuar na assessoria e consultoria, o assistente social leva essa expertise para as organizações, contribuindo para que seus projetos sejam mais coerentes, relevantes e impactantes. Sua atuação qualifica o debate, fortalece a gestão e amplia a capacidade das OSC de gerarem transformações sociais duradouras. É um investimento na qualidade e na efetividade do trabalho social, com reflexos diretos na vida de milhares de pessoas.

A atuação do assistente social na gestão de projetos sociais no terceiro setor vai além da elaboração de planos e relatórios. Trata-se de um exercício ético-político de enfrentamento das expressões da questão social, em um contexto marcado por desigualdades estruturais, precarização da vida e invisibilização de sujeitos historicamente marginalizados. Conforme destaca Iamamoto (2008), a profissão se inscreve em uma historicidade que a vincula ao projeto ético-político de defesa dos direitos sociais e da cidadania plena.

Netto (2011) argumenta que a prática do assistente social no terceiro setor deve estar alinhada aos princípios ético-políticos da profissão, o que implica um compromisso com a superação das desigualdades e a defesa dos direitos sociais. Isso significa que a gestão de projetos não pode ser reduzida a uma lógica meramente técnica, mas deve considerar as implicações sociais e políticas das ações implementadas. Como profissional capacitado para atuar na formulação e implementação de políticas públicas e sociais, assume diversas funções dentro do terceiro setor, incluindo o diagnóstico das necessidades sociais, a elaboração e a gestão de projetos, o monitoramento e a avaliação dos resultados, além da intervenção social junto aos usuários da OSC em que atua.

Além disso, o assistente social desempenha um papel estratégico na mediação entre diferentes atores sociais, incluindo financiadores, gestores públicos, comunidades e outras organizações do terceiro setor. Medeiros (2020) enfatiza que a capacidade de articulação e negociação é fundamental para garantir a sustentabilidade dos projetos e ampliar o alcance das ações desenvolvidas e Iamamoto (2008) destaca que o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

Fraga (2010) enfatiza que, enquanto a atitude investigativa é um movimento constante de busca, questionamentos, debruçamentos, planejamento para atuar na profissão, a ação profissional é consequência e, ao mesmo tempo, subsídio para essa investigação. Sendo

assim, é preciso se desvencilhar dos limites do pragmatismo e incorporar a postura investigativa na ação do assistente social, que também é uma demanda que vai qualificar o seu trabalho e intervenção social. No contexto do Serviço Social, a elaboração e gestão de projetos requerem uma abordagem interdisciplinar, envolvendo conhecimentos técnicos, administrativos e políticos.

5 AS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL E SUA ATUAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS NO TERCEIRO SETOR.

Neste momento, busca-se refletir sobre o papel do assistente social na elaboração, coordenação e avaliação de projetos sociais no âmbito do terceiro setor, evidenciando as especificidades dessa atuação à luz das prerrogativas legais e ético-políticas da profissão. A prática do assistente social no terceiro setor, seja na gestão interna de projetos ou na oferta de serviços de assessoria e consultoria, dialoga intimamente com o que discutimos acima.

A assessoria, com seu caráter de acompanhamento contínuo e construção conjunta, se alinha perfeitamente com a dimensão pedagógica e emancipatória do Serviço Social. O assistente social, como assessor, não apenas oferece soluções, mas capacita a equipe da organização, fortalece sua autonomia e contribui para a construção de um conhecimento coletivo. É um processo de empoderamento, onde a organização se torna protagonista de sua própria transformação. Por sua vez, a consultoria, com seu foco em diagnósticos e soluções pontuais, também encontra um campo fértil na atuação do profissional do Serviço Social. Sua capacidade de análise crítica da realidade social e seu conhecimento das políticas públicas o habilitam a oferecer diagnósticos precisos e a propor soluções inovadoras e contextualizadas. Ele pode, por exemplo, ser contratado como consultor para elaborar um plano de captação de recursos, para avaliar o impacto de um projeto ou para orientar a organização na adequação ao Marco Regulatório das Organizações da sociedade Civil (MROSC) Lei nº13.019/2014. Em ambos os casos, a atuação do assistente social é marcada por um compromisso ético-político que transcende a dimensão puramente técnica, buscando sempre a promoção da justiça social e a defesa dos direitos humanos.

As atribuições privativas do assistente social são legalmente regulamentadas pela Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão no Brasil (Brasil, 1993). No contexto atual, com o avanço das políticas neoliberais e a crescente terceirização dos serviços públicos, o terceiro setor tem se tornado um importante campo de atuação para esses profissionais. A Lei de

Regulamentação da Profissão estabelece os parâmetros legais que asseguram as competências ao assistente social e ampara suas prerrogativas exclusivas a cada profissional que precisa, então, ter ciência de seu teor para lançar mão desse aparato legal, nos diferentes âmbitos de atuação profissional. (Fraga, 2010). Esta Lei define no Art. 5º as atribuições privativas do assistente social, entre as quais destacam-se: elaboração de planos, programas e projetos na área social, realização de estudos sociais e perícias técnicas, emissão de pareceres, laudos e avaliações e assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e organizações não governamentais (Brasil, 1993).

Tais atribuições configuram a atuação técnico-operativa e interventiva do profissional, sempre orientada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, que preconiza a defesa intransigente dos direitos humanos, o fortalecimento da cidadania e o enfrentamento das desigualdades sociais, como bem elucida Iamamoto (2008). Nessa esfera, o assistente social encontra desafios e possibilidades de atuação na interface entre políticas públicas, controle social e financiamento privado, conforme analisado por Guerra (2013). A atuação no terceiro setor exige atenção redobrada às prerrogativas ético-políticas da profissão, já que muitas organizações tendem a reproduzir lógicas assistencialistas ou de gestão privada da política social.

Nesse contexto, a atuação do assistente social na elaboração e gestão de projetos sociais se torna um eixo estratégico para a efetivação de políticas sociais, mobilização de recursos e ampliação de direitos. Segundo Fraga (2010) para que seja possível ao assistente social fortalecer seus espaços de atuação profissional na contemporaneidade é necessário um aprendizado da interdisciplinaridade, apreendida como uma possibilidade no exercício profissional, em que os esforços conjuntos sejam conjugados em prol da população usuária.

A atuação em projetos sociais deve ser pautada por um planejamento rigoroso, com indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, mas, sobretudo, com foco na dignidade humana e no empoderamento dos sujeitos. Isso implica compreender a totalidade da realidade social e intervir de forma qualificada, com uso de instrumentos como diagnóstico participativo, grupo focal, visitas domiciliares, relatórios técnicos e articulação em rede, conforme orientações do CFESS/CRESS. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social têm reforçado, por meio de pareceres e campanhas, a importância da valorização profissional e do reconhecimento das atribuições privativas, alertando para os riscos de desvio de função e de precarização do trabalho no terceiro setor.

A articulação entre a teoria social crítica e a prática cotidiana no terceiro setor evidencia que a gestão de projetos sociais não pode ser neutra ou tecnocrática, mas deve partir de um compromisso ético com a transformação das condições de vida da população vulnerabilizada. Fraga (2010) destaca que desta forma, a finalidade do trabalho do assistente social está voltada para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos (materializados em organizações sociais, movimentos sociais, conselhos de direitos, entre outros), na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos.

A perspectiva crítica do Serviço Social enfatiza a necessidade de compreender os projetos sociais como instrumentos de mudança estrutural, e não apenas como medidas paliativas para amenizar problemas sociais.

De acordo com Iamamoto (2008), o trabalho do assistente social deve estar orientado por uma análise da conjuntura social e econômica, garantindo que as ações desenvolvidas estejam alinhadas a um projeto societário comprometido com a justiça social.

O terceiro setor desempenha um papel fundamental na implementação de políticas sociais e no enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil. Nesse contexto, o assistente social, como profissional comprometido com a transformação social, ocupa uma posição estratégica na elaboração e gestão de projetos sociais, contribuindo para a ampliação de direitos e o fortalecimento das organizações da sociedade civil. O cenário atual apresenta desafios significativos, como a instabilidade de recursos, a necessidade de inovação nos métodos de gestão e a integração das práticas profissionais com as demandas sociais emergentes. Assim, torna-se relevante compreender como os/as assistentes sociais atuam nesses processos, avaliando as estratégias que empregam, os obstáculos que enfrentam e os resultados alcançados.

Sendo assim, buscou analisar a atuação do/a assistente social no terceiro setor, abordando tanto as práticas de elaboração de projetos sociais quanto os processos de gestão, a fim de identificar potencialidades e propor caminhos para a qualificação dessa prática profissional. A gestão de projetos sociais no terceiro setor exige habilidades técnicas e éticas que envolvem planejamento, execução, monitoramento e avaliação. No entanto, observa-se uma lacuna na literatura e na prática profissional sobre como o/a assistente social se posiciona nesse processo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assessoria e consultoria social representam campos férteis de atuação profissional para o assistente social, desafiando-o a ir além da execução de serviços e posicionar-se como agente estratégico de transformação. No terceiro setor, essa atuação contribui diretamente para o fortalecimento de vínculos sociais e para a efetivação da cidadania, exigindo sensibilidade ética, domínio técnico e compromisso com a classe trabalhadora.

A crescente profissionalização do terceiro setor e a busca por resultados mensuráveis têm aumentado a demanda por profissionais qualificados para a assessoria e consultoria. O assistente social, com sua visão de totalidade e seu compromisso ético-político, tem um diferencial competitivo nesse mercado. A criação de redes de profissionais, a divulgação de boas práticas e a valorização da profissão são caminhos para superar os desafios e consolidar o/a assistente social como um ator estratégico na qualificação e no fortalecimento do terceiro setor no Brasil.

Por fim, o impacto social desse artigo é significativo, uma vez que a assessoria e consultoria em projetos sociais e o trabalho do assistente social, possuem a capacidade de transformar a realidade das instituições do terceiro setor e a vida de indivíduos, famílias e comunidades inteiras, fortalecendo a cidadania, promovendo o acesso a direitos e fomentando a construção de uma sociedade mais equitativa.

Dessa forma, o artigo tem a proposta de contribuir para a valorização do Serviço Social e para o fortalecimento das organizações do terceiro setor, enquanto agentes de transformação social indispensáveis no contexto contemporâneo, e principalmente oportunizar um atendimento mais humanizado e qualificados aos usuários dos serviços e projetos ofertados pelas instituições.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos empíricos que investiguem a efetividade da assessoria e consultoria prestadas por assistentes sociais em diferentes contextos do terceiro setor. Seria valioso analisar o impacto direto dessas intervenções na sustentabilidade e no alcance dos projetos sociais, bem como a percepção dos gestores e beneficiários. Além disso, aprofundar a discussão sobre a formação e as competências necessárias para o/a assistente social atuar nesse campo em constante evolução seria de grande relevância, contribuindo para a construção de currículos e programas de capacitação mais alinhados às demandas do mercado e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm.
- CHIAVENATO, I. **Gerenciamento de projetos: uma abordagem abrangente**. São Paulo: Atlas, 2005.
- FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 40-64, 2010.
- GOHN, M. da G. Educação não formal, participação social e estruturas colegiadas. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOHN, Maria da Gloria. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- GUERRA, Y. A. D. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.
- GURZA, J. O impacto dos projetos sociais e a necessidade de avaliação. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 5, n. 2, p. 145-162, 2015.
<https://abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>
- IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. v. 1, p. 16-50.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2008.
- LIMA, R. **Terceiro setor e o desenvolvimento social no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MEDEIROS, M. **Mediação e Serviço Social: desafios e possibilidades**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2020.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64**. São Paulo: Cortez, 2011.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/internacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC



ISSN: 2966-2052

**TRABALHO E ADOECIMENTO NA SOCIEDADE DE DESEMPENHO:
REFLEXÕES A PARTIR DE RICARDO ANTUNES, SADI DAL ROSSO E
BYUNG-CHUL HAN**

**WORK AND ILLNESS IN THE PERFORMANCE SOCIETY: REFLECTIONS
BASED ON RICARDO ANTUNES, SADI DAL ROSSO E BYUNG-CHUL HAN**

Mirtes Gazzana Roso

<https://orcid.org/0009-0004-6609-6495>

Resumo: O capital neoliberal conduziu o mundo do trabalho a fortes transformações, o que tem gerado mudanças na organização produtiva e na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras. As marcas centrais desse processo se constituem na precarização do trabalho, na intensificação das jornadas e na captura do tempo livre dos sujeitos. Este artigo apresenta uma abordagem sobre tais mudanças a partir de uma revisão bibliográfica dos autores Ricardo Antunes, Sadi Dal Rosso e Byung-Chul Han, articulando dimensões subjetivas e estruturais do trabalho contemporâneo. A reflexão traz como eixo fundamental as categorias de análise gênero e trabalho, evidenciando que as mulheres vivenciam, de maneira adoecedora, a sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, o que intensifica e reproduz desigualdades. Tais circunstâncias conduzem à conclusão de que o adoecimento e o desgaste podem ser considerados como produto da racionalidade neoliberal, que impõe aos sujeitos a autoexploração.

Palavras-chave: trabalho; adoecimento; gênero; autoexploração.

Abstract: The neoliberal capital has led the world of work to profound transformations, which have generated changes in productive organization and in the daily life of workers. The central features of this process are constituted by the precarization of work, the intensification of working hours, and the capture of the subjects' free time. This article presents an approach to such changes based on a literature review of the authors Ricardo Antunes, Sadi Dal Rosso, and Byung-Chul Han, articulating subjective and structural dimensions of contemporary work. The reflection brings as a fundamental axis the categories of analysis gender and work, highlighting that women experience, in a health-damaging way, the overlap between productive and reproductive work, which intensifies and reproduces inequalities. Such circumstances lead to the conclusion that illness and wear can be considered products of neoliberal rationality, which imposes self-exploitation on subjects.

Keywords: work, illness, gender, self-exploitation

1 INTRODUÇÃO

Intensificadas nas últimas décadas pela racionalidade neoliberal alinhada ao fortalecimento da nova direita, as transformações no mundo do trabalho têm provocado mudanças profundas na organização produtiva, nas formas de emprego e na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras. A flexibilização, a precarização e a intensificação da exploração se constituem como elementos centrais desse processo, impactando de modo particular os sujeitos pertencentes a grupos historicamente vulneráveis, especialmente as mulheres, que vivenciam, de forma aguda, a sobreposição entre trabalho remunerado e não remunerado, enfrentando condições de tripla e até quádrupla jornada, o que restringe seu tempo livre, acentuando desigualdades.

Através do diálogo entre os autores Ricardo Antunes, Sadi Dal Rosso e Byung-Chul Han buscamos trazer à tona a complexidades dessas mudanças, destacando de que modo o recorte de gênero permite compreender não apenas a precarização objetiva, mas também a dimensão subjetiva da sobrecarga laboral que incide, de forma desigual, sobre as mulheres. Pretende-se com essa revisão, demonstrar como a captura do tempo, elemento central do capitalismo contemporâneo neoliberal, intensifica a exploração feminina, reproduzindo desigualdades e provocando adoecimento.

O estudo é estruturado a partir das contribuições de cada autor, para, na sequência, promover uma articulação entre suas ideias principais, tendo, como pano de fundo, o recorte de gênero como categoria de análise. A reflexão conduz ao entendimento acerca da necessidade de robustecer políticas públicas que assegurem direitos e proteção social, bem como estabeleçam estratégias que visem o respeito ao tempo de vida nos processos de trabalho, o que passa pela valorização do labor reprodutivo da mulher e também pela atualização dos modelos de organização do trabalho através de propostas revisativas das jornadas, no sentido de resistência à autoexploração propagada pelo capitalismo neoliberal da atualidade.

2 RICARDO ANTUNES: TEMPO DE VIDA E TEMPO DE TRABALHO

Ricardo Antunes destaca, a partir da ontologia do ser social de Lukács, que o trabalho está no centro do processo de humanização do homem, uma vez que a sociabilidade e a

colaboração encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo. Nessa perspectiva, a compreensão da centralidade da categoria trabalho é essencial para o entendimento das formas atuais de apreensão da força produtiva do homem pelo capitalismo, a partir da financeirização do capital, vinculada à reestruturação produtiva e caracterizada pela cada vez maior precarização, flexibilização e (auto)exploração.

O autor refere que o capitalismo se apropriou da tradicional divisão sexual do trabalho construída socialmente, segundo a qual os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância, através da família e escola, diferentemente preparados para o ingresso no mundo do trabalho. Dessa forma, o capital incorpora o trabalho feminino de maneira desigual e diferenciada, acarretando maior precarização e intensificação no trabalho das mulheres.

Nesse sentido, Ricardo Antunes acrescenta:

[...]o capital tem sabido também se apropriar intensificadamente da *polivalência e multiatividade* do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem de suas atividades realizadas na esfera do *trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico*. Enquanto os homens – pelas condições histórico-sociais vigentes, que são, [...] uma *construção social sexuada* – mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes (em verdade, conformando níveis mais profundos de *exploração*), o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres (Antunes, 2009, p. 110 grifos do autor).

O autor menciona que as mulheres trabalhadoras realizam suas atividades de trabalho de maneira dupla sendo, portanto, duplamente exploradas pelo capital por exercer o trabalho produtivo no espaço público e, na esfera privada, por consumir tempo no trabalho doméstico, possibilitando, ao mesmo capital, sua reprodução. É na esfera privada, não diretamente mercantil, através das jornadas sobrepostas do trabalho feminino, que as trabalhadoras concretizam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho dos homens, filhos e filhas e de si próprias.

Um dos aportes centrais da discussão de Ricardo Antunes é a distinção entre tempo de trabalho e tempo livre, mostrando que, no capitalismo contemporâneo, o tempo livre é progressivamente capturado pela lógica produtiva, comprometendo a autonomia dos sujeitos e reduzindo a possibilidade de vivências fora da esfera mercantilizada.

Esses fatores levam ao empobrecimento subjetivo dos trabalhadores, facilitando sua alienação pelo capital. O impacto disso na vida das mulheres trabalhadoras é a cada vez maior sobrecarga física e emocional, acentuada pela dissolução dos limites entre o tempo de trabalho e o tempo de vida, a ponto de o tempo de vida das mulheres ser resumido a tempo de trabalho.

Os resultados desse mecanismo são o adoecimento e a exaustão de toda a classe que vive do trabalho, especialmente das mulheres, em função de que, para atender às demandas do trabalho reprodutivo em sentido amplo, precisam conformar a própria subjetividade à lógica neoliberal.

Como contraponto a essa dimensão perversa da exploração capitalista, caracterizada pelo sobretrabalho, o autor defende a redução da jornada diária ou do tempo semanal de trabalho como uma das mais importantes reivindicações do mundo laborativo. A proposta pretende reduzir o controle opressivo do capital no tempo de trabalho e no tempo de vida dos sujeitos.

O que se objetiva, conforme o autor, é o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho a partir da constituição de um novo modelo societário segundo o qual a luta pela redução da jornada ou do tempo de trabalho sem redução do salário e a luta pelo emprego se complementam.

A finalidade central da luta é a oposição ao atual sistema imposto pelo capital, no qual o trabalhador é impelido a reverter seu tempo livre em tempo de consumo para o capital, seja pela necessidade de capacitar-se para competir em melhores condições no mercado de trabalho, seja por exaurir-se no consumo fetichizado e desprovido de sentido.

3 SADI DAL ROSSO E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Sadi Dal Rosso analisa a intensificação da jornada de trabalho na contemporaneidade como a crescente sobrecarga do labor, que não se dá apenas pela quantidade de horas, mas pela intensificação das tarefas dentro do mesmo tempo de trabalho. O autor reconhece que o avanço do capital invade também o tempo de não-trabalho, transformando todos os espaços da vida do trabalhador em extensão do labor.

De acordo com Sadi Dal Rosso, a intensidade tem a ver com a forma pela qual é realizado o ato laboral, diretamente ligada ao dispêndio de energias por parte do trabalhador na atividade concreta. A intensificação do trabalho, imposta pelo capitalismo contemporâneo neoliberal exige um “algo a mais” do trabalhador, seja no dispêndio maior de capacidade intelectual, ou mesmo psíquica, podendo ser uma combinação desses elementos.

A intensidade, nesse caso, diz respeito a aspectos que vão além do esforço físico, uma vez que envolve a totalidade das capacidades do trabalhador, sejam elas ligadas ao corpo, à

acuidade mental, à afetividade despendida durante o labor ou os saberes adquiridos através do tempo e do exercício intelectual, ou mesmo transmitidos pelo processo de socialização. Nesse molde, a intensidade exige a entrega completa do trabalhador ao ato laborativo em todas as suas dimensões.

É possível concluir que a majoração da intensidade do trabalho está naturalmente ligada à maior produção laboral no mesmo período considerado, ou seja, quanto maior a intensificação do trabalho, mais trabalho produzido no mesmo tempo de trabalho. Essa perspectiva vai ao encontro aos interesses do capital, de modo que a elevação da intensidade do trabalho cotidiano constitui uma força central para o crescimento econômico, caracterizando-se como mais uma forma de exploração do trabalhador.

O trabalho polivalente e precarizado, característico da atualidade, no qual o trabalhador, contratado como vendedor, necessita expor sua imagem nas redes sociais para propagar a oferta do produto aos clientes, utilizando seu próprio *smartphone* é um exemplo que, apesar de singelo, é presente no cotidiano das relações de trabalho atuais. Nesse caso, em 08 horas de trabalho diárias, o trabalhador, além de vendedor fixo e presencial na empresa, é criador de conteúdo digital, faz publicidade do produto nas redes sociais (muitas vezes utilizando o perfil pessoal além do perfil comercial da empresa), e utiliza o próprio equipamento (*smartphone*) como meio para a exposição publicitária do produto. Seu salário permanece o mesmo, quaisquer lucros advindos da intensificação de seu trabalho são acessados somente pelo empresário e, caso não se submeta aos ditames das novas configurações do trabalho, seja por resistência ou inaptidão, o exército industrial de reserva estará pronto a garantir um trabalhador disponível interessado na vaga.

Essa situação retrata a exploração cada vez maior do capital na atualidade, diante das novas relações de trabalho exigidas pelo mercado e caracterizadas pela intensificação, flexibilização e precarização, na qual a urgência em sobreviver é mais forte do que a resistência.

Sadi Dal Rosso refere também que, diante da revolução tecnológica vivenciada nos últimos anos, é cada vez maior o contingente de trabalhadores que está vinculado a sistemas de comunicação que os deixam à disposição da empresa a qualquer momento do dia ou da noite, ao que impende o questionamento: o que é tempo de trabalho e tempo de não-trabalho nessas condições?

Na sequência, o autor destaca outro componente importante dessa questão:

É necessário reconstruir a classificação da divisão social do trabalho, de que serviços não podem ser considerados repositórios da improdutividade e vários deles têm de ser entendidos como contribuintes para a produção de valor, de que os aspectos intelectual e emocional do trabalho representam elementos fundamentais do processo contemporâneo de intensificação, de que a revolução tecnológica leva a acabar com a separação entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho e que essa invasão sobre o tempo de não-trabalho contém uma marca inquestionável de gênero (Dal Rosso, 2008 , p. 42)

O recorte de gênero, dentro da perspectiva da intensificação do trabalho, revela uma situação perversa e dura para as trabalhadoras. Não apenas em razão das triplas ou quádruplas jornadas de trabalho impostas às mulheres ao considerarmos sua força de trabalho sendo utilizada no espaço mercantil do trabalho produtivo em concomitância à execução do trabalho reprodutivo, mas também no que concerne à invasão das atividades relacionadas ao trabalho produtivo no tempo de não-trabalho, destinado, prioritariamente, ao trabalho doméstico e aos cuidados com a prole.

A intensificação do trabalho da mulher, nesse panorama, conduz à realização de múltiplas atividades de forma simultânea, todas exigindo total entrega física, intelectual, psíquica, emocional e afetiva. A realidade demonstra uma disparidade com relação à intensificação do trabalho do homem que, normalmente, não se dedica às atividades do trabalho reprodutivo, e leva as mulheres à condição de mais absoluta exaustão e fragilidade, expondo-as ao adoecimento.

4 BYUNG-CHUL HAN E O CANSAÇO E EXAUSTÃO NA SOCIEDADE DE DESEMPENHO

Byung-Chul Han ancora sua teoria no conceito da sociedade de desempenho, estabelecida no contexto do mundo do trabalho pós-moderno, sob a injunção do capitalismo neoliberal, que impõe uma autoexploração mascarada pela ideia de liberdade. Segundo o filósofo sul coreano, os impositivos do capital provocam no sujeito a exacerbação da necessidade de maximizar seu desempenho para elevar a produtividade e atender os anseios de uma lógica mercantil baseada na positividade.

A positividade, de acordo com Byung-Chul Han, diz respeito ao verbo modulador da sociedade de desempenho, tendo relação com uma visão disseminada aos sujeitos de que vige um poder ilimitado que lhes possibilita atingir o máximo de produção e desempenho, a depender, unicamente, de si mesmo. Os ingredientes subjetivos que impulsionam essa

positividade são veiculados a todo momento pela sociedade digitalizada das redes sociais e constituem-se na motivação pessoal, na cultura do excesso de disciplina, condicionamento e iniciativa, a partir de experiências fabricadas pela sociedade de desempenho e divulgadas como “cases de sucesso”. Nessa lógica, dentro da alienação produzida pelo capital fetichizado, os trabalhadores passam a atuar como empresários de si mesmos, integrados às flexibilizações e precarizações, que passam a ser naturalizadas como sinais de modernidade, liberdade e progresso.

O recorte de gênero, mais uma vez, precisa ser mencionado dentro da lógica da sociedade de desempenho, uma vez que os efeitos desse paradigma incidem de forma insidiosamente mais penosa sobre as trabalhadoras do que sobre os trabalhadores. Não que os homens não estejam expostos às exigências e consequências desse modelo laboral. O que ocorre é que as mulheres, em função do trabalho produtivo sobreposto ao trabalho reprodutivo, sofrem uma imposição de autoexploração de maneira diferenciada, enfrentando expectativas de performance tanto no trabalho formal quanto na reprodução social.

Byung-Chul Han destaca que o produto da sociedade de desempenho é o adoecimento psíquico dos sujeitos, resultante do cansaço e da exaustão decorrentes da extração da máxima produtividade, no menor tempo possível, sem respeitar os limites da própria subjetividade.

Han (2015, p. 71) afirma que “o cansaço da sociedade de desempenho é um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando”, contribuindo para uma cada vez mais profunda alienação e embotamento, uma vez que se trata de um cansaço derivado de um estado de esgotamento, que não inspira nem habilita os sujeitos a um não-fazer sereno, com significado. Pelo contrário, na sociedade de desempenho o tempo destinado ao não-fazer, longe de produzir tempo de vida, é entendido pelo sujeito como motivo de culpa.

5 TRABALHO, VIDA E ADOECIMENTO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

A partir da concepção dos autores Ricardo Antunes, Sadi Dal Rosso e Byung-Chul Han percebe-se que o tempo de trabalho (precarizado) e o tempo de vida (limitado), a intensificação do trabalho e a autoexploração da sociedade baseada no desempenho dos sujeitos, permeiam e afetam sobremaneira a vida das mulheres trabalhadoras, em contextos neoliberais.

No Brasil, com base nos dados do IBGE, reunidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), de 2022, podemos visualizar mais claramente esse impacto.

O indicador referente ao número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos de forma não remunerada, revela que as mulheres brasileiras dedicaram à execução dessas tarefas em 2022, quase o dobro do tempo que os homens (Gráfico 1).

Gráfico 1: Horas de trabalho doméstico por gênero



Fonte: IBGE, PNAD Contínua, 2022
Organização da autora

Os dados corroboram os aspectos teóricos apresentados anteriormente, uma vez que correspondem quase perfeitamente ao quantitativo de horas equivalentes a um turno de 04 horas laborais, ou seja, a quantidade de horas semanais dedicadas pelas mulheres à reprodução social equivale a um turno da jornada de trabalho. Isso quer dizer que as mulheres trabalhadoras cumprem, no mínimo 3 turnos de trabalho diários. É necessário considerar, ainda, que o trabalho reprodutivo é ininterrupto, o que corresponde a dizer que as mulheres trabalhadoras têm, de fato, seu tempo de não-trabalho ou tempo de vida, invadido pela necessidade de execução das tarefas reprodutivas, domésticas e de cuidado.

De acordo com os dados compilados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, reunidos no Boletim Mulheres do Mercado de Trabalho, publicado em março de 2025, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho apresentou singelo crescimento de 0,9% de 2012 a 2024 (Gráfico 2). Chama a atenção de que durante a pandemia, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho ficou abaixo de 50%.

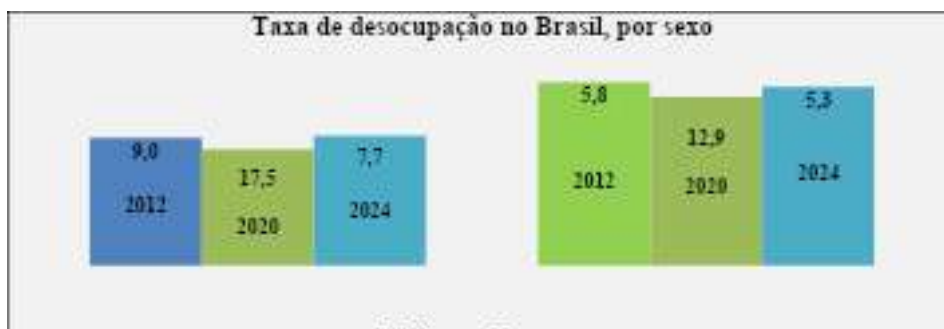
Gráfico 2: Força de trabalho por sexo



Fonte: Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho, 2025
Organização da autora

No que tange à taxa de desocupação (Gráfico 3), que se refere ao percentual de pessoas que não estavam trabalhando no período, os números seguem elevados com relação às mulheres, demonstrando que elas constituem o maior número de desocupados no país. O destaque segue sendo o período da pandemia, no qual as mulheres constituíram a maior parte do contingente de desocupados no país, ou seja, fora do mercado de trabalho formal.

Gráfico 3: Taxa de desocupação



Fonte: Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho, 2025
Organização da autora

Os dados apresentados na sequência possuem relação com as tendências impostas pela racionalidade neoliberal e tratam da taxa de subocupação. A subocupação (Gráfico 4) diz respeito à condição de pessoas que estavam trabalhando, tanto no mercado formal quanto informal, mas que tinham disponibilidade e interesse em trabalhar mais horas. Fazem parte desse grupo, pelas características, os trabalhadores precarizados e, em sua maioria, ligados aos setores de serviços como contratados por meio período ou autônomos sem vínculo formal.

Gráfico 4: Subocupação



É possível observar que as mulheres representam sempre a maioria em quaisquer dos cenários apresentados. A publicação do MTE aponta que em 2024, 37,1% das mulheres ocupadas eram trabalhadoras informais, enquanto para os homens, esse percentual era de 40,1%.

O conteúdo também revela que as mulheres, com relação ao trabalho com vínculo formal são maioria apenas no setor de serviços, especialmente nas atividades de alimentação, educação, saúde humana, serviços sociais e comércio. Esses setores, em sua maioria, se caracterizam fortemente pelas atividades de cuidado que fazem parte, tradicionalmente, do conjunto de atividades desempenhadas por mulheres na esfera reprodutiva.

Isso demonstra que existe uma invasão mútua entre os tempos de trabalho e vida das mulheres, seja em razão das jornadas que se somam e sobrepõem ou seja em função das atividades de cuidado, que acabam sendo produzidas e reproduzidas tanto na esfera pública do trabalho formal, quanto na esfera doméstica. Essa realidade conduz a vida das trabalhadoras a uma jornada exaustiva, em que tempos de trabalho e não-trabalho se misturam e perdem a qualidade, resultando em exaustão e adoecimento.

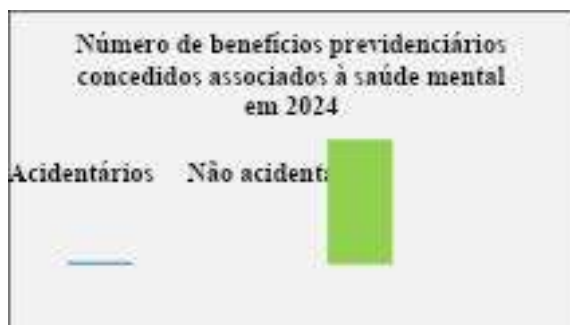
A pressão por resultados, atributo do capitalismo neoliberal, abrange não apenas o ambiente de trabalho formal e se estende também à esfera reprodutiva, atingindo as mulheres de forma implacável. A exigência de produtividade maximizada através da intensificação do trabalho também alcança a atividade feminina de reprodução social, através da imposição de performances infalíveis como mulher, esposa, companheira, avó, mãe e filha, responsável pelo cuidado de tudo e de todos, inclusive o de si mesma, na obrigação de atender os imperativos relacionados aos padrões de beleza estabelecidos pelas redes sociais. Toda essa conjuntura reforça a exaustão e o adoecimento, com impactos severos sobre a saúde mental.

Esse quadro contribui para entendermos como em 2024, segundo os dados do INSS, compilados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, foram concedidos a 471.649 trabalhadores brasileiros, benefícios previdenciários por quadros associados à saúde mental (Gráfico 5). Embora não sejam disponibilizados dados reunidos a partir do recorte de gênero, é possível inferir que uma grande parcela dos benefícios concedidos tenha sido destinada às mulheres, uma vez que se referem a benefícios acidentários e não acidentários, ou seja, a casos em que a incapacidade é decorrente do trabalho e casos meramente previdenciários, quando a incapacidade se relaciona a doenças não ocupacionais ou acidentes

domésticos.

Nesse cenário, os números impressionam:

Gráfico 5: Benefícios previdenciários



Fonte: Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, 2024
Organização da autora

Através da filtragem é possível constatar que, por exemplo, no caso da profissão empregado doméstico nos serviços gerais, executada em sua maior parte por mulheres, os benefícios acidentários concedidos no período entre 2012 e 2024 foram motivados em 60% por episódios depressivos, 20% por *stress* e 20% por transtornos de ansiedade. Já os benefícios não acidentários, concedidos no mesmo período para trabalhadores da mesma categoria dividem-se em várias condições patológicas, sendo as mais recorrentes os episódios depressivos (30,2%), transtorno depressivo recorrente (15,9%) e transtornos de ansiedade (12,7%).

Percebe-se que os dados sugerem uma verdadeira epidemia de saúde mental no contingente de trabalhadores brasileiros, o que demonstra que se vivencia, de forma bastante aguda, os efeitos da intensificação do trabalho, da captura do tempo livre e de forte exaustão e esgotamento no mundo do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, pode-se concluir que a luta por redução do tempo de trabalho e pela valorização do tempo de vida é imprescindível diante da intensificação das jornadas e do trabalho ampliado sobre a vida, alinhados à lógica da autoexploração vinculada à maximização da produtividade, que agrava o cansaço e gera adoecimento, especialmente entre as mulheres.

Diante da consolidação hegemônica do neoliberalismo na sociedade atual, torna-se cada vez mais necessário o debate sobre tais propostas, a fim de que se possa avançar no aprimoramento de políticas públicas destinadas à proteção e cuidado dos trabalhadores,

especialmente das mulheres trabalhadoras, a partir da valorização do trabalho reprodutivo.

O desafio que se apresenta é a necessidade de revisão de modelos de organização do trabalho que impliquem em redução da jornada sem redução salarial, de forma a promover a inclusão de maior número de trabalhadores no mercado de trabalho, liberando maior tempo de vida para os sujeitos. Além disso, a ampliação da abrangência das políticas de proteção e cuidado, com especial atenção à saúde mental dos trabalhadores.

Tais propostas parecem estar em um horizonte distante, contudo precisam ser consideradas pela sociedade, a fim de que se evite o colapso que virá, em decorrência do aumento exponencial do adoecimento em decorrência do trabalho, que deveria conferir sentido à vida humana e não conduzir à sua desumanização.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/publicacoes/boletim_mulheres_8m_20250307.pdf. Acesso em: 24 out. 2025

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. Rio de Janeiro: IBGE. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 23 out. 2025

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

OBSERVATÓRIO DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO. **Smartlab de Saúde e Segurança no Trabalho**. Ministério Público do Trabalho; Organização Internacional do Trabalho. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>. Acesso em: 24 out. 2025.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpa.edu.br/tenovemaisnoservicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

TRABALHO E RACIONALIDADE MERITOCRÁTICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA CULPABILIZAÇÃO DAS MINORIAS NAS FIGURAS DO “HOMEM MÉDIO” E DO “HOMEM EMPRESARIAL”

WORK AND MERITOCRATIC RATIONALITY: A CRITICAL ANALYSIS OF MINORITY BLAMING IN THE FIGURES OF THE "AVERAGE MAN" AND THE "ENTREPRENEURIAL MAN"

Julia da Silva Ramos¹

Resumo: O presente artigo tem como tema a racionalidade meritocrática que permeia o mundo do trabalho contemporâneo e sua relação com as construções simbólicas do “homem médio” e do “homem empresarial”. O objetivo central é analisar criticamente como essas figuras, apresentadas como universais e neutras, atuam na produção de um discurso de normalização e culpabilização das minorias dentro da lógica neoliberal. A pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter teórico-bibliográfico, fundamentando-se em autores críticos do trabalho e do neoliberalismo, bem como em estudos sobre racionalidade moderna e meritocracia. A metodologia consiste na análise conceitual e discursiva dessas figuras enquanto expressões ideológicas que moldam o imaginário social e legitimam práticas de exclusão, sob o disfarce da eficiência, do mérito e do empreendedorismo individual. Observa-se que, ao estabelecer padrões normativos de comportamento e produtividade, o “homem médio” e o “homem empresarial” reforçam uma racionalidade que invisibiliza as expressões da questão social e responsabiliza os sujeitos pela própria condição de precarização. Conclui-se que a racionalidade meritocrática, ao operar como instrumento de subjetivação e controle, contribui para naturalizar a desigualdade e sustentar o discurso de culpabilização das minorias no mundo do trabalho contemporâneo.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Meritocracia, Homem Empresarial, Homem Médio.

Abstract: This article addresses the theme of meritocratic rationality that permeates the contemporary world of work and its relationship with the symbolic constructions of the “average man” and the “entrepreneurial man.” The main objective is to critically analyze how these figures, presented as universal and neutral, operate in producing a discourse of normalization and blaming of minorities within the neoliberal logic. The research adopts a qualitative approach and a theoretical-bibliographical character, grounded in critical authors of labor and neoliberalism, as well as in studies on modern rationality and meritocracy. The methodology consists of a conceptual and discursive analysis of these figures as ideological expressions that shape the social imaginary and legitimize exclusionary practices under the

¹ Bacharel em direito. Graduada pela Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes (UCAM). Bacharel em Serviço Social. Graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Assistência Social e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio). Com o endereço eletrônico juliaramos@id.uff.br.

guise of efficiency, merit, and individual entrepreneurship. It is observed that, by establishing normative standards of behavior and productivity, the “average man” and the “entrepreneurial man” reinforce a rationality that obscures the expressions of the social question and holds individuals responsible for their own condition of precarization. It is concluded that meritocratic rationality, by operating as an instrument of subjectivation and control, contributes to the naturalization of inequality and sustains the discourse of blaming minorities in the contemporary world of work.

Keywords: Neoliberalism, Meritocracy, Entrepreneurial Man, Average Man.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho abarca uma análise crítica de elementos que compõem o objeto de pesquisa do projeto de dissertação de mestrado da autora, cujo objetivo geral é investigar as implicações das Leis nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e nº 13.429/2017 (Lei da Terceirização) para o mercado de trabalho do/a assistente social. Entre os elementos teóricos centrais estão as figuras do “homem empresarial”, conforme discutido por Dardot e Laval (2016), e do “homem médio”, concebido a partir do uso jurisprudencial do termo elaborado por Quételet (1835) e utilizado pelo direito brasileiro como modelo normativo de conduta.

As transformações do mundo do trabalho, impulsionadas pelos processos de digitalização, flexibilização e intensificação da exploração laboral, evidenciam a consolidação de uma nova racionalidade neoliberal, conforme demonstram Moraes et al. (2024). Essa racionalidade ultrapassa a esfera econômica, moldando valores, comportamentos e subjetividades, ao incutir nos sujeitos a lógica da concorrência e da autogestão. O sujeito neoliberal, convertido em “empresa de si mesmo” (Dardot e Laval, 2016) internaliza a responsabilidade exclusiva por seu sucesso ou fracasso, reproduzindo um discurso meritocrático que invisibiliza os determinantes estruturais das desigualdades sociais (Brown, 2019).

Nesse contexto, o mérito passa a funcionar como instrumento de legitimação da desigualdade e de culpabilização das minorias. Como assinala Moraes et. al (2024), a racionalidade meritocrática reforça um padrão de subjetivação que captura desejos, comportamentos e afetos, transformando a precarização em norma e o fracasso em culpa individual. A figura do “homem médio” naturaliza o comportamento ideal segundo parâmetros universalizantes e excludentes, enquanto o “homem empresarial” se torna o arquétipo do sujeito produtivo e competitivo exigido pelo mercado. Ambas as construções

atuam como expressões ideológicas que sustentam a moralidade neoliberal e servem de mediação entre a exploração econômica e a normatividade jurídica.

Dessa forma, a discussão sobre meritocracia e minorias torna-se essencial para compreender como a racionalidade neoliberal não apenas reorganiza o trabalho, mas também reconfigura os modos de ser e viver na contemporaneidade, legitimando a desigualdade sob o discurso do esforço individual. O presente artigo, vinculado ao eixo temático 04 **Trabalho, Proteção Social na América Latina e Neoconservadorismo**, propõe, assim, uma reflexão teórico-crítica sobre as implicações dessas racionalidades na reprodução da precarização e na culpabilização das minorias no contexto brasileiro atual.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 As Transformações do Mundo do Trabalho como expressão da Racionalidade Neoliberal

O neoliberalismo, enquanto fenômeno histórico e ideológico, redefine o funcionamento do capitalismo contemporâneo ao expandir sua lógica para além da esfera econômica, moldando dimensões políticas, sociais e subjetivas da vida (Moraes et al., 2024). Conforme Dardot e Laval (2016), essa nova racionalidade neoliberal se estrutura como uma forma de governamentalidade que captura modos de pensar, agir e sentir, transformando o indivíduo em uma “empresa de si mesmo”. Tal racionalidade, ao impor a lógica da concorrência e da autogestão, produz um tipo de subjetividade voltada à maximização de desempenho e à internalização da culpa diante do fracasso.

Nesse processo, a meritocracia emerge como um dos pilares centrais de legitimação da desigualdade. Como observa Brown (2019), o discurso meritocrático não apenas reforça a crença no esforço individual, mas também funciona como um mecanismo de despolitização das desigualdades estruturais. Ao atribuir o sucesso ou o fracasso à capacidade pessoal, o neoliberalismo apaga as determinações históricas e sociais que configuram as relações de poder. Assim, a ideia de mérito passa a operar como um instrumento de dominação simbólica, que naturaliza privilégios e responsabiliza as minorias, que abarca mulheres, negros, populações LGBTQIAP+, povos indígenas e trabalhadores precarizados, por sua própria exclusão.

Dardot e Laval (2016) denominam esse processo de “mutação da vida comum”, expressão que remete à destruição de vínculos de solidariedade e à corrosão do coletivo. O

“comum”, entendido como o espaço das práticas colaborativas e da construção democrática de direitos, é substituído pela lógica da competição e do individualismo. Ao alcançar esse âmbito, o neoliberalismo fragiliza a mobilização social da classe trabalhadora, trocando a ação coletiva por uma lógica individualista e fragmentada, que rompe os vínculos de solidariedade e dispersa as diferentes frentes de luta. Esse movimento está relacionado à consolidação do neoliberalismo como uma nova racionalidade.

O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. (Dardot e Laval, 2016, p. 17).

Do ponto de vista semântico, racionalidade pode ser compreendida como um conjunto de princípios, critérios ou lógicas que orientam a ação humana com base na ideia de coerência, eficiência ou funcionalidade. Para Weber (1994) a racionalidade é aquilo que dá sentido à ação social, portanto ela não está no campo acidental, sendo projetada histórica e socialmente, a partir das relações de poder e marcos ideológicos específicos. Em Dardot e Laval (2016), a “racionalidade neoliberal” é entendida como uma forma de governamentalidade, que atua não apenas na economia e nas instituições, mas que orienta modos de pensar, agir e sentir, tornando-se um princípio organizador da vida social. Nesse contexto, a racionalidade neoliberal não apenas precariza as condições materiais da vida, mas também dissolve os fundamentos simbólicos da ação coletiva, enfraquecendo as possibilidades de resistência e fortalecendo uma cultura política meritocrática e excludente.

A partir da crise estrutural do capital nos anos 1970, o neoliberalismo articula-se à reestruturação produtiva e à globalização, instaurando uma nova morfologia do trabalho (Antunes, 2018). Essa morfologia é marcada por flexibilização, intensificação da exploração e crescente informalidade. No Brasil, tal processo é agravado por uma herança colonial que historicamente produziu desigualdades raciais e de gênero (Kilomba, 2019). A racionalidade neoliberal reatualiza essas hierarquias, convertendo o preconceito em justificativa moral: os sujeitos historicamente marginalizados são retratados como “inaptos” ou “menos produtivos”, enquanto o fracasso econômico é atribuído à falta de mérito.

O discurso meritocrático, portanto, cumpre dupla função: por um lado, estimula o trabalhador a aceitar a precarização sob o ideal do empreendedorismo e da autossuficiência; por outro, legitima a exclusão de grupos sociais inteiros sob o pretexto de neutralidade e

eficiência. Como adverte Brown (2019), a racionalidade neoliberal captura o imaginário democrático e o converte em moral de mercado, onde a liberdade se confunde com competição e a igualdade é substituída pela equivalência produtiva. Assim, o neoliberalismo transforma-se em uma racionalidade totalizante, que internaliza a desigualdade e converte a injustiça estrutural em falha individual.

Em síntese, o avanço neoliberal e seu corolário meritocrático conformam uma nova ontologia do trabalho e do sujeito: o trabalhador precarizado é levado a enxergar-se como empreendedor, e as minorias sociais são transformadas em exemplos de fracasso dentro de uma lógica que ignora as bases materiais da exclusão. O resultado é um modelo de sociedade que, ao mesmo tempo em que intensifica a exploração, mascara a dominação com a promessa ilusória de liberdade e mérito.

2.2 O Direito Trabalhista Brasileiro como potencializador de precarização no mundo laboral e agravador da condição de submissão das maiorias minorizadas

O Direito, enquanto campo institucional e simbólico de regulação social, expressa as contradições do sistema capitalista, operando simultaneamente como instrumento de legitimação e resistência. Faria (2023) destaca que o direito não é neutro, mas reflete os interesses e disputas de classe, funcionando como mediador das tensões sociais e econômicas que caracterizam cada momento histórico. No contexto neoliberal, esse campo assume feições particulares, pois a racionalidade que o orienta passa a ser a da eficiência e da competitividade, e não mais a da proteção social e da justiça distributiva.

Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo se consolida como uma nova forma de governamentalidade, que busca modelar os sujeitos segundo princípios de autogestão, desempenho e responsabilização individual. Essa lógica se infiltra nas estruturas jurídicas, de modo que o próprio Direito passa a reproduzir os valores da racionalidade empresarial. Em vez de se afirmar como instrumento de contenção do capital, o Direito trabalhista torna-se um dispositivo de sua reprodução, legitimando a flexibilização e a precarização das relações laborais.

O cenário jurídico brasileiro é expressão concreta desse movimento. A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e a Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017) exemplificam o avanço de um projeto neoliberal que redefine o papel do Estado, reduzindo sua função protetiva e ampliando o espaço para negociações individuais. Como observa Delgado (2015),

tais alterações promovem a supremacia do negociado sobre o legislado, deslocando o eixo de proteção social para o âmbito contratual e individualizado, o que, na prática, fragiliza o trabalhador e consolida o poder do empregador.

Esse deslocamento representa mais do que uma mudança técnica: trata-se da consolidação de uma racionalidade meritocrática no campo jurídico. De acordo com Brown (2019), a meritocracia neoliberal converte a liberdade em responsabilidade pessoal e a cidadania em desempenho produtivo. Assim, o trabalhador precarizado é levado a entender suas condições como fruto de escolhas e não de determinações estruturais. O Direito, ao institucionalizar essa lógica, torna-se um agente ativo na difusão da ideologia meritocrática, contribuindo para a culpabilização dos sujeitos subalternizados.

Nesta lógica, o empreendedor é um ser dotado de espírito comercial, à procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e possa ser aproveitada, testando a sua capacidade de descoberta, adaptação, aprendizado e autoformação. Assim, se todos aprendemos a ser empreendedores, essa dimensão empresarial, constitutiva do humano, afeta todas as relações humano-sociais, em alianças, para desbravar as possibilidades do mercado e em luta incessante para superação do outro (Moraes et al., 2024, p. 7)

Essa dinâmica impacta de forma ainda mais perversa as minorias sociais. No contexto brasileiro, marcado por uma herança colonial e patriarcal, a racionalidade neoliberal reatualiza desigualdades raciais, de gênero e de classe. As reformas trabalhistas, ao promoverem a desproteção social, afetam de modo mais severo as mulheres, as pessoas negras, os jovens e a população LGBTQIAP+, que historicamente ocupam posições de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho. Como analisa Moraes et al. (2024), o neoliberalismo, ao associar o sucesso à capacidade individual, naturaliza a exclusão desses grupos sob a retórica do mérito e da eficiência.

Desse modo, o Direito deixa de atuar como garantia da justiça social e passa a reproduzir a moralidade neoliberal, que premia o desempenho e pune a diferença. O discurso jurídico da neutralidade, ao ignorar as determinações históricas e estruturais das desigualdades, transforma o Estado em um gestor de riscos e o cidadão em um “empreendedor de si” (Dardot & Laval, 2016). O resultado é a normalização da precarização e o enfraquecimento do trabalho como categoria fundante da sociabilidade, abrindo caminho para o desmonte progressivo dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

2.3 O “homem médio” e o “homem empresarial” como figuras regulatórias nas transformações do mundo do trabalho contemporâneo

Na sociedade contemporânea, as figuras do “homem médio” (Quêtelet, 1835) e do “homem empresarial” (Dardot & Laval, 2016) operam como construções normativas e simbólicas que regulam comportamentos, legitimam desigualdades e reforçam a racionalidade neoliberal. Ambas funcionam como arquétipos de conduta que estabelecem parâmetros ideais de normalidade, eficiência e produtividade, servindo à naturalização de padrões de subjetividade ajustados à lógica do capital.

O “homem médio”, originado na estatística social de Quêtelet, é uma ficção normativa que pretende representar o indivíduo racional e equilibrado, tomado como parâmetro universal para julgar comportamentos. Ao ser apropriado pelo campo jurídico, esse modelo adquire força prescritiva: torna-se a medida de conduta esperada, a partir da qual se define o que é razoável, prudente ou aceitável. No entanto, essa pretensa universalidade encobre as diferenças sociais e culturais que marcam a realidade concreta. Como observa Brown (2019), esse tipo de construção é funcional à racionalidade neoliberal, pois converte a diversidade social em desvio e transforma a desigualdade em responsabilidade individual.

A figura do “homem empresarial”, por sua vez, representa o sujeito moldado pela lógica neoliberal de autogestão, performance e competitividade. Dardot e Laval (2016) afirmam que o neoliberalismo produz um tipo de sujeito que se concebe como empresa, responsável pelo próprio sucesso e culpado por seu fracasso. Esse ideal subjetivo transforma a vida em investimento e a relação com o outro em concorrência. O trabalhador neoliberal é, portanto, o indivíduo que internaliza as normas do mercado e passa a autoexplorar-se voluntariamente, acreditando estar exercendo sua liberdade.

Ambas as figuras cumprem funções complementares na legitimação da desigualdade: enquanto o “homem médio” estabelece um padrão abstrato de normalidade que invisibiliza as condições materiais e históricas dos sujeitos, o “homem empresarial” define o modelo de sucesso a ser perseguido. A primeira figura serve como referência moral e jurídica, e a segunda, como ideal econômico e subjetivo. Juntas, elas produzem uma gramática social que naturaliza a exclusão e transforma a precarização em mérito.

Para Dardot e Laval (2016), essa é uma das expressões mais sofisticadas da racionalidade neoliberal: a internalização do controle por meio da autossubjetivação. O indivíduo não precisa mais ser vigiado, pois vigia a si mesmo em nome do desempenho. Essa dinâmica afeta de forma desigual as minorias, que, ao não se encaixarem no padrão do “homem médio” (branco, masculino, heterossexual e produtivo), são culpabilizadas por sua

exclusão. Assim, o ideal de normalidade torna-se um dispositivo de opressão que desqualifica as experiências que escapam ao modelo dominante.

Wendy Brown (2019) argumenta que essa lógica produz um tipo de cidadania empresarial, em que o valor de cada sujeito é medido por sua capacidade de competir e gerar resultados. Nesse contexto, as políticas públicas e o próprio Direito reproduzem o ideal do sujeito meritocrático, ignorando a pluralidade de classe, gênero e raça. O “homem empresarial” e o “homem médio”, portanto, operam como instrumentos de dominação simbólica que sustentam o discurso de neutralidade, enquanto perpetuam uma estrutura de poder excludente.

Dessa forma, a racionalidade neoliberal redefine o campo da moral, da política e do direito, criando subjetividades que se reconhecem na desigualdade e aceitam a precarização como destino individual. Ao associar mérito à dignidade e fracasso à incapacidade pessoal, o neoliberalismo converte a injustiça em moralidade e transforma a dominação em autogestão. A análise crítica dessas figuras revela, portanto, o papel ideológico da meritocracia e o modo como ela legitima a culpabilização das minorias e a naturalização das desigualdades no mundo do trabalho contemporâneo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que as transformações contemporâneas no mundo do trabalho não podem ser compreendidas apenas como ajustes econômicos ou mudanças estruturais produtivas. Elas expressam a consolidação de uma racionalidade neoliberal que redefine subjetividades, comportamentos e formas de sociabilidade, operando tanto no plano material quanto no simbólico. A partir das figuras do “homem médio” e do “homem empresarial”, observou-se como essa racionalidade cria modelos normativos de conduta que servem à legitimação da desigualdade, à naturalização da precarização e à culpabilização das minorias sociais.

Ao deslocar a responsabilidade pelas condições de vulnerabilidade para o indivíduo, a meritocracia neoliberal apaga os determinantes históricos e estruturais que organizam a exclusão social. A Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização, nesse sentido, exemplificam como o campo jurídico tem operado como um catalisador dessa racionalidade, convertendo o Direito de instrumento de proteção social em mecanismo de gestão empresarial da força de trabalho. Esse processo afeta de forma desproporcional as maiorias minorizadas do país

reforçando hierarquias historicamente constituídas.

Conclui-se, portanto, que a racionalidade meritocrática contemporânea não apenas reestrutura o trabalho, mas também remodela a forma como os sujeitos se percebem e se relacionam com o mundo, orientando práticas sociais, jurídicas e políticas. Torna-se fundamental, diante desse cenário, aprofundar pesquisas que discutam alternativas ao paradigma neoliberal e que valorizem perspectivas de solidariedade, justiça social e proteção coletiva. O desafio posto às ciências sociais, ao Serviço Social e ao campo jurídico é o de reconstruir projetos contra hegemônicos que enfrentem a culpabilização das minorias, reconstruam o sentido do comum e reafirmem o trabalho como categoria central de emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera a Lei nº 6.019/1974, para dispor sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politéia, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015.

FARIA, José Eduardo. **O Direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MORAES, Carlos Antonio de Souza et al. **Notas sobre o processo de autocriação permanente do neoliberalismo: do projeto econômico à nova racionalidade destrutiva**. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 35, n. 3, p.01-16, 2024.

QUÉTELET, Adolphe. **Sur l'homme et le développement de ses facultés**. Paris: Bachelier, 1835.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 1994.



3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpampa.edu.br/temas/internacionais/servicosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



PPG-SSPS



PROEC
Projeto de Extensão e Cultura



ISSN: 2966-2052

TRABALHO EM MUTAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS SOB O SIGNO DA PRECARIZAÇÃO

WORK IN TRANSFORMATION: PUBLIC POLICIES UNDER THE SIGN OF PRECARIZATION

Aécio da Silva Martins

Sheila Kocourek

Jiara da Luz Oliveira

Michelle de Sousa Oliveira

Sabrinna Sousa Santos

Resumo: O ensaio analisa a relação entre políticas públicas e trabalho diante das transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo. Parte-se da compreensão do trabalho como categoria central na vida social, explorando sua formação histórica, a construção dos direitos trabalhistas e as políticas voltadas à sua proteção. Discute-se o impacto da reestruturação produtiva e das reformas neoliberais que fragilizaram a regulação estatal e ampliaram a precarização. Em seguida, examina-se o fenômeno da uberização e das plataformas digitais como expressão das novas formas de exploração, que transferem riscos e custos ao trabalhador e desafiam os mecanismos tradicionais de proteção social. O estudo se desenvolve por meio de análise teórica e crítica de autores centrais da sociologia do trabalho e da economia política, articulando categorias como exploração, precarização e metamorfoses do trabalho. As considerações finais destacam que as políticas públicas no Brasil têm se alinhado à lógica de flexibilização, em contradição com a Constituição de 1988, e que é urgente repensar estratégias capazes de recompor a proteção laboral diante dos desafios impostos pelas tecnologias digitais e pelo avanço da lógica neoliberal. O texto conclui pela necessidade de reafirmar o papel do Estado na defesa da dignidade do trabalho e na redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Trabalho; Precarização; Uberização; Neoliberalismo.

Abstract: The essay analyzes the relationship between public policies and labor in light of the transformations that have taken place in contemporary capitalism. It begins with the understanding of labor as a central category of social life, exploring its historical formation, the construction of labor rights, and the policies aimed at their protection. It discusses the impact of productive restructuring and neoliberal reforms that weakened state regulation and intensified precariousness. It then examines the phenomenon of uberization and digital platforms as expressions of new forms of exploitation, which shift risks and costs onto workers and challenge traditional mechanisms of social protection. The study develops

through theoretical and critical analysis of key authors in the sociology of labor and political economy, articulating categories such as exploitation, precariousness, and metamorphoses of labor. The final considerations highlight that public policies in Brazil have aligned with the logic of flexibilization, in contradiction with the 1988 Constitution, and emphasize the urgency of rethinking strategies capable of restoring labor protection in the face of challenges imposed by digital technologies and the advance of neoliberal logic. The text concludes by reaffirming the need for the State to play a central role in defending the dignity of labor and reducing social inequalities.

Keywords: Public Policies; Labor; Precariousness; Uberization; Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é elemento fundante da vida social e da constituição do ser humano. Não se trata apenas de atividade instintiva, mas de prática consciente, orientada e capaz de transformar a realidade. Diferentemente das demais espécies, o ser humano planeja, projeta e organiza suas ações, conferindo ao trabalho um caráter proposital e criador de sociabilidade (Braverman, 1980).

Mais do que atividade econômica, o trabalho pode ser entendido como expressão vital e princípio educativo. Por meio dele, o indivíduo desenvolve suas capacidades de forma integral, ainda que, sob o capitalismo, essa potencialidade seja constantemente restringida pela imposição de atividades fragmentadas e uni lateralizadas (Manacorda, 2007).

No Brasil, a regulamentação trabalhista ganhou forma com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, constituindo um marco para a cidadania em um país marcado pela desigualdade. Mesmo diante de críticas, a proteção social inscrita nesse ordenamento jurídico mantém relevância nas relações de trabalho contemporâneas (Ritzel; Coelho, 2023).

Nas últimas décadas, entretanto, esse arcabouço tem sido tensionado por reformas de orientação neoliberal. A aprovação da contrarreforma trabalhista de 2017, combinada à expansão da terceirização e da informalidade, reforçou um quadro no qual a precarização das condições de trabalho passou a ser tratada como regra. Esse movimento fragiliza salários, jornadas, saúde e organização coletiva (Druck; Dutra; Silva, 2019), ao mesmo tempo em que desloca responsabilidades públicas para o indivíduo, num processo que redefine o próprio papel do Estado na regulação do trabalho.

Este ensaio adota uma abordagem teórica-crítica, fundamentada em revisão bibliográfica de autores da sociologia do trabalho e da economia política, com foco nas transformações das políticas públicas do trabalho no Brasil desde os anos 1990. A

metodologia consiste em articular conceitos clássicos e contemporâneos, como exploração, precarização e metamorfoses do trabalho, para compreender a precarização não apenas como fenômeno social, mas como problema público, resultante de escolhas institucionais e reformas estatais. Assim, busca-se evidenciar a lógica causal que conecta a reestruturação produtiva, as reformas neoliberais e a fragilização das políticas de proteção laboral (Filgueiras, 2020; Antunes; Filgueiras, 2020)

Nesse contexto, a precarização não deve ser vista apenas como fenômeno social, mas como problema público, que emerge da interação entre transformações produtivas e descrições políticas. A fragilização de direitos e o avanço das plataformas digitais revelam não apenas mutações no mercado, mas falhas de políticas pública na capacidade de proteção e regulação. Compreender essas relações é essencial para avaliar como as políticas do trabalho no Brasil vêm sendo moldadas pela racionalidade neoliberal e quais caminhos podem recompor a função mediadora do Estado (Harvey, 1992; Dardot; Laval, 2016).

Discutir políticas públicas e trabalho, portanto, exige recuperar a historicidade da regulação trabalhista, compreender os processos de precarização e superexploração e enfrentar as novas formas de organização do trabalho que emergem no capitalismo contemporâneo. Cabe interrogar o papel do Estado diante das metamorfoses em curso, avaliando em que medida pode atuar na mediação das tensões entre a lógica de mercado e a garantia de direitos sociais.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO TRABALHO

O trabalho não pode ser reduzido a mera atividade biológica ou instintiva. Ele se distingue por ser uma ação consciente, que pressupõe planejamento, antecipação e transformação da realidade. Ao elaborar mentalmente a atividade antes de executá-la, o ser humano imprime ao objeto não apenas uma utilidade imediata, mas também um projeto que o antecede, revelando a dimensão social e histórica dessa prática (Braverman, 1980).

Essa concepção remete ao entendimento do trabalho como expressão vital. Ele constitui forma de realização do indivíduo e, ao mesmo tempo, meio de inserção social. Ao transformar a natureza, o ser humano transforma a si mesmo, desenvolvendo capacidades que se ampliam no processo coletivo de produção. O trabalho, nesse sentido, não se limita à produção de bens, mas é também produção de humanidade, educação e cultura (Manacorda, 2007).

A atividade laboral, contudo, é atravessada por contradições. Enquanto potência criadora e emancipadora, ela também se apresenta sob formas de alienação e unilateralidade. No capitalismo, a divisão técnica e social fragmenta a ação humana, reduzindo-a a parcelas específicas e retirando do trabalhador a totalidade de seu desenvolvimento. O que poderia ser fonte de plenitude torna-se, em grande medida, mecanismo de exploração (Braverman, 1980; Manacorda, 2007).

Essa dualidade permite compreender por que o trabalho ocupa uma posição central tanto na análise das sociedades quanto na formulação de políticas públicas. Ela não é apenas uma categoria econômica, mas fundamento das relações sociais e da própria cidadania. A partir dessa perspectiva, as políticas públicas do trabalho surgem como resposta institucional às condições do sistema produtivo, procurando equilibrar a lógica de acumulação com a preservação da dignidade humana. Como observa Harvey (1992), as crises do capitalismo tendem a produzir novas formas de regulação e intervenção estatal, nas quais o Estado atua como mediador entre capital e trabalho.

Ao longo da história, cada fase de intensificação da exploração gerou novas demandas por proteção social, evidenciando o caráter político do trabalho e sua centralidade na ação estatal. Assim, compreender suas bases teóricas é reconhecer o campo de disputas que define as políticas públicas, entre a valorização do trabalho como direito e sua redução ao mero fator econômico. Essa tensão, ainda presente nas metamorfoses do trabalho, exige que o Estado reafirme seu papel regulador diante da precarização crescente (Antunes, 2018; Figueiras, 2020).

3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS TRABALHISTAS

A constituição do Direito do Trabalho é inseparável das transformações históricas do capitalismo. Com a crise do modelo liberal no início do século XX, tornou-se necessário criar mecanismos institucionais capazes de regular a exploração e reduzir as tensões sociais produzidas pelo trabalho assalariado. A regulação jurídica não emergiu como dádiva, mas como resposta às lutas e pressões sociais, revelando o caráter contraditório da relação entre capital, trabalho e Estado (Harvey, 1992).

No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho, instituída em 1943, foi resultado de um contexto em que o Estado buscava integrar as massas trabalhadoras à ordem social por

meio de um pacto que combinava modernização econômica e controle político. A CLT organizou normas esparsas e estruturou uma rede de proteção que, apesar de seus limites, marcou um avanço para milhões de trabalhadores que passaram a ter direitos reconhecidos (Ritzel; Coelho, 2023).

A trajetória dessa legislação mostra como a institucionalização dos direitos trabalhistas está ligada às formas de intervenção estatal na economia. A emergência de um Estado social no século XX esteve associada à tentativa de equilibrar as contradições do capitalismo industrial, mas também à consolidação de uma forma de governo orientada à disciplina da classe trabalhadora. Nesse processo, a regulação do trabalho tornou-se não apenas um instrumento de proteção, mas também de conformação social (Dardot; Laval, 2016).

Com o passar das décadas, a CLT foi alvo de críticas recorrentes que a acusavam de anacrônica ou excessivamente rígida. Contudo, a permanência de sua centralidade nas relações laborais demonstra que a proteção social inscrita no direito do trabalho não perdeu atualidade. Ao contrário, mostra-se ainda mais necessária em sociedades marcadas por desigualdades profundas e pela recorrente pressão empresarial pela flexibilização (Druck; Dutra; Silva, 2019).

Assim, a formação histórica do Direito do Trabalho e de suas políticas públicas revela um campo de disputa permanente. De um lado, movimentos de afirmação de direitos e reconhecimento da cidadania dos trabalhadores; de outro, forças que buscam limitar e desmontar essa regulação. Essa tensão acompanha a própria dinâmica do capitalismo e explica por que a história do trabalho é também a história de reformas, resistências e contra reformas.

4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, NEOLIBERALISMO E NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO

As transformações do capitalismo a partir dos anos 1970 introduziram novas formas de organização do trabalho e da produção. O esgotamento do fordismo abriu espaço para a acumulação flexível, caracterizada pela descentralização produtiva, pela intensificação tecnológica e pela flexibilização das relações laborais. Essa mudança produziu impactos diretos sobre o emprego, ampliando a instabilidade, a rotatividade e a pressão sobre os trabalhadores para se adaptarem a ciclos de inovação cada vez mais rápidos (Harvey, 1992).

O neoliberalismo consolidou-se nesse contexto como racionalidade que orienta a ação estatal e a vida social, promovendo a mercadorização de instituições públicas e transferindo para os indivíduos responsabilidades antes coletivas. Essa lógica intensificou a precarização das condições de trabalho, estimulou a competição entre trabalhadores e reduziu a eficácia das políticas sociais de proteção (Dardot; Laval, 2016).

No Brasil, esse processo ganhou força com a aprovação da reforma trabalhista de 2017 e a ampliação da terceirização. Tais medidas institucionalizaram a precarização, transformando-a em regra e fragilizando ainda mais a capacidade de organização sindical. O resultado foi a ampliação da vulnerabilidade social dos trabalhadores e a consolidação de um ambiente em que direitos se tornaram barreiras a serem superadas pelo capital (Druck; Dutra; Silva, 2019).

Esse cenário conecta-se a uma dinâmica estrutural própria das economias dependentes, marcada pela superexploração da força de trabalho. A remuneração frequentemente inferior ao valor necessário para a reprodução da vida dos trabalhadores torna-se mecanismo central da acumulação, perpetuando desigualdades e condicionando o desenvolvimento econômico a formas intensas de exploração (Franklin, 2019).

Paralelamente, novas tecnologias e modelos de gestão ampliaram a precarização. As plataformas digitais introduziram a uberização, forma de controle baseada em algoritmos que gerenciam a atividade de milhões de trabalhadores de maneira invisível e fragmentada. Nessa lógica, custos e riscos são transferidos para os indivíduos, que permanecem subordinados sem dispor de proteção social ou direitos básicos (Abílio, 2020).

Ainda que tecnicamente seja possível regular esse tipo de atividade, a dificuldade política é evidente. A narrativa empresarial sobre inovação e autonomia oculta as relações de exploração, ao mesmo tempo em que fragiliza a capacidade de intervenção estatal. Isso torna a regulação do trabalho em plataformas um desafio inédito, exigindo a articulação de políticas públicas capazes de enfrentar não apenas a precarização visível, mas também as novas formas de subordinação invisível (Antunes; Filgueiras, 2020).

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As transformações recentes do capitalismo global repercutiram diretamente nas políticas públicas brasileiras voltadas ao trabalho. A partir dos anos 1990, sob influência de reformas de caráter liberal, o Estado passou a reduzir sua presença regulatória, promovendo

mudanças significativas na legislação trabalhista e nas formas de proteção social. Essa reconfiguração resultou em um cenário de maior flexibilidade contratual e de fragilização das garantias históricas, abrindo espaço para a intensificação da precarização. O discurso da modernização, frequentemente associado à necessidade de dinamizar o mercado, foi utilizado como justificativa para a flexibilização e para a expansão de vínculos frágeis e temporários (Antunes, 2018). No Brasil, a expansão das políticas de empregabilidade e qualificação profissional, especialmente a partir dos anos 2000, buscou responder às demandas de inserção de segmentos excluídos do mercado. Programas de intermediação de mão de obra, capacitação técnica e incentivo ao empreendedorismo individual ganharam força nesse período. Contudo, tais iniciativas muitas vezes se limitaram a preparar trabalhadores para empregos cada vez mais instáveis, sem enfrentar as causas estruturais da precarização (Druck, 2011).

A reforma trabalhista de 2017 representou um marco nesse processo. Sob a justificativa de modernizar as relações, ela instituiu maior flexibilização da jornada, legalizou o trabalho intermitente e ampliou a possibilidade de negociação individual em detrimento da proteção coletiva. Esse movimento alterou de maneira substantiva o equilíbrio entre capital e trabalho, reduzindo a capacidade de negociação dos sindicatos e enfraquecendo os mecanismos de defesa dos trabalhadores (Krein; Biavaschi, 2019).

Além disso, a ascensão das plataformas digitais de intermediação de serviços consolidou um modelo no qual a responsabilidade do Estado é limitada. Motoristas, entregadores e prestadores de serviço em aplicativos vivem sob o signo da informalidade, mesmo desempenhando atividades essenciais. A ausência de regulamentação específica e a demora na formulação de políticas efetivas revelam a distância entre as rápidas transformações do mercado e a capacidade de resposta das políticas públicas (Filgueiras, 2020).

Esse quadro mostra que o Brasil vive um paradoxo: de um lado, a Constituição de 1988 ainda garante um amplo rol de direitos sociais relacionados ao trabalho; de outro, as políticas implementadas nas últimas décadas caminham na direção de sua erosão. Tal contradição expõe o desafio de repensar o papel do Estado diante de novas dinâmicas produtivas e sociais, de modo a enfrentar tanto a precarização quanto a fragmentação da proteção laboral.

6 UBERIZAÇÃO, PLATAFORMAS DIGITAIS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O avanço das tecnologias digitais e a disseminação das plataformas remodelaram profundamente as relações de trabalho. Esse processo, que vem sendo denominado de uberização, representa uma forma de gestão que combina elementos do trabalho assalariado com características do trabalho autônomo, resultando em uma modalidade híbrida e contraditória. A promessa de autonomia, flexibilidade de horários e possibilidade de ganhos mais elevados se traduz, na prática, em longas jornadas, insegurança de rendimentos e ausência de direitos sociais, transferindo ao trabalhador todos os custos e riscos de sua atividade (Abílio, 2020).

A uberização não se restringe a motoristas e entregadores. Trata-se de um modelo de organização que pode se expandir para diversas áreas, incorporando trabalhadores por meio de aplicativos que operam com lógicas algorítmicas de controle. A centralidade do algoritmo redefine a subordinação, que não desaparece, mas se reconfigura em novas formas de vigilância, ranqueamento e avaliação contínua. Os trabalhadores se tornam dependentes das notas e do fluxo de demandas, submetidos a uma gestão impessoal e invisível que amplia a exploração e a intensificação do trabalho (Antunes; Filgueiras, 2020).

A precariedade estrutural desse modelo revela um deslocamento da responsabilidade das empresas para os próprios trabalhadores. Estes arcam com os custos de manutenção de veículos, equipamentos e infraestrutura, além de não contarem com garantias básicas como férias, aposentadoria ou seguro em caso de acidente. Nesse sentido, a uberização consolida uma forma de informalidade digitalizada, marcada por novas tecnologias de controle que mascaram a exploração por meio do discurso de empreendedorismo e liberdade de escolha (Abílio, 2019).

Os desafios contemporâneos colocados por esse fenômeno atingem diretamente a formulação de políticas públicas. A ausência de regulação específica perpetua um cenário de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que a resistência empresarial busca impedir a criação de vínculos formais e obrigações trabalhistas. Essa realidade coloca em questão a capacidade do Estado de atualizar a legislação e garantir proteção diante de novas formas de exploração. Como apontam análises críticas, a uberização deve ser compreendida não como exceção, mas como tendência de reorganização mais ampla do trabalho no capitalismo contemporâneo, expandindo a lógica da precarização e exigindo respostas urgentes em termos de direitos e proteção social (Antunes; Filgueiras, 2020).

7 POLÍTICAS PÚBLICAS DIANTE DAS METAMORFOSES DO TRABALHO

As metamorfoses do trabalho impõem ao Estado e à sociedade desafios inéditos. A passagem do modelo fordista-taylorista para formas flexíveis, associadas à globalização e às tecnologias digitais, deslocou a centralidade da relação formal de emprego para vínculos frágeis, temporários e desprovidos de proteção. Nesse cenário, as políticas públicas precisam ir além da manutenção de direitos clássicos e responder à fragmentação das trajetórias laborais, marcadas por intermitência, informalidade e pelo avanço das plataformas digitais (Antunes, 2018).

O Estado brasileiro, embora disponha de uma Constituição que garante um amplo conjunto de direitos sociais, tem operado em sentido oposto, com reformas que reduzem a abrangência da proteção e privilegiam a lógica da flexibilização. A experiência recente evidencia que, quando não há regulação adequada, as novas formas de trabalho tendem a acentuar desigualdades e aprofundar a vulnerabilidade social. Nesse sentido, o desafio é construir políticas capazes de recompor o equilíbrio entre capital e trabalho, reconhecendo as transformações produtivas sem abdicar da função protetiva que historicamente legitimou a ação estatal (Krein; Biavaschi, 2019).

O enfrentamento da precarização contemporânea exige políticas articuladas em três eixos. O primeiro é o reconhecimento jurídico das novas formas de trabalho, com a criação de marcos regulatórios que incluam trabalhadores de plataformas digitais, terceirizados e autônomos dependentes. O segundo envolve a reconstrução de políticas de seguridade social que acompanhem trajetórias descontínuas, assegurando renda mínima, proteção previdenciária e acesso universal a serviços públicos. O terceiro eixo consiste no fortalecimento da negociação coletiva e da ação sindical, fragilizada pelas reformas recentes, mas fundamentais para equilibrar as relações em contextos de intensa assimetria de poder (Filgueiras, 2020).

Essas medidas não devem ser vistas como simples atualização técnica da legislação, mas como expressão de escolhas políticas diante de um processo histórico de desproteção. As metamorfoses do trabalho colocam em evidência a necessidade de um Estado ativo, capaz de mediar interesses, garantir direitos e criar condições para que o trabalho, em suas múltiplas formas, não seja sinônimo de insegurança e subordinação ampliada. Trata-se de pensar políticas públicas que recuperem a função social do trabalho e reconstituem, no presente, o sentido emancipatório das lutas que o fundaram como direito social.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações do trabalho no capitalismo contemporâneo revelam um movimento de ruptura com a tradição de proteção conquistada ao longo do século XX. A passagem de um modelo industrial relativamente estável para formas flexíveis, fragmentadas e mediadas por tecnologias digitais produziu um cenário de incerteza e de intensificação da exploração. O que se observa é uma regressão social que reatualiza traços da informalidade, agora recobertos pelo discurso da autonomia e do empreendedorismo individual.

As políticas públicas, que deveriam atuar como contrapeso a essa lógica, têm frequentemente acompanhado o movimento de flexibilização, reduzindo sua capacidade regulatória e enfraquecendo direitos sociais. A experiência brasileira, especialmente nas últimas décadas, mostra que reformas justificadas pela ideia de modernização têm contribuído para fragilizar sindicatos, ampliar o poder das empresas e desresponsabilizar o Estado. Essa contradição entre o arcabouço constitucional de 1988 e a realidade das reformas evidencia um processo de erosão silenciosa de conquistas históricas.

A uberização e as novas formas de trabalho em plataformas digitais não representam um desvio pontual, mas a expressão mais clara das metamorfoses em curso. Elas condensam as tendências de precarização, individualização e desproteção, ao mesmo tempo em que expõem os limites das políticas públicas atuais em oferecer respostas efetivas. O risco é naturalizar a exploração sob o verniz da tecnologia, relegando milhões de trabalhadores a uma condição permanente de vulnerabilidade.

Diante desse quadro, as políticas públicas precisam ser repensadas em chave crítica. Não se trata apenas de adaptar leis às novas formas contratuais, mas de recolocar o trabalho no centro do debate sobre cidadania e justiça social. Isso exige enfrentar o poder econômico das grandes corporações, recuperar a função mediadora do Estado e fortalecer mecanismos coletivos de proteção. Sem esse movimento, as metamorfoses do trabalho seguirão ampliando desigualdades e corroendo o pacto social construído a duras lutas.

Portanto, o desafio posto não é apenas jurídico ou técnico, mas profundamente político. Reconhecer as novas formas de exploração e formular respostas que protejam a dignidade humana do trabalhador constitui condição indispensável para que as políticas públicas cumpram sua função histórica: a de frear a lógica destrutiva do capital e afirmar o trabalho como base da vida social.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. **Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos.** São Paulo: Boitempo, 2019.

ABÍLIO, L. C. **Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado.** *Psicoperspectivas*, v. 19, n. 3, p. 1-11, 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, L. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** *Crítica Marxista*, n. 50, p. 75-88, 2020.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCK, G. **A precarização social do trabalho no Brasil: uma nova fase da reestruturação produtiva?** *Cadernos CRH*, v. 24, n. 62, p. 37-55, 2011.

DRUCK, G.; DUTRA, R.; SILVA, S. C. **A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra.** *Cadernos CRH*, v. 32, n. 86, p. 289-305, 2019.

FILGUEIRAS, V. A. **Plataformas digitais e relações de trabalho: desafios à regulação no Brasil.** *Direito e Práxis*, v. 11, n. 2, p. 1111-1140, 2020.

FRANKLIN, R. S. P. **O que é superexploração?** *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 3, p. 689-715, 2019.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. B. **A reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidades.** *Estudos Avançados*, v. 33, n. 95, p. 7-24, 2019.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** 2. ed. Campinas: Alínea, 2007.

RITZEL, G. S.; COELHO, P. V. N. **História do direito do trabalho no Brasil e a formação da CLT: perspectivas para o espaço laboral contemporâneo.** *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 89, n. 4, p. 21-38, 2023.



3° FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

eventos.ufpa.edu.br/tema/internacionalsserviçosocial/

Proteção Social na América Latina: Capitalismo,
Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

10 a 12 de dez. 2025

Universidade Federal do Pampa
Campus São Borja - RS - Brasil



ISSN: 2966-2052

UNIVERSIDADE E A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: ANÁLISES A PARTIR DA LÓGICA DO EMPRESARIADO

UNIVERSITY AND BRAZILIAN POSTGRADUATE STUDIES: ANALYSES BASED ON THE LOGIC OF BUSINESS

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima¹

Resumo: O presente trabalho é fruto das reflexões realizadas em pesquisa de doutorado em que a pós-graduação brasileira é tomada como objeto de análise. O objetivo é apresentar o cenário da pós-graduação, considerando as investidas do empresariamento da Educação Superior brasileira nos últimos anos. Nossas reflexões levam em conta, para pensar a Educação, o caráter histórico, econômico, político, social e cultural da realidade brasileira, bem como do contexto global do desenvolvimento capitalista. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, ancorada no materialismo histórico-dialético. Almejamos contribuir com estudos que discutam a Educação Superior do Brasil, em especial a Pós-graduação, defendendo a produção do conhecimento crítica e propositiva. O trabalho está dividido em dois tópicos que problematiza os rumos da Educação Superior e da Pós-Graduação no Brasil.

Palavras-chave: Educação Superior. Pós-graduação. Capitalismo.

Abstract: This paper is the result of reflections made in doctoral research in which Brazilian postgraduate studies are analysed. The aim is to present the postgraduate scenario, taking into account the onslaught of the entrepreneurialisation of Brazilian higher education in recent years. In order to think about education, our reflections take into account the historical, economic, political, social and cultural character of the Brazilian reality, as well as the global context of capitalist development. This is bibliographical and documentary research, anchored in historical-dialectical materialism. We hope to contribute to studies that discuss higher education in Brazil, especially postgraduate studies, defending the production of critical and propositional knowledge. The work is divided into two topics that problematise the direction of higher education and postgraduate studies in Brazil. Translated with DeepL.com (free version)

¹ Assistente Social e Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande.

Keywords: Higher education. Postgraduate. Capitalism

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto das reflexões realizadas em pesquisa de doutorado em que a pós-graduação brasileira é tomada como objeto de análise. O objetivo é apresentar o cenário da pós-graduação, considerando as investidas do empresariamento da Educação Superior brasileira nos últimos anos.

Para tanto, consideramos o contexto econômico, social, político e cultural do Brasil, enquanto resultado das relações sociais do capitalismo contemporâneo. Pensar a Pós-Graduação é tarefa necessária, situando-a como parte da Política Educacional, mais precisamente, na Educação Superior, que tem sido subtraída ao desenvolvimento tecnológico societário a serviço do capital. Realizamos o seguinte questionamento: com a Pós-Graduação se situa historicamente nas relações sociais do capitalismo brasileiro?

Os programas de Pós-Graduação estão inseridos na estrutura da Universidade e devem realizar mediações com os demais processos do ensino, como a graduação, a pesquisa e a extensão. Por tal, é atravessada pelas contradições que chegam ao âmbito da Universidade, apesar de ter particularidades próprias.

Nesse sentido, nos propomos a discutir a Pós-Graduação brasileira a partir do contexto da Educação Superior em meio as investidas do capitalismo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, realizada em diálogo com a tradição marxista e, por isso, evidenciamos o materialismo histórico-dialético como método de análise.

O trabalho está organizado em dois tópicos. O primeiro aborda problematizações relativas a Educação Superior e a Pós-graduação entre os anos de 1950 e 1960. No segundo tópico apresentamos discussões relativas aos anos de 1990.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Universidade e Pós-graduação no Brasil: uma breve análise histórica

A Universidade é um espaço diverso e contraditório que expressa o movimento da realidade vivenciada pela dinâmica das relações sociais entre os sujeitos submetidos ao capitalismo. No Brasil, carrega os traços próprios da formação social e tem como disputa

política a construção de espaços democráticos do e para o conhecimento, com o objetivo de formar quadros de intelectuais para atuar nos mais variados espaços da vida social.

Ganha vida a partir dos diversos e, por vezes, contraditórios projetos da sociedade, que exteriorizam o movimento da luta de classes e o tensionamento ao Estado, realizado tanto pelos/as trabalhadores/as quanto pelo capital. Por isso, a Universidade caminha entre dilemas que implicam possibilidades e limites para a construção de um espaço em que se preze o conhecimento como contribuição para a emancipação humana. É assim, conforme Chauí (2003, p.05): “uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. [...] vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade”.

No Brasil, a Universidade pública está atrelada à Política de Educação Superior e é prevista pela Constituição de 1988, com recursos definidos e previsões de sua oferta por meio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. É ocupada por estudantes, professores, ou seja, classe trabalhadora em sua diversidade, e tem como desafio a formação pública, laica e de qualidade.

A partir dos anos 1950, com a ideologia desenvolvimentista e nacionalista que passa a orientar as ações do Estado no Brasil em vista do alinhamento da produção capitalista brasileira ao capitalismo central, a Educação é incorporada como um importante instrumento para impulsionar a tecnificação dos sujeitos e deixá-los aptos para atuarem nas indústrias.

Esse movimento se concretiza no início dos anos 1960, especificamente, na Ditadura Militar, com a Reforma do Ensino Superior. É importante registrar que as reivindicações por modificações na educação superior vinham de diversos movimentos da sociedade, inclusive de movimentos políticos da esquerda, que entendiam a necessidade de reorganizar o modelo de educação superior que era ofertado, sobretudo pelo caráter conservador e autoritário desse ensino, o qual não se assemelhava aos interesses dos/as trabalhadores/as. No entanto, a reforma ou contrarreforma executada não atendeu às reivindicações dos grupos mais à esquerda, acabando por instituir modificações que beneficiavam o processo de reprodução do capitalismo brasileiro no cenário internacional.

Em 1969, foi decretada a Lei da Reforma Universitária (Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968), regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969. Junto com a aprovação da Reforma Universitária, também veio a aprovação do parecer CFE nº77/1969, que regulamenta, até hoje, a Pós-Graduação no Brasil. Saviani (2008) explica que

havia um forte tensionamento dos setores empresariais que, preocupados com a necessidade de mudança na educação e com a disputa instituída pelos movimentos sociais, realizaram o fórum “A educação que nos convém”, para reafirmar os interesses da burguesia.

A Carta Magna de 1967, que orientava o regime da ditadura militar, trouxe severas implicações para a educação, sobretudo sobre a gratuidade da sua oferta, que deveria ser substituída pela concessão de bolsas. Segundo afirmação de Saviani (2008), nesse sentido, houve a recomendação, por parte do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, pela cobrança dos ingressantes na universidade pública. Essa orientação não foi aprovada, e o caminho da privatização da educação superior ocorreu pela via do investimento estatal nas instituições privadas.

Além dos investimentos na Educação Superior Privada, a lógica mercantil adentrou a Educação por meio das mudanças instituídas no funcionamento das Universidades. Passou-se a incorporar uma lógica de gestão baseada na ideia organizacional, acentuada nos preceitos do planejamento, da eficiência, do êxito, como bem sinaliza Chauí (2003), a partir de ações que formatam a Universidade Operacional.

Sobre a reforma universitária, Florestan Fernandes (1975, p. 63) explica que não havia como objetivo a resolução dos problemas que, de fato, eram presentes no modelo de Universidade até então proposto. Na verdade, essa reforma tinha como objetivo “garantir controle da situação pelo comportamento político conservador”.

Fernandes (1975) contextualiza as problemáticas em torno do modelo de Universidade que era vigente até a reforma universitária, um modelo restrito às elites, que tratava o processo de aprendizado como um “dom”, de pouco acesso e que não atendia as necessidades da sociedade brasileira. A possibilidade de mudança desse modelo era vista como necessária pelos segmentos da sociedade, mas a operacionalização de uma mudança só seria possível se houvesse o atendimento das reivindicações postas. Dentre as mudanças, o autor destaca o aumento da oferta de vagas, para que mais sujeitos acessassem o espaço do ensino superior. A autonomia universitária também era um ponto de pauta, pois, apenas com autonomia, seria possível enfrentar os monopólios do saber, o que envolvia a superação do modelo de professor catedrático, pelo tom autoritário que esse modelo tinha de centralizar o conhecimento em relações de poder.

O objetivo da formação também é apontado pelo autor, uma vez que a escola superior se voltava à formação de profissionais liberais. Era urgente a vinculação com a Pesquisa e com o atendimento dos anseios da ciência e da tecnologia, por acreditar que seria possível,

dessa forma, superar os atrasos acumulados na escola superior tradicional e instituir uma formação com teor de pesquisa, que engendrasses processos culturais e autônomos.

A proposta de um novo modelo de Universidade precisava superar o modelo formativo verticalizado e voltado para segmentos específicos da sociedade. Era preciso superar o que o autor chamou de modelo conglomerado de Universidades e propiciar uma linha para a apreensão das problemáticas do país.

As análises de Florestan Fernandes representam um movimento importante dos grupos de vinculação crítica ao modelo de capitalismo posto no Brasil. Antes da disseminação dos estudos realizados pelos intelectuais da teoria da dependência, o desenvolvimento interno do Brasil, para atendimento de interesse próprio, era algo posto nos círculos de debates. Acreditava-se na possibilidade de desenvolvimento do país e, assim, na melhoria das condições de vida e de trabalho, por meio do alcance das estratégias para aprimoramento da utilização das forças produtivas.

Nesse sentido, defendia-se uma Universidade integrada e multifuncional capaz de desenvolver conhecimento e formação intelectual para atender as necessidades internas do Brasil. No entanto, a reforma universitária não entregou uma revisão que atendesse a esses aspectos. Ao contrário: a reformulação alinhava-se aos interesses dominantes do capitalismo internacional.

Para tanto, a Pós-Graduação integrada à Universidade deveria estar articulada à difusão da pesquisa e a um novo modelo pedagógico que estabelecesse relação com a ciência e a tecnologia. Junto à reforma, o parecer que institui a Pós-Graduação reverbera por um modelo de formação voltado à "qualificação" dos/as trabalhadores/as, espelhado no modelo estadunidense e europeu.

A Ditadura Civil Militar tensionou as relações sociais capitalistas brasileiras, não só pela forma tenebrosa de impor o autoritarismo, mas por representar também a tentativa do país de se adequar à lógica imperialista do capital. Utilizou o discurso de que o desenvolvimento econômico possibilitaria o desenvolvimento social, ocultando as contradições existentes.

As exigências do capitalismo global e da elite econômica brasileira influenciam a necessidade de tornar a Pós-Graduação viável no Brasil. A meta era/é capacitar os/as trabalhadores/as de maneira técnica para que possam colaborar no crescimento econômico do país. Isso implica oferecer um conhecimento individual orientado para a pesquisa em inovações tecnológicas, fortalecendo o mercado, ao mesmo tempo em que transforma o

exército industrial de reserva em uma força técnica, promovendo a cultura do empreendedorismo e do consumismo.

A Pós-Graduação no Brasil passa ser o espaço da produção do conhecimento e do incentivo ao desenvolvimento tecnológico e científico. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), instituída no ano de 1951, passa a atuar como instituição de direcionamento para Pós-Graduação, operando por meio de Planos Nacionais, com o objetivo de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação. O CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o qual tem o objetivo de fomentar projetos científicos que contribuam com o desenvolvimento científico e tecnológico, também passa a financiar as pesquisas desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação, por meio do que é hoje o Ministério da Ciência, Tecnológica e Inovações.

Segundo Neves e Pronko (2008), o Estado brasileiro passa a ser induzido a renovar a pesquisa, para, assim, inserir o país na rota do capitalismo internacional². A fusão entre ciência, tecnologia e informação, que, nos países desenvolvidos, já se encontrava em acessão, passa a ser instituída no Brasil, com base na lógica de uma “nova” ciência, equacionada para os resultantes do desenvolvimento tecnológico, visando ao aprimoramento do mercado.

2.2 A cena contemporânea e as investidas do capitalismo sobre a Universidade e a Pós-graduação no Brasil

Por meio desta lógica organizacional, a produção do conhecimento no Brasil se atrela ao setor público, através das iniciativas do Estado, o que ganha dimensão ainda mais central, a partir dos anos 1990. Os efeitos da ampliação da incorporação do conhecimento científico como saída da crise passam a ser sentidos na realidade brasileira, com mais afínco em meio ao projeto neoliberal.

As análises sobre a arquitetura da contrarreforma formulada pelo neoliberalismo no Brasil podem ser encontradas em Behring (2008). A autora explica como a influência internacional implicou as mudanças do Estado brasileiro, que passou a atuar em um processo

² É importante ressaltar que os investimentos em pesquisa, para o desenvolvimento tecnológico, são vistos, na realidade brasileira, desde o período desenvolvimentista. No entanto, o direcionamento do Estado para a realização de uma política de desenvolvimento científica e tecnológico efetiva-se a partir do período do Regime Militar, com a Pós-Graduação, fortalecido nos anos de 1990, em meio à reabertura democrática (Neve; Pronko 2008).

de desnacionalização da economia, a qual significou vinculação política, econômica e ideo-política com os organismos multilaterais. Somado a isso, aprofundou-se o processo de industrialização de novos setores e o grau de mercadorização das políticas sociais pertencentes à Seguridade Social, em um claro movimento de financiamento da dívida externa e da adequação do Brasil às novas exigências do grande capital, contrário ao que estava posto na Constituição de 1988.

As primeiras ações para o desenvolvimento do projeto neoliberal no Brasil estão expressas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o qual orienta a retirada de serviços essenciais, como a Educação e a pesquisa científica do rol das prioridades de investimento exclusivo do Estado. A responsabilidade da oferta passa a ser partilhada com o setor público não estatal e o privado, com a finalidade de “publicização”, que, na prática, consiste em relocar as funções do Estado para as instituições de caráter privado.

O movimento societário dos anos 1990 – pós-Constituição de 1988 – revela a contradição do sistema vigente em sua forma mais madura. A organização política interna do Brasil consegue barganhar em torno das pautas democráticas que põe fim ao núcleo mais duro da ditadura militar. No entanto, o projeto em curso de reorganização do capitalismo pela via neoliberal impõe suas exigências, trazendo significativos desafios e perdas para o avanço em curso na formulação dos direitos sociais via Constituição de 1988.

Ao longo dos períodos históricos, o neoliberalismo é mediado pelos diversos e não unitários interesses das classes. A materialidade deste é atravessada pelas políticas de governo, as quais são tensionadas pelo poder organizativo dos/as trabalhadores/as. Assim, após mais de dez anos de um núcleo mais duro do neoliberalismo, chega ao poder o Partido dos Trabalhadores (PT), com Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, trazendo uma proposta de fortalecimento e consolidação da democracia, por meio da política do consenso, centrando a proposta de governo nos programas de transferência de renda.

Certamente, podemos afirmar que houve uma melhoria substancial nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que o viés progressista do PT apostava em uma perspectiva “neodesenvolvimentista”, com o crescimento econômico associado ao desenvolvimento social (CASTELO, 2012). Tratou-se de um governo na perspectiva social-liberal, que efetivou uma política de mediação com os investimentos em políticas sociais, ao mesmo tempo em que negociava com o grande capital.

Efetivamente, os governos do PT, especialmente os três primeiros mandatos (dois de Lula e o de Dilma), conseguiram articular, com limites e contradições, um sistema de garantia

de direitos via Políticas Sociais, com a ascensão de grupos sociais até então inviabilizados da participação política. Os governos do PT investiram na construção e caracterização de um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Trouxeram incentivos para a educação superior, por meio de programas, como o Programa de Assistência Estudantil (PNAES), em 2010; Programa Bolsa Permanência (PBP), em 2013; o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento às Instituições de Ensino Superior (PROEIS), em 2012, e os mais conhecidos, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, de 2012, além do Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 2005.

No que tange aos investimentos no Sistema de Pós-Graduação, os governos do PT foram responsáveis por diversos programas, a exemplo do Programa de Apoio à Participação em Eventos no Exterior (AEX), de 2009; Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAD), de 2014; Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), de 2010, e o Ciência Sem Fronteiras, de 2011.

Entretanto, na essência, o PT, nos dois mandatos de Lula e no de Dilma, não radicalizou as instâncias de disputa ideológica. Ao contrário, a política governamental foi atrelada às ações da (contra) reforma já em curso, dando seguimento às privatizações, à terceirização e à desregulamentação do mundo do trabalho. Nos campos que evidenciamos, ciência e Pós-Graduação, observa-se a necessidade de alinhar os interesses do desenvolvimento científico às exigências de prosperidade e progresso pela via do capitalismo.

No cenário pós-golpe de 2016, estava posta uma política antipetista e a ascensão da extrema-direita no Brasil, alicerçadas na ideologia neoliberal e no neoconservadorismo, o que possibilitou a chegada de Bolsonaro e a expansão do bolsonarismo. Para Mattos (2022), a chave explicativa para a chegada do governo Bolsonaro é a crise econômica, política e cultural que se espalhou pelo Brasil, o que culminou com as manifestações de 2013, em que a extrema direita usurpou as pautas políticas dos segmentos populares mais organizados e tomou o cenário a seu favor.

O governo de Bolsonaro parte das ações já em curso pelo documento “Ponte para o Futuro”, que reverbera por uma vertente agudizada do neoliberalismo, impondo o congelamento, por 20 anos, dos investimentos na Seguridade Social brasileira, por meio da emenda constitucional promulgada ainda no governo Temer. Passa também, no cenário pós-golpe, a reforma trabalhista e previdenciária e todo o pacote de ajuste fiscal comandado por Paulo Guedes, ministro da Economia no Governo de Bolsonaro.

O governo de Bolsonaro foi caracterizado como de novo tipo, por trazer uma perspectiva de neoliberalismo ainda mais profunda, por aliar a destituição da coisa pública com a narrativa e a simbologia do fascismo. Para Mattos (2022), o caráter neofascista do governo Bolsonaro caracteriza-se não apenas pela ocupação da arena parlamentar/institucional, mas por assentar-se em mobilizações de massas, por formular uma base social variada, em que o núcleo estruturante é a pequena burguesia e as frações assalariadas médias e superiores.

É preciso destacar que, durante o governo Bolsonaro, o mundo vivenciou a pandemia da COVID-19, que dizimou milhares de pessoas e potencializou a barbárie do capitalismo contemporâneo, demonstrando a secundarização da vida em detrimento do lucro do capital. A COVID-19 não pode ser tomada como elemento fundante da crise do capital que a antecede, mas é [...] potencializada pelas estratégias de enfrentamento da crise do capital, levadas a efeito pela burguesia, para reverter a queda da taxa de lucro [...] (Mota, 2021, p. 51).

Para o campo da produção do conhecimento, foi um período histórico de grandes incertezas, provocadas pelos constantes cortes na Educação e no descrédito das instituições de conhecimento. Também foi um período de avanço do uso das tecnologias da informação e de consolidação da perspectiva do Ensino a Distância, Híbrido e Remoto, antes utilizado apenas em excepcionalidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

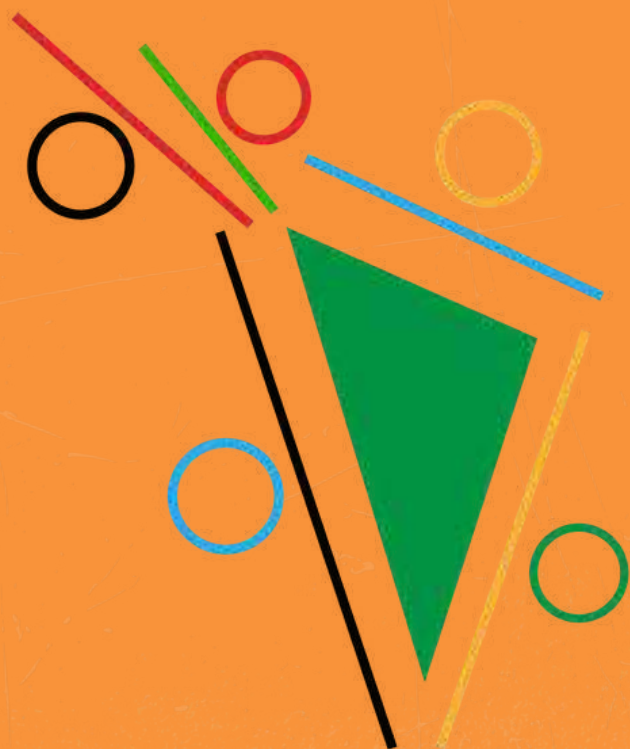
Diante desse cenário, é importante frisar que partilhamos da tese de que os elementos políticos, culturais e ideológicos presentes na realidade brasileira são resultados de uma contraofensiva do capitalismo, em resposta a uma crise que, apesar de iniciada no campo econômico, ganha espaço nos demais âmbitos da sociedade. A estratégia que o capitalismo utiliza para manter sua produção e reprodução é a criação de novas capacidades produtivas e a extensão de suas relações, buscando intensificar o trabalho, sem aumentar – e até mesmo reduzindo – o seu tempo socialmente necessário.

A necessidade de se apropriar cada vez mais do conhecimento e, assim, deter, sob seu domínio, o poder de transformação das forças produtivas, é uma das principais estratégias do capitalismo na atual fase. Tanto é que, além do fortalecimento de suas bases produtivas, o conhecimento expresso na ciência ou na negação dela contribui para o aprofundamento da alienação e do estranhamento.

É nesse sentido que a política adotada para a Pós-Graduação se ancora em um discurso de validade e da qualidade, mediado pelos interesses do mercado, sem considerar o conhecimento que revela as contradições e que reflete sobre estratégias para o enfrentamento das problemáticas oriundas do movimento do capital. Segundo Oliveira (2019), essa organização configura-se a partir de: intenso processo de mercantilização da oferta da pesquisa; no desenvolvimento dos objetivos da educação superior focada nos interesses comerciais e menos na formação de sujeitos críticos; no incentivo à competição entre países que sejam representantes na divisão internacional do trabalho científico; modificações nas formulações jurídicas; na amplitude do valor do conhecimento, dentre outras estratégias.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *In: Serv. Soc. Soc.* n° 112, p. 613-636, 2012.
- CHAUÍ, M. A Universidade pública sob nova perspectiva. *In: Revista brasileira de educação*, 2003.
- FERNANDES, F. **A universidade brasileira:** reforma ou revolução? São Paulo: AlfaÔmega. 1975.
- NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. As políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação e a formação para o trabalho complexo no Brasil hoje. *In: O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado:* da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.
- MATTOS, M. B. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. *In: Relações Internacionais*, 2022. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art03_MBM.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.
- MOTA, A.E. Crise sanitária, políticas públicas e sociabilidade: desafios ao Serviço Social brasileiro. In: CFESS. **Diálogos do cotidiano** – Assistente Social reflexões sobre o cotidiano profissional.
- SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. *In: Cad. Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.



Anais do **3º FISS**

Fórum Internacional
de **Serviço Social**



Anais do 3º FISS

Fórum Internacional
de Serviço Social

Proteção Social na América Latina: Capitalismo, Eventos Climáticos Extremos e Desigualdades

Eixo temático 01 – Desigualdades sociais na América Latina, Relações de exploração/opressão e políticas de proteção social: Questão social; Patriarcado; Relações étnico-raciais; Relações sociais de sexo; Identidades de gênero; Sexualidades; Gerações; Violências; Capacitismo; e Movimentos Sociais.

Eixo temático 02 – Modo de produção capitalista, eventos climáticos extremos e banalização da vida: Capitalismo dependente; Capitalismo predatório; Trabalho e questão social; Mudanças climáticas e responsabilidades do Poder Público; Desastres, Fundo público e políticas públicas.

Eixo temático 03 – Estado neoliberal, Proteção Social, Territórios de fronteiras e Seguridade Social no Brasil: Estado e sociedade; Neofascismo; Controle social e participação social; Políticas de Seguridade Social; Territórios, questão agrária e ambiental; Pobreza e políticas de enfrentamento; e, (In)segurança alimentar e nutricional e produção de alimentos.

Eixo temático 04 – Trabalho, Proteção Social na América Latina e Neoconservadorismo: Transformações no mundo do trabalho; Políticas de trabalho e de renda; Formação profissional; Trabalho docente; Curricularização da extensão no Serviço Social; Relações e condições do trabalho profissional; Estágio supervisionado; e, Intervenção profissional e espaços sócio-ocupacionais.